

TSNHH ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Valdei Lopes de Araujo
Sérgio Ricardo da Mata
Flávia Florentino Varella

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAUJO, Valdei Lopes de; MATA, Sérgio Ricardo da; VARELLA, Flávia Florentino (org.). *Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

ARAUJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino; MATA, Sérgio Ricardo da (org.). *Caderno de Resumos e Programação do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

RESUMOS

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Os dois lados da moeda: usos da imprensa no fazer historiográfico

Adrianna Cristina Lopes Setemy & Luciana Pessanha Fagundes / UFRJ
deusa_clio@hotmail.com & lupefa@terra.com.br

Percorrendo a primeira metade do século XX através das páginas da imprensa, é possível visualizar, através das variações na sua produção, difusão, formato, linguagem e objetivos, as transformações e rupturas que ocorreram na sociedade brasileira ao longo desse período. Isso porque, a imprensa não apenas informa seus leitores dos fatos cotidianos, mas seleciona e constrói os acontecimentos conforme seus interesses políticos, econômicos e ideológicos, consistindo ela mesma em um campo de disputas. Ao selecionar e analisar periódicos que circularam entre as décadas de 1910 e 1970, percebemos que as mudanças na sua estrutura e configuração estão estreitamente vinculadas à criação e consolidação de uma indústria cultural de massa, inerente ao processo de modernização da sociedade brasileira. Pretendemos demonstrar que, tal qual os dois lados de uma mesma moeda, a imprensa além de objeto de estudo, pode servir à História como fonte, de maneira que nos permite vislumbrar a dinâmica e as tensões da sociedade em que foi produzida.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da
Historiografia: historiografia brasileira e modernidade.**

**“Glória a Deus, serviço ao Rei, passagem ao mundo”: os
sonetistas e as expedições realizadas por Inácio Correia
Pamplona**

Adriano Toledo Paiva / UFMG
adrianohis@yahoo.com.br

Esta comunicação tem por objetivo estudar a jornada da comitiva de conquista dos sertões oeste da Capitania Mineira, liderada pelo Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, em 1769. Analisaremos o meticoloso e diário relato destas expedições para compreendermos o cotidiano das incursões colonizadoras que se desdobraram nas plagas sertanejas, na segunda metade do setecentos. Avaliaremos as percepções e vivências dos expedicionários investigando a construção de imagens e descrições de suas diligências, contidas no “Relatório da conquista” e em seus sonetos. Através dos sonetistas e músicos do sertão problematizaremos a produção de representações sobre o espaço conquistado, o chefe da expedição e a arquitetura de poderes no Império Português. O versejar no sertão evoca aspectos das culturas e sociabilidades setecentista, assim como demonstra interpretações dos sertanejos acerca do “viver em colônias”.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da
Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

QUERELAS POLÍTICAS: OUTRA HISTÓRIA NO CASO MANOEL CONGO

Alan de Carvalho Souza / Universidade Severino Sombra
ppunk@ubbi.com.br

A pesquisa coloca em foco uma nova abordagem do ocorrido em cinco de novembro de mil oitocentos e trinta e oito na Vila de Vassouras, mais precisamente a fuga de escravos da propriedade de Manoel Francisco Xavier e outras adjacentes e todo o processo consequente de tal motim. Na busca da comprovação de que havia um envolvimento de questões de interesses próprios que acabou resultando na condenação de escravos de um só fazendeiro Manoel Francisco Xavier. Para tal analisaremos dados sobre a família Werneck e a Xavier, que estiveram por trás de todo o processo movido contra o crime de Insurreição, por meio dos conceitos de Nobert Elias e John L. Scotson em "Estabelecidos e Outsiders", pesquisas já realizadas por Flávio dos Santos Gomes em "Histórias de Quilombolas", João Luiz Pinaud em "Insurreição Negra e Justiça" e análises de documentos primários, como o Inventário de Manoel Francisco Xavier: processo crime movido contra os escravos Manoel Congo e Adrião.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A produção historiográfica relativa à Igreja Católica: uma análise de suas
principais obras e autores**

Alejandra Luisa Magalhães Estevez / PPGHIS/UFRJ
ally_estevez@yahoo.com.br

A pesquisa tem por objetivo realizar uma discussão acerca da historiografia relativa à Igreja Católica no Brasil. Esta instituição ocupa papel central na vida política e social do país desde sua colonização e ao longo do século XX ela vem efetuando um esforço de modernização para adaptação aos novos tempos, visando a recristianização da sociedade. Devido a isso, a partir da década de 1970 alguns autores passaram a se interessar pelo tema, mas se tratava em sua maioria de autores que estavam ligados de alguma maneira à instituição, construindo assim uma historiografia endógena. Uma década depois pesquisas científicas, realizadas no interior das universidades começaram a ganhar um pouco mais de destaque, porém as temáticas elegidas concentravam-se quase sempre na chamada esquerda católica. Apenas a partir da década de 1990 é que o interesse pela Igreja chegou até os programas de pós-graduação. No entanto, um longo caminho ainda precisa ser percorrido. Analisaremos aqui os principais trabalhos desenvolvidos sob essa temática e sua trajetória ao longo da segunda metade do século XX.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Afonso Arinos Historiador

Alessandra Soares Santos / UFMG
alessandra.historia@gmail.com

Abordamos o campo da história da historiografia brasileira através da leitura de um autor pouco conhecido como historiador: Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). As questões fundamentais que direcionam a nossa análise de suas obras são: como Afonso Arinos concebia a ciência histórica e, a partir desta representação, como ele interpretou o Brasil? Como ele articulou a experiência brasileira passada às expectativas de futuro do seu presente?

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Manoel Bomfim e Oliveira Vianna: paradigmas do conhecimento histórico no Brasil

Alex Alvarez Silva / UFMG
alex.alvarezsilva@gmail.com

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre as obras de Manoel Bomfim (1868-1932) e Oliveira Vianna (1883-1951) com relação à produção historiográfica brasileira das primeiras décadas do século XX. Manoel Bomfim elaborou uma narrativa historiográfica sobre o Brasil onde aponta as origens dos problemas sociais e políticos de sua época na opressão exercida por uma elite sobre a população brasileira. Já Oliveira Vianna produziu uma narrativa histórico-sociológica sobre o Brasil como subsídio a um projeto de nação autoritário e antiliberal. Esses dois autores elaboraram narrativas historiográficas distintas, ressignificando a história brasileira a partir de diferentes perspectivas de seu presente. Acreditamos que o confronto entre suas obras possa nos apresentar um diálogo mais amplo, marcado por contrastes e proximidades, entre diferentes correntes de interpretações histórico-sociológicas sobre o Brasil na primeira metade do século XX. Com isso, pretendemos explorar, a partir das obras desses autores, os limites e possibilidades do pensamento social brasileiro daquele período, bem como as diferenças e possíveis semelhanças entre essas produções historiográficas. Esperamos contribuir assim para uma discussão maior sobre a história da historiografia brasileira.

A propaganda cinematográfica a serviço da História: Questões de Historiografia e Cinema

Alexandre Maccari Ferreira / Universidade Federal de Santa Maria
Macc.eastwood@gmail.com

A utilização do cinema enquanto forma de análise histórica possibilita ao historiador ampliar sua gama de reflexões. Esse tipo de produção artística possui um papel relevante quando visamos tratar da memória, já que ele possibilita a discussão a partir da arte, e proporciona ao expectador um caminho de lembrança, evitando o esquecimento. Conceber um filme como documento e instrumento da história é importante nos tempos de hoje em que as imagens são tratadas como fundamentais na aceitação e na recepção de determinados propósitos sejam eles em nível de docência ou no cotidiano das pessoas. Desse modo, a realização desse trabalho visa proporcionar uma análise crítica entre os campos histórico e cinematográfico, evidenciando suas proximidades, distanciamentos e considerando os estudos de teóricos e da historiografia sobre o tema que relacionam o cinema enquanto instrumento de propaganda, tendo, assim, a função de agente da história, divulgando ideologias, questões morais, divagações filosóficas e proposições políticas que remeteriam à aceitação e a cooptação do telespectador.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista na Amazônia:
História, Literatura e Poder (década de 1960)**

Alexandre Pacheco / Universidade Federal de Rondônia
nelsonfonseca4@hotmail.com

Neste trabalho, analisamos a historiografia de Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins, com o intuito de percebermos as práticas e as representações contidas em suas interpretações sobre a história do processo de modernização capitalista na Amazônia ao longo do século XX. Análise que se voltará também às relações que essas interpretações possuíram com as posições que exerceram enquanto intelectuais burocratas a serviço do Estado do Amazonas. A partir de uma escrita literariamente sofisticada sobre as fases mais importantes da história da Amazônia – que foram realizadas em várias obras nos anos de 1960 e início da década de 1970 -, esses escritores procuraram representar, muitas vezes, a terra e o espírito do homem amazônico, como fatores que deveriam entrar em simbiose com o desenvolvimento de um processo de modernização capitalista na região. Representações que ao serem recepcionadas não só legitimaram os interesses políticos e econômicos das elites locais, mas também revelaram as práticas de uma escrita oriunda de uma formação acadêmica de elite diante das relações institucionais com o poder do Estado. À revelia desses competentes autores, porém, a lógica de um capitalismo que avança sobre a Amazônia nas últimas

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Crédito na cidade de Salvador, c.1750- c. 1780

ALEXANDRE VIEIRA RIBEIRO / UFRJ
Alexvieira77@yahoo.com.br

A proposta dessa comunicação é apontar os padrões do sistema de crédito na sociedade de Salvador entre os anos de 1750 e 1780. Para tanto, utilizaremos as escrituras públicas de empréstimos referentes aos três ofícios que existiam neste período na cidade, cuja documentação encontra-se arquivada no Arquivo Público do Estado da Bahia. Buscaremos apontar os mecanismo para obtenção de crédito e os principais agentes envolvidos, credores e mutuários, bem como as atividades às quais estavam vinculados. Para uma melhor compreensão, faremos uma análise comparativa com os dados de mesma natureza relativos ao Rio de Janeiro, cidade que possuía muitas semelhanças com Salvador. A observação e comparação das informações contidas nas escrituras de empréstimos destas sociedades nos mostram que embora fossem cidades portuárias, com alto fluxo mercantil, mantinham bastantes diferenças entre si no que tange ao sistema crédito. Buscaremos também, apontar o peso dos comerciantes na atividade de empréstimo, tanto como credores quanto como devedores.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

LEVANTE DOS MALÊS DE 1835 EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA.

ALINE NAJARA DA SILVA GONÇALVES /ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA MANGANGÁ
alinasigo@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva analisar o modo o Levante dos Malês de 1835, movimento social ocorrido na Bahia e liderado por africanos escravizados, é abordado em três livros didáticos pré-selecionados e ainda adotados em escolas da rede pública e particular de ensino na cidade do Salvador. Tal proposta é embasada na busca pela valorização dos personagens esquecidos e ocultados pela historiografia tradicional brasileira, que sempre privilegiou os grandes heróis em detrimento dos homens do povo. Visa ainda ampliar e incitar a discussão acerca da importância de incentivar o conhecimento da História local e valorizar a memória histórica do aluno afro-descendente na construção da sua identidade, em busca da qualificação do processo de ensino e aprendizagem, em concordância com a Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, bem como a valorização da luta dos negros no Brasil.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

LEVANTE DOS MALÊS DE 1835 EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA.

ALINE NAJARA DA SILVA GONÇALVES /ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA MANGANGÁ
alinasigo@yahoo.com.br

Este trabalho objetiva analisar o modo o Levante dos Malês de 1835, movimento social ocorrido na Bahia e liderado por africanos escravizados, é abordado em três livros didáticos pré-selecionados e ainda adotados em escolas da rede pública e particular de ensino na cidade do Salvador. Tal proposta é embasada na busca pela valorização dos personagens esquecidos e ocultados pela historiografia tradicional brasileira, que sempre privilegiou os grandes heróis em detrimento dos homens do povo. Visa ainda ampliar e incitar a discussão acerca da importância de incentivar o conhecimento da História local e valorizar a memória histórica do aluno afro-descendente na construção da sua identidade, em busca da qualificação do processo de ensino e aprendizagem, em concordância com a Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, bem como a valorização da luta dos negros no Brasil.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade..**

Às voltas com o Espírito do tempo – anotações sobre Hegel e a história

Aline Magalhães Pinto / UFMG
alinealinemp@yahoo.com.br

Propomos uma re-leitura de textos capitais da filosofia hegeliana, o prefácio à Fenomenologia *do Espírito* e a Lições sobre a filosofia da história, sob o olhar da teoria da história. A temporalidade e o sentido histórico desenhados pelos textos hegelianos conformam uma das matrizes do pensamento moderno que mais influenciou a historiografia. No século XX, as práticas historiográficas buscaram romper com a concepção de história hegeliana. Entretanto, como alerta Ricoeur, a ruptura com Hegel não é simples, e as “artimanhas” da dialética justificam retornar e retomar estes textos para compreender e discutir o movimento da história ali inscrito. Entendemos que encarar o projeto hegeliano de maneira relapsa não provoca outra coisa senão a expansão de seu domínio. A marca hegeliana parece mais leve que nunca exatamente no momento em que pesa com toda intensidade. Assim sendo, percorrer a dialética hegeliana não seria um trajeto possível para entrever, não além de Hegel, mas de quina, de viés, movimentos outros de historicidade e tempo?

**CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA
DA HISTORIOGRAFIA: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E MODERNIDADE.**

**A INVENÇÃO DE MITOS: MÉTODO, MEMÓRIA E VERACIDADE
A história política do Espírito Santo contada por Maria Stella de Novaes.**

Altino Silveira Silva
Altinos.silva@terra.com.br

As obras *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra* e *Um bispo missionário*, escritas por Maria Stella de Novaes (1894-1981), são riquíssimas em detalhes e possuidoras de redações esmeradas. Ambas foram fruto não apenas de uma exaustiva pesquisa documental, mas, também, do resgate da memória, pois a autora, por ser sobrinha dos protagonistas Dr. Jerônimo de Souza Monteiro (1870-1933) e Dom Fernando de Souza Monteiro (1866-1916), veio a presenciar diversos momentos oportunos e da privacidade dos mesmos. Todavia, a autora estava refém do que era e do seu tempo quando produziu as biografias. O objetivo deste artigo foi analisar os textos acima citados a fim de identificar o método e a veracidade do conteúdo. Os critérios utilizados foram obtidos a partir das reflexões de Marc Bloch, em *Apologia da História ou o ofício de historiador*, de René Rémond, em *Por uma história política*, e de José Carlos Reis, em *A história entre a Filosofia e a Ciência*, sobre a História Política. Quanto ao exame crítico, para se verificar a veracidade do conteúdo, pautou-se na confrontação com a mais recente historiografia espírito-santense, tais como as produzidas por Adriana Pereira Campos, Estilaque Ferreira dos Santos, João Gualberto, Nara Saletto da Costa, Sebastião Pimentel Franco e entre outros.

Augusto Malta: o olhar através da alma encantadora das ruas

Amanda Danelli Costa / PUC-Rio

amandadanelli@yahoo.com.br

No século XIX foi atribuída aos fotógrafos a função de registradores de um mundo que se dissipava e de outro que se anunciava. Esses profissionais eram contratados como os responsáveis por guardarem as imagens que se transformavam rapidamente, especialmente nas cidades. Tratava-se de um desejo de construir um álbum que conservasse a memória do antes, do durante e do depois, e que servisse de registro confiável das mudanças promovidas. Esta é a função que Augusto César Malta de Campos assumiu na prefeitura da cidade-capital, comandada por Francisco Pereira Passos. É através desse caminho que se busca analisar a fotografia como artifício capaz de inventariar as transformações da cidade, bem como compreender as imagens de Malta dentro do contexto das primeiras convicções a respeito do estatuto da fotografia, ou seja, como a “secretária e o caderno de notas”, uma representação fiel do mundo visível. Deste modo, podemos analisar como o “álbum de fotografias” do Rio de Janeiro se tornou instrumento com valor de prova a serviço de um projeto modernizador da cidade-capital, numa íntima relação com a mobilização nacional em torno de uma identidade moderna que se forjava naquele tempo.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

História das mulheres e gênero: uma discussão historiográfica

Amanda Dutra Hot / UFOP
amanda_duhot@yahoo.com.br

O feminismo, que eclodiu na década de 1960, demanda o conhecimento dos antecedentes históricos que culminaram neste movimento. A partir de então, começa a se configurar lentamente um campo novo na história: o estudo sobre as mulheres. Mesmo que, por vezes, atrelado às idéias feministas, misturado à história do cotidiano e da família, e ligado à demografia histórica, este campo foi desvencilhando-se aos poucos dessas áreas e delineando-se enquanto campo de estudo independente. Nos anos 1990 chega ao Brasil o conceito de gênero que, ao invés de marcar definitivamente a solução para a construção de uma história das mulheres, mostrou novos problemas, tais como a carência de um aparato teórico-metodológico e interpretativo mais consistente e menos segregador, para fundamentar os estudos de gênero.

O presente trabalho tentará abordar e discutir o debate em torno do gênero, desde os anos de 1960 até os dias atuais, incluindo seus problemas, tensões, tendências e perspectivas na historiografia contemporânea.

Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.

A PRESENÇA DE MAX WEBER NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

AMANDA SILVA MARTINS / UFOP
Amandamartinsbr@yahoo.com.br

Numa comunidade historiográfica como a brasileira, em que a atitude anti-teórica foi e continua comum, surpreende que dois dos pais fundadores de nossa moderna historiografia, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e José Honório Rodrigues (1913-1987), tenham sido profundamente marcados pela leitura do historiador e sociólogo alemão Max Weber. Nosso trabalho tem como foco a recepção de Weber na obra desses dois autores, como o diálogo com o pensamento weberiano evoluiu ao longo da trajetória de ambos, e, por fim, buscar elementos que ajudem a explicar a interrupção deste diálogo com Weber nas gerações seguintes de historiadores brasileiros. Para tanto, analisamos as principais obras destes dois autores e, em um segundo momento, buscamos uma perspectiva comparada das trajetórias de ambos. As obras priorizadas nesta comunicação são Raízes do Brasil (1936) e Visão do Paraíso (1958), de Sérgio Buarque de Holanda, e História e Historiografia (1970), de José Honório Rodrigues.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

HISTORIOGRAFIA E MEMORIA: A PASSAGEM DAS TROPAS PELO SERTÃO GOIANO

ANA CLAUDIA ALVES DE AQUINO GARCIA / UNIVESIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Historiana_65@hotmail.com

Comunicação que pretende investigar o processo de estabelecimento de relações entre a historiografia, a memória e o tropeirismo goiano. Visando tal perspectiva busco estabelecer um diálogo entre a historiografia tradicional e uma historiografia mais recente que critica a perspectiva de um Brasil Colonial voltado exclusivamente para a economia agro exportadora e de fluxo litorâneo. A crítica é apontada nos trabalhos de João Luis Fragoso e Jorge Caldeira e embora Caio Prado e Celso Furtado já tenham sinalizado a dinamicidade do setor interno_ economias de pequenos fluxos_ nunca lhes foi dado a devida importância.

A partir dessa constatação busquei estudar os circuitos econômicos pouco visíveis, normalmente não monitorizados, mas que movimentaram a região sertaneja. Nesse sentido, as tropas constituem um tema de interesse maior para a percepção da vida econômica brasileira, pois é sabido que desde o século XVII até os primeiros decênios do século XX, um contínuo movimento de tropas e boiadas traçou uma intensa rede de relações econômicas e socioculturais que interligou o território nacional. Contrariamente às afirmações de Frei Vicente do Salvador que redigiu em 1627, a obra *Historia do Brasil* na qual acusa os portugueses de “sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se em andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”, busco evidenciar que, mais que ranhuras, as lagartas do sertão traçaram teias. Teias de comércio, de vida e de silêncios e que não devidamente consideradas pela historiografia clássica, tais movimentos vem sendo trazidos à luz e auxiliando a compor o complexo quadro econômico do Brasil Colonial.

Os Ardis de “Mentes Pré-ocupadas”: memória e história na produção de conhecimento sobre o passado

Andre de Lemos Freixo / UFRJ
andredelemos@gmail.com

O *boom* memorialístico, arquivístico, patrimonialista e museológico que parece ter tomado de assalto o mundo ocidental nas últimas décadas do século XX aponta para uma nova “economia” do tempo: um presente cada vez mais *omni-presente*, tornando-se, pois, simultaneamente, “experiência” e “expectativa”. Esta situação conduz a uma crise que as sociedades modernas ocidentais passam a ter de enfrentar: uma crise identitária. A memória é um viés de construção de certezas e identidades que se fortalece diante desse quadro. Por um lado, permite restabelecer vínculos com o que foi, e por outro, diante das incertezas de um futuro cada vez menos previsível, possibilita tentar estabelecer uma relação de preservação para as gerações que não são ainda. As exigências do presente, nessa nova economia do tempo, demandariam dos historiadores, pois, uma nova relação com seu ofício? Uma nova relação diante da presença cada vez mais forte da memória em seu ofício? A presente discussão buscará questionar as relações cada vez mais imbricadas entre memória e historiografia, apontando que a historiografia pode emergir como parte de um esforço de memórias que a antecedem e a ultrapassam. A questão que se aciona desde já é: seria este o papel do historiador?

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Rio como metonímia de Brasil nas crônicas de Millôr

Andréa Cristina de Barros Queiroz / UFRJ
dedeaq@gmail.com

Millôr Fernandes construiu com suas crônicas e caricaturas no jornal carioca *O Pasquim*, na década de 1970, uma memória da cidade do Rio de Janeiro como metonímia de Brasil. Segundo Margarida Neves, o Rio de Janeiro que deixara de ser a capital política do país, em 1960, não perderia seu referencial de *capitalidade*, expressando ainda a idéia de “farol do Brasil”, norteador costumes, valores, hábitos e expressões culturais. Acreditava-se que o ambiente boêmio-litorâneo ipanemense refletisse os anseios de todo o país, assim, os que ali viviam e conviviam declaravam inúmeras vezes que Ipanema era o Brasil. Essa perspectiva pode ser compreendida na medida em que Ipanema, sobretudo *O Pasquim*, representou o *locus* onde se amalgamou uma diversidade de intelectuais, artistas e jornalistas procurando liberdade para manifestarem sua oposição à ditadura, instaurada em 1964. Para esses, Ipanema se apresentou como um pólo de junção das partes mutiladas do corpo social e realizou o reencontro de um determinado perfil do Rio que corria o risco de se perder. Acreditava-se que a cidade-balneário tinha novamente o status de sede da república.

Breve análise historiográfica sobre o Alcorão

Anizio José do Carmo Júnior / Universidade Federal de Goiás
magnizio@pop.com.br

Nos últimos 20 anos, editoras brasileiras lançaram no mercado grande quantidade de livros que tratam sobre o islamismo, livros de autores estrangeiros e alguns de autores nacionais. Muitos desses livros são "sínteses", que abordam o islamismo e os povos islâmicos como elementos homogêneos, não considerando a heterogeneidade que existe no "mundo islâmico" – heterogeneidade entre os próprios "fiéis" (árabes, turcos, iranianos, curdos), cristãos que vivem entre a grande maioria de muçulmanos, as querelas e os conflitos entre judeus e islâmicos pelo direito de "posse" da "Terra Santa", etc. Porém, existem aqueles que procuram abordar aspectos específicos do islã, como: a biografia de Mohammed (Maomé), as raízes judaicas e cristãs da tradição islâmica, a compilação das suras (capítulos) do texto definitivo do Alcorão, a "veracidade" de outros textos (*Sunna* e *Sharia*), as origens do fundamentalismo religioso, etc. Nosso objetivo é analisar os textos que tratam da origem do Alcorão, seus aspectos mais discutidos, seus problemas – entre eles, o da compilação das suras (capítulos) do texto definitivo.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

História e Memória: convergências e divergências na ação social da modernidade

Arnaldo José Zangelmi / Universidade Federal de Viçosa
arnaldozan@yahoo.com.br

Esse trabalho desenvolve questões debatidas na dissertação *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega*, desenvolvida para atender as exigências do Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV. Partimos da discussão de algumas formas de se conceber a relação entre história e memória e da associação dessas posturas com o trabalho do historiador. Os trabalhos de Maurice Halbwachs e Pierre Nora são emblemáticos para avaliarmos como se deu parte da relação do trabalho histórico e a memória. Halbwachs, no início do século XX, nos fala de uma história que faz a “compilação” da memória, ou seja, a registra, adaptando sua essência para moldes acadêmicos e tentando, inutilmente, salvá-la do esquecimento. Halbwachs, ao fazer esse diagnóstico da história, se alinha com a Escola dos Annales no intuito de formar uma história enquanto ciência social, que passaria a ver a memória como algo a ser desmistificado e afastado. Esse novo papel assumido pela história foi caracterizado por Nora, que enfatiza a oposição e o efeito corrosivo da história sobre a memória na sociedade atual. Nossa intenção, por fim, é discutir parte das implicações da ação dos movimentos sociais na modernidade para a construção da relação dos atores sociais com seu passado.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Desagravos de Pernambuco e Glórias do Brasil: História Regional e Historiografia Pernambucana

Artur José Renda Vitorino / PUC-Campinas
arturvitorino@uol.com.br

Circunscrito à segunda metade do século XIX, discorreremos como as ações políticas, administrativas e financeiras criadas e implementadas pelos Saquaremas, instalados na Corte imperial do Rio de Janeiro desde a década de 1840, atuaram no Norte do país, mais especificamente na província de Pernambucano, e como essas ações foram absorvidas e refletidas pela produção historiográfica pernambucana.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Historiografia brasileira e estrangeira sobre a Infância Medieval e um exemplo
de Alfonso X, o Sábio.**

Augusto de Carvalho Mendes / PUC-Minas
augustokm@terra.com.br / avgvstv@yahoo.com.br

Pretendemos fazer um breve resumo da historiografia brasileira e estrangeira sobre a infância na Idade Média dando o quadro geral do seu desenvolvimento e pontuando algumas obras mais expressivas. Além disto, faremos um breve estudo referente ao pensamento do Rei Alfonso X, o Sábio sobre as crianças judias reforçando mais uma vez a tendência desta nova historiografia de, contra Phillippe Ariès, demonstrar a valorização das crianças no período medieval.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**NOTÍCIAS DO BRASIL: sobre a riqueza da produção intelectual jesuítica no
Brasil quinhentista**

BRENO MACHADO DOS SANTOS / UFJF
brenomsanto@terra.com.br

A proposta deste artigo é destacar a importância da documentação produzida pelos jesuítas no Brasil quinhentista. O fato de as *Constituições* jesuíticas estipularem trocas periódicas de correspondências entre seus membros fomentou a produção de um número de escritos consideravelmente maior aos realizados fora do âmbito da Companhia de Jesus. Entre as principais características de tal produção está o fato de ela perpassar pelos domínios da política, da teologia, da geografia, da etnografia, da botânica e zoologia. Além do trato minucioso sobre variadas temáticas, outro elemento importante dos escritos dos inicianos reside no fato de eles serem provenientes de distintas regiões da colônia, uma vez que o ideal itinerante presente no “modo de proceder” jesuítico estimulava a disseminação dos missionários por todo o território colonial. Desta forma, acreditamos que a produção epistolar jesuítica pode ser considerada como uma fonte valiosa para diversas pesquisas voltadas sobre o Brasil durante o século XVI.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Historiografia brasileira oitocentista: a “meta-narrativa” de Gonçalves de
Magalhães.**

Bruno Diniz Silva / UFOP
Brunodiniz18@yahoo.com.br

Esta apresentação estará focada em uma verificação da possibilidade do quadro teórico proposto por Hayden White, em seu livro *Meta-história*, quanto à aplicabilidade à historiografia oitocentista brasileira. O autor afirma que os mestres do pensamento histórico do século XIX podem ser compreendidos pela explicação dos diferentes modos tropológicos que lhes inspiram e informam o trabalho. E que o modo tropológico dominante e o seu concomitante protocolo lingüístico compõem a base irredutivelmente "meta-histórica" de todo o trabalho histórico. Também proponho, indagar as possibilidades de que tal tipo de análise possa contribuir para uma melhor compreensão das relações orgânicas entre intelectuais oitocentistas brasileiros e a sociedade que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado. Analisando o discurso empregado por Gonçalves de Magalhães, em sua premiada obra: *Memória Histórica e Documentada de Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. Demonstrando a maneira pela qual, aquele autor, expôs em sua narrativa sobre a Balaiada – uma sangrenta Revolução Regencial –, a defesa dos ideais de unidade nacional, redução dos conflitos internos e consolidação da monarquia constitucional, empreendido pelas Elites Imperiais nas décadas de 1830 – 1840.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A verdade desnuda – a descoberta do mundano na determinação de um sentido
político/moral no Portugal quatrocentista.**

Bruno Gianez / Universidade Federal Fluminense
bruno_gianez@yahoo.com.br

A CRISE QUE DEFLAGROU A REVOLUÇÃO AVIS (1383-1385) ABRIU NOVAS PERSPECTIVAS NA ELABORAÇÃO DA ESCRITA ACERCA DO PASSADO, CUJO ENGENHO POSSUI UM EFEITO DURADOURO NUMA TRADIÇÃO HISTORIOGRÁFICA LUSO-BRASILEIRA E TEM SEU PRINCIPAL ARTICULADOR NO CRONISTA FERNÃO LOPES (1380/90-1459?). A EXPRESSÃO “NUA VERDADE”, QUE NA CONTRAMÃO DE UMA LONGA TRADIÇÃO CRONÍSTICA, ORIENTOU O TEXTO DE LOPES, EXIGIU UM DETERMINADO NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO NA ESCRITA QUE ABARCASSE A COMPLETUDE “DESSE MUNDO NOVO” EMERGIDO DAS LUTAS CONTRA CASTELA, FUNDANDO UM *DISCURSO PROPRIAMENTE HISTÓRICO*. MAS, QUAIS AS NECESSIDADES, NO MEAR DO SÉCULO XV PORTUGUÊS, DE APRESENTAR UMA VERDADE QUE SE ESPERA NUA? A CONDUTA CAVALEIRA PERPETUADA PELA NARRATIVA DOS BONS EXEMPLOS DO PASSADO E CELEBRADA NO PANEGÍRICO DO HERÓI FORAM MINIMIZADOS POR LOPES NA TENTATIVA DE DETERMINAR O MUNDANO, DESCOBRIR O QUE VERDADEIRAMENTE PREENCHE AS PRERROGATIVAS DO PODER, HONRA E PROVEITO, O QUE LHES DÁ SUSTÂNCIA. *AFINAL DE QUE MATÉRIA SÃO FEITOS OS HOMENS, O QUE LHES ALENTA A ALMA?* ASSIM, A VERDADE NA OBRA DE LOPES GANHOU UM SENTIDO POLÍTICO/MORAL – *A VERDADE É DITA PORQUE JUSTA*. JUSTA, POIS ATENDE UMA TOTALIDADE E PRESTA SENTIDO À CONDUTA HUMANA, PERMITINDO DISTINGUIR BEM E MAL, ENFIM, DESCOBRE-SE O CONTEÚDO DA JUSTIÇA NO ESTABELECIMENTO DA “NUA VERDADE”.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Alphonse de Beauchamp e o (não) lugar da *Histoire du Brésil* na historiografia
brasileira oitocentista**

Bruno Franco Medeiros / UFOP
bmaiafranco@yahoo.com.br

A biografia de Alphonse de Beauchamp é repleta de conteúdo polêmico que envolveu, na maioria das vezes, a sua forma de exposição dos fatos pretéritos. Na história da historiografia brasileira, a *Histoire du Brésil* de Beauchamp protagonizou uma das maiores polêmicas do cenário intelectual brasileiro no Império. No Juízo escrito por Varnhagen acerca do *Compêndio de História do Brasil* de Abreu e Lima, aquele acusa este de ter copiado algumas passagens da *Histoire* de Beauchamp, que, por sua vez, seria apenas um plagiário da *History of Brazil* de Robert Southey.

Ao acusar Beauchamp de plagiário, Varnhagen atacava indiretamente um modelo historiográfico que se afastava, e ao mesmo tempo rivalizava com as premissas básicas para a escrita de uma história geral do Brasil que estavam em jogo nesse momento.

Ao demonstrar a recepção negativa da obra de Beauchamp pela historiografia oficial que se firmava durante o Império, tentaremos esboçar como o **conceito de história** (Koselleck) da *Histoire du Brésil* rivalizava com a empresa historiográfica defendida por Varnhagen e como a proposta de Beauchamp para a escrita de uma história do Brasil representou um caminho a não ser seguido pela historiografia brasileira oitocentista.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade.**

A ascensão sob controle: sociabilidade festiva, mobilidade socioeconômica e controle régio na procissão do Corpo de Deus em Vila Rica (1740-1748)

Bruno Assaf Bernardes de Araújo e Pedro Eduardo Andrade Carvalho / UFOP
brunoassaf@yahoo.fr

Tendo como pano de fundo a sociedade mineira do século XVIII, a presente comunicação tem por objetivo, demonstrar como os trabalhadores autônomos, leia-se: pintores, alfaiates armadores, artesãos, entre outros, membros da Irmandade do Patriarca de São José, ascendiam financeira e, em alguns casos, socialmente. Também será analisada o modo que tal ascensão se relacionava com as festividades barrocas setecentistas, especificamente às festas de Corpus Christi realizadas pelo Senado da Câmara de Vila Rica.

Ao levarmos em consideração que as solenidades setecentistas funcionavam como o aspecto determinante da mobilidade social, demonstrar que as altas cifras destinadas à realização destas festas eram como um investimento feito pelos poderes públicos, mais especificamente o Senado da Câmara de Vila Rica, com o interesse de atenuar o dinamismo da sociedade nas Minas.

Por fim, pretendemos entender tais festividades como configuradores das redes de solidariedade e, conseqüentemente, enxergar nestas solenidades um caráter indispensável para as Minas, a tornando mais próspera e aumentando os tratos sócio-econômicos lá ocorridos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Um estudo histórico de caso na produção pictórica brasileira contemporânea.
(Refletindo temas do Neobarroco)**

Camila Rodrigues Viana Ferreira / Universidade Federal de Goiás
camilavrodrigues@hotmail.com

A *estética neobarroca* é uma reflexão que envolve a produção da arte contemporânea, bem como, produtos da cultura de massa (objetos midiáticos) com elementos que fazem parte da ressignificação da arte Barroca dos séculos XVII e XVIII. Calabrese em seu livro “*A Idade Neobarroca*”, considera que existem noções de “estilo”, “gosto” e “motivos” que trazem condições para que se construa um conjunto de efeitos que seja possível caracterizar uma época ou um período. Ao se tratar do contemporâneo essa relação de atribuir pertinências aos fatos que possam constituir uma época, é bem mais complicado. A este trabalho o que interessa é fazer uma discussão em torno da “História da Arte”, mais especificadamente da “Arte Contemporânea Brasileira”. Considerando que a arte contemporânea é constituída pelo seu hibridismo cultural, dessa forma torna-se complicado atribuir a ela uma pertinência nos fatos e acontecimentos que possibilite a formação de blocos de similitudes que representem formas de categorização de acordo a compor estilos que determine uma época (se é que apresenta licitude). Para compor essa discussão utilizo de obras de dois artistas brasileiros contemporâneos: Julio Guiorzi e Beatriz Milhazes, os quais cada um apresenta uma poética diferenciada, mas contem conceitos de representações do que viria a ser estética Neobarroca.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Mais do mesmo: uma historiografia para Guarapuava

Camila Mota Gonçalves / Universidade Estadual do Centro-Oeste

Lilianefreitag@uol.com.br

A produção historiográfica brasileira emerge, no século XIX em um contexto de valorização da história da nação brasileira. Nessa direção, vários Estados brasileiros fundam suas instituições congêneres visando o forjamento de suas identidades regionais. Entretanto a produção historiográfica brasileira não se restringe aos corredores dessas Instituições. No Brasil, inúmeras histórias locais também são palco de uma produção historiográfica. Produzida por médicos, advogados, párocos, dentre outros. Mapear tais produções possibilitará formarmos parâmetros para uma historiografia brasileira do regional. Realizar entrevistas com autores a fim de conhecer suas trajetórias, identificar o conceito de história e suas percepções sobre o processo no qual a história do Município de Guarapuava se insere consiste em nosso grande desafio a fim de problematizar a organização desses saberes locais.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Identidade e representação social de gênero no discurso jornalístico – A mulher em
O Diário 1935-1937.**

Camila dos Santos Teixeira / PUC- MINAS
camilast@terra.com.br

As mulheres tiveram suas vozes silenciadas ao longo da história. Foram representadas através de discursos que transformaram a fala sobre a mulher na fala sobre uma imagem ideal, um modelo. Deste modo, a mulher teve sua identidade social construída através de discursos. Entre eles destacamos o discurso jornalístico, que se caracteriza como uma fonte que permite a compreensão da definição dos papéis sociais através da representação do real e do seu projeto de sociedade ideal.

Tendo em vista a percepção do discurso jornalístico como ideologicamente construído, a análise do jornal católico *O Diário*, e em particular da coluna *Uma Página para a Mulher e o Lar*, no período de 1935 a 1937, configura-se como um espaço privilegiado para entender a dinâmica das relações sociais de gênero na cidade de Belo Horizonte na segunda metade da década de 1930. Entender a forma como este discurso foi elaborado permite a compreensão do papel dos estereótipos e das representações na construção da identidade social da mulher em face à implantação de uma nova ideologia política e religiosa, modernizadora das estruturas sociais vigentes até então.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Considerações acerca do movimento do crédito no termo de Vila do Carmo, 1713-
1756**

CARLOS LEONARDO KELMER MATHIAS / UFRJ
clkmathias@ig.com.br

A partir da análise de todos os inventários *post-mortem* relativos aos anos de 1713 e 1756 presentes no 1º e no 2º ofício do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (366 no total), a presente comunicação objetiva analisar o movimento do crédito no termo de Vila do Carmo, parte integrante da comarca de Vila Rica. Após o estabelecimento da composição da riqueza no termo, a correlação entre as dívidas ativas e passivas acabou por revelar que as primeiras não eram suficientes para saldar as segundas, pondo em perspectiva a validade da chamada “cadeia de adiantamento/endividamento” para a explicação do movimento do crédito para além do grupo dos comerciantes. Igualmente, os bens de raiz revelaram-se incapaz de liquidar as dívidas passivas. Dentre a composição da riqueza dos inventariados, o único bem capaz de promover a quitação de tais débitos foram os escravos. Essa constatação perpassa todo período em apreço demonstrando que, para além das oscilações no preço dos escravos e na relação oitava/real, os cativos estiveram na base das relações creditícias. Tal observação torna-se ainda mais veemente tendo em conta os bens penhorados nos inventários, o alvará régio de 26 de março de 1721 e a Lei da Trintena de 1752.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A presença de movimentos religiosos católicos nas universidades brasileiras: um
estudo sócio-histórico.**

Carlos Eduardo Pinto Procópio / Universidade Federal de Juiz de Fora
procopioeso@yahoo.com.br

O presente trabalho terá por intenção apresentar um balanço sobre a presença dos movimentos religiosos católicos no interior das universidades brasileiras. Levando em conta os contextos em que cada movimento estava inserido - tanto na igreja quanto na sociedade brasileira - será explorado o sentido da presença desses movimentos nas universidades, suas motivações, recursos e estratégias, buscando assim compreender as razões dos seus êxitos e desacertos. Apesar das especificidades das épocas em que esses movimentos se inseriram, uma linha comum ganhará ênfase: a busca da conciliação entre uma religiosidade católica com o conhecimento e status que a universidade poderia projetar. O recorte da investigação abarcará a totalidade dos movimentos católicos nas universidades brasileiras, desde a fundação da AUC (Associação dos Universitários Católicos) no final da década de 1920, passando pela JUC (Juventude Universitária Católica), que esteve presente nos anos nas décadas de 1940-1960, pela PU (Pastoral Universitária), que teve seu início na década de 1970, até chegar ao MUR (Movimento Universidades Renovadas) ligada à RCC (Renovação Carismática Católica), que iniciou suas atividades na década de 1990.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Plano Colômbia e suas implicações no contexto brasileiro (1998-2002)

Carlos Roberto Benjoi da Silva / Universidade Federal de Mato Grosso
Benjoihistoria@gmail.com

A historiografia referente às Relações Internacionais no Brasil tem tido um amplo aumento nos últimos anos. Este modo de se fazer a História, influenciado pela História Política, Social e Econômica, tem tido sucesso e amplo reconhecimento na Academia. Sendo assim, a proposta deste trabalho é discutir um aspecto- o Plano Colômbia - das Relações do Brasil com um de seus vizinhos: a Colômbia. No âmbito das Relações entre os países da América do Sul, a Colômbia é um país preocupante e de forte discussão. No ano de 1998, assumiu o governo colombiano o presidente Andrés Pastrana, que logo no início de seu mandato apresentou ao povo um pacote de metas que visavam diminuir a tensão no país. Este grande projeto, denominado *Plano Colômbia*, previa extinguir total ou parcialmente os conflitos armados colombianos. Assim, a presente comunicação tem como objetivo apresentar o Plano Colômbia em suas implicações e influências para os países vizinhos da Colômbia. Abordaremos principalmente, a postura do governo brasileiro diante do conflito: suas ações de defesa da fronteira, sua postura diplomática e seu comportamento diante da influência dos Estados Unidos da América no contexto colombiano.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

“Porto Alegre carnavalesca”: através do olhar imagético

Caroline Pereira Leal / PUC do Rio Grande do Sul
carolpleal@yahoo.com.br

O presente artigo visa analisar uma imagem sobre o carnaval porto-alegrense em fins do século XIX, mais especificamente sobre o entrudo, e as suas possíveis representações. Está dividido em três momentos: no primeiro, uma breve reflexão sobre as imagens, o que são, como trabalhá-las; no segundo, fez-se uma apresentação do carnaval porto-alegrense no momento de criação das sociedades carnavalescas; e por último, a análise da imagem propriamente dita.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A nova história cultural francesa e a historiografia brasileira: influências, desafios
e perspectivas na atualidade**

Catarina de Oliveira Buriti / UFCG
catyburiti@yahoo.com.br

A nova história cultural francesa corresponde a um dos novos paradigmas historiográficos que emergiram na década de 1960. Entre o final da década de 1960 e meados de 1970, houve uma abertura para as novas temáticas culturais, no entanto, as formas de abordá-las, em um primeiro momento, são todas herdadas do período imediatamente anterior, da chamada “Era Braudel”. Foi o momento denominado de “quantitativo no terceiro nível”, expressão que designa o uso da quantificação ao nível das temáticas culturais. Essa tentativa de abordar a cultura das sociedades através de métodos quantitativos gerou, já em meados dos anos 1970, diversas reações, pois logo se percebeu que não fazia sentido tentar mensurar temáticas inseridas nesse âmbito. Nesse contexto, o olhar do historiador se apropria dos métodos etnográficos com vista a apreender as práticas simbólicas ao nível do cotidiano. As obras de Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby e Jacques Le Goff possibilitam reflexões em torno das influências dos historiadores da terceira geração dos Annales sobre a historiografia brasileira das últimas décadas, atentando para os desafios que ainda lhe são impostos, como escrever história em um estilo literário e prazeroso e dialogar com a antropologia histórica para compreender os fenômenos significados e interiorizados pela própria sociedade.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Nova História Militar: Uma discussão acerca do recrutamento militar no Brasil
Imperial**

César Eugenio Macedo de Almeida Martins / Universidade Federal de Juiz de Fora
cemam@click21.com.br

Os trabalhos referentes aos temas militares, não necessariamente, são fruto de pesquisas nos quartéis ou órgãos das Forças Armadas. Obviamente, é de se supor que nessas instituições exista uma vasta documentação a ser explorada. Entretanto, as fontes militares podem ser encontradas em vários arquivos (municipal, estadual, nacional). Desta forma, diversos estudos têm revelado o potencial que esta nova abordagem pode oferecer. Neste sentido, a Nova História Militar propõe uma visão mais abrangente, relacionando as questões militares com a sociedade, a política e a cultura em questão. Utilizando dessa perspectiva, discutiremos algumas pesquisas que tem como foco principal o recrutamento militar no século XIX, dando ênfase no período da Guerra do Paraguai. Assim sendo, acreditamos que a análise do recrutamento militar pode oferecer um caminho para entender o funcionamento do Estado Imperial Brasileiro, bem como a visualização das ações dos indivíduos inseridos naquela realidade. Tal abordagem pode produzir resultados significativos para a compreensão da formação das representações de poder e de regulamentação da sociedade brasileira no século XIX.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**O Homem Invisível (ou quase): discussões acerca da natureza teórica dos estudos
sobre a classe operária**

César Augusto Bubolz Queirós / UFRGS
cesardequeiros@uol.com.br

Nas últimas décadas, a classe operária tornou-se um dos temas privilegiados nos estudos no campo da história social. Entretanto, este objeto de estudo possui uma série de peculiaridades que exigem uma constante reflexão teórica e metodológica. Neste sentido, este trabalho tem o objetivo de contribuir no sentido de proceder a uma análise acerca da natureza teórica e metodológica deste campo de pesquisa, enfatizando aspectos como a necessidade de se considerar a heterogeneidade deste objeto, a tendência, muitas vezes observada, de se identificar o conjunto da classe com seus segmentos mais organizados e visíveis e as dificuldades metodológicas de se buscar fontes sobre as parcelas menos visíveis da mesma.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Um artigo em tempos de guerra: apreciações braudelianas da historiografia
brasileira.**

Cibele Barbosa da Silva Andrade / Fundação Joaquim Nabuco
cibele.barbosa@fundaj.gov.br

O tema da comunicação é parte de uma pesquisa realizada sobre a recepção da historiografia brasileira na França entre os anos 30 e 50. Já é bastante conhecida a ação exercida por intelectuais franceses no processo de institucionalização dos estudos históricos no Brasil, bem como a constante circulação e transplantação no Brasil das idéias derivadas da cena historiográfica francesa. No entanto preferimos estudar essa relação sob um viés dialógico ao mostrarmos de que maneira a produção historiográfica brasileira foi reproduzida em cenário francês. Cabe-nos, nesta comunicação, mostrar um fragmento desses diálogos entre historiografias através da abordagem de um artigo publicado por Fernand Braudel na revista dos Annales em 1943. A partir deste estudo de caso tentaremos mostrar como duas tradições de escrita histórica se encontraram nas páginas da revista dos Annales em pleno período de guerra.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A Escolha do Local para Construção da Nova Capital do Estado de Goiás

Clarismar Gomes de Abreu / Universidade Federal de Goiás
Clarismargomes@yahoo.com.br

Em princípios da década de 30 a idéia da mudança da capital do estado de Goiás da Cidade de Goiás para outro local é absorvida pelo grupo político, que ascende ao poder com a revolução de 30, sob a bandeira da necessidade de dotar o estado de uma capital moderna e símbolo do progresso. Um dos objetivos ao se propor uma cidade sob estes moldes é promover uma representação de ruptura com o passado anterior a 30. Diferentemente de parte dos trabalhos dedicados a esse momento que não discutem o momento de escolha do local para edificação dessa nova capital, acreditamos que é preciso buscar elementos que ampliem a discussão acerca desta escolha, haja vista que o local seria de fundamental importância dentro daquele projeto de ruptura com o passado. Assim, partimos do princípio de que vários fatores podem ter contribuído nessa escolha e em várias medidas. Desta forma, com este trabalho buscamos promover algumas discussões acerca destes fatores.

**Comprar, vender, emprestar, trocar, anotar ... empenhar:
práticas creditícias no cotidiano do Antigo Regime.**

Cláudia Coimbra do Espírito Santo / USP
claudiacoimbradoespiritosanto@yahoo.com.br

Desde a década de 90 do século XX, pesquisadores têm se dedicado com mais acuidade ao tema do endividamento nas sociedades do Antigo Regime. Não obstante os limites impostos pela escassez de numerário, a economia cotidiana se desenvolveu no período em tela. Os estudos têm demonstrado a importância do crédito para a realização das atividades comerciais. Isto porque as relações sociais estabelecidas entre credores e devedores favoreceram a constituição de uma cadeia de endividamento e a criação de redes clientelares, envolvendo desde grandes comerciantes até as camadas mais pobres, permitindo assim a longevidade das práticas creditícias. As questões que emergem destes novos estudos são os procedimentos adotados para a produção da vida material, para a efetivação das trocas comerciais e para o desenvolvimento da economia cotidiana. Os impactos causados pela variedade de práticas creditícias têm sido estudados à luz de fontes primárias e secundárias variadas, considerando a especificidade dos períodos analisados e dos contextos regionais, mas principalmente revelando os dados pessoais e as relações sociais e econômicas presentes em séries documentais cartorárias – *inventários, testamentos, livros de receitas e despesas, cadernetas*, etc. Busca-se assim apreender os diversos instrumentos utilizados para obtenção de crédito e o impacto que estas atividades causaram na economia colonial.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Os arquivos e a História: memória de um lugar

Cláudia Beatriz Heynemann / Arquivo Nacional
heyнемann@uol.com.br

A identificação que se estabelece entre Memória e História articulada por meio dos arquivos como analisou Krzysztof Pomian na obra dirigida por Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, 1984 - 1992, é um problema histórico em si, central para a análise da historiografia contemporânea. A proposta da comunicação é, sob esse prisma, refletir sobre o lugar dos arquivos a partir de seus deslocamentos mais significativos desde o século XIX, considerando especialmente o Arquivo Nacional do Brasil que completará 170 anos em 2008. Fundadores de formas de saber, de classificação e organização, os arquivos partilham de uma matriz comum às bibliotecas e museus, abrangendo catálogos, listas, coleções, em um movimento que responde por algumas visões consolidadas da História e da cultura. O Arquivo Nacional é tributário de um projeto historiográfico e fundacional que caracterizou o século XIX, e guarda a memória de uma escrita, de um discurso e da constituição de seu acervo que tem em perspectiva quase cinco séculos de existência e os temas da História do Brasil que representaram a tarefa interpretativa de diversas gerações.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O mal-estar na história do Brasil: Capistrano, Paulo Prado etc.

Cláudio Lúcio de Carvalho Diniz / UNIFEMM
Claudio01diniz@bol.com.br

O paradigma satânico ou pessimista teve ampla repercussão no Brasil e na América Latina entre fins do século XIX e princípio do século XX. Derivado de uma estética realista, tal modelo encontrava na ciência e nos modelos raciais de análise sua base de sustentação. Por outro lado, também foi relido pelas diversas concepções modernistas com o sentido de contestação ou de afirmação de uma nacionalidade doentia ou mesmo inexistente. Nesse sentido, o trabalho que propomos busca observar a evidência desse modelo no Brasil entre as gerações de intelectuais que produziram seus trabalhos no período referido. As obras de Capistrano de Abreu e Paulo Prado Servirão de guias por este horizonte de idéias.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

GUMBRECHT, LEITOR DE BAKHTIN

Clayton Santos Guimarães / UFOP

Claytons@uai.com.br

Estabelecer uma leitura comparada da obra de Hans Ulrich Gumbrecht e os trabalhos literários do filólogo russo Mikhail Bakhtin pode parecer, a primeira vista, trazer poucas contribuições para a compreensão do projeto historiográfico de Gumbrecht. O próprio crítico alemão já assume sua condição de *leitor* desses trabalhos, logo no primeiro capítulo de seu *Modernização dos Sentidos*, com o empréstimo do conceito de cronotopos na fundamentação de suas cascatas de modernidade. Acredito, porém, que esta leitura de Bakhtin ultrapassa as fronteiras do empréstimo conceitual: na análise bakhtiniana da estrutura do romance antigo/medieval, já estariam sistematizadas as bases teórico-metodológicas do que se mostraria, mais tarde, como as condições de emergência de uma historiografia pós-moderna, capaz de neutralizar as sucessivas formações de cascatas. Assim, exploraremos nesta comunicação a leitura comparada dos trabalhos destes dois críticos, buscando abrir um novo campo para se apreender a estrutura formal do projeto pós-moderno de Gumbrecht: um espaço no qual a tensão paradigmática entre literatura e história não encontra mais um terreno de desenvolvimento, diante do novo papel desempenhado por esses campos no nosso tempo.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do
Brasil (1821-1822).**

Cristiane Alves Camacho dos Santos / USP
cristianecamacho@yahoo.com.br

Nesta comunicação pretende-se apresentar proposições de pesquisa, em fase inicial, sobre a leitura histórica da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil. A análise basear-se-á em documentação periódica publicada no Brasil, entre os anos de 1821 e 1822, e suas referências à colonização portuguesa da América, um passado diversificado que é unificado pelo discurso através do adjetivo “colonial” ou expressões semelhantes. A investigação parte da perspectiva analítica de R. Koselleck acerca do tempo histórico que se concebe na diferença entre experiência e expectativa, e se insere em um amplo debate a respeito da formação do Estado e da nação brasileiros. A partir da exposição de alguns exemplos significativos, pretende-se evidenciar a pertinência do problema, procurando analisar como esses referenciais são utilizados no plano discursivo e identitário, sem perder de vista o reordenamento de múltiplas identidades políticas engendradas no processo de crise e superação do Antigo Regime português na América.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A historiografia sobre a vivencia religiosa no além-mar do setecentos

CRISTINA DE CÁSSIA PEREIRA MORAES / UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
crmoraes@fchf.ufg.br

O objetivo deste trabalho é analisar a historiografia sobre a sociabilidade religiosa no setecentos na Capitania de Goiás, objetivada por um projeto de missionação português devido à eficácia do enquadramento religioso em além-mar. No Brasil, a produção historiográfica sobre a religiosidade e a sociabilidade perpassa impreterivelmente por Eduardo Hoornaert, Fernando Londoño e Riolando Azzi, Fritz Teixeira Salles, Julita Scarano, Caio César Boschi, Marcos Magalhães de Aguiar, Sergio Ricardo da Mata, Adalgisa Campos, Maria Aparecida Gaeta e Maria Aparecida Quintão, dentre outros, que nos legaram modelos de análise para uma investigação sobre as irmandades brasileiras. Embora sejam vastíssimas as opções para se averiguar os desdobramentos dessa análise, optamos em construir um objeto de pesquisa a partir dele mesmo. Ou seja, tentamos apreender a sociabilidade e a religiosidade no sertão dos *Guayazes* na própria documentação da época. Outrossim, a investigação nos mostrou o caminho a ser analisado por meio da historiografia produzida sobre o setecentos e sobre o próprio tema em outras capitanias brasileiras. Desse modo, a historiografia foi uma resposta ao exame profundo de questões, dependente de diligências, documentos, testemunhas, etc., e com largo debate das partes interessadas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**“Entre umas histórias e outras”: uma análise das biografias sobre D. Antônio
Ferreira Viçoso.**

Daniela Gonçalves Gomes & Germano Moreira Campos / UFOP

danijsv@yahoo.com.br
germcampos@yahoo.com.br

Este artigo tem por objetivo analisar as importantes biografias produzidas sobre o bispo D. Antônio Ferreira Viçoso que atuou na Diocese de Mariana no século XIX (1844-1875) em um período que a Igreja Católica tentava recuperar seu aparelho eclesiástico numa tentativa de maior controle sobre o clero e os fiéis.

Da primeira biografia publicada em 1875 por D. Silvério Pimenta até a última escrita por Cônego José Vidigal Carvalho em 1997, a figura de D. Viçoso aparece como uma personagem altamente preocupada com a religiosidade mineira. Suas biografias demarcam a importância deste bispo não somente como figura central do episcopado mineiro no período, mas com uma personalidade que foi capaz de implementar as diretrizes do processo de Romanização no Brasil.

Estudar as diversas biografias de D. Viçoso torna-se importante uma vez que elas são produzidas em diferentes momentos da História da Igreja onde notamos a despeito das situações típicas de cada período que a figura de D. Viçoso permanece sempre muito destacada no contexto eclesiástico.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

“Le voyage d’Italie” ou interfaces do real e do imaginário em Sade

Daniel Wanderson Ferreira / PUC - RIO
daniel_ferreira_bhz@hotmail.com

Le voyage d’Italie foi escrito por Sade nos anos 1775 e 1776, quando estava na prisão. A importância que se dá ao texto normalmente está relacionada à recorrência das imagens italianas nos romances mais importantes do autor, tais como as presentes em *Justine*. Interessamo-nos, contudo, pela investigação que pensa esses escritos como textos de interface entre o real e o imaginário ficcional. Com isso buscamos pensar alguns rumos para a abordagem dos textos e temáticas do autor.

**Estratégias de branqueamento social na Confraria de S. José dos Homens Pardos
ou Bem Casados – Vila Rica (1730-1823)**

Daniel Precioso / UFOP
daniel.precioso@gmail.com

O vertente estudo visa delinear as estratégias forjadas pelos “homens pardos” da Confraria de S. José de Vila Rica para ascenderem socialmente na sociedade mineira setecentista. Frente às condições de possibilidade dos pardos de S. José se afirmarem numa sociedade que lhes relegara à marginalização, destacaremos o papel das atividades manuais neste ínterim.

A escassez de mulheres brancas, o número assombroso de africanos cativos que aportavam nas paragens mineiras setecentistas e o relaxamento da moral em terras tão longínquas seriam as diretrizes que acarretariam a eclosão do mulato. Elemento desarticulador da hierarquização social e racial sob a qual se assentava a sociedade colonial, em Minas o pardo livre seria infamado e sobre suas costas pesaria o fardo de todas as mazelas e desregramentos sociais. Não raro, éditos reais foram baixados de maneira a cercear a liberdade de atuação deste “elemento perigoso”. As correspondências entre os conselheiros reais e os governadores da Capitania Geral das Minas Gerais tornam patente a política de contenção do mulato fomentada pelas autoridades locais e metropolitanas ao longo da primeira metade do setecentos.

Lançando mão de um estudo de caso, procuraremos nos inventários e testamentos as trajetórias individuais de artesãos e artistas confrades do Patriarca S. José.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Paulo Prado e o uso político do passado paulista.

Danilo José Zioni Ferretti / UFSJ
daniloferretti@oi.com.br

Pretendo estudar a atuação de Paulo Prado como historiador regional, mediante a análise de sua obra *Paulística*, de 1925. Ao contrário da tendência de buscar relações desta obra com os princípios estéticos do movimento modernista, pretendo estudá-la à luz do novo posicionamento político assumido pelo autor em meados dos anos 20. Procuo identificar a forma como Paulo Prado fez uso político do passado regional visando dar sustentação à sua crítica liberal dos males da Primeira República. Para isso procuro inserir sua obra no debate historiográfico paulista do início do séc. XX, confrontando-a com a obra historiográfica daquele que considero seu principal interlocutor: Washington Luis Pereira de Sousa, então presidente do Estado de São Paulo e que havia se destacado como historiador no início do século. Neste processo também será analisada a redefinição da identidade paulista levada a termo por Paulo Prado. Criticando o ufanismo regionalista do período, que em vários aspectos também compartilhava, o autor tendeu a considerar o paulista moderno como um ser “decadente”. Assim, procurando compreender o tratamento do tema da “decadência paulista” por Paulo Prado busco compreender o impacto da produção historiográfica na crise de legitimidade da Primeira República, que se configura na década de 1920.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Walter Benjamin e a “experiência de perda” na modernidade: avatares
paupérrimos para a auto-certificação do “novo” em imagens de restos e ruínas.**

Davidson de Oliveira Diniz / UFMG
dodiniz@yahoo.com.br

Walter Benjamin pergunta no texto da *Experiência e pobreza*, falando dos aspectos da experiência enquanto tradição comunicável na modernidade, “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nos”? O paradoxo benjaminiano nos faz pensar a modernidade a partir do “novo” como valor de culto, ou melhor, uma tradição moderna iniciada com o nascimento do novo enquanto “liberdade de toda experiência”.

O que seria essa “liberdade de toda experiência” na acepção benjaminiana, essa *experiência de perda* na auto-certificação da modernidade? A proposta desta comunicação, desde logo, coloca-se neste percurso: pensar tal aspecto do paradoxo da modernidade a partir da reflexão que Benjamin deixou em *Experiência e pobreza*. Refletir qual o caráter desta “tradição moderna” como uma tradição voltada contra si mesma, cujo paradoxo revela a consciência de tempo na modernidade mediante a *experiência de perda*, fincada em sua necessidade de auto-certificação. Para tanto, uma vez considerada a modernidade em sua necessidade de auto-certificação, abriremos um diálogo destes pressupostos benjaminianos com o pensamento do filósofo Jürgen Habermas, especificamente em relação às lições reunidas por este em *O discurso filosófico da modernidade*

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Caso de conflitos ambientais envolvendo atividades de mineração e a reconstrução
histórica de processos de ocupação de territórios**

Dayse de Souza Leite / UFSJ
Daysesl2004@yahoo.com.br

A pesquisa busca investigar e analisar os possíveis conflitos ambientais presente na região limítrofe dos municípios mineiros de Santa Cruz de Minas e São João del Rei, ocasionados pela poeira proveniente de uma empresa de mineração cuja razão social é Mineração Ômega LTDA. A empresa está instalada no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) São José. Tais conflitos são protagonizados por atores sociais – moradores do entorno, órgãos públicos, empresa, imprensa e ex-funcionários – que, em condições assimétricas de poder, disputam a atribuição de usos e significados às determinadas condições naturais territorializadas. Através da reconstrução dos processos de ocupação dos territórios envolvidos na dinâmica, usamos como metodologia básica para consecução dos objetivos, a pesquisa documental em arquivos de órgãos públicos e privados e realização de entrevistas com todos os grupos sociais envolvidos na questão. Os resultados obtidos até o momento comprovam a existência de conflito ambiental, o que remete à idéia de que sob a categoria aparentemente óbvia de meio ambiente se abrigam concepções e interesses bastante distintos em relação aos significados e usos dos territórios e condições naturais. É importante assinalar que, como observações e entrevistas evidenciaram, parece haver uma espécie de pacto tácito entre a empresa e a população, que aceita a poeira em troca de empregos

**A concepção de história de Joaquim Manuel de Macedo na obra “Um
passeio pela cidade do Rio de Janeiro”**

Débora El-Jaicik Andrade / UFF
deb-eljacik@uol.com.br

O presente artigo analisa a concepção da história de Joaquim Manuel de Macedo que se notabilizou como escritor ficcional, mas cuja produção historiográfica, registrada em revistas, livros e manuais didáticos, destaca-se em meados do século XIX no meio letrado e nos espaços institucionais. É sugerida a relação desta produção historiográfica com os preceitos do romantismo, especialmente explicitada na valorização de heróis nacionais (não reconhecidos ou desconhecidos), na vinculação entre o espaço geográfico e a história e a reabilitação de lendas, canções e ditos populares, frutos da tradição oral como fonte para se narrar a história nacional. Demonstra-se também o contraste da sua visão de história nas crônicas jornalísticas com suas obras didáticas “Lições de História do Brasil”, “Anno Biobiográfico Brasileiro”, “Corografia Brasileira”. Discute-se por fim como Macedo se posicionava dentro da cultura historiográfica de seu tempo, estreitamente influenciada pelo historicismo, que tinha como local privilegiado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**“Para uma história da Igreja no Brasil”: as transformações eclesiais pós-
conciliares e sua relação com a proposta historiográfica da CEHILA nos anos
1970.**

Diego Omar da Silveira / UFOP
diegomarhistoria@yahoo.com.br

Entre os anos de 1973 e 1974, dois artigos publicados por Eduardo Hoornaert na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), ambos intitulados “Para uma história da Igreja no Brasil”, parecem ter marcado, quase como um manifesto, uma nova proposta de historiografia religiosa que, não restrita ao Brasil, almejava uma renovação nesse campo de estudos em toda a América Latina. Na realidade, os textos de Hoornaert faziam eco à fundação, em Quito (no Equador), da CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-Americana) – um conjunto de teólogos, historiadores, sociólogos e antropólogos que, comprometidos com uma perspectiva de mudança social e eclesial, almejavam reescrever a história da Igreja no continente tendo o universo dos “pobres” como referência central. A presente comunicação objetiva apresentar as principais repercussões da historiografia cehiliana no Brasil, tanto na academia quanto na própria Igreja, bem como apresentar as principais transformações eclesiais que propiciaram, nos anos que sucederam o Concílio Vaticano II (1962-1965) o seu o nascimento.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Dilthey e a Teoria da História

Edmar Luis da Silva / Escola Americana de Belo Horizonte
edmarotiao@hotmail.com

O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1883 – 1911) ganhou certa notoriedade no meio acadêmico devido ao seu trabalho de distinção epistemológica entre as Ciências Naturais e as Ciências do Espírito. Contudo, suas outras discussões – que, inclusive, suportam esse seu trabalho – são menosprezadas e quase não são notadas. Nesse sentido, a nossa comunicação visa discutir pontos nevrálgicos da sua teoria a respeito do conhecimento histórico que dão suporte a essa célebre discussão epistemológica que tomou lugar no circuito acadêmico da Alemanha e em parte da Europa no século XIX.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

As disputas políticas no meio operário (1933-35)

Eduardo Teixeira Coelho / Universidade Federal de Santa Catarina
email.eduardocoelho@gmail.com

Muitas vezes os estudos sobre a classe trabalhadora apresentam uma classe que reage – pelo menos há esta impressão – e que esta ligada a um modelo que a conduz a um devir revolucionário e transformador. Depositou-se sobre a classe trabalhadora uma idéia de consolidação que detinha um caráter homogêneo. O que diverge da realidade, tanto no presente como no passado.

O objetivo deste artigo é discutir o mundo do trabalho como um campo de disputas políticas. E neste meio, como a classe trabalhadora experiência as disputas políticas, de um projeto político, a sua relação com partidos políticos, com movimentos sociais, e os interesses que estes estabelecem sobre ela.

Dentro desta proposta pretendemos primeiro, estabelecer um diálogo teórico e conceitual com autores que tratem deste tema. Segundo nos aproveitar dessa discussão para analisar a organização e participação da classe trabalhadora em Santa Catarina, durante a década de trinta.

Um período em que a classe trabalhadora não só foi atuante, dentro da sua heterogeneidade, como foi o alvo de uma política Estatal, compôs o direcionamento de propostas partidárias, que incluíam suas aspirações, sejam nos partidos governistas (regionais), seja na oposição, bem como o integralismo e de partidos de esquerda, como o Partido Comunista.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

História e ruína nos Capítulos de Capistrano de Abreu

Eduardo Ferraz Felipe / PUC-Rio
eduardoferrazfelippe@bol.com.br

A presente comunicação propõe uma leitura do livro *Capítulos de História Colonial* (1907) de Capistrano de Abreu. Tomando como ponto de partida a sensação de precariedade que sua elaboração da narrativa histórica, durante o período colonial, transmite, baseia-se, aqui, na observação de que os fatos passíveis de atingir significação histórica foram poucos e efêmeros. A agência humana não foi capaz de superar o estado de atrofia das funções gerado pela Natureza, desta forma, a ação é visualizada como embaraçada em um tempo orgânico, caracterizado, em sua “filosofia da história”, por não constituir eventos capazes de propor uma cesura radical entre os tempos históricos.

O passado, aquilo que nos une, ainda não foi capaz de alçar ao histórico, insistindo em permanecer labutando entre a aspiração por formar-se e o temor do diluir-se. A fabricação humana, capaz de ser contada através da história, permanece inacabada, como um edifício em eterna construção, reiterando a dispersão e a desordem, por comungar com sua ruinação, sem alcançar a constância valorizada pelo narrador. Passado e presente possui a mesma carga de efeitos dos atos gerados pelos homens, pois foram incapazes de superar a intransitividade entre as diversas condições ambiente.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Relações de Concubinato em Minas Gerais no século XVIII: a questão indígena

Eduardo Truhlar Martins / UFOP
edutruhlar@yahoo.com.br

O tema desenvolvido neste trabalho são as relações de concubinato entre colonos e índios durante o período de 1725 a 1750 em Minas Gerais. A falta de laços familiares (casamentos) entre a população era comum em Minas, fato esse que preocupava as autoridades eclesiais – defensores do casamento como base da família. Para assegurar a religiosidade e a moral das sociedades coloniais havia regularmente investigações presididas pela autoridade episcopal. Essas investigações procuravam organizar um pequeno tribunal, no qual denúncias contra criminosos eram recebidas e julgadas.

A partir do uso dos inventários deixados pelos senhores, das devassas, das fontes matrimoniais e dos libelos de divórcios, este trabalho busca reconstruir as estratégias sociais adotadas pelos colonos para manterem as relações de concubinato, havendo interesses afetivos ou não. Outro objetivo é averiguar os casos em que os colonos permitiram que o sentimento religioso predominasse sobre os afetivos. Entender quais foram às estratégias adotadas pelos indivíduos após serem descobertos pelos visitantes, as formas de resistência e qual o destino dos envolvidos nas acusações, constituem-se como prioridades nesta pesquisa. A partir do ano de 1725, o trabalho escravo indígena estava em um processo de extinção ou quase-extinção. A idéia é tentar entender como os nativos da terra foram assimilados pelos colonos, no que diz respeito à conjugalidade, após o declínio da utilização da mão-de-obra escrava indígena.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Raimundo Nina Rodrigues, Clarival do Prado Valladares e Marianno Carneiro da
Cunha: 80 anos de história da arte afro-brasileira.**

Eliane Nunes / Universidade Federal de Pelotas-professora/ Universidade Federal da Bahia- doutoranda
lissarraga@hotmail.com

Esta comunicação visa discutir a presença de três importantes autores no contexto da historiografia da arte afro-brasileira, cuja relevância é incontestável pelos avanços paradigmáticos que imprimiram ao tema. Pretende-se, analisando de seus escritos, compreender como o objeto foi abordado, a partir de quais pressupostos elaboraram seus pensamentos e como conceituaram a arte afro-brasileira. Nina Rodrigues inaugurou este campo de estudos no Brasil em 1904, Clarival Valladares, atuando na década de sessenta do século XX, foi um crítico militante em favor da valorização da arte afro-brasileira e Mariano da Cunha deu a este campo de estudos sua maioridade, analisando a arte afro-brasileira a partir dos paradigmas da história da arte. Devemos a eles não somente muito do que sabemos, mas também muitas das perguntas que nos permitiram enxergar o que não sabemos, mas gostaríamos de saber sobre arte afro-brasileira. A contemporaneidade traz a necessidade de diálogos alargados diante da multivocalidade das abordagens do fenômeno artístico, especialmente da arte afro-brasileira, mas para não nos percamos nesta Babel discursiva, é fundamental perscrutar o passado e entender como os conceitos de arte afro-brasileira foram elaborados por três dos seus mais importantes estudiosos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**As atividades comerciais exercidas pelos escravos na Comarca do Rio das Mortes
no período de 1808 a 1821 que possibilitaram a compra e a coartação de sua
liberdade.**

Elisa Vignolo Silva. / UFOP
Elivig@hotmail.com

A presente comunicação tem como proposta apresentar a historiografia sobre a “brecha camponesa”, “a economia interna dos escravos”, e também sobre a compra da liberdade através da coartação. Estes temas são abordados no meu projeto de mestrado, que tem como título: As atividades comerciais exercidas pelos escravos na Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821 que possibilitaram a compra e a coartação de sua liberdade.

Estudar a origem da renda utilizada pelos escravos para a compra de sua liberdade, é de extrema importância para entender a "economia interna dos escravos". Visto que um cativo, geralmente não recebe remuneração pelos serviços prestados, estudar a origem de sua renda, possibilitara o entendimento das estratégias de resistência empregadas pelos africanos e afro-descendentes escravizados em Minas Gerais.

Como poderemos observar na historiografia sobre o tema, existem poucos estudos sobre o coartamento, a compra da alforria parcelada, e sobre a economia interna dos escravos em Minas Gerais. Os trabalhos existentes tendem a uma generalização do assunto, portanto, ao estudar a Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821, pretendemos demarcar as características de tal localidade no recorte temporal sugerido, enriquecendo assim o conhecimento acadêmico sobre o assunto.

O negro na sociedade brasileira carrega o estigma da escravidão, que o coloca como tendo sido incapaz de reagir à condição de escravo. Estudar as estratégias de resistência dos escravos através da economia interna, que os possibilitava a compra ou o coartamento de sua alforria, torna o tema socialmente relevante. Destarte, deixaremos de lado a idéia, recorrente na historiografia, do escravo vitimizado, incapaz de reagir à condição que lhe foi imposta, e passaremos a entendê-lo como um sujeito com a faculdade de elaborar estratégias para a superação da escravidão.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Monarquia e república no início do século XIX: soluções historiográficas.

Elizabeth Aparecida Duque Seabra / Faculdades Pedro Leopoldo
bethseabra@uol.com.br

A historiografia do Império e os estudiosos dos ideários políticos do século XIX associam a Monarquia à continuidade natural das instituições políticas e a ideologia das elites, enquanto a República é confundida com democracia, separatismo e federalismo. Essas análises concluem que havia uma homogeneidade ideológica entre a elite política monarquista, enquanto as idéias republicanas seriam desconectadas das condições sociais e políticas do Brasil e incapazes de atingir o universalismo monárquico. O objetivo central dessa comunicação, que resulta de reflexões promovidas quando da elaboração de minha dissertação de mestrado defendida junto ao programa de pós-graduação em História da UFMG, é identificar as principais interpretações historiográficas acerca das idéias de monarquia e república para, posteriormente, confrontá-las com as justificativas elaboradas nos folhetos e periódicos políticos publicados entre 1821 e 1825 ampliando o debate acerca das soluções encontradas pela historiografia para explicar os motivos da adoção da monarquia no Brasil.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Autonomia política em a *História do Brasil* de João Ribeiro

Elvis Hahn Rodrigues / UFOP
elvishahn@yahoo.com.br

Este trabalho busca identificar os elementos destinados a forjar e/ou legitimar a identidade nacional disseminada nos manuais escolares. Tomaremos como objeto a obra *História do Brasil* de João Ribeiro publicado em 1900 (intencionalmente na ocasião do quarto centenário do descobrimento) e posteriormente revisado e ampliado em 2 edições, uma para o ensino primário e outra para o ensino secundário. Para tal pesquisa, escolhemos investigar a abordagem do autor sobre a inconfidência mineira na edição destinada ao ensino secundário. Tal escolha se justifica pelo fato da obra ter sido produzida após a proclamação da república, de uma maneira geral a inconfidência têm uma nova abordagem nos manuais escolares do período republicano, dando-lhe uma maior visibilidade como a primeira tentativa de liberdade do julgo português. Este autor traz inovações sobre o ensino de história, como alguns elementos da kulturgeschichte, isto significa dizer que ele interpreta o processo histórico pelos aspectos sociais e/ou culturais, sem privilégio o de uma perspectiva política da história. Através desta perspectiva podemos perceber uma nova proposta para a compreensão do processo histórico e seus desdobramentos para uma construção de uma identidade nacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**O Todo: uma análise da obra *Quadrado preto sobre fundo branco* de Kazimir
Malevitch**

Emanuel José dos Santos / UFOP
Ana Luiza Ladeia Prates Correia / UFOP
Fabio Machado Ruza / UFOP
Arcturus1@yahoo.com.br

O objetivo da presente comunicação é apresentar a obra *Quadrado negro sobre quadrado branco*, de Kazimir Malevitch, sob as perspectivas de análise propostas por Erwin Panofsky em *Conceitos fundamentais de História da Arte*.

A obra, feita dois anos antes de sua exposição, foi apresentada ao público pela primeira vez na exposição 0.10 de 1915, considerado portanto marco inicial do movimento Suprematista. Esse movimento, tendo em Malevitch seu maior expositor, visava abandonar o espaço real em favor do espaço da tela, se utilizando para isso de formas e cores puras.

Entretando, a obra não encontrou a aceitação do grande público, que não conseguiu transcender a forma em direção ao tema, objetivo inicial do pintor.

Dessa forma, buscaremos empreender o processo de visualização idealizado por Malevitch, partindo tanto do contexto no qual o autor se insere quanto das perspectivas simbólicas que as formas e cores elencadas por Malevitch oferecem, tendo como foco os objetivos do movimento Suprematista.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Violência no Extremo Norte Goiano na História e na Literatura: séculos XIX e
XX**

Euclides Antunes de Medeiros / UFT
tocaraguaia@brturbo.com

Esta comunicação é fruto das pesquisas preliminares do núcleo de estudos sobre a violência recém criado na UFT-Araguaína do qual faço parte. Discuto as práticas de violência no extremo norte de Goiás entre meados do século XIX e meados do XX enfocando a partição dos “homens comuns” dentre os quais vaqueiros, lavradores, barqueiros, mateiros enfocando essas praticas como mecanismos de sobrevivência, adequação/resistência à ordem vigente e constituidora do modus vivendi do sertanejo pobre. A representação desses sujeitos históricos como vinculados ao “cangaço”, “jaguncismo”, dentre outras denominações, é recorrente na literatura regional o que nos direcionou para a fonte literária em um primeiro momento. Estas demonstraram surpreendente correspondência na documentação oficial do período principalmente no que concerne as “revoltas” de Boa Vista, São José do Duro e Pedro Afonso. Essas revoltadas são tratadas pela historiografia regional como sendo obra dos chefes locais (coronéis) por meio do seu braço armado : o jagunço. Pretendo discutir a participação do sertanejo pobre nessas relações de poder e mando vinculadas às suas experiências de viver e trabalhar. Essa relação, ao nosso ver é constituidora de uma mentalidade violenta perceptível nas praticas desses sujeitos e nas representações elaboradas por eles e sobre eles.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O gênero biográfico em discussão: algumas considerações.

Everton Fernando Pimenta / UFOP
evertonpimenta@yahoo.com.br

Neste trabalho procurar-se-á discutir algumas questões importantes referentes ao estudo do gênero biográfico, especialmente em relação aos estudos atuais.

Num primeiro momento, se discutirá até que ponto o debate sobre a biografia é recente no Brasil, uma vez que o sucesso por ela alcançado no final do século XX e início do século XXI, pode, de certo modo, nos induzir a pensar que é nova a preocupação para com esse tema.

Em seguida, nos voltaremos para outra questão fundamental que se remete à estrutura utilizada na construção desse tipo de saber histórico, sobretudo no que toca à tentativa de se criar efeitos de realidade através da estrutura narrativa. Aqui, interessamos especificamente a recorrência ou não ao recurso ficcional, bem como a aproximação existente entre as biografias oriundas dos campos historiográfico, jornalístico e literário.

Por fim, outros pontos relevantes a serem discutidos debruçam-se sobre os limites da biografia, sobre a temporalidade adotada, o enfoque dado na relação existente entre o sujeito e o meio, além da própria importância da biografia para o campo do conhecimento histórico.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

“A escrita moderna nos primeiros anos de experimentação do IHGB (1838-1851)”

Fabiana Rodrigues Dias / UFRJ
Fabi.uerj@gmail.com

Esta comunicação visa analisar o IHGB em seus primeiros treze anos de atividades enquanto locus pioneiro do debate historiográfico moderno institucionalizado no Brasil. Compreendidos entre os anos de 1838 e 1851, os inaugurais anos, foram marcados, em uma perspectiva administrativa, por serem o ínterim entre o primeiro e o segundo estatutos regulamentadores de sua estrutura burocrática, e no que se referia ao âmbito das atividades intelectuais desenvolvidas pelos sócios, foram emblema da dedicação pela angariação de fontes, atrelada à disposição apaixonada destes membros pela elaboração de artigos e memórias que buscassem dar conta da vastidão temática, intocada até então, pelo propósito de unificá-la sob a égide de uma História Nacional. Nesta direção, e através de olhar lançado sobre as produções intelectuais dos sócios, buscamos identificar os elementos que evidenciariam, na escrita da História produzida nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aquilo que consideramos ser o traço comum da elaboração de uma História estritamente vinculada aos postulados epistemológicos da modernidade.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O FEITIÇO DO CATETE: ARTHUR BERNARDES E A CRISE DAS OLIGARQUIAS (1922-1926)

FABIANA FRANCISCA MACENA / UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
biamacena@yahoo.com.br

Este trabalho é fruto de pesquisa realizada com apoio da FAPEMIG, cujo objetivo principal é inventariar o acervo da Casa Arthur Bernardes. Este Museu, localizado em Viçosa(MG), exerce precariamente sua finalidade, sobretudo no que se refere às ações educativas, pois o registro dos bens ainda é muito sumário. Através das entrevistas e pesquisas em bibliotecas, museus e arquivos, como também de publicações da primeira metade do século XX – periódicos e jornais - , colhemos elementos para complementar e problematizar a imagem construída sobre o ex-presidente. Arthur Bernardes governou o país durante um de seus períodos mais tensos, enfrentando a oposição dos mais variados setores da sociedade; foi exilado político e ativista em campanhas nacionalistas, como a luta pelo controle do petróleo. Sobre o período em que atuou de forma mais ativa, há pelo menos duas versões contraditórias: a tradicional, que enfatiza a aliança política entre Minas Gerais e São Paulo; e a mais recente, que afirma ter sido tal aliança apenas conjuntural e conflituosa. Nosso objetivo é discutir estas duas interpretações a partir da biografia política do ex-presidente.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**História e Historiografia. As dimensões da Ordem Militar de Cristo na atual
Historiografia Ibero-brasileira**

FABIANO FERNANDES / PPCIR/UFJF
Fabfer2007@hotmail.com

Esta comunicação pretende tratar das diversas abordagens presentes na historiografia Ibero-brasileira recente sobre as ordens militares. Em particular será enfatizadas a atual produção do Seminário de Ordens Militares da Universidade do Porto e sua renovação de paradigmas e perspectivas. Em paralelo as pesquisas tradicionais que valorizam uma perspectiva institucional, tal como as pesquisas igualmente correntes na Universidade de Sevilha e Navarra, existem alguns estudos preocupados em discutir as dissensões da cultura política das ordens militares utilizando-se de determinadas contribuições da Antropologia Política e da Antropologia da Religião. Existe um tímido movimento de articulação do estudo da religiosidade leiga, dos rituais de (re)produção de poderes e de “teatralização” da vida político-religiosa que, em certa medida, explicitam a crescente influência da historiografia francesa em determinados âmbitos acadêmicos que até recentemente a tratavam como um ‘espelho distante’.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Sempre idêntico a si mesmo: a força da tradição no centenário do IHGB

Fábio Franzini / Uninove
ffranzini@uol.com.br

Em outubro de 1938, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou mais um Congresso de História Nacional, o Terceiro deles, desta vez dedicado à comemoração dos cem anos de sua fundação. A auto-homenagem, em seus desdobramentos, revelaria com perfeita nitidez como a veneranda instituição, nascida com o propósito de “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria”, procurava cristalizar uma imagem perfeita de si mesma, na qual fissuras e contradições não tinham eco nem lugar. Desta forma, assumindo-se, com muito orgulho, “sempre idêntico a si mesmo”, na expressão do então presidente Manuel Cícero Peregrino da Silva, o Instituto recuperava suas origens e suas tradições para reiterá-las de modo enfático, convertendo assim sua própria história em memória. Ao deter-se nesse momento e nessa celebração, esta comunicação pretende justamente mostrar como se deu tal processo, bem como sugerir algumas de suas implicações no quadro mais amplo da historiografia nacional do início do século XX.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A historiografia da imigração estrangeira para Minas

Fábio Francisco de Almeida Castilho / Universidade Federal de Juiz de Fora
fabiofacastilho@bol.com.br

A presente comunicação se insere no debate historiográfico sobre a importância da imigração estrangeira para Minas Gerais. Este debate problematizou os dois principais entraves enfrentados no processo. Primeiramente, a má administração à qual a questão dos imigrantes ficou entregue e os problemas com a legislação, ainda pouco definida e incoerente em determinados aspectos. Em segundo lugar, a resistência dos fazendeiros em aceitarem o trabalhador estrangeiro e a concorrência com o estado paulista, que atraiu um contingente muito superior. No entanto, nosso prisma investigativo trará à baila o processo de modernização que ocorreu concomitante à chegada dos imigrantes. Ambos os processos, de modernização e imigração, foram fomentados pela crescente produção cafeeira da região estudada, que ao longo dos anos ganhou importância na receita arrecadada pelos impostos de exportação.

Durante este período Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia mineira, trabalhos seminais indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração, impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional.

A historiografia da imigração estrangeira para Minas

Fábio Francisco de Almeida Castilho / Universidade Federal de Juiz de Fora
fabiofacastilho@bol.com.br

A presente comunicação se insere no debate historiográfico sobre a importância da imigração estrangeira para Minas Gerais. Este debate problematizou os dois principais entraves enfrentados no processo. Primeiramente, a má administração à qual a questão dos imigrantes ficou entregue e os problemas com a legislação, ainda pouco definida e incoerente em determinados aspectos. Em segundo lugar, a resistência dos fazendeiros em aceitarem o trabalhador estrangeiro e a concorrência com o estado paulista, que atraiu um contingente muito superior. No entanto, nosso prisma investigativo trará à baila o processo de modernização que ocorreu concomitante a chegada dos imigrantes. Ambos os processos, de modernização e imigração, foram fomentados pela crescente produção cafeeira da região estudada, que ao longo dos anos ganhou importância na receita arrecadada pelos impostos de exportação.

Durante este período Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia mineira, trabalhos seminais indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração, impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

A união entre res e verba na Renascença, por Erasmo de Rotterdam

Fabrina Magalhães Pinto / PUC-Rio
fabrinamagalhaes@gmail.com

Cícero foi o orador clássico que maior atenção dispensou à necessidade da união entre a filosofia e a retórica. Esta reconciliação prevaleceu na Renascença e, Erasmo de Rotterdam, um dos principais humanistas do século XVI, não apenas não ficou imune ao peso desta tradição, como foi um dos seus mais influentes catalizadores, revalorizando a necessidade de um amplo saber para a formação do homem e para a instauração da sua dignidade. Esta seria para ele a condição fundamental para a plena realização de seus ideais de renovação da cristandade e da instauração de uma fé mais pura. Buscaremos, então, destacar, sobretudo em obras como o *Ratio studii* e o *De copia rerum ac verborum*, como Erasmo se apropriou dessa tradição antiga, lhe atribuindo uma conotação eminentemente cristã e dando, assim, uma outra roupagem aos ideais clássicos. Sendo estes os primeiros e mais importantes manuais educacionais da Renascença, sua importância deriva não apenas do tratamento de uma correta apreensão das línguas clássicas, mas também da necessidade de sua apreensão prévia para que o leitor estabeleça a maior proximidade possível com as Escrituras em seu estado mais puro, principal meio para persuadir os homens da importância dos princípios de uma filosofia cristã.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Barroco impresso na Revista do IPHAN (1937-1978)

Felipe Esteves Lima Maciel / UFRJ
Esteves.lm@gmail.com

Esta comunicação trata sobre a veiculação de um determinado conceito de barroco na produção editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A análise foi restrita à Revista do SPHAN (depois, IPHAN) e mais especificamente a seus 18 primeiros números, publicados entre 1937-1978. Trata-se de um estudo de caso sobre uma parcela das fontes que utilizarei em minha dissertação, em curso. A seleção da Revista foi operada na chave de que é uma produção impressa voltada para os estudiosos do patrimônio cultural que desempenha papel fundamental na constituição e desenvolvimento desse tema no Brasil. Os artigos, nesse sentido, expõem conceitos, noções e modelos que corroboram práticas institucionais ou propõe novas diretrizes para as práticas de preservação e tombamento. O interesse dessa pesquisa é observar em que termos se desenvolve a formulação desse conceito de barroco e em que medida ele permanece ou se transforma ao longo do tempo nas páginas da Revista.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da
Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

Do “exclusivo metropolitano” à queda das dualidades: alguns comentários sobre as trajetórias da economia colonial e do mercado interno na historiografia brasileira.

FELIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA / UFJF
felipesamonte@yahoo.com.br

Qualquer um que se aventure a discutir a temática do mercado e das economias coloniais, sobretudo acerca da relevância e do grau de autonomia do mercado interno no âmbito da economia colonial na América Portuguesa, irá se deparar com um debate que vem sendo travado há pelo menos duas décadas, de forma que não se pode simplesmente ignorá-lo ou muito menos dá-lo por encerrado. Entretanto, isto não significa que não possamos acompanhar o limiar sob o qual estas discussões têm se desenrolado e quais as conjecturas que sistematicamente renovam o fôlego de pesquisa e discussão desta temática.

Neste sentido, nossa discussão não possui a presunção de finalizar este debate, mas apenas levantar alguns comentários sobre os caminhos, as trajetórias que os estudos relacionados ao mercado e à economia colonial tem seguido na historiografia brasileira. É interessante ainda notar que, diante deste panorama, não é a presença de novas fontes ou de maiores complexos seriais que têm diferido as discussões sobre a economia colonial. Mas, seguindo em outra direção, é a idéia de que o mercado coloca-se apenas como mais uma das diversas instâncias que se articulam, sobrepõem, coexistem e se interpenetram na constituição da realidade, material e/ou simbólica.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

OS MODELOS PENITENCIÁRIOS NO SÉCULO XIX: BRASIL, ESTADOS UNIDOS E EUROPA

Fernanda Amaral de Oliveira / Universidade Federal de Juiz de Fora
fernanda_historia@yahoo.com.br

O modelo prisional que deveria ser adotado nas prisões brasileiras no século XIX, a partir da fundação do Império do Brasil, foi amplamente discutido nas assembléias legislativas provinciais e nas reuniões ministeriais. As discussões pautavam-se na escolha de um sistema penitenciário adequado que proporcionaria a reclusão do preso por um determinado período, mas que ao reingressar a sociedade estaria transformado, ou seja, pronto para viver em comunidade, livre de todos os pecados que já cometera. Portanto, este artigo visa fazer um panorama geral de alguns sistemas de encarceramento que se desenvolveram durante o século XIX na Europa e nos Estados Unidos, uma vez que estas idéias chegaram ao Brasil, influenciando nosso modelo prisional. Também fazemos uma descrição de como eram nossas cadeias desde o período colonial e o que foi alterado nestas, com a formulação de nossa primeira Constituição Brasileira, em 1824, e o Código Criminal, em 1831.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Considerações acerca do padrão de ocupação dos postos camarários na câmara de
Vila Rica, 1711-1736**

Fernanda Fioravante / UFRJ
fernandafioravante@uol.com.br

O presente trabalho tem por objetivo central realizar um esforço no sentido de apresentar o padrão de ocupação dos postos da Câmara de Vila Rica entre os anos de 1711 a 1736. Assim sendo, a partir de uma ampla documentação já pesquisada fundamentalmente no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Histórico Ultramarino (dentre as quais: provisões, cartas patentes e outras de natureza variada), nos foi permitido notar não apenas a presença majoritária de militares à frente da administração camarária – em detrimento de pessoas com maiores aptidões administrativas –, como estabelecer alguns dos elementos os quais melhor viabilizavam a elegibilidade desses indivíduos. Nesse sentido, e partindo de um estudo acerca das trajetórias dos sujeitos eleitos para a câmara neste período, procuraremos relacionar o próprio padrão de ocupação dos postos – marcado pela presença de militares com capacidade de mando – com o conturbado contexto das Minas nesse momento, palco de distúrbios de toda sorte.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Viajantes, tradutores e historiadores: François Hartog leitor de Heródoto

Flavia Lemos Mota de Azevedo / FUNEDI / UEMG; UNB
Flavia.lemos@terra.com.br

Nosso intuito consiste na apreciação da produção de François Hartog, especificamente nos livros *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* e *Memória de Ulisses: narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. No primeiro Hartog desenvolve uma análise histórica a partir da categoria que ele denomina “espelho”, desdobrando no conceito de alteridade, na medida em que sua leitura sobre Heródoto enfoca o fato de que ao narrar o outro, o ‘pai da história’ traz à cena os próprios gregos, a especificidade grega é compreendida debruçando-se sobre os bárbaros. O pressuposto que organiza *Memória de Ulisses* enfoca os viajantes como “homens-fronteira” e “homens-tradutores”, que a partir de seus relatos estabelecem, delineiam e traduzem o mesmo, o próprio e o outro. Neste livro, Hartog focaliza diversos viajantes, mas para propósito deste trabalho concentraremos nossa atenção num viajante em especial, Heródoto.

O que nos interessa é perceber como algumas temáticas contemporâneas – identidade, alteridade, viagem e fronteira – são apresentadas, discutidas e transpostas para a análise do relato herodotiano empreendida por Hartog. Dessa forma, Hartog torna-se o nosso viajante que traduz o outro e o mesmo, papel fundamental e essencial do historiador e engendra a sua própria historicidade numa cultura e tradição.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Herança do Comércio Inglês para Portugal: a civilização enquanto transmissão
(Correio Braziliense, 1808-1822)**

Flávia Florentino Varella / UFOP
flavia_varella@hotmail.com

Neste trabalho objetivamos discutir uma proposta muito cara a Hipólito José da Costa nos primeiros anos do seu periódico **Correio Braziliense**: a importância da Inglaterra para Portugal no que concerne à transmissão da civilidade e do espírito público. Hipólito objetiva a associação de Portugal à Inglaterra em dois níveis. O primeiro, diz respeito aos benefícios que o comércio e, conseqüentemente, o espírito inglês teriam para Portugal. Em segundo lugar, na importância da constituição inglesa como forma de melhoramento dos costumes portugueses. Neste trabalho iremos focar na primeira proposição de Hipólito. A falta de experiência do Brasil, enquanto um país em germe, seria suprida pela acumulação da experiência inglesa. Por meio dessa transmissão é que o Brasil iria se formar. A hipótese de Hipólito, contrária a reivindicada pelos historiadores do Brasil oitocentista, é importante na medida em que aponta uma outra possibilidade de formação nacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A representação do golpe militar brasileiro nos livros didáticos de História do
ensino fundamental 2005-2007.**

Flávio Melo Couto / Universidade salgado de Oliveira – Campus-BH
flaviomelocouto@yahoo.com.br

A História é uma ciência que investiga a trajetória da ação humana ao longo dos anos a partir de eventos do passado, desta forma torna-se grande responsável pela formação básica dos alunos. O ensino desta disciplina, por sua vez, deve proporcionar aos educandos condições para que eles consigam reunir elementos suficientes para uma melhor compreensão da realidade que o cercam.

Para que esta tarefa se concretize, o professor do ensino de História pode contar com algumas ferramentas que irão facilitar seu cotidiano em sala de aula, dentre elas destacam-se os livros didáticos. Ao tratar de materiais de grande relevância para o processo de aprendizagem, é preciso salientar que estes manuais são também espaços onde perpetuam discursos políticos, e que assim como os currículos são formadores de identidade.

Levando em conta o significativo aumento dos estudos sobre os materiais didáticos nos últimos 30 anos, o intuito desta pesquisa é identificar como o golpe militar brasileiro é representado nos livros didáticos de História do ensino fundamental. Pretende-se investigar, também, a partir das diferentes narrativas sobre o mesmo fato, como os autores enxergam e representam o golpe de 64, e a importância que cada autor atribui a este período da história brasileira.

**UMA METODOLOGIA PARA A HISTÓRIA A PARTIR DE UM ENSAIO DE
DAVID HUME**

Flávio da Silva Ribeiro / PUC-Rio
flavio205@hotmail.com

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise do ensaio intitulado *Da origem e do progresso das artes e das ciências*, do filósofo iluminista escocês David Hume (1711-1776), no qual não apenas propõe uma metodologia para a compreensão dos fatos históricos (na qual diferencia *Causa de Acaso*) como também indica, a partir de quatro observações, uma interpretação do passado e estabelece algumas perspectivas para o futuro. Além de se engajar com questões políticas, neste ensaio o autor apresenta uma visão do progresso artístico na sua relação com o desenvolvimento social, assim como na sua relação com o desenvolvimento do próprio indivíduo (enquanto principal produtor de tal fenômeno). Todavia, embora Hume se atenha à sua metodologia, ele acaba por chegar a resultados distintos no que diz respeito ao progresso da sociedade em geral e dos indivíduos comprometidos com a arte. Esta diferença será discutida problemáticamente, a fim de que se possa compreender qual o sentido mais amplo dessas observações propostas em conjunto pelo escocês.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A *História* de Gândavo: verdade e alteridade do Brasil

Francisco Eduardo de Andrade / UFMG/ Arquivo Público de Pitangui
andradefe@uol.com.br

No século XVI, os historiadores portugueses, modernos, diziam experimentar uma novidade: a expansão marítima e o descobrimento de terras nos trópicos. Mas, como retratar os acontecimentos num mundo novo e estranho? Como se saberia que se tratava de fatos verdadeiros? O estilo judicioso e claro é fundamental, mas não parece suficiente. A princípio, o historiador reforça a própria experiência, apresentando-se, ainda, como testemunha de ver ou, pelo menos, de ouvir. Também - assinala-se a *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (1576), de Pero de Magalhães de Gândavo -, atuando no imaginário dos leitores, o historiador apreende a diferença e procura revelar, com crua *verdade*, o Outro. Simultaneamente, nesta *História*, nota-se a estratégia de guardar silêncio sobre aquilo que se via como próprio. Assim como o leitor discreto e curioso, Gândavo devia saber que a verdade da narrativa historiográfica estava condicionada às relações de dependência e de poder do meio letrado. Ademais, como história exemplar, que devia produzir a imitação das virtudes dos personagens notáveis, antigos e modernos, não convinha, às vezes, chegar à verdade completa (ou injusta) dos fatos. Por isso, na *História* de Gândavo, verdade (segundo a ética cristã) e alteridade aparecem conjugadas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Entre dois paradigmas: a micro-história e o contexto historiográfico no pós-guerra

Gabriel Santos da Silva / UFOP
gabriel.santos.silva@gmail.com

O debate sobre a condição do conhecimento histórico experimentou uma efervescência sensível na segunda metade do século XX. Práticas que ao longo das primeiras décadas do século se cristalizavam entre os historiadores passaram a ser questionadas justamente onde se mostravam mais seguras: a cientificidade. O intuito desta apresentação é demonstrar de forma sucinta, através dos textos produzidos pelos autores italianos vinculados à análise micro-histórica, como se desenvolveu o debate acerca dos novos rumos da história como ciência social. Para tanto, faz-se necessário retroceder às discussões que nortearam a produção historiográfica durante as décadas do pós-guerra até os anos setenta, quando uma pluralidade de respostas que pretendem elucidar as questões lançadas pelo presente ao historiador passam a ser postas à prova no seu *métier*. Ao longo desta comunicação tentarei entender como a proposta dos micro-historiadores italianos – dando ênfase na produção de Giovanni Levi – revela-se como um “sintoma historiográfico” de um momento em que pesam sobre o ofício do historiador dois “paradigmas rivais”, de acordo com Ciro Flamarion Cardoso.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Três Mentalidades na Questão Religiosa

Gabriela Pereira Martins / Universidade Federal de Juiz de Fora
gabrielapmartins@hotmail.com

As novas idéias que chegaram ao Brasil na década de 1870 configuraram um novo cenário em relação às posições dos intelectuais perante a realidade da época. Dentre as polêmicas mais contundentes ressalto aquelas referentes à liberdade espiritual envolvida na Questão Religiosa, contrastando as perspectivas de católicos, liberais e positivistas. Partindo da constatação de que a posição católica frente a polêmica era de defesa de sua irredutibilidade ao estado, reafirmando sua universalidade unicamente verdadeira e exclusiva, apresentarei a contra-argumentação do liberal Ruy Barbosa, defensor da liberdade de consciência e a sua perspectiva limitadora da liberdade religiosa defendida na proposta de uma legislação de ‘mão morta’ para os bens eclesiásticos. Uma terceira e decisiva posição nos debates é a colocação positivista. Esta inovava trazendo a filosofia da história da humanidade, respaldada na teoria comtiana das três etapas para justificar o desenvolvimento da Humanidade proveniente da separação entre os poderes temporal e espiritual, cujo resultado desta separação seria a secularização da vida civil e religiosa. A liberdade religiosa então surge como consequência desta separação entre os poderes temporal do espiritual potencializada na discussão da separação entre Igreja-Estado. O objetivo deste trabalho é frizar os embates entre as três correntes aqui apresentadas, buscando entender suas continuidades e descontinuidades na polêmica da Questão Religiosa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O discurso estadonovista sobre a colonização do interior do Brasil

George Leonardo Seabra Coelho / Universidade Federal de Goiás
George.coelho@hotmail.com

Nosso objetivo nessa comunicação é avaliar a construção do discurso oficial referente à ocupação de terras na região Centro-Oeste e seu papel relativo ao desenvolvimento do Brasil durante o Estado Novo. A relação entre modernização e ocupação de “espaços vazios” constitui o ponto central desse trabalho, eles são os elementos que compõem a base do discurso referente ao papel da região Centro-Oeste para supressão dos problemas brasileiros.

O trabalho se insere no contexto do projeto Marcha para Oeste empreendido pelo Estado Novo e como a questão da região Centro-Oeste estava posta. Iremos discutir dois pontos importantes: o culto ao nacionalismo e a idéia de progresso econômico. Consideramos que essa relação se torna necessária, pois ambos enunciados estão interligados nessa construção discursiva. Nossas avaliações se baseiam nas considerações, onde a construção de um determinado discurso é o ponto central, ele é considerado um objeto histórico-social. Por tanto, nossa análise não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso às formações discursivas, onde essa unidade deve ser relacionada com o processo histórico de produção e distribuição dos enunciados.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

ANNALES E NOVA HISTÓRIA: A GESTAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

GILMÁRIA SALVIANO RAMOS / UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
GILMASALV@HOTMAIL.COM

No início do século XX, os geógrafos estavam produzindo o que a *Nouvelle Histoire* iria produzir posteriormente. Estavam colocando os problemas mais pertinentes para aquele momento, a partir do novo ponto de vista da ciência social. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a inovação da escrita da história só foi possível por meio da renovação de métodos e técnicas, por meio de um repensar a escrita da história a partir de conceitos e de questões postas para a pesquisa histórica. Para tanto, este trabalho busca identificar algumas distinções construídas em torno da história tradicional e da Nova história a partir da concepção de tempo histórico elegida pela Escola dos Annales. Tal reflexão busca perpassar algumas das inúmeras posturas inovadoras que inspiraram à maneira de como se construir a história hoje.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Consumo de Maconha no Estado Novo: Fator de Degradação da Raça

Gisele Daniela Silva Fernandes & Ueber Souto Vale
uebersv@hotmail.com

Este trabalho, ainda inconcluso, pretende abordar a instituição de políticas nacionais de combate ao tráfico e uso de entorpecentes no Brasil durante o Estado Novo. A partir da análise de trabalhos científicos coevos e ações do Estado Nacional, procuraremos estabelecer as relações entre as teorias eugênicas, fundamentais para a construção de um conceito ideal de nação e as leis e medidas coercitivas do Governo Federal em prol da eliminação do consumo de drogas.

No esforço de centralizar o poder a as ações políticas sociais, o Estado Novo insere o consumo de maconha pelas camadas mais pobres da sociedade no rol dos problemas de saúde pública. A maconha é apontada como mais um fator de degradação da raça, ameaçando os planos do governo de construção de uma nação eugênica, ou seja, a formação de um brasileiro moderno e produtivo.

Sob o argumento de incompetência dos estados, principalmente os do Norte e Nordeste, nas políticas de combate aos entorpecentes, a União se apresenta como única instituição capaz de levar a cabo um projeto verdadeiramente eficaz de combate à disseminação do uso da maconha ao longo do território nacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**O movimento estudantil: a participação do estudante da fundação da UNE à
Ditadura Militar**

Gislene Edwiges de Lacerda / UFJF
gisleneel@yahoo.com.br

O objetivo deste artigo consiste em realizar um resgate e um debate em torno do movimento estudantil no Brasil, a começar pela estruturação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 até o período da ditadura Militar, apontando seus momentos de maior destaque e a evolução de suas lutas. O movimento estudantil constitui-se um dos movimentos sociais mais expressivos na sociedade atual trazendo consigo um histórico de intensa militância política. Diante disso, cabe-nos analisar toda essa trajetória do ME através da UNE, refletindo sobre sua função e motivação nesse desempenho.

O problema da ficção no discurso historiográfico.

Glauber Fonseca Silveira - UFOP

Nosso trabalho pretende acompanhar algumas pesquisas sobre a presença de certo elemento ficcional na escrita da história, que atuaria em conjunto às ferramentas críticas, de modo que, no interior da metodologia atuaria um princípio literário. Buscaremos assim compreender qual o sentido da *mimesis* e a abertura para o ficcional no discurso científico da história e a nova relação de verdade advinda dessa concepção. Essas pesquisas se desenvolveram a partir de uma guinada para a reflexão dos problemas de linguagem na construção do conhecimento científico, notadamente a partir da segunda metade do século XX, mas que ainda não esgotaram seu potencial de transformação no olhar sobre a ciência e o deslocamento provocado na concepção de verdade em ocorrência durante esse século. Nosso trabalho se desenvolve a partir da contribuição sobretudo dos estudos hermenêuticos da poética feitos por Paul Ricoeur e os estudos literários de Luiz Costa Lima. Pretendemos concluir portanto quanto as possíveis mudanças criadas pela idéia de ficção, como inerente ao discurso do historiador, provocadas na idéia que o século XXI terá da história.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A PESQUISA E O USO DOS IMPRESSOS E DA LITERATURA

Glaydson Santos Bonifácio & Nadja Santos Bonifácio / UNIT
gboni20@hotmail.com

A Revolução da Historiografia Francesa ocorrida no início do século XX possibilitou novos rumos para os pesquisadores analisar e revelar seus objetos de estudo. Fontes diversificadas sugeriram para trazer um melhor entendimento as pesquisas realizadas em diferentes áreas, na Sociologia, Educação, Antropologia, na Psicologia, Lingüística, entre outras. Recursos como a iconografia, os impressos (jornais, revistas, almanaques, etc), assim como, a Literatura Brasileira, começaram a contribuir de forma relevante, seja como fonte ou objetos principais sejam como subsídios na realização das pesquisas, descobrindo práticas da sociedade, comportamentos, costumes, práticas educativas e morais que podem ser percebidas através dessas fontes. Portanto, o trabalho busca analisar o uso dos impressos e da Literatura como fonte ou subsídio nos estudos de pesquisas históricas. Assim o referido trabalho fundamentado sob uma perspectiva histórico-cultural, direcionado no campo da História Social e História da Educação, pretende entender que os impressos e a literatura são importantes fontes ou objetos de pesquisa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Poética do Ladrilhador: classicismo e modernidade na obra de Jorge Luis
Borges**

Gustavo Naves Franco / PUC RJ
gusnaves@mail.com

A apresentação refere-se à questão do ofício literário em seus vínculos com a tradição clássica, tal como ela aparece na obra do escritor argentino Jorge Luis Borges, particularmente na década de 1930. Neste sentido, deverá ser resgatada a imagem do “ladrilhador”, com a qual Sergio Buarque de Holanda procurou entender as diferenças entre a colonização espanhola e a portuguesa, e que estabelecia uma relação entre a Roma antiga e o espírito de dominação e controle dos castelhanos no território americano. Trata-se então de perceber como Borges atualiza estes ideais em sua produção literária, através das noções de clareza, distinção e delimitação formal. Mas, principalmente, deverá ser abordada a maneira como ele problematizou qualquer recurso imediato a esta tradição na modernidade, em que estas mesmas virtudes seriam capazes de transformar o artefato estético em uma fantasmagoria, em uma “superfície de imagens”, o que poderá ser avaliado através de uma leitura de sua *Historia Universal de la Infamia* (1935).

**Nova História Política e Religião: Aplicabilidade na História de Minas do Primeiro
Reinado**

Heiberle Hirsberg Horácio / UFJF
quintushoratus@bol.com.br

Na chamada nova história política, encontramos algumas inovações que podem nos permitir pensar outras possibilidades relacionais entre história e religião, além das institucionais de Estado e Igreja.

Para tal dimensão histórica, a política passa a ser o lugar de gestão do social, porém a decisão política é resultante de uma multiplicidade de fatores onde, nem todos são políticos. Cabe a nós investigarmos onde residem as mediações entre as esferas políticas e religiosas e qual o grau de interdependência em que elas se encontram.

A investigação se dará no âmbito da construção da sociedade civil e do espaço público brasileiro no início de sua formação. Esta construção que pode ser verificada como resultante de opções e esforços de grupos sociais e de suas elites políticas, eventualmente a elite política mineira, que utiliza a imprensa como meio de ações hegemônicas.

Destaca-se neste contexto o periódico de referência da província O Universal (1825-1842) de Ouro Preto, que representava o pensamento liberal moderado mineiro, trabalhamos também O Telegrapho (1830), principal periódico absolutista que foi utilizado por nós como contraponto ao periódico liberal.

Analisaremos aqui a criação de identidades políticas através da religião e a importância desta na formação de concepções políticas hegemônicas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Historiografia sobre Câmaras na América Portuguesa no século XVII: reflexões
conceituais**

HELIDACY MARIA MUNIZ CORREA / UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Helidacy.correa@terra.com.br

A nova história política tem contribuído substancialmente para uma mudança de perspectiva analítica nos estudos sobre as relações de poder na América portuguesa. No campo da história política e administrativa as pesquisas sobre Câmara, têm acompanhado essa tendência historiográfica. Nosso objetivo é refletir teórica e metodologicamente sobre a historiografia que trata das Câmaras Coloniais no Brasil, identificando a noção de poder, nas formas de exibição do ser social e do poder político, para perceber as noções conceituais que sustentaram esses estudos, bem como localizar os atuais avanços conceituais sobre o tema.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A criança na historiografia brasileira

Helóisa Maria Teixeira / USP
heloisate@hotmail.com

Até meados da década de 80 do século XX, pouco foi escrito sobre as crianças brasileiras. A partir do projeto intitulado *Quatro séculos da história social da infância no Brasil*, idealizado pela professora Maria Luiza Marcílio e realizado pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina da Universidade de São Paulo, durante o período de 1984 a 1994, ocorreu o desenvolvimento de uma série de pesquisas relativas à criança. Entre os temas explorados estão: os recém-nascidos abandonados; a questão da ilegitimidade; a natalidade, morbidade e mortalidade infantil; o internamento de crianças em instituições assistenciais ou correcionais; a violência contra a infância; a legislação pró-infância; o trabalho infantil, as crianças escravas. Aos poucos, as temáticas desenvolvidas pelo CEDHAL/USP serviram de inspiração para pesquisadores de outras instituições e, dessa forma, vários assuntos ligados ao mesmo objeto foram pesquisados e puderam ser conhecidos num âmbito maior. Nesta comunicação, nossa pretensão é revelar o perfil da infância brasileira com base na literatura pertinente. Desde já, podemos adiantar que a história da maioria das crianças brasileiras pode ser sintetizada pelas palavras-chave: pobreza, abandono, ilegitimidade, trabalho precoce, educação para o trabalho.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Uma leitura histórica da dramaturgia de Nelson Rodrigues

HENRIQUE BUARQUE DE GUSMÃO / UFRJ
henrique_gusmao@yahoo.com.br

Afastando-se de uma abordagem idealista kantiana, Pierre Bourdieu pensa a produção da obra de arte como um “ato interessado” e histórico. A partir desta perspectiva, proponho uma leitura histórica (ou sócio-histórica) da produção teatral de Nelson Rodrigues. Analiso, então, algumas questões que estão em jogo no campo teatral da segunda metade do século XX. Atravessado por questões políticas e sociais, este é um campo marcado por intensas lutas e alianças, onde se colocam questões como a função do teatro e as expectativas de sua recepção. É dentro deste campo que Nelson Rodrigues (que se coloca intencionalmente como um homem de teatro) produz suas peças e toda uma diversidade de textos sobre elas. Nestes, aparece claramente uma função purificadora e redentora do teatro. Opondo-se a toda uma corrente de teatro engajado (o que marca seus conflitos com Oduvaldo Viana Filho), Nelson propõe um teatro infestado de personagens intensos (tanto na expressão como na repressão sexual) que teriam a função de purificar o público. Esta aposta em um sentido e valor para o teatro se dá a partir de algumas alianças estratégicas, como, por exemplo, com a sociologia de Gilberto Freyre (da qual Nelson se apropria de figuras, situações e formas narrativas).

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Nos limites do possível: compreensão da tensão entre o local e o global nas cidades
da Belle Époque Caipira (1870-1930).**

Rodrigo Ribeiro Paziani
Humberto Perinelli Neto
FAECA “Dom Bosco” Centro Universitário “Barão de Mauá” (Ribeirão Preto/SP).
rpaziani@yahoo.com.br
perinellineto@yahoo.com.br

Pretende-se neste trabalho apresentar um debate em torno das possibilidades existentes nos estudos das várias cidades que compunham a Belle Époque Caipira. Trata-se de um amplo território, constituído por áreas que atualmente compõem os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Nas cidades localizadas nesta grande área, assiste-se no último quartel do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX, uma série de modificações tradutoras da modernidade e impulsionadas pelos efeitos da riqueza cafeeira. Atentos a tensão registrada entre o local e o global é que visamos destacar os objetos, metodologias e debates teóricos associados às práticas historiográficas que são constituídas a partir do entendimento dessas cidades.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Projetos de reforma agrária no final do Império: um painel historiográfico

Inoã Pierre Carvalho Urbinati / UFRJ
inoacarvalho@yahoo.com

A idéia de reforma agrária, defendida atualmente por movimentos sociais e presente no discurso de diversos homens políticos, foi objeto de interesse de uma série de pesquisadores da História do Brasil. Geralmente abordada como parte integrante de pesquisas voltadas para outros aspectos da Monarquia brasileira, a existência de projetos de reforma agrária no final do Império tem sido, no entanto, pouco estudada pela historiografia. Esta comunicação, elaborada a partir de pesquisa que venho desenvolvendo no mestrado, objetiva apresentar um painel da produção historiográfica voltada para a questão, abordando diversos autores, como José Murilo de Carvalho, José de Souza Martins, Evaldo Cabral de Mello, Ricardo Salles, Ângela Alonso, Robert Conrad, Joselice Jucá, Maria Alice Rezende de Carvalho, José Augusto Pádua e Andréa Pessanha, entre outros. Analisaremos as diferentes posições, procurando perceber a forma como a idéia de reforma agrária foi abordada correlatamente a questões como: as relações entre governo imperial e grandes proprietários; a ação dos liberais abolicionistas; o processo de superação do escravismo e a queda do Império.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Repensando a construção da identidade feminina leiga e católica no início do
século XX através da Pia União das Filhas de Maria**

Ioneide Maria Piffano Brion / Universidade Federal de Juiz de Fora
ioneidepiffano@yahoo.com.br

A presente comunicação discutirá através da Associação da Pia União das Filhas de Maria, situada na cidade de Juiz de Fora, a construção de modelos de comportamento para o feminino no início do século XX. Serão abordados os modelos produzidos pelo movimento de romanização da Igreja Católica, que se pautava na Virgem Maria, e o modelo defendido pelos republicanos positivistas que se concentrava na figura da república *Marianne*. Para tanto, será utilizado como base teórica o conceito de gênero e de identidade contrastiva.

Cabe ressaltar que os resultados apresentados nesta comunicação são parciais e fruto de um primeiro momento de pesquisa. Portanto, estes dados são iniciais e objetivam tornar público o trabalho que vem sendo desenvolvido pela pesquisadora no mestrado de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Os Partidos Comunistas e o dilema da radicalização: Brasil e Peru (1960-1990)

Isabel Cristina Leite / UFMG
ic.leite@yahoo.com.br

A década de 1960 é marcada pela derrubada de regimes democráticos na América Latina, colocando em xeque a credibilidade dos Partidos Comunistas (em alguns casos, até os dias atuais), que em grande parte, eram a maior referência da esquerda nestes países. Com a instalação das ditaduras militares, e ainda, influenciados por Cuba, setores de esquerda optaram por defender suas idéias através da violência revolucionária. Analisaremos dois casos distintos de luta armada: o Brasil, cuja radicalização não teve vida longa e só existiu durante a ditadura, e o Peru, onde a violência atingiu grandes níveis somente após a queda do regime ditatorial.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

As marcas de enunciação na pintura histórica e na crítica de arte oitocentista

Isis Pimentel de Castro / UFOP
isispimentel@yahoo.com.br

A relação entre verdade e conhecimento historiográfico definiu, pelo menos desde de Tucídides, a identidade do historiador e até hoje é tema de discussões no campo da História. Há uma extensa bibliografia sobre este assunto, em especial, acerca do século XIX. Entretanto, essa conexão entre conhecimento e verdade não é exclusividade do campo historiográfico, ela perpassou vários saberes no oitocentos, tendo sido um deles a arte.

Os pintores de história também imprimiam em suas pinturas elementos que serviam para legitimar a credibilidade de seu relato. Através das pinturas de batalhas de Pedro Américo e Vítor Meireles, pretendemos identificar e analisar as *marcas de enunciação* do gênero pintura histórica, ou seja, os códigos utilizados ora pela crítica de arte, ora pelo próprio artista para caracterizar a narrativa das telas como verdadeira, como por exemplo a citação de informações conseguidas através de pesquisa na pintura ou a alusão a textos científicos para legitimar determinada interpretação presente na imagem.

**AUGUSTE PROVENÇAL DE SAINT-HILAIRE E A ECONOMIA DO NORTE
DE MINAS GERAIS ENTRE 1817 A 1819**

Iury Jorge Barbosa / UNIVERSO
Iuryjorge@yahoo.com.br

Auguste Provençal de Saint-Hilaire (Botânico) chega ao Brasil em 1816, permanecendo por seis anos no país. Faz parte da comitiva do duque de Luxemburgo, embaixador da França, que veio para o Brasil com a Restauração Bourbônica. Em sua primeira obra – Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais –, descreve os habitantes do norte de Minas Gerais e conseqüentemente algumas atividades comerciais que ali eram desempenhadas, tendo como objetivo principal fazer levantamentos sobre fauna e flora. A região não concentra grandes atividades urbanas, mas apresenta uma produção voltada para atender principalmente a subsistência da população e o comércio “regional”, tornando-se, dessa maneira, praticamente auto-suficiente. Fato este que Saint-Hilaire vai ignorar e tratar o sertão como a região mais desprovida da província. Essa afirmação converge com pesquisas atuais. Por mais que o nível de desenvolvimento seja baixo, asseguram a existência de uma atividade comercial, pequena e quase irrelevante para a província. A pesquisa mostrará que existia no norte de Minas algumas atividades comerciais e como Saint-Hilaire descreveu estas atividades em sua primeira obra no Brasil e as pesquisas que estão sendo desenvolvidas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Entre a História e a Etnologia: a escrita da história em *O Brasil e a Oceania* de
Antônio Gonçalves Dias**

Iuri Bauler Pereira / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
iuribauler@gmail.com

A presente comunicação é uma proposta de análise da “escrita da história” na obra *O Brasil e a Oceania* de Antônio Gonçalves Dias (1823 – 1864), a partir das tensões, aproximações e distanciamentos desta com a etnologia. *O Brasil e a Oceania* (1852) é uma memória encomendada pelo imperador Pedro II e apresentada pelo autor ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo como tema um estudo comparativo entre os indígenas do Brasil e da Oceania na época da conquista, com o intuito de definir quais estavam mais aptos para a “empresa da civilização”. Pretende-se analisar de que forma o autor articula esta “operação historiográfica” - fundada na análise de fontes coloniais e na definição de um método - com a etnologia, tendo em vista a inexistência de uma delimitação precisa entre as disciplinas. Desta forma, apresenta-se a questão de como o autor elabora essa dupla alteridade: do indígena frente ao civilizado, e do passado frente ao presente.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Conflitos ausentes: perspectivas da Historiografia sobre a produção historiográfica
brasileira na Primeira República.**

Ivan Norberto dos Santos / UFRJ
ivannorberto@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo principal discutir algumas das diferentes perspectivas que a Historiografia, enquanto área específica da pesquisa em História, que toma por objeto a própria Disciplina, tem assumido ao tratar da produção realizada pelos historiadores brasileiros durante a Primeira República. Privilegiando, muitas vezes, abordagens generalizantes, tais perspectivas, em sua maioria, acabam por ignorar o intenso debate intelectual que havia naquele momento em torno de quais seriam as tarefas, os significados, os dispositivos e as práticas que confeririam a um texto uma maior legitimidade enquanto conhecimento historiográfico. Este trabalho pretende ainda indicar algumas das novas possibilidades de tratamento sugeridas a partir dos resultados de estudos mais recentes. A presente comunicação faz parte de pesquisa em curso acerca dos embates e tensões que emergem na constituição do campo da produção historiográfica na Primeira República, através de uma análise de artigos publicados nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos trabalhos do historiador paranaense José Francisco da Rocha Pombo.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O poder metropolitano no Brasil Colônia: alguns apontamentos historiográficos

Izabella Fátima Oliveira de Sales / UFJF
izabellaieps@yahoo.com.br

Tomando como ponto de partida as discussões presentes no livro *O Sol e a Sombra*, de Laura de Mello e Souza, o objetivo deste trabalho é apontar algumas questões relacionadas ao debate que gira em torno das interpretações sobre o Brasil Colonial, principalmente ao que se refere à administração da Coroa. De um lado encontram-se as análises que reconhecem a importância do poder central exercido pela metrópole, mas enfatizam que as relações sociais durante esse período se constituíram a partir do conflito e da negociação. De outro estão aqueles que privilegiam a lógica econômica para explicar a sociedade brasileira, dando ênfase ao papel subordinado da colônia e sua dependência em relação à metrópole. Evidentemente, pesquisas que analisam o poder do Estado nas colônias não podem ignorar o mencionado debate. No nosso estudo, intitulado *Difusão, Status Social e Controle de Armas na Mariana Setecentista (1707-1736)* tentamos encontrar indícios através dos quais possamos verificar os limites do poder da coroa frente a autonomia dos colonos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Instrumentos em contexto: os caminhos e os limites da historiografia dos objetos
de ciência**

JANAÍNA LACERDA FURTADO / MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS MAST/MCT
janaina@mast.br

Desde de 2004 o grupo multidisciplinar de pesquisa em bens culturais e patrimonialização do MAST vem desenvolvendo pesquisas com o objetivo de ampliar as possibilidades de estudo de seu acervo de objetos científicos. Meu trabalho junto ao grupo tem por objetivo estudar as possibilidades da utilização deste acervo como fonte para a História e o resultado foi o levantamento de uma relevante produção historiográfica que se utiliza deste objetos como fonte. Meu objetivo nesta comunicação é apresentar um panorama desta historiografia desde os anos de 1980 até hoje.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

O sentido trágico da modernidade: Burckhardt, teologia e história

Janaína Pereira de Oliveira / PUC-Rio
janaoliveira@uol.com.br

A sensação de crise, marcada pela consciência da finitude e da efemeridade dos fenômenos do mundo, que caracteriza o tempo moderno, também esteve presente na decisão de Jacob Burckhardt de dedicar-se à investigação histórica. O caminho para a história, no entanto, não foi percorrido sem sofrimento. Burckhardt viveu uma crise de fé e dela partiu sua principal motivação para a escolha da história como campo de atuação e reflexão. Entretanto, não se tratava de buscar uma *solução* para a crise de seu tempo e sim um modo de compreendê-la e de sobreviver a ela. O desapontamento com a teologia levou Burckhardt a dedicar-se ao estudo e à escrita da história, mais especificamente, à história da cultura. O trabalho ora proposto trata deste momento de surgimento da concepção de história de Burckhardt. Pretende-se desse modo apresentar os primeiros passos dessa proposta historiográfica que se permanece atual até os nossos dias, uma vez que possui, entre os eixos centrais de sua reflexão, questões como o papel desempenhado pelo historiador e o problema da continuidade histórica.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O progresso na poética da música caipira

Jaqueline Souza Gutemberg / Universidade Federal de Uberlândia
higjac@yahoo.com.br

Esse trabalho tem o propósito de analisar a temática do progresso nas canções caipiras entre os anos 1940 e meados da década de 1960, época em que o país se propõe à modernização. Nessa perspectiva, propomos trabalhar o sentimento do sertanejo frente às novas práticas sociais que se instauram com o discurso do progresso e como tal sensibilidade se expressa pela manutenção dos modos de viver da população rural. Para isso, propomos a análise de algumas letras das composições de Zé Fortuna e Pitangueira – compositores reconhecidos nacionalmente no gênero sertanejo – que chegam a mais de 2000, algumas delas interpretadas por ícones da música popular brasileira, como: Caetano Veloso, Gal Costa, Roberto Carlos e outros. Dentre essas, selecionamos aquelas que pela sua poética permitem perceber a dimensão que o desenvolvimentismo assume para aqueles que viram o seu mundo rural ruir frente às propostas da modernidade. As letras em questão são vistas como uma possibilidade de recursos/resistências às mudanças empreendidas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Octavio de Freitas e as *Doenças africanas no Brasil*: interseções entre o
pensamento médico e a historiografia na década de 1930.**

Jean Luiz Neves Abreu / UNIVALE-MG
jluzna@hotmail.com

Nas primeiras décadas do século XX, as interpretações sobre o Brasil, bem como as questões relacionadas ao seu atraso, vinculavam-se às discussões sobre raça e doença. Tais questões constituíam-se traços da identidade nacional, abordadas em vários estudos que buscavam ao mesmo tempo responder e apontar soluções para as mazelas do país. Além de intelectuais e escritores, nas décadas de 1920 e 1930, os médicos tiveram um papel atuante nessa discussão, vendo na medicina uma forma de reverter alguns problemas do Brasil identificados à questão racial e social, tais como a indolência e as doenças que enfraqueciam o organismo das populações. Um desses médicos, Octávio de Freitas, autor de vários trabalhos no qual abordava temas relacionados à higiene e à medicina tropical, publicou em 1935 *Doenças africanas no Brasil*, no qual reputava os males do Brasil à África. O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise da obra de Octávio de Freitas apontando suas relações com o pensamento higienista e a historiografia da época.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**O MATERIALISMO HISTÓRICO DENTRO DA OBRA “EVOLUÇÃO
POLÍTICA DO BRASIL” DE CAIO PRADO JR.**

JOÃO CARLOS JAROCHINSKI SILVA / UFOP
jcsilva98@hotmail.com

O presente trabalho busca fazer a análise metodológica da obra *Evolução Política* do Brasil, de autoria de Caio Prado Jr. destacando esse primeiro esforço, do consagrado autor, na busca de uma interpretação marxista da História Brasileira, esta que acabou se tornando uma das mais importantes vertentes historiográficas do Brasil, formando inúmeros discípulos.

No texto estudado percebemos um jovem com a preocupação de refutar as conclusões e dogmas estabelecidos por quase um século de uma historiografia positivista, que teve como seu maior nome Varnhagen, destaca os feitos dos grandes homens e da elite política e econômica numa descrição factual dos acontecimentos.

Ao tentar estabelecer um novo paradigma metodológico, Caio Prado não tenta apenas fazer uma história que insira novos fatores, condicionantes e atores na análise. Ele pretende fazer uma revolução da maneira como era vista e pensada a sociedade brasileira, formando um espírito crítico nos intelectuais e nos outros setores sociais, para que se buscasse uma reflexão sobre o presente de nossa nação não alinhada com os tradicionais setores de poder.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Apologia a Portugal: a interpretação cascudiana sobre o passado do Rio Grande
do Norte**

João Carlos Vieira da Costa Cavalcanti da Rocha / Universidade Federal do Rio Grande do Norte
jocaf_rocha@yahoo.com.br

Luís da Câmara Cascudo tornou-se nacionalmente conhecido por meio de suas obras sobre folclore e cultura popular do Brasil. No entanto, em sua trajetória intelectual, por várias vezes se utilizou do lugar de historiador para escrever interpretações sobre o passado de sua região. Neste trabalho, analisamos *História do Rio Grande do Norte*, um marco na historiografia potiguar, pois moldou as estruturas de outros estudos mais recentes, construindo interpretações que, em diversos momentos, foram reproduzidas, ao invés de pensadas. No livro, percebe-se a nítida influência do positivismo em Câmara Cascudo, que à época, dialogava com os Institutos Históricos do Brasil e do Rio Grande do Norte. Assim, o escritor privilegiou o Estado e os fatos políticos em desfavor das forças econômicas, sociais ou culturais. Pautado em tal pensamento historiográfico, Cascudo construiu um passado norte-rio-grandense povoado por heróis portugueses, dando ênfase ao caráter lusitano, criando uma história na qual índios e negros foram coadjuvantes do protagonista ibérico. Ele inventou, portanto, uma trajetória da história potiguar de modo que esta identificasse o presente com o passado colonial, sem rupturas, como uma continuidade. Os portugueses – civilizadores e católicos -, e mais à frente os seus descendentes, foram esculpidos como heróis do passado norte-rio-grandense.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Formas e problemas da historiografia brasileira

João Miguel Teixeira de Godoy / PUC-Campinas
Joamigueltgo@yahoo.com.br

Os estudos sobre a historiografia brasileira, cujo marco inicial encontra-se nas obras de José Honório Rodrigues, acabou por fixar a imagem de uma trajetória dividida em três momentos: cronistas coloniais, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e produção universitária. Em outros termos: “primitivos”, tradicionais e modernos. Esse modelo de reconstituição e classificação tem sido reafirmado por estudos mais recentes e nosso objetivo aqui é realizar uma análise desses trabalhos com a intenção de identificar as condições e implicações dessa visão. Os estudos de historiografia constituem um campo em expansão e necessitam de debates no sentido de aprofundar seus métodos e instrumentos de análise. Nesse sentido, a leitura e avaliação das várias tentativas de estudo sobre a trajetória de nossa historiografia, atentando para seus aspectos mais estruturais, fazem-se imprescindíveis nesse processo. Com isso pretendemos colocar no centro do debate o modo como a historiografia brasileira vem sendo estudada e abrir a discussão sobre as possibilidades de outras abordagens do tema.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**ENTRE A FÉ E A HISTÓRIA – DESAFIOS EM TORNO DA
HISTORIOGRAFIA DA REFORMA PROTESTANTE**

João Henrique dos Santos / Universidade Gama Filho e Universidade Federal de Juiz de Fora
jhsantos@mandic.com.br

Um dos principais desafios que se impõem ao historiador que se dedique a estudar a Reforma Protestante é a confiabilidade das fontes, visto estas estarem, na maior parte das vezes, comprometidas pelos tons apologéticos. A multiplicidade de olhares sobre um mesmo fato histórico não é monopólio da modernidade, inaugurada pela própria Reforma, mas esta, sem dúvida, lhe confere uma polifonia peculiar, que perpassa grande parte das obras referenciais para o estudo desse evento e compromete a isenção das fontes primárias.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A Microhistória e a periferia do poder no Brasil Colonial

Joao Paulo Derocy Cepa
camicorte@yahoo.com.br

A comunicação busca contribuir para a discussão sobre a microhistória e a sua inserção no contexto historiográfico brasileiro, mais detidamente, no período colonial. Trata ainda das potencialidades de enquadrar a América Portuguesa numa abordagem micro-social, a partir da premissa básica do poder multifacetado da sociedade do Antigo Regime, onde as forças estão diluídas entre diversos atores sociais de diferentes níveis sociais, culturais e econômicos. Levantamos ainda uma breve discussão sobre o conceito de marginal dentro da microhistória, assim como o enquadramento dos jogos de escalas como ferramenta metodológica nos estudos de caso.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Fábricas de “santinhos”: modelos de santidade na escrita histórica brasílica

Jorge Victor de Araújo Souza / PPGH
Sílvia Barbosa Guimarães Borges / PPGAV

peterdejode@ig.com.br

Santidade é conceito fundamentalmente medieval e intrinsecamente vinculado ao culto às relíquias. Este culto remonta ao início do cristianismo, ligando-se à devoção a santos mártires. Levando em consideração que os primeiros relatos tidos como históricos na América portuguesa foram produzidos por religiosos, como frei Vicente do Salvador, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e frei Domingos Loreto Couto, este trabalho intenta identificar e analisar os modelos de santidade com que tais escritores impregnaram seus discursos. Cabe salientar que os dois últimos religiosos eram membros da Academia Brasílica dos Renascidos, instituição que possuía um determinado programa historiográfico.

Até que ponto as tópicas do discurso hagiográfico, bem identificadas por Michel de Certeau, surgem nestes relatos? O que se entendia por santidade nesses discursos?

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Entre a “Agulha e a Caneta”: Em busca da “Nação Imaginada” no periódico *O Sexo Feminino* (1873)

Joice Pompéia Ribeiro / Universidade Federal de São João del-Rei
Joicepompeia@yahoo.com.br

No final do século XIX, a imprensa se tornou um espaço que possibilitou a divulgação dos textos tanto literários quanto políticos, escritos por mulheres. Destaca-se, nesse contexto, o periódico *O Sexo Feminino - Semanário dedicado aos interesses da mulher* (1873-1889), editado, primeiramente, na cidade de Campanha (MG) e, posteriormente, no Rio de Janeiro, cuja redatora-chefe era a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Esse periódico era voltado exclusivamente para a instrução e educação das mulheres e a sua emancipação. Ao analisarmos alguns editoriais desse periódico, percebemos como foi o percurso realizado pelas mulheres na luta pela sua emancipação.

O *corpus* dessa pesquisa constitui-se da leitura e análise de alguns editoriais do primeiro ano do periódico, e procura analisar a presença/ ausência da mulher na construção de uma “nação imaginada”. Essa “nação imaginada” se apresenta multifacetada nessas escritas femininas, que, em busca de leitoras e autoras, formam o futuro cidadão (seus filhos) e reivindicam o seu lugar e o trânsito entre a “agulha e a caneta”.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Fábricas de “santinhos”: modelos de santidade na escrita histórica brasílica

Jorge Victor de Araújo Souza (Doutorando – UFF)
Sílvia Barbosa Guimarães Borges (Mestranda – UFRJ)
peterdejode@ig.com.br

Santidade é conceito fundamentalmente medieval e intrinsecamente vinculado ao culto às relíquias. Este culto remonta ao início do cristianismo, ligando-se à devoção a santos mártires. Levando em consideração que os primeiros relatos tidos como históricos na América portuguesa foram produzidos por religiosos, como frei Vicente do Salvador, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e frei Domingos Loreto Couto, este trabalho intenta identificar e analisar os modelos de santidade com que tais escritores impregnaram seus discursos. Cabe salientar que os dois últimos religiosos eram membros da Academia Brasílica dos Renascidos, instituição que possuía um determinado programa historiográfico.

Até que ponto as tópicas do discurso hagiográfico, bem identificadas por Michel de Certeau, surgem nestes relatos? O que se entendia por santidade nesses discursos?

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Debatendo o Golpe como uma Revolução: o Governo João Goulart e a intervenção
civil-militar como um fenômeno articulado dentro do campo de experiência
moderno.**

José Carlos Silvério / UFOP
Jcsilverio@yahoo.com.br

A tomada do executivo pelas Forças Armadas em 1964, urdida durante a intensa conspiração civil-militar que caracterizou o governo Goulart, é, de maneira geral, entendida pela historiografia como um Golpe de Estado. Contudo esta comunicação visa elencar algumas possibilidades acerca das dinâmicas histórico-temporais carregadas pelo vocabulário político que cinscunscribe o fenômeno de 1964. Dessa forma cabe ressaltar a significação social que portava o discurso revolucionário no início da década de 1960 e que, portanto, a designação que os militares fazem de si, revolucionários, não é infundada. Far-se-á necessário justificar como se apresenta insuficiente a versão que diz que se intitularam revolucionários somente para encobertar e ludibriar o conjunto da população ao que de fato se passava, a contra-revolução, o Golpe de Estado. O conceito de revolução, ao qual se incorporou a questão social, articulado dentro do campo de experiência moderno poderá nos fornecer elementos para compreender o auto-reconhecimento dos militares brasileiros como adequado a aspectos daquela realidade histórica, a qual os discursos, interpretados como ações (“atos de fala”), traduziram e conformaram. Esses apontamentos estão amparados pelas possibilidades de análise do movimento histórico proporcionadas pela História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e “contextualismo lingüístico” dos historiadores John Pocock e Quentin Skinner.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Uma terceira margem para o Ocidente: a historiografia sobre a China na tradição
dos Annales**

.José Otávio Aguiar & Catarina de Oliveira Buriti / UFCG – Universidade Federal de Campina Grande
jotavioa@terra.com.br

O trabalho enfoca a contribuição de Marcel Granet e seus colaboradores para a formação de um grupo de sinólogos no âmbito dos estudos que envolveram a formulação da proposta historiográfica dos Annales. Acompanhando a influência desses sinólogos na obra de autores como Fernand Braudel, pretende-se estabelecer relações que toquem a gênese do conceito de Economia-Mundo. A escassez de trabalhos traduzidos para o português serve de incentivo na produção de sínteses que visem suprir uma lacuna didática facilmente detectável em nossos cursos de graduação em História no Brasil. Na Universidade Federal de Campina Grande, um grupo de alunos e professores, reunidos a partir de uma iniciativa do Prof. Dr. José Otávio Aguiar tem se empenhado na produção de sínteses didáticas que pretendem atender a essas demandas. O trabalho ora apresentado reúne parte do que se tem produzido no Grupo de Estudos Orientais, que, em tempo gerou projeto homônimo no PIBIC, do qual Catarina de Oliveira Buriti é Bolsista. De forma mais modesta, pretende-se, também, escrever uma história da historiografia francesa sobre a China.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Documentos de Cultura, Documentos da Censura.

Josias José Freire Júnior / Universidade Federal de Goiás
josias_freire@hotmail.com

Neste artigo, a partir do debate com alguns autores contemporâneos, trabalharei a questão da censura durante o período de arbítrios instituído pelo golpe civil-militar de 1964. Inicialmente traçarei uma perspectiva geral, a partir de dois pontos: a) como a prática da censura foi estabelecida e, b) o apoio que a censura recebeu durante os "anos de chumbo", por parte da sociedade civil. Defenderei algumas idéias acerca da recorrência à censura nos processos de modernização, como naquele período. Pensando a censura como instrumento e prática inalienável do processo de modernização brasileiro, debatarei de que maneira esta prática contribuiu de forma determinante - como ferramenta de controle político e ideológico - àquele projeto. Isto é, pensar a censura como um instrumento partícipe de um projeto de modernidade; e pensar também qual projeto de modernidade é implementado a partir de um Estado censor. Após este levantamento traçarei algumas tentativas de trabalho teórico sobre este aparato historiográfico, debatendo a questão da modernidade ambivalente de liberdade e censura.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Escravos nos arquivos da criminalidade (1830 – 1888)

Josuel Alex Ferreira / Unicentro
Josuelalex@yahoo.com.br

Com o intuito de possibilitar novas abordagens para a construção do conhecimento histórico desenvolveu-se uma pesquisa inserida no debate historiográfico protagonizado por escravos do Brasil do século XIX. Tal pesquisa encontra-se também voltada para a catalogação e leitura de processos crimes referente à comarca de Guarapuava nos anos que compreende o período de 1830 a 1888. A partir dos conhecimentos levantados nesse estudo, busca-se, então, analisar o cotidiano e a criminalidade dos escravos, suas formas de resistência, bem como a utilização da mão de obra e a distribuição dos mesmos entre os proprietários.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Historiografia da arte e fruição artística em Minas colonial

Juam Carlos Thimóteho / UFOP
juamct@yahoo.com.br

A suntuosidade arquitetônica e artística que faz de Ouro Preto um cenário tão conhecido no país e no estrangeiro tornou-se também objeto de estudo para uma gama de historiadores da arte do século XX. Tais interpretações comportam, em geral, um ponto em comum: a preocupação em delinear uma identidade "da terra", em paralelo à crítica à atuação dos artistas do período, figurados como meros artífices, "copiadores" de modelos iconográficos europeus, então circulantes pela América Portuguesa.

Visa-se, na comunicação proposta, discorrer sobre tal premissa, assim como reconstituir as concepções de arte e de fruição artística norteadoras da historiografia da arte relativa à Minas oitocentista. Para isto, foram selecionadas como fontes as obras de Salomão de Vasconcellos, Carlos Del Negro e Hannah Levy, autores que privilegiaram, em suas pesquisas, a espacialidade da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, confluência do engenho de dois grandes mestres das artes: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde.

**CLASSE E CULTURA NO ESTUDO DA HISTÓRIA OPERÁRIA:
TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.**

JUÇARA DA SILVA BARBOSA DE MELLO / UERJ
JSBMELLO@OI.COM.BR

A diversidade de “apresentações” que descrevem as condições de vida e de trabalho presentes na formação do operariado fabril vem abrindo espaços no meio acadêmico para novas abordagens e questões.

Os estudos acerca da memória têm se mostrado profícuos na análise de temas e questões intrínsecos ao debate que gira em torno da dimensão das generalidades e singularidades que caracterizam a memória dos trabalhadores, e de seu respectivo processo de construção em nosso país.

Nesse sentido, acreditamos na possibilidade de uma abordagem da história operária, na qual o foco esteja voltado para uma análise que valorize a diversidade de representações presentes nas relações cotidianas dos trabalhadores. Nesta perspectiva a relevância repousa sobre o contexto e o processo, a partir dos quais torna-se possível identificar a medida pela qual se fazem e desfazem as configurações sociais. Deve-se, portanto, levar em conta a diversidade dos contextos que compõem os cenários nos quais atuam atores históricos, movidos tanto por necessidades objetivas quanto por suas subjetividades.

Em suma, apostamos no entendimento da história operária a partir de abordagens que valorizam a pluralidade de situações que caracterizam os diversos níveis da realidade social.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O Jornal do Comércio e o processo de construção do Estado-Nacional brasileiro.

Júlia Ribeiro Junqueira / UFOP
juliarj83@yahoo.com.br

Esta comunicação baseia-se em uma pesquisa acerca do periódico “Jornal do Comércio”, que no ano de 1922 lançou uma edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil. O jornal partiu da afirmação de que através da consulta de suas páginas seria possível entender e conhecer a história nacional. A edição especial de 470 páginas abriga não somente notícias, mas também fotos da família real portuguesa e outras figuras de destaque do período imperial, além de uma notável quantidade de propagandas. As notícias iniciam no ano de 1822 e terminam em 1889, sabemos que neste período houve uma grande preocupação por parte de alguns homens das letras e intelectuais em buscar delinear a reconstrução de uma identidade nacional. Desta forma, nosso objetivo nesse trabalho é elucidar quais os interesses que o Jornal do Comércio demonstrava ao tentar realizar os *annales* da História do Brasil inserido no contexto do processo de construção do Estado-Nacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

1964-1984: A história de uma escola em Mariana narrada por suas recordações

Julieno Lopes Vergara & Maria Regina Boroni da Mata / UFOP
lopesvergara@yahoo.com.br

Esta comunicação tem por intuito apresentar o andamento de uma pesquisa que tem procurado compreender a história da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, instituição situada no município de Mariana/MG. Desde a sua fundação atendendo as séries iniciais conseguiu ao longo da sua trajetória obter o reconhecimento da sociedade. O período pesquisado compreende desde a sua fundação como grupo escolar, no ano de 1964, até tornar-se escola estadual em 1984. Esses primeiros anos resgatados são de grande importância para se entender o que a escola é hoje, já que nos dias atuais a mesma colhe os frutos de uma fundação e estruturação adequada, realizada pelos diferentes atores que por ali passaram. A pesquisa foi realizada através da análise de documentos pertencentes ao arquivo escolar, dentre eles informações extraídas de jornais e revistas da época, e ainda um grande acervo de fotos, tendo como principal fonte relatos de memórias de pessoas que ajudaram a construir a história da escola, os seus atores, como, por exemplo, professores e direção. Analisar as lembranças escolares de ex-atores junto a esta instituição, através de relatos, tem contribuído de forma ímpar para a elaboração do resgate histórico da escola, já que ambas histórias se entrelaçam de forma significativa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

“Concepções de história, conhecimento do espaço e trajetória de vida no *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará* de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839)”

KAORI KODAMA / CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ
kaori@coc.fiocruz.br

Procurando contribuir com os estudos sobre o desenvolvimento das formas de escrita histórica no Brasil no oitocentos, a comunicação visa a apresentar alguns aspectos da natureza dos escritos da geração da Independência na representação de um novo tempo, que se constituía como o de formação dos discursos sobre a história e sobre a nação, através das obras de corografia e de história de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839).

A presente exposição pretende tratar do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará*, obra escrita por um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Raimundo José da Cunha Matos. Defende-se que o *Itinerário*, iniciado em 1823 e publicado em 1836, não só correspondia a um conhecimento próprio sobre o território do Império do Brasil, como também refletia, através de seu modelo de escrita, algumas das características presentes nas concepções de história que marcariam os primeiros anos do IHGB.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Guerra como metáfora

Karl Schurster V. Souza Leão / UFRPE
Pablo Henrique Spíndola Tôrres / USP

karl.shurster@bol.com.br
phst81@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar a produção de metáforas sociais em tempos de guerra utilizando a teoria da história para compreendê-la. Para tal dividimos o artigo em quatro partes: a primeira diz respeito à natureza da guerra através dos teóricos Carl Von Clausewitz e John Keegan; a segunda se remete a entender como e quais são as metáforas produzidas em tempos de guerra e quais suas implicações sociais; na terceira parte analisamos a aplicação do modelo disciplinar foucaultiano e suas disposições através da tecnologia do corpo e das instituições e, por fim, discutiremos como essas abordagens estão presentes no cinema através de filmes como 11 de Setembro e Cannon Fodder.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Contribuições da Moderna Crítica Literária no estudo da História

Karla Pereira Cunha / Universidade Federal de Juiz de Fora
cunhakarla@yahoo.com.br

Esta pesquisa busca pensar a relação entre história e literatura a partir das recentes contribuições da História Intelectual e da Crítica Literária. O conflito entre estas duas disciplinas, presente desde a Antiguidade, ainda continua despertando debates veementes e controvérsias e está longe, portanto, de haver um consenso. Contando com as iniciativas empreendidas por Hayden White, Dominick LaCapra e Luiz Costa Lima, este trabalho procura mostrar como a escrita da história está seguindo por novos caminhos e conseqüentemente as relações entre história e literatura foram repensadas. Com as críticas à história feita pela moderna crítica literária, observamos o surgimento de uma nova perspectiva acerca da forma como interpretamos o passado e de como a literatura pode servir de fonte para o historiador e vice-versa. Acompanhando esta nova historiografia, estão presentes também a valorização do imaginário, da subjetividade do historiador e do elemento narrativo, trazendo a tona novas formas de escrita da história.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**“Descarta a régua e o compasso, na perspectiva histórica o objeto pintado mostra
mais lados de si”**

Katiucya Perigo / UFPR
katiucya@yahoo.com.br

O artista moderno se desvincula das encomendas da igreja e do estado e inaugura a autonomia da arte. Nesse momento reforça-se ainda mais o mito romântico do artista cujo dom o condecora a genial criador da obra. A escrita da história da arte tendia para a biografia especulativa, mas, com a arte moderna os historiadores passam a centrar-se também nas características formais da obra: os materiais que a compõem, o emprego da cor, da linha. No século XX pode-se detectar o surgimento contínuo de interesses de pesquisadores de artes por práticas e pensamentos que ultrapassam a competência da arte, como os da história. Embora engatinhando, tem se fortalecido uma história da arte que considera a obra como resultado de um processo que envolve o autor, os difusores e o público. A historiografia associada aos *Annales*, a bibliografia que trata do funcionamento do meio artístico e as novas técnicas da história oral possibilitam um apoio teórico-metodológico para refletir sobre a pesquisa em arte.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Conde de Assumar: Poder Repressão e Resistência Escrava nas Minas Setecentista

Keli Carvalho Nobre de Souza / PUC -MINAS
kelinobre@yahoo.com.br

A comunicação tem por objetivo central apresentar uma análise dos mecanismos de controle social utilizados pelo Conde de Assumar nos anos de seu governo em Minas Gerais, 1717 a 1721, a fim de investigar a relação entre uma excessiva intervenção e regulamentação das relações senhor - escravo e o aumento da resistência escrava por meio da violência nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII.

Para tanto, analisaremos como a administração colonial nas Minas Gerais vem sendo discutida pela historiografia brasileira, a fim de situarmos o governo do Conde de Assumar e suas ações no combate às astuciosas formas de resistência escrava nas Minas setecentista. Pretende-se contribuir para a compreensão dos meandros da política de controle social de escravos nas Minas Gerais, aumentando os conhecimentos acerca do próprio Conde de Assumar, importante administrador do período colonial.

Pretende-se assim trazer novas considerações ao debate acerca da dinâmica das relações senhor – escravo nas Minas setecentista e as formas de manutenção da ordem escravista. A análise terá como suporte teórico os conceitos de repressão e resistência, e, para fundamentar a pesquisa, utilizaremos as fontes documentais escritas de caráter oficial produzidos pelo Conde de Assumar nos anos de seu governo nas Minas.

Henry Miller e a decadência do Ocidente

Lainister de Oliveira Esteves / UFRJ
lainister@oi.com.br

A obra literária de Henry Miller se situa entre as mais polêmicas do século XX. Considerados pornográficos e fruto de uma rebeldia juvenil, seus romances se destacam, sobretudo, pela ousadia e capacidade de chocar o leitor. O estigma de autor maldito e obscuro resultou em deixar no esquecimento uma enorme diversidade de questões que seus textos tocam e manipulam. Neste artigo buscaremos compreender como em seus romances o escritor trabalha os conceitos de modernidade e história tendo como referência as reflexões de Reinhart Koselleck acerca dos mesmos temas.

Uma leitura dos textos de Miller à luz das reflexões de Koselleck nos permite um aprofundamento na compreensão dos usos retóricos dos conceitos de modernidade e história que o escritor lança mão. Desta forma ainda entenderemos em que medida tais conceitos se articulam nos romances de Miller como uma crítica à idéia de progresso na cultura Ocidental.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Ilustração e Maçonaria na América Portuguesa: o caso de Hipólito José da Costa.

Lamon Fernandes de Siqueira / UFOP

Essa comunicação visa compreender o processo de transformação dos espaços de sociabilidade que permearam o Antigo Regime. Para tal, utilizarei a reflexão de Jürgen Habermas sobre as esferas públicas e privadas e a paulatina transformação que essas categorias tiveram no decorrer do Antigo Regime. Reinhart Koselleck será a orientação ao que diz respeito da atuação e representação das lojas Maçônicas, espaço de sociabilidade que agremiou atores políticos sob o véu do segredo durante os regimes absolutos da Europa, nos séculos XVIII e XIX.

Especificamente essa análise se concentrará no Iluminismo Português, centrado na atuação pró-maçônica de Hipólito José da Costa escritor de um dos mais representativos jornais de época, o *Correio Braziliense*. Assim, a trajetória de vida, e suas principais influências e idéias, enquanto maçom, serão evocadas para lançar luz ao objeto da maçonaria, período que permeia 1808 e 1822, momento correspondente ao processo de independência do Brasil.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

"Sobre a brevidade da vida: comentários sobre Sêneca".

Larissa Alcântara Venâncio / Universidade Federal de Uberlândia

Larissa_venancio@yahoo.com.br

Neste trabalho, pretendo fazer uma análise de "Sobre a brevidade da vida", de Sêneca, o bem viver e sua idéia de virtude. Além disso, vai ser trabalhado como a vida de homem de Estado do filósofo influenciou na sua produção literária. Argumentarei também, a busca incessante de Sêneca para compreender as grandezas e misérias da história do homem, sendo que assim Sêneca irá propor ensinamentos na vida desse homem conturbado. É salutar lembrar também, que a escola que Sêneca se concebe seguidor é o estoicismo, e seria relevante a exploração desse argumento neste trabalho para entender melhor o seu pensamento, já que para ele o estoicismo seria a maior virtude. Vai ser dito ainda que Sêneca afirma que para o pensamento estóico seria necessário que o homem se libertasse de suas paixões e das agitações externas, reforça nos também a importância do homem seguir a natureza. E, por fim, será observado que para o filósofo em questão o individuo só encontrará a tranquilidade se estiver liberto de suas paixões e orientado pela razão.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Estado e indivíduos entre as políticas de transplantes no Brasil contemporâneo: da
imposição da norma à estratégia do convencimento**

Laura de Oliveira / Universidade Federal de Goiás
historilaura@yahoo.com.br

A presente comunicação pretende avaliar as políticas de transplantes de órgãos no Brasil contemporâneo a partir de um aparente paradoxo: o discurso da campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS., por um lado, faz parte de uma estratégia de persuasão e situa o doador como agente no processo de transplantação, valorizando sua autoridade em relação ao próprio corpo; por outro lado, a legislação de transplantes, especificamente a lei da doação presumida suprime o princípio da autonomia e do consentimento informado em prol da beneficência. Esse conflito pode ser analisado a partir do modelo teórico que norteou a elaboração dessas políticas, a bioética principialista, e está em sintonia com os princípios democráticos das sociedades modernas que, em nome da globalização e do sucesso econômico, buscam atenuar os conflitos sociais e minimizar quaisquer tensões, recorrendo ao discurso da ética para tornar as relações menos conflituosas, mais amenas e mais superficiais.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A expulsão da Companhia de Jesus (1759) e a historiografia luso-brasileira:
condições e contradições**

Leandro Pena Catão / UEMG
leandropenacatao@gmail.com

Esse trabalho se propõe a analisar a expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas sob a perspectiva da produção historiográfica contemporânea ao evento. Evento intimamente relacionado ao consulado pombalino, a expulsão dos jesuítas do universo português foi um dos mais desconcertantes eventos do século XVIII, uma vez que desencadeou processo mais complexo que culminou com a extinção da Ordem pelo papa em 1773. Para Pombal e seus apaniguados, o “problema” jesuítico não se resolveria com a expulsão dos referidos padres, uma vez que estes possuíam fortíssimas raízes no seio da sociedade luso-brasileira. Nesse sentido, o poderoso ministro constituiu em seu gabinete um quadro formado por intelectuais, escritores e artistas com a finalidade de legitimar as ações da Coroa. Esse grupo, sob a direta supervisão de Pombal, compôs vários libelos anti-jesuíticos entre os quais a *Relação Abreviada*, entre outros pouco conhecidos pela historiografia brasileira e alguns inéditos, que analisaremos neste trabalho. Apesar de ser evento muito contemplado por historiadores portugueses e brasileiros desde o século XVIII até aos nossos dias, não são muitos os estudos que se propõem a analisar os efeitos da expulsão dos jesuítas a partir desse prisma, intento deste trabalho.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da
Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

**EM ALVOROÇO AS MINAS GERAIS: INCONFIDÊNCIA E JESUÍTAS EM
VILA RICA (1760)**

Mariane Dos Reis Fonseca / Funedi-Fundação Educacional De Divinópolis/UEMG
Lendro Pena Catão / UEMG
mariane.historia@hotmail.com
leandropenacatao@gmail.com

A expulsão dos jesuítas causou grande reboliço nas Minas. Não foram poucas as vozes contrárias às determinações de dom José I e do marquês de Pombal. Ecoaram daquela capitania violentos brados, caracterizados não apenas pela defesa dos padres recém-expulsos dos domínios portugueses. As vozes daqueles vassallos “infiéis” também atacavam o governo e a própria pessoa do rei, o que configurava crime de Inconfidência. Em janeiro de 1759, poucos meses após o atentado contra a vida do rei, ao mesmo tempo em que eram julgados os réus por crime de inconfidência em Portugal, começaram a ser distribuídos em Vila Rica postos por debaixo das portas das casas durante a noite, uns papéis sediciosos anunciando a morte do Rei e a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo em termos injuriosíssimos. Em Vila Rica, Mariana e Sabará já existiam prontos elogios fúnebres para dom José I. Ainda não sabiam os habitantes das Minas do desfecho do caso que culminaria com a morte e suplício dos Távoras e a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Mesmo no reino a notícia do atentado permaneceu coberta em névoas até o mês de dezembro de 1758. O “papel sedicioso” a favor dos padres da Companhia de Jesus que aparecera em janeiro de 1760 em Vila Rica. A presente pesquisa está relacionada ao projeto: Inconfidência e Presença Jesuítica no Vice-Reino do Brasil nos tempos de Pombal.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

**Visões historiográficas sobre o pensamento jesuítico: a produção textual da
Companhia de Jesus no Brasil colonial e algumas de suas interpretações**

Leandro Garcia Pinho
Fundação Educacional E Cultural São José; Faculdade Redentor; Faetec
lgpinho@uol.com.br

A comunicação pretende tratar de aspectos da produção textual dos jesuítas que viveram no Brasil colonial através de algumas de suas interpretações. Desta forma, pretende-se esclarecer pontos importantes da historiografia jesuítica bem como da própria historiografia colonial, que tem nos textos dos membros da Companhia de Jesus que para cá vieram importantes referências documentais. Como acréscimo a esta produção historiográfica, pretende-se também propor uma forma de análise diferenciada acerca dos textos jesuítas. Tendo por base proposições enunciadas por Serge Gruzinski, serão retomadas leituras de textos jesuítas do século XVI que tratam da percepção da flora e da fauna brasileira. Nascidos num século em que a conquista e a colonização eram urgentes aos Estados ibéricos, os jesuítas irão inserir-se no processo de Ocidentalização (GRUZINSKI). Imersos neste evento global, os Soldados de Cristo trarão à tona o chamado *noster modus procedendi* (EISENBERG), que abrirá espaço para a percepção de diferentes aspectos do Novo Mundo que então se descortinava à Europa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Por uma história da propriedade intelectual: reflexões sobre o estado das artes e
possibilidades de abordagem do tema no Brasil**

Leandro Miranda Malavota / Universidade Federal Fluminense / Instituto Nacional da Propriedade Industrial

malavota@gmail.com

Uma das principais marcas da contemporaneidade é a consolidação, em dimensões globais, de uma estrutura sócio-produtiva fortemente alicerçada no conhecimento científico e tecnológico. Neste contexto, inúmeros são os problemas e desafios de novo tipo que progressivamente se levantam, entre os quais podemos destacar os concernentes à apropriação dos resultados do trabalho intelectual, viabilizada através de distintos instrumentos jurídico-econômicos, entre os quais podemos destacar as patentes de invenção. A relevância atual do tema o tem tornado um terreno de estudos privilegiado, cada vez mais explorado por profissionais inseridos em distintas áreas do conhecimento. Ainda que de forma incipiente, a historiografia econômica recente — principalmente a inglesa e a norte-americana — tem procurado prestar contribuições aos debates acadêmicos correntes. Nosso objetivo no presente artigo é esboçar um breve panorama dos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre o tema da propriedade intelectual no campo historiográfico, identificando os elementos predominantemente problematizados, as perspectivas teórico-metodológicas propostas e, principalmente, as principais lacunas até então existentes. Tencionamos ainda chamar a atenção para a ausência de estudos relevantes sobre o tema no Brasil, bem como apontar algumas possibilidades abertas para pesquisadores propensos a enveredar por tal seara.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Da licenciosidade à flor na senzala: um breve histórico sobre a família escrava

Leonara Lacerda Delfino / Universidade federal de Juiz de Fora
Leonaralacerda@yahoo.com.br

Esta comunicação “*Da licenciosidade à flor na senzala: um breve histórico sobre a família escrava*” pretende, ao discutir as recentes abordagens historiográficas sobre o tema da família escrava, repensar seu lugar ocupado tanto na produção sobre o escravismo no Brasil, como no contexto mundial da historiografia pós-crise dos paradigmas dos anos 70. Tomando como ponto de partida três grandes matrizes teóricas para a revisão da experiência negra do Brasil, tais como: o segmento recente da historiografia norte-americana (principalmente os trabalhos de Gutman e Genovese); o marxismo revisionista de E. P. Thompson e a Nova História Francesa, justamente por serem segmentos que possibilitaram reflexões de temas antes tidos como periféricos e destituídos de sentidos políticos; pretendo me ater aos impactos dessa virada historiográfica, nos recentes estudos sobre a família escrava acentuando, sobretudo, seus múltiplos significados atribuídos pelas divergentes linhas interpretativas em debate.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Condorcet e Restif de La Bretonne: O teatro do mundo e o problema da História

Leonardo de Carvalho Augusto / PUC - RIO
leonardodecarvalhoaugusto@hotmail.com

Ao apresentar o desenlace dos acontecimentos na película “Casanova e a Revolução” (França – Itália, 1982), Ettore Scola faz caber “a história do mundo novo, com as suas imagens em movimento” no *diadorama* – caixinha lúdica que encena os fatos da Revolução Francesa num teatro de rua. “E a realidade parece fantasia, e a fantasia realidade”, bem ao gosto da estética revolucionária.

Analogamente, o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, de Condorcet, descreve o desenvolvimento humano em 10 períodos, num quadro sinótico que tenta reunir as experiências dos séculos anteriores.

Em seu teatro do mundo ele pinta as causas gerais que sustentarão o prognóstico de que, a se confirmar as condições atuais do desenvolvimento de uma força maior (a razão) “já poderíamos concluir que a perfectibilidade do homem é indefinida” e que “estes progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada.”

O que pretendo aqui é observar a relação entre o impacto da mudança na experiência dramática coletiva, tanto em Ettore Scola quanto em Condorcet e as categorias de tempo apresentadas por Reinhardt Koselleck no último ensaio de seu *Futuro Passado*.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Entre o tradicional e o moderno: o Movimento Armorial

Letícia de Almeida Badan. / Universidade Federal de Goiás
letbadan@hotmail.com

O Movimento Armorial (1970) traça uma relação entre os conceitos erudito e popular para formular uma arte verdadeiramente brasileira. Na concepção estética do movimento a arte erudita brasileira, em suas diversas formas de expressão (literatura, artes plásticas, música, dança...), seria aquela inspirada nas raízes populares do Nordeste, que é tido como o guardião das fontes inspiradoras; por exemplo, a literatura oral (literatura de cordel). O interesse pela cultura popular e a tradição tem em meados do século XIX, no âmbito internacional, sua investigação, pois a descoberta dessas afirmaria o caráter identitário de uma nação, de um povo. No Brasil, mais ao final do séc. XIX, a idéia de uma identidade nacional também esteve permeada pela tentativa de uma “descoberta” do Brasil, no sentido de *brasilidade*. Mais tarde, já no Modernismo, a proposta de uma arte intrínseca brasileira também veio à tona. Influenciado por vanguardas européias o retorno às raízes brasileiras passa a ser um ponto diferencial de análise da cultura e da arte brasileira já no início do movimento. O debate teórico sobre as matrizes do pensamento moderno servirá para dar sustentação às relações travadas entre o tradicional e a cultura popular dentro do Movimento Armorial.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Historiografia da escravidão – Minas Gerais século XIX

Liana Maria Reis / PUC - MG
lianamreis@yahoo.com.br

A comunicação pretende discutir a historiografia mineira sobre a escravidão no Oitocentos, evidenciando as novas fontes de pesquisa, os métodos e as perspectivas dos estudos a partir das últimas duas décadas. Objetiva também comparar a historiografia mineira sobre o século XVIII e a produção historiográfica sobre o século XIX, apontando os aspectos semelhantes e as diferenças dos enfoques observados nas pesquisas sobre as especificidades da escravidão dos dois séculos focados. O estudo busca, ainda, analisar a produção publicada em Minas Gerais sobre o tema em questão ressaltando os fatores que têm contribuído para o aprofundamento temático, como os resultados dos cursos de pós-graduação criados no país a partir de 1970 e a utilização do embasamento empírico, consolidando as pesquisas históricas em Minas Gerais. A riqueza de informações das fontes tem incentivado os pesquisadores a devassar os nossos arquivos, o que auxilia na recuperação e na preservação de nossa memória documental.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Historiografia dos transportes: caso emblemático da excessiva ênfase no estudo dos
espaços econômicos agroexportadores**

Lidiany Silva Barbosa / UFRJ
lidiany@cedeplar.ufmg.br

Esta comunicação objetiva apresentar inventário da produção historiográfica brasileira referente aos transportes e avançar algumas reflexões sobre determinações metodológicas e teóricas que explicam assimetria que caracteriza a composição dos estudos sobre o tema, notadamente a inexpressividade de pesquisas sobre transportes rodoviários. No exame das condicionantes historiográficas que respondem pela larga predominância de investigações sobre a modalidade ferroviária, ocupam lugar de destaque injunções próprias ao processo de modernização e constituição de sistema integrado de transportes no Brasil. Outrossim, busca-se demonstrar, através de caso conspícuo, o quanto à historiografia brasileira pouco considera a necessidade de se contemplar, enquanto objeto histórico, as experiências de modernização dos espaços econômicos não-exportadores e, por decorrência, os transportes não ferroviários.

**“Um sorriso para todas” : imagens da mulher, na imprensa do Rio de
Janeiro (1920-1930)**

Lívia de Azevedo Silveira Rangel / UFV
liviaasrangel@hotmail.com

A ascensão, no início do século XX, de idéias modernizantes no Brasil, aliadas a um novo regime político, foram os principais responsáveis pela reorganização do espaço urbano e, em consequência, dos atores sociais. Naquele momento, havia uma grande preocupação em impor normas rígidas de comportamento às mulheres que, condicionadas a uma lógica moral determinada, eram impelidas a agirem de acordo com regras de conduta explicitamente burguesas, em que o ideal de domesticidade nos aparece como o principal elemento legitimador desse moralismo. Tais preceitos de ordem estabeleciam linhas divisórias profundas entre mulheres da elite e as populares. A imunidade moral, muitas vezes, era inacessível às mulheres públicas que, devido as suas necessidades de sobrevivência, assumiam um padrão comportamental alternativo. Em razão disso, o presente trabalho buscará perceber, nas páginas da Revista *Careta*, mais enfaticamente na seção intitulada “um sorriso para todas”, de que maneira a omissão da figura da mulher popular nas revistas nos leva a distinguí-las da imagem burguesa divulgada com tanta alegoria, em que a mulher abastada, mais do que qualquer categoria feminina, aparece como peça fundamental da modificação estética da capital do país.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Entre o artista e o intelectual: um estudo sobre a atuação engajada de Mário de
Andrade no cenário cultural brasileiro das décadas de 1920 e 1940**

Lorena Ribeiro Zem El-Dine / Universidade Federal de Viçosa
lorennazem@yahoo.com.br

Privilegiando fontes como a literatura e a epistolografia, procuramos a partir desse estudo, pensar algumas das idéias e projetos que permearam a produção literária marioandradiana, bem como apontar caminhos para a compreensão de sua atuação engajada no cenário cultural brasileiro, entre as décadas de 1920 e 1940.

Um dos principais teóricos do movimento modernista de 1922, Mário de Andrade, publicou diversas obras literárias, estudos sobre literatura, música e artes plásticas, além de pesquisas sobre cultura popular. Defendia a construção de uma expressão artística efetivamente nacional e a necessidade de democratizar o acesso à cultura no Brasil. As fontes analisadas mostram o conflito vivido pelo poeta entre as obrigações que se colocava enquanto artista e intelectual, buscando conciliar em seu trabalho, suas preocupações estéticas e sociais. Além da compreensão do modo como Mário refletiu acerca de seu papel de escritor e intelectual, o presente estudo pretende contribuir para o entendimento da atuação dos intelectuais, num período da história política brasileira, em que a palavra de ordem era forjar as bases da nossa nacionalidade.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Os deputados mineiros eleitos às cortes portuguesas

Luana Melo e Silva / UFOP
luanamesilva@yahoo.com.br

Esta comunicação pretende compartilhar uma nova possibilidade de leitura do processo de independência do Brasil. A crise do Estado-Nação contemporânea contribuiu para a retomada dos debates sobre a formação do Estado Nacional brasileiro. Novos enfoques levaram à renovação do assunto e diversificação dos sujeitos identificados no processo. Pensando nisso, debruçando sobre as Revistas do Arquivo Público Mineiro, tentamos constituir uma biografia coletiva dos deputados mineiros eleitos às Cortes Constituintes de Lisboa (1821-1822). Estudamos estes indivíduos como grupo político e social, cujas ações naquele momento estariam carregadas de interesses sobretudo em questões de ordem política, econômica e social. Percebemos que estes interesses, por sua vez, determinaram sua decisão de permanecer no Brasil e não participar dos debates ocorridos nas cortes Portuguesas. Acreditamos que ao traçar o perfil socioeconômico deste grupo, seria possível reconstituir suas trajetórias profissionais e sociais, o que tornaria possível a exposição do sentido de suas ações como indivíduos políticos, bem como o entendimento de características e especificidades da província mineira no período da independência do Brasil. Buscamos elementos capazes de desvendar as complexas estruturas e especificidades da província, ressaltando as diferenças regionais que singularizaram o processo de independência de província para província no Brasil imperial.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O encontro de *experiência* e *práxis*: uma breve discussão acerca de Thompson e Benjamin

Luara Galvão de França / UFOP
luara_hst@yahoo.com.br

Pretendo esboçar um estudo a cerca da idéia de *práxis* em Walter Benjamin e sua semelhança com a noção de *experiência* em Thompson. A primeira seria a ponte que liga teoria e prática fazendo com que a teoria seja educada e a prática seja direcionada, já a segunda seria o momento em que quase não há diferenciação entra a prática e a reflexão sobre a prática, quando o ser social e a consciência social se relacionam mais profundamente. Ambos os autores em questão acreditavam em uma real aproximação entre as discussões partidárias e a prática revolucionária. A necessidade de integração entre teoria e prática nos autores faz com que sua visão de história mude, não sendo mais possível analisar os eventos como estáticos, eles são fluidos, acontecem efetivamente e são protagonizados por seres humanos. É essa integração entre pensamento e ação que me leva a crer em uma semelhança entre os dois conceitos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

História, Memória e escrita de si no diário de Helena Morley

Lúcia Helena da Silva Joviano / FAFIPRONAFOR e CES/JF
lucijoviano@hotmail.com

O trabalho em questão pretende focar a trajetória da História, no que diz respeito à inclusão de novos personagens e fontes e a partir daí analisar o estudo cultural do feminino pela História e o uso como fonte do diário, compreendido aqui, enquanto um “lugar de memória”, segundo Pierre Nora. Serão discutidas as possibilidades de estudos sobre as subjetividades femininas por meio do discurso produzido e presente nesse tipo de fonte. O diário utilizado é o de Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970) escrito entre 1893 a 1895, sendo posteriormente publicado (1942) com o título “Minha vida de menina” cuja autoria fora dada ao pseudônimo Helena Morley. Os conceitos de sujeito, subjetividade, subjetivação, discurso, devir e texto, serão extraídos das obras de M. Foucault, G. Deleuze e R. Barthes.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

“Os gregos e a crítica à modernidade em Nietzsche e Burckhardt”

Luciana Fernandes Madeira / UFRJ/PPGHIS
lucianafma@yahoo.com.br

Duas obras constituem as fontes centrais deste trabalho: “O Nascimento da Tragédia”, de Friedrich Nietzsche e “História da Cultura Grega”, de Jacob Burckhardt. Discutiremos de que maneira o ainda filólogo e o historiador fizeram uso da Grécia Antiga para a construção de argumentos de crítica à modernidade e dos males dela advindos, entre eles, a crise da cultura. Para Nietzsche e para Burckhardt, a retomada dos valores da cultura grega é concebida como uma arma, contra o que eles consideravam a decadência da cultura no mundo moderno. Deste modo, seus textos não se restringem à elaboração de um discurso sobre o passado, mas sim, fazem deste passado um uso contra os efeitos nefastos da referida crise. Veremos ainda, a partir das obras citadas, como os respectivos investimentos no passado são também formas de questionar a escrita da história oitocentista e a sua crença na produção de um conhecimento que se pretende verdadeiro e científico, através das fontes. O método crítico comum à filologia e à história foi duramente criticado por Nietzsche e por Burckhardt, visto que ambos viam no estudo do passado um espaço para a criação, para a realização de uma obra de arte.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**“A COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA E AS VICISSITUDES DA
ESCRAVIDÃO E DA IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA DAS PROVÍNCIAS
MINEIRA E FLUMINENSE (1850-1870)”**

LUÍS EDUARDO DE OLIVEIRA / PPHG-UFF & FERNANDO GAUDERETO LAMAS / FAMINAS
- MURIAÉ

luisedua@ig.com.br
fglamas@yahoo.com.br

O objetivo desta comunicação é suscitar novas discussões acerca da utilização de trabalhadores escravizados e livres, nacionais e estrangeiros, na construção e operação da *Estrada União e Indústria* entre os anos de 1850 e 1870. Com base em registros cartoriais e em relatórios da *Companhia União e Indústria* (CUI), demonstraremos que, desrespeitando contratos firmados com o Império, essa empresa utilizou mais de dois mil cativos em tais obras. Acreditamos que a relativa facilidade que encontrou para compor e manter por alguns anos esse enorme plantel escravista, aliada às condições vantajosas e aos preços reduzidos negociados junto a diversos locadores de escravos, foram determinantes para que essa empresa fizesse uso extensivo e intensivo de mão-de-obra servil na implementação de seu complexo projeto rodoviário. O recrutamento suplementar de artífices e jornaleiros livres realizado pela CUI na mesma época, por sua vez, será direcionado a partir de parâmetros semelhantes, sobretudo no que se refere à obtenção rápida e a custos baixos de um contingente expressivo de operários lusos e germânicos, com graus distintos de qualificação – força de trabalho esta que acabou submetida a um regime de serviço rígido e que reproduziu uma série de práticas típicas do mundo senhorial.

**“AS AÇÕES DAS CLASSES CONSERVADORAS NO PROCESSO DE
ORDENAMENTO DOS MUNDOS DO TRABALHO E DO TRABALHADOR DE
JUIZ DE FORA NA PASSAGEM DO ESCRAVISMO PARA O
CAPITALISMO.”**

LUÍS EDUARDO DE OLIVEIRA / PPHG-UFF
luisedua@ig.com.br

O recrudescimento do processo de modernização conservadora da área central de Juiz de Fora, nos anos de 1880, resultou no incremento contínuo do mercado de mão-de-obra remunerada e no aprofundamento da divisão social do trabalho no interior desse dinâmico espaço sócio-econômico. Estes são fenômenos sociais que requerem uma análise específica e cuidadosa, sobretudo porque se vinculam diretamente não apenas à expansão numérica e à maior diversificação étnica e profissional da população, como também ao disciplinamento e controle da vida urbana e da força de trabalho nesse período de intensas mudanças. Assim, na presente comunicação, pretendo identificar os principais elementos discursivos e os mecanismos políticos-institucionais com os quais as elites agrárias e mercantis-manufatureiras locais tentaram estabelecer sua hegemonia e, ao mesmo tempo, organizar os mundos do trabalho e do trabalhador juiz forano no último decênio escravista e imperial.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Memórias, representações, identidade e salazarismo: memórias de imigrantes
portugueses sobre o salazarismo**

Luiz Armando Dantas de Oliveira / UERF
ladantasoliveira@ig.com.br

Este trabalho trata da memória produzida por imigrantes portugueses em relação ao Salazarismo. O grupo de entrevistados são residentes no município de Niterói, nos bairros de Pendotiba e Ponta D'Areia, situado no estado do Rio de Janeiro. Todos do grupo são ex-camponeses e tiveram uma vivência direta com o regime Salazarista (1928-1974).

Analisaremos o conjunto de representações e discursos mobilizados por este grupo de imigrantes no momento da articulação de sua memória acerca do salazarismo. Partindo do pressuposto de que existe uma profunda relação entre memória e identidade, iremos destacar o conjunto de valores sociais e culturais que compõem o universo camponês português, do qual, originalmente, fazem parte esse imigrantes e que são elementos importantes para pensar a identidade de grupo desses portugueses. Assim, analisaremos a identidade construída por estes imigrantes e a sua relação com a memória criada em torno do Salazarismo.

Para aprofundar a questão colocada neste trabalho, vamos comparar a memória desses imigrantes com a memória construída após queda do regime, o período pós-revolução dos cravos. Esse período foi caracterizado por intensas transformações modernizadoras no interior da sociedade portuguesa, havendo uma tendência de esquecimento e repúdio do regime salazarista.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Equilíbrio, Vaidade e Amor nas *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*

Mannuela Luz de Oliveira Valinhas / UEMG
mannuellaluz@yahoo.com.br

Matias Aires no seu livro *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, publicado pela primeira vez em 1751, tem como principal objetivo elaborar um quadro geral do que seja a vaidade e seus efeitos no homem e na sociedade. A vaidade é encarada como principal motor das ações humanas. Uma das características mais marcantes do seu texto é a forma como o autor faz uso de oposições e binarismos. O uso de oposições está quase sempre atrelado a uma idéia de equilíbrio, ou seja, elementos com características opostas garantiriam o equilíbrio das coisas existentes. Sendo a vaidade definida, basicamente como um vício (em oposição à virtude), ela encontra sua barreira no amor. Assim, duas paixões opostas constituem o humano: a vaidade e o amor. A Providência colocou o amor no homem para a conservação do mundo, ele é ao mesmo tempo princípio da vida e o final da perfeição. Nessa comunicação, pretende-se analisar o argumento exposto nas *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*: como essas duas paixões se articulam e se equilibram no homem individualmente e são responsáveis pela conservação da sociedade.

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO DISCURSO E SUA
RECEPÇÃO PELA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ARGENTINA.**

MARCELO DE MELLO RANGEL / PUC - RIO
MMELLORANGEL@YAHOO.COM.BR

A presente comunicação discute proposições e conceitos básicos da história do discurso concebida por Pocock, bem como apresenta e analisa a recepção de tal perspectiva teórico-metodológica no âmbito da historiografia brasileira e argentina. Num primeiro momento discutiremos as relações entre a filosofia da linguagem proposta por Austin e a história do discurso de Pocock, tendo como eixo fundamental a compreensão da linguagem como *efetuação*, como ação. Como desdobramento deste primeiro momento, analisaremos o *historicismo radical* proposto pelo autor neozelandês, melhor dizendo, a significativa importância que o autor confere a certa *agoridade* da fala, quero dizer, a certo movimento ininterrupto da fala que, a todo o momento, alarga e/ou transforma o horizonte lingüístico, desde o qual a fala se faz possível. Num segundo momento, analisaremos a recente recepção das reflexões teórico-metodológicas de Pocock no âmbito da historiografia brasileira, enfatizando textos de Marcelo Gantus Jasmin, e apresentaremos algumas proposições da historiografia argentina acerca da história do discurso, especialmente a partir da análise de textos de Elias José Palti.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Interpretações da nacionalidade brasileira pelo viés do revés

Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro / Instituto de Ciências Humanas e Sociais Anísio Teixeira
marciarcarneiro@hotmail.com

A historiografia contumazmente privilegia a análise da construção de visões sobre a nacionalidade brasileira focando-a em autores autoritários ou nos que buscam entender a composição deste nacionalismo pela interpretação da formação étnica do povo brasileiro e quanto à forma de colonização implantada no Brasil. No início do século XX, ao pretenderem compor retratos dessa nacionalidade, alguns pensadores sociais diletantes e romancistas não obtiveram a expressão dos considerados intérpretes do Brasil, como Alberto Torres, Oliveira Vianna, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. Mas, como aponta Mikhail Bakhtin, é possível buscar outras interpretações a partir da produção literária, e/ou do âmbito da História, que podem contribuir para ampliar as formas para entender o processo de construção de visões hegemônicas de mundo. Assim sendo, este trabalho pretende discutir as outras formas de interpretação do nacionalismo brasileiro pela ótica das visões que não se tornaram hegemônicas, mas que resistem no tempo e na história como traço cultural e ideológico no que se refere às características morais e sociais do povo brasileiro. Neste sentido, ainda que por caminhos antagônicos, as obras de Plínio Salgado e Lima Barreto tornam-se referências para outras interpretações da nacionalidade brasileira que a historiografia nem sempre considerou.

**TRAJETOS DO CONCEITO DE PAISAGEM: HISTÓRIA DO CONCEITO E
RELAÇÕES CLÁSSICO-MODERNO E ROMÂNTICO-MODERNO NA
PRODUÇÃO ARTÍSTICA BRASILEIRA DO TEMPO RECENTE**

MARCIO PIZARRO NORONHA / UFG / EMAC – PPGM / FCHF

MIGUEL LUIZ AMBRIZZI / PPGH E UFG / CEPAE

marcpiza@terra.com.br

miguelambrizzi@bol.com.br

Este trabalho versa sobre um estudo em andamento na forma de um projeto para doutoramento no campo da pesquisa histórica, envolvendo a História da Arte (e Interartes) e as abordagens da intertextualidade e das relações interculturais. Aqui trataremos de abordar dois momentos da afirmação do conceito de paisagem, fundados nos estudos de uma Historiografia da História da Arte, nos termos da rediscussão dos conceitos de clássico e romântico. No primeiro deles, ligado à estética do classicismo e do romantismo, assistimos uma ampliação do termo, funcionando enquanto forma do tratamento retórico das imagens (classicismo) e enquanto conceito interartístico e das relações interartes, sendo usado pela pintura, pela música e pela literatura. No século XX, através do estudo de artistas do tempo recente, a noção de paisagem sofre uma inflexão numa dupla direção que retoma ambos os sentidos apontados no cânone estético: do clássico, assistimos as formações da paródia pós-moderna, na obra de um artista brasileiro, Walmor Côrrea, recuperando a ilustração da natureza aos moldes do esboço de observação dos artistas viajantes dos séculos passados, e, das formas de um neo-romantismo, uma politização do termo paisagem, vinculando-o a questões ambientais e de políticas sociais, num enfoque intercultural, através da obra de F. Krajcberg.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A HISTÓRIA COMO CRÍTICA E A CRÍTICA COMO OBRA -
Historiografia da História da Arte: o trajeto dos estudos históricos da Arte no
enfoque das relações e história interartística.**

MARCIO PIZARRO NORONHA / UFG / EMAC – PPGM / FCHF – PPG H
marcpiza@terra.com.br

O presente trabalho desenvolve o trajeto histórico da disciplina de História da Arte nos termos de uma História Plural (Genette) e Comparada (Souriau) das Artes, num tratamento denominado no processo da pesquisa enquanto História e Teoria Interartes (Noronha), privilegiando as abordagens da intertextualidade, das relações interculturais e questões apontadas pelos estudos e embates entre os campos da Estética e Estudos Culturais e Cultura Visual. O texto trata ainda de recuperar e integrar para o debate contemporâneo duas questões do pensamento clássico: as confrontações históricas entre Estética e Filosofia da Arte (Kant e Hegel) e o desenvolvimento dos conceitos de clássico-moderno e romântico-moderno, para o surgimento e a problematização do próprio campo de estudos da História da Arte e da disciplina da Arte-Educação. Seguindo na tradição da vertente alemã, recuperam-se as relações entre romântico e moderno, sob o signo do barroco, para a obra de Walter Benjamin e suas apropriações históricas e críticas contemporâneas. Discute-se os termos benjaminianos na perspectiva de um devir da história: a história (da arte) deve terminar como crítica (de arte) e de que a crítica deve tornar-se obra (de arte).

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Igreja Católica e Comunismo: A Defesa da Propriedade Privada

Marco Antônio Machado Lima Pereira / UFOP

À luz do jornal católico O Santuário, órgão oficial da basílica nacional, fundado em 10 de novembro de 1900, a minha proposta nesta comunicação será discutir como a questão da propriedade privada era proibida pela Igreja Católica. Portanto, nossa apresentação terá por objetivo enfatizar o seguinte aspecto: que o tema da propriedade privada está intimamente ligado ao discurso anticomunista da Igreja.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Bandeiras, estradas e automóveis: o mito bandeirante e o automobilismo na
historiografia paulista no início do século XX.**

Marco Antônio Cornacioni Sávio / UNIVALE
msavio@univale.br

No início do século XX a historiografia paulista procurou reconstruir o mito bandeirante tendo em vista a difusão de novas tecnologias de transporte, mais precisamente do automóvel. O automóvel assume um lugar privilegiado no imaginário da elite paulista, que recria seu mito fundador através da prática do automobilismo, chamada neobandeirismo, que era uma mistura de prática cívica e esportiva. Aos neobandeirantes caberia a missão de terminar a tarefa iniciada pelos antepassados paulistas, tendo como aliado, além da iniciativa, um artefato técnico que representava todos os ideais aos quais aqueles homens almejavam. Essa utopia motorizada conservadora foi traduzida numa adaptação ao mito do bandeirante, que foi amplamente utilizado para propagandear ideais de superioridade paulista em relação ao restante da federação e que se traduzia na auto-aludida expressão “yankees da América do Sul”. O mito bandeirante, portanto, foi modernizado em sua expressão historiográfica e traduzido nas práticas das elites paulistas através do uso do automóvel, que representava um projeto de modernização conservadora e que marcou o imaginário das elites brasileiras nos princípios do século XX.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Indígenas nos arquivos da criminalidade

Marcos Francisco Bonetti / UNICENTRO
scriptures_hm@yahoo.com.br

A partir da análise e catalogação dos processos crimes dispostos no acervo do Arquivo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pretende-se refletir sobre a criminalidade nesses processos envolvendo, de alguma maneira, a figura do indígena na Comarca de Guarapuava nos anos de 1830 a 1888. A reflexão visa, ainda, perceber o indígena como agente histórico, suas ações e reações diante do contato com outra cultura e repensar o modo como se dá o processo de construção e/ou reconstrução de sua própria identidade. Nesse sentido, busca-se também, uma discussão teórico-metodológica, que possibilite a reflexão sobre a temática indígena; estabelecendo-se assim, o diálogo com produções bibliográficas que já trataram do tema e com as reflexões da antropologia, que muito tem a colaborar neste debate. Ademais, pretende-se levantar subsídios que possam contribuir com o debate historiográfico referente ao cotidiano e à criminalidade encenados por aborígenes no Brasil do século XIX.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Indígenas nos arquivos da criminalidade (1830 – 1888)

Marcos Francisco Bonetti / UNICENTRO

Oseias de Oliveira / UNICENTRO

scriptures_hm@yahoo.com.br

oseias50@yahoo.com.br

A partir da análise e catalogação dos processos crimes dispostos no acervo do Arquivo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pretende-se refletir sobre a criminalidade nesses processos envolvendo, de alguma maneira, a figura do indígena na Comarca de Guarapuava nos anos de 1830 a 1888. A reflexão visa, ainda, perceber o indígena como agente histórico, suas ações e reações diante do contato com outra cultura e repensar o modo como se dá o processo de construção e/ou reconstrução de sua própria identidade. Nesse sentido, busca-se também, uma discussão teórico-metodológica, que possibilite a reflexão sobre a temática indígena; estabelecendo-se assim, o diálogo com produções bibliográficas que já trataram do tema e com as reflexões da antropologia, que muito tem a colaborar neste debate. Ademais, pretende-se levantar subsídios que possam contribuir com o debate historiográfico referente ao cotidiano e à criminalidade encenados por aborígenes no Brasil do século XIX.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O Método Histórico de Antonio Candido

Marcos Rogério Cordeiro / UFMG
r.cordeiro1@bol.com.br

O objetivo é desenvolver uma reflexão sobre o método histórico-crítico de Antonio Candido em *Formação da literatura Brasileira*, obra capital no estudo da literatura no Brasil. Interessa analisar os princípios teóricos e metodológicos que permitem relacionar e articular as transformações estéticas no campo da literatura às mudanças históricas, culturais e sociais. Veremos que o crítico parte do pressuposto de que cada obra literária concentra em si mesmo características extra-literárias, apresentando-se como uma espécie de ‘redução estrutural’ do momento que a produziu. Ao mesmo tempo, ainda segundo a perspectiva crítica adotada, veremos que as obras estão relacionadas entre si, revelando no processo literário as marcas de um processo de formação social amplo. Por fim, mostraremos que o método literário de Candido se aproxima muito do de Caio Prado Jr.: ambos partem do princípio materialista de interpretação para elaborar um sistema de análise mais geral.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**“Memórias conflitantes”: a recepção das propostas aliancistas no interior da
liderança tenentista.**

Marcus Fernandes Marcusso / UFOP
Marcus_ufop@yahoo.com.br

Esta comunicação pretende analisar o modo pelo qual a liderança tenentista recebeu as aproximações de políticos da Aliança Liberal visando o apoio à sua candidatura de oposição nas eleições presidenciais de maio de 1930. Tal proposta analítica se realizará através do estudo das memórias do tenente Juarez Távora e da entrevista memorialística de Luis Carlos Prestes, tendo em vista que estes foram os líderes que se manifestaram, publicamente ou não, de modo mais intenso nesse processo de negociação: Juarez Távora a favor de um acordo, e Luis Carlos Prestes visceralmente contra. A entrevista e o relato memorialístico são fontes valiosas para entender os motivos das atitudes tomadas pelos chefes “revolucionários” nesse delicado período de conversação. Este estudo é importante para expor a fragilidade das concepções liberais do movimento tenentista, bem como para perceber as mudanças ocorridas no interior do mesmo após as eleições de maio e a “Revolução” de 1930.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Estado da Viuvez

Maria da Glória Guimarães Correia / Universidade Federal do Maranhão
mariagcorreia@ig.com.br

Em 1819, registra frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres que, no Maranhão, até pouco tempo, “em casa, as mulheres brancas nunca apareciam a homem que não fosse de sua família”, e que, se nos dias atuais, “ muitas na ribeira do Itapecuru e na cidade” já não observavam o antigo costume, o mesmo não se verificava “nas outras partes, especialmente no sertão,” onde algumas ainda se casavam sem que seus futuros maridos as vissem, “senão no ato do casamento”. Tomando como referência a citação e um conjunto de imagens consolidadas acerca do feminino, a presente comunicação tem por objetivo reconstituir e analisar a prática corrente do casamento de viúvas, percebendo-a como subversão do padrão de arranjos matrimoniais vigente, extraindo desta análise uma leitura sobre a sociedade maranhense de então, fazendo-o a partir da perspectiva do gênero e da história cultural.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

História de Canudos: Um só Evento, Várias Interpretações.

Maria Fabiana das Graças de Lima Carneiro / UFMG (Especialização) UFOP/ICHS (matéria isolada Pós-
graduação)
Fabiana_bh@terra.com.br

Os paradigmas adotados na transição do século XIX para o XX, tendiam para o positivismo que refletia sobre os tempos do triunfo da modernidade, do capitalismo, da indústria, da ciência e da tecnologia. A busca de uma identidade coletiva para o país foi tarefa designada aos intelectuais da Primeira República (1889-1930) com a finalidade de construir bases para a construção da nação. A busca de uma identidade coletiva para o país foi tarefa designada aos intelectuais da Primeira República (1889-1930) com a finalidade de construir bases para a construção da nação. O Brasil precisava civilizar-se e tudo que fosse considerado empecilho para a realização dos “megas-projetos” civilização, deveria ser eliminado para que a *Belle Époque* brasileira fosse também realizada.

Tomando como quatro as principais vertentes historiográficas sobre o movimento ou conflito de Canudos, esta comunicação pretende abordar esse evento como pano de fundo para refletir como um único evento histórico é construído e desconstruído, várias vezes, fazendo-se existir pelo que dele se diz, pois é fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade. .

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A formação do Estado no Brasil: uma abordagem teórica da historiografia

Maria Fernanda Vieira Martins/ FFP-UERJ-FAPERJ
Maria Leticia Corrêa / PPGH-UERJ-FAPERJ
fernandavmartins@uol.com.br; leticiacorreia@globo.com

Em uma perspectiva de longa duração, partindo-se da história do Brasil após a independência, é notável a persistência, na historiografia, de interpretações baseadas em uma noção reificada de Estado, como aquela presente nas análises informadas pela hipótese da *modernização conservadora* ou da *modernização autoritária*. Nesse quadro, marcos importantes, como a manutenção da unidade nacional/territorial e a construção de uma autoridade central, no século XIX, ou a modernização urbana e econômica e a ampliação da cidadania, no século XX, passam a ser considerados como conseqüências da ação de uma elite homogeneizada e treinada para esse fim ou de lideranças competentes, que integram e dirigem, por sua vez, os diversos órgãos da burocracia de governo. Ao partilharem uma representação da política tal como esta se apresenta, por vezes, nas próprias fontes, tais análises terminam por deixar de lado dinâmicas importantes sobre o processo de expansão do governo direto, segundo o instrumental proposto por Charles Tilly, como a oposição entre público e privado, a diversidade e conflitos de interesses entre os setores dominantes e as relações entre esses grupos, dentro e fora do próprio Estado.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A ficção histórica alencareana e a recriação da memória nacional

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira / Favap – Ponte Nova
mariamaroca@yahoo.com

Nosso objetivo nesta comunicação será o sublinhamento da sui generis condição do romance histórico alencareano, em seu momento de produção, como importante fonte de divulgação da memória histórica nacional e mesmo como artefato de recriação e narrativa da mesma.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**O pensamento modernista e o problema da identidade nacional na historiografia
da arte colonial mineira : Relações entre Mário de Andrade e Germain Bazin.**

Mariela Brazón Hernández / Escola de Belas Artes - UFRJ
marielabrazon@yahoo.com.br

As idéias dos modernistas brasileiros foram cruciais para a formulação de novos ideais estéticos baseados na superação do passado e na atualização da cultura local. Os seguidores dessa linha de pensamento acreditavam que a condição “moderna” seria atingível através do reconhecimento da identidade nacional e da sua subsequente valorização. Este artigo aborda as relações entre a postura teórica do escritor Mário de Andrade, um dos intelectuais modernistas que manifestaram amplo interesse pela arte das Minas Gerais, e a produção do historiador francês Germain Bazin, autor de estudos pioneiros sobre a arte e a arquitetura religiosa brasileira. A obra de Bazin transcendeu, com cresces, a colheita, organização e catalogação da informação até então dispersa. Nela, pela primeira vez na historiografia da arte colonial, delineiam-se os vínculos existentes entre a produção local e a arte européia, ao tempo que se identificam escolas regionais e se exalta a obra “singular” dos artistas vistos como “autenticamente brasileiros”. No estudo realizado, damos destaque ao papel desempenhado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através de sus políticas institucionais e do trabalho dos seus pesquisadores, especialmente Sylvio de Vasconcellos, teórico e historiador que acompanhou Bazin nas suas viagens pelos territórios mineiros.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Renascença e Modernidade

Marília de Azambuja Ribeiro / UFPE
ribeiromarilia@hotmail.com

Uma exposição acerca da construção da idéia de modernidade no âmbito cultural da Itália renascentista, em particular da República de Firenze. Uma análise das transformações que essa noção sofreu desde as origens do movimento humanista, a partir de Petrarca, até a seus últimos representantes, na geração maneirista de Vasari.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

“ A sereia brasileira das letras” e os estudos históricos: laços de reflexão.

Mariza Guerra de Andrade / UFMG
mzguerra@uai.com.br

Discussão sobre o *papel* da escrita biográfica na constituição de uma “cultura histórica” no Brasil, nos anos 50/60, depurada após uma anterior *epidemia* editorial da biografia – já proclamada “sereia brasileira das letras” (metade romance/metade história). A contínua demanda editorial e também do público leitor pelo gênero, as discussões abertas pela crítica coetânea sobre seus métodos e fins, entre outros fatores, teriam derivado para o debate entre concepções distintas, ou seja, a “biografia romanceada” e a “biografia documentalista”. Nessas décadas, é possível destacar uma aproximação e um diálogo crescentes entre o gênero biográfico e a historiografia, referente a temáticas e questões da história brasileira. A biografia “documentalista” amplia, em geral, suas fontes e métodos, além de sua configuração narrativa – caso, em destaque, da produção do biógrafo/escritor de história, Raimundo Magalhães Junior. Mas merece relevo a desestabilização sofrida pelo gênero biográfico, ao final da década de 1960, também na esfera acadêmica, por um suposto programa estruturalista e por uma crítica da “esquerda” mais sectária que teriam contribuído para criar entraves para o mercado editorial/leitor do gênero. Contudo, permanece atual, para os estudos históricos, o interesse em ler e discutir algumas dessas obras (e as daquele autor) pelas contribuições, algumas inovadoras, na sua época.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Alberto Salles: interesse liberal, evolução social e federalismo político.

Maro Lara Martins / UFOP
marolara@ig.com.br

Nesta comunicação, discutirei a construção teórica do *tempo histórico* em Alberto Salles, relacionando-a às suas concepções de sociedade e política. Os objetivos principais desta análise recaem na articulação entre a armação liberal e federalista por um lado, e por outro, no organicismo social e na idéia de nacionalidade. Inserido nesta dupla perspectiva, uma social, a outra política, encontram-se formulados os pressupostos básicos da particularidade do tempo histórico brasileiro. Estes pontos nos levam a um panorama reflexivo, que se refere a construção de uma tradição e de uma história que fossem genuinamente brasileiras, que incluía tanto uma concepção de *tempo histórico* peculiar, como a elucidação dos personagens característicos desta história. O aparecimento da história como fonte de conhecimento da política e da sociedade merece atenção, pois, a partir do momento em que se criou um conjunto de instrumentos intelectuais, capazes de fundamentar as opções tomadas pelos pensadores na construção de teoremas de organizações sócio-políticas, houve um processo de depuramento das possibilidades práticas justificadas através da história. O ponto que se ressalta neste sentido são as contradições e os percalços da modernidade à brasileira.

México: Das Origens Ao Levante Do Exercito Zapatista De Libertação Nacional – Ezln (1994)

Martha Melo Carvalho / Universidade Federal de Goiás
marthaufg@yahoo.com.br

Na América, como na Europa, embora ideólogos neoliberais anunciassem um período de crescimento econômico, prosperidade e liberdade – derivada da atribuída superioridade deste sistema quanto à capacidade de produzir e distribuir riquezas – a implementação da propagada “economia de mercado livre” terminou por acentuar as desigualdades econômicas, agravando os problemas sociais já existentes e provocando outros novos.

Este trabalho tem como pretensão enfatizar os aspectos culturais e ideológicos acerca do papel do movimento indígena no México contemporâneo. Propomos a análise desse novo movimento social indígena e camponês (EZLN), que para alguns é um movimento étnico – cultural restrito à implementação dos direitos indígenas, mas que consideramos, e esta é uma hipótese deste trabalho, como um movimento social, etnopolítico que luta não só pelos direitos indígenas e camponeses, mas pela resistência a um modelo de Estado antidemocrático e neoliberal.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Indústria editorial e Livro Didático de História: Imperativos de confecção e
consumo através de um estudo de caso**

MARTHA SHAUANA BATISTA SANTANA / UFV
ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS / UFV
Martha_shauana@yahoo.com.br e angeloassis@ufv.br

O presente trabalho procura investigar as mudanças ocorridas recentemente nos livros didáticos de história, através de um estudo comparativo das edições de uma mesma coleção didática, uma de 2000 e outra de 2006. Abordamos as edições a partir de aspectos formais, conteúdos histórico-escolares e pedagógicos, levando em conta fatores de competitividade mercadológica, qualidade gráfica, controle dos órgãos públicos sobre o ensino, transformações na produção historiográfica acadêmica e concepções pedagógicas correntes, para compreender as formas de adequação dos livros às normas prescritas, tendo em vista o público que, de fato, irá consumi-los, a saber, professores e alunos do ensino fundamental.

Os resultados apontam para profundas mudanças na concepção e produção dos manuais, que passam por um acréscimo significativo de etapas de produção e de pessoal envolvido, justificando o tratamento diferenciado de cada detalhe da nova edição. Em relação à anterior, esta se diferencia tanto na exposição formal, quanto na abordagem e exploração dos conteúdos. Entretanto, apesar das consideráveis mudanças, notam-se permanências marcantes de tendências historiográficas consagradas na História escolar e acadêmica. Guarda-se, assim, uma relação de continuidade com a edição anterior, já aprovada pelo público, buscando atender as exigências técnicas de mudanças, visando a conquista de novos mercados.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Algumas considerações sobre os Estudos da história da Igreja Católica no contexto
da ditadura militar: experiências e perspectivas.**

Massimo Bonato / PPGHIS) UFRJ
massimobonato@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas reflexões em torno de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL da Universidade Federal de Rio de Janeiro, e que tem como principal escopo analisar as relações entre a Igreja Católica e o Regime Militar, na capital mineira, a partir de uma trajetória de vida, no período de 1964-1984. No Brasil, especialmente a partir do fim da década de 70, foram produzidas neste campo temático umas serie de contribuições significativas. São trabalhos que se inscrevem no campo da história política e que analisam aquela instituição a partir de seus conflitos na história. Portanto a finalidade de esta comunicação è apresentar algumas considerações sobre estes experiências historiográficas e sobre as perspectivas das novas abordagens que procuram, assimilar uma visão mais analítica por meio de uma perspectiva cultural ou antropológica.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Entre a Tradição e a Ilustração: a Companhia de Jesus e os discursos acerca do
terremoto de Lisboa de 1755**

Michelle Batista Silva Oliveira / Funedi-Fundação Educacional de Divinópolis/UEMG Universidade
do Estado MG
olimpiosoliveira@ig.com.br

O presente estudo visa analisar o panorama cultural científico de Portugal na conjuntura pós-terremoto de Lisboa de 1755. Os jesuítas estiveram entre os primeiros a interpretar aquele fenômeno, dentre os quais o célebre padre Gabriel Malagrida, autor de: *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755*. A obra analisou aquele evento de acordo com a orientação cultural então vigente no interior da Ordem, e conseqüentemente também, em Portugal. A interpretação sobre as causas do terremoto entra em choque com a versão defendida pelo então ministro de dom José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o que dá início a um intenso e fervoroso debate entre as partes. De um lado, a Companhia de Jesus, defensores da tradição até então vigente em Portugal, os responsáveis pelo predomínio dos preceitos sociais e políticos em voga em Portugal, regidos por uma orientação neotomista, orientados por uma perspectiva cristã, característica quase intrínseca àquela sociedade. De outro, o Estado Reformista Ilustrado português encabeçado pelo poderoso Marquês de Pombal. A análise dos discursos acerca das causas do terremoto de Lisboa de 1755 constitui uma interessante lente para analisarmos a ação das “Ilustrações” no mundo português.

**A SOCIEDADE MARIANENSE DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII
(1711-1760) EM FACE ÀS SUAS PECULIARIDADES E ÀS BASES QUE
INSPIRARAM A SUA FORMAÇÃO**

Michelle Cardoso Brandão / UFJF
michellehis@gmail.com

A ATMOSFERA OBSERVADA NO “CENTRO” DO IMPÉRIO DE CERTO MODO MUITO INFLUENCIOU NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE DO ALÉM MAR. VILA DO CARMO (MARIANA) DO SÉCULO XVIII MUITO TÊM EM COMUM COM AQUELA SOCIEDADE TÍPICA DO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS. A DINÂMICA SOCIAL PRESENTE NAS MINAS GERAIS, BEM COMO OS COSTUMES IMERSOS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS, A DISSEMINAÇÃO DO PODER, O FORTALECIMENTO DA ELITE LOCAL E SEU PRÓPRIO CONCEITO SÃO, EM BOA MEDIDA, REFLEXOS DE UMA MENTALIDADE E DE EXPERIÊNCIAS QUE TEM SEU CERNE DO OUTRO LADO DO OCEANO.

TRATA-SE DE UMA ATMOSFERA CUJO DIREITO CANÔNICO INCIDIU FORTEMENTE E A MORAL CRISTÃ ERA ALGO INTENSO NO DESENVOLVER DAS RELAÇÕES, TENDO TAMBÉM A FAMÍLIA E A SOLIDARIEDADE, NESTE CONTEXTO, UM IMPORTANTE E FUNDAMENTAL PAPEL.

PRETENDE-SE, POIS, NESTE ARTIGO, DESENVOLVER UMA REFLEXÃO ACERCA DA CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE COLONIAL MARIANENSE (1711 A 1750) EM FACE ÀS SUAS PECULIARIDADES E TAMBÉM, ÀS CONSONÂNCIAS COM AQUELA QUE, À PRIORE, SERIA A SUA GENITORA: PORTUGAL. ASSIM, O OBJETIVO DESTES ARTIGOS AMPLIA-SE NA MEDIDA EM QUE SE PRETENDE ENTENDER MELHOR O MODO COMO A SOCIEDADE MARIANENSE REFORMULOU O PADRÃO SOCIAL PORTUGUÊS (QUE LHE ALICERÇOU) E DEU UM NOVO PERFIL PECULIAR À SI PRÓPRIA.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

História e Memória: lembranças da Segunda Guerra Mundial

Michelle Viviane Godinho Corrêa / PUC MINAS
miaustrais@yahoo.com.br

Através da discussão existente entre história oral e memória, discutimos a memória que os ex-combatentes guardam da Segunda Guerra Mundial. Suas visões, suas impressões, seus relatos daquele que foi um dos grandes marcos históricos da contemporaneidade sendo revistos pelo prisma da historiografia e dos estudos acerca da memória.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A História das Mulheres de Georges Duby

Milton Carlos Costa / UNESP- Assis
apvunesp@bol.com.br

Esta comunicação tem por objetivo fazer uma apresentação sucinta do primeiro volume dos três dedicados por Duby ao estudo das damas do século XII. Nesta obra o notável medievalista lança um olhar novo sobre as mulheres da aristocracia francesa, ao reler documentos em geral muito conhecidos, de natureza principalmente literária, procurando apreender não a verdade da experiência vivida daquelas mulheres – para ele inacessível – mas tratando de recuperar delas o que chamou de “imagens exemplares”. Trata-se do que Duby chamou de uma tentativa “arriscada” de reconstituir o sistema de valores do período e desvendar o lugar nele reservado às mulheres pelo poder masculino dominante.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia
brasileira e modernidade**

Artigo d' A Patria Mineira: Vozes Feminias na Construção da Nação (1889-1894)

Mirian Cristina dos Santos / UFSJ
cristinamirian@yahoo.com.br

O periódico *A Patria Mineira, orgam da idéa republicana*, foi editado pelo jornalista, professor e intelectual Sebastião Sette Câmara, em São João del-Rei, Minas Gerais. Com periodicidade semanal, o periódico disseminou idéias republicanas durante cinco anos (1889-1894). O objetivo desta pesquisa é analisar e discutir as vozes femininas presentes n' *A Patria Mineira*. O objeto desta apresentação é o artigo *Ao Governo Provisório* escrito por Maria C. Sette, professora e educadora sãojoanense.

Pesquisando os discursos femininos no periódico em estudo, percebemos que o Sonho de Nação republicana tão desejado não pertencia somente a uma parcela da sociedade – os chamados homens universais. . Homem Universal (MATOS, 1999) aqui utilizado no sentido de homem branco pertencente à classe privilegiada. Constatamos que as mulheres letradas, mesmo que de forma tímida e cautelosa, discursavam em favor da República, no sentido de conquistar a tão sonhada igualdade em relação aos direitos civis e políticos, com os do sexo masculino.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade**

**O Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo: a primeira Vila do Ouro e sua população
(1723)**

Moacir Rodrigo de Castro Maia / CEFET - Ouro Preto
moacirmaia@hotmail.com

O objetivo desse estudo é analisar a população do primeiro núcleo urbano mineiro, tendo como enfoque a propriedade escravista da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo nos primeiros anos da década de 1720. Conhecer a população dessa área de garimpo ajuda-nos a dimensionar a importância dos aglomerados em processo de formação e como as sedes dos povoados serviram de catalizadores da dinâmica econômica, social e cultural desse território no interior da América Portuguesa.

Sendo assim, conhecer e trazer a público os dados populacionais das Vilas da Capitania nos primórdios de sua formação é extremamente necessário, pois contribui para a história demográfica e social do período, que possui raras e fragmentadas informações sobre população.

Analisaremos principalmente a “Relação dos escravos e vendas que se acham nesta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e seus arredores”, registro que informa a população escrava e os nomes dos senhores, livres e libertos no ano de 1723. Este importante documento serviu no passado para arrecadar a contribuição dos proprietários escravistas, dos homens e mulheres libertos e das vendas e lojas, aos Reais Quintos. Portanto, o objetivo desse trabalho tem como ponto de referência desenhar e esquadrihar os moradores de Mariana, nos primórdios de sua ocupação e formação. A apresentação de dados baseados em diversas fontes documentais nos ajudará a entender a heterogênea população marianense, com sua diversidade étnica, social e econômica.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A Atuação dos Cooperadores Salesianos na sociedade brasileira no início do século
XX.**

Nadja Santos Bonifácio / Universidade Federal de Sergipe
nad3sb@bol.com.br

O referido artigo trata do desempenho dos Cooperadores Salesianos na sociedade no início do século XX. A partir da criação da revista Boletim Salesiano direcionada para divulgar os feitos das missões Salesianas, levando ao conhecimento de seus leitores e cooperadores as ações e práticas educativas desenvolvidas pelas missões, discutindo assuntos direcionados a educação, voluntariado e conselhos de vida cristã aos seus leitores. A Pia União dos Cooperadores Salesianos foi fundada também por D. Bosco com o objetivo, segundo ele, de “manter o espírito de solidariedade entre os cooperadores, pô-los a par do que vai se realizando na sociedade e animá-los a colaborar oportunamente com ela”. Portanto, esse foi um movimento de leigos que se engajaram nas atividades pastorais das comunidades eclesiais locais. Assim o referido trabalho fundamentado sob uma perspectiva histórico-cultural, direcionado no campo da História Social e História da Educação pretende buscar um entendimento desse movimento na sociedade e na educação. Para isso, será analisado exemplares do Boletim Salesiano de 1908 a 1912.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A PESQUISA E O USO DOS IMPRESSOS E DA LITERATURA.

Nadja Santos Bonifácio / Universidade Federal de Sergipe
nad3sb@bol.com.br

A Revolução da Historiografia Francesa ocorrida no início do século XX possibilitou novos rumos para os pesquisadores analisar e revelar seus objetos de estudo. Fontes diversificadas sugeriram para trazer um melhor entendimento as pesquisas realizadas em diferentes áreas, na Sociologia, Educação, Antropologia, na Psicologia, Linguística, entre outras. Recursos como a iconografia, os impressos (jornais, revistas, almanaques, etc), assim como, a Literatura Brasileira, começaram a contribuir de forma relevante, seja como fonte ou objetos principais sejam como subsídios na realização das pesquisas, descobrindo práticas da sociedade, comportamentos, costumes, práticas educativas e morais que podem ser percebidas através dessas fontes. Portanto, o trabalho busca analisar o uso dos impressos e da Literatura como fonte ou subsídio nos estudos de pesquisas históricas. Assim o referido trabalho fundamentado sob uma perspectiva histórico-cultural, direcionado no campo da História Social e História da Educação, pretende entender que os impressos e a literatura são importantes fontes ou objetos de pesquisa.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**As fugas internacionais de escravos: o debate diplomático entre o Império do
Brasil e a República da Bolívia (1825-1870).**

Newman di Carlo Caldeira / UFRJ (PPGHIS)
newmancaldeira@yahoo.com.br

Ao longo do século XIX, os países sul-americanos enfrentaram processos de independência política e o Brasil alcançou resultados distintos, no que se refere à abolição do regime de trabalho escravo. O objetivo principal desta comunicação será demonstrar o desenvolvimento dos processos de legitimação e defesa da propriedade escrava no concerto sul-americano, bem como analisar a argumentação desenvolvida pelos representantes do Império brasileiro nas negociações diplomáticas que conjugavam ajustes de fronteira, comércio e navegação fluvial, com as tentativas de repatriar os prófugos escravos, pelo exame da correspondência oficial que trata das fugas ocorridas da província de Mato Grosso para o território da República da Bolívia. Na América do Sul, apesar dos poucos estudos sobre as fugas internacionais de escravos, tais movimentações foram mais comuns do que se pensa e despertaram o interesse dos representantes brasileiros que, em suas tentativas de obter a devolução dos escravos fugidos, esbarravam na falta de convenções ou tratados específicos sobre extradição.

O CONCEITO “HOMEM CORDIAL” NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

OLDAIR GLATSON DOS SANTOS / UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – CAMPUS BH
GLTSANTOS@HOTMAIL.COM

Há quase um consenso na historiografia brasileira acerca dos intelectuais que se destacaram no panorama brasileiro na década de 1930. Antonio Candido chamou de “intérpretes do Brasil” três desses intelectuais: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Cada um, à sua maneira, contribuiu para se pensar um país que, em vias de se industrializar, ainda não tinha claro a noção de identidade.

Dentre os três intérpretes um se destacou, não somente pela teoria que elaborou acerca do país, mas também pelo estilo de sua escrita. Sérgio Buarque de Holanda, de certa maneira, recriou o Brasil ao produzir sua obra mais discutida: “Raízes do Brasil”. Nesta obra, o autor explorou um conceito que ele denominou de “homem cordial”. O termo, que suscitou várias polêmicas à época, segundo Sérgio, foi uma das características herdadas de nossos nobres colonizadores: os portugueses.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a “construção” do conceito “homem cordial”, percebendo se o mesmo reflete, ou melhor, refletia, o momento histórico vivenciado pelo historiador paulista.

Pretende-se investigar, também, até que ponto as preocupações de Sérgio Buarque com relação à identidade brasileira faziam parte das discussões entre os intelectuais da época.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Uma reflexão sobre as possibilidades do fazer histórico sobre as pessoas comuns no
extremo-norte de Goiás entre as décadas de 1860 e 1920.**

Olívia Macedo Miranda Cormineiro / Universidade Federal do Tocantins - UFT
oliviacormineiro@uol.com.br
oliviamedeiros@brturbo.com.br

Esta comunicação, acompanhando apontamentos de uma pesquisa em desenvolvimento sobre os modos de viver e trabalhar das pessoas pobres que viveram no extremo-norte de Goiás entre as décadas de 1860 e 1920, levantará questionamentos em relação à opção por investigar sujeitos e problemas sob um olhar retrospectivo, especialmente pela historiografia mais recente. Propondo observar que “nossos” olhares virtualizadores, com tendência crescente a re-presentar o passado como um eterno presente, precisa aprender a aproximar nossa compreensão, ou melhor, reaproximar os significados atribuídos por nós às práticas materiais e simbólicas dos sujeitos históricos aos sentidos atribuídos pelos próprios agentes do passado. Acredito que as aporias da compreensão e explicação da história não são aprioristicamente as reconstruções mediadas socialmente pelos posicionamentos ideológicos. Entretanto, mesmo não possuindo a pretensão e o conhecimento necessário para esgotar assunto tão relevante para a historiografia brasileira, defendo que a realidade ainda é construída sob conflitos de classes, tanto quanto tensão de valores e de sentimentos, e que assumir a história como um acontecimento puramente cultural vem distanciando o historiador de ofício de seu objeto: a história. Nesse sentido, muitos historiadores vêm negligenciando seu principal compromisso: jamais assumir como verdade possível o que a fonte indubitavelmente negar.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Arquivos da criminalidade (1830 – 1888)

Oseias de Oliveira / UNICENTRO
oseias50@yahoo.com.br

Inseridos na categoria dos arquivos judiciários, os processos crimes têm sido utilizados com grande intensidade pela historiografia, seja para compreender as atividades mercantis, ligadas aos aspectos das contabilidades dos negócios, ou seja para a refletir a respeito dos casos de devassas, agressões e crimes de morte. Aspectos relacionados às sociabilidades entre os sujeitos de uma determinada sociedade podem se revelar por meio desses processos. Portanto, a proposta deste trabalho é refletir sobre os problemas relacionados à utilização dessas fontes para os estudos da criminalidade entre escravos e indígenas na região Sul do Brasil, mais especificamente na Comarca de Guarapuava, durante o século XIX.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O gênero e a história: a discussão da categoria gênero na historiografia brasileira

Paola Lili Lucena / UFJF
paolall@ig.com.br

A partir da década de 1980, o conceito de gênero começou a se destacar enquanto uma categoria de análise histórica privilegiada, na medida em que se mostrou capaz de evidenciar as diferenças, as relações sociais e as construções culturais, que envolvem os dois sexos. Observando o crescimento, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, dos trabalhos na área de história que se utilizam dessa categoria, o presente artigo tem por objetivo apresentar as diversas interpretações que os historiadores formularam a respeito do gênero, durante as últimas décadas. Nesse sentido, é preciso apontar como se estabeleceu a relação entre o gênero e a história social das mulheres, observando os principais termos do debate entre as historiadoras Joan Scott e Louise Tilly. Além disso, é necessário destacar como que o gênero ganhou espaço dentro da historiografia brasileira, evidenciando os trabalhos de historiadoras como Rachel Soihet e Margareth Rago, por exemplo, e esclarecendo como as historiadoras brasileiras participam do debate sobre as potencialidades e os limites da categoria gênero.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**História regional e tempo presente na cidade de Divinópolis: memórias e
representações da Ditadura Militar**

Patricia Ana Costa Silva / Funedi- Fundação Educacional de Divinópolis
patriciaanacostasilva@yahoo.com.br

Considerada categoria de pesquisa “menor” durante muito tempo, sobretudo na tradição brasileira, a história regional era campo de produção historiográfica reduzida, o que gerou uma grande lacuna no conhecimento sobre a história das micro-regiões. Também a chamada história do tempo presente é campo controverso entre os historiadores, em função de discussões que se fundamentam na crença da objetividade científica dada a partir do distanciamento temporal dos fatos. O presente trabalho está ligado ao grupo de pesquisa “Evento e História” e ao projeto “Memórias e representações da Ditadura Militar (1964-1985)”, iniciativas correlatas que partem da identificação desse duplo vazio na produção acadêmica: a ausência de trabalhos sobre a história do Centro-Oeste mineiro, especialmente no que se refere à história recente. Tomando por base as primeiras pesquisas realizadas no âmbito do projeto, com a produção de entrevistas temáticas de história oral e a consulta ao periódico local *A Semana*, o que se pretende é refletir sobre como as atuais representações sociais da Ditadura Militar na cidade de Divinópolis são produzidas a partir das relações existentes entre a memória transmitida pela oralidade e as representações criadas na e pela imprensa da época.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**As redes de sangue e de compadrio que cercam o Barão de Juiz de Fora: desafios
metodológicos em torno da Prosopografia e da Análise de Redes Sociais**

Patrícia Falco Genovez / UNIVALE
Kelly Alves de Souza / UNIVALE
Mariana Pina de Almeida / UNIVALE

patricia.genovez@superig.com.br

Este ensaio é o resultado parcial de um projeto de pesquisa intitulado “Poder e redes mineiras de compadrio no Segundo Reinado: a Ferrovia União Mineira sob a ótica da Prosopografia e da Análise de Redes Sociais”(BIC-FAPEMIG), o qual busca jogar novas luzes sobre as estratégias de poder na implementação das redes ferroviárias na Zona da Mata mineira, na década de 1870. A Estrada de Ferro União Mineira - EFUM (que ligava a região entre Serraria e Guarani) se manteve, inicialmente, sob a direção dos principais fazendeiros da região de Juiz de Fora e Cataguases. Seu núcleo diretor, reunindo os principais fazendeiros da região, significou a aproximação entre vários grupos familiares. Essa imbricada rede matrimonial era garantida, entre outros interesses, pelos sucessivos títulos de nobreza que facilitavam as alianças com outras famílias nobres de Minas e de São Paulo. No caso exemplar do Barão de Juiz de Fora, um dos diretores da EFUM, o uso da prosopografia e dos instrumentos metodológicos da Análise de Redes Sociais, oriundos da sociologia relacional, além do uso de um software, propiciou vislumbrar em melhor estilo as redes de consangüinidade e de compadrio que tangenciavam o conselho diretor da ferrovia.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**ENTRE TROPAS E CRÉDITOS: AS REDES DE NEGÓCIOS DE GERVÁSIO
PEREIRA ALVIM (1850-1895)**

PAULA CHAVES TEIXEIRA / UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
paulinhact@yahoo.com.br

A produção historiográfica atual tem revisto o papel desempenhado pela colônia no mercado internacional e, com isso, o papel do mercado interno na economia colonial e imperial. Estudos recentes têm demonstrado, ao contrário dos antigos pressupostos, a existência de um mercado interno com ciclos próprios, independentes das conjunturas internacionais e financiador de sistemas agro-exportadores. Assim, nossa pesquisa, em comunhão com essa nova abordagem, tem como proposta estudar a formação da rede de negócios entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Para tanto, recorreremos a documentação privada do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim, que é utilizada como fonte primária por nos permitir observar a formação de uma rede comercial entre praças distantes e, principalmente, as ligações de Gervásio Pereira Alvim com as praças mercantis do Rio de Janeiro e de São João del Rei na segunda metade do século XIX. Buscamos compreender a participação da família de Gervásio Pereira Alvim na formação de alianças sociais, bem como a importância dessas alianças e a presença de seus familiares em praças distantes como os promotores de inserção social. Observamos os negócios do fazendeiro nas praças carioca e de São João del Rei e os problemas econômicos enfrentados a partir de 1860.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A arte como documento

Paula Ferrari / Universidade Federal de Juiz de Fora

Ferrari_pf@yahoo.com.br

Para compreender a relação história/arte e história da arte para Manuel de Araújo Porto Alegre, abordaremos nesta comunicação o que ele compreende como arte e como documento/fonte para a história da arte. Formado pela Academia Imperial de Belas Artes, é possível perceber na sua concepção diálogos com a arqueologia do séc. XVIII, em particular Winckelmann que era estudado na Academia.

A obra de arte conservando, em seu aspecto material e idealizado, vários conhecimentos, tecnológico, estético, cultural, que são necessários para a sua confecção, encerraria em si um arquivo, ou nas palavras de Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), um gabinete para se compreender o universo onde foi concebida, revelando-se, portanto, um termômetro de sua sociedade. A arte, para este pintor, possuía dois pontos de permanência importantes pela universalidade que sua linguagem das formas poderia atingir e pela duração da idéia materializada, tornando-se, nessa orientação, um registro que seria capaz de vencer o prisma do tempo.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A História escrita por Walter Benjamin

Pedro Demenech / Universidade Federal de Viçosa
P_demenech@yahoo.com.br

Esse trabalho pretende apresentar algumas idéias de Walter Benjamin (1892-1940), autor alemão de origem judaica. Seus textos, com profundidade filosófica, variam entre a crítica literária, política e História. No que tange à disciplina histórica encontramos conceitos como o *Jetztzeit*, “tempo de agora”, e uma releitura do materialismo histórico criado por Marx e Engels. Ao propô-los, o pensador tenta por em prática idéias, que rompem com a ideologia do progresso na História onde o tempo é representado de forma linear e homogênea. Contra isso, Benjamin valoriza uma História que tem diversas possibilidades de ser escrita, envolta por um tempo não-linear e heterogêneo na sua forma; no qual as vozes dos que foram silenciados no passado aguardam, no presente, sua redenção.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Mário de Andrade: música ocidental e outras perspectivas tendências

Plínio Freitas Salles / Universidade federal de Uberlândia
Plinio0877@yahoo.com.br

A música brasileira se constitui em uma importante fonte histórica para a compreensão da história cultural. A história da música no Brasil está intrinsecamente relacionada às várias relações de raças as quais se entrelaçaram aqui no passado e pesquisá-la no contexto modernista nos traz reflexões relevantes nas linhas de pesquisas de história e música. Mário de Andrade foi um grande estudioso e curioso pesquisador de música, e por isso, importante referência de musicólogo no período modernista. O pensamento estético musical de Mário de Andrade esta em uma das análises que proponho neste trabalho, porém, dedico-me em maior parte ao seu aspecto musical. A questão nacionalista na construção de uma música brasileira se insere em outro ponto destacado em minha pesquisa. A relação da cultura popular no desenvolvimento de uma música erudita e brasileira nos faz perceber relações de trocas de experiências entre a cultura popular e acadêmica, neste sentido, podemos observar se existe mesmo essa divisão e se existe uma não estaria se envolvendo em outra.

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE A CHINA: O VÁCUO
EXISTENTE SOBRE O INÍCIO DO SÉC. 20 E O ANARQUISMO**

RAFAEL BORGES DEMINICIS / UFF
Rafaelous10@yahoo.com.br

A produção historiográfica brasileira sobre a China desde sempre foi ínfima e negligente. Para além do tratamento da “antiguidade” ou do período “medieval”, a historiografia sobre a China Moderna tem carregado inúmeros os problemas. Sobre o século 19, a produção brasileira passou a repetir os mesmos preceitos, ou preconceitos, da europeia e estadunidense, “barbarizando” a enorme mobilização social contra o colonialismo e a centralização imperial, concretizada nos incontáveis levantes e insurgências populares. Sobre o início do século 20, momento de profundas transformações na sociedade chinesa, nada ou quase nada é produzido, a não ser sobre o marco de fundação da 1ª República (1911), que se atém às tramas institucionais de culminação e efeitos. Até o final da década de 30 há um vácuo de informações. A partir da década de 40, período pré e pós República Popular, fato notório e de referência aos movimentos de esquerda mundiais (repletos de desiludidos e desamparados), é que a China surge em termos quantitativos na nossa historiografia. Todavia, o início do século 20 é de presença massiva anarquista. Portanto, além da recuperação do protagonismo dos intelectuais e movimentos anarquistas na China, o silenciamento destes na historiografia (proposital ou incidental?) é motivo de grande interesse.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O “memorista-historiador” Joaquim Manuel de Macedo.

Rafael de Almeida Daltro Bosisio. / Pesquisador do Centro de História e Documentação
Diplomática/Fundação Alexandre de Gusmão
rdaltro@ig.com.br

Joaquim Manuel de Macedo, escritor romântico de renome, exerceu, entre outras atividades, a de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Macedo não foi um mero expectador das sessões do IHGB, sua participação no instituto foi ativa, sempre pensando a nação brasileira a partir de uma civilização baseada na moral. Ele via na história a função de guardar o passado, porém não só o passado político de uma nação, mas também suas recordações, inclusive as sentimentais. Assim, o presente trabalho tem como objeto central a atuação de Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Para isto, o trabalho está dividido em três partes. A primeira é uma pequena trajetória da vida de Macedo, com uma análise de sua atuação na sociedade da corte do Rio de Janeiro. A segunda entra no objeto central do trabalho, analisando a atuação de Macedo no IHGB, aproveitando para refletir um pouco sobre o próprio instituto e o tipo de história que estava sendo produzido nesta mesma instituição. E, por último, uma pequena conclusão, não esgotando o assunto e deixando-o em aberto para futuras conclusões nos próximos trabalhos.

**HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DAS IDÉIAS PSICOLÓGICAS: UMA
COMPREENSÃO DA CRISE DE SENTIDO DO HOMEM CONTEMPORÂNEO**

Rafael Dias de Castro / UFOP
Rafaeldias_ufop@yahoo.com.br

Este estudo pretende discutir um dos principais problemas da cultura contemporânea: a crise de sentido. Nosso objetivo é identificar a origem desta crise experimentada pelo homem “pós-moderno”, analisando categorias tais como pessoa, sentido, comunidade, tradição, etc., próprias da história da constituição das psicologias Existencial-Humanista e Fenomenológica. Utilizando o método da História das Idéias Psicológicas, buscamos compreender como determinado autor (ligado às Psicologias acima citadas), em sua época, percebeu e refletiu sobre esta crise, entendendo que seus questionamentos fazem parte, também, do meio sociocultural em que está inserido, portanto, sendo parte da História Cultural, em termos de uma “história das visões de mundo”. A partir desta abordagem, vimos que tais reflexões sugeriram que só é possível sair desta crise, de se encontrar uma subjetividade consistente para o homem contemporâneo, através da retomada da vida em comunidade e da tradição, compreendidos no seu valor a partir da retomada do conceito de pessoa.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O processo de emancipação no Brasil a partir do estudo do vocabulário político

Rafael Fani Dias Resende / UFOP
rafaelfani@yahoo.com.br

Análise das mudanças ocorridas no vocabulário político que perpassaram o contexto de construção do Estado e da Nação. Com a crise do Antigo Regime português, sobretudo, após a Revolução do Porto em 1820, abriu-se um novo campo de experiência no qual diferentes identidades coletivas propuseram saídas distintas para o momento de crise. Nesse ínterim, a imprensa adquiriu um papel importante na divulgação e esclarecimento dos princípios constitucionais. O *Reverbero*, periódico fluminense que circulou entre os anos de 1821 e 1822, materializava debates políticos importantes, nos quais projetos e interesses ligados ao futuro da nação portuguesa estavam em jogo. Conceitos como regeneração e recolonização eram recorrentes nas páginas do *Reverbero* e foram fundamentais na estruturação de discursos que procuravam legitimar o processo de emancipação no Brasil. Esse trabalho integra as atividades de pesquisa que venho desenvolvendo como bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, junto ao projeto “A Experiência da história no mundo luso-brasileiro – o conceito de história no REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE (1821-1822)”.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Policarpo Quaresma: entre a brasilidade e a modernidade

Rafael Lima Alves de Souza / PUC RIO
las_rafael@hotmail.com

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o Brasil passa por profundas transformações de todas as espécies. Dentre algumas mudanças – como o fim da escravidão, a derrocada do Império e o advento da República, a entrada em cena de novos atores sociais e imaginários sociais, etc – chama também a atenção uma nova percepção da intensidade da velocidade com a qual essas mudanças serão percebidas. Em suma, o Brasil entra na modernidade e, com ela, seu horizonte de expectativa torna-se bastante amplo. Dessa maneira, a literatura, veículo de comunicação que gozava de um enorme prestígio nesse período, pode ser tomada como um ângulo privilegiado a partir do qual se pode observar como essas transformações foram sentidas por essa sociedade.

Assim, o trabalho busca analisar na - e através da - obra *O Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, as tensões, fissuras e questionamentos enfrentados pelo seu protagonista – Major Quaresma - na difícil e tortuosa busca das raízes da cultura nacional e na defesa de um patriotismo ingênuo frente a todas essas intensas mudanças percebidas por pelo autor.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A pena, a tinta e o papel: retórica, biografia e história na obra de Januário da
Cunha Barbosa.**

Rafael Pfaltzgraff Ferreira / PUC RIO
rafapfaltz@yahoo.com.br

No século XIX, a afirmação dos estados nacionais em todo o mundo ocidental imputou aos homens de letras a difícil tarefa de construir as narrativas nacionais, perenizando lembranças e esquecimentos, costurando frágeis identidades e criando mitos de origens capazes de garantir a coesão e a continuidade das novas *comunidades imaginadas*. Nesse contexto insere-se a atividade intelectual de Januário da Cunha Barbosa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, marcada não só pela direção exercida na definição dos objetivos e procedimentos do instituto, mas também por sua produção biográfica publicada nas páginas da revista mantida pela instituição. Essa faceta biográfica – pouco explorada pela historiografia – constituía-se em uma engrenagem importante da máquina de representações engendrada pelo instituto, uma vez que cumpria a função de monumentalizar em letras os ilustres brasileiros, heróis ou gênios da pátria, dignos de figurarem no panteão da nação. Dessa forma, esse trabalho analisa como Januário articulou e reelaborou em uma nova conjuntura três elementos garantidos pela tradição e fundamentais em sua obra: a retórica, a biografia e a história.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Leituras e apropriações de *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim

Raphael Rocha de Almeida / UFMG
raphael_rocha_almeida@yahoo.com.br

O texto pretende analisar e historicizar leituras e apropriações do livro *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim, recorrendo aos prefácios incorporados às edições da obra ao longo do século XX.

ATIVIDADE MERCANTIL E CREDÍTICIA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Raphael Freitas Santos / Faculdade ASA de Brumadinho
raphaelfsantos@yahoo.com.br

A proposta dessa comunicação é promover um diálogo com a historiografia brasileira que tratou de temas referente às atividades comerciais nas Minas Gerais setecentistas, especialmente no que tange a utilização de atividades creditícias. A historiografia sobre as Minas muito pouco disse, até agora, sobre esse tipo de atividade. Inicialmente os historiadores que se preocuparam com essa questão, viram a utilização do crédito nas trocas comerciais com certo espanto. De acordo com Mafalda Zemella, “as transações nas Gerais, por incrível que pareça, eram mais comumente feitas a crédito do que mediante pagamento à vista”. O espanto se justificaria, ainda segundo palavras da autora, já que “parece estranho que populações que viviam direta ou indireta da extração do ouro, não tivessem esse metal para saldar suas obrigações”. Além disso, essa prática (que, conforme vem demonstrando as pesquisas recentes, era extremamente comum nas transações comerciais) foi analisada apenas como um mecanismo do sistema colonial, responsável por um outro caminho de transferência da riqueza gerada na Colônia, para fora dela. No entanto, esse é somente um trecho do caminho a ser percorrido na comunicação no sentido de uma melhor compreensão desse aspecto da historiografia sobre as Minas, durante o período colonial.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Modernidade urbana: apontamentos acerca de uma história social da cidade

Raquel Simão Victoi / Universidade Federal de Goiás
rachelvictoi@hotmail.com

A história urbana pode ser apresentada, em termos gerais, como o estudo dos usos e formas da cidade, um dos debates teóricos da história urbana lida atualmente com as possibilidades, limites e tensões da leitura da cidade que contemple estas duas dimensões, morfológicas e sociais, do fenômeno urbano. Este trabalho se pauta nestas discussões e tem como objetivo refletir sobre alguns parâmetros da tradição de análise urbana estabelecidos no estatuto da “história-problema”. Esforços críticos que aborde as normatizações homogeneizantes e as causalidades circulares conduzidas pelas idéias de urbanização, urbanidade, modernidade e progresso no tratamento da questão urbana desta tradição de análise.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Capistrano de Abreu: história e memória da historiografia brasileira

Rebeca Gontijo / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Pós-Doutorado)
Bolsista da Faperj (Fixação de Pesquisador)
rebeca.gontijo@gmail.com

O objetivo é apresentar a tese “O velho vaqueano: Capistrano de Abreu: da historiografia ao historiador”, (UFF, 2006), que aborda o tema da identidade do historiador. A hipótese é que essa construção identitária envolve dois exercícios de legitimação. O primeiro é coletivo, pois resulta da atuação dos pares, discípulos e intérpretes do historiador, no sentido de situá-lo em relação a uma dada tradição intelectual. O segundo é individual, pois corresponde aos investimentos feitos pelo próprio historiador a partir de determinadas circunstâncias, de um dado campo de possibilidades e de um certo domínio das opções, por meio das quais é possível constituir a si mesmo como indivíduo e intelectual. Diante disso, a opção foi eleger um entre outros historiadores capazes de servir como guia para acessar o “pequeno mundo dos intelectuais”, com suas estratégias de consagração e exclusão. A escolha recaiu sobre Capistrano (1853-1927), considerado por muitos e há muito tempo como o mais importante historiador brasileiro das primeiras décadas do século XX. Destaque especial é dado a sua correspondência – vista como uma forma particular de escrita de si – e aos investimentos de J. H. Rodrigues na construção de uma história da historiografia e de um lugar para Capistrano nessa história.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A História em Duas Tavernas: representações do passado em *The Pioneers* de James Fenimore Cooper (1823) e *As Minas de Prata* de José de Alencar (1862-65)

Renata Dal Sasso Freitas / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
renatadsf@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo uma abordagem comparativa dos romances *The Pioneers* do romancista norte-americano James Fenimore Cooper publicado em 1823 e *As Minas de Prata* do brasileiro José de Alencar, lançado em três volumes separados entre os anos de 1862 e 1865. Tratando as obras sob uma perspectiva historiográfica, o que significa considerar o romance histórico uma representação do passado, busca-se aqui analisar a articulação que os romancistas em questão fizeram de convenções do romance histórico europeu de entre o final do século XVIII e o início do XIX, com fontes produzidas no continente americano de modo a produzir uma narrativa histórica com “cor local” e retratar as realidades do interior do Estado de Nova York no final do século XVIII e a cidade de Salvador no século XVII, respectivamente. A comparação de ambos os romances torna-se pertinente, na medida em que seus respectivos autores se valeram de elementos semelhantes para a composição de suas narrativas, tais como a descrição da paisagem, da arquitetura, de rituais locais e do uso de diversos personagens para representar o passado de suas respectivas nações.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Jean-Jacques Rousseau e a construção de uma história hipotética

Renata Barreto de Freitas
rtfreitas@hotmail.com

O *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* e o *Ensaio sobre a origem das línguas*, de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), são obras que não tratam propriamente da história, mas da natureza em contraposição à história. A premissa do estado de natureza, reconstruída por ilustrações hipotéticas que quase nunca se deixam penetrar por um significado verdadeiramente histórico, é mencionada pelo autor nestes dois textos como sendo o ponto de partida de uma análise regressiva e negativa do desenvolvimento da humanidade. Tais ilustrações chegam a ser factuais, mas a temporalidade dos fatos se perde em meio às digressões especulativas de Rousseau. E no meio do caminho entre a história e a natureza, ele recria, a partir de uma filosofia histórica em que a suprema providência divina dirige todas as coisas, a trajetória dos diversos níveis de alheamento da natureza que culminaram na instituição da alienação humana.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A escrita da História em Diogo de Vasconcelos

Renata Kelly de Almeida Gonçalves / PUC MINAS
renakalmeida@yahoo.com.br

A comunicação pretende discutir a concepção de história para o intelectual Diogo Luís Pereira de Almeida Vasconcelos que em 1904, início do século XX, escreveu História Antiga das Minas Gerais, obra que se tornou referência na historiografia mineira sobre o período colonial. Pretende-se descrever quem foi seu autor recuperando seu papel histórico na sociedade da qual fazia parte. Como também, analisar os pressupostos metodológicos adotados por Diogo de Vasconcelos, relacionando-os com a escrita da História produzida no mesmo período, no intuito de apontar os aspectos semelhantes e as diferenças dos enfoques observados nas diversas produções. O estudo visa, ainda, discorrer sobre a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) demonstrando sua influência na formação da intelectualidade do período, autora de grande parte das obras historiográficas. Neste sentido, busca-se demonstrar a importância do estudo sobre historiografia, resgatando e procurando compreender o fazer histórico em autores que, como Diogo de Vasconcelos, contribuíram de forma efetiva para a construção do pensamento histórico brasileiro.

ESTILOS DO PROJETO HISTORIOGRÁFICO DE JOÃO BRÍGIDO (1859-1919)

RENATO DE MESQUITA RIOS / UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
RENATOUFC@BOL.COM.BR

Dentro da escrita (não só ela historiográfica, mas em geral), estilo é uma palavra que traz em si determinados significados. Isso pode elucidar menos uma pobreza lingüística do que, na verdade uma série de relações entre os seus significados.

Utilizo-me de “estilos” no plural, justamente por trabalhar com o termo em dois sentidos ao analisar a produção historiográfica de João Brígido: primeiramente, o estilo na escrita, dentro de uma perspectiva de utilização de características herdadas ou elementos tomados de empréstimo ou contrariados, que denota dentro das obras deste autor, os caminhos que tiveram sua produção até chegar ao que seria o corolário dela, o livro: *Ceará – Homens e Fatos* em 1919. Esta obra, uma coletânea de textos de sua carreira, traz uma série de elementos que apontam problemáticas interessantes para se pensar o intelectual, leitor e produtor de textos em Fortaleza entre meados do XIX e início do XX.

A outra perspectiva é do estilo como formatação do que seria um projeto historiográfico de João Brígido, pois ele tem uma série de outros livros e textos que apontam caminhos dentro do próprio *Ceará – Homens e Fatos*, e que justificam a existência desta obra.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Lições de História. A produção historiográfica da primeira geração de sócios do
IHGB**

Renata William Santos do Vale / Arquivo Nacional – Rio de Janeiro
renata.dovale@terra.com.br

No presente trabalho faço uma análise da produção historiográfica dos sócios do IHGB, apresentada nas sessões periódicas registradas em atas, e publicada na *Revista*, desde o momento da fundação, em 1838, até finais dos anos 1840, quando a primeira geração de sócios fundadores esteve à frente dos trabalhos no Instituto. A escolha deste período leva em consideração a fundação do IHGB como uma instituição que não se limitou a sua finalidade primeira, de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar” os documentos relativos à História do Brasil, mas que também escreveu parte desta história, visando a construir uma memória, a partir da qual se construiria a identidade nacional. Desta forma, parte dos fundadores e dos primeiros membros iniciaram a tarefa de escrever a história, a partir de um conceito particular que desenvolvem, apoiado na idéia de história mestra da vida, mas já operando com categorias próprias de uma concepção científica que florescia na Europa. Procuro analisar este conceito com base na leitura dos textos que os sócios produziram, seus temas e suas escolhas, buscando compreender o primeiro movimento de produção do saber histórico no Brasil.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Resignificando o tempo na história: a dialética da interrupção em Walter
Benjamin**

Renato da Silva Melo / UFJF
renatosim@yahoo.com.br

A contribuição do pensamento de Walter Benjamin para a história ainda não foi suficientemente bem explorada pelos historiadores. O pensamento benjaminiano torna-se original ao redimensionar o tempo na história. De fato, esse frankfurtiano, resignifica o tempo histórico ao trabalhar com a Dialética da Interrupção. A metodologia dessa dialética potencializa uma escrita comprometida com a história dos subalternos. A história dos vencidos deve ser aquela que emancipa os homens. Acreditamos que a abordagem de W. Benjamin pode ajudar-nos a configurarmos um olhar apurado em relação ao passado, fazendo sobressair temas e objetos significativos para os historiadores brasileiros.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**CAMINHOS INTERDISCIPLINARES NA MODERNIDADE:
História, Arte e Cultura em produções musicais de 1968-1969**

Renato Marcelo Resgala Jr / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

renatinhoresgala@hotmail.com
renatoresgala@gmail.com

O objetivo desse trabalho é mapear os processos, isto é, as transformações sócio-culturais que formam o contexto de produção cultural popular, dentro dos panoramas de produção musical brasileiro, nos anos finais da década de 60 – especificamente nos anos de 68-69 – tomando como corpus determinadas produções musicais brasileiras que emergem nessa época, proporcionando a ascensão de um novo gênero de produção cultural, o tropicalismo, que buscou um diálogo inter(music)cultural com outros gêneros nos palcos de produção musical, o psicodelismo e o rock and roll.

Consideram-se, portanto, as produções culturais dessa época como formas, signos ou símbolos culturais, no sentido que lhe atribuem o filósofo russo Mikhail BAKHTIN (1988), que dialogam com o contexto no qual se inserem, isto é, os anos repressivos da ditadura militar brasileira, principalmente nos anos finais da década de 60, 1968 e 1969.

Para entender e analisar o período, os sistemas de repressão e os aparelhos ideológicos do Estado, foram utilizadas certas categorias conceituais específicas, como as teorias do filósofo e historiador francês Michel Foucault, além de certas elucidções do historiador britânico Eric Hobsbawn.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**História e escrita autobiográfica: a construção da memória de Antônio Parreiras
por ele mesmo.**

Renato Vieira Tavares / Universidade do Estado do Rio de Janeiro
tavaresrv@uol.com.br

O gosto pela biografia foi uma característica marcante da escrita histórica oitocentista, sendo encontrada em diferentes tipos de publicações como livros, periódicos e até nas trajetórias individuais de uma boa parte dos seus homens públicos. Não raro políticos e artistas notórios deixavam registrados seus próprios registros biográficos, na tentativa de controlar a forma como sua memória seria imortalizada.

Nesse contexto onde os relatos de vida tinham grande valor, o nome de Antônio Parreiras é emblemático. Embora tenha tido sua formação artística no final do Império, foi na Primeira República que seu nome foi consagrado como um dos maiores pintores de paisagem e história do país.

Fazendo parte dessa mentalidade com forte gosto pela escrita biográfica, Parreiras produziu diversos registros sobre si e sobre sua geração, muitos deles publicados ainda em vida, quando o pintor tinha seu nome reconhecido no Brasil e no exterior.

O fio condutor deste artigo recaí sobre a análise das escritas autobiográficas de Parreiras, que nos permite investigar como ele construiu e narrou sua imagem.

Além disso, a partir desses registros podemos refletir sobre a forma como a história, a arte e o Estado eram pensados por esse artista que transitou entre o Império e a República.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Historiografia e História do Direito no século XX

Rhadson Rezende Monteiro / UFOP
rezendemonteiro@yahoo.com.br

As mudanças metodológicas no âmbito das ciências humanas ocorridas nas últimas décadas, bem como as novas tendências de uma sociedade mais questionadora sobre as origens de seu sistema jurídico, reavivem a necessidade de reexaminar e problematizar a história do direito, marcada por “uma historicidade jurídica estruturada na tradição teórico– empírica construída pela força da autoridade, da continuidade, da acumulação, da previsibilidade e do formalismo (Wolkmer, 1998: 1)”.

A história assim como o direito cumpre muitas vezes “um papel legitimador do *status quo*, um papel restaurador e reacionário, ou ainda um papel legitimador no novo regime (Lopes, 2002: 18)”, dentro desse aspecto a tradicional historiografia jurídica tornou-se um mecanismo de legitimação da ordem jurídica moderna ocidental, pautada em um modelo liberal – individualista, no Estado como provedor do direito e no modo de produção capitalista, na medida que estes espaços institucionalizados passam a ser cobertos por um “universo ideológico apresentado como uma situação natural, independente do devir histórico (Hespanha, 1978: 11)”.

O presente artigo propõe examinar as vicissitudes da historiografia durante o século XX no âmbito específico da história do direito, campo de estudo até as últimas décadas fortemente influenciado pelos aspectos positivistas da ciência jurídica.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**O Debate Agrarista na Década de 1960: a perspectiva histórica de Caio Prado
Júnior**

Ricardo Oliveira da Silva / UFRGS
ricardorussell@gmail.com

Levando em consideração que o tema da questão agrária alcançou amplo debate na sociedade brasileira, no início dos anos 1960, procuramos refletir em nosso trabalho como esse tema foi tratado no meio intelectual, mais especificamente entre os historiadores. Nesse sentido, procuramos estudar a questão agrária a partir de algumas idéias do historiador Caio Prado Júnior, mediante a perspectiva histórica existente em sua produção intelectual, relacionada a algumas propostas para a solução dos problemas agrários.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Prisioneiros de Guerra Alemães no Brasil

Ricardo Passos Lima / Universidade Cândido Mendes
ricardopassos@bol.com.br

O objetivo desta comunicação é analisar o tratamento para com os Prisioneiros de Guerra Alemães no Rio de Janeiro, durante o período da Grande Guerra.

A presente pesquisa tem como objetivo central ajudar a elucidar as Relações Político-Diplomáticas Brasil-Alemanha. Para tal escolhemos trabalhar no período 1917-1919. O conjunto documental utilizado encontra-se disponível no Arquivo do Serviço de Documentação da Marinha - 1º Distrito Naval Rio de Janeiro Ilha das Cobras.

A análise de tais documentos permite observar o tratamento diferenciado para esses prisioneiros alemães. Essa documentação permite ainda constatar que tal tratamento diferenciado era motivado por um grande incremento das Relações Político-econômicas Brasil-Alemanha.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A velhice no papel: a pessoa idosa como tema de pesquisa

Rildo Bento de Souza Universidade Federal de Goiás - UFG
bentorildo@hotmail.com

Nos últimos anos tem-se evidenciado na sociedade brasileira uma relevância no trato a pessoa idosa. Essa preocupação é fruto, sobretudo, de um aumento significativo da população idosa no Brasil. Segundo o IBGE, atualmente esse número ultrapassa os dezesseis milhões, prova disso é a considerável literatura existente sobre o tema. Áreas como a medicina, antropologia, psicologia, sociologia, história e direito descobriram no idoso um amplo campo de pesquisa. Dessa interdisciplinaridade como produtora de conhecimento, o que tem sido produzido historicamente sobre os idosos? Trabalhos relevantes como a história das mulheres, das crianças e da família, têm se proliferado como área de investigação para diversos pesquisadores; porém o idoso pouco serviu de inspiração para os historiadores. Para além disso, faz-se necessário analisar como a historiografia resgata os ecos da pessoa idosa no passado. Nosso objetivo nessa comunicação é a partir de uma vasta literatura existente sobre a pessoa idosa, esquadrihar as possíveis alternativas para valorar a história da pessoa idosa no Brasil.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Relações Diplomáticas Brasil Alemanha: Notas de Pesquisa

Rodrigo Jerônimo da Silva / UCAM RJ
rodrigojege@ig.com.br

A referente comunicação trata das relações diplomáticas Brasil e Alemanha no período de 1937 a 1942. A principal problemática a ser analisada é a política dualista de Vargas, política essa que se caracteriza pela “indefinição”, pois ele hesita ao máximo antes de se decidir entre apoiar os Aliados do qual os Estados Unidos faziam parte e o Eixo do qual os alemães faziam parte e o que esta política acrescentou de vantagens econômicas ao Brasil. Dentro de sua política dualista, Getúlio Vargas mantém relações amistosas com os alemães, enquanto isso lhe é vantajoso; e a partir do momento que estas relações deixam de ser vantajosas, Vargas as rompe e inicia um processo de censura e repressão contra os alemães que até então eram seus parceiros econômicos. Vargas se aproveita das inúmeras tensões internacionais que antecediam a guerra que se anunciava para obter vantagens dos países que estavam envolvidos no conflito, principalmente dos Estados Unidos e da Alemanha. Partindo dessa premissa onde num primeiro momento o Brasil oscila entre alemães e norte-americanos, até a decisão final e já esperada de Vargas de rompimento diplomático brasileiro com a Alemanha e os demais países que compunham o Eixo.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Historicidade da Historiografia e a Nova História Política

Rodrigo Fernandes da Silva / Universidade Federal de Goiás
rodrigohp@gmail.com

O presente texto tem como objetivo abordar o tema de retorno da História Política como espaço importante para as discussões dentro das ciências sociais no geral e a história em particular. No entanto, como esta abordagem se realizará no campo do estudo da historiografia, será de início levantada a importância de um objeto que se distingue de outros objetos reconhecidamente como fontes, a saber, a própria historiografia. Vendo-a como possuidora de uma historicidade própria e percebendo este *corpus* historiográfico-reflexivo como parte ou mesmo consequência da ciência moderna, o que torna fundamental sua análise no processo de reflexão e *praxis* no ofício do historiador. Finalmente, a História Política será trabalhada numa perspectiva de análise historiográfica, fazendo isso a partir de alguns artigos que querem perceber o retorno da História Política tomando como *locus* de pesquisa, os departamentos de pós-graduação em história de algumas universidades brasileiras. Ademais, como uma forma de exemplo, o tema da ditadura militar, será mencionado, demonstrando algumas das perspectivas teóricas que o retorno da História Política preconiza.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**CAMINHOS E ALTERNATIVAS, O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NAS
REFORMAS FRANCISCO CAMPOS E O ENSINO DA HISTÓRIA COM
DIRETRIZES INTERNACIONAIS.**

RODRIGO ROBERT PORTO / UFRJ
rro_porto@hotmail.com

Este trabalho tem por objetivo elucidar as principais questões que envolvem o debate em torno da política educacional implementada por Getúlio Vargas. Concentremo-nos em anos de afirmação e direcionamento de um projeto nacionalista, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde pública e das reformas de 1931 denominadas, corriqueiramente, de “reformas Francisco Campos”.

Outra questão que envolve esse nosso trabalho é as novas diretrizes, dada pelo mesmo governo, para o ensino da História e da geografia, o que nos faz perceber os processos políticos que eram envolvidos naquele momento.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A constituição da família na América Portuguesa: um debate historiográfico na
perspectiva da demográfica histórica**

Romilda Oliveira Alves / UFMG
romildahis@yahoo.com.br

A partir de 1980, a historiografia sobre a família brasileira passou a utilizar técnicas e métodos da Demografia Histórica e de outras ciências afins, como a Sociologia e a Antropologia. Dessa interdisciplinaridade surgiram análises que criticam a generalização da idéia da organização familiar patriarcal para toda a sociedade brasileira, evidenciando a diversidade de estruturas familiares e domiciliares existentes no Brasil. Desse modo, a nova produção historiográfica acerca da família no Brasil, vem, em seus estudos, contestando a visão *freyriana* que ignorou todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, e que acabou encaixando a história da América Portuguesa nos limites estreitos do engenho de açúcar. O presente trabalho procura sintetizar alguns destes principais debates acerca da família, dando ênfase aos que abordam a chefia feminina de domicílios e a questão da ilegitimidade. Para tanto, direcionaremos nossa discussão para os comportamentos ou conjunto de comportamentos que regiam essa sociedade, o que pressionava as decisões e as escolhas individuais na formação ou não de famílias.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

As estratégias de poder das famílias no século XVIII

Rosemary Maria do Amaral / FUNDI - UEMG
mary_solmg@hotmail.com

Notamos que na questão da influencia que as famílias exerciam sobre o público, é importante ressaltar que nem sempre a riqueza era algo que importava, era muito comum que famílias, que já não tinham mais um poderio econômico, mas com sobrenome importante ou tivesse terras, exercesse grande influência na região que viviam. Nota-se esta questão a partir do momento em que as famílias iam crescendo e as heranças iam sendo divididas, com isso o poder econômico caia, mas o sobrenome importante ficava o que podemos notar que vem acontecendo até os dias de hoje. Está é uma herança que Sergio Buarque de Holanda nos revela em Raízes do Brasil, quando traz à tona a questão que se refere à vinda dos portugueses para a América em busca de títulos e riqueza fácil. Outra forma bastante usual para se manter o poder econômico eram os casamentos, as famílias escolhiam com que seus filhos e filhas iriam se casar para manter a riqueza ou tentar reaver a riqueza perdida, para com isso continuar mantendo influência na região que viviam.

**PALAVRAS CRUZADAS: HISTÓRIA E CULTURA EM GRAMSCI,
THOMPSON E NA ESCOLA DE FRANKFURT**

ROSENILSON DA SILVA SANTOS / UFRN
rosenilsonsanatos@yahoo.com.br

As transformações no modo de se fazer história, de fabricá-la, construir se enredo e as novas formas de 'experiência no tempo' são paisagem privilegiada para se compreender o que se chama modernidade. No mundo europeu, as mudanças de cunho cultural que se desenvolveram entre os séculos XVIII e XIX são em demasia importante para se compreender a escrita da história, em especial o que se herdou da Escola do Annales. Mas esta última não foi a única manifestação no modo de tecer a história, a França não foi o palco único destas metamorfoses. Em outras territorialidades, como na Itália, Inglaterra e a Alemanha, também se pensou em novas forma de pensar a sociedade, escrever o humano e construir a história. Neste sentido, nosso trabalho tem como objetivo, discutir como que pensadores como Antônio Gramsci, Eduard Palmer Thompson e a Escola de Frankfurt se posicionaram no contexto destas transformações, como conceberiam em seu tempo, a história, o historiador e a sociedade.

A RECEPÇÃO DE LEOPOLD VON RANKE NA ESCOLA DOS ANNALES

SABRINA MAGALHÃES ROCHA / UFMG
sabrinahistoria@yahoo.com.br

Este trabalho procura investigar a recepção da obra do historiador alemão Leopold von Ranke na historiografia dos Annales. A análise concentra-se na primeira geração dessa escola, especialmente nos trabalhos de Marc Bloch e Lucien Febvre. Trata-se de um recorte que se justifica pela inviabilidade de análise de todo o movimento dos Annales e, principalmente, pelo expressivo combate desses historiadores à dita historiografia tradicional. Essa é uma abordagem motivada por um estranhamento ante a significativa mudança na recepção de uma obra que, em um curto intervalo de tempo, deixa a posição de historiografia modelo para ser refigurada como historiografia menor. E, sobretudo, estranhamento ante uma escassa produção que se dedique a discutir e problematizar essa temática. Deseja-se, assim, lançar possíveis questões para uma melhor compreensão da relação entre a consolidação da historiografia francesa, e o abandono, certo esquecimento, da historiografia produzida na Alemanha durante o séc. XX.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Destinos Trágicos: crianças dadas a criar em Mariana no século XVIII

Roberta Kelly Sousa Salgado / Universidade Federal de Viçosa
salgadoroberta@yahoo.com.br

Durante os séculos XVIII e XIX, milhares de crianças foram abandonadas nas portas de domicílios, dadas a criar a parentes e vizinhos ou enviadas a hospitais. Essas crianças eram fundamentalmente brancas e pardas, provavelmente fruto de relacionamentos ilícitos e adultérios ou como consequência da decorrente miséria que assolava a população das cidades e vilas. Para atender as crianças abandonadas foram criadas as rodas dos expostos na Santa Casa de Misericórdia. As rodas tinham por objetivo receber recém-nascidos de forma sigilosa. Onde não havia a roda, a responsabilidade pelo recolhimento de crianças ficava a cargo das câmaras municipais. Essas instituições, registravam o nome dos enjeitados no *Livro de Matrícula dos Expostos* e em seguida encaminhavam-nos para as criadeiras, mulheres que às expensas da Santa Casa ou das Câmaras cuidavam das crianças em sua própria residência. Nesse sentido, a partir das inscrições do *Livro de Matrícula dos Expostos*, objetivamos estudar o papel representado pelas criadeiras no processo de criação de enjeitados e sua relação com as câmaras municipais em Mariana no século XVIII.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O *Retrato do Brasil* e a “Revolução de 1930” (1928-1945)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira / UFMG
samu_oliveira@yahoo.com.br

A comunicação analisa o lugar da “Revolução de 1930” na construção de um protocolo de leitura sobre o *Retrato do Brasil*. As esperanças e decepções de Paulo Prado, evocadas pelas transformações decorrentes da política no início da década de 1930, serão abordadas através de dois prefácios, onde se equacionava suas experiências com seu diagnóstico pessimista sobre os rumos da nação. Para tanto, consideram-se os prefácios dispositivos primordiais para consagração dos livros, sendo um dos meios em que se estabelecem adequações entre a interpretação da obra e o presente.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Modernidade & Modernização: engodos anunciados

Sandro da Silveira Costa / UFSC
sandrocosta31@brturbo.com.br

Nesta comunicação analisar-se-ão os conceitos de modernidade e modernização nas sociedades ocidentais, sobretudo durante o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século passado. Objetiva-se constatar que, de fato, não se cumpriram as promessas aventadas pelo pretense progresso científico e material verificado nas sociedades ocidentais no período supracitado. Assim, afirmamos que a objetividade científica, que forneceu as diretrizes fundamentais das sociedades ocidentais, não promoveu a emancipação humana à técnica e ao trabalho escravizante e explorador, pois o caminho progressista e linear adotado pela cultura ocidental acusou, no século passado, seu engodo e fracasso históricos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A adesão da cultura historiográfica brasileira ao pensamento civilizador no século
XIX**

Sérgio Campos Gonçalves / UNESP - FRANCA
scamposgoncalves@gmail.com

Em princípio, o processo civilizador ocidentalizante está assegurado na idéia da superioridade axiomática das nações européias. A partir disso se formulou e fortaleceu a idéia de que a preeminência do branco europeu era manifestação da eterna missão concedida por Deus ou pelo destino histórico. Tal idéia foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando o Brasil tornou-se politicamente independente, a nova elite nacional continuou internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora.

Esta pesquisa estuda a adesão da cultura historiográfica brasileira do século XIX ao pensamento europeu-civilizador e a construção da memória que elaborou o passado nacional após a Independência. E, sendo a colonização um processo de civilização aos moldes europeus, no qual a História foi um forte vetor de direção da consciência histórica e das políticas do século XIX, também buscamos verificar se o processo de civilização teria se ampliado como uma ação de colonização interna sob a batuta da elite cientificista-letrada; e se – e em que medida - o discurso historiográfico do período teria servido como arte consumada de estratégia política para viabilizar o projeto colonizador-civilizador.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O Império bizantino e a historiografia européia

Sergio Fernandes Alois Schermann / UNIABEU
aloisschermann@yahoo.com.br

O estabelecimento da história enquanto discurso científico tem lugar exatamente no momento de formação das nacionalidades. A necessidade de ressaltar particularidades e estabelecer uma identidade própria fez com que os olhares se voltassem para o ocaso do Império Romano no Ocidente e o posterior estabelecimento dos reinos germânicos. Desde o século XIX, portanto, a Antiguidade Tardia e o medievo tem sido revisitados como período de formação de uma Europa que foi assumindo desde então identidades variadas como agente civilizador, elemento propulsor de todas as modernidades e defensor da laicidade e dos direitos humanos. A historiografia do pós Segunda Guerra consagrou essa visão, procurando limitar o “pertencimento” à Idade Média, circunscrever o medievo, doravante já encarado de forma positiva, à Europa Ocidental. Fosse esta a região onde nasceria a sociedade feudal, segundo Marc Bloch, ou então a “área cultural” onde se desenvolveria, segundo Georges Duby, a cristandade latina. A exclusão dos mundos eslavo, muçulmano e bizantino continua até hoje um fato. A dicotomia tão ricamente explorada em nossos dias tornam ainda mais marginalizados os estudos sobre o Império Bizantino, sobre o qual seriam válidas muitas das observações de Edward Said sobre o olhar ocidental sobre o Oriente.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

As memórias de um constitucionalista.

Sherloma Starlet Fonseca / Universidade Federal de Goiás
sherloma@hotmail.com

Diante dos novos desafios da historiografia moderna, o presente trabalho procura repor historicidade aos acontecimentos da década de 1930, buscando na relação entre história e literatura desnaturalizar a história nacional e demonstrar que outras histórias são possíveis. Trata-se de uma análise de obras memorialistas do jornalista Paulo Duarte, integrante do grupo derrotado militarmente no conflito civil de 1932 contra o governo varguista. O grupo é formado por intelectuais que participavam da política do país e que apesar da importância nos acontecimentos da década de 1930, foram condenados ao exílio por Vargas e ao esquecimento pela História. Muitos deles escreveram suas memórias com a intenção de depor perante a história. A aproximação da pesquisa histórica com o gênero literário memorialista permitiu reconhecer informações sobre os diferentes projetos de presente/passado/futuro que revelam os sentimentos, as visões e as estratégias dos envolvidos nos acontecimentos de 1932.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Os conflitos na implementação do projeto de modernização do Estado Nacional,
com as ferrovias em Minas Gerais (Zona da Mata) no período de 1870-1889**

Sirlaine Paiva Fonseca / Universidade Federal de Goiás
sirlainefonseca@yahoo.com.br

Nesta comunicação, analisamos a dificuldade de implementação das reformas modernizadoras do Estado na Zona da Mata mineira. Com um recorte traçado a partir da construção ferroviária, e das datas de publicação dos romances de Aluísio Azevedo analisamos os conflitos de identidade e a dificuldade de concretização do projeto de Nação no final do império. Na situação de possível ruptura, abriu-se à necessidade de constituição de referências que conferissem coesão ao país, construído através de uma ampla discussão sobre a identidade nacional.

Investigamos as dificuldades de consolidação do projeto de Reforma do Estado Nacional, a partir de uma perspectiva pouco privilegiada, as representações dos administradores de Minas Gerais acerca do papel das ferrovias no desenvolvimento local, e a análise do testemunho histórico da literatura como uma prática política na busca pela construção da identidade nacional, no Brasil em fins do século XIX. Discutimos como a construção das ferrovias, em especial a Estrada de Ferro Leopoldina, gerou conflitos entre os agentes do governo e as elites regionais o que promoveu “acordos” e conflitos entre aqueles que buscavam atender a seus interesses individuais, “mascarados” pelo projeto de “Civilização e Progresso” gestado no período de crise e possível ruptura.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Entre a Mídia e a História:
Redes de comunicação e as transformações na produção do acontecimento
histórico na sociedade contemporânea**

Sônia Maria de Meneses Silva / UFF
Sonia.meneses@gmail.com

Esta pesquisa pretende investigar como se elaboram, na sociedade brasileira, formas de compreensão históricas influenciadas e articuladas pelos meios de comunicação. Tal questão nos parece capital, uma vez que a circulação e a produção de conhecimento efetivada pelos recursos midiáticos parecem ter alterado relações quase seculares do homem com o tempo. Nesse amálgama de referenciais se evidenciam questões capitais para a compreensão do sentido histórico e, conseqüentemente, da escrita da história no século XX. Sobretudo, a partir dos anos 50, quando parece emergir um novo regime de historicidade. Esta constatação inicial impõe o desafio de refletirmos sobre os elementos fundantes da consciência histórica contemporânea, assim como, de uma provável estruturação de novas práticas de ritualização da memória e do esquecimento.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Sobre passado, apologia e “doença”: As crônicas historiográficas de Sérgio
Buarque de Holanda**

Suellen Mayara Péres de Oliveira / UFOP
sumaiara@yahoo.com.br

Além de Historiador, Sérgio Buarque de Holanda também era jornalista e crítico literário, misteres que não abandonou mesmo depois de ter a História como profissão. Este trabalho pretende explorar algumas reflexões de Sérgio Buarque de Holanda sobre a historiografia em um contexto de comunicação não acadêmico, o jornal, através de cinco crônicas intituladas: “Apologia da história” (1950) e “Para uma nova história” (1950) publicadas no jornal *Folha da manhã*; “Tendências filosóficas” (1951) e “O senso do passado” (1952) publicadas no *Diário Carioca*; “Sobre uma doença infantil da historiografia” (1973) publicada em *O Estado de São Paulo*. Realizada uma leitura cruzada dessas crônicas com seus trabalhos posteriores percebe-se que muitas das idéias destes trabalhos, já estavam contidas nas crônicas. Portanto, mais que críticas historiográficas Sérgio Buarque de Holanda revela nessas crônicas *como* se processava o seu “fazer”, tal como seus conceitos sobre a História e sobre o mister do historiador.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A modernidade afetiva: contornos da moderna história do teatro no Brasil

TANIA BRANDÃO / UNIRIO
tabrasil@uol.com.br

A história do teatro no Brasil é uma invenção recente. Formulada em um primeiro momento, no avançado século XIX, como enumeração e relato de acontecimentos, tributária da história da literatura, marcada pela preocupação com o fato curioso e o excêntrico, conheceu no século XX a intervenção da primeira geração teatral moderna. Este movimento se tornou dominante, pois alcançou grande projeção. Dentre os seus nomes de maior destaque estão Gustavo Dória, Décio de Almeida Prado e Sábato Magaldi. Assim, a historiografia moderna surgiu e se impôs como *olhar afetivo*, alicerçada a partir de um referencial peculiar, pois os seus autores eram também líderes ou promotores do novo teatro, arte em que se projetaram como críticos ou mesmo como diretores, produtores, animadores, atores. As reflexões foram construídas, portanto, sob a ótica do compromisso afetivo, mesmo quando existia inegável envergadura intelectual e grandeza de propósito. De certa forma, é possível afirmar que os historiadores modernos da cena moderna foram cabeças de destaque no próprio ato de engendrar o seu objeto de estudo, situação que oferece um campo de trabalho *sui generis* para o historiador da historiografia.

A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL: A LONGA DURAÇÃO

Tatiane Conceição Dos Santos & Leandro Pena Catão
FUNEDI-FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINÓPOLIS/UEMG
tatianehistoriadora@hotmail.com

A Independência do Brasil é um dos eventos mais controversos e complexos da História política do Brasil, contudo, a maior parte dos brasileiros se lembra desse evento imaginando o seguinte: O ano é 1822, dom Pedro empinando seu altivo cavalo branco com espada em punho proferindo a célebre frase: “Independência ou morte”. O fato se passou às margens do rio Ipiranga localizado nas proximidades da cidade de São Paulo. O regente estaria naquela região constatando se de fato as elites paulistas apoiavam a separação entre Brasil e Portugal, a pedido de seu fiel conselheiro e ministro José Bonifácio de Andrada e Silva - este também conhecido como patrono da Independência por ter sido um de seus principais articuladores entre as elites brasileiras... Assim, sem guerras, sem grandes conflitos, pacificamente se delineava a Independência de nosso país. Essas são as informações mais conhecidas pelo povo brasileiro no que se refere à Independência política do Brasil. O que poucos sabem é que partindo desses dados é possível termos apenas uma vaga idéia desse evento político fundador, até porque, para ser compreendida se faz necessário desatar antigos nós. Nesse sentido, tendo como referência o sete de setembro de 1822 se faz necessário, ampliar o marco temporal da Independência, recuando pelo menos até a primeira metade do século XVIII, analisando o processo de “dessacralização” da Coroa portuguesa em Minas Gerais entre 1760-1777 de um lado e caminhando até a década de 1830 de outro. Eis o que pretende-se analisar com a presente pesquisa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A resistência escrava na Comarca de Guarapuava (Século XIX)

Thiago Felipe Hohl Barbosa / Universidade Estadual do Centro-Oeste
thiagozw_tp@hotmail.com

Durante a catalogação de processos crimes a respeito da sociabilidade escrava entre os anos de 1830 e 1888 na Comarca de Guarapuava, produziu-se um conhecimento relacionado aos espaços culturais e físicos da escravidão, a qual não ocorreu somente entre os grandes centros urbanos, mas fundamentalmente nas áreas correlatas a esses. Dessa forma, a reflexão se direcionará no sentido de repensar estes espaços da escravidão, bem como as formas de resistência apresentadas por estes agentes históricos, na Comarca de Guarapuava, no referido período, devido ao aumento da incidência de formas de resistência percebidas nesses processos crimes.

A DIKÉ COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA NARRATIVA HERODOTIANA

Thiago Eustáquio Araujo Mota / FUNEDI - UEMG
theamotta@hotmail.com

A partir das Guerras Médicas, os gregos perceberam o despotismo como uma forma de poder oposta e inconciliável à democracia, esta última, eleita por eles a melhor e a mais justa. O poder no mundo bárbaro conheceu sua expressão na realeza, considerada, em conjunto com a tirania, uma forma despótica e irracional de poder. Segundo François Hartog¹, o discurso sobre o despotismo desenvolveu paralelamente ao da democracia na Grécia e Heródoto, por sua vez, contribuiu para a construção desta imagem carregada do *despotes* enquanto transgressor das normas e tradições sociais. Este é movido pelo desejo incessante e irracional de poder, que o leva, não raras vezes, a ultrapassar os limites da condição humana. Transgressão esta, que na concepção grega, resultava em punição para o infrator. A leitura de Heródoto proposta por Catherine Darbo Peschansky² é o que motivou nossa escolha pela temática em questão. Segundo a mesma, a *diké* é o elemento que imprime movimento à narrativa. A *diké* zela pela ordem cósmica, punindo com rigor qualquer perturbação da mesma. A *História* de Heródoto, surge assim, como um ‘tribunal’ onde os tiranos e monarcas orientais são ‘julgados’ e ‘punidos’ de acordo com os crimes perpetrados contra a dignidade humana e divina.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

¹ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

² DARBO-PESCHANSKY, Catherine. *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação e representação de Heródoto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A Teoria do Branqueamento da população brasileira formulada por Varnhagen
(século XIX), e seus reflexos em intelectuais como Oliveira Viana e Gilberto Freyre
(século XX)**

Thiago Oliveira Martins / UFG
Th_goethe@hotmail.com

O presente estudo tem por objetivo investigar a Teoria do branqueamento de raça, que segundo Nilo Odalia (1997, p.85) foi “melhor formulada” por Varnhagen, no século XIX, e seus reflexos em importantes intelectuais brasileiros do século XX, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

Para tanto vejo a necessidade de apresentar uma breve história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já que dois desses autores foram membros deste instituto, e entendo que as práticas ideológicas de tal instituição influenciam o pensamento dos intelectuais que fizeram parte de seu quadro.

O IHGB foi inaugurado no dia 21 de outubro de 1838, e segundo Schwarcz (1993, p.99) tinha como objetivo “Construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. Essa é uma das principais características do Instituto e nos ajuda a entender, a conformação da obra histórica, por exemplo, de Varnhagen, um de seus primeiros membros.

Esta comunicação, portanto pretende uma breve análise de fatos importantes para a formação da Nação Brasileira, a partir do pensamento de intelectuais, tais como os que aqui discuto.

USOS DA NARRATIVA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

THIAGO RABELO SALES / UFMT
RABELOUFOP@YAHOO.COM.BR

Este trabalho visa pensar e demonstrar algumas experiências do chamado “retorno à narrativa” iniciado por alguns historiadores nas últimas décadas do século XX. Essa tendência, cada vez mais freqüente nos dias de hoje, pode ser identificada em trabalhos que vão desde a micro análise historiográfica, até os trabalhos que se utilizam da história oral como metodologia de trabalho, como as reconstituições biográficas e da memória coletiva, por exemplo. Alguns conceitos como *representação* e *apropriação* serão discutidos baseados em autores como Roger Chartier, Michel de Certeau e Edward Said. Leituras filosóficas como Michel Foucault, Paul Veyne, Paul Ricoeur e Gilles Deleuze também darão suporte para uma melhor compreensão de nossa análise. Esse pequeno artigo é resultado de algumas reflexões elaboradas à partir de leituras feitas durante a disciplina de Mestrado “Historiografia Contemporânea”, ministrada pela Prof. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto, no primeiro semestre de 2006, na Universidade Federal do Mato Grosso.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Biografia: Monumentos para um Brasil Moderno

Thiago Lenine Tito Tolentino / UFMG
Thiago_lenine@yahoo.com.br

Em diálogo com a temática do Seminário, a presente comunicação busca, através da pesquisa com obras biográficas, o desenvolvimento de uma reflexão sobre a produção historiográfica assim como alguns princípios que a orientavam nos anos 1930-45. Trata-se de obras publicadas na Coleção Brasileira, editada pela Companhia Editora Nacional, incluídas, portanto, no projeto editorial que pretendeu ser a maior produção de conhecimento sobre o Brasil. Através do trabalho com estas obras observamos dois aspectos: primeiro, a diversidade de lugares teóricos, ou seja, diferentes teorias e metodologias sobre como se produzir o texto historiográfico, tal diversidade parece marcar a mudança que se processava na historiografia entre o começo do séc XX e as décadas de 20, 30 e 40 quando a produção é inteiramente reformulada; segundo, observa-se que a produção biográfica deste período é marcada pelo esforço de, a partir dos personagens biografados, construir o que deveria ser uma identidade nacional. Dessa forma, os textos biográficos operam como monumentos da nacionalidade, marcados pelas idéias de progresso, desenvolvimento, Brasil e modernidade. O estudo destas obras nos permite uma compreensão mais ampla sobre o fazer historiográfico nos anos 30-40 do séc XX no Brasil, principalmente porque trabalhamos com autores hoje esquecidos, mas que publicaram na maior editora de seu tempo, que gozava do mais alto prestígio e divulgação possíveis.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Historiografia Brasileira e a formação do Brasil, conflitos e interseções.

Túlio César Pêgo Almeida / UFOP
tuliopego@gmail.com

A Historiografia Brasileira se desenvolve paralelamente à formação do Estado Nacional Brasileiro, exercendo papel fundamental na formação da identidade nacional. Este desenvolvimento atendeu a interesses diversos, nem sempre licitos, mas que por si só garantem um tema importante de pesquisa. Este trabalho pretende discutir o papel da Historiografia Brasileira na formação da consciência de um estado nacional no imaginário brasileiro, bem como explicitar algumas de suas ausências. Pretende também entender como a idealização do estado nacional influenciou a sociedade do século XIX e os intelectuais que escreveram a nossa história.

Outro objetivo é entender como a historiografia foi importante na formação do ideário nacional, na medida que coube à disciplina História transmitir esse ideário às futuras gerações, perpetuando assim a noção de um estado nacional soberano e garantido a legitimação do mesmo através dos tempos, sendo este um processo em pleno desenvolvimento. Levando-se em conta que o Brasil é um país relativamente jovem, faz-se necessária uma reflexão sobre o papel da Historiografia Brasileira na continuidade deste processo de formação do ideário nacional, ainda em construção.

**MITO OU REALIDADE? A CONSTRUÇÃO DA *PERSONA* POLÍTICA DE
ANTÔNIO LAFETÁ REBELLO 1974 – 1976¹**

Uelton de Cássio Pereira Sant'Ana / FUNORTE

weltoncassios@bol.com.br

cacacz@hotmail.com

Este texto tem a pretensão de publicar pesquisas no campo da História Política, sobretudo ao abordar a construção do mito político nas sociedades contemporâneas.

Para isso analisaremos a criação da *persona* política de Antônio Lafetá Rebello 1974 – 1976 apresentada à sociedade montesclarence como Salvador.

Na construção do mito, apelamos para dois elementos no campo da mitologia política: a Idade do Ouro e o Salvador. O primeiro é a promessa da época ideal que poderia retomar, enquanto o Salvador é o elemento que poderá viabilizar esse retorno. O ex-prefeito encarna esses dois elementos. Para esta análise seguiremos os pensamentos de Girardet que buscou renovar a História do político através do estudo do imaginário político, enfatizando os mitos e mitologias como instrumentos para descobrir e compreender as sociedades, René Rémond, por sua vez, não trata apenas de criticar uma dada maneira, equivocada, de fazer História política, mas expõe um conjunto de princípios sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com os outros níveis da realidade social.

Além desta bibliografia especializa no assunto, valer-nos-emos também de fontes primárias como: jornal (Diário de Montes Claros), assim como a revista Montes Claros em Foco.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

¹ Pesquisa está sendo realizada com incentivo do PROIC – Programa de Iniciação Científica promovida pela Funorte

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da
Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade.**

Gilberto Freyre e a História Cultural

Valdemir Ferreira Lopes / Unimontes
Valopes135@bol.com.br

Este resumo é parte de um trabalho de pesquisa de monografia a ser defendida no curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. O objetivo deste trabalho é perceber em Gilberto Freyre a condição de um dos precursores de uma perspectiva histórica que, atualmente, se insere no que vem se denominando “Nova História Cultural”. As análises históricas introduzidas por este autor, na primeira metade do século xx, foram bastante criticadas, o que geralmente acontece quando alguém propõe algo na contramão dos ideais de seu tempo. Freyre não se apresentava e, evidentemente, não se percebia como culturalista, ou seja, com o que se poderia classificar como um “historiador da cultura”. No entanto, suas abordagens, seus métodos e seus objetos de pesquisa sugeriam uma análise histórica pelo cultural, o que, se nos fosse permitido traçar um paralelo, estaria bem próximo das discussões atuais acerca de representação, circularidade cultural, cultura material, entre outras. Propostas para uma historiografia que nos levaria a buscar um Brasil através de “um passado que estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos” (FREYRE, 2005).

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Pedagogia da terra: educação e modernização agrícola na década de 1930

Valéria Mara da Silva / UFMG
valeriamara@gmail.com

A historiografia da agricultura apresenta a educação do homem do campo como um importante elemento dos debates a respeito modernização agrícola da década de 1930. Os periódicos agrícolas eram os meios difusores da chamada “agricultura científica”, cujas falas se estruturavam a partir da crítica aos métodos agrícolas “tradicionais”. Todo e qualquer procedimento deveria passar por adequação aos novos preceitos, entre eles o de combate a pragas. Além dos meios técnicos necessários, debelar as pragas das lavouras passava por questões educacionais e de novas sensibilidades com relação à natureza. A educação recomendada pelos agrônomos será analisada por meio de artigos publicados na *Chácaras e Quintas* e no *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária do Estado de Minas Gerais*.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A relação de poder entre a USIMINAS e o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga
(SINDIPA), na década de 1980**

Vanessa Costa Soares
vanssoares@yahoo.com.br

Durante a década de 1970 e principalmente início dos anos oitenta, as classes trabalhadoras tornaram-se alvos de diversos estudos historiográficos, apesar de sofrer uma queda considerável após o final da década de 1980. No entanto, as retomadas desses trabalhos realizadas pela historiografia nos últimos anos têm demonstrado a necessidade de rediscutir/ repensar o tratamento dado à história operária. Assim, através da redução da escala de observação, proponho um debate a respeito do modo como o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA) representava os interesses dos trabalhadores da Usiminas, partindo de suas relações sociais e políticas, dentro e fora da empresa. Tendo como enfoque o período de redemocratização do Brasil durante a década de 1980 e o fortalecimento do movimento sindical após o período dos governos militares. A pesquisa destaca como o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga reagiu a essas modificações no contexto nacional, assim como realiza uma reflexão a respeito da relação existente entre ele, a Usiminas e os trabalhadores. Constatando-se, portanto que: até meados de 1980, a prática assistencialista foi a base da direção do SINDIPA; fato que não limitou em 1985 o número acentuado de denúncias de fraudes caracterizando o ambiente de rivalidade. Devido a isso, a diretoria da época buscou mobilizar os trabalhadores através de um plano de propaganda, no qual é possível notar claras intenções em divulgar uma imagem honesta e combativa como uma forma de disfarçar sua postura pelega, diante dos associados.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Historiografia Cinematográfica no Brasil: Cinema Novo como Ferramenta
Histórica**

Vichelson Mandu / Universidade Federal de Goiás
vichelson@yahoo.com.br

A cinematografia do Cinema Novo foi profundamente marcada pelos temas sociais e políticos, numa perspectiva de denúncia e engajamento em busca de uma identidade e estética que traduzisse a realidade nacional. Os filmes problematizados neste trabalho são: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e “O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro”, ambos de Glauber Rocha. O objetivo é analisar o cinema enquanto “agente histórico e como documento historiográfico”, e para isso devemos ter uma abordagem interdisciplinar. É importante trazer luz sobre como trabalhar os limites e possibilidades de uma historiografia que adota a cinematografia como fonte documental. Será levantada, dentro do Cinema Novo nos filmes citados, até que ponto o contexto repressor do período interferiu no movimento e como podemos identificar essas interferências.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Panorama crítico da historiografia da crítica literária brasileira

Vilmar Henrique Ananias / UFSJ
VILMARHIS@HOTMAIL.COM

Este trabalho tem por objetivo traçar um panorama crítico da historiografia da crítica literária brasileira. Sendo a crítica literária no Brasil uma atividade relativamente recente, procuramos abordar questões e problemas referentes à produção historiográfica da crítica literária brasileira. Essa tarefa surgiu após um levantamento histórico e historiográfico da crítica literária praticada no Brasil, na tentativa de compreender a relação entre a formação da historiografia da crítica literária e modernidade.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Um Olhar Sobre Uma Lacuna: A produção historiográfica sobre João Goulart

Emanuela Antunes Bezerra & Lucília de Almeida Neves Delgado & Virgílio Coelho de Oliveira Júnior /
PUC - MINAS

saberhistorico@yahoo.com.br; lucilianeves@terra.com.br; virgiliocoelho@yahoo.com.br

A proposta dessa comunicação versa sobre a lacuna historiográfica acerca da participação política do ex-presidente João Goulart na história brasileira. Considerando o fato de que a história política, vem sendo redimensionada, incluindo, inclusive, a temática da relação entre a memória e a história, buscamos interpretar as razões do esquecimento existente na produção historiográfica nacional e na reprodução da memória coletiva brasileira, no que se refere ao sujeito histórico, João Goulart. Para tanto, destacamos o ano de 2006, que corresponde ao marco cronológico dos 30 anos da morte do ex-presidente da república. Ano no qual poderia ter havido um crescimento da produção acadêmica sobre um dos mais expressivos líderes do trabalhismo brasileiro. Todavia, o que predominou foi um silêncio, quase que absoluto dos historiadores, sobre essa efeméride. Parte desse silêncio pode ser atribuído ao fato de João Goulart representar o trabalhismo em uma perspectiva mais reformista, no contexto de efervescência e ampliação das discussões acerca da democracia social nas décadas de 1950 e 1960. A partir do exposto, nossa comunicação pretende analisar as razões que orientam a historiografia a respeito de Jango. Enfatizaremos dois aspectos em nossa abordagem: o da lacuna e o da desqualificação. Para tanto selecionamos dois livros publicados em 2006: *O Brasil de João Goulart*, organizado por, Oswaldo Montreal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Feixo; e *João Goulart- Entre a memória e a história*, coordenado por Marieta de Moraes Ferreira. O conteúdo desses livros será, também comparado com a produção historiográfica sobre o mesmo tema, editada em anos anteriores.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

História e subjetividade: interfaces à interpretação da experiência religiosa

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque / UFOP
virginiabuarque@terra.com.br

A historiografia religiosa contemporânea tem buscado densificar seus pressupostos epistemológicos e teóricos, de basilar importância para a significação de uma experiência social cuja especificidade encontra-se pautada na relação do histórico com o transcendente e o mistagógico. Numa tentativa de contribuir para tal reflexão, visa-se sistematizar uma abordagem interpretativa de cunho interdisciplinar, conferindo-se especial destaque aos estudos promovidos pelo historiador Michel de Certeau (sobretudo *La Fable Mystique* e *La Faiblesse de Croire*), pela psicóloga Marina Massimi (*Palavras, Almas e Corpos no Brasil Colonial*) e pelo antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte (principalmente os artigos *As concepções cristã e moderna de pessoa: paradoxos de uma continuidade* e *Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da pessoa ocidental moderna*). Como pólo catalizador desta tessitura entre os saberes histórico, psicológico e antropológico, elenca-se a noção de “pessoa”, que se mostrou crucial à espiritualidade católica dos tempos modernos, sendo veiculada através do discurso de místicos e pregadores nos reinos ibéricos e seus domínios ultramarinos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O testemunho em *Os sertões* de Euclides da Cunha

Vitor Claret Batalhone Júnior / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
batalhonehistor@gmail.com

O presente estudo visa estudar a função do testemunho em *Os sertões*, obra fundamental de Euclides da Cunha, analisando como n'*A Terra* e n'*O Homem*, um trabalho com fontes ainda que incipiente é desenvolvido para legitimar um testemunho inexistente segundo concepções teóricas do autor determinadas por uma vertente cientificista marcante do final do século XIX. O testemunho de Euclides é mais verossímil em *A Luta*, pois é justamente esta etapa do conflito que Euclides presencia, entretanto, é justamente nesta parte da obra que seu conceito de história progressista dá margens ao de *Magistra Vitae*, quando o autor analisa o desenrolar do conflito em Canudos. O testemunho de Euclides perante o terror da luta, de certa forma trai seus pressupostos teóricos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Iluminismo e pós-modernismo em Nietzsche

Vitor Henriques / USP
dialeticamente@yahoo.com.br

De uma maneira geral, Nietzsche sempre apareceu de forma previsível nos debates historiográficos, nacionais ou não, e decerto que ocupando o mesmo espaço epistêmico. Segundo François Dosse, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Ciro Flamarion Cardoso, Nietzsche é o grande patrono da teoria pós-moderna da história. É justamente esse espaço, por ele previamente habitado, que se faz pertinente uma intervenção e uma revisão. Esta é, acreditamos, a contribuição original da nossa pesquisa. Existem, como vamos poder ver, passagens contundentes de um Nietzsche que trabalha (positivamente) com conceitos como ciência, verdade e razão, porém, ainda que não uma ciência positivista, tampouco uma verdade metafísica e uma razão socrática. Nietzsche, em vários momentos de sua obra, o que reforça nossas premissas, se dizia herdeiro da tradição iluminista; seu diálogo com Voltaire é revelador para tal. Portanto, vamos demonstrar, nos baseando em filósofos importantes como Luc Ferry e Rüdiger Safranski, que há um culto da razão em Nietzsche, e, a partir disso, pretende-se traçar as implicações que este novo olhar traz para a teoria da história..

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**História, Historiografia e Educação no Brasil: Uma análise dos movimentos de
educação e cultura popular dos anos 1960**

Wagner da Silva Teixeira / Universidade Federal Fluminense
wagnersteixeira@yahoo.com.br

Entre 1958 e 1964 surgiram no Brasil diversos movimentos de alfabetização de adultos, como o MCP, o MEB, a Campanha de Pé no Chão, e os CPCs da UNE. Num contexto em que os analfabetos eram proibidos de votar e 50% da população brasileira era analfabeta, os movimentos tiveram uma enorme importância educacional e política. O foco central da análise se voltou justamente para a relação entre os movimentos e a política. Podemos delinear duas correntes historiográficas, na primeira os movimentos foram utilizados de forma oportunista e demagógica pelos políticos “populistas”. Na segunda os políticos eram “populistas”, mas os movimentos tinham um caráter popular. Ambas as interpretações se baseiam no conceito clássico de “populismo”, privilegiando o viés coerção/manipulação. A primeira desconsidera as diferenças entre um e outro, enquanto a segunda simplesmente nega as relações, separando os movimentos dos políticos. Em nosso entendimento os movimentos estavam inseridos num contexto de fortes lutas sociais e políticas, resultando das ações conjuntas de cristãos progressistas, comunistas e trabalhistas. Uma aliança ampla e muitas vezes vulnerável, mas que procurava através da ampliação do eleitorado incentivar a participação popular na política. O Golpe Civil/Militar de 1964 pôs fim aos movimentos por meio de forte repressão policial/militar.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Um estudo sobre a importância da religião na historiografia de Leopold von Ranke

Walkiria Oliveira Silva / UFOP
Walkiria_ufop@yahoo.com.br

O historiador Leopold von Ranke (1795-1886) é tido como o principal representante do historicismo alemão e um dos grandes expoentes da historiografia do século XIX.

Considerado ainda como maior nome da “história política”, Ranke foi muitas vezes acusado de ter uma visão teológica do processo histórico. Neste sentido, o presente trabalho, limitando-se a um tema específico de seu pensamento histórico, visa analisar o papel desempenhado pela religião na sua produção historiográfica, tomando, sobretudo, por base sua *História dos Papas* editada pela primeira vez entre 1834-1836.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Da casa brasileira à modernização nacional: Gilberto Freyre, Lúcio Costa e o
SPHAN**

Walter Francisco Figueiredo Lowande / UFOP
wartelowande@yahoo.com.br

Este artigo pretende fazer uma apresentação sucinta dos resultados obtidos em recente monografia em História das Idéias e História Intelectual do Brasil, também podendo se enquadrar no campo da História da Historiografia Brasileira. Nela se propõe a análise das relações entre o pensamento de Gilberto Freyre e Lucio Costa sobre a casa brasileira, a partir das obras que produziram entre 1930 e 1937, bem como da forma pela qual este pensamento foi apropriado pelo poder público, por intermédio do SPHAN, a fim de implementar um projeto de modernização do país baseado na tradição colonial e numa idéia de identidade nacional. Serão expostos os aspectos gerais deste trabalho, como o tema, a hipótese e os procedimentos adotados. Em seguida, tratar-se-á mais especificamente das interpretações que os dois intelectuais deram à casa de residência brasileira e de que forma elas se transformaram no discurso oficial acerca da identidade nacional.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**O Saber Produzido e o Saber Difundido: Os estudos da autonomia escrava e a
abordagem da escravidão no livro didático de História**

Weder Ferreira da Silva / UFOP
wedhistoria@yahoo.com.br

Desde a revisão historiográfica sobre a escravidão iniciada nas últimas décadas do século XX colocou-se em voga uma nova perspectiva do mundo escravista no Brasil Colonial e Imperial. O escravo passou a ser percebido como sujeito histórico, capaz de agir de forma sistematizada dentro de uma instituição que o cerceava dioturnamente. Neste sentido houve uma extensa produção acadêmica que passou a valorizar atitudes dos cativos diante do sistema escravista ao ressaltar sua constituição familiar, suas ações judiciais solicitando alforria ou contra seus próprios senhores, suas práticas religiosas e suas festas, enfim, seu cotidiano. Contudo, se analisarmos os livros didáticos de História ainda persiste neles uma visão bastante reducionista e muitas vezes deturpada da escravidão se considerarmos a produção acadêmica sobre o tema. Neste sentido, este trabalho pretende analisar como os livros didáticos de História – principal fonte de informação sobre o passado que um cidadão comum dispõe – descrevem a escravidão e como esse conhecimento de dissemina nas instituições de ensino básico.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A ferrovia sem café - A EFOM em São João del Rei (1877-1897)

Welber Luiz dos Santos / UFOP
wel.oestedeminas@gmail.com

Na segunda metade do oitocentos, as companhias ferroviárias se multiplicaram pelo Brasil. A Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), surgida como uma sociedade por ações em 1877, foi a vigésima primeira ferrovia inaugurada no Império. Percebemos que a EFOM configurava-se como a primeira exceção à regra da relação ferrovia/café na região sudeste. Isso pode ser percebido a partir do fato de os demais caminhos de ferro serem ligados direta ou indiretamente à economia cafeeira do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A EFOM, inaugurada em São João del Rei em 1881, evidencia a vivacidade dessa praça mercantil, que se apresenta como ponto de convergência regional e ambiente de substituição e “modernização” dos meios de transporte, atendendo assim às demandas de uma economia de abastecimento interno. Dessa forma, a companhia entra em cena como uma evidência da vivacidade da economia mineira no final do XIX, inserindo-se no debate historiográfico acerca da decadência de Minas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

AS ESTRUTURAS DA JUSTIÇA DAS MINAS: NOVA FONTE, NOVAS POSSIBILIDADES

GILSON CÉSAR XAVIER MOUTINHO & WELLINGTON JÚNIO GUIMARÃES DA COSTA / UFOP
gilsoncesarm@yahoo.com.br e wjunior@yahoo.com.br

O debate historiográfico sobre a administração e justiça nas Minas Gerais dos séculos XVII e XIX se dá em torno das seguintes abordagens: a prática da justiça; o alcance e os limites da administração; as Câmaras e a imposição do poder e os poderes locais. Essas abordagens buscam analisar o grau de eficiência e morosidade do aparato jurídico na sociedade mineira. Autores como Raimundo Faoro, Caio Prado Júnior, Francisco Iglesias, entre outros, são expoentes dessas abordagens, procurando entender as ações do poder jurídico transplantado para a colônia. As principais fontes que dão sustentabilidade a esse debate são Ações Cíveis e Processos – Crimes como Devassas e Querelas. Entretanto, pelas suas próprias características, tais documentos tendem a relegar em segundo plano as formas arraigadas de arranjo comunitário. Portanto, a nossa proposta, com o presente trabalho, é apresentar uma fonte ainda pouco utilizada pelos pesquisadores que se dedicam ao estudo da complexidade da sociedade mineira colonial e imperial: as Notificações. Tal fonte documental consiste num processo judicial que remete a aspectos pouco estudados pela historiografia mineira, principalmente no que diz respeito ao grau de eficácia dos dispositivos jurídicos na mediação dos conflitos vicinais. Pretendemos, portanto, apresentar essa nova fonte como um leque de novas possibilidades que, por um lado permitam a retomada do debate e, por outro, preencher as lacunas existentes.

TEXTOS COMPLETOS

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Dois lados de uma mesma moeda: a imprensa no fazer historiográfico

Adrianna Cristina Lopes Setemy*
Luciana P. Fagundes**

Percorrendo a primeira metade do século XX através das páginas da imprensa, é possível visualizar, através das variações na sua produção, difusão, formato, linguagem e objetivos, as transformações e rupturas que ocorreram na sociedade brasileira ao longo desse período. Isso porque, a imprensa não apenas informa seus leitores dos fatos cotidianos, mas seleciona e constrói os acontecimentos conforme seus interesses políticos, econômicos e ideológicos, consistindo ela própria em um campo de disputas.

Ao selecionar e analisar periódicos que circularam entre as décadas de 1910 e 1970, percebemos que as mudanças na sua estrutura e configuração estão estreitamente vinculadas à criação e consolidação de uma indústria cultural de massa, inerente ao processo de modernização da sociedade brasileira. Portanto, mais que meros veículos de comunicação ou reprodutores do pensamento dos grupos dominantes, os meios de comunicação são aqui entendidos como uma força ativa dentro da sociedade, que revelam as transformações sociais e a complexidade do contexto em que se inserem, interagindo com elas¹.

Há, nesse sentido, uma relação profunda do jornal com o tempo em que ele vive, compreensível na constante e crescente demanda no sentido de uma maior especialização na sua “leitura do cotidiano”, uma exigência perceptível devido às constantes mudanças pelas quais passa a sociedade, tornando então suas páginas um lugar propício para que se possa vislumbrar certa versão da atualidade².

* Aluna do curso de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ.

** Mestre em História Social pela Universidade do Federal do Rio de Janeiro – PPGHIS/UFRJ.

¹ ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia. In: COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho-100 anos, 1997, Rio de Janeiro. *Anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 62.

² SIQUEIRA, C. A Imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p.161-181. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/> Acesso em 01 de junho de 2007.

Enfim, pretendemos demonstrar que, tal qual os dois lados de uma mesma moeda, a imprensa além de objeto de estudo, pode servir à História como fonte, de maneira que nos permite vislumbrar a dinâmica e as tensões da sociedade em que foi produzida.

1-A imprensa no alvorecer de um novo século.

“O jornal, na alvorada do século, ainda é a anêmica, clorótica e inexpressiva gazeta da velha monarquia, coisa precária, chã, vaga, morna e trivial”³.

O olhar negativo de Luiz Edmundo sobre a imprensa no início do século XX logo seria contrastado com um rápido processo de modernização e crescimento pelo qual passaria a mesma. Era o “novo jornalismo”, como coloca Sevcenko⁴, que entraria em cena.

Com novas técnicas de impressão e edição, a imprensa brasileira ingressa em uma nova era, onde os jornais ficam mais baratos possibilitando a ampliação de seu consumo. A própria estrutura do jornal se modifica, ganha características empresariais⁵, inundando as sociedades urbanas com uma quantidade considerável de informações, característica observável em suas diversas colunas sobre diversão, esportes e comércio, as quais tornam-se um chamariz de grande quantidade de capitais. Aos poucos, vai desaparecendo o “jornal de circunstância, arrimado a uma figura de prestígio”, tomando seu lugar uma “empresa jornalística cada vez mais complexa”⁶,

Em seu famoso livro *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, Lima Barreto caracteriza a imprensa escrita, ainda sem concorrentes como o rádio ou a televisão, como a “Onipotente Imprensa, o quarto poder fora da constituição”⁷. Tal comentário é pertinente se pensarmos que a imprensa era o principal meio de comunicação desta sociedade, sendo que na primeira década do século XX o público carioca tinha acesso a cerca de 300 mil exemplares provenientes de sete grandes jornais: *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *A Tribuna* e *Jornal do*

³ EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal – vol. 1.2003, p. 553.

⁴ SEVCENCKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.ª edição, 1995, p. 119.

⁵ SODRE, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶ *Ibidem*, p. 329.

⁷ BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Ed. Germape, s/d. p. 65.

*Commercio*⁸. A enorme influência destes periódicos pode ser visualizada em várias ocasiões, como observou Marieta de Moraes ao estudar a Reação Republicana em 1922, apontando para a forte atuação dos jornais *Correio da Manhã* e *O Imparcial* no sentido de conformar a opinião pública a favor de Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes⁹.

Salta aos olhos também a diversificação que adquire o mercado de periódicos no Brasil, os jornais vespertinos, por exemplo, começam a crescer na preferência do leitor, principalmente nas décadas de 10 e 20, com um “tom popular, apressado, dinâmico, saltitante”¹⁰, cuja singularidade era apresentar as últimas notícias. Assim, com um estilo diferenciado surge em 1911 o jornal *A Noite*, fundado por Irineu Marinho, que segundo Luiz Edmundo era “repórter de grande merecimento”¹¹. O jornal começa a circular em 18 de julho de 1911, no calor das lutas políticas (governo de Hermes da Fonseca), com inclinações oposicionistas¹².

Item fundamental nesta diversificação, as revistas ilustradas marcaram definitivamente o ambiente literário carioca nas primeiras décadas do século XX. Com suas colunas sociais sobre o incipiente cenário cinematográfico ou com seus poemas-piada e caricaturas mordazes, elas conquistaram uma fatia do público leitor. A revista *Fon-Fon!* era um dos mais de 500 títulos de periódicos lançados no decorrer da primeira metade do século XX. A revista, publicada em 1907, tinha como personagem principal um chofer de automóvel. A escolha de tal personagem para representar a revista não deve ser considerada leviana, pois, como ressaltou Mônica Velloso, a proposta de ‘ser moderno’ estava constantemente presente nas revistas. Vale lembrar também que o título da revista (*Fon- Fon!*), faz associação com o automóvel, produzindo uma sensação de rapidez, de agilidade, de encurtamento das distâncias e do tempo, em conexão justamente com a velocidade que marcará, junto com a eletricidade, esta modernidade das máquinas¹³.

Não menos importante, o incremento do número de periódicos relaciona-se com modernização do maquinário que possibilita tiragens cada vez maiores. O *Jornal do*

⁸ GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 22.

⁹ FERREIRA, M. M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 9-23. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/> Acesso em 01 de junho de 2007.

¹⁰ BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: ed. Ática, 1990. p.77.

¹¹ EDMUNDO, L. *Op. Cit.* p. 553.

¹² SODRE, N.W. *Op. cit.* p. 379.

¹³ VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.57.

Brasil, por exemplo, traz as primeiras máquinas capazes de imprimir anúncios em cores, e em 1916 possuía o maior parque gráfico da imprensa brasileira. Suas notícias internacionais eram fornecidas pelas agências de notícias Havas e Americana, procedimento comum a outros jornais, e que implicou no aumento do volume de notícias, permitindo a publicação de um segundo clichê ou uma segunda edição diária. Além das agências, alguns jornais também mantinham correspondentes internacionais, instalando escritórios em Nova Iorque, Paris, Londres, Buenos Aires e Lisboa ¹⁴.

A imprensa também adquiria um tom crítico mais apurado, conjugado a uma linguagem “violentíssima”,¹⁵ como coloca Sodré, com relação aos atores políticos. Este tom crítico teria seu ponto alto com a fundação do jornal *Correio da Manhã*, que aparece em 1901, tendo à frente o advogado gaúcho Edmundo Bittencourt. O jornal se caracterizaria por ser de oposição, angariando grande prestígio nas camadas populares com uma linha participante e combativa, perceptível principalmente nas décadas de 10 e 20, marcadas pelo ‘duelo’ com o periódico *O Paiz*, de propriedade do português João de Sousa Lage. Ambos os jornais são exemplos de um jornalismo de combate, altamente crítico e político¹⁶. Um episódio interessante foi o realce dado pelo jornal *O Paiz* à sua tradição republicana em artigo publicado em 1920 sobre a discussão acerca do projeto de revogação do banimento da família imperial. O jornal, rememorando seu fundador, Quintino Bocaiúva, se colocava como “uma das mais formidáveis alavancas para a demolição do regime imperial”¹⁷.

Com relação ao “duelo” perpetrado pelos dois jornais e a habitual caracterização do jornal de João Lage como governista e o de Edmundo Bittencourt como oposicionista, é necessário adotar alguns cuidados. Como observou Marialva Barbosa, o fato de um jornal se colocar contra o outro, não quer dizer que cunhasse discurso contrário às idéias correntes de seu adversário. Críticas, desavenças e campanhas devem ser consideradas sob dois aspectos, primeiro como legitimação de uma auto-identidade e segundo como uma disputa pelo papel de divulgador, centralizador das visões dominantes nessa sociedade ¹⁸.

¹⁴ GARAMBONE, S. *Op.cit* p. 42.

¹⁵ SODRE, N.W. *Op. cit.* p.380.

¹⁶ ABREU, A. A. (Org.). *A imprensa em transição*; o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: editora FGV, 1996

¹⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 10 de jul. de 1920.

¹⁸ BARBOSA, M. *Imprensa, poder e público (Os Diários do Rio de Janeiro – 1880-1920)*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996, p. 262.

O avanço nas tecnologias de impressão e reprodução contribuíram também para a profissionalização dos escritores. Nas primeiras décadas do século XX, a grande participação dos intelectuais nos jornais como um *second metier*¹⁹ apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma forma de profissionalização via jornalismo para os homens das letras e também como uma possibilidade de divulgar sua própria produção literária.

Tal mudança fez com que os jornais passassem a pedir menos colaborações literárias e mais reportagens. A linguagem também começou a sofrer alterações, caminhando para uma padronização, o jornalismo baseado no modelo francês que privilegiava a análise e o comentário e não a informação começou a desaparecer, abrindo espaço para a reportagem e a entrevista, ou seja, aos poucos a literatura foi sendo expulsa do jornal, em uma separação visível entre as técnicas literárias e o jornalismo²⁰. Outro fator que contribuiu para essa alteração foi a entrada da fotografia na imprensa, que levou a uma subserviência do texto à imagem, principalmente nas revistas ilustradas²¹. O primeiro periódico a colocá-las em suas páginas foi a *Revista da Semana* (1900), que teve publicação intermitente até a década de 30, junto com as revistas *O Malho* (1902) e *Careta* (1908).

As intensas modificações pelas quais passou a imprensa nas três primeiras décadas do século estavam em sintonia com as novas “formas de percepção e de sensibilidade dos habitantes das grandes cidades brasileiras” e com a preponderância cada vez maior “da imagem, do instante e da técnica como mediações todo-poderosas no modo de se vivenciar a paisagem urbana”²². Um momento onde começava a ser posto em curso o processo de modernização da sociedade brasileira, calcada em um cosmopolitismo profundamente agressivo, onde uma nova geografia do ser moderno se impôs sobre a cidade, ocupada por novos grupos sociais em expansão, ligados às atividades urbanas. Tanto as revistas quanto os jornais, apesar das diferenças, produziram uma representação dos comportamentos, dos lugares, das experiências e dos eventos dentro deste mundo. Nesse sentido, o público para o qual as representações do

¹⁹ BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005, p. 286.

²⁰ COSTA, C. *Pena de aluguel. Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 41.

²¹ SUSSEKIND, F. *Cinematógrafo de Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 36.

²² *Ibidem*, p. 16.

espaço urbano eram produzidas caracterizava-se majoritariamente pela burguesia urbana.²³

Contudo, tal processo se exacerbava a partir das décadas de 20 e 50, coincidindo com o primeiro *boom* do mercado editorial brasileiro e com a crescente industrialização dos jornais, exigindo um número cada vez mais crescente de alterações, não apenas nos formatos e linguagem presentes nos periódicos, mas na própria forma como estes dialogavam com a sociedade brasileira.

2 – A imprensa de cara nova para uma sociedade que se transforma.

Nas cinco primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira passou por uma série de mudanças, onde percebemos a substituição do jornalismo político pela imprensa sensacionalista, seu afinamento em nome da objetividade e a crescente influência do rádio, da TV e do cinema²⁴. Importantes jornais matutinos e vespertinos nasceram nesse momento, como *O Globo* (1925), *Diário Carioca* (1928) e *Diário de Notícias* (1930).

Adentrando em uma análise pós anos 20, vemos que nas décadas de 30, 40 e 50, reinou no mercado de periódicos brasileiros a revista *O Cruzeiro*. Uma publicação dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, que ficou consagrada como a “revista da família brasileira”, pois trazia um pouco de tudo para todos, homens, mulheres, jovens ou não, sem se preocupar em atender às preferências, interesses e estilo de um tipo específico de leitor, mas querendo atender a todos os gostos. Segundo uma pesquisa do Ibope realizada em 1950, a respeito da “família leitora” de *O Cruzeiro*, descobrimos que cada exemplar da revista encontrava mais de 4 leitores dentro da mesma casa, dentre os quais homens, mulheres, crianças menores e maiores de dez anos e empregados domésticos.²⁵ Inspirada no modelo da revista ilustrada francesa *Paris Match*, que por sua vez seguia o padrão *Life* de revistas de interesse geral, *O Cruzeiro* foi a pioneira da grande reportagem no Brasil, além de ter introduzido no país o fotojornalismo, em que as imagens, outrora meras ilustrações, passaram a ser valorizadas jornalisticamente pelo seu conteúdo informativo.

²³ VELLOSO, M. P. *Op. cit* p.278.

²⁴ COSTA.C. *Op.cit.*p. 241.

²⁵ Pesquisa sobre hábitos de compra e poder aquisitivo da família leitora de *O Cruzeiro*, São Paulo e Rio de Janeiro, nov-dez/50, Ibope, Pesquisas Especiais, 1951, vol. 10, Arquivo Edgar Leuenroth, IFCH/UNICAMP. Apud MIRA, Maria Celeste. O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

Ao longo dos anos de 1940 e 1950 as transformações sócio-econômicas vividas pelo Brasil implicaram em mudanças na esfera cultural, especialmente no que se refere à emergência de um mercado de bens culturais que vinha se estruturando e que se consolidou entre 1960 e 70²⁶. Nesse período, a indústria editorial, na sua totalidade, se beneficiou com a política de incentivo do governo para importação de novos maquinários, o que resultou em sua modernização com a ampliação de sua produção, evolução técnica, melhoria na qualidade do material impresso, profissionalização e racionalização, com vistas a um mercado consumidor que se formava e se diversificava graças aos processos mais amplos de industrialização e urbanização que tiveram início ainda nos anos de 1940. Diante disso, *O Cruzeiro*, que até então tinha como principal concorrente a popular revista *Seleções*, além de alguns títulos do início do século XX que ainda resistiam, como *Ilustração Brasileira*, *Careta*, *A Cigarra*, *O Malho* e *A Revista da Semana*, foi se tornando ultrapassada, incapaz de se renovar para acompanhar todas as transformações daquela década e de disputar a preferência dos leitores com as novas publicações mais especializadas que iam se multiplicando no mercado editorial.²⁷

Dentro desse quadro de crescente racionalização da indústria cultural e avanço da sociedade de consumo, a imprensa passa a ser concebida cada vez mais como um investimento comercial, um serviço-público que deve satisfazer os interesses do leitor e assim alcançar altos índices de circulação e vendas. Sai de cena definitivamente o jornalismo feito à francesa, combativo e crítico, para a entrada de um jornalismo influenciado pelo modelo norte-americano, que privilegiava a informação e a notícia objetiva em detrimento da opinião e do comentário pessoal, em que o lucro passava a falar mais alto que qualquer ideologia ou convicção político-partidária de seus donos.

A ruptura na linguagem jornalística também se aprofundava nesse momento, quando jornalistas e escritores influenciados pela escrita telegráfica, concisa e objetiva do jornalismo americano promoveram uma forte campanha contra o supérfluo, as palavras difíceis, o ornamental, ou seja, o que Graciliano Ramos chamou de “gorduras” do texto²⁸. É claro que tal inclinação para uma escrita mais simples já pode ser visualizada nos anos 20 e 30, contudo o fato de escritores identificados com esse estilo,

²⁶ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. 5. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1994.

²⁷ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água, 2001, p. 84.

²⁸ Apud COSTA.C. *Op.cit.*p. 102.

como o já citado Graciliano Ramos, e ainda Carlos Drummond de Andrade e Oswald de Andrade integrarem a partir da década de 50, a chefia das redações de importantes jornais, foi crucial para que tal cartilha se tornasse um verdadeiro manual de redação para os jornalistas. Cabe aqui ressaltar a atitude de Nelson Rodrigues, que se recusou a adotar esse novo tipo de jornalismo, sem adjetivos, e segundo ele “castrado emocionalmente”. O famoso jornalista e teatrólogo definiu com seu humor inconfundível o estilo jornalístico que morria naquele momento ao se referir a uma manchete publicada em 1908 que possuía, não apenas um impacto visual, mas também o apelo da linguagem, consistindo, em suas palavras, num verdadeiro “uivo impresso”²⁹.

Essa guinada do jornalismo também se concretizou no formato do jornal, com o nascimento dos cadernos, sendo que o primeiro jornal a adotar tal organização inovadora foi o *Jornal do Brasil*, com o *Caderno B*, publicado a partir de outubro de 1960. Tal formato foi incorporado em outros periódicos como *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. Os cadernos passaram a ser parte integrante das edições diárias, recheados de variedades e separados fisicamente do espaço reservado para as notícias. Uma modificação tão profunda como a linguagem que marca até os dias de hoje a imprensa brasileira³⁰.

Assim, se Chauteaubriand marcou sua época pelo espírito empreendedor-aventureiro com que conduziu seus *Diários Associados*; nos anos de 1960 e 1970 Roberto Marinho, Victor Civita e Adolfo Bloch foram os grandes empreendedores do setor de comunicações, destacando-se pelos vultosos investimentos em equipamentos e introdução de novas técnicas em busca de maior produtividade, além da crescente profissionalização de seus quadros, racionalidade na gestão administrativa e exatidão no cálculo do lucro de suas empresas jornalísticas³¹.

Em abril de 1952, a Editora Bloch lançava a revista *Manchete*, que entrou no mercado disputando leitores com *O Cruzeiro*, mas logo se destacando desta pelo cuidado que conferia ao seu aspecto visual, preocupando-se com a produção e diagramação das imagens, em oposição às fotos apressadas de *O Cruzeiro*. O projeto editorial de *Manchete* oferecia ao grande público urbano uma linguagem acessível a todos, com ênfase nos recursos fotográficos, e que abordava de maneira generalizada

²⁹ Ibidem, p. 128.

³⁰ LIMA, P.F.S. *Caderno B do Jornal do Brasil: trajetória do Segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85)*. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

³¹ ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Op. Cit.*

temas mais modernos e variados, de interesse nacional. Sem estar circunscrita a seções permanentes de política, economia ou cultura, a cada número *Manchete* levava às bancas temas da atualidade, oferecendo ao leitor uma visão panorâmica e superficial do que se passava no Brasil e no mundo.

Já na década de 60, contudo, a fórmula de *Manchete* não satisfazia, exigindo, assim, uma outra dinâmica de funcionamento e um novo modelo para a imprensa escrita, que lhe oferecesse um jornalismo intelectualmente mais refinado e com maior profundidade textual³². Com estilo inovador começa a circular, em pleno regime militar, a revista *Realidade*, cuja receita do sucesso estava na sua sensibilidade em retratar as questões que estavam em voga naquele momento, fosse no campo da arte, economia, política, saúde, ciência, esportes, humor ou comportamento, buscando, além de informar, apresentar pontos de vista diferenciados acerca das questões abordadas e estimular a reflexão dos leitores. Contudo, após dois episódios de enfrentamento com a censura, respectivamente em agosto de 1966 e janeiro de 1967, a revista sofreu limitações que a descaracterizaram em relação ao seu projeto inicial, especialmente no que se referia à abordagem incisiva e extensiva de temas comportamentais e à manutenção da linha investigativa de análise dos problemas de seu tempo.

Com a intensificação da crítica aos padrões de comportamento e aos valores tradicionais, com a valorização da liberdade e da mudança no estilo de vida, bem como com a aceleração da imagem e da informação provocadas pela difusão dos aparelhos de TV e ampliação do espaço dos telejornais nas redes de televisão, os leitores passaram a preferir revistas que trouxessem o resumo e a análise interpretativa dos acontecimentos da semana,³³ e que oferecessem maior densidade informativa a respeito de questões mais específicas, em detrimento da revista de interesse geral, a respeito de tudo. Em consonância com essas novas condições de produção da imprensa escrita, e com a crescente segmentação do mercado de revistas, a Editora Bloch lançava as revistas *Pais & Filhos* e *Ele & Ela*, respectivamente, em julho de 1968 e maio de 1969.

³² FARO, J. S. *Realidade, 1966-1968*. Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: ULBRA/AGE, 1999. Ver também LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas*. O Livro-Reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura. Campinas, UNICAMP, 1993.

³³ Atenta a essas mudanças, a Editora Abril, em 1968, lançou no mercado o primeiro número da revista *Veja*, cuja proposta era oferecer informação rápida e objetiva a um público que já não tinha tempo para digerir toda a informação trazida pelas revistas de interesses gerais.

Segundo Marcos Napolitano,³⁴ a cultura e as artes dos anos de 1960 e 1970 foram um terreno onde se configuraram as críticas das oposições ao regime militar, como também um espaço de negociação entre o Estado e a sociedade. Para estes empresários, a veiculação de conteúdos relacionados à crítica social e comportamental surgia como um negócio economicamente rentável, pois de certa forma atendia tanto à demanda daqueles grupos que não estavam satisfeitos com a permanência do regime de exceção e com a derrota política dos projetos de esquerda, como àqueles que queriam apenas se inteirar da moda e consumir aquelas cores, ritmos e estilos, sem que para isso fosse necessário entrar em choque com o Estado, já que negociavam os limites de conteúdo e forma desses produtos conforme seus interesses políticos, ideológicos e econômicos.³⁵

Para que possamos compreender como se dava, nesse período, a dinâmica de circulação pela imprensa de temas polêmicos e de conteúdo considerado licencioso pelo regime militar, é preciso considerar que, no Brasil, a interação entre imprensa e Estado ocorreu em diferentes níveis, uma vez que a imprensa caracteriza-se como uma entidade multifacetada, que atua simultaneamente como ator econômico e sócio-político, sujeita, portanto, às pressões do mercado (advindas especialmente dos seus anunciantes, privados ou do Estado), da política e da opinião pública³⁶. Além disso, a forma como o Estado se comportava em relação à imprensa escrita refletia as contradições internas do próprio regime, variando de acordo com as mudanças de orientação no círculo do poder, à medida que os governos se sucediam.

Através da leitura desses periódicos, nos permite, portanto, apreender a efervescência dos debates em torno da moral e dos costumes, que marcaram os anos de 1960 e 1970, bem como as idéias que permeavam o universo mental, tanto dos jornalistas que produziam suas narrativas, como dos leitores, aos quais eram destinadas.

Conclusão.

³⁴ Agradecemos à professora Denise Rollemberg por ter disponibilizado este texto inédito de Marcos Napolitano, que irá compor a coletânea de textos que está organizando e que será publicada ainda este ano: NAPOLITANO, Marcos. “Vencer satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz, FERRERAS, Norberto e BITTENCOURT, Marcelo (orgs.). *Sociedades e regimes autoritários* (título provisório). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo.

³⁵ Idem.

³⁶ SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 30.

Porque dois lados de uma mesma moeda? A resposta está no fato de que por mais que um estudo não tenha como objeto a imprensa em si, ao utilizá-la como fonte não pode de forma alguma deixar de lado suas peculiaridades. À medida que a sociedade brasileira vai se modernizando a imprensa vai acompanhando esse movimento, respondendo a esse cotidiano, por isso a inconstância dos formatos, a necessidade de estar sempre se modificando para dar conta dessa realidade. Tornando-a simultaneamente apreensível ao olhar do historiador, mas não translúcida porque permeada de interesses e negociações que orientam nesse sentido a seleção, o recorte do que será publicado ou não.

Portanto, é preciso lançar um olhar crítico sobre estas publicações, para que delas possamos extrair não apenas as informações contidas em seus textos, mas as condições em que foram produzidas e a intencionalidade que há por trás de seu conteúdo, uma vez que a imprensa configura um importante espaço de disputa pelo poder, onde verdades e mentiras se mesclam, sendo exatamente esse um dos aspectos que lhe confere riqueza enquanto fonte de pesquisa, pois permite que o historiador reconstrua as lutas políticas, sociais e ideológicas que animavam a época em que foi concebida.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

BAHIA, J. *Jornal, História e técnica. As técnicas do jornalismo*. São Paulo: ed. Ática, 1990.

BARBOSA, M. *Imprensa, poder e público (Os Diários do Rio de Janeiro – 1880-1920)*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1996.

BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*. Ed. Germape, s/d.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. 5.^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho-100 anos, 1997, Rio de Janeiro. *Anais do colóquio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

COSTA, C. *Pena de aluguel. Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Edições do Senado Federal – vol. 1.2003.

FERREIRA, M. M. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 9-23. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/> Acesso em 01 de junho de 2007.

FARO, J. S. *Realidade, 1966-1968*. Tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: ULBRA/AGE, 1999. Ver também LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas. O Livro-Reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura*. Campinas, UNICAMP, 1993.

GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GAVA, José Estevam. *Momento bossa nova: arte, cultura e representação sob os olhares da revista O Cruzeiro*. Tese de Doutorado em História. Assis, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas. O Livro-Reportagem como Extensão do Jornalismo e da Literatura*. Campinas: UNICAMP, 1993.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG, Denise, QUADRAT, Samantha Viz, FERRERAS, Norberto e BITTENCOURT, Marcelo (orgs.). *Sociedades e regimes autoritários* (título provisório). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, no prelo.

SEVCENCKO, N. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.^a edição, 1995.

SIQUEIRA, C. A Imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p.161-181. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/> Acesso em 01 de junho de 2007.

SODRE, N.W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SUSSEKIND, F. *Cinematografo de Letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

“Glória a Deus, serviço ao Rei, passagem ao mundo”: os sonetistas e as expedições realizadas por Inácio Correia Pamplona

Adriano Toledo Paiva
Mestrando em História na UFMG
Bolsista do CNPq

Introdução:

Milhor obra Senhor vossa prudência
Porque os povos tratais com tais clemências
Que encorruto o respeito
Tanto do vosso nome é o conceito
Que sujeita a vontade
Sem ofensa da própria liberdade
Detestando a fereza
Que estranha lhe faz querer a natureza
Protestam reverentes
Que por vós serão sempre obedientes.¹

Este trabalho tem por objetivo estudar a jornada da comitiva de conquista dos sertões oeste da Capitania Mineira, liderada pelo Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, em 1769. Analisaremos o meticuloso e diário relato destas expedições para compreendermos o cotidiano das incursões colonizadoras que se desdobraram nas plagas sertanejas, na segunda metade do setecentos. Avaliaremos as percepções e vivências dos expedicionários investigando a construção de imagens e descrições de suas diligências, contidas no “Relatório da conquista” e em seus sonetos. Através dos sonetistas e músicos do sertão problematizaremos a produção de representações sobre o espaço conquistado, o

¹ “Notícia diária e individual das marchas[,] e acontecimentos m(i)s condigno(s) da jornada que fez o senhor Mestre de Campo, Regente [,] e Guarda (-)mor Inácio Corre(i) Pamplona, desde que saiu de sua casa[,] e fazenda do Capote às conquistas do Sertão, até se tornar a recolher à mesma sua dita fazenda do Capote etc. etc. etc”. Transcrição de Maria Filgueiras Gonçalves. Introdução de Ana Lúcia Louzada Werneck. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Volume 108, Rio de Janeiro, 1998, p.87-88.

chefe da expedição e da arquitetura de poderes no Império Português. O versejar no sertão evoca aspectos das culturas e sociabilidades setecentista, assim como demonstra interpretações dos sertanejos acerca do “viver em colônias”.

O “*Febo Flamante*” e o seu “*luzido exército contente*”:

O Mestre de Campo ou Coronel era o oficial militar da tropa de linha, responsável pelo governo ordinário do regimento, transmitindo ordens do Capitão-general ou do Mestre de Campo General. Este chefe do oficialato portava da jurisdição civil e criminal de seu terço. Este ofício era o de patente militar de maior posto, abaixo apenas do capitão-general, que governava toda a infantaria, cavalaria e artilharia. As ordens para a oficialidade transmitiam-se do cargo superior para o “mestre de campo general”; que por sua vez as difundia para os mestres de campo, e estes estendiam as determinações aos seus subalternos. Dentre as obrigações militares reservadas ao cargo atribuía-se a função de alocar as milícias e seus indivíduos em alojamentos e de conferir licenças para os vendedores de gêneros comestíveis aos militares. O Coronel empregava como distintivo uma bengala curta e grossa, com engate; portanto, utilizava o bastão como insígnia.²

Inácio Correia Pamplona fora nomeado pelo governador da Capitania Mineira, Luís Diogo Lobo da Silva, para realizar entradas nos sertões oeste da capitania mineira, atribuindo-lhe a organização de uma comitiva com “pessoas idôneas” para se “estabelecerem com ânimo” na zona do Campo Grande, concedendo cartas de sesmarias. Fora nomeado pelo Conde de Valadares para o cargo de mestre de campo, logo, empreendendo e desdobrando os processos expedicionários de conquistas nos sertões do oeste das Minas. O Coronel chefiou várias expedições de 1764 a 1766, por ordem do governo, além de seis outras entradas por conta de sua fazenda de 1766 a 1790.³ Neste

² FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica Campos (coord.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, v.II, p.108.

³ SOUZA, Laura de Mello e. “Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas Minas Gerais, 1769. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. *Idem. Norma e conflito*.

trabalho analisaremos a expedição realizada por Pamplona em 1769.⁴ A dezoito de agosto deste ano, tivera início a expedição do Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona, saída de sua Fazenda do Capote, composta por de 13 cavaleiros, 58 escravos de sua propriedade com armamentos: “espingardas, clavinas, facões, patrona, pólvora, chumbo e bala”. O cortejo de exploração dos sertões contava com 7 escravos e 1 branco que exerciam a função de músicos – munidos com violas, rabecas, trompas, flautas travessas – e 2 pretos dos tambores, com suas caixas cobertas de encerado. Nesta diligência, empregavam-se 52 bestas de carga, arreadas com víveres e bebidas da terra e do reino, além de “uma bem preparada e sortida botica”. Empregava-se o cirurgião para os possíveis danos do corpo e possuíam um capelão, Reverendo Gabriel da Costa Resende, para alimento e cura de almas. A expedição angariava adeptos pelos locais nos quais percorria.

O ritual cotidiano dos expedicionários era marcado pelos toques das caixas de negros no despertar da manhã e quando marchavam, pelos músicos que executavam minuetos no despertar do dia e no horário das refeições, além de tocarem seus instrumentos no momento da Ave Maria e nos cânticos das missas diárias. Nos pousos, povoados e sítios nos quais se montavam acampamentos reuniam-se em refeição as pessoas mais distintas da localidade, dentre estas, eclesiásticos, oficiais militares e fazendeiros. Ao término das refeições oferecia-se por “sobremesa” leitura de obras poéticas seguidas de música, vivas e aplausos da comitiva. Nas atividades diárias, Inácio Correia Pamplona resolvia contendas por terras, recebia petições de sesmarias, interrogava os moradores da localidade sobre os delitos transcorridos na região, procurava juntamente com a expedição sinais de quilombos ou coutos, procuravam ouro, faziam plantações de milho pelos caminhos para o retorno da incursão ao sertão, realizavam a construção de caminhos, pontes para poder estabelecer novas unidades produtivas.

Em um dos textos proclamados para aclamação do chefe da expedição, construiu-se uma obra poética na qual o sertão e campos do Bambuí e do Rio São Francisco dialogavam

Aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 115-117. RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios Brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais Setecentista*. Campinas: FAFICH/UNICAMP, 2003. (Tese de doutoramento), p. 109-120.

⁴ “Notícia diária e individual (...). *Op.cit.*, p.47-103. Sobre as expedições nos sertões oeste da Capitania Mineira, aspectos da trajetória de Inácio Correia Pamplona e análise de documentos integrantes ao relato estudado, Fundo Conde de Valadares, depositado na Biblioteca Nacional em: AMANTINO, Márcia Sueli. *O Mundo das Feras: Os Moradores dos Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

com Pamplona. Neste relato, reclamava-se ao chefe dos entrantes a situação de abandono a que estavam sujeitos estes “filhos de Adão”, que não possuíam assistência nos palácios. Contudo, estes sertanejos com a incursão de Pamplona, deparavam-se com um novo tempo para efetuarem estas correspondências, visto que o “campo silvestre” seria “regido pelo seu novo mestre”. Narrava o poeta que de um estágio de “*desprezo total da gente humana*”, “*experimentando das feras o bramido*”, aportaria nas plagas a justiça com a instalação e atuação do “*filho do sol como regente*”. Em seu discurso, professa a rendição das terras e homens ao poder real, que fora instalado na paragem pelas atribuições concedidas a Pamplona. A poesia conferia ao mestre de Campo importante papel no restauro e promoção da ordem do rei nas terras sem lei, imputando-lhe a capacidade de retirar o sertão da barbaridade, inserindo-o na civilização:

Alvíssimas Bamboí que vem chegando
A fazer um jardim deste Sertão
A tão luzidas tropas comboiando
Um Senhor que a um tempo em sua mão
Dous bastões dourados maneando
Ao mundo em tudo dá lição
Ensinando e Regendo sem segundo
E capaz de reger a todo o mundo.⁵

A construção do relato da expedição, das poesias para o divertimento da comitiva e as homenagens ao seu comandante estruturavam representações e percepções dos sertanejos sobre o seu comandante militar, a monarquia e o espaço conquistado. Como argumenta Roger Chartier, o historiador das sociedades do Antigo Regime ao “construir a noção de representação como instrumento essencial da análise cultural” investe em “uma pertinência operatória em um dos conceitos centrais manipulados nessas próprias sociedades”.⁶ Portanto, as reflexões sobre estas sociedades devem focar a representação que os indivíduos fazem de si mesmo e de quem esperam reconhecimento. Ao avaliarmos as relações sócio-políticas transcorridas nas expedições de Inácio Correia Pamplona, elucidaremos as compreensões e visões de mundo engendradas pelos seus componentes, e observaremos a difusão de comportamentos e hierarquias sociais que norteariam a produção da discricção da conquista e das imagens cotidianas cunhadas pelos seus expedicionários. O conceito de representação para Roger Chartier produz configurações

⁵ “Notícia diária e individual (...)”. *Op.cit.*, p.47-103. p. 55.

⁶ CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A História entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 73-74.

intelectuais múltiplas pelos indivíduos e grupos de uma sociedade, objetivando a construção e interpretação de sua realidade social. Estas maneiras de se representar e interpretar o mundo, norteiam as relações sociais e identidades, ou seja, delineiam estatutos de posição na comunidade e marcam a existência de grupos. Os agentes históricos na sua vida cotidiana refletiam sobre suas atitudes em sociedade, expressões, estruturas e percepções de si, a sua circunscrição a um determinado espaço e as relações que estabelecem com outros indivíduos.⁷

Segundo João Adolfo Hansen, na sociedade portuguesa do século XVIII, as “esferas pública e privada” estavam sobrepostas e os indivíduos obrigados ao pacto de sujeição com o monarca. Na vivência em sociedade, ao cunhar representações no cotidiano e nos relatos destas experiências estruturavam-se engenhosas utilizações de modelos retóricos teológicos e políticos autorizados pelo costume nas representações acionadas. As festividades e sociabilidades configuravam uma relação social mediada por imagens. Os expectadores possuíam uma posição de subordinados, mas ao refletir e introjetar as representações assistidas delineavam sua personalidade, percepções temporais e sentidos.⁸ Nas artes e literatura seiscentista e de parte do setecentos, a produção e a recepção eram retóricas, ou seja, desprovidos de uma individualidade ou subjetividade psicológica. A pintura empregava temas épicos e históricos da poesia e da prosa, portanto, suas imagens devem ser interpretadas como discurso. A poesia desenvolvia tópicos da pintura, reproduzindo e descrevendo cenas e percepções visuais, e sua leitura deve se realizada com o artifício de uma imagem plástica.⁹ Podemos evidenciar que o relato das expedições do Mestre de Campo, especialmente no tocante a análise às suas práticas cotidianas e no exercício de sonetos e poesias, configurava metáforas, alegorias, que exaltavam na figura do militar a imagem de Deus, do rei, da difusão de um modelo de civilização e expansão do cristianismo. O conceito de conquista¹⁰, essencialmente ligado ao medievo, no qual se

⁷ *Ibidem*, pp. 73-75. Ver: *Idem. A História Cultural. Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. DIFEL: Lisboa, s.d.

⁸ HANSEN, João Adolfo. “A categoria representação nas festas coloniais dos séculos XVII e XVIII”. In: KANTOR, Íris & JANCSÓN, István (orgs.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, V. II, p. 736-737.

⁹ *Ibidem*, p744.

¹⁰ As terminologias descobridor e descobertas, no setecentos, representavam a ação de se “descobrir e achar alguma coisa nova”; “descobrimto de alguma coisa oculta”; “o observador dos movimentos”; “diligências para se descobrir algo novo”. O termo conquista expressava o “acrescentar com o poder de armas, terras,

deveria angariar terras e homens através da prática bélica e dissipar “apóstatas da fé e do rei”, fora transferido para a América e propagado nas narrativas elaboradas sobre as conquistas. A professada barbaridade das terras sertanejas e de seus habitantes tornou-se importante tópica para os projetos de colonização e conquista. Fator que evidenciamos em uma poesia ofertada após uma refeição ao chefe da expedição:

A indústria da vossa deligência (.)
No universo lucrais tal preminencia
Quando intentais (h)ufano
Dilatar o domínio Americano
Que a mesma Majestade
Para a glória de Vossa Heroicidade
A mais terras o cetro já promuta
Por vós o Empério aumenta sem disputa,
Entrépido buscais a terra inculta
A gentes solidão a mais oculta
Guiando do distino [que encômio vos prepara]
Que encômio vos prepara peregrino.(...) ¹¹

Os versos prosseguem exaltando as conquistas empreendidas “*sem ofensas a nenhuma vida*”, calcada “*por espada livre imune a crueldade*”, investidas sem derramamento de “*sangue inocente*”, na qual protestavam os sertanejos constante obediência. A comoração do redator anônimo da vida cotidiana dos expedicionários, bem como, os sonetistas exaltam o caráter intrépido, benévolo e liberal do Mestre de campo. Dentre as diligências elaboradas pelo cortejo, a que obtivera maior importância para seus membros fora a construção de uma ponte nas margens do Rio São Francisco. Neste empreendimento caíra um negro da ponte tendo sua perna atravessada por uma madeira até o osso, sendo arremessado na beirada do rio; fora o acidentado acudido pelo cirurgião da companhia. O mestre de obras também se acidentou caindo da ponte e recebendo duas pancadas e imergindo no rio, sendo socorrido por Pamplona e pelo Reverendo capelão. O acidentado estava “*amortecido*”, quase morto, e fora salvo por aspersão de “*águas espirituosas*” em sua frente. No relato imputa-se a salvação dos acidentados pelas virtudes do chefe da comitiva, que fizera promessas para Nossa Senhora da Conceição e a São Francisco de Sales, inclusive por trabalhar na construção de uma capela. Na inauguração da obra, narrou-se a felicidade das populações por “*passar a pé enxuto em rio tão caudaloso*”. Ordenou-se a realização de uma procissão solene em ação de graças pelo término da

províncias e reinos ao seu domínio”; referia-se a terras, reinos e províncias conquistadas. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra, 1712. V.II, p.107 e V.I. p.471.

¹¹ “Notícia diária e individual (...)”. *Op.cit*, p.47-103. p. 87.

construção. Um tuba de “toda a qualidade de gente”, ordenadamente disposta, atravessava o rio cantando o “*Te Deum Laudamos*” até a capela de São Francisco, levantando-se nela um altar no qual se depositou as imagens dos santos; ao cantar ladainhas concluiu-se o “*ato*”, voltando os homens para as suas estalagens, cantando “*orações devotíssimas*” à Maria Virgem.¹²

No romper da manhã do dia seguinte, após a alvorada, organizou-se uma procissão pela ponte em forma militar, marchando em duas fileiras paralelas. Na vanguarda da caminhada estava o Mestre de Campo e o Reverendo Capelão. Os expedicionários caminhavam ao som da marcha de tambores, trompas e flautas; “*e com esta deciplinada união foram encaminhados os passos por cima da ponte*”, até a capela de São Francisco, na qual ouviriam o sacrifício da missa. Ao concluir as orações novamente procedeu-se a marcha uniforme sobre a ponte e recolhendo-se ao alojamento. Neste dia, almoçaram no acampamento 65 homens brancos. Após esta solenidade, ofereceu-se três sonetos ao Mestre de campo, dois narrando a construção da ponte sobre o rio e um peticionando o perdão pelos erros cometidos pelos que trabalhavam na construção.

Vós ó altivo Herói que o engenhoso,
nessa fabrica altiva bem mostrais(,)
Pois o primeiro sois que editais
Ua ponte em Rio tão caudeloso.

Sois um Xerxes sublime [,] e poderoso
Que chegais a irigir quando intentais(;)
Nesta obra ao Rei Francês avantejais
E a todos excedeis no seu colosso.

Nesta afluência exemplar e peregrina
Documentos ademenistra sem segundo,
Este febo, que os mais ilumina.

Quem deixará de lhe dar louvor profundo
Se deste ápice fatal se origina
Glória a Deus, serviço ao Rei, passage ao mundo.¹³

Atribuía-se à efígie do chefe da comitiva e às suas investidas militares analogias vinculadas a claridade emanada pelo luzir de uma chama ardente; tal qual o sol que no “*celeste globo era dominante*”. Designado como “*febo flamante*” os sertanejos pediam ao seu líder que não desprezasse os indultos que lhe dedicavam, sob a forma de poesias, e imploravam a absolvição pelos erros cometidos na jornada. No almoço de 04 de novembro,

¹² *Ibidem*, p. 60-62.

¹³ *Ibidem*, p. 63.

publicou em voz alta, Francisco Camacho, homem casado morador na picada de Goiás, versos considerados pelo anônimo redator como “*jucoso*”¹⁴.

Senhor Conde de Valadares,
estrela mui ecelente,
vós nos destes por Regente,
Ilustre por geração.

Escolhido entre tantos,
Inácio Correia Pamplona
por nosso mestre de campo,

Ó espada de Roldão,
toque(-)se trompas,
cantem Anjos,
entre povo para este Sertão

Tudo feito nesta maneira
pólvora, chumbo [,] e patrona,
espingardas à bandoleira,
entrando duas bandeiras

Procurando Negros [,] e ouro,
Deus nos depare um tesouro
para garrochiar neste touro

A Deus pedimos paciência
Logo hoje neste dia
para que vivamos todos,
Sua Excelência e Vossa senhoria {,} (.)¹⁵

Estas trovas foram o motivo para o divertimento, zombarias e gracejos antes do início das atividades daquele dia; relatou-se que os homens montaram seus cavalos “*com muita galhofa*”. Laura de Mello e Souza, ao analisar o relato da investida nos sertões oeste das Minas em 1769, evidenciou que as músicas, missas e preces disciplinavam homens rudes em uma “expedição de caça a quilombos”. Para a historiadora torna-se muito instigante que as investidas contra homens considerados facinorosos, quilombolas, portassem uma orquestra itinerante e o hábito de realizar versos; ressaltou que lhe parecia inusitado o gosto por metáforas e estrofes em meio à ânsia por terras e ouro. Caracterizou os intrépidos trovadores como “*poetas da roça*”, que ofereciam por sobremesa “*versos pobres, malfeitos, destituídos de maiores preocupações estéticas e acusadores de um gosto duvidoso*”. A pesquisadora constatou que os poemas anônimos denotam a baixa instrução de seus idealizadores pela “*forma estropiada das composições*”. Souza atribui aos versos de

¹⁴ “Jucundidade”: alegria, gosto e prazer, “jucundo”; aprazível, alegre. BLUTEAU, Rafael. Op.cit., v.II, p. 213.

¹⁵ “Notícia diária e individual (...)”. Op.cit, p.47-103. p. 76-77.

Manuel Bernardes de Cristo, autor das rimas que celebravam a construção da ponte citados neste artigo, como “*sonetos tosquíssimos, pródigos mais uma vez na utilização das imagens civilizadoras*”. Atribuiu a Camacho não a alcunha de um poeta, mas considerava que este era “*antes um repentista à moda do Nordeste do que um poeta afeito a norma culta*”. Considera as produções dos eclesiásticos presentes na expedição e do vigário de Senhora Santa Ana como metricamente corretas e “*insípidas*”; e refere-se ao “*padre coadjutor do mesmo lugar, que a Pamplona ofereceu um bestialógico laudatório exaltando sua contribuição ao incremento do domínio português na América*”, texto que citamos anteriormente neste trabalho. Segundo Souza, o confronto entre as poesias clericais pedantes e os poemas ingênuos de Camacho revela a existência de duas tradições distintas da poesia que denominou como “*da roça*”.¹⁶

Conforme Laura de Mello e Souza, o confronto entre os “*poemas pedantes*” dos padres e os “*versinhos ingênuos*” de Camacho revelam a existência de que pelo menos duas tradições distintas de poesia “*de roça*” foram praticadas e usufruídas durante a expedição de Pamplona contra quilombos: uma culta, que emprega a norma erudita, e outra de tradição popular, calcada na oralidade. Observa que os fazendeiros da fronteira “*invocavam a espada de Roldão em repentes encomiásticos, mas espontâneos*”. Refere-se a um arranjo cultural complexo e contrastante que representava o cotidiano dos expedicionários, no qual se estabeleceu uma trama tecida por “*tradições díspares*”. Souza semeia a seguinte indagação a qual nos propomos a refletir: “*Mas que significado podem ter o desleixo ou a imperfeição diante da evidencia extraordinária desse bem partilhado apreço pelas letras, abarcando indivíduos em toda a amplitudes da escala social?*”¹⁷

Descortina-se sobre o nosso olhar, através da produção de versos na expedição de Pamplona, confrontos, acomodações e adaptações de corolários de interpretações e imagens políticas e teológicas que permeavam o universo colonial dos homens da fronteira estudada. Independentemente de um julgamento acerca da qualidade métrica, da riqueza das rimas e da versificação evidenciamos que foram compartilhados na produção dos versos e da narrativa expedicionária determinados códigos de expressão simbólica para a estruturação de determinadas representações sociais; que por sua vez, reproduziam valores hierárquicos

¹⁶ SOUZA, Laura de Mello e. *Op.cit.*, 1999, p. 121-124.

¹⁷ *Ibidem*, p.122, 124.

e acionavam aspectos presentes nos “livros de emblemas”. Observamos que os expedicionários acionavam códigos de representação típicos do Antigo regime. Neste sentido, não podemos analisar estas produções poéticas sobre o crivo de um rigor estilístico, mas evidenciar o imbricamento, comunicações e interfaces entre a cultura considerada erudita e a popular, pois, através da leitura dos poemas sertanejos, evidenciamos a existência de esquemas de representação compartilhados pelos componentes das marchas. Independentemente de julgarmos somente pela forma o versejar dos sertões, emerge na leitura deste, a necessidade de se interpretar a estruturação dos enunciados dos discursos que regem as ações e condutas sociais de seus compositores e receptores.

Conforme argumenta Hansen, a paixão empregada em personagens, no Antigo regime, nunca é expressiva ou psicológica, mas puramente retórica, imitando e estabelecendo relações com imagens, discursos empregados na pintura e poesia. A representação utilizava-se de imagens que substituíam as coisas e seu uso, concepção neoescolástica de linguagem, relatando aspectos da essência espiritual da alma do participante e da substância metafísica de Deus.¹⁸ Consoante às observações operadas por Hansen, observamos que o relato estudado descreve os cortejos, estruturas simbólicas do cotidiano, especialmente as festividades, como uma alegorização espacial-temporal. O desfile de seus participantes é descrito sob a forma perspectivada. A disposição do espaço e tempo era simultaneamente sintática, semântica e hierárquica, na medida que seus recortes e partes redistribuíam e reinterpretavam os valores de uma hierarquia, portanto, calcando-se em uma representação que “*tinha codificação simultaneamente retórica e teológica-política*”.¹⁹ Evidenciamos que na elaboração dos discursos poéticos e do relatório anônimo das conquistas conjugam-se signos hierárquicos e hierarquizadores que ordenam o discurso e objetivam dissipar estes aspectos na sociedade, teatralizando a sua estrutura e evocando os princípios básicos para seu ordenamento.

Podemos evidenciar que as elaborações dos textos poéticos e do narrativo das investidas nos sertões – sejam os elaborados por anônimos, fazendeiros ou clericais – acionavam metáforas vinculadas ao “pacto de sujeição política”, além de resgatarem

¹⁸ HANSEN, João Adolfo. *Op.cit.*, p.749.

¹⁹ *Ibidem*, p.748-749.

valores como a nobreza, valentia, prudência, esperança e elementos concernentes ao espírito cristão. Representava-se uma realidade ausente ao contexto colonial; porque não possuía o morador do Novo Mundo a presença régia, papal e divina. As poesias, dos que foram imputados por “*poetas da roça*”, comungavam de estilos que revelavam a constante luta contra a gentildade e uma unidade metafísica e teológica com as preceptivas providencialistas do reino de Portugal.²⁰ Nos momentos de sociabilidade da expedição – tais como as procissões religiosas e marchas militares, os banquetes entre dos brancos e as refeições dos outros indivíduos, as celebrações eucarísticas, de terços, Ave Marias, as audições de canções e versos – acionavam-se representações que difundiam valores, comportamentos e hierarquias sociais, assim como revelavam os objetivos dos empreendimentos de entrada nos sertões.

Considerações finais:

A configuração de uma exposição acerca das incursões nos sertões e das laudas rimadas que homenageavam o homem que empunhava o bastão, Pamplona, devem ser analisadas como um importante artifício cunhado para promover a imagem do referido líder, representando um testemunho dos serviços prestados à Coroa. Segundo Laura de Mello e Souza, o mestre de campo era um deslumbrado, obcecado para conseguir uma autopromoção. Logo, associamos a construção destas narrações às futuras petições de mercês realizadas por Pamplona, que empregará a narrativa da expedição para comprovar suas diligências e fundamentar sua imagem de conquistador. Observamos que, conforme as interpretações efetuadas por Hansen, o versejar sertanejo representa em cenas tópicas a concepção corporativista do Estado Lusitano, apresentada enquanto um corpo místico, no qual as vontades são subordinadas ao rei, através do “pacto de sujeição”; portanto, conferindo às posições sociais e instituições não apenas caráter legal, mas legítimo.²¹ A representação no Antigo Regime era regida pela prescrição aristotélica, na qual se incorporavam e imitavam padrões anônimos e coletivos. Ponderamos que não devemos julgar a qualidade e a precisão técnica empregada pelos sonetistas sertanejos de 1769 para a

²⁰ *Ibidem*, p. 740-741.

²¹ *Ibidem*, p. 742-743.

elaboração das poesias; devemos observar que estas comungavam com os preceitos e idéias operadas no corolário de experiências políticas e sociais destes homens. Metáforas, rimas e personagens bíblicos e da antiguidade foram acionados pelos diligentes a fim de se construir uma representação acerca de sua realidade e cotidiano, além de difundi-la para os que as ouviam, liam e sentiam. Nas investidas militares desenroladas nos sertões oeste das Minas, a representação comumente cunhada e acionada fora a que exaltava o pacto realizado entre os colonos e o rei e o caráter providencialista da colonização; submetendo terras ermas e homens igualmente bárbaros ao seu domínio, difundindo a expressão “*Glória a Deus, serviço ao Rei, passagem ao mundo*”.

**ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA:
HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA E MODERNIDADE.**

QUERELAS POLÍTICAS: UMA OUTRA HISTÓRIA NO CASO MANOEL CONGO

ALAN DE CARVALHO SOUZA
Discente do Curso de História da USS
MAGNO FONSECA BORGES
Docente do Curso de História da USS

Entre muitos dos méritos que tem a obra *História de Quilombolas*, do professor Flavio dos Santos Gomes, arrolamos a forma como dimanou estudo ao movimento de revolta dos escravizados da região de Vassouras, em 1838. Seu trabalho desvelou a capacidade político-organizativa dos africanos e crioulos, ampliando o entendimento das várias formas de resistência escrava. Sua instigante forma de coletar e analisar as diversas informações, perceber nelas uma teia de significados e convidar o leitor a compreender essas redes, mas que informativa, torna o trabalho provocativo e desperta novas questões.

Em nosso caso, algumas questões em particular se tornaram manifestas: A história de querelas políticas entre as famílias Xavier e Werneck (que já se arrastavam por aproximadamente vinte anos e tiveram interferência direta na história política da região), influenciou na forma como foi tratado o caso de fuga coletiva, suas repercussões e o desfecho dos processos de insurreição e homicídio que levaram Manoel Congo a morte? Por que o escravo Epifânio Moçambique, que pertencia a Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, acusado de coordenar a fuga por conhecer os caminhos, não foi indiciado e desaparece do processo?

Para a compreensão das questões propostas, apoiaremos nossas análises nos dados coletados através dos livros de Atas da Câmara, Livros Paroquiais das Freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes e de Vassouras. Também procederemos a investigações em documentação jurídica de caráter civil (como inventários), criminais

(como o processo de insurreição de 1838, o processo de homicídio que condenou Manoel Congo a forca e o caso de ofensas físicas movido contra o Cativo Adrião).

Vassouras passou por intensas transformações entre os anos de 1821 e 1840, que alteraram a densidade demográfica da região e a inseriu no rol daquelas áreas responsáveis pela produção de gênero destinado ao mercado externo. Tratava-se da implantação e ampliação da cultura cafeeira, que alterou a lógica produtiva e a relação de poder político e rede de influência na região.

É neste contexto que se desenvolveu e alargou as disputas entre os Werneck e os Xavier, que desempenharam papéis relevantes no caso da fuga coletiva que ocorreu na região em 1838.

Para PINAUD (1987,P.13 E 14),”no episódio de 1838, podia haver conflitos entre senhores locais, que acabaram por influir no desdobramento da repressão e julgamento. As autoridades e os fazendeiros da região, acusando o capitão-mor de “má” administração” de suas propriedades, deram o tom das investigações e do julgamento”.

Anterior a este, as duas famílias foram protagonistas de várias disputas políticas que inibiram o desenvolvimento administrativo da Vila de Paty do Alferes e que foi um dos motivadores da transferência da Vila para o Povoado de Vassouras, “*após o fracionamento da então vila de Pati do Alferes. À época, uma engenhosa manobra política dos grandes da região, liderados por Francisco José Teixeira Leite (futuro barão de Vassouras) que, intercedendo com habilidade junto à regência Permanente, não só conseguiria o decreto favorável à criação da vila, como também faria com que Pati do Alferes, além de ser rebaixada, passasse a fazer parte de seu termo na condição de*

*freguesia*¹”. Em paralelo a estas disputas, o adensamento de cativos na região e a modificação da estratégia, e do gênero produtivo tiveram interferência direta na vida destas duas famílias que eram, entre algumas outras as mais antigas e influentes da região.

Entre os Xavier, se destacou o Manoel Francisco Xavier, que além de conseguir retirar dos projetos da Coroa a construção da Vila de suas terras, ainda se tornou Capitão-mor. Proprietário das Fazendas da Freguesia e Maravilha, de onde partiram a maioria dos cativos envolvidos na fuga (porem não todos), e senhor de 100% dos cativos indiciados no processo de insurreição de 1838, e de 80% dos escravos citados no mesmo processo, “*O proprietário se tornou réu na voz da opinião pública. Um julgamento evidentemente simbólico, marcado por ritual de críticas e censuras. Como pena teve a condenação de somente seus escravos*²”.

Entre os Werneck, encontramos João Pinheiro de Souza Werneck, Juiz de Paz da Freguesia e que após ser informado da fuga, oficiou a outro Werneck, o então coronel-chefe da Guarda Nacional, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Sob o comando destes dois foi reunido um enorme contingente militar, quase duzentos homens fortemente armados. Em sua estratégia Militar, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, divide estas forças militares em quatro divisões distintas, cada qual com um comando, e estas quatro divisões foram subordinadas ao tenente-coronel Manoel Gomes Ribeiro de Avelar, irmão de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, sendo este segundo, o proprietário dos quase 80 cativos que seguiram para a mata para se juntarem aos escravos de Manoel Francisco Xavier na fuga. O irmão do tenente-coronel também era o senhor possuidor do escravo Epifânio Moçambique, citado no processo como um dos *cabeças* do levante.

No novo quadro social e político que estava sendo desenhado na região, os Werneck e os Ribeiros de Avellar mantinham importantes laços de compromissos comuns e afinidades próprias, que uniam as famílias através de relações políticas, comerciais, de compadrio e casamento. Neste quadro, analisamos, ainda hipoteticamente, que parte da trama da estratégia organizacional dos cativos da região, suas redes de contato, seus

¹ GOMES, F. S. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, Pág 200

² GOMES, F. S. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, Pág 200

vínculos de solidariedade e sociabilidade foram ocultados, tanto pelos cativos envolvidos, como pelos membros da elite local, que assim, tiveram a oportunidade de por um lado, julgar e condenar, junto com Manoel Congo e o evento de resistência cativa, o próprio Manoel Francisco Xavier num dos últimos capítulos de suas querela políticas com os Werneck, e por outro lado, ao reduzir o arco político social organizacional dos cativos, tiveram a oportunidade de reforçar os vínculos entre Werneck e Ribeiro de Avellar.

Referências Bibliográficas:

BORGES, M. F. *Protagonismo e Sociabilidade escrava na Implantação e Ampliação da Cultura Cafeeira em Vassouras, 1821-1850*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da USS. 2005.

GOMES, F. S. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

STEIN, S. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1990*, 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

PINAUD, João Luiz Duboc et al. *Insurreição negra e justiça*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; OAB, 1987.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A produção historiográfica relativa à Igreja Católica: uma análise de suas
principais obras e autores**

Alejandra Luisa Magalhães Estevez / PPGHIS/UFRJ
ally_estevez@yahoo.com.br

A pesquisa tem por objetivo realizar uma discussão acerca da historiografia relativa à Igreja Católica no Brasil. Esta instituição ocupa papel central na vida política e social do país desde sua colonização e ao longo do século XX ela vem efetuando um esforço de modernização para adaptação aos novos tempos, visando a recristianização da sociedade. Devido a isso, a partir da década de 1970 alguns autores passaram a se interessar pelo tema, mas se tratava em sua maioria de autores que estavam ligados de alguma maneira à instituição, construindo assim uma historiografia endógena. Uma década depois pesquisas científicas, realizadas no interior das universidades começaram a ganhar um pouco mais de destaque, porém as temáticas elegidas concentravam-se quase sempre na chamada esquerda católica. Apenas a partir da década de 1990 é que o interesse pela Igreja chegou até os programas de pós-graduação. No entanto, um longo caminho ainda precisa ser percorrido. Analisaremos aqui os principais trabalhos desenvolvidos sob essa temática e sua trajetória ao longo da segunda metade do século XX.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA VIANNA:
PARADIGMAS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO NO BRASIL**

Alex Alvarez Silva *

O trabalho aqui apresentado tem por objetivo levantar possibilidades de pesquisa sobre a produção historiográfica de Manoel José Bomfim (1868-1932) e de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), partindo da reflexão ainda em desenvolvimento na pesquisa “Oliveira Vianna e Manoel Bomfim: paradigmas do conhecimento histórico no Brasil”. Gostaríamos de demonstrar como, a partir desses dois autores, é possível investigar as características do conhecimento histórico brasileiro nas primeiras décadas do século XX, época em que suas obras foram elaboradas e produzidas, inserindo-se em um contexto intelectual e social mais amplo.

Diferentes autores procuraram caracterizar a produção histórico-sociológica brasileira no período que se estende do final do século XIX até aproximadamente a década de 1930, destacando os traços que permitiriam a identificação de um paradigma do pensamento social brasileiro dessa época. Vários intelectuais, nesse período, procuraram analisar, a partir de uma postura “científica” – em contraste com a literatura romântica e uma história vista então como puramente factual – a sociedade brasileira e sua formação histórica. Como referência teórica, apropriavam-se de teses, conceitos e categorias da sociologia europeia para repensarem o Brasil. Produziu-se então no Brasil uma historiografia e sociologia marcadas pelo evolucionismo e pelo determinismo racial e geográfico. A partir de teses evolucionistas sobre o desenvolvimento das diferentes sociedades humanas, e das categorias “raça” e “meio”, os intelectuais brasileiros do início do século XX reinterpretaram a história brasileira, procurando identificar as características essenciais de nossa sociedade e as condições necessárias, ou as impossibilidades, para o estabelecimento de uma “civilização” evoluída no Brasil. O espaço temporal dessa produção intelectual é normalmente delimitado pela publicação e influência das obras de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha até as publicações de *Casa-grande & Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado

* Licenciado e Bacharel em História pela FAFICH/UFMG, atualmente mestrando em História pela mesma instituição, com financiamento da CAPES.

Jr., respectivamente. O impacto dessas últimas obras é reconhecido como responsável pela substituição das categorias “raça” e “meio” pelas de “cultura” e “classe”, reorientando também a metodologia das ciências sociais no Brasil e introduzindo novas e importantes influências teóricas. Além disso, as décadas de 1930/1940 marcam, no Brasil, a institucionalização dos cursos de história, sociologia e filosofia, dando início a uma formação diferenciada dos intelectuais brasileiros.¹

Manoel Bomfim e Oliveira Vianna se posicionaram de maneira contrastante com relação a esse paradigma teórico. Manoel Bomfim é reconhecido como um crítico radical das teorias sociais de sua época, denunciando a pretensa cientificidade dos determinismos raciais e geográficos, e procurando reinterpretar a história brasileira a partir de outras categorias. Enquanto outros intelectuais brasileiros viam na população mestiça do Brasil a origem do “atraso” deste com relação à Europa, Bomfim identificava nas elites luso-brasileiras a origem dos “males” do país, e via na população a única possibilidade para o estabelecimento no Brasil de um legítimo projeto nacional. Suas teses foram rejeitadas e posteriormente esquecidas pela intelectualidade brasileira. Oliveira Vianna, por outro lado, reafirmou muitas das teses que Bomfim combatia, adaptando-as juridicamente para sua aplicação política na sociedade. Sua descrença na capacidade de organização política da população o levou a sistematizar um modelo social autoritário para o Brasil. Suas teses gozaram de prestígio intelectual e político, e Vianna pôde aplicá-las parcialmente como consultor jurídico do Estado Novo.

Manoel José Bomfim (1868-1932) nasceu em Aracaju, em Sergipe. Estudou medicina na Bahia e doutorou-se no Rio de Janeiro. Dedicou-se à atividade docente, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, diretor de Instrução Pública do Distrito Federal e deputado federal por Sergipe. Viajou para a Europa a fim de estudar psicologia e pedagogia e em Paris redigiu seu primeiro livro, *A América Latina: males de origem*, publicado em 1905. A obra teve uma recepção polêmica na época, e estimulou Sílvio Romero a redigir um livro homônimo, publicado no ano seguinte, dedicado a rechaçar as teses contidas no livro de Bomfim. Nos anos seguintes, Bomfim direcionou sua produção intelectual para as áreas de psicologia e pedagogia. No final de sua vida retomou sua análise da formação histórica da

¹ Há diferentes definições, ainda que em muitos pontos coincidentes, sobre a produção histórico-sociológica desse período. Cf. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense: 1986; IANNI, Octavio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, e *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004; COSTA E SILVA, Alberto da. “Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil”. In MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

sociedade brasileira, redigindo sua “trilogia” *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Após essa “trilogia” ainda produziu, hospitalizado, *Educação e cultura do povo brasileiro*, publicado postumamente. Quando morreu em 1932 havia produzido, além dessas e outras obras, artigos para jornais e revistas, e também livros didáticos para escolas primárias. Vários autores consideram que a obra de Bomfim foi “esquecida” ou “silenciada” pela intelectualidade brasileira, não tendo sido republicada nem discutida nos anos seguintes ao de sua morte. Apenas Carlos Maul, em 1935, teria feito um esforço de recuperar o pensamento de Bomfim organizando a coletânea *O Brasil*, livro em volume único publicado na Coleção Brasileira, contendo excertos da “trilogia” de Manoel Bomfim sobre o Brasil.

Ao “silêncio” sobre Manoel Bomfim foram dadas mais de uma interpretação. Para Dante Moreira Leite, Bomfim teria sido esquecido pela inovação de seu pensamento que, segundo o autor, estaria muito “adiantado com relação aos intelectuais do seu tempo”, com uma perspectiva teórica “para a qual esses intelectuais não estavam preparados”. Bomfim teria sido socialista quando a intelectualidade brasileira admirava o regime de Mussolini na Itália. Era otimista quanto ao “caráter nacional” do Brasil e de sua população, em uma época em que os intelectuais temiam a influência dos mestiços brasileiros sobre o futuro do país. E, além disso, desacreditava e criticava abertamente a teoria da desigualdade inata das raças, denunciando sua acientificidade, no momento em que esta mesma teoria era o centro e a base do pensamento social no Brasil. Até em suas propostas políticas Bomfim estaria “a frente de seu tempo”, ao defender a educação popular massiva como caminho para superação das desigualdades sociais brasileiras.²

A idéia de que Manoel Bomfim estivesse “a frente de seu tempo”, ou que fosse “avançado” demais em sua época para ter suas idéias compreendidas por seus contemporâneos nos parece dizer mais sobre o modo como Bomfim foi relido posteriormente do que sobre o processo que teria relegado seu pensamento à margem da intelectualidade brasileira. Para Aluizio Alves Filho, mais do que “esquecido”, Bomfim foi “silenciado” pelo “incômodo” causado pelo seu discurso. A obra de Bomfim teria sido alvo de um processo ideológico que procurava resgatar teses autoritárias de intelectuais da Primeira República (como Alberto Torres e Oliveira Vianna), ao mesmo tempo em que propunha a relativização ou até mesmo o esquecimento do posicionamento racista dessa mesma intelectualidade. Já o

² LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 3ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

discurso de Bomfim criticava teoricamente o racismo científico na época em que este se encontrava em seu auge no Brasil. Assim, seria um “incômodo” para aqueles que alegam ser o racismo científico uma característica do pensamento brasileiro do início do século XX, passível de ser ignorado para a consideração de outras teses dos mesmos autores. O pensamento de Bomfim só pôde ser aceito, portanto, como “avançado” ou “a frente de seu tempo” – e não como uma posição crítica distinta, ainda que elaborada no mesmo contexto intelectual.³

Como Alves Filho, Flora Sussekind e Roberto Ventura consideram Manoel Bomfim como um intelectual “dentro de seu tempo”. Inserido no mesmo contexto intelectual de outros autores brasileiros da mesma época, Bomfim teria sido capaz de desenvolver um pensamento teórico próprio que se constituiu como um *contra-discurso* ao discurso sociológico cientificista e racista predominante nos intelectuais brasileiros. Os autores chamam a atenção, contudo, para o fato de Bomfim não ter sido capaz de romper completamente com o modelo de sociologia da época, marcada pela influência de conceitos e termos da biologia nas reflexões sociológicas. Ao se utilizar do mesmo instrumental teórico de seus contemporâneos, a obra de Bomfim seria então plenamente compreensível para outros intelectuais. Também não foi, com certeza, ignorada por estes, dado a extensa crítica de Sílvio Romero, autor de extremo prestígio na época. Sussekind e Ventura preferem, portanto, compreender o processo de “esquecimento” de Manoel Bomfim a partir das características de seu contra-discurso e das críticas por ele recebidas. Para eles, Bomfim foi desconsiderado por outros autores exatamente pela ambigüidade de seu contra-discurso ter sido elaborado em oposição aos critérios da sociologia da época, porém sem efetuar um rompimento completo com os mesmos critérios.⁴

Wilson Martins, por sua vez, chama a atenção para a inserção da posição política do pensamento de Bomfim no espectro político do final da Primeira República. Em suas obras finais, Bomfim radicalizou seu discurso, defendendo a via revolucionária como projeto político para a emancipação da nação e de seu povo. Por outro lado, se opunha à revolução comunista no Brasil e às revoltas tenentistas da década de 1920, vendo na revolução mexicana de 1910-17 um modelo a ser pensado para uma futura revolução brasileira. Bomfim considerava a conjuntura política brasileira despreparada para a revolução que desejava, projetando esta para um futuro distante e incerto. O não posicionamento de Bomfim diante

³ ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

⁴ SUSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e Dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

das tensões políticas de sua época poderia então indicar algo a respeito de seu “esquecimento”.⁵

José Carlos Reis destaca na obra de Bomfim sua revisão da história e historiografia brasileiras, elaborando uma reinterpretação histórica do Brasil “a contrapelo”, se opondo à historiografia “oficial” elitista e conservadora que enaltece a ação do Estado luso-brasileiro do século XIX. Sua obra merece ser lida por ser a favor do Brasil e de sua população, e contrária à exploração desta pelas elites apoiadas pelo Estado brasileiro. Bomfim teria antecipado teses que depois repercutiriam em autores mais notórios, como a inserção do Brasil no contexto latino-americano e o problema da destruição ambiental e exploração racional dos recursos naturais. Reis lembra ainda que Bomfim não foi o único autor esquecido de sua época, mas “mais um representante de um discurso que se quis silenciar”, como Capistrano de Abreu. Seu “esquecimento” poderia ter como causas, também, a pouca objetividade de seu discurso, que dificultaria a apreensão de sua obra, e a sua não-apropriação por atores políticos de seu tempo, já que seu discurso não oferece uma ação política prática para a revolução que considerava necessária. Reis levanta ainda uma importante questão que aqui nos interessa: até que ponto a obra de Manoel Bomfim é contrária ao pensamento social de sua época? Em sua formulação da “essência” da nacionalidade brasileira popular a ser resgatada, ele também se preocupou em caracterizar racialmente a população brasileira, e excluiu o negro dessa caracterização. Além disso, sua visão ontológica da nacionalidade, acompanhada de um discurso revolucionário radical, não poderia levar a projetos político-sociais autoritários? Ele também não seria “decepcionantemente racista e autoritário” como outros de seu tempo? Para responder a essas e outras questões sobre a obra de Bomfim, Reis considera necessário confrontar seus textos com os dos autores conservadores.⁶

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) nasceu em Saquarema, no Rio de Janeiro. Formou-se como bacharel em Direito em 1905, tornando-se professor em 1916. Foi autor de uma vasta obra sociológica e, após 1930, formulou para o governo Vargas programas de revisão constitucional e o arcabouço da legislação trabalhista e sindical. Seu prestígio como sociólogo se iniciou com a publicação do primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* em 1920. Em 1932 foi nomeado consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde se tornou o principal formulador da política sindical e social do governo até 1940, quando saiu do Ministério e foi para o Tribunal de Contas, voltando

⁵ MARTINS, Wilson. “Profeta da Quinta Revolução”. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: 1986, Topbooks, 1996.

⁶ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

novamente sua atenção aos trabalhos sociológicos. Foi sócio do IHGB e também membro da Academia Brasileira de Letras. Quando faleceu em 1951, Oliveira Vianna já estava marcado na intelectualidade brasileira pela sua participação no governo Vargas e pelo seu apoio à ditadura de 1937. Pretendia, como jurista e sociólogo, elaborar um modelo de organização social a partir da realidade brasileira, evitando propor a aplicação de modelos sociais “importados” da Europa e distantes das necessidades e particularidades do Brasil.

Pela associação teórica e política de Oliveira Vianna com o autoritarismo e pela forte presença de teorias racistas em seus livros, alguns de seus críticos rejeitaram inteiramente sua obra. Dante Moreira Leite e José Honório Rodrigues foram possivelmente seus críticos mais radicais. Para eles, o sucesso da obra de Vianna só pode ser explicado pela sua filiação política às elites brasileiras. Suas teorias seriam contraditórias e infundadas, metodologicamente mal formuladas, e sem base documental de comprovação, inspiradas nos piores e mais ultrapassados sociólogos franceses. Na opinião desses autores as conclusões de Vianna a respeito da sociedade brasileira seriam completamente fantasiosas, elaboradas unicamente a partir de seus valores elitistas, conservadores, autoritários e racistas. Suas proposições políticas serviriam apenas para fundamentar regimes como os de 1937 e 1964 e sua obra, portanto, prestaria à análise crítica somente para se comprovar o absurdo e incoerência de suas teses, devendo no mais ser abandonada por completo.⁷

José Murilo de Carvalho, por sua vez, pretendeu visitar Vianna no “inferno” ao qual fora atirado, ressaltando a importância da repercussão de suas teses entre as principais obras de sociologia política do Brasil. Apesar de reconhecer a procedência das críticas mais radicais feitas à obra de Vianna, ameniza-as ao situar o autor no momento político e intelectual de seu tempo. Carvalho o situa em uma tradição intelectual brasileira iniciada pelo Visconde de Uruguai (Paulino José Soares de Souza) e continuada por Sílvio Romero e Alberto Torres, além de identificar uma inspiração católica em seu pensamento. Vianna, enfim, teria se inspirado no “iberismo”, negando os valores capitalistas liberais em favor de um modelo social baseado no interesse coletivo e organizado em uma hierarquia corporativista e patriarcal. Dessa influência teria vindo seu elogio ao mundo rural patriarcal brasileiro e sua defesa de um Estado autoritário, mas preocupado em assegurar os direitos civis e sociais da

⁷ LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1983; RODRIGUES, José Honório. *A Metafísica do Latifúndio: O Ultra-reacionário Oliveira Vianna*. História da História do Brasil. Vol. II. T. 2. São Paulo: Nacional/INL, 1988.

população, o que seria mais importante, para Vianna, do que a manutenção de direitos políticos liberais.⁸

Como Carvalho, Eli Diniz Cerqueira e Maria R. Soares de Lima ressaltaram do pensamento de Oliveira Vianna seu projeto político para o Brasil. Vianna defendia a tese de que a população brasileira, dada a formação histórica de sua sociedade, era incapaz de auto-organização política, e por isso ele se opunha ao liberalismo político no Brasil. Caberia a um Estado central de forte autoridade a organização da nação em um modelo corporativista, obrigando as “classes produtivas” a se organizarem de maneira que “aprendessem” a defender seus interesses comuns. Apenas um diálogo vertical direto entre o Estado e as organizações de classe – eliminando o parlamento legislativo, que para Vianna não era representativo das necessidades sociais do Brasil – poderia estabelecer como prioritários os direitos civis e sociais da população, ainda que esta estivesse privada de exercer a liberdade política.⁹ A influência desse projeto político no Estado Novo, entretanto, foi reavaliada por Angela de Castro Gomes, que ressaltou a atuação de Oliveira Vianna como consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1932 e 1940. Gomes relativiza o caráter considerado “fascista” do modelo jurídico de Vianna, destacando a influência teórica da chamada “nova escola sociológica norte-americana” e do *New Deal* dos EUA em suas propostas jurídicas corporativistas.¹⁰ João Quartim de Moraes foi outro autor que analisou na obra de Oliveira Vianna a formulação de seu modelo político para o Brasil. Para Moraes, o autoritarismo proposto por Vianna teria finalidades democráticas, pois tinha por objetivo promover a auto-organização política da sociedade brasileira, combatendo a usurpação do poder público pelas elites regionais. O modelo político de Vianna seria um projeto de “democratização pelo alto”, fundamentado em sua análise sociológica da formação da sociedade brasileira.¹¹

Boris Fausto, por outro lado, destacou Oliveira Vianna, ao lado de Azevedo Amaral e Francisco Campos, como um dos principais formuladores do “pensamento nacionalista autoritário”, um conjunto de idéias políticas antiliberais da direita brasileira, mas também distintas do pensamento totalitário. Alguns dos traços comuns entre os autores dessa corrente de pensamento seriam a desconfiança na mobilização política das massas, a defesa de um

⁸ CARVALHO, José Murilo de. “A utopia de Oliveira Vianna”. In *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁹ CERQUEIRA, Eli Diniz; LIMA, Maria Regina Soares de. “O modelo político de Oliveira Vianna”. In *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.30. Belo Horizonte: UFMG, 1971.

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. “A práxis corporativa de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.

¹¹ MORAES, João Quartim de. “Oliveira Vianna e a democratização pelo alto”. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.

Estado central forte capaz de reorganizar a sociedade e a presença do determinismo racial na análise da sociedade brasileira. Para Fausto, a política do Estado Novo não poderia ser totalmente enquadrada dentro das premissas desse pensamento, especialmente no final do regime, com o queremismo e a aproximação de Getúlio com o PCB. Mesmo se opondo politicamente ao pensamento autoritário, Fausto considera relevantes as críticas desses autores ao liberalismo político brasileiro, ao apontarem as diversas limitações da implantação meramente formal do liberalismo democrático no Brasil.¹²

Quanto à contribuição da obra de Oliveira Vianna para a historiografia brasileira, Francisco Iglesias considera seu papel importante, ainda que Vianna fosse fundamentalmente mais sociólogo do que historiador. Mesmo tendo sido mais um intérprete de processos históricos do que um pesquisador de fontes primárias, Vianna produziu uma análise sociológica do Brasil permeada de historiografia, e parte de sua obra era puramente historiográfica. Para Iglesias, a obra de Oliveira Vianna seria um caminho possível para se fazer “um balanço da ciência social brasileira”, mais especificamente da década de 1920, ainda que sua produção tenha se estendido para além desse período.¹³

José Carlos Reis também considera Oliveira Vianna um autor “fundamental e incontornável”, dada a importância de sua obra na intelectualidade brasileira. Para Reis, sua obra representa o pensamento autoritário brasileiro e é crucial na discussão a respeito das identidades brasileiras. O pensamento de Vianna apresentaria a imagem que as elites brasileiras fazem de si mesmas e do Brasil, formulando um modelo político através do qual elas poderiam agir e se perpetuar no poder. Reis levanta também um importante problema para aqueles que se dedicam a analisar a obra de Vianna: é possível compreendê-la sem “juízos de valor democráticos”, ou é preciso “combater” suas teses? Mesmo se opondo ao projeto autoritário de organização nacional proposto por Vianna, que considera “trágico”, Reis reconhece como pertinentes algumas de suas preocupações relacionadas com a instabilidade das instituições políticas brasileiras e a atuação política regionalista e anti-nacional das elites. Essas características da sociedade brasileira são ameaçadoras para o sucesso de qualquer projeto nacional e foi tentando superá-las que Oliveira Vianna formulou seu modelo político para o país, por mais temerário que ele seja.¹⁴

¹² FAUSTO, Boris. *O Pensamento Nacionalista Autoritário: (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

¹³ IGLESIAS, Francisco. “Leitura Historiográfica de Oliveira Vianna”. In: BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Unicamp, 1993.

¹⁴ REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Nossa pesquisa, portanto, pretende repensar as características do conhecimento histórico brasileiro produzido no início do século XX. A partir de dois intelectuais contemporâneos entre si, mas autores de obras radicalmente contrastantes, pretendemos levantar questões relacionadas não apenas com sua produção historiográfica específica, mas que também envolvam a produção intelectual de sua época. Até que ponto pode-se incluir em um paradigma o pensamento social brasileiro do início do século XX? A obra de Manoel Bomfim indicaria a possibilidade de uma produção historiográfica diferenciada no período? Se Manoel Bomfim e Oliveira Vianna estabeleceram um diálogo, ainda que assumindo posições aparentemente opostas, com uma produção histórico-sociológica similar, suas obras seriam completamente contrastantes, ou guardariam influências teóricas e conceituais comuns? A partir de dois autores que se inseriram em posições opostas na intelectualidade de seu tempo procuramos contribuir para uma história do conhecimento histórico brasileiro.

O objeto de nossa pesquisa é o conjunto das interpretações histórico-sociológicas sobre o passado brasileiro elaboradas por Manoel Bomfim e Oliveira Vianna. Não excluimos, com isso, a relevância da produção não-historiográfica desses autores para uma compreensão mais ampla de suas obras. Porém, consideramos que as obras desses dois autores oferecem um diálogo ímpar sobre o Brasil, baseado em interpretações de seu passado. A partir desse diálogo acreditamos ser possível “localizar” suas obras no pensamento social brasileiro, explorando os limites, as tensões e as possibilidades do conhecimento histórico de sua época.

De acordo com Paul Ricoeur, toda narrativa histórica é um processo de reconfiguração da experiência temporal humana, atribuindo-lhe novos significados. Cada narrativa é elaborada a partir de uma vivência temporal, que é articulada no discurso narrativo. Neste, a vivência do tempo é configurada em um sentido lógico, que atribui significados à experiência vivida. Esse processo se completa quando o leitor entra em contato com a narrativa e seus significados, colocando então em contato sua própria vivência temporal com a configuração da temporalidade realizada pelo autor.¹⁵ Toda narrativa histórica, portanto, vem de uma vivência temporal específica, localizada em um autor, em um tempo e um espaço. Por outro lado, sua capacidade de entrar em contato com outras vivências temporais nos diz algo sobre o tempo vivido que lhe deu origem, bem como sobre os significados que podiam então lhe ser atribuídos.

Reinhart Koselleck também ressalta a importância da narrativa histórica para a compreensão da vivência temporal de uma época, de seu “tempo histórico”. De acordo com o

¹⁵ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

autor, cada época, em seu presente, se vê na necessidade de se localizar entre o passado e o futuro, articulando seu “campo de experiência” e seu “horizonte de espera”. A narrativa histórica seria, então, a esfera dedicada a essa articulação, avaliando os significados do passado, seu sentido, suas rupturas e permanências, tendo em vista a projeção do futuro, suas possibilidades, esperanças e temores. Mais do que nos informar sobre sua visão do passado, a narrativa histórica de uma época nos informa também sobre essa sua auto-localização – em que medida uma época se considera herdeira ou inovadora com relação ao passado, que esperanças e temores são sentidos em uma época quanto a seu futuro. O passado, portanto, não pode ser considerado estático, definido e esgotável. Seus significados lhe são atribuídos por um presente e um autor específicos, de acordo com suas vivências atuais e suas expectativas quanto ao futuro, da mesma forma em que este só pode ser imaginado como renovação ou inovação com relação ao passado. Para Koselleck, o próprio conhecimento histórico do presente não pode prescindir do conhecimento histórico anterior, na medida em que os autores de um presente precisam ressignificar um passado já abordado previamente por outros autores. O conhecimento histórico produziria assim, progressivamente, uma “verdade histórica” múltipla, composta por diferentes interpretações do passado sem anular a validade dos significados das interpretações anteriores – que permanecem sempre válidas em suas respectivas épocas.¹⁶ De acordo com Jurandir Malerba, nenhum historiador pode partir de um “ponto zero” para escrever história, precisando antes confrontar as contribuições dos historiadores anteriores na constante reescrita da história. A crítica historiográfica seria, portanto, um dos fundamentos do próprio conhecimento histórico, que exige, em seu desenvolvimento, a análise constante da produção historiográfica anterior.¹⁷

A perspectiva destacada em Koselleck dá o tom de nossa pesquisa. A nossa intenção não é a de retomar Manoel Bomfim e Oliveira Vianna para analisar a validade de suas interpretações históricas sobre o Brasil. Ao invés disso, procuramos analisar suas narrativas tendo em vista a especificidade de sua produção e seus significados em sua própria época. Procuramos compreender o que suas narrativas históricas nos dizem da época em que esses autores as elaboraram, de suas vivências temporais, dos significados que atribuíam ao passado brasileiro, de suas expectativas quanto ao futuro, das categorias e referenciais teóricos através dos quais repensavam a sociedade brasileira, dos impasses com que se defrontavam em sua época. Analisar o que uma narrativa histórica nos diz sobre a especificidade de seu presente e

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993.

¹⁷ MALERBA, Jurandir. “Em busca de um conceito de historiografia”. In: *Varia História*. No. 27. Belo Horizonte: Julho/2002.

de seu autor, como este ressignifica o passado – ao invés de questionar sua validade – seria, de acordo com Benedetto Croce, analisar uma obra historiográfica pela sua “historicidade”.¹⁸

¹⁸ CROCE, Benedetto. *A História: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

**ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA:
HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA E MODERNIDADE**

**A PROPAGANDA CINEMATOGRAFICA A SERVIÇO DA HISTÓRIA:
QUESTÕES DE HISTORIOGRAFIA E CINEMA**

Alexandre Maccari Ferreira¹
Universidade Federal de Santa Maria
alexandrus1@hotmail.com

RESUMO

A utilização do cinema enquanto forma de análise histórica possibilita ao historiador ampliar sua gama de reflexões. Esse tipo de produção artística possui um papel relevante quando visamos tratar da memória, já que ele possibilita a discussão a partir da arte, e proporciona ao expectador um caminho de lembrança, evitando o esquecimento. Conceber um filme como documento e instrumento da história é importante nos tempos de hoje em que as imagens são tratadas como fundamentais na aceitação e na recepção de determinados propósitos sejam eles em nível de docência ou no cotidiano das pessoas. Desse modo, a realização desse trabalho visa proporcionar uma análise crítica entre os campos histórico e cinematográfico, evidenciando suas proximidades, distanciamentos e considerando os estudos de teóricos e da historiografia sobre o tema que relacionam o cinema enquanto instrumento de propaganda, tendo, assim, a função de agente da história, divulgando ideologias, questões morais, divagações filosóficas e proposições políticas que remeteriam à aceitação e a cooptação do telespectador.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema e História; Propaganda cinematográfica, Representação.

*Para vocês, o cinema é um espetáculo.
Para mim, é quase uma concepção do mundo.
O cinema é o veículo do movimento.
O cinema é o renovador da literatura.
O cinema é intrepidez.
O cinema é esportivo.
O cinema é difusor de idéias.*

Vladimir Maiakovski

Os estudos entre cinema e história adquiriram uma maior difusão por parte dos historiadores a partir da década de 1970, principalmente com Marc Ferro. É importante destacar que esse texto tem como objetivo organizar idéias teóricas acerca do uso do cinema enquanto documento histórico, propondo focar a abordagem do cinema enquanto veículo de propaganda. Para tanto faz necessário demarcar as observações acerca do trabalho do conceito

¹ Orientador: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Universidade Federal de Santa Maria.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 1
2007.

de imagem e de representação é importante no sentido de estipular o caminho teórico de análise que nos proporemos realizar.

Segundo as observações de autores como o próprio Ferro, a questão da representação é instituída em dois planos: um voltado para fazê-lo parecer através de outros meios e outro voltado para o iludir, a partir do mascaramento do sentido original. Tal observação é valiosa, pois ao se atribuir um sentido alegórico que os filmes expressam em seus enredos, vale-se tanto da ilusão artística da história, quanto da história representada através de uma interpretação livre e proposital.

A alegoria é um elemento importante de ser conceituado para nossa análise. Flávio Kothe expõe que ela é a representação concreta de uma idéia abstrata, sendo a exposição de um pensamento sob a forma figurada em que se representa algo para indicar outra coisa. Esse autor define como “uma metáfora continuada, como tropo do pensamento, consistindo na substituição do pensamento em causa por outro, ligado ao primeiro por uma relação de semelhança”².

Nesse sentido, as obras cinematográficas possuem uma carga alegórica quando se valem da intenção de calcar sua abordagem explícita num conteúdo implícito, que oculta ao mesmo tempo em que revela determinada situação. Certos filmes percorrem essa via como é o caso de **Alexander Nevski (Aleksandr Nevskii, 1938)**, de Serguei Eisenstein.

Seguiremos uma abordagem acerca das relevâncias e das formas estéticas e metodológicas das relações entre cinema e história, valorizando, principalmente os elementos que se referem à abordagem da imagem.

DA TEORIA AO CINEMA, E DA HISTÓRIA À TEORIA

Quando se verifica os estudos da perspectiva da associação entre as representações da história e a utilização dos recursos da imagem, observa-se a carência de produção crítica, vistas como um conjunto de pensamento e de ideal. Além disso, estas obras demonstram a relação do desenvolvimento da alegoria histórica e de sua formação revolucionária e propagandista, a partir de fontes visuais.

Segundo Aumont

‘representar’ segundo a etimologia e em todos os empregos que nos interessam, é ou ‘tornar presente’ ou ‘substituir’, ou ‘presentificar’, ou ‘ausentar’, e, de fato, sempre um pouco os dois, já que a representação, em definição mais geral, é o

² KOTHE, Flávio R. **A alegoria**. São Paulo: Ática, 1986, p. 90.

próprio paradoxo de uma presença ausente, de uma presença realizada graças a uma ausência – a do objeto representado – e a custo da instituição de um substituto.³

Essa exposição relaciona-se com as idéias do cinema enquanto pantomima, porém também pode ser lida das representações nos mais diversos níveis de abordagem, nos campos teatrais, pictóricos, literários. É importante fazer referência que mesmo o ato de escrever história passa por universos diversos, ainda que com referenciais palpáveis de comprovação, enquanto o cinema também contempla o fato do diretor comandar um sistema (por vezes chefiados por produtores) e constituir uma obra.

Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad⁴ valem-se da utilização da imagem enquanto fonte documental, concentrando suas constatações em torno de que o uso das imagens pelos historiadores devem ser voltadas como um índice de época, isto é a leitura de uma fonte visual é permeada de vários signos não-verbais que remetem a questões históricas.

O estudioso Roland Barthes⁵ escreve a que a imagem, no caso uma fotografia, é um objeto captado por um público que o consome através de um estoque de signos dentro de um contexto social, histórico e cultural. Os signos em questão são elementos como gestos, atitudes, expressões, cores, efeitos especiais entre outros, o que possibilita ser a foto uma leitura sempre histórica.

Para Peter Burke⁶, o sentido da utilização das imagens não está apenas no que está sob o véu do objeto analisado, mas também os elementos e os detalhes que se acionam como um modo de trazer o que deve ser sutilmente visto. O cinema enquanto imagem, e outros meios, e representação possibilita a vinculação do movimento como um viés de capacitação da ação artística e do sentido histórico e temático da obra.

Nesse sentido, a dicotomia entre arte e ciência faz-se presente através da utilização de representações que ilustram e justificam certos momentos históricos e da validação da imagem como fonte documental para a pesquisa, que se constrói sobre uma base artística entrecruzada com um sentido científico da História. A utilização das imagens se mostra como um importante caminho de estudo de reestruturação de uma história tanto no sentido sócio-cultural quanto da representação social de uma sociedade e de um tempo.

³ AUMONT, Jacques. **O olho interminável** [cinema e pintura]. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac & Naify, 2004., p.152

⁴ CARDOSO, Ciro; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Contexto, 1997, *passim* p. 401-417.

⁵ BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, *passim* p. 80-85.

⁶ BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004, *passim* p. 193-203.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 3 2007.

Jacques Aumont é um dos principais autores que trabalha a questão do cinema com maior recorrência no que concerne à relevância da imagem. Em obras como **A imagem**⁷, ele tece a relevância e os modos como se podem ler imagens, sejam fotográficas ou em movimento. Sua teoria compõe cinco níveis de percepção: a questão mecânica (a câmera enquanto olho); a questão da receptividade (a função do espectador); a questão espaço-temporal (em que, o modo como e quando são exibidas as imagens); a questão natural (a imagem em si, e os tipos de captação); e a questão artística (em que se fala da história da arte, das formas de se amparar a arte, seja pela fruição ou pelo fator social).

Esse autor também organizou uma estrutura em que fala das teorias dos cineastas, ou seja, os diretores enquanto críticos e produtores de uma teoria, expressa em textos, mas em geral, contida nas imagens de seus filmes.

No que concerne à expressividade da composição fílmica, do diretor e teórico de cinema Serguei Eisenstein foi o que mais procurou ligar questões estéticas a narrativa e aos temas dos filmes. Em **O Sentido do Filme**⁸, Eisenstein tematiza questões de forma e conteúdo, em prol das linhas temáticas. Ele analisa planos, dentre os quais explica os aspectos audiovisuais de muitos de seus filmes como **O encouraçado Potemkin (Bronenosets Potymkin, 1924)**, **Outubro (Oktyabr, 1927)** e o já mencionado **Alexander Nevski**.

Todavia, esse diretor e teórico não criou nenhum tipo de reflexão escrita acerca das relações entre cinema e história. Sua teoria sobre esse ponto está expressa em suas películas quando propõe uma referência à Revolução de 1917 ou ao líder Lênin, ou quando remonta passados medievais citando o príncipe Alexander ou Ivan.

Jean-Louis Leutrat⁹ menciona a importância da Escola dos *Annales* em seu período inicial, quando definiam a história como “ciência da mudança”, mesmo que nesses princípios utilizassem o cinema apenas enquanto fonte de analogias da história, como muitos professores ainda hoje usam em sala de aula.

Leutrat destaca que

Encarar o filme como um documento leva ao menos a distinguir o documento involuntário, o vestígio puro e simples, e aquele que foi realizado intencionalmente, o documentário, que é todo um outro mundo, sem deixar de ser mais uma das manifestações dessa categoria.¹⁰

⁷ AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 51-56.

⁸ EISENSTEIN, Serguei. **O Sentido do Filme**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2002.

⁹ LEUTRAT, Jean-Louis. Uma relação de diversos andares: cinema e história. In: **Revista Imagens**. Campinas, UNICAMP. Ago/Dez 1995, p. 28-33.

¹⁰ Idem, p. 29.

Procuramos nos afastar dessa colocação de Leutrat porque ela é simplificadora de uma idéia do cinema enquanto estrutura de gêneros sem maior interesse nos princípios do cinema enquanto história e enquanto documento revelador de uma sociedade.

Entretanto, a partir dos estudos de Marc Ferro o cinema passou a ser usado como um novo objeto¹¹ no campo analítico. O teórico francês criou uma tipologia que visa permitir aos estudiosos da área, organizar análises com o apoio de seus pressupostos.

Ele divide as relações entre cinema e história em quatro tipos, que seguem: cinema enquanto agente da história; conceituação da teoria e da história do cinema; a análise a partir dos tempos de leitura da obra, e a dicotomia leitura cinematográfica da história e leitura sócio-histórica do filme¹².

Segundo Ferro

desde que o cinema se tornou arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes, documentários ou de ficção, que, desde sua origem, sob a aparência de representação, doutrinam e glorificam.¹³

Para ele os estudos cinematográficos associados à história devem levar em conta a diversidade de possibilidades em se estudar o filme. As abordagens históricas dimensionam e em algum sentido restringem a criação do cinema, na medida em que se trata de uma forma artística. Entretanto, vale lembrar que mesmo sendo uma representação de arte, o cinema é um conjunto de fatores que se prolongam desde a pré-produção, passando pelas filmagens e terminando na pós-produção e no lançamento no mercado. Salienta-se também a evolução tecnológica da arte cinematográfica e as possibilidades narrativas que certos filmes expressam em sua criação. Trata-se, sobretudo, de uma obra de linguagens que possibilita aliar som e imagem e estabelecer elos com os espectadores. Ferro expõe que

o cinema pode tornar-se ainda mais ativo como agente de uma tomada de consciência social, com a condição de que a sociedade não seja somente um objeto de análise a mais, objeto que pode ser filmado brincando de bom selvagem para o benefício de um novo colonizador, o militante-*cameraman*. Outrora “objeto” para uma “vanguarda”, a sociedade pode de agora em diante encarregar-se de si mesma.¹⁴

Nesse sentido, os caminhos da criação e sua aproximação com o efeito de cooptação de massas podem ser evidenciados. Na história do século XX, o cinema interferiu como um

¹¹ FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 199-215.

¹² Antonio Costa, também segue um propósito tipológico que alterna apenas a nomenclatura dos tipos possíveis de análise. Esse autor divide em três momentos: a) a história do cinema; b) a história no cinema; c) o cinema na história. Ver mais em COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. Tradução de Nilson Moulin Louzada. 2 ed. São Paulo: Globo, 1989, p. 29-30.

¹³ FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.13.

¹⁴ Idem, p.15.

poderoso meio de comunicação de massas, que interferiu decisivamente sobre populações. Essa interferência pode ser salientada tanto no que se refere nos modos de se vestir, na difusão da tradicional família, a partir do *american way of life*, no confronto ideológico antes e durante a guerra fria, ou ainda na industrialização do sonho. Esses pontos são formas de propaganda que atingem uma diversidade política, pois puderam ser associadas as mais variadas formas de Estado, do nazista, ao comunista e ao capitalista.

Ao pensar em uma melhor perspectiva de análise, verificamos que a organização feita por Ferro, colabora no sentido elucidativo do auxílio para a compreensão do cinema enquanto documento da história. A seguir, procuraremos dar uma nova proposta da análise do cinema de propaganda, elaborando uma tipologia capaz de contemplar esses tipos de produção cinematográfica.

DA TIPOLOGIA DO CINEMA DE PROPAGANDA

Criar tipologias pode ser um tanto estrutural. Porém, quando tendemos a abordar certas representações artísticas é interessante formar uma soma de elementos que possibilita uma melhor compreensão das partes constituintes de uma obra cinematográfica. Por isso, pensamos em elaborar uma tipologia que visa uma delimitação de filmes que têm por lugar-comum o propósito propagandístico.

O cinema possui um papel relevante quando visamos tratar da memória, já que ele possibilita a discussão a partir da arte, e proporciona ao expectador um caminho de lembrança, evitando o esquecimento. Para Tom Gunning

os filmes literalmente incorporam a descrição benjaminiana do imperativo histórico, agarrando o clarão da lembrança num século de perigo. Mas o perigo inerente à vida moderna também deriva do cinema, A proliferação das imagens em movimento, como no mito da invenção da escrita oferecida no *phaedrus* de Platão, ameaça destruir ao invés de preservar a memória, substituindo imagens institucionais de ampla circulação pelas fontes mais pessoais de recordação imagética.¹⁵

Esse pensamento expressa a relevância e o cuidado que temos que nortear quando estudamos cinema associado à história, para que a representação não superdimensiona o sentido da verossimilhança. Nesse sentido, a memória quando adequadamente estudada e associada ao cinema torna-se também relevante na abordagem do cinema de propaganda, uma vez que esse visa, muitas vezes, aproximar-se do grande público através da lembrança comum e da estratégia do conhecimento mútuo e coletivo.

¹⁵ GUNNING, Tom. Cinema e história – “fotografias animadas”, contos do esquecido futuro do cinema. In: XAVIER, Ismail (org.) **O cinema no século**. São Paulo: Imago, 1996, p.25. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

É elementar que poderíamos, partindo da história do cinema, enquadrar todos os filmes com algum sentido de propaganda, seja ela com interesse comercial, ideológico ou político. Contudo, há obras que se notabilizaram por esse sentido de cooptar, convencer, ou mobilizar os espectadores. E um período que marcou a produção cinematográfica com esse propósito foi o cinema das décadas de 1930 e 1940. São inúmeras as obras que tiveram a intencionalidade de angariar a admiração de povos em distintos espaços geográficos, levando-os a defender causas, a compreender o porquê da ação política de seus governos ou ainda a validação das concorrências, escolhas ou renúncias necessárias no processo histórico em que viviam.

Na década de 1940, por exemplo, produziram-se obras que tiveram relação com o período de guerra. Filmes como **Rosa de Esperança** (*Mrs. Miniver*, 1941), de William Wyler, constituíram-se como motor do incentivo de luta dos norte-americanos contra o poder nazista. Ainda é possível citar, em um sentido próximo, a obra **A canção da vitória** (*Yankee doodle dandy*, 1942), de Michael Curtiz, em que através de uma biografia musical de um importante artista, George M. Cohan, mobiliza os telespectadores para apoiar a luta norte-americana durante a segunda Guerra Mundial. Já outras obras como **Alô, amigos** (*Saludos, amigos*, 1942), de Walt Disney, propuseram-se em convencer os telespectadores dos países latino-americanos de suas proximidades com os Estados Unidos, para que os primeiros apoiassem a causa ‘americana’ ao mesmo tempo em que a causa capitalista.

Uma década antes, os filmes alemães como **O triunfo da vontade** (*Triumph des willens*, 1934), de Leni Riefenstahl, vendiam a imagem de supremacia e de grandiosidade do poder nazista, mesclando um sentido documental com uma construção de elementos propositalmente direcionados ao sentido propagandístico.

Nos exemplos citados temos como elo o caráter político-ideológico como viés de propaganda de cooptação de massas. Furhammar e Isaksson explicam que o uso das imagens servem de caminho para explicar e convencer os espectadores, ao mesmo tempo que visa atingir os espectadores, aproximando-os da tela, conforme a citação abaixo:

A propaganda se dirige às emoções e não ao intelecto. Confiando no fato de que as pessoas em estado de excitação são receptivas a influências que de outro modo seriam esquadrihadas, os propagandistas fazem de tudo que podem para provocar emoções, para que facilmente possam conduzi-las à sua meta política.¹⁶

¹⁶ FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e política**. Tradução de Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976, p.148.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 7

O cinema soviético, por sua vez, insere-se num primeiro momento a esse caráter de ostentar um elogio à causa revolucionária, trazendo obras que evidenciam a relevância do coletivo em detrimento do individual.

Segundo Antonio Costa

Esse modo de combinar empenho político e experiência formal estava destinado a chocar-se com a incompreensão do grande público, que na URSS, apesar de tudo, continuava a admirar os ídolos hollywoodianos, como demonstra a acolhida tributada a Mary Pickford e Douglas Fairbanks em 1926. Nem as coisas podiam ser de outra forma, com os sistemas burocráticos do Partido Comunista que preferiam poucas pesquisas formais e maior eficácia de propaganda.¹⁷

Esse propósito verteria de maneira mais enfática a ser observada a partir da década de 1930, em que filmes foram produzidos demonstrando de maneira mais clara o sentido propagandístico.

Ao contrário do que se costuma pensar Furhammar e Isaksson justificam que os filmes do gênero documentário possuem uma carga tão propagandística quanto os filmes de ficção, isso porque se valem do caráter da ‘verdade’ como saída para justificar certas defesas ideológicas.

Os documentários parecem refletir tão autenticamente os preconceitos da platéia que a manipulação pode ser escamoteada com mais facilidade. O realizador constrói sua própria realidade mesmo quando aparentemente está trabalhando com fatos objetivos.¹⁸

Nessa medida, obras como as do diretor norte-americano Michael Moore podem ser entendidas por esse prisma, destacando-se **Fahrenheit 11 de setembro (Fahrenheit 9/11, 2004)** e **Tiros em Columbine (Bowling for Columbine, 2002)**.

Podemos formar, considerando os estudos de Ferro, Costa, Fuhammer e Isaksson, mas principalmente, acompanhando as produções cinematográficas de maior relevância desse período, uma tipologia do cinema de propaganda que percorre os seguintes itens:

- a) Ênfase à amizade – a relação entre amigos, que lutam por uma causa comum, ou que se une em prol da felicidade da maioria da população é uma característica que jubila os contatos do cinema com o cotidiano das pessoas;
- b) Musicalidade – um elemento de fundamental relevância nesse tipo de filme é o sentido musical e melódico, pois possibilita envolver os telespectadores em um mundo onde o poder da música ainda pode libertar, tranquilizar e demonstrar união;

¹⁷ Idem, p. 79.

¹⁸ Idem, p.146.

c) Dedicção do ‘herói-nação’ – as proximidades entre os protagonistas com os Estados que eles representam é uma notável constatação que ruma vislumbrar a hipótese de que poucos têm a condição ou nasceram para liderar. Essa imagem de aproximação entre o herói e nação rompe formações históricas. Dessa forma, a nação pode existir em momentos históricos em que não havia esse tipo de percepção pela população.

d) Luta entre bons e maus – mesmo em gêneros díspares como animação, drama, epopéia ou documentário há sempre presente a luta entre bons e maus, maniqueísmo que pertence aos mais diversos níveis de abordagem política, religiosa, social, e que é colocada em destaque quando se propõe alcançar o convencimento. Para fortalecer o sentido de nação, essa deve lutar contra um antagonista, que pode ser personificado por uma ideologia, por outra nação ou por um anti-herói;

e) Aproximação entre personagem e telespectador – a ênfase à família é o principal elemento de aproximação entre personagem e telespectador. O amor pelas crianças, a admiração pela juventude como ‘futuro da nação’, o cuidado e o carinho pelas mulheres, a admiração pela altivez dos homens, são elementos que glorificam e caracterizam esse tipo de elemento comum em produções de caráter propagandístico.

Cabe ao estudioso ou ao telespectador atento observar que essa tipologia não é meramente um espaço de encaixe de filmes. Ela concebe elementos que são jogados aos telespectadores com vistas a sua cooptação.

O fundo ideológico do cinema de propaganda é comum nas abordagens de filmes que estão ligados ao Estado, ou que têm vínculos com a intenção de acionar os diferentes meios artísticos, e os seus produtores, diretores, artistas etc.

Sobre as relações entre cinema e ideologia Aumont e Marie observam que os conteúdos ideológicos estão ligados à idéia de produção, associados à noção econômica e a de autor, de conteúdos, em que se calca primordialmente aos modelos e aos gêneros cinematográficos, de formas, em que expõe com exemplo o caso do cinema revolucionário soviético, e de técnicas, em que associam as idéias de noção de realidade.¹⁹

A idéia do registro do “real” está mais ligada a intenção política do que artística. Ferro aponta que “os soviéticos e os nazistas foram os primeiros a encarar o cinema em toda a sua

¹⁹ AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário Teórico e Crítico de Cinema**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas, SP: Papirus, 2003, p. 158.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 9 2007.

amplitude, analisando sua função, atribuindo-lhe um estatuto privilegiado no mundo do saber, da propaganda, da cultura”²⁰.

É importante mencionar que as produções cinematográficas pelo mundo também se associaram aos seus governos, principalmente neste período histórico turbulento e conflituoso.²¹

O cinema no caso de sua estreita ligação com o Estado é tida como um ‘aparelho ideológico de Estado’, seguindo os pressupostos de Althusser uma vez que compõe um corpo de aparelhos que auxilia o poder estatal na manutenção de sua ordem, ainda que não repressiva, mas atuando junto a outros aparelhos “distintos e relativamente autônomos, susceptíveis de oferecer um campo objetivo às contradições que expressam, de formas ora limitadas, ora amplas”²².

Os olhares possíveis sobre uma obra fílmica possibilitam que possamos atingir o caminho de análise, seja com uma teoria marxista sobre o tema ou a proposta que o filme se propõe, seja pela discussão teórica do filme enquanto documento ou ainda, partindo para uma abordagem semiótica em que se valoriza os *frames* dos filmes, enfatizando ao máximo o poder da imagem.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu e Cláudio César Santoro. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. **As Teorias dos Cineastas**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 2004.

_____. **O olho interminável** [cinema e pintura]. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário Teórico e Crítico de Cinema**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

²⁰ FERRO, op. cit., 1992, p. 72.

²¹ Lembramos que Getúlio Vargas também utilizou os meios de comunicação de massa em evolução no período do Estado Novo em seu benefício propagandístico.

²² ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 73-74.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 10 2007.

- CARDOSO, Ciro; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Contexto, 1997.
- COSTA, Antônio. **Compreender o cinema**. Tradução de Nilson Moulin Louzada. 2 ed. São Paulo: Globo, 1989.
- EISENSTEIN, Serguei. **O Sentido do Filme**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2002.
- FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e política**. Tradução de Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.
- GUNNING, Tom. Cinema e história – “fotografias animadas”, contos do esquecido futuro do cinema. In: KOTHE, Flávio R. **A alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.
- LEUTRAT, Jean-Louis. Uma relação de diversos andares: cinema e história. In: **Revista Imagens**. Campinas, UNICAMP. Ago/Dez 1995.
- XAVIER, Ismail (org.) **O cinema no século**. São Paulo: Imago, 1996.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista na Amazônia:
História, Literatura e Poder (década de 1960)**

Alexandre Pacheco¹

Resumo: Neste texto, procuramos analisar a historiografia dos intelectuais Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins, com o intuito de apreendermos as práticas e representações contidas nas interpretações que realizaram sobre o processo de modernização capitalista desenvolvido na Amazônia ao longo do século XX. Análise que se voltará também às relações que essas interpretações – que foram realizadas em várias obras nos anos de 1960 e início da década de 1970 - possuíram com as posições que exerceram enquanto burocratas a serviço do Estado.

Palavras chave: Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins, modernização, capitalismo, Amazônia.

O processo de modernização capitalista na Amazônia se deu a partir de vários avanços e retrocessos que puderam ser verificados, sobretudo, a partir da inserção nacional e internacional dessa região com o desenvolvimento da economia da borracha a partir do século XIX. Problemas relativos a uma dependência dos investimentos estrangeiros e de mercados externos, se, por um lado, foram fatores responsáveis pela decadência econômica da região, outros fatores como a resistência das elites locais em promoverem a produção da borracha em “bases mais capitalistas”, ao mesmo tempo em que aceitaram a inação do Estado em intervir nesse processo de modernização, não devem ser menos considerados.²

Na última metade do século XX, porém, após um período de recomposição da economia da borracha nos anos de 1940, em que novamente as elites não lograram perceber as fragilidades de uma economia de exportação frente ao mercado internacional, a

¹ Professor do departamento de História da Universidade Federal de Rondônia.

² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920.** São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 15 a 18.

decadência novamente se fez presente. A partir dos anos de 1950 e, sobretudo, a partir dos anos de 1960, o Estado brasileiro percebendo as dificuldades históricas dessa região em se integrar em bases mais sólidas ao restante da economia nacional, lançou mão de uma série de instrumentos estatais de intervenção como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)³, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, do BASA, bem como as criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus.⁴

Dessa forma, ao contrário da economia extrativista que se desenvolveu na região e que permitiu espasmos de desenvolvimento econômico, a intervenção do Estado brasileiro a partir da década de 1960 fez com que o capitalismo avançasse de forma implacável e ininterrupta na região.⁵

De acordo com Octavio Ianni:

Todos esses órgãos federais, somados aos estaduais, territoriais e, às vezes, municipais, acabaram por exercer uma notável influência na vida econômica, política, social e cultural das populações que viviam ou passaram a viver na Amazônia. Provocaram a dinamização e a diferenciação das atividades econômicas, além de proteger os setores econômicos pré-existentes. O extrativismo, a mineração, a agricultura, a pecuária e a própria indústria desenvolveram-se e diferenciaram-se. Houve uma época em que os órgãos federais atuando na região pareciam orientados no sentido de favorecer a industrialização. Tinha-se a impressão de que a Amazônia queria livrar-se da dependência do extrativismo, que era apresentado, com frequência, como a origem dos “problemas da região”. Industrializar, a qualquer custo, parecia ser o único caminho para trazer a Amazônia ao século XX, ou emancipá-la dos males do extrativismo: surtos de expansão, crise e regressão; dispersão das fontes de matéria-prima: borracha, castanha, madeira, peles, minerais, etc.; o “vazio demográfico” e o “vazio econômico” que povoam os discursos de governantes locais, regionais e nacionais; o despovoado das muitas fronteiras do Brasil com o Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas, etc. Além disso, na

³ Um dos fundadores do SPVEA foi Arthur Cezar Reis na década de 1950.

⁴ IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 55 A 62.

⁵ Dentro dessa realidade de intervenções o capitalismo na Amazônia passou a avançar a partir de uma super-exploração do trabalho, para que pudesse ocorrer uma rápida acumulação de capitais em um ambiente em que inexistia a possibilidade de haver uma intensiva utilização de equipamentos e tecnologia avançada. CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1978, p. 9.

*ideologia dos governantes e técnicos predominava a tese de que a industrialização, o desenvolvimento econômico e o progresso social eram eles necessários e encadeados do mesmo processo básico de industrialização a qualquer preço.*⁶

Nesse contexto de transformações, então, como demonstra Ianni, os anseios das elites locais em torno de um processo de redenção da economia regional puderam ser verificados através de discursos como o do deputado Francisco Pereira da Silva (PSD/AM) nos anos de 1950, revelador da preocupação em tentar se encontrar soluções diferenciadas para a decadência da economia local. Mas também através de sua postura em ter apresentado à Câmara dos Deputados em 1951, Projeto de Lei no sentido de se criar em Manaus um porto franco. Projeto emendado por um outro deputado, Maurício Joppert, convertendo-o na Lei 3173 de junho de 1957, em que o porto seria transformado em Zona Franca de Manaus.

De acordo com José Seráfico: (...) *Não obstante sua regulamentação pelo Decreto n 47.754 de 3 de fevereiro de 1960, a Zona Franca só entra em vigor, efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando é reestruturada pelo Decreto-Lei n 288.*⁷

Assim, durante os dezesseis anos da trajetória entre a apresentação do projeto original e a assinatura do decreto que faria com que a Zona Franca se tornasse realidade em 1967, setores da sociedade local sentiram-se frustrados diante das expectativas sobre medidas desenvolvimentistas que deveriam ser tomadas por parte do governo federal.

Expectativas que também percebemos nos discursos de ilustres intelectuais da região como Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins e que expressaram os interesses das elites locais.

Obras como *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960) e *Amazônia Natureza – Homem, tempo*, respectivamente de Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins lançaram as bases dos problemas históricos que sempre impediram a integração da Amazônia às regiões civilizadas do país e do mundo.

Assim, percebemos que ao voltarem-se aos estudos dos problemas de desenvolvimento constantes no passado, representaram muitas vezes seus respectivos anseios e interesses - não só enquanto intelectuais, mas também como políticos e burocratas

⁶ IANNI, op. cit., p. 62.

representantes das elites locais -, em darem soluções aos problemas do desenvolvimento capitalista do presente.

Porém, suas respectivas escritas historiográficas operadas por suas imaginações literárias, como forma de procurarem enaltecer as condições que a terra e o espírito do homem amazônico possuiriam em termos de vantagens à instalação de todo um processo de desenvolvimento, entraria em contradição com a lógica de um capitalismo que ao longo dos anos mostrou-se impiedoso em termos da constituição de uma simbiose com essa mesma terra e esse mesmo espírito do homem amazônico.

Representações presentes nos discursos que - à revelia desses autores - revelaram posturas ambíguas, relacionadas, por um lado, aos valores cultivados por todo um grupo de intelectuais do qual fez parte, entre outros, Gilberto Freyre. De outro, como relacionadas às práticas políticas desses homens à frente do poder do Estado do Amazonas nos anos de 1950 e 1960. Sobretudo, enquanto intelectuais burocratas que estiveram à frente de governos que começaram a colocar em prática o processo de modernização tão esperado pelas elites locais e nacionais.

Dessa forma, as representações ambíguas e muitas vezes contraditórias em torno de uma análise do passado que se relaciona com a legitimação no presente e no futuro de um processo de intervenção capitalista que entraria em simbiose com a sociedade, a cultura e a ecologia amazônica, pudemos perceber constantes nos discursos de Arthur Cezar Reis em livros como *A Amazônia e a Cobiça internacional*, *Como governei o Amazonas* e *Problemática da Amazônia*, e, em Leandro Tocantins, em textos como *Amazônia – Natureza, Homem e Tempo* e “A integração da Amazônia no complexo Cultural brasileiro”. Sobretudo, enquanto representações simbólicas de certas formas de agir e pensar das elites locais que ajudaram a promover o desenvolvimento econômico da região. Formas de agir e pensar que estabeleceriam relações não só com as posturas acadêmicas oriundas de suas formações intelectuais, mas também com os *habitus* das elites locais frente ao poder do Estado do Amazonas nos anos de 1950 e 1960.⁸

⁷ SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos avançados**. São Paulo: USP, v.19, n.54, 2005, p.101.

⁸ Assim, por exemplo, como para alguns críticos que consideraram a obra de Leandro Tocantins como (...) uma saga, não só acreana, mas amazônica que se lê com a impressão de um romance épico. MONTEIRO, Clodomir. Até que a morte nos liberte. **A Gazeta**, Rio Branco, 6 jul. 2004.

Arthur Cezar Reis em prefácio ao livro de Leandro Tocantins *Amazônia-natureza-homem-tempo*: uma planificação ecológica, nos anos de 1960, nos revela como essa obra representou certos anseios em relação ao desenvolvimento do presente ao voltar-se ao passado:

*O livro de Leandro Tocantins não é, assim, apenas, uma interpretação histórica do extremo-norte, mas, fundamentalmente, um lançamento da Amazônia nas suas bases sociais, econômicas, culturais e ecológicas, na sua projeção universal, na sua realidade como espaço que ainda não foi possível possuir totalmente para ser humanizado.*⁹

Pere Petit percebeu em textos de Arthur Cezar Reis como *A Amazônia e a cobiça internacional*, *Síntese da História do Pará* e *A Amazônia e a integridade do Brasil*, esse olhar sobre certos fatores históricos que desmistificados, trariam luz ao processo de inserção da Amazônia no cenário nacional e internacional a partir dos anos de 1960:

*Tal como Veríssimo, Arthur Reis também recorre à história do Brasil para ressaltar suas preocupações, pois, para o autor, a ausência histórica do governo brasileiro na Região poderia dar espaço para a penetração dos interesses do capital internacional e local na região, a exemplo do que ocorreu na época de extração da borracha, quando a iniciativa privada, através de seringalistas e casas aviadoras, negociavam diretamente a comercialização do produto com os atravessadores e distribuidores internacionais, norte-americanos ou ingleses. Não estariam presentes os verdadeiros interesses da nação. Para corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento regional, através de uma política de substituição das importações, que visasse o redimensionamento da divisão – nacional – do trabalho entre as macro regiões e estados brasileiros. De acordo com Pere Petit, foi nesse estado de espírito, fundamentado em princípios cepalinos, que ocorreu a criação, em 1953, da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), da qual o primeiro Superintendente foi o próprio historiador amazonense Arthur Cezar Reis.*¹⁰

José Seráfico e Marcelo Seráfico também perceberam nos discursos de Arthur Cezar Reis em obras *Como governei o Amazonas* de 1967, as ambivalências relacionadas aos

⁹ TOCANTINS, Leandro. **Amazônia – Natureza, Homem e Tempo**: uma planificação ecológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Editora Civilização Brasileira, 1982, p. xv.

¹⁰ Petit, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações e transformações econômicas no Pará pós-1964. Belém: PakaTatu, 2003, p. 65-75.

anseios das elites locais em relação ao desenvolvimento que, por exemplo, a Zona Franca de Manaus poderia trazer para a Amazônia¹¹.

Segundo esses autores, Arthur Cezar Reis via nas medidas adotadas pelo Estado nacional para a Amazônia nessa obra, uma forma de promoção do que o ex-governador chamou de “recomposição da política federal a ser executada na Amazônia”. Sendo que - a partir dessa idéia de recomposição - Reis afirmaria que a Amazônia (leia-se elites dirigentes e o espírito do povo) deveria realizar profundas mudanças em seu comportamento.

Arthur Reis, segundo Seráfico & Seráfico, afirmou nessa obra em um momento em que estava entregando seu cargo de governador o seguinte:

*Não poderá ela (a Amazônia), insisto sempre, comportar-se como até agora se tem comportado. É preciso dinamizar, numa mobilização homogênea e bem coordenada dos valores espirituais e morais e das energias latentes na terra e no homem. Aquela fase predatória de sua vida, fase em todos temos uma parcela de responsabilidade, pelo que deixamos de efetuar ou pelo que tivemos medo de efetuar, precisa ser definitivamente ultrapassada. Há que planejar, programar, promover e executar num estilo novo que nos possa permitir participar, com grandeza, do processo de desenvolvimento que dá uma feição diferente ao Brasil do Nordeste e do Sul. Devemos assumir compromissos conosco e ter decisões impetuosas, na afirmação de nossa potencialidade e de nossa capacidade para realizar. A posse da terra não pode ficar a mercê das técnicas do passado e de sistemas que não têm mais sentido algum.*¹²

Arthur Cezar Reis, de acordo ainda com José Seráfico e Marcelo Seráfico, ao encarnar o “espírito da modernização”, comportou-se de uma maneira mais engajada e menos sóbria que a de Leandro Tocantins. No entanto, ao analisarem o texto “A integração da Amazônia no complexo cultural brasileiro” de Tocantins, mostraram-nos que esse autor apesar de mais preocupado com os impactos dessa modernização sobre o complexo cultural amazônico, revelou-se também muito interessado na implantação desse mesmo processo de modernização:

A cultura amazônica (...) sobressai na congregação dos vários Brasis com expressão singular, ecologicamente singular, que precisa ser entendida,

¹¹ Os autores ao comentarem as expectativas geradas nas elites locais a partir do conjunto de medidas adotadas pela economia política da ditadura militar para implantação da Zona Franca, revelaram que o sentimento prevalecente foi o de que tais medidas significariam uma redenção da Amazônia ocidental. SERÁFICO, op. cit. p. 105.

¹² Idem, ibidem, p. 106 e 107.

sobretudo, pelos poderes públicos, pois à ação normativa e desenvolvimentista do Governo cabe, em primeiro plano, a responsabilidade de dinamização, social e econômica da Amazônia, desde que a Amazônia, o imenso deserto do Brasil, deve ser uma nova fronteira social e nunca individual. (...)

(...) Assim, é que a integração amazônica no complexo cultural brasileiro jamais importa numa despersonalização regional, a favor de qualquer absolutismo unitário. Como disse Gilberto Freyre, nada de castelhanizar o Brasil, ou seja, o predomínio de alguma Castela – “símbolo de tendência para exagerar a unidade em detrimento da diversidade regional”. Fato que o próprio sociólogo pernambucano já denunciou como “perigo da monotonia cultural ou da excessiva unificação da cultura no continente”, que, segundo Gilberto Freyre, “provém do industrialismo capitalista norte-americano, largamente dominado pela idéia de que o que é bom para o norte-americano deve ser bom para os outros povos da América”.¹³

Mas esses autores criticariam também o que chamaram de ilusões desses intelectuais, com relação aos seus diagnósticos sobre a possibilidade de uma integração da região amazônica a partir de um processo de inserção capitalista associada ao capital internacional e dependente de suas decisões, condutor de tensões inter-regionais e gerador de bolsões de miséria e que imobilizariam o país enquanto projeto de nação:

(...) É nesse quadro que se recoloca a “questão regional”, isto é, o problema de como as regiões brasileiras encontram ou vêem inviabilizadas suas possibilidades de participação – social, cultural, política e econômica – no processo de formação da nação; é nesse quadro, portanto, que cabe avaliar o passado, apontar os impasses do presente e descortinar alternativas de futuro. Trata-se, quanto a isso, de desafio semelhante ao enfrentado por Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins, mas que pode se beneficiar de suas experiências para evitar ilusões e ampliar os horizontes de emancipação de grupos e classes sociais historicamente excluídos dos processos decisórios e da participação na apropriação das riquezas nacionais.¹⁴

Dessa forma, as análises das práticas políticas e culturais constantes na escrita historiográfica de Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins em obras como *A Amazônia e a cobiça internacional* e *Amazônia – Natureza, Homem e Tempo*, colocam-se de suma

¹³ SERÁFICO, op. cit. p. 105.

¹⁴ p. 108 e 109.

importância para a percepção de como revelaram representações diferenciadas das que foram estabelecidas enquanto cânones da história local¹⁵.

Representações dos anseios e interesses das elites que entendemos terem se articulado - tanto nos textos históricos, como naqueles voltados a uma análise da conjuntura sócio-econômica dos anos de 1960 - às práticas das respectivas escritas desses autores operacionalizadas por suas imaginações literárias.

O próprio Leandro Tocantins em introdução a sua obra *Amazônia-natureza-homem-tempo*: uma planificação ecológica, realizada em 1980 confessa a importância do recurso literário em sua escrita:

(...) Poderá alguém, com idéias ortodoxas, estranhar que o autor despreze umas tantas convenções de linguagem dos profissionais, e por sua conta e risco, se lance na talvez heresia de certa liberdade literária para melhor exprimir suas idéias, emprestando-lhes vivacidade que a própria vida sugere.

*E o que é a História, a Sociologia, a Ecologia senão a própria vida? Olívio Montenegro diz, com precisão, que os “métodos comuns da ciência está visto que por si só não bastariam para esse prolongado efeito da verdade.”*¹⁶

Assim, as representações ambíguas apontadas nos discursos dos autores, internalizaram seus interesses enquanto intelectuais burocratas no poder nos anos de 1960, como também internalizaram as posturas políticas dos intelectuais brasileiros diante do poder.

Para concluirmos, as representações sobre os anseios da modernização capitalista da Amazônia, constantes em várias obras de Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins, se colocaram, a revelia de seus autores, como poderes simbólicos legitimadores de políticas econômicas voltadas aos interesses das elites locais.

Políticas econômicas que ao longo das últimas décadas se mostraram incompatíveis com os interesses gerais da grande maioria da sociedade amazônica, sobretudo, em relação ao equilíbrio ecológico da região, bem como, com relação à preservação da cultura regional amazônica. Representações relacionadas não só com os *habitus* oriundos de uma formação

¹⁵ Quando da morte de Leandro Tocantins em 2004 o autor foi homenageado no Senado como o grande escritor e historiador da Amazônia. Disponível em: www.senado.gov.br/cegraf/pdf0607200421078.pdf. Acessado em: 14 mar. 2007.

¹⁶ TOCANTINS, idem, ibidem, p. xviii.

acadêmica de elite por parte desses autores (intelectuais burocratas), mas também oriundo de suas relações institucionais com o poder do Estado.

Referências bibliográficas

- BANN, Stephen. **As invenções da História**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.5, n.11, p.173-190, jan/abr. 1991.
- DREIFUSS, René Armand. **1964 A Conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1981.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Análise do discurso**: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise... {et al.} (Org.). *Análise do discurso*: entornos do sentido. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001, p. 09-34.
- IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 55 A 62.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classes dirigentes no Brasil**. 1920 a 1945. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 1979.
- MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**: um estudo clínico dos anatolianos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- PACHECO, Alexandre. **O poder da imprensa na construção da imagem do escritor no Brasil contemporâneo**: jornalistas e críticos na transformação de um ex-líder ipesiano em autor símbolo das liberdades democráticas, 2006. 144 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.
- Petit, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações e transformações econômicas no Pará pós-1964. Belém: PakaTatu, 2003.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e os problemas da projeção internacional do Brasil. In: Arthur Cezar Ferreira Reis *et alli*. **Problemática da Amazônia**, Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1969.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Governo do Amazonas, 1967.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Síntese da História do Pará**. São Paulo: Amada-GRT, 1972.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos avançados**. São Paulo: USP, v.19, n.54, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia – Natureza, Homem e Tempo**: uma planificação ecológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Editora Civilização Brasileira, 1982, p. xv.

TOCANTINS, Leandro. A integração da Amazônia no complexo Cultural brasileiro. In: Arthur Cezar Ferreira Reis *et alli*, **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1969, pp. 149-168.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850 – 1920. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Crédito na cidade de Salvador, c.1750- c. 1780

Alexandre Vieira Ribeiro

A proposta desse texto é apontar os padrões do sistema de crédito na sociedade de Salvador entre os anos de 1750 e 1780. Para tanto, utilizaremos as escrituras públicas de empréstimos referentes aos três ofícios que existiam neste período na cidade, cuja documentação encontra-se arquivada no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Buscaremos apontar os mecanismos para obtenção de crédito e os principais agentes envolvidos, credores e mutuários, bem como as atividades às quais estavam vinculados. Para uma melhor compreensão, faremos uma análise comparativa com os dados de mesma natureza relativos ao Rio de Janeiro, cidade que possuía muitas semelhanças com Salvador. A observação e comparação das informações contidas nas escrituras de empréstimos destas sociedades nos mostram que embora fossem cidades portuárias, com alto fluxo mercantil, mantinham bastantes diferenças entre si no que tange ao sistema crédito

De forma geral, nas sociedades pré-industriais o acesso ao dinheiro se dava comumente via comerciantes, uma vez que eram eles que detinham a liquidez do sistema e conseguiam de maneira rápida fazer a rotação do capital.¹ Contudo, analisando cuidadosamente as escrituras de empréstimo de Salvador, notamos que um peso considerável do capital era disponibilizado por instituições coloniais como o Juízo de órfãos, as Ordens Terceiras, Irmandades e a Santa Casa de Misericórdia.

A tabela 1 indica o tipo de credores atuantes na praça de Salvador entre os anos de 1750-80. A forte presença das instituições no mercado de crédito ocorreu, sobretudo na década de 50, período no qual foram responsáveis por 87,4% do montante total transacionado. Já nos decênios seguintes houve uma queda brusca na participação das instituições frente ao peso do volume total de empréstimos efetuados. Em 1761-70 esse valor atinge 30,4 e, 18,3% entre 1771-80. A diminuição da participação das instituições como credoras pode estar relacionado à crise de caixa

¹ FRAGOSO & FLORENTINO, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras., 1998, *passim*.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

pela qual algumas passaram como também, ao processo de fortalecimento do grupo mercantil que teria começado a atuar com mais força no mercado de crédito baiano.

Tabela 1 – Tipos de credores em Salvador, 1751-1780

	1751-60			1761-70			1771-80		
	Valor	%	N.E.	Valor	%	N.E.	Valor	%	N.E.
Instituições	130:054\$222	87,4	33	8:889\$321	30,4	16	12:713\$821	18,3	17
Privado	18:663\$804	12,6	14	20:361\$388	69,6	16	56:764\$499	81,7	68
Total	148:718\$026	100	47	29:250\$709	100	32	69:478\$320	100	85

Fonte: APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador* (livros 90 (18/02/1751 a 08/02/1752), 93 (26/02/1754 a 26/04/1755), 94 (10/06/1755 a 23/10/1755), 95 (15/12/1754 a 01/05/1755), 97 (20/08/1754 a 18/08/1756), 98 (08/07/1756 a 15/08/1757), 99 (10/03/1756 a 04/09/1757), 102 (1758 a 1761), 103 (1758 a 1763), 104 (04/09/1761 a 24/06/1763), 105 (26/06/1763 a 03/07/1764), 109 (1766 a 1767), 110 (14/12/1768 a 22/04/1770), 115 (17/08/1773 a 10/05/1775) e 120 (07/07/1778 a 02/01/1780).

Obs: 1 - valores em mil réis.

2 – só trabalhamos nesta tabela com empréstimos nos quais foi possível identificar o tipo de credor.

Vejamos o comportamento desse mercado em anos anteriores. Segundo Rae Flory, o mercado de crédito era bastante difuso na sociedade baiana entre 1690-1715. Nesse período, os empréstimos concedidos pelas instituições representavam 45% do volume total, sendo a Santa Casa de Misericórdia responsável por aproximadamente 60% da quantia dos empréstimos institucionais e um quarto do montante total de 300 empréstimos analisados por ela.²

O dinheiro obtido pela Santa Casa vinha, em geral, de doações testamentárias em troca de um determinado número de missas, mas também de doações em vida. Esse montante adquirido era repassado a terceiros na forma de empréstimos a juros, que variavam de 5% a 6,25% ao ano. Os mutuários favorecidos pela Santa Casa eram aqueles que de alguma forma tinham ligação estreita com a Instituição, como os confrades e membros do conselho diretivo. Membros da elite baiana estavam regularmente representados nas listas de devedores da Santa Casa.³ O *status* e a condição social do mutuário eram atributos importantes para se conseguir vantagens na hora de

² FLORY, Rae. *Bahian Society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. The University of Texas at Austin, PH.D teses, 1978, p.73.

³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. da UnB, 1981, *passim*.

efetuar o empréstimo, como a obtenção de uma quantia alta, juros inferiores ao da praça, prazos maiores para a quitação. Muitas vezes, o devedor acabava por pagar apenas os juros, jamais quitando a dívida. Obviamente, este desleixo com a cobrança dos empréstimos ao longo dos anos, fruto da aproximação entre mutuário e credor, acarretou dificuldades financeiras às instituições credoras. Talvez resida neste ponto um dos motivos da queda brusca do peso das fontes institucionais de crédito a partir da década de 1760.

Tabela 2 – Instituições fornecedoras de crédito no mercado de Salvador, 1751-80

Instituição Credora	Valor	%
Santa Casa de Misericórdia	38:939\$473	25,7
Ordem Terceira do Carmo	8:346\$485	5,5
Ordem Terceira de São Francisco	5:000\$000	3,3
Irmandade de São Pedro dos Clérigos	4:160\$000	2,7
Convento de Santa Teresa	4:000\$000	2,6
Mosteiro de São Bento	3:800\$000	2,5
Juízo de Órfãos	3:580\$000	2,4
Convento de Santa Clara do Desterro	3:497\$495	2,3
Irmandade do Santíssimo Sacramento	1:796\$575	1,2
Outros/indeterminado	78:537\$336	51,8
Total institucional	151:657\$364	100,0

Fonte: a mesma da tabela 1

Obs: valores em mil réis

Voltemos a Bahia da segunda metade do século XVIII. Como já observamos, as instituições foram perdendo espaço no papel de credor ao longo dos anos. De todo modo, se tomarmos o período como um todo, veremos que 62% do montante disponibilizados ao crédito foram ofertados por esses institutos, contabilizados em 66 escrituras. Na tabela 2 podemos observar o peso relativo de cada um deles. Tal qual o período trabalhado por Flory, a Santa Casa se destaca como sendo a principal instituição fornecedora de crédito da Bahia, responsável por 25,7% do montante institucional ou 15,7 do volume total de empréstimos. Como já foi apontado, esse dinheiro entrava na Misericórdia via doações de terras, prédios urbanos, dívidas ativas, muitas vezes no momento da morte de um indivíduo. Desta maneira, essa instituição propiciava que o capital anteriormente paralisado, voltasse a circular na economia.

Analisando mais detalhadamente nossas fontes, observamos que essa representatividade da Santa Casa ocorreu até a década de 1760, uma vez que na década de 1770 não foi localizado

nos livros notariais nenhum registro de empréstimo efetuado pela Misericórdia, como ilustrado na tabela 3. É claro que a ausência total de empréstimos entre os anos de 1770-80 pode estar relacionada a nossa impossibilidade de acessar toda documentação produzida no período. Contudo, fica latente que essa instituição foi perdendo importância ao longo dos anos no sistema de crédito de Salvador.

Tabela 3 – Soma total dos empréstimos efetuados pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador por década, 1751-80

Santa Casa de Misericórdia		
1751-60	1761-70	1771-80
36:896\$727	2:042\$746	-

Fonte: as mesmas da tabela 1

Obs: Valores em mil réis.

Mas não só a Misericórdia oferecia dinheiro a risco na praça de Salvador. Outras instituições baianas estavam também envolvidas no mercado de crédito, como as irmandades de São Pedro dos Clérigos, do Santíssimo Sacramento, Ordem Terceira do Carmo, Ordem Terceira de São Francisco, Convento de Santa Teresa, Juízo de Órfãos e o Mosteiro de São Bento. Este último, no ano de 1660, obteve um sexto de sua renda com a cobrança de juros sobre empréstimos.⁴ O Convento de Santa Clara do Desterro era também uma dessas instituições. Acumulava capital cobrando dotes no momento da inserção de uma noviça e por meio de legado.⁵ Tais quantias depois eram redirecionadas ao mercado na forma de crédito. Tal como a Santa Casa, o Desterro concedia créditos a mutuários escolhidos, com juro inferior ao cobrado na praça. Mesmo com todas as facilidades não foram poucas as vezes em que tanto a Misericórdia quanto o Desterro tiveram que entrar na justiça para reaver o valor emprestado.⁶

Esses exemplos institucionais foram mecanismos de produção de capital criados pelas sociedades coloniais para fazer frente à escassez de numerário, típico de economias pré-industriais. Em ambos os casos, como para todos os outros relativos às instituições, a origem do dinheiro não estava, ao menos de forma direta, atrelada à atividade mercantil.

No que tange ao papel desempenhado pelas instituições na praça do Rio de Janeiro, notamos algumas diferenças em comparação com a praça de Salvador. A participação da Santa

⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 180.

⁵ Sobre os mecanismo para a inserção no convento de Santa Clara do Desterro cf. SOEIRO, Susan A. "The social and economic role of the convent: women and nuns in Colonial Bahia, 1677-1800". In: *Hispanic America History Review (HAHR)*, 1974.

⁶ RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, 1981, *passim*; SOEIRO, *op. cit.*, 1974, *passim*.

Casa como instituição credora, por exemplo, foi praticamente inexpressiva na cidade carioca. Não foi encontrado nenhum empréstimo feito pela Misericórdia entre os anos de 1650-80.⁷ No século XVIII, a Santa Casa respondeu por 3,4% dos valores transacionados. Ainda assim, bastante limitado se comparado com os números encontrados para a Bahia durante o mesmo período.

Segundo dados apontados por Sampaio, entre 1650-1700, destacou-se como instituição credora o Juízo de Órfãos. Segundo o autor, essa instituição era a principal fonte de recursos da economia carioca, estando presente em quase um quarto de todas as escrituras de empréstimos, representando aproximadamente um terço do montante transacionado no período.⁸

A partir da primeira metade do século XVIII, esse quadro sofre alterações. Embora ainda apareça como agente credor na década de 1710, o Juízo de Órfãos desaparece das escrituras no decênio seguinte, tornando insignificante sua participação no mercado de crédito nos anos posteriores.⁹ Sampaio entende que essa mudança estava atrelada ao peso crescente que vinha ganhando a atividade mercantil do Rio de Janeiro. Tal desenvolvimento possibilitou o surgimento de novas fontes de empréstimos, notadamente os homens de negócios.

Entre 1711-20, os negociantes foram responsáveis por 21,4% do valor oferecido a juros. Nas décadas seguintes, esse percentual passou a ser de 46,2%, 58,1% e 42,4%, para os períodos de 1721-30, 1731-40 e 1741-50, respectivamente.¹⁰ Para Sampaio, o crescente aumento da participação de agentes vinculados ao comércio no sistema de crédito demonstra a transformação pela qual passava a economia carioca, qual seja, a distinção de homens ligados somente às atividades mercantis daqueles atrelados às atividades agrárias.

No caso baiano, os dados de Flory mostram que os homens de negócios foram responsáveis por aproximadamente um quarto do montante de dinheiro disponibilizado ao crédito entre 1690-1715, representando a segunda fonte mais ativa de capital, vindo logo atrás das instituições. Outros profissionais residentes em Salvador e também atuantes como credores foram os clérigos, advogados, alguns militares e oficiais régios. Até mesmo alguns senhores de engenho emprestavam dinheiro, correspondendo a 7,3% do montante transacionado.¹¹

Para o período de 1751-80 contabilizamos 94 escrituras de empréstimos cujos credores eram pessoas físicas. Isso representa 38 % de todo o montante disponibilizado a crédito nas escrituras coletadas. O universo de pessoas envolvidas no sistema de capital a risco era bastante

⁷ SAMPAIO, Antônio C. J. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 195.

⁸ Idem, p. 193.

⁹ Idem, p. 194.

¹⁰ Idem, pp. 190-1.

¹¹ FLORY, *op. cit.*, 1978, pp. 72-4.

variado. Embora ainda seja necessário aprofundar a análise da documentação fazendo cruzamentos com uma gama maior de fontes, é possível apontar que entre os credores físicos havia advogados, militares, proprietários rurais, religiosos, agentes da governança e comerciantes. Estes últimos, de forma ainda preliminar aparecem em 7,8% das escrituras totalizando cerca de 7% dos fundos totais disponibilizados na praça. Se considerarmos apenas os empréstimos oferecidos por pessoas físicas descartando os desconhecidos, os homens de negócio aparecem como responsáveis por um terço do montante.

Em comparação com dados levantados por Flory, fica evidenciado que houve uma queda na participação dos homens de negócio no sistema de crédito de Salvador e um aumento das instituições como agentes ativos. Por outro lado, o que a tabela 1 nos mostra é que havia uma tendência de mudança nesse padrão com o aumento da participação de pessoas físicas tanto em número de escrituras como no capital disponibilizado.

Analisando isoladamente a década de 1770, verificamos que 12,6% do volume de capital disponibilizado foram feitos por homens de negócio, enquanto este mesmo grupo foi responsável por apenas 5% do montante total na década de 1750. Esses dados evidenciam que estava ocorrendo um incremento na importância dos agentes mercantis na participação do sistema de crédito. É bem provável que no final do século XVIII a participação dos comerciantes como agentes ativos de empréstimos tenha se tornado mais importante do que havia sido até então. Isso deve ter ocorrido devido ao declínio financeiro de algumas instituições fornecedoras de crédito como a Santa Casa de Misericórdia. De todo modo, o que podemos apreender diante desses dados é que havia uma oferta variada de fontes de financiamento na sociedade baiana colonial e uma autonomia relativa frente aos grupos metropolitanos.

Se os homens de negócios não tinham uma participação tão significativa nos fundos disponibilizados a crédito mediante escrituras, eles eram responsáveis por outros mecanismos de fornecimento de capital. Na ausência de numerários, os comerciantes podiam fornecer empréstimos sob outras formas que não fosse a monetária. Segundo Schwartz, os senhores de engenho constantemente se viam em necessidade para aquisição de material operacional como mão-de-obra, ferramentas e equipamentos.¹² Cabia aos comerciantes o fornecimento de tais mercadorias a base de crédito. Nessas condições eram mantidas contas abertas nas quais os senhores de engenhos e proprietários rurais se abasteciam de mercadorias e produtos muitas vezes importados, como escravos africanos, com a promessa do ajuste de contas ao final da safra. Em muitas ocasiões o pagamento do débito se dava mediante sacas de açúcar a um preço

¹² SCHWARTZ, *op. cit.*, 1999, p. 182.

abaixo do mercado. Ainda segundo Schwartz, esse tipo de negociação foi imprescindível para a capitalização da indústria açucareira na Bahia.¹³

O crédito era fundamental para a manutenção e sobrevivência de uma propriedade rural devido aos gastos constantes e à baixa lucratividade. De 1698 a 1715, senhores de engenho, plantadores de cana e de tabaco absorveram respectivamente 35,0%, 16,8% e 9,8% do volume total do capital disponibilizado na praça baiana.¹⁴ Isso significava que mais da metade do dinheiro a risco era direcionado para a área rural, mais do que isso, para a produção dos dois principais artigos da pauta de exportação baiana, o açúcar e o fumo. Tal fato era decorrência da baixa lucratividade da atividade agrária o que acarretava em endividamentos crônicos.

Esses dados baianos coincidem com os apontados por Sampaio para o Rio de Janeiro. Os senhores de engenho são os grandes devedores na segunda metade do século XVII, atingindo a cifra de dois terços de toda dívida passiva na década de 1680. Sua participação diminuiu no século XVIII, pois neste momento surgiram novos atores dispostos ao endividamento, como lavradores, artesãos e comerciantes, reduzindo assim o espaço e o dinheiro disponível aos senhores de engenho. Além disso, neste momento estava ocorrendo uma crise no setor açucareiro fluminense que impôs a retirada desses indivíduos do mercado de capital a risco.¹⁵

A garantia para o recebimento desses empréstimos na maioria das vezes era bens imóveis como casas, sobrados, engenhos, fazendas, terras e canaviais. Muitas vezes um mesmo bem acabava sendo empenhado em mais de um empréstimo, o que gerava muitas dificuldades na hora da cobrança dos credores.¹⁶ Os senhores de engenhos envoltos a dívidas intermináveis utilizavam-se de algumas leis como as de 1663 e 1723 que impediam o confisco total de um engenho. Isso acarretava disputas judiciais que perduravam por anos. Os credores tinham que se contentar nessas situações com um pagamento parcial ao fim de cada safra. Para além dos proprietários rurais havia uma gama variada de pessoas dispostas a pedir empréstimos, como militares, religiosos, desembargadores, oficiais régios, homens de negócios.

Se por um lado era grande a procura por empréstimo por parte das pessoas físicas, de outro foi insignificante a participação das instituições coloniais como mutuárias, situação diferente do que foi observado quando analisamos os tipos de credores. Apenas quatro registros de empréstimos foram feitos para instituições, todas religiosas. O montante envolvido nessas transações representou 1,8% da quantia total disponibilizada a crédito no período estudado. Curiosamente, dois desses empréstimos foram feitos por outras instituições religiosas, a saber:

¹³ Idem.

¹⁴ FLORY, *op. cit.*, 1978, p. 75.

¹⁵ SAMPAIO, *op. cit.*, 2003, pp. 199-201.

¹⁶ SCHWARTZ, *op. cit.*, 1999, p. 179.

no ano de 1751 a Irmandade das Santas Almas emprestou a juros de 5% ao ano a quantia de 1:000\$000 a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Conceição da Praia; também no ano de 1751, outro empréstimo foi efetuado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da quantia de 200\$000 a juros de 6,25% ao ano.¹⁷

Flory também percebeu uma pequena representatividade das instituições atuando como devedoras. Seus dados indicam que apenas 1,1% da soma total do dinheiro a risco foi captado por essas instituições.¹⁸ Ao que parece, os mecanismos utilizados por essas organizações para se financiarem se situavam fora do mercado, como doações individuais, dotes, e na maioria das vezes mediante recebimento de herança.

Vejam agora o grau de concentração desses empréstimos. Para tanto, elaboramos as tabelas 4 e 5 que nos indicam os 10% maiores valores fornecidos a crédito nas escrituras e os 50% menores, respectivamente. Optamos por fazer a comparação verificando o peso de cada uma dessas porcentagens nos decênios.

Tabela 4 – Concentração total dos empréstimos nos 10% maiores, 1750-80

	NE	%	Valor	%
1751-60	5	10,6	97:300\$124	65,4
1761-70	3	9,3	10:149\$774	34,7
1771-80	8	9,4	28:266\$832	40,7

OBS: valores em mil réis
Fonte: a mesma da tabela 1.

Tabela 5 – Concentração total dos empréstimos nos 50% menores, 1750-80

	NE	%	Valor	%
1751-60	24	51,0	9:245\$495	6,2
1761-70	16	50,0	5:197\$760	17,8
1771-80	42	49,4	8:203\$238	11,8

OBS: valores em mil réis
Fonte: A mesma da tabela 1.

A primeira conclusão que tiramos ao observar as tabelas 4 e 5 é o alto grau de concentração no mercado de crédito. Nos três períodos, os empréstimos mais vultosos foram sempre muito superiores ao de menor volume. Esta diferença torna-se significativa devido ao

¹⁷ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 90, pp. 153; 244.

¹⁸ FLORY, *op. cit.*, 1978, p. 75.

fato dos maiores aportes representarem um quinto do total dos menores. Na década de 1751-60 essa diferença mostrou-se mais expressiva, quando os 10% mais altos empréstimos representaram uma fatia de 65,4% do montante total, enquanto os 50% menores juntos contabilizaram apenas 6,2%, uma diferença superior a 1000%. Há uma explicação para essa altíssima concentração expressa nesse período. No ano de 1760, um convento religioso emprestou ao Provedor da Alfândega da Bahia, Rodrigo da Costa de Almeida, a exorbitante quantia de 67:130\$000.¹⁹ Esse empréstimo sozinho demonstra o alto grau de concentração desse sistema. Tal monta significou 45% de todo o capital posto ao crédito nesta década. A média dos empréstimos nesse período era de 3:160\$000. O valor tomado pelo Provedor, portanto, excedeu em mais de 21 vezes a média. Se fizermos os cálculos sem esse registro teríamos a seguinte situação: os cinco maiores empréstimos (10,8% do total) somariam 34:970\$124, o que representaria 42,9% do montante posto a crédito na década. Já o peso das 50% menores (23 escrituras) somaria 8:445\$495 representando 10,3% do montante. Ainda que essa diferença fosse de mais de 400%, esses valores parecem mais próximos da normalidade do sistema de crédito em Salvador.

Nos períodos seguintes as taxas dos maiores continuam muito superiores aos montantes dos menores. Entre 1761-70 essa diferença era superior a 100% e mais de 300% para os anos de 1771-80. Tal grau de concentração mostra que eram poucos aqueles que tinham acesso a quantias vultosas no mercado de crédito baiano. O que pode explicar tal fato é que dos 10% maiores empréstimos efetuados para todo o período (16 no total), dez foram realizados por instituições como a Misericórdia e o Desterro. Embora um número variado de pessoas recorresse a essas instituições, eram poucos aqueles que efetivamente conseguiam uma quantidade significativa de numerário. Para tanto, era necessário possuir *status* e prestígios, muitas vezes ter vínculos com essas instituições, como, por exemplo, ser um membro da Santa Casa de Misericórdia.

Ao observarmos os valores médios notamos que a concentração tendia a permanecer. A média dos maiores empréstimos nas décadas de 50, 60 e 70 eram respectivamente de 19:460\$000, 3:383\$258, 3:533\$354. Evidentemente que o empréstimo ao provedor da alfândega provoca a deformidade nos números apresentados para o primeiro período. Já as médias dos volumes dos menores eram de 385\$228, 324\$860 e 195\$315. Ao que parece, o aumento no número de créditos expedido na cidade de Salvador estava atrelado a uma maior pulverização das quantias, mas não significou uma melhor redistribuição do dinheiro. Pelo contrário, um número cada vez menor de escrituras passou a concentrar uma quantidade maior de dinheiro.

¹⁹ APEB, *Judiciário, livros de notas do 1., 2. e 3. ofícios de Salvador*, livro 103, p. 115v.

Talvez a explicação para este panorama esteja na saída ao longo da segunda metade do século XVIII das grandes instituições credoras, encarregadas de vultosos fundos colocados a risco. Elas foram responsáveis como já mencionado anteriormente por 62% dos empréstimos entre 1751-80, sendo que essa participação caiu de 87,4% nos anos 50 para 18,3% na década de 70. Neste momento a opção de investimento passou a ser a dedicação a um número menor de empréstimos para pessoas de confiança. Parece ser uma estratégia para garantir com mais segurança o retorno do montante. Por seu turno, esses dados acarretaram numa maior atuação dos credores físicos. São eles que passam a atuar na pulverização do crédito em substituição ao papel até então exercido pelas instituições. Isso pode indicar uma mudança pela qual estava passando o mercado baiano, como o crescimento e fortalecimento dos homens de negócio.

Mas não só na Bahia essa concentração se fazia presente. Dados trabalhados por Sampaio apontam perfil similar no sistema de crédito da praça do Rio de Janeiro.²⁰ Ao comparar a segunda metade do século XVII com a primeira do século XVIII, o autor percebe que houve um aumento no grau de concentração. Se no primeiro período os 10% maiores empréstimos significavam 35,3% do valor transacionado e os 50% menores correspondiam a 21,8%, nas décadas posteriores, os montantes dos maiores passou a ser de 44,4% e dos menores de 13,7%.²¹ Sampaio aponta a saída do sistema no século XVIII do principal credor do Setecentos, o Juízo de Órfãos, que atuava como um dispersor dos valores de pequeno e médio porte, o que é bem diferente do que acontece na Bahia, onde as instituições fazem os maiores empréstimos. Conjugado a este dado ocorreu o incremento da participação de agentes vinculados aos negócios mercantis. Nos Setecentos, a elite comercial passou a ser responsável não só pela concentração dos valores totais dos empréstimos como também por aqueles de maior monta.²² Isso demonstra a capacidade dessa nova elite de mobilizar e disponibilizar grande somas de numerários.

O que buscamos apontar nesse texto é apontar padrões do sistema de crédito na sociedade baiana entre 1751-80. Nessa análise, a partir das escrituras públicas, verificamos o papel fundamental das instituições coloniais como credoras, com destaque particular para a Santa Casa de Misericórdia, responsável pelos empréstimos de vultosas quantias. Ao que parece, a dependência frente a essas instituições se por um lado demonstra uma fragilidade do capital mercantil local, ainda não sendo capaz de controlar o mercado de crédito e, por conseguinte, a sua liquidez, por outro demonstra autonomia desta economia em relação aos grupos mercantis metropolitanos. De todo modo, notamos que mudanças estavam ocorrendo neste padrão de

²⁰ SAMPAIO, *op. cit.*, 2003, p. 204.

²¹ *Idem*, p. 205.

²² Segundo Sampaio, dos 38 maiores empréstimos da primeira metade dos Setecentos, 20 (52,6%) tinham como credores homens de negócios, responsáveis por 60,5% do valor total. Cf. SAMPAIO, *op. cit.*, 2003, p. 205.

investimento, com a queda na participação das instituições ao longo do século XVIII e o incremento da atuação de agentes físicos, principalmente os ligados às atividades comerciais. O que parece ter permanecido ao longo do tempo foi o grau de concentração do capital a risco, onde uma pequena parcela de mutuários, cerca de 10% recebeu mais do que o dobro de todo o crédito obtido por metade dos devedores.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**LEVANTE DOS MALÊS DE 1835 EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO:
UMA ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA**

Aline Najara da Silva Gonçalves*

Resumo: Este artigo objetiva analisar o modo como o Levante dos Malês de 1835, movimento social ocorrido na Bahia, é abordado em livros didáticos adotados na cidade do Salvador. Tal proposta é embasada na busca pela valorização dos personagens ocultados pela historiografia tradicional brasileira, que privilegia os grandes heróis em detrimento dos homens do povo. Visa ainda incitar a discussão acerca da importância de incentivar o conhecimento da História local e valorizar a memória histórica do aluno afro-descendente na construção da sua identidade, em busca da qualificação do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Levante dos Malês, Livros Didáticos, Movimentos Sociais.

Sujeiros e Heróis

A História do Brasil, desde o seu início, esteve fundamentada numa ideologia racista e altamente discriminatória, sobrepondo a cultura eurocêntrica às demais e alimentando teorias que procuravam justificar e legitimar a inferiorização do negro e do índio, abordando-os como seres sem alma e bárbaros, respectivamente. (SANTOS, 2002)

Este viés, que conduziu o processo histórico brasileiro, excluiu negro e índio da possibilidade de se perceberem agentes da história do país, ou melhor, criou heróis e mitos que foram incorporados à memória coletiva nacional, segundo os padrões pré-estabelecidos pela visão de mundo do colonizador.

* Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade do Estado da Bahia e Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Fundação Visconde de Cairu em convênio com a APLB/FETRAB. Atualmente desenvolve um trabalho de orientação educacional junto à Associação de Capoeira Mangangá.

Um aluno que se vê cercado pela difusão destes conceitos e não se percebe manipulado, possivelmente tornar-se-á um adulto alienado e será ferido em sua auto-estima, uma vez que a metodologia tradicional, principalmente aquela pautada no livro didático, ainda dá sinais de fragilidade na abordagem de temas que focalizem a participação de africanos e afro-descendentes na história do Brasil e continua exaltando heróis como a “generosa” princesa Izabel.

Em *Racismo e Anti-Racismo na Educação*, Eliane Cavalleiro atenta à importância do papel da escola e do educador como veículo de resgate. Desse modo, propondo uma reavaliação do espaço escolar, afirma:

“Nas escolas, o racismo se expressa de múltiplas formas: negação das tradições africanas e afro-brasileiras, dos nossos costumes, negação da nossa filosofia de vida, de nossa posição no mundo... da nossa humanidade.

Se desejarmos uma sociedade com justiça social, é imperativo transformarmos nossas escolas em território de equidade e respeito. Um espaço adequado à formação do cidadão.

(...) Penso formas de examinarmos o espaço escolar, a fim de sabermos quando estamos educando para o reconhecimento da igualdade humana ou colaborando para a permanência e a difusão da discriminação no espaço escolar e na sociedade. (CAVALLEIRO, 2001)

Visando colaborar nesta busca por uma nova concepção da História do Brasil como mecanismo de autoconhecimento, neste artigo será realizada uma breve abordagem acerca do modo como o Levante dos Malês (1835) foi concebido em livros didáticos do Ensino Médio utilizados em escolas da rede pública e particular da cidade de Salvador, a saber: *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo; *História para o Ensino Médio: Brasil e Geral*, de Gilberto Cotrim; e , por fim, *Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de História malcontada*, de Mário Schmidt.¹

¹ VICENTINO, Cláudio & DORIGO, Gianpaolo. *História para o ensino médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2005. (Série Parâmetros); COTRIM, Gilberto. *História para o Ensino Médio: Brasil e Geral*. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2002; SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica do Brasil: 500 anos de História malcontada*. São Paulo: Nova Geração, 1999.

A análise do movimento social baiano supracitado reflete uma inquietação frente à deturpação dos valores afro-brasileiros e a não-aceitação da disseminação de falsas verdades e falsos conceitos, que oprimem, excluem e discriminam o estudante afro-descendente. Sendo o livro didático a principal ferramenta de estudo, bem como a mais acessível a alunos e professores no processo de ensino/aprendizagem, a análise de seus textos é o ponto de partida para a compreensão do nível de interesse acerca da cultura afro-brasileira por alunos do ensino médio, bem como um mecanismo propulsor do processo de ruptura com a educação escravista, iniciado com o desenvolvimento dos primeiros focos de resistência à escravidão, ainda no período colonial.

Vale salientar que esta resistência sempre se manteve viva, mostrando que o negro escravizado foi sujeito atuante em sua história e agente das suas transformações. Resta transmitir isto a muitos alunos que, por falta de incentivo e conhecimento, ainda não despertaram este sentimento de inclusão. Pautando-se nos pressupostos de uma concepção de história crítica e esclarecedora, que permita ao educando situar-se na realidade descrita e documentada pelo livro didático, em conformidade com mecanismos que possibilitem a aplicação da Lei 10639/03², é que se realiza a abordagem em foco.

Um olhar sobre o Levante dos Malês de 1835

Para analisar o levante dos escravos malês de 1835, ocorrido no centro da cidade de Salvador, é imprescindível a leitura de *Rebelião Escrava no Brasil – a história do levante dos malês em 1835*³. À luz das análises realizadas por Reis em sua pesquisa, torna-se incompreensível a alusão a esta revolta como um fenômeno isolado. Este acontecimento deve ser concebido como parte integrante de um ciclo de movimentos revolucionários que tiveram sua gênese em 1807 e que, ao longo de quase trinta anos, permitiram à Bahia ser palco de uma série de conflitos antiportugueses, revoltas militares e movimentos liberal-federalistas. Nas palavras de João Reis, uma verdadeira tradição rebelde se estabeleceu e os malês foram seus herdeiros.

² Esta lei obriga a inclusão da História da África, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da participação do negro na formação da sociedade nacional no currículo oficial da Rede de Ensino Nacional.

³ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Embora todas as revoltas escravas tenham sido vencidas, a aversão à submissão e à coisificação impostas pelo regime escravista sobrepuja-se a qualquer tentativa de repressão. Movimentos como a revolta de 1807 legaram às demais elementos decisivos: importância da ideologia religiosa, sentimento de identidade étnica e montagem de uma estratégia militar, ratificando mais uma vez, que a insubmissão foi a maior das características da escravidão brasileira e o grande desejo do escravo, desde a sua chegada às terras brasileiras, era ser livre.

O medo instalado após o ciclo de revoltas levou autoridades baianas a tomarem todo tipo de cuidado, a fim de evitar a propagação do chamado “*haitianismo*” na Bahia – uma alusão à revolta escrava que culminou na independência do Haiti. Com isso, intensificaram a assistência militar à região e, curiosamente, devido à disseminação de notícias sobre os levantes baianos, “*as autoridades, em muitas regiões do Brasil, dificultaram a importação de escravos baianos pela reputação de rebeldia que tinham*” (REIS, 2003).

A partir do momento que se tem conhecimento do modo como foi conduzido e levante, percebe-se a evidência do projeto político do movimento. Conforme argumenta João Reis, “*os malês não roubaram nem mataram em vão*”. Ainda segundo ele, tratou-se de um *enfrentamento quase clássico* de lutar somente contra as forças organizadas para combatê-los.

Caracterizar os malês como fanáticos religiosos é negar a politização do movimento e subestimar o alto nível cultural que os distinguiu dos demais brasileiros da época. Talvez tenha sido o seu grau de discernimento político-cultural o fator mais relevante que excluiu os crioulos da revolta. Portadores de formas peculiares de resistência ao regime ao qual estavam submetidos, os crioulos *desgastavam seus senhores aos poucos*, enquanto, ao contrário destes, os malês – africanos nascidos livres e tradicionalmente guerreiros, sendo 74%, presas oriundas das jihads em território africano – rogavam ações mais diretas e decisivas.

Tratando-se das lideranças do movimento, é perceptível o mérito dos nagôs neste processo, principalmente aqueles provenientes de Òyó, por conta da forma como conduziram e/ou atuaram na revolta.

Em suma, o levante dos malês de 1835 foi um movimento acima de tudo político, de contestação ao sistema vigente e à exploração que denotava. Embasados na tradição guerreira herdada das campanhas africanas e na ideologia religiosa que defendiam, foi o fechamento de

um longo ciclo. Embora vencidos e com um saldo final de 231 julgamentos realizados, quatro condenados à morte e vários punidos com deportação e açoites, se por um lado a rebelião escrava de 1835 instaurou o medo na elite branca, que além das punições severas aos insurgentes, proibiu a prática de costumes africanos, por outro, evidenciou a pulsação do desejo de ser livre no seio da massa escravizada, cansada da opressão e ávida pelo retorno à sua condição original – a de homens e mulheres livres.

Análise dos Malês nos livros didáticos selecionados

Conforme anteriormente destacado, três livros foram previamente selecionados e analisados, tomando como base o enfoque dado a este movimento social baiano. Ao longo da leitura, ficou explícita a inexistência de uma abordagem comprometida, em relação ao Levante dos Malês de 1835, suprimido de duas das três obras aqui analisadas. O fator que mais chama a atenção é o distanciamento entre a proposta pedagógica dos autores e a realidade da obra no que se refere a este caso em particular. Na apresentação da obra escrita por Cotrim, ele afirma:

Este livro apresenta uma visão global, clara e concisa, dos principais tópicos que marcaram a história ocidental, desde a Pré-história até os nossos dias, incluindo a História do Brasil. O objetivo foi atender aos temas fundamentais dos currículos nacionais de história.

E continua:

O livro foi elaborado para proporcionar um estudo dinâmico, moderno e atualizado. Com um enfoque abrangente dos fatos econômicos, sociais e políticos e com atenção aos novos setores de estudos históricos: o cotidiano, a vida privada, a situação da mulher, a visão dos vencidos.

Desse modo, não é preciso ter vivência acadêmica para compreender que a rebelião escrava de 1835 não é considerada um “*tema fundamental do currículo nacional de História*”, tampouco um fato que possa ressaltar a história dos vencidos, uma vez que o movimento malê não é citado neste livro.

Situação similar é verificada na apresentação da obra de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, embora afirme que o objetivo central do livro é “*compreender a realidade em que*

vivemos”. Estes autores, além de não abordarem a rebelião muçulmana, ainda incorrem em grande equívoco:

A Bahia, palco de resistência e luta contra a opressão desde a época colonial, a exemplo da Rebelião dos Alfaiates de 1798, assistiu na fase colonial diversas rebeliões de escravos na província, a mais importante delas em 1835, envolvendo os negros malês, escravos de religião muçulmana. (p. 330)

O trecho acima é a única referência textual realizada nesta obra ao levante de 1835, erroneamente enquadrada na “fase colonial” da história do país que, em 1822 já havia rompido definitivamente os laços coloniais com Portugal.

Desse modo, apenas em Nova História Crítica do Brasil, de Mário Schmidt, esta rebelião é apresentada ao estudante-leitor por meio de uma abordagem crítica, condizente com a proposta do autor no capítulo introdutório da obra, onde critica a história tradicional, a qual classifica como enganadora, acusando-a de desprezar o povo e garante: “É claro que a História que procuramos fazer neste livro é bem diferente. Uma nova história crítica que leve você a pensar, a ser contestador, a lutar por seus direitos e pelos direitos de todos.”

A simplificação da abordagem deste movimento social ocorrido na Bahia nestas obras certamente está intrinsecamente ligada ao fato de serem produzidos e editados na região sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo, o que os leva a privilegiar os fatos e acontecimentos próprios daquela região, chocando com a proposta de valorização de uma produção historiográfica que enfoque a história local dos estudantes-leitores, atentando à recuperação da história das pessoas comuns.

Em *Ensinar História*⁴, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli afirmam que “como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir uma melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados ao conjunto do conhecimento”. Desse modo, é incompreensível a ausência de uma explanação coerente acerca do Levante dos Malês de 1835 em livros didáticos que pretendem honrar as propostas pedagógicas dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio,

⁴ SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

que aposta na capacidade renovadora e desenvolvimentista do estudo do meio e das localidades.

Nicholas Davies, em artigo intitulado *As camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil*⁵, publicado na obra *O Ensino de História e a Criação do Fato*, destaca que o enfoque dado à participação popular na história, principalmente tratando-se de movimentos de resistência, oportuniza a esta da população o sentimento de valorização enquanto sujeitos históricos e, conseqüentemente, a sensação de valor social no presente, fortalecendo-os para lutas futuras.

Não se pretende aqui fazer apologia a uma produção historiográfica pautada em “heróis outros”, pois esta seria uma extensão da história tradicional, que enaltecia e mitificava “grandes homens”. O que se pretende é expor personagens ocultados de um momento crucial da História do Brasil – o Levante dos escravos Malês de 1835 –, muitas vezes completos desconhecidos dos alunos aos quais esta história é direcionada em sala de aula e que são referências primordiais ao processo de valorização da luta do negro no Brasil..

Conhecer estes personagens e conviver com eles, certamente elucidará no aluno, especificamente o aluno afro-descendente, os caminhos a uma auto-visualização na história, externa aos estereótipos difundidos pelos grupos dominantes, que legitimaram a inferiorização dos negros e oscilavam entre as imagens de passividade, obediência ou até mesmo irracionalidade. Trata-se, então, de estabelecer um compromisso de transformação social e vislumbrar uma atuação desses estudantes, na escola e na sociedade em geral, pautada no domínio e percepção do seu potencial de criticidade, com o discernimento plausível à negação de uma postura idealista ou auto-depreciativa em seu campo de representatividade.

Esta transformação social decorre, naturalmente, do propósito de, à luz dos saberes de Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia, conduzir o educando por uma prática pedagógica que o permita “*assumir-se como ser social e histórico; como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto*” (pág. 41), viabilizando, dessa forma, a construção de sujeitos autônomos, conscientes do inacabamento

⁵ DAVIES, Nicholas. *As camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil*. In.: PINSK, Jaime (org). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Repensando o Ensino)

do processo de busca pelo conhecimento, tendo em vista seu caráter contínuo e permanente, por meio de uma prática pedagógica que preze pela superação do racismo em busca da criação, na escola, bem como fora dela, de um ambiente que proporcione a inclusão dos alunos afro-descendentes, contribuindo para a elevação da auto-estima e auto-conhecimento como sujeito/agente de uma história que vive e produz, concomitantemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. B. de. *O racismo nos livros didáticos*. In: SILVA, Eraci Lopes da (org). *A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia*. Brasília, MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAVALLEIRO, Eliane (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Summus, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro. 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KARNAL, Leandro. (org) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação nº. 9394/96.

LUCKESI, Cipriano. *Filosofia da educação*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MUNAKATA, Kasumi. *História que os livros didáticos contam depois que acabou a ditadura no Brasil*. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

PINHEIRO, José Gledson da Rocha & Santos, Stela Rodrigues dos. *Linguagens e Práticas no Ensino de História*. Salvador: Quarteto, 2006.

PINSK, Jaime (org). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Repensando o Ensino)

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ./Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e ação no magistério).

SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 1995.

_____. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 2001.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Trad: Nadjeda Rodrigues Marques, Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

VALADARES, Paulo. *Malês, do massacre à sobrevivência clandestina*. In: *História Viva*. Ano II. Nº. 20. Junho/2005.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Às voltas com o Espírito do tempo – anotações sobre Hegel e a história

Aline Magalhães Pinto
Mestranda no dep. de história FAFICH/UFMG¹

I

*“a lógica de Hegel, transformada em discussão de si própria [História]
inseparável de sua existência, todavia, é
empenhada em refutar, ela própria,
o acaso.”*

Jean Hypollite, (O lance de dados de Mallarmé e sua mensagem)

A história, a temporalidade e o sentido histórico são questões recorrentes nos textos que se fizeram centrais para a construção do projeto moderno². Esses textos foram chamados por Lyotard³, em 1979, numa tentativa de organizar a experiência contemporânea que se tornou um texto-chave para se pensar a problemática pós-moderna, de grandes narrativas ou relatos de legitimação: uma mais política, de tradições francesas; outra mais filosófica, que repousa sob o idealismo alemão. A narrativa filosófica, que é expressa, com primazia, pela filosofia hegeliana da história, foi mais bem sucedida, na medida em que apresenta a razão como elemento metafísico, capaz de unificar as diferentes esferas do vivido moderno, dando a elas um único sentido⁴. Esta Filosofia da história é considerada a filosofia hegemônica (ainda que em crise) no pensamento ocidental, dando continuidade ao projeto das Luzes⁵. Por isso pousemos, por um momento, o olhar no grande drama que se desenrola no Teatro da História Universal hegeliano.

O grande ator da História do mundo é o Estado nacional, fruto da diferenciação do Espírito, encarna a efetividade de sua Vontade e Consciência, e permite a Hegel traçar o curso para a História do mundo⁶. É a

¹ Orientador: José Carlos Reis (UFMG)

² Tais como os trabalhos de Kant, Herder, Condorcet e Hegel entre muitos outros. Cf: PETERS, Michael *Pos-estruturalismo e a filosofia da diferença (uma introdução)*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Pp. 55 e ss.

³ LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2000

⁴ Sobre a fragmentação da racionalidade na modernidade e suas consequências Cf: WEBER, M. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: *Ensaio de sociologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁵ Cf: HABERMAS, J. *A consciência do Tempo da modernidade e sua necessidade de autocertificação*. In: *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

⁶ Hegel, G. W. F. *A Razão na história: uma introdução geral a filosofia da história*. 2º ed. São Paulo: Centauro, 2001. Pp 114

partir deste protagonista que Hegel fechará o cenário da História de sua filosofia⁷, pois o Estado é a vida geral do Espírito. O mundo moderno se divide em dois: Novo e Velho mundo. O Novo mundo é composto por América e Austrália, sendo partes do mundo que se mostram física e espiritualmente impotentes, os nativos declinam à sombra da atividade européia. Contudo, Hegel reserva à América o lugar de terra do futuro. Na América se revelará, em tempos vindouros, o elemento da História Universal. Já África não tem tal sorte; à África não coube lugar no tempo histórico. Voltada a si mesmo, terra-criança, “além da luz da história autoconsciente, coberta pelo negro manto da noite”, a África não tem nenhum desenvolvimento a mostrar. O que quer que tenha havido lá faz pertence aos asiáticos e europeus. O Egito não pertence ao espírito africano. Para a História, África e América, sem Estados nacionais fortes à época, não importam, pois o interesse está no que foi e no que é. A Ásia e a Europa são o real palco da História Universal.⁸

A História universal, como o sol, nasce no Oriente, e segue de leste para oeste, da Ásia para a Europa⁹. O termo leste, para a História, é algo determinado pelo sentido histórico: a História universal é o disciplinar da vontade natural tendo em vista o universal e a liberdade subjetiva. Nos Estados orientais, um é livre. Na Grécia e em Roma, poucos eram livres. No Mundo Germânico, todos são livres. O oriente representa a infância da História, os sujeitos aparecem como meros acidentes. A adolescência seria o mundo grego, onde as individualidades se formam e se vive a bela liberdade. O império romano é a idade viril, o Estado começa a destacar-se abstratamente, e a agir de acordo com um fim. O mundo Germânico seria a velhice, sinal de maturidade, não de fraqueza. É o período da conciliação entre o secular e o sagrado operada, primeiro pelo cristianismo, e daí por diante por si só. Fazer desaparecer a tensão entre Igreja e Estado, fazer com que o espiritual não seja estranho ao Estado, para que a liberdade possa se realizar, é o resultado final a que o processo histórico deve chegar, mas não se pode prever quão longo será o caminho até lá.

II

*“ O botão desaparece no desabrochar da flor, e
pode-se dizer que é refutado pela flor. Igualmente, a flor se explica por meio do fruto
como um falso existir da planta,
e o fruto surge em lugar da flor como verdade da planta.
Essas formas não apenas se distinguem, mas se repelem
como incompatíveis entre si. Mas a sua natureza fluida as torna, ao mesmo tempo,
momentos da unidade orgânica na qual não somente não entram em conflito, mas uma existe tão necessariamente quanto a outra;
é essa igual necessidade que unicamente constitui a vida do todo”*

Hegel, Fenomenologia do Espírito

⁷ A filosofia da história é um texto póstumo, publicado pela primeira vez em 1837, seis anos após a morte do autor. Cf Hegel, G. W.F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UNB, 1995. Ver tb Hegel, G. W.F. *Lecciones sobre la filosofia de la Historia Universal*. Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1953.

⁸ Hegel, G. W.F. Op. Cit, (1995) Pp 73-91

⁹ Hegel, G. W.F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora UNB, 1995. Pp. 93-97.

Hegel apresenta as lições sobre a história do mundo como fruto do desejo pela compreensão racional, e não para acumular fatos. Mas a fé na Razão não é exigida por antecipação. A apresentação da filosofia da História não é uma pressuposição de estudo. É um resultado: que a Razão é o verdadeiro poder eterno e Absoluto e que apenas ela manifeste-se no mundo, é algo que foi provado em filosofia. O estudo da História mostra que ela é a trajetória racionalmente necessária do Espírito do mundo¹⁰.

A proposta de Hegel é fazer uma história filosófica, uma filosofia da História do mundo¹¹. A intenção aqui não é contemplar o todo da riqueza do projeto hegeliano¹². O texto hegeliano é uma teia infundável. Pretende-se lhe tomar de empréstimo um fio. Um entre tantos outros. O que foi possível escrever, agora¹³. Aquilo que despontou para mim entre as graciosas curvas gráficas de um texto que oscila entre o extremo de abstração e um repositório de gestos¹⁴. A pretensão é tão somente dar corpo às inquietudes que brotaram e me perseguem, sem dar a elas resposta ou um silêncio, mas tão somente uma dança. Nada aqui pode ser, senão, provisório.

A vida a fluir...enigma que encanta em Hegel. Para ele, o Espírito nunca está em repouso, mas sempre em movimento progressivo. Cresce lenta e silenciosamente, até que uma nova figura desponte, e desintegre, peça por peça, o mundo precedente. A aparição deste novo mundo é fruto do “movimento do surgir e do passar que não surge, nem passa, mas é em si, e constitui a efetividade e o movimento da vida”¹⁵. O Espírito, em sua marcha que implica a superação constante de tudo que já não o serve, reserva à História, um papel muito especial. Cada figura singular do Espírito e seus pensamentos determinados que passaram são momentos positivos necessários. Tudo aquilo que se distingue no movimento e foi capaz de conferir a si mesmo um existir particular “é conservado como algo que se interioriza na recordação, cujo existir é o saber de si mesmo, e do mesmo modo este saber é imediatamente existir”¹⁶. Assim, tomar conhecimento da trajetória humana, a História Universal, está longe de ser uma frivolidade, enfermidade e vício, como é pintada a cultura histórica por Nietzsche tempos depois¹⁷. Para Hegel, saber a História é ser parte da História. Saber a História é existir.

¹⁰ Hegel, G. W. F. *op. cit* (2001). Pp. 54

¹¹ Hegel, G. W. F. *op. cit* (2001). Pp.45-52

¹² Geniais e ilustres leitores de Hegel se espalham ao longo da história da filosofia. Afinal, quem não leu Hegel? Cito aqui duas lecturas importantes no século XX, que repercutiram sobretudo no pensamento francês: HYPOLLITE, J. *Génesis y Estructura de la Fenomenología del Espíritu de Hegel*, Traducción de Francisco Fernández Buey, Barcelona, Península, 1974. KOJEVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel* Rio de Janeiro : Contraponto/EDUERJ, 2002. Cf também: ARANTES, Paulo Eduardo. *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo: Hucitec/ Polis, 2000.

¹³ “Interpretar as interpretações dá mais trabalho do que interpretara própria coisa, mas escrevemos mais livros sobre livros do que sobre os assuntos mesmos; comentamos-nos uns aos outros. Há excesso de comentadores mas escassez de autores. A principal ciência do século consiste em entender os sábios; não está nisso o fim último de nossos estudos?.”MONTAIGNE, Michel de – *Ensaio*. Col. “Os Pensadores”, 2ª edição, tradução de Sérgio Milliet, S. Paulo, 1980. Pp.483

¹⁴ CAMPOS, Haroldo de. Hegel poeta. IN: *O arco-íris branco: ensaios de literatura e cultura*. Rio de Janeiro, Imago: 1997. Pp. 61-73

¹⁵ Hegel, G. W.F. *Prefácio à fenomenologia do Espírito*. IN: *HEGEL, vida e obra*. São Paulo, Nova Cultural, 1999. (Os pensadores). Pp 316.

¹⁶ HEGEL, G. W.F *Op cit*. (1999) Pp 317.

¹⁷ Diz Frederico Nietzsche: “há uma maneira de história que depaupera e degenera a vida. Dar-se conta disso é algo necessário e doloroso. O horror causado por isso não é algo compartilhado por todas as pessoas do nosso tempo. A maioria pensa ser esta sensação falsa, abominável, antinatural e ilícita, por que vai contra as conveniências universais. Mas, mais importante do que o respeito às conveniências é o que se ganha ao tratar como mal, como enfermidade e vício, algo do que nossa época se orgulha e

Por um lado, cada configuração abandonada do Espírito é positiva, necessária à marcha. Por outro, este existir concreto inferior recaiu na condição de um momento que não aparece. Aquilo que outrora fora a coisa mesma, hoje é apenas vestígio, traço apagado. O indivíduo universal, o Espírito, percorre trabalhosamente cada uma das figuras, num longo caminho. O Espírito sabe a História porque é a própria História. Guarda em si todas as ruínas. Para o Espírito, o trajeto que leva da Imediateidade da consciência sensível ao Conceito Puro é a sua história, a História Universal. A atividade do Espírito constitui-se como lançar-se à negatividade, à dilaceração. Sua força se mostra na capacidade de sustentar em si o que está morto. “O Espírito não é este poder que a modo do positivo se desvia do negativo, [mas aquele que] ao contrário, é o poder Absoluto somente e quando contempla o negativo face a face e junto dele permanece”¹⁸.

Paixão e violência, o drama da História Universal aos indivíduos parece um espetáculo de naufrágios e confusões. O indivíduo quer o prazer, busca a satisfação, a felicidade, e não a encontra em sua existência individual. Mas, o indivíduo particular é o Espírito incompleto. Ao se dar conta disso, tal como o Espírito, o indivíduo, no processo de formação que leva da incultura ao saber de si, deve “percorrer os degraus de formação do Espírito universal, como figuras já abandonadas pelo Espírito, como estágios de um caminho que já foi aberto e aplainado”¹⁹. A cultura consiste, para o indivíduo, que ele tome para si, cada um dos momentos desse caminho. O indivíduo culto, que sabe de si, é aquele que apreende a História, trajeto do Espírito.²⁰ É preciso observar que, para Hegel, saber não está dissociado de agir. Portando o conhecimento sobre a História não é algo frio, inefetivo, superficial. Ser definitivamente é conhecer. Os indivíduos que sabem a História são os mesmos que fazem a História, no seu sentido determinado. Não há opção: ou o indivíduo faz a História, ou será vítima dela²¹.

“Os Homens históricos, indivíduos históricos do mundo, são aqueles que apreendem uma proposição universal elevada, fazem-na seu objetivo, e realizam este objetivo, em conformidade com a mais elevada lei do Espírito. (...) Uma personalidade histórica do mundo não é tão desprovida de imaginação que não possa adaptar sua ambição às circunstâncias, mas não é também muito ponderada. Esta dedicada a um objetivo, aconteça o que acontecer. Uma personalidade tão poderosa tem de pisar em muita flor inocente, esmagando muitas coisas em seu caminho.”²²

A Razão se serve das paixões dos indivíduos isolados para seus fins. Mas a tendência é que, na medida em que o Espírito progride, essas paixões sejam substituídas por interesses cada vez mais gerais, que contemplem

chama de cultura histórica. NIETZSCHE, F. *Segundo fragmento: Da utilidade e dos inconvenientes dos estudos históricos para a vida*. In: *Considerações Intempestivas*. Presença, Lisboa, 1976

¹⁸ HEGEL, G. W.F Op cit. (1999) Pp. 309.

¹⁹ HEGEL, G. W.F Op cit. (1999) Pp. 309.

²⁰ HEGEL, G. W.F Op cit. (1999) Pp. 308; Hegel, G. W.F. op. cit (2001) Pp. 125.

²¹ É pertinente aqui relembrar a crítica de Marx à autonomia conferida por Hegel aos indivíduos perante a História: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.” MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” in *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores) p.329.

²² HEGEL, G. W. F. Op. cit (2001.) Pp. 78

um maior número de indivíduos. Para isso é preciso que a História seja registrada de maneira que amplie sua duração para além da vida individual. É preciso escrever a História. A História é sempre escrita, e o fato de que a História e sua escrita se encontrem tão imbricadas não é fruto de um acidente. Os acontecimentos e a narração desses acontecimentos são dois significados que se reúnem sob a mesma palavra na língua alemã (e no português também) para anunciar que eles aparecem ao mesmo tempo, e sob a mesma condição: a existência do Estado. O Estado, protagonista da cena histórica, torna os registros possíveis e desejáveis, por trazer junto a si um conjunto de leis e práticas que, por um lado precisam ser compreendidas, e por outro tornam possível ao indivíduo se reconhecer em algo maior que ele.

“É o Estado que apresenta em primeiro lugar o assunto que não é apenas adequado à prosa histórica, mas que a cria junto com ele. Uma comunidade que se eleva a Estado (...) produz e está interessada num registro inteligente e preciso, com resultados duradouros, de suas ações e acontecimentos”.²³

As relações entre Espírito, Estado e indivíduo remetem à tensão entre universal e particular. O Estado se comporta como síntese de paixão e Razão. O indivíduo é a finitude do Espírito, sua negação. Quando os indivíduos são capazes de superar-se no Estado, o Espírito vence sua finitude. No tempo evade-se do tempo, e faz História. O ardil da Razão é a dissolução do particular no universal, da paixão individual no interesse da Razão Absoluta. A efetividade disso é o Estado que conduz o devir dentro dos passos da dialética especulativa. Levada por este personagem, a experiência humana está em boas mãos, certa do retorno seguro, sem nenhuma perda ou desvio. O drama da história tem o fim certo da reconciliação.

III

*“Vou voltar
Sei que ainda vou voltar
Não vai ser em vão
Que fiz tantos planos de me entregar
Como fiz enganos de me encontrar
Como fiz estradas de me perder
Fiz de tudo e nada de te esquecer. “*

Sabiá-Chico Buarque/Tom Jobim

A reconciliação é o *telos* da epopéia da Consciência, para a Lógica e para a História. Lógica e História obedecem, em Hegel, ao movimento dialético, e estabelecem uma relação de identidade entre si. “A história do mundo é o desenvolvimento do Espírito no Tempo, assim como a natureza é o desenvolvimento da idéia no Espaço²⁴”. Percorrer a dialética hegeliana não seria um trajeto possível para entrever, não além de Hegel, mas de quina, de viés, movimentos outros de historicidade e tempo?

Esta busca pela construção de novos olhares sobre a história encontra-se em consonância com as práticas historiográficas desenvolvidas ao longo do século XX. Mas esta historiografia tendeu a julgar suficiente, para quebrar o sentido histórico herdado do século XIX, ignorar as filosofias da história, base da historiografia

²³ HEGEL, G. W. F. Op. cit (2001.)Pp.112-115.

²⁴ HEGEL, G. W. F. Op. cit (2001.) Pp. 123

tradicional²⁵. Em geral, a recusa à filosofia é tida como necessária à defesa da especificidade do conhecimento histórico. Muitos historiadores pensam que ultrapassar os limites do puramente documental é um signo revelador do fato de que não se está “realmente” fazendo História²⁶. Porém, este abandono da filosofia e da teoria como interlocutoras do saber histórico, esquece que a enorme dificuldade em se romper com Hegel é redobrada quando o caminho escolhido é ignorá-lo²⁷. Encarar o projeto hegeliano de maneira relapsa não provoca outra coisa senão a expansão de seu domínio. A marca hegeliana parece mais leve que nunca exatamente no momento em que pesa com toda intensidade²⁸.

Seguir o registro dessa marca é refazer os passos da dialética hegeliana, percorrer os passos do Espírito que se atira à morte, ao outro, e retorna, são e salvo, ao começo de tudo. Neste movimento, a negatividade é a distinção e a posição de existir: no retorno a si mesmo, a negatividade é o devir. Tanto para acompanhar o engendramento deste retorno, necessário, seguro, inescapável, quanto para nessa curva flagrar aquilo que ousa querer escapar à reconciliação, o ‘texto capital’ seria o prefácio à “Fenomenologia do Espírito”²⁹. Ali se encontra exposto o centro do hegelianismo: o Saber à altura da morte³⁰.

Este belo texto, rico, complexo, de uma plasticidade obscura³¹ conta a trajetória do Espírito que deve transitar pelo seu contrário, apaziguar-se para existir. Além de uma narrativa, este texto é também um quadro e uma figura³²: movimento apreendido como quietude³³. Movimento que apresenta três momentos: a vida substancial, a universalidade do pensamento, e o Conceito. O Espírito só é efetivo se está entre esses três momentos, e o verdadeiro é essa diversidade que constantemente se re-instaura.

O desafio da filosofia na modernidade, para Hegel, é romper e superar a abstração do pensamento formal(kantiano)³⁴, conferindo a ele fluidez³⁵. O pensamento é fluido quando o puro pensar se reconhece como um momento, reconhecendo o movimento do Espírito. O Espírito, quando sabe que o pensamento assim como o tempo é apenas um deslocamento de si mesmo, sabe que o verdadeiro e o falso, o passado e o presente, o

²⁵ Por Historiografia tradicional entende-se o conceito de História fundado em um Sentido Universal e essencializado para a humanidade. Sentido que se realiza na construção de Identidades, em especial na modernidade, as de Estado-Nação e Povo. A soberania nacional é o ápice desta História, que encontra sua elaboração clássica no século XIX. (nota império)

²⁶ LA CAPRA, D. *History and Criticism*. Ithaca:1985. A respeito das fecundas relações entre história e filosofia Cf: REIS, J.C. *História & teoria: historicismo, Modernidade, temporalidade, e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

²⁷ Cf: RICOEUR, Paul. *Renunciar Hegel*. In: RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tomo III. Pp 335 a 348

²⁸ DERRIDA, Jacques. *De la economía restringida a la economía geral – um hegelianismo sin reserva*. In: La escritura y la diferencia. Anthropos, Barcelona, 1989. Pp 345-382

²⁹ HEGEL, G. W.F (1999)Pp 293-329 . O texto foi escrito em 1807, e seria mais exatamente um pós-fácio à fenomenologia. Cf: nota do tradutor. Pp 293-295

³⁰ DERRIDA, Jacques. *Op. Cit* (1989). Pp 349

³¹ VAZ, H.C. Lima. *Apresentação*. IN: MENESES, Paulo. *Para ler a Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Loyola, 1992.

³² Figura é uma fração de discurso. Deve ser entendida no sentido ginástico ou coreográfico, como um gesto do corpo captado na ação, e não no repouso; são aquilo que é possível imobilizar do corpo tensionado, do movimento de pensamento. Cf: BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. Pp. 1 e ss.

³³ CAMPOS, Haroldo de. *Op cit* (1997) Pp 63.

³⁴ Hegel apresenta-se como contraponto à filosofia precedente, que tem como representante mais radical Kant. Hegel critica a incapacidade de toda a filosofia anterior em explicar a origem do conhecimento, centrando-se somente na explicação do processo de representação das coisas e nas condições de possibilidade deste processo. Cf Hegel, G. W.F Op cit. (1999)Pp 319 e ss.

³⁵ HABERMAS, J. *O conceito hegeliano de modernidade*. In: *Op Cit*. (2000).Pp 36-63

bem e o mal, são apenas determinações provisórias. Privados de movimento, permanecendo cada uma em seu lugar, isoladas e fixas, sem se comunicar umas com as outras, essas determinações não são capazes de dizer nada sobre a verdade do Espírito, que é devir em si mesmo.

A ambigüidade do verdadeiro está em seu devir pelos momentos da consciência: o primeiro (a consciência sabe alguma coisa em identidade com o objeto) *em-si* e o segundo, (a consciência reflete sobre si mesma gerando um novo objeto) *ser-para-ela desse em-si*. O traço, a mediação, que conecta estes dois momentos eliminando a contradição é o movimento, a fluidez coerente com o caráter dialético deste processo. A mediação contém a nada³⁶ do primeiro e é a experiência que sobre ele aconteceu. Causa horror se entendida fora do Sentido histórico, ou da lógica dialética.

Para Hegel, o incrível do Espírito não é a ausência de acidentes e imperfeições, mas que o acidental alcance um existir próprio e uma liberdade à parte. E que, ainda assim, seja o Espírito capaz de contemplar e encontrar-se a si mesmo nisto que é seu outro. Funda o verdadeiro através de um raciocínio que erra aqui e ali, e que por isso abraçará, por meio do movimento, o mundo total da consciência na sua necessidade. O movimento de existir consiste em, de uma parte tornar-se outro, e por outra parte, retornar a si. A aventura do Espírito ‘termina’ quando ele é chamado a voltar pra casa. Este deslocar-se para a Igualdade mesmo, em relação ao outro é violento. Esse retorno do Espírito a ele mesmo implica a supressão deste outro. Entretanto, esse retorno necessário faz com que esse outro não seja um qualquer, mas apenas aquele que é a determinação de si mesmo, que já é o mesmo. O Conceito é exatamente o pensar que move a si mesmo e a si mesmo se diferencia. Ao fazê-lo é a própria interioridade, o Universal concreto, o começo de tudo, a Origem.

Toda História é conduzida pela necessidade lógica do movimento especulativo. O movimento experimenta o não-experimentado (abstrato), se aliena e, em seguida, retorna a si desta alienação. O abstrato se apresenta como efetividade, como verdade e também como propriedade e experiência da consciência. A cada momento da consciência, o Conceito, que no começo é abstrato, vai se enchendo de concretude, vai tornando-se mais determinado e mais rico, prestando-se ao acidental e contingente até tornar-se o Universal concreto. Mas não se pode prever quão longo será o caminho até lá.

IV

“Onde morrer é, perdendo o tempo de nosso fim possível, engajar-se no ‘presente’ infinito da morte impossível de morrer, presente para o qual a experiência do sofrimento está manifestadamente orientada, ela que não nos deixa mais tempo de concluí-la, mesmo morrendo, tendo assim perdido a morte como termo”

BLANCHOT, Maurice. A conversa infinita .

³⁶ expressão abstrata do processo pelo qual o objeto deixa de ser em si mesmo para conservar-se no segundo. Segundo Heidegger, aqui a consciência revela o traço fundamental da sua essência: ser alguma coisa que, ao mesmo tempo, ela ainda não é [!]. FIGUEIREDO, L. Cláudio e COELHO, Nelson Júnior “*Questões Conceituais da Análise de Textos e Discursos*”, Instituto de Psicologia da USP, pós-graduação da Psicologia Experimental, 1996.

A modernidade se põe o objetivo de unir método e conteúdo, forma e princípio, sagrado e profano, universal e particular. Promete emancipação e reconciliação³⁷. Neste projeto, a “fenomenologia do Espírito” prepara para si o elemento do saber. Na simplicidade do saber, os momentos são o verdadeiro na forma do verdadeiro, e sua diversidade é a diversidade do conteúdo. Não significa, porém, que não haja critérios, ou unidades de medida que permitam fazer distinções entre o conhecimento verdadeiro, Ciência, de um falso saber, ou minimamente, de saberes que não alcancem a verdade do Espírito. O ponto crucial aqui é uma distinção entre dois tipos de negatividade. Essa distinção é uma crítica ao “ceticismo grosseiro”, ou seja, à negação pura e simples da proposição, que se restringe ao vazio, sem oferecer uma nova positividade no lugar da primeira. “*É o negativo que não intui em si o positivo*”, uma reflexão que, ao não considerar essa negatividade como seu conteúdo, esvazia-se, colocando-se sempre além do objeto e imaginando, assim, estar acima de uma reflexão positiva e dotada de conteúdo³⁸. Reside nesta crítica uma noção de produtividade, de economia, na medida em que torna falso aquilo que é improdutivo, que é infecundo e incapaz de gerar positividade³⁹.

Somente no “pensamento por Conceito”, o conteúdo do objeto, sua positividade, pode ser resgatado a partir de sua negação. Sendo o Conceito o *objeto-para-a-consciência*, a consciência, diante da negatividade, não perde o conteúdo do objeto. Assim engana a morte, se recupera no outro, o mesmo. O objeto, sendo *em-si e para-a-consciência*, ao ser negado não se esvazia – uma vez que a consciência apreende essa negação, não como uma vacuidade, mas como negação *determinada pelo objeto do qual proveio*. A negação torna-se positividade, novo objeto em-si que também o é *em-si para-a-consciência*.

A consciência não pode interromper este movimento de negação e ressubstancialização de si mesma, pois se apresenta como necessidade de efetividade. Não pode acomodar-se sob a dicotomia entre conceito e objeto negado. Seria a aceitação da negatividade em si mesma, e da morte sem retorno. Não pode aceitar, por fim, a aporia, o trágico como *telos* para o Espírito. O desenrolar é dramático, mas jamais aporético. A consciência do Espírito é *conceito de si-mesma para-si*. Daí afigura-se que o conceito não-efetivado denotaria uma consciência incompleta. O não-reconhecimento de uma parte do Espírito que só é *em-si* sendo *para-ela*. A consciência que só pode ser *em-si para-si*, não pode deixar de se reconhecer, de ser realidade efetiva e imediata *para-si*, caso em que deixaria de *ser para-si*, deixando efetivamente de ser⁴⁰.

É necessário que a consciência ressubstancialize o objeto, que retorne à sua própria positividade. Uma vez diante à negatividade do objeto, seu outro, diante da necessidade de retornar à positividade do mesmo e de si-mesma, a consciência dirige-se para além – para o ponto “*onde o conceito corresponde ao objeto e o objeto ao conceito*”, para além-de-si-mesmo. O que não significa imprevisto. Este ponto já está pré-fixado no início, quando da necessidade que tem a consciência em efetivar o Conceito. Ao incorporar a negatividade em sua

³⁷ HABERMAS, J. *O conteúdo normativo da modernidade*. In: *Op cit* (2000) Pp 467-509.

³⁸ HEGEL, G. W.F *Op cit.* (1999) Pp 322 e ss.

³⁹ NASCIMENTO, Evando. O perdão, o adeus, e a herança em Derrida. Atos de memória. IN: NASCIMENTO, Evando. (org). Jacques Derrida: Pensar a desconstrução. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. Pp. 29 e ss.

⁴⁰ HEGEL, G. W.F. *Introdução à fenomenologia do Espírito*. In: *Op cit* (1999)Pp. 311-341

positividade, a relação do Espírito com seu outro se altera, e na medida em que o Espírito só é nessa relação, ele se altera. Ao mesmo tempo, sempre foram uma só e a mesma coisa. O limite do diverso é traçado pelo igual. É o próprio Espírito que se torna outro, porque foi além da limitação de si-mesmo ao reintegrar na positividade seu negativo. O por-vir não adentra no tempo, é engolido pelo presente⁴¹.

Cada figura, cada experiência, cada objeto, cada determinação do todo se torna um momento da dialética. A vida, aparentemente em migalhas, encontra na Ciência e na História consolo. O Espírito supera a fragmentação, fundindo harmonicamente as contradições ao fim de seu movimento. A inteligibilidade universal, síntese do efêmero e do eterno, é o já conhecido. O sensível é o inteligível. Essa inteligibilidade é atingida por meio do entendimento, que é o pensar. O pensamento especulativo dissolve a distinção entre sujeito e objeto, entre passado e presente, entre sensível e inteligível, real e racional, levando ao plano do existir ou da presença: é o acesso ao fundamento da vida, ao qual infinitamente se retorna. O resultado só pode ser igual ao começo, por que o começo é o fim: o efetivo existente é o movimento.

V

Ele [Hegel] não sabia até que ponto estava certo.

G. Bataille- A experiência interior

A unidade entre método e historicidade traçada por Hegel, como um caminho que confere sentido à experiência humana, não pode ser questionada a não ser por aquilo que ela deixa de abarcar⁴². Mas como dar corpo e palavras a isto que soube escapar a força da dialética e da *Aufhebung*⁴³ hegeliana? Como, sobretudo em se tratando do campo disciplinar da história é possível escrever a história daquilo que os saberes limítrofes⁴⁴ chamam de inefável, indizível? Estas perguntas levam ao campo do desvio, da dobra, e da curva. Da possibilidade do desvio e do desvio como possibilidade. Contra o artil da razão, “despertar” a astúcia do sonho. Contra a responsabilidade vigilante do *logos* que sempre retorna ao lar, dar lugar à malandragem do boêmio pra quem a noite nunca finda, e que opõe à seriedade e à clareza o riso embriagado e imprevisível. É antes de tudo preciso que o historiador se renda ao fato de ser um escritor de histórias?

⁴¹ O princípio de Identidade e Sentido Histórico Moderno tendeu a consumir um acordo que tem a pretensão de trazer à “realidade” uma racionalidade purificada do contingente. A aventura da Metafísica Ocidental sempre foi uma obstinada procura de absorção da diferença em uma dimensão unívoca. A determinação conceitual de tempo e espaço construído pelo Ocidente contém uma promessa de reencontro com a substancialidade. Toda construção dos sistemas argumentativos que sustentam a realidade ocidental se faz a partir de uma operação específica com o tempo, concebendo-o como uma cadeia infinita de acontecimentos imbricados intimamente, de forma espacializada, onde os instantes não são totalmente inesperados. Cf: SOUZA, Ricardo Timm de. *O tempo e a máquina do tempo: estudos de filosofia e pós-modernidade*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998

⁴² Ou seja, colocar a consideração pensante da história operada por Hegel como uma operação interpretante entre outras possíveis. O que, claro, não pode por si mesmo constituir um argumento contra Hegel, mas sinalizar que em algum momento já não pensamos e lemos mais como Hegel, mas depois dele. “ A este leitor, se não deve ceder às fraquezas da nostalgia, é preciso desejar a coragem do trabalho de luto” Cf: *RICOEUR*, Paul. *Op cit* (1997). Pp 352 a 355.

⁴³ Processo de superação ou suprassunção próprio à Razão universal. Cf: MENESES, Paulo. (1992). Pp 77-118. Há também a proposta de traduzir, a partir de Derrida (que usa para *Aufhebung* termo francês *relève*) como rendição e redenção, indecidivelmente. NASCIMENTO, Evando, 2005. Pp 30.

⁴⁴ Pensando aqui no conjunto das humanidades pensadas como formações discursivas que não se deixam reduzir à uma unidade simples. Cf: FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petropolis, Vozes, Lisboa: 1972. Pp:29-88

Coisa necessária e impossível. Este impossível cortejado por Bataille em seus textos⁴⁵ como um excesso que se agrega ao discurso por uma estranha contorção. Proponho acompanhar esta curva na companhia de Derrida, leitor de Bataille, leitores de Hegel (no texto “*De la economía restringida a la economia geral – um hegelianismo sin reserva*”⁴⁶) com o compromisso que têm os amigos sem hora de voltar. Remeto ao texto, não sem rigor, mas com a alegria e curiosidade de quem espia por uma janela o possível do impossível.

O risco aqui é perder-se em tantas e variadas remissões, movimentos e possibilidades. Se tudo aparece fluido demais, o risco é se abandonar numa letárgica inércia diante de tamanha transitoriedade e instabilidade. É um problema que ultrapassa os limites epistemológicos e chega a um expoente ético⁴⁷. Mas, se assim: “onde está o caminho? O caminho está sempre por encontrar. Uma folha branca está cheia de caminhos...voltaremos a fazer o mesmo caminho cem vezes...E todos estes caminhos têm os seus caminhos próprios. De outro modo não seriam caminhos”⁴⁸. Aquele que conta uma história não é ele próprio antes do risco de se perder.

Isso posto, (ainda?) não é suficiente para deslocar do texto hegeliano o olhar que atento o buscou. Pois o Espírito é tão somente aquele que se perdeu em seu outro para depois se retornar. A aposta é que a “investigação” deva residir nesse ponto de perda, na negatividade abstrata, pensada como diferença: intervalo único que separa o Sentido de um certo sem-sentido⁴⁹. Em Hegel esta diferença aparece administrada pelo pensamento especulativo, sendo tragada pelo movimento de superação-conservação da dialética. Ele notou bem que a negatividade, diferença ou morte, se deixada a si, sem medidas, não poderia conduzir a outro lugar que não ao horror causado pela falta de Sentido⁵⁰. Entretanto, Derrida aponta esta negatividade abstrata como um recurso que Hegel, por “precipitação”, preferiu recusar, na busca por fazer sério o sentido e seguro o saber. A negatividade abstrata seria um recurso de Hegel para lidar com a instância de um gasto sem reserva, uma negatividade radical, onde a supressão, a destruição, a morte, o sacrifício, não têm limites. Ponto do qual não se possa retornar, em que o Espírito se perde e não sabe fazer o caminho de volta em seu trajeto. Ponto em que o próprio trajeto se perde, e junto, o Sentido da história e da lógica. Chamar este “lugar” de negatividade abstrata e inseri-lo como necessário no movimento da dialética é uma forma de garantir que a historicidade e a experiência fiquem restritas aos limites da *Aufhebung*, ou seja, àquilo que conserva e reproduz a vida.

Seguindo com Hegel, seguindo o movimento até a negatividade, escancarando a face do negativo até mostrar sua positividade, se pode vislumbrar, num instante, que nunca houve para o Espírito um lugar para retornar, precisamente porque nunca houve um reverso, um positivo e um negativo, mas apenas e tão somente devir. Diante do negativo, a decisão interpretativa teria sido a favor da necessidade da continuidade lógica, do

⁴⁵ BATAILLE, Georges. *A experiencia interior*. São Paulo: Ática, 1992 ; BATAILLE, Georges. *O erotismo*. São Paulo. ARX, 2004, entre outros.

⁴⁶ DERRIDA, Jacques. Op cit (1989). Pp 345-382

⁴⁷ GRAMMONT G. *Catharse e teoria da leitura*. Varia História. Belo Horizonte, n. 25. Julho 2001. pp. 73-80

⁴⁸ Jabès, Edmond. Apud: Derrida, Jacques. *A escritura e a diferença*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. Pp 60.

⁴⁹ DERRIDA, Jacques. Op cit (1989). Pp 349

⁵⁰ “o que seria um negativo que não se deixasse superar?” Aqui se insere a crítica a negatividade que conduz ao vazio de sentido, ao não saber. (Ver pp 13). Cf: *O Poço e a Pirâmide* (1972) tradução de Rui Magalhães. In: *Hegel e o Pensamento Moderno*, RÉS Editora, Porto - Portugal, p. 39 -107. (ver S/Data). Ver tb: ARANTES, Paulo Eduardo. *A Pura Contradição Sendo-aí*. IN: Op cit. 2000. Pp 105-128

pensamento especulativo dialético. Essa decisão implica em tomar a negatividade o trabalho do Espírito, e reflete a aposta de Hegel na História Universal, no Sentido e Verdade, contra o jogo, a sorte e o riso.

O riso excede a dialética e ao dialético. Surge da angústia e do risco absoluto da morte, da diferença e do irreconhecível, como renúncia ao Sentido absoluto. Deixa-se entrever de maneira incerta em manifestações como a embriaguês, o sacrifício, o erotismo e a poesia, e ainda assim apenas de soslaio, pois caso entregue a regra de seu jogo se deixa pronto a se subordinar ao encadeamento do Sentido⁵¹.

Para encontrar uma historicidade não submetida ao Sentido histórico pode-se retirar do texto de Derrida a partir de Bataille, e sem dúvida a partir de Hegel e contra Hegel, uma aposta na transgressão risonha do trajeto do Espírito, abandonando o saber-de-si e o reconhecimento de si no outro como *telos*. Buscar o passado, o outro do presente, objeto da história, exposto ao suplício, ao não-existir mais. Encontrar na poesia, não na lógica, as palavras para dar corpo às experiências vividas desnudas, abertas, sem reserva, profundamente superficiais. Buscar predicados que não aprisione o sentido, mas façam deslizar-lo, para denunciá-lo e iludi-lo. Há ainda que se perguntar se essa transgressão leva a algum lugar? Toda transgressão conserva e confirma de alguma maneira tudo aquilo que ela excede. O que pode ser um alívio, e uma inquietação. Se lançar ao jogo contra a seriedade da Verdade e do fato não impede a conformação de uma memória e de uma história. Mas ao mesmo tempo, se não o faz, pra que transgredir? E em nome de que? Da inquietação ao alívio, aventurar-se a tramar o impossível é apenas oferecer servilmente o texto a ser infinitamente tecido por novas leituras.

⁵¹ DERRIDA, Jacques. Op cit (1989). Pp 345-382.

**CADERNO DE RESUMOS E PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA
DA HISTORIOGRAFIA: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E MODERNIDADE.**

**A INVENÇÃO DE MITOS: MÉTODO, MEMÓRIA E VERACIDADE
A história política do Espírito Santo contada por Maria Stella de Novaes.**

Altino Silveira Silva
Altinos.silva@terra.com.br

As obras *Jerônimo Monteiro: sua vida e sua obra* e *Um bispo missionário*, escritas por Maria Stella de Novaes (1894-1981), são riquíssimas em detalhes e possuidoras de redações esmeradas. Ambas foram fruto não apenas de uma exaustiva pesquisa documental, mas, também, do resgate da memória, pois a autora, por ser sobrinha dos protagonistas Dr. Jerônimo de Souza Monteiro (1870-1933) e Dom Fernando de Souza Monteiro (1866-1916), veio a presenciar diversos momentos oportunos e da privacidade dos mesmos. Todavia, a autora estava refém do que era e do seu tempo quando produziu as biografias. O objetivo deste artigo foi analisar os textos acima citados a fim de identificar o método e a veracidade do conteúdo. Os critérios utilizados foram obtidos a partir das reflexões de Marc Bloch, em *Apologia da História ou o ofício de historiador*, de René Rémond, em *Por uma história política*, e de José Carlos Reis, em *A história entre a Filosofia e a Ciência*, sobre a História Política. Quanto ao exame crítico, para se verificar a veracidade do conteúdo, pautou-se na confrontação com a mais recente historiografia espírito-santense, tais como as produzidas por Adriana Pereira Campos, Estilaque Ferreira dos Santos, João Gualberto, Nara Saletto da Costa, Sebastião Pimentel Franco e entre outros.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Augusto Malta:
o olhar através da alma encantadora das ruas**

Amanda Danelli Costa

O presente trabalho é fruto dos estudos sobre a *belle époque* carioca, assim como dos seus modernos atores que se puseram a ler e interpretar suas especificidades. A cidade-capital, delineada pelas almas de suas ruas, foi exposta à luz, como numa janela, através das lentes da fotografia.

Augusto César Malta de Campos, ou simplesmente Augusto Malta, era alagoano, da cidade de Mata Grande (antiga Paulo Afonso), nascido em 14 de maio de 1864. Com vinte e quatro anos de idade migrou para a capital federal, Rio de Janeiro. Integrou a Guarda Municipal, entre os anos de 1889 e 1893, chegando a major. Em seguida, investiu em outras ocupações, mas sem sucesso.

Eu vinha do commercio, onde exercia a profissão de guarda livros, fui estabelecido à Rua do Ouvidor, canto da Uruguayana (Casa do Ouvidor) onde perdi, em oito mezes, vinte contos, em 1894. Fiquei que nem caboré no ôco do pau em dia de chuva... Tentei, entretanto, novo negócio, à Rua Larga de São Joaquim¹. Mas a sorte ainda não me ajudou. Foi quando resolvi vender fazendas por amostras usando em vez de cavallo uma bicycleta.²

Ao trocar a bicicleta por uma máquina fotográfica, Malta deu o primeiro passo em direção ao que veio a ser o seu ofício definitivo. A bicicleta, mais do que objeto de troca, foi importante também no auxílio às andanças pelo Rio de Janeiro, ajudando o futuro fotógrafo a conhecer os muitos cantos da cidade. A permuta do veículo pela

¹ Atualmente Rua Marechal Floriano.

² Augusto Malta em entrevista ao *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, de 28/08/1936.

câmera não livrou Malta de perambular pelas ruas, muito pelo contrário, o atrelou de vez, inclusive por *contigüidade física*³, a esses lugares.

Antes de se profissionalizar, Augusto Malta, já praticava como amador o hábito e o olhar fotográfico:

(...) aos domingos, em companhia de um amigo, também amador da arte, tirava vistas da cidade... confesso que sentia grande sensação quando via surgirem no papel as belas e surpreendentes imagens que o sal de prata revelava e o hipossulfito fixava.⁴

Foi então que um amigo seu, Antonio Alves da Silva Júnior, o apresentou ao prefeito da cidade, Pereira Passos. Segundo o próprio Malta, Passos principiou na prefeitura com algumas reformas internas. Assim, foi a partir do decreto de número 445, de junho de 1903, que o prefeito criou o cargo até então inexistente na administração da cidade do Rio de Janeiro e que passou a ser ocupado a partir do dia vinte e sete do mesmo mês pelo “fotógrafo documentarista oficial”, Augusto Malta, ligado à Diretoria de Obras.

Vestindo sempre um chapéu panamá e gravata borboleta, empunhando câmeras de grande formato de negativo (24 x 30cm, 18 x 24cm, ou 13 x 18cm), operadas com chapas de vidro à base de gelatina, bastante sensíveis à luz, que permitiam trabalhar com diafragmas bem fechados e velocidades de obturador entre 1 segundo e ¼ de segundo, o fotógrafo ficou responsável por registrar logradouros e suas casas, prédios, quiosques, bem como as festas, carnavais, eventos oficiais, o andamento das obras, e, evidentemente, o sucesso das reformas. Foto a foto, produzia um inventário da cidade-capital, ampliava os argumentos da prefeitura com o apelo fotográfico, revelava imagens de uma sociedade para além do necessário, e fixava um olhar permeado pela alteridade entre a cidade do antes e do depois.

A experiência urbana moderna do final do século XIX e do início do século XX encontrou na fotografia uma expressão apaziguadora e, portanto, apropriada para documentá-la em toda a sua heterogeneidade. Mais do que isso, não se tratava apenas de uma extensa variedade de aspectos, mas de um ritmo intenso, de uma velocidade

³ Alguns teóricos e críticos da fotografia têm o entendimento de que ela seja indicial, mantendo com o seu referente, por conta da impressão luminosa, uma relação por contigüidade física. Ver: BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; DUBOIS, Phillippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1990; SCHAEFFER, Jean Marie. *A Imagem Precária*. Campinas: Papyrus, 1987.

⁴ Augusto Malta em entrevista à *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, edição natalina de 1945.

desconcertante do tempo, conseqüência tanto dos modernos procedimentos mecânicos quanto de uma moderna maneira de se pensar o sujeito e o sujeito no tempo. Assim, a fotografia se tornou a técnica ideal para estancar o fluxo de tempo presente que escorria rápida e progressivamente em direção ao futuro. A cidade foi simultaneamente palco, sujeito e objeto dessas transformações.

Deste modo, no século XIX foi atribuída aos fotógrafos a função de registradores de um mundo que se dissipava. Segundo Susan Sontag, “(...) fotografar uma coisa tornou-se uma parte rotineira do processo de alterá-la.”⁵ Esses profissionais eram contratados especificamente como os responsáveis por guardarem as imagens que se transformavam rapidamente, especialmente nas cidades. Tratava-se de um desejo de construir um álbum que conservasse a memória do antes, do durante e do depois, e que servisse de registro confiável das mudanças promovidas. A autora corrobora:

(...) desde o início, os fotógrafos não só se atribuíram a tarefa de registrar um mundo em via de desaparecer como foram empregados com esse fim por aqueles mesmos que apressavam o desaparecimento.⁶

O prefeito Pereira Passos ao convidar Augusto Malta para exercer a função de fotógrafo vislumbrou algumas possibilidades. Naquele momento, o senso comum considerava a fotografia uma expressão da ciência e intérprete fiel da realidade. Ao mesmo tempo, a quantidade de informação que a fotografia transmitia tornava-a um artifício valoroso que viabilizava mais conhecimento e segurança na idealização e realização dos projetos urbanísticos.

Inicialmente, as fotografias de Malta serviriam para resolver problemas gerados em torno das indenizações oferecidas aos proprietários de imóveis desapropriados, diante da necessidade de derrubar ou reformar as construções, fossem habitações ou casas comerciais. Vale lembrar que até então o uso das fotografias com este propósito era inédito, e sem dúvida um argumento muito eficiente de convencimento ou de comprovação de um fato.

Em entrevista, Malta lembra um episódio que ilustra bem o argumento acima:

Assisti certa vez ao ajuste do preço de um prédio à rua do Piolho (hoje, Carioca). O Dr. Passos perguntava ao

⁵ SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.79.

⁶ Idem.p.91.

proprietário quanto queria pelo imóvel, um casebre (...). Indagava Passos quantos andares do prédio:

- Dois, “seu” Dr.!

- Dois? Estranhou Passos, alteando aquelas sobranceiras de um negrume inalterável.

- Sim, “seu” Dr.!

- Veja se é este! E mostrou-lhe a fotografia.

O homem que não esperava absolutamente por aquilo, olhava embatucado a *prova* e só fazia ruminar mecanicamente.

- É “seu”! Dr.! É “seu” Dr.!

- Então? O senhor quer me enganar com semelhante arapuca, afirmando-a um prédio de dois andares?

Era uma espécie de água furtada que não chegava à linha da rua. Diante da imagem de seu triste imóvel foi mudando de cor, e também, de intenção, de modo que o vendeu finalmente por uma quantia bastante módica.

Esse era um processo infalível. Os espertalhões saíam, em geral, encabulados e arrependidos.⁷

Em seguida, dá seqüência ao relato com um esclarecimento e exemplificação a respeito deste procedimento praticado comumente pelo prefeito Pereira Passos:

O produto da venda do excesso de terrenos (...) cobria muitas vezes o valor dos respectivos prédios. A rua Urugayana, por exemplo, deixou um saldo de setenta e tantos contos, tendo sido a desapropriação geral orçada em mil e duzentos contos. Muita gente não sabe que a Avenida Gomes Freire foi rasgada através dos fundos dos quintas das ruas do Lavradio e Inválidos. Quanto não se arrecada hoje, nesses trechos, a Prefeitura de imposto predial? Obras semelhantes, com idênticos resultados, podemos apontar as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá, o alargamento das ruas Estácio de Sá, Camerino, Prainha, hoje Acre, Sete de Setembro, Assembléia, Carioca, Treze de Maio e outras.⁸

O depoimento de Augusto Malta nos permite inferir algumas observações. Em primeiro lugar, vê-se que ele estava muito próximo da administração de Passos, convivendo dia-a-dia com o prefeito. Sabe-se que daí nasceu uma amizade e uma relação de compadrio entre os dois⁹. Em segundo lugar, percebemos a filiação ao projeto da prefeitura, o apoio permanente, e a compreensão por parte do fotógrafo de que as propostas de modernização eram a melhor alternativa para a cidade. Em terceiro lugar, nota-se que o fotógrafo não se questionava a respeito das dificuldades pelas quais

⁷ Augusto Malta em entrevista ao *Diário de Notícias*, op.cit. Grifo meu.

⁸ Idem.

⁹ O prefeito Pereira Passos batizou uma das filhas de Augusto Malta.

poderiam passar os desapropriados, tampouco se perguntava se os valores eram efetivamente justos. Sua crença na remodelação era tão objetiva quanto o uso de suas fotografias como prova.

Entretanto, ao registrar minuciosamente as transformações ocorridas pela cidade, o fotógrafo fixava no mesmo documento as imagens desejadas e indesejadas. Neste sentido, a mesma fotografia que servia ao fortalecimento de um argumento da prefeitura poderia servir de denúncia do descaso com a população mais simples. Ao contratar o fotógrafo, Passos vislumbrou algumas possibilidades, como foi dito anteriormente, mas não a de que o “álbum da remodelação” pudesse fornecer fontes de crítica à sua administração. Cuidou para que as fotografias integrassem apenas as reminiscências panorâmicas de uma cidade que progrediu com as suas intervenções.

Deste modo, a função das fotografias de Malta tem íntima relação com o projeto de mobilização nacional em torno de uma identidade moderna que se forjava naquele tempo. O Brasil, metonimizado na figura da sua capital, também era representado na composição do fotógrafo, que captava instantâneos do antigo e da sua substituição pelo novo. A série de fotografias de Malta sobre a Avenida Central, por exemplo, pode ser considerada uma ode ao movimento pelo progresso que envolvia o poder público e a sociedade. Era preciso que as pessoas acreditassem na necessidade de transformação, e mais, se admirassem com ela:

Durante esse primeiro momento republicano, instável e turbulento, governo e intelectuais ligados ao novo regime não descuidaram da difícil tarefa de construção de referências simbólicas para a República. Tanto quanto o controle das cisões e oposições políticas, era importante inscrever a república nos corações e nas mentes dos brasileiros, e o processo de construção de um imaginário republicano mostrou-se tão complexo quanto a formulação da engenharia política necessária à estabilidade do regime implantado.¹⁰

Nesse sentido, a produção fotográfica de Malta conformava a memória de um tempo presente, mas que permaneceria viva para a construção e dinâmica reconstrução da memória de um determinado passado em relação a outros tempos presentes. De acordo com esta proposta, a imagem fotográfica sempre atuou como um ponto de

¹⁰ NEVES, Margarida de Souza. . “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX.” IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Brasil Republicano. Vol 1: *O Tempo do Liberalismo Excludente: Da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.37.

partida da memória, capaz de sintetizar o sentimento de pertencimento a um grupo e/ou um determinado passado.

Por ser fotógrafo oficial, Malta se vê compelido a atender as demandas de uma agência produtora bastante específica: o Estado. A marca de “fotógrafo oficial” vai acompanhar toda interpretação da sua obra. E de certo, não poderia ser de outra forma. Afinal, permaneceu neste cargo por mais de trinta anos, servindo a dezenove prefeitos. O equívoco seria pôr à frente do fotógrafo a idéia de oficial. É notório que Malta atendeu às expectativas de seus empregadores, mas não poderia, mesmo se quisesse, evitar aparecer em suas fotografias. Muitas delas apresentam mais do que o prefeito ou seus assessores precisavam ver. Não entendemos que essa característica seja obra do acaso, mas uma orientação clara dos objetivos do fotógrafo no momento da composição da foto. Entre os vários elementos que completam a composição da fotografia percebemos que, para Malta, o enquadramento deve ser analisado de maneira atenta e ao mesmo tempo ampliada.

Para tanto, é preciso apresentar o tratamento dado aqui a este termo enquadramento. Na técnica fotográfica, o *enquadramento*¹¹ é um dos elementos básicos de composição visual de uma fotografia. Em resumo, trata-se de uma ação expressiva do componente da estrutura espacial fotográfica, variando de acordo com o posicionamento do objeto central em relação aos limites da imagem (margens) e com o posicionamento da câmera (angulação) em relação ao objeto. Essas duas variantes expressam o ponto de vista do fotógrafo em relação ao referente. Além disso, o *trabalho de enquadramento*¹² pode significar, de acordo com Michel Pollack, a contínua reinterpretação do passado, também em função de duas variantes – os debates travados no presente e a identidade dos grupos manipuladores dessa memória. O que se propõe aqui é, através de uma analogia entre os enquadramentos, defender a idéia de que ambos, ao *colocar no quadrado*, promovem atos de lembrar e esquecer, não necessariamente num justo equilíbrio.

Augusto Malta compreendia a fotografia como uma técnica, um instrumento objetivo, capaz de registrar as coisas tal como elas eram. Da mesma forma, compreendia que suas fotos oficiais deveriam apresentar o máximo de realidade possível:

¹¹ OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Ribeiro. *Do reflexo à mediação: um estudo da expressão fotográfica e da obra de Augusto Malta*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, 1994. P.78

¹² POLLACK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. IN: *Estudos Históricos*. No. 3. *Memória*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, p.9.

(...) uma obra como aquela, um homem como aquele, não mereciam a falta de respeito de uma ‘tapeação’. (...) Embora em uma função secundária e lateral, eu me orgulhava em dar minha cooperação para a glória da grande obra. Ela precisava de uma documentação fiel e indiscutível que só as boas fotografias poderiam proporcionar (...).¹³

O fotógrafo aprendeu a controlar os expedientes fotográficos com a finalidade de fazer suas fotografias absolutamente críveis. Por remeterem imediatamente a situações possíveis, plausíveis, prováveis, Malta banhou suas fotografias em sensação de neutralidade. De impressão de realidade tão consistente, nem parece que foi o fotógrafo quem viu a cena e fez as fotografias, mas sim que o próprio observador da foto esteve lá e a suspendeu do tempo e do espaço.

Deste modo o que se vê nas suas fotografias oficiais não é apenas o olhar do poder público, mas o olhar individual e subjetivo do fotógrafo Malta e, além disso, o olhar de todos os passantes que perceberam a presença da câmera e que se viram dentro da lente de Malta, retribuindo com outros diversos olhares.

Como parte da memória que não se quer lembrar, mas esquecer, muitas pessoas que foram retratadas nas ruas cariocas são vistas pela prefeitura como objeto de uma intervenção saneadora, como se fossem alheias à sociedade moderna. De modo que na memória construída sobre elas durante o século XX aparecem estigmatizadas como um mal social. Patrícia Lavelle nos ajuda a compreender por que as fotografias de Malta causavam estupefato diante da elite carioca, tendo em vista que aquele cenário era, tradicionalmente, parte do cotidiano daquela sociedade. Em alguma medida, o que provocavam era um estranhamento, uma relação de alteridade, que deveria ter como consequência a garantia do projeto modernizador.

Retirada do seu ambiente cotidiano e representada sob o comando do fotógrafo, a personagem suscita um certo estranhamento que possibilita uma apreciação tranqüila do pitoresco.¹⁴

¹³ Augusto Malta em entrevista ao jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 01/08/1983.

¹⁴ LAVELLE, Patrícia. *O espelho distorcido: imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p.98-99.

O curioso é que o fotógrafo Augusto Malta, operador de uma memória oficial de cunho excludente, permitiu que essas pessoas aparecessem nas suas fotografias como sujeitos de suas próprias imagens. Justamente por compor fotografias que oferecessem a impressão de neutralidade e, assim, interferir adequadamente na composição – escolhendo luz, planos, angulação, enquadramento –, é que ele possibilitou a essas pessoas se apresentarem como quisessem, ou seja, serem senhores da sua *outra* realidade possível – a realidade em preto e branco, em tamanho reduzido, impressa em papel.

Para Ricardo de Hollanda, Augusto Malta era uma “versão mecânica do *flâneur*”¹⁵. Entretanto, o autor toma o *flâneur* por uma figura deslumbrada diante do espetáculo da modernidade. Diante das nossas convicções, melhor seria entender o *flâneur* como aquele que “perambula com inteligência”¹⁶. Malta era um estudioso. Do nada que conhecia de fotografia passou a uma das personagens mais importantes da história da fotografia no Brasil. No princípio de sua carreira, Malta indicava em todas as fotografias que fazia suas opções técnicas quanto à abertura de diafragma e velocidade do obturador, assim como informações quanto à data e condições de luz. Esse procedimento é típico de quem está aprendendo e precisa – naquela época, sem o auxílio do fotômetro – lidar com todos os elementos que constroem a imagem. Depois de revelar e ampliar, o fotógrafo poderia efetuar uma comparação entre as opções e, pouco a pouco, compreender o fazer de uma boa ou má fotografia. Essa experiência, na mesma medida, o ajudou a criar um estilo e um método.

Esse movimento pode ser percebido na comparação entre as fotografias oficiais e as outras, encomendadas por um particular que o contratasse. O olhar do fotógrafo oficial pretende, como já foi dito, criar a sensação de neutralidade, chegar mais perto da impressão de realidade. Por outro lado, quando as fotografias são para si ou para um particular que o contrate recebem um tratamento expressivo que estrutura e acentua suas intenções estéticas e sua intencionalidade criadora.

Muitas de suas fotografias oficiais ganhavam forte carga conotativa com o acréscimo de legendas. Apesar de ser um elemento extra-fotográfico, a legenda compõe

¹⁵ HOLLANDA. *Estratégias e Percepções Informacionais na Produção de Imagens em Fotografia Documental Urbana*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação - UFRJ/ECO, 2003, p.70-71.

¹⁶ RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p.06.

a imagem como um pormenor bastante significativa. Sobretudo se considerarmos a maneira como era feita: superposta à imagem, presa a ela para sempre. Malta relembra:

(...) guardo, nesta minha velhice ainda atribulada, uma recordação intangível. Ainda o vejo quando, com bonhomia, lia as indicações e sugestões com que me atrevia marginar as fotografias que lhe enviava, escrevendo ao pé dos pardieiros: “Está pedindo picareta!” - “Malta, você tem razão! Amanhã teremos picareta!”¹⁷

Trata-se, portanto, de perceber as fotografias dentro do conjunto de uma série de imagens, o mais homogêneo possível, procurando entender sua lógica de criação a partir de seus aspectos técnicos e de composição formal, relacionando-as ao contexto social dinâmico que as circundava e no qual foram produzidas. Assim, podemos estabelecer um método de interpretação das fotografias de acordo com a regularidade do aparecimento ou não desses elementos.

Deste modo, é preciso estar atento ao posicionamento de sua câmera e à escolha do ângulo de tomada, do campo visual abrangido, da disposição dos planos, da distribuição no espaço fotográfico de personagens e objetos, bem como observar os assuntos, as poses, as situações, gestos e expressões que ele registrou.

¹⁷ Augusto Malta em entrevista ao *Diário de Notícias*, op.cit.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

História das mulheres e gênero: uma discussão historiográfica

Amanda Dutra Hot

Introdução

A partir do movimento feminista, que eclode na década de 1960, começa a se configurar, lentamente, um campo novo na história: o estudo sobre as mulheres. Mesmo que, por vezes, atrelado às idéias feministas, misturado à história do cotidiano e da família, e ligado à demografia histórica, este campo foi desvencilhando-se aos poucos dessas áreas e delineando-se enquanto campo de estudo independente, não sem provocar grandes debates e polêmicas presentes até os dias de hoje na historiografia.

Este trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado *Cartas à Baronesa: a ação feminina na política e na sociedade de Ouro Preto durante o século XIX (1850-1901)*, orientado pela Professora Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves. Na referida pesquisa, pretendemos abordar a vida de Maria Leonor de Magalhães Teixeira, a Baronesa de Camargos, em seu cotidiano, com a intenção de mostrar que a imobilidade e inatuação atribuída às mulheres oitocentistas deve ser relativizada; as correspondências emitidas e recebidas pela baronesa servirão como fontes a fim de se reconstituir seu universo relacional. Para tanto, a discussão abordada no presente artigo se faz relevante, na medida em que, desde o surgimento de um esboço da História das Mulheres, até a contemporaneidade, várias controvérsias e pontos de vistas diferentes vêm sendo abordados pela historiografia, sem que se chegue a um consenso quanto aos métodos, às formas de análises, etc, para que façamos uma História das Mulheres sem relativismos excessivos e mais pluralista.

História das mulheres e história feminista: distinções necessárias

As feministas fizeram a história da mulher, antes mesmo dos historiadores. Mary Del Priore. História das mulheres: as vozes do silêncio. P. 220

A idéia de que a história das mulheres nasce da militância feminista, de fins da década de 1960, é praticamente consensual entre os historiadores do tema. Algumas mudanças e transformações ocorridas no século XIX são, também, bastante elucidativas à questão do aparecimento das mulheres na história. Veremos, a partir de agora, como os paradigmas historiográficos modernos lidavam com a mulher em seus estudos e a partir daí, como se configurou uma história feminista.

Pode-se dizer que o Positivismo sequer tratou a mulher em sua história narrativa, linear e dos grandes heróis. Muito pelo contrário, as mulheres eram duplamente excluídas, não aparecendo nem como sujeitos, nem como produtoras de conhecimento histórico.

A Antropologia histórica, ao considerar a família como unidade fundamental das sociedades, acaba por abordar o feminino, mesmo que discretamente.

Ao trabalharem os seres concretos, no lugar dos racionalismos abstratos, bem como suas inter-relações diárias, valorizando o tempo do cotidiano, os Annales, mesmo que indiretamente, ajudam na incorporação das mulheres pela história¹.

O Marxismo não tratou diretamente o feminino em seus estudos e manifestos, mostrando certa indiferença em relação ao tema. Para os seus adeptos o que importava, verdadeiramente, era a superação de classes. Mas este pensamento, de rompimento com as barreiras sociais, introduzindo a idéia de igualdade, certamente influenciou muitas mulheres a unirem-se em prol da igualdade sexual, no movimento feminista da década de 1960.

Muitas mulheres, desde que enveredaram para o trabalho fabril no século XIX, perceberam que, mesmo fazendo parte de uma camada social comum aos homens, ou seja, o proletariado, isso não fazia com que laços de irmandade/solidariedade se estabelecessem, já que representavam uma ameaça aos empregos desses homens, enquanto mão-de-obra barata.

Esse é apenas um dos inúmeros fatores que certamente levaram as mulheres a reivindicar maior autonomia e uma sociedade – e aí incluindo também uma economia e uma política – mais igualitária. Para Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, o feminismo é uma “palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho

¹ SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997, p. 59.

assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como aparecimento coletivo das mulheres na cena política”².

Mas nem todos consideram o aparecimento da mulher no espaço público um avanço para a história. Michelet, mesmo considerando a oposição entre os sexos o motor da história, alega que no momento em que as mulheres aspiram à atuação no âmbito público, causam o desequilíbrio da história³.

A partir deste breve panorama sobre a inserção do feminino nos estudos históricos e sua relação com o aparecimento do feminismo, devemos nos ater, agora, às discussões que circundam ambas as áreas: a história das mulheres e a história feminista.

Com o movimento feminista da década de 1960, sobretudo nos EUA, surge a demanda de uma história em que as mulheres fossem objeto de estudo. Pode-se dizer, ainda, que foi das próprias militantes que nasceu a curiosidade de conhecer os acontecimentos que antecederam o movimento.

A história feminista, embora tenha sido de extrema importância para a história das mulheres e para várias historiadoras por ela influenciadas⁴, mostrou-se frágil e insuficiente para a construção de uma “verdadeira” história das mulheres. Essa história “militante” foi fortemente criticada pela historiografia das mulheres que, mesmo sabendo que deve muito a ela, reconhece as suas falhas e contradições.

Um dos pontos criticados é a visão feminista que se até o momento a história fora escrita sob o prisma masculino, a partir de então deveria ser reescrita por mulheres⁵. Essa visão mostra-se errônea, já que ao reescrever a história, as historiadoras incorreriam num outro erro que é o de privilegiar a opressão e vitimização da mulher. Assim, na intenção de elevar a mulher, acabam por desconsiderá-la como agente histórico – considerando mais uma vez o homem como tal.

Outra grande crítica à história feminista deve-se ao fato de a mesma buscar expoentes históricos femininos para provar aos homens, e à própria história, que algumas mulheres tiveram comportamentos políticos e sociais parecidos com os dos homens, quando educadas no mesmo nível deles. Destacam principalmente aquelas mulheres que

² FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: *História das Mulheres no ocidente. O século XIX. V.4*. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990, p. 9.

³ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. RJ: Campus, 1997, p. 275-276.

⁴ Só para citarmos duas delas Rachel Soihet e Eni de Mesquita Sâmara. Cf. SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997.

⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do IEB*, São Paulo, v.27, p.79-91, 1987, p. 85.

questionaram o fato dos homens possuírem mais liberdade e autonomia do que elas. O perigo aí é de taxarmos essas mulheres “à frente de seu tempo” de feministas, incorrendo em anacronismos, já que o feminismo é muito recente e não deve ser aplicado sem se considerar o contexto histórico e a sociedade na qual essas mulheres viveram⁶.

Talvez uma das maiores críticas, da história em si, seja a de considerar a história das mulheres como evolução da história feminista. Embora a primeira tenha surgido sob influência da segunda, ambas são distintas, mas coexistentes. Joan Scott enfatizou essa crítica afirmando que

Embora a história das mulheres esteja certamente associada à emergência do feminismo, este não desapareceu, seja como uma presença na academia ou na sociedade em geral, ainda que os termos de sua organização e de sua existência tenham mudado⁷

Scott atenta, ainda, para o fato da emergência da história das mulheres, como campo de estudo, não ter sido direta ou linear, mas uma expansão lenta dos limites da história e que se processa até os dias atuais. A história das mulheres não possui um campo totalmente delineado, buscando incluir as mulheres como objetos de estudo e sujeitos da história – o que não parece ser tarefa das mais fáceis.

Maria Izilda Matos atesta que alguns fatores explicam a maior presença de mulheres nos estudos acadêmicos dos últimos anos, tais como a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho e suas lutas pela igualdade de direitos⁸.

A história das mulheres tem encontrado alguns obstáculos, principalmente com as fontes, que mesmo sendo as mais variadas, encontram-se incompletas e fragmentadas. A carência de um aparato teórico-metodológico também é um fator que não permite que esse “fazer histórico” tenha a consistência necessária. Contudo, os historiadores das mulheres não buscam um modelo fixo, rígido e imutável, mas sim “modelos” que se adequem à necessidade das várias histórias dos vários sujeitos analisados.

Mas os avanços alcançados pela história das mulheres depois da década de 1970 são bastante consideráveis, mesmo enfrentando tantos percalços e controvérsias. No fim

⁶ HILL, Bridget. Para onde vai a história da mulher? História da mulher e história social: juntas ou separadas? *Varia História*, Belo Horizonte, n.14, p. 9-21, set./1995, p. 17

⁷ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992, p.65.

⁸ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2005.

dos anos 1980 “estamos muito mais próximos de uma autêntica interdisciplinaridade (...) em que a História da Mulher (...) deixa de ter um lugar reduzido, quando não marginal”⁹.

O gênero como categoria de análise

A história das mulheres aparece questionando a alegada universalidade da história, enquanto produção de conhecimento, ou seja, problematizando a intenção de vários historiadores e suas respectivas vertentes, de produzirem uma “história das civilizações”. Sabemos, portanto, que essa história nunca fora feita, até que a História das Mulheres surge, pretendendo que essa parcialidade de uma história masculina seja revista. O difícil foi mostrar aos críticos da História das Mulheres – cujos argumentos consistiam em dizer que esta era uma história feminista, parcial e ideológica – que ela não surgiu para repetir o erro cometido até então, mas para colocar novos sujeitos nas discussões e análises históricas.

Uma das soluções encontradas para esse “quase” desequilíbrio da história, em que homens e mulheres disputavam o fazer histórico (embora, as mulheres com uma consciência de não excluir os homens da história), foi adotar o conceito de gênero, que emerge na década de 1980, e passa a ser usado para definir “as relações sociais entre os sexos”¹⁰. Considerado como um termo mais neutro, o gênero busca trazer maior cientificidade ao trabalho do historiador na academia.

Esta nova categoria de análise trouxe consigo novas propostas para se escrever uma história mais imparcial e menos segregadora, considerando homens e mulheres, em suas diferenças, semelhanças e, principalmente, nas individualidades dos seres humanos.

Uma das propostas, das quais comungam Bridget Hill¹¹ e Eni Samara¹², seria a necessidade da absorção do gênero pela História, assim como foram os conceitos de classe e raça. Segundo as autoras a interação dos três conceitos é essencial para a história, com o cuidado de não adotar apenas um como forma dominante e desconsiderar os demais.

⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do IEB*, São Paulo, v.27, p.79-91, 1987, p. 86.

¹⁰ PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP: Contexto, 1998, p.231.

¹¹ HILL, Bridget. Para onde vai a história da mulher? História da mulher e história social: juntas ou separadas? *Varia História*, Belo horizonte, n.14, p. 9-21, set./1995.

¹² SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997, p.45.

Algumas polêmicas vieram à tona com o conceito de gênero, como sistematizou Andréa Lisly Gonçalves¹³. Para a autora um desses impasses consiste em considerar que a categoria gênero fora absorvida e passou a ser sinônimo de história das mulheres. Este erro, embora recorrente, pode ser evitado ao pensarmos que o gênero surge justamente para trazer às discussões o feminino e o masculino, tentando não mais incorrer nos erros de generalizações e omissão dos agentes históricos. É preciso que saibamos que o gênero não substitui a história das mulheres, e desconsiderar isso consiste em errar mais uma vez. Para a historiadora Gianna Pomata a história de gênero se difere da história das mulheres e faz-se necessário uma história social das mulheres. Por isso discorda profundamente dos historiadores que privilegiaram uma história das representações culturais das mulheres, em detrimento da história social das mesmas. A história de gênero, para ela, “deve ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, por meio dos discursos e práticas”¹⁴. Um terceiro problema, apontado por Andréa Lisly Gonçalves, seriam os estudos que focalizam o gênero e apresentam apenas o feminino, pecando por esquecerem das representações do masculino. A este respeito Reyna Pastor alega ser “impossível conceber uma história das mulheres sem uma história das representações”¹⁵. O que Pastor pretende dizer é que o gênero é uma construção social e cultural sustentada pela diferença do feminino e masculino, e que a mesma só pode ser percebida nos diferentes períodos e sociedades históricas¹⁶.

O que talvez tenha causado tantos impasses em torno da categoria gênero seja a carência de configurações interpretativas e conceituais que possam servir de suporte e de ferramentas para a descoberta de outras realidades históricas¹⁷. Mas é importante lembrarmos que, mesmo que a História das Mulheres e Gênero necessite de uma vertente teórica mais adequada, as demais devem sempre ser consideradas, o que bem expressou Maria Izilda Matos, quando lembrou das dificuldades enfrentadas pelo historiador desatento a essa questão:

¹³ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. BH: Autêntica, 2006.

¹⁴ POMATA, *apud*, SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997, p. 78.

¹⁵ PASTOR, *apud*, SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997, p. 39.

¹⁶ A historiadora Michelle Perrot também faz essa consideração nas discussões relativas ao gênero enquanto identidade. Cf. PERROT, Michelle. Identidade, igualdade, diferença: o olhar da história. In: *As mulheres e os silêncios da história*. SP: Edusc, 2005, p. 467.

¹⁷ MOREIRA, Maria de Fátima Salum; SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n.39, 299.

São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambigüidades, caminho inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos¹⁸.

Mulheres rebeldes ou mulheres oprimidas?

Uma questão que esteve sempre presente na história feminista, na história das mulheres e na história de gênero, foi a abordagem da vitimização e heroicização das mulheres na história, quer as exaltando ou criticando-as.

Muitas vezes esses argumentos foram usados para legitimar a necessidade de se reescrever a história das mulheres, já que a mesma fora escrita sobre e pelos homens, até então.

O argumento que trata as mulheres como vítimas, baseia-se nos fatos de elas terem sido deixadas de lado pela história e de a elas sobrarem apenas o papel de coadjuvantes sofridas e oprimidas na história.

Já a heroicização, trata das mulheres que se destacaram nas sociedades em que viveram. Rainhas, heroínas e, até mesmo, aquelas mulheres que se comportaram semelhantemente aos homens. As biografias foram os principais meios propagadores desse tipo de história. Michelle Perrot chama atenção para uma outra definição para essas mulheres: mulheres rebeldes. Uma das imagens da relação mulher-poder na sociedade francesa do século XIX ilustra muito bem essa questão e como agiam essas mulheres:

(...) as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública. Inspiradora da decisão política, muitas vezes tomadas “sobre o travesseiro”, a mulher, em si tão pouco criminosa, é a verdadeira instigadora do crime¹⁹.

O que pretendemos com essas rápidas observações, além de mostrar que essas visões ainda se fazem presentes na historiografia atual, é propor a superação dessas visões, mas sem esquecê-las. O que queremos dizer é que mais do que mostrar mulheres vítimas

¹⁸ MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2005, p.28.

¹⁹ PERROT, Michelle. Mulheres. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. RJ: Paz e Terra, 1992, p.168.

ou heroínas, precisamos de análises mais aprofundadas sobre a questão dos seres humanos, quer homens ou mulheres. Pouco importa quem foi opressor ou oprimido; importa mais como agiram, o que pensavam e como realidades, sociedades e culturas diferentes levam sujeitos históricos a atuarem diferentemente, de acordo com pressões diferentes, pois acima do gênero está a individualidade de cada um.

A história das mulheres no Brasil

A história das mulheres no Brasil tem início na década de 1970. Suas origens vão desde o movimento feminista à pesquisa histórica que, caminhando rumo à demografia histórica, à história da família, à história do cotidiano, depara-se com a história das mulheres²⁰.

A mudança documental ocorrida nesses campos foi indispensável para o início da escrita da história da mulher no Brasil. Da mesma forma como a história do cotidiano, a demografia histórica e a história da família trouxeram a história das mulheres para a pesquisa histórica, trouxeram também um problema intrínseco a estes campos, o da relação destes com a história das mulheres e a separação clara que deveria ser feita de cada um desses domínios.

Na década de 1980, essa separação de campos delineia-se um pouco mais acentuadamente. Assim, a história das mulheres deixa de ter um lugar tão reduzido – e até mesmo marginal – na história.

Mesmo que essa nova área da história estivesse quase consolidada, ela reclamou para si alguns métodos, até então ignorados. Maria Beatriz Nizza da Silva propõe alguns, tais como a adequação dos questionamentos do pesquisador à documentação trabalhada, a “distinção entre as normas para o comportamento feminino (...) e o comportamento efetivo das mulheres no passado” e a elaboração ou importação de teorias explicativas mais adequadas à História das Mulheres²¹.

Com a chegada do conceito de gênero no Brasil, nos anos 1990, um novo horizonte se abriu frente ao historiador. O que antes era um estudo voltado apenas para a mulher,

²⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do IEB*, São Paulo, v.27, p.79-91, 1987, p. 75.

²¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do IEB*, São Paulo, v.27, p.79-91, 1987, p. 85-87.

passa a ser um estudo mais aprofundado e menos segregador, já que inclui a pluralidade do indivíduo acima do sexo, embora embasado em suas relações sociais.

A história das mulheres e gênero sofre, até hoje, em pleno século XXI, alguns impasses, tais como a fragmentação e o silenciamento das fontes. Mas, como história relativamente recente que é, temos que reconhecer que a história das mulheres e gênero vem caminhando a passos largos e tem tudo para solucionar esses impasses muito em breve.

Conclusão

Tendo em vista o que foi apresentado, podemos perceber que a história das mulheres e de gênero desenvolveu-se consideravelmente nas últimas décadas. E como todo desenvolvimento carrega consigo falhas e problemas, com esses campos não foi diferente.

Assim, escrever essa história torna-se um desafio aos historiadores. Desafio de apreender o universo relacional e social das mulheres, suas tensões, contradições e conflitos. Desafio de se reconstituir os seus “mundos”, seus contextos, seus pensamentos. E, acima de tudo, o desafio de não cometer o tão aclamado erro que os historiadores, até alguns anos, cometiam: o de esquecer sujeitos históricos, sob a “explicação” – muito esfarrapada, por sinal – de que os mesmos não agiram na história. Sejam elas mulheres comuns, rainhas, prostitutas, escravas, não esqueçamos seus gestos, pensamentos, sentimentos: façamos uma história total das mulheres.

Bibliografia

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). Escrever a história das mulheres. In: História das mulheres no Ocidente. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle. Introdução: ordens e liberdades. In: *História das Mulheres no ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

GODINEAU, Dominique. Filhas da liberdade e cidadãs revolucionárias. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (orgs.). *História das Mulheres no ocidente*. O século XIX. V.4. SP: Ebradil; Porto: Afrontamento, 1990.

GONÇALVES, Andréa Lisly. História e Gênero. BH: Autêntica, 2006.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

HILL, Bridget. Para onde vai a história da mulher? História da mulher e história social: juntas ou separadas? *Varia História*, Belo horizonte, n.14, p. 9-21, set./1995.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru: Edusc, 2005.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum; SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n.39.

PERROT, Michelle. Mulheres. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. RJ: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. Identidade, igualdade, diferença: o olhar da história. In: *As mulheres e os silêncios da história*. SP: Edusc, 2005.

PRIORE, Mary del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. RJ: Campus, 1997.

PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP: Contexto, 1998.

SAMARA, SOIHET & MATOS. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. SP: Educ, 1997

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do IEB*, São Paulo, v.27, p.79-91, 1987.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. RJ: Campus, 1997.

Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.

A PRESENÇA DE MAX WEBER NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

AMANDA SILVA MARTINS / UFOP
Amandamartinsbr@yahoo.com.br

Numa comunidade historiográfica como a brasileira, em que a atitude anti-teórica foi e continua comum, surpreende que dois dos pais fundadores de nossa moderna historiografia, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e José Honório Rodrigues (1913-1987), tenham sido profundamente marcados pela leitura do historiador e sociólogo alemão Max Weber. Nosso trabalho tem como foco a recepção de Weber na obra desses dois autores, como o diálogo com o pensamento weberiano evoluiu ao longo da trajetória de ambos, e, por fim, buscar elementos que ajudem a explicar a interrupção deste diálogo com Weber nas gerações seguintes de historiadores brasileiros. Para tanto, analisamos as principais obras destes dois autores e, em um segundo momento, buscamos uma perspectiva comparada das trajetórias de ambos. As obras priorizadas nesta comunicação são Raízes do Brasil (1936) e Visão do Paraíso (1958), de Sérgio Buarque de Holanda, e História e Historiografia (1970), de José Honório Rodrigues.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.).
Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

O PANORAMA HISTORIOGRÁFICO NO BRASIL COLÔNIA

Ana Claudia Alves de Aquino Garcia
Mestranda/Universidade Federal de Goiás

Este trabalho pretende investigar o processo de estabelecimento de relações entre a historiografia, a memória, o tropeirismo e a modernidade representada pelo trem de ferro, que chegou ao sertão goiano no início do século XX. Ao delimitar tais objetos de investigação, tornou-se necessário determinar um percurso teórico-metodológico para sustentar a análise. E é esse percurso que vai dar sentido ao objeto em estudo.

Todo estudioso sabe que a memória, em seu diálogo permanente com a história, compõe-se de lembranças, esquecimentos e silêncios. Por sua vez, a história do tropeirismo goiano, é lacunar e permeada por profundos silêncios. A partir dessa constatação surgiu a idéia de investigar o tema, de singular importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e merecedor de poucos estudos historiográficos. Sabe-se que, desde o século XVII até os primeiros decênios do século XX, um contínuo movimento de tropas traçou uma intensa rede de relações econômicas e socioculturais que interligou o território nacional. Mais que ranhuras, as lagartas do sertão traçaram teias. Teias de comércio, de vida e de silêncio...

Na presente apresentação, busco recuperar parte da historiografia nacional, perpassando os conceitos dos autores considerados clássicos, a renovação historiográfica, as idéias mercantilistas e a organização do sistema de poder.

1.1 A HISTORIOGRAFIA NO PERÍODO COLONIAL

A história do sertão se manteve articulada ao mundo litorâneo, marcado por homens e caranguejos. O sertão era bárbaro, a-histórico. As novas pesquisas revelaram, porém, uma outra face: a de um sertão mitificado sob o signo do isolamento. E foi nessa direção que se procedeu a um olhar distinto sobre as fontes da história econômica referentes aos séculos XVII e XVIII.

Sob tal perspectiva, elegi como ponto de partida o relato do franciscano Vicente do Salvador, que redigiu, em 1627, a obra *História do Brasil* onde censura os portugueses por não ocuparem as terras do sertão, uma vez que, “ sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se em andar arranhando ao longo do mar como caranguejos” (CALDEIRA, 1999, p. 173). Jorge Caldeira ressalta a força da imagem que impôs um corte e, com isso, formou dois mundos: o sertão, já em parte adentrado, se mitifica como o “desconhecido” em relação à integração econômica do litoral. A partir desse dualismo surge uma matriz interpretativa da formação brasileira onde o que importa é o litoral civilizado, conhecido e português. O sertão, ainda no estágio da barbárie, produz apenas grunhidos inteligíveis. Decifrar esses sons é “irrelevante para a história” e, por isso, deve ser silenciado.

Seguidor dessa forma de ver o Brasil, o jesuíta André João Antonil, em sua obra *Cultura e opulência do Brasil*, faz uma descrição das condições econômicas e sociais do período colonial brasileiro, que corresponde ao final do século XVII e no início do século XVIII. Em forma de relato de viagem realizada pelo interior da colônia, descreve as riquezas produzidas no Brasil e registra os principais produtos de uma terra que até então era considerada improdutiva. Em sua narrativa, o engenho é descrito como uma unidade produtiva relevante, e a escravidão é a articulação necessária para a produção do açúcar a ser comercializado e consumido exteriormente. Com isso, estabelece-se um sistema ordenado, no qual os lugares e papéis são bem definidos, e a produção segue os critérios da ordem e da obediência. Tal ordenação é voltada para a produção exportável e a importância desse setor assume a frente de uma outra dimensão econômica que é naturalmente ocultada: “ Tudo que está para além do açúcar se faz fora da sociedade, e está no plano natural” (CALDEIRA, 1999, p. 174). Assim, no mundo colonial, somente a produção do açúcar tem sentido: o de enriquecer a metrópole.

1.2 AS MATRIZES INTERPRETATIVAS

O dualismo expresso em frei Vicente do Salvador viceja em muitos textos atuais. É o caso das representações sobre a evolução política brasileira, de acordo com as interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado (setor exportador/setor subsistência), bem como de Nelson Werneck Sodré (sertão pastoril/litoral agrícola).

Assim, a dicotomia litoral–sertão permanece e rebaixa a economia do interior a um nível qualitativamente inferior, sendo o interior dependente do setor exportador. É nessa dependência que se estrutura o sentido da economia colonial:

Além destas atividades fundamentais – fundamentais porque representam a base em que assenta a vida da colônia, e constituem mesmo a razão de sua existência –, poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não têm por objeto o comércio externo [...].Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, [...] de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras. Não têm vida própria,autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependências. (PRADO JR., 2004, p. 124)

Formação do Brasil contemporâneo, uma obra clássica de inspiração marxista, de autoria de Caio Prado Jr., continua sendo, decorridos 63 anos de sua redação, uma síntese magistral da existência material da colônia, em que o passado, cuja razão era a produção em larga escala para o mercado externo e o embasamento no trabalho escravo, continua impresso nas instituições econômicas, políticas e sociais do Brasil contemporâneo. Trata-se de uma economia que se organiza em função do “outro” e que, segundo o autor, propicia a desacumulação. Tem-se, assim, um sentido colonial que transforma essa economia em economia complementar, que pauperiza e explora a terra, ao retirar toda sua riqueza e enviá-la para fora. Nessa perspectiva, Prado Jr. instaura a percepção de uma terra desterritorializada, em razão dessa exterioridade, e de seu sentido complementar que faz com que as pessoas que aqui estejam não busquem estabelecer vínculos. O que se quer é enriquecer-se e ir embora. Cria-se uma percepção de tempo que não se organiza internamente.

Apesar de magistral, a obra que traz a marca de uma reflexão fundamental dos anos 30 e de uma diretriz política para o Brasil mostra-se de certo modo hesitante, motivo esse que desperta a atenção de pesquisadores. No capítulo dedicado ao estudo da economia colonial, Prado Jr., ao mesmo tempo em que ressalta ser tal economia inteiramente subordinada à exportação – por isso, fixada próxima aos portos exportadores – e ser a agricultura de subsistência um setor insignificante, um mero apêndice do setor exportador, inclui a pecuária nesse ramo subsidiário. Cita o processo de penetração das fazendas de gado nordestinas, pelo interior do sertão, como um movimento contínuo que se inicia nos fins do século XVI e que teria inclusive provocado,em 1771, surpresa em Antonil (PRADO JR., 2004, p. 56). Em outro momento, ressalta que, “à parte a pecuária, reduzida é a atividade dos sertões

nordestinos” (PRADO JR., 2004, p. 64). Ora, se a pecuária merece ser tratada como exceção, por que enquadrá-la como atividade de segunda ordem, que não tem vida própria e nem caracteriza a economia colonial brasileira por lhe servir apenas de acessório?

Tais controvérsias vêm sendo apontadas em estudos recentes, como o de João Luís Frago (1990), que mostra claramente o sentido de acumulação interna que se dava na Colônia. São estudos que indicam que, ao se fixar na extroversão do sentido colonial, deixa-se de captar, sob a alegação de tratar-se de um “cipoal de incidentes secundários” (PRADO JR., 2004, p. 19), uma estrutura complementar que adquiriu importância inaudita. Ao se centrar na idéia de que as atividades subsidiárias, complementares, existiam apenas como fenômenos das atividades centrais, não se torna possível compreender a dinâmica do mundo colonial: um mundo onde os homens enriqueceram e onde se deu o processo de acumulação interna. É do conhecimento geral que grande parte da riqueza produzida na colônia era destinada ao exterior, mas é preciso considerar a pujança das “atividades subsidiárias”, que muitas vezes assumiram o papel principal na economia colonial.

Mas o que impera, de Prado Jr. a Novais, é a vinculação à dimensão externa, que fixa uma leitura exata sobre a colonização em que a relação passado–presente–futuro está posta de modo que, ao definir o sentido, ao se desbastar o cipoal de incidentes secundários, organiza-se e estabelece-se uma leitura política em que o elemento dominante é a dependência ao mundo externo. A partir dessa matriz, buscar-se-á um projeto para o Brasil, ordenado internamente pela grande propriedade: que ordena e desordena, organiza e desorganiza, define a riqueza e a pobreza. É esse o eixo seguido por Prado Jr., que vê de forma negativa a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos, destinada a fornecer gêneros tropicais ao comércio europeu. Uma economia subordinada a esse fim, em que “tudo mais que nela existe, e que aliás é pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim especial” (PRADO JR., 2004, p. 119).

Esses três elementos (grande propriedade, monocultura e trabalho escravo)

se conjugam num sistema típico, a grande exploração rural [e constituem] a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda estrutura do país, econômica e social. (PRADO JR., 2004, p. 122-123)

Como resultado dessa política colonizadora cria uma, matriz interpretativa que é a tal ponto internalizada e cristalizada que, com o decorrer do processo de colonização, já não mais se apóia unicamente na posição de subordinação da colônia e na administração do reino. Trata-se de uma matriz que “condiciona a formação e toda a evolução da economia brasileira” e se torna, ao fim da era colonial, “a natureza íntima de sua estrutura” (PRADO JR., 2004, p. 127). O argumento que sustenta tal afirmativa é, segundo Prado Jr., o fato de que, abolido o sistema colonial, advém a Independência. O sistema perpetua-se, e sua principal conseqüência é a evolução cíclica (no tempo e no espaço), em que se vêem suceder, na economia, fases de prosperidade seguidas de total aniquilamento. A importância em demonstrar as contradições fundamentais da sociedade brasileira colonial que permaneceram na Nação soberana relaciona-se ao fato de que, simplificando os traços dessa economia e criando uma relação polar entre senhores e escravos nos domínios da grande propriedade, chegar-se-á claramente à formulação de um projeto político de transformação e de revolução brasileira.

Tal ênfase à grande lavoura não impede que se analisem e registrem dados significativos, como o crescimento demográfico. Esse fator, segundo Prado Jr., irá determinar o crescimento do mercado interno. Ao fazer tal diagnóstico, o autor retira da atividade subsidiária sua dinâmica interna própria. Prado Jr. reconhece o mercado interno, mas qualifica seu crescimento e, ao fazer isto, dá a dimensão de sua inorganicidade, uma vez que são mercados instáveis, revelando um crescimento mais quantitativo que qualitativo e, por isso, com um limite de poder de consumo definido. Constituído em sua maioria por escravos e homens livres pobres, somente a partir da transformação das relações escravistas de produção é que se alcançaria um mercado com força efetiva.

Escrito em 1958, *Formação econômica do Brasil* é tido como um marco da consolidação do pensamento científico-econômico no Brasil, por ter contribuído epistemológica e metodologicamente para o estudo da sociedade brasileira. O cientista social Celso Furtado atinge o patamar de um dos principais intérpretes do Brasil, ao tentar decifrar os enigmas do subdesenvolvimento, desnudando suas manifestações no Brasil e na América Latina.

Furtado segue a mesma matriz interpretativa ao situar a colonização do século XVI, fundamentalmente ligada à atividade açucareira exportadora-escravista, e ao fornecer pistas para o fracasso do processo produtivo do açúcar. O êxito da economia açucareira, no pequeno núcleo de São Vicente, pode ser creditado à abundância de mão-

de-obra indígena e ao aparente desenvolvimento autônomo da região, na etapa da colonização.

Ainda para este autor, outro setor que se expandiu à sombra do açúcar foi a pecuária nordestina. A impossibilidade de expansão na faixa litorânea, dentro das unidades produtoras de açúcar, provocou a separação das duas atividades – a açucareira e a criatória –, propiciando o surgimento de uma economia dependente. Tal economia, que tem como característica a ocupação de terras extensiva e itinerante, foi um fator fundamental de penetração e de ocupação do interior brasileiro. Mais uma vez esse movimento é lido como “ induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa”, sendo a expansão do açúcar a chave que comandava o desenvolvimento ou a retração da pecuária, economia que representava, por si só, um “mercado de ínfimas dimensões ligado à subsistência da população” (FURTADO, 2005, p. 66).

Furtado destaca o fato de as regiões mineiras não terem criado formas permanentes de atividade econômica. Segundo esse autor, a exceção está em algum tipo de agricultura de subsistência, fator desencadeante da decadência rápida e geral que acompanhou o declínio do ouro. Os empresários insistiam na inclusão de novas descobertas e não transferiram nenhum recurso para outras atividades econômicas, o que fez com que o sistema se atrofiasse lentamente, perdesse a vitalidade, até que finalmente se desagregasse em uma economia de subsistência. Tal análise é contestada por autores como Caldeira (1999), que aponta para a rápida reconversão econômica empreendida por Minas Gerais, em momento anterior ao declínio da mineração.

1.3 A RENOVAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA

1.3.1 MARIA ODILA DIAS

A renovação historiográfica começa a surgir com a apresentação dos trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias e Fernando A. Novais. Dias publica, em 1972, *A interiorização da metrópole*, em que mostra traços específicos e peculiares do processo histórico brasileiro, na primeira metade do século XIX. Indica 1808 como o momento de interiorização da metrópole, quando houve o processo de enraizamento de interesses no centro-sul, e o Rio de Janeiro se tornou o centro, de onde começaram a ser definidos os interesses da colônia.

Ao propor um levantamento historiográfico, Dias (2005) chama a atenção para o papel de destaque dado à questão da *continuidade* no processo de transição da Colônia

para o Império e ressalta a importância de se desvincular o estudo da Independência da idéia de nacionalidade.

Citando Buarque de Holanda, classifica “as lutas de Independência como uma guerra civil entre portugueses, desencadeada aqui pela revolução do porto” (DIAS, 2005, p. 11). Tal observação é pertinente e basilar, porque tratar a emancipação política brasileira como guerra civil entre portugueses é ter acesso a um olhar diferenciado, é reordenar o processo, desconstruindo a antecipação de um Brasil-nação que a história pedagógica promete. Centrar o olhar na luta entre portugueses nos leva a perguntar onde estariam os brasileiros e esta é a chave que nos abre à compreensão: não havia brasileiros, porque não havia Brasil como nação. O que existia era uma América Portuguesa, com seu fundamento voltado para a produção internacional e para o mercado externo. Não encontrando “brasileiros”, deparamo-nos com uma elite luso-brasileira que vai se diferenciar da elite portuguesa, apesar de tratarem-se todos de portugueses.

Segundo Dias, a emancipação foi consumada em 1808, com a vinda da Corte para o Brasil e com abertura dos portos. A saída de D. João e a opção de fundar um novo Império nos trópicos significaram bruscas rupturas nos setores políticos do Velho Reino. Ao se dirigir à América Portuguesa, com aproximadamente 15 mil pessoas, o príncipe preocupava-se em organizar as bases de seu novo Império e, de algum modo, reerguer a metrópole. Nessa questão há dois aspectos importantes: o primeiro é que, estando o mundo europeu esgarçado e penalizado, tais reformas deveriam atingir também os interesses da elite portuguesa, o que desencadearia forte resistência. Em segundo lugar está posta também a questão levantada por Dias de que tais reformas econômicas e sociais no Reino Português visavam evitar “sobrecarregar a Corte, que começava a enraizar-se no estreitamento de seus laços de integração no centro-sul” (DIAS, 2005, p. 15), pois somente os impostos arrecadados nas províncias do Norte não seriam suficientes para reerguer a economia metropolitana. Este teria sido o nó da questão. Por um lado, a metrópole reage muito mal a essa tentativa de mexer nos direitos feudais. Não conseguindo empreender tais reformas modernizadoras, a Corte, pressionada pela cada vez maior divergência de interesses entre os portugueses radicados no Brasil e os portugueses do Reino, parcamente se equilibra, num crescente de tensão, que leva à revolução do Porto. Por outro lado, havia a consciência de que sobrecarregar o centro-sul com impostos significaria sobrecarregar a si mesmos. O que havia se interiorizado tinha sido uma elite portuguesa que se enraizara, misturando e

organizando, a partir daí, uma vinculação com os luso-brasileiros. Nesse processo, o Rio de Janeiro tornou-se o centro, a nova metrópole interiorizada. A partir daí, a Corte passa ter suas expectativas ligadas ao mundo americano, com a definição de interesses próprios, internos. Contrariamente às observações de Prado Jr. de que a colônia teria se constituído e permanecido como colônia de exploração, Dias ressalta que a vinda da corte abriu um leque de perspectivas para a colônia, que passa a ser vista não mais como feitoria comercial ou colônia de exploração (DIAS, 2005, p. 34), mas sim de povoamento.

1.3.2 FERNANDO NOVAIS

Contemporâneo de Maria Odila Dias, Fernando Novais também compõe o quadro de renovação de autores na década de 70. Novais publica, em 1979, *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI e XVIII*, em que defende a tese sobre o “antigo sistema colonial da era mercantilista”, fenômeno de longa duração, e que tem sua dinâmica determinada pelo exclusivo comercial. Tal sistema de relação metrópole–colônia insere-se no quadro internacional do capitalismo comercial.

Tem-se então como projeto teórico básico, colônias que “se deviam constituir em fator essencial do desenvolvimento econômico da metrópole” (NOVAIS, 1986, p. 16). Essas colônias eram voltadas exclusivamente para o atendimento às necessidades do mercado externo (a retaguarda econômica da metrópole), mas que, estando inseridas no complexo quadro da Era Moderna, apresentar-se-iam de forma diversa, ora aproximando-se, ora afastando-se do esquema original. De qualquer forma, estavam articuladas à doutrina mercantilista (com centralidade no metalismo, na balança comercial favorável, no protecionismo etc.) que predominava na Europa.

Ainda segundo Novais, o processo de colonização da América, assim como a expansão ultramarina, faz parte da etapa intermediária (séculos XVI e XVII) quando se têm a gradual desagregação do sistema feudal e a eclosão do capitalismo. Em tal sistema, cabe ao capital comercial, gerado na circulação de mercadorias, a dinamização do sistema. É aí que o autor localiza a colonização e o povoamento do Novo Mundo: como complementaridade da produção econômica européia e como necessidade de se garantir a posse das terras americanas. Tais mecanismos eram instrumentos do processo de acumulação primitiva de capitais e apresentavam diferenciações quanto à forma.

O que Novais não aborda, e que parece-me constituir-se uma das chaves para a compreensão da dinâmica da economia colonial, é o motivo pelo qual – em se tratando de uma economia escravista, voltada exclusivamente para atender às demandas do

mercado externo –, encontra-se, na maior província escravista da colônia, o maior número de escravos empregados no setor subsidiário e divididos em pequenas unidades produtivas.

1.3.3 OS DISCÍPULOS DE MARIA ODILA DIAS

Maria Odila Dias contribuiu para o surgimento de trabalhos que propuseram uma nova abordagem da sociedade brasileira, como os de Alcir Lenharo e João Luiz Fragoso. Lenharo enfoca o abastecimento da Corte, a diversificação da economia mineira, a integração do mercado interno que já vinha florescendo, as implicações sociais, os conflitos e as conseqüências dessa movimentação. O abastecimento é tratado via tropas, e a organização destas empresas como a complementação entre fazenda, rancho, vendas, pastagens, que se integram em serviço (LENHARO, 1979). Para isso, forma-se um novo setor social, oriundo da produção e distribuição de gêneros para o consumo interno. Esse setor se articulou politicamente e se projetou na corte.

Fragoso é também parte desta corrente de autores que tenta retirar a dimensão da *plantation* como chave para se pensar o Brasil. Mesmo com a reincerção do país no comércio internacional via café, esse autor enfoca a economia mercantil de pequeno fluxo, situada dentro do circuito interno regional, mostrando a complexidade do cenário econômico e a dimensão de sua reprodução de forma mercantil.

Uma das principais questões debatidas por Fragoso é a existência de um número cada vez maior de homens livres e pobres que poderiam ser usados como mão-de-obra. Nesse sentido, a opção pelo escravismo não decorre da ausência de mão-de-obra, mas pelo fato de esse sistema se auto-reproduzir. Uma vez dada a ordenação escravista, os homens se comprometiam a defendê-la. Nesse sentido, a questão do escravismo foi menos de lucratividade e mais de ordenação do sistema. A estabilidade das famílias escravas mineiras indica que o grande número de escravos já não está mais girando em torno da grande produção. As relações se complexificam e indicam uma mudança no sistema de produção: na grande propriedade, tal estabilidade não se fazia possível já que o escravo masculino era o único que interessava à produção.

1.3.4 A DISCÍPULA DE FERNANDO NOVAIS

Influenciada, em um primeiro momento pelas matrizes teóricas de Fernando Novais, seu orientador, Laura de Mello e Souza publica, em 1982, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, texto cujo eixo se centra no debate sobre a categoria dos vadios no mundo colonial.

À medida que a notícia da descoberta de ouro se espalhou, iniciou-se, tanto na colônia quanto na metrópole, um grande movimento migratório em direção às minas, no qual estavam envolvidos indivíduos pertencentes a diferentes classes sociais.

Tal afluxo de pessoas despertou a preocupação das autoridades metropolitanas, levando-as a implantar medidas que refreassem essa onda migratória. No entanto, os que para lá se dirigiram, encontraram uma situação diferente da anteriormente sonhada: a fome e as crises de abastecimento dificultavam o dia-a-dia, uma vez que os gêneros alimentícios eram vendidos a preços exorbitantes. Apesar de cíclicos, os períodos de fome e desabastecimento foram aos poucos melhorando. Nas imediações das lavras, plantaram-se roças e estruturou-se uma rede de abastecimento vinda da Bahia e das capitânicas do Sul.

Em 1776, a população das Minas Gerais era essencialmente urbana e compunha-se de uma pequena camada de homens ricos e poderosos, uma camada média de artistas, pequenos comerciantes, artesãos e faiscadores (que viviam com o necessário para subsistência), uma extensa camada de homens livres e pobres, quase sempre desocupados ou entregues a atividades intermitentes – e que no trabalho de Laura Mello e Souza, corresponde ao desclassificado social – e uma numerosa camada de escravos.

Em tal sociedade, o fausto era falso, pois a riqueza estava concentrada nas mãos de um pequeno número de pessoas. A pobreza grassava, disfarçada pelas intermináveis dobras do barroco e por um calendário recheado de festas religiosas que engendravam uma sociedade autoritária e cuja estrutura social era profundamente marcada pela desigualdade. A idéia que perpassa a historiografia brasileira de que em tal sociedade a abundância de ouro permitia uma maior possibilidade ao escravo de adquirir sua alforria é também discutida pela autora. Para Mello e Souza, o grau de dificuldades que assolava as minas, principalmente a partir do momento em que o ouro começou a escassear, era tão grande que os senhores, impossibilitados de arcar com os custos de manutenção de sua escravaria, decidiram libertar seus escravos.

1.4 MINAS GERAIS COMO CENTRO DE ABASTECIMENTO, NA VISÃO DE FRAGOSO

Minas Gerais se especializa como centro de abastecimento e faz surgir um tipo de economia fundada no mercado interno. É uma nova forma de ordenação do mundo, embasada na malha de integração interna, na organização da produção em pequenas propriedades e trabalho familiar.

Os dados que situam Minas Gerais como a maior província escravista do país, onde o maior contingente de escravos não estava ligado ao sistema exportador cafeeiro, mas sim ao mercado interno, apontam para o fato de que, apesar da hegemonia da produção escravista-exportadora, o país não estava limitado à *plantation*. O convívio da produção escravista com outras formas de produção indica que o abastecimento interno era feito via economia pré-capitalista.

Por sua vez, as formas de produção não-capitalistas [...] podiam estar ligadas entre si e com a agricultura escravista exportadora. Essas ligações, além de apontarem para a existência de um mercado interno de caráter pré-capitalista, podiam influir nas próprias condições de reprodução da agroexportação escravista, já que parte dos insumos e alimentos desta última eram produzidos em condições não-capitalistas. (FRAGOSO, 1990, p. 132)

As interligações indicam que, em dada medida, a compra da farinha produzida no mercado interno estava relacionada ao mercado externo. Essa interdependência afetava o seu custeio e o comportamento diante das flutuações do mercado internacional. É a partir daí que se entendem as assincronias entre a economia escravista interna e as variações internacionais de preços. O significado disso é que, em um dado momento, poderia existir uma economia interna com um grau de rentabilidade maior do que a externa, e o preço da farinha poderia estar afetando o preço e as condições de produção do café. Trata-se de um quadro de profunda complexidade. Esse mercado pré-capitalista interno, suas relações entre si e com a empresa escravista exportadora, somado às demais relações decorrentes dos mecanismos de reprodução da agroexportação, criam um amplo espaço para a realização de acomodações endógenas, propiciando, em dada medida, acumulação interna, em razão da o variação de ritmo e do nível de concentração de riquezas.

É preciso perceber a heterogeneidade do sistema e a lenta adequação entre as demandas de modernização e as formas pré-capitalistas de produção que, de certo modo, davam resistência e autonomia ao setor exportador: externamente havia crise e queda dos preços, mas os homens continuavam produzindo e subsistiam porque estavam vinculados a diversas outras formas de relações, na maioria das vezes não-monetárias, que permitiam a ordenação, o ganho e a reprodutividade do sistema.

No estudo que apresenta em parceria com Manolo Florentino – *O arcaísmo como projeto* –, Fragoso apresenta dados que contrariam a matriz historiográfica de Prado Jr., ao enfatizar que os períodos em que se registraram uma maior atividade econômica colonial ocorreram em momentos em que a economia internacional encontrava-se em fase descendente. Para esses autores, não se pode compreender a economia colonial, sem se considerar os aspectos não-econômicos imbricados em seu funcionamento

1.7 JORGE CALDEIRA E O *INSIGHT* PODEROSO PARA SE PENSAR O BRASIL

A importância da obra de Jorge Caldeira está no fato de abrir uma nova concepção para se pensar o Brasil e perceber o enriquecimento de uma elite que não se deu através do tradicional sistema colonial. Enquanto grande parte da historiografia sinaliza para a estagnação e para o atraso, que advêm com a crise da mineração, Caldeira está dentre os que apontam os progressos desse atraso. Ressaltando a dinamicidade do setor interno, chega, assim como Maria Odila Dias, a uma diferente concepção sobre o processo de emancipação.

Caldeira se situa entre os autores que discutem a decadência das minas de forma diferenciada, pois, ao fazer sua análise sobre o Brasil, vê continuidades no sistema econômico (mesmo em decorrência da crise do setor agroexportador).

Essa idéia confronta-se com um pensamento de Prado Jr., que identifica a economia brasileira a uma economia de ciclos alternados e seqüenciais de prosperidade e aniquilamento. Caldeira, na sua análise, registra um crescimento contínuo, ainda que limitado pelas dificuldades da economia exportadora. É em busca dessa economia invisível que se está à procura, e o grande desafio é encontrar uma forma de ler as economias regionais carentes de documentação.

Apesar de inovador, o trabalho de Caldeira também lida com a dicotomia litoral–sertão e, a partir dela, aparecem dicotomias distintas como o público–privado. A partir da separação litoral e sertão, funda-se a idéia de que o sertão tem uma economia natural, e o litoral uma economia monetarizada, mas ressalta que o sertão não estava por demais isolado. Ao encontrar fluxos econômicos distantes das economias litorâneas, ressalta que no Brasil colonial não havia total isolamento em função da grande rede de relações que já havia se formado. Destaca também a importância da economia de trocas que permeia o intrincado fluxo de relações em que, por exemplo, pouco a pouco, o Rio Grande será integrado com a sua criação de muares.

É preciso, portanto, perceber a complexa rede que se formou entre as atividades exportadoras e internas. Essa rede teria propiciado uma ordenação interna, e o mais importante é que esse fato deu-se na era colonial

A leitura da acumulação interna funda uma outra compreensão sobre o Brasil que ainda não foi totalmente clarificada – em parte, em decorrência da tradição do dualismo, e, em parte, pela necessidade de estudos historiográficos regionais mais amplos, nos quais as lacunas sejam preenchidas e os nexos econômicos elucidados.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Os Ardis de “Mentes Pré-ocupadas”: memória e história na produção de conhecimento sobre o passado

Andre de Lemos Freixo *

Resumo: A memória pode se relacionar com a prática da escrita da História. Compreendendo-se que a memória é a presença do passado – um eternamente mutável e sempre maleável jogo de tradições e filiações, escolhas e identidades –, intende-se neste *paper* reconhecer a existência de características comuns tanto à memória quanto à História. Tais considerações pretendem apontar alguns aspectos acerca da presença da memória na História, enquanto produto da escrita profissional do historiador (sempre dada num determinado “presente”) – que é, por excelência, um profissional já “pré-ocupado” por uma dada formação histórica e por memórias sociais, coletivas e históricas.

Palavras-Chave: Memória – Historiografia – Teoria da História

Abstract: Memory relates to the writing of History. The intent of this paper is to recognize common characteristics both to memory as to History. These considerations seek to appoint some aspects of the presences of memory in History, while product of a professional writing – which is, therefore, an action and an effort of the historian, an already “pre-occupied” professional by a certain historical formation and by social, collective and historical memories.

Keywords: Memory – Writing of History – Theory of History

É verdade que os preconceitos que nos dominam freqüentemente comprometem o nosso verdadeiro reconhecimento do passado histórico. Mas sem uma prévia compreensão de si, que é neste sentido um preconceito, e sem a disposição para uma auto-crítica, que é igualmente fundada na nossa autocompreensão, a compreensão histórica não seria possível nem teria sentido.¹

O mundo ocidental vive, desde fins da década de 1980, um processo mutação em nossas relações com o tempo. A simbólica derrubada do Muro de Berlim unificou o

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e bolsista Capes.

¹ GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre (Org.). **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 12.

mundo ocidental em torno da bandeira “democrática” capitaneada pelos Estados Unidos da América, sepultando ideais e utopias e dando início a uma crise que o historiador francês François Hartog irá chamar de uma crise no *Régime d’Historicité* moderno. Nela, as relações entre experiências e projetos, entre passado e futuro – que organizaram as sociedades ocidentais desde fins do XVIII – passaram a ceder lugar a um constante e cada vez mais alargado presente, fenômeno que Hartog identificou como *présentisme*.² Com isso em mente indaga-se: em que medida essas alterações na relação que estabelecemos com o tempo afetam as condições de produção do discurso e narrativas históricas acerca do passado?

O *boom* memorialístico, arquivístico, patrimonialista e museológico que parece ter tomado de assalto o mundo ocidental apontaria, segundo Hartog, para uma nova “economia” do tempo: um presente cada vez mais *omni-presente*, tornando-se, pois, simultaneamente “experiência” e “expectativa”, conduziria a uma crise que as sociedades passam a ter de enfrentar: uma crise identitária. A memória torna-se, portanto, um viés de construção de certezas e identidades diante desse quadro. Por um lado, permite restabelecer vínculos com o que foi, e por outro, diante das incertezas de um futuro cada vez menos previsível, possibilita tentar estabelecer uma relação de preservação para as gerações que não são ainda. As exigências do presente, nessa nova economia do tempo, demandariam dos historiadores, pois, uma nova relação com seu ofício? Uma nova relação com a memória em seu ofício?

A presente discussão buscará exercitar um trabalho de reconhecimento das relações cada vez mais imbricadas entre memória e historiografia, apontando que a historiografia pode emergir como parte de um esforço de memórias que a antecedem e a ultrapassam.

A História entre a Memória e o Esquecimento

Recuperar o passado perdido. Diante de um mundo de incertezas e mudanças constantes, vivendo um tempo que parece acelerar-se a cada dia, a busca pela recuperação e preservação de memórias que possam ancorar tradições (e manter horizontes abertos) tem se tornado parte do cotidiano das sociedades modernas. Porém, esta busca possui seu revés: o esquecimento que tal aceleração conduz tanto na vida pessoal quanto na vida política passou a inspirar uma espécie de fobia, a fobia da perda. Com isso, reforçam-se os elos que nos

² HARTOG, François. **Régimes d’Historicité: présentisme et expérience du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

remetem a idéia (herança presente de tempos imemoriais) de que a lembrança seria o único caminho à redenção.

Frente às tentativas de recuperar “o passado”, ou ainda de substituir algum passado por novas versões ditas mais “verossímeis”, a problemática da memória aparece com inaudita importância dentro do ofício dos historiadores a partir de meados do século passado e ainda tem se mostrado um tema bastante candente em inícios de século XXI.

Nem sempre lineares, as relações entre memória e historiografia são, entretanto, milenares. *Mnemosyne*, a “rainha da Eleutéria” para os gregos, era a deusa da Memória (*Mneme*), uma das titânicas filhas de Uranos (os Céu) e Gaia (a Terra), irmã de Cronos (pai de Zeus). A relação dos antigos gregos com a idéia de memória era bastante peculiar: a memória somente poderia existir por meio da música e dos cantos, isto é, as histórias eram cantadas e não faladas nem escritas.

O próprio Heródoto, considerado o “pai” dos historiadores ocidentais “investiga”, segundo François Hartog, pois não possuiria a autoridade natural de um aedo (que vê como a musa, pois inspirado pela mesma). Heródoto somente poderia, pois, contar com seu *procedimento de investigação, que é o primeiro momento de sua operação historiográfica*. (...) *Contra o tempo que tudo apaga, o historiador fará obra de memória* (...).³ Falar da escrita da História seria, portanto, falar um pouco da origem prática da memória e de perguntas e respostas, ações tão antigas quanto contemporâneas.

Neste sentido, das inspiradoras musas gregas que viam, sabiam e diziam os eventos ocorridos “como verdadeiramente aconteceram”, tomaremos um atalho, se nos for permitido, aos tempos modernos; tempos da História e de “historicismos”, mas também da memória.

O processo de disciplinarização da História no XIX instaurou rígidos paradigmas metodológicos modernos que “separaram” a memória e a História. Ao emancipar-se do idealismo alemão, a consciência histórica passou a figurar nos quadros das ciências, tornando-se, pois, uma das mais fortes opositoras ao pensamento filosófico idealista que marcara a reflexão histórica no Setecentos – tendo em Hegel seu maior expoente. Assim, diz Lefebvre, um *conhecimento positivo* pautado por normas *matemáticas* de equacionar causas e efeitos permitiria *observar os fatos, constatar suas relações e servir-se delas para a ciência aplicada*.⁴ A “ciência da História” e seus métodos tornaram-se grandes paradigmas para as

³ HARTOG, François. *A Fábrica da História: do “acontecimento” à escrita da história, as primeiras escolhas gregas*. In: **História em Revista**, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, dep. de História e Antropologia, v. 6, dez. 2000, p. 13.

⁴ LEFEBVRE, G. **La Naissance de l’Historiographie Moderne**. Paris: Flammarion, 1971, p.31.

outras “ciências do espírito”, dotando os historiadores de um prestigioso halo próprio, gerando fascínio e uma grande influência intelectual e social.

Para o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006), uma nova relação com o tempo foi se instalando paulatinamente após a Revolução Francesa e se espalhando pelo mundo ocidental, selando definitivamente a vitória dos modernos em sua querela contra os antigos sobre quem possuiria o verdadeiro conhecimento.⁵ Um “novo tempo” (*Neuzeit*) que separou o *continuum* passado-presente e, segundo Hannah Arendt, instalou o homem entre o passado e o futuro, foi o princípio a partir do qual foram construídas as bases empíricas “positivas” da nova ciência histórica: a análise das diferenças humanas no tempo. Produzida em sociedades unificadas em torno de uma idéia de tempo com dimensões de passado, presente e futuro “objetivas”, a História buscará estudar o singular, aquilo que não se repetirá. Leopold von Ranke foi um de seus maiores expoentes, determinando que a História deve apreender no individual (no irrepitível), o universal (o total). De acordo com Pierre Nora, seria o nascimento da *história-memória*.

Porém, com a modernidade vêm os paradoxos, dizia Marshall Berman.⁶ A memória foi considerada falível diante dos poderosos pressupostos metodológicos oitocentistas de “provações” científicas, pois a memória não “provaria” nada segundo critérios de uma argumentação racional, sendo, portanto, descartada de quaisquer papéis que pudesse exercer dentro do campo disciplinar histórico. Esta separação foi um marco dentro da historiografia do século XX, que, ao final do mesmo, viu-se diante das aporias que tal “separação” induz.

Em *A Memória Coletiva*, Maurice Halbwachs diferiria a memória histórica da memória coletiva. A primeira seria um produto artificial, que agiria segundo uma linguagem didática voltada a uma utilidade pública específica. A segunda seria originária de uma espontaneidade anônima, produto de uma transmissão oral e repetitiva, sacralizando recordações.⁷ Na esteira de sua perspectiva sociológica, historiadores como Jacques LeGoff (1985), Pierre Nora (1984) e Lucien Febvre (1953) manteriam as diferenciações entre a memória e a História. Para eles, se a historiografia promove a precisão em sua leitura, a memória, no máximo, teria um aspecto verossímil, pois esta não colocaria de lado as paixões do sujeito que reflete. A História, filha da separação entre sujeito e objeto, poderia, ao contrário da memória, explicar/compreender objetivamente.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

⁶ BERMAN, Marshall. **Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁷ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

Mencionou-se aqui uma busca pela redenção através da memória, e, portanto, não se poderia deixar de trazer aqui o exemplo emblemático das relações entre memória, esquecimento e História dentro do judaísmo. Quer dizer, qual outro grupo humano conseguiu manter o mandamento (*Zakhar* – “Lembrar”, verbo muito presente nas escrituras bíblicas dos judeus) tão bem alicerçado na base de suas relações sociais? Contudo,

*embora o judaísmo, ao longo dos tempos, tenha sido absorvido pelo significado da história, a historiografia enquanto tal teve, na melhor das hipóteses, um papel secundário entre os judeus; na maioria das vezes, porém, não teve qualquer papel; e, ao mesmo tempo em que a memória do passado foi sempre um componente central da experiência judaica, o historiador não foi seu principal guardião.*⁸

Da colocação do historiador Y. H. Yerushalmi, pode-se inferir que há um tipo de paradoxo que cerca a produção de conhecimento sobre o passado judaico.

Com a modernização das “sociedades-memória” (o termo é de Pierre Nora) a prática da escrita de uma História se tornou parte marcante das “novas” tradições instauradas com a modernidade. A História logo tomou o lugar da memória na construção de tradições. Laicizando-as, passou a ditar tom e diapasão dentro da sociedade secular. A História, pois, tornou-se o agente constitutivo mais importante de “tradições seculares” ou de uma “religião civil”.⁹ O judaísmo também se tornou uma cultura histórica. Suas tradições foram transformadas em uma narrativa histórica e, portanto, dessacralizadas. Somente no espaço de experiência moderno é que o judaísmo irá desenvolver sua consciência histórica, reinterpretando passado, presente e futuro, re-ordenando sua tradição e fazendo delas História. Segundo Pierre Nora, *o arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado [século XIX] só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira.*¹⁰ Isso quer dizer que se a memória seria um dever que redime, a história, por sua vez, diante de sua prerrogativa crítica, objetiva e imparcial tornar-se-ia um agente redentor muito mais imponente, pois sinônimo de verdade.

Há uma forte tendência de pensar que aqueles que se recordam do passado e o repetem o fazem como ato de celebração, renovação, restauração, reconsideração ou algo que o valha, enquanto aqueles que se permitem esquecer o passado (ou o reprimiram, como afirma a psicanálise em relação aos eventos traumáticos) provavelmente o fizeram sem saber que era isso o que estavam fazendo. O mito redentor da memória, lembrar evento terrível – o “pecado

⁸ YERUSHALMI, Y. H. **Zakhor: história judaica e memória judaica**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1992, p. 18.

⁹ CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra (Portugal): Edições Almedina S.A., 2006.

¹⁰ NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 10, Dezembro 1993, p. 10.

original”, o trauma –, mantê-lo sempre presente, supostamente impediria uma repetição. Como disse o psicanalista inglês Adam Phillips, *lembrar o trauma é imaginar novamente uma vida que o incorpora assim como lembrar o crime é lembrar a lei que não deveria ter sido violada*.¹¹ Porém, alertava Nietzsche, o excesso de memória ou a presença monumental do passado pode ser um fardo por vezes muito pesado para se carregar. A própria ação, no presente poder-se-ia ver impossibilitada diante de memórias tão sufocantes.¹² Não teriam sido memórias as responsáveis pela “congestão pulmonar” que levou Irineo Funes, o memorioso de Jorge Luis Borges, ao seu prematuro falecimento?¹³

Talvez o exemplo mais sintomático destas relações possa ser observado através de um caso limite: o Holocausto. Quando é proposto que todos deveriam recordar o Holocausto – sob a premissa de que recordar é impedir que ele se repita –, seria preciso determinar claramente quais seriam os objetivos sub-repticiamente acionados por essa lembrança. Pois, para o campo do saber histórico, parece ser ponto pacífico a recusa da idéia de que aqueles que esquecem o passado provavelmente estão condenados a repeti-lo, pois nada garante que aqueles que o recordam não o farão. Nesse sentido, a história pensa segundo o prisma da diferença, das mudanças através do tempo que impossibilitam condições quaisquer de uma “repetição” de eventos. Porém, por outro lado, enquanto esforço de memória, a história também tem o poder de trazer o passado para o presente. É precisamente sobre esse ponto união entre a memória e a história (que se supunha separado) que visamos problematizar.

Há, portanto, esperança no mito redentor da memória através da História. Mas, na realidade, não é possível que a memória (ou a História) seja mais ou menos virtuosa do que aqueles que a acionam, usam ou abusam de sua força, ou sejam determinados usos e abusos. O Holocausto talvez seja uma destas memórias, se bem que apenas uma entre muitas (a memória de Vichy, das ditaduras militares na América Latina, do comunismo etc.), e se os historiadores atualmente se perguntam qual seria a melhor maneira de recordar tais eventos, talvez devessem refletir sobre a possibilidade de como fazer para esquecê-los. Porém, vemo-nos mais uma vez diante da sociedade que precisa lembrar. Uma fobia moderna é a de que não obtenhamos sucesso no esquecimento ou de que o esquecimento não seja possível (ou desejável). O avanço na tecnologia de armazenamento de informações parece ser um indício

¹¹ PHILLIPS, Adam. *A Memória Forçada*. In: Caderno Mais (Sociedade), **Jornal “Folha de São Paulo”**, 20 de novembro de 2005, p. 2. Disponível (somente para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2011200516.htm>.

¹² NIETZSCHE, F. W. *Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: **Escritos sobre História**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Edições Loyola, 2005, p. 67-178.

¹³ BORGES, Jorge Luis. *Funes, o memorioso*. In: **Obras Completas Vol I**. São Paulo: Globo, 2000, p. 539-546.

claro desta argumentação. É claro que existe o desejo de não deixar que os piores crimes da humanidade caiam no esquecimento “maldito”, de que, na verdade, não sejamos capazes de nos encarar como humanos se realmente fôssemos capazes de esquecer coisas como essas. Porém, a busca por uma maneira de recordar que garanta, de alguma maneira, que uma repetição seja impossível ainda possui força. O mito redentor prevalece. Mas é possível que essa própria demanda de memória, mais semelhante a um expurgo pela memória do que a um diálogo entre memória e esquecimento, seja ao mesmo tempo intimidadora demais ao ofício dos historiadores. Historiadores que tentaram avaliar criticamente a memória, por vezes foram tachados de revisionistas ou negacionistas (no caso do Holocausto principalmente), por profissionais (ou não) que tomam para si a responsabilidade por uma manutenção da memória (e da identidade) coletiva. Alguns falam como historiadores e apresentam suas pesquisas de acordo com os rigores científicos exigidos para tal. Mas fica a questão: será que o papel dos historiadores seria tal manutenção de identidades? Assim como Yerushalmi destacou o caso dos historiadores judeus por não serem os detentores de um monopólio da memória dos judeus, poderíamos pensar que, talvez, a *história-memória* (o termo é de Pierre Nora) não possa mais ser considerada a portadora de uma memória verdadeira?

Talvez, o papel dos historiadores seja lembrar de esquecer. Afinal, para permitir que a memória funcione o esquecimento torna-se algo mais do que necessário, faz-se imprescindível. Talvez os historiadores devam lembrar do *tempo, o metabolismo, a dilação do esquecimento* e sua importância.¹⁴ Esquecer, afinal, precisa ser permitido se se quiser propor a possibilidade da escrita da história. Selecionar faz-se preciso, e com a seleção o descarte pode, talvez, dar uma chance à memória – uma memória, porém, espontânea; memória sem as amarras impostas de fora.

As sociedades que tudo armazenam, acabam produzindo o esquecimento velado pela aparente (e sufocante) quantidade de informações armazenadas; sem critérios de seleção, tudo armazenar implica em nada salvar.

Mas e no campo historiográfico? Como se dariam estas relações à luz de exemplos tão pungentes?

Observou-se a partir de meados do século XX um relativo consenso dentro dos “domínios” da História: a História não mais se proporia a estabelecer os “fatos” como “realmente aconteceram”. Tal asserção deslocou (ou mesmo transpôs) a já tênue linha

¹⁴ Idem, p. 4.

fronteira (instalada no Oitocentos) entre o “fictício” e o “verídico”, e, poder-se-ia acrescentar, entre os estatutos que definem a memória e a História. Neste sentido, retomamos a discussão central: a idéia de como um conceito tão ligado à História quanto “memória” – que ao mesmo tempo em que se confunde com ela, cria-se a partir dela e também a antecede – pode permitir reflexões acerca do próprio ato de produção do conhecimento histórico. E mais, poder-se-ia indagar: em inícios do século XXI, a historiografia contemporânea cingir-se-ia a buscar verdades? Possuiria uma visão linear do tempo? Acreditaria no mito do progresso universalista? Ou esta historiografia estaria operando com uma perspectiva não contínua de tempo, reconhecendo que não há um abismo entre sujeito e objeto e matizando suas pretensões a verdades definitivas?

Encontrar determinados aspectos antes identificados como exclusivos da memória dentro do campo de atuação historiográfico é importante, senão crucial, para identificarmos os limites e possibilidades da escrita dos historiadores. A seleção, a verossimilhança, a representação e o presentismo compõem a memória e a escrita histórica. Entretanto, nas palavras de Fernando Catroga,

*o reconhecimento da existência de características comuns à memória e à historiografia não pretende negar, porém, a especificidade de ambas as narrações sobre o passado. No entanto, importa sublinhar que a historiografia também nasceu como meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova ars memoriae exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita.*¹⁵

A ação anamnética, assim como a escrita (e, não obstante, a leitura) da História, *re-presentificam* (termo de Catroga) experiências pretéritas a partir de um determinado campo de experiências presentes, utilizando-se de toda sorte de traços, indícios e vestígios que possibilitem suas *re-presentações*. Estas situam na *ordem do tempo*¹⁶ aquilo que já não é mais. Em suma, memória e historiografia teriam, portanto, papéis no que tange a (re)presentificar o passado, pois atuam numa espécie de redistribuição temporal que, como Paul Ricoeur afirmou, ajuda a fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é.¹⁷

¹⁵ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p. 40.

¹⁶ A *ordre du temps*, para Hartog, remete à *Ordem do Discurso* de Foucault. Seria, pois, produto de um tipo de experiência do tempo pelas sociedades que modelam seus modos de dizer e de viver seus próprios tempos. Tal experiência seria um *régime d'historicité*, que abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento, dando ritmo à “escritura” do tempo, pondo em ordem o tempo. Neste sentido, um *Regime de Historicidade* é, pois, uma ordem do tempo, na medida em que permite e proíbe pensar, escrever e articular certas coisas. Ver: HARTOG, François. **Régimes d’Historicité: présentisme et expérience du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

¹⁷ RICOEUR, P. **La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli**. Paris: Seuil, 2000.

A historiografia, pois, efetiva o passado num tempo pretérito, separando os vivos (os que lembram) dos mortos (os que são lembrados). E mais:

(...) a recordação e a historiografia constróem re-presentificações que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. É certo que o traço da anamnese individual é interior. Todavia, esta também pode ser provocada pela necessidade que a memória tem de se “especializar”, e sabe-se que o testemunho do documento “religa memória e história” através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria experiência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças.¹⁸

Portanto, seria enganoso supor que a historiografia, apesar de se pronunciar em nome da razão, não possa construir seu discurso sobre a dialética existente entre a memória e esquecimento, entre silêncio e recalque. As perguntas que conduzem os historiadores através de sua operação historiográfica partem de uma *mente já pré-ocupada com uma dada formação histórica*,¹⁹ bem como determinadas memórias e suas respectivas identidades pessoal, social e profissional. As questões que os historiadores formulam, muitas vezes, encontram-se amplamente permeadas pelas preocupações de seu presente e de seu lugar social de fala. Encontrado-se compostas, portanto, por uma série de *não-ditos* que se apresentam como silêncios profundamente eloqüentes e constituintes da(s) pessoa(s) por trás da sua operação historiográfica.²⁰

Neste quesito, a História da História tem se mostrado um campo profícuo em exemplos bem sucedidos de estudos em que, mesclando esforços em historiografia, filosofia, psicanálise, teoria literária, sociologia, antropologia etc., promovem a aproximação e o inevitável imbricamento (e, obviamente, suas conseqüências dentro dos debates historiográficos) das relações entre memória e escrita da História. O presente *paper* buscou manter este diálogo aberto.

Considerações Finais

À guisa de encerramento, pode-se inferir que a historiografia pode não estar tão separada da memória quanto se quis acreditar. Na realidade, assim como na mitologia *Clio* seria filha de *Mnemosyne*, poder-se-ia aventar que a História seria, em parte, filha da memória.²¹ Nos tempos modernos a recíproca tornou-se verdadeira, pois a História passou a produzir e legitimar, também, memórias. O maior exemplo disto talvez sejam as grandes

¹⁸ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p. 45.

¹⁹ Idem, p. 48.

²⁰ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

²¹ VEYNE, Paul. **Commént on Écrit l’Histoire**. Paris: Le Seuil, 1979.

Histórias nacionais: grandes epopéias, repletas de heróis e aventuras que para além de serem meras narrativas sobre um passado possível, tornaram-se as “verdadeiras” (e cientificamente apresentadas como tal) trajetórias sobre quem as nações eram e como se tornaram os “atuais gigantes”, produzindo identidades e sentimentos de pertencimento e afetividade, instaurando a História na ordem da sacralidade.

A historiografia pode, portanto, vir a funcionar como um agente constituinte e legitimador de memórias e tradições que as antecedem e também as sucedem. A partir da historiografia, memórias se oficializam e, por conseguinte, se recriam e ressignificam. Quando compreendida segundo critérios cientificistas (ou “metódicos”), a historiografia, sob as vestes de ciência imparcial, pode dotar a História de um tipo de credencial profundamente valioso, em particular nas sociedades voltadas para perspectivas pragmáticas sobre a produção de conhecimento sobre o passado, ou ainda em sociedades regidas por uma ordem do tempo “presentista”. São as implicações éticas e políticas (i.é., os usos e abusos) destas credenciais que se tornam um problema.

Retomando a proposta de Hartog sobre a crise que se instaura diante de uma mudança de regimes de historicidade, onde um presentismo torna-se o próprio espaço de experiência e seu próprio horizonte de expectativas em relação ao tempo, o papel do historiador e de sua escrita encontram-se, pois, numa nova condição. Diante de sociedades que produzem e consomem o acontecimento em ritmo aceleradíssimo, os historiadores têm diante de si um novo dilema e com ele uma nova responsabilidade de cunho ético: reconhecerem-se, enquanto produtores de História e memória, mas também, e antes, enquanto seres humanos, constituídos por memórias e histórias.

Talvez, para isso seja preciso reconhecer que uma História de um “determinado tipo” estaria desaparecendo diante das novas relações temporais que experimentamos desde fins do século XX.²² Para que se possa estabelecer um outro tipo de História, talvez seja preciso que aqueles que a tradição que se define como a dos historiadores reconheçam que a memória, assim como a História, é uma das partes constituintes da condição histórica do homem.²³ Portanto, isto significa reconhecer que a perspectiva historiográfica pode não ter como vencer verdadeiramente os “ardis da memória”,²⁴ mas pode problematizá-la dentro de seu ofício. Ao reconhecer que a História não é uma estrela de grandeza maior e que ela não

²² JENKINS, Keith. *Ethical Responsibility and the Historian: on the possible end of a history “of a certain kind”*. In: **History and Theory**, Theme Issue 43, december 2004, p. 43-60.

²³ GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y Método**. 3ª ed. Salamanca (España): Ediciones Sígueme, 1988, p. 45.

²⁴ CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001, p. 65.

anima todos os racionalismos com sua luz “inerente”, seus agentes poderão, talvez, abrir um outro capítulo na História da História.

O Rio como metonímia de Brasil nas crônicas de Millôr

Andréa Cristina de Barros Queiroz
Doutoranda em História Social – UFRJ
dedeaq@gmail.com

1 – De Milton a Millôr

A identidade *milloriana* pode suscitar o tom humorístico que perpassa toda a sua produção jornalístico-literária e os seus desenhos. Nascido Milton Fernandes, em 16/08/1923, mas oficializado em 27/05/1924, descobriu-se Millôr aos 17 anos, pela caligrafia do escrivão em sua certidão. Muitos poderiam pensar que fosse um erro ortográfico, mas Millôr se aproveitou das formas das letras desenhadas para criar outros sentidos para elas. Segundo o criador (ou criatura), “estava lá, aquele *M* aberto, *i*, *l*, depois vinha o *t* – que o cara fazia também aberto –, *o*; e termina com um *r* perfeito. Como ele riscou o *t* em cima do *o*, o que estava escrito era Millôr (...). Aí resolvi mudar. Foi curioso, porque assumi o nome de Millôr e todo pessoal, que trabalhava comigo e de casa, imediatamente, começou a me chamar de Millôr”.¹

A relação entre as formas das letras de seu nome e o som destas gerou-lhe uma nova identidade e, segundo ele, criou um novo conteúdo para a sua existência. Além de promover, é claro, uma circunstância humorística, marca indelével de suas representações e de seus questionamentos que, em sua maioria, sempre estiveram ambientados no cenário urbano carioca.

Aos dez anos de idade foi levado pelo seu tio Antônio Viola, que era diretor de gravura da revista *O Cruzeiro*, a participar de um concurso de ilustração em *O Jornal*,² ganhou o prêmio, recebeu o pagamento de 10 mil reis por ele e publicou seu primeiro desenho, dando início a sua carreira no jornalismo.

Depois, aos quatorze anos, foi trabalhar n’*O Cruzeiro*, onde fazia de tudo, era contínuo, traduzia legendas, organizava arquivos, entre outras atividades. Millôr lembra que “não tinha uma função específica na revista. (...) Eu podia entrar na câmara escura para ajudar, ficar vendo o fotógrafo, Edgar Medina, trabalhar. (...) Descia na composição e via a bolandeira. (...) Lá dentro da redação é que eu fazia de tudo”.³ Ao descrever em sua autobiografia suas primeiras contribuições na imprensa brasileira, Millôr não deixa de criticar a situação profissional em que se encontra o jornalista em nossos dias, preso aos

padrões de especialização, mecanização e massificação da grande imprensa. É enfático ao dizer que: “hoje, você estuda numa faculdade, vai para *O Globo* e fica ilhado num departamento”.⁴ Vale ressaltar que Millôr foi um autodidata, por isso as suas críticas incisivas com relação ao tipo de formação do jornalista, em pleno século XXI.

Além disso, o desenhista, cronista e jornalista ingressou na atividade periódica, um pouco antes de sua profunda capitalização, na década de 1950. Período que marcou a transformação do formato jornalístico produzido no Brasil. À medida que a sociedade capitalista avançava, a imprensa precisava acompanhar a nova lógica do mercado. Foi apresentado, portanto, pelo periódico *Diário Carioca*, na década de 50, um novo padrão de jornalismo, vindo dos Estados Unidos. Em seguida, essa proposta foi rapidamente assimilada pelo *Jornal do Brasil*.

Integravam essas mudanças uma preocupação com a clareza visual do jornal; a utilização do fotojornalismo, de manchetes curtas e do espaço entre as colunas; a diminuição do número de colunas; a organização dos assuntos por editorias e por cadernos. Com isso, a objetividade e a concisão tornaram-se as metas da imprensa modernizada. Adotou-se a inversão da narrativa, utilizou-se o cabeçalho da notícia – *lead* – onde se resumiam as partes mais relevantes do texto. Portanto, o jornalismo brasileiro acabava de entrar na era empresarial, deixando de lado a subjetividade e a posição opinativa, acreditando-se na imparcialidade do jornalista e do jornal.⁵

O texto perdeu seu caráter literário. Suprimiram-se as adjetivações, superlativações, juízos de valor. Passou-se a acreditar que a imprensa podia ser neutra e imparcial. Nessa busca de objetividade foi necessário valorizar o enxugamento do texto, assim como procurar economizar palavras e sinais gráficos. A austeridade estilística se manifestou, entre outras características pela supressão de pontos de exclamação, interrogação e reticências.⁶

A produção de Millôr Fernandes se apresentava na contramão dessas chamadas *modernizações*. Contrário aos padrões e classificações estilísticas dessa imprensa, em transformação, continuou a promover adjetivações, opinar sobre os assuntos políticos e sobre o cotidiano da sociedade, enfim, se intrometia na cidade e nos seus hábitos.

2 – A representação do cotidiano

As representações cotidianas da crônica se inserem na relação com o presente vivido, observado, criticado e transmitido por Millôr sobre a cidade e os seus habitantes. A

historiadora Margarida de Souza Neves estabeleceu uma relação entre história e crônica a partir da janela do tempo cotidiano.

O primeiro elemento que relaciona história e crônica e que não deve ser esquecido é precisamente este: historiador do cotidiano, como cronista que registra e comenta o que seleciona da imprensa ou da vida ou historiador dos processos – mesmo quando toma como objeto o cotidiano – como historiador *tout court* que expõe, pela análise como pela narrativa, o resultado de sua pesquisa, também ela uma seleção, ambos, cronistas e historiadores, fazem do tempo sua matéria-prima.⁷

Devemos lembrar que a crônica tornou-se um elemento essencial nos grandes diários de comunicação com a primeira transformação pela qual passou a imprensa brasileira, no início do século XX, quando artigos mais densos e folhetins cederam lugar às reportagens, às crônicas e às ilustrações. A reformulação editorial tornou a diagramação dos jornais mais leve e breve, a atualidade dos acontecimentos ganhou espaço ao lado da inclusão das imagens fotográficas e do uso das charges do cotidiano. Com a segunda mudança estética dos grandes diários na década de 1950, a lógica de mercado passou a incorporar uma outra dinâmica na visualidade e conteúdo desses periódicos: a imparcialidade dos jornais e dos jornalistas. Todavia, a narrativa subjetiva de alguns cronistas e desenhistas de humor mantiveram uma referência oposta a essa transformação da mídia impressa.

Podemos dizer que as crônicas *millorianas* expuseram uma identidade urbana carioca, como tantas outras. Beatriz Resende ressaltou que a crônica “nasceu, cresceu e se fixou no Rio”.⁸ Portanto, o autor da crônica, através de sua subjetividade, se intromete nas questões cotidianas, no comportamento da cidade e de seus personagens, nas relações políticas, nas redes de sociabilidade. Esse sujeito e, por conseguinte, suas obras “não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social”.⁹ Diante desta perspectiva são inscritas as representações humorísticas de Millôr Fernandes, apresentadas por ele e por alguns pesquisadores como questionadoras, críticas e transgressoras por excelência.

Uma outra relação possível que se pode fazer entre as particularidades dessa narrativa do cotidiano e a história é a maneira como ambas constroem a memória dos indivíduos e da sociedade. Para Neves, essa relação é “o que equivale a reconhecer que [a crônica e a história] desenham identidades, sejam elas as identidades de uma geração, sejam elas identidades de gênero, de grupos sociais ou de recortes espaciais bem definidos”.¹⁰ Acrescentou a autora, “a crônica, como a história, de modos certamente diversos, se

constituem numa escrita memorialística. Cronistas e historiadores são ‘homens-memória’, e desempenham seu ofício como autores e intérpretes da memória coletiva”.¹¹

Henry Rousso destacou que a memória coletiva é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, o qual não é apenas do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.¹²

Michael Pollak destacou que a memória é um fenômeno construído social e individualmente. E quando tal memória é herdada, podemos verificar uma *ligação fenomenológica* muito estreita entre esta e o sentimento de identidade. No que o autor chamou de sentido da imagem “de si, para si e para os outros”.¹³

Assim, as crônicas de Millôr Fernandes construíram uma memória da cidade, ou melhor, uma identidade do Rio de Janeiro enquanto metonímia do Brasil. Como salientou Neves, “cronistas, por um lado, apresentam cotidianamente o particular relevo desta ‘cidade capital’ e, por outro, reiteram um deslizamento discursivo expressivo da *capitalidade* do Rio de Janeiro, já que, em seus textos, muitas vezes *Brasil* e *Rio de Janeiro* são termos intercambiáveis”.¹⁴

Seja como for, a crônica tem como especificidades as recriações da língua e da estética visual, a síntese da realidade cotidiana, a interlocução com o público, a intromissão na vida privada e nas relações de poder, o contato com a rua, entre outras intersecções.

3 – Enfim, Ipanema

Millôr que nasceu e foi criado no Méier, subúrbio carioca, lentamente foi se deslocando para a zona Sul da cidade, até se maravilhar, em 1954, com Ipanema – sua praia, seus bares, suas mulheres – lugar boêmio que transformou os costumes, não só do habitante do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil, principalmente, durante a década de 1960. Disse Millôr: “vivo num espaço geográfico muito importante, um dos melhores do Rio de Janeiro. Ipanema reflete, não adianta. A Vieira Souto é uma das avenidas mais bonitas do Brasil”.¹⁵ Esse ambiente carioca influenciou seu posicionamento crítico em relação à sociedade, principalmente no que tange ao comportamento e aos hábitos da classe média, alvo de muitas de suas investidas irônicas.

A cidade do Rio de Janeiro que deixara de ser a capital política do país, em 1960, não perderia seu referencial de *capitalidade*, expressando ainda a idéia de “farol do Brasil”,¹⁶ norteando costumes, valores, hábitos e expressões culturais para todo o país. Segundo

Marly Motta, “a memória da *capitalidade*, ou seja, da função de representar a unidade e a síntese da nação, foi transformada em uma tradição única e exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, marcando, simultaneamente, o que lhe é próprio e o que a separa das outras regiões do país”.¹⁷ Acreditava-se que o ambiente boêmio-litorâneo *ipanemense* refletisse os anseios de todo o país, assim, os que ali viviam declaravam inúmeras vezes que Ipanema era o Brasil.

Essa perspectiva pode ser compreendida na medida que Ipanema representou o *locus* onde se amalgamou uma diversidade de intelectuais, artistas e jornalistas tanto da esquerda, seja ela *militante* ou *festiva*, quanto da direita durante o acirramento da repressão durante a ditadura brasileira. Lembrou o historiador Elio Flores:

Para os lados do Leblon e Ipanema, tanto as esquerdas quanto as direitas estariam tão próximas nos botecos, na praia, nas redações que a situação parecia estimular um paradoxo.

Tanto o humor reacionário quanto o humor *pasquiniano* [saíram] dos redutos elitizados da zona sul carioca e, não raras às vezes, se [cruzaram] nos calçadões das praias, nas redações dos jornais e nos botequins do Rio de Janeiro, ainda capital cultural e ideológica da República.¹⁸

Destacamos que alguns elementos desse *locus ipanemense* de sociabilidade marcaram a carreira de Millôr Fernandes no jornalismo brasileiro. Em especial, a sua atuação no semanário alternativo *O Pasquim*, criado em junho de 1969 depois do fechamento de outros dois alternativos que foram seus precursores – *Pif-Paf* e *A Carapuça*.

De acordo com Bernardo Kucinski, a imprensa *alternativa* possuía quatro significados essenciais: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo que as gerações dos anos 1960 e 1970 tinham de protagonizarem as transformações sociais.¹⁹

Ao analisarmos a memória que Jaguar, outro criador d’*O Pasquim*, constituiu para o bairro, podemos observar que existia uma *cultura política* autoritária que caracterizava Ipanema e os que nela conviviam.²⁰ Entre os *pasquinianos* principalmente, forjou-se um *imperialismo ipanemense*. Havia uma idéia de que este “era um bairro que se intrometia na cidade e no Estado, ditava moda, hábitos e costumes para o Brasil e o mundo, cagava regras”.²¹ Acredita-se que o Rio de Janeiro, em especial *O Pasquim*, era uma metonímia do Brasil.

Portanto, o *imperialismo ipanemense* foi a fonte para a elaboração de uma identidade compartilhada entre os que criaram *O Pasquim*. O próprio Jaguar destacou que “nós, os ipanemenses dos anos 60, estávamos nos lixando para os limites geográficos do bairro. Eu mesmo, enchendo a boca falando em *nós, ipanemenses*, morava em Copacabana”.²²

Até mesmo o mineiro Zivaldo, outro *pasquiniano*, que não nasceu neste ambiente, mas o incorporou em seu cotidiano, declarou que “*O Pasquim* foi feito pra Ipanema. Naquela época Ipanema significava o Olimpo. *O Pasquim* vai divulgar esse *modus vivendi*”.²³

Dessa maneira, o bar, a praia e a *Banda*²⁴ – todos em Ipanema – confluíram n’*O Pasquim* para fomentar a sua sociabilidade. Os *pasquinianos* passaram a existir, como sugeriu Jean-François Sirinelli “num lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, sem evitar evidentemente as transumâncias ideológicas”.²⁵

No final dos anos 1970, o semanário lançou o *slogan*: “*Pasquim* – um ponto de vista carioca”, acompanhado por um desenho que simbolizava o Pão-de-açúcar através dos contornos do corpo de uma mulher de biquini. Diante disso, podemos compreender de que forma foi sendo construída a memória sobre a formação do jornal. Através da construção de um discurso, no qual *O Pasquim* representava, em 1970, a intelectualidade carioca como um todo. E, como esta influenciava o restante da nação. Seja como for, a rememoração do passado do periódico ficou associada aos aspectos do *imperialismo ipanemense*.

Este imperialismo pode ser observado quando outras cidades, sobretudo São Paulo, eram criticadas abertamente. Mesmo abrindo espaço para a réplica de outros jornalistas no semanário, prevalecia a opinião de seus colaboradores no final do confronto, pois quando achavam que o assunto já estava esgotado, encerravam a discussão.

Uma das cidades mais satirizadas pelos jornalistas d’*O Pasquim* foi São Paulo. O contraponto era feito através da exaltação do Rio de Janeiro. Com o intuito de findar a discussão entre cariocas e paulistas, que durou cerca de cinco números no jornal, Millôr Fernandes escreveu duas crônicas, ambas com o mesmo título “Parem com isso, Meninos!”. A sua perspectiva, contudo, não era a de apaziguar os ânimos e, sim, uma reação autoritária para que o ponto final fosse dado por eles, os do hebdomadário. A primeira crônica terminou com a seguinte reflexão:

Também é um hábito antigo do paulista se queixar do clima do Rio. E, no entanto, este se equilibra admiravelmente entre dias infernalmente quentes e dias de calor insuportável. Nem todo mundo pode ter aquele clima admirável de São Paulo, que vai desde dias de garoa nojenta até noites de umidade doentia.²⁶

E, na segunda, listou alguns itens que caricaturavam os paulistas como conservadores e os cariocas como libertários. Assim expôs:

paulistas: a máfia – cariocas: a malandragem; paulistas: a conferência – cariocas: o papo; paulistas: a cúpula – cariocas: a cópula; paulistas: o ato sexual – cariocas: suas variações; paulistas: a palavra – cariocas: o trocadilho; paulistas: o clorofórmio – cariocas: o gás hilariante; paulistas: O Vaticano – cariocas: Sodoma e Gomorra.²⁷

Muitos jornalistas fizeram severas críticas ao chamado *imperialismo ipanemense*. Não compartilhavam desse conjunto de valores e hábitos, que supostamente projetavam o bairro como referência nacional. Mino Carta, editor da revista *Veja*, publicou um artigo n’*O Pasquim* em março de 1972, no qual expunha sua visão crítica, de como um jornalista paulista percebia Ipanema e o semanário carioca. Sobre o bairro, opinou:

Eu, modestamente, acho Ipanema um bairro comum de uma cidade muito bonita – ou melhor, seria comum, e até simpático se não fosse tão pretensioso e provinciano. (...) Não é diferente o bar, o uísque, o jóia-bicho, a conversa salva-humanidade, o caracol dos teus cabelos, o esquerdismo substancioso e indolor, o negó seguin [referência a uma invenção *pasquiniana*], o inserido no contexto, nada, nada é diferente.²⁸

No que tange aos jornalistas d’*O Pasquim*, Carta ironizou:

Gente boa em Ipanema deve haver assim como deve haver cronistas e restaurantes de má qualidade em muitos outros bairros de muitas outras cidades. Eu, modestamente, acho que é por causa da corrente da felicidade. É como nos programas de TV: você é ótimo; não você é que é, não posso admitir; você é excelente – no fim todos estão com complexo de superioridade e vão para a praia.²⁹

Como foi sublinhado anteriormente, havia uma abertura de espaço no jornal para não-*pasquinianos* argumentarem. Contudo, os jornalistas do semanário não deixariam de fazer o contraponto à investida de Mino Carta. Assim, com sarcasmo, os editores d’*O Pasquim* puseram uma observação em sentido vertical à horizontalidade do texto de Carta, mostrando que a palavra final era a do hebdomadário, na qual afirmavam: “É isso aí mesmo, Mino, o pessoal aqui pensa que o Brasil é um apêndice intelectual de Ipanema”.³⁰

4 – *O Pasquim* e o enlace nacional

A redação do periódico de Ipanema não se pretendia hierarquizada e nem existia uma pauta definida entre os colaboradores a ser seguida. Era um lugar de confronto de idéias e

de sociabilidade. Mas, isso não quer dizer que existisse a ausência de conflitos e desacordos e até mesmo rachas na equipe. Apesar das intenções libertárias de alguns jornalistas, principalmente, os que dialogavam com o cenário da *contracultura*, também havia opiniões conservadoras, refletindo nas páginas do jornal uma eterna contradição.

O Pasquim pode ser entendido enquanto marco do jornalismo no Brasil, justamente por renovar a linguagem dos meios de comunicação, interferindo diretamente na linguagem coloquial. Com isso, encontrou uma aceitabilidade em certos segmentos sociais do país. Para Paulo Francis, “*O Pasquim* mudou o estilo da imprensa brasileira, completando a revolução iniciada pelo *Diário Carioca* e o *Jornal do Brasil*”.³¹

O semanário de Ipanema modificou a linguagem jornalística ao reproduzir na linguagem escrita ou gráfica, a linguagem oral e isso acabou por influenciar a propaganda, como também, transformando a linguagem coloquial, não apenas carioca, mas de todo o Brasil, daí outra relação metonímica. O fato mais evidente foi o uso de palavrões, os quais estavam disfarçados através de neologismos ou substituídos por asteriscos, que assim por diante, poderiam ser publicados, falados e reinterpretados. O uso destes cognatos, além de afetar a moral da sociedade, sobretudo das classes médias, afetava também o regime como um todo. Visto que através de subterfúgios a censura política imposta pela ditadura, camuflada por uma moralidade e pelos bons costumes, estava sendo combatida.³²

Com sua linguagem inovadora, o jornal conquistou o objetivo de toda comunicação: a expressividade. José Luiz Braga percebeu que *O Pasquim* gerou uma “prosódia”, no processo de retomar a fluidez da escrita. Produziu um tom, uma sonoridade que o distinguiu dos outros jornais da época. Assim, o tom *pasquiniano* apareceu como se fosse uma “cacoépia”, uma pronúncia errada, diferentemente da “ortoépia” dos outros periódicos. Esta diferença entre os jornais já era suficiente para gerar um efeito humorístico. Uma vez que ao tomar distância da escrita da grande imprensa, *O Pasquim* exerceu um efeito de sátira sobre as normas costumeiras.

Essa *fala* foi sendo absorvida também por outros canais de comunicação em todo Brasil que passaram a se apropriar dessa nova linguagem jornalística, principalmente através da coloquialidade e da diferente proposta gráfica *pasquiniana* – em que o texto possuía a mesma importância do traço, ocupando igualmente as páginas do jornal. Dessa maneira, a *fala* estava sendo apropriada também pela sociedade brasileira. Para Rivaldo

Chinem, “não há jornal brasileiro importante que não tenha sido influenciado pelo idioma do *Pasquim*, direta ou indiretamente”.³³

Um exemplo de leitor que teve na inovação *pasquiniana* uma referência é Washigton Olivetto, publicitário e dono de uma das mais importantes empresas de publicidade do país, a *W Brasil*. O empresário, em entrevista ao documentarista Roberto Stefanelli, comentou que o estilo de propaganda que *O Pasquim* produzia esteve presente em muitos de seus trabalhos. O mais notório foi a Campanha para o comercial da *Bombril*, marcada por uma enorme coloquialidade. Olivetto afirmou:

Eu tinha um verdadeiro fanatismo pelo *Pasquim*. Esperava o dia que saía *O Pasquim*. Assim como *O Pasquim* tirou o empolado da linguagem do jornalismo brasileiro, sem dúvida nenhuma, estabeleceu o coloquial para muitas outras áreas. Tanto que, por exemplo em 1978, quando criei a Campanha da *Bombril* e teoricamente, ela é vista como o primeiro momento de extrema coloquialidade na publicidade brasileira. (...) Eu não tenho dúvida nenhuma da influência exercida pelo *Pasquim*.³⁴

Para Bernardo Kucinski, os publicitários que copiavam e veneravam a linguagem d’*O Pasquim* transformariam o veículo em um produto do sistema mercantil, promovendo a sua domesticação editorial.

Seja como for, *O Pasquim*, que começou como um jornal de bairro, foi apropriado tanto pela sociedade, daí decorre o seu sucesso de vendas, quanto por outros meios de comunicação, desde outros alternativos até os da grande imprensa, que na passagem “lenta, gradual e segura” da ditadura para a democracia foram absorvendo a *fala pasquiniana*, motivo pelo qual ela se desgastou perdendo seu referencial estético.

¹ FERNANDES, Millôr. *Millôr Fernandes*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003. (Coleção Gente), pp. 32-33.

² Grande veículo de comunicação de Assis Chateaubriand.

³ Millôr. op. cit. 2003, pp. 30-31.

⁴ Idem.

⁵ Sobre estas reformas na imprensa ver: Marieta Moraes Ferreira. “A reforma do *Jornal do Brasil*”. In: ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; _____, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁶ GURJÃO, Maria Inês. *A tragédia brasileira narrada com muito bom humor: imagem, humor e política na imprensa carioca*. Dissertação (Mestrado - História) Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1994. (Orientador: Antônio Edmilson Martins Rodrigues), p. 245.

⁷ NEVES, Margarida de Souza. “História da Crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, pp. 21-22.

⁸ RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade da crônica”. In: *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio ed./ CCBB, 1995, p. 35.

-
- ⁹ CANDIDO, Antonio “A vida ao rés do chão”. In: *A Crônica*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: FCRB, 1992, p. 18.
- ¹⁰ Neves. op. cit. p. 26.
- ¹¹ Idem, p. 27.
- ¹² ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era” In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 95.
- ¹³ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 205.
- ¹⁴ Neves. op. cit pp. 26-27.
- ¹⁵ Millôr. op. cit. 2003, p. 97.
- ¹⁶ NEVES, Margarida de Souza. “História da Crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 27.
- ¹⁷ MOTTA, Marly Silva da. *O Rio de Janeiro continua sendo ?* Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, p. 2. Sobre a noção de *capitalidade* ver também os estudos de Margarida de Souza Neves (*Brasil, acertai vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia, 1991).
- ¹⁸ FLORES, Élio Chaves. *República às Avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil Contemporâneo (1993-1930)*. Tese (Doutorado - História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, pp. 170-171.
- ¹⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2003.
- ²⁰ Sobre cultura política ver: Serge Berstein. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para Uma História Cultural*. Editorial Estampa, 1998, pp. 349-363.
- ²¹ JAGUAR. *Ipanema: se não me falhe a memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001, p. 12.
- ²² Idem, p. 17.
- ²³ Entrevista de Ziraldo ao diretor e documentarista Roberto Stefanelli. In: *O Pasquim - a Subversão do Humor*, 2004, Brasil, 44 min.
- ²⁴ A *Banda de Ipanema* é um bloco de Carnaval carioca, idealizada por Jaguar, Albino Pinheiro e Ferdý Carneiro em 1965. Entre seus fundadores constavam muitos dos jornalistas d’*O Pasquim*, além de Jaguar, havia também Ziraldo, Fausto Wolff e outros. Sobre a *Banda de Ipanema* ver: Jaguar. *Ipanema: se não me falhe a memória*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000. E o documentário: *Folia de Albino – Banda de Ipanema*, direção e roteiro: Paulo Cezar Saraceni, 2003, 83 min.
- ²⁵ SIRINELLI, Jean-François. “Intelectuais”. In: René Remond. (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, pp. 231-262.
- ²⁶ *O Pasquim* nº 14, de 25/09 a 01/10/1969, pp. 4-5. Este artigo pode ser encontrado também no livro de Millôr Fernandes, op. cit. 1973, pp.28-32.
- ²⁷ *O Pasquim* nº 15, de 02 a 08/10/1969, pp.2-3. Este artigo pode ser encontrado também no livro de Millôr Fernandes, op. cit. 1973, pp. 33-35.
- ²⁸ “Um paulista vê Ipanema”. *O Pasquim* nº 141, de 14 a 20/03/1972.
- ²⁹ Idem, ibidem.
- ³⁰ Idem, ibidem.
- ³¹ Entrevista de Paulo Francis ao *Pasquim* nº 500.
- ³² Ver o estudo de KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ³³ CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995, p.45.
- ³⁴ Entrevista de Olivetto ao Diretor Roberto Stefanelli. In: *O Pasquim - a Subversão do Humor*, direção de Roberto Stefanelli, 2004, Brasil, 44 min.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Breve análise historiográfica sobre o Alcorão

Anizio José do Carmo Júnior¹

Introdução

Entre os anos de 1980 e 2001, as editoras brasileiras lançaram no mercado grande quantidade de livros que aborda o islamismo e temas correlatos. Podemos classificar essas publicações em dois tipos: o primeiro, produzido por historiadores e sociólogos, refere-se a "sínteses" de história, sociedade e cultura islâmicas; o segundo, produzido por teólogos e jornalistas, refere-se a aspectos doutrinários da religião islâmica. Note-se que a maioria dessas obras é de autores estrangeiros.

Analisando essas publicações em conjunto – salvo pouquíssimas exceções –, elas caracterizam-se por certos problemas. O primeiro é a falta de rigor quanto a conceitos e categorias, possibilitando ao leitor confundir os significados de termos como "islã", "islamismo" e "arabismo", e também termos como "islâmico", "muçulmano" e "árabe" ².

O segundo problema é a diversidade de categorias para classificar o espaço geográfico ocupado pelos povos islâmicos, tais como: "Oriente Médio", "Crescente", "Levante", "Mundo Islâmico", "Casa do Islã", etc.

O terceiro problema é a caracterização do islamismo e dos povos islâmicos como elementos homogêneos, não considerando a grande heterogeneidade existente no "mundo islâmico": heterogeneidade existente entre os próprios "fiéis" (árabes, turcos, iranianos, etc); cristãos que vivem entre a imensa maioria de muçulmanos; e problemas como as querelas e os conflitos entre israelenses e palestinos pelo "direito de posse" da Terra Santa.

¹ Acadêmico de História na Universidade Federal de Goiás. E-mail: magnizio@pop.com.br.

² NUNES, Heliane Prudente. "Identidade e história do mundo árabe". In: SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar (orgs.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Goiânia: UFG, 2002, p. 190-191.

Contudo, após os atentados de 11 de setembro de 2001 contra os Estados Unidos, o interesse por história, sociedade e cultura islâmicas aumentou e editoras de todo o mundo passaram a publicar vários livros de vários autores. No Brasil, muitas editoras seguiram o mesmo caminho, publicando livros de autores – na maioria estrangeiros – que estudam e escrevem sobre o islamismo.

Se aumentou a quantidade, aumentaram também a qualidade e a diversidade das publicações. Um número maior de sínteses de história, sociedade e cultura islâmicas foram publicadas, onde seus autores delimitaram melhor seus temas, expondo os problemas de pesquisa e os limites de seus conhecimentos. Publicaram também obras que abordam aspectos específicos, como: a biografia do profeta Maomé, as raízes cristã e judaica da tradição islâmica, a compilação das suras (capítulos) do texto definitivo do Alcorão, as origens do fundamentalismo islâmico, etc.

Delimitando nosso trabalho, temos por objetivo analisar os textos que tratam da origem e da história do Alcorão, abordando seus aspectos e seus problemas mais discutidos. Mas, que importância tem um estudo sobre esse tema?

Foi-se o tempo em que bastava para nós sabermos que o Alcorão era o livro que havia fundado uma das três grandes religiões monoteístas do mundo. O interesse pelo livro ultrapassa o campo da cultura geral e integra-se à atualidade política, sendo que é difícil passar um dia sem que o noticiário internacional mencione o Alcorão: seja no Irã, onde os *aiatolás* afirmam obedecer o Alcorão quando impõem o *chador* às mulheres; seja no Paquistão, onde um grupo de jovens extremistas invade uma mesquita, mantendo os ocupantes reféns, e exigindo a renúncia do presidente do país, pois, segundo os extremistas, o presidente não está respeitando os mandamentos do Alcorão. Devemos considerar também que, nos últimos anos, assistimos ao renascimento de um islamismo militante que, também invocando o Alcorão, está transformando as feições e reorientando as vidas de muitos países, desde o norte da África até o centro e o sul da Ásia³.

Além disso, o historiador não pode ignorar os problemas teológicos e filosóficos do Islã, nem o direito e a sociologia muçulmana; os conhecimentos estão longe de ter sido bem explorados⁴.

Com isso, dividimos nosso trabalho em seis partes: (1) esta introdução; (2) uma

³ CHALLITA, Mansour. “O que se deve ler saber para aproveitar plenamente a leitura do Alcorão”. In: *O Alcorão*. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, s.d., pp. 15-16.

⁴ NUNES, Heliane Prudente, *Op Cit*, p. 189.

discussão sobre as fontes referentes à Arábia pré-islâmica e ao surgimento do Islã; (3) a origem do Alcorão; (4) a evolução temática no Alcorão; (5) o texto atual do Alcorão; (6) conclusão.

Discutindo os problemas das fontes

Dentre as obras que analisamos, a maioria discute pouco ou quase nada sobre as fontes históricas referentes à Arábia pré-islâmica e ao surgimento do Islã. Nessas obras, os autores citam os fatos a partir da tradição islâmica, mas não indicam de onde extraíram os fatos. Esses autores acabam por incorporar aos seus textos citações de outros autores que consultaram fontes, porém não indicam as referências.

Dos autores que estudamos, apenas dois indicam e discutem as fontes referentes à Arábia pré-islâmica e ao surgimento do Islã. São dois historiadores: o inglês de ascendência libanesa, Albert Hourani; e o espanhol Juan Vernet.

Albert Hourani, cuja obra centra-se no estudo da história e da cultura dos povos árabes, cita apenas documentos da época do surgimento do Islã, no século VII. O autor cita as fontes árabes que narram a vida do profeta Maomé e a formação de uma comunidade em torno dele, e comenta que essas fontes surgiram entre cem e duzentos anos após a época do profeta. Hourani também cita fontes escritas em outras línguas – grego e persa médio – que atestam plenamente a formação de um império pelos árabes, e comenta a discordância entre essas fontes e aquelas referentes à vida de Maomé. O autor também argumenta que existem poucas dúvidas quanto ao Alcorão ser um documento da Arábia do século VII⁵.

Juan Vernet é o autor que melhor problematiza as fontes da Arábia pré-islâmica e do surgimento do Islã. Devemos considerar, é claro, o próprio recorte do autor, que se propõe a estudar as origens do Islã, enquanto Albert Hourani estuda a história dos povos árabes, do advento do islamismo até a década de 1960.

Vernet divide as fontes em dois grandes grupos, e dentro deles, o autor caracteriza as origens das fontes. O primeiro grupo é classificado como “fontes referentes à Arábia pré-islâmica”, e subdivide-se em três tipos: (1) textos dos povos da Antiguidade próximos à Arábia (Assíria, Pérsia, Grécia, Roma, Egito e Abissínia); (2) achados arqueológicos (ruínas e inscrições epigráficas); (3) textos árabes escritos

⁵ HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 32.

posteriormente ao surgimento do Islã, e com frequência não concordam com os dois primeiros tipos de fontes⁶.

O segundo grupo é classificado como “fontes referentes ao nascimento do Islã”, e também subdivide-se em três tipos: (1) testemunhos escritos (o próprio Alcorão); (2) crônicas árabes escritas dois séculos após os fatos relatados; (3) alguns papiros e referências de autores não-muçulmanos e escritos em outras línguas (grego, armênio e persa médio)⁷.

Juan Vernet explica o tipo de fonte que mais usou, e argumenta o porquê. O autor utilizou, na maior parte de seu estudo, os cronistas, analistas ou historiadores árabes que escreveram pelo menos dois séculos após os fatos narrados. Esses cronistas redigiram seus relatos tendo como fontes a transmissão oral, geração após geração, que vinha desde os tempos de Maomé até a época da redação dos relatos. Vernet argumenta que a transmissão oral, geração após geração, é muito mais fiel do que supomos; contudo, quando praticada em meios que ignoram ou utilizam pouco a escrita, ela incorre frequentemente em erros, e desses erros, nascem as lendas, e essas lendas serão referências de grande parte da tradição. Como exemplo, o autor cita um historiador e teólogo chamado al-Tabarî (m. 310/923)⁸. Em seus *Anais*, al-Tabarî recolhe para determinado fato todas as versões – embora sejam contraditórias –, uma após a outra, que chegaram até ele, e sempre que pode tem o cuidado de anotar a cadeia ou a sucessão de transmissores desse fato. Assim, ele nos fornece o material em estado bruto, tal como lhe chegou e o que parecia falta de sentido histórico, caracteriza-se por um alto rigor histórico⁹.

Por isso, nossa principal obra de referência será a de Juan Vernet, que será confrontada com as obras dos demais autores. Optamos por Vernet pois ele foi o autor que melhor discutiu as questões referentes ao Alcorão – origem, evolução temática e o estabelecimento do texto atual.

A origem do Alcorão

Segundo a tradição islâmica, as idéias que o Alcorão apresenta só podem ser

⁶ VERNET, Juan. *As origens do Islã*. São Paulo: Globo, 2004, pp. 12-13.

⁷ *Ibid*, p. 7.

⁸ *Ibid*, p. 9. As citações cronológicas, a partir do momento da Hégira, se expressam, sempre que possível, na forma: ano da Hégira/ano cristão.

⁹ *Ibid*, p. 7, 12-13.

explicadas pela "revelação divina". Nós, porém, temos que trabalhar com a hipótese de que as idéias apresentadas pelo Alcorão podem ser explicadas por outros meios que não sejam pela revelação.

Será que o ambiente de Meca forneceu a Maomé os elementos necessários para a elaboração do Alcorão? Os autores que estudamos e que consideram a questão, são unânimes em afirmar que na cidade de Meca não se encontrava nada que apoiasse tal opinião. Um desses autores, Helmi Nars, afirma que os árabes eram pagãos e sua sociedade estava contaminada por determinados vícios incontestáveis: infanticídio, prostituição, incesto, consideração da mulher como parte da herança, opressão aos órfãos, confrontos permanentes entre as tribos, etc¹⁰.

A segunda hipótese seria os meios cristão e judaico. Quanto ao meio cristão, viviam nos arredores de Meca cristãos de origem abissínia e romana, vendedores de vinho e habitantes de certos "bairros excêntricos", onde haviam alguns "cabarés". Porém, Helmi Nars descarta essa hipótese pois "nem pelas tradições, nem pela sua nascença e nem pelo itinerário de suas ocupações se pode imaginar Maomé como hóspede de ambientes licenciosos"¹¹. A hipótese mais aceita é de que Maomé, durante as viagens que fazia com seu tio, Abu Talib, para a Síria, teve contato com comunidades cristãs pelas cidades nas quais passava.

Quanto ao meio judaico, a hipótese mais aceita é a dos contatos entre Maomé e a numerosa comunidade judaica de *Yatrib* (Medina), antes e após a Hégira¹².

Segundo a tradição islâmica, durante as revelações, Maomé entrava em uma espécie de "transe", havendo momentos em que até entrava em convulsão. A partir disso, Karen Armstrong argumenta que

"Maomé percebera os grandes problemas que seu povo enfrentava num nível mais profundo do que a maior parte de seus contemporâneos, e que enquanto 'ouvia' os acontecimentos, a sua necessidade era mergulhar profunda e dolorosamente em seu ser interior para encontrar uma solução que fosse não só politicamente viável, mas espiritualmente iluminadora"¹³.

Ou seja, Maomé, diante dos problemas de sua sociedade e inspirado nas idéias

¹⁰ NARS, Helmi. "O Alcorão. Sua história e sua origem". *Revista de História*, USP, São Paulo, v.45, n.91, p. 30.

¹¹ *Ibid*, p. 31-32.

¹² HOURANI, *Op Cit*, p. 35-36.

¹³ ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. São Paulo: Objetiva, 2001, p.43.

propostas pelas crenças cristã e judaica, teria criado, num estado de subconsciência, aquilo que ele denominou de "revelação" e, acreditando veementemente que havia recebido a revelação divina, conquistou, através da prosa rimada que recitava, seus primeiros convertidos. Daí, Maomé acreditou ser o último de uma série de profetas que iria trazer a última etapa da revelação de Deus. Isso começou a acontecer no ano de 610 d.C..

Juan Vernet tem um argumento semelhante, e utiliza como principal fonte para estudar a "revelação" o próprio Alcorão, que descreve com alguma detalhe, as primeiras comunicações de Maomé com a divindade. Quando recebia a revelação, Maomé parecia um possesso, e durante o momento de crise percebia palavras, e raramente visões, que talvez tivesse ouvido pronunciar em estado de vigília sem prestar atenção. Esse pode ter sido o modo pelo qual se introduziram na nova religião as influências cristãs e judaicas, devidamente reelaboradas em seu subconsciente pela vontade divina. Esse mecanismo explica a sinceridade da pregação de Maomé e sua convicção de ser o Enviado de Deus para os árabes, pois de modo geral a revelação divina coincide com as recebidas por outros profetas¹⁴.

A evolução temática do Alcorão

Os tratadistas do Alcorão se depararam com grandes dificuldades para estabelecer uma sucessão cronológica dos versículos ao longo de todo o processo da revelação, pois, por algum motivo desconhecido, nem os versículos dentro das suras, nem as suras dentro do livro, foram colocados por ordem cronológica ou temática, sendo que certos assuntos repetem-se em diversas suras. Ademais, alguns versículos revelados em Meca foram incluídos em suras reveladas mais tarde em Medina¹⁵.

Ao considerar esses problemas, Juan Vernet utiliza uma ordem cronológica, mesmo que duvidosa, para estudar a evolução temática no Alcorão. Entretanto, o autor não cita de onde extraiu essa ordem cronológica, e não discute a interferência dos lugares - Meca e Medina - na análise dos temas abordados no Texto Sagrado, ou seja, Vernet, não discute se foram as circunstâncias de Meca e Medina que influenciaram certo dogma ou tal preceito comportamental¹⁶.

¹⁴ VERNET, Juan. *Op Cit*, p. 59-60.

¹⁵ *Ibid*, p. 91; CHALLITA, Mansour. *Op. Cit*, p. 17.

¹⁶ VERNET, Juan. *Op Cit*, p. 91-95.

Portanto, baseados na ordem cronológica utilizada por Vernet, faremos uma síntese dos principais temas expostos no Alcorão, que vão desde os "dogmas do Islã" até os preceitos comportamentais que deveriam ser seguidos pelos muçulmanos.

O primeiro tema é a "unicidade e onipotência de Deus", que foi transformado em dogma, e do qual derivou a *shahada*, ou declaração de fé – literalmente "testemunho" –, que é a aceitação da Alá como Deus único e todo-poderoso e de Maomé como seu profeta¹⁷.

O segundo tema é o da existência de profetas anteriores a Maomé, como Abraão e Noé. Um tratamento especial é dado a Jesus, considerado o maior dos profetas muçulmanos que vieram antes de Maomé¹⁸.

O terceiro tema é a ratificação da sexta-feira como dia da prece pública e o estabelecimento das regras de ablução, que correspondem à limpeza dos braços e do rosto antes da oração¹⁹.

O quarto tema refere-se aos ritos a serem observados durante o jejum do *ramadãn* e durante a peregrinação²⁰.

O quinto tema é a manutenção da pena de talião, por exemplo: no caso de assassinato, se o acusado fosse condenado, ele seria executado; o acusado de roubo, se condenado, teria as mãos cortadas²¹.

Resumindo, quando da morte de Maomé já se encontravam solidamente estabelecidos os fundamentos das cinco obrigações do muçulmano: (1) acreditar na unidade de Deus; (2) cumprir as orações prescritas, que são cinco orações por dia; (3) pagar o imposto (*zakat*) destinado aos muçulmanos pobres; (4) observar o jejum no mês do *ramadãn*; e (5) realizar a peregrinação (*hajj*), pelo menos uma vez na vida, até Meca, desde que o fiel tenha condições para isso²².

Vernet ainda observa que a evolução das linhas mestras da nova religião na direção do que até quase nossos dias se consolidou como dogmas do Islã e que se fossilizou em diferentes credos foi obra humana, de um grupo de teólogos e de juristas de ideologia muito concreta.²³

¹⁷ *Ibid*, p. 91-93; LEWIS, Bernard. *Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 208.

¹⁸ *Ibid*, p. 93-94.

¹⁹ *Ibid*, p. 96.

²⁰ *Ibid*, p. 96.

²¹ *Ibid*, p. 102.

²² *Ibid*, p. 106-107.

²³ *Ibid*, p. 107.

O texto atual do Alcorão

Segundo a etimologia árabe, a palavra Alcorão, entre outras interpretações, combina os significados de "leitura" e "recitação"²⁴. Conforme a tradição islâmica, Maomé recebia o Alcorão através do anjo Gabriel, que era o intermediário entre o profeta e Deus. Havia momentos em que Maomé recebia a revelação de suras (capítulos) inteiras, e havia também momentos em que recebia apenas alguns versículos. Após receber a revelação, o profeta a transmitia aos seus seguidores que, apesar de analfabetos – na maioria –, eram possuidores de uma memória notável, e decoravam de imediato o que lhes era transmitido. Os poucos que sabiam ler e escrever, escreviam as revelações em couros de animais, fragmentos planos de pedra e em omoplatas de camelo.

O Alcorão foi revelado aos poucos, começando por volta de 610 d.C. e perdurando por vinte e dois anos, até a morte de Maomé. O período da revelação é dividido em dois períodos: mequinense e medinense, ou antes e depois da Hégira. O primeiro momento teve a duração de doze anos e o segundo de dez. Daí se compreende a razão pela qual onze capítulos são denominados de "medinenses" e os outros de "mequinenses".

O Alcorão não foi revelado com o objetivo de ser reunido em um único volume. Essa reunião foi empreendida por seus seguidores, que depararam-se com dois grandes problemas: a morte gradual dos "portadores do Alcorão" e o surgimento de muitas variantes das suras – devido à interpretação dos que as memorizavam; e também devido às variações dialetais da língua árabe. Por esses problemas, Omar sugeriu ao primeiro califa, Abu Bakr, a reunião das suras em uma só coleção, cujas partes se ligassem pela ordem já fixada nas memórias e determinada por Maomé.

A tarefa de reunir as suras foi confiada ao jovem Zaid ibn Thabit, que compilou o texto definitivo ainda no califado de Abu Bakr. Concluído o livro, Zaid ibn Thabit entregou-o nas mãos do califa, que o guardou consigo. Antes de morrer, Abu Bakr entregou o livro a seu sucessor, Omar. Este, nos últimos momentos de sua vida, remeteu-o à sua filha Hafsa, uma das viúvas de Maomé, pois o terceiro califa ainda não tinha sido escolhido.

²⁴ LEWIS, Bernard, *Op Cit*, p. 59-60.

O que determinou a publicação do livro foi o fato de os exércitos da Síria e do Iraque, cada um, seguirem a leitura de variantes da Vulgata²⁵. Temendo divisões semelhantes às dos judeus e cristãos a respeito do livro²⁶, o califa Otman ordenou a um grupo de copistas que, a partir do original de Hafsa, redigissem um número de exemplares proporcional ao número das principais cidades do Califado. Concluído o trabalho, em 653, os exemplares foram distribuídos e o original foi devolvido a Hafsa. E as variantes, com o tempo, ou foram destruídas ou foram esquecidas.

Hoje o Alcorão é apresentado a nós em um só volume, composto por, aproximadamente, 6236 versículos – de extensão comparável ao Novo Testamento –, e é dividido em 114 suras. Quase todas as suras, com exceção da sura nº 9, iniciam com o vocativo "Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso". Salvo a introdução, a sura nº1, composta por cinco pequenas linhas, as suras são dispostas em ordem decrescente: as maiores no começo, as médias no meio e as menores no final.

O título das suras procede de uma palavra ou episódio mencionado em seus versículos. Depois do título, vem indicações gerais: lugar da revelação (Meca ou Medina), número de versículos, versículos deslocados e título da sura revelada imediatamente antes²⁷.

Conclusão

No início deste texto, propomos a necessidade de estudarmos história, sociedade e cultura islâmicas, por considerarmos que o tema ultrapassa o campo da cultura geral e integra-se à atualidade política. E quando delimitamos o assunto – um estudo sobre o Alcorão –, nos deparamos com certos problemas.

Nos deparamos com o excesso de “sínteses” que, ao proporem o estudo de história, sociedade e cultura islâmicas, não discutem problemas como o acesso e uso de fontes históricas, a difícil delimitação dos temas, nem os problemas de pesquisa e os limites dos conhecimentos dos autores. A única exceção é Albert Hourani, que, ao delimitar seu tema à história dos povos árabes, citou as fontes que utilizou, discutindo as dificuldades de pesquisa e reconhecendo os limites de seus conhecimentos. Além disso, faz um breve comentário sobre o Alcorão, muito pertinente e que não foi feito por

²⁵ VERNET, Juan, *Op Cit*, p. 113. Nesse caso, “Vulgata” refere-se à versão definitiva do Alcorão.

²⁶ NARS, Helmi, *Op Cit*, p. 30.

²⁷ VERNET, Juan, *Op Cit*, p. 119.

nenhum outro autor. O argumento é de que há pouquíssimas dúvidas quanto ao fato do Alcorão ser um documento da Arábia do século VII. Os demais autores consideram este dado como algo por demais óbvio, que não precisa ser discutido.

Outro autor que aborda a questão das fontes é Juan Vernet. Este autor é o que melhor analisa a difícil questão das fontes, citando-as e dividindo-as em dois grupos: fontes referentes à Arábia pré-islâmica e fontes referentes ao surgimento do Islã. Após a caracterização dos documentos, o autor citou as fontes que mais utilizou e justificou o porquê. Vernet usou, na maior parte de seu estudo, fontes árabes que foram escritas dois séculos após a morte de Maomé, oriundas da transmissão oral, pois, apesar de certos problemas, são as fontes que fornecem os fatos em estado bruto, tal como chegaram aos redatores.

Contudo, quando tentamos relacionar o que os autores que analisamos escreveram sobre o Alcorão – origem, evolução temática e definição do texto atual – nos deparamos com o fato de que apenas um autor tentou aprofundar a análise sobre o tema, e o autor foi Juan Vernet.

Apesar disso, continuaremos a pesquisar sobre o tema, pois consideramos que o historiador, ao considerar o Alcorão como fonte histórica e ao lançar-se ao estudo historiográfico sobre o tema, não pode ignorar os problemas teológicos e filosóficos do Islã, nem o direito e a sociologia muçulmana; os conhecimentos estão longe de ter sido bem explorados.

Bibliografia

Alcorão, O. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, s.d.

ARMSTRONG, Karen. *O Islã*. São Paulo: Objetiva, 2001.

_____. *Maomé: a biografia do profeta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ATTIE FILHO, Miguel. *Falsafa: a filosofia entre os árabes*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

CHALLITA, Mansour. “O que se deve ler saber para aproveitar plenamente a leitura do Alcorão”. In: *O Alcorão*. Trad. Mansour Challita. Rio de Janeiro: ACIGI, s.d., pp. 15-27.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEWIS, Bernard. *Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

NARS, Helmi. “O Alcorão. Sua história e sua origem”. *Revista de História*, USP, São Paulo, v.45, n.91, pp. 27-30.

NUNES, Heliane Prudente. “Identidade e história do mundo árabe”. In: SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar (orgs.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Goiânia: UFG, 2002, p. 189-211.

VERNET, Juan. *As origens do Islã*. São Paulo: Globo, 2004.

PACE, Enzo. *Sociologia do Islã: fenômenos religiosos e lógicas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**História e Memória: Convergências e Divergências na Ação Social da
Modernidade**

Arnaldo José Zangelmi

Resumo

Esse trabalho desenvolve questões debatidas na dissertação *História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega*, desenvolvida para atender as exigências do Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV. Partimos da discussão de algumas formas de se conceber a relação entre história e memória e da associação dessas posturas com o trabalho do historiador. Os trabalhos de Maurice Halbwachs e Pierre Nora são emblemáticos para avaliarmos como se deu parte da relação do trabalho histórico e a memória. Halbwachs, no início do século XX, nos fala de uma história que faz a “compilação” da memória, ou seja, a registra, adaptando sua essência para moldes acadêmicos e tentando, inutilmente, salvá-la do esquecimento. Halbwachs, ao fazer esse diagnóstico da história, se alinha com a Escola dos Annales no intuito de formar uma história enquanto ciência social, que passaria a ver a memória como algo a ser desmistificado e afastado. Esse novo papel assumido pela história foi caracterizado por Nora, que enfatiza a oposição e o efeito corrosivo da história sobre a memória na sociedade atual. Nossa intenção, por fim, é discutir parte das implicações da ação dos movimentos sociais na modernidade para a construção da relação dos atores sociais com seu passado.

Memória, grupos e negociação pela identidade

A memória é um elemento fundamental na constituição da identidade e, talvez por isso, um dos atributos em crescente transformação na Modernidade. A memória é um fenômeno *seletivo* e *resignificante*. Cada pessoa lembra do passado de acordo, principalmente, com suas preocupações do presente. No momento de acessar sua memória, de dar sentido a seu passado, o sujeito tem uma carga de referências atuais que moldam sua perspectiva sobre sua lembrança, selecionando e resignificando o que vai ser lembrado (BOSI, 1979). Dessa forma, para entender bem a memória de um indivíduo é preciso conhecer suas preocupações, seu cotidiano, suas referências, coisas que estão ligadas à integração social e a relação de cada grupo com sua memória específica (HALBWACHS, 1990).

Objeto de estudo das ciências mais diversas, que vão desde a Biologia, passando pela Psicanálise, Filosofia, até a História e a Sociologia, o conceito de *memória* percorreu um longo percurso. Para Bérghson (1999), que acompanha concepções

advindas dos primórdios do pensamento sobre esse conceito, a memória seria um fenômeno basicamente individual, sendo simplesmente a intuição de um passado limitado à consciência. Com uma perspectiva diferente sobre o assunto, Halbwachs (1990) demonstra as influências sociais da formação da memória.

Halbwachs (*Idem*), autor de influência durkheimiana, considera que a memória é um fenômeno construído socialmente no presente. Segundo ele, o que uma pessoa lembra não é o que realmente ocorreu, mas sim uma construção que se atualiza de forma contínua. A lembrança seria uma representação criada no presente, de acordo com as referências, significados e preocupações atuais. As características do presente que mais influenciariam na formação da memória seriam as advindas da socialização do indivíduo. Halbwachs (1994) conceitua os *quadros sociais de memória*, que seriam os grupos sociais nos quais os indivíduos dividiriam e alimentariam uma simbologia comum através do próprio mecanismo de socialização. Desta forma, cada grupo teria uma memória específica, ligações fixas entre suas referências sociais e o que seus integrantes lembram. Lembrar seria uma atividade coletiva, relacionada tanto com o outro quanto consigo mesmo.

A memória individual seria a síntese entre as influências dos diversos grupos aos quais o indivíduo estaria integrado. Na sociedade de hoje, onde vários grupos sociais distintos convivem de forma mais dinâmica e intensa, as memórias individuais podem ser frutos das mais diversas combinações entre grupos. Uma pessoa pode ser de um grupo religioso, trabalhar numa fábrica de automóveis, estudar em uma universidade e jogar futebol no time do bairro. Todo esses focos de socialização influenciam na memória do indivíduo, gerando uma diversidade grande entre as memórias individuais, pois dificilmente encontramos indivíduos com as mesmas experiências de socialização.

No entanto, a relação entre os grupos também é um elemento importante para a constituição da memória. Para Pollak (1992), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros (...) por meio da negociação direta com os outros” (*Idem*: 204). Dessa forma, memória e identidade não são elementos essenciais de um grupo, mas sim frutos de relações entre os grupos, ou seja, “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais” (*Idem*: 205).

Sendo assim, a memória de um grupo segue certos padrões de relações que passam principalmente pela valorização do grupo em relação ao restante da sociedade. Essa valorização pode ser expressa de diversas formas como na busca pela coerência

interna do grupo; na valorização das especificidades do grupo; na denúncia de injustiças sofridas pelo grupo, etc.

A ligação entre memória e identidade foi muito bem salientada por Pollak (1992). Ele coloca três elementos básicos para a construção da identidade: a unidade física, a continuidade temporal e a coerência de um grupo. Pelo valor da memória para esses elementos, Pollak (*Idem*) mostra a ligação íntima existente entre identidade e memória:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (*Idem*: 204)

Para esse autor a memória é um forte elemento de disputa entre os grupos no seu processo de negociação pela constituição de suas identidades.

Perda da memória

Quanto a relação que falamos anteriormente, ou seja, a ligação entre memória, identidade e Modernidade, vários autores já salientaram um processo corrente em nossa sociedade.

Bosi (2003), valendo-se de parte do pensamento de Benjamin (1987), salienta o fato de estarmos vivendo um tempo vazio, morto de significação, no qual nossa capacidade de lembrar coletivamente está enfraquecendo. A dissolução da memória seria um fruto do surgimento da sociedade industrial, que é burocrática, impessoal, vazia, etc. “É a perda do dom de narrar” (BOSI, 2003: 24). Segundo essa autora, “a sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas, dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários” (*Idem*).

Esse processo resultaria também na perda da percepção, pois nele “as coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo, do conhecimento do outro.”(*Idem*). Bosi coloca também que “a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens” (*Idem*: 25).

Nesse mesmo sentido, Jeudy (1995) enfatiza que a sociedade em que vivemos sofre um processo de perda no sentido da existência. Esse fato está ligado à perda dos elementos culturais autênticos que formam a identidade. Como Bosi (2003), ele atribui

esse processo aos elementos trazidos pela industrialização. A memória, nessas perspectivas, está se diluindo na modernidade.

Silêncio e memória dividida

Apesar desse processo de “perda da memória” ter um grande valor analítico para o nosso tempo, não podemos deixar de lado outras formas que a memória encontra para se articular, principalmente em relação a grupos relativamente afastados do mundo industrial, como o Assentamento Aruega(Novo Cruzeiro/MG). Os assentados, quando comparados aos trabalhadores urbanos, guardam especificidades importantes como autonomia sobre seu trabalho, distância da temporalidade controlada rigidamente pelas fábricas, maior possibilidade de construção de sociabilidades face-a-face, etc.

Nesse sentido, a noção de silêncio, trabalhada por Pollak (1989), nos fornece elementos importantes para uma compreensão mais completa sobre a relação dos assentados com seu passado. Esse autor, alicerçando suas reflexões em pesquisas sobre a memória dos campos de concentração da Segunda Guerra, enfatiza a existência de uma memória subalterna, que se transmite “via silêncio”.

Essa memória - impossibilitada de se exprimir publicamente, clandestina e diferente da memória oficial, se transmite oralmente por entre os núcleos familiares e de amizade. Ele salienta que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (*Idem*: 5).

Como coloca Pollak (1989), essa memória oculta - muitas vezes recheada de culpas, traumas, vitimizações, angustias, vergonhas - gera ambigüidades frente a memória oficial. Essas “lembranças vergonhosas”, “indizíveis”, se movimentam de forma angustiante por não encontrarem uma escuta, não poderem ser exteriorizadas.

Essa memória, para ser suprimida, passa por um processo de “enquadramento da memória”, no qual é ocultada por um quadro de referências que visa a justificação, na dinâmica política da sociedade. Esse enquadramento se alimenta do material fornecido pela História e é articulado num sem número de referenciais dentro do jogo de forças políticas, buscando a coerência no discurso. Esse processo é levado a cabo por “atores profissionalizados”, profissionais da história das organizações. Eles estruturam o discurso, padronizam, selecionam seus principais expositores, etc (*Idem*).

No entanto, como esse autor salienta, muitas vezes as tensões, não encontrando fortes referências nessa memória enquadrada, extrapolam, ganham visibilidade e força. Isso ocorre, principalmente, pela rearticulação do jogo de forças e mudança na realidade política dessas pessoas. Nesses momentos de crise, a ligação original com o passado pode ser rearticulada.

Porém, mesmo em estado latente, essa memória também tem uma função importante, pois:

Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si mesmo – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente. (...) Um passado que permanece mudo é, muitas vezes, menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação (*Idem*: 13).

O indivíduo, como coloca Pollak (1989), controla como pode a tensão entre o oficial e o subalterno, num “equilíbrio precário”, muitas vezes se vendo em contradições e impasses. Surge, muitas vezes, com relação às culpas e vergonhas transmitidas via silêncio, um forte desejo de retomar uma “vida normal” e de fazer “boa figura”, chocando-se com a perspectiva estruturada pela memória oficial.

Nesse mesmo sentido, Alessandro Portelli (2002) se propôs a compreender a memória sobre o massacre em Civitella Val di Chiana, uma pequena cidade da Toscana, Itália, que ocorreu em julho de 1944. Esse massacre, ao que tudo indica, foi uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, alguns dias antes.

Portelli (*Idem*) recupera o conceito de “memória dividida” ao enfatizar a existência, entre as pessoas de Civitella, de duas memórias:

Uma é a memória oficial, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e considera as vítimas mártires da liberdade. Essa memória da Resistência, da esquerda, se encontra também em disputa com outras memórias oficiais, como a do Estado, resultando, muitas vezes, em comemorações distintas.

A outra é uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, focada no luto, nas perdas pessoais e coletivas. Ela nega a Resistência e culpa os membros por um ataque irresponsável, que gerou a retaliação alemã. Essa memória se encontra na tensão entre, por um lado, o desejo de silenciar, esquecer e, por outro, a necessidade de se expressar.

Portelli (*Idem*) salienta que outros pesquisadores, identificando-se com o luto de Civitella, consideraram essa segunda memória inexprimível, fechado totalmente em si. No entanto, ele acredita que o “indizível é dito” e outras experiências são postas para a interpretação. Nesse sentido, ele acrescenta que essa memória é formada no decorrer de inúmeras ocasiões narrativas. Devemos, portanto, relacionar os fatos e suas construções narrativas, procurando compreender suas articulações e contradições de diferentes formas de lembrar.

A esquerda, na memória não oficial de Civitella, é vista como algo que atrapalhou a quietude, injetou conflito, atrapalhou a ordem natural das coisas, que é os fortes dominando os fracos. Esse rompimento é responsabilizado pela tragédia. Essas pessoas não negam os ícones da Resistência italiana, mas criticam seus membros locais, não consideram que eles foram atores de libertação.

Essa “memória comunal” considera uma grande virtude por parte dos que morreram o fato de não terem feito nada contra os alemães. Esses inocentes, não políticos, são vistos como os verdadeiros mártires.

Portelli (*Idem*) acrescenta que essa memória trata os alemães como “feras”, irracionais, naturalmente ruins, o que de certa forma os absorve, tira-lhes a responsabilidade ao considerar isso como “fato natural”. Nesse sentido, é muito freqüente também, nessa região, o mito do “bom alemão”, que se arrepende. A Resistência, diferentemente, não se arrependeu.

Os mitos, essas histórias exemplares, são muito importantes na articulação dessa memória. Portelli os identifica pelas contradições com os fatos narrados pelas pessoas que viveram a situação mais de perto. No entanto:

um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura (Idem: 124).

Memória, história e razão

Outro fenômeno da articulação da memória, além do esquecimento e da ocultação, se trata da sua “conversão”, típica da modernidade, para os parâmetros próprios da história. Vários autores salientaram essa situação, demonstrando o crescente processo de mudança de nossa relação com o passado, que passa, em várias esferas, da memória para a história.

Halbwachs (1990) considerava que a história entra em cena para “salvar” a memória quando ela está em decomposição. Conforme as lembranças fossem deixando de existir, no processo de dissolução dos grupos, dos “quadros”, que as sustentavam, a história incorporaria essas reminiscências no âmbito específico de seu discurso. Sendo assim:

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (*Idem*: 80).

No entanto, para Halbwachs (1990), a história tentar reproduzir a memória é inútil, pois a vivacidade da memória, em seu contexto social, já se perdeu.

Outro ponto importante é que esse autor, ao ver a conversão da memória em história, coloca esse processo em termos de “reprodução”, de “compilação”, ou seja, as lembranças seriam incorporadas à história sem um trabalho crítico desmistificador, apenas numa outra forma de organização, transmissão, etc.

Nesse ponto, o trabalho de Pierre Nora (1993) é muito importante. Ele, retomando parte do trabalho de Halbwachs, demonstra a forte oposição entre memória e história. A história teria um criticismo destruidor da memória, que, por isso, transformaria as lembranças em objeto do conhecimento histórico, distanciando-se da idéia de “compilação”, de Halbwachs.

Nora (*Idem*) parte da afirmativa de que, atualmente, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (*Idem*; 7). Nesse sentido, estaríamos vivendo, como coloca Hannah Arendt (2001), a percepção do rompimento moderno com o passado. Para ele, existem “lugares” de memória porque não existem mais meios sociais de memória.

Ele parte da constatação de que esse fato está associado a um processo maior, de mundialização, massificação, democratização, elementos esses que provocaram a dissolução das “sociedades-memória”, a dilatação da percepção histórica para a sociedade e a mudança constante na aceleração dos tempos.

A exemplo de Halbwachs, ele considera que a memória é a repetição constante, a presença espontânea do passado no presente, que não necessita do esforço de fixação. Quando surge essa necessidade, é porque a memória já está se diluindo irreversivelmente. A memória verdadeira não é preservada, é vivida. Como no

“cemitério” metaforizado por Halbwachs (1990: 55), Nora (1993) considera que reservamos espaços específicos para a memória quando ela morre. Para ele, o que hoje chamamos de memória já é história. A memória verdadeira, social, foi transformada pela história. A maior prova disso é que hoje a vivemos como um dever, com suportes exteriores, e não mais espontaneamente.

A memória é “sempre suspeita para a história” (*Idem*: 9). Nesse sentido, Nora (1993) demonstra como a história exerce um efeito corrosivo sobre a memória, olhando-a não como fonte de referência, mas sim como mito a ser explicado, entendido racionalmente e cientificamente, ou seja, a história transforma a memória em objeto do conhecimento e tira sua fluidez e vivacidade social. Sendo assim, para Nora (*Idem*), o papel da historiografia tem sido identificar a influência da memória sobre o trabalho do historiador, tentar separar a memória da história ao máximo, para transformar a história em uma ciência social.

Nessa perspectiva, vários fatores, além dos já colocados, opõem a relação com o passado da história e da memória, como salientou Wehling (1997): A memória tem um tempo vago, indefinido, enquanto a história depende de uma fixação clara da temporalidade; a memória seria o espaço do *mito*, a história o do *logos*; a memória é repetitiva, a história cognitiva; a memória circula por um evento axial, a história em torno de uma questão; etc. Nesses parâmetros, memória e história se encontram em constante tensão, se interpenetrando (*Idem*).

Para Nora (1993), o nosso culto atual pelo passado, pelos vestígios, pelo arquivo, é o reflexo de nossa crescente percepção do rompimento com o passado e a tentativa de reatar esses laços perdidos. Os arquivos e os documentos são “o estoque material do que é impossível lembrar” (*Idem*: 15). Essa “perseguição organizada e voluntária de uma memória perdida” é como uma “prótese”, que “dubla o vivido”, mas não reata a espontaneidade que está na própria essência da memória. Isso apenas demonstra o “terrorismo de uma memória historicizada” (*Idem*: 17).

Nesse processo, também surgem os “lugares de memória”, espaços que - sendo uma referência simbólica, material e funcional – são reservados para que a memória seja protegida e vivida em seus significados dinâmicos e sua temporalidade específica. São resíduos da memória, que vivem no abismo do esquecimento e da historicização.

Hugo Lovisollo (1989), por um ângulo próximo do diálogo entre as obras de Rousseau (1983) e Burke (1982), também trabalha a questão da contradição moderna

entre memória e razão. Analisando, em uma de suas faces, a perspectiva pedagógica moderna, ele demonstra como ela vem de um processo calcado na oposição entre memória e entendimento. Nesse sentido, essa tendência constituiu-se, em grande medida, pela superação da memória pela crítica, pela lógica da descoberta e do discernimento. A memória, nessa perspectiva, seria um empecilho à formação do indivíduo autônomo e racional. Seria também um empecilho para o “pensar por si mesmo”, para a mudança, para a revolução, para a reforma da sociedade, ou seja, um empecilho para romper com a tradição.

Ao mostrar que essa perspectiva, a “iluminista”, só compreende uma das “asas da dobradiça” da autonomia - pois há uma outra face da liberdade, que resulta da valorização, “romântica”, da memória e da identidade - Lovisolo (1989) demonstra como essas contradições podem gerar uma interpretação mais ampla da natureza complexa da sociedade. Nesse sentido, ele pensa na possibilidade de se constituir a mudança levando-se em conta a desestruturação dos elementos sociais sustentados pela memória e pela tradição. Sendo assim, ele fala sobre a possibilidade de se transmitir a memória de maneira “ativa”, ou seja, “o respeito ao hábito deve ser produto do discernimento” (*Idem*: 26). Naturalmente, segundo ele, essa perspectiva não está livre de contradições:

A imagem, em *Danton e a revolução*, de Robespierre batendo na criança para força-la a memorizar a declaração dos direitos humanos é paradigmática da condição pedagógica – que deve conciliar contradições - , retomando a vontade rousseauiana de obrigar os homens a serem livres ainda que contra a sua vontade (*Idem*).

Refletindo mais profundamente sobre os efeitos do trabalho do MST no Assentamento Aruega supomos que há uma aproximação entre a forma de estruturação da memória, por parte dos mediadores do MST, e o trabalho da história enquanto forma de construção do conhecimento. A intervenção dos movimentos sociais, e do MST em especial, têm o potencial de trazer a tona elementos específicos da Modernidade. Supomos que a historicização descrita por Nora (1993), típica da Modernidade, tem uma influência marcante sobre a memória de Aruega.

Nesse sentido, essa historicização da perspectiva sobre o passado tende a se afastar do *mito* e valorizar a objetividade, a busca pelo conhecimento verdadeiro e o *logos*. Sendo assim, a fluidez narrativa, mais lúdica e romântica, perde espaço para uma postura mais analítica, sistemática e classificadora do passado, numa linguagem mais

próxima do discurso acadêmico. Esses são parâmetros do trabalho do historiador - que percebe a realidade como “objeto de pesquisa”, passível de crítica, reflexão constante e cuidadosa – que se aproximam da forma como parte dos assentados estrutura seu passado. Seu contraponto é, principalmente, a memória dos mais afastados da mobilização do MST. Esses têm uma memória mais fluida, narrativa, mítica, que se articula, principalmente, em relação à negociação identitária com Novo Cruzeiro.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, W. O narrador. **Magia e técnica, arte e política**; ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza, **Obras Escolhidas vol. I**, S.P. Ed. Brasiliense, 1987.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa.. **Memória e Sociedade**. São Paulo: T.ª Queiroz, 1979.
- _____. **O Tempo Vivo da Memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: UNB, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- _____. **La topographie légendaire des évangiles em terre sainte**. Paris: PUF, 1971.
- _____. **Les Cadres sociaux de la mémoire**. Paris : Albin Michel, 1994.
- JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. São Paulo: Forense, 1995.
- LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. N. 3, 1989.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo (10) dez, 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** N. 10. Rio de Janeiro: CPDOC. 1992.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, N.3, Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de julho de 1944]: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria j. **Memória Social e documento: uma abordagem interdisciplinar**. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1997.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Desagravos de Pernambuco e Glórias do Brasil: História Regional e Historiografia Pernambucana no Brasil de Oitocentos¹

Artur José Renda Vitorino*
Faculdade de História-CCH/PUC-Campinas, SP

Resumo: Circunscrito à segunda metade do século XIX, discorreremos como as ações políticas, administrativas e financeiras criadas e implementadas pelos Saquaremas, instalados na Corte imperial do Rio de Janeiro desde a década de 1840, atuaram no Norte do país, mais especificamente na província de Pernambucano, e como essas ações foram absorvidas e refletidas pela produção historiográfica pernambucana.

Abstract: Circumscribed to the second half of century XIX, we will discourse as the actions politics, administrative and financial created and implemented for the Saquaremas, installed in the imperial Cut of Rio de Janeiro since the decade of 1840, they had acted in the North of the country, more specifically in the province of Pernambucano, and as these actions had been absorbed and reflected for the history of the history of Pernambuco production.

Palavras-Chave: História Regional; Brasil - século XIX; Pernambuco - século XIX; Representação Literária; Centralização Monárquica.

Key Words: Regional History; Brazil – century XIX; Pernambuco - century XIX; Literary Representation; Monarchic Centralization.

1. Introdução

Em nossos estudos em torno da História Regional, não nos propomos tomar a região meramente como recorte espacial e suporte físico envolvendo uma diversidade de áreas do conhecimento histórico. Consideramos que a região, como linha de pesquisa, exige estudos e reflexões de caráter teórico e metodológico específicos desse recorte, e uma abordagem integradora, envolvendo as várias esferas da existência, nos seus vários níveis de realidade, visando reconstruir analiticamente o processo histórico de sua construção. A região, então, é uma construção histórica que não está *a priori* definida geograficamente e, muito menos acabada, de uma perspectiva física e natural.

¹Este título tem como referência o livro *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco* de Dom Domingos Loreto Couto concluído em 1757. Sua publicação só veio a ocorrer em 1904 nos volumes dos *Anais da Biblioteca Nacional* por iniciativa de Manuel Cícero Peregrino da Silva.

*Endereço: Faculdade de História do Centro de Ciências Humanas da PUC-Campinas. Rodovia Dom Pedro I, Km 136 – Caixa Postal 317 – CEP 13012-970 – Parque das Universidades – Campinas, SP. E-mail: arturvitorino@uol.com.br

É desta forma que compreendemos a região de Pernambuco, que foi constituindo sua identidade social e política desde o período colonial (Mello, 2001), e, especialmente ao longo de Oitocentos, ela foi se diferenciando de uma outra região, a região Centro-Sul do Brasil, cujo epicentro era a cidade do Rio de Janeiro, capital do vice-reinado (1763) e depois do Brasil independente. A centralização em torno do Rio de Janeiro, especialmente após a transmigração da corte em 1808, foi um ato político-administrativo que influenciou e enlaçou as demais regiões brasileiras em torno de si. E essa força centrípeta, exercida pela Corte imperial do Rio de Janeiro sobre as demais províncias do Brasil, ganhou mais força após a implementação das políticas de Estado gerenciadas pelo partido Conservador a partir dos anos 1840.

Pernambuco buscou escapar dessa força centrípeta a fim de ganhar autonomia regional através de um projeto federalista (Mello, 2004). Mas a tônica dessa nossa exposição não recairá em torno desse problema. A nossa contribuição será em buscar uma explicação do porquê das produções historiográficas sobre o período da guerra contra os holandeses pelos brasílicos (Freire [1675], 2001) no século XVII terem sido resgatadas e publicadas em pleno século XIX, e isso quando a tutela do Rio de Janeiro sobre o Norte do país era incontestável e irreversível.

2. A Corte imperial e a centralização Saquarema

Em nossas investigações (Vitorino, 2002), verificamos, ao longo do Segundo Reinado (1831-1889), que a política financeira praticada pelos partidos Conservadores e Liberais eram diametralmente opostas quando um deles estava no comando da pasta da Fazenda. Enquanto os Liberais tomavam medidas para *descentralizar* a emissão e aumentar a moeda em circulação para facilitar o crédito e estimular as transações comerciais internas e o setor exportador; os Conservadores procuravam segurar as rédeas da economia ao *centralizar* a emissão e enxugar o meio circulante para manter uma moeda brasileira forte e estável e uma taxa cambial alta.

Ao aumentar as moedas em circulação, o partido Liberal conseqüentemente estimulava a especulação na bolsa de valores, o que desestabilizava o valor da moeda mas aumentava os rendimentos dos exportadores. No entanto, ao mesmo tempo, ele procurava reduzir os gastos públicos para assim poder reduzir os impostos. Já o partido Conservador, mesmo aplicando medidas monetárias restritivas para estabilizar o valor da moeda e dar impulso a uma taxa cambial alta, também favorecia as grandes casas comerciais engajadas na importação, as instituições bancárias inglesas e aumentava os gastos públicos, o que o

forçava a financiar a dívida pública através da alta de juros, do aumento de impostos e da realização de empréstimos externos. (Vitorino, 2001)

De uma perspectiva política, seria provável, como já salientou Raymundo Faoro (Faoro, 1988:341-397 e Faoro, 1988:162), que os fazendeiros estivessem mais próximos do partido Liberal do que do Conservador, visto que os mandamentos descentralizadores e até federalistas dos liberais poderiam atribuir o comando político aos poderes locais, já que, do outro lado, o partido Conservador, com seus próceres Vasconcelos, Olinda, Eusébio, Itaboraí, Uruguai e Paraná, apesar de ter estabelecido uma aliança de magistrados e fazendeiros, esta ligação estava sobreposta pelo princípio que fez surgir o partido Conservador: o fundamental e preponderante princípio do triunfo do centralismo.²

Contra as tendências centrífugas desencadeadas durante a Regência (1831-1840), o partido Conservador, diante do território já herdado, vislumbrou que, além do território, um Estado se define pela *centralização* do poder (político e administrativo). Estabelecido por sua elite política *nacional*, o Estado monárquico precisava de receita para se manter.

Os gabinetes conservadores e liberais, ao lidarem com as contas do governo agiam de forma diferenciada: o partido Conservador mostrava-se, através do orçamento aprovado, estar mais próximo dos grupos comerciais mais representativos do setor exportador e importador e da concentração do poder no Rio de Janeiro através do monopólio de emissão; ao contrário do partido Liberal, que com determinada linha orçamentária tendia a favorecer os empreendedores nacionais e os produtores rurais (Franco d'Almeida, 1877).

Contudo, devido a força inercial político-administrativa implementada pelos Conservadores (Mattos, 1997), mesmo quando o partido Liberal estava no centro decisório do poder, os resultados de suas ações tendiam a favorecer os interesses das grandes casas comerciais importadoras e exportadoras, dos banqueiros e dos senhores do crédito, em detrimento aos interesses dos senhores proprietários rurais e dos empreendedores e comerciantes nacionais.³

² Sobre os princípios do partido Liberal, instaurados a partir de 1831, e os do partido Conservador, datados de 1836 em diante, ver (Brasiliense, 1878). Uma investigação histórica da famosa afirmação atribuída a Hollanda Cavalcanti – “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder” – ver (Mattos, 1987). Há de ressaltar que os dois partidos mantiveram uma fidelidade programática canina: o partido Conservador defendeu sempre as instituições-base do Segundo Reinado: Poder Moderador, Senado vitalício, Conselho de Estado, através de ações políticas centralizadoras – enquanto o Liberal as combateu, inclusive através de rebeliões.

³ Conforme demonstrou Carvalho (1988, 50-83), a elite política freqüentemente provou ser capaz de agir contra poderosos setores da classe dominante. Um forte exemplo disso foi a promulgação da Lei do Ventre Livre, pelo Gabinete conservador chefiado pelo Visconde de Rio Branco, que foi realizada apesar da ferrenha oposição dos plantadores de café das três províncias-chave do Império: Rio, São Paulo e Minas.

Ao contrário do que supõe parte da historiografia, o fazendeiro de café apresentava uma dependência diante do processo de circulação controlado pelos financiadores da produção – bancos, casas comerciais e comissários. Deste modo, havia um domínio do capital mercantil na economia cafeeira, em que a cidade controlava e drenava o lucro do campo para ela.

Com a abolição do comércio negreiro internacional, o capital da cáfila de negreiros foi absorvido pelo mecanismo bancário e monetário monitorado pelo partido Conservador. A inversão do capital dos mercadores negreiros para a capital do império foi o fator preponderante que catalizou o maior centro financeiro e comercial do país, configurando nela uma *economia urbana mercantil* cuja dinâmica entrelaçou o veio exportador agrícola com o veio importador de manufaturados e alimentos.

Dentre as características dessa *economia urbana mercantil* da Corte depois de 1850, estava a subordinação da economia agrícola exportadora do Vale do Paraíba fluminense a ela, ou seja, a grande maioria dos senhores de terra era dependente do crédito e da moeda alocados na cidade. Tal mecanismo fez drenar grande parte dos excedentes da exportação agrícola para os comissários e banqueiros instalados no Rio de Janeiro. Num lance político realizado pelo partido Conservador, a exígua economia monetária brasileira foi garroteada por um mecanismo *centralizador* que fazia com que todos os rendimentos monetizados fossem remetidos para a Corte. Os comerciantes desta cidade, aliados à tradição mercantilista, financiaram e ganharam com a importação dos mais diversos produtos, fazendo do Rio um centro importador e consumista.

As amarras do sistema bancário ao desenvolvimento econômico não foram somente uma consequência lógica da dinâmica do capital mercantil, mas foi também o resultado do mecanismo político instituído pelo partido Conservador. A política monetária e a arrecadação fiscal implementada pelos conservadores fizeram com que todo o ritmo de acumulação dependesse das institucionalizações estatais, subordinando a agricultura exportadora, atravancando o desenvolvimento manufatureiro e drenando os lucros monetizados da acumulação produtiva mais dinâmica do país para a capital do Império. A Corte, constituindo-se no epicentro da economia nacional, vai absorver os lucros produtivos através do sistema bancário e de crédito. Este sistema, por sua vez, realimentou, através dos comissários, a produção agrícola exportadora e tonificou a importação de bens de consumo.

Para manter essa dominação, os Conservadores adotavam uma política monetária e de crédito que restringiam o desenvolvimento do mercado interno. A reprodução da miséria era um cálculo político para produzir a dependência econômica duplamente articulada: de um

lado, o apoio dos votantes e eleitores aos Conservadores significaria um emprego numa repartição pública; de outro, como o mercado interno estava preso aos interesses do capital mercantil, ele não foi capaz de realizar a generalização do trabalho assalariado e bloqueou o crescimento da produção manufatureira, cujo mercado interno ficou incapacitado de incorporar o conjunto da população aos frutos do seu crescimento econômico.⁴

Quanto à Província de Pernambuco, que compõe um dos principais capítulos do nativismo da política e da historiografia do Segundo Reinado, atesta-nos Evaldo Cabral de Mello que:

“A história financeira do Império registra o fato inusitado de que as províncias do norte, que produziam apenas cerca de um terço da receita, eram também as que transferiam maiores saldos para o caixa do Estado. Isso devia basicamente a que gastos governamentais concentravam-se no centro-sul, não só por motivo da presença administrativa no Rio de Janeiro, mas também por causa dos investimentos em imigração estrangeira e em obras de infra-estrutura. Como o sistema fiscal continuava a repousar nos impostos gerados pelo comércio exterior, eram as grandes províncias exportadoras que pagavam a fatura da unidade do Império, enquanto as que encontravam menos dependentes do mercado internacional viam-se menos oneradas pelo fisco imperial.”(Mello, 2001:108-09)

Aliada à drenagem de receita líquida das províncias do Norte (especialmente da de Pernambuco) para o Centro-Sul do Império (Vilela, 2004), que como uma força centrípeta fazia escoar para o Rio de Janeiro os rendimentos da produção advindos dos quatro cantos do país, Pernambuco ainda remoia a derrota da nobreza na guerra civil de 1710-1711, que aniquilara as pretensões autonomistas relativamente a Lisboa, assim como também se ressentia das *déblâcles* de 1817 e 1824, que culminara na revolução de 1848, por vergar de vez “a ferida de narciso” pernambucana à centralização imposta pelo Rio de Janeiro. O libelo intitulado *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura* de Affonso D’Albuquerque Mello ([1864]1989), que surgiu no Recife em 1864, trazia estampado em seu título o sentimento dessa província com relação à economia política que transpassava a

⁴Graham (1973) e Eisenberg (1977) estudaram o processo modernizador em seus aspectos econômicos, discutindo até que ponto a modernização efetivamente ocorreu, ou se não ultrapassou os limites (como no caso dos engenhos centrais nordestinos estudados por Eisenberg) de uma “modernização sem mudanças”, conservadora. Também, sobre como as idéias de três intelectuais (Rebouças, Joaquim Nabuco e Alfredo Taunay) influenciaram nas reformas éticas e morais do país, embora cada um deles defendesse um ponto de vista distinto – Rebouças, motivado pelas mudanças nos Estados Unidos, defendia reformas “americanas”; Nabuco, “inglesas” e Taunay “francesas”, ver Carvalho (1998). Ainda sobre se haveria um processo modernizador geral que acabaria vencendo todos os arcaísmos no Brasil, a análise Graham (1997) sobre a perenidade da patronagem brasileira desde o Império configura uma negativa categórica da teoria da modernização.

querela verbal entre conservadores e liberais quando um deles ocupava o centro decisório de poder de Estado na Corte imperial do Rio de Janeiro.

3. Pernambuco colonial e a sua Representação Literária no século XIX

Tendo em vista os testes autonomistas compostos pelos pernambucanos no processo da Independência - 1817, a junta de Gervásio Pires Ferreira (1821-1822), 1824 – seria bastante rico reconstituir o debate historiográfico acerca dos estudos sobre a guerra anti-holandesa em meio às discussões políticas presentes na Corte imperial do Rio de Janeiro sob os efeitos das intenções federalistas da Província de Pernambuco, sobretudo com a revolta Praieira de 1848.

Para tanto, não terá sido indiferente que o *Castrioto Lusitano* (1679) tenha tido uma primeira reedição condensada em 1844; que a *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), de Duarte Albuquerque Coelho, tratando da “guerra de resistência” (1630-37) ao invasor, fossem publicadas em folhetim no *Jornal do Commercio* em 1855; e que a discussão sobre a guerra holandesa se reacendesse nos saraus, revistas e jornais do Segundo Reinado nos anos 1840-70.

Evaldo Cabral de Mello explica essa retomada do brio pernambucano pela imprensa do Rio de Janeiro de meados de Oitocentos a partir dos acontecimentos antes e depois da Praieira. Já para o Alencastro (1990:219-228), e apesar de seu caráter antimonárquico, a apropriação imperial do nativismo pernambucano também pode ser entendido como um modo de lustrar o ego dos brasileiros diante da humilhante estratégia adotada pelo Brasil de manter o tráfico negreiro mesmo perante o poderio militar inglês e da retórica diplomática de declarar esse ato brasileiro como uma ação pirata pela legislação nacional e internacional. A chegada maciça de proletários portugueses ao Rio de Janeiro a partir da década de 1840, também pôs à baila o quanto o escravismo, gerado pelo colonialismo português havia centúrias, tinha incutido na população livre uma aversão ao trabalho manual, e tal estereótipo travara o arranque do país rumo à sua modernização. E como tanto o mercado atacadista quanto o de retalhos estava sob o controle dos portugueses, toda carestia da cesta alimentar que afetava os nacionais livres urbanos era imputada à ganância presente no espírito mercantil e industrioso dos portugueses residentes no Brasil. Nessa delimitação da nação e do nacionalismo, os desagrvos de antanho sofridos e vencidos por Pernambuco seriam agora contabilizados como as glórias do Brasil contra qualquer estrangeiro que viesse a ser tornar inimigo.

De fato, quanto ao tráfico negreiro, ele havia sido proibido por lei brasileira somente em 7 de novembro de 1831; mas, sob vistas grossas do Estado, esse comércio ainda continuou a existir ilegalmente por muito mais tempo, até que uma segunda lei aprovada em 4 de setembro de 1850 pôs definitivamente um fim nele. Nesse momento, alguns políticos eram acusados de serem financiados pelos traficantes e outros argumentavam que o tráfico precisava acabar de vez porque a direção dos negócios brasileiros estava quase de todo nas mãos de traficantes luso-brasileiros que viviam no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife. Por terem os traficantes altas somas de capital, muitos figurões em dificuldades financeiras recorriam a eles para pedir dinheiro emprestado. Além disso, os fazendeiros não compravam os escravos dos traficantes ou especuladores à vista, mas em troca de hipotecas, geralmente terra.

Para os políticos brasileiros, a Grã-Bretanha utilizava-se de um palavreado “humanista” para pressionar o Brasil a acabar com o tráfico. Mas, pela perspectiva econômica, a questão determinante era que o Brasil havia se negado, em 1844, a dar continuidade à ratificação feita em 1827 do tratado comercial de 1810, que concedia altas vantagens aos exportadores ingleses para venderem seus produtos no mercado brasileiro – que constituía, também, um canal de reexportação de produtos da *Albion* para a costa da África. O contencioso chegou a ponto de o Parlamento inglês aprovar o *bill* Aberdeen, em agosto de 1845, que permitiu à marinha real britânica radicalizar e tomar como mira de seus vasos de guerra os negreiros que traficavam africanos escravos no Atlântico Sul. Conforme dados fornecidos por Alencastro, “entre 1840 e 1848, enumeram-se quinhentos e cinquenta e seis navios, na sua maioria, brasileiros, confiscados ou afundados pela frota inglesa” (Alencastro, 1987:136).

Em meio a esse clima de conflito entre a Inglaterra e o Brasil, os senadores e deputados da Assembléia Geral brasileira reclamavam que a Inglaterra não tinha moral para coagir o Brasil, pois ela havia sido a primeira grande potência narcotraficante do mundo, ao obrigar a China a comprar ópio após derrotá-la em guerra em 1842; além do mais, os ingleses não precisavam de tantos braços, porque tinham ocupado um grande território na Índia, podendo servir-se de seus 40 milhões de habitantes.

Mas naquele tempo, em que a pilhagem era internacional e corria à solta, a Inglaterra resolveu mudar a situação e tomar conta de vez do pedaço, utilizando-se do argumento da força e da força do argumento. Assim, de um lado concedia aos vasos de guerra da *Royal Navy* poderes para interceptar e, eventualmente, apresiar quaisquer barcos negreiros que

singravam no Atlântico Sul; e de outro, usava a artimanha retórica da diplomacia e classificava o Brasil como um Estado-pirata.

Quanto ao sentimento antilusitano, ele não estava presente somente na província de Pernambuco. Os conflitos xenófobos entre nacionais e portugueses podiam ser encontrados no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia. Conforme era anotado no *Jornal do Commercio* quando de sua retrospectiva dos acontecimentos mais importantes que havia ocorrido no ano de 1854:

“Em Pernambuco deu-se um pequeno desaguisado, nascido dessa velha rivalidade que divide uma parte da população nacional e a população portuguesa. Se da diuturnidade dessa rivalidade nos dá testemunho o principio do commercio de retalho constantemente apregoado pelos homens da agitação, não podemos deixar de ver a presteza com que foi acalmado o incidente a que nos referimos sem que delle ficassem dolorosos vestígios, a prova evidente de que muito vão perdendo a sua intensidade ódios tão desarrozoados quão anti-patrioticos.

Todavia, na mais grave occurrencia do anno [de 1854] vamos achar o pernicioso impulso desses ódios. Na Bahia, na segunda cidade do império, verificou-se essa occurrencia. O pintor encarregado do panno da boca do theatro entendeu que devia buscar na historia da província o assumpto de sua pintura, e escolheu, como facto capital, a vinda do primeiro governador portuguez ás terras recentemente descobertas do Brazil, por ter sido esse o alvorecer da civilisação neste abençoado torrão americano. Não o entenderão assim as paixões tumultuarias que se alentão com aquelles velhos ódios: o panno do theatro foi considerado como um insulto á nacionalidade, e provocou um motim em que chegou a ser desrespeitada a autoridade publica, que todavia conseguiu domina-lo sem derramamento de sangue. Esse incidente foi aproveitado pela imprensa da agitação para manter em alarma a população pacífica, e para obrigar o governo á mais activa vigilancia.” (*Jornal do Comercio*. Rio de Janeiro, 02/01/1855, p. 1-2)

Ao nosso ver, o alvo a ser atingido com a publicação em forma de folhetim dos feitos brasílicos nas lutas contra os holandeses em Pernambuco, de 1630 a 1638, através das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho⁵, não eram os portugueses. A retomada desse orgulho de conseguir expulsar o inimigo externo das fronteiras nacionais tinha em mira os Estados Unidos.

Ainda não era uma questão diplomática internacional, mas o contencioso retórico permeava a crônica da política internacional a respeito da livre navegação no Amazonas. O tom da imprensa - e aqui estamos nos reportando ao diário carioca que publicou em suas

⁵Escritas em castelhano, estas “Memórias” foram publicadas em 1654 (Madri) com a dedicatória do autor ao Rei Don Fernando IV, de Espanha. A edição espanhola (288 p.) já era rara no século XIX, possuindo a Biblioteca Nacional um exemplar; na ótica de editores posteriores, a tradução, publicada no Rio de Janeiro em 1855, não merece crédito. Na versão publicada em 1981 seguiu a confrontação da edição de 1944 do Governo de Pernambuco pelo texto original por Durval Mendes. (Cf. Coelho, [1654] 1982.)

páginas as “Memórias” - era de vigilância diante dos atos dos americanos para que houvesse a livre navegação do Amazonas. “A ambição dos Estados-Unidos não tem limites [...] E depois de Cuba, já ahi desponta no futuro das suas aspirações o Amazonas, o Amazonas que é nosso, e que elles quererião que lhes entregasse o coração da América Meridional!”, detonava o *Jornal do Commercio* de 1º de janeiro de 1855.

Na década de 1960, tanto Reis ([1965]1982) quanto Luz (1968) já haviam mostrado que havia um plano de ocupar a Amazônia com milhares de negros norte-americanos, elaborado pelo Governo dos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, defendido pelo Ministro Plenipotenciário de Washington, Gal. James Watson Webb, e pelo brasileiro Tavares Bastos. Mais recentemente, Horne (2007) mostra que os argumentos de Matthew Fontaine Maury⁶, em torno da idéia de tornar a região Amazônica como a válvula de escape dos Estados Unidos, não eram elocubrações vazias, já que a Amazônia pertencente mas mal governada e administrada pelo império do Brasil era considerado naquele momento o *deepest South* dos Estados Unidos.

A nossa hipótese, dessa forma, gira em torno da idéia de que a retomada da guerra dos brasílicos contra os holandeses em pleno século XIX era parte de um projeto no qual Benedict Anderson denominou de “comunidades imaginadas”⁷. A formação do Brasil necessitava de narrativas que conseguissem captar a presumível essência nacional do povo brasileiro. Mas, para a centralização Saquarema, a construção de uma idéia geral das origens do Brasil e dos brasileiros, deveria ser a partir do Rio de Janeiro, capital do Império brasileiro. Deste modo, a guerra contra os holandeses era um feito pernambucano que deveria ser pensado só como um pressuposto metonímico, de que a parte (Pernambuco) representava o todo (a nação brasileira). A partir dessa perspectiva unificadora do Segundo Reinado, o brio pernambucano seria o *caput* da alma brasileira, que não teria medo de repudiar o inimigo externo caso este – no caso os Estados Unidos – resolvesse ocupar a Amazônia.

Referências

1. Fontes Primárias Impressas

1.1. Livros

ALMEIDA (1877), Tito FRANCO de. *A Grande politica. Balanço do Imperio no reinado actual. Liberaes e conservadores. Estudo politico-financeiro*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artistico.

BRASILIENSE (1878), Américo, *Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio. Primeira parte: exposição de principios*. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler.

⁶O livro de Maury intitulado *The Amazon River and Atlantic Slopes of South America* foi editado em 1853. Neste mesmo ano, foi lançado no Rio de Janeiro, em edição brasileira.

⁷Em *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Benedict Anderson (2002:4) afirmou: “My point of departure is that nationality, or, as one might prefer to put it in view of that word’s multiple significations, nation-ness, as well as nationalism, are cultural artifacts (sic) of a particular kind.”

FREIRE ([1675] 2001), Francisco de Brito, *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasilica: Viagem da Armada da Companhia de Comércio e Frotas do Estado do Brasil*; [produção e organização Murilo de Andrade Lima Lisboa. ed. atual. rev./por Paula Maciel Barbosa]. São Paulo, Beca Produções Culturais.

COELHO ([1654] 1982), Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias da Guerra do Brasil: 1630-1638*. 2ª ed. Apresentação e índice onomástico de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.

MELLO ([1864] 1989), Affonso D'Albuquerque, *A liberdade no Brasil, seu nascimento, vida, morte e sepultura*. 2ª ed. rev. e atua.; apresentação de Nelson Saldanha. Recife, FUDAJ, Editora Massagana.

1.2. Jornais

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 01 e 02/01/1854.

2. Bibliografia: Artigos e Livros

ALENCASTRO (1990), Luiz Felipe de, “Desagravo de Pernambuco e Glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990, pp. 219-228.

_____. (1987), “Bahia, Rio de Janeiro et le nouvel ordre colonial 1808-1860”. In: Jeanne CHASE (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987, pp. 131-147.

CARVALHO (1988), José M. de, *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, Rio de Janeiro, IPERJ, pp. 50-83.

CARVALHO (1998), Maria Alice Rezende de, *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM.

EISENBERG (1977), Peter L., *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FAORO (1988) Raymundo, *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Globo, cap. X, pp. 341-397.

FAORO (1988), Raymundo, *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Globo, p. 162.

GRAHAM (1973), Richard, *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1997), *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ.

HORNE (2007), Gerald, *The Deepest South*. New York: New York University Press.

LUZ (1968), Nícia Vilela, *A Amazônia para os negros americanos (As origens de uma controvérsia internacional)*. Rio de Janeiro: Saga.

MATTOS (1987), Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo/Brasília, HUCITEC/INL.

MELLO (2004), Evaldo Cabral de, *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34.

_____. (2001), *A ferida de narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

REIS ([1965]1982), Arthur César Ferreira, *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

VILLELA (2004), André A. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Imperial. In: XXXII Encontro Nacional de Economia, 2004, João Pessoa. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia.

VITORINO (2002), Artur J. R. *Cercamento à brasileira: conformação do mercado de trabalho livre na Corte das décadas de 1850 a 1880*. Campinas, Unicamp, Tese de Doutorado.

_____. (2001) “Tributação, empreguismo e manufaturas na conformação do mercado de trabalho livre na Corte imperial brasileira (1850-1880)”, *Humanitas*, Campinas, 4(2): 57-90.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A Historiografia brasileira e estrangeira sobre a Infância Medieval e um exemplo
de Alfonso X, o Sábio¹**

Augusto de Carvalho Mendes

A moderna pesquisa sobre a história da infância² correntemente se remete a Phillippe Airès³ e seu conhecido livro de 1960, *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien regime*⁴. Com seu estudo baseado em grande parte em pinturas e esculturas, Ariès chega à conclusão que “no mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido⁵.” O historiador infere daí que as crianças não eram vistas como tais, seriam apenas adultos em tamanho reduzido, sem nenhuma especificidade frente aos adultos a não ser o “fato” de serem desconsideradas e menosprezadas por eles. Ariès relaciona o desenvolvimento de uma mentalidade positiva sobre as crianças com as condições de desenvolvimento socioeconômico da Europa do século XV. Esta tese ganhou rapidamente a adesão de vários historiadores de primeira linha como Jean Delumeau e Jacques Le Goff tornando-se tão difundida que é aceita incontestemente ainda hoje por grande parte dos historiadores e estudiosos de outras disciplinas como a pedagogia e a psicologia. Esta idéia de Airès passou a fazer parte mesmo das concepções populares sobre a infância medieval, que incluem o trabalho de crianças em fábricas (!), como

¹ Agradecemos ao professor Thomas Earl Burman da University of Tennessee pela gentileza de ter enviado seu artigo *The Rearing of Children in the Siete Partidas of Alfonso X* que, infelizmente, não chegou a tempo de ser considerado aqui.

² Preferimos enfatizar a produção brasileira que normalmente não é conhecida no exterior e nem mesmo entre nós. Para uma análise da historiografia estrangeira sobre a infância medieval recomendamos o artigo de Didier Lett publicado no número 102 de *Annales de Démographie Historique*, neste mesmo número uma ampla bibliografia. Outra excelente fonte é a *Bibliographie Kinder im Mittelalter* de Tatjana Horn.

³ Em termos pouco respeitáveis Finucane, resumindo as últimas pesquisas, diz: “Qualquer menção à história da infância evoca a memória de certo servidor público francês transformado em historiador, mas a sombra de Philippe Ariès pode descansar por algum tempo agora.” FINUCANE, John. *The Rescue of the Innocents: endangered children in medieval miracles*. New York. St. Martin's Press. 2000, p.X

⁴ A pesquisa sobre a história da infância data, pelo menos, do século XIX. cremos que, com sua polêmica tese, Ariès contribuiu para uma maior discussão. Infelizmente, no Brasil, a tese de Ariès só foi ser contestada, como veremos, no fim da década de 90 prejudicando inclusive o estudo da infância no Brasil.

⁵ AIRÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981, p.51

afirmam Nicholas Orme e Bárbara Hanawalt.⁶ Contudo, Ariès bem cedo encontrou oposição à sua tese, historiadores de porte, como Emmanuel le Roy-Landurie, demonstraram algumas falhas da sua argumentação:

A quase totalidade da documentação de Ariès está baseada nas citações *ad hoc* extraídas dos escritores de antigamente e na magnífica coleção de quadros e gravuras⁷ que esse historiador, conhecedor das galerias, reuniu em um museu da infância imaginário. Mas essa maneira de proceder, por mais sedutora que seja, não depende de certa miragem literária? A emergência dos sentimentos pela infância nas belas-letas e na pintura pode ser reduzida *ipso facto* ao surgimento dos sentimentos pela infância na realidade de massa e não escrita da afetividade das classes baixas? Pode-se crer também, com igual validade, que a terna afeição pelos pequenos existia há muito tempo, aqui e ali, nas sociedades camponesas ou artesãs, tendo a grande cultura, textual e pictórica, decidido interessar-se por essa paixão apenas tardiamente, por razões específicas...”⁸

A primeira geração de críticos de Ariès é composta ainda de Pierre Riché, Natalie Zenon Davies, Jean Louis-Flandrin e outros, o primeiro diz assim:

É indubitável que a história da cultura intelectual e do ensino foi privilegiada e a da educação propriamente dita não tem ainda o lugar que deveria ter. **A criança foi a grande esquecida dos historiadores da Idade Média**, ao passo que verificamos pelos documentos escritos e pela iconografia que a criança está presente na família, na escola e na sociedade.⁹

As críticas de tal modo se acumularam que, já em 1980, Phillipe Airès reconheceu que sua abordagem ao problema não foi adequada, nas suas palavras: “Eu me arrependo de não ter me informado melhor sobre a Idade Média da qual meu livro fala tão pouco.”¹⁰

Mas este reconhecimento não impediu que outros historiadores continuassem a segui-lo. O medievalista Jean-Claude Schmitt, aluno de Le Goff, em *Os Vivos e os Mortos na Sociedade Ocidental*, também é da opinião de seu mestre afirmando claramente: “Phillipe Ariès pôde perguntar-se se a criança “existia” na Idade Média e aqui se vê

⁶ ORME, Nicholas. *Medieval Children*. London. Yale University Press. 2003, p.3-4; HANAWALT, Barbara. *Growing up in medieval London: the experience of childhood in history*. Oxford. Oxford University Press. 1993, p.7

⁷ Pode-se ler com algum proveito as considerações metodológicas sobre a capacidade expressiva da obra pictórica e sua utilização para história da infância que Catherine O’Brien apresenta no seu artigo *The nature of childhood through history revealed in artworks?* Não podemos, contudo, concordar plenamente com a autora que desconsidera várias abordagens como a iconologia de Panofsky ou a análise serial de Jérôme Baschet.

⁸ LANDURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico 1294-1324*. São Paulo. Companhia das Letras. 1997, p. 261-262

⁹ apud FERNANDES, Rogério. Notas em torno de retratos de crianças. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.26, n.1 p.87-97. jan/jun 2000, p. 89. Grifo nosso.

¹⁰ apud ALEXANDRE-BIDON, Danièle & DIDIER, Lett. *Children in the Middle Ages: Fifth – Fifteenth Century*. Notre Dame: The University of Notre Dame Press, 1999, p.1

bem a que ponto a criança não é mais que um instrumento a serviço dos adultos...”¹¹ Mas é este mesmo historiador que nos dá, neste mesmo livro, uma plêiade de exemplos¹² que infirmam suas palavras! Por que tal aceitação de uma teoria pelo menos estranha? Parece-nos que aqui ocorre o que Erwin Panofsky apontava como um erro comum e pernicioso, a transformação de períodos históricos em “princípios explicativos” ou em “entidades quase-metafísicas”¹³ No caso da Idade Média isto foi, e em certa medida ainda é, uma constante. O adjetivo medieval é aplicado ou como principio maligno¹⁴ ou como encarnação do sublime celeste numa perspectiva romântica sem que, muitas vezes, se identifique com o que realmente sabemos ter ocorrido naquele tempo que denominamos Idade Média.¹⁵ No caso presente o que vemos é uma lenda negra da Idade Média que alimenta, no dizer de Barbara Hanawalt, “*a folkloric theory*”. Ela afirma que: “Os historiadores perpetuaram a teoria folclórica que a Idade Média não teve o conceito de infância ou adolescência.”¹⁶ E uma das suas explicações para a aceitação de tal teoria é que: “Essa visão é consistente com nossos mitos folclóricos sobre a Idade Média.”¹⁷ A outra explicação que Hanawalt nos dá é que os historiadores tendem a reduzir o ser humano à sua cultura esquecendo completamente dos fatores biológicos mais básicos.¹⁸

No final dos anos 80 e início dos 90 temos uma segunda geração de historiadores da infância que afina por outro diapasão que não o de Ariès, e o fazem não só pela crítica aos princípios e métodos, mas com fartura de argumentação positiva. Desde então a pesquisa internacional se caracteriza pela multiplicidade de abordagens estudando a

¹¹ SCHMITT, Jean-Claude. Os vivos e os mortos na sociedade medieval. Companhia das Letras. São Paulo. 1999, p. 68-69

¹² Os constantes pesadelos do comerciante Giovanni Morelli que vivia atormentado na dúvida da salvação da alma de seu filho morto aos nove anos. (pp. 71-76). Ou ainda do fantasma de um bebê abortado que aparece ao seu preocupado pai que então o batiza (p.166).

¹³ PANOFSKY, Erwin. Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental. Lisboa: Presença. 1981, p.19.

¹⁴ Isto ocorre em certa literatura dita científica com uma recorrência impressionante. Um exemplo que podemos citar é de Denis Buican, doutor em Biologia e, um agravante, em Letras, que, após ter seu laboratório de pesquisas genéticas destruído pelo regime stalinista e ter de fugir da Romênia, compara, por vezes, as durezas da sua perseguição à opressão “medieval”. Sobre como os românticos pensavam a Idade Média mais como um recurso poético do que como um período histórico a ser estudado veja-se *El Romanticismo como renacimiento de la Edad Media* de Stefan Matuschek em JAMME, Christoph *et al.* El movimiento romántico. Madrid: Akal Ediciones, 1998.

¹⁵ Neste ponto temos o caso de Umberto Eco. Conhecedor da estética medieval, especialmente da de São Tomás de Aquino, escreve seu famoso romance *O nome da Rosa* onde apresenta uma Idade Média na qual o saber é proibido e o riso impedido, duas coisas que ele sabe serem falsas. Segundo a perspicaz interpretação de Orlando Fedeli no seu livro *Nos Labirintos de Eco*, o Nome da Rosa usa esta Idade Média “má” como figura para a descrição de problemas do século XX como as relações da Igreja Católica com o comunismo e ainda o relacionamento de Umberto Eco com o escritor Jorge Luis Borges.

¹⁶ HANAWALT, Barbara. Op. Cit., p.7

¹⁷ HANAWALT, Barbara. Op. Cit., p.6

¹⁸ HANAWALT, Barbara. Op. Cit., p.9

criança nas suas relações na família, na escola e com vários outros aspectos da sociedade. Na Inglaterra Nicholas Orme se destaca com vários livros e fazendo uma bela síntese das pesquisas sobre a infância de seu país em *Medieval Children*. Nos Estados Unidos Barbara Hanawalt é responsável por uma série de estudos sobre a infância na Inglaterra medieval, tanto no campo em *Ties that Bind*, quanto na cidade em *Growing Up in medieval London*, enquanto John Boswell estudou o problema do abandono das crianças da Antiguidade até o Renascimento abrangendo toda a Europa ocidental em *Kidness of Strangers*. John Finucane, em *The Rescue of Innocents*, estudou os milagres favorecendo as crianças em vários processos de canonização e Renate Blumenfeld-Kosinski as representações do parto cesariano em *Not of Woman Born*. Na França Didier Lett e Daniele Alexandre-Bidon se destacam, o primeiro por ser um dos poucos a estudar a infância na Alta Idade Média e a segunda pela qualidade e quantidade da sua produção que aborda assuntos típicos numa perspectiva inovadora. A Alemanha, com uma tradição já secular de pesquisas sobre a história da infância tem *Kind und Gesellschaft in Mittelalter und Renaissance* de Klaus Arnold como uma referência constante. De Portugal temos notícia da tese de doutorado de Ana Rodrigues Oliveira *A criança na sociedade medieval portuguesa – modelos e comportamentos* da qual um extrato foi publicado como artigo. Na Argentina Raquel Homet se destaca por seus diversos artigos sobre a infância na península Ibérica em diferentes perspectivas, dos rituais do batismo à participação nas festas passando pela legislação referente às crianças. Um dos seus estudos foi publicado no Brasil. Na Itália Angela Giangollo com *Il Bambino Medievale* e Egle Becchi dirigindo o primeiro volume da *Storia dell'Infanzia* se destacam. Outra obra coletiva que merece ser mencionada é a *História dos Jovens* dirigida por Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt. De modo geral pode-se afirmar que todas as regiões europeias são hoje estudadas por historiadores europeus ou não¹⁹.

No Brasil podemos consultar as obras de Ruy Afonso da Costa Nunes, nosso pouco lembrado medievalista, que publicou na década de 70 alguns livros sobre a História da Educação que, mesmo não se dedicando exclusivamente à educação infantil contém ricas informações sobre o pensamento e a prática pedagógica medieval. Dele podemos lembrar a *História da Educação na Antiguidade Cristã* especialmente o capítulo “São João Crisóstomo, a vanglória e a educação dos filhos” e o segundo volume da série

¹⁹ Pensamos na israelense Shulamith Shahar e seu muito importante livro *Childhood in Middle Ages* e também na japonesa Tomoko Takahashi que publicou artigos sobre as crianças italianas.

dedicado à *História da Educação na Idade Média* no qual afirma que um: “importante aspecto da consciência pedagógica da Idade Média acha-se na descoberta da criança, nas instituições psicológicas notáveis dos monges beneditinos que souberam assim transformar os métodos da pedagogia antiga.”²⁰. Especificamente sobre a educação infantil temos seu artigo de 1999 *A Educação dos Meninos segundo Guilherme de Tournai*. Se Nunes não entra em polêmica com Ariès e seus seguidores Moysés Kuhlmann o faz no primeiro capítulo do seu livro publicado em 1998, *Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica*, onde resume algumas pesquisas mais recentes e críticas ao historiador francês e faz sua própria crítica à Lloyd de Mause, outro historiador que defende tese semelhante à dele. Estudando as relações extraconjugais da nobreza portuguesa no seu livro *Amantes e Bastardos*, publicado em 1999, Sérgio Alberto Feldman, sem preocupações polêmicas, conclui que as crianças, inclusive as bastardas, eram amadas e bem cuidadas, às vezes, com apoio da própria esposa do nobre. Muito mais crítico é Ricardo da Costa em 2002 com *A Educação Infantil na Idade Média*, um bem documentado artigo no qual dá uma série de exemplos a partir de diversas fontes mostrando como as crianças eram de modo geral amadas e cuidadas. Além disto, demonstra como Jacques Le Goff inverte completamente o sentido de um texto de João de Salibury afim de confirmar as idéias de Ariès. Do mesmo autor temos a continuação deste excelente estudo e alguns outros tratando das doutrinas pedagógicas do sábio maiorquino Ramón Llull. Na sua tese de doutorado, *Um Monge no Divã: O adolescer de Guilbert de Nogent*, o psicólogo infantil David Leo Levisky instigado pelas afirmações de Phillippe Ariès fez um interessante estudo de psicologia histórica sobre a passagem da infância para a adolescência do monge medieval. Consegue demonstrar a realidade de uma auto-percepção das fases da vida, no caso, a infância e a adolescência, pelo homem medieval. Também sobre Guilbert de Nogent temos o artigo *Formação, obediência e humanismo* de Carlilie Lanzieri Júnior, aluno de Ricardo da Costa, que utiliza da autobiografia do monge para expor os métodos pedagógicos medievais e demonstrar como o uso de alguma violência na pedagogia medieval não implicava desprezo ou maus-tratos às crianças. Em 2006 Rejane Barreto Jardim dedica um capítulo da sua tese de doutoramento *Ave Maria, Ave Senhoras de todas as Graças!* ao estudo das mães em Castela no século XIII concluindo que elas se dedicavam aos cuidados dos seus filhos com diligência e amor. Por outro

²⁰ NUNES, Ruy Afonso da Costa. *História da Educação na Idade Média*. EDU e EDUSP: São Paulo, 1979, p. 170

lado Valéria Sabrina Pereira em *Die küniginne rîch: O mundo feminino em A Canção dos Nibelungos e a Saga dos Völsung*, sua dissertação de mestrado também de 2006, defende que realmente não era dada à criança maior importância e que ela não era considerada com maior estima nos séculos XII e XIII²¹.

Com o que aqui expomos podemos dizer que a historiografia brasileira sobre a infância medieval além de ser um tanto reduzida é praticamente toda ligada à História da educação e à da História da Mulher. Por isto é que cremos estar a historiografia brasileira em relativo descompasso com a estrangeira. Se nossos autores tem conhecimento da produção internacional específica sobre o assunto este se limita à dois ou três livros e nem sempre os mais adequados. A história da infância medieval como campo autônomo de estudos está para se constituir no Brasil. Mas devemos lembrar que é um campo muito propício à pesquisa, com Hilário Franco Júnior:

Acreditamos que tais projetos devam pensar na construção de um saber historiográfico novo, abandonando o sentimento de inferioridade intelectual que nos leva quase sempre a seguir modismos europeus depois que estes já foram ali superados. Ao contrário, devemos pensar num trabalho paralelo ao dos grandes centros medievalísticos, até para aproveitar “no calor da hora” as discussões e publicações que eles estão gerando.²²

Em todo mundo a discussões estão sendo feitas e as publicações surgindo, contudo muita coisa ainda deve-se fazer. O momento é este.

Mas, não nos contentemos em resumir os últimos avanços da pesquisa histórica sobre matéria de tal importância. Daremos agora o resultado de uma pesquisa nossa como exemplo do valor atribuído às crianças na Idade Média.

Os estudiosos das relações entre judeus e cristãos na Idade Média nos apresentam versões um tanto díspares, especialmente tratando da península Ibérica, indo da convivência ao anti-judaísmo religioso e deste até ao anti-semitismo. Dominique Iogna-Prat afirma a existência de um anti-semitismo medieval²³, surgido já no século XII, que poderia ser, tal qual o do século XIX e XX, entendido em termos biológicos. Gostaríamos de dimensionar a abrangência desta hipótese a fim de verificar ser o suposto anti-semitismo medieval teria atingido o sábio rei Alfonso X de Castela cujas

²¹ Para outras considerações sobre o assunto veja-se o artigo de Anna Hansen *The Representations of Children in the Icelandic Sagas*. A autora cita Christine de Pizan como exemplo de mãe sem estima por seus filhos, Marie-Thérèse Lorcin com *Mère nature et l'ê devoir social. La mère et l'enfant dans l'oeuvre de Christine de Pizan* faz o contraponto.

²² FRANCO JÚNIOR, Hilário. Perspectivas de Pesquisa em História Medieval no Brasil. p.210-213 in Revista do Departamento de História FAFICH/UFGM n. 7 setembro de 1988, p.212

²³ IOGNA-PRAT, Dominique. Pode-se Falar de Anti-Semitismo Medieval? In *Signum* 2002, n.º4, 2002 – São Paulo. p.71-86

relações com os judeus são alvo de polémica. A obra alfonsina que iremos examinar, as Cantigas de Santa Maria, foi escrita entre 1252 e 1284, portanto mais de um século que o suposto anti-semitismo biológico teria marcado a Europa. Antes de tratar dos poemas vejamos como o código legal de Alfonso X, as Siete Partidas²⁴, define o judeu:

“Jvdio es dicho, aquel que cree, e tiene, la Ley de Moysen, segun suena la letra della, e que se circuncida, e faze las otras cosas que manda su Ley. E tomo este nome, del Tribu de Juda, que fue mas noble, e mas esforçado que los otros Tribus...”²⁵ Só tal definição seria suficiente para excluir Alfonso X do grupo anti-semita, veremos ainda que o que se encontra nas leis também é presente na poesia, um modo de expressão mais livre e portanto aberto aos sentimentos, pensamentos e preconceitos de seu autor e de sua sociedade. Sendo Alfonso X um homem religioso numa sociedade religiosa primeiramente iremos abordar um aspecto fundamental da sua crença cristã, isso é, a idéia que tem de Cristo. É significativo que nas poesias do Rei Alfonso X tanto Santa Maria como Jesus Cristo são considerados judeus, por exemplo, na cantiga 6 afirma-se que Santa Maria é da linhagem do “*bon rey David*”²⁶ e a Cantiga 12 coloca-a dizendo “*é mui grand e provada/ a perfia dos judeus que meu Fillo mataron, sendo seus.*”²⁷ O que pode parecer uma associação natural nem sempre ocorre. Lembremos aqui dos variados grupos religiosos que dissociavam Cristo e o cristianismo do judaísmo. Os grupos heréticos de modo geral faziam isto ao opor o Antigo ao Novo Testamento. E mesmo alguns escritores judeus admitem esta dissociação.²⁸

Trataremos agora do pensamento de Alfonso X quanto às crianças judias. Falamos de crianças porque se ser judeu é considerado algo biológico é evidente que as crianças já nasceriam com as características judaicas. A Quarta Cantiga “*Esta é como Santa Maria guardou ao fillo do judeu que non ardesse, que seu padre deitara no fogo.*”²⁹ Conta de

²⁴ As Siete Partidas foram escritas com participação de Alfonso X, mas só entraram em vigor no século XIV.

²⁵ ALFONSO X, Las Siete Partidas el Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia. La Imprenta Real. Madrid 1807. 3v, *Partida, 7,24,1*

²⁶ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão. Cantigas de Santa Maria. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conibrigensis, 1959-1972. 4v., vv.1

²⁷ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.16-17

²⁸ “Qualquer exame da pretensa dívida que o cristianismo tem com o judaísmo estaria fora de lugar neste livro. Na opinião de um bom número de estudiosos, não poucos deles gentios, ela pode se resumida na frase mordaz de Israel Zangwill: “Raspe-se um cristão e encontra-se um pagão...estragado.” O judaísmo não deve nada ao cristianismo, muito obviamente, mas não é tão óbvio o fato de que o cristianismo não deve quase nada ao judaísmo. As duas religiões tem pouco, se é que tem alguma coisa, em comum.” ASHERI, Michael. O judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes. Imago, Rio de Janeiro. 1987, p. 289 Asheri é judeu – por isso usa o termo “gentio” ao se referir aos não-judeus.

²⁹ O tema dessa Cantiga é bizantino e anterior ao século IX, originalmente não havia a visão eucarística e nem a intervenção mariana, o primeiro aspecto é acrescentado nos meados do século XIII e o segundo, Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 7 EDUFOP, 2007.

um menino judeu chamando Abel³⁰ que ia na escola dos cristão e lá aprendeu a ler. Seus colegas muito o admiravam quando ele lia, “*e por esto tal amor/ com esses moços colia.*”³¹ Num dia de Páscoa, conta a Cantiga, o menino foi à igreja e viu o Abade dar aos moços “*Ostias de Comungar*”. Eis então que o judeuzinho tem uma visão:

*O judeucyo prazer
ouve, ca lle parecia
que ostias a comer
lles dava Santa Maria,
que viia resprandecer
eno altar u siia
e enos braços teer
seu Fillo Hemanuel*³²

E “*Quand’o moço esta vison/ vyu, tan muito lhe prazia.*”³³. Após tal visão o menino quis comungar, “*Santa Maria enton/ a mão lle porregia,/ e deu-lle tal comuyon/ que foi mais doce ca mel.*”³⁴ O menino então volta para sua casa e conta ao seu pai o que aconteceu, o raivoso pai, chamado Samuel, o coloca no forno de fazer vidro pois então considera seu filho “*como traedor cruel.*”³⁵. Tal denominação é corrente ainda hoje entre os judeus, um judeu que se converte é chamado de *m’shumad* e é considerado pior do que um ateu, é mesmo um inimigo de Israel cuja morte deve ser celebrada.³⁶

que nos consta, é próprio das Cantigas de Santa Maria. Baseado nessa história foi feita uma pintura em 1374 na Catedral de Milão. FRANCESCHINI, Ezio. *Scritti di filologia latina medievale*. Padova: Antenore, 1976, v.I. p.478. A pintura é reproduzida por Franceschini, note-se que os judeus e os católicos não são distinguidos fisionomicamente. Sobre a influência Bizantina nas Cantigas de Santa Maria é interessante observar que quase todos os santos que nelas aparecem são de origem bizantina mesmo o ocidente contando com um grande doutor mariano como São Bernardo.

³⁰ Os nomes não são dados ao acaso, pois em várias sociedades o nome revela a essência ou a verdadeira personalidade daquele o que recebe. Abel é o bom e puro filho de Adão e Eva que é morto por Caim seu irmão, e aqui, podemos dizer que esse nome indica a pureza do menino, que, lembremos, é judeu..

³¹ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.20-1

³² ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.34-41.

³³ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.43-44

³⁴ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv. 47-50

³⁵ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.68

³⁶ “M’shumad, ou apóstata, é uma palavra judaica desagradável. Como vimos nas leis sobre o luto, um m’shumad não é enterrado num cemitério judeu, nem tampouco pranteado por sua família. Ao contrário, espera-se que seus irmãos celebrem sua morte como o desaparecimento de um inimigo de Israel.” ASHERI, Michael. Op. Cit., p.276-277. Poliakov diz: “Na Espanha das Três Religiões, o converso causava escândalo e se via exposto à franca hostilidade tanto de seus antigos correligionários, quanto dos novos. Renegado por uns, era *tornadizo* para os outros, estado de coisa também refletido em *Las Siete Partidas* que proíbem, aos judeus, mata-lo ou feri-lo e, aos cristão, lembrar-lhe sua linhagem, concitando ao contrário que fossem dados *‘todos les oficios et las honras que han las otros christianos’*”. POLIAKOV, Léon. *História do Anti-Semitismo v. II De Maomé aos Marranos*. São Paulo, Perspectiva, 1984, p.104.

A mãe do menino, chamada Rachel, “*que ben/ grand’a seu fillo queria*³⁷”, sai gritando e chorando na rua pedindo socorro³⁸. As pessoas da cidade vendo o sofrimento da mãe “*foron log’o forn’ abrir*³⁹”, rapidamente tiraram o menino do forno e com alegria perguntaram se sentia algum mau. Abel respondeu:

“Non, ca eu cobri

O que a Dona cobria

Que sobelo altar vi

*Com seu Fillo, bon donzel*⁴⁰.”

Com este milagre a judia se converte e o menino logo recebe o batismo. O pai é morto. É claro que ambos, mãe e filho, são os beneficiários do milagre e que ambos são judeus quando ele acontece.

A Cantiga 89 conta a história de uma judia que estava para ter seu filho, mas não conseguia dar-lhe à luz. Santa Maria aparece a ela em grande claridade e uma voz no seu coração dizia que seu nome deveria rogar. A judia o faz e logo tem “*fillo e saude*.”⁴¹ As outras judias vendo isso a chamam de “*ereja*”, “*renegada*” e “*crischaã tornada*”⁴².

A judia então vai à igreja e é batizada, batiza também seu filho que tinha nascido graças ao milagre e uma filha que já tinha. E como “*pequenyos eran*⁴³” foram tirar só seus “*peccadilla*⁴⁴” na pia batismal. Foram cristãos e louvaram Santa Maria além de converter vários judeus. Notemos que os nascimentos extraordinários⁴⁵ eram, desde a Antiguidade e também na Idade Média, objetos de especulação e fabulação. Acreditava-se que o bebê nascido, por exemplo, através do parto cesariano, estava destinado a ter

³⁷ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., v.70-71

³⁸ Referência à conhecida passagem bíblica, Jr.XXXI,15 que, repetida em Mt. II,16-18, foi por vezes figurada como o título de Massacre dos Inocentes.

³⁹ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.81

⁴⁰ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.92-5.

⁴¹ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.49

⁴² ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.58-60

⁴³ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.73-74

⁴⁴ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.74

⁴⁵ Além disso podemos ver que nas hagiografias os nascimentos dos santos normalmente são acompanhados de vários acontecimentos prodigiosos, para citar um exemplo próximo de Alfonso X podemos ler na Vida de São Domingos: “*Cuidam etiam matrone nobilli que iam natum seruum Dei Dominicum ex baptismi fonte susceperat, uidebatur in uisione puer Dominicus stellam prefulgidam habens in fronte, qui totam terram suo lumine perlustrabat. O mirum hinc inde presagium...*” ou seja “Também à certa nobre matrona, que, depois de ter nascido o servo de Deus, Domingos, lhe havia levado à fonte do batismo, lhe pareceu que o menino Domingos, levando uma estrela brilhante na fronte, iluminava toda a terra com sua luz. Oh milagroso presságio!...CERRATO, Rodrigo de. Vida de Santo Domingo de Guzman. In CARRO, Venancio Diego. Domingo de Guzman Historia Documentada. Editorial OPE – Madrid. 1973, p.776. Não vemos nenhuma “predestinação” ou presságio de um judeu sendo condenado, desde o nascimento, à um destino ruim.

uma vida gloriosa tendo porém uma morte trágica⁴⁶. O que vemos é que os judeus convertidos tiveram uma vida – religiosamente – muito boa, sendo cristãos e até mesmo grandes pregadores.

Depois do exposto devemos lembrar que nosso argumento ganha força se tivermos em mente que na Idade Média havia o conceito de povo⁴⁷ – como um grupo histórico e etnicamente definido – como mostrou Léon Poliakov, e que esta concepção está presente nas Cantigas de Santa Maria sendo construída, em parte, por oposição aos mouros e judeus, e sendo elemento de um sentimento nacional, como afirma Heloisa Guaracy Machado.⁴⁸ Além disto, também o conceito de herança biológica, isso é, que certas características são passadas dos pais para os filhos era conhecido na Idade Média. E tal conceito era mais amplo do que o de Lamarck e muito mais abrangente do que o do século XXI. Isso porque, além de características herdadas no momento da fecundação, o erudito medieval concebia uma transferência de características biológicas através da amamentação. Assim pensavam porque o leite era considerado como um sangue “albanizado”, ou seja, tornado alvo, e como o sangue, capaz de transmitir características biológicas⁴⁹. Assim temos uma herança transmitida especialmente pelo pai⁵⁰ no momento da fecundação e uma transmitida especialmente pela mãe na amamentação. Também certas doenças como a lepra e a gota eram consideradas transmissíveis dos pais para os filhos por esses mesmos meios.⁵¹

⁴⁶ BLUMENFELD-KOSINSKI, Renate. *Not of Woman Born: representations of caesarean birth in Medieval and Renaissance Culture*. Cornell University Press – Ithaca in New York and London. 1991, p.125

⁴⁷ POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva. 1974, no caso ibérico pp.3-8..

⁴⁸ MACHADO, Heloisa Guaracy. *Sentimento Nacional e Minorias Étnico-Religiosas no medievo hispânico: uma leitura das Cantigas de Santa Maria*. In *Para Sempre em Mim: Homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Editora PUC-Minas: Belo Horizonte, p.471-478.

⁴⁹ VAN PROEYEN, Michel. *L'hérédité et les Savantes au Moyen-Âge (XIIIe-XIVe Siècles)* in *Cahiers d'Histoire*. Tome XL, n.1, Lyon 1995, p. 5-10

⁵⁰ Em geral, seguindo Aristóteles, considerava-se que o pai tinha especial participação na formação do embrião. As doutrinas medievais, contudo são muito variadas e tem implicações e motivações um tanto díspares, para um exame das de Bartolomeu Anglicus, Brunetto Latini pode-se ver o artigo de Michel van Proeyen. Para as de São Tomás de Aquino, Santo Alberto Magno, Marçilho de Pádua e Dante pode-se consultar o excelente artigo de Didier Ottaviani *Le Paradigme de l'embryon à la fin du Moyen Âge*. In *Astérion* n°.01, 2003 pp. 44-54 que apresenta as implicações da embriologia na teoria política.

⁵¹ VAN PROEYEN, Michel. *L'hérédité et les Savantes au Moyen-Âge (XIIIe-XIVe Siècles)* in *Cahiers d'Histoire*. Tome XL, n.1, Lyon 1995, p. 15-21

E entre os eruditos medievais não só as características corporais⁵² eram consideradas transmissíveis de pais para filhos, algumas peculiaridades intelectuais e morais também eram. São Tomás de Aquino, por exemplo, diz que: “*Ira magis traducitur a parentibus in filios quam concupiscentia*”; ou seja, “A ira se transmite mais dos pais aos filhos do que a concupiscência.”⁵³ Não só isso, uma tradição mais ou menos marginal da teologia medieval afirma a pluralidade dos pecados hereditários⁵⁴, isto é, não só o pecado original seria transmitido para todos os homens como também os pecados dos pais seriam transmitidos para os filhos. Estes pecados seriam apagados, assim como o pecado original, pelo batismo o que evidentemente exclui os judeus que, portanto, conservam seus pecados. Algo semelhante vemos na Cantiga 401 que narra o processo de purificação de um jovem cristão nascido do intercurso de um casal celibatário instigado pelo demônio. O jovem é aconselhado a fazer várias peregrinações que podem ser interpretadas como um processo de desvinculação com as suas origens pecaminosas.⁵⁵ É claro que viver a religião judaica é viver, aos olhos de Alfonso X, pecaminosamente. Vemos porém que este pecado não é visto por ele como transmissível. Mesmo relacionando a prática do judaísmo com certos defeitos morais e intelectuais como a perfídia e a insistência estes defeitos não são transmissíveis. A única Cantiga que trata exclusivamente de uma conversão⁵⁶, sem referencia à ação sob uma

⁵² Poderíamos lembrar que Léon Poliakov afirma que: “Em geral, a iconografia dos judeus nos séculos XII e XIII nos fornece um outro indício revelador: afora alguns documentos ingleses (e a Inglaterra, já o vimos, constituía um caso especial), os judeus, não se distinguem nem pela fisionomia nem pelas atitudes.” POLIAKOV, Léon. História do Anti-Semitismo v. I De Cristo aos judeus da corte. Perspectiva, São Paulo, 1979, p. 79. Isso pode ser visto nas Cantigas onde nunca o judeu é caracterizado por uma fisionomia particular. Por outro lado Enrique Montenegro afirma que os judeus eram representados nas artes visuais de forma bem diversa dos cristãos, contudo: “Como acertadamente observou Bernhard Blumenkranz, os traços que caracterizam ao judeu medieval seriam adquiridos e não hereditários, definitivamente, o artista não pretenderia expressar características propriamente étnicas, mas uma idéia teológica diretamente relacionada com a idéia de salvação”. Complementa dizendo: “E algo similar ocorre com os meninos judeus que são martirizados por seus pais por assistir à Missa e comungar, e nos que em sua conversão ao cristianismo perderam os traços desagradáveis do aspecto físico dos judeus.” MONTENEGRO, Enrique Cantera. La imagen del judío en la España medieval. In Espacio, Tiempo y Forma, Série III, História Medieval, t.11, 1998, p.36

⁵³ S. Theol. 1-2, 17, 7, c apud KRAPP, Eduardo. Tomás de Aquino y la Psicopatología. Buenos Aires. Editorial Index. 1943, p. 28

⁵⁴ DUBARLE, A. -M. La pluralité des péchés héréditaires dans la tradition augustinienne. Revue des Études Augustiniennes 1957, Vol. III, N° 2, p. 113-136.

⁵⁵ CASTRO, Bernardo Monteiro de. Sexo, Diabo e Loucura nas Cantigas de Santa Maria. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-MG, Belo Horizonte p.104-109. De toda a dissertação esta é a única parte, e mesmo assim com restrições, que podemos concordar com o autor.

⁵⁶ O grande historiador do Anti-semitismo, Léon Poliakov diz assim: “Embora se possa encontrar judeus aliados ao diabo e à prefiguração do tema do assassinato ritual (cuja ação é situada na Inglaterra, onde de fato nasceu a primeira lenda desse tipo), também se pode encontrar judeus muito simpáticos, cuja maioria, após muitas provas, terminam convertendo-se: uns, depois de se sair mal com bandidos cristãos, outros, depois de ter sido condenados à morte por sua aljama. Vê-se que o rei, com muita certeza ele Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 11 EDUFOP, 2007.

criança, é a Cantiga 107. Nessa Cantiga uma judia estava presa e roga, como que apostando, à Santa Maria para que a libertasse. É libertada e, agora acreditando firmemente, vai correndo à igreja se batizar surpreendendo os que lá estavam. Contou o milagre e “*aquela gente a batiçou*”⁵⁷ e “*foi sempre ben crente.*”⁵⁸ Isso é possível pois como diz a Cantiga 305 o perdão de Deus vale mais que qualquer ouro porque é o perdão “*daquel que perdõar pode/ crischão, judeu e mouro,/ atanto que en Deus ajan/ ben firmes sas entenções.*”⁵⁹

Com isso podemos dizer que, se houve um pensamento anti-semita na Idade Média ele não foi compartilhado pelo Rei Alfonso X, o Sábio.

Bibliografia

ALEXANDRE-BIDON, Danièle & DIDIER, Lett. **Children in the Middle Ages: Fifth – Fifteenth Century**. Notre Dame: The University of Notre Dame Press, 1999.

ALFONSO X, Rei de Castela e Leão. **Cantigas de Santa Maria**. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conibrigensis, 1959-1972. 4v.

ALFONSO X, **Las Siete Partidas el Rey Don Alfonso el Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia**. Madrid: La Imprenta Real. 1807. 3v.

ASHERI, Michael. **O judaísmo vivo: as tradições e as leis dos judeus praticantes**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOSWELL, John. **The Kindness of Stragers: the abandonment of children in Western Europa from Late Antiquity to the Renaissance**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

BLUMENFELD-KOSINSKI, Renate. **Not of Woman Born: representations of caesarean birth in Medieval and Renaissance Culture**. Ithaca in New York and London: Cornell University Press, 1991.

BUICAN, Denis. **Darwin e o Darwinismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

mesmo o autor das Cantigas, sabia tomar seus temas à vida quotidiana e distribuía luzes e sombras de maneira bastante imparcial.” POLIAKOV, Léon. Op. Cit., p.121

⁵⁷ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.66-67

⁵⁸ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.68

⁵⁹ ALFONSO X, Rei de Castela e Leão, Op. Cit., vv.67-68

CASTRO, Bernardo Monteiro de. **Sexo, Diabo e Loucura nas Cantigas de Santa Maria**. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CERRATO, Rodrigo de. **Vida de Santo Domingo de Guzman**. In CARRO, Venancio Diego. **Domingo de Guzman Historia Documentada**. Madrid: Editorial OPE, 1973. pp.775-801.

COSTA, Ricardo da. **A educação infantil na Idade Média**. In: *Videtur*, Porto, n. 17, 2002. (Disponível em <http://www.hottopos.com/videtur17/ricardo.htm>) Acesso em 07/07/2007.

COSTA, Ricardo. **Reordenando o conhecimento: a Educação na Idade Média e o conceito de Ciência expresso na obra Doutrina para Crianças (c. 1274-1276) de Ramon Llull**. (Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/pub/reordenando.htm>) Acesso em 07 de agosto de 2007

DUBARLE, A. -M. **La pluralité des péchés héréditaires dans la tradition augustinienne**. *Revue des Études Augustiniennes* 1957, Vol. III , N° 2, p. 113-136.

FEDELI, Orlando. **Nos Labirintos de Eco**. São Paulo: Veritas, 2005.

FELDMAN, Sérgio Alberto. **Amantes e Bastardos: as relações conjugais e extraconjugais na alta nobreza portuguesa no final do século XIV e início do século XV**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

FERNANDES, Rogério. **Notas em torno de retratos de crianças**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.26, n.1 p..87-97. jan/jun 2000.

FINUCANE, Ronald. **The Rescue of the Innocents: endangered children in medieval miracles**. New York: St. Martin's Press. 2000

FRANCESCHINI, Ezio. **Scritti di filologia latina medievale**. Padova: Antenore, 1976. 2v.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Perspectivas de Pesquisa em História Medieval no Brasil**. p.210-213 in *Revista do Departamento de História FAFICH/UFMG* n. 7 setembro de 1988.

HANAWALT, Barbara. **Growing up in medieval London: the experience of childhood in history**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

HANAWALT, Barbara. **The Ties that Bound: peasant families in Medieval England**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

- HANSEN, Anna. **Representations of children in the Icelandics Sagas**. in Sagas & Societies International Conferences at Borganes, Iceland. 2002. (Disponível em: <http://w210.ub.uni-tuebingen.de/portal/sagas/>) acesso em: 07 de maio de 2007
- HORN, TATJANA. **Bibliographie kindheit im Mittelalter**. 2002. (Disponível em: www.germsem.uni-kiel.de/mediaevistik/materialien/kindheit.pdf) Acesso em 07 julho de 2007.
- HOMET, Raquel. **Niños y adolescentes em fiestas y cerimônias**. In. En la España Medieval. 2001, n.º24. p. 146-169.
- HOMET, Raquel. **Nacimiento y Bautismo: festejos y ceremonias**. in História 2000 n.º.19, p. 55-78.
- IOGNA-PRAT, Dominique. **Pode-se Falar de Anti-Semitismo Medieval?** In Signum 2002, n.º4, p.71-86
- JAMME, Christoph *et al.* **El movimiento romántico**. Madrid: Akal Ediciones, 1998.
- JARDIM, Rejane Barreto. **Ave Maria, Ave Senhoras de todas as Graças! Um estudo do Feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII**. 2006. Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre.
- LANDURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou: povoado occitânico 1294-1324**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- LANZIERE JÚNIOR, Carlilie. **Formação, obediência e humanismo: considerações sobre a educação infantil medieval nas Monodias do abade Guiberto de Nogent (séc. XII) Mirabilia n.º 6** disponível em <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num6/art2.htm> acesso em 07 de julho 2007.
- LETT, Didier. **Historie Médiévale Occidentale**. in Annales de Démographie historique n.º102 2001/2002. p. 17-25
- LEVISKY, David Léo. **Um Monge no Divã: O adolescer de Guilbert de Nogent (1055-1125?): uma análise histórico-psicanalítica**. 2004 Tese (Doutorado em História) USP, São Paulo.
- LORCIN, Marie-Thérèse. **Mère nature et lê devoir social. La mère et l'enfant dans l'ouvre de Christine de Pizan**. In Revue Historique, tome 282, n.º.1, 1989, p. 29-44.
- KRAPF, Eduardo. **Tomás de Aquino y la Psicopatología**. Buenos Aires: Editorial Index, 1943.
- KULHMAN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACHADO, Heloisa Guaracy. **A imagem do judeu na representação cristã ibero-castelhana do século XIII: uma leitura das Cantigas de Santa Maria.** 1996 Dissertação (Mestrado em Letras) PUC-MG, Belo Horizonte.

MACHADO, Heloisa Guaracy. **Sentimento Nacional e Minorias Étnico-Religiosas no medievo hispânico: uma leitura das Cantigas de Santa Maria.** In Para Sempre em Mim: Homenagem à Professora Ângela Vaz Leão. Editora PUC-Minas: Belo Horizonte, p.471-478.

MONTENEGRO, Enrique Cantera. **La imagen del judío en la España medieval.** In Espacio, Tiempo y Forma, Série III, História Medieval, t.11, 1998, p. 11-38. disponível em

http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?tipo_busqueda=CODIGO&clave_revista=516

acesso em 07 de julho 2007.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Antiguidade Cristã.** São Paulo: EDU e EDUSP, 1978.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média.** São Paulo: EDU e EDUSP, 1979.

NUNES, Ruy Afonso da Costa. **A Educação dos Meninos segundo Guilherme de Tournai.** In Notandum nº4 – 1999 disponível em

<http://www.hottopos.com.br/notand4/edumenin.htm> acesso em 07 de julho 2007.

O' BRIEN, Catherine. **The nature of childhood through history revealed in artworks?** In Childhood. London. V.10 n. 3. 2003 p. 362-378.

OTTAVIANNI, Didier. **Le Paradigme de l'embryon à la fin du Moyen Âge.** In Astérion nº.01, 2003 pp. 44-54.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. As Idades da Criança. in Medievalista on line.

ano 2, n.º2, 2006 p.1-18 <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/medievalista-crianca.htm> acesso em 07/07/2007.

ORME, NICHOLAS. **Medieval Children.** London: Yale University Press, 2003

PANOFSKY, Erwin. **Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental.** Lisboa: Presença, 1981.

PEREIRA, Valéria Sabrina. **Die küneginne rîch: O mundo feminino em A Canção dos Nibelungos e a Saga dos Völsung.** São Paulo: 2006 (Dissertação de Mestrado)

POLIAKOV, Léon. **O Mito Ariano.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

POLIAKOV, Léon. **História do Anti-Semitismo v. I De Cristo aos judeus da corte.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 15

POLIAKOV, Léon. **História do Anti-Semitismo v. II De Maomé aos Marranos**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAN PROEYNE, Michel. **L'hérité et les Savantes au Moyen-Âge (XIIIe-XIVe Siècles)** in Cahiers d'Histoire. Tome XL, n.1, Lyon 1995. p.3 – 24

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**NOTÍCIAS DO BRASIL:
sobre a riqueza da produção intelectual jesuítica no Brasil quinhentista**

Breno Machado dos Santos

Introdução

O ofício de um historiador ligado às temáticas voltadas sobre o Brasil colonial apresenta-se ainda marcado por um grave problema: a quantidade e a qualidade das fontes disponíveis. O fato de a historiografia mostrar recentemente um vigoroso aperfeiçoamento quanto aos métodos de pesquisas empregados, valendo-se de uma importante assistência junto aos recursos disponibilizados por outras disciplinas – tais como a arqueologia, a lingüística e a antropologia – tem abrandado as grandes dificuldades encontradas pelos pesquisadores voltados sobre o contexto histórico mencionado acima.¹ No entanto, apesar de tais avanços, acreditamos que o principal respaldo de tais produções historiográficas permaneça na documentação escrita produzida neste período.

Assim, a proposta deste artigo é relatar a existência de um número considerável de documentos produzidos pelos colonizadores europeus, narrando suas diversas experiências em terras brasileiras. Para alcançar tal objetivo, será necessário chamar a atenção para um tipo de documentação peculiar, proveniente das mãos de um grupo específico desta sociedade colonial: os missionários jesuítas. O volume de textos produzidos pelos inacianos e as distintas temáticas por eles tratadas, fazem com que seus escritos tornem-se essenciais para qualquer tipo de pesquisa voltada sobre o Brasil colonial.

A produção fora da Ordem

¹ WESSELING, Henk. História de Além-Mar. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

A escassez de fontes documentais produzidas no âmbito secular no Brasil quinhentista é algo incontestável. Porém, não podemos desconsiderar a importância de tais fontes. Assim, embora não seja o principal objetivo deste artigo, pretende-se realizar um breve levantamento das principais produções realizadas fora da Companhia de Jesus, pontuando algumas características de tais trabalhos.

Nas primeiras décadas após a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral em território brasileiro – período em que a Coroa portuguesa ainda não havia implementado uma política de colonização sistemática nas terras brasileiras -, podemos mencionar a produção de três importantes documentos sobre a natureza e os povos aqui encontrados. O primeiro deles é a tão conhecida carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, D. Manuel I, escrita em 1500, quando a frota de Cabral preparava-se para partir em direção às Índias. No mesmo período, foi escrita uma outra carta, cuja autoria é desconhecida. Trata-se do texto do “suposto” *Piloto Anônimo* pertencente à esquadra de Cabral, cuja importância de seus relatos está no fato de fornecerem valiosas informações que não constam na carta de Caminha. Por fim, temos o *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil*, de Pero Lopes de Sousa. Escrito nos primeiros anos da década de 1530, o texto narra cronologicamente às aventuras da expedição de seu irmão Martim Afonso de Sousa pela extensa costa brasileira.²

Após três décadas marcadas pelo contato esporádico entre viajantes e indígenas, a Coroa passa a enxergar a necessidade de afirmar seus interesses no território colonial. Assim, é dado início ao projeto colonizador através da implantação do sistema de capitanias hereditárias nos anos de 1533-34, culminando, posteriormente, na instauração do Governo-Geral na Bahia, em 1548.³

Seguindo as características dos primeiros escritos sobre o Brasil, surgem novos relatos e crônicas, produzidas no intuito de descrever a experiência de seus autores em um território repleto de novidades ao imaginário europeu.

² A apresentação e contextualização de tais textos foi feita de maneira bastante elucidativa pelos autores Antônio Carlos Olivieri e Marco Antônio Villa. In: OLIVIERI, Antônio Carlos e VILLA, Marco Antônio (org). *Cronistas do Descobrimento*. São Paulo: Ática, 2000.

³ Uma melhor exposição sobre o processo de instauração de uma política colonial no Brasil por parte da Coroa portuguesa pode ser verificada nos capítulos: O Regime das Capitanias e A Instituição do Governo-Geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização brasileira: Época colonial*, t. 1. v. 1: do descobrimento à expansão territorial. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Talvez, entre as produções mais interessantes deste período seja a do lendário arcabuzeiro alemão Hans Staden, intitulada *Duas Viagens ao Brasil*. Artilheiro de um navio mercador português, Staden parte para o Brasil em 1547, retornando à Europa no ano de 1549. A segunda viagem de Staden tem início no ano de 1550, com o objetivo de levar colonos para uma região próxima à costa de Santa Catarina e outra na embocadura do Rio da Prata. Depois de uma série de acontecimentos (desvios de rota, levante a bordo, naufrágios), uma parte da tripulação, incluindo Staden, chega a São Vicente, onde o alemão acaba sendo capturado pelos Tupinambás. Durante um período de aproximadamente dez meses, Hans Staden passa a conviver com o cotidiano das aldeias Tupinambás localizadas no Rio de Janeiro. Publicada em 1556/57, *Duas Viagens ao Brasil* pode ser considerada uma obra de grande importância devido a uma série de fatores. Entre eles está o fato de ser uma das primeiras publicações referentes ao Brasil quinhentista e também por ter alcançado um vasto público. Somente no século XVI, edições em flamengo, latim, português e alemão já estavam em circulação pela Europa. A obra de Hans Staden é marcada pela grande contribuição nos campos da história, geografia e etnografia e, além disso, apresenta como caráter peculiar uma série de xilogravuras feitas sob sua orientação.⁴

Duas outras importantes produções são as obras dos franceses André Thevet e Jean de Léry.⁵ Os escritos destes autores são valiosos na medida em que narram de maneira bastante elucidativa suas experiências e impressões acerca da cultura Tupinambá e da natureza americana. Tais informações foram coletadas durante a permanência dos franceses na região da atual cidade do Rio de Janeiro, na frustrada tentativa em estabelecer uma colônia protestante no continente americano (1555-1560).

Por fim, não podemos deixar de mencionar as preciosas contribuições de Pero de Magalhães Gândavo e do senhor-de-engenho Gabriel Soares de Souza.⁶ Embora as obras *História da província de Santa Cruz (1576)*, de Gândavo, e o *Tratado descritivo do Brasil (1587)*, de Gabriel Soares, merecessem uma análise minuciosa, devido à importância documental

⁴ STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

⁵ THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

⁶ GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

que cada uma representa, para os propósitos deste artigo cabe apenas mencionar a especificidade do período de produção (final do século XVI) e o enfoque dado sobre a região do recôncavo baiano.

O fato de todas as obras mencionadas acima serem marcadas por um exacerbado etnocentrismo europeu não reduz a importância de tais produções, uma vez que se encontram repletas de narrativas sobre inúmeros eventos históricos e relatos sobre diversos elementos culturais e geográficos do Brasil quinhentista. Além disso, o fato de terem sido escritas em momentos e regiões distintas faz com que cada obra possua um valor peculiar.

A Instituição epistolar jesuítica

Fundada em 1540 por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus apresentava como principal propósito a propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrinas cristã. Os inicianos inicialmente baseavam suas atividades no ministério de Jesus e de seus discípulos, ou seja, no ideal apostólico (*vita apostolica*) exemplificado no Novo Testamento.⁷ No entanto, a consideração do surgimento de um aspecto completamente novo na história das Ordens do cristianismo é importante para a compreensão do “modo de proceder” dos inicianos. Trata-se do ideal itinerante de pregação, estipulado pelas *Constituições* jesuítas.⁸ A recusa à reclusão monástica presente no ideal religioso jesuítico, pode ser considerada como um dos principais fatores responsáveis pela difusão de religiosos em um curto espaço de tempo, por diversos territórios, tais como Japão, China, Índia e América espanhola e portuguesa.

Apenas dois anos após o surgimento da Ordem jesuítica, o padre Francisco Xavier é enviado para a Índia com a incumbência de converter a população local à fé cristã. Isso se repetiu em 1549, quando seis missionários jesuítas, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, desembarcaram na baía de Todos os Santos. Devido à inovadora atividade missionária empregada pelos jesuítas, e a ligeira expansão dos trabalhos evangelizadores para territórios asiáticos e americanos, a troca periódica de correspondências fazia-se essencial para que os membros prestassem contas de suas atividades e pedissem auxílio nos trabalhos de catequese.⁹ Além disso,

⁷ O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo, RS: UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 39.

⁸ *Ibid.*, p. 372.

⁹ EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

as cartas jesuíticas tornavam-se importantes ferramentas para o alcance da legitimação das atividades desenvolvidas nos distintos continentes. Isto porque, nas primeiras décadas de existência da Ordem, a reprodução e a expansão dos trabalhos de catequese dependiam do amparo político e financeiro do papado e dos reis católicos.¹⁰

O hebdomadário desenvolvido por Inácio de Loyola estabelecendo a troca periódica de correspondências entre os irmãos, ainda nos primeiros anos após a fundação da Ordem, passou por um processo gradativo de aperfeiçoamento. Um 1541, percebendo a necessidade de controlar as informações que eram muitas vezes escritas para serem lidas em público, o Geral dos jesuítas instituiu a *hijuela*, tipo de carta contendo apenas assuntos relativos aos problemas institucionais.¹¹ Estas apresentavam um estilo de correspondência clássica marcado pela informalidade. Já os chamados relatos edificantes, produzidos para o alcance de um público amplo, eram escritos de acordo com a formalidade retórica da *ars dictaminis* medieval.¹²

É ainda neste contexto de consolidação da Companhia de Jesus que surge a Instituição epistolar jesuítica, no ano de 1547, através das mãos do jesuíta Juan de Polanco. Este publicou uma longa circular aos irmãos da Ordem, contendo vinte fatores que justificavam a necessidade de se manter uma correspondência diligente. De acordo com José Eisenberg, podemos classificar as razões expostas por Polanco em três grupos. Primeiramente, a troca periódica de correspondências contribuía para a união da Companhia e ajudava o governo da Ordem. Um segundo motivo, consiste no fato de as cartas também produzirem o bem externo da Companhia, pois cooperavam a atrair novos membros e possibilitava que pessoas de fora da Instituição pudessem conhecer os seus trabalhos e ajudá-los de alguma forma. Por fim, a terceira razão era que a redação das cartas fomentava o bem privado do correspondente, pois o conhecimento das atividades dos demais membros tornava a vocação mais sólida e o ministério mais humilde e diligente.¹³

Após o estabelecimento de muitas normas regulamentando a atividade epistolar jesuítica, esta só viria a se consolidar com a publicação das *Constituições da Companhia de Jesus*, em 1558-1559. Este texto estipulava uma série de normas relativas à troca de correspondências que

Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 48.

¹⁰ Ibid., p. 50.

¹¹ Ibid., p. 51.

¹² Ibid., p. 53.

¹³ Ibid., p. 50.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

os missionários deveriam respeitar. Entre as ordenações mais importantes está o fato de os membros concordarem com a censura de suas cartas, não importando o destinatário.¹⁴

As cartas jesuíticas e a colônia

Os primeiros representantes da Companhia de Jesus chegaram ao Brasil em março de 1549, acompanhando o primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Incumbidos da tarefa de conversão dos nativos e envolvidos pelo ideal itinerante contido no “modo de proceder” jesuítico, os religiosos encontraram-se em um curto espaço de tempo presentes em distintas regiões da colônia.¹⁵ Desta forma, seguindo às normas previstas pelas *Constituições*, os inicianos seriam responsáveis pela produção de uma série de correspondências provenientes de distintas regiões coloniais, escritas através do longo período de permanência da Companhia de Jesus no Brasil.

Entre um elevado número de autores de cartas jesuíticas, selecionamos, a pretexto de exemplificar, a produção intelectual de dois irmãos devido à importância e ao volume de escritos produzidos por cada um deles. Trata-se do primeiro provincial do Brasil, padre Manuel da Nóbrega e do varão apostólico, José de Anchieta.

Ainda no primeiro ano após a chegada dos seis primeiros jesuítas no Brasil (1549), Nóbrega escreveu cinco cartas, sendo três delas destinadas ao Mestre Simão Rodrigues de Azevedo e uma outra Dr. Navarro de Coimbra.¹⁶ Assim, é neste aspecto que se pode apontar uma das principais peculiaridades dos escritos de Nóbrega: a maior parte das cartas era destinada aos seus superiores políticos e religiosos da Metrópole, entre eles, o rei D. João III e o Geral Ignácio de Loyola. Talvez este fato explique o caráter de tais correspondências, sempre delineadas por calorosas noções de otimismo em relação ao sucesso no trabalho de conversão, ou, por um extremo pessimismo quanto ao mesmo. Como já visto nos parágrafos anteriores, a posição ocupada por Nóbrega exigia um contínuo prestar de contas, assim como a busca de auxílio para o seguimento dos propósitos da Ordem no Brasil. Além disso, de maneira geral, podemos apontar que os conteúdos de seus escritos eram marcados por considerações de cunho

¹⁴ Ibid., p. 51.

¹⁵ SANTOS, Breno Machado dos. As Bandeiras Jesuíticas. In: *Simpósio escravidão e mestiçagem*. www.escravidao.cjb.net, 2005.

¹⁶ NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

teológico e etnográfico, assim como a descrição dos trabalhos missionários no Brasil.

Uma das obras fundamentais de Nóbrega é o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, de 1556.¹⁷ Escrito em um contexto no qual o projeto missionário jesuítico passava por sérias dificuldades, o texto tinha como objetivo justificar teologicamente a implementação das reformas com o objetivo de instaurar o regime de aldeias.¹⁸ Dois anos após ter lançado às bases teológicas para a implementação de seu projeto, o padre Nóbrega formula outro importante documento¹⁹ propondo a redução dos indígenas aos aldeamentos estabelecidos pelos missionários. Ante a necessidade de ter o apoio das tropas coloniais, Nóbrega, ao escrever o *Plano Civilizador*, se preocupa em formular uma justificativa política para conquistar seus objetivos.²⁰

O principal argumento utilizado pelo inaciano era que o *Plano Civilizador* traria benefícios para todos os atores envolvidos na "aventura colonial". Os jesuítas seriam favorecidos nas tarefas de conversão enquanto que as autoridades coloniais seriam favorecidas economicamente. Havia uma séria necessidade em pacificar as tribos estabelecidas na costa brasileira, responsáveis por fortes ataques às fazendas recém-implantadas, a partir da década de 1550. Outro grupo que sairia beneficiado era o clero secular, pois estariam isentos da responsabilidade de administrar os sacramentos aos selvagens. Por último, os colonos teriam a sua disposição uma mão-de-obra civilizada e pacífica.

É claro que os indígenas não estão excluídos dos “benefícios” do projeto. De acordo com a visão de Nóbrega, os gentios seriam integrados a civilização e tornar-se-iam cristãos.

A lei, que lhes hão-de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos: fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não para antre cristãos, tendo terras repartidas que lhe bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem.²¹

O fato de este artigo ter selecionado tratar - ainda que de maneira superficial - dos escritos

¹⁷ Id.

¹⁸ EISENBERG, José. op. cit., p. 93-94.

¹⁹ NÓBREGA, Manuel da. O Plano Civilizador: Carta do p. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel de Torres (Baía 8 de Maio de 1558). In: EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 238-246.

²⁰ Id., p. 109.

²¹ Id., p. 240.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

do padre Anchieta, reside no caráter peculiar de sua produção: o inaciano não se limitou à escrita das tradicionais cartas às quais todos os jesuítas estavam sujeitos. Anchieta foi responsável pela composição de muitos documentos de cunho histórico, descrevendo elementos sobre a natureza colonial e a cultura dos habitantes da terra, assim como, relatando informações das mais diversas sobre as capitanias, os aldeamentos e os colégios jesuítas.²² Além disso, a atividade literária de Anchieta se estendeu para a criação de poemas e autos teatrais no intuito de auxiliar o trabalho de conversão indígena e exaltar os “grandes feitos dos portugueses”.²³ Por fim, não poderíamos deixar de citar o fato de Anchieta ser o autor da primeira gramática da “língua geral” indígena, intitulada *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, que embora tenha sido publicada apenas no ano de 1595, já era utilizada pelos membros da Companhia desde o início da década de 1560.²⁴

Conclusão

Após ter realizado breves apontamentos nos parágrafos acima, cabe neste momento, tecer algumas considerações finais. Primeiramente, podemos dizer que, apesar deste estudo ter demonstrado a existência de uma produção intelectual no Brasil quinhentista, esta é considerada limitada e marcada por um caráter peculiar devido a uma série de fatores. Um dos principais obstáculos à criação literária foi a ação inibidora do Estado português, que restringia a produção e a circulação de obras que poderiam atentar contra a ordem vigente ou simplesmente comprometer qualquer tipo de política de segredo sobre informações dos territórios coloniais.²⁵ A publicação tornou-se mais difícil após a realização do Concílio de Trento. Exemplo maior disso seja talvez a lista elaborada pelo Santo Ofício em 1564, que proibia os fiéis católicos a leitura dos livros

²² ANCHIETA, José de. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

²³ Ver por exemplo *Os feitos de Mem de Sá (De gestis Mendi de Saa)*, poema épico escrito por Anchieta exaltando os feitos do governador-geral Mem de Sá contra índios e franceses da região do Rio de Janeiro.

²⁴ ABREU, Capistrano de. A obra de Anchieta no Brasil. In: ANCHIETA, José de. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988, p. 23-28.

²⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, IPEA, 2000, p. 31-37.

HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil*: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 14. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

presentes no *Index Librorum Prohibitorum*.²⁶

Um outro grande problema é o reduzido número de tipografias existentes neste período tornando ainda mais complicado o acesso às obras, devido ao pequeno número de exemplares e ao elevado preço das produções.²⁷ Além disso, é importante destacar o fato de haver impedimentos quanto à questão lingüística e ao elevado número de analfabetos na colônia.

A partir daí podemos compreender melhor o caráter peculiar da produção intelectual neste período. Esta era realizada por letrados não-profissionais, como por exemplo, senhores de engenho, pessoas ligadas à alta administração colonial ou ao clero, que se dirigiam predominantemente a um público restrito, na maioria das vezes autoridades monárquicas ou eclesiásticas.²⁸

No entanto, embora constatado a existência de muitos entraves responsáveis pela dificuldade de produção de textos no âmbito colonial brasileiro, podemos dizer que, de forma compensatória, fomos privilegiados com a intensa produção epistolar jesuítica. Além das cartas com relatos sobre o trabalho missionário, foram produzidos importantes tratados, sermões e textos de cunho histórico sobre diversos aspectos – culturais, econômicos, políticos, geográficos e etnográficos – da terra Brasil.

Mais de seiscentas cartas foram enviadas do Brasil para Portugal no período compreendido entre 1549-1610²⁹, o que representa um volume de informação significativamente maior do que a produção realizada fora do âmbito da Ordem. Toda esta rica produção intelectual jesuítica permaneceu presente na colônia, no decorrer dos séculos XVII-XVIII, expandindo-se quanto à profundidade das temáticas e informações escritas, e também quanto à amplitude dos territórios sobre os quais as informações eram produzidas.

Bibliografia

Relatos coloniais e documentos impressos

²⁶ VILA-NOVA, Carolina. Meandros da censura católica vão à Internet. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 27/11/04, Folha Mundo 2, p. A 1.

²⁷ HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 13.

²⁸ HUE, Sheila Moura. Introdução. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 17.

²⁹ EISENBERG, José. op. cit., p. 48.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

ANCHIETA, José de. *Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

CARTAS AVULSAS (Azpicuelta Navarro e outros). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2v.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

THEVET, André. *As singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977. 2v.

VIEIRA, Antônio. *Escritos Instrumentais sobre os Índios*. São Paulo: EDUC, 1992.

_____. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003.

_____. *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Livros e Artigos

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização brasileira: Época colonial*, t.1. v.1: do descobrimento à expansão territorial. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

MOTA, Lourenço Dantas(org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no Trópico*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001, Vol. 2.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, IPEA, 2000.

OLIVIERI, Antônio Carlos & VILLA, Marco Antônio (org). *Cronistas do Descobrimento*. Antônio Carlos de Olivieri & Marco Antônio Villa (org.). Ática: São Paulo, 2000.

O'MALLEY, John W. *Os Primeiros Jesuítas*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SANTOS, Breno Machado dos. As Bandeiras Jesuíticas. In: *Simpósio escravidão e mestiçagem*. www.escravidao.cjb.net, 2005.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Historiografia brasileira oitocentista: a “meta-narrativa” de Gonçalves de
Magalhães.**

Bruno Diniz Silva / UFOP
Brunodiniz18@yahoo.com.br

Esta apresentação estará focada em uma verificação da possibilidade do quadro teórico proposto por Hayden White, em seu livro *Meta-história*, quanto à aplicabilidade à historiografia oitocentista brasileira. O autor afirma que os mestres do pensamento histórico do século XIX podem ser compreendidos pela explicação dos diferentes modos tropológicos que lhes inspiram e informam o trabalho. E que o modo tropológico dominante e o seu concomitante protocolo lingüístico compõem a base irredutivelmente "meta-histórica" de todo o trabalho histórico. Também proponho, indagar as possibilidades de que tal tipo de análise possa contribuir para uma melhor compreensão das relações orgânicas entre intelectuais oitocentistas brasileiros e a sociedade que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado. Analisando o discurso empregado por Gonçalves de Magalhães, em sua premiada obra: *Memória Histórica e Documentada de Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. Demonstrando a maneira pela qual, aquele autor, expôs em sua narrativa sobre a Balaiada – uma sangrenta Revolução Regencial –, a defesa dos ideais de unidade nacional, redução dos conflitos internos e consolidação da monarquia constitucional, empreendido pelas Elites Imperiais nas décadas de 1830 – 1840.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A verdade desnuda – a descoberta do mundano na determinação de um sentido político/moral no Portugal quatrocentista¹

Bruno Gianez
Mestrando em História Social/ UFF

A crise que deflagrou a Revolução Avis (1383-1385) abriu novas perspectivas na elaboração da escrita acerca do passado, cujo engenho possui um efeito duradouro numa tradição historiográfica luso-brasileira e tem seu principal articulador no cronista Fernão Lopes (1380/90-1459?). A expressão “verdade nua”, que na contramão de uma longa tradição cronística, orientou o texto de Lopes, exigiu um determinado nível de especialização na escrita que abarcasse a completude “desse mundo novo” emergido das lutas contra Castela, fundando um *discurso propriamente histórico*. Mas, quais as necessidades, no mear do século XV português, de apresentar uma verdade que se espera nua? A conduta cavaleira perpetuada pela narrativa dos bons exemplos do passado e celebrada no panegírico do herói foram minimizados por Lopes na tentativa de determinar o mundano, descobrir o que verdadeiramente preenche as prerrogativas do poder, honra e proveito, o que lhes dá sustância. *Afinal de que matéria são feitos os homens, o que lhes alenta a alma?* Assim, a verdade na obra de Lopes ganhou um sentido político/moral – *a verdade é dita porque justa*. Justa, pois atende uma totalidade e presta sentido à conduta humana, permitindo distinguir bem e mal, enfim, descobre-se o conteúdo da justiça no estabelecimento da “nua verdade”.

A crise da narrativa do *bom cavaleiro*² que engendrou o desenvolvimento de uma diferenciada concepção de poder em Fernão Lopes (analisada por Luís de Souza Rebelo³), a qual

¹ O texto aqui apresentado deriva de um exercício monográfico recentemente defendido na Universidade Federal de Ouro Preto sob a orientação do prof. Valdei Lopes de Araujo e com apoio institucional do CNPq.

² Nos reinados de D. Fernando (1367-1383) e D. Leonor (1383-1385) houve um certo descredenciamento da cavalaria, que na busca de honra entornou divisas e maculou o corpo político, entregando o reino ao inimigo. Desse modo, as crônicas de Fernão Lopes mostram, muitas vezes, um desgaste da cavalaria como regimento de boa governança. Ver igualmente António José Saraiva. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1989.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

orienta todo seu cronicário, não presume, de antemão, o *discurso propriamente histórico*, uma narrativa que zele pela “verdade nua” dos acontecimentos, embora possa se favorecer dos efeitos de verossimilhança. Apenas as orientações de um *plano ético-político* que direcionam a ação do monarca no exercício da *justiça distributiva*, posicionada na boa governança comunal e guarda de interesses mais gerais do reino, não contemplam o problema de maneira incisiva. Igualmente, os certames legais sobre a validade do poder ascendente devido à ruptura na cadeia de transmissão hereditária que marcam um *plano jurídico*, cujo repertório foi assentido nas Cortes de Coimbra e possuiu em João das Regras seu proeminente *dictator*, passam ao largo do estabelecimento da “verdade nua” na escrita da história. Tampouco um *plano providencial*, que na procura pelos indícios de Deus no mundo dos homens não oferece um caminho alentador. Portanto, o desgaste da cavalaria superado, através dos sinais inequívocos da Providência, numa renovação carismática de poder que legitimou D. João I, não explicou a opção do cronista de “nuamente mostrar ao poboo” os feitos daquele tempo.

As questões do poder e legitimação dinástica, ainda que imbricadas no complexo narrativo, não exigiriam de Lopes uma dimensão discursiva sem corrigimento, articulada no interior do gênero e presente, sobretudo, na **Crónica de D. João I**⁴. Entretanto, no razoado do cronista, permanece cravada a “certidom da verdade”, expressão de raro viço que encarna o mote da narrativa, e, num sentido inverso da **Crónica de 1344**⁵, parece um núcleo que acomoda contrariado outros deveres. Afinal, quais fatores levam Fernão Lopes a contar uma verdade que não pretende estender-se para além de si mesma?

O cronicário de Fernão Lopes tenciona concluir, nas indagações acerca da origem e sustentação do poder, que o regramento das sociedades quando “[...] pervertido por interesses adversos ao interesse geral e se abre um período de crise com o propósito de corrigir na sua natureza e nos seus intentos [...]” o desgoverno dos homens, uma profunda instabilidade atinge as tradicionais formas de representação, inclusive os modelos narrativos que lhes atendem, pois “[...] todas as ordens que constituem o sistema ficam ameaçadas”. Uma vez identificadas as causas da

³ Luís de Sousa Rebelo. **A concepção do poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizontes, 1983.

⁴ Fernão Lopes. **Crónica del rei Dom Joham I**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, v. I e II. (edição facssimilar).

⁵ A preocupação da cronística anterior a Fernão Lopes, concentrada nas fronteiras portuguesas pela **Crónica Geral de Espanha de 1344**, é marcada por certa função didático-moral (sobretudo, o corrigimento da verdade) que a distancia do *discurso histórico* definido na **Crónica de D. João I**, principalmente, através da “verdade nua” dos acontecimentos. Ver Bruno Gianez. **A crônica dos homens**. Ouro Preto: UFOP, 2006, pp. 29-37 (monografia).

perversão de conduta “[...] o equilíbrio só pode ser restaurado por um novo chefe carismático e um novo governo”⁶.

Então, assentida a responsabilidade, Lopes busca ao longo da **Crónica de D. João I** os elementos que podem assinalar tal “mundo novo”. No abrir da narrativa, o personagem do Mestre de Avis, não aponta além de uma perspectiva possível, que após comprovados feitos em defesa do bem comunal e anúncios advindos diretamente da Providência comprovariam sua vocação régia. Todas essas questões, com intensidade variável, estão presentes na **Crónica de D. João I**. Contudo, isso não determina que Lopes recorra a uma “verdade nua”. Todavia, Fernão Lopes agregou na tradição cronística um *relato-realístico* que toma, conduz e não desvia a narrativa da “direita estrada”.

O panegírico tradicional paralisa a história numa alegoria da honra. Lopes, de modo oposto, é extremamente atento a falhas, desvairios, o ato egoísta e covarde. Também, não lhe escapa a grandeza do coração num espontâneo gesto de ternura. Enfim, Fernão Lopes descreve sensações e avalia sentimentos que se esperam verdadeiros. Assuntos que fogem, aparentemente, aos propósitos glorificantes de uma casa real.

Na morte de D. João Fernandez – Conde de Andeiros, o cronista descortina as venturas do futuro D. João I, que numa manhã partiu “[...] daquela aldea hu dormira, e começou damdar seu caminho, sem trigamça alguã desacostumada [...]”. Num estalo da consciência, o Mestre de Avis trazendo consigo alguns homens bons dentre eles Rui Pereira e “[...] huã cota vestida e ataa viimte [...] com cotas e braçaaes e espadas çimtas come homens caminheiros” decide voltar para o Paço, no intuito velado de assassinar o Conde de Andeiros, amante da regente viúva D. Leonor. Lá chegando, encontrou junto à rainha uma porção de fidalgos e o “[...] Conde Joham Fernamdez que dante estava em cabeçeira delles [...]”. Entremeadas homenagens e convites de almoços, o Mestre de Avis procurava dissimular, rodeando a senhoria nos assuntos da guerra. Pressentindo a intenção última da visita inesperada, o Conde de Andeiros afoito mandou “[...] a todollos seus que sse fossem armar [...]”. Decisão estúpida, e “[...] foi a rrazom por que ell ficou soo de todos elles, e nehoo estava hi quamdo morreo”. A demora na volta da guarnição angustiava D. João Fernandez, “gastavasse lhe o coração”, que amainava solicitando à fidalguia – “Senhor, voz todavia comerees comigo”. Terminada as conversas e vassalagens o Mestre de Avis saiu da câmara real acompanhado da comitiva, e carregando D. João Fernandez pela mão alcançou o pátio externo. O embate torna-se

⁶ Luís de Souza Rebelo, op. cit., p. 51.

inevitável. O Mestre de Avis arrancou um cutelo e golpeou desajeitado a cabeça do Conde de Andeiros; a ferida insossa não causou a morte imediata. Os outros acuaram D. João Fernandez que rastejava até a ante-sala da rainha. Rui Pereira “que era mais açerca, meteo huñ estoque darmas per elle de que logo cahiu em terra morto”⁷.

Vacilante e confuso o Mestre de Avis mal conseguiu dar cabo de um homem desarmado. Um traço de fina ironia domina a passagem de uma realidade despreziosa, que a ausência de afetamento e preparo da vida cotidiana proporcionam. D. João I não ocupa o panteão dos heróis típicos da cavalaria. Seu comportamento declina na órbita dos “humannaes feitos” indecisos e temerários. Noutro episódio, Lopes afirma que o receio da vingança de D. Leonor empurrou o Mestre de Avis no engenho de boas e nobres razões que justificassem salvar a própria vida, refugiando-se na Inglaterra. Pois, “quallquer sisudo pode bem veer teemdo feito alguñ nojo aa Rainha, que de seguramça era muito afastado”⁸.

Aliás, D. Leonor Teles é mais um exemplo da realidade humana que avoluma a **Crónica de D. João I**:

[...] Assi que pero ella [D. Leonor Teles] tevesse ao Meestre huñ tam mortall oddio por a morte do Comde Joham Fernamdez, em guisa que de nehuñ mall lhe podera emtom viñ tam gram parte, que a ella fora abastada viimgamça; **pero com todo isso ella pode tamto com seu gramde coração a mui poucos ligeiro de fazer, que nēnhuñs signaaes de mall quemça mostrava ao Meestre de fora, como sse lhe nūca ouvesse feito nehuñ desprazer**⁹.

Os personagens foram calcados em substância mundana, buscando um desnudamento psicológico constante na averiguação dos eventos, intenções e capacidades da natureza do homem. Os sujeitos conservam uma tridimensionalidade que Lopes soube captar na **Crónica de D. João I**, o que deu à D. Leonor Teles o caráter oblíquo de interiorizar o desejo de “abastada viimgamça” enquanto “mostrava ao Meestre de fora” uma placidez inofensiva. Falta o matiz épico do *bom cavaleiro* da antiga terra d’Espanha. Antes de cavaleirosos ou enlaçados na Providência, os protagonistas de Fernão Lopes são forjados, mormente, no lugar e nas motivações que lhes acolhem a alma.

A narração das batalhas deriva de igual sobriedade. O combate final de Aljubarrota, célebre conto na historiografia portuguesa, foi resumido por Fernão Lopes a três golpes de espada, um

⁷ Fernão Lopes. **Crónica del rei Dom Joham I**, op. cit., v. I, pp. 16-9.

⁸ Idem, p. 35.

⁹ Idem, p. 31.

punhado de “gemtes darmas” avançando instintivamente e fugas desastradas pelos bosques e campos, pois:

[...] **Pera que diremos golpes nem forças nem outras razões compostas louuor dalguuns, nem afremosentar estoria que os sessudos nom ham de crer**, de gujsa que destorias verdadeiras façamos fabullas patranhosas? Abasta que dhuuma e doutra eram dados taaes e tamanhos golpes como cada huum melhor podia apresentar aaquelles que lhe cahuja em sorte; de guissa que os muytos por sojugar, e os poucos por se veerem jssentos de seus emmigos, lidauom com toda sua força”¹⁰.

“Por outras palavras: cada um fazia o que podia, não vale a pena dizer mais”. Esta é a conclusão certa de uma guerra e a sua verdade mais íntima. Executando os grandes feitos da nobreza beligerante, que não se adequavam no recontamento de Fernão Lopes, sobeja o movimento das massas de batalha, o massacre dos fugitivos, butins e conspirações que emprestavam veracidade ao evento. O quê acrescentar sobre o conflito senão para “afremosentar estoria que os sessudos nom ham de crer”? A pergunta segue a indignação do cronista que “destorias verdadeiras façamos fabullas patranhosas”. Lopes optou pela retidão e nudez da escrita da história numa censura explícita “às narrativas ‘enfeitadas’ dos cronistas palacianos”¹¹.

Paisagens, protagonistas e eventos desnudos. *A verdade de Fernão Lopes é aquilo que nuamente aconteceu*, ou seja, o recontar da história sem corrigimento e ornamentação. A adequação da verdade nivelava a condição dos cavaleiros no mundo tradicional num único intento e conduta, não há a necessidade de interpretá-los, retirar-lhes as arestas e apresentar *a verdade*. Porém, Lopes percebeu que os homens interagem a partir de um lugar específico e por razões diversas. Idéia que resume nas palavras de Túlio Cícero: “[...] nos nom somos nados a nos mesmos, porque huña parte de nos tem a terra, e outra os parentes”¹². Toda ação denota um caráter subjetivo e possui uma camada profunda de razões, que conforma a alma e lhe atribui significado, sendo uma “verdade nua” a única capaz de sistematizar tal matéria. Corrigindo a verdade as “velhas scrituras e desvairados autores” perderam no limbo da glória o sentido último do acontecimento, que informa a direção para interpretá-lo¹³. “Pois que os humanaes feitos se julgam segumdo a emteemçom e nom segundo a obra que sse delles segue [...]”¹⁴. A “verdade nua” responde a curiosidade crescente de descobrir o que alimenta de fato a conduta dos homens, e só depois desse entendimento prévio o

¹⁰ Idem, v. II, p. 98.

¹¹ António José Saraiva. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**, op. cit., p. 198.

¹² Fernão Lopes, **Crónica del rei Dom Joham I**, op. cit., v. I, p. 1.

¹³ Ainda se põe uma crise de gênero: como descrever as “gemtes” dos lugares, a comoção dos pequenos e mesteirais, não há modelos que permitiram registrar as inclinações e desejos humanos.

¹⁴ Fernão Lopes. **Crónica del rei Dom Joham I**, op. cit., v. I, p. 33.

cronista autoriza julgar as ações mundanas. Já que o *bom cavaleiro* sofria uma crise de estilo e caráter, Lopes tentou desvendar os fundamentos das diligências humanas.

A fórmula da “verdade nua” ambicionou enquadrar os comportamentos vivos na sociedade ibérica, um estado de coisas que os modelos tradicionais não contemplariam sozinhos. Inúmeros capítulos dedicam o conteúdo ao mapeamento das causas dos protagonistas: “Por que rrazom enviou o Meestre embaixadores a Imgraterra, e da rresposta que lhe de la veo”¹⁵; “Das rrazões que elRey e a Rainha dona Lianor ouveram sobre este feito”¹⁶; “Das rrazões que o Meestre disse a Nuno Alvarez, e como sse espedio delle”¹⁷; “Outras rrazões contra estas que ouujstes, que el-Rey por emtom nom deuya entrar em Portugall”¹⁸.

Um primeiro sentido no desejo de Lopes pela verdade liga-se, diretamente, nessa compreensão dos estímulos e conseqüências inerentes à novidade da experiência humana no baixo medievo português. Lopes vai recontar os eventos de maneira a permitir que as feições e motivações dos personagens, envoltas na Revolução de Avis, sejam reveladas; porém, isto não foi realizado através de análises e divagações introspectivas, próprias de um compêndio filosófico, que quebrariam a harmonia narrativa. Lopes compôs obra de concisão histórica e “[...] ao apontamento abstracto, [...] prefere o episódio confirmativo. Deste modo, o carácter vai-se revelando por si mesmo, definindo-se melhor em cada um dos seus actos, até nos deixar uma imagem impressiva da sua complexa estrutura psíquica”¹⁹.

Por que os homens agem de modos distintos? A pergunta aparece, sobretudo, no primeiro volume da **Crónica de D. João I**, o qual traz no prólogo o prenúncio da subjetividade que a norteia – Lopes critica quem, numa incontestada parcialidade, beneficia determinado aspecto na escrita da história – o cronista assegura que “[...] tall favoreza como esta naçe de mumdanall afeiçom [...]”²⁰. No Portugal quatrocentista, “esta mumdanall afeiçom”, marcou a condição humana que o corrigimento da **Crónica de 1344** tendeu omitir. A “mumdanall afeiçom” advém da consciência que o cronista apresenta acerca das inclinações subjetivas de quaisquer atitudes:

[...] segundo semtença dalguũs, dizemdo que o pregoeiro da vida, que he a fame, recebendo rrefeiçom pera o corpo, o sangue e spritus geerados taaes viamdas, tem huãa tall semelhamça amtre ssi, que causa esta comformidade. Alguũs outros teverom, que esto

¹⁵ Idem, p. 83.

¹⁶ Idem, p. 141.

¹⁷ Idem, p. 148.

¹⁸ Idem, v. II, p. 56.

¹⁹ Álvaro J. da Costa Pimpão. **História da literatura portuguesa**. Coimbra: Edições Quadrante, 1947, p. 275.

²⁰ **Crónica del rei Dom Joham I**, op. cit., v. I, pp. 1.

deçia na semente, no tempo da geeraçom; a quall despoõe **per tall guisa aquello que della he geerado, que lhe fica esta conformidade, tam bẽ açerca da terra, como de seus dividos**²¹.

A descrição dos eventos depreende a conclusão de que toda ação oriunda das inclinações mundanas. Numa idéia avalizada por pensadores, nomeadamente contraídos na “sentença dalguũs”, Lopes delimita os meandros das motivações humanas e fixa a roda de um tipo de subjetividade que dá origem à “mundanall afeiçom”. Sanada uma fome holística, as viandas que nutriram corpo, sangue e espírito têm capacidade de moldar, respectivamente, carne, afeto e alma, cujo efeito colateral presta aos homens a coerência “que causa esta conformidade”. Fernão Lopes entendeu que a semente germina no chão que lhe acolhe, tal reprodução sucede gerações no apego “tam bẽ açerca da terra, como de seus dividos”. A passagem corrobora o dito anterior, seguramente, *os homens agem de modos distintos* “porque [segundo Cícero] huũa parte de nos tem a terra, e outra *os parentes*”. Todos são motivados pelo local de nascimento, na lida diária no rol dos hábitos familiares, isto é, os “humannaes feitos” têm um ponto de vista conformado no entorno que encerra a vida cotidiana: a “mundanall afeiçom”. Lopes transmite uma forte impressão de que as coisas, aquelas que cabem na “verdade nua”, decorrem de um espaço definido e de um tempo estreitamente identificado, dimensões que podem ser experienciadas de forma direta, sem a intervenção da Providência²². No contrapasso da crônica tradicional de um *bom cavaleiro* que se desenvolve, primordialmente, num campo de experiência extra-mundano mediado (e corrigido) através de um código de honra fechado, imerso na geografia imprecisa da cristandade e contado numa história geral que une Atlas a D. Fernão Gonçalves – *tempo e espaço indistinto* – no qual passado e presente são próximos e, sob determinado aspecto, indissociáveis. Fernão Lopes, diferentemente, esteve convicto de que *os homens agem de modos distintos* e que o encargo do cronista reside no controle desse conteúdo mundano/subjetivo, cujo entendimento passa pela “verdade nua” da história.

Ora, na tensão que brotou da Revolução de Avis o cronista não poderia estar absorto de uma reflexão profunda, visando distinguir os resultados de tais sentimentos mundanos de acordo com as bases de interesse que amparavam²³. Porquê ou quem lutavam? A réplica pressionaria o pendão da

²¹ Idem.

²² Nesse sentido também a cavalaria corrompida é uma forma de subjetividade que pode ser experienciada de forma direta, pois trata do cavaleiro no seu caráter humano. Mesmo D. João I, por vezes, deixa-se reclinar no gesto cavaleiro que ganha ares de paródia no cronicário.

²³ Pode-se traçar um esquema lógico (não narrativo) para o *discurso histórico* da **Crônica de D. João I**: 1. Questionamento da ordem tradicional relacionada aos problemas sucessórios e de tradição política. 2. A corrupção do *bom cavaleiro* que deflagra a existência de várias formas de conduta e uma crise da narrativa tradicional. 3. Cunhagem da expressão “verdade nua” que visa estabelecer um *relato-realístico* dos acontecimentos e compreender seu sentido, Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

justiça. O cronista “[...] não explica nem justifica: acumula e dispõe os fatos de modo significativo, para que a conclusão se depreenda naturalmente”²⁴. Assim, o pertencimento do homem ao mundo da vida, para Fernão Lopes, não fornece apenas um conteúdo que requer administração no andamento narrativo, mas, se corretamente apreendido (uma certeza que somente advém da disposição dos fatos numa “verdade nua”), uma condição de acesso à justiça.

Portanto, uma segunda funcionalidade da verdade é no julgamento dos eventos, uma “verdade nua” empreendida no intento de constatar nos homens o exercício da virtude da justiça. Tal função torna-se clara no prólogo da **Crónica de D. Pedro**: “[...] se mostra per pratica quanto cada huum he boom, quando he posto em senhorio”²⁵, ou seja, a dignidade e o mérito não são qualidades dadas *a priori*, porém, na oportunidade que o governante tem quando requisitado na prática da retidão da justiça, que Luís de Souza Rebelo tão precisamente definiu na doutrina aristotélica da *justiça distributiva*, a qual as crônicas de Fernão Lopes envolveram-se na tentativa de responder “[...] em que medida a acção governativa de cada um destes monarcas se conforma com essa linha de conduta, se aproxima ou desvia dela, tomando sempre como referente o bem comunal [...]”²⁶. Por conseguinte, “posto em senhorio” possui um viés ambivalente no cronicário de Lopes (que foge a Rebelo) – posto a vista dos leitores e, de fato, na cabeceira do evento. As histórias dos reinados de D. Pedro e D. Fernando mostram como as ações régias confluíam na diretriz do proveito geral “[...] identificado com o dos grupos mercantis e artesanais, para avaliar os efeitos dessa mesma acção”²⁷.

Há uma correlação forte no cronicário de Lopes da “dereitura da justiça” e da “dereita estrada” da história que Rebelo pouco tratou. *A justiça sendo um produto entre uma direção*

averiguando assim as motivações humanas. 4. Distinção dos modelos que não serviam à “verdade nua”. 5. Finalmente, tornar inteligível a verdade dos eventos através de um *discurso propriamente histórico*. Esse esquema permite que outros modelos de discurso, como o panegírico, sobrevivam no interior da crônica, porém apartados, uma vez que só eram rejeitados quando se precisava atender o espaço da “verdade nua”. No artigo publicado na **Revista Fênix**, houve uma inversão desse esquema que projetou a distinção dos modelos discursivos no segundo nível, ou seja, oriunda diretamente do questionamento da tradição. Um problema metodológico que incorreu alguns equívocos, sobretudo, atribuir o afastamento do panegírico apenas por representar o senhorio castelhano e a grande nobreza portuguesa favorável à união dos territórios e manutenção do direito linhagético de poder. O panegírico é destacado da narrativa porque não contempla a “verdade nua” independente se discorre acerca de castelhano ou fidalgo português. Todavia, isso não afetou as conclusões e pertinência do artigo, somente algumas inversões interpretativas que já foram corrigidas no exercício monográfico. Sobre a construção do método e os procedimentos de subjetivação e destaque discursivo ver Valdei Lopes de Araujo; Bruno Gianez. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. In **Revista Fênix**. Uberlândia: UFU, 2006, pp. 1-19.

²⁴ Maria Ema Tarracha Ferreira. **Antologia literária comentada – Idade Média, poesia trovadoresca e Fernão Lopes**. Lisboa: Ulisséia, s/d. p. 185.

²⁵ Fernão Lopes. **Crónica do senhor Rei D. Pedro**. Porto: Livraria Civilização, 1979, p. 5.

²⁶ Luís de Souza Rebelo, op. cit., p. 28.

objetivada e uma condição/feito subjetivo. Somente a “verdade nua” dos acontecimentos comprimida num *discurso histórico* consegue decifrar seu conteúdo, já que “[...] a principal dificuldade na aplicação da norma genérica da lei positiva a casos particulares [...] vem da falta de uma definição do conteúdo da justiça”²⁸. Então, torna-se necessário estabelecer o que corresponde a um gesto de desapego pessoal e benéfico à comunidade reinol; um ato de proteção oligárquica da fidalguia ibérica; ou uma vaidade nobiliárquica que usa da negação do mundo cotidiano que a encerra na sustentação do poder senhorial. *Lopes insiste que apenas um homem pleno no tempo é passível da virtude da justiça*.

As reflexões de António José Saraiva permitem deduzir que o exercício da justiça conflui na “mundanall afeiçom”, num modo específico de *ser* que destaca nos parâmetros mundanos o “verdadeiro Portugueses”. Tal classificação precede que uma “verdade nua” recolha veracidade à narrativa, comprovando que “[...], ter amor à terra e não desejar a sua destruição, é uma razão ‘de coração’, um sentimento natural”²⁹. A “mundanall afeiçom” informa quem nela cresce, oferecendo o desvelamento da virtude, que o *bom cavaleiro* corrompido dissimulara. Recobrando a concepção de justiça no bem comunal, Fernão Lopes envereda na construção desse “verdadeiro Portugueses” que sintetiza a *justiça distributiva* num ato de solidariedade. No primeiro volume da **Crónica de D. João I** Martim Afonso Valente vacilava na entrega do castelo de Lisboa aos partidários do Mestre de Avis. Nun’Álvares receando que a população invadissem as cercanias, arruinando o burgo, decidiu convencê-lo a ceder:

Em esto amte que a gata fosse feita, nem a cava chea pera hir çima, disse NunAllvarez ao Meestre, que ell queria hir fallar com Martim Affomssso Vallemte, e com AffomssEanes Nogueira sobre feito do castello, e que emtemdia que lho dariam. O Meestre disse que lhe prazia; e foi NunAlvarez ao castello, e disse a Marti Affomso muitas rrazõe, por que o devia de dar ao Meestre; dizendo que nõ compria que per seu aazo se perdesse a çidade, e o regno fosse posto em aventuira. **A quall cousa, pois verdadeiro Portugueses era, nom lho devia comssettir ho coração;** e fazendo doutro geito, que todo o mumdo lho teria mall, e merecia de o apedrarem todallas gemtes da çidade por ello³⁰.

A rendição do castelo representava a subversão da gesta cavaleira. Martim Afonso Valente, alcaide da rainha D. Leonor, mediante apelo de Nun’Álvares “[...] pois que Portugueses verdadeiro era, dizemdohe muitas rrazões por que o devia de fazer”³¹, acabou cedendo e aderindo à causa do Mestre, que em última instância também era o interesse comum do reino. Somente é possível

²⁷ Idem, p. 18.

²⁸ Idem, p. 32.

²⁹ António José Saraiva. **O crepúsculo da Idade Média em Portugal**, op. cit., p. 170.

³⁰ Fernão Lopes. **Crónica del rei Dom Joham I**, op. cit., v. I, p. 71.

identificar a real intenção de quem está disposto a declarar que a Portugal “[...] nos o serviremos com os corpos e averes, e lhe daremos todo quanto teemos; e assi farom todollos outros do rregno que verdadeiros Portugueses forem [...]”³² a partir dos acontecimentos que provêm da “verdade nua”. Martim Afonso realmente inclinou-se diante da vontade geral para que o reino não “fosse posto em aventura”, abandonando os serviços e o juramento de vassalagem que as convenções cavaleirescas lhe impunham. O “verdadeiro Portugueses” deriva dessa junção da verdade dos fatos com a prática da boa conduta que, agora, está além do código de cavalaria. Quando as ações comprovadamente verdadeiras implicam num ato de desapego pessoal e benefício do reino, a verdade recai num *ser português* que adere o princípio da justiça e preenche seu conteúdo.

O “verdadeiro Portugueses” sinaliza o encontro da “dereitura da justiça” com a “dereita estrada” da história. A “verdade nua” procurou distanciar quem, português de nascimento, não se deixava encantar pela terra, os “falsos Portugueses” que negam a própria origem comunal. Fernão Lopes acusa que devido ao “[...] maa comselho de falsos Portugueses, poucos e poucos leixarom seu boõ propósito [...]”³³, de defesa do reino, na expectativa do proveito e estabilidade que oferecia a monarquia de Castela. Portanto, reitera-se que a “mundanall afeição” (num relato-realístico promovido” pela verdade nua”) abrange a alteridade da condição humana – a descendência linhagética das casas ibéricas, os limites dos reinos, a pequena nobreza, os funcionários régios, franciscanos, mercadores, camponeses – “todallas gentes” que habitavam o mundo da vida. Uma subjetividade pautada nas origens e motivações, que carecem de julgamento. Tanto castelhanos quanto portugueses mostravam-se ambiciosos e cruéis, os povos, freqüentemente, “mui sanhudos”. É na aplicação da *justiça distributiva* que o recontamento da verdade adquiriu projeção política, os homens quando estimulados a partir de interesses alheios à coletividade serão classificados de injustos e merecedores do escárnio.

Contar a verdade é um dever moral, um meio de identificação das razões dos homens e um compromisso com a justiça do reino. A “verdade nua” foi uma expressão objetivada, ou seja, existe apenas *a verdade* que explica e reconta a variedade de formas humanas, legitima condutas e confere merecimento.

³¹ Idem, p. 70.

³² Idem, p. 46.

³³ Idem, v. II, p. 185.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Alphonse de Beauchamp e o (não) lugar da
Histoire du Brésil na historiografia brasileira oitocentista**

Bruno Franco Medeiros¹

I. Contribuição francesa na história e na literatura brasileira no século XIX

Em 1818, o abade Dominique de Prat dizia as seguintes palavras ao se referir ao Novo Mundo:

Há quase vinte anos [a América] tornou-se o assunto de nossas meditações; ela não ocupava, então, lugar algum na atenção pública².

Sejam quais fossem os motivos de uma mirada de olhos da Europa sobre o Novo Mundo, nesse momento alguns autores situados no universo intelectual francês buscaram no Brasil algumas curiosidades pitorescas, preocupados com as implicações levadas ao plano político pelo comércio com as colônias americanas, etc. Esta mirada de olhos da Europa sobre o Brasil teve um impulso maior com a vinda da família Real para o território colonial e os sucessivos acontecimentos que provocaram aquilo que a historiadora Maria Odila da Silva Dias chamou de “interiorização da metrópole”³. Num momento em que um príncipe europeu assentava trono no território colonial americano, não havia dúvidas de que este episódio e as especulações sobre as conseqüências advindas deste acontecimento se transformassem em assunto recorrente no âmbito do comércio literário desenvolvido por uma “república das letras” que tinha suas fronteiras extremamente expandidas. Esse comércio literário explica porque nesse momento eclode no cenário intelectual europeu uma crescente onda de narrativas sobre o Brasil.

¹ Graduando em História pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista de iniciação científica pelo PROBIC/FAPEMIG com projeto de pesquisa intitulado “*A experiência de história no mundo luso-brasileiro: o conceito de história na formação nacional brasileira (1808-1850)*”, sob orientação do Prof^o Dr. Valdei Lopes de Araujo, realizado junto ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM).

² Prat, Dominique de. Apud in: Maria Helena Rouanet. *Eternamente em Berço Esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 58.

³ DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In__: Carlos Guilherme Mota (org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

A América proporcionava a esses pensadores, que tinham um horizonte discursivo a disponível ainda a partir de uma de conhecimento forjado durante o século XVIII, uma gama de fatores que contribuiriam para a assertiva de suas idéias. Dentre esses fatores, podemos citar a *imagem edênica* encontrada nas narrativas sobre o Brasil nesse período e que se tornará uma tópica nas narrativas de viajantes, nas descrições pitorescas de um Southey e um Beauchamp, e na constituição do cânone romântico brasileiro. “*O Brasil não é longe daqui*”, dizia uma canção popular alemã no início do século XIX, falava da exuberância da natureza local e exaltava camponeses alemães a emigrarem para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Dentro do sistema filosófico de Montesquieu, por exemplo, o clima e a natureza tropicais, adornados por motivos edênicos, refletiam uma sociedade igualmente edênica⁴. A imobilidade característica das sociedades indígenas proporcionaria a Rousseau um exemplo para o seu juízo sobre uma sociedade em “estado de natureza”, em contraposição ao estado de civilização em que se encontrava a Europa: os indígenas viveriam sob o signo da liberdade e não da necessidade⁵.

Sobre a contribuição francesa⁶ para o sistema intelectual brasileiro do século XIX, podemos citar nomes como Auguste de Saint-Hilaire, Ferdinand Denis, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Wolf. Esses autores receberam, por parte da fortuna crítica brasileira, uma receptividade muito positiva, contribuindo sistematicamente para a fundamentação dos cânones literário e historiográfico brasileiro do século XIX. Apesar da nacionalidade de alguns dos autores citados não ser francesa, a produção intelectual desses autores foi produzida nesta língua.

Sismondi é, em ordem cronológica, o primeiro a publicar um trabalho de crítica literária sobre as escolas literárias do Brasil colonial. Em seu estudo *De la Littérature du Midi de l'Europe*, Sismondi faz referência a autores brasileiros pelo fato de esses autores pertencerem ao “sistema”⁷ da literatura portuguesa. Essa notícia é reforçada pela data de publicação de *De la Littérature*, em 1813, quando o Brasil ainda não havia alcançado sua independência política. Ferdinand Wolf publicou o livro *Le Brésil Littéraire – Histoire de*

⁴ Cf. Maria Helena Rouanet. Op. Cit. p. 59.

⁵ Idem. 39.

⁶ Sobre a contribuição européia na crítica e na história literária Cf. Guilhermino César. *Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição européia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Edusp, 1978.

⁷ Sobre a noção de literatura como sistema ver o trabalho de Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, 2v.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

la Littérature Brèsilienne em 1863. De acordo com Guilhermino César, Wolf é “um representante qualificado da historiografia romântica”⁸.

Ferdinand Denis, em seu *Résumé de l’Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Resume de l’Histoire Littéraire du Brésil* (1826), compreendeu a literatura brasileira pela primeira vez separada da literatura portuguesa, declarando um tipo de independência literária realizada junto à independência política. Ao “aconselhar que nossos autores olhassem mais para dentro de si mesmos e procurassem estudar cuidadosamente a natureza americana, o nosso barbarismo, o nosso primitivismo, em busca de características originais inexploradas”⁹, Denis representava uma das primeiras tentativas de sistematização orgânica da literatura nacional no Brasil.

Denis foi um dos brasilianistas franceses mais bem recebido no sistema intelectual brasileiro que se firmava durante o século XIX. Mantendo correspondência extremamente ativa com o imperado Pedro II e, principalmente, com Ramiz Galvão – um grande erudito e conhecedor de documentos e obras sobre a história do Brasil, Denis é considerado pela história da historiografia brasileira¹⁰ como um autor que ajudou a vulgarizar a imagem do Brasil no Velho Mundo. Figura que freqüenta as notas de roda pé e bibliografias em estudos dedicados à formação da sociedade brasileira, Denis foi “*sabidamente*, entre os franceses, e quiçá entre os europeus, *o mais importante* brasilianista e lusitanista da primeira metade do século XIX. Em seu tempo, *ninguém conheceu tão bem* os países ibéricos e a América meridional, particularmente Portugal e o Brasil”, nas palavras de Antônio Soares Amora¹¹.

Ferdinand Denis contribuiu para definir os parâmetros do que Maria Helena Rouanet denominou de “Manual do perfeito viajante”. Esta situação lhe daria um grande prestígio no sistema intelectual brasileiro. Vivendo praticamente durante quase todo o século XIX, Denis exemplificou não só um tipo de *fonte* mas também uma *autoridade* em matéria de Brasil¹². Dentre os vários exemplos de Denis como um tipo de fonte largamente

⁸ Idem, p. XLIX.

⁹ Idem, p. XXXIII.

¹⁰ Sobre Ferdinand Denis e sua relação intelectual com o Brasil é indispensável a leitura do livro de Maria Helena Rouanet. *Eternamente em berço esplêndido. A fundação de uma literatura nacional*. passim.

¹¹ AMORA, Antônio S. Apud in: Maria Helena Rouanet.. p. 137.

¹² Idem, p. 143.

utilizado durante o século XIX, indica-se uma passagem de José Honório Rodrigues, que diz o seguinte:

Um exemplo flagrante do uso da cola e tesoura está no trecho referente à invasão da Bahia, em 1624, escrito com as mesmas palavras. Não nos parece que Abreu e Lima tenha copiado Bellegarde. No caso, ambos repetiram a mesma “autoridade”¹³.

Maria Helena Rouanet diz que essa “autoridade” da qual fala J.H. Rodrigues em sua obra não é outra pessoa senão Denis, afirmando essa hipótese através das palavras de Bellegarde, que diz ser a sua obra uma “tradução correta e aumentada” do *Résumé de l’histoire du Brésil* de Denis¹⁴. Se expuséssemos aqui toda a fortuna crítica sobre Denis, não haveria espaço suficiente dentro dos limites impostos para este texto. O que foi dito até aqui sobre a influência e contribuição do universo intelectual francês no Brasil e, principalmente sobre o papel desempenhado por Denis, demonstra o quanto esse universo contribuiu para a fundamentação de uma historiografia e uma literatura nacional no Brasil oitocentista. Apesar do ótimo desempenho dos nomes citados até aqui, um nome não foi muito bem recebido pela fortuna crítica brasileira durante o século XIX. Este nome é o de Alphonse de Beauchamp, que em 1815 publicou uma *Histoire du Brésil*.

Ao lado da virtuosidade desenvolvida sobre a figura de Denis, percebemos um Beauchamp renegado pela historiografia brasileira oitocentista. Tentaremos demonstrar aqui por que Beauchamp sofreu um veto dentro da história da historiografia brasileira.

II. Alphonse de Beauchamp e a Histoire du Brésil

A maioria das notas biográficas sobre Alphonse de Beauchamp encontradas em algumas enciclopédias inicia o verbete qualificando-o como historiador¹⁵. Algumas vezes encontramos ao lado do título de historiador o termo *man of letters*¹⁶. Mas o que todas referenciam, em nota menor ou maior, é sua participação como homem público e sua atuação, enquanto tal, no período da Revolução Francesa. Nascido em Mênaco em 1767, filho de um major local, Beauchamp ingressa no serviço militar a serviço do rei da

¹³ José Honório Rodrigues. **Teoria da história do Brasil**. Col. Brasileira, série “Grande formato”, vol. 1. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1949, p. 129, nota 16.

¹⁴ Maria Helena Rouanet. Op. Cit. p. 145.

¹⁵ Para a escrita desse esboço biográfico foram utilizados os seguintes sites: <http://www.1789-1815.com/beauchamp.htm>; http://www.1911encyclopedia.org/Alphonse_De_Beauchamp;

¹⁶ A qualificação de Beauchamp como *man of letters* é encontrado na edição de 1911 da *ENCICLOPEDIA BRITANICA*.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Sardenha em 1784. A vida do autor é marcada por uma série de exílios, decorrente de sua participação em alguns eventos da Revolução de 89.

Em um de seus retornos do exílio, Beauchamp instaura residência na casa de seus familiares em Paris. Privado muitas vezes de recursos financeiros, se vê forçado a entrar no *bureaux* do Comitê de Segurança Geral, e passa, sob o Diretório, para o *bureaux* de Polícia, encarregado da supervisão de imprensa. Esta situação proporcionou a Beauchamp utilizar vasto material que resultou no seu primeiro e mais popular trabalho histórico – *Histoire de la Guerre de la Vendée et des Chouans*, publicado em três volumes no ano de 1806. Este livro teve boa recepção entre o público em geral, porém foi recebido com certo descontentamento pelas autoridades francesas.

A publicação da *Histoire de la Vendée* desestabiliza a posição de Beauchamp no cenário político francês, sob pretexto de ter cometido um abuso de confiança ao descrever as crueldades do regime de Fouché. A terceira edição foi confiscada e o autor detido em 1809 e exilado em Reims. Em 1811 recebe uma pensão pelos “direitos reunidos” e se ocupa de trabalhos literários, escrevendo extensivamente para jornais públicos e algumas revistas, característica de vários autores dessa época que viam na oportunidade de publicação corrente em periódicos uma forma de aumentar seus recursos financeiros. Sob a Restauração, Beauchamp colabora como principal redator para o *Tables du Moniteur*, para a *Gazette de France*, para a *Biographie Universelle* e para a *Biographie Modern*. Devido a algumas complicações decorrentes da contração da cólera, Beauchamp morre em 1832.

Detendo-nos sobre a estrutura da *Histoire du Brésil*¹⁷, o período analisado na obra cobre desde o descobrimento do Brasil até a chegada da Casa de Bragança no território colonial brasileiro. O capítulo que inaugura o livro tem como assunto as origens da monarquia portuguesa e suas conquistas na África e nas Índias. Em seguida vem a descrição do Brasil com a exposição dos relacionamentos, das posições e costumes dos povoados brasileiros. As sucessivas guerras que aconteceram entre os naturais e os portugueses, ou entre estes e as nações que ameaçaram seu domínio no território brasileiro. Trata da história civil, política e comercial, das revoluções e do estado atual (à época) do vasto território brasileiro.

¹⁷ A edição original da *Histoire du Brésil*, de 1815, é ornada de duas gravuras que ilustram duas passagens do livro e de uma carta geográfica do Brasil.

As notas de roda-pé são inexistentes na *Histoire du Brésil* de Beauchamp. Mas essa situação ilustra uma opção. Beauchamp deixa bem claro no prefácio do seu livro o abandono da crítica e do rigor erudito em prol de uma opção mais focada na narrativa dos fatos.¹⁸ Quando se trata de citações no corpo da narrativa histórica de Beauchamp, parte delas são longas e integram o corpo do texto, sem nenhum destaque a não ser as aspas percorrendo toda linha da citação. As fontes históricas utilizadas por Beauchamp aparecem no final do prefácio, configurando uma pequena quantidade de memórias, narrativas de viagens e documentos oficiais.

Levando em consideração as características gerais da forma de exposição, percebemos que Beauchamp pretende, em última instância, narrar a história da civilização portuguesa no Brasil. Portanto, o caráter político, na maioria das vezes, assume um papel normativo dentro da narrativa histórica da *Histoire*. As divisões dos capítulos se dão de forma a priorizar o político, bem como o autor sempre enfatiza o caráter heróico de alguns deles, demonstrando seu valor e exemplo a ser seguido. Essa questão do herói como exemplo de virtude é confirmada na *Histoire* principalmente se levarmos em consideração que grande parte do trabalho literário e histórico de Beauchamp esteve voltado para as biografias, e que estes trabalhos estiveram, em grande parte, reunidos na *Biographie des jeunes gens, ou vies de grands hommes, qui, par leurs vertus, leur génie et leurs actions héroïques, sont dignes d'être proposés pour modèles à la Jeunesse*.

E é sobre esse mesmo Portugal, cheio de exemplos de virtude que Beauchamp inicia sua narrativa histórica a partir das seguintes palavras:

As expedições marítimas e a história dos estabelecimentos dos portugueses nas Índias recordam sua antiga glória; mas este grande e belo episódio de seus anais remete também sob seus olhos o triste quadro da decadência de sua opulência e de sua monarquia. Um interesse, mais vivo, acompanha a história da origem das vicissitudes, dos progressos de seus estabelecimentos no Brasil, da fundação e do desenvolvimento prodigioso deste novo império do hemisfério austral, hoje a sede da opulência portuguesa ressuscitada e o centro de seu comércio e de suas riquezas.¹⁹

Vislumbrando a vinda da família Real para o Brasil, Beauchamp percebe nessa situação um tipo de regeneração de Portugal, pois, após sua idade de Ouro, conhecido como um daqueles países que no limiar da Idade Moderna tiveram a feliz idéia de adentrar o mar

¹⁸ Cf. Alphonse de Beauchamp. *Histoire du Brésil. Depuis sa découverte en 1500 jusq'en 1810*. Paris: Librairie d'Éducation et de Jurisprudence D'Alexis Eymery, 1815, tomo I, p. XII-XIII.

¹⁹ Idem, p. V-VI

na tentativa de complementar os quadros econômicos ibéricos com a ativação de um comércio internacional, o país ibérico é visto apenas como um apêndice do cenário comercial europeu na passagem do século XVIII para o seguinte. Reconhecido como um novo Império, o Brasil já aparece em Beauchamp, assim como em Southey, em estado de progressiva autonomização com relação a Portugal.

Sobre os indígenas, dentre as muitas referências citadas, podemos destacar um dos tópicos mais recorrentes na história da historiografia brasileira com relação à falta de rei, lei e fé entre os selvagens. A passagem que vem a seguir demonstra um Beauchamp preocupado em descrever a falta de fé dos nativos:

Mais perto da brutalidade que do homem, os Tupis não reconhecem nenhuma divindade, ao menos seus costumes não indicam nada que anuncia o sentimento consolador que universalmente inspira a espécie humana; eles não parecem ter a menor noção de uma vida futura. Nenhuma palavra, na sua língua, exprime o nome de Deus, nem a idéia que nós ligamos ao mestre do universo.²⁰

Segundo Maria Helena Rouanet, um dos tópicos que mais contribuíram para fazer da América o lugar de uma utopia setecentista de uma “sociedade feliz” seria a inexistência, na língua dos selvagens, das letras *F*, *L* e *R*. Forte recorrência nos relatos de viajantes, essa ausência justificaria a relação das três letras a uma ausência de fé, de lei e de rei. Esta ocorrência justificaria, em grande parte, a importância da fundamentação do pensamento do século XVIII europeu²¹.

Os recursos naturais, a exuberância da natureza, sua constituição edênica formam um quadro dos objetos de descrição de Beauchamp, que pretende anunciá-las ao círculo de leitores que lêem sua obra:

Clima salubre, solo rico e fecundo, rios navegáveis e numerosos, portos vastos e multiplicados, raças vigorosas de homens e animais, florestas profundas e magníficas, montanhas escondem todos os metais preciosos: tais são os raros benefícios que uma feliz situação geográfica assegura ao Brasil²².

Visto dessa forma, o Brasil é apresentado à Europa como um lugar cheio de recursos naturais, lugar que a natureza privilegiou com abundância de florestas, rios, metais preciosos, etc. Muitas vezes colocada em evidência através das descrições dos viajantes

²⁰ Idem, p. 86.

²¹ Maria Helena Rouanet. Op. Cit. p. 60.

²² Alphonse de Beauchamp. Op. Cit. p. 2.

naturalistas, esse tipo de narrativa acabou desembocando num tipo de historiografia que encontrou seu espaço de reprodução no modelo corográfico²³.

III. Beauchamp e a historiografia brasileira do século XIX

Apesar de Beauchamp ser um dos primeiros franceses no século XIX a perceber a peculiaridade histórica do Brasil, bem como sua progressiva autonomia com relação a Portugal, seu nome fora difamado durante um longo período na história da historiografia brasileira, bem como sua *Histoire du Brésil* sofreu um grande descrédito dentro do campo bibliográfico eleito para se escrever a história do Brasil. Podemos indicar como uma das origens desse descrédito o Juízo proferido por Varnhagen ao avaliar o *Compêndio de História do Brasil*, do general Abreu e Lima²⁴.

Nesse juízo, que data de 1844, publicado na Revista do IHGB, Varnhagen ataca indiretamente Abreu e Lima. Digo indiretamente porque o alvo principal de Varnhagen nesse juízo era Alphonse de Beauchamp. Na verdade, Varnhagen acusou Abreu e Lima de ter feito péssima e infeliz escolha ao escolher a *Histoire du Brésil* de Beauchamp como fonte para a escrita de seu *Compêndio*, tendo em vista que Beauchamp já tinha “praça assente no regime dos plagiários”, quando, nas palavras de Varnhagen, decidiu plagiar a História do Brasil de Southey²⁵.

Sobre o autor francês, Varnhagen macula sua imagem, dizendo que ele “[...] aproveita-se do trabalho alheio, procura disfarçar o plágio, dá a algumas idéias novas formas, suprime outras, sacrifica muitas vezes a **verdade histórica ao estilo fascinador, e portanto mais perigoso** [...]”²⁶. A implicância de Varnhagen com Beauchamp nasce justamente de duas oposições distintas: o brasileiro dá ênfase ao estabelecimento dos fatos históricos através dos documentos e miscelâneas variadas que representavam materialmente o passado colonial. Em contrapartida, Beauchamp preserva ainda um tipo de história pedagógica eloqüente como forma de exposição dos acontecimentos do passado.

²³ Sobre a influência dos relatos dos viajantes na historiografia brasileira conferir Flora Süssekind. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

²⁴ Cf. Francisco Adolfo de Varnhagen. *Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do Compêndio da História do Brasil, pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima*. RIHGB, 1844 (6).

²⁵ A primeira edição da *History of Brazil* de Robert Southey foi publicada entre 1806 e 1819, em três volumes. Sobre Southey e sua *History of Brazil* vale a pena conferir o trabalho de Maria Odila da Silva Dias. *O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1974.

²⁶ Francisco Adolfo de Varnhagen. Juízo..., p. 64.

A *Querela entre Antigos e Modernos* coloca em cheque o *topos* de uma História Mestra da Vida enquanto uma concepção que ordena o tempo histórico. Principalmente entre os franceses, no fim do século XVII e início do século XVIII começou-se a pensar na superioridade do presente sobre o passado, rompendo com o modelo cíclico do Renascimento. O presente começa a ser percebido com um momento em contínua transição²⁷. Ao mesmo tempo, a pesquisa antiquária ganhava um grande vigor com a descoberta de moedas, estátuas, medalhas, construções e etc, que parecia representar um tipo de documentação muito mais sólido, mais digno de verdade do que as narrativas antigas eivadas de erros e falsidades. A autoridade dos historiadores antigos começava a ser rebatida pelo crescente empirismo fundado no trabalho dos eruditos e antiquários.

Varnhagen e Beauchamp representam, em certa medida, a convergência entre eruditos e historiadores clássicos, da qual surgiu a historiografia moderna. De um lado vemos o testemunho de Varnhagen:

Pois, que melhores e mais seguros guias quer para a História, do que os próprios documentos originais e autógrafos, guardados nos arquivos de um país, que os conservou sempre no maior recato, e que são submetidos a exames paleografos [sic], quando há neles a mínima suspeita?²⁸

Do outro lado, a opção de Beauchamp:

Os eruditos me reprovarão sem dúvida por não ter enchido as páginas desta história [*Histoire du Brésil*] de notas, de citações e comentários. [...] infelizmente não sou um erudito. [...] Poderíamos alhures opor ao sistema de citações minuciosas a autoridade dos historiadores da antiguidade, únicos modelos que possuem uma crítica saudável, e ao exemplo de muitos historiadores modernos que marcham sobre suas pegadas. [...] As memórias são para a história o que as cores são ao pintor [...].²⁹

Entre eloquência e erudição, a historiografia sobre o Brasil se delineava desde o início do século XIX sob vários prismas, apesar do crivo da historiografia oficial do Império se basear num tipo de escrita da história decorosa e no veto ao estilo verboso.

Ao analisar a existência de duas culturas no Ocidente – uma de sentido e outra de presença – Hans Ulrich Gumbrecht diz que a Modernidade se fundamentou em cima de uma cultura de sentido, e que a cultura de presença fora minada pela invenção da mente

²⁷ Sobre este assunto conferir o artigo de Valdei Lopes de Araújo. “Para além da autoconsciência moderna. A historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht”. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº36: p. 314-328, Jul/Dez 2006. Principalmente página 316.

²⁸ Francisco Adolfo de Varnhagen, p. 74.

²⁹ Alphonse de Beauchamp. Op. Cit. p. XII-XIII.

humana em Descartes, que postulava que “nenhum conhecimento verdadeiro poderia ser produzido com as mãos sujas”, conhecimento este representado pelo trabalho erudito³⁰.

O trabalho erudito procurava, de certa forma, tocar um passado perdido, ou seja: procurava transcender o presente em direção ao passado através de uma materialidade que restou deste, característica de uma cultura de presença em contraponto a uma cultura de sentido. Não devemos nos esquecer que o uso sistemático da documentação no século XIX é uma característica que a historiografia moderna toma para si através de uma herança da tradição antiquária³¹, situação que a historiografia clássica considerava desprestigiada.

Observando as palavras ditas acima por Varnhagen e por Beauchamp, percebemos que enquanto um apóia a autoridade de seu discurso na documentação (Varnhagen), o outro (Beauchamp) acredita que essa autoridade reside exatamente nos historiadores da Antigüidade e nos historiadores modernos que seguem seus passos.

A publicação da *História Geral do Brasil* de Varnhagen veio confirmar a superioridade de um modelo historiográfico que, diferente do modelo proposto por Beauchamp, excitava a força máxima dos documentos na escrita da história, enquanto um estilo mais verboso e eloqüente, que fazia parte da escrita da história de Beauchamp, era renegado como exemplo a ser seguido.

A preeminência de uma herança da tradição erudita na historiografia moderna³², levou esta a projetar nos documentos um tipo de materialidade que permitiu de certa forma tocar o passado através de uma transcendência do presente em direção a este passado, pois, a sensação de que o passado se tornava cada vez mais distante e diferente do presente³³, a aceleração do tempo no contexto brasileiro gerava uma nova orientação com relação ao espaço de experiência e o horizonte de expectativa, conduzindo a historiografia brasileira ao elementar interesse pelo estabelecimento dos fatos a partir de uma rigorosa crítica documental, que ao mesmo tempo, forjava um futuro e uma tentativa de imortalidade do passado brasileiro para a nação que se tentava construir no século XIX.

³⁰ Sobre a obra de Gumbrecht vale a pena conferir o artigo de Valdei Lopes de Araujo. Op. Cit. p. 324.

³¹ Idem, p. 325.

³² Apesar da historiografia moderna ser motivada por uma cultura de sentido, nada impediu que elementos de uma cultura de presença fizessem parte dessa produção historiográfica. Cf. Valdei Lopes de Araujo. Op. Cit.

³³ Sobre isto, ver o texto de Reinhart Koselleck. “Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa”. In__ : *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: EdPuc-Rio; Contraponto, 2006.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
Historiografia brasileira e modernidade.**

A ascensão sob controle: sociabilidade festiva, mobilidade socioeconômica e controle régio na procissão do Corpo de Deus em Vila Rica (1740-1748)

Bruno Assaf Bernardes de Araújo e Pedro Eduardo Andrade Carvalho / UFOP
brunoassaf@yahoo.fr

Tendo como pano de fundo a sociedade mineira do século XVIII, a presente comunicação tem por objetivo, demonstrar como os trabalhadores autônomos, leia-se: pintores, alfaiates armadores, artesãos, entre outros, membros da Irmandade do Patriarca de São José, ascendiam financeira e, em alguns casos, socialmente. Também será analisada o modo que tal ascensão se relacionava com as festividades barrocas setecentistas, especificamente às festas de Corpus Christi realizadas pelo Senado da Câmara de Vila Rica.

Ao levarmos em consideração que as solenidades setecentistas funcionavam como o aspecto determinante da mobilidade social, demonstrar que as altas cifras destinadas à realização destas festas eram como um investimento feito pelos poderes públicos, mais especificamente o Senado da Câmara de Vila Rica, com o interesse de atenuar o dinamismo da sociedade nas Minas.

Por fim, pretendemos entender tais festividades como configuradores das redes de solidariedade e, conseqüentemente, enxergar nestas solenidades um caráter indispensável para as Minas, a tornando mais próspera e aumentando os tratos sócio-econômicos lá ocorridos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**Um estudo histórico de caso na produção pictórica brasileira contemporânea.
(Refletindo temas do Neobarroco)**

Camila Rodrigues Viana Ferreira / Universidade Federal de Goiás
camilavrodrigues@hotmail.com

A *estética neobarroca* é uma reflexão que envolve a produção da arte contemporânea, bem como, produtos da cultura de massa (objetos midiáticos) com elementos que fazem parte da resignificação da arte Barroca dos séculos XVII e XVIII. Calabrese em seu livro “*A Idade Neobarroca*”, considera que existem noções de “estilo”, “gosto” e “motivos” que trazem condições para que se construa um conjunto de efeitos que seja possível caracterizar uma época ou um período. Ao se tratar do contemporâneo essa relação de atribuir pertinências aos fatos que possam constituir uma época, é bem mais complicado. A este trabalho o que interessa é fazer uma discussão em torno da “História da Arte”, mais especificadamente da “Arte Contemporânea Brasileira”. Considerando que a arte contemporânea é constituída pelo seu hibridismo cultural, dessa forma torna-se complicado atribuir a ela uma pertinência nos fatos e acontecimentos que possibilite a formação de blocos de similitudes que representem formas de categorização de acordo a compor estilos que determine uma época (se é que apresenta licitude). Para compor essa discussão utilizo de obras de dois artistas brasileiros contemporâneos: Julio Guiorzi e Beatriz Milhazes, os quais cada um apresenta uma poética diferenciada, mas contem conceitos de representações do que viria a ser estética Neobarroca.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Mais do mesmo: uma historiografia para Guarapuava

Camila Mota Gonçalves / Universidade Estadual do Centro-Oeste

Lilianefreitag@uol.com.br

A produção historiográfica brasileira emerge, no século XIX em um contexto de valorização da história da nação brasileira. Nessa direção, vários Estados brasileiros fundam suas instituições congêneres visando o forjamento de suas identidades regionais. Entretanto a produção historiográfica brasileira não se restringe aos corredores dessas Instituições. No Brasil, inúmeras histórias locais também são palco de uma produção historiográfica. Produzida por médicos, advogados, párocos, dentre outros. Mapear tais produções possibilitará formarmos parâmetros para uma historiografia brasileira do regional. Realizar entrevistas com autores a fim de conhecer suas trajetórias, identificar o conceito de história e suas percepções sobre o processo no qual a história do Município de Guarapuava se insere consiste em nosso grande desafio a fim de problematizar a organização desses saberes locais.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Identidade e representação social de gênero no discurso jornalístico – A mulher em *O Diário* 1935-1937

Camila dos Santos Teixeira*

Resumo: As mulheres tiveram suas vozes silenciadas ao longo da história. Foram representadas através de discursos que transformaram a fala sobre a mulher na fala sobre uma imagem ideal, um modelo. Deste modo, a mulher teve sua identidade social construída através de discursos. Entre eles destacamos o discurso jornalístico, que se caracteriza como uma fonte que permite a compreensão da definição dos papéis sociais através da representação do real e do seu projeto de sociedade ideal. Assim, buscamos apresentar a forma como a identidade social da mulher é construída no discurso jornalístico através de uma análise da coluna *Uma Página para a Mulher e o Lar*, no período de 1935 a 1937, fazendo uma relação com a implantação de uma nova ideologia política e religiosa, modernizadora das estruturas sociais vigentes até então.

Palavras-chave: Imprensa Católica, Gênero, Identidade, Discurso.

A História das Mulheres surge da luta pela inclusão, pelos direitos iguais, pelo espaço público. Ela buscou incluir as mulheres na história, validando-as enquanto objetos e sujeitos históricos. No entanto, ao se tomar à mulher enquanto objeto de análise um grande problema metodológico se apresenta para o historiador: a ausência de fontes. Excluídas do espaço público, do domínio político, as mulheres pouco escreveram sobre si e raramente eram lembradas pelos historiadores que se dedicavam à narrativa dos eventos.

Se o limite da História das Mulheres está na ausência de fontes documentais, seu horizonte está na análise dos discursos¹. É através deles que é possível conhecer e compreender as formas de representação da mulher dentro da sociedade. Assim, é de suma importância estudar as representações e os discursos sobre a mulher para a compreensão da dinâmica social estabelecida entre homens e mulheres e a percepção desta relação da forma como ocorreu no passado.

A realidade é tomada como um discurso, impresso ou falado, repleto de representações

* Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

¹ A esse respeito temos as considerações de Michelle Perrot que lembra que “a falta de informações concretas e circunstanciadas contrasta com a abundância dos discursos e com a proliferação de imagens. As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou contadas, e fazer a sua história é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se com este bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar...” (PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2005. p. 11).

que lhe atribuem valor. Em análise o historiador deve desconstruir estes discursos para compreender a maneira pela qual as identidades são construídas². O estudo das representações permite a compreensão da forma como os papéis sociais e sexuais são construídos, tendo em vista que o sexo é determinado e definido mais por fatores culturais do que biológicos.

Neste sentido, a imprensa se apresenta como uma importante fonte para entender o discurso e as representações por ele geradas para os papéis sociais de um determinado período histórico³. Sob o manto de uma aparente neutralidade profissional, seu discurso é carregado de um caráter ideológico que fundamenta as bases sobre a qual a ordem social é estabelecida. A análise de um discurso jornalístico permite o acesso à mentalidade de um período, a percepção da forma como os agentes sociais se relacionam e atuam na sociedade.

Deste modo, analisando a representação e a construção da identidade social da mulher a partir de uma análise dos discursos presentes na coluna *Uma Página para a Mulher e o Lar* presente no jornal *O Diário*, entre os anos de 1935 e 1937, buscou-se compreender estes discursos como fruto de uma nova ideologia política e religiosa que se instaurava no país e que contribuiu na edificação de estereótipos, na representação e na construção de uma nova identidade social para a mulher na sociedade brasileira em face à modernização de suas estruturas⁴.

O jornal *O Diário* é um jornal que surge para atender aos interesses da classe média urbana da capital mineira. Inicia sua circulação em 6 de fevereiro de 1935, possui edições diárias, é um periódico informativo voltado para os assuntos do cotidiano. Mesmo sendo um jornal católico *O Diário* não era um jornal religioso, mas que apesar disso tinha a sua linha editorial dirigida de acordo com os interesses da Igreja. Esta observação é expressa logo em seu primeiro número:

...um diário católico é como um homem católico. Cuida de tudo e tem também seu campo de acção religioso. O católico trabalha, negocia, estuda, viaja, diverte e reza. O jornal é assim: notícia, política e comércio trata de letras e agricultura, anuncia

² O discurso se apóia então na tradição para construir uma identidade atemporal (SWAIN, Tânia Navarro. **Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”**. História: questões e debates, Curitiba, n. 34, 2001, p. 11-44).

³ A respeito do uso da imprensa como fonte histórica conferir LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

⁴ Alguns trabalhos sobre a representação da mulher na imprensa brasileira podem ser mencionados como: BASSANEZI, Carla. **Virando páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem – mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Loyola, 1981. SERPA, Leoní Teresinha Vieira. **A máscara da modernidade**: a mulher na revista *O Cruzeiro* (1928-1945). Dissertação (mestrado) – Universidade de Passo Fundo, 2003.

as diversões e debate as questões do dia, e tem também a sua coluna religiosa... o diário é católico mas não é religioso... o católico cuida de tudo sem nunca perder a religião de vista... (VIDA... , 1935, p. 10)⁵.

Com a Proclamação da República, a Igreja Católica perde o espaço privilegiado que ocupava dentro da estrutura administrativa e política brasileira. A ideologia positivista fundamentada na idéia de modernização e do progresso científico, se infiltra no círculo dirigente do país. A Igreja necessita então de novos mecanismos de controle e doutrinação e uma das ferramentas que adota é o uso da imprensa. Por ela, a Igreja tentava recuperar o espaço perdido para as religiões protestantes e para o Estado⁶. A imprensa católica é o veículo divulgador da ideologia desta elite conservadora assustada e perplexa com as mudanças ocorridas nas estruturas sociais. Deste modo, mesmo trabalhando com a nova ordem política que se instalava no país, não deixava de afirmar valores que eram importantes para a Igreja. Valores morais principalmente que definiam o papel da família, da Igreja e do Estado.

O Estado Vargas tinha uma estrutura orgânica baseada no modelo do corpo humana e na estrutura familiar⁷. O Estado era como o corpo, que apesar das diferentes funções de cada parte deveria trabalhar em conjunto para sobreviver. O sistema de controle deste Estado era baseado no modelo familiar, em que toda nação era parte de uma grande família que tinha na figura do chefe político, Getúlio Vargas, a imagem do pai, bondoso e protetor, e nos demais cidadãos brasileiros a imagem do filho. O bom filho/cidadão é aquele que obedece às determinações de seu pai respeita as leis e a ordem, tem bons princípios morais e busca o crescimento pelo trabalho. O bom filho é o bom trabalhador que trabalha cada vez mais pelo crescimento e progresso da nação, sempre respeitando a lei e a ordem.

O Estado buscava deste modo formar cidadãos capazes de tirar a nação do atraso e colocá-la nos trilhos do progresso. Para isso utilizou uma série de mecanismos de educação e

⁵ VIDA Católica. **O Diário**. 6 fev. 1935, p. 10.

⁶ A respeito da relação da Igreja com o Estado no período republicano conferir BEOZZO, Jose Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: DIFEL, 1984. p. 271-341. E com relação à Igreja e as relações de gênero e família conferir AZZI, Rioldo. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 101-134.

⁷ Maiores informações sobre a mulher e seu cotidiano durante este período da Era Vargas podem ser observados em BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade d São Paulo, 1999. MALUF, Marina. MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: volume 3: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 367-421. SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusão do progresso. IN: NOVAIS, Fernando. SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**:. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48; CAPELATO, Maria Helena. A cidadania no varguismo e no peronismo. In: _____. **Multidões em cena**. Campinas: Papyrus, 1998. 173-209.

doutrinação da população dentro de seus objetivos. Eliminando as falhas e expurgando os elementos considerados nocivos a esta sociedade o Estado interferiu nos diversos âmbitos da sociedade, principalmente através de uma propaganda que caracterizava o cidadão ideal⁸. Nesta sociedade homens e mulheres tinham funções sociais bem definidas. O papel do homem era o do trabalhador, que trabalha para o engrandecimento da nação, um homem virtuoso que respeita a lei e não abala a ordem vigente. Já as mulheres tinham uma função indispensável neste novo modelo social. Cabia a elas o papel de reproduzir esta ideologia formando (através da educação, da higiene, da alimentação, e da formação moral) o cidadão ideal que o Estado esperava governar. A mulher deveria ser a mãe, professora, enfermeira, tinha uma atuação fundamental na formação deste cidadão.

Estas mudanças levaram ao questionamento do modelo patriarcal de família, e possibilitaram também a ascensão de novos modelos familiares em que as mulheres passaram a ser representadas em novas funções, com o objetivo de atender a novas mudanças políticas e econômicas. A rápida industrialização e urbanização exigiam a formação de um mercado consumidor mais sofisticado. As mulheres passaram a figurar como símbolos de consumo posando ao lado das melhores marcas. Elas surgem também como o principal alvo das campanhas do mercado. Protetoras do lar, cabia a elas a tarefa de escolher os melhores produtos para o uso de sua família.

A mulher moderna deveria ser boa dona-de-casa e mãe; deveria ter boa instrução e respeitar a autoridade dos homens de sua família; deveria comandar seu lar seguindo as determinações do Estado. Esta representação cheia de contrastes foi a que construiu a identidade da mulher no século XX, principalmente nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Esta identidade é a da mulher urbana, de classe média, que além da influência do mercado e do Estado, foi também influenciada pela ideologia religiosa do período.

Esta nova função da mulher se observa já na estrutura da coluna *Uma Página para a Mulher e o Lar* que continha: poesia, conto, cuidados com os filhos, cuidados com a saúde, receitas, dicas domésticas, dicas de etiqueta e moda. Com algumas variações como alguns artigos sobre história, cinema, curiosidades, piadas e charges esta estrutura mantêm-se ao

⁸ A interferência do Estado “era essencial ao programa de modernização e centralização política de Vargas a expansão gradativa da idéia de interesses público para abarcar esferas que, antes, haviam sido consideradas privadas (ajudando desse modo a usurpar o poder da oligarquia rural e, ao mesmo tempo, estabelecer o controle do governo sobre as massas urbanas em ascensão). Para justificar o empenho cada vez maior do Estado em controlar as relações interpessoais privadas, os profissionais e as autoridades políticas insistiam na mesma coisa, reiterando que a família era à base da sociedade e da organização política: que o estado da nação refletia diretamente o estado das famílias que a compõem” (BESSE, 1999, p. 4).

longo das edições. Esta coluna buscava oferecer a dona-de-casa um pouco mais de erudição, principalmente através da literatura, e também instruí-las nos assuntos relacionados ao cuidado e educação dos filhos, além de inculcar noções de civilidade e bons modos.

O primeiro aspecto que se destaca é com relação ao público a que esta coluna se dedicava, mulheres da classe média. Esta destinação se observa a partir da intenção de construir um modelo de esposa/mãe/dona-de-casa moradora de uma cidade urbanizada e moderna ao mesmo tempo em que mantém as tradições da família patriarcal rural. A mulher ideal neste modelo é aquela que está sempre versátil, bem disposta a colaborar com o marido e cuidar da casa e dos filhos, sem vícios e econômica. Mas ao mesmo tempo sofisticada, informada, com sensibilidade para apreciar a literatura e a poesia, trajada elegantemente, como uma dama da sociedade, capaz de receber bem e servir jantares sofisticados.

Para melhor cumprir esta missão a mulher deveria ter seu comportamento controlado. Para *O Diário* a mulher ideal não deveria trabalhar fora. O trabalho externo remunerado colocava a mulher em contato com uma série de situações da vida moderna que poderiam corromper sua moral, principalmente em contato com homens, demonstrando que a boa sociedade cristã se mostrava ressentida com este aspecto da *modernidade*.

É sempre com a alma amargurada e os olhos rasos d'água que eu contemplo pela manhã e à tardinha as moças de meu bairro, no vae e vem para o trabalho. (...) nas desilusões de algumas e na queda de muitas (...) moças que se deixavam levar pelo luxo, pelo fanatismo das danças lascivas, pelo exagero das modas e “flirtam” com uma desenvoltura desbragada, inconscientes do mal que dahi lhes pode advir. (DONAH, 1935, p. 8)⁹.

Uma solução para evitar que este mal afete as honradas jovens da boa família mineira seria a participação em grupos de orientação católica.

Se tivéssemos uma “Associação de Senhoras Cathólicas”, onde as jovens se reunissem ao menos duas vezes por mez (...) seria um ótimo derivativo para os males que ameaçam as nossas queridas meninas, na vida que vão levando? (DONAH, 1935, p. 8)¹⁰.

Uma vez que uma das missões das mulheres é zelar pela manutenção e transmissão dos valores cristãos, principalmente no âmbito familiar.

⁹ DONAH, Odette. Pela Mulher. *O Diário*. Belo Horizonte, 17 fev. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹⁰ DONAH, Odette. Pela Mulher. *O Diário*. Belo Horizonte, 17 fev. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

Não se concebe um movimento de restauração social, no sentido christão, sem a cooperação feminina. (...) sem a mulher integralmente cathólica a civilização christã deve temer pela sua própria conservação. (MORAES, 1935 p. 8)¹¹.

Deste modo, uma boa educação feminina se fazia necessário para evitar tais problemas. Esta educação deveria preparar a mulher para ser uma boa dona-de-casa, esposa e mãe considerando que as transformações do *mundo moderno* exigiam mudanças no comportamento feminino.

Uma verdadeira educação feminina moderna, deve consistir em preparar a mulher para a vida prática. (...) Vivemos porém, numa época de grandes transformações, em que a sociedade e a vida do lar se modificam e em que a mulher, mais instruída e por isso, mais consciente da realidade que a cerca, já não se contenta em ser apenas o objecto de luxo, espécie de bibelot que era em outros tempos. (...) A mulher moderna (...) veio adquirindo, dia a dia maior consciência do papel que lhe cabe, dentro do lar moderno, de collaboradora intelligente do homem. O conceito actual de educação feminina abrange, por isso, a noção das coisas práticas, uma porção de conhecimentos eminentemente práticos que representam uma verdadeira sciencia ou arte da economia doméstica. (...) Saber aproveitar para o conforto, a hygiene, a belleza do lar, para facilitar a sua tarefa tudo que o progresso faz ao alcance da mulher, é sem dúvida, dar provas de intelligência, de cultura e de bom gosto, pois não é admissível que uma moderna dona de casa desconheça todas as vantagens que se podem tirar do conhecimento das muitas possibilidades que, para presteza, a economia e hygiene os aparelhos modernos da cozinha, por exemplo, offerecem (...) As Escolas de Economia Doméstica, de ensino puramente prático e rápido, tornam-se indispensáveis nas cidades modernas (A EDUCAÇÃO... , 1935 p. 8)¹².

Mas opiniões mais radicais sobre como deveria ser o comportamento da mulher ainda eram aceitas, como a contida em uma nota sobre o trabalho das escritoras norte-americanas Anna Dickinson e Grace Greenwood sobre a educação da mulher.

A mulher deve cozinhar e fazer bom pão. Saber fazer camisas de homem. Não se pintar nem usar pó de arroz. Lavar e engomar sua roupa. Cortar seus próprios vestidos e dos filhos, vestidos que devem ser folgados, compridos e com mangas. Dizer “sim” ou “não” como Jesus Christo nos ensina, com o coração, ao mesmo tempo que se diz com os lábios. Ser cuidadosa e muito aseada. Usar vestidos de chite e não se envergonhar por isso. Ser modesta e simples e abominar o luxo. Preferir no seu marido nome honrado ao do homem do dinheiro. Ter uma casa bem arejada, um lugar para cada coisa (...). Preferir a vida sossegada da dona de casa à da sociedade ruidosa. Adorar a Deus no céu e amar o marido e aos filhos na terra (EDUCAÇÃO... , 1935, p. 8.)¹³.

Este modo de vida praticamente ascético da mulher, devotada espiritual e

¹¹ MORAES, Oswaldo. Apostolado feminino. **O Diário**. Belo Horizonte, 27 out. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹² A EDUCAÇÃO da mulher e as escolas de economia doméstica. **O Diário**. Belo Horizonte, 24 fev. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹³ EDUCAÇÃO da Mulher. **O Diário**. Belo Horizonte, 21 jul. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

materialmente ao homem, era considerado o ideal, pois o destino natural da mulher era o matrimônio e a maternidade. Neste ponto, homens e mulheres tinham seus papéis no desenlace do matrimônio bem definidos.

O papel do marido é constituir um patrimônio; e o da mulher mantê-lo guardá-lo.
O papel do homem é andar por fora e tratar da vida; e o da mulher é guardar a casa.
O papel do marido é ganhar dinheiro; e o da mulher é não o dissipar.
O papel do marido é ser senhor de tudo; e o da mulher é dar conta de tudo.
O papel do marido é tratar o que esta fora da porta; e o da mulher é cuidar de tudo o que está dentro da casa.
Finalmente, afirmo que a missão do marido é administrar a sua fazenda e o da mulher governar a família (PRECEITOS... , 1935, p. 8)¹⁴.

A mulher ao se casar deveria agir de forma a conservar a paz no casamento. A obrigação de manter o casamento e evitar desavenças é da mulher, uma vez que é uma característica feminina a indulgência para com as falhas do companheiro.

- Para ser feliz, deve uma mulher antes de tudo compreender, desde o primeiro dia de seu matrimônio, que não se casou com um semi-deus, mas com um homem... o qual, como todos os outros tem forçosamente, suas fraquezas, e deverá tratar de conformar-se com elas... (RODES, 1935, p. 8)¹⁵.

As falhas masculinas devem ser perdoadas e a opinião do marido deve se sempre respeitada, uma vez que a ele cabe o papel de liderança dentro da família. Pois,

(...) para toda mulher que ama verdadeiramente seu esposo há, por sobre todas as suas razões pessoais, uma razão suprema, que deve agir sobre seu espírito com mais força e poder que nenhuma outra: a de satisfazer a vontade do senhor de seu coração (MADERO, 1935, p. 8)¹⁶.

Já a relação da mulher com a maternidade e com os filhos era sempre mediada e controlada dentro dos modelos determinados pelo jornal. A grande vocação feminina era, nesta perspectiva, a maternidade. Uma vez que,

¹⁴ PRECEITOS de felicidade doméstica. **O Diário**. Belo Horizonte, 24 mar. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹⁵ RODES, Jacinta. O verdadeiro romance. **O Diário**. Belo Horizonte, 01 set. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹⁶ MADERO, Graciela. Erros femininos. **O Diário**. Belo Horizonte, 26 jun. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

(...) a mais alta missão feminina é a maternidade. Quer dizer que a mulher foi posta no mundo com o fim especial de procriação e educação dos filhos (MARMOL, 1935, p. 8)¹⁷.

E aquelas que não querem exercer a vocação materna logo tem sua imagem denegrida.
Já que,

(...) para muitas mulheres é um estorvo serem mães. Mas essas senhoritas vaporosas não compreendem ou não querem compreender qual é o verdadeiro papel que corresponde e deve desempenhar cabalmente a mulher no mundo (MARMOL, 1935, p. 8)¹⁸.

Além de vocação, o sucesso na criação e educação dos filhos era responsabilidade das mães. Uma responsabilidade que era uma vocação determinada pela Igreja e de fundamental importância para o bom funcionamento do Estado.

É a mulher sobretudo a educadora de seus filhos, a ella mais que ninguém compete ser o anjo do lar, a estrella orientadora que dirija os primeiros passos do homem na senda da justiça, da honra e do dever! A educação do homem deve ser esboçada no lar: é facto incontestável que a educação do berço não passa pelo contrário perderá indelével no decorrer da vida. (...) a Educação de berço é a mais importante porque o lar é à base da sociedade (TOLEDO, 1935, p. 8)¹⁹.

Desempenhado um papel fundamental na criação e educação dos filhos, na manutenção e transmissão da moral cristã, a regulamentação do papel social da mulher era considerado por todos de fundamental importância para a construção da sociedade brasileira, inclusive na formação de cidadãos capazes e dispostos a colocar a nação nos rumos do progresso. A mulher tem a responsabilidade de preparar o futuro da nação, mas deve desempenhar este papel nas sombras, atuando de forma invisível.

Em poucas palavras: devemos ser carinhosas, sem nos tornamos enfadonhas; eficazes e heróicas, sem demonstrar que o sabemos. Manter no homem que amamos a convicção de que só vivemos para elle e que só elle pode fazer-nos felizes, por que frágeis e “ignorante” da vida, não podemos conceder-lhe outro apoio que não o do amor. Nós e elles saberemos a verdade; mas nos a calaremos para conseguir a virtude de seus defeitos, e elles, para manter sua vaidade de crerem-se superiores... (ORTIZ, 1936, p. 8)²⁰.

¹⁷ MARMOL, Luiz. A mulher diante da vida. **O Diário**. Belo Horizonte, 14 jul. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹⁸ MARMOL, Luiz. A mulher diante da vida. **O Diário**. Belo Horizonte, 14 jul. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

¹⁹ TOLEDO, Maria Heliadora Barrouin. Dificuldades da educação na sociedade actual. **O Diário**. Belo Horizonte, 14 abr. 1935. Uma página para a mulher e o lar, p. 8.

²⁰ ORTIZ, Suzana. Colaboração da mulher. **O Diário**. Belo Horizonte. Uma página para a mulher e o lar, 02 ago. 1936, p. 8.

Assim, percebe-se que o modelo feminino construído pelo jornal *O Diário* está relacionado ao padrão de mulher que era definido como o ideal nas relações sociais de gênero, exemplificando principalmente a mulher da classe média urbana. Esta mulher usa longos de shantung ou linho grosso com luvas, casaca e chapéus para enfrentar o clima dos trópicos. Serve lagosta e ostras frescas num jantar em uma cidade do interior do Brasil. Conversa sobre poesia, cinema, história. Mas continua sendo uma mulher zelosa com o bem-estar da família e com a educação dos filhos, que busca basear os seus passos em conselhos de especialista.

Aqui a grande vocação da mulher era o lar, o casamento, os filhos. Nesse novo contexto, o homem deveria deixar de tratar a mulher como um “enfeite” de luxo, reconhecendo a importância de sua função dentro do lar. No entanto, a mulher continuava sendo conduzida pela vontade do seu “senhor”, seu trabalho era invisível e silencioso apesar da magnitude da carga que lhe era imposta.

Com a mulher ocupando a posição de guardiã da moral e dos bons costumes, determinados comportamentos femininos eram considerados socialmente perigosos. Aquelas mulheres que não queriam, ou não podiam seguir este modelo poderiam sofrer com a repreensão de determinados setores da sociedade que as viam como causa das agitações sociais. Por isso, algumas mudanças sociais eram consideradas como fatores potencialmente perigosos na vida das mulheres, como o trabalho fora de casa. Estas transformações levavam a mulher a entrar em contato com uma nova realidade, em que adquiria mais conhecimento e poder e deste modo passando a questionar a sua posição social de subordinação ao homem.

Com isso, a necessidade de preparar a mulher para que ela assumisse o seu papel na formação e na construção de uma nova identidade da nação foi um fator essencial a nova ideologia política que se instalava no país. Determinadas mudanças deveriam ser incorporadas nas relações sociais de gênero, mudanças que davam a mulher um papel de destaque dentro do lar. Mas, a atuação da mulher no mundo externo, masculino, das relações políticas e no mundo do trabalho era visto como um fator desagregador da sociedade, colocando em risco os fundamentos da ordem estabelecida.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**Considerações acerca do movimento do crédito no termo de Vila do Carmo,
1713-1756**

Carlos Leonardo Kelmer Mathias¹

Para se entender o acesso ao crédito na sociedade mineira é fundamental compreender o tamanho dos plantéis. E isso se deve em função das dívidas passivas serem contraídas tendo o escravo como parâmetro e garantia. Nesses termos, inexistente uma equivalência entre dívidas ativas / dívidas passivas nos mesmos termos daquela havida entre dívidas passivas / escravos. Com isso, de modo algum pretendo afirmar que os não proprietários de escravos estavam desclassificados quanto ao crédito. Dos trinta e seis inventários sem escravos, 13,88% possuíam somente dívidas passivas, porcentagem superior ao total dos inventários com presença de escravos e dívidas passivas, 12,54%. Não obstante, o valor médio das dívidas passivas dos inventários sem escravos era de 13\$250, contra 195\$003 dos inventários com escravos. A diferença se mantém comparando o valor médio das dívidas passivas entre os inventários sem escravos, mas com dívidas passivas e ativas, e os inventários com escravos e dívidas passivas e ativas. Para o primeiro grupo, o valor médio foi de 102\$084, já no segundo, 210\$339.² Fica patente ser o escravo o principal elemento a ser levado em conta nas relações creditícias. Evidentemente, nada impede que entre membros de uma mesma rede – de reciprocidade ou parental, por exemplo –, a concessão do crédito seja movida por outros valores que não a posse de escravatura. Vejamos os gráficos abaixo.

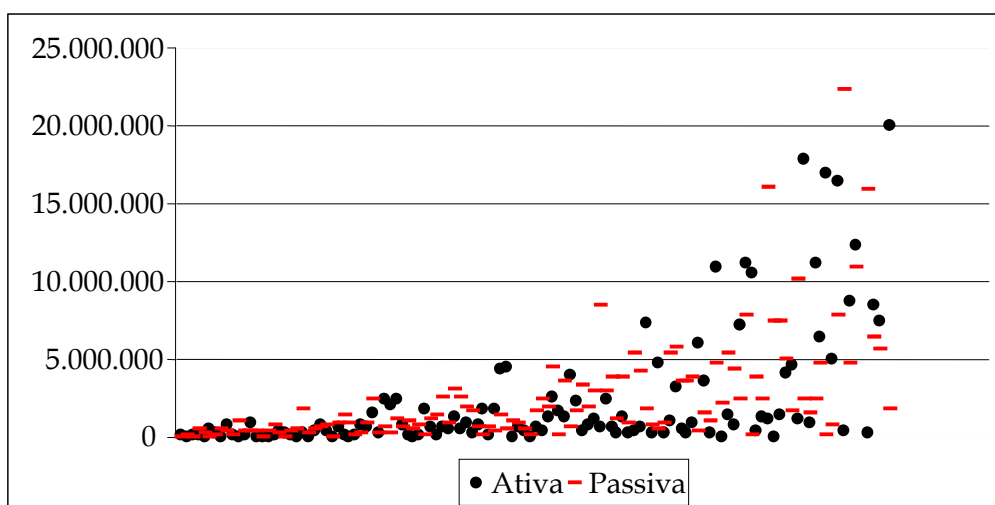
A concordar com tais gráficos, o escravo surge como o contrapeso das dívidas passivas. Pelo gráfico 2.1, a faixa de dívidas até 5:000\$000 revelaria uma tendência de não liquidez das passivas tendo por base as ativas. Contudo, o gráfico 2.2 demonstra exatamente o contrário, quando as dívidas são comparadas com o valor total dos escravos. As faixas subsequentes tendem a apresentar, no gráfico 2.1 uma melhor equidade entre passivas e ativas, não obstante a tendência para a não quitação das dívidas se mantenha principalmente na faixa de 5:000\$000 a 10:000\$000; novamente, os escravos cobriam o provável débito. Pelo gráfico 2.2, no geral

¹ Doutorando em História pela UFRJ/Bolsista CNPq.

² ACSM, IPM, 1º e 2º ofícios.

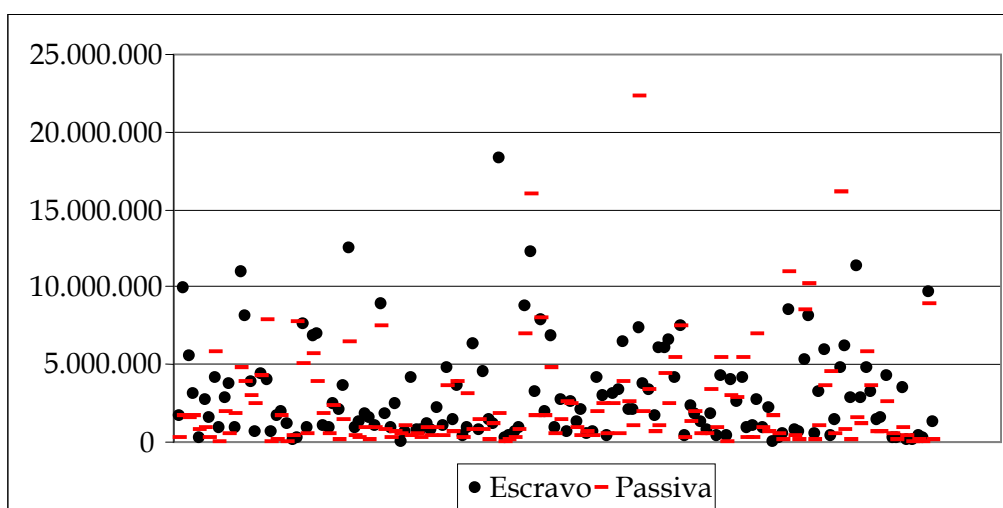
poucos foram as passivas cujos valores superaram o montante em escravo e, quando o fizeram, foi por pouco. Com isso, não pretendo defender que os escravos cobriam as dívidas passivas por inteiro. Mas demonstrar que, além de terem sido eles o fiel da balança no momento da contração das dívidas, os escravos eram os bens os quais permitiam o engendramento do mercado de crédito não apenas no interior da comarca de Vila Rica, mas de toda a sociedade mineira. Conforme insinua a tabela 1.

Gráfico 2.1 – Relação (em real) entre dívidas ativas e passivas, termo de Vila do Carmo, 1713-1756



Fonte: ACSM, IPM 1º e 2º ofícios.

Gráfico 2.2 – Relação (em real) entre escravos e dívidas passivas, termo de Vila do Carmo, 1713-1756



Fonte: ACSM, IPM 1º e 2º officios.

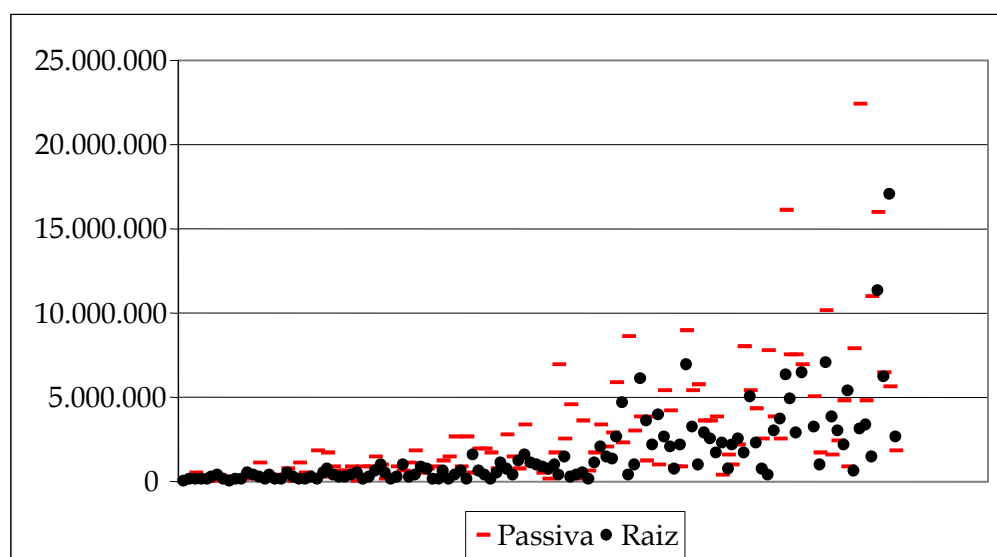
Tabela 1 – Participação (%) dos escravos, dívidas passivas e ativas nos inventários pobres e médios da comarca de Rio das Velhas, 1713-1773³

1713-1733			1734-1753			1754-1773		
Escravo	Passiva	Ativa	Escravo	Passiva	Ativa	Escravo	Passiva	Ativa
40	30	13	33	23	17	27	18	27

Fonte: SANTOS, Rafael de Freitas. *“Devo que pagarei”*: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas, 1713-1773. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 102 (Dissertação de Mestrado).

O que se observa a partir da tabela 1 é um padrão deveras semelhante àquele apresentado nos gráficos acima. Novamente o escravo surge como o bem responsável pela garantia da liquidez das dívidas passivas e pelo cálculo no momento de obtê-las/concedê-las, uma vez que a porcentagem representada por esse bem no total do monte-mor sempre superou o total das dívidas passivas. As dívidas ativas somente tornaram aptas a saldar as passivas a partir de 1754, em uma nova conjuntura da capitania. Porém, mesmo no período compreendido entre 1754 e 1773, o máximo conseguido pelas ativas foi equiparar sua porcentagem à dos escravos, mas não superá-la. Para que não restem dúvidas acerca da importância dos escravos no cálculo creditício na capitania das Minas, apresento o gráfico 2.3.

Gráfico 2.3 – Relação (em real) entre bens de raiz e dívidas passivas, termo de Vila do Carmo, 1713-1756



³ O autor considera pobre os inventários até 999\$999 e médio de 1:000\$000 até 4:999\$999. SANTOS, Rafael, op. cit., p. 66.

Fonte: ACSM, IPM 1º e 2º ofícios.

O gráfico 2.3 demonstra que tão pouco os bens de raiz fizeram frente às dívidas passivas. Contudo, o que realmente informa o gráfico 2.3 foi o baixo preço dos sítios, engenhos, fazendas e ranchos no termo de Vila do Carmo durante toda a primeira metade do século XVIII conforme os inventários *post-mortem*. Em apenas onze ocasiões o preço dos bens de raiz superaram a casa dos 5:000\$000 nos inventários os quais possuíam dívidas passivas. Em um contexto em que a terra era barata e a dívidas ativas de baixo valor, o escravo surgia como o bem mais valioso no qual investir, pois, dentre outros fatores, constituía-se na principal via de acesso ao crédito. A relação creditícia o demonstrou. O escravo se metamorfoseava em crédito.

Por provisão de 1663, os lavradores e senhores de engenho da colônia passaram a gozar do privilégio de não serem executados nas fábricas de seus engenhos.⁴ No que respeita à praça carioca, frequentemente os devedores abdicavam de tal privilégio ao registrarem suas escrituras de crédito em cartório.⁵ Para as capitânicas do nordeste, escreveu Stuart Schwartz,

“os empréstimos ao setor açucareiro em geral eram garantidos por bens imóveis, como engenhos, canaviais ou casas, de modo que a propriedade como um todo tornava-se, em essência, hipotecada (...) como o valor de um engenho ou de um canavial geralmente excedia o valor do crédito, muitas vezes mais de um empréstimo possuía como garantia a mesma propriedade, o que acarretava dificuldades intermináveis para os credores que tentavam cobrar dívidas em atraso”.⁶

De acordo com o gráfico 2.3, na primeira metade do século XVIII em Minas, os bens de raiz raramente ultrapassavam em valor o montante dos empréstimos. Como as dívidas ativas não engendraram uma correlação positiva com as passivas, ou seja, as primeiras não garantiam a liquidez das segundas, os escravos surgiram como garantia dos créditos. Essa situação muito provavelmente explica a promulgação da Lei Trintena. Datada de 19 de fevereiro de 1752, a Lei Trintena, ou *privilégio da trindade*, tornou-se conhecida entre os mineiros simplesmente por *trindada*, e impedia a execução dos cativos dos mineradores os quais possuíam 30 ou mais escravos. Conforme a carta régia de D. José I, “todo o mineiro que tiver trinta escravos próprios, e daí para cima, se não faça execução e penhora nos mesmos escravos nem na fábrica de

⁴ FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003, pp. 280-285.

⁵ FRAGOSO, João. *À espera das frotas...*, op. cit., pp. 65-66.

⁶ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...*, op. cit., p. 179. No México colonial, os principais credores exigiam como garantia da concessão do crédito a terra. Nestes termos, se um comerciante não pudesse comprar uma porção de terra cultivável, ele se casava com alguém cuja família tivesse propriedades rurais. Os fiadores eram sempre pessoas que possuíam terras. KICZA, Jhon E., *Empresários coloniales: familias y negocios em la ciudad de México durante los Borbones*, Fondo de Cultura Económica, México, 1986, pp. 34-35.

minerar, correndo só a dita execução em os mais bens e na terça parte dos lucros que tiverem das mina”.⁷

A decretação da lei em 1752 indica que a penhora dos escravos era prática corrente na sociedade desde há muito. Por exemplo, em alvará régio de 26 de março de 1721, escreveu D. João V,

“eu El Rei faço saber aos que este meu alvará virem que por se ter entendido que o motivo principal que dá ocasião às inquietações dos povos das minas gerais procede dos grandes empenhos em que se acham os seus moradores pela facilidade de comprarem negros fiados empenhando-se por esse modo com a esperança do desempenho com os lucros que esperam tirar das riquezas; o que muitas vezes se desvanece de que sucede venderem-se [os negros] por arrematações públicas por muito inferior preço ao do seu valor; e para evitar dano sou servido que os ditos escravos se avaliem primeiro por dois louvados escolhidos pelas partes”.⁸

Em caso dos louvados não chegara a um denominador comum, um juiz deveria estipular o justo valor, o qual o credor aceitaria. Na hipótese de se não atingir o valor conferido aos negros na arrematação pública, o credor, ainda assim, receberia os negros conforme o preço acordado pelos louvados ou pelo juiz.⁹ Pelo alvará de 1721, percebe-se ter sido prática na sociedade mineira colonial o empenho dos escravos para contrair e saldar dívidas o que explica, em parte, o fato deles terem representado, em média, 43,4% da riqueza inventaria entre 1713 e 1756. Em diferença com a lei de 1752, o alvará de 1721 não se restringia aos mais ricos mineradores da sociedade, mas incidia sobre todo e qualquer proprietário de escravo. Se o crédito representava em um dos pontos nevrálgicos das economias de Antigo Regime, os escravos, pelo menos na sociedade mineira colonial, ao engendram os circuitos de crédito garantiam o bom funcionamento do mercado e da economia em questão, mais do que o próprio ouro, cuja circulação não era, ao final e ao cabo, tão difundida entre os setores mais baixos da sociedade. A meu ver, o alvará de 1721 tinha por finalidade assegurar esse bom funcionamento.

A penhora dos escravos como garantia ao pagamento das dívidas é claramente percebida nos inventários *post-mortem*. Dos vinte e nove inventários com presença de penhores, 62,07% haviam penhorado escravos, 27,58% metais preciosos, 3,45% real, 3,45% milho. Nos 3,45% restantes não me foi possível identificar o bem. Entre os 67 escravos penhorados, consegui recuperar o valor de 53, perfazendo uma média de 151\$769 por escravo, valor superior à média dos escravos inventariados entre 1713 e 1756 no termo de Vila do Carmo, 133\$137.¹⁰ A participação dos escravos no valor total dos penhores revelou-se ainda mais significativa. Dos 10:316\$800 reunidos em penhor, os escravos responderam por 77,97% dessa quantia. E não somente os mais pobres penhoravam seus escravos para saldar suas dívidas.

⁷ ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Ângela., op. cit., p. 187.

⁸ AHU, MG, cx. 4, doc. 68.

⁹ Idem.

¹⁰ ACSM, IPM, 1º e 2º officios.

Conforme a tabela 2, praticamente todas as faixas de fortunas valeram-se da penhora de escravos como garantia da liquidez de suas dívidas. Apenas os inventários cujos montes-mores superaram vinte contos de réis não utilizaram tal estratégia. No que concerne aos metais preciosos, quatro dos oito inventários pertenciam a pretas forras, grupo social o qual estava regularmente às voltas com jóias e ouro lavrado.¹¹ Desses quatro, três pertenciam à primeira camada de fortuna, o que explica a grande concentração na faixa mais baixa.

Tabela 2 – Distribuição (#) dos inventários conforme o bem penhorado, termo de Vila do Carmo, 1713-1756

Faixa de Fortuna	Escravo	Metal	Real	Milho	Não Identificado
1-999\$999	3	5			
1:000\$000-1:999\$999	2	1			
2:000\$000-4:999\$999	8	1	1		1
5:000\$000-9:999\$999	2			1	
10:000\$000-14:999\$999	1	1			
15:000\$000-19:999\$999	2				

Fonte: ACSM, IPM, 1º e 2º officios.

Somente o grupo social dos comerciantes não se encaixou no padrão acima. Entre os doze comerciantes arrolados nos inventários, sete possuíam tanto dívidas passivas, como ativas. Em cinco deles, as ativas garantiam a liquidez das passivas. Nos dois outros casos, somente com a reunião dos escravos, das mercadorias e das dívidas ativas as passivas poderiam ser pagas. Estes exemplos corroboram o caráter estrutural da cadeia de adiantamento/endividamento. Consoante sugerem João Fragoso e Manolo Florentino a partir dos casos analisados pelos autores, somente no que concerne ao grupo mercantil – sejam homens de grosso, sejam comerciantes de lojas –, a cadeia de adiantamento/endividamento concorre a uma melhor explicação da relação haver/dever.¹² Segundo Fragoso e Florentino, a capacidade de financiamento da elite pertencente ao interior desse grupo “era reforçada pela natureza estruturalmente extrovertida da economia, na qual os produtos de maior valor eram controlados por um pequeno grupo de comerciantes residentes”, o que ensejava práticas monopolistas as quais “possibilitavam aos negociantes de grosso trato controlar os mecanismos de reprodução econômica. O que, aliás, lhes permitia controlar a liquidez em um nível que extrapolava as fronteiras coloniais brasileiras”.¹³

Em uma sociedade na qual o escravo garantia à liquidez das dívidas e que sua posse encontrava-se relativamente bem distribuída ao longo das diversas faixas de fortuna (ver tabela

¹¹ Cf. FURTADO, Júnia. “Pérolas negras: mulheres livres de cor no distrito diamantino”. In. FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 81-121. Também FURTADO, Júnia. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹² FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto...*, op. cit., pp. 203-219.

¹³ Idem, pp. 216-217.

2.1), a liquidez não cabia à elite mercantil mineira (até por que, na sociedade mineira de então, os homens de grosso detinham fina espessura), mas estava difundida entre os vários proprietários de cativos. E esse é o motivo pelo qual a cadeia de adiantamento/endividamento não explica a lógica das relações creditícias em Minas na primeira metade do século XVIII. Por outro lado, a conjuntura favorável proveniente dos circuitos do “ouro negro” engendrava todas as condições necessárias para a elite comercial fluminense firmar-se cada vez mais no topo mercantil da sociedade colonial. Uma vez lá, suas ações são perfeitamente compreendidas a partir da lógica inerente à cadeia de adiantamento/endividamento.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade.

A presença de movimentos religiosos católicos nas universidades brasileiras: um estudo sócio-histórico

Carlos Eduardo Pinto Procopio
PPCIR/UFJF
procopiocso@yahoo.com.br

A investigação que quero desenvolver está voltada para a preocupação acerca da inserção da Igreja Católica (IC) no espaço público brasileiro. Entendendo espaço público como uma esfera que se constitui, na perspectiva de Habermas, como “porosa e ubíqua, perpassando todos os níveis da sociedade e incorporando todos os discursos, visões de mundo e interpretações que adquirem visibilidade e expressão pública” e onde “diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa partilham argumentos, formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns”¹, me debruçarei sobre as formas com que a IC buscou para se inserir na sociedade a partir do momento que sua autonomia foi outorgada com a separação republicana entre igreja e estado. Foi a partir desse momento de separação oficial que, segundo Paiva, a IC adquiriu “nova força de atuação na esfera social republicana”².

Tomando este caminho pretendo, após apresentar um panorama geral da relação IC-espaço público, direcionar o foco da investigação para a presença católica no meio universitário, valorizando aí o fato de ser este espaço o receptáculo de parcela da sociedade brasileira, a juventude, e também o espaço de projeção destes para a vida em sociedade, além do modo como a IC trabalha as duas dimensões a partir de sua visão de mundo e como a juventude lida com a questão religiosa na sua vida cotidiana na universidade.

Após sua separação do estado a IC viu-se necessitada em reformular seu comportamento perante a nova realidade social, política e religiosa. Duas medidas tomadas pela IC neste primeiro período da república deve-se levar em consideração. A primeira medida está ligada ao desenvolvimento do processo de romanização do catolicismo brasileiro e a segunda medida ligada às tentativas da instituição católica em continuar influenciando a vida sócio-religiosa brasileira.

¹ C.f. Sérgio COSTA. *As cores de Ercília*. 2002, p. 27.

² C.f. Ângela R. PAIVA. *Católico, protestante, cidadão*. 2000, p. 112.

A questão referente à romanização deve ser entendida no sentido de uma reformulação quase total dos procedimentos sócio-religiosos do clero e dos leigos em geral. De acordo com Ribeiro de Oliveira as principais mudanças desta época estavam entorno da organização e melhor formação do clero de acordo com os padrões da romanização, a vinda de missões estrangeiras para trabalhar nas regiões rurais e urbanas no país combatendo o catolicismo tradicional santorial, substituindo esses cultos e crenças por outras mais romanizadas, privilegiando a figura do papa e da hierarquia, além da primazia pela valorização dos sacramentos, se destacando em relação às devoções aos santos. Também é dado importante a supressão das irmandades e confrarias que foram gradativamente perdendo sua influência junto a comunidade religiosa, sendo substituídas por associações religiosas, caritativas e assistenciais que se diferenciavam das antigas organizações por serem dirigidas por clérigos, tendo os leigos função de colaboração e organização nesse novo cenário religioso³.

A posição da igreja enquanto referência da sociedade foi mantida graças à relação da instituição com as elites nacionais. Apesar de parte da elite ter se desviado para ideologias modernas como o liberalismo e o positivismo e outras doutrinas anti-clericais, a IC pôde manter sua influência devido a relação que tinha a nova posição por ela adotada (a romanização) com a conformação social, implementando uma outra postura perante o mundo, onde o sacrifício era apresentado como condição de possibilidade para a salvação, o que de certa forma inviabilizava qualquer possibilidade de insurreição contra a classe dominante, já que a vida estava voltada para o outro mundo, recusando-se este⁴.

Em termos gerais as posições católicas neste período podem ser entendidas como “um movimento centralizador, conservador e de resistência a qualquer idéia de direitos individuais”⁵, se preocupando a IC em defender a estrutura hierarquizada da tradição católica. Para Paiva “a esfera religiosa concentrava seus esforços em assegurar sua ação ultramontana na tentativa de fortalecer sua esfera de influência”⁶. É apenas a partir a década de 1950 que a forma de relacionamento com o espaço público apresentará novas configurações, tanto na relação clero-leigo, quanto na relação clero-sociedade e leigo-sociedade⁷.

Outra forma que a IC encontrou para manter sua influência no espaço público a partir do período até agora tratado foi pelo sistema educacional. Dirigindo colégios e depois universidades, a

³ C.f. Pedro A. RIBEIRO DE OLIVEIRA. *Religião e dominação de classe*. 1985, p. 279-296.

⁴ *ibid.*, p. 315 ss.

⁵ C.f. Ângela R. PAIVA. *Op.cit.*, p. 98.

⁶ *Idem.*

⁷ *Ibid.* p. 113.

instituição católica pôde em muito apresentar suas linhas gerais para uma intelectualidade em formação. Na primeira parte de nossa república a sua influência mais contundente ocorreu com a conversão do brilhante intelectual Jackson Figueiredo (década de 1910) que ajudou na construção do Centro Dom Vital, a revista *A Ordem* e a Associação dos Universitários Católicos (AUC) (todas criadas na década de 1920) – esta última com vida rápida e com pouco influência na sociedade, apesar de vários membros da intelectualidade da época terem dela participado⁸. Ângela Paiva afirma que nesta época se configurou um novo impulso no catolicismo brasileiro, quando através daquelas iniciativas buscou-se propagar no meio intelectualizado as idéias católicas. Configurou-se aí um “um novo modelo de catolicismo militante [que] vai buscar o que havia de radicalmente mais conservador e ultramontano no pensamento da Igreja: a defesa da ordem, da hierarquia da autoridade religiosa, da educação guiada pelos princípios religiosos e controlada pela autoridade eclesiástica”⁹. De qualquer forma foi exitoso o projeto da IC quanto ao impacto que teve sob a sociedade brasileira, conseguindo formar parte da elite intelectual do país¹⁰. Procurava-se neste período recatolicizar o Brasil de ‘cima para baixo’¹¹.

Durante o período até então exposto a IC, de acordo com o estudo de Paiva, não teria “condições de promover qualquer impacto para a abertura da esfera social brasileira”¹², já que estava “preocupada com os alicerces da sua influência junto à elite brasileira”¹³. Mesmo que novos grupos fossem incorporados, as relações sociais da IC mativeram-se fechadas durante todo esse período. O ápice desse processo de inter-relação da IC com os grupos dominantes pode ser observado na constituição de 1934, quando a instituição passa a ser novamente reconhecida como a religião oficial do estado¹⁴, entretanto de uma forma diferente da que foi nos períodos colonial e monárquico com o sistema do padroado.

A partir da década de 1930 as atividades realizadas por Amoroso Lima, contando com o apoio de D. Leme, desenvolve uma nova forma de atuação católica no espaço público. De acordo com Della Cava foi “o profundo vazio político gerado pela Revolução de 1930 que transformou a Igreja numa força social absolutamente indispensável ao processo político”¹⁵. Nesse cenário, afirma o autor, D. Leme “colocou em ação, em escala nacional, incontável número de

⁸ C.f. Oscar BEOZZO. *Cristãos na universidade e na política*. 1984, p. 18.

⁹ C.f. Simon Schuartzman apud. Ângela R. PAIVA. Op. cit., p. 111.

¹⁰ C.f. Ângela R. PAIVA. Op. cit., p. 112.

¹¹ Ralph DELLA CAVA. *Igreja e estado no Brasil do século XX*. 1975, p. 11.

¹² C.f. Ângela R. PAIVA. Op. cit., p. 112.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Ralph DELLA CAVA. Op. cit. p. 13.

organizações de católicos leigos que, durante uma década, ele havia estruturado e ajustado”¹⁶. Dentre as organizações colocadas em ação deve-se mencionar a LEC (Liga Eleitoral Católica) criada em 1932 para a mobilização do eleitorado católico e endossar candidaturas afinadas com um programa mínimo estabelecido pela hierarquia católica; a Ação Católica Brasileira (ACB), que surgiu em 1935, e que constituiu-se como uma organização de leigos participantes dos apostolado hierárquico da Igreja cuja finalidade era ‘estabelecer o reino universal de Jesus Cristo’; e os Círculos Operários, fundada em 1932¹⁷.

Contendo-me em caracterizar as atividades da ACB, por se tratar de organização que durante as próximas duas décadas influenciariam a vida católica no Brasil, partilho da posição de Della Cava, que observando o contexto dos anos de 1930 vê a Ação católica “como uma forma histórica da inserção do catolicismo, num dado momento, nas sociedades modernas, cujos eixos organizacionais eram variantes da democracia e do capitalismo e cujo eixo sociológico contrapunha as classes médias aos aristocratas e trabalhadores”¹⁸. Uma variação importante da ACB em relação aos movimentos de leigos anteriores é a condição de participação do laicato de um sacerdócio no mundo, apesar da hierarquização do movimento, onde a missão dos leigos era o de servir a instituição católica. É nesse momento em que o laicato pôde inserir-se nas atividades religiosas no mundo, conjugando-as com suas atividades mundanas. A ACB vai formar grupos de leigos entorno de sua perspectiva de mundo desde entre os membros da elite ao campesinato.

Outra reviravolta ocorreria na IC a partir de 1945. Esta instituição que, no período varguista, conhecera um triunfo de seu reconhecimento de fato, a partir da referida data acima se caracterizaria pela “luta para manter a união de facto numa época de mudança social”¹⁹. Della Cava afirma a existência de uma crise dupla no catolicismo no começo deste período, o que se arrastou até a década de 1970. O autor afirma ser a primeira crise decorrente “da erosão do monopólio religioso do catolicismo brasileiro”, e a segunda, “que durou uma década (de 1942 a 1952), da liderança da Igreja em termos de seus quadros e organizações”²⁰. A hipótese de Della Cava é de que “a erosão do monopólio religioso do catolicismo significou a perda de quadros e membros [ao mesmo tempo que] os poderes da Igreja, derivados em parte do seu monopólio espiritual, vão diminuindo progressivamente”²¹. A fragilidade do sacerdócio, primeiro em termos de

¹⁶ Idid. p. 15.

¹⁷ Ibid. p. 16.

¹⁸ Ibid. p. 17.

¹⁹ Ibid. p. 20.

²⁰ Ibid. p. 21.

²¹ Idem.

qualidade, depois em termos de quantidade, o baixo número de leigos em atividades da igreja, inclusive no culto semanal, e a concorrência com outras expressões religiosas mais condizentes com a realidade de muitos brasileiros (principalmente o pentecostalismo) contribuíram para essa crise interna da religiosidade católica²².

Quanto a ACB, depois de anos de pleno êxito (anos de 1940-50), conheceu seu refluxo na década de 1960, menos por conta da crise que passava internamente o catolicismo do que por sua tentativa de mudança de estratégia na realidade brasileira, que gerou críticas por parte das elites desconfortadas com as posições tomadas por parte de movimento e a repressão por parte da hierarquia receosa em perder sua posição de prestígio nas camadas dominantes da sociedade. É dessa época que se inicia um relativo processo de esquerdização de movimentos ligados à ação católica. Muitos membros ligados ao movimento esforçavam-se por pensar cristianamente conforme as mudanças do tempo, sentindo-se necessitados em contribuir com as transformações que vinham ocorrendo na realidade brasileira em uma época de industrialização, urbanização e desenvolvimentismo.

É a adesão de parte do movimento às filosofias e práticas tidas como de esquerda que levaram a condenação de suas atividades por parte dos órgãos do governo após o golpe de estado pelos militares em 1964, bem como por parte da hierarquia eclesiástica²³. De acordo com Ribeiro de Oliveira “o golpe militar, em 1964, instaura o regime de Segurança Nacional, leva[ndo] a Igreja a frear seu processo de renovação interna”²⁴. O autor ainda afirma que os dirigentes eclesiásticos, “buscando colaborar com os novos ocupantes do poder público (...) sacrificam as lideranças e entidades que mais tinham avançado nas propostas sociais e políticas”²⁵. Uma série de clérigos e leigos são enquadrados em acusações de subversão por parte do governo militar, não demonstrando a hierarquia nenhuma reação em relação a esses acontecimentos²⁶. Após a instauração do novo regime “em dois ou três anos a ‘esquerda católica’ esta[ria] reduzida a ruínas: muitos fazem uma

²² Ibid. p. 31.

²³ O conflito de parte do laicato com a hierarquia era contundente àquela época. Apesar de alguns clérigos terem mantido o apoio aos movimentos leigos “setores da Ação Católica são repreendidos por autoridades eclesiásticas, que vêm nas posturas dos jovens cristãos uma adesão ao socialismo, implicando, necessariamente, um afastamento da ortodoxia católica. Espoucam alertas aos católicos sobre as ‘perigosas incursões comunistas, principalmente no meio rural e no estudantil’. A imprensa de orientação conservadora apóia e se solidariza com a Igreja quando seus pronunciamentos seguem essa via de orientação”. Cândido Procópio de CAMARGO, Beatriz SOUZA, Antônio Flávio PIERUCCI. *A Igreja Católica: 1945-1970*. 1974, p. 372.

²⁴ Pedro A. RIBEIRO DE OLIVEIRA. *Estruturas de igreja e conflitos religiosos*. s/d, p. 43

²⁵ Idem.

²⁶ Ibid. p. 44.

crítica radical à Igreja e, desiludidos com ela, rejeitam qualquer ligação institucional; a maioria, mesmo conservando sua prática religiosa, se desarticula”²⁷.

A década de 1960, apesar de ser um momento de desarticulação de uma igreja progressista, encontrara na não correspondência do novo regime com a IC a necessidade de um novo direcionamento da prática católica e também de inserção no espaço público. Atritos entre hierarquia católica e regime militar tomaram corpo no final daquela década, fazendo com que a própria IC fosse colocada como suspeita de infiltração comunista e repreendida pelo regime²⁸. Mas dessa vez a IC “ao invés de dobrar-se às pressões (...) adquire maior capacidade de resistência, fazendo diminuir suas divergências internas”²⁹. Superando as crises no final da década de 1960 “a Igreja volta-se agora para uma pastoral mais próxima dos setores populares e sai em defesa das vítimas da repressão político-militar”³⁰.

É importante frizar que, sofrendo impactos, já na década seguinte, dos debates ocorridos no Concílio Vaticano II (realizado na década de 1960), a IC percorrerá um outro caminho no espaço público, substituindo a concordada (que nas décadas posteriores a proclamação da república se constituía implicitamente) pela presença no meio popular (no caso das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs - e da Teologia da Libertação - TL) ou pela valorização da atuação do leigo (re)batizado no espírito santo (no caso da Renovação Carismática Católica).

Em relação às CEBs e à TL, o que se pleiteava era um novo jeito de ser Igreja³¹, sendo constituindo por “grupos nitidamente religiosos [que] se defin[iam] como grupos de contestação do catolicismo massivo que separava a mensagem evangélica da vida comunitária”³². Se auto identificava como Igreja da Libertação, propondo “uma ‘Igreja do Evangelho’ que contestava a ‘Igreja da Tradição’, uma Igreja de comunidade em oposição a uma Igreja de massa, um catolicismo de vida comunitária que critica a religião sacramentalista”³³. Separando conceitualmente CEBs e TL, pode-se compreender as primeiras como “um pequeno grupo de fiéis dedicado à oração, ao auxílio mútuo e à constituição de modalidade renovadas de solidariedade face aos atritos da sociabilidade competitiva e dissociativa predominantes no modelo econômico e social do País”³⁴. Quanto à TL, seu “procedimento metodológico funda-se em primeiro lugar em uma

27

Idem.

28

Ibid. p. 44.

29

Ibid. p. 45.

30

Idem.

31

Ibid. p. 48.

32

Idem.

33

Idem.

34

Cândido Procópio de CAMARGO, Beatriz SOUZA, Antônio Flávio PIERUCCI. Op. Cit. P. 380.

interpretação científica da realidade social, julgada, em um segundo momento, pelos padrões de libertação inscritos na vida do Cristo. Neste pensamento teológico se legitimam as prioridades da prática pastoral”³⁵. Durante as décadas de 1970-80 foi importantíssima as atividades desse movimento, que não bastasse se empenhar em atividades pastorais com ajuda aos necessitados e evangelização, também teve papel de destaque nas lutas pela restituição da democracia brasileira.

Já o Movimento de Renovação Carismática Católica (MRCC) aparece como movimento que dá ênfase às práticas religiosas emocionais e que prioriza a ação do crente renovado no mundo a partir da inspiração do Espírito Santo. O MRCC será um outro movimento de leigos que traz a pretensão de reorganização da Igreja, seja espiritualmente, organicamente ou estruturalmente³⁶. O MRCC não pretende ser apenas um movimento dentro da Igreja Católica, tendo por pretensão mudar a forma de viver o catolicismo de toda essa igreja. O MRCC é

“uma experiência pessoal e íntima de comunicação com Deus e seu objetivo é de torná-lo universal como experiência dentro da Igreja, tendo-se a necessidade de enfatizar o caráter de movimento espiritual acima de qualquer estrutura eclesial. O MRCC é uma corrente espiritual que salienta os dons do espírito santo, transformando-os em serviço e para isso cria e organiza toda uma estrutura para executá-los, estabelecendo uma racionalidade e burocratização dos carismas”³⁷.

O MRCC obterá êxito nas suas incursões no espaço público via mídia, política, universidade³⁸, entre outros, o que a converterá num importante instrumento de evangelização de dentro da IC, obtendo êxitos significativos nas suas estratégias de ação. No tocante à juventude e à universidade, terá o MRCC no Movimento Universidades Renovadas (MUR) aparelho eficaz na busca de espaço no meio acadêmico, permitindo ao movimento, na visão de um dos analistas no movimento, almejar criar “uma elite carismática de ponta”³⁹.

Quanto à presença religiosa no meio universitário neste último século, num primeiro momento, além da criação da AUC, pode-se vislumbrar a estruturação das primeiras instituições católicas de ensino superior. A AUC (criada em 1929) que “teve repercussão no movimento

³⁵ Idem.

³⁶ C.f. Brenda Carranza. *Renovação Carismática: origens mudanças e tendência* 2000, p. 20ss.

³⁷ Idem.

³⁸ Sobre a inserção do MRCC na mídia tem-se os trabalhos de Brenda CARRANZA. *Catolicismo em movimento*. 2004; *O catolicismo midiático*. 2006; Antônio M. Braga. *TV católica canção nova*. 2004; André Souza. *Igreja in concert*. 2005. A inserção no movimento na política é trabalhado por Emerson Sena da SILVEIRA. *Terços, santinhos e versículos*. 2005. Já a presença do MRCC na universidade é estudado por Eduardo GABRIEL. *A evangelização carismática católica na universidade*. 2005; Adilson Rodrigues NOBREGA. *Carisma e razão*. 2006. Alessandra ROSA. *Renovação carismática católica*. 2005.

³⁹ C. f. Eduardo GABRIEL.op.cit., p. 90.

religioso brasileiro e em seguida na Juventude Universitária Católica (JUC)⁴⁰ colocou ‘sangue novo no laicato brasileiro’⁴¹. Os auctistas colocavam as questões religiosas acima das questões políticas, fato inédito dentre os estudantes brasileiros. O que não significava que não se estussiasmassem por questões ligadas aos princípios democráticos e a bandeira constitucionalista. Santo Rosário afirma que apesar de uma relativa inclinação para o mundo política, esses jovens colocavam “acima da ‘cidade terrena’ (...) a ‘cidade de Deus’”⁴². Tinham como lema ‘pau e reza’. Nas palavras de Beozzo “rezar e combater definiam um pouco a luta destes primeiros estudantes que se declaravam obstinadamente católicos”⁴³. Traço marcante dos auctistas era o fato de terem por atividades principais os estudos de religião e filosofia⁴⁴. No decorrer dos anos de 1930 criaram uma revista chamada A Vida (1933-37), que veio a substituir a revista A Ordem. Beozzo ainda afirma sobre a AUC que as suas fileiras foram compostas por estudantes de várias faculdades e oriundos das classes altas da sociedade⁴⁵. Suas reuniões, prossegue o autor, eram geralmente desinteressantes, apesar de ter tido o movimento uma grande influência para despertar a vocação religiosa de muitos jovens, que optaram pelo caminho do sacerdócio a partir do movimento^{46 47}. Já as Escolas Católicas de Ensino Superior começaram sua estruturação em 1932 com Sobral Pinto, que neste ano havia criado o Instituto Católico de Estudos Superiores no Rio de Janeiro. Para Beozzo “o Instituto Católico no Rio de Janeiro inaugurava, pois, esta preparação cultural de nível superior, que abriria um estava nova no pensamento brasileiro”^{48 49}.

Uma nova forma de inserção no meio universitário se deu através da JUC (criada em 1935 como seção da ACB ligada à Juventude Masculina Católica). De acordo com Beozzo, ela atravessou por três fases: na primeira fase (1943-1950), que é a etapa preparatória para uma nova JUC, ela passa por novas influências com a chegada de padres canadenses e a volta dos padres brasileiros da França. Nessa época se multiplicou o contato com a JUC da América anglo-saxônica, a influência da Juventude Operária católica (JOC) e de seu método ‘ver, julgar, agir’; a segunda fase (1950-1960), etapa de organização, expansão e consolidação, se caracteriza pela influência das

⁴⁰ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 18.

⁴¹ C. f. Santo Rosário apud. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 24.

⁴² Ibid. p. 25.

⁴³ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 25.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ibid. p. 26.

⁴⁶ Ibid. p. 26-27.

⁴⁷ Dessa época também se pode encontrar referência à União dos Moços Católicos (UMC) – criada em Recife em 1928 - e à Juventude feminina Católica (JFC) – criada no Rio de Janeiro em 1932 -, que englobavam parcela da juventude brasileira e cuja atuação se estendia à sociedade em geral. C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 28.

⁴⁸ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 26.

⁴⁹ Em 1941 cria-se no Rio de Janeiro a Universidade Católica do Brasil (UCB). (Beozzo, p. 33).

idéias francesas que passam a ganhar espaço sobre a influência das idéias italianas, quando o centro de reflexão da JUC passa a ser o meio universitário; e a terceira fase (1960-1967), que é a etapa do engajamento no temporal e crise com a hierarquia, onde a JUC volta suas atividades para “os problemas da reforma da estrutura da universidade e do país”, originalidade de seu caminho, chegando à sua dissolução enquanto Ação Católica⁵⁰. De acordo com Mainwaring, a JUC que “começou como um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite (...) após a reorganização da ACB entre 1946 e 1950 (...) tornou-se mais autônomo (...) pass[ando] a ter maior envolvimento no movimento universitário e na esquerda e foi, em contrapartida, gradualmente mais afetada por esses movimentos”⁵¹. Sua relativa radicalização trouxe conflitos com a hierarquia e também com o estado pós 1964. Chegou a ter lideranças de seus quadros eleitos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), o que lhe trouxe mais problemas, culminando em sua dissolução em 1968^{52 53}.

A continuidade da IC no meio universitário se reconstituiria pela Pastoral Universitária (PU) – criada em 1968 -, que após as crises da década de 1960, buscará, a partir dos anos de 1970, inserção naquele espaço. Conforme Beozzo, um duplo caminho fora proposto pela IC para sua atividade pastoral no meio universitário. O primeiro caminho seria através da criação de instituições de ensino superior e o segundo caminho estaria na presença, no meio universitário, de grupos de fé e de apostolado⁵⁴. Para esse autor “a Pastoral Universitária devia levar à ‘criação de uma consciência crítica a partir de uma visão cristã da realidade, para a função existencial de o universitário transformar a situação’”⁵⁵. A implementação da PU encontrou dificuldades, pois os jovens interessados numa ação mais religiosa no mundo buscavam militar na pastoral da juventude⁵⁶. Beozzo, concluindo suas reflexões, ainda afirma que o cerne da vontade de evangelizar o ensino superior sempre esteve presente, mesmo no difícil período pós-1968⁵⁷. Um documento da PU demonstra bem essa vontade de evangelização universitária:

⁵⁰ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 35-36.

⁵¹ C.f. Scott MAINWARING. *A esquerda católica*. s/d, p. 84.

⁵² Ibid. p. 84-85.

⁵³ Tanto Beozzo [C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 105ss.) quanto Mainwaring (C.f. Scott MAINWARING. Op. cit. p. 85-87) afirmam que a dissolução da JUC levou parte de seus quadros a comporem um movimento denominado Ação Popular (AP), que apesar de não se declarar estritamente cristão, conservava influências oriundas das práticas dos jucistas, que foram incorporados a uma ideologia marxista e práticas de esquerda de intervenção e mudança social.

⁵⁴ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 133.

⁵⁵ Ibid. p. 137.

⁵⁶ Existe uma dissertação de mestrado que trata da história da pastoral da juventude no Brasil, desde os seus pressupostos históricos até os dias de hoje. C.f. Flávio M. SOFIATI. *Jovens em movimento*. 2004.

⁵⁷ C. f. Oscar BEOZZO. Op. cit. p. 137.

‘A partir das constatações refletiu-se e notou-se que o universitário está percebendo sua posição no contexto histórico em que vive, o que implica numa tomada de posição, sendo esta um compromisso, que será caracterizado pelas atitudes evangélicas de firmeza, esperança, e sinal de contradição, necessitando para isso de um grupo que sirva de base, o que implica na necessidade de um momento organizado de Pastoral Universitária’⁵⁸.

No início dos anos de 1990 um novo ator entra em cena, o MUR, que traz para dentro das universidades um modelo carismático católico de religiosidade, que dentro dela passa a ser operacionalizada simultaneamente às outras dimensões da vida acadêmica, como a ciência, a política e a formação profissional qualificada e especializada. A vida profissional é importante e o lócus de uma profissionalização altamente qualificada está nas universidades. Evangelizar esse meio é tornar possível obter profissionais cristãos e mais éticos no que tange ao exercício de uma profissão. Por outro lado a capacitação dada pela universidade leva geralmente, aos que por ela passam, a um posto de destaque na vida social depois de formados. O MUR é representante do MRCC nas universidades, sendo responsável pela manutenção de grupos de oração (GOU – grupo de oração universitário) e pela evangelização nesse meio. A proposta central defendida por este ministério (movimento) pode ser compreendida a partir do lema “unindo fé e razão”.

Pensando em continuidades e descontinuidades entre os movimentos católicos no último século, minha investigação definitivamente se desdobra para o entendimento das práticas religiosas carismáticas católicas no meio universitário, buscando compreender o fenômeno que aí se faz presente a partir da relação que julgam estabelecer entre fé e razão, conjugando com essas duas dimensões uma terceira, a religião. Esta última entendida em sua dimensão institucional, que no caso do MUR é expressado pelo catolicismo do MRCC, devendo-se, por conseguinte, compreender fé como dimensão de uma vivência espiritual católica e razão com o seu sentido racional empirista que é tomado nas sociedades contemporâneas.

⁵⁸ Ibid. p. 145.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O PLANO COLÔMBIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO
BRASILEIRO (1998-2002)**

Carlos Roberto Benjoi da Silva¹

1. Apresentação: A nova História Política

Trabalhar ou discutir o político na historiografia é ainda hoje tratar de um assunto delicado. Fonte de muitas discussões e críticas em parte do meio acadêmico, a história política vem sendo alvo de críticas desde o início do século XX. Assim, esta pequena análise introdutória tem como objetivo discutir alguns dos aspectos da história política hoje, bem como elencar quais foram algumas das críticas recebidas ao longo do séc. XX.

Se pensamos que a história nasceu com os gregos, também temos que remeter a estes a construção de “uma narrativa de certo tipo de ações heróicas ou humanas dignas de serem lembradas”². De um modo geral, esta foi a forma mais utilizada para se escrever história até o início do séc. XX. Esta forma de escrita, identificada como positivista ou tradicional, privilegiava os grandes acontecimentos, bem como os grandes heróis, agindo, pois com uma forma de se preservar a memória.

Até o final do séc. XIX a “(...) história política permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear (...)”³. A história trabalhava para os grandes reis e heróis, e principalmente por isso foi o alvo das críticas que ela recebeu a partir da fundação dos *Annales* em 1929.

¹ Mestrando em História pela UFMT/ bolsista CAPES.e-mail: benjoinohistoria@gmail.com

² FALCON, Francisco. História e Poder: In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p 62.

³ REMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ª edição. p 17

Com o advento dos *Annales* novas propostas foram colocadas para os historiadores. A partir deste momento novos documentos passaram a ser utilizados, deixando-se de lado - ou utilizando-se não somente - os documentos oficiais. Novos olhares também passaram a fazer parte dos objetos de estudo renovados e ampliados, ou seja, não se pensava mais somente nos "grandes heróis ou grandes feitos", dava-se sim, um olhar para os "pequenos", uma história "vista de baixo" passou a existir. Desta forma, a historiografia tradicional estava recheada de defeitos, ela era "(...) elitista anedótica, individualista, factual, subjetiva..."⁴. Assim, o político acabou sendo deixado de lado ou relegado a segundo plano pelos historiadores que passaram a desenvolver suas reflexões no âmbito do econômico e do social.

O retorno ao político só foi possível após uma reflexão profunda acerca de seus estudos. Das críticas recebidas ao longo dos anos, passou-se a pensar em uma forma renovada de se tratar o campo da política. Neste ponto devemos atentar nossos olhares para o fato de que, a partir dos anos 1970, uma certa crise epistemológica atingiu a História em seus aspectos teóricos e metodológicos. Nesses anos o estruturalismo passou a ser criticado amplamente e, mais do que nunca,⁵ a História passou a se relacionar com suas ciências vizinhas. Desta aproximação e desta crise nasceu a história cultural e juntamente com ela a nova história política.

René Rémond destacou-se entre os defensores deste retorno ao político e sua obra "Por uma história Política", é ainda uma fonte bastante utilizada nas discussões do político hoje. Esta obra, escrita e organizada por Rémond e contando com mais 11 historiadores, visa demonstrar ao meio acadêmico as discussões teóricas da nova história política.

Então, do que se trata esta nova história política? Quais suas inovações? Respondendo-nos estas perguntas Rémond deixa bem claro que "não é a mesma política, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma política, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada"⁶. Visando se redescobrir, a história passou então a se articular com outras ciências, como a sociologia, a ciência política, a lingüística e a psicanálise. Essa aproximação trouxe consigo novos conceitos teóricos e novas técnicas de investigação. Assim, rebatendo as antigas críticas, a história política (reformulada),

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova "velha História": O Retorno da História Política. In: *Estudos Históricos*, Volume 05, nº 10. Rio de Janeiro, 1992. p 265-271. p 01.

⁵ Embora não devemos esquecer que esta aproximação já tinha sido elencada por Braudel.

⁶ REMOND, René. O Retorno do Político. In: Chauveau, A. e Tétard, Ph (orgs). *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 51-60. p 58.

passou a tratar de outros pontos antes por ela ignorados, como a história dos processos políticos, dos partidos, da mídia e das relações internacionais.

Em busca de uma “cultura política”, a história política passou a trabalhar com outras fontes, com novos olhares, dando-se a perceber não somente os “grandes heróis”, mas também, aqueles que trabalham por trás destes. Estuda-se hoje o eleitor, o candidato, as eleições e o governo, aumentando-se os limites do estudo, não se reduzindo a história política ao acontecimento. Segundo Rémond “(...) a história do político pode também incluir o estado das estruturas (...) ela pode ser uma história de longa duração”⁷. Ela pode observar quais foram os componentes que junto levaram ao fato / acontecimento.

Neste retorno do político, outro fator a só destacar é a volta das antigas fontes oficiais pois, segundo Pesavento: “mais do que em outros campos, foi possível retornar às mesmas fontes com outros olhos, formulando novas questões”⁸. Assim, pode-se observar elementos antes ignorados e passou-se a confrontar estas fontes com outras, ampliando-se ainda mais o leque de discussões. Todos estes fatos e inovações demonstram que o estudo do político tem muito ainda para contribuir com a historiografia cultural e suas implicações científicas.

Ainda no âmbito do político, destaca-se também a renovação de um campo de estudos que vem ganhando gradativamente mais espaço na historiografia brasileira. Trata-se dos estudos voltados para a História das Relações Internacionais e do qual este trabalho faz parte. Com as mudanças paradigmáticas ocorridas ao longo do século XX e já consolidadas no alvorecer do XXI, torna-se cada vez mais importante conhecer o “outro”, haja vista que vivemos num mundo no qual as distâncias foram diminuídas drasticamente e no qual também os fenômenos tendem a se repercutir de forma cada vez mais forte, tendendo a não respeitar as linhas imaginárias traçadas nos mapas geopolíticos desenhados há dois séculos ou mais. Nesse texto iremos, portanto, discutir alguns elementos relacionados à história recente de um país vizinho e que em muito afeta o Brasil.

2. *O conflito colombiano: guerrilhas, paramilitares e drogas.*

⁷ Idem. p 54.

⁸ PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 2ª ed., p. 76.

No âmbito das relações entre os países da América do Sul, a Colômbia é um país preocupante e de forte discussão. A sociedade colombiana, na maior parte do século XX, teve sua história atrelada a um caótico sistema de violência civil. A disputa interna pelo poder comandada pelos dois principais partidos colombianos, o Conservador e o Liberal, vitimou milhares de almas ao longo dos anos e acabou por afundar o país em uma realidade de crueldade e sangue. Estas constantes disputas levaram ao surgimento de grupos armados que levantavam-se contra o governo⁹. No início dos anos 60, o Estado colombiano, presenciou o nascimento daqueles que nos próximos anos se apresentariam como os novos protagonistas do conflito. Surgidos como uma alternativa revolucionária, nesse período da história colombiana emergiram do interior do país alguns movimentos guerrilheiros de esquerda, que colocaram ainda mais calor, no já quente contexto colombiano.

Em 1964¹⁰, inspirado pela linha marxista-leninista soviética, surgiu no território da Marquetália as Forças Armadas Revolucionárias – Exército do Povo (FARC-EP). Em seu início as FARC-EP tiveram o apoio do Partido Comunista Colombiano (PCC) em suas incursões, recebendo armas e suprimentos para iniciar seus ataques. Liderada por um de seus fundadores, Manuel Marulanda, as FARC-EP são consideradas a maior guerrilha colombiana, com um contingente de aproximadamente quinze mil homens.

Outra guerrilha de forte influência na Colômbia é o Exército de Libertação Nacional (ELN)¹¹. Ainda na ativa, o ELN foi fundado no ano de 1965, também como resultado da opressão do governo colombiano e do contexto internacional da Guerra Fria. Teve suas operações concentradas no Departamento de Santan - Castanho e teve como principal foco de ataques as pequenas cidades e seqüestros. O ELN soma com um contingente de aproximadamente cinco mil homens.

As guerrilhas colombianas apresentadas aqui, assim como outras que hoje já encerraram suas atividades, atingiram seu ápice de influência e ataques a partir do final dos anos 70¹² e início dos anos 80, com o crescimento do mercado mundial de drogas. Este mercado ilegal se apresentou como alternativa de renda tanto para a guerrilha,

⁹ BONFIN, Luiz Otavio Sales. *A Política Externa dos EUA e o Combate ao Narcotráfico na Colômbia (1997-2002)*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 59.

¹⁰ COMISSÃO INTERNACIONAL. *FARC-EP: Esboço Histórico*. Colômbia: S. ED. 1998. p. 16 a 20.

¹¹ CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977. p. 72.

¹² LÓPES, Javier Ocampo. *História Básica de Colômbia*. Bogotá: Ed. Placa e Janes, 1994. p. 310.

quanto para os camponeses pobres que viviam na Colômbia. Neste momento surgiram naquele país os famosos Cartéis de Cali e de Medellín que, organizados como grandes empresas passam a exportar para todo o mundo a produção de droga (principalmente cocaína) que produzem nas selvas colombianas.

Neste caso, o governo colombiano acusa as guerrilhas de também obterem lucro do comércio de drogas, colaborando com os plantadores de coca. Em resposta a essa acusação, as FARC dizem que somente recebem uma *taxa* (imposto) dos plantadores, para que esses possam continuar a produzir em seus territórios¹³.

Como já comentado, nos anos 80, os ataques das guerrilhas às cidades e às fazendas tiveram seu ápice. Para combater esses ataques, foram criados na Colômbia, financiados pelo governo e por grandes fazendeiros, alguns grupos paramilitares. Esses grupos têm como maior objetivo defender as pequenas cidades e as grandes fazendas dos ataques guerrilheiros. Nos anos 80, esses grupos eram muitos, mas em 1997, foram unidos em um único grande grupo por Carlos Castano, formando-se assim as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC)¹⁴. Com um contingente de aproximadamente 13 mil combatentes, a AUC é acusada de cometer sérios crimes contra a vida e direitos humanos. Segundo vários autores a AUC está longe de ser um grupo anti-guerrilha, não tem mais o apoio do governo, nem dos fazendeiros e também sobrevive de taxas cobradas à força dos plantadores de coca.

3. *O conturbado Plano Colômbia e suas implicações*

No ano de 1998, o conflito colombiano conheceu uma nova fase. Neste ano assumiu o governo Andrés Pastrana, que logo no início de seu mandato apresentou ao povo colombiano e ao mundo, um pacote de metas que visavam diminuir a tensão no país. Este grande projeto, denominado Plano Colômbia¹⁵, previa extinguir total ou parcialmente os conflitos armados colombianos e ainda retirar da Colômbia a fama de um dos maiores produtores de coca do mundo.

No que se refere à guerrilha, o Plano Colômbia, propõe uma volta às tentativas de paz há muito tempo estagnadas e passa novamente a negociar com a guerrilha. Como

¹³ VÉLEZ, Manuel Marulhada. *FARC-EP: Esboço Histórico*. Colômbia. S. ED. 1998. p. 16-20.

¹⁴ *Paramilitares*. Disponível em: <http://dossiers.publico.pt>. Acesso em: 05/08/2006.

¹⁵ VILA, Rafael Duarte e OSTOS, Maria Del Pilar. As Relações Colômbia, Países Vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, julho-dezembro, 2005. p. 93 a 101.

forma de se mostrar interessado em negociar, o presidente Andrés Pastrana chega até a ceder autonomia sobre uma parte do território para as FARC¹⁶.

Retirando deste território todo contingente militar oficial, o Presidente Andrés Pastrana faz desta área, uma zona desmilitarizada e a transforma em um território neutro apto para as negociações. No caso das plantações de coca e sua transformação em cocaína, o Plano Colômbia propõe uma troca destas plantações ilícitas por culturas agrárias legais. De acordo com o plano, seria oferecido aos camponeses plantadores de coca, alternativas e financiamentos que os levassem a substituir suas culturas, acabando ou pelo menos diminuindo o tráfico de drogas no país.

Apresentado principalmente como uma alternativa de paz com a guerrilha e como alternativa de substituição das plantações ilegais, o Plano Colômbia, idealizado por Andrés Pastrana e seus ministros, além de ambicioso é de alto custo. Ora, como substituir um mercado tão lucrativo como o do tráfico de drogas, sem oferecer nada em troca para aqueles que dele sobrevivem? Desta forma, todos os processos do Plano Colômbia foram avaliados em 7,5 bilhões de dólares. Este montante, segundo Andrés Pastrana, seria conseguido de duas formas principais¹⁷:

1. 4 bilhões – seriam conseguidos pelo próprio governo colombiano através de financiamentos e empréstimos de bancos privados e privatizações de empresas estatais.
2. 3,5 bilhões – conseguidos com a ajuda de países que se interessassem em doar recursos para com o Plano Colômbia, ajudando a eliminar males comuns a todos.

Deste que lançou o Plano Colômbia, o presidente Andrés Pastrana, buscou de todas as formas conseguir apoio internacional para o plano. Esse apoio foi buscado em sua maior parte com países como Estados Unidos da América, da União Européia, Japão e Canadá, que segundo o governo colombiano, são os maiores consumidores de drogas produzidas no país. Desses países citados acima, apenas Espanha com 100 milhões, Noruega com 20 milhões (ambos da União Européia) e Estados Unidos com

¹⁶ Idem, p. 91 a 92.

¹⁷ INSTITUTO DE ESTUDO SÓCIO-ECONOMICOS. *Plano Colômbia: perspectivas do Parlamento Brasileiro*. Brasília, 2002. p. 13 a 15.

1,32 bilhão ajudaram o governo colombiano financeiramente¹⁸. Destes, foi a ajuda norte americana a que causou maior discussão.

Em 2000¹⁹, o Congresso norte-americano aprovou e o então presidente, Bill Clinton, sancionou uma ajuda de custo inicial de 1,3 bilhões de dólares para o Plano Colômbia. Desta primeira ajuda, cerca de 80% foram destinados ao aumento do contingente militar colombiano, principalmente no que diz respeito ao combate diretamente às guerrilhas e, indiretamente, aos narcotraficantes. Sobre a entrada dos Estados Unidos no contexto do Plano Colômbia, muito se tem discutido nas relações internacionais sobre quais motivos que levaram os Estados Unidos a interferir no Plano. O que se tem concluído destas discussões é que a produção de coca na Colômbia interfere na sociedade americana.

Do total de cocaína consumida anualmente nos Estados Unidos, 90% são provenientes da Colômbia, e mais, a cada ano aumenta sua venda de heroína para os Estados Unidos, já sendo um importante fornecedor²⁰. Além disso, os produtos químicos fornecidos aos traficantes colombianos, são em sua maioria conseguidos ilegalmente nos Estados Unidos.

A partir dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, outro leque nos interesses americanos sobre a Colômbia se abriu. Em sua caminhada contra o terror, o já presidente George W. Bush passou a reconhecer as guerrilhas colombianas como grupos terroristas²¹, aumentando ainda mais a militarização do Plano Colômbia, incentivando assim um maior ataque contra as guerrilhas. Um fato a se comentar acerca da influência norte-americana na Colômbia, diz respeito aos países que fazem fronteira com aquele país. A Colômbia divide seus limites com o Brasil, a Venezuela, o Peru, Equador e Panamá, estes países olham com receio tudo o que esta acontecendo do lado vizinho, principalmente por dois fatores a citar:

A partir do momento do ingresso dos Estados Unidos no Plano Colômbia, passa a ser usado um forte herbicida chamado glifosato no extermínio das plantações de coca²². Este herbicida com alto poder de ação, é aplicado com o uso de pequenos aviões que espalham o produto pelas plantações, acabando com elas com uma surpreendente

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ O Conflito Armado na Colômbia. Disponível em: www.ensino.eb.br/lee/publicacoes.htm. Acesso em: 30/08/2006. p. 08.

²¹ A tabela dos grupos se encontra em: CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 144 a 145.

²² *Operação Cavalo-de-Tróia*. Disponível em: www.oquintopoder.com.br/arquivo/soberania/0010.htm. Acesso em: 13/09/2006.

velocidade. Entretanto, juntamente com as plantações de coca, outras culturas agrícolas também são extintas, muitas delas produtoras de alimentos para a subsistência dos camponeses pobres plantadores de coca. Esse é um fator preocupante, pois com a extinção das culturas legais e ilegais de suas terras, esses pequenos produtores, assim como os grandes fazendeiros de coca, se vêem obrigados a migrar para outras regiões, abrindo novas frentes produtoras²³. Ao migrar cada vez mais para o interior do país, o camponês colombiano pode atravessar voluntária ou involuntariamente a fronteira colombiana, adentrando em território estrangeiro. Essa hipótese vem causando grande preocupação nos países vizinhos à Colômbia, pois estes alegam não ter condições de receber os chamados “refugiados de coca” e que além disso esses refugiados quando migram, acabam por derrubar áreas de preservação. Quanto a questão do glifosato, um outro ponto é de relevante importância, principalmente ao Brasil. A aplicação ilimitada de veneno nas plantações de coca, podem ter várias consequências ao futuro do frágil ecossistema amazônico. A Colômbia e o Brasil se limitam especificamente na chamada “Amazônia Legal”, e a aplicação do glifosato pode acabar por poluir as nascentes de importantes rios amazônicos que nascem na Colômbia, como os Rios Japurá, Iça e Solimões por exemplo. Além do mais, a área de fronteira entre o Brasil e a Colômbia é pouco vigiada (na verdade de difícil vigilância), o que facilita a entrada de refugiados para o território brasileiro.

O segundo fato relevante à influência americana, vem da militarização do Plano Colômbia. A partir da entrada dos Estados Unidos, a violência civil na Colômbia se agravou. Com o aumento dos ataques militares contra a guerrilha, o número de mortos diários resultados do conflito chega a aproximadamente 14²⁴, o que fere todos os protocolos de direitos humanos. Tudo isso, ainda contando com o fato de que, ao se sentir acuada pelas forças militares, a guerrilha (assim como fazem os camponeses), migram para outras partes do país, inclusive atravessando fronteiras colombianas, adentrando o território vizinho. Por exemplo, foram descobertos acampamentos das FARC-EP no Equador, assim como alguns contingentes guerrilheiros no Brasil e na Venezuela.

²³ RIPPEL, CF Mário Pereira. O Plano Colômbia como Instrumento da Política Norte-americana para a América Latina e suas consequências. Disponível em: www.mar.mil.br/egn/revistaegn/junho2006/planocolombia.pd. Acesso em: 04/09/2006. p. 92 a 95.

²⁴ MENDONÇA, Maria Luisa e CAVALLARO, James. *Perigos do Plano Colômbia*. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/planoscolombia.html. Acesso em: 21/10/2006.

Como vimos, o conflito armado na Colômbia já se arrasta por vários anos e, ao que parece, está longe de acabar. O Plano Colômbia, da forma como foi idealizado no governo de Andrés Pastrana já não é o mesmo.

Quanto às relações entre o Brasil e o conflito colombiano, o governo brasileiro desde o início do Plano Colômbia não se mostrou favorável a uma solução militar para o conflito. Ao contrário, o Brasil se apresentou favorável a uma solução pacífica e se colocou como um possível intermediário da proposta de paz²⁵. Quanto à fronteira Brasil x Colômbia, coube ao governo brasileiro aumentar a vigilância na área de fronteira, fazendo com que assim o país não se torne foco de possíveis incursões guerrilheiras.

Nesse sentido, a Colômbia, por suas características relacionadas ao narcotráfico e à existência de grupos guerrilheiros em atividade é um problema para a América do Sul como um todo e para o Brasil, principalmente para a região amazônica. Em particular, refugiados, relações entre guerrilha (no caso as FARC), narcotráfico e o crime organizado no Brasil, transformam as relações entre os dois países em cruciais para o encaminhamento de questões delicadas e que estão diretamente relacionadas à segurança brasileira, tanto na área de fronteira como nos principais centros urbanos do país.

BIBLIOGRAFIA:

- BONFIN, Luiz Otavio Sales. *A Política Externa dos EUA e o Combate ao Narcotráfico na Colômbia (1997-2002)*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. Dissertação de Mestrado.
- CHALIAND, Gerard. *Mitos Revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1977.
- COMISSÃO INTERNACIONAL. *FARC-EP: Esboço Histórico*. Colômbia: S. ED. 1998.
- FALCON, Francisco. Historia e Poder: In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Nova "velha História": O Retorno da História Política. In: *Estudos Históricos*, Volume 05, nº 10. rio de Janeiro, 1992.

²⁵ Ver nota nº. 17.

- HILÁRIO, Janaina Carla S. Vargas. História Política-cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. In: *História Unisinos*, volume 10, nº 02 – maio/agosto. São Leopoldo – RS, 2006.
- INSTITUTO DE ESTUDO SÓCIO-ECONOMICOS. *Plano Colômbia: perspectivas do Parlamento Brasileiro*. Brasília, 2002.
- LÓPES, Javier Ocampo. *História Básica de Colômbia*. Bogotá: Ed. Placa e Janes, 1994.
- MENDONÇA, Maria Luisa e CAVALLARO, James. *Perigos do Plano Colômbia*. Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/planocolombia.html. Acesso em: 21/10/2006.
- O CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA. Disponível em: www.ensino.eb.br/lee/publicacoes.htm. Acesso em: 30/08/2006.
- PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 2ª ed..
- REMOND, René. O Retorno do Político. In: Chauveau, A. e Tétard, Ph (orgs). *Questões para a História do Presente*. Bauru: Edusc, 1999. p. 51-60.
- REMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIPPEL, CF Mário Pereira. O Plano Colômbia como Instrumento da Política Norte-americana para a América Latina e suas conseqüências. Disponível em: www.mar.mil.br/egn/revistaegn/junho2006/planocolombia.pd. Acesso em: 04/09/2006.
- VILA, Rafael Duarte e OSTOS, Maria Del Pilar. As Relações Colômbia, Países Vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, julho-dezembro, 2005.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

“Porto Alegre carnavalesca”: o entrudo através do olhar imagético

Caroline P. Leal¹

Resumo: O presente artigo visa analisar o entrudo - uma das formas mais populares de se brincar o carnaval em Porto Alegre - em fins do século XIX, através de uma imagem, enfatizando suas possíveis representações e finalidades.

Palavras-chave: carnaval-entrudo, imagens.

A partir do último quartel do século XIX, Porto Alegre passou a viver entre os meses de fevereiro e março uma disputa acerca da verdadeira forma de se brincar o carnaval: por um lado estava o entrudo - costume de origem ibérica no qual o objetivo era molhar e sujar o adversário – de outro, o carnaval das sociedades, que se diziam representar o verdadeiro carnaval. Dessa forma, este artigo tem o objetivo de analisar a forma como essa disputa perpassou a sociedade porto-alegrense através da análise de uma charge publicada no jornal *O Século*.

¹ Mestranda em História pelo PPG da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.



Na figura em questão, o autor está retratando esta polêmica, muito em voga na época, que aparece com frequência nos jornais: a disputa entrudo x sociedades.

As tradicionais sociedades carnavalescas, Esmeralda e Venezianos, tinham sido criadas com o objetivo de abolir o entrudo dos hábitos da cidade. O entrudo era uma brincadeira que há tempos vinha sendo “perseguida”. Atacado de grosseiro, rude e perigoso, já em 1837 tinha sido proibido pelo Conselho Geral, mas continuava a encantar os foliões. Somente a epidemia de cólera, nas décadas seguintes, fez com que sua popularidade baixasse. E isso não durou muito tempo, tendo a brincadeira voltado com força total na década de 70.

No ano 1873, portanto, a Sociedade Carnavalesca *Esmeralda Porto-alegrense* e a Sociedade Carnavalesca *Os Venezianos* foram fundadas. Entre os esmeraldinos encontravam-se modestos funcionários públicos, comerciantes, major da Guarda Nacional, moços relativamente pobres: empregados públicos, estudantes, intelectuais. Já os venezianos eram pertencentes às famílias mais abastadas, membros do alto comércio e pessoas ligadas a atividades financeiras e empresariais.

Ambas sociedades foram motivadas pelo propósito de se acabar com o entrudo, pois agora sim, Porto Alegre passaria a ter o “Carnaval”. Segundo Lazzari, para a maioria dos cronistas locais o carnaval (das Sociedades) representava todos os valores positivos, enquanto o entrudo era o reflexo de todos os males. Era preciso se construir uma nova imagem ideal para o carnaval. Imagem essa, que refletisse o bom gosto, o bom senso, o refinamento e sofisticação da cidade que estava a se modernizar.

Entre seus objetivos estava a intenção em atrair as mulheres para outro tipo de festejo carnavalesco, festejo esse que não fosse imoral como era o entrudo. Lazzari ressalta que “embora as sociedades Esmeralda e Venezianos tivessem nascido como iniciativas masculinas, uma de suas principais motivações consistia em atrair e conquistar o gosto feminino para este novo tipo de folguedo e, assim, oferecer uma alternativa ao entrudo, mais controlada e menos perigosa”². Vejamos a citação do jornal *Correio do Povo*:

“Eu já não quero falar nesta liberdade de que nos apossamos de entrar por qualquer casa alheia, e ir até o quintal para molhar a sinhá, as velhas e as meninas, até que nos deitam nalguma gamela, cedendo à força de frágeis mãozinhas que nos seguram e nos roçam.

*O brinquedo tem outros mil atrativos, e dá lugar a episódios burlescos, aconchegos ternos, a que empreguemos com toda a sem-cerimônia um dos nossos cinco sentidos, coisa que nos é inteiramente proibida nos tempos comuns.”*³

Vemos nas palavras do jornalista, o quanto a imprensa apresentava o entrudo como uma brincadeira perigosa, onde a moral das moças e conseqüentemente das famílias estava sendo arriscada. Isso também está presente na figura, pois como afirma Burke, as imagens “[...] freqüentemente, tiveram seu papel na ‘construção cultural’ da sociedade, são testemunhas dos arranjos sociais passados e acima de tudo das maneiras de ver e de pensar do passado”⁴. Estão muitas vezes relacionadas a acontecimentos e episódios que marcam aquele determinado período, por isso “[...] o significado das imagens depende do seu contexto social”⁵.

Em nossa figura, homens e mulheres estão se deliciando com o jogo do entrudo. Aparecem cinco casais espargindo águas de suas bisnagas um no outro (o homem na mulher e vice-versa). Um dos casais está a se beijar, outros dois estão com os corpos entrelaçados, numa postura um tanto quanto indecorosa para a época, evidenciando o quanto esse jogo permitia o contato corporal entre homens e mulheres. Por ser ela uma representação devemos atentar para o fato de que enquanto imagem ela

²LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001, p. 111.

³ Idem.

⁴ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 324, p.20.

⁵ Ibid, p. 225.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

dá “acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo”⁶, pois sendo arte ela “é uma fonte que diz sobre o seu momento de feitura e não sobre o tempo do narrado ou figurado”.⁷

Com apenas essas referências, entretanto, não podemos afirmar se o autor está querendo demonstrar apoio, negação, deboche ou outro tipo de sentimento em relação ao carnaval porto-alegrense. Contudo, na extremidade inferior está escrito: “o entrudo, que é simplesmente um pretexto, já começa com todo o seu furor. Olho vivo, paes de família; olho vivo!”. Isso, segundo Flores, é uma característica peculiar das charges, pois esta é “um texto usualmente publicado em jornais sendo via de regra constituído por quadro único. A ilustração mostra os pormenores caracterizadores de personagens, situações, ambientes, objetos. Os comentários relativos à situação aparecem por escrito”⁸ Assim, a expressão icônica atrelada à escrita pode nos clarear um pouco mais sobre as intenções e pensamentos do autor. Flôres, ainda argumenta que:

“A charge é um interessante objeto de estudo por aquilo que mostra e diz de nós mesmos e do mundo em que vivemos, contribuindo, além disso, para moldar o imaginário coletivo[...], o conteúdo da charge desnuda a reação ao status quo. [É um] tipo de texto sui-generis que mostra e conta, ao mesmo tempo, os conflitos sociais. [...] Sua temática versa, em geral, sobre o cotidiano – questões sociais que afligem, irritam, desgostam, confundem”⁹.

Datada do ano de 1880, a nossa charge parece ser um alerta aos pais de família ao mesmo tempo em que é um deboche aos usos e costumes dos porto-alegrenses e da defesa moral feminina. Reflete o pensamento de seu autor sobre questões que estavam em evidência naquele período: o entusiasmo da população ao divertir-se com o “atrevido” entrudo e a possibilidade de burla, para as moças, da vigilância paterna e atitudes que em dias normais não eram permitidas.

Apesar disso, não se pode afirmar que ela tenha exercido algum tipo de influências sobre seus destinatários, se essa imagem foi percebida da forma como o autor queria, pois “[...] os produtores de imagens não podem fixar ou controlar seus

⁶KERN, Maria Lúcia. Tradição e Modernidade: a imagem e a questão da representação. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n.2, p.236, dezembro de 2005.

⁷PESAVENTO, Sandra. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos, Arte e História*, n. 30, 2002/2, p.1.

⁸FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002, p.14.

⁹Ibid, p.11.

significados, embora tentem muito arduamente fazê-lo, seja por meio de inscrições ou outros meios,”¹⁰ caso que parece ser o que aconteceu na figura em questão.

As imagens, muitas vezes, cumpriram também um papel pedagógico, sendo uma forma de “educar” a população a partir de ideais vigentes de certo grupos da sociedade. Segundo Kern “a imagem artística foi também utilizada por suas potencialidades pedagógicas e de expressão de poder, desde a antiguidade até o mundo moderno, quando a arte começou a ser desfrutada pelo prazer estético que ela produzia e cultuada como obra-prima”.¹¹

Nesse caso, pode ser que a imagem pretendesse vincular uma idéia oriunda de parte da incipiente burguesia porto-alegrense, que queria um carnaval culto e sofisticado e não mais o atrevido entrudo e seus contatos corporais, e, através dela (da imagem), educar, clarear para os demais as ameaças entrudescas. Mas como saber realmente seus objetivos? Para a Antropologia Visual, compreender a circulação, recepção da obra e os sentidos atribuídos a ela são de vital importância, pois a linguagem imagética não possui um significado universal. Para tentar entendê-la é preciso relativizá-la, é necessário perceber as funções sociais que essas imagens exercem, pois como afirma Kern “a imagem não pode ser pensada pelo conceito de imitação oriundo do mundo clássico, já que ela se constitui como representação, estruturada por conceitos e pela acepção que o artista tem do mundo, por suas intenções ou aquelas do encomendante da obra e pelo uso social da mesma”¹².

Dessa forma, é mister sabermos quem foi seu autor, pois como vimos ao analisarmos imagens é cogente apreender o contexto social onde foram elas elaboradas, o testemunho dela “necessita ser colocado no ‘contexto’, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante)”¹³. Inserido nesse conjuntura está a participação do autor da obra, portanto, é necessário entender que o artista pega os dados do exterior e os interpreta, por isso não se pode pensar a arte como um espelho da realidade, pois além de tudo nela está presente a intenção do autor. O que queria ele com essa obra? Foi ela encomendada por outrem?

¹⁰ BURKE, p. Op. Cit, p.223.

¹¹ KERN, M. Op. Cit, p.17.

¹² KERN, M. Op. Cit, p.18.

¹³ BURKE, Peter. Op. Cit, p.237.

A charge foi feita por Araújo Guerra, publicada no periódico *O Século*, de propriedade de Miguel Werna¹⁴. Esse era um jornal ilustrado, de edição semanal, que costumava publicar anedotas maliciosas e escandalosas para as famílias da burguesia local e dedicado em criticar os costumes da cidade.

Miguel Werna, e Bilstein, seu proprietário, nasceu em 1850 e faleceu aos 46 anos. Membro de uma família ligada a aristocracia imperial, desde 1877 dedicou-se ao jornalismo. Foi um dos fundadores da Sociedade Parthenon Literário e era filiado ao Partido Conservador. Publicou *O Século* de 1880 a 1893.¹⁵ Em editorial publicado em janeiro de 1882, Miguel Werna anuncia que:

*“a tiragem de seu jornal é de 2000 exemplares e declara alguns de seus princípios: afirma não fazer jornalismo partidário, mas informa sua ligação ao partido conservador e sua repulsa aos liberais; declara que respeita o lar doméstico e o cidadão digno, mas castiga com ‘estrongosas gargalhadas’ os hipócritas e mentirosos”*¹⁶.

Com isso podemos entender um pouco mais quais eram os propósitos e intenções com a publicação da charge: uma sátira, com “estrongosas gargalhadas”, à hipócrita burguesia porto-alegrense, que apesar de exaltar as sociedades carnavalescas e mal falar o entrudo continuava a praticá-lo. Segundo Lazzari “ a própria vulgaridade que descrevia no jogo do entrudo representava, no seu modo de ver, a verdadeira moralidade dos novos ricos, a qual fazia questão de expor ao escárnio público”¹⁷. Note-se que as pessoas que estão brincando o entrudo na charge, com suas cartolas e vestimentas, são nitidamente elementos de uma classe mais abastada, de quem se esperaria o comedimento do carnaval das sociedades, e não as burlas e a licenciosidade do entrudo, que deveria “civilizar” e “educar” o restante da população através do carnaval *chic*, elegante e sofisticado das sociedades. Porém não era isso o que ocorria. Ao invés de ser o entrudo eliminado, ele continuava a motivar os foliões, não só os

¹⁴ A imagem foi retirada do livro de Athos Dasmascenos, citado na bibliografia. Nele não continha informações a respeito do tamanho, largura, destaque dado a imagem na página. Isso, infelizmente, prejudicará a presente análise.

¹⁵ Cf. Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: guia histórico, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, 2ª edição

¹⁶ LAZZARI, A. Op. Cit, p.119.

¹⁷ Ibid, p.120.

populares, como a *hight society* porto-alegrense. Em alguns jornais publicavam-se apelos para que os associados da Venezianos e Esmeralda tivessem “pelo menos, a delicadeza de não levarem bisnagas para os bailes...”¹⁸, o que demonstra que apesar de conseguir conquistar o gosto dos porto-alegrenses o novo carnaval não conseguiu efetivar o maior de seus propósitos: eliminar o entrudo. Vejamos a citação:

*Temos observado em tôda parte esse fato: quanto maior é o entusiasmo verificado nas festas carnavalescas, menor é o uso da bisnaga e, sobretudo do feio emprego do balde d'água. Aqui em Porto Alegre, entretanto, o que se vê desmente a regra: O Carnaval e o Entrudo fazem par e é difícil dizer-se qual o que mais domina, pois até nos bailes realizados pelas nossas sociedade, apesar dos prévios avisos e severas recomendações, a bisnaga se ostenta com toda a energia*¹⁹.

Miguel de Werna não era um apoiador do entrudo, mesmo porque fora um correto sócio da Esmeralda. A linguagem de seu jornal, maliciosa e por vezes até ferina, provocava desconforto e polêmica entre as “boas famílias” da capital. Entretanto, segundo suas palavras:

*“Nunca escrevemos com intenção de que nossas palavras possam ter uma interpretação pouco decente; relatamos fatos que nos pareceram espirituosos ou, quando menos, merecedores de atenção pela sua originalidade. (...) Quanto a essas pessoas pudicas que se constituíram em nossas censoras aconselhamos que não consintam que suas famílias leiam o Século; ofende-lhes a pudicícia a leitura e isto pode-lhes causar grande mal. Leiam de preferência o Primo Basílio ou a Nana; são leituras moralíssimas e por isso muito próprias para tais famílias...”*²⁰

O que ele estava fazendo, portanto, era também refletir, através da imagem, questões que faziam parte do cotidiano, das polêmicas e das diversões daquela sociedade, ou de grupos sociais pertencentes a ela.

Tentou-se, nesse trabalho, deste modo, demonstrar o quanto a visão de mundo do autor da imagem e de seu encomendante estava concernente com as preocupações sociais de Porto Alegre, principalmente com o *status* referente a forma de se brincar o

¹⁸ FERREIRA, Athos Damasceno. *O Carnaval pôrto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970, p.45.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *O Século*, 19 de fevereiro de 1882.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

carnaval. Sua expressão, através da charge, está em acordo com as polêmicas publicadas nos periódicos em circulação - termos como grosseiro e atrevido eram utilizados pela imprensa da capital riograndense para designar a brincadeira. Nota-se que essa é a forma que Araújo Guerra representa o entrudo: os casais a se beijar, com um sentido de licenciosidade e atrevimento; enquanto em outro a mulher está caindo no chão, por causa da brincadeira agressiva e violenta. Isso não quer dizer que essa idéia seja algo presente em todos os segmentos da sociedade. Se alguém de uma classe social inferior se deparasse com a imagem atribuiria a ela os mesmos significados que um membro da burguesia? Talvez não, pois essa era uma polêmica das classes mais abastadas, que queriam extinguir o entrudo e instaurar o carnaval culto e elegante, prevenindo possíveis “escapadelas” femininas. Mais uma vez, vemos que a recepção das obras depende também das visões de mundo do receptor, que as interpretará de acordo com os seus conceitos, símbolos e experiências, pois a imagem artística “tem a potencialidade de informar mais a respeito dos modos de pensamento de um grupo social do que sobre fatos”²¹.

Além disso, tentou-se ratificar que o entrudo, a despeito das críticas que recebia em função da sua libertinagem e por não ser uma brincadeira digna para as “filhas do Rio Grande”, era um costume muito comum mesmo entre as pessoas das classes mais abastadas – que as sociedades carnavalescas não conseguiram extirpar -e que era constante alvo de ataques conservadores e moralistas, tendo através da representação nos permitido “ ‘imaginar’ o passado de forma mais vívida”,²² pois como afirma Pesavento “seja como confirmação, negação, ultrapassagem, transformação, inscrição de um sonho, fixação de normas e códigos, registro de medos e pesadelos, exteriorização de expectativas, a arte é um registro sensível no tempo, que diz como os homens representavam a si próprios e ao mundo”²³.

Referências Bibliográficas

²¹ KERN, M. Op. Cit, p.18.

²² Ibid, p.17.

²³ PESAVENTO, S. Op. Cit. p.1.

- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FERREIRA, Athos Damasceno. *O Carnaval pôrto-alegrense no século XIX*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.
- FLÔRES, Onici. *A leitura da charge*. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992, 2ª edição.
- KERN, Maria Lúcia. Tradição e Modernidade: a imagem e a questão da representação. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n.2, dezembro de 2005.
- LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.
- PESAVENTO, Sandra. Este mundo verdadeiro das coisas de mentira: entre a arte e a história. *Estudos Históricos, Arte e História*, n. 30, 2002/2.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A nova história cultural francesa e a historiografia brasileira: influências, desafios
e perspectivas na atualidade**

Catarina de Oliveira Buriti / UFCG
catyburiti@yahoo.com.br

A nova história cultural francesa corresponde a um dos novos paradigmas historiográficos que emergiram na década de 1960. Entre o final da década de 1960 e meados de 1970, houve uma abertura para as novas temáticas culturais, no entanto, as formas de abordá-las, em um primeiro momento, são todas herdadas do período imediatamente anterior, da chamada “Era Braudel”. Foi o momento denominado de “quantitativo no terceiro nível”, expressão que designa o uso da quantificação ao nível das temáticas culturais. Essa tentativa de abordar a cultura das sociedades através de métodos quantitativos gerou, já em meados dos anos 1970, diversas reações, pois logo se percebeu que não fazia sentido tentar mensurar temáticas inseridas nesse âmbito. Nesse contexto, o olhar do historiador se apropria dos métodos etnográficos com vista a apreender as práticas simbólicas ao nível do cotidiano. As obras de Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby e Jacques Le Goff possibilitam reflexões em torno das influências dos historiadores da terceira geração dos Annales sobre a historiografia brasileira das últimas décadas, atentando para os desafios que ainda lhe são impostos, como escrever história em um estilo literário e prazeroso e dialogar com a antropologia histórica para compreender os fenômenos significados e interiorizados pela própria sociedade.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**Uma terceira margem para o Ocidente: a historiografia sobre a China na tradição dos
Annales**

Prof. Dr. José Otávio Aguiar¹
Catarina de Oliveira Buriti²

RESUMO: O trabalho enfoca a contribuição de Marcel Granet e seus colaboradores para a formação de um grupo de sinólogos no âmbito dos estudos que envolveram a formulação da proposta historiográfica dos Annales. Acompanhando a influência desses sinólogos na obra de autores como Fernand Braudel, pretende-se estabelecer relações que toquem a gênese do conceito de Economia-Mundo. A escassez de trabalhos traduzidos para o português serve de incentivo na produção de sínteses que visem suprir uma lacuna didática facilmente detectável em nossos cursos de graduação em História no Brasil. Na Universidade Federal de Campina Grande, um grupo de alunos e professores, reunidos a partir de uma iniciativa do Prof. Dr. José Otávio Aguiar tem se empenhado na produção de sínteses didáticas que pretendem atender a essas demandas. O trabalho ora apresentado reúne parte do que se tem produzido no Grupo de Estudos Orientais, que, em tempo gerou projeto homônimo no PIBIC, do qual Catarina de Oliveira Buriti é Bolsista. De forma mais modesta, pretende-se, também, escrever uma história da historiografia francesa sobre a China.

Palavras-chave: Sinologia, Historiografia, Teoria

O título deste projeto parafraseia o livro sobre os povos sul-americanos organizado por Adalberto Novais, *A outra Margem do Ocidente*.³ Buscamos, assim, detectar o que seria, na ordem de expansão e incorporação a um universo novo de significações, uma terceira margem, e escolhemos como ponto de apoio aquelas três nacionalidades que figuram de forma incipiente nos programas de ensino médio nacionais, revestindo-se, entretanto, de especial interesse para a atual geopolítica mundial: Japão, China e Índia.

O Oriente Distante exerceu uma enorme presença na formação da imagem que a Europa ocidental construiu a respeito de si mesma. Desde a antiguidade, os contatos entre a China da

¹ Doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professor Adjunto da Unidade Acadêmica de História e Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Estudante do Curso de Lic.e Bach. em História pela UFCG e Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFCG/CNPq

³ Cf. NOVAIS (1999).

Rota da Seda e o mundo clássico Greco-Romano, alimentavam curiosidades e ambições das mais variados matizes. A Civilização Helenística, um emaranhado de reinos e impérios espalhados entre a Índia e o Oriente Médio, divididos entre os antigos generais alexandrinos, havia conduzido a cultura grega até as margens do Ganges. Entretanto, foi entre os séculos XVI e XIX, que um esforço intelectual interpretativo construiu uma imagem do Oriente para uma nova Europa que se expandia pelo Atlântico, se aventurava pelo Pacífico e adentrava o Índico, fundando entrepostos avançados de sua cultura naquelas que, na expressão etnocêntrica do historiador ambiental Alfred Crosby, seriam, as *neoeuropas*.

Os contatos estreitos entre o Império Ultramarino Português e os Mundos Japonês, Chinês e Indiano entre os séculos XV e XIX, tem sido objeto de interesse recente por parte de uma historiografia colonial partida de centros acadêmicos do Sudeste. Assim, avalia-se, historicamente, as repercussões comerciais, as influências lingüísticas, as aclimações de espécies botânicas e animais e até uma quase diáfana presença da arte marcial dos chineses pobres plantadores de chá que vinham de Macau sobre os jogos que, antes se cria, tão exclusivamente afro-brasileiros, da Capoeira.

É interessante observar que essa atenção ao papel do Oriente Distante em nossa sociedade parte, em grande medida, de um aumento da exposição de atualidades econômicas e culturais a respeito desses países nas mídias escrita e televisiva. Afinal, como nos lembrava Marc Bloch em seu *Metier D' Historian*, a história é sempre filha do seu tempo, lança ao passado interrogações que partem de inquietações de nosso presente.

O crescimento do potencial de consumo das populações da China e da Índia no mercado internacional, a destruição dos ambientes naturais desses dois países, resultante do modelo de expansão por eles adotado, a postura do Japão pós 1970 em relação às políticas ambientais, o controle das emissões de CO₂ e a legislação asiática em relação à destruição da camada de ozônio e ao aquecimento global, tem sido temas constantes dos noticiários, ocupando também, a ordem do dia entre as discussões dos cursos e colóquios de Relações Internacionais. Não obstante este fato, constatamos uma quase ausência destes conteúdos nos programas de história do ensino médio estadual na cidade de Campina Grande.

O Curso de Graduação em História da UFCG, vinculado que é ao Centro de Humanidades, vem mantendo, há alguns anos, uma política de incentivo às iniciativas de

pesquisa e extensão que venham a suprir uma certa carência de experiência didático-pedagógica de nossos alunos. Buscando avançar para além dos limites dos muros do Campus, procuramos estender às escolas estaduais e particulares com as quais estabelecemos parcerias, projetos que visem dialogar com os livros didáticos, as políticas educacionais, a inclusão ou exclusão de certos conteúdos programáticos, etc. Assim, no ano de 2006, a disciplina de História Medieval Oriental, ministrada pelo Prof. Dr. José Otávio Aguiar, que é, simultaneamente, coordenador de Pesquisa e Extensão da UAHG, ofereceu orientação a uma oficina no conhecido Colégio Particular Motiva cujo tema era *Os Samurais e a contribuição do Japão Para a Cultura da Guerra*.

O mesmo Professor mantém, atualmente, um grupo de estudos em História Oriental, que, se reunindo quinzenalmente, promove a leitura comentada dos clássicos da historiografia sobre Japão, a China e a Índia. O Grupo de estudos é freqüentado por professores de História do Ensino Médio de Colégios Estaduais como o Estadual da Prata. Estes professores têm manifestado considerável interesse em desenvolver uma parceria didática com nossa Unidade Acadêmica, já que, nosso curso de Graduação oferece, atualmente, três disciplinas que enfocam estudos orientais, quais sejam: História Antiga Oriental, História Medieval Oriental, História Moderna Oriental. Observamos que a ausência de referência mais atenta a esses temas nos cursos de ensino médio na cidade de Campina Grande não se deve, em absoluto, à sua irrelevância histórica e geopolítica, mas, primordialmente, à falta de material didático acessível e conhecimentos a respeito por parte dos professores. Este pequeno ensaio resume algumas tentativas de tradução e varredura bibliográfica realizadas no âmbito dos estudos realizados pelo grupo de estudos. Mais particularmente, enfocamos aqui a China e a trajetória do interesse pela sua história no âmbito dos estudos acadêmicos franceses. Uma pergunta inicial seria: Qual a influência dessa tradição historiográfica sobre a formação teórica da chamadas *École des Annales*?

2- De Durkheim a Marcel Granet: o pioneirismo francês nos estudos históricos e sociológicos sobre a China.

O estudo da história e da mentalidade chinesa foi realizado de forma pioneira no Ocidente pelo sociólogo, sinólogo e historiador francês Marcel Granet (1884-1940). Em 1904,

Granet entra na *École Normale Supérieure*. Discípulo de Durkheim, interessado pelos estudos sobre o feudalismo, parte para a China onde estudou o sistema feudal chinês introduzindo o método sociológico na sinologia moderna. De volta à França, torna-se o diretor dos estudos sobre as religiões do Extremo Oriente na *École Pratique des Hautes Études* e foi professor na Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas e Co-fundador do *Institute des Hautes Études Chinoise*.

Entre suas principais obras, podem ser destacadas: *La religion des Chinois* (1922), *La civilisation Chinoise* (1929) e *La Pensée Chinoise* (1934). A análise das obras de Marcel Granet leva-nos a perceber que o mesmo antecede em décadas as inovações trazidas pela Escola dos *Annales* a partir de 1929 pelos fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, entre elas a tentativa de escritura de uma história das mentalidades levada a efeito por este último, ao propor-se estudar a mentalidade religiosa durante o renascimento, e pelo primeiro, que ao realizar um estudo da crença popular no chamado “milagre régio”, fornece uma metodologia antropológica para se estudar os rituais que os reis seguiam para exercer o poder de cura. A originalidade das obras de Marcel Granet reside no fato de não se limitar apenas à descrição dos fatos – tão em evidência na época que precede o movimento dos *Annales* – que embora sejam, evidentemente, indispensáveis, Granet percebeu que eram insuficientes para fazer “compreender” uma civilização. Daí a sua preocupação em tentar revelar os estados de espírito e a mentalidade dos camponeses do período feudal chinês. Assim como os fundadores dos *Annales* viriam propor posteriormente, no ambiente de Estrasburgo, a elaboração de uma história crítica e que dialogasse com outros campos de saber como a etnologia, antropologia, geografia, psicologia, etc., Marcel Granet propunha-se inaugurar uma história crítica da China ao criticar os Ocidentais por contar a história dessa sociedade sem assinalar o seu caráter dogmático e por não se esforçarem em assumir uma atitude crítica de distinguir nas tradições, o verdadeiro e o falso.⁴ Segundo Granet, os documentos sobre a China não revelavam o menor dos fatos históricos e não permitiam descrever o lado material da civilização chinesa. Ignoravam os pormenores das guerras e das intrigas políticas, os usos administrativos, as práticas econômicas, o modo de vestir, etc., mas em troca possuíam inúmeros testemunhos preciosos sobre as diversas atitudes sentimentais ou teóricas que foram adotadas na China, em meios diferentes, a respeito do costume, da riqueza, da arte administrativa, da política ou da guerra.

⁴ Granet, Marcel. *A civilização chinesa*. Rio de Janeiro: editions Ferni, 1979.

Marcel Granet, em *A Civilização Chinesa* afirma que não é impossível aprofundar-se no conhecimento da China se limitasse sua tarefa a definir um conjunto de atitudes que caracteriza o sistema social dos Chineses da antiguidade. Essa obra se depara com “A China Antiga na época dos Han”, buscando encontrar as grandes linhas da evolução política que conduz à criação do império Chinês, de maneira bastante audaciosa, apropriando-se de narrativas extraídas de epopéias, de romances ou de poemas históricos. Aqui, mais uma vez, vemos semelhanças com os estudos realizados pelos pioneiros do movimento dos Annales, tanto Febvre que toma uma obra literária como fonte, “Gargantua e Pantagruel” de Rabelais, para estudar as mentalidades dos renascentistas, o que era bastante inusitado para uma época em que o que predominava era a tradição erudita.

Marcel Granet, mais do que escrever a história de um Estado, ou mesmo de um povo, pretendia escrever a história da China como a de uma civilização ou, antes a de uma tradição de cultura. Seu interesse principal seria talvez, mostrar como a idéia de civilização pôde, numa história tão longa, realçar de maneira quase contínua, a idéia de Estado. É um pouco nessa perspectiva que o medievalista Marc Bloch ao estudar a crença popular no poder de cura dos taumaturgos, revela que isto se constituía em uma base de sustentação do poder monárquico e que os próprios reis eram conscientes de que tinham em suas mãos um instrumento de consolidação, fortalecimento e perpetuação do poder. Bloch descreve em sua obra *Os reis Taumaturgos* como esta prática se deu ao longo do tempo: entre os séculos XIII e XVIII, até no XIX ainda era alimentada esta crença. Nessa obra, Bloch realiza uma contribuição à história das idéias de monarquia.

Nesse contexto, vale ressaltar que a mais conhecida crítica em relação à Escola dos *Annales* tem sido a sua pressuposta negligência à política, uma crítica que a revista parece confessar por levar em seu título o lema “economias, sociedades, civilizações”. Entretanto, embora haja razão neste argumento, deve-se levar em consideração que Marc Bloch em *Os Reis Taumaturgos* contribuiu para a idéia de monarquia e também em *A sociedade feudal* incluiu um longo capítulo sobre o feudalismo como uma forma de governo. No caso de Febvre, a crítica é mais procedente, pois se dedicou com maior ênfase à história das religiões e das mentalidades. Em Braudel, deve-se notar que a seção do Mediterrâneo dedicada às estruturas

inclui capítulos sobre impérios e a preparação para a guerra. É a história dos acontecimentos políticos e militares por ele rejeitada em razão de ser a mais superficial espécie de história.⁵

Mas além de dar sua contribuição à história política, Marcel Granet também enfatiza aspectos da história da sociedade chinesa e, principalmente, do pensamento e da mentalidade dos chineses.

Para Granet, é provável que a civilização chinesa date de uma antiguidade remota; é possível que sua história apresente mesmo uma continuidade e pode ser que a China possa ter possuído, muito antigamente, uma espécie de homogeneidade. A historiografia tradicional chinesa defende que a sociedade tenha sido perfeita desde a origem, no tempo em que os fundadores da civilização tradicional manifestavam sua Santidade. A idéia de que o príncipe, apenas pelo cumprimento dos ritos, consegue governar os costumes e policiar o mundo, corresponde a um ideal que, sem dúvida, não seria uma invenção recente. No entanto, percebe-se que se trata de um ideal purificado: seria desejável, por isto, conhecer profundamente sua formação e sua história. Para a doutrina ortodoxa, este ideal seria um dado, um fato importante.⁶

Aspectos relevantes da vida dos camponeses da China feudal são ressaltados em *A Civilização Chinesa*, na qual Granet apresenta o modo de vida, costumes, organização social do trabalho, comportamentos, ritos, hábitos alimentares e formas de pensamento, as tradições, os mitos e tabus presentes naquela sociedade. Através da análise das diversas temáticas e aspectos da vida social abordados por este sinólogo, já é possível perceber algumas das idéias que viriam a ser defendidas pelos *Annales*, movimento que combateria a história reducionista e que privilegiava os “figurões” ou grandes personalidades da política e os assuntos diplomáticos, o que era típico de certa tradição historiográfica privilegiada até a emergência da Escola dos *Annales*.

Com relação à forma como garantiam sua sobrevivência, Granet afirma que os chineses, desde os primeiros dias conhecidos de sua história, aparecem como um povo de agricultores. Sem dúvida era da cultura dos cereais que viviam os antigos chineses. É interessante ressaltar que Granet não se limita apenas às características da vida dos povos chineses, mas também ressalta

⁵ Cf. Peter Burke. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997, p. 100.

⁶ Granet, 1979, p. 229.

aspectos do cotidiano de populações que, ao seu lado, eram consideradas bárbaras. Pois bem, o que se percebe quando é que quando este autor relata o modo de obtenção de sobrevivência por parte dos chineses, também atenta para o fato de que esses outros povos que também habitavam aquele território também extraíam da agricultura seu sustento. Mas cultivar o solo não era tarefa fácil para aquelas populações. Em razão das difíceis condições do preparo do solo, a vida agrícola teve, desde o princípio, uma espécie de caráter urbano. Os camponeses chineses levavam uma vida monótona e dura, desbravando a natureza, refazendo seus campos, eram obrigados a tirar de terras restritas, que defendiam contra os bárbaros, todos os produtos necessários à vida de um grande agrupamento. Desde o início da sedentarização e da civilização camponesa, o trabalho agrícola, que exigia uma mão-de-obra considerável, fez-se num espaço restrito e, por assim dizer, em baluartes bloqueados.⁷

Marcel Granet também atentou para a forma como os chineses realizavam a divisão do trabalho, destaca o papel que as mulheres desempenhavam na economia daquela sociedade: os primeiros campos eram reservados às plantas têxteis. Ali era o domínio das mulheres, das tecelãs. Os tecidos que produziam cânhamo ou seda, constituíam a principal riqueza de moeda. Abaixo estavam as culturas masculinas, principalmente os campos destinados aos legumes secos, depois os campos de cereais e, mais tarde, os quadrados de terra reservados ao arroz. Havia na China uma tendência atual à especialização de culturas por regiões apropriadas. Nos tempos antigos, cada cantão procurava produzir tudo a fim de que a subsistência do grupo fosse assegurada. Para dirigir bem essas diversas culturas, era necessário praticar a divisão do trabalho e adotar uma espécie de nomadismo limitado. As tecelãs nunca deixavam a aldeia e seus pomares, mas os lavradores deviam passar todos os dias úteis nos campos de cereais. Tinham cabanas onde dormiam, fiscalizando constantemente suas colheitas. Do alvorecer à tarde, eles trabalhavam duramente. O único momento bom era o das refeições. Crianças e mulheres traziam-nas em cestas e eles comiam fazendo festas a suas esposas.⁸

Aqui se percebe a contribuição de Marcel Granet no que se refere ao estudo das relações de trabalho, da economia, ao cotidiano das populações camponesas da China feudal e, ao longo de toda sua obra, também são encontradas referências às práticas sexuais desses povos, fato que

⁷ Idem , p.242.

⁸ Ibidem, op. cit.

destaca a forma como esse autor inova as temáticas ao estudar a sociedade chinesa, abordando as multidimensões da vida social. Fato que evidencia a influência deste sinólogo no âmbito dos estudos que envolveram a formulação da proposta historiográfica dos *Annales*.

Mas para além dessas abordagens, devem-se destacar ainda os mitos, tabus, concepções do sagrado, emoções, filosofia, gestos, hábitos e costumes representados e interiorizados pela sociedade chinesa. Entre eles, ressalta-se as grandes festas populares realizadas a tempos regulares para devolver a alegria de viver aos camponeses cansados dos “duros labores cotidianos” e daquela “vida monótona e dura”.⁹ Instituições sociais como a família e o casamento também foram temas abordados pela historiografia francesa da época sobre a China. Nos tempos feudais, este seria considerado como um dos emblemas de acordos políticos, devendo não só aproximar os sexos opostos como famílias diferentes.

3- Da teoria à “empíria”: diálogos

Nas últimas quatro décadas, a disciplina de história foi profundamente renovada e vieram à tona, de forma criativa, os chamados paradigmas emergentes que implicaram na rejeição das certezas absolutas, muito embora, dentre eles, nem todos tenham abandonado o campo das representações, com exceção daqueles que, marcados por injunções pós-estruturalistas, tenderam para um relativismo extremo, defendendo que não há nenhuma possibilidade de que a escrita da história se dê como uma reconstituição da experiência temporal e que não há nenhuma capacidade cognitiva de explicação do mundo.

Nesse contexto, a historiografia recente passa por uma forte tensão entre aqueles que, mesmo renovando a disciplina, não abandonaram certa noção de verdade histórica, muito embora essa noção já não se traduza em termos de uma verdade absoluta, mas em termos de verdades verossímeis, que implica em não abandonar o campo das representações e buscar uma possível aproximação do real – dentre estes, destacam-se a micro-história italiana, a história cultural americana, a nova história francesa e a história social inglesa – e os que pensam essa renovação com base em uma rejeição total à idéia de verdade, como é caso de Michel Foucault que, com base na perspectiva pós-estruturalista, desenvolveu o método da arqueogenealogia do saber/poder. (ARANHA, 2004).

⁹ Ibidem, p. 259-260.

O diálogo entre a historiografia francesa e o Oriente Distante é tão antigo quanto a Revolução Historiográfica que deu origem à chamada *École des Annales*. Marcel Granet, o sinólogo clássico que se destacou como colaborador de primeira hora na obra de Marc Bloch, foi autor dos até hoje essenciais *O Pensamento Chinês* e *A Civilização Chinesa*.¹⁰ Sanjay Subramanian, historiador Indiano da atualidade, reuniu, em sua obra, boa parte do que, até hoje se produziu sobre os contatos culturais e as transculturações que permearam as relações entre a Índia Colonial e O Império Ultramarino Português. Jay Sakashita, historiador das religiões japonesas, contribuiu de forma significativa para o acréscimo da discussão em torno da história Cultural Japonesa.

¹⁰ Ambos contam com traduções brasileiras, embora, o último, editado pela Editora Brasiliense na década dos anos de 1970, já seja edição esgotada: Cf. GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês**. São Paulo: Cia das Letras, 1998; GRANET, Marcel. **A civilização Chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

5. Referências

BLANCO, Lucien. **Ásia Contemporânea**. Siglo XXI Editores, História Universal Siglo XXI, Madri, 1976.

BRASÃO, Eduardo. **Apontamentos para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China: 1516-1753**. Lisboa: Ag. Geral das Colónias. Divisão de Publicações e Biblioteca, 1949.

BROWN, Joe David. **Índia**. Time Incorporated, Nova Iorque, 1961.

CALDEIRA, Carlos José. **Apontamentos d'uma viagem de Lisboa á China e da China a Lisboa**. Lisboa: Typographia de Castro & Irmão, 1853.

GRANET, Marcel. **O Pensamento Chinês**. São Paulo: Cia das Letras, 1998

_____. **A civilização Chinesa**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São paulo: Companhia das Letras, 2002.

INGRAM, Paul. “Budismo – Japão” in: Bowker, John (org.). **O livro de ouro das religiões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

KURE, Mitsuo. **Samurai – an illustrated history**. Boston: Tuttle publishing, 2002.

Paulo, n.6, março de 2002.

SAKASHITA, Jay. “Religiões japonesas” in: Bowker, John (org.). **O livro de ouro das religiões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SPENCE, Jonathan. **Em busca da China moderna : quatro séculos de história**. São Paulo : Comp. das Letras, 1996.

SPENCE, Jonathan D. **Emperor of China: self-portrait of K'ang-shi**. New York: Vintage Books, 1998.

CORDIER, Henri. **Histoire générale de la Chine et de ses relations avec les pays étrangers depuis les plus anciens jusqu'à la chute de la dynastie Mandchoue : depuis l'avènement de Tao Kuang (1821) jusqu'à l'époque actuelle** (vol. IV). Paris : Librairie Paul Geuthner, 1921

DU HALDE, Jean Baptiste. **Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'Empire de la Chine et de la Tartarie Chinoise**. Paris : chez P. G. Le Mercier, 1735

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A Nova História Militar:
uma discussão acerca do recrutamento militar no Brasil Imperial**

Cesar Eugenio Macedo de Almeida Martins¹

Os trabalhos referentes aos temas militares, não necessariamente, são fruto de pesquisas nos quartéis ou órgãos das Forças Armadas. Obviamente, é de se supor que nessas instituições exista uma vasta documentação a ser explorada. Entretanto, as fontes militares podem ser encontradas em vários arquivos (municipal, estadual, nacional). Desta forma, diversos estudos têm revelado o potencial que esta nova abordagem pode oferecer. Neste sentido, a Nova História Militar propõe uma visão mais abrangente, relacionando as questões militares com a sociedade, a política e a cultura em questão. Utilizando dessa perspectiva, discutiremos algumas pesquisas que tem como foco principal o recrutamento militar no século XIX, dando ênfase no período da Guerra do Paraguai. Assim sendo, acreditamos que a análise do recrutamento militar pode oferecer um caminho para entender o funcionamento do Estado Imperial Brasileiro, bem como a visualização das ações dos indivíduos inseridos naquela realidade. Tal abordagem pode produzir resultados significativos para a compreensão da formação das representações de poder e de regulamentação da sociedade brasileira no século XIX.

No século XIX a história militar perpassava por memórias pessoais e trabalhos de vícios literário. Percebemos tal conotação ao verificar a “não padronização” desta modalidade acadêmica. A história era feita por autodidatas, como podemos visualizar no exemplo de um oficial poeta baiano, com o nome de Ladislau dos Santos, que publicou volumes sobre a guerra de Independência da Bahia. A Guerra do Paraguai também foi foco de vários livros de memória bem como objeto de relatos de numerosos viajantes estrangeiros que por lá passaram e contribuíram para a escrita da guerra. Assim sendo, a história militar emergiu como gênero somente partir de 1890 com o fortalecimento institucional do Exército².

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (2007).

² Ver Castro, Izecksohn, Kraay (2004: 11-15).

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 1

Até a metade do século XX a história militar esteve atrelada ao Exército e às convicções de nação que esta instituição almejava. Nestes primeiros tempos, a história militar era feita na maioria das vezes por oficiais militares, que incentivados pelo Exército, usavam a pena em vez das armas para a modelagem da Pátria. A reconstrução de guerras, heróis, personagens era habitualmente usada, como podemos observar ao depararmos com a vasta biografia sobre Caxias. Para organizar estes trabalhos de forma metódica, em 1937 é fundada a Bibliex (Biblioteca do Exército Editora). A Bibliex teve grande papel na divulgação de obras militares e até os dias de hoje distribui seus livros e manuais. Porém, a história militar contida nos números da Bibliex ainda reflete a história tradicional das primeiras décadas do século XX. Alguns esforços foram e são feitos na busca por novas interpretações do papel das militares na história do Brasil³.

Neste sentido podemos citar a obra de Nelson Werneck Sodré *História Militar do Brasil* (1965), uma interpretação marxista da história militar no Brasil e sua visão otimista e revolucionária desta instituição. Outras obras acerca do assunto são raras neste tempo, ainda mais levando em consideração o Golpe de 1964 e a instauração da Ditadura. Neste tempo, a grande parte dos trabalhos dos historiadores não tinha por objetivo específico a análise da instituição militar e seu papel na história do Brasil, revelando em seus estudos, limitada presença de assuntos militares.

O Golpe Militar de 1964 influenciou de maneira decisiva a historiografia militar. Com os militares no poder as pesquisas no campo social e político não tiveram liberdade acadêmica ampliada. A censura e a pressão exercida pelos militares fizeram com que os estudos se distanciassem dos temas referentes à instituição militar. Todavia, no período da Ditadura alguns estudiosos apresentavam avanços em pesquisas sobre o assunto como Jonh Shulz (que apresentou um trabalho sobre o papel do Exército na queda de Dom Pedro II - 1971) e Jeanne Berrance de Castro (que apresentou uma pesquisa sobre a Guarda Nacional – 1971)⁴.

Com o fim do regime militar houve um entusiasmo para a pesquisa histórica. O novo regime democrático possibilitou análises mais profundas sobre temas delicados, como a participação e o papel dos militares na história do Brasil. Novas visões e atuais enfoques historiográficos e metodológicos possibilitaram uma ampliação da visão dos historiadores militares, que partiram pra interpretações mais dinâmicas e complexas, evitando o

³ Ver Castro, Izecksohn, Kraay (2004: 15-16).

⁴ Ver Castro, Izecksohn, Kraay (2004: 17-22).

reduccionismo, a história tradicional e política das Forças Armadas. Esta nova perspectiva influenciou os estudos a partir de 1990⁵. Uma nova história militar do Brasil se desenhava, fruto do próprio momento histórico de redemocratização e de uma maior influência da história social, da antropologia e de visões pós-moderna sobre os estudos militares. Desta forma, muitos pesquisadores, tanto brasileiros quanto brasilianistas surgiram, renovando a história militar brasileira com seus estudos, definindo novas diretrizes e possibilidades históricas e historiográficas para trabalhos que abordasse o tema em questão.

Vários documentos nunca antes pesquisados foram manuseados trazendo a tona outras abordagens. A grande quantidade de fontes nunca antes exploradas revelou a importância de se fazer pesquisas nos arquivos estaduais, local onde congregam informações fundamentais para a compreensão do passado. Muitos destes documentos, em nível estadual, referem-se aos ofícios dos presidentes de província sobre o recrutamento militar. Dessa maneira, podemos vislumbrar a sociedade em foco tendo como fonte as correspondências e os envios referentes ao recrutamento militar, prática essa, que “ilustrou” todo o Brasil Imperial⁶.

A prática do recrutamento militar colocou as esferas de poder daquela sociedade em conflito, refletindo assim as disputas existentes e os limites de poder de cada instância (central/local). Neste trabalho, entendemos que a análise do recrutamento pode nos oferecer um viés metodológico para uma melhor compreensão da sociedade e da cultura imperial. Percebe-se que a administração imperial para assuntos militares herdou do mundo colonial as fórmulas e as práticas que se estabeleceram, ressaltando a influência portuguesa nas questões ligadas à defesa.

O século XIX foi marcado pelos problemas de preenchimento das fileiras do exército. Os números reduzidos de combates e a falta de compromisso patriótico, e mesmo a imagem negativa dos quartéis, afastavam a população para os números militares, que viam no serviço das armas uma forma de degradação social⁷.

Fábio Faria Mendes, ao analisar o funcionamento do recrutamento militar, principalmente na Província de Minas Gerais durante o Império, verifica as dificuldades dessa prática, bem como a incapacidade burocrática de um melhor serviço para a prestação militar. Analisando decretos e ofícios dos agentes recrutadores, reclamações de indivíduos locais,

⁵ Ver Sales (1990), Shulz (1994), Souza (1996), Mendes (1997), Kraay (1998), Izecksohn (2001), Izecksohn (2002).

⁶ Ver Castro, Izecksohn, Kraay (2004: 23-31).

⁷ Ver Mendes (1997).

correspondências do Presidente da Província aos agentes do recrutamento (delegados, juizes de paz, subdelegados, chefe de polícia), o autor demonstra como o recrutamento no Império se estabelecia e se caracterizava. Muitas vezes o recrutamento estabelecia uma força disciplinadora de “limpeza social” (recolhendo vadios e desocupados), de controle judicial, funcionando também como instrumento de persuasão eleitoral. Para Fábio Mendes:

A lógica de operação do recrutamento militar deve ser entendida no contexto do progresso de construção do Estado imperial e de suas mudanças que se operavam nas relações entre o poder central e os seus agentes. As reduzidas capacidades administrativas poder central o fazem dependentemente de serviços litúrgicos dos poderes locais para a execução das tarefas administrativas rotineiras⁸.

Compreendendo a dinâmica do recrutamento nas localidades partindo das fontes primárias e cruzando estes dados com a historiografia política e social do Império podemos observar as variações da necessidade de homens na armada. Os limites do recrutamento militar são apresentados tendo em vista as relações entre o poder central e o poder local. Isenções, fugas, resistências, redes de obrigações morais, parentais ou clientelares, são fatores marcantes no Império e no esforço do preenchimento das fileiras do exército. As dificuldades e os “arranjos” para a formação de um Estado Imperial “total” remetem-nos a idéia de precariedade administrativa e burocrática, aspectos que proporcionaram e incentivaram diversas ações de interferência da vida local e na distribuição de poder para líderes locais. Neste sentido Mendes menciona que:

A obediência aos mandatos do poder central será altamente problemática, sujeita flutuação circunstancial, barganha e traição. As diretivas do poder central serão objetos de contínua tradução local. Os problemas de confiança mútua nas relações entre poder central e de seus delegados, e de ação coletiva na sua mobilização para as rotinas da administração, são as centrais para a compreensão da dinâmica da prestação militar. Os dilemas na realização do recrutamento serão resultados de um conjunto de dificuldades práticas inerentes à estrutura de governança honorária, tanto da oposição de outros autores⁹.

A tensão e a crise que o recrutamento criou podem ser compreendidas de forma mais visível nos momentos cruciais e extremos, como nos períodos beligerantes. Neste sentido, a Guerra do Paraguai (1865-1870), a maior guerra que o Brasil enfrentou no século XIX,

⁸ Ver Mendes (2004: 128).

⁹ Ver Mendes (2004: 129).

colocou a prova a capacidade do Estado Imperial de angariar recrutas para o envio às linhas inimigas. Segundo Mendes:

A Guerra do Paraguai marcava a crise dos modos tradicionais da prestação militar, baseados no recrutamento forçado e na administração honorária como um todo, e redefinía as relações entre as redes de proteção e o recrutamento¹⁰.

Victor Izecksohn estudando o recrutamento militar na Província do Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai rastreou as ações do escravo Carlos. Filho de uma cozinheira comprada pelo senhor José Jobim, foi vendido por seu dono para servir de soldado na guerra por demonstrar maus hábitos, mesmo estando doente (o que lhe livrou momentaneamente do serviço de guerra), viu-se nas fileiras da campanha contra a República paraguaia, uma vez que a necessidade de se fazer soldado era exacerbada¹¹.

Para Victor Izecksohn esta história ilustra a baixa capacidade dos agentes recrutadores em obter recrutas, fossem estes livres ou escravos, necessários para o reabastecimento de forças humanas no conflito platino. O Estado Imperial era falho, e sua incapacidade de cooptar indivíduos para a guerra era visível. A sociedade ainda não se via como pátria constituída por identidades coletivas. O recrutamento militar no século XIX pode ser compreendido pelo complexo jogo de interesses entre o poder local e o poder central, sendo caracterizado por um intrincado sistema de isenções e “regras invisíveis”¹², o que transformou a prática de fazer soldado uma atividade brutal e perigosa. Seu exercício era local, e dessa forma, o recrutamento funcionava a mercê da boa vontade de chefes locais.

Victor Izecksohn tece sua narrativa tendo como principais fontes os relatórios dos Presidentes da Província fluminense e suas correspondências com os delegados, subdelegados, e os ministros da Guerra e da Justiça. Utiliza também jornais da época que circulavam pela província. O olhar atento às informações destes ofícios visualiza as relações entre as necessidades do poder central e as possibilidades do poder local. Isto é claro ao verificar que os presidentes da província, no tempo da Guerra do Paraguai, demonstravam os

¹⁰ Ver Mendes (1997: 199).

¹¹ Ver Izecksohn (2004: 179-181).

¹² Regras definidas por práticas não estabelecidas formalmente ou reguladas por leis ou decretos, liturgias morais.

limites de suas exigências em contra peso com os interesses senhoriais, preocupados na manutenção de possíveis redes clientelares.

A Guerra do Paraguai expôs a fragilidade militar brasileira e a dificuldade do governo de sustentar e ministrar aquele conflito. Todavia, podemos observar ao longo da batalha as diversas formas e meios que o Império procurou executar para superar essa fragilidade, mobilizando suas tropas em direção ao *front* de guerra no esforço de incorporação de homens. Num primeiro momento, apesar de toda desorganização, houve certa mobilização popular. Um exemplo disso é a formação do Batalhão de Voluntários da Pátria e a adesão de muitos homens em suas linhas e a considerável participação destes na guerra. Mas o entusiasmo patriótico que embalou os primeiros anos de conflito se cessou quando a guerra se mostrou longa e desgastante. Izecksohn demonstra este sentimento exemplificado numa charge do jornal *Alecrim* (21/07/1867) que satiriza o prolongamento do combate contra os paraguaios. O uso de jornais é interessante por abordar questões de opinião pública e de interesse imediato da população¹³.

A província do Rio de Janeiro, apesar de suas peculiaridades acerca de sua escassez de soldados e a resistência exacerbada num segundo momento da guerra (quando nem os incentivos do governo nem mesmo a onda patriótica promoviam o recrutamento), reflete um problema enfrentado por diversas províncias: o fracasso ou incapacidade do poder central de mobilização social seja em tempo de paz ou em tempos de guerra. Todavia, este problema se acentua nos períodos beligerantes, pois as necessidades de preenchimento das fileiras somadas ao investimento para o esforço de guerra inserem uma crise administrativa e contradições na prestação militar. Esta crise se fez uma vez que indivíduos outrora isentos do serviço das armas se viam desprotegidos e vulneráveis à ação dos agentes¹⁴.

A Guerra do Paraguai representou um divisor de águas no Império do Brasil: tanto podemos entender sua dinâmica contraditória, pois a guerra expunha as contradições sociais do Império, revelando os limites do regime, quanto à edificação de um ideal patriótico consciente. Assim sendo, a Guerra do Paraguai colocou a prova as contradições, antagonismos e as crises da monarquia, fazendo consolidar uma identidade militar corporativa.

¹³ Ver Izecksohn (2004: 188).

¹⁴ Ver Izecksohn (2004: 189-197).

Segundo Victor Izecksohn¹⁵, os conflitos na região do Prata foram constatados ao longo do século XIX, revelando o interesse dos países envolvidos com a região. O Brasil manteve uma postura intervencionista, muitas vezes sendo conduzido pelos interesses locais (gaúchos), o que levou a República do Paraguai assumir uma posição de defesa do “equilíbrio entre os Estados”, dando um ultimato ao governo brasileiro. Porém, o governo paraguaio não contava com as modificações ocorridas na estrutura geopolítica da região, bem como a unificação de Brasil, Argentina e Uruguai no tratado da Tríplice Aliança, sacramentando um acordo militar para a guerra contra o Paraguai.

Izecksohn ao referir-se acerca do conflito expressa as dificuldades encontradas por parte do Império do Brasil na condução da guerra, demonstrando que mesmo sendo superior materialmente, economicamente, numericamente e belicamente, a campanha no Prata foi marcada por improvisações e precariedade por parte do Exército brasileiro¹⁶. Podemos observar que nos primeiros tempos do Império o poder civil foi soberano em função da ausência de uma força armada de dimensões nacionais. Assim sendo, o Estado Imperial no Brasil se deu por um processo de interação entre o setor estatal e o senhorio rural, demonstrando a incapacidade da monarquia em manter a ordem nas localidades, funcionando muitas vezes como árbitro nas divergências entre grupos dominantes. Neste sentido, Victor Izecksohn observa a posição secundária da Armada brasileira, desde o período da Independência, o que evidencia a falta de interesse do governo imperial para com a manutenção de uma força de defesa nacional.

Dessa forma, percebe-se que as forças de segurança eram formadas por milícias regionalizadas, o que comprometia a um comando coeso e mais organizado. Não havia um comando por parte do governo imperial, pois o Estado Nacional foi constituído paralelamente a um processo de descentralização dos meios de coerção, o que levou à manutenção da escravidão e a cristalização do regime monárquico em sintonia com os interesses da elite rural. Isto permitiu que as elites locais intercedessem nas questões regionais, mantendo assim, os atributos das atividades coercitivas. A criação da Guarda Nacional é um exemplo dessa política, uma vez que seu comando era atribuído à ilustres locais, não gerando despesas para o Império, que evitava a formação de um exército de grandes proporções.

¹⁵ Ver Izecksohn (2002).

¹⁶ Ver Izecksohn (2002).

Como vimos, as formulações da Nova História Militar podem ampliar o leque de opções analíticas dos acontecimentos e fatos ligados às Forças Armadas, vindo na guerra e na formação dos exércitos modernos fenômenos indissolúvelmente ligados à política e à história social e cultural no século XIX e na construção do Estado imperial.

A análise do recrutamento pode nos oferecer um caminho para entender o funcionamento do Estado Imperial Brasileiro, bem como o estudo das ações dos indivíduos inseridos naquela realidade. Tal abordagem pode produzir resultados significativos para a compreensão da formação das representações de poder e de regulamentação da sociedade brasileira no século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

BEATTIE, Peter M. *Transforming Enlisted Army Service in Brazil, 1864-1940: Penal Servitude Versus Conscription and Changing Conceptions of Honour , Race and Nation*. Coral Gables(Florida), University of Miami. 1994.

CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vítor. KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro. Editora FVG. 2004.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: Um Estudo sobre Cultura e Ação Política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1995

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

IZECKSOHN, Vítor. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro. Editora FVG. 2004.

_____. *Resistência ao Recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na Década de 1860*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

_____. *O Cerne da Discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

KRAAY, Hendrik. “Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil”. *The Americas*, v.55, n.1, 1998.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense,1988.

MARTINS, Cesar E. M. A. *O recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)*. Monografia. Viçosa: UFV; DAH, 2004.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 8 2007.

MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro. Editora FVG. 2004.

_____. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado em Ciências Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), 1997.

_____. “A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro” In: *Revista de Ciências Sociais*. 13 (38), 1998.

SALLES, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

SCHULZ, Jonh. *O Exército e a Política: Origem da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte. Os Escravos Brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro, Mauad/Adesa, 1996.

TILLY, Charles. *Coertion, Capital and European States, AD990-1992*. Cambridge, Blackwell. 1992.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. São Paulo, Difel. 1978.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**O Homem Invisível (ou quase): discussões acerca da natureza teórica dos estudos
sobre a classe operária**

César Augusto Bubolz Queirós *

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia "sim"
Começou a dizer "não"*
Vinícius de Moraes

Apesar da estranheza do título do artigo, não estamos falando sobre um personagem saído de uma história de quadrinhos ou das telas do cinema e nem de um ser com poderes especiais. Estamos nos referindo a uma determinada categoria de sujeitos que, por sua natureza, tem a faculdade de tornar-se pouco visível aos olhos do pesquisador: o operário comum e, por extensão, as classes subalternas de modo geral. Ao consultar uma definição para o termo ‘invisível’ lê-se que refere-se àquele que “por sua natureza, sua distância ou sua pequenez, escapa à vista”. Nada mais apropriado se considerarmos um determinado viés historiográfico que privilegiava os grandes protagonistas da história e ignorava a ‘pequenez’ das classes populares. A propósito disto, o próprio Nietzsche afirmava que *“somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar: uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumento dos grandes; de*

* César Augusto Bubolz Queirós, Doutorando em História pelo PPG de História da UFRGS sob orientação do Prof. Benito B. Schmidt.

*resto, leve-a o diabo e a estatística”*¹. Por outro lado, podemos considerar esta invisibilidade como algo de sua natureza, uma vez que estas classes costumam deixar poucos registros de seus pensamentos e costumes. Nesta direção é que desenvolveremos a idéia da invisibilidade – ou quase – das classe populares. É claro que este título é um tanto quanto provocativo visto que existem diversas fontes que podem ser usadas (e o são) para adentrar neste universo – algumas delas serão, inclusive, apontadas ao longo deste trabalho – contudo, quer-se salientar que as classes subalternas, e mais especificamente a classe operária, fornecem poucos recursos aos historiadores, levando-os freqüentemente a debruçar-se sobre suas lideranças e/ou elementos mais ou menos ligados às associações de classe e, em maior ou menor grau, às elites. Retomando a definição, esta aponta como invisível aquele que “se esconde e não quer ser visto”, o que também pode ser aplicado ao nosso objeto pois o pesquisador que investiga estes grupos passa a ter a tarefa de “escovar a história a contrapelo”² para buscar vestígios que o aproximem destes homens e mulheres do passado que, por sua natureza, se escondem involuntariamente do olhar historiográfico pela escassez de registros.

Desta forma, pretende-se neste artigo desenvolver algumas reflexões teóricas e metodológicas acerca de aspectos referentes à natureza da classe operária enquanto objeto de estudo, destacando elementos como a sua heterogeneidade e a tendência muitas vezes percebida de identificar seu conjunto com as parcelas mais organizadas e visíveis ou mesmo com suas lideranças bem como abordar as dificuldades metodológicas de se buscar fontes sobre as parcelas menos visíveis da mesma, ou seja, uma proposta para superar, ou pelo menos considerar, a questão da invisibilidade.

Ao longo das últimas décadas, a classe operária tem sido objeto de diversas pesquisas que tinham como objetivo principal analisar, sobretudo, a classe constituída, institucionalizada, organizada em associações e sindicatos, ou seja, uma abordagem voltada

¹ -NIETZSCHE, Friedrich. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida. *Friedrich Nietzsche: Obras Incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os Pensadores. P, 286.

² BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 224.

ao operário que dizia não.³ Entretanto, incorre-se muitas vezes no erro de tomar o *movimento* operário como sinônimo de *classe* operária. A respeito disso, Hobsbawm observa que “a *história operária* tendeu [...] a *identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos*”⁴. Assim, a classe operária aparece como tendo uma existência *a priori*, e não como o resultado de um conjunto de relações sociais e as diferenças intra-classe são, freqüentemente, ignoradas ou preteridas.

A classe transformada em um elemento da racionalidade resultante de determinações economicistas acaba se tornando uma caricatura do real processo de formação da classe operária, que descarta qualquer concepção teleológica e qualquer elemento de racionalidade concreta *a priori*. “A classe não é coisa nem idéia: é um *fazer-se*”⁵ e este *fazer-se* é constituído por um complexo variado de situações que possuem um desenvolvimento e um ritmo desigual e uma lógica irredutível, não sendo de forma alguma um mero epifenômeno das determinações econômicas.

Contudo, é necessário lembrar – por mais óbvio que isso pareça – que o movimento operário abrange uma parcela muito reduzida do operariado e que a grande maioria destes trabalhadores não se envolve – ou se envolve apenas episodicamente – com partidos, sindicatos e jornais. Portanto, uma história que se interesse somente pelo âmbito institucional e associativo dos trabalhadores não pode pretender que o conceito reduza a realidade a uma perspectiva homogênea, obscurecendo as diferenças e peculiaridades intra-classe e tomando as generalidades através de elementos simplificadores.

A classe operária é constituída de modo extremamente heterogêneo e os elementos ligados às organizações operárias são tão somente um recorte desta realidade complexa e multifacetada. Assim, é preciso destacar que a forma através da qual os indivíduos se inserem no processo produtivo não condiciona *automaticamente* as suas consciências sobre

³ - Parodiando Vinícius de Moraes.

⁴ - HOBBSAWM, Eric. História Operária e Ideologia. In: _____. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988. p,18.

⁵ CHAÚÍ, Marilena. In: De DECCA, Edgar. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p,17.

a realidade, e que, muitas vezes, os trabalhadores posicionam-se de maneira heterogênea em relação à mesma. Portanto, deve-se levar em consideração a questão da heterogeneidade da classe operária, uma vez que pode-se dividir os trabalhadores em, pelo menos, dois grandes grupos⁶: os operários militantes ou que aderiam às greves e os trabalhadores não engajados à militância operária e que não participavam das mesmas. Ressalta-se, entretanto, o fato de que os operários grevistas não eram necessariamente militantes e há casos de trabalhadores que participam ativamente de uma greve e na seguinte não aderem ao movimento⁷.

Os trabalhadores não engajados podem assumir diferentes posturas em relação à ação do movimento operário, podendo oscilar entre o desinteresse e a contrariedade, entre a vontade de aderir à greve e o medo das conseqüências de tal ato. Estes trabalhadores, que muitas vezes não possuem um posicionamento claro e definido perante as questões de cunho político e social, passam a ser alvo de uma disputa entre discursos antagônicos que visam classificar e representar o real e que estão, em grande medida, condicionados por elementos de ordem econômica, por interesses de classe e pela posição ocupada no espaço social. De um lado, a militância operária tentando convencer ou coagir os demais operários a aderirem à greve; e de outro o Estado e o patronato entabulando um contra-discurso que buscava tirar a legitimidade dos grevistas, acusando-os de desordeiros, anarquistas estrangeiros ou elementos subversivos⁸.

Deve-se salientar, contudo, que o pesquisador que opta por trabalhar com essa temática depara-se com uma grande escassez de registros, uma vez que, como Thompson já

⁶ Cabe ressaltar que a multiposicionalidade do sujeito na esfera social faz com que ele assuma identidades múltiplas e a identidade de classe seja tão somente uma entre as tantas outras que podem ser acionadas ao longo de sua vivência cotidiana. Assim, identidades relacionadas a etnia, gênero, nacionalidade ou parentesco podem surgir e em determinado momento tornar-se o que Tilly denomina de 'detached identities'. Sobre isso ver: HOBBSAWM, Eric. Qual é o País dos Trabalhadores. In: _____. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988. e TILLY, Charles. *Social Movements (1768-2004)*. London: Paradigm Publishers, 2004. p. 263.

⁷ Pode-se citar como exemplo o caso do operário da Viação Férrea do Rio Grande do Sul João Guimarães que, segundo testemunhos de seus colegas, havia sido um dos "cabeças da greve" anterior e que na de 1917 não teria aderido ao movimento tendo inclusive ferido um operário grevista após uma discussão em um bar. Estado do Rio Grande do Sul. Júri. Processo 833. 1917.

⁸ Devido ao curto espaço deste trabalho não é possível desenvolver aqui esta questão. Ver; QUEIRÓS, César Augusto. *Positivismo e Questão Social na primeira República*. Ex Libris: Guarapari, 2006.

salientara em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, “as maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos”⁹. A escassez de registros que possibilitem ao historiador o acesso direto ao “trabalhador comum” torna a pesquisa muito árdua. Chegar até esse “operário comum” é uma tarefa que se assemelha à do mineiro que adentra no subterrâneo das minas em busca de materiais que não estão disponíveis na superfície. Carlo Ginzburg verifica que as características particulares das manifestações culturais das classes subalternas – e entre elas da classe operária – tornam a pesquisa e a busca de evidências por parte do historiador muito difícil. A oralidade, que caracteriza este tipo de cultura, faz com que os historiadores precisem “*servir-se de fontes escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos [e operários, acrescento] do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam*”¹⁰ relegando este operário a uma situação de quase invisibilidade.

Todavia, deve-se considerar que, se “*o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos nacionais não era o mesmo mundo da maioria*”¹¹, em grande medida, ambos compartilham de um mesmo universo de representações e práticas cotidianas construído a partir de sua experiência no campo do trabalho, ou seja, de sua vivência de classe. Obviamente, não se quer pressupor uma homogeneidade entre todos os trabalhadores e sim compreender que a sua inserção no campo social lhes possibilita uma série de experiências em comum. Assim, “*as fontes produzidas pelo movimento operário organizado, e qualquer estudo sobre a militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo*”¹². Mas a penumbra persiste. Mesmo que o estudo da militância operária contribua para a compreensão de diversos elementos que são compartilhados pelo conjunto da classe, alguns aspectos permanecem escondidos, invisíveis. Ainda mais se considerarmos que mesmo

⁹ THOMPSON, E.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. vol. I, p. 57.

¹⁰ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 18.

¹¹ HOBBSBAWM, Eric. *A Formação da Cultura da Classe Operária Britânica*. In: _____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988. p. 253.

¹² BATALHA, Cláudio. *Vida Associativa: Por uma Nova Abordagem da História Institucional nos Estudos do Movimento Operário. Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, dez 1997. N.º8. p. 94.

entre as pessoas envolvidas no movimento operário e em suas instituições não se pode pressupor uma homogeneidade e sim buscar a diversidade e as particularidades uma vez que “pretender que exista uma militância operária homogênea é um grave equívoco”¹³. Batalha destaca a existência de pelo menos três tipos de militantes durante a República Velha: lideranças, quadros intermediários e militantes de base e salienta que:

“Apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria. O terceiro, e certamente maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo.”¹⁴

Esses impasses metodológicos provocam uma nítida preferência pelos estudos que se debruçam sobre o movimento operário ou sobre suas lideranças, que são sempre mais visíveis tendo em vista o acesso às fontes.

Assim, percebe-se que existe, de um lado, uma militância muito heterogênea, composta tanto pelos agentes produtores dos discursos e imagens que instrumentalizam a luta simbólica dos trabalhadores formando uma minoria articulada que assume uma posição de destaque nas associações operárias e jornais quanto pelo restante da militância que se envolve só eventualmente nas questões políticas de classe e, de outro lado, uma legião de trabalhadores que não se participa dos sindicatos ou associações, que não adere às greves e que acaba deixando poucos registros escritos que sirvam de base para que o historiador possa reintroduzi-los na cena cotidiana da história.

Esses trabalhadores, porém, possuíam uma existência real e nas ocasiões em que ocorriam as greves deixavam de ser invisíveis uma vez que sua posição de não adesão aos movimentos grevistas causava indignação aos operários militantes. Nesses momentos, eles aparecem nos registros históricos seja através dos jornais operários – que os espezinhavam como sendo os traidores da categoria – seja nos processos-crime – que acabavam fazendo

¹³ - BATALHA, Cláudio. Op. Cit., 1997. p,93.

¹⁴ -BATALHA, Cláudio. Op. Cit., 1997. p,93.

emergir à cena esses trabalhadores sob a forma de vítimas ou agressores, quando ocorriam os conflitos entre grevistas e não grevistas. Nesses momentos, duas visões de mundo se deparam – frente a frente – e a voz dos que até então não tinham voz surge – rouca, constrangida pela ação policial, mas surge.

Em função da ocorrência de uma polarização entre os operários nas ocasiões de quebra da normalidade laboral, o discurso da militância operária passa a ser caracterizado por uma duplicidade estrutural uma vez que “*os interesses diretamente envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social*”.¹⁵ Essas representações construídas a partir de uma posição específica no espaço social destinam-se, simultaneamente, ao aparato estatal e ao patronato enquanto campo mandatário, do qual partem as políticas de mando e onde se situa a esfera de decisões, e à classe de modo geral, a fim de instituir elementos de convencimento e legitimidade que possam produzir aceitação não só entre aqueles que o aceitam mas também entre aqueles que o rejeitam, sobretudo se considerar-se que a visão de mundo dos dominados, segundo Bourdieu, está sujeita a aceitar como naturais as classificações sobre o real produzidas pela esfera dominante que é quem detém os instrumentos de produção das representações simbólicas.

Essas representações contraditórias e antagônicas – sejam elas mediadas por inscrições textuais, imagéticas ou produzidas pelos indivíduos oralmente – acabam por constituir uma “*luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade*”¹⁶. Através destas representações os operários grevistas reafirmam sua posição e constroem uma identidade diferente daquela dos que não aderiam às greves (mesmo que pertencendo à mesma classe) reivindicando uma distinção moral sobre aqueles a quem chamavam de traidores, covardes, canalhas e cachaceiros.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das Classes. In: *O Poder Simbólico*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 155.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1997. p. 26.

Do ponto de vista metodológico, tendo em vista a já mencionada escassez de registros que permitam que o pesquisador se aproxime do chamado “trabalhador comum”, a possibilidade de utilizar processos criminais para alcançar, ao menos, uma “ponta” da vida dessas pessoas surge como uma alternativa extremamente enriquecedora e surpreendente, sobretudo se soubermos interpretar essas informações. Deve-se considerar que, uma vez chamados pela justiça, esses testemunhos e depoimentos são produzidos de modo intencional e em uma situação em que o depoente ou réu está coagido e oprimido pelos ritos legais e formais da justiça, perdendo muito de sua naturalidade e espontaneidade. Contudo, se o historiador souber filtrar essas declarações – cruzando-as com outras fontes – perceberá que esses depoimentos são verdadeiros registros de um mundo que raramente se deixa fotografar. Mesmo que as versões constantes nos processos muitas vezes se contradigam, é possível construir uma narrativa satisfatória a partir do cruzamento dessas versões conflitantes com outros registros históricos, valorizando as repetições. “*O que temos num texto são vozes contraditórias e não realidades contraditórias*”¹⁷. Assim, cabe ao pesquisador buscar inspiração em Carlo Ginzburg – que afirmava espreitar por sobre o ombro dos inquisidores na esperança de que os réus confessassem suas crenças e assim abrissem uma janela em direção a seu mundo¹⁸.

Apesar de não ser possível buscar nos processos criminais o que “realmente se passou” – como não é possível encontrar em nenhuma outra fonte – a objeção ao uso deste tipo de documentação não é aceitável pois tais registros podem nos dar uma noção bastante rica das práticas e representações dos personagens envolvidos e da sociedade em que eles vivem. Chalhoub ressalta que: “*ler processos criminais não significa partir em busca ´do que realmente se passou` porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles ´mentem`.* *O importante é estar atento às ´coisas` que se repetem sistematicamente: versões que se*

¹⁷ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. Memória e Sociedade. p. 210.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. Op. Cit. 1989. p. 206.

*reproduzem muita vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência”.*¹⁹

A natureza peculiar deste tipo de documento e a necessidade que a justiça tem de arrolar o maior número possível de provas e testemunhos para se chegar a uma sentença definitiva tornam os processos criminais fontes ainda mais ricas e diversificadas uma vez que, além dos testemunhos, depoimentos, interrogatórios e toda a parte formal que encontramos em qualquer processo, podemos encontrar também em alguns processos uma ampla variedade de anexos tais como exemplares de diversos jornais operários, folhetos impressos e distribuídos por vários sindicatos e associações operárias de diversas cidades, conclamações às greves, boletins informativos, cartões postais, manifestos anarquistas e sindicalistas, poesias, letras de hinos, estatutos de partidos e sindicatos, programas de partidos políticos, enfim, uma grande quantidade de registros que enriquecem muito este tipo de documentação.

Tomado de maneira equivocada, o conceito de movimento operário não apenas funde em uma única definição todas as diversas associações de diferentes orientações que são formadas pelos trabalhadores como, em última análise, cria um **paralelismo entre os termos movimento operário e classe operária**. Uma perspectiva teórica que possibilite que o pesquisador possa se aproximar mais da realidade dos trabalhadores em vínculo associativo pressupõe a definição de importantes elementos e precauções: a) não tomar o conceito de movimento operário como uma forma genérica de denominar o conjunto das associações e sindicatos, criando assim uma sensação de falsa homogeneidade entre desiguais; b) levar em consideração as diferenças e peculiaridades das diversas associações e sindicatos a partir da idéia de que ao mesmo tempo em que elas perfazem em seu conjunto o movimento associativo dos trabalhadores, à medida que todas pressupõe uma série de elementos comuns (como a adesão voluntária, a estrutura organizacional semelhante,...) elas possuem características que as distinguem das demais seja por sua origem classista, seja por sua relação com a política e com o capital, seja pelo modo como

¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

seus membros se inserem no processo produtivo ou pela sua relação com as demais associações (à medida que mesmo no meio operário as disputas de poder são freqüentes e opõe grupos que de outra forma poderiam estar do mesmo lado) e; c) sendo o movimento operário composto por instituições com características diferentes, deve-se salientar que os membros que compõe estas instituições são, do mesmo modo, diferentes, seja em sua participação, seja em suas idéias, sendo que não se deve tomar o discurso dos líderes do movimento como sendo exatamente o pensamento de todos os seus integrantes, apesar de haver elementos em comum.

BIBLIOGRAFIA:

- BATALHA, Cláudio. Vida Associativa: Por uma Nova Abordagem da História Institucional nos Estudos do Movimento Operário. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, dez 1997. N.º8.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Obras escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das Classes. In: *O Poder Simbólico*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. In: De DECCA, Edgar. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Estado do Rio Grande do Sul. Júri. Processo 833. 1917.
- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. Memória e Sociedade.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. A Formação da Cultura da Classe Operária Britânica. In: _____. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. História Operária e Ideologia. In: _____. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida. *Friedrich Nietzsche: Obras Incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Os Pensadores.
- QUEIRÓS, César Augusto. Positivismo e Questão Social na primeira República. Ex Libris: Guarapari, 2006.
- THOMPSON, E.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. vol. I.
- TILLY, Charles. *Social Movements (1768-2004)*. London: Paradigm Publishers, 2004.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

**UM ARTIGO EM TEMPOS DE GUERRA: APRECIÇÕES BRAUDELIANAS DA
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.**

Cibele Barbosa*

“Ao colocar os grandes problemas do passado brasileiro em termos e em equações de história social, ninguém me parece mais aplicado e com tanta preocupação pelo real- ninguém me parece ter conseguido com mais sucesso que Gilberto Freyre. Eis o seu grande mérito.” Prefácio de Fernand Braudel à tradução italiana de Casa Grande e Senzala”.

Difícil imaginar que Fernand Braudel, nome exponencial da historiografia do século XX, apenas três anos antes da publicação da obra que o tornou clássico, *O Mediterrâneo*¹, fosse mais conhecido, no meio intelectual francês, pelos seus conhecimentos sobre a América Latina. Ao nos aprofundarmos sobre a biografia intelectual do ex-professor da Universidade de São Paulo, veremos que essa marca de especialista da cultura latinoamericana e brasileira em particular, entre o final dos anos quarenta e os anos cinquenta, transformou-o em um importante mediador e divulgador de obras históricas brasileiras para o público francês.

* Doutoranda em História pela Universidade Sorbonne Paris IV e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

¹ BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo na época de Filipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

Antes, porém, de destacarmos a trajetória de Braudel em espaço extraeuropeu e os elos que uniram-no ao Brasil, um dado desse trajeto intelectual nos chamou de tal maneira a atenção que se tornou tema de um estudo específico que tentaremos reproduzir, em parte, nestas páginas. Trata-se de um longo artigo escrito pelo autor de *O Mediterrâneo* sobre a obra do escritor e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, publicado na revista *Mélanges d'Histoire Sociale (Annales d'histoire Sociale)*, título provisório da revista dos *Annales*, em 1943. Curiosamente esse artigo foi desenvolvido durante a Segunda Guerra Mundial, período em que o historiador francês encontrava-se numa prisão nazista na Mogúncia, de onde ele se correspondia com o editor e co-fundador dos *Annales*, Lucien Febvre. Apesar dos cinco anos de isolamento forçado –Braudel foi feito prisioneiro em 29 de junho de 1940 — terem sido o momento gestacional da sua tese sobre o Mediterrâneo, Braudel não deixara de atender aos conselhos de seu amigo e mentor: “Não esqueça o Mediterrâneo, mas não esqueça também seus estudos latino-americanos”² dizia-lhe Lucien Febvre em carta de 16 de maio. Foi por sugestão de Febvre que Braudel desenvolveu o artigo sobre o Brasil, com ênfase à obra de Freyre.

Ao término da Segunda Guerra, Braudel teria pela frente o desafio de reconstituir suas redes intelectuais. Contava com os esforços de Lucien Febvre, com a bagagem intelectual que obtivera nas viagens e nas leituras realizadas em cativo. Mas o que, de fato, contava para inseri-lo no meio acadêmico de então, era o currículo a ser apresentado. Nesse ponto, o artigo que escrevera sobre a obra de Freyre não era o único material que o legitimava como um “especialista da história latinoamericana”, no entanto ocupou um papel de destaque no seu currículo entre 1946 e 1949. Como afirma Daix, no final de 1945 :

a universidade quer dele apenas sua experiência da América Latina, provavelmente reavivada por seu grande artigo sobre Gilberto Freyre publicado em 1943. Visivelmente ele ainda não é o homem de *O Mediterrâneo* aos olhos do *establishment* universitário.³

² Citado em ROJAS, Carlos Aguirre. **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 103.

³ DAIX, Pierre. **Fernand Braudel**, uma biografia. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999. p.252

Apesar do artigo de 1943 não ter sido o primeiro trabalho de Braudel sobre o Brasil publicado na revista dos *Annales*, ele conferiu-lhe um status de especialista das obras e autores brasileiros.

Em 1949 quando Braudel apresenta seu currículo para suceder Febvre na cátedra de História da Civilização Moderna no Collège de France, ele reporta na rubrica de suas publicações uma seção completa de trabalhos sobre a América Latina, incluindo os artigos sobre Freyre de 1943. Nesse momento, seus trabalhos sobre a América Latina tinham um destaque especial.⁴

Um artigo. Uma biografia intelectual.

O artigo *A propósito da obra de Gilberto Freyre*⁵, tema do nosso estudo, pode ser revelador não só da trajetória intelectual de Braudel como das suas relações com o Brasil. Ao fazermos a pergunta “ Por que Freyre?”, extraímos três abordagens que findam por esclarecer a pergunta. Primeiro, a presença de Braudel no Brasil através da chamada « missão universitária francesa » em 1935. A partir de então podemos recompor as leituras braudelianas de autores brasileiros que convergiram para a produção do artigo. Em um terceiro momento é possível estabelecermos um diálogo entre os alguns aspectos da escrita histórica braudeliiana e a obra de Freyre.

Apreciações braudelianas.

Uma primeira leitura do artigo poderia limitar o interesse do leitor desavisado que, ao considerar apenas o título, considerasse-o como uma simples resenha crítica da obra de um autor. No entanto as vinte páginas publicadas no *Mélanges* é uma apreciação geral da produção intelectual brasileira, em que o futuro autor de *O Mediterrâneo* ao discutir a obra de Freyre compara-a a outras produções congêneres de autores brasileiros.

⁴ Cf. ROJAS. *op.cit.* p.109.

⁵ BRAUDEL, Fernand. À propos l'oeuvre de Gilberto Freyre. In **Mélanges d'Histoire Sociale. Annales d'Histoire Sociale**, 1943

Na primeira parte do texto Braudel faz um percurso pela historiografia sobre a história do Brasil. Cita autores como Southey, Handelsman, Rocha Pombo e Varnhagen para se referir a uma história tradicional cuja escrita sempre combatera desde a França. Braudel se contrapunha a essa escrita que chamava de “curto fôlego”, a qual privilegiava os grandes acontecimentos, personificando as rupturas históricas na figura dos heróis. A este gênero de narrativa, muito comum nos primórdios da historiografia francesa e por extensão da brasileira, Braudel propunha uma abordagem mais atenta à duração, aos ciclos econômicos e aos aspectos sociais. Por esta razão a leitura da “História do Brasil” dos historiadores e brasilianistas do século XIX, deixava a impressão de *déjà vu* em Braudel. Em outras palavras, tratava-se de uma escrita que ele já se habituara a ler e a combater. Segundo o próprio Braudel, esses autores apresentavam a história brasileira de uma maneira “muito monótona, e para tudo dizer, muito erudita - essa vida que eles mostram limitada pelo horizonte político”.⁶

Entre os autores brasileiros citados por Braudel, Capistrano de Abreu fora ressaltado por se preocupar com a “história social”. Euclides da Cunha e Sérgio Buarque destacavam-se, pela notoriedade de suas obras. Em linhas gerais, é importante lembrar que até os anos 30, a historiografia brasileira esteve atrelada à história factual, *èvenementielle*. No entanto, Capistrano, rompera de certa maneira com essa tradição, destacando-se em seu *Capítulos de História Colonial* por uma abordagem menos centrada na narrativa político-biográfica, preferindo uma abordagem mais plural, sensível à presença dos aspectos ligados à cultura, ao homem comum e não propriamente ao herói. Apesar do revisionismo de Capistrano e das mudanças de perspectiva histórica, ele não chegou a fazer uma história econômico-social como defendera Braudel.⁷ Até o final da década de vinte, ainda não havia um entrelaçamento entre a história e as ciências sociais⁸.

⁶ BRAUDEL, *op.cit.*, p.62

⁷ Cf. REIS, José Carlos Reis. **As identidades do Brasil**. De Varnhagen a FHC. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 96

⁸ Cf. DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo:Ediupf,1998. p. 141.

De todos os ensaístas até então, Freyre, na opinião de Braudel, parecia “senão o mais brilhante –eles o são todos—ao menos o mais lúcido e o mais rico, o mais documentado em todo caso”⁹.

Braudel demonstra uma sorte predileção à obra de Freyre, o qual, além de apresentar uma escrita ensaística, e, portanto menos agrilhoadada pela história tradicional, preferira uma abordagem ligada aos aspectos sociais e geográficos em suas obras, sustentando-se em fontes históricas, muitas das quais fontes primárias. Porém é preciso notar que essa proximidade de Braudel com a obra de Freyre está relacionada, entre outros fatores, ao período de permanência do historiador francês no Brasil (1935-37) que coincidiu com o período de grande repercussão da obra *Casa Grande e Senzala*, e do lançamento em 1936 de *Sobrados e Mucambos*, que Braudel considerava o melhor dos livros de Freyre. De fato em *Sobrados e Mucambos*, Freyre demonstra estar mais familiarizado com o trato das fontes históricas.

Freyre nos Annales.

Quando Braudel se propôs a escrever sobre o autor de *Casa Grande Senzala*, o nome “Freyre” não figurava nas estantes das livrarias francesas. Sua obra mais famosa só fora traduzida para o francês em 1952 e por sinal com o prefácio de Lucien Febvre.

Os leitores americanos e ingleses, por outro lado, já podiam ter acesso às idéias do sociólogo- escritor de Apipucos em língua vernácula, ao passo que na França, mesmo para o público leitor dos Annales interessado na América Latina, Freyre era um ilustre desconhecido. Para não dizer «totalmente», seu nome é citado em breve passagem num artigo escrito por Emile Coornaert, publicado na *Revue d'Histoire Moderne* em 1936¹⁰.

No artigo de 1943, Braudel inclui Freyre no rol dos historiadores brasileiros, para tanto define-o como um “sociólogo, mas também como um historiador –bem mais historiador

⁹ *Ibidem.*, p. 64.

¹⁰ C.f. COORNAERT, Emile. Aperçu de la production historique récente au Brésil In **Revue d'Histoire Moderne**. n. 21. t.11, jan-fev, 1936. p. 55.

que ele possa crer, no sentido que tem esta palavra para um leitor dos *Annales*.”¹¹ A frase, em tom provocador, conduz-nos a seguinte pergunta : O que é ser historiador para um leitor dos *Annales* ? A alusão ao “leitor” exprime a proposta da revista cuja característica marcante está na abertura às ciências sociais, na recusa à história episódica, tradicional, dentre outros aspectos. O interesse que Braudel demonstra pela obra de Freyre está relacionado, dentre outros fatores, pela relação que o autor de *Casa Grande e Senzala* estabeleceu entre abordagens sociológicas e consulta às fontes históricas.

Se pensarmos na trajetória intelectual de Braudel, os vários diálogos estabelecidos que ele estabeleceu com seus colegas de outras áreas, dentre os quais, Georges Gurvitch — que estabelecerá contatos importantes com Freyre nos anos cinquenta — o demógrafo Sauvy e o antropólogo Lévy-Strauss¹² vão consolidando o seu entrelaçamento com as ciências sociais, mesmo que ele combata muitas das idéias dos colegas citados. Para Braudel “sociologia e história constituíam uma só e única aventura do espírito (...) se reúnem, se identificam”.¹³ Dessa forma, era “impossível que o sociólogo se encontrasse deslocado nas oficinas de obras da história, já que nela encontra seus materiais, as suas ferramentas, o seu vocabulário, os seus problemas e as suas próprias incertezas”.¹⁴ Essa convicção defendida por Braudel pode explicar então o seu comentário sobre Freyre, ao afirmar que o grande mérito do sociólogo brasileiro foi o de conciliar narrativa histórica com elementos da sociologia, bem como de equilibrar o tempo dos eventos e o tempo parcialmente adormecido das realidades sociais.¹⁵

A temporalidade é um dos temas prediletos de Braudel. A longa duração, uma história quase imóvel das relações do homem com o meio que o cerca, uma história lenta a se transformar, são conceitos caros a Braudel que, em seu clássico artigo de 1958 intitulado *A Longa Duração*, estabelecerá a famosa conceituação da duração histórica. Em um trecho do seu artigo, Braudel explicita a relação da perenidade das relações do homem com o meio geográfico. Essa noção de temporalidade histórica já se esboçava no texto da primeira

¹¹ BRAUDEL, *op.cit.*, p.63

¹² Cf. BOURDÉ, Guy. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983. p. 234.

¹³ BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença. 1972. p. 134.

¹⁴ *Idem*, p. 135.

¹⁵ BRAUDEL. *op.cit.*

parte da sua tese sobre o Mediterrâneo, escrita na prisão, na mesma época da produção do artigo sobre Freyre. Essa “história a passos lentos”, que vasculhava, na narrativa braudeliana, os recônditos da vida camponesa em torno do Mediterrâneo, assemelhava-se ao mundo patriarcal do açúcar atlântico descrito por Freyre.

Freyre reunia um conjunto de qualidades que impressionaram o professor francês, no entanto existiam diferenças importantes entre ambos a começar pelas preocupações históricas. Braudel, ao mencionar a obra *Nordeste*, no seu artigo de 1943, queixava-se do recorte extremamente regional da obra. Tal comentário vindo de Braudel não surpreende, ao considerarmos que uma das características da sua trajetória intelectual é a defesa de uma história global, em constante interação. Outro aspecto que o historiador francês lamenta na obra de Freyre é o fato deste não ter se aprofundado no “terreno sólido” da economia, para usarmos a expressão de Braudel. Nesse aspecto há uma diferença marcante entre ambos, já que o autor de *O Mediterrâneo* caminhava em direção à explicação dos ciclos econômicos da longa duração, enquanto Freyre preocupava-se com uma história mais atenta aos comportamentos, às práticas culturais, o que para alguns especialistas, aproximava-o mais à “psicologia histórica” de Lucien Febvre.

O importante neste caso, não consistiu em estabelecermos as filiações históricas dos autores em questão, mas notarmos de que maneira o ensaísmo histórico-social dos anos 30 no Brasil, representado pela obra de Gilberto Freyre, unia, ao melhor estilo dos historiadores dos *Annales*, a narrativa histórica e as ciências sociais. Uma característica historiográfica que não passou despercebida aos historiadores franceses.

Referências Bibliográficas.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença. 1972.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel**, uma biografia. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1999.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

DIEHL, Astor. **A cultura historiográfica brasileira**. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo:Ediupf,1998.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o tempo histórico**. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.São Paulo: Ática, 1994.

_____, **As identidades do Brasil de Vanhagen a FHC**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano, Rio de Janeiro: Record. 2002.

ROJAS, Carlos Aguirre. **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003

Artigos.

BRAUDEL, Fernand. À propos l'oeuvre de Gilberto Freyre. In **Mélanges d'Histoire Sociale**. **Annales d'Histoire Sociale**, 1943.

BRAUDEL, Paule. Les origines intellectuelles de Fernand Braudel : un témoignage. In **Annales ESC**, xvii, 1992.

COORNAERT, Emile. Aperçu de la production historique récente au Brésil In **Revue d'Histoire Moderne**. n. 21. t.11, jan-fev, 1936. p. 55.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.

A ESCOLHA DO LOCAL PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA
CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS

Clarismar Gomes de Abreu
Pós-graduando em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás
clarismargomes@yahoo.com.br

A idéia da mudança da capital remonta períodos anteriores a sua efetiva mudança na década de 30 e “*de vez em quando, falava-se na necessidade da transferência da sede do governo para outro ponto do Estado*” até que “*Finalmente, a 22 de novembro de 1930, assumiu o governo do Estado, como interventor Federal, o dr. Pedro Ludovico Teixeira, que veio a tornar em realidade o sonho de Couto de Magalhães*” (MONTEIRO, 1938). Muito mais que transferir para outra cidade já erguida, Pedro Ludovico irá erguer um cidade com um destino: ser a nova capital do Estado de Goiás. Creio que a idéia da mudança promovida por Ludovico não era meramente um sonho de um governante anterior, era um *sonho* ou *estratégia* do próprio Ludovico. Apesar de em entrevistas Ludovico falar que a idéia da mudança ele a tinha desde menino *oficialmente* ou *publicamente* se refere ao tema somente em 1932. Após esse período seriam apenas construídas a problemática e justificava do projeto de mudança.

Um fator que podemos tentar discutir é que diferencial aquele governo tinha dos demais que também idealizaram mas não promoveram a mudança. Pois não bastava que o governador alimentasse a idéia da mudança, acreditamos que eram necessários outros fatores, como de fato uma série de fatores incidiram para a efetivação da mudança da capital do Estado de Goiás. Com a chamada *revolução de 1930* novas forças políticas assumiram o controle do Estado. Alguns autores, como Silva (2001), entendem o surgimento e vigoramento desta oposição ligado a fatores econômicos, haja vista, que o grosso desta oposição partia de regiões que ascendiam economicamente e que começam a se atentar para o fato de seu poder político ser disforme comparado ao seu poder econômico. Além de buscarem uma partição que equiparasse ao seu poder econômico, queriam que o Estado acionasse mecanismos que permitissem uma maior mercantilização dos produtos goianos.

Desejavam então um Estado que possibilitasse e ajudasse seus interesses econômicos. Desta forma, a luta oposicionista vai surgir no sul do estado, de onde advinha a necessidade de derrubar os entraves ao avanço capitalista. Ela apresenta como título do segundo capítulo de seu livro um interessante título: *Das urnas às armas: Goiás e a Aliança Liberal*. Um poder de concisão fantástico. Haja vista que ao observarmos o contexto da época percebemos que dificilmente a oposição se tornaria situação senão por meios *extra-legais*¹. Esse grupo oposicionista integrou a Aliança Liberal que veio em 1930 articular a revolução que tomou para si o poder político do Brasil².

De situação à oposição, as forças caiadistas buscavam impedir qualquer crescimento político da situação. A transferência da capital da cidade onde tinha forte base política³ para outro território representava ao mesmo tempo seu enfraquecimento político e o crescimento político de Pedro Ludovico. Além dessa oposição política, havia a oposição local de parte da população motivada pelas perdas socioeconômicas proporcionadas pela mudança da capital. Mudar a capital poderia ser uma estratégia adotada pelo governo que buscava se diferenciar do governo anterior. A necessidade desta perspectiva de efetiva mudança se torna mais evidente a partir da constitucionalização do país, onde eleições seriam realizadas. Desta forma, era preciso realizações políticas que representassem ao eleitorado goiano a necessidade de continuação dessas realizações.

A essas realizações foram ligados termos como progresso e modernização. Os grupos políticos que ascenderam ao poder político em Goiás a partir da revolução de 30 buscaram estabelecer dentro da sociedade da época a idéia de que representavam a modernidade que vinham para substituir o atraso a que Goiás anteriormente estava submetido⁴. E uma das estratégias ideológicas adotadas por tal grupo está o fato de caracterizarem a modernidade como *progresso, o culto do novo e a rejeição do passado* (CHAUL, 1997: 231). Esse governo seria novo em oposição ao velho governo, proporcionando dessa forma um novo tempo. Tenta-se criar uma representação de uma divisão temporal entre o velho e o novo⁵. O novo

¹ “O movimento realizou, pela via extralegal, o que as oposições nunca haviam conseguido, em Goiás, pela via legal: tornarem-se governo” (SILVA, 2001:122).

² Ver FAUSTO (1987), DeDECCA (1981), SILVA (2001).

³ “Os políticos da capital controlaram, antes de 1930, o executivo estadual, a representação federal e, enfim, a política estadual” (CAMPOS, 2002: 180)

⁴ “O movimento de 1930 marca, até de forma mítica a construção de um ‘Brasil Novo’. O Estado Novo é colocado como um divisor de águas entre o ‘Velho Brasil’ e o ‘Brasil novo’” (NASCIMENTO, 2002: 84)

⁵ Sobre essa divisão temporal presente na mentalidade das pessoas ANZAI no seu trabalho sobre a vida cotidiana na zona rural do município de Goiás nos aponta esse caráter: O marco final adotado no trabalho – o ano de 1930 – foi estabelecido em função dos próprios depoimentos dos trabalhadores rurais pesquisados, que o percebem como a inauguração de um novo tempo, o tempo da conquista do ir e vir, da libertação da ‘dívida do gaste’ que sobreveio com o movimento de 1930 em Goiás. Na representação que os trabalhadores Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

governo para perpetuar-se valeu do discurso de que ele, ao contrário dos governos anteriores, traria o progresso e a modernização ao Estado⁶.

Para auxiliar na representação de um novo tempo e um governo novo foi idealizada uma obra que sintetizasse e simbolizasse esses ideais, uma cidade construída sob os moldes da modernidade. Assim, o governo poderia deslocar o centro administrativo do Estado para uma nova cidade pronta a ter sua história construída, além desta nova cidade simbolizar as idéias do novo governo. Para justificar a mudança Pedro Ludovico se valeu fundamentalmente de apontar a precariedade técnica e salubre da cidade.

Mas mesmo com argumentações de ordem técnica foi preciso após a decisão da efetivação da mudança da capital um momento de convencimento da população da necessidade desta mudança, segundo Ribeiro, *Durante todo o ano de 1932, Pedro Ludovico utilizou-se de seus pronunciamentos oficiais e dos da imprensa para convencer a opinião pública da necessidade de empreender a mudança.* (RIBEIRO, 2004: 26).

Um ponto presente nos discursos acerca do período e que considero interessante de ser ressaltado é a forma que esse tema foi tratado, normalmente os discursos tratam o assunto como *um problema a ser equacionado*. Tanto no congresso de Bonfim realizado em 1932 onde Pedro Ludovico disse que "*grande problema está em estudos e promete resolvê-lo brevemente de acordo com os interesses do Estado*" ou em entrevista concedida ao jornal "Diário da Noite" no Rio de Janeiro onde segundo o jornal "*O chefe do governo do grande estado do Planalto Central veio resolver vários problemas de vulto, que constituem o seu programa administrativo. Entre eles destaca-se a construção de uma cidade para a nova capital do Estado.*" (MONTEIRO, 1938: 18).

Itami Campos faz uma análise onde faz uma correlação entre o Médico e o Político, sendo que Pedro Ludovico encara o Estado como a um doente que precisa de remédios, e ele se propõe a curar as moléstias do estado:

Ao prestar contas ao chefe do Governo Provisório(Getúlio Vargas)A no que tange ao aspecto sanitário, e também aos outros setores que analisa (educação, navegação, colonização, situação econômico-financeiro e, principalmente, mudança da capital), ele diagnostica, história, analisa e propõe políticas de ação. Goiás é examinado como a um doente. Em tudo, Pedro Ludovico interfere, esquadrinha" (CAMPOS, 2002: 170)

pesquisados fazem de 1930, o 'novo tempo' aparece como um dom, que lhes foi concedido pelo governo revolucionário de Pedro Ludovico Teixeira. O tempo histórico é por eles dividido em 'antes e depois do dr. Pedro', que 'derrubou os caiado' e 'libertou o trabalhadores rural'. Neste caso, portanto, privilegiou-se o marco político, por ser representativo em termos da região estudada (ANZAI, 1985: 10).

⁶ "Carl E. Shorske observa que, nos últimos cem anos, o 'moderno' serve-nos para diferenciar nossas vidas de tudo o que precedeu" (NASCIMENTO, 2002: 120)

O autor enxerga na preocupação com a questão sanitária uma bandeira política que se mostrou de difícil realização, pela dificuldade de captação de recursos. Sendo que o Interventor necessitava de uma bandeira política para as eleições que se aproximavam. A questão da mudança da capital surge então como esta bandeira. Que, em certa medida, ainda mantinha uma relação com a questão sanitária, haja vista, que um dos argumentos que viriam a condenar a cidade de Goiás estavam ligados a essa questão⁷.

Então, *A critica a capital estava feita, a mudança justificada. Necessário se fazia à ação. E esta foi sendo desenvolvida tão logo se tornou possível.* (CAMPOS, 2002: 177). E na entrevista no Diário da Noite isso parece estar bem próximo, conforme garante Ludovico. Nela é noticiado o fato de que o governo federal pretendia construir um prédio em Goiás para as repartições dos correios e telégrafos, então "*O sr. Pedro Ludovico fez ver ao sr. José Américo a inoportunidade dessa construção visto ser projeto do governo estadual a mudança da sua sede*". A notícia prossegue e o Interventor coloca a necessidade de uma nova capital como requisito para o desenvolvimento: "*O governo de Goiaz, na verdade, está no firme propósito de dotar o Estado de uma nova capital, iniciou o sr. Pedro Ludovico Teixeira. É esta uma velha aspiração do povo goiano e mesmo uma necessidade para o maior desenvolvimento do Estado.*" Ao dizer que isto é uma velha aspiração do povo goiano, é possível subentender que o "*povo goiano*" é uma expressão totalizante, o que os discursos anti-mudancistas evidenciam que não podem ser totalizantes, Basta por exemplo folhear o jornal A VOZ DO POVO desse período que será visto artigos em defesa da mudança como também artigos contra a mudança. Em trecho posterior continua seu tom totalizante e mostra-se disposto a realizar o empreendimento em pro do "*seu estado*":

Acho-me no rio para resolver esse problema e tenho certeza que o meu Estado possuirá nova capital em 1933. Todo o povo goiano tem confiança nesse empreendimento que é uma velha aspiração geral. O sr. Pedro Ludovico terminou as suas palavras cheias de devotamento pelo seu Estado, declarando-nos mais que no Planalto reina a plena paz e intenso trabalho em todos os ramos de atividade"

Também apresenta críticas a cidade de Goiás:

"A sede do governo, onde está, não poderá atender aos múltiplos problemas da administração. É uma cidade onde a população não cresce e o índice de construções

⁷ A cidade de Goiás, 'Centro do poder da oligarquia deposta pela Revolução' (PALACIN, 1974, P11), era para os outubristas expressão do atraso e do isolamento do Estado. Assim, o grande argumento a favor da mudança foi negar condições à cidade de ser capital, e a base da crítica foi dada pelo que se chamou de argumento sanitário, com apoio no Regulamento da Saúde Pública do Estado. 174
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

é irrisoriamente de 1 1/2 casa por ano. Dada a sua topografia qualquer obra para o melhoramento das suas precárias condições de higiene, de comunicações e de conforto, gastaria vultuosas somas de dinheiro e com resultados pouco satisfatórios"

Continua já apontando possibilidades de inicio das obras:

"Desejo que as obras se iniciem em maio vindouro, O governo poderia aproveitar uma das cidades do Estado mas isto não daria os resultado desejados. Desde que empreendemos fazer a mudança da Capital, fá-la-emos para uma cidade construída, especialmente, para esse fim."

Este ponto tocado por Ludovico descarta a possibilidade de mudança para outra cidade, ou seja, apenas transferir a capital. Pretende construir uma nova cidade para ser a nova capital do Estado.

A idéia ganha vida própria e houve uma divisão entre opiniões favoráveis e contrárias a tal intento. A grande maioria dos gritos *descontentes* com a mudança eram provenientes da cidade de Goiás. Consideramos alguns fatores decisivos para essa oposição, fatores econômicos e políticos. Era notório que a população da cidade defenderia a manutenção daquela situação, haja vista que tinham se estruturado economicamente ali, e a mudança da capital implicaria – como implicou – numa diminuição das negociações. Daí defendiam a manutenção daquela ordem. Se partirmos da concepção de que a mudança da Capital carregava consigo motivações políticas que visavam de uma vez por todas acabar com os resquícios da estrutura política anterior a revolução de 30, não é de se estranhar que aqueles que se sentiam ameaçados com essa mudança perderem ainda mais seus poderes políticos.

Entretanto, não se esperou derrubar essa barreira para empreender-se a construção da cidade, começou-se a fazer acontecer o projeto encarando as oposições. Iniciando aquilo que chamo de materialização da cidade. Momento esse que para acontecer necessitou dessa construção inicial da mudança num discurso de defesa da necessidade, viabilidade e pertinência da mudança.

Assim, percebemos que houve uma construção da idéia da mudança da capital, sendo que seria esta nova cidade construída como símbolo do moderno e do progresso, elementos inversos àqueles que eram dados como características da atual capital daquele momento: a cidade de Goiás. Assim é construído um discurso que se baseia na idéia da mudança sendo algo antigo e que *outros* homens de grande prestígio já haviam atentado, entretanto, por um motivo ou outro acabou não se realizando. De fato percebemos que a idéia da mudança não era criada naquele governo que se instala pós 30 e que realizou a mudança da capital, o próprio Interventor Federal anunciara que era já uma idéia antiga sua. Quero dizer que apesar

em outros momentos a idéia já ser levantada não vemos uma continuidade entre essas idéias. Contudo chamou-nos atenção o fato de que muito se discute e debate sobre a mudança em si, mas pouco se discute sobre para onde mudar. Tanto que primeiro se decide mudar a capital e depois disso escolhe-se o lugar que melhor abrigaria essa cidade. Vemos no momento em que se iniciam os trabalhos de escolha do local o momento onde se inicia a materialização daquela que era conhecida como *nova capital* do Estado. Afinal, o nome Goiânia seria decidido somente posteriormente através de um concurso.

A mudança da capital representaria uma série de alterações estruturais, interessante seria tentar observar dentro de todo este contexto de alterações qual local melhor se propunha a tal objetivo. Entretanto, como percebemos pelos aspectos traçados anteriormente muito do que se idealizou não se efetivou, mas quando se pensa na nova capital se pensa na efetivação desses ideais de modernidade, progresso e rompimento com o passado arcaico do estado. Além é claro de conjugar a esses fatores, o local haveria de ter condições que sanassem os problemas de ordem natural e higiênica que condenavam a cidade de Goiás.

Ao traçarmos o ambiente onde se decide pela mudança da capital tentamos explicitar aquilo que estava envolto na mudança da capital para a partir desses elementos visualizarmos a importância da escolha do local dentro de um projeto de rompimento com o passado e de legitimação de um novo grupo político que ascende ao poder com a *revolução* de 30. Não bastaria construir uma cidade destinada a ser algo se esta cidade não tiver os elementos necessários para tal. O local é um desses elementos. Tanto que é nítida uma predileção por locais situados na região sul/sudeste, apesar de se apontar uma possibilidade de uma região próxima a antiga capital, essa possibilidade não ganha nem mesmo seu espaço nas discussões sobre os locais. Essa predileção pode ser explicada pelo fato de que o novo grupo político que ascendeu ao poder pós 30 era oriundo daquela região que foi por onde o capitalismo adentrou e iniciou um processo de modernização. Muito mais que diferenças políticas, as diferenças de grupos que se encontram em 30 será as diferenças ligadas ao fator econômico, cada qual com seu projeto econômico.

Um dos símbolos dessa modernização capitalista será a estrada de ferro que vira pelo sudeste cortando o estado. É um dos critérios que se apontou como requisitos para a nova cidade era justamente proximidade com a estrada de ferro. Por si só, esse elemento acaba filtrando as cidades a serem escolhidas. Fazendo surgirem na cidade de Goiás gritos esperançosos defendendo a rápida chegada da estrada de ferro pois os demais problemas da cidade poderiam ser corrigidos e esta continuar sendo a capital do Estado. Apenas mais um dos muitos gritos vindos da cidade de Goiás em defesa da permanência da capital ali.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Contudo, o projeto político que a nova cidade representava era também de rompimento com o passado. Quero dizer, ao se construir desde os discursos uma cidade moderna e símbolo do progresso que traria *o novo* acaba por significar um rompimento com o passado e uma diferenciação para com este expressa no confronto velho x novo, onde o velho passa ser a cidade de Goiás e todas as formas ditas mandonistas do *velho governo* diferente da nova cidade fruto do *novo governo* que viria restaurar os ideais democráticos. Assim, não seria possível romper com o passado apenas em discursos, era necessário algo que materializasse e representasse de fato um rompimento. Essa nova cidade então passa ser vista como realizadora desse intento. Como justificativa para a mudança para outro local são apontadas inviabilidades especialmente de ordem sanitárias contra a cidade de Goiás.

Para proceder a escolha, o governo nomeia uma comissão para fazer os devidos estudos. Os componentes da comissão incumbida da escolha do local para a nova cidade estarão integrados dentro desse projeto maior. Até porque a escolha desse local era algo que afetaria de forma grandiosa em vários aspectos a região que fora escolhida, era preciso então que a comissão tivesse ligada aquele projeto de mudança. Assim, nenhum dos integrantes era anti-mudancista. Dom Emanuel foi inserido na comissão por questões políticas por ser a voz máxima da igreja no estado e ao se mostrar integrando aquele projeto de mudança poderia ser bastante útil no convencimento da necessidade da mudança. Comerciantes da região sudoeste representaram a classe comercial – ou porque não dizer a classe comercial da região sudoeste. Colemar Natal e Silva não mostrou sua predileção por nenhuma cidade, mas digamos que era um árduo mudancista, e isso era interessante. Se as questões sanitárias eram importantes na mudança nada mais jus que escolher o Diretor Geral do Serviço Sanitário do Estado e Primo de Pedro Ludovico, Laudelino Gomes que era outro mudancista que assinou diversos artigos em jornais mostrando-se favorável a mudança da capital. Além de que tinha fortes ligações com a região de Campinas. Além disso, dentre os membros da comissão ele foi um dos que integrou a subcomissão que procedeu aos estudos técnicos da viabilidade de implantação da nova capital nos locais apontados inicialmente.

Assim, temos duas possíveis influências mais nítidas sobre região dentro da comissão. Dom Emanuel era abertamente favorável a Bonfim enquanto que acreditamos que Laudelino pode ter sido favorável a Campinas. Contudo, mesmo com a presença do Bispo e de uma forte campanha promovida por bonfinenses em favor da mudança da capital para ali, mais de um relato darão conta de que o Interventor não tinha pretensão para com aquela região. Isto abre-nos uma possibilidade de interpretação. Afinal, se o governo cria comissão para decidir sobre o local, imagina-se que esta comissão é quem de fato deveria decidir pela escolha, mas o Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Interventor participara desta dando suas opiniões. O que pode explicar a escolha dos membros afinal a grande maioria mantinha uma proximidade anterior com o Interventor. Se de fato o Interventor teve influência nessa comissão então a comissão teria sido mera formalidade sem um poder efetivo de decisão, sendo meramente continuidade do pensamento do Interventor.

A predileção por Campinas pode ser explicada não somente por suas condições naturais e por estar num ponto mais cêntrico da região mais populosa. Acreditamos que a escolha pode ter levado em conta o fato de que a região de Campinas era ideal para aquele projeto de mudança que existia. Quero dizer que mesmo com origem datando de início do século XIX Campinas não tinha uma forte tradição política, fator que pode ter sido levado em conta. Afinal, o projeto de mudança sob a bandeira do *novo* pretendia ser um novo começo, ou seja, inaugurar um novo período na história de Goiás. Para tal pretendia que seu grupo político fosse o protagonista dessa *nova* história. Se a nova cidade fosse construída próxima a uma cidade já com tradição política, como por exemplo, Bonfim, esse projeto estaria ameaçado. Mesmo que a nova cidade não pretendesse manter uma ligação estreita com a cidade próxima, no caso Campinas, essa ligação era impossível de impedir. E melhor seria evitar ameaças aquele projeto. Nessa perspectiva, Campinas foi escolhida não pelo que era, mas sim pelo que não poderia ser.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Clarismar Gomes de. Mudança da Capital do Estado de Goiás: Rompimento Com O Passado. *Revista Possibilidades*. Ano 02 nº 05, jul./set. 2005.

ANZAI, Leny Caselli. *Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás 1888-1930*. Dissertação de Mestrado UFG. 1985.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da Capital: Uma Estratégia de Poder. In: BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. *Goiânia: Cidade Pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia. Ed. da UFG. 1997.

DE DECCA, Edgar. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30, História e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1978.

HERNANE, Frederico. *Jornal A Voz*. Dezembro. 1997.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: REVISTA DOS TRIBUNAIS. 1938.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

- NASCIMENTO, Francsico Alcides do. *A Cidade Sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2002.
- OLIVEIRA, Eliezer Cardoso de. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. Dissertação de Mestrado UFG. 1999.
- PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- RIBEIRO, Maria Eliana Jubé. *Goiânia: Os Planos, A Cidade e o Sistema de Áreas Verdes*. Ed. da UCG, 2004.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *Memória, Família E Poder. História de uma Permanência Política – Os Caiado Em Goiás*. In: CHAUL, Nasr Fayad (org). *Coronelismo em Goiás: Estudos de Casos de Família*. GOIÂNIA: MESTRADO EM HISTORIA/UFG. 1998.
- SABINO JR, Oscar. *Goiânia Documentada*. São Paulo: EDIGRAF. 1960.
- SILVA, Ana Lucia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. Goiânia: AGEPEL. 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Comprar, vender, emprestar, trocar, anotar ... empenhar:
Práticas creditícias no cotidiano do Antigo Regime**

Cláudia Coimbra do Espírito Santo
Doutoranda em História Econômica/USP

O surgimento da sociedade de classes e a conseqüente divisão social do trabalho impulsionaram as *trocas*, *permutas* e *escambos*. Com o desenvolvimento dos grupos sociais foram aparecendo os problemas na medida em que os indivíduos atribuíam valores diferenciados aos bens que produziam. Daí a necessidade de uma mercadoria que se tornasse um instrumento de troca, um *equivalente universal*, que não variasse de acordo com a transação. Assim, as trocas na economia primitiva eram realizadas com os mais variados produtos que tinham a função de mercadorias- moeda.¹

Na América portuguesa esse fenômeno foi observado em diferentes contextos. No século XVI o açúcar foi utilizado como moeda corrente em Pernambuco; no Ceará do século XVII o novelo (ou nimbo de linha) se tornou um instrumento de troca com peso regulamentado oficialmente; na Bahia, o cacau, o cravo e o tabaco serviram de “moeda”; nas Minas, o ouro, em pó ou em barra². Não obstante as dificuldades decorrentes da variedade de mercadorias, as próprias características dos produtos utilizados, tais como valores diferenciados, divisibilidade, deslocamento, perecimento, etc, dificultavam o desenvolvimento das trocas.³

Os problemas inerentes à deficiência de numerário para as trocas foi uma das principais causas para o desenvolvimento do crédito em todas as sociedades pré-capitalistas. Aliás, Braudel chama atenção para o fato de que desde o período anterior a era cristã, utilizaram-se mecanismos de crédito, como notas e cheques. Desde quando os

¹ Sobre a transformação das sociedades comunais em sociedades de classes, ver: MARX, Karl. *Formações sociais pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 65-112.

² PROBER, Kurt, *Ouro em pó e em barras*. Meio circulante no Brasil. Rio de Janeiro: Kurt Prober, 1990, p. 83-84. Apud: ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. *Economia da Palavra: Ações de Alma nas Minas Setecentistas*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP, 2003, 83-84.

³ HUGON, Paul. *A moeda: introdução à análise e às políticas monetárias e à moeda no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 18. Apud ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. *Economia da Palavra*, p.10.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 1
EDUFOP, 2007.

homens aprenderam e escrever e a utilizar moedas (em suas mais variadas formas), “eles os substituíram por escritos, bilhetes, promessas, ordens.”⁴

Se o crédito existe desde a Antiguidade, quais seriam a importância e as especificidades das práticas creditícias no Antigo Regime?

Será novamente Braudel que nos dará as pistas iniciais para a nossa compreensão. Ao analisar o desenvolvimento da economia monetária, o autor afirma que existe uma demarcação muito clara entre o significado da moeda e o do crédito. Enquanto a moeda é o equivalente universal de troca, o crédito “é a troca de duas prestações diferentes no tempo: eu lhe presto serviço, você me reembolsa depois”. Assim,

O senhor que adianta o trigo e a semente a um camponês sob a condição de ser reembolsado na colheita abre um crédito; do mesmo modo, o taberneiro que, na ocasião, não reclama ao seu cliente o preço do que consumiu e o inscreve na conta do bebedor com um traço de giz na parede (o chamado dinheiro de assento), ou ainda o padeiro que entrega o pão e marca o futuro pagamento, gravando dois pedaços de madeira (uma parte ficava para quem dá, outra para quem leva).⁵

Na realidade, a perspectiva de Braudel pode ser visualizada claramente no princípio da *reciprocidade* analisado por Polanyi. O econômico em Polanyi é visto como um processo institucionalizado e substantivo: a economia humana engloba instituições econômicas e instituições não-econômicas em constante movimento. A relação que se estabelece entre duas pessoas segue uma seqüência duradoura de *dons*, e a existência de um *dom* está invariavelmente associada a um *contra-dom*. Assim, *reciprocidade*, *troca* e *redistribuição* são indissociáveis do contexto das relações humanas.⁶

Nessa perspectiva, o que levaria os indivíduos a estabelecerem relações de *reciprocidade*? Uma gama de motivações, diz o sociólogo Polanyi, porém todas elas respaldadas nas relações pessoais. Diferente de nossa “lógica econômica” contemporânea, o retorno do *dom* não é necessariamente imediato ou material. Ele pode

⁴ Braudel, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. O jogo das trocas. Lisboa: Cosmos, 1985, p. 432

⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo ...* op cit, p. 431.

⁶ POLANYI, Karl. L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: POLANYI, Karl, ARENSBERG C.; PEARSON, H (ed.) *Les systemèmes économiques dans l'histoire et la théorie*. Paris: Larousse, 1975. p. 244-249.

estar muito mais associado ao respeito, a estima, a consideração, e ao reconhecimento frente a outros membros da sociedade.⁷ A reciprocidade assim pensada está mais relacionada aos princípios de *honra* e *distinção* e ao estabelecimento de relações de *confiança* que caracterizam as sociedades do Antigo Regime.

Na mesma linha de raciocínio, o antropólogo Marcel Mauss considera o princípio da *dádiva* como forma de se estabelecerem as relações econômicas entre os indivíduos. Para o autor, a organização da vida em sociedade pressupõe um constante dar e receber. Dentro dessa perspectiva, propõe uma “etnografia” da troca: Na epígrafe de sua obra, Mauss afirma:

*Toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o receptor aceita algo do doador. Ele deixa, ainda que momentaneamente de ser o outro; a dádiva os aproxima e os torna semelhantes.*⁸

A questão é que o ato de dar, a dádiva, não é uma ação desinteressada; toda *dádiva* pressupõe uma expectativa de *retribuição*. Em Mauss, “a prática de troca e a reflexão sobre ela nos revelam que trocar é mesclar **almas**, permitindo a comunicação entre os homens, a intersubjetividade, a sociabilidade”⁹.

Dentro desta perspectiva, acredito que os trabalhos de Fernand Braudel, Karl Polanyi e Marcel Mauss são de extrema importância para se pensar as práticas creditícias dos atores sociais no período em tela.

Os estudiosos da economia do Antigo Regime passaram a considerar noções como *reciprocidade*, *economia do dom*, *confiança*, na medida em que os padrões de consumo nestas sociedades, para além do reflexo das relações de produção e/ou modelos de consumo, possuíam características peculiares e estratégias diferenciadas. Assim, a produção da vida material da época deveria ser analisada à luz da influência das relações parentais, políticas, etc.¹⁰.

Vejam agora como podemos pensar conceitos de *dom*, *contra-dom* e *reciprocidade* na análise histórica, em alguns importantes estudos que tem como tema o endividamento e o crédito em diferentes contextos do Antigo Regime.

⁷ Idem, p. 244-249.

⁸ MAUSS, Apud LANA, Marcos. Notas sobre Marcel Mauss e o ensaio da dádiva. UFPR: Revista de sociologia política, jun, n. 14, p. 173-194

⁹ Idem.

¹⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Para que serve a História Econômica?”. In: **Estudos Históricos**. R.J: Fundação Getúlio Vargas, nº 29, 2002, p. 22.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 3
EDUFOP, 2007.

Importância do crédito para as sociedades do Antigo Regime

Linda Greenow dedicou-se ao estudo do crédito na Nova Espanha e observou que diante da escassez de moedas e da falta de liquidez da economia, vários signos monetários foram utilizados com função primária de dinheiro¹¹, e conviveram ao lado de diversos instrumentos de crédito: cessão e endosso de dívidas, trocas de mercadorias, compensação de contas. Segundo a autora, “estos mecanismos permitieron suplir la falta de liquidez, aumentar el circulante y reservar la moneda e los metales preciosos para aquellas aticvidades donde las expectativas de ganancia resultaban más prometedoras” A análise dos protocolos notoriais da cidade do México no século XVI demonstrou que as operações creditícias foram a segunda prática sócio-econômica mais recorrente nas fontes compulsadas, após somente as escrituras de representação. Assim, a autora demonstrou a extensão do crédito na centúria, cedido por comerciantes ou instituições eclesiásticas, a inexistência de instituições creditícias propriamente ditas e o reduzido espaço do crédito público. A venda a prazo se configurou como a operação creditícia mais largamente utilizada, e foi exatamente ela que possibilitou *o incremento da circulação de bens e o financiamento de muitas atividades econômicas*¹²

O crédito comercial foi concedido majoritariamente por pessoas que se ocupavam da arrecadação de impostos fiscais, municipais ou eclesiásticos, muitas vezes ligado às atividades comerciais, fator que possibilitou a acumulação do numerário entre os comerciantes. As doações, dotes e obras pias dos fiéis estimularam o enriquecimento

¹¹ Nas sociedades pretéritas, as mercadorias-moeda mais utilizadas foram: em Roma, o boi, na China, a pá e a faca; na África, o escravo, o algodão ou o linho, etc. Segundo Trigueiros, a palavra “pecúnia” é derivada de *pecus*, designação de rebanho ou de gado; *capital*, com o sentido de conjunto de moeda vem de *caput*, “cabeça”, tendo em vista determinadas cabeças de gado nos lugares onde essa era a unidade monetária; *rúpia*, moeda indiana, é derivada de *rupa*, gado (ver TRIGUEIROS, 1966, pp. 29-30). Compreende-se, daí, a origem da palavra “pecuniário”, utilizada até hoje quando nos referimos a determinados valores decorrentes de atividades comerciais. TRIGUEIROS, 1966, p. 29-30. Apud: ESPIRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. Economia da palavra ... op cit, p.9.

¹²I GREENOW, Linda L. El crédito en Nueva Espana .**Hispanic American Historical Review** - 81:1, February 2001.

da Igreja – instituições e fundações eclesiásticas -, permitindo que ela concedesse o crédito eclesiástico, principalmente para a aquisição de imóveis.¹³

Desta forma, a Igreja e os comerciantes forneceram os empréstimos de pequeno montante ou mercadorias a curto prazo. Segundo Greenow, com o decorrer da centúria, esses grupos assumem posição dominante na concessão de crédito:

A medida que el proceso se fue completando, crecieron los beneficios em el comercio, se incrementaron las rentas fiscales e la riqueza de la Iglesia. Por lo mismo, gran parte del numerário de la época fluyó hacia el comercio, la Real hacienda e las instituciones eclesiásticas. Los fondos en poder de estos grupos e instituciones, paulatinamente fueran constituyendo las principales fuentes de financiamiento de la economía colonial.¹⁴

Porém, a concessão de crédito geralmente a curto prazo, financiou a riqueza destes setores e favoreceu a criação de redes mercantis, em detrimento de inversões no setor produtivo. Parte considerável dos ganhos adquiridos foi reinvestida na arrematação de cargos, tanto na administração pública quanto nos impostos fiscais. A participação na administração consolidou a esfera de atuação e o poder da elite mercantil, reforçando assim o alto grau de endividamento na sociedade.¹⁵

Muitas das características do crédito estudadas por Greenow têm encontrado paralelos em toda a América colonial até o oitocentos, porém, guardando as suas especificidades de acordo com o local ou período, possibilitando assim a emergência de estudos comparativos.

Vejamos agora recentes trabalhos historiográficos que buscam compreender a dinâmica do crédito em diferentes contextos.

A historiadora portuguesa Maria Manuela Ferreira Marques da Rocha estudou o endividamento na Metrópole em fins do século XVIII e início do XIX a partir da análise das dívidas ativas e passivas encontradas dos inventários *post-mortem* de Lisboa entre os anos de 1770 a 1830¹⁶.

¹³ Idem, p 279-309

¹⁴ I GREENOW, Linda L. El crédito en Nueva Espana. **Hispanic American Historical Review** - 81:1, February 2001..p. 134

¹⁵ Ibidem, p. 138

¹⁶ ROCHA, Maria Manuela. *Crédito privado num contexto urbano*. Lisboa, 1770-1830. Florença:Tese de doutorado apresentada ao Departamento de história e Civilização do Instituto Universitário Europeu, 1996.

Os dados compulsados revelaram que a maior parte dos gêneros que circulavam entre a metrópole e os portos brasileiros foram comercializados de acordo com um “sistema de compensações”: os comerciantes da metrópole enviavam as fazendas para os seus agentes comerciais ou sócios na colônia e estes enviavam para Lisboa os produtos brasileiros. O valor das transações era contabilizado em contas correntes nos dois lados do Atlântico, “mas não pagos”. Esses saldos somente eram apurados quando se faziam os inventários portugueses dos homens de negócios, onde constavam as listas de todas as dívidas. Os dados revelaram que esse crédito era baseado na mentalidade do período, que concebia as relações pessoais de *honra* e *confiança* como princípios fundamentais para a concessão de crédito¹⁷.

Para além da escassez monetária, Maria Manuela Rocha aponta outras duas razões para a ampla utilização das práticas creditícias nos circuitos de abastecimento do mercado: a ineficiência dos sistemas de comunicação e transporte para o comércio à distância e a irregularidade das receitas, principalmente aquelas decorrentes do exercício de uma ocupação, no comércio interno:

O fato de estarmos perante sociedades em que os rendimentos em dinheiro entravam de forma descontínua nos orçamentos dos agregados domésticos é, a meu ver, um aspecto crucial para a compreensão da importante extensão destas formas de crédito no quotidiano das populações.

Analisando também a documentação cartorial, mas dos grandes comerciantes do Rio de Janeiro, em período análogo ao de Maria Manuela Rocha – *inventários, escrituras públicas, processos de falência, correspondências* e outros –, a quem denominou *Homens de grossa aventura*, João Fragoso percebeu essas relações comerciais como sendo as formas não-capitalistas de produção que caracterizaram a economia colonial¹⁸. Os vínculos estabelecidos entre comerciantes portugueses e os do Rio de Janeiro criaram uma “cadeia de adiantamento/endividamento” que se tornou um padrão geral que envolvia os negócios dos comerciantes de *grosso trato* – portugueses,

¹⁷ As *Ações de alma* e *Ações de crédito* compulsadas no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI) corroboram essa afirmação, como explicitaremos a seguir.

¹⁸ FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 144-147
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 6
EDUFOP, 2007.

ingleses ou fluminenses – que emprestavam ou adiantavam suas mercadorias aos agentes comerciais residentes nas diversas capitanias da colônia¹⁹.

Fragoso e Florentino consideram que essa cadeia de endividamento adquiriu maior importância no tráfico atlântico. Citando o Autor Anônimo, afirmam que todo o processo girava em torno da figura do adiantamento das mercadorias para o escambo. “Os comerciantes angolanos recebiam em consignação fazendas, tabaco, aguardente, armas e pólvora dos capitães dos negreiros, ficando efetivamente endividados frente ao capital do traficante do Rio de Janeiro”²⁰

Aliás, estudando a formação do Brasil no século XVIII a partir do tráfico negreiro, Alencastro corrobora a afirmação acima. Em sua opinião, a baixa rotatividade de capital no tráfico atlântico resultou num endividamento constante dos proprietários frente aos traficantes. Assim, “a venda de escravos a crédito constituía uma prática corrente na colônia.”²¹ Os senhores de engenho se *empenhavam* com os comerciantes, que se *empenhavam* com os traficantes que se *empenhavam* com os comboieiros na África.

Antonio Carlos Jucá de Sampaio, analisando *escrituras públicas* do período de 1650 a 1750, argumenta que a relevância do sistema de crédito para a compreensão das sociedades na América portuguesa deve considerar três pressupostos fundamentais: a existência de uma pequena elite comercial detentora dos fluxos monetários e, portanto, da concessão de crédito; o caráter agrário da economia colonial e por fim, a forma da aquisição da mão-de-obra. O autor aponta ainda a importância das instituições coloniais na concessão de crédito: no século XVI o Juizado de Órfãos e a Santa Casa de Misericórdia; no século XVII estas instituições perdem sua importância econômica, em decorrência do crescente processo de mercantilização da economia fluminense, momento em que a elite agrária e os homens de negócio passam a controlar o “mercado do crédito”; no século XVIII os senhores de engenho perdem espaço e a elite mercantil passa a dominar o crédito²².

¹⁹ FRAGOSO, João Luís, FLORENTINO, Manolo. *Arcaísmo como projeto*. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro. 1790-1840. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 90-91.

²⁰ Idem, p.92

²¹ ALENCASTRO, Luis Felipe. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²² SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *O mercado carioca do crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, nº 29, 2002, p. 29-49.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 7

Maria Luíza Ferreira de Oliveira estudou principalmente os inventários *post-mortem* da cidade de São Paulo no período de transição da cidade colonial para a cidade republicana - de 1874/1882 e de 1894/1901 a fim de aprender os mecanismos de sobrevivência e enriquecimento dos setores médios da população no contexto das transformações urbanas. Assim, são analisadas as trajetórias de vida, a distribuição da riqueza, a posse de escravos, e as relações de crédito, “um dos nervos que estruturava a vida urbana na época”²³

Na São Paulo da virada do século XIX para o XX, essas relações permaneciam pautadas nas obrigações sociais de reputação, confiança, proximidade e reciprocidade, características do Antigo Regime. O crédito era fornecido principalmente por comerciantes que vendiam fiado e concediam empréstimos para atender às necessidades de consumo do cotidiano. Para Oliveira, o crédito era praticado de variadas formas: “podia-se obter dinheiro hipotecando um imóvel, assim como mediante um vale, uma letra, um título ou uma simples obrigação assinada” nos balcões dos armazéns, local de sociabilidade e negócios. A autora ressalta ainda que “os empréstimos também eram feitos sem nenhuma garantia documental, apenas respaldado pela **palavra** e baseado na **confiança**”.²⁴ Portanto, no nascimento da República, “o crédito ainda não obedecia a uma racionalidade econômica”.

Em Minas colonial a situação parecia ser diferente, na opinião de Maria Bárbara Levy. Em 1979, a autora ponderava que “as práticas de crédito, nesse período de apogeu da exploração das minas, deixaram muito poucos traços a serem analisados”. Mesmo assim, recorrendo a fontes secundárias, a autora afirmava em seguida que “as transações comerciais nas Minas Gerais eram geralmente realizadas a crédito”.²⁵ Um caso raro e exemplar seria o da volumosa correspondência entre o comerciante Francisco Pinheiro e seus agentes comerciais no Brasil, que se espalhavam pelas capitânicas do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Colônia do Sacramento.²⁶

²³ OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de Oliveira. Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, cap. 3

²⁴ OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira de Oliveira. Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005, cap. 3

²⁵ LEVY, Maria Bárbara. *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979, p.p. 93.

²⁶ Idem, p. 94. Sobre a correspondência de Francisco Pinheiro, Ver: LISANTI FILHO, Luís. Negócios coloniais (uma correspondência comercial do século XVIII). Brasília; Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão, 1973, 5v. Sobre a atuação do comerciante na Capitania das Minas, Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas Setecentista. São Paulo: HUCITEC, 1999.

A afirmação da autora se baseia principalmente no desconhecimento das fontes primárias que se encontram nos arquivos coloniais mineiros. Aliás, o crédito só passou a ser considerado depois que importantes estudos passaram a analisar as fontes primárias produzidas pelos diversos agentes sociais, e a se dedicar ao tema da existência de um dinâmico mercado interno nas Minas e à intensidade das trocas comerciais, tanto no interior da capitania quanto com outras regiões da colônia, do Império português e até mesmo da África²⁷.

Aliás, a constatação da existência do mercado interno gerou novas inquietações entre os pesquisadores da história de Minas acerca de sua estrutura e funcionamento, e dentre elas, o tema do crédito começou a despertar um maior interesse na historiografia. A partir de então, alguns poucos estudos começaram a verticalizar suas pesquisas no sentido de compreender a dinâmica do crédito nas Minas Gerais do século XVIII²⁸.

Em 1986 a própria Maria Bárbara Levy reveria sua posição ao escrever um artigo sugestivamente intitulado *Crédito e Circulação Monetária na Economia da Mineração*. Utilizando como fonte a legislação colonial, a autora discute a cadeia de endividamento que se criou na região mineradora, a partir do estabelecimento das atividades comerciais que progressivamente conectaram as minas ao capital mercantil internacional²⁹. Assim, o minerador se *empenhava* com os comerciantes locais, que para se abastecer dos produtos necessários ao consumo se *empenhava* com as praças mercantis do Rio de Janeiro e da Bahia, que se empenhavam com os negociantes de Lisboa, que por sua vez também estavam *empenhados* com os comerciantes ingleses.

Analisando as *Ações cíveis* de Vila Rica, Marco Antonio Silveira afirma que os habitantes das Minas encontraram uma solução para o paradoxo entre a expansão do mercado e a carência de moedas nas suas atividades cotidianas: a utilização da *palavra*, escrita ou falada. Assim, “as trocas estabeleceram-se em razão das promessas e empenhos de palavra, fossem ou não embasados em papéis escritos. O fiado e a dívida

²⁷ Ver, dentre outros, os estudos de ZEMELLA (1951), LENHARO (1979), SOUZA (1982), GUIMARÃES e REIS (1986), LIBBY (1988), CARRARA (1997), CHAVES (1999), FIGUEIREDO (1999), FURTADO (1999), LEVY (1986), MENESES (2000), CHAVES (1999), GODOY (2004), dentre outros.

²⁸ FURTADO (1999), SILVEIRA (1997), ESPÍRITO SANTO (2003), SANTOS (2005)

²⁹ Segundo Marx, existem duas formas de capital mercantil que se acumulam na esfera da circulação de mercadorias: o *capital comercial*, que se reproduz no momento entre a compra e a venda das mercadorias, e o *capital usurário*, que se reproduz no instante em que o comerciante cobra juros da negociação de uma mercadoria específica; o *dinheiro*. MARX, *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril, 1984, Livro 3.

eram generalizados”. Dessa forma, a realidade colocava os moradores diante de duas posturas opostas vivenciadas a partir de “um conflito entre dois sistemas de valores que existiram de modo tenso e indissociado”: a *ética da circulação* e a *ética da palavra* - a primeira integrava economicamente os indivíduos através da disseminação do uso dos bilhetes de crédito como meio circulante e a segunda ancorada nos valores estamentais da sociedade, colocava os indivíduos diante de duas alternativas: a *honra ou o dinheiro*. Essas alternativas, segundo Silveira demonstravam a “fragilidade do sistema de crédito” nas Minas.³⁰

Os dados compulsados nas *Ações de alma* para nossa dissertação de Mestrado permitiram visualizar uma terceira dimensão: a influência da sensibilidade cristã nas práticas econômicas cotidianas. Se a vida colonial pautava-se pela busca da salvação e no medo do inferno, esse cotidiano era regulamentado pela legislação eclesiástica através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), texto que serviu de base para a política evangelizadora na Colônia. Neste contexto, a utilização da palavra empenhada como instrumento monetário respaldava-se nas crenças e valores da sociedade mineira Setecentista, que concebia o empenho da palavra através do *Juramento de alma* como forma alternativa de circulação monetária, isto é, para a obtenção de crédito. Sua aceitação apoiava-se principalmente na **confiança**, inspirada na mentalidade do período, na qual a palavra empenhada pelas pessoas envolvidas em trocas comerciais detinha uma conotação moral significativa.. O *juramento em falso* em uma *Ação de alma* poderia significar a danação da alma, acarretando assim uma forte pressão social e íntima, mas o réu se veria livre da dívida. Por outro lado, a fama pública do delito poderia repercutir na perda do crédito.

O indivíduo ficaria sujeito a conviver, simultaneamente, com a coerção externa e interna. Numa sociedade em que a religião imprimia a visão de mundo, o mundo do crédito implicava na coexistência diária com Deus e o Diabo, e a preocupação espiritual também estava diretamente relacionada à questão econômica.

Foi exatamente a sacralização da palavra do fiel que possibilitou o desenvolvimento de formas consensuais de comercialização, pautadas em valores espirituais e morais, práticas forjadas nas experiências terrenas dos moradores de Vila

³⁰ SILVEIRA, Marco Antonio. *O universo do indistinto*. Estado e sociedade nas Minas setecentista (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997, p.98-106. Sobre a utilização cotidiana das práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas ver: SANTOS, Raphael. *Devo que pagarei*: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. Dissertação de Mestrado apresentada à UFMG, 2005.

Rica. A *palavra* possibilitava ao réu aceitar ou não a dívida, acertar ou não as contas com o credor, assim como permitia que fossem saldadas suas obrigações com Deus³¹.

Estes estudos nos mostram que para além das questões econômicas, estudar o crédito em sociedades do Antigo Regime pressupõe analisá-los à luz das relações sociais estabelecidas entre credores e devedores sem, no entanto, relegar a influência das diversas instituições de poder a que estão estreitamente vinculados. Pensar o crédito nas Minas requer situá-lo no contexto social, político, religioso, cultural e econômico no qual ele está inserido.

³¹ ESPÍRITO SANTO, Cláudia Coimbra do. *Economia da Palavra: Ações de Alma nas Minas Setecentistas*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH/USP, 2003, p. 49
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 11
EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade.**

Os arquivos e a História: memória de um lugar

Cláudia Beatriz Heynemann¹

I

A criação do Arquivo Público do Império, prevista na Constituição de 1824², se deu em 2 de janeiro de 1838, (no mesmo ano em que surgia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos moldes do Instituto Histórico parisiense, de 1834), na regência de Pedro de Araújo Lima, tendo como ministro da Justiça e do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Mencionado desde 1823 em decretos que determinavam a guarda de originais na Chancelaria até que fosse criado, cabia ao Arquivo Público guardar e conservar “todos os documentos que podem interessar não só a história de nosso país, como também a administração nos seus diferentes ramos”³. Sua organização em três seções, Administrativa, Legislativa e Histórica “correspondia, em primeiro lugar, à necessidade de sistematizar as informações do Estado, suplantando a lógica completamente anacrônica da prática arquivística do Antigo Regime. No entanto, como indica a terceira seção, resultava igualmente das preocupações típicas do século XIX com a nação. Da mesma forma que o restante da América Latina entre 1830 e 1850, o Império do Brasil não podia prescindir de um instrumento capaz de preservar a memória nacional ‘adormecida’ como observaria mais tarde Joaquim Manoel de Macedo...”⁴.

Em 2008 o Arquivo Nacional comemora cento e setenta anos de existência, instalado em sua sede no Rio de Janeiro, um conjunto arquitetônico em estilo neoclássico, originalmente criado para abrigar a Casa da Moeda e que completará cento

¹ Doutora em História Social – UFRJ. Pesquisadora do Arquivo Nacional

² O artigo n.º 70 da *Constituição Política do Império do Brasil*, de 1824, dispõe que “assinada a lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e selada com o selo do Império, se guardará o original no Arquivo Público e se remeterão os exemplares dela impressos a todas as câmaras do Império, tribunais e mais lugares, aonde convenha fazer-se pública”.

³ Relatório do ministério do Império. Rio de Janeiro, 1838.

⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 260-261.

e quarenta anos de ocupação no mesmo ano. Não é demais lembrar que também em 2008, um dos eventos mais expressivos na agenda é o bicentenário da chegada da Corte ao Brasil. Mais do que descrever a trajetória institucional do Arquivo Nacional ou de seu vasto acervo, uma inspiração para pensarmos em seu nexos com segmentos da produção historiográfica brasileira, desejamos articular as idéias de arquivo, história e memória que, em diferentes momentos, integraram o que para Michel de Certeau é uma lei tácita da História: “ir aos arquivos”!⁵

II

Deve-se retornar a alguns textos centrais nessa discussão, eles mesmos memória da historiografia sobre o tema, nas últimas décadas, como a obra de Pierre Nora, *Os lugares de memória*. Passados mais de vinte anos desde o início da publicação, o termo – lugares de memória – foi vastamente empregado, generalizando-se entre políticos, meios de comunicação, instituições de proteção ao patrimônio, fugindo à definição inicial de Nora. É também objeto de crítica mesmo por aqueles que detectam um excesso de memória em nossas sociedades. Para nosso interesse, além da trajetória da obra, há o texto de K. Pomian⁶, publicado no último tomo, quando já se encerrava a longa trajetória da obra, em 1992.

Em artigo publicado na revista *Estudos Históricos*, em 1993, a propósito dos dez anos de *Les lieux de mémoire*, Armelle Enders refere-se à duplicidade da obra, tanto no que se refere ao projeto global e a feliz expressão criada por Nora quanto à existência de uma centena de capítulos que compõem a obra e que podem ser lidos de forma desconectada da proposta complexa do diretor da obra. O outro risco assinalado e ao qual devemos ser sensíveis é o da banalização da expressão “lugar de memória”. Afinal, o termo chegou a integrar a nomenclatura do Patrimônio histórico francês, “a fim de conservar edifícios ou paisagens desprovidos de valor estético relevante mas carregados de forte valor sentimental”.

Para elucidar o significado da expressão, Pierre Nora declarou haver se baseado em Cícero, por meio da figura retórica do *locus memorie*, no qual um lugar é associado a uma idéia. Lugar de memória então é algo do domínio do ideal, não guardando relação com nostálgicos passeios entre monumentos e vestígios do passado. Pode ser

⁵CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁶POMIAN, Krzysztof. *Les archives: du Trésor des chartes au Caran*. In: NORA, P. (Dir.). *Les lieux de mémoire*. III. Les France 3. de l'archive à l'emblème. France: Éditions Gallimard, 1992.

compreendido diz Pierre Nora, como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer”⁷.

Mas a formulação do lugar de memória, mesmo que despida da fantasia historicista é vista por outros autores como uma saída conservadora, ato de compensação de uma renitente idéia de perda, que caminha em paralelo com a interpretação do papel dos museus na nossa cultura. Deste modo, seduzidos pela memória, escreve Andreas Huyssen, ameaçados por um presente que se reduz a cada dia no ritmo do consumo contemporâneo, recorreremos aos museus, que oferecem formas tradicionais de identidade cultural, conquanto transformadas, elas mesmas, pela modernização. A possibilidade de uma sensibilidade compensatória é compartilhada com o sentido dos lugares de memória de Nora que segundo Huyssen “reconhece uma perda de identidade nacional e comunitária, mas crê na nossa capacidade de compensá-la de algum jeito”⁸.

A emergência da memória e o movimento de volta ao passado surgem como um fenômeno surpreendente e contrastante com a perspectiva da alta modernidade, então comprometida com o futuro. Se a solução não é opor uma memória trivial a uma história séria, estamos de todo modo, diante de uma musealização. Pergunta-se Huyssen, o objetivo é a recordação total, “fantasia de um arquivista maluco?”. Os olhares se voltam para os arquivos, uma imagem síntese da idéia de guarda, de preservação, enquanto o ambiente virtual transforma os parâmetros que temos de textos, séries, início de documentos, suporte. A informatização promove a idéia do arquivo total, revivendo a *aldeia global* em estilo McLuhan no ciberespaço e novamente olhamos para o arquivo, apresentado como lugar de preservação espacial e global das memórias locais e nacionais: “do ponto de vista do arquivo, é claro, o esquecimento é a última das transgressões. Mas quão confiáveis ou à prova de falhas são os nossos arquivos digitalizados? (...) A ameaça de esquecimento vem da própria tecnologia a qual confiamos o vasto corpo de registros eletrônicos e dados, essa parte mais significativa da memória cultural de nosso tempo”⁹.

⁷ ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 6, n 11, 1993, p. 128.

⁸HUYSSSEN Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.29.

⁹ Ibidem, p. 33.

Para autores como François Dosse¹⁰, o esquecimento é parte inseparável da memória, ela mesma uma construção intelectual em relação à História, não um discurso externo a ela. Mas embora proponha uma história social da memória, elegendo a memória como objeto da História, convoca Pierre Nora para qualificar esses que seriam territórios separados:

Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que as opõe. A memória é a vida, sempre levada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações vulneráveis a todas as utilizações e manipulações, suscetíveis de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não é mais¹¹

Subsistem outras implicações como as idéias de passado, de realidade, de representação do passado e que modificam o eixo da discussão. O fato histórico, o acontecimento, o documento como expressão de uma historicidade, são problemas propriamente históricos, evocam algumas patologias da memória como classificou François Dosse, os excessos das comemorações e da patrimonialização e o “basta de memória” que rege ou regeu os autoritarismos e totalitarismos. Mas entre os dilemas que se apresentam aos historiadores e aos curadores e conservadores de arquivos, uma fórmula parece quase inaplicável, ligando a memória e os arquivos. Tal é a leitura de Jacques Derrida, “O arquivo, a consignação, o dispositivo documental ou monumental (...), suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento. Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a *anamnese* em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória”.¹²

No lugar dessa ausência, mas sem poder suprir a falta e mesmo a traição subjacente ao discurso da história, não pela falsificação, mas pela sua inerente incompletude, instalaram-se os sonhos de acumulação, taxionomia, o ato de colecionar, a operação, o aparelho, como descreveu Michel de Certeau. Uma técnica, um espaço. Da cultura da erudição do século XVII às primeiras horas da informatização, tem-se a constituição, como etapa epistemológica do que ele chama “estabelecimento das fontes”

¹⁰ Cf. DOSSE, François. *História*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

¹¹ NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p. XIX., T.1, A República. Apud DOSSE, F. Op. cit., p. 282.

¹² DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 22.

ou “redistribuição do espaço”. Transformar em documentos, enfim. Na origem dos arquivos modernos, os eruditos buscam criar “instrumentos adequados à esta paixão pelo exaustivo”¹³.

III

No século XIX, instituições públicas, como a Biblioteca Pública, o Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro investiram no enriquecimento de seus acervos, obtendo obras, coleções e documentos na Europa e em outras regiões do país. Esse foi também o objetivo do Arquivo Público, que insistiu junto ao ministro do Império, na necessidade de uma missão para o exame e cópia (quando não se pudessem trazer os originais), de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa, que interessassem ao Império, especialmente os tratados com potências estrangeiras para servir à história diplomática e ao direito internacional e as bulas, breves, decretos dos concílios, letras apostólicas e outros documentos eclesiásticos. A “deficiência de esclarecimentos, a respeito dos nossos limites com Estados confinantes e que sobre nosso direito canônico pesa uma obscuridade inconcebível...”¹⁴ justificava a proposta.

Os limites que o Império deveria traçar em suas primeiras décadas eram os do território e do Estado, confrontados com nações vizinhas e com a Igreja. A direção do Arquivo relacionava, entre suas atribuições, o dever de subsidiar esse conhecimento, além do objetivo de preencher as lacunas da “história do Brasil”, vista na perspectiva do Império recém-fundado. Fundada nos últimos anos da Regência, a Instituição começava suas atividades nas décadas do “Regresso” conservador, dos “saquaremas”, que se estenderia até a ascensão liberal dos anos de 1860. Entre outros aspectos, esses decênios se constituem pela afirmação, por parte dos dirigentes imperiais, dos princípios da ordem e da civilização, apoiadas no movimento simultâneo de ruptura com o passado colonial e de elo com a metrópole.

A unificação desses momentos torna-se exemplar na valorização da transferência da Corte para o Brasil, do Velho para o Novo Mundo expressa no uso do termo

¹³ Michel de Certeau. Op. cit.

¹⁴ Ver o Relatório do ministério do Império. Rio de Janeiro, 1844 e o Relatório do ministério do Império. Rio de Janeiro, 1845.

‘transmigração’¹⁵. Conferia um sentido para o Império, que incorporava essa passagem e distanciava-se da desordem e da fragmentação. Conhecer os limites com as repúblicas vizinhas, de origem hispânica, tinha, assim, um duplo significado, traçava efetivamente uma diferença, não apenas territorial, mas histórica, passível de conhecimento e comprovação nos arquivos portugueses.

Na década de 1860 os esforços se concentram na preparação de índices da documentação, enquanto permanecem as dificuldades causadas pela “relutância” das secretarias de Estado, em remeter “documentos que “jaziam esterilmente” nas repartições. Além de percorrer os ministérios, renova-se a proposta de pesquisar documentos em Portugal: “tendo estado o Brasil submetido por espaço de trezentos anos à Metrópole, e tendo tido lugar, em tão longo estádio acontecimentos políticos do maior momento, será ainda conveniente que se incumba, ou a algum empregado desta Repartição ou à indivíduo de notória capacidade, a comissão de pesquisar na Torre do Tombo, em Portugal, todos aqueles documentos que não podem deixar de existir nesse lugar concernentes à história do país.

Em 1852, Antônio Gonçalves Dias teve a missão de coligir documentos em bibliotecas e arquivos de mosteiros e repartições públicas em diversas províncias do Norte, reunindo, especialmente, aqueles que pelo decreto de 1838 deveriam ser recolhidos ao Arquivo Público, “sendo devida ao seu zelo, no desempenho daquela comissão, não só a efetiva entrada para o Arquivo de documentos importantes, mas também a notícia da existência de outros, cuja aquisição se trata de realizar”. Um dos principais nomes da primeira fase do romantismo brasileiro, o poeta dedicava-se, então, aos registros da ‘história do país’, evidenciando o caráter histórico da literatura romântica e o vínculo dos intelectuais oitocentistas com esse gênero de empreendimento e de instituições públicas. É também Gonçalves Dias que irá a Europa em 1856, mandado pelo governo “com o fim de colher dos arquivos dos países estrangeiros, e principalmente de Portugal e Espanha” documentos para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IV

O texto *Os arquivos*, que Krzysztof Pomian assina em *Les lieux de mémoire* desenvolve-se a partir da lei de outubro de 1979 que organizou a Direção dos Arquivos

¹⁵ Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 285-286

franceses. Por meio de perguntas e confrontado com as definições da lei, Pomian chega a um conceito, o neologismo “semióforo”, desenvolvido em seu clássico estudo sobre colecionadores, amadores e curiosos. O *semióforo* conceitua as figuras de documento e de monumento, enquanto memória e história são pensadas em torno dos arquivos em seu passado e presente.

Para que um artefato ou vestígio se torne um documento, é necessário que em vez de utilizado conforme sua destinação ou deixados ao abandono, ele seja retirado de seu contexto e estudado como portador de traços, erigidos assim ao patamar de signos, porque os acidentes visíveis remetem a alguma coisa de diferente deles e de exterior a eles, levando à causa que os produziu. Esse conjunto de características igualmente faz dos documentos, semióforos. A noção de documento corresponde assim, à de todo objeto produzido para ser portador de signos remetendo explicitamente aos fatos visíveis ou observáveis. Outros se tornam monumentos porque tendo uma aparência espetacular adquirem a referência ao invisível simplesmente devido ao tempo que nos afastando de suas origens, faz com que eles remetam doravante ao passado. Essa referência ao invisível pode se aplicar ainda aos documentos, porque desde que aquilo a que eles se referem se desintegra, os que permanecem remetem a alguma coisa que foi visível, mas que não é mais. Eles adquirem assim uma referência ao passado, quer dizer ao invisível, e guardando sua qualidade de documento, se tornam também monumentos.

Portadores da memória, fonte da história: uma caracterização dos arquivos presente desde o primeiro artigo na lei de 1979 sobre a organização dos Archives de France. E não se trata de uma distinção meramente verbal. Por que ela designa a capacidade que os documentos arquivísticos têm de servir a dois usos diferentes em seu princípio mesmo e a suscitar duas atitudes dificilmente compatíveis, excludentes mutuamente e que os integra respectivamente em uma memória e em uma história. Por um lado, pela sua correspondência às três idades que regem a gestão dos documentos – designando a fase permanente como aquela válida para a pesquisa e portanto de caráter histórico e as fases corrente e intermediária como “memórias”, atendendo e se conservando para servir à memória imediata ou longa da gestão.

Mais ainda, Pomian afirma que os arquivos constituem uma memória objetivada, que independe de quem a produziu e cuja apropriação é indeterminada. Para que os arquivos funcionem como memória, devem ser lidos e compreendidos. E mesmo isso não é suficiente, “porque é possível ler os arquivos como historiador: distanciando-se daqueles que foram seus autores, olhando-os de seu exterior, integrando-os em um

conjunto mais amplo do qual eles são uma parte. É somente quando o leitor se identifica ao que é secretado pelos arquivos, quando ele retoma por sua conta o ponto de vista desse último, seus interesses, seus julgamentos, suas emoções mesmas, que ele procede a uma leitura que não é mais a do historiador. Que reatualiza os arquivos em sua função de memória”¹⁶.

Para ele, há um laço substancial entre a historiografia e os arquivos, instituições onde as relações foram, até o início do século XIX, aleatórias e factuais. O fundamento dessa ligação foi a convicção, na segunda metade do século passado, de que a história se faz com as fontes e que é apenas de fontes escritas que será erigida, um dogma fundamental da história científica, abandonado, a partir dos anos vinte do nosso século, sem que, contudo, os historiadores prescindissem da pesquisa em arquivos.

Esses enunciados nos conduzem a uma das narrativas que podemos construir sobre o Arquivo Nacional, paralela à origem comum aos arquivos nacionais, a partir da Revolução Francesa, da concepção moderna de Estado e de um modelo iluminista de ciência. Não são características a serem ignoradas; os arquivos nacionais podem ser compreendidos no âmbito dos projetos que marcam o final do setecentos e o século XIX, século, por excelência, da crença na verdade depositada nos arquivos e século da história, pano de fundo do modernismo, como descreve Carl Schorske:

Foi um historicismo feroz, penetrante. Nunca na história da cultura européia Clio gozou de tanta importância — para não dizer hegemonia — como em meados do século XIX. Se no século XVIII a filosofia fora a rainha do reino do intelecto, com a história limitada ao papel de sua modesta criada, ‘ensinando filosofia pelo exemplo’, no século XIX a história herdou o império da filosofia¹⁷.

V

Diretor do Arquivo Nacional por vinte e cinco anos, a partir de 1873, Joaquim Pires Machado Portela, perguntava-se sobre a vantagem de estabelecer as novas seções, parte da reforma instaurada “em um arquivo que ainda não conta avultada cópia de documentos”; o diretor lembrava, a propósito, o modelo do Arquivo Público da França, que as reduzira de seis para três seções, denominadas histórica, administrativa e judiciária¹⁸. A partir de 1876, a Seção Histórica comporta uma maior diversidade de

¹⁶ Pomian, K. Op. cit., p. 172.

¹⁷ SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.14.

¹⁸ Respectivamente, consultar Decreto n. 6164 de 24 de março de 1876 – Reorganiza o Arquivo Público do Império. Coleção de Leis do Brasil. Vol. I, tomo XXXIX, parte II, 1876, p. 423-427; Relatório do diretor do Arquivo Público, anexo ao Relatório do ministério do Império de 1874. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

documentos, como os ‘anais meteorológicos e efemérides astronômicas do Observatório Astronômico da Corte’, ‘documentos concernentes a descobrimentos de riquezas naturais e ao desenvolvimento das ciências, letras e artes, agricultura, comércio, indústria e navegação’, além de coleções de medalhas e moedas. A classificação, prevista no decreto, adotava as subdivisões das “três épocas históricas do país: Brasil colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império”.

Outra inovação era o cargo de cronista, incumbido de escrever “com exatidão e circunstanciado desenvolvimento as efemérides sociais e políticas do Brasil, transcrevendo ou ao menos citando os documentos que as comprovarem”, devendo, ainda, “escrever a história oficial do Brasil a começar da época da sua Independência”. Essa medida atendia igualmente às sugestões da direção, que no mesmo relatório de 1873, aventava a “idéia de por meio de prêmios ou de qualquer outro meio de animação, fazer com que, compulsando documentos que aqui existem se disponham a escrever crônicas e memórias sobre assuntos históricos tantos moços de talento que felizmente possuímos”. Delimitada cronologicamente e em seus objetivos, inspirada na tradição das academias e sociedades, essa produção pode ser vista como interseção entre o gênero das crônicas históricas, de 1500 a 1838 e as obras movidas por uma consciência nacional, sob influência francesa e alemã, “instante significativo no desenvolvimento de um conceito de história”.¹⁹

Acompanhava-se, então, os cânones fixados no oitocentos e na obra de historiadores como Capistrano de Abreu, para quem “as fontes são quase tudo, daí resultando, em contrapartida, uma permanente preocupação com as ‘lacunas’ historiográficas, as inexatidões documentais, a crítica deficiente das fontes...”²⁰. A inspiração encontrada pelos diretores da Instituição, em compasso com a cultura do Império que se firmava, era herdeira da tendência nascida com a Revolução Francesa, oscilando entre os arquivos do Antigo Regime e os do processo revolucionário, entre a memória dinástica e aquela que seria pré-revolucionária, entre uma nova memória oficial e uma memória do povo que seria enfim a memória nacional, tal como descreve Pomian, em suas conclusões²¹.

¹⁹ Cf. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

²⁰ FALCON, Francisco José Calazans. As idéias e noções de ‘moderno e nação’ nos textos de Capistrano de Abreu: os Ensaios e estudos, 4.^a série – comentários. *Acervo, Escritas do Brasil*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1-2, jan.-dez. 1999, p.11.

²¹ POMIAN, K. Op. cit., p. 223.

Em um de seus livros François Hartog fala de uma resposta ao fim dos paradigmas da década de 1960. Uma atitude reflexiva historiográfica, uma mistura de epistemologia e de história, não limitada apenas à história: também uma mudança, ele dirá, de nossa relação com o tempo, crise do regime moderno de historicidade ocidental. Em que o futuro é imprevisível, o presente onipresente e o passado, compulsivamente revisitado. Perde-se assim o poder de escrever a história do ponto de vista do futuro ou em seu nome, o que foi a tarefa do século XIX quando em seu aspecto dominante, o de uma história nacional. Uma história ciência, que vê a Nação como evidência, sentido da Revolução, receptáculo da soberania.²²

A volta incessante ao passado, um compromisso tão arriscado quanto a aposta no futuro que marcou a alta modernidade, mencionada por autores como Andreas Huyssen, está ainda presente em um dos rituais mais caros aos arquivos e outras instituições. As datas comemorativas nas quais se procura de toda forma restituir, recompor, resgatar – algo muito frágil e ameaçado como indicam esses verbos. Mas aqui, em seus cento e setenta anos caberá ao Arquivo Nacional e aos historiadores que considerarem essa demarcação, tomar a memória não como objetivo, mas como seu objeto²³.

²² HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 23.

²³ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 22.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:

historiografia

brasileira e modernidade

O mal-estar na história do Brasil: Capistrano de Abreu, Paulo Prado etc

Cláudio Lúcio de Carvalho Diniz

Introdução

Entre o fim do século XIX e o começo do século XX, no pensamento social brasileiro, uma vertente pessimista de análise foi responsável pelo espriar da visão “satânica” da nacionalidade. Acreditamos que o pessimismo desses intelectuais pode ser debitado à concepção "realista" da formação do caráter nacional brasileiro como forma de oposição à visão ufanista da nacionalidade largamente difundida pelo Romantismo. Não seria difícil forçar uma reflexão maniqueísta como a oposição entre Romantismo e Realismo para pontuar esses opostos. Difícil seria situar José de Alencar como um autor meramente romântico e Machado de Assis como um escritor simplesmente realista. Além disso, não se pode perder de vista que a releitura da nacionalidade proposta pelos modernismos – e aqui tratamos apenas do modernismo paulista – também se configurou como reação à visão romântica.

Nesse sentido, gostaríamos de abordar as obras que intentaram recriar um país triste, para lembrar o jaburu de Capistrano, ou que propuseram uma análise satânica da nacionalidade brasileira a partir de marcos como o *Capítulos de história colonial* ou o *Retrato do Brasil*. Essas obras estabelecem diálogos interessantes com outras obras no que interessa à questão do satanismo intelectual e, como não temos pretensão de esgotá-las, esse é o nosso principal objetivo. Antes, de qualquer modo, devemos percorrer um caminho mais teórico para buscarmos entender o conceito de satanismo dentro da visão nacional.

As razões do mal-estar na concepção nacional

As razões da visão edênica ou otimista já foram apontadas por José Murilo de Carvalho como evidência da falta de orgulho nas instituições nacionais. Orgulho que existe de sobra quando falamos de natureza. Mesmo quando, passados quase cinco séculos de Brasil, já tenhamos destruído boa parte dela. A visão satânica ou pessimista da nacionalidade brasileira estaria, pelo contrário, ligada à inadequação do elemento humano ao paradisíaco cenário tropical e, claro, ao Estado. "A esta inadequação poderíamos chamar, por oposição à razão edênica, e com algum exagero, de razão satânica."¹ Segundo José Murilo de Carvalho, a razão satânica teria sua origem na falta de confiança nas instituições do Estado ou, dito pelo avesso, a falta de civismo está vinculada ao pessimismo. "Quem não se vê como um ser civil e cívico não pode ver como agente, individual ou coletivo, de mudanças sociais e políticas de que se possa orgulhar e deve buscar alhures razões para a construção de uma identidade nacional."²

Dante Moreira Leite, na análise da ideologia do caráter nacional que empreendeu, afirmou que a "introdução da perspectiva realista na literatura representou, no Brasil como em outros países, uma visão pessimista do homem."³ Segundo Sílvio Romero, que teve sua obra estudada por Leite, apesar da tristeza não ser uma característica peculiar do brasileiro, impossibilitando-a de servir de base para a diferenciação de nosso caráter, sempre houve um pessimismo endêmico nesta parte do mundo. De fato, o próprio Sílvio Romero observava que era comum que nossos cronistas "achassem melancólica a terra e tratassem-na com desdém."⁴ Em tempos diversos, poucos ousariam, como o fez Machado de Assis, a dedicar um livro "ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver."⁵ Machado de Assis, na introdução de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, ressaltava sua visão satânica. Muito desiludido, sem dúvida, com as reacionárias mudanças políticas que, como ironizou, assemelhavam-se a um papagaio que só mudava de penas. Machado, de modo sutil,

¹ CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível na INTERNET via <http://www.scielo.com.br>. Acessado em 17.10.2003. p. 01.

² Idem. p.14.

³ Dante Moreira Leite observa que esse caráter pessimista do realismo na literatura era um fenômeno mundial. Segundo o autor, no mesmo momento, tivemos mostras dessa visão literária em, por exemplo, Flaubert, Zola, Dostoiévsky etc. LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. São Paulo: Pioneira, 1986. p. 193.

⁴ ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980. p. 308.

⁵ ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. Disponível na Internet via: <http://www.vitualbooks.com.br>. Acessado em 05.07.2007. p. 02.

afirmava não saber se no livro “não lhe meti algumas rabugens de pessimismo.”⁶ A crer na leitura que seu protagonista morto faz do mundo em que viveu, o escritor e o cidadão não encontravam na vida intelectual, política e econômica do país, motivos para qualquer reflexão ufanista.

Dante Moreira Leite chama a atenção para duas questões importantes no entendimento da formação dessa visão satânica. A primeira é a superação intelectual do Romantismo; e o segundo problema é a transformação política e econômica do Brasil em fins do século XIX. De fato o fim da escravidão, a mudança de poderes e a chegada de imigrantes, contribuíram para uma releitura satânica da nacionalidade. Podemos ainda acrescentar o conjunto das hipóteses racialistas e a releitura da identidade brasileira pelos nossos modernismos. Decorre daí que a visão satânica de autores como Machado, Capistrano, Lobato, Bomfim, Mário, Prado etc., faz parte do horizonte intelectual de sua época. As contradições que colocam em xeque essa hipótese só demonstram a sobrevivência do discurso da tradição em qualquer geração intelectual.

De modo que a busca do caráter nacional trazia em seu bojo a tentativa de construir uma nação. Tal debate não era exclusivo da “recém-nascida” nação brasileira. Numa conferência famosa, realizada na Sorbonne em 1882, Ernest Renan lançava uma interessante pergunta: o que é uma nação (*Qu'est-ce qu'une nation?*)? Uma nação, segundo Renan, deveria ser uma construção diária. E essa unidade era feita de forma brutal. A questão racial era, ademais, algo já superado, posto que Renan não acreditava em pureza racial. A França, por exemplo, era uma reunião de povos distintos e, portanto, de várias procedências étnicas. De acordo com Renan, raça pura era um fenômeno inexistente e qualquer determinação racialista estava fora de uma análise da constituição das nações.⁷

Descrente no determinismo racial, Renan não acreditava também que a religião, a língua ou a geografia fossem suficientes para definir uma nação. A nação é um princípio espiritual, derivado de esforços coletivos, é uma grande solidariedade. Somente a união dos homens em torno de uma rede de laços de solidariedade e de sacrifícios comuns poderia criar uma consciência moral chamada de nação.⁸

No caso da invenção das nações, parece que todas as épocas históricas buscaram

⁶ Idem. p. 03.

⁷ La vérité est qu'il n'y a pas de race pure et que faire reposer la politique sur l'analyse ethnographique, c'est la faire porter sur une chimère."RENAN, Ernest. Qu'est-ce qu'une nation? Disponível na INTERNET via <http://www.bmlisieux.com>. Acessado em 31.01.2005.

⁸ Tant que cette conscience morale prouve sa force par les sacrifices qu'exige l'abdication de l'individu au profit d'une communauté, elle est légitime, elle a le droit d'exister. *Ibid.*

recriá-las à sua maneira. Algumas décadas antes dessa conferência de Renan, mas com o mesmo sentido romântico de espiritualização da nacionalidade, no Brasil, os historiadores do IHGB foram inventores da nação. Basta lembrar a incessante e bem sucedida procura empreendida por Varnhagen pela certidão de nascimento do Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha. Outra nação também seria recriada após a Abolição e a República; os modernistas da primeira fase, principalmente Oswald, Mário e Prado também se aventuraram nesse esforço espiritual. E, como sugeriu Renan, a nação era uma reinvenção diária.

O título dessa comunicação traz como intertexto uma reflexão satânica proposta para outro contexto. Num trabalho oportuno, escrito durante a ascensão nazista na Alemanha, *O mal-estar na civilização*, Freud reagia contra o fracasso do processo civilizacional na modernidade. Se no seu horizonte político avistava-se a ameaça nazista como demarcador de mudanças, é porque ocorria uma virada do Freud cientificista em um Freud preocupado com o universo simbólico, com as religiões, a cultura etc. Os estudos fundados na arqueologia permitiriam ao médico austríaco desvendar as camadas do inconsciente pela ótica da cultura.

De acordo com Freud, "o que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica."⁹ Em vista da ascensão do *Reich*, o autor concluía sua obra com a afirmação de que seu tempo merecia uma atenção especial. "Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem."¹⁰

O fato é que o texto de Freud é revelador de uma concepção satânica ou pessimista a respeito das instituições humanas. O *Reich* que quis durar mil anos demonstrou a que veio em pouco menos de trinta. O desfecho é que deixou seqüelas, dores e grandes polêmicas. No que interessa a esse trabalho, o mal-estar que Freud sentiu em seu tempo, em contextos muito diferentes, já assaltava a América Latina e, em particular, o Brasil. Por isso, consideramos que a brecha temporal entre fins dos séculos XIX e início do século XX é um marco propício para pensarmos em certa concepção satânica comum a alguns intelectuais brasileiros. Mudavam-se os contextos, mas a ideologia satânica ou pessimista era uma resposta possível dada por aqueles que

⁹ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 24.

¹⁰ *Ibid.* p. 112.

ousavam pensar as nações e/ou os povos e seus projetos civilizacionais.

A concepção satanista no pensamento social brasileiro

O cearense João Capistrano de Abreu construiu uma obra onde aliou conhecimentos de geografia, antropologia e psicologia à análise da história do Brasil. Dedicou-se ao estudo da história colonial, e elaborou uma teoria da formação da nacionalidade brasileira. Um dos fatos mais relevantes em sua obra é que o historiador nunca tentou adequar os fatos às suas teorias. Pelo contrário, buscou um realismo analítico quase inédito na historiografia brasileira. Em *Capítulos de história colonial* (1907), demonstrou sua visão satânica da formação nacional. Para Capistrano o resultado de três séculos de colonização foi um povo muito pouco dado ao coletivismo e avesso ao estrangeiro, principalmente ao português:

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.¹¹

Conhecido pelo pessimismo intelectual, a misantropia fica evidente na obra que constituiu. Segundo Capistrano, a indolência e a fraqueza são características herdadas da colonização, mas a falta de cooperação era o mal da raça.

Se agora examinarmos a influência do meio sobre estes povos naturais, não se afigura a indolência o seu principal característico. Indolente o indígena era sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si. O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação. Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias? A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.¹²

Capistrano faz uma análise inversa daquela proposta por outras obras clássicas na interpretação da nacionalidade brasileira. Para o historiador cearense, os elementos alienígenas por estas terras foram os portugueses e os negros.

Foi a sofisticação na análise, no entanto, que tornou seus *Capítulos* uma obra

¹¹ ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História colonial (1500-1800)*. Disponível na INTERNET via <http://www.bn.br>. Acessado em 23.09.2004.

¹² *Ibid.*

fundadora do realismo histórico no Brasil. A leitura da cultura historiográfica alemã, particularmente do seu método crítico, fará do livro um marco importante da historiografia nacional. Rigoroso e, de certo modo, político, revela predileção pelo povo. De acordo com Rodrigues “os ideais variam tanto de século a século que era natural que nos Capítulos de História Colonial fosse agora o povo a personagem principal. Sim, aqui se vê o povo capado e recapado, sangrado e ressangrado.”¹³

A correspondência de Capistrano de Abreu desvenda um idoso taciturno, atormentado pela gota e por problemas hepáticos que, no entanto, dedicou-se ao ofício até o fim da vida. José Honório Rodrigues escreve que Capistrano ficou emocionalmente desequilibrado por ocasião da “morte da mulher, da entrada da filha para o convento, da morte do filho (...).”¹⁴ Mas as cartas revelam mais do que isso, revelam a formação, as filiações intelectuais e as reflexões sobre a história derivadas daí. Capistrano parecia viver mais em função de ajudar na produção intelectual dos outros do que de si. Indicava obras, comprava-as a pedido de amigos, editava livros e preparava edições críticas de obras importantes para a compreensão da história do Brasil. Poucos foram tão rigorosos e honestos em seu ofício de historiador. Muitos gostariam de ter sido.

Com forte viés satanista, João Capistrano de Abreu destaca-se como um escritor astuto e um crítico mordaz do problema da identidade nacional. Numa carta ao amigo João Lúcio de Azevedo faz crítica contundente ao espírito nacional: “Antes da guerra havia o vezo, denunciado por Tobias [Monteiro] como muito comum no Brasil: engolir francês e arrotar alemão (...).”¹⁵ Em cartas a Paulo Prado e Rodolfo Garcia chegou a assinar como “João Ninguém”.¹⁶ O satanismo de Capistrano era inspirado nas leituras que empreendia, mas o contexto e suas variações tiveram forte papel na sua concepção da identidade nacional.

Satanista perspicaz, sem dúvida, foi Manuel Bomfim, autor de *A América Latina: males de origem* (1900). Nessa obra interessante, o médico e educador sergipano (radicado no Rio) propôs uma interpretação original dos nossos males. Dito de outra maneira, Bomfim atribui a causa da nossa falência como nação a parasitas das classes superiores e não à degeneração racial favorecida pela mestiçagem. A obra de

¹³ RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In: Correspondência de Capistrano de Abreu. Vol 1. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1954. p. XLIX.

¹⁴ Idem. p. XLVII.

¹⁵ Carta a João Lúcio de Azevedo. 26.03.1919. In: op. cit. p. 119.

¹⁶ cf: RODRIGUES, José Honório. Correspondência de Capistrano de Abreu. vol II. op. cit. pgs. 480, 481, 490 e 491.

Bomfim denuncia "o eterno conflito dos oprimidos e espoliados contra o explorador dominante – dos parasitados e parasitas."¹⁷ Para Bomfim, as teorias raciais eram formas imperialistas de dominação. Mas usar o típico discurso racial na configuração do livro era uma maneira de desconstruir tal discurso. Importante ressaltar que sua filiação teórica às idéias socialistas também deu a Bomfim os subsídios necessários para criticar os grupos dominantes.

Atingir as elites seculares com um vocabulário médico era propagar os ideais de uma república a ser consolidada. Francisco Iglesias assinala que Bomfim “vê o povo, não só as elites, como é comum entre seus colegas de ofício. É um pensamento ousado, com exatidão e equívocos.”¹⁸ Poucos o entenderam. A obra de Manoel Bomfim somente seria conhecida após os anos trinta. Bomfim foi considerado um autor maldito numa época em que Afonso Celso, autor de *Por que me ufano do meu país: right or wrong is my country* (1900), era o *best seller* nacional ou guru do nacionalismo.

O pensamento satanista conheceu diversos motivos. Monteiro Lobato, em *Urupês* (1918), caracterizou seu mal-estar com a mestiçagem na figura do caboclo – o Jeca Tatu. Essa melancólica figura que, "encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se."¹⁹ Para Lobato, o caboclo era uma "quantidade negativa", um sujeito alheio à história. “No meio da natureza brasílica, (...) o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.”²⁰

Em meio ao éden deslumbrante há um urupê, uma árvore caída apodrecendo: o caboclo do interior paulista. Seu satanismo era feito de descrença na raça. O jeca tatu era um condenado ao porvir melancólico. Avesso à modernidade, o jeca frustrou seus intentos rurais. Lobato ainda investiria numa editora nacional, Monteiro Lobato & Cia., que se liquidou, transformando-se depois na Companhia Editora Nacional. Com mais esse fracasso, Lobato seguiria para os EUA e somente retornaria em 1931, pregando que a redenção do Brasil estava na exploração de petróleo e ferro. Lobato planejava redimir o Jeca Tatu. Esse só poderia deixar de sê-lo se educado desde a mais tenra idade. O pó do pirlimpimpim poderia ser o fortificante regenerador de um caráter nacional decepcionante.

Noutra mirada, uma referência óbvia da literatura satânica modernista é o

¹⁷ BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 231.

¹⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000. p. 152.

¹⁹ LOBATO, Monteiro. *Velha praga*. In: *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 161.

²⁰ Idem. *Urupês*. In: op. cit. p. 176.

Macunaíma (1928), de Mário de Andrade. Lançado no mesmo ano que o *Retrato do Brasil*, existe uma forte ligação entre as duas obras. A rede de relações estabelecida por Mário de Andrade incluía estreita vinculação com a família Prado. Para além disso, a obra de Mário é o resultado literário de uma pesquisa histórica. Às vezes, fica a impressão de que os dois autores (Mário e Paulo) dialogam entre si. A cobiça e a luxúria são o combustível de *Macunaíma*. O que move o herói é uma busca desenfreada por prazeres. *Macunaíma* e seus irmãos, Jiguê e Maanape, percorrem um país que mais se parece com os limites de sua aldeia.

Mário de Andrade faz uma provocação ao tipo brasileiro, sem nenhum caráter ou espírito empreendedor. *Macunaíma*, "herói de nossa gente", repete sempre a frase – "Ai! Que preguiça!..." – como que a demonstrar uma profunda melancolia extraída de si mesmo no palco da floresta Brasil. A narrativa é carregada de significados, apropriada de regionalismos que, misturados, revelam a mestiçagem de um projeto antropofágico de busca do caráter nacional. Deste modo, Mário pode afirmar que os males do Brasil são a falta de saúde e o excesso de formigas. "A Ursa Maior é *Macunaíma*. É mesmo o herói capenga que de tanto penar na terra sem saúde e com muita saúva, se aborreceu de tudo, foi-se embora e banza solitário no campo vasto do céu."²¹ Para sempre triste numa terra radiosa! A reinvenção da tragédia tupiniquim denota o caráter tradicional no autor modernista. *Macunaíma*, e toda sua herança triste, é dedicado a Paulo Prado.

O crescimento vertiginoso e desordenado da cidade de São Paulo nos anos 20 clamava por uma reflexão melancólica. Nascido sob o signo de Saturno, Paulo Prado era a própria personagem da reflexão aristotélica. Sua visão realista, assentada em teorias raciais e no modernismo antropofágico, em meio ao *spleen* do "progresso", era a chave para uma concepção satânica da nacionalidade. A filiação teórica de Paulo Prado, tomando por base as referências do *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928)²², assentava-se numa reflexão satânica da formação do caráter nacional brasileiro.

Paulo Prado sugere uma tradição melancólica que acompanha o brasileiro desde o início da colonização. Fica claro que o tipo melancólico é carregado de erotismo. A cobiça e a luxúria formaram esse caráter, o romantismo completou a obra da indolência. Segundo Prado, se nossa formação nacional é carregada de tristeza, também se busca afogá-la num mar de luxúria e cobiça. Seu escopo passa a incluir reflexões de diferentes

²¹ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 127.

²² PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

campos teóricos para construir uma matriz historiográfica eclética. Herdeiro de uma tradição fundada nos círculos intelectuais europeus, Paulo Prado parece definir seu campo de observação a partir da obra. Feito como um quadro impressionista, segundo o autor, “restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da seqüência concatenada dos fatos.”²³

Enquanto redigia o *Retrato*, Prado optou por conduzir o discurso através de uma crítica ferina e, posteriormente, concluir optando por uma solução bélica. Deste modo, Prado encerra seu *post scriptum* com uma alegação escatológica e, de certo modo, fatalista: que o futuro não poderia ser pior que o passado. A confusa e acalorada conclusão de Prado, “guerra ou revolução”, é mais uma evidência de que o vendaval ainda não havia terminado. Imerso no contexto de sua época, Prado sentia que as idéias sólidas continuavam a derreter.

Conclusão

A visão satânica da nacionalidade acompanhou o pensamento intelectual brasileiro em fins do século XIX e no princípio do século XX. Revelada em nosso recorte temporal, teve apenas o seu tempo determinado, mas os motivos que levaram a um número significativo de configurações neste viés analítico não foram iguais para todos os autores. Podemos pensar em diversas classificações que correriam o risco de descambar em generalizações absurdas. Contudo, em *Luto e melancolia* (1915), Freud revelava que esse sentimento melancólico ou satânico deve-se a uma perda objetal – luto – ou relativa a um objeto – melancolia. Segundo Freud, “a melancolia está de alguma forma relacionada a uma perda objetal retirada da consciência, em contraposição ao luto, no qual nada existe de inconsciente a respeito da perda.”²⁴ Na ausência do objeto, a libido se esvai sem possibilidade de investimento, caracterizando uma retração que afeta as relações com a realidade externa. A dificuldade de se criar vínculos com a realidade exterior cria o sentimento satânico e o que foi recalcado termina por retornar.²⁵

De modo que na configuração de suas obras, os autores aqui abordados, tiveram

²³ Idem. p. 185-186.

²⁴ FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: *Metapsicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. p. 168.

²⁵ GERPE, Vera Lúcia Rial. Entre a perda do objeto e o advento da palavra: a metapsicologia da melancolia. Rio de Janeiro: IP-UFRJ, (dissertação de mestrado), 1998. Ver KAULINO, Adriana de Almeida. *Melancolia e modernidade: uma oferta hermenêutica para a psicologia*. Rio de Janeiro: IP-UFRJ, (dissertação de mestrado), 1999. Também CERTEAU, Michel de. *Histoire e psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

muitos motivos para enxergar o caráter nacional brasileiro com olhos satânicos. Em primeiro lugar porque as mudanças contextuais não foram interessantes para alguns deles. Depois, porque existe uma tradição de estudos melancólicos no universo intelectual das análises do caráter nacional. Em terceiro lugar, as teorias raciais ainda colocavam-se na ordem do dia. E, por último, porque houve de fato uma forte reação ao romantismo por parte de intelectuais realistas e modernistas.

A repetição de uma idéia implica numa permanência do passado naquilo que é considerado novo. A invenção das tradições, mesmo encampada pela aura progressista, sugere uma permanência do antigo. De acordo com Eric Hobsbawm, "sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas."²⁶

Em um livro que se insere no campo dos estudos culturais das idéias, Ricardo Benzaquen de Araújo demonstra, por exemplo, a presença da tradição na concepção modernista configurada na convivência da valorização do progresso com tradição. Assim como Araújo propôs para sua análise da obra de Gilberto Freyre, os autores aqui abordados poderiam também ser colocados numa "tradição dos antagonismos em equilíbrio".²⁷ De que outro modo poderíamos compreender a postura tantas vezes romântica em obras de caráter realista (Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Manoel Bomfim etc.) ou em obras produzidas no cerne do modernismo brasileiro (Paulo Prado, Mário de Andrade, Oswald de Andrade etc.)? A fundação de academias e os salões de leitura, aventuras nomeadamente românticas, foram fatos corriqueiros entre realistas e modernistas. Machado é o fundador da Academia Brasileira de Letras e Paulo Prado e Olívia Penteadó realizaram os mais badalados salões literários da paulicéia.

A tradição utiliza-se da história como "cimento" da coesão social. Uma visão satânica, por exemplo, da sociedade brasileira, não é de nenhum modo inovadora. É, isto sim, uma reinvenção do caráter nacional. O mesmo ocorre com a visão edênica, que constantemente aflora, principalmente pelo otimismo dos governantes. De Capistrano de Abreu a Paulo Prado, todos utilizaram elementos antigos investidos de novas roupagens. Acreditamos, como já o fez Araújo, que autores como Capistrano de Abreu, Manoel Bomfim, Mário de Andrade, Paulo Prado etc., harmonizaram diversas

²⁶ HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. *op. cit.* p. 14.

²⁷ cf: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Guerra e Paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

concepções antagônicas nas obras que produziram. O resultado disso, impossível de ser esgotado, tem sido nosso objeto de estudos.

Cláudio Diniz (UNIFEMM)
7 Lagoas, 7 do 7 de 7.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade

Gumbrecht | leitor de Bakhtin
As formas da historiografia Pós-Moderna

Clayton Santos Guimarães

O estabelecimento de uma leitura comparada da obra de Hans Ulrich Gumbrecht e os trabalhos literários do filólogo russo Mikhail Bakhtin pode parecer, à primeira vista, não trazer muitas contribuições para a compreensão do projeto historiográfico de Gumbrecht. O próprio crítico, que assume sua condição de *leitor* desses trabalhos, já com o empréstimo do conceito de *cronotopo* na fundamentação de sua tese sobre as cascatas de modernidade¹, não lhe rende nenhum espaço significativo na reconstrução de sua trajetória intelectual em confronto com a tradição hermenêutica das Humanidades².

Acredito, porém, que esta leitura de Bakhtin ultrapassa as fronteiras do empréstimo conceitual: na análise bakhtineana das formas do tempo e espaço do romance, já estariam sistematizadas algumas bases teórico-metodológicas do que se mostraria, mais tarde, como as condições de emergência de uma historiografia pós-moderna, capaz de neutralizar a formação das cascatas. Assim, exploraremos neste ensaio essa via de comparação, buscando abrir um novo campo para se apreender a estrutura formal do projeto pós-moderno de Gumbrecht: um espaço no qual a tensão paradigmática entre literatura e história não encontra mais um terreno de desenvolvimento, diante do novo papel desempenhado por esses campos no nosso tempo.

O cronotopo como conceito operacional

Uma das preocupações centrais que nortearam o pensamento crítico de Hans Ulrich Gumbrecht era a elaboração de um *conceito* que fosse capaz de sistematizar toda uma gama

¹ Nos trabalhos de Gumbrecht, as menções aos conceitos de “insularidade” (*insularity*) e carnaval(ização) de Bakhtin são freqüentes, como em GUMBRECHT, H.U. *Production of Presence*, 2004, pp. 85 e 102. Sobre as cascatas de modernização, GUMBRECHT, H.U. *Modernização dos Sentidos*, 1998;

² Sobre a trajetória do campo não-hermenêutico, GUMBRECHT, H.U. *Production...*, 2004. pp.1-49

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

de fenômenos (muitas vezes paradoxais) que se agregavam indistintamente sob as entradas lexicais *modernidade* e *modernização*³ no curso da história. Segundo a definição do crítico,

Como cascatas, esses conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa seqüência extremamente veloz, mas, retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como os seus efeitos se acumulam e como eles interferem mutuamente numa dimensão (difícil de descrever) de simultaneidade.(GUMBRECHT, 1998:9).

A estruturação seqüencial de *modernidade* sob a forma de *cascatas* em superposição nos ajudaria a visualizar a acumulação de cada um de seus efeitos sobre a experiência histórica, contribuindo assim para o desenvolvimento de “descrições cada vez mais complexas e sofisticadas dos momentos e das situações”, as quais nos colocariam “em confronto com as imagens mais ricas possíveis da alteridade histórica”⁴.

Mas o efeito dessa estruturação vai além: o alargamento de nossa experiência com o tempo permitiria o reconhecimento do *status* histórico particular do tempo presente, nos conduzindo a uma nova atitude epistemológica; não mais insistir na superação dos modos de conhecer o passado – reflexo da centralidade que a atitude hermenêutica de descobrir a essência do mundo assumiu na história da modernidade – mas a observar nesta *tradição de ruptura* um caminho que, não necessariamente, coincide com o modo de nos relacionar com o mundo cotidiano.

No presente, não sustentamos mais a mesma relação com o tempo. O futuro, antes espaço aberto para a contínua evolução do homem, começou a ser tratado como um espaço-tabu no qual opera a iminência de catástrofe: a aceleração do progresso técnico-científico solapa aos poucos o papel ocupado pela *tradição* como mediadora da ação humana, já que o ritmo de superação cria uma distância cada vez maior com tudo o que não é mais *operacional*. Até o status do planeta acaba por se deslocar à categoria de objeto produtivo, enturvecendo nossa visão com as sombras de uma profunda e irreversível crise ambiental. Situação para a qual nos encontramos impotentes – a incapacidade de agir sobre a realidade, pelo esvaziamento da tradição, combinado ao *hábito* de um mundo técnico *autogestor*, nos introduziu a um *modus vivendi* de “sentido” trágico⁵, do qual a única fuga é o entorpecimento pelo passado (nostalgia)⁶.

A Pós-Modernidade, então, seria marcada pela substituição de uma noção de tempo progressivo por um uma dimensão temporal dilatada ou, nas palavras de Gumbrecht, pelo fim do *cronotopo tempo-histórico*, agora experimentado como um presente “expansivo” ou

³ Segundo Reinhart Koselleck, “una palabra se convierte en *concepto* si la totalidad de un contexto de experiencias y significaciones sociales y políticas, en el cual y para el cual se usa una palabra, entra, en su conjunto, en esa única palabra” (KOSELLECK, 1997:117) Gumbrecht ficou responsável pela elaboração do verbete “Modernidade/Modernização” no *Conceitos Fundamentais na História: um léxico histórico sobre a linguagem política e social na Alemanha*, dicionário organizado por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck; verbete republicado em GUMBRECHT, H.U. *Making sense in life and literature*, 1992.

⁴ GUMBRECHT, H.U. *Modernização...*, 1998.p.11.

⁵ GUMBRECHT, H. *Em 1926*, 1999,pp.395-401.

⁶ Uma análise mais extensa sobre a “temporalidade” pós-moderna em GUIMARÃES, C.S. “Temporalidade e Sentido”, 2007.

destemporalizado⁷, no qual é possível experimentar o passado como mundos artificiais suspensos pela ordem do tempo, dos quais se pode entrar ou sair a qualquer instante⁸.

Com isso, chegamos a um dos pontos essenciais da argumentação de Gumbrecht: o cronotopo tempo-histórico, como conceito operacional essencial⁹ na formação das cascatas de Modernidade; este, materializado em seu primeiro momento na crise da cosmovisão medieval pela emergência da subjetividade: a verdade das coisas, antes encarada como a revelação da própria face do divino, passa a ser encarada como um produto da atividade subjetiva do homem, e por isso, produzida num tempo (*chronos*) e num espaço (*topos*).

Convém, antes de avançarmos nas conseqüências dessa dissociação homem-universo, nos atermos à exploração o conceito de *cronotopo*, i.e., explorar o trabalho do filólogo Mikhail Bakhtin.

No conjunto de ensaios “Formas de tempo e de cronotopo no romance”, publicados entre os anos de 1937 e 1973, Bakhtin analisa como o problema do tempo foi encarado e assimilado na formação do gênero romance. Para o crítico, a assimilação do tempo pela literatura não se dá de modo isolado; com ele, mantêm-se interligadas relações de espacialidade, ambos “acessíveis em dado estágio histórico do desenvolvimento da humanidade” e elaborados por “métodos de gênero correspondentes ao reflexo e à elaboração artística dos aspectos assimilados da realidade”¹⁰. A fim de representar estas relações espaço-temporais, foi empregado o termo *cronotopo*, emprestado das ciências matemáticas, mais especificamente, da *Teoria da Relatividade* de Albert Einstein:

No cronotopo artístico-literário ocorre a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto. Aqui o termo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido pelo tempo. (BAKHTIN, 1993:211)

Bakhtin pretende, com esse termo, produzir um conceito que possa operar em toda a produção literária, funcionando como um dos princípios distintivos na definição dos gêneros artísticos e da representação do indivíduo na literatura, esta entendida como essencialmente cronotópica¹¹.

No pensamento de Gumbrecht, a amplitude do conceito de Bakhtin adquire uma função operacional específica. O conceito *cronotopo tempo-histórico* materializa um campo de ação restrito, negando-se a pretensão de operar metahistoricamente, chegando a considerar qualquer tentativa nesse sentido equivocada:

⁷ GUMBRECHT, H. *O campo não-hermenêutico*, 1995.p.10 .

⁸ GUMBRECHT, H. *Em 1926*. “Fazer pelo menos alguns leitores esquecerem, durante o processo de leitura, que eles não estão vivendo em 1926. Em outras palavras: evocar alguns dos mundos de 1926, re-presentá-los, no sentido de torná-los novamente presentes”.p.10

⁹ GUMBRECHT, H. *Modernização...*, 1998.p.11.

¹⁰ BAKHTIN, M. “Formas de Tempo e de cronotopo no Romance”, 1993.p.211.

¹¹ BAKHTIN, M. “Formas de tempo...”, 1993.p.212.

Nesse procedimento hermenêutico bastante convencional de confrontar passado e presente há algo, no entanto, muito menos convencional em jogo. Poderia muito bem acontecer que a viabilidade de tal contraste dependesse do cronotopo “tempo histórico” – o qual, freqüentemente, compreendemos equivocadamente como um fenômeno meta-histórico, não obstante a sua ocorrência esteja limitada (no máximo) ao período de tempo das diferentes modernidades (GUMBRECHT, 1998: 11).

O cronotopo bakhtineano só adquire este grau de materialidade a partir de um determinado momento na tipologia do romance – a obra de François Rabelais que, temporalmente, coincide com o surgimento do cronotopo tempo histórico de Gumbrecht. Assim, explorando a simultaneidade destes dois conceitos – *cronotopo tempo histórico* e o *cronotopo rabelaiseano* – esperamos clarear o sentido de equívoco no uso da categoria *tempo histórico* como conceito metahistórico, ao mostrar que esta responde somente a parte das questões de nosso *estar-no-mundo*.

Os prazeres do corpo de Rabelais como materialidade

Segundo Bakhtin, a poética rabelaiseana representa a crise do cronotopo do romance antigo/medieval, ao romper com a verticalidade do mundo, i.e., com o espaço de transcendência. O universo corográfico, fechado em suas fronteiras visual e cognitiva rígidas, revela-se geograficamente expansível e potencialmente imprevisível. Ideologia e religião, representantes da unidade do cosmos e da episteme da revelação divina, mostram-se, a partir de então, como criadores de falsas hierarquias e divulgadores dos “enganos” sobre as coisas do mundo.

Entre as coisas belas deste mundo, estabelecidas e confirmadas pela tradição, e consagradas pela religião e pela ideologia oficial, há ligações falsas que alteram a sua natureza verdadeira. As coisas e as idéias estão unidas por relações hierárquicas falsas, hostis à natureza delas, estão separadas e distantes umas das outras por diversas camadas intermediárias de um ideal de outro mundo, que não as deixam entrar em contato vivo e carnal (BAKHTIN, 1993:284).

Esta é a tarefa de Rabelais: “limpar o mundo espaço-temporal dos elementos que a corrompem, da visão do além, da interpretação simbólica e hierárquica deste mundo em vertical, do contágio da antiphysis que nela penetrou”¹². Para isso, era necessário destruir todas *vizinhanças* entre coisas e idéias e criar novas significações, tematizando o homem como agente ativo na interpretação do universo.

Suas novas séries interpretativas ligadas à materialidade do corpo como a anatomia, a embriaguez, a nutrição, a sexualidade, os excrementos e a morte confrontam-se diretamente com a visão medieval da unidade do homem: o corpo medieval, carregado dos

¹² BAKHTIN, M. “Formas do tempo...” p.283.

valores negativos do mundo, emerge agora como agente fundamental na apreensão da verdade das coisas.

Era importante mostrar toda a complexidade e profundidade extraordinária do corpo e da vida do homem, e revelar o novo significado, o novo lugar do corpo humano num mundo real, espaço temporal. De acordo com o corpo humano concreto, também todo o mundo restante adquire um novo sentido e uma realidade concreta, uma materialidade, estabelece com o homem um contato que não é simbólico, mas material e espaço-temporal. O corpo humano torna-se aqui um medidor concreto do mundo, do seu peso real e do seu valor para o homem (BAKHTIN, 1993:285).

Dentro deste sema, o cronotopo rabelaiseano se relaciona diretamente ao projeto historiográfico de Gumbrecht de duas formas: 1. na identificação da diferença entre história moderna e consciência histórica; 2. no resgate dos efeitos produzidos via materialidade; as duas relacionadas diretamente ao seu conceito de Pós-Modernidade.

Como foi observado, Gumbrecht localiza nos fins da Idade Média, mais exatamente na crise da unidade cósmica medieval, o início da história da modernidade. Para o autor,

“o deslocamento central rumo à modernidade (...) está no fato de o homem ver a si mesmo ocupando o papel de sujeito da produção de saber (...) Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito (...) pretende ser puramente espiritual e do gênero puro” (GUMBRECHT, 1998:12).

Esta cisão do sujeito, segundo o autor, podia ser sentida no impacto de certas inovações sobre a cultura ocidental; dentre elas, a invenção da imprensa: a imprensa, desvanecendo a imagem do copista como extensão da palavra divina, opera uma dessacralização do ato de interpretação da palavra, ao se fazer *presente* a todos os olhos e por isso, passível de ser apreendida. A escrita, tomada como mera superficialidade de significantes, propunha agora uma relação de verticalidade com o sujeito – este deveria ultrapassar a superfície para alcançar os significados que se escondem nas profundezas, i.e., sua identidade mais verdadeira.

O adeus à materialidade reflete também o movimento de “adeus ao corpo”¹³ desenvolvido pelo cogito cartesiano, uma vez que descobre na *atividade mental* a única via de acesso ao sentido ontológico da existência humana, marginalizando o corpo humano a *res extensa* da matéria espiritual. Mas este não parece ser o caso de Rabelais.

O cronotopo rabelaiseano orbita do outro lado da fronteira. Se no cogito cartesiano, o corpo humano e o mundo dos objetos significam um mundo de materialidades a ser transposto pelo pensamento, em Rabelais, são as materialidades que garantem nossa

¹³ Nos ensaios dedicados ao Início da Modernidade, em *Modernização dos Sentidos*, Gumbrecht usa esta metáfora como título de dois de seus ensaios, “Corpo x Imprensa” e “Adeus ao Corpo”. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

reunificação com o cosmos, fazendo do corpo “*um medidor concreto do mundo, do seu peso real e do seu valor*”.

Natureza e corpo humano integram-se simultaneamente na sua obra, pela figura dos gigantes, que impõe um novo status de referência espaço-temporal: Ver dentes como montanhas e bocas como cavernas significa também ver montanhas como dentes e cavernas como bocas. Para Bakhtin, é esta possibilidade de inversão que revela o caráter ambíguo do cronotopo rabelaiseano, já que é possível apreender a coexistência de diferentes níveis de relacionamento com o espaço e o tempo, sem que isso implique em “engano” pelas aparências.

Este regime de *simultaneidade* aproxima a composição de Rabelais à tradição do signo aristotélico, esta definida como contra-imagem da distinção entre o significante material como superfície e o significado imaterial como profundo:

O signo aristotélico (...) comporta conjuntamente uma substância (i.e., que está presente porque demanda um espaço) e uma forma (i.e, pela qual uma substância se torna perceptível), aspectos que incluem uma concepção de “sentido” não-familiar a nós. (GUMBRECHT, 2004:29)¹⁴.

Como representante clássica desta tradição, encontra-se a lógica do dogma da transubstanciação cristã, quando corpo e sangue de Cristo presentificam-se no pão e no vinho pelo ato da Eucaristia, revelando não só a unidade entre as esferas do divino e do mundo humano, como a simultaneidade entre o tempo divino e o da cidade dos homens.

Assim, se pensarmos no espaço fronteiro ocupado pelo cronotopo rabelaiseano, entre o paradigma da unicidade medieval e a cisão sujeito/objeto via cogito cartesiano, podemos pensar a construção deste cronotopo como uma tentativa de reorientar a unidade cósmica, por um processo de “laicização” do paradigma da onipresença divino, via corporeidade; e esta, ao compartilhar a mesma lógica da transubstanciação, assume todas suas conseqüências espaços-temporais, traduzidos por Bakhtin através da *ambigüidade* de Rabelais.

Podemos ir um pouco além; esta ambigüidade latente ao cronotopo rabelaiseano não desqualifica sua composição; revela, antes, que a possibilidade de se pensar diferentes formas espaço-temporais em simultaneidade não implica em pensar o mundo como *falta de ordem*. Pelo contrário, como produtos do contato direto com a materialidade do mundo, da quase “fricção do corpo com a matéria”¹⁵, elas propõem um rico quadro de referências de nosso estar-no-mundo – uma relação intrínseca entre tempo e experiência.

¹⁴ (Trad. livre) “The Aristotelian sign (...) brings together a substance (i.e., that which is present because it demands a space) and a form (i.e., that through which a substance becomes perceptible), aspects that include a conception of “meaning” unfamiliar to us”.

¹⁵ GUMBRECHT, H. “O Campo não hermenêutico”, p.11

O excursão bakhtineano por Rabelais aponta para uma tradição alternativa àquela da história da modernidade como uma progressiva racionalização do mundo e sua conseqüente desnaturalização, revelando um caminho subterrâneo para a crise dos paradigmas que se alastrou pelas humanidades depois do *giro lingüístico*, caminho este a ser trilhado pelo projeto de Gumbrecht¹⁶.

Para situar melhor este argumento, seria interessante nos enveredarmos numa das grandes discussões sobre a definição de uma historiografia pós-moderna, i.e., as articulações sobre querela do historiador Carlo Ginzburg sobre o projeto metahistórico, proposto pelo crítico literário Hayden White.

A querela de Ginzburg centra todos seus esforços em defender o estatuto da verdade na representação histórica. Pensar na *relatividade* ou no caráter *funcional* da verdade não significa somente desestruturar a disciplina histórica ou desautorizar a figura do historiador; segundo ele, falar em *relativismo* é o mesmo que fechar os olhos para acontecimentos que marcaram profundamente nossa experiência histórica, já que qualquer fato pode ser representado da maneira que se desejar, desde que apresentado de maneira lógica e convincente (isto habilitaria, por exemplo, toda uma historiografia nazista que negava veementemente o extermínio de judeus, mesmo que contrariando os sobreviventes do Holocausto e os efeitos traumáticos que este evento representou em nossa cultura)¹⁷.

Coincidência ou não, será no esforço anti-semita de Santo Agostinho que Ginzburg localizará as raízes do argumento pós-moderno de Hayden White. Segundo ele,

Somente um cristão como Agostinho, refletindo sobre a relação fatal entre cristãos e judeus, entre Velho e Novo Testamento, pôde formular a idéia que, através do conceito hegeliano de *Aufhebung*, se tornou um elemento crucial da consciência histórica, a saber: a idéia de que o passado deve ser compreendido seja em seus próprios termos, seja como anel de uma corrente histórica que, em última análise, chega até nós. (GINZBURG, 2001:188)

A tentativa de *adaptação* do regime de temporalidade da história judia para os moldes estruturais da historiografia cristã (como a insistência na unicidade da Eucaristia) lançava as bases da noção de *distanciamento histórico*, que no fim da Idade Média ganharia maior complexidade pela invenção da perspectiva e, num plano mais abstrato, pela invenção da imprensa, definindo o que ele nomeia como “regime escópico da

¹⁶ GUMBRECHT, H. *Production of presence*, p.18. Apesar de se identificar com tradição do signo aristotélico frente ao paradigma cartesiano, falar de uma *inserção* de Gumbrecht em uma tradição é um equívoco, até porque *tradição* significaria uma reintegração a corrente do passado, logo, uma operação hermenêutica. Trata-se, apenas, de reabilitar academicamente toda uma tradição que não encontrou lugar na história das mentalidades no ocidente. Aí, como veremos a frente, encontra-se uma das grandes diferenças entre Gumbrecht e o historiador Carlo Ginzburg

¹⁷ GINZBURG, C. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”, In: MALERBA, J. 2006. *A história escrita*, 2006.

modernidade”¹⁸. As articulações deste regime culminaram na idéia da apreensão da realidade como questão de ponto de vista e assim, na destituição de um sentido próprio a realidade – fundamento de Hayden White.

Paralela a esta construção, a história da modernidade construída por Gumbrecht nos propõe a reconhecer em Hayden White sua compatibilidade com a tradição cartesiana da crescente abstração do sujeito frente ao mundo, situação acentuada por Kant com o total esvaziamento de um sentido imanente à realidade.

Regime escópico e cisão sujeito/objeto, ambas as trajetórias apontam para um progressivo distanciamento do sujeito de seu mundo, pela valorização da dupla visão/abstração sobre o registro da experiência, o que culminou num esgotamento das formas de representação histórica, com o deslocamento do sujeito a categoria de único portador de sentido sobre o passado.

Mas, apesar de traçar uma cartografia extensa sobre estes problemas, os argumentos de Ginzburg não conseguem produzir um espaço teórico capaz de neutralizar seus efeitos:

Nosso modo de conhecer o passado está impregnado da atitude cristã de superioridade em relação aos judeus. Em outros termos: as palavras *verus Israel*, “o verdadeiro Israel”, como autodefinição do cristianismo, foram o lugar de nascimento de uma concepção de verdade histórica que ainda é – uso uma expressão voluntariamente onicompreensiva – a nossa (GINZBURG, 2001:196)

Preso a crença de poder tocar as realidades passadas pelo desenvolvimento de um método histórico rígido, o que Ginzburg propõe é, antes, uma prática historiográfica capaz de definir micro-realidades (mundo cotidiano, cultura popular,...), subterrâneas àquelas construídas pela historiografia contemporânea, na tentativa de nos re-identificar com o passado e reorientar o presente. Expressões como *tradição*, *raiz* e *pré-história*, tão comuns em seus trabalhos, só reforçam esta idéia, ao revelar um projeto comprometido pelo forte senso de causalidade, pela busca do verdadeiro início das coisas, do estabelecimento da verdade dos fatos.

Em outras palavras, esta *história de baixo*, apontada por alguns como a verdadeira solução para uma historiografia pós-moderna¹⁹, difere-se da *metahistória* de White somente no nível da “crença” sobre a existência de uma verdade imanente. A centralidade do sujeito, seja na análise dos mecanismos de construção da verdade, seja no estabelecimento de causalidade histórica, permanece intacta no seu espaço transcendental alcançado na modernidade. Até porque, livrar-se da *interpretação* significa se enveredar pelos perigos de um antiquarianismo moderno²⁰, *de uma atividade de mãos sujas sem sentido para o conhecimento humano*.

¹⁸ GINZBURG, C. *Olhos de Madeira*, 2001.p.189

¹⁹ Vale ressaltar os ensaios do sobre Pós-Modernidade do historiador Frank Ankersmit.

²⁰ SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*, 1992.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Casualmente, este comentário de Jim Sharpe sobre a natureza da história de baixo aponta para uma zona de fronteira entre estes círculos intelectuais, revelada pelo resgate da figura do antiquário. O antiquário define um sujeito que não manifestava a vontade de produzir um sentido para a história; pelo contrario, era o desejo de tocar o passado que guiava suas investigações. Através do contato com os fragmentos materiais que resistiram ao curso do tempo, era possível para eles re-presentificar o passado por alguns instantes e experimentá-lo²¹.

O caráter “materialista” do antiquário nos leva a reatar os dois pontos de nossa leitura. Dentro da construção de Bakhtin, podemos entender a atitude corpórea de Rabelais com o presente como da mesma ordem da atitude do antiquário com o passado. Ambos produzem, a partir da experiência material, um momento em que se pode tocar a realidade. Esta experiência, obtida do acúmulo de fragmentos dispersos, conduz o tempo num sentido estranho a linearidade do tempo cronológico: o conjunto de histórias que compõe a obra de Rabelais compartilha com o caráter catalogador dos antiquários a sensação de neutralizar a progressão do tempo por alguns instantes, estes expandidos pelo *perder-se* na experiência. Isto estabelece uma nova maneira de entender a verticalidade, não mais como transcendência, mas como ramificações verticais pelas quais se pode caminhar sem rumo pré-definido. Antiquário e Rabelais, ambas se firmam assim como culturas de presença, cerne do pensamento de Gumbrecht.

Escapar do presente jogando com o passado, fingindo habitá-lo. Assim, Gumbrecht traduz o apelo das culturas de presença em seu projeto historiográfico, alcançado por uma série de decisões formais que organizam toda a estrutura de seu trabalho *Em 1926*. A começar por suas divisões internas: não se estabelecem relações causais entre os capítulos, as quais se destinariam a nos guiar progressivamente rumo a descoberta do sentido, pois estas se baseiam numa obrigatoriedade/seriedade de se seguir até fim do raciocínio, já que há um risco do sentido se perder. A fragilidade dessa progressão linear é superada por uma estrutura verticalizada, na qual cada entrada lexical opera como uma *apresentação* auto-suficiente; entre elas só existem ligações temáticas que sugerem caminhos, mas o curso só pode ser determinado pelo leitor. Auto-suficiência que se demonstra também ao plano exterior – a tentativa de reconstruir os mundos de 1926 não significa explicá-los, recolocá-los na ordem da cronologia ou demonstrá-los como essenciais na compreensão histórica. Trata-se, apenas, de presentificar um ambiente histórico que, por acaso, é o ano de 1926²²; e na medida em que o leitor prossegue por cada entrada, acaba-se por se perder nesta *floresta* vertical; entre os vários dispositivos, códigos e estruturas, o leitor alcança o esquecimento do mundo cotidiano e começa a experimentar outras realidades que lhe são oferecidas²³.

²¹ MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*, 2004.

²² GUMBRECHT, H.U. “Manual do Usuário”. *Em 1926*, 1999, pp.9-14

²³ “Fazer pelo menos alguns leitores esquecerem, durante o processo de leitura, que eles não estão vivendo em 1926. Em outras palavras: evocar alguns dos mundos de 1926, re-presentá-los, no sentido de torná-los novamente presentes”. GUMBRECHT, H.U. *Em 1926*, 1999, p.10

Se podemos pensar numa proximidade entre as estruturas do cronotopo rabelaiseano levantadas por Bakhtin e os problemas formais enfrentados por Gumbrecht, algumas considerações podem ser levadas um pouco adiante. O potencial criador da obra de Rabelais, em sua tentativa de reorientar a unicidade com o mundo pela corporeidade, sugere uma recuperação do estatuto da experiência e da imaginação ao se lidar com a representação espaço-temporal. Longe dos problemas epistemológicos sobre os limites entre ficção/história, esboça-se a possibilidade de caminhar sobre esta fronteira já que o conceito de imaginação como antonímia de verdade parece só fazer sentido como efeito da seriedade das culturas de sentido, da obsessão pela *superação* e pela *descoberta* na tradição hermenêutica moderna, concentradas na estrutura do *veto ao ficcional*²⁴.

Daí, pensarmos, dentro do aparente conservadorismo do projeto de Gumbrecht, a sugestão de uma teoria de ação sobre o presente. Escapar do fardo que se tornou a produção de sentido nos dias de hoje²⁵ e alcançar uma “nova” consciência de nossa situação no mundo; despertar uma maneira outra de se relacionar com a natureza; deixar de pensar, por exemplo, num consumo sustentável dos meios materiais e pensar o próprio consumo, via presença: as ambigüidades do nosso *esta-no-mundo* poderiam deixar de parecer apavorantes e se mostrarem mais como possibilidades de referenciação simultâneas – produção de presença, tradição outra; proposições de formas diferentes de *ser* e *estar* na vida cotidiana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ANKERSMIT, Frank R. “Historicismo, pós-modernismo e historiografia”. Trad. Sérgio da Mata. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. pp.95-114
- ARAUJO, Valdei Lopes. “Para além da auto-consciência moderna – a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht”. In: *Revista Varia Historia*, v.22, nº 36. Belo Horizonte: UFMG, jul/dez 2006. p.314-328.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética - A Teoria do Romance*. Trad. Aurora Bernardini [et alli]. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: Nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. GINZBURG, C. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. Trad. Henrique Espada Lima. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 211-232
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Making sense in life and literature*. Trad. Glenn Burns. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992. (Theory and History of Literature, v.79)
- _____. *O campo não-hermenêutico / Adeus a Interpretação*. Trad. João Cezar de Castro Rocha; Lara Valentina da Costa. Rio de Janeiro: UERJ, 1995. (Cadernos da Pós/Letras, nº.5)

²⁴ Sobre o veto ao ficcional, LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*, 1984. Sobre a elaboração de um conceito de fronteira entre *ficção* e *história*, LIMA, Luiz Costa. *História, Literatura, Ficção*, 2006.

²⁵ Podemos considerar certas doenças, como a *depressão*, como sintomas do fardo do sentido.

- _____. *Modernização dos Sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: 34, 1998. (Coleção Teoria)
- _____. *Em 1926 - Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Production of Presence – What meaning cannot convey*. California: Stanford University Press, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y Hermenéutica*. Trad. Faustino Oncina. Barcelona: Paidós, 1997. (Col. Pensamiento Contemporaneo)
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do Imaginário – Razão e Imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LIMA, Luiz Costa. *História, Literatura, Ficção*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Clayton Santos. “Temporalidade e Sentido – Sobre a representação histórica na era contemporânea”. Anais do EREL, Mariana: UFOP, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- RÜSEN, Jorn. “A história entre a modernidade e a pós-modernidade”. *História: Questões & Debates*, v.14, n.26/27. Curitiba: jan/dez, 1997. pp.80-101.
- SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São. Paulo: UNESP, 1992. pp.39-62

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A tematização da “experiência colonial” no processo de independência do Brasil
(1821-1822)**

Cristiane Alves Camacho dos Santos

Esta comunicação pretende apresentar proposições de pesquisa de mestrado sobre a leitura histórica da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil. Por se tratar de uma pesquisa em fase inicial, limitar-me-ei a apresentar o problema inserido no debate historiográfico, os pressupostos teóricos dos quais partimos e a exposição de alguns exemplos significativos, com o objetivo de evidenciar a pertinência do problema.

Já é consenso na historiografia recente a evidência do anacronismo subjacente a expressões como “Brasil Colônia” ou “período colonial do Brasil” para referir-se à colonização portuguesa na América. Tais expressões sugerem que os protagonistas que a viveram soubessem que a América portuguesa viria a se constituir, no século XIX, num Estado nacional¹. Em outras palavras, essa abordagem parte da idéia de que a independência do Brasil já estaria pré-figurada em um sentimento nacional anterior e crescente que remontaria ao “período colonial”. Essa interpretação foi formulada no seio da historiografia científica do século XIX, quando a mesma tomou para si a tarefa de conferir ao nascente Estado imperial uma base de sustentação mediante a moldagem de tradições e de uma visão organizada do que teria sido o seu passado².

¹ Fernando A. Novais, F. “Condições de privacidade na colônia”. In: Laura de Mello e Souza (org.) *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 17 e Rogério Forastieri da Silva. *Colônia e nativismo: a História como “biografia da nação”*. São Paulo, Hucitec, 1997.

² István Jancsó (coord.) *Projeto Temático A fundação do Estado e da nação brasileiros (1750 – 1850)*. São Paulo, 1º semestre de 2003, p. 8 (mimeo). Sobre essa questão ver Arno Wehling (coord.) *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, IHGB, 1989. Do mesmo autor, ver *Estado, história, memória : Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999. Sobre o mesmo tema ver, ainda, Lília M. Schwarcz, *Os guardiões da nossa História Oficial*. São Paulo: IDESP, 1995.

No século XX essa visão foi intensamente criticada e surgiram novas perspectivas de pesquisa, que ainda estão em curso. Essas críticas questionam desde o enraizamento da nação brasileira no passado colonial, passando pela crítica à própria ruptura representada pela independência política até a constatação de que a independência política do Brasil e a consolidação de sua unidade territorial não foram processos históricos correlatos³. Tendo como categoria central a idéia de “crise” desenvolvida por Fernando Novais⁴, estudos recentes lançam novas luzes ao tema. Em um célebre artigo, Jancsó e Pimenta afirmam que a instauração do Estado brasileiro se deu “em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro”⁵. Seguindo uma premissa já razoavelmente consensual, pode-se afirmar que a correspondência direta entre fundação do Estado e surgimento da nação é um equívoco, uma vez que não há relação imediata entre independência política e sentimento nacional⁶.

Se não há uma correspondência imediata entre Estado e nação, é inegável, no entanto, a existência de uma conexão entre essas dimensões. No bojo do processo de independência do Brasil, em que múltiplos projetos de futuro estavam em questão, surge a preocupação de dar visibilidade e sustentação ao Estado imperial nascente através da transformação das identidades coletivas preexistentes e de suas múltiplas formas de politização por parte dos defensores da separação política entre Brasil e Portugal. Em outras palavras, surge a necessidade de mediatizar a relação entre Estado e nação. Dessa forma, o processo de politização das identidades coletivas torna-se fundamental para compreensão dos nexos que conferem inteligibilidade à relação entre Estado e nação no contexto da crise

³ Para um panorama da historiografia sobre a independência, ver Wilma P. Costa “A independência na historiografia brasileira”. In: Jancsó (org). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo, FAPESP/Hucitec, 2005. pp. 53 – 118. Para um panorama correlato sobre a América espanhola, ver José Carlos Chiaramonte. “El mito de las orígenes en la historiografia latinoamericana”. In *Cuadernos Del Instituto Ravignani*, 2. Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, s. d. pp. 1 –35 e François-Xavier Guerra. “A nação na América espanhola – a questão das origens”. *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro. UFRJ, ano 1, nº 1, 1999-2000.

⁴ Fernando Novais em *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)*. São Paulo, Hucitec, 1995.

⁵ István Jancsó & João Paulo G. Pimenta. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Carlos G. Mota. *Viagem incompleta – a experiência brasileira*. São Paulo, Senac, 2000.

⁶ Sergio B. de Holanda. “A herança colonial, sua desagregação” in: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960 (Tomo II – O Brasil Monárquico).

e superação do Antigo Regime português na América. Nesse sentido, o objeto de pesquisa deste projeto – a leitura histórica da colonização portuguesa da América durante o processo de independência e a apropriação de sua experiência, entre 1821 e 1822 – surge como uma das dimensões da transformação das identidades coletivas e de seu processo de politização.

Ao tomar contato com documentação e historiografia relativas ao período, percebe-se, por um lado, a recorrência (na historiografia) da idéia de que a independência do Brasil é resultado de um sentimento nacional anterior; por outro, (na documentação) que, se não existia uma nacionalidade brasileira em contraposição a uma nacionalidade portuguesa implícita nas lutas políticas que culminaram com a separação entre Brasil e Portugal, não se pode dizer simplesmente que – sobretudo entre 1821 e 1822 – portugueses europeus e americanos não estabeleciam qualquer sentido de diferenciação entre si. A partir dessa constatação, defende-se a hipótese de que *a história da colonização portuguesa da América como uma trajetória peculiar e específica em relação à história de Portugal é forjada e utilizada como instrumento político para sustentar projetos de futuro que viabilizaram a independência*. Defende-se, ainda, que *a narrativa sobre a experiência colonial, esboçada nos anos de 1821 e 1822, ofereceu subsídios que serão apropriados pela historiografia científica de meados do século XIX, no sentido de forjar um sentimento identitário baseado numa história peculiar brasileira a partir do passado colonial*.

Tais hipóteses nos parecem pertinentes, tendo em mente as formulações de R. Koselleck acerca da ruptura anunciada, no mundo ocidental de meados do século XVIII, com a transformação na concepção político-filosófica da *historia magistra vitae*⁷. Com a tendencial perda da operacionalidade de tal concepção, anuncia-se uma nova, de um tempo histórico que remete à unicidade dos fatos e que confere à história um caráter processual, implicando aos homens coevos um futuro incerto, impossível de prever e, por isso, objeto de controle.

O problema que começamos a analisar foi pouco explorado pela historiografia⁸. Entretanto, Valdei Lopes de Araújo, em pesquisa recente, desenvolveu preocupações

⁷ R. Koselleck. *Historia magistra vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In: *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006. Ver ainda Hartog, F. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”. In: *Revista de História*. São Paulo, Departamento de História, Universidade de São Paulo. N. 148, 2003, pp. 9-34

⁸ Até o momento, o tema apareceu na historiografia de maneira tangencial, não tendo sido, ainda, tomado como objeto particular de análise. Para um panorama da recorrência do tema em pesquisas recentes ver João

próximas às nossas⁹. O autor preocupa-se em mapear mudanças decisivas na forma de experimentar o tempo no mundo luso-brasileiro entre 1813 e 1845, quando analisa a transformação de conceitos como “história” e “literatura”. Também partindo da perspectiva teórica de R. Koselleck, o autor toma como objeto de análise a produção intelectual de José Bonifácio e aquela produzida no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua preocupação principal é com a história dos conceitos e com a historicidade que condicionou as formas de relacionamento dos homens com o tempo, em seus diversos modos, no Brasil da primeira metade do século XIX. Ao analisar o pensamento de José Bonifácio, nos anos de 1821 e 1822, o autor identifica que, com o acirramento das tensões entre os reinos de Portugal e do Brasil, Bonifácio unifica o passado luso-americano pré-1808 sob a rubrica de “colônia” ou “colonial”¹⁰. De acordo com o autor, “esta operação cronológica legitima e orienta o processo de emancipação. É graças a ela que o Brasil pode assumir a voz como sujeito de uma história que não é mais portuguesa. (...) Os portugueses, que ainda havia pouco eram os mesmos nos dois lados do Atlântico, agora são irmãos em um sentido bastante abstrato. O absolutismo português, primeiro circunscrito a um pequeno grupo de egoístas e falsos liberais [as Cortes de Lisboa], agora é atribuído a todo Portugal e desde sempre”¹¹. Assim, “a história da colonização como história da exploração permite a tão desejada unidade do Brasil para além de um projeto de restauração de Portugal”¹². O autor reconhece que tal operação discursiva não é originalidade de Bonifácio, mas afirma que ao perceber que a conjuntura parecia levar à emancipação política do Brasil, “Bonifácio se apropria do discurso de alguns setores da elite que procuraram identificar as Cortes com um projeto ‘recolonizador’ e com o absolutismo”. Desse modo, a análise de Araújo parece referendar a proposta aqui apresentada, uma vez que admite que Bonifácio se apropria de um discurso recorrente nos anos de 1821 e 1822.

Paulo G. Pimenta. “O Brasil e a ‘experiência cisplatina’ (1817-1828)”. *In: Jancsó (org.) Op. Cit.* pp. 755 - 789; Ana Rosa Cloquet da Silva. “Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional: o caso mineiro” *in: István Jancsó (org.) Op. Cit.* pp. 515 - 555; Thomas Wisiak. “Itinerário da Bahia na Independência do Brasil” *in: Jancsó (org.) Op. Cit.* pp. 447 - 474 e Ilmar R. de Mattos. Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. *In Jancsó (org.) Op. Cit.* pp. 271 – 300.

⁹ Valdei Lopes de Araújo. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2003. (Tese de doutorado).

¹⁰ O documento que permite as conclusões do autor é o “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos Governos e Nações Amigas, datado de 06 de agosto de 1822”, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva.

¹¹ Valdei Lopes de Araújo. *Op. Cit.* pp. 82 – 83.

¹² *Idem.*

Para o desenvolvimento de nossas hipóteses, a pesquisa empírica basear-se-á em publicações periódicas editadas no Brasil entre 1821 e 1822. A escolha das fontes justifica-se pelo fato de que o periodismo constitui, nesse contexto, arma de luta política no bojo do processo de alargamento dos espaços de atuação e de discussão política, além de possuir a capacidade de formação e reiteração de consciências de pertencimento político, nacionais e territoriais, por meio do compartilhar de uma mesma experiência a diferentes indivíduos, mesmo sem o conhecimento uns dos outros.¹³ Pretende-se identificar, nos periódicos, maneiras de falar, referências, termos e expressões que remetam a tematização da experiência colonial¹⁴. A partir da identificação dessas expressões, almejamos analisar tais operações discursivas a fundo, observar quais os meios em que esses discursos são elaborados e a relevância dos mesmos para sustentar projetos de futuro que viabilizaram a independência¹⁵.

No intuito de evidenciar a relevância do problema, discutirei, a seguir, alguns exemplos significativos da instrumentalização do passado colonial nos anos de 1821 e 1822; mais especificamente, apresentarei algumas elaborações discursivas fundamentadas na idéia de um passado específico do Brasil presentes no *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico editado no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822¹⁶.

A revolução portuguesa de 1820 provocou redefinições substantivas acerca da natureza do poder político, marcou um momento crucial para a formação de uma opinião

¹³ Preocupado com a compreensão do nacionalismo característico do século XIX e com a sua derrocada, nos fins do século XX, B. Anderson desenvolve a assertiva teórica da nação como uma “comunidade política imaginada”, atribuindo à imprensa um papel fundamental para a formação e reiteração de vínculos de pertencimento político. B. Anderson. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989. Para o alargamento dos espaços públicos de discussão ver Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005. Também Lúcia Maria Bastos P. das Neves. *Corcundas e constitucionalistas. A cultura política da independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2003.

¹⁴ Para tanto, temos em vista, mesmo que parcialmente, as orientações de Pocock. Em “O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: Algumas considerações sobre a prática. In: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003. pp. 63-82.

¹⁵ Têm-se em vista aqui as reflexões de R. Koselleck acerca das relações entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. R. Koselleck. ‘Espaço e experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas. In: *Op. Cit.*

¹⁶ Periódico fluminense que circulou entre 15/09/1821 e 08/10/1822. Seus redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. A partir daqui o periódico será referido com a abreviatura *RCF*. Para as relações entre a circulação do periódico e os interesses políticos do grupo que a sustentou ver Cecília Helena L. de Salles Oliveira. *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusf-Ícone, 1999.

pública e recolocou questões sobre o centro do poder e a articulação política do império¹⁷. Nesse contexto, com o estabelecimento da liberdade de imprensa¹⁸, o debate sobre os interesses públicos em Portugal e nas diversas partes do Brasil se intensifica. O *Revérbero Constitucional Fluminense*, já em seu primeiro número de 15 de setembro de 1821, identifica-se com os ideais revolucionários, louvando e aderindo ao sistema constitucional. De acordo com os redatores,

“Foi belo e majestoso o espetáculo da Liberdade plantando o seu estandarte no Brasil, que rojava *há três séculos os vergonhosos ferros da escravidão*”¹⁹.

Ao fazer referência ao juramento de D. João às bases constitucionais, os redatores associam a metáfora política da escravidão à história da colonização. Porém, neste momento, a referência ao passado colonial está esvaziada de conteúdo específico; pelo contrário, a crítica aqui se dirige ao “abusos” do Antigo Regime de forma genérica. A colonização, pelo contrário, é referida positivamente pelos redatores, como elemento de prosperidade e dotado de capacidade civilizacional, conforme percebemos em 15 de outubro de 1821, em artigo do mesmo periódico:

“O Brasil, escondido por muitos séculos às vistas dos Geógrafos, encerrava no seu seio todas as suas preciosidades da natureza; era um grande tesouro, mas só possuído pelos indígenas, nações bárbaras, destituídas de conhecimentos polidos, e de toda a comunicação com o resto do mundo, que nem supunham existir fora do círculo das suas vistas, necessitando por isto mesmo *de quem as tirasse do esquecimento para encaminha-las à glória*, de que os homens são suscetíveis”.

Afirma, ainda o artigo:

“*Apareceram os bravos Argonautas Portugueses no ano de 1500*, que conduzidos ao berço da Aurora por Pedro Álvares Cabral, e desviados na sua derrota por

¹⁷ Márcia Regina Berbel. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas de 1821-1822*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1997 e Valentim Alexandre. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto, Afrontamento, 1993.

¹⁸ Uma das primeiras medidas da Junta de Governo reunida como resultado da revolução liberal foi o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa em 21 de setembro de 1820. Em 13 de outubro foi liberada a circulação de impressos portugueses fora de Portugal. Em 2 de março de 1821, D. João assina, no Brasil, um decreto suspendendo a censura prévia para a imprensa em geral. Morel Op. Cit. p. 205. Também Lúcia Maria Bastos P. das Neves. *Op. Cit.*

¹⁹ *RCF*. N. I – 15/09/1821, pp. 03 – 04. Grifos meus.

temporais, em que se ocultavam a mão da Providência, *descobriram esta grande porção do Globo*, estabelecendo nela cordial amizade, estendendo aqui a glória do nome do Senhor D. Manoel, *plantando a Religião, e em consequência disto ensinando as Leis, os sábios costumes, a Agricultura, o Comércio, a Navegação, fontes principais da prosperidade dos Povos*. Deram-se as mãos mutuamente por aqueles princípios, e pelos sagrados vínculos de parentesco, que tão rápida e progressivamente produziram o enlace, que hoje vemos generalizado em todas as Províncias do Brasil. É, portanto evidente, que a Magnânima Nação Portuguesa na Europa, na América, e nas demais partes do seu todo, por suas virtudes heróicas, e por seu distinto caráter, forma uma só Família, que reunida por esses preciosos vínculos, forma a base da sua perpétua harmonia, jurando-se mutuamente uma perpétua e necessária união”²⁰.

Além de reforçar os laços de união, a narrativa pressupõe uma unidade territorial do Brasil ao mesmo tempo anterior e reforçada pelo “ato heróico” da colonização. No mesmo artigo, a argumentação deixa claro o esvaziamento de conteúdo político relacionado à colonização, mesmo que já notemos um elemento de potencial incompatibilidade que, no ano de 1822, iria alimentar o discurso da “recolonização”:

“Nesta época brilhante, em que somos libertos, podendo deixar aos nossos filhos uma herança mais rica, do que a que havíamos recebido de nossos pais, qual será o Português Constitucional que não olhe um Brasileiro como um outro ele, e qual será o Brasileiro também constitucional, que não veja um Europeu, como seu verdadeiro Amigo, como seu Irmão, que o ajuda no adiantamento de sua felicidade e que romperá os diques da sua; por tantos séculos, desprezada Liberdade? Se algum receio de separação ainda se nutre em corações Portugueses, ele não pode vir senão, ou de algum malvado, que afetando zelo pela glória da Constituição (...)”²¹.

A argumentação principal do texto gira em torno dos enlaces entre Brasil e Portugal desenvolvidos ao longo da história da colonização, e coroados pelo triunfo do sistema constitucional, apresentado, por sua vez, como herança de uma trajetória comum aos dois reinos. Os rumores de separação são realizados, segundo os redatores, pelos “falsos

²⁰ Correspondência publicada no *RCF N. III* – 15/10/1821, p. 33. Grifos meus.

²¹ *Idem.*, p. 35. Grifos meus.

portugueses”, “inimigos da Nação”, “corcundas”, que procuram apenas seus próprios interesses e a desarticulação do sistema constitucional. Em novembro de 1821, encontramos argumentação semelhante:

“Felizmente entre nós existiu a mais cordial aliança, que *nos reúne a três séculos em corpo de Monarquia*, aliança ainda mais apertada desde o político Decreto de 15 de Dezembro de 1815”²².

Entretanto, a ênfase da união agora recai sobre a monarquia. Percebemos aqui o quanto essa condição – de reino - transformou, no plano simbólico, “um conglomerado de capitanias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade e de um centro de gravidade”, conforme argumentam Jancsó e Pimenta,²³ tornando-se uma referência palpável de politização da condição americana. Ainda em novembro de 1821, no mesmo artigo, os redatores, em resposta a um extrato de outro jornal, o *Campeão Português*, transcrito no *Revérbero*, já declaram discordância sobre a forma de união. Segundo eles, os negócios do Brasil, pela sua complexidade, não podem ser tratados em Portugal²⁴. Esse esboço de incompatibilidade que se desenvolve, entre outros meios, através de argumentos históricos ganha força no seio da movimentação em torno da permanência de D. Pedro no Brasil. Os decretos de 01 de outubro de 1821 (aprovados inclusive por deputados pernambucanos e fluminenses já integrados ao congresso lisboeta) que previam, além da regulamentação dos governos provinciais, a extinção do Reino do Brasil e o retorno de D. Pedro para a Europa foram decisivos no contexto de politização das diferenças entre as partes do Brasil e Portugal. A notícia dos decretos, em dezembro de 1821, provocou grande comoção no Rio de Janeiro em favor da manutenção de D. Pedro e de seu governo no Brasil. Nesse contexto de confluência de interesses em torno do Príncipe Regente, em 8 de janeiro, um correspondente do *Revérbero* afirma que se os regeneradores de Lisboa e do Porto

“temeram o sistema colonial, como disseram em seu Manifesto, e se desse temor tiraram o argumento de sua Revolução, nós também o tememos, e com mais razão,

²² RCF – N. IV – 01/11/1821, p. 42 Grifos meus.

²³ Jancsó & Pimenta. Op. Cit. p. 154

²⁴ Sobre o esboço de incompatibilidade acima referido, afirmam os redatores, “diremos unicamente, que se os negócios do Brasil são já hoje de uma natureza tão difícil e importante que não podem ser todos tratados a duas mil léguas longe de nós, que lhe não convém mais um governo de tutela, porque é da natureza de um tal governo que os subordinados a ele procurem livrar-se da sujeição do tutor”. RCF – N. IV – 01/11/1821., p. 42.

porque o havíamos sofrido, e por uma longa e dolorosa experiência o conhecemos”²⁵.

Dessa vez a referência à experiência colonial é precisa e não pode ser reduzida, de uma forma genérica, simplesmente às arbitrariedades do Antigo Regime. A argumentação ganha força em 22 de janeiro, quando os redatores se propõem a discutir o *Fico*.

“E houveram (*sic*) homens que se persuadissem que o Brasil, esse país abençoado, dividido pelos dois Gigantes dos Rios, que em seu curso imenso e fecundo percorrem vastos Continentes, em cujos Climas a Natureza semeou tantos Colossos, e em cujo solo estabeleceu a Pátria do ouro e dos Diamantes; *um país onde não eram preponderantes esses corpos privilegiados*, que iguais às grandes montanhas que ou cansam a terra por seu peso, ou a esterilizam por sua sombra impedem sempre o vôo remontado e pleno da Liberdade, *estendesse outra vez os braços aos grilhões que largara!*”²⁶

A unidade do Brasil é fundamentada no reconhecimento de limites territoriais “naturais” (do Amazonas ao Prata) e pressupõe, na luta de Brasil e Portugal contra o Antigo Regime, naturezas históricas díspares. Enquanto Portugal lutava contra a preponderância de “corpos privilegiados”, o Brasil lutava pela reciprocidade entre os dois reinos e contra a redução do Brasil à condição colonial, ou melhor, o retorno a essa condição. Vale ressaltar que se o discurso da “recolonização” não correspondeu a políticas ou intenções que fossem, de fato, recolonizadoras, como demonstram estudos recentes ²⁷, ele pressupõe a unificação de uma identidade específica do Brasil, através de uma unificação territorial e histórica, já que a colonização é apresentada como um dos elementos da unidade do Brasil. Ao mesmo tempo, o “temor” de retorno à condição colonial demonstra o potencial de politização de uma identidade baseada numa trajetória particular. Dessa forma, a observação das referências à “ancestralidade colonial” torna-se relevante, uma vez que foi utilizada como instrumento eficiente de diferenciação entre portugueses europeus e americanos.

²⁵ RCF – N. IX – 08/01/1822., p. 102. Grifos meus.

²⁶ RCF – N. XI – 22/01/1822., p. 129. Grifos meus.

²⁷ Márcia Regina Berbel “A retórica da recolonização”. In: István Jancsó (org). Op. Cit., pp. 791 - 808; também Roderick Barman. *Brazil: the forging of a nation. 1798 – 1852*. Califórnia, Stanford University Press, 1988; e Antônio Penhalves Rocha. “A economia política na desagregação do Império português” in: José Luís Cardoso. (coord.) *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790- 1822)*. Lisboa: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001.pp. 149-197

A defesa de uma trajetória histórica específica ao Brasil evolui na argumentação dos redatores, ainda em 22 de janeiro de 1822:

“se atentamente lançarmos os olhos pelo Mundo, veremos que a América apresentou um desenvolvimento muito mais rápido, e entrou em uma esfera de atividade muito mais enérgica que a Europa: *mais o Brasil requintou sobre a América*. Mais veloz que o fluido elétrico o Calor da Liberdade atravessou o espaço imenso do Amazonas ao Prata, *e as diferenças de cores e de condições opôs-lhe menores obstáculos do que a Superstição e o Despotismo em todos os estabelecimentos Europeus sociais e religiosos*”²⁸.

A aproximação com outras realidades históricas do continente americano está presente em todo o texto, porém, o esboço de uma identidade comum americana é resolvido pela força simbólica da manutenção do reino do Brasil sob a regência de D. Pedro diante do temor do esfacelamento da unidade territorial sugerida pela experiência histórica recente e em curso de desagregação política da América hispânica²⁹. Dessa forma, a trajetória histórica do Brasil se apresenta enquanto específica em contraponto às de Portugal e da América hispânica.

Os exemplos aqui apresentados evidenciam a recorrência, no processo de independência, da instrumentalização do passado apresentado enquanto trajetória peculiar e específica do Brasil em relação a de Portugal, utilizado na defesa de projetos de futuro. Como referenciais semelhantes, no *Revérbero* e em outras fontes, são utilizados no plano discursivo e identitário em meio à crise e desagregação do Império português? Como relacioná-los a outras dimensões da realidade histórica que culminariam com a independência? Até que ponto esse recurso discursivo representou um quadro coeso e coerente na dinâmica do processo de independência? São questões ainda em aberto que pretendemos contemplar ao final desta investigação.

²⁸ RCF – N. XI – 22/01/1822., p. 131. Grifos meus.

²⁹ Segundo os redatores, “O Brasil, adotando o Príncipe, adotou o partido mais seguro; vai gozar dos bens da Liberdade sem as comoções da Democracia e sem as violências da Arbitrariedade”. RCF, Idem. Sobre o tema ver João Paulo G. Pimenta. *O Brasil e a América espanhola*. (1808-1822). Doutorado. São Paulo, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2003.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A historiografia sobre a vivencia religiosa no além-mar do setecentos

Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes¹

O objetivo deste trabalho é analisar a historiografia sobre a sociabilidade religiosa no setecentos na Capitania de Goiás, objetivada por um projeto de missionação português devido à eficácia do enquadramento religioso em além-mar. No Brasil, a produção historiográfica sobre a religiosidade e a sociabilidade perpassa impreterivelmente por Eduardo Hoornaert, Fernando Londoño e Riolando Azzi, Fritz Teixeira Salles, Julita Scarano, Caio César Boschi, Marcos Magalhães de Aguiar, Sergio Ricardo da Mata, Adalgisa Campos, Maria Aparecida Gaeta e Maria Aparecida Quintão, dentre outros, que nos legaram modelos de análise para uma investigação sobre as irmandades brasileiras. Embora sejam vastíssimas as opções para se averiguar os desdobramentos dessa análise, optamos em construir um objeto de pesquisa a partir dele mesmo. Ou seja, tentamos apreender a sociabilidade e a religiosidade no sertão dos *Guayazes* na própria documentação da época. Outrossim, a investigação nos mostrou o caminho a ser analisado por meio da historiografia produzida sobre o setecentos e sobre o próprio tema em outras capitanias brasileiras. Desse modo, a historiografia foi uma resposta ao exame profundo de questões, dependente de diligências, documentos, testemunhas, etc., e com largo debate das partes interessadas.

O estudo sobre sociedades e culturas tem por objeto empreender exercícios de autoconhecimento e reconhecimento de nossas convicções e aspirações, não sendo estas nada mais que sentimentos produzidos no meio social em que vivemos e que, ao final, cumprimos o papel de registrar as observações de nosso tempo. Mas se hoje nos prendemos ao aspecto frágil que tal constatação imprime às nossas análises, vendo e lamentando a relatividade de seu peso para o processo cumulativo do conhecimento, ao menos nos livramos da atitude de exigir que nossos autores e atores sociais situados no passado, percebam a realidade em que viviam com os olhos de quem os observa a mais de duzentos anos volvidos. A documentação sobre os homens e mulheres associados em Irmandades na Capitania de Goiás exprime uma dada sociedade, propõem uma

¹ Prof. Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás.e-mail: crmoraes@fchf.ufg.br.

transformação social e se torna o instrumento legal que dirige a execução de um projeto de enraizamento ao articular a Jurisdição Real e a Eclesiástica. Em suma, um objeto de intervenção amplo, que abrange a pretensão de construir uma nova ordem social.²

Não é de hoje que a historiografia tem estudado temas relativos à atuação da Igreja no Brasil nos primeiros séculos de ocupação enfocando que a História do Brasil, somente poderia ser conhecida quando a história da Igreja também o fosse.³ Nessa trilha, nosso estudo privilegia uma parte da História que ainda não foi analisada em Goiás. Para além das lutas e resistências dos homens e mulheres, buscar seus sentimentos, amores e ódios engendrados por seres humanos com incertezas e certezas de um século de “iluminismos”, de descobertas, de cobiças, de religiosidades e, sobretudo de medos.

Ao analisar esses sujeitos históricos podemos ponderar dois momentos: um em que, seus relacionamentos estão situados no ideário do intercâmbio, na troca entre o eu e o tu buscando uma identidade entre grupos diversos; outro, em que a análise perpassa pela teoria da circularidade na qual a cultura da sociedade, como tradições dominadas pelo Poder Real, a Igreja e os costumes dos “habitantes dos Guayazes” influenciam-se reciprocamente, movimentando-se em todos os momentos e em todos os grupos sociais na Capitania. Em que pesem as muitas concepções acerca de cultura, numa tentativa de aglutiná-las com vista ao objeto dessa comunicação, entendemo-la como um conjunto de valores, atitudes, idéias, costumes e tradições, dinamizadas no tempo e compartilhadas por um conjunto de pessoas que integram uma dada sociedade.

Por conseguinte, a religiosidade foi o fator preponderante que aglutinou os arrivistas no *sertão dos Guayazes*, tendo, obviamente, como fato precedente que o sentimento religioso e a busca do sagrado, aspectos que uniam todos, contribuíram para se irmanarem, organizando-se em sociedade, e se enraizaram em locais que lhes eram completamente adversos. As irmandades e confrarias conforme seus Compromissos, se autodefinem como corpos místicos que pela união das vontades, se unem entre si para formar um místico governo. O fundamento teológico para a origem dessas associações é a doutrina do Corpo Místico de Cristo, consoante o ensinamento de São Paulo (1ª Cor., 15, 27; Ef. 1, 22-23) segundo a qual todos os batizados no Senhor são seus membros, os quais, irmanados entre si, constituem um corpo único e uno, cuja cabeça é Cristo. Todos

² ALMEIDA, A. P. (Org) *Santo Antonio de Lisboa o homem evangélico*. Braga: Ed. Franciscana, 1995.1997:14-19

³ HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando, KLAUS VANDER, Benno. *História da Igreja no Brasil*.2 vol. Petrópolis: Vozes, 1992.

eles são responsáveis uns pelos outros, tanto para a edificação, quer dizer, conservação e expansão desse corpo, por meio da prática do bem, quanto por seu enfraquecimento e estagnação, ou por meio da omissão ou da prática do mal. Nesse sentido, nesse mundo, o Corpo Místico de Cristo é a Igreja Católica militante, comunidade de todos os fiéis. No outro mundo, o sobrenatural e transcendente que faz parte da Igreja Triunfante, estão todos aqueles que, nesta terra, creram na Promessa do Messias, desde Adão, e n'Ele próprio e em seus ensinamentos e os praticaram. Concretamente, as associações são partes integrantes e parcelares desse imenso corpo em que a fé e a caridade podem ser vivenciadas mais intensamente.

À partida, há que se ter presente, que o Código do Direito Canônico divide as associações em Ordens Terceiras, irmandades, confrarias e pias uniões. As primeiras, sob a inspiração e a orientação duma determinada Ordem ou Congregação religiosa, cuja Regra tem aprovação eclesiástica e como preocupação fundamental a perfeição da vida cristã de seus associados, os quais são genericamente chamados de terceiros e, igualmente, vivenciam mais intensamente as Obras de Misericórdia.

Quando os fiéis se associam para fazer alguma obra de piedade ou caridade, essa associação recebe o nome de pia união. Se essa associação, por sua vez, tem ainda uma hierarquia, é designada por irmandade. Seus membros ou irmãos ou confrades, segundo o Compromisso, também assumem o dever de se auxiliar reciprocamente, tendo, pois, sob esse aspecto, uma identificação de ideais e interesses comuns entre os membros e os candidatos a ingressarem na mesma e uma seleção prévia e restrita dos mesmos, com vista a agregá-los mais facilmente, bem como ainda a evitar fissuras em seu interior. Ambas as modalidades de associação, portanto, têm um perfil assistencialista. Se as irmandades são eretas para incrementar o culto público de um santo, recebem o nome de confrarias. Do que afirmamos, e sobretudo da prática, as Irmandades e as Confrarias acabam por exercer uma função cumulativa. Isto é, Irmandades com fins, também, devocionais e Confrarias, também, com fins assistenciais. Portanto, resulta daqui, a dificuldade em definir, não legalisticamente, mas efetivamente, Irmandades e Confrarias.⁴

⁴ Segundo a historiadora GAETA a Cúria Romana nunca fez uma definição clara sobre as Irmandades e confrarias, chamadas indiscriminadamente como sodalícios, congregações, pias uniões, dentre outras. Comumente eram apontadas como associações leigas. Nas pias uniões não havia necessidade das pessoas se congregarem, posto que, os laços que uniam os associados eram frágeis. Ao contrário, as Irmandades possuíam laços fortes de solidariedade entre os membros ou “irmãos” com um compromisso mútuo de se ajudarem uns aos outros. Suas origens de acordo com a historiadora remontam às sociedades pré-cristãs durante o período greco-romano facilitando posteriormente, a implantação do novo cristianismo, inclusive

Do exposto, podemos definir irmandades como associações cujo objetivo era o de congregar as pessoas, que escolhendo um santo protetor comum, passariam a contar com sua protecção especial em meio às lutas terrenas. O compromisso mútuo era o de promover e manter a devoção ao orago dentro de um determinado espaço, não apenas formal ou concreto como capelas e igrejas, mas também como espaço mental que se constituiria quase como um espelho da sua auto-imagem, de sua identidade como grupo. Pode-se resumir as principais finalidades ou objetivos das associações religiosas, afirmando que, a par das atividades assistenciais aos seus membros, por exemplo, a criação e manutenção de hospitais, hospícios, asilos e orfanatos, e até mesmo, o auxílio financeiro para os funerais e para casamento, elas também os assistiam no âmbito de vida espiritual ou religiosa, verbi gratia, estimulando-os a participar das missas e festas de guarda da Igreja Romana, determinando cuidados das celebrações em louvor do seu orago, a participar das reuniões da mesma associação, quando fosse o caso, a cumprir as suas demais normas estatutárias e, até mesmo, prepará-los, quando possível, para morrer bem.⁵

Deparamo-nos ainda com outras destrições. Conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o arcebispo Dom Sebastião Monteiro da Vide estabeleceu uma distinção entre associações de obrigação e de devoção. As de obrigação, que possuíam estatutos com normas próprias, estavam sujeitas a toda legislação das jurisdições eclesiástica e real, devendo prestar contas de suas realizações às respectivas autoridades competentes. As de devoção estavam apenas sujeitas à jurisdição temporal-espiritual haurida no Padroado régio.

Ora bem, essa era a norma legal rígida que regulamentava as vivências das associações religiosas anteriormente experimentadas. Essas, no entanto, ao contrário, como outras tantas, são sempre dinâmicas, porque a cultura é permanente movimento, renovação e atualização, daí a dificuldade que o pesquisador encontra ao estudá-las, porque se se tratasse apenas de uma distinção jurídica e conceitual, bastaria, então,

na Alemanha. Observa também que, com o descobrimento do novo mundo durante a contra-reforma, foi ressaltado um momento em que o espírito de “congregação” foi revitalizado, fomentando pela Igreja redes de solidariedade na América. GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. Redes de sociabilidade e de solidariedade no Brasil Colonial: As Irmandades e confrarias religiosas. In: *Revista Estudos de História*. Franca: UNESP, 2(2): 11-36, 1995; BOSCHI, Caio Cesar, *Os Leigos e o Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1986, sugere cuidado em afirmar que as irmandades no Brasil colônia são meros transportes de suas congêneres européias como afirmou RUSSELL-WOOD, A J. R. em Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no século XVIII. In: *Universitas*. Salvador:UFBA, n.º 6/7, ma/dez, 1970, pp. 189-204 e SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo: Nacional, 1976.

⁵ Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Irmandades Mineiras e Missas*. Varia História, Belo Horizonte, n.º 15, mar/96:12-13;

analisar os modelos paradigmáticos lusitanos e afirmar que foram ampla e simplesmente transplantados para cá. Se for certo, porém, que de início, no setecentos elas sofreram uma enorme influência lusitana, ainda assim, não houve um único modelo que se espalhou e foi seguido em todas as capitanias. Por isso, no seio das irmandades se exercitou e se estabeleceu o nosso modelo de sociabilidade religiosa que consistiu na busca da identidade, respeitadas as diversidades, de modo que os sertanistas que descobriram e se fixaram nos Guayazes seguiram o costume ou tradição religiosa de seus antepassados lusitanos e paulistas ao fundarem associações ou agremiações religiosas, mas adaptaram-nas, em conformidade com a realidade cultural que aí encontraram, incorporando aspectos de origem indígena e africana.

Numa cultura unificada pela mensagem religiosa, a força das Irmandades radica um processo de comunicação e de imitação intersocial que se gera no interior de uma dada sociedade. O seu estudo só se torna verdadeiramente produtivo na medida em que for capaz de evidenciar e até datar os fatores de persistência e de mudança de uma linguagem comum, os motivos e os espaços de convergência no relacionamento dos vários grupos sociais e, conseqüentemente, os temas e problemas que se colocam, em cada época, no interior de qualquer associação.

Destarte, para investigar tal tema, fizemos opção pela História das Idéias, posto que, os homens e as mulheres construíram, implícita ou explicitamente, as Idéias que fazem mover uma dada sociedade, mas tendo em conta a “transcendência que comanda a História pela essência do Homem que é racional e situado no tempo e no espaço.” Essa abordagem teórica, procura a apreensão da pensabilidade do fato, pela tensão do fato e pela perspectiva interrogante, para além das exigências estritas do cuidado heurístico e do tempo histórico. Se a História das Idéias implica a compreensão do subsolo do fato histórico, “o vetor da história das idéias religiosas busca a inteligibilidade dos núcleos eidéticos que, explícita ou implicitamente, dão sentido ao fenômeno religioso e, por meio dele à vida humana.”

Assim, tendo por base o fato de serem as idéias um produto socialmente determinado, buscamos conhecer as articulações, influências e sentidos produzidos pelos irmãos e confrades naquele período histórico específico, uma vez que nos interessa averiguar o projeto de enraizamento através da religiosidade engendrado pelas associações religiosas no setecentos.

Igualmente, a organização de uma multidão, num determinado local, não implica necessariamente fixação, estabelecimento de um senso de coletividade, de

comunidade. As multidões, são agregados demasiado voláteis, se reúnem tão rapidamente quanto se dispersam. Ora, se o povoamento da região foi dessa maneira e, é sabido que a intenção da coroa era aí fixar essa multidão de arrivistas, então, qual força teria exercido uma pressão coletiva capaz de aglutiná-los? O que teria levado as multidões a se decidirem por estabelecer arraiais em lugares específicos? O que teria dado a unidade necessária para aglutinar as forças dispersivas?

Com efeito, acreditamos que os homens e as mulheres somente estabelecem raízes num outro local diferente quando participam real e ativamente numa nova coletividade. De outra parte, outro valor que conservaram foi o sentimento religioso ao conservarem uma religiosidade, também ela desenraizada. Através do estudo dos Termos de Compromisso das várias Irmandades existiu um discurso até certo ponto, imaginário, fictício em relação aos modos de organização da realidade, vivida de maneira inconsciente. Assim, primeiramente, verificamos e nos ativemos à natureza jurídica dessas agremiações religiosas. Com efeito, houve na Capitania de Goiás, irmandades leigas sujeitas à jurisdição real e irmandades leigas sujeitas à jurisdição eclesiástica. Estas foram fundadas e instituídas mediante aprovação eclesiástica, após a criação da capitania. As irmandades de devoção, ao contrário, precederam à organização administrativa e eclesiástica da capitania. Em alguns casos, até meados do século XVIII, encontramos agremiações chamadas de irmandades por possuírem capelas ou templos próprios e, associações chamadas de confrarias, que não tinham Termo, mas possuíam altares laterais em certas igrejas, em honra de seu orago, destinados ao culto do mesmo pelos irmãos.

Outrossim, quando a prelaquia de Goiás foi instituída em 1745 e pouco depois, em 1749, foi criada a capitania, já havia as irmandades de São Miguel e Almas, (1733) a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos,(1734) a do Santíssimo Sacramento, (1742) a de Nossa Senhora da Boa Morte, (1749) a de São José (1749), a de Santa Efigênia, (anterior a 1752) e a do Senhor dos Passos (anterior a 1751). Igualmente, também já havia em Vila Boa as confrarias de Santo Antônio e a dos Republicanos.

A primeira confraria foi inicialmente criada em 1739. Sua provisão, passada pelo bispo do Rio de Janeiro é de 1743 foi instituída com vista a assistir aos militares irmãos que não estavam a receber o seu soldo, sem que tivesse um Compromisso que devia ser observado por eles. Quase um século mais tarde, o capitão general governador da província de Goiás, Cunha Matos, em carta ao Pe João Vieira de Carvalho, dizia-lhe que por força da Ordem de 19 de novembro de 1750 , toda a toda a tropa de 1ª Linha e

empregados públicos da antiga capitania faziam parte da Irmandade e, não mais, Confraria de Santo Antonio, a qual desde então, passou a ter Compromisso e, cujos irmãos ouviam missa, se confessavam anualmente ao capelão pela altura da Quaresma e, após seu falecimento, eram por este conduzidos à sepultura e a cômputo daquele sacerdote era de cem mil reis anuais, tirados do soldo de capitão recebido por Santo Antonio.

A confraria dos Republicanos, cujo orago era São Sebastião, foi criada em 1742 pelos homens bons do Senado da República ou pelo *Concelho* da Câmara Municipal. O Senado era o responsável por seu culto, pela procissão e pelo altar não em uma capela própria, mas dentro do Senado da Câmara. Não havia um compromisso entre os irmãos e a confraria era apenas de devoção para realizar festas e procissões em louvor ao santo protetor.

Por isso, afirmamos que as referidas irmandades, efetivamente, foram o primeiro embrião do enraizamento e da sociedade de homens e mulheres, livres e escravos, que se radicaram nos sertões dos *Guayazes*, porque no seu interior foram tecidos e consolidados laços hauridos na caridade cristã e baseados num Compromisso assumido por todos os irmãos. Isso, entretanto, implicou em antes, estabelecer uma distinção entre estas e as confrarias, posto que julgamos ter havido diferenças entre elas.

De fato, até meados do setecentos, as confrarias se caracterizaram por ser uma associação de pessoas que veneravam um mesmo santo, o qual ou possuía uma capela ou um local aonde era cultuado, ou ainda um altar lateral, com o mesmo propósito, numa igreja, cujo orago era um outro protetor. Eram, pois, associação religiosa de devoção, sem ter um Compromisso a ser observado pelos devotos. Tais foram os exemplos, antes aludidos, das confrarias de Santo Antônio e a dos Republicanos. A partir dessa ocasião, porém, houve confrarias, cujos membros eram profissionais que se dedicavam às artes mecânicas, quer dizer a determinadas profissões, entre outras, a de pedreiro, de marceneiro, de carpinteiro, de tanoeiro, consagradas a São José que, de conformidade com os relatos evangélicos, também fora carpinteiro. Seus membros desejando constituir-se em irmandade requereram das autoridades competentes a aprovação do Termo de Compromisso específico.

Examinando e analisando os Termos de Compromisso das 34 irmandades que surgiram e se organizaram nos sertões dos *Guayazes* no período em apreço, pudemos verificar que, permeando os elos de solidariedade e sociabilidade entre seus membros, para além das características gerais comuns, houve também outras diferenças

específicas que as distinguiram entre si e que nos permitiram agrupá-las e tipificá-las, a saber, em 4 grupos.⁶ Os mencionados grupos foram os seguintes: 1- irmandades que aceitavam apenas brancos⁷; 2- irmandades que aceitavam somente pretos⁸; 3- irmandades que aceitavam membros de qualquer cor desde que fossem livres⁹; 4-

⁶ Optamos em tipificar as irmandades pesquisadas na Capitania de Goiás, num primeiro momento, a partir das categorias de devoção e compromisso; num segundo momento, através das categorias de cor e hierarquia social. Essa opção se deu pelos critérios da própria documentação pesquisada para a compreensão do conceito de enraizamento na região dos *Guayazes*, quer dizer, o que define uma irmandade com compromisso é a posição social e o critério da cor que os irmãos ocupam na sociedade. A tipologia sobre o nosso objeto de estudo foi pensada a partir da contextualização da época, portanto, as categorias de hierarquia social e cor demonstram um referencial para o século XVIII na região dos *Guayazes*.

⁷IPEHBC: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas do Arrayal de Santa Ana*, 1733. AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas do Arrayal de São José do Tocantins*, 1757. Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas de Crixás*: 1767. Caixa 23, Doc. 1467.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa Vila Boa*, 1757, códice 1813.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Ana de Cavalcante*, 1803, códice 1815.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar*, 1757, códice 1812.

AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Jaraguá*, 1762. Assunto Eclesiástico: Caixa 024.

AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Meia Ponte*, 1747. Assunto Eclesiástico: pacote 02: Caixa 132.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Conceição de Traíras*, 1748, Caixa 5, Documento 372.

AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de N. Sra. de Crixás*. Assunto eclesiástico: pacote 02, Caixa 132.

AFSD: Documentos avulsos: *Termo de Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Boa*, 1784 (ereta em 1745).

AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos da Igreja Matriz do Senhor São José do Tocantins*, caixa 132, 1765.

Igreja de São Francisco de Paula: Documentos diversos: *Termo de Compromisso da Irmandade do Senhor dos Passos de Vila Boa*. 1812. (ereta em 1745)

AHU: *Termo de Compromisso do Senhor dos Passos de Nossa Senhora do Pilar*, 1782, códice 1284.

AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade do Glorioso Santo Antonio*, 1792, códice 1673.

⁸ AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Arrayal de Nossa Senhora da Conceição de Crixás*, 1777, códice 1814.

AFSD: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Villa Boa*, 1796: Documentos avulsos. (a data de ereção é de 1734)

AFSD: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de São José do Tocantins*, 1762: Documentos avulsos.

AFSD: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Nossa Senhora da Conceição de Traíras*, 1748: Documentos avulsos

AFSD: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Pilar*, 1762: Documentos avulsos

⁹ AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Abadia do Moquéim*, 1775 (data da ereção) no Arquivo ela está com data de 1857, caixa 132, pacote 01.

AFSD: *Termo de Compromisso de Nossa Senhora da Boa Morte de Vila Boa*, 1774, (a ereção é anterior a 1752, existe outro termo confirmado no AHU em 1792, caixa 38 documento 2381), Documentos avulsos.

AHG: *Termo de Compromisso da Irmandade da Boa Morte de São José do Tocantins*, 1776, Documentos avulsos. Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02. AHU: *Termo de Compromisso da Irmandade de São*

irmandades que, indistintamente, aceitavam brancos, pretos, pardos, crioulos, escravos e forros.¹⁰

Quanto ao 1º grupo, a irmandade que mais se difundiu pela região foi a do Santíssimo Sacramento, tendo sido eretas na igreja matriz de Vila Boa e nas capelas dos arraiais de Meia Ponte, Pilar, Cavalcante, Traíras, Jaraguá e Santa Luzia. No tocante ao 2º, a irmandade que mais se espalhou foi a de Nossa Senhora do Rosário, obviamente, aonde a presença dos negros era maior, nomeadamente, em Vila Boa, Meia Ponte, Traíras, Bonfim, Crixás, Pilar e São José do Tocantins. No 3º grupo há predominância de irmandades de pardos como a da Boa Morte da Vila e de São José do Tocantins. No 4º grupo encontramos as irmandades que aceitam escravos em maior número. Se agregarmos outras devoções dentro dessa categoria cor, como as irmandades de São Benedito, erigidas em Vila Boa, em Meia Ponte, Traíras e Crixás; de Nossa Senhora das Mercês em São Joaquim do Cocal, de Santa Efigênia em São José do Tocantins; e do Patriarca São José em Vila Boa, temos dados suficientes para afirmar: a) em quase toda a capitania havia irmandades de negros. b) o número de irmãos membros de todas as irmandades espalhadas por tantos arraiais desmente a tese tradicional apresentada pelos historiadores goianos concernente à decadência da capitania e o conseqüente fluxo migratório para outras terras, que teria ocorrido a partir da segunda metade do século XVIII.

A par disso, nosso maior desafio foi a inversão do que comumente o historiador faz em seu ofício, ou seja, reiterar o primado da historiografia sobre a empiria. Mas, enfim, no limite de sua investigação, com uma documentação sempre fragmentária, “o historiador ousa, assim, ir mais longe.” Colocando-nos no cerne desse estudo, entrevemos o desafio à frente ao pressentir o caráter desmedido da relação de

Benedito de Vila Boa, Códice 1285. AHG: *Termo de Compromisso de São Miguel e Almas* de Bonfim, 1767. Assunto Eclesiástico: Caixa 132, pacote 02.

¹⁰ AHG: Caixa 132: pacote eclesiástico: *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Meia Ponte*, 1782.

AHG: Caixa 132: pacote eclesiástico: *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Bonfim*, 1791.

AHG: Caixa 132: pacote eclesiástico: *Compromisso da Irmandade de Santa Efigênia, São José do Tocantins*, 1753.

AHU: Códice 1677: *Compromisso de São Benedito de Meia Ponte*, 1803.

IPHBC: Documentos Avulsos: *Compromisso da Irmandade de N. Sra. das Mercês da Redenção dos Captivos 1772* e outro *Compromisso* de 1788.

AFSD: Documentos Avulsos: *Termo de Compromisso da Irmandade e Confraria de São José dos quatro ofícios de Vila Boa de Goyaz*, 1750.

homens e mulheres com o sagrado. Emulação ou concorrência, pelo menos ambição prometeana, em que o homem dá o melhor de si próprio. Nas suas figuras de deuses ou de santos, na sua organização da fé, doutrinas ou imagens, do sobrenatural e de todos os além a sociedade fornece os incoercíveis jorros da sua busca de imortalidade.”¹¹

¹¹ ARAUJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997 *apud*. DUPRONT, Alphonse. “A religião – Antropologia Religiosa”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Dir) *Fazer História – Novas Contribuições*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**“Entre umas histórias e outras”: uma análise das biografias sobre D. Antônio
Ferreira Viçoso.**

Daniela Gonçalves Gomes & Germano Moreira Campos / UFOP

danijsv@yahoo.com.br
germcampos@yahoo.com.br

Este artigo tem por objetivo analisar as importantes biografias produzidas sobre o bispo D. Antônio Ferreira Viçoso que atuou na Diocese de Mariana no século XIX (1844-1875) em um período que a Igreja Católica tentava recuperar seu aparelho eclesiástico numa tentativa de maior controle sobre o clero e os fiéis.

Da primeira biografia publicada em 1875 por D. Silvério Pimenta até a última escrita por Cônego José Vidigal Carvalho em 1997, a figura de D. Viçoso aparece como uma personagem altamente preocupada com a religiosidade mineira. Suas biografias demarcam a importância deste bispo não somente como figura central do episcopado mineiro no período, mas com uma personalidade que foi capaz de implementar as diretrizes do processo de Romanização no Brasil.

Estudar as diversas biografias de D. Viçoso torna-se importante uma vez que elas são produzidas em diferentes momentos da História da Igreja onde notamos a despeito das situações típicas de cada período que a figura de D. Viçoso permanece sempre muito destacada no contexto eclesiástico.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

***Le voyage d'Italie* ou interfaces do real e do imaginário**

Daniel Wanderson Ferreira*

Le voyage d'Italie, que aqui traduzimos de *Viagem à Itália*, é um livro que não foi publicado durante a vida de Sade. Na verdade, trata-se de um conjunto de textos escritos na prisão entre 1775 e o início de 1779, tendo como traço uma escrita inacabada. O livro é formado por três cartas: as duas primeiras seriam enviadas a “Madame la comtesse de...”, pessoa com quem Sade se corresponderia com certa frequência, e a última está endereçada a um senhor, denominado “mon cher comte”.

Podemos dizer ainda que *Viagem à Itália* faz parte de um conjunto de textos cujo interesse de leitura, provavelmente, se restringe a pesquisadores. Maurice Lever entende que se trata de um texto marginal dentro da obra de Sade caso se tenha em vista o seu valor literário. Sua importância estaria na possibilidade do encontro com um autor desconhecido da maioria dos leitores acostumados com a literatura sadiana em seu caráter libertino de vertente erótica. Nessa *Viagem*, o que se encontra é o “único testemunho de um Sade de trinta e sete anos [escrevendo] sobre assuntos tão diversos como a arte, a criação, os costumes, as mulheres, a política, a filosofia ou a religião”. O motivo do interesse pelo texto estaria na paixão encontrada pelo estudioso do romance sadiano ao notar que, ao passar de um texto a outro, há uma retomada, “quase palavra por palavra dos fragmentos da *Viagem*”¹. Pode-se ainda encontrar exposições filosóficas e políticas que aparecerão mais desenvolvidas em

* Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil

¹ LEVER, Maurice. Introduction. Le Marquis de Sade et l'Italie. in SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.22 e 35

textos posteriores, como a crítica à pena de morte, temor que, como afirma Lever, teria motivado as viagens de Sade à Itália.²

Pode-se pensar também numa continuidade desse texto de juventude com o autor maduro. Nesse caso, o escritor de romances recorreria às imagens da Itália como cenário a algumas de suas tramas. Eliane Moraes afirma que é recorrente na literatura de viagem a ida para o sul da Europa, com destaque para a Itália e a Espanha. O clima quente seria associado à sensualidade e essa relação, dado seu freqüente aparecimento, estaria presente na literatura, principalmente quando se busca apresentar paixões desenfreadas e excessos passionais, elementos que abundam nos romances libertinos de Sade. A própria idéia da viagem seria importante na medida em que a vida libertina a ela se associa, assim como se liga também ao recolhimento. O percurso com suas desventuras apresenta o homem numa materialidade que dá às personagens uma dimensão corpórea necessária à composição da cena erótica, esteja ela presente no caminho ou no recolhimento dos lugares ermos e de difícil acesso, onde os libertinos podem se encontrar com seus companheiros. De todo jeito, esses elementos justificam ver a *Viagem à Itália* como ponto de partida para a construção dos romances posteriores, produzidos quando Sade está mais velho e num momento em que ele já não tem liberdade para locomover-se pela Europa. Suas viagens literárias poderiam ser vistas, então, como pontos de fuga que utilizariam imagens já vistas anteriormente.³

Além disso, apresenta-se ainda que, estando a geografia e a literatura de viagem associadas à dinâmica intelectual no século XVII pela aliança entre a descoberta e o racionalismo, ou seja, pela relação que se tinha estabelecido entre a observação e a explicação do mundo no formato enciclopedista, Georges Festa afirma que, no caso dessa viagem de Sade, a paisagem teria sido algo essencial ao pensamento do libertino. “O universo alpestre revela ao provençal a gênese das convulsões telúricas: as ‘montanhas em suas abruptas emergências’, as ‘profundas ravinas’, o ‘solo negro e queimado’ dos arredores da Sauce”, isto é, essas cenas tão comuns à paisagem italiana, com seus contrastes, presentes nas descrições

² A primeira viagem foi feita no verão de 1772, motivada por uma condenação a morte por uma tentativa de envenenamento. Sade acabou sendo executado em efígie, em decorrência de sua fuga. Em 1775 ele retornou à Itália, dessa vez por ter conduzido com sua mulher e amigas um cerimônia utilizando três moças e um rapaz. Ele entendia que sua permanência em La Coste poderia significar um risco à sua vida.

³ MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*. Rio de Janeiro: Imago, 1994. p.26-36. Não consta que a autora tenha acessado este texto quando da escrita de sua tese, posteriormente publicada e aqui referida. No entanto, o argumento exposto aparece em Lever. Ver LEVER, Maurice. Introduction. *Le Marquis de Sade et l'Italie*. in SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.34

de Sade, manifestariam o seu “despertar [para] uma interpretação materialista coerente do mundo”.⁴

Todos esses motivos, ainda que destaquem elementos importantes da *Viagem*, mantêm uma relação entre a vida de Sade e sua obra que gostaríamos de discutir, entendendo isso não como um problema a ser trabalhado isoladamente, mas como ponto de partida para outras questões.

Destacamos a tendência de que se façam leituras que relacionam vida e obra, haja vista que a narrativa pode ser sugerida como um roteiro de viagem feito em decorrência das desventuras sofridas pelo autor. Isso, associado às imagens que podem ser identificadas nos romances como trechos autobiográficos, conduz facilmente a essa percepção do texto como um esboço de uma viagem real, ou seja, uma escrita memorialista. O próprio texto apresenta elementos capazes de reafirmar essa percepção, afinal Sade se nega a entrar em Forcalquier, a “sede da justiça da província”, por alegar que essa cidade antiga revela-se “hoje muito medíocre”.⁵ No entanto, segue o caminho apresentando lugares com descrições semelhantes ao que desmerece Forcalquier. Tratando-se de uma viagem de fuga, pode-se ser tentado à leitura de trechos como esse como uma escrita repleta de entrelinhas, de desculpas, de falsos motivos, o que conduz ao entendimento de que o livro pode ser visto numa relação de transposição escriturária de uma experiência real. Assim, associam-se aí tanto uma descrição da experiência de vida de Sade aos 37 anos quanto o entendimento de que esse contato com a Itália teria sido guardado na memória com lembranças utilizadas como cenários de seus romances posteriores.

Não haveria aí uma leitura que acredita na armadilha preparada por Sade? Ao pedir perdão a sua correspondente porque sua “descrição não segue com um método rigoroso com aquela de M. Richard”, o autor afirma que narra as coisas como ele as viu, num esforço de uma escrita pessoal.⁶ Mas sua narrativa segue por vezes outros caminhos, pois o autor das cartas se esconde numa descrição enfadonha dos fatos e paisagem, numa atitude minuciosa de coletar e descrever de forma impessoal o que é observado. Desse modo, ele se aproxima de uma descrição enciclopédica e científica da paisagem humana, geográfica e arquitetônica da Itália. É por isso que ele pode criticar o mesmo M. Richard, dizendo que este “homem busca

⁴ FESTA, Georges. *Le voyage d'Italie: genèse d'un matérialisme visionnaire*. in DIDIER, Beatrice, NEEFS, Jacques. *La fin de l'Ancien Régime : Sade, Rétif, Beaumarchais, Laclos*. Manuscrits de la Révolution I. Saint-Denis : Presses Universitaires de Vincennes, 1991. p.59-60

⁵ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.47-48

⁶ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.84

sempre dar um ar de maravilha a tudo o que ele viu, tendo isso mais de romance que de história fiel”.⁷

Se o problema de definir o texto como uma escrita real ou ficcional nos parece irresolúvel, não só neste texto como em tantos outros do período, isso se deve ao estatuto da literatura no período clássico. Jean-Michel Racault identifica, na França desse período, uma crise do romance, em paralelo com a expansão de gêneros ligados à escrita mais verídica. Em contrapartida, haveria não a imposição de alguns gêneros e o desaparecimento de outros, mas um processo de hibridação. A literatura de viagem, por estar relacionada principalmente a um percurso real em terras desconhecidas, teria se expandido, mas também se romanceado. O romance, por sua vez, tendeu a aproximar-se dessa literatura realista, alimentando-se dela como fonte para obter dados histórico-geográficos verídicos, bem como pela absorção de parte de suas estratégias de escrita.⁸

Assim, lidamos com a *Viagem à Itália* como um texto produzido nessa complexidade do que seria a literatura no fim da era clássica. O objetivo é negar uma leitura feita a partir de esquemas mecânicos que transponham os acontecimentos da vida de Sade para sua escritura. No caso desse texto, entendemos que, na medida em que o autor apresenta a *Viagem* em cartas, ele se apropria de uma forma recorrente ao discurso ficcional no século XVIII, o romance epistolar. Mas ao construir a idéia de uma pessoa real a ser resguardada pelo ocultamento do destinatário, cria-se também uma estratégia comum de vínculo com o real vivido. Os modos pelos quais se conduz a escrita das três cartas instaurariam um intervalo entre aquilo que pode ser visto como parte de uma viagem real e aquilo que se faz na liberdade da imaginação ficcional.

Se não vemos as cartas da *Viagem à Itália* em semelhança com outras viagens, como a narrada por *Cândido*, isso se dá pela forma como Voltaire produz ali, indiscutivelmente, uma escrita instaurada no campo ficcional. *Cândido* é um texto que, embora articule uma série de dados concretos, constitui-se a partir do imaginário paródico e do maravilhoso europeu, sendo esses elementos sustentáculos para a narrativa sobre o personagem que dá nome ao conto. Mesmo sabendo que as aventuras e viagens propostas nesse conto de Voltaire não podem se restringir às linhas gerais que apresentamos, elas nos servem aqui apenas como parâmetros

⁷ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.79

⁸ Ver RACAULT, Jean-Michel. Voyages et utopies (p.291-340). in DARMON, Jean-Charles, DELON, Michel. *Classicisms*, XVII-XVIII siècle. (Col. Histoire de la France littéraire, dirigida por Michel Prigent) Paris : PUF, 2006.

para afirmar que há no texto de viagem feito por Sade outros estatutos e contratos de leitura, o que lhe fornece os pontos de indefinição antes apresentados.

Essas observações nos parecem essenciais na medida em que elas se põem como balizas para a leitura dos demais textos do autor, quer sejam eles romances, peças teatrais ou mesmo ensaios. Se a biografia de Sade pode nos ajudar na compreensão dos processos de escrita, esclarecemos desde já que reduzir o texto ao momento de sua escrita redundaria num esvaziamento de sua capacidade criativa e numa possível incompreensão do estatuto dado aos argumentos e narrativas nele apresentados.

Entretanto, se essas anotações se relacionam à análise formal do texto, numa tentativa de ver os contratos de leitura implícitos ao mesmo, destacamos que nosso interesse não está articulado em torno do debate sobre o estatuto da ficção sadiana no século XVIII. Nosso interesse de investigação se produz a partir desse ponto, vinculando-se aos sentidos que, em Sade, o corpo, predominantemente de caráter erótico, se torna o meio para que sejam construídos ou explicitados seus conceitos e idéias.

Se na narrativa da *Viagem à Itália* essas imagens aparecem com menor frequência, nem por isso deixam de existir aí alguns pontos que nos parecem essenciais para leituras posteriores. Isso decorre da natureza do itinerário a ser narrado, que se propõe a ser tanto uma narrativa da viagem quanto “dissertações críticas, históricas e filosóficas” sobre algumas cidades italianas. Essa anotação que consta nos cadernos para um possível título a ser dado à obra ainda esclarece tratar-se de uma “obra que se busca desenvolver os usos, costumes, a forma da legislação etc.”, numa perspectiva especializada e histórica. Maurice Lever afirma haver aí uma idéia de novidade no texto que Sade escrevia. Se por um lado o título parece um programa ao gosto da época, por outro ele se nega a ser um simples guia, assumindo “uma exploração sem precedentes, na medida em que ele será de uma só vez ‘crítica’, ‘histórica’ e ‘filosófica’”.⁹ É nesse mesmo sentido ainda que Georges Festa identifica no texto uma perspectiva estética ligada à “energia do realismo”. Para ele, somos convidados a seguir o caminho proposto pelo viajante-escrivão observando as imagens que ele descreve, com ênfase principalmente em suas observações sobre o mundo material.¹⁰

⁹ LEVER, Maurice. Introduction. Le Marquis de Sade et l'Italie. in SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.24

¹⁰ FESTA, Georges. *Le voyage d'Italie: genèse d'un matérialisme visionnaire*. in DIDIER, Beatrice, NEEFS, Jacques. *La fin de l'Ancien Régime*. p.69-70

Atentos a isso, selecionamos alguns pontos que entendemos nos abrir perspectivas para leituras dos outros textos, servindo-nos de balizas para leituras posteriores. As análises e imagens presentes na *Viagem à Itália* assumem uma importância na medida em que nesse texto inacabado e de juventude estão presentes um conjunto de argumentos que ganharão outras formas ou serão desenvolvidos em textos posteriores. Dada a natureza e os objetivos desse texto, alguns pontos destacam-se com um acabamento argumentativo que, embora revele uma imaturidade, inexistente em outros textos, tendo em vista a predominância do gênero romanesco. Além disso, esclarecemos nosso desejo de entender o autor na dinâmica da exposição de suas idéias, percebendo inclusive o movimento e as modificações dadas a elas.

Observamos, primeiramente, ser uma marca geral do olhar sadiano o gosto pela simetria. Este traço norteia os elogios e críticas feitos às obras arquitetônicas e artísticas. Na arquitetura, podemos observar como marca dessa predileção o gosto por linhas retas, pelas fachadas sem excesso, pelo alinhamento das casas em relação à rua, tais como apresentados em Turin, onde “as igrejas são maravilhosas, as ruas belas, quase tudo alinhado e as casas todas no mesmo nível”.¹¹ Já na escultura e pintura, o olhar se detém sobre o detalhe e evita o excesso. Apresenta predileção pelas obras de estética clássica e valoriza a boa execução, sendo esta marcada pelo bom uso das tintas para produzir efeito de luz e pela definição mais realista das imagens, sejam elas humanas, naturais, ou mesmo aquelas de caráter mítico, para as quais há também modelos abundantes na literatura.

Na carta relacionada à cidade de Roma, aparece a descrição da escultura de uma hermafrodita, localizada na Vila Panfite (em italiano, *Belrespiro*). Na escultura, as partes masculinas e femininas apareciam antes bem formadas. Distinguiu-se “o pomo de adão”, assim como “a parte masculina” que “a devoção do dono da casa quebrou”, por tratar-se de “indecência”. O resultado é que “a estátua, não tendo mais que o elemento feminino, perdeu todo seu valor e não lembra mais nada.” Se aí estão presentes o gosto por uma arte bem executada, o que destacamos anteriormente, o comentário seguinte conduz a outros desdobramentos. O autor destaca a “pouca diferença entre este procedimento de uma religião mal-entendida e aqueles dos Bárbaros”, que também destroem patrimônios culturais por aquilo que o autor chama de “um zelo tão besta e tão cego”.¹²

Entendemos que aí, fora o gosto estético, apresenta-se uma crítica à religião que não é feita sobre a idéia da religião em si mesma, mas ao exercício que dela é feita. Tal aspecto

¹¹ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.52

¹² SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.90

reaparece novamente na observação feita a uma “painel charmoso de Rosseti, situado sobre o altar-mor da igreja de Santa Eusébia, também em Roma. Nele se representa uma “adoração ao filho de Maria, aconchegado nos braços de sua mãe”. Segundo o autor, “É difícil de ver algo mais agradável que esta figura da Virgem e nada é mais doce e mais juvenil, em geral, que toda essa singela composição”. Diante disso, como uma confissão Sade pede “Perdão, madame a condessa, mas eu seria voluntariamente seguidor de Maria, se ela me fosse prometida tão bonita”. Segue daí a crítica ao pontificado, a quem cabe administrar ações que nem sempre acompanham as representações tão doces e belas dessa “Vênus moderna dos Cristãos”.¹³

Desse modo, parece-nos que, embora não tenhamos ainda um quadro definido do argumento de Sade nesse aspecto, percebemos aí um campo de investigação que não se deixa reduzir à idéia simplista do ateísmo do libertino. Torna-se necessário localizar em seus textos elementos de possíveis referências místicas, assim como devemos nos perguntar qual a posição desses aspectos em seu pensamento. Parece-nos relevante que essas observações apareçam no texto associadas ao corpo — quer se trate do hermafroditismo, que retomaremos a seguir com outra imagem, quer se trate da imagem de Maria como Vênus. Cabem aí indagações e pesquisas que tentem responder se essas relações, presentes na *Viagem à Itália*, ocorrem em Sade de maneira casual, ou se resultam de uma associação voluntária e necessária.

Uma imagem ligada a outra escultura de hermafrodita aparece na carta referente à cidade de Florença. Destacamos a peça presente na Tribuna pela maneira como o autor associa ali o monstro e o sublime. Dirigindo-se à sua correspondente, ele relembra a “intemperança dos Romanos” que ousaram “procurar a voluptuosidade até nessas espécies de monstros”, numa referência ao hermafroditismo. Nessa escultura, pode-se ver “um pescoço de mulher bem feito”, mas o sexo esconde-se sob “as coxas [que] estão um pouco cruzadas”. Já o órgão sexual masculino aparece bem visível. Ao viajante-escritor, “o corpo é belo e as proporções sublimes”.¹⁴ Se novamente aí as idéias de simetria e de medidas exatas aparecem como pontos centrais do olhar, destacamos, entretanto, que a idéia de monstruosidade se associa tranquilamente ao sublime.

Pouco depois, referindo-se à participação de castrados em espetáculos teatrais em Florença, o autor chamará esses “meio homens” de “espécies de monstros”. Nesse caso,

¹³ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.93

¹⁴ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.66

inexiste a associação com qualquer traço que lembre o sublime, haja vista que a descrição e a análise se voltam para a idéia da castração como uma ofensa à natureza e suas regras. Parece-lhe revoltante “perceber sair de um corpo de homem forte e definido, uma fina voz clara e tão alta como a das mulheres”. Seguem-se outras expressões de protesto, inclusive algumas dirigidas aos florentinos e outros que compactuam com esse costume.¹⁵ Isso nos leva a ver aí outro conjunto de conceitos. O problema não está no corpo e em suas formas na medida em que ele se apresenta em consonância com a natureza. O sublime pode se apresentar junto com a monstruosidade. O problema é quando ela advém da intervenção desregrada ou em desacordo com as regras da natureza.

Essa relação dada pela idéia de monstro e de sublime merece também ser evidenciada e, para tanto, localizar outras referências a ela nos demais textos de Sade se faz necessário. Mesmo assim, entendemos que os aspectos aqui apresentados nos ajudam a ancorar a idéia de que o corpo em Sade não pode ser associado facilmente à forma clássica burguesa. Segundo Bakhtin, a idéia de uma natureza simétrica e acabada não comporta o grotesco, senão vendo-o pelo riso jocoso.¹⁶ Entender a associação do corpo, da monstruosidade e do sublime requer, então, um questionamento dos modos como cada um desses conceitos é constituído. Além disso, parece-nos importante investigar esse ponto, desconfiando da lógica vigente no século XIX, quando a estética burguesa, já em expansão desde o Renascimento, parece se impor com seus traços de individualização e acabamento.

Assim, percebemos que a imagem do corpo sadiano deve ser procurada tendo em vista a articulação acima exposta e numa atenção, também, para a idéia de natureza. É esse conceito que media a relação do sublime na monstruosidade. Na *Viagem à Itália*, a idéia de natureza aparece, por vezes, lembrando a “carne”, em sua dimensão material e em seu “colorido” avermelhado.¹⁷ Ela também se remete ao “egoísmo”, que, apesar parecer ser sua “primeira e talvez a única lei”, conduziria o homem “à felicidade”.¹⁸

De todo jeito, é novamente o corpo que reaparece, quer ele seja a expressão material dessa natureza, quer seja nela que se realize a articulação do sublime e do grotesco, ou ainda, quer ele esteja ligado ao pensamento religioso. Na *Viagem à Itália*, esse mesmo corpo não se

¹⁵ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.68

¹⁶ Ver principalmente a Introdução e o capítulo “A imagem grotesca do corpo em Rabelais e suas fontes”, em BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo, Brasília: Hucitec, UnB, 1999.

¹⁷ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.89

¹⁸ SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. p.48

apresenta com a centralidade da grande parte dos textos de Sade. Mesmo assim, entendemos ser impossível escapar dele, dada a recorrência de suas imagens na apresentação dos cenários italianos.

Se finalizarmos a *Viagem à Itália* tendo clareza de que até aqui não fizemos mais que delimitar alguns pontos de investigação, apresentando algumas reflexões sobre o pensamento de Sade, isso se deve ao caráter da exposição, que buscou apresentar as balizas pelas quais temos nos conduzido na leitura tanto desse primeiro texto de Sade, alvo de nossa reflexão aqui, como nos demais. O entendimento da existência de intervalos — aqueles postos entre a ficção e a realidade, nosso ponto de partida, ou os relacionados à crítica religiosa, à monstruosidade, ao sublime e à idéia de natureza — nos levou a entender que provavelmente estamos lidando com um pensamento que não se deixa apreender facilmente. Se neste primeiro texto a escrita sadiana ainda não apresenta as imagens eróticas capazes, muitas vezes, de escandalizar os leitores em virtude dos excessos nelas presentes, nem por isso deixamos de observar que esse texto de viagem se coloca diante de problemas e questões limites. Evidenciar esses pontos é uma maneira de acompanhar o tratamento que Sade deu a alguns elementos que ganharam relevo em seus textos de maturidade, quando sua escrita já se apresenta repleta de narrativas de temática erótica e subversiva num excesso inigualável. Talvez por isso, apesar de ter se apresentado num momento de crise, ela se tornou capaz de incomodar tanto aos vencidos como aos vencedores do processo que levaria à emergência da modernidade tal como ela veio a se realizar após a Revolução Francesa.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução Yara Frateschi. São Paulo, Brasília: Hucitec, UnB, 1999.

DIDIER, Beatrice, NEEFS, Jacques. *La fin de l'Ancien Régime : Sade, Rétif, Beaumarchais, Laclos*. Manuscrits de la Révolution I. Saint-Denis : Presses Universitaires de Vincennes, 1991.

MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

RACAULT, Jean-Michel. Voyages et utopies (p.291-340). in DARMON, Jean-Charles, DELON, Michel. *Classicismes, XVII-XVIII siècle*. (Col. Histoire de la France littéraire, dirigida por Michel Prigent) Paris : PUF, 2006.

SADE, D. A. F. Marquis de. *Voyage d'Italie*. Édition établie et présentée par Maurice Lever. Paris : Fayard, 1995.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cândido*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**ESTRATÉGIAS DE BRANQUEAMENTO SOCIAL NA CONFRARIA DE SÃO
JOSÉ DOS HOMENS PARDOS OU BEM CASADOS – Vila Rica (1730-1823)¹**

Daniel Precioso
Graduando do ICHS/UFOP

Introdução

No trabalho vertente procuraremos indagar quais foram os artifícios de que os homens pardos da Confraria de S. José de Vila Rica valeram-se para ascender socialmente durante o período de vigência do primeiro compromisso da irmandade (1730-1823).

“Membros avulsos”, situados nos interstícios de uma sociedade escalonada racialmente, os “homens pardos” teriam transformado a associação de irmãos leigos em *locus* de reivindicação por inserção social, adotando mecanismos de ascensão grupal ou individual. A escassez de mulheres brancas, o número avultante de africanos cativos que aportavam nas paragens mineiras setecentistas e o predomínio das uniões consensuais seriam as diretrizes que acarretariam a eclosão do mulato². Elemento desarticulador da hierarquização social e racial sob a qual se assentava a sociedade colonial, em Minas ele

¹ Apresentação dos resultados parciais aferidos na pesquisa monográfica homônima, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Silveira (UFOP).

² Apesar da infinidade de termos raciais forjados no intuito de classificar os mestiços, podemos afirmar genericamente que a sua variação denominativa, em diferentes situações, era alterada de *pardo* para *mulato*. De acordo com o brasilianista John Russel-Wood, numa sociedade em que os “extremos diametralmente opostos do espectro racial (branco-negro) nem sempre correspondiam aos extremos diametralmente opostos do espectro moral”, eram os mestiços (e não os negros) os portadores de atributos aviltantes, tais como preguiça, desonestidade, deslealdade, arrogância, etc. Ainda que o indivíduo *pardo* fosse aceito, quando moralmente inferior, sua denominação era alterada para a de *mulato*, “possuindo esta última, em geral, uma conotação pejorativa [...]”. A. J. R. Russel-Wood. *Escravos e libertos no Brasil colonial* (trad), Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 49.

seria infamado e sobre suas costas pesaria o fardo de todas as mazelas e desregramentos sociais³.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas fontes manuscritas e impressas: dentre as primeiras encontram-se os compromissos, livros de eleições e de óbitos da irmandade, os inventários e testamentos dos confrades que exerceram cargos oficiais e/ou ocuparam acentos na mesa administrativa e as correspondências dos Conselheiros Reais; com relação às segundas, arrolamos as transcrições realizadas por Judith Martins⁴, Cônego Raimundo Trindade⁵, Francisco Curt Lange⁶ e Salomão de Vasconcellos⁷.

O “Bom Casamento” e a Pragmática de 24 de Maio de 1749

A Irmandade do Patriarca São José dos Homens Pardos ou Bem Casados foi erigida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias⁸, trasladando-se posteriormente para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar. A Confraria possui, em Minas, remotas origens, que não podemos categoricamente precisar⁹. É certo que, nos seus primórdios, era uma irmandade de devoção, ganhando contornos de obrigação somente em 1727¹⁰, quando

³ As autoridades régias e as elites não economizaram esforços para estigmatizar estes indivíduos. Não raro, éditos reais seriam baixados no Setecentos de modo a cercear o poder de atuação deste “elemento perigoso”, embora tenha se constituído um discurso mais favorável a eles na virada do século do ouro, talvez pelo crédito que lhes foi imputado por consistirem no braço trabalhador mais numeroso entre a população livre, principalmente no que diz respeito às atividades manuais. Marco Antonio Silveira. Aspectos da luta social na colonização do Brasil: crioulos e pardos forros na Capitania de Minas Gerais, Mariana: mimeo, 2007. Sobre o assunto, ver ainda: Julita Scarano. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*, 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978; Laura de Mello e Souza. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 2º ed, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

⁴ Judith Martins. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, 1º vol, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais/MEC, 1974, v. 1.

⁵ Cônego Raimundo Trindade. A Igreja de São José em Ouro Preto (Documentos do seu Arquivo), *RSPHAN*. Rio de Janeiro: s/e, n.º 13, 1956, p. 109-214.

⁶ Francisco Curt Lange. A Música na Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados (Volume II da História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais), *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Educação e Saúde/Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ano III, 1979, p. 9-232.

⁷ Salomão de Vasconcellos. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o Século XVIII, *RSPHAN*. Rio de Janeiro: s/e, n.º 4, 1940, p. 331-360.

⁸ Furtado de Meneses. A religião em Ouro Preto, *Bicentenário de Ouro Preto*, s/l: s/e, s/a, p. 271-272.

⁹ No 15º Capítulo dos Estatutos de 1823, os “homens pardos” relataram a “antigüidade e prelação” da Confraria, que naquele momento contava “mais de 90 annos e sempre compareceo em Corporação com Cruz alsada”. Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar/Casa dos Contos (APNSP/CC), rolo 07, vol. 145, fls.17.

¹⁰ Segundo Marcos Magalhães de Aguiar, *irmandades de devoção* eram aquelas em que “prevalecia o voluntarismo devocional difuso, cuja forma de expressão, por excelência, era o festejo do santo”. Destas, diferenciam-se as *irmandade de obrigação*, que “tinham estrutura administrativa reconhecida pelas autoridades com hierarquia, rotatividade de cargos estabelecida em procedimentos eleitorais claros, funções

passou a ser regida por mesa administrativa – mesmo sem a provisão de seus estatutos, recebida apenas em 16 de fevereiro de 1730.

Os Estatutos remetidos à Sindicância Eclesiástica vigoraram de 1730 a 1823. Constituídos por 22 capítulos, discorrem sobre as atribuições dos cargos de direção da irmandade, sobre o ingresso de irmãos, valor de anuais e mesadas, sobre as eleições, as festas do Santo e os sufrágios prestados aos defuntos¹¹.

Diferentemente do ocorrido em outras regiões da Colônia, em Minas “não houve aglutinamento de uma só profissão em determinada Irmandade”¹², mesmo naquelas em que o exclusivismo profissional parece ter sido a característica marcante, como na irmandade de São José, patrono dos artífices segundo a tradição lusitana¹³. Reunindo o clero, a oficialidade militar e civil, comerciantes, mineiros, fazendeiros, artesãos e outras atividades diversas, a irmandade não trouxe em seu Compromisso qualquer prescrição profissional para o ingresso de irmãos. A devoção ao santo parece ter sido o fator determinante na filiação dos confrades, além dos sufrágios oferecidos¹⁴.

A pesquisadora Marília Andrés Ribeiro, estudando a composição profissional da irmandade, revelou que

os artesãos constituíram a maioria dos profissionais da irmandade e eram carpinteiros, pedreiros, pintores, entalhadores, ferreiros, marceneiros, serralheiros oleiros, seleiros, sapateiros e alfaiates, ou seja, aqueles que se ocuparam com os ofícios mecânicos na Comarca de Vila Rica¹⁵.

Parece sedutora a hipótese de que os pardos de Vila Rica, mormente formados por oficiais mecânicos, escolheram o orago de São José, por ser este santo protetor dos

definidas, formas de sustentação e gastos especificados, enfim, obrigações materiais e espirituais enfeixadas em compromisso entre confrades”. Marcos Magalhães de Aguiar. *Vila Rica dos Confrades. A Sociabilidade Confrarial entre Negros e Mulatos no Século XVIII*, São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1993, p. 19.

¹¹ Infelizmente não foi possível efetuar a leitura de todos os capítulos do compromisso. O rolo de microfilme que o continha não apresentava os capítulos 13, 14, 15 e 16, que não poderão ser microfilmados em virtude do péssimo estado de conservação dos originais. Além dos capítulos referidos, o 12 e 17 estão incompletos. De qualquer modo, os relatos de Raimundo Trindade e Caio Boschi (que leram e citaram o compromisso em questão) corroboram com esta exposição do conteúdo dos estatutos da Confraria.

¹² F. C. Lange, *Op.cit.*, p. 15.

¹³ Caio César Boschi. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹⁴ Nunca é demais lembrar que o enterro em Minas era de caráter privativo, ou seja, apenas aqueles filiados a irmandades particulares teriam “direito à terra”, uma vez que os enterros eram realizados em cemitérios anexos pertencentes às capelas ou mesmo no seu interior.

¹⁵ Marília Andrés Ribeiro. A Igreja de São José de Vila Rica, *Barroco*, Ouro Preto: s/e, n.º15, Ano 1990/92, 1989, p. 448.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

pedreiros e carpinteiros de casa, categorias profissionais abundantes no setecentos mineiro. Contudo, a documentação preservada pela irmandade silencia quanto a esse respeito, não referindo-se ao “Glorioso Patriarca” como padroeiro dos carpinteiros. Quando invocado, o santo aparece como protetor dos “Bem Casados”. A leitura dos registros visuais também sugere essa visão: a pintura do forro da capela mor de Manuel Ribeiro Rosa (hoje transformada em quadro/cavelete e postada no Museu Arquidiocesano de Mariana) representando os esponsais do Patriarca e da Virgem aludem o mesmo tema.

Conforme assinala Donald Ramos,

o casamento passaria a representar um símbolo de status, na medida em que, inacessível à grande maioria, indicaria uma marca de diferenciação social¹⁶.

Assim, os pardos de S. José teriam escolhido o patrono do Bom casamento para distinguirem-se daqueles de mesma qualidade (cor) que não gozavam deste privilégio. Pretendiam talvez demonstrar o enquadramento nos preceitos morais da sociedade, eximindo-se da má fama que o discurso oficial alimentava com as denúncias de relaxamento dos costumes. Buscavam, assim, “abranquear-se”.

Embora os mulatos, na década de 1720, não estivessem ainda constituídos em toda a sua vindoura expressividade numérica, era patente a eminência de um “futuro nefasto” advindo de sua proliferação. Atento a isso, o Conselho Ultramarino travou uma truncada discussão, visando frear o avanço desta casta de gentes. Temia-se que a população, em poucas gerações, fosse infestada por indivíduos desta estirpe. E o pior, que estes viessem a ocupar os cargos de governança, haja vista que muitos tinham “bom berço” por serem provenientes de relações licenciosas entre brancos ricos e suas escravas¹⁷.

Foi neste universo de apreensão e temor que o casamento foi lançado ao cerne da política de contenção da mestiçagem nas Minas. As recomendações dos conselheiros ao governador de Minas demonstram que o casamento seria o instrumento de redenção deste mal que grassava. Em 1726, uma decisão régia ordenava que apenas os casados tomassem

¹⁶ Donald Ramos. *Marriage and the Family in Colonial Vila Rica*. *Apud*: Luciano Raposo Figueiredo. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 113.

¹⁷ A ameaça mostrava-se tão patente que D. Lourenço de Almeida, em 1722, chega a propor como solução a recusa de herança aos mulatos, explicando que esse direito os tornava homens de cabedal. Marco Antonio Silveira. *Aspectos da luta social na colonização do Brasil: crioulos e pardos forros na Capitania de Minas Gerais*, Mariana: mimeo, 2007.

posse de cargos de governo, que passaram a ser vedados aos mestiços com descendência negra até quatro gerações¹⁸.

É diante deste quadro, que os pardos teriam escolhido São José como orago de sua confraria. Protetor do bom casamento, a escolha do santo como patrono pelos confrades pode ser entendida como um artifício de “ascensão horizontal”: frente ao grande contingente de indivíduos da mesma qualidade que viviam de uniões consensuais queriam os devotos do “Glorioso Patriarca” distinguirem-se neste contexto, para o que forjaram a si a alcunha de “Bem Casados”.

Foi ainda no sentido de afidalgar-se que os irmãos do Patriarca São José de Vila Rica enviaram em 1758 uma petição ao rei solicitando o direito de usar espadim à cinta¹⁹. O porte de armas, além de garantir a superioridade de defesa e ataque, consistia também um símbolo de distinção. Na petição, os homens pardos polemizaram em torno de uma imprecisão surgida com a divulgação da Pragmática de 24 de maio de 1749 na América, que excluía negros e pessoas de baixa condição, sem porém pronunciar-se expressamente ao caso dos pardos. Considerando-se escusos da proibição, alegaram que eram

legítimos vassallos de VMaj e nacionais daqueles domínios, onde vivem com reto procedimento; uns são mestres aprovados pela Câmara da dita vila em seus ofícios mecânicos, e subordinados a estes trabalham vários oficiais e aprendizes; outros se vêem constituídos mestres em artes liberais, como os músicos, que o seu efetivo exercício e trabalho é pelos templos do Senhor e procissões públicas, onde certamente é grande indecência irem de capote, não se atrevendo vestir em corpo por se verem privados do adorno e compostura dos seus espadins, com que sempre se trataram; e finalmente outros, aspirando a mais, se acham mestres em gramática, cirurgia e medicina, e na honrosa ocupação de mineiros, sendo muitos destes filhos de homens nobres, que como tais são reconhecidos [...]²⁰.

Nesta missiva, fica manifesto o papel da profissão, do enquadramento social e da ascendência “nobre” na argumentação dos peticionários. Além da mostra de subserviência aos preceitos morais (“reto procedimento”), o desempenho de atividades reputadas como a música (arte liberal), a gramática, a cirurgia, a medicina e a mineração, também figurou como argumento favorável. Aviltante que era no imaginário setecentista o “defeito mecânico”, aqueles que se dedicavam aos ofícios manuais eram “mestres aprovados pela

¹⁸ M. A. Silveira, *Op.cit.*

¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), caixa 73, documentos 20 e 27.

²⁰ AHU, caixa 73, documento 20.

Câmara”, ou seja atuavam padrão, além de terem “subordinados” oficiais e aprendizes. Este excerto, revela que

afastar-se das atividades manuais e tornar-se um proprietário bem sucedido, objetivos mais facilmente alcançados sob o patrocínio de um pai branco reputado, balizavam, em termos gerais, a melhor trajetória de branqueamento²¹.

A posição do Conselho Ultramarino acerca do caso foi a de que para os pardos, a cor da pele não era o fator determinante na sua classificação segundo os preceitos da Pragmática. De acordo com os conselheiros, em semelhante caso devia-se

[...] permitir ou negar o uso da espada segundo a vida e exercício que tiverem, de sorte que se reputeem como os brancos e tragam espada os que não exercem ofício e emprego vil [...]²².

Certamente, nas fileiras de associados à irmandade não predominavam os indivíduos com cabedal, ascendência nobre e ocupações profissionais prestigiadas. No décimo sexto capítulo dos estatutos de 1823, no qual suplica-se a abertura de 40 covas livres no interior da capela ou em cemitério anexo para enterrar as cinzas dos irmãos desvalidos, argumentavam os pardos que “os Irm.^s desta Irm.^{de} são pobres” e que

tem sucedido custar a terem jazigo onde recolhão as suas sinzas por lhes faltar com que pagar as Expensas da Frabrica que sem ellas lhe renegão as sepulturas, estando os Cadaveres sobre a terra dias inteiros, horrorizando aos Expectadores, cauzando contagio ao Povo, e insultando a humanidade²³.

Este parece ter sido o caso de Veríssimo Rodrigues dos Santos. Sapateiro natural de Vila Rica e morador na rua do Trapiche de Antônio Dias, Veríssimo faleceu com testamento em 1805. Apesar de conservar-se no estado de solteiro, teve um filho natural, Antônio Rodrigues de Souza. Irmão da Senhora da Boa Morte e do Patriarca S. José, na qual ingressou em janeiro de 1762, declarou o seguinte em suas disposições testamentárias:

não quero que ambas Irmandades me façam sufrágios alguns porque não tenho com que satisfaça os anuais que devo pois que a mesma entrada a não paguei pois que não permito visto a minha impossibilidade o prejuízo das mesmas²⁴.

Provavelmente, este era o perfil dos homem pardos de S. José. Pobres e humildes como Veríssimo, mau tinham com o que pagar seus anuais e viam-se privados dos

²¹ M. A. Silveira. *Op.cit*, p. 27.

²² AHU, caixa 73, documento 27.

²³ APNSP/CC, rolo 007, vol. 145, fls. 18.

²⁴ Livro de Registro de Testamento (1805-1807), Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), fls. 91 v.

sufrágios²⁵. Diante disto, é que a irmandade teria proposto em seus estatutos de 1823 a abertura de tumbas livres para alocar as cinzas dos mais carentes e privar a população do horror que consistia a permanência de cadáveres ao céu aberto dias inteiros.

Constata-se assim que os peticionários que enviaram a missiva debatendo as regras da Pragmática não enquadravam-se neste perfil. Embora fossem alguns poucos que tinham ascendência nobre e possuíam cabedal, certamente assinaram como irmãos do Patriarca para melhor apresentarem-se aos conselheiros do rei. A filiação à irmandade era deveras importante para demonstrar que os pardos missivistas viviam com “reto procedimento”.

Os ofícios mecânicos

Foi com o intuito de mapear o grupo dirigente da irmandade – oficiais e mesários – que percorremos os arquivos mineiros. Munidos de uma listagem fundamental, resultante da transcrição dos livros de eleição da irmandade abrangendo os anos de 1727 a 1830 do Arquivo da Paróquia do Pilar/Casa dos Contos de Ouro Preto²⁶, nos dirigimos ao Arquivo da Casa do Pilar/Museu da Inconfidência de Ouro Preto e da Casa Setecentista de Mariana. O cruzamento do arrolamento com os catálogos de inventários e testamentos resultou no seguinte: encontramos 21 testamentos²⁷ e 24 inventários²⁸ de irmãos de S. José. Foram identificados 36 irmãos da Confraria, dos quais 31 ocuparam cargos de direção. Estes

²⁵ O valor do anual cobrado dos irmãos era de uma oitava de ouro paga ao fim de cada ano. APNSP/CC, rolo 07, vol. 145.

²⁶ A este arrolamento, anexamos a listagem de Marília Andrés Ribeiro dos irmãos de S. José M. A. Ribeiro, *Op.cit.*, p. 447-459. O cruzamentos entre ambas revelou que a listagem de Ribeiro está incompleta.

²⁷ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM): 1º ofício, Livro de Registro n.º45, fls.17; 1º ofício, Livro de Registro n.º 39, fls.186v. AHMI: 1º ofício, cód. 311, auto 6663, 1842; 1º ofício, cód. 304, auto 6552, 1781; Livro de Registro n.º17, fls.115v, 1808; 1º ofício, cód. 317, auto 6765, 1818; 1º ofício, cód. 340, auto 7101, 1823; 1º ofício, cód. 435, auto 9001, 1815; 1º ofício, cód. 327, auto 6909, 1802; Livro de Registro n.º17, fls.196v, 1809; 1º ofício, cód. 329, auto 6931, 1755; 1º ofício, cód. 434, auto 8957, 1803; 1º ofício, cód. 326, auto 6891, 1813; 1º ofício, cód. 325, auto 6868, 1831; 1º ofício, cód. 318, auto 6775, 1807; Livro de Registro n.º17, fls. 71v, 1808; 1º ofício, cód. 343, auto 7159, 1831; 1º ofício, cód. 346, auto 7196, 1798; 1º ofício, cód. 347, auto 7230, 1791; 1º ofício, cód. 347, auto 7229, 1809; Livro de Registro (1805-7), fls.91v, 1805.

²⁸ AHMI: 1º ofício, cód. 23, auto 251, 1851; 2º ofício, cód. 68, auto 763, 1791; 2º ofício, cód. 58, auto 655, 1791; 1º ofício, cód. 26, auto 290, 1773; 1º ofício, cód. 144, auto 1850, 1815; 1º ofício, cód. 32, auto 363, 1815; 2º ofício, cód. 8, auto 78, 1783; 1º ofício, cód. 340, auto 7101, 1823; 1º ofício, cód. 45, auto 546, 1810; 2º ofício, cód. 14, auto 142, 1809; 1º ofício, cód. 43, auto 504, 1793; 1º ofício, cód. 51, auto 623, 1809; 1º ofício, cód. 72, auto 853, 1816; 1º ofício, cód. 143, auto 1806, 1821; 1º ofício, cód. 29, auto 327, 1818; 1º ofício, cód. 89, auto 1080, 1812; 2º ofício, cód. 30, auto 338, 1826; 2º ofício, cód. 27, auto 300, 1817; 2º ofício, cód. 19, auto 201, 1825; 1º ofício, cód. 80, auto 974, 1821; 1º ofício, cód. 91, auto 1113, 1813; 2º ofício, cód. 46, auto 511, 1814; 2º ofício, cód. 47, auto 527, 1804; 1º ofício, cód. 106, auto 1328, 1815; 1º ofício, cód. 144, auto 1460, 1859; 1º ofício, cód. 111, auto 1421, 1822; 1º ofício, cód. 126, auto 1577, 1780.

exerciam profissões diversas, conforme haviam constatado os estudos anteriores de Curt Lange e Marília Ribeiro: eram militares (alferes, capitão, quartel-mestre e tenente), oficiais mecânicos, artistas liberais (pintor ou músico), professores de primeiras letras, boticários, mineiros e padres. Destaca-se, porém, a presença dos oficiais mecânicos, que geralmente conjugavam a estas profissões alguma patente militar.

Em virtude dos limites deste trabalho nos ateremos em um caso exemplar: o de Manoel Rodrigues Graça.

Carpinteiro de grande atividade em Vila Rica²⁹, Manoel Rodrigues foi morador na rua do Rosário da Freguesia do Ouro Preto. Filho natural de Gracia Rodrigues Graça, preta cabo verde, e pai incógnito, foi casado em face da igreja com Maria Gomes do Espírito Santo, de cujo matrimônio tiveram oito filhos: Ana casada com o Alferes José Pereira Lessa (porta bandeira e irmão de S. José), Joaquim, José, João, Manuel, Luzia, Antônio e Luís. Segundo Judith Martins, Manuel Rodrigues figura no livro de Exames e Ofício de Vila Rica (1776-1788), códice consultado na Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro. Aparece também no livro de Arrematações (1750-1760) com indicação de ofício. Realizou obras para Casa de Fundação, Casa da Junta da Fazenda, Palácio dos Governadores, Igreja de S. Francisco de Assis, das Mercês e Perdões, Casa da Câmara e Cadeia e na construção da Ponte Seca³⁰. Em 1791, quando escreveu seu testamento, Manuel rogou aos seus filhos e ao escravo João carpinteiro que acabassem a

Reidificação de huma morada de Casas na Rua direita desta Villa [...] para com o produto della pagarem Suas dividas do meu Casal athe onde chegar, Satisfasendo Se porem primeiro aos officiais que me ajudam a dita Obra a que elles tiverem vencido³¹.

Manuel Rodrigues Graça possuía quatro escravos: Antônia, Domingas e Lourenço crioulos, e João Carpinteiro, que lhe “foi dado por Domingos Rodrigues Graça”, seu filho, “para servir em quanto [...] fosse vivo”³². Em seu testamento, Manuel dispõe que a carta de doação passada por Domingos fosse entregue a João, pedindo que ao “Referido Crioullo

²⁹ Na consulta que realizou nos 130 livros da Seção Colonial de Ouro Preto do Arquivo Público Mineiro, Salomão de Vasconcellos constatou que no período de 1770-1771 “e ainda antes e depois, foi esse Manuel Rodrigues da Graça o principal oficial de carpinteiro de Vila Rica, figurando o seu nome em quase todos os trabalhos de construção e consertos de edifícios, pontes, etc”. Salomão de Vasconcellos. *Op.cit.*, p. 357.

³⁰ Judith Martins. *Op.cit.*, p. 317.

³¹ AHMI, 1º ofício, códice 347, auto 7230, fls. 4.

³² IDEM, Ibidem, fls. 4.

[...] deixem gosar da Sua Liberdade”³³. Os seus filhos também atuaram no campo dos ofícios, matriculando-se igualmente na irmandade do Patriarca: José (carpinteiro) foi mesário da irmandade em 1806³⁴ e Joaquim (carpinteiro), João (marceneiro) e Antônio (latoeiro) prestaram obras para a capela³⁵. As transcrições dos Livros de Recibos da irmandade (1745-1785) realizadas pelo Cônego Raimundo Trindade, revelam que Manuel Rodrigues Graça arrematou a obra de emadeiramento da capela, assinando recibos de 1756 a 1785. Ingresso na irmandade em 1753³⁶, Manuel arrematou a vasta obra de emadeiramento da capela, cuja longevidade pode ser observada no intervalo temporal entre o primeiro e o último recibo assinados. Ocupou a mesa administrativa da irmandade cinco vezes e foi tesoureiro outras nove³⁷, chegando a passar recibo a ele mesmo nos anos de 1779, 1784 e 1785, período em que ocupava o cargo de tesoureiro³⁸. Quando do inventário dos seus bens, em 1815, declararam seus filhos herdeiros em igual parte e inventariantes que a irmandade de S. José devia, “por um recibo de Ana Leocádia”³⁹ (mulher de Gonçalo da Silva Minas, também irmão de São José e seu contemporâneo) treze mil e duzentos réis. A avaliação de bens demonstra que os aluguéis eram uma fonte suplementar de renda de Manuel. Ao que parece, os aluguéis mencionados referiam-se a morada de casas térreas cobertas de telha da Rua Monjahi. Manuel Rodrigues possuía ainda duas moradas de casas assobradadas de telhas citas na rua do Rosário. Uma era sua morada e a outra foi dada ao alferes José Pereira Lessa como dote pelo casamento com sua filha Ana. Manuel Rodrigues Graça faleceu em 1799, sendo sua alma sufragada pela irmandade.

Considerações finais

Procurou-se observar como a filiação à irmandade de S. José favoreceu os “homens pardos” de Vila Rica.

Frente à má fama imputada aos mestiços, tidos como lascivos, teriam os confrades de S. José escolhido o patrono do “Bom Casamento” como orago de sua associação –

³³ IDEM, *Ibidem*, fls. 4.

³⁴ AHMI, inventário, 1º ofício, código 80, auto 974; Livro de Eleições (1727-1854), APNSP/CC, rolo 007, vol. 158-60.

³⁵ C. R. Trindade, *Op.cit.*

³⁶ M. A. Ribeiro. *Op.cit.*

³⁷ Foi irmão de mesa em 1755, 1758, 1767, 1772 e 1776; e tesoureiro nos anos de 1763, 1771, 1778, 1779, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784. Livro de Eleições (1727-1854), APNSP/CC, rolo 007, vol. 158-60.

³⁸ C. R. Trindade, *Op.cit.*, p. 139-140.

embora muitos fossem solteiros e neste estado houvessem tido filhos, como o caso de Veríssimo Rodrigues dos Santos demonstrou. Assinando em nome da Confraria, teriam ainda contestado a falta de clareza da Pragmática de 1749 em relação ao uso de espadim à cinta para indivíduos de sua qualidade – no que parecerem ter obtido mercê. Alguns, a exemplo de Manoel Rodrigues Graça, que dedicavam-se aos ofícios mecânicos foram beneficiados com o empreendimento construtivo da capela, arrematando obras. Ainda que o caso examinado não seja parâmetro para traçar o perfil dos confrades – provavelmente pobres e humildes em sua maioria –, homens como Manoel Rodrigues conseguiram arrecadar pecúlios e ostentar signos de *status* através da irmandade, amenizando assim os pesares provenientes da cor de sua pele que, mesmo indelével, posto que sempre acusaria a descendência negra, poderia ser compensada com a acumulação de cabedal e a ostentação de honrarias.

Bibliografia

AGUIAR, Marcos Magalhães de. *Vila Rica dos Confrades. A Sociabilidade Confrarial entre Negros e Mulatos no Século XVIII*, São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1993.

BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro: artes e trabalho*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

LANGHE, Francisco Curt. A Música na Irmandade de São José dos Homens Pardos ou Bem Casados (Volume II da História da Música na Capitania Geral das Minas Gerais), *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Educação e Saúde/Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ano III, 1979, p. 9-232.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, 1º vol, Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais/MEC, 1974, v. 1.

MENESES, Furtado de. A religião em Ouro Preto, *Bicentenário de Ouro Preto*, s/l: s/e, s/a, p. 271-272.

RIBEIRO, Marília Andrés. A Igreja de São José de Vila Rica, *Barroco*, Ouro Preto: s/e, n.º15, Ano 1990/92, 1989, p. 448.

³⁹ AHMI, 1º ofício, códice 106, auto 1328, fls.3v.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial* (trad. Maria Beatriz de Medina), Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*, 2º ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVEIRA, Marco Antonio. Aspectos da luta social na colonização do Brasil: crioulos e pardos forros na Capitania de Minas Gerais, Mariana: mimeo, 2007.

_____. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 2º ed, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

TRINDADE, Cônego Raimundo. A Igreja de São José em Ouro Preto (Documentos do seu Arquivo), *RSPHAN*. Rio de Janeiro: s/e, n.º 13, 1956, p. 109-214.

VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o Século XVIII, *RSPHAN*. Rio de Janeiro: s/e, n.º 4, 1940, p. 331-360.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Paulo Prado e o uso político do passado paulista

Danilo J. Zioni Ferretti
(UFSJ)

Para compreender a crítica de caráter historiográfico de Paulo Prado, procurarei seguir um caminho até hoje pouco enfatizado pelas análises de sua obra, que normalmente colocam em primeiro plano sua atuação como mecenas modernista, deixando em posição secundária a natureza de seu posicionamento diante do embate político de seu tempo¹. Esta despreocupação em relação aos aspectos políticos da obra de Paulo Prado é tanto mais incompreensível na medida em que o próprio autor, em diversas passagens, ressaltava a centralidade da questão política no conjunto de suas preocupações intelectuais. Em 1923, pelas páginas da *Revista do Brasil*, antes de publicar sua primeira obra (*Paulística*), reclamava:

*“Todos esquecem que nesta terra só existe realmente, empolgante e irredutível, uma única questão – a questão política. Dela decorrem todas as outras, como as criaram o romantismo da monarquia e o arrivismo da república.”*²

Assim, visando compreender o lugar social a partir do qual Paulo Prado realizou sua representação historiográfica do passado colonial paulista, e o uso político que fez desta mesma reconstrução do passado regional, procura-se retrazar a sua trajetória, atentando para a sua atuação nos universos cultural e político dos anos 20. O que se segue é versão

¹ Em LEVI, Darrel. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70; 1976, o autor estuda Paulo Prado e sua obra no quadro da dinâmica familiar, privilegiando a definição de paralelos entre sua obra e a de outros membros da família Prado, estudados ao longo do livro. O principal estudo acadêmico específico sobre Paulo Prado é o de BERRIEL, Carlos Eduardo. “Tietê, Tejo, Sena: A obra de Paulo Prado”. Campinas: tese de doutorado, dep. Teoria Literária, IEL, Unicamp; 1994. A obra se destaca pela definição das relações entre a produção da geração portuguesa de 1870 e a obra de Paulo Prado. Da mesma maneira que as eruditas notas e estudos introdutórios de Carlos Augusto Calil, o trabalho de Berriel procura analisar a obra historiográfica de Paulo Prado sob o prisma do movimento modernista, sem preocupações maiores com sua inserção no debate historiográfico de seu tempo e deixando em segundo plano a aspecto político.

² “O Momento”, **Revista do Brasil**, São Paulo, n° 99, março de 1924.

reduzida de capítulo de minha tese de doutorado, defendida no Departamento de História da USP, em 2004.

Paulo da Silva Prado não somente era paulistano de nascimento (1869) como pertencia à mais importante família da elite paulista: o arqui-poderoso clã dos Prado³. Detentores de um império econômico que incluía desde latifúndios produtores de café até uma das maiores casas exportadoras deste produto (a casa Prado, Chaves & Cia.), passando por estradas de ferro e bancos, os Prado eram os maiores representantes do grande capital cafeeiro paulista.

Apesar do inegável poder econômico de sua família, durante a maior parte de sua vida, até os anos 1920, Paulo Prado não parece ter se envolvido em questões de política partidária, mantendo um comportamento de adesão ao regime republicano, sem atuação direta no grupo perrepeista. Em termos culturais, porém, Paulo Prado muito se aproximava de seu tio Eduardo Prado. Com ele manteve estreito contato durante os anos de 1890 e 1897, em que viajou pela Europa e se fixou em Paris, participando do “cenáculo parisiense” de Eduardo Prado, círculo cultural que congregava figuras de excelência da intelectualidade luso-brasileira de finais do séc. XIX⁴.

Em 1897, Paulo Prado foi chamado de volta ao Brasil por seu pai, o conselheiro Antônio Prado, que lhe entregou a gerência da casa Prado, Chaves & Cia. Paulo Prado afirmou-se como importante homem de negócios e grande produtor cafeeiro, não se envolvendo em qualquer iniciativa cultural ou política de vulto. Mas a Primeira Guerra Mundial e o subsequente fortalecimento da vaga nacionalista coincidiram com uma mudança de atitude em sua vida: ao mesmo tempo em que se voltou para o incentivo da cultura, passou a se manifestar politicamente.

No terreno das artes, em 1919, Paulo Prado organizou a “Exposição de pintura e escultura francesas”, no hall do Teatro Municipal, evidenciando, segundo Berriel, a busca de atualização cultural que o levaria a ser um dos principais financiadores da semana de arte moderna de 22⁵. No terreno historiográfico, que aqui mais nos interessa, estreitou laços com Capistrano de Abreu e, juntos, organizaram a publicação de documentos sobre a

³ Para um estudo da família Prado ver LEVI, Darrell. Op. Cit. Para a bibliografia de Paulo Prado, baseio-me na “Introdução” e “cronologia” elaboradas por Carlos Augusto Calil In PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

⁴ BERRIEL, Carlos E. O. Op. Cit.

⁵ Idem, Ibidem, p. 70.

Inquisição e o período colonial, através da “Série Eduardo Prado: Para melhor conhecer o Brasil”⁶. Na conjuntura de renovado interesse pelo Brasil e seu passado, fruto da vaga nacionalista do primeiro pós-guerra, Paulo Prado encontrava na obra de Capistrano o seu “caminho de Damasco”.

A partir de 1920, seu interesse pela história, até então restrito à organização e publicação de fontes, se expande e, conforme sua correspondência indica, empenhou-se em estudar a história do “Caminho do Mar”. A este respeito, o principal incentivador de Paulo Prado parece ter sido ninguém menos que o presidente do estado de São Paulo, Washington Luís Pereira de Souza. Em plena implantação de sua política rodoviária, o presidente projetava a abertura de um novo Caminho do Mar: uma moderna estrada de rodagem que ligasse São Paulo a Santos. Procurando legitimar seu plano rodoviário, Washington Luís passou a se dedicar ao estudo pormenorizado de sua história. Para tanto, desde finais de 1919 procurou contatar o maior conhecedor da história dos caminhos coloniais: Capistrano de Abreu. Como intermediário, Washington Luís apelou para Paulo Prado, que acabou, a partir de então, se envolvendo com o tema do “caminho do mar”, núcleo de seu primeiro ensaio historiográfico publicado pelas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) em 1922. Paulo Prado traçava seu primeiro esboço de estudo do passado regional em perfeita comunhão com a visão do chefe do governo e maior representante da historiografia republicana paulista.

O que vale ressaltar é a proximidade e a importância do diálogo entre Paulo Prado e o Presidente Washington Luís no início dos anos 20. Contudo, a partir de 1921 parece ter ocorrido uma mudança na posição de Paulo Prado frente ao governo estadual perrepista, marcada por uma crescente indisposição que o fez intervir no universo da política, aproximando-se da dissidência liberal paulista então em processo de reconstituição. Como apontou Carlos Augusto Calil, o motivo mais plausível para o descontentamento inicial de Paulo Prado parece ter sido o conflito entre o Presidente paulista Washington Luis e seu pai, o conselheiro Antônio Prado, por este ter assinado, em finais de 1921, a Convenção de Ouchy com o governo italiano⁷.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 127,128.

⁷ A sugestão foi dada por Calil em uma de suas eruditas notas à edição de PRADO, P. **Retrato do Brasil**, São Paulo; Cia. das letras; 1997, nota 10, p.307.

Por comentários publicados após o evento, percebe-se que Paulo Prado compartilhou com seu pai das críticas ao governo perrepista de Washington Luís, servindo o episódio para iniciar um processo de dissensão política frente ao *status quo* republicano que somente se agravou ao longo dos anos 20. A indisposição de Paulo Prado com a situação seria externada a partir de 1923, quando se tornou co-proprietário, juntamente com Monteiro Lobato, da prestigiosa *Revista do Brasil*. Esta, ao mesmo tempo em que era uma privilegiada arena de debates culturais de notória tendência nacionalista, também se tornaria foco de difusão do discurso político da dissidência liberal paulista, tendências acentuadas após a compra pro Paulo Prado⁸.

Do ponto de vista político, destacaram-se os próprios editoriais escritos por Paulo Prado. Sob o título de “O Momento”, e publicados de fevereiro de 1923 a maio de 24, eles constituem os melhores documentos para se compreender o posicionamento do autor no debate político de sua época e, assim, definir o lugar político a partir de onde Paulo Prado elaborou sua representação do passado paulista. Eles são a chave para a compreensão da historiografia regionalista de Paulo Prado.

Em oito breves artigos escritos como editoriais para a revista, Paulo Prado concentrava suas críticas ao *status quo* republicano. As críticas iam tanto contra o crescente autoritarismo do governo republicano, preocupado em conter as oposições que se afirmavam nos anos 20, quanto contra a adesão ao governo e apatia política dos cidadãos diante do cerceamento das liberdades públicas. Quanto ao primeiro elemento, seu ataque se concentrou na longa vigência, na capital federal, do estado de sítio, proclamado pelo presidente Artur Bernardes. Paulo Prado passava então à crítica geral do sistema republicano vigente. Considerava-o como uma “*república da Camaradagem*” onde prevalecia a “*férrea organização das oligarquias*”⁹. Em outras palavras, Paulo Prado criticava o falseamento do sistema representativo republicano pela vigência da “política dos governadores”. Na sua crítica ao autoritarismo efetivo da República, podemos vislumbrar ecos do anti-republicanismo de seu tio Eduardo Prado. Mas, ao contrário desse, a solução que Paulo Prado propunha para a questão não era a volta ao parlamentarismo monárquico,

⁸ LUCA, Tânia. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: ed. Unesp; 1999. ADUCCI, Cássia Chrispiniano. “Uma nação à paulista. Nacionalismo e regionalismo em São Paulo (1916-1929).” São Paulo: tese doutorado, Dept. Ciências Sociais, PUC-SP; 2002.

⁹ “O Momento”, *Revista do Brasil*, São Paulo, n° 99, março de 1924.

nem ainda a revolução, mas sim o aperfeiçoamento do sistema representativo vigente pela “verdade do voto”: “*Só a restauração estrepitosa da verdade do voto poderá restituir à imensa maioria dos que pagam e sofrem os direitos perdidos pela indiferença e pelo absentéismo.*”

A solução apontada aproximava Paulo Prado dos grupos liberais dissidentes que em 1926 formariam o PD, agremiação fundada por seu pai o conselheiro Antônio Prado e à qual não se tem notícia de que o autor fosse oficialmente filiado, o que não invalida seu alinhamento ao grupo. Para Paulo Prado a questão não era de reinventar a República, mas de voltar às bases legítimas do regime. Desta forma, pelas posturas apresentadas, se alinhava ao setor dissidente do liberalismo paulista que, conforme o estudo de Maria Lígia Prado, tinham como mote político “Republicanizar a República” e como bandeiras principais exatamente o voto secreto e a alfabetização em massa¹⁰.

Mas é importante ressaltar que seu diagnóstico político vinha indissociado de uma discussão sobre o caráter paulista. Pela (auto)crítica do paulista moderno, Paulo Prado veiculava seu descontentamento com a situação política de sua época. A seu ver, a população de São Paulo. “*em questões públicas, divide-se em três grandes grupos: os políticos, os fazendeiros, os indiferentes*”¹¹.

Definindo os políticos, Paulo Prado usava toda sua ironia para desferir um ataque direto à unidade férrea imposta pela Comissão Executiva do PRP ao universo partidário estadual. Já entre os fazendeiros era o sucesso da política de valorização do café que impedia qualquer indisposição com o governo: “*O café está caro, e quem o sustenta é o governo paternal e onipotente. Votemos no governo.*” Por fim, havia a massa dos indiferentes: “*os recém chegados, os cosmopolitas, os enriquecidos depressa*”, “*a gente rica brasileira e estrangeira*”, que “*tudo aceitam, tudo toleram, tudo aplaudem e só se agitam para correr atrás dos poderosos do dia*”.

Paulo Prado acabou traçando uma imagem do paulista moderno como um indivíduo “*protegido pelo mais feroz individualismo*”, exclusivamente preocupado em enriquecer, e completamente desprovido de qualquer espírito público, de qualquer preocupação com o

¹⁰ PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada**. São Paulo: Brasiliense, 1987 e CAPELATO, Maria Helena R. **Os arautos do liberalismo: Imprensa Paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹¹ “O momento” **Revista do Brasil**, São Paulo, n.º 89, maio de 1923. Todas as citações do parágrafo seguinte se remetem a este texto.

universo da política. Desta constatação Paulo Prado retirou o problema maior de sua reflexão historiográfica: explicar o adesismo do paulista do presente, o que implicava explicar a supressão da liberdade primitiva do paulista. Ele o fez através da elaboração de uma nova interpretação do tema da decadência de São Paulo no início do séc. XVIII. O desenvolvimento desta questão foi o objetivo central do livro *Paulística*, publicado em 1925.

Paulo Prado estruturou sua obra *Paulística* seguindo um esquema apresentado em carta por seu mestre Capistrano de Abreu. Para ele, a história de São Paulo havia passado por quatro fases claramente discerníveis: a ascensão (séc.XVI), o clímax (séc. XVII), o declínio (séc.XVIII) e a regeneração (fins do Séc.XIX). Fases representadas, a grosso modo, pelos quatro primeiros artigos do livro¹².

No que se refere à sua escrita da história, Paulo Prado evidenciava sua proximidade com o universo das artes e definia seu método como “impressionista”: pinceladas fortes retratando as principais características do período representado, sem a pretensão a minúcias factuais decorrentes do apego documental típico da historiografia metódica¹³. Bastante original também era o declarado apelo à imaginação e à poetização como recursos legítimos do historiador¹⁴. Paulo Prado ousava metodologicamente em uma época em que predominava o mais ortodoxo objetivismo cientificista (pelo menos nas intenções), fosse originário da escola metódica, fosse dos diversos determinismos sociológicos. Mas para Paulo Prado a história também era mestra da política. Longe de ser luxo intelectual e patriotada, a historiografia era dotada de “critério de utilidade”, sendo importante fonte de ensinamentos à atuação política.

A partir destas posturas, Paulo Prado abordava o passado colonial paulista. O primeiro capítulo “O Caminho do Mar”, publicado originalmente no *OESP* em 1922, era o resultado final do empenho iniciado pelo diálogo com Washington Luís e constituía o núcleo de todo o livro. Nele Paulo Prado definia sua interpretação da exceção paulista, pois o autor continuava tributário da visão republicana que atribuía a São Paulo um passado

¹²A ascensão foi tratada em “O Caminho do Mar”; o clímax, além deste citado, nos dois artigos sobre “As bandeiras”; o declínio no “A Decadência” e a regeneração na Introdução da obra. A carta em que Capistrano apresenta o esquema é de 23 de dezembro de 1922.

¹³A referência a um método “impressionista” está na introdução a **Retrato do Brasil** (1928), mas é também esclarecedor do método empregado no **Paulística**.

¹⁴ PRADO, Paulo. **Paulística: história de São Paulo**. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925, p. IX, X.

original e uma formação diferente da dos demais brasileiros, advindo daí o seu progresso e o destaque no conjunto da federação. Em Paulística, pelo estudo dos caminhos, e principalmente no capítulo sobre “O Caminho do Mar”, o autor procurava definir a origem da liberdade do paulista.

Ao modo da historiografia territorialista de Capistrano, Paulo Prado procurava definir os caminhos que, no séc. XVI, uniam o planalto paulista à costa. Na visão de Paulo Prado as péssimas condições do Caminho do Mar acabaram por isolar completamente Piratininga da costa e do resto do mundo, criando as condições únicas para a futura grandeza de São Paulo, representadas pela formação de uma raça específica paulista, dotada de um conjunto de hábitos políticos peculiares. Assim, o Caminho do Mar ao invés de ligar, acabou separando, servindo como chave explicativa para a versão de Paulo Prado da exceção paulista. Este autor também retomava a tese, já desenvolvida anteriormente por Capistrano de Abreu e Alberto Salles, do efeito positivo da Serra do Mar, considerando que atuou como fator de seleção étnica¹⁵. Assim, no seu discurso historiográfico, ao contrário do que ocorria no norte do Brasil, o planalto paulista, livre do absolutismo colonial de Portugal, transformou-se no lugar de elaboração de uma raça nova e superior: a raça paulista.

Para Paulo Prado, ela era composta pelos melhores elementos. Primeiramente, havia o elemento português anterior à decadência, todos fisicamente “duros” e “agrestes”, mas de caráter independente e rude, “*não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção*”. Neste grupo, Prado ainda incluiu a presença de um contingente de judeus, cuja contribuição à formação do caráter paulista é positivamente analisada pelo autor. Eles teriam marcado o paulista com as “*virtudes fundamentais de tenacidade e maleabilidade*”, “*aliadas à preocupação constante do enriquecimento e do arrivismo*” além de “*uma extraordinária vitalidade, notável e fecunda*”¹⁶. Com o destaque ao elemento judaico na formação paulista, Paulo Prado pretendia conferir ao segundo os valores típicos da modernidade capitalista que então atribuía aos primeiros: não somente o espírito

¹⁵ Idem, *Ibidem*; p. 12.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 19.

econômico, mas principalmente a idéia de dinamismo e mobilidade¹⁷. Como os judeus (e pela presença de seu sangue), os paulistas também teriam uma índole afinada aos valores dinâmicos e utilitários da modernidade.

Assim, o elemento branco formador da raça paulista aliava o espírito aventureiro e independente do português anterior à decadência ao dinamismo e espírito econômico do hebreu. Este colonizador iria se caldear com o indígena, dominado por “uma fatalidade nômade e vagabunda”. E assim, “do cruzamento desse índio nômade, habituado ao sertão como um animal à sua mata, e do branco aventureiro, audacioso e forte, surgiu uma raça nova”¹⁸, a raça mameluca, a raça paulista. Ela estaria definida a partir de finais do séc. XVI, completando o período de “ascensão” da história paulista.

Após definir os aspectos raciais, Paulo Prado considerava como traço mais importante do espírito paulista o fato deste ser “*independente e insubmisso às leis da metrópole e às ordens dos seus representantes*”. Paulo Prado retomava o clássico tema da liberdade primitiva do paulista que havia sido transformado, pelos autores republicanos Washington Luís e Antônio de Toledo Piza, em mito de origem do republicanismo paulista. Na sua opinião, diversas foram as manifestações desta liberdade do paulista antigo, desde João Ramalho até a expulsão dos jesuítas e a revolta contra os representantes do governador Salvador Correia de Sá durante o séc. XVII, passando, é claro, pela epopéia das bandeiras, que devassavam sertões contra as ordens da coroa.

Se a formação da raça livre mameluca no final do séc. XVI consolidava o período de “ascensão” da história de São Paulo, o “clímax” seria representado pelo episódio das bandeiras, tratado nos dois capítulos homônimos.

Mas, para Paulo Prado, o traço marcante da história paulista foi a sua “decadência”, a partir do início do séc. XVIII. Como explicação para esse fenômeno, o autor apresentou várias causas; desde a perda da parte mais dinâmica da população paulista, até a abertura do Caminho Novo para Minas em 1698, além da guerra dos emboabas em que São Paulo perdeu Minas para os reinóis. Todos os elementos levaram ao despovoamento da vila de São Paulo e à perda das virtudes originais, perda essa ocasionada pela busca de riquezas. O

¹⁷ Quanto à identificação do judeu com o espírito da modernidade capitalista, Ver HERF, Jeffrey. **O Modernismo Reacionário. Tecnologia, Cultura e Política na República de Weimar e no 3º Reich**. São Paulo, Campinas; Ensaio, ed. Unicamp; 1993, Cap. 6, principalmente p. 156, 157.

¹⁸ PRADO, P. Op. Cit.1925, p. 21.

resultado foi marcado não somente pelo desmembramento territorial e administrativo da capitania de São Paulo, mas principalmente pela perda da liberdade primitiva do paulista.

Se no auge de seu desenvolvimento histórico o paulista se caracterizara como ambicioso, dinâmico, livre e independente, a partir do séc. XVIII ele teria seu caráter modificado pela perda da energia e liberdade primitivas. O paulista degenerado retirou-se para os matos e sedentarizou-se, transformando-se no Jeca Tatu¹⁹. O cabo de tropa bandeirante, de livre e independente, transformou-se em “*entusiasta do governo*”, antepassado direto daquele que “*será hoje o chefe político*”²⁰. Recuperando a tradição historiográfica de republicanos paulistas como Martim Francisco III, Antônio de Toledo Piza (diversas vezes citado), e Washington Luís; Paulo Prado identificava a decadência paulista como resultado também da imposição do despotismo colonial português.

Mesmo carregando um pouco mais nas cores, até este ponto a representação do passado paulista de Paulo Prado não apresentava diferenças de monta com a tradição historiográfica republicana regional. Mas a diferença entre a representação de Paulo Prado e a da tradicional versão republicana, estaria no tratamento do período da “regeneração” do paulista. É na abordagem deste tema que podemos, com precisão, definir o sentido político de sua historiografia.

Para Paulo Prado, como vimos, durante todo o séc. XVIII e XIX a decadência predominou na história paulista. Prado sugere que a regeneração iniciou-se com o decreto de 1856 que oficializava a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí. Mas para Paulo Prado nem todos os valores tradicionais da raça seriam retomados a partir do séc.XIX. A regeneração não era vista como uma pura e simples “restauração” da época de ouro. Para ele:

*“No traçado gráfico que imaginamos para indicar a evolução histórica e social de São Paulo, a linha de regeneração, a seguir, se bifurca em direções opostas – uma ascende à culminância do progresso material e econômico dos dias presentes, outra conserva-se na horizontalidade em que a abandonou a tirania colonial: é esta a linha dos sentimentos cívicos e políticos do habitante desta província.”*²¹

¹⁹ Idem, Ibidem, p. 39.

²⁰ Idem, Ibidem, p.40.

²¹ Idem, Ibidem, p. XV.

Para Paulo Prado, com a regeneração somente se recuperara o aspecto econômico e material do caráter paulista, não tendo ocorrido a recuperação daquilo que para ele constituía a principal virtude regional: o espírito de liberdade e independência.

Apresentando a “bifurcação” da linha de regeneração, Paulo Prado fechava o círculo de sua interpretação historiográfica, retomando e respondendo à questão lançada nos editoriais “O Momento”. Paulo Prado procurava, desta maneira, explicar o fosso entre o paulista antigo, livre e independente, e o paulista moderno, adesista e exclusivamente preocupado em ganhar dinheiro, apelando primeiramente para a “decadência” do caráter primordial livre do paulista e complementando sua interpretação com a idéia da não retomada desde mesmo caráter no momento da “regeneração”. O paulista moderno não era o digno herdeiro do bandeirante independente. Em termos políticos ele se mantinha decadente, e essa decadência era identificada com o “adesismo”, com a falta de participação independente no universo da política, com o predomínio incontestado do governo perrepista.

A compreensão do sentido político de sua representação da decadência do caráter paulista fica mais clara se a considerarmos no quadro do debate historiográfico regional. Neste quadro, o seu principal interlocutor implícito foi Washington Luís que anteriormente havia estabelecido a versão republicana do tema da decadência paulista. O tratamento da decadência paulista em *Paulística* pode ser visto como uma contestação àquele definido pelo “presidente historiador” no texto *Na Capitania de São Paulo, o governo de Dom Rodrigo César de Meneses*, publicado em livro em 1918. Nele Washington Luís acabava consolidando um mito de origem perrepista, através da sugestão do renascimento, (“como a fênix das cinzas”) da primitiva liberdade paulista no presente republicano.

A originalidade do livro *Paulística* estava justamente em negar esta recuperação da primitiva liberdade, contestando a identificação que a elite política regional procurava estabelecer do perrepismo como sendo o herdeiro da independência política bandeirante. O intuito central da historiografia regional de Paulo Prado era exatamente de solapar este mito de origem do republicanismo paulista, mediante a afirmação do divórcio entre o paulista moderno – adesista e dependente do governo – e o paulista antigo – livre e independente frente ao governo. Para Paulo Prado o paulista moderno, fiel ao PRP, antes de ser o herdeiro do bandeirante independente era o representante maior da raça decadente e a

própria adesão ao partido dominante PRP era o principal sintoma da perda das virtudes ancestrais de liberdade e independência. Ao mesmo tempo, a historiografia de Paulo Prado servia como uma convocação à restauração destas virtudes ancestrais paulista, o que implicaria na legitimação da postura contestatória e independente adotada pelo autor, seja em termos políticos (oposicionismo), seja em termos artísticos culturais (modernismo).

Em *Paulística*, Paulo Prado apontava para um pessimismo que seria aprofundado à medida que aumentava seu descontentamento com o quadro conjuntural dos anos 20, atingindo seu ápice na publicação de seu ensaio de interpretação nacional *Retrato do Brasil*, de 1928.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Walter Benjamin e a “experiência de perda” na modernidade:
avatares paupérrimos para a auto-certificação do “novo” em imagens de restos e
ruínas**

Davidson de Oliveira Diniz

Mestrando em Teoria da Literatura/ UFMG/FALE

Não existem, nas vozes que escutamos, vozes que emudeceram?

Walter Benjamin

Walter Benjamin pergunta no texto da *Experiência e pobreza*, falando dos aspectos da experiência enquanto tradição comunicável na modernidade, “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós”?¹ O paradoxo benjaminiano nos faz pensar a modernidade a partir do “novo” como valor de culto, ou melhor, uma tradição moderna iniciada com o nascimento do novo enquanto “liberdade de toda experiência”. O que seria essa “liberdade de toda experiência” na acepção benjaminiana, essa *experiência de perda* na auto-certificação da modernidade? Qual o caráter desta “tradição moderna” como uma tradição voltada contra si mesma, cujo paradoxo revela a consciência de tempo na modernidade mediante a *experiência de perda*, fincada em sua necessidade de auto-fundamentação?

São estas algumas questões a que, de início, o pensamento benjaminiano nos coloca mediante a noção de experiência de perda na modernidade ocidental. E não é fácil subtrair dali respostas feitas, preestabelecidas em sua interpretação objetiva. As idéias em Benjamin são como mônadas, as quais ocultam em suas diversas dobras a imagem abreviada, ou rarefeita, de uma certa materialidade histórica. Todavia, seguiremos daqui em diante na direção destas dobras monádicas, buscando

¹Walter Benjamin. *Experiência e pobreza*. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história cultural. Tradução de Sérgio Paulo Rounet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.115.

compreender algumas daquelas imagens rarefeitas benjaminianas acerca da *experiência de perda* na modernidade, considerada em sua necessidade de auto-certificação.

É recorrente no texto da *Ética protestante*, de Max Weber, abordagens da perspectiva da profanação da cultura ocidental, mas, do ponto de vista da racionalização, interessa aqui o eixo descritivo referente ao desenvolvimento das sociedades modernas.² O autor ainda considera evidente a relação interna, e não meramente contingente, entre *modernidade e racionalismo ocidental*. É nesse sentido que Weber identifica no processo de desenvolvimento das sociedades modernas à prática de uma ação econômica e administrativa racional com respeito a fins, instrumentalizada. Essa racionalização, como impulso formativo das sociedades modernas, leva, dentro desta lógica de razão instrumental, a um desprezo pelos meios morais e estéticos, e segue em direção à burocratização do Estado moderno e sua eficiência na acumulação de capital.³

Segundo Jürgen Habermas, considerando estes pontos da análise weberiana, é exatamente nas conseqüências destes aspectos organizadores da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado moderno onde emerge a suposta legalidade interna deste impulso formativo da racionalização instrumentalizada sobre as sociedades modernas, pois:

À medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício.⁴

Habermas retoma essa lógica, relação interna entre modernidade e racionalismo ocidental, ainda presente na *Ética protestante* e, segundo o autor, já visível em Hegel. Sua intenção é identificar o desacoplamento da relação interna entre modernidade e

²Tais aspectos podem ser evidenciados desde a introdução do texto da *Ética protestante*, parte na qual Max Weber já deixa em evidência que, “Racionalizações dos mais variados tipos tem existido em vários setores da vida, em todas as áreas da cultura. Para caracterizar suas diferenças de um ponto de vista da história cultural é necessário saber quais setores foram racionalizados e em que direção. Por isso nossa primeira preocupação é desvendar e explicar a gênese e a peculiaridade do racionalismo ocidental e, por esse enfoque, sua forma moderna. (...) o desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática.” In WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Pioneira, 1996, pp.9-10.

³Para uma compreensão detalhada desta pontuação, em relação mais estrita com a consciência de tempo na modernidade, ver: HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**: doze lições. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins fontes, 2002.

⁴Ibidem, p.4.

racionalismo, apresentando, dessa maneira, como a teoria da modernização, a partir dos anos 1950, neutraliza essa lógica, uma vez desconsidera suas referências de tempo e espaço na acepção do conceito de “modernização”. Habermas, mais que isso, procura “reconstruir” o *discurso filosófico da modernidade* em face do que ele considera o “desafio proposto pela crítica neo-estruturalista”: sua intenção é mostrar como a modernidade apresenta-se como um *projeto inacabado*; juntamente desse ponto, Habermas pretende esclarecer como a crítica pós-moderna, ou *neo-estruturalista*, como ele mesmo prefere, ataca a razão pelos pressupostos teóricos da própria razão, o que, segundo o autor, coloca em evidência as aporias da crítica neo-estruturalista, cuja ausência de uma “razão comunicativa” não deixaria transparecer saídas para tal paradoxo:

Não podemos excluir de antemão que o neocoservadorismo ou anarquismo de inspiração estética está apenas tentando mais uma vez, em nome de uma despedida da modernidade, rebelar-se contra ela. Pode ser que estejam simplesmente encobrendo com o pós-esclarecimento sua cumplicidade com uma venerável tradição de contra-esclarecimento.⁵

Nesse caminho, Habermas não compartilha das teses fincadas pelas teorias predicativas dos *pós-*, que seriam, em seu entendimento, uma manifestação de um neo-estruturalismo, o qual dissemina uma ruptura total entre uma época histórica passada e outra, agora, emergente. Por tudo isso o autor busca reconstruir o discurso filosófico da modernidade, em função da crítica neo-estruturalista. De início, sua primeira lição concentra-se em apresentar a consciência de tempo da modernidade e sua necessidade de auto-certificação, cuja caracterização segue apresentando o “novo” como valor de culto, ou melhor, uma “tradição moderna” iniciada com o nascimento do *novo* enquanto “liberdade de toda experiência”:

Uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si. (...) Um presente que se compreende, a partir do horizonte dos novos tempos, com a atualidade de época mais recente, tem de reconstruir a ruptura com o passado como uma renovação contínua.⁶

⁵Ibidem, p.8.

⁶Ibidem, p.11.

É neste momento que a modernidade, mediante a tomada de consciência acerca de sua própria inscrição temporal, abre-se como problemática para a cultura ocidental, pois ela já não quer tomar de outra época a orientação de seus critérios: tem, por outro lado, de extrair de si mesma a sua própria normatividade: normativamente, uma *experiência de perda*. Acha-se referida a si mesma, onde encontra a dinâmica para as tentativas de “afirmar-se” a si mesma.⁷

Finca-se no compasso dessa problemática, portanto, a consciência de tempo na modernidade e sua necessidade de auto-certificação: desacoplamento entre modernidade e épocas passadas, diga-se, enfatizando a legitimidade e o direito próprio da idade moderna de contestar e até mesmo recusar a assumir toda a dívida cultural ligada à modernidade pelas épocas anteriores.⁸

Habermas não compactua, todavia, com aquelas teses que concebem uma *ruptura total* entre uma época histórica passada e outra emergente, a ex. do pensamento disseminado pela concepção das análises dos de linhagem pós-moderna ou neo-estruturalista. Seu movimento crítico, mediante este viés, por onde segue apresentando aquilo que compreende por incoerências de tais posições, remota a Baudelaire (no campo estético, a respeito da obra de arte autêntica) e, sobretudo, a Benjamin (quem, segundo Habermas, procura nessa *experiência estética fundamental*, ora presente em Baudelaire, uma relação histórica).⁹ Em ambos os casos a modernidade foi interpretada como ruptura frente às épocas passadas (neles evidente, pois, o aspecto do novo), conservando e preservando, porém, aquilo que delas emergiu de autêntico. Seja, “que o momento transitório encontra confirmação *como passado autêntico de uma atualidade futura*”.¹⁰

É de importância crucial remontar estes aspectos, referentes à auto-certificação da modernidade, ao campo da experiência estética, pois é neste âmbito que, primeiramente, uma fundamentação do *moderno*,¹¹ a partir de si mesmo, irrompe

⁷Cf. Ibidem, p.12.

⁸CAVALCANTE, Alberto R. **O projeto de modernidade em Habermas**. Londrina: Editora da UEL, 2001, p.14.

⁹Cf. HABERMAS, J. **Op. cit.**, p.17

¹⁰CAVALVANTE, A. R.**Op. cit.**, p.18.

¹¹Hans R. Jaus remonta a história do adjetivo *modernus*, que aparece pela primeira vez em latim vulgar, no fim do século V, etimologicamente derivando de *modo*, “agora mesmo, recentemente agora”. Nesta acepção de Jaus, *moderno* designa menos o que é novo do que *aquilo que é presente, atual, contemporâneo* daquele que fala. Citado em HABERMAS, J. **Op., cit.**, p.4 ; também em COMPANGON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 17.

conscientemente como signo dos “novos tempos”.¹² Benjamin persegue este signo dos “novos tempos” e o identifica em Baudelaire,¹³ ao retomar deste a temática do *Transitório/Eterno*: Benjamin, nesta retomada da imagem baudelaireana, focaliza a questão de como encontrar uma solução para o problema paradoxal dos “novos tempos” em obter critérios próprios valendo-se da contingência de uma modernidade que se tornou eminentemente transitória. Nesse sentido, segundo Peter Osborne, a importância de Baudelaire para Benjamin:

(...) está inextricavelmente ligada tanto à posição histórica que este ocupava no início da cultura da modernidade [modernismo] quanto à escolha que fez do poema lírico como seu principal meio literário. Juntos, uma e outra determinam ao mesmo tempo a força do choque do “novo” sobre sua obra e a relação íntima quase incestuosa, desta como o antigo ou clássico.¹⁴

Neste sentido, a imagem da modernidade em Benjamin, i.e., a acepção que este faz do conceito de *modernidade*, não é meramente uma faixa de tempo histórico e formas sociais contingencialmente ocupados; designa, antes, uma *estrutura temporal de experiência*, enquanto parte de uma *fenomenologia da consciência histórica*, a qual Benjamin encontra preliminarmente descrita em Baudelaire. O pensamento benjaminiano faz dialogar, mais que isso, traduzir esta experiência estética da modernidade no campo da materialidade histórica de uma consciência temporal.

¹²A partir da perspectiva habermasiana, em retomada da experiência da modernidade, sob a temática Transitório/Eterno baudelaireana, por Walter Benjamim, Alberto rocha Cavalcante assinala que “Baudelaire, no século XIX, irá retomar a discussão do movimento modernista surgida nos fins do século XVII e início do século XVIII com a *Querela dos Antigos e dos Modernos*, a propósito dos modelos estéticos, não para se posicionar a favor dos defensores do classicismo (que defendiam a arte clássica como modelo para a arte moderna), nem, muito menos, a favor dos partidários da arte moderna (que reivindicava a ruptura total da arte moderna frente ao modelo clássico), mas para conceber uma modernidade que esteja situada na interseção do tempo e da eternidade, na união do duradouro com o efêmero.” In: CAVALVANTE, R.A. **Op. cit.**, pp. 18-19.

¹³Segundo Antoine Compagnon, “Baudelaire, insistindo na ausência de pertinência do passado pela percepção do presente, foi um dos promotores da *superstição do novo*, não há nele nenhum traço dessa religião.” O autor faz distinção entre “os primeiros modernos”, os quais sabiam o valor do novo, do novo enquanto choque, mas não a *cegueira obtusa no progresso* que via no novo um valor de culto sem maior coerência, a ex. do que sucederia a geração que significou Baudelaire. Segundo Compagnon, mais que isso, “os primeiros modernos [cujo sintagma, depreende-se da classificação de Compagnon, é Baudelaire] não procuravam o novo num presente voltado para o futuro e que carregara consigo a lei de seu próprio desaparecimento, mas no presente, enquanto presente. Essa distinção é capital. Eles não acreditavam, como disse, no dogma do progresso, do desenvolvimento e da superação. (...) O seu heroísmo era bem o heroísmo do presente, não do futuro, pois a utopia e messianismo lhes eram desconhecidos.” In: COMPAGNON, Antoine. **Op. cit** pp. 30-37.

¹⁴Peter Osborne. *Vitórias de pequena escala, derrotas de grande escala: a política do tempo de Walter Benjamin*. In: BENJAMIN, Andrew & OSBORNE, Peter (orgs.) **A filosofia de Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p.95.

A quinta das *Teses*, do hoje célebre ensaio *Sobre o conceito de história*, expressa a concepção de tempo na modernidade efêmera, onde se deve procurar essa emergência da imagem de passados incitados pela concepção de “tempo-presente” em Benjamin:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. (...) Pois irreconhecível é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.¹⁵

Essa concepção de “tempo-presente” (*Jetztzeit*) expressa-se de uma tal forma que a instantaneidade do “agora” (*jetzt*), experimentada pela primeira vez com a modernidade, enquanto forma de temporalidade histórica (e não meramente natural), é vista como contendo em sua estrutura monádica a possibilidade de uma experiência de eternidade, uma “cessação do acontecer” messiânica, combinada com uma “recorrência” que só pode ser compreendida como uma nova forma de rememoração (*eingendenhen*).¹⁶

Experiência de eternidade cujo vislumbamento, diga-se, não é nunca a do tempo infinito, mas sim a do tempo entrecruzado, do tempo benjaminiano entretido pela instantânea emergência de *agoras* na estrutura de experiência *do presente* no presente. Em poucas palavras, o passado será recolhido no presente pela perspectiva da redenção como *experiência histórica explosiva*, como política de ação. Isto é, por meio de uma estrutura de temporalidade elíptica, a experiência histórica emergirá da leitura a contrapelo do passado e ressurgirá, *agora*, refratada através do prisma do presente. Neste sentido, como bem assinala Antoine Compagnon, em seu texto sobre *Os cinco paradoxos da modernidade*, deve perguntar-se, a partir de Benjamin:

(...) se a verdadeira história da modernidade não seria muito mais a dos restos da evolução, dos vencidos, daquilo que (ainda) não frutificou, das origens suspensas, dos fracassos do progresso.¹⁷

Essa imagem, assinalada por Compagnon, perpassa todo o percurso de leitura no texto das *Teses* acerca do conceito de história. Benjamin aponta, pois, na sexta das *Teses*:

¹⁵Walter Benjamin. *Sobre o conceito de história*. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história cultural. Tradução de Sérgio Paulo Rounet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 224.

¹⁶Cf. Peter Osborne. **Op., cit.**, p.98.

¹⁷COMPAGNON, Antoine. **Op., cit.**, p. 48.

Articular o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. (...) O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. (...) Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela.¹⁸

Permite-se observar nesta imagem dialética do passado um processo de recorte e montagem, o qual concede textura a recordações indecisas, porque emergidas de restos e ruínas, capaz, porém, de escapar ao “tempo homogêneo e vazio” preenchido pela obstinada fé no progresso. Também nesta imagem configura o aspecto de *olhos escancarados*, da *boca dilatada* e *asas abertas* que deve ter “anjo da história” a fim de “arrancar a tradição ao conformismo”, pois, como assinalado na nona das *Teses*:

Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele [*o anjo da história*] vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente *ruína sobre ruína* e as dispersa sobre nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os *fragmentos*. Mas uma *tempestade* sopra do paraíso e *prende-se em suas asas* com tanta força que ele *não pode mais fechá-las*. Essa tempestade *o impele irresistivelmente para futuro*, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de *ruínas* cresce até o céu. *Essa tempestade é o que chamamos progresso*.¹⁹

A imagem do anjo da história é, portanto, uma crítica ao conceito historicista de progresso, mas nunca, em Benjamin, niilismo histórico; está presente, sim, uma desconfiança com relação aos bens culturais legados do passado e que devem passar à posse do presente.²⁰ Como bem percebe Habermas, porém:

O que Benjamin tem em mente é a idéia altamente profana de que universalismo ético também tem de levar a sério as injustiças já sucedidas e, evidentemente, irreversíveis; de que há uma solidariedade das gerações com seus antepassados (...) e de que essa solidariedade apenas pela reminiscência pode ser efetuada e comprovada.²¹

Exatamente aqui, nesta dobra monádica de nossa própria tessitura narrativa, retomamos, a contrapelo, aquelas questões suscitadas de início, pela citação do texto

¹⁸Walter Benjamin. *Sobre o conceito de história*. In: _____. **Op., cit.**, p.225.

¹⁹Ibidem, p. 226. (*grifos, aqui*)

²⁰Na sétima das *Teses*, assinala Benjamin: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. **Op., cit.**, p.225.

²¹Jürgen Habermas. *Excursão sobre as teses de filosofia da história de benjamin*. In: HABERMAS, J. **Op., cit.**, p.22.

benjaminiano da *Experiência e pobreza*: o que nos revela essa consciência de tempo na modernidade, mediante a *experiência de perda*, fincada em sua necessidade de auto-fundamentação? O que seria essa “liberdade de toda experiência” na tradição moderna, sendo o uso do termo “tradição moderna” uma assertiva possível, uma vez iniciada modernidade com o choque do “novo” enquanto valor de culto nos *tempos modernos*?

“Pobreza de experiência”, diz Benjamin. E diz mais, pois impelidos a partir sempre para a frente, a começar de novo e uma vez mais, a contentar e constituirmo-nos *com pouco, de pouco*, aspiramos nessa tradição da modernidade uma libertação *de toda experiência*, sem ao menos olhar para os lados - e assim, à distância, podemos avaliar o conjunto:

Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”.²²

Pobreza de experiência sim, mas nunca recusa por uma dinâmica do tempo. Antes, uma recusa pelo *tempo homogêneo e vazio do progresso*. A monáda do pensamento de Benjamin, como dissemos, esconde dentro de si a figura abreviada e rarefeita da *imagem dialética*. Não o *novo* como mero valor de culto nesta tradição da modernidade, mas o *novo* como o choque da “iluminação profana” dos diversos *agoras* que emergem no presente; *novo* pela caracterização do que Benjamin identifica na modernidade de Baudelaire, a ex. dos homens que desse *novo* fizeram “coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia”.²³ Um novo em imagens dialéticas de restos e ruínas, as quais possam alinhar significativamente com a tradição legada de passados oprimidos, sem sufocar, pois estes passados emergem pela reminiscência da *iluminação profana* e não pela *cegueira obtusa de uma crença cega no progresso*. Talvez uma concepção de “tradição moderna” aparentemente paradoxal, porem, próxima da maneira com a concebe Octávio Paz, em seu texto *Los hijos del limo*, de onde o poeta mexicano nos dizia que:

Desde su nacimiento, la modernidad es una pasión crítica y así es una doble negación, como crítica y como pasión, tanto de las geometrías clásicas como de los laberintos barrocos. Pasión vertiginosa, pues

²²Walter Benjamin. *Experiência e pobreza*. In: __. **Op., cit.**, p. 119

²³Ibidem, p. 119.

culmina en la negación de si misma: la modernidade es una suerte de autodestrucción creadora.²⁴

Talvez nesse caminho, por onde a tradição moderna mostre-se como uma sorte de autodestruição criadora, haja possibilidade de construção histórica, a qual já escape da narrativa ortodoxa estruturada pelo historicismo opaco de um “tempo homogêneo e vazio”, fazendo “explodir o *continuun* da história”, e, desde logo, irradie essa consciência histórica de “um tempo saturado de *agoras*”, como anuncia Benjamin nas *Teses* 14 e 15. E eis acessível, ali, a dobra na qual todas as demais dobras da mônada se encontram entrelaçadas, entretecidas em diversos avatares do *novo* enquanto *valor de culto* na tradição moderna; uma imagem dialética em restos e ruínas pela experiência do *novo*, experimentando o *choque do novo*, pois conclui Benjamin ao fim de seu pensamento expresso nas *Teses*:

Pensar não inclui apenas o movimento das idéias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Na estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu *interior* o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas.²⁵

Irresistível não pensar, por fim, na imagem do anjo da história voando nestes ventos cujo sopro, um sopro de cristalização do tempo no espaço, dispersa-se entre restos e ruínas, iluminando *profanamente* toda a materialidade histórica de seu tempo presente e nele conseguindo fechar suas asas, abrí-las em seguida para tão logo voltar a fechá-las, e, novamente, abrí-las uma vez mais: enfim, batendo asas em seu vôo por estes ventos, e enviar de volta ao paraíso a tempestade que paralisa, sem se deixar vencer pelo sopro desta tempestade que vai à direção do futuro; tampouco temer ao

²⁴PAZ, Octavio. **Los hijos del limo**. Barcelona: Seix Barral, 1989, p.20.

²⁵Walter Benjamin. *Sobre o conceito de história*. In: _____. **Op., cit.**, p.231.

amontoado de ruínas que não pára de crescer a seus pés. Esse anjo da história precisa ter apenas suas asas prontas para o vôo, tê-las prontas e conscientes de que já pode se deixar ventar pelos ventos de seu presente, um presente saturado e entretecido de “agoras”. E, desde logo, já lhe bastará.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história cultural.** Tradução de Sérgio Paulo Rounet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Andrew & OSBORNE, Peter (*orgs.*) **A filosofia de Walter Benjamin.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CAVALCANTE, Alberto Rocha. **O projeto de modernidade em Habermas.** Londrina: Editora da UEL, 2001.

COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins fontes, 2002.

PAZ, Octavio. **Los hijos del limo.** Barcelona: Seix Barral, 1989.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora Pioneira, 1996.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Caso de conflitos
ambientais envolvendo atividades de mineração e a reconstituição histórica de
processos de ocupação de territórios***

Dayse de Souza Leite**
Dr. Jurandir Carneiro***

I- INTRODUÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX tem-se discutido das mais variadas formas e com amplo destaque a chamada “questão ambiental”. Nesses debates predomina a ideologia do “desenvolvimento sustentável”, que prevê a possibilidade de promover o “desenvolvimento econômico” mantendo a “qualidade de vida” da sociedade e conservando os “recursos naturais” para as gerações futuras. Para a consecução desse paradigma, é necessária que haja a “tomada de consciência” acerca dos “problemas ambientais” que afligem a humanidade. Argumenta-se sobre a necessidade de promover projetos de “educação ambiental”, criação de “tecnologias limpas” e “parcerias” entre órgãos públicos, empresas privadas, organizações não governamentais, escolas, universidades etc. Dessa perspectiva, o “problema” – a chamada “crise ambiental” – estaria na relação entre os seres humanos e seu meio natural. De um lado, estaria a “sociedade” com suas atividades de produção e consumo, visando a suprir suas necessidades materiais. De outro, está a natureza, que teria a função de oferecer matéria-prima e energia e reciclar os detritos gerados pelas “atividades humanas”.

Dessa ótica, perde o sentido uma abordagem que valorize as relações travadas entre os atores que participam da construção dos territórios, embora essas sejam importantes e decisivas. Acredita-se na existência de “problemas ambientais” igualmente distribuídos para toda a humanidade, já que não se faz distinção entre grupos

* Projeto de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do PIBIC-CNPq.

** Graduanda em História na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), bolsista do PIBIC-CNPq.

*** Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFSJ e orientador do PIBIC-CNPq.

mais ou menos privilegiados no processo de apropriação de territórios e recepção dos impactos gerados pelas atividades produtivas.

De outra parte, apresenta-se também nos debates um enfoque crítico alternativo, proposto no âmbito das ciências sociais, construído por abordagens cujo foco volta-se para as lutas sociais travadas entre atores que disputam um mesmo território, atribuindo-lhe significados econômicos e culturais distintos e dividindo desigualmente a carga dos impactos das atividades econômicas. Daí surge a idéia de “conflito ambiental”, em contraste com a idéia de existência de “problemas ambientais” dados, prontos e acabados. Os interesses de apropriação e uso de territórios são distintos, o que remete à idéia da existência de conflitos entre atores: o que incomoda a um grupo pode ser favorável a outros, o que é “problema” para um pode ser “solução” para outros. Dadas as relações de produção e formas de propriedade típicas do modo de produção capitalista, os grupos econômica e politicamente mais poderosos estão em condições de impor ao demais seus interesses de apropriação territorial.

É desse quadro conceitual que partem nossos estudos acerca da situação de desigualdade e conflito ambientais envolvendo as atividades da Mineração Ômega Ltda., moradores do entorno e os ex-funcionários da empresa, nas cidades de Santa Cruz de Minas e São João del-Rei, Minas Gerais.

II- A TRAMA DOS CONFLITOS

A Mineração Ômega Ltda., situada no município de Santa Cruz de Minas, teve as atividades de lavra de areia quartzosa iniciadas em 1944 e conduzidas de maneira intermitente até 1967, quando obteve o Decreto de Lavra. A empresa realiza trabalhos de lavra e beneficiamento no local denominado “Córrego da Areia”, vertente sul da Serra de São José, e vem sendo fiscalizada pela FEAM¹ - Fundação Estadual de Meio Ambiente - desde 1987. Em 17 de maio de 1995, durante uma vistoria, a empresa foi convocada a se licenciar, tendo formalizado processo na FEAM em 26 de setembro de

¹A lei 9.525/87 autoriza a instituição da FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente – e sua criação se dá a partir do Decreto 28.163/88. Ela é o órgão responsável pelo apoio executivo que viabiliza a operacionalização administrativa, bem como pelos pareceres técnicos que subsidiam as decisões políticas que se dão no âmbito das câmaras de Infra-estrutura (CIF), Atividades Industriais (CID) e Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

1995, solicitando Licença de Operação Corretiva que foi concedida pelo COPAM² em fevereiro de 1996. Em pesquisa nos arquivos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Minas, tivemos acesso aos Alvarás de Licença nos quais consta como data de início das atividades o dia 24 de outubro de 1958. A areia quartzosa extraída é utilizada principalmente na produção de vidros e secundariamente na indústria de fundição e construção civil.

Integra a trama de relações sociais a presença de moradores de distintas classes sociais que residem em bairros de Santa Cruz de Minas e São João del-Rei. Através de análise de documentos de arquivos de cartório de registro de imóveis, foi possível constatar que os bairros “Parque Recreio das Alterosas” e “Residencial Girassol”, ambos em São João del-Rei, iniciaram os processos de loteamento em meados do século XX, o que conduz com a idéia de simultaneidade na ocupação dos territórios pela empresa e moradores de bairros do entorno. Embora as datas que constam nos arquivos da Fundação Estadual de Meio Ambiente para início das atividades da empresa e a primeira data de concessão de Alvará pela prefeitura municipal de Tiradentes sejam diferentes, o fato é que o processo de urbanização da região do entorno da mineradora é posterior à instalação da Mineração, embora já houvesse algum núcleo de povoamento no local.

Parte dos moradores do entorno, embora beneficiada pelos cerca de 40 empregos gerados pela mineradora, reclama dos impactos sócio-ambientais produzidos por ela. De acordo com a Síntese de Parecer Técnico emitida pela empresa de consultoria ambiental GEOMIL – Serviços de Mineração Ltda., empresa contratada pelo empreendedor para produzir os Estudos de Impactos Ambientais e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), os principais impactos provenientes das atividades minerárias estão diretamente relacionados com a remoção da cobertura de solo e da vegetação e a emissão de partículas finas de sílica e argila para a atmosfera. Entretanto, a síntese afirma que a emissão de partículas já foi praticamente resolvida com a instalação de um filtro de manga, um ciclone pneumático e quatro exaustores que fazem o despoeiramento das linhas de produção, assim como as voçorocas estariam sendo estabilizadas e a revegetação implantada. A Síntese não menciona com destaque as

² O COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental – foi criado em 1977, como Comissão de Política Ambiental. Suas atribuições são as de formulação e execução da política ambiental em Minas. É responsável pela formulação de normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, pela autorização para implantação e operação de atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras e pela aprovação das normas e diretrizes para o Sistema Estadual de Licenciamento Ambiental.

dinâmicas sociais envolvidas na questão. Outro relatório técnico, produzido pela FEAM em agosto de 2006 a pedido do Ministério Público, afirma que “as atividades desenvolvidas pela empresa, da forma como o são, não causam danos ao meio ambiente”. Foi realizada vistoria ao empreendimento em julho de 2006 e constatou-se que o mesmo opera com dispositivos de controle ambiental eficiente e possui outorga do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM – para utilização da água em seu processo industrial. O relatório afirma também que o empreendimento está devidamente autorizado pelos órgãos administrativo-ambientais competentes e concentra suas atividades nos limites licenciados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, enviando a este, com periodicidade regular, os relatórios de automonitoramento. Quanto ao quesito “impactos ambientais”, o relatório afirma que alguns destes são inerentes à atividade mineradora, mas que a empresa possui dispositivos de controle ambiental como o filtro de manga, peneiramento de areia por via úmida, bacias de decantação e aspersão de água nas vias de acesso, além de ter implantado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, o qual visa a preservar a integridade e a saúde física dos funcionários. Enfim, para o relatório, a empresa encontra-se dentro dos padrões de “qualidade ambiental”. Em 9 de fevereiro de 2006, a FEAM, atendendo a solicitação nossa, emitiu uma declaração atestando que a empresa obteve a Licença de Operação (LO) para lavra e beneficiamento de areia quartzosa, com condicionantes, concedida pelo COPAM no dia 28 de fevereiro de 1996 e que a mesma encontrava-se vencida desde 30 de outubro de 2005. Entretanto, em consulta a arquivos da FEAM, constatei que a LO foi concedida no dia 11 de março de 2006. Solicitei nova declaração, que foi emitida em 22 de janeiro de 2007, a qual afirmava que a Ômega tem uma LO vencida em 1º de novembro de 2003. A emissão de documentos com datas diferenciadas para um mesmo acontecimento remete à idéia de desorganização do órgão na prestação de informações à sociedade civil. Nessa declaração consta que a empresa foi alvo de duas denúncias ambientais relativas ao assoreamento de corpos d’água e poluição atmosférica, mas não é feita qualquer referência a providências tomadas em relação ao fato.

Segundo investigações de campo, alguns moradores do entorno reclamam da presença constante de uma poeira fina, que se acumula sobre os móveis, telhados e automóveis, relacionando-a a ocorrência e agravamento de quadros de tosse crônica, dores de cabeça e dificuldades respiratórias (principalmente entre crianças). Aludem

também a casos de funcionários da empresa aposentados que estariam com o funcionamento pulmonar comprometido. Além disso, de acordo com alguns moradores, as operações da mineradora estariam pondo em risco nascentes que alimentam um corpo d'água local (córrego Saraiva) e provocando o ressecamento de solos devido ao plantio, no local, de matas de eucalipto destinadas à produção de carvão vegetal utilizado no processo de beneficiamento da areia. As entrevistas com moradores de Santa Cruz de Minas, usuários da água vinda das proximidades da empresa, demonstraram certo descontentamento com sua qualidade em épocas chuvosas. Alegaram que a água adquire uma coloração amarela, mas não souberam dizer qual seria o motivo. Já as entrevistas com moradores de bairros usuários da água e com o prefeito apresentaram certas discrepâncias. Segundo um dos entrevistados, análises laboratoriais constataram que a água é imprópria para o consumo. Mas o prefeito afirmou que ainda não foi possível substituir a água por outras fontes, devido a questões técnicas e à não aceitação por parte de alguns usuários. Entretanto, nem todos os habitantes das ruas abastecidas por essa água são usuários dela. Quem tem melhor nível socioeconômico consegue substituí-la por outra de “melhor qualidade”.

A expressão da insatisfação de alguns moradores atingidos vai desde queixas veladas até denúncias explícitas aos meios de comunicação, ao CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) de São João del-Rei (uma vez que em Santa Cruz de Minas este órgão ainda não foi criado), à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) e ao Ministério Público Estadual. Alguns moradores entrevistados demonstraram, ainda, descontentamento com a morosidade das agências públicas (FEAM, prefeituras, CODEMAS etc.) e com a “parcialidade” dos meios de comunicação locais, que, segundo depoentes, evitam publicizar o problema em sua real dimensão. Houve também um vereador de Santa Cruz de Minas que inseriu o tema da poluição atmosférica local em sua campanha eleitoral em 2004, juntamente com uma candidata a prefeita da cidade nas eleições do mesmo ano, razão pela qual, segundo ele, foi constantemente procurado por moradores preocupados com a questão.

Em 2005, um morador do Parque Recreio das Alterosas, em São João del-Rei, apresentou uma série de denúncias contra a empresa, alegando que suas atividades emitiam grande quantidade de poeira que chegava até o seu bairro, o que acabava por causar problemas respiratórios nos moradores. Dentre os órgãos a que ele recorreu estão a Polícia Ambiental, o CODEMA de São João del-Rei, a FEAM e o Ministério Público Estadual. Como a empresa está situada em Santa Cruz de Minas, o CODEMA de São

João del-Rei não pode interferir na questão, embora a empresa afete diretamente bairros de São João del-Rei. Segundo entrevistas realizadas com o prefeito e o Secretário de Administração desta cidade, o fato de o autor das denúncias nunca ter levado até eles algum instrumento de solicitação de medidas que deixasse transparecer a participação de toda a comunidade (como um abaixo-assinado, por exemplo), gerava a idéia de uma implicância pessoal com a empresa. A FEAM encaminhou a denúncia do morador ao COPAM Regional Sul, em Varginha, mas não houve retorno satisfatório. No Ministério Público foi instaurado um inquérito Civil Público em outubro de 2005, para apurar os danos causados pela empresa ao “meio ambiente”, prejudicando a saúde dos vizinhos, conforme a representação firmada pelo autor da denúncia. Foi solicitado pelo Ministério Público ao Centro de Análises Químicas e Monitoramento Ambiental – CEAQ &MA – uma perícia técnica, a qual constatou que a emissão de partículas de sílica é inferior ao permitido. À FEAM, o Ministério Público pediu estudo e emissão de relatório para apurar a denúncia de degradação ambiental, relatório que classificou o empreendimento como de “classe 1”, considerado de impacto ambiental não significativo e sujeito a Autorização Ambiental de Funcionamento. O Relatório afirma que “durante uma vistoria realizada em julho de 2006, constatou-se que o empreendimento opera em boas condições ambientais e possui dispositivos de controle ambiental eficiente e que o Condomínio Girassol encontra-se localizado a 1,7 km da área periciada (medida com GPS), sendo praticamente impossível que a dispersão dos particulados atinjam a residência do autor da denúncia”. O relatório foi emitido em 1º de agosto de 2006. Em setembro do mesmo ano se dá a promoção de arquivamento do Inquérito Civil, sob alegação da “inexistência de providências a serem tomadas, dada a não comprovação de danos ao meio ambiente”.

Ressalte-se ainda que a Mineração Ômega Ltda. localiza-se na “Zona de Amortecimento” de 10 km do Refúgio Estadual de Vidas Silvestres – REVS - Libélulas da Serra de São José, Unidade de Proteção Integral criada, pelo governador de Minas Gerais, em 5 de novembro de 2004, através do Decreto N°. 43.908.

Outro dado importante é o fato de a empresa não ser associada à Associação Comercial e Industrial – ACI – de São João del-Rei (segundo pesquisa realizada no dia 21 de setembro de 2006, nos arquivos da instituição), embora o atual proprietário da Mineração Ômega, Sr. João Afonso Farias, seja presidente da ACI, reeleito recentemente. A associação à ACI oferece alguns benefícios à empresa e a seus funcionários, como, por exemplo, descontos em pagamentos de planos de saúde.

Em março deste ano, tomei conhecimento da existência de ex-funcionários da empresa, que apresentaram quadro de silicose, doença incurável causada pelo acúmulo de poeira de sílica nos pulmões, levando ao endurecimento desses órgãos, dificultando a respiração e causando até a morte. Uma viúva de ex-funcionário procurou o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário de São João del-Rei – SINTICOM –, para que fossem tomadas as providências relativas aos abusos provocados por parte da empresa, responsável pelas dezenas de casos de silicose envolvendo os ex-funcionários. Embora certo de que não é competência desse sindicato a interferência em questões como essas – uma vez que a Mineração não faz parte do setor da Indústria da Construção e do Mobiliário –, o presidente da instituição disse ter se sensibilizado com a situação. De início, em novembro de 2006, dez funcionários procuraram o Sindicato. A partir daí, a presença e atuação do sindicato na questão tem sido constante.

Foi solicitada à Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO –, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, uma investigação do foco de silicose na região de São João del-Rei. A FUNDACENTRO encaminhou ao Ministério do Trabalho documentos e fotos com informações acerca da Mineração e solicitou deste a avaliação do problema e tomada de providências, o que se encontra em andamento. Segundo dois ex-funcionários entrevistados, um funcionário teria sido convencido por seu pai, em uma audiência já realizada, a desistir de dar o seu depoimento sobre as condições de trabalho na empresa (uso de equipamentos de trabalho inadequados, como é o caso de máscaras descartáveis, ausência de pagamento de adicional de insalubridade – cortado após uma vistoria realizada pelo INSS que teria comprovado a inexistência de poeira, o que tornaria desnecessário tal pagamento). O rapaz, com aproximadamente 20 anos, já demitido pela empresa, teria sido contratado novamente no dia seguinte.

Os dois ex-funcionários entrevistados foram aposentados por invalidez. Segundo eles, o atual proprietário da empresa alega não ter nada a ver com a situação, de vez que todos os problemas de saúde foram desenvolvidos quando a empresa era de propriedade da multinacional alemã Grop Schott Ag³. O proprietário alega não ter tido conhecimento do fato, embora, segundo os ex-funcionários, ele tenha trabalhado na

³ A página eletrônica da multinacional alemã (<http://www.schott.com/english/company/environment/index.html>), informa que a empresa tem grandes preocupações com as chamadas “questões ambientais” e com suas “responsabilidades sócio-ambientais”.

empresa, como engenheiro de minas, por aproximadamente 20 anos. O engenheiro chegou a pedir a um dos ex-funcionários que desistisse de continuar a luta por meio do SINTICOM, recebendo resposta negativa. Ainda segundo este ex-funcionário, o proprietário teria dito ao morador do Residencial Girassol citado anteriormente que parasse de denunciar a empresa, já que ele não teria recursos para continuar a mover os processos. Caso continuasse, o proprietário também abriria processo contra ele, por difamação.

Para o diretor do Sindicato, é preciso que grupos ligados à “questão ambiental” se preocupem não só com serras, plantas e animais e passem a tratar de temas ligados ao “meio ambiente” do trabalhador. “Os cerca de 50 empregos gerados significam 50 mortes, o que não é viável do ponto de vista humanitário”, destacou ele. Em reunião realizada em fins de janeiro no SINTICOM, para discutir as providências a serem tomadas para sanar o “problema” da silicose e evitar que outros casos venham a ser desenvolvidos, as Secretarias Municipais de Saúde de São João del-Rei, Santa Cruz de Minas, Prados e Tiradentes foram convidadas a participar. Somente a Secretaria de Prados compareceu e tem ajudado o Sindicato com recursos financeiros para o tratamento dos doentes – feito no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo os entrevistados, a imprensa trata a questão à distância, sem grande comprometimento, sendo, em sua opinião, muitas vezes, paga para noticiar o que interessa a determinados segmentos sociais, defendendo a adequação da empresa às normas ambientais, e não o encerramento de suas atividades.

Os ex-funcionários, ambos residentes em Santa Cruz de Minas, falaram também da presença de poeira em bairros de Santa Cruz de Minas e dos resíduos de areia que são levados para casa pelos trabalhadores, em suas roupas de trabalho. Segundo o presidente do Sindicato, a poeira sobe e se concentra no ar e, posteriormente, vai descendo aos poucos e pairando sobre as casas dos bairros afetados. Segundo eles, o representante do Ministério das Minas e Energia, presente na reunião realizada na sede do SINTICOM, no dia 29 de janeiro de 2007, disse que a empresa tem instalações ultrapassadas e inadequadas. Entretanto, nos estudos de impactos ambientais esses erros não foram mencionados. Em fins de fevereiro mais quatro ex-funcionários aderiram à luta pela indenização por danos à saúde e para que novos casos de silicose não venham afetar os atuais funcionários que continuam sendo vítimas de situações de trabalho danosas à saúde.

Em entrevista realizada no mês de maio de 2007, um dos proprietários da empresa não mencionou nenhum tipo de conflito envolvendo a empresa e os grupos já apresentados anteriormente. Ele não falou dos casos de ex-funcionários portadores de silicose, nem do morador de um bairro vizinho à empresa que a denunciou por causa da poeira. Apenas apresentou a importância econômica da empresa e criticou os chamados “leigos”, que, para ele, não têm um conhecimento específico sobre o assunto e tendem a problematizar erroneamente a questão.

Contudo, a expressão de descontentamento com os impactos trazidos pela mineradora está longe de ser aberta e geral. Muitos vêem a existência da empresa como favorável, na medida em que oferece empregos para a população. Alguns moradores atestam reconhecer a poluição provocada pela empresa, mas atenuam a manifestação do descontentamento evocando “benefícios” trazidos pela empresa, como a doação de caminhões de materiais para construção civil para a construção de salas para aulas de catecismo religioso.

CONCLUSÃO

Vimos que todas as denúncias à empresa, que, inclusive, culminaram na instalação de Inquérito Civil Público foram invalidadas pelos estudos técnicos elaborados por empresas de consultoria e pelas vistorias realizadas pelos órgãos ambientais. Oficialmente, o funcionamento da empresa atende perfeitamente as normas ambientais vigentes. Contudo, a população do entorno e os trabalhadores da empresa que apresentam silicose baseiam suas denúncias em evidências empíricas que não são consideradas, pelos órgãos públicos, como provas suficientes da degradação ambiental produzida pela empresa. Vários autores têm chamado a atenção para o caráter excludente e “oligárquico” do sistema de licenciamento ambiental em vigor, caráter esse que se garante, em grande parte, pela evocação de argumentos “técnicos” e “científicos” como estratégia desqualificação das denúncias e de despolitização dos conflitos ambientais⁴.

⁴ Vejam-se, entre outros, Carneiro (2005) e Zhouri et al. (2005).

Nota-se, então, que os conflitos ambientais entre atores portadores de distintos interesses de apropriação dos territórios envolvem sempre disputas simbólicas em que estão em jogo, como se viu, diferentes visões sobre um mesmo fenômeno empírico, assim como o acionamento de distintas ordens de justificação. Contudo, no caso em tela, os atores mais poderosos logram impor também uma certa censura tácita que delimita a esfera daquilo que não se pode discutir impunemente. Configura-se um quadro de “chantagem muda”: o fato de a empresa oferecer empregos e certas vantagens à população de uma região economicamente carente, leva a uma redução da intensidade e da generalidade das críticas e demonstrações de descontentamento contra a empresa. É o que se vê claramente no trecho de entrevista abaixo:

Eu já falei, mãe, elas até mandaram um recado para a senhora não falar além do normal, porque eles já estão resolvendo... Não te falei que o pessoal tem cisma, tem medo, medo de prejudicar as pessoas que trabalha lá?....Tem muita gente, como este rapaz, este povo daqui da esquina, eles não quiseram falar porque o irmão dela trabalha lá com eles, puxa cascalho

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll.

ACSELRAD, Henri et al. (org.) (2004), *Cidadania e justiça ambiental*, São Paulo: FASE.

CARNEIRO, Eder J. (2005), “A oligarquização da ‘política ambiental’ mineira, in: ZHOURI et al. (org.), *A insustentável leveza da política ambiental*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 89-116.

FOLADORI, Guillermo (2001), *Limites do desenvolvimento sustentável*, Campinas: Editora da UNICAMP.

HARVEY, David, (2005) *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume.

ZHOURI, Andréa et al. (2005), “Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais”, in: ZHOURI et al. (org.), *A insustentável leveza da política ambiental*, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A Concepção de história de Joaquim Manuel de Macedo na obra *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*

Débora El-Jaick Andrade
Doutoranda em História Social/ Universidade Federal Fluminense

Joaquim Manuel de Macedo é reconhecido pela crítica literária por seus escritos em literatura peças, poemas, romances – sobretudo por sua precursora prosa romântica- a maioria dos estudos aborda a parte ficcional de sua obra. Enfocamos no presente artigo Joaquim Manuel de Macedo enquanto estudioso da história, inspirado pelas idéias do historicismo romântico e vinculado ao projeto de hegemonia senhorial através da divulgação da história nacional.

Nascido na cidade de Itaboraí em 1820, Joaquim Manuel de Macedo seguiu o curso de medicina, que concluiu em 1844 quando já iniciava uma promissora atuação no jornalismo. Não era proprietário de terras e pertencia aos estratos médios, o que impediu por dez anos seu casamento com Catarina Sodré, filha de um importante fazendeiro da região. Macedo perseguiu por vários anos a estabilidade financeira e um padrão de vida elevado que mantinha com dificuldades ao passar a frequentar a Corte e o círculo monárquico. A medicina apesar de lhe proporcionar proventos em épocas de poucos recursos, não se tornou sua atividade principal, o envolvimento com atividades literárias e com a atuação parlamentar lhe tomava todo o tempo. Escrevia para revistas literárias como a *Minerva Brasiliense*, depois para a *Guanabara*, para a *Revista Popular*, tinha uma coluna no *Jornal do Commercio* e editava seu jornal liberal *A Nação* (1852 a 1853) em sua própria residência.

A necessidade de obter um rendimento regular que a carreira literária não fornecia, aliada ao interesse pela História do Brasil e pela Geografia, levaram Macedo a aceitar em 1849 a nomeação para a 2ª cadeira de História Antiga e Geografia do Imperial Colégio de

Pedro II criado em dezembro de 1837. Logo depois substituiu Antonio Gonçalves Dias na cadeira de História e Corografia do Brasil criada três anos antes¹. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico (1838) em 1845, apresentado por Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre e em 1850 já era 2º secretário desta instituição, participando da Comissão de Trabalhos Históricos do Instituto Histórico e Geográfico.

No Instituto Histórico e Geográfico, uma importante instituição cultural do Império fundada no final do período regencial, trabalhou incansavelmente por quase 37 anos, assumindo cargos de 1º secretário, 2º secretário e orador². Durante as sessões estreitou o contato e a amizade com o Imperador que sempre prestigiava os debates com a sua presença. Devido a sua atuação como professor, Macedo tornou-se tutor dos filhos da Princesa Isabel e também atuou em outras instituições de instrução e de promoção cultural do Império: foi membro do Conservatório Dramático, em que emitia pareceres de censura de peças entre 1844 e 1863, fazia parte de comissões de pesquisa histórica no Instituto Histórico e Geográfico e foi membro do conselho de Instrução Pública para a Reforma do ensino primário em 1866.

Mas é justamente na escrita da história que residia o comprometimento com o projeto hegemônico senhorial na sociedade imperial. A colaboração em periódicos, a participação nas Sociedades Literárias, no Instituto Histórico, possibilitariam sua aproximação com literatos, políticos, membros da nobreza e frequentadores da Corte e os conduziram a produzir uma identidade comum e uma coesão de interesses. Assim sendo, apesar de sua origem de classe não aristocrática, Macedo junto a outros intelectuais, não apenas participou destes ambientes literários como também ajudou a forjar tais instituições.

É nesta época que os intelectuais e “as massas” passam a interagir, tendo como elo uma “comunhão” histórica. Esta comunhão se traduziu como história erudita, como romance histórico, como construção de monumentos públicos e possuía alto grau de integração e baixo grau de conflito (WEHLING, 1999.p.30). Outro aspecto da construção de um ideal de comunidade está na legitimação do Estado, sob a monarquia constitucional,

¹ J. M. de Macedo assumiu a cadeira em 1852.

² Tornou-se 2º secretário substituindo Francisco de Paula em 1848, ganhando mais e mais projeção, torna-se 1º secretário e membro da comissão de trabalhos históricos nas sessões magnas de 1851, 1853, 1854, 1855 e 1856. Em 1856 é eleito orador e tinha como incumbência fazer discursos aos sócios falecidos.

como promotor de civilização, enquanto cumpriria a função de maior provedor da ordem através da garantia das hierarquias regionais e sociais. A concepção de mundo do Romantismo se amoldava plenamente a esta legitimação pois compreendia a busca por uma alternativa para o presente no passado, servindo como um espelho para o futuro : um modelo de ordem e de comunidade (em que preponderam os ideais de fé, ordem em que os sujeitos exercem funções específicas, alegria, liberdade e criatividade).

Assim parece-nos que Joaquim Manuel de Macedo como intelectual de meados do século XIX, atuante nos principais espaços literários da Corte, teve um papel emblemático neste processo de formação e de auto formação. Sua atuação na imprensa, na política e principalmente, no Instituto Histórico e no Colégio Pedro II, são complementares e respondem a uma convicção que é pedagógica e moralizante segundo a qual a história é o campo do conhecimento privilegiado.

No livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, encontramos uma síntese de muitas concepções do romantismo referentes à história e à identidade nacional. As crônicas que compõem o livro saíram no *Jornal do Commercio* entre janeiro de 1861 a agosto de 1863, e foram publicados em 1862 e 1863 pela Typographia Imperial, concomitantemente com o volume das *Lições didáticas* para alunos do 4º ano e o do 7º ano do Colégio Pedro II (1861 e 1863). Macedo permaneceu muitos anos como professor de história e as *Lições didáticas*, destinavam-se a ser instrumento nas aulas de História e Corografia no Colégio de Pedro II em meio a carência de compêndios e manuais didáticos adequados. Foi um dos primeiros manuais sobre a história do Brasil originalmente brasileiro e conformado com as pesquisas sobre a História pátria do Instituto Histórico, particularmente com a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen (MATTOS: 1993). As *Lições* expressavam a postura docente de Macedo nas aulas de história do Colégio Pedro II, descrito por seus alunos como aparentemente distante, exigindo de seus alunos que repetissem o que estava no compêndio. Esta atitude talvez emanasse de uma concepção empirista de educação e da convicção de que se tratava de ensinar a “verdade histórica”.

As *Lições* eram dedicadas a formação das novas gerações de dirigentes imperiais que seguiriam o preparatório para o ensino superior nas faculdades de Medicina ou Direito que tinham sido fundadas no Rio de Janeiro, Salvador e em São Paulo e Olinda. Como recorda o autor no capítulo de *Um passeio...* sobre o Imperial Collegio de Pedro II, os

pobres e órfãos foram sendo, cada vez, mais excluídos do Colégio. (MACEDO,1991: 152) O compêndio deveriam assim selecionar conteúdos, visando a despertar o amor à pátria e a criar uma identidade, produzindo heróis, enaltecendo datas e acontecimentos, depreciando outras figuras "traidoras"(como Calabar), gerando anseios e valores comuns a classe senhorial.

Destoando das *Lições* Macedo dedicou-se a escrever *Um passeio...* para um público diverso dos jovens proprietários da Corte e das Províncias. Mas poderíamos indagar a que público se destina e a qual objetivo podemos relacioná-lo. O próprio cronista nos responde na introdução intitulada "Aos meus leitores" que constava na 1ª edição de *Um Passeio...*

Há dezenove anos que escrevo e ousou publicar os meus pobres escritos, e até hoje, graças a Deus, ainda não tive a vaidade de tentar escrever para aproveitar aos eruditos e aos sábios. Não me pesa esse pecado na consciência. Os eruditos e os sábios rir-se-iam de mim.

Até hoje só tenho escrito com a idéia de aproveitar ao povo e àquele que pouco sabe. Ora, escrevendo eu também para o povo esta obra, cuja matéria é árida e fatigante, não quis expô-la ao risco de não ser lida pelo povo, que prefere os livros amenos e romances às obras grandiosas e profundas.
(MACEDO, 2004. p.18)

Como o autor deixa entrever, a série de *Um Passeio...* destina-se a um outro público que não "os sábios e eruditos" que no Brasil ligar-se-iam forçosamente ao IHGB, nem tampouco às crianças, filhos da classe dirigente em idade escolar levadas a estudar no Colégio Pedro II. Ao mencionar que escreve com a idéia de "aproveitar ao povo" de modo a "amenizar a história", Macedo declara sua intenção de popularizar o conhecimento. Ideal do Romantismo e fruto de uma perspectiva moralizante, o intelectual romântico atuaria como o mediador desta difícil relação entre "povo" e conhecimento erudito. Mais do que um paradigma, na visão de mundo do Romantismo a historicidade é a condição de consciência social do presente, para transmitir estas lições sobre o passado. O gênero ou o tom da narrativa estariam subordinados à capacidade do público destinatário do discurso, mesmo que para isto tivesse que aproximar história e ficção, adicionando o elemento imaginativo, que não inspirava confiança entre os "sábios" das Sociedades Literárias e

Instituições Culturais por comprometer a imparcialidade, "o necessário critério que deve sempre formar o caráter de um verídico historiador" (BARBOSA, 1839. p.10).

Mas quem seria o "povo" ao qual o autor se refere? O próprio autor responde em "Aos Meus leitores" :

Se algum dos meus leitores é por infelicidade, paralítico, se algum outro quebrou as pernas na luta eleitoral de dezembro último em qualquer dos pontos do Império onde a Vestal foi festejada com o emprego da força material, se ainda outro está tão atarefado com os cinco ou seis cargos em que se consagra ao serviço da Pátria que não tem tempo de dar um passo na rua, ainda esses mesmos não serão privados de passear comigo. Não há incompatibilidade que afete nosso passeio. (MACEDO, 2004. p.24)

Na citação anterior Macedo repete que deseja escrever para o "povo". Na citação acima é admitida uma única incompatibilidade aparente: a de não saber ler. Este era uma obstáculo muito significativo em uma cidade que em 1838 possuía 40% de escravos negros em uma população de 130.000 habitantes e cujo nível de alfabetização devia ser um pouco maior do que a média do país, que em 1872 não chegava a 16% apesar de todo esforço em reformar a instrução pública³.

Como já foi mencionado anteriormente, cada vez mais existia um abismo se construindo entre letrados e não letrados, em que as novas gerações de senhores de escravos, grandes comerciantes, assim como burocratas e funcionários, pequenos comerciantes, profissionais liberais se instruía e tinham acesso à literatura romanesca, aos livros e jornais⁴. Estudantes e também as mulheres de origem abastada tinham acesso a escolas, aos romances nos folhetins e começavam a desfrutar da vida social em salões, nos passeios, nos teatros e saraus. Além disto, menciona leitores que porventura tivessem sido feridos nas lutas eleitorais nas províncias ou estivessem muito ocupados com cinco ou seis cargos no Estado. Concluimos deste parágrafo que o público alvo que deveria ler suas

³ Estes números foram retirados de MATTOS, Selma. *Brasil em Lições*. Rio de Janeiro, PUC, 1993. (Dissertação de Mestrado) p.12 e de BESSONE, Tânia. "As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor" In : *O Estado como Vocaçào*. RJ, Access, 1999. p.60

⁴ Tânia Bessone mostra em seu artigo que apesar do pequeno número absoluto de bibliotecas e de livros nos acervos, proporcionalmente a Corte tinha um maior número de bibliotecas privadas. Dezenove por cento entre os profissionais liberais possuíam bibliotecas particulares.

crônicas era aquele alfabetizado, que podia comprar jornal pelo menos uma vez por semana (muito escravos de ganho ou libertos com uma renda estável podiam), não eram eruditos ou estudiosos, mas podiam participar dos processos eleitorais e seus proventos tinham origem no funcionalismo estatal.

É este o público que provavelmente aceitou enveredar em “passeios” pelos “edifícios, estabelecimentos públicos e instituições” da capital nas páginas do *Jornal do Commercio* que comumente tinha acesso aos romances dos escritores através dos folhetins. Macedo queria sensibilizar quanto ao valor histórico e afetivo do passado, ou seja, um grupo que não poderia ser atingido pelas *Lições* e nem tinha tampouco acesso às áridas sessões do Instituto Histórico. (MACEDO, 2004: 17).

Joaquim Manuel de Macedo propõe aos leitores – membros da *boa sociedade*⁵ - realizar um passeio pelos locais mais importantes e centrais da Corte que ele já supõe serem conhecidos. A familiaridade em relação à cidade é demonstrada em muitas passagens: chama o Rio de Janeiro de “Sebastianópolis”. Um funcionário público a caminho do trabalho ou uma senhora que desfilasse pelas ruas chiques do centro comercial, que estivesse lendo as páginas do *Jornal do Commercio* toda a quinta-feira, poderia seguir o itinerário sugerido por Macedo e acompanhá-lo em suas descrições como a um guia turístico, parafraseando Wilson Bueno⁶.

Ao fazer isto, ele difere sua metodologia em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* daquela das *Lições de História do Brasil* (de 1861, 1863, 1865) que privilegia a ordem cronológica e cada capítulo recupera os acontecimentos de uma década da História. Na introdução de *Um passeio...* ele mostra a informalidade da narrativa e o rompimento com a cronologia:

Excluamos do nosso passeio toda a idéia de ordem ou sistema : regular os nossos passos, impor-nos uma direção e um caminho fora um erro lamentável que daria lugar a mil questões de precedência em que, sem dúvida,

⁵ Como chama Ilmar R. Mattos em *O Tempo Saquarema*, RJ, Access, 1999, em relação aos membros “respeitáveis” da nação, participantes da *classe senhorial*.

⁶ BUENO, Wilson “Passeio e Glória de Joaquim Manuel de Macedo” In: *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, SP, Planeta, 2004.

os frades Barbadinhos serviam os primeiros a fazer ouvir bem fundados protestos em nome da Igreja de S. Sebastião.

Independência completa da cronologia! Um passeio cronológico obrigar-nos-ia a começar dando um salto do Pão de Açúcar ao Morro do Castelo e um salto desses somente com ligeireza e com as pernas dos volantins políticos se poderia dar. (MACEDO, 2004. p.21).

O escritor descreve o Paço, o convento das Carmelitas, o Arco do Telles, o Passeio Público, o Convento de Santa Teresa, o Convento de Santo Antônio, a Igreja de São Pedro, o Imperial Collegio de Pedro II, a Capela e o recolhimento de N. S. do Parto, a Sé do Rio de Janeiro, locais em que a cidade começou. Chamava a atenção para sua arquitetura, notava seu aspecto externo, suas dimensões e prolongamentos, aterramentos e nomes antigos : O palácio Imperial foi construído no local em que o vice-rei mandou erguer um cais que desapareceu em 1841 ou 1842. Macedo salienta que ainda estava à espera de outro cais prometido, lembra aos leitores que as obras de aterro já tinham estendido bastante a Praça (XV), encontrando-se um pouco afastado da praia e chafariz, o que fizera o vice-rei Luiz de Vasconcelos substituir por outro chafariz à face do mar.

Como um crítico atento, o autor interrompe não raras vezes a descrição, cobrando a finalização de reformas no Passeio Público, a construção de edificações, como um novo palácio ao imperador, ou lamentando a derrubada de ermidas. Desta forma a descrição do aspecto físico e da função contemporânea do local ou do edifício torna-se apenas uma introdução para informar a propósito dos usos destes pelos habitantes do Rio de Janeiro em várias épocas. Mas não perdendo o presente como âncora de tal viagem no tempo, é possível reconhecer o do autor de *A Moreninha* e do historicismo romântico: extrair "lições" sobre o passado (história é mestra da vida).

Como analisa Françoise Choay, o século XIX é a fase da consagração dos monumentos históricos, em que os historiadores se dedicam a defender a preservação dos monumentos e edifícios contra a sede de demolições do Estado sob a Revolução Industrial. Por outro lado, a comunidade historiográfica tomou uma certa distância em relação aos antiquários e ao estudo dos objetos antigos tão em voga nos séculos XVII e XVIII, em detrimento da valorização da história política e das instituições voltando a atenção

exclusivamente para documentos escritos.(CHOAY, 2001: 122) Para os historiadores e intelectuais românticos, os edifícios e monumentos antigos não contribuem para fundar um saber, mas seriam ilustrativos do sentimento nacional, passando a simbolizar a nação. Para românticos ingleses e franceses como Guizot, Victor Hugo, John Ruskin, o valor da arquitetura e dos locais ligados ao passado se associam à identidade, que “homens de bem, desaparecidos ou desconhecidos realizaram para honrar seu Deus, organizar seus lares, manifestar suas diferenças. Fazendo-nos ver e tocar o que viram e tocaram gerações desaparecidas”(CHOAY, 2001:140)

A angústia romântica transformava em estigmas as marcas deixadas pelo tempo nas construções, que são entendidas como símbolo do destino humano, adquirindo um “valor moral: emblema duplo da *arché* criadora e da transitoriedade das obras humanas”. (CHOAY, 2001:140) Coexistem assim, sentimentos tanto de refúgio nas ruínas, monumentos e edifícios do passado, ligados ao Romantismo inglês, como de interesse pelo valor nacional e histórico dos monumentos e “culto da modernidade” ligado aos franceses. Em *Um Passeio...*, Macedo se mostra que não estava preso à rigidez metodológica que a história assumiria no século XIX. A exemplo dos românticos franceses, elege os monumentos relevantes, concedendo-lhes este valor nacional e histórico. A maioria dos edifícios descritos nas crônicas foram construídos durante o período colonial, e os qualifica como rústicos como os homens e o cotidiano da época, embora austeros. Seriam produtos da determinação de "alguns bravos homens de seu tempo" que mereceram figurar no panteão dos grandes homens da história. Os grandes personagens da história do Brasil foram objeto do projeto dos *Anno biográfico brasileiro e na Ephemerida histórica do Brasil*, isto é, de criar uma memória sobre homens e mulheres que tiveram relevância política ou cultural na história pátria. Luiz de Vasconcellos, o conde de Bobadela, o Mestre Valentin são personagens que figuram nas histórias populares e contracenam com pescadores, aldeões e monges anônimos nas páginas da crônica macediana do *Jornal do Commercio* antes mesmo de ter iniciado os *Anno biográfico brasileiro e na Ephemerida*.

Por trás desta concepção tem-se que : 1-Os monumentos são frutos da ação de grandes homens e expressam a atitude de seu tempo; 2- a história da cidade corresponde à biografia da nação.A intenção do escritor é relacionar inteligências e gênios do cenário brasileiro e promover a valorização do artista nacional, dos gênios que a nação já teria

produzido [antes mesmo de ser nação] e que são espécies de "heróis das letras e das artes" : o talentoso escultor Mestre Valentin, os pintores Manoel da Cunha e José Leandro de Carvalho, frei franciscano e orador Monte Alverne, o literato e poeta S. Carlos, o pregador Sampaio, o Padre mulato e músico preferido de D. Pedro I, José Maurício Nunes Garcia, imbatível contra músicos portugueses e europeus contemporâneos.

Além de criar esta genealogia de talentos, torna-se explícito em inúmeras passagens seu vínculo com o projeto político hegemônico da *classe senhorial*⁷ e seu apoio à monarquia como pilar de estabilidade política, de representação dos valores máximos de civilização e patrocinadora de um sistema político que proporcionaria uma verdadeira democracia, oposta ao sistema autocrático e corrupto do período do absolutismo. Contra o absolutismo, existiria no presente um elemento que denotaria um nível acima no estágio de civilização: a Constituição do Império. Ele a chama de "baluarte inexpugnável contra as intoleráveis pretensões destes reizinhos improvisados". Conclui seu raciocínio comparando a disputa política à metáfora dos calções e das calças representando o absolutismo e a democracia⁸. (MACEDO, 2004: 44)

A democracia saudada por Macedo não é apenas aquela dada pela Monarquia constitucional e alternância entre partidos, mas sobretudo pela possibilidade -sobretudo para os intelectuais e pessoas letradas- de emitir sua opinião, publicá-la, enveredar em polêmicas públicas⁹. O escritor fluminense contrasta esta liberalidade com a prática do governo absolutista de degredar para a África ou encarcerar quem escrevesse contra ele. Atribuía o sucesso do sistema político de seu tempo à Monarquia de Pedro II.

A descrição do Paço constitui-se em uma brecha para Macedo reafirmar suas crenças políticas. Argumentando que "já recebeu do cupim formal intimação para procurar um substituto" apela para o patriotismo dos parlamentares para aprovar verba para a construção de um novo palácio, para uma moradia "digna de um chefe de Estado e da

⁷ O conceito de *classe senhorial*, cunhado por Ilmar R. Mattos em *O Tempo Saquarema* é de uma classe que dirige o Estado, composta por frações de classes dentre os fazendeiros do Vale do Paraíba e dos comerciantes do sudeste.

⁸ "Os calções e as calças podiam bem servir não só para representar duas épocas distintas, mas ainda dois princípios que se contrariam. Teríamos em tal caso os calções representando a aristocracia, e as calças a democracia."

⁹ À propósito da democracia e da liberdade da opinião pública, o autor nos diz: "Ao menos, agora cada um de nós tem nas "publicações a pedido" dos jornais diários e em cada tipografia uma elevada tribuna em que solta a voz e fala como um deputado". (MACEDO, 2004. p.45)

nação” pois “o esplendor da majestade reflete sobre toda a nação, e a casa do monarca, o palácio do chefe do Estado, que atrai todas as vistas, que abre suas salas aos representantes das nações estrangeiras e a todos os cidadãos, deve ser grandioso como a idéia que representa”.(MACEDO, 2004. p.29) A residência imperial deveria ser um monumento, no sentido em que eterniza uma relação de poder e uma determinada correlação de forças. Deveria ser "grandioso como a idéia a qual representa". Esta idéia é da comunidade imaginada, da unidade e coesão por laços identitários e históricos, rigidamente estruturada em classes sociais e dirigida pela *classe senhorial*.

Assim *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, longe de ser uma obra propriamente historiográfica ou exclusivamente ficcional, mantém a intencionalidade educativa das *Lições da história do Brasil para uso dos alunos do Colégio Imperial de Pedro II* e afirma o compromisso com a "história verdadeira" (documentada, sujeita a um método crítico) pretendida pelo IHGB. Mas guarda em si a criatividade macediana, na busca de outras fontes, na valorização da memória popular, na intervenção do autor na narrativa, no vai e vem do narrador, emitindo sua opinião a respeito da política, na segunda metade do século XIX. Em síntese *Um Passeio...* direciona-se também à classe dirigente em expansão, alimentando nela a identificação e laços afetivos com os heróis portugueses dos tempos coloniais, com os intelectuais e homens de talento nacionais e com a Monarquia Constitucional, considerada o sistema mais avançado e democrático. A convicção na realização das crônicas de *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro* assenta-se principalmente em um profundo apreço pela História pátria e na idéia de que a historicização do mundo poderia levar à prosperidade material e à elevação moral.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Januário da Cunha. "Discurso". *Revista do IHGB*. 1º trimestre, N 1, Tomo I, 1839.
- BESSONE, Tânia. “As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor” In : *O Estado como Vocação*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- CHOYAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- DOYLE, Plínio."Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*.Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1971.vol.291.
- FONTANA, Josep. *Análise do Passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Planeta, 2004.

- _____. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.
- MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. , Rio de Janeiro: Access, 1999.
- MATTOS, Selma. *Brasil em Lições*. Rio de Janeiro: PUC, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- SERRA, Tânia. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. Brasília: Unb, 2004.
- WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória*. RJ, Nova Fronteira, 1999.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**“PARA UMA HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL”
AS TRANSFORMAÇÕES ECLESIAIS PÓS-CONCILIARES E SUA RELAÇÃO COM
A PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA DA CEHILA NOS ANOS 1970**

Diego Omar da Silveira*
diegomarhistoria@yahoo.com.br

Não diferente dos diversos campos nos quais a historiografia brasileira se renovou amplamente a partir da segunda metade do século XX, a historiografia religiosa¹ – e de forma especial os estudos em história da Igreja no Brasil – também passou, nas últimas décadas, por um processo de ampla revisão e, arriscarei dizer, de aprofundamento. No entanto, de forma distinta do que aconteceu, por exemplo, com a história social ou a história política, não foram das Universidades que partiu o principal impulso renovador – o que certamente complica um pouco mais a tarefa de se fazer uma “história da historiografia” religiosa em nosso país. Não quero dizer, com isso, que o historiador do social, do político e da cultura não mantiveram laços (mais ou menos) estreitos com as mudanças que se foram processando na sociedade brasileira contemporânea e, muito menos, que a história da Igreja não tenha dialogado de perto com as inovações nestes outros campos da produção historiográfica; o que estou afirmando é, na verdade, o contrário: como qualquer outra historiografia, a proposta de “como fazer história” da CEHILA (Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-Americana) – da qual buscarei aqui abordar alguns aspectos – esteve profundamente envolvida com um projeto de sociedade e, ao mesmo tempo, buscou trazer para o interior da Igreja Católica uma história de cunho científico, pautada pela coerência teórica e pelo rigor metodológico.

* Mestrando em História pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), onde integra o Núcleo de Estudos da Religião (NER).

¹ Uso aqui o termo “historiografia religiosa” no sentido em que a expressam Dominique Julia (1976) e Francisco José Silva Gomes (2002). De forma menos didática, um esboço para o delineamento deste campo de estudos pode ser encontrado também no ensaio de Eduardo Basto de Albuquerque (2003).

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Longe de buscar aqui um balanço da produção historiográfica cehiliana² – tarefa que demandaria bastante mais tempo, espaço e erudição – este ensaio busca analisar apenas alguns aspectos nela presentes desde o seu nascimento, supondo que exista uma íntima relação entre as proposições da CEHILA para uma “nova” história da Igreja no Brasil e as transformações eclesiais que se processaram em toda a América Latina nos anos pós-conciliares.

Parece-me, de modo geral, que este compromisso dos membros da CEHILA com a construção de um novo modelo de Igreja e de sociedade é algo explícito em suas obras, mas isso por si só quase nunca tornou claro como estes historiadores, sociólogos, antropólogos e teólogos delinearam um campo teórico e metodológico nos quais seus engajamentos e pertencas institucionais dialogassem de forma bastante próxima com a exigência de cientificidade³. Creio que algumas dessas questões estão colocadas já no ato de fundação da CEHILA e que algumas respostas podem, assim, ser encontradas nos primeiros textos que nasceram sob a inspiração desse novo e ambicioso projeto que é o de reescrever a *História da Igreja na América Latina*⁴. Por isso, darei aqui atenção especial a dois textos do historiador e teólogo Eduardo Hoornaert publicados na *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)* nos anos de 1973 e 1974, supondo que estes textos tenham marcado, quase como um manifesto, a construção de uma *História da Igreja no Brasil* (1977), como sugere o próprio autor, em profunda correspondência com a “vocação da Igreja no momento presente”⁵. Os textos de Hoornaert são escritos, aliás, para informar aos leitores da *REB* o início de um grande esforço – coletivo e ecumênico – que correspondesse no Brasil ao desafio lançado pela criação, em janeiro daquele mesmo ano (1973), da Comissão de Estudos da História da Igreja Latino-Americana.

Hoornaert, que na época era professor de História da Igreja no Instituto de Teologia do Recife (ITER), havia sido o único “brasileiro” presente na primeira reunião central da CEHILA (em Quito, no Equador) na qual recebeu a incumbência de constituir, no Brasil, uma equipe de pesquisadores que redigisse os tomos dedicados à *História da Igreja no Brasil* que

² Dois bons ensaios sobre a produção historiográfica da CEHILA são os textos de Sérgio Ricardo Coutinho (1999, 2003) e, com pretensões menos explicativas, o de Eduardo Gusmão de Quadros (2007).

³ Cf. MADURO, Otto. “Apontamentos epistemológicos para uma história da teologia na América Latina”. In: DUSSEL, Enrique (et. al.). *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981. pp. 09-20.

⁴ De acordo com COUTINHO (2003, p. 67), a *História Geral da Igreja na América Latina* da CEHILA, “supôs pela primeira vez a existência, na América, de um grande projeto continental, sustentado numa divisão em oito áreas regionais que superassem os limites nacionais, organizadas em torno de uma periodização geral comum que devia outorgar-lhe um sentido histórico dos fatos considerados”. As oito áreas citadas são: México, Caribe, América Central, Colômbia-Venezuela, Andino-Incaica, Cone Sul, Brasil e povos “hispanos” nos Estados Unidos.

⁵ Cf. HOORNAERT, Eduardo. “Para uma história da Igreja no Brasil”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, vol. XXXIII, fasc. 129, março de 1973. p. 117. (grifos do autor).

comporiam a história da Igreja no continente projetada para doze volumes⁶. Estando de volta ao Brasil, conta-nos Eduardo Hoornaert:

fui logo falar com algumas pessoas. Consultei meu amigo José Comblin, que me aconselhou pedir ajuda a historiadores leigos e acrescentou, com sua costumeira ironia: *os padres não entendem a história da Igreja*. Falei com Dom Hélder que me sugeriu falar com Marina Bandeira, antiga colaboradora do bispo na época do Rio de Janeiro, dizendo: Marina conhece por dentro a história da Igreja dos últimos vinte anos. No Rio de Janeiro falei com o padre jesuíta Libanio, que insistiu na dimensão ecumênica do projeto e deu o nome de Klaus van der Grijp, pastor protestante, na época professor na escola teológica dos luteranos em São Leopoldo. Seguindo os conselhos de Comblin, aproveitei da minha estadia no Rio para falar com o historiador Américo Jacobina Lacombe, o que não consegui. Em contrapartida tive, na Biblioteca Nacional, um grande encontro com outro historiador conhecido: José Honório Rodrigues. Ele me disse de chofre: *A história do Brasil é uma droga. Mas a pior história de todas é a história da igreja: descamba sempre, ou para o triunfalismo ou para a apologética. Não conheço nenhum trabalho sério*. Essas palavras deixaram uma profunda impressão em mim e deram início a uma amizade que durou até a morte de mestre José Honório. Em São Paulo falei com Sérgio Buarque de Holanda que me recebeu muito bem, e mais tarde com Boris Fausto e Carlos Guilherme Mota. Depois desses encontros leigos, todos críticos e ao mesmo tempo estimulantes, eu me senti em condições de formar uma equipe.⁷

Em seus primeiros textos, quase que de forma natural, as questões abordadas por Hoornaert fazem ecoar no Brasil as proposições que Enrique Dussel⁸ vinha traçando como as diretrizes básicas do trabalho a ser feito. De acordo com Eduardo Gusmão de Quadros, ao longo de todas as conferências que marcaram esta primeira etapa da formulação teórica e metodológica da CEHILA, Dussel

convida o grupo a elaborar uma história profética, voltada para a diáconia. Ou seja, um saber histórico que estivesse à serviço da transformação social e de seus sujeitos: os pobres. Aí está a categoria básica da hermenêutica cehiliana. Dussel não a fundamentou a partir das ciências sociais, nem mesmo do marxismo, mas tecendo considerações

⁶ Dos doze volumes projetados somente dois ainda não foram publicados: a segunda parte da Introdução Geral e o terceiro volume sobre a História da Igreja no Brasil, cf. Coutinho, Sérgio Ricardo. "Para uma história da Igreja no Brasil: os 30 anos da CEHILA e sua contribuição historiográfica". In: SIEPIERSKI, Paulo (org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Estudos da ABHR). p. 67.

⁷ HOORNAERT, Eduardo. "Breve história da CEHILA-Brasil". s/d. Disponível em www.cehila-brasil.com.br. Consulta em 01 de junho de 2007. (grifos do autor).

⁸ Teólogo e filósofo argentino considerado o fundador da CEHILA. É autor de vários trabalhos sobre História da Teologia e História da Igreja na América Latina.

sobre o Evangelho de Mateus (capítulo 25) e sobre a noção de “servo da Iahweh” da literatura profética (id.:55). A escrita do passado, portanto, foi [a partir daí] posta sob o signo da esperança escatológica.⁹

Em oposição a uma historiografia entendida como triunfalista e devedora do modelo de *História Eclesiástica* que teve suas raízes em Eusébio de Cesaréia (275-339) – no qual a Igreja-instituição é entendida como único lugar de difusão de uma fé verdadeira – os membros da CEHILA pensam uma história cuja ênfase recai sobre a difusão da mensagem evangélica, ou nos dizeres do teólogo Gustavo Gutiérrez, uma “história da libertação dos homens”, “história da salvação”. “Esta história pretende contar a vida, a biografia da Igreja, para recordar seus feitos em prol dos pobres e ao mesmo tempo a cumplicidade com os poderosos. Exaltar seus méritos, mas não ocultará seus pecados. Quer ser crítica e não apologética”¹⁰.

Não por acaso as categorias “libertação” e “salvação” empregadas por Gutiérrez, tão essenciais para o projeto historiográfico da CEHILA, estavam em consonância com um vocabulário que aos poucos se consolidava nas ciências humanas e na teologia Latino-Americana ao longo dos anos 1970. Obviamente, que para os historiadores da Igreja o impacto da Teologia da Libertação parece ter sido bem maior que aquele advindo da sociologia e da economia – com a teoria da dependência, por exemplo – embora não sejam, de forma alguma, desprezíveis as influências exercidas na CEHILA pelas correntes marxistas de análise ou mesmo pelo refinamento que então se processava em nossa história social. Por outro lado, essa ligação entre história e teologia em diversos momentos se configurou mais como um pólo de tensão do que como um elemento que ajudasse a aclarar os pressupostos teóricos de que partiam esses historiadores.

Se “para Dussel, o ponto de partida do historiador da Igreja é seu marco teológico”¹¹, essa não será uma fórmula presente na obra de todos os pesquisadores da CEHILA. Creio, no entanto, que esta também não seja uma fórmula abandonada por nenhum dos historiadores cehilianos, fazendo-se necessário captar uma enormidade de nuances existentes entre o que se entende como um “marco teológico” e o que designamos comumente como uma “opção eclesial”. Desde os primeiros debates, os historiadores da CEHILA parecem estar conscientes das limitações que lhes são impostas por estarem muitas vezes vinculados a uma instituição reli-

⁹ QUADROS, Eduardo Gusmão de. “Desafios do nome: historiografia e experiência cristã no Brasil”. In: ALMEIDA, Ivan A. & SILVEIRA, Diego O. (org.). *Anais Eletrônicos do VIII Ciclo de Estudos da Religião: Cristianismo: Ritos e Representações*. Ouro Preto: UFOP, 2006.

¹⁰ DUSSEL, Enrique. “Palavras Preliminares”. In: HOORNAERT, Eduardo (et. al.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira Época (tomo II)*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 06.

¹¹ COUTINHO, 2003, op. cit. p. 71.

giosa (não apenas pela pertença institucional, mas também por sua fé) e de como suas opções eclesiais (que são também ideológicas) estão ligadas às opções que permeiam as obras de outros historiadores. Nesse sentido, a reflexão do historiador colombiano, Rodolfo Roux, parece-me bastante elucidativa, quando afirma que

pelo menos uma situação quádrupla condiciona a neutralidade do historiador. Refiro-me ao fato de o historiador: 1) estar situado num momento histórico; 2) ocupar uma determinada posição social; 3) estar no interior de um projeto histórico em conflito com outros projetos e 4) estar no interior e uma corrente de pensamento em conflito com outras correntes. Escrever a história, é, portanto, uma tarefa situada objetivamente. Por sua vez, o historiador da Igreja que faz parte dela e que, com frequência, não vai unicamente em busca do passado, mas também em busca do *seu* passado, de sua própria identidade, está duas vezes quadruplamente condicionado, uma vez que está *situado*: 1) num momento histórico de sua Igreja; 2) está situado dentro da estrutura organizativa da Igreja; 3) está situado dentro de um projeto histórico de Igreja e 4) está situado dentro de uma corrente de pensamento no interior de sua Igreja.¹²

Mesmo repleta da consciência de sua “opção de Igreja” – a ser construída e vivenciada – nenhum elemento nas palavras de Roux indica que o historiador da Igreja deva inserir sua história no plano mais amplo de uma “história da salvação”, situada esta sim, necessariamente, em um (ou a partir de um) “marco teológico”. De forma mais pontual, um distanciamento entre história e teologia é também sugerido por Giuseppe Alberigo:

é preciso perguntar se não entramos numa fase de transição em que termina o modo teológico de conhecer o cristianismo, conotado com a abstração de tipo dedutivo, apoiado na metafísica clássica e sempre em equilíbrio entre conhecimento racional e conhecimento fiducial. Ao mesmo tempo se afirma, como base no reconhecimento do estatuto histórico do cristianismo, a validade de um conhecimento construído segundo o método histórico-crítico. Um conhecimento autenticamente tal, porém limitado pelo defeito, na medida em que se sabe que é incapaz de captar inteiramente as camadas mais profundas e os significados salvíficos da realidade.

Não se trata, para preencher esta lacuna, de recorrer à fé, realizando uma contaminação entre dois níveis de conhecimento qualitativamente diferentes, com o efeito de chegar a resultados viciados de ambos os

¹² ROUX, Rodolfo R. de. “Conhecimento histórico da Igreja: exigências e limites de um ofício”. In: DUSSEL (et. al.). *Para uma história da Igreja na América Latina: marcos teóricos (o debate metodológico)*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes: 1986. p. 96-97.

pontos de vista. Acho necessário respeitar as respectivas autonomias, segundo os limites que o atual nível de consciência cultural permite.¹³

Ou ainda, como afirma Oscar Beozzo, é impossível para o historiador da Igreja conceber ao seu objeto de estudos um “estatuto que ultrapasse o de uma realidade dentro da história”, necessariamente, regido pelas “relações e vicissitudes próprias de todas as instituições humanas e de construções sociais, religiosas, econômicas e políticas. Pretender algo diferente é produzir uma confusão de planos que não aporta nada de bom nem à fé, nem à investigação histórica”¹⁴.

Ao longo da década de 1970 esse distanciamento entre as duas disciplinas (história e teologia) vai sendo exercitado como um fator decisivo para uma configuração mais precisa da historiografia cebiliana como uma historiografia aberta às contribuições e aos desafios “trazidos pela academia e pelas novas discussões historiográficas”¹⁵. De forma abrangente, o que parece ter acontecido foi uma diluição do “marco teológico”, enquanto, por outro lado, permaneceu ainda muito viva, até hoje, uma “opção eclesial”. Nos primeiros textos de Hoornaert, entretanto, essa distinção não aparece de forma muito evidente, o que corrobora a constatação de Sérgio Coutinho de que ao lado de um projeto histórico muito claro, a “implementação do modelo de Igreja saído do Vaticano II: o modelo [eclesiológico] *povo de Deus* e o de *comunhão-participação*”, estava “toda [uma] reflexão sustentada pela Teologia da Libertação”¹⁶. Isso pode ser visualizado com maior clareza na proposição de Eduardo Hoornaert de que a chave de leitura mais apropriada para se fazer uma história da Igreja no Brasil seja a de “uma Igreja perseguida”:

A mensagem evangélica sempre foi objeto de formas mais ou menos agudas de perseguição, e não podia ser diferente numa situação em que a escravidão, o extermínio de populações indígenas, e a exploração econômica em função de um centro metropolitano faziam parte da própria vida colonial. A perseguição da Igreja não é nenhuma inovação na história da Igreja no Brasil, conquanto ela – num contexto de catolicismo sociológico – só raramente era dirigida contra a instituição eclesiástica em si (...) realizando-se, quase sistematicamente de duas

¹³ ALBERIGO, Giuseppe. “Metodologia para uma história da Igreja na Europa”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit., p. 39.

¹⁴ BEOZZO, José Oscar. “O valor e o limite da explicação histórica”. In: *Vida Pastoral*. São Paulo: Paulus, março-abril de 1985. p. 19-20. De forma ainda mais direta: “Como historiador profissional, deixo ao teólogo a história da salvação. Limitar-me-ei a reconhecer tranqüilamente a especificidade de uma evolução, de uma linha de força histórica, em seu lugar, em seu momento, na vida da humanidade”, cf. MEYER, Jean. “Metodologia para uma história da Igreja na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. p. 16.

¹⁵ COUTINHO, 2003. op. cit. p. 85.

¹⁶ Idem Ibidem, p. 72.

maneiras: ou como perseguição aberta dirigida contra as pessoas que não concordaram com o sistema, ou como perseguição oculta através de uma política de nomeações controlada com cuidado pelos poderosos (...). Desta forma, a Igreja oficial só raramente teve oportunidade de pregar a palavra de Deus acerca das situações reais existente no Brasil.¹⁷

Pode-se dizer que essa nova abordagem *descentrou* a história proposta pela CEHILA, em primeiro lugar da instituição-Igreja, já que não só ela (e de forma mais extensiva, não apenas a fé católica) detém a verdadeira mensagem do Cristianismo; em segundo lugar do clero, considerado não mais como o detentor de um saber transcendental que deve ser transmitido de forma dogmática e impositiva ao “povo”. Isso implicou a possibilidade de que o catolicismo brasileiro fosse, a partir de então, analisado de forma tipológica – um exercício que o próprio Hoornaert buscou executar, apenas um ano mais tarde, em seu livro *Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)*¹⁸.

É preciso notar, neste ponto, que a CEHILA-Brasil (primeiramente no texto de Hoornaert, mas posteriormente em diversas outras obras) busca apresentar simultaneamente uma crítica da historiografia da Igreja existente até aquele momento e os elementos para sua superação. Desta forma, já na primeira página de seu texto, Hoornaert constata: “os trabalhos de história da Igreja existentes no Brasil limitam-se geralmente a descrever a história da instituição eclesiástica. Precisa-se urgentemente passar de uma história da Instituição para uma história da mensagem evangélica”¹⁹, pois somente uma

história da Igreja concebida como história da mensagem libertadora, liberta a mesma do enclausuramento positivista. Uma história da instituição é facilmente positivista: ela descreve os progressos ou retrocessos da instituição, os triunfos, jubileus, datas comemorativas. Desta maneira, ela confunde progressos da instituição com progressos na cristianização. (...) A história da Igreja no Brasil foi frequentemente positivista, não evitou a ingenuidade de Comte e de tantos outros em considerar as gerações passadas simplesmente como preparativas da nossa, em reduzi-las a instrumentos de realizações puramente humanas. Na verdadeira história da Igreja, cada geração se encontra de imediato diante de sua vocação cristã e tem que dar conta a Deus, não dos progressos ou retrocessos da instituição, mas sim da verdade, da justiça, do amor.²⁰

¹⁷ HOORNAERT, 1973, op. cit., p. 118.

¹⁸ HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1991. As tipologias utilizadas pelo autor nesse texto são: “Catolicismo Guerreiro”, “Catolicismo Patriarcal” e “Catolicismo Popular”.

¹⁹ HOORNAERT, 1973, op. cit., p. 118.

²⁰ Idem Ibidem, p. 120.

Em geral, continua o mesmo autor, os paradigmas que orientam tal história guardam certa consonância com o momento que a própria Igreja vive. Assim, a modificação epistemológica proposta pela CEHILA só foi possível porque os novos ideais proclamados pelo Concílio Vaticano II abriram a Igreja para uma nova percepção de sua história, bem como da realidade que a circunda.

Em épocas em que a instituição eclesiástica é segura de si ela não faz senão repetir o seu próprio passado. Nestas épocas, a historiografia não tem sentido nenhum, pois ela descreve as mudanças, enquanto a instituição prefere as permanências. Ela então recebe o encargo de exaltar o passado como preparação dos triunfos atuais da instituição. O historiador se torna *laudator temporis acti* para descrever os grandes feitos do passado (*res gestae*), as epopéias e odisséias. (...) As mudanças, revoluções, transformações são classificadas como ‘crises’ da ordem, da permanência e do *status quo*, da situação normal. Uma Igreja que tem uma consciência histórica triunfalista, positivista e institucional é na verdade uma Igreja que não caminha mais: é uma Igreja morta.

Pelo contrário, em épocas de crise a Igreja perde a segurança da instituição e se abre para as mudanças. Então ela compreende melhor as insistentes recomendações evangélicas no sentido de conversão, vigilância, esperança, perseguição, desprendimento, disponibilidade. Nestes momentos a história recupera sua função de trazer a lembrança de crises passadas e da maneira em que o Espírito guiou a Igreja através da crise, ensinando-lhe a difícil lição da mudança.²¹

Ao comentar os primeiros resultados mais concretos das proposições da CEHILA – condensados no livro *História da Igreja no Brasil* (1977) – escreve Jose Honório Rodrigues:

Quando se inicia um período de transformação, tem que se reelaborar um novo passado, tal como a história nova que se vai construir no presente e no futuro. A história, sempre carregada de valores e fins não se confunde com a tradição, que muitas vezes é usada para justificar o *status quo* e santificar os erros das classes dominantes. (...) Penso que este livro liberta a Igreja e sua história da pressão de uma tradição, repleta de injustiças, de lendas, antigualhas, para se tornar um corpo vivo, ligado ao presente, preparando o futuro, servindo ao povo que é o grande objeto da ação cristã e o grande aliado de sua obra evangelizadora.²²

²¹ Idem Ibidem, p. 136.

²² RODRIGUES, José Honório. “Prólogo”. In: HOORNAERT, 1977, op. cit. p. 08.

Dois pontos intimamente ligados a esta tarefa – considerada “profética”²³ – que marcam toda a produção cehiliana (e que já estão também esboçados por Hoornaert) são a necessidade de uma nova periodização que consiga reconstituir a história da Igreja no Brasil e na América Latina de forma distinta daquela adotada para a história européia e, em segundo lugar, uma maior ênfase nos “assuntos relativos à vida cotidiana dos cristãos” leigos e religiosos que permita reconstituir especialmente a “história das idéias (*Geistesgeschichte*) e a formação de diferentes mentalidades católicas a partir da divisão classista da sociedade”²⁴.

Na realidade a periodização era já um elemento-chave para os autores da CEHILA desde os primeiros trabalhos de Dussel. Para este autor, uma nova forma de pensar os cortes cronológicos nos estudos de história da Igreja, consiste em repensar igualmente os pontos nos quais a Igreja se liga à sociedade como um todo, e, de forma inversa, as possibilidades de se estabelecer temporalidades ligadas apenas à própria Igreja²⁵. Esses questionamentos levaram a CEHILA, a estabelecer, quase sempre,

como ponto de partida, a chave interpretativa a partir do conceito teológico, ou melhor, eclesiológico de Cristandade. Este conceito foi amplamente aceito pelos membros da CEHILA, sendo Pablo Richard um dos seus expoentes. Na obra *Morte das Cristandades e nascimento da Igreja*, este autor define aquele conceito como um modelo histórico de “Igreja” que busca assegurar sua presença e expandir seu poder na sociedade utilizando a mediação do Estado, sendo este último considerado um instrumento dos interesses da classe dominante. Assim, a Igreja institucional, sob distintas formas, dá legitimidade ao sistema de dominação e tende a se organizar internamente segundo esta lógica de dominação.²⁶

Reproblematizar a periodização significava buscar identificar momentos fortes e momentos fracos²⁷ desse modelo de cristandade e encontrar em diferentes lugares e contextos, personagens, grupos, práticas, mentalidades ou idéias que com ele se confrontassem. Vários temas, como a evangelização, a estruturação de um aparelho eclesiástico e organização da sociedade brasileira, deveriam, assim, serem lidos a partir de uma experiência modelar de “Igreja viva”

²³ Uma comparação entre a proposta cehiliana e a “história profética” trabalhada por Walter Benjamin é realizada por QUADROS, 2006, op. cit., especialmente da página 04 a 08.

²⁴ HOORNAERT, 1973, op. cit., p. 119.

²⁵ Cf. DUSSEL, Enrique. “Hipótese para uma história da teologia na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1981, op. cit. pp. 165-196.

²⁶ COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Os 25 anos da CEHILA: da história da Igreja à história do fenômeno religioso na América Latina”. Trabalho apresentado no I Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) – Assis, São Paulo, 25 e 26 de junho de 1999. Disponível em http://bmgil.tripod.com/csr_09html. Consulta em 01 de junho de 2007.

²⁷ Nos dizeres de Hoornaert, “momentos abertos” e “momentos fechados” para uma ação profética da Igreja. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

– as primeiras comunidades cristãs – pautadas numa vivência do amor e da caridade que serviria para orientar a implantação de um novo tipo de sociedade – agora em consonância com o mundo moderno – como haviam proclamado, anos antes, os padres conciliares. Tal como a Cristandade, desde Constantino, veio diluindo da memória-história cristã seus traços mais fundamentais, caberia ao se escrever uma *História da Igreja no Brasil* recuperar os momentos em que esses traços estiveram mais vivos, não deixando ocultos, por sua vez, os vários mecanismos pelos quais na maioria das vezes eles estiveram sufocados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERIGO, Giuseppe. “Metodologia para uma história da Igreja na Europa”. In: DUSSEL, Enrique (et. al.). *Para uma história da Igreja na América Latina: marcos teóricos (o debate metodológico)*. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes: 1986. pp. 28-43.

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. “Distinções no Campo de Estudos da Religião e da História”. In: GUERRIERO, Silas (org.). *O estudo das religiões: desafios contemporâneos*. São Paulo: Paulinas, 2003. pp. 57-68. (Coleção Estudos da ABHR).

AZZI, Riolando. “A teologia no Brasil: considerações históricas”. In: DUSSEL, Enrique (et. al.). *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981. pp. 21-44.

BEOZZO, José Oscar. “O valor e o limite da explicação histórica”. In: *Vida Pastoral*. São Paulo: Paulus, março-abril de 1985. pp. 15-20.

BOFF, Leonardo. “História da Igreja no Brasil”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, vol. XXXVII, fasc. 146, junho de 1977. pp. 368-372.

BOURDIEU, Pierre. “Sociólogos da crença e crenças de sociólogos”. In: *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense. pp. 108-114.

CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II: conclusões de Medellín*. 8º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. “Os 25 anos da CEHILA: da história da Igreja à história do fenômeno religioso na América Latina”. Trabalho apresentado no I Simpósio da Associação

Brasileira de História das Religiões (ABHR) – Assis, São Paulo, 25 e 26 de junho de 1999. Disponível em <http://bmgil.tripod.com/csr09html>. Consulta em 01 de junho de 2007.

_____. “Para uma história da Igreja no Brasil: os 30 anos da CEHILA e sua contribuição historiográfica”. In: SIEPIERSKI, Paulo (org.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. São Paulo: Paulinas, 2003. pp. 67-86. (Coleção Estudos da ABHR).

DUPRONT, Alphonse. “A religião: Antropologia religiosa”. In: LE GOFF, Jacques (org.). *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. pp. 83-105.

DUSSEL, Enrique. “Hipótese para uma história da teologia na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1981. op. cit. pp. 165-196.

_____. “Hipóteses fundamentais da História Geral da Igreja na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 49-74.

_____. “Pólos problemáticos na História da Igreja na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 139-143.

GOMES, Francisco José Silva. “A Religião como objeto da História”. In: Lima, Lana L. da Gama (et. al.). *História & Religião*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. pp. 13-24.

HOORNAERT, Eduardo. “Para uma história da Igreja no Brasil”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, vol. XXXIII, fasc. 129, março de 1973. pp. 117-138.

_____. “Para uma história da Igreja no Brasil [II]”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Vozes, vol. XXXIV, fasc. 133, março de 1974. pp. 123-131.

_____. (et. al.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo – Primeira Época (tomo II)*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. “CEHILA: seis anos de caminhada”. In: *Revista Vozes*. Petrópolis: Vozes, vol. LXIII, n° 4, maio 1979.

_____. *Formação do Catolicismo Brasileiro (1500-1800)*. 3° ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. “Breve história da CEHILA-Brasil”. s/d. Disponível em www.kehila-brasil.com.br. Consulta em 01 de junho de 2007.

JULIA, Dominique. “A religião: história religiosa”. In: LE GOFF, 1976, op. cit. pp. 106-131.

MADURO, Otto. “Apontamentos epistemológicos para uma história da teologia na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1981. op. cit. pp. 09-20.

MALERBA, Jurandir. “Teoria e história da historiografia”. In: In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 11-26.

MARROQUÍN, Enrique. “Algumas questões metodológicas para uma história da Igreja na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 144-147.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. Tradução de Andréa Ciacchi (et. al.). In: MALERBA, 2006. op. cit. pp. 65-93.

MEYER, Jean. “Metodologia para uma história da Igreja na América Latina”. In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 13-27.

MONTERO, Paula. “O papel das editoras católicas na formação cultural brasileira”. In: SANCHIS, Pierre (org.). *Catolicismo: Modernidade e tradição*. São Paulo: Loyola, 1992. pp. 219-250. (Coleção catolicismo no Brasil atual).

PRIEN, Hans Jürgen. “Problemas e metodologia para uma história de síntese da Igreja na América Latina”. In: In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 75-92.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. “Desafios do nome: historiografia e experiência cristã no Brasil”. In: ALMEIDA, Ivan A. & SILVEIRA, Diego O. (org.). *Anais Eletrônicos do VIII Ciclo de Estudos da Religião: Cristianismo: Ritos e Representações*. Ouro Preto: UFOP, 2006.

ROUX, Rodolfo R. de. “Conhecimento histórico da Igreja: exigências e limites de um ofício”. In: In: DUSSEL (et. al.), 1986. op. cit. pp. 93-106.

SARANYANA, Josep-Ignasi. *Cem anos de Teologia na América Latina (1899-2001)*. Tradução de Frei Celso M. Teixeira. São Paulo: Paulus: Paulinas, 2005. (Coleção V Conferência: História).

SIRINELLI, Jean-François. “Ideologia, tempo e história”. In: CHAUVEAU, Agnes & TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do tempo presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: EDUSC, 1999. pp. 73-92.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Dilthey e a Teoria da História

Edmar Luis da Silva / Escola Americana de Belo Horizonte
edmarotiao@hotmail.com

O filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1883 – 1911) ganhou certa notoriedade no meio acadêmico devido ao seu trabalho de distinção epistemológica entre as Ciências Naturais e as Ciências do Espírito. Contudo, suas outras discussões – que, inclusive, suportam esse seu trabalho – são menosprezadas e quase não são notadas. Nesse sentido, a nossa comunicação visa discutir pontos nevrálgicos da sua teoria a respeito do conhecimento histórico que dão suporte a essa célebre discussão epistemológica que tomou lugar no circuito acadêmico da Alemanha e em parte da Europa no século XIX.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

As disputas políticas no meio operário (1933-35)

Eduardo T. Coelho¹

Na década de trinta os mundos do trabalho, identificada como “questão social”, estava entrecortada por várias propostas que se dividiam entre as medidas centralizadoras do Governo Provisório, pela oposição – liberais, oligarcas, dissidentes –, anarquistas socialistas comunistas e a partir de 1932 por integralistas.

Tal conjuntura significava mais que um prenúncio do Estado Novo, nas palavras de Ângela de Castro Gomes, seria “em torno de uma vasta gama de propostas ideológicas e de vigor dos enfrentamentos políticos então vividos que se construíram de fato os rumos da história do país no pós-30.”² Podemos estendê-la para as definições das relações que estas forças políticas e ideológicas estabeleceram sobre a classe trabalhadora.

Desde o processo de industrialização, pelo menos com o seu crescimento na década de 1910, a organização da classe trabalhadora e o acesso a direitos estariam imbricados com as alterações do meio urbano e o desenvolvimento dos movimentos sociais. A experiência que estava arraigada na classe trabalhadora naquele momento era a de resistência à escravidão, onde os egressos do cativo reivindicavam melhores condições de trabalho e rechaçavam práticas que os desconsiderassem como trabalhadores livres. Walter Fraga em *Encruzilhadas da liberdade* destaca esse papel que tiveram as primeira gerações de trabalhadores livres no Recôncavo Baiano no pós-abolição, e sobretudo durante o regime republicano:

O fato de a maior parte dos braços da lavoura açucareira ter vivido a experiência da escravidão foi decisivo para definir os contornos das relações cotidianas que se formaram depois da abolição. As vivências no cativo serviram de parâmetros para libertos definirem o que era “justo” e aceitável na relação com os antigos senhores, incluindo estabelecer condições de trabalho que julgavam compatíveis com a nova

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – Aluno do Programa de Pós-Graduação em História – email.eduardocoelho@gmail.com.

² GOMES, Angela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 26.

condição. Foi nesses termos que os ex-escravos rejeitaram a continuidade de práticas ligadas ao passado escravista, ou que ensejavam maior controle sobre suas vidas.³

A imposição de outras formas de dominação e controle estaria no foco de toda uma política higienista e de combate às “classes perigosas”, como apontou Sidney Chalhoub em *Cidade Febril*, para justificar a expulsão dos moradores dos “cortiços” e demolição desse tipo de moradia, conduzida com todo o aparato político e policial no intuito de desarticular qualquer hábito “nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar, etc.”⁴

É nesta combustão da população popular urbana que podemos observar o estabelecimento (conscientemente ou inconscientemente) da pauta das aspirações da classe trabalhadora durante as décadas posteriores, entre elas cidadania, remuneração “justa”, moradia, o direito de ter salvaguardadas as suas conquistas. Ao passo que os trabalhadores estabeleciam novas formas de organização e de reivindicação, principalmente no decorrer da década de 1920, eram fixadas políticas de controle social e repressão.

De acordo com Ângela de Castro Gomes,

A década de vinte assinala o desencadeamento de uma verdadeira ofensiva governamental contra o anarquismo e o próprio movimento operário, com ele identificado. Desde o ano de 1919, medidas sistemáticas e violentas de repressão à agitação social já vinha sendo tomadas. Porém, a partir de 1921, elas se acentuam com a aprovação do Decreto nº. 4247 de 06/01/1921, conhecido como Lei de Expulsão de Estrangeiros, e também com a decretação do estado de sítio em 1922 que, motivada basicamente pelo levante tenentista, vem colocar o recém-criado Partido Comunista do Brasil na ilegalidade. Por conseguinte, o período final do governo de Epitácio Pessoa já anunciava a situação que dominaria o governo de seu sucessor, Arthur Bernardes.⁵

Os mundos do trabalho se constituíam como um *locus* de atuação política, seja por organizações que visavam a liberdade e autonomia da classe trabalhadora, seja por um interesse de manutenção das bases paternalistas e de cooptação. Para Boris Fausto,

O papel do “trabalhismo” não é desprezível, no Rio de Janeiro. Dominante na última década do século XIX, cedeu terreno ao anarquismo, mas nunca desapareceu de todo, expressando em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a

³ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006, p. 214.

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.181.

⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil – 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p.90.

aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária.⁶

As primeiras tentativas de se criar um partido operário também vieram da Capital Federal, Gustavo de Lacerda, Luiz França e Silva e José Augusto Vinhaes simbolizavam esta relação entre política e os trabalhadores na primeira República. Os dois primeiros contestavam a greve como um instrumento de reivindicação. Lacerda “defendia a criação de cooperativas em vez de sindicatos militantes.”⁷ França e Silva que promoveu a formação do Partido Operário se “declarava contrario as greves, defendendo a necessidade de conceder direitos aos trabalhadores através de negociações.”⁸

Em 1892 organizou o I Congresso Operário Nacional onde participaram 400 pessoas e teve o programa aprovado na reunião lido no Congresso pelo deputado Lauro Muller, “que defendeu a instituição das oito horas diárias de trabalho.

Para Boris Fausto Vinhaes representou uma das poucas vozes “democráticas e progressistas” no parlamento naquele período. Vinhaes fora eleito pelo Partido Republicano, mas estivera a frente da criação do Partido Operário em 1890 e também transitava entre as esferas do poder: “Sua principal base se encontrava nos empregados e trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Graças às boas relações entre Vinhaes e Deodoro, o Partido Operário obteve deste uma alteração de dispositivos do Código Penal de 1890 que definia como crime a paralisação do trabalho.”⁹

A atitude de Vinhaes ia além da retórica por negociação. Ele participou e apoiou greves em 1891 as greves dos trabalhadores da Central do Brasil e dos doqueiros de Santos.¹⁰ Entre outras expressões que atribuía sobre si a expressão da classe trabalhadora estava a intenção do deputado federal Mário Hermes (filho do então presidente Hermes da Fonseca) que ao organizar um Congresso Operário, onde sistematizando as reivindicações dos operários, pudesse por ele, servir como porta-voz “autorizado no parlamento, pudesse expressar seus anseios.”¹¹

A questão é que ao longo da década de vinte os problemas relacionados ao trabalho, a situação social da classe trabalhadora, a organização sindical e suas mais diversas manifestações culturais torna insustentável as relações institucionais. Passa-se então ao

⁶ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986, p.41.

⁷ Id., p. 44.

⁸ Id., p. 44.

⁹ Id., p. 45.

¹⁰ Cf. Id., p. 45.

¹¹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, 122.

reconhecimento das conquistas trabalhistas, cerne das greves de 1917 e 1919 – associadas ainda à campanha contra a carestia –, através da legislação instituída naquele momento e contestada pelo meio patronal.¹² As reivindicações suscitavam as mesmas do pós-abolição e que continuaria a fazer parte da pauta das greves durante a década 1930 e 1940, segundo Rosa M^a. Barbosa de Araújo,

Os trabalhadores solicitavam o dia de oito horas de trabalho, o descanso semanal de 36 horas seguidas, proibição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno para mulheres, estabelecimento do salário mínimo, baseado no custo atualizado dos víveres, devendo o pagamento ser efetuado semanalmente. Exigiam equiparação do salário masculino e feminino, completo respeito por parte dos poderes públicos às associações operárias, plena liberdade de pensamento, rebaixamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, medidas para impedir a falsificação desses gêneros e a redução imediata dos aluguéis.¹³

Contudo há outro processo por trás deste “reconhecimento” da classe trabalhadora, e que anarquistas e comunistas tem em comum, que é a possibilidade dos trabalhadores intervirem no aparelho institucional do Estado além de oferecerem bases para que implicavam na participação política da classe trabalhadora. O que tangenciaria os movimentos políticos e sociais na década de 1930, da qual o aparato estatal e as demais organizações políticas estabeleceriam de uma forma ou de outra uma “relação” que pudesse responder aos anseios dos trabalhadores.

É este o ponto de partida para as eleições à Constituinte Nacional (1933) e às Estaduais (1934) que cada organização partidária buscava submeter seus programas e apelos eleitorais. Neste caso veremos esta relação entre os partidos formados em Santa Catarina.

O Partido Liberal Catarinense (PLC), que compôs a Aliança Liberal no estado e apoiou o movimento revolucionário de outubro, não possuía o mesmo corpo político de 1927, quando foi fundado, os conflitos internos provocaram a fragmentação e o surgimento de outras organizações. Num primeiro momento a Legião Republicana Catarinense (LRC)¹⁴ e depois o Partido Social Evolucionista (PSE).¹⁵

¹² Cf. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papyrus, 1986, p.18.

¹³ ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *Batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 41 e 42.

¹⁴ Formada em 1931 por dissidentes da Aliança Liberal, foram membros também do PRC. A criação da Legião Republicana em 1931 se insere num quadro pós-revolução, em formaram-se partidos (Legiões) que deveriam ser o baluarte dos ideais revolucionários e o protótipo de um partido nacional.

¹⁵ O Partido Social Evolucionista criado em fevereiro de 1933 era fruto do último interventor gaúcho em Santa Catarina, Ruy Zobarán que junto com seu secretário de interior e justiça, Manoel Pedro da Silveira, estaria encarregado de organizar um partido que pudesse concorrer com os liberais e legionários.

Nesta conjuntura marcaria ainda a reestruturação do Partido Republicano Catarinense¹⁶, até então distante do cenário político pela revolução de 1930. O PRC tinha o objetivo de inculcar um “novo molde” dada a necessidade de seguir “novos rumos para que, renovado em ideologia e processos, possa o velho Partido escapar à falência que vai atingindo impiedosamente as formações partidárias rígidas e antiquadas.”¹⁷ Para Adolfo Konder, presidente do PRC o que deveria ser feito era a “aliança definitiva entre o Capital e o Trabalho.”¹⁸ Afastar os ódios e o acirramento da relação entre trabalhadores e patrões. Por fim Adolfo Konder dirige-se aos operários:

Precisamos melhorar o standard de vida do operariado, a fim de dar-lhe recursos a manutenção de sua numerosa prole. Fazemos o ajustamento de direitos e deveres no campo da produção, por meio de uma legislação que, baseada na dignidade do trabalho e inspirada na justiça social e na fraternidade humana, assegure a defesa e assistência das classes trabalhadoras.¹⁹

A retórica de Konder não agracia um ponto sobre a legislação trabalhista, existente desde 1917, que é a recusa dos empregadores em aplicá-las e a ineficiência (ou má vontade) governamental em fazê-las cumprir, quem sabe, apenas relegando à questão social como caso de policia.

A *sensibilidade* perante as causas trabalhistas iam um pouco além, previam ainda a “instituição de um sistema de seguro contra acidente, enfermidade, velhice e morte do operariado. Proteção aos filhos do operariado e da mulher grávida. Equiparação aos operários dos trabalhadores rurais, pequenos lavradores, empregados domésticos e diaristas.”²⁰ Podemos compreender tal como um modo de participar do “debate” em torno da questão social e trabalhista; mas por outro lado a introdução de *causas* que vão ao encontro da classe trabalhadora, permite uma associação eventual entre o discurso político ou o programa partidário com os trabalhadores, desfazendo de certa forma a imagem de um Partido Republicano apontado como responsável, na Primeira República, pela degradação da classe trabalhadora.

Os demais partidos também buscariam associar-se, ou melhor, procurariam que os trabalhadores se associassem ao seu programa político.

¹⁶ O Partido Republicano Catarinense não se organizava como um novo partido, mas sim como um partido que se reorganiza após sofrer uma derrota. Sua convenção foi realizada em abril de 1933.

¹⁷ O ESTADO. Florianópolis, 26/01/33, p. 6.

¹⁸ O ESTADO. Id.

¹⁹ O ESTADO. Id.

²⁰ O ESTADO. Florianópolis, 15/04/33, p. 6.

O PLC também reservaria na Lei Orgânica do partido proposições que se dirigiam à classe trabalhadora. No capítulo I, artigo 1º. ficava definido o “reconhecimento dos sindicatos como órgãos das relações entre o estado e os vários ramos da atividade humana, por eles representados no tocante aos seus interesses coletivos.”²¹ Ou seja, era imprescindível o papel dos sindicatos, da organização da sua estrutura como mediadora. Contudo não distingue até que ponto as instituições seriam independentes com respeito ao Estado. Mas por outro lado parece importante ao PLC que a estrutura sindical fizesse parte da cena pública.

Em um segundo ponto a Lei Orgânica do PLC não descarta a importância da “legislação asseguradora da dignidade e dos direitos do proletariado”, mas ressalta a necessidade da organização do trabalho sobre o “aspecto técnico, com a racionalização dos métodos de produção.”²² A exigência de um “novo papel” para o Estado serviria como resposta as alterações na economia brasileira, de tal forma que este objetivo pretendido pelo PLC não estava isolado. Como aponta Zélia Lopes da Silva, as empresas já possuíam na década de 20 “princípios de administração científica. Contudo é com a crise de 1929 que elas se viram obrigada a um “esforço redobrado” na divulgação de tais princípios e “exigindo o acionamento de um conjunto de medidas que impõe um novo papel ao Estado, frente à coisa pública e ao mercado de força de trabalho.”²³ Que para a autora teriam um papel substancial na desarticulação das organizações autônomas dos trabalhadores.²⁴

Durante a convenção da LRC, o presidente Henrique Rupp Jr, apresentou como uma das intenções futuras do partido o apoio e a defesa de forma “enérgica” das classes agrícolas e operárias.²⁵ O seu discurso remetia ao dos demais partidos no que diz respeito à questão social. Ele apontava que não havia plano político ou programa partidário que não procurasse “encarar”, solucionar, a questão social ora com “medidas justas e oportunas” ora com uma “amalgama de coisas embaralhadas e prejudiciais.”²⁶ Havia uma particularidade no seu discurso, para Henrique Rupp Jr confunde-se “o problema do operariado com o pauperismo.”²⁷ E seria nesta “confusão” que surgiam certos indivíduos que se aproveitavam e

²¹ O ESTADO. Florianópolis, 04/04/33, p. 3.

²² O ESTADO. Id.

²³ SILVA, Zélia Lopes da. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero; MCT-CNPQ, 1990, p. 26

²⁴ Cf. SILVA, op.cit., p. 28.

²⁵ O ESTADO. Florianópolis, 31/03/33, p. 6.

²⁶ A PÁTRIA. Florianópolis, 31/03/33, p. 2.

²⁷ A PÁTRIA. id.

persuadiam as massas, “procuram tirar partido a pretexto de orientarem o operariado e fazerem a defesa *intransigente* dos seus direitos.”²⁸

Para o político da LRC havia uma inversão nas prioridades, já que o operariado não representava a maioria da humanidade, mas sim os agricultores. A solução ao problema social estaria num “olhar” mais geral, que não estava reduzido ao operariado, mas sobretudo ao trabalhador rural. Talvez tal posicionamento refletisse o pensamento de um representante da oligarquia agropastoril de Campos Novos; porém, refletia igualmente a preocupação com a crise rural por que passava o Brasil naquele momento e a evasão de mão-de-obra, ao ponto de o Ministro do Trabalho baixar decretos na tentativa de “recambiar” os trabalhadores para o campo.²⁹

Além disso, o discurso apontava um culpado, o partido que durante dois anos esteve a frente do governo estadual, o PLC, questionava:

Temos casas baratas? Temos seguros sociais? Temos trabalho? Temos uniformidade de regime de hora de trabalho? E a organização sistematizada destes? Dos salários? Não.

A atuação do Partido que dominou não se fez sentir na sua finalidade.³⁰

O que pode significar apenas uma disputa pelo governo estadual, demonstra também uma percepção por questões que eram significativas para a classe trabalhadora naquele momento, e que se arrastava desde a Primeira República, que é a moradia, o desemprego, jornada de trabalho e o salário mínimo.

Para o PSE a continuidade das dificuldades da classe trabalhadora era pela apatia aos ideais revolucionários, portanto era “preciso incorporar o operariado na organização revolucionária”³¹, oferecendo “assistência” através de escolas, saneamento, ou seja a questão social não significava apenas uma legislação trabalhista, mas também o acesso a um conjunto de necessidades até então relegadas para último plano pelas instituições governamentais.

Por isso era justificável um “hiato na vida constitucional do país para que se restabelecessem com grandes sacrifícios todas as liberdades públicas; [...] para que o problema social deixasse de ser ‘um caso policial’, afim de que as classes se organizassem à *sombra* de leis asseguradoras de todos os direitos.”³²

²⁸ A PÁTRIA. id., grifo meu.

²⁹ Cf. SILVA, op. Cit., p. 34.

³⁰ A PÁTRIA. Florianópolis, 31/03/33, p. 3.

³¹ O ESTADO. Florianópolis, 03/03/33, p. 6.

³² A PÁTRIA. Florianópolis, 11/02/33, p. 7.

Apesar de ter rejeitado estabelecer na Lei Orgânica do partido a defesa da representação classista, o PSE tinha entre os membros que discursaram na abertura da convenção e na comissão pela organização da sua Lei Orgânica, representantes sindicais. Entre os quais o representante do Sindicato de Operários de São Francisco do Sul, Arnaldo Santiago, um dos que discursou na abertura dos trabalhos.³³ Além de José Rodrigues Fonseca, representante da Federação dos Sindicatos, o qual se retirou dos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica quando foi sugerido abandonar a proposta que dizia respeito a representação de classes. O que é interessante é que tal sugestão foi apresentada por Arnaldo Santiago.³⁴

Outras duas organizações partidárias – a Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina e a Ação Integralista Brasileira (A.I.B.) – disputariam e ofereceriam relações entre partido e classe trabalhadora, apontando questões que insidiam diretamente sobre a sua organização, bem como procuravam conferir aos trabalhadores o seu papel como ator político e centro de disputas eleitorais. Estes dois partidos possuíam propostas e apelos eleitorais diferentes dos demais. Como veremos a seguir.

A Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina apresentou seu manifesto de formação como sendo a legítima organização partidária dos trabalhadores, alias composta por trabalhadores. O partido propunha ser oferecida uma participação mais decisiva na formação das leis e acesso gratuito e obrigatório ao ensino. Ao contrário dos demais partidos que afirmavam uma concessão da revolução aos diretos dos trabalhadores, instigavam os demais operários, que constituiria o seu eleitor-alvo, a lutar sem tréguas “por todas as conquistas proletárias.”³⁵

As propostas que norteariam o programa partidário da Liga dos Trabalhadores eram baseadas no I Congresso Proletário de Santa Catarina, o qual reunia várias organizações sindicais do estado. Algumas delas era o combate ao álcool e ao jogo, desenvolvimento cultural da classe proletária, legislação para demissão sem justa causa, revisão e reajustamento do salário nas diversas zonas do estado, uniformização do salário para determinadas profissões, pela encampanação da linha Férrea de São Francisco a Marcelino Ramos, instrução pública, literário-moral e intelectual dos filhos de operários.³⁶

Eram também dirigidas críticas ao sistema político, sobretudo da Primeira República e os seus remanescentes: “Entre esse digladiar da política que ora se debate na ânsia desmedida

³³ O ESTADO. Id.

³⁴ O ESTADO. Florianópolis, 04/03/33, p. 1.

³⁵ A GAZETA. Florianópolis, 04/10/34, p. 1.

³⁶ CORREIO DO ESTADO. Florianópolis, 22/09/34, p. 6.

dos interesses partidários”; e finaliza propondo uma reação por parte dos trabalhadores – e claro a associar-se ao partido – “há em ti uma necessidade de nortear de outro modo os teus pensamentos que são justos, os teus anseios que são o grito de toda a tua classe sacrificada! [...] operário da minha terra! Vota na chapa que tens em mãos. Não vacila, pois que ela é a chapa feita pelos trabalhadores como tu.”³⁷

Por fim, a AIB – que não se identificava como partido, mas sim como um movimento nacional – que também dirigiria suas atenções ao eleitorado operário. “Vota com os integralistas, que querem salvar das garras da Democracia-liberal, tornando-o uma força acionadora do Estado, dando-lhe garantias e direitos”, instigava os integralistas aos seus eleitores ao criticar o sistema político.³⁸ Da mesma forma condenava os partidos políticos que incluíam um ou dois operários nas suas fileiras como um “favor” aos trabalhadores, classificavam como “engodo” tal atitude. A crítica se referia ao PLC que se utilizava desta estratégia e era divulgado pela imprensa.³⁹

Era enfático na sua identificação com a classe trabalhadora, “O integralismo é um movimento de trabalhadores”. Descartava qualquer tipo de conflito de classes ou mesmo a sua existência, “[o integralismo] não conhece classes e visto que ainda há injustamente classe no Brasil”. Aconselhava os trabalhadores, que esperavam a conquista de direitos, a “não esperar a *futura revolução social* dos tais condutores proletários”⁴⁰, ou seja a AIB era o único que falava aos operários e poderia lhes corresponder.

O que procuramos salientar é como estes partidos buscavam de uma forma ou de outra a identificação entre seus programas e os trabalhadores na disputa por este eleitorado “alvo”, ao estabelecerem pontos de inflexão com questão social e as propostas partidárias. Os congressos operários e as greves que dominaram todo período impunham por parte dos partidos uma resposta, mesmo que retórica, a estes anseios.

Desta forma há um embate entre os partidos, pelo que Ângela de Castro Gomes chamou em *Invenção do trabalhismo*, “voz dos trabalhadores” – a historiadora relacionava naquele momento a ação do Ministério do Trabalho e da formação do PTB ao fim da ditadura Vargas (1937-1945) – e que podemos utilizar aqui no sentido de se construir uma legítima representação da classe operária.

³⁷ A GAZETA. Florianópolis, 13/10/34, p. 2.

³⁸ A GAZETA. Florianópolis, 27/09/34, p. 2.

³⁹ A GAZETA. Florianópolis, 20/09/34, p. 1.

⁴⁰ A GAZETA. Florianópolis, 05/10/33, p. 2.

Aos partidos que “simbolizavam” os ideais da Aliança Liberal e da revolução de 1930, como eles procuravam se distinguir, partiam do princípio que era apenas através da vitória dos revolucionários que a classe trabalhadora havia conquistado seus direitos. Contudo se analisamos os jornais do período verificamos que os trabalhadores enfrentariam grandes dificuldades no acesso aos direitos da legislação trabalhista, como jornada de 8 horas, férias, sindicalização, e diferente do que propagava o PSE em seu manifesto, a questão social continuava a ser uma questão de polícia, destacamentos da segurança pública costumavam a serem deslocados cada vez que era decretado estado de greve em algum ponto do estado.

“O proletariado brasileiro, não pode esquecer, não pode olvidar, porque não é ingrato, quanto ficou devendo ao governo Revolucionário”⁴¹, assim vinculava o Partido Liberal a relação que a classe trabalhadora *devia* à revolução. Procuravam estabelecer uma distinção entre passado e presente, num onde “negava-se tudo, [...] só ameaçavam os operários com a ‘borracha’, a pata de cavalo e a cadeia”, noutro onde pelas “promessas da plataforma da Aliança Liberal cumpridas religiosamente.”⁴²

Em contrapartida a Coligação Republicana⁴³ – formada pelo PRC, a LRC e PSE – contestavam, e divulgavam apoio dos trabalhadores como o “oferecido” pelos estivadores de São Francisco do Sul: “os estivadores estarão com a Coligação Republicana, porque com ela têm a garantia da defesa de sua causa. Haja vista que, durante o governo Konder⁴⁴, nunca houve um conflito entre os estivadores e os embarcadores, que não fosse resolvido a contento geral.”⁴⁵

Havia até mesmo uma “guerra de informações” pela pretensa representação dos trabalhadores. A chefia provincial da AIB publicou através dos jornais um manifesto em que desmentia a informação de que um de seus candidatos estivesse apoiando a “chapa” liberal.⁴⁶ Em outro boletim a Coligação Republicana acusava o policiamento e ameaça aos “trabalhadores” que não apoiassem o PLC, naquele momento o partido que formava o governo estadual.

O objetivo que procuramos traçar foi apresentar como os partidos políticos se apropriam da discussão da questão social nos seus discursos, manifestos e programas para estabelecer a

⁴¹ CORREIO DA TARDE. Joinville, 28/06/1934, p. 1.

⁴² A REPÚBLICA. Florianópolis, 02/10/34, p. 2.

⁴³ Em 1933 com a anulação das eleições o Partido Republicano Catarinense, a Legião Republicana e o Partido Social Evolucionista formaram uma “coligação” para fazer frente ao Partido Liberal Catarinense.

⁴⁴ Adolfo Konder (1926-1930)

⁴⁵ O ESTADO. Florianópolis, 20/09/34, p. 6.

⁴⁶ O ESTADO. Florianópolis, 10/10/34, p. 6.

identificação com a classe trabalhadora; e de certo forma compreender como a organização dos trabalhadores influenciou naquele período nas propostas políticas e a necessidade dos partidos de acrescentar as questões “trabalhistas” nos seus programas. Além de identificar o modo como os partidos se apropriam da “voz dos trabalhadores” e a transmitem como uma resposta política, e não que isso significasse uma conquista da própria classe trabalhadora.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

História e ruína nos Capítulos de Capistrano de Abreu

Eduardo Ferraz Felipe*¹

O presente texto propõe uma leitura do livro *Capítulos de História Colonial* (1907) de Capistrano de Abreu. Tomando como ponto de partida a sensação de precariedade que sua elaboração da narrativa histórica, durante o período colonial, transmite, baseia-se, aqui, na observação de que os fatos passíveis de atingir significação histórica foram poucos e efêmeros. O passado, aquilo que nos une, ainda não foi capaz de alçar, definitivamente, ao histórico, insistindo em permanecer labutando entre a aspiração por formar-se e o temor do diluir-se. A fabricação humana, capaz de ser contada através da história, permanece inacabada, como um edifício em eterna construção, reiterando a dispersão e a desordem, por comungar com sua ruinação, sem alcançar a constância valorizada pelo narrador.

O argumento que norteia a leitura pode ser formulado da seguinte maneira: Capistrano estabelece, em seus *Capítulos de História Colonial*, a tensão limite entre História e Natureza – através do contraste na narrativa histórica, entre presente e passado - pelo fato de que a “atrofia das funções”, causada pelo transplante dos “fatores exóticos”, “molda”, ainda, os cinco grupos etnográficos que possuem a Natureza como estímulo e limite. Nesse sentido, o “exótico” adequa-se à sua frequência, sofrendo sua *naturalização*, e a narrativa histórica torna-se tributária da lentidão e vagarosidade do tempo histórico imposto por ela. Esta equalização faz com que ela cumpra a função de ordenadora da experiência histórica pela *naturalidade* que impede que haja algum acontecimento capaz de propor uma cesura radical nos diferentes períodos históricos. Presente e passado são permeados da mesma carga de efeitos dos atos gerados pelos homens, dispersos e disruptivos.

Naturalidade e História:

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio.

Logo em seu início, a Natureza, sob a forma de território, é apresentada como instante inicial para a narrativa histórica; uma antecâmara onde aportam, posteriormente, os “fatores exógenos”. “A quase totalidade do Brasil demora no hemisfério meridional e entre o Equador e o Trópico de Capricórnio alcança o país as maiores dimensões.” (ABREU, 1977, p.1) Como se estivesse ante um mapa, o autor narra uma localização e lhe insere atributos particulares “nem o mar invade, nem a terra avança...os dois elementos convivem *quase sem transições e sem penetração...*” Nesta passagem, neste Capítulo que parece não dizer muito acerca do tema que o livro trata, é possível perceber uma imagem que será recorrente ao longo de toda a sua *História em Capítulos*, e pode-se dizer até que será um dos pontos fundamentais de como opera o seu pensamento: assim como a relação entre o mar e a terra, a variedade de espaços existentes neste território coexistem de forma *intransitiva*. Seus Capítulos começam com um mapa geográfico impassivo que se “demora” no Hemisfério Sul, onde ocorre a espacialização do tempo, um território imerso no tempo mítico.

De forma lenta, assim como aquele mapa do Brasil é visualizado, a História e suas parcas modificações começam a ser narradas. Ao tentar compreender nosso pretérito perfeito, composto sob a forma da Natureza, Capistrano utiliza sua escrita cartográfica visando desmistificar um mito de origem: a fertilidade. O Brasil não é a imagem da terra fértil presente nas cartas de Caminha, é um território ocioso, apático que “nem o mar invade, nem a terra avança”, cujos atributos irão reverberar ante o indígena que também será indolente e, principalmente, pouco propenso à cooperação. Como dirá ao final do capítulo “O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação”. (ABREU, 1977, p.12)

Neste momento preciso, Capistrano executa uma diferenciação entre a indolência e a ausência de cooperação, sendo o último o resultado do desenvolvimento errôneo de sua forma social, justamente cultivada através da relação de integração equivocada que mantinham com o meio físico². Neste diagnóstico, ao final do primeiro capítulo, Abreu deixa claro a persistência - não de traços psicológicos que impediam o progresso, visto que os índios não eram indolentes – mas do antropogeográfico equívoco, que será considerada a principal característica negativa da turbulência que observa em seus dias. “A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de

² Assim Capistrano dialoga com uma tradição que vem desde o século XVII e iniciada por Buffon que a compreensão do homem somente pode ocorrer caso inserido na Natureza. Ver GERBI, Antonello *Novo Mundo. História de uma polêmica* São Paulo: Companhia das Letras 1996.

ação incorporada e inteligente,... parece os indígenas terem legado aos seus sucessores.” (ABREU, 1977 p.12) Estas características serão frequentemente retomadas como característica dos tipos étnicos resultantes da mestiçagem nos capítulos posteriores. Serão a base do espanto e da dificuldade de João compreender a possibilidade da constituição de uma unidade nacional sólida

Através da trajetória histórica, a tentativa do autor é ir demonstrando como ocorre a expressão da diferença brasileira ante o reinol. Esta será a aquisição, a mudança significativa capaz de dar ao país alguma originalidade. Como surge o sentimento de afeição pela terra, a lenta superação do “transoceanismo”³. O momento em que “deixariam de andar arranhando a areia da costa como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior.” Esta diferenciação ocorre através da compreensão do “segredo do brasileiro”, uma transfiguração que ocorre lentamente, a afirmação de uma “consciência nacional”⁴ que gradualmente se torna presente ante as diferentes ações que derivam do movimento constante entre “formação e dissolução”. A manifestação sensível da idéia expressa através da naturalização sofrida pelo processo histórico.

Esta naturalização do processo histórico é, no plano da própria escrita, a incorporação do discurso histórico dos atributos da Natureza. A narrativa histórica assume a lentidão e vagarosidade do tempo orgânico - “lentamente” os diferentes obstáculos foram promovendo a ligação dos diferenciados “centros de povoamento”- e somente de maneira muito lenta as modificações foram ocorrendo. Na letra e narrativa dos *Capítulos História Colonial*, a rápida “danação” que os atos humanos sofrem começa a ser rompido pelo lento movimento de diferenciação frente ao invasor, o holandês.

Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. *Só muito devagar* foi cedendo esta *dispersão geral*, pelos meados do século XVII. Reinóis e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamelucos, mulatos, caboclos, caribocas, todas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns dos outros apesar de todas as diferenças flagrantes e irredutíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada e levada sem desfalecimentos, durante trinta anos. Em São

³ Em um artigo de juventude “Aspectos da Literatura brasileira contemporânea” proporá como o transoceanismo a sensação de inferioridade frente ao português. In ABREU, Capistrano *Ensaio e Estudos* 1º vol.

⁴ A primeira intuição desta feição do livro está em COUTINHO, Afrânio *A Tradição Afortunada*. Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros 1972. Este ponto está aprofundado em PEREIRA, Daniel Mesquita *Descobrimientos de Capistrano: A história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”* Rio de Janeiro, PUC Tese de Doutorado em História 2002.

Vicente , no Rio, na Bahia, e em outros lugares, por meios diferentes chegou-se ao mesmo resultado. [Grifo meu] (ABREU, 1977, p.70)

“Só muito devagar”. Esta parece ser a tonalidade de todos os *Capítulos de História Colonial*. Até a metade do livro, Capistrano leva ao paroxismo a influência da Natureza ao naturalizar a história. O espaço é a chave da escritura dos Capítulos de Capistrano, delimitando aquilo que deve ser narrado, como também, utilizando-o como o fator explicativo dos diversos aspectos de cada um dos grupos etnográficos. Além da espacialização, a própria temporalidade se insere no espaço, nessa naturalização, sendo narrada através da imobilidade que impede que ocorram “progressos definitivos”. A ausência de “formadores de tradição” capazes de gerar acumulação de experiência e, conseqüentemente, avanço.

O Histórico é compreendido por Capistrano como o resultado das ações dos homens no mundo. Cada ação particular vincula-se a um determinado fim particular a ser cumprido por cada agente. Sendo que, neste caso específico, elas devem ser guiadas por um horizonte comum – tendo a Nação como fim último – pois somente assim poderão agir em prol do “sentimento nacional”. Como dirá Denise Bottman: “O âmbito dos resultados é o que adquire estabilidade, e passa a conter as novas ações de outros agentes, mesmo que sejam ‘inconscientes’ de sua inserção naquele âmbito” (BOTTMAN, 1985, p. 64) O propósito de dominar o meio e submeter as forças naturais ao desígnio histórico-racional, a capacidade de subordinar abstratamente a natureza a um código legislado pela razão - fazer com que o natural ascendesse ao histórico - não se corporificou em atos longevos. A instabilidade é uma imagem que caracteriza o passado - pela dispersão que se verifica na Colônia - como permeia o presente, através dos diferentes atos e sensação de desconcerto presente nas missivas. E é este solo instável que faz com que cada avanço comungue sempre com a sua possibilidade de dissolução, com sua ruína pela probabilidade, sempre presente, de disjunção. E esse é um ponto decisivo do raciocínio de Capistrano de Abreu, a ruína não é uma ação do processo histórico, fruto de uma ilustração pragmática, mas ela é uma figuração *no* processo histórico, devido seu *telos* estar inscrito em um avanço temporal que comunga com a insistência do passado e a ausência de cesura capaz de diferenciar radicalmente presente e passado.

Somente uma determinada forma de ação coordenada, “incorporada e inteligente” seria capaz de fazer com que deixássemos de ser uma coleção de múltiplos

espaços sem diálogo, para nos tornarmos transitivos. Assim, parece que apenas uma experiência durante a Colônia foi capaz de ser observada de forma positiva: A Companhia de Jesus. A imagem do jesuíta é composta como uma sombra, uma sugestão dita num volume bem baixo, como um segredo. Os jesuítas são um contra ponto àquele distúrbio que atravessa todo o livro, a incapacidade de manter uma ação sistematizada diante do mundo e fazer com que a experiência colonial seja capaz de romper com a influência passiva da natureza, a atrofia das funções gerada no primeiro encontro.

Apesar de todos os embaraços criados pelas hesitações da metrópole e pelas paixões da Colônia, a obra de Nóbrega prosseguiu e, na região amazônica, sobretudo, prosperou. Aos missionários foi entregue a administração temporal das aldeias, cuja abastança e fartura excediam às das vilas dos brancos. Não se falava senão das riquezas dos jesuítas, de fato em sua parcimônia, gerência metódica e desapego pessoal figuravam uma magnificência de que levaram o segredo, como depois se verificou. (ABREU, 1977, p.164)

Em “fatores exóticos”, o português que aqui aporta e inicia a sua interação com o indígena e o meio, possui uma feição particular, um caráter dominante que atravessa todo o período colonial, como uma peculiaridade dos colonos.

O português do século XV era fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina, ou contrafeito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia rebuscos nem eufemismos de linguagem...Com a rudeza dos costumes que assinala aqueles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres, dependia em grande parte da força e energia individual. (ABREU, 1977, p.17)

Este caráter independente leva a exaltação da personalidade nas relações travadas entre estes e o mundo, deixando-as à deriva de seus desejos particulares e de seus instintos. A renúncia em manterem uma relação metrificada com o mundo, de que seus atos sejam constrangidos pela disciplina, que seus instintos possam ser parcialmente castrados frente um horizonte comum, faz com que possuam um espírito característico, que perpassará toda a experiência colonial, e como observa chegará até seus dias: uma conduta aventureira.

Mas esta conduta aventureira, como orquestradora da experiência colonial, que termina por resultar do caldeamento étnico que nos formou, ao mesmo tempo em que gerou a extra-ordinária capacidade de desbravamento do território - uma experiência totalmente diferenciada, quantitativamente mais fértil, como o autor deixa claro no Capítulo “o Sertão” - terminou, também, por gerar a sensação de *precariedade* que se sente ao longo do livro. A conduta aventureira foi pautada pela *desmedida da audácia* em terras do Brasil. Neste sentido, configura-se uma situação na qual a ação concertada

é até possível, mas somente a partir de ações eventuais e fortuitas, sempre dependente de um motivo de força maior, como, por exemplo, uma invasão estrangeira ou uma revolta capitania, jamais a função de uma norma habitual e universalmente aceita por todos. O tipo bandeirante poderia ser considerado o melhor exemplo desta ausência de limites impostos ao controle da audácia. Uma “monotonia trágica” que fere os olhos do polígrafo Capistrano no Capítulo “o Sertão”.

Há a valorização de uma imagem puritana que permeia o olhar de Abreu com relação à forma de compor certa compostura diante do mundo. Como se sabe Capistrano era agnóstico e manteve-se convicto de sua postura até ao fim de sua vida, mesmo após a conversão de sua filha e de toda a sua tentativa de convertê-lo ao catolicismo. (BUARQUE, 2003, p.137-155) O que aqui se concebe como imagem puritana é a manutenção de uma ética da conduta fundadas no metodismo e no autocontrole como a peça fundamental capaz de romper o atraso fundamentado na ausência de cooperação e na incapacidade de manter uma ação convicta acerca de seus atos.⁵ Um tópico característico de todo o pensamento ocidental, que ao ser apreendido pela ótica de Capistrano, parece ser a única possibilidade de tentar fazer com que as ações no mundo percam a sua efemeridade.

Esta argumentação nos leva a uma nova questão, pois se torna difícil, nesse contexto, imaginar que este tipo de experiência tenha condições de assegurar muito mais que uma precária e incompleta unidade nacional. A adesão destes múltiplos e dispersos *ethos* anárquico que tangenciamos na discussão e a superação lenta do transoceanismo, por mais que fosse capaz de gerar uma “transfiguração”, mesmo que notoriamente frágil, gerou um problema. Este reside no fato de que esta identidade, precisamente por que acentua, em vez de diminuir, as divergências entre estes soberanos feudos que são cada um dos grupos etnográficos, termina por ser incapaz de fornecer um critério que permita a completa reunião do país em torno de um princípio comum.

Através desta instabilidade, a transposição constante entre nascer e morrer, monta a crítica ao comportamento desenfreado, descentrado, desconectado através da solicitação de uma cultura que encorajasse um temperamento uniforme, assim como firmeza e retidão. A pessoa com um temperamento assim mantém um bom e durável estado de espírito na perseguição de seus próprios fins, respondendo aos atos dos outros

⁵ Aqui se baseia na ética vocacional do protestantismo ascético WEBER, Max *A Ética protestante e o espírito do Capitalismo* 12^oed. Biblioteca Pioneira 1997.

e nas circunstâncias da vida. A constituição de uma vida interior, capaz de fugir do império das paixões da colônia, mas que não redundasse em ascetismo, e fosse capaz de transbordar para o espaço exterior em benefício dos outros, e na chave semântica dos *Capítulos de História Colonial*, capaz de trabalhar “a favor do sentimento nacional.” Assim, monta-se o elogio da *constância*⁶ atrelada a um propósito social forte, a capacidade de que a ação humana, na experiência colonial, seja capaz de fincar raízes profundas e propiciar mudança com progresso.

A assimilação e comunhão das “três raças irreduzíveis”, em instabilidade profunda e constante possibilidade de dissolução, ocorreu tingida pelas paixões e vícios, pela inexistência de limites em suas ações e pela incapacidade de manterem a convicção em seus atos. A esta perene possibilidade de disjunção, somou-se um território que não foram capazes de moldar, através da ação humana, suas particularidades naturais⁷. Mantém, por mais de quatro séculos, uma *relação imediata* com tudo aquilo que lhes rodeia. Permanecem imerso na mais estrita *naturalidade*, com atos que oscilam entre a possibilidade de ascenderem à história - como a possibilidade de instaurarem comunicações ao longo de todo o território - e de decaírem na mais completa fragmentação e distúrbio político - pois ainda mantém ações que dispensam grandes “prodigalidades cerebrais”, sem gerência metódica e desapego pessoal - como o cotidiano de seus dias.

A ausência da constância levou a certo aprisionamento dos colonos aos seus instintos. A incapacidade de manterem-se unidos por um princípio direcionador externo, um sentimento coletivo, os levou a exaltação de certo egoísmo capaz da tentativa de submeter cada ato aos seus interesses particulares. Tornavam-se, assim, suscetíveis do ritmo natural, do nascer e do morrer, levando suas ações a declinar em ações instrumentais incapazes de gerar alguma mudança significativa.

Por aventura, entende-se uma forma de modelagem da substância da vida em que ocorre uma junção particular entre accidentalidade externa e necessidade interior. (SIMMEL, 1988, p.15) Apesar de seu ser isolado e accidental, a aventura possui necessidade e sentido. A conduta aventureira caracterizar-se-ia por uma combinação peculiar entre os elementos calculáveis e incalculáveis da vida. O elemento incalculável

⁶ Segue-se aqui a reflexão minuciosa feita por Leites em diálogo com o trabalho clássico de Weber. LEITES, Edmund *A Consciência Puritana e a Sexualidade Moderna* São Paulo: Brasiliense 1987.

⁷ Importante notar que Capistrano adere, de forma muito cúmplice, a sensação de estranhamento deixada por Koster, Luccock e Auguste Saint-Hillaire. Estes autores praticamente não são questionados em suas afirmações, um ponto que adensa a observação aqui empreendida acerca do elogio da constância.

da vida passa a ser considerado da mesma forma que ordinariamente consideramos apenas aquilo que acreditamos ser por definição calculável.

Algumas palavras de um autor já citado ajudam a aprofundar o ponto. “Egoísmo significa sempre, de forma precisa, uma orientação teleológica – em direção a uma reação qualquer do eu – e para qualificar uma ação de egoísta pressupomos implicitamente uma orientação deste tipo.” (SIMMEL, 1993, p. 10) Essa qualificação de egoísta está, geralmente, vinculada ao fato de seguir sem contenção seus próprios instintos, sendo que, desta maneira, colocamos sobre ela uma exigência altruísta, que por não ser satisfeita, faz com que o comportamento pareça egoísta. Aos olhos de Capistrano, o exercício do particular, conforme os três séculos de Colônia demonstram, reverbera de forma negativa na experiência coletiva, pois terminam por reiterar aquele panorama intransitivo que nos persegue desde o primeiro desenho das diferenciadas paisagens que serviram de palco para a chegada do português. A perda da competição da história para a Natureza.

O texto não termina com um fechamento programático, com a expressão de uma solução possível para toda aquela grande coleção de imagens fragmentárias que terminam por estarem coaguladas nas divergências dos cinco grupos etnográficos. Termina com um diagnóstico⁸ que indica que somente um centro forte seria capaz de promover uma dada possível mudança nos atos daqueles que aqui residiam. Mas este centro devera vir atrelado a certo sentimento de pertencimento, um sentimento coletivo, capaz de evitar que este centro ordenador fosse simplesmente uma solução instrumental, tivesse uma feição exterior às múltiplas feições que coaguladas pudessem ser chamadas de povo.

A experiência colonial de que ainda somos tributários aos olhos de João, parece fugir completamente da consolidação de limites entre os pares que a noção de constância parece remeter. Sem “formadores de tradição”, sem “coordenadores e energia”, sem “consciência nacional” e sem se prezarem uns aos outros, não é possível acumular experiência, completar a “edificação” e, conseqüentemente, avançar. Resta, apenas, efemeridade e inconstância, formação e dissolução. Ruínas antes do edifício ter se formado.

⁸ Importante notar a noção de diagnóstico, como um texto que ao invés de ser construído a partir de um conjunto de observações que terminam por ser subsumidas a uma lei geral, ela se constrói a partir de um conjunto de significantes que geram uma composição inteligível, aproximando-se, assim de uma inferência clínica. Sobre esta arrumação ver GEERTZ, Clifford *Interpretação das Culturas* Rio de Janeiro; Livros Técnicos e científicos. 1989

Bibliografia:

ABREU, Capistrano de **Capítulos de História Colonial 6^oed. 1977.**

_____. **Ensaio e Estudos 1^o série. 1977.**

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen **Guerra e Paz. Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freire nos Anos 30.** Ed. 34 1994

BOTTMAN, Denise **Padrões explicativo na historiografia brasileira** 1985.

BUARQUE, Virgínia **Escrita Singular: Capistrano de Abreu e Madre Maria José** museu do Ceará /Secretaria de Cultura do Estado do Ceará 2003.

COUTINHO, Afrânio **A Tradição Afortunada.** Rio de Janeiro, Coleção Documentos Brasileiros 1972

GEERTZ, Clifford **Interpretação das Culturas** Rio de Janeiro; Livros Técnicos e científicos. 1989

GERBI, Antonello **Novo Mundo. História de uma polêmica** São Paulo: Companhia das Letras 1996.

LEITES, Edmund **A Consciência Puritana e a Sexualidade Moderna** São Paulo: Brasiliense 1987.

MOMMSEN, Wolfgang Theodor J. *Rationalization and Myth in Weber's Thought* In: **The Political and Social Theory of Max Weber** Chicago, The University of Chicago Press, 1989.

PEREIRA, Daniel Mesquita **Descobrimientos de Capistrano: A história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”** Rio de Janeiro, PUC Tese de Doutorado em História 2002.

SIMMEL, George *Fragmento sobre o Amor* In: **Filosofia do Amor** São Paulo, Martins Fontes, 1993

_____ *Sobre la aventura* In: **Sobre la Aventura. Ensayos filosóficos.** Barcelona: Edições península 1988

WEBER, Max **A Ética protestante e o espírito do Capitalismo** 12ªed. Biblioteca Pioneira 1997

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

Relações de Concubinato em Minas Gerais no século XVIII: a questão indígena

Eduardo Truhlar Martins / UFOP
edutruhlar@yahoo.com.br

O tema desenvolvido neste trabalho são as relações de concubinato entre colonos e índios durante o período de 1725 a 1750 em Minas Gerais. A falta de laços familiares (casamentos) entre a população era comum em Minas, fato esse que preocupava as autoridades eclesiais – defensores do casamento como base da família. Para assegurar a religiosidade e a moral das sociedades coloniais havia regularmente investigações presididas pela autoridade episcopal. Essas investigações procuravam organizar um pequeno tribunal, no qual denúncias contra criminosos eram recebidas e julgadas.

A partir do uso dos inventários deixados pelos senhores, das devassas, das fontes matrimoniais e dos libelos de divórcios, este trabalho busca reconstruir as estratégias sociais adotadas pelos colonos para manterem as relações de concubinato, havendo interesses afetivos ou não. Outro objetivo é averiguar os casos em que os colonos permitiram que o sentimento religioso predominasse sobre os afetivos. Entender quais foram às estratégias adotadas pelos indivíduos após serem descobertos pelos visitantes, as formas de resistência e qual o destino dos envolvidos nas acusações, constituem-se como prioridades nesta pesquisa. A partir do ano de 1725, o trabalho escravo indígena estava em um processo de extinção ou quase-extinção. A idéia é tentar entender como os nativos da terra foram assimilados pelos colonos, no que diz respeito à conjugalidade, após o declínio da utilização da mão-de-obra escrava indígena.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Raimundo Nina Rodrigues, Clarival do Prado Valladares e Marianno Carneiro da
Cunha: três historiadores da arte afro-brasileira**

Eliane Nunes¹

Apesar do interesse pelo tema arte afro-brasileira ser recente, a história da arte afro-brasileira tem já uma longa trajetória no país. Inventariar e analisar a sua escrita averiguando como se constituiu este campo de estudos é a tarefa a qual dedico o doutoramento em curso no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia, realizando uma pesquisa de cunho historiográfico que está levantando os escritos sobre arte afro-brasileira, de 1904 a 2006.

Esta comunicação visa discutir a presença de três importantes autores sempre citados quando o assunto é arte afro-brasileira, cuja relevância é incontestável, sobretudo pelos avanços paradigmáticos que imprimiram a este objeto de estudos: Raimundo Nina Rodrigues, Clarival do Prado Valladares e Marianno Carneiro da Cunha. Pretende-se, a partir da análise de seus escritos, compreender como o tema foi abordado, a partir de quais pressupostos elaboraram seus pensamentos e como conceituaram a arte afro-brasileira.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)

O marco inaugural dos estudos sobre arte afro-brasileira é o artigo *As Belas Artes nos Colonos Pretos do Brasil*, de Raimundo Nina Rodrigues. Publicado inicialmente em 1904, sintetiza as diligências do autor sobre arte negra, que foi como ele denominou o que hoje se chama arte afro-brasileira. Analisa objetos artísticos

¹ Licenciada em Artes Visuais (UFPel). Especialista em Patrimônio Cultural (UFPel); especialista em Barroco Mineiro (UFOP); mestra em História Ibero-Americana (UNISINOS) e doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia. Professora de História da Arte da Universidade Federal de Pelotas.

pertencentes à cultura negra da Bahia coletados pelo próprio, relacionando-os com a arte africana, na medida em que os avanços dos estudos o permitiram.

As descabidas idéias racistas de Nina Rodrigues pertencem já a história das ciências sociais no Brasil, mas não podem nos impedir de perceber a simpatia com que este autor olhava para a arte negra, tornando seu discurso sobre ela por vezes contraditório com suas teses a respeito da inferioridade dos africanos e de seus descendentes. Perpassa todo o texto um desejo incontido de valorar positivamente as peças que aborda, a começar pela adjetivação de arte com letra maiúscula, deferência utilizada na época de Rodrigues apenas para nominar as obras produzidas pela tradição erudita ocidental, de matriz européia. “... já é Arte, que se revela e desponta na concepção da idéia a executar, como na expressão conferida à idéia dominante dos motivos.” (RODRIGUES, 1988, p. 163). Nina estava na contramão da história, que atribuía a estas peças apenas valor etnográfico, sequer designando-as sob o estatuto de arte e relegando-as a museus especiais, convenientemente separadas daquelas que, por parte da cultura erudita européia, mereceram tal adjetivo, sobretudo quando o termo era grifado com letra maiúscula.

Os médicos Jean-Martin Charcot e Paul Richer, neurologistas franceses do século XIX, que utilizaram obras de arte em seus estudos e Maurice Delafosse, principalmente, foram as influências teóricas localizadas de Nina Rodrigues. Delafosse, encarregado pelo Museu de História Natural da França de catalogar obras de arte recolhidas de diversos povos africanos, utilizava um método descritivo típico da etnografia que, embora possa ser confundido com os princípios do método formalista em história da arte, difere principalmente porque, quanto a leitura formal, o primeiro não realiza a análise estilística das obras, que lhe é desnecessária. Partindo de uma apurada descrição, o método utilizado por Delafosse e seguido por Nina localiza indícios formais e iconográficos que permitem “explicar” a obra. Nosso autor usou o método com primazia, pois, observador perspicaz, conseguiu imprimir a narração toda a ação presente nas cenas, como no exemplo da descrição do cofre encontrado numa praia de Salvador e hoje desaparecido, que narra a agitada caçada a um jacaré.

Mas, apesar do método bem empregado, Nina Rodrigues cometeu equívocos ao analisar determinadas peças, como no exemplo já analisado e descrito abaixo:

No caso da análise iconográfica da peça “Sacerdote ou filho-de-santo dançando”, fica claro que o autor desconhecia que a escultura é

apresentada em posição de joelhos fletidos, figuração típica que denota posição de poder em muitas culturas da África. Mas quando da publicação do texto, os estudos referentes à história da arte africana eram incipientes² e é presumível que estas constantes formais fossem desconhecidas. Para ele, a posição da figura do sacerdote ou filho de santo era a tentativa frustrada do artista negro de representar a dança que faz parte do ritual de possessão no candomblé. (CUNHA; NUNES; SANDES, 2006.)

De seu texto, aflora a concepção de arte que norteia seu senso estético e é precisamente nesta concepção que devemos localizar o tanto de esforço que Rodrigues empreendeu para estudar arte negra já que esta não se adequava ao que ele designava como belo. Para Nina, a boa arte era a oficial, erudita, de matriz européia, ensinada nas academias encarregadas de transmitir regras rígidas de representação, cujos modelos deveriam ser extraídos da natureza e, sobretudo, de cópias de obras do passado que já tinham inclusive atingido o mérito de serem designadas com letra maiúscula.

Apesar desta concepção estética, de todo comum à sua época, Nina Rodrigues fez o esforço, não raro infrutífero justamente pela rigidez desta, para analisar a positividade da arte negra.

Mandam as regras de uma boa crítica (que?) desprezemos as imperfeições, o toco da execução, dando o devido desconto à falta de escolas organizadas, da correção de mestres hábeis e experimentados, de instrumentos adequados, em resumo, da segurança e destreza manuais, como da educação precisa na reprodução do natural. (RODRIGUES, 1988, p.163)

Da análise do artigo em questão infere-se a opção de Nina Rodrigues ao selecionar as peças que iria abordar sob o nome de arte negra: todos os exemplares se destinam ao culto religioso, deixando de fora as obras populares e mesmo as eruditas produzidas por negros na própria Salvador em que ele habitava. Outra inferência clara é que o autor elegeu seis esculturas em madeira ligadas a tradição formal iorubana. A primeira característica, a da relação entre a arte que hoje denominamos afro-brasileira e a religião marcou e ainda marca os estudos sobre esta modalidade da arte nacional. Apenas na década de cinquenta os artistas negros populares mereceram análises relacionais com a arte africana e tivemos que aguardar até 1966, com o artigo de Clarival do Prado Valladares, *O negro brasileiro nas artes plásticas*, para que artistas

² FROBENIUS, Leo publicou em 1898 o primeiro estudo sobre as máscaras africanas.

negros atuantes nos moldes acadêmicos do século XIX fossem historicizados. A segunda característica localizada em Nina Rodrigues, a de atribuir a influência formal da arte negra praticada em Salvador a uma origem iorubana e fon, deveu-se tanto a crença de que, para esta localidade, teriam vindo mais escravos pertencentes aos povos acima referidos quanto a crença correlata, de que estes seriam mais “evoluídos” do que os bantos, destinados a outras regiões brasileiras.

A influência de *As Belas Artes nos Colonos Pretos do Brasil* foi tamanha que basta dizer que estabeleceu os alicerces conceituais sobre os quais o tema foi tratado nos próximos cinquenta anos. Somente com um artigo escrito em 1956, Arthur Ramos³ proporcionou uma visão mais ampla da produção afro-brasileira no campo das artes, ao introduzir artistas populares e que executavam obras laicas. Até então, era a concepção de Nina Rodrigues que vigorava ao tratar de arte afro-brasileira, emergente de seu texto como a produção ritualística, de origem iorubana e fon, executada por africanos e por seus descendentes no Brasil.

Clarival do Prado Valladares (1918-1983)

Juntamente com outros intelectuais que atuaram na Bahia entre as décadas de 60 e 70 do século XX, tais como seu irmão, José Valladares, Pierre Verger, Jorge Amado e Odorico Tavares, entre vários, incentivou as artes de várias formas, especialmente no ambiente soteropolitano, num momento em que esta viveu um surto de desenvolvimento artístico. Publicou em jornais locais textos dirigidos ao grande público, mesclando as biografias dos artistas referidos com análises das obras a partir de sua resolução plástica. Trata-se de textos didáticos, cuja preocupação indisfarçada é com a formação e instrução de um fruidor capaz de apreciar os então artistas emergentes do ambiente cultural da cidade.

Clarival Valladares redimensionou a abordagem das produções artísticas da denominada arte afro-brasileira sob vários aspectos. Alargou o campo dos estudos, antes restrito a arte ritualística, incluindo artistas eruditos e populares, revelando muitos nomes e obras que vinculou a uma matriz atávica africana. Vários textos seus foram ancorados em biografias de artistas negros, tratando de Hélio de Oliveira, de Mestre

³ In: O negro na pintura, escultura e arquitetura. In: O negro na civilização brasileira. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956, cap. X, p. 138-149.

Valentim, de Biquiba Guarani, João Alves e de Agnaldo Manoel dos Santos, entre outros.

Em 1958, ao tratar de Mario Cravo Junior, escultor baiano branco, no artigo homônimo, referiu-se a um amálgama afro-brasileiro presente nas obras, sem, contudo designá-lo como um artista afro-brasileiro. Para Valladares, a ascendência africana era condição para a inclusão de um artista nesta categoria, tal qual Nina Rodrigues e diferentemente de Marianno Carneiro da Cunha.

No texto *O negro nas artes plásticas*, de 1966, o que foi nominado como arte afro-brasileira não ficou restrito a arte ritualística, pois o autor focou o cenário artístico do século XIX e a participação de alguns negros naquele contexto excludente da Academia Imperial de Belas Artes. Em se tratando do primeiro artigo escrito sobre a participação negra nesta instituição, realizou uma delicada pesquisa bibliográfica localizando textos que citavam a cor dos artistas. Estas fontes revelaram-se de suma importância para impedir o “branqueamento” do qual foram vítimas muitos negros do passado brasileiro. Além desta listagem, Valladares apresentou, pela primeira vez reunidos pela ascendência africana, artistas brasileiros dos séculos XVIII e XIX. O tema dos negros participantes da Academia de Belas Artes foi retomado em 1987, na exposição *A Mão Afro-brasileira*, portanto vinte anos após este artigo inaugural.

Com uma postura muito mais política do que a de seus antecessores, inaugurou uma crítica de arte engajada em favor do reconhecimento da arte afro-brasileira, incorrendo em excessos típicos desta conjuntura historiográfica. Um exemplo pode ser verificado nas abordagens que realizou da obra de Agnaldo Manuel dos Santos, ao enfatizar possíveis elementos atávicos inconscientes e subestimar a força das imagens dos livros de arte africana que Pierre Verger lhe disponibilizou.

Contudo, muitos de seus estudos foram dedicados ainda à arte ritualística. Uma apreensão realizada pela polícia em 1910, em Alagoas, permitiu que estudasse, em 1969, no artigo *A Iconografia Africana no Brasil*,⁴ exemplares das últimas décadas do século XIX, buscando, em última instância, definir genealogias e suas alterações no Brasil.

A crítica militante de Clarival o alinhou com a modernidade brasileira de modo

⁴ Reeditado ARAÚJO, Emanuel. *Arte e Religiosidade no Brasil: Heranças Africanas*. (1997)

geral, nacionalista e preocupada em desvelar as “raízes do Brasil”, mas fez parte de um momento mais reflexivo desta, que tinha abandonado já a euforia das construções históricas destituídas de contradições, presentes, sobretudo na primeira fase do modernismo. Mais realista, ele enfrentou, por exemplo, a espinhosa questão da produção artística destinada a turistas, que ironicamente foi estimulada pela valorização da arte popular.

Enquanto a visão hegemônica na crítica de arte brasileira solicitava uma arte abstrata, cujo paradigma era o universalismo, o ambiente intelectual baiano dava mostras de autonomia ao prestigiar artistas cujas pesquisas os ligavam ao primeiro modernismo e sua busca pelas origens, mas suficientemente renovados para operarem no interior do discurso artístico, inventariando o passado para alcançar as formas e as significações que os permitiram participar da estética moderna com identidade bem marcada, tais como Emanuel Araújo e Rubem Valentim.

Clarival do Prado Valladares foi um crítico de arte que, metodologicamente era um formalista, principal corrente de abordagem do fenômeno artístico do século XX, cuja análise é centrada na sintaxe visual. “*Poucos como Clarival se detiveram na apreciação artística em seu sentido estrito, nas questões estético-estilísticas*” (SALUM, 2004, p. 337), abordando as soluções de claro-escuro, o uso das cores, a composição das obras, bem como suas vinculações estilísticas mais amplas. Mas percebe-se neste tecnicismo o desejo do autor em valorar os artistas aos quais fazia referência, tratando-se mesmo de dar-lhes um lugar no cenário das artes plásticas brasileiras, pois tratava de artistas eruditos, populares e ritualísticos, principalmente negros, que sofriam de forte preconceito no elitizado circuito artístico nacional. Mesmo tendo colocado a ênfase na forma, tinha plena consciência de que a compreensão da arte negra só era possível através da interpretação iconográfica, como fica claro no texto sobre Hélio de Oliveira:

...por força de sua motivação mágica, tende para uma solução simbólica. É verdade que necessitamos de tradução dada pelo autor, porém não é devido à metamorfose e, sim, ao incógnito, para nós, de suas referências. (...) Do momento em que Hélio se dispôs a nos traduzir o significado dos seus signos, bem como as razões místicas da organização dos objetos do ritual iorubá, vimos que suas naturezas mortas não são, como aquelas outras, arrumadas na quase gratuidade de um enlevo contemplativo, mas carregadas de significados, intenções e mistérios. (VALLADARES, 1962, p. 220)

Clarival do Prado Valladares era um nacionalista apaixonado pela Bahia e pela

riqueza da cultura ali produzida e soube ver a importância da participação dos afro-descendentes na sua constituição. Ao olhar para o que se produzia na Salvador de sua época, deparou-se com uma gama impressionante de artistas pertencentes às camadas populares, cujas obras ligavam-se a um receituário formal e iconográfico de matriz africana e cujas produções plásticas ainda não tinham merecido a atenção da história da arte. Valladares reparou esta falta.

Marianno Carneiro da Cunha (19---1983)

Marianno Carneiro da Cunha é o autor do capítulo sobre arte afro-brasileira do livro *História Geral da Arte no Brasil* (1983), organizado por Walter Zanini, realizando uma síntese consistente e única a respeito desta especialidade. Trata-se de um texto denso no qual o autor trata de aspectos gerais da arte africana e aprofunda a discussão conceitual sobre arte afro-brasileira, em suas vertentes ritualística, popular e erudita, com base em revisões bibliográficas que, infelizmente não são suficientemente claras⁵. O texto *Arte afro-brasileira* é referência obrigatória e presente em todos os estudos posteriores sobre a temática.

Conforme o próprio autor, quanto à informação e ao método de análise, sua base teórica foi a obra Nina Rodrigues por considerá-lo ainda insuperável. Determinado a desvelar a linha genético-formal de algumas iconografias que se repetem na estatuária ritualística de origem afro, estabeleceu um diálogo entre peças pertencentes a vários museus e coleções brasileiras.

A análise de Cunha situa-se no interior da melhor tradição formalista da história da arte, demonstrando através dela o quanto valorizou a arte afro-brasileira, dando-lhe a mesma atenção que sempre mereceu a arte erudita ocidental. Cunha utilizou já os adequados instrumentos da história da arte, ou seja, a seriação de objetos para a necessária análise estilística. Nas suas próprias palavras:

Para fazer história da arte afro-brasileira temos que primeiro tentar conhecer o protótipo africano que deu origem ao objeto brasileiro e depois constatar quais os elementos que aqui foram modificados. Em terceiro lugar, perceber-se o leque evolutivo formal em suas várias etapas, dentro de um mínimo de referencial cronológico. (CUNHA, 1983, p. 991)

⁵ O autor faleceu depois de entregar a primeira redação de seu texto, ainda sem notas, bibliografia e revisões

Mas ao utilizar a análise formalista o fez como um primeiro passo para o entendimento das obras, pois se apercebeu que, assim como a arte africana, para compreender a arte afro-brasileira faz-se necessário reputar-lhe o significado “...o que se afirmou da arte africana é igualmente válido para a arte afro-brasileira....trata-se de uma arte conceitual, icônica.” (CUNHA, 1983, p. 995)

Para realizar a análise partiu de dois pressupostos já estabelecidos pela historiografia: um conceito de arte afro-brasileira e uma classificação dos artistas assim denominados. O conceito utilizado foi que a arte afro-brasileira é “...expressão convencionalizada artística que, ou desempenha função no culto dos orixás, ou trata de tema ligado ao culto.” (CUNHA, 1983, p.994) . Esta definição caracteriza a arte afro-brasileira como ligada a dois pressupostos: religiosidade e funcionalidade. Englobando a grande maioria da produção artística reconhecida como tal, exclui artistas, sobretudo contemporâneos, que se tem fixado em outros elementos da matriz africana, tais como as padronagens de tecidos, o estudo de materiais, entre outros aspectos. Dentro desta definição cabem objetos que não se relacionam com a matriz africana, como por exemplo as iconografias de caboclo ou de umbanda que não são africanas, “...nem no estilo nem na técnica.” (CUNHA, 1983, p. 994). No sub-item “A emergência de artistas e de temas negros a partir das décadas de 1930 e 40”, o autor questionou a vinculação da terminologia apenas a afro-descendentes, testando a definição dada a princípio sobre arte afro-brasileira, enfatizando que: “...dos artistas cobertos em geral por essa definição muitos são brancos, outros mestiços e relativamente poucos são negros.” Somente ao final do artigo o autor esclarece sua postura sobre a inclusão ou não de artistas sem ascendência africana aparente, e o faz de maneira surpreendente:

A arte ritual afro-brasileira, na realidade, não mais identifica etnicamente apenas a negros, mas serve também de identificação cultural a brancos e mestiços, assumindo portanto uma dimensão, ao que parece, nacional. Logo, ante o exposto, a qualificação afro-brasileira permanece ambígua e provisória. Trata-se de um termo que, na realidade, já nasceu envelhecido pela própria dinâmica a que se têm submetido os elementos culturais africanos no Brasil.”(CUNHA, 1983, p.1026)

Carneiro da Cunha rompeu com um dos pressupostos mais fixados entre os autores anteriores que escreveram sobre arte afro-brasileira: o pressuposto que os executores das obras de arte designadas como afro-brasileiras deveriam ser aparentemente não-brancos.

O segundo pressuposto do qual parte para realizar a abordagem da arte afro-brasileira é a classificação mais corrente desta, que a dividia em quatro grupos: o primeiro constituído por artistas que somente aplicam temas negros incidentalmente ou esporadicamente e poderiam utilizar tanto referências indígenas ou quaisquer outras como estimuladoras de seus trabalhos artísticos. O segundo grupo refere-se àqueles artistas que utilizam temas afros consciente e sistematicamente, mas operam dentro dos esquemas da arte ocidental. Já os artistas que se servem de temas e soluções plásticas negras espontâneas e às vezes de modo inconsciente pertencem ao terceiro grupo. Por último, os artistas rituais, cujas obras são realizadas para serem utilizadas nos rituais das religiões afro-brasileiras

Os artistas pertencentes ao terceiro e quarto grupos são comentados de forma conjunta por Cunha, posto que o autor os considerasse os verdadeiros representantes de uma arte afro-brasileira. Assim, vale a pena reproduzir a citação na qual justifica esta opção:

...sobretudo a obra dos artistas do terceiro e quarto grupos, tornam nulas as dicotomias convencionais estabelecidas entre arte popular e arte erudita, entre artista e artesão e quejandos, como já assinalamos. Trata-se com efeito, de uma arte prenhe de sentidos, extraídos de modelos culturais e de valores atuantes. Estes exprimem uma visão de mundo que se fortalece na revolta contra os parâmetros impostos arbitrariamente pelas classes dominantes. Este fato é capital, pois mostra claramente que dentre todos os povos que influenciaram culturalmente o Brasil somente o africano foi capaz de fornecer uma cosmologia que aqui se enraizou e que aqui se expande.” (CUNHA, 1983, p. 1026)

A arte realizada por negros ou sob a influência de sua cultura ancestral é avaliada pelo autor como uma constante que permeia toda a denominada arte brasileira, “...tanto a vertente africana quanto a branca ou mulata estão na base do que tornou as artes plásticas no Brasil não mais luso-brasileiras mas nacionais.” (CUNHA, 1983, p. 1021), o que significa dizer que, sem este elemento, a arte brasileira não existiria tal como é.

Concluindo, ressaltamos a importância destes três autores, que publicaram em circunstâncias variegadas, para a historiografia da arte afro-brasileira. Com Nina Rodrigues temos a inclusão da temática no círculo acadêmico e uma conceituação de arte afro-brasileira, que enfatizou apenas seu caráter religioso, além do fato de que seus executores terem sido, invariavelmente, negros e descendentes das culturas iorubana e Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 9 EDUFOP, 2007.

fon.

Clarival do Prado Valladares ampliou consideravelmente o campo, incluindo, além dos artistas ritualísticos, os eruditos e os populares. O aprofundamento de seus estudos sobre arte e artistas negros de matriz popular nos deu a perceber toda uma gama de matrizes formais inconscientes. Do ponto de vista dos produtores, Clarival, tal qual Nina Rodrigues, também considerou que são negros ou mestiços, sem, contudo esquecer que muitos artistas brancos foram influenciados pela matriz africana.

Com Marianno Carneiro da Cunha a temática afro-brasileira ganhou a maioria sob os paradigmas da história da arte. Ao insistir que ela está na constituição da arte brasileira, Marianno rompeu pela primeira vez a relação de etnicidade ao definir arte afro-brasileira, caracterizando-a a partir do uso de convenções estilísticas ligadas a matriz africana.

Devemos a eles não somente muito do que sabemos, mas também muitas das perguntas que nos permitiram enxergar o que não sabemos, mas gostaríamos de saber sobre arte afro-brasileira. A contemporaneidade traz a necessidade de diálogos alargados diante da multivocalidade das abordagens do fenômeno artístico, especialmente da arte afro-brasileira, mas para não nos percamos nesta Babel discursiva, é fundamental perscrutar o passado e entender como os conceitos de arte afro-brasileira foram elaborados por três dos seus mais importantes estudiosos.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Emanuel. (org). Arte e religiosidade no Brasil. Heranças africanas. II Encontro Nacional de Cultura. Pinacoteca do Estado de São Paulo. 1997.
- ARAUJO, Emanuel. (org) A mão afro-brasileira. São Paulo: Tenengue, 1988.
- CUNHA, Marcelo N. Bernardo da; NUNES, Eliane; SANDES, Juipurema A. Sarraf. Nina Rodrigues e a constituição do campo da história da arte negra no Brasil. In: Carta Médica. Salvador, 2006 (no prelo).
- CUNHA, Marianno Carneiro da. Arte afro-brasileira. in: ZANINI, Walter. (org.) História geral da arte no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.
- DELAFOSSÉ, M. Lê trône de Behanzin et les portes des palais d'Abomé au Musée ethnographique du Trocadero. La Nature: revue des sciences et de leurs applications aux arts et à l'industrie, Paris: 1090, 1894.
- LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.
- LODY, Raul. Por uma história da arte afro-brasileira. Série Comunicado Aberto, agosto 1994.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. As belas artes dos colonos pretos no Brasil. Kosmos. Rio de Janeiro, agosto, 1904.
- SALUM, Marta Heloisa. Cem anos de Arte afro-brasileira. Mostra do Redescobrimento. Arte Afro-brasileira. São Paulo: Fundação Bienal, 2000.
- Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 10 EDUFOP, 2007.

- SALUM, Marta Heloísa Leuba. “Imaginários negros”, negritude e africanidade na arte plástica brasileira. In: MUNANGA Kabengele. (org.) História do negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares. Vol.1. 2004.
- VALLADARES, Clarival do Prado. Paisagem rediviva. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, [Série Ensaio], 1962.
- VALLADARES, Clarival do Prado. Origin, revelation and death of a primitiviste sculptor. Publicações do Centro de Estudos Afro-Orientais. Série Estudos. Universidade da Bahia. Salvador, nº2, 1963.
- VALLADARES, Clarival do Prado. Riscadores de Milagres. Um estudo sobre arte genuína. Rio de Janeiro: Superintendência de difusão cultural da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, 1967.
- VALLADARES, Clarival do Prado. A iconologia africana no Brasil. In: Revista Brasileira de Cultura. MEC/CFC. Rio de Janeiro, 1 (1),: 37-48, set., 1969.
- VALLADARES, Clarival do Prado. O negro brasileiro nas artes plásticas. Cadernos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano X (47): 97-109, 1966.
- RAMOS, Arthur. O negro na pintura, escultura e arquitetura. In: O negro na civilização brasileira. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956, cap. X, p. 138-149.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:

historiografia

brasileira e modernidade

As atividades comerciais exercidas pelos escravos na Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821 que possibilitaram a compra e a coartação de sua liberdade

Elisa Vignolo Silva

O presente trabalho pretende esclarecer de onde vinha a renda dos escravos, habitantes da Comarca do Rio das Mortes, que possibilitara a compra de suas alforrias. A hipótese que avaliamos gira em torno da existência de uma "economia interna dos escravos" que produzira o acúmulo de um pecúlio para a compra e coartação de sua liberdade.

O objetivo da pesquisa é demonstrar que o trabalho dos escravos, na comarca em questão, possibilitou-lhes a compra à vista ou parcelado de suas alforrias independente da produção senhorial.

A opção pela Comarca do Rio das Mortes ocorreu devido à mesma ter, também no período de 1808 a 1821, uma significativa produção agrícola destinada principalmente ao abastecimento da corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro. Esta comarca antes mesmo da chegada da família real portuguesa, em 1808, já era uma importante área fornecedora de gêneros alimentícios para a capital da Colônia.

Optamos por escolher o ano da chegada da corte, como marco inicial da pesquisa, devido a este fato ter como consequência o aumento da demanda por produtos agrícolas na então sede administrativa do império português levando, desta forma, ao aperfeiçoamento da atividade agropastoril da Comarca, proporcionando maiores chances do escravo obter sua manumissão.

O tema do projeto nos remete a uma historiografia sobre a "economia interna dos escravos", também denominada de "brecha camponesa", que de acordo com Ciro F. Cardoso

seria a produção independente de alimentos realizada pelos escravos para o próprio consumo e para a venda.

A questão da existência de uma relativa autonomia escrava gerou controvérsias na historiografia, tendo algum autor afirmado que tal fato era uma estratégia empregada pelos senhores de escravos para contê-los cativos, sendo que outros estudiosos sobre o assunto, reconheceram a autonomia escrava como uma conquista do cativo.

O termo “brecha camponesa” foi cunhado por Tadeusz Lepkowski para designar a economia própria dos escravos do Haiti, já o termo “protocampesinato escravo” pertence a Sidney Mintz, que o elaborou ao estudar as Antilhas. Ciro F. Cardoso foi o primeiro autor a trabalhar com este elemento no Brasil. Entretanto Cardoso utilizou a definição de Mintz para o caso brasileiro: “atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas, e no tempo para trabalhá-las, concedidos para esse fim no interior das fazendas”¹. Cardoso ancorado na definição de camponês, como uma categoria que se define pela: segurança e acesso à parcela, relação direta com o mercado e gestão sobre a parcela, conclui que o escravo que está na “brecha” pode ser definido como camponês².

Para Cardoso esta forma de “brecha camponesa” beneficiaria os senhores que a implantavam em seus domínios, uma vez que, o cativo passa a produzir produtos para sua subsistência, diminuindo desta forma os encargos do proprietário de escravos com alimentação. A possibilidade de comercialização do excedente produzido pelo escravo, assim como o vínculo do escravo ao pedaço de terra serviria, de acordo com Cardoso, para evitar as fugas beneficiando, desta forma, o dono do escravo.

Neste trabalho da década de setenta, Cardoso, não concedeu importância a esta atividade autônoma do escravo, pois acreditava que não interferia na estrutura do escravismo. Porém, no trabalho publicado em 1987³, Cardoso dá maior relevância a brecha camponesa passando à considerá-la um lugar de conflito entre senhores e cativos e que, conseqüentemente, este espaço abalaria a estrutura do escravismo.

¹ CARDOSO, Ciro F.S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 135.

² CARDOSO, 1979.p.136.

³ CARDOSO, Ciro F.S. Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Jacob Gorender⁴ não considera a brecha camponesa como um lugar de conflito e que, portanto, não abalava o sistema escravista. Tal afirmação parte de uma lógica estrutural, na qual, a falta de generalidade e estabilidade da brecha camponesa torna tal atividade insignificante para o modo de produção escravista. Portanto, Gorender, ao contrário de Cardoso, acredita que a brecha camponesa não interfere na estrutura do escravismo.

Robert W. Slenes, ao tratar deste assunto, em 1999⁵, critica tanto a definição etimológica de "brecha camponesa" quanto os argumentos de Cardoso e de Gorender. Slenes afirma, que o que existia era uma "economia interna dos escravos, um termo que abrange todas as atividades desenvolvidas pelos cativos, para aumentarem seus recursos desde o cultivo de suas roças à caça e, inclusive, ao furto"⁶.

A alforria condicional, através do coartação, foi usual na capitania de Minas Gerais embora tenham sido localizados poucos estudos a respeito na conjuntura específica de fins do período colonial.

Eduardo França Paiva faz referência aos escravos coartados, quando estuda os testamentos *post-mortem* da Comarca do Rio das Velhas. Paiva define o escravo coartado "como não sendo um mero escravo nem tampouco se igualava ao escravo liberto situando-se, de fato, num meio-caminho entre uma condição e outra"⁷. Portanto, este autor, define o escravo coartado como um escravo em transição. França propõe que os escravos de ganho geralmente tinham mais chances de coartarem sua alforria. As coartações eram mais frequentes em momentos de crise da economia mineira, devido a este parcelamento, que aumentava os rendimentos do senhor⁸.

Em outro trabalho publicado em 2001, França estuda de forma quantitativa a coartação tanto na comarca do Rio das Velhas quanto na Comarca do Rio das Mortes. Neste trabalho vemos uma maior verticalização de França Paiva sobre o assunto da coartação. Constata-se que "houve mais alforrias e coartações na região de Sabará do que na de São João Del Rei, tanto em números

⁴ GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, 13:1, jan./abr. 1983, p.7-39.

⁵ SLENES, Robert. Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁶ SLENES, 1999.p.199.

⁷ PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII-estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

⁸ PAIVA, 1995. p.83-89.

brutos, quanto em proporção”⁹. Entretanto, neste recente trabalho, França Paiva reformula a tese de que o maior número de manumissões se dava em momentos de crise da economia e propõe que o maior número de alforrias ocorre em momentos de dinamismo econômico¹⁰.

França Paiva, na publicação de 2001, reformula sua tese de 1995 e passa a concordar que um maior dinamismo econômico possibilita um maior acúmulo de pecúlio pelos escravos, tese esta, que está de acordo com a proposta deste trabalho.

Douglas Cole Libby e Clotilde Andrade Paiva¹¹, trabalhando com uma lista nominativa de 1795 da paróquia de São Jozé, que pertencia a Comarca do Rio das Mortes, localizaram referências à escravos quartados¹². Libby e Paiva afirmam que a quartação era um acordo verbal estabelecido entre senhores e escravos no qual o cativo se comprometia a pagar em quatro anos o preço de sua liberdade. Entretanto, este tempo não era fixo, podendo ser prorrogado ou encurtado.

Eduardo França Paiva localizou “cartas de corte”, documentos escritos, nos quais estava registrado o acordo estabelecido entre o escravo coartado e o seu proprietário¹³. Andréa Lisly Gonçalves, em sua dissertação de doutoramento, também localizou as cartas de corte. Desta forma, tanto Paiva quanto Lisly, trazem um elemento novo para o estudo da quartação. Entretanto, este documento ao que parece não era muito usual, se considerarmos, por exemplo, a afirmação de Douglas Libby e Clotilde Paiva de que não havia qualquer documento escrito que registrasse o escravo quartado¹⁴.

Andréa Lisly Gonçalves trabalha com documentos que fazem referência aos escravos coartados, e levanta questionamentos relevantes, tais como, em que condição jurídica estaria o filho que nascesse de uma escrava coartada, e o que aconteceria caso um escravo coartado não conseguisse cumprir o acordo estabelecido com o seu senhor.

Laura de Mello e Souza no livro “Normas e Conflitos” também trabalha com a quartação e, de acordo com sua definição, consistia numa modalidade em que o escravo seria beneficiado

⁹ PAIVA, 2006. p.210.

¹⁰ PAIVA, 2006. p.213.

¹¹ LIBBY, Douglas Cole & PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma fraguesia mineira: São José d El Rei em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, jan/dez.2000.

¹² Estes autores optaram pelo emprego da grafia quartação devido ao fato de encontrar-se desta forma nos documentos.

¹³ PAIVA, 2006.p.168.

¹⁴ LIBBY & PAIVA, 2000.p.37.

com alforria se pagasse determinada quantia dividida em parcelas que podiam ou não ser fixadas de antemão¹⁵. Para esta autora a coartação não era muito difundida na América Portuguesa, entretanto, usual na Capitania de Minas Gerais. Esta autora afirma que esta modalidade de alforria condicional era comum ao meio urbano onde seria mais fácil o acúmulo de pecúlio.

Souza, assim como Gonçalves, constata através da documentação estudada que os filhos que nascessem de mães coartadas, não eram considerados livres.

Estudar a origem da renda utilizada pelos escravos para a compra de sua liberdade, é de extrema importância para entender a "economia interna dos escravos".

Visto que um cativo, geralmente, não recebe remuneração pelos serviços prestados, estudar a origem de sua renda, possibilitará o entendimento das estratégias de resistência empregadas pelos africanos e afro-descendentes escravizados em Minas Gerais.

Como podemos observar na revisão bibliográfica, existem poucos estudos sobre o coartamento, a compra da alforria parcelada, e sobre a economia interna dos escravos em Minas Gerais. Os trabalhos existentes tendem a uma generalização do assunto, portanto, ao estudar a Comarca do Rio das Mortes no período de 1808 a 1821, pretendemos demarcar as especificidades de tal localidade no recorte temporal sugerido, enriquecendo assim o conhecimento acadêmico sobre o assunto.

O negro na sociedade brasileira carrega o estigma da escravidão, que o coloca como tendo sido incapaz de reagir à condição de escravo. Estudar as estratégias de resistência dos escravos através da economia interna, que os possibilitava a compra ou o coartamento de sua alforria, torna o tema socialmente relevante. Destarte, deixaremos de lado a idéia do escravo vitimizado, incapaz de reagir à condição que lhe foi imposta, e passaremos a entendê-lo como um sujeito com a faculdade de elaborar estratégias para a superação da escravidão.

Através desse recorte espacial e cronológico pretende-se compreender como ocorria a compra e a coartação das alforrias pelos escravos, e assim, "mergulhar no cotidiano dos confrontos e resistências, dos acomodamentos e solidariedade daqueles homens e mulheres, enquanto sujeitos de práticas, valores determinados e determinantes de suas vidas"¹⁶.

¹⁵ SOUZA, 2006.p.158.

¹⁶ LARA, 1998.p.113.

Bibliografia de Referências:

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda Negra, medo branco** - o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro F.S. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: Agricultura , Escravidão

CASTRO, Hebe M.M. **Das cores do silêncio** - os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **"Questionamento sobre a teoria econômica do escravismo colonial"**. Estudos econômicos, 13:1, jan./abril. 1983, p. 7-39.

HIGGINS, Kathleen Joan. **The Slave society in eighteenth-century Sabara: a community study in colonial Brazil**. UMI Dissertation Service, 1994. (Tese defendida na Universidade de Yale, em 1987)

LARA, Sílvia Hunoldt. **Campos da Violência** - escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

e Capitalismo. Petrópolis, ed. Vozes, 1979.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808.1842**. SP: Símbolo, 1979

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil: relações sociais, acordos e conflitos**. São Paulo: Moderna, 2000. 77 p.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas gerais do século XVIII-estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995.

_____. **Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos** - engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII.**
Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Monarquia e república no início do século XIX: soluções historiográficas

Elizabeth Aparecida Duque Seabra¹

A historiografia do Império e os estudiosos dos ideários políticos do século XIX associam a Monarquia à continuidade natural das instituições políticas e a ideologia das elites, enquanto a República é confundida com democracia, separatismo e federalismo. Essas análises concluem que havia uma homogeneidade ideológica entre a elite política monarquista, enquanto as idéias republicanas seriam desconectadas das condições sociais e políticas do Brasil e incapazes de atingir o universalismo monárquico.

O objetivo central dessa comunicação, que resulta de reflexões promovidas quando da elaboração de minha dissertação é identificar as principais interpretações historiográficas acerca das idéias de república e monarquia para, posteriormente, confrontá-las com as justificativas elaboradas nos folhetos e periódicos políticos publicados entre 1821 e 1825 ampliando o debate acerca das soluções encontradas pela historiografia para explicar os motivos da adoção da monarquia no Brasil.

A hipótese aqui levantada é que se formulou então, neste período, um pensamento político monárquico e outro republicano, não como ideologias ou correntes teóricas, mas como uma das formas de embate peculiar aos homens que participaram dos arranjos institucionais. Eles estabeleceram objetos, modalidades e espaços de argumentação, conformaram um vocabulário específico, atualizaram conceitos em termos de suas realidades e definiram estratégias políticas. Constituíram, eles próprios, as explicações acerca de seu envolvimento na construção efetiva do Estado brasileiro. Os ideários monárquicos e republicanos se definiram, assim, no embate mútuo em torno da construção política do Estado no Brasil.

Chegou-se a conclusão que tanto monarquistas quanto republicanos tinham em comum a defesa de limites ao poder do rei, mas se diferenciam no que se refere ao tema da

¹ Mestre em História pela UFMG e professora das Faculdades Pedro Leopoldo.

conservação das liberdades e quanto às justificativas acerca da origem do poder político e da fonte da soberania.

A forma como se elaboram justificativas em torno de qual a melhor maneira de organizar o sistema político no momento da institucionalização da forma de governo monárquica no Brasil passa, em primeiro lugar, por um contraponto com a historiografia sobre o período a partir de novas fontes documentais. As discussões sobre a melhor forma de governo – república ou monarquia – que dividiam os homens que participavam da vida política daquele período não aparecem separadas dos acontecimentos políticos, como também não se reduzem a simples defesas doutrinárias. Não havia nessas disputas aqueles que elaboravam uma teoria política “normativa” e outros que executavam uma política “realista” do ponto de vista prático. Não se fazia a separação entre fatos políticos e princípios defendidos em teoria, como supõem alguns historiadores do pensamento político brasileiro.

O debate acerca das limitações ao exercício do poder real pelos princípios constitucionais, que acontecia no Império português, em ambos os hemisférios a partir da década de 1820, propunha uma agenda política diferente daquela da administração colonial. Novas bases deveriam ser elaboradas tanto em Portugal quanto no Brasil.

Considerando como marcos os anos de 1821 e 1825, o recorte temporal supõe que o debate político travado no momento da definição dos contornos externos do Estado, ou seja, de sua emancipação política em 1822, girava em torno dos alicerces que deveriam fundamentar a construção da ordem política interna. A questão da independência política do Brasil frente a Portugal não é separada temporalmente da temática da organização do poder político, seja do ponto de vista de seu ordenamento institucional, seja do formato a ser adotado em relação ao exercício da autoridade política. Quem governaria e como, traduzia preocupações em torno da definição da natureza do Estado e seus limites, das prerrogativas dos poderes e suas competências, bem como dos direitos que deveriam possuir os sujeitos políticos.

Esses aspectos podem ser definidos como princípios de constituição de uma noção de Estado propriamente moderna cuja efetivação se dá ao estabelecer uma autoridade pública, estruturada de forma rotineira e que especializa a função política através de

aparatos, burocracias e instituições de regulamentação e vinculação capazes de gerir aspectos essenciais da vida coletiva.²

A organização do poder político no Brasil, sob a forma de um Estado soberano e independente, se deu conjuntamente com a opção por um regime monárquico de forte centralização política e administrativa. Tal constatação tem levado os debates historiográficos a estabelecerem uma associação entre independência e sistema político que, invariavelmente, tem deixado a monarquia como a única forma de governo possível no século XIX. Entre os historiadores preocupados com as formas de representação política e com as ideologias presentes no Brasil no momento de sua separação de Portugal, a monarquia tem sido interpretada como uma **estratégia de dominação das elites políticas**. Vista como uma mera continuidade das estruturas político-institucionais coloniais após o processo de independência política, a monarquia se tornou uma espécie de “dato natural”, agregado. Em outras análises ela é apresentada como uma ideologia da conservação da ordem associada diretamente à manutenção da grande propriedade e da escravidão no Império.

No primeiro tipo de abordagem, a monarquia adotada no Brasil após a Independência política vem sendo estudada por diferentes historiadores como um rearranjo pragmático de forças em defesa da manutenção de estruturas políticas e econômicas já existentes na Colônia. É nesta perspectiva que se inserem dois historiadores de épocas e posicionamentos políticos tão diferenciados quanto Varnhagen, que escreve *História da Independência do Brasil* em 1868, e Caio Prado Júnior, autor de *Evolução Política do Brasil*, livro publicado em 1933. Ambos avaliam a solução monárquica como uma continuidade no plano político do que vinha acontecendo antes de 1822.

Varnhagen vê a monarquia como o resultado de uma seqüência de acontecimentos que se inicia com a Transmigração da Corte Portuguesa e da Família Real para o Brasil, em 1808, passa pelo Fico de D. Pedro – príncipe herdeiro do trono português – e chega ao Grito do Ipiranga. A independência monárquica é entendida por este historiador da Corte

² Longe de esgotar qualquer definição, cabe aqui assinalar a distinção entre as noções de Estado moderno e nacional tal como proposta por autores como Eric J. Hobsbawm em *Nações e Nacionalismos*, p. 49-53, e Gianfranco Poggi. *A Evolução do Estado Moderno*, p. 96-124. Ambos apontam diferentes configurações dessa fórmula política desde começos do século IX até atingir sua forma “madura” no século XIX.

como uma “*transação*” conduzida pelo príncipe regente D. Pedro I com a absorção da metrópole e do Estado português, num processo de reformas e de concessões que visavam impedir que a “*Revolução*” acontecesse. Foi a ação do regente em reação às pressões das Cortes de Lisboa que com “*o brado resolutivo de Independência ou Morte [...] acabava de salvar o Brasil, propondo-o a formar de todo ele unido uma só nação americana*” (VARNHAGEN. 1957:138).

Já Caio Prado Júnior, adotando o quadro teórico marxista como base de suas análises, interpreta a “independência monárquica” como um choque entre as forças representantes dos interesses nacionais e aquelas que representavam os interesses da Coroa Portuguesa, manifestas no plano econômico. No terreno político, estas disputas econômicas assinalariam a “*contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia*”. Ainda que a explicação para a separação política entre Brasil e Portugal seja fundamentada em bases totalmente diferentes daquelas propostas por Varnhagen, Caio Prado Júnior também entende a monarquia como uma consequência natural da transferência da Corte para o Brasil e da condição de sede provisória da Corte Portuguesa. Para Caio Prado Júnior o governo, constituído a partir de 1808, adotou medidas que mesmo uma administração propriamente nacional não ultrapassaria. O príncipe, entretanto, não aparece como um herói, mas como um joguete das manobras da diplomacia inglesa cujo interesse vital era a liberdade de comércio das colônias portuguesas. A implantação de um regime monárquico constitucional no Brasil é vista em termos semelhantes aos propostos por Varnhagen: uma reação às políticas de recolonização adotadas pelas Cortes portuguesas na Revolução do Porto de 1820 (PRADO Jr., 1969:29-46).

Esse tipo de hipótese explicativa é recorrente na historiografia brasileira. Aponta a adoção da monarquia como um dos indícios de que **não houve rupturas político-institucionais significativas com a Independência**, mas adequação entre os interesses materiais das elites nacionais e os interesses do trono português. Três autores distintos exemplificam essa interpretação. Octávio Tarquínio de Souza, Maria Odila Silva Dias e Carlos Guilherme Mota. O primeiro destaca os feitos e as contribuições de vários personagens que ele considera fundadores do Império do Brasil, em particular de José Bonifácio e Dom Pedro I, que contribuíram para que a saída do antigo sistema colonial

fosse uma solução negociada entre as elites políticas portuguesas e brasileiras (SOUZA, 1957: v.I-IV). Maria Odila Silva Dias, por sua vez, enfatiza o papel da transferência da Corte no processo por ela chamado de interiorização da metrópole (DIAS. 1972:160-184). Outras análises, como as de Carlos Guilherme Mota, mesmo reconhecendo que tenha ocorrido diferenciação de interesses econômicos e regionais entre portugueses e brasileiros no momento da Independência, indicam que estes não foram suficientes para implicar em uma ruptura política entendida como a quebra da ordem ou Revolução popular (MOTA, 1972:56-73)

Os trabalhos referidos, em geral, tratam o político basicamente como uma decorrência natural dos acontecimentos econômicos, sociais ou das circunstâncias conjunturais. As questões políticas não são concebidas por esses historiadores como um campo de investigação a ser considerado em sua dinâmica própria.

A monarquia, neste caso, está diretamente associada à noção de continuidade natural das estruturas políticas e econômicas. Idéia que é ampliada quando se ressalta que a opção monárquica feita pela elite política se justificava pelo argumento de que este era o melhor arranjo político para se **preservar seus interesses materiais**. Além de garantir a manutenção da escravidão, a monarquia era vista como o único meio de se evitar a fragmentação do território e as guerras civis. O medo da opção republicana, a exemplo das ex-colônias espanholas e da Revolta de Escravos do Haiti, também aparece como elemento que contribuiu para a baixa diferenciação ideológica da elite política brasileira no século XIX.

José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem: a elite política imperial*, preocupado com o estudo dos agentes que fizeram a opção política pela monarquia, investiga os fatores de coesão da elite imperial que foram capazes de reduzir os conflitos intra-elites e fundamentar a capacidade de implementar um modelo único de dominação política. Sua constatação é de que a homogeneidade ideológica, marcada pelo conservadorismo e pragmatismo, se dá num processo de gestação mútua entre Estado e elite. Tais características remetem à ideologia e ao treinamento resultantes de um processo de socialização através de educação formal universitária em Coimbra, da ocupação de cargos burocráticos e da carreira política (1981:21).

Em *Teatro de sombras: a política imperial*, Carvalho argumenta que a elite atinge o objetivo de construir a ordem em torno de 1850, quando o processo de enraizamento social da monarquia e de legitimação da Coroa estava definido. Após controlar as principais revoltas que envolviam as camadas urbanas, o campesinato e os escravos, de 1831 a 1848, o problema da consolidação da monarquia passa pela criação de um consenso entre as camadas dominantes sobre qual arranjo institucional servirá melhor a seus interesses. Buscar apoio social para a monarquia implicava em ganhar o grande comércio e a grande agricultura. Essa compatibilização de interesses materiais garantirá a consolidação do trono (CARVALHO. 1988:11-21).

Entretanto, a homogeneidade ideológica das elites não modelará a elaboração de uma ideologia própria capaz de responder as dificuldades que enfrentava. Na visão de Carvalho, nossa “*tradição cultural não era rica em termos de pensamento político*” e alguns dos mais importantes textos de teoria política e de direito constitucional só foram produzidos após a década de 1850 e, mais, pelos próprios conselheiros do rei. (1988:124-125).

Assim como a Monarquia é associada pela historiografia do Império à continuidade natural das instituições políticas e a ideologia das elites, a **República é confundida com democracia, separatismo e federalismo**, de onde provém, segundo aqueles que se debruçaram sobre os ideários republicanos, a sua falta de universalismo e a sua derrota frente à monarquia.

Em geral a historiografia tem vinculado a idéia de República aos movimentos que, entre outras reivindicações, defendiam esta forma de governo. Um dos primeiros textos a discutir as idéias republicanas é publicado em 1894 por José Domingues Codeceira³ em resposta ao que considerou uma provocação do governo federal, que naquele momento propunha erguer no Rio de Janeiro uma estátua a Tiradentes e buscava estabelecer a memória da Inconfidência Mineira como a precursora dos movimentos libertários no Brasil, sobretudo de cunho republicano.

O Major Codeceira reivindica para Pernambuco a prioridade em relação aos movimentos republicanos. Ele publica, nos principais periódicos de Recife, Paraíba e Rio

3 Ver: A Idéia republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco. 1ª. Edição. Recife: typografia de Manoel Figueroa e Filhos, 1894.

de Janeiro e ainda pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um roteiro dos movimentos republicanos no Norte e Nordeste que se iniciaram com a “*República dos Palmares, a deposição da Junta de Goiânia em 1821 e a Confederação do Equador em 1824*”. Em protesto contra a instituição do 21 de abril como data nacional resumindo em Tiradentes os precursores da independência brasileira, o pernambucano contrapõe as datas de 27 de janeiro de 1654 – a expulsão dos holandeses, o 10 de novembro de 1710 – a guerra dos Mascates, 06 de março de 1817 – a Revolução Pernambucana, e o 24 de julho de 1824 – a Confederação do Equador, como marcos dos brados republicanos contra a prepotência do despotismo (CODECERIA. 1990:13-90).

Os poucos trabalhos hoje dedicados ao estudo das idéias republicanas do século XIX, como os de Reynaldo Carneiro Pessoa⁴ e Ricardo Vélez Rodrigues⁵, as entendem sob o crivo da “propaganda ideológica” e as principais fontes para a análise desta reivindicação política seriam os manifestos publicados entre 1817 e 1889. Destacam-se os manifestos da Revolução Pernambucana de 1817, o Manifesto da Confederação do Equador em 1824, os manifestos das rebeliões regenciais na Bahia em 1837 e no Rio Grande do Sul, publicado em 1838. O Manifesto Republicano de 1870, também analisado, é apontado como ponto de partida para o movimento que iria triunfar, finalmente, em 15 de novembro de 1889 (PESSOA. 1973:1-47).

Ricardo Vélez Rodrigues em *A propaganda republicana* propõe uma síntese doutrinária destes manifestos. O ideário republicano, no seu entender, além da crítica à monarquia e às instituições imperiais, seria definido por uma mística e uma ética absoluta cujas características centrais seriam a “*tergiversação do sentido de representação; a defesa do federalismo radical; a pregação da fraternidade americana e, por último, a limitada inspiração liberal*” (RODRIGUES. 1982:86).

Quanto ao sentido da idéia de representação, Rodrigues insiste que os manifestos identificavam governo representativo com governo eleito pelo sufrágio popular e esta era uma “*falsa idéia da representação formulada no manifesto de 1824 e consagrada no de 1870*”. Os republicanos deixaram de lado a possibilidade de fazer uma “*crítica construtiva*”

⁴ Ver: *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*, 1973.

⁵ Ver: *A propaganda republicana*. 1982.

à tendência cartorial do Estado, herdada de Portugal. A propaganda republicana “*empolgada pela retórica francesa e pelo positivismo não enxergou o verdadeiro caminho para materializar os ideais da democracia e da liberdade, que somente são garantidos mediante a prática da representação e o controle do Poder Legislativo sobre a vida política do país*” (RODRIGUES. 1982:88).

A principal limitação das idéias republicanas, no entender de Rodrigues, é a pouca presença do ideário liberal clássico tal como formulado pelo pensamento anglo-saxão, em especial os princípios definidos por Locke cujos eixos são a defesa dos direitos inalienáveis dos indivíduos, da liberdade e da propriedade. Segundo o autor, a retórica que inspirou os brasileiros foi a chamada utópico-democrática, que empolgou a revolução americana (1776) e francesa (1789). Este desligamento da tradição liberal levou a um desfecho conservador onde a propaganda republicana acabou sendo encampada quase totalmente pelo conservadorismo comteano (RODRIGUES. 1982:89-90).

Vicente Barretto,⁶ também estudioso das idéias políticas do período imperial, distingue dentre o liberalismo duas correntes ideológicas: uma constitucional e outra radical. A segunda corrente de pensamento, chamada de “liberalismo radical”, teve, segundo o autor, suas origens ideológicas na Revolução Pernambucana de 1817 e Frei Caneca seria um de seus principais representantes. Entretanto, suas idéias eram permeadas de contradições e “*demonstravam uma crise latente entre os ideais de liberdade, a defeituosa absorção de idéias estrangeiras, a maioria das vezes por intérpretes mais políticos do que teóricos, e, finalmente, uma realidade social e política, que não correspondia ao arquétipo ideológico*” (BARRETTO, 1982:51).

Ao mesmo tempo em que Vicente Barretto pede aos liberais radicais que façam a defesa da igualdade social e condene a escravidão africana, posicionamento não encontrado vale dizer, ele os condena porque suas idéias não correspondiam às condições sociais aqui existentes. Na visão de Barretto, toda tentativa de defesa de princípios que não contemplassem a noção de unidade territorial seria fator de desagregação e ameaça à ordem. O uso da força na contenção destas dissidências é justificável e legítimo. Logo, o tema da República se colocava, à época, como uma quimera, uma dimensão utópica de uma

⁶ Ver: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro: primórdios do liberalismo, o liberalismo e a representação política (o período imperial)*, p.31-51.

ideologia revolucionária que desconsiderava as condições sociais e políticas dos vastos territórios que se tornam independentes de Portugal.

Maria Eurydice de Barros Ribeiro, em *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil* identifica como um dos fatores explicativos para o peso simbólico da monarquia a fragilidade dos movimentos republicanos ocorridos durante o primeiro reinado e o período regencial. Limitados a certas regiões, esses movimentos não possuíam um caráter nacional, foram incapazes de elaborar um conceito de nação e se restringiram a idéia de pátria, entendida como o local de nascimento, contrária a unidade territorial. O republicanismo é visto pela autora como antilusitanismo que não ultrapassava as noções de nativismo e separatismo. A Confederação do Equador para ela foi exemplar, pois federalismo era sinônimo de separatismo. “*A falta de programa e de planificação conduziu quase todas estas revoluções liberais ao fracasso*” e a centralização aparece nas conclusões da autora como uma necessidade histórica de preservação da unidade territorial contra a idéia de autonomia provincial (1995:61-65).

Numa inversão do argumento, o federalismo que no período imperial representava uma ameaça à ordem, depois da Proclamação da República passa a ser visto como o fator que propiciaria a manutenção do vasto território. Entretanto, não se tratava da vitória do ideal de autonomia das províncias conforme se defendera em diversas rebeliões ao longo do século XIX. Para Victor Viana, por exemplo, em *A constituição dos Estados Unidos*, a comparação entre a experiência do federalismo norte-americano com o federalismo brasileiro leva a conclusão de que não há cópia no caso da constituição republicana e federalista de 1889. (VIANA,1978:213).

Reforça-se, assim, uma visão de que a unidade do território era um bem desejável e a única alternativa viável durante quase todo o século XIX. A República, nesse momento, só poderia representar a quebra desta unidade. Por outro lado, os historiadores que se ocupam das idéias políticas reforçam a noção de que a monarquia, vista pelos historiadores das instituições políticas como estratégia de dominação das elites políticas, era a ideologia política. Ainda que fruto de uma cultura de importação, era a mais compatível com as condições do Brasil no século XIX.

Na mesma linha de interpretação, o primeiro livro com o intuito de fazer um balanço das idéias filosóficas no Brasil, de autoria de Silvio Romero, é publicado em 1878.

Trata-se de *A filosofia no Brasil*. Também autor de *História da Literatura Brasileira*, Romero inaugura nesses dois trabalhos não só a reflexão sobre o pensamento político brasileiro, mas também toda uma linha de interpretação historiográfica que se mantém até hoje em diversas análises que enfocam idéias políticas e filosóficas no Brasil do século XIX. Ele defende em suas obras a tese de que o pensamento político brasileiro dos primeiros anos do século XIX não apresentaria qualquer conexão lógica, ou consistência doutrinária. Esse republicano, ao fazer a crítica à ordem monárquica, utiliza a expressão ecletismo espiritualista para designar a corrente que do ponto de vista filosófico justificava a monarquia (ROMERO, 1878).

Torna-se a partir daí lugar comum à historiografia sobre o pensamento político brasileiro apresentar as concepções políticas e filosóficas da primeira metade do século XIX como “produto de cultura livresca de importação”. Essa tradição interpretativa iniciada no fim do século passado passa pelo padre Leonel Franca, autor de um ensaio biográfico sobre Silvio Romero e de um balanço de suas idéias, publicado em 1943, até chegar a João Cruz Costa com *Contribuição à história das idéias no Brasil*, obra de 1967.

Bibliografia

BARRETTO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro: primórdios do liberalismo: o liberalismo e a representação política (o período imperial)*. Brasília: UNB, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 160-184.

HOBSBAWN, Eric.. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 56-76: europeus no Brasil à época da independência.

POGGI, Gianfranco. *A evolução do Estado moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A evolução política do Brasil e outros estudos*. 6^a ed. São Paulo: Brasiliense. 1969.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: UNB, 1995. 135p.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. A propaganda republicana. In: BARRETTO, Vicente. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: UNB, 1982.

ROMERO, Silvio. *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre: Tipografia Deutsche Zeitung. 1878.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1957.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos. 1957.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Autonomia política em *História do Brasil* de João Ribeiro

Elvis Hahn Rodrigues¹

Educação na primeira República:

O advento da República, em 1889, surgiu em virtude de um aglomerado de fatores que culminaram numa deposição militar capitaneada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que derrubou o regime monárquico de Dom Pedro II. Neste ano iniciava-se uma nova era no Brasil.

A adoção de um novo regime, o republicano, pautado pelo pacto federativo permitia que as províncias, agora chamadas de Estados-membros, conquistassem maior autonomia político-administrativa frente ao poder central localizado na antiga corte: Rio de Janeiro. Esta autonomia consistia em linhas gerais: estabelecer impostos, organização política interna, tomar empréstimos no exterior e que a educação ficasse a cargo dos Estados, assim como a adoção de suas respectivas políticas educacionais.

Este último item mencionado denota uma ausência de um projeto educacional de âmbito nacional, ou seja, a educação deveria ser organizada de acordo com as prioridades dos governos estaduais. A implementação de políticas públicas variou entre os interesses dos governantes e o poder financeiro de cada Estado-membro da federação. Estas diferenças fizeram que o desenvolvimento da educação fosse diferente entre os Estados.

Antes da queda da Monarquia, nos idos de 1870 e 1880, havia forte militância pela instauração de um regime republicano. Em todas as armas propagandistas estava presente a educação. Numa visão imbuída de conservadorismo - pautado por idéia de conquista de poder político de forma progressiva – acreditava-se e defendia que através do voto e pela escola os

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Orient.: Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

homens colocariam o Brasil nos trilhos do progresso. Segundo os republicanos, como nos diz Hilsdorf, a educação se apresentava como grande redentora do desenvolvimento nacional, “formaria os homens progressistas, adequados aos tempos modernos (...) tornariam o súdito em cidadão ativo”².

O advento da República trouxe consigo um amplo debate sobre projetos para educação, mas a efetivação destes projetos ficou muito aquém do que de fato deveria ser feito. Predominou uma escola nos moldes dos cafeicultores, uma preocupação com a educação elementar, profissional e sua difusão no seio da massa; e uma educação científica para as elites, que seriam as grandes condutoras do processo civilizacional do Brasil ao panteão das grandes nações³. A pedagogia moderna para eles consistia em conformar a escola ao mundo urbano de base racional e científica. Esta idéia vai se concretizar posteriormente na construção dos primeiros grupos escolares, cuja tônica era fortalecer o ambiente escolar como espaço social, dotado de valor, respeito e poder.

A descentralização da educação e as reformas educacionais não corresponderam com a realidade dos problemas da organização escolar. Não raro eram executadas por políticos e não exatamente educadores. Por outro lado, essas primeiras medidas para a educação foram uma oportunidade de se refletir acerca das deficiências de nossa educação, no que concerne ao conteúdo, estrutura, docência e etc.

Os sistemas educacionais não sofreram, nas três primeiras décadas da Primeira República, alterações significativas. O “fervor ideológico”⁴ dos momentos iniciais da República não se manifestou em obras duráveis e revelou-se passageiro. Não houve grandes transformações entre o período Imperial e o início da República. O que se modificara, pelo menos nos livros de História, como nos aponta Thais Fonseca, foram as abordagens ao conteúdo de História⁵. Por exemplo, a Inconfidência Mineira é tida como a primeira tentativa de se construir uma república e o seu grande mártir fora Tiradentes; anteriormente esta Conjuração não recebia a mesma atenção dentro de nossa história, fora apenas mais uma insurreição contra a Coroa portuguesa nos tempos coloniais. Tema este que será abordado neste trabalho na obra História do Brasil de João Ribeiro.

² HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. 1º ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. pág. 60.

³ *Ibidem*, pág. 62.

⁴ Expressão de Jorge Nagle usada na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*.

⁵ FONSECA, Thais Nivia de Lima e Fonseca. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pág. 50.

Depois desta pequena contextualização da educação nos primeiros decênios da República Velha, buscaremos identificar os elementos destinados a forjar e/ou legitimar a identidade nacional disseminada nos manuais escolares de história. Tomaremos como objeto a obra *História do Brasil* de João Ribeiro publicado em 1900 (intencionalmente na ocasião do quarto centenário do descobrimento). Para tal pesquisa, escolhemos investigar a abordagem do autor sobre a Inconfidência Mineira na edição destinada ao ensino secundário.

Manual escolar no período republicano:

No ideal republicano a educação deveria criar condições para um sentimento patriótico, de civilidade e de responsabilidade do indivíduo com a sua pátria, ou seja, de pertencimento a uma tradição, uma nação: o Brasil. Uns destes instrumentos eram os manuais escolares de história destinados aos professores para o ensino da mesma.

Este período, segundo Arlette Gasparello, é uma terceira fase na historiografia didática, marcada pela inovação, com decisivas contribuições do próprio João Ribeiro e Capistrano de Abreu. Segundo esta mesma autora, esta historiografia possui três momentos significativos: o primeiro é de cunho patriótico, chamado de história patriótica (1831-1861); o segundo é história imperial (1861-1900); e o terceiro momento é a história republicana (1900-1922).⁶

O início da República foi um período em que houve um grande salto na produção e publicação de obras didáticas, conforme nos informa Márcia Razzini, com aumento de circulação de material impresso, sobretudo nos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo e no decorrer do século XX em Belo Horizonte.⁷

As obras de cunho didático eram, de uma forma geral, traduções de obras estrangeiras e algumas poucas de autores nacionais, que normalmente eram produzidos por professores do Colégio Pedro II, como é o caso de João Ribeiro.⁸ A nacionalização da produção didática só se cristalizaria mais tarde a partir da década de 1920. Este acontecimento teve como uma de suas

⁶ GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro. I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2004, Niterói. Anais... Niterói: UFF, 2004.. pág. 3.

⁷ RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: volume 3. 2º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. pág. 105.

⁸ GATTI JUNIOR, Décio. Entre políticas de Estado e práticas escolares: uma história do livro didático no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: volume 3. 2º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. Pág. 382.

conseqüências a subordinação do livro aos regulamentos da educação, normalmente regidos por leis estaduais, em conseqüência da atribuição dos Estados quanto à educação.

A adoção das obras didáticas estava, portanto, submetida aos governos estaduais. Isto significou uma produção regionalizada destas obras. Os livros didáticos de prestígio tinham duas distinções conforme nos diz Razzini: aprovados, que tinha autorização do governo para circular e ser usados nas escolas; e os adotados, que além de ter a dita autorização, eram comprados pelo poder público com a finalidade de serem usados nas instituições de ensino, sobretudo, primárias.

Usando os termos de operação historiográfica de Certeau, no qual uma produção histórica possui o seu *locus* e suas relações de poder⁹ podemos dizer que o mercado editorial é o lugar social das produções de obras didáticas, intimamente vinculadas com as relações de poder entre o Estado, as editoras e seus proprietários. É neste ambiente de franca expansão editorial que *História do Brasil* de João Ribeiro foi reeditada inúmeras vezes sendo utilizada até meados da década de 1960.

Manual Escolar História do Brasil de João Ribeiro e a identidade nacional:

João Ribeiro foi professor de história no Colégio Dom Pedro II, que na época era chamado de Ginásio Nacional, em virtude da república mudou de nome. Foi como professor da cadeira de História Universal que escreveu suas obras de história, sempre destinadas ao ensino; entre as quais podemos citar *História Antiga (Grécia e Oriente)* de 1892, *História do Brasil* de 1900, *História Universal* em 1918, *História da Civilização* de 1932, entre outras publicações destinadas a exames de admissão ao Colégio Pedro II e Gramática Portuguesa, cuja área era a de formação deste autor.

A obra, como já foi mencionado, fora publicada em 1900, na ocasião do quarto centenário do Descobrimento do Brasil. Ela foi produzida inicialmente em um volume, mas em função das críticas e sugestões de professores e especialistas da área, posteriormente ela foi revisada e ampliada em 2 edições, uma para o ensino primário e outra para o ensino secundário – esta última analisada aqui neste trabalho.

⁹ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pág. 66.

João Ribeiro traz inovações sobre a interpretação da história do Brasil, como alguns elementos da *kulturgeschichte*, isto significa dizer que ele interpreta o processo histórico pelos aspectos sociais e/ou culturais, sem privilégio de uma perspectiva política da história. Deste modo, podemos perceber uma nova proposta para a compreensão do processo histórico e seus desdobramentos para uma construção de uma identidade nacional. Como ele mesmo atesta “fui o primeiro a escrever integralmente nossa história segundo nova synthese”¹⁰. Ou seja, trata-se de buscar novos elementos para compor a história nacional e não apenas como ele mesmo critica na introdução de sua obra: “Em geral, os nossos livros didáticos de história pátria dão excessiva importância á acção dos governadores e á administração, puros agentes (e sempre deficientissimos) da nossa defesa externa”¹¹.

A obra é composta por 12 eixos temáticos¹² que narram os acontecimentos mais importantes de nossa nação; desde a chegada dos portugueses intitulada pelo autor como descobrimento; até a proclamação da república em 15 de novembro de 1889. Nas edições posteriores foi adicionado um capítulo sobre os primeiros anos da república e um apêndice que discorre sobre os limites fronteiriços do Brasil com os países vizinhos.

Organizando a obra por temas João Ribeiro reinterpreta a História do Brasil, não se atendo apenas pelo ponto de vista cronológico e político de nossa história. Isto significa dizer que o tempo da história é conceituado a partir da experiência humana e não pelo calendário. O que não quer dizer que as datas são desconsideradas, elas apenas são secundarizadas, isto é, não determinam a nossa trajetória histórica.

Faremos agora um panorama descritivo do capítulo o “Espírito da autonomia”, cuja temática é a Inconfidência Mineira ocorrida em Vila Rica em 1789. Juntamente com esta descrição, faremos uma articulação com a identidade representada na obra.

Inicialmente o autor transmite a idéia que o Brasil ao final do século XVIII formava-se como uma nação de mamelucos ao lado dos homens de origem portuguesa, alcunhados por eles como mascates. João Ribeiro caracteriza a relação entre mamelucos e os portugueses como

¹⁰ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935. Pág. 18.

¹¹ Ibidem, pág 18.

¹² Esta composição está presente na 13ª edição, que fora amplamente revisado e ampliado. Nas primeiras edições não constavam os acontecimentos da primeira república presentes no undécimo capítulo, pois para ele “seria prematuro julgar-os em livro destinado ao esquecimento das paixões do presente” (pág. 20).

conflituosa, dotada de grande rancor por ambas às partes. Caracteriza o conflito como racial, qualificando os portugueses como superiores e os mestiços como inferiores.

A conspiração, como João Ribeiro chama a Inconfidência, tinha ideais liberais e cosmopolitas, assim como as revoluções ao longo da América Espanhola. Ribeiro sugere que por detrás desta “veste” há uma luta étnica entre os povos de origem europeia e os mestiços nascidos na América. Vemos nesta abordagem uma idéia de nação, ainda que em estado latente, como será demonstrado mais adiante, anterior ao Império, isto é antes da Independência.

Lúcia Oliveira usa os estudos literários de Antonio Cândido para formular um debate de uma possível origem de nossa nacionalidade. Segundo este autor a nossa independência literária surge ainda nos meados do século XVIII; Cândido entende essa independência como uma vontade de se fazer literatura autonomamente à metrópole¹³. Curiosamente alguns dos personagens da literatura brasileira ao fim deste mesmo século (XVIII) são protagonistas da Inconfidência mineira.

Outro autor usado por Lucia Oliveira é Afrânio Coutinho que defende a hipótese de que, a partir do momento em os europeus pisaram na América, consolidaram a formação de uma sociedade mais organizada e hierarquizada em relação às nações indígenas, ou em outras palavras, a formação de uma civilização aos moldes europeus. Aqui se formara, segundo Coutinho, uma sociedade distinta em anseios, mentalidades e necessidades de seus patrícios na metrópole¹⁴. Afrânio vê a colonização como um processo histórico que culmina na libertação do Brasil do jugo português, não na Independência e sim na Proclamação da República. É a partir, portanto, da República que desperta-se uma consciência de nacionalidade, na medida em que a nação torna-se o princípio efetivo de soberania do Brasil.

Através deste pequeno debate podemos verificar uma discussão de longa data acerca de desde “quando somos uma nação”. A questão do nacionalismo, no início da República, era forte e marcado por debates e disputas políticas, sobretudo contra os representantes dos cafeicultores e latifundiários que viriam a se tornar o grupo político hegemônico até a Revolução de 1930.

Retomando a obra de Ribeiro, o autor faz um apanhado das características psicossociais dos povos latino-americano e brasileiro. Segundo ele, estes povos têm um escárnio pela história e pelos seus grandes personagens como reis e Deus, que ao qual veneram inutilmente. Foram povos

¹³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990. pág 78.

¹⁴ *Ibidem* pág. 78.

que ao implantar a República não levaram em conta outras “virtudes” necessárias ao seu empreendimento. Tratava-se de nações miscigenadas incapazes do *self-government*, isto é, se auto-gerir. Em síntese considera a importância de um regime republicano, entretanto eram necessárias as bases do regime que coibissem a deflagração de longos conflitos civis como ocorrera na América de língua espanhola ao longo do século XIX.¹⁵

Há algumas ponderações a se fazer. Primeiro, sugere uma imaturidade política criticando uma ausência de unidade política na formação das repúblicas hispano-americanas, com este argumento ele legitima a monarquia brasileira – que se manteve sem fragmentar-se - sem desqualificar o regime republicano. Em segundo, argumenta que os povos latinos são incapazes do *self-government*, e que ainda são necessárias outras virtudes, entretanto não enumera que virtudes seriam estas. De toda forma há no seu discurso um traço evolucionista na medida em que vê uma continuidade no processo político brasileiro que culminara na República.

João Ribeiro credita, como um dos fatores da conspiração, a uma decadência do espírito colonial e mostra algumas insurreições anteriores a Inconfidência Mineira como um exemplo desta decadência e ainda aponta que a ausência de liberdade econômica para os colonos seria um dos fatores que impulsionaria a deflagração da mesma.

Após apresentar os antecedentes da Inconfidência, ele a qualifica como uma conspiração de letrados e a partir daí relata alguns acontecimentos como o contato com então Ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, Thomas Jefferson.

Ribeiro problematiza a questão da república, sua viabilidade política e social. Primeiro, disserta acerca do servilismo por parte da grande massa de mestiços como grande obstáculo e vê a monarquia como um benefício à formação do Estado Nacional, “sem ele o grande império colonial explodiria em mil fragmentos”¹⁶. Ele argumenta que a conspiração não contava com apoio interno, isto é, de outras capitânias como São Paulo ou Rio de Janeiro.

Em seu estudo verifica a incapacidade por parte dos inconfidentes de aliciar novos contingentes. “Tudo estava preparado quando muito, para um tumulto que um acto de força ou uma concessão prudente da auctoridade poderia annular. Com tal insuficiência a mais justa das rebeliões é sempre um crime”¹⁷. Ou seja, como ele mesmo disse, a Inconfidência não se tratava de um movimento forte e bem articulado.

¹⁵ RIBEIRO, João Op cit. pág 374.

¹⁶ RIBEIRO, João Op cit. pág 380.

¹⁷ Ibidem pág 382.

Como demonstrado acima, João Ribeiro discorre a história articulando elementos políticos e psicossociais, atribuindo ao servilismo do povo como um entrave ao êxito da Inconfidência. Apesar deles distinguirem-se dos portugueses não existe um sentimento de nação capaz de aglutinar diferentes segmentos da sociedade em torno do objetivo de se libertar do jugo português, ou seja esse nacionalismo latente não foi capaz de unir a colônia contra a metrópole. Havia, ainda que tênue, um sentimento de pertença à Coroa.

Depois de explanar sobre os conspiradores e os problemas da conspiração, João Ribeiro faz um relato dos pormenores do evento. Segundo ele, Vila Rica atravessava a decadência da mineração, quando fora anunciada a derrama e a vila não tinha como arcar com tal imposto; dos poucos adeptos que a conspiração aliciara tinham mais medo da derrama a uma afeição a Independência. Na medida em que relata estes pormenores ele retoma a idéia de uma conspiração letrada sem articulação político-militar ou social sólida.

Há um apelo ao catolicismo simbolizado na fé de Tiradentes, tido por Ribeiro como um mártir da liberdade e um crédulo em Cristo – um herói perfeito para República que andava desentendida com a Igreja Católica. Este apelo está presente no sub-capítulo final sobre a Inconfidência; podemos caracterizá-la como uma narrativa dramática, muito semelhante a uma narrativa literária. Exalta um espírito forte e voluntarioso de Tiradentes, relata seus passos como um calvário. Temos a representação de Tiradentes como um sujeito resignado que encara seu destino com coragem e, sobretudo, com fé em Cristo.

É possível verificar na obra uma orientação pedagógica de um propósito nacionalista do ensino de história. Neste sentido a história do Brasil para João Ribeiro, como ele mesmo define:

“o Brasil, o que elle é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros. Esses foram os que descobriram as minas, instituíram a criação do gado e a agricultura, catechisaram longínquas tribus, levando assim a circulação da vida por toda a parte até os últimos confins.”¹⁸

Dito assim, João Ribeiro vê nas ações do povo e não de seus governantes a história do Brasil; entretanto ao longo de sua obra é possível afirmar que ele busca articular uma história política com a cultura e sociedade, lançando mão de conceitos elaborados pela Sociologia e de

¹⁸ RIBEIRO, João Op cit. pág 17.

autores alemães, ao qual teve contato quando viajara para Alemanha. Através desta articulação, João Ribeiro buscava sintetizar a realidade brasileira, bem como seu povo e sua história.

Segundo Thais Fonseca, a abordagem sobre a Inconfidência Mineira é tida como a primeira tentativa de se construir uma república e o seu grande mártir fora Tiradentes. Anteriormente, esta Conjuração não recebia a mesma atenção dentro dos livros de história¹⁹, fora apenas mais uma insurreição contra a coroa portuguesa nos tempos coloniais. No manual escolar de João Ribeiro percebemos justamente o oposto, ele foge deste lugar comum à medida em que constrói uma identidade para o Brasil.

A identidade nacional se formula na obra, na medida em que João Ribeiro privilegia outras perspectivas para o estudo da história, como a cultura e a biologia e lançando mão de conceitos da sociologia numa análise psicossocial do brasileiro. Leva em conta, os aspectos históricos de nossa miscigenação e da maneira como ela se desdobrou na história do Brasil, influenciando inclusive em nossa história política.

Ao abranger a história sob outras perspectivas, como as mencionadas acima, a obra possibilita um maior senso de pertença ao indivíduo que o lê. Neste sentido, João Ribeiro retoma a tradicional concepção de história mestra da vida, que entre outras coisas, deve despertar no sujeito um sentimento cívico e de pertencimento a uma pátria. É aproximando a história da realidade daqueles que serão seu público, que João Ribeiro constrói uma identidade nacional.

João Ribeiro recria um mito para a República e ao mesmo tempo mostra que a Inconfidência não passou de uma conspiração letrada com restrita articulação política e social. Desta forma, sem ufanismo, mas atendendo ao ideal republicano, ele constitui a identidade nacional, que não renega seu legado português, mas com necessidade de romper com seu passado a fim de constituir sua própria soberania, ou como ele mesmo intitula, de espírito da autonomia.

¹⁹ FONSECA, Livia Nivia de Lima e Fonseca. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pág. 50.

Bibliografia:

CERTAU, Michel. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Manuais Escolares e pesquisa em história. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima e Fonseca; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FONSECA, Livia Nivia de Lima e Fonseca. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Invenção e continuidade: a História do Brasil de João Ribeiro. I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 2004, Niterói. Anais... Niterói: UFF, 2004.

GATTI JUNIOR, Décio. Entre políticas de Estado e práticas escolares: uma história do livro didático no Brasil. In: STEPAHNOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: volume 3. 2º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. pág. 382.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na primeira república. *Navegando pela História da Educação*, Campinas, Disponível em www.fae.unicamp.br/histedbr. Acesso em 14/03/2007.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Livros e leitura na escola brasileira do século XX. In: STEPAHNOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: volume 3. 2º ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Curso Superior segundo os programmas do Collégio Pedro II 13º ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

***O todo: uma análise da obra Quadrado preto sobre quadrado branco de Kazimir
Malevitch (1878-1935)***

Emanuel José dos Santos¹

Ana Luiza Ladeia Prates Correia²

Fabio Machado Ruza³

Os novos movimentos artísticos só podem existir em uma sociedade que assimilou o ritmo da cidade grande, o elemento metálico da indústria. Não pode haver futurismo onde a sociedade ainda preserva um tipo de vida idílico, rural.

Kazimir Malevitch

A presente comunicação pretende dissertar acerca da pintura *Quadrado negro sobre quadrado branco*⁴, obra inaugural do movimento Suprematista. Para tal, utilizaremos os conceitos teóricos oferecidos por Erwin Panofsky em *O significado nas artes visuais* (PANOFSKY: 1979, pp. 47-65), acerca da compreensão da obra de arte. Dessa forma, buscaremos empreender o processo de visualização idealizado por Malevitch, partindo tanto do contexto no qual o autor se insere quanto das perspectivas simbólicas que as formas e cores elencadas por Malevitch oferecem, tendo como foco os objetivos do movimento Suprematista.

Erwin Panofsky, o teórico que abordaremos, nasceu em Hannover, Alemanha, em 1892 e faleceu no ano de 1968 em Princeton, Estados Unidos. Lecionou na Universidade de Hamburgo de 1926 a 1933, quando o governo nazista o despediu do cargo, levando-o a

¹ Graduando do sexto período do curso de História (ICHS/UFOP)

² Graduanda do terceiro período do curso de História (ICHS/UFOP)

³ Graduando do terceiro período do curso de História (ICHS/UFOP)

⁴ Também chamada em outras fontes de *Quadrado negro sobre fundo branco* ou *Quadrângulo*.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

se fixar nos Estados Unidos, onde já trabalhava desde 1931 como professor convidado em New York. E em 1934, aceitou o convite para lecionar como visitante na Universidade de Princeton. Em 1955, através de uma seleção dos ensaios e artigos mais importantes, publica *Meaning in the visual arts*⁵ procurando definir os problemas colocados pela história da arte.

A metodologia para a análise da obra de arte proposta por Panofsky é estrutural, que relaciona concepção original do artista, a psicologia da época: do(s) grupo(s) social(is) ao(s) qual(is) o artista ou movimento pertence - , e a reação da crítica. A importância da metodologia de Panofsky para análise das obras de arte reside no caráter abrangente da mesma que se propõe a articular três campos interdependentes: o significado factual, que compreende a identificação de formas e objetos representados; o significado expressional, que é a consequência desse primeiro contato descritivo, a inteligência do tema; e, finalmente, o significado intrínseco, ou conteúdo, que é o sentido profundo da obra em relação aos símbolos que exprimem uma mentalidade (RICHARD:1988, pp 48-9). São estes os pressupostos teóricos que utilizaremos. A partir daqui, pretendemos analisar a obra supracitada.

Já sobre o autor de *Quadrado Negro sobre Quadrado Branco*, Kazimir Severinovitch Malevitch, ucraniano naturalizado russo, nasceu em 11 de fevereiro de 1878 e faleceu em 15 de maio de 1935. “Quadrado preto sobre quadrado branco”, nosso objeto de estudo, foi feito em 1913, embora tenha sido exposto somente em 1915 em Moscou, na exposição 0.10, inaugural do movimento Suprematista.

Esse movimento, tendo em Malevitch seu maior expositor, visava abandonar o espaço real em favor do espaço da tela, a fim de expressar a cultura industrial daquele tempo, utilizando para esse fim formas e cores puras.

Malevitch ficou decepcionado com o efeito que a mesma causou nos espectadores, que viam apenas um quadrado vazio, não compreendendo a natureza da obra nem o que o autor realmente *queria dizer*.

Malevitch abandona a austeridade absoluta após 1915 ao começar inclinar os seus retângulos, acrescentando outros tipos de cores e introduzindo uma noção de terceira dimensão. Em 1918, Malevitch retoma seus estudos de formas mais puras com a série de pinturas Branco sobre Branco. Mas logo ao término desta série de obras, percebendo a impossibilidade de avançar nesse caminho, começa a se dedicar ao ensino, a escrever e

⁵ No Brasil, editado como *Significado nas artes visuais*, supracitado.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

construir modelos tridimensionais que tiveram papel importante no construtivismo.

Já na década de 1920, resolve voltar à pintura abstrata, mas não mais encontrando apoio do governo soviético, que passa a exigir que os artistas se convertam para o realismo socialista. Depois de alguns anos no esquecimento morre em 1935.

Em *Cubism and Abstract Art* (1936), H. Barr Jr., retrata Malevitch como a figura mais importante para o século XX, pelo seu pioneirismo, pelo seu desenvolvimento teórico e pelo movimento Suprematista, que influenciou grande número de artistas russos, através de Lissitzki e Moholy-Nagy. Essa forma de arte combinando com a influência do grupo holandês De Stijl, transformou a arquitetura, o mobiliário, a tipografia e arte comercial na Alemanha e em grande parte da Europa, motivo que nos levou a tentar compreender, com o olhar oriundo do século XXI ao qual pertencemos, para a atitude vanguardista e, por que não, temerária de Malevitch ao expor uma obra desta natureza.

Nossa maior dificuldade ao utilizarmos os pressupostos teóricos de Panofsky para analisarmos a obra *Quadrado preto sobre quadrado branco*, foi adaptar a teoria para compreender o objeto. Isso se deve ao fato de Panofsky diferenciar o *identificar* do *descrever*, ou nas palavras do próprio, analisar pré-iconograficamente e iconograficamente em operações distintas, embora interdependentes. Nesta obra, estamos diante de um quadrilátero negro sobre fundo branco, cuja moldura também é quadrilátera. Estamos diante do *Quadrado negro sobre quadrado branco*. Pareceu-nos paradoxal a simplicidade com a qual pudemos identificar e descrever a obra. Devido a isso, cremos ser esse o limite que levou o artista a não ser compreendido pelos seus contemporâneos num primeiro momento.

Não obstante, caso consigamos ultrapassar essa primeira dificuldade, as possibilidades que daqui decorrem são múltiplas e variadas, o que insere Malevitch entre os maiores artistas de todos os tempos. H. J. Janson afirma que, “ao reduzir a obra ao menor número possível de elementos“, Malevitch deu ênfase ao “quadro enquanto tal“, de uma forma mais radical do que qualquer dos seus antecessores (JANSON : 1992, p. 688).

Vemos um quadrilátero⁶ negro, sobre fundo quadrilátero branco. Embora sumária, a descrição nos dá duas entradas no significado intrínseco da obra: a cor e a forma. Quanto às cores utilizadas, tanto o branco quanto o preto são absolutos, variando somente na escala de opacidade para brilho, podendo inclusive situar-se tanto de um lado quanto de outro da

⁶ O quadrilátero, embora seja denominado quadrado, foi feito à mão livre, não respeitando as medidas concernentes à categoria de quadrado.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

esfera cromática, sendo negação ou síntese de todas as cores (CHEVALIER: 1998, 141; 740).

Destaque-se que, na simbólica tradicional, o branco é adjetivado como luminoso, cândido, enquanto ao preto se creditam as trevas, a escuridão, o “que espanta a luz do dia” (LURKER: 1997, 94). Da mesma forma, o branco pode simbolizar o sobrenatural mundo dos “espíritos, fantasmas, mortos e antepassados” (LURKER: 1997, 95), enquanto o preto simbolizaria o total desprezo por este mundo. O branco é uma cor de passagem, um valor-limite, “como as duas extremidades da linha do horizonte”, a entrada no invisível (CHEVALIER: 1998, 141). É uma cor neutra, passiva, mostrando apenas que nada foi realizado ainda. Por sua vez, o preto é relacionado ao caos primordial, à indiferenciação. Enquanto evocador do nada, do caos, isto é, da confusão e da desordem, o preto é a obscuridade das origens; precede a criação de todas as religiões (CHEVALIER: 1998, p. 743).

A utilização de matizes opostos não deixa de ser também uma crítica, ou releitura, ao *chiaroscuro*⁷ renascentista. A contraposição dessas duas cores no quadro não deixa de ser antitética, embora complementar. Não podemos compreender e diferenciar o quadrado negro sem nos atermos também ao quadrado branco, e vice-versa. Embora sobrepostos, dando a idéia de planos sucessivos - o que é reafirmado no próprio título da obra - percebemos ser problemática a tentativa de desvinculação de um em relação ao outro. Um existe se o outro existir, interpenetram-se, mas não se misturam. Estamos diante de uma hierogamia cromática (CHEVALIER: 1998, p. 742).

Embora futuramente Malevitch use outras formas geométricas puras em sua obra - círculo, triângulo, cruz -, a utilização do quadrado, nesta obra, não é arbitrária e nem destituída de significado simbólico. De maneira geral, o quadrado, assim como o retângulo, é um símbolo de organização, estabilidade, manifestação, “construção” (CIRLOT: 1984), “divisão, organização e cultura humanas” (LURKER: 1997, p. 581). Símbolo da terra em contraposição ao céu - o círculo, alude com maior firmeza ao material (CIRLOT: 1984, p. 481). É a antítese do transcendente (CHEVALIER: 1998, p. 750), do dinâmico. Além disso, a utilização do quadrilátero como pedra angular do Suprematismo também o

⁷ Técnica de suavização dos efeitos de luz e sombra, desenvolvida por Leonardo da Vinci. O *chiaroscuro* é um desenho tão requintado e gradual das luzes e sombras que as torna extremamente suaves, como se vistas através de um véu véu. Cf. CONTI, p. 58
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

coloca em oposição ao triângulo renascentista⁸, o que leva a obra a ser chamada também *Quadrângulo* (NÉRET: 2003).

Conscientemente, Malevitch rompe com a solução encontrada pelos Renascentistas para representar suaves figuras, em equilíbrio e movimento. Se o triângulo é dinâmico e sugere movimento, o quadrado é estático, imóvel. A procura aqui não é pela representação pictórica do real, mas de padrões visuais básicos que levem ao *insight*. Dessa forma, Malevitch concorda com a afirmação de Picasso: “Por meio da arte, nós exprimimos aquilo que a arte não é” (apud NÉRET: 2003, p. 07), dessa forma, destruindo os valores pictóricos na pintura (HAUSER: 2000, p. 961). Em contrapartida, embora estático, ao partilhar dos conceitos relativos à quaternidade, o quadrado (ou quadrilátero) representa o cosmo, os quatro confins do universo: o *todo*. Janson afirma: “Como o próprio universo, a superfície negra seria infinita se não fosse delimitada por uma orla exterior, nesse caso a esquadria branca e a forma da tela” (JANSON : 1992, 688-9).

Portanto, a hierogamia, representada pela escolha cromática do artista, se dá de maneira cósmica, interpenetrante e orgástica, inversamente proporcional à simplicidade com a qual se apresenta ao primeiro olhar. Um quadrado negro cheio de ausência, portanto preche de significado, aliado ao branco que representava as extensões tanto do espaço exterior quanto interior.

Concluimos, portanto, que é fundamental ao observador, em geral, e ao estudioso da arte, em particular, perceber as nuances que, nesse caso gritantes, nos alertam para a dificuldade de transcender os limites propostos por nossa própria civilização na elaboração de um olhar crítico frente ao objeto artístico. Fruto de um contexto, nós, homens e mulheres do XXI, temos nessa obra um exemplo para a postura que desde então temos que adotar frente ao objeto pictórico: a ausência de preconceitos, julgamentos prévios, para que a nossa visão crítica seja objetiva, receptiva a busca por soluções pictóricas inteligentes para os questionamentos que nos são contemporâneos.

⁸ As composições, em especial as da Virgem com o menino Deus, eram dispostas dentro de uma pirâmide, onde, com auxílio de técnicas como o *contraposto*, a imagem se tornava mais suave e dotada de sutil movimentação. Cf. CONTI, p. 58
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

BIBLIOGRAFIA

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

CHILVERS, Ian. *Dicionário Oxford de Arte*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1996

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de Símbolos*. Tradução de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Moraes, 1984.

CONTI, Flavio. *Como reconhecer a arte do Renascimento*. Tradução de Carmen de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

HADJINICOLAOU, Nicos. *História da arte e movimentos sociais*. Tradução de António José Massano. Lisboa: Edições 70, 1978.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H. W. *História da arte*. 5 ed. Tradução de J. A. Ferreira de Almeida, et al. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LURKER, Manfred (org.). *Dicionário de simbologia*. Tradução de Mario Krauss e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 1997

NÉRET, Gilles. *Kazimir Malevitch (1878-1935) e o Suprematismo*. Tradução de Maria do Rosário Paiva Boléo. Lisboa: Taschen, 2003.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

READ, Herbert (org.). *Dicionário da arte e dos artistas*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa, ed. 70, s/d

RICHARD, André. *A crítica de arte*. Trad. Maria Salete Bento Cicaroni. São Paulo: Martins Fontes, 1988 (Coleção Universidade Hoje)

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da história da arte: o problema da evolução dos estilos na arte mais recente*. Tradução de João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A Violência no Extremo Norte Goiano na História e na Literatura: séculos
XIX e XX**

Euclides Antunes de Medeiros
Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor Assistente na Universidade Federal do Tocantins

Esta comunicação é fruto das pesquisas preliminares do núcleo de estudos sobre a violência recém criado na UFT-Araguaína do qual faço parte. O objetivo da mesma é discutir as representações e as práticas de violência no extremo norte de Goiás entre meados do século XIX e meados do XX por meio da literatura regional sendo estas fontes privilegiadas no trabalho que no momento desenvolvo. Esta pesquisa procura desvendar a participação dos “homens comuns” dentre os quais vaqueiros, lavradores, barqueiros, mateiros, jagunços e cangaceiros enfocando essas práticas como mecanismos de sobrevivência, adequação/resistência à ordem vigente e constituidora do modus vivendi do sertanejo pobre. Nesta comunicação me sirvo da pesquisa no sentido de problematizar, não a relação entre história e literatura, mas o uso das fontes literárias pelo historiador como um fio condutor tênue que, por meio das representações nelas contidas, ligam experiências vividas, relações sociais, memórias e história.

A representação do sertanejo pobre do norte goiano como vinculados ao “cangaço”, “jaguncismo”, dentre outras denominações, é recorrente na literatura regional o que nos direcionou para a fonte literária em um primeiro momento. Estas demonstraram surpreendente correspondência na documentação oficial do período principalmente no que concerne as “revoltas” de Boa Vista, São José do Duro e Pedro Afonso. Essas revoltas são tratadas pela historiografia regional como sendo obra dos chefes locais (coronéis) por meio do seu braço armado: o jagunço. Pretendo discutir a participação do sertanejo pobre nessas relações de poder e mando vinculadas às suas experiências de viver e trabalhar. Essa relação, a nosso ver, é constituidora de uma mentalidade violenta perceptível nas praticas desses sujeitos e nas representações elaboradas por eles e sobre eles.

*“_ô Milota, ô Milota! Soeu minha Roxa. Abra a porta!
A mulher reconheceu a voz do amante e disse agoniada:*

– Entre logo, senão os jagunços podem ver, estão espalhados por todo o canto da vila!... ”⁽¹⁾

Jagunços espalhados pelas vilas e povoados da região. Eis uma imagem recorrente nos romances regionais. Os títulos dessas obras também nos remetem imediatamente à cenas de violência armada: “Chão de Carabinas”; “O tronco”, “Serra dos Pilões: jagunços e Tropeiros”...

Essa recorrência instiga o historiador a levantar um questionamento básico caso ele entenda que a História é antes de tudo uma atividade relacional entre presente e passado: o que essa recorrência pode esclarecer sobre a violência atual? Que fios ligam o comportamento social dos homens e mulheres de hoje a um passado que constituiu representações tão marcantes acerca da violência que impregnaram de forma tão expressiva e significativamente a literatura da região?

Esse questionamento inicial, a princípio quase divagação começou a tomar forma e consistência a partir de outro dele decorrente: qual a ligação entre essa literatura e a história, as experiências vivenciadas pelos mais diversificados sujeitos do Extremo Norte Goiano de meados do século XIX a meados do XX?

Os documentos oficiais, por si, pouco têm a dizer sobre essas experiências. Eivados de preconceitos do seu próprio tempo e da sociedade que os produziram discorrem sobre assassinos, lavradores, vaqueiros, vagabundos e pobres em geral, como se fossem uma categoria social unívoca. Os sujeitos, alvo dessa pesquisa, aparecem nessas fontes, via de regra, travestidos de “vagabundos”, facínora”, “criminosos” e com uma única função: matar. E se não a estão executando estão entregues ao ócio e/ou à bebedeiras. Nelas é recorrente ao se falar em bandidos (reconhecidos pela lei como tal) associar determinados sujeitos e/ou categorias de trabalhadores como o “agregado”, por exemplo, vinculando-os ao ócio, vagabundagem e bebedeiras.

“è público e notório que o celebre e notabilíssimo faccionoroso Severiano de Magalhães, autor de muitas mortes e roubos no Rio das Éguas, província da Bahia, está nesta província; percorre com os seus capangas, co-autores dos mesmos delictos, duas comarcas do norte, à vista e face das autoridades, com as quês tem vivido e vive em plena paz [...] Não quero fallar-lhes da vagabundagem, como uma das causas de tão lamentável estado de cousas: nem da embriaguez, nem da profunda differença de raças e costumes, e nem da nenhuma instrução”.⁽²⁾

¹ LIMA, Moura. CHÃO DE CARABINAS: Coronéis, peões e boiadas. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 2002.

² Goiás. Arquivo Estadual de Goiânia. Rel. Pres. Província. Ano 1881 p. 34.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Ao cotejar a literatura com a historiografia uma primeira constatação: na historiografia “o pegar em armas” é apresentado via de regra como uma ação política oriunda dos conflitos entre os “chefes políticos locais” fruto do “coronelismo”, do “mandonismo” que por meio de seu braço armado o jagunço, o cabra, cangaceiro, o bandoleiro praticava a violência. Entretanto, nessa historiografia os “coronéis” têm sempre nome e sobrenome – com ênfase, é claro nos sobrenomes –, têm origem, são alocados no tempo e no espaço. Já aqueles que constituíam seu braço armado são figuras quase espectrais, sem rostos, sem nomes – quando muito um apelido –; origem incerta e vaga: “bandos vindos (ou trazidos) do nordeste”; sem uma vida cotidiana: irrompem na “cena histórica” se nela irrompe um conflito armado entre seus “chefes” e tão logo a narrativa dê por encerrado a peleja desaparecem qual fantasmas atemporais; aqui e ali as narrativas deixam transparecer que alguns desses “bandos” tinham ligações diretas com o cangaço nordestino, aqui e ali um daqueles que a condescendência do historiador, por aquele ser um “chefe do Cangaço, atribuía-lhe um apelido, seria mesmo um egresso de um dos bandos do Cangaceiro Lampião.

“Nesse ínterim, Abílio Wolney estruturou, no Estado da Bahia, onde tinha boas relações políticas, um batalhão de jagunços, contando com a ajuda de seu colega Abílio Araújo, da cidade de Formosa do Rio Preto. [...] Em 1922, quando São José do Duro estava sob o controle de Abílio Wolney, foram para lá os cangaceiros nordestinos Luís Padre e Sebastião Pereira. Este último é considerado o Professor de Lampião, a quem ensinou as artes do cangaço”.⁽³⁾

Essas “pinceladas pitorescas” também estão presentes na literatura, diga-se de passagem, a literatura é o terreno mais adequado para elas. Mas ela vai além do pitoresco. Contrário ao que se verifica na historiografia, esse “braço armado” ganha forma. Está inserido numa rede de relações sociais, e a partir de experiências múltiplas se mesclam, como sujeitos históricos que são, à história da região.

“O tiro espouca, o caboclo [índio] desce de lá esmolengando... a cachorrada feroz já está montada em cima, estraçalhando. O terçado bom de corte entra em serviço. O bugreiro [matador de índios] racha o peito do caboclo, nem carece esperar ele acabar de morrer. Tira o coração, os bofes e fígado, pica e dá aos cachorros. Assim é que eles ensinam cachorro caçar bugre. Comendo os miúdos do caboclo, a cachorrada fica feroz numa medida que serve. O vaqueiro Leobino Arcanjo dos Santos, do Corgo Grande, podia dizer que era mestre nesse ofício. Esteve muitos anos vigiando castanhal. Era só chamar e ele vinha. Trazia os cachorros, quatro mestres e dois aprendendo, e escaramuçava os caboclos que estavam atentando os moradores de Boa Vista. Ele vinha e resolvia o caso, assim como ele foi ajudar o

³ MACHADO, Antonio Filho da Silva. Poder Público versus Poder Privado: Coronelismo na primeira metade do século XX no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (org.). A (TRANS) FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TOCANTINS. Goiânia: Ed. UFG, Palmas: UNITINS, 2002. (pgs. 299-303)
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

primo Antônio Correa mata o Cara Preta, no Maranhão [...]. Leobino Arcanjo dos Santos é de uma família de Cunha, do Pará... 'Leoba' apresenta natureza mansa, trata a gente bem, pra ele não tem sacrifício que o empate a ajudar um companheiro em seja lá o que for. Manso, mas no que toca a malvadeza, avemaria!''⁽⁴⁾

Nessa literatura aparece também o Jagunço vindo de fora, o Cangaceiro, mas estes estão sempre ombro a ombro com o “Vaqueiro”, o mateiro, o roceiro que nos momentos do conflito armado formam indistintamente a “cabroeira” dos coronéis.

É necessário aqui fazer uma consideração importante acerca dessa literatura. Em geral ela está subsidiada por pesquisa em documentação histórica oficial. No caso acima apesar de Bernardes colocar uma “*advertência, estes escritos, assim como os nomes dos lugares, os nomes das pessoas, os acontecimentos e tudo o mais que eles contêm, são da pura inventiva do autor. Não se devem misturar aparências com o real*” o seu prefaciador já no início do prefácio esclarece, citando a advertência, que “*no entanto, esta é uma obra em que ficção e realidade se misturam, em que ficção e realidade se fundem, pois mostra o acontecido com a beleza do imaginado, e o imaginado com a verdade da própria vida.*”

Não é novidade as interações entre Literatura e História. Muito de filosofia da história, de teoria e epistemologia da história tem se produzido e consumido, e, às vezes a História tem se consumido nessa discussão ora estabelecendo fronteiras entre os dois campos, ora rompendo-as. Não é objetivo desta comunicação enveredar por essa discussão. Entretanto, por primar pelo rigor é preciso deixar claro que entendo a literatura como fonte histórica, ou se preferirem, como depositária de memória histórica.

O que Maria Emisia Jacinto Barbosa argumenta, citando Beatriz Sarlo, para a repetição de imagens e textos é válido para a literatura em geral:

“Nesse sentido, penso que Beatriz Sarlo sugere um caminho para articular a teia das recorrências, ao afirmar que ‘ninguém que tenha lido poderá apagar por completo o resíduo de uma leitura [...]’. A sobrevivência de tal resíduo faz movimentar elementos de lembrança recompostos em textos e imagens, citados, reproduzidos, renovados em tempos diferentes. Trata-se talvez, daquela ‘massa de lembranças’ que a autora diz que são ativadas numa citação, numa comparação, formadas pelo que foi lido e visto e que constituirão formas de recordar, ver de novo, ler de novo”⁽⁵⁾

⁴ BERNARDES, Carmo. PERPETINHA: Um drama nos babaçuais. Goiânia: CEGRAF/UFPA, 1991.

⁵ BARBOSA, Maria Emisia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: FENELON, Déa R., MACIEL, Laura A., ALMEIDA, Paulo R., KHOURY, Yara AUN. (Orgs). MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

O romance ao mostrar, “*o acontecido com a beleza do imaginado*” está, no meu entender, impregnado daquela “massa de lembranças” acima referida, acerca de uma época e dos processos históricos correspondentes. E é exatamente no “imaginado” que ele se diferencia de outras modalidades de fontes: o romancista ao “carregar nas cores” por meio da licença poética deixa fluir, às vezes consciente, mas geralmente inconscientemente, essa massa de lembranças constituidora da memória coletiva de uma sociedade.

Em relação ao meu objeto de estudo o romance regional deixa fluir uma carga de representações constituidora de uma mentalidade acerca da violência que ora é retratada com indignação se provinda do coronel todo poderoso, ora com reverência quando praticada pelo valente sertanejo no préstimo de suas virtudes aos seus pares, ora com condescendência quando advinda de uma adequação, ou mesmo de uma reação do pobre do sertão ao mandonismo dos coronéis. O que é mais significativo salientar é que estas representações por serem um substrato da memória coletiva dão conta do que muitas vezes a documentação oficial obscurece: ela da vida, nomeia, insere num espaço, faz sorrir, amar, sangrar e chorar os sujeitos que o historiador selecionou como objeto de estudo. Nesse sentido contribui para revestir de carne e ossos aqueles que às vezes aparecem de forma apenas espectral numa historiografia “tradicional.”.

Já afirmei que o documento oficial, por si, não diz muito sobre as experiências dos sujeitos estudados, cabe aqui acrescentar que o romance também não. O historiador ao se valer apenas da literatura como fonte pode cair na armadilha de promover:

“a supressão efetiva desse processo e suas circunstâncias, realizada deslocando-se o conceito para uma equivalência não-diferenciada com ‘experiências imediata de vida’ (na verdade, em certos casos, a mais do que isso, de modo que as experiências reais vividas da sociedade e história podem ser consideradas como menos particulares e imediatas do que as da literatura)”.⁽⁶⁾

Sempre fiz ressalvas quanto à reconstituição do passado realizada pelo caminho estreito da modalidade de fonte única. Creio ser o cruzamento de várias modalidades de fontes um instrumento que abre um leque mais abrangente de possibilidades ao historiador. Nesse sentido, pensar a violência representada na literatura, expressa em obras de memória, cotejá-la com a documentação oficial e com minhas preocupações relacionadas à sociedade do presente, do meu presente, tem sido um exercício fascinante e ao mesmo tempo renovador. Em relação à literatura entendo como Williams que:

⁶ WILLIAMS, Raymond. MARXISMO E LITERATURA. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

“A novidade teórica crucial é o reconhecimento da ‘literatura’ como uma categoria social e histórica especializada... Exatamente por ser histórica, um conceito chave de uma importante fase de uma cultura, constitui evidência decisiva de uma forma particular do desenvolvimento social da linguagem. Dentro de seus termos, realizou-se um trabalho de importância destacada e permanente, nas relações sociais e culturais específicas”.⁽⁷⁾

Seria perigoso abrir mão do estabelecimento do que Edward Hallett Carr trata como “fatos básicos” da História, uma preocupação quase religiosa na documentação oficial. Quanto a esta, embora ela não fale, por si, sendo necessário uma leitura “a contra-pêlo” para extrair aquilo que geralmente pretendeu omitir, às vezes exige um esforço exaustivo nesse mister. A fonte literária age sobre as oficiais então, como um feixe de luz tênue e cambiante ora clareando relações sociais obscurecidas em outras documentações, ora iluminando anseios, sentimentos e ressentimentos. O romancista assim, ameniza o trabalho do historiador uma vez que, em certa medida, poupa-lhe o exercício de preencher as lacunas da história com a imaginação como recomendava fazer o historiador dos *Annales* Marc Bloch.

Marxista de formação e por convicção tenho feito nos últimos anos uma salutar aproximação com alguns dos princípios “annalistes”, evidentemente com aqueles que não descambaram para e pelas posturas ditas “pó-modernas”.

Foi buscando as raízes de uma violência hoje naturalizada, de uma “rudeza” no tratamento cotidiano dos indivíduos, as raízes de um embrutecimento generalizado presente nas expressões corriqueiras de homens, mulheres e crianças no tempo e espaço onde estou inserido que percebi não ser apenas da violência armada que se tratava a questão, e muito menos apenas de uma violência como resultante de conflitos políticos entre os “coronéis do sertão” como aparece constantemente na historiografia regional. Pelo cruzamento das fontes foi possível perceber ser esta a “ponta do iceberg” que irrompe nos momentos de crise quando uma mentalidade violenta latente e profunda que subjaz nos níveis mais profundos de uma sociedade vem à tona.

Esta mentalidade foi construída a partir do relacionamento tenso entre diversificados sujeitos históricos: vaqueiros, lavradores, mateiros, caçadores, barqueiros, jagunços, cangaceiros, agentes de polícia, coronéis. A figura do “agregado” do coronel seria talvez a síntese dessa emaranhada teia de relações. O agregado em “tempos de paz” é às vezes o vaqueiro, às vezes o lavrador que por força do seu modo de viver e trabalhar é também mateiro e caçador. E dadas às circunstâncias político-sociais em que está inserido nos momentos de crise política engrossa as fileiras dos jagunços propriamente ditos. Ele e os seus

⁷ Idem.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

experimentam assim a violência armada, a priori, de forma sazonal e nesta experimentação vão incorporando-a aos poucos, transmitindo-a a outras gerações.

O vaqueiro muitas vezes, ao fazer ombro aos jagunços defendendo mais a própria vida que a do coronel entrevia a possibilidade de ascender socialmente, o que de fato ocorria. Muitos por meio da participação nos conflitos armados ganhavam o respeito e a admiração de seus chefes, recebiam como prêmio terras e gado. Passavam de agregados a agregadores alimentando, reproduzindo e solidificando um sistema político-socio-cultural. Relacionamento tenso mas também revestido de ritos de deferência. De assentimentos e consentimentos. De lealdades construídas às vezes durante uma vida, e geralmente por força das condições materiais da vida, mas desfeitas numa fração de segundo, no tempo de um pipoucar de uma carabina. Como nos lembra Thompson, *“um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa”*⁽⁸⁾

Nesse processo não seria necessário ter Luís Padre ou Sebastião Pereira “este último é considerado o Professor de Lampião”, para ensiná-los as artes do cangaço. Experimentavam uma escola talvez mais eficaz: sua própria experiência de viver e trabalhar no Norte Goiano entre os séculos XIX e XX.

⁸ THOMPSON, E.P. COSTUMES EM COMUM: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O gênero biográfico em discussão: algumas considerações

Éverton Fernando Pimenta¹

Peter Burke situa a ascensão da biografia enquanto gênero no final do século XV, período a partir do qual, para ele, passou a circular na Europa a concepção, advinda das vidas descritas por Plutarco, de que escrever biografias era o mesmo que escrever vidas.²

As características centrais desse tipo de biografia pautavam-se, ao invés de uma ordem cronológica, por uma estrutura textual organizada em forma de tópicos e também pela idéia de que sua personalidade era coerente, isenta de contradição, fato que elevaria uma dada trajetória à condição de modelo ideal, digno de ser seguido.³ Não obstante, esse modelo de construção biográfica perdurou somente até o século XVIII, quando, com o nascimento da noção de *indivíduo*, percebeu-se que a personalidade, por passar por um processo de desenvolvimento, não era tão estável e coerente quanto parecia.

Nesse sentido, Contardo Calligaris afirma que foi justamente esse nascimento do *indivíduo* que possibilitou o estabelecimento da biografia, da autobiografia e do romance moderno enquanto gênero. A visão de que cada vida é uma história é, para ele, uma invenção moderna que, ao mesmo tempo em que representou uma ruptura com um modelo racionalista de explicação do mundo pautado pela tradição, possibilitou também a consolidação de tais gêneros.⁴

O escrito autobiográfico implica uma cultura na qual, por exemplo, o indivíduo (seja qual for sua relevância social) situa sua vida ou seu destino acima da comunidade a qual ele pertence, na qual ele concebia sua vida não

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP.

² Cf: BURKE, Peter. "A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista." In: *Revista Estudos Históricos 1997/1 n° 19: Indivíduo, Biografia, História*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006. p. 7.

³ Idem. pp. 11.

⁴ Cf: CALLIGARIS, Contardo. "Verdades de autobiografias e diários íntimos." In: *Revista Estudos Históricos 1998/1 n° 21: Arquivos Pessoais*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006. p. 8.

como uma confirmação das regras e dos legados da tradição mas como uma aventura para ser inventada⁵.

O objetivo central deste artigo, portanto, não é pontuar se a biografia se estabeleceu enquanto gênero no século XV ou XVIII, nem tampouco discutir acerca do surgimento da idéia de *indivíduo* ou da passagem de uma sociedade tradicional para uma moderna, mas sim destacar essa simultânea consolidação da biografia, da autobiografia e do romance. Nesse ponto, duas questões aparentemente distintas, que serão aqui discutidas no momento oportuno, devem ser levadas em conta, quais sejam: a proximidade entre os campos da História e Literatura e os modelos por elas adotados para a construção de biografias.

O atual e o inatual nas discussões sobre biografias

É comum atualmente encontrar, nos textos que se dedicam à discussão do gênero biográfico, afirmações de que pelo fato desse gênero ter sido supostamente abandonado durante uma boa parte do século XX, seu debate seja novo, ou de que, no âmbito das ciências humanas, a biografia só tenha voltado à baila recentemente.

Essa hipótese, grosso modo, se sustenta na concepção de que esse suposto abandono da biografia, bem como da própria estrutura narrativa da qual é composta, teria ocorrido pela ascensão de um paradigma estruturalista. Por conseguinte, isso teria ocasionado o quase total abandono das análises que incidiam sobre o sujeito, sendo que o retorno da biografia somente tornou-se possível na ocasião em que esse modelo interpretativo entrou em declínio.

A esse respeito, Lawrence Stone, em “The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History” aponta, através de um levantamento quantitativo, para o fato de ter ocorrido uma retomada no interesse pela história narrativa e biografia por parte de uma “antiga vanguarda de historiadores” que até pouco tempo atrás as rejeitava.⁶

Por outro lado, Eric Hobsbawm afirma que tal posicionamento de Stone está fundamentado na idéia de que tal retorno foi facilitado, sobretudo no interior da história, devido à proposta de ampliação dos temas até então marginalizados, levada à cabo pelos herdeiros da tradição do editorial *Annales*⁷. De qualquer maneira, ao referir-se ao

⁵ Idem. pp. 5.

⁶ Cf: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.202

⁷ Idem. pp.202.

argumento de Stone, ainda que enalteça a mudança ocorrida na postura desses intelectuais, Hobsbawm acredita que o autor mantém armadilhas em seus pressupostos.

(...) há evidência de que a antiga vanguarda de historiadores não mais rejeita, despreza e combate a antiquada ‘história factual’ ou mesmo a história biográfica, como parte dela costumava fazer. O próprio Fernando Braudel concedeu elogio irrestrito a um exercício notadamente tradicional na história narrativa popular, a tentativa de Claude Manceron de apresentar as origens da Revolução Francesa mediante uma série de biografias superpostas de grandes e pequenos contemporâneos. Por outro lado, a minoria dos historiadores, cujos interesses supostamente alterados Stone investiga, na verdade não passou a praticar a história narrativa. Se deixarmos de lado os conservadores ou neoconservadores historiográficos convictos, tais como os ‘empiristas aficionados das antigüidades’, há pouquíssima história narrativa simples entre as obras citadas ou referidas por Stone.⁸

Hobsbawm alerta para o fato de que essa leitura, apesar de aparentemente soar como verdadeira oculta um projeto levado a cabo de forma deliberada por um considerável grupo de intelectuais. Esses intelectuais, – oriundos de uma tradição historiográfica tipificada como generalizante, diferentemente do que foi veiculado por Lawrence Stone – em sua maioria, não deixaram de buscar os “grandes porquês”. Nessa ótica, o alargamento do campo historiográfico, ao invés de solapar as interpretações estruturalistas da realidade, apenas as complementou.

Para quase todas elas, o evento, o indivíduo e até a retomada de algum estilo ou modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas sim meios de esclarecer alguma questão mais ampla, que ultrapassa em muito o relato particular de seus personagens. Em suma os historiadores que continuam a acreditar na possibilidade de generalizar sobre as sociedades humanas e seu desenvolvimento continuam interessados nos ‘grandes porquês’, embora possam às vezes focar questões diferentes das que eram seu centro de interesse há vinte ou trinta anos. Realmente não há nenhuma evidência de que tais historiadores – aqueles com quem Stone está principalmente preocupado – tenham abandonado ‘a tentativa de produzir uma explicação [...] coerente da mudança do passado.’⁹

Percebe-se assim que, desmentindo a falsa afirmação contida no primeiro parágrafo desse tópico, o debate sobre os supostos desaparecimento e ascensão da biografia não é algo tão recente como se pensava. Essa assertiva é reforçada sobretudo se nos voltarmos para a obra de Gilberto Freyre, “*Contribuição para uma sociologia da*

⁸ Idem. pp. 202.

⁹ Idem. pp. 202-203.

biografia”¹⁰ que, sob uma perspectiva sociológica, possivelmente discutiu de maneira pioneira a questão do gênero biográfico já nos anos finais da década de 1960.¹¹

Ao analisar a figura de Dom Luís d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador da Capitania de Mato Grosso por dezessete anos no século XVIII, Freyre inaugurou a discussão sobre a contribuição sociológica para a construção de biografias e provavelmente marcou a originalidade brasileira frente às publicações que se seguiram no início da década seguinte.

(...) antecipando-se de todo, nesse particular, ao recentíssimo *Sociology, A Biographical Approach*, de Peter L. Berger e Brigitte Berger, publicado em Nova York e em Londres em 1972. Já estava, então, firmada a originalidade ou a prioridade brasileira em conceber, em termos os mais nítidos, uma sociologia da biografia.¹²

Acredita-se, todavia, que sua importância não se deva somente ao seu caráter pioneiro, – embora ele seja muito significativo – mas sim por propor saídas até então inovadoras para antigos problemas que se mantêm aparentemente sem respostas definitivas até hoje.

Um dos pontos a serem aqui destacados na obra de Gilberto Freyre é que ela aponta tanto para o perigo de se “dissolver” a excepcionalidade inerente a um personagem, quando dada uma maior ênfase à coletividade ou cultura na qual ele se insere, quanto para o seu oposto, o exagerado enfoque no indivíduo através do descolamento desse em relação ao meio do qual faz parte.

O estudo das interações entre Indivíduo e Sociedade, entre Pessoa ou Personalidade e Cultura, parecem indicar que, situados ecológica e historicamente esses indivíduos, essas personalidades, essas sociedades, esses extremos se completam, sem se excluírem. Dom Luís identificou-se com o Mato Grosso. Com o Brasil. Com o Trópico. Um Mato Grosso, um Brasil, um trópico a que ele como europeu, como estadista, como cientista, acrescentou-se, ao mesmo tempo que, para realizar a obra extraordinária que realizou, deixou-se influenciar por esses ambientes telúricos, por suas ecologias, por suas sugestões, ao ponto de ter sido por eles recriado ou reconstruído como figura humana.¹³

¹⁰ FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Corumbá: Fundação Cultural do Mato Grosso, 1978

¹¹ Essa obra foi publicada pela primeira vez em Portugal no ano de 1968.

¹² FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Corumbá: Fundação Cultural do Mato Grosso, 1978. p. XI-XII.

¹³ Idem. pp. XVIII.

De certo modo, mais de trinta anos depois, Giovanni Levi corrobora com essa posição ao afirmar que “(...) *Há uma relação permanente e recíproca entre biografia e contexto: a mudança é precisamente a soma dessas inter-relações.* (...)”¹⁴

Para ele, ao se privilegiar os indivíduos, descarta-se a observação de grupos sociais indeterminados (classes, cultura popular, etc.) e constitui-se uma sociedade fragmentada e conflitante na qual os motivos de luta se dão devido às diferenças de mundo. Por outro lado, ao se privilegiar os grupos e seus conflitos, descarta-se a especificidade individual, já que parte-se do pressuposto de que esses são dados como coerentes e coesos, dessa forma, os conflitos sociais são analisados sem se levar em conta ações individuais que teoricamente seriam homogêneas.¹⁵

Nesse ponto, talvez resida um dos segredos para a construção de trabalhos biográficos, o equilíbrio na análise entre contexto e indivíduo. Apesar desta ainda não ser uma questão muito clara, bem definida, acredita-se que, com sua boa realização, ou seja, sem que haja a preponderância de um ou de outro lado, torne-se possível uma maior apreensão tanto do papel individual, quanto da determinação que o meio exerce sobre o personagem.

A biografia individual, em todas as suas modalidades, abre amplas possibilidades para compreender melhor as diferentes mediações entre as evoluções estruturais e as trajetórias individuais, recolocando, em novas bases, antigo dilema das ciências humanas e sociais.¹⁶

Portanto, no que concerne à construção de biografias, essa receita é duplamente eficaz, pois, através de sua efetivação, pode-se, além de escapar de determinismos estruturais e da impossibilidade de entender como se dá a dinâmica dos grupos, apontar uma saída para um antigo dilema. Em relação aos estudos biográficos atuais, de acordo com Lígia Maria Leite Pereira, esse parece ser o caminho ideal a ser trilhado.

(...) o mais recente enfoque para a elaboração de biografias, ao mesmo tempo em que busca ressaltar a irredutibilidade do indivíduo, busca recuperar o universo social no qual sua personalidade foi formada – seu campo exterior, já que, não sendo um sujeito isolado, o indivíduo faz parte de diversos grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas.¹⁷

¹⁴ LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 7ª ed. p. 180.

¹⁵ Idem. pp. 180.

¹⁶ PEREIRA Lígia Maria Leite. “Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias.” In: *HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. n. 3, Jun. 2000. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 3. p. 122.

¹⁷ Idem. pp. 121-122).

Limites e potencialidades: uso da ficção e aproximação entre História e Literatura

A maior limitação imposta a uma construção biográfica é, sem sombra de dúvidas, a escassez de fontes. No entanto, seu oposto também não é garantia de sucesso para esse tipo de empresa.

Virgínia Woolf, ao discutir sobre a possibilidade da biografia poder ou não atingir o status de obra de arte, trouxe importantes elementos para o diálogo sobre os limites e as potencialidades do gênero biográfico. A autora afirma que, devido ao fato da biografia ser baseada em fatos, ela deve ser construída com o que é conhecido sobre uma dada trajetória de vida, submeter-se a suas limitações e ser tratada como ofício, não como arte.¹⁸

Através das obras de Lytton Strachey, *Queen Victoria e Elizabeth and Essex*, a autora exemplificou quais eram as implicações em se aceitar ou não os limites das biografias. No primeiro caso, ela atesta que o trabalho sobre a rainha Vitória foi um sucesso por ter respeitado os limites do gênero, uma vez que o autor trabalhou com fatos verdadeiros e respeitou as lacunas existentes. Já em relação ao segundo, afirma que foi um fracasso devido a Strachey ter tratado a biografia como arte, por não ter considerado suas limitações, e por ter se valido do recurso ficcional para encobrir suas lacunas.¹⁹

Não obstante, a combinação prova-se impossível; fato e ficção recusam-se a se misturarem. Elizabeth nunca se tornou real no sentido de que a rainha Victoria era real, ainda que ela nunca tenha se tornado fictícia da maneira que Cleópatra ou Falstaff são fictícios. A justificativa pareceria ser que muito pouco se sabe – ele foi persuadido a inventar; embora algo fosse sabido – sua invenção foi checada. A rainha, assim, muda para um mundo ambíguo, entre fato e ficção, nem encarnado nem desencarnado. Há uma sensação de vazio e esforço, de uma tragédia que não tem crises, de personagens que se encontram, mas não brigam.²⁰

Assim, para ela, a biografia é um meio termo entre a obra de arte e o artesanato, conseqüentemente, a ruína biográfica liga-se à tentativa de se tentar combinar as

¹⁸ Cf: WOOLF, Virginia. “The art of Biography” In: *A Room of One’s Own and other essays*. London: The Folio Society, 2000. p. 366.

¹⁹ Idem. pp. 366.

²⁰ Idem. pp. 367-368.

diferentes matérias-primas das quais são compostas as biografias históricas e os romances biográficos, ou seja, fatos reais e a ficção.²¹

Gilberto Freyre, a esse respeito, não concorda com a visão de Virgínia Woolf, porém afirma que, em determinadas situações, seja possível, sem recorrer-se ao recurso ficcional, traçar conjeturas que, de certo modo, ajudam a minimizar as lacunas existentes nas biografias.

Repugna a quem não seja de modo algum adepto da história ou biografia romanceada – embora não desdenhe daqueles arrojados imaginativos que se processem dentro de rigores tanto psicológicos como históricos: disciplinados ou condicionados por esses rigores – recorrer a fantasias. Mas evidentemente há conjeturas que não são fantasias.²²

Em seu estudo sobre Dom Luís d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Freyre afirma que devido à falta de fontes não é possível afirmar categoricamente se o referido governador teve ou não uma companheira em sua estadia nos trópicos. Entretanto, afirma que é possível presumir que isso tenha ocorrido, sem, no entanto, recorrer ao recurso da ficção pelo fato de não pesar sobre ele nem a imagem de asceta, nem tampouco a de homossexual.

Para tanto, cita o exemplo de um outro português, o também militar Ricardo Franco, que viveu em Mato Grosso durante o governo de Cáceres e que teria tido como companheira uma índia com quem teve filhos. Segundo Freyre, ele teria sido tão discreto em seu amor ao ponto de, somente à beira de sua morte, este ter sido descoberto no momento em que declarou sua vontade de amparar a família através de um documento.

Dado seu apreço pelos ameríndios, o afã com que procurou fazer deles amigos e colaboradores, as astúcias a que recorreu para atrair a Mato Grosso indígenas de missões situados nos domínios espanhóis, repita-se que não seria de admirar que Luiz tivesse escolhido alguma mulher índia para sua companheira menos efêmera durante seus longos dezessete anos de governador. Nada de positivo se sabe, porém a esse respeito. Nada que conste de confissões de homem próximo da morte, como as que forma recolhidas do coronel Ricardo franco pelo seu segundo em comando, major Rodrigues; e a pedido do próprio Franco reduzidas a ofício, a documento, a papel escrito.²³

Nessas colocações de Freyre, temos formulada sua resposta para o problema das lacunas existentes na construção de estudos biográficos. Sua proposição nos incita a

²¹ Idem. pp. 370.

²² FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Corumbá: Fundação Cultural do Mato Grosso, 1978. p. 181.

²³ Idem. pp. 190-191.

pensar sobre quais os limites para o traçar de conjecturas e mais, até que ponto isso não é fantasia, ficção? Não se sabe ao certo até onde vai esse limite, mas percebe-se que, pelo simples fato de se colocar tal questão na mesa, houve uma aproximação entre os campos da História e Literatura.

No que se refere às biografias históricas, sem desconsiderar as contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento, acredita-se ser necessário apresentar alguns de seus limites. Não se trata de defender uma reserva de mercado para o campo da história, pelo contrário, como foi dito, levando-se em conta a contribuição de outros campos do conhecimento, pretende-se contribuir com os esforços a fim de se delimitar o que é, qual a finalidade e qual a importância de uma biografia histórica.²⁴

Pode-se dizer, de maneira rápida, que a especificidade desse tipo de trabalho em relação às biografias advindas dos campos literário e jornalístico é a de que nele não é permitido valer-se do recurso da ficção, bem como é exigido um maior rigor tanto na crítica quanto no uso das fontes. Contudo, não se podem negar as existentes contribuições para a biografia histórica oriundas de escritos jornalísticos e literários.

Um exemplo desses exemplos foi o dado pela obra de Fernando Morais, *Olga*, na qual o autor mostrou ser possível a abertura da biografia tanto às figuras marcadas pelo sucesso, quanto às figuras que se perdem na poeira do tempo por conta de seus sucessivos fracassos. Foi somente através de uma biografia de cunho jornalístico que a personagem Olga Benário apresentou-se ao público em geral.

Que ‘valor de troca’ possuíam a quase desconhecida Olga Benário, Stefarr Zweig ou o pouco lembrado Augusto dos Anjos? Eram todos personagens obscuros, cuja relevância decorria mais de seus fracassos que de seus êxitos. No entanto, seduziram escritores, editores e público. São livros tão sedutores como *Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido, que um dia foi tese, e boa tese²⁵

Desta forma entende-se que o ato de delimitar a forma de trabalho das biografias históricas, seja em relação ao uso de suas fontes ou do veto ao recurso ficcional, não implica em eleger a história como detentora de uma produção superior, que reserva para si a verdade, seja em relação à literatura, seja em relação ao jornalismo.

²⁴ Cf. SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos.” In: *Revista Estudos Históricos 1997/1 n° 19: Indivíduo, Biografia, História*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006. p.1.

²⁵ CALDEIRA: Apud. BENCHIMOL, Jaime. (Org.) “Debate: Narrativa documental e literária nas biografias.” In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jul/out 1995. p. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20/06/07. p. 113.

Logo, deve-se entender que já passamos da época na qual ao se individualizar os campos literários e históricos, afirmava-se que à história caberia a função de estabelecer o real, – como se ela fosse a única possibilidade de fazer isso – ao passo de que a literatura construiria apenas ficção.²⁶

Sendo assim,

(...) nem sempre a biografia mais rica mais profunda ou voraz é a que conta a história da vida de um sujeito. Por isso, alguns romances revelam mais sobre um tema, seja uma pessoa ou uma época, ou uma sociedade, do que os estudos dos dados reais disponíveis.²⁷

Portanto, não nos cabe discutir se um gênero é melhor que o outro. De nada adianta compararmos gêneros diferentes, feitos para públicos diferentes, nem tampouco atestar excelência desse ou daquele através de um grande sucesso ou fracasso no mercado editorial.

Acho complicado nivelar coisas tão distintas, como romances, biografias e obras históricas. É problemático comparar os números de venda de livros escritos para públicos diferentes. As obras acadêmicas têm um público específico, formado por profissionais e especialistas. (...) Sucessos editoriais tampouco são sinônimos de qualidade. Livros de auto-ajuda, obras pseudo-esotéricas, histórias de aeroportos e hospitais vendem mais do que muitas biografias e nem por isso são melhores.²⁸

Para concluir, no que se remete especificamente ao campo da História e ao papel exercido pelo biógrafo, entende-se que o grande legado que este nos deixa, quando realiza uma biografia respeitando seus limites, é o de que:

Ao dizer-nos os fatos reais, peneirando o menor do maior e moldando o todo para percebermos o exterior, o biógrafo estimula a imaginação mais do que um poeta ou romancista que guarda o grande final. Poucos poetas e romancistas são capazes de um nível tão grande de tensão que nos dá a realidade. Mas quase todo biógrafo, se respeitar os fatos, pode nos dar muito mais do que outro fato para adicionarmos em nossa coleção. Ele nos dá o fato criativo; o fato fértil; o fato que sugere e gera. Disto, também, há certa prova.²⁹

²⁶ ALVES, Gabriela Santos, MENDONÇA, Carlos Vinícius da. “Os desafios teóricos da história e a Literatura.” In: *Revista História Hoje*. Vol. 1, n. 2 dez, 2003. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historahoje/vol1n2/historianet.htm>. Acesso em 20/06/07. p. 4.

²⁷ MIRANDA: Apud. BENCHIMOL, Jaime. (Org.) “Debate: Narrativa documental e literária nas biografias.” In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jul/out 1995. p. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20/06/07. p. 101.

²⁸ VENTURA: Apud. BENCHIMOL, Jaime. (Org.) “Debate: Narrativa documental e literária nas biografias.” In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jul/out 1995. p. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20/06/07. p. 112.

²⁹ WOOLF, Virginia. “The art of Biography” In: *A Room of One’s Own and other essays*. London: The Folio Society, 2000. pp. 370-371.

Bibliografia:

ALVES, Gabriela Santos, MENDONÇA, Carlos Vinícius da. “Os desafios teóricos da história e a Literatura.” In: Revista História Hoje. Vol. 1, n. 2 dez, 2003. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/historahoje/vol1n2/historianet.htm>. Acesso em 20/06/07.

BENCHIMOL, Jaime. (Org.) “Debate: Narrativa documental e literária nas biografias.” In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jul/out 1995. p. 93-113. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso em 20/06/07.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 7ª ed.

BURKE, Peter. “A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista.” In: *Revista Estudos Históricos 1997/1 n° 19: Indivíduo, Biografia, História*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006.

CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos.” In: *Revista Estudos Históricos 1998/1 n° 21: Arquivos Pessoais*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006.

FREYRE, Gilberto. Contribuição para uma sociologia da biografia. O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. Corumbá: Fundação Cultural do Mato Grosso, 1978.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Biografia: a reabilitação de um gênero histórico.” (Texto inédito apresentado em aula magna no ICHS-UFOP em 2006)

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEVI, Giovanni. “Usos da Biografia”. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 7ª ed.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc, 2004.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. “Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias.” In: *HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral*. n. 3, Jun. 2000. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 3.

PIMENTA, Everton. *Ines Piacesi, 1895-1981: Um ensaio biográfico*. Monografia de Bacharelado apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos.” In: *Revista Estudos Históricos* 1997/1 n° 19: *Indivíduo, Biografia, História*. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista>. Acesso em 26/08/2006

WOOLF, Virginia. “The art of Biography” In: *A Room of One’s Own and other essays*. London: The folio Society, 2000. Tradução de Ana Carolina Sobral.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A escrita moderna nos primeiros anos de experimentação do IHGB (1838-1851)

Fabiana Rodrigues Dias
Mestranda / PPGH - UERJ
Orientação: Prof^ª.Dr^ª. Lúcia Maria Paschoal Guimarães

“O real que se inscreve no discurso historiográfico provém
das determinações de um lugar”
Michel de Certeau

O presente artigo concentra seus esforços analíticos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no período compreendido entre os anos de 1838 e 1851. Fundado sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e mantido durante o longo governo de D.Pedro II, sob a proteção de Sua Majestade Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus 170 anos, ainda incompletos, de atividades ininterruptas convertem-se em vasto objeto de estudo a historiadores, geógrafos, filósofos, sociólogos e diletantes que ocupam suas reflexões com a questão da institucionalização brasileira do saber vinculado às Ciências Humanas reconhecidas no século XIX.

A fundação do IHGB guarda estreita relação com o processo de formação da nação brasileira. Ao ano de sua inauguração completavam-se dezesseis anos do desfecho final do processo de independência. O cenário era politicamente instável, a ausência de uma autoridade estatal significativa refletia-se em ânsias separatistas que salpicavam por toda a rosa dos ventos do território brasileiro. Publicavam-se Histórias das Províncias, mas nunca a História Geral do Brasil ¹. A conjuntura delineava-se, enfim, sedenta por medidas que provocassem um sentimento de unidade em uma

¹ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso de inauguração do IHGB*. In: RIHGB, tomo I, 1839.

sociedade constituída por tanto *metal heterogêneo*, como diria, o geólogo por formação e político por profissão, José Bonifácio².

Foram, portanto, diante desta conjuntura desfavorável à unidade territorial do recente Imperio, instituídos, contemporaneamente, o IHGB, o Arquivo Nacional, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II, não somente como redutos da elite urbana imperial³, mas também, como instrumentos de um Estado que vislumbrava, na disciplinarização da História, um canal fundamental para germinar um sentimento de unidade que abarcasse um território de dimensões continentais e, como desdobramento, sua diversidade cultural.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro concebido em função de uma necessidade interna patente tomou como inspiração a similar instituição enraizada no cerne da sociedade iluminista. *O Institute Historique de Paris* serviu de modelo à estruturação das atividades historiográficas implementadas no IHGB, e serviu, sobretudo, enquanto instância legitimadora, no plano internacional, do projeto de nação brasileiro, ao qual o IHGB integrava-se como braço engendrador de uma História Nacional.⁴

Internamente, o IHGB difundiu seu projeto e angariou apoio às suas atividades fomentando a criação de congêneres na maior parte das províncias do Império, o que hoje conhecemos como os Institutos Históricos Estaduais. Incentivando a dinamização dos estudos da História pátria no interior, o Brasileiro investia-se de caráter unificador àquela História das Províncias que Januário buscava combater.⁵ Neste sentido, e na perspectiva de um conceito de que o todo faz o uno, o somatório das histórias locais seria o grande elenco da História do Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu de dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional a partir da figura do Cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos. Inaugurado no dia 21 de outubro de 1838, o IHGB tem em seu primeiro estatuto as linhas que norteariam seus trabalhos pelos próximos anos. A diretriz principal referia-se à arrecadação e publicação

² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 5-27.

³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p.497.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 5-27.

⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso de inauguração do IHGB*. In: RIHGB, tomo I, 1839.

de documentos necessários à História e à Geografia do Império do Brasil, aliadas à promoção de tais ramos do saber por meio do ensino público⁶.

Os treze anos compreendidos entre a publicação destes dois primeiros estatutos foram marcados por intensa produção intelectual dos sócios, quando comparado aos anos que se sucederam a 1850,⁷ o que fez tornar-se imprescindível a elaboração, pelo próprio Instituto, de mecanismos internos capazes de gerir a fluorescência de inúmeras produções. Tais mecanismos permaneceriam intactos até as mudanças que se iniciaram no ano de 1849, principalmente por conta da transferência da sede do Instituto para o Paço da cidade e a decorrente assiduidade física e intelectual do Imperador.

Enquanto *lócus* pioneiro do debate historiográfico institucionalizado, o IHGB se faz digno de ser objeto aos que se motivam com a possibilidade de refletir sobre o que repousa protegido sob o manto seguro da História, ou mais especificamente, sobre quais teriam sido “as determinações do lugar”⁸ que subjaziam a produção dos sócios do IHGB em seus primeiros anos de atividades.

A crença no vir a ser que na concepção medieval fundava-se na idealização da morte enquanto momento inaugural da vida eterna e, portanto, do verdadeiro gozo existencial, fora golpeada, na mudança de eixo que se desdobrou através da Modernidade, por expoentes da envergadura de Hobbes, Maquiavel, Galileu e Goethe. Neste sentido, a concepção sobre a escrita da História comum aos fundadores do IHGB fundava-se no paradigma moderno da História como a redenção laica da humanidade ocidental, o que, articulado à postura política do IHGB, desembocava na legitimação, em última instância, pelo Estado Monárquico Brasileiro, de uma História arregimentada como uma “marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado”⁹, como sugeriria Koselleck.

Como bem *histocizaria* Hannah Arendt, o fazer História pautou-se, desde as primeiras manifestações narrativas gregas até nossos dias, em duas concepções distintas. A antiga concepção do fazer História, à época de Tucídides e Heródoto, fundava-se na relevância do advento em si, e a relação deste “historiador” com o seu objeto era muito

⁶ 1º Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, tomo I, 1839.

⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995, p.564.

⁸ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.21.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 5-27.

próxima. A referência entre memória e narrador era de outra ordem, a História era produzida sobre fatos muito próximos, temporal e espacialmente, de suas realidades.

Na medida em que a narrativa antiga não privilegiava um desvelamento de sentido, a moderna se faz diferente justamente por isso, por valer-se dos fatos para produzir uma moral, uma lição que vai além de sua significação enquanto fato, mas faz parte da demanda moderna por certezas laicas, pelo progresso. A humanidade, refiro-me a ocidental, que antes se apoiara na religião, nesses tempos modernos pauta-se na História. As convicções, os relatos, tudo que antes encontrara um caráter universalizante na religião, com o advento da modernidade o homem passou a buscar na História.

A escrita da História, seja à época de Tucídides ou de Marc Bloch, funda-se na relação entre a lembrança e o esquecimento. O fazer História implica negligenciar adventos, construir o *outro*, como suporte à definição da delimitação de seu objeto, enquanto que o que se constitui, pelo crivo do historiador, como digno de ser lembrado, ou seja, o que é História ou passível de tornar-se História se configura através das fontes selecionadas pelo trabalho de pesquisa do mesmo.

Como reflexo da dicotomia lembrança x esquecimento na qual se funda a edificação da memória, e, por conseguinte o ofício do historiador, deparamo-nos com a ambição de reconstruir algo impossível de ser abarcado em sua totalidade, uma vez que isto pressuporia leis investigativas capazes de detectar não só um, mas todos os discursos que se produzem sobre determinado evento, o que não é próprio, por não ser possível, às ditas Ciências Humanas, nas quais se enquadra, academicamente, a História.

Na modernidade, à escrita da História é essencial um distanciamento, fundamental para que a memória esteja suficientemente amadurecida e relacionada com outros adventos, afinal o que tem relevância não é o próprio acontecimento, mas o sentido que o historiador forjará a partir de uma narrativa que conjugue aquele a outros eventos, o que na fala de Anthony Giddens é compreendido como “um enredo que impõe uma imagem ordenada sobre uma mixórdia de acontecimentos humanos”.¹⁰

Os postulados aqui referenciados devem-se, sobretudo, às reflexões produzidas sobre a historiografia por outros ramos das ditas Ciências Humanas. Tais reflexões foram aceitas e incorporadas ao ofício, e conseqüentemente, ao discurso do historiador, a partir do início do século passado, principalmente em função de *Annales* que, embora

¹⁰ GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p.14.

tenha condenado a *História événementielle* em privilégio de uma História que apostava na longa duração e na interseção com outros ramos das humanidades, promoveu um alargamento dos horizontes da escrita da História. Como o próprio Marc Bloch diria: *somos mais filhos de nosso tempo do que de nossos pais*,¹¹ o movimento de *Annales* não deixaria de corroborar a maneira moderna de se fazer História, e não deixaria também de negligenciar a política como objeto da *Nouvelle Histoire*, e no seu rastro o acontecimento em si, a biografia e tudo o que fosse da ordem do individual. A proposta de *Annales*, e as mazelas dela advindas que assombraram a História Política por no mínimo meio século, são perfeitamente coerentes se considerarmos que é próprio de todo movimento que se funda por oposição à ordem anteriormente estabelecida, negá-la.

Nosso objeto de análise se insere no século que precedeu ao movimento de *Annales*, e como instituição que figurava sob a proteção espacial, financeira e intelectual do Imperador, o IHGB, quase que obviamente, estava comprometido com a produção de uma História oficial, ou em outras palavras, atendia aos anseios de um Estado Nacional Imperial em construção. Nesta perspectiva, o Instituto foi porta-voz do que os *Annales* viriam a condenar no século seguinte: uma História calcada em fontes escritas - e somente nelas -, totalizante, e política, no sentido de estar a serviço do Estado.

Localizando historicamente o triunfo do historicismo no século XVIII, concomitante ao do evolucionismo biológico, e decorrente de uma alteração fundamental que se moldava no campo epistemológico, Arno Wehling aponta o “irrompimento da mudança, social ou biológica, e a necessidade de conviver cientificamente com as inovações e diferenças”¹², como o elemento propulsor da emergência de abordagens processuais que se constituíram por oposição às abordagens mecanicistas.

Na esteira da modernidade, os métodos investigativos das ciências foram atingidos e, por conseguinte, resignificados. O paralelo biológico/social expresso pela simultâneo tremor instalado pela física newtoniana e pelo fim do Antigo Regime nos confins do século XVIII, se constituem como eventos concretos, dos quais teria advindo, como que um desdobramento, a problematização epistemológica que deu origem ao historicismo. Deste modo, o historicismo se fez necessário para atender a

¹¹ BLOCH, Marc . *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹² WEHLING, Arno. “*Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB*”, In: WEHLING, Arno (org.), *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 45.

demanda de um mundo que não mais poderia ser decifrado por abordagens atemporais, da ordem das mecanicistas, mas sim por concepções processuais, fossem elas sociais ou biológicas, que dessem conta de abarcar transformações.

A modernidade fomentou, desta maneira, o surgimento de mecanismos que suprissem a ausência das certezas inertes características do medievalismo, de maneira que na mesma proporção em que incorporavam as mudanças tornavam-nas parte de um processo evolutivo, como bem anunciou Gianni Vattimo:

A noção de “superação”, que tanta importância tem em toda a filosofia moderna, concebe o curso do pensamento como um desenvolvimento progressivo, em que o novo se identifica com o valor através da mediação da recuperação e da apropriação do fundamento-origem.¹³

Parece pacífico, portanto, que a noção de historicismo esteja intimamente vinculada à experiência da modernidade e, conseqüentemente, à concepção moderna sobre a escrita da História. Tal vinculação entre o historicismo e o evolucionismo biológico, quase que como produtos da modernidade na esfera epistemológica, se traduz na abordagem processual utilizada como ferramenta metodológica à compreensão dos objetos de estudo lançados por ela, objetos estes que dotados de incontestáveis rupturas demandaram uma reformulação no âmbito do conhecimento, da qual se originou a dicotomia entre a abordagem mecanicista e a abordagem historicista evolucionista.

Passando longe do questionamento sobre a objetividade científica, o historicismo substituiu a abordagem mecanicista pela noção de processo, a qual Hannah Arendt definiu como “a noção de que as ações humanas desencadeiam reações em cadeia, constituídas por tantas outras ações cujas conseqüências, os respectivos autores, por conseguinte, não controlam nem prevêm”¹⁴. Fundando seus esclarecimentos nas inquebrantáveis “leis inflexíveis desveláveis pela razão investigadora”¹⁵, a concepção epistemológica evolucionista capaz de incorporar à sua metodologia processual as rupturas fluorescentes com a gradativa configuração da modernidade, fez do historicismo o modelo intelectual prevalecente nas análises sociais dos séculos XVIII XIX.

¹³ VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. VI

¹⁴ BONIFACIO, M. Fátima. “*Impasses da História como ciência.*” In: *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX Português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, pp. 23-129.

¹⁵ WEHLING, Arno. “*Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB.*” In: WEHLING, Arno (org.), *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, pp. 42-59.

Segundo o Professor Arno Wehling, foi, portanto, na perspectiva de um historicismo nacionalista e romântico, cristalizado na figura do indígena, que o IHGB formulou uma História, coerente à postura política adotada pela elite fundadora do Instituto, e supridora da ausência de um passado medieval que servisse de gênese ao Brasil.

Nesta direção, vislumbramos a perfeita adequação entre a concepção historicista da História e o projeto político conservador do governo Imperial, que tinha como um de seus tentáculos institucionais o IHGB. Deste modo, como elemento articulador, o historicismo servia à fomentação de uma História que deveria primar pela defesa da unidade política do país e pela manutenção do modelo de governo.

Seguindo no pensamento do Professor Arno, pudemos observar que o que havia de tão significativo na concepção historicista da História que a tornava tão cara à postura intelectual do IHGB relacionava-se à sua imputação processual evolutiva dos acontecimentos, o que num século XIX marcado pela institucionalização de uma História com estatuto científico, como propagou Ranke, encaixava-se primorosamente ao projeto de uma instituição intimamente vinculada à ânsia do Estado Imperial por legitimar-se como o cume da civilização e do progresso em terras antes tão adversas e primitivas.

Seria, então, nesta perspectiva que o Professor Arno Wehling apontou o romantismo e o nacionalismo, como figurativos do plano ideológico, e o historicismo, como carro-chefe teórico-metodológico, daquilo que configuraria a mentalidade dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, por conseguinte o tipo de História levado a público por sua publicação trimestral.

De fato o que se torna cada vez mais evidente através da leitura das Atas do IHGB é o que citamos a partir de Marc Bloch sobre a impossibilidade da atemporalidade no sujeito histórico. Não havia, a estes homens, como se comportarem de outra maneira se compartilhavam o mesmo espaço, o mesmo tempo e os mesmos interesses pessoais e políticos. Por estas condições, portanto, os sócios do IHGB teriam sido determinados a produzirem uma História moldada pelo modelo historicista.

Os fundadores do IHGB, como pudemos verificar através de uma análise feita sobre os temas propostos nas sessões entre os anos de 1838 e 1851, ambicionavam angariar material suficiente, fossem manuscritos ou artigos dos sócios, à montagem do quebra-cabeça da História do Brasil colonial, gênese fundamental à sedimentação do Império enquanto modelo político civilizador. Com este intuito são inúmeras as

propostas que abordam os índios e os jesuítas nos primeiros anos de funcionamento do Instituto Histórico.

Fazendo-se Ilustrado por, além de inspirar-se no modelo de Instituto Histórico parisiense, servir ao: “esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez encarregar-se-ão do esclarecimento do resto da sociedade”¹⁶ e, simultaneamente, fundando seu discurso sobre postulados nacionalistas e românticos embasados por uma suposta cientificidade da História garantida pela originalidade das fontes primárias, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro expôs, por meio de sua Revista trimestral, a postura intelectual com a qual estava comprometido, a de uma historiografia que, sem “prejudicar” sujeitos históricos ainda vivos, encarregava-se de produzir a gênese da História pátria cristalizada na elaboração de uma visão romântica do índio tomada como ponto de partida da linha que conduziria à civilização um país tropical e primitivo, através da figura de um Monarca, que em sua conduta trazia as marcas do Iluminismo.

Seguindo os caminhos de Marc Bloch quando afirmou não bastar apenas compreender os acontecimentos, mas sim e, sobretudo, como eles pareceram aos seus contemporâneos,¹⁷ buscamos, através destas reflexões, contribuir para a reconstituição da trama social, como proporia Paul Veyne,¹⁸ da qual fizeram parte, enquanto sujeitos, e portanto, tecelões, os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 5-27.

¹⁷ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

¹⁸ VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- ARENDDT, Hannah. *O que e política ?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BONIFACIO, M. Fátima. “Impasses da História como ciência.” In: *Apologia da História Política: Estudos sobre o século XIX Português*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999, pp. 23-129.
- CERTEAU, Michel de, *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DUBY, Georges, *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora UFRJ, 1993.
- FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. In: R. IHGB, a. 156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional*. Estudos históricos - Caminhos da historiografia, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27,1988.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. In: *Os Pensadores*. São paulo: Nova Cultural, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.
- MAQUIAVEL. *O Príncipe. Comentado por Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz, “Os Institutos Históricos e geográficos - Guardiões da historia oficial.” In: _____, *O Espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 99-140.
- _____, “Um Monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas Artes e o Colégio Pedro II.” In: _____, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 125-157.
- _____, “Formando uma cultura local: a ciência sou eu.” In: _____, *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, José Luiz Werneck da, *Isto é o que me parece*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979, 2 v.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. 5ª ed. integral, São Paulo: Melhoramentos, 1956, v.1.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- WEHLING, Arno. “Historicismo e concepção de História nas origens do IHGB.” In: _____ (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas, sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O FEITIÇO DO CATETE: ARTHUR BERNARDES E A CRISE DAS
OLIGARQUIAS (1922-1926)**

Fabiana Macena

Este trabalho discute resultados preliminares da pesquisa de iniciação científica intitulada "A Casa de Arthur Bernardes: Memória, História e Educação Patrimonial", realizado com apoio da FAPEMIG e que tem como objetivo principal inventariar o acervo do Museu Casa Arthur Bernardes¹. Este Museu, localizado em Viçosa (MG), exerce precariamente sua finalidade, sobretudo no que se refere às ações educativas, pois o registro dos bens ainda é muito sumário. Através de entrevistas e pesquisas em bibliotecas, museus e arquivos, como também de publicações da primeira metade do século XX – sobretudo periódicos – buscamos colher elementos para complementar e problematizar a imagem construída sobre o ex-presidente.

Arthur Bernardes governou o país durante um de seus períodos mais tensos, enfrentando a oposição de vários setores da sociedade; foi exilado político e ativista em campanhas nacionalistas, como a luta pelo controle do petróleo. Sobre o período em que atuou de forma mais ativa, há pelo menos duas versões contraditórias: a tradicional, que enfatiza a aliança política entre Minas Gerais e São Paulo; e a mais recente, que afirma ter sido tal aliança apenas conjuntural e conflituosa. Nosso objetivo é discutir estas duas interpretações a partir da biografia política do ex-presidente.

A historiografia sobre a República Velha

Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, em artigo publicado no final da década de 1990, promoveram um balanço do que havia sido produzido pela historiografia, até então, a respeito do período denominado como “República Velha” (1889-1930). Além de assinalar “o peso relativo da produção bibliográfica sobre certos temas e o vazio sobre outros”,² as autoras destacaram que, após 1964 e,

¹ A pesquisa conta com a orientação do Prof. Dr. Jonas Marçal de Queiroz, do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa.

² GOMES, Angela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 245.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 1
EDUFOP, 2007.

principalmente, com a contribuição dos estudos dos chamados “brasilianistas”, o período em questão passou a receber uma atenção maior dos estudiosos.

Entre as temáticas mais privilegiadas estariam: a ingerência dos militares na esfera política, a atuação das oligarquias no regime federalista, o desenvolvimento da agricultura e da industrialização, entre outros. Particularmente no que se refere à questão das elites regionais, as autoras destacam que:

Um balanço acerca da produção bibliográfica das décadas de 60 e 70, a despeito de suas especificidades, demonstra que foi privilegiada a idéia de que a hegemonia política da oligarquia paulista, em aliança com a mineira, sustentava-se na preeminência da economia exportadora cafeeira. Em decorrência, o arranjo político oligárquico entre São Paulo e Minas Gerais ditava de forma nítida a orientação do governo federal.³

Entretanto, Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira evidenciam que, a partir da década de 1980, começaram a surgir trabalhos relativizando a hegemonia da oligarquia cafeeira e o monopólio dos estados de São Paulo e Minas Gerais na política nacional.⁴ É possível que esta tendência revisionista seja fruto do desenvolvimento de novas pesquisas oriundas, em parte, dos programas de pós-graduação que surgiram em decorrência da descentralização do sistema de ensino superior no país. Vale lembrar que até o final dos anos 1970 existiam poucos cursos de pós-graduação em História no Brasil e quase todos estavam concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo. O conhecimento sobre as especificidades de outras regiões contribuiu não apenas para relativizar o peso político destas duas unidades da federação naquele contexto como também para repensar interpretações aparentemente consolidadas.

Orientados por esta tendência, discutiremos aqui os embates entre facções da oligarquia de Minas Gerais, evidenciando a importância de Arthur Bernardes na condução dos rumos da política do Estado e as articulações que permitiram sua rápida ascensão no cenário nacional. Vale lembrar que o ex-presidente iniciou sua carreira política no início do século XX, chegando à presidência em 1922. Embora não seja objetivo deste trabalho discutir seu também rápido declínio político, acreditamos ser possível argumentar que uma mesma ordem de fatores foram responsáveis por sua vertiginosa e conturbada passagem pelo cenário político nacional.

O regionalismo mineiro e a política nacional

³Ibidem. p.248.

⁴Ibidem. p.249.

Desde o século XIX, Minas Gerais executava um papel importante no cenário político nacional. O Estado possuía o maior eleitorado do país e, em decorrência disso, a maior bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Desta maneira, os estudos sobre o regionalismo mineiro e o modo como a política do Estado era conduzida são essenciais para o entendimento do federalismo brasileiro, o que levou alguns estudiosos a se debruçarem sobre tal temática.

Entre os trabalhos publicados, o de John D. Wirth é sem dúvida um dos mais significativos, por estabelecer uma relação entre o desenvolvimento econômico e o comportamento político da elite mineira. O autor parte da análise das relações políticas do Estado em questão com as demais regiões do país e com a União, além de destacar a dependência de Minas Gerais em relação ao governo federal.

Para o autor, Minas Gerais consolidou-se como unidade política, e não econômica. Segundo Wirth, em relação ao estado de São Paulo, a economia mineira era pouco desenvolvida, baseada, principalmente na agricultura. Em razão disso, o estado não teria participado integralmente das tendências modernizadoras que se espalharam pelo sul do país após 1890.⁵ Outro agravante seria o que ele denominou de “mosaico mineiro”, ou seja, a existência de sete regiões extremamente distintas:

cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimento desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam soluções comuns.⁶

Tal particularidade teria levado o Estado a uma maior dependência do governo central. Isso porque, devido a esta característica, a elite política do estado necessitava de uma articulação eficiente, que defendesse, a nível federal, seus interesses. Tal articulação proporcionaria à política estadual maior coesão, de forma que os diversos interesses estaduais fossem compensados.⁷

Daí, segundo John Wirth, a importância da relação entre Minas Gerais e São Paulo, a chamada política do "café com leite". Para o autor, a aliança entre os dois estados foi fundamental para o bom funcionamento do regime político. Assim, "unidos, os dois estados fizeram o sistema estadual funcionar; desunidos, abriram espaço político

⁵WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.p.39.

⁶Ibidem. p.41.

⁷ibidem. p.67.

para outros manobrem, como provou Vargas em 1930".⁸ Ou seja, Wirth acredita que, devido à sua fragilidade econômica, Minas Gerais necessitou aliar-se a São Paulo para garantir a execução de seus interesses na política federal.

Para John Wirth, o principal aspecto da política mineira seria "uma capacidade de abrandar as diferenças em casa a fim de apresentar uma frente unida no Rio, uma firme tradição de união em volta de uma autoridade executiva e, conseqüentemente, a falta de interesse em política de oposição permanente em níveis zonais ou estaduais".⁹

Assumindo outra perspectiva de análise, em seu estudo sobre as bases de sustentação do federalismo brasileiro, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi contestou a idéia de que haveria, durante a República Velha, uma "hegemonia da aliança mineiro-paulista sobre o regime oligárquico".¹⁰ Para a autora, tornou-se quase que consenso na historiografia afirmar que a estabilidade do regime político só foi possível devido a tal aliança, a chamada política do *café com leite*. Todavia, tal associação teria ocorrido mas não fora hegemônica e muito menos sem conflitos entre os estados envolvidos. Analisando as sucessões presidenciais, Viscardi salientou que os arranjos estabelecidos para estes processos se "compunham e descompunham" a partir dos interesses das diversas unidades da federação.¹¹

O que Viscardi indica é que, durante os processos sucessórios, ficavam evidentes alguns pontos que norteavam a política daquele período, como as desigualdades e hierarquias entre os diversos atores políticos, determinados pelo seu tamanho e a renovação dos atores envolvidos, de forma não possibilitar atitudes de monopólio político por determinada oligarquia.¹² Sendo assim,

Cada sucessão presidencial implicava na realocação de cargos e na redistribuição de poder. A ausência de partidos gerava a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas. Os elos formados entre os principais estados-atores eram de caráter pragamático e se faziam e se desfaziam ao sabor das conjunturas. (...) Assim, a cada sucessão se estabeleciam coalizões provisórias de partidos estaduais que rapidamente se desfaziam.¹³

Por fim, deve ser destacado o papel atribuído a Minas Gerais nesse processo. Para Cláudia Viscardi, ao contrário do que afirma John Wirth, o Estado não seria tão fraco economicamente. De acordo com a autora,

⁸Ibidem. p.252.

⁹Ibidem. p.173.

¹⁰VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.p.35.

¹¹Ibidem p.21.

¹²Ibidem. p.50-52.

¹³Ibidem. p.61.

a força política de Minas não se baseava exclusivamente no relativo grau de coesão interna, mas na existência de uma economia forte, associada ao seu grande contingente eleitoral, responsável por projetar o estado nacionalmente, através dos trinta e sete deputados e três senadores que possuía.¹⁴

Entre os integrantes dessa elite política mineira, merece destaque a figura de Arthur da Silva Bernardes. Formado em Direito, aos 25 anos, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, Bernardes iniciou sua carreira política em 1904, ao se eleger vereador pelo distrito de Teixeiras. Apenas dezoito anos mais tarde elegeu-se presidente da República, tendo sido, neste curto intervalo de tempo, vereador e presidente da Câmara Municipal de sua cidade natal, Viçosa, deputado federal e deputado estadual, secretário de Finanças do Estado, durante a gestão de Bueno Brandão e, por fim, de 1918 a 1922 presidente do Estado de Minas Gerais.¹⁵

Portanto, entender a trajetória deste político permite-nos entender as articulações e as mudanças que ocorreram na política estadual, principalmente a partir do final da década de 1910, quando Bernardes assume o governo de Minas e o início da década de 1920, ao se tornar presidente.

Arthur Bernardes e as oligarquias: arranjos e dessarranjos

Para alguns historiadores, o período de Arthur Bernardes na presidência do governo de Minas Gerais e, posteriormente, como presidente da República teria sido decisivo para a organização política das elites mineiras e para o futuro do regime político oligárquico a nível nacional. Segundo John Wirth, a política mineira teria se desenvolvido em três fases. A primeira, de 1889 a 1898, marcada pelas lutas internas, o que levou Minas a não procurar a liderança na federação. Em um segundo momento, a partir do governo de Francisco Silviano Brandão, tais problemas internos teriam sido solucionados, fazendo com que o estado se projetasse nacionalmente na política. Por fim, na sucessão de 1929 a coesão do estado teria sido abalada, provocando o declínio das elites políticas que haviam ascendido com a República.¹⁶

Assim, Wirth destaca que Minas viveu seu melhor momento na política nacional a partir de 1898. Além disso, a área de preponderância na política estadual deslocou do centro do Estado para a Zona da Mata, região que vinha se destacando economicamente.

¹⁴Ibidem. p.41-42.

¹⁵As informações referentes a vida de Arthur Bernardes foram extraídas da biografia de MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes: estadista da República*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

¹⁶WIRTH, John. op.cit. p.154.

Contudo, para Cláudia Viscardi, um momento importante da política mineira foi a ascensão de Arthur Bernardes dentro do Partido Republicano Mineiro (PRM), pois garantiu a renovação dos seus quadros e da política estadual.¹⁷ Para a autora,

seu desempenho político [o de Bernardes] assumiu um caráter, a um só tempo, de continuidade e ruptura. Continuidade, por ter compromissos com a manutenção e defesa de interesses oligárquicos; ruptura, por ter sido responsável pela fragilização progressiva de antigos quadros do partido e por ter contribuído com a introdução de novos valores políticos ao regime.¹⁸

Exemplo significativo dessa ambigüidade do comportamento político de Arthur Bernardes pode ser percebido em seu Manifesto ao eleitorado mineiro, quando de sua candidatura ao governo do Estado. Neste documento, Bernardes afirma seu compromisso com a oligarquia estadual, principalmente com os interesses dos cafeicultores de sua região (Zona da Mata), salientando que:

Distanciados ainda do período industrial, que nos espera e que havemos de attingir em nossa evolução histórica, é da produção da terra que havemos de haurir a maior somma de elementos formadores de nossa felicidade e nossa grandeza econômica. Estado que vive da agricultura, antes de tudo, Minas Geraes tem por longos annos o seu futuro indissolúvelmente ligado ao tracto da terra, para a qual se devem volver as nossas energias e nossas esperanças.¹⁹

Entretanto, na mesma plataforma política e, mais tarde, como governador do Estado, em seu pronunciamento à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Bernardes defende a importância da educação em todos os níveis, indicando a necessidade da universalização ao seu acesso. Sobre as experiências promovidas em seu primeiro ano de governo, Artur Bernardes destaca que:

Em alguns grupos escolares tem sido ensaiado com proveito o ensino técnico rudimentar (...). É este assumpto que precisa ser encarado com a maior atenção, mas que não pôde ter uma solução uniforme, como não pode ter a questão dos programmas. É necessário adaptar as escolas ás necessidades do meio. Em grande numero de localidades é força que o ensino derive para as causas agrícolas, porque a maioria dos alumnos terá na agricultura a sua profissão; já nos meios industriaes, convirá se ensinem os rudimentos capazes de auxiliar a formação do futuro operário.²⁰

¹⁷VISCARDI, Cláudia.op.cit.p.332.

¹⁸Ibidem. p.333.

¹⁹BERNARDES, Arthur. *Manifesto dirigido pelo Exmo. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes ao eleitorado mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1918.p.13.

²⁰BERNARDES, Arthur. *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso mineiro, sua primeira sessão ordinaria da oitava legislatura no anno de 1919*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1919. p.37.

Tal preocupação perdurou por muito tempo, inclusive quando Arthur Bernardes ocupou a presidência da República (1922-1926). Uma de suas principais realizações no campo do ensino técnico foi a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em sua cidade natal, concebida como um meio de promover a melhoria da agricultura da Zona da Mata. Seu intuito seria promover a policultura, oferecendo, assim, alternativas para a elite agrária que enfrentava dificuldades com as crises que atingiam a cafeicultura.

Entretanto, Bernardes criticava aqueles que viam na educação apenas o seu caráter prático. Para ele, o ensino devia ir além, contribuindo com a formação humanística dos alunos. Em mensagem ao congresso no último ano de seu governo, ao promover um balanço dos quatro anos na presidência da República, Bernardes salienta tal aspecto ao afirmar que:

Nem se diga que a tendencia moderna é para menosprezar a cultura literaria, fazendo-a ceder o passo ao aprendizado pratico das sciencias applicadas. Certamente á tecnologia cabe logar relevante na educação dos povos que marcham na deanteira da civilização, mas fôra erro affirmar que o estudo das humanidades deve ser hoje considerado desperdicio de tempo. Nos paizes tidos como “praticos” e que se assignalam pelo seu grande desenvolvimento industrial, é onde, exactamente, vemos cultivados, com mais apreço e profundeza, os estudos classicos.²¹

O caráter reformista de seu governo ficou expresso não somente com ações voltadas para a promoção de melhorias no ensino do estado de Minas Gerais e do país, mas também no que se refere a legislação. Ainda como presidente do estado de Minas Gerais, propôs uma revisão constitucional, justificada com os seguintes argumentos:

O problema da revisão constitucional, para assegurar a estabilidade das finanças e a verdade dos orçamentos, para garantir a necessaria rapidez na distribuição da justiça e para permitir a melhor defesa da nacionalidade, quer na ordem social, quer na ordem economica, esta posto á consciencia do paiz, como urgente e essencial providencia, sem a qual nada de estavel será possível construir, como o demonstra a experiencia de mais de 30 annos de regimen.²²

Anos depois, como presidente da República entre os anos de 1922 a 1926, Bernardes continuou a defender mudanças na Constituição, como também em outras leis. Em mensagem ao Congresso no dia 03 de maio de 1926, o presidente fez um balanço de seu governo, salientando:

²¹ BERNARDES, Arthur da Silva. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da terceira sessão da décima segunda legislatura pelo presidente da República Arthur da Silva Bernardes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.p.16.

²²Ibidem.p.10.

Não sómente, porém, a Constituição exige retoques. No corpo geral da nossa legislação, outras modificações são reclamadas, - nomeadamente no Código Penal, no Commercial, na lei das sociedades anonymas, nas de processo, no Código Penal Militar, - indispensáveis á normalização das relações jurídicas da nossa vida social e economica, desentrevando a marcha do progresso do paiz.²³

Este enfoque na legislação e nos diversos níveis de ensino, assim como a necessidade de modificações nas regras eleitorais, como a implantação do voto secreto e sua obrigatoriedade²⁴ podem ser relacionados ao que Cláudia Viscardi chamou de renovação política de Minas Gerais. Segundo a autora, com a ascensão de Arthur Bernardes, assumiu o poder políticos “gestados no seio das próprias oligarquias, que, embora não atuassem como elementos ruptores da ordem estabelecida, foram capazes de incorporar novos valores e introduzir novas práticas políticas que alterariam o regime em sua essência”.²⁵ As propostas feitas e defendidas por Bernardes refletem algumas idéias características desse grupo político.

Wirth destaca que, ao assumir a liderança do Partido Republicano Mineiro, Arthur Bernardes demonstrou preferência por jovens políticos, sobretudo os que possuíam formação universitária.²⁶ Tratava-se, de uma estratégia de renovação dos quadros do partido, que procurava identificar sua personalidade política com a reforma e, ao mesmo tempo, impor a regra de “um-homem-só” para evitar a divisão do partido.²⁷

Considerações Finais

Durante os mandatos de presidente do Estado de Minas Gerais e de presidente da República, Arthur Bernardes procurou introduzir inovações no modo de governar, o que contrasta com a imagem de presidente autoritário e defensor dos interesses das oligarquias tradicionais. Mas apesar da ênfase na expansão do ensino, das reformas na máquina do PRM, Bernardes não descuidou dos interesses das oligarquias tradicionais, o que lhe permitiu ascender rapidamente no cenário político estadual e nacional.

Não obstante, durante o período presidencial, Bernardes sofreu forte oposição de vários setores, com destaque para as chamadas revoltas tenentistas. Ao herdar e manter o país sob Estado de Sítio durante quase todo o seu mandato, Bernardes foi aos poucos

²³ Ibidem.p.15.

²⁴ Ibidem.p. 20-23.

²⁵ VISCARDI, Cláudia.op.cit.p.335.

²⁶ WIRTH, John. op.cit.p.165.

²⁷ Ibidem. p.166.

perdendo o apoio de muitos aliados, sobretudo na estrutura que ajudara a montar no seu próprio partido, o PRM. Assim, "fragilizado ao final do seu governo, teria poucas condições de interferir sobre a sua própria sucessão".²⁸

As mudanças colocadas pelo político de Viçosa e o excesso de poderes que acumulou no PRM foram resultando, aos poucos, em divisões e atritos no interior do partido, de maneira a fragilizar a coesão do mesmo e, posteriormente, causou divergências quanto à candidatura presidencial de 1929. John Wirth reforça esta tese ao afirmar que Arthur Bernardes enfraqueceu os grandes chefes políticos de Minas Gerais ao impor "a regra de um homem só, numa brilhante exibição de poder executivo, a partir de 1918".²⁹

Em suma, Arthur Bernardes procurou, em sua rápida ascensão política, realizar reformas e, ao mesmo tempo, manter o apoio dos grupos tradicionais como forma de conquistar sua principal ambição política: a presidência da República. Entretanto, considerando as características de Minas Gerais, Estado constituído como uma espécie de mosaico, com várias distinções entre as regiões, bem como do restante do país, sobretudo o crescente descontentamento de alguns setores com a hegemonia das oligarquias agrárias, Bernardes viu-se na contingência de acumular poderes e agir de forma implacável contra os adversários.

²⁸VISCARDI, Cláudia. op.cit.p.329.

²⁹Ibidem. p.165.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**História e Historiografia. As dimensões da Ordem Militar de Cristo na atual
Historiografia Ibero-brasileira**

FABIANO FERNANDES / PPCIR/UFJF
Fabfer2007@hotmail.com

Esta comunicação pretende tratar das diversas abordagens presentes na historiografia Ibero-brasileira recente sobre as ordens militares. Em particular será enfatizadas a atual produção do Seminário de Ordens Militares da Universidade do Porto e sua renovação de paradigmas e perspectivas. Em paralelo as pesquisas tradicionais que valorizam uma perspectiva institucional, tal como as pesquisas igualmente correntes na Universidade de Sevilha e Navarra, existem alguns estudos preocupados em discutir as dissensões da cultura política das ordens militares utilizando-se de determinadas contribuições da Antropologia Política e da Antropologia da Religião. Existe um tímido movimento de articulação do estudo da religiosidade leiga, dos rituais de (re)produção de poderes e de “teatralização” da vida político-religiosa que, em certa medida, explicitam a crescente influência da historiografia francesa em determinados âmbitos acadêmicos que até recentemente a tratavam como um ‘espelho distante’.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Sempre idêntico a si mesmo: a força da tradição no centenário do IHGB

*Fábio Franzini*¹

Como tantas outras instituições surgidas na Europa e na América na primeira metade do século XIX, o IHGB floresceu sob o estímulo da crucial mudança que então ocorria na natureza da produção do conhecimento histórico. Fosse pelo declínio do Antigo Regime, fosse pela crise do Antigo Sistema Colonial, o processo de formação dos Estados nacionais promovia a crescente valorização do passado como elemento construtor das novas identidades forjadas nas lutas políticas; concomitantemente, a afirmação da sociedade liberal-burguesa e, nela, do saber científico levaram a história a emancipar-se dos discursos literário e filosófico e a procurar converter-se ela mesma em ciência. O ofício do historiador começava a ser matéria de especialistas, e as academias, institutos e cátedras universitárias que proliferavam, em geral fomentadas pelo Estado, seu lugar privilegiado, onde se dedicavam a equacionar os desafios postos pela questão nacional e a tarefa de recompor os eventos idos.

Não se tratava, obviamente, de uma equação simples, visto que ela gerou uma tensão permanente entre o *ethos* científico da profissão, o qual pressupunha uma abordagem livre de preconceitos e juízos de valor, e a sua função política, voltada à defesa de uma certa ordem social.² Com o IHGB, não foi diferente. Idealizado dentro da Corte, em meio às disputas entre as elites monárquicas e às ameaças ao próprio Império que caracterizaram o período regencial, ele próprio era também um reduto de eminentes homens ligados ao círculo do poder, os quais pretendiam escrever, ou melhor, *estabelecer* a história da recente nação brasileira. O discurso inaugural do Instituto, proferido pelo maior

¹ Doutor em História Social pela FFLCH-USP. Professor do Centro Universitário Nove de Julho (SP).

² Cf. IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997. p. 23.

expoente de seus primeiros tempos, o cónego Januário da Cunha Barbosa, é significativo a esse respeito: em suas palavras, o propósito da associação era concentrar “os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros”.³

Na prática, e de modo geral, a purificação proposta pelo cónego resultou em um empreendimento politicamente direcionado, no sentido de apresentar a história do Brasil como a história de sua inserção e evolução nos quadros da civilização européia, conduzida desde o início pelo Estado monárquico – primeiro o português, depois seu “legítimo” e “natural” herdeiro nacional. Mais que a continuidade entre a antiga situação colonial e a recente autonomia conquistada, procurava-se demarcar com clareza a homogeneidade entre passado e presente, conferindo unidade e linearidade à trajetória pátria. Importava, na verdade, engendrar, por meio da história, a *memória da nação*, selecionando e articulando de modo coerente os seus acontecimentos “significativos”, ao mesmo tempo em que se excluía, ignorava, apagava as lacunas e fissuras que contestassem a lógica de sua organização. Em sua missão política e intelectual, o Instituto acreditava assim dotar o país, jovem e perigosamente multifacetado, de um passado comum, que seria referência tanto para a preservação de seu corpo político-territorial quanto da elaboração da identidade nacional.⁴

Instalado “debaixo da imediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II” (como desde 1839 estampava orgulhoso o frontispício de sua *Revista*) por vontade e iniciativa de seus fundadores, o IHGB foi das mais sólidas instituições do Império e verdadeiro segundo lar do imperador, seu protetor, mecenas e freqüentador assíduo e interessado de suas sessões. A identificação profunda com o regime, porém, pôs a Casa em grandes dificuldades nos primeiros tempos da República. Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, “sem a augusta proteção, os subsídios públicos e as benesses tornaram-se

³ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (doravante *RIHGB*). Rio de Janeiro, Tomo I, n. 1, 1º trimestre de 1839, p. 10.

⁴ Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, ano 156, n. 388, jul./set. 1995, p. 515-23, *passim*. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1988, p. 6-11. WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 32-5.

escassos. Ao que parece, os novos donos do poder percebiam no tradicional reduto letrado uma herança típica do *Ancien Régime*.⁵ Ainda de acordo com a historiadora, a estagnação só começaria a ser superada no início do século XX, mais precisamente a partir de 1908, quando José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, tornou-se presidente do Instituto. O prestígio, a influência e, sobretudo, a ação do consagrado chanceler renovaram a dinâmica das atividades da associação e deram início à sua “segunda caminhada ascendente”, num ritmo mantido, senão intensificado, pelo conde Afonso Celso, que, com a morte de Rio Branco, em 1912, assumiu a presidência e nela permaneceu até julho de 1938, quando veio a falecer.

A retomada caracterizou-se, entre outros aspectos, pela realização de eventos de visibilidade e importância, como os dois primeiros Congressos de História Nacional, promovidos em 1914 e em 1931, e o Congresso Internacional de História da América, incluído na programação oficial dos festejos do centenário da Independência, em 1922. Além disso, o propósito de “revelar o Brasil aos brasileiros pelo caminho das letras”, como exortara Alberto Torres em seu discurso de posse como sócio do Instituto, em 1911, colocara suas atividades em perfeita sintonia com o debate político-intelectual das décadas de 1910 e 20 e, depois de 1930, com as intenções nacionalistas do governo Vargas.⁶ Assim, a passagem do primeiro século de vida alcançou o IHGB em meio ao renascimento de seu vigor acadêmico e à recuperação de sua inserção na vida política do país, ambos orientados pela ótica patriótica e pedagógica da *brasilidade*, tal como formulada por Afonso Celso – autor, é bom lembrar, do àquela altura já clássico *Por Que Me Ufano do Meu País*, publicado pela primeira vez em 1901. Graças a essa nova dinâmica, mais uma vez os interesses da instituição passavam a se confundir com os do poder, e vice-versa.

Mas a revitalização da Casa não trilhou apenas o percurso do novo. No que dizia respeito à essência da instituição, as mais caras tradições conservavam seu peso e sua força, como ficaria nítido justamente no momento de celebração do centenário. Fazendo valer seu *métier*, os sócios procuraram então honrar a data magna com a promoção de mais um

⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 1997, p. 220.

⁶ *Idem*, p. 221-2.

Congresso de História Nacional, em cuja organização se empenharam desde maio de 1937.⁷ A proposta, em linhas gerais, era a mesma das reuniões anteriores, qual seja, pôr em discussão temas (“teses”) predefinidos pelo Instituto e dispostos em ordem cronológica, em torno dos quais os interessados deveriam produzir suas memórias. Entre os 55 tópicos apresentados, que iam dos “primeiros contatos entre europeus e habitantes das terras descobertas por Pedro Álvares Cabral” à proclamação da República e a “organização política e administrativa do Brasil no Império e na República”, a novidade estava na oferta de seis pontos voltados à história do próprio IHGB, da fundação à sua “influência cultural”, do “patrocínio e ação de D. Pedro II” às suas “grandes figuras”, de sua “obra científica na *Revista*” à sua “obra científica nos Congressos”.⁸

Como o presidente Manuel Cícero Peregrino da Silva diria em seu discurso na Sessão Solene inaugural do Congresso, realizada ao final da tarde de 22 de outubro, o elenco das teses propostas referia-se aos “*factos principais da nossa história até o último ano do século XIX*”; o recorte dedicado ao Instituto, por sua vez, marcava a conquista de “seu lugar na história, não apenas pela idade propecta, mas pelos serviços com que assinala as diversas fases da sua existência”.⁹ Desta forma, a instituição nascida para “eternizar pela história os factos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos e até mesmo a ignorância”, nas palavras do fundador Januário da Cunha Barbosa,¹⁰ agora transcendia seu caráter objetivo para mostrar-se a si mesma como *mais um* daqueles “factos memoráveis da pátria” pelos quais zelava.

À semelhança do que sempre promovera com relação à nação, o interesse do Instituto estava em cristalizar o seu passado em uma imagem bem definida, inquestionável,

⁷ Cf. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 7-8. A expectativa frente ao centenário, todavia, vinha de muito antes de 1937: ainda em 1931, logo no preâmbulo à “Exposição de motivos” do Segundo Congresso de História Nacional, o secretário perpétuo do IHGB e secretário geral do evento, Max Fleiuss, já dizia que “novo congresso se impõe para 1938, em comemoração ao centenário do Instituto Histórico”. Cf. *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1929 [sic]. Vol. I, p. 9.

⁸ Cf. “Regimento para o 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 8-17.

⁹ Cf. “Ata da Sessão Solene inaugural do 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 41 (grifo meu).

¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, Tomo I, n. 1, 1º trimestre de 1839, p. 11.

para o presente – isto é, em também converter a sua história em memória. Nisso se empenharam os trabalhos voltados àquelas teses específicas (aliás poucos),¹¹ bem como as vozes institucionais que pontuaram todo o Congresso, a começar daquelas que se pronunciaram já na Sessão Magna do dia 21 de outubro, comemorativa do centenário. Primeiro, o presidente Manuel Cícero, no discurso de abertura, afirmou orgulhoso aos presentes:

Perfaz um século de existência e de atuação fecunda o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A anciania não lhe exauriu nem depauperou as energias, reanimado o seu organismo com o sangue vitalizante de que lhe fizeram a transfusão novos e devotados prosélitos. Ao contrário, o balanço dos trabalhos e empreendimentos que há promovido e realizado no decurso de tão dilatado período evidencia que tem sido incessante e profícua a sua atividade, elevados os objetivos, patrióticos os desígnios. [...]

*Sucederam-se as gerações, substituíram-se a pouco e pouco os componentes do quadro social, nem podia ser de outro modo, tal a contingência da vida humana, transformaram-se as instituições, e o Instituto Histórico, sempre idêntico a si mesmo, tem prosseguido impávido e, cem anos depois da sua fundação, persevera no rumo que se traçou, deixando no caminho percorrido indeléveis vestígios da sua gloriosa passagem. [...]*¹²

Logo em seguida, foi a vez de Max Fleiuss dirigir-se ao público para expor o relatório das atividades da Casa no último ano. Ancoradas na autoridade e no respeito propiciados por sua atuação como secretário perpétuo ao longo de mais de três décadas, desde 1907, suas palavras iniciais tornaram mais claro o que significava ser “sempre idêntico a si mesmo” na visão dos historiadores ali reunidos:

Atingimos a Terra da Promissão!

¹¹ Do total de oitenta trabalhos inscritos no Terceiro Congresso de História Nacional, que procuravam atender aos 55 temas previamente definidos, seis diziam respeito direto ao IHGB, sendo que três deles foram apresentados pelo secretário Max Fleiuss: “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”, “L’Institut Historique et Géographique du Brésil – Esquisse de son histoire” (versão pouco mais alentada do texto anterior) e “O Instituto Histórico através de sua Revista”. Os três outros foram o de Virgílio Corrêa Filho, “O Instituto Histórico: Sua obra científica nos Congressos”, o de Marcos Carneiro de Mendonça, “Aspectos da siderurgia e da mineração no Brasil através da Revista do Instituto”, e a “Homenagem ao Instituto Histórico”, composta por vários trabalhos de alunos do Colégio São José. Cf. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 22-3.

¹² “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 839.

Cem anos bem vividos, num desdobrar sereno, sem ódios nem rivalidades, com a preocupação única de servir à nossa pátria, pelo estudo e investigação de seus problemas históricos, geográficos e etnográficos.

Os 27 brasileiros que, a 21 de outubro de 1838, fundaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nutriam, por certo, a convicção de que a obra seria duradoura, a desenvolver-se pelas gerações afora, lembrados sempre seus nomes e a benemérita formação.

Cem anos!

Assistiu o Instituto ao ocaso da Regência, à Maioridade, ao longo e glorioso reinado de d. Pedro II, à República, finalidade do continente americano.

Hoje podemos todos lançar com ufania uma vista retrospectiva, apurando os trabalhos realizados e que, em máxima parte, se concretizam nos 168 volumes da nossa Revista, e nas onze dezenas de publicações especiais.

*E só teremos louvores para os que nos antecederem [sic] e para os que nos acompanham nessa cruzada augusta de patriotismo. [...]*¹³

Expressas pelos seus principais dirigentes, ambas as falas pintavam, com vibrantes pinceladas, o retrato oficial do IHGB e revelavam a face que o Instituto imaginava (ou gostaria de) ter. Através delas divisavam-se os contornos de uma academia vigorosa, sólida, apegada às suas raízes e de insuspeito ideal patriótico, o qual fornecia sua coesão impenetrável; a julgar por elas, polêmicas e contradições ali não tinham lugar. E, como elas, outras intervenções acompanhariam o mesmo tom laudatório característico das ocasiões marcantes, valorizando momentos específicos, distinguindo nobres personagens, entrelaçando harmonicamente nomes, datas e acontecimentos, conforme a dialética da lembrança e do esquecimento que, segundo Pierre Nora, norteia a permanente configuração da memória.¹⁴ Duas mais, contudo, ainda merecem ser destacadas em meio a tantos panegíricos, justamente por resvalarem no quadro geral da produção historiográfica brasileira até então. A primeira é a do congressista João Paulo de Medeiros, que, honrado com a missão de saudar a Casa em nome dos participantes na Sessão Solene inaugural de 22 de outubro, fez uma breve contextualização de suas origens para sentenciar:

¹³ *Idem*, p. 844-5.

¹⁴ NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”. In: NORA, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire — I. La République*. Paris: Gallimard, 1984. p. XIX.

*O Instituto surge, portanto, ao calor da vida brasileira, na fase do renascimento nacional com o Segundo Império [sic], para desempenhar na vida do país o papel de um patrimônio das nossas mais ilustres e honrosas tradições. [...] Patrimônio histórico, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a própria História do Brasil: nos seus anais, nas suas atividades, nos seus arquivos, em tudo o que se reúne aqui como relíquias de um templo aberto à adoração das divindades cívicas brasileiras, se refletem e palpitam todos os instantes da nacionalidade.*¹⁵

A inversão promovida pela empolgação do orador é engenhosa e significativa, à medida que, ao transformar o Instituto na “própria história do Brasil”, impunha a história da instituição àquela que deveria trazer à luz. *A parte virava todo*, e vice-versa, pois, se no IHGB encontrava-se “tudo” o necessário para se escrever a nossa história, esta só poderia existir graças à agremiação, ao menos enquanto relato legítimo do passado. Ao mesmo tempo, essa fiel depositária dos fastos nacionais tornava-se também *um todo à parte*, percebido por Medeyros como “patrimônio”, “templo” ou ainda “monumento vivo do Brasil que caminha para a frente”. Um lugar sagrado, enfim, um *lugar de memória* vigilante e empenhado em evitar que os fatos históricos demarcadores da vida nacional (devidamente selecionados, é claro) se perdessem na poeira dos tempos.¹⁶

A mesma idéia, quase nos mesmos termos, tornaria a aparecer em uma das sessões do Congresso com o trabalho de Max Fleiuss, mais uma vez ele. Em sua memória intitulada “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”, o decano da Casa afirmava que o valoroso percurso do Instituto o havia transformado no “cenáculo secular onde os nossos maiores lançaram os fundamentos da *história* da Pátria e religiosamente se guarda o culto dos deuses lares da tradição nacional”. E mais:

A História do Brasil, que fora até Varnhagen um puro feudo de crônicas lendárias, veio deparar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não

¹⁵ Cf. “Ata da Sessão Solene inaugural do 3º Congresso de História Nacional”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1939. Vol. I, p. 43.

¹⁶ Cf. NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”. *op. cit.*, p. XXIV. Vale notar que, mais tarde, o IHGB passaria a se autodenominar “Casa da Memória Nacional”, epíteto orgulhosamente mantido até hoje.

apenas um centro condensador, mas seu autêntico e natural órgão representativo, interpretativo e consultivo.

O Instituto Histórico é o registro vivo da História do Brasil; é o nosce te ipsum da tradição nacional para o povo brasileiro, que não pode na espécie divisar qualquer outro órgão mais autêntico e legítimo do que esse, pela simples razão de que nenhum outro possuiria ou possui os requisitos e predicados essenciais.

O Instituto Histórico e Geográfico tem sua longa e fecunda existência e sua luminosa gravitação tão estreitamente vinculadas ao passado das nossas instituições nacionais, cujo advento e transformação assistiu, que bem se pode dizer (caso raro entre quaisquer outras instituições congêneres) dessa conspícua fundação da Regência que não encontrou já feita a fulgurante história do Brasil Império e do Brasil República, mas, contemporâneo dela, ele próprio a viveu, à proporção que os seus fatos se desenrolavam, e os deixou indelevelmente gravados nas páginas serenas e imparciais da sua Revista.¹⁷

Obviamente, nem Medeyros, nem Fleiuss estavam errados em atribuir ao IHGB a qualidade de fundador da historiografia brasileira, visto que esta, *stricto sensu*, inclui especificamente “a produção dos historiadores brasileiros sobre o Brasil, a partir da constituição do Estado nacional”, como lembra o Professor Fernando Novais.¹⁸ Já a idéia de que a simples *existência* do Instituto conferia *naturalmente* um caráter lúdimo à história ali escrita, esta não passava de um sofisma, porém muito útil aos propósitos da ocasião, por excluir do cânone da historiografia nativa qualquer autor em desacordo com os princípios da Casa. Em termos políticos, isto reforçava o apego à tarefa de estabelecer a grandiosa memória da nação, como já apontado; não por acaso, *todos* os principais discursos da Sessão Magna do centenário e das Sessões Solenes de abertura e encerramento do Terceiro Congresso de História Nacional renderam destacadas homenagens tanto ao imperador D. Pedro II, saudado como sua figura máxima e “protetor perpétuo”, quanto à atuação dos

¹⁷ FLEIUSS, Max. “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1942. Vol. VII, p. 222 (os grifos de ambas as citações são do original).

¹⁸ NOVAIS, Fernando A. “Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”. In: NOVAIS, Fernando A. *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: CosacNaify, 2005. p. 315.

presidentes que por ela passaram, do visconde de São Leopoldo ao recém-falecido Afonso Celso, dedicados que foram à missão do Instituto.¹⁹

Em termos propriamente historiográficos, por sua vez, o procedimento valorizava aquelas narrativas que mais se coadunassem com tal propósito – daí a menção, rápida, mas reveladora, de Max Fleiuss a Varnhagen. Para todos os presentes, a simples alusão dispensava maiores comentários a respeito do estudioso que, pelo seu trabalho em prol da pátria, fora agraciado pelo imperador com o título de barão e, depois, visconde de Porto Seguro. Nada mais justo, então, que ele também fosse celebrado pelo Instituto, o lar que tivera “a felicidade de possuir, entre os seus primeiros sócios, aquele que estava destinado a ser insigne historiador”, conforme o orador Alfredo Valladão afirmou na Sessão Magna do centenário.²⁰ A homenagem materializou-se em nada menos que um monumento, levantado graças “aos auxílios do sr. Presidente da República, dos prefeitos [*sic*] do Distrito Federal, do Estado de São Paulo [e] das Prefeituras de Petrópolis e Sorocaba”. Inaugurado no mesmo dia em que a Casa completava seus cem “bem vividos” anos, o marco juntava-se a outros símbolos que, espalhados pelo Rio de Janeiro, ali também tiveram sua origem, como a estátua equestre de D. Pedro I na praça Tiradentes, a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva no Largo de São Francisco de Paula e a estátua de D. Pedro II na Quinta da Boa Vista, além de uma cruz em Porto Seguro, representativa daquela erguida por Pedro Álvares Cabral em 1500.²¹

¹⁹ O discurso de Max Fleiuss na Sessão Magna, por exemplo, apresentava a sucessão dos oito presidentes que a Casa tivera até então (excetuando-se Manoel Cícero, no exercício do cargo) como se fosse a própria linha evolutiva do IHGB. Segundo ele, São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro) representava “a formação”; o marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Vianna), “a coordenação e o desenvolvimento”; o visconde do Bom Retiro (Luís Pedreira do Couto Ferraz), “a execução brilhante de novas tarefas”; Joaquim Norberto de Souza e Silva (que, à falta de um título de nobreza, foi chamado de “o historiador da Inconfidência” em outro discurso, o do já citado João Paulo de Medeiros), “as investigações”; o conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, “a perfeita regularidade nos trabalhos”; o marquês de Paranaguá (João Lustosa da Cunha Paranaguá), “a continuidade tranqüila”; o barão do Rio Branco, “o fulgor nas manifestações, a expansão inter-continental”; o conde Afonso Celso, “a atividade, a nobreza em todos os atos e em todas as providências”. Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 845.

²⁰ Cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 860. Na mesma ocasião, antes do discurso de Valladão, o presidente Manoel Cícero já se havia referido a Varnhagen como “o maior dos nossos historiadores”. Cf. *idem*, p. 840.

²¹ Sobre o monumento a Varnhagen, cf. “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”. *RIHGB*. Rio de Janeiro, v. 173, 1938, p. 849. Sobre os demais, cf. Max FLEIUSS, “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Cem anos bem vividos)”. *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1942. Vol. VII, p. 220. Com relação a tal conjunto como o panteão da pátria formado pelo IHGB, como afirmado no parágrafo seguinte, cf. GUIMARÃES,

Com a inserção de Varnhagen nesse verdadeiro panteão da pátria, o IHGB fechava o seu circuito da memória e da tradição. A instituição, o historiador e a história por ele elaborada, todos os três pretensamente “oficiais”, fundiam-se em um monumento que, para todos os efeitos, não deixava de simbolizar também o sucesso do projeto do cônego Januário da Cunha Barbosa, a recompensa dos esforços empreendidos durante um século, a consagração da postura avessa às mudanças. Tantos êxitos, todavia, não escapavam à contradição observada por Pierre Nora acerca dos lugares de memória: se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não seria necessário construí-los; se as lembranças que evocam fossem verdadeiramente vividas, eles seriam inúteis.²² No caso do Instituto, ele poderia pretender ser “sempre idêntico a si mesmo”, como dissera Manoel Cícero, mas não deveria esperar o mesmo da história; a diferença entre 1938 e 1838 não era apenas uma questão numérica, como pareciam querer seus ilustres confrades.

Os pressupostos do conhecimento histórico consagrados no século XIX decerto continuavam vivos, como continuam até hoje; no entanto, se o IHGB resistiu o quanto pôde à mudança – principalmente àquela que o marginalizado (em vários sentidos) Capistrano de Abreu há tempos defendia e praticava –,²³ uma nova *geração* intelectual já percebia o passado de modo bem diferente naqueles intensos anos trinta. A história dessa história, a partir daí, consagraria outras perspectivas e, sobretudo, outros ícones, todos bem conhecidos nossos. Mesmo assim, vale finalizar ilustrando o clima da época com um exemplo que foge à construção *a posteriori* do novo panteão da historiografia tropical, exemplo esse dado por um texto do jovem Pedro Calmon, escrito no alvorecer da década:

Sem a antropogeografia, sem a antropologia, sem a economia, sem o exame das manifestações artísticas e literárias, sem a apreciação do “espírito”, em suma, não estudaremos a história do Brasil que nos interessa, senão o calendário ou a tábua histórica, que interessa muito menos. Entendida como uma sucessão de

Lucia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *op. cit.*, p. 542-3.

²² Cf. NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”. *op. cit.*, p. XXIV.

²³ Como se sabe, Capistrano de Abreu era sócio do IHGB desde a década de 1880, mas sempre foi um crítico feroz e contumaz das práticas historiográficas do Instituto. Não por acaso, seu nome foi solenemente ignorado pelos discursos e textos oficiais da celebração do centenário, ele que, falecido cerca de dez anos antes, dentre outras coisas se dedicara justamente a estabelecer, com Rodolfo Garcia, a edição “definitiva” da *História Geral do Brasil* de Varnhagen. A peculiar relação de Capistrano com o IHGB, porém, é algo que ainda pede um estudo minucioso a nossos historiadores.

*fenômenos sócio-históricos cuja interdependência constitui a lógica da civilização e lhe dá o sentido. Civilização integral. Valor humano. Espiritualidade. Nacionalização. Ciência. O problema assim colocado tem para a cultura moderna atrativos e seduções. A nova história será essa. A fisionomia do Brasil. O seu retrato.*²⁴

²⁴ Texto de Pedro Calmon publicado no *Jornal Acadêmico* (RJ) de 18 de agosto de 1931, citado pelo autor em suas memórias. Cf. CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. p. 192.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

A historiografia da imigração estrangeira para Minas

Fábio Francisco de Almeida Castilho / Universidade Federal de Juiz de Fora
fabiofacastilho@bol.com.br

A presente comunicação se insere no debate historiográfico sobre a importância da imigração estrangeira para Minas Gerais. Este debate problematizou os dois principais entraves enfrentados no processo. Primeiramente, a má administração à qual a questão dos imigrantes ficou entregue e os problemas com a legislação, ainda pouco definida e incoerente em determinados aspectos. Em segundo lugar, a resistência dos fazendeiros em aceitarem o trabalhador estrangeiro e a concorrência com o estado paulista, que atraiu um contingente muito superior. No entanto, nosso prisma investigativo trará à baila o processo de modernização que ocorreu concomitante a chegada dos imigrantes. Ambos os processos, de modernização e imigração, foram fomentados pela crescente produção cafeeira da região estudada, que ao longo dos anos ganhou importância na receita arrecadada pelos impostos de exportação.

Durante este período Minas passava por transformações em sua estrutura demográfica, econômica e social. E, aos poucos, se inseria a nova ordem capitalista. Embora não exista um trabalho que descortine a questão, com a apresentação de números exatos da demografia mineira, trabalhos seminais indicam que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração, impulsionada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A filosofia cristã de Erasmo

Fabrina Magalhães Pinto

Doutora em História

fabrinamagalhaes@gmail.com

Orientador: Antônio Edmilson Martins Rodrigues

O homem se distingue de todos os seres animados que nós chamamos sem logos não pela razão, mas pela palavra (...) [No entanto], eu vejo as pessoas falarem com uma voz que não é humana, copiando não importa qual animal mais do que o falar à maneira humana. (...) De mais, eu estou surpreendido de ver a recompensa que uma boa pronúncia dá ao discurso; se duas pessoas falam a mesma língua e a primeira cativa todo o auditório por sua dicção melodiosa, enquanto a outra provoca um tédio geral por seu latido desagradável, se dirá que ela está usando uma outra maneira de pronunciar que não corresponde a humana.¹

Como podemos perceber, esse fragmento retirado das primeiras páginas do *Diálogo sobre a pronúncia correta do latim e do grego (De recta pronuntiatione)*, escrito por Erasmo de Rotterdam em 1528, propõe que o homem se torna superior a todos os outros animais pelo uso da sua eloquência, tanto mais quanto complementa o humanista: “enquanto a criança não produz nenhum som humano, parece semelhante a um quadrúpede e não a reconhecemos como um ser humano.²” Esta proposição erasmiana, pronunciada já na Antiguidade por Isócrates³ e posteriormente por Cícero⁴, pode ser interpretada ainda de outra forma, pois, se é a fala a qualidade distintiva do homem em relação aos outros animais, também é esta mesma habilidade que distingue os homens entre si, sendo o orador a melhor

¹Cf.: Érasme de Rotterdam. “Dialogue sur la prononciation correcte du latin et du grec” in: Erasme. *Oeuvres Choiesies*. Présentation, traduction e annotations de Jacques Chomarat. Paris: Librairie Générale Française, 1991. (Le livre de Poche), pp. 904 - 905.

² Idem, p. 906.

³Alain Michel e Jacques Chomarat afirmam ser Isócrates, antes mesmo de Cícero, o primeiro a diferenciar o homem pelo uso da palavra. Isócrates afirmava contra Platão a superioridade da retórica sobre a dialética, da eloquência sobre um saber absoluto. Erasmo conhecia Isócrates, mas não o praticava por considerar excessivo o seu apreço pelo estilo; mas a hipótese mais aceita pelos analistas é que o humanista tenha conhecido essa definição do homem através do *De l’Invention* de Cícero. Cf. Michel, Alain. *Rhétorique et Philosophie chez Cicéron: essai sur les fondements philosophiques de l’art de persuader*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960. Ver também: Chomarat, Jacques. *Grammaire et Rhétorique chez Erasme*. Paris: Belles Lettres, 1981, p. 62. Sobre a diferenciação entre Platão e Isócrates ver: Marrou. *Histoire de l’Education dans l’Antiquité*, cap. VI e VII.

⁴ Cicéron. *De l’Invention*. Paris: Belles Lettres, 1994, livro I, I, 1, p. 56.

realização do homem porque melhor desenvolve e domina a eloquência, cativando a atenção das pessoas para suas palavras.

É, portanto, do uso pleno da sua linguagem que “depende a dignidade e a felicidade de todo homem”⁵, para que ele não permaneça reduzido à bestialidade da qual compartilham todos os outros seres (assim como o vulgo que opta em permanecer na ignorância), tendo em vista que: “nunca é tarde para aprender, sobretudo as coisas relacionadas ao estudo, as quais a natureza desde o início formou e, por assim dizer, modelou no homem. Entre a primeira delas está a linguagem.”⁶ Para Erasmo, o homem no momento do nascimento ainda é uma matéria bruta, sendo a educação a maior responsável por sua formação, uma vez que apenas ter a aparência humana não significa falar bem. Para o humanista, falar bem é falar com arte, esta adquirida através do aprendizado dos *studia humanitatis*. É, portanto, o cultivo destas matérias que torna o homem mais apto a intervir no mundo e a renovar sua sociedade.

Embora Erasmo destaque logo no início do *De recta pronuntiatione* o papel da eloquência, como mostramos na citação que abre esse item, poucas páginas adiante ele também ressalta o valor de uma educação voltada para o aprendizado das línguas antigas e para os conteúdos morais presentes nos textos clássicos, ou seja, para uma formação mais ampla do aluno. Apesar de propor essa idéia de modo indireto, pois seu objetivo é tratar apenas do modo pelo qual é possível alcançar uma pronúncia mais adequada do latim e do grego, a importância de um saber mais vasto pode ser evidenciada em vários de seus trabalhos, principalmente naqueles de cunho explicitamente pedagógico – como os *Adágios*, os *Colóquios*, o *Ratio studdi* e o *De copia*.

Nesses textos a educação assume para o humanista uma função mediadora essencial, sendo através dela que a natureza do homem se realiza em todo o seu potencial e virtude próprios. Da mesma forma, no colóquio sobre *A Guerra* e a *Queixa da Paz* (1515)⁷ Erasmo também salientava a necessidade de uma aliança entre a razão e a eloquência⁸, pois, “só aos

⁵ Érasme. “De recta pronuntiatione” In *Oeuvres Choisies*, p. 907.

⁶ Idem, p. 905.

⁷ Esse texto, publicado pela primeira vez em 1517, foi escrito por Erasmo sete anos antes a pedido de João de Sauvage, então chanceler de Carlos V, para uma conferência que reuniria este imperador e os reis da França e da Inglaterra para que fosse estabelecido entre eles um acordo de paz. Nesses colóquios Erasmo enfatiza o repúdio a todo tipo de conflito, sobretudo entre os cristãos, e uma ilimitada confiança na eficácia do diálogo para a resolução dos mesmos. Especificamente no colóquio *A guerra*, o humanista insiste no fato de que não apenas as guerras foram banalizadas pelos cristãos, sendo mais numerosas e cruéis que aquelas dos pagãos, como também atribui ao mau uso da palavra (inclusive por aqueles que com mais afinco deveriam saber utilizá-las, como é o caso de alguns teólogos e do papa Júlio II) a culpa pelo estímulo das sucessivas desavenças existentes entre os reinos da cristandade. Cf. Erasmo de Roterdão. *A Guerra e a Queixa da Paz*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 86.

⁸ Como nos mostra Jerrold Siegel, as relações entre filosofia e retórica na Antiguidade envolveram concepções divergentes sobre qual a expressão mais digna da natureza humana, a que estava relacionada à filosofia ou à retórica, e qual seria a forma de sua instrução ideal. Entre os filósofos, *logos* - termo grego que define a

homens foi dada a capacidade da razão, a qual o homem não tem em comum com nenhum dos restantes seres vivos. Só aos homens foi concedida a linguagem, que é o principal fundamento das relações sociais”⁹, para que absolutamente nada entre eles se resolva pela força. Aqui, portanto, vemos claramente exposta a união entre o falar bem e a sabedoria, entre a retórica e a filosofia. No *Ecclesiastes* Erasmo se aproxima da fórmula desenvolvida nestes dois colóquios, afirmando que não há nada que aproxime mais os homens da divindade eterna que o espírito e a palavra (*mens et oratio*). Por isso, concordamos com Fumaroli quando ele diz que em nenhum outro humanista a cultura foi elevada a um nível mais alto do que em Erasmo, “pois as humanidades não estão apenas destinadas a ornar o espírito: é na cidade, na igreja, e nos cargos de comando da sociedade que esta cultura deve encontrar seu pleno emprego”¹⁰.

No entanto, o que nos chamou atenção ao longo da nossa pesquisa foi a crítica erasmiana à filosofia em obras, por exemplo, como o *Enquiridion*, de 1503. Quais seriam os motivos da recusa erasmiana da razão filosófica e em detrimento do quê ele faz isso? Que conclusões devemos tirar da descoberta de que a razão talvez seja incapaz de nos convencer das verdades que descobre? Diante da ambigüidade desta posição erasmiana - tendo em vista que na maior parte das suas obras o humanista ressalta sempre o valor indiscutível do conhecimento filosófico – buscamos compreender em nossa tese de doutorado, através de uma análise do *Enquiridion*, por quais motivos Erasmo faz tantas críticas a algumas das principais correntes filosóficas da Antigüidade.

O *Enquiridion* ou *Manual do Soldado Cristão*

No capítulo quatro do *Enquiridion*¹¹, intitulado *Do homem exterior e interior*, Erasmo divide o homem em duas partes: em corpo, local onde incidem as paixões, e em alma,

qualidade distintiva do homem, o que o faz único em relação às outras espécies da natureza - foi traduzido para o latim como *ratio*, que se definia pela opção contemplativa de conhecimento das questões universais, dos primeiros princípios das coisas divinas e humanas. Já os retóricos traduziram *logos* como *oratio*, pois, segundo eles, o maior objetivo do homem está na busca da excelência na arte da palavra e da vida dedicada aos negócios públicos. Essa oposição entre retórica e filosofia existente na Antigüidade, assim como a necessidade de uni-las chegou até os primeiros humanistas italianos que, cultuando o orador ideal ciceroniano viam com desdém o ideal filosófico da sabedoria no âmbito privado e espiritual, combatendo os filósofos cristãos da Idade Média, que, preocupados com a redenção e a vida eterna, optaram pelos valores filosóficos, descartando como supérflua a preocupação com as coisas da vida secular. A superação da rivalidade entre as duas tradições foi, contudo, matéria comum a muitos autores clássicos e medievais, sendo também preocupação central dos primeiros humanistas. Cf.: Siegel, Jerrold. “Petrarch to Valla” in: *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism: the union of eloquence and wisdom*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1968.

⁹ Erasmo. *A Guerra e a Queixa da Paz*, p. 86.

¹⁰ Margolin, Jean-Claude. “Érasme, notre contemporain” In Collection Robert Laffont, op. cit., Préface, p. VI.

¹¹ Erasmo de Rotterdam. *Enquiridion: Manual del Caballero Cristiano*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, cap. IV, pp. 91-96.

substância que aproxima o homem da divindade. Segundo o humanista, estas duas naturezas tão distintas entre si foram separadas após o pecado original, encontrando-se, por isso, em constante conflito. O corpo sofre porque é mortal e se deleita com as coisas terrenas. A alma, pelo contrário, por estar ligada à linhagem celestial, tende a lutar contra a sua morada terrena, depreciando tudo o que é visível por ser efêmero, e buscando o que é verdadeiro e eterno¹². Erasmo resume aqui um dos argumentos do *Timeu* de Platão, ao analisar a natureza da alma, afirmando não ignorar que a vida feliz consiste no controle da classe mais baixa das paixões – como a voluptuosidade, o medo, a ira, a audácia e o desejo – enquanto a vida infeliz consiste em ser vencido por esses vícios. É contra essa discórdia entre alma e corpo, entre vícios e virtudes que o homem deve declarar guerra, pois, se bem orientadas as paixões, o corpo poderia ser conduzido a atitudes interiores e devotas.

Como podemos perceber, a razão erasmiana aparece em oposição às paixões, numa antítese explícita entre *ratio* e *adfectus*, entre homem interior e homem exterior. Portanto, como destaca Chomarat¹³, a razão aqui é dominada pelas paixões carnis, já que as partes mais bestiais e rebeldes do corpo (o fígado e o ventre) exercem sua tirania e fomentam a rebelião de todos os membros, sendo o homem – “animal divino e superior” – transformado em besta. A razão, tal como fora estabelecida por Platão e particularmente entendida por Erasmo, não consegue domar os vícios humanos¹⁴.

Também na *Carta VII*¹⁵, ao evocar a figura de seu discípulo Díon de Siracusa, Platão dá mais importância à virtude que ao prazer, à renúncia aos prazeres dos sentidos, em também observar um regime alimentar, em “viver cada dia de tal modo a tornar-se cada dia o mais possível senhor de si.” O corpo, com efeito, causa-nos mil problemas, por causa das paixões que engendra, das necessidades que nos impõe. Por isso, é necessário que o filósofo se purifique, isto é, se esforce para concentrar e unir a alma, para libertá-la da dispersão e da distração que lhe impõe o corpo. Apenas com o despojamento total das paixões é que o filósofo consegue alcançar a pureza da inteligência. Podemos lembrar aqui das longas meditações de Sócrates evocadas no *Banquete*, durante as quais ele permanece imóvel, sem beber ou comer para atingir a ascese da alma.

¹² Idem, p. 92

¹³ Chomarat, op. cit., p. 55.

¹⁴ No texto erasmiano a razão é vencida pela palavra em dois momentos específicos: o primeiro deles surge da necessidade dos afetos (da paixão cristã para a pregação) e o segundo quando a palavra se destaca como veículo de comunicação com as massas, já que é somente pela retórica cristã que o predicador pode eliminar dos seus fiéis antigas práticas cristãs ritualísticas e levá-los ao conhecimento do verdadeiro cristianismo.

¹⁵ Platão, Carta VII, 340 c-d in Cartas, tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1975.

Deste modo, à razão transcendente e científica, desvincilhada da prática cotidiana (que ignora as lutas pelas magistraturas, os debates políticos, as disputas no tribunal, as festas e toda e qualquer questão relativa à cidade) e que pretende exterminar as paixões da vida dos homens, o humanista opta no capítulo seguinte, intitulado *Da variedade das paixões*, pela razão dos peripatéticos. Esta ensina que não é necessário o extermínio de todas as paixões para alcançar a felicidade, mas apenas orientá-las no sentido adequado, já que algumas delas, que são plantadas pela natureza, podem ser um incentivo às virtudes. Assim, Erasmo diz que “a ira contribui para a fortaleza, a inveja para a diligência¹⁶”. Além disso, para os peripatéticos não é preciso se contentar com as definições de ordem geral, sendo necessário aplicá-las também aos fatos particulares, pois, “entre as proposições relativas à conduta, embora as universais tenham uma aplicação mais ampla, as particulares são mais verdadeiras, visto que a conduta diz respeito a casos individuais¹⁷”.

A opção de Erasmo pela filosofia aristotélica em detrimento da platônica - ou seja, da razão científica, voltada para o conhecimento das verdades essenciais – indica todo o caminho da sua argumentação. Além de não excluir os afetos, de grande relevância na pregação cristã, a razão dos peripatéticos está totalmente imersa nos negócios humanos, na vida prática. Portanto, ao contrário de Platão, a filosofia dos peripatéticos não exclui o uso nem a importância da palavra, fundamental nas deliberações públicas, pois esta doutrina se preocupa com as ações dos homens no mundo, assim como a necessidade da existência de um consenso nas questões relativas à cidade, como Aristóteles propõe no livro III da *Política*. A escolha erasmiana é então pelo verossímil (o possível a ser alcançado nas deliberações) e pela função

¹⁶ “Así, la ira contribuye a la fortalez, la envidia a la diligencia...” Erasmo. *Enquiridion*, p. 98. A análise de Cristina Viano sobre as virtudes naturais na *Ética a Nicômaco* nos diz que, para Aristóteles, estas virtudes, inatas e constitutivas a cada indivíduo são incompletas, não constituindo ainda a virtude em sentido próprio. Elas apenas servem como base para as virtudes éticas e dianoéticas, que dependem do uso pleno e correto das faculdades racionais para se tornarem virtudes perfeitas. Portanto, no caso da ira e da cólera citados acima por Erasmo, elas também são virtudes importantes por despertarem a impetuosidade e o impulso, mas devem ser dirigidas pela razão e acrescidas da “escolha deliberada e do fim”. Ainda que Erasmo não cite diretamente esta obra no *Enquiridion*, ele afirma textualmente que seguirá a tese dos peripatéticos. Por isso citamos Aristóteles sobre as virtudes naturais: “a forma da coragem inspirada pela impetuosidade parece ser a mais natural de todas e, quando a ela se acrescentam a escolha deliberada e o fim, torna-se coragem no sentido próprio. Também os homens, portanto, quando estão encolerizados, sentem dor e, quando se vingam, sentem prazer. Porém, os que se batem por estas razões são ardentes no combate, mas não são corajosos, pois não agem nem levados pelo bem nem como quer a razão, mas o fazem sob o efeito da paixão; têm, todavia, algo que lembra a verdadeira coragem.” (*Ética a Nicômaco*, III.11, 1116b23-1117a9). Cf.: Viano, Cristina. “O que é virtude natural?” In: *Analytica: revista de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ. Seminário de Filosofia da Linguagem, 1993, pp. 115-125.

¹⁷ Para Aristóteles, uma das fontes erasmianas no *Enquiridion*, “sabedoria filosófica é um conhecimento científico combinado com a razão intuitiva daquelas coisas que são as mais elevadas por natureza.” Por isso, ele diz que homens como Anaxágoras e Tales de Mileto possuem uma sabedoria filosófica, mas não prática, porque não são os bens humanos que eles procuram. “A sabedoria prática, pelo contrário, versa sobre as coisas humanas, e coisas que podem ser objeto de deliberação” (...) Mas ninguém delibera a respeito de coisas invariáveis, nem sobre coisas que não tenham uma finalidade, um bem que se possa alcançar pela ação.” Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2004, livro I, cap. 7, 30 e livro VII, cap. 7, 10-20.

fundamental que a palavra, a *ars rhetorica*, assume na resolução das contendas que fazem o cotidiano de uma sociedade.

Após se opor à razão platônica, o segundo alvo de Erasmo (no capítulo V, *Da variedade das paixões*) é a razão filosófica dos estóicos, “que querem que o seu perfeito homem sábio esteja livre de todo tipo de perturbações, que consideram enfermidades da alma.”¹⁸ Para ele “as tentações não apenas não são perigosas, mas também são necessárias para a tutela da virtude. (...) Superada a tentação, dá-se sempre ao homem um aumento da graça divina, com a qual ele fica mais preparado contra os assaltos futuros do inimigo.¹⁹” Ao contrário do que postulam os estóicos, na perspectiva cristã, a realização maior do homem deve ser vencer as tentações e incursões malignas. “Ainda que sua alma arda em paixões violentas, tu hás de obrigar, ameaçar e atar este Proteu com amarras violentas, mesmo que se transforme em toda sorte de coisas prodigiosas²⁰”. Erasmo, por isso, legitima e salva os afetos, já que eles podem ser orientados não só na direção do pecado, mas também no bem do espírito, conforme o livre-arbítrio e o bom senso humanos. O amor conjugal, por exemplo, pode ser perigoso e ruim para o homem se ele tem por fim o prazer sensual, assim como pode ser benéfico se o marido ama em sua esposa a “imagem de Cristo”, isto é, a sua pureza, piedade, modéstia, o seu amor ao próximo...²¹ É, portanto, da escolha do homem, do exercício de seu livre-arbítrio, que depende a sua elevação espiritual ou a sua derrocada final.

Este é certamente um argumento que possui grande relevância no *Enquiridion*, retirado de um dos mais celebrados lugares comuns da Renascença: que não se deve confundir vícios com virtudes, sendo esta a pré-condição necessária de seu controle, impossível sem o conhecimento dos mesmos e de como eles incidem sobre os homens. É contra essa confusão tão comum entre os cristãos que Erasmo se opõe tão energicamente, sendo avesso à noção tão difundida de piedade cristã, tida como falsa pelo humanista posto que excessiva e mal direcionada para uma lei exterior, definida pelo ritualismo, pela superstição, pelas peregrinações, pela venda de indulgências, pelo culto aos santos e à Virgem Maria, assim como pelo lucro advindo de todas essas práticas. A verdadeira piedade, por sua vez, para ele consistia na imitação dos princípios deixados por Cristo de caridade, amor e piedade.

Trata-se, então, de uma disposição interior, de uma fé, que não é revelada ao homem pela razão, mas sim pelo êxtase e pela emoção. Este é então o terceiro alvo a que se dirige o

¹⁸ Erasmo. “Da variedade das paixões” In: *Enquiridion*, op. cit., cap. V, pp. 97.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 110-111.

²⁰ *Idem*, “Do homem interior e exterior, e das partes do homem segundo as Sagradas Escrituras”, cap. 6, p. 109.

²¹ *Idem*, p. 108.

Enquiridion: a oposição erasmiana à razão escolástica, também ineficaz em suas tentativas de explicar cientificamente a existência de Deus²², presente em capítulo 8, que contém *Algumas regras gerais do verdadeiro cristianismo*. Para o humanista a experiência da fé depende de uma busca interior e individual de Cristo que implica imediatamente em uma negação da razão, assim como dos dogmas defendidos tão arduamente pela Igreja. Portanto, a verdade da fé não está nos concílios (que, por sua vez, também se contradizem), nas bulas papais ou nos decretos teológicos, mas em um retorno ao eu interior, ao contato direto com a divindade e numa recusa aos cultos externalizantes que apenas afastam o homem dos preceitos verdadeiramente cristãos. Este anti-intelectualismo erasmiano está também claramente expresso no *Elogio da Loucura*, de 1511, que se opõe à razão presunçosa dos silogismos escolásticos, aos seus princípios gerais e toda a sua estrutura argumentativa. Sobre os teólogos diz Erasmo:

Seu estilo regurgita de neologismos e de termos extraordinários. Explicam à sua maneira os arcanos dos mistérios: como o mundo foi criado e distribuído; por que canais a mácula do pecado se espalhou sobre a posteridade de Adão; por que meios, em que medida, e em que instante Cristo foi terminado no seio da Virgem; de que modo os acidentes subsistem sem matéria. A estas questões, hoje banais, os grandes teólogos, os iluminados como se chamam, preferem, e julgam mais dignas deles, outras questões que os excitam ainda mais: se houve um instante preciso na geração divina; se houve várias filiações em Cristo; se é possível sustentar a proposição de que Deus Pai odeia o Filho; se Deus poderia ter vindo sob a forma de uma mulher, de um diabo, de um burro, de uma abóbora ou de um pedregulho... Incontáveis são as suas sutis parvoíces, ainda mais sutis que as anteriores. (...) O traçado de um labirinto é menos complicado que os tortuosos caminhos dos realistas, nominalistas, tomistas, albertistas, ockhamistas, scotistas e outras tantas escolas das quais só enumero as principais. A erudição de

²² O descrédito erasmiano em relação à razão está relacionado, como bem aponta Richard Popkin, ao fideísmo, que ele assim define: “aqueles que eu classifico como ‘fideístas’ duvidam que seja possível alcançar o conhecimento pelos meios racionais se nós não formos beneficiados pela ajuda de quaisquer verdades fundamentais que repousem sobre a fé (isto é, de verdades que não repousam sobre provas racionais).” Contudo, o conhecimento científico não é totalmente descartado, pois ele também contribui para a sabedoria, porém, é a fé que é imprescindível para se crer no que não se pode ver. Além disso, sua necessidade é urgente, uma vez que sem ela o homem não pode alcançar a verdadeira felicidade apenas conquistada pela vida eterna. Popkin, Richard. *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000, p. 28. O fideísmo, que se apóia nos escritos de Santo Agostinho, foi resgatado e difundido pela *Devotio Moderna*, a “devoção moderna” dos Irmãos da Vida Simples. Esta ordem religiosa dos Países Baixos que pregava o misticismo, o fervor religioso e a adoração de Cristo, influenciou Erasmo ainda em sua juventude em Deventer. A ênfase deste movimento era posta na piedade e na devoção, que se caracterizava tanto por uma entrega à interioridade, aos exemplos deixados por Jesus, quanto pelo desprezo dos cultos externalizantes. De acordo com Bainton, havia duas correntes distintas na tradição dos Irmãos: uma representada por Thomas de Kempis, que receava que qualquer espécie de saber pudesse atrofiar o espírito, e outra vinda de Gerard Groote, que valorizava a importância dos exemplos clássicos para a compreensão do Evangelho. Esta corrente que assimilava a tradição clássica foi desenvolvida por Hegius (professor de Erasmo) e Agricola, influenciando Erasmo nos anos em que se manteve nos Países Baixos. Ainda assim, nos lembra o autor que a devoção preconizada por Kempis em sua *Imitação de Cristo* foi mantida por Erasmo. Cf.: Bainton, Roland H. *Erasmo da Cristandade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 7-12.

Popkin, Richard. *História do Ceticismo de Erasmo à Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000, p. 28.

*todas é tão complicada que os próprios Apóstolos necessitariam receber um outro Espírito Santo para discutir tais assuntos com esses teólogos de um novo gênero.*²³

O fato é que se os teólogos se dedicam a essas “bufonarias” de nenhuma importância, eles se afastam do que realmente importa: a compreensão do Evangelho. A ciência escolástica do ponto de vista erasmiano não atende às necessidades práticas do homem, como a sua busca pela felicidade eterna, tornando-se por isso mera curiosidade sobre as coisas, ciência pela ciência. Como podemos perceber no texto de Erasmo, este sólido fideísmo expresso com uma ironia e com um tom de deboche desconcertantes, questiona a redução da ciência teológica de seu tempo ao tratamento de questões tão obscuras e irrelevantes, propondo em seu lugar o retorno à interioridade mística da comunhão com Deus.

Opondo-se, então, a três formas de razão filosófica (a platônica, a estoica e a escolástica) Erasmo postula ainda no capítulo 6 (*Do homem interior e exterior, e das partes da alma segundo as Sagradas Escrituras*) a verdadeira filosofia cristã, entendida por ele, tal como os Antigos, como um modo de vida a ser seguido.

Depois de defender brevemente os peripatéticos e o controle das paixões humanas, Erasmo associa imediatamente o seu controle ao preceito socrático do conhece-te a ti mesmo. Para o humanista, o grande problema é que os homens em sua grande maioria – inclusive os mais sábios dos cristãos, citando os exemplos bíblicos de Abraão, Sara e outros – não conhecem a si mesmos, confundindo por essa razão os anseios de suas paixões com o que ordena a razão. “Uma verdade que os antigos acreditavam ter sido dada pelos próprios deuses, e ela foi de tal modo aprovada pelos grandes autores que eles estimaram que toda a natureza da sabedoria estava contida nessa fórmula. De pouco peso seria para nós se não víssemos nela nenhuma congruência com as nossas Escrituras.”²⁴

Segundo Erasmo, “este é, pois, o único caminho para a virtude: o primeiro conhece-te a ti mesmo, o segundo: agir não segundo as paixões, mas sim segundo os imperativos da razão.”²⁵ Essa para o humanista é a grande e verdadeira sabedoria: aquela que ensina o homem a viver no mundo, preocupada exclusivamente com o agir humano, e não em seu isolamento como propõe a filosofia estoica. Mas, lembra Erasmo: o homem não deve contar apenas com as suas próprias forças para buscar o conhecimento de si próprio e se afastar das paixões, mas ele deve contar também com a ajuda divina nessa empreitada.

²³ Erasmo. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 68-69.

²⁴ Erasmo, p. 89.

²⁵ Erasmo. *Enquiridion*, cap. VI, p. 101.

Ao combater o alcance da certeza pela razão teológica, Erasmo opõe-se também ao mau uso da palavra feito pelos teólogos que instituíram uma forma de religiosidade muito distante daquela praticada pelos primeiros cristãos, buscando através do bom uso da palavra, da palavra que comove e desperta os fiéis para a verdadeira fé em Cristo, reformar os costumes e as práticas cristãs de seu tempo. Este seria, para ele, o principal ofício do orador cristão: trazer de volta a paixão e o contato direto com a divindade, sendo somente através da persuasão exercida pela palavra que o humanista poderia alcançar tal objetivo. Por isso, não é possível a um cristão renegar todas as paixões – como Erasmo demonstrou no *Enquiridion*, opondo-se aos estóicos e filiando-se aos peripatéticos - pois, desse modo seria exterminada também a fé em Cristo, a mais importante forma de afeto. Além disso, como destaca Chomarat²⁶, o papel dos afetos é de grande relevância para os humanistas cristãos, sendo esta uma qualidade essencial ao orador que deseja justamente condenar os vícios terrenos, clamar para a salvação da humanidade e, sobretudo, questionar as crenças e as opiniões religiosas arraigadas durante séculos de domínio da Igreja Católica.

Por esse motivo, a partir da adoção de uma razão de matriz aristotélica, centrada na vida prática e que legitima o papel dos afetos na ação virtuosa, Erasmo associa a sabedoria humana do conhece-te a ti mesmo com a força persuasiva da retórica que move as paixões dos homens e lhe inspiram o amor vivo de Cristo. Esta é para ele a verdadeira sabedoria filosófica, e grande herança dos antigos. As imposições dogmáticas que a razão filosófica impõe, seja ela platônica, estóica ou escolástica, ele combate uma a uma no *Enquiridion*.²⁷

O que sempre nos interessou nesta obra é o caminho percorrido pelo humanista para justificar o que seria um ponto central em obras escritas posteriormente, sobretudo aquelas de cunho mais estritamente pedagógico que citamos no início deste artigo: a união entre *res* e *verba*, entre sabedoria e palavra. Esta união, herdada diretamente de Cícero (célebre orador

²⁶ Chomarat, op. cit., p. 61.

²⁷ Erasmo opta por não seguir fielmente nenhuma doutrina dogmática, principalmente no que se refere às certezas da fé. Para ele existem questões totalmente obscuras e vedadas ao conhecimento humano até mesmo pela diferença entre a linguagem divina e a linguagem humana que traduz seus preceitos nas Escrituras. Portanto, não adianta ao homem se deter sobre assuntos como o livre-arbítrio, a Trindade ou qualquer outro mistério divino porque o conhecimento humano pode apenas tangenciar essas questões sem resolvê-las totalmente, pois sempre se poderá duvidar desta ou daquela assertiva. Em seu *De libero arbitrio*, de 1524, ao questionar até que ponto o homem é realmente livre, e ao não encontrar nenhuma resposta efetiva para esse problema, Erasmo defende o livre-arbítrio ceticamente. Diante da pluralidade de interpretações sobre esse tema, todas tendo como base as Escrituras, Erasmo propõe a suspensão do juízo. Já que a limitação da razão existe, o humanista prefere, opondo-se por isso a Lutero, a seguir a tradição, ou seja, o que a maioria aceita e concorda sobre esta questão. O argumento aceito pela comunidade tem mais garantia e validade do que o que afirma um único indivíduo contra a opinião estabelecida sobre assuntos diversos, por isso ele opta pelo consenso entre os cristãos. Esta desqualificação da razão à maneira dos céticos acadêmicos atravessa invicta todo o medievo, até que, na Renascença, a plena recuperação do esparso ceticismo acadêmico e a divulgação do ceticismo pirrônico instaurassem uma verdadeira crise na capacidade da razão alcançar qualquer verdade favorável à fé. Cf.: Popkin, Richard, op. cit., cap. II.

romano do século I a.C) e tantas vezes postulada na Antiguidade Clássica, ganha com Erasmo uma conotação iminentemente cristã, servindo como nenhuma outra aos seus ideais de reforma pedagógica e persuasão dos seus leitores da verdadeira mensagem de Cristo, então deturpada pela obra de falsos teólogos e falsos sábios. Na Renascença erasmiana, a eloquência e as técnicas retóricas dos antigos são usadas não em tribunais e assembléias, mas sim em livros impressos e distribuídas para um número cada vez maior de leitores.

É esta a função da palavra escrita para o humanista, e ele justifica sua escolha claramente no *Enquiridion*, que, afinal, trata-se de um manual para a reta conduta do homem no mundo e que estabelece vinte e duas regras para os homens resistirem aos seus vícios e seguirem a virtude. Dono de um estilo claro e direto, Erasmo usa o poder de suas palavras para causar grande comoção em seus fiéis, optando por uma forma discursiva limpa, autêntica e que pudesse levar seus leitores a uma piedade fervorosa²⁸.

Bibliografia:

- Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2004, livro I, cap. 7, 30 e livro VII, cap. 7, 10-20.
- Bainton, Roland H. *Erasmus da Cristandade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 7-12.
- Cicéron. *De L'Invention*. Paris: Belles Lettres, 1994, livro I, I, 1, p. 5
- Chomarat, Jacques. *Grammaire et Rhétorique chez Erasme*. Paris: Belles Lettres, 1981, p. 62.
- Érasme de Rotterdam. "Dialogue sur la prononciation correcte du latin et du grec" in: Erasme. *Oeuvres Choisies*. Présentation, traduction et annotations de Jacques Chomarat. Paris: Librairie Générale Française, 1991. (Le livre de Poche), pp. 904 - 905.
- Erasmo de Rotterdam. *A Guerra e a Queixa da Paz*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 86.
- Erasmo de Rotterdam. *Enquiridion: Manual del Caballero Cristiano*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995, cap. IV, pp. 91-96.
- Margolin, Jean-Claude. "Érasme, notre contemporain" In Collection Robert Laffont, op. cit., Préface, p. VI.
- Michel, Alain. *Rhétorique et Philosophie chez Cicéron: essai sur les fondements philosophiques de l'art de persuader*. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.
- Marrou. *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, cap. VI e VII.
- Platão, Carta VII, 340 c-d in Cartas, tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1975.
- Popkin, Richard. *História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000, p. 28.
- Siegel, Jerrold. "Petrarch to Valla" in: *Rhetoric and Philosophy in Renaissance Humanism: the union of eloquence and wisdom*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1968.
- Viano, Cristina. "O que é virtude natural?" In: *Analytica: revista de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ. Seminário de Filosofia da Linguagem, 1993, pp. 115-125.

²⁸ Sobre a espiritualidade erasmiana, seu contato com a *Devotio Moderna* e com Jean Vitrier ver: Bainton, Roland H. *Erasmus da Cristandade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 65-88.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O Barroco impresso na Revista do IPHAN (1937-1978)

Felipe Esteves Lima Maciel

Esta comunicação apresenta os resultados iniciais de pesquisa, ainda em curso, sobre o conceito de barroco veiculado na *Revista do IPHAN*, buscando analisar sua definição quando o IPHAN foi criado e analisando suas permanências até 1978.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN¹ foi fundado em 30 de novembro de 1937², em um momento – logo após o início do período conhecido como Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas – no qual se buscou, com grande empenho, a consolidação do projeto de construção da nação brasileira iniciado no século XIX. Subordinado a Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, o IPHAN tornou-se um dos principais aparelhos do Estado nesta empreitada, como única instituição habilitada a delimitar e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional. Por conseguinte, estabelecia a herança sobre a qual a nação se formava.

A *Revista do IPHAN* foi criada, nesse sentido, como uma das iniciativas mais importantes na constituição e desenvolvimento do tema **patrimônio** no Brasil. No *Programa da Revista*, apresentado por Rodrigo Melo Franco de Andrade no número inaugural, os objetivos são enunciados:

“A publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Serviço do Patrimônio(...) O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para seu estudo(...) Ninguém contestará, no entanto, que há necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento de valores de arte e de história de nosso país.”. (Andrade, 1937, p. 3)

E ainda, sobre os estudos a serem feitos:

¹ Como esta pesquisa trata sobre a produção de conhecimento na Revista do IPHAN, e não sobre os diferentes estatutos assumidos pelo IPHAN ao longo do tempo, utilizarei para fins práticos sempre a nomenclatura IPHAN, portanto Instituto. Lembro, no entanto, que foi fundado como um Serviço, depois tornou-se Diretoria e assumiria ainda diversos outros nomes. O mesmo se aplica ao nome da Revista.

² Através do Decreto Lei n.25

“Trata-se, por conseguinte, de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo. Esta revista registrará semestralmente uma pequena parte do que se houver tentado ou conseguido com esse objetivo. Ela conta com a contribuição dos doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade e bem assim com o apoio e a simpatia de todos os brasileiros interessados pelo patrimônio histórico e artístico nacional”. (Idem, p. 4)

Esta periodicidade proposta por Rodrigo, no entanto, jamais foi levada a cabo. A edição semestral foi substituída por supostas edições anuais. Como demonstrou Márcia Chuva³, a data efetiva de publicação das revistas não coincide com a data impressa na capa, o que só aconteceria à partir do décimo segundo exemplar, editado em 1955. Esta investida em uma aparente regularidade nas publicações aliava-se à pretensão de um caráter científico para estabelecer a *Revista do IPHAN* como uma referência nos estudos sobre **patrimônio**.

O período escolhido para análise, que compreende os 18 primeiros números publicados, representa uma primeira fase da *Revista*, compreendida pela direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1968) e a de Renato Soeiro (1969- 1978), que adotou uma postura de continuidade à política empreendida pelo primeiro e até então único diretor. Isto fica bastante claro ao analisarmos os números editados por Renato⁴, homenageando Rodrigo e retomando temas expostos anteriormente. A *Revista* então só voltaria a ser publicada em 1984, após a gestão renovadora de Aloísio Magalhães (1979-1982), apresentada em um novo formato, visual e editorial, dividido em seções. Nesta fase – que se estendeu até 1990 – foram publicados 4 números e uma edição especial. Uma nova modificação seria feita em 1994, e posteriormente a *Revista* passaria por nova modificação, adotando também o formato eletrônico, tal qual é feita nos dias de hoje.

O que podemos observar, nos primeiros números da *Revista do IPHAN*, é uma verdadeira tomada de posição desta instituição como fornecedora dos meios para se pensar e perceber o patrimônio histórico e artístico nacional. Os artigos visavam, principalmente, dar conta de duas funções: habilitar o que deve ser classificado como bem patrimonial e estabelecer a importância desses bens na constituição da nacionalidade brasileira. O IPHAN definia-se, dessa forma, como norte das questões relativas ao nacional, agora patrimonializado.

A opção feita pelo IPHAN foi estrategicamente materializada nas práticas de tombamento e difundida e chancelada na sua linha editorial. A série *Publicações do IPHAN*

³ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*, pp. 296-297.

reunia uma coleção de monografias, geralmente tratando de um só assunto, com o caráter de estudo aprofundado. É a *Revista*, portanto, que goza de prestígio e parece possuir boa circulação, o lugar de difusão mais ampla do patrimônio. Em sua tese, Márcia Chuva demonstra que a *Revista* ganhou alguns prêmios internacionais, além de veicular uma notícia de um jornal de época informando sobre o esgotamento de algumas de suas edições⁵.

Os dois primeiros números editados apresentavam uma gama diversificada de artigos, uma tentativa de delimitação de “possíveis patrimônios”. No entanto, a maior parte desses abordava o patrimônio de “pedra e cal”, especialmente a arquitetura religiosa. Conforme uma advertência de Rodrigo:

“O presente número resente desde logo se resente de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nesses”. (Andrade, 1937, p. 4)

No entanto, esta recomendação parece não ter surtido muito efeito, visto que os monumentos arquitetônicos continuaram a predominar como objeto de estudo, respondendo por aproximadamente 40% dos artigos publicados até 1978. Isto sugere como a concepção dos arquitetos foi predominante nas páginas da *Revista*.

O barroco foi apropriado pelos intelectuais do patrimônio como um estilo nacional por excelência. Embora importado da Europa, trazido pela metrópole portuguesa, rapidamente adquiriu uma especificidade “local”, traduzida no *barroco mineiro*, expressão máxima da singularidade e criatividade nacional. Com um ponto de ligação – barroco – e sua especificidade regional – mineiro – o Brasil era inserido nos catálogos de arte mundiais e na história da arte universal.

No quinto número da *Revista* foi publicado o seminal artigo de Lúcio Costa, *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, onde é proposta uma cronologia classificatória que define a *arte barroca brasileira*⁶. O que está em jogo neste artigo é a inauguração de uma linha evolutiva da arquitetura brasileira que comporta em si todas as fases da arte universal. Baseada na crença de um universalismo da arte, o Brasil é posto na era moderna através de um ajuste dos relógios do tempo colonial. Este comporta as seguintes fases: classicismo barroco (fins do século XVI até primeira metade do XVII), romanicismo barroco (segunda

⁴ O número 16 ainda foi supervisionado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, ao passo que os números 17 e 18, saíram sob a supervisão de Renato Soeiro.

⁵ Cf. CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*

⁶ COSTA, Lúcio. “A arquitetura dos jesuítas no Brasil” in: *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9-104.

metade do XVII até princípios do XVIII), goticismo barroco (primeira metade até meados do XVIII) e renascimento barroco (segunda metade do XVIII até princípios do XIX). Desta forma, renunciando a pressupostos reguladores próprios de cada período, Lúcio Costa criou categorias transistóricas que permaneceriam ao longo do tempo. A **essência barroca**, então, tornava-se o ponto de identificação entre o Brasil e o mundo europeu.

Aleijadinho desempenha papel fundamental neste processo, como personagem central do barroco mineiro, portanto da arte brasileira. No segundo número publicado, Rodrigo Melo Franco de Andrade escreveu um artigo sobre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho⁷, personagem recorrente nas páginas da *Revista*, em que buscava comprovar, através da pesquisa em Livros de Receitas e Despesas de irmandades, a participação do “arquiteto” – para usar expressão de Lúcio Costa – em diversas igrejas mineiras, tentando dissolver polêmicas quanto a sua autoria. O artigo trazia também reproduções das fontes utilizadas.

Além deste, foram publicados também dois outros artigos no terceiro número. No primeiro⁸, Afonso Arinos de Melo Franco apresenta o que afirma ser o primeiro relato estrangeiro sobre Aleijadinho, de autoria de Eschwege. No segundo⁹, Judith Martins aponta referências biográficas de Aleijadinho, destacando o que seria o primeiro registro histórico sobre o mesmo, de autoria do vereador Joaquim José da Silva, em 1790, que serviu de base para a biografia escrita por Rodrigo Bretas, em 1851. Houve uma preocupação por parte do IPHAN, nesse sentido, de capitanear o conhecimento a respeito do Aleijadinho, esclarecendo polêmicas a seu respeito, sugerindo direções biográficas, inclusive republicando, na série *Publicações do IPHAN*, a biografia escrita em 1851, apresentando um texto introdutório de Lúcio Costa..

Neste sentido, o IPHAN faz uma opção pelo tempo colonial, instituindo a arquitetura luso-brasileira como sua principal herança e pela arte barroca, como estilo nacional, que implica no preterimento do século XIX e do chamado estilo eclético. No décimo-primeiro número da *Revista*, foi publicado um artigo de Paulo Thedim Barreto sobre as Casas de Câmara e Cadeia¹⁰, uma redução de tese apresentada para a cadeira da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. O artigo estabelece um histórico das Casas de Câmara e Cadeia, apontando suas origens e a organização administrativa-judiciária na colônia

⁷ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho” in: *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 255-312.

⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho” in: *Revista do IPHAN*, n.3, p. 173-179

⁹ MARTINS, Judith. “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa” in: *Revista do IPHAN*, n.3, p. 179-207

¹⁰ BARRETO, Paulo Thedim. “Casas de Câmara e Cadeia”. in: *Revista do SPHAN*, n.3, p. 9-195
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 4
2007.

portuguesa. Aponta exemplos, contratos de arrematação e analisa detalhadamente os programas arquitetônicos dos edifícios. Por fim, faz uma análise cronológica da evolução arquitetônica desse tipo de construção. Nessa, afirma que no século XIX as Casas “perderam a energia construtiva e plástica dos séculos anteriores”¹¹, em referência ao tempo colonial, ao barroco, quando a despeito da menor desenvoltura estética que as construções possuíam, “todos os problemas arquiteturais de expressão barroca eram enfrentados com o entusiasmo de quem encontra soluções novas”¹². Há, neste sentido, a construção de uma progressiva perda de valor estético que, segundo o autor, é acompanhada pela separação entre os poderes administrativos e judiciários. Por fim, faz uma ressalva ao caso de Ouro Preto, cuja Casa de Câmara e Cadeia, embora construída no século XIX, teve seu projeto concebido no fim do século XVIII.

Os dois números publicados sobre a supervisão de Renato Soeiro, além de indicar claramente a perspectiva de continuidade adotada em sua gestão, apresentam um certo caráter de síntese dos assuntos mais relevantes para o IPHAN. No décimo-sétimo número, editado em homenagem a Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi publicada uma palestra do mesmo proferida em Ouro Preto¹³, cujo início – bastante – é transcrito a seguir:

“A maior concentração dos monumentos que integram o patrimônio histórico e artístico nacional está localizada em Minas Gerais. A despeito de só ter o povoamento do território mineiro principiado depois de decorridos dois séculos desde o descobrimento do Brasil, poucas décadas bastaram para que esta área fosse enriquecida de bens culturais em número maior e com feição mais expressiva do que as demais regiões do país”. (Andrade, p.11, 1969)

O autor afirma, ainda, que a despeito da maior importância dos monumentos religiosos, a arquitetura civil também possui grande valor, destacando pontes e chafarizes como os mais belos do Brasil. Ressalta que mais significativo, no entanto, é, no caso de Minas Gerais, a preservação dos núcleos urbanos coloniais, como Ouro Preto, Tiradentes, Mariana e outros.

Ouro Preto foi eleita como o lugar privilegiado entre Minas Gerais, detentora de uma quantidade impressionante de monumentos tombados, muitos dos quais de arquitetura religiosa, a maior parte construído anteriormente ao século XIX. No quinto¹⁴ e no décimo-

¹¹ Idem. p.194

¹² Idem. p. 188

¹³ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Palestra proferida por Rodrigo M.F.de Andrade, em Ouro Preto, em a 1-7-68” in: *Revista do IPHAN*, n.17, p.11-26

¹⁴ VASCONCELOS, Salomão de. “Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto”. in: *Revista do IPHAN*, n.5, p.241-258

segundo¹⁵ número da *Revista*, o historiador Salomão de Vasconcelos publicou artigos referentes aos primeiros aforamentos de Ouro Preto, buscando identificar o início de suas construções. Desta forma, torna-se possível estabelecer com clareza a origem e o desenvolvimento do núcleo urbano setecentista, objeto de preservação por parte do IPHAN.

A décima-sétima publicação contava ainda com dois artigos sobre o Aleijadinho. Um de autoria de Lúcio Costa,¹⁶ apresentando a participação de Aleijadinho na elaboração do risco do chafariz do Palácio dos Governadores de Ouro Preto, que seria a primeira obra de sua autoria. O outro artigo discutia as enfermidades de Aleijadinho¹⁷. Apresentava também um artigo de Robert C. Smith, em caráter de síntese, sobre a arquitetura civil colonial¹⁸. Neste, afirma que “a história da arquitetura civil e doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade do Salvador em 1549”.¹⁹ Ressalta o caráter homogêneo deste tipo de construção no Brasil, além de sua conservação, como herança da arquitetura luso-brasileira colonial. Trata-se, portanto, do estabelecimento de um ponto de identificação com a civilização européia.

O último número editado por Renato Soeiro trazia oito artigos, seis dos quais aludindo, sobre algum aspecto, ao Estado de Minas Gerais. Foi publicado um artigo de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a pintura colonial mineira²⁰, no qual ele afirma que as pinturas e esculturas serviam como ornamentação para a obra dos arquitetos. Cumpre lembrar, aqui, que ambas possuíam funções muito específicas, destinadas à experiência de conversão religiosa.²¹

Lúcio Costa contribuiu neste número com uma biografia sobre Aleijadinho, focada na sua profissão de “arquiteto” e na sua singularidade criativa, como afirma a seguir:

“A contradição fundamental entre o estilo da época(...) e o ímpeto poderoso do seu temperamento apaixonado(...) é a marca indelével da sua obra, o que lhe dá o tom singular, e faz deste brasileiro das Minas Gerais a mais alta expressão da arte portuguesa do seu tempo”. (COSTA, p.81, 1978)

¹⁵ Idem. “Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral deste 1712” in: *Revista do IPHAN*, n.12, p.171-232

¹⁶ COSTA, Lúcio. “Risco Original de Antônio Francisco Lisboa” in: *Revista do IPHAN*, n.17, p.239-247

¹⁷ LACLETTE, René. “O Aleijadinho e suas doenças”. in: *Revista do IPHAN*, n.17, p.127-176

¹⁸ SMITH, Robert C. “Arquitetura Civil Colonial” in: *Revista do IPHAN*, n.17, p.27-125. Antes, Smith já havia publicado dois outros artigos na revista.

¹⁹ Idem. p. 27

²⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. “Pintura Colonial em Minas Gerais”. in: *Revista do IPHAN*, n.18, p.11-74

²¹ Sobre a dimensão teológico-política das artes do período classificado como barroco, conferir a produção de João Adolfo Hansen a esse respeito.

Foi publicado também um índice²², organizado por monumentos, do primeiro volume do “Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”²³, publicado em 1974 pelo IPHAN e originalmente indexado por nomes.

Concluindo, o que podemos observar nesta pesquisa é a formulação de uma origem para a nação brasileira, posta como herdeira da tradição portuguesa mas possuidora de sua própria especificidade. Através de uma concepção majoritariamente arquitetônica, o IPHAN elege a arquitetura colonial como o ponto originário, tendo Minas Gerais como cenário privilegiado e o barroco mineiro como expressão mais significativa. A figura de Aleijadinho tem importância fundamental nesta construção, tomado como um artista excepcional, inovador, produtor das mais importantes obras de arte brasileiras.

Fontes analisadas:

Revista do IPHAN, números 1 até 18 (1937-1978)

Bibliografia:

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1998.

COSTA, Lúcio & BRETAS, Rodrigo José Ferreira. *O Aleijadinho*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1951. (Publicações do SPHAN nº 15)

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “Artes Seiscentistas e Teologia Política”. in: Percival Tirapeli. (Org.). *Arte Sacra Colonial*. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001, v.1, pp.180-189.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1974. 2v. (Publicações do SPHAN nº 27)

²² MENEZES, Ivo Porto de. “Índice, por monumentos, do 'Dicionário de artistas e artífices mineiros dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais – 1. volume', de Judith Martins” in: *Revista do IPHAN*, n.18, p.237-251

²³ MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1974. 2v. (Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; nº 27)

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Do “exclusivo metropolitano” à queda das dualidades: alguns comentários sobre as trajetórias da economia colonial e do mercado interno na historiografia brasileira.

Felipe Rodrigues de Oliveira¹

Qualquer um que se aventure a discutir a relevância e o grau de autonomia do mercado interno no âmbito da economia colonial na América Portuguesa, irá se deparar com um debate que vem sendo travado há pelo menos duas décadas, de forma que não se pode simplesmente ignorá-lo ou muito menos dá-lo por encerrado. Desta forma, a discussão que se apresenta a seguir não possui de forma alguma o interesse de finalizar este grande e importante debate, o que não retira a possibilidade de contribuir em favor das discussões. Por isso mesmo e devido ao caráter restrito de nosso texto, não será discutido pormenorizadamente nenhum autor específico, muito menos, torna-se impossível englobar toda a historiografia e todos os trabalhos que de forma direta ou indireta participam e contribuem de alguma maneira para o debate. Dessa forma, adotaremos aqui uma estratégia diferente, privilegiando não os pormenores, mas apenas traçar e acompanhar as trajetórias que o pensamento sobre o funcionamento do sistema colonial, especialmente tratando-se do mercado, tem tomado na historiografia brasileira.

Para dar início a esta análise, partiremos aqui da obra que suscitou a maioria das críticas e que se transformou, por isso mesmo, em um divisor de águas de todos os estudos que se debruçaram sobre a questão do mercado e, de forma mais moderada, do período colonial como um todo. Neste sentido, além de representar um ponto convergente sobre todas as discussões acerca do mercado interno na colônia, o texto de Fernando A. Novais – *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*² foi e ainda tem sido denominado por muitos de nós como um símbolo da chamada “historiografia tradicional”.

Dentro do conjunto da obra de Fernando A. Novais, o referido livro destacou-se por muitos anos como referência nos estudos sobre o surgimento, o funcionamento e a crise

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Ouro Preto*: EDUFOP, 2007.

de um sistema colonial de exploração, adotado pelas metrópoles européias em suas posses ultramarinas. o objetivo do autor era analisar o sistema de colonização, assim como ele o designa, para tentar compreender a sua *crise*, não só da colonização como também do antigo regime, que se manifesta a partir do último quartel do setecentos. No entanto, ele não limita a sua avaliação a este âmbito, de modo que podemos perceber de forma clara como ele busca explicitar como se daria a aplicação deste sistema colonial e suas implicações sobre o funcionamento das economias coloniais.³

Mais uma vez reiterando as restrições de nosso objetivo, não podemos deixar de levar em consideração o que é tratado pelo autor como sistema colonial. Segundo ele “...o sistema colonial apresenta-se-nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias...”⁴, sendo que “nem toda colonização se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial”⁵, de modo que, nos Tempos Modernos, este movimento se processou atravessado por uma doutrina específica de relações, assumindo a forma de um sistema mercantilista de colonização. É importante ressaltar esta diferença, porque enquanto o processo concreto de colonização se efetivava, desenvolvia-se paralelamente pelos teóricos do mercantilismo a posição e a função das colônias no quadro da vida econômica dos Estados europeus.

É interessante notar que, a partir da fixação (abstratamente) dos fins e objetivos da colonização, a legislação dos Estados europeus reflete a tentativa de efetivar na prática, os princípios da doutrina mercantilista. Partindo-se então, dos aspectos mais gerais do mercantilismo, ou seja, a idéia do metalismo, da balança comercial favorável, protecionismo alfandegário, as colônias se apresentariam como uma retaguarda econômica das metrópoles, com a função de “...primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus...; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa.”⁶. Em outros termos e em consonância com a colocação de Caio Prado Jr., a colonização moderna, teria uma natureza essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia. Em síntese, a colonização do Novo Mundo seria um apêndice, uma extensão da expansão comercial européia, um *instrumento da acumulação primitiva de*

³ Como o nosso interesse não é acompanhar totalmente o desenvolvimento de seu raciocínio sobre o desenvolvimento do sistema colonial, seu funcionamento, sua crise e as causas de sua superação, nos limitaremos a abordar a relação estabelecida pelo autor entre o sistema de exploração e o desenvolvimento econômico da colônia brasileira.

⁴ Ibidem. p. 57.

⁵ Ibidem. p. 58.

⁶ Ibidem. p. 59.

capital, uma peça do sistema responsável, a posteriori, pela acumulação de capitais necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Neste sentido, Fernando Novais vai concentrar sua análise no “exclusivo metropolitano”, mecanismo pelo qual se efetivaria a acumulação primitiva. Segundo o autor “*é no regime do comércio entre metrópoles e colônias que se situa o elemento essencial desse mecanismo*”⁷. Através do monopólio, ou do “exclusivo” metropolitano (termo utilizado na época) haveria um duplo deslocamento de capitais para a metrópole. Isto porque o monopólio permite no momento da compra abaixar-se os preços ao nível da produção e na ocasião da venda, alcançar maiores lucros com a exclusividade da oferta, processo que ocorreria tanto na aquisição dos produtos coloniais quanto pela venda dos produtos do reino, pelos mercadores metropolitanos. Como o próprio autor afirma claramente

“O *exclusivo metropolitano do comércio colonial* consiste em summa na *reserva do mercado das colônias para a metrópole*, isto é, **para a burguesia comercial metropolitana**. Este o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobre-produto das economias coloniais ancilares.”⁸

Acompanhando este raciocínio, Novais converge toda a análise do funcionamento do sistema colonial de exploração sobre a atividade comercial. Como fica evidenciado em sua obra, todo este sistema teria como alicerce a prática do comércio entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Como ele mesmo resume “*o comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime*”⁹. Pensando desta forma, o sistema do “exclusivo” seria responsável pela transferência de renda no sentido colônia-metrópole e pela concentração dessa acumulação primitiva pelos empresários ligados ao comércio ultramarino.

Levando em consideração o fato de que tenhamos conseguido imprimir nestas poucas linhas, o cerne do argumento de Fernando Novais, passaremos adiante à algumas das críticas que têm sido vinculadas ao seu trabalho e que desde então, lhe outorgaram o rótulo de “historiografia tradicional”. A exemplo de Caio Prado Jr., historiador de grande influência no trabalho de Novais, este classifica a todo o momento a economia colonial como periférica. É interessante lembrar que se por um lado as afirmações de D. João IV “O Brasil é a vaca de leite de Portugal” parecem dar conta do grau de exploração da metrópole sobre a colônia, por outro evidencia o poder da economia colonial já no século XVII. Além disso, é importante

⁷ Ibidem. p. 72.

⁸ Ibidem. p. 88-89.

⁹ Ibidem. p. 72.

notar como, já em meados do século XVIII, o Brasil assume uma importância econômica significativa, comparável ou até superior a Portugal no cenário internacional.¹⁰

Ainda neste sentido, ao vincular o desenvolvimento da colonização como um apêndice das economias européias, dentro do quadro do “exclusivo” metropolitano, mecanismo pelo qual se efetivaria a acumulação primitiva de capitais, tem-se comprovado com maior vigor para o fato de que o monopólio do comércio colonial não indicava de maneira alguma o monopólio deste por comerciantes metropolitanos. Como o próprio Novais chama a atenção, a base teórica mercantilista muitas vezes não correspondia com a prática, já que a colonização desenvolvia-se concretamente ao mesmo tempo em que as bases intelectuais de sua aplicação. Dessa forma, se a sua análise sobre o desenvolvimento e funcionamento do *sistema colonial mercantilista* nos apresenta sem possibilidades de qualquer ressalva, a sua base de sustentação, no entanto, traz em si mesma o seu ponto de superação. Isto ocorre quando Novais afirma que as atividades mercantis eram o “próprio nervo” da colonização do Antigo Regime, já que ele não se atenta ao fato de que a partir do momento que se desenvolve nos mecanismos da exploração colonial, um corpo mercantil residente na colônia, o seu argumento perde o seu ponto de apoio.

Em outras palavras, o seu eixo de análise, de que a acumulação primitiva seria efetivada pela transferência e concentração de renda na metrópole via comércio, torna-se um argumento reverso, pois se o comércio e a circulação de mercadorias promovia a acumulação de capital, esta passa a possuir como destino as praças mercantis coloniais, no momento em que o comércio colonial passa a ser gerenciado por mercadores residentes na colônia.¹¹

¹⁰ Acerca do crescimento e da consolidação das praças mercantis coloniais no comércio atlântico é possível citar uma infinidade de trabalhos, mas nos limitamos aqui a eleger apenas alguns que tem demonstrado esta nova perspectiva: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F. Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LOBO, Eulália M. L. *O Comércio Atlântico e a Comunidade de Mercadores no Rio de Janeiro e em Charlenston no Século XVIII*. Separata da Revista de História, n° 101, São Paulo, 1975, p. 49-106. PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe: a produção da exclusão (Rio de Janeiro, 1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Paulo: Companhia das Letras, 1997. LAPA, José R. Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

¹¹ Sobre a formação das elites mercantis no espaço colonial, vários autores tem tido destaque em suas análises, para as distintas capitanias e praças comerciais, como por exemplo João L. R. Fragoso; Antonio C. Jucá de Sampaio; Júnia Ferreira Furtado; Cláudia Maria das Graças Chaves, Ângelo Alves Carrara; Eulália Lobo; Jorge Miguel Viana Pedreira etc. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Quando analisamos então, a obra de Novais e o seu título sugestivo, identificamos na crise do Antigo Sistema Colonial não apenas a incompatibilidade de uma economia escravista com um capitalismo industrial florescente, mas vemos nesta crise a afirmação de uma acumulação primitiva que transita seu eixo, através dos mercadores coloniais, para a colônia.

Pela própria origem do trabalho, buscamos aplicar uma análise mais original e não baseada na citação, por isso as críticas a seguir têm um caráter sintético, até porque são bastante conhecidas no campo historiográfico. A primeira delas, talvez a de maior impacto no campo da historiografia econômica, são as afirmações de João L. R. Fragoso sobre a existência ou não, e também de seu grau de dependência, de um mercado interno solidamente constituído na colônia. Em seu trabalho mais significativo “Homens de grossa aventura”, Fragoso vai demonstrar que “difícilmente se poderia pensar a plantation como uma unidade auto-suficiente. Mais do que isso, verificamos a existência de áreas que, no interior do espaço colonial, estariam voltadas para uma produção mercantil destinada ao abastecimento interno.”¹² Além disso, o autor mostra como este mercado interno colonial, a partir de um processo de acumulações endógenas, manteria um grau de independência em relação ao setor exportador.

No caso de nossos estudos, a Capitania de Minas Gerais, este processo também se torna visível. Como nos mostra Carrara

“...desde a primeira hora em que a arrecadação dos quintos (e, em decorrência, a produção mineral) começou a cair, todas as demais atividades, **dependentes** da mineração, começaram também a se arrefecer, o que era manifesto nas curvas declinantes: a) da importação de mercadorias (representada pela queda do rendimento dos contratos das entradas); e b) da produção agrícola e pastoril (dadas pela queda do valor dos contratos dos dízimos)...”¹³

E como o mesmo autor demonstra, esta proposição obscurece as variações regionais, já que desde os primeiros tempos Minas Gerais constituiu-se como um conjunto de regiões economicamente heterogêneas. Neste sentido, ao processo de desaceleração da produção de mercadorias destinadas ao abastecimento dos centros mineradores, em virtude do arrefecimento do nível de circulação de moeda (no caso, o ouro em pó) e do conseqüente arrefecimento do setor escravista agrário naquelas áreas dependentes da produção mineral, deve ser acrescentado o fato de que esse efeito não atinge toda a economia mineira, mas somente o setor escravista responsável pela produção agrária destinada ao abastecimento

¹² FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p. 119.

¹³ CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p. 64.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

interno da capitania. De fato, à diminuição das grandes propriedades escravistas produtoras de gêneros de abastecimento, correlatamente se impunha um processo de crescimento econômico e demográfico sustentado pela produção rural camponesa.¹⁴

Ainda com relação ao debate acerca do papel desempenhado pelo mercado interno, e sobre as discussões envolvendo a existência ou não de sua autonomia, ou pelo menos graus de autonomia, é preciso salientar que a obra de Fragoso também não passou inerte às críticas¹⁵, assim como de tentativas de conciliação com as proposições de Novais.¹⁶ De toda forma, o que nos interessa aqui, como foi afirmado anteriormente, não é a pretensão de encerrar este grande debate sobre o sistema colonial e sobre a dependência ou não dos ritmos das economias coloniais em relação às determinações metropolitanas. Mesmo assim, não poderíamos deixar de chamar a atenção para um elemento chave, que se formos analisar profundamente, é o eixo desencadeador de todo o debate, que é a questão da existência ou não de um mercado interno, e de forma mais profunda, se este mercado possuiria ritmos próprios ou se seria dependente das flutuações do mercado externo. O interessante é que a obra de Fernando A. Novais, que foi o eixo central de onde se partiram todos os novos estudos e para onde se convergiram as principais críticas, traz em si a brecha que poderia ter solucionado todo este debate a um longo tempo, como ocorreu com os estudos desenvolvidos pelos autores hispano-americanos.

Os debates sobre o papel do mercado interno e seu grau de autonomia já são um assunto plenamente solucionado e consolidado pela historiografia hispano-americana. Isto porque estes autores perceberam que o eixo das discussões não deve ser direcionado sobre os conceitos de mercado externo ou interno, mas sim sobre o conceito de setor dinâmico da economia. Isto é, não importa qual atividade possua uma contribuição maior ou menor sobre as receitas da economia colonial, e sim, qual dos setores é o eixo organizador, que estimula as atividades e a reprodução destas economias.¹⁷

Em nosso caso específico, a Capitania de Minas Gerais, essa colocação se torna mais evidente ainda, já que o setor dominante é composto justamente pela atividade

¹⁴ Para maiores detalhes sobre a decadência da mineração, o crescimento demográfico, o arrefecimento do setor escravista agrário e os circuitos mercantis regionais cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

¹⁵ Sobre as críticas ao trabalho de Fragoso, cf. MARIUTTI, Eduardo B.; NOGUERÓL, Luiz P. F.; NETO, Mário D. *Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino*. São Paulo: Est. Econômicos, V. 31, N. 2, 2001. p. 369-393.

¹⁶ Neste sentido temos o texto de PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero. *O capital escravista mercantil*. São Paulo: N.E.H.D. FEA/USP, 1995. 14p. (Cadernos N.E.H.D., nº 1).

¹⁷ CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa). P. 09.

mineradora, atividade que como vimos, possuía um poder incrível de mobilizar, influenciar e promover a inter-relação de centros consumidores e produtores em níveis até então nunca vistos no panorama colonial. E é exatamente aqui que se encontra o ponto mais interessante de toda esta discussão. Quando Fernando A. Novais nos traz a colocação

“É claro que ao lado dessa produção essencial para o mercado europeu, organizava-se nas colônias todo um setor, dependente do primeiro, da produção que visava a suprir a subsistência interna, daquilo que não podia ser provido pela metrópole. Mas ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção. Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar, quando, ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; **abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente.**”¹⁸

ele está afirmando o fato de que as unidades produtoras convergentes para o setor dinâmico da economia possuíam a possibilidade de gerar uma demanda própria, de desenvolver-se em ritmos próprios, desde que o setor dinâmico estivesse por pelo menos algum período em ascensão. Ora, comparando esta possibilidade que Novais reconhece com os estudos realizados pela historiografia hispano-americana, apresenta-se-nos o fato de que foi exatamente isto que seus autores puderam identificar em seus estudos sobre a atividade mineradora. Segundo eles¹⁹ “...*el auge inicial de la minería de Potosí, a fines del siglo XVI, sus tráficos mercantiles articulaban un territorio mucho mayor...*”²⁰ de maneira que

“la influencia directa del mercado minero, a través de la demanda tanto de medios de producción como de medios de subsistencia, contribuyo entonces a la mercantilización de ese espacio y determino la especialización regional dentro de él.”²¹

Mas o mais interessante foi o fato de que “...*al eslabonamiento directo entre centros mineros y regiones productoras habria que agregar una ‘cadena de nuevos efectos’ cuando, a su vez, las zonas que dependen del mercado minero generan su propia demanda*”²²

¹⁸ NOVAIS, Fernando A. op. cit. P. 96.

¹⁹ É importante ressaltar que a atividade mineradora possui alguns denominadores universais, já que o ouro possui uma qualidade bastante distinta de servir como um equivalente universal de troca, possuindo um grande poder de “civilizar” e estimular em larga escala as atividades mercantis.

²⁰ TANDETER, E., MILLETICH, V., SCHMIT, R. “Flujos mercantiles en el Potosí colonial tardío”. In: SILVA RIQUER, Jorge; GROSSO, Juan Carlos; YUSTE, Carmen (org). *Circuitos mercantiles y mercados em Latinoamérica*. México: Instituto de Investigaciones Dr. José Maria Luis Mora-Instituto de Investigaciones Históricas/UNAM, 1995. p. 13-14.

²¹ Ibidem. p. 13-14.

²² Ibidem. p. 14.

Como vimos, o que os autores hispano-americanos denominam de cadeia de novos efeitos, nada mais é do que a possibilidade que Novais atribuía às economias de subsistência de se desenvolverem autonomamente. De fato, essa possibilidade permitiu na América espanhola que

“la declinacion de la extraccion de plata em el alto Peru no implica de ninguna manera el declive de los volúmenes de comercio de productos mercantiles em la region, que siguen manteniendo su dinamismo y originan curvas estables de produccion y circulacion...”²³

Tendo visto que o debate sobre o mercado interno já é assunto consolidado pela historiografia hispano-americana e que a obra de Novais, centro desencadeador desse mesmo debate na historiografia brasileira, traz em si a mesma possibilidade de surgimento de um mercado interno com uma demanda própria, abre-se a possibilidade de tratar estas questões sob um novo olhar, um novo foco, não necessariamente através da seriação de grandes complexos documentais, e que tem nos últimos anos contribuído bastante para as discussões acerca das economias coloniais e também para o entendimento da realidade colonial.

É claro que estas novas abordagens não aparecem explícitas, mas não é difícil percebê-la na práxis de nossos historiadores. Neste sentido, exprime-se a valorização do indivíduo como agente histórico, a admissão de que os atores possuem capacidade para influenciar a ação do Estado e a idéia de que todos os sistemas normativos possuem brechas, lacunas e que mesmo dentro de limites muito específicos, os indivíduos podem através da sua experiência, elaborar e efetivar estratégias de movimentação dentro destes sistemas.²⁴

Nesta direção, pode-se ainda ir além, pois admitindo a capacidade, a liberdade que os indivíduos possuem, dentro dos limites evidentes em todos os sistemas normativos ou sistemas de significações, de se manobrar, de agir e interpretar, estes mesmos indivíduos, enquanto atores sociais, não se movem apenas e em função de suas esferas/arenas (em nosso caso o mercado), mas vinculam-se às múltiplas dimensões da interação social.²⁵ Mais ainda, se pensarmos o conceito de circularidade trabalhado por Bakhtin e posteriormente reelaborado por Guinzburg, podemos passar à idéia bastante frutífera trabalhada por Gruzinski de que existiria uma coexistência, superposição e interpenetração de formas variadas de

²³ Citado por CARRARA, Ângelo Alves. Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808. *Produção mineral e circulação mercantil*. Mariana: Departamento de História, 2004 (relatório de pesquisa). p. 10-11.

²⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 22-24. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

manifestação da realidade em suas múltiplas instâncias.²⁶ Em síntese, esta nova forma de encarar a realidade tem permitido não somente uma nova abordagem dos objetos da história, mas principalmente trouxe a possibilidade de apreender a sociedade, e em nosso caso, as sociedades no passado²⁷, da forma mais complexa possível.

Sendo assim, os estudos sobre o mercado interno colonial também assumem um novo sentido, colocando-se como apenas mais uma das múltiplas manifestações possíveis da realidade humana, devendo ser sempre trabalhado como um todo integrado. Dessa forma

“Ele não pode ser compreendido como um segundo setor da economia e, praticamente, marginal. Devemos lembrar que, sem ele, não haveria a própria exportação. Assim, os dois setores nascem juntos e se complementam durante toda a nossa história. A dinâmica e a estrutura produtiva podem variar, porém não podemos pensar em grandes diferenças ao longo do tempo de desempenho no período colonial e imperial, pois formam um todo integrado. **Muitas vezes, os dois setores se confundem**, dificultando o estabelecimento de uma clara separação entre eles. **Talvez, a própria noção de setor não ajude a entender a articulação** interna dos diversos circuitos econômicos regionais.”²⁸

Esta nova visão, de uma articulação, superposição, coexistência e interpenetração não se aplicam somente à lógica do mercado. Ela se estende, como havíamos discutido, a todas as esferas de atuação dos atores sociais e para o Brasil colônia

“O que os historiadores têm demonstrado é que a visão de pacto colonial, baseada em noções dualistas, polarizadas, ou mesmo bipolarizadas, necessita ser recolocada a partir de uma perspectiva mais aberta, mais holista e flexível, que seja mais sensível à **fluidez, permeabilidade e porosidade** dos relacionamentos pessoais, do comércio, da sociedade e do governo dos impérios, assim como da variedade e nuance de práticas e crenças religiosas.”²⁹

Neste sentido, torna-se mais perceptível o modo pelo qual se configurou as relações sócio-culturais, políticas e econômicas no além mar. A noção de império permite o entendimento da realidade colonial sob uma nova ótica, não apenas por “...*relativizar a excepcional importância conferida à metrópole...*”³⁰ mas por trazer uma noção de que a realidade e os seus infinitos componentes não se ajustam dualisticamente e excludentemente.

²⁶ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁷ Utilizamos o termo passado em caráter narrativo, não deixando de levar em consideração os diversos apontamentos de ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

²⁸ MARCONDES, Renato Leite. *Comentários: sobre os circuitos econômicos regionais*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 277.

²⁹ FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F. Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 14.

³⁰ Idem. p. 15.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**OS MODELOS PENITENCIÁRIOS NO SÉCULO XIX:
BRASIL, ESTADOS UNIDOS E EUROPA**

Fernanda Amaral de Oliveira¹

Em fins do século XVIII e início do XIX, conjuntamente com as transformações da sociedade americana e europeia, a partir da revolução industrial, o sistema penitenciário e as formas de reclusão dos criminosos passaram a ser discutidas intensamente. Estas se deram tanto no campo teórico quanto na prática com a aplicação de modelos correcionais em alguns presídios, como por exemplo, o de Filadélfia e o Arburn em Nova York.

Uma mudança significativa do sistema prisional foi a privação da liberdade, onde o indivíduo encarcerado perderia toda a sua liberdade por um determinado tempo. Assim as penas dadas a um infrator passaram a ser quantificadas através do tempo, impondo-o ficar recluso da vida social durante um período julgado suficiente para reparar o mal feito à sociedade.

Além do cerceamento da liberdade quantificada através do tempo, a alteração revolucionária nas penitenciárias, sem dúvida nenhuma, foi o encarceramento do interno em celas separadas. Segundo Foucault, o preso deveria ser isolado do mundo exterior, a *tudo o que motivou a infração, às cumplicidades que o facilitaram*², e dos outros detentos, a fim de evitar qualquer tipo de complô e revolta. A pena deveria ser individual e individualizante, justificando assim o isolamento do encarcerado de qualquer outra pessoa.

1.1 Os modelos penitenciários dos Estados Unidos e Europa

1.1.1 Filadélfia ou Pensilvânia

¹ Graduanda da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientada pelo Professor Dr. Angelo Alves Carrara.

E-mail para contato: fernanda_historia@yahoo.com.br

² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da violência nas prisões. 33ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 199.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Este modelo prisional foi adotado no presídio da cidade de Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1790, por William Penn. A característica principal deste regime se pautava na reclusão total do preso, ou seja, o cumprimento da pena isolado de todas as pessoas durante todo o período de sua condenação³.

Imagem I

Litografia da Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia.



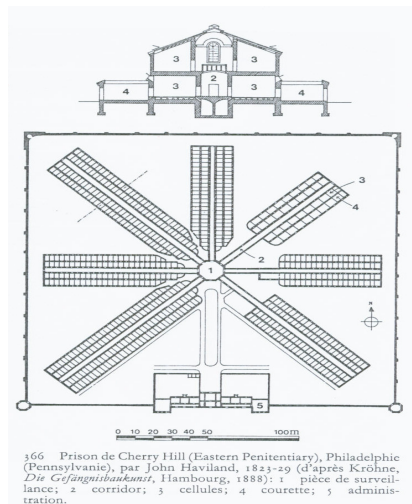
This institution known as "Cherry Hill State Prison" at Philadelphia, is the model prison of "The Pennsylvania System of Prison Discipline" or "Separate System" as it is called to distinguish it from "The Congregate." Each convict occupies a single cell / From a drawing by convict No. 2954 [Samuel Cowperthwaite]. (Philadelphia: P. S. Duval & Co., 1855). 17 x 25 cm. (6.5 x 10 in.)⁴

Imagem II

Planta da Penitenciária de Cherry Hill, Filadélfia

³ SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade.** Juiz de Fora: UFJF, 1996. pp. 93-94.

⁴ Litografia da Penitenciária de Cherry Hill, localizada na cidade de Filadélfia, Pensilvânia. Foi neste presídio que o modelo de William Penn foi experimentado. A imagem foi retirada de Library Company of Philadelphia Wainwright Lithograph Collection <<http://www.lcpgraphics.org>>, em 02 de junho de 2007. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.



Planta da Penitenciária de Cherry Hill⁵.

Segundo Rusche e Kirchheimer, tal modelo se baseava nos princípios dos Quaker, que defendiam a idéia de que a “religião era a única e suficiente base da educação”, assim a reclusão dos presos aliado a leitura da bíblia, único objeto permitido dentro das celas, poderia levá-lo a uma reflexão e ao arrependimento de seus pecados⁶.

O trabalho no modelo pensilvânico não se fazia permitido para que não dispersá-se o indivíduo de sua reflexão. Usando as palavras de Michel Foucault, o *isolamento absoluto (...)* não se pede a requalificação do criminoso ao exercício de uma lei comum, mas à relação do indivíduo com sua própria consciência e com aquilo que pode iluminá-lo de dentro⁷. De tal modo, podemos concluir que no regime adotado na Filadélfia, as únicas operações da correção do indivíduo foram a consciência e a arquitetura que isolava o indivíduo de todo contato com outro ser humano.

1.1.2 Aurburn

O modelo Aurbuniano surgiu em 1821, na cidade de Nova York, na prisão de Arburn, daí o seu nome. A diferença marcante deste sistema para o pensilvânico foi a adoção do trabalho como objeto regenerador do indivíduo. Os internos seguiam um silêncio absoluto e constante, onde trabalhavam no horário diurno em oficinas e a noite ficavam recolhidos em suas selas individuais. O silêncio era imposto à base do chicote.

⁵ Os números marcados na planta representam respectivamente: 1) “torre” de fiscalização; 2)corredor; 3)Celas; 4)pátio pequeno; 5) Administração. Retirado de, MIGNOT, Claude. **L’architecture au XIX^e siècle**. França: Fribourg-Paris, Lê Moniteur, 1983. p.217.

⁶ RUSCHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. 2ª edição. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 179.

⁷ FOUCAULT, Michel. Op. cit. p. 201.

A alimentação e o trabalho eram realizados em salões com a presença de todos os detentos, os guardas e os chicotes, isto porque o silêncio absoluto deveria ser mantido a qualquer custo. Segundo Foucault, a prisão de Auburn deveria ser um

microcosmo de uma sociedade perfeita onde os indivíduos estão isolados em sua existência moral, mas onde sua reunião se efetua num enquadramento hierárquico estrito, sem relacionamento lateral, só se podendo fazer comunicação no sentido vertical. (...) A coação é assegurada por meios materiais, mas sobretudo por uma regra que se tem que aprender a respeitar e é garantida por uma vigilância e punições⁸.

Por tanto, a convivência em um “ambiente social”, mas respeitando a hierarquia somada com as regras que deveriam ser seguidas, além da vigilância constante prepararia os indivíduos ao regresso a sociedade.

João Farias Júnior nos relata como um preso no regime auburniano agia:

a) o condenado ingressava no estabelecimento, tomava banho, recebia uniforme, e após o corte de barba e do cabelo era conduzido à cela, com isolamento durante a noite; b) acordava às 5:30 horas, ao som da alvorada; c) o condenado limpava a cela e fazia sua higiene; d) alimentava-se e ia para as oficinas, onde trabalhava até tarde, podendo permanecer até às 20 horas no mais absoluto silêncio, só se ouvia o barulho das ferramentas e dos movimentos dos condenados; e) regime de total silêncio de dia e de noite; f) após o jantar o condenado era recolhido; g) as refeições eram feitas no mais completo mutismo, em salões comuns; h) a quebra do silêncio era motivo de castigo corporal. O chicote era o instrumento usado para quem rompia com o mesmo; i) aos domingos e feriados o condenado podia passear em lugar apropriado, com a obrigação de se conservar incomunicável⁹.

Se em alguns aspectos Auburn lembra Filadélfia, em outros elas são completamente divergentes. Em Filadélfia o isolamento total e a leitura da Bíblia eram “o carro chefe”, enquanto em Auburn, o trabalho e o contato com outros detentos, mas mantidos sobre um silêncio absoluto eram o foco central.

1.1.3 Irlandês

A maioria das prisões européias, após o “sucesso” obtido nas prisões americanas, adotaram o sistema filadelfiano depois de um longo debate no *Primeiro Congresso*

⁸ Ibidem, p. 200.

⁹ FARIAS JÚNIOR, João. In: SÁ, Geraldo Ribeiro de. Op.cit. p. 94.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Internacional de Prisões, ocorrido em Frankfurt, no ano de 1846. Países como a Alemanha, França, Bélgica e Holanda foram os primeiros a colocar o regime em prática em suas penitenciárias¹⁰.

Em contra partida a estes países, na Irlanda surgiu um novo modelo que poderíamos considerar como um aperfeiçoamento dos dois modelos americanos já citados. Seu idealizador foi Walter Crofton, que no ano de 1853, elaborou um sistema com *quatro fases a serem percorridas pelo condenado, desde sua entrada na penitenciária até a liberdade total. São passos progressivos, de conquista cada vez mais ampla de liberdade*¹¹.

A primeira fase pode ser considerada como “cópia” do modelo da Pensilvânia, onde o interno ficaria recluso o tempo todo dentro de sua sela, a fim de refletir sobre seus delitos. Deveria ficar recluso em torno de oito a nove meses.

A próxima, o detento passaria a trabalhar em um regime diurno, coletivo e em silêncio, com um rigoroso controle e vigilância, além do regime noturno recolhido em sela individual. Este modelo segue a proposta auboniana.

A terceira, acrescida por Crofton, transferiria o interno a prisões intermediárias, com um sistema de vigilância mais branda, onde o detento teria a permissão para conversar, andar por uma distância determinada e com o trabalho sendo realizado no campo. Estas mudanças tinham a intencionalidade de preparar o indivíduo para o regresso à vida na sociedade.

E a quarta fase, e última, antes do retorno ao meio social, permitia ao detento viver em uma comunidade livre, onde receberia uma liberdade condicional, até o final do cumprimento de sua pena e liberdade definitiva.

1.1.4 Panóptico de Bentham

O modelo panóptico proposto por Bentham, na realidade, não pode ser considerado como um exemplo de penitenciária como o de Auburn e Pensilvânia, e sim um arquétipo que poderia ser, e foi, adotado por outras prisões que seguiam os modelos de Filadélfia e de Auburn, por se tratar mais de um modelo de arquitetura do que um sistema prisional em si.

Sua arquitetura deveria ter uma forma radial, com celas dispostas na periferia e uma torre no centro, de onde seria observado todos os internos. Devido a sua estrutura

¹⁰ RUSCHE, Georg & KIRCHHEIMER, Otto. Op cit. p. 189.

¹¹ SÁ, Geraldo Ribeiro de. Op. cit. p. 97.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

geométrica, a luz solar conseguiria penetrar em abundância em seu interior. Esta claridade favoreceria a observação dos detentos realizadas da torre central, mas sem que estes soubessem de onde viria a vigília de seus algozes. Abaixo podemos observar imagens da penitenciária francesa, Petite Roquette, onde foi seguido à arquitetura do princípio panóptico.

Imagem III

Litografia da Penitenciária Petite Roquette

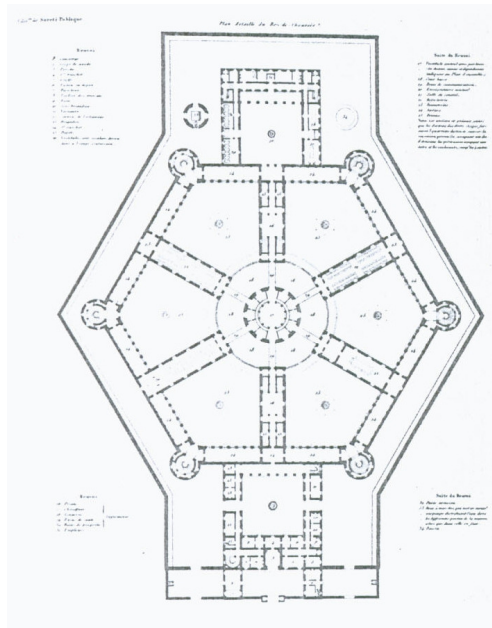


Hippolyte Lebas, Maison dès jeunes détenus de la Petite Roquette, Paris, 1826-36, détruite en 1974 (Musée du XIXe siècle, Paris)¹².

Imagem IV

Planta da Penitenciária Petite Roquette

¹² MIGNOT, Claude. Op. Cit. p.216.



Maison de jeunes détenus de la Petite Roquette, Paris, plan du rez-de-chaussée (Gourlier, *Choix d'édifices publics...*, t.II, pl. 25)¹³.

Segundo Michael Foucault, o sistema panóptico induz ao detento *um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder*¹⁴, ou seja, o interno tem a consciência que todos os seus atos estão sendo monitorados, mesmo não vendo quem os controla facilitando a vigilância do presídio. Bentham formulou o princípio de que o poder deveria ser sempre visível e inverificável. Visível, pois o detento através de sua janela consegue enxergar a torre “que tudo vê” e inverificável, já que nunca tem a certeza se está sendo observado.

Em nosso trabalho só focamos o sistema panóptico quanto presídio, por ser o tema estudado, mas cabe aqui uma ressalva, visto que este sistema quando formulado por Bentham, não fora de uso exclusivo das penitenciárias, tendo sido adotado para manicômios, oficinas de trabalho e locais de estudo. Foucault procurou chamar a atenção para a crueldade deste modelo, ao servir de *zoológico real*¹⁵ onde *o animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo grupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo*. O modelo panóptico foi adotado por diversas instituições desde o seu desenvolvimento, no início do século XIX até meados do século XX.

¹³ Idem.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit. p.166. O *poder* descrito pelo autor faz referência ao corpo de agentes penitenciários que possui a função de manter a ordem nos presídios.

¹⁵ Expressão cunhada pelo autor. FOUCAULT, Michel. Op. cit. p.168.

1.2 O modelo das prisões no Brasil

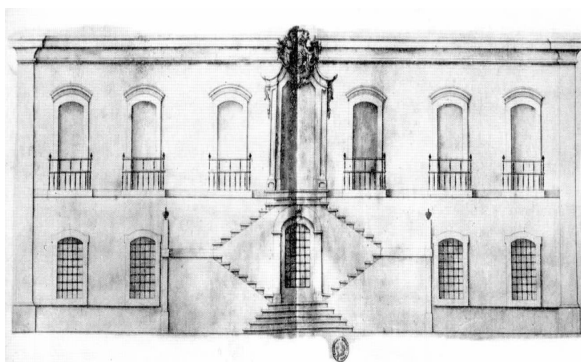
O modelo das prisões brasileiras existentes até meados do século XIX ainda remontavam as coloniais. A Cadeia Pública dividia o mesmo prédio com a Câmara Municipal, possuindo dois pavimentos, sendo o primeiro ocupado pela cadeia e o segundo pela Câmara.

O interior das prisões possuía alguns compartimentos, como as *enxovias*, salas e celas onde ficavam os presos – homens, mulheres, negros e galés. Para penetrar no seu interior, era necessário descer por *escadas de mão móveis*. Havia as salas-livres, indicadas pela Justiça para o cumprimento de prisão fora do cárcere, e as salas fechadas ou salas fortes para guardarem presos. Ainda existia uma sala denominada de *segredo* ou *moxinga*, onde eram realizados interrogatórios - podendo ser aplicado torturas -, de presos que tivessem cometido crimes graves¹⁶. Além das prisões comuns existia o *aljube*, destinada ao encarceramento de pessoas que cometeram crimes eclesiásticos ou de lesa-majestade.

Para uma melhor elucidação de como era a estrutura arquitetônica das Casas da Câmara e Cadeia observemos os desenhos da fachada e plantas do andar térreo da cadeia da cidade Mariana, MG.

Imagem V

Desenho da frente da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana



Códice Matoso, da Coleção Félix Pacheco. Biblioteca Municipal de São Paulo¹⁷.

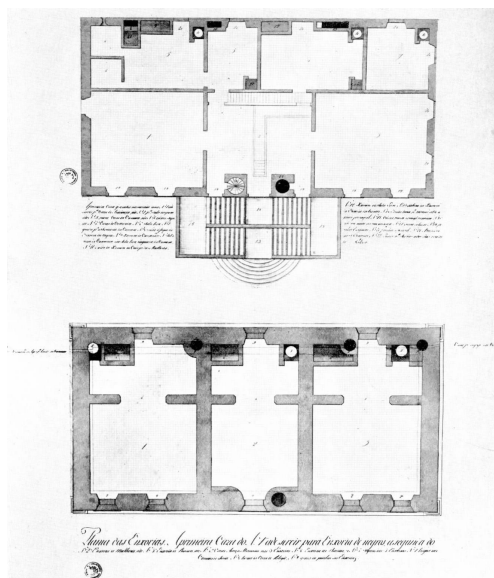
Imagem VI

¹⁶ Ver BARRETO, Paulo Thedim. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Rio de Janeiro: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 1966, n° 16. Disponível em < <http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>>. Ver também, ROMEIRO, Adriana & BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

¹⁷ Retirado de: BARRETO, Paulo Thedim. Op. Cit.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Plantas do pavimento térreo e do sobrado da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana.



Códice Matoso, da Coleção Félix Pacheco.
Biblioteca Municipal de São Paulo¹⁸.

A grande diferença existente do período colonial para o império quanto às prisões, não se tratava da arquitetura, mas sim de sua administração. No século XVIII, *a cadeia era parte constitutiva do poder municipal. Era a ela que recorria a Câmara, com seus oficiais, para recolher criminosos e todo tipo de transgressores*¹⁹ (...). Com a Independência do Brasil, e a formulação da primeira Constituição do país, a primeira lei referente às prisões surgiu. O Artigo 179 § 21 da Constituição dizia assim:

As cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias, e natureza dos seus crimes.

Em 1831 com a criação do Código Criminal, alguns pontos ficaram ainda mais definidos, principalmente quanto à pena de prisão - que anteriormente só “jogava” o preso dentro das selas. Com as idéias vindas de fora do país, a partir das reformulações penais nos Estados Unidos e na Europa, o cerceamento da liberdade passou a ser o critério para as punições. Vejamos alguns artigos presentes no Código.

¹⁸ Ibem. Ver Anexo I - planta em maior tamanho com suas respectivas legendas.

¹⁹ SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1999. p. 36. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Art. 46 – A pena de prisão com trabalho obrigará aos réus a ocuparem-se diariamente no trabalho que lhes for destinado dentro do recinto das prisões, na conformidade das sentenças e dos regulamentos policiais das mesmas prisões.

Art. 47 – A pena de prisão simples obrigará aos réus a estarem reclusos nas prisões públicas pelo tempo marcado nas sentenças.

Art. 48 – Estas penas de prisão serão cumpridas nas prisões públicas que oferecerem maior comodidade e segurança, e na maior proximidade que for possível dos lugares dos delitos devendo ser designadas pelos juízes nas sentenças.

Art. 49 – Enquanto se não estabelecerem as prisões com as comodidades e arranjos necessários para o trabalho dos réus, as penas de prisão com trabalho serão substituídas pela de prisão simples, acrescentando-se em tal caso a esta a sexta parte do tempo por que aquelas deveriam impor-se.

Em contra partida, o Código Criminal não determinou nenhuma medida quanto ao funcionamento das prisões. Pelo artigo 10 § 9, do Ato adicional, as Assembléias Legislativas Provinciais deveriam legislar sobre a construção de prisões e casas de correção e também sobre o regime nelas a ser adotado.

Os arranjos quanto ao funcionamento do estabelecimento, o tipo de trabalho, sua rotina e disciplina eram encarados como essenciais para que a pena de prisão pudesse atingir os alvos regenerativos desejados. À força policial confiou-se a tarefa de determinar alguns dos aspectos do funcionamento das prisões (forma de inspeção, sistema de classificação, castigos disciplinares, rações e formas de seu fornecimento). Aos governos provinciais, e, portanto por decisão local, coube a escolha do regulamento a ser seguido²⁰.

Na realidade, muitos desses aspectos e determinações do “novo” sistema penal não foram postos em prática. Como veremos no próximo capítulo, as condições deploráveis das cadeias públicas da Província de Minas Gerais, não obedeciam ao artigo 179 da Constituição de 1824, e as penas de trabalho, determinadas no Código criminal, não foram aplicadas em nenhuma das prisões de Minas, por mais que fosse sempre assunto a ser discutido nos relatórios provinciais.

²⁰ Ibidem, pp.46-47.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Considerações acerca do padrão de ocupação dos postos camarários na câmara de
Vila Rica, 1711-1736**

Fernanda Fioravante

A historiografia brasileira, tem conferido especial atenção aos poderes locais. É nesse âmbito que as câmaras e seus ocupantes têm ganhado importância no que diz respeito às suas implicações tanto em nível local, quanto imperial. Desse modo, no presente artigo, procurarei apresentar o perfil daqueles os quais conferiam vida ao órgão camarário, buscando traçar os contornos assumidos por estes homens no que respeita à colocação social.¹

As Câmaras possuíam um destacado papel nos quadros da governabilidade do reino português, as quais, de modo geral, tinham sua importância assinalada pela capacidade em transplantar e adaptar os modos da metrópole, bem como garantir uma maior uniformidade na gerência dos interesses régios. Dessa forma, a eficiência da câmara era garantida pela composição social desse órgão cuja gerência cabia, em grande medida, aos integrantes da elite local.²

As câmaras eram constituídas por meio de um complicado sistema eleitoral que, em geral, buscava cumprir o postulado vigente no reino de congregar, para seus cargos de governança, os principais da terra, também denominados “homens bons”.³ De acordo com

¹ Este artigo apresenta parte de uma pesquisa de mestrado, a qual conta em sua base documental com cartas patentes e provisões presentes no Arquivo Público Mineiro e com documentação variada contida no Arquivo Histórico Ultramarino de Minas Gerais.

² BOXER, Charles R. *O império marítimo português. 1415-1825*. São Paulo; Companhia das Letras, 2002, p. 287.

³ GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes de poder na América portuguesa – o caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, c. 1790-1822”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 18, n° 36, pp. 314-315. Embora se procurasse respeitar o postulado vigente no reino segundo o qual a ocupação de postos de governança somente deveria se dar nas pessoas dos “homens bons” – em função das adaptações decorrentes de arranjos e tradições locais –, estes postos podiam ser ocupados por membros de menor qualidade. Sobre este assunto, conferir BICALHO, Maria Fernanda Baptista . “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: : a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 203 ; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os concelhos e as comunidades”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 291 e acerca da tentativa da restrição de membros menos nobres na Câmara de Vila Rica, a partir de um decreto de 1726 que

João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho, estes homens valiam-se de vários meios com o fim de asseverar sua qualidade e posição social, dentre os quais: 1) a argumentação acerca da ascendência familiar – ressaltando suas ligações parentais com “conquistadores” e/ou povoadores da terra, “que a custa de suas fazendas, guerrearam e submeteram terras e outros povos” em nome de El-Rei⁴ 2) a “pureza de sangue” e 3) o estabelecimento de laços matrimoniais com pessoas de mesmo *status*. Outros elementos afiançadores de sua posição estavam relacionados à posse de terras e de escravos, ao recebimento de mercês em decorrência da prestação de valiosos serviços a El-Rei, assim como à ocupação de postos da governança, fosse na administração real, fosse na Câmara.⁵

Este trabalho enfocará, fundamentalmente, os postos de juiz ordinário, vereador, procurador e escrivão. Tal escolha se pauta pela importância destes cargos no funcionamento diário da câmara, tanto no que respeita à atividade interno do órgão, como no que concerne à interação do mesmo com a sociedade e a outras instâncias de poder, tais como outros poderosos locais, o ouvidor-geral da comarca, o governador da capitania e a Coroa.⁶ Dessa maneira, buscaremos assinalar o perfil social e econômico destes homens entre o período de 1711 e 1736, aproximadamente.

O ano de 1711 justifica-se uma vez que este foi o ano de fundação da câmara de Vila Rica. No período demarcado entre 1711 até 1736, Minas vivia um momento de desassossego, marcado por insegurança e envolta em ares revoltosos. O marco final, 1736, reconhecido pela historiografia mineira como um ano de profundas mudanças, marcaria o momento no qual a Coroa passou a deter maior controle sobre a “*morada do ouro*”,⁷ o que pode ter influenciado diretamente no alcance do poder da câmara e de seus oficiais. Contudo, esses marcos não

estabelecia-se que os candidatos a oficiais camarários nas Minas do Ouro deveriam ser brancos e viúvos ou maridos de mulheres brancas, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 58.

⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos...*, op. cit. p. 52.

⁵ BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas ...”, op. cit., p. 218; FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 1, 2000, pp. 92-93 e FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial...”, op. cit., p. 52

⁶ Não obstante a importância do posto de almotacé, não irei tratar dos escolhidos para este cargo, uma vez que a cada ano poderiam ser eleitos até 24 almotacés. Dessa forma, seria difícil recolher sistematicamente, dados sobre os ocupantes do referido posto ao longo do período a ser estudado.

⁷ Acerca do ano de 1736 como um ano de profundas mudanças, conferir SOUSA, Laura de Mello e . *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes: violência nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998 e CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693 a 1737"*. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2002. (Tese de doutorado).

serão dados de maneira rígida, uma vez que estarei ocupada com a trajetória dos indivíduos os quais passaram pelo órgão municipal de Vila Rica e aqueles com quem estes homens estavam diretamente envolvidos.

Até o momento foram identificados 123 nomes de homens os quais ocuparam postos na câmara de Vila Rica, entre os anos de 1711 e 1736. Dentre eles, foram encontradas informações para 95 sujeitos. Procurei, a partir dos dados encontrados, elaborar perfis e estabelecer alguns padrões reveladores no que respeita a pelo menos alguns dos elementos necessários à ocupação de postos na câmara vila-riquense. Feito isso, empreendi um esquadramento acerca das condições que efetivamente viabilizavam para um dado sujeito a ocupação de cargos camarários e, por conseguinte, ser reconhecido como “*homem bom*”.

Dessa maneira, busquei apresentar o perfil social dos homens da câmara,⁸ seguindo dois eixos principais, e são eles: a ocupação por esses homens de outros postos da governança e o recebimento de patentes militares.

Buscando assinalar similaridades no perfil dos homens da câmara, o primeiro eixo a ser seguido – mas como veremos adiante, não o mais importante –, será a ocupação de outros postos na governança pelos oficiais camarários de Vila Rica. Analisado o conjunto de oficiais para os quais disponho de informações, foi possível perceber a pequena participação desses homens em outros postos da administração colonial. Dos 95 nomes investigados, somente 26 deles ocuparam outros postos na governança, representando um total de 27,36%.

Não obstante este seja um número relativamente reduzido – em especial em comparação com o de recebimento de patentes militares –, procurei encontrar algum padrão que indicasse uma relação entre a ocupação nos postos da câmara e em outras colocações da governança. Para isso, considere o primeiro posto ocupado pelo sujeito na câmara, ou seja, ainda que um indivíduo tenha sido eleito para outros cargos na câmara, será considerada apenas a primeira ocupação.⁹ O resultado pode ser avaliado na tabela abaixo:

Tabela 1: Relação entre ocupação da câmara e outros postos da governança

⁸ Em todas as ocasiões em que foram apresentados o cargo camarário e o ano de ocupação dos mesmos, estarei embasada em uma lista retirada da internet, cujo endereço eletrônico é <http://www.ouropreto-ourtownworld.jor.Br/cmop%2017.htm>. Somente quando estiver me referindo a alguma outra informação proveniente desta lista farei referência à ela. Tal medida foi tomada com vista a evitar um maior excesso nas notas de pé de página.

⁹ A utilização deste método se deu em decorrência de dois fatores: 1) o melhor critério encontrado na tentativa de determinar a influência da ocupação de cargos na governança para a futura eleição na câmara; 2) uma mesma pessoa poderia ocupar outros diferentes cargos na câmara e esse critério auxilia na percepção de quantos e quais postos foram ocupados antes de cada mandato na câmara. O mesmo método foi utilizado na análise dos oficiais que receberam patentes militares antes de passar pela câmara.

Antes da Câmara	Depois da Câmara	Indefinido	Simultaneamente
15	6	3	2
57,7	23,07	11,53	7,7

Fonte: Fontes manuscritas do AHU e provisões presentes nos códices 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A partir da tabela acima, pode-se averiguar que dos 26 indivíduos, 15 deles, ou 57,7%, ocuparam previamente postos na governança antes de passarem pela câmara. Destes 15 homens, dois deles tiveram como primeira ocupação na câmara o posto de escrivão, dois deles de procurador, dez de vereador e um de juiz ordinário.

Dos dez vereadores os quais ocuparam cargos na governança antes de passar pela câmara, seis deles não obtiveram patentes militares em tempo anterior à sua eleição. Dentre esses seis, somente um tornou a ocupar novamente a câmara. Este foi o caso de Antônio de Araújo Guimarães, vereador em 1727 e 1729. Por outro lado, verifica-se entre os quatro restantes – para os quais, além da ocupação de postos na governança, houve o agraciamento com patentes militares –, todos tornaram à câmara mais de uma vez e como juizes ordinários. Não obstante o peso que os postos na governança possam ter exercido no momento da escolha dos elegíveis aos cargos de vereador na câmara, parece-me que ser provido com uma patente militar conferia melhores chances de ocupação de postos na administração municipal. Tal perspectiva ganha força se lembrado o baixo percentual desses homens os quais serviram em postos da governança antes de passarem à câmara, qual seja, 27,36% frente ao número de homens que obtiveram patentes militares, que como veremos, corresponde a 68,42% do total de sujeitos pesquisados até o momento.

Nesse sentido, creio ser possível aventar a hipótese segundo a qual ao longo do período estudado prescindiu-se da experiência administrativa para que à frente da câmara estivessem sujeitos detentores de patentes militares com capacidade de manter a governabilidade.¹⁰ Daí os homens da governança não tornarem ao governo da câmara, pois se dava primazia àqueles cujo mando fosse reconhecido por meio de sua colocação militar, participação em diligências militares e o uso de seus escravos armados, ou seja, em função da autoridade por eles exercida, e reconhecida, na sociedade. Em outras palavras, o perfil de ocupação dos cargos

¹⁰ Acerca das condições da governabilidade conferir KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. “As condições da governabilidade: um refinado jogo de interesses na América Lusa da primeira metade do século XVIII”. Comunicação apresentada no *Congresso Internacional o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, realizado na cidade de Lisboa entre 2 e 5 de novembro de 2005. A ser publicado na *LPH: Revisão de História*, volume duplo, 2006 (no prelo) e KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. “De volta às condições da governabilidade, na busca de um equilíbrio: notas acerca da sociedade mineira”. In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 7, n. 2, passim.

camarários estava em perfeita sintonia com o contexto inicial da sociedade mineira setecentista, profundamente marcado por motins, revoltas e distúrbios de toda sorte.

Dessa forma, e procurando melhor avaliar o peso exercido pela patente militar como elemento a ser considerado na escolha dos elegíveis na integração dos quadros camarários, segue a tabela 2.

Tabela 2: Porcentagem de militares entre os oficiais da câmara

Total de militares	Juiz ordinário	Vereador	Procurador	Escrivão	Tesoureiro
65	12	36	14	2	1
%	18,46	55,38	21,54	3,08	1,54

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM

A partir de tal tabela, nota-se que dentre os 95 homens pesquisados até o momento, 65 ou 68,42% deles, obtiveram ao menos uma patente militar ao longo de suas trajetórias – porcentagem bastante superior àquela referente aos homens os quais ocuparam postos na governança, qual seja, 27,36%. Mas a tabela acima incita outras considerações.

Entre os que mais receberam patentes estavam os vereadores, seguidos bem de longe pelos postos de procurador e juiz ordinário, e por fim, ocupando uma parcela bastante diminuta, os postos de escrivão e tesoureiro. Isso se deve a três fatores.

O primeiro deles diz respeito à própria metodologia empregada: para a construção desta tabela, foram considerados apenas o primeiro cargo ocupado na câmara. Dessa maneira, os casos os quais os sujeitos ocuparam mais de um cargo camarário implicaram em uma distorção dos números na tabela. Tal distorção aparece sobretudo no que concerne aos juizes ordinário, pois dos 14 procuradores, três tornam-se mais tarde juizes ordinários e entre os vereadores, esse número sobe para 17. Assim, na verdade, havia entre os juizes ordinários um total de 32 militares.

O segundo aspecto a ser considerado refere-se ao número de pessoas necessárias à ocupação de cada cargo na câmara. Conforme foi visto, anualmente serviam dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador. Assim sendo, é possível que o número de pessoas necessárias à ocupação desses postos tenha interferido na quantidade de militares entre seus representantes.

Por fim, deve-se levar em conta o perfil exigido para cada ofício. Dessa maneira, o número reduzido de militares entre escrivães e tesoueiros deve-se a dois aspectos: o primeiro

deles, refere-se a estarem no mais baixo patamar hierárquico da câmara; o segundo, diz respeito ao fato de que, para a ocupação do posto era necessário o incurso as letras para o cumprimento de suas obrigações junto à câmara.

Seguindo um procedimento semelhante ao executado no o item relativo à governança, realizarei a análise dos oficiais que obtiveram patentes militares considerando o primeiro posto na câmara. Tal procedimento tem como fim perceber a importância de tais patentes enquanto diferencial na escolha destes homens para estarem entre os elegíveis aos ofícios camarários. Nesse sentido, observando a tabela 3 pode-se perceber a preponderância daqueles os quais receberam patentes antes de passar pelo órgão camarário.

Tabela 3: Relação entre patentes antes e depois de ocupar a câmara

Total de militares	Antes da câmara	Depois da câmara	Indefinido
65	38	8	19
%	58,46%	12,30%	29,23%

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

De acordo com a tabela acima, ainda que se adicione a parcela de homens os quais receberam patentes depois da câmara com aqueles para os quais não foi possível determinar o recebimento da patente em relação à ocupação de câmara, nota-se uma soma inferior aos dos homens que foram agraciados com postos militares antes de serem eleitos para ocupações camarárias. Em outras palavras, mesmo se considerássemos todos os “indefinidos” como receptores de patentes posteriormente à passagem pela câmara – o que totalizaria 27 sujeitos, ou 41,53% – esse número seria ainda inferior àqueles cuja passagem pela administração municipal somente se deu após tornarem-se oficiais militares, o que é revelador no concernente à relevância das patentes para a ocupação de postos na câmara.

Assim sendo, e detendo-me à análise dos sujeitos os quais receberam patentes antes de passar à câmara, busquei perceber a ocorrência de patentes de acordo com o primeiro posto camarário assumido, como se observa abaixo:

Tabela 4: Porcentagem de militares conforme o primeiro ofício ocupado

Total de militares antes da câmara	Juiz ordinário	Vereador	Procurador	Escrivão	Tesoureiro
38	7	22	9	0	0
%	18,42	57,89	23,68	-	-

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM

A tabela 4 indica que provavelmente havia uma maior exigência com respeito ao perfil social para se ocuparem os postos mais elevados na administração camarária. Se por um lado, os postos de escrivão ou tesoureiro exigiam o incurso nas letras, por outro na ocupação dos cargos de procurador, vereador e juiz ordinário, o recebimento de patentes parece ter sido, na maior parte dos casos, de grande valia.

Com o fim de melhor compreender a relação existente entre o recebimento de patentes militares e a ocupação dos postos da administração municipal, dividi este conjunto em quatro grupos: procuradores, vereadores, vereadores que depois passaram a juiz ordinário e juizes ordinários. Assim o primeiro dos cargos a ser avaliado será o de procurador.

Tabela 5: Arrolamento da última patente recebida antes da primeira ocupação de posto de procurador.

Nº procuradores	Capitão	Sargento-mor
9	7	2
%	77,77	22,22

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

A partir da tabela 5, nota-se que de acordo com o padrão encontrado entre os procuradores, o mínimo exigido era a patente de capitão. Não obstante dois sujeitos tenham recebido também outras patentes – Estevão de Sousa Sandoval ocupou também o posto de alferes e Frutuoso Barbosa Barreiros o de tenente –, para todos os demais casos foram encontradas somente as patentes de capitão ou sargento-mor.

Dentre o grupo de vereadores, a coisa é um pouco mais complicada, e o que se percebe é uma maior fluidez em relação ao tipo de patente recebida antes de passar à câmara.

Tabela 6: Arrolamento da última patente recebida antes da primeira ocupação de posto de vereador, entre os que foram somente vereadores.

Nº de Vereadores	Ajud. Supra-numerário	1º Sargento	Capitão	Sargento-mor	Coronel
11	1	1	4	3	2
%	9,09	9,09	36,36	27,27	18,18

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM

Neste grupo ocorreu a maior variação no tipo de patente recebida entre aqueles que foram vereadores. Contudo, deve-se fazer ressaltar nos casos de ajudante supra-numerário e primeiro sargento.

Conforme foi visto, o ajudante supra-numerário, Pedro Rosa de Abreu, estava entre os primeiros povoadores, envolvido em atividade de mineração, atuante em outro posto de governança e provavelmente abastado. Tais requisitos, como já sugerido em outra ocasião, podem ter-no alçado à condição de ocupante do posto de vereador na câmara.

O primeiro sargento Félix de Gusmão Mendonça Bueno, assim como Pedro Rosa, estava entre os primeiros povoadores e era aparentado do segundo Anhanguera, conquistador temido e poderoso. Para além, era “*homem abastado*” e de “*reconhecida nobreza*”, chegando a receber o título de cavaleiro fidalgo da Casa Real. Assim como no caso de Pedro Rosa, esses requisitos de Félix de Gusmão podem ter contribuído para que fosse incluído na lista de elegíveis.

Voltando à tabela 6, nota-se uma maior preponderância de capitães, embora a diferença seja bastante diminuta em números absolutos em relação às outras duas patentes. Calculando a frequência acumulativa a partir da patente de capitão, chega-se a 81,18% dos casos. Desse modo, é possível notar que novamente o posto de capitão aparece como um quesito importante no padrão encontrado entre os vereadores atinente à ocupação militar.

No terceiro grupo, qual seja, o de vereadores que mais tarde tornaram-se juizes ordinários, dentre as patentes recebidas imediatamente antes da ocupação do posto de vereador nenhuma estava abaixo do posto de capitão.

Tabela 7: Arrolamento da última patente recebida antes da primeira ocupação de posto de vereador, entre os que foram vereadores e juizes ordinários.

Nº de vereadores/juiz ordinário	Capitão	Sargento-mor	Coronel
11	7	3	1
%	63,63	27,27	9,09

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

Das tabelas 6 e 7 se depreende o padrão relativo à ocupação do posto de vereador. Tal qual no caso dos procuradores, tanto para aqueles os quais ocuparam o cargo de vereador, como para aqueles que além deste ofício foram juizes ordinários, a menor patente exigida era a de capitão. Se forem lembrados os casos citados acima, pode-se perceber ainda que este grupo em comparação com os dois anteriores, não só esteve envolvido com maior frequência em importantes diligências militares, como também acumularam mais patentes. É possível pensar que essa maior recorrência na participação de diligências importantes e o acúmulo de patentes estivessem diretamente relacionados a um dado perfil assumido por aqueles aptos a ocupar não apenas o posto de vereador, que como já foi visto, parecia exigir mais dos

elegíveis, mas principalmente para a ocupação do cargo de juiz ordinário. Tal ocorrência parece refletir na tabela seguinte.

Tabela 8: Arrolamento da última patente recebida antes da primeira ocupação de posto de juiz ordinário.

Nº Juizes Ordinários	Capitão	Capitão-mor	Sargento-mor	Tenente coronel	Mestre de Campo
7	1	1	3	1	1
%	14,28	14,28	42,88	14,28	14,28

Fontes: Documentos manuscritos do AHU e patentes presentes nos códices 07, 08, 09, 12 e 15 da Seção Colonial do APM.

Dos cinco tipos de patentes acima, é a de sargento-mor a que aparece com maior frequência. Vale destacar que eram as patentes de tenente coronel e de mestre de campo as duas mais elevadas dentro da hierarquia militar, respectivamente. No caso dos sujeitos os quais tiveram por primeira ocupação na câmara o posto de juiz ordinário – o mais alto na hierarquia camarária –, a exigência no que respeita a patente é maior em relação à todos os grupos anteriores. Se novamente recorrermos à frequência acumulativa tendo como ponto de partida a patente de sargento-mor – a qual parece corresponder ao quesito mínimo no concernente à patente militar para este grupo –, chega-se ao percentual de 71,44% dos casos. Do acima exposto, nota-se que de acordo com o padrão encontrado concernente aos sujeitos os quais tiveram por primeira ocupação camarária o posto de juiz ordinário, o mínimo exigido em termos de patente militar era o posto de sargento-mor.

Dessa forma, do acima exposto, depreende-se que a ocupação dos postos mais altos da câmara requeria a posse de um determinado nível de patentes militares, a qual reflete na detenção de, no mínimo, a patente de capitão entre procuradores e vereadores e de sargento-mor para juizes ordinários. Tal padrão, como sugerido em outra ocasião, relaciona-se com o próprio contexto neste período, marcado por um clima de instabilidade e revoltas. Assim sendo, a escolha de ocupantes dos mais altos postos administrativos na câmara era feita, preferencialmente, tendo-se em conta não a experiência administrativa, mas sim a atuação em

postos militares, ou seja, de homens os quais tivessem uma maior capacidade do exercício do mando pela participação de diligências e uso de escravos armados. Tal aspecto é reforçado pela maior presença de feitos militares frente à garantia das condições de governabilidade entre os que foram vereadores e/ou juizes ordinários.

Os detentores dos postos de capitão e capitão-mor tratam-se de casos excepcionais.

O capitão Sebastião Barbosa Prado, como dito anteriormente, foi eleito em 1725. No ano de 1721, Sebastião arrematou o contrato dos Caminhos dos Currais por 25 arrobas de ouro – o que equivalia a 153:600\$000 – e dos Dízimos no Rio das Velhas por 7 arrobas e 16 libras – correspondente a 46:039\$680 mil réis. Dessa forma, poderia ser destacado que Sebastião Barbosa Prado tratava-se de um importante membro da elite econômica local. Contudo, para Maria Verônica Campos, Sebastião Barbosa não era verdadeiramente um homem de posses, mas sim um dos integrantes da rede de D. Lourenço de Almeida, sendo então, um provável testa-de-ferro do governador.¹¹ Se isso for verdade, é possível que a ligação entre Sebastião e D. Lourenço tenha exercido alguma influência no momento em que foi colocado entre os elegíveis ao posto de juiz ordinário.

Já o caso do capitão-mor João da Silva Guimarães, há de se destacar que era filho de Pascoal da Silva Guimarães, que como visto, em 1719, ou seja, no ano anterior à João, também foi juiz ordinário. Possivelmente, o parentesco entre João e Pascoal influenciou na eleição do primeiro para o posto de juiz ordinário, não só pelo que a pessoa de Pascoal da Silva representava nesta sociedade, como pelas relações sociais por ele engendradas, as quais poderiam ter sido cruciais na hora da escolha de João da Silva, principalmente tendo-se em conta que João foi eleito por barrete, uma eleição de caráter mais sumário na qual o eleito era escolhido pelos próprios membros da câmara.¹²

¹¹ CAMPOS, Maria Verônica, op. cit., pp, 270, 272 e 277.

¹² Acerca do caráter sumário da eleição de barrete, conferir PRADO JÚNIOR, Caio. op, cit., p. 323.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A Herança do Comércio Inglês para Portugal: a civilização enquanto transmissão
(Correio Braziliense, 1808-1822)**

Flávia Florentino Varella¹
Universidade Federal de Ouro Preto
flavia_varella@hotmail.com

Existiram basicamente duas formas de entender o surgimento de uma civilização. Modernamente², a civilização foi tida enquanto algo singular, que cada nação, por meio da sua individualidade, construía ao longo do tempo. A civilização, entendida aqui quase como sinônimo de cultura, torna-se algo intransferível. Antes da primazia do tempo como definidor da história dos homens³, a história era entendida como um movimento cíclico que todas as civilizações estavam fadadas a realizar. A concepção cíclica de história correntemente estava ligada à transmissão enquanto possibilidade de não deixar uma cultura morrer. A civilização era concebida como algo que tem seu ciclo próprio, respeitando sempre variações das idades de ouro, prata e bronze. Hipólito José da Costa, no **Correio Braziliense**, possui essa concepção cíclica na qual a transmissão é o único modo de construir uma nova civilização. O melhor resultado dessa transmissão, para o Brasil, poderia vir da Inglaterra enquanto potência em sua fase gloriosa. A qualidade dos componentes transferidos é um fator de extrema importância:

A Inglaterra pode, sem duvida oferecer vantagens ao Brasil, que nenhuma nação da terra poderia apresentar-lhes. Os Ingleses podem enriquecer-se no Brasil, fazendo felizes os seus habitantes. As ciências, as artes, a indústria, só podem passar ao Brasil da Inglaterra, no estado atual das cousas, e no caso de que os Ingleses trabalhem por comunicar aos Brazilienses aqueles bens reais, de que eles gozam no seu país [...].⁴

¹ Este trabalho é resultado da bolsa de iniciação científica concedida pelo CNPq e realizada sob orientação do Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

² Para uma dos primeiros textos nessa abordagem vide: Johann Gottfried HERDER. Idéias para uma filosofia da história da humanidade. In: Patrick GARDINER. **Teorias da História**. Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian, 1984.

³ Esse ponto é desenvolvido por Reinhart KOSELLECK. Le concept d'histoire. In __. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1997.

⁴ Hipólito José da COSTA. Extrato dos jornais de Londres de 8 de Fevereiro. **Correio Braziliense**. Vol II [1809], p. 132-3.

Hipólito não acreditava na possibilidade de Portugal colonizar o Brasil em todos os níveis. Portugal já era uma nação decadente e sem força suficiente para realizar uma tarefa tão difícil. Durante este período da *pax britannica* diversos autores tentaram essa aproximação entre Brasil e Inglaterra. Desde o poeta historiador Robert Southey⁵ até Joaquim Nabuco,⁶ podemos encontrar argumentos que reivindicam o espírito inglês como o melhor à ser transmitido para o solo brasileiro.

Ao mesmo tempo, existiu um grande movimento na historiografia brasileira que buscou na nação-mãe, Portugal, a origem da civilização brasileira. A **História Geral do Brasil** de Francisco Adolfo de Varnhagen é emblemática neste sentido. Grande parte dos escritos produzidos na primeira metade do século XIX brasileiro objetivavam associar o Brasil à Portugal, principalmente no período pós-independência. É interessante ressaltarmos que existiu uma outra possibilidade de formação de um Brasil, mais inglês e menos português, que seria formado por meio da transmissão da civilização inglesa.

A Inglaterra, para Hipólito, teria duas heranças fundamentais para o Brasil: a constituição e a civilidade comercial. A vertente constitucional estava diretamente ligada a interpretação tacitista que Hipólito produziu da constituição inglesa. O tacitismo⁷ teve suas primeiras formulações em 1572 quando Justus Lipsius ressaltou sua validade para o entendimento do comportamento político e, em 1581, quando Carolus Pachalius publicou o primeiro comentário político sobre a obra do historiador latino Tácito. O tacitismo surgiu nesse contexto e consolidou-se como forma de análise das obras taciteanas em 1590, caracterizando-se, assim, pela utilização da linguagem taciteana e de seus escritos históricos na explicação do comportamento político e, conseqüentemente, na arte de desvendar o que está sob as aparências. O objetivo principal do “tacitismo era fornecer indiretamente a análise da situação política contemporânea”.⁸ As obras históricas de Tácito, principalmente os **Anais**, serviram para revelar os segredos do Império, ou seja, foram utilizadas como reveladoras do comportamento político.⁹ O relato da tirania imperial e de suas conseqüências feito nas **Histórias** e nos **Anais** foi utilizado de forma exemplar para entender o presente. Como

⁵ Robert SOUTHEY. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

⁶ Joaquim NABUCO. **Minha Formação**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

⁷ Arnaldo Momigliano propõe que existiram quatro grandes grupos que versaram sobre o tacitismo, vide: Arnaldo MOMIGLIANO. Tácito e a tradição taciteana. In: __. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 178.

⁸ Arnaldo MOMIGLIANO. Tácito e a tradição taciteana. In: __. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 183.

⁹ Idem, p. 157.

argumenta Arnaldo Momigliano, “o verdadeiro objetivo de Tácito era desmascarar o governo imperial, enquanto fundado na corrupção, hipocrisia e crueldade”.¹⁰ Nessa perspectiva, os ensinamentos de Tácito foram empregados de duas maneiras. Vezes era tido como o grande vilão que apoiava os déspotas e outras visto como o justiceiro que mostrava as tiranias imperiais e os perigos de um governo baseado no medo.

O potencial da constituição inglesa estava principalmente em sua origem germânica. A expansão britânica tentou mostrar-se como o oposto da romana; enquanto o imperialismo romano buscava a soberania frente as suas colônias por meio de um governo arbitrário e de uma hegemonia imperial, a Inglaterra, por meio do comércio, levava a civilização para o resto do mundo. Uma oposição foi criada, a partir da **Germânia**, entre a França e a Inglaterra na medida em que houve a associação da primeira aos romanos e da segunda aos germanos. Dessa forma, “a **Germânia** de Tácito abastece a hostilidade britânica em relação à França, a Gália romanizada era inferior à rebelde Germânia. Mais importante que isso, a **Germânia** forneceria à Grã-Bretanha uma não-romana e anti-Gálica fonte de história constitucional”.¹¹

Esse aspecto do tacitismo influenciou de forma perceptível o pensamento de Hipólito. O comércio com a Inglaterra seria a possibilidade de transferência de “civilidade” e “espírito público” para o solo brasileiro.¹² Enquanto a França, com a sua Revolução, precipitava a Europa no caos, a Inglaterra impediu a sedução da revolução por meio da liberdade de imprensa e da educação da opinião.¹³

O artigo **Paralelo entre a Constituição Portuguesa com a Inglesa** é emblemático já que Hipólito utiliza da comparação entre a formação especulativa das duas constituições para ressaltar que os portugueses não deveriam deixar degenerar os princípios constitucionais que os ligam à constituição inglesa. A Inglaterra recebeu, como Portugal, de seus antepassados uma constituição livre, mas diferente de Portugal, a soube transmitir e “melhorar”.

Nesse mesmo sentido tem-se o emprego do tacitismo constitucional. Uma constituição desequilibrada é via de acesso à concentração de poder que, conseqüentemente, gera a adulação e o medo. Tácito “mostra o perigo do absolutismo

¹⁰ Idem, p. 167.

¹¹ Idem, p. 178.

¹² Hipólito José da COSTA. Análise do folheto impresso no Rio de Janeiro sobre o comércio franco no Brasil. In:__. **Correio Braziliense**. Vol III [1809], p. 50.

¹³ Hipólito José da COSTA. Análise de um folheto impresso no Porto, intitulado: desengano proveitoso, que um amigo da pátria se propõem dar a seus concidadãos. Na Oficina de Antonio Alvares Ribeiro, 1809, com licença do Governo. In:__. **Correio Braziliense**, vol III [1809], p. 153.

precedente, de uma legislatura corrompida, do levante de armas e do Estado absorvendo ou intimidando as artes e os artistas”.¹⁴ O que Tácito ajudou a reinvidicar foi um governo com uma constituição balanceada que respeitasse tanto o poder da coroa, da aristocracia e do povo. A constituição seria um ponto importante na medida em que a organização da Nação e de seu povo está diretamente ligada a ela.

A falta de experiência do Brasil, enquanto parte do Novo Mundo, seria suprida pela acumulação da experiência inglesa. Por meio dessa transmissão é que o Brasil iria formar-se e poder, assim, pular etapas civilizatórias. O refinamento inglês, construído ao longo dos séculos, seria transmitido de forma a maximizar as pontecialidades brasileiras.

¹⁴ Howard D. WEINBROT. Politics, taste, and national identity: some uses of tacitism in eighteenth-century Britain. In: LUCE, T. J. e WOODMAN, A. J. **Tacitus and the Tacitean Tradition**. Princeton: Princeton University Press, 1993, p. 169.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A representação do golpe militar brasileiro nos livros didáticos de História do ensino
fundamental 2005-2007**

Flávio Melo Couto

A História é uma ciência que investiga a trajetória da ação humana ao longo dos anos a partir de eventos do passado, desta forma torna-se grande responsável pela formação básica dos alunos. O ensino desta disciplina por sua vez deve proporcionar aos educandos condições para que eles consigam reunir elementos suficientes para uma melhor compreensão da realidade que o cercam, tornando-se assim cidadãos críticos e participativos em nossa sociedade. Além disso, o ensino de História resgata o passado a fim de responder questões do presente, e o educador deve através desta ciência capacitar e fornecer subsídios suficientes para que os alunos compreendam e se posicionem diante das diferentes correntes historiográficas e de suas interpretações que estas fazem dos fatos.

Para que esta árdua tarefa se concretize, o professor do ensino de História conta com algumas ferramentas que podem facilitar seu cotidiano em sala de aula, e dentre elas estão os livros didáticos. Levando em conta o significativo aumento dos estudos sobre a história do ensino de História e dos livros didáticos nos últimos 35 anos - o que mostra que este campo de estudo ainda é pouco explorado¹ -, o intuito desta pesquisa é identificar como o golpe militar brasileiro é representado nos livros didáticos do ensino fundamental. Para esta investigação foram selecionadas quatro obras de diferentes autores de livros didáticos de História do ensino fundamental, cujo desenvolvimento da pesquisa se dará a partir delas. As seguintes obras foram selecionadas para o estudo: “*Nova História Crítica*” de Mario Schimidt, “*Tempo e Espaço*” de Flávio Berutti, “*O jogo da História*” de Flávio de Campos e “*História Temática*” de Andréa Montellato.

A partir da produção historiográfica sobre o regime militar brasileiro presente em cada livro, a pesquisa caminhará no sentido de identificar como cada autor enxerga e

¹ GATTI JR, Décio. A Escrita Escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). 1. ed. Bauru/Uberlândia: Edusc/Edufu, 2004. p 15-41.

representa este evento nos livros didáticos. Será investigado também através das diferentes narrativas sobre o mesmo fato, qual a importância e o significado que cada um atribui ao evento que marcou a segunda metade do século passado e foi responsável por grandes transformações sociais e políticas no Brasil. Para isto será necessário confrontar os diferentes olhares e interpretações desses autores que narram em suas obras o golpe militar brasileiro.

Os livros didáticos são hoje para a maioria dos alunos do ensino fundamental os únicos materiais disponíveis para o auxílio no processo de ensino-aprendizagem iniciado pelos professores na escola. Estes materiais que já substituíram e ainda substituem professores não capacitados ao exercício de suas funções, passaram de manuais a modernos livros didáticos e continua sendo um dos principais instrumentos utilizados pelos professores no cotidiano escolar. É importante salientar que o livro didático também é poder e tem a capacidade assim com os currículos escolares de formar identidade, além de ser um espaço onde perpetuam discursos, principalmente políticos. Apesar da sua importância no cotidiano escolar, o livro didático, em si, não propicia o processo de conhecimento, ele deve ser entendido como um dos instrumentos utilizados para a aplicação da metodologia escolhida pela escola ou pelo professor².

É justamente por carregar consigo esta tarefa tão importante no processo de ensino-aprendizagem, e por ter assumido no Brasil um papel duplo - de portadores de conteúdos disciplinares e o de organizadores das aulas -, é que os livros didáticos e suas diferentes formas editoriais será objeto de estudo nesta pesquisa. Este tipo de material muitas vezes pode garantir uma educação de nível elevado como também pode ser responsável, juntamente a outros fatores pelo fracasso dos alunos. Além disto, muitos professores substituem os livros didáticos pelos Pcn's, talvez por acreditar numa maior eficiência das propostas presentes neste material.

O critério utilizado para a seleção dos livros didáticos deveu-se a quantidade de exemplares vendidos pelo mercado editorial nos últimos anos. As quatro primeiras obras mais vendidas no Brasil foram escolhidas não porque são melhores ou mais completas do que as demais, até porque isto não é o foco da investigação. A quantidade de livros

² WASSERMAN, C. O livro didático: aspectos teórico-metodológicos relevantes na sua produção. In: Cesar Augusto Barcellos Guazzelli; Silvia Regina Ferraz Petersen; Benito Bisso Schmidt; Regina Célia Lima Xavier. (Org.). Questões de Teoria e metodologia da História. 01 ed. Porto Alegre: Edufrgs, 2000, p. 249-256

vendidos no Brasil nos últimos anos, foi mais importante do que a qualidade no momento de escolha, justamente por entender que, se esses livros didáticos tiveram uma quantidade de vendas elevada em relação às demais obras, é sinal que tiveram uma maior aceitação pelos órgãos que fiscalizam este mercado, sendo assim se fazem presentes hoje no processo de ensino-aprendizagem do ensino fundamental.

A maioria das pesquisas acadêmicas entre 70 e 80, dedicaram-se a apontar nos livros didáticos a presença da mentira, da manipulação, da legitimação da dominação e da exploração burguesa, ou seja, da ideologia. Já nos anos 90, pesquisas mostraram que os livros didáticos ainda traziam distorções e erros grosseiros, além de realizarem abordagens que não permitiam uma compreensão da realidade. As críticas se baseavam no preconceito e na discriminação fomentada nestes materiais³.

Décio Gatti Júnior, realizou um dos mais importantes trabalhos sobre os livros didáticos no Brasil. Em sua obra intitulada, *A escrita escolar da História* (Livro didático e ensino do Brasil 1970-90), o autor discuti minuciosamente a trajetória da produção dos livros didáticos no Brasil entre 1970 e 1990. Segundo ele, os livros didáticos passaram por transformações acompanhando as mudanças sociais e políticas do Brasil. Primeiramente a massificação das escolas na década de 60, onde os livros didáticos assumiram um papel ainda maior na garantia de um ensino de qualidade, seguido de um período ditatorial onde a educação e principalmente o ensino de História sofreram mudanças radicais. Neste momento predominou uma abordagem política oficializada nos materiais didáticos, sempre na tentativa de formar cidadãos de acordo com o regime político vigente.

Ainda nos anos 70, e com maior intensidade em 80, o mercado editorial passou por importantes mudanças, definidas por Munakata como *profissionalização da indústria editorial* (grifo meu). Os livros didáticos eram produzidos até então apenas por um indivíduo, e tão logo passaram a ser elaborados e organizados por uma equipe técnica. Dentre outras mudanças ocorridas no mercado editorial, destaca-se a melhor divisão do trabalho, o recrutamento de especialistas para cada área de atuação, e uma maior

³ MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectivas - 5ª edição*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. p 271-274.

participação do mercado editorial nos debates acadêmicos, adequando e renovando estes materiais com novos conceitos e linguagens de acordo com as novas bibliografias ⁴.

Estes materiais segundo o professor e autor de livros didáticos Ricardo Faria, é usado no Brasil como portador claro do que é a proposta pedagógica do país, o que ajuda explicar a substituição que os professores fazem dos currículos pelos livros didáticos. Salienta também que o livro antes de tudo é uma *mercadoria*, e por mais que se tenha uma proposta pedagógica o editor lança aquilo que vai vender. Circe Bittencourt completa a análise realizada por Ricardo Faria afirmando que, “o *livro didático é antes de tudo uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização* ⁵”.

Nesta visão a autora apresenta alguns elementos relevantes para uma melhor compreensão sobre a produção destes manuais. Segundo Bittencourt no processo de confecção dos livros didáticos não está presente apenas à figura do autor, mas também de toda uma equipe técnica responsável por acompanhar a sua produção até o momento de sua concretização. Além de apontar os limites destes materiais, a autora mostra uma forma de se livrar das interferências e manipulações que os livros didáticos sofrem ao longo da sua produção. Cabe aos alunos e professores (afinal, a eles são destinados o produto final, e cabe ao professor na maioria das vezes a escolha do material didático no processo ensino - aprendizagem), através de uma leitura crítica dos livros didáticos, transformar este veículo ideológico e fonte de renda do mercado editorial em instrumento de trabalho mais eficiente e melhor qualificado para auxiliar na produção do conhecimento.

Hoje têm se discutido muito na academia sobre as diferentes formas de abordar o ensino de História em sala de aula, e uma das questões diz respeito ao cuidado que os profissionais da área devem ter ao trabalhar com materiais didáticos. O livro sempre aparece como importante instrumento no processo de aprendizagem, mas alguns deles são muitas vezes contraditórios e dotados de preconceitos já superados por outras pesquisas

⁴ MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectivas - 5ª edição*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003. p. 274 - 276

⁵ BITTENCOURT, Circe (Org), *Livros Didáticos entre textos e imagens*. In: _____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997 p. 71.

históricas. Em alguns momentos é necessário “desmontar” o objeto histórico que está sendo tratado pelos livros didáticos como única verdade, e mostrar outras interpretações à cerca do tema. Estes são alguns limites dos materiais didáticos e que devem ser discutidos com os alunos em sala de aula.

Enfim, a discussão sobre os livros didáticos apesar de recente é bastante vasta, contudo é preciso realizar escolhas. O ideal seria ter contato com tudo aquilo que fora publicado sobre os livros didáticos, mas esta tarefa é impossível. Sendo assim o desenvolvimento da pesquisa se dará a partir dos conceitos e conclusões apontadas por estes autores em suas respectivas obras.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**UMA METODOLOGIA PARA A HISTÓRIA A PARTIR DE UM ENSAIO DE
DAVID HUME**

Flávio da Silva Ribeiro

No ensaio *Da origem e do progresso das artes e das ciências*, que faz parte de seus *Ensaio Morais, Políticos e Literários*, o filósofo e historiador iluminista escocês David Hume propõe uma investigação que pode ser descrita como uma análise filosófica da história, e por um motivo importante: as características históricas, tais como fatos e dados, estão sempre relacionadas a aspectos inerentes da natureza humana em sua performance social, isto é, aquilo a que se chama de “fato histórico” não é o que organiza o texto, mas sim o que lhe dá inteligibilidade em sua coordenação com uma filosofia da natureza humana baseada no método experimental, segundo o qual essa natureza está, esteve e sempre estará presente na humanidade, como uma característica uniforme, ainda que os modos e a maneira como se percebe o mundo, para Hume, se alterem à medida que este também se modifica.

Posto isso, deve-se ressaltar dois pontos em Hume antes mesmo da análise deste ensaio. Em primeiro lugar, a própria “forma-ensaio”. Segundo alguns críticos, ela principia com Montaigne, e tem por característica uma abordagem não-sistemática dos assuntos que trata¹. Mais do que isso até, no ensaio há naturalmente um cruzamento mais abundante de informações não necessariamente relacionadas segundo divisões temáticas formais, o que pode até esclarecer a inclinação de Hume por esta forma, uma vez que o mecanismo de associação de idéias, tão caro ao escocês, “se apresenta nas múltiplas ênfases e referências cruzadas que povoam cada ensaio²”.

Em segundo lugar, deve-se atentar para o próprio projeto *humeano* de conhecimento, uma vez que o escocês exclui de antemão a possibilidade de se alcançar as “causas primeiras” de qualquer fato, ou qualquer forma de explicação que suponha atingir o “essencial” das coisas. Impele-o, neste caso, a premissa cética segundo a qual

¹ LESSA, Renato. *A condição hum(e)ana e os seus Ensaio*. Introdução à edição brasileira dos *Ensaio Morais, Políticos & Literários* de David Hume. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, p. 27-33

² Idem, p.33

apreendemos o mundo por meio de nossos sentidos e sensibilidades, “de que vivemos em meio a fenômenos aos quais atestamos sua positividade³”.

Estes pontos são importantes porque neste ensaio sobre as artes e ciências encontraremos não só uma abordagem filosófica da história como também, e em seu centro, uma *regra geral* que procurará estabelecer uma positividade em meio a um fenômeno aparentemente ilógico.

...

Logo na abertura do ensaio Hume esclarece o que vem a ser a regra geral: “*O que depende de poucas pessoas deve, em grande medida, ser atribuído ao acaso ou a causas secretas e desconhecidas. O que depende de um grande número, em geral, provém de causas determinadas e conhecidas*”⁴. Em seguida ele apresenta duas “razões naturais” para essa regra: em primeiro lugar, há eventos que atingem um grande número de pessoas, como, por exemplo, “as revoluções domésticas e graduais de um estado”, materializadas na origem e no progresso do comércio “em qualquer reino”. Logo, o desenvolvimento do comércio e da manufatura, assim como o das leis de um Estado, podem ser sistematizados em princípios gerais de causa e efeito uma vez que, influenciando a vida de uma quantidade indistinta de pessoas, tais princípios adquirem um estatuto universal, independente das peculiaridades encontradas nas diferentes populações do globo.

Há, em segundo lugar, outros eventos que por suas características só irão afetar alguns espíritos mais refinados, como é o caso do saber, pois o amor a este “tem uma influência muito limitada, que requer juventude, ócio, educação, gênio e exemplo para se apoderar de uma pessoa⁵”. De modo que se torna impossível reduzi-los a algumas máximas e observações generalizantes para atestar o seu desenvolvimento de modo *positivo*: “A sua influência num determinado período jamais assegura que sua influência será a mesma em outra época, mesmo que todas as circunstâncias gerais sejam as mesmas nos dois casos⁶”, dado que seu impacto sobre as pessoas é individual, contado de um a um, bem ao contrário da universalidade que uma máxima pressupõe.

Desde já deve-se compreender que a regra geral aparece sob a forma de um *dado*, isto é, como uma evidência por si mesma. Assim, Hume parte do pressuposto

³ Ibidem, p.28

⁴ HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, pp. 223-224

⁵ Idem, p.225

⁶ Ibidem, p.224

segundo o qual o verdadeiro artista – ou, para usar uma expressão que lhe é corrente, o gênio – é uma individualidade especial que cria e expõe sua obra através de critérios eminentemente subjetivos, não podendo ser desvendado por meio de generalizações e, a princípio, como uma constituição singular que se presta, antes de tudo, aos segredos da *inspiração*, e não à análise regular e sistemática de uma ciência social, já que “O acaso, (...), ou causas secretas e desconhecidas devem ter uma grande influência na origem e no progresso das artes refinadas⁷”.

Mas, sem dúvida, não haveria especial interesse em se debruçar sobre esse problema se Hume acreditasse apenas nisso, nesta falta de lógica empírica. É a partir desse momento que, antes de fazer as quatro observações deste ensaio, Hume dá o passo decisivo e declara sua intenção central. Pois, para ele, a inspiração não é um evento sobrenatural; o gênio que desponta em uma determinada época guarda alguma relação com seu meio; ele diz “ao menos uma parte desse gênio deve existir anteriormente difuso entre o povo, de onde surgirão esses autores eminentes. A massa de onde saem espíritos tão refinados não pode ser completamente insípida”. E, se valendo de uma metáfora, ele expõe sua tese: “O seu fogo [do gênio] não é aceso no paraíso”, isto é, não advém de uma força sobre-humana, “ele apenas percorre a terra, passa de um coração a outro e arde mais brilhantemente quando encontra um material mais bem preparado e disposto da forma mais feliz”. Com isto, Hume estabelece a conexão entre toda a força da subjetividade encontrada nas manifestações artísticas e científicas mais refinadas e o desenvolvimento como um todo da sociedade onde estas surgem. E assim conclui, neste momento: “Mas estou convencido de que, em muitos casos, há boas razões para explicar por que uma nação é mais refinada e culta numa época em particular que as suas vizinhas⁸”.

Antes, das observações porém, deve-se ressaltar um aspecto decisivo das argumentações subseqüentes do escocês. Além do comércio, ou da manufatura, como eventos de cunho generalizante, encontravam-se, talvez de modo até mais fundamental, a forma de governo e as instituições como forças primordiais no desenvolvimento de um povo. Pode-se localizar, em várias passagens de diversas obras suas, a influência que elas possuem sobre a totalidade; de como a massa é submetida, de acordo com sua visão histórica, aos mandos e desmandos dos regentes, dos detentores do poder; assim como também as formas de expressão, ainda que em espíritos cultos e refinados, são

⁷ Ibidem, p.226

⁸ Ibidem, pp.226-228

especialmente derivadas daquelas, moldando-se enormemente às circunstâncias políticas uma vez que são elas que, para Hume, tornam disponíveis ou não a possibilidade do surgimento de tais manifestações. A relação entre as artes e ciências e seu meio é, antes de tudo, uma relação entre indivíduos e sistemas de governo, portanto.

...

As três primeiras observações podem ser agrupadas sem prejuízo analítico algum, pois se referem ao que foi dito acima: a influência dos sistemas de governo no desenvolvimento das artes e das ciências: (a) estas apenas podem surgir, dentre o povo, em governos livres; (b) além dessa liberdade, é a vizinhança entre Estados independentes ligados pelo comércio e pela política que favorece o surgimento da educação e instrução; (c) ainda que apenas possam surgir em governos livres – isto é, em repúblicas – as artes e as ciências, já tendo algum desenvolvimento, podem ser transplantadas para qualquer forma de governo e – muito importante –, *“uma república é mais favorável ao crescimento das ciências, e uma monarquia ao progresso das artes”*⁹.

Quanto ao que fundamenta a primeira observação, Hume apresenta um argumento enfático, baseado tanto em seu conhecimento histórico quanto em sua concepção da natureza humana: um povo governado por uma tirania “é um povo de escravos, no pleno sentido da palavra, e lhe é impossível aspirar a qualquer espécie de refinamento, bom gosto ou sensatez. Ele se arrisca apenas a pretender gozar as necessidades primárias da vida, com abundância e em segurança”. “Esperar, então, que as artes e as ciências floresçam numa monarquia é se colocar à espera de uma contradição”. Para justificar-se, Hume usa de um argumento lógico: “Da lei vem a segurança, da segurança a curiosidade, e da curiosidade o conhecimento”. Oposta à lei, portanto, a tirania não engendra o conhecimento por essa sucessão causal. Daí que, ignorante, “e, por não possuir conhecimentos que o tornem sensível à necessidade de gerir o seu governo por leis gerais”, o monarca “delegará todo o seu poder aos magistrados inferiores”, isto é, ignorantes na pior acepção da palavra: “Uma política assim envilece o povo e impossibilita para sempre qualquer progresso”¹⁰.

Já num governo livre, baseado na força das leis – ainda que sejam as mais primárias em seu início – há a segurança necessária para o estabelecimento da comunicação; não há ameaças constantes à propriedade, o diálogo se sobrepõe às armas, assim como a regularidade da lei geral se sobrepõe ao capricho do tirano. Desta forma

⁹ Ibidem, p.228, 232 e 238

¹⁰ Ibidem, pp. 230-231

há continuidade, e a experiência vai acrescentando ao conhecimento, por meio de um estímulo constante à curiosidade, formas mais elaboradas de expressão: há, enfim, progresso.

Elaborando ainda mais seu argumento inicial, na segunda observação o autor dos *Ensaio*s explicita um outro ponto da questão: o papel da emulação. Por considerar que os seres humanos são dotados de uma sociabilidade natural, ele nega enfaticamente o papel do egoísmo como central no processo de desenvolvimento das sociedades. Em assim sendo, ainda que o interesse próprio seja evidente nas mais diversas situações do cotidiano, os sujeitos são, antes de tudo, seres parciais. Como explica Gilles Deleuze, em sua análise do *Tratado da Natureza Humana*, “A verdade é que o homem é sempre o homem de um clã, de uma comunidade. (...). O que encontramos na natureza, a rigor, são famílias; assim, o estado de natureza já é desde sempre algo distinto de um simples estado de natureza. (...) o problema da sociedade não é o de limitação, mas de integração¹¹”.

No lugar do egoísmo natural, portanto, despontam formas naturais de integração que se desenvolvem apenas paulatinamente; aí se inscrevem a imitação e a emulação. Ver e estar com outros não são para o escocês circunstâncias ou momentos que levam à inveja, ou ao rancor; imita-se, sobretudo, aquilo que se mostrou útil ou agradável; a integração social é, aliás, aprimorada sobretudo com o acúmulo de conhecimentos por meio da mutualidade, que resulta, enfim, no refinamento e no progresso.

Indo, então, do interior de uma sociedade para uma relação entre Estados vizinhos, Hume argumenta que, *no caso das artes e ciências*, que são formas refinadas de expressão, tal comunicação entre povos diferentes há de impor naturalmente um critério mais rigoroso ao que vêm de fora. Neste caso, a imitação cede lugar à emulação e à desconfiança. Isto porque, como observamos acima, a arte relaciona-se ao seu meio, aos hábitos e costumes de um povo; ainda que seja obra de um indivíduo, ela diz respeito a uma dada comunidade. Segue-se então que, num outro meio, a arte encontra uma resistência natural, e já não se expande tão facilmente. Hume exemplifica isso através da filosofia cartesiana: a população francesa aderiu a ela quase sem restrições; as outras nações da Europa, porém, rejeitaram-na, e “logo descobriram os pontos fracos

¹¹ DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza segundo Hume*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed.34, 2001, pp. 32-34

daquela filosofia”. Assim, e uma vez que passe pelo escrutínio de diferentes povos, uma forma refinada de conhecimento “provavelmente passará vitoriosa para a posteridade¹²”.

Para que fique mais claro o papel tanto da emulação quanto da imitação, mesmo entre Estados vizinhos para Hume, deve-se ter ressaltar - exceção (ainda que parcial) feita ao refinamento das artes e ciências – a extrema utilidade da imitação no que se refere a aprimoramentos de caráter técnico e pragmático. Ele diz, num ensaio econômico: “É evidente que a indústria doméstica de um povo não pode ser prejudicada pela prosperidade maior de seus vizinhos. (...) vou mais longe ao observar que, quando se preserva uma comunicação aberta entre as nações, é impossível que a indústria doméstica de cada uma não receba um estímulo do desenvolvimento das outras”. Chega a afirmar até que cada melhoria feita na Inglaterra no período moderno “surgiu da nossa [inglesa] imitação dos estrangeiros¹³”.

Feita esta ressalva, chegamos à terceira observação. Nela, o principal está na possibilidade da “transplantação” da lei, ou dos benefícios da lei, para Estados que ainda se encontram sob o regime monárquico. Aqui, especificamente, o escocês faz uma análise da Europa moderna. E aí insere uma categoria nova, a da monarquia civilizada, cujo exemplo preferencial é a francesa. Para essa discussão, basta comentar que o projeto de Hume era o de estabelecer uma análise histórica e política comparada entre os Estados, principalmente os europeus. Nesse sentido, ele nega enfaticamente o princípio segundo o qual as formas de governo se diferenciam exclusivamente pela sua denominação mais manifesta, isto é, que nada havia em comum entre a república inglesa e algumas formas monárquicas de governo na Europa de então. Baseia-se, antes e sobretudo, na vigência das leis e instituições que observa em outros lugares. Deste modo, uma monarquia civilizada preserva a propriedade, garante a segurança e estimula o conhecimento. Deve isto, naturalmente, à imitação de leis republicanas, que, uma vez reproduzidas, mostram-se úteis o suficiente para se imporem, ainda que o príncipe continue com seu poder ilimitado; porém, neste caso, todos os seus subordinados estão sujeitos a leis gerais, como em uma república.

Sob esse ângulo, o das leis, pode-se então estabelecer um paralelo capaz de explicar o desenvolvimento das artes e ciências refinadas fora das repúblicas. Mais ainda, Hume estabelece até mesmo a forma desse desenvolvimento. Voltamos àquela questão da primazia das formas de governo sobre a população em geral, assim como

¹² HUME, David. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. Op. Cit., pp.234-235

¹³ Idem. *Ensaio Da desconfiança no comércio*, p.494

sobre seus indivíduos mais refinados. Como tais manifestações mais refinadas são consequência da introdução de leis gerais e do estímulo ao conhecimento proporcionado pela curiosidade, e somando-se a isso que tal introdução não significava, naquele momento histórico, uma alteração radical da forma de governo, elas, as expressões refinadas, espelharão, para Hume, o seu ambiente - e com frequência o ambiente político.

Disso resulta que, numa república sobressai na arte e na ciência o seu aspecto *útil*, enquanto que numa monarquia, o seu *agradável*. Isto porque há uma diferença meritória essencial. Os candidatos às honrarias que o cultivo e o exercício do refinamento possibilitam – uma vez que se obtenha a estima geral – observam comportamentos dessemelhantes nas monarquias e nas repúblicas. Nas palavras de Hume, “a única diferença é que, numa república, os candidatos aos cargos [de maior autoridade, e que exigem maior saber] precisam olhar para baixo, para obter os sufrágios do povo, e, numa monarquia, eles devem mirar sua atenção para cima, para cortejar as boas graças e os favores dos grandes”. Daí que “um gênio forte se realiza melhor nas repúblicas: um gosto refinado, nas monarquias”. E conclui: numa república, pela força das leis, todos se encontram por princípio nivelados, mas também independentes; num ambiente assim, mais insensível a peculiaridades, o mérito há de resultar de uma diligência impessoal. “Mas, numa monarquia civilizada, existe uma grande cadeia de dependência, do príncipe ao camponês, (...), forte o bastante para provocar em todos a inclinação a agradar os seus superiores e tomá-los como modelos, que são os mais aceitáveis às pessoas de condição e educação¹⁴”.

Devemos, antes de entrar na quarta e última observação, destacar alguns pontos relevantes. Dissemos acima que em vários ensaios Hume alterna entre exemplos históricos e uma filosofia da natureza humana. Com isso não se quer dizer que em sua metodologia estejam ausentes quaisquer pressupostos históricos válidos, ou que ele usa a história tão somente para fundamentar sua filosofia. No caso, é muito mais uma questão de método o que se deve compreender aqui. Profundamente versado em historiografia clássica, Hume era igualmente um filósofo já autor de um tratado sobre a natureza humana. Dentre as diversas considerações que se encontram em sua obra fundamental, a proeminência pela análise de aspectos sociais gerais ganha destaque aqui. A natureza humana era um *dado*, e não um *problema* em sua análise, de modo que

¹⁴ Ibidem, pp.240-242

suas explicações históricas, quando escapavam aos dados empíricos, justificavam-se por aquela natureza que, a seu ver, era unânime e uniforme. Em assim sendo, o seu método poderia ser, muitas vezes, caracterizado como conjectural na medida em que supunha determinados comportamentos da natureza humana ainda que sem subsídios factuais. Encontra-se, contudo, a relevância deste mesmo método na ênfase que dá às transformações históricas mais abrangentes. Uma vez percebida como uma integração, a sociedade, em sua longa trajetória, deixa de ser analisada por eventos singulares ou “fundamentais”. Desta forma, as individualidades são compreendidas como manifestações mais destacadas de processos subterrâneos, generalizados, impessoais. Não à toa neste ensaio, no qual é apresentada sua regra geral, Hume procura estabelecer uma conexão entre a manifestação de algumas subjetividades e o seu contexto social. O que não quer dizer que nele ainda não permaneçam certas percepções sobre as artes e seus autores que só encontram explicação por meio de uma necessidade, uma quase fatalidade histórica.

Este, aliás, é o tema da quarta observação: *Quando as artes e as ciências chegam á perfeição em qualquer estado, a partir desse momento naturalmente, ou melhor, necessariamente, entram em decadência e raramente ou nunca voltam a ser o que eram nessa nação onde originalmente floresceram*¹⁵. Vimos anteriormente que há toda uma cadeia que leva da lei ao conhecimento e que fornece o único subsídio possível para o refinamento em qualquer Estado, ainda que na modernidade mesmo as monarquias tenham, por um processo de transplantação das leis das repúblicas, adquirido tal condição. Esta observação destaca-se, porém, das demais na medida em que nela a análise de Hume incide sobre o gênio individual para explicar a esterilidade que toma conta de um espaço em um determinado tempo, levando, por uma necessidade, ao estancamento ou até mesmo ao retrocesso.

Em sua argumentação há dois pontos importantes. Em primeiro lugar, segundo sua percepção, “os modelos que nos deixaram os antigos deram origem a todas as artes há cerca de 200 anos e contribuíram poderosamente para o seu progresso em todos os países da Europa”. Para então perguntar “por que não tiveram um efeito semelhante durante o reinado de Trajano [53-117] e seus sucessores, quando esses padrões ainda estavam quase intactos e ainda eram admirados e estudados no mundo inteiro?” Num segundo momento, o escocês analisa a natureza mesma do gênio, em sua composição

¹⁵ Ibidem, p.251

psicológica: o gênio de alguém é, no começo da vida, desconhecido – do sujeito mesmo e dos outros. Apenas após sucessivas tentativas é que ele desponta, espantando “igualmente a ele próprio e a seus leitores”. Ora, uma vez que uma nação já possua “muitos modelos de eloquência”, o gênio é levado a desistir, pois, sensível à desproporção entre seus primeiros ensaios e uma obra elevada, ele se vê desencorajado a prosseguir. Falta-lhe aquilo que para Hume é essencial: uma emulação nobre, além do estímulo do elogio e da glória. Compreende-se assim por que, para o escocês, “não seja vantajoso para qualquer nação importar arte de seus vizinhos que tenham atingido uma grande perfeição”. Já que “isso extingue a emulação e estanca o vigor da juventude¹⁶”. Quanto ao fato de que a antiguidade serve como padrão para os tempos modernos, e não como um freio, o autor dos *Ensaio*s argumenta que “além do fato de que foram escritos em idiomas só acessíveis aos instruídos”, “não existe comparação entre o espírito daquela época e o moderno¹⁷”.

De fato, permanece a impressão de que, não obstante as várias referências históricas mencionadas por Hume, a produção artística é finalmente compreendida por seu caráter individual. Assim, uma vez que cessem os estímulos do meio ao indivíduo, toda a produção mais refinada (com ênfase nas artes), irá cessar. É como se o gênio, chegando a um grau de perfeição em um ramo da arte, sintetizando o espírito de seu tempo – ou de sua sociedade – desse um termo a qualquer outro produto da imaginação relativo à arte; apenas uma larga passagem temporal restauraria à obra perfeita o seu caráter instigador, podendo agora ser emulada. Isso significa que a arte comporta valores preferenciais e, acima disso, exclusivos. Este, porém, não é apenas um juízo estético, posto que sua repercussão nas artes e nas ciências é decisiva para a história de seu progresso: uma vez que ocorra tal evento, advirá um retrocesso *necessário*.

Há uma notável contradição entre o desenvolvimento das sociedades, culminando até mesmo nas monarquias civilizadas, e o descompasso que se observa no desenvolvimento das artes e das manifestações mais refinadas. Por um lado vemos uma nítida progressão, desde que baseada na estabilidade das leis e das instituições; por outro, vemos as artes, por uma *peripécia* da imaginação criativa, ser estancada, como se o meio não pudesse mais fornecer aos seus futuros gênios o material necessário para produção, uma vez que ele já se encontra, o meio, “sintetizado” por um gênio anterior (daí a falta de futuros estímulos). Deve-se reconhecer, então, a influência que uma

¹⁶ Ibidem, p.252-253

¹⁷ Ibidem, p.253

explicação fundada na natureza humana exerce sobre o desenvolvimento histórico, traçando até mesmo seu limite. Pois no lugar de uma progressão vemos um recuo; como são individualidades especiais, os gênios acabam por reafirmar aquela parte da regra geral segundo a qual são intransponíveis a mensurações positivas. Disso resulta que, por fim, a história da arte oscila, e muito, de acordo com o peso de seus personagens essenciais - em parte justificados pelo contexto e pela história, em parte, porém, negando-o, e levando-a a seu limite.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A História de Gândavo: verdade e alteridade do Brasil

Francisco Eduardo de Andrade

1. Gândavo: ser moderno

Quando a *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*¹ foi publicada, em 1576, Pero de Magalhães de Gândavo já era autor de outra obra impressa, o livro *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Esta obra de problemática da língua alcançou reconhecimento, pois, ainda no século XVI, teve três edições - 1574, 1590, 1592 -, enquanto que a *História* teve somente uma edição, durante todo o Antigo Regime português. Somente em 1858, foi novamente publicada (em português) a obra histórica de Gândavo; no mesmo ano, há duas edições: a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a da Academia Real de Ciências de Lisboa.

A estudiosa que chama atenção para isso pergunta-se sobre o motivo dessa “paradoxal desproporção entre o desinteresse – pelo menos dentro de Portugal” entre o texto histórico e o “‘êxito’ editorial dos seus dois opúsculos de conteúdo lingüístico e gramatical”. Ela levanta duas hipóteses: uma seria o relativo desinteresse da Coroa, mesmo com certo empenho de colonização no governo de D. João III, no que se refere às

¹ GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa: Oficina de Antônio Gonçalves, 1576. 48 folhas (atualizei o texto de todas as citações dessa edição). O autor nasceu em Braga, sendo o pai de origem flamenga, daí o apelido *Gandavo*, de *Gandavum*, forma latina que designa a cidade de Gand (Flandres), que tinha relações comerciais com Portugal. Considera-se que morreu depois de 1579. Humanista, ele ainda foi professor de latim e de português, Entre Douro e Minho, onde aparece casado. Gândavo teria sido também copista da Torre do Tombo, e teria obtido, por seus serviços, durante o reinado de D. Sebastião, um alvará concedendo-lhe o cargo de provedor da fazenda real em Salvador, para um período de seis anos - RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. Historiografia colonial. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 426-427; BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. p. v-vi.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

possessões da América; a outra a preocupação humanista na problemática do uso e padronização da língua, especialmente desde a “democratização cultural” promovida pela imprensa.²

Nesta investigação, a primeira hipótese merece ser avaliada. Quando Gândavo compôs a sua relação sobre a Terra de Santa Cruz, já haviam se passado setenta anos desde o descobrimento de Cabral, “quando estávamos no quarto governo geral [?] e já possuíamos um bispado”. Ele teria esboçado um texto descritivo, numa estada no Brasil, no final da década de 1560, e, antes de 1573, acabaria a redação, elaborando o *Tratado da Província do Brasil* (“apesar de clara e incisiva, revela-se apressada”)³, que, em outra versão (o autor a dedica ao príncipe D. Henrique), aparece com mais um capítulo e o título um tanto modificado para *Tratado da Terra do Brasil*. Admite-se, a partir de análise textual mais sistemática, que esse *Tratado* fornecera o texto básico de composição da *História*.⁴

Presume-se assim que Gândavo esteve envolvido com a escritura histórica quando o Governador geral do Brasil era Mem de Sá (1558-1572), prolongando-se nesse trabalho até à divisão do território colonial em dois governos (1572-1577), que aparece mencionada na sua *História* – “repartiu-se agora em duas governações” [f. 15].⁵ No prólogo ao leitor, o autor já indicava quando concluiu a última versão: “havendo já setenta e tantos anos que esta província é descoberta” [f. 5]. Durante esta época, houve esforços efetivos dos agentes régios para manter o domínio luso, promovendo ofensivas contra os nativos hostis e os europeus concorrentes nos negócios das feitorias. Enquanto as missões jesuíticas no nordeste e no sul serviam à *redução* dos indígenas nos aldeamentos próximos aos núcleos de poder, favorecendo os planos colonizadores do litoral, reagia-se, com algum grau de articulação, ao escambo praticado por outros europeus. Na baía de Guanabara, os franceses, derrotados numa ofensiva militar organizada por Mem de Sá, estavam obrigados a rever suas pretensões nas partes do sul,

² BUESCU, op. cit. p. vi-vii.

³ De acordo com Emmanuel Pereira Filho, apud SILVA, Leonardo Dantas. Gândavo e sua história. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 12ª ed. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1995. p. XIII.

⁴ RODRIGUES, op. cit. p. 428-432.

⁵ Cf. ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 2ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização brasileira/INL, 1976. p. 201; SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 415-417. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

cuja conquista, a cargo dos índios aliados e dos portugueses, culminou na fundação do Rio de Janeiro.⁶ Ainda, a divisão dos governos (um sediado em Salvador e o outro no Rio de Janeiro), no início da década de 1570, buscava um maior controle político-administrativo e a defesa de pontos estratégicos conquistados. Portanto, a noção de que a Coroa, nesse período, tinha pouco interesse pela América deve ser, pelo menos, matizada.⁷ Além disso, as novas terras não despertavam o interesse somente por conta das potencialidades específicas (reais ou imaginárias), mas também por sua posição geográfica, que se mostrou importante ao longo do século XVI, na rota das (verdadeiras) Índias.

Rubens Borba de Moraes supõe o contrário, procurando explicar a raridade dessa edição da *História*. Na verdade havia preocupação suficiente da Coroa com seus domínios ultramarinos a ponto de, talvez, recolher os exemplares da obra depois de impressos. Para Moraes, a Coroa portuguesa (assim como a Coroa espanhola, a partir de 1580) quis guardar as riquezas e potencialidades do Brasil sob certo sigilo. As informações de Gândavo sobre o Brasil pareciam demasiadamente valiosas para os interesses coloniais, daí, provavelmente, a censura. Esta censura a *posteriori* também ocorreu com outras obras impressas que traziam relatos detalhados sobre as rotas e a geografia das novas regiões.⁸ A destruição dos livros de Antonil (com seus roteiros das minas de ouro), editado em 1711, de fato, é um exemplo eloqüente desse procedimento no governo luso. É bastante significativo, a propósito, a consulta do Conselho Ultramarino de 17 de março de 1711, que, recomendando o pronto recolhimento do livro *Cultura e Opulência*, que se imprimira até ali, buscou precedente útil na história

⁶ Cf. ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998. cap. 6. ALENCASTRO, Luís Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Adauto. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 p. 194-196.

⁷ Para Russel-Wood, “Somente em 1549 foi ali estabelecido o governo da Coroa. Entretanto, na metade do século seguinte, o Brasil permaneceria periférico às atenções reais. O fato dele ter atraído as considerações régias no século XVII pode ser atribuído aos sinais de erosão naquilo que até então havia constituído na área indelével de riquezas cercado a Índia portuguesa, e ao perigo resultante da presença holandesa no nordeste brasileiro, assim como aos méritos intrínsecos à própria colônia” – RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

⁸ Cf. SILVA, op. cit. p. XIX-XX. Cortesão supõe, na época da expansão comercial européia na África, Ásia e América, a existência de uma “política” portuguesa de sigilo, embora admita que esta não fosse linear, “uniforme, da mesma intensidade e rigor e utilizando continuamente os mesmos processos” – CORTESÃO, Jaime. *A política de sigilo nos Descobrimientos*. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1997. p. 17.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

portuguesa: “e esta mesma providencia sobre a impreção de semelhantes livros derão os Reyes Catholicos, pello que toca às Indias daquela Coroa, mandando pôr huma ley incorporada na nova recopilção das Leys de Indias, estabelecida por Phellipe segundo, que os taes livros se não possam imprimir sem licença do Conselho das Indias”.⁹

No entanto, Ronald Raminelli, opondo-se à hipótese de Luís Felipe Barreto, não acredita que haja “correlação entre o perigo de divulgar informações sobre o Brasil e a escassez de publicações [...] é destituída de fundamento”. Nem tanto, como vimos acima. Raminelli entende que, se o Oriente (China, Japão e Índia) era tema de várias publicações portuguesas no século XVI, por que não seria o Brasil cujos produtos (pau-brasil, como o mais valioso) não eram tão atraentes para os europeus quanto às mercadorias provenientes Índias?¹⁰

O problema desse aparente paradoxo – divulgar os meios da riqueza e esconder a pobreza - não poderia ser analisado somente em termos de estritas disputas comerciais, mas também, sobretudo, avaliando-se a competição política e militar européia, desde o final do século XV, e no século XVI. Posições efetivas, ou pretensões, no oceano atlântico - *meridiano*, unitário, moderno -, o espaço necessário de todas as potências marítimas, tornaram-se peças primordiais na luta pela supremacia no cenário europeu, contribuindo para forjar negociações e tratados favoráveis à ascendência política de uma das partes do confronto.¹¹ O Novo Mundo assumia um papel estratégico nessa conjuntura.

Confrontado com as Índias, esse Novo Mundo trazia ainda, em alguma medida, o seguinte problema: o tratado de Tordesilhas (1494), e o trato oceânico, haviam mantido para Portugal a rota do Oriente (no Atlântico aproximava-se da costa brasileira e buscava-se, em seguida, o Cabo da Boa Esperança), mas, como guardar as terras

⁹ Apud SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001. p. 52.

¹⁰ RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 146-147. Raminelli explica essa relativa desatenção dos portugueses quinhentistas em relação à América, e aos seus habitantes em particular – esta “banalização da alteridade”-, sob o ponto de vista cultural. “A falta de curiosidade sobre a vida cotidiana dos índios [pois seriam estes bárbaros, escravos naturais, segundo a aceção aristotélica] reforça o encantamento provocado pelo Oriente, sobretudo quando se trata dos grandes impérios, da centralização do Estado, da riqueza e da hierarquia. Os ameríndios não tinham “leis, nem rei, nem fé”, andavam nus, na mais suprema miséria” – idem. p. 152.

¹¹ Cf. FONSECA, Luís Adão. *Portugal entre dos mares*. Madrid: Editorial Mapfre, 1993. p. 271-294. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

ocidentais, sem delimitação determinada, de povoamento rarefeito, onde os nativos demonstravam fidelidade tão inconstante ao Rei e à Igreja portuguesas?

Na História, Gândavo procurou apreender esse problema dos portugueses do Atlântico, cuja significação política e econômica no mundo português, no Quinhentos, não se compreendia devidamente, e assim reagiu contra o (suposto) lugar “periférico” do Brasil. O autor explicou no prólogo ao leitor: “A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história”, e publicá-la, “foi por não haver pessoa que a empreendesse” havendo tantos anos, desde o descobrimento do Brasil. “A qual história creio que mais esteve sepultada em tanto silêncio, pelo pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província”, por faltarem na terra “pessoas de engenho e curiosas que por melhor estilo e mais copiosamente que eu a escrevessem.” O desinteresse dos portugueses do reino deve-se, assim, ao desconhecimento da terra, ocasionado por falta de um escrito curioso de algum morador. “Porém já que os estrangeiros a têm noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quais lançaram já os portugueses fora dela à força darmos por muitas vezes) parece coisa decente e necessária, terem também os nossos naturais a mesma notícia” [f. 5].¹²

A significação do *discurso* (ou tratado) sobre o Brasil, para o autor, tinha duas dimensões. Em primeiro lugar, quando mostrava as “particularidades” do Brasil que se aplicam às atividades de exploração econômica, visando o povoamento e o “remédio” dos pobres do reino, e a produção necessária ao trato mercantil – açúcar, algodão, gêneros alimentícios, madeiras, gado, âmbar, metais preciosos. Este era um dos objetivos da *História*, que apresenta uma chave de leitura moderna da historiografia: ela reforma, serve de “proveito” ao presente para a “utilidade comum”, permitindo que se conceba um alvitre prudente relativo às circunstâncias ou condições contemporâneas.¹³ As críticas convencionais à descrição/narrativa de Gândavo - “lacônica” (Varnhagen), “propaganda de imigração” (Capistrano de Abreu), “panfleto” (Rubens Borba de Moraes)¹⁴ – indicam, no fundo, esta perspectiva do escrito historiográfico. Ela manifesta a visão humanista,

¹² GÂNDAVO, op. cit. f. 5.

¹³ Cf. MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos*. Madrid: Alianza, 1986. p. 414-422.

¹⁴ RODRIGUES, op. cit. p. 430. ABREU, p. 201. SILVA, op. cit. p. XVII.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

entre os modernos, atenta à mudança e à variedade dos tempos e lugares, e que age “aplicando a las nuevas condiciones/ nuevas cosas que son las convenientes”.¹⁵

Na dedicatória a Dom Lionis Pereira, que havia sido governador na Índia portuguesa (o livro estampa o brasão dos Pereira), o leitor *ideal* da obra, Gândavo previu, comprometendo o homenageado com a obra, “que outra nenhuma coisa deve ser mais aceita a pessoas de altos ânimos que a lição das escrituras, por cujos meios se alcançam os segredos de todas as ciências, e os homens vêm a ilustrar seus nomes”. Alude-se à segunda dimensão da *História*, cujo interesse não era propriamente instrumental, mas era proveitosa para formar um saber culto e verdadeiro - era “coisa nova” que se testemunhou, e se apresentava como as “coisas do engenho”. O saber do livro de história era útil ao poder, como técnica senhorial de dominação, “por esta causa lhe não será menos aceito o exercício das escrituras que o das armas” [f. 4v]. Luís de Camões, cujo poema faz a recomendação da obra ao patrono, seguiu o preceito: “N’uma mão livros, noutra ferro e aço:/ A uma rege e ensina e outra fere/ Mais c’o saber se vence que c’o braço”.¹⁶ À frente, dirigindo-se ao leitor, em geral, Gândavo ateu-se à forma do discurso que pretendeu constituir, definindo, ao mesmo tempo, o modo de leitura do discreto ou do curioso: tratou de coisas admiráveis do Brasil dos portugueses, por isso, memoráveis. Ele tinha o exemplo dos antigos, “aos quais não escapava coisa alguma que por extenso não reduzissem à história” - à escritura historiográfica. Esta escrita dos antigos servia de modelo, não devendo, no entanto, ser imitada, porque o tempo dos antigos, diferente, era feito de “coisas menores que estas”, do presente. Os gregos e os romanos surgiam, neste sentido, como fonte inspiradora para que os portugueses modernos escrevessem sobre tudo aquilo, do seu tempo, que fosse digno de memória. Estranhamente, o tempo de um agora (modernidade), entre os portugueses, que parecia mais notável do que o dos antigos não recebia, para Gândavo, a atenção da história, como retórica da verdade.¹⁷

¹⁵ Do poeta Juan de la Cueva, apud MARAVALL, op. cit. p. 399.

¹⁶ De acordo com outra edição, cf. GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil. História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. 12ª ed. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1995. p. 41. Idem. f. 3.

¹⁷ Na *Retórica*, Aristóteles valida o discurso historiográfico que tem nas provas (na acepção do antiquário) o seu fundamento da verdade. Ver, o esclarecedor artigo de GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-63.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Comparando-se o prólogo do *Tratado* e o da *História*, conclui-se que a consciência histórica humanista refaz o plano inicial da proposição política e econômica. Na versão historiográfica, Gândavo parece propor um paralelo interessante, que justificasse, para os portugueses, a criação de uma “breve história”: assim como faltava curiosidade em relação às coisas do Brasil, faltava, na mesma medida, empenho na escrita curiosa (e investigação dos antiquários) sobre as antiguidades lusas. Portanto, conhecer e escrever a história do Brasil/Terra Santa Cruz era um modo de suplantar tanto os estrangeiros (que já sabiam) quanto os antigos (que nunca souberam).

2- Entre a onça e o tigre:

A *História* baseia-se nos modelos clássicos - a *física* e a *política* de Aristóteles, as *histórias* de Heródoto, a *história natural* de Plínio -, tocando no problema da diferença natural, que surgia com a novidade da terra e da gente que nela vivia¹⁸ – “de cuja semelhança [os marinheiros portugueses] não ficaram pouco admirados, porque era diferente da de Guiné, e fora do comum parecer de toda outra que tinham visto” [f. 6v]. Este Novo Mundo não aparecia simplesmente com o olhar vulgar, era fruto de um *mirar* curioso, perspectiva maravilhosa, que notava as “particularidades”, manifestação do outro. Daí, o perscrutar de Gândavo, na escrita, sobre as plantas, frutas, animais, peixes, e possíveis monstros.

Gândavo descreve as coisas admiráveis da nova terra, e os costumes dos seus naturais sem se esconder (pelo menos, completamente); seu lugar, sua perspectiva permeia todo o texto, determinando a diferença entre o que seria próprio e o que não é – a alteridade do Brasil. Se há passagens explícitas da visão do Gândavo historiador, em outras há somente a sua sombra (“vestígios”) ou “piscadelas” ao destinatário/leitor, como nos mostra Hartog no caso de Heródoto. As “descrições são um dos procedimentos que permitem ao narrador produzir e transmitir uma certa carga de alteridade”. Servem bem ao “‘projeto’ do viajante”. No entanto, as formas de descrição de visão escondida ainda dariam uma maior “carga de alteridade”, produzindo tal efeito no leitor.¹⁹

¹⁸ HANSEN, João Adolfo. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: NOVAES, op. cit. p. 353-354. Cf. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

¹⁹ Acompanho aqui a reflexão de HARTOG, op. cit. p. 261-270.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Assim, o narrador assumia o papel da testemunha (consciente da sua história), ponto de vista necessário para, como letrado, interpretar e imaginar a Natureza ou um costume indígena. Quando ele tratou da terra, construiu o sentido entre lá e cá, propondo uma analogia compreensível para o leitor (o português discreto do reino): “onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio. E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam as suas plantas, como cá ofendem as nossas” [f. 8v]. A comparação efetivou-se segundo uma imaginação engenhosa, que revelava a ambigüidade – entre o familiar e o estranho - da visão viajante: bananas que pareciam “na feição com pepinos”; “zabucaes” (sapucaias) “quase da feição de jarras da Índia”; ananazes que nasciam “como alcachofras” e pareciam “naturalmente pinhas”; cajus na “feição de pero repinaldos” [f. 17-18]. Se a comparação direta entre as plantas de lá e as de cá dava efeito maravilhoso (forma misteriosa entre uma coisa e a outra), formando a dimensão da alteridade, quando Gândavo descreve os animais, a sua tradução parecia mais estranha ainda, criadora de monstros. Quando ele quis tratar dos coelhos (aproveitados como caça), não havia o que dizer, porque só encontrou identidade; resumiu rapidamente (quase estranhando não ter percebido diferenças): “Há também coelhos como os de cá da nossa Pátria de cujo parecer não diferem coisa alguma”. Mas, havia alguns animais admiráveis, que fugiam “à comum semelhança dos outros animais (a meu juízo) que quantos até agora se tem visto”. Nessa definição, como em outros passos do texto, inscreveu-se o historiador, mesmo que os sinais de julgamento fossem atenuados, concebendo um quadro da visão – da diferença - que se revelava um modo legítimo e racional para ver, classificar, julgar (atestar a condição e o ser do outro). Admiráveis eram assim os tatus, por exemplo: “quase tamanhos como leitões”; o casco como de cágado, repartido em muitas lâminas, de tal maneira “que parece totalmente um cavalo armado; o focinho “é como de leitão”, “ainda que mais delgado algum tanto”; “criam-se em covas como coelhos; e a carne, a mais estimada na terra, “tem o sabor quase como o de galinha” [f. 21-21v].

A visão desse historiador, portanto, mais do que a resultante da experiência direta do olhar (ou do simplesmente ouvir), residia na escritura significativa de *julgar ver*. Gândavo nunca diz que viu, pelo menos explicitamente (do tipo *eu vi*, como Hans Staden ou Jean de Léry), daí, talvez, a discussão dos comentadores sobre a sua estada, ou não, no

Brasil. Mas, ele não devia supor que o leitor duvidasse do seu relato ou da sua autoridade de historiador. Como os leitores saberiam que se tratava da verdade?

O texto trás marcas claras da informação (a investigação), alegando que outros viram e disseram. Há sinais no texto que fazem o julgamento da visão, para se chegar à verdade, por meio da dedução lógica e dos exemplos. Quando procurou averiguar a origem do âmbar, “que dizem que procede” das baleias, o narrador definiu logo o que se poderia apurar - “E o que acerca disto sei”: havia uma relação entre a presença das baleias e o aparecimento do âmbar nas praias. Gândavo apresentou, então, duas explicações dos outros (entre os quais os índios, que nomeavam o âmbar como se fosse esterco de baleia, “sem lhe saberem dar outro nome”), para concluir, dando a palavra final, que se justificava: “Mas o que se tem por certo (deixando estas e outras erradas opiniões à parte) é que nasce este licor no fundo do mar, não geralmente em todo, mas em algumas partes dele, que a natureza acha disposta para o criar. E como o tal licor seja manjar das baleias, afirma-se que comem tanto dele, até se embebedarem, e que este que sai nas praias é o sobejo que elas arrebeçam”. Esta seria a origem do âmbar, sabendo-se que foram encontradas baleias que tinham acabado de comer tal matéria, e que, no reino, embora houvesse baleias, não aparecia o âmbar [f. 29v-30]. Quando fez a descrição dos gatos que atacavam os rebanhos dos moradores, o narrador mencionou: “aos quais chamam Tigres, ainda que na terra a mais da gente os nomeia por Onças: mas algumas pessoas que os conhecem e os viram em outras partes [no Oriente português?], afirmam que são Tigres” [f. 21v]. As onças, então, eram exemplares de tigres. Portanto, o historiador definia o saber, publicando a verdade, porque confrontava e julgava “opiniões” - testemunhos errôneos (viam, mas não compreendiam) -, num domínio próprio do letrado, as informações orais que recolhia. Quando não tinha como confrontar as versões (ou não queria), Gândavo apresentava somente a informação que recebera, eximindo-se de compor a verdade; depois de descrever o rio de São Francisco, que nascia num grande lago, no sertão, ele observou: “onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores (segundo fama) possuem grandes haveres de ouro e pedraria” [f. 10].

Pode-se perceber, na *História*, que a alteridade (esses fatos curiosos) era a dimensão que sustentou a construção, e a exploração da verdade da escrita. Afinal, como tirar maior proveito da história, baseando-se em seu poder de julgamento da visão de

verdade, senão na fronteira do conhecido? No capítulo 9º, em que Gândavo relatou a história do monstro marinho que apareceu em São Vicente surge, com clareza, e no limite, um dos momentos mais radicais da diferença da terra, sendo, como diz, “coisa tão nova e desusada aos olhos humanos”. Acompanha o texto uma gravura xilográfica que representaria o verdadeiro monstro (Hipupiara), depois de ferido por um português. Talvez fosse compreensível que este capítulo viesse logo depois da descrição dos seres estranhos (plantas, animais terrestres, aves, peixes), e antes da descrição dos costumes do gentio; o monstrengo estaria no limite dessa Natureza misteriosa, num ponto de transição para “o ser da natureza humana” [f. 40v]. Mas, lembrando que se sabia do monstro em várias partes do mundo, Gândavo ainda justificou a inserção do texto: “Porque na verdade a maior parte dos retratos, ou quase todos, em que querem mostrar a semelhança de seu horrendo aspecto, andam errados, e além disso, conta-se o sucesso de sua morte por diferentes maneiras, sendo a verdade uma só, a qual é a seguinte” [f. 30v]. De fato, na época, foram publicadas imagens do monstro na Europa. Sabe-se de duas dessas imagens, que são diferentes da estampa de Gândavo: uma imprimiu-se em Frankfurt e a outra apareceu em Veneza (1565).²⁰

Na visão historiográfica do monstro de São Vicente, a taxionomia da narrativa cedeu à gravura o poder de construção de sentido, e o dizível encerrou-se numa imagem: “O retrato deste monstro, é este que no fim do presente capítulo se mostra, *tirado pelo natural*. Era quinze palmos de comprido e semeado de cabelos pelo corpo, e no focinho tinha umas sedas muito grandes como bigodes” [f. 31v-32. Grifo meu]. Sobretudo nessa história, a alteridade tornou-se instrumento (pretexto) para o historiador luso chegar ao seu intento de sobrepor-se (na verdade, no saber) aos estrangeiros, e também aos antigos, nas histórias sobre a terra, onde havia partes que já prometiam uma “Nova Lusitânia”.²¹ Ainda, o relato sobre os índios bárbaros, um dos temas centrais da *História*, superando as breves referências (os silêncios) sobre a vida (e os conflitos) dos moradores coloniais, mostrou a postura de Gândavo, que requeria explorar as fronteiras do conhecido por meio da verdade historiográfica. No capítulo 12º [f. 40v-45], da descrição dos ritos de

²⁰ LEITE, José Roberto Teixeira. Viajantes do imaginário: a América vista da Europa, séc. XV-XVII. Revista USP, São Paulo, n. 1, mar.-mai. 1989. p. 40-41.

²¹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. Uma nova lusitânia. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. p. 73-101. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

canibalismo (o outro capítulo da *História* que exigiu a visão da gravura), Gândavo apresentou o costume indígena como repugnante para “o ser da natureza humana, e em que se extremam dos outros homens”. Gândavo descreveu todo o ritual, definindo o campo da visão verdadeira, antecipado por uma gravura do rito (encabeça o capítulo), no qual o historiador podia, com engenho, fazer ver e saber. No final do relato sobre o gentio, Gândavo sugeriu ao leitor que considerasse sua “história tão verdadeira”, efetivamente porque se arriscava à falsificação, nessa América estranha e de fronteira.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Três Mentalidades na “Questão Religiosa”¹

Gabriela Pereira Martins
graduando em Ciências Sociais / UFJF

Contextualizar a década de 1870 não é um trabalho muito simples. Dois fatos hão de ter maior destaque: um movimento de natureza intelectual e outro político ou religioso. O primeiro fato está articulado à chegada de um “bando” de idéias novas que agitaram a mente dos intelectuais da época. Filosofias oriundas da Europa, tais como o darwinismo, spencerianismo e o positivismo enriqueceram o campo intelectual do final do século XIX. Este processo conhecido como o movimento intelectual da década de 1870, exerceu importante função no que concerne a antigas posições que antes eram postas como inquestionáveis. A consequência direta desta importação foi uma redefinição de velhos posicionamentos perante o mundo. Tudo foi posto em discussão, novas preocupações perturbavam o cenário político, social e religioso. O segundo fato a se verificar é a Guerra do Paraguai, que acabara de terminar, estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar, desvendando a questão dos cativos, seguida pela questão religiosa, pondo em discussão o mecanismo das eleições e os inúmeros problemas econômicos (BARROS, 1986).

Os constantes embates filosófico exigiam dos homens uma definição de posição que os firmassem enquanto tais perante a sociedade, seja ela política ou intelectual. Para classificar esses homens não basta considerar a que grupo político eles pertenciam. Existiam liberais no partido conservador e conservadores no partido liberal. Uma miscelânea de posições filosóficas se apresentava, de maneira que a correspondência de um partido político, lugar de interesse pessoal e não propriamente lugar de filosofia de vida, com um tipo de *mentalidade* ficava impossível. Portanto se faz necessário um outro tipo de reagrupamento desse movimento intelectual tão fecundo no final do século XIX.

O termo *mentalidade* apresenta-se como posição tanto política ou intelectual que coloca

¹ Este trabalho no tocante sobre a mentalidade positivista foi desenvolvido em projeto de iniciação científica financiado pela Propesq/UFJF, cujo o orientador é o Professor Doutor Rubem Barboza. O projeto foi iniciado em 2005 com enfoque direcionado para captar o quão fomos influenciados, tanto ao nível político, quanto ao nível cultural, pela filosofia positiva.

como central uma visão totalizadora de mundo, orientada por valores e não simplesmente uma posição ligada a um partido político (BARROS, 1986). Assim, no final do século XIX, três são as *mentalidades* que se apresentam. A *mentalidade* católica coloca como fonte de inspiração uma idéia totalizadora com base na religião. Para a *mentalidade* liberal, a motivação central é a noção de direito, e para o *mentalidade* positivista, os valores que a orientam são respaldados na ciência e na educação.

O movimento intelectual da década de 1870 mostra-se fervoroso e repleto de embates filosóficos dessas três *mentalidades*, que se contradizem ao mesmo tempo se firmam como as mais importantes no espaço público brasileiro da época. Um exemplo do confronto dessas mentalidades encontra-se no desdobramento da “Questão Religiosa”, no tocante do tema da liberdade de consciência.

Questão Religiosa

Falar sobre o que foi a “Questão religiosa” requer antes de tudo expor o que foi a Igreja no século XIX. No decorrer de tantos séculos, a Igreja observou a edificação da Sociedade Liberal e a alteração da natureza pelos homens. Viu também o repúdio a qualquer idéia de verdade absoluta crescer. Diante disto, a Igreja passará a repelir as idéias liberais. A expressão real disso foi o processo de romanização da Igreja e a publicação de Pio IX, em 1864, da *Encíclica Quanta Cura*, na qual este Papa argumentava contra os erros do naturalismo e do liberalismo, levando o mesmo em 1870, num gesto de audácia, a proclamar o dogma da infalibilidade papal e a decretar combate aberto aos maçons.

D. Vital e D. Macedo Costa² foram, no Brasil, dois dos mais legítimos representantes das teses que expressam o Pontificado de Pio IX. Ambos, formados na Europa e regressados recentemente com o espírito moldado pelas doutrinas ultramontanas, foram expressões do reposicionamento da Igreja católica diante do crescimento da *mentalidade* liberal (BARROS, 1974).

D. Vital em Pernambuco, disposto a restabelecer a ortodoxia de Pio IX, procede com vigor contra os católicos maçons: eles estariam obrigados a optar entre a Igreja ou a maçonaria. O primeiro interdito lançado por D. Vital foi em 28 de dezembro de 1872, contra o vigário Antônio José da Costa Ribeiro, conhecido por maçom. O interdito era apenas na parte religiosa, e ficava o vigário proibido de comparecer ao ato religioso com sinais que indicasse ser irmão maçom, como também assistir as festividades maçônicas com opas. Mas, num regime em que inexistiam o

2 A Igreja brasileira estava na defensiva frente ao liberalismo. Apesar da inegável adesão popular à Igreja, o clero não tinha consciência muito forte de sua fé. O baixo nível intelectual do clero era motivo de reclamação constante dos bispos. Em face disto torna compreensível o comportamento do clero nacional, em boa parte maçom durante todo o segundo reinado.

casamento civil, o registro civil e cemitérios seculares, todos sob tutela da Igreja, e em que ser católico era condição para bacharelar-se, para exercer cargos públicos, é claro que o assunto ultrapassou a vida religiosa e repercutiu na vida temporal (BARROS, 1974).

O cerne da “Questão religiosa” parece ser o “placet”, ou seja, o poder do imperador de aceitar a validade das decisões da Igreja, poder derivado da tradição ibérica. As bulas, encíclicas e constituições do Vaticano, condenado a maçonaria, não haviam recebido o “placet” imperial e, do ponto de vista do Estado brasileiro, não poderiam ter validade em território nacional.

Com base na premissa da infalibilidade papal, D. Vital radicalizou sua atitude, afirmando que a decisão papal tinha valor integral, independente de qualquer valor civil, sendo o imperador um reles mortal passível ao erro. Diante disso, afirmava D.Vital: como pode a Igreja se submeter ao Estado, sendo este falível e a Igreja infalível? E acrescentava: se o Estado julga a religião católica como religião oficial, logo então a religião verdadeira, deve o Estado desconsiderar a doutrina do beneplácito, que não mais seria aceita pela Igreja Católica.

A Questão Religiosa opunha a Igreja ao Estado. E, na perspectiva desta Igreja romanizada, deveria se resolver pelo reconhecimento da universalidade e infalibilidade da Igreja, com a redução do poder do Estado de interferir na sua vida interna. Esta posição, perfilada por D. Vital, tinha enormes conseqüências, uma vez que a maioria do clero brasileiro, mal instruído na doutrina oficial da Igreja, ou aderira ao Liberalismo ou à maçonaria. A decisão de d. Vital, portanto, afetava diretamente a vida do clero, dos católicos e a posição do próprio Imperador, a quem se negava a capacidade de validar as decisões da Igreja. Deste modo, a “Questão Religiosa” era menos religiosa – num plano estrito – e espiritual, e muito mais política e temporal.

Fixado o que significou a “Questão Religiosa”, tanto em nível político, religioso quanto também intelectual, o próximo passo será abordar, dentro de cada *mentalidade*, a posição referente a liberdade espiritual em debate.

Mentalidade Católica

A Igreja católica se coloca como a religião oficial do Império, justificativa para que possa exercer o papel de religião burocratizada, respaldada pelo Estado. Através de sua presença nos colégios, seminários, até mesmo dentro do aparelho estatal e na vida civil, a Igreja se mostra eficaz enquanto religião instituída burocraticamente. Destarte, a *mentalidade* católica se posiciona como conservadora, a partir do momento em que ela se articula na tentativa de impedir a entrada de novas instituições liberais e científicas no Brasil. Articulação que, ao mesmo tempo em que se porta como conservadora e retrógrada, também justifica a posição da religião católica enquanto *mentalidade*, uma vez que ela queria apenas assegurar sua posição na estrutura social brasileira.

Os valores ressaltados pela *mentalidade* católica durante o cotejo da “Questão Religiosa” evocam a religião como ponto central dos debates, dando pouca importância à ciência ou ao progresso material e técnico, uma vez que a vocação do homem é puramente sobrenatural. Nos argumentos de D. Vital, a finalidade do governo político deve ser a felicidade temporal, mas a felicidade eterna é reservado ao espiritual, desta maneira se subentende que o Estado deve ser subordinado a Igreja. É o dogma religioso que faz a moral, assim não poderíamos ter nem uma moral fora do catolicismo (BARROS, 1986).

Ainda a exaltar o valor religioso como questão central, encontra-se nos argumentos sobre as idéias laicas a exemplificação de como pensavam os católicos. A respeito do casamento, argumentava-se que o casamento civil destruía as bases da família, fazendo de um sacramento um simples contrato. Em relação à secularização dos cemitérios, diziam ser uma profanação, um desrespeito à crença na ressurreição da carne. No fundo, todos estes argumentos traduzem a premissa católica de que, fora da Igreja e da religião, não há salvação possível, finalidade superior da vida humana. Desta premissa resultaria, conseqüentemente, o valor central da religião e da Igreja numa sociedade como a brasileira, em desfavor de outros poderes civis e temporais. Para os católicos conservadores, o progresso material do país importava menos do que uma atitude política, por parte do Estado, que favorecesse a salvação das almas.

A respeito da liberdade espiritual, os católicos se posicionavam contrários a idéia, haja visto que consideravam o catolicismo como religião verdadeira e infalível. Os católicos não admitiam ainda a liberdade de culto: a única liberdade de consciência que admitiam eram a escolha da verdade, e a verdade esta exclusivamente em Cristo (MACEDO, 1978). Aqui o conceito de liberdade se restringe como faculdade de fazer o bem e o mal ou de escolher entre os contrários.

Colocado o ponto de vista da *mentalidade* católica, deparamo-nos imediatamente com a contra argumentação liberal.

Mentalidade liberal

Na *mentalidade* liberal o direito exerce a mesma função que a religião desempenha na *mentalidade* católica. O liberalismo clássico, fundado na velha escola do direito natural, não correspondia mais à realidade brasileira devido ao fato de que o movimento intelectual do final do século XIX inovou buscando uma visão mais ética do direito. Esta nova posição se desenha frente às novas mudanças provindas da revolução industrial, da marcha ascensional das massas e do socialismo, que despontava na Europa. tudo isto indicava a necessidade de um direito voltado para a noção de igualdade.

Rui Barbosa aparece aqui para exemplificar esta *mentalidade*, expondo a noção de direito

ético e igualitário. Em *O Papa e o Concílio*³, Rui entende que a “Questão Religiosa” é de cunho essencialmente político, razão pela qual só poderia ser resolvida por uma série de reformas constitucionais, empreendidas ao mesmo tempo para colocar o Brasil na trilha do desenvolvimento intelectual, científico, industrial e econômico.

Rui considera ainda que a história da aliança entre Igreja e Estado é um contato de morte, uma vez que corresponde a uma relação de dependência de uma das partes. Um conjunto de reformas deveria prosseguir para concluir o processo, que já se iniciara, de separação entre Igreja e Estado.

Em relação à liberdade dos cultos, diferentemente da *mentalidade* católica, a liberal supõe que sem liberdade total dos cultos, a liberdade de consciência é ilusória, haja visto que, se todas as religiões são consideradas como verdadeiras por seus seguidores, não há como existir uma religião oficial. Se existe uma religião oficial, esta seria dada como uma religião imposta, não uma religião de escolha livre. Portanto, sem liberdade total dos cultos não existe liberdade de consciência (BARBOSA, 1930).

Enquanto a mentalidade católica questionava como “reforminhas” resolveriam os problemas da nação brasileira, visto que consideravam que as causas dos problemas era de ordem moral e não material, a mentalidade liberal, na expressão de Rui Barbosa, atestava a necessidade urgente de implementação de reformas constitucionais. Sugeriu ele a submissão do clero à fiscalização vigilante das almas esclarecidas piás, haja visto que a partir do momento em que o clero designado a cuidar das almas e do espírito recebiam um salário, significava então que eles abriram mão para que fossem subvencionados pelo poder temporal. A justificativa para isso era que um clero assalariado é um clero pretendente que conta com um orçamento civil, possui então um sentimento egoísta cobiçado. Bem, se a Igreja é responsável pelo poder espiritual, então não cabe a ela possuir bens materiais. No que diz respeito aos bens imobiliários da Igreja, dizia que a exploração do solo não é imprescindível à subsistência da Igreja. Deve então circunscrever a propriedade eclesiástica a títulos de renda nacional, desta maneira evitaria a imobilização dos valores territoriais na mão morta (BARBOSA, 1930).

A exprobação de Rui remete a temas que dizem respeito ao casamento civil, secularização dos cemitérios, registro civil, questões que completariam a reforma liberalizante da vida civil, libertando a sociedade definitivamente da união entre Igreja e Estado. Criticava a confusão freqüente entre registro de nascimento com registro eclesiástico do batismo, e lembrava que este

3 Esta obra, *O Papa e o Concílio*, foi escrita por intelectuais alemães cujo o pseudônimo era Janus. A grande discussão que envolve toda a obra é a tentativa de expor a história da Igreja num quadro científico e completo do desenvolvimento da infabilidade papal até 1870, sempre abordando o aspecto político repleto de corrupções e crimes praticados pela Igreja – Cúria, a inquisição, interditos, romanização – de modo a provar que a Igreja é uma instituição terrena e política. Rui Barbosa escreve sua versão sobre o assunto com o objetivo de comprovar a necessidade de reformas constitucionais para que o Brasil possa se modernizar.

tinha que se tornar de ordem civil, para demonstrar desenvolvimento social da organização do país. Quanto ao casamento civil, pejorativamente definido como mero contrato pela Igreja, Ruy defendia sua validade argumentando que, historicamente, a família precede ao culto organizado, ou, em termos mais amplos, que a organização social é anterior à organização religiosa.

A secularização dos cemitérios, prosseguia ele, é necessária para uma política de higienização e também para permitir o controle cívico dos óbitos. Estaria portanto completa a separação entre Igreja e Estado, com a consolidação dessas reformas constitucionais, e a instituição católica não mais reinaria nas consciências da população civil, livre a partir deste momento para praticar o culto que escolhesse. (BARBOSA, 1930).

Mentalidade positivista

Para o positivismo, tudo passa a girar agora ao redor da noção de ciência como valor. Esta *mentalidade* insiste em derivar do ser, da realidade, do dever-ser, o seu valor. O cientificismo do século XIX traz uma nova forma de perceber o mundo, inovando com a introdução de uma dimensão dinâmica da incorporação da história à natureza. O filósofo aqui passa compreender que a evolução humana obedece a leis rigorosas observáveis, de maneira que a elaboração dos valores morais, dos ideais sociais e políticos dependem do estágio em que se encontra a humanidade.

Transplantada esta discussão para o campo brasileiro, é possível encontrar, em já 1870, o positivista Benjamin Constant ocupando o cargo de diretor da “Instituição dos Meninos Cegos”, levando os primeiros rumores do Positivismo ao Parlamento, ao argumentar sobre a superioridade da religião da humanidade em seu relatório anual da instituição. Dizia ele: a educação deveria se dirigir mais ao coração do que ao espírito, porque as faculdades afetivas são as mais duráveis, daí a importância da educação moral e religiosa. O relatório, ao tocar no assunto da questão da religião da humanidade, levantou as primeiras reações católicas no Parlamento. O relatório chama a atenção de Benevenuto Augusto de Magalhães, um conservador, para a questão de que o deus desta escola positiva era a humanidade ao invés de um Deus onipresente e onipotente.

O positivismo buscou atender às necessidades filosóficas da época ao tentar uma interpretação da realidade brasileira baseada em noções científicas. Comte tinha como objetivo integrar o homem no esquema universal da natureza, englobando o unitário à totalidade. Desta maneira, acreditava ter descoberto uma dinâmica social que coroasse uma solução política, moral e religiosa cientificamente fundada na lei dos três estágios de evolução da humanidade: o teológico, o metafísico (estágio transitório) e positivo.

Em 1874, com a publicação de *As três Filosofias* de Pereira Barreto (PB), o positivismo oferece a sua interpretação sobre a Questão Religiosa brasileira. Na interpretação de Pereira Barreto

três correntes de pensamento correspondiam às três etapas sucessórias da história da humanidade: os conservadores, representando o antigo passado; os liberais, correspondendo ao passado moderno, e os cientificistas representando o presente e o futuro. Essas três mentalidades encontradas por PB resumiriam a realidade brasileira do período do movimento intelectual de 1870, obviamente com o positivismo oferecendo os melhores instrumentos para a renovação nacional de então (BARROS, 1986).

Aos olhos de PB, em sua obra *As Três Filosofias*, a Questão Religiosa expressava o divórcio entre a teologia e a metafísica. Destruía uma unidade falsamente orgânica, e a substituía pela crise característica do período metafísico, que marca um processo de transição. De acordo com a filosofia positiva, a aliança com os metafísicos, encarnada nos liberais, deveria ser efetivada, uma vez que somente com estes a supressão da religião de Estado, a liberdade dos acatólicos, o incentivo a imigração, a secularização da vida civil e a reforma da educação se tornariam mais viáveis.

Os positivistas, assim com os liberais, reivindicavam a liberdade espiritual ou liberdade de consciência. Mas esta liberdade de consciência para os positivistas não é a mesma dos liberais: ela não derivaria da liberdade de culto ou de um direito individual, mas sim da separação dos poderes temporal e espiritual, considerando a união destes dois poderes a abertura para as tiranias (MACEDO, 1978).

Outro ponto para a reforma se completar, diferente dos liberais, os positivistas eram contra a obrigatoriedade do ensino, uma vez que consideravam como uma violação da liberdade espiritual, argumentavam que o grau de progresso se mede pela instrução o que não é a mesma coisa que educação. Sobre o ensino livre, viam ser esta a condição transitória para o triunfo da verdadeira doutrina, a positiva.

O positivismo surge, então, como uma filosofia que tenta captar os desejos da sociedade do final do século XIX. Não bastasse representar a filosofia que coloca o Brasil ao nível do século, é ela também quem faz frente à posição liberal de Rui Barbosa, fundada numa liberdade de mão morta (MACEDO, 1978) e à *mentalidade* católica, ao refletir uma onda dinâmica em aliança com os liberais, simbolizando a chegada da modernização.

O presente trabalho visou explorar as três *mentalidades* de uma maneira comparativa, tendo como eixo a Questão Religiosa. A intenção não é de estabelecer uma conclusão final, mas apenas fixar como estas mentalidades, no calor de uma discussão determinada, revelaram suas visões totalizadoras do mundo.

Referencia Bibliográfica:

BARBOSA, Rui. O Papa e o Concílio. São Paulo: Saraiva, 1930.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

BARRETO, Luis Pereira. As três Filosofias. In: BARROS, Roque S. Maciel (org). Obras Filosóficas. São Paulo: Editora Grijalbo/ Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A Questão Religiosa. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1974. p. 338-365. Tomo II.

_____ A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade. São Paulo: Convívio/ Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

MACEDO, Ubiratan Borges de. O Pensamento Católico no Segundo Reinado e a Ação de Soriano de Souza. In: CRIPPA, Adolpho (org). As Idéias Filosóficas no Brasil: Século XIII e XIX. São Paulo: Convívio, 1978, p. 185-223.

VILLAÇA. Antônio Carlos. O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores. 1975. p. 46-60.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O discurso estadonovista sobre a colonização do interior do Brasil¹

George Leonardo Seabra Coelho²

Introdução

Nosso objetivo nesse texto é avaliar a construção do discurso oficial referente à ocupação de terras na região Centro-Oeste durante o Estado Novo. Em nossa abordagem a relação entre desenvolvimento e ocupação de “espaços vazios” constitui o ponto central, pois estes elementos compõem a base do discurso referente ao papel da região Centro-Oeste para supressão dos problemas brasileiros.

O trabalho se insere no contexto do projeto Marcha para Oeste empreendido pelo Estado Novo. Tivemos o intuito de localizar os traços que fazem referência ao culto do nacionalismo e a idéia de progresso econômico. Consideramos o discurso como um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade. A análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como uma unidade que permite ter acesso às formações discursivas. Essa unidade deve ser relacionada com o processo histórico de produção e distribuição dos enunciados.

Para fundamentar nossa exposição iremos trabalhar com três tipos de textos: com pronunciamento do presidente Vargas, para que possamos ter contato com a opinião do governo Federal; serão utilizadas pesquisas realizadas pelo IBGE, pois acreditamos que esses textos servem de suporte científico para a justificativa das propostas políticas; e as notícias divulgadas pelo jornal *O Popular*, visto que os textos da imprensa servem como meio de divulgar publicamente as intenções e interesses de grupos específicos.

¹ Esse texto é parte do trabalho de monografia de final de curso apresentada em 2006 na Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. A pesquisa foi realizada sob orientação de Prof. Dr. Fausto Miziara.

² Graduado em História pela UFG e aluno do curso de Especialização em História Cultural: Imaginário, Poder e Identidades oferecido pela UFG e do curso de especialização em Docência Universitária oferecido pela FAGO. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 1

Neste sentido, discutiremos como a partir dos enunciados o governo pôde conferir uma identidade exclusiva a região Centro-Oeste. No que concerne a natureza das condições, os modos de relação e de produção de sentido concordamos com Orlandi (2000), que afirma que não há separação estanque entre produto e processo, pois o produto se repõe continuamente como processo. Assim, a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante e dessa institucionalização decorre a legitimidade, então o sentido legitimado se fixa como centro, ou seja, o sentido oficial.

Procuramos compreender a construção do discurso oficial em relação à ocupação de espaços vazios no interior do Brasil. Para que seja possível esse entendimento se faz necessário uma breve exposição sobre como o interior ocupou lugar de destaque na política de ocupação dos “vazios demográficos” no contexto do Estado Novo. Reconhecemos que no caso brasileiro o movimento de fronteira pode ser compreendido como um meio de preencher os “espaços vazios” no interior do território. Consideramos que a região Centro-Oeste foi alvo de uma política de ocupação territorial com vistas de conectar o interior com os principais centros de produção. A região se tornaria o caminho para a ocupação efetiva da Amazônia, isto é, seria com o passar dos anos uma espécie de trampolim rumo a “conquista da Amazônia”.

Partindo do pressuposto de que a localização de um território ou de uma região é um processo social, simbolicamente construído e suscetível de sofrer mutação, Bordieu (2001) considera que o conceito de região não se resume apenas ao caráter físico de certa área, ou seja, não se resume simplesmente aos aspectos puramente geográficos de uma localidade. A região é uma manipulação simbólica que impõem limites e “o que nela está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social” (p.113). No sentido de delimitação de um território, a fronteira não é produção de simples aspectos físicos, mas fruto de um processo social que sofre efeitos discriminatórios. A fronteira de uma região é, na verdade, o “produto de uma imposição arbitrária” (BORDIEU: 2001, p. 115), que geralmente traz suas contradições, pois é um local de ruptura e de conflito. Mas por outro lado, ocorre uma interdependência regional, ou seja, uma relação de inter-relação entre as regiões.

As regiões ocupadas pelo homem, segundo Santos (1988), vão desigualmente mudando de natureza e de composição, exigindo uma nova definição, assim de maneira diferente cada território se organiza espacialmente e politicamente. Não há como considerar uma região como autônoma, ela deve ser analisada de acordo com o seu funcionamento ao nível econômico, sócio-

cultural e o grau de intermediação feito pelo Estado. Segundo o autor, estudar “uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (p.46). Segundo esse autor, no Brasil existe uma específica relação inter-regional, pois se configura principalmente a contradição do desenvolvimento do setor urbano industrial moderno com o tradicionalismo do campo. Logo procura-se especializar certas regiões em determinadas atividades e com isso aproveitar ao máximo as condições específicas de cada uma delas.

Uma outra tradição de debate sobre o processo de ocupação dos “espaços vazios” é a discussão sobre a expansão da Fronteira. Em relação a esse tema levaremos em consideração os argumentos de José de Souza Martins (1975). Para o autor, a Frente Pioneira não procura só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. A Frente Pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas áreas econômicas ao mercado e o que é característico é o uso privado de terras. Assim, a Frente Pioneira expõem seu antagonismo com a Frente de Expansão em torno da propriedade privada. Esse antagonismo se apresenta no âmbito das relações sociais e na descontinuidade de significações em torno do fator terra no Brasil.

Em relação ao que entendemos por expansão de fronteira, no qual procura-se a intensificação da produção e a permanente ocupação de novas áreas sob a tutela do Estado. Os projetos de colonização desenvolvidos pelo Estado Novo marcam o início do processo de movimento de fronteira no século XX. Estas metas seriam orientadas com a interferência direta da ação governamental, onde a criação da brasilidade também repousava em uma proposta que combinava colonização, urbanização e constituição de um mercado interno. Deste modo, o ideal nacionalista é representado pela necessidade de desenvolvimento econômico da nação. Esta transformação seria baseada na busca da expansão econômica, tendo como meta a auto-suficiência nacional e a unificação econômica.

Interpretações sobre a “Marcha para o Oeste”

Linhares (1990) percebe que para compreender o processo de ocupação de determinada região e suas conseqüentes variações – econômicas, sociais ou políticas – deve-se estar alerta para determinadas particularidades. Segundo Linhares (1999) a “atuação do Estado, a partir de 1930, volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a

imensa Amazônia” (p.114) a fim de abrir os sertões para a civilização. Portanto, o projeto principal entre a década de 1930 até o final da década de 50 era a ocupação o centro do país, ou seja, a expansão da fronteira econômica sob áreas ainda não inseridas nas relações de produção capitalistas ou inseridas de forma precária.

A nacionalidade também é representada pela ocupação de “espaços vazios”. Como meio de proporcionar a auto-suficiência nacional, a Marcha para Oeste – idealizada por Cassiano Ricardo (1940) – é a imagem projetada pela nova ordem política brasileira. Tal ação não interferiu apenas na política brasileira, mas na economia e na especialização de determinadas regiões. Em relação aos planos de colonização para a região Centro-Oeste a Marcha para Oeste tem a pretensão de concretizar a Frente Pioneira rumo a Amazônia. Essa pretensão é demonstrada na obra *Amazônia Brasileira* (1944). Neste trabalho Virgílio Côrreia Filho apresenta o processo de ocupação da Amazônia desde a chegada dos portugueses e espanhóis no continente. Esse trabalho surge como forma de marcar o início da colonização desta região, isso porque “hoje dos destroços do passado, ressurgiu a Amazônia”.³

Buscando no passado alguns elementos para dar apóio ao discurso atual, os estudos reunidos neste livro debatem como é desconhecida essa região. E para solucionar o problema, o governo passa a defender a consolidação da Frente Pioneira e a edificação definitiva de uma moderna sociedade no interior do país. Assim, a ocupação de terras no Centro-Oeste se fez dentro de um processo de reordenação econômica, onde incentivou novas regiões a ocuparem o papel de produtoras para o mercado interno.

Para a divulgação desses projetos, o Estado Novo utilizou-se da cultura e da imprensa como canal difusor. A Marcha para Oeste foi uma das campanhas que o DIP (Departamento de Imprensa e propaganda) trombeteavam em publicações radiofônicas. Nesse projeto o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. Segundo Raul Guastini (1943), Vargas definiu o verdadeiro sentido de brasilidade ao traçar o roteiro da Marcha para o Oeste. Em seus comentários, o ensaísta defende que “a realização do imperialismo interno” e pela vitalização interior que “é o local onde residem as nossas maiores forças e de cultura e de riqueza”.⁴

Segundo Lenharo (1981), com a Marcha para Oeste ocorre a exploração de formas inconscientes de identificação. Desenvolve-se “a centralização do poder simbólico, um esforço

³ IBGE. *Amazônia Brasileira*: excertos da “revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: 1944 (p.7)

⁴ GUASTINI, Raul. *O Ideário Político de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (p.150)

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Ouro Preto*: EDUFOP, 2007.

conjunto de homogeneização dos discursos de poder” (p.56) cria-se uma verdade doutrinária. A expansão das fronteiras internas acaba criando um especial clima de participação política, pois o regime desenvolve suas próprias formas de participação sob o *slogan* da Marcha para Oeste. Desta forma, a propaganda ideológica criava um “clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe” (p.14). Segundo o autor, a “Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da Nação que caminha junta pelas próprias forças em busca de sua concretização”. (p. 56)

Ao final de 1939 Getúlio planeja ir à Goiânia – primeiro chefe da Nação a visitar a região Centro-Oeste – gesto simbólico que procura representar o avanço para o interior do país. Tal ato busca legitimar a política de ocupação territorial empreendida pela campanha Marcha para Oeste. Palacín (1986) considera que em relação à interiorização do progresso empreendida neste período, em Goiás, “a mudança da Capital passou a significar [...] uma ponte estendida entre o tempo real do presente e o tempo escatológico das promessas” (p.87). Mesmo o progresso não vindo da forma que foi mitificado, sua visita não deixa de ser – no campo simbólico – um meio de afirmar a brasilidade e a necessidade de avançar e colonizar o interior.

Esta meta – desenvolver a Nação – no final da década de 1930 e início da seguinte, é totalmente repleta de simbologia relacionando progresso e ao sentimento nacionalista. Como forma de divulgar esses pressupostos para o desenvolvimento, Vargas visita a região central do país. O presidente desembarcou em Goiânia no dia 5 de agosto de 1940. Neste dia, o jornal *O Popular* descreve toda trajetória do presidente em Goiânia. Ocorreu um desfile escolar, a participação dos recrutas do Tiro de Guerra, tudo conforme o ritual de cerimônia. O presidente participou do lançamento da pedra fundamental do Estádio de futebol na Avenida Paranaíba. E o principal, ato solene de lançamento da campanha Marcha Para Oeste nos salões do Automóvel Clube de Goiás, cuja sede também foi inaugurada naquele mesmo dia.

Ao discursar no palácio do governo em Goiânia no dia 7 de agosto, o presidente procura justificar a atual política do governo fazendo uma breve análise do passado. Em suas palavras, sob “o Império e a primeira República, crescemos [...] à orla das águas atlânticas [...] voltado para fora”⁵. Mas, após o “movimento de revigoração nacionalista e o advento do Estado Novo [...] a

⁵ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 5

civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos”⁶, pois “o vosso planalto é o miradouro do Brasil”⁷. Podemos perceber como no texto ocorre a mitificação da região, ela se torna o local onde a marcha que se inicia, para encontrar a redenção da Nação brasileira. Inicia-se a construção da perspectiva que coloca a região como local onde se desenvolverá as bases para o progresso do país, e local para onde toda nação deve mirar seu impulso empreendedor. Podemos ver como também considera Guilherme Velho (1976), a fronteira é utilizada como matéria-prima – tanto como elemento histórico e como plano ideológico – para a elaboração de mitos. O ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional.

No pronunciamento de inauguração da associação cívica Cruzada Rumo ao Oeste no dia 8 de agosto de 1940, Vargas alerta para a necessidade de que a região acompanhe o crescimento do país. Confirma a idéia de que se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente, e esse deve ser o grande desafio na nação brasileira. Esse desafio é na verdade a união entre a fronteira política e a fronteira econômica. O elemento nacional – no pronunciamento do presidente – além de se relacionar ao desenvolvimento econômico deve impulsionar o movimento da fronteira rumo ao interior do país.

No que se refere à política nacional nos idos de 1944, o jornal *O Popular* dá a notícia sobre um debate acerca do interesse do governo federal em criar um novo território na região do Tocantins. As manchetes goianas trazem a defesa da tese de que a criação de um território nesta região, não contribuiria para o futuro da região, assim como para Goiás, e que essa divisão era contraditória a uma das principais metas do governo, ou seja, a unidade nacional. Um dos principais expoentes contra essa divisão do território foi representado pelo procurador do Estado de Goiás, o senhor Rodrigo Duque-Estrada.

Em visita ao Rio de Janeiro, o procurador alega e, o jornal *O Popular* informa que “a criação de um território no Tocantins, região que não é fronteira e nem costeira interessa à Defesa Nacional, é uma afirmação tão descabida de senso, que foge da seriedade que reveste os atos oficiais”⁸. Os jornais analisados não apresentam nenhuma reação frente a esses comentários, como também não trazem mais argumentos do governo central que defendam a necessidade de criação de um território. É um exemplo claro da forma como a imprensa apropriou-se da

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Jornal *O Popular*: Ano VI, 27 de janeiro de 1944; Número 519, (CEDOC).

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

informação e transmite aquilo que é escolhido como notícia. E assim, o redator retrata que “esse fruto do espírito patriótico e criador não poderá ter vida”.⁹ Podemos ver como as manchetes dão a informação de acordo com às diretrizes da campanha Marcha para Oeste.

Em congresso realizado meses depois pelo *IBGE* no Rio de Janeiro, o jornal transcreve alguns debates entre os palestrantes que procuram evidenciar a inconstitucionalidade da criação de novos territórios devido ao fato de que

*o desmembramento do território nacional, para a organização de novas células, embora pudesse efetivamente trazer vantagens de ordens administrativas, envolveria perigoso estímulo a quebra desse sentimento cívico que é a própria base da grandeza do Brasil; a unidade nacional*¹⁰.

O que é interessante é que os argumentos utilizados contrários à divisão do território são da própria política do Estado Novo. Podemos perceber uma das bases da construção do discurso sobre a ocupação de novas terras, isto é, o viés nacionalista. Lenharo (1981) considera que para o regime a ocupação e integração territorial agiam “como substrato simbólico da união de todos os brasileiros” (p.18). Em relação ao plano nacional, os argumentos contra tal proposta se situam no nível constitucional que procuram encontrar a nacionalidade não apenas nos rincões do país, mas em assegurar a identificação entre unidade da nação e a unidade territorial. Já a nível regional procura-se sustentar sua defesa sobre a questão financeira e sobre a necessidade de tal empreendimento, assim argumenta sobre a impossibilidade de tornar-se possível esse “fruto do espírito patriótico”.

Segundo Lenharo (1981), a “Marcha” foi armada para evoluir do domínio da lenda para o da legenda, do mítico para o simbólico, instrumento penetrante com os quais se articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada. Com o estabelecimento do Estado Novo e com o início da Marcha para Oeste, isso fica claro, pois nas palavras de Getúlio Vargas a ocupação dos espaços vazios é a “prova de uma concepção renovadora da pátria grande e forte. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e

⁹ Jornal O Popular: Ano VI, 27 de janeiro de 1944; Número 519, (CEDOC).

¹⁰ Jornal o Popular: Ano VI, 17 de setembro de 1944; Número 577, (CEDOC).

garantir a nossa expansão futura”.¹¹ Assim, o governo nacional tem o “propósito de impulsionar o Brasil como um todo orgânico e equilibrado”.¹²

Em um pronunciamento na nova capital goiana, Vargas avalia que os “vastos espaços despovoados”,¹³ a conquista territorial e a integração espacial do país tornam-se os principais elementos para o crescimento econômico. No sentido de ocupação desses espaços, é necessário eliminar as “ilhas, entremeadas de espaços vazios”¹⁴ em nosso território e sair do atraso. Segundo Lenharo (1981), o “passado é retificado, reinterpretado de modo a justificar as diretrizes do presente” (p.98). Desta forma, Vargas defende que “o programa de ‘Rumo ao Oeste’ é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura”.¹⁵

O interesse ao compor o discurso transborda a idéia exclusiva do nacionalismo, e parte para a preocupação com o desenvolvimento econômico e produtivo. Ou melhor, eles se interligam como meta comum para o projeto nacional, isto é, nas palavras do próprio presidente, fazer com que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo [...] um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras”.¹⁶

Conclusão

Além da formação de uma produção direcionada para o abastecimento do mercado interno. Esse é o caminho a ser percorrido pela região Centro-Oeste. É clara a perspectiva voltada para a busca de desenvolvimento econômico misturada ao viés nacionalista. Essa mistura se expressa em uma política nacional que procurava englobar todas as necessidades em um único objetivo: ocupar definitivamente o interior do país e levar o progresso à nação. Com a virada do eixo em relação ao setor mais privilegiado pelo Estado, a busca pela efetiva resolução do problema do abastecimento interno ganha grande importância, assim muda a perspectiva em relação a função do interior do país.

¹¹ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: Rumo ao Oeste: p. 149). Pronunciamento no Palácio do governo em Goiânia, a 7 de agosto de 1940.

¹² (idem).

¹³ GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais, 1943. (discurso: O verdadeiro sentido de brasilidade; p.151). Do improviso inaugurando, em Goiânia, a 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao Oeste”.

¹⁴ (idem)

¹⁵ (idem)

¹⁶ (idem).

A região Centro-Oeste além de ser um dos locais que contém os elementos que compõem a brasilidade, também seria – devido a suas capacidades naturais – o lugar que serviria de base material para o progresso da nação. Podemos perceber que há uma confluência de interesses, visto que além da idéia exclusivista de nacionalismo, existe também a preocupação com o desenvolvimento produtivo do país. Ou melhor, eles – nacionalismo e desenvolvimento – se interligam – através do discurso – como meta comum para o projeto nacional, fazendo com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras demográficas. Assim, a região Centro-Oeste surge como local para onde toda nação deve mirar seu impulso empreendedor. A fronteira é utilizada como matéria-prima – tanto como elemento histórico e como plano ideológico – para a elaboração de mitos. O ato de marchar para o centro, para o Oeste implica não somente a regeneração, mas o encontro com o próprio elemento nacional.

BIBLIOGRAFIA

- BORDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Tradução Fernando Tomaz.- 4ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- GUASTNI, Raul. O Ideário Político de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Empresa gráfica da “revista dos tribunais”, 1943.
- IBGE. Amazônia Brasileira: excertos da “revista Brasileira de Geografia”. Rio de Janeiro: 1944.
- LINHARES, Maria Yedda (org). História Geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária). Rio de Janeiro: CAMPUS, 1990.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LENHARO, Acir. Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- PALACÍN, Luis. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. HUCITEC: São Paulo, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e leitura. – 5ª edição – Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Coleção passando a limpo)
- VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato. São Paulo: DIEHL, 1976.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**ANNALES E NOVA HISTÓRIA: A GESTAÇÃO DE UMA HISTORIOGRAFIA
CONTEMPORÂNEA**

Gilmária Salviano Ramos¹
Catarina de Oliveira Buriti²
Prof. Gervácio Batista Aranha (Orientador)³

Resumo

No início do século XX, os geógrafos estavam produzindo o que a *Nouvelle Histoire* iria produzir posteriormente. Estavam colocando os problemas mais pertinentes para aquele momento, a partir do novo ponto de vista da ciência social. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a inovação da escrita da história só foi possível por meio da renovação de métodos e técnicas, por meio de um repensar da escrita da história a partir de conceitos e de questões (ou problemas) postas para a pesquisa histórica. Trata-se da possibilidade de uma história-problema ligada estreitamente à reconstrução do tempo histórico produzido pelos *Annales*. Essa inovação teórica depende de uma anterior reconstrução da representação do tempo histórico. Para tanto, este trabalho busca localizar algumas distinções construídas em torno da história tradicional e da nova história a partir da concepção de tempo histórico elegida pela Escola dos *Annales*. Tal reflexão busca perpassar algumas das inúmeras posturas inovadoras que inspiraram à maneira de como se construir a nova história, dentre estas, estão a história-problema, a história total, a interdisciplinaridade, o alargamento do campo das fontes históricas e o fato histórico como construções teóricas.

Palavras-chave: Annales; nova história; história-problema.

Para início de conversa podemos inferir que as ciências sociais são uma novidade na ordem do saber. O novo enfoque, o homem enquanto ser social, que deixa de ser considerado apenas sujeito, mero produtor da história e passa a ser alvo, objeto do conhecimento. As correntes quer irão marcar tal perspectiva são o positivismo, marxismo e historicismo. Todas as três buscam romper com o idealismo histórico e com a filosofia. Contudo não conseguem romper com esta última em sua totalidade, pois é somente com a escola dos *Annales* (1920/1968-69), que ocorre um rompimento no qual o homem deixa de ser somente sujeito do conhecimento e passa a ser objeto de investigação.

Fazer referência à escola dos Annales torna-se necessário neste trabalho, uma vez que sua emergência torna-se o marco, real e simbólico, de constituição de uma nova história, em contraponto aos postulados ditos rankianos, predominantes entre os historiadores de profissão até

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Aluna de Graduação em História. Bolsista de monitoria pela UAHG/UFPG.

a primeira metade do século XX.⁴ É neste percurso que o movimento dos *Annales* parece sofrer as cólicas de parto e dar a luz à chamada nova história. Os *Annales* têm uma historicidade; suas raízes são fincadas na geografia de Vidal de La Blache. A geografia, segundo Jacques Le Goff, “foi uma das primeiras ciências humanas a se renovar graças ao desenvolvimento da geografia humana”. Foi se constituindo enquanto ciência dos homens, “tal como a história nova”.⁵

Dividida em três fases distintas, os *Annales* marca o século XX no processo de sua estruturação e das inovações que se propõe no campo da história. É a partir deste século que se vai construir um novo campo do saber histórico.

São estas e outras questões como o postulado de uma história-problema, viabilizada pela abertura da história às temáticas e métodos das demais ciências humanas, em um constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico⁶ que buscou-se arraigar as primeiras sementes a partir do solo fértil das ciências sociais para se escrever a nova história. Tendo em vista tais questões, este trabalho visa responder o seguinte problema: que inovações foram propostas pela escola dos *Annales* com vista a fazer uma nova história?

Antes, porém, minha questão é: o que conceitua a nova história? Em uma definição concisa temos as palavras de José Carlos Reis. Segundo o autor, diante dessa nova postura, a ciência histórica incorpora o contexto das ciências sociais “abandonando” a metodologia das ciências naturais. Até o surgimento dos *Annales* (1920/1929), a história tradicional era submetida “vassalamente” pela metodologia positiva, inspirada nas ciências naturais. As críticas aos historiadores tradicionalistas eram ferrenhas, em especial por parte dos sociólogos durkheimianos, a exemplo de Simiand.

Mediante as insatisfações e querelas em torno da história tradicional que agonizava e se arrastava século afora, ganha fôlego precisamente em 1929, sob a inspiração de Lucien Febvre e Marc Bloch, uma decisiva mudança no modo de fazer história através da criação dos *Annales*, uma revista que mediavam os embates e combates entre historiadores, geógrafos e sociólogos, entre outros cientistas sociais. Esta revista foi “núcleo e ponto de encontro”,⁷ o ponto de cisão do desenvolvimento que conduziu a ciência histórica francesa a uma reestruturação no interior do saber científico, representando a adoção de novos métodos, técnicas, conceitos e categorias de análises.

³ O orientador é professor da Unidade Acadêmica de História e Geografia – UAHG/UFCG. Doutor em História Cultural pela UNICAMP.

⁴ Cf. Hebe Castro em “História Social”. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997:p. 45.

⁵ Cf. Jacques Le Goff em *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993:26.

⁶ Idem, ibidem, p.45.

⁷ Cf. Ciro Flamarion Cardoso em *História e Paradigmas Rivaís*. Op., cit. p. 7.

Mergulhando no coração desvelado dos *Annales* pode-se constatar as inúmeras mudanças ou inovações abordadas pela nova história. Diferentemente da história tradicional que no “país das maravilhas”, continuava embevecida pelo veneno da política e da religião e, ao mesmo tempo sob o antídoto das experiências histórico-culturais, a história que, até então se contentava com a narrativa dos fatos históricos singulares (elegidos nos moldes positivistas), passou a ser caracterizada por uma história-problema. Esta de mãos dadas com a chamada interdisciplinaridade,⁸ passou a enfatizar os fatos recorrentes ao lado dos singulares; provocando rachaduras nas “muralhas” do cotidiano e, ao mesmo tempo, fazendo releituras sobre o homem comum.

Nesta perspectiva, a inserção da história-problema no currículo da disciplina histórica foi possível porque, talvez tenha partido de uma operação histórica, isto é, tanto Lucien Febvre como Marc Bloch perceberam a necessidade de combinarem dados, a partir do que Certeau chama de lugar social de onde se encontravam, com suas práticas ‘científicas’ e uma linguagem e escrita capaz de legitimar a história no campo institucional, ao passo que dava sentido à nova prática de construir o saber histórico.⁹ Assim, a história-problema se constituiu enquanto uma tese inovadora, obedecendo a regras próprias e que irá dimensionar o trabalho do historiador.

O projeto dos *Annales*, conforme afirma Reis, foi composto por uma dupla ambição: tanto de cunho epistemológico quanto institucional. Significa afirmar que no campo epistemológico se camuflou com as indumentárias das ciências sociais, sufocando as críticas, especialmente dos sociólogos; no institucional, assegurou a hegemonia da história enquanto ciência.

A inovação no campo da história vem se opor ao caráter narrativo da história tradicional. A narrativa tradicional se configurava na organização do caos dos chamados fatos históricos em uma sistematização tal qual já se conhecia o seu resultado antes mesmo de tê-la concluída.¹⁰

Diferentemente da narrativa tradicional, o que se leva atualmente em consideração na pesquisa, é o que e como o pesquisador organiza seus dados (fonte e teoria), os métodos e as técnicas que utiliza para trabalhar sua problemática, ou seja, é o processo pelo qual encaminha

⁸ Reis afirma que a interdisciplinaridade foi proposta por Febvre, ele a considerava como sendo o ‘espírito’ dos *Annales*, uma vez que concretizou a opção da história pelo ponto de vista da ciência social e afastou definitivamente da filosofia. O autor afirma que a partir do momento que a história une-se às ciências sociais, ela constrói seu objeto, põe problemas e levanta hipóteses, usa conceitos e técnicas das ciências sociais, na perspectiva de tempos de longas durações. Cf. REIS, José Calos. “O surgimento da ‘Escola dos Annales’ e o seu programa”. In *A escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000:81.

⁹ Ver Michel de Certeau em “Operação historiográfica em que discute o lugar social de quem escreve, os objetivos com que escreve e para quem escreve. In *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes, revisão técnica de Arno Vogel.- 2 ed.- Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000:66.

¹⁰ Cf. Reis. Op., cit., p. 73.

seu problema e os recursos que o ajudam a tentar responder a questão ou fundamentar suas hipóteses. Deste modo, o resultado final não é normalmente o esperado em uma pesquisa, mas como ela vai sendo fundamentada, elaborada, arquitetada e, bem como o que ela traz de novo em relação àquilo que já se tem escrito no campo do conhecimento.

Tais questões constituíram a nova história, inovando e ampliando os conceitos sobre fato e fonte históricos; o fato, nos moldes positivistas, se configura como sendo o acontecimento singular, relatado de acordo com os documentos oficiais; geralmente de caráter político, que supostamente se destacaria entre os demais acontecimentos sócio-culturais. O fato era algo dado no documento;¹¹ ele se figurava enquanto sinônimo de veracidade, de autenticidade e de legitimação. A explicitação do fato enquanto uma construção não é admitida pelos historiadores tradicionalistas, embora haja a intervenção do historiador na construção deste mesmo. Já na história-problema, o fato ganha outro significado, ele não é algo imposto, mas uma construção histórica, que tem inscrita a objetividade e subjetividade de quem o produz ou seleciona. Os fatos históricos são agora, constituídos pela inserção de um sentido na ‘objetividade’. “Eles enunciam, na linguagem das análises, verificáveis’, mas apenas ‘falsificáveis’ graças a um exame crítico”.¹²

O “fato” recebe outros significados ao passo que se estuda o tempo dado nele mesmo, através da sistematização de teorias e conceitos elaborados, problematizando tais conceitos e contrastando-os com outros. Como menciona José Carlos Reis, a história adota o ponto de vista das ciências sociais se recusando a continuar submissa aos nacionalismos guerreiros, expansionistas, tornou-se um conhecimento distanciado, ‘objetivante’ dos conflitos e tensões sociais, políticas e culturais.¹³

Quanto à inovação do conceito *fonte histórica*, percebe-se que este sofre um alargamento, isto é, enquanto que a história tradicional reconhecia apenas como fonte histórica os documentos escritos, ditos oficiais, a nova história adota, a partir de Febvre, uma nova concepção de fonte que vai desde um utensílio doméstico até um vestígio do inconsciente coletivo, isto é, os vestígios da passagem do homem. Para tanto, toda forma de escrita como um poema, um quadro, um drama, materiais arqueológicos constituirão fontes riquíssimas para o historiador.¹⁴

A nova história representa uma ruptura da filosofia sobre os estudos históricos e sua questão principal é a opção pelo apoio teórico das ciências sociais. O homem deixa de ser aquele sujeito supostamente neutro e passa a ser visto como integrante da história, passa a se envolver

¹¹ Ver discussão que Reis faz sobre o conceito de fato histórico como construção em “O surgimento da escola dos Annales”. Op. cit. p.76.

¹² Cf. Certeau. Op.,cit.p.67.

¹³ Idem, ibidem,p.69.

¹⁴ Cf. Reis. “O surgimento da escola dos Annales e o seu programa”. Op., cit., p. 77.

na pesquisa não apenas como produto, mas produtor desta mesma história em que a constrói e é construído por ela.

Os *Annales* rompe com as estruturas, com os modos de produção. Muda-se categorias como as noções de história e de documento. A noção de fato toma outros desdobramentos, passa a ser o evento, este entendido como manifestações elegidas como importantes. E falando em evento não poderíamos deixar de falar em tempo.

A concepção de *tempo histórico* com os *Annales* veio ampliar as possibilidades de se construir história, principalmente porque a noção de tempo histórico estava ultrapassada em virtude do desenvolvimento científico, marcado pelo surgimento das ciências sociais. Isto porque tal noção não era mais adequada aos novos desafios postos pela história efetiva no que diz respeito às diversas realidades que aceleravam o século XX, tal como o agonizante projeto da razão e o progresso tecnológico arruinado com as guerras mundiais, a guerra fria, etc. A emergência da história efetiva se figurava na urgência de se adaptar a história às novas realidades.¹⁵

O tempo histórico defendido pela historiografia tradicional continuava sob a influência da filosofia, embora se pretendesse científico e, dessa maneira, ignorava-se o evento intelectual da passagem do século que figurava na perspectiva das ciências sociais.

Nesse sentido, a concepção do objeto da história e os métodos regressivos, propostos por Marc Bloch, vão edificar novos conceitos sobre a temporalidade da nova história. É através dos *Annales* que ocorre uma mudança de rumos na forma de pensar e escrever história. Segundo as proposições de Bloch, passa-se a estudar o homem em seu meio social conforme o seu tempo e a diversidade que o engloba. É aí, que talvez se insinue a pretensão da história, isto é, apreender o homem a partir de estudos e pesquisas comportando uma série de matizes como percebê-lo na sua duração, na sua temporalidade e no espaço em que este faz parte. Trata-se de um procedimento metonímico; o historiador parte para uma viagem no tempo, deixa o presente tendo em vista “encontrar-se” com o homem no passado, demarcando sua época, sua duração e bem como os fenômenos que o influenciaram ou não. A proposta de uma história-problema levada a efeito pelos fundadores da Escola dos *Annales* permite-nos compreender o papel que o historiador deve exercer na sociedade do seu tempo; quem desempenha tal ofício deve entender o fato de que o conhecimento da história pode proporcionar os meios para um novo agir humano e que “o erudito que não tenha o gosto de olhar à volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, merece talvez, que lhe chamem um prestigioso

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 68.

antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador”¹⁶. Essas reflexões propostas por Marc Bloch leva-nos a perceber que à medida em que o historiador recorta um acontecimento passado, esse recorte carrega as marcas do seu presente; as perguntas que ele faz são uma escolha que reflete os problemas que o envolvem em sua vida cotidiana. Na concepção de Bloch, o saber histórico é um saber politizado pelo fato de o historiador fazer essa “viagem” ao passado a partir de questionamentos que o presente lhe coloca. Dessa forma, o saber histórico adquire uma conotação bem diferente do que se fazia presente nas postulações dos que se filiavam à erudição. Para Bloch, o erudito pode ser considerado um “antiquário”, mas jamais um historiador na verdadeira acepção da palavra. Este só pode ser considerado enquanto tal, quando inserido no seu tempo de maneira que antes de voltar seu olhar para o passado, veja a necessidade de olhar a sua própria volta, problematizar o contexto no qual está inserido, os acontecimentos; que o historiador seja conhecedor dos homens de seu próprio tempo¹⁷.

É a partir desta questão que emergem os problemas de pesquisas da história. Se antes os estudos da história consistiam em enaltecer os eventos políticos ou os grandes vultos diplomáticos e religiosos, em um tempo curto, constituído através da narrativa, a partir dessas proposições, Febvre se propõe a fazer uma história sincrônica de seus objetos, utilizando termos como ‘Estrutura mental’ e ‘estrutura social’. O projeto de Febvre de propor a escritura de uma história das mentalidades, já na década de 1930, que foi solapado durante a chamada Segunda Geração dos Annales ou a chamada *Era Braudel*, teve seu retorno na década de 1960, com o movimento dos Annales em sua terceira geração, no interior da qual alguns historiadores como Robert Mandrou rompe com Braudel – este propunha a inovação no movimento dos *Annales* – defendendo o que chamava de “estilo original” em que a psicologia histórica ou a história das mentalidades *à la Febvre* desempenhava um importante papel. Jean Delumeau, que iniciara a carreira como historiador socioeconômico, voltou-se para a psicologia histórica, no sentido febvriano do termo, e escreveu uma ambiciosa história do medo e da culpa no Ocidente, discriminando “os medos da maioria” (o mar, fantasmas, pragas e fome) dos medos da cultura dominante (satã, judeus, mulheres – principalmente feiticeiras).¹⁸

Outrossim, enquanto que a história tradicional se configurava mediante um caráter narrativo, obedecendo a uma cronologia baseada em documentos oficiais, escritos de maneira linear e evolucionista, privilegiando apenas os fatos singulares, normalmente os políticos, a

¹⁶ Cf. BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. 4.ed.Lisboa: Europa-América, s/d.

¹⁷ Cf. Gervácio Batista Aranha. *A História renovada: a emergência de novos paradigmas*. In: *Saecullum*: revista de história. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, Dez. 2000.

¹⁸ Cf. BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997, p. 84

história-problema vem rasgar o véu e fazer enxergar que seria impraticável narrar os fatos tais quais foram registrados. Assim, ocorre uma quebra nas crenças utópicas da história tradicional.

O mito da neutralidade é outra utopia quebrada pela suposta objetividade defendida pela história positivista, visto que o historiador escolhe o que quer estudar; ele seleciona os dados que tem mais afinidade conforme o lugar social que foi construído, seja através da educação que recebeu, da religião que o domou, seja através das experiências culturais que o marcaram ou não.

Neste sentido, o mito da neutralidade que não permitia ao historiador exteriorizar a sua opinião foi sendo engolido pelas cólicas que acabaram dando a luz à história-problema. Esta, enquanto autônoma de “nascença”, alforriou o historiador e este passou a eleger seu objeto de estudo no presente transpondo-o para o passado, deixando sua crítica inscrita no “monumento” de papel. O historiador, agora, respaldado pela sua carta de alforria, dar cambalhotas nos conceitos, na sua problemática, nas hipóteses que levanta; explicita com toda liberdade os documentos, a metodologia que utilizou, bem como o lugar de onde fala.

Isto é o que vai marcar o distanciamento entre a história tradicional, ao passo que aproxima a história-problema, visto ser dois caminhos que não se cruzam. Para Febvre, a história-problema não se fecha em capas, mas deixa ser vista, ser aberta com um leque de possibilidades. A história inovada pelos Annales aderiu à intercomunicação com outros dialetos, isto é, com outras formas de linguagens, as das ciências sociais.¹⁹

Outra questão é a mudança nos objetos a partir desse novo processo que se fundamenta na teoria, na conceituação e no tempo, na periodização que se estuda. É a experiência auferida pelo homem que vai dar lugar para ser historicizado, construído em um tempo mais longo e de maneira mais estável.

Com a história-problema, o historiador escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir de suas inquietações no presente. Deste modo, o texto histórico torna-se com efeito uma construção teórica e não o resultado de mera compilação de dados objetivos de um processo exterior organizado em si.²⁰ Sem problema a se responder, não há um caminho, um ponto de onde se possa começar a tecer um fio que vai dar a uma formulação teórica ou uma elaboração histórica.

Se antes a história tradicional obedecia a um tempo linear, evolucionista e mecanicista, fundamentada nos chamados documentos oficiais, agora, a história parte para o tempo das longas estruturas.

Com o surgimento da história-problema ocorrem mudanças quanto a essas definições, pois seria impossível o historiador manter-se neutro, tendo em vista que tal processo fazia parte

¹⁹ Idem, *ibidem* p.75.

de uma construção histórica. A história-problema veio delimitar o objeto do historiador e ampliar sua investigação. O papel que a história-problema se propõe a fazer é procurar responder um problema frente a um tema, enquanto que o historiador não somente elege o seu objeto, mas imprime, de maneira explícita, sua subjetividade, ou melhor, deixa aí, impressa suas contribuições, o seu parecer, definindo espaço e tempo, as teorias utilizadas, os métodos, as técnicas que foram escolhidas, etc.

Outra questão diz respeito à chamada “história-total ou global”. É a pretensão de Febvre e Bloch de querer abranger uma dada época. Segundo Reis, a expressão história total ou global apresenta dos sentidos, pois quer dizer, “tudo” e “todo”, assim, teriam que considerar em um primeiro momento que “tudo” é história, isto significando que não há mais territórios que o historiador não possa devastar. E, no segundo momento, seria ambição de apreender o “todo” de uma época, sociedade, o que levaria a uma possível contradição com a história-problema.²¹

Febvre afirma que, se a pretensão de se abranger o “tudo” se faz sob o signo da história-problema, não seria uma estratificação do conhecimento, mas um debate entre historiadores, sobre bases intelectuais e objetivas sólidas. Tal questão parte da idéia de que no momento em que dois pesquisadores abordem um mesmo tema e ancorem a resultados similares e, nessa ordem os resultados forem diferentes, implica-se dizer que houve uma problematização diferente, com hipóteses diferentes. Não sendo os resultados, necessariamente comuns, embora ambos abordem uma mesma temática.²²

A segunda questão está ligada à interpretação da história “total”, que implica no conhecimento do “todo”. Segundo Reis, adotar esta perspectiva é enveredar pelas águas profundas da história tradicional filosófica.²³

Segundo Foucault, pretender conhecer uma época na sua totalidade é presumir sua “continuidade, sua estruturação em torno de um princípio unificador”, homogeneizador. Assim a história “global” pode ser contaminada pelos pressupostos tradicionais, isto é, o de uma coerência, de uma continuidade, o que levaria ao seu uso ideológico.²⁴ Nesta proposta, o historiador deveria procurar nas partes, a existência do todo, ou melhor, o “fato” global que supostamente ligaria todas as partes que constituem uma totalidade.

Para Foucault, o projeto de uma história global se configura em uma “aspiração irrealizável”. A proposta de uma história global, segundo ele, se figura na “restituição do conjunto de uma civilização, do princípio de uma sociedade”, é pretender dar significado comum

²⁰ Cf. Reis. Op., cit., p.p.74-75.

²¹ Idem, Ibidem, p.78.

²² Idem, ibidem, p.79.

²³ Cf. Reis, idem, ibidem, p.79.

²⁴ Cf. Foucault apud Reis. Op., cit., p. 80.

a todos os fenômenos de um período, “da lei que dá conta de suas coesões, do “rostro” de uma época”.²⁵ Ou seja, tal pretensão se constitui enquanto uma “impossibilidade total”.

Mas Foucault não nos deixa sem resposta, isto é, sem possibilidades de se escrever uma história global, ou melhor, a questão é, em vez de se adotar a concepção de uma história global, o que, segundo ele, tornou-se problemática, uma vez que ela “define limites, desníveis, defasagens especificidade cronológica”, deve-se adotar o que chama de “história geral”, objetivando não cair em uma “pluralidade de histórias justapostas e independentes umas das outras”. A história geral, segundo Foucault, seria entendida como o “estabelecimento de correlações entre séries diferentes, formando ‘séries de séries’, quadros”.²⁶

Para ele, se ‘uma descrição global concentra todos os fenômenos em um centro único-princípio, significação, espírito, visão do mundo, forma de conjunto; uma história geral revelaria ao contrário o espaço de uma dispersão’.²⁷

Nesse contexto, é importante destacar Michelet no século XIX como referência obrigatória para os defensores da *Nova História*, de maneira particular pelo fato de seus projetos se imporem como uma das matrizes dessa “nova” corrente historiográfica que emerge no século XX. O fato é que Michelet já desenvolvia a idéia de uma apreensão “total” do passado, uma ressurreição integral dos acontecimentos. Censurava os seus colegas por não terem o sentido das totalidades históricas e privilegiarem o político à custa de outras instâncias da realidade, por só terem pontos de vista fraccionados, que os levam a isolar objectos de estudo (a raça, as instituições, etc.) sem compreenderem as inter-relações entre os diferentes domínios. Para Michelet, tais fatores contribuem para que se perca de vista a “harmonia superior”, em linguagem moderna, a preocupação do global.²⁸ Essa preocupação de Michelet em apreender a totalidade do passado permeia os ideais dos fundadores da Escola dos *Annales*. Somente na década de 1960, com a emergência dos novos paradigmas historiográficos, quando a escala dos recortes espaço-temporais é reduzida, é que a história passa a ser estudada e compreendida através de “migalhas”. Dessa forma, com a nova história assistimos a passagem da história total à história em migalhas, havendo uma fragmentação dos objetos da análise histórica, alvo de muitas críticas por parte de alguns historiadores e também das avaliações historiográficas daqueles que enfatizam uma “traição” das gerações mais recentes em relação às propostas

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Cf. REIS, José Calos. “As diversas fases da escola dos Annales: continuidade ou descontinuidade?” In *A escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.124.

²⁷ Apud Reis. Op., cit. idem, *ibidem*.

²⁸ Cf. Guy Bourdê; Hervé Martin. *As escolas históricas*. Lisboa-Europa-América, S/D. p.84

iniciais dos “pais fundadores” dos *Annales*. Mais que “traições”, talvez fosse melhor entender escolhas: recusas e preferências, seleções²⁹.

Uma outra contribuição de Michelet para a nova história diz respeito à “viragem antropológica” levada a efeito pelos historiadores da *Nouvelle Histoire* ou nova história cultural francesa em meados dos anos 1970. É o momento em que o historiador se aproxima da antropologia cultural ou simbólica para estudar o cotidiano dos personagens. Alguns até falam em termos de uma “antropologia histórica”. André Burguière ressalta que, desde a constituição da Escola dos *Annales* assistimos não ao nascimento, mas ao renascimento da história antropológica, pois no século XIX já havia certo Michelet que abordava a realidade histórica de um ponto de vista antropológico, por exemplo, quando mostrava os efeitos de uma moda alimentar, como o consumo de café, sobre a sensibilidade e o comportamento das elites na sociedade francesa do século XVIII.

O historiador que pretende abordar a história da vida cotidiana de determinada comunidade, para que através desta possa dar conta das multidimensões da realidade social, deve trabalhar com as fontes partindo de uma reflexão etnológica, através da qual utiliza a distância que percebe entre sua própria cultura e a de seu terreno de observação para se desembaraçar de suas próprias categorias e reconstituir o sistema lógico da sociedade que se propõe estudar. A antropologia histórica pode ser definida como uma história dos hábitos: hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos, mentais, etc. Seria próprio da antropologia histórica estudar os fenômenos através dos quais se designam uma sociedade e uma cultura: fenômenos não significantes, mas significados, digeridos e interiorizados pela própria sociedade.³⁰

Nesse sentido, a nova história configura-se em um campo de saber inovado, atualizado e pautado sob novos conceitos, métodos e técnicas das ciências sociais correlacionadas com a problemática do homem enquanto objetos de uma dada sociedade, procurando-o nas estruturas mentais e sociais, apoiadas pela interdisciplinaridade para dar ou não respostas a época em que se insere. A inclinação dos *Annales* pelas “estruturas inconscientes” do homem é o que vai definir o ponto de vista da ciência social em oposição ao ponto de vista da filosofia.

Neste sentido, a nova história pode ser definida, em linhas gerais, como uma área do saber inovada, regida a partir dos postulados das ciências sociais, voltada para a problemática do homem enquanto objeto social. A história não é mais o lugar da tradição, da tranquilidade, da unidade, mas da dispersão, da incerteza, das discontinuidades, é o lugar do(s) outro(s). Enquanto

²⁹ Um exemplo deste tipo de crítica pode ser encontrado na obra de François Dosse *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio/Ed. Unicamp, 1992.

³⁰ Cf. André Burguière. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques et. alli. *A nova história*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

que, o historiador não é mais aquele sujeito consciente em busca da liberdade, da segurança de um domínio, mas sua liberdade consiste, entre outras coisas, em um retorno ao passado com problemáticas que até então estavam fadadas pela historiografia tradicional. Agora, ele trapaceia os normatizações científicas e faz releituras, ressignificando suas temáticas, tomando por base diferentes pontos de vistas como diria Deleuse; invertendo os códigos lingüísticos, inventariando novas maneiras de ver e dizer o seu objeto de estudo com base nas principais questões e problemáticas que se coloca a partir das experiências de seu próprio tempo e configuração histórico-social.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Consumo de Maconha no Estado Novo: Fator de Degradação da Raça

Gisele Daniela Silva Fernandes & Ueber Souto Vale
uebersv@hotmail.com

Este trabalho, ainda inconcluso, pretende abordar a instituição de políticas nacionais de combate ao tráfico e uso de entorpecentes no Brasil durante o Estado Novo. A partir da análise de trabalhos científicos coevos e ações do Estado Nacional, procuraremos estabelecer as relações entre as teorias eugênicas, fundamentais para a construção de um conceito ideal de nação e as leis e medidas coercitivas do Governo Federal em prol da eliminação do consumo de drogas.

No esforço de centralizar o poder e as ações políticas sociais, o Estado Novo insere o consumo de maconha pelas camadas mais pobres da sociedade no rol dos problemas de saúde pública. A maconha é apontada como mais um fator de degradação da raça, ameaçando os planos do governo de construção de uma nação eugênica, ou seja, a formação de um brasileiro moderno e produtivo.

Sob o argumento de incompetência dos estados, principalmente os do Norte e Nordeste, nas políticas de combate aos entorpecentes, a União se apresenta como única instituição capaz de levar a cabo um projeto verdadeiramente eficaz de combate à disseminação do uso da maconha ao longo do território nacional.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O movimento estudantil: a participação do estudante da fundação da UNE
à Ditadura Militar***

Gislene Edwiges de Lacerda **

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em realizar um resgate e um debate em torno do movimento estudantil no Brasil, a começar pela estruturação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1938 até o período da ditadura Militar, apontando seus momentos de maior destaque e a evolução de suas lutas. O ME constituiu-se um dos movimentos sociais mais expressivos na sociedade atual trazendo consigo um histórico de intensa militância política. Diante disso, cabe-nos analisar toda essa trajetória do ME através da UNE, refletindo sobre sua função e motivação nesse desempenho.

Introdução

Num período da nossa história muito se reproduziu a idéia de desorganização dos estudantes que são vistos como desordeiros e irresponsáveis, principalmente por serem jovens. Alguns também consideram que pela rápida passagem do estudante na vida universitária eles não conseguiriam articular um movimento político realmente organizado que conseguisse perdurar ao longo do tempo e que suas lideranças tenderiam a desaparecer posteriormente, pois, perderiam seu “ardor juvenil” e a sua vontade de fazer justiça¹.

Mas, de acordo com Antonio Mendes Junior, os estudantes tiveram papel fundamental na história brasileira e se constituíram como iniciadores de uma série de mudanças políticas através de suas campanhas e movimentos. Podemos citar nesse caso Albuquerque:

*Artigo a ser aproveitado pela comissão organizadora do Seminário Nacional de História da Historiografia.

**Bacharel e licenciada em História pela UFJF e estudante da especialização Ciências Humanas, Brasil: Estado e Sociedade, pela UFJF.

¹ ALMEIDA, Junior Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. SP.: Brasiliense, 1981. p.7.

o movimento estudantil não constitui uma base para um movimento social, mas o movimento estudantil pode ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza, de acordo com os temas que propõe e as alianças que é levado a travar com organizações políticas ou sindicais. Ademais o movimento estudantil aparece como o único setor das camadas media urbanas organizado politicamente.²

Como podemos ver, Alburqueque acredita que o movimento estudantil é um movimento organizado e o coloca como um dos únicos que consegue tal grau de organização. O autor afirma que desde o início do século XX o Movimento Estudantil foi ativo e marcou presença no cenário nacional político latino-americanos e que muitos dos dirigentes políticos que fizeram parte da historia mais recente da América Latina começaram sua militância no Movimento Estudantil.

Portanto, o que pretendemos com esse artigo é fazer um resgate e um debate sobre os momentos do movimento estudantil a começar pela estruturação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1938 e chegar até o período da ditadura no Brasil. Percebendo seu processo de mudança e a mobilização dos estudantes ao longo da história.

1. Da organização da entidade ao Golpe de 64.

Até 1937, as entidades estudantis existentes eram carentes de uma expressividade nacional. E segundo dois importantes autores deste movimento, Artur Poerner e Antônio Mendes Júnior, não foram poucas as tentativas para se unificar a massa estudantil.

(...) que se pode notar é que, até 1937, as entidades estudantis surgidas pecavam, ou por possuírem um caráter local, carecendo, pois, de expressividade nacional, ou por seu fôlego curto, surgindo e desaparecendo, muitas vezes sem deixar qualquer rastro³.

A Casa do Estudante era um órgão “para-oficial” e apolítico, criada em 1937, tratou logo de eleger sua primeira diretoria, presidida pelo estudante mineiro José Raimundo Soares, que teve a responsabilidade pela convocação do 2º Conselho.

a verdadeira UNE, que veio a representar politicamente a juventude universitária brasileira, só surgiria realmente com a sua separação da CEB e a realização do II Congresso Nacional dos Estudantes (...) em dezembro de 1938. De acordo com os dados disponíveis, o congresso só se efetivou pelo árduo trabalho de lideranças

² ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Movimento estudantil e a consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.69

³ ALMEIDA, Junior Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.35

estudantis estaduais e ‘apesar’ da atuação da presidente da CEB, que temia a politização acadêmica e a transformação da UNE numa entidade de luta, ao invés de simplesmente uma entidade de representação formal dos estudantes⁴.

Se com a instalação do II Congresso Nacional dos Estudantes, nasce a União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão máximo de representação estudantil, a entidade começa a funcionar no prédio da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, sob a direção de Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça.

Em 1939 a primeira diretoria da UNE passa então a coordenar, com total insuficiência de recursos, as atividades das organizações estudantis em todo país e neste mesmo ano, a UNE é despejada da sede da Casa do Estudante do Brasil. Os estudantes reúnem-se no III Congresso da UNE e elegem presidente o paulista Trajano Pupo Neto. Entre outras medidas, cria a carteira única do estudante e solicita ao governo federal o reconhecimento da UNE como entidade oficial máxima de representação estudantil.

Com o passar do tempo a UNE vai se envolvendo em movimentos importantes. Durante a Segunda Guerra Mundial, em pleno Estado Novo, os estudantes brasileiros iniciam campanha contra o nazi-fascismo e pela redemocratização nacional. No ano seguinte, o movimento se intensificaria e passaria a exigir o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo. Já em 1942, dando continuidade à campanha contra as potências do Eixo, os estudantes tomam o prédio onde funcionava o Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132. Neste mesmo ano, realizou-se o 5º Conselho Nacional dos Estudantes, onde é eleito Hélio de Almeida.

O certo é que o movimento estudantil começava a desempenhar um papel político de destaque, e não poderia aceitar uma provocação de tal ordem como a proposta pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, de criar a Juventude Brasileira, na sede da UNE. Hélio Almeida se demite e cria situação de impasse. O Ministro Capanema, diante das reações vindas de todos os pontos do país, revoga sua decisão, mas exige que Hélio se mantenha fora da Presidência. Mas este seria, apenas, um detalhe pouco significativo para uma geração que, devidamente organizada em uma entidade nacional, estava pronta para intervir no seu tempo e na sua história.

⁴ Idem. p. 38

A essa altura, porém, por uma questão de coerência, o movimento estudantil assume uma postura anti-vargas. E o primeiro "combate" se dá no dia primeiro de novembro de 43, quando, pela Constituição do Estado Novo, deveriam ser realizadas eleições. Os estudantes promovem, então, a "Passeata do Silêncio", que foi violentamente reprimida e teve a morte do estudante Jaime da Silva Teles. A partir daí, todas as manifestações que pediam a volta do Brasil à normalidade democrática encontraram total apoio dos estudantes.

Já em 1949 é realizado, na Bahia, o XII Congresso da UNE. Os estudantes ligados a Paulo Egydio Martins, tentam conquistar a hegemonia no movimento estudantil, mas é eleito para a presidência da UNE o socialista Rogê Ferreira que renuncia ao mandato três meses antes de seu término. Convoca-se, então, uma reunião extraordinária do conselho da UNE, que elege José Frejat para concluir o mandato de Rogê Ferreira. Encerra-se, assim, a fase da hegemonia socialista no movimento estudantil⁵.

Com o XIII Congresso da UNE, que elege Olavo Jardim Campos presidente da entidade começa a fase de domínio da direita na UNE, onde ela se atrelou aos interesses governamentais, e a sua presidência inaugura a chamada "fase negra da UNE". Olavo atuou como testa de ferro de Helen Rogers que era agente do Departamento de Estado que controlou, durante todo o ano de 1951, o movimento estudantil no país⁶.

O departamento dos Estados Unidos, encantado, financiava viagens ao paraíso capitalista para lideranças estudantis, ao mesmo tempo em que enviava para cá estudantes norte-americanos, que, a pretexto de intercâmbio, funcionavam como verdadeiros agentes do imperialismo ianque⁷.

"Mas não foi sem luta que a esquerda perdeu a presidência da UNE", afirma Antonio Mendes Junior, importante historiador desse movimento. Segundo o autor, nesse período a participação universitária na campanha nacionalista do petróleo perdeu praticamente toda a sua força mas não foi abolida por completo.

Vários outros presidentes da UNE que seguiram após essa fase fizeram cumprir o Programa Nacionalista da entidade. Marcos Heusi, por exemplo, organizou a

⁵ <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/cenasdoseculo/nacionais/une.htm>

⁶ ALMEIDA, Junior Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.p. 56

⁷ Idem. p.55

campanha contra a América Can, uma indústria norte americana de latarias que colocavam em risco a indústria nacional. João Manuel Conrado, eleito no congresso XXII da UNE, em sua gestão iniciou a luta contra o projeto denominado Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este projeto propunha um desaparecimento do ensino público e gratuito.

Diante da conjuntura política em que a campanha eleitoral para a presidência da republica agitava o cenário nacional, a gestão do baiano Oliveiros Guanais acabou sendo pouco significativa. Havia uma disputa entre o Marechal Henrique Teixeira Lott, candidato pelas forças nacionalistas e Jânio Quadros, apoiado pela reacionária UDN. E esta disputa absorvia a todos, povo e movimentos sociais que não tinham espaço para atuação.

Neste momento, após a vitória de Jânio Quadros, quem ocupava a presidência da UNE era Aldo Arantes. Ele pertencia à corrente política conhecida como Ação Popular (AP) que se tratava de “uma dissidência de esquerda da antiga Juventude Universitária Católica (JUC), que sofrera um processo de radicalização política, deslocando-se para posições mais revolucionarias e entrando em conflito com o clero conservador e burocrata”⁸.

A Ação Popular foi ganhando prestígio devido às suas posições, e foi ganhando influência também no meio universitário, tanto é que chegou à presidência da entidade. Segundo Arthur Poerner,

A ação Popular sustentava que não existia, no Brasil, um partido revolucionário, do qual ela exigia os seguintes requisitos: existência de uma ideologia verdadeiramente revolucionária; ação de presença constante junto à massa; a real participação no partido, de militares da extração social dominada. De acordo com o pensamento da AP, os grupos existentes seriam, então, pré-revolucionários, e tenderiam a se unir através do trabalho político e agitação, numa entidade autenticamente revolucionária⁹.

Nos anos 60, a UNE, somada às UEE's, representações estaduais de estudantes universitários, coloca-se ao lado dos movimentos populares. Neste momento o país atravessa um processo de transformações sociais, com movimentos trabalhistas e sindicais apoiados pelos partidos de esquerda. Cresce a instabilidade política quando Jânio Quadros renuncia e sobe ao poder o petebista João Goulart.

⁸ Idem. p. 60

⁹ POENER, Arthur. **O poder jovem**. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1979.

Ao final da gestão de Aldo Arantes, ainda em 1962, a luta pela Reforma Universitária veio a ter expressão através de uma greve geral conhecida como Greve de um Terço. O movimento recebeu essa denominação porque sua reivindicação básica era que os estudantes passassem a ter representantes nessa proporção em todos os órgãos colegiados de direção das Faculdades e Universidades, ou seja, nas congregações, nos conselhos universitários e nos conselhos técnicos¹⁰.

2. O movimento Estudantil na Ditadura Militar.

Com o golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, o movimento estudantil passa a ser visto como uma ameaça à nova ordem estabelecida pelos militares. Os estudantes organizados pela UNE e pelas UBE's eram vistos como setores de esquerda, comunista, desordeira e subversiva. Por isso não demora muito para os militares começarem a tomar decisões a fim de acabar com o movimento. O regime militar se utilizou de IPM's (inquéritos policiais militares) e de uma legislação estudantil afim de acabar com a UNE.

Vale ressaltar o papel desempenhado pelo IPES (Instituto de Políticas e Estudos Sociais) que foi criado em 1961 por um grupo de empresários, o IPES teve como principais objetivos impedir a solidariedade da classe operária; conter a sindicalização dos trabalhadores rurais e a mobilização dos camponeses; apoiar as facções de direita dentro da Igreja Católica; dividir o movimento estudantil; bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e nas Forças Armadas; mobilizar a alta oficialidade militar e as 'classes médias' para a desestabilização do regime 'populista'.

No caso específico do segmento estudantil, a ação do setor já foi objeto de alguns estudos. IPES buscava realizar uma campanha de contenção e desagregação dirigida especialmente contra a UNE. Financiava chapas para disputar as eleições estudantis, patrocinava viagens de estudantes aos Estados Unidos, infiltrava pessoas no meio militante. Além destas iniciativas, o IPES estimulava publicações contra a esquerda estudantil e a UNE. Um exemplo ilustrativo foi 'UNE – Instrumento de Subversão'. Produzido em 1963, o livro foi uma tentativa de deslegitimar a UNE perante a opinião pública.

¹⁰ ALMEIDA, Junior Antonio Mendes de. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.p. 66.

O IPES produziu diversos filmes. Em geral projetados antes de películas comerciais em cinemas mas também em Faculdades e com roteiros itinerantes, estas obras possuíam alto teor anti-comunista e visavam, no caso estudantil, relacionar a ação dos estudantes sendo resultante da infiltração da esquerda que desviava-os do seu propósito central, qual seja, estudar e não ‘fazer política’. Um deste filmes traz um título bastante revelador: Deixem o estudante estudar¹¹.

Já em 64 os militares incendeiam a sede da UNE e invade a Faculdade Nacional de Direito, destruindo documentos do movimento. Tanques metralham a fachada do prédio com os estudantes dentro e um grupo de militares tentam incendiar o prédio, mas são impedidos pelo capitão Ivan Proença, que acaba sendo expulso das Forças Armadas por causa disso.

Em 1965 a Lei Suplicy Lacerda, ou como foi conhecida popularmente por Lei da Mordação, torna o movimento estudantil ilegal, estabelecendo que todas as representações estudantis estariam submetidas ao MEC. Essa lei também extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEE’s) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE).

A Lei impunha o voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades – além do DNE e DEE, os Diretórios Acadêmicos (DA’s) e Diretório Central dos Estudantes (DCE’s) -, dava poderes ao Ministério da Educação ou Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Em síntese, buscava acabar com a autonomia das entidades estudantis. Porém mesmo na ilegalidade os estudantes continuam a atuar e organizar passeatas em todo o país em protesto a Lei, que foram duramente reprimidas.

Mesmo na ilegalidade o movimento consegue organizar o XXVIII Congresso da UNE em Belo Horizonte no porão da Igreja São de Francisco em 1966. Nesse congresso o mineiro José Luís Moreira Guedes é eleito presidente da UNE.

No congresso de 67, que acontece no Convento dos Dominicanos em Valinhos, São Paulo é eleito como presidente Luis Travassos. Quando a polícia chega no local os estudantes já tinham ido embora, mas vários freis são presos e a polícia depreda por

¹¹ BRITO, Antônio Maurício Freitas. **Capítulos de uma história no movimento estudantil da Bahia (1964-1969)**. Salvador: UFBA, 2003. Dissertação de mestrado

completo o convento. Nesse ano há uma radicalização por parte do movimento. . “As principais organizações políticas que atuam dentro dele são: Ação Popular (AP); Política Operária (POLOP); e a chamada "Dissidência" do PCB. Preconiza-se uma Aliança Operário-Camponesa-Estudantil e espera-se um estopim, para que o movimento estudantil passe da radicalização das palavras à radicalização dos atos.”¹²

Em 68, mais de 700 pessoas são presas no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Entre elas estavam o presidente da UNE Luís Travassos, Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc Von Der Weid. Apartir de então a UNE se recolhe ainda mais e Jean Marc Von Der Weid, eleito presidente passa a realizar micro congressos regionais. Com a prisão de Jean Marc, Honestino Guimarães assume mas desaparece em 73, certamente foi morto pelos militares.

O segundo semestre de 68 é tido por muitos como o início do refluxo do ME no âmbito nacional (Reis Filho, 1998; Saldanha de Oliveira, 1994). Neste período, no plano nacional diminuíram as manifestações de rua e o ME viveu polêmico debate sobre os desafios da UNE¹³.

Muitos estudantes buscaram na luta armada uma forma que continuar atuando politicamente, como José Dirceu e Franklin Martins. A maioria desses estudantes acabaram mortos, desaparecidos ou presos.

O que não impediu que outra leva de jovens, alguns igualmente na clandestinidade, continuassem levando, ainda por algum tempo - até 1971 mais ou menos, a atuação do movimento estudantil. A UNE, mesmo precariamente, ainda resistiu mais dois anos na clandestinidade¹⁴.

No período caracterizando pelo processo de distensão iniciado com Geisel e a partir de 1977 temos um movimento organizado e intenso pela volta da União Nacional dos Estudantes, onde os estudantes se envolvem nessa luta nacional. Há um envolvimento dos estudantes com essa luta de forma a resgatar a entidade representativa de sua classe e faz isso rompendo com um período de abafamento de suas atividades e retornam com a força espelhada na geração de 1968. O desejo era voltar a mobilização estudantil daquela geração e voltar com sua histórica entidade representativa para o cenário político, tirando-a da ilegalidade. Essa luta aglutinou estudantes de todo o país.

Segundo Araújo,

¹² Idem 4.

¹³ BRITO, A. M. F. Idem.

¹⁴ Ibidem 4

Em meados da década de 1970 o Movimento Estudantil empreendia uma dupla luta: por um lado, estava empenhado na reconstrução de suas entidades representativas, principalmente a UNE e, por outro seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas. Em 1977 os estudantes do Rio e São Paulo conseguiram realizar, as primeiras passeatas depois de 1968, contra a ditadura militar. No Rio de Janeiro o movimento foi deslançado a partir da prisão de estudantes militantes do MEP. Aos gritos de “Libertem nossos presos! Agora, já!” estudantes realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, juntos com outros setores da oposição, aproveitaram o movimento e criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva, pela anistia no país¹⁵.

Os estudantes e a ditadura viviam em permanente confronto, até que chegou um momento onde era necessário praticamente um duelo. O governo tinha de um lado a radicalização da UnB, e de outro a possível realização, em Belo Horizonte, do Encontro Nacional dos Estudantes. Na verdade, o governo resolveu rapidamente o problema de BH, foi resolvido por eles rapidamente com a prisão de 348 estudantes e com o bloqueio das estradas que levavam à cidade¹⁶.

A reorganização da UNE começou em 1977. Com uma série de manifestações e passeatas, primeiro em SP, posteriormente em todo o país. (...) No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram assembleia secreta na Universidade Católica de São Paulo para eleger a comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. Terminada a assembleia, decidiram realizar à noite uma grande comemoração aberta no auditório da universidade. Naquela noite, sob o comando do Coronel Erasmo Dias, a Polícia Militar invadiu a Universidade Católica, causando às instalações estragos estimados na época em mais de 10.000.000 de cruzeiros, e deteve três mil estudantes, professores e empregados no estacionamento, lançando bombas de gás lacrimogêneo e espancando-os. Cinco universitárias ficaram gravemente queimadas por bombas químicas que se acredita terem sido de napalm. Quarenta e um estudantes viriam a ser processados em nome da Lei de Segurança Nacional por desobediência coletiva¹⁷.

O Congresso de Salvador, em 1978, teve papel fundamental nesse processo de reconstrução da entidade e a partir desse momento a União Nacional dos Estudantes saiu da ilegalidade e começa a atuar de forma mais clara e aberta. O Movimento Estudantil Brasileiro entra em um novo momento assim como a política nacional que caminhava em direção de um processo de redemocratização. Muitos militantes do ME se envolveram na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 juntamente com muitos outros segmentos da sociedade brasileira.

Conclusão

¹⁵ ARAUJO, M.P.N. p.167.

¹⁶ Idem. p.423.

¹⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984. p.207

O Movimento Estudantil brasileiro foi tomando forma ao longo do tempo, tendo se colocado como entidade de referência para o estudante a partir da criação da UNE e intensificada nos anos próximos ao período de Ditadura Militar.

Percebemos que durante a maior parte da Ditadura Militar o movimento estudantil, principalmente a partir do decreto do AI-5 até o início dos anos 80, esteve na defensiva política, perdendo sua característica de iniciativa em situações anteriores em que se propunha soluções para os problemas no ensino superior e também faz pressão junto ao governo federal. As questões em pauta durante toda a ditadura foram a de preservar sua autonomia contra a repressão.

Porém a imagem que a sociedade tem em geral do movimento na época da ditadura é que ele foi atuante e muito importante no sentido de representar resistência e luta contra o Regime. Isso deve-se a dois fatores, sendo um vinculado ao outro. Deve-se grande parte ao papel desempenhado pela imprensa nacional na medida em que sempre se dava destaque a tudo que ocorria no movimento estudantil, em especial às manifestações organizadas pelos estudantes.¹⁸

Tanto os meios de comunicação considerados “neutros”, quanto os que apoiavam a Ditadura Militar, davam bastante ênfase ao movimento. Principalmente os jornais que apoiavam o governo, que tinham como propósito desqualificar o movimento e passar uma imagem negativa do mesmo, mostrando como os estudantes eram baderneiros e subversivos.

No entanto, o efeito esperado se deu ao contrário. A população passou a ver o movimento estudantil como vítima do governo e ao mesmo tempo passou ver os estudantes heróis por terem tido coragem de fazer resistência e lutar pelo seu ideal.

Portanto, o ME foi modificando sua forma de atuação ao longo da história, de acordo com o momento político pelo qual o país passava. Com a Ditadura Militar seus militantes foram forçados a pensar outras estratégias para ação devido a repressão sofrida, mas mesmo assim o ME permaneceu atuante na clandestinidade e com o processo de abertura iniciado com Geisel o ME consegue voltar à cena política de forma significativa como ator importante no processo de redemocratização do país.

¹⁸ ALVES, Bruna Neves. **O visível e o invisível do movimento estudantil de Porto Alegre nas Representações da Imprensa (1964-1968)**. Porto Alegre: PUC. Dissertação de pós-graduação

O problema da ficção no discurso historiográfico.

Glauber Fonseca Silveira - UFOP

Nosso trabalho pretende acompanhar algumas pesquisas sobre a presença de certo elemento ficcional na escrita da história, que atuaria em conjunto às ferramentas críticas, de modo que, no interior da metodologia atuaria um princípio literário. Buscaremos assim compreender qual o sentido da *mimesis* e a abertura para o ficcional no discurso científico da história e a nova relação de verdade advinda dessa concepção. Essas pesquisas se desenvolveram a partir de uma guinada para a reflexão dos problemas de linguagem na construção do conhecimento científico, notadamente a partir da segunda metade do século XX, mas que ainda não esgotaram seu potencial de transformação no olhar sobre a ciência e o deslocamento provocado na concepção de verdade em ocorrência durante esse século. Nosso trabalho se desenvolve a partir da contribuição sobretudo dos estudos hermenêuticos da poética feitos por Paul Ricoeur e os estudos literários de Luiz Costa Lima. Pretendemos concluir portanto quanto as possíveis mudanças criadas pela idéia de ficção, como inerente ao discurso do historiador, provocadas na idéia que o século XXI terá da história.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A Poética do Ladrilhador*
classicismo e modernidade na obra de Jorge Luis Borges

Gustavo Naves Franco

No ano de 1929, após uma passagem pela Argentina, Le Corbusier redigiu um artigo intitulado *Prólogo Americano*, no qual manifestava suas propostas para uma nova arquitetura sob o impacto das experiências de viagem. O texto é atravessado desde o início por considerações sobre os horizontes portenhos, sua “clareza” e “limpeza” contrapostas à escuridão e à fuligem das capitais européias; também são muitas as referências ao passado argentino como uma “Odisséia dos Pampas”, a “epopéia de um colono vanguardista”, perseverante e temerário, na fundação de um novo mundo. Estas percepções decorreriam, nas palavras do arquiteto francês, da visão calma e regular proporcionada pelos aviões nos quais ele sobrevoou a paisagem latino-americana, onde viu o espetáculo lento e ininterrupto de uma história que continuava a desenrolar-se, embora a dilaceração do olhar na *rue-corridor* das metrópoles não mais permitisse sua contemplação. Em uma palestra realizada na Sociedade dos Amigos da Arte, em Buenos Aires, ele havia declarado: “A mácula invade tudo, enfeia tudo, brutaliza, devasta, aniquila (...) A cidade? Ela é a soma desses cataclismas locais, a adição dessas coisas desapropriadas”.¹ E, diante deste cenário de catástrofe, ele lembrava as plantações e cidades retilíneas de seu colono impassível para então sentenciar: “Romancistas da cidade, com seus adúlteros e suas virgens acadêmicas, saibam que há temas dignos de uma epopéia quando se contempla o mundo lá de cima”.²

A retórica de Le Corbusier é um jogo de analogias e contrastes, entre urbanismo e literatura, vanguarda e classicismo, Argentina e França. Articulando estes vetores,

* Texto a ser apresentado no *II Seminário de História do ICHS: historiografia brasileira e modernidade*, na cidade de Mariana/MG, entre os dias 01 e 03 de agosto de 2007.

¹ LE CORBUSIER. “Livrando-se de todo espírito acadêmico”. In: _____. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 39.

² LE CORBUSIER. “Prólogo americano”. Op. cit., p. 21.

surge sempre o tema do impulso configurador da vontade humana, disposta a predominar sobre as forças caóticas da natureza e das cidades para impor uma ordem à paisagem ameaçada de desintegração. Determinados princípios atribuídos ao mundo greco-romano, como o privilégio da homogeneidade das formas, e o esforço na delimitação e defesa de um território, apareciam então como respostas da arte aos impasses da modernidade; e neste sentido o arquiteto encontrou no meio intelectual argentino um público bastante apropriado para a compreensão de seus postulados. Pois, no caso, as primeiras décadas do século XX em Buenos Aires foram marcadas por dois movimentos. De um lado, o crescimento urbano parecia fugir ao controle de habitantes e legisladores, fazendo com que a imagem da metrópole se tornasse cada vez menos precisa e assaltada por poderes estranhos, tal como a entrada de imigrantes; e, em contrapartida, o pensamento social e os movimentos artísticos voltavam-se para aquelas que seriam as virtudes fundamentais de um país então compreendido por muitos como um correlato do mediterrâneo no Novo Mundo. Como notou Sergio Buarque de Holanda, um modelo destes ideais foi trazido para a América através da própria colonização espanhola, sintetizada da figura do ladrilhador, de que o autor brasileiro se utiliza como termo de comparação com o “semeador” português, e que teria como motivo de ação o estabelecimento de núcleos de povoação ordenados e estáveis, nos quais as ruas não “se deixam” modelar pelas variações da natureza, mas são elas mesmas aquilo que confere um traçado ao solo segundo um plano pré-determinado.³ O colono vanguardista de Le Corbusier é este sujeito que aplica os sistemas de sua imaginação à matéria da realidade, sem se deixar levar por suas contingências. Seu pensamento deve ser nítido e seus traços devem ser firmes. Ele não recua, não desvia, não protela: ele triunfa.

A vocação imperial castelhana, portanto, encontrou novo meio de expressão nas tendências classicistas da literatura argentina das primeiras décadas do século XX. Neste último caso, tratava-se de compor o objeto artístico de acordo com os ideais de beleza e distinção que a modernidade ameaçava em seu poder desagregador, reassumindo o controle de uma linguagem que, também ela, compunha-se de um material plástico submetido à mácula e à desordem. Jorge Luis Borges foi um dos principais expoentes deste tipo de manifestação, e também um dos mais sofisticados.

³ Cf. HOLANDA, Sergio Buarque de. “O semeador e o ladrilhador”. In: _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 [1936], pp. 93-138.

Seus poemas da década de 1920 refletem um espírito em busca de princípios configuradores do artefato literário e em constante aprimoramento de suas operações, capazes de criar peças memoráveis pela clareza do estilo aplicado a temas recorrentes, tais como os cemitérios e subúrbios de Buenos Aires, iluminados pela luz uniforme da escrita. Percebemos então que os procedimentos estetizantes da “arte pela arte” adquiriam aí um sentido específico; era o caso de, através do controle formal das representações do poeta, re-encontrar as antigas virtudes obscurecidas pelo processo histórico, mas que por definição estariam ainda disponíveis à mentalidade contemporânea. Um poema como *Fundación Mítica de Buenos Aires* só poderia ter sido escrito nestas condições. Com o micro-cosmos de sua poesia, Borges exercitava aqueles valores e traçava as fronteiras de uma macro-cosmos em vias de fragmentação.

Mas é uma etapa posterior de sua obra que sobretudo interessa à análise, na medida em que desarticula estes termos. Pois, se o projeto inicial vinculava-se de maneira imediata à tradição clássica, legada ao ambiente literário argentino por uma série de encadeamentos e atribuições, movimentos posteriores demonstraram uma aguda inflexão do entendimento de Borges sobre o alcance destes preceitos na modernidade. Mais especificamente, detectamos que por volta do início da década de 1930 o escritor se afasta um pouco do exemplo greco-romano para vê-lo em perspectiva, e então o excessivo apego à clareza e distinção formais passa a apresentar-se como uma fonte de verdadeiras extravagâncias literárias. Um conto como *Hombre de la Esquina Rosada* pertence ainda à fase anterior, mas já neste caso detectamos uma certa rigidez de composição, o que faria com o próprio Borges, alguns anos depois, qualificasse como falsos e teatrais as personagens da narrativa.⁴ Esta auto-crítica resume sua mudança de ponto de vista naqueles anos, ao sugerir que, se a crescente confusão da alma tivesse como resposta uma hipertrofia das formas, estas corriam o risco de converter-se em pura afetação. E por mais que Borges não tenha em momento algum perdido a admiração congênita que sentia pelo mundo clássico, as expressões contemporâneas da compostura antiga lhe pareciam cada vez mais tendentes ao patético, com o que mesmo o gozo estético convertia-se em ocasião para o riso – não obstante toda a seriedade que, na maior parte das vezes, ostentava o objeto artístico em sua disciplinada manufatura.

⁴ BORGES, Jorge Luis com GIOVANNI, Norman Thomas. **Um Ensaio Autobiográfico**. Trad. Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Globo, 2000, p. 194.

Borges, portanto, tornava-se então capaz de rir de si mesmo e daquelas mesmas pretensões que ele havia alimentado nos anos anteriores. Com isso ficava indicado o caminho pelo qual a paródia viria a configurar algumas de suas criações subseqüentes, como a *Historia Universal de la Infamia* e “Pirre Menard, autor del Quijote”. Vamos nos deter brevemente no primeiro caso, de 1935. O livro tem um título ambicioso; não menos eloqüentes são os nomes dos textos que integram a coletânea, como “O Espantoso Redentor Lazarus Morrel”, “O Provedor de Iniquidades Monk Eastman” e “O Descortês Mestre de Cerimônias Kotsuké no Suké”. Tratam-se de biografias sintéticas de personagens históricos e imaginários, cujos dados foram extraídos por Borges de diversas fontes, para depois conformá-los de acordo com os procedimentos literários que perpassam toda a obra e lhe conferem uma unidade característica. Em um primeiro momento, já se percebe que a espalhafatosa retórica que anuncia o volume e suas subdivisões obedece a um desígnio específico. Ela exagera nas tintas daqueles que seriam os elementos primários de uma narrativa épica, da mesma maneira como, na composição dos textos, determinadas engenhosidades formais são levadas às últimas conseqüências, através da descrição exata dos quadros e de uma ação marcadamente coreográfica. Também a retórica dos protagonistas é cuidadosamente elaborada em ditos espirituosos e frases de efeito. Mas nada disso oblitera o fato de que as paisagens do livro são como que o pano de fundo unidimensional de uma farsa, com seus mares e desertos feitos de “indisfarçável papelão”; do mesmo modo, os heróis ou anti-heróis do livro são na verdade grandes embusteiros, e sua ostentação verbal, enfim, é pura canastrice. O grandioso espetáculo que se anuncia revela-se então uma zarzuela na qual mundos arcaicos ressurgem pela representação ligeira de seus dados mais convencionais. E nem por isso os atores em questão perdem a pose e a eloqüência, pois é justamente nos excessos da compostura que se aloja a motivação configuradora do texto.

Assim, se a *História Universal da Infâmia* evidencia os elementos estilísticos que seriam uma herança direta do classicismo, ela o faz apenas para deixar entrever o produto risível desta operação na modernidade. Ela converte o colono homérico de Le Corbusier em um diletante de segunda categoria; transforma o ladrilhador de Sérgio Buarque no arquiteto de uma precária cidade cenográfica. Daí que o autor indicasse o aspecto barroco da obra, caracterizado como um estilo que deliberadamente esgota suas

possibilidades e faz limite com a própria caricatura, ou seja, como a fase final de toda arte, quando ela exhibe e exaure seus recursos. E aqui torna-se patente a noção de decadência que atravessa os textos do livro: é ela que, afinal, constitui a verdadeira fonte do desconforto que a leitura pode suscitar. Pois, quando o estilo de uma narrativa se sobressai ao ponto de expor seus mecanismos internos com tal descaramento, enclausurando-se em fórmulas pré-determinadas e enrijecidas, podemos desconfiar que há algo de errado com a substância dos assuntos ali tratados, algo que se evidencia na própria tentativa de ocultamento a que o escândalo formal do texto parece proceder. É como se houvesse restado somente a casca do que em outras eras teria sido a aparência imediata das qualidades épicas; um invólucro tornado cada vez mais exuberante e cada vez mais estéril. Decerto, a partir daí Borges procuraria reatar seus vínculos com o classicismo literário através de outros mecanismos mais sutis e produtivos para o desenvolvimento de sua obra. Mas isto já é uma outra discussão. Por ora basta-nos assinalar que, naquele momento, foi a desconfiança do autor em relação aos seus próprios ideais que ocupou o centro de sua atividade, de modo que esta mesma suspeita se tornasse a matéria-prima da literatura a que ele se dedicava. O cosmos orgânico e homogêneo da epopéia fora irremediavelmente perdido, ele parecia dizer. Suas expressões modernas são meras fantasmagorias. E fantasmas não podem ser desonrados, são incapazes de cometer verdadeiros crimes. Que não houvesse nenhum autêntico vilão em todo o livro – nisso consistia, enfim, a grande ironia da História Universal da Infâmia de Jorge Luis Borges.

**Nova História Política e Religião: Aplicabilidade na História de Minas do Primeiro
Reinado**

Heiberle Hirsberg Horácio / UFJF
quintushoratus@bol.com.br

Na chamada nova história política, encontramos algumas inovações que podem nos permitir pensar outras possibilidades relacionais entre história e religião, além das institucionais de Estado e Igreja.

Para tal dimensão histórica, a política passa a ser o lugar de gestão do social, porém a decisão política é resultante de uma multiplicidade de fatores onde, nem todos são políticos. Cabe a nós investigarmos onde residem as mediações entre as esferas políticas e religiosas e qual o grau de interdependência em que elas se encontram.

A investigação se dará no âmbito da construção da sociedade civil e do espaço público brasileiro no início de sua formação. Esta construção que pode ser verificada como resultante de opções e esforços de grupos sociais e de suas elites políticas, eventualmente a elite política mineira, que utiliza a imprensa como meio de ações hegemônicas.

Destaca-se neste contexto o periódico de referência da província O Universal (1825-1842) de Ouro Preto, que representava o pensamento liberal moderado mineiro, trabalhamos também O Telegrapho (1830), principal periódico absolutista que foi utilizado por nós como contraponto ao periódico liberal.

Analisaremos aqui a criação de identidades políticas através da religião e a importância desta na formação de concepções políticas hegemônicas.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

**A Historiografia sobre Câmaras na América Portuguesa no século XVII: reflexões
conceituais**

HELIDACY MARIA MUNIZ CORREA / UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Helidacy.correa@terra.com.br

A nova história política tem contribuído substancialmente para uma mudança de perspectiva analítica nos estudos sobre as relações de poder na América portuguesa. No campo da história política e administrativa as pesquisas sobre Câmara, têm acompanhado essa tendência historiográfica. Nosso objetivo é refletir teórica e metodologicamente sobre a historiografia que trata das Câmaras Coloniais no Brasil, identificando a noção de poder, nas formas de exibição do ser social e do poder político, para perceber as noções conceituais que sustentaram esses estudos, bem como localizar os atuais avanços conceituais sobre o tema.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A criança na historiografia brasileira

Heloísa Maria Teixeira¹

Até bem pouco tempo atrás sabíamos pouca coisa sobre a história da criança brasileira, sendo a literatura existente escassa e pontual. Impressões relativas ao tema ocupam espaço no clássico estudo de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*², que traz informações sobre a infância dos filhos dos senhores de engenho e dos filhos dos escravos passada no Nordeste açucareiro. Citações esparsas sobre infância também foram reveladas por Oliveira Vianna e Alcântara Machado, quando analisaram a família brasileira³.

Desses trabalhos até meados da década de 80 do século XX, pouco foi escrito sobre as crianças brasileiras. Temos conhecimento da pesquisa desenvolvida por Jeanne B. Castro, Júlia Scarano e Aparecida da Glória Aissar; sobre a mortalidade entre os filhos de trabalhadores na região cafeeira de Rio Claro para o período 1875-1930⁴. Também podemos citar a análise sobre o abandono e a assistência à criança recém-nascida elaborados por Laima Mesgravis e A.J.R. Russell-Wood. A primeira autora debruçou-se em atenção sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo durante os séculos XVI a XIX e, mesmo não possuindo a criança como enfoque principal, o assunto é tratado amplamente⁵. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia do período 1550-1755 foi o objeto de análise de Russell-Wood⁶. A criança escrava foi o foco da investigação de Maria Lúcia Barros Mott através dos viajantes europeus que percorreram o país durante o século XIX⁷. Esmeralda Blanco Moura contribuiu com a história da infância no Brasil estudando a inserção de crianças no trabalho fabril da cidade de São Paulo entre 1890 e 1920⁸.

A partir do projeto intitulado *Quatro Séculos da História Social da Infância no Brasil*, idealizado pela professora Maria Luíza Marcílio e realizado pelo Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) da Universidade de São Paulo, durante o período de 1984 a 1994, ocorre o desenvolvimento de uma série de pesquisas relativas à criança⁹.

¹ Doutoranda da Universidade de São Paulo.

² FREYRE, G. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

³ ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo, Gráfica da Revista dos Tribunais, 1929; OLIVEIRA VIANA, F. J. de. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1920.

⁴ CASTRO, J. B.; SCARANO, J. & AISSAR, A. da G. A mortalidade entre os filhos de trabalhadores pretos e brancos estrangeiros numa região cafeeira paulista: 1875-1930. *Revista de História*, São Paulo, v. XLVI, n.94, abr./jun. 1973.

⁵ MESGRAVIS, L. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos*. Brasília: UNB, 1981.

⁷ MOTT, M. L. B. A criança escrava na literatura de viagem. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.31, 1979, p.57-68.

⁸ MOURA, E. B. de. *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁹ Entre os frutos desse projeto, destacamos: VENÂNCIO, R. P. *Infância sem destino*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1988; MARCÍLIO, M. L. & VENÂNCIO, R. P. Crianças abandonadas e primitivas formas da sua proteção, séculos XVIII e XIX. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, *Anais...* vol. I, Belo Horizonte: Abep/CNPq, 1990. pp. 321-38; KNOX, M. B. *A criança na Província do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991; MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Entre os temas explorados estão os recém-nascidos abandonados, a questão da ilegitimidade, a natalidade, morbidade e mortalidade infantil, o internamento de crianças em instituições assistenciais ou correcionais, a violência contra a infância, o trabalho infantil, as crianças escravas, etc.¹⁰

Aos poucos, as temáticas desenvolvidas pelo CEDHAL/USP serviram de inspiração para pesquisadores de outras instituições e, dessa forma, vários assuntos ligados à infância brasileira foram pesquisados e puderam ser conhecidos num âmbito maior. Como exemplo, podemos citar a questão do abandono de recém-nascidos e a ilegitimidade. Outras temáticas relacionadas à criança também passaram a ser alvo de investigações, como sua inserção no trabalho, na escola. Vários segmentos sociais foram estudados tendo como perspectiva a análise daqueles de pouca idade: a criança escrava, aquela descendente de escravos, a desvalida, a imigrante, a filha da elite. Aspectos cotidianos da vida das crianças – muitas vezes associados à violência e à relação familiar dos pequenos – também foram alvos da nossa historiografia.

A análise dessa literatura permite-nos traçar algumas características predominantes na história da maioria das crianças brasileiras pelas palavras-chave: pobreza, abandono, ilegitimidade, trabalho precoce, formação para o trabalho. Em nossa apresentação privilegiaremos três temáticas, analisadas durante os séculos XVIII e XIX: os índices de mortalidade infantil, a exposição de crianças e a ilegitimidade.

Sobreviver: primeiro desafio das crianças do passado

O primeiro grande desafio das crianças era sobreviver depois de nascidas. Os estudos revelam que a fase mais crítica na vida das pessoas situava-se nos primeiros 10 anos de vida, entre as quais as principais vítimas eram as crianças com até um ano de idade, especialmente, aquelas com menos de um mês de vida, fase em que o indivíduo necessita de cuidados especiais no que se refere à alimentação, higiene e tratamento. Analisando os índices de mortalidade para Ubatuba, região de economia camponesa, nos primeiros anos do século XIX, Maria Luiza Marcílio afirma que

passadas as idades de maior risco de morte, entre os recém-nascidos e as crianças até 4 anos, que com muita probabilidade ceifavam de 200 ou mais bebês em cada mil nascimentos produzidos na vila, a mortalidade ainda mantinha-se muito elevada entre crianças de 5 a 9 anos, voltando, como é natural a ser altíssima entre os de mais de 50 anos¹¹.

Outros trabalhos confirmam o alto índice de mortalidade entre as crianças para outras regiões brasileiras. Ana Maria de Oliveira Burmester coletou 1.122 registros de óbitos para Curitiba do período 1785-1798 e constatou que, para 337 dos

¹⁰ Citando alguns trabalhos: VENÂNCIO, R. P. & LANA, L. L. da G. Os órfãos da lei: o abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-Asiáticos*, (15): 24-33. Rio de Janeiro: CEAA, 1988; MOTT, M. L. B., NEVES, M. de F. & VENÂNCIO, R. P. A escravidão e a criança negra. *Negros brasileiros - Ciência Hoje*, 8 (48): suplemento. Brasília: CNPq, 1988; MARCÍLIO & VENÂNCIO, 1990; VENÂNCIO, R. P. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEAA, n. 21, pp. 97-108, dez. 1991; VENÂNCIO, R. P. Alforria da criança escrava no Rio de Janeiro do século XIX. *Resgate*, Campinas: Unicamp, n. 2, pp. 26-34, 1991; NEVES, M. de F. *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1993; KNOX, M. B. *Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais (Piauí, 1826-1888)*. Tese (Doutorado em História), – Universidade de São Paulo, 1993; MARQUES, M. C. *A mortalidade infantil em Maringá - Paraná*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1994; MARCÍLIO, 1998; CARVALHO, V. M. de. *Girando em torno da roda*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1996; ASSIS, M. B. de. *A criança e a ordem: teoria e prática jurídica no tratamento da criança desviante na belle époque carioca*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1997; BACELLAR, C. de A. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

¹¹ MARCÍLIO, M. L. *Caiçara*. São Paulo: EDUSP, 2006, p.203-204.

falecidos, não foi ultrapassado o primeiro ano de vida. Para 63, ocorreu a prematura morte com idades entre 4 e 9 anos¹². Somando as duas faixas, temos a porcentagem de 50,1% dos óbitos referentes a crianças com menos de 10 anos. Para Santa Catarina, do período 1714-1910, Marly Faria constatou que a mortalidade infantil sempre foi elevada em todas as paróquias estudadas. Os níveis de mortalidade infantil giravam em torno de 200 a 300 para mil nascidos vivos¹³.

Iraci del Nero da Costa, computando batismos ocorridos entre 1800 e 1809 na paróquia do Antônio Dias, em Ouro Preto, determinou o índice de 151,8 por mil para a taxa de mortalidade infantil. Investigando os registros de óbitos, Costa verificou grandes discrepâncias nas taxas de mortalidade infantil quando consideradas as camadas sociais de livres e de escravos. Para estes, o índice de mortalidade foi de 224,1 para cada mil nascimentos, enquanto para aqueles foi de 136,4¹⁴. Continuando a investigação, Costa constata divergências igualmente significativas quando consideramos a filiação das crianças. Para os legítimos, observou-se o índice mais baixo (109,7 mortes por mil nascimentos); os bastardos revelaram-se mais sujeitos à morte precoce (182,2 por mil nascimentos), dentre estes, coube aos expostos, o maior índice (191,3 por mil contra 179,8 por mil referentes aos filhos naturais). Entre estes últimos estava a grande maioria de filhos de mães forras. Fato a indicar que a taxa de mortalidade infantil para os inocentes forros ou filhos de pais alforriados colocava-se em posição intermediária com referência às crianças livres, por um lado, e escravas por outro¹⁵.

Sheila de Castro Faria, estudando 6.001 óbitos de pessoas livres para o período 1754-1798 e 2.147 óbitos para escravos entre o período 1789-1800 referentes às freguesias de São Salvador, sede da Comarca de Campos dos Goitacases, constatou que 2.997 ou 50% tinham menos de 10 anos e, destes, 2.046 ou 68% não chegaram a completar um ano de vida. Entre os escravos, dos 2.144 registros, 937 (44%) eram de crianças com menos de 10 anos, mas destas, 883 (95%) morreram antes de um ano. Em registros de batismo e óbito de escravos, entre 1789 e 1796, foram batizadas 2.144 crianças e morreram 745 com menos de um ano de idade, o que perfaz uma porcentagem de 35% de crianças mortas com menos de um ano de idade em relação às nascidas. Entre os livres, no período de 1789 a 1796 – em que foram batizadas 2.301 e morreram 668 antes de um ano –, a porcentagem cai para 29%. As idades da morte em meados do século XIX, em registros de óbitos, reproduziram diferenças percentuais semelhantes: 53% entre livres/libertos e 45% de escravos faleceram antes dos 10 anos, sendo 48% e 59%, respectivamente, falecidos antes de 1 ano¹⁶.

Também Stuart Schwartz constatou que grande parte dos cativos nascidos nos engenhos baianos do período colonial morria ainda criança. Na Paróquia da Purificação, “*dos 226 cativos que morreram entre 1816 e 1819, cujas idades foram registradas, mais da metade eram crianças com menos de 5 anos*”. Entre as crianças livres que tiveram seus óbitos registrados na mesma paróquia, cerca de 30% apresentavam idades inferiores aos 5 anos¹⁷. Para Schwartz

as condições de insalubridade, a subnutrição e a falta de assistência médica afetavam um grande segmento da população livre além dos escravos na Bahia, mas sem dúvida, o cativo criava condições especiais de mortalidade. As aparentemente altíssimas taxas de mortalidade entre recém-

¹² BURMESTER, A. M. Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII. In: COSTA, I. del N. da. (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986, pp.295-308.

¹³ MIRA, M. A. F. B. A história demográfica da ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro. In: COSTA, I. del N. da. (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

¹⁴ COSTA, I. del N. *Vila Rica: população (1719-1826)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, 1977, p.79.

¹⁵ COSTA, 1977, p.80.

¹⁶ FARIA, S. de C. A morte de livres e escravos em registros católicos. *População e Família*, São Paulo, n.3, p.11-39, 2000, p.185.

¹⁷ SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.302.

nascidos e crianças cativas podem se dever à subnutrição e às exigências de trabalho impostas às mães, bem como aos cálculos dos senhores de engenho que julgavam ser arriscado criar uma criança, dadas as chances de morrer antes de atingir a idade de trabalho. Essa atitude e as imposições de trabalho sobre as mulheres grávidas podem ter resultado em uma proporção maior de natimortos entre os cativos do que entre o restante da população¹⁸.

Eram, contudo, as crianças expostas ou abandonadas as que apresentavam as mais elevadas taxas de mortalidade. Renato Pinto Venâncio afirma que

a história do abandono é uma história da morte. O espectro da morte rondava as Casas de Expostos, pois a vida dos enjeitados era a mais breve possível. A maioria falecia antes de completar um ano sob a proteção do hospital, outros já chegavam mortos. (...) Durante os séculos XVIII e XIX, as crianças abandonadas conviveram com os mais elevados índices de mortalidade infantil registrados na sociedade brasileira¹⁹.

Pelas estimativas de Maria Luiza Marcílio, mais de 30% dos bebês expostos nas rodas espalhadas pelo Brasil não completavam um mês de vida e mais da metade morria antes de completar o primeiro ano de existência. Apenas de 20% a 30% dos que foram lançados nas Rodas de Expostos chegaram à idade adulta²⁰.

Entre as causas para o elevado índice de mortalidade entre as crianças enjeitadas estava o aleitamento artificial e a pouca preocupação com a higiene²¹.

Outra causa comumente relatada pelos estudiosos era a falta de higiene dos edifícios que acomodavam os expostos. Os prédios eram, freqüentemente, precários, superlotados, mal ventilados, úmidos, facilitando a propagação de moléstias contagiosas.

Abandono: outro possível destino para o recém-nascido

As pesquisas relativas ao fenômeno do abandono de bebês revelam que, durante os séculos XVIII e XIX, milhares de crianças foram abandonadas no Brasil. As primeiras pesquisas sistemáticas sobre o volume das exposições de crianças ou sobre as primeiras instituições que se ocuparam dos expostos no Brasil surgiram inseridas em obras de historiadores nas décadas de 1960 e 1970: refiro-me aos trabalhos de A. Russell-Wood (sobre a Santa Casa de Misericórdia da Bahia), Maria Luiza Marcílio (sobre a população da cidade de São Paulo entre 1750 e 1850) e de Laima Mesgravis (sobre a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo)²².

¹⁸ SCHWARTZ, 1988, p.303. Sobre o alto índice de mortalidade entre as crianças escravas, ver também KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808 e 1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000; NEVES, 1993; ASSIS, M.F. A influência do tráfico de africanos sobre a taxa de mortalidade escrava: os registros de óbitos de Saquarema- RJ, 1774-1819. In: *História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. ANPUH-MG, 2001. As doenças infecto-parasitárias (lombrigas, coqueluche, disenteria, difteria, escarlatina, febres intermitentes, tifo, tétano, tuberculose pulmonar, entre outras) foram responsáveis por cerca de 50% dos óbitos levantados por Maria de Fátima Neves para as crianças escravas. As moléstias puerperais e da primeira infância (mal-de-sete-dias, por exemplo), como era de se esperar, figuram em segundo lugar; em terceiro lugar, como causa de óbitos das crianças escravas paulistanas do século XIX, destaca-se a presença de enfermidades relacionadas ao aparelho respiratório, abaixo delas aparecem doenças de pele e do aparelho digestivo e, finalmente, as do sistema nervoso e as acidentais (NEVES, 1993, p.163).

¹⁹ VENÂNCIO, R. P. *Famílias abandonadas*. Campinas: Papirus, 1999, p.99.

²⁰ MARCÍLIO, 1998, p.237.

²¹ “As crianças eram alimentadas com pão molhado, mel misturado com água, ou, então, sugavam leite em trapos ou bonecas de pano. Em nenhum momento, as deliberações administrativas ou os conselhos médicos alertavam para a necessidade de o leite ser fervido ou de higiene com o material empregado. Tanto na residência das criadeiras quanto nos hospitais, a amamentação artificial comprometia a saúde frágil dos abandonados” (VENÂNCIO, 1999, p.109).

²² MESGRAVIS, 1976; RUSSELL-WOOD, 1981.

Outros estudos levantaram a questão como tema central revelando as características da exposição de recém-nascidos no Brasil. A análise de Maria Luiza Marcílio e Renato Pinto Venâncio sobre o assunto constitui uma dessas análises. Conforme observaram os estudiosos, havia uma marcante diferenciação no abandono de acordo com a área socioeconômica em que o fenômeno ocorria. Segundo Marcílio e Venâncio, a exposição de bebês era

extremamente elevada nos maiores conglomerados urbanos do Brasil colonial e do século XIX. Sua presença foi menos acentuada nas áreas semi-urbanas e muito baixa nos espaços onde se implantou a agricultura de *plantations*, a agricultura pobre de alimentos, nas áreas de pecuária e de predominância da economia de coleta florestal²³.

Nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro, Marcílio e Venâncio calcularam a porcentagem de recém-nascidos abandonados durante a segunda metade do Setecentos em cerca de 21%. Nas paróquias semi-urbanas de São Paulo, envolvidas com o pequeno comércio e a agricultura de alimentos, as porcentagens alcançavam 2,8% para a paróquia de Nossa Senhora do Ó do período 1804-1864, 9,3% para a paróquia de Santo Amaro do período 1760-1809 e 5,4% para a paróquia da Penha do período 1802-1839. Para paróquias rurais, como a Ubatuba de 1785-1830, economicamente voltada para a lavoura de subsistência, a porcentagem de recém-nascidos abandonados foi de 0,6%. Em Sorocaba, de economia tropeira, a média geral para os anos entre 1679 e 1845 foi de 4,1%²⁴. Na vila de Curitiba, também voltada para a atividade tropeira, entre 1731 e 1798, a exposição de crianças variou entre 4,1% e 14,9%²⁵. Nas paróquias fluminenses de *plantations*, as porcentagens variaram de 4,3% para a paróquia de Inhaúma do período 1756-1758 a 2% para a paróquia de Guaratiba de 1764-1765²⁶. Sheila de Castro Faria encontrou, para a freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases do período 1754-1786, 5,5% de crianças expostas.

Em muitos lugares, a responsabilidade pela criação dos recém-nascidos abandonados recaía sobre a Câmara Municipal. Fundamentalmente, o apoio das Câmaras funcionava da seguinte forma: todo aquele que encontrasse ou recebesse uma criança enjeitada deveria levá-la à presença do pároco que a batizava. De posse da cópia do batismo, o homem ou a mulher que havia acolhido o bebê podia dirigir-se à Câmara e solicitar o registro da criança no Livro de Matrículas dos Expostos. Uma vez matriculado, o enjeitado ficaria sob a guarda de um criador ou criadeira que passava a receber pela tarefa um determinado pecúlio até que o exposto completasse 7 anos de idade²⁷.

²³ MARCÍLIO & VENÂNCIO, 1990, 324.

²⁴ BACELLAR, 2001.

²⁵ BURMESTER, 1981.

²⁶ MARCÍLIO & VENÂNCIO, 1990, 325-326.

²⁷ VENÂNCIO, R. P. Os expostos de Catas Altas: 1775-1875. In: RIZZINI, Irene (org.) *Olhares sobre a criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997, p.136. Todas as Câmaras Municipais do Império Português tinham a função de amparar os expostos e também os órfãos, por prescrição nas Ordenações Filipinas. Entretanto, como enfatiza Maria Luiza Marcílio, “raramente as municipalidades assumiram a responsabilidade por seus pequenos abandonados. Alegavam quase todas falta de recursos. Havia de fato descaso, omissão, pouca disposição para com esse serviço que dava muito trabalho. A maioria dos bebês que iam sendo largados por todo lado acabavam por receber a compaixão de famílias que os encontravam” MARCÍLIO, M. L. A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726,195. In: FREITAS, M. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997, p.54). A Câmara da cidade de São Paulo, por exemplo, até 1850, “conforme registro em várias de suas atas e desde o século XVI, atendia esporadicamente tão-somente a um ou dois expostos por ano, pagando irregularmente amas-de-leite para criá-los. (...). A rica Câmara de Ouro Preto, no século XVIII atendeu a apenas 30% de seus expostos, segundo Renato Pinto Venâncio.(...). Em Salvador da Bahia, antes da criação da roda dos enjeitados, ‘em 136 anos a Câmara só manteve perto de 50 enjeitados’ (MARCÍLIO, 1997, p.69). Sobre o assistencialismo prestado pelas Câmaras aos enjeitados, podemos citar os trabalhos de SOUZA, L. M. Mecanismo da exposição de crianças em Mariana, 1750-1795. In: *Norma e conflito*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999; COSTA, I. Del N. Minas colonial: Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Outro meio de auxílio aos recém-nascidos abandonados ocorreu através do socorro prestado pelas Santas Casas de Misericórdias. Durante o período colonial, as Santas Casas instalaram rodas de expostos em três cidades: a roda da Santa Casa de Salvador foi instalada em 1726, a do Rio de Janeiro em 1738 e, no Recife, em 1789²⁸.

Uma vez acolhida pela instituição, a primeira preocupação dos responsáveis era com seu batismo. A criança era, então, registrada com suas características e pertences, além dos dizeres dos bilhetes que muitas vezes as acompanhavam²⁹. A Casa da Roda retinha a criança pelo menor tempo possível. Tão logo ela estivesse em condições, era entregue a mulheres que residiam em domicílios próprios, denominadas criadeiras, e que cuidariam dos enjeitados até que completassem 3 anos de idade³⁰.

Após os três anos, os sobreviventes deveriam continuar vinculados à família criadeira ou ser destinados a outra família ou voltavam a ingressar novamente no circuito do abandono. Alguns poucos regressavam às famílias de origem. Em meados do século XVIII, surgem novas oportunidades: os expostos começam a ser aceitos em seminários religiosos e recolhimentos de órfãs. A partir de 1775, é aberta outra gama de possibilidades. O Estado português e, em seguida, o brasileiro passaram a valorizar o trabalho dos expostos: os meninos aprendiam ofícios manuais ou seriam encaminhados à Marinha de Guerra. A todo momento, porém, pairava a possibilidade de a criança revoltar-se diante desse destino, fugindo para as ruas e retornando ao abandono³¹.

Maria Luiza Marcílio localizou 15 Rodas de Expostos no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeira (BA), Olinda, São João del-Rei e São Luiz. Segundo a autora, esse número, certamente, foi insuficiente

economia e sociedade. São Paulo: Pioneira 1982; ARAÚJO, C. F. Os filhos do senado: a infância abandonada em Mariana no século XIX. *População e família*, n. 6: 121-146, São Paulo: CEDHAL, 2004.

²⁸ Maria Luiza Marcílio afirma que o sistema de rodas de expostos foi “*um meio encontrado para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos, bosques, lixo, portas de igreja ou de casas de família, como era o costume, na falta de outra opção. Assim procedendo, a maioria das criancinhas morriam de fome, de frio ou mesmo comidas por animais, antes de serem encontradas e recolhidas por almas caridosas*” (MARCÍLIO, 1997, p.53-54). Após a independência, com o aumento gradual da urbanização e da população sentiu-se a necessidade de criação de novas rodas de expostos. Várias delas começam a ser criadas no final da década de 1820 e até o final do Império são instaladas em várias cidades do país (MARCÍLIO, 1999). No caso específico de Minas Gerais, como se sabe, as Misericórdias tardaram a chegar “*e, até o ano de 1832, não existiu no vasto território mineiro nenhuma casa de expostos. É desse ano a data da primeira Roda de Minas Gerais, localizada em São João del-Rei*” (Araújo, 2005, p.123). “*O convênio entre a Câmara Municipal de São João del-Rei e a Misericórdia logo vigorou por 55 anos (1832-1887). Em 30 de novembro de 1887 a Câmara desfez o contrato. A Misericórdia suprimiu, então, a Roda, que, na realidade, nessa data, só cuidava de um único exposto*” (MARCÍLIO, 1998, p.160).

²⁹ MARCÍLIO, 1998, p.270.

³⁰ VENÂNCIO, 1999, p.29.

³¹ VENÂNCIO, 1999, p.123. Segundo Venâncio “*ao longo da segunda metade do século XIX, as tradicionais formas de auxílio à infância abandonada entram em declínio. O surgimento de novas instituições, tais como clínicas pediátricas e orfanatos, oferece novas oportunidades de enjuntamento às famílias pobres, restringindo o número daqueles que eram impelidos a recorrer às Rodas*” (VENÂNCIO, 1999, p.167). Entre as razões para a criação de novas instituições de assistência à infância desvalida estavam a elevadíssima mortalidade verificada nas rodas de expostos e nos domicílios que abrigavam os enjeitados, os problemas de higiene, amamentação mercenária e artificial, a educação dos expostos, sua preparação para o mundo do trabalho, tudo enfim vai pouco-a-pouco, transformando-se em preocupação do Estado e da sociedade. A extinção do tráfico de escravos criara nas classes privilegiadas um primeiro temor de perderem sua mão-de-obra doméstica. Aos poucos, multiplicam-se nas províncias instituições de assistência e de formação aos pequenos abandonados, preparando os educandos para uma atuação ordeira e produtiva na sociedade (MARCÍLIO, 1998, p. 202). Pensando as desvantagens que a instituição das rodas representavam para a criança abandonada e para a sociedade em geral, as Casas de Misericórdias começaram a extinguir suas rodas no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

para socorrer a infância abandonada – até mesmo a das cidades onde estavam instaladas. Todas funcionavam precariamente, com pouca verba e na maioria dos casos em prédios improvisados, acanhados, insalubres, sem móveis, berços, água encanada, esgoto, luz, ventilação³².

Renato Pinto Venâncio, analisando as Rodas de Expostos de Salvador e Rio de Janeiro, reuniu mais de 40 mil matrículas referentes aos séculos XVIII e XIX: 7.692 para Salvador e 33.381 para a roda carioca³³. Examinando as recomendações e justificativas expressas em 246 bilhetes deixados pelos pais junto aos recém-nascidos expostos na Casa da Roda de Salvador, o autor concluiu ser a pobreza a principal causa de abandono. Entretanto, os nascimentos ilegítimos e as doenças de familiares também apareceram como causa³⁴.

Estudando os expostos na Roda da Santa Casa de Misericórdia da Bahia do século XVIII, A. J. R. Russell-Wood, destaca que grande parte da população baiana vivia em nível de subsistência. Diante da dificuldade financeira

o acréscimo de uma criança a essas famílias colocava pressões impossíveis sobre os poucos recursos financeiros. Depois de lutar contra a fome, uma mãe poderia chegar a ser induzida a colocar o filho na roda da Misericórdia.³⁵

Em outros casos, a defesa da honra das moças solteiras era a causa do enfeitamento de um recém-nascido.

A honra das moças brancas tinha de ser preservada a qualquer custo. (...). Se as ameaças paternas e os “remédios” de ervas não dessem resultados, o nascimento da criança era mantido em segredo. Os registros de enfeitados contêm numerosos casos de crianças brancas deixadas na roda. Embora sem qualquer identificação, as roupas e esmolos que os acompanhavam sugerem pais de posição elevada³⁶.

Enfim, o terceiro sistema de proteção à infância desvalida foi o *informal* – o mais universal e o mais abrangente, aquele que se estendeu por toda a história do Brasil, do século XVI aos nossos dias. Segundo Maria Luiza Marcílio, apenas uma parcela ínfima das crianças abandonadas foi assistida por instituições especiais. Poucas eram as vilas ou cidades que podiam dispor de uma Santa Casa ou de uma Câmara Municipal ativas no trato do problema. A maioria dos enfeitados foi acolhida em casas de famílias ou morreu ao desamparo³⁷.

Analisando a região de Sorocaba, Bacellar conclui que o abandono de crianças às portas dos domicílios era prática corrente e conhecida durante os séculos XVIII e XIX. A Câmara Municipal de Sorocaba parece jamais haver tomado qualquer iniciativa no sentido de ajudar as crianças abandonadas em seu município, e a Santa Casa, fundada somente em 1808, não deixou indícios de haver recolhido expostos durante suas primeiras décadas de atividade³⁸. As crianças deixadas na porta dos domicílios poderiam ser incorporadas às famílias como filhos, tomando-se membros da família, ou como agregados, tomando-se mão-de-obra auxiliar³⁹.

³² MARCÍLIO, 1998, p.161.

³³ VENÂNCIO, 1999, p.42.

³⁴ VENÂNCIO, 1999, p.77.

³⁵ RUSSELL-WOOD, 1981, p.244-245.

³⁶ RUSSELL-WOOD, 1981, p. 245. Sobre a ligação abandono de crianças e ilegitimidade ver também: MARCÍLIO, 1999, p.261; MESGRAVIS, 1976, p.173; FARIA, S. de C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.71; SILVA 1998, p.208.

³⁷ MARCÍLIO, 1998.

³⁸ BACELLAR, 2001, p.185.

³⁹ BACELLAR, 2001, p.219. A exposição de crianças nos domicílios também foi constatada paras as localidades paranaenses de Curitiba e Lapa durante o Setecentos. Assim como outras vilas do Brasil colonial, essas localidades não contaram com uma Câmara ou uma Santa Casa que se ocupasse dos enfeitados. Provavelmente, “pela carência de verbas, ou pelo simples desinteresse”, não se encontrou nenhuma menção, de despesas, em relação aos expostos. No entanto, se não foram deixadas notícias dos expostos na documentação camarária, restam, pois, em abundância menções, em registros paroquiais e listas Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Maria Luiza Marcílio, investigando a exposição de crianças em Mariana do período 1779-1833 constatou que foram expostas em portas de casas de famílias 983 crianças. Dessas, somente 36 não ficaram com as famílias em cujas portas foram deixadas (3,6%).

Não estaria aí uma prova significativa de que praticamente todos encaravam como dever intransferível o acolhimento do bebê encontrado na soleira de casa? Seria o ato de recolher e de criar um recém-nascido abandonado um ato de caridade, de compaixão, de piedade cristã? (...). Tal atitude, porém, não é simplesmente explicada pela via da religião. Em uma sociedade escravista (não assalariada), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita. Por isso, criar um exposto poderia trazer vantagens econômicas; apenas com o ônus da criação – que, em alguns casos, recebia ajuda pecuniária da Câmara local ou da Roda dos Expostos – o ‘criador’ ou a ama-de-leite teriam mão-de-obra suplementar, e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento⁴⁰.

Ilegitimidade: outra questão presente na historiografia referente à infância brasileira

A questão da ilegitimidade é freqüente nos trabalhos relativos à família no Brasil. Mary del Priore, ao tratar da maternidade no período colonial, afirmou:

nos tempos coloniais, o que se pode observar com certeza é que pequena parcela das maternidades era vivida no cenário das relações lícitas, e estas, sem dúvida, pertenciam à elite da colônia⁴¹.

Estudando a questão da ilegitimidade para o segmento livre da população, Maria Luiza Marcílio encontrou, para São Paulo, a porcentagem de 23,2% dos batizados entre 1741 e 1755 compondo o segmento dos ilegítimos. Em Salvador, na virada do século XVIII, 81,3% das crianças livres mulatas e 86,3% das negras que nasciam eram ilegítimas, contra 33% das brancas⁴². Renato Pinto Venâncio somou 83,6% de filhos naturais na freguesia de São José, da cidade do Rio de Janeiro do ano de 1751 e, para os anos 1791-1795, o índice de ilegítimos subiu para 88,6% entre os escravos⁴³. Em Vila Rica, a bastardia chegou à porcentagem de 89,47% no período 1719-1723, caindo paulatinamente à medida que o século XVIII avançava, chegando no primeiro quinto do século XIX à porcentagem de 58,4% dos batizados.⁴⁴

Baseando-se nos registros de batismos relativos à população de São João del-Rei – livres e cativos –, Sílvia Maria Jardim Brügger, revelou que os nascimentos legítimos ao longo do século XVIII e primeira metade do XIX, em geral, oscilaram no intervalo entre 50% e 60% dos batizados, atingindo seu ponto máximo entre 1781 e 1790 com 61,56%⁴⁵. Brügger também percebeu que, entre a população livre e forra, as porcentagens de ilegítimos eram ainda superiores⁴⁶.

nominativas atestando a existência, na vila de Curitiba, de um grande número de crianças que foram, por um motivo ou outro, abandonadas por seus pais. Sobre o assunto ver: CAVAZZANI, A. L., Dos avestruzes que põem os ovos: expostos na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. In *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2002. Maria Luiza Andreazza, investigando as listas de habitantes para a freguesia paranaense de Santo Antônio da Lapa, dedicada à economia de subsistência e à pecuária, constatou que cerca de 20% das casas lapeanas criavam filhos alheios, que poderiam ser crianças enjeitadas pelas famílias de origem (ANDREAZZA, M. L. Olhares para a ordem social na freguesia de Santo Antônio da Lapa, 1763-1798. In *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2002).

⁴⁰ MARCÍLIO, 1998, p.136-137. Ver também SOUZA, 1999.

⁴¹ PRIORE, M. del. *Ao sul do corpo*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1990, p.80)

⁴² MARCÍLIO, 1997, p.73.

⁴³ VENÂNCIO, 1986

⁴⁴ COSTA, I. del N. *Vila Rica: população (1719-1826)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, 1977, p.59.

⁴⁵ BRÜGGER, Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João del Rei no século XIX. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, p.257-258.

⁴⁶ BRÜGGER, 2002, p.262. Os filhos ilegítimos batizados da região mineira de Sabará durante o período 1776-1782 representaram, segundo Vanda Lúcia Praxedes, 47% dos batizados. Dividindo os ilegítimos entre a condição das mães, vemos Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Com efervescente fluxo, as áreas de mineração contavam com altíssima taxa de ilegitimidade entre crianças batizadas, refletindo um tipo de família onde somente um dos pais – quase sempre a mãe – convivia com os filhos. Outras questões dificultavam, para Minas Gerais do período escravista, o predomínio de um comportamento conjugal no qual o casamento legal fosse regra. Nas palavras de Laura de Mello e Souza, o alto custo do sacramento e as limitações impostas pela Igreja levavam boa parte da população a viver de modo irregular⁴⁷.

Contrariando as pesquisas que trazem altos índices de ilegitimidade, Sheila de Castro Faria, utilizando-se de fontes cartorárias e paroquiais, encontrou para a região açucareira dos Campos dos Goitacases um índice de legitimidade de 89,6% entre a população livre e forra para a freguesia de São Salvador entre 1748 e 1798 e 90,8% para a freguesia de Nossa Senhora das Neves da virada do século XVIII para o XIX⁴⁸. Outros trabalhos demográficos indicaram baixos índices de ilegitimidade para regiões voltadas para a subsistência. Maria Luiza Marcílio, que trata de Ubatuba, ocupada, em sua grande maioria, por pescadores e lavradores de subsistência, encontra taxas de legitimidade da ordem de 83% entre 1785 e 1830, o que levou a historiadora a afirmar que os

17% de bastardos é a proporção menor até agora encontrada em sociedades do passado brasileiro já estudados. Nas áreas rurais de economia de subsistência a austeridade camponesa era bem maior⁴⁹.

Posteriormente, Renato Pinto Venâncio calculou a impressionante taxa de 94,5% de nascimentos legítimos em Santo Amaro, São Paulo, entre 1760 e 1799, área de produção de subsistência, onde também eram as forras as mães de filhos naturais⁵⁰. Carlos Bacellar encontrou, na população de Sorocaba, também envolvida com a economia de subsistência, uma porcentagem baixa de ilegítimos entre os séculos XVIII e XIX. No período 1679-1720, a porcentagem de ilegítimos foi de 7,8%, de 1737 a 1769, a porcentagem cresceu para 21,5%, voltando a cair no período 1791-1810 (11,5% das crianças batizadas) e caindo ainda mais no período 1811-1830, quando a porcentagem de crianças ilegítimas foi de 5,4%⁵¹.

Estaríamos, portanto, diante de comportamentos familiares distintos, de acordo com as características socioeconômicas das regiões. Elevados índices de ilegitimidade foram observados em determinadas regiões, como centros urbanos, portuários e mineradores, áreas de grande mobilidade espacial e social, sobre as quais se tem debruçado a maioria dos trabalhos demográficos. Por outro lado, a constituição de família era condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas em zonas agrárias, como o caso do norte fluminense, e o matrimônio legal viabilizava seu acesso, acarretando sempre alta taxa de legitimidade dos filhos⁵².

Os índices de ilegitimidade eram mais altos entre os escravos. Kátia Mattoso observa que os escravos

por sua condição de cativos, não tiveram a possibilidade de escolher seu estado civil; ou melhor, não tiveram liberdade de escolher o casamento. Dependendo da região e da época, de 75% a quase 100% das crianças escravas foram geradas fora do contexto do casamento sacramentado⁵³.

as mulheres livres como mães de 10% das crianças ilegítimas, 30% eram filhas de mães forras e 60% filhas de escravas (PRAXEDES, V. L. A teia e a trama da “fragilidade humana”: os filhos ilegítimos em Minas Gerais. In: *Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2004).

⁴⁷ VER BRÜGGER, 2002; SOUZA, L. de M. Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

⁴⁸ FARIA, 1998, p.57.

⁴⁹ MARCÍLIO, 1986, p.172.

⁵⁰ VENÂNCIO, 1986.

⁵¹ BACELLAR, 2001, p.187.

⁵² FARIA, 1998.

⁵³ MARCÍLIO, 1999, p.232.

Sheila de Castro Faria, pesquisando registros de batismos de escravos para a freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacases do século XVIII, encontrou a porcentagem de 53,6% de crianças ilegítimas no período 1753-1800.⁵⁴ Iraci Del Nero calculou em 98% a ilegitimidade entre os filhos das escravas de Vila Rica de 1804. Para a Freguesia da Sé, em São Paulo, o índice de ilegítimos era de 66,2% entre os escravos. Para algumas localidades do Recôncavo Baiano, Stuart Schwartz encontrou índices muito elevados de ilegitimidade entre os escravos: para Saubara dos anos de 1723 e 1724, o autor encontrou 90,3% de ilegítimos; para Rio Fundo do período 1780-1788, o autor encontrou 66,6%; para Monte, entre os anos de 1788 e 1789, 73,7% dos nascimentos eram de crianças escravas ilegítimas⁵⁵. O que teriam essas áreas em comum? A resposta é simples: a proximidade com os portos, recebedores de africanos e de bispados (FARIA, Sheila de Castro. Legitimidade, estratégias familiares e condição feminina no Brasil escravista. VIII Encontro da Abep.).

Para a paróquia de São Francisco, Bahia, o índice de ilegítimos nos batismos entre os escravos realizados no ano de 1816 foi de 100%. Para a freguesia carioca de São José, o índice em 1825 foi de 93,9%; em 1845, foi de 94,9%; e, em 1865 de 100%. A freguesia de Santa Rita, também pertencente à cidade do Rio de Janeiro, teve índice crescente de ilegítimos entre os escravos ao longo do século XIX: para 1817, o índice era de 93,2%; para 1840, 95,6%; 1855, de 97,8%; para 1865, 99,0%; e, para 1875, 100%. Como justificativa para o aumento dos índices de ilegitimidade entre os escravos, Faria observa que

na primeira metade do século XIX, podemos dizer que houve uma verdadeira enxurrada de africanos entrados no Rio de Janeiro, basicamente em direção às áreas cafeeiras. As demais regiões entretanto, receberam parte da “enchente”. A população crioula diminuiu, em termos proporcionais, ao mesmo tempo em que aumentou a influência de práticas africanas no cotidiano dos cativos, principalmente nos grandes plantéis, justo aqueles com mais possibilidades de terem casais legalmente unidos⁵⁶.

Os altos índices de ilegitimidade escondem famílias estáveis estruturadas em torno do pai e da mãe, sem, contudo, serem legitimadas pela Igreja. Luciano de Almeida Figueiredo, estudando os livros de devassas em Minas Gerais do século XVIII, afirma que muitos filhos descritos como ilegítimos pertenciam a famílias oriundas de uniões duradouras sob a mesma residência⁵⁷.

Porém muitas mães viviam sós com seus filhos. Na sociedade carioca, analisada por Raquel Soihet, entre os anos de 1820 e 1920, os ilegítimos de famílias sem recursos encontravam apenas na mãe o amparo necessário à sobrevivência⁵⁸. Maços de população referentes a São Paulo dos anos 1804 e 1836 revelaram a Maria Odila Leite da Silva que 40% e 36% dos fogos urbanos eram chefiados por mulheres, muitas delas viúvas e mães solteiras. O índice de ilegitimidade abarcava os 40% dos nascimentos, de que boa parte estava compreendida nas casas de mulheres sós.

A maioria – cerca de 60% – das mulheres chefes de família na cidade de São Paulo em 1836 não tinham escravos. Viviam do auxílio mútuo de vizinhança e do trabalho de dependentes adultos e crianças (DIAS, 1984, p.179). Entre os dependentes –

⁵⁴ Entre os escravos, o alto índice de ilegitimidade acontecia pelo pequeno número de casamentos, o que podia ser conseqüência de plantéis pequenos e a dificuldade de realização de casamentos interplantéis; pelo baixo interesse dos senhores em casarem seus escravos ou pela ausência da Igreja.

⁵⁵ SCHWARTZ, 1988.

⁵⁶ FARIA, S. de C. Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira. In: Anais do IX Encontro Nacional de Populações. Caxambu: Abep, 1994, 306.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.132-133.

⁵⁸ SOIHET, Rachel. É proibido ser mãe – opressão e moralidade da mulher pobre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

em sua maioria mulheres –, 20% eram crianças de 0 a 10 anos; 35% eram adolescentes entre 10 e 20 anos; 40% filhos adultos; e 5% eram ‘outros’ (parentes, afins, estranhos)⁵⁹.

⁵⁹ DIAS, 1984, p.184-185

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Uma leitura histórica da dramaturgia de Nelson Rodrigues

Henrique Buarque de Gusmão¹

Um dos desafios que se colocam à pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo é pensar a dramaturgia de Nelson Rodrigues distante de categorias como “gênio”, “tarado” ou “revolucionário” – categorias habituais na análise de seus textos. Para tal, a utilização de um instrumental sociológico, ou propriamente sócio-histórico, aponta para novos caminhos e novas formas de abordagem desta dramaturgia. Nesta comunicação, proponho uma reflexão sobre os textos teatrais de Nelson Rodrigues a partir de alguns aspectos do texto *As regras da arte*, de Pierre Bourdieu.

I. *As regras da arte* e o problema da dupla des-historicização

No início da terceira parte do livro *As regras da arte*, Bourdieu evidencia que sua reflexão sobre a arte e os fenômenos estéticos estão fora dos padrões kantianos. Esta parte de seu livro é dedicada à desmontagem de “análises de essência” de obras de arte. Tal tipo de análise busca extrair uma essência das obras de arte, essência esta que, em contato com o consumidor, geraria um fenômeno estético puro. A noção de estética pura – cara aos pensadores kantianos – leva à idéia de que a produção e a recepção artísticas pertencem a um âmbito marcado pelo desinteresse. Para Bourdieu, as noções de “essência artística” ou “estética pura” fazem com que o entendimento da produção e recepção artísticas estejam ligadas à “gratuidade, ausência de função ou o primado da forma sobre a função, desinteresse, etc.” (BOURDIEU, 1996: 319)

No entanto, a análise de essência deixa de lado as condições sociais de produção e reprodução das disposições que estão sendo empregadas nos fenômenos artísticos. Estas condições são deixadas de lado e tornam-se uma espécie de transcendente histórico. Desta

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS – UFRJ). Desenvolve a pesquisa *Nelson Rodrigues leitor de Gilberto Freyre*, sob orientação da professora doutora Andréa Daher. É bolsista CNPq.

forma, cria-se uma espécie de dupla des-historicização: da obra e do olhar sobre a obra. Por lidarem com esquemas classificatórios comuns, obra e olhar parecem constituir uma relação trans-histórica e essencialista.

O que Bourdieu propõe é, justamente, uma dupla historicização. Obra e olhar devem ser historicizados e pensados no jogo de tensões em que são produzidos. Para tal, o autor lança mão da noção de campo. Dentro das tensões de um determinado campo que a obra e o olhar poderiam ser historicizados.

Assim, à medida que o campo se constitui como tal, a produção da obra de arte, de seu valor, mas também de seu sentido, reduz-se cada vez menos exclusivamente ao trabalho de um artista que, paradoxalmente, concentra cada vez mais os olhares; ela põe em jogo (...) todos aqueles que têm ligação com a arte e, vivendo para a arte e da arte, opõem-se em lutas de concorrência que têm como aposta a definição do sentido e do valor da obra de arte, portanto, a delimitação do mundo da arte e dos (verdadeiros) artistas, e colaboram, por essas próprias lutas, na produção do valor da arte e do artista. (BOURDIEU, 1996: 330)

No trecho acima, de maneira bastante concisa e clara, Bourdieu desenvolve a idéia de que, a partir do momento em que um determinado campo artístico está constituído, as lutas de concorrência que se desenvolvem dentro dele é que irão guiar as definições de sentido e valor das obras de arte. Desta forma, seguindo seu objetivo inicial no texto, o autor nega um valor de essência às obras de arte e atribui este valor às lutas dentro do campo que fizeram com que fosse possível que estas obras fossem produzidas e consumidas. Um valor real, puramente estético, trans-histórico não é mais possível de ser pensado a partir desta perspectiva. “Se existe uma verdade, é que a verdade é uma aposta de lutas (...)”. (BOURDIEU, 1996: 332) As apostas de lutas dentro de determinados campos apresentam-se aí como formas possíveis de se repensar a obra de arte e o fenômeno estético não mais como fenômenos desinteressados. Há interesses, há lutas, há apostas, há disputas pela constituição de valores e ocupação de lugares que estão em jogo no momento da produção e recepção artísticas. É a partir desta perspectiva que busco pensar a dramaturgia de Nelson Rodrigues.

II. Nelson Rodrigues e o campo teatral nos anos 1950-1970 (as disputas com Oduvaldo Vianna Filho)

Geneton Moraes Neto, ao entrevistar Nelson Rodrigues, formulou ao dramaturgo a seguinte questão: “Se o senhor fosse levado a fazer uma hipotética opção entre o teatro e o jornalismo, qual dos dois preferiria?” A resposta de Nelson foi a seguinte: “O teatro! E não é

um problema de qualidade intelectual não”.² Através desta resposta, Nelson coloca-se como um homem de teatro apesar de sua forte relação com o jornalismo, o que pode ser verificado através de sua biografia. Em 1943, a montagem de seu texto *Vestido de noiva* tem uma enorme repercussão. Muitos estudiosos apontam esta peça como um marco inicial do teatro brasileiro moderno. Ao longo dos anos seguintes, seus textos (quando não enfrentavam problemas com a censura) eram lidos, montados e assistidos por nomes de grande importância do teatro carioca e nacional. Além disso, Nelson Rodrigues engajava-se em diversos processos relativos a seus textos. Por exemplo, em relação à censura, ele, pessoalmente, desenvolvia diversas estratégias para que as peças não ficassem presas na censura, buscava alianças artísticas e políticas para que elas fossem liberadas. Em relação às montagens, elas eram, muitas vezes, acompanhadas pelo autor e, em uma ocasião, Nelson chegou a participar, como ator, da montagem de um de seus textos – *Perdoa-me por me traíres*.

Esta entrada do dramaturgo no campo teatral, entretanto, não se dá de forma desinteressada, muito menos pacífica. Há uma série de lutas e disputas nas quais Nelson Rodrigues se envolve. E estas lutas, conforme apontei no item anterior, vão em busca de um sentido e de um valor da própria forma artística que gera aquele campo – no caso, o teatro. Antes de buscar a aposta de sentido e valor de Nelson Rodrigues para o teatro, é importante apresentar uma determinada disputa que pode nos ajudar a perceber algumas questões que estão em jogo neste campo teatral brasileiros dos anos 1950, 60 e 70. Tratam-se das diversas polêmicas que estouraram entre Nelson e Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha.

No periódico *Brasil em marcha*, no ano de 1961, através da publicação de diversos artigos, foi travada uma luta entre os dois dramaturgos. Em relação aos personagens das peças de Nelson, Vianninha propunha que elas “nunca têm um problema racional, de consciência, em que as ações subordinam-se a um projeto, a razões e motivos retirados de uma perspectiva que o homem tem de seus condicionamentos.” Atravessada por questões políticas, esta crítica está imbuída de um determinado sentido dado ao teatro. O teatro deveria, nesta perspectiva de Vianninha, apresentar questões racionais, ligadas à consciência. Deveria fortalecer projetos racionais. Nelson, para Vianninha, “não quer ordem, quer a paixão pura e limpa, como se ela não precisasse de um fundamento ideológico para se manifestar e exigir.” A oposição entre paixão e ideologia, caos e ordem mobilizam este tipo de crítica. Num outro trecho é colocado que as peças de Nelson Rodrigues “exaltam o indivíduo que abdicou de sua máxima aspiração

² Esta entrevista encontra-se no site www.geneton.com.br e foi consultada por mim em 28 de junho de 2007.

de dominar o real e resolveu passar o resto da vida se desencontrando, fulgurante, urrando e batendo no peito como um animal, feliz por não ter de pensar.”

No mesmo periódico, Nelson responde a Vianninha, defendendo um outro tipo de sentido e valor para o teatro.

No seu ressentimento, o Vianinha nega, de alto a baixo, o meu teatro. E por que nega? É simples: porque eu não faço propaganda política, porque não engulo a arte sectária. Em suma: o Vianinha queria que o Boca de Ouro parasse a peça e apresentasse um atestado de ideologia. Mas ele quer mais. Não basta o personagem. Exige também do autor o mesmo atestado. A minha vontade é perguntar ao Vianinha: ‘Ô rapaz! Você é revolucionário ou tira?’ (CASTRO, 1992: 320)

Nesta resposta, Nelson nega a proximidade entre a esfera política e a artística, proximidade esta que, certamente, fazia parte do projeto teatral de Vianninha. Criticando a idéia de um teatro popular proposto por Vianninha, Nelson afirma que “segundo sua concepção, o ‘teatro popular’ há de ter o ‘mínimo de teatro’ e há de excluir, como inútil trambolho, o ser humano.” (*Idem*) Coloca-se, então, neste debate, a idéia de que a arte engajada deixa de lado algo que seria próprio da natureza humana. Nelson identifica, na obra de Vianninha, “em vez de amor, em vez de ódio, em vez das paixões que lembram a besta humana, o ‘revolucionário burro’ [que] quer o petróleo e seus derivados, quer manganês, quer minérios, quer batatas, quer abacates.” (*Idem*) A perspectiva de um teatro engajado, segundo Nelson Rodrigues, produziria não mais dramaturgos e artistas, mas sim “um centauro de Marx de galinheiro com Brecht também de galinheiro.” (*Idem*)

A partir da apresentação desta polêmica, podem-se destacar alguns elementos que circulam no campo teatral e são colocados em questão nas lutas de concorrência. A associação com as questões políticas (e revolucionárias), a busca por uma racionalidade dos personagens que contagiasse o público, a degeneração provocada pelos instintos, a força do amor, da paixão, a relação e filiação com nomes do teatro, da política, da intelectualidade internacionais, todas estas são questões que circulam no campo teatral deste momento e colocam em confronto, no caso, estes dois nomes. A partir delas, pode-se começar a tratar da forma como Nelson articula estes elementos em sua aposta de sentido do teatro.

III. O teatro como purificação e redenção

Em meados dos anos 1960, Nelson Rodrigues escreveu uma novela para a televisão. Apesar de manter seu estilo, alguns observadores identificaram um autor menos polêmico em seu texto, um pouco mais econômico em relações à violência e à sexualidade. D. Helder

Câmara, num encontro à época com Nelson relatado por seu biógrafo Ruy Castro, pergunta-lhe sobre as concessões que fizera. A resposta de Nelson é a seguinte: “Não, dom Helder. Quem faz concessões é o gênero, não eu”. (CASTRO, 1992: 341)

Nesta resposta de Nelson, aparece claramente uma idéia que busco desenvolver agora: a especificidade do gênero teatral para o autor. Se a teledramaturgia permite concessões, o gênero teatral não as permitiria. Essa idéia do gênero que não admite concessões é uma importante dica para se pensar o sentido que Nelson está percebendo e apostando no teatro. É justamente na não concessão, no limite da moral, da aceitação, da razão que ele irá entender o lugar e o sentido do teatro. O trecho a seguir avança nesta discussão.

Morbidez? Sensacionalismo? Não. E explico: a ficção, para ser purificadora, precisa ser atroz. O personagem é vil, para que não o sejamos. Ele realiza a miséria inconfessa de cada um de nós. A partir do momento em que Ana Karenina, ou Bovary, trai, muitas senhoras da vida real deixarão de fazê-lo. No *Crime e castigo*, Raskolnikov mata uma velha e, no mesmo instante, o ódio social que fermenta em nós estará diminuído, aplacado. Ele matou por todos. E, no teatro, que é mais plástico, direto, e de um impacto tão mais puro, esse fenômeno de transferência torna-se mais válido. Para salvar a platéia, é preciso encher o palco de assassinos, de adúlteros, de insanos e, em suma, de uma rajada de monstros. São os nossos monstros, dos quais eventualmente nos libertamos, para depois recriá-los. (CASTRO, 1992: 273)

Neste trecho, repleto de elementos importantes para se pensar a forma como Nelson se posiciona dentro do campo teatral, emerge a idéia da purificação. Justamente por não realizar concessão, por ser um gênero que deveria ser atroz, violento, excessivo, é que o teatro teria a possibilidade de ter um papel purificador entre seus espectadores. Nelson Rodrigues coloca em questão a necessidade de se “salvar a platéia”. Para que isso se efetivasse, era necessário uma rajada de monstros no palco, de assassinos, de crimes atrozes.

Um dos aspectos presentes neste trecho que chama muito a atenção é o entendimento do teatro como uma forma de contato mais direta, pura e forte com o espectador, dando a ele uma capacidade de atuação e transformação (no sentido da purificação) sobre os homens muito potente. Antonin Artaud, dentre outros (como Friedrich Nietzsche, que não poderia deixar de ser citado), é um dos pensadores estrangeiros que mais se aproxima desta concepção. “É preciso acreditar num sentido da vida renovado pelo teatro, onde o homem impavidamente torna-se o senhor daquilo que ainda não é, e o faz nascer.” (ARTAUD, 1999: 8) Renascimento, purificação, redenção seriam categorias que Nelson se utiliza (certamente numa apropriação e num diálogo com nomes como Stanislavski, Artaud e Grotowski) para

pensar e produzir seu teatro. Não é por acaso que a força da mobilidade dos escândalos o encantava. Não é por acaso que ele indica que suas peças deveriam ser montadas em colégios de freira.

A partir desta concepção de teatro que Nelson Rodrigues coloca em jogo, tornam-se mais compreensíveis e complexas as tensões que ele enfrenta dentro do campo teatral. Uma vez que a cena de seus espetáculos era dominada pelo excesso de perversão, de violência, de sexualidade, em busca de uma redenção do público, ela se afasta muito da cena de um teatro mais ligado a movimentos de esquerda, que busca uma conscientização revolucionária do público. Conscientização esta que também busca aliança com referências importantes do teatro mundial (como é o caso de Brecht). O campo teatral deste momento, então, opõe algumas figuras que disputam o sentido do teatro entre si sendo atravessadas por filiações a figuras de grande relevância no cenário internacional, por questões políticas, por sentidos religiosos, por alianças estratégicas. Dentro do sentido que Nelson Rodrigues aposta no teatro e faz com que suas peças sejam produzidas e recebidas, existem muitas alianças relevantes. Uma das mais fortes (pelo excesso quantitativo e qualitativo de citações nas crônicas rodriguianas) vem da sociologia: Gilberto Freyre. Com a análise desta aliança fecho este trabalho.

IV. A aliança estratégica com Gilberto Freyre

Nas lutas que travou pela liberação de algumas de suas peças na censura, ou mesmo nas disputas em jornais que Nelson travou na defesa de seus espetáculos, fica muito claro o caráter combativo do autor, ácido crítico daqueles que pudessem se colocar contra a divulgação ou mesmo que desgostassem de alguns aspectos de seus textos. Alguns aliados, após fazerem algumas reservas a suas peças, eram rapidamente criticados e desvalorizados por Nelson Rodrigues. Isso era muito comum. Percebemos, então, a dificuldade de encontrar alianças duradouras que o dramaturgo estabelece ao longo de sua trajetória.

Dentro deste cenário, uma dessas alianças chama a atenção justamente pela sua permanência no tempo. Trata-se da profunda admiração que Nelson nutria pelo sociólogo Gilberto Freyre, que gerou algumas afirmações contundentes por parte de Nelson, como: “Se me perguntassem quais são os brasileiros mais inteligentes que conheço, eu responderia: – Gilberto Freyre, Gilberto Freyre e Gilberto Freyre.” (Rodrigues, 1997: 73). Um dos principais objetivos de minha pesquisa tem sido, justamente, a de investigar Nelson Rodrigues como leitor de Gilberto Freyre. Para além de uma amizade e admiração pessoal, parece-me que nesta relação estão em jogo, estão sendo compartilhadas, algumas figuras, situações,

representações de grande valor para os dois personagens. Nelson se apropriaria da sociologia freyreana, recriando situações, tensões e personagens que ganham sentido dentro do teatro que ele está propondo, dentro do valor que ele busca para o teatro naquele momento. Vejamos, então, mais detalhadamente, os termos em que penso esta aliança.

Em *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre faz um detalhado retrato do ambiente da casa-grande colonial, e aponta, em diversos momentos, para a idéia de que o sucesso da ocupação da colônia portuguesa na América foi possível graças à mobilidade, miscibilidade e aclimatabilidade dos portugueses em contato com índios e africanos, gerando uma grande miscigenação de povos e culturas. Este elogio da miscigenação, entretanto, não exclui de sua obra a análise do “gigantesco grau de violência inerente ao sistema escravocrata” (Benzaquen de Araújo, 1994: p.45), como propõe Ricardo Benzaquen de Araújo em seu livro *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Benzaquen identifica, no ambiente social da casa-grande criado por Freyre, uma tensão entre flexibilização e violência entre culturas, relacionada a uma característica que marcaria esta realidade: a *hybris*³. A casa-grande freyreana seria caracterizada por um ambiente de excessos, principalmente sexuais, que aproximam o português da negra e da índia e que gera um “clima extremamente *orgiástico*” (Benzaquen de Araújo, 1994: 63), um ambiente de “culto à obscenidade” (Benzaquen de Araújo, 1994: 68). Monta-se na casa-grande colonial um clima marcado pela excessiva violência do senhor, por sua preguiça, mas altamente sexualizado, onde senhores se relacionam com escravas, meninos com cabras e até mesmo o incesto pode ser encontrado.

Analisando a obra seguinte de Gilberto Freyre, *Sobrados e mucambos*, Benzaquen reconhece a análise de um determinado “projeto civilizador”⁴ que ganha força no Brasil Imperial. A chegada da Corte traz novos hábitos, novas expressões culturais que entrarão em choque com o “clima quase delirante, assinalado pelos mais imoderados apetites, que definia a casa-grande.” (Benzaquen de Araújo, 1994: 59) Surgem, neste novo momento, figuras ligadas a um “ideal de comedimento, de cultivo espiritual e de vida de gabinete.” (Benzaquen de Araújo, 1994: 121) Para Benzaquen, da mesma forma que os engenhos apresentavam exageros sexuais, os sobrados, agora, apresentarão um excesso de disciplina, de rigor no encaminhamento deste “processo civilizador”. A busca pela pureza é que se torna excessiva.

³ Apresentada, pelo autor, como excesso, desmedida, a partir de um determinado entendimento do conceito grego.

⁴ Cf. BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. p. 108.

Há, então, uma interessante tensão na obra de Freyre tomada numa continuidade. Sempre marcada por excessos, as ordens sociais construídas nas duas obras citadas apresentam um choque no que diz respeito à oposição entre sexualidade violenta, onipresente e civilização disciplinarizadora, castradora. Essa tensão poderia apresentar, entretanto, alguns escapes. Em *Sobrados e mucambos*, Freyre percebe no ambiente dos mucambos “a humildade, a singeleza, a integração com a natureza, a naturalidade, a solidariedade” (Benzaquen de Araújo, 1994: 166) do ideal franciscano. O franciscanismo, ideal bastante importante para Freyre, é encontrado em sua obra como uma possibilidade de controlar as tensões e os excessos que marcariam o processo histórico brasileiro.

Pode-se observar que a tensão encontrada nos livros de Gilberto Freyre, como apresentei, parece ressurgir nos textos de Nelson, em um outro ambiente social e dentro do seu projeto teatral, conforme foi analisado aqui. Num cenário carioca urbano e suburbano, é possível perceber uma série de personagens atordoados pelo excesso sexual, pela força do desejo sexual. É curioso observar que estes personagens parecem remeter a um ambiente como o da casa-grande freyreana. Patrício, personagem de *Toda nudez será castigada*, relembra sua iniciação sexual com uma cabra como o início de uma vida marcada pelo constante desejo sexual. Edmundo, de *Álbum de família*, sonha com a possibilidade de viver num mundo em que só existisse sua família, onde todo o tipo de relação poderia existir entre seus membros. Diversas prostitutas vivem em ambientes orgiásticos e altamente sexualizados, que encantam o imaginário de homens e mulheres.

Por outro lado, há uma série de personagens e situações em que a interdição e o controle à sexualidade impõem-se numa relação tensa com o impulso sexual. Tias que cheiram as cuecas dos sobrinhos, impulsos sexuais reprimidos em direção à mãe, à irmã, ao pai, elogio à feiúra e ao enjôo diante de qualquer atitude sexual são exemplos destes personagens e situações. No entanto, assim como Freyre, Nelson Rodrigues também encontra uma espécie de válvula de escape para esta tensão na qual seus personagens estão colocados. Em suas últimas peças, são apresentadas algumas situações em que o amor consegue dissolver a violenta oposição de uma sexualidade que, como em *Casa-grande & senzala*, “aproxima-se aparentemente da mais pura *animalidade*” (Benzaquen de Araújo, 1994: 63) e uma sexualidade marcada pelos excessos de normatização.

Desta maneira, além de uma admiração pessoal ou de uma relação interessada em legitimar a circulação de determinados textos, a ligação (ou mesmo filiação) de Nelson Rodrigues a Gilberto Freyre é entendida aqui como estratégica. Estratégica dentro de um campo teatral repleto de lutas, em que uma determinada dramaturgia buscava ganhar espaços

e recepção. Lutando contra uma proposta teatral engajada politicamente e sectária⁵, a proposta de Nelson Rodrigues de criar um teatro que purificasse o público através do escândalo, do excesso, da violência, pode ser entendida em conexão com a trajetória da sociologia de Freyre, conforme apresentei aqui. A criação de excessos no palco, de uma tensão que se esgarça ao limite da explosão, da *hybris*, pode ser entendida a partir das tensões que são apropriadas da sociologia de Gilberto Freyre. Utilizando-se da tensão entre desmedida sexual e excesso de disciplinarização (tensão que se encontra nos dois livros citados de Freyre), Nelson construirá as tensões e as situações trágicas de seu teatro. Apropriando-se de muitas das situações e personagens (ou tipos) presentes na sociologia freyreana, Nelson desenvolverá suas situações cênicas de adultério, crime, violência, morte, paixões excessivas e desmedidas. Ou seja, a sociologia de Gilberto Freyre é resignificada nesta apropriação realizada pelo dramaturgo. Ela é colocada dentro de um projeto que busca o contato direto, potente, quase físico com o público. Daí a longa e permanente admiração de Nelson por Freyre. Daí a eloquência de Nelson ao afirmar que “Gilberto Freyre é o maior de todos os brasileiros. Pode empurrar, com o lado do sapato, como uma barata seca, todos esses garotos que andam por aí.” (Rodrigues: 1997, p.73)

V. Bibliografia

- ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. *Guerra e Paz, Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico: a vida de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- FACINA, Adriana. *Santos e canalhas: uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁵ Nesta comunicação, me concentrei na análise das disputas de Nelson Rodrigues com Vianinha. No entanto, há diversas outras tensões no campo teatral com as quais Nelson se envolve neste momento. Em diversos textos seus, aparecem críticas a gêneros teatrais musicais, a dramas burgueses (montados pelo TBC, por exemplo) e mesmo a determinadas vanguardas teatrais.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000c. (1.ed. 1936).
- _____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2000d. (1.ed. 1959).
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GUSMÃO, Henrique Buarque de. “*Só toca em mim casando!*”: Reinvenções da moralidade burguesa na dramaturgia de Nelson Rodrigues (1941-1978). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Monografia de bacharelado em História.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MAGALDI, Sábato. *Nelson Rodrigues: dramaturgia e encenações*. São Paulo/EdUSP: Perspectiva, 1987.
- MATTA, Roberto da. “O espaço social brasileiro na obra de Gilberto Freyre”. In: *Casa-grande & senzala: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia*. São Paulo: Moraes, 1984.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- PEREIRA, Victor Hugo Adler. *Nelson Rodrigues e a obscena contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- RODRIGUES, Nelson. *Elas gostam de apanhar*. Rio de Janeiro: Bloch, 1964.
- _____. *Teatro completo* Organização e introdução de Sábato Magaldi. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- _____. *A vida como ela é... O homem fiel e outros contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *A menina sem estrela*. Memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 1993a.
- _____. *O óbvio ululante*. Primeiras confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1993b.
- _____. *O reacionário*. Memórias e confissões. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O remador de Ben-Hur*. Confissões culturais. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Flor de obsessão: as 1.000 melhores frases de Nelson Rodrigues*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. “Teatro desagradável”. In: *Folhetim*. Nº 7, mai-ago 2000. p. 4-13.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SÜSSEKIND, Flora. *Nelson Rodrigues e o fundo falso*. Brasília: MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Nos limites do possível: compreensão da tensão entre o local e o global nas
cidades da Belle Époque Caipira***

Rodrigo Ribeiro Pazziani^{.**}
Humberto Perinelli Neto^{***}

Apresentação

É reconhecido que o fenômeno urbano vinha se acentuando no Brasil, desde meados do Império. Por volta da abolição efetiva do tráfico, a partir de 1850, devido a fatores vários, dentre eles a liberação de capitais comprometidos com o comércio de cativos, a hegemonia alcançada pela produção cafeeira e a intensificação da imigração, inicia-se o crescimento e o desenvolvimento das cidades situadas no Brasil Caipira, especialmente a porção interiorana do mapa paulista, mediante um quadro que já foi chamado de *modernização conservadora*¹ e que deve ser compreendido a partir dos conceitos de capitalismo bucaneiro e de cordialidade.² Guardadas as especificidades de cada um destes conceitos, ambos apontam para a necessidade de antropologizar a interpretação sobre a nova materialidade constituinte das cidades do interior paulista.

* Este texto está baseado nos escritos que compõem o Projeto Temático “A Belle Époque Caipira: modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852/1930)”, sob coordenação do Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin e do qual fazem parte vários pesquisadores, dentre os quais os dois autores deste artigo.

** Doutor em História (UNESP/Franca). Professor do curso a distância em História do Centro Brasileiro de Tecnologia Aplicada (CBTA-Virtual) de Rio Claro (SP). É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café).

*** Doutorando em História (UNESP/Franca) e graduando em Letras (UNESP/S.J. Rio Preto). Professor do Centro Universitário “Barão de Mauá” (Ribeirão Preto, SP) e da Fundação Educacional de Fernandópolis (SP). É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café).

¹ Existem vários trabalhos que ilustram tal conceito, entre outros: SEVCENKO, N. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, N. (coord.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, vol. 3, p. 07-48.

² HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 8a reimpressão. São Paulo, 1996; DOIN, J. E. M. **Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930)**. Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Tese (Livre docência – História), 2001, 2 vols.

Sob a inspiração dos escritos de Darcy Ribeiro³, reconhecemos que este Brasil Caipira possuía uma determinada configuração espacial, constituída em virtude de parte de o território nacional ser formado por um processo histórico sensivelmente atrelado ao bandeirantismo e à mineração, eventos responsáveis pelo desenvolvimento de uma economia baseada num capitalismo mercantilista, que, mais tarde, se renderia à subsistência e ao pastoreio. Em decorrência disso, tal região seria caracterizada pela existência de sociedades especialmente marcadas: (1) pela miscigenação promovida entre brancos e indígenas; (2) por um imaginário afeito ao enriquecimento fácil e rápido (crença no Eldorado) e (3) por uma disposição política fundada num profundo senso de autonomia e altivez. Atentando para a atual divisão administrativa, tal região compreenderia os estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, porção interiorana do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, bem como o Norte do Paraná.

A partir de meados do século XIX, por conta das plantações de café o Brasil Caipira se transformaria num espaço capaz de coadunar tais características com um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam e que era experienciado na Europa como marca de um novo tempo, ou melhor, do melhor dos tempos: *Belle Époque*. O termo revela que tais emblemas modernos possuíam relação estreita com um lugar em especial: a França. Viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e *cabarets*, passear pelas suas ruas, olhando as vitrines das boutiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais, eram sonhos que povoavam muitos homens no interior paulista, durante o término do século XIX e princípio do XX.

Modernidade caipira: fluxo experiencial de tempo e de espaço

A contar de meados do século XIX, frente à riqueza cafeeira e o imaginário em torno do moderno é que vilazinhas e lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordavam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as *benesses* do *progresso* e da *civilização*, acordados que foram pelo aroma forte e

³ RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – formação e sentido do Brasil**. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

instigante daquela bebida dadivosa. Rápido, então, crescem e tomam forma de cidades, tornando-se assim centros bafejados pela força da grana que construía e destruía coisas belas. Surgia assim um admirável mundo novo que mesclava sem possibilidades de separação o arcaico e o moderno. Era, enfim, a *Belle Époque Caipira* que tomava conta dos corações e das mentes das cidades do interior paulista, por obra especial de sua elite, desejosa de modernizar-se.

Neste período, o rei café seguia impávido ladrilhando as cidades outrora semeadas, levando os trilhos e silvos das locomotivas em seu rastro, desbordando dos limites estaduais de São Paulo. Trazia consigo a *electricidade*, o *automóvel* e o *telephone* os tecidos finos, o *petit pavée*, os bulevares, o calçamento das ruas e os palacetes, o aeroplano, o *poudre de riz*, o teatro, cabarets e o *cinematographo*, entre outras “novidades”.⁴ Fantasmagorias pululavam parilhas com as fazendas que se formavam, com a circulação cada vez mais acelerada de capitais, braços, especialmente de imigrantes, e mercadorias, com os trilhos que avançavam por toda parte, criando verdadeiras bacias ferroviárias nos sertões paulistas, responsáveis por um fluxo de gentes e coisas inédito e decididamente novo.

O mundo do *coffee business* se engalonnava e se tornava sofisticado. Várias eram as marcas de inspiração na utopia da *Belle Époque*, destacando-se, porém, o apreço pelos novos projetos arquitetônicos/urbanísticos. Com maior ou menor inventividade, não foi por acaso que a partir da implantação da lavoura cafeeira se fizeram presentes por boa parte do Brasil Caipira as concepções do imperial prefeito de Napoleão III, o barão Georges-Eugène Haussmann. A *haussmanização* deve ser entendida como fenômeno urbano baseado na construção de imagens das reformas na capital francesa no século XIX – integrava uma série de *intervenções cirúrgicas* – fruto da idéia de uma cidade doente – no que se realizaria

⁴ Uma visão panorâmica do processo de modernização das cidades do Mundo do Café pode ser encontrada em: DOIN, J. E. M. *A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha. Anais do XI Encontro Regional de História*. “História e Exclusão Social”. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, XI Encontro Regional de História, AMPUH/MG, 27 a 31 julho de 1998. Comentários específicos sobre algumas das novidades modernas nestas cidades são discutidas em: DOIN, J. E. M. *Entre Gênero & Arte: a mão feminina na urdidura do modernismo. Revista Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia: v.11, nº 14, p. 59-87. EDUFU, 2004. DOIN, J. E. M. *Olhar, Desejo e Paixão: lazeres e prazeres nas terras do café. ArtCultura*, Uberlândia: v. 1, p.40-53, 2000.

através da demolição do traçado arcaico e do tratamento disciplinador dado aos edifícios e jardins públicos.⁵

Em decorrência dessas concepções, a fisionomia urbana era moldada por um recorte ortogonal que norteava as intervenções cirúrgicas, promovidas em traçados arcaicos: grandes avenidas radiais, o indefectível quarteirão triangular, os boulevards arrematados por um ponto de mira qualquer e o tratamento escultórico e disciplinador dos edifícios. A racionalização do mundo ganhava importância e era expressa na constituição e legitimação de discursos administrativos, higienistas, urbanísticos e de engenharia, igualmente associados ao ideal de *regenerar*.⁶ Presente também nas reformas do Rio de Janeiro⁷ e de São Paulo⁸, o ideário deste modelo de cidade promovia o surgimento de uma vasta e multifacetada experiência urbanística, expressa e vivenciada nos traçados de Franca, Ribeirão Preto, Batatais, Araraquara, Piracicaba, São Carlos, Mococa, Bauru, Barretos, São José do Rio Preto, entre outras.

Neste instante, entretanto, não eram apenas as cidades que mudavam, mas também os homens que nelas habitavam. O olhar⁹ tornava-se o sentido privilegiado desse *féérico* baile de máscaras, em que se enrodilhavam e se embaraçavam homens sem raízes, prontos a inventar tradições¹⁰ e a forjar pátinas. *Personas*¹¹ de vários préstimos, papéis e cabedais

⁵ A *haussmanização* – fenômeno urbano baseado na construção de imagens das reformas na capital francesa no século XIX – integrava uma série de *intervenções cirúrgicas* – fruto da idéia de uma cidade doente – no que se realizaria através da demolição do traçado arcaico e do tratamento disciplinador dado aos edifícios e jardins públicos. Sobre as concepções urbanísticas postas em práticas pelo Barão de Haussman, ler: PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano, Paris/Rio de Janeiro/Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999; SALGUEIRO, H. A. *Revisando Haussmann*: Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes: o caso de Belo Horizonte. São Paulo: **Revista USP**, nº 26, 1995, p.195-205.

⁶ SENNETT, R. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2001; HAHNER, J. *Pobreza e Política*: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Brasília: Ed. Unb, 1993.

⁷ NEEDELL, J. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; CHALHOUB, S. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias da corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁸ CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade*: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002; SEVCENKO, N. **Orféu extático na metrópole**: São Paulo. sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁹ CRARY, J. *Modernizing vision*. In FOSTER, H. (org). **Vision and Visually**. Seattle: Bay Press, 1988.

¹⁰ “Por ‘tradição inventada’, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [...]”. HOBBSAWN, E & RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.09.

surgiam em meio ao novo cenário urbano. Tinham lugar as crenças míticas nos valores burgueses do progresso, da opulência, da riqueza, do *novo*. *Por novo* entendia-se o que era construído no entorno da velocidade, das luzes, da assepsia, das sensualidades pós-barrocas das curvas e volutas do *art-nouveau*, dos florões e diamantes das frisas ornamentais das fachadas, da moda, do inebriante cheiro de gasolina, entre outros emblemas que eram construídos e destruídos rapidamente, num átimo, evidenciando uma realidade que se desmanchava no ar...¹²

A presença francesa não se dava apenas nos nomes das casas de comércio, fosse lá o que significasse ou representasse o tal de *nosso espírito francês*. O eco desse *espírito* ressoou fortemente no interior opulento, atuando na profunda modificação de hábitos e costumes, tornando-se símbolo do processo civilizatório, no sentido dado por Norbert Elias¹³, ou seja, segundo um constante moldar e disciplinar de hábitos e comportamentos, que se estendem desde as pequenas regras de atitudes e etiquetas até a normatização e coerção que garantem o controle do Estado e do poder público municipal. O Código de Posturas de Batatais, por exemplo, primeiro do gênero e confeccionado por Washington Luís (quando advogado e vereador nesta cidade), representava o empenho das elites do interior em criar mecanismos de intervenção social, administrativa e urbana. Como afirmou o próprio Washington em sessão da Câmara:

[...] dividi o meu trabalho em três partes. Na 1ª parte tratei das Posturas Urbanas; aquelas que, na cidade e povoações, regulam a salubridade, tranqüilidade, segurança, commodidade e viação [...] Na 2ª. parte ocupei-me das Posturas Ruraes, aquelas que, na lavoura, são destinadas a mover a sua viação e segurança, seguindo o mesmo processo [...] Na parte 3ª. consolidei as Posturas Especiais; aquelas que

¹¹ Neste caso, *Persona* é utilizada no sentido *maussiano*, em que o indivíduo se dilui e se esfuma no desempenho de múltiplos papéis sociais. Veja-se: MAUSS, M, **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/EDUSP, 1974, vol.I.

¹² BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 15ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹³ ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história de costumes e formação do Estado e civilização (vol.1). Trad. Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

regulam as servidões, impostos e empregados, seguindo o mesmo processo da 1ª parte [...]¹⁴

O crescimento desabalado e sem medidas da riqueza no interior de São Paulo influía nos rumos do país. O *Eldorado* do Nordeste paulista, por exemplo, tinha peso tanto na atividade econômica como política da nação. A região fez dois Presidentes de Estado - Altino Arantes e Washington Luiz, por exemplo, tendo este último alcançado a suprema magistratura do país. Quinzinho da Cunha, chefe local do PRP, sogro de Altino Arantes, recebia constantemente altos mandatários, como Eptácio Pessoa e Wenceslau Brás. Por essa mesma região circulavam muitos dos maiores investidores brasileiros daquele momento, como é o caso do Conselheiro Antônio de Almeida Prado, político também de grande cepa e homem responsável por expandir por essas terras os trilhos da Companhia Paulista, inúmeros cafezais das muitas fazendas das quais era proprietário e vários empreendimentos (Companhia Frigorífica Pastoril de Barretos, Cervejaria Antarctica, Companhia Paulista, etc).

Focalizar estes e tantos outros personagens ilustres da *Belle Époque Caipira*, membros da *plutocracia do dinheiro*, mostra-se tarefa interessante para a compreensão da convivência de gestos e comportamentos arcaicos/bárbaros com aqueles considerados modernos/civilizados. Eram nas câmaras municipais – e outros espaços *públicos*, como teatros, hospitais e imprensa – que os coronéis, majores, capitães e seu grupo de *doutores* comandavam a administração municipal, sempre a associando ao racionalismo modernizante mais recente. Entretanto, a velha arte da sociabilidade cordial e do mandonismo não era abandonada, como comprova o uso corrente de patentes de coronel ou de major, bem como não eram deixadas de lado práticas de *jagunçagem*, presentes nas tocaias, no *esquentamento* de documentos de propriedade e na formação de *condomínios da violência* pelos agentes do Estado e pelos grupos privados detentores de poder nos municípios.¹⁵

¹⁴ PEREIRA, R. M. **O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha.** Dissertação (Mestrado – História), FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.

¹⁵ DOIN, J. E. M. **Capitalismo bucaneiro...** Op. cit.

Mas, se a elite cafeeira do interior paulista desejava construir as imagens modernas e civilizadas das suas cidades e de si mesma, fosse numa inauguração de obras públicas, fosse nas publicações de revistas e almanaques, não menos intrigante era a participação dos chamados *populares*, ou, para usar uma expressão consagrada, dos “pobres urbanos”.¹⁶ Em busca de eldoradas riquezas ou de simples oportunidades de empregos nas novas terras, tais personagens experienciavam a cidade, reinventando os espaços urbanos e as relações de sociabilidade desejadas. Várias fontes, caso especial dos jornais (inclusive os de curta duração) e documentos da Câmara, são importantes para o entendimento das formas de participação dessas camadas pobres da população, mesmo que excluídas, da *Belle Époque* Caipira. Muitos destes pobres, tão logo fixavam moradia nas áreas periféricas ou suburbanas, queixavam-se às autoridades municipais através de jornais ou requerimentos à Câmara, exigindo melhoramentos urbanos.

O comportamento cíclico do processo de expansão do café possibilitava o investimento de parte dos lucros na produção industrial, tornando-o um elemento indutor fundamental na criação de uma dinâmica favorável à modernização da economia. Tal como ocorria no Império, ao longo da Primeira República eram suscitados investimentos (ainda que esparsos e embrionários) que se beneficiaram: do financiamento do excedente de lucros do complexo cafeeiro, do *know how* e mão-de-obra dos imigrantes, da crescente proteção alfandegária, da reserva de mercado criada pela situação da Primeira Guerra Mundial, das reservas financeiras oriundas das manobras especulativas e de um mercado interno protegido pelos óbices criados pelo estado de beligerância mundial.¹⁷ Assim, como já se sabia e se dizia com o cenho franzido e ar solene: *o café dava para tudo*.

Considerações Finais

¹⁶ HAHNER, J. *Pobreza e Política...* Op. Cit; CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; FAUSTO, B. **Crime e cotidiano** – Criminalidade em São Paulo (1880/1924). São Paulo: Brasiliense, 1976. SOIHET, R. **Condição feminina e forma de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; MARTINS, J. S. **Subúrbio**: vida cotidiana e História no subúrbio de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, v. 1; CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁷ CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977 (Corpo e Alma do Brasil; v. LIII); PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969; DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 3ª edição. São Paulo: DIFEL, [S/D]

Nas últimas décadas é notório o desenvolvimento de uma historiografia voltada para a cidade e o urbano.¹⁸ O diálogo promovido com uma série de “ciências vizinhas” (Antropologia, Arquitetura, Semiótica, Geografia, etc) e a ambição por uma *histoire total* tem incentivado de modo ímpar essa realização.¹⁹ Além disso, dentre outros fatores a serem destacados cabe frisar a possibilidade que a exploração da cidade e do urbano permite no que tange a promover reflexões que coadunam tanto uma preocupação com a materialidade presente nas edificações que a compõem quanto um empenho em interpretar toda a simbologia e o imaginário presentes na constituição física e na vivência dos espaços citadinos.

A historicidade brasileira reservou um momento diferenciado para o apreço reflexivo das cidades. Registros sobre o espaço urbano podem ser encontrados no transcorrer dos séculos que marcam nossa temporalidade. Todavia, é no crepúsculo do século XIX que são constituídas narrativas sobre as cidades de modo mais efetivo e articulado com o que é próprio em denominar por modernidade. Durante o período compreendendo a Independência até meados do século XX, o conhecimento do território, a elaboração de uma história do Brasil, a imposição da tarefa de explicar o povo brasileiro foram motivos que apontaram a organização de um conjunto de obras associadas às cidades e ao urbano. A contar da organização de pesquisas universitárias, porém, tais estudos ganharam nova inspiração epistemológica e política, responsáveis por elevar a rua e demais espaços públicos à posição de *locus* privilegiados.

No calor dessas mudanças epistemológicas é que os integrantes do Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café pautam sua proposta historiográfica. Ao defender o estudo dos efeitos da modernidade numa região marcada por certa historicidade, como era o Brasil Caipira, pretende-se assumir um compromisso com a interpretação do drama humano sempre presente e evidente nas experiências envolvendo rápidas, constantes e assombrosas transformações sociais, econômicas e dos meios de comunicação. Drama este inteligível em situações como: as estratégias políticas coronelísticas em torno das melhorias urbanas; as dificultosas convivências de etnias e

¹⁸ RAMINELLI, R. *História Urbana*. In CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.185-202.

¹⁹ PECHMAN, R. M. (org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983; BRESCIANI, M. S. (org.). **Imagens da cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1994.

culturas tão diferentes num mesmo espaço; as lutas políticas e econômicas que cercavam a implantação e gerenciamento de projetos ligados à industrialização e a diplomacia internacional, entre outros.

Dito isso, não é exagero, talvez, afirmar que o estudo da *Belle Époque* Caipira traz consigo possibilidades inovadoras, no que se refere ao entendimento da modernidade. Enfrentada por meio de um conjunto de pesquisas cuja base empírica está associada a diversas localidades do Brasil Caipira é possível empreender um exercício de micro-história, ou seja, captar o drama humano vivido na modernidade nos detalhes, na atenção para com as ações dos personagens, fazendo assim fluir as particularidades. Além disso, por meio das especificidades levantadas junto aos viventes dessas localidades é que se torna permitido um estudo comparativo sério, responsável por traduzir de modo mais latente o impacto da economia cafeeira e tudo o que esteve a ela associado no Brasil, durante fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Complexidade e particularidade: eis um interessante norte a seguir nas incursões pela *Belle Époque* Caipira.

Referências Bibliográficas

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 15^a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BRESCIANI, M. S. (org.). **Imagens da cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1994.
- CAMPOS, C. M. **Os rumos da cidade:** urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: SENAC, 2002.
- CANO, W, **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: DIFEL, 1977
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados:** Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias da corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CRARY, J. *Modernizing vision.* In FOSTER, H. (org). **Vision and Visualy.** Seattle: Bay Press, 1988.
- DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945).** 3^a edição. São Paulo: DIFEL, [S/D].
- DOIN, J. E. M. **Capitalismo bucanero:** dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930). Franca, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Tese (Livre docência – História), 2001, 2 vols.

- _____. *Entre Gênero & Arte: a mão feminina na urdidura do modernismo*. **Revista Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia: v.11, nº 14, p. 59-87. EDUFU, 2004.
- _____. *Olhar, Desejo e Paixão: lazeres e prazeres nas terras do café*. **ArtCultura**, Uberlândia: v. 1, p.40-53, 2000.
- _____. *A régua e o compasso nas terras do café: a haussmanização das cidades do interior paulista na República Velha*. **Anais do XI Encontro Regional de História**. “História e Exclusão Social”. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ciências Humanas e Artes, XI Encontro Regional de História, AMPUH/MG, 27 a 31 julho de 1998.
- DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história de costumes e formação do Estado e civilização** (vol.1). Trad. Ruy Jungmann. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FAUSTO, B. **Crime e cotidiano – Criminalidade em São Paulo (1880/1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GARCIA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998.
- HAHNER, J. **Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)**. Brasília: Ed. Unb, 1993.
- HOBBSBAWN, E & RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARTINS, J. S. *Subúrbio: vida cotidiana e História no subúrbio de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária/EDUSP, 1974, vol.I.
- NEDELL, J. **Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PECHMAN, R. M. (org.) **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- PEREIRA, R. M. **O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha**. Dissertação (Mestrado – História), FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1998.
- PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris/Rio de Janeiro/Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- RAMINELLI, R. *História Urbana*. In CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.185-202.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro – formação e sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SALGUEIRO, H. A. *Revisando Haussmann: Os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes: o caso de Belo Horizonte*. São Paulo: **Revista USP**, nº 26, 1995, p.195-205.
- SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2001.
- SEVCENKO, N. (coord.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, vol. 3, p. 07-48.
- SEVCENKO, N. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

____. **Orféu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
SOIHET, R. **Condição feminina e forma de violência:** mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade

PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO FINAL DO IMPÉRIO: UM
PAINEL HISTORIOGRÁFICO

Inoã Pierre Carvalho Urbinati*

A idéia de reforma agrária, defendida atualmente por movimentos sociais e presente no discurso de diversos homens políticos, foi objeto de interesse de uma série de pesquisadores da História do Brasil. De uma maneira geral, porém, pode-se dizer que a questão fundiária foi abordada, do ponto de vista historiográfico, com o foco muito grande no século XX, em especial no período compreendido a partir da década de 50 – momento de formação das Ligas Camponesas e da irrupção maior dos conflitos agrários no cenário brasileiro. E, embora a concentração fundiária tenha sido analisada por diversos autores na sua dimensão histórica mais ampla, desde os tempos coloniais – como Alberto Passos Guimarães em *Quatro Séculos de Latifúndio* – observa-se uma relativa falta de foco nas idéias reformistas referentes ao setor agrário brasileiro que foram desenvolvidas em períodos anteriores à República. Na década de 70, verificou-se uma abundante produção bibliográfica relacionada à temática agrária, tendo sido lançadas obras de grande relevância, como *História da Agricultura Brasileira*, de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda Linhares. No entanto, passou praticamente despercebida a existência de projetos de reforma do setor fundiário formulados durante os últimos anos da Monarquia, inclusive projetos articulados com o próprio processo de extinção da escravatura – fenômeno histórico que, como é sabido, foi alvo de numerosos estudos. Iremos, neste texto, abordar o modo como o tema tem sido abordado, procurando refletir sobre sua importância.

Se por um lado observamos uma relativa carência na produção historiográfica quanto a análise de projetos agrários reformistas sob o Império, por outro lado esta temática foi abordada por vários autores como parte integrante de pesquisas voltadas para outros

* Mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista da CAPES. E-mail: inoacarvalho@yahoo.com

aspectos da Monarquia brasileira. Assim, temos o caso de José Murilo de Carvalho, que em *Teatro de Sombras: a política imperial* dedicou um capítulo ao estudo das relações entre governo imperial e proprietários no que dizia respeito à política fundiária; conforme se perceberá, a idéia de reforma agrária aparece de forma clara ao longo do texto. Temos, ainda, Evaldo Cabral de Mello, que fornece indicações preciosas para a elucidação da questão, em *O Norte Agrário e o Império*. José de Souza Martins, em *O Cativo da Terra*, ajuda a compreender o significado que poderia ter uma reforma agrária na fase final do regime imperial. Iremos, aqui, analisar brevemente o modo como esses autores abordaram a perspectiva de uma reforma agrária¹ no período monárquico.

Em *Teatro de Sombras*, José Murilo de Carvalho, ao analisar as relações entre o governo e os grandes proprietários rurais, traça um painel da política fundiária do Segundo Reinado, com grande destaque dado aos debates referentes à Lei de Terras, em que evidenciou a forma como o projeto original da Lei continha dispositivos progressistas - como a proposta do Imposto Territorial. O autor chegou a identificar, no texto original de 1843, um radicalismo que não se verificaria, segundo ele, em nenhum outro projeto agrário do Império, afirmando que tal projeto implicaria numa reforma agrária² e ressaltando o apoio a tal medida oferecida por setores das classes média e pelos liberais. Carvalho usa, em sua análise, o conceito de *modernização conservadora*, para assim expressar a idéia de fundo a orientar a formulação da Lei, deixando claro que se esta tinha como finalidade assegurar interesses (no caso, de uma parcela dos grandes proprietários do Sul), ela, por outro lado, traria “repercussões profundas na estrutura agrária do país³”. De acordo com Carvalho, o resultado final - isto é, a Lei de 1850 - deixou de lado os aspectos mais progressistas do projeto, conseqüência de um verdadeiro “veto dos barões” à política agrária imperial. Mesmo assim, ele lembrou que o texto aprovado continha “dispositivos suficientemente fortes para despertar a resistência dos proprietários⁴, a ponto da lei não ser de todo aplicada. Indo além do período 1842-1850, o autor expõe o modo como, ao longo das décadas, propostas de

¹ A expressão “reforma agrária” já dizia respeito, no século XIX, a uma alteração na estrutura fundiária de modo a favorecer a expansão da pequena propriedade, tendo sido empregada por personalidades como Joaquim Nabuco e Tavares Bastos. Dentre os historiadores que examinaram a sociedade brasileira oitocentista e utilizaram o termo, podemos citar os nomes de José Murilo de Carvalho, José Honório Rodrigues e Ricardo Salles, entre outros.

² Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Construção da Ordem: a elite política imperial / Teatro de Sombras: a política imperial*. 2a edição, revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996. p. 317.

³ Cf. CARVALHO, José Murilo de. op.cit., p.310.

⁴ Cf. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p.313.

modificação do sistema fundiário – como, por exemplo, a de instituição do Imposto Territorial - voltaram à tona, estando presentes em relatórios do Ministério da Agricultura. Seus comentários a respeito do projeto agrário de 1886, que ele contrapõe ao projeto de 1842, são preciosos para se compreender a forma como a questão era tratada pelos políticos da Monarquia.

Outro autor fundamental para a apreensão da questão agrária sob o Império é José de Souza Martins, que, em *O Cativo da Terra* analisa o processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção no período de crise do escravismo, nas últimas décadas do século XIX. A perspectiva de uma modificação do sistema fundiário foi abordada em seu estudo como uma possibilidade decorrente do processo de progressiva substituição do escravo enquanto renda capitalizada, pela terra - convertida em mercadoria. Martins assinalou, a propósito de tal projeto, a defesa, em meio aos debates políticos de então, da fragmentação da grande propriedade como forma de valorizar a terra, o que levaria à expansão de uma categoria de pequenos proprietários⁵, sobretudo de imigrantes. Uma eventual reforma agrária, pelo que se pode perceber da leitura do seu texto, beneficiaria então um segmento específico, deixando de lado os libertos. No entanto, não se pode afirmar que para Martins essa fosse a única reforma agrária em questão no período, uma vez que políticas de reestruturação fundiária não constituem o tema central de seu estudo. Mas ele, de qualquer modo, apresentou um elemento importante, ao deixar claro que havia uma proposta agrária progressista, cuja presença nos debates políticos parecia possuir alguma relevância. Em *O Norte Agrário e o Império*, Evaldo Cabral de Mello retoma o tema. Abordadas como parte de uma discussão maior sobre as relações entre o Norte, o governo Central e o Sul – relações essas que diziam respeito diretamente à problemática da substituição da mão-de-obra, ao tráfico provincial e à extinção da escravidão –, propostas de modificação do sistema agrário são descritas em inúmeras passagens, articuladas a medidas de favorecimento da imigração ou da abolição da escravidão. Cabral cita programas ministeriais da década de 80 favoráveis ao incentivo à pequena propriedade em benefício não somente do imigrante, mas também do trabalhador nacional⁶. Ele mostra como o próprio gabinete Cotegipe, conhecido por seu arraigado conservadorismo, apresentou uma proposta nesse

⁵ Cf. MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 8a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 31.

⁶ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. 2a edição, revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 82-87.

sentido⁷. Cabral fala também em “reforma fundiária limitada⁸”, afirmando ser esse o caso, por exemplo, de propostas de colonização nacional visando criar núcleos de pequenos proprietários agrícolas. Um aspecto a ser ressaltado do estudo de Cabral é que ele não se limita a abordar tais sugestões, mas apresenta – ainda que brevemente – exemplos de efetivação de algumas delas; assim, ele faz referência aos núcleos coloniais do Sul do país - onde teria se disseminado a pequena propriedade – e ao episódio de criação de colônias agrícolas em Pernambuco, para acolher os retirantes da grande seca de 1877-78⁹.

Cabral foi também um dos poucos autores – a nosso ver – que trouxeram à tona a existência da intenção governamental de se reformar a Lei de Terras, na década de 80, um aspecto evidenciado também pela pesquisa nos relatórios do Ministério da Agricultura. Permeia seu estudo a noção de uma relativa autonomia do poder central face aos interesses da grande lavoura: a política imperial não se reduziria à mera reprodução de tais interesses, isto é, não se reduziria a um mero predomínio da grande lavoura¹⁰. Trata-se de idéia que, sem dúvida, pode ajudar a compreender a formulação, ao seio do governo monárquico, de projetos agrários reformistas, não necessariamente condizentes com a opinião da maioria dos proprietários.

Em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, de Robert Conrad, a questão da reforma agrária aparece associada ao desenvolvimento da luta contra a escravidão, ficando claro que ela constituía uma bandeira importante do movimento abolicionista, além de ter influenciado programas de governo. Conrad situa o conteúdo avançado das propostas sociais do movimento abolicionista que, para ele, iriam muito além do ato formal de extinção da escravatura, tendo sido classificadas pelo autor de “revolucionárias¹¹”, capazes de provocar alterações decisivas na estrutura sócio-econômica do país. A reforma agrária, nesse contexto, seria uma das principais políticas previstas para o período pós-abolição, tendo sido defendida por liberais abolicionistas como Manuel de Souza Dantas, presidente do Conselho de Ministros em 1884 e cujo nome foi destacado por Conrad. O autor assinala o apoio de medidas agrárias reformistas por parte do Ministério Dantas, em 1884; a esse respeito, lembra que o projeto original da Lei dos Sexagenários incluiu medidas destinando a conceder terras

⁷ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op. cit., p. 87.

⁸ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op.cit., p. 87.

⁹ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op.cit., p. 90-91.

¹⁰ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op.cit., p. 25-26.

¹¹ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, pg. 192.

aos libertos sexagenários¹². A defesa de uma reforma agrária por parte de abolicionistas filiados ao Partido Liberal fica ainda mais clara quando ele lembra que, em 1888, Dantas incluiu no programa do partido tal idéia¹³. Ao fazê-lo, Conrad atribui uma relevância à perspectiva de uma reestruturação fundiária nos últimos anos do Império; esta não era, pelo que se pode deduzir de seu texto, uma idéia tão remota como se poderia pensar hoje.

Na descrição que Conrad faz da atuação dos abolicionistas Joaquim Nabuco e André Rebouças, o autor destaca seu reformismo agrário, chegando a detalhar um pouco mais o projeto de Rebouças. Tanto um como o outro, nesse sentido, são tidos por ele como reformadores sociais progressistas. Ao abordar a não implementação das reformas sociais preconizadas pelos dois líderes e pelo abolicionismo como um todo, Conrad considera que não se deve culpar o movimento por tal fracasso. De fato, para ele, tal fenômeno se deveu à força da reação dos antigos senhores de escravos nos meses que se seguiram à Lei Áurea, bem como à dispersão do movimento após o 15 de Novembro e à reorganização de “disposições tradicionais” nos anos que se seguiram à implantação da República¹⁴. Nesta perspectiva, a reforma agrária teria então sido claramente vetada por amplos setores da grande lavoura, que teriam obstaculizado a complementação da Abolição por uma política social progressista.

Outras abordagens fundamentais para compreendermos a questão agrária dizem respeito a estudos quanto ao posicionamento de liberais em favor de uma modificação da estrutura agrária, objeto de pesquisa de autores como Ângela Alonso. Em seu livro *Idéias em Movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil Império*, ela traça um perfil do que ela denomina de grupo dos “novos liberais”, isto é, de políticos liberais emergentes das décadas finais da monarquia, como Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Manuel Dantas e André Rebouças – cuja atuação ao seio do movimento reformista é valorizada pela autora. Trata-se, no caso, do estudo de uma ala do Partido Liberal, fato que Alonso deixa bem claro ao indicar a não-coincidência entre as idéias dos novos liberais e as políticas postas em prática pelos gabinetes liberais entre 1878 e 1885. Ao descrever o grupo, Alonso destaca a existência de uma posição favorável à expansão da pequena propriedade, mostrando como esses liberais compartilhavam do ideal de uma

¹² Cf. CONRAD, Robert. op.cit., p.260.

¹³ Cf. CONRAD, Robert. op.cit., p. 335

¹⁴ Cf. CONRAD, Robert. op.cit., p.193-194.

sociedade de pequenos produtores. A defesa de uma reforma agrária pelos liberais, nesse caso, é analisada como sendo associada a um projeto de expansão da cidadania¹⁵.

Devemos reter, também, obras dedicadas ao estudo específico de dois líderes abolicionistas, já citados, que considerável ênfase deram à reforma do meio fundiário: Joaquim Nabuco e André Rebouças. Em relação ao primeiro, citamos os nomes de Ricardo Salles e de Maria Emília Prado, autores de *Joaquim Nabuco: um pensador do Império* e de *Joaquim Nabuco: a Política como Moral e como História*, respectivamente. Os dois autores examinam o conteúdo progressista das propostas de Nabuco, com destaque para a idéia de “democratização do solo”, associada à outras medidas sociais, como o acesso dos libertos à educação. Vêm essa e as demais sugestões como que inseridas numa determinada visão de Nabuco sobre a realidade brasileira e num projeto seu de pensar a construção da Nação, isto é, dos meios de fazer o país superar os desajustes herdados da escravidão e de se consolidar como um país próspero, civilizado e moderno. Os autores assinalam claramente sua defesa da ordem monárquica e sua origem de classe, sem que tais aspectos, de acordo com sua visão, diminuíssem o alcance das propostas sociais de Nabuco. Salles, a esse respeito, chama a atenção para a radicalidade das propostas agrárias de Nabuco, lembrando que este chegou a propor a desapropriação de latifúndios¹⁶. Contudo, ao fazê-lo, Salles não deixa de associar o projeto de Nabuco a um ideal de modernização conservadora, em que reformas sociais como a extinção da escravidão apareceriam articuladas ao processo de expansão do capitalismo no país. A atividade de Nabuco como abolicionista e como reformador social também é descrita em obras relacionadas ao estudo de André Rebouças, do mesmo modo como este último teve sua atuação reconhecida nos livros sobre Nabuco – fato ainda mais natural quando se lembra que os dois, além dos óbvios laços ideológicos que os uniam, eram grandes amigos.

Dentre os autores que abordaram a trajetória de Rebouças, citamos os nomes de Maria Alice Rezende de Carvalho, Andréa Pessanha, Joselice Jucá e Sydney dos Santos. Os três, de uma forma própria evidenciaram a amplitude e a originalidade das idéias de Rebouças. Santos, em *André Rebouças e seu tempo*, aborda o conteúdo das várias publicações de Rebouças, mas sem fazer uma reflexão mais aguçada a respeito das idéias nelas contidas. Percebe-se, no entanto, que Santos enfatiza a dimensão social e

¹⁵ Cf. ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: A Geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.204.

¹⁶ Cf. SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um Pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. p.133.

progressista da visão do engenheiro, visto por ele, de certa forma, como um visionário. Nessa perspectiva a reforma agrária de Rebouças seria uma medida avançada, capaz de operar modificações significativas na sociedade brasileira de então. Em *André Rebouças – Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o homem*, de Joselice Jucá e em *O Quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*, de Andréa Pessanha, a reforma agrária aparece como um componente essencial do programa reformista de Rebouças. De acordo com as duas autoras, ela se constituiu mesmo no eixo de toda a visão social do abolicionista. Seu ideal de uma “Democracia Rural”, nesse sentido, teria permeado a maior parte de suas preocupações, conferindo-lhe uma singularidade em relação ao movimento abolicionista: é como se ele, de acordo com tais análises, tivesse sido aquele que se dedicou mais a fundo no planejamento de uma reforma agrária, mais do que o próprio Nabuco. Para Jucá, o pernambucano foi essencialmente um abolicionista, dotado de uma visão social ampla, é certo, mas de qualquer forma uma pessoa identificada primordialmente com a Abolição. Já Rebouças teria sido, sobretudo, um reformador social, “no sentido de defender a implementação de uma reforma agrária, i.é. a eliminação do antigo sistema de posse da terra associado à escravidão¹⁷”.

No estudo de Maria Alice Rezende de Carvalho, a proposta de “democracia rural” é considerada como um dos elementos-chave do projeto reformista de Rebouças. Ela estabelece a ligação entre esse projeto e a série de influências ideológicas do engenheiro, bem como o peso das experiências históricas dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Itália de Cavour. Fica clara, em seu estudo, a filiação de Rebouças a um projeto de consolidação e de modernização da nação; seu ideal agrário é visto como parte de uma ampla visão de longo prazo para o país. A autora chega a examinar, ainda, a possibilidade de viabilização dos projetos pela monarquia, observando a proximidade de Rebouças com Dom Pedro II e dando algumas indicações de que este teria demonstrado um vivo interesse pelas propostas agrárias de Rebouças¹⁸.

A questão do comprometimento do governo imperial com uma reformulação da estrutura fundiária também transparece no estudo de Joselice Jucá, que traz reflexões importantes sobre tal temática. Jucá, se por um lado alerta para a própria limitação do

¹⁷ Cf. JUCÁ, Joselice. Introdução ao livro *Agricultura Nacional; propaganda abolicionista e democrática setembro de 1874 a setembro de 1883*, de André Rebouças. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988. p. XII.

¹⁸ Cf. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto Século: André Rebouças e a Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998. p.225.

Poder Moderador¹⁹ numa sociedade marcada pelo predomínio social da grande lavoura, admite que a mudança de regime político, em 1889, teve o efeito de contribuir para a não realização da democracia rural preconizada por Rebouças e pelos abolicionistas, tendo dispersado e posto fim ao movimento reformista de que fizera parte Rebouças²⁰. Para Jucá, mais do que a Abolição, foi a perspectiva de se reformar a estrutura agrária que se constituiu num poderoso fator de colapso do Império, devido à forte reação senhorial, ainda que não se possa dizer, em seu entender, que as reformas – como a agrária – teriam sido necessariamente implantadas com a continuidade da monarquia.

A tese da derrubada do governo monárquico como tendo sido produto de uma “reação” da grande propriedade rural encontra respaldo em diversos estudos. José Augusto Pádua, por exemplo, parece simpatizar com tal perspectiva em *Um sopro de destruição*. O autor, que inseriu Rebouças e Nabuco numa tradição intelectual de crítica ambiental – que se verificaria desde o período colonial -, assinalou neles, ao lado da percepção dos efeitos negativos da monocultura escravista, a defesa da subdivisão do solo, com a conseqüente expansão da pequena propriedade. O golpe republicano teria, de acordo com Pádua, provocado o abandono de tal programa. O autor chega a fazer referência à tese de uma “contra-revolução conservadora” que teria bloqueado as reformas sociais após o 13 de Maio e obtido ganho de causa com o advento da República²¹. O aprofundamento de tal teoria não constitui um objetivo de seu trabalho, mas deve-se notar que ela parece ter para ele, no mínimo, alguma relevância.

Conforme visto, para diversos autores o abandono de uma política de reforma no setor agrário foi atribuído, parcial ou totalmente, ao golpe republicano, ainda que isso não signifique considerar que o Império realmente estivesse disposto a promover tal reforma – pense-se, por exemplo, nos estudos de Joselice Jucá e de Maria Emília Prado, que colocam tal questão em aberto. Seja como for, é fato que diversos historiadores assinalaram a existência de projetos do governo imperial de reforma do setor agrário, como Manuel Correia de Andrade²² e Leôncio Basbaum²³.

¹⁹ Cf. JUCÁ, Joselice. *André Rebouças – Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001. p. 139.

²⁰ Cf. JUCÁ, Joselice. *André Rebouças – Reforma & Utopia no Contexto do Segundo Império: Quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001. p. 141.

²¹ Cf. PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. p.279.

²² Cf. ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*, de Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Editora Ática, 1987. p.37.

²³ Cf. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens à 1889*. 3ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. p. 232.

Em relação ao abandono dos projetos de reforma agrária, devemos citar Paula Beiguelman que, em *A crise do escravismo e a grande imigração*, destaca o papel conservador desempenhado pelo setor imigrantista, pois, se por um lado este contribuiu fortemente, na década de 80, para intensificar a ação do Estado no sentido de extinguir o sistema escravista, por outro lado terminou por circunscrever a Abolição, freando a adoção das reformas propostas pelos abolicionistas – inclusive aquelas relacionadas à estrutura fundiária. De acordo com a autora, a atuação do setor imigrantista foi vital para que o movimento abolicionista pudesse irromper, porém circunscreveu seu triunfo²⁴. A corrente imigrantista, portanto, teria exercido um papel fundamental para a não-efetivação da reforma agrária. Considerando que essa corrente atendia um setor importante da grande lavoura cafeeira (especialmente de São Paulo), pode-se afirmar que Beiguelman, assim como os autores citados anteriormente, também vê na oposição de latifundiários a causa principal da inaplicação das reformas sociais previstas pelos abolicionistas para o período posterior à extinção da escravatura. Mas ao contrário de outros estudos que abordam o episódio em termos genéricos de uma “reação senhorial”, sua pesquisa se distingue por especificar o setor da grande lavoura que mais teria se oposto à reforma.

Essa força da grande propriedade, como fator de obstrução aos projetos reformistas, é descrita por vários autores, como o já citado Evaldo Cabral de Mello, que destacou os efeitos nocivos da valorização da imigração pela grande lavoura, em detrimento do trabalhador nacional²⁵ – elemento importante para se compreender o malogro de uma política agrária que incluísse ampla faixa da população brasileira. José Honório Rodrigues, por sua vez, estima que o fim do Império deveu-se – pelo menos em parte – à oposição dos latifundiários, descontentes com a Abolição²⁶. Seja como for, um aspecto parece claro: a larga difusão, ao seio da historiografia, de uma visão que atribui o abandono da reforma agrária – assim como outras reformas sociais previstas para o momento pós-Abolição – como fruto de uma reação conservadora. Os latifundiários e seus representantes teriam, então, se articulado para preservar o *status quo* social.

²⁴ Cf. BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.18-19.

²⁵ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. op.cit., p. 99-100.

²⁶ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p.77.

**ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA:
HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA E MODERNIDADE**

**REPENSANDO A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA LEIGA E
CATÓLICA NO INÍCIO DO SÉCULO XX ATRAVÉS DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE
MARIA**

*Ioneide Maria Piffano Brion**

A presente comunicação discutirá através da Associação da Pia União das Filhas de Maria a construção de modelos de comportamento para o feminino no início do século XX. Serão abordados os modelos produzidos tanto pelo movimento de romanização da Igreja Católica, que se pautava na Virgem Maria, quanto pelo modelo defendido pelos republicanos positivistas que se concentrava na figura da república *Marianne*. A análise, utilizando dos conceitos de gênero e de identidade contrastiva, concentrar-se-á no modelo elaborado pelo clero romanizado. Cabe ressaltar que os resultados apresentados nesta comunicação são parciais e fruto de um primeiro momento de pesquisa. Portanto, os dados aqui presentes são iniciais e objetivam tornar público o trabalho que vem sendo desenvolvido pela pesquisadora no mestrado de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

* * * * *

Até a Proclamação da República brasileira (1889) e a promulgação do Decreto de Separação entre os poderes temporal e espiritual (1891) o catolicismo era a religião do poder do Estado. Religião que estava associada à empresa colonizadora portuguesa, já que desde a formação do Estado Nacional português o papa havia concedido aos monarcas o governo religioso e moral tanto no reino quanto nas colônias. Assim, a Santa Sé confiava aos governantes portugueses à missão de evangelizar e estabelecer instituições eclesiásticas. Esta aliança entre Estado Português e a Igreja católica ficou conhecida como Padroado¹.

É sob a égide do Padroado que a identidade feminina católica leiga no Brasil começa a ser gestada. Esta identidade traz em si dois aspectos que se inicialmente parecem contraditórios, quando analisados mais detidamente deixam transparecer a sua complementaridade. O primeiro

* Graduada em História e Habilitada em Patrimônio Histórico pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista e Mestranda em Ciência da Religião pela mesma universidade.

¹ DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1997, p. 8-9 e AZZI, Riolando. **A cristandade colonial, mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 46-47.

destes aspectos está pautado no caráter pecador, degenerado e desobediente da mulher fruto da herança deixada por Eva que ao ceder à tentação da serpente permitiu a introdução do pecado na vivência humana e o conseqüente afastamento do paraíso². Já o segundo aspecto diz respeito ao poder civilizatório atribuído ao feminino, sobretudo, nas novas terras “descobertas”. Era necessário consolidar uma civilização cristã que afastasse os primeiros colonos do encontro, segundo o clero católico, pecaminoso e degradante com as negras africanas e com as negras da terra. Para isso, se devia incentivar o matrimônio que nos primeiros tempos fora consolidado com a “importação” de mulheres da Metrópole. Contudo, posteriormente, com a formação de núcleos familiares se fez necessário desenvolver uma moral repressiva e controladora para o feminino da colônia com vistas à constituição de uniões aprovadas pela Igreja e pelo Estado³.

É da junção destes dois aspectos, o caráter pecador e o poder civilizatório, que nasce o discurso sobre a identidade feminina no Brasil Colônia. A mulher, por ser propensa a luxúria, devia ser mantida resguardada entre as paredes da casa da família e depois, da casa do marido. Segundo o pensamento da época havia três momentos do contato da mulher com o mundo público: o primeiro ocorria no dia do seu batismo, o segundo no seu casamento e por fim, o último era no seu funeral. Ao ser restringida à esfera privada, a mulher ficava responsável pelos cuidados da harmonia do lar e a capacidade procriadora através da maternidade. Nestes dois pontos era que consistia o poder civilizatório do feminino: gerar descendentes saudáveis e educá-los na fé cristã para que, desta forma, a nova terra fosse ao mesmo tempo povoada e civilizada. Este feminino, sobre quem não só pesava o destino da família como também o destino de toda colônia, devia possuir qualidades como a castidade, a pureza, e a obediência para com os homens. Desejava-se, com isso, fechar a mulher em uma armadura de aparências que a levasse a desempenhar e a se identificar com o papel a ela destinado⁴.

Para a mulher católica e leiga do final do século XIX e início do século XX o discurso sobre o seu papel na sociedade pouco foi alterado com o novo regime e o novo status do catolicismo. O feminino continuou restrito à esfera do privado e a sua função na sociedade permaneceu a de filha que alegrava e distraía, a de esposa que auxiliava e consolava e a de mãe que velava e educava. A mulher era identificada como a “rainha do lar” e a “santa-mãezinha” modelos de feminino que deveriam ser inculcados nas mulheres⁵.

² REIS, Adriana Dantas. **Cora**: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de estudos baianos, 2000, p. 68-71.

³ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 23-28.

⁴ ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução – sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 47-50.

⁵ BERNARDES, Maria Tereza C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p.6-10.

No entanto, com a emergência dos valores burgueses novos critérios de conduta social, hábitos e costumes acabaram sendo somados ao que se esperava da mulher. O novo currículo incluía, além da maternidade, a polidez e a ilustração. A polidez e a ilustração, por sua vez, deviam servir para tirar a mulher da “fraqueza mental” em que se encontrava e instigar-lhe a inocência e a pureza, alegavam os discursos médicos⁶. Se até então, o feminino estava restrito somente a esfera doméstica, agora para ele também se abriam novos espaços para a socialização, como salões, os teatros e mesmo as associações religiosas, como no caso da Pia União das Filhas de Maria. Mas, se as mulheres participavam do espaço público era ainda na condição de capital simbólico para a família ou para o marido, já que possuir uma filha ou esposa virtuosa era sinal de prestígio social e de possibilidade de ascendência política e até econômica⁷.

Em meio às mudanças e permanências do lugar do feminino na sociedade, dois discursos travavam uma luta pela consolidação do ideal de mulher que devia ser exaltado neste momento. De um lado, tinha-se o discurso dos republicanos positivistas que, sob a inspiração do modelo francês, queriam identificar o feminino com a alegoria da república *Marianne* que representava a humanidade, a pátria e a família, enfim, uma virgem-mãe. Porém, os descaminhos pelos quais o novo governo passara e a própria história da mulher brasileira, que está mais atrelada à esfera do privado do que à do público, fariam com que este modelo não obtivesse sucesso no imaginário da população. Por outro lado, havia o discurso anti-republicano do clero romanizado cujos bispos, principais incentivadores da romanização⁸ no Brasil, elegeram Maria⁹ como a arma contra a figura laica de *Marianne*.

Maria reabilitava a mulher do pecado de Eva já que pela maternidade havia gerado o Salvador da humanidade e se tornava um ideal de mulher com amplos poderes sobre a formação identitária do feminino leigo católico da romanização. De maneira que, em 1854, o papa Pio IX (1846-1878) buscou incentivar a devoção mariana proclamando o dogma da Imaculada Conceição.

⁶ BERNARDES, Maria Tereza C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p.26.

⁷ D’INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 223.

⁸ Mabel Salgado Pereira define como catolicismo romanizado todo o processo dentro da Igreja católica que, pautando no Concílio de Trento, visava à moralização tanto de religiosos quanto de leigos objetivando o fortalecimento da fé católica. O processo romanizador era, assim, um movimento de centralização, com vistas à uniformização da Igreja romana na vida eclesial e eclesiástica da igreja no Brasil. Esta ação partia dos bispos auxiliados pelo clero, objetivando enquadrar a vida dos fiéis nas diretrizes de um novo modelo de catolicismo. Neste movimento a Igreja devia ser compreendida como uma sociedade hierarquizada e autônoma, sob a chefia do pontífice romano. PEREIRA, Mabel Salgado. A presença do catolicismo em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado (1741-1924). In: TAVARES, Fátima R. G.; CAMURÇA, Marcelo A. (org.). **Minas das devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da UFJF/PPCIR, 2003, p.16.

⁹ Cabe ressaltar que um dos princípios do processo de romanização é o incentivo ao culto mariano. Apenas o que o clero brasileiro faz é se utilizar de um discurso que era próprio da transformação que se operava em alguns setores da Igreja católica para poder tentar estabelecer uma representação da nação que ainda estivesse atrelada ao catolicismo. Desta forma, o catolicismo romanizado tentava dar mostras que mesmo afastado do Estado tinha amplos poderes de influência simbólica sobre a nova nação. (CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.81 e 93-94).

Posteriormente, foi estabelecido o mês de maio como o mês de Maria. Foi também neste momento, que a festa de coroação da Virgem passou a ser estimulada pelas hierarquias católicas. Todos estes fatores propiciaram que no pontificado do papa Pio XII (1939-1958) fosse estabelecido o que se chamou de a *era mariana*¹⁰.

Mas talvez o fato mais significativo para o feminino brasileiro tenha sido a coroação, em 1904, de Nossa Senhora Aparecida como rainha do Brasil. Além de ela superar qualquer símbolo cívico, de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, Aparecida era a representação da tríade mãe-mulher-santa, mas uma tríade encontrada em um feminino genuinamente brasileiro. Quando em 1930 Aparecida foi proclamada padroeira do país houve então a consolidação do imaginário sobre a identidade feminina. Da mulher leiga católica brasileira passou a ser cobrado um modelo que exigia ser mãe virtuosa, protetora, acolhedora e perfeita. Modelo quase inatingível que por isso, exigia um controle e uma vigilância social muito maior que no período colonial uma vez que ser Eva, no discurso dos padres romanizados, era qualidade de todas as mulheres, mas ser Maria era possibilidade para poucas¹¹.

Assim, o feminino era pensado e repensado no início do século XX perpassado por vários discursos que não se limitavam, a meu ver, a uma oposição binária entre o discurso masculino opressor e um feminino vitimizado. Acredita-se isto porque mesmo sob um discurso que compunha um papel a ser desempenhado, as associadas às Filhas de Maria conseguiam um espaço para desenvolver uma sociabilidade própria. As reuniões eram momentos onde, ainda com a presença de um padre, elas podiam se expressar e ter voz nas decisões do grupo. Desta maneira, a opção pela categoria de gênero se deu, de acordo com Maria Izilda Matos, porque o gênero permitiu à pesquisa a rejeição ao caráter fixo e permanente da oposição binária masculino *versus* feminino¹². Em substituição a esta oposição a categoria gênero possibilitou se dar ênfase ao conhecimento sempre relativo da diferença sexual produzida por amplos e complexos quadros epistêmicos e referindo-se não apenas às idéias, mas também às instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais, enfim, a tudo aquilo que constitua as relações sociais. Como para Joan Scott gênero seria aqui entendido como a organização social da diferença sexual.¹³

A incorporação do gênero enquanto categoria de análise é uma tentativa de demonstrar que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade, num certo momento histórico, podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Com isso, reconhece-se que a realidade histórica é social e culturalmente constituída. Somado a este fato o uso do gênero permite a introdução no conhecimento histórico das temporalidades heterogêneas, dos

¹⁰ DICIONÁRIO DE MARIOLOGIA. São Paulo: Paulus, 1995, p. 403.

¹¹ BOFF, Clodovis. **Maria na cultura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 28-33.

¹² MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2000, p. 16.

¹³ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1991, p.

ritmos desconexos, do tempo fragmentado, das discontinuidades que descortinam o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também permite a existência do tempo criador e dinâmico das inovações. Desta forma, com a categoria de gênero as nuances, as tendências e os movimentos passaram a ser os fatos com os quais os historiadores lidam¹⁴.

Partindo, então, da idéia que a identidade feminina é fruto de uma construção social perpassada por uma estrutura de poder - no caso a religião católica, uma religião que traz características misóginas em seu cerne – se compreende a religião enquanto um sistema simbólico de comunicação e de pensamento capaz de dar a uma dada sociedade a ordenação lógica de seu mundo ao inscrevê-la enquanto integrante de uma ordem cósmica que não permite questionamento. Com isso, a religião asseguraria um consenso moral capaz de transfigurar instituições e grupos sociais em instituições e grupos sociais frutos do desígnio divino¹⁵.

Assim, a função simbólica da religião estaria em inscrever seus esquemas de pensamento nas consciências individuais, que para esta pesquisa seria a consciência das associadas às Filhas de Maria, que estavam inseridas em todo um sistema simbólico do catolicismo romanizado, e também da sociedade brasileira que passa a repudiar toda a construção do imaginário da República *Marianne* em prol da “pátria dos soldados de Maria”. E esta “troca” foi muito incentivada, no caso da cidade de Juiz de Fora, pelo processo de romanização que se desenvolveu de forma ativa na cidade fruto em primeiro lugar da força da Belle-Époque juizforana que fazia a cidade ser, diante dos olhos dos bispos romanizadores mineiros - Dom Viçoso e Dom Silvério Gomes Pimenta - uma cidade decaída moralmente, e que por isso, devia ser enquadrada dentro da nova vivência católica em função do desenvolvimento econômico e social que dava visibilidade a cidade dentro do espaço regional. Em segundo lugar, porque a transição do século XIX para o XX representou para a Igreja católica juizforana a perda da sua estrutura de plausibilidade já que outras denominações religiosas chegavam à cidade como a Igreja Metodista, a Igreja Luterana, a Igreja Batista e o Kardecismo. Para além destas denominações religiosas ainda se encontrava em contato com o campo religioso juizforano grupos como os maçons, os teosofistas e pessoas que defendiam o cientificismo e a secularização.

Esta situação de concorrência pela hegemonia religiosa fazia com que cada vez mais o discurso do catolicismo romanizado buscasse controlar instituições sociais capazes de formar e de moldar aqueles que seriam seus fiéis. O clero romanizado acreditava que seria pela transformação espiritual dos fiéis que a Igreja católica consolidaria seu papel na sociedade¹⁶ Então a romanização criou uma série de mecanismos de enquadramento dos fiéis que iam deste o ensino, passando pela

¹⁴VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott, **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, 1994. [tradução de Ricardo Augusto Vieira], p.67-72.

¹⁵BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987, p. 30.

¹⁶ MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 76. [v.4].

publicação de periódicos e revistas até a fundação de associações leigas como a Pia União das Filhas de Maria.

A origem mais provável para a Associação das Filhas de Maria pode ser estabelecida nas associações denominadas de Filhas de Maria fundadas por Catarina de Labouré na França para quem, no dia 27 de novembro de 1830, a Virgem Maria teria aparecido e ordenado à fundação de uma associação para mulheres religiosas. A primeira desta associação foi estabelecida em 8 de setembro de 1837 na paróquia de Saint Pierre de Gros, em Paris com o nome de Associação das Filhas de Maria Imaculada. Em 20 de junho de 1847, o papa Pio IX aprovou a associação que teve seu primeiro manual tornado público em 1848. Nesse manual encontravam os objetivos da associação nos quais estavam manter o louvor a Maria Imaculada, a santificação pessoal das associadas e o exercício do apostolado.¹⁷.

No entanto, em 23 de janeiro de 1864 o pároco da igreja de Santa Inês, em Roma, Alberto Passèri fundou uma associação de Filhas de Maria seguindo o estilo daquelas que se desenvolveram nas casas das Filhas da Caridade na França. Passèri fez com que a associação fosse erigida com o título de Pia União das Filhas de Maria e que, além de estar sob o patrocínio da Virgem Imaculada, também estivesse sobre o patrocínio de Santa Inês que era a padroeira de sua igreja. Esta associação passou a ser de moças cristãs que tinham por finalidade evitar a proliferação do “mal” fazendo progredir a piedade cristã na honestidade dos costumes e na observância dos próprios deveres¹⁸.

Foi em meio ao processo de romanização vivenciado pela Igreja católica no Brasil, e que se situa a partir de meados do século XIX, que a Pia União das Filhas de Maria chegou ao país. Esta situação de concorrência pela hegemonia religiosa fazia com que cada vez mais o discurso do catolicismo romanizado buscasse controlar instituições sociais capazes de formar e de moldar aqueles que seriam seus fiéis¹⁹. Desta forma, é que em 1907 é fundada na cidade de Juiz de Fora, no Asilo das Órfãs, a primeira associação das Filhas de Maria que, no mesmo ano, foi agregada a Prima-primária em Roma. A associação deveria ser dirigida pelos capelães do asilo e atender, primeiramente, as internas. Posteriormente, entraram as meninas da cidade e das fazendas vizinhas que passaram a participar das reuniões juntamente com as internas²⁰. Porém, a distância do asilo até o centro da cidade fez com que o vigário da paróquia de Santo Antônio, padre Leopoldo Pfad, SVD²¹, desmembrasse as jovens da cidade das do asilo. É desta forma que em 1909 o vigário

¹⁷ DICIONÁRIO de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995, p.164-165.

¹⁸ DICIONÁRIO de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995, p.165.

¹⁹ MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 76. [v.4].

²⁰ LIVRO DE ATAS I da Pia União das Filhas de Maria da Catedral de Juiz de Fora – 1910/1922. JF: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, p.1.

²¹ O padre Leopoldo Pfad, SVD, membro da Congregação Verbo Divino, esteve presente à frente do processo de reforma e romanização da Igreja Católica de Juiz de Fora. A congregação, além de atuar educando as elites no colégio Academia, esteve à frente dos trabalhos da Igreja matriz durante os anos de 1900 a 1925. (AZZI, Rioldo. **Sob o**

dirigiu ao bispo de Mariana com o pedido de instalação canonicamente da associação na Igreja Matriz. O pedido foi atendido no mesmo mês, mas o estatuto da associação somente foi tornado público em 1911²².

A presença ativa da associação na cidade é encontrada até por volta de 1954. Este momento marca a perda de espaço por parte da Pia União das Filhas de Maria dentro do quadro da Igreja católica no Brasil. Mas esta perda gradativa de espaço foi fruto da própria restauração católica²³ que fez com que os bispos, a partir da década de 1930, incentivassem outros movimentos femininos que dessem as mulheres a possibilidade de colaborarem com o apostolado. É o caso da Ação Católica que, em junho de 1935, chegou à cidade atraindo muitas jovens já que sua prática tinha um aprofundamento teológico mais intenso que a das Filhas de Maria²⁴.

Assim, os desígnios do clero romanizado juizforano estavam em consonância com o objetivo principal do processo de romanização que era criar uma identidade católica, sobretudo uma identidade para a mulher leiga (espelho de Maria), que contrastasse com o restante da sociedade. Para dar conta desta situação do catolicismo com relação ao feminino é que se resolveu adotar o conceito de Roberto Cardoso de Oliveira de identidade já que se compreende que enquanto o conceito de gênero dá conta da relação feminino e masculino, o conceito de identidade de Cardoso de Oliveira ajudaria na relação Filha de Maria e sociedade juizforana.

Roberto Cardoso de Oliveira tomou emprestado de Fredrik Barth, o conceito de grupo étnico uma vez que esse conceito está intimamente ligado com o de identidade desenvolvido por Cardoso de Oliveira. Por grupo étnico Barth designou uma população ou ajuntamento de pessoas que compartilhavam de valores culturais fundamentais, postos em prática em formas culturais num todo explícito compondo um campo de comunicação e interação que permitia que tanto os membros se identificassem como tal, quanto fossem identificados pelos outros. Barth definia então grupo étnico como uma forma de organização social onde o ponto máximo da definição passa a ser aquele que se relaciona diretamente com a identificação étnica, a saber, a característica de auto-atribuição e atribuição por outros²⁵.

Báculo Episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora, 2000, p. 131-132).

²² LIVRO DE ATAS I da Pia União das Filhas de Maria da Catedral de Juiz de Fora – 1910/1922. JF: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, p.1-2.

²³ Riolando Azzi definiu como o período de restauração da Igreja Católica no Brasil o momento a partir da década de 1920 quando a Igreja buscou ter uma atuação mais significativa no contexto da vida do país aproximando-se do Estado, objetivando com isso criar uma sociedade que respeitasse os valores morais defendidos pelo catolicismo. Assim, a Restauração Católica não foi uma ruptura com o movimento de Romanização e Reforma, mas apenas uma evolução dessa concepção de Igreja. (AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal:** a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora, 2000, p. 190-191).

²⁴ AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal:** a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950). Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora, 2000, p.271.

²⁵ BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries.** Boston: Little Brown, 1969, p.10-13 Apud OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976, p. 2-4.

Daí deriva a identidade étnica que contém duas dimensões: a pessoal (individual) e a social (coletiva). Estas duas dimensões estão interconectadas e em constante processo de reorganização a partir de um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento desta relação. Este código tende a se exprimir como um sistema de oposições ou contrastes de onde adviria uma “identidade contrastiva” que seria a base na qual a identidade étnica se define. O conceito de identidade contrastiva implica na afirmação “do nós” diante “dos outros”. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que não se afirma isoladamente, ao contrário, ela se afirma negando a outra identidade através dos seus valores. Desta maneira, ela não só julga os valores dos outros, mas os outros. No entanto, não há a diluição do grupo étnico porque este mantém um complexo organizador de comportamentos e relações que marca fronteiras étnicas entre “os de dentro” e “os de fora”²⁶.

Neste sentido os traços culturais são usados como marcas diferenciais na construção e na manutenção das fronteiras entre os grupos. E esta afirmação se acredita ser dupla para as representantes das Filhas de Maria em Juiz de Fora: a afirmação enquanto representantes de uma associação católica perante um campo religioso marcado por forte concorrência pela hegemonia na construção de estruturas de plausibilidade e a afirmação enquanto mulher dentro de uma sociedade que tendia a vê-la sempre como “o sexo frágil” que devia ser protegido.

Desta maneira, estudar a construção e a redefinição da identidade das mulheres no início do século XX é uma outra maneira de abordar a relação Estado e Igreja católica. A opção por estudar a construção da identidade feminina leiga na Igreja católica no período denominado de romanização através da Pia União das Filhas de Maria, também busca contribuir para o entendimento de algumas questões dentro da história do catolicismo no Brasil como: de que forma identidades religiosas são construídas; como são elaboradas através da religião identidades sociais; de que forma as mulheres ao longo da história do catolicismo romanizado qualificaram o seu modo de ser e o dos outros através da religião; de que maneira por meio destas mulheres o catolicismo romanizado se pôs em contato com o contexto no qual estava imerso.

BILIOGRAFIA

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução – sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial, mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal: a Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora: Centro de Memória da Igreja em Juiz de Fora, 2000.

²⁶ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 4-6.

- BARTH, Fredrik. **Ethnic groups and boundaries**. Boston: Little Brown, 1969, p.10-13 Apud OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BERNARDES, Maria Tereza C. C. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- BOFF, Clodovis. **Maria na cultura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo: Ática, 1997.
- DICIONÁRIO DE MARIOLOGIA. São Paulo: Paulus, 1995.
- D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.
- LIVRO DE ATAS I da Pia União das Filhas de Maria da Catedral de Juiz de Fora – 1910/1922. JF: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora.
- MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: Edusc, 2000.
- MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, [v.4].
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PEREIRA, Mabel Salgado. A presença do catolicismo em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado (1741-1924). In: TAVARES, Fátima R. G.; CAMURÇA, Marcelo A. (org.). **Minas das devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da UFJF/PPCIR, 2003.
- REIS, Adriana Dantas. **Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**. Salvador: Centro de estudos baianos, 2000.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1991.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott, **Cadernos Pagu**, Campinas, n.3, 1994. [tradução de Ricardo Augusto Vieira].

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Os Partidos Comunistas e o dilema da radicalização: Brasil e Peru (1960-1990)

Isabel Cristina Leite
Mestranda UFMG/Bolsista CNPq

Através deste trabalho proponho a análise de binômios causas/conseqüências, paridades/diferenças do processo de radicalização e das circunstâncias deste processo em dois Partidos Comunistas: o brasileiro e o peruano. Trabalhar com história comparada é um desafio na medida em que não se pode pensar a comparação como uma afirmação de particularidades históricas e tampouco uma generalização teórica. Há que se dosar o geral e o particular criticamente analisando suas variantes.

A escolha destes dois países foi exatamente pela visível diferença cultural e sócio-política vinda desde a colonização, contudo, passaram por processos políticos semelhantes a partir nos anos 60 do século passado – ditadura militar (1964 Brasil e 1968 Peru). As condições dos países e dos golpes naquele momento ainda sim eram distintas, mas em ambos os casos ficou clara para parcela das esquerdas a ineficácia de seus Partidos Comunistas. A partir de então, uma série de organizações armadas surgiram. No Brasil houve inúmeras organizações armadas, mas nenhuma com o mesmo destaque e inserção nas camadas populares como o *Sendero Luminoso* que existiu no Peru. Será analisado o processo histórico de implantação das ditaduras e a cultura política da esquerda armada em ambos os países para buscar uma possível explicação para a longevidade de uma guerrilha em detrimento da outra.

I. Brasil

No caso brasileiro, para Colter¹, foi a crise nas exportações no início do século passado que deu fim à política dos proprietários de terras e deu aos militares poder para agir como regulador do Estado. Assim, começara o processo de subordinação das forças populares ao Estado. Com o desenrolar dos tempos, tais forças ganham autonomia e fortaleceram partidos, contudo, estes representantes do povo não apresentaram nenhuma saída política anti-

¹ COLTER, Julio. Estado e regime: notas comparativas entre sobre oCone Sul e a sociedades de “enclave”. In: COLLIER, David. *O novo autoritarismo da America Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. PP.239-263. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

capitalista. Com o golpe militar, em 1964 “as forças armadas eliminaram as instituições representativas sobre as quais a classe dominante havia perdido o controle”². E mais, o golpe acontece num momento onde o modelo de “substituição de importações se esgotou. A questão deixa de ser industrializar, e sim, modernizar. Para a concretização deste projeto está a aliança entre burguesia nacional capital estrangeiro”³.

A Doutrina de Segurança Nacional foi o principal arcabouço ideológico que orientou a ditadura desde seu início. Golbery Silva sintetizou os princípios da doutrina, como se segue: “Ocidente como ideal; a ciência como instrumento de ação; o cristianismo como paradigma ético”⁴. Foi a partir dela que se construiu a noção do *inimigo interno*. Este inimigo é sempre o *outro*, o que vai contra a ordem instituída. O regime ditatorial nunca se assumiu como tal. Para tanto, todo um aparato publicitário foi montado para atingir a sociedade e convencer que éramos o país do “futuro”, o país do “milagre econômico”, de forma que tudo ia dentro da normalidade. Havia, também, a preocupação da divulgação dessa imagem no exterior, principalmente depois das denúncias feitas pelos exilados. É a “cultura do simulacro”⁵. Este “simulacro” criado pela propaganda, aliado a fatores como os êxitos econômicos do regime, “produz efeitos duradouros na nossa cultura política : se a ditadura não consegue se nomear, tampouco a *mídia* e a chamada *intelligenza* vão dar conta de fazê-lo”⁶.

A transição política brasileira ocorreu “pelo alto”. Para Eliezer Rizzo⁷, é graças à inorganicidade da sociedade brasileira, com uma política partidária pouco estruturada é que se explica porque a ditadura brasileira foi a maior na América Latina e porque o tempo de sua abertura também foi o maior de todos.

II. Perú

O Peru é o terceiro maior país da América do sul em extensão territorial e sua população é composta por uma diversidade cultural e étnica com 3 idiomas oficiais: espanhol, quíchua e aymará. Em 2001, 49% da população vivia abaixo da linha da pobreza⁸. Ocorreu

² COLTER. Op. cit. pp.245.

³ Só para citar um dos trabalhos relevantes acerca desta aliança temos o trabalho de DREIFUSS, Rene. *1964 A conquista do Estado*. Peropolis: Vozes, 1980.

⁴ Cf. GRECO, Heloisa. A cultura do simulacro: peculiaridades da ditadura militar brasileira. IN: : GRECO, Heloisa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Departamento de História: UFMG, 2003. pp. 27.

⁵ Cf. CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. IN: FREIE et. all. *Tiradentes: um presídio na ditadura*. pp.474.

⁶ GRECO, op.cit.pp.33.

⁷ RIZZO, Eliézer. *apud* D`Araújo, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Democracia e forças armadas no Cone-sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. pp.219.

⁸ ANASTASIA. op. cit. pp.159.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

neste país o que Colter⁹ chamou de sociedade de *enclave*, pouco desenvolvimento industrial e “aliança imperialista-feudal”. Isto acontece quando o capital estrangeiro penetra em uma sociedade de estrutura econômica e social pré-capitalista.

Em comparação aos dois mais desenvolvidos da América do Sul (Argentina e Brasil), o nível de industrialização peruana foi modesta. Este país era o mais *laissez-faire* da América Latina até a primeira metade do século passado, com pouco investimento público. Havia tanto uma grande dependência externa quanto uma debilidade no sistema fiscal¹⁰. Assim sendo, a crise dos anos 60 localizava-se nos setores mais tradicionais da sociedade e apresentava-se entre a crise do sistema oligárquico e o capitalismo liberal e não seria sobre como excluir e conter a mão-de-obra industrial e moderna, seria mais sobre como incluir as grandes massas marginais rurais e urbanas de forma a estabelecer fundamento para a modernização e industrialização¹¹.

O golpe militar de 1968, que depôs Belaúnde Terry deveu-se ao fracasso das reformas anunciadas por ele em 1963, à corrupção em seu governo, à crise econômica (as vantagens concedidas às empresas americanas desagradaram a elite e os militares). Sua estrutura fundiária é uma das mais injustas, causando assim revoltas camponesas. Mais uma observação cabe, ao contrário do Brasil e de outros, não houve “substituição de importações”. Havia monopólio estrangeiro de exportação e mineração aliado a uma oligarquia decadente, porém hegemônica. Ocorria, assim, uma industrialização “anárquica”¹². Houve ausência quase absoluta do Estado nas áreas rurais até o primeiro governo militar (Alvarado em 1968)¹³.

O regime teve duas fases 1968-1975 (Alvarado) e 1975-1980 (Bermudez). A primeira é marcada pelas reformas: agrária - uma das mais radicais já feitas na América; urbana e, industrial. A segunda fase é marcada por um passo à direita, com o “*Plan de austeridad*”, com proibição de greves, congelamento de salários, a prisão de 178 opositores políticos e a censura à imprensa¹⁴. Aliado a isto, crise econômica e grande parte do valor das exportações direcionado ao pagamento da dívida externa. Em 1977 já começaram as negociações para transição efetivada em 1980, com a volta do presidente deposto. Para Cepik, a pequena

⁹ COLTER.op.cit.

¹⁰ Cf. CEPIK, Marco Aurélio. *Crise hegemônica e golpe militar nos anos sessenta: Argentina, Brasil e Peru*. Mimeo. 1991. pp. 35.

¹¹ Citado por CEPIK. Op. cit. pp.35.

¹² Idem. pp.48.

¹³ ANASTASIA. op. cit.pp.159.

¹⁴ CEPIK. op. cit.pp.79.

durabilidade do regime peruano deveu-se aos “parcos atributos de legitimidade, carisma e eficiência”¹⁵. Quem assume o poder novamente é Belaúnde Terry, o mesmo que foi deposto doze anos antes.

Os Partidos Comunistas e o dilema da radicalização

PCB e a “nova esquerda” brasileira

A criação do Partido Comunista Brasileiro deu-se em 1922. O real divisor de águas dentro do PCB, contudo, e de certa forma da própria esquerda brasileira, é a “Declaração de Março”¹⁶ datada de 1958. Esta declaração foi considerada pelos próprios comunistas a refundação do partido. Foi a conjuntura internacional que influenciou diretamente este repensar sobre a linha política do PCB, por causa do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), em 1956, onde os crimes de Stálin foram denunciados. Começou em todo o mundo o processo de “desestalinização” dos PCs, com a substituição de quadros mais comprometidos com Stálin. Após a dolorosa aceitação do fato, começou o necessário processo de autocrítica do partido, que culminou na referida resolução.

A declaração trouxe uma nova interpretação da realidade brasileira e do modo de agir do partido. Para os comunistas de 1958, o capitalismo brasileiro desenvolveu-se em cima de relações atrasadas no campo – pré capitalistas e baseadas no latifúndio, cuja economia era dependente do estrangeiro. Em sua análise, os “resquícios feudais” interferem no progresso da agricultura, que tende a ser lento, pois o nível de vida das massas é baixo e a exploração elevada, as possibilidades de expansão do mercado interno são pouquíssimas, logo, acentua-se a desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, onde umas são mais industrializadas que outras. O Estado brasileiro seria defensor dos interesses dos latifundiários e dos grandes empresários ligados ao imperialismo. Haveria, porém, uma “brecha” na burguesia que seria progressista e estaria interessada na independência econômica do país, e na superação dos atrasos causados pelo imperialismo norte-americano e pelas relações semi-feudais na agricultura. A esses burgueses progressistas, os comunistas propunham alianças, para que então se pudesse fazer a Frente Ampla e dar fim aos entraves.

O que nos chama a atenção neste documento é o item relacionado ao caminho tomado para a revolução etapista, antiimperialista e antifeudal brasileira. Um caminho explicitamente

¹⁵ Idem. pp.80.

¹⁶ Resolução de 1958 do PCB. IN: CHACON. op.cit. pp. 366-385.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

pacífico, reformista, com o cuidado de agir dentro da legalidade. Por estarem convictos sobre o modo pacífico de ação, a palavra aparece com frequência por todo o texto. Para se ter uma idéia do cuidado tomado pelos comunistas, podemos citar o trecho mais “radical”, no que se refere ao uso da violência: “No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da Nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade – **a de uma solução não pacífica**”.¹⁷

Se houve a possibilidade de se pensar em luta armada dentro do partido, neste momento, ela foi remotíssima e, se existiu, não foi declarada. No que concerne à vanguarda da revolução, os comunistas não têm dúvidas: seriam eles, militantes do Partido Comunista Brasileiro, que estariam à frente do proletariado, dirigindo-os no cumprimento das tarefas da luta revolucionária. Em 1960 houve o V Congresso do PCB fortemente influenciado pelas teses de 1958. Reis Filho caracteriza este congresso como sendo a busca de um equilíbrio, em que, de um lado, estariam “a aliança com a burguesia, a ótica desenvolvimentista, o caminho pacífico e as reformas no marco do regime vigente” e do outro “o estímulo às lutas sociais, a reafirmação do papel do Partido e do proletariado, a luta pela hegemonia na Frente Única”¹⁸. Tanto a Declaração de Março quanto o V Congresso deram origem às primeiras cisões dentro da esquerda brasileira, o que significou a perda da hegemonia que o partido havia conseguido até o momento, e a necessidade de outras interpretações acerca dos acontecimentos políticos do pré-golpe. Com a posse de Jango, o PCB pensou ter encontrado base para sua sustentação política. Com o desenrolar dos meses, porém, o presidente não correspondeu às expectativas dos comunistas, adotando políticas conciliatórias e vacilantes. De acordo com relato de Gorender, outra dificuldade encontrada pelo PCB à época de Jango foi se defrontar “com uma esquerda diversificada, com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massa e desafiavam o partido comunista no próprio campo do marxismo”¹⁹

Após o golpe militar em 1964 ficou claro para a nova esquerda toda a fragilidade do Partido Comunista, a sua pouca capacidade de crítica e análise de conjuntura. Era o fim da hegemonia deste, dentro da esquerda brasileira. Surge a “nova esquerda”. No Brasil, “nova esquerda” foi a designação das organizações e partidos clandestinos surgidos no início da década de 1960 que faziam críticas ao PCB, ou, se opunham a ele.²⁰ Por ser nova, esta

¹⁷ Grifo meu. Resolução de 1958. op. cit. pp. 382.

¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989. pp.25.

¹⁹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1990. pp.32.

²⁰ REIS FILHO & SÁ. *Imagens da revolução* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985. pp.7.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

esquerda têm características peculiares, destacando-se: as diferentes interpretações e práticas políticas que divergiam acerca do caráter da revolução; busca de um modelo internacional, para a legitimação de suas ações; a questão do choque de gerações a média de idade baixa para 20-22 anos. É importante salientar que a maioria dos militantes desta nova esquerda é originária das classes médias e pode-se ilustrar a dificuldade destes estudantes a se adaptarem à realidade operária, de quem eles se denominavam porta-vozes, pelo relato de Maria José Nahas: “*Eu me lembro que eu me sentia muito sem jeito, muito sem jeito, que eu era aquela filha de médico do interior e indo pelos bairros operários, não é? Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Eu me sentia muito sem jeito com isso*”²¹

Segundo Reis Filho & Sá, a fragmentação da esquerda trouxe um saldo positivo: a derrubada do mito do *partido único* representante das massas. Três organizações saíram na primeira leva da cisão: Política Operária – POLOP; Ação Popular – AP, e, Partido Comunista do Brasil – PC do B²². A partir destas uma gama de pequenas organizações surgiram, que seriam as “engrenagens do motor da revolução”. O PC do B apareceu da cisão de um setor stalinista do PCB. Seu embrião data de debates no interior do partido entre 1956-1960. Reivindicavam ser a continuidade do partido fundado em 1922. Por mais polarizado que fosse, manteve a mesma concepção de revolução em duas etapas do chamado PCB. Só se tornou expressivo realmente no final da década de 60: pode-se ressaltar que a única experiência de guerrilha rural foi feita pelo PC do B no Araguaia entre 1972 e 1974, apesar do envio de quadros para a região ter começado ainda no final da década anterior. Quando dos momentos de tensão anteriores à cisão do partido o “núcleo dirigente” do que seria o PC do B fez o balanço crítico de suas ações, e o que pôde para se defender: defenderam a URSS, relativizaram os crimes de Stálin.

O auge da luta armada ocorre em 1968. Num ambiente onde havia a “liberdade vigiada”, desaparecimentos de opositores, torturas, alguns militantes da nova esquerda achavam que trabalhar com a conscientização das bases para que depois elas se libertassem seria muito demorado. Havia a necessidade de valorização da *ação*. A estratégia guerrilheira era inspirada na *teoria do foco*²³. E todo o dinheiro conseguido pelas organizações era proveniente ou de doações de simpatizantes da causa ou através dos assaltos a banco. As

²¹ Entrevista de Maria José Nahas concedida a autora em 11/01/2003.

²² REIS FILHO & SÁ. op.cit. pp.18.

²³ DEBRAY, Régis. *A revolução na revolução*. São Paulo: Centro de Estudos Latino-Americanos. s/d.

atividades de maior destaque destes grupos foram sequestro de embaixadores²⁴, para a libertação de presos políticos, e o roubo de mais de 2,5 milhões de dólares cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros em 1969. A guerrilha urbana concentrou-se, principalmente, na região sudeste do país. A vida útil de um militante era de cerca de um ano e meio²⁵. Não muito mais que isto. Ao contrário do regime Argentino que eliminou opositores indiscriminadamente, no Brasil, o exército eliminou pontualmente as lideranças dos grupos guerrilheiros. O número de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira (1964-85) está na casa de 1 morto para cada 247.340 habitantes, para efeitos comparativos, na Argentina, a relação é de 1 para cada 900²⁶. A luta armada no Brasil terminou em 1974 com a prisão de 22 e morte de 47 guerrilheiros do PC do B.

O Sendero Luminoso.

Sendero Luminoso é o nome de um dos oito ou dez partidos comunistas existentes no Peru na década de 1980. Surgiu, como no Brasil, de uma das inúmeras cisões ocorridas dentro do Partido Comunista a partir de 1964. Tal partido (PCP), cujo maior expoente fundador foi José Carlos Mariategui²⁷, sofreu reflexos do rompimento entre Moscou e Pequim neste mesmo ano. O Partido Comunista do Peru manteve-se favorável à URSS. Os integrantes que se posicionaram pró-chineses fundaram o Partido Comunista do Peru – *Bandera Roja*, com grande adesão da juventude comunista. Passados três anos, 1967, *Bandera Roja*, passou por uma crise interna que levaria a outra cisão, de onde sairia Partido Comunista do Peru – *Patria Roja*, também apoiando Pequim. *Patria Roja*, também não conseguiu manter-se coeso. Dele saíram nos anos que se seguiram *PC do P-Puka-Llacta*, PC do P-Marxista Leninista outros pequenos comitês regionais se tornaram autônomos. No comitê do norte, parte seguiu a linha Stalinista e outra Maoísta. O comitê de Lima também se cindiu em um setor *Pasache* e um Mariategui. Em 1970, *Patria Roja*, continuava a se diluir e *Bandera Roja* sofreu com a perda de seu secretário de propaganda, Abimael Guzmán²⁸, que fundou o Partido Comunista Marxista Leninista Pensamento Mao-Tsé-Tung. Tal partido só tinha apoio

²⁴ 15 trocados pelo embaixador americano em set./69; 5 trocados pelo cônsul japonês em mar/70; 40 trocados pelo embaixador alemão em jun/70 e 70 trocados pelo embaixador suíço em jan/71.

²⁵ Entrevista com Maria José Nahas, já citada.

²⁶ <http://www.estadao.com.br/ultimas/mundo/noticias/2006/mar/23/384.htm> em 23/05/2007.

²⁷ Mariategui (1895-1930), autodidata, tornou-se o maior expoente do socialismo na América Latina entre os anos 20-30 do último século. Escreveu o clássico “7 ensaios de interpretação peruana”, considerado por estudiosos americanos “a mais importante obra marxista latino-americana”. Cf. FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: MARIATEGUI, J.C. *7 ensaios de interpretação peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

²⁸ Professor de Filosofia na Universidad Nacional San Cristobal de Huamanga. Fundador do *Sendero Luminoso*. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

na capital e na Serra central. Como forma de ampliar sua influência geográfica e angariar mais apoio das bases, foram criadas uma série de organizações por categorias e setores²⁹ e aumentar influência em instituições aparentemente independentes³⁰. Assim, desde o começo, o *Sendero* teve inserção entre as camadas populares e buscou uma atuação ao nível nacional.

O maior apoio logístico do *Sendero* era proveniente da universidade, sobretudo, dos estudantes de origem rural, que conseguiam estreitar os laços entre organização e comunidade, para que pudessem contar com o apoio local. De acordo com Montoya “em nenhuma país da América Latina, e talvez, do mundo, a esquerda maoísta teve um desempenho como no Peru”³¹. Outra particularidade é que coexistiam nesta década de 80 a guerrilha mais forte da América do Sul, a esquerda legalizada com maior presença política – IU (*Izquierda Unida*)- e o partido reformista mais importante do continente no poder – APRA. Esta situação seria incompreensível se não se analisar o alto grau de desarticulação no país. O aparecimento oficial do *Sendero* aconteceu em 1980. A partir daí uma série de ações e atentados começaram a ocorrer, ao ponto de se declarar estado de emergência em 1982. Belaúnde precisou, mesmo a contragosto, pedir o auxílio das Forças Armadas para o combate ao grupo. Uma das questões que se levanta para a rápida propagação do grupo é o descaso do governo ainda nas primeiras manifestações *senderistas*. Estes militantes peruanos foram tratados como criminosos (um problema policial), não houve, por parte do Estado, tentativa de enxergar como um problema essencialmente político. Só com a entrada das FA que foi enxergado pelo governo o caráter político do problema *senderista*. Esta não foi a primeira experiência de guerrilha no século XX no Peru. Entre os anos de 1962-1965, pequenos grupos já se organizavam neste sentido, porém todos foram eliminados rapidamente. Foi uma guerrilha *a la criolla*³². Dada a situação de miséria no campo, uma resposta como o *Sendero Luminoso*, com a extrema violência, é a típica reação de quem não tem nada a perder. E não trata só de uma questão econômica. Trata-se de um desprezo social, cultural e racial sofrido por homens e mulheres. Estudantes das regiões andinas dificilmente conseguem emprego, dada a cor da pele e o parco domínio do castelhano.³³

²⁹ Como exemplo: Frente dos Estudantes Revolucionários, Movimento de Juventude Popular, Movimento dos Camponeses Pobres, Movimento Feminino Popular, Movimento dos Operários Trabalhadores de classe (com alta inserção nas favelas).

³⁰ Pode-se citar: Frente de Defesa do Povo, Federação dos Camponeses de Huamanga, Comitê unificador dos estudantes secundaistas.

³¹ MONTROYA, Rodrigo. Esquerda Unida e Sendero Luminoso: Potencialidades e limites. IN: AMAYO. Op.cit. pp. 18.

³² No Peru, significa improvisado, ou regional. Cf. TAYLOR. op.cit. pp.37.

³³ MONTROYA. op.cit. pp. 32.

As especificidades do grupo são: Independência em relação a qualquer centro de decisão internacional da esquerda. Apesar de se declararem maoístas,mas eram críticos ao partido chinês; adotam marxismo-leninismo ortodoxo, e crêem que se Marx-Engels, Lênin ou Mao representam “3 espadas”, a quarta seria o “camarada Gonzalo”(Guzmán).Tinham a pretensão de ser um movimento político decisivo no mundo e contavam que tinham um líder d dimensão mundial; concepção de capitalismo primitivo. Não se podia produzir mais que o necessário para o consumo, tanto que, destruíram uma cooperativa experimental na Universidad de Ayacuho, que tinha financiamento Holandês e que traria benefícios para a região. Levavam às ultimas conseqüências seu antiimperialismo.Tudo que vinha de fora era mau, era dependência. Há distância entre teoria e prática *senderista*.Se no discurso Maoista pequena burguesia era uma das classes que apoiaria proletariado, para o guerrilheiros esta classe nada teria a ver com a revolução, em isso, condenaram à morte comerciantes locais, autoridades públicas de menor escalão, professores primários. Matavam até mesmo seus pares camponeses que não aderiam à luta. Consideravam-os inimigos. Não raro era ver crianças armadas nas ações. Após algum ato, uma bandeira vermelha era o símbolo de que estiveram ali. Não produziam muitos documentos para a discussão interna o que dificulta a análise das propostas. Contudo, sabe-se que forçavam a aplicação do esquema da revolução chinesa na realidade peruana. Consideravam o Peru neo-colonial, têm uma imagem de Peru pré-industrial dominada pelos “proprietários de terra feudais”. Duas visões se mostram: a análise de Mao da sociedade chinesa em 1926 e de Mariategui em 1928³⁴. A questão é que estavam falando do país na década de 80, já mais industrializado. Não se pode, também, ignorar o aspecto místico e milenarista que sempre foi um elemento forte na sociedade peruana e que o *Sendero* não deixou de assimilar. Por mais que Che Guevara fosse admirado, os exemplos citados são de Atahualpa e Tupac Amaru³⁵.O financiamento do *Sendero* não provinha de nenhuma ajuda internacional, mas sim, dos traficantes de drogas em troca de proteção. Armas e munições são tomadas das forças governamentais. O apoio e a inserção que este grupo tinha no meio campesino era tal que, não se distinguia militante de estudante ou trabalhador. Por dominarem bem o quéchua, tinham livre acesso em áreas mais afastadas. Em algumas cidades, tomaram o poder e fizeram suas próprias leis, todas baseada na intolerância. Não era incomum enforcamentos de inimigos ou animais como aviso de que

³⁴ Documentos: *Desarrollemos la Guerra de guerrillas e La Guerra popular es una Guerra campesina o no es nada*. Idem. pp.49.

³⁵ Juan Atahualpa Inca dirigiu durante 10 anos (1741-51) a mais importante rebelião de índios contra colonialismo espanhol e Tupac-Amaru encabeçou em Cuzco a maior revolta da America Ibérica colonial antes das guerras de independência. Cf. AMAYO. op.cit. pp. 177.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

estavam dispostos a tudo. Entre os anos de 1980-1984 ocorrera um total de 4.708 atentados. Entre mortos está a grande cifra e 4.551 (1.916 civis, 2.405 senderistas)³⁶. Guzmán foi preso em 1992, no governo de Fujimori. Até 2003 registram-se atentados do *Sendero Luminoso* exigindo a libertação de seu líder. Tal presidente conseguiu minar, e muito, a organização agindo com a mesma violência, indo contra as recomendações da Anistia Internacional³⁷.

Conclusão

Que 1968 foi um ano emblemático em todo o mundo isso é indiscutível. Enquanto no Brasil, este ano, os grupos guerrilheiros estavam começando suas ações, e houve o AI-5, no Peru a crise que o país passava levou ao golpe militar e ao início de reformas radicais que acabaram taxando a ditadura de ser “nem de esquerda nem de direita”. A política externa independente deste país foi apoiada por Cuba, coisa que no Brasil seria impensável àquela altura. Outro marco comparativo pode ser iniciado em 1975. Era o fim do milagre econômico brasileiro, das organizações armadas, e o começo da transição que ainda levaria quase uma década para concluir. Já neste outro país, iniciava a segunda parte do regime, mais linha dura com os setores opositores, mas que não levou dois anos para começar a preparar sua saída do poder. É no final desta década que começa o embrião do *Sendero Luminoso*. Enquanto no caso brasileiro, vozes esparsas ainda clamavam pela violência revolucionária, mas já no exílio, no Peru esta alternativa começava a tomar fôlego. Em 1977 começa o embrião do *Sendero*. No âmbito da cultura política de esquerda destes países :ambos não saíram incólumes da crise dos Partidos Comunistas a partir de fins da década de 1950. E na década seguinte a proposta de pegar em armas se tornou uma realidade. O caso peruano, em se tratando de *Sendero*, foi de grande inserção na massa camponesa. No Brasil, ocorreu o contrário, a maioria dos integrantes da esquerda armada são da classe média, completamente diferentes da realidade operária tão defendida por eles. Apesar de não terem o problema do idioma, como o peruanos, não conseguiram sequer alcançar áreas mais distantes. Os guerrilheiros brasileiros estavam principalmente nos grandes centros urbanos. Os *senderistas* não. As diversas organizações brasileiras que divergiam do PC, não quiseram nenhum legado deste mesmo na nomenclatura destes (Movimento; Ação; Comandos, Vaguarda), não eram “partido”, pois este seria construído após a revolução. Já o caso Peruano nota-se que todas as organizações se denominavam Partido Comunista, até mesmo o *Sendero*, que por mais que não goste da designação, é *PC-Sendero Luminoso*.

³⁶ Fonte: Anistia Internacional. IN:FLORES, Alberto. A guerra silenciosa. IN: AMAYO. op.cit.103.

³⁷ Para saber mais sobre a lógica de Fujimori, é válido acessar seus artigos. www.fujimorialberto.com. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

A luta armada no Brasil é inserida neste contexto de ditadura militar e só assim ela tem sentido, no Perú, isso não ocorre, ocorre em períodos democráticos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

As marcas de enunciação na pintura histórica e na crítica de arte oitocentista

Isis Pimentel de Castro / UFOP
isispimentel@yahoo.com.br

A relação entre verdade e conhecimento historiográfico definiu, pelo menos desde de Tucídides, a identidade do historiador e até hoje é tema de discussões no campo da História. Há uma extensa bibliografia sobre este assunto, em especial, acerca do século XIX. Entretanto, essa conexão entre conhecimento e verdade não é exclusividade do campo historiográfico, ela perpassou vários saberes no oitocentos, tendo sido um deles a arte.

Os pintores de história também imprimiam em suas pinturas elementos que serviam para legitimar a credibilidade de seu relato. Através das pinturas de batalhas de Pedro Américo e Vítor Meireles, pretendemos identificar e analisar as *marcas de enunciação* do gênero pintura histórica, ou seja, os códigos utilizados ora pela crítica de arte, ora pelo próprio artista para caracterizar a narrativa das telas como verdadeira, como por exemplo a citação de informações conseguidas através de pesquisa na pintura ou a alusão a textos científicos para legitimar determinada interpretação presente na imagem.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Entre a História e a Etnologia: a escrita da história em *O Brasil e a Oceania* de
Antônio Gonçalves Dias**

Iuri Bauler Pereira *

Este artigo é em realidade a proposta de trabalho apresentada para a disciplina de Técnica de Pesquisa Histórica no curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Portanto ele não apresenta resultados, mas sim alguns apontamentos do que será desenvolvido nos próximos meses.

Gonçalves Dias (1823 – 1864), famoso poeta do Romantismo brasileiro, identificado com a temática “indianista”, era também membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bacharel em Direito por Coimbra, professor de Latim e História do Brasil no Colégio Pedro II, redator e fundador da revista *Guanabara*, funcionário da Secretaria dos Negócios Estrangeiros (pela qual foi designado para pesquisar nos arquivos do Brasil e Europa), membro de comissões etnográficas e de avaliação do sistema educacional.

Foi autor de uma considerável obra histórica e etnográfica, incluindo artigos e pareceres na Revista do IHGB, além de seus trabalhos mais conhecidos, republicados nas suas *Obras Póstumas* (1909): *O Brasil e a Oceania (1853/1867)*; *História Pátria: reflexões sobre os anais históricos do Maranhão (1849)*; *A Lenda das Amazonas(1855)*; e um dicionário compilado da língua geral, intitulado *Dicionário da língua Tupi (1857)*.

Escreveu poemas sobre o “selvagem”, a “conquista” e a “história” - inclusive deixando inacabado um poema épico chamado *Os Timbiras*, cujos quatro primeiros cantos foram publicados em 1857 – que influíram na sua caracterização como “indianista”. Seus poemas indianistas são comumente interpretados como esforços para emancipar a literatura

* Graduando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

brasileira da matriz portuguesa e forjar, à partir do selvagem, a idéia de um “passado nacional” que seria fundamental para a formação identitária da nação brasileira¹.

Concomitantemente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como *lugar* de produção intelectual do Império, tem seu “projeto” voltado também para esta definição do passado nacional.² Dias encontra-se, portanto, imbricado neste contexto, como um “indianista” dentro do IHGB, produzindo simultaneamente um discurso poético e outro científico sobre a história, a partir do mesmo objeto: o “selvagem”.

A proposta deste trabalho consiste na análise de uma obra do poeta e historiador, *O Brasil e a Oceania*, lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1853 e publicada postumamente na Revista do Instituto em 1867, centrando-se na análise da operação de “escrita da história” efetuada neste livro, no sentido de abordar *como* Gonçalves Dias elabora esse *discurso* sobre o outro, e a *prática* de, a partir de fontes diversas, relatar um passado e conceder *sentido* a tal *ausência*.³

A tese em questão foi escrita pelo autor entre 1849 e 1853, a partir de um programa sugerido pelo Imperador Pedro II, que consistia em estudar “os caracteres físicos, morais e intelectuais dos indígenas, do Brasil e da Oceania, na época da conquista, e aferir qual dos povos estava mais apto a receber a empresa da civilização”⁴. Para tanto, o autor utilizou-se de relatos de viajantes do século XVI, crônicas e histórias da América e da Oceania, tratados de naturalistas e etnógrafos, além do método comparativo explícito na questão. Assim, escreveu uma memória de caráter histórico e etnográfico sobre os “selvagens”.

Não entra no escopo da proposta analisar as relações desta com o restante da produção literária do autor - ou a relação entre História e Literatura neste caso específico - nem aprofundar pormenorizadamente as questões referentes ao lugar e contexto social de enunciação desta escrita, mas analisar como esses aspectos se apresentam *no interior* do texto.

¹ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. pp.155-159. & TREECE, David H. Victims, Allies, Rebels: towards a new history of nineteenth-century Indianism in Brazil. *Portuguese Studies*, n.2, 1986. pp.61-64.

² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988. pp.6-7.

³ DE CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. pp.13-18.

⁴ DIAS, Gonçalves. *O Brasil e a Oceania* [Obras póstumas de Gonçalves Dias]. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1909. p.vi.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

É importante ressaltar que *O Brasil e a Oceania* é pouco conhecida e, em geral, ignorada pelos historiadores; ela é citada, sobretudo, em histórias da Literatura e biografias do poeta, mas sempre de modo muito superficial. É escassa também uma bibliografia analítica sobre ela. Como exceções, encontramos um artigo de Lúcio Menezes Ferreira⁵, um capítulo da tese de doutorado de Kaori Kodama⁶, e um artigo de David T. Haberly⁷, todas focando o aspecto etnográfico/etnológico da obra, ou relacionando ela, de modo secundário, com a poesia do autor.

A indefinição de seu gênero – história, etnografia, etnologia – foi pouco problematizada, e frequentemente ignorada em prol de uma simplificação: seria um texto etnográfico. Mesmo assim, não figura na grande maioria das relações de história da historiografia ou da etnografia no Brasil pesquisadas para o projeto. Por ser de pouco interesse para os historiadores da literatura, normalmente focados na obra poética de Gonçalves Dias, também teve pouco espaço nos livros desta temática. Não foi reeditada, ficando restrita à última edição das *Obras Póstumas* de 1909.

Entre os autores que a citaram, contudo, encontram-se: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Edgar Roquette Pinto e Candido de Mello Leitão. O “polemista” Silvio Romero, de importante atuação na área da crítica literária e científica no fim do século XIX⁸, qualifica a obra como “interessantíssima” apesar de considerar seu intuito “um pouco frívolo”. Segundo ele, Dias teve “perfeita intuição do problema etnográfico do Brasil”, se mostrou “um homem sabedor de assuntos de história e etnografia”, qualificando ainda a parte referente aos índios do Brasil como válida, “apesar dos bons progressos realizados nesta área” no espaço entre a memória (1853) e a época de escrita da *História da Literatura Brasileira* de Romero (1888)⁹.

Já para o autor de *Os Sertões* (1902), a influência do autor na ciência e etnografia do Brasil é negativa. Segundo ele, os “etnógrafos” do Império “arquitetam fantasias que caem ao mais breve choque da crítica; devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas,

⁵ FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. pp.456-465.

⁶ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860)**. Tese de Doutorado, Puc-RJ, 2005. pp.143-165.

⁷ HABERLY, David T. **Three sad races. Racial identity and national consciousness in brazilian literature**. Cambridge : University Press, 1983. pp.18-31.

⁸ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991. pp.32-33.

⁹ ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. v.3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. pp. 927-943. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 3

porque invadem a ciência na vibração rítmica dos versos de Gonçalves Dias”¹⁰. Para Euclides, não há distinção entre o “poeta” e o “etnógrafo” Gonçalves Dias, pois ambos criam fantasias sobre o Brasil.

Para Edgar Roquette Pinto, famoso etnólogo brasileiro, Dias foi o “precursor de tais estudos, hoje em franco desenvolvimento” considerando seus estudos como “da mais alta categoria do gênero [...] constantemente fiel à ciência do seu tempo”, embora admita a presença de idealizações românticas, mas que ele define como “licença etnográfica”¹¹.

A passagem referente ao “poeta-etnógrafo” na *História das expedições científicas no Brasil*, de Candido de Mello Leitão, pode servir como uma amostra exemplar desta associação que é feita entre poesia e ciência no caso de Gonçalves Dias:

“seu alto renome como poeta, [...] fez com que esquecessem injustamente o lugar que toca ao etnógrafo. Se seu índio tem muito de romântico, êmulo do pele vermelha de Fenimore Cooper, é isto uma criação do poeta, mas, mesmo nessas fantasias, se vê o conhecimento de nossa gente, adquirido mais que na velha literatura dos cronistas, à sua disposição, no contato com o nosso homem.”¹²

A produção etnográfica do autor, a partir de Euclides da Cunha, é frequentemente associada a sua poesia pelos críticos. Desta forma, ela é vista como parte de sua produção literária, interpretada como um esforço para fundamentar cientificamente seus poemas, ou simplesmente como uma outra faceta deste mesmo fazer poético.

Além dessas asserções dos “primeiros” comentadores, é importante ressaltar a já referida contribuição contemporânea à análise da obra. Lúcio Ferreira, em seu artigo, define a memória como uma “discussão arqueológica e etnográfica com fins claramente políticos” – que seriam uma discussão sobre as políticas indigenistas do Império – elaborada a partir de uma etnografia que se baseava na leitura dos cronistas e na “observação, *in loco*, das sociedades indígenas”. Assim, Dias efetuará uma “hermenêutica filológico-textual”, que teria uma relação direta com a “carpintaria literária” do poeta. Sua abordagem, embora

¹⁰ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p.69.

¹¹ PINTO, Edgar Roquette. Gonçalves Dias e os índios. In: **Gonçalves Dias. Conferências na ABL**. Rio de Janeiro: ABL, 1948. p.87.

¹² LEITÃO, Candido de Mello. **História das expedições científicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941. p.312.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

restrita, levanta questões importantes para a análise do método utilizado na tese, como a relação com a filologia e a função política do discurso sobre o indígena.¹³

A interpretação de Ferreira, contudo, esbarra em uma questão “cronológica”, que pode ser verificada na tese de Kodama: as expedições etnográficas de Gonçalves Dias só acontecem depois da escrita de *O Brasil e a Oceania*, sendo o trabalho efetuado “em gabinete”, ou seja, apenas a partir de leituras. Segundo a autora, a tese de Dias encontra-se num período de formação da etnografia no IHGB, onde a pesquisa de campo ainda não estava definida como método fundamental da etnografia, e as fronteiras entre etnológico de Dias, não se detendo no aspecto “históriográfico” do texto, apesar de apontar algumas características deste.

Por fim, a análise de Haberly centra-se nas aproximações possíveis entre a etnografia e a poesia do maranhense, traçando comparações entre trechos, buscando nelas algum eco da condição de mestiço do autor. Embora possíveis, essas relações com a literatura ou a mestiçagem fugiriam do escopo do projeto proposto. O que proponho, tendo em vista a bibliografia arrolada, é uma abordagem por outro viés que não o da etnografia ou da literatura. Uma abordagem “historiográfica”, que revele procedimentos de escrita do texto com relação às fontes utilizadas e ao passado “narrado”, contribuindo para esta desessencialização da obra de Gonçalves Dias, que vem sendo operada por esses autores contemporâneos.

Definida por muitos autores como uma obra de cunho histórico e etnológico – visto que tem como objetivos tanto uma reconstrução dos “caracteres físicos, morais e intelectuais” dos selvagens (uma etnologia), quanto de descrever eles num momento histórico específico, “a época da conquista” (uma história) – figura como um exemplo das fronteiras pouco delimitadas entre estas disciplinas no século XIX¹⁴.

A partir dessa observação, me proponho a analisar a “escrita da história” na obra – não isolando esta da etnologia, mas ressaltando as tensões e distanciamentos presentes entre estas duas práticas, que posteriormente buscaram por uma diferenciação mais clara¹⁵ - levando em conta como o autor define um método e escreve uma história dos índios antes

¹³ FERREIRA, Op. Cit, pp.457-458.

¹⁴ KODAMA, Op. Cit, pp.148.

¹⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. pp.13-15.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

da conquista (e que se estende até o século XVI), baseado em relatos de viajantes do século XVI; “vestígios” arqueológicos, lingüísticos e míticos; obras de historiadores e relatos de naturalistas contemporâneos. Em suma, como é efetuada esta “operação historiográfica”, partindo das noções elaboradas por Michel de Certeau, na sua obra *A Escrita da História*¹⁶.

A operação historiográfica, segundo Michel de Certeau, pode ser compreendida como uma combinação entre um lugar social, uma prática e uma escrita:

“Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).”¹⁷

Gonçalves Dias era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; foi em sessões do Instituto que ele divulgou sua memória (1853); é na revista deste que ela foi publicada (1867); e, sobretudo, foi em uma de suas sessões no ano de 1849 que ele recebe o programa que resulta na obra, por sugestão do Imperador Pedro II. Partindo da idéia de que “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”¹⁸, utilizarei para definir este *lugar* institucional os trabalhos de Manoel Luís Salgado Guimarães¹⁹, Temístocles Cezar²⁰, e para o caso específico da etnografia, Kaori Kodama²¹.

Pretendo analisar a *prática*, na escrita de *O Brasil e a Oceania*, partindo da constatação de que o autor se baseou em relatos de viagem, e outros “vestígios do passado” numa clara elaboração a partir de fontes, como explicita na Introdução: “*Pela minha parte, contentei-me de colligir, de confrontar e de combinar no que pude o que a tal respeito achei escripto.*”²²; elaboração esta que está relacionada com as definições da operação historiográfica de Certeau:

¹⁶ DE CERTEAU, Op. Cit. Pp.65-106.

¹⁷ Id., Ibid., p.66.

¹⁸ Id., Ibid., p.66.

¹⁹ GUIMARÃES, Op. Cit. p.5.

²⁰ CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: Edusc, 2004. pp.45-46.

²¹ KODAMA, Op. Cit. pp.1-6.

²² DIAS, Antônio Gonçalves. **O Brasil e a Oceania**. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1909. p.vii. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

*“em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.”*²³

Essa “redistribuição do espaço” relaciona-se também com outros aspectos da operação historiográfica: a articulação natureza-cultura, a prática do desvio e a instauração de um sentido, a partir da diferença; noções que instrumentalizam uma análise do texto de Gonçalves Dias.

O postulado de que “A história moderna ocidental começa efetivamente com a diferenciação entre o presente e o passado”²⁴ me permite questionar de que forma Dias articula essas duas dimensões temporais, *passado* e *presente*, com um terceiro termo que está implícito: o *futuro*. Para esse aspecto, sirvo-me do trabalho de Reinhart Koselleck, e dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”:

*“experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos do tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”*²⁵

Desta forma, além de abordar como o autor “organiza o tempo histórico” em seu texto, torna-se possível analisar como ele elabora uma proposta “civilizatória” para os indígenas do Império a partir da “experiência” histórica. Esta relação permite, por fim, relacionar o livro ao processo de transformação do conceito de *História*²⁶ - ligado à noção de progresso – que acontece também no Brasil oitocentista.

A importância da escrita e da narrativa para a história do século XIX, é incontornável. Seguimos neste “tópico” com os conceitos elaborados por Certeau, como constituintes de uma “escrita histórica”: a inversão escriturária, a cronologia e a construção desdobrada; a partir desses conceitos é possível pensar as modalidades de legitimação e

²³ DE CERTEAU, Op. Cit., p.81.

²⁴ Id., Ibid., p.14.

²⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p.308.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **historia/História**. Madrid: Mínima Trotta, 2004. p.27.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

estruturação do texto pretensamente “científico” do autor, e as articulações que este mantém com a prática e o lugar; sem deixar de lado, porém, sua dimensão poética²⁷, fundamental para a historiografia do século XIX, como ressaltado por François Hartog²⁸.

Partindo da afirmação de Certeau de que a história é também uma forma de “encenação do outro” (o que a aproxima da etnologia novamente), no sentido de instaurar uma alteridade, buscarei analisar este aspecto – que assume uma dupla importância, visto que Gonçalves Dias trata do passado frente ao presente e do selvagem frente ao civilizado – a partir do conceito de “retórica da alteridade” de François Hartog, com o intuito de entender a partir de que categorias e de que forma o autor elabora essa diferença. Segundo Hartog, “uma retórica da alteridade é, no fundo, uma operação de tradução: visa transportar o outro ao mesmo – constituindo portanto uma espécie de *transportador da diferença*”²⁹. Um conceito, pois, que nos permite analisar como Gonçalves Dias efetua essa tradução, essa “encenação do outro”, e de que forma tal operação se relaciona com as *práticas* utilizadas, com a *escrita* da história (que constitui) e com o *lugar* que a recebe.

Assim, a análise do método empregado pelo autor na tese, além de contribuir para uma visão mais completa das questões epistemológicas presentes no campo da história no Brasil oitocentista - bem como das relações desta com a etnologia e a literatura - pode auxiliar na apreensão do significado que certas metodologias e teorias em formação assumiam no período, por exemplo: comparativismo, craniometria, filologia, arqueologia, etnologia comparada e a etnografia moderna.

Levando em conta o contexto em que o autor escreve, analisar um texto científico tendo como tema os indígenas e suas relações com a “civilização” torna possível revelar parte das disputas que envolvem as concepções de “selvagem” presentes no Brasil Império, e que estão intimamente ligadas com as discussões sobre identidade nacional, raça e política indigenista³⁰. Desse modo, a análise historiográfica nos permite acessar os conflitos

²⁷ CEZAR, Temístocles. “Une poétique de l’histoire: le romantisme à l’IHGB”. In: **L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen**. Paris: EHESS, 2 vol, 2002. pp.101-182.

²⁸ HARTOG, François. **O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

²⁹ HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. pp.251-252.

³⁰ Ver: PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992; CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 8 EDUFOP, 2007.

e debates presentes em seu lugar de produção e as questões sociais implícitas na elaboração do conhecimento histórico.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Manuel. **Gonçalves Dias. Esboço biográfico**. Rio de Janeiro : Pongetti, 1952.

CEZAR, Temístocles. “Une poétique de l’histoire: le romantisme à l’IHGB”. In: **L’écriture de l’histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen**. Paris: EHESS, 2 vol, 2002.

_____. Presentismo, memória e poesia. Noções de escrita da História no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru: Edusc, 2004.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no século XIX. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIAS, Antônio Gonçalves. **O Brazil e a Oceania**. Paris/Rio de Janeiro: Garnier, 1909.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. In: LOPES, Marco Antônio. **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

HABERLY, David T. **Three sad races. Racial identity and national consciousness in brazilian literature**. Cambridge : University Press, 1983.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

das Letras, 1992; & MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo**. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2001.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860)**. Tese de Doutorado, Puc-RJ, 2005.

KOSELLECK, Reinhardt. **historia/Historia**. Madrid: Minima Trotta, 2004.

_____. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITÃO, Candido de Mello. **História das expedições científicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e Etnologia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e indigenismo**. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP, 2001.

PINTO, Edgar Roquette. Gonçalves Dias e os índios. In: **Gonçalves Dias. Conferências na ABL**. Rio de Janeiro: ABL, 1948.

PUNTONI, Pedro. O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. v.3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960

TREECE, David H. Victims, Allies, Rebels: towards a new history of nineteenth-century Indianism in Brazil. *Portuguese Studies*, n.2, 1986.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Auguste Provençal de Saint- Hilaire e a Economia do Norte de Minas Gerais entre
1817 a 1819**

Iury Jorge

Auguste Provençal de Saint-Hilaire (Botânico) chega ao Brasil em 1816, permanecendo por seis anos no país. Em sua primeira obra – Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais¹ –, descreve os habitantes do norte de Minas Gerais.

O corte espacial que delimitará o norte de Minas seguirá o modelo apresentado por Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy - Território de Contrastes, Economia e Sociedade das Minas Gerais do Século XIX-. O que irá compreender o norte de Minas para a pesquisa será o oeste do extremo noroeste, o vale do alto-médio rio São Francisco, o sertão, o norte de Paracatu e o extremo norte do sertão do alto rio São Francisco. Essas regiões serão tratadas como o norte de Minas Gerais.

A região delimitada também é conhecida como sertão, Mata-Machado informa que esse termo é usado desde os tempos coloniais e explica o porquê de se usa-lo:

*“(...) o termo sertão, segundo o viajante inglês Richard Burton, (Burton, Richard. Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico. Belo Horizonte, Itatiaia, USP, 1997 p. 143), é a contração do aumentativo “desertão”, muito utilizado na África e na América do Sul. No Brasil o termo é usado desde os tempos coloniais para designar as regiões semi-áridas do interior do país, escassamente povoadas e dominadas pelo regime pastoril (...)”.*²

¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de – Viagem as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

² MATA-MACHADO. 1991. p. 23.

O corte temporal refere-se à vinda da família real para o Brasil, fato esse de extrema importância para a capitania. Com a presença da corte abrem-se os portos a nações amigas, isso facilita a vinda de estudiosos em sua maioria naturalista.

Saint-Hilaire irá descrever o norte de Minas e conseqüentemente algumas atividades comerciais que ali eram desempenhadas. O objetivo de Saint-Hilaire ao percorrer Minas Gerais é de um estudioso em botânica.

Os fatores econômicos que seram descritos por Paiva e Godoy estão intrinsecamente ligados aos níveis de desenvolvimentos, por isso a região norte vai apresentar um baixo desenvolvimento. A região não concentra grandes atividades urbanas (como foi retratada pela fonte), que foram os parâmetros usados pelos autores para classificar o nível de desenvolvimento. A região apresenta uma produção voltada para atender principalmente a subsistência da população e o comércio “regional”, tornando-se, dessa maneira, praticamente auto-suficiente.

Fato este que Saint-Hilaire vai ignorar e tratar o sertão como a região mais desprovida da província. Essa afirmação converge até mesmo com Paiva e Godoy, que por o nível de desenvolvimento seja baixo, asseguram a existência de uma atividade comercial, pequena e quase irrelevante para a província.

A pesquisa irá mostrar que Saint-Hilaire, aponta algumas atividades econômicas e que essas atividades não irão influenciar em nada a vida do sertanejo que continuará a viver no ócio, pois não é uma pessoa dada ao trabalho. Ao fazer essas afirmações ignoram-se o comércio da época reduzindo a região a um baixo nível de desenvolvimento.

O objetivo do trabalho é desmistificar as informações que nos foram deixadas pelos viajantes. Demonstrando as atividades econômicas que a região norte de Minas teve, partindo das informações deixadas por Saint-Hilaire na sua primeira obra³, em que afirma em alguns momentos que a região norte de Minas não conseguiu sobreviver, trata-se de uma região abandonada e sem precedentes importantes.

³ SAINT-HILAIRE, Auguste de – Viagem as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Ao passar pelo sertão mineiro Saint-Hilaire descreverá algumas atividades econômicas, como o plantio de algodão, cortiço, salitre. Descreverá a produção de gado e a criação de cavalos e outros. Ao fazer essa descrição Saint-Hilaire nos informa alguns destinos para essas mercadorias.

A pesquisa mostrará que o olhar dos viajantes - neste caso Saint-Hilaire faz uma pequena afirmação sobre os habitantes do sertão: “(...) tendo, por conseguinte, poucas necessidades, seus habitantes jamais mostrarão, sem dúvida, a atividade dos povos setentrionais da Europa ou da América boreal (...)”⁴ - para o sertanejo é um olhar europeu onde existe um anseio de acúmulo de riqueza, principalmente por passarem antes na região mineradora, e verem o tamanho das “cidades”, que estão desenvolvidas economicamente se comparadas as do esquecido sertão.

Essa informação de produção coloca em cheque alguns dados obtidos pelos viajantes que afirmam em sua maioria que, os sertanejos não são pessoas que se dedicam arduamente ao trabalho e nem ao acúmulo de riquezas, por se tratar de ter tanta terra a disposição. De certa forma a região norte conseguiu ser de certa forma independente no sentido de não captar esses resquícios da crise do ouro, possuindo uma forma própria de comércio. O sertanejo apenas trabalha para sobreviver, pois produz apenas para o consumo.

Observa-se que Minas Gerais era entendida como uma “potência” no século 18, ou quase que boa parte deste período, isso devido ao ouro e metais preciosos e ignorando-se outros fatores, como a produção de gado ou bens manufaturados.

Existem alguns autores, como Celso Furtado, que afirmam que “em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão complexa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia.”⁵.

⁴ Ibidem. p.320.

⁵ FURTADO. 1998. p 86

Essa provável involução nos remete a idéia que em Minas Gerais se vivia única e exclusivamente para e do ouro e conseqüentemente com a sua queda toda a estrutura econômica se desfaz entrando em colapso. E o Celso Furtado trabalha a história do Brasil através dos ciclos, ciclos da cana-de-açúcar, ciclo do ouro e por último o ciclo do café.

A crise aurífera afeta sim alguns setores da economia, mas, generalizar essa questão e aplicar uma involução econômica a toda província reduzindo-a mera economia de manufatura, não é adequado. O norte mineiro não vive do ouro, isso diretamente, é claro que com uma economia forte a província consome mais e conseqüentemente aqueles que vivem da subsistência lucram.

Não só o Celso Furtado, como a própria historiografia não dá a devida importância para o resto da província principalmente onde não se produz ouro ou metais preciosos. Mas será que a região, mesmo sem ser uma produtora aurífera, consegue sobreviver sem se importar com o que ocorre com o resto da província?

A região norte mineira vive seu período oitocentista abandonado, dado a viajantes e alguns, em número pequeno, aventureiros, que chegam a considerar as pessoas que ali vivem de ociosos, isto se dá pelo fato de ser uma região atrasada, como já citado. Porém o que se vê nessa região é um comércio até então forte, porque consegue sobreviver sem fazer grandes esforços. Haverá casos que pessoas afirmam que a única mercadoria que não conseguem comprar é o sal.

O que é descrito por Saint-Hilaire é o contrário, no que se refere ao sertanejo:

*“A indolência dos habitantes do Sertão é talvez, maior ainda que a dos outros mineiros. Sua fisionomia revela-lhe já a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se á ociosidade (...) a indigência é a companheira ordinária da preguiça (...)”.*⁶

⁶ SAINT-HILAIRE. 1975. p 308-309.

No decorrer de sua obra Saint-Hilaire não descreve a utilização de mão-de-obra escrava informa que “a população atual do sertão é quase toda ela composta por homens de cor”⁷. O que nos remete a idéia de que se não possuem escravos a região não poderá ser produtiva. A não utilização da mão de obra escrava dava a Minas oitocentista um ar de atraso, o que não é verdade. O norte mineiro conseguiu ter um comércio independente e com um mercado fixo.

A importância do sertão para o abastecimento do resto da província é de extrema relevância, na tabela em anexo⁸ podemos perceber o que a região produzia e que esta produção em sua maioria era exportada. Se existe uma produção e a região consegue “vender” estes produtos então, não se trata de uma região com baixo nível de desenvolvimento.

O Saint-Hilaire descreve como era a região e seus aspectos, porém, cai em contradição, comete equívocos ao descrever o sertanejo como homem ocioso sem ter muita afinidade com o trabalho:

“(...) A indolência dos habitantes do sertão é talvez, maior ainda que a dos outros mineiros. Sua fisionomia revela-lhes já a índole, e se encontra a expressão desse defeito em todos os movimentos do seu corpo. Aliás, o calor do clima convida bastante os homens dessa gleba a entregarem-se à ociosidade. A criação de gado, a que se entregam, exigindo pouca atividade favorece sua tendência à moleza, e a má alimentação que quase sempre ingerem, contribui ainda mais para tirar-lhes a energia. Cozinham sem toucinho, que constitui o alimento ordinário dos brasileiros do interior(...) a indigência é a companheira ordinária da preguiça(...) os habitantes do deserto são de uma pobreza extrema(...)”⁹

Esses equívocos reforçam como os viajantes de um modo geral viam o Brasil. É necessário ter-se um cuidado, porque vieram ao Brasil com o intuito de pesquisar em sua maioria, a fauna e flora, e conseqüentemente narraram fatos pitorescos e de extrema importância para que se possa obter um estudo, posterior, sobre as regiões visitadas. A

⁷ SAINT-HILAIRE. 1975. p 308

⁸ Ver anexo.

⁹ SAINT-HILAIRE. 1975. p 308,309.

confrontação com essas fontes existirá a todo o momento, principalmente por não terem um comprometimento em produzir história.

A pobreza destacada por Saint-Hilaire reflete um pouco da realidade, porém o termo pobreza não foi bem explicitado. Paiva e Godoy descrevem as atividades comerciais que eram desenvolvidas na região. Essas atividades são pequenas em comparação a região centro-mineradora, mas, não podem ser consideradas irrelevantes.

O CEDEPLAR/UFMG (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) possui pesquisas importantes como a de Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy que confrontaram as idéias obtidas a respeito do norte mineiro, mostraram que existia uma forma de comércio, mesmo que não fosse a mais rentável, mas que garantia a sustentabilidade da região. . O confronto entre o CEDEPLAR e Saint-Hilaire será essencial para construir a pesquisa, por isso o embate entre os dois ocorrerá a todo o momento.

Ambos – Paiva e Godoy promovem uma discussão entre os viajantes. As divergências apontadas por eles aparecem quando conseguem elaborar um quadro de atividades econômicas que eram desempenhada em Minas Gerais, confrontando as idéias de Saint-Hilaire que afirma que a pobreza no sertão é algo que faz parte da vida dos habitantes junto com a ociosidade.

Outras obras do CEDEPLAR/UFMG serão utilizadas, por defrontarem com algumas obras já existentes como a do Celso Furtado, que não faz uma leitura real da economia mineira, não há parte do mesmo uma devida importância com a regionalização.

Segundo Ilka Boaventura Leite¹⁰, os viajantes são peças fundamentais para entender o contexto de Minas Gerais. Alguns desses viajantes passam por Minas Gerais em viagens que tinham fins oficiais ou não e que poderiam ter vínculos com países europeus. Diante disso surge a extrema necessidade de ter cuidado ao interpretá-los.

¹⁰ LEITE, Ilka Boaventura, Antropologia da Viagem, Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX.

Utilizarei outros autores que descrevem a região, como Bernardo Novais da Mata-Machado, Roberto Borges Martins, J.B Spix, C.F.P Von Martius e outros mais que pesquisaram o norte mineiro. O cotejo entre eles favorecerá e engrandecerá o tema pesquisado.

ANEXOS

TABELA 1

ITENS DE IMPORTAÇÃO Período: Abril a setembro de 1816 (período seco) Produtos registros na Alfândega de Malhada-BA.

ORIGEM	PRODUTO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Bahia	Importado europeus (arroba)	362	200\$000	72:400\$000
Bahia	Ferragens (arroba)	6	9\$000	54\$000
Bahia	Escravos (peça)	4	130\$000	520\$000
Bahia	Vinho (em pipas)	14	9\$000	126\$000
Pernambuco	Sal (broacas)	19.535	\$640	12:502\$400
Pernambuco	Tabaco (arroba)	49	3\$000	147\$000
			TOTAL=>	85:749\$000

Fonte: SPIX, J.B. Von & MARTIUS. C.F. P. Von. Viagem pelo Vrasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, pp. 41.

TABELA 2

ITENS DE EXPORTAÇÃO Período: Abril a setembro de 1816 (período seco) Produtos registros na Alfândega de Malhada-BA.

DESTINO	PRODUTO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Bahia	Gado (peça)	542	4\$000	2:168\$000
Bahia	Cavalo (peça)	353	10\$000	3:530\$000
Bahia	Algodão (arroba)	1.352	\$640	865\$280
Pernambuco	Rapadura (peça)	6.510	\$100	6:510\$000
Pernambuco	Aguardente (barrilhos)	11	3\$000	33\$000
Pernambuco	Açúcar (arroba)	120	4\$000	480\$000
Pernambuco	Tabaco (arroba)	9	2\$000	18\$000
Pernambuco	Farinha mandioca (alqueire)	651	1\$920	1:249\$920

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Pernambuco	Milho (alqueire)	192	1\$280	245\$760
Pernambuco	Arroz (alqueire)	137	1\$920	263\$040
Pernambuco	Toucinho (arrobas)	140	2\$560	358\$400
Pernambuco	Feijão (alqueire)	205	3\$200	656\$000
Pernambuco	Táboas (dúzia)	10,5	\$640	6\$720
Pernambuco	Couro (peça)	95	\$480	45\$600
Pernambuco	Curtido de boi (peça)	47	\$800	37\$600
--	--		TOTAL=>	16:408\$320

Fonte: SPIX, J.B. Von & MARTIUS. C.F. P. Von. Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, pp. 43.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: USP, 1975.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1982.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. PAIVA, Clotilde Andrade. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1996.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco, uma sociedade de pastores e guerreiros*. Salvador. Progresso, 1960.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1998.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

SPIX, J.B. Von & MARTIUS. C.F. P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

LEIE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem, Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Editora UFMG, Belo Horizonte 1996.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Os Mapas Estáticos de Minas Gerais: Importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX*. X Seminário sobre Economia Mineira.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. CEDEPLAR, Belo Horizonte 1994.

BIBLIOGRAFIA

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: USP, 1975.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1982.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. PAIVA, Clotilde Andrade. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. Belo Horizonte. CEDEPLAR/UFMG, 1996.

LINS, Wilson. *O médio São Francisco, uma sociedade de pastores e guerreiros*. Salvador. Progresso, 1960.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1998.

SPIX, J.B. Von & MARTIUS. C.F. P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

LEIE, Ilka Boaventura. *Antropologia da Viagem, Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX*. Editora UFMG, Belo Horizonte 1996

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Os Mapas Estáticos de Minas Gerais: Importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX*. X Seminário sobre Economia Mineira.

MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez*. CEDEPLAR, Belo Horizonte 1994.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Conflitos ausentes: perspectivas da Historiografia sobre a produção historiográfica
brasileira na Primeira República**

Ivan Norberto dos Santos*

Historiografia é um conceito quase tão polissêmico quanto o conceito de História. Pode ser tomado em uma acepção mais literal de *história escrita*, sinônimo de História enquanto o trabalho último do historiador: todo pesquisador ao apresentar o resultado de suas investigações seria, estritamente, um historiógrafo. Segundo outra perspectiva, historiografia compreenderia todo um conjunto de elementos que constituiriam a produção do conhecimento histórico como uma operação, segundo a proposição clássica de Michel de Certeau¹. Tal concepção, se por um lado é mais abrangente que a anterior, por outro lado, especifica o uso do conceito, vinculando-o mais estreitamente a uma prática disciplinar. Um terceiro sentido consiste naquele que define a Historiografia como uma área de pesquisas no campo da História, que estuda particularmente a produção dos historiadores ao longo do tempo, sob diferentes aspectos e dimensões. Segundo as palavras de um de seus estudiosos mais renomados, José do Amaral Lapa, a História teria encontrado “uma denominação própria para o exame da evolução dos seus estudos, para a história da História”². Historiografia corresponderia, portanto, ao setor da pesquisa histórica que se constituiria como uma História particular da disciplina histórica, ou, a uma História da produção e da recepção dos textos de História, ou dizendo de outra forma, a uma História da historiografia.

O aspecto a ser particularizado nesta comunicação são os modos como a Historiografia, enquanto área específica da pesquisa em História, no Brasil, se posicionou, ao

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil.

¹ CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.

² Conforme, LAPA, José do Amaral. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976. p. 14.

longo do século XX, com relação à produção historiográfica realizada durante a Primeira República. Se, por um lado, nas diferentes correntes aqui estudadas, as interpretações se vinculam ao modo como foi concebido, tanto o passado de um modo geral, quanto o próprio ofício do historiador, por outro lado, tais interpretações imbricam-se a uma memória que veio sendo paulatinamente construída, resultando em cânones de autores e abordagens para o campo da Historiografia brasileira, os quais são, muitas vezes, tomados de uma maneira por demais naturalizada, às vezes mesmo por uma parcela dos próprios historiadores.

Estas diferentes correntes ou perspectivas do estudo em Historiografia consideraram, em sua maioria e apesar das respectivas particularidades, a História produzida na Primeira República como um campo pacífico, asséptico, sem disputas³. Um campo que se configurava como se não emergisse no bojo de grandes debates intelectuais em torno de quais as tarefas, os significados, os dispositivos e as práticas, em suma, de quais os projetos de História que confeririam naquela época, a um texto, uma maior legitimidade enquanto conhecimento historiográfico. Ou, por outro lado, quais possuiriam uma maior capacidade de lidar com questões difíceis como as da identidade do povo brasileiro, da construção da nacionalidade, e dos desafios pela inserção da nação na modernidade diante das contradições herdadas da sociedade escravista.

É sobre esse recorte, dos olhares das pesquisas em Historiografia, desenvolvidas no Brasil no século XX, como estando marcados pela ótica de uma ausência de conflitos, quando trataram dos trabalhos dos historiadores que produziram na Primeira República, que a presente comunicação pretende operar.

A Historiografia no Brasil tem como marco fundamental os trabalhos pioneiros de José Honório Rodrigues. Antes dele, a análise de obras dos historiadores brasileiros fora feita, na maioria das vezes, em ensaios críticos e textos de história da literatura, produzidos no âmbito dos estudos filosóficos e da crítica literária, por estudiosos como Sílvio Romero e José Veríssimo, entre outros⁴. Segundo José do Amaral Lapa, com exceção de umas poucas tentativas anteriores, quase sempre sofríveis ou pontuais, apenas com José Honório Rodrigues,

³ Ver o conceito de “lutas de representação”, conforme a sua proposição em: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002, p. 66- 71; ver também, _____. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990. p. 16-17.

⁴ Consultar, entre outros, ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 7. ed., Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio, INL, 1980; e, VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

os estudos de Historiografia assumiram um caráter mais sistemático, capaz de satisfazer as exigências de uma consistente pesquisa histórica⁵.

O primeiro momento da Historiografia propriamente dita no Brasil, inaugurado com a publicação, em 1949, do livro “Teoria da História do Brasil”, de José Honório, foi pautado, quase de maneira exclusiva, por uma concepção da tarefa historiográfica ligada à noção de inventário, seja de autores e obras, seja de gêneros e correntes da História, ou mesmo de procedimentos e iniciativas de pesquisa, entre outros elementos⁶. Postulando que o conjunto da produção historiográfica de uma determinada nação seria uma expressão, um reflexo da História da própria sociedade na qual o mesmo estivesse inserido⁷, o modo como José Honório Rodrigues desenvolve e organiza a maioria dos seus trabalhos, acaba por estabelecer ou ratificar um corpo canônico tradicional para os historiadores e obras estudados. Elencando os autores principais, considerados os mais relevantes na produção nacional, Rodrigues confere ao campo algumas balizas cujas referências são, de um modo ou de outro, até hoje respeitadas. Um exemplo marcante são os estudiosos da geração imediatamente posterior, de meados da década de 1960, conforme será discutido adiante.

Neste sentido, o aspecto que mais interessa por ora reter é a consolidação, em José Honório, de uma periodização da produção historiográfica brasileira que, principiando em Francisco Adolfo de Varnhagen como o seu fundador⁸, passava, quase invariavelmente, por um momento de renovação, nos anos trinta do século XX, através os trabalhos de Caio Prado Júnior⁹, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. A esses se seguiria, a partir da década de 1940, a verdadeira profissionalização da produção brasileira, com a entrada em cena das Universidades. Entre um e outro instante, precisamente na Primeira República, se encontraria como ápice aquela figura que Rodrigues considerava o “iniciador e pioneiro, mestre e guia, (...) o que de mais alto produziu a historiografia brasileira”¹⁰: Capistrano de Abreu.

⁵ LAPA, *op cit*, p. 18.

⁶ Ver, principalmente, RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

⁷ RODRIGUES, *op cit*, p. 32.

⁸ Consultar, RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**, *op cit*, p. 132-133, 308-319, *et seq*; _____. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 123-149; e, _____. **A pesquisa histórica no Brasil**: sua evolução e problemas atuais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952. p. 39-51.

⁹ RODRIGUES, **História e Historiografia**, p. 89-104, 143.

¹⁰ *Idem*, p. 144.

Embora um trabalho de monumentalização da figura de Capistrano, não tivesse em José Honório, nem o seu iniciador, nem o seu único artífice, certamente ele se tornou um dos seus mais competentes representantes. Antes dele, autores como Rodolfo Garcia e outros membros da Sociedade Capistrano de Abreu, fundada logo após a morte do historiador cearense, já tomavam a cargo essa tarefa. Contudo, o peso que José Honório conferiu em seus trabalhos à figura de Capistrano contribuiu enormemente para consolidar a sua imagem como o grande historiador brasileiro dos primeiros tempos republicanos.

Não se trata aqui, evidentemente, de diminuir a relevância dos trabalhos, nem de Capistrano, nem de José Honório Rodrigues, e sim de tentar compreender o modo como o campo da pesquisa em Historiografia no Brasil se consolidou em referência aos esforços desse último. Depois de José Honório, para se pensar a produção historiográfica brasileira da Primeira República, seria difícil passar ao largo de Capistrano, que, todavia, não era o único a produzir História no Brasil naquele período. Mesmo quando considerava este aspecto, José Honório o fazia colocando os demais autores que achava dignos de serem abordados numa comparação direta com o mestre maior, como fez, por exemplo, nas suas análises dos trabalhos do próprio Rodolfo Garcia e de Afonso Taunay¹¹.

A partir de meados da década de 1960, mas principalmente depois de 1970, outros autores, como Carlos Guilherme Mota, José do Amaral Lapa e Nilo Odália, apresentaram uma proposta diferente para o tratamento dos estudos historiográficos. Postulando que a Historiografia não deveria ser uma “mera enumeração de autores e obras, numa desambiciosa descrição do que se escreveu em História”¹², esses historiadores, ainda que com trabalhos distintos entre si, apresentavam como ponto de convergência uma concepção de História como um produto de uma ideologia dominante¹³. Ou, segundo o dizer de Amaral Lapa, como uma “recriação conforme o substrato ideológico em que se envolve o historiador ou que ele próprio impõe”¹⁴.

Essa noção de Historiografia, embora abandonando o tradicionalismo simplificador da relação autor e obra, acabava por propor uma homogeneização dos trabalhos

¹¹ Ver, por exemplo, RODRIGUES, **História e historiografia**, p. 155 *et seq*; 164 *et seq*.

¹² LAPA, **A História em questão**, p. 17.

¹³ Ver também, MOTA, Carlos Guilherme da. **Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974**: pontos de partida para uma revisão histórica. 9. ed. São Paulo: Ática, 1994.

¹⁴ LAPA, *op cit*, p. 14.

historiográficos, aplainando diferenças de tempos e lugares específicos de produção. Nilo Odália, por exemplo, considerava Varnhagen como o autor no qual “o pensamento burguês brasileiro encontrou o espírito que (...) conseguiu realizar uma síntese admirável dos ideais e objetivos das classes dirigentes”¹⁵. Esta afirmativa, que pretenderia sintetizar todo o trabalho de Varnhagen, deixa, porém, de lado toda uma gama de complexidades e contradições que emergem dos textos do Visconde de Porto Seguro, as quais dificultam o encaixe exato entre o objeto estudado e o modelo previamente estabelecido.

Por outro lado, Nilo Odália procurava também, na sua pesquisa, “estabelecer uma relação de continuidade, (...) característica de uma parte significativa da historiografia brasileira do século XIX e do início deste século até a década de 1920”¹⁶. Entre Varnhagen, historiador durante o Império, e Oliveira Viana, no extremo final da Primeira República, marcos estes erigidos por Odália, o que se encontraria seriam as variações de uma mesma matriz ideológica, que conformaria os diversos trabalhos: “as formas variam, ganhando em alguns casos (...) maior profundidade, mas nunca chegam a opor à opção feita inicialmente uma nova opção”¹⁷. Todo o quadro da produção historiográfica realizada entre ambos os autores e os dois momentos estaria assim compreendido como parte de uma mesma linha de continuidade.

José do Amaral Lapa, por sua vez, teria como foco central de seus trabalhos a produção histórica realizada no espaço da Universidade após os anos cinquenta do século XX. Todavia, sua perspectiva do conhecimento histórico passava pela idéia de uma “evolução do processo científico”¹⁸:

Essa é, para nós, uma tarefa que, por sua natureza, cabe à historiografia: analisar a produção considerada de História, o trabalho dos historiadores, a evolução do pensamento histórico, destacando as obras representativas, as tendências e projeções¹⁹.

Uma produção historiográfica anterior se encontraria, conseqüentemente, num estágio inferior em relação à sua herdeira: “a institucionalização dos estudos históricos em

¹⁵ ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 112.

¹⁶ *Idem*, p. 119.

¹⁷ *Idem*, p. 40.

¹⁸ LAPA, **A História em questão**, p. 73.

¹⁹ LAPA, José do Amaral. **História e historiografia**: Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 49.

nível universitário é que permitiu senão o surgimento da historiografia brasileira, pelo menos ensinou o seu amadurecimento”²⁰. Portanto, por caminhos diferentes, José do Amaral Lapa chegava a conclusões semelhantes às de Nilo Odália, com relação à historiografia da Primeira República: “Até pelo menos a década de 20 a historiografia brasileira é a mesma do século XIX, isto é, guarda as mesmas limitações tradicionais”²¹.

Noutro ponto, entretanto, os dois historiadores igualmente concordam, atualizando José Honório Rodrigues. Isso diz respeito à posição conferida a Capistrano de Abreu: “Até onde vai meu conhecimento historiográfico”, afirma Odália, “considero-o caso único entre os historiadores brasileiros”. E, Amaral Lapa, apesar de considerá-la uma continuidade, limitada, de uma maneira geral, ao que se fizera no século anterior, não deixa de observar que “a Historiografia brasileira entra no século XX dominada por um nome tutelar: Capistrano de Abreu”²².

Carlos Guilherme Mota, cujo recorte, no seu trabalho mais conhecido, “A ideologia da Cultura brasileira”, é estabelecido, principalmente, a partir daqueles que denominou os “redescobridores do Brasil” dos anos 1930 – Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior – conceitua de forma mais extrema toda a produção historiográfica do vasto período, “desde Varnhagen e Capistrano de Abreu”, como um mero “fenômeno permanente” de “importação cultural”²³.

As concepções desses três autores, no tratamento do fazer historiográfico da Primeira República, apresentam, portanto, duas características marcantes: a primeira delas, de tomar o conhecimento histórico produzido nesse período como indistinto daquele realizado em todo o século XIX; e a segunda, de considerar, com alguma nuance de diferença, a imagem de Capistrano como uma síntese do que de melhor ou mais destacado se pôde alcançar como saber historiográfico brasileiro na sua época.

Ligados a uma corrente interpretativa da História em geral, que se tornou influente no Brasil a partir de meados do século XX, a qual postulava o primado das estruturas sobre as realizações de ordem cultural ou intelectual, os trabalhos em Historiografia de Nilo Odália, José do Amaral Lapa e Carlos Guilherme da Mota, privilegiavam análises de cunho

²⁰ LAPA, **A História em questão**, p. 19.

²¹ *Idem*, p. 69.

²² *Idem*, p. 70.

²³ MOTA, **A ideologia da Cultura brasileira**. p. 25.

mais geral ou panorâmico. Isto se dava, entre outros aspectos, em função de uma noção de contexto histórico que atribuía ao acesso ao relato dos eventos de uma determinada época, ou à sua síntese, a capacidade de dar conta do sentido último da sua produção intelectual. Conhecer os contextos econômicos, políticos e sociais do trabalho de um historiador seriam suficientes para revelar os significados subjacentes, nesse caso, ideológicos, implícitos a esse trabalho.

Certamente os usos políticos da História e do passado não estão sendo desconsiderados na análise aqui empreendida. Antes, o que se quer reafirmar, é a importância da ida ao detalhe que observa a complexidade e a pluralidade das relações, inclusive para se investigar os referidos usos. Por outro lado, abordagens historiográficas, como as discutidas, e as tradições que as constituíram, precisam também ser historicamente compreendidas dentro das suas condições de possibilidade, não cabendo atribuir às mesmas qualquer acusação de erro. Uma ressalva caberia apenas onde um atavismo acrítico por parte dos investigadores atuais levasse a assumir as conclusões dessas perspectivas como totalidades inquestionáveis ou absolutas, ou, simplesmente, tomá-las como alicerce para suas próprias elaborações sem proceder a uma reflexão sobre os fundamentos por sobre os quais pretendem se estabelecer.

De todo modo, nem essa perspectiva do trabalho em Historiografia, que pensa o trabalho do historiador como um reflexo ideológico da sociedade na qual está inserido, nem aquela outra, de um sentido estritamente autoral para a sua escrita, mostram-se eficazes para o enfrentamento de alguns problemas que podem ser propostos com relação às práticas históricas na Primeira República. Uma dessas questões seria, por exemplo, a dispersão crescente dos debates, e da própria produção historiográfica, no meio intelectual brasileiro a partir do último quarto do século XIX.

Durante o regime imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fora um dos lugares de produção responsáveis pela elaboração do projeto de construção de uma identidade e uma memória para a nação, consolidando a idéia de uma unidade nacional pela via do passado. As propostas para a escrita de uma História do Brasil, os debates sobre o modo como esse trabalho deveria ser encaminhado, estavam presentes em inúmeros ensaios e artigos nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro²⁴. Sua abrangência pode

²⁴ Ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de

ser mensurada pela intensidade das polêmicas que envolviam autores como José Inácio de Abreu Lima e Varnhagen²⁵, ou como este último, o historiador João Francisco Lisboa e os românticos indianistas²⁶.

Esse prestígio do IHGB como lugar de produção do conhecimento historiográfico foi fortemente abalado com a chegada da República. Identificado como instituição ligada ao regime monárquico, o Instituto se viu às voltas com sérias dificuldades devido à perda de verbas e subsídios²⁷. Antes mesmo, porém, na esteira da emergência da chamada “Geração de 70”, movimento da intelectualidade brasileira do dezenove “de conteúdo claramente contestador em relação aos modelos literários consagrados até então, como também quanto aos sistemas políticos vigentes”²⁸, do qual fizeram parte, inclusive, Silvio Romero e Capistrano de Abreu, a centralidade do Instituto Histórico para uma escrita da História no Brasil já vinha sendo significativamente desconsiderada. Um dos desdobramentos dessa condição foi a eclosão de interpretações para a História e para a constituição da identidade nacional surgidas fora da égide do Instituto, que vieram à tona nos anos finais do século XIX e início do XX. Autores como João Ribeiro, Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Rocha Pombo, entre muitos outros, iniciaram o seu trabalho fora da influência direta do IHGB, apesar do capital simbólico de legitimação daquela instituição ser ainda forte o suficiente para que a maioria deles pleiteasse ou cedesse a um ingresso posterior nos seus quadros.

Inúmeros aspectos como estes relacionados, são deixados à margem pelas análises de correntes de estudos em Historiografia como as acima examinadas, vale repetir, não simplesmente por erro, mas por não fazerem parte dos seus horizontes epistemológicos. Todavia, a partir da chegada, no Brasil dos anos de 1980, da crise dos grandes paradigmas que assolava havia mais de dez anos o conhecimento histórico ocidental, na Historiografia como

uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: (1):5-27, 1988.

²⁵ GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004. p. 79-80.

²⁶ Ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, *op cit*, e, LISBOA, João Francisco. Sobre a escravidão, e a História Geral do Brasil pelo sr. Varnhagen. In: _____. **Crônica do Brasil Colonial: apontamentos para uma história do Maranhão**. Petrópolis: Vozes, 1976. Nota C, p. 577- 605.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 109.

²⁸ MOTA, Maria Aparecida Rezende. **Brasil e Portugal: imagens de nação na Geração de 70 do século**. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1998. p. 59.

na História, toda esta paisagem sofreu algumas alterações.

Outras possibilidades de tratamento foram aos poucos sendo empreendidas, ainda quando realizadas por antigos historiadores. Francisco Iglesias, por exemplo, apesar de ainda bastante orientado pela noção de ideologia e de acabar por realizar, em alguns dos seus trabalhos, um novo inventário da produção histórica até a sua própria época, apresentava, em alguns de seus ensaios, a característica de experimentar pioneiramente reflexões do campo de uma História das Idéias relacionadas à Historiografia²⁹.

Porém, as maiores mudanças ocorreram na própria formulação das agendas de pesquisa. Grandes esquemas panorâmicos deram lugar a trabalhos menos ambiciosos no tocante à abrangência, mas que propunham novas e agudas indagações para novos, ou antigos, objetos. Ainda quando privilegiando autores destacados por uma Historiografia tradicional, o tipo de problemas formulados e de reflexões propostas, passaram a trazer, não apenas elementos relevantes sobre os temas investigados, como a desenvolver questões que concernentes ao fazer historiográfico em seus aspectos mais teóricos.

Para ficar com um único entre tantos, cita-se como exemplo o estudo de Ricardo Benzaquen, “Ronda noturna”³⁰, que analisa o trabalho de Capistrano de Abreu em sua relação à emergência de uma “concepção moderna de história”, abordando também questões como o significado da verdade e da crítica na narrativa histórica desse autor. Além de propor um outro caminho de interpretação para a escrita de Capistrano, Benzaquen desenvolve uma discussão acerca de aspectos constitutivos do conhecimento historiográfico, como a dupla exigência, de objetividade e de posicionamento intelectual, que ao longo do século XIX foi sendo consolidada como atributo do trabalho científico.

Esta renovação dos temas e problemas na área da Historiografia brasileira, trazida pelos debates em torno da História Cultural, possibilita tratar o passado da própria disciplina histórica como um elemento singular do mundo da cultura, pensado a partir da sua dimensão de historicidade, ou seja, como um produto que emerge, que é elaborado, em um determinado tempo e lugar: “uma produção temporal das sociedades humanas”³¹. Tais

²⁹ Ver, por exemplo, IGLESIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

³⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1(1): 28-54, 1988.

³¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro: PPGHIS UFRJ, 7Letras. set. 2002. n.5. p. 184-200. *Cit*, p. 185.

perspectivas inovadoras permitem considerar as modificações constantes nas condições de produção da escrita, no estabelecimento de seus múltiplos significados, na tensa constituição dos estatutos e dispositivos que conferem a uma determinada obra, uma maior ou menor legitimidade como texto de História no seu próprio tempo, como no caso dos historiadores da Primeira República. Contudo, problematizar os significados e as práticas da produção de um saber acerca do passado, através de um olhar para a constituição da sua memória disciplinar, implica, principalmente, uma desnaturalização da própria operação histórica. Para que se possa, talvez, pensar mais no que se faz como História, ou Historiografia, agora mesmo, no presente.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O poder metropolitano no Brasil Colônia: alguns apontamentos
historiográficos**

Izabella Fátima Oliveira de Sales
Mestranda / UFJF

Tomando como ponto de partida as discussões presentes no livro “O Sol e a Sombra”, de Laura de Mello e Souza, o objetivo deste trabalho é apontar algumas questões relacionadas ao debate que gira em torno das interpretações sobre o Brasil colonial, principalmente ao que se refere à administração da Coroa. De um lado encontram-se as análises que reconhecem a importância do poder central exercido pela metrópole, mas admitem que as relações sociais durante o período colonial se constituíram a partir da negociação e do conflito. De outro estão aqueles que privilegiam a lógica econômica para explicar a sociedade brasileira, dando ênfase ao papel subordinado da Colônia e sua dependência em relação à Metrópole .

Ao refletir sobre os estudos que envolvem a administração portuguesa, Laura de Mello e Souza aponta uma insuficiência e também uma deficiência em relação aos mesmos. Esses problemas poderiam ser explicados pelo próprio contexto de surgimento dessa produção historiográfica, na qual prevalecia a necessidade de uma jovem nação em se afirmar ante a antiga metrópole. Por isso o tema estaria frequentemente relacionado a historiadores tradicionais e conservadores.¹

As obras de Raymundo Faoro², Caio Prado Júnior³ e Sérgio Buarque de Holanda⁴ contribuíram para afirmar uma visão negativa da administração portuguesa. A metrópole foi considerada por eles uma má gestora e esse problema era agravado pela existência de

¹ SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 2006.

² FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ªed. Porto Alegre/ São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

³ PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. SP: Livraria Martins Editora, 1942.

outros “pecados” como a escravidão. Essas interpretações buscavam o enquadramento geral e marginalizavam os fenômenos específicos.

Nas últimas décadas houve um aumento no número de pesquisas sobre a história do Império Português e da administração colonial. Esse fato seria consequência da percepção de que o Atlântico se constituiu, a partir do século XVIII, em um sistema próprio dentro do Império Português e neste caso destaca-se o trabalho de Luís Filipe de Alencastro. Além da busca pelo que é comum, essas novas abordagens alimentam uma grande preocupação com o entendimento das especificidades, onde a estrutura administrativa varia de acordo com o contexto da região.

No que se refere aos trabalhos de historiadores brasileiros nota-se a atual influência da historiografia portuguesa, onde destaca-se as obras de Antônio Manoel Hespanha cuja análise freqüentemente se volta para as relações de poder. De acordo com sua perspectiva a idéia de um poder centralizador para as sociedades de Antigo Regime não se sustenta, enfatizando a importância dos poderes locais.

No texto intitulado “As redes clientelares” escrito por Hespanha e Ângela Barreto Xavier, os autores defendem que para se entender os poderes informais, as diversas formas de relações sociais que se expressam como amizade, serviço e clientela é preciso refletir sobre a *economia do dom*, conceito baseado, especialmente, na idéia de espírito da dádiva formulado por Marcel Mauss . Na sociedade de Antigo Regime o dom pertencia a uma cadeia infinita de atos beneficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações sociais e políticas.⁵

Na obra “As Vésperas do Leviathan⁶” destaca-se o conceito de sistema político corporativo, cujas principais características são a redução do poder da coroa a uma administração passiva, que se limitava a fazer justiça preservando os direitos adquiridos e a centralidade do direito, que ao contrário de representar a supremacia das leis do reino, se

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9 ed. RJ: José Olympio, 1976.

⁵ XAVIER, Angela Barreto e Hespanha, Antonio Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620 – 1807)* (coordenação de Antonio Manuel Hespanha). Editorial Estampa, 1998.

⁶ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal: século XVIII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

relacionava com a idéia de “direito comum”. A centralidade do direito significa a centralidade dos poderes normativos locais, formais ou informais.

No primeiro capítulo de “O Sol e a Sombra” Laura de Mello e Souza tece críticas referentes às interpretações de Hespanha que, no seu entender, oferece pouca atenção à especificidade dos diferentes contextos coloniais. A aplicação de seus conceitos traria alguns problemas: a corrente a qual faz parte tem o interesse de evidenciar a indistinção entre público e privado própria ao mundo do Antigo Regime, bem como as especificidades de uma ordenação social estamental e corporativa.; suas principais fontes são jurídicas e por isso seu estudo é constituído sob a perspectiva da norma e da lei, abordagem que não pode ser aplicada ao mundo colonial; finalmente todos os elementos que constituem a sociedade da América Portuguesa só podem ser entendidos levando-se em consideração a escravidão.⁷

Em seu artigo “Depois do Leviathan” Hespanha responde aos argumentos de Laura e defende que a matriz pluralista e compósita das unidades políticas européias pode ser estendida à análise política das sociedades coloniais.

O fato de suas fontes serem jurídicas não significa que sua interpretação da sociedade seja baseada nas leis, considerando que estas muitas vezes essas não passariam de “letra morta.” Segundo Hespanha sua análise tem como ponto de partida o direito (direito praticado, direito vivido, arranjos da vida) e não nas leis do reino.

Diante da acusação de oferecer pouca atenção à especificidade dos diferentes contextos imperiais o historiador constrói o seguinte contra-argumento: seu estudo sobre o sistema político corporativo no “Império” não pretendia levantar as diferentes situações existentes em cada região. Mas sua linha de argumentação é ilustrada por exemplos tirados de vários lugares e essas abordagens permitem que ele defenda a periferação do poder e o localismo, fatores que por sua vez constituem uma característica sistêmica do sistema político corporativo, gerados pela abertura do direito da época às normas locais da vida social. Sua análise é baseada, principalmente através da leitura de fontes de natureza política e jurídica e sempre que a base empírica demonstrar a existência de uma forma de

⁷ SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 2006, pp.48-58.

governo deste tipo é previsível que se verifique a periferização do poder e o caráter contextual das configurações políticas.

Outra crítica direcionada aos trabalhos do autor português diz respeito ao poder do Estado no ultramar, onde ele não reconheceria a sua existência, nem mesmo no que tange ao seu caráter simbólico. Neste sentido, Hespanha replica defendendo a existência de um Estado colonial, onde a centralidade do Império se dissolvia diante das relações contraditórias estabelecidas pela coroa e os diferentes pólos, sendo assim a primeira ocupava lugares e hierarquias diversas, muitas vezes insignificantes. Destaca-se neste contexto a influência dos poderes locais e a atuação dos funcionários régios que, freqüentemente, atingia uma dimensão autônoma.

Sobre a polêmica que envolve o uso impróprio do conceito de “Antigo Regime” e da aplicação do modelo corporativo para uma sociedade baseada na escravidão, como foi o caso do Brasil durante o período colonial, Hespanha argumenta que mesmo existindo escravidão é possível aplicar o modelo corporativo para a análise do mundo colonial brasileiro, pois, para a sociedade corporativa o escravo não era um elemento dissoante da comunidade. O governo dos escravos era uma questão doméstica, ou seja, resolvida no âmbito privado. Desta forma, se o Império não intervinha contra os escravos que viviam nas conquistas, não havia diferença em administrar um território onde a maioria era branca ou onde predominava a população cativa.

Os artigos organizados na obra “O Antigo nos Trópicos,”⁸ também tratam sobre questões relativas à administração portuguesa. Esses estudos se afastam da idéia de oposição entre metrópole e colônia, de dominadores contra dominados e buscam o entendimento das estratégias construídas pelos indivíduos para sobreviver e ascender socialmente no mundo colonial. Historiadores que fazem parte desta corrente discordam da idéia de que a sociedade é determinada pelas estruturas, acreditam que apesar de existir um centro de poder, as relações sociais na colônia se baseavam na negociação e na tensão.

As críticas de Laura de Mello e Souza também atingem a obra acima mencionada, essas análises minimizariam o alcance do Estado e abandonariam parcialmente o problema

⁸ FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

da escravidão enquanto elemento constitutivo da sociedade luso-americana no século XVIII. Apesar de reconhecer as contribuições empíricas trazidas pelo livro, a historiadora argumenta que os conceitos de *economia do bem comum* e *economia política de privilégios* nem sempre são claros o suficiente, pois podem estar influenciados por uma imprecisão do próprio Hespanha que desloca a idéia de economia do Dom, aplicada por Mauss em sociedades menos monetarizadas, para o universo do capitalismo nascente.⁹ Além disso, para a autora, nestes estudos as contradições entre colônia e metrópole são consideradas irrelevantes.

A utilização do conceito de “Antigo Regime” foi outro elemento que incitou a discussão. Segundo Laura, a categoria teria sido usada pelos autores da coletânea porque esses consideram que ela se aplica a um mundo onde a política se sobrepunha à economia. Teóricos como Pierre Goubert e Tocqueville foram mencionados em “O Sol e a Sombra” para fundamentar a idéia de que os elementos que constituem uma sociedade de Antigo Regime são o feudalismo e o absolutismo monárquico. Sendo assim, dois problemas significativos presentes em “O Antigo Regime nos Trópicos” são apontados: os estudos mantêm o conceito de Antigo Regime para caracterizar uma sociedade onde o papel do Estado é enfraquecido diante dos poderes intermediários e que nunca conheceu o feudalismo.

Conforme a perspectiva da autora, o que houve nos trópicos foi uma expressão peculiar da sociedade de Antigo Regime, na medida em que foi marcada pelo escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais, por contradições entre metrópole e colônia e pelos mecanismos do exclusivo comercial. Relações estas que teriam sido ignoradas pelos autores da coletânea.

Para o estudo da sociedade de Antigo Regime nos trópicos deve se levar em conta as relações dessa sociedade com o antigo sistema colonial. Neste ponto, Laura defende que o livro de Fernando Novais “*Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial*”¹⁰ não trabalha somente com questões econômicas, mas procura analisar o conjunto de relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Apesar de não tratar diretamente de

⁹ Em “Depois do Leviathan” Hespanha contraria a afirmação dizendo em nota que a lógica da mercê nasce tanto em culturas desmonetarizadas como em culturas de capitalismo nascente.

¹⁰ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. SP: Hucitec, 1979.

questões administrativas, a pesquisa oferece uma perspectiva analítica sobre as contradições existentes entre Portugal e suas possessões na América, percebendo também as especificidades do mundo que se formou no além mar e sua forte ligação com a metrópole, a África e a Europa.

Ao analisar as características da administração portuguesa na América, através da interpretação de documentos oficiais, a autora destaca as tensões existentes na relação entre colônia e metrópole. O desafio seria entender o significado do mando da coroa, na medida em que as normas e determinações estabelecidas por ela eram absorvidas pelos colonos, mas recriadas de acordo com o contexto vivenciado pelos mesmos.

Seguindo a proposta construída em seu livro “Desclassificados do Ouro,” onde verifica a atuação dos governadores na Capitania de Minas Gerais, a autora identifica uma prática política pendular, onde as autoridades procuravam não se posicionar ao lado de um grupo específico. Tal ação variava entre a centralização e a autonomia.

A idéia de oposição entre colônia e metrópole presente na historiografia brasileira impede que se esclareça muitos aspectos da atuação dos representantes da coroa. Apesar das arbitrariedades, das práticas de corrupção e das injustiças, muitas vezes suas atitudes procuravam solucionar crises econômicas e fiscais e melhorar as condições de vida da população. Ou seja, existia a idéia de se constituir um governo capaz de atender aos interesses do reino e das colônias

A reflexão sobre o conturbado contexto do mundo luso-brasileiro no princípio do século XVIII (período marcado pela descoberta do ouro e por vários conflitos) mostra que a idéia de unidade política não existia para aqueles que se revoltavam contra algumas ações da coroa, pelo contrário, essa idéia surgiu no universo daqueles que integravam o centro decisório do poder. A imagem construída em relação aos paulistas durante o período colonial como sendo pessoas rudes, insubordinadas e ingovernáveis foi um preconceito freqüentemente manipulado pelos administradores coloniais, talvez pelo fato de não perceberem que a identidade desse grupo não se desvinculava da sua ligação com a metrópole.

No que tange à sociedade mineira do século XVIII, uma das alternativas encontradas pelos governadores para controlar a rebeldia dos habitantes era o uso de elementos simbólicos que instituíssem um caráter de nobreza e estirpe. Entretanto, nas Minas esse princípio não surtiam efeitos pois os mecanismos estratificadores daquela sociedade ainda estavam em processo de constituição. O caráter de nobreza estamental baseado nos feitos militares e nos serviços, defendido pelos governantes, era diferente daquele construído pelos mineiros, onde o que importava era o valor dos méritos pessoais e do dinheiro. Os representantes da Coroa se assustavam com os critérios estratificadores daquela sociedade, por serem muito diferentes dos europeus, que se baseavam principalmente na linhagem.

A autora defende o caráter específico da sociedade mineira. Alega que no nordeste havia uma sintonia entre os interesses do governo e dos colonos e, dessa maneira, a nobreza da região teria adquirido uma feição portuguesa. Enquanto isso, a elite das minas era mestiça e insubordinada. Contudo é preciso salientar que, em ambos os casos, a nobreza não se fundamentava em aspectos de linhagem, mas sim nos recursos financeiros e nos serviços prestados à Coroa.

O estudo dos administradores, incluindo a perseguição de algumas trajetórias individuais, que algumas vezes demonstram o envolvimento dessas autoridades em negócios ilícitos, contribuem para se compreender a natureza do poder metropolitano, os limites de tolerância do Império e a nossa tradição política. Além disso, podem fornecer informações a respeito do enraizamento das redes clientelares, a nível local, que começavam a se formar ainda em Lisboa e também demonstrar os limites no sistema da dádiva, da graça ou da mercê.

A metáfora o sol e sua sombra, que serve de inspiração para o título da obra, representa o que era mandar e governar no Império Português. O sol seria o poder temporal dos reis. Teoricamente as regras impostas pela coroa deveriam ser obedecidas na colônia, entretanto a distância que as separava culminava em situações específicas e nessas zonas de sombra havia um intercâmbio entre os interesses da metrópole e os regionais, o que provocava o surgimento de alternativas peculiares.

Pode-se notar que Laura de Mello e Souza procura rever as tradições historiográficas que pensaram o Brasil de acordo com sua condição subalterna. Entretanto,

ela tenta mostrar a importância que o poder central exercido pela monarquia portuguesa (mesmo este sendo frequentemente adaptado ao contexto colonial) teve para a sociedade brasileira e mantém a crença no caráter dialético da relação entre colônia e metrópole.

Diante destes breves apontamentos, podemos perceber que pesquisas que analisam o poder do Estado nas colônias não podem ignorar o debate que envolve as interpretações sobre a administração portuguesa no Brasil colonial. Na pesquisa intitulada “Difusão, Status Social e Controle de Armas na Mariana Setecentista (1707-1736) um dos objetivos é tentar encontrar indícios através dos quais possamos verificar os limites da coroa frente a autonomia dos colonos.

Novos estudos, baseados em uma consistente análise empírica, contribuem para o enriquecimento deste debate, na medida que podem corroborar ou questionar algumas posições defendidas pelas correntes historiográficas.

Bibliografia

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ªed. Porto Alegre/ São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal: século XVIII*. Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 9 ed. RJ: José Olympio, 1976.

PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. SP: Livraria Martins Editora, 1942.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. SP: Hucitec, 1979.

SOUZA, Laura de Mello. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 2006.

XAVIER, Angela Barreto e Hespanha, Antonio Manuel. A Representação da Sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal: O Antigo Regime (1620 – 1807)* (coordenação de Antonio Manuel Hespanha). Editorial Estampa, 1998.

Na internet

Hespanha, Antonio Manoel. Depois do Leviathan. Almanack braziliense, nº 5. Maio/2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Instrumentos em contexto:
os caminhos e os limites da historiografia dos objetos de ciência**

Janaína Lacerda

Apresentação:

Depois de por muitos anos relegada a um segundo plano dentro da historiografia das ciências, da década de 1980 para cá proliferaram as pesquisas e os trabalhos dedicados à historiografia dos objetos de ciência. Gerard Turner e Solla Price chamaram a atenção dos historiadores para a importância da instrumentalização e da experimentação no desenvolvimento das ciências e também, sobretudo Solla Price, para a diversidade dos instrumentos, que, na realidade, vão além de desempenhar um papel puramente ilustrativo¹.

Introdução:

Mas afinal o que é um instrumento científico? Segundo a célebre definição de Gerard Turner o instrumento é "uma idéia feita de latão" ou em outras palavras: o instrumento seria a transposição material e tridimensional de uma idéia científica. Outra definição, não menos célebre, é a de Alexandre Koiré de que como toda teoria precede o fato o instrumento serviria apenas para ilustrar uma conclusão previamente alcançada pela razão lógica². Como percebemos são duas concepções completamente antagônicas sobre o papel dos instrumentos na construção do conhecimento científico, embora ambas sejam, na opinião de Robert Halleux, igualmente insuficientes no que diz respeito à análise da complexa relação que se estabelece entre as teorias e práticas e os usos que definem as especificidades dos instrumentos³.

Para o historiador Simon Shaffer a maioria das exposições industriais, comerciais, nacionais e internacionais do final do século dezanove e início do vinte ajudou a definir o conceito de "instrumento científico" como "aparatos utilizados em trabalhos experimentais e de educação", mas, o próprio Schaffer nos lembra que, se estas definições algumas vezes ajudam

¹BLONDEL, Christine. Electrical Instruments in 19th Century France, between makers and users. *History and technology*, Vol.13, 1997. p.157.

²KOIRÉ, Alexandre. Tradutore-Traditore: A propos de Copernic et de Galilée. Citado por HANKINS, Thomas L. & HELDEN, Albert Van. Introduction: Instruments in the History of Science. *Osiris*. N.9, 1994. pp.1-6.

³HALLEUX, Robert. O instrumento na História das Ciências. Coimbra, s/d. Catálogo da Exposição. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 1

a definir o alcance das ciências em outras acabam por criar uma série de conflitos.

"Instrumento", do latim *instruere*, significa "dispor" ou "equipar", *Instrumentum*, por sua vez, é "o mobiliário, o material, a ferramenta". Mecanismo vem, como máquina, do grego *mékhané*, que designa "a habilidade, a invenção astuciosa", produzido pela inteligência ardilosa a que os gregos chamavam *métis*. Percebemos, então, que o instrumento longe de ser algo de simples definição, carrega em si uma complexa relação entre teoria e prática e o que de fato definia a especificidade de um instrumento era, na realidade, seu uso e sua especificidade.

Os instrumentos e seus usos:

Na Antiguidade e na Idade Média antes dos instrumentos como a régua, o esquadro, o compasso, a roldana, o sarilho, dentre outros, se tornarem objetos de ciência eram objetos de uso comum nas artes e ofícios, o astrolábio, produzido pelos gregos no fim da Antiguidade, permitia medir simultaneamente a distância angular dos corpos celestes e explicar problemas matemáticos. Aperfeiçoado pelos árabes, este instrumento veio a se tornar o instrumento de astronomia mais popular dos séculos onze e doze.

A Idade Média ampliou esta dupla utilização dos instrumentos, sendo que a função que irá perdurar até o século dezoito é a de demonstração, ou a confirmação sensível subjacente à demonstração lógica. A maior parte dos instrumentos do Renascimento não assinalaram uma ruptura com os séculos anteriores, seja na concepção técnica ou nos materiais utilizados. Os construtores de astrolábios, eles novamente, agora acompanhados de uma série de outros aparelhos tais como o quadrante, por exemplo, e de globos terrestres e celestes se aperfeiçoam e rivalizam na melhoria técnica e na estética dos instrumentos.

Antes do século dezesseis, portanto, poderíamos colocar que os instrumentos eram construídos para fazer medições, régua, balanças, relógios, instrumentos de prospecção, navegação e astronomia, enquanto que os instrumentos surgidos sobretudo a partir do século seguinte não mediam, a princípio, coisa alguma, eram instrumentos cujo objetivo era produzir um efeito. O exemplo mais emblemático deste tipo de instrumento foi o telescópio usado por Galileu em 1609. Outros "novos" instrumentos eram o microscópio e a bomba de ar, instrumentos que iriam transformar por completo as ciências naturais.

Todos estes "novos" instrumentos confeririam ao Homem uma ampliação de suas capacidades, e mudaria de maneira inversível o modo como este Homem via o mundo. A ampliação da visão, enxergar além do que se vê com o telescópio a luneta e o microscópio, a ampliação da audição com os instrumentos de acústica e a ampliação da capacidade de raciocínio, com a máquina de calcular de Pascal (1623-1662) são alguns exemplos dos mundos

novos e inimagináveis que se abriram diante do Homem dos séculos dezesseis e dezeseite⁴.

E junto com estas mudanças vieram as discussões em torno da nomenclatura destes instrumentos. Filósofos naturais como Francis Bacon, Rene Decartes, Robert Boyle, dentre outros que se utilizavam destes “novos” instrumentos pediam por uma reformulação não apenas no uso do instrumento - a prática experimental - mas também da linguagem. Bacon, por exemplo, atacava firmemente a confusão entre as palavras e seu significado⁵.

A partir do século dezeseite então se disseminou uma nova nomenclatura para instrumentos que os dividia nas seguintes categorias: *instrumentos matemáticos*, incluindo instrumentos astronômicos, de medição de tempo, navegação e prospecção, *instrumentos óticos*, que incluía o telescópio, que possibilitou a introdução uma nova variedade de materiais (vidro, madeira e metais) e também o desenvolvimento de um comércio de fabricantes de instrumentos, e por fim os chamados *instrumentos filosóficos*, como a bomba de ar, o microscópio e as máquinas elétricas.

Segundo Deborah Jean Warner esta nomeclatura teria sido difundida durante os primeiros anos do século dezeseite, porém, a primeira referência ao termo teria ocorrido em 1649 em uma correspondência de Samuel Hartlib à Robert Boyle, onde Hartlib faz referência à *model and philosophical apparatus*. Porém, a aparição dos termos *filosófico* e *matemático* em uma publicação teria sido no catálogo de objetos pertencentes à Royal Society publicado por Nehemiah Grew em 1681. Este catálogo delimitava as seguintes categorias: *Of instruments relating to Natural Philosophy* distinta da *things relating to the mathematiks*⁶.

Durante o século seguinte, os instrumentos filosóficos proliferaram graças, em grande parte, aos próprios construtores de instrumentos, entretanto, embora muitos destes instrumentos tenham sido utilizados em investigações científicas a maioria deles se destinava ao uso pedagógico e de divulgação da ciência, como nos mostra o filósofo experimental e, interessante notar, dono de loja de instrumentos, Benjamin Martin que em 1742 nos fala de *mathematical and philosophical instruments of all kinds would be used to render art and science 'easy' and 'familiar'*. Para os dois grupos, filósofos naturais e o público em geral, experimentos utilizando instrumentos, como o bomba de ar, microscópio e máquinas elétricas, foram importantes no sentido de conferir “provas científicas” imediatas, e novamente há uma mudança no uso, na utilização e na maneira de se enxergar os instrumentos.

Foi também neste período que começaram a se formar coleções de objetos para fins educativos e de entretenimento, sendo que de início as coleções eram constituídas por

⁴HANKINS, Thomas e SILVERMAN, Robert J. Instruments and images: subjects for the Historiography of Science. In *Instruments and imagination*. Princeton University Press: Princeton, 1995. p.3.

⁵HACKMANN, Willen. Natural Philosophy and the craft techniques of experimentation. *Bulletin of Scientific Instruments Society*, n.78, 2003.

⁶WARNER, Deborah Jean. What is a Scientific Instrument, when did become one and why? *BJHS*, 1990, n.23, p.84

particulares com interesses em antigüidades, onde os instrumentos figuravam em um número pouco expressivo, o advento de coleções que incluíam instrumentos se deu um pouco mais tarde, em grande parte ao sucesso da filosofia natural e do filósofo natural. Dois exemplos são as coleções do Gabinete de Física de Coimbra e do Rei George III da Inglaterra.

O Gabinete de física de Coimbra possuía uma coleção de obras de arte e um “gabinete de curiosidades”, que reunia antigüidades, vestígios arqueológicos, moedas e instrumentos. Os instrumentos conquistaram progressivamente sua autonomia e formaram a coleção do Gabinete de Física experimental já no século dezoito. A Reforma da Universidade de Coimbra em 1772 integrou o gabinete à faculdade de filosofia, criada na segunda metade do século. Este gabinete possuía uma das primeiras coleções de instrumentos oriundo do Colégio dos Nobres em Lisboa. Um dos objetivos da criação do Gabinete foi o ensino da física experimental que devia mostrar o objeto desta ciência, a sua origem, os seus progressos bem como as diferentes revoluções que conheceu ao longo do tempo, e ao lado da "arte de fazer as experiências" existia a noção de repetir, de combinar, de distinguir os fatores acessórios dos principais.

O outro exemplo é a coleção existente no *Science Museum* de Londres. A coleção possui dois tipos de instrumentos: os construídos por George Adams, construtor de instrumentos do Rei George, em 1761 e utilizados pela família real para entretenimento e instrução e por esta razão são instrumentos de design fino, materiais nobres e muito elaborados. E os construídos pelo físico Stephen Demainbray em 1750 para serem usados em suas aulas públicas e itinerantes e ainda que demonstrassem os mesmos princípios dos instrumentos construídos por Adams, eram instrumentos construídos com materiais mais baratos e bem mais simples.⁷ Estas duas coleções foram reunidas em 1769 quando Demainbray assumiu o cargo de superintendente do Observatório de Kew, onde já se encontravam os instrumentos da coleção do Rei George III, foram ainda para o King's College em meados do dezenove e, finalmente, para o *Science Museum* em 1927. Estas duas coleções, típicas do século dezoito, na realidade representavam, no caso da coleção do Rei, o orgulho na capacidade de descoberta do homem e um símbolo do grau de “iluminação” de seu proprietário e por tabela, de seu construtor, e no caso de Demainbray, a coleção foi feita de acordo com as necessidades das experiências dele e a aquisição, ou o descarte, eram feitos de acordo com seus interesses pessoais.

Ao longo deste século o foco das atenções começou a se desviar da filosofia natural e começou a se concentrar na história natural, e o fortalecimento de instituições especializadas, como academias e universidades, promoveram uma mudança de panorama, sobretudo no

⁷Catálogo de exposição: The King George Collection. Science Museum of London. Consultado em <http://www.sciencemuseum.org.uk/on-line/king-george/page3.asp> acesso: 12/09/2005.

período de 1780 a 1830 quando a história natural ganhou destaque entre as ciências naturais.⁸ Assim, nos gabinetes de instituições de ensino o valor era atribuído ao objeto pela sua eficácia, mas a perspectiva para a incorporação deste objeto agora seria diferente, por exemplo, para ensinar um determinado fenômeno de astronomia um professor precisa de instrumentos, assim a instituição adquire um conjunto de instrumentos necessários o mais completo e representativo possível, ao contrário, portanto, das perspectivas anteriores, pois no caso do gabinete do sábio a coleção era constituída pelo aparato que ele considerava necessário, no caso do gabinete do Rei a coleção é definida pelo gosto pessoal e até mesmo por aquilo que conferiria um status.

No século dezanove, o esforço para se elevar a ciência a categoria de profissão e a busca por parte, dos agora chamados, cientistas não apenas de oportunidades de carreira e financiamento para suas pesquisas, mas também de status e autoridade irá se refletir em mais uma mudança na nomenclatura dos instrumentos. Lembremos que estamos tratamos do século dezanove, onde as palavras ciência, cientista e científico, passam a ter um peso enorme, pois os padrões de referência básicos da sociedade culta e letrada eram os conceitos de progresso e modernidade, que seriam alcançados justamente através da ciência.

É difícil precisar quando o termo *científico* se incorporou a palavra instrumento, porém, alguns autores colocam que a medida que as palavras ciência e científico foram se tornando comuns ao longo do século dezanove antigos termos como *filosofia natural*, *instrumentos filosóficos*, *óticos* e *matemáticos* foram caindo em desuso e substituídos gradativamente pelo termo “científico”.

Acredita-se que um dos fatores preponderantes foi a Exposição Universal de 1851, pois marcou uma nova utilização do instrumento, a exposição objetivando demonstrar superioridade científica e industrial frente aos outros países. Neste caso todos os objetos expostos, não apenas os instrumentos, saídos de seus locais de origem e deslocados de suas funções originais adquirem outros significado, no caso específico das exposições universais, sendo a de 1851 a inaugural, se transformaram em “vitrines” do grau de “civilização” e “progresso” de um povo⁹.

Existem fontes que comprovam o uso do termo instrumento científico ainda na segunda metade do dezanove, na França em 1830 o termo foi usado para designar instrumentos de pesquisa e educação superior, e em 1850 foi publicado um catálogo, que faz referência a instrumentos de “ciência moderna”. Na Alemanha o uso do termo “científico”, ou mais precisamente, “Wissenschaftliche Instrumente”, também começou a se disseminar em

⁸LOPES, Maria Margareth. Invertendo o sentido das viagens. *História, Ciências, Saúde-Revista Manguinhos*, Vol.10(2):mai/ago, 2002.

⁹TURAZZI, Maria Inês. A euforia do progresso e a imposição da ordem. Rio de Janeiro:COPPE,Marco Zero, 1989. p.38.

meados dos anos 30, e deve, provavelmente, ter se estabelecido aproximadamente em 1850, incluído aí inclusive o termo fabricante de instrumentos científicos (scientific instruments makers) levado aos Estados Unidos por imigrantes alemães. Nos EUA, aliás, em 1847 *scientific instrument* era utilizado para denominar os instrumentos utilizados na educação elementar.

È importante frisar que a Alemanha e a França aplicavam ocasionalmente o termo a aparatos de educação popular, e na maioria das vezes usados para descrever sofisticados “instrumentos matemáticos”, refletindo em grande parte a importância da geodésia, que demandava uma instrumentação precisa, monopolizada pela astronomia e mais tarde pelo geomagnetismo, que aliás, sobre a liderança de Carl Friedrich Gauss, é considerada a matéria que deu um “novo curso” a física alemã.

A realidade é que o termo foi apresentado as audiências inglesas já na segunda metade do século dezenove, para ser mais exato na International Exhibition que aconteceu em Londres em 1862 onde os austríacos apresentaram *The production of Scientific Instruments of every description has established its chief seat in Vienna* e finalmente em 1876 os norte-americanos fazem dentro da categoria instrumentos científicos subdivisões que incluíam instrumentos de astronomia, geodésia e prospecção; instrumentos para o desenho matemático, aparatos hidrográficos, aparatos meteorológicos e finalmente, aparatos físicos e químicos. Na França, nesta mesma época, a divisão usada pelo Escritório de Patentes dividia os instrumentos em horologia, aparatos de física e química, aparatos de medicina e cirurgia, telegrafia, pesos e medidas e instrumentos matemáticos.

No Brasil, à semelhança da França, aparecem outros termos, como instrumentos de precisão e instrumentos de física. José Maria dos Reis, construtor de instrumentos no Brasil, faz menção no seu catálogo de 1865 à *instrumentos científicos*, subdividindo-os em categorias de instrumentos de ótica, instrumentos de precisão, instrumentos matemáticos, instrumentos de marinha, de física e máquinas.

No Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro- Almanak Laemmert (1844 – 1889) - dos anos de 1852 a 1866 encontramos referência à instrumentos de ótica, matemática, física, química e náuticos e ainda encontramos referência à instrumentos de terra e mar e agrimensura. Vale ressaltar que os dicionários de português do século dezenove não traziam o termo *instrumento científico* mas traziam a definição de instrumento e as subdivisões mencionadas acima: instrumento de física, instrumento de ótica e instrumento matemático.

Mas uma definição para *instrumento científico* foi dada por James Clerk Maxwell em 1876 no seu *General considerations concerning Scientific Apparatus* onde Maxwell definiu

que: “todo o objeto que se utiliza para fazer experimentos é um aparato e todo aparato construído especialmente para fazer experimentos é chamado instrumento científico”. Segundo esta definição um instrumento não é científico em si mas apenas deve ser entendido e denominado como científico se for construído e utilizado para observação ou experimentação.

Em outras palavras, o que o define como instrumento científico é o sua função, para que ele foi construído, em conjunto com seu uso. Outros instrumentos podem até terem o mesmo uso e serem similares, mas se utilizados para fins pedagógicos ou comerciais não são, segundo a definição de Maxwell, instrumentos científicos. Esta definição foi reafirmada nos Estados Unidos pela Academia Nacional de Ciências, que não faz distinção alguma, diga-se de passagem, entre instrumento científico ou filosófico, argumenta que “um instrumento é filosófico não em consequência de sua especial construção ou função mas os usos, que podem ser múltiplos, um instrumento por exemplo pode ter um uso filosófico e ser utilizado para fins comerciais ou industriais. Em 1871 o próprio Maxwell enfatizou a diferença entre “experimentos de ilustração” e “experimentos de pesquisa”.

No início do século vinte escolas técnicas e politécnicas, universidades e até alguns laboratórios industriais possuíam importantes coleções de instrumentos. Estes instrumentos, que começaram a ser incorporados às universidades, academias e laboratórios ainda no final do século dezoito, procedentes em sua maioria das oficinas da Inglaterra, França e Alemanha, desde o final do século dezoito, eram produzidos em oficinas especializadas e construtores especializados que possuíam a habilidade de restaurar e modificar os aparatos, e em alguns casos até construir instrumentos especiais e protótipos. A maioria destes objetos eram ainda versões melhoradas de instrumentos construídos nos séculos anteriores e materiais como latão, vidro e madeira ainda eram utilizados na confecção destes instrumentos. Na realidade até meados do século vinte a técnica de construção de instrumentos mudou pouco ou quase nada¹⁰, mas a medida que certos materiais como o cobre e suas ligas metálicas foram encarecendo começaram a serem introduzidos outros materiais como o alumínio e o aço e por último, o design dos instrumentos começou a ser modificado, e os últimos vestígios dos instrumentos de "Gabinete" foram eliminados por volta dos anos de 1930¹¹.

Historiografia dos objetos de ciência: os caminhos e limites

Este histórico se faz necessário uma vez que definir e diferenciar o objeto de estudo neste caso é primordial para o trabalho, uma vez que a história dos objetos de ciência, como o título

¹⁰HACKMANN, Willen. Instruments of Science. *Bulletin of the Scientific Instrument Society*. N.63,1999.

¹¹BRENNI, Paolo. Physics Instruments in the Twentieth century. In *Science in the twentieth century*. PESTRE Dominique et alli (ed.) Amsterdam: OPA Publications,1997. pp.741-43.

já demonstra, se insere no âmbito da cultura material, ou, melhor ainda, da cultura material da ciência. Obviamente “cultura material” refere-se a todo segmento do universo físico apropriado, como nos lembra Ulpiano de Meneses¹², porém, vou me ater somente ao objeto, mais especificamente o objeto de ciência, que trata-se de apenas um dos vários componentes da cultura material da ciência.

A renovação do ensino e da pesquisa em história que se iniciou com o movimento de Annales, capitaneado por Marc Bloch e Lucien Febvre, no final da década de 1920 e prolongou-se pelas décadas posteriores trouxe, dentre outras contribuições importantes, a introdução de novas fontes a serem utilizadas pela pesquisa histórica, sobretudo, com o movimento denominado nova História, nas décadas de 1960-70. Foi a Nova História que ampliou o conceito do termo documento, Jacques Le Goff¹³ destacou a necessidade de (...) *tomar a palavra documento no sentido mais amplo, do documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem ou de qualquer outra maneira*. Esta renovação também atingiu o domínio da história da ciência. Esta época, os anos de 1930, são também determinantes para uma mudança na abordagem tradicional do tema. Alguns autores, como Ludwik Fleck, Robert Merton e Alexandre Koiré, dentre outros, abriram caminho para uma nova visão sobre a ciência e os cientistas que veio a se consolidar também nos anos posteriores.

Na década de 1970 surgiu na Escócia um grupo auto-intitulado “Social Studies of Science” cujo objetivo era a crítica a visão internalista da ciência que ocupava-se apenas dos conteúdos cognitivos da própria ciência deixando os aspectos sociais de fora da análise. Já o historiador Simon Shapin e um grupo de filósofos, sociólogos e historiadores na década de 1980 propunham justamente uma terceira via: reunir os dois aspectos, fatores internos e externos, em uma mesma explicação.

E neste movimento novas fontes para o estudo da história do conhecimento científico foram propostas e uma delas foi justamente a utilização dos objetos de ciência como fonte para a história.

Um nome importante foi o de Derek de Solla Price que atacou firmemente o que ele chama de “ingênua insistência de que os instrumentos científicos são meras ferramentas de medição”, ingênua, pois, argumenta Price, este é um dos muitos mitos que foram propagados a partir da segunda metade do século dezenove acerca da natureza da ciência, e se os instrumentos realmente desempenharam um papel limitado no desenvolvimento científico porque tantos instrumentos foram desenvolvidos ao longo da história e porque havia construtores

¹²MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*. 1997.

¹³Le Goff, Jacques. Documento/Monumento. In *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 8 2007.

especializados para fazê-los.¹⁴

Antes dele Maurice Daumas por exemplo estudou os instrumentos científicos e seus construtores nos séculos dezessete e dezoito ainda na década de 1950, Henri Michel e seu *Scientific Instruments in Art and history* data de 1967 e Gerard Turner que desde a década de 1960 se dedicava a histórias dos instrumentos.

Porém, enquanto Daumas considerava a história dos instrumentos científicos como uma área distinta da história das ciências e Michel e seu “museu imaginário”, como ele próprio define, não se preocupa com isto se interessando em olhar o instrumento como obra de arte, Turner acreditava que historiadores da ciência poderia e deveriam dedicar-se ao estudo dos instrumentos e da prática científica.

E foi ao longo das décadas de 80 e 90 que um número cada vez maior de historiadores começou a atender o apelo de Turner. Um deles foi o historiador James(Jim) Bennett, pesquisador e diretor do Museu de História da Ciência de Oxford, estuda instrumentos matemáticos dos séculos quinze ao dezessete, propõe em seu artigo *The english quadrant in Europe* , de 1992, através da reconstrução dos contextos histórico, cultural, intelectual e econômico mostrar de que maneira um instrumento, um quadrante, naquele determinado momento histórico, dentro daquelas circunstâncias, ajudou a criar uma comunidade, que ele não chama de astronômica ou científica, mas de *working community*, e criar um consenso da prática astronômica na Europa no século dezoito.¹⁵

Albert Van Helden, professor de história da Universidade de Rice, cujo foco das pesquisas é Galileu Galilei, discute o conceito de instrumento científico moderno em seus trabalhos, Thomas Hankins, do departamento de História de Harvard, direciona seus trabalhos para a análise dos objetos anteriores a denominação *instrumentos*, dentre eles a lanterna mágica e o relógio de sol. Juntos, Helden e Hankins, editaram um número especial do periódico dedicado à história das ciências *Osiris* no ano de 1994 totalmente dedicado a historiografia dos instrumentos reunindo alguns dos principais estudiosos do assunto, dentre eles Jan Golinski, professor da Universidade de New Hampshire, e estudioso da química e seus instrumentos na Inglaterra do século dezoito e Deborah Jean Warner, historiadora do Instituto Smithsonian de Chicago que mostra, através dos instrumentos de magnetismo, como duas platéias distintas, filósofos naturais e matemáticos, usam de fato os mesmo instrumentos para propósitos semelhantes.

No Brasil desde meados da década de 1980 surgiram trabalhos que centravam a análise na

¹⁴Citado por TURNER, Anthony J. Interpreting the history of scientific instruments. In ANDERSON, R.G.W, BENNETT, J.A, RYAN, W.F(edit.) *Making Instruments Count. Essays on Historical Scientific Instruments preseted to Gerard L. Turner.* Vermont:Variorum, 1993.

¹⁵BENNETT J.A. The English Quadrant in Europe: Instruments and the Growth of Consensus in Practical Astronomy. *Journal of History of Astronomy.* Vol.23, Part 1, n.71, Feb., 1992.

temática das exposições nacionais e universais do século dezenove, e não especificamente na temática dos instrumentos e objetos de ciência. A exceção talvez seja o texto de Almir Pitta de 1986 que trata das oficinas de José Maria dos Reis e José Hermida Pazos, e analisa a importância dos instrumentos científicos construídos para uso do Imperial Observatório do Rio de Janeiro, bem como a apresentação dos mesmos em Exposições Nacionais e Internacionais e um panorama da trajetória dos responsáveis pela oficina¹⁶. A historiadora Alda Heizer desenvolve suas pesquisas na análise do lugar dos objetos de ciência do Brasil e da América Latina nas exposições universais, particularmente na Exposição Universal de 1889 em Paris¹⁷.

Segundo Heizer os instrumentos e máquinas expostos no pavilhão brasileiro nestas exposições ao retornarem para seus locais de origem não originavam coleções de museus-caso por exemplo do Science Museum de Londres que falaremos mais adiante- e sim ficavam sob a guarda de diferentes instituições e sem o tratamento adequado, caso este que se repetia na América Latina como um todo(ibid., idem.). Então, ressalta a pesquisadora, para se iniciar qualquer tipo de estudo sobre instrumentos científicos no Brasil deve se recorrer a documentação sobre as exposições da segunda metade do século dezenove. Em um dos capítulos de sua tese de doutorado, a pesquisadora fez a análise de um instrumento, o Alt-Azimut, construído pelo astrônomo e diretor do Observatório Nacional Emmanuel Liais escolhido para ser exposto na exposição de 89. Partindo da leitura proposta por Van Helden e Hankins de que um instrumento é definido a partir de duas coisas: para que ele foi construído e o seu uso, no caso do instrumento construído por Liais e exposto em 89 o objetivo era o de evidenciar um discurso, fornecer prova material de que o Império do Brasil era uma nação moderna e civilizada, e seu passado colonial e atrasado estava definitivamente enterrado. Através dos objetos, dos instrumentos científicos, o Brasil confirmava seu lugar junto aos países civilizados¹⁸

Entretanto, alguns cuidados devem ser tomados pelo historiador ao lidar com os objetos como fonte, na realidade, ao lidar com qualquer fonte, como o próprio Le Goff destacou, ao citar Michel Foucault, que *Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo*, ou por outra, o historiador deve estar atento que nenhum objeto “fala por si” pessoas atribuem aos objetos valores e significados, que, por sua vez, são contestados por pessoas ao longo do tempo. Ou nas palavras de

¹⁶HEIZER,Alda L. *Observar o Céu e medir a Terra : instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889*. Campinas, SP, 2005. 204p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. Pós-graduação em ensino de História e Ciências da Terra. p.15

¹⁷Idem.p.12

¹⁸HEIZER, Alda. Opus cit.

Ulpiano Menezes: *o historiador não faz o documento falar: é o historiador que fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala.*¹⁹

O que não significa que o historiador não deva explorar estas fontes, ao contrário, pois na realidade alguns objetos de ciência já estão intrinsicamente ligados ao nosso entendimento dos principais tópicos da história da ciência, como a importância do telescópio para a astronomia do século XVII, o espectroscópio para a astrofísica do século XIX, o acelerador de partícula e a física do século XX.

Porém, o estudo dos objetos de ciência pelo historiador, sobretudo no Brasil, ainda encontra certa resistência, uma vez que para estudá-los o historiador precisaria se voltar para um outro local de pesquisa- além dos arquivos e bibliotecas- o museu. Isto porque ao estudar os museus e suas coleções o pesquisador passa a ter acesso aos diferentes contextos das práticas científicas, uma vez que os museus refletem a ordem social e intelectual de seu tempo (BENNETT, 2005, p.603). Estudar a “vida” destes objetos torna-se então uma poderosa ferramenta para o entendimento de uma série de questões, como por exemplo: entender as suposições, ambições e crenças que um determinado museu personifica e de que maneira as mesmas mudam no decorrer do tempo. Ou utilizando as palavras de Simon Schaffer: para se entender o significado da ciência em um determinado lugar e tempo, basta entender as diferentes imagens adquiridas pela ciência, construídas ao longo do tempo, bem como as funções destas imagens e os locais onde foram forjadas

¹⁹MENESES, Ulpiano. Opus cit.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade

O sentido trágico da modernidade:
Burckhardt, teologia e história

Janaína Oliveira
janaoliveira@uol.com.br
Doutora/PUC-Rio

Orientador: Marcelo Gantus Jasmin (PUC-Rio/IUPERJ)

A sensação de crise, marcada pela consciência da finitude e da efemeridade dos fenômenos do mundo, que caracteriza o tempo moderno, também esteve presente na decisão de Jacob Burckhardt de dedicar-se à investigação histórica. O caminho para a história, entretanto, não foi percorrido sem sofrimento. Burckhardt viveu uma crise de fé e dela partiu sua principal motivação para a escolha da história como campo de atuação e reflexão. Entretanto, é preciso ressaltar que Burckhardt não buscava uma *solução* para a crise de seu tempo e sim um modo de compreendê-la e de sobreviver a ela.

Como muitos de seus contemporâneos, Burckhardt começou sua vida intelectual pelos estudos teológicos. No seu caso, contudo, além de um caminho comum aos jovens de então, a formação teológica significava também a continuação de uma tradição familiar. Os Burckhardt se estabeleceram na Basileia por volta de 1500, vindos na segunda onda imigratória despertada pelo novo papel que a cidade-estado ocupava na Confederação Suíça como centro urbano independente e comercial. Ao final do século XVII, a família já figurava entre as mais proeminentes do patriciado local: “entre 1655 e 1798 não houve um ano em que um dos dois *Bürgermeisters* da Basileia não fosse um Burckhardt ou o marido de uma Burckhardt.”¹ Também no mesmo período, integravam freqüentemente o quadro de professores da Universidade. Na época em que Burckhardt completara os estudos básicos e estava prestes a entrar na universidade, seu pai foi nomeado *Antistes*, o que significava que ele era tanto o principal ministro da mais importante Igreja da Basileia, como também o líder

¹ GOSSMAN, *Basel in the Age of Burckhardt* An Study on Unseasonable Ideas. Chicago/London : The University of Chicago Press, 2000., p.205.

do clero protestante da cidade-estado. Portanto, era esperado que o jovem Burckhardt seguisse os passos do pai e se tornasse um pastor a serviço de sua comunidade.

Entre 1838 e 1839, Burckhardt frequentou o curso de teologia na Universidade da Basiléia. Entretanto, ao assistir as aulas do teólogo e crítico da Bíblia W.M.L. Dewette, sua convicção religiosa, que já se distanciava da ortodoxia, sofreu um abalo de tal ordem que o levou à conclusão de que não era suficientemente crédulo para levar adiante a carreira teológica.² A perspectiva não tradicional da teologia ensinada por Dewette veio ao encontro de suas dúvidas. O teólogo foi um dos pioneiros no emprego do método de crítica histórica na avaliação dos textos bíblicos e, como muitos protestantes críticos, acreditava dar seqüência à obra da Reforma já que, ao empregar o tratamento histórico, estaria colaborando para a descoberta do âmago do verdadeiro Cristianismo. A postura crítica de Dewette acerca dos postulados teológicos tradicionais serviu de inspiração para que Burckhardt deixasse a teologia e se encaminhasse para a história. Em carta ao amigo Johannes Riggenschach, escrita em 28 de agosto de 1838, Burckhardt, então com 20 anos, comenta sua crise religiosa e a decisão de tornar-se um professor:

Se vou aceitar responsabilidades, quero; então suportá-las por mim mesmo, sozinho, não pelos outros. Aos meus olhos, o sistema de Dewette cresce em estatura a cada dia. Simplesmente há de segui-lo, não há alternativa; mas a cada dia uma parte de nossa tradicional Doutrina se desfaz sobre suas mãos. Hoje, finalmente, compreendi que ele vê o nascimento de Cristo como um mito – e isso eu também o faço. E estremei ao colidir com uma série de razões pelas quais isso quase *tinha* de ser assim. A divindade de Cristo consiste, é claro, em sua simples humanidade.³

Burckhardt vivia então o auge da crise de sua fé. O jovem estudante de teologia via-se então confuso: não tinha convicção acerca do caminho a seguir e, tampouco, sobre o que

² Sobre a obra de Dewette e sua relação com Burckhardt, ver Thomas HOWARD, *Religion in the rise of Historicism: W.M.L. Dewette, Jacob Burckhardt and the Theological Origins of Nineteenth-Century Historical Consciousness*. New York: Cambridge University Press, 2000.. Em 1810, Dewette tornou-se professor na Universidade de Berlim por indicação de Schleiermacher. Lá elaborou um programa que se opunha ao posicionamento de seu antigo mestre, acusando uma forte influência de matriz kantiana. Além disso, Dewette envolveu-se na disputa política sobre a ocupação da cátedra da filosofia deixada vaga por Fichte em 1814. O teólogo desejava trazer seu amigo, também kantiano, Jakob Friedrich Fries para Berlim, enfrentando a oposição de Schleiermacher que, por sua vez, temia o fortalecimento do kantismo em virtude de uma possível aliança entre Dewette e Fries. A vaga foi, finalmente, ocupada por Hegel que, junto, com Schleiermacher se tornaram os marca-passos, nas palavras de Howard, dos cânones filosófico e teológico, respectivamente. A permanência de Dewette em Berlim se tornou insustentável e, em 1819, ele foi demitido de sua função. Sobre Dewette diz Howard: “No século XIX, Dewette foi, de fato, um titã teológico e crítico-bíblico. Mesmo depois em 1910, a *Encyclopedia Britannica* mencionou que a ‘tendência a libertar a pesquisa crítica’ de Dewette e seu ‘espírito livre em direção à história’, o permitiu ‘ocupar (...) uma posição quase solitária entre os teólogos alemães’”. HOWARD, *op. cit.*, p.7-8 e também o cap.1.

³ Carta de 28 de agosto de 1839 a Johannes Riggenschach, in BURCKHARDT, *Briefe*. Max Burckhardt (ed.). Basel: Verlag Schibli-Doppler, 1964.pp. 21-24 (*Cartas*. Rio de Janeiro : Topbooks, 2003., pp.104-5). [Grifos do autor]

exatamente estava deixando para trás. Estava ciente do abandono da ortodoxia, mas não desejava se tornar totalmente cético. “Refugio-me na idéia de que uma vida simples, mortal, pode compensar o ceticismo de alguém e transformá-lo em pelagianismo,” afirmava. Portanto, por mais que não acreditasse na religião como revelação e, ainda, que Jesus Cristo para ele representasse uma espécie de mito,⁴ Burckhardt não havia rompido totalmente com a teologia, buscando como remédio “fixar firmemente os pensamentos na Providência.”⁵

Burckhardt experimentava então o conflito entre a formação no seio de uma família religiosa e a construção de suas próprias formulações para apreensão do mundo. Ele não desejava, a princípio, romper com a teologia, pois sabia que tal divergência acarretaria, como de fato aconteceu, um desentendimento com o pai. Por este motivo, Burckhardt aventava mesmo a possibilidade de encontrar um meio termo, algo como, por exemplo, uma colocação como professor em algum departamento de teologia no qual pudesse se esquivar dos dilemas que o afligiam. Acreditava ser possível permanecer no campo teológico e não ser incomodado pelos defensores da ortodoxia, caso se limitasse a realizar estudos sobre a Antigüidade e línguas, uma vez que já reconhecia sua inclinação para estas áreas. “Estou tentando deixar a porta aberta”, explicava Burckhardt a Riggerbach:

no momento, não posso encarar as ruínas de minhas convicções. Dewette está, com certeza, em guarda para não se envolver demasiadamente a fundo nas conclusões de seu argumento, e posso apenas seguir seu exemplo de não demolir meramente, mas também de reconstruir, apesar de que o resultado é menos tranquilizador do que aquilo que foi destruído. (...) Orar é ainda uma opção para mim, mas não há revelação, isso sei com certeza.⁶

Menos de um ano depois, Burckhardt já havia acertado sua ida para Berlim e se definido pela a história. A ajuda decisiva para a opção veio através do historiador Heinrich Schreiber, para quem ele havia realizado pesquisas no arquivo da Basílica. Foi Schreiber quem chamou atenção de Burckhardt para sua vocação como historiador, servindo-lhe, ao mesmo tempo, de exemplo, uma vez que ele próprio percorrera o caminho da teologia para a história. Assim, ao final de 1839, após a conclusão dos estudos teológicos e já com o devido consentimento de seu pai para tornar-se professor de história, transfere-se para Berlim, centro da vida acadêmica alemã, e lugar por excelência da história. De lá, Burckhardt manteria o contato com Schreiber, contando-lhe suas impressões sobre os novos professores, sobre a

⁴ Anos mais tarde, Burckhardt confessaria que Cristo permaneceria como uma referência fundamental em sua vida, não pelo seu papel religioso na Trindade, mas como exemplo histórico, “a mais bela figura histórica”, diria o historiador.

⁵ Carta de 28 de agosto de 1838 a Johannes Riggerbach, in Jacob BURCKHARDT, *Briefe*, pp. 21-24 (Jacob BURCKHARDT, *Cartas*, pp.104-5)

⁶ *Ibid.*.

história e também acerca dos rumos que a pesquisa acadêmica tomava em sua nova vida. Logo após o início das aulas, ele escreveu a Schreiber:

Se a alguém neste mundo devo prestar contas de minha vida, esse alguém é você. (...) Meus olhos arregalaram-se de espanto com as primeiras palestras que ouvi de Ranke, Droysen e Böckh. Percebi que se me havia passado a mesma coisa que sucedeu ao Cavaleiro em *Dom Quixote*: eu amara rumores de minha ciência e, de repente lá estava ela diante de mim em proporções gigantescas – e tive de baixar meus olhos. Agora estou real e firmemente determinado a devotar minha vida a ela.⁷

Burckhardt havia compreendido que a religião não era mais capaz de fornecer a fundamentação necessária para a vida dos homens na modernidade. Ao olhar retroativamente para a época em que rompera com os dogmas do protestantismo ortodoxo, ele não só afirma a ausência de significação pessoal que a Igreja adquiriu, como também considera sua experiência particular uma conseqüência do momento de dissolução enfrentado pela Igreja, em referência ao processo de secularização.⁸ O Cristianismo já tinha passado por seu apogeu e, no século XIX, poderia ser considerado unicamente em sua relevância histórica. “Que o Cristianismo tem atrás de si suas grandes eras é tão evidente quanto o fato que dois e dois são quatro; de forma que seus conteúdos serão ensinados pela história ao longo de seu curso,” escreveu Burckhardt a Gottfried Kinkel.⁹ Esta, segundo Burckhardt, constituía não apenas uma opinião pessoal, mas também aquela que era comum aos demais *virii eruditissimi*¹⁰ que não tinham coragem de assumir publicamente. O Cristianismo havia, portanto, entrado no “domínio de períodos puramente humanos na história.” Absorvida no processo de secularização, a religião cristã não possuía mais recursos objetivos para servir de guia para as ações dos homens. Burckhardt considerava vão o esforço empreendido por aqueles que desejavam promover a restauração do poder eclesiástico. Para ele estava clara a separação

⁷ Carta de 15 de Janeiro de 1840. Ibid., p.42 (*Cartas*, pp.124-5)

⁸ Diz Burckhardt em carta de 14 de janeiro de 1844 a Willibald Beyschlag: “Eu rompi com a Igreja para sempre, por motivos demais pessoais, uma vez que, literalmente, não consigo encontrar sentido nela. Minha vida moral, *sit venia verbo* [com o perdão da palavra], segue em frente sem a ajuda da Igreja, e recua sem o agulhão da consciência eclesiástica. A Igreja perdeu todo poder sobre mim, assim como sobre muitos outros, o que, *num período de dissolução seria mais que do que esperado.*” In BURCKHARDT, *Briefe*, pp.113-4 (*Cartas*, p.186). [Grifos nossos]

⁹ No verão de 1841, Burckhardt foi para Bonn, para cursar as aulas de Direito Canônico com Ferdinand Wolner e também por conta das visitas que desejava que fazer a catedral de Colônia para escrever um ensaio para o seminário de Ranke. Lá conheceu Kinkel, teólogo de posicionamento declaradamente anti-prussiano e que, nas palavras de Alexander Dru, se tornaria “o centro do novo universo de Burckhardt” nesta época de sua vida. Burckhardt estabeleceu um laço de amizade estreito com ele e sua esposa, Joahanna Matthieux, com quem também viria a se corresponder. Burckhardt retornou a Bonn em 1844 para ser padrinho de casamento dos dois. Através deles, o historiador conheceria também outra figura que se lhe tornaria cara: Bettina von Armin, sua “benfeitora” em Berlim, e cuja convivência lhe proporcionara momentos de uma vida cultural mais intensa.

¹⁰ Modo pelo qual Burckhardt chamava, não sem ironia, os membros da academia.

entre Igreja e religião: a primeira permaneceria presente em suas reflexões como um dos elementos – potências, como ele mesmo diria¹¹ – importantes para a consideração histórica; enquanto a segunda, relacionava-se com a instância da fé, algo que ele julgava não mais possuir. Entretanto, ainda que afirmasse ter perdido a fé, alguns aspectos de sua formação religiosa permaneceriam com o historiador ao longo de sua vida, influenciando, inclusive, sua relação com a história.

É neste sentido que Thomas Howard interpreta a opção de Burckhardt pela história. Para o autor, tal opção representa uma tentativa de preenchimento do lugar deixado vago pela religião, configurando mesmo algo como uma resposta a uma segunda vocação, quase no sentido de um segundo chamamento. De tal modo que Burckhardt teria dirigido suas incertezas para “uma preocupação intensa com a história esperando encontrar soluções para o problema da individualidade, da vocação e do significado [dos acontecimentos], que anteriormente foram tornados incertos pela teologia crítica de Dewette”, argumenta Howard. Chamando também a atenção para o fato de Burckhardt, no início da década de 1840, ter afirmado que a história constituía uma *cura*, um *remédio* não só para o ceticismo como também para o fatalismo que permeavam sua compreensão do mundo. A palavra *Heilmittel*, que pode significar remédio ou cura, é um termo que, decomposto, pode ser interpretado também como meio (*mittel*) para a salvação (*Heil*), o que possibilita a Howard sugerir uma ligação entre a opção pela história e uma busca pela salvação. Howard acrescenta, inclusive, que Burckhardt, apesar de ter seguido adiante após a crise religiosa, manteve em suas cartas da época um tom de tristeza, denotando a desconforto decorrente da ausência da certeza da fé. Isto porque “embora convencido pelos resultados negativos da teologia moderna e do criticismo bíblico, Burckhardt nunca celebrou a crítica do Cristianismo tradicional. Ele julgava que o fim do Cristianismo levaria a uma enorme sensação de perda espiritual.” Daí, afirma Howard, o motivo pelo qual podemos perceber “um forte elemento nostálgico em suas reflexões iniciais; imagens de ruínas e reconstruções ocorrem periodicamente como um meio de expressar seu estado espiritual.”¹² Tal como confessava Burckhardt ao amigo Von Tschudi logo nos primeiros tempos berlinenses: “Eis-me aqui, revolvendo as ruínas de minha antiga

¹¹ BURCKHARDT, “Von den drei Potenzen”, in *Weltgeschichtliche Betrachtungen. Über geschichtliches Studium. Vollständige Ausgabe mit e. Nachwort von Werner Kaegi*. Bern: Hallwag, 1947. pp.74-247.(BURCKHARDT, *Reflexiones sobre la Historia Universal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, pp.70-210).

¹² Thomas HOWARD, *op. cit.*, pp.142-3.

maneira de ver a vida, tentando descobrir o que ainda há de útil nas velhas fundações. (...) Abismo após abismo abrem-se a meus pés.”¹³

Mas não é exatamente neste sentido que aqui interessa ressaltar esta fase da vida de Burckhardt. Na verdade, do período em que a teologia esteve presente em suas considerações, seja ainda como estudante na Basiléia, seja como iniciante nos estudos históricos, Burckhardt manteve algumas convicções que resultaram em posicionamentos que lhe acompanhariam ao longo de sua vida, influenciando, inclusive, alguns aspectos de sua concepção de história. Faz-se necessário salientar, contudo, que o papel da teologia na formação de Burckhardt não é considerado nas análises sobre sua historiografia com muita constância. Não raras vezes, a relevância da formação teológica é ofuscada pela fase que Burckhardt esteve em Berlim, sendo assim considerada somente como uma etapa de transição para a história, sem levar em conta o que dela permaneceu como influência para o futuro historiador. Isso provavelmente sucede em virtude do período de sua formação *stricto sensu* como historiador ter sido povoado pela presença de figuras de renome no meio acadêmico da época, tais como Gustav Droysen, Franz Kugler, Jacob Grimm, além de Leopold von Ranke, é claro. O contato com esses e outros pensadores, somado à empolgação com que o próprio Burckhardt mencionava sua estadia em Berlim – em alguns momentos ele se referiria a ela como uma época gloriosa em sua vida – acabaram obscurecendo a influência exercida pela teologia sobre o pensamento histórico de Burckhardt.¹⁴

Porém, a leitura do trabalho de Thomas Howard sugere uma reavaliação da importância da herança teológica. Nesse sentido, interessa-nos chamar atenção sobre os seguintes aspectos: em primeiro lugar, para o fato de Burckhardt ter forjado o modelo para a postura que tomaria ao longo de sua vida a partir de sua compreensão e afirmação de Cristo enquanto figura histórica. Acreditamos que aqui reside uma das chaves para sua atitude de resignação diante dos eventos. Em algumas cartas para sua irmã Louise podemos entrever a fonte de inspiração do historiador. Diz Burckhardt:

¹³ BURCKHARDT, *Briefe*, pp.40-1 (*Cartas*, p.123).

¹⁴ Mesmo na investigação anterior sobre a historiografia da cultura de Burckhardt, realizada durante o mestrado, também consideramos este período como fase de transição da qual o único resultado era uma negação veemente da questão religiosa, não levando em conta a contribuição teológica para a postura de Burckhardt diante da história. Um exemplo disto pode ser visto na compreensão da afirmação feita por Alexander Dru na Introdução para a seleção de cartas que fez para língua inglesa, quando afirmou que “o trabalho de Burckhardt demorou a amadurecer, demorou para aparecer e demorou ao ser entendido” (Cf. *Burckhardt*, *Cartas*, p. 51). A afirmação de Dru foi tomada como uma confirmação do reconhecimento tardio da obra do historiador, o que significava optar pela compreensão da obra de Burckhardt a partir de sua relação com o cânone historiográfico vigente, assinalado pela figura de Ranke. No presente estudo, entretanto, desejamos não só admitir, como aprofundar a importância da teologia, ampliando o raio de compreensão da formação da história de Burckhardt. Ver Janaína OLIVEIRA, *A História da Cultura como Crítica à Modernidade: Jacob Burckhardt e a Historiografia do século XIX*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura. Rio de Janeiro: PUC, 2001.

Querida Louise, ouça o que tenho a dizer com toda sinceridade. Ao que tudo indica, um dia viveremos juntos. Devemos cuidar para que a amizade sincera e as bênçãos de uma cultura profunda adocem nossas vidas. O homem pode significar muito para si próprio, e quanto mais ele significa para si, mais para os outros. (...) Vamos, então, construir um novo edifício de nossos sonhos despedaçados e destroços de todo tipo.

(...) o homem significa pouco ou nada para si mesmo se ele não é para os outros. Vamos, querida Louise, viver para os outros, e para o outro, em primeiro lugar, e então a resignação virá com facilidade. A soma dos ensinamentos de Cristo é certamente a lei do amor e do sacrifício pelos outros. Vejo diante de mim um indefinido período de ensinamento: que meu princípio guia possa permanecer para sempre o mesmo!¹⁵

A resignação de Burckhardt, portanto, não tem como origem o pessimismo ou algum tipo de niilismo relacionado a seu próprio tempo, como argumenta Hayden White, por exemplo, no capítulo dedicado ao historiador da cultura em *Meta-História*. Para White, por conta de seu pessimismo Burckhardt teria preferido “fugir do mundo em vez de enfrentá-lo e atuar nele para salvar aquelas coisas que mais prezava nele.”¹⁶ Pensamos de forma diferente: foi por amor ao próximo, e, por extensão, à cultura que prezava, que Burckhardt comportou-se resignadamente. Da resignação do período de juventude, surgiria a “resistência serena”¹⁷ com que buscou combater a instabilidade que marcava a vida moderna. Afirmaria Burckhardt, anos mais tarde, em suas aulas sobre a Era da Revolução:

Nós temos antes um pedido ao destino: um pedido por um sentimento de dever para o que se encontra diante de nós a cada vez, [de] submissão ao inevitável e, quando um grande problema da existência nos confrontar, [termos] uma constatação clara, sem ambigüidade, disto; finalmente, um pedido por tantos raios de sol quanto necessários na vida de um indivíduo para mantê-lo alerta para realização de seu dever e na consideração do mundo.¹⁸

Nesta perspectiva, compreende-se melhor, por exemplo, o consolo e a inspiração encontrados por Burckhardt na figura de São Severino. O historiador, ao longo de sua vida, remeteu-se algumas vezes à figura serena e perseverante deste abade para expressar como se sentia no contexto de sua época. “Se você quer ler algo consolador”, aconselhou o historiador a um amigo, “dê uma olhada na Vida de São Severino em Pez. Lá você verá um homem que resistiu em meio do colapso de tudo”¹⁹. Isto porque São Severino, no final do século V d.C.,

¹⁵ Carta de 16 de julho de 1840 a Louise Burckhardt, in BURCKHARDT, *Briefe*, pp.53-55 (*Cartas*, pp.133-5)

¹⁶ Hayden WHITE, *Meta-História*, A Imaginação Histórica do Século XIX. São Paulo:EdUSP, 1995.p.274.

¹⁷ Cf. Lionel GOSSMAN, *Basel in the Age of Burckhardt*, p.204 e ss.

¹⁸ BURCKHARDT, *Historiche Fragmente*, Aus dem Nachlass Gesammelt von Emil Dürr. Neudruck mit einem Vorwort von Werner Kaegi. Basel : BennoSchwabe& Co. Verlag, 1949,p.211 (BURCKHARDT, *Judgements on History and Historians*. Introduction by H. R. Trevor-Hoper. Boston: Beacon Press, 1958. p.236)

¹⁹ Carta de 4 de março de 1856, a Heusler-Rhyner, apud Lionel GOSSMAN, *Basel in the Age of Burckhardt*, p.231.

enquanto o Império Romano vivia seus derradeiros momentos, seguia fundando monastérios ao longo do vale entres os rios Inn e Danúbio. Diante da onda crescente das invasões bárbaras, aumentava no religioso a percepção de que o momento representava o início de uma nova fase na história. Para São Severino, fazia-se necessário assegurar que algo do mundo a que pertencia fosse transmitido para as gerações vindouras. Do mesmo modo que o abade, Burckhardt julgava viver em uma época “do colapso de tudo,” e, como veremos adiante, em razão disto optou por dedicar-se à história da cultura e também à história da arte como forma de lutar para que algo da cultura a que pertencia continuasse existindo no mundo. Por ora, entretanto, basta que reter a idéia de que a resignação de Burckhardt tem origem na compreensão formada à época que estudava teologia e não simplesmente no pessimismo diante de seu tempo.

Aliás, o pessimismo tantas vezes enfatizado nas descrições sobre Burckhardt também pode ter fundamentação neste mesmo período, e este constitui o outro ponto que gostaríamos de destacar aqui. Burckhardt de fato era pessimista em relação ao seu tempo: progresso, industrialização, centralização política, e tudo quanto caracterizava o mundo moderno, não constituíam, sob seu ponto de vista, sinais de um momento positivo na história do homem. Ao contrário: representavam ameaças à cultura e, desse modo, a tudo que Burckhardt julgava valioso e digno de preservação. De uma forma geral, atribui-se a perspectiva pessimista de Burckhardt à influência que a obra do filósofo Arthur Schopenhauer teria exercido sobre seu pensamento. A admiração é, de fato, notória: em algumas de suas cartas, o historiador se refere a ele como “o filósofo.” A este respeito White argumenta que Burckhardt – “esse pessimista schopenhauriano que via a história como exercício egoísta”²⁰ – teria encontrado na filosofia de Schopenhauer o respaldo para sua atitude, tal é o modo como White compreende a resignação de Burckhardt, repetimos. Isto porque a visão de mundo do filósofo, afirma White, “ajustava-se perfeitamente às necessidades daqueles segmentos da sociedade que queriam ignorar por completo as questões sociais.”²¹

Do mesmo modo que divergimos da opinião de White sobre a fonte da resignação burckhardtiana, discordamos também de sua interpretação sobre o pessimismo de Burckhardt. A busca de refúgio na arte renascentista e na Antigüidade empreendida pelo historiador contrastava com a insistência no exercício de seu ofício como professor. Burckhardt acreditava que esse era o papel que deveria desempenhar na sociedade, em defesa da preservação da cultura, convicção que contraria, portanto, a afirmação de sua ignorância

²⁰ Hayden WHITE, *op. cit.*, p.254.

²¹ *Ibid.*

acerca das questões sociais. Tanto ele estava a par dos acontecimentos de seu tempo, que em virtude deles, elegeu o magistério, formal e informal, como modo de atuação.

Acreditamos, desse modo, que White compreende mal a postura de Burckhardt com respeito a sua contemporaneidade, e relaciona seu pessimismo estritamente à filosofia de Schopenhauer. Corrobora com esta afirmação o fato da menção ao filósofo não surgir na correspondência de Burckhardt antes de 1870. Considere-se ainda que o historiador já teria assumido o pessimismo como um traço de sua personalidade muito antes disto, como chama atenção Howard. Estes motivos bastam para julgar equivocada a asseveração de que a fonte do pessimismo do historiador foi a filosofia schopenhauriana. Segundo Howard, Burckhardt teria encontrado em Schopenhauer muito mais uma afinidade espiritual, do que uma profunda influência. Ao pessimismo de Burckhardt é possível atribuir outra proveniência, com base em sua formação protestante. Portanto, afirma Howard,

Enraizado na tradição conservadora e religiosa da Basileia, o pessimismo de Burckhardt tinha, de fato, um *pedigree* profundamente cristão – e explicitamente cristão pré-moderno. Ele pode ser descrito como uma continuação secularizada da idéia do pecado original, um vínculo permanente com o mundo ortodoxo de seu pai. Burckhardt não expressa a base ontológica dessa idéia – a culpa humana e a consciência do pecado – mas sim suas conseqüências sociais – a noção (...) [de] que todo pensamento e ação humanos provém de ‘uma natureza herdada, negra e danificada que distorceu e perverteu suas vontades e desejos.’²²

Da compreensão secularizada do pecado original deriva a percepção negativa que Burckhardt tem do poder: por conta de sua natureza, os homens tendem sempre a abusar do poder. Anos mais tarde, na série de conferências *Das Três Potências*, Burckhardt declararia na apresentação do Estado: “O que a história nos ensina – basta pensar em Luís XIV, em Napoleão e em todos os governos do povo – que *o poder em si é maligno*.”²³ Howard tributa, ainda, a este “*pedigree* profundamente cristão” do pessimismo do historiador o seu “realismo antropológico e [sua] modéstia intelectual”, característica que o distinguiria entre seus contemporâneos.

Como se pode perceber, a importância da teologia na formação de Burckhardt não foi pequena. Traços marcantes de sua postura foram em certa medida originados nesta fase de sua vida. Ao termos em mente que o processo de consolidação da maturidade intelectual de Burckhardt foi relativamente lento, torna-se claro que tais traços foram tomando forma e se acentuando ao longo do tempo. Mas, repetimos, eles têm em sua origem uma relação estreita

²² HOWARD, *op. cit.*, p.158.

²³ “*dass die Macht an sich böse ist*”, in BURCKHARDT, *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, p.83 (*Reflexiones sobre la Historia Universal*, p.78)

com a influência da teologia no seu pensamento. Resignação, pessimismo e crítica são sem dúvidas características presentes na vida de Burckhardt até o fim.

Lionel Gossman usa como epígrafe da parte de seu livro em que trata da obra de Burckhardt, uma descrição que Carl Spitteler, poeta, romancista e ensaísta, faz do historiador. Spitteler, ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1919, estudou na Universidade da Basileia e não só foi aluno de Burckhardt como o visitava com frequência em seu modesto apartamento. Sua descrição reforça a imagem de Burckhardt que tentamos esboçar até agora. Diz Spitteler:

O dito que eu mais ouvia de seus lábios era: “O mundo é totalmente mau.” Cada vez que ele o proferia, era com a mais profunda, íntima convicção; de vez em quando ele o diria repetidamente, ou sem nenhuma razão em particular, sempre com um suspiro profundo, pio (...) Ele rejeitava o conceito de um Deus pessoal. Uma vez eu o ouvi exclamar asperamente, com um encolhimento de ombros: “A idéia de Deus?! Quando um animal devora o outro?!” Entretanto, ele não dizia isto despreocupadamente, mas sim à força de uma convicção séria e melancólica (...) O filho do pastor principal da cidade da Basileia estava tão distante da cristandade que ele apenas poderia apreciá-la histórica e antropológicamente. Naturalmente, daquele ponto de vista, o cristão mais atraente é o mais autêntico e descompromissado (...) No topo da lista daqueles que Burckhardt sentia simpatia estavam monges e ascetas, os únicos que ele aceitava como cristãos puros. (...) Um dia ele me deu uma incumbência na forma de autorização: “Espalhe, sem qualquer hesitação, diga sem medo, conte em seu círculo de estudantes, que eu não acredito em nada. Não me importa que as pessoas saibam disto. Estou bastante feliz pelos jovens que sabem disto.”(...) Quando se pensa em um livre-pensador, comumente se imagina uma pessoa cética e frívola. Burckhardt era com certeza cético, ao menos em algumas de suas formas de expressão (...). Por outro lado, ele era o oposto de frívolo. Ele foi um dos pensadores mais sérios que eu conheci em minha vida. Quem quer que tenha ouvido uma única de suas palestras sabe o que quero dizer. Tenho em mente a seriedade cósmica que pulsava ao longo de suas palestras e as alçava a uma forma de devoção cerimonial (...) Conversas privadas com ele reforçavam aquela impressão de seriedade, apesar de todo o humor que ele expressava em palavras e gestos. Era possível mesmo detectar no espírito de Burckhardt um traço que normalmente se encontra somente em conexão com a religião: ele era *mistérico*. Mesmo se não acreditasse em uma Providência guia, ele ainda acreditava nos impulsos misteriosos por trás [e] em direção a um objetivo de algum tipo (...) Como ele pode ter concebido este impulso misterioso na ausência de um Deus, ninguém senão ele poderia saber, é claro, e, muito provavelmente, nem ele mesmo soubesse.²⁴

²⁴ Carl SPITTELER, “Jacob Burckhardt und der Student”, apud Lionel GOSSMAN, *Basel in the Age of Burckhardt*, p. 201. Spittler usa o termo alemão *mystersich*, que Gossman traduziu por *mysterical* e aqui nós traduzimos por *mistérico*. Sobre o termo diz Gossman em nota: “é uma invenção de Spitteler; provavelmente ele queria dizer com ele: ‘pronto a aceitar um certo mistério das coisas, embora não em um sentido cristão.’” *Ibid.*, p.510.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O progresso na poética da música caipira.

Jaqueline Souza Gutemberg*

O Brasil a partir dos anos de 1940, ecoa de maneira impulsiva a industrialização nos principais centros urbanos tais como Rio de Janeiro e São Paulo. Esse era um elemento norteador de um projeto de sociedade que visava instaurar a modernização de acordo com os interesses das elites.

Nesse sentido, a maneira pela qual se desencadeou o desenvolvimento desse projeto além de alterar o cotidiano da população levava a divergência principalmente porque se contrastava os valores a serem assimilados com os costumes arraigados no viver dos diferentes sujeitos sociais cuja industrialização era um forte atrativo no deslocamento de tais sujeitos de suas regiões de origem.

Nessa dimensão, as mudanças oriundas desse processo assumem características que se entrecruzam no movimento que trazendo consigo valores que divergem o novo e o velho mundo, e que segundo Walter Benjamim ao refletir sobre o processo de modernização no século XIX nos sugere que:

O século XIX não soube corresponder às novas possibilidades técnicas com uma nova ordem social. Assim se impuseram as mediações falaciosas entre o velho e o novo, que eram o termo de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias é – com uma palavra – chave encontrada por Baudelaire – a modernidade.¹

As reflexões desse autor nos ajudam a pensar a realidade brasileira na medida em que a experiência do progresso a partir dos anos de 1940 implica o estabelecimento de uma nova linguagem que condiciona uma dose de estranhamento mesclada com o vislumbrar de um mundo até então conhecido por “ditos populares”. A proposta

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

¹ BENJAMIM, Walter. “Paris, Capitale du XIXe siècle” (1939), a partir da versão alemã da tradução, citado por BOLLE, Willi. Fisiognomia da Metrópole Moderna: A representação da história em Walter Benjamim. São paulo: Edusp, 2000, p.24.

desenvolvimentista se depara com a incompatibilidade entre o ideal e a realidade. Todavia os espaços que então se formando objetiva a negação do passado e, sobretudo a ruptura dos valores tradicionais. Sendo assim, a parcela da sociedade organizado no meio rural, a se ver inserida na realidade dos grandes centros urbanos expressam um sentimento de não – pertencer, uma vez que seus códigos de reconhecimento e inclusão se baseiam nos costumes da vida rural. Se de um lado alguns sujeitos expressam uma não – identificação com as novas maneiras de vida baseia na organização urbana, de outro se observa por muitos daqueles que se deslocaram do campo para a cidade, um esforço de se incluírem nessa nova organização social. É valido ressaltar que, o advento do progresso corroborou com o rompimento de certos hábitos e costumes da população, sobretudo daqueles que viram seu mundo ruir frente às propostas da modernidade.

Dessa forma, a modernização do país como melhoramento e cotação positiva estabelece um confronto entre velho e novo antigo e moderno refletindo nas relações sociais de modo a ver como atraso certas costumes da cultura caipira² e até mesmo como entraves ao desenvolvimento das propostas da modernidade pelas elites.

A sensibilidade, o fascínio permite uma (re)organização física e social dos espaços e uma aceitação e mesmo valorização de proposta de modernidade. Assim, as discordâncias que se imbricam paulatinamente na exclusão de alguns sujeitos muita das vezes se movimentam em defesa dos antigos modos de viver que lhes são caros. Aqueles que por motivos diversos migram para os centros urbanos e percebem o contraste de mundos tão antagônicos, trabalham com desígnio de fazer a vida e assim poder voltar às suas origens. O estranhamento de tais sujeitos permite-nos analisar como foi se estigmatizando a imagem do caipira vinculada à construção do imaginário social do brasileiro apresentado na obra de Monteiro Lobato³:

CABOCLO, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável a civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silêncio, com o seu cachorro, seu pilão, a picapau. (espingarda de carrear pela boca) e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.⁴

² MARTINS, José de Souza, 1938 – Musica Sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados. In: **Capitalismo e Tradicionalismo**; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

³ LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”. In: **Urupês**. 37 edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴ *Ibidem*, p.141

O autor referido acima nos permite entender como a estilização do caipira aguça as dicotomias entre campo e cidade colaborando com a justificação da proposta progressista no país. Nesse sentido, em meio a uma sociedade em transformação, cuja modernidade se expressa por meio de ruas arborizadas, avenidas e prédios, o campo é cantarolado de maneira negativa assumido o lugar do atraso.

Nessa dimensão, Wolney Honório Filho nos aponta como a figura do caipira⁵ é forjada e nos mesmos parâmetros atribui a zona rural. Para ele, o estilo do caipira assume as seguintes características:

O caipira, enquanto representação do trabalhador rural foi fortemente associado a homem preguiçoso, vadio, beberão e idiota. A imagem de Jeca, apesar da tentativa sanitária de Lobato, colocou muito mais facilmente à figurado do preguiçoso do que a do trabalhador virtuoso. Isto, de uma forma ou de outra, marcou presença no interior da música rural. Porém, mais do que isto, criou maneiras de ver o sertão, com altos poderes de convencimento⁶.

Contudo, ressaltamos que esses espaços constituem uma relação unívoca, a qual permite perceber os sujeitos sociais em movimento numa sociedade em transformação e que é nessa relação que os mesmos incorporam novos valores, preservam outros na luta pela sobrevivência.

O foco desse trabalho centra na sensibilidade do caipira frente ao mundo em transformação. Dessa forma, seus descontentamentos foram trabalhados por vários da música caipira como forma de compreender a nova realidade instituída. Assim, a música caipira revela um importante instrumento de expressão das queixas dos que não se reconheciam dentro da nova racionalidade social.

Algumas composições desse período não colocam a música apenas como arte pela arte, mas assume papel expressivo de resistências às práticas que se instauram com o progresso. É no entendimento dessa realidade e parte dela que compositores como José Fortuna expressa o sentimento do sertanejo. Como homem de seu tempo José Fortuna, reconhecido nacionalmente como um dos maiores compositores e versionista da música caipira, aborda em muitas de suas composições a temática do progresso.

Nesse véis a temática aparece de forma tácita em suas obras tomando lugar e

⁵ HONÓRIO FILHO, Wolney. **O sertão nos embalos da música rural 1929 – 1950**. 1992. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) Pontícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

⁶ Ibidem. p.57

modificando os hábitos dos sertanejos. Observa-se que na maioria das letras existe um engajamento do homem campo com a natureza, um relacionamento direto que completa a vida do caipira. Vários estudiosos da música caipira escreveram sobre Zé fortuna entre eles Romildo Sant'anna⁷ que assim descreve:

Zé Fortuna compôs acima de duas mil composições, sozinho ou em parceira. Assina duas dezenas de peças teatrais, geralmente encenadas em circos-teatros. Vieira, da dupla Vieira e Vieirinha, relatou que escrevera inúmeras outras peças e as vendia, ou para o repertório de companhias circenses ou especialmente para as duplas caipiras, sob encomenda. Com uma produção sensível, técnica e comovente, era escritor, na acepção da palavra, inda que as academias o ignorem.

Nascido em 1943, na cidade de Itápolis –SP, José Fortuna desde criança já mostrava dos artísticos quando ao trabalhar com seu pai na roça escrevia alguns versos no chão com um pedaço de madeira. Assim se iniciava um vínculo com a música que estaria longe de terminar. Em 19487 formou uma dupla com seu irmão Euclides Fortuna a dupla Zé Fortuna e Pitangueira. Foram para São Paulo em 1948 em função da carreira artística. No ano seguinte cantavam na rádio Record e em 1950 a dupla deu início à uma carreira de sucesso que se destacava por belas composições dos irmãos e principalmente de Zé Fortuna cujas letras são caracterizadas por um alto nível poético. Assim, varias composições da dupla foram gravadas por famosos interpretes da época como Cascatinha e Inhana, Vieira e Vieirinha e outros.

As composições de Zé Fortuna trazem em sua poética uma valorização da natureza e principalmente uma correlação desta com a própria vida do poeta. Wolney Honório Filho descreve esta abordagem da música caipira:

“Esta noção de música caipira não só procurava identificá-la com um mundo caipira-rural isolado, longe das luzes da cidade, como também idealizava-o. Na verdade origina-se dele.⁸

De forma semelhante a essa idéia Zé Fortuna em varias de suas composições aborda essa valorização do mundo natural. Assim escreve em Folha Seca⁹:

⁷ SANT'ANNA, Romildo. **Zé Fortuna e guarânias em brasileiro**. Disponível em: <<http://www.triplov.com/romildo/2006/Ze-Fortuna.html>>. Acesso em: 02 out. 2006.

⁸ FILHO, Wolney Honório. Op. p. 24.

⁹ Disponível no disco Zé Fortuna e Pitangueira 20 anos de saudade. Gravadora: Atração. 2005. Disponível em: <<http://zé-fortuna-e-pitangueira.letras.terra.com.br/>> Acesso em 15 mar.2007

A folha seca cai na mata verdejante
 Que o vento leva distante
 Do ramo que ela nasceu
 O meu destino é igual a foia seca
 Por também me ver distante
 De um amor que já foi meu

A foia seca do ramo cai
 O vento leva, num vorta mais
 E corguinho corre, corre sem parar
 Vai carregando a foia seca para o mar
 Enquanto eu choro, suspiro em vão
 Como uma foia na solidão
 Enquanto aquela que eu amava num vortá
 Esses meus oios não se cansa de chorar

O meu destino é viver abandonado,
 Foi tão triste o meu passado,
 Cheio de desilusão
 Por isso hoje tudo no mundo é tristeza,
 Eu pertença a natureza como a foia do sertão.

A musica caipira revela uma percepção de mundo por aqueles que se sentiram prejudicados com as mudanças empreendidas. Sendo um instrumento que estabelece um diálogo entre diferentes sujeitos no compartilhamento da mesma realidade, a música caipira “mais rítmica do que melódica e de longa duração¹⁰” permite uma maior sociabilidade dos problemas enfrentados no desligamento do meio natural¹¹ e entendimento das múltiplas faces do processo de desenvolvimento assumido pelo país.

Dessa forma, o caipira diferentemente do Jaca-tatu de Monteiro Lobato, analisa as mudanças oriundas do projeto desenvolvimentista e conscientemente percebe qual é seu papel nas novas tendências sociais. O saudosismo é por isso grande característica desse gênero como expressão de um sentimento do povo do campo na cidade, das rupturas com seu modo de vida e de trabalho. Zé Fortuna em parceria com César escreve essa maneira de ver tais mudanças na música Expresso Boiadeiro¹²:

Pela estrada vou rodando
 e cantando essa canção
 conduzindo a boiada, vou rompendo de caminhão
 Mas comigo fica sempre
 machucando o coração

¹⁰ Cf. CALDAS, Waldenir. **O que é música sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987

¹¹ CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio bonito**. 5ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979. p.179.

¹² Disponível no disco: Zé Fortuna e Pitangueira lançamento 2003. Gravadora: Interced Records.

a saudade do berrante
ecoando pelo sertão

Adeus minha mula baia, adeus
Adeus meu alazão
Adeus tempo que passou, adeus
Adeus poeira do chão
Adeus minha peonada, adeus
Adeus tempo passado
No Expresso boiadeiro eu, sozinho levo meu gado...

Zé Fortuna em parceria ou sozinho escreveu cerca de duas mil canções entre valsas e rasquiados inovando também com as guarânias paraguaias através de versões como “Índia” (Jose Assuncion Flores – Ortiz Guerrero), popularizando este gênero no país. Em 1960 recebeu um prêmio de Juscelino Kubitschek, então presidente do Brasil, cartão de congratulação e Mérito pela composição de “Sob o céu de Brasília”, na inauguração de Brasília. Nos anos de 1970, muitos cantores da fina flor da MPB como Caetano Veloso, Gal Costa, Maria Betânia, Ângela Maria, Roberto Carlos interpretaram canções de sua autoria. Ganhou muitos festivais de música sertaneja, como o da Rádio Record em 1978 com a canção riozinho (Zé Fortuna – Carlos César) interpretadas nas vozes das Irmãs Galvão. Apresentaram também em programas de televisão como em 1950 na inauguração da TV paulista.

Conhecido como cantor e compositor Zé Fortuna também atuou como teatrólogo criando várias peças teatrais e uma companhia de teatro conhecida como “Os Maracanãs”, recorde de público no período de 1950 a 1972. apresentando nas cidades do interior. Embora a dupla Zé Fortuna e Pitangueira ficou conhecida no país foi sempre em trio que eles se apresentavam, Zé Fortuna, Pitangueira e Zé do Fole então acordeonista formando assim o trio “Os Maracanãs em 1950”, de acordo com sua filha Iara Fortuna responsável pelo patrimônio artístico deixado por seu pai.

O que é válido ressaltar é que, talvez pela doença que o perseguia desde criança (o mal de chagas) o compositor coloca em suas canções de forma muito sentimental as lembranças da infância e um temor pela morte como descreve em Esteio de Aroeira¹³:

Estio de Aroeira corroído pelos anos
O vendaval do tempo até hoje tu resiste
Quem vê teu vulto no sertão abandonado

¹³ Disponível no disco: Zé Fortuna e Pitangueira 20 anos de saudade – vol.2. Gravadora: Atração. 2005

Não sabe que encerras uma história longa e triste
 Meu pai que te plantou na terra dura lá da mata
 Tu foste a cumunheira do teu rancho pequenino
 Só o vento frio da noite e cantar dos curiangos
 Ficaram acompanhando a solidão do seu destino

Esteio de aroeira também tenho a sua idade
 Meu pai te contruiu para que foste teu abrigo
 O tempo foi passando e só depois de muitos anos
 Pela primeira vez te encontrei, esteio amigo
 Meu pai que também era o esteio firme da família
 Há muito tempo atrás longe daqui tombou sem vida
 Só tu me esperou esteio velho de aroeira
 Para me conhecer e ouvir a minha despedida

Esteio de aroeira, quantas verdes esperanças
 Ficaram sepultadas no teu tronco no passado
 Ainda tu condervas o sinal de uma lembrança
 Marcada no seu tronco pelo corte do machado
 Nós que nascemos juntos esteio velho de aroeira
 Será quem vai primeiro ser tombado pala sorte
 Se és tu lá na floresta derrubado pelo tempo
 Ou eu por esse mundo derrubado pela morte.

Tendo em vista o vasto e rico repertório de Zé Fortuna, esse trabalho empenha em analisar suas obras, principalmente através de suas músicas, que nos permite pensar a trama histórica da época no que diz respeito à migração do campo para a cidade num período marcado pelo êxodo rural. È, portanto uma proposta de trabalho em desenvolvimento que não esgota indagações.

Referencias Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na época de sua reprodutividade técnica”. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Obras Escolhidas. Volume 1. Tradução Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALDAS, Waldenir. **Acorde na Aurora: música sertaneja e indústria cultural**. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1979.
- CALDAS, Waldenir. **O que é música sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANDIDO, Antônio. **Parceiros do Rio bonito**. 5ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979.
- MARTINS, José de Souza, 1938 – Musica Sertaneja: a dissimulação na linguagem dos humilhados. In: **Capitalismo e tradicionalismo**; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- CALDAS, Waldenir. **O que é música sertaneja**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DANTAS, Macedo. 1910. **Cornélio Pires: criação e riso**. São Paulo: Duas Cidades. Secretaria de Cultura, Ciências e tecnologia, 1976.
- FILHO, Wolney Honório. Entonações Sertanejas. In: **O sertão nos embalos da música rural 1929 – 1950**. 1992. PUC São Paulo.
- LOBATO, Monteiro. “Velha Praga”. In: **Urupês**. 37 edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ORTIZ, Renato. A moderna Tradição Brasileira. In: **Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1989.

- PIRES, Cornélio. “Ideal de Caboclo”. In: **Scenas e Paizagens da Minha Terra (Música Caipira)**. São Paulo: Revista do Brasil Monteiro Lobato & Cia. 1921.
- RIBEIRO, José Hamilton. **Música Caipira: as 270 maiores modas de todos os tempos**. São Paulo: Globo, 2006.
- SCHWARZ, Roberto. Fim do século. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. 04 dez. 1994. Especial da Folha, p. 6-9.

Discografia de Zé Fortuna e Pitangueira:

- 1956 - 78 rotações - *O Beijo da morte / O Selo de sangue*
- 1957 - 78 rotações - *Pecado sublime / Dois destinos*
- 1957 - 78 rotações - *Voz de criança / Vestido branco*
- 1957 - 78 rotações - *Coração de homem / O punhal da vingança*
- 1957 - 78 rotações - *As duas irmãs / O homem d'água*
- 1957 - 78 rotações - *Lenda da valsa dos noivos / Triste noivado*
- 1959 - 78 rotações - *Crime de amor / Casinha de ouro*
- 1959 - 78 rotações - *Três batidas na porteira / Corre-corre*
- 1959 - 78 rotações - *Paineira véia / Cena real*
- 1959 - 78 rotações - *Pode contá / Mãos que falam*
- 1959 - 78 rotações - *Fui eu / A cruz da salvação*
- 1959 - 78 rotações - *Crime de amor / Casinha de ouro*
- 1960 - 78 rotações - *Tá espiando / Pulga malvada*
- 1960 - 78 rotações - *Por que? / O tango do adeus*
- 1960 - 78 rotações - *Bem-te-vi / Bonequinha viva*
- 1961 - 78 rotações - *Noite azul / Valsa da separação*
- 1961 - 78 rotações - *Orquestra em família / Buquê de flor*
- 1961 - 78 rotações - *Retalhos de amor / Divina pecadora*
- 1961 - 78 rotações - *Rainha do campo / Beijo inocente*
- 1962 - 78 rotações - *A roseira da fonte / Rosa do mato*
- 1962 - 78 rotações - *Lembrança / Céu sem estrelas*
- 1962 - 78 rotações - *Cavalo branco / Mundo Louco*

- 1962 - 78 rotações - *Flor do baile / Pobre destino*
- 1962 - 78 rotações - *Pequeno mundo / Conversa vai*
- 1962 - 78 rotações - *Moça gorda / Vestidinho de anjo*
- 1963 - 78 rotações - *Justiça de um filho / Moda dos defeitos*
- 1963 - 78 rotações - *Folha seca / Tem muita diferença*
- 1968 - Long-Play - *O Sol e a Lua*
- 1977 - Long-Play - *Pequeno mundo*
- 1978 - Long-Play - *Sonho de corintiano*
- 1978 - Long-Play - *Lembranças*
- 1979 - Long-Play - *Os Maracanãs*
- 1979 - Long-Play - *Melhor*
- 1980 - Long-Play - *Zé Fortuna e Pitangueira*

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Octavio de Freitas e as *Doenças africanas no Brasil*:
interseções entre o pensamento médico e a historiografia***

Jean Luiz Neves Abreu
UNIVALE/MG

Em 1935, o médico José Octavio de Freitas (1871-1849) publicava *Doenças africanas no Brasil*. A tese central defendida pelo médico era de que com os negros escravizados “aportaram inúmeras doenças” no país.¹ As questões discutidas ao longo desse livro remetem diretamente às interpretações sobre a questão racial no Brasil das primeiras décadas do século XX e sua relação com as doenças. O presente estudo pretende mostrar em que medida o pensamento desse médico acerca das doenças dos negros se inseria no âmbito dos debates sobre a questão racial e o vínculo de suas idéias com a historiografia do período.

Embora não tenha sido objeto de estudos mais detidos, as idéias sustentadas por Octavio de Freitas convergiam em vários aspectos com o pensamento higienista de sua época. Formado em medicina na Faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1893, exerceu suas atividades no Recife, atuando como professor na Faculdade daquela cidade desde sua fundação, em 1920.²

Ao longo de sua vida, o médico publicou uma vultosa produção sobre as questões atinentes às enfermidades brasileiras, em específico, às de Pernambuco. Seus estudos se destinavam em particular às questões sanitárias e higiênicas, tais como: *Estatística demógrafo-sanitária da cidade do Recife* (1895), *A tuberculose no Recife* (1900), *O clima e a mortalidade* (1905), *Geografia médica e climatologia do Estado de Pernambuco* (1909), *A influenza epidêmica* (1919) e *Os animais na medicina e na higiene* (1931).

* O presente trabalho faz parte do projeto “A geografia médica e a saúde no Brasil”, financiado pela UNIVALE/MG e contou com a colaboração da bolsista de Iniciação Científica Vanuce Franca Vieira.

¹ FREITAS, Octavio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p. 19.

² MIRANDA, Waldemir. *Vida médica em Pernambuco; scientia et caritas*. Recife: Sociedade de Medicina de Pernambuco, 1974.

Naquele contexto, tais questões faziam parte da agenda sanitária do país. Entretanto, mais do que a discussão acerca dos problemas de saúde que o Brasil enfrentava, o pensamento médico-higienista constituía-se como ponto de partida para pensar a identidade nacional, inserindo-se no âmbito das questões político-sociais.³

Intelectuais da geração de 1920-30 ressaltavam que um problema a ser superado para a constituição da nação no Brasil residia no melhoramento das condições de vida do brasileiro. Paulo Prado, por exemplo, observava em seu *Retrato do Brasil*, de 1928, que apesar do mestiço brasileiro oferecer exemplares de cultura e valor moral, “as populações oferecem tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra doenças e os vícios”, atribuindo tais males possivelmente ao intenso cruzamento de raças e sub-raças.⁴ O autor utilizava-se da metáfora das doenças para analisar a situação em que o Brasil se encontrava. Afirmava que o “país de fato não progride: vive e cresce como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento do corpo mal organizado”.⁵

Se em Paulo Prado se evidencia a influência de certas teses raciais para explicar a fraqueza física da população, Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, de 1933, analisou o problema em outros termos. Freyre interpretou as doenças da população como subprodutos da monocultura latifundiária, responsável, entre outros aspectos, pelo estado de subnutrição. Pelo regime alimentar, afirmava Freyre, “possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro”, atribuídas exclusivamente ao clima.⁶ Influenciado pelos sanitaristas das décadas de 1910 e 20, Gilberto Freyre desvincularia a fraqueza e o estado de saúde dos mestiços, do determinismo biológico.⁷

Esse breve comentário em torno desses dois autores indica como as relações entre as doenças e as raças repercutiam no pensamento social da época. No tocante à produção médica sobre o assunto, desde a década de 1880, vários artigos dos periódicos de medicina estabeleciam vínculos entre as doenças e as raças. É o caso da sífilis, apontada enquanto

³ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país, *Ciência e saúde coletiva*, 5(2), p. 313-332, 2000.

⁴ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 193.

⁵ PRADO, Paulo. Op., cit., p. 199.

⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global Editora, 2004, p. 95-96.

⁷ TEIXEIRA, Luiz Antônio. Da raça à doença em *Casa-grande e senzala*. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, v. IV, n.2, p. 231-243, jul-out, 1997.

sinal de degenerescência mestiça. O problema do negro no Brasil passava a ser entendido enquanto questão científica. Vários discursos propunham a eugenia como meio de melhoramento da raça. Por outro lado, os surtos epidêmicos das doenças tropicais, como a febre amarela, varíola, sarampo, entre outras, passaram a fazer parte da agenda médica do país, tomando forma em projetos de saneamento no século XX. Apesar disso, os médicos não abandonaram de todo as associações entre raças e doenças, atribuindo muitas das enfermidades à influência da África, da Europa e da Ásia.⁸

Em vários sentidos, é possível observar a influência dessas idéias na obra de Octavio de Freitas. Para defender o argumento central de sua obra — o vínculo entre a África e as doenças no Brasil — o médico recorreu a diversos testemunhos históricos. Pesquisou em várias fontes que contemplam desde cronistas coloniais até os estudos produzidos pelos médicos. Trata-se de um esforço genealógico de informar seu leitor as doenças introduzidas pelos africanos, quando foram transplantadas e propagadas no país.

Um dos argumentos sustentados no primeiro capítulo do livro, intitulado “Bons ares, maus colonos”, é a de que o Brasil, antes da colonização, era uma terra salubre. Para tanto, o médico recorre a cronistas como Gabriel Soares de Souza e às fontes jesuíticas, como o padre Manoel da Nóbrega. Explica que, diante da insuficiência de mão-de-obra, os portugueses foram buscar na África homens para se ocupar das atividades braçais, transformando a América Portuguesa em um “monstruoso mercado de africanos”. Observa que, ao analisarem as possibilidades econômicas da escravidão, os portugueses não levaram em conta as doenças que poderiam ser introduzidas pelos negros. Por fim, Freitas lança mão da idéia de que a semelhança do clima da África com o do Brasil levou à proliferação dos males de origem africana. Afinal, as regiões africanas eram tropicais como as nossas terras, apresentando a “mesma identidade de fatores mesológicos”.⁹

O livro dedica-se a apresentar dados históricos capazes de comprovar que as principais enfermidades do país eram importadas. O autor enumera várias doenças conhecidas desde a colonização, como as “boubas”, o “bicho da Costa”, a “cachexia do Egito”, o “sarampão”, as “oftalmias”, que exerceram influência em nossa constituição médica.

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹ FREITAS, Octavio de. Op. cit., 11-20.

Além das fontes do período colonial, Octavio de Freitas se valia das próprias teses defendidas pelos médicos desde o século XIX. Um dos mais citados por Freitas é José Francisco da Silva Lima, autor de, entre outros textos, *Patologia histórica e geográfica e nosologia das boubas*, memória apresentada no terceiro Congresso de Medicina e Cirurgia da Bahia, em 1894.¹⁰ Silva Lima foi um dos representantes da denominada “Escola tropicalista baiana” e havia realizado vários estudos sobre as doenças tropicais e aquelas que teriam sido propagadas pelos africanos, como o Ainhum.¹¹

Tendo nos médicos e intelectuais do período seus principais interlocutores, Octavio de Freitas recupera algumas questões abordadas pelos intelectuais da época. Ao se deter sobre a “frialdade”, nome vulgar utilizado para designar a “Hypohemia intertropical” (anemia), o médico retoma a imagem do jeca-tatu elaborada por Monteiro Lobato para designar o sertanejo, retrato esquelético da população brasileira.

Ao descrever a fadiga como o principal sintoma da “frialdade”, Octavio de Freitas observa que os homens atingidos por esse mal viviam “sem energia, sem vontade”, “sonolento, triste, desanimado”. Para ele, essa doença se manifestava principalmente nas camadas mais empobrecidas da população, sendo peculiar ao “povo baixo, ao sem sapatos, aos trabalhadores rurais, aos plantadores de cana-de-açúcar”.¹²

Ao chamar atenção para as questões sociais relativas a essa doença, o médico afinava-se com o pensamento sanitarista da época, que via nas condições sociais da população, em sua maior parte mestiça, a causa principal das mazelas do povo. Tratava-se, naquele momento, de afirmar o papel da ciência e da técnica como elemento que poderia trazer resolução para a indolência nacional. Desde 1918, houve um movimento intenso para recuperar e integrar o país, tendo na Liga Pró-Saneamento uma das principais promotoras das idéias de higiene e recuperação do homem dos sertões. Aí residiam populações abandonadas e submetidas às condições de vida precárias; organismos indefesos para a maior parte dos flagelos.¹³

¹⁰FREITAS, Octavio de. Op. cit, p. 59

¹¹ Sobre a atuação de Silva Lima ver: PEARD, Julyan G. *Race, place, and medicine: the Idea of the tropics in nineteenth-century Brazilian medicine*. London: Duke University Press, 1999, p. 24-26.

¹² FREITAS, Octavio. Op. cit., p. 86-87

¹³ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República In: SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998, p. 23-39.

Uma outra questão que permite aproximar a obra de Freitas da dos sanitaristas diz respeito à posição assumida em relação à influência do clima no quadro nosológico brasileiro. Embora afirmasse que na semelhança do clima do Brasil com a África residia uma das causas pelas quais os males exóticos aqui se propagaram, Freitas procura relativizar a influência desse fator. Ao analisar o caso da “frialdade”, expunha a tese defendida por muitos tropicalistas de que “nos países de clima quente, os seus habitantes tinham uma taxa muito reduzida de glóbulos vermelhos”, razão que explicaria a existência de uma “anemia fisiológica nos trópicos”. Referia-se particularmente aos argumentos dos médicos europeus, segundo os quais em razão dos déficits na composição sanguínea, os habitantes das regiões tropicais seriam preguiçosos, apáticos, indolentes, sendo necessário o retorno do europeu ao país de origem para recuperar suas energias.

Entretanto, o médico discordava de tais teses. Afirmava, em defesa do Brasil, que somente haveria alterações nos organismos dos que imigrassem se não soubessem se precaver contra os “males endêmicos ou epidêmicos”, o que podia ser confirmado por várias pesquisas médicas realizadas no país. Defendia, assim, a capacidade de adaptação e aclimatação nos trópicos.¹⁴

Nesse aspecto, as considerações de Octavio de Freitas revelam um tom nacionalista. Por um lado, tratava-se de enaltecer a medicina brasileira contra os equívocos dos cientistas estrangeiros. Por outro, ao se posicionar contrário ao determinismo climático, a opinião desse médico convergia com a perspectiva assumida por parte grande parte dos intelectuais e médicos higienistas e sua época. Conforme observa Tânia Regina de Luca, no interior do novo saber propagado pelos sanitaristas “as regiões tropicais deixaram de ser condenadas enquanto hábitat pouco propício aos seres humanos”. Introduziu-se uma distinção fundamental entre a condição climática e o grau de salubridade, esse último capaz de ser manipulado pela ação humana.¹⁵

Entretanto, Octavio de Freitas acrescentava a essas análises o fato da “frialdade” ser uma doença importada da África. Deixava claro que o “Jeca não seria absolutamente o representante de nosso sertanejo ou do nosso matuto, se o mal introduzido do continente

¹⁴ FREITAS, Octavio de. Op. cit., p. 107

¹⁵ LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.209-210.

negro não tivesse nele introduzido”.¹⁶ O exame da questão permitia, uma vez mais, a Freitas concluir ser a anemia uma doença exógena. Segundo afirmava, os sertanejos das caatingas eram “carcomidos pelas doenças que nos exportaram e à frente das quais estavam as maleitas e a frialdade, além de outras infestações verminosas”.¹⁷

Se por um lado, a presença dos africanos no Brasil disseminou vermes, responsáveis por doenças que atingiam grande parte dos brasileiros; por outro, algumas doenças eram privativas dos negros. Era o que defendia Octávio de Freitas com relação a uma lesão leprosa, o “Ainhum”, enfermidade também definida de origem africana, sendo considerada, mesmo, como privativo dos indivíduos da raça preta. Tal afirmação já havia sido comprovada por Silva Lima, o qual, segundo Freitas, teria sido o primeiro a estudar os sintomas da patologia, confirmando ser uma “afecção que atacava exclusivamente os africanos”.¹⁸

Há, portanto, em algumas passagens do livro a vinculação direta entre a raça africana e o desenvolvimento de várias patologias no Brasil. Tal aspecto indica que Octavio de Freitas não obstante reconhecer as causas sociais de algumas doenças compartilhava ainda da idéia da influência racial na constituição de várias enfermidades.

A tese de doenças específicas em negros foi um problema controverso na literatura médica entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Diferente dos Estados Unidos, onde uma abundante literatura no oitocentos se utilizou do paradigma racial para explicar a origem das doenças em negros, no Brasil os médicos pouco haviam se dedicado a esse assunto. Somente a partir das primeiras décadas do século XX artigos passaram a ser publicados debatendo tal questão. O alvo do debate era principalmente a tuberculose, considerada, por muitos médicos, mais suscetível aos negros e mestiços.¹⁹

Octavio de Freitas participou desses debates sobre a tuberculose, mostrando uma ambivalência em torno da questão. Ao estudar a doença em Pernambuco, em 1939 e 1940, ele questionava que os negros fossem mais suscetíveis àquela doença. Entretanto, o médico entrou em contradição, ao considerar que os “negros virgens” contraíam a doença com maior intensidade. Ao mesmo tempo, afirmava que a miscigenação contribuiu para diluir os

¹⁶ FREITAS, Octavio de. Op. cit., p. 90

¹⁷ FREITAS, Octavio de. Op. cit., p. 111.

¹⁸ FREITAS, Octavio de. Op. cit, p. 131-132

¹⁹ SHEPPARD, D. de S.: A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940. *História, ciências, saúde- Manguinhos*, vol. VIII (1), p. 172-192, mar-jun, 2001.

agentes causadores da doença.²⁰ Em *Doenças africanas no Brasil*, a tuberculose não era associada aos africanos e sim o “alastrim”, patologia que apresentava alguns sintomas semelhantes.²¹

A análise da forma como as doenças africanas são analisadas por Octavio de Freitas permite-nos constatar a inexistência, em *Doenças africanas no Brasil*, de algum argumento explicitamente racial ou em defesa da eugenia. Freitas chega mesmo a constatar que não havia sido o negro diretamente o “culpado desta infestação em nossas terras”, mas sim dos comerciantes de escravos.

Todavia, indiretamente, ele culpava o negro por doenças como a “frialdade”. Como se viu, apesar de reconhecer que se tratava de uma enfermidade das classes baixas, essa havia sido disseminada pelos africanos portadores do verme causador da doença. Em acordo com teorias que vinculavam a ocorrência de doenças a determinadas regiões²², Freitas enfatiza a existência de uma “geografia médica do mal” responsável pela infestação do Brasil de vermes e insetos e atingindo quase toda “a população descalça”.²³ Em uma sentença, ele articula a origem geográfica e racial de várias doenças às condições sociais existentes que permitiam a propagação das mesmas.

Os elementos analisados a partir da obra de Octávio de Freitas permitem indicar as correlações entre a obra desse médico e o pensamento médico-sanitarista da época e, por conseguinte, os impasses discutidos pela intelectualidade brasileira na década de 1930, onde os problemas relacionados à doença e à raça estavam na ordem do dia na definição da identidade nacional.

²⁰FREITAS, Octavio de. Op. cit, p. 183

²¹ FREITAS, Octavio de. Op. cit., p. 176-189

²² Sobre o assunto ver EDLER, Flávio Coelho. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *Historia, ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (2001): p. 925-943.

²³FREITAS, Octavio de. Op. cit, p. 99-100.

Referências bibliográficas

EDLER, Flávio Coelho. De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *História, ciências, saúde — Manguinhos*, vol. VIII (2001): p. 925-943.

FREITAS, Octavio de. *Doenças africanas no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1935.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República In: SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1995.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico sanitário e interpretação do país. *Ciência e saúde coletiva*, 5(2), p. 313-332, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.209-210.

MIRANDA, Waldemir. *Vida médica em Pernambuco; scientia et caritas*. Recife: Sociedade de Medicina de Pernambuco, 1974.

PEARL, Julyan G. *Race, place, and medicine: the Idea of the tropics in nineteenth-century Brazilian medicine*. London: Duke University Press, 1999.

SHEPPARD, D. de S.: A literatura médica brasileira sobre a peste branca: 1870-1940. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, vol. VIII (1), p. 172-192, mar-jun, 2001.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. Da raça à doença em *Casa-grande e senzala*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. IV, n.2, p. 231-243, jul-out, 1997.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O Materialismo-histórico dentro da obra *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Jr.

João Carlos Jarochinski Silva

A obra *Evolução Política do Brasil* é mais uma das grandes obras produzidas em meados dos anos 30 do século passado, por autores que tentavam aprofundar a análise da sociedade brasileira. Neste contexto se insere *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e mesmo sendo um pouco posterior a essas duas, temos ainda de Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Nesse ideal de um melhor entendimento sobre o Brasil, Caio Prado busca dar a sua obra uma nova perspectiva de análise, ainda praticamente inédito no país, o método materialista da História. Leandro Konder crê que essa obra seja a que pioneiramente tenha trabalhado no Brasil com a concepção que Marx fazia da História. O importante é que sem sombra de dúvidas foi Caio Prado Jr. o primeiro a pensar a sociedade brasileira nesse modelo analítico e que impulsionou esta concepção histórica, que me atrevo a dizer, ser a mais importante na historiografia brasileira atual.

Essa visão materialista foi uma concepção advinda de um embate filosófico travado por Marx contra um grupo seguidor das idéias de Hegel, que se costuma denominar de “Jovens Hegelianos”. Essa é uma polêmica muito séria até os nossos dias sobre essas diferentes versões filosóficas. Hegel defende que as pessoas não têm consciência do Espírito, isto é, a Ideologia, que as controla e que motiva a suas ações, sendo o estudo da História o estudo dos conflitos que diferentes ideologias geram entre os seres.

Já Marx observa

“Ao contrario da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu

processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a eles correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.¹

Essa longa citação se faz necessária para a plena diferenciação das visões de história e as bases na qual ela se faz. Engels diz que a “descoberta” da visão materialista é de exclusividade de Marx, porém, como sabemos de sua modéstia habitual, creio ser a definição mais curta e também uma das mais completas a que Engels nos dá:

“A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda a ordem social; de que a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão do trabalho dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na **filosofia**, mas na **economia**.”²

Passemos agora a buscar na obra de Caio Prado Jr. Esses elementos. No primeiro capítulo, intitulado “A Colônia”, no qual ele trabalha o primeiro século e meio desde a chegada dos portugueses. Busca-se num primeiro momento explicar o porquê da colonização não só do Brasil, mas como ela é um fenômeno mundial, atrelado a uma burguesia nascente na Europa, que busca através dessa expansão um maior volume de capitais para acumularem em suas mãos. Há necessariamente que haver essa expansão para que os conflitos que daí possam vir a surgir sejam apaziguados. Tenho de em minha modesta concepção de História de

¹ MARX, Karl – ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, pg. 19 e 20.

² Engels, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. In: Textos I

que sem esse fenômeno expansionista no período das grandes navegações, os conflitos entre aristocracia e burguesia que varreram a Europa após a revolução francesa, teriam ocorrido bem antes. Mas, trata-se de uma concepção particular que não deveria nem estar citada neste trabalho.

O autor apresenta que nesse início a condição objetiva, determinada pela geografia do local, extenso litoral, gerou a necessidade de se recorrer a alguma opção, para seu aproveitamento: a condição subjetiva. Escolha esta que foi a das capitânicas hereditárias, ressaltando que havia outras possibilidades a se empregar. Fez-se uma opção dentro daquelas que apresentavam as condições objetivas.

Ele também trata do fato de não ser esse colonialismo, uma expressão americana de feudalismo. Este é um dos pontos mais importantes da obra do autor, deixando clara sua interpretação de que o “colonialismo” é um empreendimento mercantil, tendo-se em conta o já destacado caráter de expansão da burguesia europeia em busca da acumulação de capitais e, de ser ele pautado na exploração necessária dessas terras. Condição essa, totalmente diferente daquelas em que se encontravam os povos europeus na Idade Média, onde quando havia a conquista de terras, essas já possuíam os seus servos e não demandavam necessariamente investimentos em produção de gêneros.

Ele traz nesse capítulo a primeira luta de classes observada na história brasileira, a dos latifundiários com os pequenos produtores. Há a percepção de que as condições geográficas beneficiam em muito a grande propriedade, porém não é apenas esse fator climático que explica a quase total ausência de pequenos proprietários em terras americanas portuguesas. Além desse fator, esses latifundiários, classe dominante, utilizam-se de seu poder econômico e político para combater uma possível classe de pequenos empreendedores que pudesse vir a prejudicar os seus negócios. Ele termina ressaltando que por causa dessa vantagem dos senhorios podemos encontrar apenas duas classes sociais no Brasil nesse período: o do pequeno grupo de dominadores e o restante da população de dominados, que não tinham entre eles significativos aspectos de diferenciação.

Já no capítulo dois, também chamado de “A Colônia”, Caio Prado vê o surgimento do conflito que levará, mais cedo ou mais tarde, ao rompimento entre Portugal e Brasil. Ele já diferencia interesses dos grupos dominantes que se encontram em território americano e dos reinos, sendo no território brasileiro desse período os burgueses, que querem assumir o controle da colônia de maneira mais efetiva. Uma característica desse processo é a decadência das câmaras municipais, o poder local que até então praticamente não sofria a interferência da metrópole e estava nas mãos desses latifundiários.

Nesse ponto, pensa o autor que nossa história começa a tomar os rumos do que se passa no cenário político mundial a partir do séc. XVII, rompendo-se aí o equilíbrio colonial.

“O choque destas forças, interesses nacionais e lusitanos, no terreno econômico; autonomia local, representada pela auto-administração dos colonos, e sujeição administrativa, representada pelo poder soberano da Coroa portuguesa, no terreno político; o choque dessas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele cai resultar a nossa emancipação”.³

No capítulo três, ele utiliza a análise materialista para explicar as ditas “Revoluções”, que Caio Prado crê ser “A Revolução” que possibilita o rompimento com a estrutura colonial. Ele trabalha os fatos que geraram as mudanças mais profundas em nossa sociedade, como a vinda de D. João VI ao Brasil, não pelo simples fato de o Imperador estar aqui, mas pelas conseqüências que esse fato trouxe. Aspecto significativo de rompimento da estrutura colonial que depois seria magistralmente trabalhada sob uma ótica Marxista por Fernando Novais.

Caio Prado destaca as revoluções populares ocorridas no Brasil no período regencial e do segundo reinado, por acreditar terem sido essas tratadas como fatos sem maior significação social. É nesse ponto que ele revela seu lado mais político em todo o livro, de indignação e de rompimento com uma História feita pela e para a classe dominante.

Porém, infelizmente, é nesse trecho do livro em que ele busca dar vida histórica aos excluídos e tratar de uma grande revolução política em vários aspectos da vida social, que sua narrativa perde em termos analíticos marxistas.

No último capítulo da obra, “O Império”, Prado trata da crise na base produtiva causada pela abolição da escravidão, fenômeno esse que para o autor se inicia em 1850, motivado pelo interesse do grande capital inglês. Ele entende haver nesse contexto internacional uma luta, entre os interesses ingleses e os brasileiros, luta essa vencida pela força dominante, a Inglaterra, utilizando-se daqueles tradicionais artefatos que compõe a dominação, a força militar e uma legislação que justifique o emprego das armas.

Mas em termos econômicos, esse fim da escravidão trouxe a possibilidade de investimentos em outros setores da economia, transformando os rumos adotados por nossa política e economia, que tinham sido seguidos durante todo o período abordado no livro e que eram incompatíveis com o progresso. A luta entre Conservadores e Progressistas, já fadada a vitória desses últimos que além de representarem o interesse não apenas de uma classe, mas

³ PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*, pg. 44.

da população como um todo, eram os que estavam ao lado do rumo econômico que necessariamente deveria ter tomado.

É o retrato da situação clássica relatada por Marx, onde ele coloca que:

“Num certo ponto de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações sociais de produção existentes, ou sua expressão jurídica, com as formas de propriedade no seio das quais elas estavam, até então, caladas. Formas de desenvolvimento das formas que produtivas que eram, essas relações tornam-se entraves. Então ocorre uma época de revolução social”.⁴

Em nenhum momento desse período se trata do papel político do Imperador, de algum político em especial, assim como em toda a obra. Nessas opções se percebe o alinhamento bem claro do autor com um dos pontos levantados por Engels sobre o papel pessoal na História.

Em toda a obra se discute os reflexos das crises geradas pelas contradições das relações pessoais de produção. Sem sombra de dúvida Caio Prado Jr. conseguiu fundamentar sua exposição de maneira materialista, encontrando o “motor da História” em todas as importantes mudanças sofridas pela sociedade brasileira do período estudado. Apesar do longo tempo que se passou desde a sua criação, não resta dúvida de que é um dos mais importantes estudos realizados sobre a História brasileira, seja pelo seu caráter inovador, seja por algumas conclusões que ainda podemos retirar dela.

⁴ MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. In DOSSE, François. *A História*, pg. 251
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Bibliografia:

- D`INCAO, Maria Ângela (org). **Historia e Ideal – Ensaio Sobre Caio Prado Junior**, São Paulo: UNESP e Brasiliense, 1989.
- DOSSE, François. **A História**, Bauru: EDUSC, 2003.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. **50 Grandes Pensadores da História**, São Paulo: Contexto, 2002.
- MARX, Karl – ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, 3ª tiragem, São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**, 21ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**APOLOGIA A PORTUGAL:
a interpretação cascudiana sobre o passado do Rio Grande do Norte**

João Carlos Vieira da Costa Cavalcanti da Rocha
Mestrando em *História e Espaços*
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo:

Luís da Câmara Cascudo tornou-se nacionalmente conhecido por meio de suas obras sobre folclore e cultura popular do Brasil. No entanto, em sua trajetória intelectual, por várias vezes se utilizou do lugar de historiador para escrever interpretações sobre o passado de sua região. Neste trabalho, analisamos *História do Rio Grande do Norte*, um marco na historiografia potiguar, pois moldou as estruturas de outros estudos mais recentes, construindo interpretações que, em diversos momentos, foram reproduzidas, ao invés de pensadas. No livro, percebe-se a nítida influência do positivismo em Câmara Cascudo, que, à época, dialogava com os Institutos Históricos do Brasil e do Rio Grande do Norte. Assim, o escritor privilegiou o Estado e os fatos políticos em desfavor das forças econômicas, sociais ou culturais. Pautado em tal pensamento historiográfico, Cascudo construiu um passado norte-rio-grandense povoado por heróis portugueses, dando ênfase ao caráter lusitano, criando uma história na qual índios e negros foram coadjuvantes do protagonista ibérico. Ele inventou, portanto, uma trajetória da história potiguar de modo que esta identificasse o presente com o passado colonial, sem rupturas, como uma continuidade. Os portugueses – civilizadores e católicos -, e mais à frente os seus descendentes, foram esculpidos como heróis do passado norte-rio-grandense.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara Cascudo – Historiografia – Rio Grande do Norte

Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, no dia 30 de dezembro de 1898. Filho de Francisco de Oliveira Cascudo e Anna da Câmara Cascudo, teve uma infância relativamente diferente da comum, pois, menino doente que fora, não podia brincar à rua como os outros. Acostumou-se à companhia dos livros, que o faziam sonhar com o mundo exterior e viver as aventuras das quais estava privado. Leitor desde pequeno, Cascudinho, como o chamavam, rapidamente consumia os livros trazidos por seu pai, um dos homens mais ricos do estado, que pôde financiar seus estudos e atrair à sua casa, o *Principado do Tirol*, uma grande quantidade de intelectuais, potiguares ou não, tais como Henrique Castriciano, Auta de Souza e até mesmo Mário de Andrade.

Aos poucos, o jovem Cascudo se familiarizava com um ambiente formado por literatos, músicos, pintores, acadêmicos, e, seguindo o caminho das letras, começou a publicar suas primeiras crônicas no jornal *A Imprensa*, de propriedade de seu pai, já no ano de 1918, numa coluna intitulada *Bric-à-Brac*.

Além destes aspectos, a formação cultural de Câmara Cascudo também contou com passagens em duas faculdades: na primeira, em Salvador, estudou Medicina, curso que depois abandonou. Depois, transferiu-se para Recife, onde se graduou em Direito em 1928, mesmo ano, inclusive, no qual foi nomeado por Juvenal Lamartine, então Presidente do Estado, professor de História do Atheneu Norte-rio-grandense¹.

A relação de Câmara Cascudo com a História não terminou no posto de professor da escola mais conceituada do Rio Grande do Norte. Por vários momentos, o autor dedicou-se ao passado do seu estado, publicando seguidos e importantes estudos, destacando-se, dentre outros, *Governo do Rio Grande do Norte* (1939), *História da Cidade do Natal* (1947), *Os Holandeses no Rio Grande do Norte* (1951), *História do Rio Grande do Norte* (1955) e *História da República no Rio Grande do Norte* (1965).

Este artigo, entretanto, tem por objetivo analisar apenas *História do Rio Grande do Norte*, considerado, por autores como Marcos Silva, como um livro que “preserva uma importância derivada do trabalho com vasta massa documental, bibliográfica e informativa”². Além disso, tal obra moldou as estruturas de outros estudos mais recentes acerca do passado do Estado, construindo interpretações que, em diversos momentos, foram reproduzidas, ao invés de repensadas.

Quando *História do Rio Grande do Norte* foi lançado, Câmara Cascudo já era um autor consagrado, tendo escrito consideráveis estudos de folclore, tais como *Vaqueiros e Cantadores* (1939), *Geografia dos Mitos Brasileiros* (1947), *Meleagro* (1951), *Literatura Oral no Brasil* (1952), *Cinco Livros do Povo* (1953) e *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954), além dos livros de História citados alhures. Publicado em âmbito nacional pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura no ano de 1955, logo se tornou um clássico da historiografia potiguar.

Dedicada a Sylvio Piza Pedroza, de quem recebeu o título de Historiador da Cidade do Natal, a obra é reveladora desde o princípio. Suas epígrafes, bem escolhidas, traçam não apenas os princípios que Cascudo quis imprimir ao seu texto, mas à sua

¹ COSTA, Américo de Oliveira. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo**. Natal: Fundação José Augusto, 1969. p. 26.

² SILVA, Marcos A. História do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos A. (Org.). **Dicionário crítico Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva: 2003. p. 119.

vida. Citando o espanhol Menéndez y Pelayo, estudioso conservador e católico de forte atuação intelectual no final do século XIX, Câmara Cascudo remete-se à idéia de que escrever sobre História é um trabalho penoso, pois seu conteúdo logo envelhece, uma vez que sempre há um novo registro ou documento. Além disso, na outra citação, canta-se o amor à terra, à gente. Assim, utilizando esses dois pressupostos, ele construiu a idéia do seu trabalho, descrito como laborioso, difícil, mas feito com e por amor à sua província, sua gente. Pintava-se a imagem do “eterno provinciano”, título pelo qual ele mais gostava de ser chamado³.

Na apresentação, o autor informa aos leitores que a obra havia sido fruto de intensa pesquisa, tanto em fontes impressas como em arquivos, e que tem por objetivo divulgar o conhecimento do passado, havendo pouco interesse na fixação de comentários pessoais, sempre discutíveis. Além disso, explica que o livro fora escrito como uma exposição, uma narrativa, com informações úteis e conclusões dispensáveis. Assim, ele negligencia o “olhar indagador de quem pesquisa e formula problemáticas de conhecimento”⁴. Esses aspectos nos trazem o vislumbre, àquele momento, da grande influência positivista recebida por Cascudo, que, no Rio Grande do Norte, fora difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. O autor buscou, em seus livros, a verdade histórica e, em vários momentos, dividiu seus estudos baseando-se na cronologia política, como o fez em *História do Rio Grande do Norte*. Colocava-se como um defensor da tradição historiográfica que estava sendo duramente criticada em grande número pelos novos estudos, tais como os produzidos por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, que apresentavam interpretações e métodos inovadores.

Para tanto, Luís da Câmara Cascudo construiu um passado do Rio Grande do Norte povoado por grandes portugueses, dando ênfase ao caráter lusitano, criando uma história na qual índios e negros foram apenas coadjuvantes do protagonista ibérico. Assumindo o olhar do conquistador branco e católico, ele iniciou sua obra a partir das primeiras ações portuguesas na costa dos potiguares, expondo as tentativas de colonização feitas por Aires da Cunha e pelos filhos de João de Barros, expulsos pela reação dos indígenas aliados, à época, aos franceses.

³ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 5

⁴ SILVA, Marcos A. *Op. cit.* p. 115.

Aliás, os índios, nos primeiros momentos do livro, só recebem um tópico específico no segundo capítulo, o qual versa sobre a formação do povo do norte-riograndense. Num dos momentos mais reveladores de toda a obra, Câmara Cascudo utilizou-se da idéia da mescla das três raças – branca, indígena e negra – para explicar os fatores étnicos do seu Estado. No entanto, a despeito da grande concentração indígena e da posterior miscigenação com o negro, o autor formulou o princípio de que a raça branca – pouca, mas prolífera – permitiu a formação de um tipo de raça mais resistente e clássica. Assim ele expôs acerca do encontro étnico ocorrido nos aldeamentos entre índio, mestiço e negro:

“O resultado étnico desses *resíduos humanos* só poderia ser *desfavorável*. Vencidos, batidos, humilhados, expulsos das zonas de conforto habituais, desorganizados, foram atirados nas aldeias onde o padre os defendia, mas não evitava o contato sexual com negros e negras. Estes eram de maior estatura. Os ‘caboclos’ foram em geral mais altos e fortes, entroncados, mais ágeis, vivos e curiosos que os pais. O *filho da cabocla com o branco* deu um tipo mais claro, de melhor estatura, andar elegante, corpo elástico, robusto, seco de carnes, resistente e frugal”⁵ (grifos nossos).

Mais adiante, Cascudo revela outro aspecto interessante na sua análise dos aspectos étnicos potiguares. Verificando as diferenças de colorações na pele, ele utilizou-se da escala cromática do antropólogo austríaco Felix Von Luschan, um dos pais do Darwinismo Social. O mais interessante, no entanto, não é apenas esta passagem, mas a idéia de que a miscigenação estava auxiliando a “rapidez da arianização” no estado, uma vez que a raça branca submetia as outras⁶. A presença desse elemento étnico marca a “perseverança e otimismo, resistência moral e fortaleza física [que] explicam a conquista do sertão, o acomodamento à natureza, o próprio alargamento do ecúmeno”⁷.

Esse grande elogio aos portugueses também pode ser percebido na análise feita dos momentos em que outros europeus encontraram-se na região, notadamente os franceses e os holandeses. Os primeiros estiveram na costa da capitania por quase todo o século XVI, forjando alianças com os índios potiguares e comercializando pau-brasil, especiarias, aves exóticas, dentre outros produtos. Para Cascudo, até a instalação dos

⁵CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 43.

⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 47.

⁷ Ibid, p. 50.

portugueses, iniciada em 1598 com a construção do forte, a capitania esteve abandonada à cupidez depredadora dos contrabandistas, tendo sido “devastada pelo corso infrene e pirataria contínua”⁸.

O período em que os holandeses acharam-se no Rio Grande, por sua vez, foi marcado pela “violência, extorsão, vilipêndio, rapinagem. Os nomes holandeses passam em nossa crônica como manchas de sangue vivo”⁹. Lembrando a atuação de Jacó Rabi, Cascudo enfatiza os massacres e as destruições feitas pelos batavos, com auxílio dos índios janduís, uma “*matilha* adestrada e fiel para estraçalhar os colonos” (grifo nosso). Esquece ele das destruições que os próprios colonos fizeram aos índios em nome da civilização portuguesa e católica.

Após a expulsão dos holandeses, iniciou-se o momento do repovoamento da capitania, liderada pelo capitão-mor Antônio Vaz Gondim. Às suas ordens, a população colonial passou a adentrar o território, aumentando, ainda mais, os conflitos com os índios do interior, utilizando-se, muitas vezes, de sua mão-de-obra para a empresa colonial, justificando a escravidão nativa por meio das *guerras justas*. Desse povoamento do interior, Cascudo retira a importância do elemento indígena que, correndo solto pelo interior, impedia a própria expansão portuguesa, fator que gerou intensos conflitos com os colonos.

A Guerra dos Bárbaros, subsequente à expulsão holandesa e à expansão territorial, preferencialmente chamada no livro por *Guerra dos Índios*, foi considerada um momento decisivo da história norte-rio-grandense, pois dizimou uma grande quantidade de nativos e, ao mesmo tempo, transformou os que sobraram em aldeados – cuja atuação passou a ter menor importância na construção histórica da capitania – sob a proteção de religiosos, geralmente jesuítas ou carmelitas. Ele concebeu que a guerra possibilitou a evolução moral e do caráter do povo, pois foi nesta que, finalmente, o catolicismo radicou-se entre os indígenas, destruindo os últimos resquícios bárbaros daquela cultura “pagã”. Além disso, a guerra promoveu o fortalecimento do povo norte-rio-grandense, que se tornou valente por ocasião deste conflito¹⁰.

⁸ Ibid, p. 22.

⁹ Ibid, p. 65.

¹⁰ Cascudo chegou a afirmar, em estudos anteriores, que a Guerra dos Bárbaros “marcou, na história do Rio Grande do Norte, uma intensa fase de evolução moral, estimulando o caráter, aperfeiçoando os tipos físicos, despertando as energias dormidas, refazendo e reerguendo a alma do povo no duro embate das escaramuças”. In: CASCUDO, L. da C. **Histórias que o tempo leva**: da história do Rio Grande do Norte. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924. p. 76.

Essa grande apologia à colonização portuguesa é também expressa quando da explicação acerca da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte. Ocorrida durante a presença da Família Real Portuguesa no Brasil, a revolta, claramente contrárias aos aspectos da política joanina, pregava o estabelecimento de uma república nas capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Irônico, Cascudo expõe que “1817 foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras”¹¹. A crítica ainda é maior quando ele compara: “Nações e frutas têm sua hora natural de maturação. O encanto das revoluções é a tentativa de apressá-las e promover a velocidade do quadrante do tempo imperturbável. [...] A nossa hora era 7 de setembro de 1822”¹². A desconfiança perante a revolução era latente, principalmente porque Cascudo fora, notadamente, um entusiasta dos pensamentos monárquicos¹³. Assim, a despeito de toda a descrição heróica da morte de André de Albuquerque Maranhão, líder do movimento, ele analisa o curto período de governo republicano como um momento em que nenhuma providência “útil e lógica” foi tomada¹⁴. A independência do Brasil, por sua vez, ocorreu no momento certo, liderada pela pessoa certa, o príncipe herdeiro de Portugal, Dom Pedro de Alcântara.

Com a aclamação de Dom Pedro I, iniciava-se o período imperial da história do Brasil. Embora, na data em que o livro foi publicado, entre esse momento e a proclamação da República, houvesse perpassado cerca de 130 anos, em sua *História do Rio Grande do Norte*, Cascudo lhes reservou apenas dois capítulos, o sétimo e o oitavo, marcados, principalmente, pela cronologia política e pela narrativa sobre os grupos políticos, seus líderes e governantes da Província e Estado do Rio Grande do Norte. O capítulo VIII encerra-se com a participação norte-rio-grandense na Segunda Guerra Mundial, no qual se enfatiza a participação de alguns praticantes potiguares no conflito.

Nos outros capítulos, Cascudo se utilizou de uma estratégia já adotada anteriormente em *História da Cidade do Natal*. Percebe-se que o autor, tal como Varnhagen fizera anteriormente, privilegia o Estado, dando primazia aos fatos políticos

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 135.

¹² *Ibid.* p. 135. Percebemos também a crítica ao ideal revolucionário comunista muito em voga no período em que Cascudo atuou como intelectual. Famoso por suas idéias e posicionamentos políticos conservadores, ele condenou, em vários textos, esse tipo de revolução.

¹³ Deve-se notar que, além de inúmeros artigos sobre personagens do Império, Cascudo ainda escreveu uma biografia sobre Gastão de Orleans e Bragança, o *Conde D’Eu*, e sobre Araújo Lima, o *Marquês de Olinda*, ambas publicadas pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira.

¹⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 138.

em desfavor das forças econômicas, sociais ou culturais. Os temas que não se encaixavam nas estruturas dos capítulos anteriores, tais como a religião, a medicina, os correios, o judiciário, dentre outros, foram analisados isoladamente.

Os assuntos discutidos por Câmara Cascudo neste segundo momento do livro também estão articulados diretamente com o passado colonial e com a herança portuguesa. As vias de comunicação, por exemplo, são vistas a partir da “necessidade colonizadora de ocupação da terra e de circulação de tropas e mercadorias”, no entender de Marcos Silva¹⁵. Já a religião foi analisada por meio das relações das crenças católico-judaicas que povoaram a Península Ibérica e que chegaram, via colonização lusitana, ao Rio Grande do Norte. A interpretação sobre a cultura potiguar retira os elementos populares, nativos e negros, e supervaloriza os eruditos e os portugueses.

Interessante também é notar o último capítulo do livro, formado apenas de pequenas biografias das grandes personagens históricas do estado. Note-se que, dos 131 nomes levantados por Câmara Cascudo, apenas três eram de mulheres. Ele considerava, portanto, a história como um campo onde os homens eram personagens principais, uma história notadamente masculina, relegando as mulheres ao segundo plano, característica também dominante no Positivismo, que descrevia a vida de grandes homens públicos – gerais, intelectuais, políticos. Era uma história de homens, para homens e escrita por homens.

No entanto, apesar de todas as críticas que foram e que podem vir a serem feitas, *História do Rio Grande do Norte* é, senão o principal, um dos livros mais determinantes acerca do passado do nosso estado. Ele criou, para utilizar uma expressão clássica, verdadeiros *quadros de ferro* sobre o passado colonial, imperial ou republicano desse pequeno estado situado na pontinha do nordeste brasileiro. Interpretações que vão desde a quase nulidade do negro na formação histórica até o valoroso português, passando pela visão do “abominável” holandês, que aqui nem lembrança deixou, apenas lágrimas, sangue e gritos de martírio pela fé católica, foram – e são – repetidas em vários livros e artigos, desde a publicação do livro, ao longo de mais de cinquenta anos.

Luís da Câmara Cascudo, no auge da sua maturidade – tinha quase sessenta anos quando da publicação da obra – escreveu a sua versão sobre o passado do Rio Grande do Norte. Se a história é um discurso sobre um passado, uma construção dos historiadores, pois são eles que fazem recortes e selecionam fatos e fontes, Cascudo

¹⁵ SILVA, Marcos A. História do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos A. (Org.). **Dicionário crítico Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva: 2003. p. 118.

inventou uma trajetória da história potiguar de modo que esta identificasse o presente com o passado colonial, sem rupturas, como uma continuidade. Os portugueses – civilizadores e católicos –, e mais à frente os seus descendentes coloniais, foram esculpidos como os “heróis” de um passado de absurdos gloriosos.

BIBLIOGRAFIA

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

COSTA, Américo de Oliveira. **Viagem ao universo de Câmara Cascudo**. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, n.1, p.5-27, 1988.

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual, 1918-1968**. Natal: Fundação José Augusto, 1970. v.1.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Um banquete no trópico: introdução ao Brasil**. 4.ed. São Paulo: SENAC, 2004. 2 vol.

SILVA, Marcos (Org.). **Dicionário crítico Câmara Cascudo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 6.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**FORMAS E PROBLEMAS
DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA**

João Miguel Teixeira de Godoy

A polissemia freqüentemente apontada para o termo história transfere-se, de certa forma, para historiografia. Além do meramente literal dois outros sentidos acabaram por se impor: reunião dos escritos de história, inicialmente, mas também ramo do conhecimento histórico dedicado a recompor e analisar a trajetória e as condições de possibilidades do próprio conhecimento histórico. Trata-se de observar seriamente a hipótese segundo a qual algum tipo de vínculo explicativo pode ser estabelecido entre a produção cultural e o contexto mais amplo que a envolve, já que a busca das evidências de tal relação, entre as idéias e os lugares, como sugere Certeau, foi incorporada como ferramenta constitutiva do ofício do historiador.

O surgimento da historiografia, enquanto história da história e enquanto campo autônomo no interior do conhecimento histórico, pode-se datar do início do século XX com a obra do historiador suíço Eduard Fueter. Mas sua trajetória nas historiografias nacionais européias foi, pelo menos aparentemente, incerta. Charles O. Carbonell, especialista francês em estudos de historiografia, aponta no início dos anos oitenta um certo desprestígio ou baixo interesse desses estudos entre os historiadores de seu país, além de considerar inadmissível a ausência de um trabalho de fôlego nessa área, até aquele momento, na França. No caso do Brasil, penso que podemos distinguir três momentos gerais, com significados distintos, de surgimento e expansão dos estudos de historiografia. O primeiro destaca-se pela presença importante mas isolada da obra de José Honório Rodrigues. Tal isolamento deveu-se ao fato, poderíamos sugerir, de o nascimento da produção acadêmica entre nós não ter dependido de um trabalho prévio de crítica sistemática e superação das obras e interpretações gestadas no interior dos Institutos Históricos e Geográficos. Não dependeu exclusivamente disso, pelo menos não tanto quanto dependeu das influências e orientações externas das Escolas Européias. Num certo sentido, a crítica

da chamada “história tradicional” foi importada na íntegra da Europa, necessitando de pequenos retoques de aclimatação local.

Um Segundo momento pode ser situado no final dos anos setenta. Trata-se de um momento em que vários estudos de historiografia surgiram elaborados por profissionais universitários: o de Maria Odila da Silva sobre Southey(1974); o de José Roberto do Amaral Lapa “A história em questão”; Maria de Lourdes Mônaco Janotti sobre João Francisco Lisboa(1977); o de Raquel Glezer sobre José Honório Rodrigues (1977); o de Carlos Guilherme Mota “Ideologia da cultura brasileira” (1977) ; o de Sergio Miceli “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)” (1979); entre outros. Apesar de alguns desses estudos trazerem uma preocupação de caráter mais acadêmico, contendo reflexões metodológicas, por exemplo, predomina uma certa intenção de pensar o papel e a inserção dos intelectuais na ordem política, dado as circunstâncias históricas pela qual passava a sociedade brasileira.

Como trabalhos representativos de um terceiro momento, a partir dos anos noventa, pode-se mencionar obras coletivas como “Domínios da história” (1997) organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas; “Historiografia Brasileira em perspectiva” (1998) organizada por Marcos C. Freitas; o trabalho de Carlos Fico e Ronaldo Polito “A História no Brasil (1980-1989)” (1992); o de José Jobson Arruda e José M. Tengarrinha “Historiografia Luso-brasileira contemporânea” (1999); o de Francisco Iglésias “Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira” (2000), entre inúmeros outros trabalhos, desde artigos publicados em periódicos até a produção estrangeira publicada em volume crescente no Brasil nesses últimos anos. Nesse momento, diferente dos anteriores, percebe-se um debate e tentativa de diálogo entre matrizes teóricas e interpretativas distintas, e que divide, nem sempre de maneira discreta, a comunidade dos historiadores, a respeito do conhecimento histórico e do sentido da trajetória da sociedade brasileira.

Gostaria de chamar a atenção para apenas dois problemas que emanam da leitura da produção mencionada acima. Cristalizou-se uma certa periodização organizadora dos movimentos, ritmos e mudanças desse universo de obras que denominamos, de maneira geral, historiografia brasileira. Fala-se de uma fase marcada pelos escritos dos cronistas coloniais, sucedidos pela produção ligada ao Instituto Histórico-Geográfico, criado em 1838, e um terceiro momento, com início na década de 1930, com a produção universitária. Por outro lado, um segundo problema relaciona-se com o modo como estes estudos estão estruturados. É possível

identificar, nesse conjunto muito variado em termos de recortes e abordagens, elementos que se repetem, exigências comuns, procedimentos similares, balizamentos típicos, porém nem sempre explicitados, mas a partir dos quais poderíamos arriscar uma reflexão de caráter mais metodológico. Todos os trabalhos problematizam em algum momento e de alguma forma a natureza e as funções dos estudos de historiografia; todos igualmente respondem à necessidade de seleção e escolha de obras a serem lidas e analisadas; todos propõem formas mais ou menos coerentes de classificação, organização e periodização das obras escolhidas; todos, por fim, constroem uma proposta de crítica e avaliação das obras selecionadas. Esta avaliação já está presente nos critérios de escolha e ordenamento, mas explicitam-se no conjunto de comentários a respeito do valor intrínseco e circunstanciamentos das obras.

As duas questões têm recebido respostas distintas nos vários trabalhos mencionados acima, selecionamos apenas um como exemplo das dificuldades e impasses gerados muitas vezes pela ausência de uma reflexão mais específica sobre elas. O objetivo dessa comunicação, nesse sentido, é realizar uma análise das obras selecionadas à luz desses problemas. A obra foi escolhida em função da proposta de síntese geral da trajetória da historiografia brasileira que contém. Trata-se de “Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira” de Francisco Iglésias.

Francisco Iglésias logo na introdução de seu trabalho expõe o que entende por história e historiografia. História é uma ciência e uma profissão. É uma ciência porque reflete um conhecimento construído com rigor a partir do emprego racional de técnicas e métodos específicos. É uma profissão porque seu exercício depende de uma formação universitária. Este estatuto, entretanto, é recente. O conhecimento histórico não nasceu nem como ciência e nem como profissão, tornou-se. Já historiografia traduz um esforço de mapeamento de produção histórica, permitindo a apreensão do “quanto foi feito e o muito que há para ser feito”(p.19), “das conquistas e das insuficiências”(p.22). Nesse sentido, os estudos historiográficos integram o conjunto maior das chamadas obras de referência, acompanhando os dicionários, guias, repertórios bibliográficos, etc. Sua utilidade decorre do modo como se insere no processo de construção da ciência histórica: ao mesmo tempo reflexo desse processo, já que sua existência depende da presença de uma massa crítica ou volume expressivo de obras, mas igualmente fator de aprofundamento e aceleração dele. Historiografia possui um valor instrumental para o conhecimento histórico e como tal não poderia

tornar-se um campo de especialização, mas ferramenta inerente ao ofício do historiador. Historiografia impõe-se como fator de profissionalização e aprofundamento da cientificidade do conhecimento histórico. Possibilita saltos qualitativos no processo de construção da ciência. Seria essa uma conclusão possível da leitura da primeira parte da Introdução de Iglésias.

Duas outras informações encontramos na Introdução. Primeiro um comentário geral e sucinto sobre outros trabalhos voltados para o balanço e análise da produção histórica. Menciona a importância de várias obras e autores, entre eles José Honório Rodrigues, mas não faz uma avaliação crítica desse autor. Distingue os trabalhos que se limitaram a realizar simples levantamento do material existente de outros que buscaram uma análise crítica. Aponta, por fim, equívocos cometidos em algumas tentativas de periodização, como a de Sílvio Romero. Em Segundo lugar, propõe ele mesmo uma periodização para a historiografia brasileira dividida em três momentos: “dos primeiros dias até a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, ou seja, 1500 a 1838; de 1838 a 1931, ano da reforma do ensino de Francisco Campos criando as faculdades de educação, ciências e letras; e de 1931 a nossos dias. O esquema pressupõe uma classificação da produção: crônicas e fontes para o primeiro período; obras de história feita por amadores ou autodidatas no segundo; e produto científico de profissionais formados, no terceiro momento.

Gostaria de propor uma forma possível de avaliação da obra de Iglésias a partir de um confronto entre o proposto na Introdução e o efetivamente realizado no corpo da obra. A Introdução contém concepções, promessas, mas também ausências que suscitam dúvidas. O modo, por exemplo, a partir dos quais selecionou, do conjunto dos escritos existentes, aqueles que julgou mais representativos e que melhor retratariam as características e tendências da historiografia brasileira, não ficou explicitado. Quais os critérios orientadores desse julgamento e seleção da amostragem? Oitenta nomes de autores aproximadamente. A ausência de clareza na exposição dos critérios não significa dizer ausência de critérios. Embora no texto da Introdução o autor não discuta o assunto, acaba fazendo no início do Terceiro Momento: “mesmo sem ser exaustiva, procurou-se fixar a sua imagem, com evidência de alguns nomes e obras notáveis e uma produção média de relativo ou pequeno valor” (p.183). A apresentação desses critérios ocorre exatamente num momento em serão abandonados, cedendo todo espaço apenas para as “figuras excepcionais”. Independente disso, a pergunta sobre os motivos que teriam levado o autor a fazer

suas escolhas das obras mais representativas, médias ou excepcionais, permanece sem resposta. Podemos, nesse caso, refazer a pergunta: qual o critério de montagem do elenco de autores e obras nos trabalhos que não explicitam esses critérios? No momento consigo imaginar dois: preferência pessoal e incorporação do cânone, ou seja, daquilo que se estabeleceu tradicionalmente como representativo. Mas sendo assim, uma dimensão fundamental dos estudos de historiografia não escaparia de um controle mais racional, comprometendo a própria cientificidade do trabalho?

Nesse ponto se faz sentir os efeitos da relativa ausência de um aprofundamento conceitual. Definir história como ciência e profissão é o famoso caso do necessário porém não suficiente. A questão é justamente demarcar aquilo que seria específico do conhecimento histórico no conjunto das ciências humanas. Não teríamos aqui, pergunto, uma referência inicial no trabalho de seleção e mesmo classificação do elenco de obras e autores? Isso certamente facilitaria de maneira significativa a elaboração do trabalho na hora de distinguirmos os textos entre fontes, crônicas e história, bem como na relação desta com as outras áreas do conhecimento.

Outra dificuldade, ainda relativo à definição do universo de obras e autores que se pretende estudar, advém da falta de uma definição precisa do que se entende por historiografia brasileira. Brasil aqui significa um lugar ou um tema? Compõe a historiografia brasileira aquele conjunto de obras e autores cujas pesquisas e estudos dedicam-se a decifrar aspectos e problemas da realidade brasileira, independente do seu lugar de origem; ou aquele conjunto de autores de nacionalidade brasileira, mas cujos temas e campos de trabalho dizem pouco respeito à história do Brasil? A resposta a esta questão torna-se decisiva na inclusão ou exclusão da historiografia brasileira do conjunto de escritos que hoje denominamos “cronistas coloniais” ou os chamados “brasilianistas”, por exemplo. Francisco Iglésias incluiu na sua lista alguns estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, mas não os brasilianistas tal como os identificamos a partir dos anos de 1960. Incluiu, por outro lado os cronistas coloniais. Entretanto, como sabemos a colônia portuguesa não era o Brasil e os chamados cronistas não eram brasileiros. Penso que as motivações presentes nessas escolhas não poderiam ser consideradas evidentes por si mesmo. De modo que o processo de montagem, definição e composição do elenco de obras nos estudos historiográficos, primeiro passo nesse tipo de trabalho, exigem precisão e clareza de critérios.

Do ponto de vista do esquema classificatório e que se desdobra numa proposta de periodização, alguns comentários poderiam ser feitos. Os marcos temporais

escolhidos apontam para mudanças ocorridas no âmbito institucional (1838 e 1931), mas o mesmo não ocorre com “1500”, marco político sobretudo. Mas como definir marcos institucionais para uma produção assistemática como a produção dos cronistas coloniais? Talvez a solução estivesse em não considerá-los como um período específico e sim como um problema a ser discutido. Não podemos considerá-los como o nascimento da historiografia brasileira, primeiro porque não escreviam textos de história e segundo porque não eram brasileiros. Entretanto não se pode simplesmente ignorar o fato de o Brasil ser uma nação que se constituiu a partir dessa base colonial. Não podemos incluí-los e tampouco excluí-los. Mas podemos discutir o assunto e explicitar o problema. Não se pode, na verdade, ignorar que existe aí um problema. Num certo sentido, o mesmo ocorre com os brasilianistas.

Mas a questão fundamental é que o plano proposto e declarado por Francisco Iglésias não corresponde exatamente ao plano executado no corpo do trabalho. A leitura do texto com o objetivo de explicitar a estrutura da argumentação nos revela um sentido diferente daquele exposto na introdução. Neste plano a presença de Varnhagen assume uma posição central. Os temas tratados antes do surgimento da obra de Varnhagen parecem concorrer para seu surgimento. De um lado temos a produção de escritos do período colonial, saído das observações e relatórios de membros da igreja ou da burocracia estatal, bem como de viajantes. Mais fontes e crônicas do que historiografia propriamente dita; produção assistemática, episódica, dispersa e de valor e qualidade variada, segundo Iglesias. Conjunto de escritos encontrados, preservados e publicados sobre o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 num contexto de formação do estado nacional após o processo de Independência de 1822, e que teria possibilitado um passo importante no processo de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil. O projeto de organização racional dessa massa documental, a proposta de uma síntese interpretativa de seu sentido e arranjo numa história nacional coerente formulou-se originalmente a partir de proposta do naturalista alemão Karl Friedrich P. von Martius, que vencera concurso proposto pelo IHGB em 1840. De modo que teríamos completo todos os ingredientes necessários à confecção da história da nação: um contexto político e ideologicamente favorável, a existência de fontes preservadas, minimamente organizadas e com uma articulação institucional prévia, e um plano de trabalho e síntese. O passo seguinte consistiria na elaboração da obra e esse passo foi dado por Varnhagen. Conclusão de tendências que a antecederam, a obra de

Varnhagen teria tornado-se também referência obrigatória para as tendências que a sucederam. Depois de Varnhagen teríamos o seguinte esquema classificatório: crônicas históricas; eruditismo; obras modernas; historiadores episódicos; e a obra de Manuel Bonfim que não se encaixaria em nenhum dos grupos acima. Portanto, na estrutura argumentativa de Iglesias este é o marco periodizador da historiografia brasileira. Como tal possuiria a capacidade de atribuir sentido a um conjunto de eventos e movimentos anteriores e posteriores, antecedentes e conseqüências. O conteúdo, portanto, dos dois primeiros períodos da historiografia brasileira poderiam ser traduzidos nesse processo de identificação das condições necessárias ao surgimento da obra de Varnhagen, seu surgimento efetivo e as tentativas de prosseguimento ou superação dessa matriz interpretativa. O problema maior desse esquema classificatório é a mistura de critérios: ideológicos, características internas do discurso, regularidade da produção, etc. Percebe-se igualmente uma proposta de avaliação essencialmente evolucionista.

Do ponto de vista de sua estrutura, os estudos de historiografia refletem um processo de delimitação de uma amostragem das obras significativas, a organização dessas obras em grupos e sub-grupos a partir dos quais um dos desdobramentos é uma proposta de periodização, e por fim, mas não menos importante, uma certa maneira de avaliação crítica desses trabalhos. O modo de avaliação é o aspecto a partir do qual pode-se propor diferentes modalidades de trabalho dentro dos estudos de historiografia, é o que diferencia o simples repertório bibliográfico, do balanço crítico e da história da história.

Nesse aspecto, a obra de Francisco Iglesias vai além do balanço crítico, ou seja, não se limita a elaboração de resenhas das obras, apontando suas dimensões metodológicas e linhas interpretativas, mas procura restabelecer os nexos complexos entre obra, autor e sociedade. Embora aqui algumas dificuldades se apresentem. Apenas brevemente poderíamos citar a avaliação que faz da obra de Frei Vicente de Salvador de um lado e Sebastião Rocha Pita de outro. Apesar de uma série de observações interessantes e pertinentes, acaba por apontar a presença num e ausência em outro de um sentimento “nacionalista”. Para o século XVII e XVIII tais observações vão se aproximando do anacronismo. Mas nesse ponto é possível ir percebendo o sentido mais geral da historiografia brasileira, tal como propõe Francisco Iglesias. No primeiro e segundo período teríamos a montagem de uma matriz interpretativa conservadora, cujo momento fundador encontra-se em

Varnhagen. O Terceiro período, a produção universitária, capítulo não concluído pelo autor, parece querer esboçar a possibilidade de construção de outra matriz interpretativa, mais progressista, mais radical, que retome momentos episódicos de rebeldia intelectual e construa uma tradição de pensamento e elaboração de uma ciência histórica que supere o legado de conservador. Não seria um exercício difícil apontar problemas e ausências na reconstrução e análise que Iglesias faz da produção universitária, onde muito pouco da produção histórica aparece de fato. Mas não faremos isso aqui. Apenas um aspecto gostaríamos de chamar a atenção que é justamente a ausência na reconstituição da trajetória da história acadêmica dos periódicos e necessários balanços críticos, elementos imprescindíveis, como nos alerta na sua Introdução, de avanço e progresso da ciência histórica.

Decorre da leitura e discussão do trabalho de Francisco Iglesias e de outros que poderiam ser objeto de um estudo comparado, mas que o espaço aqui não nos permite, algumas conclusões que poderiam contribuir para o avanço dos debates sobre historiografia brasileira. É desnecessário dizer que os breves comentários acima não tiveram como objetivo apontar defeitos ou problemas na obra de Francisco Iglesias, desmerecendo se valor. Na verdade a escolha de sua obra aqui se deve ao reconhecimento de sua importância como exemplo de ousadia intelectual e nos serviu apenas de pretexto no sentido de detectar as dimensões e problemas inerentes aos estudos de historiografia.

Primeiro quanto ao estabelecimento de critérios de escolha do universo das obras a serem analisadas. Esse primeiro momento exige uma definição clara das características fundamentais do discurso histórico, até para podermos identificar as diferenças entre os vários gêneros que habitam o campo da memória e das ciências sociais. Mas exige igualmente uma precisão a respeito desse universo que denominamos historiografia brasileira. Trata-se de um recorte dentro da historiografia geral que deve seguir critérios explícitos e controlados.

Segundo, quanto aos critérios de classificação dessas obras. A seqüência consagrada: cronistas coloniais, IHGB e produção universitária, poderia ser revista. Os cronistas coloniais não poderiam representar um período propriamente dito, mas um problema a ser discutido, assim como discutimos a importância e o papel do próprio período colonial na construção da história nacional. Outro problema constitui a presença dos brasilianistas. Por outro lado, devemos pensar as relações complexas que se estabeleceu entre nós entre o “tradicional” e o “moderno” em termos de

historiografia. O corte nunca foi abrupto. A presença, por exemplo, de membros do IHGB na composição do corpo docente do Curso de História da USP nos anos de 1930 e 1940. Ou então, o papel representado por essas figuras de transição como Capistrano de Abreu e parte da produção de autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire.

E terceiro, quanto aos critérios de avaliação desses trabalhos. Além daqueles usuais, ou seja, vinculados às características do discurso, sua metodologia, domínio das fontes, linhas teórico-interpretativas, bem como seus laços com o contexto sócio-histórico mais abrangente, em termos de definição de problemáticas e controvérsias, outros aspectos estão presentes naquelas obras que elegem como tema as dimensões da trajetória nacional. A primeira e mais importante é a questão do anacronismo (ver NOVAIS, 2005). Na medida em que o processo de construção do imaginário nacional tem no discurso histórico um dos seus apoios fundamentais, a avaliação de uma obra de história no sentido de verificar em que medida enfrentou o problema do anacronismo e tentou superá-lo, torna-se crucial. Outro problema igualmente importante, principalmente no caso de historiografias de países periféricos, é o problema das influências culturais e intelectuais externas. A ausência de um processo de crescimento por sedimentação, a presença de trajetórias interrompidas, os modismos, a irregularidade evolutiva, são manifestações que deveriam ser levadas em conta. Essas seriam as principais conclusões da leitura de obra de Francisco Iglesias e que gostaríamos de aprofundar a partir de um debate.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, José Jobson e TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CAMPOS, Pedro Moacyr e COSTA, Emilia Viotti da - "Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX" in: Jean Glenisson - **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, pp.250-293.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) - **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1982.
- FALCON, Francisco J.C. "A Identidade do Historiador", in: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.9, nº17, 1996, p.7-30.

- FICO, Carlos e POLITO, Ronald. **A história no Brasil 1980-1989**). Elementos para uma avaliação historiográfica. Vol.1. Ouro Preto, UFOP, 1992.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcantara. **Historiografia brasileira 1900-1930**. Assis. Unesp. 1973.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru/SP: Edusc, 1998.
- FOUCAULT, Michel- **A Arqueologia do Saber**.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**. Usp
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia**, São Paulo: Difel, 1984.
- IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. São Paulo, perspectiva, 1981.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LAPA, José R. Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1985.
- MORAES, José Geraldo Vinci de e REGO, José Marcio. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. SP: Ática, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. **Aproximações. Estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo**. São Paulo: Unesp, 1997.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia**. Bauru,SP: Edusc, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**ENTRE A FÉ E A HISTÓRIA – DESAFIOS EM TORNO DA
HISTORIOGRAFIA DA REFORMA PROTESTANTE**

*João Henrique dos Santos*¹

RESUMO

Um dos principais desafios que se impõem ao historiador que se dedique a estudar a Reforma Protestante é a confiabilidade das fontes, visto estas estarem, na maior parte das vezes, comprometidas pelos tons apologéticos. A multiplicidade de olhares sobre um mesmo fato histórico não é monopólio da modernidade, inaugurada pela própria Reforma, mas esta, sem dúvida, lhe confere uma polifonia peculiar, que perpassa grande parte das obras referenciais para o estudo desse evento e compromete a isenção das fontes primárias.

LUTERO E SUAS BIOGRAFIAS

A pesquisa em um tema como a Reforma Protestante, especialmente focada na pessoa do homem que a iniciou, revela-se um desafio bastante interessante, visto a Reforma, mesmo transcorridos 490 anos desde seu marco inicial, é tema tratado apaixonadamente e, por vezes, de forma nada isenta e inteiramente parcial.

Boa parte da bibliografia existente sobre a Reforma e, em particular, sobre Martinho Lutero, reveste-se de tom confessional e apologético. Muitos dos biógrafos de Lutero, especialmente seus contemporâneos, mas também os posteriores, escrevem apaixonadamente sobre o homem e a obra, vendo-o quer como santo, quer como demônio, dependendo da filiação religiosa do biógrafo.

¹ Professor da Universidade Gama Filho, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para aqueles autores vinculados ao catolicismo romano e que foram moldados pela Contra-Reforma Tridentina, Lutero era a soma de todos os defeitos e males, a epítome da perversidade, irreligiosidade e devassidão. Não escreveram biografias ou panfletos para descrever o homem, mas sim para buscar desmoralizá-lo e, por extensão, a causa que ele defendeu.

Vale, contudo, lembrar que o primeiro biógrafo de Lutero, e também seu inimigo feroz, Johannes Cochlaeus, já em 1529, dizia ter o Reformador alemão “sete cabeças”, em alusão a demônios apocalípticos.

Como recorda Robert Kolb, as diferentes imagens de Lutero, como “Profeta, Professor e Herói”, demoraram um século, de 1520 a 1620, para ser consolidadas, por obra dos partidários da Reforma, quer teólogos, quer políticos, e do próprio povo alemão.

Por outro lado, os apologetas da causa luterana – e da Reforma em geral – ou não viam defeitos ou os minimizavam, quer na vida, quer na obra do Reformador. O Revdo. J. A. Wylie, em sua obra “The History of Protestantism”, de 1878, usou uma epígrafe de Carlyle para a abertura do livro: “Protestantismo, a causa sagrada da Luz e Verdade de Deus contra a Falsidade e Escuridão do Demônio”, o que exemplifica sobejamente quão tendenciosa era sua visão dos fatos históricos que ele narrava.

Efetivamente, no sexto livro dessa obra, que contém o recorte histórico que se estende do Debate de Leipzig (1519) à Dieta de Worms (1521), esse autor não consegue mostrar nada de bom vindo de Roma nem nada de mau vindo de Wittenberg. Ao comentar a ameaça representada pelos turcos (p. 358), o autor afirma que “não há turco no mundo como o turco romano”.

Dompnier, em sua obra sobre a imagem católica sobre o protestantismo, *Le Venin de l'hérésie*, mostra como para os católicos nos séculos XVI e XVII, de modo especial os franceses, nada de bom poderia advir do protestantismo.

Emblemática é a obra do jesuíta Hartmann Grisar, que, mesmo escrita no início do século XX, é fortemente tingida com as cores da Contra-Reforma, retratando Lutero

como um sectário fanático. Ainda que não tenha sido possível a checagem das muitas fontes citadas ao longo dos seis volumes dessa obra, existe a forte possibilidade de que algumas delas tenham sido fabricadas por católicos, ao sabor da Contra-Reforma, para desacreditar o Reformador alemão.

Este é o desafio para o historiador: selecionar quais biografias usar e, ao selecioná-las, extrair o que é factual ou interpretativo, separando daquilo que é meramente apologético. Não há outro caminho, senão o da consulta às fontes primárias e a leitura dos que as analisaram e discutiram, quer coetaneamente, quer posteriormente à redação desses documentos.

No caso específico de Martinho Lutero, Lucien Fèbvre refere como existentes sete edições das obras de Lutero, sendo as duas referenciais conhecidas como as Edições de Erlangen e Weimar, de 1826 a 1885 e 1883 a 1921, respectivamente. A edição de Erlangen, que é a que será usada sempre que se fizer necessária a consulta às fontes primárias, consta de 67 tomos de obras em alemão, “Dr. M. Luthers Sämmtliche Werke”, e 33 tomos de obras em latim, “Lutheri opera”.

Esta é a Edição que vem sendo mais usada pelos historiadores e teólogos que se dedicam ao estudo da vida e obra de Martinho Lutero, à qual se deve agregar a correspondência de Lutero, reunida nos 18 volumes da Edição Enders (1884-1923).

Usando a expressão de Carr: “*Melhor olhar para a História menos em termos de comportamento pessoal consciente e mais em termos de atitudes e situações de grupo sub-conscientes*”. Isso se contrapõe à formulação de Roskill, de que “*sua função [dos historiadores] é não mais que reunir e registrar os acontecimentos de um período com precisão escrupulosa e imparcialidade*”, visto o que se propõe ser a ruptura com a presuntiva neutralidade do historiador, levando à formulação de juízo e ao seu posicionamento.

A neutralidade, na visão de Bloch, coaduna-se com a visão do cientista, e não historiador, visto a ciência basear-se em análise e classificação e a História em descrição, análise e narração. Nessa abordagem, a investigação deve procurar investigar o quanto o “espírito do tempo” – espírito de negação da possibilidade de alteridade

religiosa – foi condicionante ou mesmo determinante para o comportamento individual e coletivo dos envolvidos nos eventos cuja análise é proposta.

Deve-se procurar, a todo custo, fugir de formas simplistas que vejam a Reforma “de dentro”, como se fosse fenômeno hermético que pudesse ser apreciado e entendido unicamente do ponto de vista teológico/filosófico. Em verdade, muito mais útil se revela a abordagem de Lucien Fèbvre, buscando entender e desvendar as teias econômicas, políticas e sociais que moviam os protagonistas dos eventos, de modo especial de 1520.

Portanto, das abordagens existentes quanto à religião, a que se configura mais interessante ao historiador é aquela que busca ver a religião como um elemento de coesão social, unindo homens em torno de ideais práticos e não em torno de idéias teológicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. S. Paulo: Ática, 1994.
- ARTHUR, Anthony. *The Tailor-King: the rise and fall of the Anabaptist Kingdom of Münster*. New York: Thomas Dune Books, 1999.
- BAINTON, Roland H.. *The Reformation of the Sixteenth Century*. Boston: Beacon Press, 1985.
- _____. *Here I stand: a life of Martín Luther*. London: Penguin UK, 2002.
- BARNAVI, Elie e ROWLEY, Anthony. *Tuez-les tous! La guerre de religion à travers l'histoire – VII^e – XXI^e siècle*. Paris: Perrin, 2006.
- BAUBÉROT, Jean. *Histoire du Protestantisme*. Paris: PUF, 1987.
- BAYLE, Pierre. *De la tolérance – commentaire philosophique*. Paris: Presses Pocket, 1992.
- BELL Jr., James S. e SUMNER, Tracy Macon. *The complete idiot's guide to the Reformation and Protestantism*. New York: Alpha, 2002.
- BLOCKMANS, Wim. *Carlos V – La Utopía del Imperio*. Madrid: Alianza, 2000.
- BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- BOSSY, John. *A cristandade no Ocidente 1400-1700*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2004.
- Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

- BRAUDEL, Fernand. *Carlos V y Felipe II*. Madrid: Alianza, 2000.
- BRECHT, Martin. *Martin Luther – his road to Reformation 1483-1521*. Minneapolis: Fortress Press, 1993.
- _____. *Martin Luther – shaping and defining the Reformation 1521-1532*. Minneapolis: Fortress Press, 1994.
- _____. *Martin Luther – the preservation of the Church 1532-1546*. Minneapolis: Fortress Press, 1999.
- CANTIMORI, Delio. *Humanismo y religiones en el Renacimiento*. Madrid: Ediciones 62, 1984.
- CÉSAR, Elben M. Lenz. *Conversas com Lutero: história e pensamento*. Viçosa: Ultimato, 2006.
- CHADWICK, Owen. *The Reformation*. New York: Penguin, 1990.
- _____. *The early Reformation on the Continent*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- CHAUNU, Pierre. *O Tempo das Reformas (2 vols.)*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- CHRISTIN, Olivier. *Les Réformes : Luther, Calvin et les protestants*. Paris: Gallimard, 1995.
- COHN, Norman. *The pursuit of the Millennium*. New York: Oxford University Press, 1970, 22nd ed..
- COLLINSON, Patrick. *The Reformation – a History*. London: Modern Library, 2003.
- DAU, W. H. T.. *Luther examined and reexamined*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1917.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *Escritos Seletos de Martinho Lutero, Tomás Müntzer e João Calvino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DELUMEAU, Jean (org.). *Injures et Blasphèmes*. Paris: imago, 1989.
- _____. *Nascimento e afirmação da Reforma*. S. Paulo: Pioneira, 1989.
- DICKENS, A. G.. *Martin Luther and the Reformation*. Londres: The London Universities Press, 1967.
- DILLENBERGER, John (ed.). *Martin Luther – selections from his writings*. New York: Anchor Books, 1962, 50th ed.
- DIXON, Charles Scott e SCRIBNER, Robert W.. *The German Reformation*. New York: Palgrave, 2003.
- DREHER, Martin N.. *Coleção História da Igreja – 4 vols.*. S. Leopoldo: Sinodal, 2004.

- DURANT, Will. *A história da Civilização vol. IV – A Idade da Fé e vol. VI – A Reforma*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ELTON, G.R.. *Reformation Europe 1517-1559*. Malden: Blackwell, 1999.
- FEBVRE, Lucien. *Au cœur religieux du XVI^e siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1968.
- _____. *Martin Luther: un destin*. Paris: Quadrige/PUF, 1999.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe e WILSON, Derek. *Reforma – O cristianismo e o mundo, 1500-2000*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- FISCHER, Joachim H.. *Reforma: renovação da Igreja pelo Evangelho*. S. Leopoldo: Sinodal, 2006.
- FITZER, Gottfried. *O que Lutero realmente disse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- GAGNEBIN, Laurent. *Le protestantisme*. Paris: Flammarion, 1997.
- GAGNEBIN, Laurent e PICON, Raphaël. *Le protestantisme : La foi insoumise*. Paris: Flammarion, 2005.
- GANZER, Klaus e STEIMER, Bruno (eds.). *Dictionary of the Reformation*. New York: Herder & Herder, 2004.
- GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. (org.). *El Imperio de Carlos V – Procesos de Agregación y Conflictos*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2000.
- GASSMANN, Günther e HENDRIX, Scott. *As Confissões Luteranas: Introdução*. S. Leopoldo: EST/Sinodal.
- GISEL, Pierre e KAENNEL, Lucie (orgs.). *Encyclopédie du protestantisme*. Paris: PUF, 2006.
- GOUNELLE, André. *Protestantisme*. Paris: Publisud, 1992.
- GRISAR, Hartmann. *Luther* (6 vols.). London: K. Paul, Trench, Trubner & co, 1913-1917.
- HÖPFL, Harro (ed.). *Luther and Calvin on secular authority*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Pela fé e pelo amor: a construção de uma espiritualidade luterana original*. NUMEN – Revista de Estudos e Pesquisa da Religião. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 6, n. 2, julho-dezembro 2003.
- JOHNSTON, Pamela e SCRIBNER, Bob. *The Reformation in Germany and in Switzerland*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- JUNGHANS, Helmar. *Temas da teologia de Lutero*. S. Leopoldo: Sinodal, 2000.
- KAUFMANN, Thomas. *Martin Luther*. Beck: Munique, 2006.

- KOESTLIN, Julius. *Life of Luther*. Halle-Wittenberg: s/e, 1881.
- KOLB, Robert. *Confessing the faith: Reformers define the Church 1530-1580*. New York: Concordia Publishing, 1991.
- _____. *Martin Luther as Prophet, Teacher, Hero*. Cambridge: Baker Publishing Group, 2000.
- KUIPER, B.K.. *Church in history*. Grand Rapids: WM B. Eerdmans Publishing, 1995.
- KÜNG, Hans. *Teologia a caminho: fundamentação para o diálogo ecumênico*. S. Paulo: Paulinas, 1999.
- LEACH, Katherine. *The German Reformation*. New York: Palgrave, 1991.
- LENZENWEGER, Josef *et al.* (eds.). *História da Igreja Católica*. S. Paulo: Loyola, 2006.
- LÉONARD, Émile G. *Histoire générale du protestantisme*. Paris: PUF, 1998.
- LIENHARD, Marc. *Martim Lutero – Tempo, Vida e Mensagem*. S. Leopoldo: Sinodal, 1998.
- LINDBERG, Carter. *The European Reformations sourcebook*. Oxford: Blackwell, 2000.
- LIVRO DE CONCÓRDIA. S. Leopoldo: Sinodal, 1997.
- LOHSE, Bernhard. *Martin Luther: an introduction to his life and work*. Philadelphia: Fortress Press, 1986.
- LUTERO, Martinho. *Política, fé e resistência (Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência)*. São Leopoldo: Sinodal, 2000.
- _____. *Como reconhecer a Igreja*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.
- _____. *Obras selecionadas (9 vols. até o presente)*. S. Leopoldo: Sinodal, 2005.
- LUTHER, Martín. *The Schmalkald Articles*. Minneapolis: Fortress Press, 1995.
- _____. *Tischreden*. Frankfurt: Reclam, 1981.
- _____. *The Large Catechism*. Philadelphia: Fortress Press, 1959.
- _____. *The Table Talks of Martin Luther*. Mineola: Dover, 2005.
- _____. *Three Treatises*. New York: Fortress Press, 1970.
- MacCULLOCH, Diarmaid. *The Reformation – a History*. New York: Penguin Books, 2003.
- MacCULLOCH, Diarmaid. *Reformation – Europe's House Divided 1490-1700*. New York: Penguin Books, 2004.

- MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. S. Paulo: Contexto, 2006.
- MARIUS, Richard. *Martin Luther – the Christian between God and death*. Harvard: Harvard university Press, 2004.
- MARQUET, Claudette. *Le protestantisme*. Paris: Jacques Grancher, 1989.
- _____. *Les protestants*. Toulouse: Milan, 1998.
- MARTY, Martin. *Martin Luther*. New York: Penguin, 2004.
- McGRATH, Alister E.. *The intellectual origins of the European Reformation*. Malden: Blackwell, 2004.
- McKIM, Donald K. (ed.). *The Cambridge Companion to Martin Luther*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- MULLET, Michael A.. *Martin Luther*. London: Routledge, 2004.
- NAPHY, William G.. *Documents on the Continental Reformation*. London: Macmillan, 1996.
- OBERMAN, Heiko A.. *Luther – man between God and the devil*. New York: Image, 1992.
- OZMENT, Steven. *Protestants: the birth of a revolution*. New York: Image Books, 1991.
- PETIOT, Henri [DANIEL-ROPS]. *A Igreja da Renascença e da Reforma (2 vols.)*. S. Paulo: Quadrante, 1996.
- _____. *A Igreja dos Tempos Clássicos (2 vols.)*. S. Paulo: Quadrante, 2001.
- PETTEGREE, Andrew (ed.). *The early Reformation in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____. *The Reformation World*. New York: Routledge, 2002.
- PRODI, Paolo. *Il sovrano pontefice*. Bologna: Il Mulino, 2006.
- RATZINGER, Joseph. *Truth and tolerance*. San Francisco: Ignatius Press, 2004.
- RIETH, Ricardo Willy. *Martim Lutero: Discípulo – Testemunha – Reformador*. S. Leopoldo: Sinodal, 2007.
- ROGGE, Joachim. *Martin Luther: Sein Leben, Seine Zeit, Seine Wirkungen*. Berlin: Evangelischen Verlagsanstalt, 1982.
- RUBLACK, Ulinka. *Reformation Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- SCHWIEBERT, Ernest G.. *Luther and his times – The Reformation from a new perspective*. New York: Concordia Publishing, 1950.
- SCRIBNER, Robert W. e PORTER, Roy. *The Reformation in the national context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- SCRIBNER, Robert W.. *For the Sake of Simple Folk: Popular Propaganda for the German Reformation*. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- SMITH, Preserved. *The Age of Reformation*. New York: Henry Holt, 1920.
- STAUFFER, Richard. *La Réforme*. Paris; PUF, 2003.
- TOYNBEE, Arnold. *An historian's approach to religion*. New York: Oxford, 1956.
- TROELTSCH, Ernst. *The social teaching of the Christian Churches (2 vols.)*. London: Westminster John Knox Press, 1992.
- _____. *Protestantism and Progress – a historical study of the relation of protestantism to the modern world*. Eugene: Wipf and Stock, 1999.
- VALLA, Lorenzo. *La donation de Constantin*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- WILLAIME, Jean-Paul. *Histoire des religions – Protestantisme*. Paris: Cerf, 1998.
- WYLIE, James Aitken. *The History of Protestantism*. London: Cassell, 1878.
- ZAGHENI, Guido. *Curso de História da Igreja, vols 3 e 4*. S. Paulo: Paulus, 1999.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Entre a “Agulha e a Caneta”: Em busca da “Nação Imaginada” no periódico *O Sexo Feminino* (1873)

Joice Pompéia Ribeiro¹

Prof. Dra. Maria Ângela de Araújo Resende²

No final do século XIX, destaca-se um número considerável de periódicos dedicados às mulheres. Em sua maioria, esses jornais eram editados e dirigidos por homens. Com esse surto jornalístico, as mulheres passam a ocupar um certo lugar, antes destinado apenas aos homens. Através de reivindicações sob formas de protesto, chamavam a atenção para o trabalho que estavam iniciando.

Utilizando-se da palavra escrita, privilégio de uma classe letrada, a redatora do periódico *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, utiliza-se do espaço público do jornal para disseminar idéias sobre a educação e a emancipação femininas. Se levarmos em consideração o contexto Brasil-Império e as condições de surgimento desse jornal do interior de Minas Gerais (Campanha), podemos dizer que Francisca Senhorinha inicia uma trajetória de luta para se pensar a construção da Nação por um outro viés, ou seja, buscando dar relevo ao papel da mulher num cenário de *clausura*, termo que nos faz reportar Michelle Perrot³.

As formulações de Benedict Anderson⁴, ao caracterizar a Nação como uma comunidade política imaginada, abrem caminhos para se pensar como localizar as mulheres – também pertencentes a essa comunidade imaginada – dispersas e diluídas num possível

¹ Acadêmica do curso de Letras da UFSJ; bolsista de Iniciação Científica.

² Orientadora; Professora do Departamento de Letras, Artes e Cultura da UFSJ.

³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Trad. Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

sentimento de pertença. Quando as mulheres reivindicam seus direitos através do espaço público, no caso um jornal, buscam, também, fazer parte dessa comunidade imaginada da qual Anderson nos fala.

Esses questionamentos tiveram suas bases no início do século XIX, segundo Perrot⁵, na luta das mulheres em prol de seus direitos civis. Olhando para os “excluídos da história”, os operários, as mulheres e os prisioneiros, Perrot⁶ demonstra que o ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino.

Sônia Matos⁷, em seus estudos sobre gênero, também contesta a construção dicotômica dos papéis sexuais. Para ela, as categorias de gênero são historicamente construídas, de modo a delimitar os papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. Os homens eram considerados superiores porque se consideravam dotados de força e inteligência, sendo tais características atribuídas ao sexo masculino. Por isso, o homem era o chefe da família, chamado de sexo forte. Em contrapartida, as mulheres, consideradas frágeis por “natureza”, seriam o sexo frágil. Constatam-se, assim, formulações discursivas que compõem a metáfora da mulher associada ao “bello sexo”, compondo um repertório moral e doutrinário da mãe virtuosa, das boas filhas e esposas.

Baseando-se nesses estudos sobre gênero e Nação, tentar-se-á identificar no periódico o papel das mulheres na construção dessa Nação Imaginada, que reflete a busca de uma identidade que por ora se apresenta em construção.

A redatora do periódico era a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que contava com diversas colaboradoras, dentre elas suas filhas. A maioria das colaboradoras do periódico assinavam seus artigos, mas algumas ainda permaneciam no anonimato, não assinando ou colocando apenas pseudônimos. Havia uma necessidade de se esconder o “eu” através de pseudônimos, já que mulheres escritoras sofriam inúmeros preconceitos por parte dos homens.

O primeiro número do periódico foi publicado no dia 07 de Setembro de 1873. A escolha dessa data procura metaforizar a busca pela independência da mulher. Como nos

⁵ Op. Cit.

⁶ Op. Cit.

⁷ MATOS, Sônia Missagia. “Repensando gênero” In: WAD. Sylvia. *Mulher cinco séculos de desenvolvimento na América capítulo Brasil*. Belo Horizonte: CREZ, 1999. p. 19-57

mostra Francisca Diniz, ao completar um ano de publicação de seu periódico⁸: *O dia de hoje em feliz coincidência com o aniversário da independência nacional, perfaz um anno indicador do grito da independência da mulher.*⁹ Por meio desse editorial, percebemos o sucesso e o alcance do periódico, que, segundo Francisca Diniz, teve uma tiragem de 800 exemplares. O periódico tinha assinantes em Campanha e em outras cidades, e, através de indícios textuais, podemos crer que ele foi lido em outros países como Espanha e Estados Unidos. Era conhecido desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, e o número de assinantes aumentava cada vez mais.

Francisca Diniz também atribui o sucesso do periódico a duas causas:

- a primeira, a magnitude da ideia que única em todo Imperio, e singular em seu genero foi audazmente atirada a publicidade- a segunda é summa e delicada deferência de que quizerão dar provas á uma senhora que só confiada na benevolencia do sexo contrario é que emprehender pôde este afanoso commettimento.¹⁰

Ela expressa a sua alegria pelo periódico ter completado um ano e faz agradecimento às pessoas que colaboraram para seu sucesso, como o tipógrafo que cooperou para que a publicação não fosse interrompida e o redator e proprietário do *Monarchista*, periódico também de Campanha, que permitia que *O Sexo Feminino* fosse editado em sua tipografia.

Depois de completar um ano de publicação Francisca Diniz muda-se para o Rio de Janeiro, tomando o cuidado de avisar a seus assinantes sobre a mudança:

Desde já previne-se ao público que *O Sexo Feminino* entrará em seu 2º anno, sendo publicado na corte, recomeçando a a numeração de 1 em diante. Opportunamente se dirigirá a redactora a seus collegas, scientificando-os do dia em que sahirá ahi esta folha.¹¹

O periódico volta a ser publicado em 1875, mas agora no Rio de Janeiro, onde passa por várias tipografias. Sendo que na “Typografia Lombaerts e filhos”, Francisca Diniz faz uma parceria com o jornal de modas pertencente à Senhora Lombaerts: *As pessoas que*

⁸ Optamos por transcrever a grafia original.

⁹ *O Sexo Feminino*. Campanha, 07 de Setembro de 1874, n.45 p.01. Doravante citaremos o periódico como SF

¹⁰ SF. Campanha, 07 de Setembro de 1874, n.45 p. 2

¹¹ SF. Campanha, 07 de Setembro de 1874, n.45, p. 4

*assignarem conjuntamente O Sexo Feminino e a Sabon, jornal de moda da Sra. Lombaerts e filhos, obterão esta dupla assinatura por 20U000 anuaes.*¹² A publicação perdura até abril de 1876, sendo então interrompida por 13 anos – desta vez, por motivo de doença, Francisca Diniz ficaria fora da corte por algum tempo, como ela própria explica:

A redatora desta folha, achando-se doente e toda sua família, e ainda mais, aterrada pela epidemia actual, a febre amarella, retirase por algum tempo para fora da côrte, e por esse motivo só mensalmente sahirá a folha, até a sua volta.¹³

Embora Francisca Diniz afirmasse que a publicação seria mensal, os números subsequentes não foram localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não sendo possível afirmar se eles realmente foram publicados.

Em Junho de 1889, o periódico ressurge e retoma a defesa da emancipação feminina, mas não explica o motivo de 13 anos sem publicação. Francisca Diniz apenas relata que *Por motivos justificáveis tivemos que interromper por algum tempo a publicação de nossa folha, mas agora continuamos...*¹⁴ No entanto, segundo June Edith Hahner¹⁵, durante esse período Francisca Diniz iniciou a publicação de outros dois jornais, *Primavera* (em 1880) e *Voz da Verdade* (1885), mas nenhum obteve êxito. Com o ressurgimento, o periódico alcançou maior sucesso. Porém, diante dos conflitos políticos, o jornal é novamente interrompido em 1889, só retornando em 1890. Após a Proclamação da República, Francisca Diniz muda o nome do periódico para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, defendendo a liberdade e os direitos políticos plenos para as mulheres. A mudança no regime político ofereceria a possibilidade de uma estrutura política mais aberta. A redatora acreditava que, com a República, a situação da mulher se transformaria. Todavia, não ocorre o esperado. Na República, as vozes femininas foram silenciadas através da manutenção de preconceitos que discriminavam as mulheres. A República pregava a igualdade, mas esta só valia mesmo entre os homens, visto que as mulheres eram deixadas de lado.

¹² SF. Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1875, n.2, p. 1

¹³ SF. Rio de Janeiro, 02 de Abril de 1876, n.22, p.1

¹⁴ SF. Rio de Janeiro, 02 de Junho de 1889, n.1, p.4

¹⁵ HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Trad. Maria Thereza P. de Almeida, Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981. 140p.

A mulher buscava a participação no espaço de atuação masculino e criticava as instituições de poder, isto é, o governo, a igreja e as famílias patriarcais. Haja vista esta citação de Francisca Diniz: *E esta grave omissão, esta falta tão sensível, esse mal tão grande a quem é devido? É ao governo, á sociedade, aos homens - e aos Paes!!!*¹⁶

No exemplo acima, a redatora faz uma crítica contundente a tais instituições, e culpa os homens pela situação das mulheres, que eram excluídas da esfera pública. A elas era destinado o espaço privado, onde ficariam relegadas ao papel de mãe, esposa e dona de casa.

Através das falas de Francisca Diniz, já citadas anteriormente¹⁷, podemos considerar que ela contradizia o ideal de mulher da época, que deveria ser frágil, educada apenas para cumprir os deveres domésticos, atuando na família como a “rainha do lar”. Porém, quando Francisca Diniz se declara como audaz e chama seu trabalho de afanoso, ela confronta o modelo de mulher vista como frágil para dar outra função às mulheres, colocando-as em igualdade com os homens. Nesse sentido, percebemos que a identidade masculina ou feminina era construída culturalmente: ser homem ou ser mulher não dependeria de características biológicas, mas sim de características construídas socialmente.¹⁸

Ao analisarmos alguns editoriais do periódico, percebemos como foi o percurso realizado pelas mulheres na luta pela sua emancipação. O primeiro editorial analisado foi publicado logo no primeiro número do periódico e tem como título “O Sexo Feminino” – como em todos os outros editoriais do periódico – e o subtítulo “A educação da mulher”. Nesse editorial, Francisca Diniz já culpava os homens pela educação precária oferecida às mulheres. Para ela, no século das luzes, os homens deveriam dar melhores condições educacionais para as mulheres.

O seculo XIX, seculo das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os opprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres, e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa, grosseiro e brusco gracejo que infelizmente alguns individuos menos delicados ousão atirar a

¹⁶ SF. Campanha, 04 de Outubro de 1873, n.5, p.1

¹⁷ SF. Campanha, 07 de Setembro de 1874, n.45 p. 2

¹⁸ Op. Cit.

face da mulher, e o que é mais as vezes, em plena sociedade familiar!!!¹⁹

No entanto, é necessário fazer uma diferenciação entre educação e instrução. A educação seria o ensinamento dos deveres tidos como femininos, tais como lavar, passar e costurar, para que a mulher se tornasse uma boa esposa. Deveres que eram ensinados inclusive nas escolas da época. Já a instrução seria o ensinamento da leitura, escrita e religião para que a mulher, ao se tornar mãe, pudesse instruir seus filhos. Heleieth Saffioti²⁰ em seus estudos sobre a história das mulheres, mostra-nos que as expectativas sociais em relação aos papéis femininos excluía a necessidade de instrução. Muitos pais retiravam suas filhas da escola assim que elas tivessem aprendido os trabalhos com a agulha. Portanto, Francisca Diniz critica a ênfase absoluta nas obrigações domésticas e reivindica o direito à instrução feminina:

Em vez de paes de familia mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a phisica, a chimica, a historia nacional, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa.²¹

Maria Ângela Resende²², em sua análise desse editorial, considera que quando Francisca Diniz reivindica o direito à “língua nacional”, tal reivindicação produz em suas leitoras o sentimento de que ter acesso à língua nacional, através da leitura e da escrita, ou seja, isso significaria criar condições para que as mesmas pudessem habitar um lugar de pertencimento à Nação, além de escrever essa comunidade imaginada.²³

Portanto, o que provocaria esse sentimento comum seria a língua nacional, dando a idéia de pertencimento ao todo. Para fazer parte dessa Nação imaginada, seria importante

¹⁹ SF. Campanha, 07 de Setembro de 1873, n.1, p.1

²⁰ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. 383p.

²¹ SF. Campanha, 07 de Setembro de 1873. n.1, p. 1

²² RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *A República em folhetim: A Patria Mineira Formando Almas*. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005, p. 231.

²³ Retomamos aqui a expressão de Anderson, citado anteriormente.

que a mulher se instruisse para que também seus filhos fossem instruídos. Os filhos seriam os futuros condutores da Nação; logo, necessitavam ser bem educados para que não reproduzissem os preconceitos contra a mulher. Esse é um dos sentidos por meio dos quais as mulheres buscavam participar da construção da Nação: mediante a educação dos filhos elas estariam contribuindo para a realização desse projeto de Nação.

Outro editorial analisado foi publicado no dia 25 de Outubro de 1873 com o subtítulo “O Que Queremos?”. Aqui, Francisca Diniz ironiza a idéia de que somente pessoas contrárias ao progresso seriam capazes de fazer tal pergunta:

É natural que mais de um desses espíritos retrógrados que compõe nossa actual sociedade tenha feito esta interrogação. É bem provavel que os indifferentes, os pessimistas, e os cegos por vontade, igual pergunta se tenham feito.²⁴

Ao responder à pergunta presente no título de seu editorial, Francisca Diniz afirma acreditar que o grande inimigo da mulher era a ignorância em que vivia. A redatora faz também críticas aos casamentos realizados por conveniência e aos maridos que enganavam suas mulheres. Assim, ela reivindica o direito à instrução, pois esta evitaria que fossem enganadas por maridos interessados em apanhar um bom dote e extorquir os bens imóveis do casal:

Porém, nesta sociedade corrupta, sem moral e sem religião, o casamento é um meio de fazer fortuna, é o fim a que se propõe o homem malandro que não quer trabalhar, e que qual volantim de nova especie quer dar saltos mortaes para apanhar um bom dote, não importa que seja de moça bonita ou feia, velha ou viuva rica, tudo lhe serve.²⁵

No exemplo acima, percebemos como era a sociedade da época e qual era o papel da mulher. As mulheres não tinham direitos em um casamento no qual elas eram, muitas vezes, coagidas a se aventurarem. Os pais arranjavam os casamentos, buscando homens ricos; estes, por sua vez, procuravam mulheres cujos pais ofereciam um bom dote. As moças ricas eram vistas como uma fonte de enriquecimento, já que seriam os homens que tomariam conta dos negócios da família. Por isso, Francisca Diniz insistia na instrução feminina para que a mulher soubesse também cuidar dos negócios. Nesse sentido, podemos

²⁴ SF. Campanha, 25 de Outubro de 1873. n.8, p. 1

²⁵ SF. Campanha, 25 de Outubro de 1873. n.8, p. 1

compreender alguns dos pontos principais da luta pela emancipação empreendida por Francisca Diniz.

Segundo Resende²⁶, esse editorial seria um “manifesto” marcado pelo “desejo do saber” individual, das relações domésticas, e destas com os negócios públicos. Seria preciso registrar através da letra impressa a necessidade de se retirar a mulher da indigência cultural em que se encontrava.

Assim, Francisca Diniz, ao escrever o seguinte artigo, fornece um bom exemplo de mulher emancipada. A mulher instruída saberia lutar pelos seus direitos e poderia se libertar da dominação masculina:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim
de que possamos educar também nossos filhos;
Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e
delles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negocios do nosso casal, para bem
administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos em fim saber o que fazemos, o porque e pelo que das
cousas;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negocios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.²⁷

Percebemos que, se a ignorância era o maior inimigo da mulher, somente a educação seria capaz de tirá-la da indigência em que vivia. Desse modo, Francisca Diniz chama a atenção para a mulher que depois de educada seria capaz de atuar na vida do casal, ajudando o marido na administração da casa e que até mesmo, na falta dele, seria capaz de administrar sozinha os bens da família.

Podemos considerar, nesse primeiro ano de investigação do periódico (1873-1874), que os discursos veiculados por Francisca Diniz em seus editoriais exemplificam e materializam a participação das mulheres letradas na imprensa. Elas participavam através de assinaturas do jornal e escreviam artigos para serem publicados. Todas essas *performances* constituem modos de participação na construção da Nação, permitindo à mulher transcender o papel de mera reprodutora. Apregoava-se uma mulher que não se

²⁶ Op. Cit.

²⁷ SF. *Feminino*. Campanha, 25 de Outubro de 1873. n.8, p.1

restringisse ao espaço privado, mas que, confrontando os modelos tradicionais de feminino, também participasse da esfera pública.

A perspectiva de análise a partir da categoria gênero nos possibilitou vislumbrar as relações estabelecidas entre os atores sociais, no caso a “vigilância” dos homens com relação às mulheres no toante a suas leituras e sua conduta. Contrapondo-se ao discurso que naturaliza as diferenças entre homens e mulheres, Francisca Diniz procura colocar a mulher em igualdade com os homens, questionando a construção feminina como sexo frágil. Porém, ela não exclui a função da mulher como mãe e esposa; apenas acrescenta, a esses papéis tradicionais, a função de ser também educadora, jornalista, escritora e muitas outras funções que a mulher seria capaz de exercer na vida pública.

Nesse sentido, a “nação imaginada”, da qual nos fala Anderson, se apresenta multifacetada nessas escritas femininas, que, em busca de leitoras e autoras, formam o futuro cidadão (os filhos) e reivindicam o seu lugar e o trânsito entre a “agulha e a caneta”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

HAHNER, June Edith. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Trad. Maria Thereza P. de Almeida, Heitor Ferreira da Costa. São Paulo, Brasiliense, 1981. 140p.

MATOS, Sônia Missagia. “Repensando gênero” In WAD. Sylvia. *Mulher cinco séculos de desenvolvimento na América capítulo Brasil*. Belo Horizonte. CREZ, 1999. p.19-57

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Trad. Denise Botmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RESENDE, Maria Ângela de Araújo. *A República em folhetim: A Patria Mineira Formando Almas*. Tese de doutorado apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2005, 231 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976. 383p.

VASCONCELOS, Eliane. *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*.
Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 1999.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**“Fábricas de santinhos”:
modelos de santidade na escrita histórica brasileira**

Jorge Victor de Araújo Souza*
Sílvia Barbosa Guimarães Borges**

(...) protesto, e com animo mais ingênuo e expressivo declaro, que tudo que relato, e escrevo neste volume, e que pareçam milagres ou sucessos sobrenaturais não é meu intento que tenham mais crédito, ou autoridade que aquela que merecem as mesmas em si, e cabe na Fé meramente humana, *deixando ao juízo rectissimo da Igreja o discernir os verdadeiros milagres, e santidade.* (COUTO, Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. p. 1.)

Visitando o maior país católico do mundo, o Papa Bento XVI canonizou frei Antônio de Santana Galvão (1739-1822), primeiro santo nascido no Brasil. Considerada pelos católicos uma grande conquista, a canonização do religioso franciscano que morreu com “odores de santidade”, é antes de tudo um reforço à devoção católica brasileira. Pode-se até perguntar: como um país, com uma população tão devota aos seus “protetores espirituais” desde os primeiros tempos da colonização, ficou tanto tempo sem ter um santo só seu? A resposta é difícil, talvez isso se deva a questões políticas envolvendo interesses do Vaticano. Mas fato é que ao longo de nossa história nunca faltaram aqui candidatos ao posto agora outorgado a frei Galvão. Relatos da existência de muitos deles ficaram registrados em práticas de escrita que tentavam se constituir como história, mas que foram fortemente marcadas pela idéia de “santidade”, termo muito caro à escrita hagiográfica.

Aponta-se aqui pelo menos duas práticas de escrita na América portuguesa carregadas do conceito de santidade: uma escrita laudatória, produzida como biografia de um religioso falecido com “odores de santidade” e uma escrita também produzida por religiosos, mas que tinha caráter

histórico. Esta acabava por narrar “feitos admiráveis” de companheiros de missão, comumente ligados ao sentido de santidade. Neste trabalho procuraremos tratar mais especificamente do segundo caso.

“Santidade” é um conceito com raízes muito antigas, mas foi o cristianismo que o difundiu¹. O conceito é intrinsecamente vinculado ao culto às relíquias². Este culto remonta aos primeiros séculos do cristianismo, ligando-se à devoção a santos mártires. A palavra relíquia é originária do latim *reliquiae* e, grosso modo, significa restos. Entretanto, relíquias cristãs não são restos comuns. São partes de algo considerado sagrado, podendo ser pedaços de instrumentos usados na paixão de Cristo, algum objeto relacionado à Nossa Senhora ou alguma parte do corpo de santos, como a língua de Santo Antônio. A veneração às relíquias era uma das preocupações da Contra-Reforma, pois elas reafirmavam o testemunho da existência e intercessão dos santos, o que era firmemente contestado pelos protestantes. Não foi em vão a ênfase dada a tal questão em 1707 pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “Nenhum católico pode duvidar que as relíquias dos santos aprovadas pela Igreja ou sejam parte de seu corpo, ou outras coisas que em vida, ou depois da morte os tocassem”³. Discursos em torno das relíquias e das presenças de santidade foram apropriados para combater “os de outra fé”⁴.

É esse sentido, de peleja a “heresiarcas”, que Sebastião da Rocha Pitta usa em sua História do Brasil, publicada em 1730, ao tratar da importância da santidade.

Porém Deus Nosso Senhor, mostrando aquelas desgraçadas criaturas, que tinham errado a via da verdade, fez caminhar por ela no mesmo século inumeráveis santos em vários estados, com prodigiosas penitências, mortificações e abstinências, sobre a esfera da possibilidade humana e com a mais pontual observância da doutrina Católica Romana, sendo uns fundadores de novas religiões, outros reformadores de antigas, dos quais os declarados da Igreja e venerados do altar...⁵

* Doutorando em História na UFF. Bolsista CNPq.

** Bacharel em História pela UFRJ (PPGHIS) e mestranda em História da Arte (PPGAV) na mesma universidade.

¹ VAUCHEZ, André. Santidade. *Enciclopédia Einaudi*. Volume 12. Dir. ROMANO, Ruggiero, 1987. p. 288.

² GAJANO, Boesch. Santidade. In: SCHMITT, Jean Claude; LE GOFF, Jacques (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval* – Volume II. Bauru/SP: EDUSC, 2002. p. 449-462.

³ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typog. 2 de Dezembro, 1853. (Livro I, tit. XVIII, itens 22-26) p. 9-10.

⁴ Na Idade Média, a santidade e as políticas de canonização chegaram a se tornar estratégias no combate a heresias. Cf. GOODICH, Michael. Politics of canonization in the thirteenth century: lay and Mendicant saints. In: WILSON, S. E. *Saints and their cults: studies in religious sociology, folklore and history*. Cambridge, Londres; Nova York: Melbourne: Cambridge University Press, 1985. p. 169-187.

⁵ Sebastião da Rocha Pitta. *História da América portuguesa*. Rio de Janeiro. Tipografia Garnier, S/D. p. 143.

Rocha Pitta trata especificamente dos protestantes, enumerando vários líderes do movimento.

A santidade podia estar associada às relíquias e é neste sentido que Pierre Delooz nos lembra que o termo podia ser atribuído a objetos materiais⁶. Mas o sentido de santidade ficou marcadamente ligado a cristãos que tiveram uma vida considerada pia, boa parte deles seria canonizada, tornando-se santos. Como construção social, santidade depende, lembra Delooz, da “opinião dos outros”⁷.

De acordo com o dicionarista e clérigo Rafael Bluteau, na primeira metade do século XVIII, santidade era sobretudo integridade e perfeição de costumes, perceptíveis em atos e hábitos. Ainda segundo o lexicólogo que viveu em Portugal, para ter santidade era preciso “viver apartado de todo gênero de vícios, e ornado de todas as virtudes morais e sobrenaturais”⁸. Nota-se, Bluteau faz questão de salientar, que santidade não é algo inato, mas considerado um *ethos* adquirido ao longo da vida⁹.

Mas é preciso enfatizar a ambigüidade que poderia ter o termo santidade empregado na América portuguesa. Como ressaltou o historiador Ronaldo Vainfas, os jesuítas aplicaram esse termo a uma tradicional cerimônia tupi. De acordo com Vainfas, foi Manuel de Nóbrega o primeiro a usar a denominação destacando, porém, que a cerimônia indígena era uma “santidade falsa”¹⁰.

Modelos de modelos – Discurso hagiográfico

Michel de Certeau considerou a hagiografia como um discurso que se encontra na extremidade da historiografia. Segundo ele, este gênero de escrita, não se preocuparia com “àquilo que se passou”, mas com “àquilo que é exemplar”¹¹. Assim, tal gênero visava à edificação, o *exemplum* do agente sagrado, os santos.

⁶ DELOOZ, Pierre. Towards a sociological study of canonized sainthood in the Catholic Church. In: WILSON, S. E. *Saints and their cults: studies in religious sociology, folklore and history*. Cambridge, Londres; Nova York: Melbourne: Cambridge University Press, 1985. p.193.

⁷ *Idem*. p. 194-199.

⁸ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Tomo VII, 1720. p. 481.

⁹ *Idem*.

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. Santidades. In: _____. (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p. 521-523.

¹¹ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 266-267.

Uma das coletâneas hagiográficas mais conhecidas e que foi fonte de modelos para a escrita da vida de vários santos a partir da Idade Média, foi a *Legenda Áurea*. Produzida no século XIII, pelo dominicano Jacopo de Varazze, com o intento claro de levar aos seus irmãos de hábito conteúdo para formularem seus sermões, a *Legenda* está repleta daquilo que Certeau considera fundamental para o discurso hagiográfico – relatos de vidas virtuosas. A exemplaridade destas vidas são acompanhadas por martírios e feitos extraordinários, marcando um lugar do fantástico, como destaca Hilário Franco Junior:

com efeito, nosso compilador ainda via os santos como pessoas cujas mortes, apesar de serem brutais, são acompanhadas por sons harmoniosos, pessoas cujos corpos torturados e mutilados emana odor agradável, pessoas cujos restos mortais são imputrefatos e têm poderes taumaturgicos que beneficiam a todos os que peregrinam até seu local de descanso e veneração¹².

Resumindo o que disse o medievalista brasileiro, a *Legenda* é, também, uma compilação de milagres. No século XVIII, para Raphael Bluteau, milagre é “obra da onipotência divina (...), obra sobrenatural e superior as forças dos agentes naturais, como as que Jesus Cristo fez pelo poder Divino, ou que pelo mesmo divino poder obram os Santos, para crédito da fé, glória de Deus”¹³.

No período que se convencionou denominar barroco, a *Legenda Áurea* continuou sendo uma importante fonte de relatos de santidade e feitos milagrosos. Um determinado modelo de santidade pode ser claramente visto na obra pioneira da escrita histórica na América portuguesa.

Frei Vicente do Salvador finalizou sua *História do Brasil* em 1627. Entretanto ela só foi publicada na íntegra em 1888, nos Anais da Biblioteca Nacional. Notamos poucos relatos fabulosos e miraculosos onde pudesse se sobressair o sentido de santidade que nos interessa. Todavia, comentando a existência da ermida de Nossa Senhora da Penna, no Espírito Santo, frei Vicente destaca que:

Nesta ermida esteve antigamente por emitão um frade leigo de nossa ordem, Asturiano, chamado frei Pedro, de mui santa vida, como se confirmou em sua morte, a qual conheceu alguns dias antes, e se andou despedindo das pessoas devotas, dizendo que, feita a festa de Nossa Senhora, havia de morrer, e assim sucedeu, e o acharam morto de joelhos, e com as mãos levantadas como quando orava; e na translação de seus ossos dessa igreja para nosso convento, fez

¹² FRANCO JÚNIOR, Hilário. Apresentação. In: VARAZZE, Jacopo de. *Legenda Áurea – Vidas de Santos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 16.

¹³ BLUTEAU, R. *op. cit.* p. 481.

muitos milagres, e poucos enfermos os tocam com devoção que não saem logo, principalmente de febres, como tudo consta de instrumentos de testemunhas, que está no arquivo do próprio convento¹⁴.

O modelo de santidade presente aqui é o de um religioso que, como Santo Antão e os primeiros padres do deserto, buscou o “afastamento do mundo” típico do ascetismo oriental. Frei Pedro, segundo frei Vicente, tinha dons divinatórios. A santidade foi inscrita em seu próprio corpo, depois de morto foi encontrado em postura de devoção. É importante, na construção da santidade, frisar a “opinião do outro” e é assim que frei Vicente destaca uma forma de devoção aos ossos de frei Pedro, tratados como relíquias pelos enfermos. Neste ponto, o cronista franciscano dá importância aos testemunhos dos milagres, e busca assegurar a veracidade dos fatos destacando que os relatos se encontram em documentações presentes em arquivos.

Membros da Academia

É na escrita de dois membros da *Academia Brasílica dos Renascidos*, que notamos grande presença do termo santidade, com variadas significações. Frei Domingos Loreto Couto, beneditino, e frei Antônio de Santa Maria Jaboaão, franciscano, não pouparam tinta ao tratar de homens que segundo eles morreram com “ares de santidade”¹⁵.

Frei Domingos Loreto Couto, nascido em Recife por volta de 1696, teve uma atribulada vida religiosa. Por desavenças com sua ordem de origem, trocou o hábito franciscano pelo de beneditino. Em 1757 concluiu seu *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, dedicado a D. José I. Dividido em oito livros, procurou enaltecer os feitos dos “filhos de Pernambuco”, que de acordo com ele foram esquecidos em outros escritos que trataram da América portuguesa, principalmente no período holandês. É no livro quarto, *Pernambuco ilustrado com virtudes*, que frei Domingos mais necessita da precaução que escreveu ao abrir sua obra e que aqui utilizamos como epígrafe¹⁶. Em sua cautela, frei Domingos acentua que a crença nos fatos que relatará “cabe na Fé meramente humana”. Apostando na credulidade dos homens, frei Domingos descreve

¹⁴ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p. 67.

¹⁵ Sobre a participação de ambos na *Academia Brasílica dos Renascidos*: KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

¹⁶ O cuidado de frei Domingos é bem significativo. O papa Urbano VIII (1623-1644) enrijeceu os preceitos para santificação e coibiu a propagação de relatos dos que supostamente morriam com “odores de santidade”. O Santo Ofício, no seu regimento de 1640, condenava os “que dão culto, como santos, aos que não forem canonizados, ou beatificados, e dos livros que tratam de seus milagres e revelações e dos que fingem”.

prodígios operados pelo padre João Duarte do Sacramento (1634-1719), que curou com a saliva um índio que tinha o olho ferido, salvou da morte pessoas envenenadas pela ingestão de folhas de mandioca e anteviu o futuro, ao prever uma violenta morte ocorrida em um engenho.

Quando morreu, as vestimentas e os pertences do padre foram disputados como relíquias. Seu corpo, exposto durante dois dias, deu sinais típicos de santidade justamente pela ferida que lhe havia impingido os maiores sofrimentos: “Aquele tumor ulcerado, que em sua vida exalava um cheiro corrupto, que ofendia o olfato, e o cérebro, de quem lhe assistia, logo que se apartou do corpo o espírito, desapareceu em um instante, exalando uma fragrância suavíssima, e não conhecida, e tanta que se participou a todo espaçoso âmbito da igreja”.¹⁷

As descrições dos feitos do padre João Duarte são típicas de determinados modelos de santidade também encontrados em muitos “santinhos” e “bentinhos” da América portuguesa. Tópicas enfatizavam como o corpo deveria dar “sinais de santidade”. Na época, era comum a expressão “odores de santidade”, conferida a pessoas que viveram piamente, principalmente clérigos. Quando morriam, esperava-se que, no lugar do cheiro de carne em decomposição, se sentisse um suave perfume de flores¹⁸. Segundo frei Apolinário da Conceição, autor do opúsculo *Ecco sonoro da clamorosa voz que deu a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1747, na saudosa despedida do irmão frei Fabiano de Cristo*, o cadáver do franciscano, além do sangue perfumado que lhe escorria por uma chaga, apresentava uma incrível flexibilidade, como se estivesse dormindo e não morto: “Se o sentavam assim ficava, se lhe apertavam os dedos; davam estalos, e se lhe abriam os olhos, que perseveraram claros e, sem

¹⁷ COUTO, Frei Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1981. p. 320.

¹⁸ Os “bons odores” marcam um *topoi* das vidas de santos. Algumas obras como as de Rimbertino, publicada em Veneza em 1498, não tinham constrangimentos em afirmar que “a Igreja canta que os corpos dos santos serão um odor suavíssimo [...] O Senhor Jesus tem o corpo mais agradavelmente odorante entre tudo que, em todo o universo, exala perfumes”. *Apud*, DELUMEAU, Jean. *O que sobrou do Paraíso?* São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 195. Mais antigos ainda são os relatos registrados na *Legenda Áurea*, neles, São Gervásio, São Protásio e Santo Aleixo, por exemplo, emanaram “fragrâncias especiais”. VARAZZE, Jacopo de. *op. cit.* p. 482-542. Ainda sobre “odores de santidade”, ver: CLASSEN, Constance. *Worlds of sense: Exploring the sense in history across cultures*. New York: Routledge, 1993. p. 21.

névoa alguma, os ia cerrando muy devagar”¹⁹. Nota-se a presença de uma tópica comum na hagiografia: a luta vitoriosa contra a natureza corporal²⁰.

Mas frei Domingos Loreto Couto não restringiu os personagens que tiveram “nota de santidade” apenas aos clérigos. Aliás, nesse fato reside uma das características gerais do *Desagravos do Brasil*, ou seja, a tentativa de promover um ajuntamento dos mais diversos agentes, sob a designação de “pernambucanos”²¹. É nessa perspectiva que frei Domingos concede “nota de santidade” a pardos, pretos e a índios.

Assim, frei Domingos discorre sobre as *ações louváveis de dois homens pardos e dois pretos*. O primeiro homem pardo, José Pereira era mais conhecido como José Santinho. Nascido em Olinda, era filho de um homem branco com uma escrava. De acordo com a narrativa, José possuía desde tenra idade os atributos de sua “futura santidade”. “Era muito humilde, modesto, recolhido, devoto e obediente a seus amos. Todos os dias ouvia missa, a que assistia com muita devoção, freqüentava os sacramentos, e gastava o tempo, que lhe restava para trabalhar no ofício de sapateiro, a que o aplicaram, em devotos exercícios”. Vê-se que seu modelo de santidade amalgamava com o que se esperava de um “bom escravo”, ou seja, ser “obediente a seus amos”. José Pereira, ou José Santinho, como ficou conhecido popularmente, morreu em dois de outubro de 1751. Nesta data foi sepultado na igreja de São Pedro Mártir com coroa e palma, símbolos de santidade que seus confessores lhe deram “em sinal da vitória, que alcançara do mundo, diabo e carne”²².

Ignácio, o segundo homem pardo da narrativa, praticou o eremitismo, ficando dez anos sem falar com pessoa alguma, depois disso tornou-se um contumaz pregador. Ainda no início do século XVIII veio a falecer, dando sinais de santidade. “O seu corpo ficou flexível e com o rosto tão alegre, como se estivera vivo, deu-se-lhe sepultura na igreja nova do santíssimo sacramento, e sendo o primeiro que foi enterrado na dita igreja, se verificou a sua profecia”²³.

¹⁹ CONCEIÇÃO, Apolinário da. *Ecco sonoro, da clamorosa voz, que deu a cidade de S. Sebastiam do Rio de Janeiro em o dia dezoito do mez de outubro do ano de 1747, na saudoza despedida do irmão frei Fabiano de Christo, enfermeiro do Convento de S. Antonio da mesma cidade, de cuja vida adornada de virtudes de expoem huma summaria noticia*. Lisboa: off. de I. Rodrigues, 1748. p. 30.

²⁰ GAJANO, Sofia Boesch. *op. cit.* p. 449.

²¹ Loreto Couto usa “pernambucanos” no lugar de “naturais” ou “nobreza da terra”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. p. 114.

²² COUTO, Frei Domingos Loreto. *op. cit.* p. 330-331.

²³ *Ibidem*, p. 335.

Na narrativa de frei Domingos, escravos também davam sinas de santidade. João Henriques, preto crioulo, era escravo do cónego João Maximo, arcediogo da Sé de Olinda. Caritativo e cheio de fé, segundo frei Domingos, João Henriques até sonhando dava sinais do modo devoto em que vivia. João, após a morte de seu senhor, ficou liberto e se recolheu em um hospital “onde o seu exercício mais ordinário era assistir a cura, e serviço dos enfermos, aplicando-se aos ministérios mais baixos, e a limpeza dos vasos imundos”²⁴. Nesse mesmo hospital, João morreu cego e com idade avançada.

Já Antonio de Brito, crioulo forro, era exemplo de conversão. Antonio expirou diversos sofrimentos físicos quando “cobriu-se de asquerosas chagas”. Indo para o hospital do padre Antonio Manuel Felix, Antonio padeceu suas agruras até 1714²⁵.

Nos capítulos 22, 23 e 24, frei Domingos trata dos índios naturais de Pernambuco que “floresceram em santidade”. Caso curioso é o de quatro meninos índios que haviam sido mandados para Lisboa em uma nau. Quase chegando ao seu destino, a embarcação foi tomada por mouros. Em novembro de 1690 os quatro índios se viram cativos em Marrocos. Foram recebidos em um palácio, onde o rei “começou a tratá-los com excessos de amor, sinais de estimação, e muitas promessas cheias de encarecimentos, persuadindo-os com carícias, e afagos, que deixassem a lei de Cristo, e abraçassem a de Mafoma”. Passando por testes de resistência os quatro responderam que, “primeiro perderão a vida, que deixar a fé de Cristo, que professavam”. Como *topoi* recorrente na hagiografia dos primeiros mártires do cristianismo – São Lourenço e Santo Estevão, por exemplo – os meninos passaram a ser torturados pelo tirano para que abjurassem de sua fé, mas, “os benditos meninos rindo-se do rigor e zombando dos tormentos (semelhante ao comportamento de São Lourenço na grelha), achavam nos espinhos rosas, nas dores delícias, nos opróbrios honras, e nas afrontas vitórias”. O beneditino segue afirmando que ao sofrerem estas torturas, três dos meninos suportaram os rigores, mas o de nome José, “não podendo resistir ao rigor da crueldade, com que trataram aqueles bárbaros entregou sua bendita alma no seguinte dia nas mãos do Criador, e saiu desta vida a lograr a coroa merecida pelo martírio”²⁶.

²⁴ *Ibidem*, p. 331.

²⁵ *Ibidem*. p. 331-332.

²⁶ COUTO, Frei Domingos Loreto. *op. cit.* p. 335-337.

O antropólogo Luiz Mott chamou a atenção para o fato dos franciscanos terem sido os principais clérigos regulares a cunharem “santinhos” e “bentinhos” na América portuguesa²⁷. São bem conhecidos casos como os de frei Fabiano de Cristo e não faltaram biógrafos franciscanos como frei Apolinário da Conceição. Mas nem sempre os franciscanos cunharam “santinhos” em opúsculos que tinham especificamente este objetivo, é o caso de nosso segundo acadêmico, frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779).

Assim como frei Domingos, frei Jaboatão nasceu em Pernambuco. Tornou-se franciscano aos vinte dois anos no convento de Paraguaçu. Em 1761, como cronista da província franciscana de Santo Antônio, publicou *Orbe Novo Seráfico Brasílico*²⁸. Nesta obra estão registradas a origem e os fatos importantes da formação da província, como as missões franciscanas e a construção de quatorze conventos. Sua narrativa é recheada de registros das vidas e obras de franciscanos ilustres²⁹. Diferente de Loreto Couto, frei Jaboatão se dedica exclusivamente à narrativa sobre franciscanos dado o caráter de sua obra.

Ao tratar de frei Pedro de Palácios, Jaboatão declara que os que o conheciam o tratavam por “Varão de Deus”, pois era “homem santo, e como tal, querido e venerado por aquele povo, com muito singular e reverente estimação”³⁰. Em seu jazigo ficou registrado: “Sepultura do Santo Frei Pedro Palácios, natural de Rio Seco em Castela, fundador desta ermida, que assim na vida, como depois da morte floresceu com milagres”. O cronista não entra em detalhes quanto aos milagres a ele atribuídos, mas destaca o seu reconhecimento popular.

Entre os registros de frades célebres feitos por Jaboatão é possível notar que a santidade estava, para o autor, mais vinculada às virtudes e a vida religiosa do que a ações milagrosas, o que não implica em não lhes dar o devido valor.

E por isso, ainda que deste e de outros mais nos não deixaram referidas ações portentosas, nem outros casos notáveis, porque estes ainda que mostrem no sujeito que os obra a Santidade que tem, *pode com tudo haver muita Santidade, e muito grande, sem que obre milagre, ou prodígio algum o que é Santo e*

²⁷ MOTT, Luiz. *Rosa Egípcíaca – Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1993. p. 228.

²⁸ O primeiro tomo de *Novo Orbe Seráfico Brasílico* foi publicado em 1761 enquanto o segundo saiu do prelo em 1764.

²⁹ Cf. WILLEKE, Frei Venâncio. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, OFM. In: *Revista de História*. n.93. p. 47-67; _____. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. In: *Franciscanos na História do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 88-100.

³⁰ JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou crônica dos frades menores da província do Brasil*. Volume I. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro. 1859. p. 44.

virtuoso; por esta razão e justo fundamento nos resolvemos a escrever o pouco, que deste e de outros Religiosos nos deixaram em memória os nossos Antigos, ou por descuido seu, que é o mais certo e comum, ou porque bem *podiam ser muito Santos, ainda não obrando milagres*³¹.

Mesmo assim quando trata dos eventos que cercaram a morte de frei Cosme e Damião, Jaboaão não poupa o relato de fatos milagrosos atribuídos ao religioso. Mas toma precauções, buscando legitimação “científica” para os fatos observados.

Nós os doutores da Medicina abaixo assinados, que atualmente curamos nesta cidade, dizemos e damos fé, em como domingo, segundo dia do mês de novembro de mil seiscientos e cinqüenta e nove, sendo chamados do governador Geral deste Estado do Brasil, e nos mandou, que com diligência víssemos o corpo do dito padre se tinha alguma corrupção, ou mau cheiro, o que logo fizemos, estando já para o meter na sepultura, tocando-lhe narizes, boca, orelhas, cabelos e os emunctórios do seu corpo, e não achamos sinal algum de mau cheiro, ou corrupção, o que julgamos ser coisa mais que natural, em razão de serem passadas vinte e sete horas que faleceu, e ser tempo de maior calor, que há nesta terra, sendo acessório a este acidente, o que faziam as muitas luzes, e grande tumulto de gente, de que sempre o corpo esteve cercado, e principalmente a observância de vida regular, e exercício de virtudes, em que vulgar e geralmente todos dizem que exercitou sessenta e três anos, que viveu na religião. Em fé do que passamos a presente jurada aos Santos Evangelhos, e assinadas de nossos sinais. Bahia. Julho de 1660. André Rodriguez. O Physico mor, Francisco Vaz Cabral.

Jaboaão refere-se a um documento do século anterior, onde novamente notamos o *topoi* do corpo vencedor, enaltecendo a observância regular e as virtudes. Outra vez surge a “opinião do outro”. Uma opinião geral, “em que vulgar e geralmente todos dizem que exercitou”, e outra que é a dos “especialistas”, ambas corroboram para reforçar o sentido de veracidade da narrativa.

Odores de santidade na escrita da história brasílica – locais de memória

Os modelos de santidade utilizados pelos “historiadores” analisados basicamente fizeram uso de milagres e marcas corporais e privilegiaram ações e virtudes. Loreto Couto estendeu os modelos a vários agentes, apontando uma possível singularidade da santidade na América portuguesa – onde pardos, pretos e índios, dependendo da ocasião receberam a qualificação.

³¹ *Ibidem*. p. 104-105. Grifo nosso.

As práticas de escrita da história atreladas a relatos de santidade desapareceram, seguindo o constante dinamismo da *máquina de gêneros*³². Porém, os relatos de santidade são constantemente reformulados em práticas específicas, como as folhinhas volantes distribuídas em locais públicos. Elas buscam propagar relatos de vida dos que são chamados afetuosamente de “santinhos” ou “bentinhos”. Seus cultos não são reconhecidos pelo catolicismo oficial, mas fazem grande sucesso entre camadas populares. Em todo país, mesmo atualmente, se pode notar a presença da devoção a “santos não oficiais”, como padre Donizetti e Nhá Chica em Minas Gerais, padre Cícero no Ceará, escrava Anastácia no Rio de Janeiro e Antoninho Marmo em São Paulo.

Os mártires de Cunhaú, também citados por Loreto Couto, ganharam um dia para comemoração, quando todos os anos no município de Canguaretama, Rio Grande do Norte, é encenada uma peça teatral, atraindo centenas de espectadores³³. Afastados da escrita histórica, alguns modelos de santidade persistem³⁴.

³² O dinamismo desta “máquina” é muito bem trabalhado em: PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

³³ Cf. OLIVEIRA, Luiz Antonio de. O teatro da memória e da história: alguns problemas de alteridade nas representações do passado presentes no culto aos mártires de Cunhaú (RN). In: *MNEME – Revista de humanidades*, v. 4 – n° 8 abr/set de 2003. p. 1-28. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed8/040.pdf>. Acesso em 8 de junho de 2007, às 14:53h.

³⁴ Sobre persistências de alguns modelos de santidade, ver: PEIXOTO, Maria Cristina Leite. *Santos da porta ao lado: os caminhos da santidade contemporânea católica*. Rio de Janeiro: UFRJ; PPGSA – Tese de Sociologia, 2006. 255 f.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Debatendo o Golpe como uma Revolução: o Governo João Goulart e a intervenção
civil-militar como um fenômeno articulado dentro do campo de experiência
moderno.**

José Carlos Silvério / UFOP
Jcsilverio@yahoo.com.br

A tomada do executivo pelas Forças Armadas em 1964, urdida durante a intensa conspiração civil-militar que caracterizou o governo Goulart, é, de maneira geral, entendida pela historiografia como um Golpe de Estado. Contudo esta comunicação visa elencar algumas possibilidades acerca das dinâmicas histórico-temporais carregadas pelo vocabulário político que cinscunscribe o fenômeno de 1964. Dessa forma cabe ressaltar a significação social que portava o discurso revolucionário no início da década de 1960 e que, portanto, a designação que os militares fazem de si, revolucionários, não é infundada. Far-se-á necessário justificar como se apresenta insuficiente a versão que diz que se intitularam revolucionários somente para encobertar e ludibriar o conjunto da população ao que de fato se passava, a contra-revolução, o Golpe de Estado. O conceito de revolução, ao qual se incorporou a questão social, articulado dentro do campo de experiência moderno poderá nos fornecer elementos para compreender o auto-reconhecimento dos militares brasileiros como adequado a aspectos daquela realidade histórica, a qual os discursos, interpretados como ações (“atos de fala”), traduziram e conformaram. Esses apontamentos estão amparados pelas possibilidades de análise do movimento histórico proporcionadas pela História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e “contextualismo lingüístico” dos historiadores John Pocock e Quentin Skinner.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

DOCUMENTOS DE CULTURA DOCUMENTOS DA CENSURA

Josias José Freire Júnior
Graduando em história pela Universidade Federal de Goiás

“Quando eu falava dessas cores móbidas
Quando eu falava desses homens, sórdidos
Quando eu falava desse temporal
Você não me escutou (Você não quis acreditar)
Mas isso é tão normal (Você não quis acreditar)”.¹

Neste pequeno texto através da análise dos trabalhos da historiadora Beatriz Kushnir ‘Os donos do tempo: jornalistas e historiadores’ e ‘20.493/46, 5.536/68 e 1.077/70: os limites do que nos era permitido saber’² e do texto de Kenneth P. Serbin ‘A Igreja e o Exército: modernização e a revolução dupla’³ e ainda do trabalho do Carlos Fico, ‘Polêmicas, imprecisões’⁴, construirei um panorama e um diálogo com os autores sobre o golpe civil-militar de 1964, seus aspectos políticos e culturais, enfatizando a questão da repressão, em especial da censura, visando à construção de reflexões teóricas que possibilite sua problematização.

Em um primeiro momento, tendo como base o texto do Carlos Fico ‘Polêmicas, imprecisões’ e o texto de Kushnir, já citado, além de outras bibliografias que citarei no desenvolvimento de minhas análises, construirei um ‘território’ que dará suporte às minhas reflexões na segunda parte do trabalho: a censura como cultura, versando sobre a questão da modernidade no problema da censura da palavra em uma época inaugurada

¹ ‘P a i s a g e m d a J a n e i r a’. Composição: Lô Borges e Fernando Brant.

² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI – 5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Páginas 35 e 68, respectivamente.

³ SERBIN, K. P. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins Silva – São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

⁴ FICO, Carlo. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

com o lema de universalidade do direito a expressão. Entre estas duas construções – na primeira parte um suporte bibliográfico e no segundo momento reflexões sobre os ‘documentos’ da cultura e da censura –, analisarei e evidenciarei minha posição sobre alguns conceitos imprescindíveis para o andamento da discussão, como a modernidade, a cultura, o projeto de ‘liberdade’, as manifestações de Poder, o recorte espaço-temporal; apresentados de agora em diante.

Censura é um termo utilizado na psicanálise para descrever uma função bloqueadora ⁵, onde os conteúdos ‘perigosos’ ao eu são impedidos de emergirem na consciência, sendo ‘escondidos’ no inconsciente. Evitando um trabalho desnecessário ao objetivo deste artigo, transportarei para o território da história, metaforicamente, este conceito. Corroborando uma das idéias de pensadas pela historiadora Kushnir que a censura é sempre um ato político; interpretando o texto do Carlos Fico, onde é demarcada a diferença entre censura política e moral, como o estudo de duas faces de um mesmo fenômeno cultural da modernidade brasileira, tecerei considerações sobre a censura.

A censura não existiu como ato proibitivo apenas nos nossos dias. Limitarei minhas reflexões ao âmbito da modernidade, extravasando as fronteiras nacionais, encarando o projeto de modernidade, que trouxe no seu bojo o humanismo e também a barbárie.

Antes de prosseguir, como já citei, preciso desenvolver algumas considerações sobre os conceitos que trabalharei freqüentemente ao longo de minhas reflexões.

Entendo por modernidade um fenômeno complexo de difícil delimitação, mas que necessita de uma conceituação exatamente por sua pluralidade. A modernidade nasce – essa é uma estratégia interessante para circundarmos um conceito dessa amplitude – como projeto. Projeto, principalmente de igualdade e independência. A Razão deveria dar para as pessoas a capacidade de se auto-organizarem e de construir uma sociedade justa e segura. Como sabemos, a prática deste projeto gerou desigualdades e injustiças. As modernidades políticas e econômicas ficaram marcadas pelo controle de uma classe sobre a outra, resultando na exploração.

A Revolução Francesa historicamente será lembrada por suas propostas de igualdade e justiça do Estado, que deveriam concorrer pelo bem estar de todos, e pela

5 PIERON, Henri. *Dicionário de psicologia*. Tradução e notas de Dora de Barros Cullignan. 10ª Edição baseada na 4ª edição francesa. São Paulo: Globo, 1996.

manutenção do Estado democrático. Vinte anos após a queda da Bastilha, um general assumia o posto de imperador, com os poderes absolutos, combatidos na proposta de ‘liberdade, igualdade e fraternidade’. O Estado, representado por alguns cidadãos, tem na sua essência a missão de ser justo e protetor para com seus cidadãos. A proteção de suas próprias estruturas legitimou a perseguição e o tolhimento das liberdades. O Estado até os fins da década de 1960 sublimava sua essência em nome da proteção daquilo que os representantes dos cidadãos acreditavam ser danoso ou não⁶. Esse é apenas uma das faces da modernidade e da cultura política da censura “enraizada no tecido social”. Voltarei à questão da modernidade depois de dialogar com os textos selecionados como norteadores do tema, no fim do trabalho.

O golpe civil-militar de 1964 no Brasil, que iniciou um regime de arbítrios até 1986, enquanto fenômeno histórico pode ser apreendido de diversas perspectivas. Já a pluralidade de forças que entrecruzam o acontecimento não podem jamais ser apreendidas em sua totalidade. Isso, grosso modo pela própria característica de acontecimento passado trazido para o presente enquanto narrativa histórica.

A complexidade é inesgotável. Mas sem dúvida é possível escrever a história desse período. Longe de limitar as histórias, a complexidade de um fenômeno enriquece com o número de histórias escritas sobre ele e as discussões e confrontações oriundas dessas discussões.

O texto de Kenneth Serbin mostra essa idéia de complexidade. Apesar do tema de seu texto “A igreja e o Exército: modernização e a revolução dupla” ser diferente do que abordo neste trabalho acredito que este desvio será produtivo. Esclareço a minha opinião a seguir.

A Igreja, um dos “pilares da sociedade brasileira”⁷ segundo o próprio autor, é uma instituição marcada pela tradição, pelos dogmas e pela rigidez de seu ‘corpo’, refletindo essa rigidez em seus dogmas. O projeto modernizador da Igreja, estudado por Serbin, a busca pela modernização abalou a rigidez e a unidade. Pelo menos a busca

6 Considero aqui as manifestações dos Estados modernos durante o acirramento do período pós-guerra conhecido como ‘guerra fria’. As configurações políticas atuais escapam a esta classificação, onde os interesses privados, a cada dia, se manifestam como norteadores da política estatal. Generalizar esta consideração é um erro, mas ter uma idéia deste caráter estatal e ‘pós-estatal’ das políticas globais é importante para perceber o lócus da pretensa modernidade política brasileira em relação ao projeto internacional.

7 O outro pilar é o Exército. SERBIN, K. P. *Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins Silva. São Paulo: Companhia das Letras: 2001. p. 80.

pela modernização do concílio Vaticano II evidenciou as fissuras nas estruturas da Igreja.

A reação dos membros da Igreja ao golpe civil-militar de 1964 essa fragmentação de caminhos, evidenciando mais um aspecto da modernidade enquanto paradoxo.

Como mostra Serbin, alguns setores da Igreja colaboraram com as ações arbitrárias do regime instaurado no Brasil em 1964. A defesa dos bons costumes e a ameaça comunista foram os principais motivos que levaram alguns grupos mais conservadores a apoiar o regime. O apoio do clero à repressão, no caso apoio à censura, também foi tratada no texto do Carlos Fico, quando são citadas as cartas com sugestões de filmes e programas a serem censurados.

As relações de força do aparelho repressivo, no caso específico do aparato censório, foram trabalhadas por Fico e Kushnir em seus textos, com os quais dialogarei agora.

Da mesma forma que a Igreja, a sociedade reagiu de diversas formas perante a repressão do estado.

Beatriz Kushnir em seu texto propõe uma análise histórica da censura ao longo do período republicano brasileiro. Ao evidenciar as continuidades da censura a autora concluiu que “interditar seja um ato permanente e enraizado no imaginário coletivo e social”⁸. Ao apontar a cultura política da censura, Kushnir estuda os ajustes na legislação que dava caráter legal aos arbítrios.

A partir da idéia de um ‘tripé’ de leis, a autora mostra a legalidade da censura. Mesmo sendo uma prática jamais assumida, a censura à imprensa é validada por um aparato legislativo. Esse detalhe leva à importantes reflexões sobre a história da república brasileira. A prática da censura sempre esteve presente, agindo conforme a necessidade de proteger os interesses e a ordem estabelecida em cada momento.

No primeiro texto, ‘Os donos do tempo: jornalistas e historiadores’⁹, a autora faz reflexões teóricas sobre a característica de seu trabalho de historiadora, ao trabalhar um fato recente. A história do tempo presente é construída com base na coleta de dados

8 KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI – 5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 124.

9 Idem, p. 35.

mediante entrevistas, mas estas fontes ‘orais’ são confrontadas com os documentos, o que dá uma riqueza e segurança ao trabalho da historiadora.

Outra reflexão crucial para minhas análises é acerca do ‘colaboracionismo’. A autora reflete sobre as linhas de sua investigação: “minha investigação optou por também sublinhar os elementos de colaboração e conivência explícita em parcelas da grande imprensa àquele Estado”¹⁰. Com lucidez a autora, mais a seguir, reflete sobre a questão da resistência ao regime, mas que não é o objetivo de seu trabalho. A historiadora enfatiza a importância de perceber que nem todos os jornalistas colaboraram com o Estado repressor, mas que também nem todos o combateram. Está é uma reflexão interessante e, até certo ponto óbvia, quando se pensa a complexidade de um fato histórico como a ditadura civil-militar de 1964. O que vemos muitas vezes é esta pluralidade de forças que se entrecruzam sendo desprezadas em nome de análises fáceis, mas simplistas.

No segundo texto¹¹ a historiadora ressalta o caráter sempre político da censura, mesmo que operacionalizada em duas ‘frentes’: a defesa da moral e dos bons costumes com a censura as diversões e espetáculos e a proteção do regime estabelecido, com a censura à imprensa.

A historiadora faz um panorama da censura na república. Busca suas origens históricas e demonstra um dilema que circunda a personagem do censor.

Para lidar com a cultura, para discernir o que é positivo e negativo para a sociedade o censor precisa de uma formação humanística – isso fica evidenciado nos cursos superiores que os concursos para ‘técnicos de censura’ exigiam – mas necessitavam também da parte ‘ostensiva’ da ação. A dupla face, intelectual / policial nos mostra um aspecto paradoxal intrínseco da censura.

Carlos Fico também enfatiza a questão das duas ‘frentes’ da censura.¹² A complexidade das políticas de censura nos períodos republicanos, em especial no regime estabelecido em 1964, é exposta ao comparar as duas frentes de ações da censura.

10 Idem, p. 52.

11 Idem, p. 35.

12 FICO, Carlos. *Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. p. 87.

A censura que visa proteger a moral e os bons costumes era assumida como missão gloriosa de proteger os incapazes, mulheres e crianças na maioria das vezes, dos ataques imorais do mundo cada vez mais degenerado.

Essa missão de proteger lembra bastante a censura que, segundo a psicanálise existe em nós. É o direito que todos nós pensamos ter de proteger nós e os que nos cercam dos perigos. Mas a questão se torna problemática quando esta ‘proteção’ começa a corroborar preconceitos e acaba disseminando a própria violência que se tentou proteger.

O preconceito contra a diversidade, e até a violência contra as minorias, o diferente e o outro nascem deste impulso ‘proteção’, de preservação da identidade.

Muitas vezes, a degenerência moral, sexual etc. estiveram vinculadas às opções políticas e ideológicas distintas das ideologias arraigadas na nossa sociedade. Este é o caso da associação do comunismo com a libertinagem, o fim dos valores cristãos e toda sorte de barbaridades estranhas a nossa cultura ‘pura’ e fortemente ‘moral’. Quando desviei um pouco em direção às reflexões de Serbin, citei como o golpe foi apoiado por alguns segmentos da Igreja, apoio que se torna mais forte quando as ideologias comunistas que o Estado pós-1964 combateria se associaram à promiscuidade e aos males do mundo – do anticristão – efervescentes do novo e do diferente. Basta pensar nos movimentos de contestação às políticas do Estado, principalmente o modelo estadunidense exportado, meio que ‘a força’ para toda a América.

A censura à imprensa diferente da censura moral, travestida de proteção do Bem em oposição ao Mal, segundo Fico¹³ sempre causou ‘desconforto’ aos censores.

No seu texto o autor distingue a censura política da moral, mais ou menos nos termos que acabei de comentar. Já a historiadora Beatriz Kushnir se manifesta de forma contrária à esta separação de censura ‘moral’ de censura ‘política’. Prefiro a leitura de Kushnir visto que mesmo visando à manutenção da moral e dos bons costumes, nas duas frentes da censura havia a intenção de interferir no outro, modificando suas idéias, fundando concepções de ‘bom’ e ‘mau’. E esta intervenção, quando visa extravasar o âmbito da família ou grupo (A Igreja, as associações, etc.) e o desejo de controlar e padronizar visa os cidadãos de um Estado, é uma intervenção política. Separar radicalmente a censura moral da censura política não é um procedimento válido já que

13 Idem, p. 91.

qualquer relação entre ‘grupos’ e o Estado visando interferir na vida das outras pessoas pertencentes a este Estado, por meio do aparato estatal é uma ação política. Mas as complexas relações de força que permeiam o ato de censurar também não podem ser simplificadas.

O apoio e o colaboracionismo aos arbítrios, fio condutor do trabalho de Kushnir, expõe parte desta complexidade.

Carlos Fico mostra as cobranças, por uma censura mais rígida, que várias vezes foram mais radicais do que a opinião dos próprios censores ¹⁴. Kushnir expõe a colaboração de alguns jornalistas com as ações da censura. Essa complexa teia de reações à censura evidencia a profundidade da questão ‘censura *versus* liberdade’ na cultura política republicana brasileira.

O colaboracionismo é um tema delicado. O texto de Kushnir obteve grande repercussão, tanto ‘negativa’ quando ‘positiva’. Com a anistia, ‘gradual e segura’, grandes empresas de mídia aproveitaram para construir a imagem, já bem profunda na mentalidade das pessoas, que os jornalistas foram as grandes vítimas da censura.

Com um discurso sólido, coerente e bem construído, cruzando entrevistas e fontes de arquivo a historiadora mostra como, da mesma forma que houve resistência aos atos de censura, alguns jornalistas e empresas se beneficiaram das medidas do governo autoritário. Quando não a ‘autocensura’, onde as informações que provavelmente não sairiam das mesas da diretoria do jornal, por exemplo, havia o franco colaboracionismo, apoiando a construção de uma imagem ‘gloriosa’ da ‘revolução’ de 1964. É claro que, os grandes empresários das comunicações que contrariasse os interesses do Estado teriam problemas. Na outra ponta, aqueles que colaborassem e apoiassem o regime teriam os seus interesses protegidos, pelo menos mantidos.

Mesmo reconhecendo o interdito como ato enraizado no ‘imaginário político e social’ e que o próprio projeto da modernidade, em suas conjunturas específicas em cada momento, em cada local, é importante reconhecer que a intensidade do ato de censurar vai acompanhar o movimento autoritário do Estado e das instituições políticas.

A censura esteve e está presente no Estado, que por sua própria modernidade se configura como repressor. Fundamental também é ter em mente que nos períodos de

14 Idem, p. 105.

arbítrios declarados, a censura agiu com uma intensidade muito maior de forma muito menos velada do que nos períodos de democracia e mais abertura para a manifestação de críticas e apoio ao estado de coisas estabelecido.

Vivemos as conseqüências do projeto da modernidade. As práticas de vigilância estão cada vez mais sofisticadas e as manifestações de insatisfação frente ao regime estabelecido estão cada vez mais sufocadas ou por retaliações diretas – como em tempos de ‘arbítrio assumidos’ – ou subsumidas e sufocadas pelo mar de informações que nos bombardeiam.

A modernidade enquanto projeto se materializa de forma paradoxal. As contradições entre projeto e prática são inúmeras. Tais contradições aumentam ainda mais quando tentamos pensar as questões da modernidade brasileira.

A modernidade estética ¹⁵ é um exemplo deste descompasso intrínseco à modernidade. Enquanto os modernistas do início do século XX fundavam a arte moderna brasileira, a modernidade política e econômica estava distante. As vanguardas brasileiras saltavam em direção ao futuro, no ritmo da arte européia e a política brasileira ainda era oligárquica, quase feudal em algumas regiões mais isoladas, e a economia era a monocultura polarizada em São Paulo.

A escrita desse texto impõe este desafio. Como pensar a ‘cultura da censura’, no período de 1964 a 1986, evidenciando o ‘enraizamento’ da prática da censura no ‘tecido social’, sem nivelar as reflexões, simplificando este fenômeno de grande complexidade?

As contradições devem ser recuperadas, mostradas, a pluralidade e a fragmentação, a dispersão de sentidos, assim como as lacunas evidenciadas como intrínsecas ao projeto de modernidade, legando uma modernidade política não menos complexa.

Nos períodos de arbítrios, especificamente o regime civil-militar de 1964, não houve uma ‘não-liberdade’ manifesta, pelo menos não oficializada. Mesmo assim, os cortes, a presença dos censores na redação dos jornais e o ‘bilhetinhos’ da censura evidenciavam um estado de repressão dissimulado, mas evidentemente ativo. Vivemos em um momento diferente, as configurações mostram uma liberdade de expressão cada vez mais geral. Qualquer atitude que possa comprometer a ‘liberdade de expressão’ dos

15 BELLUZZO, A. M. A Modernidade como paradoxo. A modernidade estética no Brasil. In: MIRANDA, Wander Melo. (org) *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999. p. 65.

meios de comunicação são recebidas com hostilidade imediata. O movimento de compreensão da atual situação é fundamental, pois os questionamentos em relação ao passado partem do presente. O estado de exceção permanente em que vivemos inevitavelmente influencia as diretrizes de interpretação do passado, por isso a importância de compreender a censura hoje, enquanto fator cultural permanente, mas que se modifica conforme as configurações e especificidades do momento.

Exatamente por esse emaranhado de relações que tentei dialogar em três pontos: o apoio / colaboração com a prática da censura, a posição da Igreja frente ao golpe – e aqui vemos a complexa tessitura do apoio e a crítica ao golpe – e a preocupação da burocracia do Estado autoritário em legitimar através de leis as práticas arbitrárias, em tempos de AI – 5, onde qualquer arbítrio era passível de execução pelo aparelho do Estado. Estudar através do diálogo com os autores escolhidos esse importante e complexo período da história brasileira elucidou ainda mais a necessidade de pensar como e o porquê de se fazer história.

A cultura e o poder estão inextricavelmente ligados em nossa modernidade. Os “documentos de cultura” inevitavelmente são “documentos de barbárie”¹⁶. Mas frente a esses tempos de incerteza, aqueles que têm por chamado “acender a centelha de esperança no passado” e no o presente – o historiador consciente de seu ‘fardo’ – precisam trabalhar no sentido de construir um espaço para “outra ordem de avaliação”¹⁷, onde os fatos serão problematizados dentro da complexa e – intrinsecamente – paradoxal rede de relações dentro da realidade que vivemos. A construção deste espaço só poderá se iniciar com a consciência da necessidade de uma teoria, racionalmente sólida, mas flexível; características que, sem as quais, as camadas mais profundas dos sentidos reconstruídos através das narrativas do passado, jamais poderão ser atingidas.

16 Essa expressão, que originou o título deste trabalho (“Documentos de cultura documentos de barbárie”) é de Walter Benjamin, de seu ensaio homônimo publicado pela editora Cultrix. BENJAMIN, Walter. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos / seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H. M. Ribeiro Sousa... [et. al.] São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

17MIRANDA, Wander Melo. Emblemas do moderno tardio. In: _____. (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, v. 1. p. 270.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. Indústria cultural e sociedade, seleção de textos de Jorge M. Brito de Almeida – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENJAMIN, Walter. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie: escritos escolhidos / seleção e apresentação Willi Bolle; tradução Celeste H. M. Ribeiro Sousa... [et. al.] São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

FICO, Carlos. Além do golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI – 5 à constituição de 1988 – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIRANDA, Wander Melo. (org) Narrativas da Modernidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

PIERON, Henri. Dicionário de psicologia. Tradução e notas de Dora de Barros Cullignan. 10º Edição baseada na 4º edição francesa. São Paulo: Globo, 1996.

SERBIN, K. P. Diálogos na sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução: Carlos Eduardo Lins Silva – São Paulo: Companhia das Letras: 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Escravos e Libertos nos Arquivos da Criminalidade (1830 – 1888) ⁱ

Josuel Alex Ferreira ⁱⁱ
Helvio Alexandre Mariano

RESUMO: O presente artigo discute a pesquisa relacionada aos autos dos processos criminais da comarca de Guarapuava (PR): Escravos e Libertos nos arquivos da criminalidade (1830-1888). Busca analisar o cotidiano dos cativos dessa região, suas formas de resistência, a utilização da mão de obra e a distribuição dos mesmos entre os proprietários. Neste sentido, faz-se necessário trazer para o debate historiográfico questões referentes à escravidão e liberdade, uma vez que, em vista do pequeno número de estudos desse gênero, nota-se o esquecimento do escravo e da sua inegável atuação histórica nessa região do Paraná.

Palavras-chave: Escravidão; resistência; cotidiano; trabalho; historiografia.

ABSTRACT: This paper reports a study on the criminal lawsuits of the district of Guarapuava (PR), Slaves and Freed persons in the archives of criminality (1830 -1888). It tries to investigate the everyday life of captives in this region, their forms of resistance, the use of the handwork and the distribution of the slaves between their owners. In this regard, it is necessary to bring up to the historiography debate some questions concerned with slavery and freedom, since, due to the scarce number of studies in this area, it is understood that the slaves and their undeniable actuation in history were forgotten in this region of Parana.

Key-words: Slavery, resistance, everyday life, work, historiography.

Analisando os processos criminais do século XIX da então, vila de Guarapuava, percebemos um cenário fantástico protagonizado por indivíduos que até pouco tempo atrás foram abordados de maneira “coisificada”. Estavam à margem da sociedade, enquadrados nos autos com um único viés, o da criminalidade. O período chamado de “transição”, a passagem da escravidão para a liberdade, culminou em um processo de expurgação do negro, deixando-o, dessa maneira, fora da história. Como bem aponta Silvia Hunold Lara

A oposição irreconciliável entre escravidão e liberdade cristalizou-se como um postulado quase sempre inquestionado, e o final do século XIX passou a configurar o assim chamado período da “substituição” do escravo (negro) pelo trabalho livre (branco e imigrante). (LARA, 1998, p. 27).

Nesse sentido, a historiografia aponta a outros rumos trazendo para o debate novos horizontes, com o intuito de inserir novas perspectivas, apresentadas nos trabalhos mais recentes. A idéia da naturalidade apontada por alguns estudiosos, defende que, onde houvesse o fator imigratório, inevitavelmente o trabalho escravo seria substituído pelo imigrante recém chegado. A dicotomia escravidão e trabalho livre, juntamente com os paradigmas do sistema de transição e da “substituição”, trataram de afastar da historiografia os ex-escravos.

Debruçando-se, contudo, sobre os escritos nota-se que aqueles eram ativos na sociedade, de forma que, procuravam desempenhar seu modo de vida conforme as condições que lhes eram oferecidas. Nessa perspectiva, analisando os processos crimes da comarca de Guarapuava, nota-se a participação que escravos e libertos desempenhavam na sociedade. Tais processos nos ajudam a pensar a situação desses indivíduos no período dos oitocentos, sendo o ponto de partida para novos estudos.

Assim, tem-se José (escravo) (CARTÓRIO 1º Ofício, 1886) nos autos de 1866. Certo dia seu dono mandou-o buscar mel, e não trazendo o que lhe foi ordenado, recebeu um tapa na cara. Revidou com um golpe de enxada na cabeça de seu senhor, o que ocasionou a morte do mesmo. E tomou a atitude de enterrar o corpo no local da execução. Aparece, também, nos autos na condição de vítima, José Manuel de Almeida (liberto) (CARTÓRIO 1º Ofício, 1862) que foi vendido como se ainda fosse de escravo.

Presentes no cotidiano da cidade, escravos crioulos e libertos foram esquecidos pela historiografia regional. Saltam dos processos como testemunhas, demonstrando sua presença nos acontecimentos da cidade. Como, por exemplo, no caso de Matilde e Maria escravas de Elias José dos Santos (CARTÓRIO 1º Ofício, 1870), as quais por algum motivo não chegam a dar depoimento. Há ainda os relatos de óbito, como parece ter ocorrido com a escrava (menor) Thomasia que pertencia ao capitão Pedro Alexandrino de Araújo (CARTÓRIO 1º Ofício, 1872). Há em alguns processos os indiciados como réus, caso do escravo Roque de 30 anos (CARTÓRIO 1º Ofício, 1872).

Conforme João José Reis, em seu texto “Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão” (REIS, 1996), a historiografia recente sobre escravidão trata das formas de resistência de crioulos, e africanos de diferentes etnias. A conquista de espaço é fruto das formas de organização individual e coletiva. Utilizando-se de documentos da época estudada, como arquivos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cartas ao governo, atas da câmara de Salvador e processos crimes.

Reis fomenta o debate historiográfico colocando os cativos como agentes, pois não eram passivos a condição que lhes eram imposta. Nas palavras do autor:

[...] o comportamento dos escravos não era menos rico em sentidos. Revela uma grande capacidade de mobilização para uma festa em que não devem ter sido poucos os recursos materiais e simbólicos mobilizados, além da energia pessoal e coletiva. Envolvendo escravos do campo e da cidade, o episódio sugere uma importante conquista de espaço de barganha sob a escravidão, do qual não ficavam excluídos os escravos rurais. (REIS, 1996, p. 02)

A discussão historiográfica ganha novos subsídios no livro *Rebelião Escrava no Brasil* (REIS, 2003). Nele, O autor reconstrói as falas dos escravos envolvidos na revolta chamada “O Levante dos Malês”. Acontecimento que teve como palco a Bahia em 1835, onde por algumas horas centenas de escravos islâmicos lutaram contra as tropas da cavalaria e melícias. Esse acontecimento teve como protagonistas, escravos islâmicos na sua maioria letrados. O que proporciona uma nova temática desenvolvida pelo autor em relação à escravidão (REIS, 2003). Recorrendo a fala de E. P. Thompson em sua obra “*Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*” (THOMPSON, 1998), ele escreve: “Assim, as oportunidades são aproveitadas à medida que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências, assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta, sabendo que o seu triunfo não vai durar mais do que uma semana um dia (...)” (THOMPSON, 1998, p. 22), quiçá algumas horas.

O Brasil do XIX, analisado por Manolo Florentino (FLORENTINO, 1997) mostra a escravidão como algo endógeno, ou seja, uma atividade que independia da intervenção da metrópole. Analisando a entrada de escravos pelo porto do Rio de Janeiro, o comércio era feito diretamente com a África, salientando dessa maneira, que o “tráfico” se resolve dentro do próprio país com os mercadores cariocas. O papel africano foi fundamental para a manutenção da escravidão, segundo Manolo, essa era gestada dentro da própria África, de forma que o negro saia da sua terra natal já escravo. Isso acontecia devido a constantes lutas entre as tribos, onde o domínio de uma prevalecia sobre a outra, culminando na produção social do escravo.

O abastecimento concentrava-se no Rio de Janeiro, grande centro comercializador da época. A distribuição pelo território brasileiro destinava-se para os grandes centros, a exemplo da região de São Paulo. Na qual havia grande concentração

da mão de obra escrava nos processos ligados a uma economia exportadora do tipo *plantation*.

Essa atividade monocultora não se desenvolveu na Província do Paraná, de forma que, o estudo desenvolvido por Eduardo Spiller Pena (PENA, 1999), nos mostra a utilização da mão-de-obra escravista voltada para uma economia interna. Conforme o autor:

A ocupação dos escravos no Paraná do século XIX deu-se basicamente em atividades da lavoura de subsistência, da pecuária e na colheita e beneficiamento da erva mate, itens, de certa forma secundários à economia imperial mais preocupada com os rendimentos das lavouras do café e da cana. (PENA, 1999, p.27)

Tais atividades podemos comprovar nos campos de Guarapuava, onde o cativo desempenhava as mais variadas funções ligadas à agropecuária, e à agricultura, voltadas para a questão da subsistência interna. O pequeno número de planteis espalhados pelas comarcas da província, é confirmada por autores que vem trabalhando a algum tempo na questão escravista do Paraná nos oitocentos.

Vindo hoje á este recinto expor-vos o estado do negócios públicos da provincia,e as providencias que ella há mister para seo melhoramento, he do meo dever antes de tudo, felicitar-vos pela vossa reunião, confundindo com os vossos os meos sentimentos de applauso ao pacto do poder legislativo, que conferio á esta importante porção do território do império, a cathegoria, á que á tanto tempo aspirava, e da mais profunda homenagem ao chefe supremo da nação pela solicitude, com que, sempre fiel á grandiosa missão de encaminhar o Brasil á sua maior prosperidade, julgou que era, enfim, chegada a ocasião de tranformar-se a antiga e atrazada comarca de Curityba na esperançosa província do Paraná. (Presidente da Província conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, 1854. (VASCONCELLOS, 1854)

A partir da inauguração oficial da província do Paraná em 1854 (JUNIOR, 1854) os mapas estáticos da população mostram o pequeno número da escravaria localizada na vila de Guarapuava. Se traçar um paralelo com a comarca de Curitiba, nota-se que: Guarapuava possuía trezentos e setenta e nove cativos, enquanto que Curitiba oitocentos e setenta e oito. No ano de 1858 (LEAL, 1858) há um decréscimo para Guarapuava ficando em duzentos quinze, enquanto que Curitiba aumenta para novecentos e noventa e sete. Sendo a distribuição feita entre os proprietários relativamente pequena. (FRANCO, 2003)

O interesse pelos arquivos judiciários por parte dos historiadores é recente. Diga-se de passagem, a partir da década de 1960. Mostrando-se com maior intensidade Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 4

nos anos 70 do século XX. Conforme demonstra Sidney Chalhoub em “O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais” (CHALHOUB, s/d). Haja vista que, nesse período, o Brasil encontrava-se em plena ditadura militar. Não só o país como todo o Ocidente. Com isso praticamente não se escreveu história, “(...) dentro de qualquer perspectiva critica (...)” (CHALHOUB, p.02, s/d).

A partir de então, o debate historiográfico ganhou um novo impulso. Utilizando-se dos arquivos judiciários, que tornaram-se fundamentais para o trabalho dos historiadores. Construindo uma história de “baixo para cima”, em que a voz do particular, silenciada nas entre linhas, torna-se objeto de estudo.

Levantando as fontes em um primeiro momento, a leitura dos processos procurou localizar escravos e libertos entre os altos judiciais (já que, um considerável número desses não estavam inseridos no levantamento dos fundos dos processos crimes da 2ª vara criminal). Dos duzentos e noventa e cinco processos analisados entre os anos 1830 a 1888, havia no arquivo vinte e três processos que tratavam do referido tema, hoje encontramos mais dez processos, que contribui muito para que novas pesquisas possam ser construídas em relação ao tema aqui apresentado.

Dessa forma, a pesquisa sobre os Arquivos da Criminalidade realizada no arquivo histórico da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, na qual se localiza o fundo da comarca de Guarapuava, tem por objetivo levantar subsídios referentes a escravos e libertos no século XIX; contribuindo para o debate histórico local. Além de possibilitar novas discussões em torno da escravidão e da liberdade, principalmente, buscar encontrar em suas páginas parte da história esquecida pela historiografia da região.

REFERÊNCIAS

CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Guarapuava, Processo nº. 866.2.79 caixa 03, 1866.

CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Guarapuava, Processo nº. 862.2.49 caixa 02, 1862.

CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Guarapuava, Processo nº. 870.2.94 caixa 04, 1870

CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Guarapuava, Processo nº. 872.2.101 caixa 04, 1872

CARTÓRIO do 1º Ofício da Comarca de Guarapuava, Processo nº. 872.2.104 caixa 04,

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da historia, o direito à memória e os arquivos Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 5

FRANCO NETTO, F. Algumas considerações sobre a estrutura de posse de cativos e a hipótese do ciclo de vida - Guarapuava século XIX. XV Seminário de Pesquisa e X Semana de Iniciação Científica da UNICENTRO, 2003.

FLORENTINO, Manolo. **Da demanda e oferta: dimensões e dinâmica interna.** In costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: companhia das letras, 1997.

LARA, Silvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. Projeto História, São Paulo, (16), fev. 1998

Mapa estatístico da população do Paraná 1854. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000145.html> . Acesso em: 16 julho. 2007.

Mapa estatístico da população do Paraná 1858. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/621/000053.html>. Acesso em: 16 julho. 2007.

PENNA, E. S. O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 7-33.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos males em 1835. Edição revista ampliada, São Paulo, Cia. Das letras, 2003.

Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/000003.html>. Acesso em: 16 julho. 2007.

THOMPSON, E. P, **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo: Editora Schwartz Ltda., 1998.

ⁱ Este trabalho integra-se à pesquisa em andamento na Universidade Estadual do Centro Oeste Unicentro, intitulada “Escravos e Indígenas nos Arquivos da Criminalidade”. Agradecemos o apoio do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em especial dos professores Fábio Pontarolo, Guilherme Maier, Luciano Schallenberger.

ⁱⁱ Acadêmico do curso de História da UNICENTRO, integrante do Projeto Escravos e Indígenas nos Arquivos da Criminalidade, orientado pelos professores Dr. Oseias de Oliveira, Dr. Helvio Mariano e Dr. Ricardo Alexandre Ferreira.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade

HISTORIOGRAFIA DA ARTE E
DA FRUIÇÃO ARTÍSTICA EM MINAS COLONIAL

Juam Carlos Thimótheo
Universidade Federal de Ouro Preto

Introdução

A suntuosidade arquitetônica e artística que faz de Ouro Preto um cenário tão conhecido no país e no estrangeiro tornou-se também objeto de estudo para uma gama de historiadores da arte do século XX. Suas interpretações comportam, em geral, um ponto em comum: a preocupação em delinear uma identidade "da terra", em paralelo à crítica à atuação dos artistas do setecentos e primeiras décadas do oitocentos, figurados como meros artífices, “copiadores” de modelos iconográficos europeus, então circulantes pela América Portuguesa.

Visa-se, nesta comunicação, refletir sobre tais postulados, assim como reconstituir as concepções de arte e de fruição artística norteadoras da historiografia da arte relativa a Minas do início do século XIX. Para isto, foram selecionadas como fontes os estudos basilares de Salomão de Vasconcellos, Carlos Del Negro e Hannah Levy, autores que privilegiaram, em suas pesquisas, a espacialidade da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, confluência do *ingenio* de dois grandes mestres das artes: Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde. Como, do conjunto das artes executadas nesta igreja franciscana, a pintura recebeu, por parte da historiografia da arte, tratamento privilegiado, nossa abordagem volta-se, primordialmente, à produção iconográfica de mestre Ataíde e, conseqüentemente, à fruição artística relativa à pintura.

1. Salomão de Vasconcellos

Tecendo uma análise da arte colonial mineira, perpassada por um tom – paradoxal – de exaltação e lamento, Salomão de Vasconcellos, publicou, em 1941,

*Ataíde: pintor mineiro do século XVIII*¹. Um trabalho relativamente sintético, em suas cinquenta e três páginas, mas que expressou bem a preocupação do estudioso com o descaso e até total abandono na preservação das artes coloniais. Vasconcellos abre seu trabalho, escrito com grande dose de envolvimento pessoal, nos seguintes termos:

Apesar da febre sempre crescente do reformismo, que vai dia a dia destruindo lamentavelmente os nossos principais monumentos arquitetônicos e, com eles, o rico repositório da arte colonial luso-brasileira do século XVIII, muitas das velhas cidades e povoações de Minas encerram ainda em seu seio tesouros inestimáveis dessa arte maravilhosa que nos legaram as gerações passadas².

Neste parágrafo, a angústia do autor frente ao descaso com a preservação patrimonial é apresentada de modo a abarcar toda a arte colonial. Assim, na primeira parte da obra, Vasconcellos conclama aos leitores a não deixarem de atentar à situação precária em que se encontrava a “velha arte³” do Brasil. Com o mesmo tom, ele escreve as páginas seguintes, comentando rapidamente a situação dos resquícios desta produção artística: “Infelizmente [...] uma grande parte desse preciosíssimo viveiro de curiosidades artísticas, que devíamos zelar com maior carinho, vai desaparecendo⁴”. Junto com tal desaparecimento, Vasconcellos, ao enumerar alguns casos específicos de templos que já não mais existiam na primeira metade do século XX, ainda afirma que a perda é mais profunda do que a de exemplares artísticos, pois nessa dinâmica, há também uma irreparável perda da poesia e da história de tais lugares.

Após explanar sobre a lamentável situação artística no país, principalmente no tocante à preservação da “velha arte”, abordando até as questões legais, Vasconcellos termina a primeira parte de seu texto indicando quais seriam alguns de seus objetos de estudo: “Mas, felizmente, apesar de tudo, o teto das nossas igrejas, os belíssimos painéis que os compõem, esses, eles não puderam ainda levar⁵”.

Privilegiando como metodologia uma escrita cronológica, Vasconcellos, através principalmente da análise dos documentos que perpassaram a vida de Ataíde, constrói uma pequena biografia deste mestre da pintura. A abordagem é linear, sendo apresentados os fatos, conforme a linha do tempo, do batismo até a morte, incluindo-se,

¹ VASCONCELLOS, Salomão de. *Ataíde: pintor mineiro do século XVIII*. Belo Horizonte: Livraria Editora Paulo Bluhm, 1941. 53 p.

² Ibid. p. 9.

³ Na classificação de Vasconcellos em seu trabalho, “a velha arte” é a arte colonial mineira ou a arte colonial da América portuguesa, de um modo mais amplo. Contrapondo-se, portanto, ao “reformismo” empregado nos monumentos, naquela época.

⁴ Ibid. p. 10.

⁵ Ibid. p. 17.

nesta seqüência, os eventos familiares e profissionais vividos pelo artista. Mas é no enfoque da produção artística de Ataíde que Vasconcellos realça a maestria desse exímio representante da arte colonial mineira:

Não era, entretanto, Ataíde um simples executor de quadros, posto que habilíssimo na reprodução e na combinação das tintas. Distingua-o, sobretudo, aquele alto senso interpretativo ou de justeza estética que deve possuir o mestre privilegiado da palheta⁶.

Neste sentido, Vasconcellos considera Ataíde como um artista que soube transitar, de forma pessoal, entre as cerceadoras condições da fruição artística daquele período, que iam desde as delimitações contratuais (por se tratar de uma obra sacra, os elementos representados portam valor simbólico indissociável de uma dogmática ratificada por Trento) às condições e materiais de trabalho.

Após listar as obras em ordem cronológica, preocupando-se sempre em indicar a fonte ou referência dos dados citados, o autor postula a indicação de um possível mestre, que teria transmitido a Ataíde o domínio das técnicas da arte da pintura. Daí, Vasconcellos interpreta algumas obras produzidas por Ataíde, sempre o exaltando como um exímio artista. Como exemplo, tem-se a descrição da Nossa Senhora sendo coroada com uma tiara de doze estrelas, representada no teto da Igreja da Irmandade de São Francisco de Assis em Ouro Preto:

Tratando-se de uma concepção toda espiritual, o pintor foi além de quantos quadros conheço nesse assunto: pois não perturbou, com idéia material ou terrena, o reinado da Virgem, e tanto que dois anjos, que executam a cerimonia [sic] da coração, trazem, não uma coroa de ouro, mas um diadema diáfano, luminoso, que se concentra sobre a cabeça e irradia em refulgência a perder-se nos contornos da celeste amplidão⁷.

Vasconcellos continuou sua descrição das obras ataidianas, sempre privilegiando as especificidades estéticas do artista, apontando-o como sendo um grande representante de sua arte, principalmente por se tratar de “um modesto pintor patricio, que não freqüentou escolas de belas-artes e nunca se afastou do meio limitado em que viveu e exerceu a sua atividade artística⁸”, mas que elaborou um acervo artístico único e preciosíssimo.

O trabalho chega a seu final com um elogio àquilo que Vasconcellos indica como sendo uma “característica da espiritualidade artística” - o despreendimento dos

⁶ Ibid. p. 25.

⁷ Ibid. p. 33.

⁸ Ibid. p. 33.

valores materiais. Assim, Ataíde é reputado como sendo um “verdadeiro gênio”, ou seja, é destacado entre o comum dos homens por sua “aptidão essencialmente imaginativa e criadora” e, mais ainda, também se legitimava como um grande artista frente ao desprendimento, que “o fazia ver, acima de tudo o interesse geral da arte, mais do que a sua própria glória e as vantagens materiais do ofício”.⁹

2. Carlos del Negro

Onze anos após a publicação do trabalho de Vasconcellos, Carlos Del Negro publicou sua análise de um forro de Ataíde intitulado *Teto da nave da igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto*¹⁰. Este trabalho mostra-se bastante interessante, sobretudo no modo de abordar o objeto. As quinze páginas que compõem o estudo podem ser divididas em três segmentos. No primeiro deles, Del Negro pincela rapidamente alguns momentos da vida de Ataíde, numa espécie de contextualização. Em seguida, ele formula a interpretação do forro propriamente dito, classificando os estilos nele contidos e, por último, apresenta um pequeno glossário de cores utilizadas pelo artista.

Ao invés de adotar no conjunto de seu texto uma abordagem cronológica, Del Negro a restringe ao primeiro parágrafo, onde pontua como marcos o nascimento de Ataíde e sua filiação, bem como a petição enviada por este mestre mineiro a D. João VI em 1818, na qual Ataíde solicitava a fundação, em Mariana, de uma academia de belas-arts. Assim, a atenção de Del Negro volta-se muito mais para o modo de concepção artística deste pintor do que para sua formação social propriamente dita, como implícito na seguinte passagem:

O saber ministrar desenho com caráter universal (artes de arquitetura e pintura, cartas geográficas), aproximava-o das idéias de Leonardo da Vinci que não queria limitações para o pintor e leva-nos a crer que se iniciara primeiramente em desenho topográfico, de cartas geográficas, arquitetônico, a isso talvez conduzido por seu pai militar¹¹.

⁹ Ibid. p. 48.

¹⁰ DEL NEGRO, Carlos. *Teto da nave da igreja de S. Francisco de Assis de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Separatas de arquivos da escola nacional de belas artes, 1955. p.32 à 46.

¹¹ Ibid. p. 33.

Logo após, Del Negro parte para um levantamento de determinados “esquemas fundamentais¹²” à arte pictórica mineira, os quais teriam formulado um estilo apropriado Ataíde, também presente nas representações do forro franciscano. Desse modo, ele classifica Ataíde, no âmbito da historicidade, como um dos artistas que compuseram a arte colonial mineira.

O estudo adota, portanto, uma metodologia comparativa entre obras do próprio Ataíde e de outros pintores da capitania mineira, privilegiando os aspectos estilísticos desses acervos, sua composição espacial, suas cores, seus modelos e suas peculiaridades:

As decorações dos tetos europeus e nacionais, mais antigos, simulavam continuar sobre os pés direitos da nave uma arquitetura para comportar um átrio ou suportar um teto vazado ao centro por onde se descortinava o céu ou visão celestial (Andrea Pozzo – teto da Igreja de Santo Inácio, Roma, 1691-1694; Caetano da Costa Coelho – teto da nave da Igreja da Penitência, Rio, 1773-1740; José Joaquim da rocha – teto da Igreja de N. S. da Conceição da Praia, Salvador, Bahia – 1778). O novo modelo suprime as fachadas contínuas, maciças, reduzindo os pés direitos da arquitetura a alguns suportes isolados – colunas e pilastras – para suspender ao ar um magnífico quadro a guisa de dossel¹³.

A análise do forro perpassa os parágrafos antecedentes até compor um panorama detalhado das características formais do teto. São poucos os adjetivos encontrados na escrita, pois Del Negro parece não se deixar guiar pelas emoções despertadas pelo vislumbre de uma obra de arte; ele privilegia uma escrita direta, elencadora de seus elementos constitutivos. Mesmo ao descrever iconografias simbólicas ou alegóricas, como a da Virgem Maria, o autor se restringe a apontar que ela “imita quadro antigo¹⁴” para, em seguida, retomar o mesmo padrão, ou seja, o levantamento objetivo dos aspectos estilísticos. Por fim, o texto se fecha com uma listagem das cores do forro, diferindo sobre sua origem de material e preparação das mesmas, numa espécie de glossário, que também não foge ao olhar técnico de seu reconstituidor¹⁵.

3. Hannah Levy

¹² “O esquema fundamental do teto de S. Francisco de Assis de Ouro Preto, nós já o temos a vista na capela-mór de igreja de Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo de autoria de Bernardo Pires da Silva, 1773-1775”. Ibid. p. 33

¹³ Ibid. p. 36.

¹⁴ Ibid. p. 38.

¹⁵ Exemplo: “Sangue de Drago: resina vermelha alterável obtida da planta ‘*Calamus Draco*’ que vegeira nas florestas paludosas da Indochina. Conhecida desde a antiguidade; Plínio diz-nos que provinha das Índias” Ibid. p. 43.

Hannah Levy publicou, em 1978, *Modelos europeus na pintura colonial*¹⁶, estudo bastante difundido e que foi repetidamente editado. Ela buscou identificar os modelos estilísticos utilizados por Ataíde na ornamentação das paredes laterais da Capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto. Nas palavras da autora, “[...] podemos apontar exatamente os modelos em que Manuel da Costa Ataíde se inspirou, ou melhor, que ele copiou¹⁷”. Após apontar tais obras sendo a Bíblia ilustrada por Demarne¹⁸, Levy afirma que:

[...] Manuel da Costa Ataíde, em todas estas pinturas, observou fielmente o modelo das gravuras no que concerne à composição geral, à distribuição das luzes e sombras, à posição das figuras e à indumentária. Observa-se, também, que o pintor mineiro, em todas essas obras, simplificou os planos de fundo (paisagem ou arquitetura) em comparação com os das gravuras e que, quase sempre, aproveitou das estampas apenas os grupos principais do tema representado, eliminando figuras ou cenas não diretamente ligadas ao assunto principal. A nosso ver, esta redução das cenas a seus grupos principais foi motivada pelas dimensões de espaço de que dispunha o mestre de Ouro Preto¹⁹.

Levy ainda afirma que Ataíde “não tratou de transformar a composição de Demarne. Pelo contrário: conservou cuidadosamente todos os pormenores das estampas, limitando-se a deixar simplesmente de lado os grupos que não lhe interessavam²⁰”. Nesse sentido, a pesquisadora percorre a conjunto artístico de Ataíde em questão, contrapondo-as com suas respectivas referências imagéticas, caracterizadas por ela como modelos, até concluir que, a partir da comparação entre as obras coloniais com os seus respectivos modelos é oferecido ao pesquisador “uma base preciosa para melhor conhecer o cunho pessoal dos artistas coloniais²¹”.

Considerações finais

¹⁶ LEVY, Hannah. Modelos europeus na pintura colonial. In: Pintura e escultura I. São Paulo: FAUSP/MEC/IPHAN, 1978. (textos escolhidos da revista do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico nacional, 7). 99 à 143.

¹⁷ LEVY, Hannah. Ibid. p. 100.

¹⁸ Segundo Levy, a versão da Bíblia cujas imagens foram empregadas como modelo por Ataíde seria *Historie Sacrée de la Providence et de la Conduite De Dieu Sur lès Hommes Depuis lè commencement du Monde Jusqu'aux Temps prédts dans l' Apocalypse, Tirée De l'Ancien et du Nouveu testament, Représentée Em cinq cent Tableaux Gravez d'après Raphael et autres grands maistres et Expliquée Par lès paroles même de l'Ecritude enLatin et em François*. In: Ibid. p. 100.

¹⁹ Ibid. p. 101.

²⁰ Ibid. p. 101.

²¹ Ibid. p. 131.

Traçar analogias entre esses três autores da historiografia da arte, de objetos tão similares e abordagens tão distintas, até mesmo, em algumas questões, contraditórios, é uma tarefa bastante instigante. Vasconcellos não escondeu em uma só linha de seu trabalho o tamanho de seu amor pelas obras coloniais mineiras, bem como a imensa indignação que sentia ao verificar o abandono desses monumentos, assim condenados à aniquilação. Mas se seu texto é movido pela emoção, em nenhum momento, ele descuidou da fundamentação necessária à reconstituição histórica: suas fontes eram escancaradas no próprio corpo do texto, corroborando com suas afirmações, enquanto suas análises das obras enalteciam o lado artístico, ou como ele mesmo denominou, “o espírito artístico” de Ataíde.

Já Del Negro, que parece concordar parcialmente com Vasconcellos, volta-se, em seu estudo, muito mais para as questões estilísticas, desdobradas numa análise essencialmente formal da fruição artística ataidiana. O estudioso, mesmo promovendo nos primeiros parágrafos um resumo da biografia de Ataíde, seu foco logo direciona-se para as questões de estilo, ao indicar as similitudes entre os traços de alguns pintores. Seu texto tem poucos adjetivos, percebe-se grande afastamento entre obra/historiador, mas, mesmo assim, há grandes contribuições desse tipo de estudo na história da arte, sobretudo para se identificar motivos e elementos recorrentes dentro de um campo artístico delimitado. O autor contribui, assim, para uma interpretação das discontinuidades artísticas, como também as especificidades vinculadas às opções pessoais dos artistas, as quais sobressaíam dentro de um esquema de fruição artística bastante delimitada.

Já no trabalho de Levy, mesmo demonstrando que houve modelos que incitaram a arte colonial mineira (o que de fato houve), ela o fez em termos anacrônicos, ao classificar a postura artística de se “copiar” algo como uma postura desclassificadora, ou, no mínimo, desvalorizadora das artes desenvolvidas no fim do século XVIII e início do século XIX (época da atuação artística de Ataíde). Ela não se atentou que o modo de fruição artística daquela época era diferente daquele em voga nos tempos atuais²² e, tampouco, não cogitou a possibilidade de que as “simplificações” que Ataíde adotava em suas obras frente aos seus modelos fossem escolhas para aproximar o sentido

²² À concepção artística até o início do século XIX “[...] nada mais é estranho que a originalidade expressiva, sendo a sua invenção antes uma arte combinatória de elementos coletivizados repostos numa forma aguda e nova que, propriamente, expressão de psicologia individual “original”, representação realista-naturalista do “contexto”, ruptura estética com a tradição ect”. HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2ª ed. Rev. São Paulo: At~elie Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. p.32-33.

daquelas representações ao imaginário local e aos valores da terra. Além disso, se a intenção de Levy foi contrapor-se ao tom de glória com que Vasconcellos configura a arte colonial mineira, adotando, assim como Del Negro, uma postura mais concisa em sua escrita, tal prática mostra-se bastante contraditória, pois, se tal análise, por um lado é objetivada, os argumentos são intuitivos.

A leitura desses autores nos incita a outras tantas releituras da arte colonial mineira, pois dispomos não somente das fontes iconográficas, mas dessas tantas reflexões tecidas sobre ela. Podemos pontuar, a título de exemplo, algumas abordagens possíveis: como a sócio-cultural dos artistas e a das representações simbólicas nas análises iconográficas. São temáticas envolventes, que ficam como convite a futuras comunicações.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Classe e cultura no estudo da história operária:
identidade, memória e cotidiano**

Juçara da Silva Barbosa de Mello*

Já faz algum tempo que a história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. O foco foi desviado para as experiências vividas por trabalhadores “comuns”. Os recentes estudos acerca da memória possibilitaram o acesso a toda complexidade que envolve os comportamentos e ações desses grupos “silenciados”, nos permitindo detectar a possibilidade de uma análise da história operária a partir de uma perspectiva de classe focada no movimento e na agência, descartando suas concepções rígidas e estáticas, voltando a atenção para o processo de formação da classe, no qual se podem observar a presença simultânea de identidades de classe e identidades locais. Podendo estas, coexistir e em diversos momentos fundir-se e combinar-se.

No decorrer da década de 60, a tradição sociológica preocupava-se com a produção de grandes sínteses explicativas sobre o movimento operário. Estas serviram para introduzir e cristalizar explicações “mitificadas” sobre as condições de vida e trabalho do operariado.¹ Explicações generalizantes resultantes da aplicação de estatísticas baseadas nos métodos quantitativos que visavam trazer as grandes massas para a história acabaram revelando suas limitações.

Análises sociológicas do movimento operário no Brasil passaram a pintar em grandes traços as características que seriam consideradas como sendo as da classe operária pós-1930. Entre elas estavam: a ausência de padrões de ação coletiva, de tradições e crenças de classe.² Nessa perspectiva a classe operária foi vista como uma categoria estática e indiferenciada, de tal forma que se negligenciava o processo no qual se davam as relações entre os indivíduos e

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social / Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

¹ BATALHA, Cláudio H.M. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 148-149.

² **Ibidem**, p. 149.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 1 2007.

destes com o decurso do tempo, ou seja, as grandes sínteses sociológicas desconsideraram o constante “fazer-se” da classe operária³.

Questionamentos e indagações contribuíram para o surgimento de abordagens voltadas para a inserção de uma dimensão humana na análise. Assim, há algum tempo que o estudo da história operária no Brasil deixou de ser um campo exclusivo da sociologia e, em certa medida, da ciência política.⁴ Uma tendência maior de aproximação com a antropologia resultou na mudança do foco. O estudo dos modos de constituição, do funcionamento e da relação entre as classes e grupos sociais foi sendo enriquecido com uma ênfase nas questões que implicavam na elaboração e reelaboração das identidades sociais desses trabalhadores.

Sendo assim, a tendência mais recente da historiografia que trata da história operária passou a concentrar-se em torno de abordagens cujos objetos desviam ou afastam do centro da análise as relações de produção, sem, contudo, desconsiderá-las. Estudos empíricos em âmbito local, de grupos específicos de trabalhadores revelam que as necessidades materiais de existência dos operários agravadas por uma certa “insegurança estrutural” resultaram no engendramento de redes comunitárias, de laços de solidariedade responsáveis pela formação de identidades locais⁵ evidenciando a participação ativa dos operários ao se apropriarem da cultura dita dominante, atribuindo a mesma, significações e re-significações diversas, descartando a idéia de uma padronização através de estratégias de disciplinarização.⁶

A idéia de uma “classe operária” desprovida de tradições e ações organizadas se desenvolveu a partir de uma abordagem com ênfase no consenso, motivada pela ação de uma política trabalhista, que estimulava a utilização de estratégias do patronato ao lidar com a mão de obra fabril, aliando medidas de racionalização do trabalho com uma “visão tradicional” do trabalhador. Como características desta visão mais tradicional, podemos mencionar a existência de uma lógica que obedeceria ao princípio da reciprocidade, que parece se fundar nas noções de compromisso, lealdade e fidelidade.

³ A expressão fazer-se da classe operária não pretende sugerir, segundo Hobsbawm, que “a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim (...) As classes nunca estão prontas no sentido de acabadas, ou de terem adquirido sua feição definitiva”. HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 279.

⁴ Hobsbawm justifica a utilização da expressão: história operária, em vez de história do movimento operário. Esta última seria limitada ao estudo de segmentos organizados dessa classe. Desse modo, a perspectiva do autor é a mesma da qual me utilizo, pois refiro-me a uma história da classe operária que leva em conta todos os seus aspectos.

⁵ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

Nessa perspectiva, foi concebida uma classe operária homogênea e unívoca, incapaz de qualquer resistência ou negociação ao que lhe é posto, ou seja, uma classe operária considerada praticamente uma “vítima passiva” do paternalismo da “classe dominante”.

A partir de uma mudança na escala de análise surgiram resultados que vieram a dar significados totalmente novos a fenômenos antes observados em escalas maiores.⁷ Com a observação e análise dos pequenos territórios da vida cotidiana, a tese de uma classe operária homogênea e indiferenciada não se sustenta, uma vez que esta ignora a existência dos processos nos quais se evidenciaram as múltiplas e diferenciadas formas de apropriação e a circulação de valores, de onde resultou uma variedade de nuances em torno da história operária. Ao voltarmos a atenção para as “formas” e os “motivos”, surgem possibilidades de “decifrar” as representações do mundo social por meio das quais os operários forjaram suas próprias idéias, crenças e visões de mundo.⁸

Na década de 80 do século XX, alguns historiadores desenvolveram o conceito de micro história, através do qual, passaram a destacar estudos de histórias particulares de indivíduos, vilarejos ou grupos específicos com o intuito de obter uma descrição que levasse em conta o caráter multifacetado do comportamento humano. Uma análise dos processos de formação das identidades individuais e coletivas, valorizando-se os contextos e as muitas possibilidades de interpretações diante das tensões e conflitos inerentes aos grupos ou classes⁹.

Essa perspectiva de estudo enfoca o processo de elaboração e reelaboração das identidades individuais e coletivas, melhor observadas no campo específico da História Oral, por meio da qual é possível uma análise onde se torna evidente uma interseção entre fatos e representações¹⁰. Consideramos que essas estratégias sejam decisivas para a compreensão das formas e dos motivos que condicionaram as percepções do universo social dos trabalhadores,

⁷ REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção Social”. In: Jacques Revel (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

⁸Ecléa Bosi dedica algumas páginas de sua obra: *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*, para uma análise das observações de Henri Bergson a respeito do estudo da psicologia da memória, nas quais o autor apresenta a noção de que “a memória permite a relação do presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações”. Significa dizer que os dados imediatos misturam-se a milhares de pormenores de nossa experiência passada, levando-nos a crer que não existe uma percepção pura do presente. BOSI, Ecléa. “Memória-Sonho e Memória-Trabalho”. In: **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 46-47.

⁹ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 134.

¹⁰PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2006, p. 111.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 3 2007.

considerando os mais diversos contextos e situações nos quais a realidade social foi construída, pensada, dada a ler pelo grupo social que a produziu¹¹.

As percepções do mundo social, segundo Roger Chartier, não são de forma alguma discursos neutros. Sendo assim, concebemos que diante de condicionantes estruturais demarcadores do espaço de liberdade do indivíduo, são feitas acomodações ou adaptações das práticas discursivas sempre em favor dos interesses do grupo que as forjam. No entanto, a percepção de que estas ações são motivadas por interesses não significa que este movimento aconteça de forma consciente e arbitrária. Na verdade, este se constitui a partir do resultado de uma negociação conflitiva envolvendo outros indivíduos e grupos numa relação de concorrências e competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação¹².

Cada grupo ou indivíduo são portadores de uma combinação de vivências que lhes tornam únicos. Este processo ocorre no momento em que apropriam-se das experiências que compõem a realidade social. Estas múltiplas apropriações provocam uma diversidade de reações, que nem sempre são percebidas por nossos sentidos mais imediatos.

Carlo Ginzburg, no famoso clássico “O Queijo e os Vermes”, destaca a singularidade do comportamento do personagem central de sua obra, relatando ser ele aos olhos de seus conterrâneos, ao menos em parte, diferente dos outros. Entretanto, logo a seguir faz a seguinte observação:

Mas essa singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes, uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um.¹³

Nesse sentido, acreditamos no entendimento da história operária a partir de abordagens que valorizam a pluralidade de situações que caracterizam os diversos níveis da realidade social. As explicações polarizantes, ao enfatizarem determinados aspectos tendem a negligenciar outros, gerando resultados deformadores, uma vez que ignoram a complexidade que envolve as relações sociais.

As obras de Edward Thompson e Eric Hobsbawm: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) e *Mundos do Trabalho* (1981;1987) respectivamente, tiveram grande

¹¹ CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

¹² VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto, uma visão antropológica**. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1988.

¹³ GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006, p. 20.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 4 2007.

influência sobre os historiadores brasileiros interessados no estudo da cultura da classe operária. Numa perspectiva marxista, associaram as instituições operárias ao contexto do processo de trabalho. Entretanto, esse esforço de associação acabou por gerar o próprio enfraquecimento do conceito de classe entendido como um todo unificado¹⁴. Uma vez que ao fazer a conexão entre tradições, ritos, cotidiano dos trabalhadores com resistência social e luta de classes, Thompson abre espaço para o entendimento mais amplo e cultural da vida operária, permitindo perceber que a cultura operária não pode ser vista como um todo unificado e indiferenciado, ou seja, a valorização da análise do comportamento de famílias e comunidades no contexto específico do processo de industrialização trouxe a tona a percepção da diversidade no interior desses grupos.

Thompson se afasta do modelo tradicional marxista, especialmente, no que refere à concepção de que a classe operária seria incapaz de formar identidade, por estar inteiramente submetida à determinação econômica. Para o autor, o econômico deve ser levado em conta, mas não pode ser pensado independente das normas e estruturas cognitivas. É preciso, portanto, estarmos atentos aos simbolismos presentes em atitudes e gestos traduzidos pela representação dos atores históricos individuais e coletivos. É nesse sentido que ocorre um impasse entre a evidência da diversidade entre os trabalhadores, observada através de uma abordagem mais “culturalista” e a relevância de uma noção de classe social mais generalizante. A primeira possui como características a valorização das questões relacionadas ao gênero, as categorias profissionais, as hierarquias no ambiente de trabalho e também fora dele, tendo como referências centrais para a análise, o tempo e o espaço dos acontecimentos. Enquanto a segunda pressupõe a noção de uma classe social mais generalizante, e em consequência, inevitavelmente reducionista. Um olhar apressado pode concluir equivocadamente que uma abordagem tende a excluir a outra.

Entretanto, ao olharmos mais atentamente, como fez Mike Savage, podemos observar assim como o autor, que a insegurança estrutural inerente à vida dos trabalhadores favoreceu a formação de vínculos comunitários responsáveis pela formação de identidades locais que, no entanto, não excluem a formação de identidades de classe. Nas palavras do autor: “a formação de uma classe é um processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe se podem fundir e combinar”.

¹⁴ SAVAGE, Mike. “Classe e cultura: um balanço conceitual e historiográfico”. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Op. Cit.** p. 30. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 5 2007.

Sendo assim, queremos enfatizar que ao mesmo tempo em que pensamos o local como espaço de proporções adequadas a uma análise mais ampla e complexa da história operária, também admitimos que os lugares não são fragmentos desconexos, suspensos no ar. Devemos levar em conta a inter-relação entre os espaços. Esta pode ocorrer em maior, ou menor medida considerando a tensão entre os níveis da realidade. Dito de outra forma significa admitir a tensão constante e ativa entre estruturas e práticas culturais e sociais. Ignorar a existência dessa fluidez espacial é correr o risco de cair em um outro extremo, que entende a contingência e a experiência como absoluto, no qual todas as explicações possíveis estão contidas.

É nesse sentido que a valorização do espaço e lugar na análise dos processos de mudanças históricas fundamenta a utilização do conceito de classe com mais propriedade e complexidade, na medida em que permite pensar a conexão entre estruturas de classe e constituição demográfica e espacial da classe. A partir da conexão entre esses dois elementos, percebemos simultaneidades observadas em situações sócio-culturais reveladoras de diferenciações que sugerem divisão, ao mesmo tempo em que apresentam elementos compartilhados¹⁵. Concentrando o foco da análise neste último, podemos apreender as complexas e variadas estratégias das quais os trabalhadores se utilizaram para a composição da dinâmica social que concretamente vivenciaram. Esta é uma abordagem que além de se contrapor a noção de uma classe operária isenta de tradições e crenças de classe, também desafia claramente aquelas em que se acentua a ação disciplinar dentro e fora dos muros das fábricas, “produzindo” o cotidiano dos trabalhadores.

Pensando em uma melhor compreensão acerca da natureza das estratégias empreendidas pelos trabalhadores no interior dos limites de seus espaços de ação, consideramos ser o recurso metodológico da História Oral, com entrevistas de “histórias de vidas” desses operários, um caminho viável e relevante. Desse modo, temos a possibilidade de identificar a medida pela qual se fazem e desfazem as configurações sociais, detectando como os indivíduos forjam suas representações definindo-se em relação ao grupo ou se reconhecendo como membros de uma classe¹⁶.

Partindo do pressuposto de que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado a ponto de não permitir negociações¹⁷, podemos refletir sobre a dimensão e a

¹⁵ KIRK, Neville. “Cultura, comercialização e classe”. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. **Op. Cit.** p. 53.

¹⁶ LEVI, Giovanni. **Op. Cit.** p. 173.

¹⁷ **Ibidem**, p. 179-180.

profundidade da agência dos trabalhadores no processo de formação de sua classe. Certamente, levando em conta as limitações e os constrangimentos sofridos, conscientemente ou não, no momento em que deliberam sobre diversos aspectos de seu cotidiano no qual estão envolvidas, além do espaço de trabalho e da arena política, as relações familiares, as unidades domésticas, os espaços de sociabilidade e lazer, enfim todo um conjunto de elementos que compõe a realidade social dos trabalhadores.

Partindo do pressuposto de que o cotidiano é a dimensão espacial que tende a ser reflexo do automatismo das manifestações, quase sempre instintivas, consideramos que este possua uma tendência para a alienação. No entanto, de acordo com Benito Bisso, apesar da grande afinidade entre alienação e cotidianidade, esta última permite uma margem de manobra e ação, de individuação e configuração de novas atitudes. Nessa perspectiva, deve-se evitar olhares unilaterais que concebam este espaço unicamente como campo onde se gera a alienação ou onde se gera a resistência e a criação.¹⁸

Sendo assim, acreditamos na possibilidade de uma abordagem que, ao analisar a história operária a partir de uma perspectiva de classe não o faz sob formas rígidas e estáticas, mas entende que uma classe nunca se apresenta de maneira pronta e acabada. O objeto de atenção deve ser sempre o processo de formação da classe, que de forma alguma ocorre a partir de um esquema único de ações e reações, mas que se dá a partir das experiências que englobam simultaneamente e dialeticamente elementos objetivos e subjetivos. Deve-se, portanto, levar em conta a diversidade dos contextos que compõem os cenários nos quais atuam atores históricos, movidos tanto por necessidades objetivas quanto por suas subjetividades.

Voltando o foco para uma análise que valorize a diversidade de representações presentes nas relações cotidianas dos trabalhadores, é possível observar que, a partir de uma relação de reciprocidade, o espaço de manobra no qual os operários criam suas estratégias, não só permite a distinção entre prática e norma como também mudanças significativas na própria norma. Diferentemente da noção que define esses trabalhadores como “vítimas passivas” de estruturas de dominação que se reproduzem esquematicamente.

A diversidade de “apresentações” que descrevem as condições de vida e de trabalho presentes na formação do operariado fabril vem abrindo espaços no meio acadêmico para novas abordagens e questões. Muitas destas questões tornadas possíveis a partir dos estudos

¹⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. **Um Socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**- Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000, p. 120-121.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 7 2007.

sobre a memória social que, por sua vez, vem cada vez mais possibilitando diferentes olhares acerca das ações ligadas ao homem em sociedade, de suas ações e representações.¹⁹

Os estudos acerca da memória empreendidos por outros campos das ciências sociais têm se mostrado profícuo na análise de temas e questões intrínsecos ao debate que gira em torno da dimensão das generalidades e singularidades que caracterizam a memória dos trabalhadores, e de seu respectivo processo de construção em nosso país, especialmente no Rio de Janeiro no período que se inicia a partir das primeiras décadas do século XX.

Assim, balizados por estudos empíricos de grupos específicos, apostamos na concepção da classe operária em seu sentido mais amplo, ou seja, não somente focando a análise no movimento operário mais institucionalizado, mas abrangendo a vida cotidiana desses trabalhadores em seus pequenos territórios. Nesse sentido, torna-se imprescindível uma história que privilegia o estudo do particular como forma de melhor compreender as complexidades do processo histórico, numa escala que possibilite a compreensão do conflito presente em atitudes e comportamentos aparentemente insignificantes, mas que tendem a mostrar-se extremamente abrangentes em seus efeitos.

Existe uma tensão permanente entre as dimensões subjetiva e objetiva em uma pesquisa, e entre os aspectos que envolvem as memórias individuais e coletivas. Jacques Le Goff argumenta que a objetividade na história não é a pura submissão aos fatos. Ela é construída por meio de constantes revisões e acumulações de verdades parciais. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”²⁰.

Uma das maneiras encontradas pelo patronato de garantir a lealdade de seus operários foi o investimento em formas de lazer, que entre outras finalidades, possuía a de racionalizar e padronizar o tempo do operário mesmo fora do ambiente de trabalho. As principais estratégias dos empresários foram em investimentos na criação de clubes de futebol, blocos carnavalescos e bandas de música.

Esta vinculação às estratégias de controle do patronato que comumente são postas como evidência da impossibilidade de uma identidade de classe no meio operário, por significar alienação e passividade, pode vir a adquirir novos contornos. A partir das evidências orais, tornou-se possível perceber que “muitos dos trabalhadores implicados no

¹⁹ Na introdução de sua obra, Ecléa Bosi apresenta um estudo a respeito das funções da memória, onde demonstra com base nos estudos realizados por Henri Bergson, entre outros autores, como são constituídas nossas ações e representações do mundo social. BOSI, Ecléa. **Op. Cit.**

²⁰ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990, p. 479.

usufruto do lazer (...) estavam ativamente engajados com a meta de uma sociedade mais justa na qual receberiam o ‘reconhecimento’ e a ‘recompensa’ devidos”.²¹

Muito embora grande parte das manifestações de resistência e inconformismo presentes nas falas de ex-operários apresente-se como reflexos de preocupações específicas ligadas a questões locais e cotidianas, estas fazem parte do processo de formação da classe que, por sua vez, ocorre fundamentalmente por meio das experiências vividas, este caracterizado, segundo Hobsbawm, por dois níveis de aspirações, traduzidas por exigências mais imediatas ligadas ao cotidiano, e mais gerais que fazem referência ao “tipo de sociedade que lhe convém”.²²

Referências bibliográficas:

BATALHA, Cláudio H.M. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BOSI, Ecléa. “Memória-Sonho e Memória-Trabalho”. In: **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

²¹ KIRK, Neville. **Op. Cit.** p. 67.

²² HOBBSAWM, Eric. **Op. Cit.** p. 46

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: Peter Burke (org.). **A escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

PHILIPPE, Joutard. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2006.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 8ª edição, 2006.

REVEL, Jacques. “Microanálise e Construção Social”. In: Jacques Revel (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Um Socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**- Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

THOMPSON, Edward P. “História e antropologia”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto, uma visão antropológica.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1988.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O Jornal do Comércio e o processo de construção do Estado-Nacional brasileiro¹

Júlia Ribeiro Junqueira

Foi a partir da Independência que homens das letras e intelectuais iniciaram a obsessão pela construção de uma identidade nacional. Este conceito de identidade como define Lúcia Lippi Oliveira – (...) *é um processo de construção, na qual a identidade tem uma dimensão interna em que se acentuam os traços de similaridade e, ao mesmo tempo, uma dimensão externa, que define uma diferença em relação ao outro.*² Foi através da criação de certas academias como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que estes intelectuais iniciariam as pesquisas em torno da construção-legitimação de uma consciência do que viria a ser a nação brasileira. O conceito de nação tem seu início no século XVIII, com a emergência na luta política e social dos povos europeus e que marcaram igualmente a história do Novo Mundo. A idéia de nação visa proporcionar sentimentos de identidade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. A consciência nacional está intimamente interligada com o processo de construção do Estado-nacional.³

Retornando ao IHGB, ele fora criado em 1838, no período do Segundo Reinado, por um grupo de políticos e intelectuais da corte do Rio de Janeiro, liderados pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, pretendia metodizar, arquivar e publicar os documentos necessários para a escrita da História do Brasil. Como corrobora Januário: *a academia, recém-criada, deveria chamar para si o encargo de escrever uma história nacional única e coerente.*⁴

¹ Esta comunicação baseia-se na pesquisa que venho desenvolvendo para a atividade de monografia, intitulada: *A Formação da História-memória no Jornal do Comércio: A Independência como mito fundador nas comemorações do centenário*, sob orientação do professor Dr. Valdei Lopes de Araujo.

² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.11.

³ Idem. *Ibidem*. p. 14.

⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Dentro da imediata proteção de sua magestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 156(388) 459-613, jul./set. 1995. p507.

Em 1889 a Monarquia é encerrada e inicia-se a implantação de um novo regime: a República Federativa do Brasil. Novamente encontraríamos pessoas interessadas em criar uma imagem do novo regime imposto *para atingir o imaginário popular e recriá-lo dentro dos valores republicanos*⁵. Logo, a busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa da geração intelectual da Primeira República (1889-1930). O próprio Estado republicano utilizou-se da mobilização simbólica para produzir uma experiência capaz de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional. Os homens de letras nesta transição para o novo regime criticavam o Brasil de sua época. Estes intelectuais otimistas, defensores do progresso tentaram exprimir a importância das reformas urbanas, a busca pela modernidade através do crescimento econômico e das reparações sociais que deviam ser feitas. Entretanto, este otimismo da *Belle époque* que os literatos estavam vivenciando foi afetado por eventos como a Campanha Civilista de 1910 e pela Guerra Mundial de 1914. Estes acontecimentos acabaram por repercutir na sensibilidade da época. A Primeira Guerra Mundial recolocou a questão da brasilidade novamente como um fator primordial. Houve uma revisão dos padrões intelectuais brasileiros após sua eclosão, de modo que nasce uma necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro. Essa transformação de padrões culturais teve como pano de fundo o **confronto e a releitura da tradição**, ou seja, a releitura da interpretação histórica. De acordo com Lúcia Lippi, estes eventos históricos foram interpretados por alguns intelectuais como indícios do colapso de uma civilização.⁶ Neste momento, veríamos o maior engajamento da imprensa nas questões nacionais e no debate acerca das interpretações sobre a História do Brasil, deste modo, contribuía para a definição de uma memória histórica oficial, ou seja, o que se deveria lembrar e o que se deveria esquecer.

Entre 1880 e 1920 a imprensa e também a publicidade começaram a se tornar interlocutoras importantes para a nossa produção cultural.⁷ Neste momento verificamos que tanto a imprensa como setores das elites e dirigentes demonstraram um grande interesse em destacar o geral, ou seja, o nacional, em contraposição não enfatizar o particular, mais exatamente – a região. Entretanto, apesar da ênfase na história geral no século XIX, não houve um *abandono das*

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 10.

⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. Cit. p. 118.

⁷ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 69.

histórias particulares como corroboram Valdei L. Araújo e Bruno Medeiros. Para estes historiadores as histórias particulares tinham motivos para continuarem a serem produzidas:

(...) “Em primeiro lugar, sua ênfase no acúmulo dos vestígios antigos, dos monumentos e efemérides parecia responder a uma vontade de passado que o modelo da grande história política era incapaz de satisfazer plenamente. Associado ao desejo de recuperar ou tocar o passado, essa historiografia local/erudita era necessária no enfretamento dos períodos de grande aceleração do tempo histórico, nos momentos de transição em que os contemporâneos se percebiam como perdendo contato com a tradição”.⁸

Os símbolos republicanos começam a se destacar de forma a promover uma “intimidade” com a população e fazer com que esta se sentisse familiarizada com as representações republicanas que estavam sendo criadas naquele período. Nota-se que o emprego dos símbolos são artifícios bastante explorados para fortalecer a formação do nacionalismo e da nação. A palavra nacionalismo passou a ser amplamente empregada em fins do século XIX. E tanto este termo como o de nação são fenômenos que, como afirma Ângela de Castro Gomes, estão vinculados à chamada emergência da moderna sociedade de massas.⁹ Contudo, como podemos definir o que seria uma nação? De acordo com Benedict Anderson, “(...) a nação é a de uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.¹⁰ Por que imaginada? De acordo com autor todos os membros de uma nação nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas. Limitada, já que há fronteiras definidas e finitas, e soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Retornando aos símbolos nacionais republicanos, podemos destacar: o hino nacional, a bandeira do Brasil, a glorificação que é feita em torno da imagem de Tiradentes como o grande herói da pátria, e outras estátuas e imagens que se fizeram para padronizar um sentimento de nação na memória da sociedade brasileira. Verificamos, no caso, da imagem de Tiradentes, que a criação do mito do herói, bastante utilizada pelos republicanos, seria mais tarde colocada com certa ambigüidade. Veríamos um debate sobre a separação entre mito e história, através de obras como “*Manto de Penélope: História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira de 1788-1789*”, de João Pinto

⁸ ARAUJO, Valdei L; MEDEIROS, Bruno F. “A história de Minas como história do Brasil”. Revista do APM. Ano XLIII, nº1. Janeiro-Junho de 2007. p.29.

⁹ GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 18.

¹⁰ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.14.

Furtado.¹¹ Este autor expõe uma imagem de Tiradentes distinta daquela apresentada pelos intelectuais no início da República.

José Murilo de Carvalho, em seu livro “*A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*”,¹² elucida de que forma a criação dos símbolos republicanos atingia o imaginário popular. Assim, ele esboça a criação da identidade coletiva do país.

Mas, se houve uma criação da identidade ela se baseou em que? Para esta resposta utilizaremos alguns instrumentos analíticos apresentados por Hobsbawn em seu livro “*A Invenção das Tradições*”¹³. Nele há um questionamento da tradição inventada, ou seja,

“(…) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”¹⁴

A História entra como legitimadora das ações desta tradição inventada. Elas podem se constituir de tradições que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais, também podem estar ligadas à legitimação de instituições ou inseridas no aspecto de socialização, com sistemas de valores e padrões de comportamento.¹⁵ No caso, o que se destaca nestas tradições, basicamente, está vinculado à dimensão nacional.

Inventar tradições é um dos artifícios utilizados pelas sociedades modernas, a partir da memória histórica, para estabelecerem mitos de fundação de seus Estados nacionais. No século XIX iniciam-se, especialmente pela historiografia francesa, a produção dos mitos de origem – (...) *Durante um século, uma verdadeira sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico constituía a base da função que parecia natural ao historiador: a missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado*.¹⁶ No caso do Brasil, para alguns homens das letras, como membros do IHGB, nosso mito de origem seria a Independência, este momento marcaria o mito fundador da nossa nacionalidade.

¹¹ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope: História, Mito e Memória da Inconfidência Mineira 1788-1789*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹² CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.

¹³ HOBBSAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In.: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

¹⁴ Idem. *Ibidem*. p.09.

¹⁵ Idem. *Ibidem*. p.17.

¹⁶ DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 1999. p.11.

(...) “A centralidade assumida pela história natural só seria transformada com a emergência do programa das histórias modernas. Sabemos que no Brasil esse programa se constitui ao longo do segundo quartel do século XIX, tendo com seu espaço privilegiado, mas não único, o IHGB. (...) Homens como Januário da Cunha Barbosa, Raimundo José da Cunha Matos e José Feliciano Fernandes Pinheiro participaram ativamente das lutas pela Independência brasileira e mantiveram uma preocupação constante em produzir uma história do Brasil a partir do evento fundador da nova nacionalidade”.¹⁷

A memória histórica substitui, para estas sociedades, a memória baseada na oralidade, ou seja, nos ritos e lendas, na vivência, na tradição e na produção de uma continuidade entre passado, presente e futuro. Já a memória histórica está associada a estas identidades inventadas que têm uma enorme necessidade do registro, ou seja, da escrita, de forma a construir uma linearidade capaz de domar a descontinuidade do tempo. Tal fenômeno é tratado por François Dosse ao estudar como a História francesa relacionou **História e Memória**:

“O contexto da construção do Estado monárquico vai influenciar muito a produção histórica. Toda uma memória coletiva constrói-se então em torno de uma vontade política, a dos reformadores do Estado. A função do historiador oficializa-se, a memória faz-se história, um processo de recuperação em torno do esquema nacional. (...) A História fica estreitamente ligada à obra de construção de um Estado-nação”.¹⁸

Sabemos que a historiografia brasileira inicia seu percurso no momento da Independência, já que seria neste espaço em que a questão nacional tomaria uma dimensão mais significativa. Como já foi dito, é o período da criação dos símbolos nacionais e que se iniciam as novas transformações políticas, o governo deixava a Monarquia para ser República. Sendo assim, como corrobora Maria de Lourdes Janotti – *História e Historiografia, ação e pensamento, Estado nacional e suas subseqüentes representações são componentes de um mesmo momento pleno de historicidade*.¹⁹ Com a República permanece esta preocupação em compreender a historicidade daquela situação.

Verifica-se que na constituição dessa memória no período republicano podemos encontrar obras de orientação “conservadora” como as de Pedro Calmon e Hélio Vianna (que tinham grande simpatia pelo Império e destacaram questões, nas quais o papel deste personagem tinha maior força e sua imagem transparecia a melhor escolha para o Brasil. Mas havia também obras de cunho marxista como a de Caio Prado Jr., na qual as transformações econômicas e sociais ganhavam uma maior ênfase. É interessante perceber que na chamada República Velha, a

¹⁷ ARAUJO, Valdei L; MEDEIROS, Bruno F. Op. Cit. p.25.

¹⁸ DOSSE, François. *A História*. São Paulo: Edusc, 2003. p. 265.

¹⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. “O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no início da República”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 122.

historiografia brasileira ressalta, em alguns momentos, basicamente a História de São Paulo e da elite política paulista. Sobressai o republicanismo, a política dos governadores, a expansão cafeeira, a imigração, a urbanização, isto devido ao poder que a burguesia agrária cafeeira impunha para a história naquele momento).

Outro fator para a formação e manutenção da imagem republicana foi, sem dúvida, a imprensa:

“Considerar a imprensa como um complexo agente histórico, ela pode também se lida como fonte documental ou texto de época, em diferentes perspectivas, ganhando uma dimensão que não raro é atribuída apenas aos livros: portadora de conteúdos que formulem, de maneira mais consistente, idéias, tendências e projetos”.

Neste sentido, podemos afirmar que o *Jornal do Comércio* buscou através de suas notícias delinear a reconstrução de uma identidade nacional, o que poderíamos chamar de uma identidade produzida como definimos anteriormente nos parágrafos acima. Também destacamos a presença de instituições como o IHGB que influenciaram neste percurso em torno da construção do Estado-nacional brasileiro e sua memória histórica. É notório que ao consultarmos o periódico, este destaca a atuação de personagens importantes como D. Pedro I, José Bonifácio no período Imperial e a Independência como um marco para a constituição do Estado-nação. Sem dúvida, o jornal utilizou-se da história para a construção de uma memória, na qual verificamos uma certa simpatia pela presença do Império português e tudo aquilo que havia de positivo nos reinados dos príncipes imperiais e de seus colaboradores.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

1964-1984: A história de uma escola em Mariana narrada por suas recordações

Julieno Lopes Vergara & Maria Regina Boroni da Mata / UFOP
lopesvergara@yahoo.com.br

Esta comunicação tem por intuito apresentar o andamento de uma pesquisa que tem procurado compreender a história da Escola Estadual Doutor Gomes Freire, instituição situada no município de Mariana/MG. Desde a sua fundação atendendo as séries iniciais conseguiu ao longo da sua trajetória obter o reconhecimento da sociedade. O período pesquisado compreende desde a sua fundação como grupo escolar, no ano de 1964, até tornar-se escola estadual em 1984. Esses primeiros anos resgatados são de grande importância para se entender o que a escola é hoje, já que nos dias atuais a mesma colhe os frutos de uma fundação e estruturação adequada, realizada pelos diferentes atores que por ali passaram. A pesquisa foi realizada através da análise de documentos pertencentes ao arquivo escolar, dentre eles informações extraídas de jornais e revistas da época, e ainda um grande acervo de fotos, tendo como principal fonte relatos de memórias de pessoas que ajudaram a construir a história da escola, os seus atores, como, por exemplo, professores e direção. Analisar as lembranças escolares de ex-atores junto a esta instituição, através de relatos, tem contribuído de forma ímpar para a elaboração do resgate histórico da escola, já que ambas histórias se entrelaçam de forma significativa.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

“Concepções de história, conhecimento do espaço e trajetória de vida no *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará* de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839)”

KAORI KODAMA / CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ
kaori@coc.fiocruz.br

Procurando contribuir com os estudos sobre o desenvolvimento das formas de escrita histórica no Brasil no oitocentos, a comunicação visa a apresentar alguns aspectos da natureza dos escritos da geração da Independência na representação de um novo tempo, que se constituía como o de formação dos discursos sobre a história e sobre a nação, através das obras de corografia e de história de Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839).

A presente exposição pretende tratar do *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará*, obra escrita por um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Raimundo José da Cunha Matos. Defende-se que o *Itinerário*, iniciado em 1823 e publicado em 1836, não só correspondia a um conhecimento próprio sobre o território do Império do Brasil, como também refletia, através de seu modelo de escrita, algumas das características presentes nas concepções de história que marcariam os primeiros anos do IHGB.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Guerra como metáfora

Karl Schurster V. Souza Leão / UFRPE
Pablo Henrique Spíndola Tôrres / USP

karl.shurster@bol.com.br
phst81@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo analisar a produção de metáforas sociais em tempos de guerra utilizando a teoria da história para compreendê-la. Para tal dividimos o artigo em quatro partes: a primeira diz respeito à natureza da guerra através dos teóricos Carl Von Clausewitz e John Keegan; a segunda se remete a entender como e quais são as metáforas produzidas em tempos de guerra e quais suas implicações sociais; na terceira parte analisamos a aplicação do modelo disciplinar foucaultiano e suas disposições através da tecnologia do corpo e das instituições e, por fim, discutiremos como essas abordagens estão presentes no cinema através de filmes como 11 de Setembro e Cannon Fodder.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Contribuições da Moderna Crítica Literária no estudo da História

Karla Pereira Cunha

Universidade Federal de Juiz de Fora

Atualmente fala-se e publica-se muito sobre a relação entre Literatura e História. Discussão recorrente entre muitos estudiosos, presente em livros, artigos, temas de congressos, simpósios, grupos de pesquisa, vemos que a vinculação entre estas duas disciplinas é uma controvérsia marcante do século XX, sendo que a tradição do pensamento ocidental foi protagonista fundamental ao pensar esta relação.

O interesse dos historiadores pelos textos literários e pelo testemunho que estes podem dar em relação ao passado é de longa data. Desde a Antiguidade a diferenciação entre o que era História e o que era Literatura estava presente. A distinção mais antiga e recorrente é aquela em que a ficção é concebida como a representação do imaginável, do que poderia ter acontecido e a História como a representação do verdadeiro e da realidade passada. A História consistia na narrativa de acontecimentos políticos e militares, apresentada como os “grandes feitos” dos “grandes homens”. A ela não cabia exercer qualquer papel analítico ou reflexivo – função esta atribuída por Aristóteles à Literatura – mas apenas narrar o que alguém fez ou o que aconteceu.

Tal distinção foi proposta inicialmente por Aristóteles, tido como um dos primeiros a teorizar sobre o assunto. Sua contribuição no que se refere às relações entre história e poesia está presente na *Poética*, obra onde estabelece as características e diferenças entre estes dois campos. O conceito de *mimese* é fundamental para entender as considerações presentes na *Poética*. O termo, em sua acepção mais geral designa imitação. Para Aristóteles, a imitação representa uma

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

louvável característica humana, sendo congênita ao homem; ou seja, há na espécie humana uma tendência natural para o imitar e tal tendência o distingue de outros seres da natureza.

Aristóteles observa que há dois principais modos de imitar: por meio da narrativa (a epopéia) e por meio de atores (a tragédia e a comédia). A história era considerada uma modalidade de narração, assim como a poesia. A diferença fundamental que a *Poética* coloca entre o historiador e o poeta está no tipo de conhecimento a que cada um dos gêneros induz, a partir da operação que realizam - a imitação poética ou a narração histórica.

A história é definida por Aristóteles como a narrativa de acontecimentos que efetivamente aconteceram, enquanto a literatura seria a representação de feitos que poderiam acontecer. Para o filósofo, narrar o que poderia acontecer era mais importante e interessante do que narrar fatos reais, pois encerrava mais filosofia e elevação e, além disso, o âmbito do acontecível excederia ao do acontecido. A poesia fala de verdades universais, possíveis ou desejáveis (verossímil) e a história trata de verdades particulares, acontecidas e não universais (verdadeiro).

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador do poeta, por escreverem verso ou prosa [...] diferem sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular.¹

Com a ascensão do racionalismo, no período moderno, tal contraposição seria enfatizada, resultando numa inversão dos termos apresentados por Aristóteles. Poesia, filosofia e arte seriam progressivamente desqualificadas como modos de conhecimento da realidade, passando a habitar o terreno da fantasia ou da metafísica. Enquanto que a história habitaria o campo do verdadeiro, do concreto. Solidificou-se assim, a separação entre ficção e verdade e o discurso ficcional passou a estar subordinado ao discurso da verdade, representado pela ciência e pela razão.

O estudioso brasileiro Luiz Costa Lima nos apresenta uma rica explicação de como se processou esta cisão entre a história e a literatura. Para ele, a marca que diferencia os dois discursos é a convenção de veracidade que rege a escrita da história. Ao analisar o

¹ ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Eudoro de Sousa. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1992, p. 115.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

desenvolvimento da historiografia a partir do século XIX, Costa Lima identifica uma tensão entre a dimensão poética e a pretensa objetividade científica da história. Essa tensão resultou no recalque do primeiro ². A idéia central defendida por Costa Lima é que a constituição da razão no Ocidente moderno, a partir da Baixa Idade Média, trouxe consigo a repulsa e/ou veto ao ficcional, fosse em nome de uma moral cristã, fosse em nome de uma verdade histórica.

De acordo com Costa Lima, a crise do pensamento ocidental no fim Idade Média, a partir dos séculos XIV e XV, provocou um descrédito da idéia de verdade. Segundo uma concepção teológica cristã, a verdade era vista como imanente ao texto escrito e por isso, “para o homem medieval, não há qualquer marca distintiva entre história e ficção: desde que não se oponham às verdades religiosas, ambas são confiáveis, tomadas como verdadeiras” ³.

Desde o momento que o racionalismo humano suplementou o prisma religioso em crise, observou-se uma dispersão discursiva e uma valorização da individualidade e da subjetividade ⁴. A partir daí, é estabelecido uma linha divisória entre história e ficção, sendo cada uma formas discursivas diferenciadas. O historiador seria aquele que teria compromisso com a verdade, que deveria ser una; o subjetivismo deveria ser abolido e a neutralidade do historiador assegurada. O fictício seria o falso e o mentiroso, passando a ser rejeitado.

A causa desta perseguição ao fictício deve-se ao fato de que ele causa transtorno dentro do próprio cotidiano, com a destituição da ordem vigente. Como o homem comum não sabe distinguir o aparente do verdadeiro, pensa que o que está escrito em qualquer livro impresso tem a autoridade para ser crido: o povo vulgo não sabe distinguir entre os livros de verdade e os livros de deleite. Os livros ficcionais eram ameaçadores à moral religiosa e à ordem política e perturbavam a condução do indivíduo no cotidiano⁵. Desta forma, a ficção passa a ser vigiada de perto pelo discurso dominante, que produz mecanismos e agentes para exercer seu controle. Portanto, a partir das considerações apontadas por Costa Lima, podemos entender melhor a noção de história nascida a partir do século XIX.

No século XIX, observamos o esforço dos historiadores para institucionalizar sua área rompendo as relações da História com a arte e a filosofia e reivindicando um estatuto mais

² COSTA LIMA, Luiz. *O Controle do Imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 125.

³ COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 23.

⁴ COSTA LIMA, Luiz. *O Controle do Imaginário*. op. cit., p. 15.

⁵ COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. op. cit., p. 43.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

rigoroso para a disciplina. No intuito de tornar os estudos históricos mais científicos, estabeleceu-se o primado do documento: através da leitura objetiva das fontes empíricas, o historiador chegaria à verdade, vista como única e definitiva. A história passa então, a ser identificada como verdade, estando intimamente ligada ao “fato”. A ficção passa a ser vista como obstáculo ao entendimento da realidade. O objetivo do historiador era apagar do seu discurso todo traço do fictício, todo elemento retórico, imaginário e abster-se das técnicas do poeta na apreensão da realidade.

No decorrer do século XX, a escrita da história transformou-se através de padrões institucionais e intelectuais, que resultou numa perene tensão historiográfica e numa profunda crise epistemológica. Grande parte desta renovação no campo da historiografia contemporânea consiste na sua disposição a recorrer a outras disciplinas acadêmicas, como a antropologia, economia, psicologia e sociologia, na busca de novas formas de abordar o passado. Atualmente, essa busca está conduzindo os estudiosos para a crítica literária, que trouxe à tona um “número tão grande de questões perturbadoras acerca dos fundamentos conceituais da própria história, que os historiadores não podem mais ignorá-la”⁶.

A crítica literária, que dentre outras contribuições, tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, do imaginário e das estruturas narrativas e de pensamento, na criação e descrição da realidade histórica. Também os ensinou que as escolhas empreendidas por quem escreve são partes integrantes e inalienáveis da escrita da história. “O grande valor da teoria literária provém de sua análise dos códigos e das convenções retóricas dos quais os historiadores inconscientemente dependem”⁷.

A questão da relação entre narrativa e história recebeu portanto, uma atenção especial da teoria literária. A escrita da história passa a ser analisada como um tipo de discurso narrativo em prosa que “só é acessível por meio da linguagem”⁸.

Os historiadores sabem bem hoje em dia que também são produtores de textos. A escritura da história, mesmo a mais quantitativa, mesmo a mais estrutural, pertence ao

⁶ HARLAN, David. A História Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: Unicamp, 2000, p. 19.

⁷ *Ibidem*, p. 146.

⁸ WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. Tradução: Dora Rocha. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, jan.- jun. /1994, p. 23.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

gênero da narrativa, com o qual compartilha as categorias fundamentais. Narrativas de ficção e narrativas de história têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus 'personagens' uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade.⁹

Contudo esta postura diante da história não é tão consensual como parece. Há atualmente, um embate entre as interpelações que buscam ver a história sob uma perspectiva literária e aqueles que desejam a manter dentro de seus limites tradicionais. Hayden White e Dominick LaCapra são os principais porta-vozes da corrente em favor da história a partir desta perspectiva literária, apesar de o último ser menos formalista e ter suporte teórico distinto de White. O que ambos têm em comum é o desejo

de examinar e ampliar as definições tradicionais de história e metodologia histórica. Esse projeto leva tanto White quanto LaCapra a questionarem as fronteiras que separam a história da literatura e da filosofia, a contestarem aquilo que percebem como as tendências dominantes da historiografia, a focalizarem o papel decisivo da linguagem em nossas descrições e concepções da realidade histórica.¹⁰

Ambos reivindicam a dimensão subjetiva da História, possuidora de forte componente poético e valorizam o elemento narrativo na sua construção. O canadense Hayden White se notabilizou ao publicar o polêmico *Metahistória*, em 1973 e posteriormente *Trópicos do Discurso*, em 1978. Ao analisar a historiografia moderna, afirma incisivamente que os historiadores preferem fechar-se a formas alternativas de compreender o mundo em vez de abrir-se a novos caminhos. Uma das grandes críticas dirigidas por ele à História, é que esta, não se preocupa com os problemas do seu tempo (o tempo presente). Este é para White o seu grande fardo, legado do século XIX. Para libertar-se do fardo da história, “o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”¹¹.

⁹ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2002, p. 14.

¹⁰ KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 134.

¹¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001, p. 53.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Uma das maiores contribuições de White está em suas teorizações sobre a narrativa e escrita da história. Propõe aos historiadores que, na construção do passado, eles permitam que a imaginação os acompanhe em seus escritos e que busquem relatar os fatos sem tantos policiamentos em sua narrativa. Ao relacionar a escrita da história com a escrita da ficção, Hayden White, considera artificiais as fronteiras entre o discurso histórico e o discurso ficcional, ao observar que na narrativa histórica há um sujeito de enunciação também comprometido com uma ideologia e um imaginário particular.

Segundo ele, a elaboração de um texto dependerá da forma de linguagem utilizada pelo historiador, os *tropos*. White então, trabalha a partir da teoria dos *tropos* (ou figuras) de linguagem e defende a idéia de que toda narrativa histórica pode ser reduzida a quatro operações básicas que a imaginação realiza, que são: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Estes tropos são apresentados por White como o solo básico, primário, que estrutura todo o discurso histórico. Estas formas, depois se combinam e se expressam através dos gêneros literários ou de enredo: romance, comédia, tragédia e sátira. Os tropos também determinam o tipo de argumento num discurso (formalista, mecanicista, organicista e contextualista) e por último, determinam uma implicação ideológica (anarquismo, radicalismo, conservadorismo e liberalismo). Estas seriam ferramentas de linguagem que tem a capacidade de conferir um sentido mais rico aos fatos relatados¹².

O mesmo desejo de ampliar nossa definição de História aparece na obra do crítico e historiador norte-americano Dominick LaCapra. Ele se destacou por seu trabalho de história intelectual e por produzir uma obra também no campo da crítica literária, sendo que o seu mais conhecido e debatido trabalho é *Rethinking Intellectual History and reading texts*, datado de 1983. Neste texto, LaCapra põe em questão a busca da ordem e coerência que encontramos na maior parte dos livros de história. De acordo com ele, o historiador tem por tarefa questionar esta busca da ordem e resgatar as vozes que foram submersas por este desejo, que procurava um significado unificado e sem ambigüidades no texto

Aun si se acepta la metáfora que presenta la interpretación como la ‘voz’ del lector histórico en el ‘diálogo’ con el pasado, debe reconocerse activamente que ese pasado tiene sus propias ‘voces’ que hay que respetar, en especial cuando se resisten o condicionan las interpretaciones que quisiéramos atribuirles. Un texto es una red de

¹² Ibidem. Ver especialmente o capítulo *A Interpretação na História*, p. 65- 95.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

resistencias, y un diálogo es un asunto bilateral; un buen lector es también un oyente atento y paciente ¹³.

Assim, LaCapra percebeu a necessidade de se fazer uma história mais criativa, que o levou a sua ideia de “historiador dialógico” ou mesmo um “historiador carnavalesco” (referindo-se com esta expressão, a Mikhail Bakhtin). Para LaCapra, os historiadores poderiam aprender a escrever de novas maneiras, assim como já o faziam os romancistas, que retratam as controvérsias internas de seus personagens com maior profundidade que textos de cunho historiográfico. O estilo carnavalesco estaria presente nos grandes romances que exploram exitosamente os diversos recursos da linguagem e, inovadoramente, desafiam as perspectivas de escrita dominantes, permitindo o diálogo entre textos e contextos.

LaCapra defende a ideia de que as estratégias carnavalescas também podem ser utilizadas pelos historiadores. O passado e suas representações devem ser examinados e abordados de forma dialógica, a partir de um grande número de perspectivas, não podendo assim, ser reduzidos a um único e monológico sentido. O historiador dialógico é aquele capaz de superar as formas de narrativas convencionais e atingir a multiplicidade de pontos de vista dos diversos agentes históricos. Trata-se “de dar voz às vozes do passado, de confrontá-las dialogicamente sem apropriá-las monologicamente na voz unificadora e privilegiada do historiador que estabelece uma explicação única” ¹⁴.

É nesse sentido que LaCapra tem defendido uma perspectiva que pede à história que se aproxime da crítica literária com o propósito de adquirir meios conceituais mais adequados a pensar forma de escrita histórica.

LaCapra não compartilha inteiramente da figura do historiador-poético idealizado por White, embora julgue que os profissionais da história devam repensar a forma como escrevem seus textos. Considera que deve ser buscado um novo método de escrita da história, capaz de transmitir a complexidade das categorias presentes no real descrito e tendo o cuidado de não cair numa criatividade vã que de tão diversa em formas e conteúdos, poderá conduzir a história a um discurso obscuro ou mesmo incompreensível para o leitor.

¹³ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro Lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, [1998?], p. 285.

¹⁴ BARROS, José D' Assunção. Imagens da História – algumas reflexões sobre os aspectos formais e estilísticos da escrita da História. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras- RJ, v. 3, 2000, p. 228. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Uma das mais ricas e estimulantes contribuições de LaCapra à História é o seu conceito de contextualismo. Em uma análise de obra literária, a estrutura interna da obra (texto) não pode ser esquecida, bem como seus aspectos históricos (contextos); esta é a essência do contextualismo de LaCapra. A investigação contextualista procura enquadrar historicamente uma dada obra literária e nos remete para tudo aquilo que envolve esta obra, vendo que ninguém existe fora de um contexto, isto é, ninguém se pode afirmar fora de uma determinada realidade lingüística, social ou cultural, fora do seu tempo e do seu espaço. O contexto interfere, portanto, na forma como uma obra é escrita, seus conteúdos e elocuições, sendo que vários elementos compõem e interferem na estrutura de um texto ficcional, como o elemento social, o psicológico, o religioso, o lingüístico dentre outros.

Textos e contextos possuem uma relação dialética, de complementaridade e não devem ser tomados como entidades isoladas: o contexto não deve ser colocado como força causal essencial e o texto não pode ser reprimido e empobrecido, pois tem um valor denso, polimórfico e dinâmico que precisa ser valorizado¹⁵. “El texto se considera como el ‘lugar’ de intersección de la tradición prolongada y la época específica, y produce variaciones en ambas. Pero no está inmovilizado ni se presenta como un nudo autónomo; se lo sitúa en una red plenamente relacional”¹⁶.

Portanto, os avanços da crítica literária e da filosofia da linguagem nos trazem a questão da veracidade e da objetividade do texto histórico e sua apropriação de recursos ficcionais e retóricos; um debate que está acentuadamente presente na nossa contemporaneidade, fazendo com que a Literatura e a História dialoguem sobre suas fronteiras e abram-se à interdisciplinaridade. O historiador hoje interroga seu ato de escritura e a proximidade com a escrita ficcional, bem como as fronteiras que distinguem os dois domínios.

Também no Brasil, observamos um renovado interesse na abordagem da literatura pela perspectiva histórica: é considerável o número de teses, artigos e livros produzidos sobre o assunto. Além disto, observamos uma notável dilatação do interesse nas relações estabelecidas

¹⁵ Para entender melhor a relação entre texto/ contexto na literatura (particularmente no âmbito da análise do discurso), ver especialmente a introdução de MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁶ LACAPRA, Dominick. op. cit., p. 262- 263.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

entre a história e a literatura e um diálogo maior entre os estudiosos da ficção e da história, que começou a ganhar espaço especialmente a partir de 1980.

O nome de Costa Lima é sempre lembrado por aqueles que estudam os pontos de identidade e de distinção entre a história e a literatura. Sua vasta produção intelectual ocupa um lugar relevante nos estudos literários do Brasil, sendo responsável pela existência de uma reflexão crítica e de uma tradição teórica, no campo específico da literatura. Costa Lima mostra-se filiado, ainda que à sua maneira, a uma tradição inaugurada por Antônio Cândido: literatura é vista por ele como o ingrediente básico de uma cultura, sendo que o valor de uma obra reside na eficácia com que o escritor soube interpretar os ideais de sua época e refletir o seu ambiente social e econômico¹⁷.

Costa Lima em seus estudos, busca entender as relações estabelecidas entre o discurso de ficção e outras modalidades de discursos, como o discurso histórico, o religioso, o documental. Assim, a questão literária se inter-relaciona com reflexões contextuais de cunho histórico, nos mostrando que é possível fazer crítica literária contextualizada historicamente.

Para Costa Lima, a atividade de crítica literária está indissociavelmente ligada à prática teórica, pois ao conhecer uma determinada obra, buscamos apreender as razões de sua singularidade, porque atraiu múltiplas interpretações, e porque constituiu, em função dos sentimentos que provocou no leitor, num objeto de juízo estético ou reflexivo. Desta forma, o discurso do crítico funda juízos de valor que podem ser criativos sem converterem em ficção e possui rigor metodológico e teórico sem reivindicar o estatuto de ciência¹⁸.

Da mesma forma que a Literatura, a História é uma escrita que se desenvolve por meio de uma narrativa discursiva. “Há sempre a presença de um narrador que mediatiza aquilo que viu, vê ou ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes”¹⁹. Tanto o literato quanto o historiador preocupam-se com o modo de escrever sua narração e como conferir-lhe integridade e consistência interna. O fato de que a história e a ficção se realizem narrativamente não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo.

¹⁷ CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: MORENO, César Fernández (coord.). *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: Perspectiva, p. 343- 362, 1979, p. 357- 358.

¹⁸ PIRES, Antônia Cristina de Alencar Pires. Costa Lima e o teorema do controle do ficcional. *Revista de Estudos da Literatura*. Belo Horizonte, v. 2, p. 97- 110, out./1994, p. 109.

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. *Estudos de História UNESP*. Franca- SP, v. 6, n. 1, p. 67- 85, 1999, p. 67.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Próximos mas distintos, os discursos do historiador e do ficcionista se diferenciam tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador. Ao associarmos a história com a ficção não buscamos diminuir o *status* de conhecimento que atribuímos à historiografia. Como observou Helena Bomeny,

A história, no entanto, não se confundindo, nem se reduzindo à ficção, pode aprender, no contato com esta, a incorporar em seu próprio método, noções e técnicas libertadoras, sem que com isso abandone o que afinal, é a razão de ser da história como tal, ou seja, a busca de uma forma de recuperação do passado. Pode, por exemplo, aprofundar o sentido do questionamento da percepção do passado como *prólogo* e levar adiante, na escrita da História, o que na ficção é básico: a percepção do passado como movimento *descontínuo*²⁰.

Podemos a partir desta exposição, observar que o tema das relações entre literatura e história está em indubitavelmente voga, permitindo todo um repensar da nossa historiografia. Discussão também presente no Brasil e que servirá de estímulo para novas pesquisas e para o repensar daquelas que já se fizeram.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Eudoro de Sousa. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1992.
- BARROS, José D' Assunção. Imagens da História – algumas reflexões sobre os aspectos formais e estilísticos da escrita da História. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras- RJ, v. 3, 2000, p. 228.
- BOMENY, Helena. Encontro suspeito: História e Ficção. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 1990.
- CÂNDIDO, Antônio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: MORENO, César Fernández (coord.). *América Latina em sua Literatura*. São Paulo: Perspectiva, p. 343- 362, 1979.
- CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2002.
- COSTA LIMA, Luiz. O Controle do Imaginário: razão e imaginação no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- HARLAN, David. A História Intelectual e o Retorno da Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato Aloísio de Oliveira (orgs.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas: Unicamp, 2000.
- KRAMER, Lloyd S. Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn (org). *A Nova História Cultural*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²⁰ BOMENY, Helena. Encontro suspeito: História e Ficção. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, 1990, p. 109.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro Lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, [1998?].

MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: Diálogos da História com a Literatura. *Estudos de História UNESP*. Franca- SP, v. 6, n. 1, p. 67- 85, 1999.

PIRES, Antônia Cristina de Alencar Pires. Costa Lima e o teorema do controle do ficcional. *Revista de Estudos da Literatura*. Belo Horizonte, v. 2, p. 97- 110, out./1994.

WHITE, Hayden. Teoria Literária e Escrita da História. Tradução: Dora Rocha. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, jan.- jun. /1994.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Descarta a régua e o compasso, na perspectiva histórica o objeto pintado
mostra mais lados de si**

Katiucya Perigo (UFPR)

No último dia do 58º Salão Paranaense de Belas Artes que aconteceu em 2001 nas dependências do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR) em Curitiba, estava passando por aquela região e resolvi entrar pra ver a exposição.

Lá pululavam obras que transgrediam os conceitos tradicionais de arte. A arte contemporânea se apropria, cita, incorpora, se contamina, parodia ou critica as conformações do passado e da sociedade atual. Frequentemente os artistas utilizam a própria obra como forma de questionamento dos meios de consagração da arte, de institucionalização da arte. Assim, para compreender a arte contemporânea é necessário conhecer a história da arte, interpretar a linguagem metafórica.

Na saída perguntei ao guarda do MAC se ainda restara um catálogo da mostra e ele acabou conseguindo um exemplar. Ao folha-lo notei que não tinha visto justo a obra que ganhou o primeiro prêmio. Comentei com o guarda que, muito simpático e solícito, me levou para vê-la. Eram minúsculos bonecos de plástico, menores que o dedo mínimo da mão, daqueles que se ganhava dentro do saquinho de lembranças junto a outros brinquedos em miniatura nas festas infantis. Os tais bonecos estavam espalhados no prédio. Não me lembro da quantidade e nem de todos os lugares onde estavam. Lembro-me apenas de que o guarda me mostrou um boneco próximo a um interruptor e outro no pé do mastro da bandeira no pátio em frente ao museu.

Fiquei pasma e imediatamente recorri a desculpa de que os brinquedos eram muito pequenos, por isso não os teria visto sem a ajuda do guarda. Novamente abri o catálogo e aliviada confirmei que não se tratava só de falta de atenção. O título da obra era “... e então eles se esconderam...” Fiquei intrigada com a idéia de sair de uma exposição de arte sem notar a presença de uma das obras.

Naquele ano eu trabalhava como professora substituta de história da arte e levava constantemente os alunos pra ver alguma exposição que eu julgava interessante. Numa mostra de escultura contemporânea aconteceu algo que imagino já ter ocorrido

inúmeras vezes a dezenas de outras pessoas. Lá pelas tantas da visita, um de meus alunos apontou para um extintor e perguntou se o objeto era uma obra e fazia parte da mostra. Todos riram! As duas situações simbolizavam um problema, ou melhor, dois. Não havia mais possibilidade de se distinguir a arte da realidade. Ela havia se tornado tão complexa que corríamos o risco de ir a uma exposição e tomar como arte um objeto que não pertence à mostra. De outro lado poderíamos sair da exposição sem ter percebido todas as obras que ela exibía.

Eu, que já me interessava pelas relações entre a obra, o público e os agentes intermediários, fiquei conjecturando sobre o problema da falta de entendimento da arte contemporânea por parte do público. Algo que começa no final do século XIX com o surgimento da arte moderna.

Nesse período os impressionistas saíram em busca da luz natural abandonando seus ateliês iluminados artificialmente. Para pintar ao ar livre eles contaram com uma recente descoberta que era o tubo flexível de tinta. Assim, eles podiam se acomodar em frente a qualquer paisagem longínqua sem ter que carregar aquela parafernália de potes, óleos e pigmentos. Objetivando captar a luminosidade de determinado momento do dia, eles esboçavam rapidamente a cena com pinceladas soltas. Só que a preocupação óptica desses pintores não agradou o público da época que classificava as pinturas como meros rascunhos inacabados.

Tudo indica que Manet (1832-1883) foi o precursor desse primeiro movimento moderno. O artista foi o primeiro a retratar o nu não idealizado. Ele também foi pioneiro no uso da cor pura. Se antes o costume era misturar a tinta na paleta e aplicar o suavizado resultado na tela, Manet agora colocava diretamente na tela o branco puro justaposto ao negro puro. Essa é uma inovação que chamamos de formal porque diz respeito à forma como a pintura é produzida.

O artista agora estava mais interessado em como iria produzir sua obra – nos materiais, nas linhas, nas formas e texturas – e menos interessado em qual seria o objeto retratado. O rosto da mãe de Jesus e uma cabeça de couve agora eram iguados como possíveis temáticas. Já nos primeiros anos do século XX surgiam os primeiros movimentos modernos, as vanguardas.

As preocupações formais com a obra foram levadas ao extremo pelo artista que já não mais estava preocupado com a aceitação de seus trabalhos por parte do grande público. O fato de a obra ser apreciada pela massa a desqualificava. Baudelaire afirmou que inicialmente só os pares é que apreciarão o trabalho moderno. A maldição presente

era um sinal de eleição futura. Outro literato, Flaubert, revela a sua clientela: “Quando não nos dirigimos à multidão é justo que a multidão não nos pague.” Os literatos desprezavam o servilismo de artistas pelo crédito que a Corte concedia às obras comuns que a imprensa celebrava. Flaubert completa “Antes me tornaria vigilante em um colégio que escrever quatro livros por dinheiro.”¹

Eis o mito do artista maldito que tem em Van gogh o seu grande símbolo: incompreendido em vida, mas reconhecido postumamente. Com o surgimento do mercado da arte nos moldes que o conhecemos atualmente, algumas obras modernas supervalorizaram. É aí então que se reforça a idéia surgida a partir do Renascimento, a do artista como genial criador da obra de arte.

Data deste período uma anedota sobre um encontro de Carlos V com o pintor Ticiano (1488-1576). Em certa ocasião, o soberano se encontrava no ateliê do artista enquanto ele trabalhava. De repente, Ticiano derruba um de seus pinceis e Carlos V se abaixa rapidamente para apanhá-lo. Segundo Hauser essa história é no mínimo simbólica da condição a qual o artista se elevava já que antes era considerado um mero artesão. Em nenhum outro tempo um governante se curvava diante de um súdito.²

É também de mais ou menos esse período a história de Miguel Ângelo (1475-1564) e a Capela Sistina. Consta que já se passara quase uma década e Miguel Ângelo não havia concluído a obra, até que o papa o interrogou a respeito de quando finalmente a terminaria. Ele teria respondido que o faria quando tivesse tempo. Empregar tal tratamento a aquele que era considerado a encarnação máxima de Deus na terra para a cristandade, simbolizava o prestígio alcançado pelo artista.³ A idéia do artista visto como gênio vem do Renascimento, é reforçada no Romantismo e acolhida calorosamente pelo modernismo.

Não há como verificar se essas histórias são verdadeiras. Giorgio Vasari, o primeiro biógrafo dos artistas as escreveu no século XVI num livro que inaugura a narrativa histórica da arte. Ele não via problema em repetir as mesmas curiosidades a respeito de artistas diferentes.

É no Renascimento e com Vasari que a história da arte começa a ser composta. O pesquisador Hans Belting escreveu um livro intitulado *A imagem antes da era da arte*

¹ BENJAMIN, W. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.p.

² HAUSER, A. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 338

³ BURKE, P. *A invenção da biografia e o individualismo renascentista*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 90, 1997.

onde defende a tese de que a arte, como a conhecemos agora, passível de ser apreciada esteticamente, teria surgido somente a partir do Renascimento. Antes disso, segundo o autor a arte servia a outros fins, ligados principalmente às idéias religiosas.⁴

A partir do Renascimento a arte teria que ser um espelho da realidade. Como se determinada paisagem que se apresenta ao nosso olhar fosse enquadrada imaginariamente e diminuída proporcionalmente de modo que coubesse no espaço de uma tela. O surgimento da perspectiva foi o grande estopim. A artista e pesquisadora da arte brasileira Fayga Ostrower (1920-2001) contou que em certa ocasião ela acabara de fazer a leitura de uma obra atentando para medidas e proporções, quando um ouvinte da sua palestra indagou: Ao criar as obras os artistas sempre têm em mente todos esses cálculos que geralmente os pesquisadores costumam enfatizar? A autora respondeu que não há como saber quais são os que os fazem. Segundo ela, às vezes, as proporções são aplicadas intuitivamente e o próprio artista não estava tão concentrado nisso. Mas no Renascimento certamente havia esse pré-requisito.

Silvio Zamboni, um dos raros pesquisadores a escrever sobre a pesquisa em arte traça um paralelo entre a arte e a ciência demonstrando como acontece essa passagem de um período da arte a outro. Segundo o autor a base de todas as revoluções científicas é a substituição de um conjunto de normas, regras e princípios, por outros. Já nos períodos de ciência normal existe a tendência a um conservadorismo. Nas revoluções científicas é necessário um impulso criativo maior para que se produza o rompimento de um paradigma, enquanto nos períodos de ciência normal a criatividade pode assumir uma proporção apenas suficiente para solucionar o quebra-cabeça que necessita de alguns encaixes pra ser completado. Mas os paradigmas se esgotam, e antes de serem substituídos passam por um período de crise em que há dúvidas e contestações ao conjunto de princípios ainda vigentes. A criatividade se faz necessária para que se aflore as novas descobertas e a comunidade científica começa aderir aos poucos.⁵

Algo semelhante acontece em arte. Ela estava marcada pela tradição ilusionista que vinha desde o Renascimento. Como vimos, no fim do século XIX os artistas colocaram em prática uma verdadeira revolução. A arte já não tinha que ser um reflexo fiel da realidade e os artistas passaram a se concentrar em pesquisas em torno da própria linguagem artística. A arte passou a ser uma investigação acerca da arte. As questões

⁴ DANTO, A. *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006. p. 4.

⁵ ZAMBONI, S. *A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência*. Campinas SP: Autores associados, 2001, p. 31-42.

formais foram colocadas em primeiro plano. Como acontece na ciência, no início houve resistência por parte da comunidade – acostumada a pensar com base nos paradigmas em vigência – em aceitar as novas formas de pensar. Porém, mesmo sendo inicialmente traumática, a mudança de paradigmas acabou finalmente ocorrendo e a situação se inverteu. Aqueles que ainda insistem em permanecer atrelados ao antigo paradigma ficam a margem de suas comunidades.⁶

Por quatro séculos houve apenas testes realizados dentro do mesmo cenário. A tradição ilusionista da arte teria se mantido durante todo esse período até ser desbancada pelos Impressionistas no final do século XIX. Segundo sociólogos da arte como o mexicano Nestor Garcia Canclini⁷ e o francês Pierre Bourdieu⁸, a tendência dos pesquisadores durante esse período era ligada à abordagem de Vasari, a de que a experiência artística é inefável, escapa às palavras. Nessa perspectiva, não haveria cabimento investigar as relações entre a arte e o público. Para que revelar que muitas obras são mais o resultado das imposições feitas por aqueles que as encomendavam e menos uma escolha do artista? Nós mesmos atribuímos um valor excepcional aos artistas que admiramos, e saber que as suas obras tiveram propósitos exclusivamente comerciais nos decepcionaria. Tendemos a ignorar esses detalhes. Dessa forma a pesquisa em arte que considera o espaço que há entre a obra e o público se encontra na infância.

Para Bourdieu, a análise das condições sociais da produção e da recepção da obra de arte, longe de a reduzir ou de a destruir, intensifica a experiência artística. A análise parece anular de início a singularidade do criador em proveito das relações que a tornam inteligível, apenas para melhor redescobri-la ao termo do trabalho de reconstrução do espaço no qual o artista encontra-se englobado. Reconhecer o artista como um ponto no espaço artístico é reconhecer a singularidade dessa posição e daquele que a ocupa.⁹

Além das pesquisas que estiveram centradas nas curiosidades a respeito da vida dos artistas, à maneira das revistas de fofocas como *Caras*, intensificou-se também principalmente no século XX, as pesquisas que estavam exclusivamente centradas nas questões formais das obras. Quem contribuiu muito para isso foi Clement Greenberg

⁶ Op. cit.

⁷ CANCLINI, N. G. *A socialização da arte: teoria e prática na América Latina*. São Paulo: Cultrix, s/d.

⁸ BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁹ Op. cit. p. 15.

(1915-2001). Greenberg foi o grande historiador da arte moderna que escreveu o conhecido *Pintura modernista*.¹⁰

O filósofo americano Arthur Danto que escreveu o livro intitulado *Após o fim da arte: a arte contemporânea e os limites da história* desenvolve uma tese bastante acolhida pelos pesquisadores da atualidade. Danto afirma que o que chegou ao fim foram as narrativas mestras sobre a arte e não a arte,¹¹ narrativas em que tanto Vasari como Greenberg desempenharam papéis essenciais.

De acordo com Greenberg a arte moderna passou por uma evolução formal que começa com Manet no século XIX e culmina com o Expressionismo Abstrato da década de 1940 cujo mais destacado artista foi o norte americano Jackson Pollock (1912-1956). Pollock é o conhecido artista que lançava as tintas com varetas, ou a própria mão, sem tocar o pincel sobre as telas enormes assentadas no chão. Para Greenberg, no decorrer do século XX a arte foi despindo-se do que era supérfluo e revelando a sua verdadeira essência. Greenberg se concentra na pintura e é dentro desse espaço que ele traça um caminho evolutivo que passa pelo Cubismo de Picasso (1881-1973), pelo Suprematismo russo, pelo abstracionismo, etc. Porém, o historiador encontra não uma, mas duas grandes pedras no caminho: o Dadaísmo e o Surrealismo.

O Dadaísmo porque era uma proposição de objetos não necessariamente oriundos do mundo da arte, tornados arte. Marcel Duchamp (1887-1968), o grande expoente desse movimento acontecido em torno de 1912 inscreveu um urinol num concurso, o Salão dos Independentes, e assinou a obra com um pseudônimo. Dentre várias interpretações associadas a essa atitude encontra-se a de que se tratava de um questionamento acerca da supervalorização da assinatura do artista em detrimento da qualidade da obra. Nem sempre se materializando como pintura, as obras dadaístas estavam em descompasso com as idéias de Greenberg.

Já o Surrealismo propunha um aflorar do subconsciente, dos sonhos, tão em voga na época graças às pesquisas de Sigmund Freud. Nas telas os artistas propunham associações absurdas. O problema é que Greenberg não teria como considera-las em sua narrativa, já que em termos de traçado, ou até mesmo de cores e formas elas estavam mais alinhadas a tradição ilusionista. Eram conteúdos desconexos pintados de forma

¹⁰ GREENBERG, C. *Clement Greenberg e o debate crítico*. Organização de Glória Ferreira e Cecília Cotrim. Rio de Janeiro, Funarte Jorge Zahar, 1997.

¹¹ DANTO, A. Op. cit. p. 5.

extremamente tradicional. Não havia, portanto uma evolução formal. Os dois movimentos foram considerados por Greenberg além dos limites da história.

Para Danto, após a arte moderna não há mais qualquer limite histórico, tudo é permitido. Ele então afirma que a arte contemporânea é a arte pós-histórica – cujo trabalho citado no início deste texto intitulado “... e então eles se esconderam...” faz parte.¹²

Os artistas, liberados do peso da história, podem produzir arte da maneira que desejam, para quaisquer finalidades que desejam ou mesmo sem nenhuma finalidade.¹³ É nesse espírito que, por exemplo, a obra *Exposição de arte contemporânea* de Luciano Mariussi (1974) se tornou possível.

Trata-se de uma instalação que ocupa todo o espaço de uma sala cujas paredes exibem telas pintadas por artistas de uma famosa feira de artesanato de Curitiba, a feira do Largo da Ordem. Uma delas é abstrata e as demais são de temáticas que variam entre natureza morta, vaso de flores, retrato, paisagem. A exposição dessa obra numa mostra de arte contemporânea junto de outras ousadas das mais radicais, possivelmente indica que o artista quer lembrar aos seus colegas artistas e aos visitantes (sejam eles profissionais atuantes no mundo da arte ou apenas simpatizantes dela), que a despeito da produção artística de caráter transgressor, ainda persiste uma arte que observa os valores mais tradicionais, como a figuração, o uso da tela, da tinta a óleo e do pincel. Ainda que sejam trabalhos de menor valor, essa arte deslocada do tempo continua sendo produzida para atender o grande público. Só que colocar em discussão esse assunto é complicado porque não há possibilidade de falar dele sem questionar o problema da sofisticada erudição da arte contemporânea voltada à meia dúzia de entendidos.

A obra é um perfeito exemplar da pluralidade contemporânea de estilos. Atualmente um artista pode expor uma obra, ou no caso de Mariussi, um conjunto de obras que se assemelham a obras de períodos ultrapassados na arte como o academicismo ou o abstracionismo. O trabalho deve ter agradado tanto aos mais conservadores quanto aos mais contemporâneos, obviamente por razões bem distintas. Os conservadores tranquilizam-se com a visão de imagens que fazem parte do seu repertório visual, enquanto os contemporâneos se debruçam no questionamento que a obra propõe.

¹² Op. cit. p. 15.

¹³ Iden. p. 18.

Na próxima semana você pode ser um expressionista abstrato, um artista da pop art ou um realista sem achar que está desistindo de alguma coisa. Essa é uma resposta à arte moderna em que era preciso ser coerente e seguir um estilo. Cada nova vanguarda desbancava a anterior acusando-a de retrógrada. Na arte pós-histórica isso deixou de fazer sentido: todos os estilos possuem o mesmo mérito, nenhum é melhor do que o outro.¹⁴

Houve uma era da imitação, seguida por uma era da ideologia, seguida pela nossa era pós-histórica em que tudo vale. Para Greenberg, narrador central da era da ideologia, nada de importante ocorreu nos últimos 30 anos, ou seja, ele desqualifica tudo o que ocorreu após o Expressionismo Abstrato e inclui aí a Pop Art. Danto menciona que o último artigo de Greenberg representa o tipo de reação que sempre vemos quando a arte vive um momento revolucionário – a de que os artistas querem chocar, que não sabem mais como chamar a atenção, que estão se comportando como garotos maus. Embora Greenberg tivesse consciência de que a arte estava sendo revolucionada, ele tendia a vê-la como um desvio ortogonal da história como ele a projetara. Ele não tinha como adequar a nova arte a sua maravilhosa narrativa.¹⁵

Esboçadas as narrativas da história da arte verifica-se então que elas tendiam para a biografia especulativa e para a investigação formal da obra. No século XX, porém, surge um contínuo interesse de pesquisadores de artes por práticas e pensamentos que ultrapassam a competência da arte, como os da história. Embora engatinhando, tem se fortalecido uma história da arte que considera a obra como resultado de um processo que envolve o autor, os difusores e o público.

O historiador Jacques Revel, por exemplo, orienta a postura diante do objeto de estudo alertando que se existe uma unidade, é preciso procurá-la não do lado dos objetos – freqüentemente fragmentados e descontínuos – mas do lado do sujeito que os constrói e observa. Revel está aí se referindo ao pesquisador. Ele complementa afirmando que escolheu fazer do social uma realidade que só existe enquanto construída pelo historiador. Revel adequadamente coloca as perguntas: De onde falo? O que é possível dizer? Sem esquecer de que falo do seio da cultura erudita, de que não será possível explicar, mas sim, assinalar o que tornou possível as construções dos papéis sociais e o desempenho desses papéis num dado momento histórico.¹⁶

¹⁴ *Ibidem.* p. 42.

¹⁵ DANTO, A. *Op. cit.* p.52 e 103.

¹⁶ REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. p. X,7 e 74-5.

A história oral é outra orientação enriquecedora. Os depoimentos dos agentes que compõem o meio artístico permitem que compreendamos a maneira pela qual eles analisaram “de dentro”, os meandros políticos e estratégicos dos processos de tomadas de decisão com os quais se confrontaram freqüentemente. Isso possibilita a avaliação do peso do arbitrário, do aleatório, do conjuntural, dos conflitos com os políticos, das rivalidades com os pares, das redes de amizade, das escolas, do grupo: coisas impossíveis de serem recuperadas pela documentação escrita.¹⁷

A pertinência do uso das fontes orais se dá a partir do momento em que o pesquisador encara o entrevistado menos pelas informações objetivas que ele poderia fornecer sobre os fatos passados e mais pela maneira como esses fatos foram lembrados e representados no presente. A história da memória do fato tem atraído cada vez mais pesquisadores que não se limitam à história objetiva do fato.¹⁸

Por ser pesquisadora em história da arte ocupo um lugar no meio artístico e divido com os sujeitos da história que construo as mesmas categorias e referências, que, segundo Marieta de Moraes Ferreira – inspirada em Chartier – é uma vantagem importante para um maior entendimento da realidade estudada. Sob esse ponto de vista, a falta de distância, ao invés de inconveniente, se torna vantajosa porque permite a superação do descompasso afetivo e psíquico que freqüentemente separa o historiador daqueles que são sujeitos da História.¹⁹

Considerações finais

Para Danto houve duas grandes narrativas históricas. Uma construída por Clement Greenberg, a formalista que trata do modernismo, e outra representada por Giorgio Vasari, a biográfica. A modalidade inaugurada por Vasari a partir do Renascimento permanece com força e acompanha a tradição ilusionista durante aproximadamente quatro séculos. Nesse período, segundo Zamboni, fazia-se variações dentro do mesmo cenário. Não houve uma revolução dos paradigmas à maneira da ciência. Os indivíduos objetivavam o retrato fiel da natureza e trabalharam intensamente para aperfeiçoá-lo. Com o surgimento do modernismo no fim do século XIX houve uma grande ruptura com a idéia da imitação, e a arte passou a perseguir a sua essência

¹⁷MOTTA, M. História de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.p.2-4.

¹⁸ Op. Cit. p.3.

¹⁹ FERREIRA, M. *Historia do tempo presente: desafios*. Petrópolis: Cultura Vozes, V 94, nº3, p.11-24, maio/junho 2000.

formal. Por isso, aí é freqüentemente chamada de arte “pura”. Surgiram os movimentos artísticos cujos ideários desbancavam-se uns aos outros.

As grandes narrativas históricas consideravam o artista como genial criador da obra de arte. Dessa forma escassearam pesquisas mais aprofundadas e minuciosas. Na atualidade, porém, percebe-se o despertar do interesse dos pesquisadores da arte pelo estudo das relações entre a obra, o artista, o público e os veículos de divulgação da arte. Essas pesquisas ultrapassam os limites da área e buscam inspiração teórico-metodológica em outros campos como o da sociologia, da história.

Para Danto estamos na era pós-histórica. Danto esclarece que se trata de um momento em que as grandes narrativas à maneira de Vasari e Greenberg não tem mais cabimento. Não há mais a idéia de evolução formal, não é mais necessário ser coerente a um estilo. O artista pode inclusive utilizar-se de um estilo já ultrapassado.

Diante desse quadro, uma das possibilidades para o estudo da arte recente seria a interpretação da linguagem metafórica que a arte contemporânea esbanja, o conhecimento dos mecanismos do sistema das artes que são por ela questionados como bem exemplifica as obras aqui citadas. É oportuno também recorrer à história oral, uma vez que os objetos de estudo são trabalhos carregados de intenções ligadas ao universo pessoal do artista, agora descompromissado de ser coerente, de seguir um estilo. Sendo assim, a falta de distancia é vantajosa, já que contamos com a presença dos contemporâneos componentes do meio artístico, sejam eles artistas ou agentes intermediários entre a obra e o artista – é a superação do descompasso afetivo e psíquico. Se a distância dificulta a análise porque os agentes do passado agiram em conformidade com, ou movidos por outros conceitos que não os nossos, nós, por outro lado, enquanto pesquisadores da arte recente, compartilhamos os mesmos conceitos de nossos contemporâneos.

Bibliografia

- BENJAMIN, W. *A modernidade e os modernos*. R. de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
 BOURDIEU, P. *As regras da arte*. S. Paulo: Cia das Letras, 1996.
 CANCLINI, N. *A socialização da arte*. S. Paulo: Cultrix, s/d.
 DANTO, A. *Após o fim da arte*. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.
 FERREIRA, M. *Historia do tempo presente*. Petrópolis: Vozes, v94, n°3, mai/jun. 2000.
 GREENBERG, C. *Clement G. e o debate crítico*. R. Janeiro, Funarte/Zahar, 1997.
 HAUSER, A. *História social da arte e da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
 MOTTA, M. *História de vida e história institucional*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.
 REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997.
 ZAMBONI, S. *A pesquisa em arte*. Campinas SP: Autores associados, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Conde de Assumar: Poder, Repressão e Resistência escrava nas Minas
Setecentista**

Keli Carvalho Nobre de Souza¹.

Resumo

O artigo analisa a administração do Conde de Assumar nas Minas Gerais, período que vai de 1717 á 1721, a fim associar sua excessiva repressão e regulamentação frente aos escravos e negros ao aumento da resistência escrava nas Minas Gerais nos anos de seu governo.

Palavras Chave: administração colonial, escravidão, Minas Gerais, século XVIII,

D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, governou as Minas Gerais dos anos de 1717 á 1721. Esta figura vem obtido um destacado lugar na historiografia tradicional sobre Minas Colonial assim como nas recentes produções acerca da temática, no entanto, nenhum estudo aprofundado sobre sua administração nas Minas setecentista é encontrado. De formação intelectual e militar europeia o Conde de Assumar é retratado na historiografia ora como um débil, ora como um grande administrador², convergindo todas as análises, no entanto para uma figura repressiva e autoritária.

Por não haver ainda nenhum estudo específico acerca da administração do Conde de Assumar nas Minas Gerais, o artigo apresenta os primeiros resultados e impressões da pesquisa acerca *Administração do Conde de Assumar e a escravidão nas Minas Gerais na primeira metade do Século XVIII*³ ainda em andamento. Em primeiro momento descrevemos como vem sendo discutida na historiografia brasileira a administração colonial mineira, a fim de situarmos nesta a figura do Conde de Assumar nas Minas setecentista. Em seguida

¹ Graduanda do curso de História da PUC - Minas e aluna de Iniciação Científica pelo FIP: PUCMINAS: PROBIQ via FAPEMIG.

² BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. SOUZA, Laura de Mello e; Fundação João Pinheiro. **Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

³ Projeto, em andamento financiado pelo FIP: PUCMINAS: PROBIQ via FAPEMIG.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 1 2007.

apresentamos a tese de ser a administração do mesmo a principal desencadeadora do aumento da resistência escrava nas Minas Gerais. A argumentação é pautada pelos conceitos de repressão e resistência escrava e embasada na documentação produzida pela *Secretaria de Governo* nos anos da administração do Conde de Assumar, que está disponível no Arquivo Público Mineiro. Foram analisadas cartas, ordens e bandos relativos a escravos e negros na Capitania assim como as impressões de Assumar sobre os povos das Minas e a aplicabilidade das leis na mesma.

Ainda que a documentação consultada faça parte do discurso do poder, procuramos através das entrelinhas das cartas, ordens e bandos, perceber como reagiam os escravos e negros frente à repressiva administração do Conde de Assumar nas Minas Gerais assim como seu discurso acerca do comportamento dos senhores de escravos para com os mesmos.

Na última década do século XVII, a descoberta do ouro nas Minas Gerais, provocou um rápido aumento populacional, o reforço do sistema escravista colonial e a constituição de uma sociedade peculiar na região. Como afirma Liana Reis (2006, p.52)⁴:

Inserindo-se de forma diferenciada na estrutura política e social e atuando em diversos setores econômicos, tais como a prestação de serviços, os indivíduos (livres, forros ou escravos) constituíram uma “civilização” peculiar nas Minas Gerais, região de mineração, o que por si só garantia uma diferenciação nada desprezível, se comparada à formação econômica de outras regiões da Colônia.

Dentre estes aspectos e peculiaridades da sociedade mineira em relação às demais regiões da colônia portuguesa, destacamos o estabelecimento de uma diferente relação social de poder estabelecida entre senhores e escravos nas Minas Gerais. A Coroa portuguesa reagiu a isto e tentou sempre estabelecer na região um certo controle social, por meio da centralização política, em especial no início do século XVIII com a descoberta do ouro, no intuito de melhor arrecadar o quinto, imposto de 20% de todo o ouro retirado das minas. Neste sentido afirma Carla Anastasia (2001, p.371)⁵ que os mecanismos de controle utilizados pela administração portuguesa na colônia “depararam-se, nas Minas, com uma realidade complexa, imprevisível e, muitas vezes, incontrolável”.

A historiografia clássica, na análise do processo de colonização, tem privilegiado os

⁴REIS, Liana Maria. Crime, Vadiagem e Escravidão nas Minas do Ouro do Setecentos. **Cadernos de História**. Belo Horizonte: PUCMINAS, v.8, n.9, 1º sem. 2006.

⁵ ANASTASIA, Carla Maria Junho. SILVA, Flavio Marcus da. Levantamentos setecentistas mineiros. In: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 2

aspectos político-administrativos e em alguns casos as relações sociais. Segundo Raimundo Faoro (1975, p.164)⁶, um dos primeiros autores a discutir a política administrativa metropolitana na colônia, a centralização administrativa portuguesa teria conseguido exercer o controle social e político sobre os colonos.

Ainda de acordo como autor, antes da descoberta do ouro na colônia a política da Coroa Portuguesa é complacente no que tange às relações sociais estabelecidas pelos seus colonos; já após a descoberta do ouro, há uma reação centralizadora por parte da Coroa portuguesa, no intuito de melhor estabelecer o controle sobre a arrecadação de impostos sobre o ouro retirado das Minas Gerais. Acerca dessa mudança de postura da Coroa Portuguesa frente às Minas Gerais, Faoro (1975, p.88) afirma-nos que a Guerra dos Emboabas, nos primeiros anos após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, é a “briga” de Portugal para estabelecer o controle político administrativo nas Minas Gerais.

Caio Prado Júnior (1980, p.305)⁷ concorda que houve de fato por parte da Coroa portuguesa a tentativa de centralização política nas Minas Gerais após a descoberta do ouro. O autor afirma, porém que administração portuguesa não conseguiu estabelecer um efetivo controle político e social sobre seus colonos sendo, portanto extremamente ineficiente a administração portuguesa nas Minas Gerais. Caio Prado Júnior (1980, p.41) afirma ainda que, com a tentativa de centralização política após a descoberta do ouro nas Minas, há também um rompimento do equilíbrio político do regime colonial, devido ao choque entre as forças políticas da auto-administração dos colonos e o poder soberano da Coroa.

Ainda segundo o autor, esse rompimento é notável ao analisarmos a atitude dos governadores da Capitania das Minas e São Paulo, que a partir da descoberta do ouro, deixou de ser concessora em relação às ações dos colonos e escravos, para se tornar repressiva e fiscalizadora em relação aos mesmos. Assim a figura do governador já não era mais a de um humilde funcionário que se curvava ante as câmaras municipais para atender prontamente aos desejos dos colonos todo-poderosos, mas sim uma figura controladora e repressora.

Laura de Mello e Souza (1986, p.97)⁸ admite que a administração mineira representou um movimento pendular que tendeu sempre à concessão ora aos desejos da Coroa portuguesa

⁶ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1975.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Fundação João Pinheiro. Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). **Ouro Preto: EDUFOP**, 3 2007.

e ora aos desejos da população que vivia nas Minas Gerais. A autora afirma ainda que à distância e a complexidade da máquina burocrática portuguesa acabaram por dificultar uma administração efetiva da coroa portuguesa nas Minas Gerais, impedindo-a de estabelecer de fato o controle sócio político nas Minas Gerais.

Concordando com a idéia de uma administração mineira pendular, Liana Reis e Virgínia Valadares (1999, p.164)⁹, historiografia mais recente, afirmam que a administração das Minas Gerais estava sim sujeita à Coroa Portuguesa, sem deixar, porém, de lutar por sua autonomia político administrativa. As autoras sustentam ainda que a figura do Governador nas Minas Gerais, embora possuísse poder, não tinha determinações precisas de suas funções nem autonomia política, o que teria levado em alguns casos a arbitrariedades por parte destes, no intuito de melhor estabelecer o controle político-administrativo nas Minas.

Acerca disto, Antônio Manoel Hespanha (2001, p.166-175)¹⁰ afirma que os governadores não tinham determinações precisas de suas funções porque gozavam de total autonomia para administrar, já que poderiam até mesmo desobedecer a ordens do rei “sempre que uma avaliação pontual do serviço real o justificasse”. O autor afirma, no entanto, que no século XVIII, com a descoberta do ouro, são observadas mudanças nesses aspectos, na tentativa de centralizar o poder para melhor controlar os colonos e assegurar os tributos de todo o ouro extraído das Minas Gerais.

Acerca do debate de ter ou não conseguido a Coroa Portuguesa estabelecer o controle sóciopolítico nas Minas, Carla Anastasia (2001, p.317), afirma haver uma dificuldade ou incapacidade de se estabelecer nas Minas Gerais uma sociedade ordenada e previsível. Segundo a autora, esta dificuldade administrativa se devia à posição desvantajosa das autoridades administrativas e da população colonial branca frente aos negros, que por serem a maioria, poderiam rebelar-se a qualquer momento contra a ordem pública. Esse temor de um possível levante negro nas Minas é o que teria levado a Coroa a adotar, desde os primeiros anos, medidas draconianas.

Neste sentido, destacamos a figura do Governador D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, por inaugurar a repressão aos habitantes das Minas e demonstrar-se especialmente zeloso no cumprimento dos intentos da Coroa portuguesa. Tal qual se pode perceber na carta

⁹ VALADARES, Virgínia Maria Trindade; REIS, Maria Liana. **Minas Colonial em Documentos: economia, governo e poder**. Belo Horizonte: Expressão, 1999.

¹⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português: Revisão de alguns viesamentos correntes. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVEA, Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

do Conde de Assumar ao Rei de Portugal, datada de 17 de Novembro de 1720 pela qual se demonstra bastante preocupado em estabelecer a lei e defender os interesses da coroa, chegando ao ponto até de denunciar ao Rei os Ministros que acobertavam negros:

(...) só eu carrego com eles sobre os meus ombros, sem que os Ministros de Sua Majestades me ajudem que não fosse por diligencia minha, aquela que deveria estar por toda justa na averiguação de alguns delitos só serviu de seu mayor ludibrio, ficando os casos mais atrosos por castigar inocentes os culpados. E assim mesmo vejo sem tratar o caso dos negros que falsificam o ouro com latão, sendo que um negro que não só ofende a face pública de todas as formas pode ser de grande prejuízo as rendas Reais dos Dizimos e quintos que deste ouro nos pagam (...) ¹¹.

Todo esse cuidado de Assumar para que as leis fossem cumpridas nas Minas não foi capaz, porém de garantir a ordem; ao contrário, foram os anos de seu governo os de maior instabilidade política devido aos inúmeros motins e tumultos por parte dos colonos e escravos. Cabe ressaltar neste sentido que os anos de governo do Conde de Assumar vão de 1717 a 1721, e acerca deste período Donald Ramos (2005, p.178) ¹² afirma que “representaram um divisor de águas na história de Minas Gerais” em virtude das inúmeras conspirações escravas e levantes de quilombos contra a ordem escravista vigente na época. Tal consideração do autor nos permite perceber uma maior resistência escrava por meio da violência nos anos da administração do Conde de Assumar.

A questão da violência escrava nas Minas setecentista, segundo Carla Anastasia (1998, p. 125) ¹³, aflorou devido ao aumento da repressão da Coroa Portuguesa no intuito de melhor estabelecer o controle sob seus vassallos. Cabe ressaltar neste âmbito o incrível modo com que o Conde de Assumar lidou com as relações estabelecidas entre senhores e escravos nas Minas, que em alguns casos caminhavam para uma negociação e não um conflito explícito e armado. Assumar demonstra-se profundamente descontente em relação a pouca rigidez dos senhores para com seus escravos, tal qual se pode observar pelo bando publicado por Assumar em 7 de Abril de 1719:

(...) novamente peço providencia aos desmandos e desordens com que **os ditos escravos perturbam o sossego público, fazendo roubos, e homicídios e outras atrocidades sendo qualquer prejudiciais a todos porque se discuidão os senhores dos mesmos escravos de remedialos como se lhes não tocassem**, e desejando evitar este mal ordeno e mando a todos os negros que for apanhado no

¹¹ APM, Seção Colonial, Códice SC 13, Rolo 3, Gav-3.

¹² RAMOS, Donald. O Quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos. (org). **Liberdade por um Fio**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras 2005.

¹³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassallos Rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 5 2007.

mato e andar afastado das regionais de seus se lhes faça auto e sendo por lhe provado o sobredo com duas a quatro testemunhas morra de morte natural (...) ¹⁴.

O descontentamento de Assumar frente à “liberdade dos escravos” de andarem pelas ruas, que se deve às relações estabelecidas entre senhores e escravos nas Minas Gerais são percebidas também na Carta de Assumar ao Ouvidor Geral da Comarca do Rio das Velhas, datada de 21 de Novembro de 1719, em que Assumar demonstra extremo temor que essa tal “liberdade” pusesse em perigo a ordem escravista vigente, tal qual se pode observar:

(...) poderia suceder que eu previa que seja este Governo teatro lastimoso dos seus malefícios e que suceda o mesmo que no Palmares de Pernambuco ou muito pior pela diferente liberdade que os negros tem neste Governo, às demais dos da América, (...) quando com mais propriedade se lhe pode chamar liberdade licenciosa (...) ¹⁵.

Assim podemos perceber o intenso desconforto de Assumar frente à “liberdade licenciosa” dos negros nas Minas que graças às peculiaridades das relações senhor - escravo eram possíveis, e que o Conde de Assumar tentou de todas as formas conter. Podemos observar a coerção de Assumar frente aos delitos e liberdade dos negros nas Minas ainda na carta de 21 de Novembro de 1719, na qual Assumar ordena que se “cortasse a artéria do pé a todo o negro que fogisse”, assim como no referido bando de 7 de Abril de 1719 no qual o Conde de Assumar ordena que “morra de morte natural” os negros fugidos, completando ainda que:

(...) a cabeça do negro se porá na entrada do Arrayal mais vizinho (...) que nenhum dos negros será solto das cadeias em que os meterem os Capitães do mato sem se averiguar pelos Ouvidores Gerais o tempo que tem andado e o lugar onde for preso (...) ¹⁶.

Ainda neste bando Assumar proíbe a Carta de Alforria sem o consentimento do Rei de Portugal no intuito de cercear a possibilidade real de liberdade do escravo e mesmo diferenciar os brancos dos negros, que para Assumar tinham liberdade e regalias demais nas Minas Gerais, causando danos nos cofres reais podendo até povoarem e passarem a governar as Minas tal qual podemos perceber ainda pelo referido Bando de 7 de Abril de 1719:

¹⁴ APM. SC. Códice 11, fl.282v. Grifo do autor.

¹⁵ APM. SC, Códice 11, fl170.

¹⁶ APM. SC. Códice 11, fl. 282v.

(...) nestas Minas os negros extraviam o ouro extraído da terra e desviam para outros exercícios muito diferentes do fim que são trasidos, o que tem principio das mesmas Governancias concedidas por seus senhores aos negros e negras que conseguem a liberdade por meios ilícitos, cessando por este modo o beneficio publico e utilidade da fazenda Real e fazendo esses negros forros senhores de fazendas e escravos, e tratando e comerciando como sem nunca estivessem sido, não lhes concedendo o dispor tanta liberdade como lhes gosão, não só estes inconvenientes, mas o maior de todos que povoasse este pais de negros forros que como brutos não conservão a boa ordem na Republica, e vir a esta dentro de pouco tempo a ficar em mãos dos negros aos quais sendo lhes proibido pelas mesmas leis que possam adquirir Cartas de Alforria (...) ¹⁷.

Cabe ressaltar neste sentido a importância da Carta de Alforria no contexto das Minas que para o escravo significava a possibilidade de deixar a condição a qual se encontrava e se elevar na escala social passando a ser ao menos dono de si mesmo. Assumar proíbe ainda neste bando que escravos possuam outros escravos: “A nenhum negro cativo ou negra consentirão seus senhores que os tenham outros negros (...) ainda que os comprem com ouro adquirido” ¹⁸, o que barra a possibilidade de diferenciação de alguns negros frente a outros e acabando assim com os benefícios que o escravo individualmente poderia ter sendo fiel ao seu senhor.

Neste sentido acreditamos que o Conde de Assumar, ao barrar essas possibilidades de ascensão social dos escravos e sua possibilidade de liberdade, tenha gerado a resistência escrava. Entendendo essa por “toda ação, comportamento ou atitude do escravo que expressava seu inconformismo com a condição de cativo” (2003, p. 152) ¹⁹ e que por meio de conspirações ou rebeliões “de caráter social e político eram contrárias às medidas metropolitanas e à estabilidade da ordem colonial” ²⁰.

Célia Nonato da Silva (2001, p.206) ²¹ complementa esta idéia da relação entre a repressiva administração do Conde de Assumar e o aumento da resistência escrava nas Minas setecentista ao afirmar que a repressão não se consegue sem resistência, o que permite, portanto associar “repressão” a resistência escrava.

A rebeldia dos escravos e negros o não cumprimento dos Bantos e Ordens

¹⁷ APM. SC. Códice 11, fl. 282v.

¹⁸ Idem

¹⁹ BOTELHO, Ângela Vieira; REIS, Liana Maria. **Dicionário histórico: Brasil Colônia e Império**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

²⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. SILVA, Flavio Marcus da. Levantamentos setecentistas mineiros. In: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

²¹ Obra citada In: ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 7 2007.

excessivamente repressivos do Conde de Assumar são perceptíveis nas diversas cartas e ordens de Assumar que citam a rebeldia de negros, mas em especial podemos perceber que os escravos estavam se rebelando contra a administração do Conde de Assumar pela Ordem de 1º de Novembro de 1718 ao Tenente General Manoel da Costa Fragoso para ir a Catas Altas:

(...) aonde tendo noticia que os negros do Mestre de Campo Manoel Rodrigues Soares e de outras pessoas mais andão com armas fazendo violar contra os meus bandos publicados (...) e os farão observar nelas com todo o rigor; remetendo me presos todos os que lhes violar contra (...) ²².

Neste bando onde Assumar ordena que fossem executados os bandos publicados e trazer presos os escravos que contra esses bandos se rebelaram nos mostra a resistência escrava frente à política administrativa do Conde de Assumar. Isto confere legitimidade à relação entre a repressiva administração de Assumar e o aumento da resistência escrava nas Minas nos anos de seu governo.

A maior dificuldade enfrentada pelo Conde de Assumar para impor seus bandos e ordens se deve ao fato destes se contraporem ao modo que a população branca e negra estava acostumada a se relacionar, já que segundo Carla Anastasia (2001, 314-315) ²³ as revoltas são a explicitação da dificuldade das autoridades coloniais em “impor regras sem respeitar aquelas estabelecidas no convívio da comunidade”.

Ainda segundo a autora “grande parte dos movimentos que eclodiram nas Minas setecentista buscavam manter procedimentos costumeiros ‘justos’ e ‘comedidos’ pela população colonial” ²⁴, o que confirma a idéia de que as revoltas escravas nos anos de governo do Conde de Assumar seriam o desdobramento de seu excessivo zelo para com os interesses metropolitanos levando-o a ser excessivamente repressivo com os escravos e negros na região das Minas Gerais.

Desta forma o Conde de Assumar, ao tentar controlar as relações sociais entre brancos e negros e diminuir a liberdade destes nas Minas, acabou por desestabilizar os procedimentos costumeiros a que Anastasia se refere, e, por conseguinte aumentado à resistência escrava por meio da violência nas Minas setecentista. Devendo, portanto o aumento da resistência escrava por meio da violência nos anos de seu governo nas Minas Gerais a sua repressiva política

²² APM.SC. Códice 11, fl, 152.

²³ ANASTASIA, Carla Maria Junho. SILVA, Flavio Marcus da. **Levantamentos setecentistas mineiros**. In: FURTADO, Júnia Ferreira. **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

²⁴ Idem.

administrativa, a que os povos das Minas Gerais até então não estavam acostumados.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Henry Miller e a Decadência do Ocidente

Lainister de Oliveira Esteves

A obra de Henry Miller se situa entre as mais polêmicas do século XX. Muitas vezes considerados vulgares e essencialmente pornográficos, seus romances se destacam pela ousadia e pela capacidade de chocar o leitor. Porém, a importância exagerada dada à dimensão obscena de sua obra por parte da crítica findou por deixar no esquecimento várias questões importantes surgidas ao longo de seus textos. Henry Miller foi um autor plural, refletiu sobre a produção artística européia, tentou descrever a força constitutiva da sexualidade humana e acima de tudo se esforçou incessantemente para pensar os caminhos da civilização ocidental.

Nasceu no Brooklin, em 1891, e morreu em Pacific Palisades, Califórnia, em 1980. Iniciou seus esforços como escritor já em 1914, quando, após vagar pelos E.U.A, volta para Nova York, cenário de vários de seus textos. Em 1930 se muda para Paris onde escreve *Trópico de Câncer*, publicado somente em 1934. No conjunto de suas principais obras há ainda *Primavera Negra* (1936); *Trópico de Capricórnio* (1939); *O colosso de Marússia* (1940) e os volumes *Sexus* (1949); *Plexus* (1952) e *Nexus* (1959), que juntos formam a trilogia denominada *A Crucificação Rosada*.

Com uma vida agitada e emocionalmente conturbada, Miller muitas vezes foi caracterizado como um boêmio típico. Viveu sempre orientado pelo presente, experimentando, segundo seus próprios relatos, as mais intensas sensações. Influenciado pelo pensamento de Henry Thoreau, principalmente por sua antiapologia do progresso pessoal descrita no ensaio *A Vida Sem Princípio*, Henry Miller voltou-se contra determinados paradigmas do *american way of life*. Seu declarado antiamericanismo unido à

pornografia de seus textos resultaram na proibição da publicação de sua obra nos E.U.A., até o início dos anos sessenta.

O choque que seus livros causaram é certamente justificável. Seus textos descrevem relações sexuais com uma carga de intensidade não usual para os padrões da literatura ocidental. Porém seria um equívoco vincular diretamente seus livros a uma tradição de literatura pornográfica. Segundo Otto Maria Carpeaux, “um livro de que constam descrições de atos da vida sexual, já não é considerado pornográfico quando tem valor literário”.¹ Sem entrar aqui na discussão acerca do que é ou não “valor literário”, é destacável que a obra de Miller é muito ampla e rotulá-la como pornográfica seria um reducionismo imperdoável. A manipulação literária da sexualidade é apenas um capítulo de uma outra questão maior que cerca toda a sua obra. Ele aparece como uma marca da aversão cultivada por Miller em relação aos valores da cultura burguesa de base liberal-racional e torna-se um conceito-chave num tipo de uma produção literária que busca dramatizar mazelas da cultura Ocidental e aponta para a construção de um mito de redenção.

Nesse sentido Henry Miller desfere ataques contra alguns pilares da cultura ocidental, a começar pela própria literatura. Nesse sentido, a epígrafe de *Trópico de Câncer*, é a seguinte citação de Emerson: “Estes romances cederão lugar pouco a pouco a diários ou autobiografias, livros cativantes desde que os homens saibam escolher o que chamam de suas experiências, aquilo que é realmente sua experiência e saibam registrar verdadeiramente a verdade”².

Seguindo este programa, o escritor se afasta do que considera literatura padrão, colocando a sua obra para além de uma fixação rígida que distingue realidade e ficção, formando um híbrido onde autobiografia e narrativa ficcional se confundem em nome de uma verdade que se revela na lógica do mito. Nesse sentido, dizer que a obra de Henry Miller é simplesmente autobiográfica seria insuficiente. Sua meta é a verdade em toda a sua energia. Esta busca da verdade, no sentido entendido por Miller, é indubitavelmente uma caminhada rumo ao autoconhecimento, mas também é um esforço declarado de autoconstrução. Sua verdade é também o mito construído sobre si. Haverá, então, somente verdades nas várias histórias que inventou.

¹ Miller, Henry. *O mundo do Sexo*. Prefácio de Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1978.

² Miller, Henry. *Trópico de Câncer*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

Henry Miller faz questão de declarar que rompeu como padrão ouro da literatura, afirmando que “tudo que é literatura se desprende de mim.” Em *Primavera Negra*, comenta: “o que não se passa em plena rua é falso, derivado, isto é literatura”.³ Este rompimento manifesta-se constantemente em seu estilo de escrita. É recorrente a utilização de uma linguagem agressiva e vulgar supostamente em contraste com a sofisticação e a profundidade das idéias que expressa. Na verdade, a mescla de sofisticação intelectual e vulgaridade expressiva não possui nada de aleatório ou contraditório, reproduz, como é o caso de se dizer, o universo estético de um personagem que se coloca à margem da sociedade e no âmago da decadência. Muitas vezes, tem-se a impressão de que o plano do texto é insuficiente: a necessidade do grito faz parecer que o autor deseja forçar os limites da escrita para chegar até o leitor, colocando-o contra a parede.

Henry Miller ataca duramente também a ciência ocidental.

“O papel de parede que os homens da ciência cobriram o mundo da realidade está caindo aos pedaços. O grande prostíbulo em que eles transformaram a vida não exige decoração, é fundamental apenas que o esgoto funcione convenientemente. A beleza, aquela beleza felina que na América nos segura pelos testículos está acabada. Para compreender a nova realidade é necessário primeiro dismantelar o esgoto, abrir os canos gangrenados de que se compõe o sistema gênito-urinário que fornece os excretos da arte. O cheiro do dia é pergamanato e formaldeído. O esgoto está entupido por embriões estrangulados”.⁴

Parece anunciar, com isso, o fim definitivo do império da razão. Seu ataque à ciência aponta para a impossibilidade de leitura e de interpretação da realidade. Seus textos apontam para uma crise da racionalidade ocidental: razão, civilização e progresso são conceitos desgastados, falidos diante da incontornável decadência do Ocidente.

Em seus momentos mais trágicos e contundentes Henry Miller parece inspirado pela figura do homem do subsolo de Dostoiévski⁵, autor este frequentemente citado por ele. Nas falas deste homem do subsolo já estão esboçadas, desde a metade do século XIX, as linhas gerais de ataque aos apologistas do progresso iluminista. Este homem doente torna-se uma espécie de representante paradigmático de todos os descontentes. A

³Miller, Henry. *Primavera Negra*. São Paulo: IBRASA, 1995. p.16.

⁴ Miller, Henry. *Trópico de Câncer*. Op.cit p.32.

⁵Dostoiévski, Fiódor. *Notas do Subsolo*. In *Noites Brancas e outros contos*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 1987.

leitura dos livros de Miller nos leva a concluir que foi Dostoievski que lhe mostrou a contramão dos cultuados valores culturais do Ocidente, indicando-lhe um ponto de vista, advindo de um lugar estratégico. No subsolo, é possível ser sem ser, participar e ao mesmo tempo observar com a isenção de quem não está. Abre-se então a possibilidade de um heroísmo marginal.

Em seu esforço para pensar os rumos do Ocidente, Miller investe contra o que considera um dos maiores fantasmas da cultura Ocidental: o historicismo. Na grande maioria de seus romances, o protagonista manifesta um profundo mal estar em relação à existência de um passado, que para ele soa sempre como um fardo. Ainda que boa parte de seus textos possua um tom memorialístico, eles estão livres da pressão de serem reproduções da realidade. Descrever o passado só aparece como uma atividade legítima na medida em que o caminho seja percorrido com uma liberdade criativa que atua desmistificando e resignificando o peso dos acontecimentos.

Henry Miller considera o historicismo uma futilidade e um entrave para o progresso do espírito. Em *Nexus* temos a citação: “Um Sócrates preso a uma esposa resmungona, um santo castigado por mil infortúnios, um profeta coberto de alcatrão quente e penas....com que resultado ? tudo isso trigo para o moinho, dados para os historiadores e cronistas, venenos para as crianças e caviar para os professores.”⁶. Caminhando pelas ruas de Paris ou de Nova York, Miller constantemente se refere ao passado e à história, manifestando um incômodo que, muitas vezes, encontra dificuldade em racionalizar e se traduz mais claramente como angústia. Diante deste quadro, algumas perguntas surgem. Primeiramente, pode-se tentar entender o motivo que leva Henry Miller a manifestar em seus romances um profundo mal estar em relação historicismo, ou seja, entender por que a tradição instituída no Ocidente de considerar o passado como um elemento importante na definição do homem no mundo o incomoda tanto. A partir deste ponto, cabe também investigar qual a sua teoria acerca de como os homens devem lidar com a dimensão temporal e de como se organiza o universo de Henry Miller diante dos marcos culturalmente estabelecidos como passado, presente e futuro.

⁶ Miller, Henry. *Nexus*. N.J.: Castle Books. p. 132. Optou-se por uma tradução livre nos casos em que foram detectados problemas nas traduções existentes. “A Socrates hitched to a nagging wife, a saint plagued with a thousand woes, a prophet tarred and feathered... to what end? All grist for the Mill, data for historians and chroniclers, poison to the child, caviar for the schoolmaster”.

A resposta para tais perguntas passa por uma apreciação do estatuto da razão liberal e das dimensões de sua crise na esfera do chamado *fin-de-siècle* europeu. Segundo Eric Hobsbawn, em seu trabalho *A Era dos Impérios* “, mesmo antes de 1914 já se observava entre jovens intelectuais a moda de rejeitar ideais de paz, da razão e do progresso em nome de outros calcados na violência, no instinto e na explosão”.⁷ Surgem ainda diversos movimentos artísticos, dentre os quais o *Art Nouveau*, onde o anti-historicismo e o antiacademicismos se fundem com o conceito de contemporaneidade. O positivismo entra em crise diante de teses que consideram que a realidade não é passível de leitura objetiva, abrindo assim caminho para o fortalecimento do poder atribuído às subjetividades individuais. No próprio campo das ciências objetivas, cai por terra a idéia do universo como a imagem do arquiteto: a natureza não é mais um edifício baseado em relações de causa e efeito. Ainda segundo Eric Hobsbawn, o mundo burguês triunfante herdado do século XVIII, onde reinava a permanência e a previsibilidade começa a ruir.⁸

Isso não significa que a razão liberal tenha sucumbido; para a maioria das pessoas ele é ainda fundamental. Ocorre apenas um aprofundamento progressivo de seus sinais de desgaste com o advento da Primeira Guerra Mundial. Se esta não acaba definitivamente com a idéia de progresso, a abala profundamente. De agora em diante, por mais que melhorias fossem possíveis, o mundo passa a conviver com a ameaça constante de extinção e a barbárie passa a ser parte constitutiva do mundo civilizado.⁹ De alguma forma, o edifício da civilização ocidental nunca mais seria o mesmo, segundo Hobsbawn, posto que as instituições políticas e os valores liberais da sociedade burguesa do século XIX entraram definitivamente em colapso.

Em *França fin-de-siècle*, Eugen Weber nos fala que esse processo de deterioração do mundo burguês findou por criar uma discrepância entre o progresso material, fruto do desenvolvimento do capitalismo, e uma certa depressão espiritual.¹⁰ A idéia de decadência, fortemente presente no pensamento europeu desde os poetas românticos, faz com que o dito *fin-de-siècle* soe como um final infeliz. Eugen Weber

⁷ Hobsbawn, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988. p. 268.

⁸ Hobsbawn, Eric. *A Era dos Impérios*. Op. Cit. p. 340.

⁹ Hobsbawn, Eric. *A Era dos Impérios*. Op. Cit. p. 454.

¹⁰ Weber, Eugen. *França Fin-de-siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.11.

destaca que as mazelas sociais ganham ainda mais força na voz dos críticos a partir do crescimento da imprensa e do aumento de volume de informações circulantes.

Nas cidades industriais poluídas (cujo modelo clássico encontramos na Coketown de Dickens), a degeneração física, fruto das péssimas condições de vida e do alcoolismo crescente e o arrefecimento dos vícios conformam um cenário caótico e fértil para o nascimento de vozes descontentes. Para Weber, é nesse universo que prolifera um grupo social que levantaria a voz da decadência na cultura ocidental: os boêmios, “uma classe ociosa sócio-economicamente irresponsável, frustrada e disponível”, que leva às ruas aquilo que chama de atividades decadentes, tais como o culto da poesia e o desprezo pelo mundo.¹¹

A vida urbana parece explodir em degeneração física e psíquica. Problemas sociais são associados a doenças morais e corrupção material.¹² Para os ditos boêmios, a sociedade se desintegra sob a associação corrosiva da civilização delinqüente. O culto do luxo, o refinamento de gostos e apetites, com doses de neurose e histeria, dariam o tom de uma sociedade decadente. Há, em suma, uma revolta contra a sociedade de massas, democratizada e intelectualmente dominada, como afirma Eugen Weber.

Surgem então algumas atividades marginais: ocultismo, satanismo, sadismo. Homossexualismo e perversão sexual como marca de grupos que alimentariam uma certa “nostalgia da lama” Como forma de se estabelecerem à margem da sociedade em que viviam.

Situado no seio de uma crise da razão e inspirado pelas vozes do subsolo que emanam de Dostoiévski, Henry Miller se coloca como uma espécie de profeta que fala do fim do império da racionalidade e da extinção do Ocidente. Miller se coloca à margem de toda a ordem burguesa e do grupo de valores dele derivado. Um dos pilares da cultura liberal mais veementemente atacados pelo autor, como vimos, é o historicismo.

Este ataque deve ser entendido também como parte de um ataque mais geral dirigido contra determinados usos da cultura letrada pelas elites culturais européias. Como um “homem das ruas”, Henry Miller faz questão de defender uma relação fundamentalmente orgânica e necessária com o patrimônio letrado disponível. Sua rebeldia é dirigida contra toda forma de academicismo. Um conhecimento que não fosse às ruas, não

¹¹ Weber, Eugem. *França Fin-de-siecle*. Op. Cit. p.30.

¹² Weber, Eugen. *França Fin-de-siecle*. Op. Cit p. 33.

abrisse caminho entre as trevas da existência e não movesse ou revelasse paixões era entendido como frivolidade e desperdício.

O ataque específico ao historicismo se deve também à influência de Friedrich Nietzsche. Assim como o filósofo alemão, Miller acreditava que o historicismo teria o efeito nefasto de inibir o espírito humano. Em *Sexus* afirma: “ir para frente se amarrando ao passado é como estar acorrentado a uma bola de ferro. O criminoso não simplesmente aquele que cometeu o crime, mas aquele que a ele se prende para sempre”.¹³ A história é associada ao imobilismo do espírito e vista como uma ciência dedicada a cultivar indiscriminadamente o passado. “Fora biografias e histórias, e bibliotecas e museus! Que os mortos comam os mortos. Dancemos nós os vivos à beira da cratera”, proclama Henry Miller em *Trópico de Câncer*.¹⁴ Tais considerações apontam para o que Reinhart Koselleck define como a dissolução do *topos* da história *Magistra Vitae*, ou seja, a fala de Miller dramatiza uma característica marcante da modernidade ao destituir da ciência histórica o poder pedagógico de ensinar através dos exemplos do passado.

“A revolução francesa foi para o mundo um fenômeno que pareceu desafiar toda a sabedoria histórica, e a partir dela desenvolveu-se a cada dia novos fenômenos, que cada vez menos podiam ser objetos de indagação à história” escreveu Woltmann em 1799. a ruptura da continuidade é um dos *topoi* mais difundido desde então, e “por isso a finalidade didática é incompatível com a história”, como concluiu Creuzer em 1803. Temporalizada e processualizada em uma temporalidade contínua a história não podia mais ser ensinada como exemplo”.¹⁵

Nesse quadro onde para uma moderna concepção de experiência temporal o novo se faz imperativo e a descontinuidade passa ser uma idéia central, o futuro se encobre de incertezas se estabelecendo no domínio do imprevisível. É justamente nesse vazio que muitas das falas de Miller se inserem. Ao construir um personagem que fala da necessidade de se construir um futuro pautado em uma nova ordem de valores morais o autor está imediatamente se valendo de um moderno conceito de história que possui como *topos* fundamental a noção de ruptura. Miller fala de um futuro que deve se instaurar desprezando o passado. Segundo Koselleck:

¹³ Miller, Henry. *Sexus*. N.Y :Groove Press, 1965. p 430. “To move forward clinging to the past its like dragging a ball and chain. The prisoner is not the nos who has committed a crime, but the one who clings to his crime and lives it over and over”.

¹⁴ Miller, Henry. *Trópico de Câncer*. op. Cit. p.233.

¹⁵ Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. – Rio de Janeiro: Contraponto: ED. PUC – Rio, 2006. p319.

“Se o futuro da história moderna abre-se para o desconhecido e, ao mesmo tempo, torna-se planejável, então ele tem de ser planejado. A cada novo plano introduz-se um novo elemento que não poder ser objeto da experiência. O aspecto arbitrário da história cresce paralelamente à sua capacidade de realização. Uma sustenta a outra e vice-versa. Ambos compartilham da destruição do espaço tradicional da experiência, o qual, até então, parecia ser determinado a partir do passado”.¹⁶

As falas em tons de manifesto que permeiam seus romances e tratam da necessidade de uma renovação de valores funcionam retoricamente no sentido de desenhar o mito de herói marginal que seus textos objetivam. O profeta que emerge em sua literatura é em grande medida fruto da manipulação desse *topos* da ruptura. Ele se define numa experiência específica com a temporalidade que se faz possível também a partir da estruturação de uma relação conceitual particular entre tempo e historicidade. Relação esta forjada, segundo Koselleck, pela filosofia Iluminista.

Seria a filosofia Iluminista responsável pela processualização do desenvolvimento histórico que conformaria a modernidade elevando a história à condição de um conceito universal. A idéia de ruptura e de emergência constante do novo só faz sentido para um conceito de transcurso do tempo que aponte e pressuponha uma linha de continuidade. Nesse sentido, somente uma percepção da experiência temporal onde a história é organizada em torno de si mesma torna viável o surgimento do conceito de progresso, definidor da modernidade.

“A história de si para si” – expressão surgida no último terço do século XVIII – e “o trabalho da história” tornaram-se desafios, exigindo mais do que meramente um olhar retrospectivo. Elas deram origem a uma filosofia da história, remetendo a um futuro tanto desconhecido como incerto. Assim o progresso não era apenas uma maneira ideológica de se ver o futuro; ele correspondia a uma nova experiência do cotidiano, que se nutria continuamente de diferentes fontes: do desenvolvimento técnico, do crescimento populacional, do desenvolvimento social, dos direitos humanos e das respectivas modificações dos sistemas políticos”.¹⁷

Koselleck afirma ainda que:

“Do ponto de vista da terminologia o “*profectus*” espiritual foi substituído por um “*progressus*” mundano. O objetivo de uma perfeição possível que antes só podia ser alcançada no além, foi posto a serviço do melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se os riscos de um futuro aberto. Por último o objetivo da perfeição foi temporalizado, primeiramente por Leibniz, e

¹⁶ Koselleck, Reinhart. Op. Cit p.57

¹⁷ Koselleck, Reinhart. Op. Cit. p81.

trazido para o nível do acontecer mundano: “progressus est in infinitum perfectionis” [o progresso é para a perfeição infinita]. Ou ainda como concluiu Lessing: “Creio que todas as coisas que criou, o criador tinha que dar a capacidade de aperfeiçoar-se, a fim de que tudo pudesse permanecer no estado de perfeição em que foi criado”.¹⁸

Nestes termos a publicação de *Trópico de Câncer* pode ser entendida como o a colocação em cena de um conjunto de idéias que punham em dúvida as crenças no desenvolvimento progressista do Ocidente. Dramatizando mazelas físicas e espirituais Henry Miller duvida das expectativas geradas para o futuro. Se a processualização da história permitiu o nascimento da idéia de progresso, por outro lado este mesmo movimento possibilitou uma projeção pessimista acerca do futuro sintetizada no conceito de decadência expresso na obra de Oswald Spengler. No processo de desenvolvimento histórico – que diante de seu pessimismo fatalista pode-se traduzir como decadência - a civilização representa um estágio final, onde predominam o que caracteriza como formas inorgânicas e vazias.

Ora cada cultura tem a sua civilização. Pela primeira vez estas duas palavras, que até agora designavam uma vaga distinção ética, acham-se aqui empregadas em um sentido periódico, como expressões de uma sucessão orgânica, estrita e necessária. Com isso alcançamos o cume onde se tornam solúveis os derradeiros, os mais difíceis problemas da morfologia histórica. Civilizações são os estados extremos mais artificiosos que uma espécie de homem é capaz de atingir. São um término. Seguem ao processo criador como o produto criado, à vida como a morte, à evolução como à rigidez; ao como e à infância das almas como a decrepitude espiritual e a metrópole petrificada, petrificante. Representam um fim irrevogável, ao qual sempre se chega com absoluta necessidade.¹⁹

O universo urbano das metrópoles, consideradas improdutivas e céticas, frias e sem tradições, é o cenário típico da decadência para Spengler. Neste cenário, se vê encenada uma profunda crise moral, onde, diante de valores supostamente degradados, o homem das metrópoles caminha sempre em busca de um quadro de referências éticas e espirituais perdido.

A idéia de decadência atinge drasticamente sua produção literária. A visão apocalíptica de Spengler o inspira em seus momentos mais trágicos, em *Trópico de Câncer*,

¹⁸ Koselleck, Reinhart. Op. Cit p316.

¹⁹ Spengler, Oswald. *A Decadência do Ocidente*. Esboço de uma Morfologia da História Ocidental. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p 47.

por exemplo, Miller afirma, várias vezes, o esgotamento do mundo e sua esterilidade. Miller escreve inspirado por um cenário decadente - e decadência não é nada mais do que o fim de um processo histórico. “A história é o mito da queda do homem manifestado no tempo”.²⁰ Com essa sentença, Miller resume sua compreensão acerca do desenvolvimento do tempo histórico onde o mito da perfeição atingida em um futuro indefinido, porém projetável, dá lugar ao mito do colapso total. Progresso e decadência figuram na obra de Miller como antíteses ideológicas alicerçadas em uma mesma matriz epistemológica.

Mesmo acreditando que a possibilidade do fim da civilização ocidental tenha gerado uma certa angústia, como se pode ler principalmente em seus primeiros textos, Henry Miller nunca foi herdeiro do fatalismo de Spengler. Sua literatura aponta para a construção de um mito de liberdade e redenção, sempre se posicionando como um modelo, aquele que superou as mazelas espirituais, um homem sadio no meio de uma sociedade doente.

Seus romances exaltam uma radical transformação de valores. O primeiro passo foi o desprezo do programa vitoriano que descumpriu quase à risca. Onde se queria o domínio da mente sob o corpo, ele trouxe instintos e sexualidade desenfreada; onde se pensou em progresso, decadência; onde se cultuou a ciência ele indicou sua falácia; se educação e trabalho são importantes Miller se descreve como um eterno desempregado de formação intelectual irresponsável. Mais do que pura rebeldia essas perversões da ordem moral são, na sua visão, um manifesto em favor da vida contra a decadência e a decrepitude. É a voz do homem do subsolo dando lugar à do anticristo de Nietzsche²¹ numa postura agressiva que aponta para a necessidade de uma ruptura profunda com todo um universo de valores. Ainda de acordo com as proposições de Koselleck na lógica da modernidade

“Abre-se um fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas. A novidade aumenta na esfera de significado do tempo, e mais ainda porque ,

²⁰ Miller, Henry. *Plexus*. N.Y: Groove Press, 1965. p350. “History is the myth, the true myth of the man’s fall manifested in time”.

²¹ Nietzsche, Friedrich. *O Anticristo*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 1999.

já antes de surgir a técnica da comunicação e da informação, a aceleração já havia se tornado uma experiência básica do tempo.”²²

Os romances de Miller são construídos sob o signo da liberdade e encenam uma possibilidade de futuro onde a vida social se reconfigura quase a partir do nada. Nesse sentido seus textos manifestam um desprezo total em relação ao passado e o futuro parece ter que se impor em novidade absoluta.

A figura divina por vezes aparece em Henry Miller como princípio organizador do mundo, porém sua tentativa de ver o universo como um sistema organizado não é bem sucedida. O caos se impõe visivelmente como idéia preponderante. Se a história humana possui algum princípio organizador, este princípio é o próprio caos. “Depois de nos livrarmos do fantasma, tudo segue com infalível certeza mesmo no meio do caos. Desde o começo nunca houve senão caos”.²³

Determinando o caos como a essência do processo histórico, toda e qualquer relação de causa e conseqüência se desestrutura. A história sai do domínio do explicável e cai na ordem do imponderável absoluto. Desta forma, Henry Miller esboça uma espécie de esquema conceitual em que busca redefinir o lugar do homem diante da história. Nesse sentido, a proposta de Miller diante do historicismo seria bem mais radical do que a de Nietzsche. Ele não desejou apenas uma história menos erudita e mais voltada para a vida, seu intuito era o de dar ao homem a leveza de caminhar nos domínios do extratemporal. Se o câncer do tempo nos devora, o único herói possível é a ausência de tempo: esta é a máxima de *Trópico de Câncer*. Este princípio levaria ao homem a possibilidade de respirar ares menos carregados, desarticulados da pressão temporal do passado. Manipulando uma concepção de desenvolvimento histórico herdada de Spengler onde a história processualizada apresenta sua face pessimista, Henry Miller leva o princípio da ruptura ao extremo e o aplica à própria temporalidade, rejeitando assim o passado na forma fetichista em que está organizado culturalmente. Na sua temporalidade particular, manifesta-se a busca de um idílio vazio de referências temporais fixas, tudo é fluído, leve e livre do fardo das fixações instituídas como passado, presente e futuro.

²² Koselleck, Reinhart. Op. Cit. p 294.

²³ Miller, Henry. *Plexus*. op. Cit. p. 45.

6 – Bibliografia.

- 1 Arent, Hanna. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- 1 Benjamim, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras Escolhidas vol.1
- 2 Bauman, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- 3 _____.*Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 4 Bradbury, Malcom. *O Romance Americano Moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.
- 5 Bloom, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da Literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003
- 6 Bourdieu, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- 7 Bermann, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- 8 Burke, Peter. (org) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- 9 Brassai. Henry Miller. *The Paris Years*. New York: Arcade Publishing, 1995.
- 10 _____ *Variedades de História Cultural: Civilização Brasileira*, 1997.
- 11 Carpeaux, Otto Maria. *Tendências Contemporâneas da Literatura*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
- 12 _____ *História da Literatura Ocidental*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1976. v5.
- 13 _____ *Revoltas Modernistas na Literatura*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1974.
- 14 Certeau, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- 15 Chartier, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1986.

- 16 *Os Desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- 17 *A Ordem dos livros*. Brasília: UNB, 2002.
- 18 Collingwood, R.G. *a Idéia de História*. Lisboa: Editora Presença, 1978.
- 19 Elias, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1994. 2v.
- 20 *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- 21 Everdell, Wiliam R. *Os Primeiros Modernos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- 22 Ferguson, Robert. *Henry Miller: uma vida*. - Porto Alegre, L pm, 1991.
- 23 Freud, Sigmund. *O Futuro de uma Ilusão e o Mal Estar na Civilização*. in Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974.
- 24 Finkelstein, Sidney. *Existencialismo e Alienação na Literatura Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- 25 Gay, Peter. *Paixão terna. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 26 Gardner, Patrick. *As Teorias da História*. Fundação Gulbekiam, 1980.
- 27 Ghergo, Pedro. *Henry Miller para principiantes*. Buenos Aires: Longseller, 1998.
- 28 Giddens, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 2000.
- 29 Hartog, François. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. RIO de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- 30 *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- 31 Gumbrecht, Hans Ulrich. *Making sense in life and literature*. Minneapolis: Minnesota press, 1994.
- 32 Hunt, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- 33 Hobsbawn, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- 34 _____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 35 _____. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- 36 Hermam, Arthur. *A Idéia de Decadência na História Ocidental*. Rio de Janeiro: Reccord, 1999.
- 37 Kiernan, Robert F. *A Literatura Americana pós 1945*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1983.

- 38 Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.
- 39 Le Goff, Jacques. *História e Memória.* Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- 40 _____ *A História Nova.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- 41 Menezes, Edmilson e Donatele, Marisa org. *Modernidade e a Idéia de História.* Ilhéus: Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz, 2003.
- 42 Nietzsche, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- 43 _____ *Assim Falou Zaratrusta.* Rio de Janeiro: Martin Claret, 2000.
- 44 _____ *O Anticristo.* Rio de Janeiro: Martin Claret, 1999.
- 45 _____ *Além do Bem e do Mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 46 _____ *Humano Demasiado Humano. Um Livro para Espíritos Livres.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- 47 _____ *Civilização e decadência.* Porto: Editora Inova, s/d.
- 48 Novaes, A (org.) *Tempo e História.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 49 Nin, Anais. *Henry, June e eu.* São Paulo: Circulo do Livro, 1986.
- 50 Orwell, George. *Dentro da Baleia e outros Ensaio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- 51 Sennett, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização Ocidental.* Rio de Janeiro: Record, 2002.
- 52 Penna, Antônio Gomes. *Freud. As Ciências humanas e a Filosofia.* Rio de Janeiro: Imago Ed., 1994.
- 53 Schorske, Carl E. *Pensando com a História.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 54 _____ *Viena fin -de-siècle.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 55 Swain, Tânia Navarro. *Historia no plural.* Brasília: Editora UNB, 1993.
- 56 Starobinsk, Jean. *As Máscaras da Civilização.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 57 _____ *Palavras sob Palavras.* São Paulo: Perspectiva, 2001.
- 58 Spengler, Oswald. *A Decadência do Ocidente. Esboço de uma morfologia da História Universal.* Rio de Janeiro: Zoar Editores, 1973.
- 59 Webber, Eugen. *França fin-de-siècle.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

60 Willians, Raymand. *O campo e a cidade*. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Ilustração e Maçonaria na América Portuguesa:
o caso de Hipólito José da Costa**

Lamon Fernandes de Siqueira

Esta comunicação visa compreender as especificidades da maçonaria, utilizando o relato de Hipólito José da Costa, e confrontando-o com o debate sugerido por Reinhart Koselleck em seu livro *Crítica e Crise*. De tal modo, procederei, em um primeiro momento, com uma breve exposição das fontes analisadas. O segundo passo será uma reflexão sobre as condições do Antigo Regime português, e como as Luzes se inseriram no império lusitano. Em um terceiro momento observarei a trajetória de vida de Hipólito José da Costa, inserido em um cenário europeu na virada do século XVIII para o XIX. Por último irei investigar a inserção da maçonaria na Europa do Antigo Regime, observando suas especificidades, tais como o segredo.

1.

Dessa forma, o relato de Hipólito José da Costa em seu livro *“Narrativa da Perseguição”* torna-se um documento de valor singular, de modo que a peculiaridade do documento apresenta-se já em sua capa, no qual Hipólito dedica a sua obra *“A Nação Britânica em geral”*, e mais particularmente a *“antiquíssima e venerabilíssima sociedade dos reconhecidos pedreiros – livres”*, de tal, sob as palavras de Hipólito: *“tem a honra presentemente e a tem tido pelo espaço de vinte anos de possuir a Sua Alteza Real, O Príncipe Regente por seu Grão Mestre”*. A apresentação do livro termina com o reconhecimento da beneficência da Regência do Príncipe, de modo a afirmar: *“Por sua constituição, e um penhor de gratidão pela sua reconhecida filantropia que se não limita meramente a Europa, antes bem se estende a todas as partes conhecidas do globo”*¹.

A narrativa de Hipólito José da Costa é um relato de seu cárcere na Inquisição, momento esse que responde pelo crime de ser maçom, mas que tal afirmação levanta um questionamento pelo paradoxo sugerido, visto que no período de sua prisão, não existia lei alguma que proibia o funcionamento das lojas maçônicas em Portugal,

¹ COSTA, Hipólito José da. Pág. 7

momento também, que o Tribunal do Santo Ofício esta subordinado diretamente a vontade regia. Assim, evidencia-se o embate entre Hipólito José da Costa e os Inquisidores que conduziam seu processo, momento que Hipólito, homem ilustrado de excelente formação acadêmica, defende categoricamente sua honra frente o Tribunal do Santo Ofício, até o ponto que seus irmãos maçons o libertam do cárcere.

A segunda fonte analisada é o mensário redigido por Hipólito José da Costa o “Correo Braziliense” publicado em Londres de 1808 a 1822, periódico que cobre os principais eventos do Ocidente, em especial, os acontecimentos no então Reino Unido de Portugal, o Brasil. Dessa forma, é importante frisar, como que Hipólito José da Costa demonstra o processo Iluminista, e carrega em si, a forte herança do esclarecimento burguês, o que o potencializa a confrontar-se com a Inquisição, criticando fortemente esse aspecto do Antigo Regime.

2.

O Reformismo Ilustrado chegou a Portugal no reinado de D. José I, sob o punho firme de seu primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, posteriormente intitulado como Conde de Oeiras, em 1759, e Marques de Pombal em 1769. A Ilustração e as reformas decorrentes romperam com o legado da concepção feudal² de governo, cultura e sociedade, trazendo, assim, um novo paradigma político e social para a administração monárquica portuguesa.

O Antigo Regime era o modelo social e político que vigorava na Europa. Era caracterizado pela divisão social em três estados, sendo eles altamente hierarquizados (primeiro, segundo e terceiro estados), que correspondiam ao clero, a nobreza e ao campesinato. Na esfera política o Antigo Regime é marcado pela Monarquia, sendo seu ápice, as monarquias absolutistas.

Com a paulatina centralização do poder estatal sob a Monarquia, a razão fez-se necessária na transformação das idéias políticas. Assim, a monarquia ao abarcar o espaço da nobreza e do clero, também entrou em conflito com as idéias políticas tradicionais, sendo a ilustração, um pronta resposta a necessidade trazida pela centralização do poder régio, conduzindo assim, as monarquias absolutistas que caracterizou o Antigo Regime.

A ilustração, também conhecida como as Luzes, embasava-se na razão como instancia última de justificação da ação humana. Assim, as idéias da ilustração eram

² HESPANHA, Antônio Manuel. Representação da sociedade e do Poder. Pág. 121

versáteis, e colocariam em xeque pilares fundamentais do Antigo Regime, ao entrar em confronto direto com a noção dogmática que sustentava a prerrogativa da monarquia absoluta e da sociedade. A razão, sendo a quintessência da Ilustração, e por sua prerrogativa conceitual, questionava os dogmas religiosos estruturantes da sociedade portuguesa do Antigo Regime, e a partir dos questionamentos levantados pela Ilustração, enxerga-se uma necessidade de reformas governamentais, nos campos econômicos, culturais, sociais e políticos, para tirar Portugal do ciclo de decadência que Estado estava submergido.

Tais reformas tomaram corpo com Pombal, e visavam impulsionar Portugal tirando-o do arcaísmo em que se encontrava, principalmente com relação às potências européias, tais quais Inglaterra e França. Keneth Maxuel afirma que Portugal na década de 1750 era a corporificação do Iluminismo, e que as reformas que transformaram Portugal em um regime autoritário e absolutista seguiram a inspiração pombalina de um absolutismo lógico, e seu autoritarismo era essencial para o processo de restabelecimento do controle nacional sobre a economia e para a revitalização do Estado, afastando assim, a influencia da nobreza e do clero sobre o Estado³.

As Luzes criaram condições para duas grandes revoluções acontecerem e essas revoluções sacudiram todo o mundo Ocidental, sendo elas a Independência das Treze Colônias e a Revolução Francesa. Essas duas revoluções tiveram seu fundo teórico motivado pela crítica interna que minou paulatinamente as sustentações do paradigma da sociedade e do governo, rediscutindo e redefinindo os sistemas políticos e sociais. Tanto a independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, quanto a Revolução Francesa foram sentidas diretamente no mundo lusitano. Da primeira criou-se um temor que a América Portuguesa se rebelasse e seguisse a orientação das Treze Colônias. Já a Revolução Francesa e suas consequências foram sentidas no âmago em Portugal, causando a transferência da Corte para o Brasil.

3.

No dia 13 de agosto de 1774, na Colônia de Sacramento, a margem do rio da Prata, no extremo sul do Brasil, nasceu Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Filho de Félix da Costa Furtado de Mendonça, Hipólito fez seus primeiros

³ MAXUEL, Keneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Pág. 19

estudos em Porto Alegre e ainda muito jovem se formou em Coimbra, sendo bacharel em filosofia, e doutor em leis.

Hipólito da Costa, assim como seu contemporâneo José Bonifácio, foram ilustrados que circundavam D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos do Príncipe Regente D. João, futuro rei D. João VI. Hipólito, assim como também Bonifácio, foi profundamente marcado pela ideologia da constituição de um império luso-brasileiro, projeto defendido e difundido por D. Rodrigo de Souza Coutinho. Em 1798, aos 24 anos, Hipólito Costa fora em missão oficial a mando de D. Rodrigo Coutinho para a Filadélfia, permanecendo até meados de 1800. Como súdito da Coroa portuguesa, Hipólito viajou como enviado aos Estados Unidos da América com a finalidade de estudar as novas técnicas agrícolas e manufatureiras que lá estavam sendo desenvolvidas.

Sua estadia nos EUA mudou as concepções culturais de Hipólito, a liberdade de imprensa, que vinha sendo exercida nos EUA, foi um elemento que marcaria profundamente toda sua atividade posterior. Também foi na Filadélfia que Hipólito aproximou-se da maçonaria, e se iniciou nos segredos maçons no ano de 1800.

Com seu retorno a Lisboa, Hipólito foi nomeado diretor literário da Imprensa Régia, cargo que ocupou até o ano de 1802, momento em que viajou a Londres em uma segunda missão oficial. Em Londres, Hipólito extra-oficialmente estava envolvido em uma negociação entre as maçonarias de Lisboa e Londres. Naquela cidade buscava ajuda dos maçons ingleses, possivelmente para obter o reconhecimento do Grande Oriente Lusitano (ou Grande Oriente Português), o que fortaleceria as Lojas em Portugal perante a repressão do Santo Ofício. Nesse momento as lojas portuguesas não conseguiram ser reconhecidas pelo Grande Oriente Inglês como igual, mas os laços internacionais entre as maçonarias haviam sido potencialmente reforçados pela intervenção de Hipólito⁴.

Hipólito José da Costa, por manter sua militância maçônica foi preso em 1802 ao retornar de Londres. Até o ano de 1805 Hipólito permanece preso nos cárceres da Inquisição. Esse período Hipólito relatou em seu livro “*Narrativa da Perseguição*”, que foi publicado em Londres em 1811, o texto é uma apaixonada defesa da Maçonaria e uma forte crítica a Inquisição.

⁴ MOREL, Marco. Correio Braziliense. Numero XXX.

Hipólito e o duque de Sussex conheceram-se no ano seguinte ao retorno de Hipólito de sua viagem aos Estados Unidos da América, também, momento no qual o duque havia se auto-exilado em Portugal. A amizade entre os dois foi construída pelos laços de fraternidade que a maçonaria propiciou, e provavelmente fora o duque de Sussex que libertou Hipólito de seu cativeiro em Lisboa. Após libertar-se, Hipólito retornou a Londres e ficando sob a proteção do duque até a sua morte em 1823. No ano de 1806 Hipólito iniciou a redação do mensário *Correio Braziliense*, destinado ao público luso-brasileiro. A produção do Correio tinha seu custo bastante elevado, e foi graças ao patrocínio do Duque de Sussex, e de assinantes constituídos inicialmente pela rede maçônica, que Hipólito conseguiu manter o mensário.

4.

As lojas maçônicas inseridas no seio do absolutismo europeu desenvolveram-se em âmbito paradoxal. Em um primeiro momento incorporaram elementos proto-nacionalistas, e paralelamente difundiram idéias cosmopolitas. Jürge Habermas afirma que: “*Tais ordens, câmaras e academias se preocupam com a língua materna, pois esta passa agora a ser concebida como meio de entendimento entre os homens enquanto homens.*”⁵

As lojas maçônicas representaram à consciência histórica durante o Antigo Regime. Ao compor o primeiro Grande Oriente em Londres, as lojas maçônicas estabeleceram um centro nervoso que iria difundir um fundo simbólico e teórico, que mesmo após as futuras dissidências, manteria os maçons unidos ideologicamente. As virtudes maçônicas correspondem a esse fundo composto por idéias, que por sua vez, condicionam a moral. A moral por sua vez, regida por símbolos das Luzes, entrava em processo de crítica permanente ao Antigo Regime.

As maçonarias, organizadas pelo segredo, ia para além dos limites da hierarquia social, os burgueses se encontram em situação de igualdade com os nobres: socialmente reconhecidos, mas politicamente desprovidos de influência.

A política do segredo, na época do Iluminismo, típica das lojas maçônicas, mas também difundida entre outras ligas e associações, é de caráter dialética. “*A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita da proteção de não se tornar pública.*”⁶

⁵ HABERMAS. Pág. 50

⁶ HABERMAS. Pág. 50

A esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo, o seu público, mesmo enquanto público, ainda continua obrigado a ser interno. Hipólito da Costa dá seu testemunho sobre a prática do segredo maçom, e diz: *“é tão manifesta a necessidade do segredo em todos os negócios do mundo, que até um pai de família se abstém de tratar das suas disposições domésticas perante estranhos, o que todos reputam não só prudência, mas até civilidade.”*⁷

Koselleck retrata bem o foro interior espiritual, no qual cercava a maçonaria, e distinguia essa sociedade das outras comunidades religiosas. Segundo Koselleck:

Desde o início, os maçons cercaram de segredo o foro interior espiritual, exterior ao Estado, que compartilhavam com as outras comunidades burguesas, e o elevaram a mistério. Por este ato e pela insistente ênfase que lhe conferiam, diferenciavam-se – embora também fossem animados por um *páthos* quase religioso e impregnados por um rigor de culto – das outras inúmeras comunidades religiosas (...)⁸

De acordo com as doutrinas ritualísticas, diferenciavam-se notavelmente as determinações do conteúdo do mistério maçônico, ou seja, os conteúdos concretos do trabalho secreto. De um sistema a outro, o segredo tomava, para os próprios irmãos, outro consistência. Conforme a época as circunstâncias sociais e as particularidades nacionais ganhavam expressões totalmente distintas. Dessa forma a maçonaria rompe com sua imagem monolítica, pois ela se mostrou inevitavelmente volátil, e não assumiu uma forma a - histórica.

Utilizando de todos os caminhos ao seu alcance, os maçons esforçavam-se em alcançar o objetivo geral da sua instituição: “polir” o homem rude, uma “pedra bruta”, e elevar os irmãos, imergidos nas sombras, às regiões da luz. Dessa forma, a maçonaria se torna uma escola de virtudes, na qual o esclarecimento levaria a uma condição moral incontestável. Assim, simplificando o fundo teórico da franco maçonaria, seu intuito seria, primeiramente, levar as virtudes aos irmãos, e secundariamente, estender o esclarecimento a todos, permitindo que o Estado fosse superado. Assim, se baseava as ações de ajuda mútua e da beneficência social como instancia prática de seu fundo teórico.

Nas organizações maçônicas secretas, os elementos políticos e religiosos passam a assumir novas funções. Essas associações se caracterizam pela evocação de mitos e mistérios antigos e pela criação de uma hierarquia independente, nem clerical nem

⁷ COSTA, Hipólito José da. Pág. 67

⁸ KOSELLECK. Pág. 63

estatal, apenas uma forma de organização peculiar da nova sociedade civil, na qual a tolerância religiosa era explicitamente defendida, pois acreditavam, que as hostilidades religiosas contribuíam para o fanatismo, e esse era identificado como um vício, que levava os homens as trevas, e os conduziam à irracionalidade e as guerras. Tal questão é enfatizada na afirmativa de Hipólito da Costa que diz: “ (...) *nunca vira, nem ouvira pratica coisa alguma que dissesse respeito à religião*”⁹, e também: “(...) *semelhante se não poderá Ter por suspeita a fé dos framaçons, só porque associam com outros de diferente religião, visto que os motivos da sua associação são os negócios relativos à sociedade, e que nenhum modo matérias religiosas.*”¹⁰ Nesse mesmo âmbito, a maçonaria negava a religião, e também a política enquanto partido, mas sempre exercia uma ação política indireta, no momento que já não se subordinava a nenhum dessas instituições.

O conteúdo do segredo mudava conforme os diferentes sistemas, mas guardava sempre a mesma função social. No âmbito do Estado absolutista, as funções do segredo maçônico são consideravelmente mais importantes do que seu conteúdo, real ou suposto.

As diferenças sociais de status em relação a mulheres eram ignoradas nos salões, nas lojas também se firmava o princípio de *égalité*. *Noblemen, gentlemen, working men* tinham acesso a elas. Desse modo, o burguês ganhava uma plataforma em que todas as diferenças entre os estados eram niveladas. Esta atividade fazia com que os maçons se opusessem à ordem social estabelecida, mas ainda não os punha em contradição inexorável com o Estado Absolutista.

Nas lojas – justamente o lugar em que o nivelamento social da hierarquia dos estados era considerado princípio organizador e almejado da forma mais intensa - , a igualdade social era um igualdade exterior ao Estado. Nelas, o irmão não era mais um súdito do poder estatal, mas um homem entre outros homens.¹¹

A liberdade em relação ao Estado vigente, mais do que sua igualdade social, era o verdadeiro traço político das lojas maçônicas. A legalidade interna, a liberdade e a autonomia das lojas só eram possíveis num domínio que escapasse à influência das instâncias reguladoras, tanto clericais como estatais. Por isso, desde o início, o segredo tinha uma função de rejeição e proteção. Tal função protetora que o segredo tinha para

⁹ COSTA, Hipólito José da. Pág. 59

¹⁰ COSTA, Hipólito José da. Pág. 68

¹¹ KOSELLECK. Pág. 65

os maçons encontrava seu correlato espiritual na separação entre moral, transfigurada nas virtudes, e política. Na franco - maçonaria, a doutrina moral civil realiza-se socialmente, e para manter unido o mundo social que compunha a maçonaria, era necessário rejeitar expressamente a política vigente, conduzida não pelas leis de uma moral extra- política, mas apenas pela razão de Estado do momento. Ao mesmo tempo podemos pensar além do argumento de uma nova unidade social, coexistindo a idéia de convencer o governo de que a sociedade secreta era inofensiva e, por isso, devia ser tolerada.

A essa idéia de unidade social, está intrínseca a idéia de socorro mútuo, que era em última instância, uma garantia de segurança, uma característica da sociedade maçom. Assim, Hipólito afirma que: *“das minhas obrigações para com a Sociedade só poderiam ser visíveis ou conhecidos, no caso de que estando eu em necessidade, me aproveitasse dos socorros da Sociedade, ou de alguns membros seus, em particular, ou reciprocamente socorresse algum, que dos meus auxílios necessitasse.”*

De tal forma, isso ocorreu no momento em que seus irmãos maçons prestam o socorro à Hipólito, e o resgatam do cárcere da Inquisição. Outra narrativa que Hipólito disponibiliza, e coaduna com o argumento de união do mundo burguês pelo centro maçônico, se dá, quando afirma que:

Quando o Bispo do Funchal, na Ilha da madeira, José da Costa Torres, perseguiu tantas, e tão honradas famílias, só porque alguns indivíduos delas se diziam ser framaçons, muitas pessoas se embarcaram para os Estado Unidos, e um dos navios, chegando à Nova Iorque, mostrou uma bandeira branca que continha em letras azuis a inscrição **Asilum Quœrimus**; imediatamente foram a bordo os principais framaçons da terra e trouxeram consigo estas perseguidas famílias a que fizeram o mais generoso agasalho.¹²

Interessante notar, com base nos fatos afirmados por Hipólito, os laços internacionais que a maçonaria propiciava. Hipólito José da Costa, no momento que retorna a Portugal de sua viagem à Inglaterra é preso pela Inquisição, alegando que Hipólito tratava de assuntos entre o Grande Oriente Inglês, e o Grande Oriente Lusitano. Tal alegação é negada por Hipólito, mas, nos permite pensar que tais ligações eram possíveis.

¹² COSTA, Hipólito José da. Pág. 96

Conclusão.

Reivindicando uma obscura e conturbada origem, mas emergida do Iluminismo, a sociedade da Franco-Maçonaria possuiu especificidades, tais como o segredo, o socorro mútuo, a filantropia, a beneficência, e possuía como objetivo último, o esclarecimento do homem. Tais características permitiram a perpetuação da sociedade, e também, permitiram o homem burguês se situar no mundo em que viviam, e conduzir um paulatino trabalho que criou condições para o estabelecimento da liberdade civil, ao ponto que negaram, enfaticamente, o Antigo Regime. O despertar da consciência burguesa negou o antigo sistema, e criou a partir disso, um novo mundo, interligado pelo ideal burguês.

Ao que tudo indica a burguesia moderna certamente nasce do foro interior secreto de uma moral de convicção privada e se consolida nas sociedades privadas; estas, no entanto, permanecem cercadas pelo segredo. Os maçons burgueses não renunciam ao segredo do interior moral, pois nele encontram a segurança de sua existência independente do Estado. Assim, Koselleck afirma que: *“O fato espiritual, “ser livre em segredo”, tem sua concreção social nas lojas. Aparentemente sem afetar o Estado, os burgueses criam nas lojas, nesse foro interior secreto dentro do Estado, um lugar em que já se realiza – sob a proteção do segredo – a liberdade civil.”* Para realizar a liberdade, o segredo tinha outra função, igualmente consciente: unir, de maneira genuína, o mundo burguês dentro da sociedade.

Hipólito José da Costa como um homem situado em seu tempo, imerso no mundo das Luzes, representou em seu jornal de época algumas especificidades da Sociedade dos Pedreiros Livres. A franco-maçonaria consolidada como uma enorme rede de instituições internacional, presente em quase todo o Ocidente, possibilitou homens como José Hipólito da Costa amadurecer sua consciência civil. O esclarecimento da consciência civil, um dos aspectos das luzes pregadas como virtudes nas lojas talvez fosse a maior contribuição da maçonaria para a crise do Antigo Regime. O esclarecimento civil presente no pensamento iluminista da primeira metade do século XIX, aqui representado pela voz de Hipólito José da Costa, gerou a crítica ao Antigo Regime, e a crítica resultou na crise, testemunhada por Hipólito.

Bibliografia

BARATA, Alexandre Mansur. *Sociabilidade Maçônica e Independência do Brasil*.

In: *Independência: História e Historiografia*: São Paulo editora Hucitec, 2005.

----- **Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870 – 1910)** Campinas: editora da Unicamp, 2002.

BARRETO, Célia de Barros. *Ação das Sociedades Secreta*. In **História Geral da Civilização Brasileira**. Direção Sérgio Buarque de Holanda II. O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. 4ª Edição. Editora Difel. São Paulo - Rio de Janeiro. 1976

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição FAC-Similar. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 2001.

-----**Narrativa da Perseguição..** Fundação Assis Chateaubriand. Brasília, DF. 2001.

DIAS, João José Alves. **A maçonaria em Portugal de 1727 a 1802**. Correio Braziliense ou Armazém Literário. Edição FAC-Similar. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Editora Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1984

HESPANHA, António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. **As redes clientelares**. Arquitetura dos Poderes.

HESPANHA, António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. **A representação da sociedade e do Poder**. Arquitetura dos Poderes

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**: Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Editora UERJ. Rio de Janeiro. 1999

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. 2ª Edição. Editora Paz e Terra. São Paulo. 1997

MOREL, Marco. *“Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.

-----**As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades nas Cidade Imperial (1820- 1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

-----**Entre estrela e satélite**. Correio Braziliense ou Armazém Literário. Edição FAC-Similar. Imprensa Oficial do Estado. São Paulo. 2001.

PIATIGORSKY, Alexander. **Freemasonry**. Harvill Press Editions. London. 1997

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução. A evolução política.** Livraria Francisco Alves Editora S. A. Rio de Janeiro. 1975

VILLALTA, Luiz Carlos. **O império luso-brasileiro e os Brasis. 1789-1808.** Companhia das Letras. SP. 2000.

VARNHAGEN. **História da Independência do Brasil.** Quarta edição. Editora Melhoramentos.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

"Sobre a brevidade da vida: comentários sobre Sêneca".

Larissa Alcântara Venâncio / Universidade Federal de Uberlândia

Larissa_venancio@yahoo.com.br

Neste trabalho, pretendo fazer uma análise de "Sobre a brevidade da vida", de Sêneca, o bem viver e sua idéia de virtude. Além disso, vai ser trabalhado como a vida de homem de Estado do filósofo influenciou na sua produção literária. Argumentarei também, a busca incessante de Sêneca para compreender as grandezas e misérias da história do homem, sendo que assim Sêneca irá propor ensinamentos na vida desse homem conturbado. É salutar lembrar também, que a escola que Sêneca se concebe seguidor é o estoicismo, e seria relevante a exploração desse argumento neste trabalho para entender melhor o seu pensamento, já que para ele o estoicismo seria a maior virtude. Vai ser dito ainda que Sêneca afirma que para o pensamento estóico seria necessário que o homem se libertasse de suas paixões e das agitações externas, reforça nos também a importância do homem seguir a natureza. E, por fim, será observado que para o filósofo em questão o indivíduo só encontrará a tranquilidade se estiver liberto de suas paixões e orientado pela razão.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:

historiografia

brasileira e modernidade

Estado e indivíduos entre as políticas de transplantes no Brasil contemporâneo: da imposição da norma à estratégia do convencimento

Laura de Oliveira*

No dia 27 de setembro de 2006, celebrou-se o Dia Nacional da Doação de Órgãos e Tecidos. Nas atividades comemorativas, o então Ministro da Saúde, Jarbas Barbosa, entregou o prêmio pela “Promoção da Doação de Órgãos e Tecidos no Brasil”, que desde 2005 é oferecido a profissionais e empresas que se destacam na realização de transplantes de órgãos. Na categoria pessoa física, a vencedora foi a enfermeira catarinense Neide da Silva, que chefia a equipe do Hospital Santa Isabel, em Blumenau, responsável por mais de 20% das notificações de morte encefálica do Estado. Na categoria empresas, a escolha da TAM foi resultado de uma parceria feita entre o Ministério da Saúde e as empresas aéreas em 2001, que garantiu o transporte eficiente de equipes transplantadoras e de órgãos e tecidos que estão sendo levados aos prováveis receptores. Para o Ministério, trabalhos como o da TAM garantem a eficiência do processo de doação de órgãos no Brasil, uma vez que o receptor não será necessariamente o que estiver numa localidade mais próxima a do doador, mas sim, o que estiver mais à frente na lista única de espera e apresentar compatibilidade com o doador¹.

* Laura de Oliveira é mestrandia em História pela Universidade Federal de Goiás.

¹ Esse critério foi revogado em maio de 2006 (portaria nº 1.160), para os casos de transplantes de fígado. A prioridade passou a ser os receptores cujo estado clínico é mais grave. O novo critério entrou em vigor trinta dias após a publicação da portaria e é válido não só para os pacientes que entraram na lista depois de maio de 2006, mas para todos os que já constavam na lista de espera do Sistema Nacional de Transplantes, aguardando a doação de um fígado.

Aos premiados foi oferecida uma miniatura da escultura do artista plástico Darlan Rosa, segundo o qual ela “representa a figura de duas pessoas, com os braços entrelaçados e torcidos como no símbolo do infinito, pela continuidade da vida e coração: num ato de amor” (Assessoria de Imprensa do Ministério da Saúde, 2006).

A existência de um prêmio para profissionais e empresas que se destacam no processo de captação de órgãos com finalidade de transplantes reflete, entre outros argumentos, a relevância social que essa prática adquiriu. O prêmio não é mera consagração pelo êxito profissional; ele é entendido como uma reverência a profissionais que dedicam seus esforços a uma “causa nobre”. A simbologia contida na estatueta faz parte do discurso de apelo emocional à sociedade em prol da transplantação de órgãos no Brasil. Esse discurso focaliza a idéia da vida individual, das possibilidades de realizações futuras para o receptor. Os argumentos coincidem com a lógica das sociedades industrializadas: o transplante emerge como uma alternativa para viver mais e melhor, como uma conquista da ciência que pode propiciar o prolongamento da vida do vivo e garantir a perpetuação da memória do morto. Ele morreu, mas seu coração bate em um outro peito.

A campanha publicitária é um apelo atrativo para possíveis doadores e familiares e segue, portanto, a lógica dos anseios do nosso tempo. E o nosso tempo, diz Sant`Anna, é "particularmente sensível à promessa do 'direito à vida'" (SANT`ANNA, 2001, pág. 73). Por isso, a exibição de corpos saudáveis, cheios de saúde e bem-estar, provoca reações positivas no público-alvo. As propagandas da campanha de incentivo à doação de órgãos, sobretudo o vídeo divulgado em 2003, não se diferenciam muito dos comerciais de condomínios horizontais: corpos em equilíbrio com a natureza, plenos, leves, os "corpos de passagem" (SANT`ANNA, 2001). A campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS – especificamente os comerciais que foram exibidos na televisão nos anos de 2003, 2004 e 2005 – transmite a idéia de que o indivíduo é um sujeito no processo de doação de órgãos no Brasil, que a doação é uma opção que a pessoa pode ou não fazer. A "boa ação" que a doação representa aparece como um produto a ser consumido e a campanha governamental como uma ferramenta para seduzir possíveis clientes.

O artigo 11 da Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, proíbe a veiculação, em quaisquer meios de comunicação social, de propagandas de estabelecimentos que realizam transplantes, de apelos à doação de órgãos para uma pessoa específica e de apelos à arrecadação de recursos para financiamento de transplantes. Contudo, o Estado se reserva o direito de realizar campanhas para estimular a doação e esclarecer a população sobre os benefícios da transplantação de órgãos.

A campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS. insere-se, portanto, nessas iniciativas do Estado de incentivar a doação de órgãos, bem como de prestar esclarecimento público sobre as benesses da transplantação de órgãos. A atuação do Estado, contudo, não se restringe a essas funções. Através do Sistema Nacional de Transplantes, o Ministério da Saúde controla uma ampla rede de instituições que operam conjuntamente desde o diagnóstico de morte encefálica, passando pelo processo de captação de órgãos até a recepção final.

Através do Sistema Nacional de Transplantes, o Estado atua como fiscalizador, regulador e regulamentador do processo de doação de órgãos no Brasil. Cabe a ele: padronizar as normas e os regulamentos técnicos dos procedimentos envolvidos na transplantação de órgãos; gerenciar a lista única de possíveis receptores; autorizar às equipes e aos hospitais a retirada de órgãos e tecidos e a realização dos transplantes; identificar e corrigir falhas no funcionamento do próprio sistema, dentre outras funções.

As instituições de saúde vinculadas ao Sistema Nacional de Transplantes deverão enviar, anualmente, relatórios contendo os nomes dos receptores à CNCDO do seu Estado, que está vinculada ao Sistema Único de Saúde. O não cumprimento desta norma será penalizado com multa. Outros crimes administrativos também prevêem pena de multa, como o não cumprimento do artigo 13, da lei nº9.434, que obriga as instituições de saúde a informarem à CNCDO os casos de morte encefálica. É o modo como o Estado garante o controle sobre as instituições de saúde e, por conseguinte, governa os corpos individuais.

Além das sanções administrativas, estão previstas sanções penais (multa e reclusão) para os casos de tráfico de órgãos e crimes que resultam em debilidade física, aceleração de parto, perigo de vida, invalidez para o trabalho, aborto, entre outros. Importante ressaltar que a maior pena prevista (oito a vinte anos de reclusão, mais multa) é para os casos de crime consumado contra a vida, ou seja, que resulta em morte. A morte é entendida como o

maior dano que pode ser causado ao indivíduo, pois se apresenta como o único mal irreversível.

Através da criação do Sistema Nacional de Transplantes, o Estado organizou uma rede de ação e informação que garante o controle estatal sobre as práticas de transplantação de órgãos no Brasil. Através dela, o Governo Federal acredita cumprir a função de garantir aos seus tutelados a vida. Esta premissa está prevista no inciso I, do artigo 5º, da Constituição Federal, constituindo-se numa cláusula pétrea, ou seja, não pode ser suprimida.

O Estado brasileiro apresenta, através das políticas para o corpo, uma releitura moderna do direito à vida. A legislação de transplantes reflete a grande preocupação estatal com a manutenção da vida humana ainda que, para isso, seja necessário dispor de todas as possibilidades que a ciência apresenta. As políticas de transplantes no Brasil contemporâneo são aqui entendidas como respostas dadas pelo Governo Federal às novas demandas surgidas nas últimas décadas do século XX (BOBBIO, 2000). O Estado brasileiro, a partir de 1997, criou uma legislação bastante atualizada, em vista dos padrões internacionais, e um sistema de transplantes bastante eficiente.

O Brasil é o país que possui o maior sistema público de transplantes do mundo. Noventa por cento dos transplantes realizados no país são feitos através do Sistema Único de Saúde. Em 2005, o SUS realizou 11.095 transplantes, com o custo de R\$ 521.880.000,00 (incluindo as cirurgias e medicamentos pós-operatórios). O discurso da campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS. enfatiza a função do Estado como um eficaz instrumento garantidor da manutenção da vida, apontando os números relativos aos transplantes de órgãos como indicadores da prosperidade do país. A preponderância de transplantes realizados gratuitamente é apontada como um indício da democratização do serviço de saúde pública oferecido no Brasil. Essa perspectiva ignora as sérias deficiências do sistema de saúde em atender até as necessidades mais básicas da população. Para os pesquisadores Regina Ribeiro Parizi e Nei Moreira da Silva, a tímida adesão de doadores ao programa reflete uma descrença generalizada no sistema de saúde do nosso país.

O discurso do Governo Federal expressa, por meio da campanha, que seus esforços (no sentido de garantir aos cidadãos meios de prolongar a vida humana, esse direito

fundamental) têm sido bem sucedidos. No entanto, os dados estatísticos² revelam que a oferta de órgãos doados é muito aquém da lista de receptores cadastrados junto ao SNT; por isso, a grande preocupação do governo em realizar campanhas de apelo público em prol das doações. Nelas, a retórica está baseada na exaltação do papel do indivíduo no processo de doação de órgãos. Em nome da autonomia sobre o próprio corpo, o indivíduo passa a ser peça fundamental, uma vez que dependerá dele a autorização para a retirada de órgãos. Além disso, a família tem um papel de destaque, pois, obedecendo à tradição judaico-cristã de valorização da família, será necessário, segundo o discurso da campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS., a autorização da mesma para que o órgão seja retirado.

Por outro lado, a lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, a Lei da Doação Presumida, contraria essa autoridade do indivíduo em relação ao próprio corpo, de forma que há um descompasso entre o discurso da campanha e o texto da Legislação. Nos vídeos da campanha, está expresso que: “A doação só acontece, no Brasil, com o consentimento dos familiares”.

Essa afirmação oculta a lei da doação presumida, segundo a qual o morto que não tiver manifestado expressamente o desejo de *não ser doador* em um documento oficial de identidade é, presumidamente, um doador.

A lei da doação presumida reflete a incapacidade do Estado de atender à demanda de receptores que aguardam um órgão na lista de espera do SNT. Além disso, a campanha não tem conseguido mobilizar pessoas suficientes para abdicarem do sentimento de propriedade em relação ao corpo e autorizarem a doação de órgãos, o que pode ser atribuído a um descrédito generalizado em relação ao serviço de saúde pública do Brasil. Por isso, o Estado brasileiro, tendo como base as legislações sobre transplantes de países como a Austrália, Bélgica, França e Espanha, adotou a doação presumida como forma de suprir a carência de órgãos.

No âmbito das instituições de saúde, por conseguinte, a perspectiva dos vídeos da Campanha DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS. inverte-se. O indivíduo com morte encefálica deixa de ser sujeito e torna-se objeto. A não manifestação expressa de vontade contrária à doação dá ao Estado o direito de presumir (imaginar, supor, conjecturar, suspeitar) que ele é

² De acordo com os dados do Ministério da Saúde, existem hoje 63.975 pessoas na lista de espera do Sistema Nacional de Transplantes.

doador. Isso basta para que a doação seja efetuada, em detrimento da opinião dos familiares, tão valorizados no discurso da campanha.

A lei da doação presumida não é mencionada na campanha e o desaviso pode ocasionar uma retirada de órgãos indesejada pelo falecido e pela família. A má informação a esse respeito pode tornar a morte um processo ainda mais traumático para as famílias e a doação sentida como uma arbitrariedade do Estado. Sobre a lei da doação presumida, diz Sant`Anna: “Em nome do direito à vida, é-se a favor da doação presumida; em nome da propriedade do corpo (...), a doação presumida torna-se autoritária, invasiva e desrespeitosa” (2001, p. 72).

Caso o falecido possua dois documentos de identificação distintos, um com vontade contrária à doação expressa e o outro, não, prevalecerá o que tiver sido expedido mais recentemente. Se houver rasuras no documento, a retirada estará vedada, exceto se dois familiares autorizarem a doação.

A lei da doação presumida fere, portanto, a valorização da família, segundo a qual a autoridade sobre o corpo do indivíduo é transferida a ela, quando este não dispõe de condições físicas ou mentais para o exercício da autonomia. Por essa razão, autores da área médica afirmam que a prática nas instituições de saúde, nos anos subseqüentes a 1997, não tem seguido à risca o que está expresso na lei da doação presumida, pois os profissionais entendem que a doação consentida é o caminho mais adequado e reconhecem a existência de uma grande polêmica no que se refere aos princípios éticos que nortearam a elaboração da lei, revelando que entre a “norma” e a “conduta” há distinções a serem consideradas.

Com objetivo de dar conta das experiências que constituirão, cada qual a seu modo, a norma e a conduta, considerando a importância da família para o *ethos* brasileiro, é importante que se anote que o texto da legislação não descarta, também, “normatizar” a participação da família no processo de doação de órgãos. Assim, no capítulo dois da lei nº 9.434, parágrafo terceiro, está expresso: “Será admitida a presença de médico de confiança da família do falecido no ato da comprovação e atestação da morte encefálica”. Contudo, a efetivação do transplante, como forma de garantir a manutenção da vida, é prioritária. Por isso, o diagnóstico de morte encefálica deverá ser providenciado o mais rápido possível, para ser comunicado a CNCDO e para que se faça, com urgência, o encaminhamento dos

órgãos aos receptores da lista de espera, depois de verificada a compatibilidade. Se a demora do médico da família estiver atravancando o processo, o Estado se reserva o direito de, por meio das instituições de saúde, dar prosseguimento aos trâmites.

Além disso, para o caso de pessoas juridicamente incapazes, ou seja, que não estão aptas ao exercício pleno da autonomia, a remoção *post mortem* de órgãos, tecidos ou partes deverá ser precedida da autorização de ambos os pais ou responsáveis. Nesses casos, a autoridade sobre o corpo do indivíduo é atribuída aos familiares.

O mesmo vale para os casos dos receptores juridicamente incapazes ou que não estejam gozando de sua plena consciência embora, neste caso, a anuência de apenas um dos pais seja suficiente.

Na ausência de pais ou responsáveis, caberá ao médico decidir se o paciente receberá órgão transplantado ou não. Porém, o médico deverá ter em vista que o transplante é a última alternativa, quando outras técnicas terapêuticas não forem suficientes para manter o paciente vivo. Nota-se que, ante a impossibilidade do indivíduo e da família exercerem poder sobre o corpo, caberá ao médico, no âmbito das instituições de saúde, decidir sobre os procedimentos que serão realizados com vistas ao restabelecimento do indivíduo. E, embora exista a ressalva de que o transplante é a última alternativa a que o médico poderá recorrer, a impossibilidade de manifestação do indivíduo e da família não representará empecilho para a intervenção cirúrgica no corpo.

Outro aspecto importante da legislação trata das condições em que o cadáver deverá ser devolvido à família. A remoção dos órgãos não deverá provocar alterações na aparência do corpo, para que a família tenha o direito de sepultá-lo com uma imagem condizente com a fisionomia que ele tinha em vida. A idéia de perpetuar a memória do morto estaria comprometida por uma aparência incompatível com as feições do vivo. O falecido deve estar o mais próximo possível do que era antes de morrer: é isso o que garantirá a ele uma morte mais digna. Segundo o artigo oitavo da lei nº 9.434: “Após a retirada de partes do corpo, o cadáver será condignamente recomposto e entregue aos parentes do morto ou seus responsáveis legais para sepultamento”.

Esse artigo revela o incômodo que os vivos sentem em relação à degeneração física dos moribundos e dos mortos. Nas sociedades industrializadas, quando o corpo é tomado como o cartão de visita do indivíduo, que através dele se afirma socialmente (NOVAES,

2003), a degradação do corpo-cadáver é mais chocante do que nas sociedades mais primitivas, em que a família lidava diretamente com a deterioração do corpo (ELIAS, 2001). Um cadáver desfigurado, com uma feição destorcida, traz à tona a fragilidade da carne. Incomoda os vivos porque é a imagem explícita da morte. Quanto mais próximo o falecido estiver da sua condição quando vivo, mais a morte parecerá menos drástica, mais amena. O que garantirá uma morte mais digna e menos incômoda é a presença de um cadáver intacto, pelo menos na aparência. A não observância desse artigo incorre em sanção, com a conseqüente detenção do profissional de saúde.

A legislação demonstra uma preocupação em não trazer desconforto para a família do moribundo, embora a lei da doação presumida represente uma violação da tradição de transferir a autoridade sobre o corpo do indivíduo às famílias. Porém, a vida é sacralizada e todo esforço é válido para mantê-la, ainda que isso implique na dessacralização do corpo (LE BRETON, 1999). Os transplantes de órgãos e tecidos se inserem no contexto das sociedades modernas, em que todas as coisas são convertidas em rascunho e todas as relações, em propriedade (NOVAES, 2003). O corpo é simultaneamente exaltado, pois é portador da identidade do indivíduo, e dessacralizado, pois carrega em si o peso da falibilidade humana.

Da mesma forma, essa relação expressa pelos desentendimentos entre a campanha, a legislação e a experiência de médicos e familiares evidencia um outro aspecto importante da lógica subjetiva contemporânea: a construção de uma vida virtual, graças à diminuição da atuação nos espaços públicos, e o esvaziamento das trocas inter-humanas. Nesse conjunto de transformações, em que a sociedade prefere recorrer à “evitação” (BARTUCCI, 2006, p. 59), banindo de sua realidade virtual a morte, o infortúnio e a violência, “o indivíduo tem o direito e, portanto, o dever de não mais manifestar seu sofrimento, de não mais se entusiasmar com o menor ideal que não seja o do pacifismo ou o da moral humanitária” (ROUDINESCO, 1999, p. 16).

A idéia de prolongar a vida implica numa grande preocupação que a legislação demonstra: não trazer prejuízos ao doador vivo. O princípio ético juramentado pelos formandos em medicina, “não causar dano”, se revela a todo tempo. O Estado tem por função servir aos interesses da coletividade e, portanto, o benefício dado a um indivíduo não poderá representar perdas para outro. Por essa razão, é vedada a doação de órgãos que

não sejam duplos, no caso de doadores vivos, e de quaisquer órgãos (exceto tecidos para transplantes de medula óssea), no caso de doadoras gestantes. A mulher grávida, portadora de um feto, não poderá correr o risco de prejudicar a vida que se anuncia.

Contudo, a retirada de um órgão, ainda que ele seja duplo, debilita o corpo do indivíduo. Mesmo que a retirada não traga malefícios imediatos, ela deixará seu corpo mais frágil e mais suscetível a problemas futuros.

Falar em termos de “órgãos duplos” e na “suficiência” de apenas um dos órgãos demonstra como a legislação incorporou o discurso do homem-máquina. O corpo de que trata a legislação sobre transplantes no Brasil não é integral: é o corpo fragmentado em órgãos, tecidos, partes e células. O todo só faz sentido quando se fala no funcionamento perfeito da máquina, que garante a continuidade da vida. Porém, os meios que conduzirão a esse objetivo passam pelas intervenções cirúrgicas no corpo e aí ele é visto parcialmente. Até porque, na era da especialização, os médicos que realizam as intervenções no corpo só estão aptos a funções bem específicas. Prova disso é que os únicos médicos autorizados a diagnosticar morte encefálica, de acordo com a legislação, são os neurologistas. Essa determinação, assim como a lei da doação presumida, tem causado bastante polêmica, uma vez que outros profissionais de medicina, como neurocirurgiões e intensivistas também estão aptos a produzir esse tipo de diagnóstico (PARIZI e SILVA, 1998).

Embora a legislação brasileira seja bastante atualizada dentro dos parâmetros mundiais (sobretudo se pensarmos nos sérios problemas do nosso sistema da saúde), ela tem gerado discussões acaloradas em relação aos princípios bioéticos que nortearam sua elaboração. Especialmente porque foi baseada na legislação de países que têm condições estruturais muito superiores às nossas e em que a população é muito mais receptiva à idéia de que o Estado deve zelar pelo bem coletivo e não unicamente pelos interesses individuais. Aqui, na contramão dos acontecimentos, elaborou-se uma legislação extremamente moderna, atendendo com rapidez às demandas do fim do século. Porém, diante da descrença generalizada em relação ao serviço de saúde pública, a legislação se mostra inaplicável. É aí que surge a necessidade de uma campanha publicitária como a DOE VIDA. DOE ÓRGÃOS, para suprir essa lacuna e tentar promover a efetivação dos transplantes previstos na legislação que, por si só, não se sustenta.

O discurso da campanha publicitária faz parte de uma estratégia de convencimento que visa a promoção da doação de órgãos, uma vez que o Estado não poderá efetivá-la por meio da força, de mecanismos de coerção. Os vídeos conclamam a população para que ela abrace a causa da doação de órgãos, uma causa exterior e maior que o indivíduo. Ao aderir a ela, ele demonstrará estar condizente com o padrão de conduta moral do mundo contemporâneo, em que as causas coletivas devem estar acima dos interesses individuais e onde os impulsos reivindicatórios são rapidamente suprimidos. Segundo Elisabeth Roudinesco, a sociedade democrática moderna, em nome da globalização e do sucesso econômico, “tem tentado abolir a idéia de conflito social. Do mesmo modo, tende a criminalizar as revoluções e a retirar o heroísmo da guerra, a fim de substituir a política pela ética e o julgamento histórico pela sanção judicial”. (ROUDINESCO, 2000, p. 16) Nessas sociedades, busca-se atenuar os conflitos sociais e minimizar quaisquer tensões, recorrendo ao discurso da ética para tornar as relações menos conflituosas, mais amenas e mais superficiais.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A expulsão da Companhia de Jesus e a historiografia luso-brasileira: condições e
contradições**

Leandro Pena Catão

Após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, em 1759, o gabinete pombalino iria patrocinar um turbilhão de publicações com o intuito de atacar a Companhia de Jesus.¹ A expulsão foi o combustível para intermináveis debates no seio das esferas intelectuais e populares, e não apenas no período em que os jesuítas foram desterrados de Portugal. Extrapolando os limites daquele tempo, o debate acerca daquele episódio e de suas conseqüências para Portugal está vivo ainda hoje, contemplada por gigantesca e quase sempre apaixonada historiografia, defendendo cada qual o seu partido: ora a favor, ora contra os jesuítas; ora a favor, ora contra Pombal, dependendo do lado ao qual se posiciona.² Tal debate inicia-se no calor dos acontecimentos, ambos os lados procurando defender seus pontos de vista, e para tal produzindo um imenso arsenal bibliográfico composto pelos mais variados tipos de impressos. Pombal incentivou e patrocinou uma autêntica historiografia oficial, oriunda de uma das ramificações de seu poderoso gabinete, funcionando sob a sua minuciosa supervisão.³ A campanha antijesuítica empreendida naquele contexto era considerada uma ação vital aos interesses do Estado. Foi grande o esforço da Coroa reformista ilustrada em assegurar que os jesuítas fossem expulsos. Todavia, maior ainda foi a preocupação empreendida pelo mesmo governo em se extirpar daqueles domínios qualquer tipo de influência da

¹ Esse texto é parte da tese de doutorado a seguir: CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais nos tempos de Pombal*. Belo Horizonte: Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG, 2005.

² Grosso modo, a maior parte da bibliografia ora em análise considera que a expulsão dos jesuítas tinha como objetivo amealhar as imensas riquezas jesuíticas, tudo inserido num contexto em que o Estado buscava um efetivo controle da esfera eclesiástica, análise com a qual concordamos em parte, isso porque a expulsão dos jesuítas possuía, na verdade, uma dimensão muito mais ampla para o gabinete pombalino. O contexto era profundamente complexo. Segundo José Eduardo Franco, Pombal é responsável pela criação daquilo que ele chama a “criação do mito pombalino”. Segundo esse autor, o mito da Companhia de Jesus apresenta-se como produto acabado da construção de uma ficção que se faz passar por indubitavelmente verdadeira. Acreditamos que a análise do referido autor reverbera a tentativa de desconstrução empreendida pela Companhia de Jesus e seus afins ao longo dos anos, que tentaram de todas as formas invalidar aquilo que pesquisas recentes têm demonstrado ser uma prática corrente da Companhia de Jesus no Antigo Regime, elementos que indubitavelmente corroboram a tese de que Pombal, bem como os inúmeros opositores dos jesuítas, não se utilizaram de recursos meramente retóricos para balizar seus ataques à Companhia de Jesus. Por outro lado, não resta dúvida de que os argumentos levantados pelo gabinete pombalino a fim de propagar um ideário antijesuítico está eivado de elementos fantasiosos e exageros de toda ordem. Mas o extraordinário embate protagonizado por jesuítas e o governo reformista ilustrado português não é fruto de uma ficção engendrada pelos últimos. Ver: FRANCO, José Eduardo. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*; TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. ASSUNÇÃO. *Negócios jesuíticos*; MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*; MAXWELL. *O Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*.

³ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. p. 33.

Companhia de Jesus, entendida como raiz de sedição. Para isso, era indispensável prevenir atacando o mau, retirando-o pela raiz.⁴ Um dos veículos mais privilegiados para este fim foi a propaganda por meio dos impressos e outros meios de difusão de idéias. Não foi tarefa fácil convencer a população portuguesa a este respeito. Pombal, muito argutamente, utilizar-se-ia de vastos recursos de propaganda com o intuito de arrastar para o seu partido a opinião pública, ao mesmo tempo em que atava com ferocidade a Companhia de Jesus. Intentou construir perante a população uma imagem conspiratória e sediciosa da Companhia de Jesus. Para tanto, era preciso dispor dos meios, dentre os quais o controle do aparato cultural e da censura.

Paulatinamente, ao longo do governo de dom José I, o controle e a difusão da cultura passaram das mãos da Igreja para as do Estado. Tal transferência tem como um de seus ícones a criação da Real Mesa Censória, órgão responsável pelo exame e censura de livros em Portugal, efetivado em 1768.⁵ A reforma do ensino, que passa pela deposição dos jesuítas, também é um passo importante no que se refere ao controle da cultura, razão pela qual Pombal foi extremamente sensível aos apelos de homens como Luís Antonio Verney, Jacob de Castro Sarmiento e Antonio Nunes Ribeiro Sanches.

A propagação do ideário pombalino foi um dos mais característicos traços do governo reformista ilustrado, sobretudo após o acirramento do confronto com os jesuítas. Tal prática tinha um objetivo político bastante nítido: promover e fortalecer o governo mediante a adesão integral dos vassallos, dando os contornos do corpo político em Portugal, sob a égide reformista ilustrada. Pombal, ao longo de seu ministério, lançou mão das artes e dos impressos em geral, a fim de formar uma “opinião pública”⁶ favorável aos seus desígnios. Obviamente, o uso desses recursos, em consonância com muitos dos preceitos ilustrados da época, desencadeou uma considerável agitação de idéias e promoveu a possibilidade de revisão de valores e conceitos há muito estabelecidos no seio daquela sociedade. Essa propaganda deu ensejo a uma numerosa produção de escritos doutrinários, pinturas, gravuras e literatura.⁷ Essa produção foi, em certo sentido, veículo do ideário pombalino e, como tal, suscetível à crítica de seus adversários, dentre os quais os jesuítas, legítimos porta-vozes do que passou a ser considerado a tradição cultural até então em vigor em Portugal. O recurso da “propaganda” foi, sem dúvida, um dos artifícios utilizado por Pombal para manter-se no seu cargo por tão dilatado tempo. Mesmo contando com o irrestrito apoio de dom José I, necessitava do apoio de outros grupos, dentre os quais membros do clero, da

⁴ MIRANDA, Tiago Costa pinto dos Reis. *Ervas de ruim qualidade*. Ver a introdução.

⁵ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. p. 42. VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e práticas de leitura*, p. 182.

⁶ MACEDO. *O Marquês de Pombal*, p. 14. Segundo este autor, é possível identificar uma opinião pública durante o Antigo Regime em Portugal que dispunha de formas de interferência com eficácia suficiente tanto para se exprimir como para se impor.

⁷ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 47.

nobreza, magistrados e os grandes negociantes portugueses.⁸ A proteção aos poetas, intelectuais e artistas, certamente, fazia parte de sua estratégia de divulgar o ideário reformista ilustrado e de manter aceso o seu próprio nome.⁹ Para tanto, um dos recursos utilizados para amedrontar o apoio da sociedade portuguesa foram as artes¹⁰, a poesia e a literatura, por meio da promoção e publicação de um imenso manancial de obras cujo fim era difundir seu ideário e combater os seus inimigos, e a Companhia de Jesus figurava entre os principais.

Para tanto, Pombal criou em seu gabinete um departamento formado por eruditos, cuja incumbência era difundir por meio de livros, libelos, poemas, das artes no geral, um ideário antijesuítico.¹¹ Dentre os membros desta equipe figuravam vários jovens intelectuais oriundos do Brasil, entre os quais aquele que viria a ser um dos maiores poetas daquele tempo, o ex-jesuíta nascido nas Minas Gerais José Basílio da Gama.¹² Na ocasião da expulsão dos jesuítas do mundo português, dom José I abriu a possibilidade para que aqueles que embora já tivessem iniciado suas formações no seio da Companhia de Jesus mas ainda não houvessem feito os votos definitivos tivessem a oportunidade de se ver livres da sanção imposta aos jesuítas, "por não terem ainda feito as provas necessárias para se lhes confiarem os horríveis segredos de tão abomináveis conjurações e abomináveis delitos". Foi baseado nesta consideração e:

[...] na grande aflição, que hão de sentir aqueles particulares, que, havendo ignorado as maquinações de seus superiores, se virem proscritos e expulsos, como partes daquele corpo infecto e corrupto: Permito que todos aqueles dos ditos particulares que houverem nascidos nestes reinos e seus domínios, ainda não solenemente professos, os quais apresentarem Demissórias ao Cardeal Reformador [...] possam ter relaxados os votos simples que nela tenham feito, e possam ficar conservados nos mesmos reinos e domínios[...].¹³

Pombal acolheu em seu círculo mais próximo um talentoso ex-jesuíta. Basílio da Gama havia sido preso, junto a outros padres jesuítas, por subordinados do conde de Bobadela na fazenda Santa Cruz. Desde os tempos em que ainda pertencia à Ordem jesuítica, Basílio da Gama já se destacava por sua postura. Segundo relata o padre José Caetano da Companhia de Jesus, "pela sua já notória brandura de caráter, era de admiração aos demais, por não ter caído logo com os primeiros

⁸ Ibidem, p. 48.

⁹ Ibidem, p. 54.

¹⁰ Segundo Ivan Teixeira, Pombal era um apreciador e conhecedor das artes de seu tempo. Se assim não o fosse, o mesmo não teria aferido com tamanha propriedade o alcance da poesia encomiástica em sua época. Além disso, Pombal fora um grande patrocinador das artes em geral em seu tempo. TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 52.

¹¹ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 50.

¹² Segundo Ivan Teixeira, toda a poesia e literatura produzidos no contexto do reinado de dom José I tem sido erroneamente interpretada pela crítica literária. Muito influenciada pela visão romântica nossa historiografia sempre se orientou pela perspectiva da formação de uma literatura brasileira. Por isso desconsiderou tanto seus vínculos com a ilustração portuguesa quanto suas relações com o mecenato pombalino. O próprio mecenato pombalino jamais foi admitido como tal nos estudos portugueses. p. 54-60 e 82-84.

¹³ LEI de expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios de 3 de setembro de 1759. In: MENDONÇA. *O Marquês de pombal e o Brasil*, p. 61-62.

¹³ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8 p. 153v.

embates; e ainda depois, cobrando maior ânimo, partiu para Roma, onde pediu o admitissem entre os companheiros”.¹⁴

Que razões teriam motivado a publicação de tão dilatado número de todo gênero de publicações? ¹⁵ Pombal possuía fortes razões para acreditar que os jesuítas continuavam a agir em Portugal e suas possessões, disseminando idéias e princípios contrários ao corolário pombalino. De acordo com tais preceitos, a expulsão dos jesuítas das possessões da Espanha representava um grande perigo a Portugal, pois poderiam aqueles padres perfeitamente tentar se infiltrar por terra na América portuguesa. Era absolutamente necessário aos interesses dos reformistas ilustrados manter os jesuítas longe das terras lusas. Outro objetivo almejado com a publicação de tamanho número de obras antijesuíticas em finais da década de 1760 e início de 1770 foi o de pressionar a Santa Sé no que se referia à extinção das atividades da Companhia de Jesus em nível mundial, uma vez que àquela altura a maioria das monarquias católicas já havia promovido o desterro dos referidos eclesiásticos, em grande medida influenciada pelo exemplo português.

Pombal não foi o primeiro a atacar a Companhia de Jesus em Portugal por meio de libelos e opúsculos. No reino e no ultramar, do Brasil ao Oriente, não faltaram controvérsias, perquirições, libelos, pareceres requisitórios e tratados apologéticos relacionados à ação dos padres da Companhia de Jesus no período anterior à Era Pombal.¹⁶ No fim do século XVI, circulou em Portugal um libelo antijesuítico em forma de documento de informação para a Corte, de autoria de Gabriel Soares de Souza, no qual a Companhia era apresentada como a instituição que se metamorfoseara. De sua pacatez, simplicidade e despojamento, características que marcaram as ações iniciais daqueles padres, passara a constituir um corpo incômodo e até prejudicial aos interesses da Coroa na América portuguesa, interferindo no âmbito temporal, intrometendo-se na administração secular da colônia e causando um sem número de prejuízo aos vassallos de Sua Majestade.¹⁷ Também era essa a linha dos libelos antijesuíticos perpetrados pelos vassallos portugueses instalados na parcela oriental do Império. Em 1611, era publicado em Goa os *Capítulos que deram a El Rei contra a Companhia no ano de 1611*. Em linhas gerais, as observações contra os jesuítas tinham o mesmo teor daquelas oriundas da América portuguesa, salientando o imenso poder e prestígio dos jesuítas naquela parte do império:

[...] e não se aceitando a reformar estes religiosos e proverem seu modo de proceder, será necessário mandar Sua Majestade à Índia cabedal para conquistar os da Companhia [de Jesus] e poderá ser não bastarem, por terem mais dinheiro que Sua

¹⁴ CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal*, p. 251.

¹⁵ Mesmo após a extinção dos jesuítas, que se deu em 1773, não cessa a propaganda antijesuítica em Portugal. Algumas das mais importantes obras antijesuíticas são publicadas no final da década de 1760, e já na década de 1770, mais de uma década após o desterro dos referidos religiosos.

¹⁶ FRANCO. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*, p. 216.

¹⁷ *Ibidem*, p. 217. Ver também: SOUZA. *Capítulos contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil*. In: *Anais do Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 62, 1942, p. 336-381.

Majestade e com as conservatórias buscam cada dia ocasião de novos cismas [...] Que os intentos dos ditos religiosos eram todos ordenados ao interesse, e por essa razão não querem que ninguém entenda as cousas que estejam a sua conta [...].¹⁸

Ao longo dos séculos XVI e XVII, foi produzido um considerável caudal de documentos, opúsculos e libelos contra a Companhia de Jesus, em geral ignorados pela Coroa, assim como pela maior parcela da sociedade portuguesa, no geral, admiradora daquela Ordem.¹⁹

A publicação da *Relação abreviada* foi um marco importante do gabinete pombalino. Pela primeira vez o Estado português se colocava de maneira veemente contra a Companhia de Jesus. A Coroa, que em outros tempos foi a grande protetora daqueles padres, agora promovia uma violenta campanha “propagandística” contra ela, e tudo o que simbolizava e representava.

Logo após a “guerra guaraníca”, Pombal empreendeu uma intensa e crescente campanha contra a Companhia de Jesus, que teve no episódio da expulsão dos jesuítas o seu capítulo mais importante e marcante. Revestidos de nítido teor propagandístico, os principais textos da campanha antijesuítica foram compostos e editados sob a direta supervisão do marquês de Pombal. São eles: *Relação Abreviada*, *Dedução Cronológica e Analítica* e *Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Embora completamente deixado de lado pelos estudos acerca do período pombalino, existem outros livros igualmente importantes, dentre os quais salientamos a *Origem infecta da Relaxação Moral dos Denominados Jesuítas*, que é uma glosa e desenvolvimento das publicações antecedentes²⁰

A Campanha antijesuítica empreendida pelo gabinete pombalino também envolveu a produção de quadros, insígnias, emblemas, estátuas e gravuras, compondo em seu todo um imenso arsenal de alegorias que tinham função análoga à dos livros e poemas produzidos também sob o patrocínio e orientação direta do marquês de Pombal.

A *Relação Abreviada* foi o primeiro e um dos mais importantes libelos antijesuíticos promovidos pelo gabinete reformista ilustrado de Pombal. A *Relação abreviada da República, que os Religiosos jesuítas das Províncias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Domínios ultramarinos das Duas Monarquias, e da Guerra, que neles tem movido, e sustentado contra os Exércitos Espanhóis, e Portugueses* teve papel crucial na difusão do ideário antijesuítico em Portugal e nas demais potências católicas. Como costume (na qual os títulos das obras eram quase que um sumário do conteúdo total), o título era por si só um pequeno libelo.²¹ A *Relação Abreviada* veio a público pela primeira vez em setembro de 1757, um ano antes do atentado à vida de dom José I, que iria definir a sorte dos jesuítas naqueles domínios. A sua publicação estava relacionada

¹⁸ CAPÍTULOS que deram a El Rei contra a Companhia no ano de 1611. Archivum Romanum Societas Iesus. 17 fls. 71-72. apud FRANCO. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*, p. 218.

¹⁹ FRANCO. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*, p. 219.

²⁰ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. p. 60-61.

²¹ MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*, p. 248

às determinações do Tratado de Madrid (1750) e dava conta da total oposição dos jesuítas ao cumprimento das determinações das Coroas ibéricas. Dentre muitas outras denúncias, os inicianos eram acusados de armar um exército de índios contra Portugal, além de se valer do controle temporal sobre os mesmos, tirando disso grandes proveitos de ordem material.²² Segundo o opúsculo, era intento dos jesuítas de Portugal e Espanha formar uma *República* naquela região “governada” pela Companhia. O texto ignorava por completo os longos anos de bom e estável relacionamento entre os jesuítas e o Estado português antes do governo de dom José I.²³ A *Relação Abreviada* inaugurou uma espécie de “História oficial” da gestão pombalina, obra que impunha a versão “indiscutível” dos fatos referentes à ação dos jesuítas na parte sul do Brasil. Foi publicada simultaneamente em português, italiano, francês, alemão e inglês, totalizando cerca de vinte mil exemplares, prontamente distribuídos por toda a Europa.²⁴

Pombal havia orientado todas as embaixadas portuguesas espalhadas pela Europa a traduzir e “espalhar” aquela obra. Ele entendia ser essencial disseminar por toda parte a “verdadeira face” da Companhia de Jesus, e a publicação da *Relação Abreviada* foi o primeiro e, por certo, um dos mais importantes passos nesse sentido. O então embaixador português na Inglaterra, Martinho de Melo e Castro, primo de Pombal, encontrou grandes dificuldades para publicá-la em língua francesa, que seria editorada em Amsterdã, dona de um dos mais esplêndidos parques gráficos daquela época e onde quase não havia censura editorial.²⁵ Inesperadamente, os impressores mostravam-se relutantes quanto à oportunidade de publicação daquela encomenda, o que obrigou Martinho de Melo e Castro a informar a recusa inicial dos impressores à Coroa lusitana, devido ao medo dos referidos impressores da reação dos jesuítas, por eles considerados “mais perigosos” que todas as potências da Europa.²⁶ A publicação acabou sendo executada por outros meios, mas a reação dos impressores holandeses demonstrava o poder gozado internacionalmente pela Companhia de Jesus.

Enquanto isso, na sede da Santa Sé, a *Relação Abreviada* já circulava há algum tempo. Em fevereiro de 1758, chegara às mãos do embaixador português em Roma, Francisco Xavier Almada de Mendonça. O texto era de tal maneira agressivo à imagem da Companhia de Jesus que o ministro português chegou a temer por uma represália dessa Ordem religiosa. Afinal, completava Almada de Mendonça, do alto de sua arrogância, os jesuítas não gostavam que lhes “descobrissem os enredos”, podendo inclusive considerar legítimas as mais ardilosas reações.²⁷ Para comprová-lo, completou o

²² TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. p. 61.

²³ MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*. p.248-249.

²⁴ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. p. 62.

²⁵ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*. p. 249-250.

²⁶ CARTA de Martinho de Melo e Castro expedida de Londres a Lisboa, 25/11/1758. *apud* MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*. p. 252-253.

²⁷ CARTA de Francisco Xavier de Almada Mendonça para Sebastião José de Carvalho e Melo. Roma, 8/11/1758. *apud* MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 254.

ministro, bastaria ler as obras de Gaspar Hurtado S. J., Valério Regnault, Francisco Suárez “[...] e muitos outros que defendem ser licito matar quem os persegue [...] chamando perseguição tudo o que não é uniforme as suas idéias”.²⁸

Em 17 de novembro de 1759, Pombal enviou ao conde de Bobadela publicações, leis e outras provas arroladas contra os jesuítas para que o vice-rei do Brasil distribuísse o material entre “prelados, eclesiásticos e pessoas seculares que V.EX. julgar mais dignas desta atenção”. A própria lei que determinava a imediata expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses pode ser considerada também um opúsculo. O ministro chamava a atenção do Vice-Rei para o fato de que a “mesma Coleção não contem uma impressão feita por estampadores para ganharem com elas, mas sim uma autentica memória impressa por Sua Majestade [...] para necessária cautela dos séculos futuros”. Caso a Coroa não agisse daquela maneira, completava Pombal, “de outra sorte, se acharão daqui a 50 anos em termos de serem tão enganados como foram os dois séculos próximos precedentes”.²⁹ Daí a necessidade de extirpar completamente as raízes da Companhia de Jesus do mundo portugueses, senão aquela “erva daninha” tornaria a sufocar as mentes menos desavisadas. Para tanto, a “propaganda” foi um dos meios mais utilizados por Pombal para romper definitivamente quaisquer laços que aqueles padres ainda possuíssem em terras portuguesas. Era imperativo prevenir as futuras gerações. Pombal possuía plena consciência de que caso as raízes não fossem definitivamente arrancadas os jesuítas reconstituíam seu antigo status. Era imprescindível extirpar definitivamente aquilo que segundo o governo reformista ilustrado português era a causa de tão profunda mazela.

Pombal conhecia o prestígio gozado pelos jesuítas nas demais cortes católicas, por isso sua campanha antijesuítica se estende para muito além das fronteiras de Portugal. Recomendou aos diplomatas e representantes portugueses no estrangeiro que comunicassem as maquinações dos inicianos “às pessoas da sua amizade e confiança; e dando-lhes ao mesmo tempo alguns exemplares [da *Dedução Cronológica*]” bem como cópias dos documentos nela enumerados, de modo que os mesmos pudessem desmascarar aqueles religiosos nas respectivas cortes e também “para desabonarem os que estiverem iludidos pelos sobreditos religiosos”.³⁰ Em maio de 1759, poucos meses antes da expulsão dos jesuítas de Portugal, Pombal solicitava ao diplomata Pedro da Costa Salema que “examinasse a influência que os mesmos depravados Religiosos tivessem, ou não tivessem, assim nessa Corte, como entre os Ministros e principais pessoas dela, avisando regular e sucessivamente do que for descoberto ao dito respeito”.³¹

²⁸ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 254.

²⁹ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8 p. 153v.

³⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Documentos Diversos. Códice 857. Carta do Marquês de Pombal a Pedro da Costa Salema.

³¹ *Ibidem*.

Era de altíssimo valor estratégico avaliar a influência e o prestígio político gozados pelos jesuítas nas demais potências católicas, sobretudo no momento em que Pombal expediu esta carta, poucos meses antes da expulsão da Ordem de Portugal. O empenho do governo em veicular uma imagem negativa da Companhia só fez aumentar na década de 1760. Entre várias outras publicações, a *Dedução Cronológica e Analítica* atesta esse plano.

A *Dedução Cronológica e Analítica*, impressa entre os anos de 1767 e 1768, foi um dos mais célebres libelos antijesuíticos da Era Pombalina. Assina a obra José de Seabra da Silva, que, além de ser desembargador da Casa de Suplicação e procurador da Coroa, também era membro da equipe responsável pela difusão e propagação do ideário antijesuítico e pombalino. Quanto à autoria da referida publicação, a hipótese mais provável é que, assim como a de outras obras pertencentes ao corolário pombalino, tenha sido escrita por várias mãos, tarefa da equipe de intelectuais do gabinete pombalino, alguns dos quais recrutados com a finalidade específica de dilapidar a Companhia de Jesus por meio das letras. Todo esse trabalho era supervisionado e orientado de perto por Pombal.³² Corroborando a tese da redação e pesquisa coletiva o fato de que poucos meses após a publicação do último volume da *Dedução Cronológica e Analítica* vinha à luz um novo libelo que também atacava os jesuítas também assinado por José de Seabra da Silva: o *Memorial sobre o cisma da Sigilismo que os denominados jacobeus e beatos levantaram neste reino de Portugal*.

O título completo da *Dedução Cronológica* era: *Dedução Cronológica e Analítica: na qual se manifestam pela sucessiva série de um dos reinados da Monarquia portuguesa, que decorrerão desde o Governo do Senhor Rei dom João III até o presente, os horrorosos estragos, que a Companhia chamada de Jesus fez em Portugal, e todos seus domínios, por um plano, e sistema por ela inalteravelmente seguido desde que entrou neste reino, até que foi dela proscrita, e expulsa pela justa, sabia e prudente lei de 3 de setembro de 1759*. Novamente, o título é uma síntese do conteúdo da obra. Embora mais ambiciosa e encorpada (a obra é composta de três volumes), pode ser entendida como um desdobramento da *Relação Abreviada*.

Se no opúsculo publicado na década de 1750 o gabinete pombalino procurou abalar a boa reputação da Companhia de Jesus imputando-lhes a responsabilidade pela Guerra Guaranítica, esta obra a responsabilizou por diversos outros infortúnios do reino português, desde a morte de dom Sebastião, em 1578, até a tentativa de regicídio de dom José I em 1758, expondo um minucioso relatório cronológico da ingerência negativa dos jesuítas na vida política de Portugal. De acordo com o discurso pombalino, os inicianos ter-se-iam infiltrado em todos os reinados, sempre procurando atender a seus interesses escusos de maneira sorrateira e dissimulada. A Companhia de Jesus é apresentada como uma Sociedade “centrada no Governo despótico, uma sociedade leonina,

³² Para mais informações acerca de José de Seabra da Silva, membro da equipe de intelectuais a serviço de Pombal, ver: TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 93-102.

e formada para destruir a União Cristã, e todas as outras sociedades religiosas e Cristãs”. Adversários da Restauração (1640), os jesuítas eram também acusados da expulsão de todos os “homens doutos” de Portugal, assim como atacavam “todos os livros de boa instrução”. Todas as manifestações milenaristas, consideradas nocivas pelo consulado pombalino, eram também obra dos jesuítas. Adjetivava-se a influência do padre Antonio Vieira e a de outros de sua religião como funesta.³³

A obra também analisa a atuação jesuítica na vida cultural e social em Portugal, e novamente constata-se sua ação nefasta sobre o povo e o Estado. É possível identificar na *Dedução Cronológica* a tese da soberania absoluta do Estado. Fundamenta-se, a partir do exemplo jesuítico, a exclusão da Igreja no processo de censura intelectual em Portugal. No terceiro e mais importante volume da obra, são publicados os documentos comprobatórios das acusações contidas nos dois primeiros volumes. É neste último volume que se desenvolve a tese central de Pombal, segundo a qual a chegada e a instalação dos jesuítas em Portugal engendrou decadência em todos os níveis àquele povo. Logo, a expulsão da Companhia de Jesus visava restaurar o brilho e a dignidade de outrora, ofuscada pela chegada dos padres de Inácio de Loyola àquelas terras.³⁴ A *Dedução Cronológica* fora durante os anos finais do consulado pombalino obra de referência a todos os setores da administração portuguesa no que tange ao combate aos jesuítas e a suas idéias, diametralmente distintas dos legítimos valores cristãos, segundo a *Dedução Cronológica*.³⁵ A exemplo do que se deu com a *Relação Abreviada*, esta obra também foi traduzida para outras línguas e distribuída por toda a Europa, tendo sido impressa em dois formatos, um dos quais uma edição luxuosíssima.³⁶

Outra importante obra do arsenal de publicações antijesuíticas dadas à luz pelo gabinete pombalino foi o *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas Ciências e nos professores e Diretores que regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados*. Esta publicação de 1772 é, na realidade, fruto dos levantamentos efetuados pela Junta da Providência Literária, cuja incumbência era averiguar os “estragos” oriundos de anos de dominação jesuítica na Universidade de Coimbra. A Junta concluiu que os jesuítas haviam levado o ensino de todo o reino à mais lastimável situação, analisando os efeitos maléficos às diversas áreas do conhecimento. Como as demais obras pertencentes ao ideário pombalino, esta também se reveste de vasta erudição histórica e de um contundente e claro esquema argumentativo.³⁷

³³ SILVA. *Dedução Cronológica e Analítica*. vol. 1, p. 189-192; 197-198; 205 e 216-217. *apud* VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura*, p. 212.

³⁴ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 62-63.

³⁵ VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de Leitura*, p. 212-213.

³⁶ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 65.

³⁷ *Ibidem*, p. 65-66.

Obra curiosa e instigante, porém esquecida e até agora praticamente obscura publicação do gabinete pombalino, foi a *Origem infecta da Relaxação da Moral dos Denominados Jesuítas; Manifesto dolo, com que a deduziram da Ética, e da Metafísica de Aristóteles*; E obstinação com que, ao favor dos sofismas de sua Lógica, a sustentaram em comum prejuízo: Fazendo prevalecer as impiedades daquele Filósofo, falto de todo o conhecimento de Deus, e da vida futura, e eterna, Contra a Escritura, Contra a Moral estabelecida pelos Livros dos Ofícios de Santo Ambrósio, pelos trinta e cinco Livros das Morais de S. Gregório Magno, Pelos Santos Padres, e pelas Homilias de todos os Doutores Sagrados, que constituíram os prouros da Moral Cristã, Em quanto a não corromperam aqueles malignos artifícios com lamentável estrago das consciências dos Fiéis. O título é também um abstract da obra, publicada em 1771 e tem em suas páginas várias citações referentes ao *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*. Esta última publicação, no entanto, foi publicada um ano depois, em 1772. A *Origem infecta da Relaxação Moral dos Denominados Jesuítas* atacava as bases filosóficas da Companhia de Jesus, ocupando-se da dissecação do conceito de filosofia moral, procurando, concomitantemente, refutar a ética aristotélica, um dos pilares do pensamento jesuítico. O texto não assinado, composto pelo gabinete pombalino, deixa ver que a filosofia moral se relacionava com todas as áreas da vida social e individual.³⁸

É, pois, a Filosofia Moral a diretora dos pensamentos; a Nora das ações; a Disciplina dos costumes; o Órgão da Razão, pelo qual a natureza racional se explica e comunica com os homens; e a Arte de viver bem e felizmente. E tão relevantes são as vantagens que Ela produz ao homem, que, sendo-lhes relativas todas as Disciplinas Filosóficas, Ela é só a que mereceu e conseguiu a antonomásia da Ciência do Homem.³⁹

Nessa obra, o gabinete pombalino pretendia atacar o misticismo, até então corrente em Portugal, visão de mundo, em grande parte, disseminada pelos princípios defendidos e ensinados pelos jesuítas nos mais diversos níveis. Um dos aspectos importantes relacionados ao conceito de filosofia moral empregado por Pombal é o da natureza racional e do emprego da mesma razão para a interpretação da natureza: “propriedade determinada por Deus para que o homem pudesse atingir o conhecimento do próprio Deus e das coisas do mundo físico e espiritual”.⁴⁰ Foi embasado em tais preceitos que Pombal e os reformistas ilustrados portugueses procuraram justificar as razões que levaram ao terremoto de Lisboa em 1755, os quais haviam sido violenta e imediatamente refutados pelos jesuítas, que entendiam ser o terremoto nada mais do que a expressão da cólera divina, dada a iniquidade dos portugueses, em especial de sua Coroa. A publicação de todo esse imenso material antijesuítico pode ser também interpretado como uma tentativa do gabinete pombalino de operar uma mudança profunda no imaginário político, religioso e cultural da nação portuguesa, que

³⁸ Ibidem, p. 257-260.

³⁹ ORIGEM INFECTA da Relaxação Moral dos Denominados Jesuítas, p. 4-5 e 7-8. *apud* TEIXIERA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 257.

⁴⁰ TEIXIERA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 260.

colocava o Estado reformista ilustrado em rota de colisão com as vertentes místicas da mesma sociedade e com o ideário jesuítico.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Em alvoroço as Minas Gerais: Inconfidência e jesuítas em Vila Rica (1760)

Leandro Pena Catão
Mariane dos Reis Fonseca

Em 14 de novembro de 1759, o monarca envia ao governador da capitania do Rio de Janeiro e Minas Gerais instruções da maior importância. A Coroa dispunha a maneira como governador, o conde de Bobadela, deveria agir no tocante à expulsão dos jesuítas das terras sob a sua jurisdição. Gomes Freire de Andrade àquela altura conhecia bem o perigo encarnado pela Companhia de Jesus sob o prisma do governo reformista ilustrado português. Afinal, fora ele o responsável pela execução do Tratado de Madrid pelo lado português e a principal fonte acerca dos “inconvenientes” causados pelos inicianos ao sul da América portuguesa.

O rei, primeiramente, instruía o governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais quanto à maneira como deveria se proceder para a prisão dos jesuítas, “não permitindo a menor comunicação, nem com as pessoas de fora da prisão, nem ainda com as guardas da reclusão delas”.¹ Ainda de acordo com as instruções oriundas de Lisboa, no dia seguinte à efetivação da prisão dos jesuítas, cópias da carta régia deveriam ser entregues ao bispo, além de outros documentos relativos àquela matéria, bem como a lei que dispunha e ordenava a imediata expulsão dos jesuítas. Procedimento idêntico deveria ser executado na Relação do Rio de Janeiro, onde deveriam ser entregues cópias do referido dossiê a todos os ministros. Na Câmara, “*fareis entregar outro maço das mesmas Coleções que lhe vai dirigido*”. E, logo em seguida, continuava a carta:

Fareis publicar a som de caixas, com as tropas formadas, e a testa delas, as duas Leis que ultimamente promulguei neste Reino, assim para a total expulsão dos mesmos Regulares, como para serem repostas e guardadas nos Arquivos das Câmaras, as Coleções dos Documentos que devem perpetuar para saudável aviso dos vindouros os horrorosos fatos que deram tão indispensáveis e funestos motivos a estas demonstrações de Meu justo e Real Supremo poder.²

¹ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8 p. 158v e 159.

² IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8 p. 158v e 159. Ver ainda CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*, p.181.

Ordens semelhantes foram enviadas ao bispo de Minas Gerais, dom Frei Manuel da Cruz, para quem Pombal enviou igualmente uma cópia do aparato documental referente à expulsão dos jesuítas. Contudo, acrescentava às suas ordens a determinação de que “não se alterasse em nenhuma maneira a encadernação que incorporava as pastas com cola ou massa”, para que as mesmas leis e decretos “não ficassem sujeitas à traça e à corrupção que destas matérias se costumam seguir”.³

Esse procedimento foi repetido em todas as vilas da América portuguesa e nas demais partes daqueles domínios onde houvesse a presença maciça dos jesuítas e onde a administração portuguesa se fizesse dignamente representar.⁴ Na Bahia, o rigor para com os padres da Companhia de Jesus não foi menor. Todas os jesuítas daquela província foram reunidos numa das residências da Ordem na Ilha de Itaparica. Mesmo relativamente isolados, os jesuítas ainda assim eram vigiados “por uma guarda dentro da casa e sentinelas fora em toda a volta”. Janelas e portas foram totalmente vedadas e foi proibido o contato com qualquer pessoa que fosse. Até os alimentos passavam por rígida inspeção, independente da natureza, e “sendo líquido, se dividiam pelas vasilhas” para se garantir que nenhum tipo de comunicação com exterior era executada.⁵ Na Bahia também se fizeram “ressoar por toda a cidade o toque dos tambores e das cornetas, [e] com este ruidoso aparato se apregoava em muitos lugares o decreto, em nome do Rei promulgado [...]”.⁶ Era uma mudança brusca na vida daqueles padres, acostumados a entrar e sair sem embaraço de qualquer ponto do Império português, sempre presentes na vida política, religiosa e social. A partir daí, seriam tratados pela Coroa como abomináveis inimigos.⁷ A volta dos jesuítas para a Europa se deu sob

³ AHU. Cx. 75 doc. 54.

⁴ CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*, p. 79.

⁵ *Ibidem*, p.75.

⁶ *Ibidem*, p. 79.

⁷ IHGB Arquivo do Conselho Ultramarino códice 1.3.8 p. 170 a 171v. A seguir, a transcrição de trechos do documento relativo ao manejo dos jesuítas encarcerados nas Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O mesmo faz parte do dossiê enviado a todos os Governadores e autoridades do Império Português e dispunha sobre a expulsão dos jesuítas. Considero este documento da maior importância, uma vez que expressa a imensa desconfiança e cuidados dispensados aos jesuítas: Os relatos coevos do jesuíta José Caeiro confirmam a execução das referidas Ordens em todas as partes da América portuguesa. “Primeiramente serão efetivamente rodeados daquele numero de sentinelas que forem necessários podendo os comandantes pôr os mais que lhes parecerem precisos. Não terão os ditos Religiosos comunicação com os Eclesiásticos e Seculares de fora, nem ainda com os soldados e oficiais da mesma guarda, os quais se advertirá não recebam de dentro cousa alguma nem ainda comer ou beber [...]. Haverá criados de fora para procurar o que for preciso para o sustento dos ditos Religiosos [...] não consentindo porém que as folhas ou recados sejam dados de vagar nas sim em voz clara e perceptível [...]. Todo o que de dentro sair, como o que de fora se lhe introduzir, será bem revisto, e nada fechado; ainda as mesmas frutas, como melancia, melão, abóbora, repolho e outras quais desta criação e feito serão abertas para que de dentro não saia ou entre cartas, ou escrito algum, ainda a mesma água que em

fortíssimo aparato militar. Por todo o trajeto do cárcere aos navios haviam de antemão “sido postados guardas armados, com ordem de não permitir ajuntamento de povo”. Também estava vedada a possibilidade de conversação com quem quer que fosse. As ordens eram para que as portas e janelas das casas ficassem serradas por todo o trajeto. À frente do comboio ia um destacamento com as armas em punho; atrás seguiam os jesuítas a pé em grupos de cinco, intercalados pelo mesmo número de militares. Havia ainda guardas fazendo a escolta nos flancos do “cortejo”. Desse modo, dizia o jesuíta José Caeiro, “se atalhou o sentimento público, porque o particular dentro das casas, que foi geral em toda a cidade, era impossível coibi-lo”. E assim foi, continua o religioso, “o Colégio da Baía, aquela grande fortaleza do poder jesuítico e a maior de todo Brasil, em poucas horas expurgado”.⁸ Um clima de medo e tristeza se abateu sobre parte da população, sobretudo aqueles que admiravam e estimavam os padres da Companhia de Jesus, e certamente não eram poucos os seus admiradores:

É coisa certíssima que não poucos moradores abandonaram a cidade [da Bahia] e se retiraram para o campo, tanto por motivo de sentimento pela desgraça dos jesuítas, como pelo receio de que também eles, segundo supunham, fossem abrangidos por algum castigo do céu.⁹

Segundo o padre Caeiro, à semelhança do que havia se passado em Lisboa no ano de 1755 no Dia de Todos os Santos, parte dos vassallos do Brasil também receava castigos divinos em decorrência das blasfêmias e vexações impetrados pelo Estado contra a sua Igreja. Logo após se esvaziarem as suas dependências, o colégio da Baía foi invadido “por uma onda de povo; e, prostrados de joelhos ante a estátua de S. Inácio, lhe pediram que acudisse em auxílio de seus filhos [...]”.¹⁰ As palavras do jesuíta ilustram o sentimento que se apossou da legião de homens e mulheres dos mais variados estados que devotavam imenso amor e confiança na obra daqueles religiosos, assim como a própria Corte, até bem pouco tempo. Ainda se referindo à partida forçada

quartas lhes for conduzida com a assistência referida, será passada de uma quarta para outra de sorte que se veja, e que igual cautela deva haver nos remédios, ou bebidas que entrarem para algum enfermo. Caso em que ira medico, cirurgião ou sangrador, será conduzido e acompanhado pelo comandante da guarda, e um subalterno com dois soldados, que tornarão a trazer ate fora do cordão militar, que circular a clausura; [...] não consentido de nenhum modo que falem de manso, mas sim alto perceptível a todos, o que de nenhuma sorte de língua deferente. Obrando de sorte os comandantes, que os ditos Religiosos não comuniquem com pessoa alguma [...] Nas noites serão em maior numero as sentinelas que terão a mais viva vigia, e para que alguma se não entregue ao sono passarão palavra umas as outras [...] e haverá especial cuidado em que as pessoas que de noite fizerem caminho pelas ruas ou campos visinhos das casas dos ditos Religiosos [...]. O comandante da guarda deve também estar atento ao numero de padres presos fazendo duas contagens ao dia para que nenhum fuja”.

⁸ CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*, p. 95.

⁹ *Ibidem*, p. 99.

¹⁰ *Ibidem*, p. 99.

dos jesuítas da Bahia, padre Caeiro afirma que “os portugueses das vizinhanças tiveram tal sentimento com a retirada dos padres, que uns passaram bastante dias sem comer, e outros dominados da tristeza chegaram a cair doentes. Semelhantes exemplos de amor deram outros portugueses noutras partes”.¹¹

Para parte da população portuguesa, não havia a menor dúvida de que a expulsão dos jesuítas do Brasil da forma como se procedeu caracterizava uma verdadeira catástrofe, levando muitos vassallos a se voltarem contra a própria Coroa, pois, segundo o seu ponto de vista a mesma agia de maneira tirânica.

Ocorre que Pombal levava em consideração a possibilidade de que os jesuítas pudessem, naquela circunstância, seduzir as “mentes menos precavidias”, incitando pensamentos e condutas sediciosas nos vassallos portugueses. Por isso, em 23 de novembro, momento em que se processava a prisão e apreensão dos bens dos jesuítas em todo o Brasil, Pombal alertava ao conde de Bobadela que “tinha certa informação que os regulares chamados jesuítas usariam do artifício de se humilharam”

de se mostrarem muito contritos; de fazerem penitencias e praticarem atos em si edificantes para iludirem a plebe, e gentes de fácil credulidade, quando já não podem enganar os Governos, que devem castiga-los; e para desta sorte verem se podem ganhar tempo, e suspenderem o castigo, que está sobre eles iminente, enquanto maquinam alguns novos meios de tornarem a constituir se na sua conhecida, e nunca até agora domada arrogância, para então obrarem com maior estrago.¹²

Pombal tinha perfeita consciência de que expulsar os jesuítas dos domínios portugueses representava um risco. Aquele era um momento crítico para os projetos pombalinos. Não seria tarefa fácil fazer cumprir sem maiores contratempos o desígnio de expulsar daquelas terras religiosos tão admirados pela população. Por isso, alertava ao governador que

a experiência tem mostrado que os mesmos Regulares servindo-se por sua parte de sugestões com que clandestinamente procuram ainda fazer valer a prepotência, que sempre se atribuem, para incutirem medos onde acham espíritos capazes de neles fazerem impressão as suas ameaças; tem procurado iludir a credulidade das pessoas pias, [sic] para concitarem com elas sedições, e formarem partidos sequazes das suas horrorosas malícias [...].¹³

A Coroa reconhecia o risco de que a ordem pública poderia vir a sofrer abalos na América em decorrência do banimento dos inicianos. O documento acima sintetiza

¹¹ Ibidem, p. 103.

¹² AHU Cx. 74 doc. 36.

¹³ AHU Cx. 74 doc. 36

parte do repertório antijesuítico que viria a ser propagado pelo gabinete pombalino naquela conjuntura. É identificado no discurso pombalino um amálgama entre o receio quanto à reação adversa dos vassallos da América portuguesa ante aquele gesto brusco e os elementos retóricos que visavam dar à Companhia uma feição diabólica. O recurso à propagação do ideário antijesuítico seria uma arma utilizada por Pombal com o intuito de minar os possíveis focos de resistência dos vassallos insubmissos.

Em resposta à carta enviada por Pombal, Bobadela dava conta das dificuldades encontradas na execução das ordens, devido à cumplicidade da população para com os jesuítas. Dentre as ações dos populares, contava o ocultamento dos bens pertencentes à Companhia de Jesus, “não obstante o Bando que se publicou nessa Cidade”, no qual se determinou a expulsão e seqüestro dos bens dos proscritos. O conde de Bobadela havia prendido alguns dos comparsas dos jesuítas, e tudo fazia crer que muitos outros vassallos infiéis insistiam na mesma perniciososa conduta.¹⁴

A resposta da Coroa de Lisboa não tardou. Nela, ordenava-se a Bobadela a execução das penas estabelecidas pelo dito bando, “juntamente o que se há de praticar com as fazendas dos particulares, que por se acharem promíscuas com as dos sobreditos jesuítas foram compreendidas no seqüestro que se lhes fez”. A necessidade do exemplo, seguia a carta, fazia preemente a exemplar punição dos “receptadores dos bens dos jesuítas”. Porém, não era finalidade da Coroa castigar os seus vassallos “para assim lucrar com as penas deles, mas antes evitar” maiores problemas. Por isso, ordenava Vossa Majestade que “ao mesmo tempo em que se proceder contra os ditos presos”, deve Vossa Excelência

lançar um segundo Bando, em que se declare que se perdoarão as penas pessoais, e dará a terça parte do premio a todos os que no espaço de 40 dias declararem os bens ocultos dos jesuítas, e que contanto que depois se justifiquem estas declarações pela corporal apreensão, serão as denúncias recebidas em segredo. Passado o referido termo procederá contra os ditos receptadores, e contra os que os não delatarem tendo notícia deles, com toda a severidade das Leis e Ordens de Sua Majestade.¹⁵

Foi grande a resistência oferecida pela população. A ameaça era real e iminente o risco de sedição. Mesmo com todo o aparato cercando os jesuítas, havia notícias de que eles continuavam a disseminar entre os povos “idéias sediciosas”.

¹⁴ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8. p. 148.

¹⁵ IHGB. Arquivo do Conselho Ultramarino. Códice 1.3.8. p. 148. Ver também: CAEIRO, José. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*. p.185.

No Rio de Janeiro, Bobadela tentou transferir para a fortaleza da Ilha das Cobras alguns jesuítas por ele considerados mais nocivos, separando-os dos demais, devido à atuação destes primeiros junto aos outros padres, sobretudo os mais jovens.¹⁶ Neste ínterim, as demais autoridades religiosas e seculares subordinadas ao governador o desaconselham a executar tal ação, devido ao ânimo dos povos, uma vez que, “quase ninguém havia que não acreditasse serem pura calúnia os crimes, que assolavam os jesuítas, e proviam só de um grande ódio contra eles”. E, assim, as autoridades temiam uma reação da população, que

tendo-os por inocentes, os vissem lançar a força para fora de suas casas, e levar para a Fortaleza, não mais pudessem represar os sentimentos e compaixão para com eles, até ali ou por acanhamento ou por medo reprimidos e limitados aos recintos dos lares, era possível que a indignação viesse a romper e a perturbar a ordem pública, a qual dificilmente se manteria com as poucas forças militares, de que se podia dispor.¹⁷

Não estava distante da verdade o relato do jesuíta. Levantaram-se as vozes contra a Coroa nas Minas Gerais. Eram as mesmas vozes que alguns meses antes de se concretizar a expulsão dos jesuítas se regozijavam com os rumores que circulavam por todo o Império português que davam conta da morte do rei e da conseqüente queda do “perverso” marquês de Pombal, e que também se sentiram aliviados quando, no ano de 1578, veio à tona um caso que paralisou por alguns meses o processo que culminaria na expulsão e seqüestro dos bens da Companhia de Jesus na América portuguesa.¹⁸ Segundo o padre Cairo,

Espalhará-se efetivamente por todo o Brasil o rumor de um tumulto, que se dera em Lisboa, em que Carvalho havia sido assassinado e o Rei destronado e Dom Pedro, seu irmão, assumira as rédeas do governo. Dava-se geralmente crédito, o que, se fosse, ainda que só em parte, certo, é claro que não ia ficar tão mal parada a causa dos jesuítas. E assim, volvendo-se desse modo a roda da fortuna, segundo eles acreditavam, começaram a tratar mais brandamente os jesuítas [...] e já nada mais contra eles faziam.¹⁹

Alvorocara-se a América portuguesa com a disseminação desses rumores. Foi grande o impacto de tais notícias no vice-reinado do Maranhão e Grão-Pará. Segundo Caeiro, a “perseguição” aos jesuítas estava já no auge naquelas partes, “aterrando assim

¹⁶ CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*, p. 191.

¹⁷ CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*. p. 191

¹⁸ *Ibidem*, p. 69.

¹⁹ *Ibidem*, p. 69.

os ânimos do Bispo Bulhões, [...] que chegou a indiretamente pedir desculpa do que até ali lhes tinha feito”. A notícia também assustou o irmão de Pombal, Mendonça Furtado, que era naquela época vice-rei do Maranhão e Grão-Pará: “Andava de rosto carrancudo, e antevia, temeroso, o novo rumo, que os seus negócios iam tomar [...]”.²⁰ Era muito natural o temor de Mendonça Furtado, assim como de todos que porventura houvessem atacado a Companhia de Jesus. Era opinião geral que não tinham os inacianos nenhuma relação com a tentativa de regicídio, contrariamente ao que disseminava Pombal.²¹

No outro extremo do Império português também eram correntes os rumores acerca do sucesso do atentado que sofrera o rei. Os rumores começaram a circular em Goa em “fins de julho de 1759, cuja procedência era incerta, de que o rei fora ferido com um tiro de bacamarte, ainda que então nada se soubesse sobre os autores daquele crime nem sobre as várias circunstâncias em que fora perpetrado”.²² Os rumores que circulavam no oriente davam conta de uma mudança na política do reino.

A expulsão dos jesuítas causou grande reboição nas Minas. Não foram poucas as vozes contrárias às determinações de dom José I e do marquês de Pombal. Ecoaram daquela capitania violentos brados, caracterizados não apenas pela defesa dos padres recém-expulsos dos domínios portugueses. As vozes daqueles vassallos “infiéis” também atacavam o governo e a própria pessoa do rei, o que configurava crime de Inconfidência.

Em janeiro de 1759, poucos meses após o atentado contra a vida do rei, ao mesmo tempo em que eram julgados os réus por crime de inconfidência em Portugal, “começaram a ser distribuídos em Vila Rica postos por debaixo das portas das casas durante a noite, “uns papéis sediciosos anunciando a morte do Rei e a queda de Sebastião José de Carvalho e Melo em termos injuriosíssimos”.²³ Em Vila Rica, Mariana e Sabará já existiam prontos elogios fúnebres para dom José I.²⁴ Ainda não sabiam os habitantes das Minas do desfecho do caso que culminaria com a morte e suplício dos Távoras e a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Mesmo no reino a notícia do atentado permaneceu coberta em névoas até o mês de dezembro de 1758. Segundo Lima Júnior: “A idéia de se matar o Rei para que, desse modo se

²⁰ Ibidem, p. 69-70.

²¹ Esta era a posição adotada pelo padre José Caeiro em sua obra, que, em muitos pontos, chega a ironizar os argumentos pombalinos contra a Companhia de Jesus.

²² CAEIRO. *Primeira publicação após 160 anos do manuscrito inédito de José Caeiro sobre os Jesuítas do Brasil e da Índia*, p. 649.

²³ LIMA JUNIOR. *O fundador do Caraça*, p. 39-40.

²⁴ Ibidem, p. 39.

pudesse libertar os infelizes súditos das maldades de Sebastião José, estava de tal modo generalizada que a todo o momento se esperava que isso se desse”.²⁵

Serafim Leite também faz referência a esta Inconfidência, informando sobre o “papel sedicioso” a favor dos padres da Companhia de Jesus que aparecera em janeiro de 1760 em Vila Rica.²⁶ Sob as ordens do governador interino das Minas José Antônio Freire de Andrade, devassou esse crime de inconfidência o juiz ordinário de Vila Rica, Luiz Henrique de Freitas. Mas ele não conseguiu apurar os autores. Não satisfeito com o resultado da devassa, pois queria averiguar quem escrevera o “tão abominável papel”, o conde de Bobadela indicou o desembargador Agostinho Félix Pacheco para essa “importantíssima” diligência. Ele deveria marchar do Rio de Janeiro em direção a Vila Rica para dar início a uma nova devassa.²⁷ Bobadela estava a par do perigo de sedição que tais papéis representavam, uma vez que há pouco regressara do sul da América portuguesa em missão que envolvia a demarcação daqueles territórios, processo que, segundo a Coroa, os jesuítas queriam a todo custo embargar.

Nessa segunda devassa, foram indiciados réus o padre Francisco da Costa, como autor do papel, e o cônego Francisco Xavier da Silva, além de Manoel da Paiva e Silva e do negro Veríssimo angola, provavelmente o responsável pela disseminação do papel pela vila. Também foi preso o juiz Luiz Henrique de Freitas²⁸, por não ter mostrado zelo inquiridor na investigação sob sua responsabilidade.²⁹ O cônego Francisco Xavier da Silva era membro do cabido da Sé de Mariana, cabido esse que apresentava uma cisão. De um lado havia os partidários do bispo (em minoria) e de outro aqueles que eram inimigos declarados de dom frei Manuel da Cruz, por causa das afinidades dele com os jesuítas. A participação do cônego Francisco Xavier da Silva na Inconfidência de 1760 indica que ele era, como o bispo, favorável aos jesuítas e às suas idéias. O cônego foi remetido preso para Lisboa, de onde retornou a Mariana no ano de 1772, reassumindo sua vaga no cabido e tendo todos os seus bens restituídos.³⁰ Lima

²⁵ Ibidem, p. 39.

²⁶ SERAFIM LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. vol. 6, p. 201-202.

²⁷ Ibidem, p. 201.

²⁸ Carmem Silvia Lemos em sua dissertação, *Justiça Local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, apresenta os nomes dos juízes assim como o sumário das devassas pesquisadas. Não consta da referida listagem dos juízes ordinários de Vila Rica o nome de Luiz Henrique de Freitas, assim como também não consta nenhuma devassa tirada no ano de 1759. A pesquisadora menciona em seu trabalho que a maior parte das devassas tiradas no período de seu trabalho encontra-se desaparecido, por razões igualmente incertas. p. 94-95.

²⁹ MELO MORAES. *Corografia*, vol. 4, p. 486 e 487. In: SERAFIM LEITE. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. vol. 6 p. 201 e 202.

³⁰ TRINDADE. *A Casa Capitular de Mariana*, p. 231-232.

Junior menciona também a adesão de outros dois padres ao grupo daqueles que atacaram o monarca na ocasião em que circularam pelas Minas os rumores sobre a queda daquele governo. Tratava-se do cônego Francisco Xavier da Rua e do vigário da vara do Sabará, padre José Correa da Silva, ambos autores de “injuriosas” exéquias ao rei.³¹ Este último, como se verá nos próximos capítulos, foi um dos cabeças da Inconfidência de Sabará, em 1775.

É certo que estes “papéis sediciosos” foram espalhados em vários cantos da capitania de Minas Gerais, sendo encontrados circulando até na região do arraial do Curvelo, localizado nos sertões da comarca do Sabará. Era provável que os papéis que circularam no Curvelo, Vila Rica e outras regiões da capitania fossem os mesmos. Se não, certamente o conteúdo das “blasfêmias” contidas neles era muito parecido. Aquele ato constituía crime de inconfidência, pois os vassalos mineiros reagem com palavras duras, indignados com as últimas determinações de Lisboa referentes ao suplício dos nobres condenados à morte e à expulsão da Companhia de Jesus do Brasil.

Quem seria(m) o(s) autor(es) dos papéis sediciosos e das blasfêmias contra o rei? Por que alguns vassalos se atreveram a questionar a autoridade do rei? A presença dos jesuítas nas Minas, mesmo após a sua expulsão, é um caminho para se compreender as inconfidências que marcaram o período pombalino nas Minas Gerais. A seguir, será analisada a atuação dos jesuítas “encobertos” nas Minas Gerais até a fim do período pombalino.

³¹ LIMA JUNIOR. *O fundador do Caraça*. p. 41.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Visões historiográficas sobre o pensamento jesuítico:

a produção textual da Companhia de Jesus no Brasil colonial e algumas de suas
interpretações

*Leandro Garcia Pinho*¹

Resumo: Esta comunicação pretende tratar de aspectos da produção textual dos jesuítas que viveram no Brasil colonial através de algumas de suas interpretações. Desta forma, pretende-se esclarecer pontos importantes da historiografia jesuítica bem como da própria historiografia colonial, que tem nos textos dos membros da Companhia de Jesus que para cá vieram importantes referências documentais. Como acréscimo a esta produção historiográfica, pretende-se também propor uma forma de análise diferenciada acerca dos textos jesuíticos. Tendo por base proposições enunciadas por Serge Gruzinski, serão retomadas leituras de textos jesuíticos do século XVI que tratam da percepção da flora e da fauna brasileiras. Nascidos num século em que a conquista e a colonização eram urgentes aos Estados ibéricos, os jesuítas irão inserir-se no processo de Ocidentalização (GRUZINSKI). Imersos neste evento global, os Soldados de Cristo trarão à tona o chamado *noster modus procedendi* (EISENBERG), que abrirá espaço para a percepção de diferentes aspectos do Novo Mundo que então se descortinava à Europa.

Introdução

Os jesuítas, vanguardistas da Contra Reforma católica, desencadeada a partir do Concílio de Trento (1545-63), formaram-se como Ordem religiosa num século em que os missionários seriam tão necessários à Igreja quanto os navegantes seriam aos Estados

¹Doutor em Ciência da Religião (UFJF-MG), Mestre em História Social (UNICAMP-SP), Graduado em História (UFJF-MG). Professor das Faculdades Integradas Padre Humberto (FSJ-RJ), da Faculdade Redentor (RJ) e da FAETEC (Itaperuna-RJ).

ibéricos. E, após sua chegada e proliferação na Península, tornar-se-ão parte da espinha dorsal da estratégia colonizadora dos Estados europeus ao sul dos Pirineus. A partir do núcleo de menos de uma dezena de *compañeros*, tendo em Inácio de Loyola o fundador principal, surgirá a Companhia de Jesus na década de 1530, vindo a ser legalmente aprovada por Roma pela bula *Regimi militantis ecclesiae* uma década depois. O fervor religioso dos jesuítas – nomenclatura com a qual ficariam conhecidos os seguidores de Inácio – não se encaixou nos predicados das ordens mendicantes ou contemplativas. Conhecidos por sua incansável busca de novos rebentos aos auspícios papais, os inacianos farão fama em diferentes rincões do globo terrestre sendo reverenciados por uns e rejeitados por outros.

Voltados para uma ação missionária muitas vezes “agressiva”, forma capazes de contrabalançar um pragmatismo tão necessário ao contexto reformista com uma capacidade de produção intelectual. À medida que recrudesciam as atividades, e necessidades missionárias, esses missionários se viam frente ao desafio de encontrar soluções relativamente ou completamente originais. Exigências antes impensadas faziam parte do cotidiano de uma Ordem religiosa que se propunha a enviar seus integrantes aos distantes confins do planeta que estavam sendo recentemente conquistados pelos europeus.

As possibilidades historiográficas da produção letrada jesuítica

Partir para o conhecimento dos escritos deixados pelos jesuítas em contato com o Novo Mundo nos mostra essa pluralidade da ação dos inacianos. Envolto a diferentes contextos, em diversas geografias e em variadas situações, os Soldados de Cristo deixaram escritos que podem ser percebidos de formas tão múltiplas quantas são suas cartas, tratados, poemas, panegíricos, apologias, enfim, seus inúmeros escritos.

Lendo estes escritos, parte deles, é claro, chamaram-me atenção colocações feitas por alguns jesuítas em contato com o Novo Mundo que aludiam à descrição da terra – primordialmente a fauna e a flora – dos territórios que abrigavam as missões. Deparei-me, então, com a profusão de informações da obra de José de Acosta (1540-1600), *Historia natural y moral de las Indias*. Esta instigante produção letrada do final dos quinhentos havia sido produzida por um jesuíta que esteve nas terras hispânicas d’Além Mar. Acosta chega ao Peru como jesuíta em 1572, sai de lá para o México em 1585, aí permanecendo

até 1588, ano de seu retorno à Europa, onde publica esta que seria sua obra mais conhecida. Neste texto, Acosta busca um entrelaçamento de idéias que variavam desde as Escrituras, passando pelos filósofos greco-romanos e medievais, até evidenciar assim uma “mentalidade humanista reformista” ao estudar a renovação do conhecimento sobre o cosmos, sobre o mundo e da América a partir da natureza e das “gentes” que habitavam o Novo Mundo.²

Inspirado pela problemática levantada por este jesuíta hispânico retomei minhas leituras dos escritos dos inicianos que para a Luso-América se dirigiram no século XVI tentando encontrar textos que me mostrassem uma visão da natureza que permitisse um paralelo entre os jesuítas daqui com os que para a Hispano-América haviam sido enviados. Tentava, na verdade, perceber se havia sido formulada entre a produção letrada dos jesuítas quinhentistas enviados para a colônia brasílica uma obra semelhante a de José de Acosta. Pude observar que se a América Portuguesa não veria no século XVI uma produção letrada acerca da natureza tão volumosa quanto a de Acosta, mas mesmo assim tivemos pela Luso-América escritos do século XVI, jesuíticos ou não, que abordavam nosso clima, nossa flora, fauna etc.

A partir da leitura desses escritos jesuíticos da segunda metade do XVI pude perceber o quanto poderia ver nestes um verdadeiro “discurso fundador” de boa parte da imagética inaciana acerca de nossas terras.³ Também este período precedia o século das transformações intelectuais e culturais desencadeadas pela Revolução científica do século XVII. Pensava, então, em como observar o construto textual de um grupo de religiosos considerados a par do pensamento Ocidental que o cercava, sendo profícuos estudantes dos mais diversificados tópicos de ensino existentes em seus tempos.

Jesuítas e Ocidentalização

Uma das formas que encontro para contextualizar as obras dos inicianos no período estudado é percebê-las como pertencentes ao que Gruzinski chamaria de “idioma

²TUESTA, María Luisa Rivara de. *Jose de Acosta (1540-1600)*. Humanista y científico. In: Disponível em: http://www.pucp.edu.pe/ira/filosofia-peru/pdf/arti_filo_peru/inedito_acosta.pdf> Acesso em 15 fev. 2004. p.1.

³A idéia de discurso fundador será utilizada a partir da reflexão realizada por Eni Puccinelli Orlandi que discute esta idéia em obra por ela organizada. Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

planetário”.⁴ Produzido a partir da passagem do mundo medieval ao moderno na Europa, esse “idioma” se materializava no processo de conquista e posterior contato e colonização do europeu com as diferentes partes do globo terrestre, processo este ainda em andamento e que nós conheceríamos como “globalização”, mas que Gruzinski o melhor denominaria como Ocidentalização. Um dos principais fatores que iriam subsidiar este “idioma” seria o chamado “fenômeno das misturas”, nas palavras deste mesmo autor⁵. Assim percebo neste o grande contexto intelectual e cultural, a grande teia, sob a qual se insere a produção letrada aqui analisada, ou seja, contexto da formação de um idioma planetário. Diferentes eventos e estruturas de pensamento delineadas a partir da Idade Moderna europeia evidenciam a importância do fenômeno acima descrito. Neste sentido é que insiro a produção letrada jesuítica dos quinhentos como também pertencente ao fenômeno da Ocidentalização.

Ao estudar a cristianização do imaginário que ocorre a partir deste processo de Ocidentalização, Gruzinski mostra que houve, após a conquista e a colonização do Novo Mundo, a irrupção de outras percepções do real que não eram nem as dos índios, nem exatamente as dos europeus. Isto porque a “realidade” colonial “transcorria num tempo e num espaço distintos, baseava-se em outros conceitos de poder e de sociedade, desenvolvia abordagens específicas da pessoa, do divino, do sobrenatural e do além”. E, grosso modo, o que os evangelizadores esperavam dos nativos era que estes aderissem “justamente ao aspecto mais estranho dessa realidade exótica, sem referente visível, sem ancoragem local: o sobrenatural cristão”.⁶

Pensando sobre esta análise de Gruzinski para o México colonial, percebo que na tentativa de sobreposição, domínio e controle do Velho sobre o Novo Mundo houve muito mais do que a derrota absoluta dos povos, cultura e paisagem nativos e da transposição irrestrita de uma sociedade idêntica à europeia nas terras da América. Dos dois “mundos”, o processo de rupturas abria espaço para a confecção do novo. Se é fácil perceber o quanto impressionou o contato com o exótico por parte de europeus que para cá se dirigiam – uma vez que estes em muitos casos expressaram esta reação em forma de escrita – não podemos

⁴GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.40.

⁵Ibidem, p.41.

⁶GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.271.

dizer o mesmo de como os nativos viram os que invadiam seus territórios e como viam a si mesmos neste processo. Na verdade, para Gruzinski, preocupado com esta visão do nativo, percebê-la não seria tão difícil assim. Para a análise do México colonial, como ele mesmo afirma, podemos ver que os índios mexicanos deixaram uma grande quantidade de testemunhos escritos. Entre estes americanos existia uma “paixão pela escrita”, que estava diretamente ligada à “vontade de sobreviver, de salvar a memória da linguagem, da comunidade, ao intuito de preservar as identidades e os bens...”.⁷ Não daria, desta forma, para identificar os povos do México como “povos sem escrita”, como o clichê muitas vezes levou erroneamente pesquisadores assim a afirmar, pois em “muitos *pueblos* do México, manejava-se a pena com mais frequência, e talvez melhor, do que em aldeias de Castela ou da Europa na mesma época”.⁸ É verdade que os indígenas assim o fizeram sob os auspícios e em contato com o europeu, mas não eram reprodutores de manufaturas gráficas trazidas por aqueles. Nas representações escritas e pictográficas dos mexicas, a partir do contato, havia espaço para que estes nos mostrassem suas vozes, seus sentimentos, suas percepções.

Desta forma, estudar as reações indígenas aos modelos de comportamento e pensamento introduzidos pelos europeus, analisar a percepção de mundo novo – gerado em meio à violência e ao caos da dominação colonial – torna-se muito mais viável ao historiador da cultura e das idéias que se debruça sobre o México pós-Conquista do que ao mesmo pesquisador que deseja estudar a América portuguesa. Os estudos de Gruzinski acabaram, assim, por servir-me de inspiração para pensar os relatos jesuíticos em outros ângulos ou aspectos. Tudo o que se produz após contato e conquista nas terras do Novo Mundo está muito mais próximo de uma nova concepção de social, cultural, intelectual, religiosa e etc. do que a mera transposição da vida do Velho ao Novo Mundo e muito menos da continuidade da vida pré-colombiana após 1492. Assim, usando o mesmo artifício *gruzinskiano* de perceber na nova sociedade colonial a formação de um pensamento mestiço através dos escritos dos nativos mexicanos pós-conquista, tento mostrar que no caso luso-americano também há esta evidência de uma adaptabilidade intelectual produzida à luz da colonização. Só que aqui pode ser percebida pelos escritos jesuíticos quinhentistas relativos ao mundo natural americano.

⁷Ibidem, p.17.

⁸Ibidem, p.18.

As bases do pensamento inaciano estão, sem dúvidas, na busca de compreensão da relação entre teoria e ação da confecção da Companhia de Jesus por parte de seus fundadores, com destaque aos traços marcantes da vida e da obra de Inácio de Loyola, principal idealizador da Ordem dos Soldados de Cristo. Dotados de um legado tomista, os jesuítas realizaram reformulações e releituras (expressas num neotomista), que confrontava a tradição medieval de Santo Tomás de Aquino e o humanismo renascentista.

Deve-se perceber, também que os inacianos estavam presenciando um contexto histórico particular e, portanto, não podiam fechar os olhos para a confecção de um humanismo de base renascentista. Ou seja, o legado humanista também estará presente nas bases de formação do pensamento jesuítico em construção no século XVI. Sobre todos estes aspectos uma palavra me chamaria atenção, a idéia de adaptabilidade. Entendo que tanto as correntes de pensamento nas quais os jesuítas buscavam basear suas próprias formulações – tomismo e humanismo – quanto suas ações, tornavam-se cada vez mais adaptáveis à medida das necessidades cotidianas. Assim, mesclados aos Estados ibéricos os inacianos seriam construtores de uma específica inserção ou visão de modernidade, bem como partícipes de uma modernidade ibérica, ou ibero-americana. Ocidentalizando-se e ocidentalizando o outro, bem como o olhar sobre as terras deste outro, os jesuítas confeccionarão importantes discursos fundadores sobre o Novo Mundo.

A transposição ao Novo Mundo e a percepção do mesmo pelos inacianos

As primeiras gerações de jesuítas em contato com o Novo Mundo chegaram em meados do século XVI. Pode-se perceber que os escritos quinhentistas dos inacianos estariam imersos no processo de Ocidentalização, como discute Gruzinski. A partir deste grande contexto, os missionários da Companhia, lançados no Além Mar, dotados de uma força voltada à ação, confeccionarão uma estrutura de pensamento moldável às condições que os cercavam. Isso não significa dizer que os jesuítas não possuíam prerrogativas básicas. Qualquer leitura comparativa rápida dos escritos dos inacianos nos mostra o contrário. Mas sou levado a entender que, em contato com o Novo Mundo, os jesuítas produziram, a partir de sua ação catequético-colonizadora, uma estrutura de pensamento mestiça, miscigenada, ou seja, mesclavam-se nos textos jesuíticos tanto os referenciais intelectuais cristãos de seu tempo quanto eram absorvidos elementos da imagética nativa –

seja ela na língua, nos costumes, na capacidade de nomear e entender os elementos que circundavam o indígena.

Para tal atribuição ao pensamento jesuítico em ação no Novo Mundo lusitano três pontos se tornaram basilares: a percepção do neotomismo como mola propulsora da visão religiosa de mundo do inaciano; a leitura cristã realizada pela Companhia dos preceitos do humanismo renascentista, como exposta por J. O'Malley;⁹ e, por último, a inserção destes missionários no panorama do processo de globalização, como enunciada por Gruzinski.¹⁰ Por este tripé, os jesuítas moldarão sua visão própria de mundo, formulando explicações muito mais próximas da incorporação do elemento nativo, da visão de mundo do “outro”, do que qualquer outro grupo religioso que atuava na colonização do Novo Mundo.

As bases aristotélico-tomistas e a abertura a possibilidades de uma visão “adaptativa” está presente entre os textos deixados pelos jesuítas no século XVI e produzidos a partir do contato destes com as terras brasílicas. Algumas das “primeiríssimas” impressões dos inacianos da terra luso-americana são sintomáticas desta idéia que enuncio. Pelos textos dos jesuítas Antonio Pires, Manuel da Nóbrega e Ambrosio Pires,¹¹ é possível de se notar como os pioneiros jesuítas começaram a revelar em seus escritos o mundo natural das nossas terras. Seguindo a trilha desses primeiros escritos jesuíticos, analiso um texto do José de Anchieta, datado de quando a Companhia já fazia onze anos de atuação na América, em 1560.¹² Percebo neste texto peculiaridades inexistentes nos outros textos jesuíticos destacados até então. A tentativa de ser mais esclarecedor, bem como sua preocupação em tornar o mais visível possível a imagem do elemento natural descrito, serão atributos deste texto do famoso jesuíta e que farão dele um “discurso fundador”.

À medida também que se passavam os anos de contato dos inacianos na América portuguesa e aprofundava-se a relação destes com a “nova terra”. Pode-se lançar mão, desta

⁹O'MALLEY, John. *Los primeros jesuitas*. Ediciones Mensajero; Sal Terrae, s.d.

¹⁰Na percepção dos conceitos de “pensamento mestiço”, “Ocidentalização”, “idioma planetário”, faço referência ao longo deste texto a três estudos de Gruzinski: *O pensamento mestiço*, 2001; *A colonização do imaginário*, 2003; *A passagem do século. 1480-1520*, 1999.

¹¹PEIXOTO, Afrânio. In: *Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas (1550-1568)*. Belo Horizonte: Itatiaia, s.d.

¹²ANCHIETA, José de. *Cartas. Informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

forma, da leitura de textos como os de Francisco Soares e Fernão Cardim.¹³ Tentativas compiladoras em forma de tratados, estes textos – *Coisas notáveis do Brasil* e *Do clima e terra do Brasil*, respectivamente – podem ser percebidos como fontes impressionantes da preocupação que passa a fazer parte de escritos jesuíticos neste momento. Esses dois textos seriam os que dentre aqueles dos jesuítas na Luso-América dos quinhentos que mais se aproximam, em tentativa compiladora e densidade analítica, do texto de José de Acosta.

Considerações finais

Acredito que a historiografia brasileira tem se utilizado de diferentes formas da produção letrada deixada pelos jesuítas. Assim como fizeram os contemporâneos dos jesuítas, os historiadores e pesquisadores deste último século no Brasil parecem ter também oscilado sua visão acerca dos inicianos entre um ufanismo, em muitos casos desmedido, a uma revolta contra a ação inaciana. Relendo os textos dos Soldados de Cristo que para cá vieram, pode-se notar que muito ainda tem-se por fazer em relação a uma análise verdadeiramente crítica da produção intelectual desses missionários. Produtores de importantíssimos documentos de nossa *era* colonial, existem diferentes aspectos que podem aflorar da leitura pormenorizada dos escritos inacianos. A empreitada jesuítica para descrever a natureza brasílica é um desses momentos que têm muito a elucidar sobre como se constituíram os discursos europeus no alvorecer da Idade Moderna que tentavam dar conta de *outras naturezas*, exteriores ao mundo europeu.

Para tal fim, os jesuítas foram capazes de comparar referenciais da natureza já existentes para o conhecimento europeu Ocidental e, ao mesmo tempo, descrever espécies completamente novas. Para isto, usaram o referencial aristotélico que pressupunha a possibilidade de se incorporar, à medida que ocorresse a observação, novos elementos ao já conhecido. Como nos lembra Ribeiro, estes novos animais, bem como toda a natureza das terras novas, precisavam ser conhecidos, verificando sua utilidade e os perigos apresentados ao homem etc.¹⁴. E, desta forma, o homem passa a ser o centro das explicações dos elementos naturais. A natureza a ele serve e, para tal, precisa ser conhecida.

¹³CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.; SOARES, Francisco. *Coisas notáveis do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Ministério da Educação e Cultura, 1966. Vol.1.

¹⁴RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Bestiário brasílico: a nossa fauna no imaginário colonial*. p.1.

A formação humanista dava ao jesuíta a possibilidade de se centrar nestas explicações antropocêntricas. E desde que não se esquecesse que a teologia era a mestre das *ciências*, não havia nada de condenável em usar o referencial aristotélico-tomista para a confecção de uma filosofia natural.

E, cabe lembrar, este é apenas um dos aspectos que aguardam leitores atentos a uma observação de como, no primeiro século de colonização das terras brasílicas, europeus começam a pensar e a construir um *Novo Mundo*.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Por uma história da propriedade intelectual: reflexões sobre o estado das artes e
possibilidades de abordagem do tema no Brasil**

Leandro Malavota
Doutorando em História (UFF)
Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1. Introdução

Uma das principais marcas da contemporaneidade é a consolidação, em dimensões globais, de estruturas sócio-produtivas solidamente alicerçadas no conhecimento. O extremo dinamismo dos sistemas econômicos tecnologicamente complexos impõe aos agentes neles inseridos, progressivamente, problemas e desafios de novo tipo, entre os quais podemos destacar os concernentes à apropriação dos resultados do trabalho intelectual. Vários são os instrumentos jurídico-econômicos que viabilizam e garantem tal apropriação, diferenciando-se conforme a natureza da atividade intelectual e de seu produto. Destacamos dentre eles as patentes de invenção. A relevância atual do tema da proteção patentária o tem tornado um terreno de estudos privilegiado, cada vez mais explorado por profissionais inseridos em distintas áreas do conhecimento. Ainda que de forma incipiente, a historiografia econômica tem procurado prestar contribuições aos debates acadêmicos correntes. Nosso objetivo no presente artigo, versão resumida de um trabalho de discussão historiográfica mais abrangente, é esboçar um sucinto panorama dos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre o tema da propriedade intelectual no campo da história econômica, identificando os elementos predominantemente problematizados, as perspectivas teórico-metodológicas propostas e, principalmente, as principais lacunas até então existentes. Partindo-se de tal discussão, tenciona-se ainda chamar a atenção para a ausência de estudos relevantes sobre o tema no Brasil, bem como apontar algumas possibilidades de abordagem abertas para pesquisadores propensos a enveredar por tal seara.

2. A patente de invenção como objeto de estudo historiográfico: o estado das artes

Não obstante a concessão de privilégios a inventores ser uma prática bastante conhecida e difundida no Ocidente desde a Renascença, é somente a partir do último quartel do Setecentos que são construídas as primeiras argumentações teóricas mais sólidas a respeito

deste tipo de sistema de exclusivos. Um dos pioneiros no tratamento do tema foi Smith (1776), que embora não tenha priorizado as patentes enquanto objeto de análise, defendeu a viabilização de vantagens competitivas para inventores — a despeito de ser um franco opositor de estruturas econômicas monopolísticas —, considerando as patentes como um meio eficiente de recompensar o indivíduo pelas despesas e riscos envolvidos na atividade de criação e introdução de novos produtos ou processos no mercado. Paulatinamente, outros expoentes do liberalismo, como Say (1803), manifestar-se-iam de maneira análoga, ampliando e enriquecendo o conceitual smithiano. Ainda que o tema da proteção patentária tenha sido progressivamente lançado ao centro dos debates econômicos europeus na primeira metade do século XIX e, em função de tal fenômeno, um número crescente de intelectuais haja se voltado à resolução de questões concernentes à apropriação de bens imateriais, pouca atenção foi até então dispensada a considerações de natureza histórica. Mantinham os autores, em geral, suas baterias voltadas a aspectos mais pragmáticos e imediatos envolvidos na dinâmica de funcionamento do sistema patentário, tais como sua influência sobre a eficiência das estruturas econômicas, a legitimidade da concessão de monopólios temporários, o conflito entre patentes e o livre comércio, as facilidades ou impedimentos causados pelos exclusivos ao acesso do grande público a novas tecnologias, etc. Pode-se afirmar, portanto, que as distintas argumentações presentes em tais obras aglutinavam-se basicamente em dois pólos interpretativos antagônicos, prestando-se, por um lado, à defesa dos fundamentos ético-econômicos da proteção patentária ou, por outro, à sua refutação. Como exemplo do primeiro viés podemos citar os trabalhos de Jobard (1844), Mill (1848) e MacLeod (1858). Em contraposição, isto é, levantando a bandeira de profundas revisões ou mesmo a própria abolição do sistema de patentes, destacavam-se autores como Rogers (1863), Macfie (1864), Coquelin (1873) e Chevallier (1878).

No último quartel do século, em uma conjuntura marcada por uma contundente expansão do comércio internacional e, conseqüentemente, pelo recrudescimento da concorrência entre as principais potências econômicas do período, que o monopólio temporário conferido pelas patentes de invenção — instrumentos propiciadores de sólidas barreiras de entrada em mercados de produtos com significativo conteúdo tecnológico — passaria a suscitar novos tipos de questionamentos, não apenas entre os intelectuais e profissionais especializados, mas também entre agentes econômicos diretamente inseridos na produção e no comércio. É justamente neste contexto, em que se procura definir as dimensões e efeitos do sistema de patentes em um mercado progressivamente internacionalizado, que são identificados os primeiros trabalhos contendo abordagens propriamente históricas, alicerçados

em pesquisas produzidas a partir do tratamento direto de documentação primária. A análise diacrônica ganha importância para a maioria dos autores envolvidos com o tema, seja como caminho para a legitimação dos mecanismos jurídicos de salvaguarda à propriedade privada dos bens imateriais, conforme podemos notar nos trabalhos de Walker (1883) e Hulme (1896), seja como viés de crítica aos efeitos do sistema de patentes sobre a atividade econômica, conforme encontramos em Malapert (1878). Percebe-se que a dicotomia interpretativa que até então marcava os estudos acadêmicos sobre o tema da propriedade intelectual permanece nesta nova fase. Deve-se destacar, contudo, que embora presentes e bem fundamentadas, os esforços de pesquisa histórica não se constituíam em tarefas principais destes autores, mas se inseriam secundariamente em discussões técnicas mais abrangentes. Tratava-se, em geral, de grandes compêndios de naturezas jurídica e diplomática, sendo as análises históricas quase que invariavelmente apresentadas em capítulos introdutórios e limitando-se — seguindo uma perspectiva notadamente positivista — a uma busca pelo “desvelamento” do processo de gênese e consolidação do sistema de patentes, a partir de uma abordagem predominantemente factual.

Este tipo de perspectiva predominaria na literatura sobre o tema durante a primeira metade do século XX, exercendo forte influência, principalmente, entre pesquisadores voltados à história do direito. Notória era então a primazia desfrutada pelos defensores da proteção patentária no campo acadêmico, sendo escassas e pouco relevantes as vozes dissonantes. Somente no pós-guerra, momento de ampla mobilização por parte de um grupo de países em fase de industrialização — entre eles o Brasil — em prol de modificações nas relações entre centro e periferia no mercado internacional de tecnologia, os fundamentos e mecanismos do sistema internacional de patentes voltariam a ser contestados, especialmente no âmbito da ciência econômica. Entre os distintos trabalhos que surgem no período criticando os efeitos da estrutura patentária sobre o processo global de geração e distribuição de conhecimento e riqueza, destacamos o desenvolvido por Machlup e Penrose (1950). Exponentes de uma corrente revisionista da literatura econômica, os autores recorrem a um exaustivo trabalho de pesquisa histórica, retomando todo o debate oitocentista sobre o tema dos exclusivos. Buscavam os autores refutar alguns dos argumentos de desqualificação das teses revisionistas então emergentes, demonstrando que as críticas e contestações quanto ao funcionamento do sistema de patentes não eram recentes ou desprovidas de fundamentos, porém, ao contrário, deitavam raízes em meados do século anterior, apoiadas em um bem-definido constructo teórico. Concluía os autores que a plena aceitação e “naturalização” da concessão de monopólios a inventores no arcabouço produtivo capitalista não era um

fenômeno a-histórico, mas o resultado da vitória de um dado projeto político (pró-patentes) sobre outro concorrente (antipatentes), em uma dinâmica de disputas deflagrada cerca de cem anos antes e definida no crepúsculo do Oitocentos. O artigo, enfim, inauguraria uma nova perspectiva de abordagem sobre questões concernentes à propriedade intelectual, historicizando-as, transformando a análise de uma mera busca pelas “origens” para uma problematização da descontinuidade do tempo histórico. Este trabalho exerceria forte influência sobre pesquisas posteriores, servindo como ponto de partida para vários autores contemporâneos.

Nas últimas duas décadas é possível perceber um crescente interesse da comunidade acadêmica internacional pela propriedade intelectual, valorização esta que se relaciona, em larga medida, a uma sensibilização mais geral dos mais distintos segmentos intelectuais com os efeitos causados por um progressivo processo de “endurecimento” da regulamentação internacional para a governança dos direitos de propriedade industrial, isto é, uma tendência ascendente de “fortalecimento” das prerrogativas monopólicas desfrutadas pelos proprietários de tecnologia no mercado internacional. Um dos principais pilares teóricos de tal processo repousa na proposição de North (1981), que atrela estreitamente os direitos de propriedade intelectual ao processo de geração de novos conhecimentos tecnológicos no capitalismo moderno. Conforme sugere o autor, a propriedade se constitui no fundamento primeiro do progresso técnico, de forma que sua inexistência tornaria a expressiva elevação dos padrões de riqueza e desenvolvimento humano ocorrida nos últimos dois séculos algo inimaginável. Uma das tarefas com que boa parte dos trabalhos historiográficos recentes se compromete é testar empiricamente tal proposição. Inaugura-se, de tal forma, uma linha de pesquisa bem definida, voltada aos estudos sobre a ligação entre os direitos de propriedade sobre os bens intangíveis (conhecimento, tecnologia) e o desenvolvimento industrial nas principais economias ocidentais. Dutton (1984) é um dos primeiros autores a enveredar por este caminho, avaliando o papel exercido pelo sistema de patentes, enquanto instrumento de incentivo à invenção e introdução de novos produtos e meios de produção no mercado, nos primórdios do processo inglês de industrialização. Sua conclusão é que as patentes exerceram uma influência claramente positiva, criando as condições para o alcance de ininterruptos e progressivos avanços técnicos. Sullivan (1989), também tomando como objeto a estrutura produtiva britânica durante a Revolução Industrial, chegaria a resultados análogos. MacLeod (1988), por sua vez, deparando-se com a mesma problemática, demonstraria maior cautela em suas conclusões, argumentando que, a despeito de possíveis externalidades positivas, o sistema de patentes também teria provocado, em setores industriais específicos, efeitos

restritivos à disseminação de conhecimento técnico entre os agentes produtivos, bem como proporcionado entraves ao aperfeiçoamento imediato de tecnologias patenteadas. Outra contribuição importante prestada pelas pesquisas da autora é a de lançar luzes a uma diferenciação nos níveis de patenteamento entre os distintos setores industriais. Identifica-se, desta forma, uma concentração de patentes em determinados tipos de atividade (como a mecânica pesada, por exemplo), não acompanhada por uma diferenciação significativa nos níveis de inovação, comparando-se com os setores com menor concentração de patentes. Os resultados, portanto, relativizam a idéia de vínculo estreito entre patentes e avanços tecnológicos, sugerindo que diversos podem ser os fatores que determinam o grau e a velocidade da evolução técnica na indústria, entre os quais as patentes se incluem, mas não necessariamente predominam. Mais recentemente, Moser (2005), reforçaria alguns dos argumentos anteriores, concluindo, após análise de informações contidas em catálogos de duas grandes feiras de exposições realizadas no século XIX (Londres, 1851 e Filadélfia, 1876), não haver evidências sólidas de que os direitos de propriedade intelectual teriam constituído elementos de indução ao desenvolvimento de grande parte das invenções ali reunidas, embora possam ter influenciado no direcionamento dos investimentos em pesquisa em diferentes países. Ainda nesta mesma linha, só que desta vez mais voltados à análise do caso da industrialização norte-americana, destacam-se os trabalhos de Khan (2005) e Sokoloff (1992).¹ Tendo desenvolvido diversos estudos sobre o funcionamento da estrutura jurídico-institucional montada no pós-independência, concluem ter este se constituído no mais eficiente, moderno e “democrático” sistema de patentes em funcionamento nos últimos dois séculos, sendo considerado como um dos responsáveis diretos pela impressionante ritmo de crescimento tomado pela indústria estadunidense no período.

Uma outra linha de pesquisa importante aberta pela historiografia econômica recente reúne investigações sobre estruturas alternativas de incentivo à atividade inventiva. Na França dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, Hilaire-Perez (2000) identifica, para além dos direitos de propriedade intelectual, uma intrincada malha de estímulos e recompensas aos inventores pelos serviços por eles prestados à sociedade, tais como premiações em dinheiro, títulos,

¹ É importante destacar que as obras supracitadas são apenas dois exemplos, que consideramos relevantes, da vastíssima produção de ambos os autores. Optamos por não nos estender nas citações em função dos limites a que se submete este trabalho. Ressaltamos, entretanto, que além de significativa em termos quantitativos, as pesquisas Khan e Sokoloff primam também pela diversidade temática. É possível encontrar em tal produção estudos sobre o arranjo e funcionamento institucional do sistema de patentes norte-americano, o uso das patentes como estratégia de negócios (profissionalização da atividade inventiva), a configuração e desenvolvimento de um mercado tecnológico a partir do licenciamento de patentes, o impacto do sistema de patentes em setores industriais específicos, litígios judiciais envolvendo direitos de propriedade intelectual, mecanismos de disseminação de informação tecnológica, etc.

concessão de pensões, entre outros. Tais benefícios poderiam ser oferecidos tanto por instâncias da aparelhagem burocrática estatal quanto por instituições privadas, como as academias de ciências e outras afins. Kremer (1998) chama a atenção para um outro tipo de prática encontrada na França e em alguns estados norte-americanos, a compra dos direitos de propriedade de um dado inventor pelo poder público (*patent buy-outs*), em casos em que a relevância da invenção recomendasse sua disseminação imediata. Outras possibilidades de patrocínio e amparo à atividade inventiva são ainda analisadas por David (1993), como o caso dos contratos entre estaleiros privados e a Marinha Real inglesa na segunda metade do Oitocentos, envolvendo vultosos financiamentos para o aperfeiçoamento de equipamentos da frota. Além de uma série de estruturas alternativas ao direito patentário, as pesquisas também identificam durante o desenrolar da Revolução Industrial a existência de sistemas de inovação baseados em avanços incrementais proporcionados pelo compartilhamento de informação tecnológica entre agentes econômicos, isto é, uma estrutura marcadamente colaborativa na qual as tecnologias desenvolvidas deliberadamente não eram cobertas por patentes (Nuvolari, 2004). Apresentam-se tais trabalhos, enfim, como tentativas de relativização e “desnaturalização” de uma suposta relação direta e estreita entre propriedade industrial e estímulo à atividade inventiva. Pode-se ainda incluir neste rol algumas pesquisas que enfocam estratégias de desenvolvimento e práticas de concorrência internacional, tais como a desenvolvida por Chang (2004), por exemplo.

É importante destacar, por último, que alguns estudos recentes têm privilegiado uma retomada das discussões sobre a *rationale* do sistema patentário, apostando na perspectiva da história das idéias como caminho para a problematização de seus fundamentos filosóficos na contemporaneidade. Coulter (1991), com base no trabalho precursor de Machlup e Penrose (1950), recupera os debates oitocentistas sobre os privilégios patentários, mostrando como muitas das questões então enfrentadas não distavam das que se levantam nas discussões em curso no alvorecer do terceiro milênio. Sherman e Bently (1999), por sua vez, em um trabalho de pesquisa extremamente rigoroso e pormenorizado, discutem o processo de construção e consolidação do sistema de patentes, com ênfase no caso inglês, visando, conforme buscam ressaltar, a um rompimento com a tradicional “narrativa das origens” e à valorização da análise do papel sócio-econômico exercido pela propriedade privada do conhecimento tecnológico (matéria-prima das invenções), atentando-se para suas transformações ao longo do tempo. Já em trabalho recentíssimo, May e Sell (2005), apontando para uma perspectiva similar de análise, sugerem a observação da experiência histórica como um caminho interessante para a superação de alguns impasses contemporâneos quanto ao funcionamento

do sistema de patentes. Buscam, desta forma, na história da propriedade intelectual e em suas relações com o desenvolvimento industrial das principais potências ocidentais, alternativas políticas para países em fase de crescimento.

3. O sistema de patentes no Brasil: lacunas historiográficas e possibilidades de abordagem

Ao contrário do que pode ser observado na Europa e nos Estados Unidos, a historiografia brasileira não elegeu o sistema de patentes como um objeto privilegiado de análise. São escassos os trabalhos de pesquisa histórica a respeito da prática de concessão de exclusivos a inventores no país, mantendo-se as poucas referências existentes relegadas a espaços secundários em estudos produzidos principalmente — mas não somente — no campo da ciência jurídica, geralmente servindo como passo preliminar a análises sobre padrões e normas da lei de patentes brasileira.² As abordagens caracterizam-se, desta forma, por suas feições descritivas e factuais, geralmente se baseando em informações colhidas em fontes secundárias. Uma única ressalva deve ser feita em relação a Rodrigues (1972), cuja análise, embora também sujeita a problemas e limitações, vai além das demais, sendo ricos os resultados obtidos a partir de exaustiva e rigorosa exploração de fontes primárias de distintas naturezas.³ Ainda assim, o que se pode perceber a partir da observação dos escassos trabalhos que procuram esboçar uma história do sistema de patentes no Brasil é a ausência de estudos mais acurados sobre seu sentido e lógica, sua razão de ser, sua inserção em uma estrutura econômica alicerçada em um sistema específico de relações sociais. Não se constata, enfim, uma preocupação com questões de maior grau de complexidade, que extrapolem uma mera descrição de mecanismos jurídicos ou que não se atenham a discursos laudatórios ao espírito criativo dos inventores “nacionais”. É preciso, portanto, ir além, observando questões que

² Exemplos deste tipo de abordagem podem ser encontrados em Cerqueira (1982), Soares (1998), Di Blasi, Garcia e Mendes (1998), entre outros. É importante notar, contudo, que devido à própria natureza desta literatura, não se identifica nenhum comprometimento dos autores citados com a construção de conhecimento histórico sobre o tema da propriedade industrial. O objetivo dos autores era tão somente estabelecer discussões voltadas à esfera teórico-doutrinária do direito patentário, tecendo-se, como apoio, algumas considerações sobre a evolução histórica da legislação.

³ Em sua *A inventiva brasileira*, o autor procura discorrer sobre as iniciativas promovidas no Brasil ao longo de quase quatro séculos visando ao aperfeiçoamento de produtos e meios de produção, observando separadamente cada uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no período. Em meio a tal tarefa, o autor enfatiza o exame do arcabouço jurídico-institucional de proteção à atividade inventiva, desde o período joanino, momento de sua gênese, até a primeira grande reforma da legislação patentária ocorrida em 1882. Detém-se, então, em uma descrição minuciosa dos dispositivos legais, bem como na reprodução de trechos de documentos de época, tais como requisições de privilégios, decretos de concessão de patentes, relatórios de ministros, etc. Outra importante contribuição do autor nesta obra é a elaboração de uma lista de patentes concedidas entre os anos de 1830 e 1892, com descrição de nomes de inventores e objetos agraciados com exclusivos patentários, provavelmente a primeira iniciativa de sistematização de informações contidas em documentos de patentes para o período em questão.

ainda não foram devidamente respondidas, em um esforço para se preencher uma série de lacunas que desafiam a curiosidade daqueles que se interessam pelo tema.

De acordo com o que foi até aqui exposto, um largo leque de possibilidades se abre hoje ao pesquisador da propriedade intelectual no Brasil, e o historiador, particularmente, pode ter muito com o que contribuir. Logo, faz-se necessário dar início prontamente a tal empresa, o que pode ser feito a partir do enfrentamento de problemas até então negligenciados. Uma primeira indagação ainda não respondida diz respeito à precocidade da adoção de mecanismos de salvaguarda à propriedade de bens imateriais no Brasil. As pesquisas já existentes constataam que a concessão de privilégios patentários no Brasil remonta aos tempos coloniais — ainda sob a forma de mercês régias —, sendo pela primeira vez regulamentada e sistematizada com a chegada da Corte bragantina ao Rio de Janeiro. Em nenhum momento, porém, problematiza-se a aplicação e funcionalidade do direito patentário em uma estrutura sócio-econômica marcada por padrões de funcionamento e dinamismo notadamente não-capitalistas. Outra questão que demanda maiores investigações é a forma pela qual o sistema de patentes pode ter influenciado o desenvolvimento de setores econômicos específicos, principalmente aqueles em que se identificam níveis mais altos de patenteamento. A compreensão do papel do sistema de patentes como estratégia de inovação e negócios, portanto, pode ser um caminho para entender sua funcionalidade. O estudo dos fatores éticos envolvidos na apropriação de tecnologia — a exclusão de terceiros do uso de invenções de interesse social relevante, por exemplo — pode ser ainda uma outra possibilidade de pesquisa bastante válida. Abordagens jurídico-institucionais, embora já existentes, podem ser aprofundadas e enriquecidas, principalmente pela utilização da análise comparativa. O cruzamento de questões concernentes ao sistema de patentes com outras ligadas a objetos de propriedade intelectual de natureza distinta, tais como as marcas de indústria e comércio e os direitos autorais, pode igualmente contribuir também para um alargamento da perspectiva do observador. Enfim alternativas não faltam e a diversidade de fontes disponíveis permite que sejam plenamente exploradas. Basta que aceitemos o desafio e nos lancemos a tal empresa.

Um tema tão vasto e fértil não pode ser esgotado em uma reflexão tão sucinta como a que nos propomos a desenvolver neste trabalho. Nossa intenção, reiteramos, foi apenas a de lançar sobre ele algumas luzes, chamando a atenção para suas potencialidades. Em um momento como o atual, em que o sistema de patentes é lançado ao centro dos debates nacionais, seja por sua influência sobre o processo de crescimento econômico ou por seus desdobramentos sociais (como a questão do acesso público a medicamentos, por

exemplo), cremos que a ciência histórica pode ter um relevante papel a cumprir. O lançar de um olhar diferenciado, a ampliação das perspectivas teóricas, a introdução de ferramentas metodológicas próprias, entre outras contribuições, podem vir a agregar novos e importantes valores aos estudos até então desenvolvidos, prestando auxílio para o aprofundamento das reflexões sobre o tema. Propomo-nos, enfim, a nos inserir em tal esforço.

Referências Bibliográficas

- BATZEL, Victor. (1980) .Legal monopoly in Liberal England: the patent controversy in the mid-nineteenth century. *Business History*, v. XXII, p. 189-202.
- CERQUEIRA, João da Gama. *Tratado da propriedade industrial*. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- CHANG, Ha-Joon. (2004). *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp.
- COQUELIN, Charles. (1873). *Dictionnaire de l'économie politique*. Paris: [s. n.].
- COULTER, Moureen. (1991) *Property in Ideas: The Patent Question in Mid-Victorian England*. Kirksville, MO: Thomas Jefferson Press.
- DAVID, P. (2004). Understanding the Emergence of “Open Science” Institutions: Functionalist Economics in Historical Context. *Industrial and Corporate Change*, n. 13, p. 571-89.
- DI BLASI, G; GARCIA, M; MENDES, P. (1998). *A Propriedade Industrial*. Rio de Janeiro: Forense.
- DUTTON, Harry. (1984) *The Patent System and Inventive Activity during the Industrial Revolution, 1750-1852*, Manchester, UK: Manchester University Press.
- HILAIRE-PEREZ, Liliane (2000). *L'invention Technique au Siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel.
- HULME, E. W. (1896). *The Early History of the English Patent System*. [S.l.: s.n.].
- JOBARD, Jean-Baptiste. (1844). *Nouvelle économie sociale ou monautopole industriel, artistique, commercial et littéraire*. Paris: [s.n.].
- KHAN, B. Zorina. (2005) *The Democratization of Invention: Patents and Copyrights in American Economic Development*. New York: Cambridge University Press.
- KREMER, Michael. (1998). Patent Buy-outs: a mechanism for encouraging innovation. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 13. n. 4, p. 1137-1167.

- MACHLUP, Fritz, PENROSE, Edith. (1950). The Patent Controversy in the nineteenth century. *The Journal of Economic History*. New York, Economic History Association, v. 10, n.1, p. 1-29, may.
- MACFIE, Robert Andrew. (1864). *The patent question under free trade*. London: [s.n.].
- MACLEOD, Christine. (1988). *Inventing the Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACLEOD, Henry. (1858). *The Elements of political Economy*. London: [s.n.].
- MALAPERT, F. (1878). Notice historique sur la législation en matière de brevets d'invention. *Journal des Economistes*, Paris, v. 3.
- MAY, Christopher, SELL, Susan. (2005). *Intellectual Property: A Critical History*. Boulder: Lynne Rienner.
- MILL, John Stuart. (1848). *Principles of Political Economy*. [S.l.: s.n.].
- MOSER, Petra. (2005). How Do Patent Laws Influence Innovation? Evidence from Nineteenth-century World Fairs. *American Economic Review*, v. 95, n. 4, p. 1214-36.
- NORTH, Douglass. (1981). *Structure and Change in Economic History*. New York: Norton.
- NUVOLARI, Alessandro. (2004). Collective Invention during the British Industrial Revolution: the Case of the Cornish Pumping Engine. *Cambridge Journal of Economics*, n. 28, p. 347-63.
- RENOUARD, Augustin-Charles. (1825). *Traité des brevets d'invention*. Paris: [s.n.].
- RODRIGUES, Clóvis da Costa. (1973). *A inventiva brasileira*. Brasília: MEC/INL.
- ROGERS, J.E.T. (1863) On the rationale and working of the patent laws. *Journal of the Statistical Society of London*, v. XXVI.
- SAY, Jean Baptiste. (1803). *Traité d'économie politique, ou, Simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*. Paris: Déterville.
- SMITH, Adam. (1776). *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: [s.n.].
- SHERMAN, Brad, BENTLY, Lionel. (1999). *The Making of Modern Intellectual Property Law: The British Experience*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SOARES, José Carlos Tinoco. (1998). *Tratado de propriedade industrial: patentes e seus sucedâneos*. São Paulo: Jurídica Brasileira.
- SOKOLOFF, Keneth. (1992). Invention, Innovation and manufacturing Productivity Growth in the Antebellum Northeast. In: GALLMAN, R. and WALLIS, J. (ed.). *The Standard of Living in Early Ninetenth Century America*. Chicago: Chicago University Press, p. 345-78.

WALKER, Albert. (1883). *Text-Book of the Patent Law of United States of America*. New York: L.K. Strouse & Co.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Da licenciosidade à flor na senzala: um breve histórico sobre a família escrava

*Leonara Lacerda Delfino**

Introdução:

Esta comunicação “*Da licenciosidade à flor na senzala: um breve histórico sobre a família escrava*” pretende, ao discutir as recentes abordagens historiográficas sobre o tema da família escrava, repensar seu lugar ocupado tanto na produção sobre o escravismo no Brasil, como no contexto mundial da historiografia pós-crise dos paradigmas dos anos 70. Tomando como ponto de partida três grandes matrizes teóricas para a revisão da experiência negra do Brasil, tais como: o segmento recente da historiografia norte-americana (principalmente os trabalhos de Gutman e Genovese); o marxismo revisionista de E. P. Thompson e a Nova História Francesa, justamente por serem segmentos que possibilitaram reflexões de temas antes tidos como periféricos e destituídos de sentidos políticos; pretendo me ater aos impactos dessa virada historiográfica, nos recentes estudos sobre a família escrava acentuando, sobretudo, seus múltiplos significados atribuídos pelas divergentes linhas interpretativas em debate.

1. Novas concepções do cativo e do viver escravo no Brasil

O recente debate sobre família escrava está inserido num âmbito maior de renovação teórico-metodológica de nível internacional, ou seja, na chamada falência dos paradigmas nos anos 80, quando os modelos otimistas propostos pelos grandes sistemas marxistas não estavam mais em conformidade com o novo contexto mundial ascendente, mudanças que refletiram também na história social da escravidão nos EUA, que além dessas mudanças sentidas, viviam um novo contexto de mudanças marcadas pelas lutas civis e movimentos de conquistas de direitos negros naquele país.

* Mestranda em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

A produção historiográfica francesa e inglesa sobre a história cultural e social, juntamente com a micro-história italiana e a história da vida cotidiana, ao renovarem seus instrumentos e métodos de investigação, recolocando o sujeito histórico no centro de suas análises históricas, refutando, assim, as grandes tendências sociais pautadas na visão de uma sociedade sem face humana, contribuíram com grande afinco na construção das novas concepções do cativo e do viver escravo no Brasil.

Estas abordagens surgiram, sobretudo, durante a grande rediscussão e revisão de paradigmas *apriorísticos*, de cunho marxista, que olhavam os fatores sócio-econômicos como impulsionantes quase que metafísicos, isto é, alheios à história, no movimento da própria história. Exponente principal dessa revisão marxista, E. P. Thompson¹ trouxe imensa contribuição para os pesquisadores brasileiros, que estavam preocupados em repensar a experiência negra no Brasil. Quando o autor inglês tratou da formação da classe operária inglesa, este procurou reformular uma série de categorias, que revistas, acabaram se tornando fundamentos-chaves para estas revisões aqui no Brasil. O conceito de classe social, por exemplo, passou a ser visto não mais como um produto pronto, acabado, engessado, como no marxismo ortodoxo, mas como algo dinâmico, que está constantemente se refazendo no permanente entrecruzar-se dos condicionantes e das ações históricas dos sujeitos. É posta em cheque a tradicional dicotomia “*infra*” e “*super*” estrutura; a contingência histórica, acompanhada pela imprevisibilidade e poder das ações dos sujeitos serão enfatizadas e irão ocupar postos privilegiados na reinterpretação da experiência escrava aqui no Brasil.

Seguindo essa tendência de análise, autores como Silvia Lara, João José Reis, Hebe Maria Mattos e Sidney Chalhoub², têm procurado valorizar ações cotidianas de atores comuns do universo escravista; ações que antes eram destituídas de caráter político. Uma nova noção de política também vai ser problematizada, agora não só no âmbito institucional, mas principalmente, aqueles presentes nas “*coisas miúdas*” do dia a dia; por consequência disso, outra noção de poder vai ser posta em análise. Este, não mais visto como monopólio exclusivo do dominador, mas presente também entre os

¹ Ver TOMPSON, E. P., *Formação da classe operária inglesa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

² LARA, Silvia. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: cia das letras, 1989; MATTOS [Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

grupos dominados, fazendo com que a relação *senhor-escravo*, seja repensada, não só dentro do conflito aberto, declarado; mas intermediado por uma multiplicidade de relações, onde os conflitos sutis, embora pudessem tomar uma aparente imagem de submissão, estavam engendrando, de fato, inúmeras transformações históricas no interior daquela sociedade. Torna-se perceptível, a partir disto, que o poder senhorial era, também, definido, em parte, pela resistência escrava.

Compartilhando desse raciocínio que, João José Reis e Eduardo Silva ampliaram também o conceito de resistência escrava, tendo o cuidado de percebê-la em atitudes sutis, muitas vezes não declaradas, protagonizadas, por escravos, que não podiam mais ser enquadrados nos extremos perfis do “*rebelado Zumbi*” ou do conformado “*Pai João*”. Para ele “*mesmo escravo aparentemente acomodado de um dia, poderia tornar-se o rebelde do dia seguinte*” Sendo assim, esses escravos, “*tanto no Brasil, como em outras partes do mundo (...) negociaram mais do que lutaram abertamente com o sistema. Tratou-se de um heroísmo prosaico do dia a dia.*”³ Dessa forma, fica patente a idéia de que era preciso dissimular as resistências, sabendo lidar também com os *status quo*. Isso, não corresponde ao fato de terem que viver em conformidade, de forma passiva, com as regras e imposições sociais, mas de negociarem com elas, procurando a melhor forma para sobreviverem, sem ter que passar a vida inteira se rebelando ou protestando. Era preciso encontrar formas alternativas de protestos.

2. Da licenciosidade à flor na senzala: um histórico sobre a família escrava

Pensar historicamente temas como família, propôs aos historiadores mais recentes, o desafio de arrancá-la do plano dos mitos e devolvê-la ao plano histórico das contingentes contradições e lutas reais dos homens. Isso significa que ela não pode ser pensada de forma a - crítica, em cima de padrões definidos, ou de um modelo ideal, a - histórico como referência de análise. Sendo assim podemos olhar a família hoje como uma instância de poder culturalmente construída em que há “*espaços para ritos, afetividades, laços de parentesco e relações de poder*”⁴. Foi justamente partindo desse antigo padrão rígido de família, de caráter etnocêntrico, que ficou durante muito tempo sedimentada na historiografia, a idéia da inexistência da família escrava.

³ REIS, João & SILVA, ...op . cit. p4

⁴ VAINFAS, Ronaldo (org). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 90.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Fundamentando-se, sobretudo, no “olhar branco” dos testemunhos dos viajantes,⁵ primeiros a relatarem sobre o assunto; os escravos foram vistos como incapazes de possuírem condições morais para construir famílias. Relatos repletos de preconceitos culturais, volvidos pelo cientificismo racista⁶ do século XIX, todas as formas de vivência familiar escrava eram traduzidas como desvio comportamental ou puramente devassidão sexual.

O rompimento desse discurso vai se dar de forma decisiva somente no final dos anos 70 quando, através de pesquisas demográficas⁷, comprovou-se empiricamente, o fato de que a família escrava sempre foi um fenômeno presente na história da escravidão do Brasil. Foi partindo dessa constatação que, ao receber acentuada influência da historiografia norte-americana, principalmente com os trabalhos de Gutman e Genovese⁸, juntamente com o marxismo revisionista de Thompson⁹ e com a Nova História Francesa, que o tema da família escrava ressurgiu com força total nesses trabalhos que passaram tratá-la, não só por um outro viés teórico-metodológico, mas também com outro posicionamento político, por encarar o escravo não mais como ser "anômico",

⁵ Embora fosse consenso geral entre esses viajantes, que vieram em inúmeras expedições científicas do século XIX (como Spix Martius, Sant Hilaré, Rugendas e outros), de que a promiscuidade sexual era um estado presente entre os escravos, alguns deles como Dutert e Koster, tiveram um olhar bem diferenciado, reconhecendo os enlaces e afetos familiares entre os escravos. As críticas mais completas dos “olhares desses viajantes” estão disponíveis em: SLENES, Robert, 1999. p. 13-143.

⁶ Influenciados pelo cientificismo do final do século XIX, que procurou transpor o evolucionismo biológico, no campo das ciências humanas, estudiosos como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna e Conde de Gobineau, viam na miscigenação, um grande risco à sociedade brasileira. Chegaram apregoar até sua degeneração, por ver no mulato, uma figura estéril e biologicamente corrompida, pela mistura com o negro. Crítica mais aprofundada, ver: ROCHA, Cristiany. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Tese de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1999. p. 12-16.

⁷ Pesquisas demográficas desenvolvidas nos anos 60 e 70, com as de Iraci del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, Horácio Gutiérrez e Stuart Schwartz foram de suma importância. Ver: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: As esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 43-44.

⁸ Herbert Gutman e Eugene Genovese, forma expoentes principais desta virada historiográfica nos EUA. Ambos compartilham do ponto de que a família, teria sido sim, o principal elemento da formação de uma consciência comunitária e resistência negra, por ter possibilitado um espaço de autonomia de transmissão e reelaboração cultural. (Ver também os trabalhos de MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana e uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

A divergência encontra-se no fato de que, enquanto Gutman percebia a família como espaço de fortalecimento dos laços horizontais, distanciando-a da casa grande, Genovese, a percebeu também como veículo de estreitamento dos laços verticais, tratava-se de uma dupla face de poder. Ver: GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁹ Ver THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum : estudos sobre a sociedade tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

despersonalizado, como pensaram os revisionistas¹⁰, mas como sujeito histórico, que trazia consigo capacidade de atuação política em suas ações cotidianas.

Nessa altura do debate não será mais discutida a existência ou não da família escrava, mas qual o significado de sua formação ou durabilidade. Essa questão irá suscitar um acirrado debate entre historiadores que, embora já admitam a família escrava, irão atribuir-lhe significados distintos. Autores como Roberto Góes e Manolo Florentino¹¹ viram na constituição familiar cativa as condições *sine qua non* para preservação do escravismo. O senhor, ao abrir concessão ao escravo para formar família, além de fixá-lo a terra (já que este poderia ter direito à roça), também o afastava de envolvimento em motins ou rebeliões.

Rebatendo este argumento, Robert Slenes¹², ao estudar a formação da família cativa nos *plantation* de café em Campinas, admite que, em curto prazo, a família poderia ser favorável aos senhores, mas se pensada dentro de um período longo, ela poderia significar uma grande ameaça a estes, justamente por se constituir como um *locus* privilegiado de manutenção e transmissão de "heranças" que, ao serem recriadas, transformavam-se em estratégias, não só por fortalecer o sentimento de identidade cultural, mas, também por abrir inúmeras vantagens materiais e espirituais que, com o passar dos anos, acabavam "*frustrando a tentativa dos senhores de construir um cativeiro perfeito*".¹³

Já a autora Hebe Maria Mattos¹⁴ concordou com este autor em atribuir aos escravos o ato de "criar" e "recriar" suas redes familiares, mas discordou de sua visão de coesão ou da formação de uma identidade cultural de protonação nas senzalas. Identificando a família escrava como mecanismo que gerava competição entre os

¹⁰ Fundada por um grupo de sociólogos e historiadores da USP, nos anos 60, que pretendia "rever" a "história da benevolência" de Freyre; a Escola Revisionista, que teve em Florestan Fernandes, sua principal representação, encontrou no materialismo histórico seu principal fundamento de análise. Ao enfatizar a violência como elemento cerne das relações escravistas, afirmava que os escravos chegaram assumir para si, um estado de coisificação que a sociedade os impunha juridicamente. Desta aceitação teriam perdido qualquer capacidade de atuação histórica, reconquistada somente com atos de rebeldia. Outros nomes importantes foram: Otávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso e outros. Ver GOMES, Ângela... Estudos Históricos, n° 34, jul/dez, 2004, p. 157- 183.

¹¹ FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997.

¹² SLENES, 1999.

¹³ Iden, p.17.

¹⁴ MATTOS [de Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

escravos para maior acesso ao mundo dos livres, a autora argumenta que, embora existisse a solidariedade horizontal entre os escravos, antecedida pela formação dos laços verticais, ela acabava, com o tempo, reafirmando antigos papéis já impostos pela sociedade escravista. Acentuam-se nesta concepção os conflitos em detrimento dos laços de coesão.

O contra-argumento de Slenes reside no fato dele chamar atenção para que o olhar analítico seja lançado para além da dissensão. Ele percebe que, subjacente à "guerra" e os conflitos estabelecidos na senzala, estavam os fundamentos de coesão que possibilitariam a formação dessa identidade escrava. Quanto à competição presente, ele ressalta que *"estes esforços para se aproximarem à liberdade, eram estratégias para o longo prazo e não tinham garantia de sucesso. Pois seria pouco provável que os cativos engajados na luta para melhorar sua situação, tivessem queimado as pontes a seus pares, com quem teriam que viver e contar durante anos a fio"*.¹⁵

Sendo assim, é possível entender a família tanto como mecanismo de resistência, por se *"constituir como locus privilegiado de manutenção e transmissão de heranças culturais e africanas"*¹⁶, como uma instituição que também atendia, em parte, os interesses da política de incentivos dos senhores, pois dependia *"ao mesmo tempo, tanto dos laços verticais tecidos com estes"*¹⁷, quanto dos laços horizontais, construídos com seus pares de cativeiro, o que colaborava para que *"a família escrava também [reproduzisse] os mecanismos de controle existente sobre os cativos, na medida em que, o parentesco os prendia ao plantel através de seus laços consangüíneos e afetivos"*.¹⁸

¹⁵ SLENES, Robert. *A árvore de Nsanda replantada: cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro*. (por publicar). P.5.

¹⁶ ROCHA, 1999. p.38.

¹⁷ iden.

¹⁸ Iden.

Bibliografia

- ANDRADE, Marcos Ferreira de *Família, fortuna e poder no Império do Brasil - Minas Gerais - Campanha da Princesa, (1799-1750)*. Niterói: Tese de Doutorado, UFF, 2005.
- ANDRADE, Rômulo. "Família escrava e estrutura agrária nas Minas Gerais Oitocentista". In Revista População e família, nº1, jan, 1998. São Paulo,: Humanitas, CEDAL.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: nova fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____, *Mulheres nas Minas Gerais*, In: PRIORI, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo:ed. UNES, 2001.
- _____, *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: ed. HUCITEC, 1997.
- FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civil brasileira, 1997.
- _____, *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: PRIORI, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: contexto, 2005.
- FRAGA Júnior, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação na Bahia, 1870-1910*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2004.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GINZBURG, Carl. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991.
- GOMES, Ângela. "Questão Social e historiografia no Brasil do pós 1980: Notas para um debate." Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 34, jul-dez, 2004.
- LARA, Sílvia Hunold. "Blowin in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil." In Projeto História, nº 12,1995.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, (1808 – 1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história". In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo:ed. UNESP, 1992.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MARTINS, Roberto Borges. "Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora." In: estudos econômicos, vol 13, nº 1: USP, 1983.
- MATTOS [de Castro], Hebe Maria. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista -Brasil- século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____, *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Luís Felipe de (org), *História da via privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana e uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PASCOAL, Isaías. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2000.

_____, *Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas, século XIX, no contexto de uma formação econômica não exportadora*. Tese de Doutorado: UNICAMP, 2005.

PRIORI, Mary Del. *Amores escravos, amores mestiços*. In: *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: cia das letras, 1989.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, no século XIX, 1999.

_____, *"Malungo, Ngoma Vem! África coberta e descoberta no Brasil"*. In: *Cadernos do Museu da Escravatura*, nº 1, Luanda: Ministério da Cultura, 2000.

_____, *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org). *História da vida privada no Brasil: Cia das Letras*, 2001.

_____, *A árvore de Nsanda replantada: Cultos do Kongo de aflição e identidade escrava no sudeste brasileiro, século XIX*. (por publicar).

THOMPSON, E. P. *Formação da classe operária inglesa*. Vol 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (org). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade

O teatro do mundo e o problema da História

Leonardo de Carvalho Augusto

“Você não sente nem vê,

Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo.
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo,
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer(...)

No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais”

(Antônio Carlos Belchior- *Velha roupa colorida*)

O quadro e a caixa. Eis as metáforas. Ao apresentar o desenlace dos acontecimentos na película “Casanova e a Revolução” (França – Itália, 1982), Ettore Scola faz caber “a história do mundo novo, com as suas imagens em movimento” no *diadorama* – caixinha lúdica que encena os fatos da Revolução Francesa num teatro de rua. “E a realidade parece fantasia, e a fantasia realidade”, bem ao gosto da estética revolucionária.

Analogamente, o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, de Condorcet, descreve o desenvolvimento humano em 10 períodos, num quadro sinótico que tenta reunir as experiências dos séculos anteriores.

Em seu teatro do mundo ele pinta as causas gerais que sustentarão o prognóstico de que, a se confirmar as condições atuais do desenvolvimento de uma força maior (a razão) “já poderíamos concluir que a perfectibilidade do homem é indefinida” e que

“estes progressos poderão seguir uma marcha mais ou menos rápida, mas ela deve ser contínua e nunca retrógrada.”¹

O que pretendo aqui é observar a relação entre o impacto da mudança na experiência dramática coletiva, tanto em Ettore Scola quanto em Condorcet e as categorias de tempo apresentadas por Reinhart Koselleck no último ensaio do seu *Futuro Passado*². O problema do qual trata o título já havia sido constatado por Tocqueville, que em suas considerações “Sobre algumas tendências particulares aos historiadores nos séculos democráticos”³, percebera como o teatro do mundo havia mudado.

Na obra cinematográfica de Scola os personagens têm uma interessante relação com a mudança histórica, e o historiador- espectador se depara com duas camadas de tempo. Eu diria que as “caixas” de Scola são duas: a primeira seria “o espelho da história”, onde se vê que “Toda a história da Revolução está aqui, com todos os homens da liberdade, todos os homens que trabalharam...”. Uma seqüência caricata de módulos de cena que se mostra organizada e pronta para os espectadores, refletindo no presente da Revolução, os eventos conclusivos para a eclosão do processo revolucionário, na qual se domestica com facilidade o passado pela evasão do drama passado-recente.

A *segunda caixa* seria onde transcorrem os eventos vividos na trama.

Lugar tanto da experiência dramática coletiva, quanto das inseguranças individuais e do choque com a queda do Antigo Regime. Nesta, os personagens são agentes, e um elenco de peso, com memoráveis atuações, nos dá a dimensão de como se entrelaçavam desejos e frustrações, a vontade e a contingência, o antigo e o novo. Esta *caixa ampliada* oferece uma miríade de possibilidades ao espectador, e, paradoxalmente, parece ter sido escrita nos moldes de uma história aristocrática, pois a primeira coisa que se percebe “é um pequeno número de atores principais, que

¹ CONDORCET, Jean. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Editora Unicamp, 1993. P. 201

² KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Contraponto, 2006.

³ TOCQUEVILLE, Alexis de. “Sobre algumas tendências particulares aos historiadores nos séculos democráticos” In: *A democracia na América*. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 2ª. Ed., São Paulo; Belo Horizonte. EdUSP: Itatiaia, 1977.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 2
EDUFOP, 2007.

conduzem toda a peça. Essas grandes personagens, que se mantêm à frente da cena...” são o britânico Thomas Paine (Harvey Keitel), o baixo literato Nicolas Edmé Restif de La Bretonne (Jean-Claude Brialy), a Condessa de La Borde (Hanna Schygulla) e o Casanova (Marcello Mastroianni).

Aqui, se remonta a um passado recente que se presentifica, ao sair do *diadorama* e entrar nos domínios da carruagem.

O título da produção franco-italiana (*Il Mondo Nuovo – La Nuit de Varennes*), já nos faz pensar no que seria a nova experiência a ser vivida e sentida em França. O presente da Revolução seria para os personagens um espaço temporal tumultuado pelas incertezas e medo do novo. Momento em que valores, crenças e todo um sistema social é posto em xeque de assomo, e uma concepção tradicionalista e mítica do passado é duramente criticada.

Reinhart Koselleck nos ensina que esse novo sentir do tempo não poderia estar dissociado de duas categorias que remetem a um dado antropológico prévio: “experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.”⁴ Pois bem, o tempo em que podemos aproximar *Casanova e a Revolução* e o *Esboço*, é um momento em que os horizontes de expectativa passam a cada vez menos corresponder a um espaço de experiência. Abre-se um novo espaço temporal de experiência, em que ocorre uma ampla temporalização dos termos, com o tempo sendo posto no uso das faculdades humanas. Nesse sentido, a utilização das duas categorias de conhecimento de Koselleck que fundamentam a possibilidade de uma história se justifica porque elas “fornecem determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução. Eles remetem à temporalidade do homem, e com isto, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história.”⁵

Em uma abordagem mais imediata, o ano de 1791 também aproxima Restif de La Bretonne e Condorcet.

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Ibidem*, p.308

⁵ *idem*. P.309

É o cronista e visionário que soa mais próximo ao problema da história nesse período. Ávido por abrir a caixa da história e o pacote das vestes do rei, parte dele uma “*libido sciendi*”, comum àqueles que no calor da hora iriam escrever as páginas decisivas sobre os acontecimentos. [“Sou escritor da verdade”. “Não escrevo tragédias. Testemunho o que vejo.”].

Tradutor da obra de Paine intitulada *Os direitos do homem*, foi considerado pelo autor o visionário da Revolução porque sabia “as causas gerais e as responsabilidades envolvidas.”

Ao ouvir os rumores sobre a fuga do rei, cruza a França para conferir os desdobramentos disso. É então que se encontra com Casanova e em seguida passa a trilhar a mesma estrada, nos domínios da carruagem.⁶

O personagem de Mastroianni encarna a nostalgia e o deslumbramento do apogeu da sociedade de corte, porém, com a lucidez de que “o novo” virá inexoravelmente, legando apenas a necessidade de reajustar-se a ele. [“Não se deve recusar nada a princípio...”].

Diante disso, a Condessa parece mais reticente, o que é perceptível na cena em que é assediada por um cidadão, sendo socorrida por Paine [“Você (Paine) ofendeu mais do que aquele desgraçado!”]. Sua leitura era a de que ainda persistia a distinção, e o rei como o *bon papa*. Depositária das vestes do rei e deslumbrada por um Casanova idoso [A juventude é um erro do qual nos corrigimos depressa”], sinaliza uma mentalidade refratária ao vir a ser em França, que se recusa em aceitar a perda e se horroriza com a anarquia.

Esse mesmo sentido da mudança enquanto uma ruptura com o anterior está no *Esboço* de Condorcet, e inversamente há uma “esperança certa”, conhecida após a análise da marcha e das leis do aperfeiçoamento, de que é possível antecipar melhor as tendências do futuro, mas também diminuir o peso da opressão política e dos preconceitos, aumentando, pela via do esclarecimento, a liberdade.

⁶ Sobre “Varenes” cf.: o verbete de Mona Ozouf no *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. FURET, François. e OZOUF, Mona. (orgs) Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989, p. 166-176. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 4 EDUFOP, 2007.

Para Condorcet a história deveria ter seus sentidos projetados, voltando-se não apenas para o passado, mas sobretudo para o futuro, numa tentativa de assegurá-lo. O conhecimento histórico só poderia se revelar eficaz pela capacidade de projeção do seu sentido, gerando ganhos e benefícios. E é esse sentido da história, capaz de ser dirigido para o passado, o presente e o futuro que permite a ele tentar assegurar um futuro.

Se fizéssemos uma retrospectiva de 1791 observaríamos que Thomas Paine cogitava sobre a “sombra” do rei [“um rei que foge é a cada minuto menos rei.”], contestando as bases do direito divino e defendendo a importância da Constituição; o conde de Casanova, dizia à Condessa que ela se apaixonara não pelo atual Casanova, mas pela memória do que ele fora [“Você me conheceu muito cedo e eu muito tarde(...)], e Condorcet fazia pesadas críticas à utilidade do rei, que segundo ele teria sido posta de lado pelo progresso da razão.[“Já não vivemos os tempos em que se teria a audácia de incluir, entre os meios de garantir o poder dos reis, essa superstição ímpia que transformava um homem numa espécie de divindade”]⁷

O episódio da fuga do rei marcaria o rompimento do filósofo com a proposta de um Absolutismo Ilustrado e com seus amigos da elite liberal girondina. Convencido de que a presença do monarca continuaria semeando a anarquia e a desordem, ele então declarou-se favorável a uma República.⁸

O decurso único do tempo havia se transformado em um dinamismo de estratos múltiplos vividos simultaneamente, gerando novas possibilidades, enquanto as realidades antes tangíveis se desmanchavam, reajustando o antes e depois. Esta mudança qualitativa no horizonte de expectativa havia criado um tempo inédito, que era a ponte que aproximava Condorcet e Restif. Em *Noites Revolucionárias* podemos ler:

“Mas a corrida dos fatos e das idéias às vezes me cansa. Então para me consolar vou passear no futuro. E vejo os homens de 1992 lendo a nossa história. Esforço-me para ouvi-los e ouvi-los. A severidade do juízo deles me perturbar profundamente. Alguns nos acusarão de falta de humanidade e os extremistas nos aprovarão. (...) Parece que vejo toda a Europa, daqui a dois anos, num governo novo e único. Mas vejo também nas páginas da história os terríveis abalos que a Europa sofrerá até lá. (...)“O mal, é sabido, depois que passou é uma alegria. Abalos como

⁷ OZOUF, Mona. “Varennes” In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. FURET, François. et OZOUF, Mona. (orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 173.

⁸ BAKER, Keith Michael. “Condorcet” In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. P. 232 Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

esses...serviram para que os homens entendessem o valor da paz. Como uma doença que dá a entender o valor da saúde.”⁹

O futuro torna-se de alento e esperança do filósofo:

“A alma do filósofo repousa com consolo em um pequeno número de objetos; mas o espetáculo da estupidez, da escravidão, da extravagância, da barbárie, o aflige mais freqüentemente ainda; é ainda nas esperanças do futuro que o amigo da humanidade deve procurar seus mais doces prazeres.”¹⁰

Contudo abraçar o futuro implicava aceitar seus riscos. Se a experiência passada, concentrada em uma única caixa, estava sendo *ultrapassada* e reorganizada pela experiência da Revolução Francesa, como era visível nas cenas do filme e nas páginas do nono e décimo períodos¹¹ do quadro dos progressos, “aquela ainda por se concretizar estende-se ao longo de minutos, horas, dias, anos e séculos”¹², o que causa um temor nos espíritos, pela sua imprevisibilidade.

Este era o problema que o caráter processual da filosofia da história deveria resolver. Se a história se abre para o futuro – que tornava o semelhante diverso, então ele tem de ser planejado.

E para garantir a realização de um aperfeiçoamento possível, Condorcet fazia uso do seu cálculo probabilístico, seguindo uma linha já esboçada por Voltaire. (...)“toda certeza que não encontre uma demonstração matemática é uma simples probabilidade. A certeza histórica é dessa espécie”¹³

No dizer de Cassirer, “Voltaire é o entusiástico profeta do progresso”¹⁴ e a obra de Condorcet “situa-se diretamente na linha das idéias e dos princípios de Voltaire”.

⁹ “As noites Revolucionárias”. Capítulo XVII – 2ª.parte. Citado no final extra de *Casanova e a Revolução*.

¹⁰ CONDORCET, Jean. Idem. P. 173.

¹¹ Respectivamente intitulados: “De Descartes até a formação da República Francesa” e “Dos futuros progressos do espírito humano”, CONDORCET. Idem. P. 132 e 176

¹² KOSELLECK, “Historia magistra Vitae.” In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. P. 55

¹³ VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, p. 204.

¹⁴ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp, P. 292

Manobrando claramente com os argumentos iluministas, ele pinta em cores vibrantes os relevos do *telos*, modificando a imagem do tempo histórico com a metáfora da *escadaria*.

Subjacente à tentativa do *Esboço* está a descoberta de um novo horizonte de expectativa, que terminou ganhando a forma do conceito de progresso.

O sujeito da história passava a ser própria Humanidade, um singular coletivo, e o objetivo de uma perfeição possível seria temporalizado, posto a serviço de um aperfeiçoamento do espírito humano mesmo com os riscos de que esta se realizasse num futuro aberto.¹⁵

Este aperfeiçoamento estava subordinado à idéia de perfectibilidade do homem, e desde então a história pode ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento, que retoma em cada época os progressos das fases precedentes, apesar das recaídas e dos erros gerais que em parte o retardaram e suspenderam - e que por isso mesmo devem ser incluídos.

“Assim, estudando uma máquina grosseira, que o acaso fez cair em suas mãos, freqüentemente um mecânico hábil consegue construir uma nova, menos imperfeita e verdadeiramente útil”.¹⁶(...)

Condorcet reelabora aquilo que Voltaire chamou de “história das opiniões” de uma maneira bem peculiar, a maneira como os erros se propagam acrescenta ao quadro histórico: “Quanto maiores os erros do passado, tantos maiores também os motivos de esperança no futuro.”¹⁷

Mas o que o autorizava a manter uma “esperança certa” no futuro e o prognóstico de que a perfectibilidade do homem é indefinida?

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Contraponto, P. 316

¹⁶ CONDORCET, P. 122

¹⁷ BACON, F. *Novum Organum*, I, 94 citado por KOSELLECK, R. *In Ibidem* Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

O uso do “conceito histórico de aceleração”, que segundo Koselleck, tem a função de “revisar o progresso como conceito apenas otimizador.”¹⁸

Para chegar a dizer que a perfectibilidade é indefinida, Condorcet toma por base um solo comum a todos os homens, que pode ser lido na inquietante fala final da versão italiana de *Casanova e a Revolução*.

Restif de la Bretonne sai do subsolo revolucionário, toma a *escadaria* e deixa para trás duzentos anos de história até chegar à Paris do século XX, onde afirma que a natureza humana permanece a mesma:

“ - Ah! Que belos raciocínios tece um velho chato como eu... mas vocês são sempre os mesmos, os de 200 anos atrás. Vocês são compostos pelas mesmas moléculas orgânicas... e se hoje estão em paz, é porque estas moléculas se cansaram da guerra...mas nada impede que elas recobrem suas forças e tentem recomeçar de novo.”¹⁹

A indefinição de perfectibilidade do homem decorre de um aspecto que poderia ser encontrado no trecho acima – não há limite prévio para detê-la, tal como nos movimentos das moléculas orgânicas que promovem a guerra; e também de um aspecto que é inerente à natureza dos prognósticos: não se sabe o que não pode nunca ultrapassar.

Condorcet ignora em qual dos dois sentidos o termo deve ser usado, mesmo com os conhecimentos que possui, daí a indefinição.

A ressalva feita pelo experiente matemático tem lugar pelo total *desprezo do acaso*, fenômeno que escapa à explicação racional apenas pelo desconhecimento daquele que não consegue tirar do percurso do progresso a ocorrência de um evento.

Também não há nenhuma inocência na sua esperança. Seu prognóstico era determinado pela necessidade de esperar alguma coisa, depois das diversas frustrações

¹⁸ KOSELLECK, Idem. 322.

¹⁹ Citado no final extra de *Casanova e a Revolução*.

com a onda revolucionária,²⁰ e decorria de um diagnóstico que reivindicava certeza.²¹ Sua elevada capacidade combinatória punha o horizonte de expectativa dos progressos como parte/objeto da experiência do aperfeiçoamento do espírito humano.

“A verossimilhança de um futuro previsto decorre, em primeiro lugar, dos dados anteriores do passado, cientificamente organizados ou não. O que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos os dados da experiência. Visto dessa maneira, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro.”²²

Porém, “um prognóstico abre expectativas que não decorrem apenas da experiência. Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa”²³, pois essas duas categorias se cruzam no hoje e além disso, uma previsão que espere fundamentalmente o mesmo que se observa na atualidade, perde seu sentido de progresso.²⁴

Talvez esse fosse o erro ou a limitação do *Esboço* que Condorcet tentou minimizar, se for possível imaginar que ele transformou a experiência na expectativa, no afã de colocar o futuro histórico como resultado puro e simples do passado. Mas Condorcet parece ter ciência de que “Na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas”²⁵, reservando ao raio de ação individual, a *aceleração* da marcha do progresso do espírito.²⁶

Ao contrário do que poderia se imaginar, não há um determinismo do progresso, que é supressor do indivíduo.

“Desde muito tempo planejava uma demonstração histórica da capacidade do gênero humano de controlar cada vez com

²⁰ BAKER, Keith Michael. Coloca como três grandes frustrações de Condorcet, a revolução de 1789, a de 10 de Agosto de 1790 e a de 2 de junho de 1793. A idéia de progresso seria sua consolação histórica. Cf. PPS. 230 a 236.

²¹ KOSELLECK: “... O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor.” P. 318.

²² KOSELLECK, Idem. P. 313

²³ KOSELLECK, p. 313.

²⁴ Kant, citado por KOSELLECK. P. 318-319

²⁵ KOSELLECK, p. 312.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. “HIstoria Magistra Vitae: sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento.” In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. p. 25

mais eficácia seu destino pelo poder da razão e a elaboração de uma arte social racional.”²⁷

A expectativa poderia assim ser diferente da experiência adquirida, que, caso estivesse sujeita a recordações errôneas que se acumulam, pelo hábito do raciocínio e da comparação poderiam ser descartadas.

No *Esboço*, a despersonalização ocorre por critérios metodológicos que são comuns ao problema que Tocqueville chamou de “a história nos séculos democráticos”. Uma narração em períodos autônomos, continuamente justapostos e quase com vida própria, dentro de um movimento maior (o progresso) e a opção do autor em reunir todo o gênero humano num só quadro.

Esta grande tela proporcionava compensações às frustrações políticas do presente, e Condorcet queria crer na garantia de um porvir racional que abrisse a perspectiva da “espécie humana liberta de todas essas cadeias, subtraída ao império do acaso, como também ao império dos inimigos dos progressos, e progredindo com um passo firme e seguro no caminho da verdade, da virtude e da felicidade.”²⁸

Bibliografia:

BAKER, Keith Michael. “Condorcet” In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. FURET, François. et OZOUF, Mona. (orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

CONDORCET, Jean Antoine Nicolas de Cariat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Contraponto, 2006.

²⁷ BAKER, p. 326

²⁸ CONDORCET, P. 186.

OZOUF, Mona. “Varenes” In: *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. FURET, François. et OZOUF, Mona. (orgs.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

TOCQUEVILLE, Alexis de. “Sobre algumas tendências particulares aos historiadores nos séculos democráticos” In: *A democracia na América*. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 2ª. Ed., São Paulo; Belo Horizonte. EdUSP: Itatiaia, 1977

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Entre o Tradicional e Moderno: o Movimento Armorial

Letícia de Almeida Badan
Estudante de especialização em História Cultural
Departamento de História da FCHF/UFG

A cultura brasileira e, em especial, a cultura popular sempre foram temas de debates e discussões no cenário intelectual do Brasil. Não somente aqui, claro, mas em vários outros países a importância da cultura se deu como fator de coesão e união para um projeto de *construção nacional*¹. Estudos acadêmicos passaram a aprofundar em outras temáticas como estudos de folclore, tradições populares, costumes, artes populares e os étnicos, principalmente no Brasil. O estudo étnico no Brasil teve como um dos seus principais contribuintes Sílvio Romero, que ao interpretar o Brasil no século XIX expôs dentro de suas categorias de análise a mestiçagem (elementos negros, indígenas e brancos) como fator inicial de compreensão do Brasil, influenciando pensadores posteriores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre.²

Em 1970, mais especificamente no dia 18 de outubro, através de uma exposição de gravuras, pinturas e esculturas, e um concerto da Orquestra de Armorial de Câmara, intitulado “Três Séculos de música nordestina: do Barroco ao Armorial”, foi lançado oficialmente no Recife o Movimento Armorial. O concerto e a exposição aconteceram na igreja barroca de São Pedro dos Clérigos, no bairro de São José, e foram promovidos pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e pelo Conselho Federal de Cultura.³

A Arte Armorial Brasileira é aquela que tem como traço principal a ligação com o espírito mágico dos “folhetos” do Romancero popular do Nordeste (Literatura de Cordel), com a Música de viola, rabeca ou pífano que acompanha seus “cantares”, e com a Xilogravura que ilustra suas capas, assim como com o espírito e a forma das

¹ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001, págs. 160 e 161.

² ANDRADE, Maristela O. *As lutas simbólicas entre o Norte e o Sul: Intelectuais e Instituições no Brasil no século XIX e início do século XX*. In: *Cultura e tradição Nordestina*. João Pessoa: Ed. Manufatura, 2000, pág.119.

³ JUNIOR, Carlos Newton. *O Pai, o exílio e o reino: a poesia Armorial de Ariano Suassuna*. Recife: Editora Universitária UFPE, 1999, p. 83.

Diferentemente dos outros movimentos artísticos em que se lança um manifesto e, a partir daí as criações tentam ser concretizadas, no Movimento Armorial a criação sobrepõe a teoria.⁴ Ou seja, anteriormente ao lançamento do movimento a arte Armorial já existia. O que deu respaldo para a definição foram as obras, as criações artísticas e literárias, os encontros e as amizades entre os artistas.

É importante ressaltar o espaço sertanejo e rural do nordeste tanto como espaço de realização do movimento quanto espaço de realização da Arte Armorial. Esse “espaço” armorial é evidenciado pelos artistas, todos nordestinos – nascidos no que Suassuna denomina “coração do nordeste” – de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Em sua grande maioria, vindos de famílias “ligadas ao latifúndio, passaram sua infância no sertão, no agreste ou na Zona da Mata, em contato estreito com a natureza, as tradições populares e rurais”.(SANTOS, 1999 p.24)

O uso como adjetivo é um neologismo e, diferentemente como é visto, ligado à natureza, Suassuna explicou os motivos da escolha do nome. O primeiro motivo, estético, é devido à beleza do nome. O segundo motivo se deve ao fato de ser “ligado aos esmaltes da Heráldica, limpos, nítidos, pintados sobre o metal ou, por outro lado, esculpidos em pedra, com animais fabulosos, cercados por folhagens, sóis, luas e estrelas. Foi aí que, meio sério, meio brincando, comecei à dizer que tal poema ou tal estandarte de Cavallhada era “armorial”, isto é, brilhava em esmaltes puros, festivos, nítidos, metálicos e coloridos, como uma bandeira, um brasão ou um toque de clarim.” (SUASSUNA, 1977, p.40)⁵

O autor Carlos Newton Júnior expõe um dos principais “*fundamentos da estética popular reside na preocupação de ligar a criação artística a um alicerce nacional-popular*”. Gramsci é o principal portador da expressão. Carlos Nelson Coutinho observa a teorização de Gramsci quanto à questão do *nacional-popular* e observa que no Brasil essa articulação entre os intelectuais e o povo, não pode ser compreendida, no que “se refere às suas figuras concretas e ao seu conteúdo, como algo oposto ao universal, como a simples afirmação de nossas pretensas raízes culturais

⁴ SUASSUNA, Ariano. *O movimento Armorial*. Separata da Revista Pernambucana de Desenvolvimento, v. 4, n.1, jan./jun. 1977. O movimento é uma teorização para existir a legitimação da arte brasileira e está muito ligada ao que Ferreira Gullar discute sobre arte e desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) na década de 70, sobretudo nos eixos Rio – São Paulo.

⁵ Nota de aula do professor Márcio Pizarro Noronha na pós graduação. O pensamento armorial, do Brasão e da heráldica pode ser levado ao raciocínio alegórico, em que texto e imagem se relacionam trazendo a questão barroca (alegoria). Ver Benjamin – Origem do drama barroco Alemão e Deleuze – A dobra.

“autônomas” contra a penetração do “cosmopolitismo alienado”, etc.” (COUTINHO, 1990, p.51). Para ele, a postura cosmopolita se manifesta de forma abstrata, sem alguma pretensão de concretizar e enriquecer no confronto com a realidade brasileira. O contato com o que vem de fora não é algo objetivo e imediato, podendo ocorrer sutilmente, assim como a relação entre o nacional e o Estado não se configura em um primeiro momento como algo autoritário. As relações entre intelectuais e o povo são ainda divergentes, mesmo com a busca de uma mesma realidade coletiva.

No entanto, Suassuna a utiliza de outra maneira. A intelectualidade brasileira vê com receio a utilização dessa, pois relaciona a idéia de uma identidade nacional ligada aos valores da elite, das classes dirigentes. Marilena Chauí é uma entre os intelectuais que expõe o seu pensamento sobre o conceito nacional-popular.

[...] o vínculo entre o nacional e o Estado, de um lado, e entre o popular e as classes dominantes, de outro, parece tornar inviável aquilo que freqüentemente é o alvo dos projetos de “cultura nacional-popular”, isto é, a identidade nacional. As experiências do fascismo, do nazismo, do “socialismo e um só país” (cujo arquiteto era especialista na questão das nacionalidades), dos populismos e nacionalismos autoritários latino-americanos colocam a expressão “o nacional-popular” sob suspeita e a “identidade nacional” como altamente indesejável. (apud JÚNIOR, 1999, p.100 e p.101)

Suassuna, por sua vez, apresentou-se contrário às posições de Marilena Chauí num estudo em que defende sua visão do nacional-popular “reformulando a questão nacional ligando-a ao povo, e não ao Estado e às classes dominantes. Ariano só entende o nacional enquanto o popular ou o erudito que nele se baseia⁶”. Ele utiliza o *popular* baseado em conceitos da Revolução Francesa, vinculando ao que ele chamou de “quarto estado”, referindo-se à grande maioria do povo representado por analfabetos, semi-alfabetizados e despossuídos. Já o *erudito* refere-se à parcela minoritária do povo, composta por representantes de outra estrutura econômica.

A questão da arte popular e a arte erudita, para ele, é constitutiva de povos que dominam os outros. Defende que são os descendentes mais escuros de ibéricos pobres, negros e índios que representam a arte popular e vivem, desde o século XVI, à margem da cultura oficial. Já a arte ibérica é formada pelos ibéricos portadores, portanto, da cultura oficial.

⁶ JÚNIOR, 1999, p.101.

A volta para as tradições, origens e passado exaltando a arte popular (como verdadeira arte nacional) e suas representações mais fortes, como a literatura de cordel, é o emblema de uma sacração armorial para fazer uma verdadeira arte erudita nacional. Essa volta às autênticas simbologias da cultura popular só pode partir do movimento, é ali que pode haver a recriação dos elementos ibero/medieval/popular (utilização do barroco), que fundamentalmente são os suportes da cultura nacional.

A defesa da mestiçagem cultural, da cultura popular e brasileira e as realizações da Arte Armorial, renovando a partir das estruturas de cada campo de atuação (pintura, xilogravura, música, teatro, dança, literatura, etc.), é o único caminho, para armorialistas, de levar uma Arte intrínseca brasileira (nacional) para uma Arte que se Universaliza pela sua boa qualidade⁷.

A tradição é permanentemente relacionada ao que é antigo, ao que já passou e, muitas vezes, a retomada de seus saberes e formas de representações artísticas e culturais são tidas como conservadoras e “primitivas”. O tradicional várias vezes representado como oposto ao moderno, assim como o regional (incluindo aí, a cultura popular) o oposto ao modernizante, ao industrial, ao cosmopolita. Dessa maneira, a investigação das aproximações entre o tradicional e o moderno e a relação da cultura popular com a tradição serão os problemas significativos da análise do Movimento Armorial em sua concepção cultural – artística.

O interesse de estudar a cultura popular por meio da história surge num contexto pós-iluminista. Desde o século XVI vinha surgindo um movimento de secularização do tempo, que acabou fazendo com que a erudição separasse as fábulas da história verdadeira. Esta, por sua vez, seria a história das nações, a história dos povos, o resgate da história nacional. Nessa época de descoberta e preocupação com o folclore e a cultura popular, como também com o surgimento da expressão cultura popular em alemão, é que ocorre a distinção desta com a cultura erudita. Popular como representação do autêntico, principalmente no âmbito nacional, e erudito enquanto artificial.⁸

⁷ SUASSUNA, 1977, p.63.

⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *A Cultura Popular e a História*. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular*. Série encontros e estudos 1. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000, p.45 e p. 46. A professora Laura apresenta algumas posições de intelectuais em relação à cultura popular. “No plano mais geral das ciências humanas, por exemplo, acho que algo definitivo na transformação da cultura popular foi o impacto do que poderia ser chamado de humanismo marxista, principalmente com Gramsci, nas décadas de 1920 e 1930, com um conceito mais democrático de cultura e de intelectual que, primeiro, diminui o fosso entre o popular e o erudito e, segundo, recoloca a questão de forma diferente. [...] No caso de Ginzburg, ele acredita que cultura popular é um conceito mais abrangente e mais dinâmico do que mentalidade, porque cultura popular remete ao conceito de classe, ao caráter de classe, enquanto que mentalidade escamoteia a natureza da luta de classes. A filiação de Ginzburg é evidentemente Gramsci, e sobretudo,

A tomada de consciência popular acontece geralmente nas “periferias”, e não nos centros, e no Brasil ela remete primeiramente ao Nordeste e às práticas mais enraizadas no país, no que se diz respeito à cultura folclórica, à tradição oral e à cultura da maioria da população, relacionada à pobreza econômica. A tradição passa a ser uma instância da cultura popular, podendo ocorrer dentro dela ou não. No caso do folclore, a relação com a tradição é mais direta, pois o folclore representa a autêntica cultura produzida pelo povo, podendo ser classificada como cultura oral e tradicional. Já a cultura popular, pode representar a que caminha entre o povo e este, por sua vez, a assimila. ⁹ No entanto, a cultura popular pode ter caráter tradicional e continuar sendo produzida e o que a diferencia sistematicamente do folclore é a autoria, a transformação, enquanto as práticas folclóricas tendem a ser mais repetitivas, sem muitas mudanças e já pertencentes ao imaginário coletivo de determinado povo.

Roger Chartier discute a questão do conceito de cultura popular no âmbito historiográfico, apresentando logo “de cara” que essa é uma categoria erudita. E afirma

[...] que os debates em torno da própria definição de cultura popular foram (e são) travados a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencentes à “cultura popular”. (CHARTIER, 1995, p.179)

Para ele, o conceito tem reproduzido, nas suas mais variadas e contraditórias acepções, “as relações mantidas pelos intelectuais ocidentais (e, entre eles, os *scholars*) com uma alteridade cultural ainda mais difícil de ser pensada que a dos mundos *exóticos*”. Aquilo que é feito fora da cultura erudita é tido como cultura popular, e desta maneira o autor estabelece que as inúmeras definições do conceito correspondem às duas formas, de descrição e interpretação. A primeira concebe a cultura popular como um sistema autônomo e simbólico, que funciona seguindo uma lógica totalmente alheia à cultura letrada. A segunda, por sua vez, lembra a existência das relações de dominação que organizam o ambiente social, notando a cultura popular em suas carências e dependências em relação à cultura dos dominantes.

Bakhtin. Numa dicotomia entre o popular e o erudito, portanto, é impossível colocar a questão em termos de purismo, mas há uma circularidade dos níveis culturais [...].”

⁹ CARVALHO, José Jorge de. *O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. In: Seminário Folclore e Cultura Popular. Série encontros e estudos 1*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2000, p.25

Esses modelos, o autor lembra, que atravessaram as mais diferentes matrizes do pensamento intelectual e foram criticadas recentemente por um teórico de nome Jean-Claude Passeron, em que postula:

Da mesma forma que as cegueiras sociológicas do relativismo cultural, quando aplicado às culturas populares, encorajam o *populismo*, para quem o sentido das práticas populares cumpre-se integralmente na felicidade monádica da auto-suficiência simbólica, assim também a teoria da legitimidade cultural corre sempre o risco [...] de levar ao *legitimismo*, que, sob a forma extrema do *miserabilismo*, não faz senão descontar, com um ar compungido, as diferenças como se fossem carências, ou as alteridades como se fossem um menos –ser. (apud CHARTIER, 1995, p. 179)

A oscilação entre ambas parece acontecer com frequência, em estudos que reflitam sobre a dependência da cultura popular ou sua autonomia simbólica. A vivência do popular, mais especificamente neste trabalho, da tradição oral confere à relação entre tradição e cultura, uma simbiose das formas de descrição e interpretação. A existência de uma prática cultural independente da classe dominante e focada nas criações artísticas e literárias nordestinas no Brasil produz formas de cultura popular autônomas. No entanto, a relação estabelecida entre o saber erudito e popular no Movimento Armorial faz com que essas práticas culturais existam sob a dependência dos dominantes (compostas de artistas pertencentes à elite intelectual e financeira do Nordeste) e mais ainda, da proteção institucional – realização de exposições pelo DEC (Departamento de Extensão Cultural), da UFPE e pela Secretaria de Cultura e Educação do Recife.

A agregação da tradição com a cultura popular foi uma das idéias precursoras do Movimento e, assim, a instauração das legítimas manifestações artísticas – culturais conferem à cultura popular o lócus ideal para que os costumes, manifestações, tradições orais, elementos do imaginário social e coletivo venham à tona.

A autora Marilena Chauí também tem um estudo significativo sobre as práticas culturais, diferenciando as práticas de cultura popular das de cultura de massa, sem dar à primeira a perspectiva romântica de “totalidade orgânica” e nem a perspectiva liberal ilustrada, identificando-a com o “tradicional”. A autora enfatiza “a dimensão cultural popular como prática local e temporalmente determinada, como atividade dispersa no interior da classe dominante”, mesclando conformismo e resistência.

As práticas de cultura popular, para a autora, podem ocorrer mesmo dentro dos espaços voltados para a cultura de massa, pois esta tem em sua composição diferentes divisões sociais, conflitos e contradições, no entanto, as duas não podem ser equivalentes. Resumidamente a autora discute a questão da Cultura Popular no Brasil passando pela imagem do nacional, misturando a mitologia verde-amarela:

Tanto mais quando consideramos as várias formas tomadas pela ideologia dos grupos dirigentes do país, desde os inícios deste século, e nas quais a idéia de Nação, como resultado da ação do Estado sobre a sociedade, sempre foi fundamental. Assim, durante os anos 10, o *slogan* dominante era: *Consolidar a Nação* (o que legitimou o extermínio dos rebeldes de Canudos e do Contestado); durante os anos 20 e 30: *Construir a Nação* (o que permitiu a absorção de todas as manifestações culturais pelo Estado); durante os anos 40 e 50: *Desenvolver a Nação* (fazendo com que a Cultura Popular fosse considerada atraso, ignorância e folclore); no início dos anos 60: *Conscientizar a Nação* (levando o populismo a produzir a imagem dupla da Cultura Popular como boa-em-si e alienada-em-si, precisando da condução de vanguardas tutelares e revolucionárias; durante os anos 60 e 70: *Proteger e Integrar a Nação* (o que levou às práticas “modernas” de controle estatal da Cultura Popular)[...] (CHAUÍ, 1986, p.99 e p. 100)

Essa é a proposição da cultura popular de Chauí no âmbito político-estatal, e o que podemos hipotetizar vai de acordo com as reflexões dos anos 60 e 70 em que a Arte Armorial foi concebida e instaurada com o apoio institucional, para dar legitimação às idéias do movimento.

A discussão da tradição no Brasil, que já nasceu “moderno”, é dotada de diferentes abordagens no universo intelectual. No cenário internacional, mais propriamente em meados do século XIX, em países como a Alemanha, a Itália, Portugal, Espanha e em outros locais em que a construção nacional teve que ser enfrentada no plano material e simbólico, a descoberta de uma cultura popular afirmaria o caráter identitário da nação.

A idéia de uma *identidade nacional* ou de simbologias que levariam à formação de um caráter nacional também esteve presente no Brasil. Em alguns momentos, como no fim do século XIX, houve a tentativa de “descoberta” do Brasil, no sentido de uma *brasilidade*. Os românticos foram os pioneiros em buscar aquilo que era essencialmente brasileiro, traçando como fonte principal dessa simbiose nacional as categorias étnicas que compõem a nação. O programa nacionalista dos românticos relacionava a idéia de raça à celebração da natureza, dando significativa importância ao indígena.

A idéia de tradição deve ser sempre relacionada à idéia de guardiãs desta. Seja no espaço, na memória ou em personagens (pessoas mais velhas, líderes de comunidades), essa relação é

privilegiada, pois é como se fosse uma verdade, algo que é intrínseco e por isso deva ser substanciado no coletivo.¹⁰ Assim, dá para lembrar a questão do Nordeste como guardião da tradição brasileira no enfoque do Movimento Armorial.

Nesse caso, o que nos parece é que a cultura tradicional nordestina é algo imutável, sem transformações ou intercâmbios culturais. A questão da tradição no Nordeste é ligada também a uma ênfase dada ao sertão e às práticas culturais do folclore, entendendo folclore como símbolo de resistência ao tempo, dessa maneira imutável – as práticas orais, cantigas que já não se conhecem mais o autor, festas coletivas. Mas, ao estabelecer a relação entre o tradicional e o moderno, o Nordeste se encaixa dentro desses quinhentos anos de formação do Brasil, reunindo o povo brasileiro, como o local que se manteve mais aliado às práticas culturais do passado. As razões não cabe aqui discutir, no entanto algumas observações podem ser feitas. O aspecto rural do sertão, o quase abandono no Brasil Colonial, onde a mudança de foco econômico com o surgimento de outras “empresas” coloniais de sustentação da Coroa; a questão política, embasada por muito tempo em relações de “padrinagem”, com figuras coronelistas estabelecendo laços políticos com os habitantes; a questão artística, do aperfeiçoamento de práticas artísticas e culturais ligadas à região. Enfim, as tradições foram resguardadas de maneira mais singular nessa região, mas a idéia de que elas não são transformadoras é discutível.

O moderno é a representação do novo e surge antes mesmo dessa denominação. Em 1846, por Baudelaire, houve a apresentação do conceito modernidade. E a “modernidade poderia ser entendida como uma ruptura com a tradição, uma descontinuidade e mesmo uma desqualificação do passado.”¹¹ Dentro das demonstrações artísticas, a quebra com modelos anteriormente estabelecidos reflete a forma e a estética apresentadas no surgimento da arte moderna, que tem alguns de seus precursores: Kandinsky, Mondrian - na arte, Bartok, Stravinsky- na música, e Joyce, Proust e Kafka- na literatura.¹²

No Brasil, a proposição de uma relação dialética entre o tradicional e o moderno é o que parece refletir a dinâmica da complementariedade na formação do presente, caminhando entre os

¹⁰ GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós- tradicional*. In: *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Editora UNESP, 1995, p. 100.

¹¹ LAPLANTINE, François. *Tradição, Modernidade, Brasil*. In: *Tradição e Modernidade – Milagre ou Inovação?*, Fortaleza: editora UFC, 1995, p.63.

¹² Idem.

saberes tradicionais e os saberes modernos.¹³ A tradição não gosta do “outro”, do que vem de fora:

Por isso, a tradição é um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe significado; mas também pressupõe o processo constante recapitulação e reinterpretação[...] A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com um futuro antecipado. (GIDDENS, 1995, p. 100)

O que acontece no Brasil, é que ele já nasceu com “outro” ou “outros”, portanto ao encarar os saberes tradicionais temos que relacioná-los à esfera política, que herdou a velha estrutura das classes dominantes no poder, e artística – cultural, que é resultado da simbiose étnica do país. O cuidado para não cair na constante “invenção das tradições”, tem que fazer parte dos movimentos tradicionalistas. Hobsbawn apresenta esse problema da *invenção da tradição*, demonstrando que o costume é diferente da tradição, sendo muitas vezes somente um componente dela. Quando a tradição não é *inventada* ou modificada ela passa a ter o potencial de manobra às constantes transformações da cultura popular. E conserva assim, em seu caráter imperecível ao tempo, formas de representação que ultrapassam os costumes e o folclore tornando-se algo natural de um povo.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN, 2002, p.9)

O conceito que Hobsbawn utiliza é compreensível, mas estende-se por qualquer prática cultural, inclusive a moderna de buscar o domínio simbólico da nação e das suas representações genuínas. O autor demonstra que tanto o objetivo quanto a características das tradições, até mesmo as inventadas, “é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição.” Demonstra também que a

¹³ ANDRADE, Maristela O. *As lutas simbólicas entre o Norte e o Sul: Intelectuais e Instituições no Brasil no século XIX e início do século XX. In: Cultura e tradição Nordestina.* João Pessoa: Ed. Manufatura, 2000, pág.119. Barlandier: “a tradição intervém na formação do presente e contribui para a realização de novas combinações sociais e culturais. É isso que leva a constatar que toda a modernidade traz à tona configurações que associam ‘traços’ modernos e tradicionais – a relação entre eles não é dicotômica, mas dialética.”

utilização de elementos antigos para a elaboração de novas *tradições inventadas* ocorre em qualquer sociedade, podendo as novas serem enxertadas nas velhas.

Qualquer prática pela repetição pode vir a se tornar tradição. Octavio Paz é citado por Renato Ortiz e Silviano Santiago pela expressão *tradição da ruptura*, relacionada à estética modernista, que envolveu a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. A transgressão de valores passadistas e a revolta estampada no manifesto futurista de Marinetti, que proclamava a demolição de museus e a queima de bibliotecas, foram logo revogados. Em 1924, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, viajaram para Ouro Preto em Minas Gerais, e desta vez não proclamaram a queima ou destruição do passado e sim uma descoberta estética (*arte naïve*) ao estabelecerem o contato com a arte barroca brasileira do século XVIII. O discurso da tradição, mesmo no movimento modernista brasileiro não demorou tanto para acontecer, e Tarsila deixou claro que queria voltar a Paris, mas desta vez ela queria ir para aprender a restaurar.¹⁴

Assim, mesmo no caráter modernista brasileiro, influenciado pelas vanguardas européias, a busca pela brasilidade e pelas manifestações artísticas e culturais intrínsecas brasileiras pertenceu ao discurso estético do modernismo, o que influenciou outras gerações, inclusive a segunda geração modernista, que apareceu com apego às questões regionalistas.

A relação entre o projeto na estética modernista, tomando o conceito de *brasilidade*, de uma arte intrínseca brasileira e o Movimento Armorial surge como o traço de identificação entre os dois momentos culturais do país. Dessa maneira, mesmo na defesa de que o Modernismo não tem como proposta fincar suas raízes no popular, ou mesmo de ser apenas uma reformulação de um movimento iniciado na Europa, o caráter popular-tradicional do Movimento Armorial pode ser cruzado às matrizes modernas de identificação e construção da arte e da cultura no Brasil.

O aprofundamento nas “entrelinhas” do Movimento Armorial teve como objetivo principal estabelecer um debate no plano intelectual e cultural de um movimento artístico que ocorreu no Nordeste. O debate teórico sobre as matrizes do pensamento moderno serve para dar sustentação às relações travadas entre o tradicional e a cultura popular. A idéia de identificar aquilo que é inerente ao povo, como suas práticas culturais, e vinculá-lo à questão do nacional – popular enriquece a idéia de identidade cultural de uma sociedade. A defesa da arte popular, da

¹⁴ SANTIAGO, Silviano. *Permanência do discurso da tradição no modernismo brasileiro*. In: *Tradição e Contradição*. Rio de Janeiro: editora Zahar, 1987, p. 116.

cultura nacional e das práticas que coincidem em determinado local é algo de matriz moderna. Moderna, pois parte dentro da “modernidade” a questão nacional, além de dentro da perspectiva moderna ocorrer a relação com o tradicional, para poder haver a identificação do que é realmente intrínseco culturalmente a uma determinada população.

O que foi debatido neste trabalho é a relação que essas práticas culturais estabelecem teoricamente com idéias sobre o tradicional, a cultura popular e, em especial, o moderno. O Movimento Armorial, dessa maneira, passa a ser a união autêntica de conceitos que poderiam até vir afastados, mas se unem e formam um pensamento popular-tradicional- moderno.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Historiografia da escravidão – Minas Gerais século XIX

Liana Maria Reis / PUC - MG
lianamreis@yahoo.com.br

A comunicação pretende discutir a historiografia mineira sobre a escravidão no Oitocentos, evidenciando as novas fontes de pesquisa, os métodos e as perspectivas dos estudos a partir das últimas duas décadas. Objetiva também comparar a historiografia mineira sobre o século XVIII e a produção historiográfica sobre o século XIX, apontando os aspectos semelhantes e as diferenças dos enfoques observados nas pesquisas sobre as especificidades da escravidão dos dois séculos focados. O estudo busca, ainda, analisar a produção publicada em Minas Gerais sobre o tema em questão ressaltando os fatores que têm contribuído para o aprofundamento temático, como os resultados dos cursos de pós-graduação criados no país a partir de 1970 e a utilização do embasamento empírico, consolidando as pesquisas históricas em Minas Gerais. A riqueza de informações das fontes tem incentivado os pesquisadores a devassar os nossos arquivos, o que auxilia na recuperação e na preservação de nossa memória documental.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Historiografia dos transportes: caso emblemático da excessiva ênfase no estudo dos
espaços econômicos agroexportadores**

Lidiany Silva Barbosa / UFRJ
lidiany@cedeplar.ufmg.br

Esta comunicação objetiva apresentar inventário da produção historiográfica brasileira referente aos transportes e avançar algumas reflexões sobre determinações metodológicas e teóricas que explicam assimetria que caracteriza a composição dos estudos sobre o tema, notadamente a inexpressividade de pesquisas sobre transportes rodoviários. No exame das condicionantes historiográficas que respondem pela larga predominância de investigações sobre a modalidade ferroviária, ocupam lugar de destaque injunções próprias ao processo de modernização e constituição de sistema integrado de transportes no Brasil. Outrossim, busca-se demonstrar, através de caso conspícuo, o quanto à historiografia brasileira pouco considera a necessidade de se contemplar, enquanto objeto histórico, as experiências de modernização dos espaços econômicos não-exportadores e, por decorrência, os transportes não ferroviários.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**“Um sorriso para todas”:
imagens da mulher, na imprensa do Rio de Janeiro (1920-1930)**

Lívia de Azevedo Silveira Rangel - UFV

O presente trabalho é uma breve compilação que visa reter alguns dos objetivos presentes no meu projeto de monografia. Foi necessário, para tanto, selecionar e desenvolver um ponto em específico: o discurso articulado na sessão *Um sorriso para todas*, da revista *Careta*, acerca da construção de uma identidade feminina urbana, “moderna”, burguesa e harmonicamente bela em contraponto a uma imagem indesejada e fortemente combatida, a da mulher urbana, não-“moderna”, não-burguesa e de má aparência.

Ao partir dos textos da sessão *Um sorriso para todas*, produzidos em conformidade a um ideal de elegância e beleza padronizados, busquei analisar, partindo não só da alusão transparente e constante à mulher de elite como também da omissão à mulher popular, a maneira pela qual as mulheres burguesas foram posicionadas como peça fundamental da modificação ocorrida no Rio de Janeiro, levantando, da mesma forma, tais preceitos a fim de reconhecer os aspectos que as distinguem.

- Aspectos de um sorriso: a construção de um discurso.

No início do século XX, em meio às transformações porque passava um país recentemente republicano, a imprensa representava o mais eficaz instrumento formador de opiniões e valores e concentrava os esforços de seus articulistas no novo projeto em ascensão: a manutenção da nova ordem vinculada à reformulação das estruturas sociais. Diferentes publicações periódicas realizavam, assim, a função de disseminar os novos ditames burgueses, incitados por aspirações à modernidade, semelhante aos grandes centros europeus e norte-americanos.

A Revista *Careta* - nosso objeto específico de análise – adota e encaixa-se no ambiente de circulação dessas grandes mídias. *Careta* era um semanário ilustrado que

expressava através de conteúdos e formas as principais características da sociedade republicana do Rio de Janeiro, uma sociedade “moderna” em plena formação. Seu próprio título revela a sobreposição de paradoxos¹ e põe em evidência seu caráter irônico, de trato debochado, em que esta mesma sociedade, inserida nas fórmulas instantâneas de integração no mundo moderno, é retratada também como um grande projeto de civilização, ao passo que ainda esbarra em suas raízes arcaicas.

Publicada a partir do ano de 1908 tendo se estendido por mais de cinco décadas, *Careta* servia com humor os acontecimentos da época, atraindo, a cada edição, um público ávido por pertencer a este novo universo urbano da capital. É de grande importância ressaltar que no discurso jornalístico, assim como em outros tipos de discursos, está ausente qualquer tentativa de imparcialidade; o seu teor editorial é, todo ele, conduzido por aspectos ideológicos que nos remetem ao ambiente histórico-social em que tal produção se manifestava, bem como o público-alvo a ser atingido.

Neste trabalho, optei por restringir o conteúdo a ser investigado na revista a uma seção: *Um sorriso para todas*. A primeira impressão, antes de percorrer algumas edições, foi a de ter encontrado um espaço democrático, eclético, plural, voltado para as mais diferentes versões do feminino. Impressão que cedeu ao chamariz do nome mas que logo rompeu com os estímulos da linguagem.

Analisando com maior cuidado pude perceber a dissonância implícita no título. *Um sorriso para todas* é na verdade não-plural, por excelência, não-democrático, por opção. A idéia do “todas” refere-se a um todo restrito, em que as garotas/mulheres relevantes são aquelas que “passeiam o seu encanto (...) naquelle pedaço, alto e verde, da terra fluminense” (Petrópolis) ou que providas de “elegancia” e “intelligencia”, alindam “os recantos cariocas”². É explícito que tanto os adjetivos que denotam a personalidade dessas mulheres quanto os espaços frequentados, sugerem o alinhamento a uma categoria, a da mulher de classe alta, no muito de classe média tendendo a ascensão social. Excluídas, então, qualquer incidência popular.

Esta sessão teve sua primeira publicação na revista de número 601, datada de 27 de dezembro de 1919. Assinada por João da Cidade (algumas edições posteriores assina

¹A escolha por batizar o periódico de *Careta* pode ser entendida a partir do contexto de criação da revista, momento em que se desenhavam os contornos de uma sociedade ascendente às novas regras da modernidade, momento mesmo da transição política, a qual gera mudanças também nas áreas econômico-sociais e assim podemos relacionar o nome *Careta* à própria contradição vivida naquele período. *Careta* de quem olha desconfiado para tudo o que é novo e ameaça os padrões tradicionais, ou *Careta* de quem se diverte e se dissimula em meio a tantas inovações.

² João da Cidade. “Um sorriso para todas”. *Careta*, Rio de Janeiro, 17/01/1920, p. 15.

também como João da Avenida), possível pseudônimo - o que nos impede de ter absoluta certeza da origem do discurso proclamado, se masculino ou feminino - a sessão segue sempre em tom amigável, de fino trato. O “sorriso” que é “para todas” as donzelas de boa posição social, é simbolicamente a construção de uma imagem simpática, afável, carismática, mas seletiva. Numa das muitas tentativas de incursão na “alma” feminina, João da Cidade declara a sua admiração pelos sorrisos de mulheres. A sessão do dia 19 de março de 1921 é tomada pelo entusiasmo com que o autor descreve o sorriso. Segundo ele, alcançando um êxtase patriótico, “o Brasil deve orgulhar-se de ser a pátria do sorriso. Não há mulheres em todo o mundo que saibam sorrir como as nossas”. Em seguida, revela quem são as *damas* responsáveis por sua apreciação por “um brilho ephemero que nasce ao canto de um lábio”³, são essas as mulheres de elite, as donas dos sorrisos singelos, discretos, misteriosos, reticentes. A mulher popular não seria a detentora de sorrisos tão graciosos, a felicidade assim parece distante para as moças pobres.

Nesse sentido, é sóbrio estabelecer relação com o argumento levantado por Susan Besse⁴ acerca da utilização das qualidades femininas - tais como: sensibilidade, ternura, zelo, elegância, discrição, dentre outras - na legitimação de um discurso motivado pela preocupação masculina em limitar à mulher espaços restritos de ocupação, o que forja, de certa maneira, uma distinção entre elas. Ao cultivar as “virtudes” naturalmente femininas é possível não só transferir e convencer a mulher da importância de sua função social como também de estabelecer fronteiras nítidas na categoria feminina⁵.

Um sorriso para todas, apresentadas as “segundas impressões”, nos parece agora esbarrar na idéia explicitada por Besse, de que através das “excepcionais qualidades” inerentes a mulher “a imprensa buscava conquistar o crescente público feminino letrado”⁶. Daí a importância de sorrir a todas as *mademoiselles* da sociedade

³ *Ibidem*; 19/03/1921, p-12.

⁴ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da USP, 1999.

⁵ Ver para tal discussão PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher.” In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº48, nov.2002. A construção da categoria “mulher” e do conceito de feminismo passa pela identificação biológica dos sexos e da relação de poder estabelecida a partir dos aspectos sociais, que são entendidos aqui como fruto de uma construção. Segunda a análise desta autora, o motivo primordial que tornou a mulher um ser coletivo pertence à noção totalizadora de que “as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres” (PISCITELLI, p-12). No entanto, está lógica abarca somente a “perspectiva das mulheres brancas de classe média”, desconsiderando outras formas de expressão feminina, bem como as diferentes realidades.

⁶ *Ibidem*; p. 165.

carioca. O sorrir demonstra carisma, imprescindível no alcance das melindrosas que lhes serão fiéis leitoras.

- O contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro e as presenças femininas.

As tentativas de controle sobre o comportamento feminino no início do século XX, em meio às transformações porque passava a cidade do Rio de Janeiro, foram idealizadas pela burguesia e difundidas das mais diferentes formas: da interferência direta de políticas reformistas até, e com grande competência, pelo poderio comunicativo da imprensa.

A cidade reformada ganharia novos espaços e extirparia outros, numa luta constante em apagar os vestígios de uma sociedade arcaica e tradicionalista. Com base em um plano que não previa as conseqüências de uma mudança drástica no espaço urbano, a população pobre, que habitava os centros nos casarões e cortiços, foi sendo desalojada sem nenhum projeto de acomodação⁷. Na verdade, todo o conjunto social que compunha a cidade do Rio de Janeiro foi afetado.

A República trazia consigo as idéias modernas de uma democracia organizada sobre os pilares do progresso. Na prática estes ideais começavam a dar sinais com a construção de um discurso que legitimava esta nova roupagem política. Os novos preceitos modernos de democratização nacional, em que cada indivíduo inserido em seu grupo social deveria se sentir parte responsável no desenvolvimento do país, maquiava as discrepâncias entre os grupos. E a sociedade se estratificava com grande clareza diante dos olhos de todos. Ricos e pobres, trabalhadores e desocupados, providos e desprovidos. Através de uma perspectiva mais ampla, percebemos a distinção fundamental, a de ser homem ou mulher.

Para melhor discernir os grupos e suas funções foram reforçadas regras de conduta há muito existentes. Ao homem era necessário avigorar o seu papel, mantê-lo como provedor de sua família. O sustento, a tranqüilidade e uma posição social estável, deveriam ser fornecidos pelo trabalho masculino. O público a sustentar o privado. À mulher cabia o ambiente doméstico; o seu domínio deveria limitar-se as paredes residenciais, onde exerceria sua verdadeira função, a de proteger os entes, cuidando para que fosse afastado qualquer dano moral. A diplomacia desejada – em que ao domínio

⁷ SEVCENKO, Nicolau. “O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: _____ (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 2-23.

masculino submete-se a passividade feminina – geraria uma simetria social perfeita, não houvesse diferenças profundas e relevantes a serem consideradas, posto que a utilização de uma política supostamente bem definida, na qual provava que ambos os papéis eram importantes para a formação de uma sociedade moderna, não tentasse, ao mesmo tempo, obstruir as idéias de paridade⁸.

Difícilmente evocaremos a presença feminina no ambiente urbano da década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, sem nos atentarmos para dois paradoxos: primeiramente, os antagonismos gerados pelas regras sociais redefinidas nesse espaço higienizador, em que masculino e feminino encontram-se em lados distintos, mesmo que o discurso republicano tente inserir uma lógica biológica e política a este reajuste. Mulheres no âmbito privado e homens no domínio público. Oposição entre casa e rua. A outra contradição acontece no interior da categoria feminina. É quando, mulheres da elite urbana são, seja por regras de estética, conduta ou moral, discriminadas da mulher popular, “ser” marginalizado e de complexa apreensão, por ocuparem exatamente o lado torto e inverso da vida moderna e por isso, em grande parte, ausentes da documentação disponível.

A investigação feita no periódico intitulado *Careta*, nos anos de publicação restritos a década de 1920, nos possibilita apreender fragmentos tanto do processo de instauração do ideário burguês e assim, das representações que remontam a imagem da mulher burguesa, quanto no alheamento desse veículo a tudo que não pertenciam as suas aspirações modernas. Quando observamos as características predominantes da imprensa naquele período, percebemos paralelamente, e de maneira generalizada, a estrutura e o caráter da sociedade. A imprensa era considerada o motor propagador de idéias que se tornavam irrefutáveis. Nenhum outro instrumento, antes da radiodifusão, poderia creditar tantos fiéis. Uma pequena anedota publicada na revista *Careta* estima e ironiza a sua própria condição:

“Numa redacção de jornal. **A mulher do povo** e o jornalista:.

-Que deseja?

-Falar com o redactor.(...)Vim queixar-me do meu marido.

É um bom rapaz, muito trabalhador.(...)

⁸ O controle intensivo sobre as práticas de comportamento feminino é percebido muito mais quando são detectados focos de resistência do que consentimentos. À espreita, por vezes, ronda um desconforto feminino, que através de outras práticas “silenciosas” tentam abrir caminhos em meio a tensão entre os sexos, que é também uma tensão fronteira entre público e privado. Para uma abordagem mais ampla acerca dos espaços de atuação e frequência da mulher, vide: PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

-E a senhora ainda se queixa de um homem desse?(...)
-Eu lhe digo. Elle trabalha numas obras que ficam na rua da Constituição.(...) A casa em que elle estava trabalhando era de dois andares. Elle estava no segundo.(...) e timbum!
-E o que mais?
-(...) senhor redactor. Os medicos da Santa Casa chegaram-se para dar remedio ao meu marido. Quem disse que elle quis tomar?
-E que quer a senhora que eu faça?
-E' que se o senhor redactor fizesse um artigo dizendo que elle deve toma o remedio, elle tomava mesmo. Elle ouve muito o jornal"⁹.

Tal intento da senhora (identificada como mulher do povo) que compõe a anedota é uma demonstração clara do poder de persuasão da imprensa, poder esse que atingia as mais diferentes classes sociais. A população com menor grau de instrução, pelo que insinua a anedota acima, seria a massa de manobra dos grupos dominantes, facilmente manipuláveis quanto mais ignorantes. Resignados ou não, a **mulher do povo** aparece ai como a parte consciente deste jogo de domínio. Sabedora do poder de convencimento da escrita jornalística, ela tenta, através dos mesmos subsídios de influência, convencer o redator da importância de seu artigo para a saúde de seu marido.

Tal esforço de contrato nos abre lacunas para inserir a idéia de que havia na vinculação de cada artigo, cada notícia e propaganda o público leitor alvo que digeriria de maneiras distintas esse material. A publicidade também pode ser reconhecida como um instrumento de grande capacidade persuasiva. Jornais, revistas e outros lugares menos habituais (como os bondes)¹⁰, passaram a dedicar espaços inteiros para uso exclusivo de propagandas. Era o projeto burguês sendo executado a pleno vapor.

De maneira generalizada, e demonstrando o que já foi dito, homens e mulheres eram conduzidos aos seus lugares dentro da esfera social, induzidos a não refletirem criticamente sobre o papel que eles mesmos protagonizavam.

- Os espaços de ocupação femininos: a manutenção do privado ou o alcance da esfera pública?

⁹ Ricardo. "Uma queixa". *Careta*, Rio de Janeiro, 06/06/1908, p. 31.

¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. "A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio." In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 553. Sevcenko neste capítulo mobiliza as principais noções acerca das percepções frente ao mundo das novas técnicas. A partir do uso de várias referências, literárias e mesmo de objetos concretos como automóvel, telefone, cigarros, etc., o autor transcorre sobre a visão dos atores sociais quando se encontram diante das novas tecnologias, que passam a interferir no cotidiano, nas expressões mais constantes da vida social e do próprio indivíduo, ao passo que nos oferece um quadro bem estabelecido da modernidade.

As mudanças urbanas converteram, na mesma proporção, não só as formas de vivência como também os espaços ocupados pelos diferentes grupos sociais. Aqui, falaremos dos espaços ocupados pelas mulheres, contrapondo burguesas e populares, no que tange dois momentos de transição, quando os espaços privados passam a reproduzir o lugar da mulher, por excelência, em oposição ao esvaziamento da esfera pública e, o momento seguinte, década de 1920, quando as mulheres, progressivamente, passam a adotar uma postura condizente ao novo modelo de mulher moderna, “ágil, agressiva e independente”¹¹. As mulheres dos anos 20 se relacionam com maior nitidez e intimidade com a esfera pública do cotidiano.

Essa década apresentou uma ampliação dos espaços de atuação femininos. Como por exemplo: às mulheres de classe média e alta vigorava como opção aceitável de trabalho digno, os cargos na área de educação, os magistérios, e ainda setores de prestação de serviços, como as secretárias, dentre outros. Os cursos de normalistas e datilógrafas formavam mulheres que iriam ocupar espaços profissionais específicos e que ganhavam novos significados e valores na sociedade. Às mulheres de camadas inferiores, restavam os trabalhos menos formais que pululavam nas ruas, geralmente a ocupação dessas mulheres estavam ligadas a serviços domésticos, como as lavadeiras, por exemplo. As fábricas, neste caso, eram os lugares formais de ocupação profissional.

A expansão no quadro de emprego feminino traz conseqüências no que tange os espaços de divisão entre os sexos, bem como altera as fronteiras que delimitam a esfera pública da esfera privada. Ao discutir a redefinição nos padrões de trabalho das mulheres, Susan Besse elabora suas considerações firmando dois argumentos principais. O primeiro, que dá a mulher uma importância secundária diante de sua capacidade de escolha em adentrar o mundo público, através do ingresso em cargos profissionais de ocupação, sendo o homem o responsável por este espaço e, portanto, o mentor que admite a sua presença. Segundo, no qual a autora vislumbra, ainda que em número reduzido, uma transposição de limites por parte das mulheres que, ao serem “convidadas” a executar tarefas propositadamente convencionadas ao sexo “frágil”, alargaram expectativas e desafiaram “os velhos estereótipos”, adotando “maneiras radicalmente novas de ser mulher.”¹²

¹¹ RAGO, Margareth. “Trabalho Feminino e Sexualidade”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª.ed. São Paulo: Contexto, 2001, p.586.

¹² BESSE, Susan. *Op. Cit.*, p. 163.

Sendo coadjuvantes ou assumindo as rédeas de suas próprias vidas, as mulheres na década de 1920 experimentaram uma nova possibilidade de incursão, ainda que motivadas pelo trabalho assalariado, almejando raramente a consolidação de uma carreira.

O caráter burguês predominante na escrita da seção *Um sorriso para todas* deixa entrever muito pouco estes espaços de ocupação expostos até aqui. João da cidade parece estabelecer um diálogo íntimo e direto com as mulheres de grande poder aquisitivo, exatamente aquelas que interagem com o luxo a que ele se remete ao descrever a essência de um perfume ou mesmo a delicadeza de um verso, e se sentem representadas ao serem chamadas de *mademoiselles*, praticantes da elegância e freqüentadoras da alta sociedade. Assim, notamos que ao não encontrar inferências de outras atividades femininas que não o ócio na seção de João da Cidade, mesmo assim ele nos diz muito desses espaços. No caminho das perspectivas econômicas de uma burguesia em ascensão, em que a valorização do trabalho feminino relaciona-se a um novo pensamento que torna “necessários novos padrões de emprego feminino” que colaborem no “crescimento econômico e na modernização do país”¹³, este cronista do cotidiano feminino burguês nos atenta ao fato de que, senão apenas mas principalmente, as mulheres a ocuparem estes espaços pertencem a uma classe média urbana, mulheres que aplicam o seu salário como complemento financeiro do lar.

Efeito da modernização ou não, é perceptível, na década de 1920, uma atenuação das fronteiras que separam o público do privado, o político do cotidiano. Embora, num primeiro momento, a admissão dessas mulheres no ambiente público do trabalho tenha sido adotada perante medidas de equilíbrio que evitasse criar tensões entre as duas esferas da vida social, ou seja, definindo o “emprego assalariado das mulheres como extensão de seus próprios papéis familiares”¹⁴, foi a partir dessa presença discreta, tímida e por vezes insegura que incitou, gradativamente, a busca por uma postura mais autônoma e independente, tanto de seu papel no âmbito da família quanto perante a sociedade.

- Burguesa e Popular, lugares de definição.

“O rumor dos autos que chispam e a alegria dos que fazem o *footing* não consegue despertar-a do sonho romântico. Continua a andar, tranquilla e bella, indiferente pela vida

¹³ *Ibidem.*, p. 144.

¹⁴ BESSE, Susan. *Op. Cit.*, p. 145.

em torno, com o pensamento longe, muito longe. Mlle. guarda secretamente a sua historia, que é de amor. E outra não poderia ser.”¹⁵

Nem o agitado movimento da vida urbana abala os contornos desta personalidade feminina, tão delicada, superior e alheia às vicissitudes cotidianas. O processo de modernização da capital acontece no espaço da rua, onde as novas técnicas são implantadas, ao mesmo tempo em que a casa sofre igual transformação, emparelhada à vida pública está o âmbito do privado. Espaços que se confundem, lugar de paradoxos. Enquanto a mulher burguesa passeia indiferente, sonhando com amores e romances a mulher popular, ao contrário, parece pertencer a cidade e nela sente com maior intensidade os efeitos da modernidade. À mulher de elite permite-se uma displicência, que faz parte mesmo da “natureza” romântica feminina. Que outros pensamentos poderiam ocupar a mente da mulher burguesa senão os sentimentais?¹⁶

As diferentes categorias de mulheres se delineiam em conseqüência das diferenças sociais que se acentuam ao ponto em que cresce no Brasil um modo de vida burguês. As mulheres, nesse sentido, foram instigadas a percorrer o caminho inverso ao espaço público. A mentalidade da elite dominante expandiu o ideal de mulher domesticada, “marcada pela valorização da intimidade e da maternidade (...) desobrigada de qualquer trabalho produtivo”¹⁷. Neste momento de reafirmação de uma função feminina voltada para a família e os afazeres domésticos surgem tensões entre realidades distintas. A imagem recriada da mulher voltada para o interior do lar é defendida pelos pensadores da República sem considerar os espaços ocupados pelas mulheres populares na sociedade. Segundo esta mentalidade conservadora, ainda que as mulheres tenham de executar atividades fora da ambiente doméstico, ainda assim ela deve estar atenta as suas obrigações familiares, que são funções historicamente perpetuadas.

As mulheres populares, de um modo geral, concorriam na esfera pública urbana aos espaços que representavam seu único meio de sobrevivência. As mazelas do seu cotidiano demonstravam o quão intransponíveis eram os extremos que separavam a sua

¹⁵ João da Cidade. “Um sorriso para todas”. *Careta*, Rio de Janeiro, 17/01/1920, p. 15.

¹⁶ É necessário, para tal discussão, problematizar a construção de estereótipos que homogeneizam as mulheres burguesas, colocando sobre sua personalidade características que seriam notadas em todas as mulheres desta classe social. Assim, essas mulheres são, com raras variações, retratadas como moças e senhoras frívolas, idílicas, ociosas, dentre outras estampas que vão de encontro à noção de múltiplas personalidades dentro de uma mesma categoria feminina. A expressão “mulher burguesa” deve, portanto, ser compreendida nas suas mais variadas formas, evitando assim o seu uso decorativo, ou seja, ignorando o que por detrás de tal impressão possa haver.

¹⁷ D’INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa”. In: *Idem*, pp. 223-240.

real condição de vida das aspirações divulgadas por um discurso burguês que estava convencido de seu papel preponderante na articulação de um novo modelo político-social. Habitantes de lares singelos, essas mulheres conviviam com a ausência de bens materiais tanto quanto com a ausência de balizas que tornavam possíveis aderir e as regras de comportamento. A mulher pertencente à classe burguesa, em muitos casos, ainda que subjugadas, adotavam a função esposa-mãe-dona-de-casa como uma disposição privilegiada e livre das impurezas do mundo público e acabavam por reproduzir o discurso masculino. O contrário, o isolamento era uma imunidade moral inacessível para as mulheres pobres, visto que sua condição precária exigia o trabalho fora do lar de maneira a proverem os seus.

O papel marginalizado da mulher pobre se manifesta na indiferença e na ausência desta figura popular na imprensa. A principal preocupação frente à questão feminina por parte da mídia estava combinada a futilidades, a moda, beleza, conforto, charme, temas que demonstram maior proximidade ao modo de vida da burguesia e, portanto, difíceis de serem consumidos pelas de origem modesta.

Se por prudência evitarmos falar de ausência, falta, vazio, podemos utilizar algumas pequenas fissuras que nos deixam entrever um esboço desta mulher simples. Quando citadas aparecem como empregadas domésticas, vestidas com uniformes ou maltrapilhas. Pequenos anúncios, publicados em fins de páginas, de pouca visibilidade, também utilizam desta mulher para convencer suas patroas a comprarem produtos que facilitem os afazeres domésticos, otimizando o tempo de suas funcionárias que poderão ser aproveitadas em outras tarefas.

Em relação ao papel da imprensa na reprodução dos modelos burgueses, podemos lançar, por fim, mão ao exame feito por Michelle Perrot, que observa a proliferação desses modelos através da difusão feita pela mídia, que são objetos que “exercem um real poder de atração, especialmente sobre as populações urbanas”. Em contrapartida a esse jogo de influências e domínio, bem como aceitação e submissão, ela coloca que “se trata mais de modelos de consumo do que de acesso a novos papéis públicos”¹⁸, quer dizer, a imprensa não oferece, de maneira concreta, os meios de se estabelecer publicamente como mulher. Ao mesmo tempo em que o modelo burguês transforma a reprodução da imagem feminina, lhe concedendo espaços de ocupação antes inimagináveis, ela aborta vários de seus anseios.

¹⁸ PERROT, Michelle. Op. cit., p.152-153.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Entre o artista e o intelectual:
um estudo sobre a atuação engajada de Mário de Andrade no cenário
cultural brasileiro das décadas de 1920 e 1940**

*Lorena Ribeiro Zem El-Dine*¹

O que me interessa na minha obra é especialmente o que ela representou como biografia moral, como experiência de identificação dum artista. Neste sentido é que afirmo que minha obra pode servir de lição.

Mário de Andrade, São Paulo, 1944.

O presente estudo tem por objetivo pensar algumas das idéias e projetos que permearam a produção literária marioandradiana, buscando apontar caminhos para a compreensão de sua atuação engajada no cenário cultural brasileiro, entre as décadas de 1920 e 1940.

Preocupamos-nos inicialmente em delinear os mesmos de forma breve os conceitos de intelectual e engajamento, como atitudes ou papéis sociais, cujos significados, se reportam ao pensamento moderno. Não desconsiderando a historicidade do conceito de engajamento - ligado a Sartre e à história da literatura francesa do contexto pós Segunda Guerra Mundial; interessa, sobretudo, ressaltá-lo aqui, como uma postura recorrente a uma série de escritores que revelaram em suas obras uma preocupação social, com a coletividade, bem como, defenderam valores universais.²

Tratando mais especificamente da noção de intelectual, segundo Edward W. Said, é também nos romances modernos do século XIX e XX, que encontramos as primeiras descrições do intelectual como um indivíduo cujo papel seria promover a

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa.

² DENIS, Benoît. "A Inscrição Histórica da Literatura Engajada" In: *Literatura e Engajamento*. De Pascal Sartre. Tradução de Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. São Paulo: EDUSC, s/d, p. 22-23.

liberdade humana e o conhecimento.³ Em seu sentido moderno, o papel do intelectual é “levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas”, além de ser um indivíduo, “dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”.⁴ A partir de noções como buscamos compreender o papel exercido por Mário de Andrade no contexto cultural brasileiro.

Sem dúvida, um dos caminhos dos quais podemos lançar mão para entendermos o papel exercido por Mário de Andrade, enquanto intelectual engajado, se refere a sua concepção acerca da produção literária. Pois mesmo considerando como característica da literatura moderna, a defesa de um entrelaçamento ou uma convergência entre as propostas estética e ideológica, ou, dizendo de outra maneira, entre os elementos formais e o tema (ou assunto) que o artista se propõe desenvolver, podemos dizer que tal preocupação se expressa de forma bastante particular nos escritos marioandradianos.

Para João Luiz Lafetá, ao mesmo tempo em que Mário de Andrade valorizava profundamente elementos como o estilo, a forma e a composição, dava importante destaque ao conteúdo social da arte,⁵ e sobretudo, desejava participar dos acontecimentos da sociedade de seu tempo, esforço que foi traduzido na busca constante de “socializar” sua obra, enraizando-a na coletividade.

Bastante representativos dessa idéia são alguns dos artigos publicados por Mário no livro *Aspectos da Literatura Brasileira*,⁶ entre eles “A Elegia de Abril” e “O Movimento Modernista”. Embora neles, o escritor seja enfático na defesa de uma funcionalidade social de toda arte, faz também críticas a “arte social” produzida no Brasil na década de 1930, que para Mário só revelava, muitas vezes, o despreparo técnico de alguns artistas. Por sua vez, em o *Empalhador de Passarinho*, Mário de Andrade é explícito:

O artista de mais nobres intenções sociais, o poeta mais deslumbrado ante o mistério da vida, o romancista mais piedoso ante o drama da sociedade poderão perder até noventa por cento do seu valor próprio se não tiverem meios de realizar suas intenções, suas dores, seus

³ SAID, Edward W. “Representação do Intelectual”. In: *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 28-31.

⁴ *Ibidem*, p.25-26.

⁵ LAFETÁ, João Luiz. “A Poesia em Mário de Andrade” e “Mário de Andrade, o arlequim estudioso” In: *A Dimensão da Noite e outros ensaios*. Organização de Antonio Armoni PRADO, Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades/ Ed.34, 2004.

⁶ ANDRADE, Mário. *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1974.

deslumbramentos. Ou então qualquer contista de semanário religioso seria melhor que Machado de Assis! E os meios de realizar intenções e deslumbramentos só podem vir da técnica e da criação da forma.⁷

Álvaro Lins em “A crítica de Mário de Andrade” dá importantes pistas para a compreensão do pensamento marioandradiano. Para o crítico, as impressões e os conceitos de Mário sempre reagiram em vista dos acontecimentos e das tendências do momento e o escritor nunca esteve “murado dentro de uma verdade política, moral e estética”. O que pode ser entendido, pelo fato de Mário ter sido, segundo Álvaro Lins, um “escritor de ação” ou uma “espécie de político no mundo das letras”.⁸ Para o poeta Manuel Bandeira, as opiniões de Mário decorriam de um “pragmatismo ocasional”, característica que teria sido muitas vezes, ignorada pelos estudiosos que se debruçavam sobre a sua obra.

De certo modo, o Movimento Modernista de 1922, do qual Mário é um dos participantes e principais teóricos, pode ser visto como marco de uma produção literária caracterizada pela convergência entre preocupações estéticas e ideológicas. Na década de 1920, teria predominado, sobretudo a primeira, o que se traduziu em pesquisas no campo da linguagem - entre elas a incorporação do folclore e da literatura popular⁹; bem como, nas rupturas operadas em relação à concepção de obra de arte, sobre as quais convém destacar a crítica à linguagem “academicista”, predominante até então, através da construção de uma linguagem literária que buscava inserir o popular, o grotesco e a cotidianidade.¹⁰

Já na década de 1930, a ênfase se dá aos aspectos ideológicos, com os escritores refletindo acerca de seu papel na sociedade e denunciando os males sociais, assumindo tendências direitistas ou conservadoras da literatura espiritualista, e definições políticas tradicionalistas, como a de Gilberto Freyre, ou mesmo reacionárias, como o Integralismo de Plínio Salgado.¹¹ No Brasil, assim como na Europa e nos Estados Unidos, os anos 1930 marcam portanto, um convívio interno entre a literatura e as ideologias políticas e

⁷ Mário de Andrade *apud* CANDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: história e crítica*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.110.

⁸ O crítico literário Álvaro Lins foi contemporâneo de Mário de Andrade e também se correspondeu com o escritor, o texto que citamos acima está reproduzido no livro que reúne as correspondências que recebeu de Mário de Andrade, ver ANDRADE, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983, p. 22-23.

⁹ LAFETÀ, *op. cit.* p.58.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ LAFETÀ, João Luiz. *1930: A Crítica e o Modernismo*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 195-224.

religiosas, além de um engajamento no campo da cultura. Segundo Antonio Candido, os intelectuais desse período, mesmo os que não se definiram explicitamente, manifestaram em sua obra esse tipo de inserção ideológica, tendendo para preocupações sociais.¹²

Também na década de 1930, a literatura social, preocupada com a representação “fiel” da realidade brasileira, foi considerada pelo governo Vargas como a verdadeira literatura e aquela que poderia contribuir efetivamente para a construção de nossa nacionalidade. Do mesmo modo, o nacionalismo do movimento modernista foi considerado pelo Estado Novo “sentimental e livresco”, porque preocupado em demasia com a valorização das coisas da terra e restrito a um grupo seleto de intelectuais, além de desprovido de qualquer sentido social, pragmático e é claro, socializador.¹³ Além disso, ao Estado Novo interessava mais o tom ufanista de algumas obras modernistas que seu aspecto crítico.

No entanto, em Mário, a solução do conflito entre os aspectos estéticos e ideológicos, representado entre seus deveres de artista e o seu papel enquanto intelectual, não teria incidido no extremismo político ou nas fórmulas dos romances sociais de 1930. Para Antonio Candido, embora Mário fosse um simpatizante da esquerda, “soube manter a integridade de sua visão estética numa obra marcada pela participação ideológica”.¹⁴ Desdobraria de seu pensamento uma consciência ambivalente da arte - como fato estético e projeção de experiências individuais; ao mesmo tempo, instrumento de comunicação e por isso provida de um “papel socializador”.¹⁵

As cartas escritas por Mário de Andrade ao poeta Manuel Bandeira revelam um intelectual atento às questões próprias do contexto cultural brasileiro e desejoso participar dele por meio da sua produção literária. Buscando uma renovação da linguagem poética ou combatendo o “europeísmo” brasileiro, mas sobretudo, procurando imprimir em sua obra um caráter nacional, e enraizá-la na coletividade. Talvez por isso, Mário tenha modificado sua poética algumas vezes ao longo de sua carreira literária, procurando se adaptar ora às novas experimentações no campo da arte, ora às exigências do contexto social.¹⁶

¹² CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a Cultura”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p.181

¹³ Lousada *apud* VELLOSO, *op. cit.*, p.244.

¹⁴ CANDIDO, Antônio. Prefácio, *Ibidem*, p.13.

¹⁵ LAFETÀ, *1930: A Crítica e o Modernism...* *op. cit.*, p. 154.

¹⁶ *Ibidem*.

Como assinala Telê Ancona Porto Lopez, a idéia de engajamento - marcada pelo conflito entre a problemática do intelectual com a do escritor - acompanhou Mário de Andrade desde seus primeiros trabalhos, que foram sempre “um desejo de opção política”, característica que se torna mais acentuada no período de transição entre as décadas de 1920 e 1930.¹⁷ A contradição entre o sujeito “individualíssimo” que Mário afirma ter se tornado e a arte interessada que desejava produzir, teria sido um dos motivos que provocaram o desconforto de Mário em relação aos poemas líricos que vinha escrevendo, no período de transição entre as décadas de 1920-1930. Mesmo confessando que sob o ponto de vista estético esses poemas o agradassem, Mário não reconhecia neles uma inclinação social.¹⁸

Em várias de suas correspondências Mário procura pensar sua obra numa perspectiva nacional. Sabemos que seu trabalho intelectual, no que diz respeito à busca por uma renovação estética da literatura brasileira dentro do modernismo, não constitui mero “estrangeirismo” ou cópia dos modelos artísticos das vanguardas européias, pois se no Brasil as artes, assim como o pensamento e a organização social se espelharam principalmente na Europa, o movimento modernista no Brasil procurou forjar uma expressão literária eminentemente nacional.

Uma forma interessante de nos aproximarmos da concepção de literatura de Mário de Andrade e compreendermos o significado do caráter nacional em seu projeto literário seria enviesarmos, mesmo ligeiramente, pelas considerações que esse escritor faz acerca da evolução da música no Brasil. Para Mário de Andrade, na década de 1930, a música brasileira se encontrava numa “fase nacionalista”, na qual “abandonava consciente e sistematicamente o seu internacionalismo afrancesado”, para afirmar-se tanto socialmente, como nacionalmente. Momento que concorreria para uma fase posterior, a qual o escritor chama de “Cultural”, quando a música brasileira estaria livre esteticamente, não sendo mais “nacionalista, mas simplesmente nacional”.¹⁹

Assim como na República Velha acentuou-se a tendência em refletir a organização social brasileira e discutir a questão da nacionalidade, o movimento modernista significou uma atualização desse pensamento, na medida em que ao nortear tais questões, procurou romper com as interpretações pessimistas do Brasil, para as quais a sociedade

¹⁷ LOPEZ *apud Ibidem*, *op.cit.*, p.188-189.

¹⁸ Carta de 4 de fevereiro de 1928. *Ibidem*, p.379.

¹⁹ *Ibidem*.

brasileira estava condenada ao atraso, em razão de uma combinação de fatores, dentre os quais, o meio geográfico e a miscigenação. Desse modo, buscou valorizar as raízes nacionais e o que haveria de autêntico no Brasil, o que se deu sobretudo, na segunda fase desse movimento, a partir de 1924, quando o ataque ao passadismo (na linguagem literária e nas estruturas sociais brasileiras) é substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional.²⁰

Segundo Matildes Demétrio dos Santos, o nacionalismo estético foi defendido por Mário de Andrade, como um meio indispensável para a construção tanto de uma cultura, como de uma arte brasileira; que através da afirmação do que seria específico e próprio à nossa identidade, pudesse integrá-la à arte universal. Desse nacionalismo estético, que procurou diferir do nacionalismo como simples descrição do circunstancial e do geográfico, seguiríamos para o universalismo, o que significa dizer que, tendo em vista uma idéia que pressupunha todas as raças como acordes musicais, o Brasil, ao realizar seu acorde entraria na “harmonia da civilização”, cabendo assim ao intelectual – “participar do complexo artístico universal, emitindo seu próprio ‘som’”.²¹

A aquisição de um valor universal para a cultura brasileira, constituiu projeto que permeou toda a obra de Mário de Andrade, o que para Adriana Facina Gurgel se daria a partir de dois movimentos complementares: “tornar popular o que é culto e transpor para o registro do culto as manifestações culturais populares”,²² essa preocupação daria sentido tanto à atuação de Mário frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, na década de 1930, como ao seu projeto da *Enciclopédia Brasileira*; escrito no início da década de 1940, quando foi funcionário do Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro. No Departamento procurou disseminar o conhecimento do folclore nacional, transpor para o registro culto as tradições populares brasileiras e tinha um amplo projeto de democratização da cultura, que buscava formar cidadãos aptos a pensar a partir de suas próprias referências culturais.²³

²⁰ OLIVEN, Ruben George. O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 2, v.1, outubro de 1986, p. 68-69.

²¹ SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol*: correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo. Annablume, 1998, p. 239, 281-283.

²² P.414

²³ AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma Enciclopédia à Brasileira: o Projeto Ilustrado de Mário de Andrade. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.13, n.24, 1999, p. 399.

Posteriormente, em sua *Enciclopédia Brasileira*, propunha, além de formar e democratizar a cultura brasileira, preencher o vazio de uma sistematização do conhecimento sobre o nacional, e podemos identificar tanto em sua atuação no Departamento de Cultura, como no seu projeto da *Enciclopédia Brasileira*, objetivos que se filiam uma tradição iluminista, para a qual a emancipação humana, entendida como a aquisição da liberdade e da felicidade, daria-se através do acesso ao conhecimento.²⁴

Um dos desdobramentos do projeto nacional de Mário de Andrade, no qual só sendo brasileiros, ou forjando uma cultura e uma arte brasileira, poderíamos contribuir para a cultura universal, ou nos tornaríamos universais,²⁵ constitui sua proposta de sistematização da língua nacional, um dos temas mais amplamente discutidos ao longo do diálogo epistolar com Bandeira. As cartas além de informarem sobre as dimensões desse projeto, revelam as dificuldades que esse escritor teve em aplicá-lo, bem como, sobre os inúmeros opositores que encontrou no meio intelectual. A preocupação com a língua ganha em sua obra enormes dimensões, influenciando a linguagem utilizada nos poemas, na prosa, nos estudos e nos textos críticos e até mesmo nas suas correspondências, cuja ortografia e sintaxe adquiriram construções bastante peculiares e próprias da língua popular. Mesmo assim, Mário parece lúcido em relação às grandes proporções do seu projeto de modificar a escrita brasileira, por isso não descarta ser essa uma tarefa de muitos e para ser realizada aos poucos.²⁶

As constantes “queixas” ou tentativas de justificar a importância de seu projeto de sistematização, evidenciam o modo como essa proposta foi recebida entre seus companheiros. Procurando justificar os supostos “exageros” ou “brasileirismos” forçados que muitos identificavam na sua linguagem, e que para Manuel Bandeira, só vinha causando “irritações” no meio intelectual e comprometendo o alcance social de sua obra, Mário argumenta:

Ora você fala que por causa mesmo dessa função social que eu me dou, eu deveria não irritar. É um engano, Manuel. Não tenho ilusões. Não sei qual será num século ou mais 50 anos a língua brasileira. Sou um fenômeno individual, e sempre falei, você sabe, que trazia a minha contribuição pessoal para um fenômeno que só pode ser coletivíssimo. A principal função minha

²⁴ *Ibidem*, p.410.

²⁵ ANDRADE, Mário de. *Correspondência*. Mário de Andrade & Manuel Bandeira. MORAES, Marco Antônio de. (org.) 2ª ed. São Paulo: EDUSP e IEB, 2001.

²⁶ Carta de 25 de Janeiro de 1925. *Ibidem*, p. 181.

não está nas minhas “invenções” pois que sei lealmente quanto elas não são minhas, mas no trazer o problema, pros que me lêem como uma realidade permanente.²⁷

Em diversos trechos identificamos sua preocupação em “interessar socialmente”,²⁸ ou, dizendo de outra maneira, em dar um seu sentido pragmático à sua obra. Não entendido meramente como “benefício humano imediato”, mas, num sentido mais largo, como representação dos anseios humanos e da coletividade.

Ao comentar sobre a *Paulicéia Desvarada*, em diversos trechos²⁹ justifica sua publicação, que a princípio não era de seu interesse, pelo valor social que o livro possivelmente teria. Noutra ocasião, se diverte com um elogio recebido de Paulo Prado ao poema “Manhã”, (publicado na *Revista de Antropofagia* em maio de 1928, e posteriormente, em *Remate de Males*) que vem seguido de uma ressalva quanto à sua prosa e ao restante de sua obra.³⁰

(...) me rio porque num julgamento diletante que nem esse do Paulo, o que vejo é uma incompreensão absoluta do que é a vida humana. Como se no momento que atravessamos no Brasil, pudesse ter eficiência um poeta de arte pura e mais nada! Vocês todos, sei que repulsam minha intenção e o que eu fiz de mim, porém agora o que vale é mesmo a arte interessada, arte agindo como remédio, diretriz ou o diabo que seja. Vêem um poema meu (eles, agora já não você) de que gostam e não se lembram que a vida é alguma coisa mais do que o gostado por eles.³¹

Decorre desses diálogos, a insistência de Mário em considerar a funcionalidade social da arte como uma questão que deve nortear o trabalho de todo artista. Ao mesmo tempo, se faz explícito o conflito vivido pelo escritor para conciliar a “as exigências de escritura” e seus “impulsos de intelectual”. Ligado às preocupações de sua geração e ao objetivo de forjar uma expressão artística efetivamente nacional, Mário de Andrade procurou socializar sua arte, imprimindo nela as urgências que considerava por realizar no campo cultural brasileiro.

Conclusão

²⁷ Carta de 6 de agosto de 1933. *Ibidem*, p.565.

²⁸ Carta de 26 de Julho de 1925, *Ibidem*, p..222.

²⁹ Ver por exemplo, as páginas 250, 417-418, In: ANDRADE, *op.cit.*

³⁰ *Ibidem*.p..391.

³¹ Carta de 2 de junho de 1928. *Ibidem*, p.391-392.

O engajamento parece uma “fatalidade” para muitos intelectuais e artistas brasileiros, entre as décadas de 1920 e 1930, que pensaram esse exercício, muitas vezes, como dever moral para com a sociedade de seu tempo. Inserida no âmbito da vanguarda modernista, a obra marioandradiana representa uma subversão aos valores artísticos estabelecidos até a década de 1920, no Brasil. Experiência rara na atualidade, quando as artes, mais que marcar um estilo pessoal e inconfundível, tomam a direção da paródia e do pastiche, além se tornarem impassíveis à sociedade e se desfazerem das ideologias e utopias que encarnaram a estética moderna.³²

Bibliografia

AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma Enciclopédia Brasileira: o projeto Ilustrado de Mário de Andrade. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.393, 1999.

ANDRADE, Mário. “A Elegia de Abril”, “O Movimento Modernista” In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Martins, 1974.

_____. *Correspondência*. Mário de Andrade & Manuel Bandeira. MORAES, Marco Antônio de. (org.) 2ª ed. São Paulo: EDUSP e IEB, 2001.

_____. *Música do Brasil*. São Paulo: Editora Guáira Ltda, 1941.

CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a Cultura”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

CANDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira: história e crítica*. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DENIS, Benoît. “A Inscrição Histórica da Literatura Engajada” In: *Literatura e Engajamento*. De Pascal a Sartre. Tradução de Luiz Dagobert de Aguirra Roncari. São Paulo: EDUSC, s/d.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A Crítica e o Modernismo*. Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. “A poesia de Mário de Andrade”, “Estética e Ideologia: o Modernismo em 30” e “Mário de Andrade, o arlequim estudioso”. In: *A Dimensão da*

³² Ver: JAMESON, Frederic. “O Pós-modernismo e a sociedade de consumo”. In: KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo: teorias e práticas*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993, p.25-44.

noite e outros ensaios. PRADO, de Antonio Harmoni (org.) Prefácio de Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

OLIVEN, Ruben George. O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 2, v.1, outubro de 1986.

SAID, Edward W. “Representação do Intelectual”. In: *Representações do Intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol*: correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo. Annablume, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Literatura como Espelho da Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, 1998.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O encontro de *experiência* e *práxis*:
uma breve discussão acerca de Thompson e Benjamin**

Luara Galvão de França

“Pensamento e ser habitam um único espaço,
que somos nós mesmos”¹

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar a idéia de *práxis* em Walter Benjamin e sua semelhança com a idéia de *experiência* em Edward P. Thompson. Ambos discordavam da “onda marxista” em que estavam inseridos – Thompson critica Althusser em seu **A miséria da teoria**² e Benjamin não se adequou à linha comunista “marxista-leninista” (segundo Leandro Konder em seu artigo “Benjamin e o marxismo”³) – e acreditavam em uma real aproximação entre as discussões partidárias e a prática revolucionária.

A necessidade de integração de teoria e prática nos autores fez com que sua visão de história mudasse, posto que, não se pode analisar os eventos como estáticos, eles são fluidos, acontecem efetivamente, são protagonizados por seres humanos. Para Benjamin – não só nele como no próprio Marx – a *práxis* é a ponte que liga a teoria e a prática, fazendo com que a teoria seja educada e a prática seja direcionada. Já a *experiência* para Thompson é o momento em que quase não há diferenciação entre a prática e a reflexão sobre a prática, é o momento em que ser social e consciência social se relacionam mais profundamente. Imagino que as duas idéias, acima descritas em linhas gerais, exista uma ligação, pois, as duas se preocupam com a teoria e a prática e veem a necessidade de tornar as abstrações filosóficas mais próximas do cotidiano.

¹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 27.

² *Ibidem*.

³ KONDER, Leandro. “Benjamin e o marxismo”. In: **ALEA**: Estudos Neolatinos. Volume 5, número 2. Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 2003.

Essas duas idéias que estão em questão são também importantes para pensarmos na relação dos autores com o próprio tempo histórico e também com a própria modernidade.

2. Benjamin, a história como redenção

Jeanne Marie Gagnebin começa seu pequeno livro sobre Benjamin dizendo que é extremamente difícil achar um lugar preciso para situar esse autor nas correntes marxistas existentes, e tal dificuldade não é sentida só por nós, também os contemporâneos de Benjamin sentiram dificuldades para entender e classificar sua obra.

Benjamin, um judeu alemão que presenciou os horrores do holocausto, se interessou pelo marxismo por achar que este já possuía uma grande gama de conceitos que possibilitariam uma crítica ferrenha à sociedade burguesa. Especula-se que seu interesse pelo marxismo tenha surgido depois de seu romance com Asja Lacis – combatente militante comunista letoniana – e que tenha sofrido grande influência da leitura de **História e Consciência de classe** de Georg Lukács.

Para Benjamin, o marxismo não era uma doutrina “pronta”, e sim uma doutrina de estímulo ao mergulho na ação⁴. A necessidade de constante mudança e adição de novos elementos fez com que uma nova concepção de história fosse pensada através de uma quebra no fluxo de produção historiográfica recorrente até então, acontecimento este que se daria com uma “história a contrapelo”, uma história que seria apropriada por outros pontos de vista, sem abandonar um legado cultural essa história seria retirada dos braços da elite.

A história da barbárie teria então lugar, uma história que foi sempre renegada seria agora resgatada com o intuito de vingar todos os oprimidos do passado. É, portanto, uma história urgente, onde a vingança – que se realizaria através da imagem dos antepassados escravizados e do ódio que tal visão geraria⁵ – não pode esperar e onde se faz cada vez mais necessária uma atitude revolucionária.

Para que tal história pudesse efetivamente vingar seus ancestrais seria essencial uma conjugação entre conhecimento teórico e prática, e tal conjugação seria realizada através de um conceito que andava até então esquecido no “grande marxismo” nos anos da década de 20 e 30, o conceito de *práxis*. É ele que vai abrir caminho para que seja

⁴ KONDER, Leandro. *Op. Cit.* p. 2.

pensada a relação entre teoria e prática e, conseqüentemente, entre estudos do passado e práticas revolucionárias do presente que visam modificar o futuro.

A prática ‘pede’ teoria, precisa de teoria, porém nada assegura que ela vai receber sempre uma teoria que corresponda plenamente à sua demanda. E a teoria só pode corresponder plenamente a essa demanda se se integrar à prática que a solicitou, participando dela⁶.

Benjamin tinha perfeita consciência de que algumas de suas idéias divergiam um pouco das idéias puras de Marx, entretanto, o principal de sua perspectiva de mundo tinha sido retirado desse autor: a compreensão da *práxis*. Era necessário que a teoria fosse corrigida em função das necessidades reveladas pela *práxis*, ou seja, os acontecimentos diários podiam modificar as teorias filosóficas, a teoria não estava anti-sépticamente isolada do mundo real, os acontecimentos reais poderiam modificá-la.

Dessa maneira, os grandes e complexos esquemas filosóficos de explicação da realidade perdem seu sentido, uma vez que ele está intrínseco à possibilidade de utilização/adequação no/ao dia, cotidiano. Bertold Brecht – que foi amigo de Benjamin por muito tempo – dizia que “em nome das urgências da ação, há sempre um momento no qual é preciso chegar a uma formulação rude, ‘grosseira’”⁷ e isso agradava os pensamentos de Benjamin.

Essa limitação dos grandes esquemas pode ser melhor explicitada por duas noções capitais da teoria da cultura de Benjamin: experiência (*Erfahrung*) e vivência (*Erlebnis*). A primeira se relaciona com à memória individual e coletiva, à tradição, enquanto a segunda se relaciona à existência privada, à solidão; e elas aparecem como “conceitos de mediação entre a estrutura econômica da sociedade e a criação artística”⁸. A mediação aconteceria, então, entre a estrutura e a expressão artística – estrutura e consciência social – e seria muito parecida com o conceito de *práxis*, que integra teoria e prática – consciência social e ser social.

A utilização desses três conceitos – experiência, vivência e *práxis* – evitaria um problema grave que é a não historicidade da análise. Quando se utiliza um desses três conceitos pode-se achar a ligação da obra, ou documento, com sua época de produção,

⁵ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 1. p. 229.

⁶ KONDER, Leandro. *Op. Cit.* p. 3.

⁷ *Ibidem.* p. 7.

pois, “o que ele [Benjamin] sempre condenou na crítica literária acadêmica e burguesa é o fato de esta procurar a ‘verdade’ nas ‘idéias eternas’ e nos ‘valores atemporais’, ao invés de captá-la na ‘espessura’ da historicidade da obra”⁹.

A importância da aproximação de teoria e prática e a reformulação da primeira quando novos elementos surgem na segunda são aspectos de fundamental importância na obra de Benjamin, pois “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”¹⁰, e são esses agoras, essa “experiência” do vivido que modelará as teorias e possibilitará uma *práxis* mais adequada para uma mudança efetiva do futuro.

3. Thompson e o termo ausente: a experiência humana

Thompson sempre me pareceu o historiador com quem aprender a difícil relação entre orientações teóricas, que ao mesmo tempo valorizassem a prática da investigação, salientassem perspectivas de uma produção do conhecimento, que mantivesse uma relação crítica com a pesquisa, a descoberta, e constante coerência com a idéia de lutar pela transformação social, no agora, para forjar um futuro melhor¹¹

Tal afirmação de Déa Fenelon parece-me muito útil para entendermos a relação que Thompson mantinha com a teoria, a prática e as fontes históricas. Esse historiador não se adaptou ao tipo de marxismo que vigorava em sua época, o estruturalismo francês, pois, não podia pensar uma reflexão teórica que não pudesse ou devesse dialogar com as fontes, com os acontecimentos reais.

Uma crítica constante de Thompson se dirigiu à idéia de um ideal teórico que seria “um universo conceptual autogerador que impõe sua própria idealidade aos fenômenos da existência material e social, em lugar de se empenhar num diálogo contínuo com os mesmos”¹². Esse universo autogerador não seria capaz de concatenar todos os aspectos do real, a existência se esvaziaria de sentido e entraria em cena o agente maior desse idealismo, as estruturas pré-concebidas na teoria.

⁸ MURICY, Kátia. “Benjamin: política e paixão”. In: CARDOSO, Sérgio [et. Al.]. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 500.

⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.* p. 229.

¹¹ FENELON, Déa Ribeiro. “E. P. Thompson – história e política”. In: **Projeto História**. São Paulo, (12), out. 1995. p. 77/78.

¹² THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 22.

Nesse momento, o sujeito individual se afasta do processo histórico e vê, como mero espectador, sua vida ser dominada por uma teoria que não se interessa pelos acontecimentos “cotidianos”, pela sua própria vivência. Contrariamente à essa concepção, Thompson acredita que uma interação entre estruturas e indivíduo é de extrema importância, pois, sem o indivíduo incluso no processo histórico e teórico o sentido do trabalho se esvaziaria. Uma vez que o objeto de estudo da história compreende fatos que possuem uma existência real, não são meros acontecimentos fictícios e modelares, eles possuem especificidades que não conseguem ser vislumbradas através desse modelo teórico drasticamente fechado.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹³

Quando essa experiência é tratada pela consciência social a relação entre ser e consciência se completa. E é essa relação que possui a capacidade de modificar tanto uma quanto outra esfera do indivíduo, e é, portanto, através do termo ausente “experiência humana” que a estrutura se transforma em processo e o sujeito volta a boas com a história¹⁴.

A noção de “experiência” me é muito cara por traduzir um duplo diálogo: o primeiro, entre o ser social e a consciência social, e o segundo, entre a organização teórica da fonte histórica e o caráter de determinação pré-suposta. E ela, diferentemente de outros conceitos e noções, foi gerada na vida material, foi estruturada em termos de classe, e mostrou o “ser social” determinando a “consciência social”¹⁵.

Com essa visão de indivíduo, história e influência podemos perceber que o objeto de estudo das ciências humanas não está inerte, como pensava Althusser quando montou seu modelo de “generalidades”, e por não estar inerte não aceita uma teorização que não se envolva com os acontecimentos, a experiência se faz, então, presente e necessária para uma concepção agregadora de teoria e prática históricas.

¹³ *Ibidem.* p. 182.

¹⁴ *Ibidem.* p. 188.

4. A fusão dos pensamentos

Através desse trabalho acerca de alguns pontos do pensamento benjaminiano e thompsoniano podemos refletir sobre alguns aspectos comuns aos dois autores. Ambos os autores tiveram problemas de adequação à lógica marxista vigente, e tais problemas levaram, provavelmente, à que suas obras demorassem um pouco mais para serem traduzidas e levadas a diferentes países. Enquanto Benjamin não se adequava ao marxismo ortodoxo por suas concepções “burguesas” de arte e por seu vínculo judaico, Thompson não se enquadrava no estruturalismo por não acreditar em uma desqualificação da história como uma disciplina simplesmente empirista.

A dupla também se opunha à teorização exagerada de algumas correntes históricas, já que Benjamin concorda com Brecht quando ele diz que toda teorização tem que ver seu fim antes que se chegue a uma rede tão complexa de divagações que não poderemos aplicar nada à realidade, e Thompson não via como produtivo o afastamento total que Althusser propunha para uma espécie de “higienização” da teoria de todo o empirismo. Tal oposição não era descabida de um sentido, pois, ambos pensavam em uma aplicação prática de todo conhecimento produzido a fim de complementar o futuro e de alguma forma vingar o passado – principalmente através da idéia de “dar voz” aos vencidos, aos excluídos.

“Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial. É por esse motivo que a filosofia da história de Benjamin inclui uma teoria da memória e da experiência”¹⁶. Tal afirmação nos coloca mais próximos ainda do pensamento de Thompson, o qual privilegia um tipo de história que ficou conhecido como *history from below*, e que tem como principal característica uma mudança no objeto de estudo do historiador, que sai das classes dominantes e passa para as classes menos abastadas econômica ou politicamente; essa mudança de objeto fez com que uma mudança de fontes também se realizasse, as fontes mais comumente utilizadas não serviriam para se escrever uma história de pessoas que não figuravam nos altos escalões da sociedade, sendo assim, Thompson analisou outros tipos de fontes mas sem nunca negligenciar a importância que o aparato documental tem para a história.

¹⁵ THOMPSON, Edward P. *Op. Cit.* p. 189.

¹⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Op. Cit.* p. 67.

Contudo, não podemos fazer com que os aspectos comuns aos dois autores obscureçam os aspectos que os diferenciam. Benjamin acredita no fim da experiência com o advento do capitalismo moderno, uma vez que “a comunidade da experiência funda a dimensão prática da narrativa tradicional. Aquele que conta transmite um saber, uma sapiência, que seus ouvintes podem receber com proveito”¹⁷, e com o capitalismo em seu estado máximo a diferença entre as gerações se intensifica de tal maneira que não é mais possível essa transmissão. Entretanto, não estou certa de que a experiência a que Benjamin se refere é a mesma que Thompson delimita, uma vez que para o segundo, ela surge espontaneamente mas não sem reflexão. É o momento em que quase não há diferenciação entre a prática e a reflexão sobre a prática, tal reflexão se caracteriza por ser apenas um primeiro nível de pensamento, mas é. E ao meu ver, Benjamin pensa essa experiência como uma transmissão quase que mecânica de conhecimentos acumulados, ela está ligada a uma tradição viva e coletiva, comum a sociedades que não estão inseridas na divisão capitalista do trabalho¹⁸. Em seu texto, “Experiência e pobreza”¹⁹, fica ainda mais claro para mim o afastamento de sua concepção de experiência e da concepção de Thompson.

Mas é necessário lembrar que Thompson não estudou o século XX como Benjamin, e poderia ser possível pensar em um aprofundamento da alienação como bloqueio da experiência, como se nessa modernidade a experiência tivesse sua importância diminuída.

Por esse motivo é a idéia benjaminiana de *práxis* que mais se aproxima da idéia de experiência de Thompson, ao invés da noção da mesma palavra experiência.

5. Concluindo

Assim, acredito que podemos vislumbrar uma semelhança profunda entre os dois intelectuais trabalhados, e entre suas idéias aqui um pouco melhor aprofundadas – de experiência e *práxis* –, as quais, podem ser encaradas como possuindo uma mesma intenção: conjugar de forma clara o campo teórico e o campo da ação, conferindo um

¹⁷ GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Walter Benjamin ou a história aberta”. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 1. p. 11.

¹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1982. P. 67/68. Cf. também ROUANET, Sérgio Paulo. **Edipo e o anjo**: itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990. pp. 49 – 51.

¹⁹ BENJAMIN, Walter. “Experiência e pobreza”. In: **Obras escolhidas**. São Paulo, Brasiliense, 1986. v. 1.

caráter de historicidade aos elementos teóricos. Leandro Konder até nos fala que “o marxismo de Benjamin se voltava para as tensões da práxis, da atividade criadora voltada para o que ainda não aconteceu”²⁰.

E essa atividade criadora voltada para o futuro também une os dois autores, por não permitir que eles vejam o trabalho histórico como algo meramente divertido. Em seu “Sobre o conceito da história”, Benjamin utiliza uma pequena epígrafe de Nietzsche que mostra muito bem sua intenção de conferir um caráter de “utilidade” a essa produção do conhecimento historiográfico, pois, “precisamos da história, mas não como precisam dela os ociosos que passeiam no jardim da ciência”²¹ e é essa história que ajudará no processo de desforra dos oprimidos – e será essa desforra que renderá a humanidade.

Thompson também mostrou claramente seu interesse nesse tipo de história militante, inclusive por sua própria vivência, mas sem nunca deixar que essa visão de história o fizesse esquecer que são as fontes e as perguntas que o historiador faz a elas que decretam o conhecimento histórico. Contudo, “um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teologistas, na qualidade de vida, no sofrimento e nas satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido”²² e fazer com que esse seu interesse nas situações presentes possa influenciar sua visão de história e da sua função.

Ambos os autores aqui trabalhados deixaram uma marca profunda no pensar histórico contemporâneo e na própria militância política, e eles são pensadores importantes para que possamos identificar e utilizar o lado “prático” da teoria, que se molda e se re-formula na interação com o vivido.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 1.

CARDOSO, Sérgio [et. Al.]. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

²⁰ KONDER, Leandro. *Op. Cit.* p. 4.

²¹ NIETZSCHE. **Vantagens e desvantagens da história para a vida**. *Apud.* BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.* p. 228.

²² THOMPSON, Edward P. “As peculiaridades dos ingleses”. *Apud.* FORTES, Alexandre & NEGRO, Antonio Luigi & FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. *In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: textos Didáticos, nº 10, vol. 2 – Fevereiro de 1998. p. 11.

Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Dossiê: Cultura e Resistência: Dez anos sem E. P. Thompson. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, nº12, 2004.

FREITAS, Romero. “Escrita, doutrina e esquecimento: Kafka e Benjamin”. *In: ALETRIA: revista de estudos de literatura*. V. 13, 2006 – Belo Horizonte: POSLIT, Faculdade de Letras da UFMG.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **História e narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 1994.

KONDER, Leandro. “Benjamin e o marxismo”. *In: ALEA: Estudos Neolatinos*. Volume 5, número 2. Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 2003.

LÖWY, Michael. “A filosofia da história de Walter Benjamin”. *In: Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007.

NOVAES, Adauto. **O desejo**. São Paulo: Cia. das Letras; Rio de Janeiro: Funarte, 1990.
Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP, (12), out. 1995.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: textos Didáticos, nº10, vol. 2 – Fevereiro de 1998.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Os gregos e a crítica à modernidade em Nietzsche e Burckhardt

Luciana Fernandes Madeira
Mestranda PPGHIS-UFRJ

O homem necessita da glória. Não apenas vivenciá-la, mas transmiti-la. A sobrevivência e a transmissão da grandeza de um tempo passado se defrontam com inúmeros obstáculos para o cumprimento da sua finalidade: eis a batalha da cultura, que Nietzsche anuncia no começo de seu texto “*Sobre o pathos da verdade*”.¹ Este pequeno texto evidencia a íntima relação entre a glória e a memória, tendo em vista a condição (solitária) do filósofo, levando-nos à reflexão do quanto soaria contraditório, hoje, a associação destes três elementos para uma reflexão sobre a cultura: solidão, glória e memória. Partir da hodierna contradição permite compreender melhor uma crítica de Nietzsche: a democratização do que deve ser lembrado, a acessibilidade ao que se tornará memória, a glorificação indiscriminada e efêmera, aliadas à uma concepção moralmente negativa da solidão constituem a imagem da sociedade de massas, que não desfrutava de qualquer apreço por parte de Nietzsche e de Burckhardt. Diante deste quadro, estes intelectuais não hesitaram em travar uma luta, baseada na apologia do *agon* e da individualidade gregos, conceitos explorados pelo filósofo Roberto Machado:

“...o agon é o combate individual que dá brilho à existência, tornando a vida do indivíduo digna de ser vivida não pela busca da felicidade, como acontecerá a partir de Sócrates, mas pela busca do kleos, da glória. Nas ações heróicas do indivíduo que conquista a glória, a vida atinge a perfeição.”²

Fica claro na citação acima que a glória não é um bem a ser ofertado, mas sim, uma recompensa conquistada pelo herói, devido à superação da morte em seu penoso caminho.

¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre o pathos da verdade*. In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Ed. Sete Letras, 1996.

² MACHADO, Roberto. *O Nascimento do Trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 1

Pensando analogamente o filósofo e o herói, por serem homens que sentem mais intensamente o peso deste combate e sobrevivem à ele, Nietzsche assevera: “*Sua ação não se volta para um ‘público’, para o aplauso das massas e o aplauso aclamador dos contemporâneos; pertencem à sua essência os passos solitários pela estrada.*”³ A solidão é a condição e a essência daquele que contém a verdade – o filósofo – pois a verdade não está nos outros homens, mas em si mesmo, razão pela qual a relação do portador da verdade com o mundo é de desdém: o mundo precisa dele, e a recíproca não é verdadeira.

Rememorando Heráclito, presente na epígrafe deste capítulo, Nietzsche observa que a grandeza de um homem reside em sua capacidade de perscrutar uma situação aparentemente banal ao resto dos homens e dela inferir seu conhecimento, que não é senão a verdade: “*Pois o mundo precisa eternamente da verdade, e, assim, precisa eternamente de Heráclito, embora ele não careça do mundo. O que lhe importa a sua glória!*”⁴ Podemos inferir que o deleite da glória é a forma encontrada pelos homens comuns de externar sua reverência e sua admiração para aquele que possui um conjunto de valores e experiências que constituirão a lembrança e o exemplo. E é a esta glória que nos referimos ao falar do estudo de Nietzsche sobre os gregos, é desta maneira – memorável e exemplar – que o filólogo se remete aos antigos. Nietzsche repete a experiência grega para falar dos próprios gregos, e repeti-los não pode ser simplesmente imita-los, como postulava Winckelmann⁵, mas compreender como os gregos imitavam e assimilavam, de que forma eles se apropriavam de outras culturas, enfim, como “*eles souberam continuar a arremessar a lança onde um outro povo a tinha deixado.*”⁶

Nesse tomar e arremessar da lança, os gregos teriam criado uma forma de narrativa peculiar. O canto dos poetas e aedos, que versavam sobre os heróis e seus feitos, atualizavam a experiência louvável através da palavra cantada, sem qualquer obrigação de fidelidade com a experiência, de acordo com Burckhardt, na obra *Historia de la Cultura Griega*: “*Sería completamente erróneo suponer que com esse propósito firme de unir el presente com el más remoto pasado debió de prosperar el conocimiento exacto de este último*”⁷ Nesta perspectiva, os gregos seriam dotados de faculdades extraordinárias de força e de afirmação para a transformação do audível, assimilando e adentrando constantemente o relato, sem uma

³ NIETZSCHE, Friedrich. Op. Cit.

⁴ Idem.

⁵ DÉCULTOT, Elisabeth. *Johann Joachim Winckelmann. Ênquete sur la genèse de l’histoire de l’art*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *A Filosofia na Idade Trágica dos Gregos*. Tradução de Maria Inês Vieira de Andrade. Lisboa: Edições 70, 2002.

⁷ BURCKHARDT, Jacob. *Historia de la Cultura Griega*. Tradução de Eugenio Imaz. Barcelona: Editorial Ibéria, 1953.

pretensão de verdade. A dose de realidade que se mantinha nas narrativas era (re)elaborada miticamente e mesmo o aspecto histórico foi submetido às leis de uma prolongada tradição oral e poética, criando um espaço comum e indistinto para o fabuloso e o fidedigno, um campo indeciso, considerado por Burckhardt o mais adequado para o exercício da história.

Um dos desafios de Burckhardt na escrita de suas histórias era a busca de um tom, de um estilo de escrita que pudesse conferir uma certa unidade histórica ao período, mas que não retirasse dos indivíduos do passado seus traços peculiares. A intenção de Burckhardt enquanto historiador era, numa escrita ensaística, que lhe dotasse de uma certa mobilidade, promover uma reconstrução espiritual do passado. Podemos dizer que o historiador pretendia fazer um uso artístico da história, sem operar com uma distinção entre a forma e conteúdo. Na *Historia de la Cultura Griega*, ele ressalta o mito como a premissa, a grande base espiritual do povo grego, que sobrevivia através da progressiva recriação, cujo ápice teria sido o florescimento do império helênico, quando “*Toda la humanidad griega se consideró como descendiente y legítima heredera de la época heroica; (...)*”⁸

Por sua vez, na obra “*A Civilização do Renascimento Italiano*”⁹ o aspecto que conduz a análise de Burckhardt é a concepção da memória pela ação e não pela palavra. Eram as ações concretas no mundo que conferiam um homem a dignidade da lembrança. Burckhardt atribui esta concepção aos *condottieri*, um grupo de pequenos tiranos que se associam aos grupos mais poderosos, funcionando como uma extensão calculada do poder destes grupos. A autobiografia se concretiza primordialmente a partir de gestos emblemáticos e não pela via da palavra escrita. Logo, o cálculo é imprescindível para conferir à ação seu aspecto memorável. A situação política da Itália, configurada em estados despóticos no século XIV, apresenta pela primeira vez o espírito político moderno, onde o exercício da tirania e da crueldade era exercido sem constrangimentos.

O Renascimento italiano, na perspectiva de Burckhardt, como o advento do homem moderno, é repleto de massacres, intrigas e traições. Mas o gosto pelo belo e pelo colossal também está inserido no mundo renascentista. É este o berço paradoxal do indivíduo moderno:

“O cálculo lógico de todos os meios, cálculo que nenhum príncipe fora da Itália fazia então idéia, e o poder quase absoluto que os soberanos da Península exerciam no interior dos seus estados, produziram homens e situações como não

⁸ Idem.

⁹BURCKHARDT, Jacob. *A Civilização do Renascimento Italiano*. Tradução de António Borges Coelho. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

se via noutra parte. (...). No século XIII, a liberalidade dos soberanos no Norte limitara-se aos cavaleiros, aos servidores e aos trovadores de origem nobre. Não acontece o mesmo com o tirano italiano, que sonha com belos monumentos, que tem a paixão da glória e que, por consequência, necessita ter à sua volta homens de talento. Vivendo no meio dos poetas ou dos sábios, sente-se num terreno novo, está quase na posse de uma nova legitimidade”¹⁰

A incursão de Burckhardt no passado renascentista é similar a que Nietzsche promove em relação à Grécia antiga. Nietzsche formula um dos argumentos centrais da obra *O Nascimento da Tragédia*¹¹ pensando nos gregos como um povo de sensibilidade extrema e de aptidão para o sofrer. A criação dos deuses olímpicos teria sido a maneira de mascarar, através da bela aparência, a essência dolorosa e cruel do mundo. Em outras palavras, a divinização grega não implicava hierarquia e moralidade, mas sim, embelezamento.

A experiência do culto bárbaro dionisíaco é destruidora desta ilusão criada pelos gregos e apenas a arte é capaz de integrar e transformar o elemento dionisíaco, aliviando sua força destruidora, gerando a arte apolíneo-dionisíaca, possuidora de um efeito terapêutico.¹² Em suas cartas, Nietzsche constantemente evoca a arte como refúgio, como neste trecho da missiva enviada ao seu ex-colega de estudo Paul Deussen: “*O nosso destino* [referindo aos homens de sabedoria] *é a solidão espiritual e, às vezes, uma conversa com os que estão de acordo conosco. Mais do que ninguém, necessitamos dos consolos da arte*”¹³

Para Burckhardt, o Renascimento é marcado pela descoberta da Antiguidade, como modelo a ser seguido sem que isso significasse uma mera imitação. Conforme o Prof^o Cássio Fernandes, teria havido entre os italianos e os antigos uma espécie de “*compenetração entre um novo espírito e sua ligação com uma memória antiga*”¹⁴ isto é, os ideais antigos teriam sido apropriados em função das ações tipicamente modernas dos renascentistas, que comportam, numa relação dialética, o próprio estudo da Antiguidade. A apropriação do passado de forma afirmativa e transformadora, para Burckhardt é um elemento extremamente

¹⁰ Idem.

¹¹ NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia, ou Helenismo e Pessimismo*. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg - São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹² MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹³ NIETZSCHE, Friedrich. *Despojos de uma tragédia. Correspondência inédita*. Tradução e notas de Ferreira da Costa. Porto: Editora Educação Nacional, 1944.

¹⁴ FERNANDES, Cássio. *Biografia e Autobiografia em ‘A Civilização do Renascimento na Itália’, de Jacob Burckhardt*. In: História Questões e Debates, UFPR, vol. 40. <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia> Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 4 2007.

importante tanto para pensar o Renascimento quanto a Grécia Antiga, o que confere dinamismo à sua interpretação.

O passado configura-se para Burckhardt como espaço de criação, o que nos remete à *Segunda Consideração Intempestiva*¹⁵ de Nietzsche, na qual ele estabelece três tipos de história, que podem impulsionar ou solapar a criatividade do homem: a história monumental, a história antiquária e a história crítica. A consideração monumental do passado seria útil à vida na medida em que o homem pudesse deduzir, a partir dela, que se houve um tempo em que a grandeza foi possível, esta possibilidade existe também no presente: sua busca de auto-superação será, desta forma, conduzida com mais coragem, afastando a sensação de um querer impossível. Na insistência de Nietzsche em seu elogio a tragicidade e à criatividade dos gregos, perpassa esta noção de monumentalidade que um dia pode vir a acontecer novamente, quando os instintos forem recobrados como tão necessários quanto a ordem. A utilidade da história antiquária está em sua capacidade de preservar as condições nas quais foi possível existir o monumental. O homem antiquário não deixa sucumbir o senso de enraizamento necessário com tudo o que já existiu. A história crítica serviria à vida para dar cabo a um passado sufocante, que impedisse a fruição da vida, isto é, neste modo crítico estaria a força que impele ao esquecimento.

Contudo, um excesso de história monumental pode fazer com que se admire excessivamente, por meio de uma ilusão, os feitos passados, fazendo com que a cultura passada suplantasse a cultura presente, bem como a história antiquária, em desmedida, pode fazer o homem perder o gosto pelo presente, e se deixar valorizar apenas em função não apenas de um passado, mas de todo e qualquer passado preservado; também a história crítica em demasia é capaz de aniquilar o passado, e com ele as realizações monumentais e as raízes necessárias para um povo, uma civilização e um homem.

O homem e suas realizações constituem o cerne da história, para Burckhardt. O relato do passado pode e deve ser enriquecido, a sua matéria-prima permite e requer que assim seja. O narrativa sobre os eventos passados não podem jamais ignorar a mutabilidade do homem e a conseqüente dinâmica histórica, portadora de uma estética. Numa bela e breve passagem, Burckhardt observa que a verdade e o bem são condicionados pelo tempo, porém, a dedicação a *“uma Verdade e um Bem condicionados pelo tempo é incondicionalmente nobre e grandiosa. O Belo poderia, sem dúvida, pairar acima das mudanças trazidas pelo tempo, o*

¹⁵ NIETZSCHE, Friedrich. Op.cit.

Belo constitui já um mundo em si.”¹⁶ A consideração da estética como parte indispensável do tratamento do passado é, portanto, comum a ambos os autores .

Na apresentação de seu livro sobre a cultura grega, Burckhardt afirma estar privilegiando estudantes que não sejam filólogos e dispensa os conhecimentos desta área para a leitura da fonte. A explicação dada pelo autor é que a leitura das fontes pode ser feita por toda pessoa de formação humanista e de sentido cultural elevado. Ele acrescenta que, no caso de um estudo da antiguidade, seria realmente necessário um tipo de formação especial, entretanto, sua proposta de uma disciplina histórico-cultural permitiria a acessibilidade ao curso.

O historiador alerta que uma obra antiga deve ser lida diversas vezes, a fim de que haja um momento em que a única preocupação do leitor seja a observação da forma e do conteúdo. Este tipo de leitura é chamada por ele de “leitura despreocupada da obra”, quando deve ser perceber a superioridade da literatura grega no que tange a união entre a forma e o conteúdo. Burckhardt trabalha a fonte como monumento, através do qual é possível que o leitor resgate o que deseja do passado. Mais uma vez a concepção do autor de indivíduo é fundamental, neste caso, para o estudo da história. Se o passado nunca está acabado e aparece distintamente em cada época, o indivíduo em suas plenas capacidades criadora é imprescindível para este processo.

As considerações de Nietzsche e Burckhardt sobre os sistemas filosóficos vigentes no século XIX, em especial o Hegeliano, são bem próximas. Ambos elaboraram uma série de críticas aos sistemas filosóficos, principalmente às filosofias da história e às concepções de progresso, que considerava frutos da concepção cristã de mundo, cujo cerne é a redenção. Para Nietzsche, a história deve cumprir a função de um resgate estético e regenerador, o que não deixa de se basear na exemplaridade do passado. Contudo, é uma exemplaridade bem determinada, na qual não há um fim último e a ser cumprido pela humanidade, pois para Nietzsche qualquer forma de pensamento que concebesse uma realização final e *a posteriori* era destinada ao homem “fraco”, cuja moralidade dependia de uma estrutura além dele e que o guiasse. Devem ser lembrados pela história – e ela deve promover condições para que isso ocorra – aqueles que transpuseram o anonimato do “rebanho” e exerceram sua potência criativa, aqueles que se destacaram de seu tempo, que foram extemporâneos. Numa

¹⁶BURCKHARDT, Jacob. *Reflexões sobre a História*. Tradução de Leo Gilson Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d.

perspectiva de realização individual próxima da de Burckhardt, Nietzsche rechaçava o determinismo, por considerá-lo um impedimento para a “transvaloração dos valores”.

Burckhardt, de forma similar, não considerava a especulação filosófica como pensamento válido para a história, pois não acreditava no determinismo lógico, nem na concepção de uma visão da história como progresso contínuo.¹⁷ Uma posição determinista seria de fato incompatível com o pensamento do historiador da Basileia, para quem o estudo do passado deve tentar ser uma espécie de pintura o mais vivaz possível, não abrangendo antecipações sobre o futuro. Isto é quer dizer que para o historiador, o passado possui sentido e riqueza por si só e não por estar atrelado ao que está por vir. Além disso, ele operava com uma noção de individualidade como uma força capaz de sintetizar e de alterar o espírito de uma época, o que corrobora sua rejeição às filosofias da história, cujo universalismo pretendia circunscrever toda a humanidade em uma lógica comum.

Uma tarefa comum une os dois intelectuais: a salvaguarda da velha cultura européia. Uma Europa militarizada, capitalista, veloz, e principalmente moderna rapidamente sucumbiria sufocada por suas próprias pretensões e pelo seu desejo de desligamento em relação ao passado. A história que serve ao Estado, a cultura que não é formação (*Bildung*), a velocidade que é dinheiro, são sintomas de uma grave crise, no entender do historiador e do filólogo.

Para Reinhart Koselleck¹⁸, os grupos de interesse oitocentistas – fossem eles partidos, nações, classes ou seitas – não apenas podiam, mas tinham que invocar a história a fim de legitimar sua atuação política ou social. A prova histórica era o requisito comum, ou seja, sua reivindicação era a condição para a disputa destes grupos na atualidade do espaço político e social. Tal situação de indistinta historicização era um sintoma da decadência cultural vivida pelo homem moderno, de acordo com Nietzsche, que tal qual Burckhardt não via qualquer sinal de refinamento estético nestes “grupos de interesses”, considerados tão somente a expressão de uma cultura moderna degenerada, que visava não mais que seus interesses imediatos. Além disso, a filosofia da história constituiria uma forma de pensamento inadequada, ilusória e de resoluta crença no progresso e na razão, que constituíam para o filólogo e para o historiador valores altamente questionáveis. A história que deixa de narrar feitos exemplares para reunir e julgar toda a experiência humana sob uma égide comum entra

¹⁷ Idem.

¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Tradução e introdução de Antonio Gomez Ramos. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 7

em confronto com o ideal de nobreza individual cultivado e defendido por ambos, perante as transformações vividas pela Europa no século em que viveram.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**A COMPANHIA UNIÃO E INDÚSTRIA E AS VICISSITUDES DA ESCRAVIDÃO E DA
IMIGRAÇÃO NA FRONTEIRA DAS PROVÍNCIAS MINEIRA E FLUMINENSE (1850-1870)**

Luís Eduardo de Oliveira.¹
Fernando Gaudereto Lamas.²

A *Rodovia União e Indústria* é considerada, por muitos autores, como uma das obras mais importantes, em termos rodoviários, realizadas no país no terceiro quartel do século XIX.³ Ligando Juiz de Fora à Petrópolis,⁴ esta estrada macadamizada e carroçável foi construída, entre 1855 e 1861, pela *Companhia União e Indústria* (CUI), empresa organizada em 1853 pelo cafeicultor Mariano Procópio Ferreira Lage, detentor de uma concessão imperial para manter e explorar a estrada durante meio século – o que não ocorreu de fato, pois por volta de 1879, essa empresa extinguiu-se, levando a um relativo abandono dessa via e seus diversos ramais.⁵ Contemporânea dos primeiros ramais ferroviários implantados no Brasil, a *União e Indústria* deve ser encarada, a princípio, como parte do esforço realizado pelas elites escravistas para se adequarem aos novos padrões impostos pela *segunda revolução industrial*, que primavam pela modernização dos meios de transportes visando a agregar valor aos produtos primários.⁶

No plano regional, a constituição desse *sistema viário* tecnologicamente avançado para a época, abriu novos horizontes à cafeicultura da Zona da Mata mineira, permitindo o escoamento regular e em larga escala, para o porto do Rio de Janeiro, de uma produção que continuou expandindo-se

¹ Doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde desenvolve a pesquisa “Construindo organizações e tradições: vida urbana, mercado de trabalho e reivindicações proletárias em Juiz de Fora (1873-1934)”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira.

² Mestre em História Econômica e Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor do Departamento de História das Faculdades Integradas de Cataguases-MG e da Faculdade de Minas (FAMINAS), em Muriaé-MG.

³ Ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte, Comunicação, V. 2, 1979, p. 479 e SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional / USP, 1974, p. 210.

⁴ Desse ponto para os portos do Rio de Janeiro, a viagem continuava pela antiga estrada da Serra da Estrela e, em seguida, pelos 14,5 Km de trilhos da E. F. Mauá, ferrovia inaugurada em 1854 e considerada a primeira do país.

⁵ Além dos 144 quilômetros macadamizados e carroçáveis da *Rodovia União e Indústria*, a *Companhia União e Indústria* construiu também, até 1868, outros quatro ramais (Posse-Aparecida, Serraria-Mar de Espanha, Paraibuna-Flores e Juiz de Fora-Ubá), com 264 quilômetros de caminhos vicinais interligando aquela estrada-tronco às mais importantes áreas cafeeiras do Vale do Paraíba Fluminense e da Zona da Mata mineira. Ver STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora, FUNALFA, 1979, pp. 121-145.

⁶ Ver GITAHÍ, Maria Lúcia Caira. *Os trabalhadores da construção civil (1889-1914)*. In *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica e 3º Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói, 1996, pp. 49-50 e SEVCENKO, Nicolau. “Introdução: prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, V. 3, 1998, pp. 07-48.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

vigorosamente até 1926.⁷ Além disso, a entrada em operação da *Rodovia União e Indústria*, com seus vários ramais, representou um marco fundamental para o incremento e diversificação da população e das funções econômicas do núcleo urbano de Juiz de Fora que, entre as décadas de 1860 e 1870, se consolidou como um dos mais importantes entrepostos comerciais da província de Minas Gerais.⁸ Isto porque, durante quase todo esse período, parte significativa dos produtos exportados e importados por diversas regiões de Minas (Centro, Oeste, parte do Sul e da Zona da Mata) e de Goiás tinha que passar por esta cidade, permitindo que nela se desenvolvesse um vigoroso comércio varejista e atacadista e, ao mesmo tempo, inúmeras atividades manufatureiras.⁹

O papel determinante da mão-de-obra escrava na construção da Rodovia União e Indústria

De acordo com Wilson de Lima Bastos, autor de um estudo de cunho laudatório sobre Mariano Procópio, publicado originalmente em 1961 para marcar o centenário da inauguração da *União e Indústria*, as obras de abertura dessa rodovia só tomaram impulso a partir do ano de 1858, com a chegada de um contingente significativo de artífices e colonos germânicos a Juiz de Fora. Segundo ele, teriam sido estes imigrantes os únicos responsáveis pela construção dessa afamada estrada, uma vez que não fez nenhuma menção à utilização de escravos em tais serviços.¹⁰ Na verdade, este tipo de análise, que excluiu da história local a fundamental participação da mão-de-obra dos negros, ao passo que atribuiu boa parte do desenvolvimento econômico desse município e seu núcleo urbano a indivíduos de outras nacionalidades – sobretudo alemães, italianos e portugueses - pode ser percebida também em algumas publicações recentes, como as lançadas durante a celebração do sesquicentenário da cidade (2000) e em decorrência do seminário *Juiz de Fora: História, texto e imagem*, realizado em 2003 sob o patrocínio de instituições públicas.¹¹

⁷ Sobre a dinâmica da economia cafeeira da Zona da Mata, entre 1870 e 1930, ver: PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993 e SARAIVA, Luiz Fernando. “Estrutura de Terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900”. In *Revista Científica da FAMINAS* – Vol. 1, Nº 2, Muriaé, FAMINAS, 2005, pp. 185-189.

⁸ Papel que foi posteriormente reforçado e ampliado, tendo em vista que a partir de 1876, Juiz de Fora passou a ser servida também pela “Linha do Centro” da Estrada de Ferro D. Pedro II, que do Vale do Paraíba fluminense, “subia” em direção à Minas, em trajeto mais ou menos paralelo ao da *Rodovia União e Indústria*. ver: BLASENHEIN, Peter. “As ferrovias de Minas Gerais no século dezanove”. In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, NHR / EDUFJF, 1996, vol. 2, n.º 2, pp. 81-110 e MELO, Hildete Pereira de. “Ferrovias e café: Rio de Janeiro e Minas Gerais 1850/1910”. In LIBBY, Douglas Coly e PAIVA, Clotilde Andrade (org.). *20 anos do seminário sobre a economia mineira: história econômica e demografia histórica*. Belo Horizonte, Cedeplar, v. 2, 2002, pp. 173-195.

⁹ Como consequência, desde meados da década de 1860, o centro urbano de Juiz de Fora passou a aglutinar grandes interesses, tornando-se a partir de então palco de vultosos negócios, de intensa circulação de mercadorias e acumulação de capitais. Ver GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987, pp. 28-35 e 46-47.

¹⁰ O biógrafo do organizador da *Companhia União e Indústria* procurou realçar positivamente os fortes vínculos mantidos por Mariano Procópio com D. Pedro II, sem se preocupar esclarecer, contudo, questões obscuras, como o processo de encampação da CUI pelo Império em 1864 - que entre outras coisas, implicou na transferência para o Estado de dívidas da ordem de 8.266:342\$660. Ver BASTOS, Wilson de Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência, genealogia*. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991, pp. 23-25 e 133-137.

¹¹ Ver *Imigrantes: 150 anos Juiz de Fora* (caderno suplementar da Tribuna de Minas). Juiz de Fora, Esdeva, 2000 e FAZOLATTO, Douglas. “Juiz de Fora. Primeiros tempos” e DILLY, Roberto. “Origens de Juiz de Fora” ambos publicados In *Juiz de Fora história, texto e imagem*. Juiz de Fora, FUNALFA Edições, 2004, pp 07-18 e 19-25.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Entretanto, como atestam relatos de coevos e dados reunidos por diferentes pesquisadores, em seus empreendimentos rodoviários a *Companhia União e Indústria* (CUI) não utilizou apenas mão-de-obra livre, como obrigava o contrato que firmou com o governo imperial e sugerem ainda hoje certos estudiosos da história local.¹² Carlos Oberacker Júnior chegou a afirmar que houve participação de escravos na construção da *Rodovia União e Indústria*, principalmente nos serviços mais brutos, sem contudo precisar a quantidade.¹³ Enquanto que Luiz José Stheling, Domingos Giroletti e Sérgio de Oliveira Birchall, em especial, demonstraram que entre 70% e 80% da força de trabalho dos serviços de abertura dessa estrada compunha-se de cativos, num total de cerca de dois mil mancípios, em geral, alugados das companhias inglesas de mineração de Cocais e de Congo Soco e de fazendeiros das regiões cortadas por aquela via.¹⁴

Ao chamarmos atenção para a presença determinante do braço servil nos penosos e complexos trabalhos de construção da *Rodovia União e Indústria*, bem como de seus variados ramais na fronteira entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, entendemos ser fundamental lembrar ainda que estas, segundo números de Emília Viotti da Costa e Robert Conrad, figuravam como as duas principais províncias escravocratas do país na segunda metade do século XIX.¹⁵ A utilização extensiva e intensiva de cativos em tal obra rodoviária, portanto, estava em consonância com o caráter fortemente escravista da economia cafeeira da Zona da Mata e do Vale Paraíba, que concentravam então boa parte da produção brasileira de café.¹⁶ Para além disso, nos interessa realçar que o alto grau de dependência dos cafeicultores e potentados dessas regiões em relação à *força trabalho* servil, nesse período, não ficou restrita ao mundo rural, tendo também se estendido para as iniciativas vinculadas à implantação de uma infra-estrutura eficiente de transportes, condição indispensável tanto para o incremento contínuo da atividade agroexportadora, quanto

¹² A esse respeito, apesar de enfatizarem no seu livro *Viagem ao Brasil (1865-1866)* que normas contratuais proibiam expressamente o emprego de escravos na construção da rodovia que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, o naturalista Louis Agassiz e sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, indicaram também que, na prática, tal regra foi ignorada, pois constataram que “nos trabalhos de certo gênero não se achou meio de substituir essa pobre gente.” Ver AGASSIZ, Luís e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Brasília, Senado Federal, 2000, pp. 80-83.

¹³ OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro, Presença, V. 2, 1985. p. 297.

¹⁴ Vale lembrar, a este respeito, que o uso de escravos por mineradoras inglesas era objeto de severas críticas por parte da opinião pública, tendo em vista as pressões da Inglaterra para que o Brasil abolisse de vez a escravidão. Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 144-145; GIROLETTI, Domingos. *Op. cit.*, pp. 63-65; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, UNESP, 1997, p. 80 e BIRCHALL, Sérgio de Oliveira. “O mercado de trabalho mineiro no século XIX”. In *História Econômica & História da Empresa*, n.º 01, São Paulo, Hucitec, 1998. Disponível em: <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp12.pdf>. Capturado on-line: 12 jan. 2006, pp. 10-11.

¹⁵ Segundo o recenseamento imperial de 1872, Minas Gerais e Rio de Janeiro possuíam 370.459 e 341.576 indivíduos escravizados, respectivamente, enquanto que São Paulo contava com 156.612 cativos. Entre os maiores municípios escravistas mineiros, no ano de 1877, figuravam Leopoldina, com 15.253 escravos, e Juiz de Fora, que até às vésperas da *Abolição* preservou uma população mancípia superior a 20 mil “almas”, como informa Rômulo Andrade. Ver COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 196; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, pp. 351-353 e ANDRADE, Rômulo. “Apontamentos sobre a microeconomia do escravo e sua interação com a família e as solidariedades (Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX)”. In *Anais do 10º Seminário sobre a Economia Mineira*. UFMG/CEDEPLAR: Diamantina 2002, (CD-ROM), pp. 01-03. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2002/D09.pdf. Capturado on-line em: 13 dez. 2005.

¹⁶ Sobre a forte dependência da cafeicultura matense em relação ao trabalho servil até 1888, ver: SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História UFF, 2001.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

para o crescimento e consolidação de um mercado interno de consumo, notadamente na vasta área polarizada pela cidade de Juiz de Fora.¹⁷

Em sintonia com as informações apresentadas anteriormente por outros autores, nossa pesquisa indica, em primeiro lugar, que foi sobretudo a partir de janeiro de 1855, que o presidente da *Companhia União e Indústria*, em flagrante desrespeito aos contratos firmados com o Império, deu início à prática de alugar cativos para as obras de implantação da rodovia que ligaria Juiz de Fora a Petrópolis. Encontramos evidências consistentes disto ao analisarmos a documentação cartorária sob a custódia do Arquivo Histórico do Município de Juiz de Fora, especialmente os livros de compra e venda da Comarca de Barbacena (1853-1855), de escrituras públicas de compra e venda da Comarca do Paraibuna e de escrituras públicas de compra e venda do cartório do Primeiro Ofício de Notas de Juiz de Fora, ambos referente ao triênio 1854-1856.¹⁸

De fato, ao longo de 1855 e 1856, paralelamente às diversas ações que desenvolveu para capitalizar a companhia que havia organizado e que presidia com plenos poderes, Mariano Procópio se empenhou firmemente para compor o plantel de escravos que julgava necessário para deslanchar os trabalhos de abertura da *Rodovia União e Indústria*. É o que demonstra também, de modo inequívoco, os dados coletados por Sérgio de Oliveira Birchal em relatórios das assembléias gerais de acionistas da CUI, particularmente nos referentes aos anos de 1856 e 1857. Como explica o autor, além de contar com a colaboração de grandes fazendeiros da região, o citado cafeicultor recorreu à locação massiva de cativos de companhias mineradoras localizadas no centro da província de Minas Gerais:

“Em 7 de junho de 1855, por exemplo, a CUI assinou um contrato com a Companhia de Cocais para alugar 305 escravos. (...) No relatório de 1857, o presidente agradeceu dois acionistas pelos serviços prestados à companhia: José Antonio da Silva Pinto [o barão de Bertioga] e Lino José Ferreira Armond. Entre outras coisas, [Silva] Pinto alugou à companhia mais de 100 escravos de seu próprio plantel que estavam trabalhando na construção da rodovia entre Matias [Barbosa] e a ponte sobre o rio Paraibuna.”¹⁹

Nesta perspectiva, as *escrituras públicas de engajamento de escravos* que conseguimos localizar no Arquivo Histórico do Município de Juiz de Fora, demonstram primeiramente que o número de cativos alugados pela *Companhia União e Indústria*, nos anos de 1855 e 1856, era pelo menos 31,35% maior do que os 405 cativos mencionados no trecho citado acima. Como indicam os dados que coletamos nos fundos cartoriais descritos, dados estes que se encontram parcialmente coligidos no Quadro 01, nesse biênio, Mariano Procópio celebrou 11 contratos de locação com proprietários domiciliados nos

¹⁷ Ver OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeicultor da Zona da Mata mineira - 1850/1880*. In *Anais do I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/cafe/textos>.

¹⁸ Elione Silva Guimarães e Valéria Guimarães apresentaram dados de três contratos firmados pela CUI com proprietários locais, todos no primeiro semestre de 1856, envolvendo o engajamento de trinta e três escravos nas obras da *Rodovia União e Indústria*. Ver GUIMARÃES, Elione Silva e GUIMARÃES, Valéria Alves. *Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Funalfa, 2001, pp. 21 e 32-36.

¹⁹ BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, pp. 10-11.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

municípios de Juiz de Fora e Barbacena, envolvendo ao todo 127 mancípios.²⁰ Na verdade, esse aspecto quantitativo de nossa pesquisa reforça sobremaneira as análises de Sérgio de Oliveira Birchall, que havia apontado também, em uma tabela com a composição aproximada da *força de trabalho* da CUI entre 1855 e 1865, que essa empresa teria empregado, naqueles dois anos iniciais, de 515 a 900 indivíduos escravizados.²¹

QUADRO 01 – ESCRITURAS PÚBLICAS DE ENGAJAMENTO DE ESCRAVOS FIRMADAS ENTRE A CUI E PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO – 1855-1856

Ano	Mês	N.º de escrituras	N.º de mancípios engajados
1855	Janeiro	01	19
	Fevereiro	03	23
	Maior	01	25
	Agosto	04	40
1856	Junho	01	10
	Dezembro	01	10
Total		11	127

Fonte: AHCFJ. 1º Ofício de Notas. Caixa 1: Livro 2, fls. 06-30. 1855 e Livro 3, fls. 01 e 02. 1856.

Por outro lado, a análise qualitativa dessas onze escrituras permitiu-nos reunir informações bastante relevantes e esclarecedoras sobre as condições, prazos e valores estabelecidos nesses acordos comerciais, que, de modo geral, envolviam o arrendamento de cativos ou grupos de cativos por períodos que variavam de 2 a 5 anos. Os contratos de locação estabelecidos entre a *Companhia União e Indústria* e distintos proprietários de escravos da região previam engajamentos de curto prazo, de apenas 6 meses, podendo ou não serem renovados, porém sempre com essa mesma duração. Caso o locador optasse por romper o acordo, por razões diversas, deveria deixar isto claro trinta dias antes da efetivação do reengajamento. O pagamento pelo aluguel realizava-se trimestralmente e à CUI era garantido, se lhe conviesse, o direito de sublocar o escravo para terceiros.²²

Caso o cativo adoecesse, fugisse ou se ferisse durante o contrato, as despesas correriam por conta da *Companhia União e Indústria*. Se após quinze dias, o mancípio doente ou fugido não se recuperasse ou não fosse encontrado, o seu proprietário seria responsabilizado, ficando ao encargo deste o tratamento ou recuperação da “mercadoria” alugada. Por outro lado, se a empresa de Mariano Procópio julgasse ter recebido um escravo inválido para o tipo de trabalho a ser exercido, intimaria o locador a tomar as devidas providências e substituir a “peça de ébano” em questão por outra mais apropriada.²³ Ainda assim,

²⁰ A CUI necessitou alugar 25 escravos em Barbacena, em maio de 1855, por ter firmado com o governo provincial um contrato para recuperar a antiga estrada de ligação entre Juiz de Fora e aquela cidade. O emprego de cativos nesses serviços foi sancionado pelas autoridades, como sugere esse trecho de um relatório oficial da época: “A reparação, e conservação da estrada atual do Paraíba tem exigido constante emprego de *não diminuto pessoal*”. Ver *Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária de 1856*. Conselheiro: Herculanoo Ferreira Penna, Presidente da Mesma Província. Ouro Preto, 1856, p. 12.

²¹ Ver BIRCHALL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, p. 10.

²² Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (AHCFJ) 1º Ofício de Notas, Caixa 01, Livro 2. Fls. 08-09. 1855.

²³ Notas-se assim, que as leis do Império brasileiro e o *Código Comercial de 1850*, em particular, em certa medida, deram continuidade às *Ordenações Filipinas*, que no Livro 4, Título 13, determinavam que em caso de compra de escravos e/ou mulas “defeituosos”, sem que o vendedor esclarecesse devidamente ao comprador, este último teria o direito de trocar a Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

como explica Rômulo Andrade, a locação de escravizados constituía uma transação comercial bastante rentável para as duas partes que firmavam o contrato:

“Apesar de representar para o *proprietário* um contrato de risco – já que sobre ele pesava o ônus da fuga ou doença prolongada do escravo - a locação lhe era interessante, porquanto representava liquidez imediata, economia na manutenção alimentar do cativo e perspectiva de reembolso a médio prazo do capital investido. Para o *locatário* significava a ausência de desembolso de capital vultoso, possibilitando-lhe diversificação nos investimentos. Em suma, *excluído o escravo*, era um tipo de transação lucrativa para as partes envolvidas.”²⁴

No caso específico das onze *escrituras públicas de engajamento de escravos* que estamos analisando, entendemos ser de fundamental considerar também que durante o prazo aproximado de abrangência desses contratos, que coincidiu com os anos de construção da rodovia entre Petrópolis e Juiz de Fora, o preço da *mercadoria escrava* neste município valorizou-se em 67%, elevando-se entre 1854 e 1859 de 1:350\$000 para 2:250\$000.²⁵ Deste modo, no que se refere ao impressionante plantel de trabalhadores escravizados que compôs para a implementação do seu complexo projeto rodoviário, tudo indica que as estratégias urdidas pela *Companhia União e Indústria* foram duplamente bem sucedidas. Por um lado, num curto espaço de tempo, essa empresa conseguiu arregimentar cerca de 900 mancípios, aparentemente negociados em condições privilegiadas e extremamente favoráveis à firma locatária. Em razão disto, notadamente de 1856 a 1866, no período de intensificação e diversificação de suas atividades, a companhia presidida por Mariano Procópio não enfrentou maiores dificuldades para manter, permanentemente mobilizados, centenas de operários e jornaleiros cativos e livres, nacionais e estrangeiros. Como evidenciam as informações coletadas por Sérgio de Oliveira Birchall em relatórios internos da CUI, no ano de 1856:

“A companhia [União e Indústria] empregava 1.102 pessoas; entre elas, 900 escravos que constituíam quase 82% da força de trabalho total. Dos 900 escravos, 48 eram empregados na produção de carvão; 96 eram empregados como pedreiros, cozinheiros etc., e como seus assistentes e aprendizes, nas várias oficinas e seções da estrada; os 756 restantes trabalhavam na construção e manutenção da rodovia. (...) Em 1857, havia 804 escravos trabalhando para a companhia. (...) Em 1858, a companhia empregava 2.636 trabalhadores: 1.136 eram empregados na seção da rodovia entre Juiz de Fora e Paraíba [do Sul]. Deste número, 800 eram escravos; isto é, 70%. (...) Os outros 1.500 eram empregados na seção entre Petrópolis e Paraíba do Sul, mas não há informação acerca do status destes trabalhadores (...), porém, é razoável supor que a mão-de-obra escrava representava uma grande parcela.”²⁶

“mercadoria”, ou de ter ressarcido o dinheiro gasto em tal compra. Ver AHCFJ. 1º Ofício de Notas, Caixa 1, Livro 2. Fls. 08-09. 1855 e “Livro 4, Título 13: Dos escravos e mulas que mancam”. In *Ordenações Filipinas*. Edição organizada por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

²⁴ Ver ANDRADE, Rômulo. “Escravidão e Cafeicultura em Minas Gerais: O Caso da Zona da Mata”. In *Revista Brasileira de História*, ANPUH, vol. 11, n.º 22, 1991, pp. 106-108.

²⁵ Sobre a evolução dos preços e a dinâmica de funcionamento do mercado de escravos em Juiz de Fora, entre 1850-1888, ver: MACHADO, Cláudio Heleno. “Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX” In *I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, (CR-ROM), 2005 e ANDRADE, Rômulo. *Op. cit.*, pp. 103-108.

²⁶ Segundo Sérgio de Oliveira Birchall, entre 1857 e 1859 o número total de trabalhadores livres e escravos empregados pela CUI saltou de cerca de 1.000 para 3.500 indivíduos. A partir de 1861, com o término das obras da *Rodovia União e Indústria*, no entanto, houve uma sensível diminuição do número de operários a serviço da Companhia: “em 1865, por exemplo, a companhia empregou um total de 344 pessoas, mas não há informação sobre o emprego de escravos e não-escravos.” Ver BIRCHALL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, pp. 08-12.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Por outro lado, como revela a nossa pesquisa, no processo de negociação com os proprietários que lhe alugaram 127 desses cativos, invariavelmente, a *Companhia União e Indústria* obteve preços bastante vantajosos, sobretudo se lembramos que tais preços foram fixados – com prazos de 2, 4 e até 5 anos - no momento em que os valores correntes no mercado regional de escravos se elevaram significativamente. Com base nos dados presentes nas escrituras cartoriais a que tivemos acesso, estimamos que a CUI pagou 137\$500, em média, pelo aluguel anual de cada um dos mancipios que engajou, por meio desses contratos do biênio 1855-1856, nos serviços gerais de abertura da estrada-tronco sob sua concessão.²⁷ Convém ressaltar, nesta perspectiva, que esse valor locatício representava apenas 52,89% dos 260\$000 anuais exigidos em 1867, segundo Rômulo Andrade, por locadores de escravos que residiam na extensa zona rural de Juiz de Fora.²⁸

Diante das informações que apresentamos até aqui, acreditamos que a relativa facilidade que encontrou para compor rapidamente e manter por alguns anos um enorme plantel escravista, aliada às condições bastante vantajosas e aos preços reduzidos negociados junto a diversos locadores de cativos, foram determinantes para que a *Companhia União e Indústria*, durante a construção da rodovia entre Juiz de Fora e Petrópolis, fizesse uso extensivo e sistemático dessa modalidade servil de mão-de-obra. Como procuraremos demonstrar a seguir, o recrutamento suplementar de artífices e jornaleiros livres, de múltiplas nacionalidades, realizado gradativamente pela CUI na mesma época, será direcionado a partir de parâmetros semelhantes, sobretudo no que se refere à obtenção rápida e a custos baixos de um contingente expressivo de trabalhadores, com graus distintos de qualificação – algo que será garantido em razão do acesso privilegiado a enormes somas de recursos públicos e por meio do aviltamento das condições sociais dessa *força de trabalho*.

A mão-de-obra livre nos empreendimentos da CUI: germânicos, portugueses e brasileiros.

No ano de 1856, como indicamos anteriormente, 18% dos 1.102 homens engajados nos serviços de construção da *União e Indústria* compunha-se de jornaleiros livres. A maior parte desses 202 indivíduos, era formada por portugueses e brasileiros, alguns qualificados e possivelmente recrutados no Rio de Janeiro e nos arrabaldes de Juiz de Fora, onde a CUI instalou a sede de sua administração, a Estação Rio Novo e suas principais oficinas e armazéns.²⁹ Desse contingente de operários não-escravos, fazia parte ainda um grupo de aproximadamente vinte oficiais de ofício germânicos, contratados em Hamburgo no

²⁷ Chegamos a esse valor locatício anual médio baseando-nos, fundamentalmente, em quantias estipuladas nas escrituras firmadas pela CUI em 21/01/1855, 06/05/1855 e 07/06/1856, envolvendo o aluguel de 54 cativos. Os dois primeiros contratos eram de 4 anos, abrangiam 44 mancipios e tinham preço total de 17:352\$000, enquanto que o terceiro estabelecia uma duração maior, de 5 anos, e compreendia 10 cativos ao custo final de 8:750\$000. Ver AHCJF. 1º Ofício de Notas. Caixa 1: Livro 2, fls. 6-8 e 19-20 e Livro 3, fls. 1-2.

²⁸ Ver ANDRADE, Rômulo. *Op. cit.*, pp. 106-107.

²⁹ Entre 1855 e 1861, a CUI estabeleceu, numa área ao norte de Juiz de Fora, a sua estação e seus escritórios centrais, bem como suas oficinas e armazéns, uma olaria, um hotel e uma escola para colonos. No corpo técnico e administrativo dessa empresa – composto de engenheiros, arquitetos, agrimensores, gerentes e seus assistentes - predominavam estrangeiros, sobretudo de origem francesa e germânica. Ver BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, pp. 10-12 e PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, PJF / IPLAN, 1982, pp. 29-31. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

segundo semestre de 1855 e que chegaram nessa cidade mineira, com suas respectivas famílias, em janeiro do ano seguinte.³⁰ Tratava-se, como explicam Luiz José Stheling e Domingos Giroletti, de artífices experientes e de ramos manufatureiros variados - mecânicos, fundidores, ferreiros, folheiros, ferradores, segeiros, seleiros, carpinteiros, marceneiros, pontoneiros, pedreiros, pintores e oleiros - que dispunham de um *contrato* com a *Companhia União e Indústria* que, em resumo, lhes garantia trabalho durante dois anos, com salários médios de 2\$000 por dia, pagos ao final de cada mês, além de transporte, moradia e alimentação durante todo esse período.³¹

Cerca de dois anos depois, entre janeiro e agosto de 1858, novas levas de imigrantes germânicos foram trazidas a Juiz de Fora, desta vez não apenas para trabalharem nas oficinas, estações e estradas que a CUI construía na região, como também para povoarem uma *colônia agrícola* organizada por essa empresa, com vultosos recursos obtidos por sua direção junto ao governo imperial. Acreditamos que mais do que garantir, a um custo baixíssimo, a mão-de-obra qualificada que os seus empreendimentos exigiam, a entrada da CUI no ramo de imigração e colonização visou, fundamentalmente, nas palavras de Luiz José Stheling, “o dinheiro existente nos cofres da *Repartição Geral de Terras Públicas*.” De fato, este órgão estatal repassou antecipadamente para Mariano Procópio a expressiva quantia de 200:000\$000, destinada contratualmente para a importação e assentamento de 2.000 alemães – ainda que apenas 1.162 tenham sido efetivamente trazidos e fixados na *Colônia D. Pedro II*. Tais recursos, além de auxiliarem na capitalização da *Companhia União e Indústria*, permitiu que seus dirigentes adquirissem e subdividissem uma vasta área inculca ao norte da cidade, obtendo lucros consideráveis, ao que parece, com a venda a prestações de cerca de 188 *prazos* aos colonos.³²

Na verdade, esses imigrantes se fixaram no município sob condições bastante diversas daquelas oferecidas, pelo menos em termos contratuais, aos artífices germânicos que desde janeiro de 1856 viviam e trabalhavam em Juiz de Fora. Isto, primeiramente, porque os colonos chegados em 1858, além de serem obrigados a reembolsar as despesas com as viagens marítima e terrestre e pagar por outras “antecipações” eventualmente recebidas (moradia, víveres, ferramentas, pequenos animais de criação), deviam saldar também o valor dos seus respectivos prazos na *Colônia D. Pedro II*. Por outro lado, quando estes se

³⁰ O *Relatório da Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia União e Indústria*, relativo ao ano de 1856, segundo Sérgio de Oliveira Birchall, confirma que o número de operários especializados alemães contratados inicialmente pela empresa não excedia duas dezenas. Estes artífices, juntamente com seus familiares, partiram de Hamburgo com destino ao Brasil, a bordo do veleiro Antílope, no dia 02 de novembro de 1855. Desembarcaram no Rio de Janeiro em 28 de dezembro, seguindo em carroções para Juiz de Fora, onde teriam sido recebidos com “grande festa” uma semana depois. Ver BIRCHALL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, p. 11.

³¹ Eram estes, pelo menos, os benefícios garantidos no “contrato-padrão” firmado, em 11/10/1855, entre o preposto da CUI em Hamburgo, H. F. Eschels, e o mestre de seges Heinrich Griese (1826-1917), natural de Preetz, Holstein. Além desse segeiro, Luiz José Stheling identificou apenas outros cinco artífices germânicos que se estabeleceram dessa forma na cidade: os ferreiros Pedro Schubert Sênior e João Ulrico Schiess, os seleiros João Stiegert e Baltazar Weydt e o folheiro Frederico Peters. A este grupo deve ser acrescentado o nome do ferreiro Balthazar Espeschit (?-1890), originário do Grão-Ducado de Hessen. Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 149-152, 415-432 e ESPESCHIT, Lindolpho. *Pelos caminhos do Brasil o que encontrei: histórias que me contaram, histórias que pesquisei, histórias que vivi*. Belo Horizonte, Mazza, 1995, pp. 149-150.

³² Tais trabalhadores provinham, em sua maioria, do Grão-Ducado de Hessen, do Tirol, da Prússia, Holstein e Baden e pertenciam a distintos segmentos profissionais: agricultores, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, padeiros, carroceiros, marceneiros, ferreiros, funileiros, pintores, serralheiros, dentre outros. Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 149-207. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

empregavam como operários nas oficinas e canteiros de obra da CUI, tinham que se submeter a ordenados bem menores, de 1\$000 em média.³³

Em dezembro de 1860, segundo cálculos de Domingos Giroletti, a CUI empregava em suas obras, estações e oficinas aproximadamente 70% da população masculina da *Colônia D. Pedro II* apta ao trabalho. Dos salários recebidos por esses operários, cerca de um quarto era destinado compulsoriamente à amortização de suas respectivas dívidas com tal firma.³⁴ Por contrastar em tudo com o que havia sido anteriormente prometido pelos representantes da *Companhia União e Indústria* em Hamburgo, essa realidade degradante – que se tornava mais grave com os constantes atrasos de salários, as péssimas condições de habitação e a escassez de gêneros alimentícios - se constituiu na principal causa de uma tentativa de sublevação na *Colônia D. Pedro II* em fins de 1858. Apesar dessa ameaça de levante ter sido prontamente reprimida pelo destacamento policial local, que encarcerou por alguns dias os seus supostos líderes, o clima de tensão não diminuiu, motivando inclusive o protesto formal do representante diplomático do Reino da Prússia no Brasil, barão de Meusebach, contra “os maus tratos e as explorações que constataria pessoalmente nas visitas” que realizou, nessa época, à citada colônia agrícola. Aconselhados pelo diplomata prussiano, desde então muitos colonos se recusaram a pagar a dívida que lhe era atribuída pela CUI, enquanto alguns preferiram se mudar para outras áreas, na cidade ou fora dela.³⁵

Embora sejam ainda bastante restritos os dados disponíveis sobre os trabalhadores lusos e brasileiros empregados pela CUI, de meados dos anos 1850 até fins da década de 1870, há fortes razões para acreditarmos que esses operários recebiam os mesmos salários baixos e aviltantes pagos, então, aos colonos germânicos.³⁶ Soma-se a essas precárias condições de existência, dando a elas um aspecto ainda mais grave, o fato de que nas cidades e fazendas das províncias cafeeiras, particularmente na fronteira de Minas com o Rio de Janeiro, grande parte dos imigrantes europeus, a exemplo do que ocorria com muitos jornaleiros nacionais livres, eram obrigados a labutar, ombro-a-ombro, com cativos de todos os tipos.³⁷

³³ Por volta de 1860, a *Colônia D. Pedro II* dividia-se em três regiões: a *Villagem*, onde residia a maior parte dos colonos empregados na CUI; a “colônia de baixo” e a “colônia de cima”, essencialmente agrícolas. Em dezembro de tal ano, esse núcleo colonial abrigava 1.144 pessoas, 54,4% do sexo masculino e cerca de 45% de credo luterano. Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 188-191 e PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *Op. cit.*, pp. 29-31.

³⁴ Esse endividamento, como notou Giroletti, mantinha grande parte dos colonos atada aos ditames da CUI: “De um montante de 73,8 contos em 1867, a dívida foi reduzida para 67,3 contos em 1870, ou seja, (...) não havendo acréscimo de juros por mora, seriam necessários mais de trinta anos para integralizá-la”, se mantida a média de sua redução anual em 2,1 contos de réis. Ver GIROLETTI, Domingos. *Op. cit.*, pp. 56-62.

³⁵ Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 206-207 e CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921)*. Rio de Janeiro, UFRJ, PPGHIS, 2004, pp. 183-208.

³⁶ Segundo Sérgio de Oliveira Birchal, ao lado de artífices e trabalhadores braçais germânicos e lusitanos, a CUI diversos brasileiros, em funções qualificadas e não qualificadas: “Em 1856, por exemplo, a companhia empregou um total de 80 brasileiros não-escravos no empedramento da estrada. O relatório de 1857 (...) afirmava que o número de brasileiros recrutados tinha aumentado e que as oficinas estabelecidas em Juiz de Fora empregavam tanto alemães quanto brasileiros.” Ver BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. *Op. cit.*, pp. 10-12.

³⁷ A citada passagem do barão de Meusebach por Juiz de Fora, ilustra bem essa situação. Ao que parece, antes de inspecionar a *Colônia D. Pedro II*, o representante diplomático do reino da Prússia junto ao governo brasileiro havia percorrido diversas fazendas localizadas na divisa das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde contactou serem procedentes, de fato, as denúncias feitas por colonos alemães de que estariam recebendo o mesmo tratamento brutal dispensado por feitores e senhores aos cativos. Ver STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 206-207.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Esse cotidiano de exploração e miséria, permeado pelas brutalidades do sistema escravista, não estava muito distante da realidade enfrentada, na maior parte do terceiro quartel do *oitocentos*, pelos operários germânicos, portugueses e brasileiros nos empreendimentos e domínios da *Companhia União e Indústria*. No regime de trabalho em que esses indivíduos juridicamente livres encontravam-se inseridos, por conseguinte, muitas práticas características do *mundo senhorial* se faziam presentes, como evidenciam as jornadas de mais de dez horas diárias que tinham que cumprir, os salários baixíssimos que recebiam - geralmente com atrasos de até onze meses e com descontos que chegavam à metade do seu valor nominal - e a repressão e punição daqueles que ousassem se contrapor a esse quadro de injustiças.³⁸

Por outro lado, além de possibilitar à direção da CUI exercer um forte domínio sobre o conjunto de operários livres que empregava, a utilização em larga escala de cativos alugados restringiu sobremaneira a inserção e o campo de atuação dos não-escravos na construção da rodovia que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, bem como de seus vários ramais na região. Nos empreendimentos da *Companhia União e Indústria*, com efeito, os artífices assalariados configuraram-se enquanto maioria apenas em certos serviços especializados, como a edificação de pontes, a operação das estações de muda e carga distribuídas ao longo dessas vias e das grandes oficinas, da olaria e da telheira - onde eram produzidos carroças, diligências e boa parte do material requerido pelas obras realizadas então por essa empresa.

Entre o início dos anos 1860 e meados de 1870, o trabalho e a produção permaneceram intensos nas oficinas mantidas pela CUI nos arrabaldes de Juiz de Fora, tendo em vista o crescimento contínuo verificado no volume de carga e passageiros, principalmente de café, pela *Rodovia União e Indústria* e por seus diversos ramais.³⁹ Nesse mesmo período, em função da demanda cada vez maior dos cafeicultores dessas regiões por cativos, os trabalhos de manutenção constante exigidos por essas estradas carroçáveis, cuja extensão total chegou a 408 Km, ficaram quase que exclusivamente a cargo de operários livres.⁴⁰

Deste modo, após ter sido amplamente empregado nas obras de implantação de uma extensa e intrincada rede rodoviária entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o braço servil foi fortemente confinado nas lavouras de café que se alastravam por essa região, principalmente pela Zona da Mata mineira. Nesse processo, perceptível já em meados de 1860, caberá a jornaleiros e artífices germânicos, portugueses e brasileiros, basicamente, a realização dos serviços rotineiros de operação e

³⁸ Em cartas enviadas à Alemanha, o colono João Ziegler informou a seus parentes que trabalhava então cerca de dez horas por dia em uma pedreira e que metade de seu ordenado mensal era retida pela CUI a título de amortização de dívidas. Numa carta de abril de 1862, dizia estar enfrentando grandes dificuldades: “Pois estamos agora construindo uma nova casa e há oito meses a Companhia não faz pagamento porque ela está ruim. (...) Já há muito tempo porém estávamos esperando o pagamento e como ouvimos falar este poderá demorar ainda três meses.” Citado por: STEHLING, Luiz José. *Op. cit.*, pp. 306-310.

³⁹ Entre 1858 e 1869, o volume de cargas transportado anualmente pela *Rodovia União e Indústria* passou de 746.407 arrobas para 3.591.527 arrobas, enquanto o movimento anual de passageiros por esta estrada saltou de 5.499 para 23.975 pessoas. Ver ESTEVES, Albino. “Mariano Procópio: trabalhos originais”. In *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, jan / mar. 1956, pp. 244-264.

⁴⁰ Como notou em 1865 a escritora Elizabeth Cary Agassiz: “Para a conservação das estradas, (...) para as reparações, por exemplo, que exigem grande quantidade de trabalhadores constantemente em ação, explorando as pedreiras, quebrando pedras para o macadame, cobrindo o sulco deixado pelas rodas, retificando os taludes, etc., só se admitem trabalhadores livres. Esse cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos (...) inspira-se na idéia de limitar pouco a pouco o trabalho servil às ocupações agrícolas, afastando os escravos das grandes cidades e suas vizinhanças.” Ver AGASSIZ, Luís e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Op. cit.*, pp. 80-83 e 93-96.

manutenção da referida malha viária, sobretudo da *Rodovia União e Indústria*, cuja importância e viabilidade financeira, na segunda metade da década de 1870, acabaram literalmente atropeladas pelos trilhos da *Estrada de Ferro D. Pedro II*. Isto porque, à medida que novos trechos dessa ferrovia eram franqueados ao tráfego, diminuía o fluxo geral de carroças e diligências pela estrada que ligava Juiz de Fora à Petrópolis, situação esta que contribuiu decisivamente para a própria extinção da *Companhia União e Indústria* e da *Colônia D. Pedro II*, respectivamente em 1879 e em 1885.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**AS AÇÕES DAS CLASSES CONSERVADORAS NO PROCESSO DE ORDENAMENTO
DOS MUNDOS DO TRABALHO E DO TRABALHADOR DE
JUIZ DE FORA NA PASSAGEM DO ESCRAVISMO PARA O CAPITALISMO**

Luís Eduardo de Oliveira
Doutorando PPGH-UFF¹

No primeiro dia de 1901, *O Pharol* e o *Jornal do Commercio*, diários então controlados por chefes de facções distintas do diretório municipal do Partido Republicano Mineiro, publicaram artigos especiais para saudar a chegada do século XX e, sobretudo, exaltar o “extraordinário progresso” realizado por Juiz de Fora nos seus cerca de cinqüenta anos de existência.² A exemplo das fotografias e grande parte dos textos inseridos nos almanaques editados na cidade na década de 1890, as informações presentes naquelas edições comemorativas, segundo seus organizadores, forneciam elementos suficientes para que os leitores formassem um “juízo seguro” do “assombroso adiantamento” urbano, econômico e cultural alcançado pelo município desde sua constituição legal, ocorrida no início em 1850.³ Ao mesmo tempo, como indica a leitura do excerto citado a seguir, os argumentos presentes em boa parte dos referidos artigos permitem uma percepção bastante aproximada do comportamento político e das opções ideológicas das classes dominantes juizforanas em tal cenário de rápidas mudanças e inegável prosperidade material, ainda que para pouquíssimos setores da sociedade local:

“Ao entrarmos no novo século parece-nos dever se alegar (...) o quanto fez esta cidade mineira no curto lapso de pouco mais de 40 anos (...) para se constituir cidade importante e independente, dando assim a conhecer do que é capaz a iniciativa do Mineiro, uma vez que

¹ Onde desenvolve a pesquisa “Construindo organizações e tradições: vida urbana, mercado de trabalho e reivindicações proletárias em Juiz de Fora (1873-1934)”, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Ferreira.

² Publicado com pequenas interrupções a partir de 1871, *O Pharol* encontrava-se em 1901 sob a propriedade do vereador Antônio Bernardino Monteiro de Barros, preterido pelo diretório local do PRM nas eleições de fins de 1900 para os cargos de Agente Executivo e presidente da Câmara, das quais saiu vitorioso o médico João d’Ávila. Este desfrutava do apoio dos principais chefes do PRM na cidade, dentre eles Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, então vereador e proprietário do *Jornal do Commercio*. Ver “A imprensa em Juiz de Fora”, *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 1-2 e PEREIRA, Lígia Maria Leite e FARIA, Maria Auxiliadora de. *Presidente Antonio Carlos. Um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 45-79.

³ Em suma, além da organização política-administrativa do município, os artigos publicados nas edições de 01 de janeiro de 1901 de *O Pharol* e do *Jornal do Commercio*, traziam as seguintes informações sobre Juiz de Fora: características geográficas; ferrovias e estradas que servem a região; descrição de seus principais edifícios públicos, estabelecimentos de ensino, hospitais, asilos, casas de caridade, lojas maçônicas, órgãos de imprensa, sociedades literárias, associações beneficentes, instituições e templos religiosos; relação das ruas, avenidas, largos, praças e jardins localizados na área central da cidade; comentários sobre as condições sanitárias, a infra-estrutura e os serviços urbanos e minuciosas descrições sobre o parque industrial, a produção agrícola, as atividades comerciais e as casas bancárias do município. Ver “Juiz de Fora” e “Indústrias de Juiz de Fora”, *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 2, 3 e 5 e “A imprensa em Juiz de Fora”, “A política republicana em Juiz de Fora”, “O movimento associativo em Juiz de Fora” e “As indústrias em Juiz de Fora”, *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 1, 2 e 3.

conheça a sua força e se disponha resoluto ao *trabalho*. Desta exposição concluirá o leitor que a proteção oficial raríssimo se fez sentir e que só a *iniciativa popular* elevou Juiz de Fora a ponto de merecer que a apelidassem *Princesa do Paraibuna*, *Sala de Minas* ou *cidade yankee* – aludindo-se ao espírito progressista e operoso dos filhos do Estados Unidos da América do Norte.”⁴

Na verdade, desde o início da década de 1880, pelo menos, a cidade de Juiz de Fora já figurava nos discursos de suas classes dominantes como “moderna”, “próspera”, “florescente” e “civilizada”, enfim, como o “pórtico majestoso” de Minas Gerais ou como a “cidade mineira produtora por excelência”, tal como a ela se refere, respectivamente, o edital oficial da *Exposição Agrícola e Industrial* de 1886 e o *Jornal do Commercio* de 01/01/1901.⁵ Contudo, a transformação e elevação dos habitantes locais à condição de *povo* “inteligente”, “laborioso” e “morigerado”, plenamente empenhado “em engrandecer a bela cidade” e dotado de um “espírito progressista e operoso” envolveu um esforço muito maior e que se estendeu para muito além do ocultamento das reais condições de existência dos trabalhadores juizforanos. Na verdade, tal operação exigiu uma redefinição da própria noção de *trabalho*, o que ocorreu em meio ao encaminhamento inicial de um processo complexo e bastante conflituoso, qual seja: *o de ordenamento geral de um espaço urbano, de uma população e de um mercado de mão-de-obra que se expandiram bastante, justamente nos momentos decisivos da gradual passagem do país do regime escravocrata à ordem social e econômica capitalista*.⁶

A este respeito, Sidney Chalhoub notou que o desmoronamento gradual da escravidão fez com que as classes dominantes se esforçassem, sobretudo entre 1870 e 1880, para atribuir à idéia de *trabalho* um valor positivo e para vincular tal noção indissociavelmente a conceitos vizinhos como os de *ordem*, *progresso* e *civilização*, em voga nas potências capitalistas européias e por elas exportados para o restante do mundo. Paralelamente a este movimento “de controle de mentes e espíritos”, destinado a fazer com que os homens livres pobres “internalizassem a noção de que o trabalho era um bem, o valor supremo do pacto social”, desencadeia-se outro complementar e menos sutil, que transformou a *rua* “em verdadeiro espaço de guerra”. Esse segundo movimento, de acordo com o autor, tinha como objeto de ação direta “o corpo” dos desocupados e excluídos do mercado regular de mão-de-obra, que ao serem taxados como *vadios*, *malandros* e *desordeiros*

⁴ Ver “Juiz de Fora”, *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, p. 2.

⁵ Ver GOODWIN JR., James William. “A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal em Juiz de Fora (1850-1888)”. In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 3, n.º 1, p. 130 e *Jornal do Commercio*, Juiz de Fora - MG, 01/01/1901, pp. 1, 2 e 3.

⁶ Sobre o processo de constituição e expansão do núcleo urbano de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX, ver: MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1990; PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993; GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987 e OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeicultor da Zona da Mata mineira - 1850/1880”. In *Anais do I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/cafe/textos>.

ficavam sujeitos a serem punidos e até encarcerados pelas autoridades policiais e judiciárias.⁷ Assim, como argumenta também Angela de Castro Gomes, mesmo antes da extinção completa da ordem escravocrata:

“O tema do trabalho e de trabalhadores livres educados no ‘culto ao trabalho’ se impôs ao país. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes. A preocupação com ócio e com a desordem era muito grande, ‘educar’ um indivíduo pobre era principalmente criar nele o ‘hábito’ do trabalho. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente. O ‘pobre’ ocioso era indubitavelmente um perigo para a ordem política social segundo esta perspectiva.”⁸

Considero como muito relevante, neste sentido, precisar melhor em que circunstâncias e a partir de que justificativas ideológicas a *pobreza* tornou-se sinônimo, nos esquemas mentais e discursivos das elites brasileiras, de *classes perigosas e viciosas*. Convém ressaltar, a este respeito, que a implementação de dispositivos legais, novos ou pré-existentes, e de ações destinadas tanto a permitir a repressão ao ócio quanto a coagir a população livre ao *trabalho*, figuraram entre as principais teses debatidas no *Congresso Agrícola* realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 08 e 12 de julho de 1878, sob o patrocínio das autoridades imperiais. Em tal conclave, segundo André Luciano Simão, os representantes de Minas Gerais, incluindo aí os da Zona da Mata e de Juiz de Fora, em especial, foram os mais ferrenhos defensores da adoção de instrumentos capazes de reforçar o poder de coação extra-econômica dos grandes proprietários sobre os não-escravos.⁹ Na visão dos setores dominantes, portanto, tratava-se de impor urgentemente aos “desclassificados”, do campo e da cidade, o “trabalho” e a “ordem” como valores fundamentais, ou dito de outra forma, de compelir os “desocupados de todo tipo” a se converterem em braços úteis à lavoura e às atividades mercantis e manufatureiras - atividades estas que se encontravam em franco desenvolvimento nos centros urbanos mais populosos do país.

Cerca de uma década após o *Congresso Agrícola* de 1878, ainda sob o forte impacto da extinção legal da escravidão e em meio ao clamor dos grandes proprietários por indenizações pela perda de seus plantéis, processa-se na Câmara dos Deputados intensos debates em torno de uma proposta *lei de repressão à ociosidade* elaborada pelo então ministro da Justiça Ferreira Vianna, projeto este que acabou aprovado quase que unanimemente. Independentemente da aplicabilidade ou não de tal legislação, interessa notar que no curso dessas discussões, os representantes das

⁷ Ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores cariocas na belle époque*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, pp. 47-50.

⁸ Ver GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo / Rio de Janeiro, Vértice / IUPERJ, 1988, pp. 24-25.

⁹ Ver SIMÃO, André Luciano. “Minas Gerais e o congresso agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros”. In *XI Seminário sobre a Economia Mineira*, 24 a 27 de agosto de 2004, Diamantina: Cedeplar/UFGM, pp. 20-24. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A053.PDF>. Capturado on-line em: 03 jan. 2006.

classes dominantes, procurando ajustar o foco de sua visão do mundo, se empenharam para tornar mais preciso o conceito de *trabalho* no novo contexto inaugurado pela lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, como forma de impô-lo de um modo mais eficaz aos libertos e demais cidadãos despossuídos. Em síntese as *relações sociais*, o *trabalho* e o seu contra-ponto mais temido, o *ócio*, foram assim pensados e definidos, nesse momento, pelos parlamentares de D. Pedro II: a) o *trabalho é o valor supremo de uma sociedade e o elemento característico e ordenador da vida civilizada*; b) *trabalhar e amar o trabalho é um dever do cidadão para com a sociedade, que lhe garante direitos individuais, liberdade e honra*; c) *quanto mais abnegado for o indivíduo em seu trabalho, maiores serão os seus atributos morais*; d) *a autoridade do patrão é incontestável e fundamental para que o trabalhador desempenhe suas funções com dedicação e eficiência*; e) *a vadiagem deve ser combatida com rigor, porque ao negar-se a trabalhar honestamente, o ocioso deixa de pagar sua dívida com a sociedade, marginaliza-se e torna-se um perverso, uma ameaça à moral, aos bons costumes, à ordem social e à propriedade*; f) *as classes pobres apresentam maior tendência à ociosidade e ao crime, por serem menos moralizadas e cheias de vícios, decorrendo daí a necessidade de reprimi-las e de tratá-las permanentemente como “classes perigosas”*.¹⁰

Como procurarei demonstrar a seguir, a partir do caso de Juiz de Fora, ainda que não tão claramente delimitadas e sistematizadas, estas eram concepções já há algum tempo influentes no universo mental e nas práticas sociais de segmentos expressivos das classes dominantes mineiras. Não por acaso, o ordenamento mais geral do mercado de mão-de-obra local, a partir sobretudo do último decênio monárquico, se fará essencialmente por meio do desencadeamento de uma série de medidas repressivas contra a população pobre que vivia em diferentes áreas, no campo e na cidade. Fundamental também, nesse momento, sem dúvida, será a gradual formulação e difusão de uma nova *ética do trabalho*, mesmo que a princípio não completamente descolada do referencial autoritário e repressor fornecido pelo regime escravocrata. Mas antes de avançar nessas questões, creio ser indispensável lembrar que na extensa zona rural desse município, assim como em toda a Zona da Mata, o processo de abolição da escravidão não resultou em qualquer desorganização da atividade agroexportadora, não obstante a crescente tensão social observada nesta que era, entre os anos de 1870 e 1880, a principal região escravista e cafeeira da província de Minas Gerais.¹¹

Cumprido ressaltar também, nesse sentido, que desde os idos de 1850, a movimentação cotidiana de cativos no núcleo urbano de Juiz de Fora era cercada de inúmeras precauções e

¹⁰ Esta síntese foi composta a partir da análise feita por Sidney Chalhoub das discussões parlamentares em questão. Ver CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, pp.64-80.

¹¹ Como indicam diferentes estudos sobre o tema, em Juiz de Fora e região, o problema da manutenção e ampliação da oferta de mão-de-obra para a lavoura cafeeira foi resolvido por meio do emprego de trabalhadores nacionais, inclusive de grande parte dos ex-cativos, que acabaram submetidos a uma variedade de relações de trabalho. Ver LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870/1920)*. Campinas, Ed. Unicamp, 1988 e SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2001.

restrições, que aparentemente tornaram-se mais severas à medida que a população dessa cidade se expandia e o regime escravocrata esgarçava-se nacionalmente.¹² Assim, ainda que as atividades mercantis e manufatureiras empregassem, de fato, um contingente bastante restrito de indivíduos escravizados, as discussões e tensões sociais suscitadas pela intensificação do processo abolicionista, nos últimos anos imperiais, também se refletiram fortemente na área central desse município - destino preferencial de muitos daqueles que, cedo ou tarde, se viram livres das senzalas e do trabalho forçado nas lavouras de café da região. Nesse conturbado contexto sócio-econômico, ao que tudo indica, uma das principais preocupações das oligarquias juizforanas girava em torno de uma questão complexa e crucial, compartilhada por grupos dominantes de outros centros cafeeiros de igual importância: *controlar o alargamento e ordenar o mercado local de mão-de-obra, afastando ao máximo o risco de um êxodo massivo de braços do campo para o meio urbano.*

A princípio, além das estratégias diretamente vinculadas ao universo rural, as *classes conservadoras* juizforanas procurarão encaminhar esta questão por meio também de ações de *coerção policial* e de *estigmatização* dos hábitos culturais e dos modos de vida dos despossuídos que habitavam o núcleo urbano do município entre 1870 e 1880. Estabelece-se a partir de então, dessa maneira, um padrão de comportamento repressor e excludente frente aos pobres em geral, e aos afrodescendentes em particular, que, amparado por medidas caritativas de curto alcance e com algumas adaptações discursivas e legais, persistirá até pelo menos o início da década de 1930.¹³

Com base na análise de inúmeras edições d'*O Pharol*, publicadas entre fins dos anos de 1870 e o limiar da *República*, diversos autores chamaram a atenção para o recrudescimento, nesse período, das ações repressivas contra as atitudes delituosas e as condutas supostamente desregradas de cativos, libertos e demais homens e mulheres pobres, nacionais e estrangeiros, que viviam ou circulavam no núcleo urbano de Juiz de Fora. A julgar pelo que informa Jair Lessa, em particular, as atenções da imprensa, da municipalidade e das autoridades policiais e judiciárias voltavam-se, então, tanto para a punição de práticas reconhecidamente criminosas (furtos, roubos, depredações, agressões e assassinatos), quanto para a condenação e coibição dos costumes e divertimentos das camadas despossuídas da população local. No início de 1886, por exemplo, a queixa elitista direcionava-se contra os incontáveis “*vagabundos* que havia, encostados pelas esquinas e bares” e

¹² Ver GENOVEZ, Patrícia Falco e SOUZA, Sonia Maria de. “Peças de Ébano: a legislação escravista em Juiz de Fora”. In *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 01, n.º 01, maio, 1997, pp. 35-46. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>. Capturado on-line em: 15 jul. 2004.

¹³ Ver PINTO, Jefferson de Almeida. “A caridade e a ordem: ação e contribuição da cristandade na organização do espaço público da cidade de Juiz de Fora na passagem à modernidade *oitocentista* (1890-1924)”. In *I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, (CR-ROM), 2005 e MIRANDA, Sonia Regina. *Op. cit.*, pp. 254-277.

que “não aceitavam fazer serviço algum, nem mesmo pago, assim como os mais simples como carregar uma mala.”¹⁴

Nos quinquênios que antecederam e sucederam a extinção formal da escravidão, ambientes de socialização como bares, tavernas, casas de tavolagem, sociedades dançantes, batuques e até festejos de santos foram classificados como *centros de propagação* de uma infinidade de vícios e imoralidades. Deste modo, nos discursos elitistas amalgamados e disseminados pelos jornais juizforanos, nesse momento, muitos dos espaços e ocasiões de culto, diversão e lazer populares apareciam associados indissociavelmente a termos depreciativos como “vadiagem”, “desordem”, “indisciplina”, “algazarra”, “malandragem”, “distúrbio”, “jogatina”, “bebedeira”, “prostituição”, “feitiçaria”, dentre outros.¹⁵ Após a *Abolição*, tal campanha contra os desvios de comportamento, reais ou atribuídos, dos pobres e dos libertos, sobretudo, se intensificou e assumiu um caráter ainda mais sombrio. É o que sugere, por exemplo, um artigo publicado n’O *Pharol* em julho de 1888, em que um articulista de plantão exagerava ao afirmar que a cidade se encontrava, então, praticamente entregue a uma malta de ladrões, ébrios e indivíduos inescrupulosos:

“Perigam hoje seriamente a moralidade, a segurança individual e, mais do que tudo, a propriedade particular. Está a cidade infestada de bêbados e de gatunos. Encontram-se, a cada passo, tombados as portas das tabernas, caídos pelas esquinas, homens e mulheres em miserável estado de embriagues, descompostos e quase nus, atirando ao ouvido dos transeuntes, um palavreado imprudente e asqueroso. Por outro lado, ocupam-se diariamente os jornais da terra, em registrar o aparecimento de portas arrombadas, fechaduras forçadas, roubos e mais roubos, um sem número de feitos ousados e a gatunagem que saqueia a cidade.”¹⁶

Por meio das ações de vigilância e repressão, levadas a cabo por policiais e fiscais das posturas municipais, e da estigmatização dos modos de vida das camadas despossuídas da população, por conseguinte, as *classes conservadoras* procuraram, na passagem do século XIX para o XX, estender o seu controle, nem sempre com a eficácia pretendida, para os diversos pontos da malha urbana de Juiz de Fora. O indivíduo que por ventura fosse preso em razão de pequenos desvios de conduta ou sob a acusação de *vadiação*, como ocorreu com inúmeros libertos que migraram para a cidade e sedes de distritos, para se livrar das garras da polícia, tinha que comprovar a sua condição de “homem do trabalho”. Além disso, invariavelmente era forçado a assinar o

¹⁴ Ver LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora, UFJF / Funalfa, 1986, pp. 112-113, 156-158, 164-165 e 184.

¹⁵ Ver GUIMARÃES, Elione Silva. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)*. São Paulo / Juiz de Fora, Annablume / Funalfa Edições, 2006, pp. 72-76 e 101-102; PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Dissertação de Mestrado, Niterói / UFF, 2004, pp. 61-69 e ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *E depois do 13 de maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2003, pp. 28-36.

¹⁶ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 19/07/1888. Citado por: ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *Op. cit.*, pp. 36-37 e GUIMARÃES, Elione Silva. *Op. cit.*, pp. 145-148.

célebre *termo de bem viver*, obrigando-se a alterar o seu comportamento no curto prazo, sobretudo a manter-se regularmente num emprego “honesto”, sob o risco de voltar a coabitar a cela da cadeia pública com delinquentes de toda a espécie, como sugere a seguinte notícia: “A polícia, ciente da grande verdade que encerra o prolóquio popular – *a ociosidade é a mãe de todos os vícios* – fez conduzir-se ontem à sua presença Antônio Cortês, e, depois de admoestá-lo, marcou-lhe o prazo de oito dias para arranjar emprego.”¹⁷

Forjando e disseminando uma ética do trabalho autoritária e repressiva

O comportamento alarmista e policialesco das elites de Juiz de Fora diante do *adensamento da pobreza urbana* implicou também, por outro lado, numa intensificação dos debates em torno do emprego produtivo dos *vadios* e de iniciativas destinadas a quebrar a resistência de parcela dos habitantes dessa cidade em se inserir espontaneamente num mercado de mão-de-obra em franca expansão.¹⁸ Assim, nos últimos anos escravistas, forja-se e difunde-se localmente uma *ética do trabalho autoritária e repressiva*, cujos traços essenciais podem ser claramente identificados nos aforismos que encontrei dispersos, entre notícias e propagandas, nas primeiras páginas d’*O Pharol* de 07 de fevereiro de 1885:

“O homem ocupado, não cuida em coisas más, nem as faz. (...) O homem ocioso, não tendo outros vícios nem sendo parasita, vegeta como um surdo, cego e idiota; os tendo, é uma peste que infecciona muita gente. (...) Enquanto os homens ativos cuidando no que diz respeito, nem se lembram do alheio, os ociosos, para se entreter no alheio, transcuram o próprio.”¹⁹

Fiel a uma linha argumentativa igualmente incisiva, ainda em fevereiro de 1885, um editorialista d’*O Pharol* - órgão de imprensa que passou a circular diariamente a partir de janeiro desse ano - foi buscar exemplos supostamente pertencentes à história das civilizações egípcia, grega e romana para ilustrar e reforçar, em síntese, as seguintes teses: *a ociosidade é o inimigo maior e mais perigoso; a primeira necessidade dos governos é encontrar em que ocupar os homens e só quem trabalha todos os dias tem direito a se alimentar condignamente.*²⁰ O autor desse artigo de fundo encerra-o defendendo a adoção de leis destinadas a combater a ociosidade, a coagir os indivíduos a possuírem uma profissão e a permitir o emprego dos desocupados nos serviços forçados em obras públicas, lembrando que:

¹⁷ *Gazeta da Tarde*, Juiz de Fora – MG, 20/09/1889, p. 2.

¹⁸ Ver PINTO, Jefferson de Almeida. *Op. cit.*, pp. 43-51 e 58-60.

¹⁹ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 07/02/1885, pp. 1-2.

²⁰ As idéias defendidas com indisfarçável arrogância nesse artigo de fundo refletem o crescimento da tensão e expectativa, entre os círculos elitistas locais, no momento em que o *movimento abolicionista* intensificava as suas ações em todo o país e em que se discutia a decretação de uma nova lei de *desescravização* - no caso, a que libertaria os cativos com mais 60 anos (lei n.º 3.270, de 28/09/1885). Amparado em fontes oficiais, Luiz Fernando Saraiva informa que um total de 1.744 mancipios, ou 8,34 % dos 20.905 escravos matriculados no município em 1886, teriam sido declarados livres ou em condições de serem emancipados em Juiz de Fora por possuírem a idade a que se refere tal legislação. Ver SARAIVA, Luiz Fernando. *Op. cit.*, pp. 58-59.

“Os chins [chineses] não consentem um só ocioso e buscam ocupação até para aqueles homens a quem as enfermidades podiam isentar legitimamente do trabalho; porque os que não têm mão trabalham com os pés, e os que não têm pés trabalham com as mãos; até os cegos trabalham, e desde sete anos de idade buscam em que exercitar os meninos. Se a lei de Filipe II [soberano espanhol, entre 1556 e 1598, citado por ter condenado os ociosos às galés] pudesse ser aplicada entre nós, supomos que a população desta cidade estaria muito menor, mas o movimento progressivo seria muito maior.”²¹

A percepção de que a extinção do regime escravocrata configurava-se como eminente, somada às inúmeras transformações decorrentes do rápido incremento da população e das atividades econômicas no núcleo urbano de Juiz de Fora, portanto, forçaram as suas elites, escudadas nas instituições do poder público, a redobram a vigilância e o controle sobre os despossuídos e recalcitrantes, livres ou cativos. Ao mesmo tempo, com o concurso decisivo da imprensa, esses grupos dominantes conceberam e difundiram, entre 1870 e 1880, uma argumentação agressiva que impunha o *ato de trabalhar* como a única alternativa plausível, no âmbito dessa cidade mineira, para os indivíduos pobres juridicamente livres escaparem de serem classificados como *ociosos*, *vadios*, *vagabundos*, *malandros*, *gatunos* e outras pechas igualmente odiosas. Creio que foi fundamentalmente assim, a princípio, que se procurou impor localmente o *trabalho* como um dever primordial, como uma das mais importantes obrigações morais e sociais dos homens e mulheres pertencentes às classes populares, incluindo aí muitos egressos do cativo.

Não obstante o tom sombrio e ofensivo dos seus discursos de combate à *ociosidade* e de condenação dos modos de vida dos pobres, trabalhadores ou não, percebe-se nitidamente que, nos derradeiros anos da escravidão e do Império, as classes conservadoras juizforanas não se mostravam nenhum um pouco atônitas ou intimidadas, e muito menos inertes, diante das mudanças em curso. Isto primeiramente porque, como atestam as informações reunidas no ítem inicial deste artigo, ao contrário do que sustentava então a argumentação elitista, o “progresso” e o “futuro” de Juiz de Fora jamais estiveram ameaçados ou comprometidos, quer seja por uma suposta proliferação da vadiagem, quer seja por uma muito propalada escassez de braços - carência esta que, ao que tudo indica, inexistia mesmo para as ocupações mais especializadas. Nesta perspectiva, acredito que as demonstrações de fraqueza e insegurança dadas não raras vezes, nessa época, pelos grupos dominantes locais, na verdade, visavam muito mais o reforço de sua *hegemonia de classe*, da sua *supremacia social e econômica* sobre os demais habitantes dessa cidade. Mais especificamente, destinavam-se a obter o consenso, a aprovação de amplas camadas da opinião pública para as medidas repressivas e as ações de enquadramento dos despossuídos, livres e escravizados, deflagradas de modo efetivo nesse conturbado período de transição.

Corroborar esta hipótese, em especial, a lembrança de que até os dois últimos anos de 1880, as elites agrárias e mercantis-manufatureiras locais não tinham ainda adotado e difundido, pelo

²¹ Ver *O Pharol*, Juiz de Fora - MG, 20/02/1885, p. 1.

menos de modo claro e articulado, um discurso que conferisse ao *labor* um *caráter positivo e edificante*. Uma argumentação mobilizadora, que revestisse o *ato de trabalhar* “de uma roupagem dignificadora e civilizadora”,²² algo que aparentemente só se tornou possível e conveniente, ao mesmo tempo, na passagem de 1890 para a década seguinte, quando o espectro da escravidão que pairava sobre a cidade e seus arrabaldes se dissipou completamente, embora deixando fortes marcas sobre as relações sociais que vigeriam no novo contexto inaugurado com a *Abolição* e a *República*.

Ao invés da exaltação do *labor* como a verdadeira fonte do progresso material e do desenvolvimento sócio-cultural e técnico-científico de uma sociedade, no entanto, a *ética do trabalho* disseminada em Juiz de Fora no período em que as ordens escravista e imperial se esfacelavam possuía um caráter muito mais *coercitivo* do que *persuasivo*, uma vez que se assentava na veemente condenação do *ócio* e na estigmatização dos comportamentos e modos de vida populares. Tais aspectos marcarão profundamente o processo de conformação e disciplinamento do mercado urbano de mão-de-obra local, principalmente no que diz respeito às estratégias e mecanismos utilizados por proprietários, empreiteiros, negociantes e donos de fábricas e oficinas para arrematar e submeter à condições existenciais aviltantes um proletariado multiétnico que se alargava com rapidez, incorporando muitos libertos e imigrantes que, entre as décadas de 1870 e 1880, se estabeleceram nessa cidade e em seu entorno.

Fontes impressas:

- *Juiz de Fora no século XIX*. Juiz de Fora, Tipografia Central, 1901.
- *Anuario Historico-Chorographico de Minas Geraes - 1909 (Anno III)*. Belo Horizonte, 1909.
- *Anuario de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ano V, 1913, pp. 495-497.
- Coleções dos jornais *O Pharol*, *Gazeta da Tarde* e *Jornal do Commercio*, pertencentes ao Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora – MG.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Fernanda Moutinho de. *E depois do 13 de maio? Conflitos e expectativas dos últimos libertos de Juiz de Fora (1888-1900)*. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 2003.
- BELLIGNI, Silvano. “Hegemonia”. In BOBBIO, Norberto (et al.). *Dicionário de política*. Brasília, Edunb, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores cariocas na belle époque*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2001.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres: o intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1987.
- GENOVEZ, Patrícia Falco e SOUZA, Sonia Maria de. “Peças de Ébano: a legislação escravista em Juiz de Fora”. In *Revista Eletrônica de História do Brasil*. Juiz de Fora, UFJF, vol. 01, n.º 01, maio, 1997, pp. 35-46. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/rehb>. Capturado on-line em: 15 jul. 2004.

²² Ver CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, pp. 48-49.

- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.
- GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo / Rio de Janeiro, Vértice / IUPERJ, 1988.
- GOODWIN JR., James William. “A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal em Juiz de Fora (1850-1888)”. In *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 3, n.º 1.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais (1870/1920)*. Campinas, Ed. Unicamp, 1988.
- LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora, UFJF / Funalfa, 1986
- MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1990.
- NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de. “A formação de Juiz de Fora e sua gradual transformação em principal centro urbano, comercial e manufatureiro do complexo cafeeiro da Zona da Mata mineira - 1850/1880”. In *Anais do I Seminário de História do Café: História e Cultura Material*. Disponível em: <http://www.mp.usp.br/cafe/textos/Lu%C3%ADs%20Eduardo%20de%20Oliveira.pdf>.
- PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos atores em um novo cenário: controle social e pobreza em Minas Gerais na passagem à modernidade (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2004.
- _____. “A caridade e a ordem: ação e contribuição da cristandade na organização do espaço público da cidade de Juiz de Fora na passagem à modernidade oitocentista (1890-1924)”. In *I Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*, 27 a 29 de maio de 2005, Juiz de Fora, (CR-ROM), 2005.
- PIRES, Anderson José. *Capital Agrário, Investimento e crise na cafeeiro de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 1993.
- PORTELLI, Hughes. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre nas fazendas de café, 1870 – 1900*. Dissertação de Mestrado. Niterói / UFF, 2001.
- SASSOOM, Anne Showstack. “Hegemonia”. In BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.
- SIMÃO, André Luciano. “Minas Gerais e o congresso agrícola de 1878: demandas, temores e percepções dos produtores rurais mineiros”. In *XI Seminário sobre a Economia Mineira... Op. cit.*, pp. 20-24. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A053.PDF>. Capturado on-line em: 03 jan. 2006.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Memórias, representações, identidade e salazarismo: memórias de imigrantes
portugueses sobre o salazarismo**

Luiz Armando Dantas de Oliveira*

Introdução

Este artigo trata da questão da memória sobre o salazarismo produzida por imigrantes portugueses residentes das localidades de Pendotiba e Ponta D'Areia, localizados na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Esses imigrantes portugueses são de origem camponesa e tiveram uma vivência direta com o salazarismo.¹

Analisaremos a questão da memória do salazarismo após a Revolução dos Cravos, como a memória do salazarismo se apresenta depois de um período de grandes transformações na sociedade europeia. Vamos averiguar as conexões entre a memória construída por estes imigrantes com a imagem do Portugal moderno, produzida no pós-Revolução dos Cravos.

Num primeiro momento, vamos buscar uma breve definição do salazarismo, especialmente suas características políticas, sociais e econômicas.

Sobre o salazarismo

O regime salazarista foi uma longa ditadura de direita, nascida de um contexto histórico em que o liberalismo clássico se encontrava em declínio (Hobsbawm, 1995, pp.113-143). Foi um regime que sobreviveu à ruína das ditaduras europeias (juntamente com a Espanha) e que tentou resistir às transformações advindas do novo contexto mundial do pós-guerra, com o preço do isolamento político (sobretudo na época das guerras

* Mestrando do programa de pós-graduação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

¹ Com o objetivo de preservar a privacidade dos entrevistados, divulgaremos somente o primeiro nome deles. Os nomes dos entrevistados são: João, Walter, Artur, Manuel, Joaquim.

coloniais na África, 1961 a 1974) e de pressões crescentes no sentido da democratização do país, tanto da comunidade internacional quanto internamente. Fustigado constantemente pelas guerras coloniais, que pareciam não ter fim, o regime construído por Salazar caiu isolado, em abril de 1974, com a Revolução dos Cravos.

Para além desta caracterização inicial, iremos apresentar e demonstrar o aspecto profundamente tradicional do regime salazarista. E como o discurso apregoado pelo regime podia convergir com os valores sociais característicos do universo camponês, origem dos imigrantes portugueses estudados neste artigo.

Segundo Costa Pinto, o regime salazarista, ao contrário das experiências nazifascistas, não foi um elemento dinâmico de ruptura com o status-quo anterior, ou seja, não foi uma força mobilizadora e modernizadora. O regime se apoiava firmemente nos meios de controle e hierarquias sociais tradicionais, pois “o Estado Novo (...) foi profundamente conservador e confiou mais nos instrumentos de enquadramentos tradicionais, como a igreja e as elites de províncias, do que em organizações de massa”. Isto não significa que o regime deixou de utilizar a repressão e não tivesse um projeto de uniformizar a sociedade portuguesa, buscando moldar as várias esferas da vida nacional. Mas, no entanto, o movimento era mais de desmobilização da sociedade, promovendo a apatia e a manutenção da ordem social com a garantia das elites tradicionais (Costa Pinto, 1992, pp. 127-131).

Para Fernando Rosas, o regime de Salazar estava primeiramente preocupado em estabelecer equilíbrios possíveis, em todas as esferas, para não comprometer o tecido social português. O Estado procurava conjugar os interesses da indústria com a manutenção da velha estrutura fundiária do país (os grandes fazendeiros do sul ainda tinham forte presença social, econômica e política na sociedade), através da “proteção e reserva de mercado nacional” (Rosas, 1994, p.248). Portugal permaneceu um país essencialmente agrário e periférico.

A partir dos anos 50, teve início um processo mais acelerado de industrialização, embora esse processo industrializante estivesse cerceado pelos limites do salazarismo. Assim, o regime salazarista, mesmo comportando algum grau de modernização em suas estruturas, permaneceu receoso quanto às conseqüências de um processo mais efetivo de modernização.

Em termos ideológicos, o Estado Novo português foi essencialmente conservador, constituindo o corporativismo como “o modelo cultural oficial do regime”, que, por sua vez, é portador de uma concepção organicista da sociedade. Então, “o projeto cultural de Salazar procurou uma restauração sistemática dos valores da tradição”, concebendo, teoricamente, uma sociedade que não existe o conflito social (Costa Pinto, 1992, pp. 127-128).

O discurso do salazarismo estava assentado, em grande medida, na defesa de valores característico do tradicional mundo camponês português. Segundo Heloísa Paulo, o discurso salazarista “reflecte uma determinada ‘imagem’ da realidade, vinculada ao universo católico, rural e hierárquico, do qual emerge a figura de Salazar”. Tal discurso dá ênfase aos valores simples do mundo aldeão, sendo “elementos presentes na elaboração de uma imagem oficial do ‘ser português’” (Paulo, 2000, pp. 41-42). Este estereótipo do português aldeão e de vida simples era possível, dado a esmagadora maioria da população rural do país.

Como efeito de comparação com o Portugal moderno, é importante demonstrar o quanto o salazarismo foi, em todos os sentidos, bem conservador e como este estava vinculado ao universo aldeão e rural, ao qual pertencem os emigrantes aqui entrevistados.

2- A Revolução dos Cravos e o Portugal moderno

Desde de 1961 Portugal empreendia uma guerra inglória com as suas colônias do ultramar, num impasse que minava o domínio exercido por séculos naquela região. A economia portuguesa era dependente de suas colônias (sobretudo Angola) e a sua política externa estava direcionada para o Atlântico. A guerra colonial desviava recursos preciosos de um país de poucos proventos e isolava cada vez mais Portugal do cenário da política internacional.

Em 25 de abril de 1974 dá se o golpe militar, executado e coordenado pelo MFA (Movimento das Forças Armadas, que era formado por oficiais de baixo escalão). Mas o que foi inicialmente um golpe militar se converteu rapidamente numa revolução. Várias forças políticas que outrora estavam sufocadas pela repressão do antigo regime salazarista, emergiram para a luz da vida política (Maxwell, 2006, p. 93).

A esquerda saiu fortalecida com a Revolução, especialmente os comunistas e os socialistas, que imediatamente conquistaram espaço no novo governo. No momento do estouro da revolução, o PCP era o único partido organizado naquele momento (Maxwell, 2006, p. 94).

Assim, o processo revolucionário foi se radicalizando, com as nacionalizações e as expropriações de grandes propriedades. Na ótica de um entrevistado, que esteve presente em Lisboa em 1975, a Revolução dos Cravos teve uma face negativa, onde ele enfatiza a questão da inversão da ordem social. Para ele, a revolução foi negativa porque “os empregados [estavam] a ponto de virarem patrões [e] as empresas de ônibus foram tomadas”. Além do mais, “éramos mal atendidos nos restaurantes e nem podíamos reclamar. As autoridades [policiais] não tinham”.² Essa passagem da entrevista demonstra o que foi significativo para ser lembrado pelo imigrante sobre a Revolução dos Cravos, que, no caso, são os elementos invertidos do que ele concebe como o bem viver: ordem e hierarquia social, com respeito às tradições.

Na região norte, tradicionalmente conservadora e católica, a divisão fundiária era composta basicamente por pequenas propriedades e rendeiros. Enquanto as expropriações se mantiveram restritas às grandes propriedades de terras e indústrias, a região do norte se manteve indiferente. Mas quando começaram a surgir rumores de que haveria desapropriações de pequenas propriedades, assustaram profundamente a população do norte do país, fornecendo o combustível necessário para congregar esses setores contra o governo. Além disso, a igreja exercia um forte papel de propaganda anticomunista, pois os padres, freqüentemente, faziam sermões e pregações com alertas sobre o “perigo vermelho”, exortando os seus fiéis contra os comunistas (Maxwell, 2006, pp.192-193).

Os comunistas e a FMA iam perdendo força e, cada vez mais, os socialistas iam ganhando espaço, sobretudo com o resultado das eleições de 1975, que deram maioria para o partido de Mário Soares. Dessa forma, Portugal tomava o caminho da moderação, da democracia formal, do parlamentarismo e da modernização econômica.

Em que sentido podemos pensar a relação da memória produzida pelos imigrantes aqui entrevistados com as transformações recentes da sociedade portuguesa ?

² Entrevista com o sr. Manuel.

Com a progressiva aceleração e modernização da economia portuguesa, e a conseqüente expansão dos marcos do capitalismo em Portugal, antigas formas de produção camponesa e artesanal foram sendo dissolvidas e tornando-se cada vez mais inviáveis. Claro que esse processo teve início desde o período do regime salazarista, mas era muito lento e tímido. Aliás, essas formas de produção contavam com a proteção do regime, embora estivessem mais no domínio da retórica do que no mundo real (Rosas, 1994, p.249). O Portugal moderno não comporta mais estas formas de produzir e viver.

É a partir deste ponto que vamos analisar a relação da memória produzida por estes imigrantes com as transformações aos quais Portugal passou, mas sem perder de vista as representações sobre o salazarismo.

3-Memória, universo aldeão/camponês e salazarismo.

A memória, segundo Halbwachs, se constrói coletivamente, dentro da dinâmica da sociedade. Ou seja, ela depende dos quadros sociais da sociedade para se constituir. Isso é um contraponto fundamental com a perspectiva de Bergson, que postula a memória como um atributo puramente individual, na qual o sujeito resgata as suas reminiscências do passado conforme as necessidades que surgem no presente. Para Halbwachs, é impossível a reconstituição plena de um fato do passado, a não ser que fosse possível a total recuperação dos quadros sociais em que aconteceu o fato (Bosi, 1994, pp. 36-51).

Certamente que a perspectiva de Halbwachs enfatiza muito o papel dos quadros sociais na construção da memória. Mas o seu trabalho foi importante para demonstrar os aspectos sociais da memória. Já que a memória também se constrói no social, ela está relacionada ao contexto social em que está inserida. Ela possui uma certa flexibilidade, que muda conforme as circunstâncias e questões colocadas pelo presente. Portanto, a memória está vinculada aos problemas e questões do presente.

Isso fica evidente quando os imigrantes relatam as transformações que Portugal passou nos últimos anos. Todos os imigrantes entrevistados viajaram para Portugal depois da Revolução. De maneira geral, não escondem o sentimento de surpresa quando encontraram várias melhorias em infra-estrutura e serviços, “coisas que não tinham naquele

tempo”. Mas quando se referem ao abandono dos campos, o relato melancólico vem acompanhado de nostalgia “daqueles tempos”.

“De carro de boi. É! Eu sou desse tempo. Carro de boi. [Como] daqui [Pendotiba] a Maricá. Saía-se 4 horas da manhã e voltava [as] 2 horas da tarde. É! Carregar mato naqueles montes, fazer o estrume para os campos... aquilo era bonito, pronto! Era muito bonito! Hoje, aqui hoje não existe mais isso. Hoje acabou tudo. Hoje nem gado tem dentro de Portugal. Nem gado tem, nem boi. Vaca muito pouco. As [vacas] de leite é muito pouco. Aquele tempo era bom: o (...) estrume para os campos, apanhando milho nos campos, os bois para casa, os carros de boi... Era bonito!”³

Como foi dito antes, o processo de dissolução do modo de viver camponês e artesanal foi intenso com a modernização econômica de Portugal. A imagem de desagregação do modo de viver camponês influi nas imagens relacionadas com a experiência que estes homens tiveram no campo. Podemos notar nesta passagem, típico de um relato nostálgico, que os aspectos positivos são enfatizados, constituindo numa idealização do passado, sendo um “tempo perdido” ou uma “idade do ouro”, embora exista alguma conotação negativa no mesmo depoimento.⁴ Pois a memória é seletiva e sofre flutuações no momento em que ela é articulada (Pollak, 1992, p.203).

A nostalgia não se restringe apenas ao modo de produzir. Está impressa também nos costumes e valores sociais:

“No tempo de Salazar havia respeito. Mocidade... tudo bonito. Hoje aquilo lá tá muito ruim (...). Minha mãe dizia assim ao domingo: ‘tens que ir à missa e depois em casa’. Com 15 anos e 16 era isso assim. Hoje ninguém tem mais respeito à mãe e nem ao pai lá. Com 15 anos a 16, nem olham para o que a mãe faz. (...) Chamam a

³ Entrevista com o sr. Joaquim.

⁴ O entrevistado se refere, por exemplo, à mendicância e à ausência de seguridade social (aposentadorias) no tempo de Salazar.

mãe e o pai de tu⁵. É uma pouca vergonha! Tu isso, tu aquilo. Perderam o respeito”.⁶

“Há uma certa falta de respeito. (...) Eu já tenho idade, e o que eu vejo hoje, as pessoas não se respeitam mais. Difícil, né!? Você chega no colégio não respeitam o professor ou a professora. Tá todo mundo igual. Tá entendendo!? Então, naquela época havia um certo respeito e hoje já não há mais.”⁷

Reparamos nestas passagens o destaque dado à idéia de respeito – que está diretamente vinculado ao ideal de uma sociedade patriarcal, onde a figura do pai é o organizador principal desta realidade social –, que remete a certos valores sociais, como o respeito às hierarquias sociais e à ordem social. Além desses elementos, um forte ethos do trabalho está freqüentemente presentes nos discursos dos entrevistados. Em vários momentos das entrevistas, a justificativa para a defesa do salazarismo passa por estes valores e referenciais sociais. Podemos notar isso nesta passagem:

“Tem muito português aí que era contra o Salazar (...). Não gostavam do Salazar porque era um regime que você tinha que trabalhar. Não podia ficar farreando por aí... aí de noite, com bagunça. O negócio era feio! E trabalhava. Tinha o seu direito de trabalhar, de ir e vir, mas era aquilo: não podia andar de madrugada fazendo besteira aí não”.⁸

O que esta passagem demonstra é que a memória tem uma ligação íntima com a identidade que esses indivíduos ostentam. Para Barth a identidade étnica não é apenas um conjunto de atributos culturais de um grupo, mas também envolve a manutenção de uma fronteira com outros grupos, dentro de um contexto de interações entre os grupos. Assim, os atores sociais vão utilizar critérios de inclusão e exclusão conforme as interações, para definir sua identidade e classificar o outro. Conseqüentemente, “algumas diferenças

⁵ Nos países Ibéricos, o pronome pessoal tu é uma forma informal de tratamento.

⁶ Entrevista com o sr. Joaquim.

⁷ Entrevista com o sr. João.

⁸ Entrevista com o sr. Artur.

culturais são usadas pelos atores como sinais e emblemas de diferença, ignorando-se outras. Além disso, em algumas relações diferenças radicais são atenuadas e denegadas”. Essas diferenças culturais podem ser expressas sob duas formas: sinais diacríticos (“que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade”, podendo ser “vestimenta, língua, forma das casas ou estilo de vida em geral”) e orientações valorativas básicas (“padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas”) (BARTH, 2000, p. 32).

Pois notamos que os valores sociais associados à identidade desses entrevistados servem como parâmetros para a articulação dos seus respectivos discursos. Segundo Pollak, a memória é algo construído, que sofre flutuações e variações ao longo do tempo. No entanto, para o mesmo autor, a memória é variável até um certo ponto, pois ela apresenta uma coerência ou estabilidade no decorrer no tempo. Do contrário, seria um caso patológico a constante mudança da memória. Do mesmo modo, este sentimento de continuidade no tempo, inerente à memória, está também relacionado à identidade, tanto individual quanto coletiva, tendo em vista que a identidade, neste caso, é “a imagem de si, para si e para os outros”. Portanto, é a partir do sentimento de continuidade, coerência e estabilidade do indivíduo ou do grupo que podemos entender a ligação entre a memória e a identidade. Mas isso não significa que ambos tenham uma natureza essencial. Ambos se constroem socialmente, em referência aos outros, que “podem ser perfeitamente negociadas” (Pollak, 1992, p.204).

Quando analisamos os depoimentos orais desses imigrantes portugueses, notamos o quanto o discurso destes estão permeados ou fazem referências a valores culturais e sociais do universo aldeão/camponês dos imigrantes.

Portelli, ao se referir à memória dos habitantes do povoado de Civitella, afirma que não existe uma memória pura ou espontânea, contraposta à memória oficial, tida como ideologicamente construída. Todas as memórias são mediadas pela cultura, ideologia e valores sociais. É bastante significativa a comparação entre os depoimentos de 1946 (pouco tempo depois do massacre) com as entrevistas dos anos 90 para perceber o quanto o discurso dos habitantes de Civitella ficou cristalizado e estruturado ideologicamente (Portelli, 2005, p.106).

Por isso, a importância de analisar criticamente estas fontes históricas, como qualquer outra. Sobretudo, estar atento aos elementos culturais, sociais e ideológicos que mediam e articulam a memória desses imigrantes portugueses.

Conclusão

Ao longo deste breve artigo, analisamos a construção da memória de imigrantes portugueses que vivenciaram o período salazarista em Portugal. Comparamos esta memória com as realizações e imagens produzidas pelo Portugal pós-Revolução dos Cravos, um país moderno e integrado à Europa.

Num primeiro momento, fizemos uma breve definição do que fora o salazarismo em alguns de seus aspectos políticos, econômicos e sociais, tendo em vista demonstrar a convergência do discurso salazarista com o modo de vida camponês e aldeão.

Em seguida, nos referimos às transformações ocorridas com a Revolução dos Cravos, momento, ao qual, Portugal dava uma profunda guinada em sua história. Nesta parte, buscamos apresentar a Revolução dos Cravos como forte divisor de águas na história portuguesa, a fim de demonstrar o contraste entre o período de Salazar com o Portugal moderno.

Por fim, analisamos a memória desses imigrantes à luz dessas transformações em Portugal. Assim, demonstramos como a articulação do discurso desse grupo está permeada por vários elementos do mundo camponês/aldeão, cuja identidade de camponês fica patente, não só pela experiência que tiveram, mas também nos valores e referenciais culturais e sociais que mobilizam no seu discurso. Essa identidade é componente importante para analisar as representações desse grupo sobre o salazarismo.

Bibliografia

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

PAULO, Heloísa de Jesus. *Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, V. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos & abusos da história oral*. 6ª edição, Rio de Janeiro: FGV editora, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. vol 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. vol 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. In: _____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: _____. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

TELO, António José. As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. In: *Revista de História das Idéias*. Vol 16. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: LASK, Tomke (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Equilíbrio, Vaidade e Amor nas *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*

Mannuela Luz de Oliveira Valinhas / UEMG
mannuellaluz@yahoo.com.br

Matias Aires no seu livro *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*, publicado pela primeira vez em 1751, tem como principal objetivo elaborar um quadro geral do que seja a vaidade e seus efeitos no homem e na sociedade. A vaidade é encarada como principal motor das ações humanas. Uma das características mais marcantes do seu texto é a forma como o autor faz uso de oposições e binarismos. O uso de oposições está quase sempre atrelado a uma idéia de equilíbrio, ou seja, elementos com características opostas garantiriam o equilíbrio das coisas existentes. Sendo a vaidade definida, basicamente como um vício (em oposição à virtude), ela encontra sua barreira no amor. Assim, duas paixões opostas constituem o humano: a vaidade e o amor. A Providência colocou o amor no homem para a conservação do mundo, ele é ao mesmo tempo princípio da vida e o final da perfeição. Nessa comunicação, pretende-se analisar o argumento exposto nas *Reflexões Sobre a Vaidade dos Homens*: como essas duas paixões se articulam e se equilibram no homem individualmente e são responsáveis pela conservação da sociedade.

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO DISCURSO E SUA
RECEPÇÃO PELA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E ARGENTINA.**

MARCELO DE MELLO RANGEL / PUC - RIO
MMELLORANGEL@YAHOO.COM.BR

A presente comunicação discute proposições e conceitos básicos da história do discurso concebida por Pocock, bem como apresenta e analisa a recepção de tal perspectiva teórico-metodológica no âmbito da historiografia brasileira e argentina. Num primeiro momento discutiremos as relações entre a filosofia da linguagem proposta por Austin e a história do discurso de Pocock, tendo como eixo fundamental a compreensão da linguagem como *efetuação*, como ação. Como desdobramento deste primeiro momento, analisaremos o *historicismo radical* proposto pelo autor neozelandês, melhor dizendo, a significativa importância que o autor confere a certa *agoridade* da fala, quero dizer, a certo movimento ininterrupto da fala que, a todo o momento, alarga e/ou transforma o horizonte lingüístico, desde o qual a fala se faz possível. Num segundo momento, analisaremos a recente recepção das reflexões teórico-metodológicas de Pocock no âmbito da historiografia brasileira, enfatizando textos de Marcelo Gantus Jasmin, e apresentaremos algumas proposições da historiografia argentina acerca da história do discurso, especialmente a partir da análise de textos de Elias José Palti.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Trajetos do conceito de paisagem: história do conceito e relações clássico-moderno
e romântico-moderno na produção artística brasileira do tempo recente**

Marcio Pizarro Noronha
Miguel Luis Ambrizzi

I. Introdução

Este trabalho versa sobre um estudo em andamento na forma de um projeto para doutoramento no campo da pesquisa histórica, envolvendo a História da Arte (e Interartes) e as abordagens da intertextualidade e das relações interculturais. Este trabalho integra um grupo de pesquisa CNPq INTERARTES: PROCESSOS E SISTEMAS INTERARTÍSTICOS E ESTUDOS DE PERFORMANCE (UFG / PPGH / PPGM), sob a coordenação do Prof. Dr. Marcio Pizarro Noronha.

Tratando-se de uma apresentação parcial de levantamento de dados da pesquisa, neste texto, trataremos exclusivamente de abordar dois momentos da afirmação do conceito de paisagem, fundados nos estudos de uma Historiografia da História da Arte, nos termos da rediscussão dos conceitos de clássico e romântico. No primeiro deles, ligado à estética do classicismo e do romantismo, assistimos a uma ampliação do termo, funcionando enquanto forma do tratamento retórico das imagens (classicismo) e enquanto conceito interartístico e das relações interartes, sendo usado pela pintura, pela música e pela literatura.

No século XX, através do estudo de artistas do tempo recente, a noção de paisagem sofre uma inflexão numa dupla direção que retoma ambos os sentidos apontados no cânone estético: do classicismo, assistimos as formações da paródia pós-moderna, na obra de um artista brasileiro, Walmor Côrrea, recuperando a ilustração da natureza aos moldes do esboço de observação dos artistas viajantes dos séculos passados, e, das formas de um neo-romantismo, numa politização do termo paisagem, vinculando-o a questões ambientais e de políticas sociais, num enfoque intercultural, através da obra de Franz Krajcberg.

II. O clássico-moderno e o romântico-moderno

No estudo da Historiografia da História da Arte, um dos objetos e temas recorrentes trata justamente do campo da definição de Arte e das relações entre as Artes. Observando as classificações estilísticas e filosóficas vinculadas aos termos do clássico e do romântico, nos séculos XVIII e XIX, sugere-se que estes agrupamentos não tratam apenas de problemas de estilo, mas fundamentalmente de problemas de definição e classificação da(s) Arte / artes. Como se trata de um texto num espaço reduzido, indicamos que as leituras que tratam dos estudos da retórica, do surgimento do campo semiótico e os textos da estética e da filosofia da arte, envolvendo a formação das terminologias e delimitações da História, da Filosofia, da Teoria, da Crítica e da Ciência da Arte, podem ser observadas nos termos de uma divisão entre questões do clássico e do romântico e que, em ambas, podemos sugerir inflexões para um pensamento e uma herança do moderno.

Estes problemas são identificados através dos conceitos de separação (clássico) e fusão (romântico) das artes.

Charles Rosen (2004), crítico e historiador do romantismo com ênfase para os estudos da música e das artes visuais, a tese de que o século XVIII tentava definir “a natureza e o limite de cada uma das artes e fixar a oposição entre arte e realidade que parecia indispensável à existência da arte em geral” (101). Aliás, este é o programa da estética de Lessing. Na premissa clássica, a noção que se pré-anuncia é a da tematização da linguagem e da separação entre as linguagens, um tema que vai se deslocando do campo da Retórica (séculos XV ao XVIII) para o do advento de estudos das linguagens artísticas e das origens de uma semiótica (séculos XVIII ao XX). (TODOROV, 1996)

O Romantismo enquanto movimento e geração fundadora de princípios estéticos próprios encontra-se, em suas diferentes vertentes, unificado em torno de um pressuposto conceitual: o da fusão das artes. De autores como Schlegel para diante, em torno de 1798, o desenvolvimento dos textos de crítica e de estética procuram manter viva a associação entre as diferentes artes – com ênfase para o ver e o ouvir, para a pintura e a música.

A concepção romântica da arte enquanto uma totalização permite uma identificação entre o princípio estilístico da Fusão e uma conceituação de Natureza. Ambos os termos, são unificados numa idéia de superação de todas as artes – numa

Arte – e uma superação da Arte na Natureza. Haveria assim, um deslocamento das artes para a Arte e da Arte para a Natureza. Esta última passa a ser tomada como o modelo, pois seu desenvolvimento se assemelha a um procedimento autobiográfico. A Natureza se conta e se reflete a si mesma. Ela se autoimita e, portanto, a Arte só poderia conquistar uma autonomia para além das aparências da autonomia das linguagens associando-se a ela.

Poetas, filósofos e músicos como Novalis, Wordsworth, Berlioz e Byron demonstram em suas obras esta assinatura natural, este sentido autobiográfico de toda manifestação artística acompanhando a assinatura realizada pelo mundo natural – o que permitiria uma associação entre artista, gênio e divindade.

A produção da arte concentrar-se-á numa ampla noção de paisagem, envolvendo as artes visuais, a música, a poesia, o teatro e a literatura. O termo corresponderá justamente a este princípio romântico de fusão em último grau entre o eu e o mundo, numa posição mediada entre estes dois lugares, tal como nas figuras de Friedrich, em sua posição contemplativa, um ato votivo voltado para toda a exterioridade e encontrando na exterioridade uma justa expressão do eu romântico. O termo Natureza parece ser esclarecedor desta ampla problemática estética e artística e de suas ambições em termos sociais e culturais. Os ideólogos românticos pretendiam se afastar dos valores sociais propugnados pela sociedade “clássica” e encontravam numa noção abrangente de Natureza uma forma de desvincular a arte dos seus compromissos sociais (valores morais, formas de conduta etc). Ao mesmo tempo, a superação da noção de Arte através da Natureza, colocava o produto artístico autônomo numa posição de sobre-determinação em relação aos princípios de funcionamento do mundo natural, não como Natureza idealizada – pois os clássicos idealizam a Natureza, ordenando-a e adequando-a aos princípios do Belo -, mas como a capacidade de despertar sentimentos, provocando o movimento da Imaginação. Uma Psicologia da Imaginação estava sendo inventada através da concepção de Natureza e do modo como as formas das artes deveriam ser obedientes a estes princípios sentimentais, geradores de um mover-se das emoções.

Nestes termos, a representação do mundo natural era vista através de modelos de prescrição entre os clássicos – e nas formas da pintura arcádica do século XVII. Enquanto isto, entre os românticos, a Natureza não se apresentava idealizada – noção de Natureza Ideal – e justificada por este princípio de apresentação equilibrada das representações. Como dizem os historiadores semióticos das artes, tal como Sena, a

tarefa do romantismo era a apresentação do infinito e a construção de codificações altamente particulares e autobiográficas, sem a constituição de modelos estáveis de representação. Não que isto tenha sido efetivado, projeto por vezes fadado ao fracasso da apresentação no campo das representações culturais (visuais). Mas que este era o mote que distanciava o uso do termo e de um conceito operacional de Natureza para a produção das artes no século XIX.

Talvez seja por este motivo que, em grande parte, a visão (e as relações entre texto e imagem) perderam relativamente a importância em relação ao debate em torno da Música. Halliwell (2002), em seus estudos sobre a Mimese, reconhece as bases de uma Psicologia da Imaginação nas fontes de uma estética romântica. Esta abordagem desenvolve uma noção de símbolo distinta daquela que vinha sendo tratada no campo dos estudos clássicos. No classicismo, a ordem era a da criação de um extenso vocabulário textual e visual e suas correlações, num princípio de correspondência (a tradução como correspondência e analogia). Entre os românticos, a premissa era a de desenvolver símbolos que ultrapassassem a produção de signos do tipo simbólicos (por correspondência total) ou alegorizantes (por correspondência parcial). O classicismo é uma espécie de império dos códigos. O romantismo é a falência de todos os códigos e a inusitada presença de signos opacos, intraduzíveis. Um pensamento romântico-moderno pode ser encontrado justamente nesta ultrapassagem do sistema. Só há tradução enquanto transcrição dos signos – modelo romântico-moderno. Uma espécie de transdução. É da impossibilidade da tradução que se exercita a construção de zonas precárias de significação, mantendo grande parte do campo sógnico na zona hermética da linguagem.

Todas estas questões se farão apreendidas em grande parte da filosofia da linguagem do século XX. Nos estudos da crítica literária, esta terminologia encontrará “terra fecunda” na dispersa obra de Walter Benjamin. Aqui, a condição hermética do termo linguagem ganha uma vasta gama conotativa.

Em termos atuais, podemos observar certas relações entre esta terminologia e os desenvolvimentos de um pensamento que, fundamentado na noção de significante flutuante, determina que as cadeias significantes funcionam prioritariamente aos moldes da flutuação, não podendo sofrer tradução enquanto linguagem codificada, sem uma definição ampla dos contextos de tradução. Portanto, as traduções funcionam somente enquanto interrelações num campo de forças, numa rede de produção de sentidos. Traduzir é remeter aos contextos e os contextos serão tramas relacionais, cadeias de

produção da linguagem. É das relações traçadas que algo pode deixar de ser um elemento qualquer – sonoro, visual, corpóreo, enfim, um objeto material, de percepção ou de sensação – para tornar-se arte.

Mas entre os românticos e o tempo presente (produção da arte recente) há uma problematização estética que funda uma distância não apenas temporal, mas uma separação conceitual no campo da filosofia. Para as formas da Estética Comparada e das Relações Interartísticas, os princípios arregimentadores têm sido de caráter preponderantemente semiótico e cultural. Noções como a de código, de léxico (vocabulário) etc. integram as condições não apenas para a definição das obras de arte, mas também para a sua interpretação.

Para a Estética Romântica, um tópico observável nos estudos da estética da pintura e da música, procura-se abandonar o sentido culturalmente determinado, na busca de sentidos individualizados, ou seja, a presença de um símbolo dessimbolizador, incapacitado para a realização da comunicação simbólica (no sentido antropológico social) mas, preservando, nestas condições, a dimensão transcendente que separa as Artes das outras atividades comunicativas do mundo. Esta ampla experiência perceptual pretendia levar à fruição aos confins do próprio experimento, no encontro com um dado natural – a música levando ao cerne do sonoro, a pintura levando ao cerne do pictórico, ou seja, na conjugação de categorias expressivas com categorias perceptuais.

III. Os estudos na arte brasileira do tempo recente.

Para entender estas heranças nos termos dos artistas brasileiros e de uma História da Arte Brasileira, privilegamos um aspecto do romantismo: o desenvolvimento da pintura da paisagem, traçando-a enquanto conceito e enquanto experiência, invenção cultural na arte ocidental.

Esta invenção da paisagem (CAUQUELIN, 2007) pode ser caracterizada nos termos do classicismo e do romantismo sob duas formas.

Nos estudos clássicos, a paisagem corresponde a uma estética da representação. Nela, por meios técnicos, a figuração adere a formas da Natureza Ideal. A imagem que daí resulta acaba por aceder às relações sócio-culturais entre o campo artístico e o campo científico e tem como suas herdeiras modernas os problemas das relações entre arte e tecnologia e nas operações paródicas que estendem os limites destas

representações européias para formas imaginárias da representação do mundo natural, com aderência às formações mítico-culturais, aos elementos e narrativas da cultura popular e às formas da tradição.

Este tema foi analisado em estudo sobre a produção do artista do sul do país Walmor Côrrea. O pintor reúne todos os elementos da tradição, da cultura científica européia dos séculos passados (as formas da ilustração científica), textos e mitos e elementos do imaginário popular brasileiro e um modo narrativo do campo da CRIPTOZOOLOGIA, uma ciência que investiga a existência de seres do universo teratológico. Nesta unidade, há um forte senso paródico, um uso de citações históricas e culturais. Mas há também a premissa de uma recuperação de formas tradicionais das relações hierárquicas entre desenho e pintura e da pintura de ilustração devolvida ao lugar da arte através dos seres imaginários. (NORONHA e AMBRIZZI, 2007a)

De um outro lado, observamos que as estratégias identificadas na pintura romântica e a problemática da invenção dos códigos para a representação do infinito (SELMA, 1996; CAUQUELIN, 2007) bem como as teorias da apresentação do infinito como condição mesma da linguagem artística e, portanto, não da presença de códigos mas da afirmação de símbolos que mantidos em sua condição hermética evitariam a sua redução às estratégias do classicismo (ROSEN, 2004)

Em texto recente (NORONHA e AMBRIZZI, 2007b), identificamos as relações da pintura romântica de Friedrich com a obra do artista polonês radicado no Brasil, Franz Krajcberg. Para tanto, reconhecemos que esta produção artística possui uma dívida para com o processo de produção do conceito e da experiência européia da paisagem.

De Friedrich aos artistas ambientais do século XX – nos termos da land art, earth art e da ecology art – procede-se uma reinvenção do lugar da paisagem e a retomada da posição contemplativa do artista romântico e a sua ampliação para as formas de uma arte meditativa. No romantismo, a contemplação do mundo visava uma integração do sujeito na totalidade do mundo exterior.

A partir da segunda metade do século XX, esta posição nomadizada do artista abre-se, não apenas para a contemplação, enquanto absorção do eu pelo mundo, bem como reafirmação de uma atitude meditativa revelada enquanto positividade da ação. Na meditação, aos moldes da pintura oriental de paisagens, o artista não apenas se integra na ambiência, mas reconhece a igualdade de toda a ambiência com a sua interioridade, pois, assim, o que ocorre no exterior afeta todo o interior. Assim, toda a

devastação do mundo é também resultante de sulcos no universo da subjetividade. Não há somente devir do humano mas devires animais, vegetais e minerais.

Krajcberg pretende “penetrar mais na natureza. [...] Criar com a natureza, assim como outros estão querendo criar com a mecânica. Não procuro a paisagem, mas o material. Não copio a natureza”.

Assim, o artista do século XX, reafirma e se diferencia da posição paisagística, pois reconhece nela o pêndulo formalizador entre as estratégias classicizantes e românticas. A procura da paisagem era a procura de uma Natureza Ideal. Krajcberg quer a própria natureza e não sua mimese. Ele pretende ultrapassar a paisagem numa ação meditativa, cujo enfoque não termina na promoção de uma mudança nas representações – os românticos do XIX já haviam realizado esta mudança, colocando os limites e as impossibilidades da representação da natureza como condicionante da linguagem artística. A “meditação” é uma ação de reconhecimento da igualdade entre o ser da floresta e o ser humano. É por isso que devemos ultrapassar a linguagem da arte (do desenho e da pintura) na linguagem natural.

Ele afirma: “Se Mondrian passou da árvore ao quadrado, ele apenas aproveitou uma das possibilidades da árvore. Agora, nós devemos quebrar o quadrado para reencontrar a árvore” (RAMOS, 2005).

Ao dar início a um deslocamento da própria paisagem, um artista como Krajcberg vai além das sobredeterminações culturais e sua obra permite a afirmação do olhar da imersão nos estados do mundo e a produção de uma arte que deve funcionar através de uma operação de EMPATIA.

A espiritualidade afirmada pelo artista é meditativa, ativa e política, pois é afirmativamente enfrentamento ativo da matéria do mundo natural (da árvore) e da matéria do mundo humano (a política).

Como já afirmamos, a produção de Krajcberg mergulha na direção inversa do paisagismo contemporâneo¹.

¹ O paisagismo contemporâneo é, em grande parte, identificado às formulações da arte e tecnologia. A tecnologia e suas paisagens e as novas formas de representação mantêm-se centradas na problemática do olhar e daquilo que é destinado ao campo do visível e do visual (e um virtual do visual). A paisagem, dos clássicos aos românticos, é sempre uma forma representacional e alcança novos objetos micro e macroscópicos. Por outro lado, quando afirmamos uma posição inversa a das paisagens contemporâneas estamos relatando a situação especial de obras que não são produzidas para a visão prioritariamente. Em geral, a lógica dos santuários naturais e da preservação ambiental, predomina nos trabalhos de Krajcberg. Aqui, o artista devolve à natureza enquanto forma “bela” a sua devastação. As obras, em grande parte realizadas em lugares de difícil acesso à freqüentação representam, com esta operação, uma tentativa de impedir a contemplação. Para estar com esta arte é preciso se dar em estado de empatia, reconhecendo a devastação e o sofrimento das outras formas vivas. Por vezes, nas entrevistas, avistamos uma leitura

Assim, a criação artística não se destina à contemplação humana, mas a meditação que visa igualar o que se passa no exterior com o que se passa no interior, devolvendo a subjetividade às formas vitais para além da organização subjetiva configurada no sujeito moderno. A obra é uma atitude de devolução à natureza como busca de uma reabsorção da paisagem pelo entorno natural.

Finalizando, nos termos de nossos artistas Côrrea e Krajcberb, as operações e processos criativos redimensionam e buscam a ação xamanística do artista. De um lado, lévi-straussianamente, o artista Côrrea reencena o equilíbrio simbólico entre a natureza e a cultura, questionando os limites e promovendo ultrapassagens que não ferem a política das representações, mas que, por mal-estar, permitem a inclusão na representação cultural e na arte de novas construções visuais do mundo. Krajcberb realiza um deslocamento mais amplo do si mesmo.

Côrrea promove as representações não-convencionais de um humano metamórfico, híbrido. Ele recupera tradições ocidentais, brasileiras e populares e as reposiciona no campo mesmo dos vocábulos clássicos da arte, recuperando ainda o poder ilustrativo da arte (e da moral que daí advém, pois a imagem ilustra uma outra história, história de monstros e de seres imaginários, terríficos e/ou benfazejos). Nele, caminhamos na direção do devir-animal.

Krajcberb desestabiliza o lugar da representação e a operação que institui um campo visual (a arte não é para ser vista pelos humanos, mas pelas árvores). A domesticidade da natureza representada (cientificamente) e subvertida é deslocada para um aquém da representação, pois não há mais um visível do visual. O visual se destina a retornar ao lugar pleno da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAUQUELIN, Anne. (2007) A invenção da paisagem. São Paulo: Martins.
HALLIWELL, Stephen. (2002) The Aesthetics of Mimesis. Ancient texts and modern problems. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
NORONHA, Marcio Pizarro e AMBRIZZI, Miguel Luis. (2007a) Imaginário artístico e da arte: entre traços e resíduos das relações arte-natureza na obra de Walmor Côrrea. (texto inédito)

sintomal da morte em Krajcberb. Nela, há um *pathos* da morte que identifica os horrores da guerra com os horrores do mundo, o sofrimento da perda do seu mundo referencial (o artista perdeu sua família na guerra) com a perda do próprio mundo. Por outro lado, não podemos esquecer todos os seguimentos de uma filosofia contemporânea à procura de uma ética biofílica, que ultrapasse as determinações de uma ética sócio-política e reencontre a natureza e todas as formas de vida. Aqui temos um conjunto de filósofos que poderiam acompanhar nossas leituras: Foucault, Deleuze-Guattari, Agamben, Perniola, Derrida.

-
- _____. (2007b) Trajetos do conceito de paisagem – relações interartísticas e interculturais. Encontro Regional da ABRALIC 2007 – Literatura, Artes, Saberes. USP, São Paulo, CD-ROM.
- RAMOS, Graça. Uma revolta que se traduz em criação. Artigo disponível em <<http://www.imeisvirtuais.com.br/estadao.htm>>. Acesso em 22/07/2005.
- ROSEN, Charles. (2004) Poetas românticos, críticos e outros loucos. São Paulo: Ateliê Editorial / Campinas: EdUNICAMP.
- SELMA, José Vicente. (1996) Imágenes de naufrágio: nostalgia y mutaciones de lo sublime romántico. Valencia: Generalitat Valenciana.
- TODOROV, Tzvetan. (1996) Teorias do símbolo. Campinas: Papirus.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A HISTÓRIA COMO CRÍTICA E A CRÍTICA COMO OBRA -
Historiografia da História da Arte: o trajeto dos estudos históricos da Arte no
enfoque das relações e história interartística.**

MARCIO PIZARRO NORONHA / UFG / EMAC – PPGM / FCHF – PPG H
marcpiza@terra.com.br

O presente trabalho desenvolve o trajeto histórico da disciplina de História da Arte nos termos de uma História Plural (Genette) e Comparada (Souriau) das Artes, num tratamento denominado no processo da pesquisa enquanto História e Teoria Interartes (Noronha), privilegiando as abordagens da intertextualidade, das relações interculturais e questões apontadas pelos estudos e embates entre os campos da Estética e Estudos Culturais e Cultura Visual. O texto trata ainda de recuperar e integrar para o debate contemporâneo duas questões do pensamento clássico: as confrontações históricas entre Estética e Filosofia da Arte (Kant e Hegel) e o desenvolvimento dos conceitos de clássico-moderno e romântico-moderno, para o surgimento e a problematização do próprio campo de estudos da História da Arte e da disciplina da Arte-Educação. Seguindo na tradição da vertente alemã, recuperam-se as relações entre romântico e moderno, sob o signo do barroco, para a obra de Walter Benjamin e suas apropriações históricas e críticas contemporâneas. Discute-se os termos benjaminianos na perspectiva de um devir da história: a história (da arte) deve terminar como crítica (de arte) e de que a crítica deve tornar-se obra (de arte).

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Igreja Católica e Comunismo: a defesa da propriedade privada

Marco Antônio Machado Lima Pereira¹

*A doutrina da Igreja é a única que pode produzir a
salvação contra a ideologia comunista.*

Pio XI

Partiremos da leitura do artigo de Jonathan Luxmoore e Jolanta Babiuch (1999) para circunscrever a questão da propriedade privada no seio da Igreja Católica, principalmente através das encíclicas papais, para em seguida mostrarmos de que forma esta questão acentuou ainda mais o conflito entre estas duas visões de mundo, isto é, entre estas duas ideologias.

Uma das teses centrais do artigo intitulado *The Catholic church and communism (1789-1989)*, reside na idéia de que a Igreja Católica se permitiu ser surpreendida pelo avanço das desordens econômicas e sociais e, inicialmente, foi incapaz de promover respostas efetivas frente ao avanço dos movimentos de cunho marxista e socialista. Por outro lado, a primeira referência de caráter formal ao comunismo surgiu na encíclica *Qui pluribus* (1846), onde o papa Pio IX já alertava os fiéis a respeito da doutrina do comunismo, vista como “a maior oposição à lei natural”, levando em conta que “destruiria completamente os direitos do homem, suas propriedades e fortuna, e até a própria sociedade humana” (*apud* LUXMOORE & BABIUCH, 1999: 302). Convém destacar que o documento veio à tona dois anos após Marx descrever a religião como o “ópio do povo”. Não obstante, fatores como o aumento de agitações comunistas e socialistas, estas intimamente ligadas aos excessos e injustiças da Revolução Industrial, assim como a disseminação das teorias revolucionárias de Marx através da publicação do primeiro volume de *O Capital* (1867), fizeram com que a aliança entre a Igreja e os regimes vigentes na Europa estremecesse. A partir do fim de 1860, os pronunciamentos papais focalizaram a necessidade de uma reforma econômica e social para contrabalançar a alienação e a insatisfação dos trabalhadores europeus. Mesmo assim, as

autoridades eclesiásticas insistiam na necessidade de um equilíbrio entre as partes componentes do corpo político – uma visão de ordem social desigual, porém harmoniosa e justa, que Durkheim chamou de “Solidarismo”. Em março de 1870, quatro meses antes da ratificação do dogma da infalibilidade papal, um *postulatum* do Primeiro Conselho do Vaticano reconheceu abertamente que o “mal do socialismo” tinha sua origem na ganância dos empregados, e exigiu deste mesmo Conselho o esclarecimento dos ensinamentos da Igreja no que tange à relação entre empregador e empregado. Sob o prisma do novo papa Leão XIII, quando da publicação da encíclica *Quod apostolici muneris* (1878), o liberalismo anti-clerical e o capitalismo também deveriam ser culpados pelos infortúnios das classes trabalhadoras. Contudo, mesmo que o capitalismo fosse apontado como fator-chave na promoção da pobreza e miséria do mundo moderno, as propostas socialistas – uma comunidade de bens, a abolição da propriedade privada, uma sociedade sem classes – também violariam os ensinamentos católicos e a lei natural.

Após a tomada do poder pelos revolucionários de esquerda na Rússia em 1917, o Vaticano adotou uma política cautelosa em relação ao regime bolchevique de Lênin. As esperanças das autoridades eclesiásticas em firmar um acordo com o Estado soviético ruíram graças às práticas anti-religiosas demonstradas pelo novo regime. Pio XI enfatizou em 1931 na encíclica *Quadragesimo anno* que o comunismo pretendia e, por conseguinte, disseminava a luta de classes e a completa abolição da propriedade privada. O Sumo Pontífice sabia que a reforma social católica falhou ao não encontrar uma resposta eficaz à pobreza e exploração das classes trabalhadoras, já que exortações à caridade não seriam suficientes na união de forças em nome do combate à “grande massa de revolucionários”. O caminho apontado pelo papa seria o de uma sociedade harmoniosa, “uma comunidade de comunidades”, que não dependesse nem do liberalismo e muito menos do socialismo. Ademais, buscava-se a interação dos atores sociais como maneira de reestruturar a sociedade, esta pautada pelo princípio da solidariedade. Em contrapartida, o papa estava ciente da atração exercida pelo comunismo, mormente entre intelectuais europeus. No limite, em conformidade com Pio XI, o comunismo ao oferecer um “pseudo-ideal de justiça, igualdade e fraternidade” e um “falso misticismo” acabou perpetrando uma atmosfera de exploração e pobreza. De fato, para Luxmoore e Babiuch, a postura do Vaticano no final dos anos 1930 falhou ao reconhecer que, com ou sem comunismo, a emancipação social e política do século gerara demandas contínuas que poderiam somente ser encontradas por intermédio duma compreensiva reflexão

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

sobre a presença da Igreja na sociedade, e o papel do Cristianismo inserido em outras correntes filosóficas e intelectuais (1999: 306).

Torna-se igualmente importante – após traçarmos este breve panorama das relações entre a Igreja Católica e o comunismo na Europa – avaliarmos o impacto do discurso anticomunista católico no Brasil, sem perder de vista as observações de Bourdieu, já que o conteúdo do discurso religioso limita-se aos interesses religiosos daqueles que produzem, difundem e recebem a mensagem religiosa.

Segundo Pierre Sanchis (1987), a Igreja Católica no Brasil foi uma das instituições-chave mais empenhadas em elaborar os chamados “retratos do Brasil”, através de mensagens globalizadoras, que procuravam dar conta do processo histórico brasileiro. Em outras palavras, a Igreja foi “peça” fundamental na produção de ideologias nacionais, “instrumentos estratégicos para a conquista, ou reconquista, de uma hegemonia” (1987: 09). Para Sanchis, um dos “retratos” recorrentes utilizado em diferentes situações históricas é o do “Brasil-Pátria”. Leitura do Brasil elaborada desde o início da República até os anos 1920, esta ideologia ocupará espaço substantivo na arena do debate cultural, ideológico e político acerca da identidade brasileira, onde catolicismo e nacionalidade encontram-se profundamente imbricados. Entre 1920 e 1960, a instituição eclesiástica vislumbrava construir a identidade brasileira a partir do tema “Brasil-Nação”. Foi neste período, portanto, que a Igreja buscou de forma persistente junto ao Estado brasileiro seu reconhecimento no papel da definição e conservação da “alma da Pátria”, bem como na formação da consciência e do caráter nacional.

Na esteira das observações de Balandier, “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais se comparam às ilusões criadas pelas ilusões de teatro” (1982: 6). Nos termos do autor o poder engendra a “teatrocracia”, sendo ela quem delimita as formas de arranjo da sociedade e a organização dos poderes e, por conseguinte, regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. Em síntese, um dos instrumentos por meio dos quais o poder político conquista a subordinação é a teatralidade. A perspectiva teórica de Balandier permeia nossa análise das relações entre Igreja/Estado e Igreja/Sociedade no Brasil dos anos 1930 no que concerne ao comunismo, posto que tanto a Igreja como o Estado transformaram “durante algum tempo a cena política em teatro trágico, pois que a meta do drama é a morte física ou moral daqueles que o poder acusa em nome da salvaguarda da forma e dos valores supremos da sociedade” (1982: 10). O jogo da ordem (Igreja e Estado) e da desordem (comunismo e comunistas), indissociáveis no plano social, leva a um confronto tendendo para a “guerra santa”, onde cada um dos dois termos visa o

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 3 2007.

desaparecimento do outro. O processo de inversão da ordem não necessariamente implica em sua derrubada, dela é parte constituinte, ela pode inclusive ser utilizada para reforçá-la. Destarte, na leitura católica o mundo se encontrava dividido em dois campos: “de um lado os que defendem a civilização cristã; do outro, os novos barbaros, que empunham a bandeira rubra da revolução marxista”². Vale destacar que o processo da inversão intervém na definição das categorias sociais, em sua repartição em superiores e inferiores, em “boas” e “más”. Tudo é pautado, afirma Balandier, segundo “as categorias do positivo: a ordem e o conformismo, e, do negativo: a desordem e o desvio. A inversão, que troca um dos registros pelo outro, é uma subversão da sociedade, da civilização e, mais do que isso, da natureza” (1982: 44). Portanto, os adeptos do comunismo além de negarem Deus e a religião, pregavam a comunidade de bens, negando o direito de propriedade, destruindo a idéia de família ao romper com os laços do matrimônio, e por extensão pretendiam rasgar as normas e as leis da moralidade sobre as quais se alicerça toda verdadeira civilização. Sendo assim, “estabelece-se que a desordem do mundo é maléfica, diabólica, que o homem que para ela contribui ou a ela se abandona, está fora de si, possuído pelos demônios, atirado da sociedade para o povo das trevas” (*Idem, ibidem*).

Através de artigos/matérias pesquisados no periódico católico *O Santuário*³, constatamos que aos olhos do clero brasileiro acabar com a propriedade privada seria um projeto irrealizável por parte daqueles que sonhavam com a sujeição do mundo à ditadura comunista. Conforme podemos ler no fragmento abaixo, os católicos pretendiam esmiuçar o ideário comunista para melhor defini-lo enquanto “inimigo”, sublinhando os seguintes aspectos:

Communismo é uma doutrina ou um systema de governo que consiste na supressão do direito de propriedade pelo direito de rapina ou roubo, supressão do direito de sangue ou da família pela dissolução do casamento e pela transferência dos direitos paternos ao Estado, supressão da personalidade humana substituída por uma servidão ou escravidão ao governo, ao vicio, ao erro.

² *Os catholicos e o marxismo*. In: *O Santuário*, 26 de setembro de 1936, p.1.

³ O jornal foi amplamente utilizado como fonte de pesquisa histórica em nosso projeto de iniciação científica financiado pela FAPEMIG, intitulado “Atrás da cortina de ferro”: as representações do comunismo em *O Santuário* na conjuntura 1935-1937.

*No comunismo, os pobres a principio roubam aos chamados burguezes, depois o Estado rouba a todos e se torna o unico proprietario, distribuidor de terras, de viveres, etc. estabelecendo a mais execravel das tyranias (...)*⁴.

Em suma, estes seriam os elementos que legitimariam o emprego da tirania, do assassinato, da depredação, da violência e da força praticada pelos “partidários do credo vermelho” na Rússia e na Espanha. Melhor dizendo, o Estado comunista seria o responsável pela distribuição equânime dos bens mediante o uso da violência, promovendo, dessa forma, a “guerra aos ricos e burgueses, aos potentados e trabalhadores, obrigando-os todos a servir à comunidade: os filhos não pertencem aos paes, as mulheres a seus maridos, os bens ao seu dono, o trabalho ao operario, os campos, as casas etc. a seus proprietários”⁵. Pois bem, cabe acrescentar mais uma apreciação crítica de Balandier, já que os sistemas de poder utilizam sua capacidade de manipular o processo da inversão, atendendo única e exclusivamente aos seus interesses. *Grosso modo*, o grande jogo do poder é mostrar, através de uma dramatização ritual, que não há outra alternativa para a ordem estabelecida do que o arbitrário e a ameaça de caos (1982: 47).

A Igreja Católica participou efetivamente da dinâmica política deste período, ao produzir e designar os desviados, leia-se comunistas, como maneira de servir à causa de uma ordem social divinamente organizada. Sendo assim, as autoridades eclesiásticas apontaram os comunistas como agentes nefastos, inimigos internos e externos, visto que “a eliminação do culpado restabelece uma espécie de sociedade purificada” (1982: 43). Competia à esfera política e religiosa o papel de “utilizar com violência todos os recursos do imaginário para reabsorver sempre os espaços da não-conformidade, da liberdade e da mudança” (1982: 44-45), pois o comunismo pleiteava “levar a todos os paizes as suas idéas de combate contra Deus e de subversão da ordem social estabelecida por Deus”⁶. Muito além de uma manifestação espontânea, o anticomunismo pertence a um discurso da *ordem* extremamente elaborado, fundamentado, organizado e difundido pela Igreja. Como bem adverte Malatian, o anticomunismo especificamente católico é um fenômeno que antecede a Revolução Russa de 1917 e a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, na verdade remete-se a projetos anarquistas, socialistas e comunistas do XIX e à dinâmica das sociedades capitalistas, “tendo configurado com a recusa à *desordem* um discurso antiiluminista, antiliberal, contra-

⁴ *Que é o comunismo?* In: *O Santuário*, 20 de junho de 1936, p.2.

⁵ *Choque de Ideas*. In: *O Santuário*, 08 de agosto de 1936, p.1.

⁶ *Christo vence*. In: *O Santuário*, 12 de dezembro de 1936, p.1.

revolucionário, anticomunista, que propunha a chamada ‘terceira via’ ou uma leitura triangular do campo político” (2003: 176). A encíclica *Quadragesimo anno* de 1931 corrobora com esta afirmativa ao sublinhar a necessidade de reorganização da sociedade em sentido oposto aos moldes do socialismo e do comunismo, e ainda, rechaçando a ordem capitalista liberal, ao oferecer como alternativa à luta de classes um modelo de organização corporativista que promovesse a colaboração entre elas.

Num dos pontos da Encíclica Pontifícia sobre o comunismo, Pio XI alega que dois fatores explicam fundamentalmente a difusão do comunismo, a saber, o abandono a que a economia liberal relegou a grande massa de operários e a propaganda perspicaz empreendida pelo comunismo, contando com o chamado “silêncio” inexplicável de grande parte da imprensa mundial diante das supostas vilezas praticadas pelos comunistas na Rússia, no México e na Espanha. Como é possível que o comunismo se espalhe e ganhe tantos adeptos? Pio XI lamenta que a difusão do sistema se dê como decorrência de:

(...) um falso ideal de justiça e de igualdade que o comunismo faz brilhar aos olhos da multidão (...) sob pretexto de procurar tão somente melhorar a sorte das classes laboriosas, de suprimir abusos existentes, causados pela economia liberal e obter a repartição mais eqüitativa das riquezas – objecto perfeitamente legítimo, sem nenhuma duvida, e aproveitando-se da crise economica mundial, o comunismo conseguiu fazer prevalecer a sua influencia⁷.

Um ponto extremamente contraditório nos intriga: ao recomendar aos fiéis o desprendimento dos bens terrenos, que não constitui o verdadeiro bem do homem, enfatizando que a caridade cristã deve levar todos os seres humanos a compadecer-se dos males que sofrem, por que a Igreja Católica insistia na defesa da propriedade privada? Talvez a resposta venha através de uma outra pergunta: Este caso específico não exemplificaria uma extensão do campo sagrado ao político, como bem atenta Claude Rivière? Na linha de raciocínio de Troeltsch (1931), a questão da atitude das igrejas face ao problema social também inclui a atitude delas face ao Estado (TROELTSCH, 1931: 32). A Igreja, portanto, teve a sua disposição duas teorias completamente diferentes para guiá-la em seu intento frente aos problemas sociais e políticos; a teoria concernente à Lei Natural e a teoria do absolutismo teocrático. Seguindo Troeltsch, diante de tais problemas, a Igreja valeu-se, por um lado, da

⁷ *Encyclica do Papa sobre o comunismo*. In: *O Santuário*, 03 de abril de 1937, p.1.

“Lei Natural Cristã” como forma de tolerar a situação social. Por outro, a Igreja aprendeu como ajustar a realidade social às prerrogativas da Lei Natural. Dito de outro modo, Troeltsch assevera que a teoria cristã da Lei Natural é uma “doutrina prática”, sendo necessário ter em mente que tal doutrina distingue os aspectos espirituais do Cristianismo dos aspectos práticos de sua relação com o mundo. Cada vez mais, entretanto, a atitude da Igreja coincidiu com aquela do Estado no que diz respeito à resolução dos problemas sociais (1931: 158). Em síntese, as questões que permeiam a análise de Troeltsch podem ser pontuadas da seguinte maneira: 1- Qual a real influência das doutrinas sociais religiosas sobre os outros grupos sociais?; 2- Qual a real influência das igrejas sobre os fenômenos sociais?; 3- Que influência as igrejas recebem do mundo político-social?

Retomando, na continuação da Encíclica (publicada pelo *Santuário* no dia 19 de junho de 1937), Pio XI persevera na afirmação de que por trás do comunismo escondia-se uma falsa idéia de redenção. Ou seja, um pseudo ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade no trabalho que perpassava toda a doutrina, revestida de um falso misticismo. Através deste documento, Pio XI pretendia deixar bem claro ao universo católico o que em sua ótica seriam as contradições do comunismo, sobretudo no campo da vida social, pois os comunistas “se esforçam em fazer mais agudos os antagonismos que surgem entre as diversas classes da sociedade; e a luta de classes, com seus odios e com suas destruições, adquire o aspecto de uma cruzada pelo progresso da humanidade”⁸.

O comunismo trataria o indivíduo perante a coletividade como simples “roda” e “engrenagem” do sistema. Não só: a ausência da autoridade estabelecida por Deus e pelos pais também chamava atenção dos católicos, pois no comunismo o que regulava as relações entre os homens era o princípio da absoluta igualdade. Somente em prol da coletividade tornava-se possível abrir mão deste princípio. O trecho a seguir é emblemático no que diz respeito à questão da propriedade no regime comunista, como componente que fundamenta as relações de poder entre os indivíduos, mas é claro traduzido de forma dramática pelo Sumo Pontífice:

(...) Neste systema não se attribue aos individuos nenhum direito de propriedade sobre os bens da natureza e sobre os meios de produção, porque, como são fontes de outros bens, sua posse poderia conduzir ao poder de um homem sobre o outro. Por isto precisamente

⁸ *Encyclica sobre o comunismo: doutrinas e fructos do comunismo*. In: *O Santuário*, 19 de junho de 1937, p.1.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

*deverá ser destruída radicalmente qualquer classe de propriedade privada, como a primeira fonte de toda escravidão econômica*⁹.

É importante não esquecer também a influência exercida pela *Carta Pastoral e Mandamento do Episcopado Brasileiro sobre o Comunismo Ateu*, documento coletivo do episcopado brasileiro que veio à tona em setembro de 1937, cuja temática está voltada sobretudo para o “problema comunista”¹⁰.

A interpretação realizada pela Igreja Católica dos fatos e do procedimento adotado pelos comunistas nos anos 1930 nos leva à argumentação aqui esboçada, a de que uma das formas encontradas pela instituição para minar o avanço do proselitismo do ideário comunista foi a produção de um discurso, cuja tônica voltava-se para a caracterização do comunismo enquanto uma doutrina falaciosa, que pretensamente defenderia a distribuição equânime dos bens, a igualdade das classes, o proletariado e a liberdade de consciência. Por conseguinte, era com o comunismo que a Igreja disputava o espaço ideológico. Valores como ordem, disciplina, unidade, moralidade e respeito à autoridade, subjacentes ao catolicismo, e que marcaram a sociedade brasileira desde sua origem, estavam sendo ameaçados pela subversão moderna, laicista, anarquizante e socialista. Cabia ao Estado defendê-los, “mas ele será impotente para esta tarefa sem a presença institucional a seu lado de um catolicismo organizado, militante, livre” (SANCHIS, 1987:11).

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ *O Comunismo Ateu: Carta Pastoral e mandamento do Episcopado Brasileiro.* In: *O Santuário*, 25 de setembro de 1937, p.1. O conteúdo do documento segue as teses centrais do Papa Pio XI. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Bibliografia:

AUGÉ, Marc. Religião. In: Enciclopédia Einaudi. Maia, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994 (vol. XXX).

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasília: Editora da Unb, 1982.

KOWALEWSKI, D. & GREIL, A. L. Religion as opiate: church and revolution in comparative structural perspective. In: Journal of Church and Estate, vol. 32, Number 3, 1990: 511-526.

LUXMOORE, Jonathan & BABIUCH, Jolanta. The catholic church and communism, 1789-1989. Religion, Estate & Society, Vol. 27, Nos 3-4, 1999: 301-313.

MALATIAN, Teresa. O “perigo vermelho” e o catolicismo no Brasil. In: MALATIAN, Teresa; LEME, Marisa Saenz; MANOEL, Ivan Aparecido (orgs.). As múltiplas dimensões da política e da narrativa. Franca: UNESP, 2003: 173-183.

RIVIÈRE, Claude. As liturgias políticas. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SANCHIS, Pierre. Os “Brasis” da Igreja Brasileira. Geraes, n°. 46, 1987: 09-12.

TROELTSCH, Ernest. The social teaching of the christian churches. London: George Allen & Unwin, 1931.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Bandeiras, estradas e automóveis: o mito bandeirante e o automobilismo na
historiografia paulista no início do século XX**

Marco Antônio C. Sávio
Doutor em história pela PUC/SP

A cidade de São Paulo, no início do século XX, era vista por parte das elites paulistas como o centro de um projeto que tinha uma ambição nacional, um projeto nacional paulista, que envolvia dois aspectos distintos muito importantes para o imaginário do período. O primeiro desses aspectos tinha um caráter simbólico, quase mítico, ligado à produção de uma memória e de uma historiografia ligada às bandeiras e à figura dos bandeirantes. O segundo desses aspectos era tecnológico, ligado ao automóvel e a toda a rede sociotécnica produzida por esse artefato técnico.

Nos anos 10 do século passado, a frota de automóveis em São Paulo passou por um importante incremento. O aumento dessa frota no município e a sua crescente influência nas políticas municipais ligadas ao transporte e à viação tiveram como o seu melhor tradutor, entre todos os prefeitos do período, o prefeito-esportista Washington Luís, que esteve à frente do município de S. Paulo de 1915 a 1919 e que teria uma carreira meteórica na política nacional, assumindo em seguida a presidência do estado de São Paulo e, em seguida, a presidência da República.

A preocupação com as estradas de rodagem como sendo uma solução para a difusão dos automóveis no Brasil foi pela primeira vez seriamente abordada durante a prefeitura desse homem que, ao longo de sua carreira no executivo, foi apelidado de “o melhor amigo das boas estradas”. Enquanto prefeito, Washington Luís dedicou boa parte de seus esforços, e das verbas municipais, para a construção e a conservação de estradas nos limites do município. Essa preocupação com o desenvolvimento de uma rede de estradas de rodagem ligava-se à própria história do então Prefeito, ardoroso defensor do automobilismo e da prática do motorismo.

A ligação de Washington Luís com a difusão das estradas pelo país se iniciou antes mesmo dele assumir um cargo executivo. No ano de 1912, o então deputado estadual apresentou um projeto de lei dedicado à expansão e manutenção das estradas

de rodagem, utilizando como mão-de-obra os encarcerados nas prisões do Estado. A lei foi aprovada no ano seguinte à sua apresentação, sendo que o trabalho dos presos foi utilizado pela primeira vez para a restauração da estrada do Vergueiro. Essa primeira experiência ligada às estradas de rodagem, mais a sua íntima ligação com o grupo que fundou o Automóvel Clube de São Paulo, foi o que deu a tônica da sua administração à frente da Prefeitura de São Paulo. Quando tomou posse no cargo máximo do município iniciou-se um grande movimento para a conservação e expansão das estradas municipais, que se transformaram numa prioridade ao longo de toda a sua administração, juntamente com a expansão do calçamento nas ruas da cidade de São Paulo.

Os esforços para a conservação de estradas de rodagem se concentraram naqueles caminhos simbolicamente importantes ou que podiam reverter em circuitos para a prática do automobilismo, possibilitando aos proprietários de automóveis que pudessem usufruir as boas estradas. Os dois primeiros caminhos que receberam atenção da prefeitura na administração de Washington Luís foram os caminhos do Vergueiro e uma espécie de circuito cuja única utilidade era a de servir à prática do automobilismo. Como grande interessado em esportes automobilísticos, o então prefeito – um inveterado praticante do motorismo – foi um dos responsáveis pela definição do primeiro circuito de velocidade do país, conhecido como Circuito de Itapecerica. Esse circuito foi assim batizado pouco tempo após a fundação do Automóvel Clube de São Paulo, mais especificamente no ano de 1908, e era circunscrito ao caminho que ligava a região da Avenida Paulista até o bairro de Pinheiros e de lá até a Santo Amaro, voltando então para São Paulo. A delimitação do traçado serviu de base para as primeiras provas automobilísticas na cidade, algo que era restrito apenas a um pequeno grupo de pessoas possuidoras de automóveis interessadas em tal prática. O automobilismo de então era o terror dos chacareiros da região que tinham de conviver com automóveis e motocicletas sendo guiados a altas velocidades, atropelando pequenos animais e causando vários pequenos prejuízos.

No entanto, um projeto consistente de abertura e conservação de estradas no município apenas se tornou matéria de estudos sérios com a criação de uma seção técnica de rodovias, ligada à Inspetoria de Viação do Município. A partir de então, com a adoção de maquinário apropriado e de pessoal capacitado para o serviço, teve início aquilo que seria o maior esforço para a construção e manutenção de estradas no município e que, mesmo contando com poucos recursos (cuja maior parte era dirigida

para o calçamento da cidade), conseguiu a façanha de conservar e construir quase 300 quilômetros de estradas no município de São Paulo, isso apenas ao longo da administração Washington Luís.

Os trabalhos para a construção dessas estradas se centraram naquilo que o prefeito designava como sendo os eixos históricos que foram responsáveis pela criação e prosperidade do município de São Paulo, representando as antigas ligações construídas pelos míticos antepassados dos paulistas, os bandeirantes. Essas estradas, pensadas dentro de um sistema de irradiação que ligaria a capital do Estado ao restante do país, representavam aquilo que o então prefeito imaginava como o primeiro passo da expansão do motorismo Brasil afora, ligando a rica capital ao sertão bravio do país, ainda por ser colonizado, e esse sertão, via capital, sendo ligado ao litoral, numa idéia de sistema de comunicações cujo centro seria São Paulo.

Essas estradas foram escolhidas conforme critérios definidos pelo prefeito como históricos, demonstrando a sua vocação para a História. As estradas a serem beneficiadas pelas melhorias deveriam representar os caminhos utilizados pelos primeiros paulistas para se comunicarem com o resto do país, criando uma espécie de nova identidade revivida do bandeirante, aliada dessa feita à existência de uma máquina que auxiliaria os paulistas a reproduzirem aquelas façanhas, no caso o automóvel. Foram escolhidas seis diferentes estradas que receberiam os primeiros benefícios de conservação e de abertura de novos trechos. Essas seis estradas eram as estradas da Cantareira, a Penha - São Miguel (que seria o futuro ponto de partida da São Paulo – Rio de Janeiro), Estrada de Santos ou Caminho do Mar, a estrada de Santo Amaro, a estrada Pinheiros – Taboão da Serra e a estrada da Lapa.

Esse primeiro esforço para a construção de uma malha rodoviária na cidade de São Paulo foi o embrião daquilo que viria a ser o primeiro esforço verdadeiro para se construir um sistema rodoviário integrado para o Estado de São Paulo e para o restante do Brasil. Essas políticas de construção e conservação tinham como principal objetivo facilitar o trânsito de automóveis por essas vias da cidade, auxiliando na difusão do automóvel e transformando essa máquina em algo mais significativo do que apenas um meio alternativo de transporte, transformando-a numa espécie de novo paradigma do “ser” paulista.

O desenvolvimento do motorismo estava intimamente ligado à construção e manutenção dessas estradas, cuja justificativa para a abertura de novos caminhos acabou sendo assumido pelos automobilistas, que se viam, antes de tudo, tomados por um

sentimento de civismo paulista quando da utilização de seus automóveis. O fato de transitar com um automóvel pelos mesmos caminhos trilhados pelos primeiros moradores da cidade tornou-se, principalmente a partir da prefeitura de Washington Luís e dos preparativos para a comemoração do Centenário da Independência, um ato de nova conquista do território, lembrando os feitos dos bandeirantes que trilharam os mesmos caminhos e trouxeram para o sertão brasileiro a civilização. Esse trabalho de civilização do interior de São Paulo e de todo o Brasil ainda estava por ser feito, cabendo a esses novos bandeirantes terminar o trabalho iniciado por seus antepassados. No entanto, antes de iniciarem essa nova conquista era necessário lutar contra os inimigos das boas estradas e que representava, para eles, o atraso no qual o país estava colocado, os carros-de-bois.

A luta entre o automóvel e o carro-de-boi se transformou numa espécie de nova cruzada para aqueles homens que viam no automóvel a chance do país debelar os seus atrasos. O “espírito do carro-de-boi”, como era apelidado o atraso nacional, passou a ser alvo de uma série de campanhas que tinham como intuito afastar esses veículos das estradas de rodagem e reservar o seu uso exclusivamente para automóveis ou, quando muito, para carros puxados a cavalo. O argumento utilizado para isso era o de que o carro-de-boi destruía a boa estrada, tornando-se inimigo do esforço para expandir o motorismo e o ideal de civilização defendido, principalmente, pelos homens ligados ao Automóvel Clube de São Paulo. Essa luta se transformou numa espécie de paradigma para os aliados da estrada de rodagem e para os praticantes do motorismo em geral. Não se passava um dia sem que não houvesse reclamações, nos jornais ou nas revistas, sobre os problemas relacionados com o atraso do interior brasileiro em relação à capital do Estado de São Paulo. Esse atraso somente podia ser superado com a construção de estradas que possibilitassem uma ligação rápida do interior com a capital, de forma que toda a riqueza e o poder da civilização paulista, representada pela cidade de São Paulo, pudessem influenciar na transformação do interior do Brasil.

Portanto, as estradas se transformaram numa peça chave do discurso daqueles paulistas, principalmente de homens ligados ao PRP, mais especificamente à figura de Washington Luís, que era tido como uma espécie de visionário da política de estradas e da difusão do automóvel em São Paulo. Isso pode ser observado quando da aplicação de seus planos para a reformulação das estradas municipais, dando ênfase ao seu caráter histórico, o que serviu como uma boa justificativa para o dispêndio de milhares de contos de réis na manutenção de estradas com pouca ou nenhuma utilidade prática para

a economia do município. Uma das principais realizações do então prefeito, no sentido de incentivar a construção de uma rede de estradas tendo a cidade como o seu centro, foi a criação de um sistema de marcos quilométricos para ajudar o automobilista a melhor se localizar em relação à distância por ele percorrida. Esses marcadores quilométricos foram confeccionados na forma de um prisma retangular, de cor azul, feitos normalmente de pedra de cantaria. A contagem da distância se iniciava no ponto de contato da estrada com a Avenida Perimetral, onde se iniciava o subúrbio da cidade, conforme a lei outorgada pelo prefeito no ano de 1916. Esses marcos quilométricos passaram a simbolizar o desenvolvimento de um sistema de estradas tendo no município de São Paulo o seu epicentro, de forma que todas as estradas construídas passariam a ter um sistema de contagem de distâncias baseadas na capital do Estado. Esse sistema de contagem quilométrica, antes de uma extravagância de Washington Luís, representava uma idéia de que São Paulo deveria ser um centro irradiador do automobilismo não apenas para os confins do Estado, mas também para todo o país; representando uma espécie de recomeço para aqueles homens cuja missão seria a de recontar a história do Brasil através dos caminhos que foram seguidos por aqueles que, segundo a historiografia paulista do período, foram os responsáveis pela configuração do território nacional.

Certamente, a principal realização nesse sentido foi a construção da estrada São Paulo – Santos. Em seus primórdios, essa estrada concentrou os principais esforços do prefeito para que se criasse uma espécie de memória dos transportes nacionais, tendo como ênfase o papel do paulista em sua construção. A estrada do Vergueiro foi o ponto de partida dessa obra que teve o seu início já no ano de 1908, quando Antônio Prado foi o primeiro nacional a realizar um *raid* do país, indo de automóvel da capital até a cidade portuária. Essa realização de Prado chamou a atenção para o até então esquecido Caminho do Mar, uma estrada que representaria um papel chave na história do motorismo em São Paulo.

Os primeiros trabalhos realizados na estrada do Vergueiro, com a utilização de condenados, rapidamente foram substituídos por intervenções diretas dos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, do Estado de São Paulo e de particulares, com o intuito de reformar o Caminho do Mar para que ele se transformasse na estrada símbolo para o restante do Estado e do país. O passo inicial dessa reformulação da estrada do Vergueiro foi dado na administração de Washington Luís. Uma boa parte de seus esforços se concentrou na construção e no desenvolvimento de uma ligação com a

cidade de Santos, que acabaria por representar a maior obra de sua administração frente à Prefeitura e, depois, frente ao governo do Estado. A idéia era a de que a ligação com Santos estivesse pronta para as comemorações do Centenário da Independência, a serem realizadas em 1922. Esses esforços eram feitos não apenas para tornar a estrada apta para o tráfego de automóveis, mas sim para transformá-la numa espécie de monumento á grandeza paulista, um grande monumento que se iniciaria na cidade de Santos e terminaria na entrada da cidade de São Paulo. A construção do Caminho do Mar passou por várias etapas, participando delas não apenas instituições ligadas ao governo estadual, mas também particulares que viam na estrada uma boa maneira de conseguir alguns lucros. O principal nome a encampar o desenvolvimento da estrada São Paulo – Santos foi Rudge Ramos. Dono de uma concessão para a construção do Caminho do Mar, Ramos deu os primeiros passos para a construção daquela via, com os trabalhos se iniciando ao final da estrada do Vergueiro, sob administração direta da Prefeitura, até Rio Grande da Serra. No entanto, com a proximidade das comemorações do Centenário da Independência, o Estado de São Paulo encampou a construção de uma moderna estrada ligando São Paulo a Santos, acabando com as concessões e transformando o “Caminho do Mar” na estrada São Paulo – Santos.

A construção dessa rodovia foi um marco tanto para a engenharia nacional de seu tempo quanto para os projetos subseqüentes ligados ás estradas de rodagem. Em suas várias etapas, a rodovia São Paulo – Santos foi palco do que de mais moderno existia em tecnologias de construção de estradas. O macadame foi utilizado em toda a extensão da rodovia, algo inédito até então, transformando aquela obra num paradigma de estrada de rodagem. Além disso, a ligação foi planejada para se constituir numa espécie de monumento rodoviário, representando toda a história da construção de São Paulo, desde a sua fundação, até os tempos modernos, numa espécie de alegoria do Estado como fundador da nação brasileira. No dia 07 de setembro de 1922, como ponto alto das comemorações do Centenário da Independência foi inaugurado a estrada-monumento, ligando São Paulo a Santos.

Para prestigiar a inauguração esteve presente o então vice-presidente do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, que em longo discurso saudou a inauguração da estrada e de seus quatro monumentos: um cruzeiro quinhentista, um monumento dos marcos de Lorena, um monumento à Maioridade e por fim um monumento ao tempo presente. Projetados em estilo neocolonial pelo arquiteto Victor Dubugras, cada um desses monumentos representava um marco da história do Estado e a importância dessa

história para toda a nação brasileira. Iniciando-se no sopé da Serra do Mar, descrevendo a luta dos desbravadores para conseguirem alcançar o Planalto Paulista, os monumentos representavam aquilo que seria a história de São Paulo, recontada com o apoio de figuras como o próprio Washington Luís, que possuía um trabalho como historiador dedicado a louvar um imaginário passado paulista. O primeiro monumento representaria a fé que moveu os homens que construíram São Paulo em seus primórdios, ou, nas palavras de Júlio Prestes:

Elle synthetiza a história, a religião, as tradições, os sentimentos, a alma e o espirito que foram os ideaes daquelle tempo, concretizando a ousadia, a lealdade, a honradez e a coragem dos nossos fundadores (...). Quem vem de Santos a S. Paulo, ao approximar-se do Cubatão, avistará o cruzeiro quinhentista, que se destaca como um alto relevo no fundo verde-negro da serra e que, a certa distancia, parece crescer e subir, apparecendo entre nuvens, com a cordilheira por pedestal, na maravilhosa ascensão de um sonho que em seguida se reduz á realidade e se torna palpável aos sentidos do sonhador (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, n. 23, p. 82, 1923).

De fato, a visão do enorme cruzeiro quinhentista tinha algo de onírico. A própria idéia de construir um cruzeiro como um símbolo da construção de uma estrada ganharia tons sinistros nos dias de hoje. No entanto, casando-se com a elaboração de um mito fundador paulista, esse monumento representaria o ponto de partida de uma civilização inteira, que começaria como sendo o resultado da fé cristã e que por isso teria como destino a construção de uma grande nação. Essa elegia aos pais fundadores do Estado já dá uma idéia do que se seguiria como celebração de um passado que se reconstruía através dos monumentos da estrada e que se manifestaria posteriormente em todos os discursos relacionados ás estradas, elaborado pelo grupo mais próximo de Washington Luís, seja à frente do governo do Estado, seja na Presidência da República.

O segundo monumento constituía-se em uma homenagem ao homem que seria o pai fundador das estradas de rodagem no Brasil, o capitão-geral Bernardo José de Lorena, que foi o responsável pela construção do primeiro caminho ligando o litoral à cidade de São Paulo, posteriormente chamada Estrada do Lorena. Essa segunda construção era uma espécie de abrigo para os viajantes, constituído de um muro de pedras e calçado de forma semelhante à estrada do Lorena. O muro, por sua vez, foi coberto com azulejos que retratavam a construção do primeiro caminho calçado da história do Brasil, que significou muito mais do que um simples caminho para as tropas de mulas. Mais uma vez nas palavras do ilustre vice-presidente do Estado:

S. Paulo colonial já exportava para outras capitanias e para a metrópole o excesso de sua produção, e já importava para suprir às suas necessidades. O seu comércio com o porto de Santos era feito por tropas arreadas e intensificava-se de dia para dia (...). O tropeiro foi, nessa época, um dos mais fortes elementos de vida e de progresso de todos quantos trabalhavam para a grandeza e pela unidade do Brasil. Eram eles que recebiam mercadorias em pontos diversos e que as traziam para o comércio, entretidos com seu lote, com a sua vida, com os seus cantares saudosos e nostálgicos e que iam, dessa maneira, inconscientemente, tecendo o elo da solidariedade nacional (Idem, *Ibidem*, p. 85, 1923).

Portanto, o Caminho do Mar seria uma espécie de novo caminho do Lorena, uma nova manifestação daquele mesmo espírito empreendedor que levou os primeiros paulistas a construir um povo sem necessidade de ajuda de sua metrópole, já que produziam o que necessitavam e seu comércio era resultado da produção de excedentes. Esse discurso de louvação do trabalho que aparece nas entrelinhas das palavras proferidas por Júlio Prestes é um dos importantes elementos para se compreender melhor a expansão do automobilismo e de que forma essa prática foi encampada pelas elites paulistas do período. A ideia de um “empreendedorismo” paulista foi um dos motores para a difusão de estradas de rodagem e da sua utilização como um meio de propagação de ideias, antes de um meio de comunicação terrestre. Essa prática, seguindo o mesmo raciocínio dos responsáveis pela construção da estrada São Paulo–Santos, resultaria na independência de São Paulo e na sua natural vocação para liderar a nação rumo àquilo que eles chamavam de civilização paulista. No caso, melhor seria dizer uma civilização sobre rodas.

O terceiro monumento foi dedicado ao período colonial, quando se iniciou, segundo os idealizadores dos monumentos, o primeiro movimento de expansão das estradas de rodagem na então Província de São Paulo. Essa primeira menção a um projeto dedicado às estradas de rodagem foi dada pelo administrador provincial Almeida Torres, que teria sido o responsável pela construção da primeira versão do Caminho do Mar, para possibilitar o escoamento de uma crescente produção de São Paulo. Esse monumento, chamado de “Monumento da Maioridade”, em homenagem a D. Pedro II, representava uma das mais grandiosas construções da estrada, composto por uma casa em estilo neocolonial com um mirante de frente para o oceano Atlântico, de onde o visitante podia contemplar o mar e a cidade de Santos. Mais uma vez, nas palavras de Júlio Prestes:

(...) Esse edifício lembra o período imperial, de cujas armas se destacam o escudo e a esfera armillar que simboliza a autoridade e o poder soberano. A origem desse símbolo vem da empresa de d. Manuel e assinala o reinado dos descobrimentos. Elle surge no Brasil no drama do descobrimento e atravessa os períodos de sua formação, fixando-se como símbolo nacional na sua independência (...). Um dos painéis que ladeiam a esfera armillar, representa a passagem de D. Pedro II, com a sua comitiva, quando em 1846, por esta estrada, se dirigia a S. Paulo. O outro reproduz os proceres da época (Idem, *Ibidem*, p. 88, 1923).

Não para menos, o terceiro monumento reproduz a vinda do poder real para São Paulo. De fato, o que importa nessa construção são as idéias do poder se dirigindo para o município, a independência trazida junto desse poder e a constituição dos caminhos que trouxeram esse poder à cidade. A homenagem à chamada “estrada da maioria”, que seria a primeira versão do “Caminho do Mar” evoca uma dupla significação ligada à construção dessa imagem de independência de São Paulo. A primeira delas, já anteriormente descrita, ligada ao poder e à independência e a segunda, mais sutil e significativa, ligada à maioria da civilização em São Paulo, que construiu os seus próprios caminhos e se transformou na herdeira de um passado que também trazia como principais símbolos a independência e a força paulista.

Numa relação direta com esse crescendo da história e configurando a São Paulo – Santos como uma “estrada-monumento” foi construído no topo da Serra, junto à vila de Paranapiacaba, o último dos monumentos representando os dias presentes, a glória do Estado de São Paulo, suas riquezas e seu futuro como o guia de todo o Brasil. Obviamente trata-se do maior de todos os monumentos, coroando o roteiro de progresso que a estrada-monumento representa. As palavras proferidas por Júlio Prestes dão conta de que forma essa construção serviu como um alicerce para um discurso onde o paulista se encontrava no centro, o paulista representado por seu cidadão mais ilustre, aquele que conduzia todo o Estado para a prosperidade: Washington Luís.

Estamos no Rancho de Paranapiacaba, em plena sazão da democracia, colhendo os frutos da liberdade pré-gada pelos republicanos de 1870, e estamos na realidade daquele sonho, vendo a Patria engrandecida e fortalecida, prospera e feliz, expandir-se sob o regime da Republica Federativa de 1889. Estamos a 33 annos da Proclamação da Republica, e, commemorando o desfilar das figuras dos patriarchas e dos apóstolos de nossa liberdade, sentimos em nosso peito a mesma chamma ardente de civismo que vibrava naquelles corações (...). Devemos a inspiração e a execução destes monumentos ao actual governo do Estado, em cuja frente se encontra o notável estadista que os paulistas, na sua sabedoria e no seu patriotismo, elegeram para presidente, e veneram e cultuam com a expressão máxima de suas aspirações (Idem, *Ibidem*, p. 89, 1923).

O ponto alto da estrada São Paulo – Santos, o monumento do tempo presente, resume todos os outros monumentos, todas as outras figuras, toda a história criada, condensada na figura de um único homem, o presidente do Estado, Washington Luís. A construção dessa rodovia serviu muito bem para a difusão do automóvel e para que os planos desenvolvidos ao longo de quase uma década que antecedeu as comemorações do Centenário se materializassem sob a liderança daquele homem. Washington Luís se transformou numa espécie de símbolo de um novo tempo, concentrando tudo aquilo que representaram reis, conquistadores, patriarcas e heróis da República. Ele se transformou numa espécie de guia para uma elite que estava ansiosa por modernizar o seu entorno, por tentar reproduzir os seus ideais pelo país afora. Esses ideais que o presidente do Estado representava eram uma espécie de conjunção entre a história criada, as novas tecnologias, seus caminhos e o automóvel. O principal meio de divulgação dessa prática e que acabou por gerar o desejo de reconquistar o Brasil pelo automóvel está na origem de todo esse discurso, envolvendo os mesmos homens e uma história que começou muito além de nossas fronteiras.

A utilização da figura do bandeirante significou uma operação que tinha por objetivo a criação de uma comunidade imaginária, a comunidade paulista. Essa comunidade representava a junção de uma figura histórica, o bandeirante, uma nova tecnologia, o automóvel, e uma operação historiográfica de adaptar o mito fundador tradicional paulista a uma idéia de modernização conservadora. Esse trabalho, iniciado por nomes como Teodoro Sampaio e Afonso Taunay, e levado a diante por nomes como o de Paulo Prado, encontrava em Washington Luís – uma figura que reunia todas as características necessárias ao novo “mito bandeirante” – a síntese perfeita. A história de São Paulo precisava se transformar para mais uma vez justificar uma tradição conservadora e exclusivista que sempre foi tão tradicional das elites paulistas.

A estrada, portanto, seria síntese da história paulista. Essa síntese legitimaria a introdução em massa do automóvel e os projetos de expansão da malha rodoviária como projeto nacional. Esse novo projeto nacional seria a manifestação mais acabada de um “projeto nacional paulista”, cujo objetivo era ocupar e perpetuar a hegemonia de São Paulo na federação brasileira.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

INDÍGENAS NOS ARQUIVOS DA CRIMINALIDADE (1830-1888)ⁱ

Marcos Francisco Bonettiⁱⁱ
Oséias de Oliveira

RESUMO: Nesse artigo, pretendemos apresentar o andamento de um trabalho de pesquisa, que vem sendo realizado a partir da análise e catalogação de processos crimes, referentes à Comarca de Guarapuava-PR, e como esses refletem a presença do indígena na sociedade dessa comarca durante o século de XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas, Arquivos, Antropologia, Guarapuava.

ABSTRACT: In that article we intend to show the development of a research, which is made from the analysis and registration of the criminal lawsuits of the district of Guarapuava (PR). And how it reflects the presence of the native in the society of this district during the 19th century.

KEY WORDS: Natives, archives, anthropology, Guarapuava

Nesse artigo, visamos trazer ao conhecimento da comunidade acadêmica, os passos dados em um trabalho de pesquisa, que parte da análise e catalogação de processos crimes, encontrados no acervo do Arquivo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Trazendo assim à reflexão sobre a criminalidade nesses processos, principalmente os que trazem os indígenas como seus protagonistas.

Nossa intenção está em levantar novas contribuições para a construção do conhecimento histórico, no qual o indígena pouco a pouco vem ocupando espaço, como bem aponta o arqueólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira, ao declarar que “a história indígena é uma nova tendência no campo da historiografia brasileira”ⁱⁱⁱ (OLIVEIRA, 2003, p.41).

Todavia, entrar em contato com os povos indígenas do século XIX, que habitaram a região onde hoje se localiza a cidade de Guarapuava, exige-nos que empenhemos tempo na leitura de documentos, os quais muitas vezes, são de difícil

leitura. Entretanto, o uso de fontes escritas; em nosso caso processos criminais, nos permite dialogar com o passado. Podemos sem dúvidas, auscultar almas mortas, e reconstruir mundos, nas palavras de Robert Darnton. (DARNTON, 1987, p.7).

Para que utilizemos documentos escritos, em que o indígena é também um agente social, discutiremos brevemente, sobre estes documentos. Em seu artigo *O Inquisidor como Antropólogo*, o historiador italiano Carlo Ginzburg, ao comparar o inquisidor medieval com o antropólogo, aponta que ambos legam por meio de sua escrita, registros escritos de relatos orais (GINZBURG, 1991). Quando pensamos nos registros escritos do poder judiciário, sobretudo o processo-crime, podemos perceber que esse tipo de documentação, por sua vez, legam-nos também, riquíssimos relatos, nos quais percebemos a fala, de indígenas; que ora atuam como testemunhas, ora assentam-se no banco dos réus.

A analogia proposta por Ginzburg, entre as anotações dos antropólogos e os processos inquisitoriais, nos leva a propor uma outra analogia: a destes com os processos criminais. De maneira que, neste tipo de documentação percebemos textos que são intrinsecamente dialógicos, nos quais se encontram os diálogos entre o juiz e o interrogado. Todavia, não podemos cair no erro de considerar estes documentos como fontes objetivas, das quais devemos simplesmente “extrair os fatos”. Esse tipo de diálogo como bem apontou Ginzburg (GINZBURG, 1993), produziu um testemunho extremamente rico para nós, entretanto profundamente distorcido.

O fato de haverem distorções nesses diálogos, não nos impede de utilizá-los como fontes, aplicando é claro, uma boa dose de reflexões teórico-metodológicas. Desembaraçando-nos do “culto narcísico do arquivo”, devemos manter uma relação com os documentos, parafraseando Elisabeth Roudinesco, “da mesma ordem que a do assassino com seu ato”. (ROUDINESCO, 2001).

Aproximação com a Antropologia

Para que possamos refletir sobre as ações e/ou reações dos indígenas, devemos primeiramente considerá-los como agentes históricos. Estabelecer diálogo com ciências afins à História como por exemplo, a Antropologia; parece-nos de suma importância. Jorge Eremites de Oliveira, comentando Lévi-Strauss, enuncia que não há mais como negar que a Antropologia e a História possuem o mesmo objeto (a vida social), o

mesmo objetivo (compreender o ser humano) e semelhante método. (OLIVEIRA, 2001, p.117)

A Antropologia, como apontamos, apresenta-se como um grande auxílio aos historiadores, permitindo novas abordagens e novas discussões para se pensar as sociedades do passado. As propostas feitas pelo antropólogo Fredrik Barth, nos fornece alguns elementos interessantes, com os quais podemos definir teoricamente, os indígenas como uma etnia, portadora de características peculiares. Uma das definições para “grupo étnico”, segundo este antropólogo: “é a designação de uma população que”: (...) “tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem” (BARTH, 1998, p.27).

Seguindo esta definição de Barth, para grupo étnico, é possível perceber, que os aborígenes por nós encontrados nos processos-crime, são identificados por outros, neste caso, pelo poder judiciário, como elementos distintos da sociedade. É muito interessante atentarmos para as adjetivações dadas a estes indivíduos por nós analisados. Assim como os escravos carregam seu “estigma” junto ao próprio nome; por exemplo: Escravo Fióclis^{iv}, os indígenas também são diferenciados dentro dos processos: Thereza índia^v, André índio^{vi}. Percebemos, portanto, já na qualificação dos réus e/ou testemunhas a clara distinção feita entre “civilizados” e “índios”.

Podemos perceber uma definição de grupo étnico, neste pequeno trecho de um dos processos por nós analisados, referente ao ano de 1839: “*Um grupo de salteadores, compostos de pessoas de segunda classe, habitantes neste distrito e alguns índios ameaçavam já nesta frega^a com o jesto de maltratarem as pss^a.*”^{vii}

Nesta citação acima, percebemos o quanto a pena do escrivão está carregada de um auto-etnocentrismo. Ao categorizar as pessoas, ele inclui os indígenas no grupo de salteadores, um grupo considerado, por sua vez, como de segunda classe. Aqui nos é possível atentar e perceber, de maneira muito explicitada, que os índios são encarados com olhares um tanto o quanto depreciativos, por parte do judiciário. Seguindo Barth, verificamos que nos processos, os aborígenes são classificados como um grupo étnico, se enquadrando na seguinte atribuição:

“A atribuição de uma categoria é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstancias de conformação. Nesse sentido organizacional,

quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar outros, passam a formar grupos étnicos.” (BARTH, 1998, p.32).

Nossos diálogos com a Antropologia, estão em processo de estabelecimento. Tentamos discutir acima, claro que de uma maneira ainda muito tímida, uma das possíveis definições para grupo étnico; entretanto esperamos que com o desenrolar da pesquisa, novas discussões floresçam, e novos sorvos teórico-metodológicos, possam por nós ser tragados.

Caminharemos agora, no sentido de situarmos a região que estudamos, dentro do cenário brasileiro do século XIX, atentando também, para a situação indígena da referida região no referido período.

O trabalho desenvolvido pelo historiador Lúcio Tadeu Mota, professor na Universidade Estadual de Maringá, nos tem servido de grande auxílio, no que diz respeito ao estudo de indígenas que habitaram o atual Estado do Paraná, entre os períodos dos séculos XVIII, XIX e XX. Mota aponta para o falso conceito que predominava entre as classes dominantes, de que havia no Paraná um vazio demográfico quando da chegada das primeiras expedições colonizadoras. Rompendo com esta idéia, Lúcio Mota, faz um detalhado estudo, chegando até mesmo a utilizar-se de pesquisas arqueológicas, que evidenciam a presença de povos indígenas, neste estado por ele tratado, desde séculos antes de Cristo.

Para evidenciar ainda mais a presença indígena no território paranaense, o historiador da UEM, debruçou-se sobre relatos de viajantes nos quais encontram-se descrições sobre indígenas, suas maneiras de comportamento e resistência frente à presença de povos alheios à sua cultura. Os primeiros contatos entre desbravadores e indígenas, no Paraná se remetem ao século XVI, porém devemos atentar que até meados do século XIX, não existia o Estado do Paraná, sendo este apenas, uma das províncias pertencentes à Comarca de São Paulo.

Entretanto nosso objetivo é apontar, que os contatos entre colonizadores e indígenas, não foram simplesmente marcados, pela opressão daqueles e submissão destes. Lucio Mota dedicou a terceira parte de seu livro *As Guerras dos Índios Kaingang*, exclusivamente à resistência dos índios Kaingang no Paraná (MOTA, 1994, pp. 91-256).

Segundo Mota:

“A conquista dos territórios Kaingang foi feita em meio à reação permanente dos índios às vilas que brotavam em suas terras, às fazendas implantadas em seus campos, aos viajantes, tropeiros, comerciantes e aventureiros que cruzavam suas matas e campinas, às patrulhas da guarda nacional e provincial que percorriam suas terras e às tribos colaboracionistas que insistiam em indicar suas posições e persegui-los. Esses ataques se prolongaram durante os séculos XVIII e XIX, em todos os territórios ocupados.”

Nossas fontes têm evidenciado, não somente a presença de povos indígenas Kaingangs no território onde hoje localiza Guarapuava, como também, as resistências destes à conquista de seus territórios. Os índios aparecem em meio aos processos-crime, protagonizando assaltos, causando terror aos moradores da Comarca, seja individualmente, seja em bandos, como citamos em trecho anterior.

Sabemos que não houve um comportamento passivo dos indígenas, eles conseguiram retardar por um bom tempo o processo de conquista dos Campos de Guarapuava. As primeiras expedições que vieram para região sofreram sérios danos, sendo obrigados muitas vezes a recuar. Entretanto os Kaingang foram derrotados em 1810, porém sua resistência continuou.(MOTA, 1994, p.132)

É seguindo esse pressuposto enunciado por Lúcio Mota, que temos atentado para as ações dos indígenas, nos anos que se seguem após a conquista^{viii}. Acreditamos que mesmo após a derrota que sofreram, os índios Kaingang, continuaram a tentar uma “inversão simbólica”, ao passo que não legitimavam a ocupação do espaço que antes lhes pertencia.

Para melhor elucidarmos nossa proposta, comentaremos o caso de um dos indígenas encontrado nos processos-crime da década de 1860, na Comarca de Guarapuava. Seu nome já era aportuguesado, chamava-se Jeremias Ferreira dos Santos (índio), não consta no processo, se durante os interrogatórios foi necessária a presença de um tradutor. Mas o fato é que Jeremias circulava pela região, e trazia problemas aos moradores da Comarca. Este índio era morador dos campos de Palmas, entretanto havia nascido em Lages, localizada no atual estado de Santa Catarina.

Olhando apenas para o processo, as informações parecem um tanto o quanto confusas e desconexas. Porém, o trabalho de pesquisa realizado por Mota, nos ajuda Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 5 EDUFOP, 2007.

mais uma vez, a compreender a situação dos indígenas em nossa região, neste caso mais especificamente o de Jeremias:

“Em 1782 temos registros de ataques em Lages, então província do Rio Grande do Sul. Os Campos de Lages, em Santa Catarina, são uma extensão geográfica dos campos de Palmas, no Paraná, indo até os campos do norte do Rio Grande do Sul. Todo esse território pertencia aos Kaingang.” (MOTA,1994, p.125),

Como percebemos acima, o aborígene Jeremias, ao se deslocar de Lages a Palmas, nada mais estaria fazendo do que transitar pelo seu próprio território. Entretanto no período em que Jeremias viveu, sobretudo o período em que ele se tornou réu, tanto a região de Lages, quanto a região de Palmas já haviam sofrido a ocupação de seus territórios. Mota aponta as múltiplas formas de resistência que os Kaingang ofereceram aos “ocupantes” dessas regiões, no quarto capítulo de seu livro já citado. E acrescenta: “A resistência Kaingang ocorre não apenas em torno dos campos de Guarapuava, ou nos territórios adjacentes à freguesia de Lages, mas também em toda região dos Campos Gerais.” (MOTA,1994,p.137).

O fato interessante é que, Jeremias Ferreira dos Santos, foi encontrado como na condição de réu em dois processos na mesma década^{ix}. Suas ações podem ser consideradas, mais do que simples atitudes de vandalismo; podem ser entendidas enquanto reações contra uma sociedade que ocupou o espaço que lhe pertenceu, assim como pertenceu a cada um de seus ascendentes. Ao furtar objetos de utilidade agrícola, este indivíduo tentava minimamente inverter a situação que lhe fora imposta. Os ocupantes dos Campos de Guarapuava tomaram seu espaço, ele por sua vez tomava-lhes instrumentos agrícolas e objetos.

Possibilidades Teóricas

No processo de conquista dos Campos de Guarapuava, os índios Kaingang foram expulsos de suas terras, tendo que se refugiar na região do Payquerê, que fica à direção oeste de Guarapuava, como nos aponta Mota (MOTA,1994, p.148),. Estes índios refugiados no Payquerê, são visíveis em alguns dos processos da década de 1860. Podemos assim perceber, que a expulsão imposta pelos conquistadores, não é aceita de Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 6

maneira pacífica, muito pelo contrário, os indígenas não legitimam a ocupação de seu espaço, atacando seja coletivamente, seja individualmente.

As fronteiras impostas pelos conquistadores dos Campos de Guarapuava, não fazem parte do imaginário dos indígenas. Suas definições de espaço e região são outras, absolutamente diferentes, das dos “homens brancos”. Por isso o conflito étnico entre indígenas e os moradores da Comarca de Guarapuava, torna-se inevitável no decorrer das décadas do século XIX como indica Bourdieu “A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta” (BOURDIEU, 1989, p.115).

A sociologia interpretativa de Pierre Bourdieu nos embasa teoricamente, para levantarmos novas discussões, que nos permitem compreender as complexidades sociais, nas quais estão envolvidos os nossos agentes históricos, os indígenas. Percebemos que em cada atitude de reação dos indígenas frente à dominação dos conquistadores há também uma abdicação por seu próprio território e por sua identidade. Para melhor entendermos estas ações e/ou reações aborígenes, Bourdieu esclarece:

“A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mais a reapropriação colectiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer” (BOURDIEU, 1989, p.125).

É estabelecendo diálogos com outras disciplinas, que pretendemos futuramente, trazer ao conhecimento da comunidade acadêmica e também a leigos, novas reflexões sobre a história indígena paranaense e brasileira, sobre a qual temos muito a discutir. Nossa pesquisa tem norteado a proposta de uma historiografia voltada aos povos indígenas, procurando situá-los no cenário nacional, e sobretudo, regional; esperamos que nosso trabalho venha a colaborar com a produção historiográfica, possibilitando novas discussões e reflexões sobre os povos indígenas.

REFERÊNCIAS:

- BARTH, Fredrik “*Grupos étnicos e suas fronteiras*”. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FERNART, J. Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998 [1969].
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*; tradução Luís Carlos Borges. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. “*O Inquisidor como Antropólogo*”. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA- Órgão da Associação Nacional dos Professores Universitários de História- São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 11, nº21-setembro 90/fevereiro 91.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)-Maringá* : EDUEM, 1994.
- OLIVEIRA, J. E. *A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas*. In: TERRITÓRIOS & FRONTEIRAS-PROG. DE PÓS-GRAD. EM HISTÓRIA-UFMT-V.2-N.2-JUL./DEZ.2001.
- OLIVEIRA, J. E. *Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória*. In: POSA UNIDERP. Campo Grande-MS, v.3, n. 1, jun. 2003.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o Arquivo*; tradução André Telles; Revisão técnica Marcos Antonio Coutinho Jorge.-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
-
- ⁱ Agradecemos o apoio do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em especial dos professores Fábio Pontarolo, Guilherme Maier, Luciano Schallenberger.
- ⁱⁱ Acadêmico do curso de História da UNICENTRO, integrante do Projeto Escravos e Indígenas nos Arquivos da Criminalidade, orientado pelos professores Dr. Oseias de Oliveira, Dr. Hélivio Alexandre Mariano e Dr. Ricardo Alexandre Ferreira.
- ⁱⁱⁱ Jorge Eremites de Oliveira fez essa afirmação ao comentar o vigésimo segundo Simpósio Nacional de História (2003), no qual especialistas na temática indígena tiveram um espaço privilegiado.
- ^{iv} Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 864.2.63, cx 02, p.06, 1864.
- ^v Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 863.2.53.cx 02, p.04, 1864.
- ^{vi} Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 863.2.50, cx 02, p.28, 1864.
- ^{vii} Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 839.2.06, cx01, p.03, 1839.
- ^{viii} A conquista dos campos de Guarapuava não deve ser encarada de semelhante modo às conquistas impostas por portugueses e espanhóis aos ameríndios no século XVI. O Processo de ocupação dos territórios do sul brasileiro, remete-se, ao início do século XIX.
- ^{ix} Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 860.2.29, cx 01, s/p, 1860.
- Cartório do 1º Ofício Criminal da Comarca de Guarapuava, n ° 864.2.58, cx 02, s/p, 1864.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O Método Histórico de Antonio Candido

Marcos Rogério Cordeiro / UFMG
r.cordeiro1@bol.com.br

O objetivo é desenvolver uma reflexão sobre o método histórico-crítico de Antonio Candido em *Formação da literatura Brasileira*, obra capital no estudo da literatura no Brasil. Interessa analisar os princípios teóricos e metodológicos que permitem relacionar e articular as transformações estéticas no campo da literatura às mudanças históricas, culturais e sociais. Veremos que o crítico parte do pressuposto de que cada obra literária concentra em si mesmo características extra-literárias, apresentando-se como uma espécie de 'redução estrutural' do momento que a produziu. Ao mesmo tempo, ainda segundo a perspectiva crítica adotada, veremos que as obras estão relacionadas entre si, revelando no processo literário as marcas de um processo de formação social amplo. Por fim, mostraremos que o método literário de Candido se aproxima muito do de Caio Prado Jr.: ambos partem do princípio materialista de interpretação para elaborar um sistema de análise mais geral.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Memórias conflitantes: a recepção das propostas aliancistas no
interior da liderança tenentista**

Marcus Fernandes Marcusso

Aliás, este [Miguel Costa] me dissera uma vez que Prestes exercia tal influência sobre os companheiros que estes não o contestavam jamais. Aceitavam sempre as suas opiniões... O único que discutia com ele, que o contrariava, era Juarez Távora... (CARONE, 1975, p.163).

A escolha de relatos memorialísticos e entrevistas como fontes documentais levanta uma série de questões que remetem a um conceito-chave: o de memória. Procuraremos trabalhar o conceito de memória, pelo menos inicialmente, partindo das considerações desenvolvidas por Michael Pollak. De acordo com o autor o trabalho relacionado ao enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado a inúmeras referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, ou seja, “...*esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro*”.(POLLAK: 1989, p. 8). No entanto, essa “reconstrução” incessante da memória tem seus limites marcados pela exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos.

A dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história tem lugar de destaque no estudo de Pollak, principalmente para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos. O autor completa, “*Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões.*” (IBIDEM, p. 12). Através desse processo de reconstituição de si mesmo, o indivíduo se inclina a construir seu lugar na sociedade e seu relacionamento com os outros. Para Pollack, o pesquisador

deve, no entanto, atentar para a ressalva de que mesmo de forma individual o trabalho da memória não é indissociável da organização social da vida.

Em proposta metodológica semelhante, Verena Alberti procura focalizar essa discussão da memória em relação à construção de autobiografias, que constituem o tipo de memória produzido por alguns dos personagens estudados neste projeto¹. Para a autora, no processo de construção da narrativa, principalmente da autobiográfica, o escritor se move constantemente entre o que “é” e o que “poderia ser”. Essa narrativa de perspectiva retrospectiva, cujo assunto tratado é a vida individual, envolve subjetivamente omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e um desequilíbrio entre a importância dos fatos. É dessa maneira que Verena Alberti aborda as possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. De acordo com a autora, “...ao contar suas experiências o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com um determinado sentido” (ALBERTI: 2004. p. 12) . Em outras palavras, esse sentido é construído na própria narrativa.

Cabe, assim, ao pesquisador/entrevistador indagar-se sobre a plausibilidade das informações cedidas na entrevista através da comparação com outras fontes, bem como uma análise da posição social, política e ideológica do entrevistado, seja na época dos fatos narrados, seja na época da narração.

A análise específica da recepção das propostas aliancistas no interior da chefia revolucionária se fará essencialmente através da análise das memórias dos líderes Luis Carlos Prestes e Juarez Távora. E, mais especificamente, em relação a alguns documentos: o Manifesto de Maio, de Prestes, e a resposta a ele, de Távora. A partir dessa abordagem pontual pretendemos expor as posições políticas, as posturas ideológicas e as propostas de ações futuras dos referidos líderes, bem como de todo o resto do movimento, que após esse momento conturbado se reorganiza, reestrutura e toma novas posições. A riqueza desses manifestos reside no fato de ser uma exposição pública de posicionamentos ideológicos contrastantes de líderes de um movimento que, ao longo de sua existência, não cultivou o hábito de ações dessa natureza.

Segundo relato de Maria Lacerda de Moura, que se encontrou com Prestes em Buenos Aires em meados de 1929, o líder do movimento afirmava que “*não é possível*

¹ Cf. Verena Alberti. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa, Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v.4, n.7, 1991. p. 66-81.

qualquer aliança com qualquer partido político. (...) Prestes não sairá de sua absoluta neutralidade política, equidistante das correntes políticas que se digladiam” (CARONE: 1974, p. 337).

Nesse trecho podemos perceber uma fase inicial do distanciamento de Prestes dos políticos aliancista, onde ele defende uma “neutralidade política”. Na mesma época as memórias de Távora indicam as impressões deste acerca os primeiros contatos com os políticos aliancistas: “*O objetivo dessas ligações era a ação conjunta, no sentido de iniciar-se imediatamente, o preparo de um novo movimento revolucionário*” (TÁVORA: 1973, p. 238). Prevendo a dificuldade de uma solução democrática para as divergências existentes, ou seja, de um pleito sem fraudes como não foram os demais da República Velha. Essa comunicação se dava esporadicamente, devido ao exílio, com alguns elementos oposicionistas, como Osvaldo Aranha e Carlos de Lima Cavalcanti. Távora ainda manifesta o seu incomodo com as ressalvas de Prestes em relação ao contato com os políticos da Aliança Liberal, e por isso decidiu voltar clandestinamente ao Brasil e se unir a Siqueira Campo e João Alberto na articulação do movimento. Esses desacordos presentes nos relatos indicam que as idéias dos líderes começavam a se distanciar. E mais, enquanto Prestes se afasta paulatinamente dos tenentes indo ao encontro do comunismo, seus companheiros, principalmente Távora, se dedicam à conspiração de todas as formas, uma vez que acreditavam da vitória da revolução com o apoio material das oligarquias dissidentes.

No primeiro encontro entre Prestes e Vargas, em fins de 1929, sua postura fora, conforme seu depoimento, bem mais radical. O encontro clandestino ocorreu em Porto Alegre. Compareceram a reunião, Siqueira Campos e Osvaldo Aranha. João Alberto também esteve envolvido ativamente, embora não participasse pessoalmente. O encontro, segundo Prestes, se deu nos seguintes termos:

“Eu estou aqui porque meus companheiros me dizem que o Sr. quer fazer uma revolução. (...) A sua candidatura eu não apóio, nem jamais apoiarei, porque se o Sr. for eleito, dentro desse regime, vai fazer a mesma coisa que todos os outros, não vai modificar coisa alguma. – Foi a posição que tomei. E expus ao Getúlio o que era que chamava de revolução. E, na verdade, eu era sectário, terrivelmente sectário! Tinha lido *O Estado e A Revolução* de Lênin, e *O Capital* de Marx. Eu, então, expus o que lia nos jornais do Partido: a revolução agrária e antiimperialista. Foi o que eu expus a Getúlio. O Getúlio ouviu pacientemente aquele catatau; falei esperando que ele tomasse uma posição contra, que ele se manifestasse contra...” (PRESTES: 1990, p. 379).

O relato continua com a descrição das exigências feitas à Vargas para executar a revolução: dinheiro para comprar armamentos, locomover revolucionários e articular a conspiração. E, segundo Luis Carlos Prestes o governador gaúcho prometeu tudo, todos os recursos seriam enviados a Buenos Aires.

Esta entrevista foi concedida por Prestes a sua filha muitos anos depois do desenrolar desses fatos, ou seja, quando ele já era um comunista respeitado no país. Como já dissemos a análise de memórias e relatos memorialísticos, especialmente no caso de haver certa distância temporal entre estes e os fatos, deve sempre levar em consideração as posições econômicas, políticas e sociais que os produtores da memória ocupavam na época dos fatos, bem como quanto esta fora criada. E dessa forma, atentar para a possibilidade de certas projeções do presente no passado, uma passagem do “foi” ao “poderia ter sido”. O fato de Prestes ter se tornado um comunista ferrenho é inegável. Mas, a possibilidade de ter ocorrido uma exposição de uma idéia de “revolução agrária e antiimperialista”, na presença de Siqueira Campos, que era como todos os outros líderes contra o comunismo, mais parece um desejo não realizado de Prestes. É indubitável que tal reunião tenha ocorrido e que Prestes tenha sido veemente na reivindicação de recursos e liberdade totais para a articulação de um golpe. Da mesma forma que sua desconfiança em relação a Vargas e Aranha era evidente. Conforme as memórias do líder tenentista João Alberto, “*Prestes explicou que fora a Porto Alegre por insistência de Siqueira Campos e não por vontade própria. Adiantou que não confiava em políticos e, sobretudo, em Osvaldo Aranha...*” (BARROS: 1953, p. 215). João Alberto concorda com a desconfiança das promessas dos políticos, mas entende que “...*seria loucura da nossa parte desprezar aquela oportunidade.*” (IBIDEM, p. 215). E fazia a ressalva “*Estávamos de mãos dadas com nossos adversários, os inimigos da Coluna, e não podíamos esperar deles muita coisa. (...) Evidentemente, aquela não era a ‘nossa revolução’, mas que fazer?*” (IBIDEM, p.220). Tais reservas também são manifestadas por Juarez Távora quando ele relata a falta de elementos materiais e de homens para conceber uma revolução verdadeira, ou seja, uma revolução “...*sem o auxílio precombinado de quaisquer correntes partidárias.*” (TÁVORA, 1973, p. 272). Tal movimento deveria purificar o ambiente político nacional, estabelecendo as bases para seu aperfeiçoamento, bem como reorganizar racionalmente as suas estruturas econômicas e sociais:

Daí a necessidade de aproveitarmos o descontentamento de determinados elementos políticos; e apoiados neles, tentar fazer algo pelo Brasil – já que não nos é dado realizar tudo. Foi essa ordem de idéias que nos levou a aproximar-nos da Aliança Liberal, por intermédio de seus elementos mais moços e extremados. (IBIDEM, p. 272).

Segundo Anita Prestes a intenção de Luis Carlos Prestes era de desmascarar Vargas perante seus companheiros, tentando ganhá-los para as suas posições comunistas, porém estes “...iam aderindo a Getúlio, e aceitando, cada vez mais, seu ditames. A liderança de todo o movimento, legal e extralegal, passara para as mãos do candidato à Presidência da República e dos principais próceres da Aliança Liberal” (PRESTES: 1990, p. 379). O líder tenentista Luis Carlos Prestes ainda relata uma submissão de João Alberto a Vargas e Aranha por motivos financeiros, ou seja, João Alberto havia sido “comprado”, como ocorria com muitos outros pelo Brasil. De acordo com Prestes, ele havia recebido um apartamento e um carro. As memórias de João Alberto não citam nada a respeito disso, o que se encontra é a caracterização de Aranha como um revolucionário sincero e infatigável, e de Vargas como simpático e fiel aos tenentes.

A idéia de expor o lado oligárquico e reacionário de Vargas manteve-se firme na mente de Prestes. O seu depoimento contém diversas menções a tentativa de desvencilhar os tenentes da Aliança Liberal, como fica claro em carta enviada ao tenente Cordeiro de Farias em fins de 1929. Conforme a missiva, as palavras de apoio à candidatura de Vargas proferidas por Mauricio de Lacerda, em discurso no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, em nome de Prestes, deveriam ser rapidamente desmentidas. Prestes era muito claro e explícito quanto à sua posição diante da Aliança Liberal:

...se não rompermos clara e positivamente com os tais liberais; se não aproveitarmos o momento político e econômico para radicalizarmos o nosso programa, seremos ridiculamente envolvidos pelos bernardes e epitácios, sacrificando por um problemático auxílio material a grande força moral de que dispúnhamos, fruto do sacrifício de numerosos companheiros.” (IBIDEM, p. 380).

A referida carta foi publicada em forma de *fac-símile* no jornal carioca *A noite*, somente no dia 2 de junho de 1930.

A descrença nas intenções dos políticos aliancistas se intensifica em fins de 1929, o seguinte trecho de uma carta sua do dia 22 de novembro confirma esse sentimento:

Dia a dia aumenta em mim a convicção de que os tais liberais desejam tudo menos a revolução (...) resta-nos um único caminho, que consiste em levantarmos com toda a coragem uma bandeira de reivindicações populares, de caráter prático e positivo, capazes de estimular a vontade das mais vastas massas de nossa paupérrima população das cidades e do sertão. Além disso, como consequência lógica da luta aberta que proponho aos grandes senhores da indústria e da terra, será necessário que proclamemos a luta decidida e categórica aos sustentáculos estrangeiros de tais opressores. (CARONE: 1975, p. 336).

Nessa carta já se percebem claros sinais de influência de concepções comunistas nas palavras de Prestes. A sua total descrença na possibilidade de mudança oriunda dos chefes da Aliança Liberal, que na verdade sempre o acompanhou, se evidencia no início da carta. O último parágrafo é norteado por dois elementos fundamentais da ideologia comunista: a luta contra “...os grandes senhores da indústria e da terra”, o que se poderia chamar de uma burguesia nacional, e contra os seus “patrocinadores” internacionais, os capitalistas ingleses e norte-americanos.

A presença de um esboço de reivindicações de cunho socialista pode ser explicada pelo fato de Prestes ter sido presenteado com livros de Karl Marx e de Lênin, ainda em fins de 1927, em decorrência do primeiro contato entre emissários do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles Astrojildo Perreira, e o líder do movimento tenentista. Apesar da distância que separa este encontro da conversão de Prestes ao comunismo, podemos considerar que a idéia de uma revolução socialista foi crescendo dentro deste, ao passo que a sua decepção com os políticos liberais e suas promessas de mudanças diminuía drasticamente. Tal assertiva se confirma em face da análise da referida missiva.

Com o intuito de fazer mais uma tentativa de desmascarar Vargas, Prestes decide procurá-lo novamente, em janeiro de 1930, alegando que o dinheiro prometido ainda não havia chegado. João Alberto também compareceu ao encontro. Segundo relato de Prestes, a dificuldade financeira foi a justificativa usada por Vargas, mas imediatamente a promessa de repasse de dinheiro foi feita. Nesse segundo momento Prestes parecia mais decidido e impaciente ao descrever momentos de utilização de linguagem violenta ao reclamar da atitude de Vargas e Aranha de não enviar dinheiro algum. A tentativa de alcançar o apoio de Prestes consistiu em uma conversa acerca de um discurso proferido Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 6

por Vargas onde haveria trechos sobre a reforma agrária. Segundo Prestes, tais idéias foram recortadas de entrevistas suas com o intuito de persuadi-lo a apoiar a Aliança, e após o pedido formal de apoio tais palavras teriam sido proferidas como resposta: “...A sua candidatura não me interessa, eu não estou aqui por causa da sua candidatura. – Ele disse: - Ah, que coisa, mas que coisa...” (IBIDEM, p. 381).

De janeiro a março de 1930 as posições de Prestes, enquanto líder do movimento, ainda estavam indefinidas. Com a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março, a conspiração recebe novo alento, apesar de todas as manobras e recuos havidos nos meses que transcorreram até a eclosão do movimento armado de outubro. De acordo com seu relato, Prestes percebe que a luta armada começa a ser preparada sob a direção do próprio candidato derrotado – Getúlio Vargas, e sua atitude seria de total indignação, pois “...haveria uma batalha onde o povo vai morrer para trocar uma oligarquia por outra! – Eu tenho que tomar uma posição.” (IBIDEM, p.382). Tal atitude se define quando Prestes tem notícias de entendimentos diretos de Miguel Costa e os chefes da Aliança Liberal: Prestes romperia com os “tenentes”.

A redação de um manifesto, entre março e abril, foi o modo escolhido por Prestes para anunciar tal separação, e sua adesão ao comunismo. Entretanto, antes da publicá-lo ocorre uma última reunião entre os líderes e seu chefe. Compareceram ao encontro, em Buenos Aires, João Alberto, Miguel Costa, Siqueira Campos e Djalma Dutra. Juarez Távora e Cordeiro de Farias não puderam atender ao convite que lhes havia sido feito

A partir daqui pretendemos analisar detidamente tal manifesto² em contraposição a resposta³ redigida por Juarez Távora, onde este refuta as idéias defendidas por Prestes. Consideramos tal proposta metodológica profícua, pois estes documentos fornecem algo incomum ao movimento tenentista até a referida data: manifestações públicas de pensamentos e posicionamentos políticos. Mesmo que no caso de Prestes se trate de um rompimento com os seus companheiros. Dessa forma

² O chamado Manifesto de Maio foi publicado, segundo Anita Prestes, pela primeira vez no jornal paulista *A noite*, no dia 29 de maio de 1930. No entanto, sua circulação foi, posteriormente, de amplitude nacional. Aqui utilizaremos o manifesto presente em CARONE, E. Op. cit. p. 346-350 . Pode-se achá-lo em PRESTES, A. Op. cit. p. 460-463, FORJAZ, M. C. S. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Editora Polis, 1978. p. 91-97, ESTEVÃO, S. M., GUIMARÃES, M. S. et. al. **REVOLUÇÃO DE 30: textos e documentos**. Tomo I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 311-315.

³ O referido texto foi concebido em forma de carta aberta a nação, datada de 31 de maio de 1930, e com ulterior circulação nacional. A resposta também foi retirada de CARONE, E. Op. cit. p. 350-356. Também presente em TÁVORA, J. Op. cit. p. 349-354., FORJAZ, M.C.S. Op. cit. p. 97-104.

almejamos entender as mudanças organizacionais e ideológicas sucedidas no tenentismo após estes acontecimentos.

O Manifesto de maio, como ficou conhecido, se inicia com uma espécie de identificação do seu destinatário:

Ao proletariado sofredor das nossas cidades, aos trabalhadores oprimidos das fazendas e das estâncias, à massa miserável do nosso sertão, e, muito especialmente, aos revolucionários sinceros, aos que estão dispostos à luta e ao sacrifício em prol da profunda transformação por que necessitamos passar, são dirigidas essas linhas. (CARONE: 1975, p. 346).

É necessário lembrar que o manifesto de maio é, por um lado, de rompimento com os tenentes, e por outro de adoção da doutrina comunista. Por isso apresenta uma formulação que precisa ser definitiva e convincente, e a sua linguagem, passional e radical. A sua descrição das eleições de março começa a expor tais elementos, quando esta é vista como uma “...*farsa eleitoral, metódica e cuidadosamente preparada pelos politiquinhos (...) onde mais uma vez os interesses do povo foram sacrificados, e o povo foi vilmente mistificado.*” (IBIDEM, p. 346). Ora, Juarez Távora também nutria descrença nos processos eleitorais: “*Temos tido – todos nós que hoje palmilhamos o caminho da revolução – um mesmo ponto de partida: - a descrença na eficácia dos processos legais, para a solução da crise que asfixia a nacionalidade.*” (IBIDEM, p. 351). A diferença básica, como já foi dito, é o modo de expor suas impressões. Essa dissimilitude permeará toda a análise que se seguirá: enquanto Prestes tentava ser radical, Távora procurava um “meio-termo”, como veremos.

Antes de expor diretamente suas idéias e proposta para a revolução no Brasil, Prestes assume que, como chefe do movimento tenentista, contribuiu para a mistificação do povo ao silenciar enquanto liberais de todos os matizes e categorias usaram o nome da revolução, e especialmente de seus chefes. De acordo com Prestes “*Houve quem afirmasse, de uma tribuna política, apoiar, politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. Não foi desmentido.*” (IBIDEM, p. 347).

Conforme Prestes a revolução não poderia, de forma alguma, ser realizada “...*com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, o voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição, de moeda estável e outras panacéias nada resolvem.*” (IBIDEM, p. 378). A falta da participação do povo, dos trabalhadores rurais e das cidades seria apenas uma simples luta entre facções oligárquicas. A verdadeira revolução deveria ser efetivada pelas grandes massas da população, e direcionar suas

força contra os sustentáculos econômicos da oligarquia: “*a grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano. Essas, as duas causas fundamentais da opressão política em que vivemos e das crises econômicas em que nos debatemos.*” (IBIDEM, p. 348). Para Prestes o Brasil da época, pelas suas naturais riquezas, pela fertilidade de seu solo, pela expansão territorial, pelas possibilidades de um rápido desenvolvimento industrial autônomo, estava “*...em condições vantajosíssimas para vencer, com relativa rapidez, nesta luta pela verdadeira e real emancipação*” (IBIDEM, p. 349). Nesse caso as possibilidades de vitória aumentariam devido a grave crise do capitalismo mundial, que atingia as economias dos Estados Unidos e da Inglaterra, os verdadeiros inimigos da revolução agrária e antiimperialista preconizada por Prestes.

Conforme o manifesto somente um governo de todos os trabalhadores, baseado no conselho dos trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros, seria capaz de assegurar “*...as mais necessárias e indispensáveis reivindicações sociais: limitação das horas de trabalho; proteção ao trabalho das mulheres e crianças; seguros contra acidentes, o desemprego, a velhice, a invalidez e a doença; direito de greve, de reunião e de organização.*” (IBIDEM, p. 350).

Em peça oratória proferida por Lindolfo Collor acerca da plataforma da Aliança Liberal, na famosa Convenção Liberal de 20 de setembro de 1929, muitas dessas reivindicações apareciam. Tal discurso foi resumido pelo jornal *O Estado de São Paulo* do dia 21, sendo a referida parte omitida pelo conservador periódico paulista:

A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a proteção da mulher e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação. (ESTEVÃO, S. M., GUIMARÃES, M. S. et. al.: 1982, 226).

Devemos atentar ao fato de que a exposição de Lindolfo Collor data de fins de 1929, portanto meses antes da publicação do manifesto de maio.

Na resposta de Juarez Távora fica clara a sua descrença na exequibilidade de um movimento desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos trabalhadores das fazendas e sertões do Brasil:

A essa massa faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do General Prestes: - coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica. (...) A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que se tem sido alicerçada até aqui. (CARONE: 1975, p.353).

Nesse trecho podemos perceber claramente o elitismo nas palavras de Távora. O fato de considerar o povo despreparado para participar da revolução é uma característica que mais se acentuou no tenentismo após a defecção de Prestes e, principalmente, após o movimento de 30. A incredulidade na adoção de um governo comunista se manifesta na questão da anulação sistemática da burguesia em face da ascensão incontestável do proletariado como forma de atingir o equilíbrio social. Conforme Távora, *“Isso apenas inverteria os pólos da injustiça combatida”*. (IBIDEM, p. 354). E mais, *“... suponho que o regime republicano democrático (democrático num sentido menos amplo e mais real do que esse que até hoje temos conferido) – é aquele que mais facilmente nos permitira aproximar-nos desse equilíbrio real.”* (IBIDEM, p. 355).

Para Távora um dos maiores problemas nacionais é o ambiente de corrupção que domina a política nacional, oriundo *“...da prática defeituosa de uma Constituição política inadequada às nossas tendências, à nossa cultura, às nossas realidades. Esse diagnóstico impõe, por si mesmo, o remédio exigido pelo caso: - Reforme-se, criteriosamente, a Constituição.”* (IBIDEM, p. 351). A de necessidade de reforma constitucional presente no manifesto de Távora foi extraída das idéias do pensador antiliberal Alberto Torres. Segundo Torres, a Constituição de 1891, que foi seu objeto de estudo, era impraticável à realidade brasileira, e por isso a nação sofria uma desorganização política e econômica. Desse modo uma reforma criteriosa da Constituição seria o instrumento para realizar a organização nacional.

Nesse sentido, o líder tenentista acreditava que os revolucionários brasileiros deveriam lutar incansavelmente, vencidos ou vencedores, por determinados pontos:

O fortalecimento da liberdade civil; por uma reforma criteriosa da Justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder, pela criação de um novo organismo de controle político; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classe; e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência de conselhos técnicos, que se superponham, permanentemente, à temporariedade dos governos. (IBIDEM, p. 355)

E finalizava a sua resposta com as seguintes palavras: “*Tal o meu modo de pensar. Fiel a ele, não posso acompanhar o General Luis Carlos Prestes, no novo rumo que acaba de imprimir às suas idéias.*” (IBIDEM, p. 356).

As idéias defendidas no manifesto de Prestes são, em boa parte, inspiradas no projeto de teses para a América Latina, da Internacional Comunista. A resposta elaborada por Távora tinha como principal objetivo repudiar publicamente tais idéias em nome do tenentismo. Mesmo sendo assinada somente por ele⁴ tal resposta teve enorme significado para o movimento no futuro, uma vez que é uma das poucas manifestações tenentistas de cunho programático e político. Após a defecção de Prestes a coesão interna da liderança acabou se enfraquecendo, uma vez que os líderes tinham se ocupado de articular a conspiração em determinados pontos da nação conjuntamente com os novos revolucionários. Dessa forma surgiram novos parceiros, o movimento ganhou novos líderes, alguns civis, como Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha.

A resposta de Távora se transformou em uma espécie de programa tenentista até a formação do Clube 3 de Outubro⁵ em 1931, quando as embrionárias idéias presentes em seu manifesto floresceram e sua atuação teve lugar de destaque. O autoritarismo⁶ latente das palavras de Távora se tornaria, após outubro de 1930, a palavra de ordem nas fileiras do movimento tenentista em contraposição ao movimento constitucionalista iniciado por São Paulo. Outros dois elementos presentes de forma superficial dominariam os programas do Clube 3 de Outubro: o corporativismo⁷ e a defesa de idéias tecnocráticas. A autora Maria Cecília Forjaz corrobora essas proposições finais no seguinte trecho: “*Todas essas características da ideologia tenentista, já apontadas anteriormente, persistem às vésperas da revolução e se reafirmam, completam e amadurecem, na fase posterior a ela*”. (FORJAZ:1978, p. 107)

⁴ A imensa maioria dos tenentes, líderes ou não, demonstravam ojeriza à doutrina comunista, e, conseqüentemente desaprovaram as idéias defendidas por Prestes. No entanto, estes sentiam que seria desnecessário se exporem assinando tal resposta.

⁵ Fundado em fevereiro de 1931 com sede no Rio de Janeiro, tendo como presidente Pedro Ernesto e 1º vice-presidente Góis Monteiro. Composto por elementos civis e militares, abriu representações em quase todos os estados brasileiros. Defendia a manutenção da ditadura e apoiava a maioria das ações varguistas. É visto por alguns autores como o núcleo de “resistência” do movimento tenentista no pós-30. Extinguiu-se em abril de 1935.

⁶ Em diversas ocasiões posteriores Távora defendia abertamente a instituição de um poder discricionário após a vitória da revolução por tempo indeterminado.

⁷ O corporativismo tinha muitos defensores na Europa, que teriam vitórias com os emergentes Estados corporativos ou com características de corporativismo depois da Primeira Guerra, com a crise do liberalismo levando a regimes ditatoriais de direita. No nosso caso defendido um dos elementos é a luta pela representação de classe. A defesa de elementos do corporativismo também está presente da obra de Alberto Torres.

Bibliografia.

ALBERTI, V. **Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral**, Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

_____. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa, Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v.4, n.7, 1991. p. 66-81.

BARROS, J.A.L. **Memórias de um revolucionário: A marcha da Coluna**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.

CARONE, E. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

ESTEVÃO, S. M., GUIMARÃES, M. S. et. al. **REVOLUÇÃO DE 30: textos e documentos**. Tomo I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

FORJAZ, M. C. S. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. São Paulo: Editora Polis, 1978.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRESTES, A. L. **A Coluna Prestes**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1990.

TÁVORA, J. **Uma vida e muitas lutas- memórias: da planície a borda do altiplano**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973.

TORRES, A. **A organização nacional**. – 4ª edição - São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. p 28-29.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade.**

O Estado da Viuvez

Maria da Glória Guimarães Correia / Universidade Federal do Maranhão
mariagcorreia@ig.com.br

Em 1819, registra frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres que, no Maranhão, até pouco tempo, “em casa, as mulheres brancas nunca apareciam a homem que não fosse de sua família”, e que, se nos dias atuais, “ muitas na ribeira do Itapecuru e na cidade” já não observavam o antigo costume, o mesmo não se verificava “nas outras partes, especialmente no sertão,” onde algumas ainda se casavam sem que seus futuros maridos as vissem, “senão no ato do casamento”. Tomando como referência a citação e um conjunto de imagens consolidadas acerca do feminino, a presente comunicação tem por objetivo reconstituir e analisar a prática corrente do casamento de viúvas, percebendo-a como subversão do padrão de arranjos matrimoniais vigente, extraindo desta análise uma leitura sobre a sociedade maranhense de então, fazendo-o a partir da perspectiva do gênero e da história cultural.

*Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade*

História de Canudos: Um só Evento, Várias Interpretações.

Maria Fabiana das Graças de Lima Carneiro.

*Interrogando o passado com questões ligadas ao presente, a história de Canudos vem sendo reescrita e debatida a cada geração, mudando com o tempo os paradigmas e as categorias explicativas.
José Maria de Oliveira Silva*

Os paradigmas históricos adotados na transição do século XIX para o XX, tendiam para o positivismo que refletia sobre os tempos do triunfo da modernidade, do capitalismo, da indústria, da ciência e da tecnologia.¹ A busca de uma identidade coletiva para o país foi tarefa designada aos intelectuais da Primeira República (1889-1930) com a finalidade de construir bases para a construção da nação. O Brasil precisava civilizar-se e tudo que fosse considerado empecilho para a realização dos “megas-projetos” concentrados na civilização, deveria ser eliminado para que a *Belle Époque* brasileira fosse também realizada. Os acontecimentos ocorridos em Canudos, em 1897, durante o governo de Prudente de Morais, constituem um dos grandes paradoxos da história brasileira. Enquanto em Minas Gerais o paradigma da modernidade se expressava na inauguração de Belo Horizonte, nova capital do Estado, Canudos – arraial nordestino fundado por Antônio Conselheiro – era destruída, pelo Exército Republicano, de forma bárbara e cruel. Foi através das narrativas de Euclides da Cunha e das fotografias de Flávio de Barros que o Brasil, principalmente o litorâneo, acompanhou a tragédia assim descrita pelo jornalista, em *Os Sertões*:

A travessia para o Juazeiro fez-se a marchas forçadas, em quatro dias. E quando lá chegou o bando dos expedicionários, fardas em trapos, feridos, estropiados, combalidos, davam à imagem da derrota. Parecia que lhes vinham em cima, nos rastros, os jagunços. A população alarmou-se, reatando o êxodo. Ficaram de fogos acesos

¹ Doutrina criada por Auguste Comte em que o documento é inquestionável, cabendo ao historiador tirar tudo o que ele contém sem com isso colocar-lhe numa posição, com conceitos já preconcebidos. O rigor científico, as preocupações humanísticas e a extraordinária habilidade poética foram adotados pelas elites brasileiras, no final do século XIX, por acreditarem ser este o pensamento mais avançado do mundo.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

na estação da via-férrea, todas as locomotivas. Arregimentaram-se todos os habitantes válidos, dispostos ao combate. E as linhas do telégrafo transmitiam ao país o prelúdio da guerra sertaneja.²

A partir das análises das principais vertentes de interpretação sobre o movimento ou conflito de Canudos, esta comunicação abordará esse evento como pano de fundo para indagar como um único acontecimento é capaz de ser construído e desconstruído, várias vezes, de acordo com o paradigma de cada sociedade e de cada época por ela vivida.³

Face às considerações de Roger Chartier de que “em diferentes lugares e momentos que uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, pressupõe-se que tudo o que foi contado de uma forma um dia, pode vir a ser contado de outra. E assim foi com o movimento de Canudos. Sua história foi interpretada e reinterpretada, várias vezes, por historiadores, antropólogos, sociólogos e profissionais diversos do Brasil e de várias partes do mundo, com o objetivo de decifrar a personalidade de Antônio Conselheiro e entender as verdadeiras razões que motivaram a formação do arraial na fazenda Belo Monte.⁴

Há mais de um século, imbuídos de sua própria inteligência e organização, os canudenses, semi-armados, derrotaram três expedições militares e, por quatro meses, resistiram ao cerco de um poderoso exército da República, embora fossem considerados incapazes para tal vitória. Os desconhecimentos geográficos, climáticos e estruturais do sertão, pelos povos civilizados do litoral, foram seus grandes aliados. Ou seja, os soldados do exército brasileiro, apesar de estarem equipados de poderosas armas, não conheciam o seu próprio povo, sua própria terra.

O insucesso da terceira expedição, em Canudos, deu origem ao primeiro registro desse evento. A vitória dessa expedição era certa para os republicanos. Afinal, o comando estava sob as ordens do coronel Moreira César - o herói da repressão à Revolução Federalista no sul do país (A Revolta da Armada) – e do coronel Tamarindo, que levava consigo a experiência e as glórias do desfecho da Guerra do Paraguai.⁵ A derrota além de abalar os alicerces da recém-fundada República, desafiou os brios do Exército Nacional: mais de mil soldados abandonaram não só os seus armamentos, mas também o corpo do intrépido comandante da expedição, posteriormente queimado pelos conselheiristas às margens do rio Umburana, onde o encontraram. Rui Facó escreveu que “o

² CUNHA, Euclides da. “Os Sertões” Campanha de Canudos. IN: *Interpretes do Brasil*, vol. I, RJ: Nova Aguilar, 2002: 350..

³ A visão cientificista-civilizadora da república; a marxista, em suas diversas linhas; História Cultural e a visão comunitário-popular.

⁴ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuel Galhardo. Lisboa: Difel/RJ: Bertrand Brasil, 1990:16-17.

⁵ O coronel Antônio Moreira César, na condição de governador militar de Santa Catarina, comandou a mais feroz repressão, a degola e o fuzilamento de centenas de militares e civis, “após um ataque epiléptico” (Vernalha, Milton Miró - Maragatos e Pica-Paus. Curitiba: Editora Lítro-Técnica, 1984, p. 355), com o que restaurava a pena de morte, abolida pela Constituição Federal” (Belo, José Maria - *A História da República - 1889 – 1945*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, pp. 175 a 176)

aniquilamento completo da força militar tão numerosa para a época e para as circunstâncias, a perda de todas as armas e munições, agora em poder dos camponeses sublevados, criou uma situação de pânico entre as classes dominantes do Brasil inteiro”.⁶ Liquidar a sua população e o seu líder era uma atitude necessária; um exemplo para todos aqueles que desejassem desestabilizar o novo regime. Assim, dá-se início a uma mobilização militar, política, social e ideológica contra o arraial de Canudos: um foco de monarquistas que desejavam o retorno do antigo regime.

Foi sob esse impacto que os caminhos de Euclides da Cunha e dos sertões brasileiros estreitaram-se. Exatamente dez dias após a espantosa derrota republicana, o jornal *Estado de São Paulo* publica a primeira interpretação literária do Movimento de Canudos: o artigo intitulado de “A nossa Vendéia”, escrito pelo jornalista Euclides da Cunha, no qual o sertanejo é visto como inimigo da República e o exército como seu salvador. Categoricamente, uma visão positivista, desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais e as visões de mundo.⁷

Entretanto, alguns anos mais tarde, o autor percebeu que o fanatismo religioso, o messianismo e o sebastianismo, que até então eram as principais características da guerra, eram comportamentos apenas aparentes. Para Euclides, as suas razões estavam enraizadas no latifúndio, no coronelismo, na servidão, no isolamento cultural e na dureza do seu meio físico. Ademais, não excluiu a possibilidade de que os sertanejos colocavam em risco o sucesso do projeto de modernização nacional. Popularizou-se, então, a idéia de que a Guerra de Canudos representou o choque de um Brasil sertanejo, mestiço, atrasado, místico e monárquico com a nascente modernidade nacional litorânea, etnicamente européia e republicana.

Em dezembro de 1902, data da primeira edição de *Os Sertões* nasce uma nova interpretação sobre o Conflito. Com estilo exuberante, de feições barrocas, e um olhar de propensão naturalista, Euclides da Cunha foi marcado pelas teses de seu tempo, dentre as quais a crença na ciência como solucionadora dos problemas da humanidade. A obra adquiriu expressivos traços estilísticos devido ao seu caráter denunciador e à conseqüente simultaneidade entre a postura de ataque e a atitude de defesa que envolvem o sertanejo. Ao narrar a guerra, mostrou como a epopéia das forças republicanas se degenerou tragicamente em drama sem heróis. Seu relato, construído a partir de imagens marcadas pela vegetação seca e contorcida, descortinou para o mundo o martírio dos

⁶ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. RJ: Civilização Brasileira, 1958:136.

⁷ Vendéia: cidade localizada na Região da França onde, em 1793, houve uma insurreição monarquista, como reação a Revolução Francesa. Ao articular essa metáfora, na verdade, Euclides desejava expressar sua convicção de que na próxima expedição a República sairia triunfante.

sertanejos e acabou por realizar uma grande proeza: revelou ao litoral que a Guerra de Canudos não foi apenas um acontecimento que mostrou as condições socioeconômicas do sertanejo, naquele momento da história do Brasil; mais que isso, foi um grito de revolta de todo o sertão brasileiro.

É certo que a Euclides coube a glória de colocar em evidência a idéia da divisão da comunidade nacional em duas sociedades antagônicas e dessincronizadas. A própria concepção de verdade, conforme os princípios norteadores da corrente positivista, cultivada pelas narrativas de Euclides, contribuíram para a presença dos paradoxos e analogias. Nesse sentido, as considerações de Sandra Jatahy Pesavento apontam para o fato de que tudo já estava predito pelas lógicas de explicações estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado. Ao adjetivar o sertanejo de “Hércules-Quasímodo”, Euclides praticou a síntese de um contraste: de um lado, Hércules, figura da mitologia, símbolo da força, e de outro Quasímodo, homem de físico anormal, monstruoso, personagem de Vitor Hugo. O que temos, nesse momento, é um sertanejo ora exaltador por ser forte face às contradições adversas do meio, ora depreciador, por ser ignorante, perigoso, rebelde, jagunço, louco, bandido, místico, que vive numa terra amaldiçoada. Em suma, a figura de Antônio Conselheiro foi considerada pelo jornalista “uma espécie de grande homem pelo avesso [...] que reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que foram o coeficiente de redução de nossa nacionalidade”.⁸ Com efeito, ele poderia ser inserido “numa modalidade qualquer de psicose progressiva”, motivo pelo qual “o infeliz, destinado à solicitude dos médicos, veio, impelido por uma potência superior, bater de encontro a uma civilização, indo para a História como poderia ter ido para o hospício”.⁹

Ao longo do século XX, Euclides foi seguido por romancistas que, a partir do seu legado, geraram uma nova imagem da inteligência brasileira. No plano internacional, destaca-se a obra do peruano Mario Vargas Llosa, *A Guerra do Fim do Mundo* (1981), como literatura exemplar do ciclo temático canudiano, escrito oitenta anos após a publicação de *Os Sertões*. Fortemente seduzido pela obra euclidiana, e pela figura de seu autor, faz conhecida no restante do mundo, uma história bem brasileira, ocorrida há um século no interior da Bahia, permitindo uma nova leitura sobre a guerra considerada por este como um “mal entendido nacional”.

A partir de 1950, sobretudo 1960, novas interpretações de cunho marxista, influenciadas pelo materialismo dialético, vão substituir a história construída sob a égide da República, o domínio da

⁸ CUNHA, 2002, op. Cit, pp. 290-295.

⁹ Muitos historiadores afirmam que as análises do jornalista foram norteadas pelas idéias científicas do médico Raimundo Nina Rodrigues, que interpretou a guerra sertaneja como um fenômeno patológico, individual e social, liderado por uma espécie de “psicótico sistemático progressivo.” VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995: 50-77.

Igreja Católica e o poderio dos senhores de terra. Essa corrente historiográfica enfatizará os problemas socioeconômicos – paradigma de seu tempo. Vai eleger a luta de classes como roteiro para o entendimento do conflito entre proprietários e camponeses, que serão enquadrados dentro da tradição revolucionária camponesa. Ao privilegiar o caráter de luta popular, de resistência em detrimento ao caráter de rebeldes, fanáticos e bárbaros, o viés marxista irá inaugurar a história dos vencidos na tentativa de reabilitar o movimento e buscar uma história de resistência e luta para o homem do campo. Nesse momento de releitura da comunidade de Canudos, percebe-se que houve uma busca voltada muito mais para o caráter didático do que para uma reabilitação da história desse movimento. Dentre os autores marxistas que escreveram sobre Canudos, destacar-se-ão os pontos de vista de Rui Facó, Noel Nascimento, Ernesto Laclau, Nelson Werneck Sodré.

Alguns artigos de Facó, publicados em 1963, pela Civilização Brasileira, revelam que as razões ideológicas, políticas e econômicas do Movimento de Canudos foram ocultadas pela historiografia e pelas reportagens da época, e substituídas pelos atos de banditismo, pelo fato de, estar em jogo a grande propriedade territorial. A rigor, para Facó, o grande peso da revolta foi a luta de classe. O misticismo religioso é totalmente descartado por ele, sendo apenas analisado como um simples reflexo econômico, uma vez que os camponeses sofriam uma “opressão latifundiária e semi-feudal” devido ao “monopólio da terra nas mãos de uma minoria a explorar a imensa maioria”.¹⁰ Facó entendia que a reação à desigualdade e à exclusão se fazia, mesmo que inconscientemente, através de uma roupagem mística e, por isso, evitou qualquer discussão acerca do caráter messiânico desse movimento, focando mais no “potencial revolucionário existente no âmago das populações sertanejas e a enorme importância do movimento camponês no Brasil”. Enfim, ao elevar o conhecimento dos fatos a um novo patamar e reivindicar uma nova visão histórica sobre Canudos – apresentando os conselheiristas como símbolos de progresso e a repressão republicana como sinal de atraso – acabou incentivando alguns historiadores a produzirem algumas obras, baseados nessa nova visão.¹¹ José Maria Silva afirma que essa nova imagem atribuída pela historiografia de caráter marxista sobre o Conflito tende a “construir um novo imaginário heróico [...] na direção do socialismo, reconhecendo que os pobres que acompanhavam os diversos líderes religiosos populares e os cangaceiros eram vítimas do sistema”.¹²

¹⁰ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. RJ: Civilização Brasileira, 1958:136. Apud SILVA, 1997, p. 14-16.

¹¹ Idem, pp. 122.

¹² SILVA, José Maria de Oliveira. Canudos e a tradição revolucionária no Brasil. *Cadernos UFS – História*. Canudos 100 anos. São Cristóvão, jan/jul,1997, vol. 3, n.º 4, pp. 34.

Noel Nascimento, com o objetivo de contestar a visão da historiografia positivista, se apóia na tese de Friedrich Engels de que a massa camponesa faz o uso da religião como pretexto para a sua luta revolucionária contra o poder dos latifundiários. Assim como Nelson Werneck Sodré, Ernesto Laclau também foi defensor da Teoria da Revolução Nacional. Ambos atribuíam o subdesenvolvimento do Brasil, referindo-se à coexistência de dois “Brasis” antagônicos (litoral e sertão), distintos entre si no espaço e no tempo, pelo atraso de séculos em que vivia mergulhada a sociedade rural. Esses autores expressaram que o Brasil tinha contradições e diferenças étnicas e culturais extremas. Nesse sentido, é importante perceber que, embora a historiografia de cunho marxista tenha adotado uma visão “progressista” da história, ela responsabilizava os camponeses pelo atraso das populações rurais, por não estarem eles suficientemente conscientizados das transformações econômicas que estavam por vir.

Dentre as várias interpretações, encontra-se também a tese do feudalismo brasileiro ressurgindo, para explicar as origens do conflito de Canudos, por ser vista como uma economia fechada, resistente a mudanças, ou seja, se encontrava impossibilitada de interagir com o mercado. Alguns autores acreditavam que o desenvolvimento capitalista deveria ser calcado numa revolução democrática burguesa – apagando de vez com os resquícios do feudalismo, no sentido de modo de produção – para que os camponeses lutassem contra as forças oligárquicas. A novidade na conclusão marxista encontra-se no argumento de que sem terra, sem direito à cidadania, as únicas alternativas que restaram para os pobres do campo eram o ingresso nos bandos de cangaço ou a adesão aos grupos religiosos místicos. Ou seja, os sertanejos já não imploravam aos céus o perdão pelos pecados. O sertão abandonava a “alma compadecida” para ser revolucionário. De acordo com Silva, “a luta heróica do sertanejo, com todas as armas pela sobrevivência e não entendida pela classe dominante, é resgatada pelo viés marxista”, e a rebeldia em Canudos, nesse contexto, era revista no amplo debate “cultural-ideológico sobre modernização, subdesenvolvimento, industrialização, desenvolvimentismo, em que surgem as ligas camponesas e sindicatos rurais, aumentando os conflitos sociais no campo”.¹³

O discurso de cunho marxista, na realidade, emprestou ao movimento de Canudos uma racionalidade revolucionária e a forte presença da religião católica na vida dos conselheiristas. Nesse sentido, se por um lado essa vertente historiográfica relegou a importância do político, por outro, é inegável que sua contribuição foi significativa na proposta de superar o acontecimento isolado,

¹³ SILVA, 1997, op.cit. pp. 17-20.

buscando estabelecer relações entre os fatos, desvendando diferentes dimensões do social. O seu significado e a sua presença também foram bem sintetizados por Vavy Pacheco. Ela considera que esse avanço deu-se com a contribuição de Antônio Gramsci à medida que passou a incorporar a análise do político e do cultural, trabalhando com os conceitos de ideologia e hegemonia.¹⁴

Não obstante a leitura de caráter marxista tenha tentado adotar um outro viés explicativo para o conflito de Canudos, percebe-se que não houve um rompimento total em relação ao discurso euclidiano. A idéia do sertanejo subdesenvolvido, que impedia a modernização do país, continuou fazendo parte do seu discurso, e a tradição messiânica e a milenarista também permaneceram nas obras de historiadores, antropólogos, romancistas e compositores tais como: José Calasans, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Douglas Monteiro, Padre Enoque Oliveira, Vargas Llosa, entre outros.

Outrossim, num momento delicado da história do país governado sob o Regime Militar (1964-1984), a história concreta e a dimensão da luta sertaneja foram sufocadas. Fomentado pelo contexto histórico do momento – que lutava contra qualquer manifestação de cunho socialista ou “comunista” – o silêncio imperou na historiografia acerca do episódio de Canudos.¹⁵ Nesse momento de esfacelamento de partidos opositores do governo, de inviabilidade de uma perspectiva revolucionária em relação aos movimentos do campo e o silêncio da história, por que não repensar a história de Canudos associada à Reforma Agrária? Inserido nesse contexto um novo imaginário foi criado por intelectuais e pelos movimentos dissolvidos pelo regime em vigor. Canudos foi revisto como a Terra da Promissão e a Conselheiro foi atribuído o papel heróico na defesa da reforma agrária. Se para Marco Antonio Villa os sertanejos enfrentaram o Estado dos *landlords*, e, se para Rui Facó, Conselheiro foi um líder dos sem-terra *avant la lettre*, é plausível afirmar que ambas as conclusões, no contexto do movimento, se distanciam da tese que defende a luta de classes, como motivo fundante do conflito, mais ou menos consciente.¹⁶

Esses autores argumentam que a luta pela terra, num momento importante para debates sobre a reforma agrária no Brasil, acaba conferindo ao aspecto religioso um papel secundário, fazendo oposição àquilo que foi registrado nas Prédicas de Conselheiro – o único documento original escrito na época. Essa premissa compartilha com a tese estruturalista, defendida por Vavy Pacheco, de

¹⁴BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. Ver.. Brasileira de História, SP, vol. 12, n.º 24 de setembro de 1992, p. 13.

¹⁵ Apud SILVA, 1997, op.cit. pp.14.

¹⁶ VILLA, 1997, op.cit. pp. 12.

transformar o “político, visto como jurídico-político de superestrutura em um nível ou instância da estrutura regional, visto ao lado de outras duas, a econômica e a ideológica”.¹⁷

Assim, nascem novas interpretações históricas e novas buscas explicativas para o Movimento de Canudos. Da reflexão histórica, novos questionamentos foram surgindo e novas direções foram tomadas, como o papel do sujeito na história – pista que deverá nos guiar na compreensão e na definição dos novos caminhos que a história passou a trilhar a partir dos anos 80, do século passado.

O conflito do sertão nortista deixa de ser estudado apenas pelas teorias marxistas. Novas fontes são difundidas e validadas no novo saber histórico, permitindo o diálogo com as visões estabelecidas para a elaboração de novas interpretações sobre a comunidade. Em sua análise, José Maria de Oliveira Silva comenta que “o desafio que se coloca à pesquisa na atualidade é a necessidade de uma ‘outra história’ [...] explicando as experiências das pessoas comuns, a violência e os sentimentos dos soldados e conselheiristas nas batalhas”, construindo novos conhecimentos sobre a revolta social dos pobres de Belo Monte.¹⁸

Ao ser avaliado no campo da História Cultural, sob a luz metodológica de historiadores como Roger Chartier, Robert Darnton e Carlo Ginzburg, o Movimento de Canudos passou a ser trabalhado com a idéia do resgate de sentidos conferidos ao mundo, que se manifestaram por meio de práticas e representações. Para o pesquisador baiano José Calasans, o surgimento de uma visão não-euclidiana acerca de Canudos, iniciada por ele desde 1950, muito se deve à coleta dos testemunhos de sobreviventes e da revisão dos documentos sobre a guerra em que deixam transparecer que houve em Canudos uma organização hierarquizada e a presença de relações comerciais pontuais entre ela e outros arraiais da região – fato importante, pois podem reafirmar a tese daqueles que acreditaram ter sido o aspecto econômico-social, os motivos do movimento e da resistência da comunidade canudense. Também contribuiu para tal virada o escritor paulista Ataliba Nogueira, ao divulgar, em 1974, as prédicas de Antônio Vicente Mendes Maciel (Conselheiro), encontradas em um sebo da Academia Paulista de Letras, por Aristeu Seixas.¹⁹ Elas merecem um destaque especial pelo fato de possibilitarem uma aproximação maior com o sentido da luta dos canudenses além de revelarem um líder religioso muito diferente daquele fanático místico ou do profeta milenarista retratado por Euclides da Cunha.

¹⁷ BORGES, 1992, op.cit. pp. 13.

¹⁸ SILVA, 1997, op.cit. pp. 37.

¹⁹ Documento intitulado: Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a República – Belo Monte, província da Bahia, 12 de janeiro de 1897. Ao todo são 49 prédicas, reunidas em quatro grupos de discursos.

A luta sertaneja analisada por tais prédicas toma um rumo bem diferente, quiçá mais grandiosa daquela pretendida por seus intérpretes, mesmo os mais otimistas. Por meio delas, é possível perceber a figura do Conselheiro associada à idéia de intermediário cultural, formulada por Michel Vovelle (1987:214). Ora, estando ele em um meio onde a oralidade era a cultura predominante, era ele quem traduzia a palavra de Deus para seus séqüitos analfabetos. Esse manuscrito, elaborado em Canudos, também permite a realização de uma análise mais profunda sobre o nível cultural do beato. Suas falas eram sempre intercaladas por citações em latim, portanto, é plausível afirmar que se tratava de um homem relativamente letrado, capaz de exprimir, de forma articulada, suas concepções políticas e religiosas, que se vinculavam a um catolicismo tradicional do século XIX. Diante da constatação da existência de certo primor cultural, em pleno sertão, nesse momento, somos capazes de compreender os motivos pelos quais esses sermões foram considerados por Euclides da Cunha, como sendo “pobres papéis” que refletem o “turbamento intelectual” do “fanatizador dos sertões”.²⁰

Outro aspecto importante, revelado pelas prédicas, que contradiz a leitura euclidiana, é o fato do beato não mencionar, em seus escritos, nenhuma referência sobre qualquer promessa de vida eterna, fim dos tempos, previsões escatológicas ou salvação incondicional. Nelas, são valorizadas a cerimônia da missa, o matrimônio, a confissão, a cruz e o culto mariano, a desobediência e o descumprimento das leis civis, heréticas e infames, pregando apenas a obediência a Deus. Condena a instituição do casamento civil e lamenta o fim da família imperial, relacionando sua queda à libertação dos escravos, proclamada pela Princesa Isabel.²¹

A história de Canudos, interpretada por óticas diferentes, abriu espaço para que a historiografia contemporânea pudesse expressar suas críticas em torno de um conteúdo religioso com carência social. Observa-se que a historiografia positivista, ao afirmar que o Conselheiro desejava de volta a monarquia – para justificar o massacre da comunidade canudense – fez com que o mito do sebastianismo, novamente, fosse apropriado pelo imaginário popular.

Jacqueline Hermann, especialista nessa temática, além de afirmar que se deve à obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, a imortalidade da saga dos conselheiristas e o massacre do qual foram vitimados, enfatiza que a mesma “esteve longe de uma análise mais detida sobre os seus possíveis ingredientes sebásticos.”²² Para ela, o apego à monarquia por parte dos canudenses acabou

²⁰ NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

²¹ VILLA, 1997, op.cit. pp. 241.

²² A crença no mito sebástico surgiu em Portugal, logo após a morte de D. Sebastião, em 1578, no Norte da África, representando “a esperança na vinda de um rei predestinado” apropriada pelo imaginário social, no Brasil, desde o século XVI.

funcionando “como ‘prova’ de que eram sebastianistas, epíteto usado pelos positivistas do final do século XIX para nomear o que consideravam atrasado e bárbaro”.²³

Nesse contexto, a complexa dialética que relaciona história e memória, na esteira reflexiva de Jacques Le Goff, não poderia deixar de ser mencionada. O autor, ao apontar “a memória, onde nasce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”, confirma que a memória, como aspecto propulsor da interpretação historiográfica apresenta indicativos que permitem a reflexão sobre a construção de um imaginário fabricado por aqueles que difundem a sua notoriedade. Nesse caso, Euclides da Cunha foi o precursor em ressaltar o caráter religioso, como motivo da resistência da comunidade de Canudos. Embora esse caráter tenha sido descontextualizado do movimento, tanto pela análise marxista quanto pela contemporânea, a versão euclidiana é a que prevalece no imaginário popular. Como evoca Ronaldo Vainfas, “o mito é rebelde”.²⁴

Porém, a partir de 1970, há uma inversão no tratamento da imagem do povo canudense e de seus valores, entre eles, a imagem da religião popular sendo agora articulada não mais como alienação, mas sim como movimentos de protesto na defesa da parcela da sociedade menos favorecida. Ou seja, os canudenses deixam de ser analisados sob a óptica das anomalias físicas e mentais, deficiência de caráter, insanidades psíquicas, perversões de ordem individual e profissões de pouco valor, para ser qualificada pela fome, pela carência de emprego e pela falta de moradia. Nesse contexto de reavaliação da experiência conselheiristas, os filmes e os documentários tiveram grande influência para a construção do imaginário popular sobre a Guerra de Canudos, sobretudo no Cinema Novo. Os filmes “Lampião, o rei do cangaço” (1934) e “O cangaceiro” (1950), de Abrão Benjamim e Fouad Aneiros, respectivamente, foram os precursores de dezenas de produções fílmicas acerca de Canudos que deram ênfase ao mito do cangaceiro. Destacou-se entre os demais o filme “Guerra de Canudos”, de Sérgio Rezende, que estreou no dia 3 de outubro de 1997, em cinquenta salas do país, principalmente pela sua fantástica produção e repercussão que a força de suas imagens causou em todo o país. A história contada mistura ficção e realidade, embora apoiando em recortes de jornais da época do conflito e, às vezes, revelando-se quase como um documentário, mesclando a literatura euclidiana, com impressões da época. A realidade da seca, ensaiada na ficção, é apresentada na tela como um pequeno exemplo da miséria daquele povo. Não obstante o filme de

²³ HERMANN, Jacqueline. No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII). São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 309.

²⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990: 535-549. IN: verbete “Documento Monumento” 1990, p. 49 e VAIFAS, Ronaldo. “Prefácio”, IN: HERMANN, 1999, op. Cit. Pp.. 11.

Sérgio Rezende estivesse incluído no projeto revisionista, explicitamente, parece que o diretor encontrou inspiração para as cenas que registram a “Guerra de Canudos”, na força das palavras do autor de *Os Sertões*. As falas de Antônio Conselheiro mais usadas são: “O sertão vai virá praia. A praia vai virá sertão”. “Minha vida a Deus pertence”; “Esta noite, o Arcanjo Gabriel me apareceu em sonho. Falô do quarto fogo e avisô: quem cai pelo ferro frio não entra no reino do céu, mas quem morre pelo fogo merece o descanso eterno”.

Após esse universo historiográfico e imagético, a Guerra de Canudos passa a ser o tema do momento. No início dos anos de 1980 é criado, oficialmente, o Movimento Popular e Histórico de Canudos, liderado pelo padre Enoque Oliveira, que já vinha desenvolvendo na região, sobretudo no município de Monte Santo, norte da Bahia, o trabalho de construção da memória social de Antônio Conselheiro e seus séqüitos, com o objetivo de "resgatar Canudos, denunciar os culpados, exigir justiça. Mas a justificativa maior para mexer “naquela chaga aberta” nos céus da caatinga era transformar a realidade do mundo camponês e dar-lhe identidade.”²⁵ Assim, padre Enoque passou a explorar em seu trabalho de base com as comunidades locais a herança de luta e a resistência do povo sertanejo, de que os “guerreiros” do líder religioso Antônio Conselheiro seriam os exemplos mais aguerridos. Nessa perspectiva, realizaram-se diversas atividades religiosas, artísticas e culturais, além de missas pelos mártires de Canudos, reunindo milhares de trabalhadores do campo e da cidade com o intuito de discutir o significado de Canudos e relembrar os mártires da guerra.²⁶

Inseridos nesse contexto, encontram-se o cancionero e a poesia popular, representados pelas vozes de cantadores e poetas que alimentam o imaginário social, interpretando as composições do cancionero popular, que tematizam o conflito de Canudos e de seu líder, desde a sua fundação. Vale lembrar que a música e a poesia analisadas como refletoras da memória de um povo, transcendem os tempos, possibilitando dessa forma a reconstrução histórica dos mesmos.

Nessa perspectiva, assiste-se à memória articulando-se, duradoura e formalmente, na vida social mediante a linguagem, que, por sua vez, permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível. Ao (re) significarem o Movimento de Canudos em poemas, canções e nos próprios rituais religiosos, cria-se a ilusão de um passado preservado. Nesse contexto, surgem os "lugares de memória", signos de reconhecimento e de pertencimento de um grupo a uma

²⁵ Padre da paróquia de Monte Santo que depois de acompanhar várias ocupações de terras no subúrbio de Salvador, foi transferido para o sertão de Monte Santo com a finalidade, segundo ele, de "solucionar conflitos de terra" (Revista Canudos: 1997 pp.85-87).

²⁶ CALASANS, José. *Canudos na literatura de cordel*. São Paulo: Ática, 1984, p. 1.

sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. À medida que no mundo não se percebe mais uma memória espontânea, seria preciso registrar, em profusão, a própria vida presente por meio da construção do passado.²⁷ Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é um ato coletivo, que está ligado a um contexto social e a um tempo que engloba uma construção, uma noção historicamente determinada. Se a lembrança é a recordação de um tempo revivido, porque não rememorar o término de uma guerra injusta e excludente? Afinal, não é por meio da memória que as pessoas ou coisas ausentes fazem-se presente?²⁸

Assim, poemas e canções retratam as andanças do Conselheiro, antes da fundação de Belo Monte, pelo nordeste brasileiro, construindo igrejas e cemitérios, até chegar ao sítio de Canudos acompanhado de mais de duzentos homens, inicialmente atraídos pelo caráter milagreiro atribuído aos seus feitos.

Andando pelo sertão/ Sem temor, vai em frente/ Antônio, o penitente/ Pelos recantos que o homem cercou/ Vai o velho guerreiro/ Nas entranhas do tempo/ Além do pecado/ Além do poder/ E do sofrimento. Berrante anunciando/ Aponta o seu cajado/ Fala da vida/ Antônio dos retirantes. (Fernando Paes)

Ou então, àquelas em que se vê contada a história da construção do açude de Cocorobó, em 1969, metaforicamente como o sangue transformado em água, em referência ao texto bíblico (Apocalipse, 16, v. 4 e 6).²⁹

O sangue virou água/ E se fez Cocorobó/ A morte virou Corisco/ E cortou o coração/ A Justiça virou fogo/ E corre atrás dos coronéis/ Usaram as águas do rio/ Que nem arma do medonho/ Prá destruir a morada Terra Santa/ Do Beato Santo Antônio/ Penitentes e contritos/ Na sagrada procissão/ Prá bandeira de Canudos/ Nunciar ressurreição. (Carlos Pita)

Quando o sol cai em Canudos/ E a lua vem nascer/ Cantoria no açude/ Lembrando de você. É a saudade que vai/ Por todo amor de voltar/ Levo Cambaio no peito/ Diz o tempo a dor faz reclamar. Adeus Cocorobó/ Até o ano que vem/ Abençoa os guerreiros/ Os beatos Deus Amém. (João Ba/Gereba e padre Enoque Oliveira)

Enfim, a pluralidade de linguagens das culturas populares encontra-se inscrita nas letras das músicas e poemas que quase sempre revelam uma história trágica. Por muitas décadas, Canudos foi um tema proibido. Encontrava-se restrito ao ambiente acadêmico, distante do povo do Sertão. Nas escolas, ensinava-se que Canudos era um ajuntamento de fanáticos religiosos, desordeiros, assassinos e loucos. O medo da guerra e da matadeira, eram as lembranças que viviam espalhadas por todos os cantos do Sertão e colocavam Canudos e Antonio Conselheiro sob o manto azul do Cocorobó; suposta deturpação que também compõe o repertório do cancionário de Canudos.

²⁷ NORA, 1993, op.cit. pp.7.

²⁸ BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. IN: Tempo e História. (org.) Adauto Novaes. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

²⁹ Versículo 4: O terceiro anjo derramou sua taça nos rios e nas fontes das águas, e se tornaram em sangue. Versículo 6: Porque eles derramaram o sangue de Santos e de profetas, também sangue destes para beber, eles merecem isso.

Sertão morreu/ No fim da tarde/ Um breve passarinho/ Seguiu viagem/ Pairou nos campos, nas cidades/ Provou a vida, a fruta liberdade/ Não tarde demais Canudos/ Não tarde demais Canudos/ O céu ferido chora/ A mágoa da tarde/ A noite esconde o rosto da verdade/ Contos mal contados da história/ Um manto enegrecido na memória/ Minha avó não lembra de Canudos/ Minha mãe nem sabe de Canudos/ Homens, corações de pedra/ Velhos, crianças na guerra/ Página virada dos sertões. (Marinho Júnior)

O centenário da destruição de Canudos, comemorado em grande estilo, foi lembrado através dos versos de trovadores, resgatando a experiência vivida por um povo que lutou até a exaustão. Rompendo de vez com esse silêncio sobre o episódio de Canudos, a canção, *Os Sertões*, de Edeor de Paulo, gravada em 1976 – samba enredo da Escola de Samba “Em cima da Hora”, do Rio de Janeiro, em 1982 – narra a história do movimento, parafraseando o discurso euclidiano:

Marcado pela própria natureza/ O Nordeste do meu Brasil/ Oh! Solitário Sertão/ de sofrimento e solidão. A terra é seca/ mal pode se cultivar/ morrem as plantas/ e foge o ar. A vida é triste nesse lugar/ sertanejo é forte/ supera misérias sem fim/ sertanejo homem forte/ dizia o poeta assim. Foi no século passado/ no interior da Bahia/ um homem revoltado com a sorte/ do mundo em que vivia. Ocultou-se no sertão/ espalhando a rebeldia/ se revoltando contra a lei/ que a sociedade oferecia. Os jagunços lutaram até o final/ Defendendo Canudos/ Naquela guerra fatal.

Observa-se que o povo sertanejo, depois de muitos anos de miséria, opressão e medo de se pronunciar sobre o massacre de Canudos, passa, agora, a tratar o tema com todo o vigor. Depois do massacre os camponeses se rearticulam e lutam pela reforma agrária, por meio dos movimentos populares organizados, vinculados à igreja da Teologia da Libertação e do Movimento dos Sem Terra. Nessa perspectiva, é interessante observar o passado sendo retomado com o intuito de denunciar o presente de exclusão do sertanejo no cenário nacional. Unidos à eles encontram-se as vozes dos músicos e poetas sempre presentes nas principais festividades de Canudos, se utilizando do imaginário social, criado em torno do episódio de Canudos, como um caminho para influenciar a formação da consciência política dos trabalhadores e camponeses do sertão brasileiro.

Canudos foi um fato emblemático das contradições no campo historiográfico e na sociedade brasileira. Isto porque conseguiu criar um modelo de comunidade camponesa que funcionou com êxito enquanto existiu. Emblemático também pela violência como foi destruído e também emblemático pelo heroísmo da resistência de seus habitantes. Não obstante seja negado, complementado, analisado sob outro ângulo, nenhuma vertente historiográfica que sucedeu à cientificista-civilizadora, conseguiu esquecer as reflexões de Euclídes da Cunha em *Os Sertões*. Argumenta-se que os motivos que mantêm viva essa obra, mesmo contendo teses completamente perecidas, inscrevem-se na força literária de sua narrativa, os elementos épicos que estão ali, a linguagem que Euclídes construiu: uma linguagem nobre, altissonante, que emociona e que tentou encontrar uma identidade brasileira, bem como o cerne da nossa nacionalidade. Pelo seu propósito, o “livro vingador” faz parte da família dos intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, em *Casa-*

grande & Senzala, de um Sergio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Ao descrever os últimos momentos do trágico desfecho, Euclides da Cunha deixa explícito que essa não era a república por ele reclamada:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão exata do termo, caiu no dia cinco de outubro de 1897, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.³⁰

³⁰ CUNHA, 2002, op.cit, pp, 350.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A formação do Estado no Brasil: uma abordagem teórica da historiografia

Maria Fernanda Vieira Martins
FFP/UERJ/FAPERJ*
Maria Letícia Corrêa
PPGH/UERJ/FAPERJ**

Em uma perspectiva de longa duração, partindo-se da história do Brasil após a Independência, é notável a persistência, na historiografia, de interpretações baseadas em uma noção reificada de Estado, como aquela presente nas análises informadas pela hipótese da *modernização conservadora* ou da *modernização autoritária*. Nesse quadro, marcos importantes, como a manutenção da unidade nacional/territorial e a construção de uma autoridade central, no século XIX, ou a modernização urbana e econômica e a ampliação da cidadania, no século XX, passam a ser considerados como conseqüências da ação de uma elite homogeneizada e treinada para esse fim ou de lideranças competentes, que integram e dirigem, por sua vez, os diversos órgãos da burocracia de governo. Ao partilharem uma representação da política tal como esta se apresenta, por vezes, nas próprias fontes, tais análises arriscam deixar de lado dinâmicas importantes sobre o processo de expansão do governo direto, como a oposição entre público e privado, a diversidade e conflitos de interesses entre os setores dominantes e as relações entre esses grupos, dentro e fora do próprio Estado¹.

Malgrado a contínua ampliação do campo da pesquisa em História que caracterizou a maior parte do século XX, autores de distintas filiações têm indicado a pertinência do tema da construção do Estado e da nação, ainda nos dias atuais. Assim, se o século XIX os consagrou como objetos por excelência da prática historiográfica – razão pela qual a constituição da disciplina científica teria guardado um caráter extremamente politizado, como o demonstra a própria origem “estatal” da profissão de

* Professora recém-doutora no Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Uerj e bolsista da Faperj.

** Professora recém-doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Uerj e bolsista da Faperj.

¹ Charles Tilly. *Coerção, capital e estados europeus, 1990-1992*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ed. da USP, 1996. p.76.

historiador e o pragmatismo da escrita da História no oitocentos² –, um abandono radical dessa reflexão, por outro lado, como anunciado na perspectiva pós-moderna, acarretaria um esvaziamento dos pressupostos essencialmente políticos do exercício da disciplina³.

Uma avaliação bastante pertinente das diversas interpretações sobre o tema da construção do Estado e da nação tem sido proposta por Richard Graham, que indica corretamente a percepção, por parte dos proprietários de terras nas diversas regiões do país em meados do século XIX, de que o fortalecimento da monarquia e a formação do governo central se revelavam tanto apropriados como úteis a seus fins pessoais, sendo esse o fundamento do sentimento da solidariedade nacional. Nesse processo, se o Estado fomentou a emergência de uma nação única, diferentemente do que ocorrera nos novos estados que emergiram na América de colonização espanhola, esse mesmo sentimento comunitário, por outro lado, fortalecia também o Estado, desenvolvendo-se entre ambos – Estado e Nação – uma relação antes dinâmica do que de determinação do primeiro sobre a segunda.

Diversamente ao que é proposto por Graham, a interpretação nacionalista na historiografia brasileira – pela suposição de que a nação existia antes mesmo da Independência, o Estado emergindo inexorável e logicamente da nação e em harmonia com o desejo nacional⁴ – teria como consequência política mais direta a própria legitimação do Estado central e das ações de repressão às rebeliões e dissidências regionais, bem como o reforço dessa mesma autoridade⁵.

² Stefan Berger, Mark Donovan &, Kevin Passmore (Eds.). *Historians and the nation-state*. In: *Writing national histories*. London: Routledge, 1999. p. 281-304; Georg G. Iggers. *Nationalism and historiography: 1789-1996*. In: Stefan Berger, Mark Donovan &, Kevin Passmore (Eds.). *Writing national histories*. London: Routledge, 1999, p. 15-29.

³ Gertrude Himmelfarb. *Is National History obsolete?* In: *The new history and the old*. 6th printing. Cambridge, Massachusetts/London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 1995.

⁴ Para uma nova leitura da perspectiva nacionalista da historiografia brasileira sobre a independência, ver Ilmar R. Mattos. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. *Almanack Braziliense*, revista eletrônica, maio de 2005: 8-26.

Disponível em: http://www.almanack.usp.br/neste_numero/index.asp?numero=1. Acesso em 20 jun. 2007.

⁵ Segundo Graham: “Não é por acidente que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, por D. Pedro II, endossou tal visão da precedência da nação. É uma interpretação que permeia livros escolares usados pelas crianças brasileiras até hoje. É irônico que José Honório Rodrigues, que se considerava um reformador *anti-establishment* e era tido por outros como um populista perigoso, teria defendido a tese que existia uma nação única e unida desde os tempos coloniais, ao invés de concluir que a nação resultou do exercício da autoridade de um estado baseado numa aliança de elites classistas.” Richard Graham. *Construindo uma nação no Brasil do século XIX: Visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Traduzido do artigo em inglês: *Constructing a Nation in Nineteenth-Century Brazil: Old and New Views on Class, Culture, and the State*. *The Journal of the Historical Society*, v. 1, no. 2-3, p. 17-56, 2001, e publicado com permissão.

Embora reapresentada em novos termos, quando nos debruçamos sobre a história brasileira no século XX, a interpretação predominante sobre o processo de construção do Estado e da formação da nação traz implicações políticas igualmente importantes. Assim, embora a consolidação da unidade política e a formação territorial tenham sido alcançadas ao longo do oitocentos, a historiografia política brasileira estaria marcada sobretudo pela percepção de um impasse, relativo à separação entre Estado e nação, a qual se expressa na afirmação da distância entre o alcance efetivo da representação política e o desenvolvimento econômico e social, ou ainda na separação entre classes e política. O mesmo impasse é denunciado sobretudo como uma *falta*, ou como um processo político sempre incompleto, ainda por ser concluído.

A idéia de que a formação da nação era um processo ainda incompleto estava presente, por exemplo, na conhecida análise de Sérgio Buarque de Holanda em 1936, tendo o autor atribuído o mesmo impasse ao caráter patrimonial do Estado originado da colonização portuguesa, com destaque para a prevalência, neste, dos interesses e laços privados. Na formação da sociedade brasileira:

O quadro familiar torna-se, assim tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundamentadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades⁶.

Assim, para Sérgio Buarque, nem a Revolução de 1930, nem a Constituição de 1934, resultando de uma “revolução horizontal” que respondia apenas a uma nova alternância entre as facções no poder, não teriam logrado uma efetiva expansão da base de representação política que pudesse responder efetivamente aos anseios da nação.

A interpretação que ressalta o caráter patrimonial do Estado brasileiro, bem como a ênfase nas raízes ibéricas dessa formação, seriam retomadas no estudo clássico de Raymundo Faoro, publicado pela primeira vez ao final da década de 1950 e ampliado nos anos 1970, em um momento igualmente difícil da história política brasileira e iniciado também –como aquele vivido por Buarque de Holanda, na década de 1930 – por um movimento que se apresentava como uma “revolução”. Incorporando o novo contexto da “política de massas” e da crescente importância política dos grupos que emergiam da industrialização do país, cuja participação era, entretanto, duramente

Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_mesa1.html>. Acesso em 20 jun. 2007. Sem indicação de páginas na versão eletrônica.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p.50.

cerceada ou controlada, a leitura de Faoro mantinha-se, como não podia deixar de ser, extremante pessimista:

O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário. O estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência, se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, o que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das massas sem participação política e a nacionalização do poder [...]. A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou.⁷

Ao lado da leitura *patrimonialista* sobre a formação do Estado no Brasil, uma outra perspectiva, pautada pela mesma ênfase no impasse entre Estado e nação, teria se desenvolvido a partir das análises das relações entre Estado e economia, tomando-se esses enquanto campos distintos e independentes. Nesse caso, além das análises do quadro político, sublinha-se sobretudo o caráter incompleto do desenvolvimento econômico brasileiro – ou da *revolução burguesa* no Brasil – devendo ser destacados, os estudos vinculados à chamada “teoria da dependência”, ressaltando-se o papel dos Estados nacionais e das políticas de governo e sua repercussão sobre a economia dos Estados latino-americanos, na economia política da Cepal. Como havia ocorrido também no caso das análises sobre a formação da nação no século XIX, ganham ênfase, na nova perspectiva, as diferentes estratégias adotadas pelas elites ou por frações das classes dominantes, internamente, e sua inserção no contexto maior do capitalismo, como condição para a melhor compreensão do seu próprio desempenho econômico, instaurando-se, novamente, como questão nuclear para o entendimento da transição capitalista nesses países, o estudo dos processos históricos de constituição dos Estados nacionais⁸.

Essa nova abordagem teve o mérito de denunciar como falso o suposto caráter progressista ou mesmo nacional das elites e frações de classes dominantes locais, e também o de questionar o caráter democrático de alianças por vezes classificadas como “populistas”, apoiadas pelos partidos comunistas latino-americanos desde os anos 1930. Articulava-se, por esse motivo, uma dura crítica à estratégia da revolução democrático-burguesa proposta por essas lideranças, que se manteve em grande parte inalterada até o início do ciclo dos regimes militares no continente, nos anos 1950. De qualquer modo,

⁷ Raymundo Faoro. *Os donos do poder*. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975. v. 2, p. 748.

⁸ José Luis Fiori. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: José Luis Fiori (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 28.

tornaram-se bastante influentes na década seguinte sobretudo as análises histórico-comparativas sobre trajetórias e padrões de industrialização e modernização política, como os trabalhos de Alexander Gershenkron e Barrington Moore Jr., que indicavam a multiplicidade dos caminhos percorridos na formação dos Estados⁹, o que teria acarretado, por sua vez, o surgimento de uma “dúvida radical” com relação às previsões e otimismo evolucionistas e lineares sobre a expansão do capitalismo e a transformação institucional e política das sociedades tradicionais.

No debate teórico latino-americano, a contribuição mais importante proviria da identificação de um novo paradigma ou via tardia de industrialização e modernização conservadora, semelhante ao que Engels e Lênin tinham identificado para a Alemanha do século XIX como via “pelo alto” ou “prussiana”, reunindo burguesias frágeis e internacionalizadas com burocracias estatais fortes e militarizadas, num contexto agrário de lenta mercantilização e repressão de mão-de-obra, e no urbano, de industrialização acelerada a partir de objetivos militares e de potência estatal, proposto nos estudos de Martins, Reis, Velho e Werneck Vianna¹⁰.

Na década de 1970, a tese sobre a viabilidade do desenvolvimento capitalista a partir de condições iniciais de dependência teria um outro desdobramento teórico e político, através dos estudos centrados nos aspectos políticos e autoritários do desenvolvimento brasileiro, o que se articulava, por sua vez, então, à crítica da política econômica do regime militar e à formulação de um projeto de reforma do desenvolvimentismo brasileiro, o qual se tentou implementar, em parte, depois de 1985, com o fim da ditadura militar¹¹.

É notável, entretanto, que o esforço por marcar a especificidade da modernização brasileira, mesmo quando objeto de uma sofisticada abordagem como aquela proposta por Florestan Fernandes, ainda nos anos 1970, mais tarde retomada em estudos sobre o desenvolvimento econômico¹², seria forçada a sublinhar, mais uma vez,

⁹ Alexander Gershenkron. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968; Barrington Moore Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

¹⁰ Luciano Martins. *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976; Elisa Pereira Reis. *Elites agrárias, state-building e autoritarismo. Dados*, 25 (3), 1982. pp. 331-348; Elisa Pereira Reis. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil (1880-1930)*. Massachusetts: Phd Dissertation to Massachusetts Institute of Technology, 1979; Otávio Guilherme Velho. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1975; Luiz Werneck Vianna. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹¹ José Luis Fiori. *Op. cit.* p. 29.

¹² Sônia Draibe. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da*

aquele mesmo caráter incompleto do processo de formação das instituições políticas e do próprio Estado brasileiro apontado em interpretações de filiações teóricas bastante distintas daquelas desse autor, como nos textos de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, acima citados, dessa vez pelo recurso à categoria de estamento, ao lado do Estado patrimonial. Assim, para Florestan Fernandes:

*Em uma sociedade estruturada estamentalmente, não só o poder de competir é regulado pelas diferenças de níveis sociais. Ele não pode ser aplicado nem livremente, nem irrestritamente, mesmo nas “relações entre iguais”, sem pôr em risco as bases do equilíbrio social e a continuidade da ordem social. [...] [Nessas condições] resguardava-se a sociedade do corrosivo espírito burguês, fortalecendo-se os laços que prendiam os homens aos seus níveis sociais, aos correspondentes códigos de honra e ao mito de que o Brasil é ingovernável sem a versão autocrático-paternalista do despotismo esclarecido.*¹³

Do ponto de vista teórico, a superação do impasse indicado nessas interpretações, no que se refere à compreensão da formação do Estado nacional no Brasil, acreditamos ser necessário considerá-la como um *processo* contínuo e permanente, imbuído do caráter dinâmico que o próprio termo sugere na acepção proposta por Norbert Elias, isto é, como algo que confere continuidade às descontinuidades, e cujo sentido não está dado natural e intencionalmente, *a priori*, mas se constrói permanentemente; trata-se de compreender o processo não como *evolução*, mas como *história*¹⁴.

Dada essa perspectiva, primeiramente deve-se considerar que se verificou no Brasil após a Independência foi o início de um processo de formação do Estado no sentido *clássico*, compreendendo alguns aspectos básicos inerentes à constituição e ao desenvolvimento dos estados nacionais: a centralização do poder, que engloba a unificação e consolidação das fronteiras territoriais; a superação de conflitos via controle de poderes paralelos e manutenção de hierarquias sociais pré-estabelecidas; a

industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Ver também Marcelo de Paiva Abreu (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. O tema da modernização autoritária foi retomado recentemente por Boris Fausto em seu perfil biográfico de Getúlio Vargas, referindo-se o autor ao período do Estado Novo (1937-1845). Cf. Boris Fausto. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Deve ser destacado, por sua vez, que coletâneas recentes sobre história do Brasil no século XX não encaminharam uma discussão sobre essas visões tradicionais acerca da formação do Estado. Cf. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Apud. Gabriel Cohn. *A revolução burguesa no Brasil*. In: Lourenço Dantas Mota (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 4ª. ed. São Paulo: Senac, 2004. v. 1. p. 403.

¹⁴ Norbert Elias. Processes of State formation and Nation building, In *Transactions of the 7th World Congress of Sociology 1970*, p. 274-284.

Disponível em: < <http://www.usyd.edu.au/su/social/elias/state.htm>>. Acesso em 20 jun. 2007.

constituição de um aparato jurídico visando a normatização de sua ação legal; a formação de uma estrutura burocrática para garantir a administração; e a transferência dos serviços básicos do poder privado para o poder público. Em conjunto, são esses aspectos que possibilitam a construção de uma autoridade central.¹⁵

Tanto a transferência da Corte portuguesa quanto o processo de Independência de 1822 – este acompanhado pela opção ao constitucionalismo, que refletia as aspirações liberais expressas na Carta de 1824 –, representaram marcos irrefutáveis no que se refere à história política brasileira, no sentido de que, naquele momento, iniciava-se a construção formal das instituições que integraram a monarquia brasileira, a qual, entre avanços e recuos, seguiria o já consolidado padrão europeu do Estado-nação. Mas não se tratava, contudo, da simples importação de um modelo. Sua compreensão não deve excluir toda a dinâmica da vida político-administrativa colonial, suas relações com a metrópole portuguesa, bem como as práticas e ideais das elites que aqui viveram e deram forma a esse processo.

Nessa etapa, estruturantes da autoridade central eram as práticas de negociação e as redes de relacionamentos:

A transição para um governo direto deu aos governantes livre acesso aos cidadãos e aos recursos que eles controlavam, através de tributações de família, conscrição de massa, censos, sistema de polícia, e muitas outras invasões da vida social em pequena escala. Mas isso foi feito à custa de uma resistência multiplicada, de extensa negociação e da criação de direitos e compensações para os cidadãos. Tanto a penetração quanto a negociação criaram novas estruturas de Estado, inchando os orçamentos do governo, o quadro de pessoal e os diagramas organizacionais.¹⁶

Havia, entretanto, um longo caminho a percorrer até a constituição de um *governo direto*. O que se deve ressaltar é que estudos recentes têm demonstrado que o processo de centralização e a própria formação do Estado se deram antes pela busca do consentimento político e pelo desenvolvimento de relações permanentes com as elites locais/regionais, do que pela coerção militar ou mesmo por inovações burocrático-institucionais, ou seja, pela ação de uma burocracia formada e vinculada exclusivamente

¹⁵ Os aspectos que envolvem a formação do Estado nacional, aqui considerados, estão baseados principalmente em Charles Tilly. *Coerção, capital e estados europeus, 1990-1992*, cap. 1; e Charles Tilly, *Reflections on the history of european state-making*. In: Charles Tilly (org.). *The formation of national States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

¹⁶ *Ibidem*, *Coerção, capital e estados europeus*. p. 74.

aos interesses do Estado.¹⁷ Até o século XIX, a relação com as elites incluía a distribuição de títulos e honrarias, a concessão de privilégios, a representação nos conselhos e órgãos da administração central e, principalmente no início, a transferência dos mecanismos fiscais para particulares, ou seja, uma certa privatização de serviços na ausência de um aparelho burocrático capaz de dar conta das atividades inerentes ao novo Estado centralizado.¹⁸

Assim, partindo-se do pressuposto de que um Estado não se constrói independentemente da sociedade, sem expressar os interesses e retratar os conflitos que nela se apresentam, deve ser notado que o sentido da centralização não partiu única e exclusivamente do Estado, mas foi ainda desejado e buscado por esses grupos sociais, até porque poucas ameaças são mais sentidas pelas elites do que aquelas dirigidas à hierarquia social e à ordem estabelecida, mais temidas em momentos de convulsões sociais de qualquer natureza.¹⁹

É cômodo demais estudar a formação dos Estados como se fosse uma espécie de engenharia, onde os reis e seus ministros seriam os engenheiros projetistas. Quatro fatos comprometem a imagem do atrevido projeto: 1. Raramente príncipes europeus tiveram em mente um modelo do tipo de estado que estavam produzindo, e mesmo raramente ainda agiram com eficácia para produzir esse modelo de estado; 2. Nenhum deles projetou os principais componentes dos estados nacionais – tesouros, tribunais, administrações centrais etc. Habitualmente foram constituídos mais ou menos como produtos secundários involuntários dos esforços para cumprir as tarefas mais imediatas, especialmente a criação e manutenção das forças armadas; 3. Outros estados – e eventualmente todo o sistema de estado – influenciaram intensamente a trajetória de mudança seguida por algum estado em particular; 4. A luta e a negociação com classes diferentes da população moldaram de forma significativa os estados que emergiram da Europa.²⁰

No que se refere ao processo de formação da burocracia, cabe ressaltar que também apresentava um duplo caráter, no sentido de que não servia unicamente à ao governo central, nem representou uma força autônoma, desvinculada das elites tradicionais. Ao contrário, os cargos encontravam-se mais fortemente vinculados às elites locais e regionais, em um longo processo de integração *territorial* que se ampliava

¹⁷ Entre os diversos autores que partilham de abordagens nessa linha pode-se citar Charles Tilly, Antônio Manoel Hespanha, Xavier Gil Pujol, José Subtil, Nicholas Henshall, Pedro Cardim, Heinz Duchhardt, Ronald G. Asch, José Antônio Maravall e Ernst Hinrichs.

¹⁸ “Longe de ser imposto de fora, o poder estatal era inseparável da ordem social em qualquer nível e estava imbricado em uma complexa rede de valores e relações sociais. Era o produto de um processo em duas direções”. Nicholas Henshall, *El absolutismo de la edad moderna 1500-1700: realidad política o propaganda?*, in Heinz Duchhardt e Ronald G. Asch (eds.), *El Absolutismo, un mito?* Barcelona: Idea Books, 2000, p. 66-70.

¹⁹ Ver principalmente Xavier Gil Pujol, *Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII*. *Penélope*, nº 6, 1991, p. 125, e Heinz Duchhardt e Ronald G. Asch. *Op. cit.*, p. 13.

²⁰ Charles Tilly, *Coerção, capital e estados europeus, 1990-1992*, *op. cit.*, p. 75-76.

desde o século XVIII. Somente nesse contexto alcança o seu pleno sentido o aspecto, apontado em geral na historiografia, de que a sociedade brasileira valorizava e mesmo se estruturava com base nas relações pessoais, o que por si só trazia grandes obstáculos para a constituição de uma burocracia profissional independente, que pudesse ser identificada simplesmente às instituições governamentais.²¹

Quanto aos Estados americanos, formados no início do século XIX, finalmente seria preciso considerar o fato fundamental de que as elites nessas regiões já contavam com *modelos* de Estados nacionais plenamente constituídos, e dispunham de amplo conhecimento de sua história e funcionamento. Tais elites, portanto,

*Tentaram conscientemente criar estados nacionais. Não que os resultados se assemelhassem necessariamente aos planos, mas o fato de os governantes estarem tentando criar estados ao invés de apenas reagir a necessidades prementes, criou uma diferença quanto àquilo que os dirigentes fizeram e ao modo como o justificaram para aqueles que forneceram os meios para a criação do Estado. Depois de constituído o sistema europeu de estado, o ambiente internacional que moldava os estados americanos emergentes também era diferente do que havia sido na época inicial em que os estados europeus se estavam formando. Simplesmente para obter reconhecimento diplomático dentro do sistema internacional estabelecido, os dirigentes dos estados emergentes tiveram de adotar formas organizacionais identificáveis a estados nacionais.*²²

Entretanto, havia espaço ainda para lidar com especificidades locais, da mesma forma que havia tanto tradições quanto conjunturas que impunham soluções novas e que não permitiam a importação e a colocação em prática de um modelo fechado. Essas características específicas possibilitariam, por exemplo, desde as primeiras décadas do século XIX, a opção brasileira pela monarquia em uma América progressivamente republicana, a elaboração de uma Constituição que, em linhas gerais, seguia pressupostos liberais – sob os quais deveriam conviver o modelo dos três poderes e a adoção inédita do Poder Moderador, o sistema representativo e o voto excludente, o liberalismo e a escravidão –, bem como o desenvolvimento de práticas e estratégias políticas para manter essa mesma monarquia irremediavelmente submetida à Carta constitucional, seguida pela experiência do federalismo na República Velha.²³

²¹ Na prática, “em uma administração em que os cargos públicos – com frequência e como norma geral – eram contemplados como propriedade de seus donos, e na qual estes ainda os possuíam em propriedade privada dos meios objetivos da administração, a burocracia constituía mais um impedimento do que um eficiente instrumento de poder para a imposição da política monárquica”. Heinz Duchhardt e Ronald G. Asch, op. cit., p. 39.

²² Karl Monsma, Apresentação, in Charles Tilly, op. cit., p. 29-30. in *Coerção, capital e estados europeus*.

²³ Angela Alonso. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 33. Citando Charles Tilly, (Contentious repertories in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v. 17, n. 2, 1993).

Visto por esse prisma, observa-se que a dinâmica da política desde a Independência caracterizou-se pela negação do confronto e do conflito – o que deu origem, por sua vez, a formulação de uma interpretação específica sobre a história da formação do Estado – com o que se visava a impedir a execução das mudanças estruturais necessárias e o enfrentamento direto dos principais problemas que afligiam o país. Como ciência, tanto no nível da ação do Estado, bem no que diz respeito aos pressupostos de sua legitimação, o que se acreditava, desde então, era que a política precisava ser pragmática, objetiva. Tratava-se, inquestionavelmente, de uma postura conservadora, no sentido da manutenção de uma hierarquia social excludente. Esse foi o sentido da ação política, que se justificava no discurso *administrativo* por excelência, no ilimitado amparo da lei, nos esforços de aproximação das dissidências, na prática quase cotidiana de negociação, nas alianças que obedeciam a uma estratégia maior de segurança e estabilidade.

Paradoxalmente, embora alcançassem sucesso na obra de centralização, fundamental no caminho da consolidação de um Estado nacional, este sucesso limitava-se, em geral, à própria organização e racionalização da estrutura político-administrativa e ao controle dos poderes paralelos, transferindo-se lentamente as funções administrativas para o poder central. A negação do confronto tornou mais lenta a efetiva *publicização* das instituições, o que seria esperado em um processo de formação de um Estado *moderno*, no sentido de uma real ampliação da participação, da superação definitiva de uma prática política baseada nas relações pessoais, ou mesmo a abertura da máquina administrativa. Esse era, de fato, um jogo complexo, onde interesses pessoais ou de grupos moldavam-se a interesses coletivos que se estabeleciam no desenvolvimento de uma ação pública do Estado. A eterna negociação e administração dos conflitos, o permanente adiamento das reformas substanciais, com a ampliação da representatividade, tendiam a manter o poder nas mãos da esfera privada, demonstrando que as permanências características dos tempos iniciais desde a Independência não puderam ser totalmente superadas.

Considerada a formação do Estado e da nação enquanto um *processo*, o domínio das relações pessoais teria continuidade no período republicano, com as trocas clientelares ainda envolvendo a distribuição de favores e privilégios. Entretanto, tornava-se fundamental a conciliação entre esses espaços e os novos interesses que começam a se fazer sentir na medida em que avançava *o governo direto*, o Estado

constituindo-se como tal, como instância do público, inclusive pela progressiva especialização de funções e atribuições que caracteriza um Estado nacional moderno.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A ficção histórica alencareana e a recriação da memória nacional

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira / Favap – Ponte Nova
mariamaroca@yahoo.com

Nosso objetivo nesta comunicação será o sublinhamento da sui generis condição do romance histórico alencareano, em seu momento de produção, como importante fonte de divulgação da memória histórica nacional e mesmo como artefato de recriação e narrativa da mesma.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O pensamento modernista e o problema da identidade nacional na
historiografia da arte colonial mineira : Relações entre Mário de
Andrade e Germain Bazin**

Mariela Brazón Hernández
Doutora em Artes Visuais
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mário de Andrade e a arte setecentista mineira

No período que vai do início do modernismo artístico brasileiro até o final dos anos 20, distinguem-se claramente duas etapas relativas aos objetivos fundamentais do movimento. A primeira, que começa em 1917 (exposição de Anita Malfatti e reação de Monteiro Lobato) e chega até 1924 (Manifesto Pau-Brasil e viagem dos modernistas para o Rio de Janeiro e Minas Gerais), caracteriza-se pela ênfase dada à atualização das manifestações artísticas brasileiras (em especial, as plásticas e literárias), tomando como ponto de referência os acontecimentos mundiais. Durante essa fase, as vanguardas européias foram adotadas como importantes fontes de inspiração, com o intuito de superar o “atraso” supostamente provocado pelo academicismo do século XIX. Na busca da renovação estética, os modernistas declararam uma luta aberta contra o “passadismo nacional”.¹ A polêmica, que começa com a aglutinação de intelectuais e artistas na defesa dos ideais estéticos inerentes às obras de Malfatti, prosseguirá nos escritos jornalísticos de Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Menotti del Picchia, entre outros. Numa segunda fase, que se estende de 1924 a 1929, novos elementos foram incorporados. Segundo os modernistas, a superação do passado e a atualização da cultura brasileira só poderiam ser alcançadas mediante um processo de reconhecimento e valorização da própria cultura nacional. Isto é, só se chegaria a ser moderno sendo primeiro brasileiro.

O encontro dos modernistas com Blaise Cendrars e os passeios feitos em sua companhia – primeiro para conhecer o carnaval do Rio de Janeiro, e em seguida para visitar as cidades

¹ MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro : Graal, 1978. p. 62. (O sublinhado é nosso).

históricas mineiras– proporcionaram aos viajantes, mais familiarizados com a cultura urbana das grandes cidades, a oportunidade de entrar em contato com um mundo diferente que logo passariam a admirar pela sua “originalidade”. Nesse sentido, o poeta francês contribuiu para a conformação de um “novo olhar” no seio do modernismo brasileiro, ao chamar a atenção para as sensações que o impressionavam como “estrangeiro”; imagens que seus companheiros de viagem contemplavam maravilhados, ao tempo que tentavam apreendê-las e registrá-las por vez primeira com uma linguagem moderna. Um aspecto interessante da presença de Cendrars em terras brasileiras foi a profunda impressão que a obra escultórica de Antônio Francisco Lisboa causou nele. Tarsila comentou em uma ocasião à historiadora Aracy Amaral, que o escritor se referia ao Aleijadinho como “um dos maiores escultores do século XVIII”.²

A paisagem “intocada” de Minas trouxe a Tarsila lembranças da infância transcorrida nas fazendas da família, no interior de São Paulo; e inspirou uma série de desenhos que serviriam de base a pinturas posteriores. Na obra de Oswald de Andrade, a paisagem mineira traduziu-se poeticamente em pano de fundo para a obra do Aleijadinho, apresentada, pelo escritor, como uma manifestação singular de transcendência nacional: “No anfiteatro de montanhas, os profetas do Aleijadinho / monumentalizam a paisagem / As cúpulas brancas dos passos / e os cocares revirados das palmeiras / são degraus da arte de meu país / onde ninguém mais subiu / Bíblia de pedra sabão / banhada no ouro das Minas”.³ No Manifesto Pau-Brasil, Oswald de Andrade defende, através de uma linguagem sintética e plena de imagens, a necessidade de voltar ao “sentido puro” das coisas e ao “olhar livre”, para poder apreender e compreender a realidade nacional. Segundo a óptica oswaldiana, nem todo o passado devia ser rejeitado, mas só aquele contaminado pelo saber erudito, as abordagens acadêmicas e as soluções importadas.

Assim, “o nacionalismo se constitui a partir da experiência do contraste entre o modo de sentir nacional e as formas de consciência não nacionais”.⁴ A descoberta da originalidade nativa e do primitivo –como elementos diferenciadores do autóctone– passou a ser uma tarefa fundamental para a maioria dos modernistas. Surge então a necessidade de definir com precisão os critérios que permitiriam reconhecer as expressões “verdadeiramente nacionais”, bem como as estratégias para estimular a manifestação do “próprio” numa determinada ação cultural. Como bem assinala Eduardo Jardim de Moraes: “Na medida em que se distingue por sua especificidade é que a parte Brasil tem a possibilidade [segundo os modernistas] de ter acesso à ordem

² AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo : Martins, 1968. p. 65-67.

³ *Ibidem*. p. 63.

⁴ MORAES, Eduardo Jardim de. Mário de Andrade: Retrato do Brasil. Em: BERRIEL, Carlos Eduardo (org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo : Ensaio, 1990. p. 70.

universal”.⁵

Mário de Andrade foi um dos intelectuais mais envolvidos com a valorização da identidade da arte mineira como parte da “constituição de uma teoria do conhecimento do ser nacional”.⁶ Sua postura teve importantes conseqüências no aprofundamento das pesquisas etnográficas e folclóricas, as quais passaram a dar prioridade à identificação e exaltação das expressões culturais que pudessem servir de cartão de apresentação do autóctone. Segundo o escritor modernista, para atingir esse objetivo seria necessário articular duas linhas de pesquisa. Primeiramente, deveria ser feito o reconhecimento das manifestações “originais” dentro do panorama cultural brasileiro, com o intuito de dar-lhes destaque no contexto nacional, e depois no internacional, inserindo-as numa “ordem universal”. Para realizar essa identificação, Andrade sugeria o estudo detalhado das culturas locais e seu confronto com manifestações “não-nacionais”, o que permitiria caracterizar a riqueza e a diversidade das expressões “próprias”. Depois, deveria ser feita a análise conjunta dos elementos reconhecidos como “originais”, para “chegar à definição de um elemento comum que qualificasse todos como pertencentes ao mesmo patrimônio cultural”;⁷ isto significava estudar as características que pudessem conferir uma dimensão de totalidade ao nacional.

A viagem às cidades mineiras em companhia de Cendrars não foi o primeiro contato de Mário de Andrade com a arte colonial das Minas Gerais. Ele visitara várias cidades da região em 1917, expondo, três anos depois, suas impressões críticas no ensaio “Arte religiosa no Brasil”. Nesse ensaio pioneiro, o autor apresenta várias idéias que defenderia efusivamente durante os próximos anos, sobre o valor da arte colonial mineira no contexto nacional e internacional. Entre os assuntos tratados, vale a pena destacar os seguintes:⁸

- a originalidade e a uniformidade da arte colonial mineira, resultantes do contato mínimo com influências externas;
- a importância da arquitetura da região e sua elevação a um patamar nacional;
- a categorização de um “Estilo Barroco Brasileiro”, à altura dos grandes estilos da arte universal;
- a “genialidade” do Aleijadinho e o destaque dado a sua doença, como fato que contrasta com a alta qualidade de suas obras;

⁵ *Ibidem.* p. 71 e 67.

⁶ *Ibidem.* p. 71.

⁷ ANDRADE, Mário de. Arte religiosa no Brasil em Minas Gerais. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 54, ano V, p. 102-111, jun. 1920. p. 73.

⁸ *Ibidem.* p. 103, 105, 106, 109 e 110.

- a irrelevância das “incorreções” nas obras do artista de Vila Rica, comparáveis, segundo Andrade aos traços característicos da arte moderna;⁹
- a crítica ao uso “indiscriminado” de estilos “estrangeiros” na arquitetura religiosa do século XX, em detrimento do Barroco, estilo “verdadeiramente nacional”;
- a vinculação do passado religioso tradicional com o presente moderno.

É importante sublinhar que algumas das idéias expostas no ensaio mencionado não são originalmente do crítico paulista. A imagem quase mítica do Aleijadinho, por exemplo, já havia sido divulgada por Rodrigo José Ferreira Bretas na biografia do artista publicada em 1858.¹⁰ Provavelmente, foi a partir desse texto que se começou a construir formalmente, no imaginário coletivo, a idealização do Aleijadinho como uma das grandes figuras mineiras. Imagem para a qual os modernistas contribuíram fortemente, ao ressaltar a qualidade do artista mulato e associá-la com os mais altos patamares da arte brasileira.

Mário de Andrade retoma o estudo da arte colonial em 1928, no ensaio “O Aleijadinho”. Reaparecem ali vários assuntos discutidos em 1920, como por exemplo, o fato do período “mais importante” da arte colonial mineira ter coincido com a fase de decadência da produção aurífera. A mestiçagem é um dos temas onde o escritor paulistano mais se estende, destacando que a raça esteve estreitamente vinculada à “constituição íntima da nacionalidade”.¹¹ Esta idéia relaciona-se com as teses expostas pelo intelectual Sílvio Romero, no fim do século XIX, que via nos mulatos um grupo racial ainda indefinido em muitos sentidos, mas que já podia ser qualificado como “autenticamente brasileiro”; “o mestiço –dizia o escritor sergipano– é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil e a forma nova de nossa diferenciação nacional”.¹² A influência de Romero foi importante na conceituação modernista do “nacional” e, especialmente, no reconhecimento da autenticidade da mestiçagem. Segundo Mário de Andrade, na época colonial, “...a prova mais importante de que havia um surto coletivo de racialidade brasileira, está na imposição do mulato”.¹³ Na opinião do autor, os mestiços que “brilharam” no panorama artístico setecentista não tinham sido devidamente valorizados na historiografia pré-modernista. Ainda mais, a inclinação dos mulatos para as artes explicar-se-ia pelo que havia de

⁹ Cfr. AMARAL, Aracy. *Op. cit.* p. 50.

¹⁰ BRETAS, Rodrigo José Ferreira. *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho*. Rio de Janeiro : Ministério de Educação e Saúde, 1951 (1858).

¹¹ MORAES, Eduardo Jardim de. *Op. cit.* p. 80.

¹² Sílvio Romero *apud* MORAES, Eduardo Jardim de. *Op. cit.* p. 94.

¹³ ANDRADE, Mário de. O Aleijadinho. Em: *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1984. p. 13. (O sublinhado é nosso).

“negro neles”, pois “os africanos são fortemente plásticos e musicais”.¹⁴ Além da condição racial favorável, estava o fato dos mulatos terem vivido numa “situação especial” durante a época colonial, quando não eram nem escravos nem amos, o que permitiu que desempenhassem as mais variadas ocupações. “Genial”, “original”, “expressivo”, o Aleijadinho teria recebido da raça negra uma carga significativa da sensualidade plástica africana e transferido esse “ardor molengo e lento”, essa “volúpia”, às pedras que esculpiu.¹⁵

Mário de Andrade acreditava na genialidade do Aleijadinho e ressaltava a maneira brilhante como o artista soubera fazer “adaptações” da tradição barroca em terras brasileiras, dando-lhe um toque pessoal que consistira principalmente na elegância construtiva, na harmonia entre estrutura e decoração, e na “graça” e “sensualidade” das linhas. Explica o autor que a arquitetura do Aleijadinho “... se distingue das soluções barrocas luso-coloniais por uma tal ou qual denguice, por uma graça mais sensual e encantadora, por uma «delicadeza» tão suave, eminentemente brasileiras”.¹⁶ Com a doença que sofreu o artista, a partir de 1777, sua obra ter-se-ia carregado de deformações “expressionistas” e de uma “violência caricatural” comparável à de algumas manifestações modernas. A divisão que estabelece Mário de Andrade entre a fase anterior à enfermidade e a etapa posterior é um fato relevante na historiografia sobre Aleijadinho, pois em outros textos¹⁷ a perturbação na sua saúde não fica bem determinada cronologicamente e, portanto, pode parecer ao leitor que o artista sempre sofreu da doença.

O mito Aleijadinho ganhou força graças às palavras de Mário de Andrade, e sua figura foi elevada a níveis universais, transformando-se em emblema cultural de nosso continente. Essa imagem, difundida até hoje em textos de história da arte e em livros escolares, foi elemento chave na contextualização do chamado “Barroco Americano”, conjuntamente com outras figuras ilustres da época colonial, como a escritora mexicana Sórora Juana Inés de la Cruz e o escultor equatoriano Manuel Chili Caspicara.

A repercussão das idéias modernistas na obra de Germain Bazin

Na mesma época em que o modernismo manifestava a intenção de retratar a problemática social do país, era fundado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN). Desde 1937, a presença dos modernistas foi determinante no seio da instituição.

¹⁴ *Ibidem.* p. 14.

¹⁵ *Ibidem.* p. 34.

¹⁶ *Ibidem.* p. 30.

¹⁷ Exemplos, a biografia feita por Rodrigo J. F. Bretas (*vide supra*) e o *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira (Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde, 1938. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 2).

O anteprojeto para sua criação foi elaborado pelo próprio Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Nele, o autor fixa como prioritária a determinação, organização, conservação, defesa, enriquecimento e propagação do patrimônio artístico brasileiro.¹⁸ Vários modernistas participaram diretamente na implementação do projeto oficial de cultura nacional. Alguns foram agentes ativos nas tarefas levadas a cabo pelo SPHAN nos primeiros tempos, quando extensas viagens foram feitas pelo território brasileiro, para realizar o levantamento das obras que seriam estudadas posteriormente e candidatas para restauração e tombamento. Muitas das investigações realizadas nessa época foram publicadas pela instituição. A *Revista do Patrimônio* foi, desde seu primeiro número, em 1939, um canal de divulgação fundamental dos princípios, atividades e pesquisas da equipe técnica e dos colaboradores. Neste sentido, é importante ressaltar a predominância dos estudos sobre os bens coloniais mineiros, e em especial os arquitetônicos. Contribuiu para tal preferência o interesse que despertara Minas Gerais desde a década de 20, graças à influência dos próprios modernistas. A participação dos protagonistas do movimento na defesa patrimonial, e no exame e na análise dos bens culturais nacionais, fez com que muitas das idéias modernistas saíssem do plano teórico, dos livros e dos debates, e passassem à prática, refletindo-se na política cultural do país.

Passados vários anos, o historiador francês Germain Bazin (1909-1990) dedicou-se intensamente ao estudo da arquitetura colonial brasileira, dando vida a uma das obras basilares da historiografia da arte latino-americana, titulada *Arquitetura religiosa barroca do Brasil*.¹⁹ Ele veio para o Rio de Janeiro como integrante de uma missão cultural do Ministério da Educação da França, acompanhando uma exposição de arte contemporânea. Ao entrar em contato com a arte do período colonial, Bazin sentiu um duplo impacto: por um lado, o fato de ver-se atraído pelo Barroco como objeto de estudo, o que era inusitado para um pesquisador que até então estivera envolvido com outros estilos; e por outro, a descoberta da arte brasileira, que o seduz a ponto de se entregar vários anos a esse assunto –de 1945 a 1955.

Desde o primeiro instante, Bazin relacionou-se com o SPHAN. Ele fez uso dos arquivos e publicações da instituição e complementou os dados existentes com o material que coletou em sucessivas viagens feitas em companhia dos funcionários da organização. O pesquisador francês estudou uma enorme quantidade de obras arquitetônicas e compilou os dados históricos respectivos, além de coordenar o desenho das plantas e o registro fotográfico dos edifícios.²⁰ O

¹⁸ Cfr. ANDRADE, Mário de. Anteprojeto do Patrimônio. Em: CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1993, p. 39-56.

¹⁹ BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca do Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1983 (1 ed. em português). (1.ed em francês: 1956).

²⁰ *Ibidem*. p. 14.

levantamento da informação gerou tantos dados novos e interessantes, que se fez necessário publicar um segundo volume da *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*, com um repertório de monumentos que serviria como referência às análises expostas no primeiro volume. Foram catalogados, no total, trezentos prédios, além de uma extensa e completa bibliografia sobre cada tema. O próprio autor explica que na região de Minas Gerais foi possível recorrer às fontes diretas, muito mais completas, em virtude da melhor conservação dos arquivos históricos.

Entre os especialistas associados ao SPHAN que acompanharam Bazin pelo território brasileiro, é importante ressaltar, na região de Minas Gerais, a figura do arquiteto Sylvio de Vasconcellos, quem deu continuidade aos estudos da arte colonial, estabelecendo uma ponte entre a geração modernista e os historiadores vindouros. No artigo “Antonio Francisco Lisboa e a nacionalidade”,²¹ Vasconcellos demonstra admiração pelas idéias de Mário de Andrade e concorda, em particular, com as relações que o escritor paulistano estabelecera entre a arte colonial e a mulatice. Ao mesmo tempo, revela-se um firme defensor da teoria modernista que destaca a existência de um suposto “modo de ser mineiro”, evidente nas obras artísticas, e que reconhece na arte das Minas Gerais o ponto mais alto do universo artístico brasileiro. Os fatos explicar-se-iam, segundo o pesquisador do SPHAN, pelo isolamento da região, o que teria contribuído para a formação de uma “ilha cultural” auto-suficiente –argumento similar ao usado anos atrás por Mário de Andrade. Entretanto, Vasconcellos não acreditava que Antônio Francisco Lisboa tivesse sido um gênio solitário –como afirmara o criador de Macunaíma–, mas “a culminação, a maior expressão de um complexo cultural perfeitamente definido”.²²

É interessante notar que, ao abordar o território das Minas Gerais no livro *Arquitetura religiosa barroca do Brasil*, Bazin também cita o isolamento da região e a ausência das ordens monásticas, como os fatores que favoreceram “o gênio criativo” mineiro. Segundo o francês, o distanciamento da realidade metropolitana imprimiu na arte religiosa local os traços de maior originalidade no âmbito colonial, estimulando assim “as criações mais personalizadas e mais brasileiras”.²³ Bazin ainda sublinha que foi na região mineira onde despertou o espírito de independência nacional, e onde esse sentimento se viu coroado com a arte mais característica da

²¹ VASCONCELLOS, Sylvio de. Antonio Francisco Lisboa y la nacionalidad. *Boletín del Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas*, Caracas, n. 15, p. 9-28, feb. 1973.

Ver também:

VASCONCELLOS, Sylvio de. El Barroco en Brasil. *Revista El Barroco en Brasil* (Arte Colonial II), Washington, p. s-1 - s-16, 1974 (Editada pela OEA).

VASCONCELLOS, Sylvio de. Introducción al estudio del barroco de la región aurífera brasileña. *Boletín del Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas*, Caracas, n. 5, p. 9-50, may. 1966. (Editado pela Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad Central de Venezuela).

²² VASCONCELLOS, Sylvio de. Antonio Francisco Lisboa y la nacionalidad. p. 14. (A tradução é nossa).

²³ BAZIN, Germain. *Op. cit.* p. 27 e 28.

época. “Foi esta região que viu nascer o seu maior arquiteto, um mestiço: Antônio Francisco Lisboa”,²⁴ a quem o historiador dedicaria inteiramente uma obra, *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*.²⁵

As novidades da arte mineira apontadas por Bazin resultam particularmente evidentes na obra do Aleijadinho. Para o historiador, um dos fatos mais interessantes da trajetória do artista foi o de ter sido um criador completo, atuando brilhantemente como arquiteto, escultor e ornamentista, o que fazia dele um “gênio” indiscutível, capaz de conceber uma obra magistral como a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Ouro Preto. “Mesmo na Itália, onde houve tantos artistas que foram ao mesmo tempo arquitetos, pintores e escultores, não existe um só monumento que exprima assim, em todos os aspectos, a unidade de pensamento de um gênio”.²⁶

Bazin complementou os estudos feitos no Brasil com pesquisas subseqüentes, realizadas em Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, México e no norte da Argentina, onde pôde apreender extensivamente os fenômenos do Barroco e do Rococó, além de procurar as origens de determinadas configurações formais, presentes na arte brasileira colonial, que até então não tinham sido investigadas. Eis aqui uma diferença essencial entre a abordagem modernista de Mário de Andrade, que orientava sua busca na direção dos traços que considerava “autóctones”, deixando de lado as contribuições de artífices e engenheiros europeus ativos no mundo colonial, e o pensamento de Bazin, que, sem deixar de exaltar a originalidade dos monumentos arquitetônicos locais, traça retrospectivamente suas linhas de transformação formal, de maneira a se aproximar o mais possível das suas origens, e assim poder sustentar, justificadamente, a afirmação de autenticidade.

O estudo das relações entre a arte colonial brasileira e a arte européia é uma tendência que começa a ser observada nos textos de Bazin. Posteriormente, outros historiadores, como Victor Lucien Tapié, Yves Bottineau e John Bury, deram continuidade a essa linha de pesquisa. Este último, por exemplo, dedicou vários trabalhos à arte colonial de Minas Gerais e à obra do Aleijadinho nos quais a contextualização sócio-histórica dos fatos artísticos, feita sem preconceitos nacionalistas (na base de documentos de arquivo e da descrição detalhada das obras), revela um afastamento significativo dos procedimentos modernistas. Ao descrever a obra do Aleijadinho, Bury não faz alusões a uma suposta genialidade, nem estabelece associações entre a qualidade da obra e os traços raciais ou psicológicos do artista. Isso não impede, contudo, que seus textos continuem demonstrando uma forte afinidade com o objeto de estudo e o

²⁴ *Idem.*

²⁵ BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1971.

²⁶ BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca do Brasil*. p. 223.

reconhecimento de sua qualidade e originalidade no âmbito da história da arte universal.²⁷

Em *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*, Bazin eleva Antônio Francisco Lisboa ao nível mais alto da arte brasileira, como também fizera Mário de Andrade. As seguintes palavras são ilustrativas, no que diz respeito ao papel desempenhado pelo mulato na *demarche* das artes plásticas coloniais: “O Estado de Minas, que, graças à família do Aleijadinho, tomou a frente do movimento de evolução no domínio da arquitetura no Brasil a partir de 1730, encontrou-se, ao contrário, longamente confinado ao arcaísmo, quanto à forma esculpida, até a revelação do gênio do Aleijadinho”.²⁸ Entre o discurso do historiador e o do crítico paulista, há outros pontos em comum que merecem ser destacados, como, por exemplo, o fato do Aleijadinho ter herdado de seus antecessores africanos certas características que favoreceriam sua inclinação artística, além de ter sido o primeiro no ambiente artístico colonial a romper com uma tradição de tipo medieval, de trabalho anônimo, chegando assim a ser reconhecido individualmente pela sua genialidade.²⁹

O interesse dos modernistas, dos pesquisadores do Patrimônio, como Vasconcellos, e de historiadores, como Bazin, por estudar, restaurar, preservar e divulgar uma ampla porção dos tesouros de Minas, estimulou a atenção pela cultura artística mineira. As biografias do Aleijadinho, as histórias que circulam oralmente e a reafirmação constante na literatura especializada de sua transcendência como artista “autenticamente brasileiro”, são elementos que, ainda hoje, ajudam a difundir uma imagem destacada da arte mineira dos tempos coloniais, com relevância nacional. Como aponta Carlos Zílio, a modernidade criou em todos os níveis uma imagem do Brasil “tão prenhe, que as figuras populares das mulatas, cangaceiros, casarios [e aqui poderíamos incluir a arte colonial mineira e a figura do mítico Aleijadinho] funcionam para largos setores sociais como o seu próprio olhar do Brasil”.³⁰

Para Bazin era possível falar de uma autêntica Escola Barroca Brasileira, com características próprias e bem definidas. O seu renome, como historiador conceituado e conservador-chefe do Louvre, foi fundamental para que essa e outras teses se divulgassem internacionalmente, dando visibilidade e presença historiográfica à arte colonial mineira. Como testemunho de sua intenção por resgatar um passado artístico nacional com características originais e dá-lo a conhecer além das fronteiras locais, ficam as palavras do autor: “No momento que abandono ao seu destino a *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil* só me resta desejar que

²⁷ Ver: BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo : Nobel, 1991.

²⁸ BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*, p. 52. (O sublinhado é nosso).

²⁹ *Ibidem*. p. 72, 74, 75 e 100.

³⁰ ZÍLIO, Carlos. *A querela do Brasil: a questão da identidade da arte brasileira*. Rio de Janeiro : Dumará, 1997.

esta obra atinja seu objetivo, propagando a glória destes artistas brasileiros esquecidos, e que enriqueceram com tantas obras-primas o patrimônio de nossa civilização”.³¹

As idéias do historiador francês continuam sendo referências fundamentais para o estudo da arte brasileira. Sua exaltação de grupos morfológicos nacionais (como o da arquitetura monástica franciscana) e de conjuntos regionais (como o mineiro), com valor singular dentro do contexto geral da arte colonial, repete em vários aspectos o gesto nacionalista tão característico dos teóricos modernos. Entretanto, a experiência de Bazin no campo da arte europeia permiti-lhe pesquisar aspectos inéditos da produção brasileira e abrir caminhos para os historiadores posteriores que, ainda sem negar a reafirmação de um sentir artístico nacional, tentariam identificar, com maior objetividade, as raízes das manifestações artísticas locais e o histórico de suas transformações.

Outras obras consultadas, além das citadas:

- ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo : Chiarato, 1928.
- _____. O Movimento Modernista. Em: BERRIEL, Carlos Eduardo (org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo : Ensaio, 1990, p. 15-39.
- ANDRADE, Oswald de. *Obras completas*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 225-297, 1938.
- CAVALCANTI, Lauro. Introdução. Em: CAVALCANTI, Lauro. *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1993, 224 p. p. 9-24.
- DIAS, Fernando Correia. A redescoberta do Barroco pelo Movimento Modernista. *Barroco*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 7-16, 1972.
- FABRIS, Annateresa. Mário de Andrade e o Aleijadinho: o Barroco visto pelo Expressionismo. *Barroco*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 227-230, 1982/1983.
- FROTA, Leila Coelho. Mário de Andrade: uma vocação de escritor. Em: *Mário de Andrade: Cartas de trabalho* (correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945). Brasília : MEC-SPHAN, 1981, 191 p. p. 21-36.

p. 19.

³¹ BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca do Brasil*, p. 18.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Renascença e Modernidade

Marília de Azambuja Ribeiro / UFPE
ribeiromarilia@hotmail.com

Uma exposição acerca da construção da idéia de modernidade no âmbito cultural da Itália renascentista, em particular da República de Firenze. Uma análise das transformações que essa noção sofreu desde as origens do movimento humanista, a partir de Petrarca, até a seus últimos representantes, na geração maneirista de Vasari.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**“A SEREIA BRASILEIRA DAS LETRAS” E OS ESTUDOS HISTÓRICOS –
LAÇOS DE REFLEXÃO**

Mariza Guerra de Andrade*

Esta comunicação se refere, em parte, às questões que discuto na preparação de minha tese de doutorado no Departamento de História, FAFICH/UFMG, cujo tema concentra-se na relação entre a biografia/história biográfica e os estudos históricos/historiografia, entre as décadas de 1950 e 1960, a partir da produção de Raimundo Magalhães Junior, autor que teve importante recepção no mercado editorial e leitor nesse período.

Jornalista, dramaturgo (e presidiu a SBAT – Sociedade de Autores Teatrais, RJ), tradutor, contista, membro da Academia Brasileira de Letras, político militante pelo PSB, professor de história e cultura brasileiras nos cursos promovidos pela Biblioteca Nacional, o cearense Raimundo Magalhães Junior (1907-1981), produziu uma obra biográfica ampla, escrevendo sobre Artur Azevedo, Machado de Assis, João do Rio, Deodoro da Fonseca, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Martins Pena, Álvares de Azevedo, José do Patrocínio, José de Alencar, Casimiro de Abreu, Patrocínio Filho, Leopoldo Fróis e Rui Barbosa.

Seu perfil é de um “agitador cultural”, um polemista que adotava posições, em geral, anticonservadoras e instigantes. Traçou um itinerário intelectual e profissional bastante diversificado, mas nem por isso incomum aos “escritores de jornal” de sua época, fazendo parte de uma rede discursiva, ativa e articulada politicamente, no Rio de Janeiro, cidade em que viveu desde os anos 30. Manteve ligações próximas e amistosas com intelectuais e jornalistas influentes – como revela a sua pasta de correspondência, de 1941 a 1982, no acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, Casa de Rui Barbosa, RJ –; entre seus interlocutores destacam-se, principalmente, Paulo Rónai (autor de um estudo sobre ele, intitulado *O biógrafo das letras brasileiras*, de especial interesse para esta pesquisa), Carlos Drummond de Andrade (poeta e funcionário do então SPAHN), o editor Ênio da Silveira, o também tradutor Otto Maria Carpeaux e escritores como Rubem Braga, Ribeiro Couto, João Cabral de Mello Neto, José Guilherme Merquior e Antônio Olinto.

Magalhães Junior foi um autor bastante *recebido*, depois esquecido pela corrente que virou contra ele e outros escritores de biografias, em fins dos anos 60 e, hoje, chega a ser praticamente desconhecido, inclusive do público universitário. Mas a sua obra histórico-biográfica continua atual. À primeira hora, pela qualidade literária do seu texto conciso, ágil, com ar de reportagem, e à reflexão posterior, pela escrita mais próxima da exposição narrativa historiadora. Também pelo interesse que revela quanto ao conjunto documental pesquisado e de tipologia diversificada, além do tratamento interpretativo do autor, que do seu presente pensa o passado brasileiro – uma tendência então muito forte dos intelectuais brasileiros sobre o problema da identidade nacional.

O leitor da historiografia brasileira, de hoje, poderá se interessar por sua história biográfica se estiver disposto a indagar sobre questões metodológicas conformadas por um texto biográfico *misto*, entre história e literatura, mas que também ambiciona se posicionar sobre o conhecimento histórico – como ciência/verdade histórica e como cultura/memória histórica. Essa possibilidade de leitura de sua obra se ancora nas noções da crítica contemporânea que recusa um sentido único e fixo ao texto e percebe sua condição de *obra aberta*, a partir das interpretações que a própria polissemia do texto autoriza e também diante do *lugar* que essa narrativa ocupa na rede discursiva e no arco social e temporal da cultura.¹

Diante do *esforço* que a obra de Magalhães revela, o pesquisador, ou ao menos esse que aqui escreve, pode se interrogar também sobre um caminho metodológico próximo à historiografia e à crítica literária, de certa maneira de rota *própria* e na direção de pesquisas significativas, pois há certo ineditismo quanto às fontes e acervos por ele trabalhados, algumas proposições interpretativas de interesse sobre história e memória, através da biografia. A sua produção intelectual abre também caminho para o debate sobre o gênero biográfico em interseção de vários campos de estudos; envolvendo questões referentes à temporalidade e à significação histórica; o método biográfico, incluindo a escolha dos biografados, o problema das fontes (sua produção, seu conceito e seu uso) – aspectos de relevo para a crítica historiográfica.

A análise sobre algumas de suas obras, um dos objetos dessa pesquisa, se pauta por uma mudança nos chamados “códigos de reconhecimento”, o que implica procurar por outra inteligibilidade dessa escrita biográfica. Esclarecendo esse posicionamento, é o que está em Certeau sobre a operação de não apenas reacender algo tido por abolido e dar voz aos “adormecidos da documentação”, conforme

¹ Ver GOULEMOT, J. M. verbete Literária (História). In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, Imago, 1993, p. 497.

François Furet, mas, como diz o primeiro, “significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em ‘outra’ coisa que funciona diferentemente”.² Aqui, trata-se, pois de formular outros sentidos à narrativa de Magalhães, um autor que é um “pensador de história” e não um historiador profissional e que reelabora, por meio de suas biografias, a escrita da história sobre um passado do Brasil – na sua maioria, todos os seus textos estão contextualizados no século XIX.

No curso de sua trajetória, Raimundo Magalhães Junior, homem de jornal, de livros e de teatro, foi tanto admirado pela sua capacidade de trabalho com relação às pesquisas históricas, quanto criticado pela severidade e intransigência de sua revisão às distorções do texto e das fontes. Nota-se que no curso dessa trajetória intelectual ele foi construindo uma auto-imagem crítica sobre um mundo *histórico* imaginado de *erros*, passando a polemizar abertamente contra as biografias louvaminheiras, tocadas, para ele, de uma “ingenuidade basbaque” e sem articulação com a história.³ Conforme as palavras do crítico Paulo Rónai, o biógrafo teria levado “anos a escarafunchar os jornais do Império e da República incipiente, a esgaravatar bibliotecas, museus, arquivos e coleções, a confrontar depoimentos, [...], a reexaminar opiniões passadas em julgado e igualmente atento a grande história e a história íntima”.⁴

A deprender da pesquisa feita em jornais, como, entre outros, da consulta ao *clipping Lux Jornal*, da Academia Brasileira de Letras, de fato, parecia existir um clima de leitura e de opinião sobre ele, com a imprensa veiculando constantemente seus lançamentos, além da publicação do gênero biográfico ser praticada com folga, no período, pelo grande número de títulos e de autores envolvidos. Magalhães era notícia.⁵ A título de nota, no ano de 1957, o autor lançou quatro obras, escritas em anos anteriores e distintos, que corresponderam à cerca de trinta mil exemplares postos no mercado pela Companhia Editora Nacional e pela Civilização Brasileira.⁶

Além de escritor conhecido e talentoso, Magalhães contava com editores favoráveis e que trabalhavam por um mercado interessado em história, memória e biografia. Possivelmente, ele também dispunha de um público leitor *formado* ou sensível às convenções literárias da época e atento a temas sobre mitos nacionais e identidade nacional. Esse leitor tinha um perfil razoavelmente desenhado, ou

² DE CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 83.

³ Entrevista feita a Luis Antonio de Souza, Chefe da Biblioteca da ABL, Rio de Janeiro, em 14/7/2004.

⁴ RÓNAI, Paulo. R. Magalhães Junior, o biógrafo das letras brasileiras. In: MAGALHÃES, Jr, Raimundo. *Poesia e Vida de Cruz e Sousa*. São Paulo: Lisa – Livros Irradiantes, 1971.

⁵ Pesquisa feita no setor de Periódicos da Biblioteca Nacional, RJ; arquivo da ABL, RJ; acervo Magalhães Junior, Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), Casa de Rui Barbosa, RJ.

⁶ Os livros lançados foram: *Deodoro – a espada contra o Império* (845 p.), *O Império em chinelos* (320 p.), *O Fabuloso Patrocínio Filho* (340 p.) e *Antologia de Humorismo e Sátira* (426 p.). Ver referências sobre o assunto no acervo de Magalhães Junior, pasta de 20/11/1941 a 30/05/1982, AMLB, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

seja, era letrado, urbano, das classes médias e altas – como os pares e interlocutores com os quais Magalhães encontrava-se nas sessões da ABL, em alguns cursos que ministrava na Biblioteca Nacional e no Museu Imperial, além do público de jornal que lhe dirigia cartas e outras manifestações.

Diante dos processos de recepção que apresentam enfrentamento sempre difícil para o historiador, não deixa de ser muito problemático acompanhar as rotas das biografias de Magalhães, sobretudo por sua inserção difusa na rede letrada e fora do âmbito universitário, sendo, à primeira vista, razoavelmente difícil catalogá-lo no conjunto emaranhado de vários autores que se dedicavam ao gênero biográfico com *fundo* histórico pesquisado. Apesar das informações disponíveis, para o período, sobre algumas porcentagens de venda do gênero biográfico e também dos seus livros nas principais editoras nacionais, é preciso lembrar que se está diante de um escritor múltiplo e já bastante conhecido da praça do Rio de Janeiro. Mas, também, esse mercado leitor não deixa de ser fluído, pouco localizado e conhecido – ainda que em nada comparado aos processos que envolvem, hoje, a fragmentação ou a chamada *balcanização* do mercado livreiro que quer atender a diversos leitores e ao mesmo tempo.

De todo modo, as narrativas sobre a história de vida (incluindo as “vidas célebres”) sempre despertaram a atenção para grupos diferenciados de leitores. A recepção da biografia, entre outros fatores, pressupõe um leitor “em busca de si mesmo”, disponível para a troca *identitária* entre ele, o protagonista e o biógrafo e para a descoberta de um protocolo de valores humanos – o que pode ser confrontado com a noção comum de que o consumo de biografias seria pura bisbilhotice e usurpação alheia.

Magalhães instaura, junto a alguns autores de sua época, uma biografia “documentalista” – para usar termo da época –, defendendo uma proposição histórica e investigativa. A proposta seria a de desbancar “a biografia-sereia das letras” (metade história, metade romance) do seu reino, ou seja, romper com uma certa tradição que teria empobrecido e aviltado o gênero. O elemento biográfico, “o vivido”, agora quer se integrar à história, pois se defende que a percepção e inteligibilidade da história se fariam pela narrativa de uma trajetória humana, já que a vida coletiva, histórica, se misturaria fortemente à vida individual. O desafio passa a ser trabalhar a difícil equação entre o indivíduo e “sua época” (complemento de uso então corrente nos títulos de biografias) ou a escrita dessa situação sinérgica em que esses pólos rebatem entre si as contradições e as possibilidades da ação em sintonia com os marcos social e temporal.⁷

⁷ Pode-se perceber que ainda que afinado com um esboço da construção tônica do herói – aquele que é capaz de *inventar* um passado, uma tradição – os biografados de Magalhães são traçados, de certo modo, como heróis *torcidos*

É nesse sentido que Magalhães aprofunda e supera, pela sua história biográfica, a polêmica entre “biografia romanceada” (intimista, também chamada de “moderna”) e “biografia documentalista” (também chamada de “histórica”). Desde suas obras editadas, no início dos anos 50, o autor já se apresenta como um “documentalista”, defendendo a ultrapassagem do retrato psicologizante do biografado para construir os nexos do movimento da vida do protagonista com a trama de acontecimentos coletivos ou com “a história da vida passada” – conforme suas palavras. Ou seja, ele quer contradizer a tendência biográfica, *gordurosa* e romântica, e por isso é destacado como um criador *original* – conforme também a crítica jornalística e literária coetânea. Cruza a experiência individual com o entorno social e político na construção das biografias, o que pode ter contribuído para que fosse notado, no rol de biógrafos da época, o caráter moderno da sua *luta* narrativa e de sua proposta metodológica.⁸

Nos anos 50, a liberdade era uma conquista política nova no Brasil; muitas das produções intelectuais do período expressam o desafogo e os temores da experiência vivenciada pela repressão política e também pelas contradições, em curso, sobre a *modernização* do país. Nesses anos, e a produção de Magalhães o atesta, o gênero biográfico expandiu quase como antes, na década de 1930, quando se percebia uma “epidemia biográfica”, conforme expressão dos escritores Tristão de Ataíde e Osório Borba. Mas, agora, a tendência se diferenciava pelo novo estoque de questões debatidas pelos principais biógrafos e críticos na esfera cultural da cidade do Rio de Janeiro.

Um livro fundamental para perceber esse *movimento* e essas questões é *A verdade na Biografia*, do também biógrafo Luiz Viana Filho, que teve repercussão ativa nos meios intelectuais por toda a década de 1950.⁹ Defendendo algo como uma síntese forçada entre aqueles dois tipos de biografias em pauta, Viana Filho opta pela “biografia romanceada”, mas, diz, em sintonia com a história. Contudo, a sua grande contribuição – muito possivelmente instigada também pelos novos ventos liberais – refere-se à discussão do *problema* da biografia, do problema dos juízos do biógrafo, do problema da verdade

entre *persona* e *pessoa*, pois o biógrafo não deixa de identificar, como crítico e dramaturgo, o Galileu brechtiano que lamenta a sorte de uma nação que precisa de heróis.

⁸ Um artigo de Joel da Silveira, editor e crítico literário muito influente na imprensa carioca, refere-se às suas biografias nestes termos: “As biografias de R. Magalhães Junior acham-se hoje incorporadas ao rol de obras de consulta obrigatórias, às quais terão inevitavelmente que recorrer historiadores e estudiosos contemporâneos da vida brasileira [...]. O grande mérito de Magalhães Junior reside no seu devotamento à pesquisa com que ele se atira à exumação do que no formidável e desbaratado acervo da história dos fatos e dos homens brasileiros, parecia enterrado em valas comuns ou em mausoléus derrubados e dos quais o tempo não teria deixado qualquer vestígio. O biógrafo prova que o vestígio sempre existe e que através dele (e por menor que seja) é possível reformular conceitos, corrigir, e dar a uma personalidade ou a um acontecimento um aspecto ou um sentido novo”. In: SILVEIRA, J. da. As boas biografias de R. Magalhães Junior, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/06/1972.

⁹ VIANA, FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

na biografia (com as já intuídas críticas à “ilusão biográfica”)¹⁰, das questões relativas ao empirismo (além da necessária ampliação e revisão documental), dos temas da subjetividade e da objetividade presentes nessa narrativa, entre outras.¹¹

Essas questões formuladas pelo autor, mas também bastante freqüentes nos meios letrados e da imprensa (com seus suplementos literários, por exemplo),¹² nos parecem, hoje, riquíssimas porque foram feitas, sobretudo, à pele da própria história ou do conhecimento histórico. O diálogo desses biógrafos, alguns considerados e nomeados de historiadores, é com o *métier* do historiador – as menções a esse ponto, além de densas e reiteradas, são inequívocas.

Há que se considerar também o fato da história, enquanto disciplina acadêmica, ainda ensaiar, nos *vizinhos* anos 50, o seu campo disciplinar e de conhecimento no Brasil, o que parece ter influenciado uma tendência de conformação da biografia na direção dos estudos históricos, além de remarcar uma tradição do pensamento social brasileiro em se constituir nos sentidos apontados pela história. A normatividade do gênero biográfico era em geral histórica, tal como a percebia Octávio Tarquínio de Sousa (então diretor da Coleção Documentos Brasileiros, da Editora Jose Olympio, RJ), pois a biografia – em alguns nichos mais *tradicionais* e mais distanciados das querelas dogmáticas – era então valorizada pela sua função social, sobretudo, quando identificada pela marca “documentalista”.

E deve ser sublinhado ainda que no campo da escrita da história, parte dessa difusa “cultura histórica”,¹³ havia um trânsito convencional e muito usual entre a narrativa histórica e a narrativa literária por meio do ensaio, da crônica e da biografia, em geral *aceito* pelas editoras, pela imprensa e pela crítica, incluindo a acadêmica. Em certo sentido, essa prática do fazer narrativo histórico-biográfico poderia já ser percebida, em parte, como complementar a análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos –¹⁴ noção que, contudo, só posteriormente e mais nitidamente, passaria a ser incorporada por alguns historiadores.

¹⁰ Ver BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. E, também, LORIGA, Sabrina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, e LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 5ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

¹¹ VIANA, FILHO, Luiz, Op. cit., pp. 63-82.

¹² Aqui nos referimos ao jornal *Correio da Manhã*, RJ, e ao *Jornal do Brasil*, RJ.

¹³ A “cultura histórica” seria essa relação que uma sociedade mantém com seu passado – o “assunto-rei”, conforme Certeau –, gerada pelo movimento da vida social, acionada pelo fluxo de agentes sociais e culturais em cruzamento permanente no solo discursivo e interpretativo.

¹⁴ Aqui, somos devedores do pensamento de Jacques Le Goff.

Mas se nos anos 50 a recepção a então biografia “documentalista” cresceu entre setores da rede discursiva e letrada, impulsionada provavelmente pelos estudos históricos, ocorreu, paralelamente, que esses estudos tendiam a se firmar por meio da chancela acadêmica e dos processos articulados a profissionalização do intelectual e do historiador no país – o que teria imposto, paradoxalmente e a seguir, algumas dificuldades à aceitação e recepção da biografia, como o demonstram algumas fontes do período.¹⁵

Ao final da década de 1960, alguns biógrafos, como Magalhães – mas sem a cilada de vitimizá-lo, pois o foco argumentativo aqui é mostrar a oscilação da recepção ao gênero biográfico –, foram submetidos à crítica imprudente e aos desmandos obscurantistas da censura vindos tanto do regime militar e de setores intelectuais arraigadamente conservadores quanto de intelectuais e literatos liberais e marxistas. Magalhães foi combatido pela “direita”, como um político do PSB e autor de textos agressivos ao panteão das referências históricas e heróicas brasileiras e, pela “esquerda”, como um biógrafo de análises pobres, um conservador, preso ao arcabouço da interpretação personalista e mistificadora. O autor foi acusado de solapar “um dos nossos raros homens”, uma figura que “de catalisador da humanidade brasileira” passou ao “patrimônio da comunidade universal” para ser destruído agora como “uma solução de Kafka” e para “inverter os espíritos”; como “panfletário socialista que usou dos recursos da dialética marxista para subverter a história”, conforme o acadêmico Osvaldo Orico, chegando a ser sugerida sua expulsão da Academia Brasileira de Letras, em sessão tumultuada na instituição.¹⁶ Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, RJ, também reagiu juntos a outros confrades da ABL e a representantes da UDN (União Democrática Nacional) e, Leôncio Basbaum, teórico marxista então muito conhecido e influente, se posicionou abertamente contra o autor, dono, para ele, também de uma prosa “plana que nem a do *Diário Oficial*” e “fria como uma tábua de logaritmos”.¹⁷

As razões disso se deveram ao fato do livro de Magalhães, *Rui – o homem e o mito*, lançado em 15/01/1964, na Livraria São José, RJ, um importante salão literário da intelectualidade carioca, ser considerado “obra maldita” e “livro-bomba” – conforme se dizia na época. Tais posicionamentos, além de atingir o biógrafo, respeitado pela sua suposta energia quanto aos estudos históricos, visavam

¹⁵ Alem de VIANA FILHO, Luis, Op. cit., ver também outros autores citados por Magalhães Junior em alguns de seus artigos referentes ao tema na imprensa carioca - acervo de Magalhães no AMLB, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

¹⁶ Conforme arquivo e *clipping* da Academia Brasileira de Letras, RJ.

¹⁷ Pasta 1941-82, acervo de Magalhães Junior, no AMLB, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. BASBAUM é autor de *História Sincera da República – das origens até 1889*. Tentativa de interpretação marxista. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

desqualificar esse gênero biográfico “histórico” que se aproximaria de questões mais interpretativas e problematizadoras.

Em decorrência desses processos entrecruzados e que repercutiram sobre a aceitação do gênero, é possível que tenha resultado o desconhecimento paulatino de Raimundo Magalhães Junior, ignorando-se as contribuições de sua obra à história e à literatura – diante disso, ela teria sido jogada depois, aqui como hipótese, no chamado “balde ideológico”, expressão irônico-metafórica de uso corrente nas rodas boêmias de intelectuais cariocas na década de 1970. Pois progressivamente, no caso emblemático de Magalhães, suas obras desapareceram das citações, das referências bibliográficas, das prateleiras universitárias, diante da crítica francamente restritiva vinda tanto da “direita golpista” quanto da crítica marxista mais arraigada e sectária que teriam pressionado o mercado editorial-livreiro e a imprensa. Essa reação alcançou também outras produções intelectuais e, sobretudo, o debate profícuo entre o gênero biográfico e os estudos históricos que vinha se impondo, no período. Nessa medida, desqualificou e reificou essa produção e esse diálogo sob a forma de teoria.

A crítica literária então praticada no Brasil, em um quadro político de controle e censura, foi no geral bastante atingida, como se sabe, além da retração do mercado livreiro e dos limites impostos à liberdade de imprensa. Mas, a detração da biografia, sobretudo por setores da “esquerda” marxista, não é um problema simples. Sobretudo porque a assimilação da teoria marxista no Brasil esteve ligada, no período, a profundas idealizações da vida social e política, além de ter sido marcada pelo cânone autorizado pela produção soviética, incluindo o desconhecimento, em boa medida, das obras marxistas clássicas, como uma acentuada interpretação mecanicista e aligeirada da teoria.¹⁸ Em geral, da perspectiva crítica de “esquerda”, a narrativa sobre uma vida era tida como incapaz de fazer enxergar a própria sociedade e estaria fadada a perder sua legitimidade diante do peso das estruturas – essas sólidas bases sobre as quais a narrativa histórica analítica deveria ser construída.

Se a história biográfica foi atacada pela sua *impertinência*, ambição e “desvio ideológico”, pode-se inferir, nesse confronto, uma interpretação crítica também resistente à margem de liberdade comum a todo indivíduo que se constitui à revelia das normas e dos modos de funcionamento dos jogos políticos. Dessa perspectiva, um paradoxo não pode ser desprezado, pois o período foi marcado pelo

¹⁸ Sobre o assunto ver FERREIRA, Jorge. URSS: Mito, utopia e história. In: *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, n. 5. Rio de Janeiro, Sete Letras, julho de 1998, p. 19.

culto personalista, pela defesa intransigente dos “timoneiros” e “arautos” da política e das nações, como ficaram conhecidos os condutores das massas exploradas e das perspectivas do futuro.

Vista de hoje e no geral, essa crítica então praticada, no Brasil, parece conformada, pela âncora da “luta de classes”, a posicionamentos fechados e de algum modo convencida do fracasso da imaginação criadora especialmente em um texto de história.¹⁹ Quanto à história biográfica, aquela crítica a interpretou como suspeita, fonte de artifício, ilusão, subjetivismos e passionalidades, além da sua aventura estéril de elucidar e suprir a vida biografada. Foi dirigida indistintamente a autores de diversas tendências e estaturas por uma *prensa* dura e intolerante que os julgava menores com análises insuficientes para interpretações fecundas e abrangentes, além de serem identificados como literatos da *petite histoire*. Nesse período de forte censura política no país, é de se notar, que o mercado editorial recebia e editava obras estrangeiras, algumas muito pouco significativas para os estudos brasileiros – alguns editores, jornalistas e críticos chegam a dizer que efetivamente se tratava de alimentar o circuito da “dependência cultural”.²⁰

No geral, são poucos os trabalhos que se dedicam ao estudo da biografia pela análise historiográfica. Bem entendido, a biografia aqui tomada como objeto e como fonte de conhecimento das sociedades e de indivíduos e também na relação que o gênero pode estabelecer com as narrativas e as interpretações historiográficas. Assim, seria pertinente ampliar esses estudos, abordando o material biográfico de forma mais problematizadora e observando criticamente as interpretações que ou o superdimensionam ou o desqualificam, incluindo a atenção aos riscos relativistas, por vezes embutidos nesses posicionamentos.

Talvez seja preciso dizer que a biografia, capaz de grande penetração no mundo do leitor pela eventual empatia que estabelece com a narrativa da vida sobre o outro, também é recurso eficaz de sedimentação, autorizando saberes, discursos morais de autenticidade e de virtudes sobre trajetórias supostamente lineares, permitindo que, por seu intermédio, a sociedade também construa o seu auto-referenciamento histórico. Contudo, a biografia oferece, como qualquer narrativa ou testemunho, riscos e ambivalências à operação histórica, cabendo ao historiador submetê-la às suas lentes e questões para servir-se dela enquanto fonte ou para enfrentar a sua construção narrativa.

¹⁹ A título de nota, é o que está, por exemplo, em Clóvis Moura, no seu texto da década de 1970, “Considerações sobre a História como Ciência”. In: *As injustiças de Clío – o negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

²⁰ Quanto vale um escritor? In: *Revista Leia*. São Paulo, ano XI, nº 138, 1990. Entrevista com editores e intelectuais brasileiros como Luiz Schwarcz, Alberto Dines, Sérgio Machado, José Mindlin, Fernando Gasparian, entre outros, em uma síntese histórica sobre o ambiente intelectual e editorial no Brasil, a partir dos anos 70. Aqui se destaca o depoimento de Alberto Dines, jornalista e biógrafo, pelas suas reflexões sobre as possibilidades e os limites do gênero biográfico.

Investigar sobre os elos, nem sempre coerentes, entre a vida e a obra de um autor e a sua época e, em decorrência, sobre aquilo que uma época espera de uma obra e de seu autor pode ser uma proposta de trabalho instigante. Refletir sobre a trajetória do gênero biográfico, no Brasil, marcada, por vezes, por posições mais próximas à história – como disciplina e como processo da vida em sociedade – também parece ser de interesse. E, destacando nesse processo, os impactos de um suposto *programa estruturalista*, que teria interrompido um importante debate sobre a relação entre biografia e história, fazendo com que a biografia “histórica” recebesse o estigma de narrativa menor – o que não significa que alguns aspectos da crítica que a interpelou devam ser desconsiderados.

* Mestre em Ciências Sociais aplicadas à Educação, FAE/UFMG; doutoranda em história, FAFICH/UFMG, professora de Teoria e Metodologia em História, autora de *A Educação Exilada* – Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Alberto Salles:
interesse liberal, evolução social e federalismo político**

Maro Lara Martins

De certo modo, antes do advento da República e, no limite, até a proposição do chamado modelo Campos Salles, e seu desprendimento da política oficial, o empreendimento teórico de Alberto Salles centrava-se sobretudo na tentativa de elucidação dos meandros evolucionários que permitiriam a própria evolução histórica e a formação das idiossincrasias das nacionalidades. Existiam duas proposições gerais em toda sua obra postas na ação do tempo: uma proposição teórica-política, de afirmação da teoria republicana e democrática de organização estatal associada ao liberalismo, e, uma proposição teórica-social, de abordagem do mundo industrial e dos meandros sociais que permeiam a nacionalidade, como a solidariedade e a cooperação no mundo moderno.

Em 1894, Alberto Salles rompeu com o Partido Republicano e, mais tarde, com seu irmão, Campos Salles, Presidente da República, em vista da adoção do que passou a historiografia com o nome de “política dos governadores”, fazendo parte da ala oposicionista, motivada pela indicação de Rodrigues Alves no processo sucessório de Campos Salles e a recomendação de Bernardino de Campos para o governo de São Paulo.

A propósito, em 1901, publicou no jornal *Estado de São Paulo* o artigo *Balanço Político – necessidade de uma reforma política*, em que fazia severas críticas a toda a política republicana, ao mesmo tempo em que demonstrava sua desilusão com a realidade do regime. Dizia ele que era “preciso reconhecer com amargura que a estrutura política que levantamos, cheios de entusiasmo e fé, sobre os destroços do antigo regime, não tem sido mais do que uma longa decepção, desengano mortificante às nossas mais ardentes aspirações.”¹ Como apontou Luis Washington Vita², Alberto Salles exibia a idéia de uma

¹ *Apud* CARDIM, C. “Alberto Salles: Um século de Ciência política no Brasil.” In: SALLES, A. *Ciência Política*. Brasília, Senado Federal, 1997. pp. III – XXV. Como afirma Cardim, o referido artigo alcançou

fundamental mudança social no país, ancorado em pressupostos que o levariam ao emprego de uma doutrina política que servisse de condutor para a atividade política democrática.

Se a política como ciência possuía como principal hipótese que o organismo nacional seria tal como o organismo de um indivíduo (com estrutura, crescimento e função definidos), a anatomia do corpo nacional reger-se-ia sobre a lei da evolução e da especialização dos órgãos de uma forma natural, “sem que houvesse a interferência de ninguém”. Entretanto, em alguns casos, como parecia ser o brasileiro, haveriam desequilíbrios fundamentais, chamadas por Alberto Salles de *metamorfoses regressivas*, nada mais do que o funcionamento anormal do Estado, como no caso do fisco e do militarismo que via ressurgir como um problema grave da política republicana, além da figura do Legislador, caracterizado como vaidoso, retórico e vazio. “Na minha opinião o método próprio da política não pode ser outro senão o da observação descritiva, auxiliado por um lado pelos processos elementares da comparação e da analogia e, do outro, pelo processo fundamental da filiação; que é o método por excelência da sociologia.”³

No caso brasileiro, a questão das formas de governo tornara-se para ele, em suas últimas publicações, um debate infrutífero. “A distinção em monarquia ou república é puramente artificial.”⁴ Além desta mudança de posicionamento sobre a relevância dos debates que praticamente movimentaram sua juventude em São Paulo sob os auspícios da propaganda republicana, Alberto Salles acabou por realizar uma contraposição às idéias de *política abstrata e política concreta*, em um movimento de revisão de suas teses.

Não há dúvida que de algumas ciências puramente abstratas nascem certas profissões artísticas. Aí temos o caso bem conhecido da biologia e da medicina. Neste sentido admite-se sem dificuldade que da ciência política se deduza uma arte política, a arte de governar; mas afirmar que a parte abstrata ou científica da política corresponde à história ou à sociologia, parece-me inadmissível, como verdadeiro erro filosófico e científico. A política não é sociologia, assim como a sociologia não é a história. A política é um ramo especializado, um simples capítulo particular da ciência geral, enquanto que a história nada mais é do que uma forma especial do método descritivo, um simples artifício lógico do espírito. A política, como ramo da ciência social, é sempre abstrata e tem como objeto de estudo unicamente a face estática de uma certa categoria de fenômenos, cuja feição dinâmica é deixada às investigações do direito.(...) A política é um capítulo da sociologia

dimensões gigantescas para a época, bem como o seu *Catecismo Republicano* lançado anos antes, cuja tiragem foi de 10000 exemplares.

² VITA, L. *Alberto Salles Ideólogo da República*. Editora Nacional. São Paulo, 1965.

³ *Ibid.* p.87.

⁴ *Ibid.* p.91.

que investiga as leis estáticas de uma ordem particular de criações sociais, que tem os fundamentos nas nossas criações afetivas.⁵

Procurava Alberto Salles, por esta época, a investigação de um problema capital no pensamento brasileiro: o problema do ajuste da democracia no Brasil. Para ele, a República seria o regime da reciprocidade na igualdade, sendo o sufrágio um fator fundamental na averiguação da opinião pública. Entretanto, os entraves de nossa democracia estariam associados a confusão entre os sentimentos do desejo e da opinião, ao nível educacional do povo, as falhas do sistema representativo, a mesquinhez dos partidos políticos, ao interesse mercantil do jornalismo e à inércia dos publicistas. O momento republicano brasileiro seria uma fase transitória, cujo principal perigo seria a soma de poder político experimentado dentro da organização republicana com o baixo nível de responsabilidade adquirido, fatores reforçados pela nossa baixa elaboração intelectual e moral. Assim, já em 1891, Alberto Salles constatava os vícios do regime democrático no Brasil:

Não há dúvida, portanto, que a responsabilidade só poderá aparecer como um corretivo, quando ela brotar espontaneamente da consciência geral de todas as classes, como um produto direto de sua evolução intelectual e moral, e não quando existir apenas na constituição ou nas leis, como meras disposições escritas, verdadeiras plantas exóticas que não tem raiz no cérebro e no coração das massas.⁶

Na montagem de Salles, o desejo seria um fenômeno elementar, enquanto a opinião seria um fenômeno complexo associado a um pensamento analítico. Todas as classes sociais seriam capazes de desejos, mas nem todas de opinião, pois o elemento integrante e associativo da opinião seria a doutrina política. O desejo social popular seria responsável pela indicação do fim (finalidade) dando a direção do trabalho realizado pelo Estado que seria responsável pela execução prática da opinião. O jornalismo na teoria, potencial vetor de formação de opinião e de espaço para debates, cuja principal característica seria a imparcialidade, no Brasil, entretanto, seria uma instituição híbrida do consórcio entre o capitalismo e a indústria, possuindo uma finalidade ligada a interesses econômicos. “O jornalismo contemporâneo, qualquer que seja a sua ação sobre a opinião pública, tem invariavelmente um fim industrial e mercantil.”⁷

⁵ Ibid. p.70-71.

⁶ Ibid. p.8.

⁷ Ibid. p.48.

Quanto ao sistema representativo, continuava a ser uma ficção política dominado pelos grupelhos políticos que expressavam interesses particulares. “Qualquer que seja a organização das assembleias, nunca aparecem os seus membros como uma corporação uniformemente constituída pelo sentimento moral do dever e do respeito aos interesses reais da nação, senão como um ajuntamento heterogêneo de grupos rivais, mesquinhos pelas paixões dominantes e desprezíveis pela reconhecida incompetência.”⁸

Para Alberto Salles, os partidos políticos sob a égide dos cânones organizadores da Primeira República não conseguiram se estabelecer de forma eficiente e *funcional*:

São eles os grandes esteios de todo o sistema de corrupção que se tem introduzido nos governos representativos e é deles que começa a vir o descrédito da democracia. Organizados sob um regime verdadeiramente militar, os partidos políticos atuais vivem e sustentam-se à custa da violência feita às consciências. Aquele que adere a um partido hipoteca-lhe virtualmente a sua vontade, a sua opinião, o seu critério, toda a sua independência pessoal. Moralmente é um homem morto, absorvido em tudo pela férrea e despótica organização da corporação em que se filia; abdica de todos os seus atributos intelectuais, para aceitar ou rejeitar aquilo que lhe mandam que aceite ou recuse, e submete-se como o jesuíta, quando entra para a ordem, à vontade discricionária do geral, do chefe, com a promessa de gozar depois dos proventos que a ordem possa porventura receber. São os partidos verdadeiras máquinas de guerra, aparelhadas unicamente para as grandes batalhas da corrupção, chamadas eleições, e outra coisa não fazem senão lutar pela posse do poder, para distribuir entre os seus os grandes despojos dos empregos públicos.⁹

Neste movimento crítico à organização política brasileira da época, Alberto Salles observou que existia uma confusão entre os órgãos da opinião e da administração, naquela situação de descompasso entre o *tempo social* e o *tempo político*. Seria preciso se criar órgãos adequados à manifestação da vontade popular e restringir a ação da legislatura.

Seria de opinião que se restringisse o mais possível as atribuições das câmaras legislativas, ainda mesmo que se fosse operando essa restrição gradualmente e sem sobressaltos, até chegar ao ponto de anular-se completamente a organização atual dos parlamentos, transformando-os em mera chancelaria destinada, como uma corporação limitada e escolhida, unicamente a redigir os regulamentos promulgados pela administração.¹⁰

A solução estaria na regeneração moral pela virtude do publicista, ao levar a cabo a interpretação da vontade nacional. “A opinião limitará sua função em querer e na indicação do fim; os publicistas apontarão os meios necessários à consecução do fim e os estadistas

⁸ Ibid. p.40.

⁹ Ibid. p.43-44.

¹⁰ Ibid. p.51.

pô-los-ão em execução.”¹¹ O publicista teria por missão indicar os meios conducentes ao restabelecimento do equilíbrio geral de todas as funções do corpo social, inclusive a própria organização da política.

De fato, o século XIX brasileiro pode ser visto como um período no qual as idéias provenientes da Europa, atingiram um alto grau de penetração entre a elite intelectual. O cientificismo europeu e o brasileiro comportavam a noção de que através do discurso científico os problemas sociais poderiam ser enumerados e solucionados. Na verdade, era uma tentativa de aplicação dos métodos das ciências naturais ao escopo das ciências humanas, como aventavam Alberto Salles e Sílvio Romero. As manifestações humanas passaram a ser submetidas e entendidas a partir de leis e regras gerais. Englobava correntes de pensamento como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social.

Em finais do século XIX, as principais vias de acesso disponíveis aos intelectuais eram as revistas de divulgação científica e os livros importados pela elite¹², principalmente revistas como a *Revue des Deux Mondes* e a *Quarterly Review*. Revistas de variedades, traziam sessões de literatura, religião, filosofia, história, política, ciências e arqueologia.

Além deste tipo de penetração das idéias por meios de comunicação impressos, podemos considerar a própria formação intelectual e a vivência desta elite política. Cabe lembrar que grande parte dela formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra e em alguns poucos centros universitários no país¹³. E como demonstrou Beatriz Leite, existia uma predileção entre os membros do Senado a realizarem viagens para a Europa. Segundo esta autora, entre 1870 e 1889, 27,4 % dos senadores viajaram para a Europa¹⁴.

Se, por um lado, as correntes científicas provenientes da Europa, tornaram-se amplamente utilizadas, por outro, este empreendimento convertia-se em arma simbólica na disputa para a legitimação de discursos políticos. “Eram as teorias que tinham de se adaptar ao país e nisto está o caráter empírico, pragmático, do pensamento político.”¹⁵

Na tentativa de encontrar respostas para o *atraso brasileiro*, as idéias provenientes da Europa indicavam a possibilidade de uma teorização sobre a realidade em que viviam

¹¹ Ibid. p.297.

¹² SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil. 1870 – 1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

¹³ CARVALHO, J. M. *A construção da ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

¹⁴ LEITE, B. *O Senado nos anos finais do Império 1870-1889*. Brasília: Senado Federal/Ed. Unb, 1978.

¹⁵ ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração de 1871 na crise do Brasil-Império*. p. 55.

estes intelectuais.¹⁶ Sendo assim, a referência aos modelos europeus comportou aspectos explicitamente políticos para os intelectuais brasileiros do período. Se o mundo europeu representava a encarnação da *civilização* e do *progresso*, as teorias importadas e a própria situação européia adquiriam ares de superioridade, servindo como um modelo de desenvolvimento a ser seguido. Comparado à situação brasileira, o contexto europeu e o norte-americano apresentavam-se como desejáveis. Caberia aos intelectuais, portanto, a indicação das melhores alternativas a serem implementadas no Brasil, para a superação deste atraso.

As propostas para a realidade brasileira perpassavam essa tentativa de superação do *atraso brasileiro* frente ao contexto europeu. Por outro lado, a disputa entre as alternativas dependia dos próprios referenciais teóricos que um autor acionava. Neste aspecto, existem dois pontos cruciais no que se refere à própria legitimação social de suas propostas e o contraponto a teorias adversárias. Primeiro, era preciso tornar-se socialmente aceito para suas propostas serem levadas adiante, definindo um projeto de sociedade baseado em idéias legitimadas e compreendidas universalmente. Depois, era preciso desqualificar as propostas teóricas dos adversários, criticando-as e expondo suas dificuldades de sustentação.

Existia um processo de triagem de autores escolhidos pelos intelectuais do período. Esse processo de triagem englobava fatores como a legitimação e aceitação social destas idéias, a viabilidade da implementação das propostas, a inviolabilidade contra ataques dos adversários, a proximidade ideológica com os referenciais teóricos aceitos consensualmente, a ação prática e política dos autores escolhidos. Enfim, um amplo panorama de possibilidades influenciavam neste processo de escolha dos referenciais a serem adotados.

¹⁶ Existe uma polêmica interessante sobre a relação entre os intelectuais do século XIX e o referencial teórico europeu adotado por eles. Esta discussão se remete a dois pontos: se as *idéias estão fora do lugar* ou se *estão no lugar*. Este referencial teórico europeu ora é visto como uma importação indevida que inadequa-se a realidade brasileira, ora é visto como uma adaptação ou um sincretismo teórico perfeitamente condicionado as peculiaridades do século XIX. Evidentemente, os nossos apontamentos perpassam um posicionamento que considera as implicações em se adotar o referencial teórico europeu, porém, nossas conclusões nos levam a caracterizar as particularidades desse referencial como uma arma política de legitimação de idéias, como uma referência para a construção de uma sociabilidade particular, e portanto, como subsídios para a construção de uma auto-imagem. Nesse aspecto, consideramos que existiu um processo de triagem elaborado pelos intelectuais brasileiros de modo a possibilitar um arcabouço teórico socialmente aceito e ajustado à “realidade” brasileira.

A idéia de ciência preconizada pelos republicanos dos anos 1880 relacionava-se a noções correlatas de análise e resolução dos problemas da sociedade. Em primeiro lugar, vincula-se à idéia de ciência enquanto um método imparcial, legitimamente definido por pressupostos objetivos pelos quais seria possível a identificação dos entraves ao progresso dentro da sociedade.

Associado a esta idéia está a noção de que através do discurso científico as propostas para a sociedade adquirem foro de verdade indiscutível. Ao postular uma visão de mundo na qual a sociedade deve ser alvo de reflexão, a própria sociedade passa a ser considerada um objeto de estudo definido e tangível, com seu funcionamento passível de ser exposto através do discurso científico. Seria o “descobrimento” da sociedade e da política como campos disciplinares passíveis de produzir um conhecimento mais sistematizado pelos eventuais estudos. O método científico seria capaz de enunciar os melhores caminhos que a própria sociedade deveria trilhar, a partir das generalizações efetuadas. Como diria Sílvio Romero,

Um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar-nos à história filosófica e naturalista. (...) Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro.¹⁷

O que se nota em autores como Sílvio Romero, Assis Brasil e Alberto Salles é a definição da República como uma forma de governo mais racional, atrelada ao novo momento histórico que deslumbravam, em contraponto à caracterização da monarquia como uma ficção baseada em postulados metafísicos, um sistema político arcaico que pela lei da evolução estaria com os dias contados.

A figura do intelectual apareceria dotada de algumas prerrogativas essenciais para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Primeiro ao esclarecer a sociedade, através de um discurso científico objetivo e imparcial, abre-se a possibilidade do conhecimento das características que se remetem ao *atraso brasileiro*. Segundo, o intelectual passa a ser o portador de uma visão de mundo inequívoca, sendo ele o mais capacitado a enunciar os dilemas da sociedade. Desse modo, a classe dirigente deveria atentar-se para os ensinamentos vindos da camada de intelectuais e estudiosos da sociedade, pois, as soluções

para a superação do *atraso brasileiro* são definidas pelos intelectuais. Assim, o intelectual deve ter todo respaldo em suas análises, inclusive mantendo uma íntima relação com os postos decisórios dentro da sociedade. Portanto, é legítimo e aconselhável o atrelamento entre os intelectuais e o próprio Estado.¹⁸

De um modo geral, os espaços de intervenção do intelectual republicano, na política oficial do Império, apresentavam-se fechados e as oportunidades políticas de intervenção social no contexto não estavam ao seu alcance. Os principais campos de atuação e divulgação de idéias utilizadas por eles eram o jornalismo, a publicação de livros e a congregação em alguns centros republicanos. De todos os núcleos republicanos no país, o mais complexo e organizado era o Partido Republicano Paulista do qual Alberto Salles fazia parte. A intervenção de um intelectual na sociedade fazia-se através da divulgação de suas idéias. Portanto, o texto escrito aparece como uma forma de posicionamento político, explicitamente uma ação efetiva dentro da sociedade.

Tanto Assis Brasil como Alberto Salles tiveram seus primeiros escritos subvencionados pelo Partido Republicano. Eles se identificavam como agentes da propaganda do partido e suas obras estavam voltadas para um estilo mais didático. Ao contrário, por exemplo, de Sílvio Romero, que não granjeava a participação em nenhum grupo político específico, apesar de adepto do republicanismo e da Abolição.

Nota-se portanto que existe uma íntima relação entre ciência, intelectuais e política. Os intelectuais seriam os mais aptos a solucionar os entraves brasileiros, devendo ocupar os postos decisórios dentro do Estado. Assim, o político deve ser também um intelectual. Pois, o intelectual através do método científico seria o único capaz de apontar caminhos para a situação política do país. Nestes termos os mais aptos são os responsáveis pelo desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo.

Assim, a definição de agentes sociais capacitados para o desenvolvimento de um projeto de sociedade são escolhidos e bem definidos. Para Alberto Salles e Assis Brasil, pelo menos no período imperial, era o partido republicano o órgão impulsionador da

¹⁷ ROMERO, S. *Introdução a História da Literatura Brasileira*. In: **História, Literatura e Crítica**. p.125.

¹⁸ Isso não quer dizer que adotavam uma posição na qual o país devesse ser governado exclusivamente pelos intelectuais ou numa chave mais dura como a dos positivistas. E sim, que os intelectuais adquirem uma importância fundamental na estrutura do Estado, e dos problemas a serem enfrentados, gestando soluções (políticas públicas) para a superação destes problemas. Na verdade, estes autores observaram com pesar o isolamento da elite tradicional com a “realidade social”.

“evolução” brasileira para o regime republicano. Para Sívio Romero, a classe dos políticos intelectuais.¹⁹

Para Alberto Salles tratava-se de uma intervenção em nosso *tempo social* promovido pelos intelectuais dentro do Estado, pois, a implementação da representação, da federação e da reorganização do trabalho como problemas que solicitavam respostas no âmbito da consolidação da nacionalidade estavam associados ao funcionamento do Estado. Ao mesmo tempo, impunha-se desenvolver entre a população a idéia de que a política seria uma decorrência das atitudes cooperativas praticadas pelos seus membros.

Encontrava-se assim, a condição necessária para a aquisição do direito à participação política, que se refletia para além dos interesses econômicos e industriais, e recaía sob a capa de uma preocupação com o governo representativo e os direitos individuais, circunscritos ao direito legal. A ação do Estado deveria ser tal que estimulasse o desenvolvimento dentro da ordem, gerando a organicidade e a funcionalidade necessárias para o progresso, fazendo rodar a engrenagem do *tempo histórico*. Em relação à educação, tratava-se de formar indivíduos tanto com potencialidade para estimular o desenvolvimento material e industrioso quanto para desenvolver uma maturidade intelectual racional que os tornasse aptos a constituir, na sociedade civil, o corpo político da nacionalidade²⁰. Dessa forma, Alberto Salles associava o interesse liberal à evolução social e ao federalismo político. Não se tratava somente de caminharmos, avançarmos, de irmos longe em nosso *tempo histórico*, mas principalmente de darmos um sentido a nossa caminhada rumo a civilização. O atavismo da civilização ocidental era a integração social e o compasso entre o *tempo social* e o *tempo político*, organicamente organizado, expresso pelo interesse transcendente da Nação e/ou do Estado.

¹⁹ O empreendimento e a aceitação de um projeto perpassa uma disputa intra-elite de identificação, de posicionamentos e propostas. Assim, o território de atuação intelectual deveria estar bem delineado, a fim de prover diferenças e particularizar as ações. ALONSO, A. *Idéias em Movimento*. 2002.

²⁰ MONTEIRO, M. “Civilização e cultura: paradigmas da nacionalidade.” 2000.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**MÉXICO: DAS ORIGENS AO LEVANTE DO EXERCITO ZAPATISTA DE
LIBERTAÇÃO NACIONAL – EZLN (1994)**

Martha Melo Carvalho

Na América, como na Europa, embora ideólogos neoliberais anunciassem um período de crescimento econômico, prosperidade e liberdade – derivado da atribuída superioridade deste sistema quanto à capacidade de produzir e distribuir riquezas, a implementação da propagada economia de mercado livre terminou por acentuar as desigualdades econômicas, agravando os problemas sociais já existentes e provocando outros novos. É nesse contexto de crise social que muitos levantes expressivos na América Latina, principalmente no meio rural, vão exibir sua força, numa forte reação ao que denominam estratégia neoliberal.

A queda do muro de Berlim e a derrocada do socialismo soviético na década de 1980 reforçaram a tese do modelo democrático liberal, “no que parecia ser o último capítulo da incorporação de regimes comunistas e movimentos de luta armada no processo de democratização continental”¹ (Figueiredo, 2006: XVII); nesse cenário, as teses marxistas que impulsionaram os movimentos revolucionários de esquerda no meio urbano (década de 1970 – 80) e rural caíram em descrença para boa parte da sociedade civil organizada.

Há certo consenso de que a implementação do projeto neoliberal na América Latina na década de 1990, resultou em um aumento drástico da desigualdade social e do privilégio do capital financeiro frente às demandas sociais nesses países. A crise econômica se ampliou e as organizações sociais alijadas do processo político efetivo, se reorganizaram, “assiste-se a um movimento maciço de ocupação de terras

¹ Jorge G. Castañeda, cientista político mexicano, publicou dois meses antes do levante zapatista a primeira edição de *La utopia desarmada* (1995), que, partindo do exame da história da esquerda latino-americana das últimas décadas, concluía que estava descartada a possibilidade de uma revolução em nosso continente num futuro próximo, seriam mínimas as potencialidades de qualquer programa revolucionário e que via armada era uma proposta em vias de extinção.

por trabalhadores rurais em vários países, fazendo do ambiente agrário o lócus primordial do ressurgimento das lutas sociais na América Latina” (Sousa, 2006: 14).

Dentre inúmeros movimentos sociais que constroem a luta cotidiana no enfrentamento direto com as seculares relações de produção no campo (que determinam o acúmulo de capital conseqüente da expropriação de camponeses e indígenas), o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN², no México será o objeto de pesquisa deste projeto. Desta forma a função é entender o papel do levante zapatista na transformação do discurso político em discurso poético e o uso radicalmente criativo do uso da guerra, que rompe com todas as referências anteriores da esquerda estalinista ou fundamentalista. Abrindo espaço na conjuntura política para se repensar o modelo de democracia implementado nos países latino – americanos, em especial no México, na década de 90.

O EZLN atua na região sudeste do México, no Estado de Chiapas³, marcado pela concentração de terras para criação de gado e pela exploração da indústria madeireira, de energia hidrelétrica e de petróleo. A mão de obra indígena é a principal força de trabalho para exploração desses recursos. É nesse contexto que se posicionam as contradições e as resistências de um contingente de mais de um milhão de indígenas, que foram obrigados a submeterem-se a exploração de suas terras e de sua força de trabalho, empurrando-os para as estatísticas dos marginalizados e excluídos da sociedade mexicana.

Em primeiro, de janeiro de 1994, assistiu-se no México o levante armado de indígenas⁴ e camponeses que após séculos de exploração e usurpação de suas terras, gritaram por trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz.⁵

² O nome do EZLN é uma referência a Emiliano Zapata, o herói derrotado da Revolução Mexicana de 1910 que liderou os camponeses do Estado de Morelos sob o lema “terra e liberdade”, tomando terras e promovendo a autonomia dos *pueblos*...A Revolução Mexicana foi uma somatória de revoltas regionais e disputas nacionais, populares e oligárquicas... dela emergiu um regime peculiar no cenário latino-americano, cujas características gerais vale retomar para que se compreenda o contexto no qual se desenvolveram o “neozapatismo” e algumas de suas principais características. (Figueiredo, 2006: 55).

³ Chiapas fica no sudeste do México, fazendo fronteira com o Estado de Tabasco ao norte, com a Guatemala a leste e com os Estados de Oaxaca, Veracruz e o Oceano Pacífico a oeste (*Para Entender Chiapas*, 1997)

⁴ De acordo com Marcos (em: EZLN, 1994:95), as seis etnias maias presentes no EZLN eram a tzeltal, tzoltzil, chol, tojolabal, mam e zoque.

⁵ Segundo subcomandante Marcos, numa entrevista recolhida no livro *Las Palabras de los armados de verdad y fuego*, a primeira *Declaración da Selva Lacandona* está centrada na necessidade de uma transição para a democracia, como condição indispensável para ver satisfeitas as onze reivindicações ao redor das quais se articula o apelo e que ainda hoje permanecem as mesmas. Os onze pontos são:

O EZLN, no México, apresenta como característica norteadora de suas ações a fusão de identidade étnico-cultural com os postulados da interpretação classista da sociedade. Esse movimento indígena não reduz sua luta, unicamente, as questões étnicas. Seus integrantes têm consciência de que fazem parte da atual estrutura econômica e sociopolítica global e que sofrem, dessa forma, uma dupla exploração: como camponeses e como indígenas. Os problemas indígenas e camponeses nessas regiões fazem com que o exército busque a transformação das condições existentes na realidade social. Que vem defender a solução para os problemas indígenas e a reestruturação do sistema político, na construção de um novo modelo de organização democrático e pluricultural.

“(…) começa a se dar o processo de transformação do EZLN, de um exército de vanguarda revolucionária a um exército das comunidades indígenas, um exército que é parte de um movimento indígena de resistência, dentro de outras formas de luta. Nós não percebíamos assim; para nós a luta armada era a coluna vertebral, o escalão mais alto, etc. (...) Mas logo o EZLN, quando se imbrica com as comunidades, passa a ser um elemento a mais dentro de toda essa resistência, se contamina e é subordinado às comunidades.”(Le Bot, 1997: 148-149).

No caso do EZLN sua estratégia, inovadora, coloca o levante armado a serviço da abertura de espaços de diálogo com o governo⁶. “A maior novidade estaria nas táticas que incluem o uso da internet, que permitiu a formação de uma rede de comunicação e solidariedade internacional que foi o diferencial na guerra” (Figueiredo, 2006: XX).

Os Zapatistas criaram encontros de diálogo e apoio entre as comunidades e a sociedade civil mexicana (os *Aguascalientes*), que depois foram substituídos por instituições permanentes de contato chamadas de *Caracóis*. Esses vínculos entre as comunidades zapatistas e os apoiadores da sociedade civil impediram que o governo mexicano iniciasse uma impopular guerra aberta aos zapatistas, sendo obrigado a se restringir a uma guerra de baixa intensidade.⁷

trabalho, terra, casa, pão, saúde, educação, autonomia, liberdade, democracia, justiça e paz. A paz se tornará possível segundo Marcos, quando tiverem satisfeitos os dez pontos.

⁶ Segundo Gennari, em *Chiapas: As comunidades Zapatistas Reescrevem a História*, ao levante de 1º de janeiro de 1994, o governo mexicano responde com a militarização da região, com prisões e execuções arbitrárias, e até mesmo com o bombardeio de algumas comunidades indígenas. Mas, no dia 12 do mês, a sociedade civil entra em cena. Respondendo aos apelos que chegam do mundo inteiro e do interior do país, dezenas de milhares de pessoas realizam uma manifestação de protesto na Cidade do México para exigir que o governo suspenda a ação militar contra o EZLN e busque uma saída política para o conflito.

⁷ Saint-Pierre (1999) elabora uma crítica da utilização deste conceito, afirmando que ele se refere às ações armadas em que é mobilizada uma pequena parte da capacidade bélica de um país e que, portanto, nem toda GBI é uma guerra de contra-insurgência e nem toda guerra de contra-insurgência é uma GBI. Por

O redirecionamento da luta militar para a luta política e a incorporação da sociedade civil nessa luta marcaram a emergência de uma ambígua estratégia política que foi chamada de "extremista" pela direita e "reformista" pela esquerda revolucionária.

De acordo com as contribuições teóricas apresentadas pela corrente dos Novos Movimentos Sociais – ao enfatizar aspectos culturais e ideológicos dos movimentos, ao aprendê-los como parte integrante da dinâmica social e não apenas uma mera irrupção da ordem, ao destacar seu papel profundamente político, não apenas porque são influentes nas decisões do Estado, mas porque são criadores de sujeitos políticos – podem nortear, de forma profícua, nossas investigações acerca do papel do movimento indígena no México contemporâneo.

Propomos a análise desse movimento social indígena e camponês que para alguns é um movimento étnico-cultural, restrito à implementação dos direitos indígenas, mas que consideramos, e esta é uma hipótese deste trabalho, como um movimento social, etnopolítico que luta não só pelos direitos indígenas e camponeses, mas pela resistência a um modelo de Estado antidemocrático e neoliberal.

Tentando ultrapassar as antinomias entre reforma e revolução e o institucional e o não-institucional, os zapatistas criaram uma forma ambígua e pragmática de fazer política que apontava para a pluralidade e para a convivência sem perder o antagonismo e o horizonte de transformação social radical.

Outra característica marcante e distintiva dos zapatistas é a dimensão ética do seu discurso e da sua estratégia. Isso chama atenção em um movimento que têm suas origens no marxismo que sempre se diferenciou das correntes socialistas "utópicas" por substituir uma crítica moral do capitalismo por uma análise materialista da história. Segundo Figueiredo, com o advento da Teologia da Libertação o discurso ético ganhou proeminência na política de esquerda e ao parece coincidência que a Igreja tenha desempenhado papel tão importante na gênese do zapatismo.

Contudo, fundamentalmente, a heterodoxia zapatista parece mesmo provir do discurso das bases. Dissolvendo a tradicional antinomia marxista que opunha o discurso materialista da direção ao discurso moral das bases, o programa horizontalista dos zapatistas incorporou a crítica moral ao capitalismo como teoria.

isso, o autor considera mais adequada a utilização da expressão contra-insurgência para o caso de Chiapas.

Ortellado afirma que à assimilação das lideranças tradicionais das comunidades indígenas na estrutura de poder zapatista trouxe com ela o discurso moral que sempre acompanhou as bases. È a isso que se deve o papel de conceitos como o de "dignidade" que estão no centro do discurso zapatista, assim como o rechaço à política fundada em interesse que se expressou no lema "Para todos tudo, para a gente nada". Parece que é isso também que permite a centralidade estratégica dos aspectos literários dos comunicados escritos pelo subcomandante Marcos. Evidentemente, para o desenvolvimento dessa estratégia era preciso antes que o próprio Marcos tivesse talentos literários que tem, assim como concentrasse, de maneira pouco horizontal, toda a comunicação relevante. Mas o desenvolvimento dos aspectos literários no discurso zapatista, que inclui elementos mágicos, éticos e políticos, só aconteceu porque se buscou resgatar o papel efetivo que esses elementos desempenharam na cultura política da base.

Da mesma forma que os zapatistas incorporaram a sociedade civil mexicana na sua luta por "liberdade, democracia e justiça" no México, também buscaram incluir a "sociedade civil internacional" na sua luta contra o neoliberalismo. Os zapatistas se esforçaram por reunir os grupos dessa sociedade civil internacional para dar início a um processo de luta articulada contra o neoliberalismo que não podia ser combatido no âmbito local ou mesmo nacional.

O zapatismo foi e permanece referencia política para toda uma geração. Por ligar as questões populares e indígenas com as grandes questões globais – o acordo do TLC⁸ e ascensão do neoliberalismo –, por seu apelo por um novo mundo baseado na democracia direta e na justiça social e pela sua peculiar incorporação da ética na prática política, os zapatistas abriram caminho para uma nova vaga de movimentos políticos que apenas começa a se delinear.

Quando os Zapatistas pegaram em armas em 1994 e depois quando aos poucos foram substituindo o fogo pela palavra e desenvolvendo os *Caracóis* e as *Juntas de Bom Governo*, comitês e grupos de solidariedade aos zapatistas começaram a aparecer espontaneamente em todo o mundo. Esses grupos traduziam os comunicados zapatistas para dezenas de línguas e organizaram manifestações em centenas de cidades. Assim, não apenas permitiram que a experiência zapatista florescesse, como o caráter espontâneo e desinteressado das suas ações demonstrou a disposição de homens

⁸ Tratado de livre Comércio da América do norte ou NAFTA, entraria em vigor no dia 1º de janeiro de 1994.

do nosso tempo para construir um futuro orientado não exatamente pelo que é o zapatismo, mas por tudo aquilo que ele significa.

Referencia Bibliográfica

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Chiapas construindo a esperança, São Paulo: Paz e Terra, 2002

ARELLANO, Alejandro Buenrostro y. As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista, Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v.2.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós -70.

EZLN – Documentos y Comunicados 1- 1º enero/ 8 de agosto de 1994. Prólogo de Antonio García Leon. Colección Problemas de México, Ediciones Era, 1994.

EZLN – Documentos y Comunicados 2 – 15 de agosto de 1994/ 24 de septiembre de 1995. Prólogo de Antonio García Leon, Crónica de Carlos Monsiváis. Colección Problemas de México, Ediciones Era, 1994.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitay. A guerra do espetáculo: origens e transformações da estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional. São Carlos: RiMa, FAPESP, 2006.

GENNARI, Emilio, EZLN: passos de uma rebeldia, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: COUTINHO, Nelson. (org). Os Intelectuais e a Organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LA CAPRA, Dominick. História Intelectual: Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. (Org.). “Giro Lingüístico” e História Intelectual. Universidad Nacional de Quilmes. 1998.

MELLUCCI, Alberto A.. A Invenção do presente, Editora: VOZES, 2001.

TOURRAINE, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

DISSERTAÇÃO E TESE

SOUSA, Adilson Amorim de. O levante dos “invisíveis” da História: O movimento Indígena no Equador na década de 1990. Dissertação (Mestrado História Social das relações políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo -UFES, 2005.

ROCHA, Maria Neblina Orrico. A Internet como aliada dos movimentos sociais, MST e Exército Zapatista. Dissertação (Mestrado em estudos comparados sobre as Américas) - Universidade de Brasília - UnB, 2005.

BITTENCOURT, Libertad Borges. Mudança dirigida : as organizações indígenas na América Latina - México e Brasil - 1970/2002. Tese (Doutorado História das idéias) Brasília – Universidade de Brasília - UnB, 2002.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Indústria editorial e Livro Didático de História: Imperativos de confecção e consumo através de um estudo de caso

Martha Shauana B. Santana
Graduanda/Universidade Federal de Viçosa
Angelo Adriano Faria de Assis
Docente/Universidade Federal de Viçosa

A Ciência histórica vem sofrendo um processo de transformação e reformulação ao longo das últimas décadas, consequência dos novos rumos apontados pela História e por historiadores, seja no âmbito internacional como no quadro interno. Em grande parte, devem-se estas mudanças ao processo de transformação do conceito de fonte histórica que, na primeira metade do século XX, capitaneados pelos trabalhos pioneiros de Marc Bloch e Lucien Febvre influenciaria os rumos da História.

A Nova História, retomando e aprofundando os questionamentos de Bloch e Febvre a partir dos anos 1960/70, incentivaria um verdadeiro “boom” de pesquisas no âmbito da História Cultural, buscando na análise de fontes até então em grande parte desprezadas dar vazão ao estudo de grupos, personagens, recortes temáticos até então de pouca ou nenhuma expressividade para a historiografia. Cada vez mais percebida a História como ciência em construção, abrem-se novas perspectivas de interação com outras ciências e a possibilidade de englobar novos materiais para a análise histórica.

Se o processo de reformulação vivenciado pela historiografia europeia, em boa parte, influenciada pelas discussões e debates teóricos ocorridos a partir da França, os reflexos desta revolução histórica demorariam um pouco a atingir o Brasil, consequência, mormente, do processo político autoritário vivenciado a partir de 1964. Com a abertura política dos anos 1980, a Nova História daria novo fôlego à historiografia nacional, repercutindo num expressivo número de dissertações e teses defendidas nos centros de excelência acadêmica envolvendo os novos questionamentos e nova relação com as fontes históricas vivenciado pelos pesquisadores.

Embora o “boom” da Nova História a partir dos anos 1980 no Brasil tenha incentivado a utilização destes novos materiais tanto na pesquisa quanto no ensino de história, o livro didático ainda representa a principal ferramenta dos professores para o trabalho com a disciplina escolar. Neste trabalho, visamos analisar o modelo de

construção e utilização dos livros didáticos, pensando em como ele incorpora as inovações tanto no campo da pesquisa histórica quanto no âmbito pedagógico, concebendo-o como um objeto produzido sob múltiplas influências que se dirige à utilização em sala de aula. Neste sentido, fazemos estudo de caso do Colégio Nossa Senhora do Carmo, em Viçosa, Minas Gerais. Este colégio adota, no ensino de História, a coleção didática *História: das cavernas ao terceiro milênio*¹, de autoria de Patrícia Ramos Braick e Miriam Brechó Mota.

Esta coleção foi escolhida pela docente, dentre as diversas opções, por ser a extensão no ensino fundamental da coleção adotada pelo Colégio de Aplicação Universitária da UFV (COLUNI). Neste sentido, percebemos o esforço da escola em alcançar ou manter um nível de excelência em ensino compatível com o deste estabelecimento destinado ao ensino médio, que é reconhecido dentre as melhores instituições do país². Tal proposição implicou inclusive em certa anulação do interesse pessoal da professora, que se ressentia da falta de certos aspectos temáticos na coleção, tentando complementá-la da melhor forma. O que nos leva a pensar que os critérios de escolha dos livros pelos professores podem ganhar rumos diversos que não necessariamente a adequação da obra às afinidades pessoais dos mesmos.

Cabe ressaltar que, neste ano, a escola adotou a nova versão da coleção que foi totalmente revisada em 2006, a edição anterior era de 2000. A nova edição apresenta mudanças tanto em forma quanto em conteúdo, abarca transformações na apresentação dos assuntos, na abordagem dos conteúdos, na linguagem, nas atividades propostas, etc. Diferenças que indicam um esforço da indústria editorial em abastecer o mercado de didáticos com coleções sempre atualizadas, que mantenham o nível de competitividade em relação às demais, atendendo as exigências do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), empreendido pelo Ministério da Educação, e que encham os olhos de professores e alunos buscando satisfazer aos anseios pedagógicos destes³.

¹ BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. A coleção didática consta entre os livros selecionados pelo MEC para o *Guia de livros didáticos PNLD 2008*. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: História*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 12, jun. 2007.

² O interesse em estar compatível com o COLUNI é explicitado, ainda, pela divulgação no site da escola dos aprovados na seleção realizada para o preenchimento de vagas da mesma. Dentre 160 estudantes aprovados no COLUNI em 2007, 16 são oriundos do Carmo, tendo saído também daí o primeiro classificado. Disponível em: www.carmovicosa.com.br. Acesso: 10, jun. 2007.

³ A partir da fundação do Programa Nacional do Livro Didático em 1985, aperfeiçoaram-se as especificações técnicas para a produção desse material e estes passaram a ser submetidos à escolha final dos professores após uma triagem inicial do MEC. Histórico do PNLD disponível em: www.fnde.gov.br, acesso em 12 jun. 2007. Tais condições para as compras dos manuais pelo governo influenciam as editoras, que buscam satisfazer às exigências e conseguir o maior número de vendas para este que é, além do maior comprador de livros no Brasil, o grande responsável pelo crescimento e manutenção da indústria

Seguindo a proposta de Circe Bittencourt⁴ para a análise de livros didáticos, abordaremos esta coleção a partir de três aspectos básicos: a forma, o conteúdo histórico escolar e o conteúdo pedagógico. Estes aspectos constam também como critérios de avaliação e seleção do PNLD⁵, o que nos leva também à compreensão da forma de adequação dos livros às normas prescritas.

Tomando como ponto de partida a apresentação gráfica, notamos que os livros da coleção seguem um padrão estabelecido pela indústria com tamanho de 20,4 X 27,5 cm; mas possuem um número de páginas variável de acordo com as séries, o de 5ª possui 232, o da 6ª possui 280, o da 7ª com 256 e o da 8ª tem 336 páginas. Segundo Décio Gatti Júnior, o padrão aproximado de 21 X 28 cm e a quantidade média de 200 páginas fora consolidado na década de 1970⁶. Este limite de extensão, ao que parece, foi tomado por convenção talvez para facilitar o manuseio do livro pelo professor ao longo do ano letivo. Contudo, os livros estão cada vez mais cheios de elementos iconográficos e recursos pedagógicos que exigem um maior espaço dificultando a manutenção do número de páginas, uma vez que poderia haver uma grande perda em conteúdo. De outro lado, há certa tentativa de manutenção daquelas dimensões, sobretudo nos livros de 5ª série. Não convém uma extrapolação excessiva do tamanho, uma vez que um livro maior pode proporcionar mais opções de conteúdo e atividades e, conseqüentemente, maior liberdade de trabalho para o professor, mas, implica não só em maior custo, como em maior peso para as mochilas dos alunos. As experiências de autores e editores relatadas por Gatti Júnior⁷, demonstram que o sucesso de um livro didático depende antes de tudo, de sua acessibilidade tanto em tamanho quanto em conteúdo.

Outra questão com relação à extensão do livro é que este é tomado, muitas vezes, como indicador do andamento das aulas por parte dos pais e das coordenações das escolas. Há certa cobrança de que o professor ande “em dias” com o conteúdo do livro didático, sendo que ao fim do ano, ele deve ter chegado ao fim do mesmo como prova de sua competência em ministrar as aulas. Dessa forma, tivemos a oportunidade de acompanhar um pouco da tensão da professora em caminhar com a matéria prevista pela divisão de capítulos proposta no livro didático, sendo este tomado como o organizador dos conteúdos a serem ministrados, ditando seqüência de sua apresentação.

editorial no país. GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático no Brasil (1970-1990)*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

⁴ BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004., p. 311.

⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Op. cit.*, 2007., pp. 11-22.

⁶ GATTI JÚNIOR, Décio. *Op. cit.*, p.106.

⁷ *Ibidem*.

Também o material de confecção dos livros segue os imperativos mercadológicos, Décio G. Júnior afirma que desde a década de 1990 “o uso das cores é uma marca dos livros destinados ao ensino fundamental, em que existem mais ilustrações, *boxes* e outros recursos de edição e formatação do texto”⁸. E, a melhoria do padrão estético não parou por aí, os recursos tecnológicos proporcionam a confecção de imagens com melhor definição e o uso de várias cores, além das mudanças no papel utilizado na impressão. A coleção em questão, em contraposição à edição anterior se apresenta em folhas com aspecto plastificado, as imagens são mais coloridas e contrastam com a alvura do papel que faz destacar também as letras impressas; havendo também diferenciações nas cores das páginas e das bordas delas.

Há uma diferenciação maior até mesmo no tipo de letra utilizada, diferenciações no tamanho da fonte, e marcações em negrito e itálico. No que diz respeito à estruturação do livro, todos os textos seguem um padrão uniforme proporcionando o percorrer de etapas de inteligibilidade do texto. Esta organização, mais as variações tipológicas, aliadas às diferenças nas cores das páginas e das bordas, proporcionam maiores diferenciações numa mesma página, e entre as páginas destinadas a coisas diferentes ao longo do capítulo, facilita a leitura pelo destaque e organização das partes no texto, criando um código de identificação das coisas que assumem funções distintas, proporcionando, dessa forma, também, um maior descanso visual.

Há uma valorização da fluidez do texto indicada, dentre outras coisas, pelo espaço ocupado por este e a disposição dele na página. Ao contrário de alguns manuais que distribuem o texto principal em duas colunas, muitas vezes ocupando o máximo do espaço da página, neste, o texto é colocado numa única coluna que deixa um espaço lateral para além da margem, de aproximadamente cinco centímetros, e ainda divide espaço com figuras, *boxes* e mapas, que são enxertados de variadas formas e dando a sensação de continuidade em relação ao texto. Os espaços laterais são preenchidos por figuras, glossários, sugestões de discussão com os alunos - denominadas “bate-papo” -, sugestões de desenvolvimento da discussão para o professor (que só aparecem no manual do professor) e por notas de identificação das figuras, mapas, ou qualquer elemento iconográfico, os quais são todos legendados, contendo não só as indicações de referência como também suportes para leitura, interpretação e análise das mesmas.

A quantidade de recursos e o cuidadoso trabalho de disposição dos mesmos faz parte da dinâmica de produção dos manuais didáticos, elaborados como recursos

⁸ *Ibidem*.

estratégicos para a vida escolar para atender às necessidades desse meio. Assumem, conforme Alain Choppin, um caráter polifônico, sendo suas funções “avaliar a aquisição dos saberes e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e outros contextos”⁹.

Um dado de apresentação para nós de suma importância, é a capa do livro. Na primeira versão as capas de todos os manuais possuíam a mesma ilustração que consistia em um mosaico composto por figuras diversas desde cartazes de filmes, quadros de grandes pintores, imagens de lugares históricos, pinturas indígenas, fotografias de jornais, representações em cerâmica, a representações de cenas cotidianas. Imagens que representam os quatro cantos do mundo em períodos distintos, num contraste absoluto, mas composto por um jogo de cores e sobreposições harmônicas. A parte dianteira dessa capa é marcada por uma coloração pesada em que abundam o preto e o vermelho que intercalam as figuras e dão destaque às letras brancas em que são escritos o título do livro, o nome das autoras e a série a que se destina.

Já no caso da edição atual, optou-se por uma capa menos carregada, na verdade bastante leve, em que prevalece um designer moderno e despojado com coloração vibrante em degradê. Cada livro da coleção é diferenciado pelos elementos de cor e iconografia, mantendo-se somente a configuração da página e a disposição dos elementos. O livro da 5ª série é composto em tons entre amarelo e vermelho, tem por ícone uma estátua da antiguidade oriental e traz por frase de subtítulo “Dos primeiros seres humanos à queda do Império Romano”; o livro da 6ª série é colorido em matizes de azul, sua capa apresenta a imagem de uma negra mais uma criança mulata no Brasil holandês, retratadas em 1641 por Albert Eckhout (1610-1665), e tem por subtítulo “Da formação da Europa medieval à colonização do continente americano”; já o da 7ª é colorido em variações de lilás, traz como ícone a figura de um *sans culotte* (representante popular envolvido com a Revolução Francesa de 1789) e por subtítulo “Séculos XVIII e XIX as fundações do mundo contemporâneo”; por último, o manual da 8ª é colorido em tons de verde, tem por ícone um astronauta em vôo, e de subtítulo “Desafios do terceiro milênio”.

Todo esse colorido e o recurso a subtítulos específicos para o ano a que se destinam podem fazer parte de uma estratégia de conquista dos alunos que se sentem motivados com a novidade - a cada ano, um novo livro! Com a edição anterior, tinha-se a sensação de permanência, o livro de história era sempre o mesmo livro, com uma capa

⁹ CHOPPIN, Alain. *Apud*: BITTENCOURT, Circe. *Op. cit.*, p. 307.

sisuda; com o novo livro, coloca-se a idéia de transição, de desenvolvimento do aluno, este ano usa-se o livro amarelo, no ano seguinte, o livro azul, e assim por diante. As cores vivas e alegres também corroboram com a atmosfera jovial da faixa etária em que se encontram os alunos de 5ª à 8ª série.

O conjunto das capas - somados os ícones, frases de subtítulo e colorações -, sugerem um caminhar ao longo de quatro anos pelo tempo histórico, dos primeiros grupos humanos em direção à atualidade. Tal perspectiva corrobora com a idéia sugerida já no título - *História: das cavernas ao terceiro milênio* -, que remete a uma história globalizante. Uma proposta inviável que acaba tornando-se excludente, posto que, na impossibilidade de abarcar o múltiplo, cai-se na imprudência da supressão das contradições, dos paralelismos e das divergências históricas, em nome da linearidade da narrativa, não raro simplificadora das variações histórico-culturais dos grupos humanos.

Temos, então, que apesar da proposta mais moderna representada pelo estilo despojado, leveza de cores e disposição gráfica mais fluida, a nova edição dos livros guarda consigo uma ligação importante com a anterior. A manutenção do título, com toda a idéia de história a ele subjacente, pode ser encarada como parte das estratégias de venda, uma vez que o título encerra a marca de um produto que já faz parte do mercado e, portanto, possui um público consumidor garantido. Uma mudança radical no título poderia provocar a descaracterização da coleção e levar à perda de vendas devido à não identificação do público com ela. Contudo, garantir clientes fiéis e a necessidade de afirmação no mercado pode não ser a única causa para a continuidade; uma alternativa seria investir-se em divulgar a mudança de título, tanto quanto se investe em propagandas sobre as mudanças no conteúdo, sendo este também parte da atualização da coleção. Este título pode ser tomado, então, como um recurso de caráter impactante capaz de encantar a leigos que se atraíam pela falsa idéia de que aquele manual encerra todo o conhecimento da história da humanidade, permanecendo a concepção, já ultrapassada, da existência da grande História dos homens, com “H” maiúsculo.

Cabe aqui acrescentar que, apesar dessa continuidade marcante, e se as autoras da coleção são as mesmas, não se pode dizer que o conjunto da obra seja o mesmo. Salta aos olhos todo o tratamento diferenciado dado a cada detalhe da edição. Isto se deve, em grande parte, à mudança radical da equipe diretamente envolvida na confecção. A análise comparativa destas nos mostra um salto substancial de doze indivíduos para trinta e sete (excetuando-se desse total as autoras), dentre os quais, apenas duas pessoas continuaram na equipe. Quase todas as etapas da produção estão submetidas a várias mãos e sujeitas. Criaram-se novas etapas de elaboração e

coordenações gerais para quase todas as etapas, como a “gerência de produção gráfica” e “projeto gráfico e edição de arte” que estavam submetidas a uma só pessoa na primeira edição e, na segunda, passou a existir uma “coordenação de produção gráfica” com duas pessoas, e mais dois sujeitos responsáveis pelo “projeto gráfico e capa”, sem contar com um outro responsável pela “coordenação de design e projetos visuais”, que é um elemento inteiramente novo; incluiu-se, dentre outras coisas, um item de editoração eletrônica, que ficou a cargo de uma empresa terceirizada; até mesmo a impressão e acabamento destinaram-se a uma empresa diferente. Dentre as novas etapas de produção, chamou-nos a atenção o surgimento de uma assessoria didático-pedagógica, composta de três pessoas. Percebemos, assim, um cuidado redobrado tanto com aspectos de apresentação formal quanto com o conteúdo pedagógico do livro, o que atende não só às exigências dos novos consumidores que estão inseridos num mundo tecnológico de aceleração de mudanças e criação constante de facilidades e inovações, como também às exigências impostas pela difusão das pesquisas acadêmicas e novas concepções de ensino, expressas oficialmente nos documentos dos *PCN's*¹⁰ e na *Nova LDB*¹¹; cobradas através da política de avaliação dos livros didáticos do Ministério da Educação, como expõe Selva Guimarães Fonseca¹². Já Circe Bittencourt nos alerta para as contradições que muitas vezes envolvem a produção dos livros didáticos de História:

As inovações para esse nível de escolarização são atualmente contraditórias. A permanência das divisões consagradas da História escolar e acadêmica – da Antiguidade à idade contemporânea – é visível, mesmo sendo difundidas (e parcialmente aceitas pelos professores) algumas obras baseadas na História temática. A manutenção dos nós explicativos das mudanças históricas e dos fatos históricos consagrados (‘o Descobrimento’, a ‘Independência do Brasil’, etc.) geralmente inclui interpretações baseadas em bibliografia atualizada¹³.

Neste sentido, um primeiro olhar pela estrutura da divisão dos capítulos, no livro da quinta série, com o qual trabalhamos, também indica uma filiação a uma concepção evolutiva e linear da História, corroborando com a idéia já expressa pelo título. Depois de dois capítulos de introdução aos estudos históricos, o sumário segue os passos das coleções tradicionais, encadeando numa linha cronológica sucessiva a suposta evolução dos grupos humanos desde “A saga dos hominídeos”¹⁴ – como o próprio livro intitula –

¹⁰ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC. SEF, 2001.

¹¹ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9334, 1996.

¹² FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003, p. 54-56.

¹³ BITTENCOURT, Circe Maria F. *Op. cit.*, p. 309.

¹⁴ BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. *Op. cit.*, p. 41.

até as chamadas grandes civilizações do Oriente Antigo; dando continuidade assim aos mesmos marcos de explicação histórica consagrados na historiografia.

Contudo, uma análise mais atenta do conteúdo, sobretudo das formas de abordagem, exposição e exploração do mesmo, nos proporciona a descoberta de uma postura reflexiva que este intenciona assumir. O tratamento dos assuntos abrange uma perspectiva problematizadora que mais pretende lançar questionamentos e algumas luzes às questões do que respostas acabadas. Podemos citar como exemplo um dos capítulos em que tivemos a oportunidade de presenciar a discussão em sala de aula - “O povoamento da América”. Neste, as autoras recolocam os principais debates enfrentados entre os pesquisadores do assunto, e explicam de forma simples, mas não simplificadora, algumas hipóteses e diferentes teorias. Dessa forma, o livro proporcionou subsídio à professora para trabalhar a questão com os alunos sob diferentes pontos de vista. Iniciando a aula apenas com questões, reflexões sobre os mapas e as figuras do livro, ela pôde explanar o assunto de modo investigativo, utilizando-se posteriormente dos textos do livro como base para sedimentar a discussão.

O livro do professor possui, ao longo dos textos, e intercalados nos recursos iconográficos, sugestões para potencializar os conteúdos e os instrumentos didáticos contidos nas páginas através de comparações e formas de exploração dos mesmos, tentando, dessa forma, propor a dinâmica de leitura do livro. Tudo fica, assim, pronto: ao professor só caberia seguir as instruções. Esses boxes extras que constam no manual do professor atendem a uma exigência do PNLCD, que o avalia indicando que este não deve ser somente uma cópia do livro do aluno, devendo acrescentar além da resposta das atividades, a explicitação da concepção de história e da proposta de ensino-aprendizagem, informações adicionais para o trabalho com imagens e conceitos, bem como a orientação da execução dos objetivos propostos¹⁵. Donde temos que o manual do professor desta coleção, em relação à primeira versão, passou por muitas mudanças, relacionando as indicações da seleção do MEC a transformações ainda mais profundas. Seu texto dialoga diretamente com o professor, recomenda para este as possibilidades de utilização do livro, indica leituras, fornece textos de apoio de cunho historiográfico, atuando, assim, como um curso de capacitação para seu próprio uso.

No entanto, esse esforço pode ser entendido também como uma marca da desqualificação profissional docente¹⁶, o livro não só contribui, mas tenta cercar de

¹⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Op. cit.*, 2007, p. 120.

¹⁶ Vários autores, dentre eles, os já citados Décio G. Júnior, Selva G. Fonseca e Maria Circe F. Bittencourt, ressaltam o papel central que, presumivelmente, o livro didático assumiu diante da massificação do ensino público e a desqualificação profissional, repetindo a idéia de que a tendência

todas as formas o processo de ensino, cerceando a criatividade do docente, ele não deixa margem para o surgimento do imprevisto e inovador, para a composição singular do conhecimento inerente à atividade em sala de aula. A proposta do livro é oferecer uma variedade de opções e dar margem às escolhas, indica ainda a necessidade de seleção, complementação, ou elaboração de novas propostas pelo professor, que deve ser participante ativo no processo de ensino através de suas preferências. Cabe, ao docente, optar pela comodidade ou pelo que considerar mais significativo para os seus alunos.

A coleção organiza os conteúdos de forma integrada, que, ao contrário do que dispõem os PCNs, que destacam a organização temática para os conteúdos da história ensinada, parece ser uma das tendências predominantes na produção de livros didáticos de história, juntamente com a “história intercalada”, como constataram os avaliadores do PNLD 2008¹⁷. Donde notamos que a história ensinada não acompanha diretamente as designações oficiais, possuindo outros elementos de intervenção tanto no sentido de manutenção de certas tradições, quanto no exercício de seleção e adequação das inovações que são incorporadas.

Seguindo esta proposta, percebemos que há um diálogo entre os capítulos, incluindo-se no caso do livro de 5ª série, em questão, já na parte da pré-história, também a pré-história americana, destacando-se o Brasil dentre os demais países deste continente; a História Geral, da América e do Brasil são integradas por critérios temático-temporais¹⁸.

As autoras trabalham com uma bibliografia atualizada, mas não dispensam os clássicos consagrados nas diversas correntes historiográficas, aliam experiências tanto em pesquisa quanto e docência em História¹⁹, e a equipe da coleção, contando também com a participação de assistência pedagógica, está atenta às questões que cercam o ensino de história tomando-se o cuidado de incluir uma bibliografia específica sobre o assunto nos livros. As concepções de História e de ensino-aprendizagem coadunam com as principais tendências atuais das duas áreas. Pautando-se no princípio de história como construção, privilegia-se também uma perspectiva pedagógica construtivista,

assumida foi “quanto pior o professor, melhor deverá ser o livro”, vindo este a substituir, em boa medida, o esforço intelectual daquele.

¹⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Op. cit.*, 2007, p. 12.

¹⁸ Não estamos analisando aqui sob qual perspectiva a história do Brasil está sendo integrada à História da América e à História Geral. Isto requeriria a leitura integral da coleção, e nos ativemos mais particularmente ao livro da 5ª série. Apenas notamos que parece haver certo equilíbrio entre elas e uma preocupação em não tratar a história do Brasil como um simples apêndice de uma história mais geral e explicada a partir desta.

¹⁹ Myriam Becho Mota atualmente é mestre em Artes pela Universidade Ohio, em Athens, Estados Unidos. É professora do Ensino Médio e Superior e Patrícia do Carmo Ramos Braick é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e professora do Ensino Médio. Informação disponível em: www.moderna.com.br. Acesso em: 12, jun. 2007.

através da qual o discente é iniciado nos procedimentos historiográficos e incitado a uma elaboração mais autônoma do conhecimento. Devido a este imbricamento, fica difícil dissociar a análise do conteúdo histórico da análise do conteúdo pedagógico da coleção. Ambos foram concebidos de forma comum e não percebemos divergências ao longo da obra, havendo um casamento também com os aspectos formais já focados.

Destaca-se na obra a inserção de documentos históricos com suportes, linguagens e origens diversas, os quais dialogam perfeitamente com o conteúdo e entre si. São utilizadas tanto fontes de época, quanto notícias e imagens recentes veiculadas na mídia, o que proporciona uma aproximação do conteúdo ao aluno, fazendo-o refletir também sobre sua realidade. Um exemplo disto é a abertura do capítulo 4, “As primeiras aldeias e cidades”, que se inicia com a explanação de alguns aspectos da vida urbana nas grandes cidades hoje e destaca-se uma fotografia de um congestionamento em Salvador em março do ano de 2006. As notícias atuais servem, desse modo, para fazer uma ponte entre passado e presente, tanto quanto entre o conteúdo e a vivência cotidiana do aluno, proporcionando maior significação deste. Quanto a este aspecto, uma ressalva do *Guia do livro didático 2008* pra esta coleção é que na parte da História do Brasil, ela privilegia a parte centro-sul do Brasil, com exemplos pouco significativos para as demais regiões. No caso do exemplo aqui fornecido, utilizou-se como uma imagem da capital de um estado do nordeste, mas ao que parece, esta não é a regra.

Entretanto, os recursos iconográficos e demais documentos não são o foco central do livro que, de um modo geral, privilegia a abordagem inversa: parte-se do texto narrativo para a observação e análise das fontes, com as quais se podem confrontar opiniões e aprofundar o assunto. A par disso, essa história que assume o maior destaque no livro, não se circunscreve à mera reiteração de fatos e datas, ela revisa e expõe, com já explicitado, alguns dos debates acadêmicos e passos da historiografia recente, confrontando linhas de pesquisa e defendendo uma integração equilibrada entre as diversas esferas da vida humana.

Outra mudança é em relação à linguagem. O texto de 2000 era mais impessoal, pouco se aproximava do leitor, com tempos verbais muito elaborados, sem nenhum recurso coloquial. Agora, apesar da manutenção do padrão de linguagem, o texto dialoga com o leitor, faz com que ele exercite sua imaginação, solicita a reflexão e o desenvolvimento do raciocínio em conjunto com a exposição do texto. Encontramos aí chamadas explicativas como “Você já ouviu a expressão ‘homem das cavernas?’”²⁰; “Você consegue imaginar como era difícil a vida dos grupos humanos antes de eles

²⁰ BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *Op. cit.*, p. 45.

terem aprendido a plantar e a colher?”²¹; “Como surgiu a agricultura? Deve ter sido mais ou menos assim (...)”²², reconhecendo dessa forma também os conhecimentos prévios dos alunos. Outra questão que tange ao problema do estilo narrativo e sua relação com a proposta pedagógica, é a interação com o cotidiano; esta perspectiva auxilia na construção de um texto mais próximo do aluno, inserindo-o como agente histórico e aliviando o caráter de escrita formal que este assume.

Sobre o conteúdo pedagógico, observamos ainda que todos os textos expositivos possuem como complementação, *boxes* que trazem informações adicionais ou documentos a serem analisados. Os glossários, além de explicarem alguns dos termos desconhecidos dos alunos, trazem também a definição de alguns conceitos históricos. As já citadas sessões na lateral dos textos denominadas *bate-papo*, solicitam dos alunos sua participação e reflexão; ao final dos capítulos, são adicionadas *leituras complementares*, *oficinas de trabalho*, uma sessão de atividades dividida em *Revisão dos conteúdos* e *Aprofundamento do estudo*. Elementos que estimulam a aquisição e o exercício de diversas habilidades intelectuais através de comparação, interpretação, memorização, elaboração oral e escrita de idéias, trabalho em grupo, síntese, elaboração do conhecimento sob a forma de produtos finais como cartazes, maquetes, murais, teatro, etc. O capítulo é fechado com uma sessão intitulada *Para saber mais*, que traz sugestões de leituras de paradidáticos e literatura, filmes e sites, apresentando uma pequena sinopse dos mesmos.

Outro elemento de avaliação do Ministério da Educação são os “Princípios para a construção da cidadania”²³. E, em relação a este livro, o *Guia de livros didáticos 2008* indica que ele se adequou às exigências, se empenhado no combate aos preconceitos.²⁴ Este último critério está diretamente relacionado ao ideal de cidadania que o Estado quer construir, intervindo através da educação na formação das novas gerações.

Todos os aspectos aqui trabalhados ilustram a complexidade que vem ganhando a elaboração dos livros didáticos de história nos últimos anos. Eles estão submetidos não só aos processos de transformação tecnológica, como às revisões no campo da pesquisa histórica, das abordagens didático-pedagógicas, dos padrões impostos pelo Ministério da Educação; passam, pelo crivo de um docente que possui critérios de análise e de escolha diversos, em alguns casos, até mesmo alheios a grande parte do que

²¹ *Idem.* p. 53.

²² *Idem.* p. 54.

²³ Vide: Ficha de avaliação, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Op. cit.* 2007, p.116-120.

²⁴ *Idem.* p. 52.

é considerado pelas outras esferas e tem, ainda, que levar em consideração as exigências de seus maiores consumidores - os alunos -, que estão inseridos num mundo de aceleração de mudanças e compartilhamento de novas linguagens.

Os livros didáticos sem dúvida passaram por melhorias significativas nas últimas décadas e, através desse caso, podemos notar a profundidade de transformações que vêm ocorrendo num período cada vez mais reduzido de tempo. Contudo, a atitude de crítica do livro didático faz-se constantemente necessária. Somente com a compreensão dos imperativos de sua produção e utilização poderemos transpor as dificuldades impostas pelos recursos materiais veiculadores do conhecimento histórico, e dinamizar o seu uso. O papel do docente é, sobretudo, compor filtros para a recepção de informações pelos alunos, para que estes construam um conhecimento significativo, de forma cada vez mais autônoma, sendo capazes de questionar o que lhes é posto através de palavras, sons e imagens diariamente, procurando no cerne das informações, discernir entre os diferentes pontos de vista aquele que faça maior sentido para si, considerando a parcialidade e provisoriedade da produção do conhecimento humano.

Bibliografia e fontes

Livros didáticos e sites

BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

www.moderna.com.br. Acesso: 11, jun. 2007.

www.fnde.gov.br Acesso: 12, jun. 2007.

www.carmovicosa.com.br. Acesso: 16, jun. 2007.

Bibliografia

BITTENCOUT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da história: livro didático no Brasil (1970-1990)*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.). História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos. 4ª ed. Tradução de Enrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: História*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 12, jun. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9334, 20 de dezembro de 1996.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares Nacionais*. Brasília: MEC. SEF, 2001.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Algumas considerações sobre os Estudos da história da Igreja Católica no contexto
da ditadura militar: experiências e perspectivas.**

Massimo Bonato / PPGHIS) UFRJ
massimobonato@gmail.com

Esta comunicação tem como objetivo apresentar algumas reflexões em torno de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL da Universidade Federal de Rio de Janeiro, e que tem como principal escopo analisar as relações entre a Igreja Católica e o Regime Militar, na capital mineira, a partir de uma trajetória de vida, no período de 1964-1984. No Brasil, especialmente a partir do fim da década de 70, foram produzidas neste campo temático umas serie de contribuições significativas. São trabalhos que se inscrevem no campo da história política e que analisam aquela instituição a partir de seus conflitos na história. Portanto a finalidade de esta comunicação è apresentar algumas considerações sobre estes experiências historiográficas e sobre as perspectivas das novas abordagens que procuram, assimilar uma visão mais analítica por meio de uma perspectiva cultural ou antropológica.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Terremoto em Lisboa

Michelle Batista

Contam os relatos que o dia 1º de novembro de 1755 amanheceu agradável, com o céu azul e com uma temperatura amena. As ruas se encontravam relativamente cheias, devido às celebrações religiosas. As pessoas, independentemente de seu lugar social, dirigiam-se às igrejas mais próximas de suas residências.¹ Aquela era uma boa ocasião para o pagamento de promessas, bem como para o pleito de novas graças; por isso, as velas se acenderam aos milhares nas bases dos altares. Parecia ser um dia normal, até que, no meio da manhã, fez-se sentir em Lisboa uma suave trepidação:

[...] aumentando gradualmente com um barulho precipitado, como o som de carruagens conduzidas com violência a alguma distância. Os que moravam na região viram os quadros estremecer nas paredes e sentiram balançar os alicerces de suas casas. Em meio às primeiras manifestações de pânico, alguns compreenderam que se tratava de um tremor de terra. [...] Minuto e meio de terror. Após curto intervalo, sucederam dois tremores ainda mais fortes. Acredita-se que sua intensidade chegou a nove pontos na escala Richter. [...] A abertura de fendas na terra e a queda de construções alimentou uma nuvem de poeira que logo escureceu o dia. Ao mesmo tempo, por toda a cidade, começaram-se a sentir vapores sulfurosos [...] Minutos depois do último grande tremor, o fogo irrompeu pelos escombros e a situação tornou-se ainda mais difícil. Juntamente com as desordens da terra, do ar e do fogo, sobrevieram as das águas, pelo Tejo... revirou-se o leito do rio, engolindo as embarcações menos resistentes, e parte da multidão que procurara escapar à derrocada das moradias.²

Os abalos foram sentidos em quase toda a Europa, com maior ou menor intensidade, de acordo com a proximidade do epicentro do terremoto, localizado nos cercanias de Lisboa, provavelmente no mar. As localidades próximas a Lisboa também sofreram baixas humanas e materiais bastante significativas. Maremotos geraram prejuízos e estragos em toda a península ibérica, chegando mesmo a atingir o litoral de outras regiões da Europa. O tremor foi sentido em Madri naquela manhã de novembro, danificando vários prédios e causando a morte de duas

¹ Texto é parte da tese de doutoramento a seguir: CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais nos tempos de Pombal*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG.

² MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 178-180. Para mais detalhes acerca do terremoto de 1755, sob vários aspectos, ver: DEL PRIORE. *O mal sobre a terra: uma História do terremoto de Lisboa*. 2003.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 1

crianças.³ O norte da África também foi seriamente afetado, sobretudo Marrocos, onde só na cidade de Fez imagina-se tenham sido ceifadas algo em torno de dez mil vidas.⁴

Em Lisboa, os prejuízos dos comerciantes locais e estrangeiros alcançaram cifras vultuosas, levando muitos à ruína completa. O total das baixas humanas é muito controverso. À época, todos acreditavam que o número de mortos chegara a quarenta mil, se bem que o número real deva ter beirado as quinze mil vítimas.⁵

Atordoado e atemorizado, o rei depositou completa autoridade nas mãos do único de seus ministros que demonstrava atitude e capacidade para lidar com aquela terrível catástrofe: o Marquês de Pombal.⁶ Não se pretende afirmar que o predomínio político das idéias de Pombal tenham se dado somente após o terremoto. Ao contrário, antes da catástrofe, ele já governava com certa autonomia, procurando sempre resolver os impasses à sua maneira.⁷ Aturdido e desesperado, Diogo de Mendonça, o outro ministro de Estado, fugira da cidade, enquanto que as demais autoridades vacilavam diante daquela difícil conjuntura, esquivando-se.⁸ Graças a sua ação ante aquele quadro de terror, Pombal ganharia definitivamente a confiança do rei, fato que seria atestado um ano após o terremoto: uma conspiração no seio da corte tentou derrubar Pombal, que teve completo e irrestrito apoio do monarca. Como seria de se esperar, foi árdua a labuta. O ministro despachou decretos no próprio dia do terremoto. Cuidou do sepultamento dos mortos e do tratamento dos feridos; procurou meios de impedir a fuga dos sobreviventes, punindo com execução sumária os responsáveis por latrocínios e saques; proibiu as especulações em torno dos produtos de primeira necessidade; amealhou recursos dentro e fora do reino; e proibiu quaisquer reconstruções antes da conclusão da Planta Geral da nova cidade, a cargo de Manuel da Maia, engenheiro-mor do rei.⁹ A nova cidade se caracterizaria pela funcionalidade, austeridade e equilíbrio. A Lisboa reconstruída estaria próxima do que hoje poderíamos chamar de “sonhos iluminados da razão prática”.¹⁰ O reformista ilustrado Ribeiro Sanches contribuiu com um longo e prático tratado acerca da saúde pública, recomendando que as novas edificações fossem salubres e bem ventiladas. Também reviu as teorias sobre os terremotos em voga no reino e no Além Pirineus, constatando que os tremores de terra eram, nítida e certamente, eventos naturais.¹¹ Mas aquela não era a visão predominante entre os portugueses.

³ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 180-181.

⁴ *Ibidem*, p. 182.

⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁶ *Ibidem*, p. 24.

⁷ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 94.

⁸ TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, p. 33.

⁹ *Ibidem*, p. 31-33.

¹⁰ *Ibidem*, p. 36.

¹¹ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do iluminismo*, p. 26.

Apesar de visões científicas, paulatinamente introduzidas em Portugal (por intermédio dos reformistas ilustrados ou, mesmo, dos homens não ligados ao governo mas que bebiam nas fontes Ilustradas), coexistiam com ela outras “correntes” muito fortes naquele reino que interpretavam de outra maneira aquela catástrofe. As desordens da natureza soavam a muitas mentes lusitanas como manifestações de caráter sobrenatural. Ler em cada fenômeno as evidências e as orientações do Divino Mestre, captando e acatando os seus ensinamentos e seus possíveis sinais, era um costume cultivado há séculos pela maior parte da população. Eventos como o terremoto de 1755 também poderiam ser compreendidos como indícios da insatisfação divina: “numa aparente reedição de alguns episódios do Antigo Testamento [...]”¹² Leituras deste feito eram naturais em Portugal naquele contexto.

Tanto em Portugal como no estrangeiro o tremor de terra que desabou com toda a fúria sobre os lisboetas desencadeou uma expressiva efervescência religiosa:

Depois dos primeiros tremores, muitos dos habitantes de Lisboa abandonaram as Igrejas onde rezavam, ainda carregando nas mãos terços e rosários. Outros procuravam salvar relíquias, cruzes e imagens dos santos de maior devoção. As preces da missa, bruscamente interrompidas pelo desastre, logo deram lugar a novas orações, rezadas com ardor redobrado, em meio a pungentes clamores de misericórdia.¹³

Conta um britânico que viu passar por entre a multidão um “velho e venerável padre, com sua estola e sobrepeliz”, que acabara de escapar de uma igreja em ruínas

[...] andava incessantemente de um lado para o outro entre as pessoas, exortando-as ao arrependimento e tentando confortá-las. Dizia-lhes, chorando copiosamente, que Deus estava profundamente ofendido com os seus pecados, mas se implorassem à Virgem Maria ela intercederia por eles.¹⁴

Sendo aquele o momento em que a maior parte dos fiéis dava vazão a suas devoções, pois o dia tornava necessário (Dia de Todos os Santos) visitar muitos altares, estando assim repletas todas as igrejas. Foram raros os templos que se mantiveram intactos após o tremor de terras.¹⁵ Tal fato reforçava as teses daqueles setores da sociedade que entendiam a catástrofe como fruto da “ira divina”. Abatidos e desarmados diante de um evento explicado como sendo manifestação da providência de Deus, muitos portugueses (a maior parte) e muitos europeus entendiam ser tais calamidades castigo, avisos e provas de que não andava bem a vida política e religiosa do reino. Para grande parte da população portuguesa setecentista o terremoto foi entendido como a manifestação da insatisfação divina. Os padres da Companhia de Jesus estavam entre os principais propagadores dessas idéias. A “terrível” catástrofe fora precedida de outros avisos, tal como

¹² MIRANDA. *Ervas de Ruim qualidade*, p. 188.

¹³ Esses relatos estão igualmente embasados em depoimentos da época. apud MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 188-189.

¹⁴ *Ibidem*, p. 189.

¹⁵ DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 123.

grandes fomes e fortes enchentes que haviam assolado o reino nos anos precedentes.¹⁶ A fome, bem como as catástrofes naturais eram interpretadas como claros sinais do descontentamento de Deus.¹⁷ Apenas pequena parcela da população, alinhada às proposições caras às ciências naturais, geralmente ligada à vertente reformista ilustrada que compunha o governo, defendia a tese de que aquele “lastimável” evento não estava ligado à cólera de Deus, não passando de mero acidente natural.

Segundo os jesuítas, a “reconciliação” com a Divindade exigia muitos sacrifícios e penitências. Não bastava, como acreditavam os reformistas ilustrados, enterrar os mortos e trabalhar na desobstrução das ruas e reconstrução da cidade; era preciso mais: mortificar o corpo e elevar o espírito. “Logo, não era para esperar que (em tais dias) houvesse quem não humilhasse a cabeça à poderosa mão do senhor indignado [...]”¹⁸ Tal sentimento era patente tanto nas camadas mais populares como nas mais abastadas. Por todo o reino, de acordo com um ritual pedagógico instituído pelo Concílio de Trento, foram determinadas pelas autoridades eclesiásticas, logo após o terremoto, preces e outras manifestações de furor religioso para aplacar a cólera de Deus, tão “justamente” transtornado “com os pecados dos homens”.¹⁹ Em Coimbra, até o reitor da Universidade saiu em procissão, acompanhado por todos os seus professores, “todos descalços, com cordas ao pescoço e coroas de espinhos à cabeça, cheios de modéstia e caridade”.²⁰ Em suma, o clima após o terremoto era de vertiginosa religiosidade e “misticismo”. Os padres inicianos foram os maiores propagadores de tais interpretações e sentimentos, diante de uma população atônita, mas não estavam sozinhos, naturalmente. Se nos setores ilustrados do poder a contestação a tais interpretações promovidas pelos jesuítas era grande, o mesmo não se dava com os populares e os setores mais conservadores da sociedade, ligados às velhas e arraigadas tradições religiosas e políticas.²¹

Pombal entendia ser este clima altamente desfavorável aos interesses do Estado, pois tais murmurações só faziam aquebrantar o ânimo e a disposição dos vassalos de sua majestade. Em missiva passada ao cardeal de Lisboa, Pombal pedia a interferência da autoridade religiosa no sentido a proibir as exortações públicas, que, sem qualquer tipo de licença legal, vinham fazendo alguns religiosos seculares e regulares em prejuízo aos interesses do Estado. O ministro temia que o teor apocalíptico das referidas exortações consternasse ainda mais a já sofrida população, aniquilando todas as suas forças e ânimo, e afugentando-a para “lugares desertos”.²² O clima de

¹⁶ Ibidem, p. 182.

¹⁷ Ibidem, p. 183.

¹⁸ Ibidem, p. 189.

¹⁹ Ibidem, p. 199.

²⁰ Ibidem, p. 233.

²¹ FRANCO. *Fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus*, p. 236.

²² DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 199.

medo e exacerbação religiosa não era favorável a Pombal, momento de vulnerabilidade que não passou despercebido por seus oponentes políticos e demais críticos. Apesar do apoio e da confiança até então demonstrados por D. José I, não eram poucos os seus opositores, dentre os quais alguns homens muito poderosos. A origem social de seus adversários era a mais variada, compreendendo membros da elite eclesiástica e da alta nobreza lusitana, entre outros. No que se refere aos embates entre o marquês de Pombal e a Companhia de Jesus, acentuados após o terremoto, seria branda a palavra *oposição*, que não dá conta de todas as nuances envolvidas naquele que foi, talvez, o mais estrondoso conflito institucional do reino português durante o século XVIII. Pombal representou como poucos o antijesuitismo, mesmo tendo sido os jesuítas peças importantes no que se refere à sua ascensão política quando de seu retorno da embaixada austríaca.

Tomava corpo no interior da corte, alguns meses após o terremoto, uma conspiração que tinha por finalidade derrubar Pombal. D. José I, em consonância com a maioria de seus súditos, também havia mergulhado no clima de imensa devoção que envolvia Portugal. Ele se recusava a abandonar as “barracas reais” instaladas logo após o terremoto, com receio de que Deus decidisse fazer ruir os muros em sua “Real” cabeça. A essa altura, dois padres barbadinhos italianos se acercaram da Família Real, presidindo uma verdadeira missão, exercícios espirituais, ladainhas e homílias.²³ Pombal era mal quisto por um grupo pertencente à mais alta nobreza portuguesa, alguns dos quais alijados dos cargos mais importantes da administração do Estado, quase sempre em detrimento de elementos sem “estirpe”. O ministro também não agradava a parte dos grandes comerciantes instalados em Lisboa, em virtude de políticas desfavoráveis e elas empreendidas pelo gabinete reformista ilustrado. Como também já se revelava, os jesuítas e alguns outros setores da Igreja também não estavam contentes com as diretrizes do governo. A conjura foi fomentada a partir de setores do alto escalão do governo. Diogo de Mendonça, também ministro de Estado, aproveitando o momento propício, articulava juntamente com outros nobres, uma ação que visava derrubar Pombal, que a cada dia amealhava maiores poderes para si.²⁴ A conjura também envolveu o desembargador Antônio da Costa Freire e contou com a anuência do duque de Lafões, do duque de Aveiro e dos marqueses de Anjeja e Marialva, que eram grandes amigos e íntimos do rei. A denominação de *Junta da Providência* manifestava o caráter salvador e religioso da coligação, deixando também entrever o clima escatológico e milenarista que pairava sobre a Corte.²⁵

Os “conjurados” compuseram um libelo que tinha por intenção esclarecer o monarca quanto aos impropérios cometidos por Carvalho e Melo enquanto administrador do Estado. Parecia a conspiração bem encaminhada e prestes a frutificar quando, de súbito, Pombal expediu mandados de prisão contra todos os principais envolvidos, que foram prontamente degredados e declarados

²³ RIBEIRO. *A Renovação Pombalina*, p. 206.

²⁴ *Ibidem*, p. 207.

²⁵ DEL PRIORI. *O mal sobre a terra*, p. 218-219.

“impostores, traidores e sediciosos”.²⁶ O episódio deu mostras claras de que Pombal gozava de grande prestígio e total confiança do monarca, que, mesmo pressionado por setores da alta nobreza e do clero, não consentiu com os planos dos conspiradores, respaldando a repressão aos mesmos imposta por seu ministro. Ao contrário do que previam seus opositores, Pombal saiu extremamente fortalecido politicamente desse episódio.

Segundo Pombal, mediante a manipulação da fé dos fiéis engendrada por certos setores da Igreja, dentre os quais a Companhia de Jesus, os populares se tornavam presa fácil de perniciosas demonstrações de arroubo religioso. Tais elementos conjugados constituíam sempre força perigosa e que engendrava críticas e sedição contra o governo temporal. A partir dessa tentativa de conjura e de todos os acontecimentos desagradáveis ao governo que se deram em decorrência das interpretações místicas acerca do terremoto, Pombal empreendeu um sistemático combate a todo tipo de misticismo associado às credices populares, processo que foi se apurando com o passar dos anos e que daria origem a uma verdadeira máquina propagandística orquestrada pelo gabinete pombalino. A partir de então, Pombal combateu com firmeza todo tipo de “fanatismo”, fato que o levou a enfrentar, mais tarde, os chamados “beatos”, “jacobeus” e os jesuítas em todos os casos sob a acusação de “arruinar os povos com pretexto de piedade”.²⁷ Mais tarde, Pombal associaria toda manifestação de “fanatismo” religioso à ação “perniciosa” dos padres da Companhia.

Até o momento que antecedeu o terremoto não havia sido deflagrado um embate mais violento entre o governo reformista ilustrado e a Companhia de Jesus. As contendas entre as partes não haviam ainda extrapolado os limites da diplomacia. Na América portuguesa, Martinho de Mendonça, irmão de Pombal e vice-rei do Grão-Pará ainda tentava resolver suas pendências com alguns membros da Companhia recorrendo à velha amizade com os membros daquela Ordem. Em correspondência enviada ao padre Bento da Fonseca, um dos mais importantes membros da Companhia de Jesus em Portugal, Mendonça queixava-se das atividades do padre Malagrida naquelas partes:

Tenho importunado a V. Reva. mais do que deveria, mas quis informa-lo da verdade deste fato, para que se conheça que em mim não há outra coisa que me mova mais que a pura e reta administração da justiça, que será só o que possa embaraçar, para algumas vezes **não servir a sua sagrada religião [a Companhia de Jesus]** como devo e desejo, porque nunca me esqueço **o muito que não só eu, mas toda a minha casa lhe sempre foi obrigada**”²⁸

A correspondência deixava claro os favores dos jesuítas à família de Pombal, mas tais demonstrações de respeito e gratidão tinham hora certa para cessar.

²⁶ Para mais informações acerca dessa tentativa de conjura que visava destituir Pombal de seu cargo, ver: DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*. e ainda: RIBEIRO. *A renovação Pombalina*.

²⁷ DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 216-217.

²⁸ MENDONÇA. *O Marquês de Pombal e o Brasil*. p. 347. apud DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 228.

Gabriel Malagrida era um jesuíta particularmente querido e muito afamado devido a seu verbo persuasivo e a sua atuação sempre marcante em favor da Companhia de Jesus. Ele protagonizara um duelo particular com Pombal, personificando de maneira viva o embate com as proposições dos reformistas ilustrados. Onde quer que estivesse atuando, seja nas mais longínquas missões nas entranhas das matas tropicais da América portuguesa, nos púlpitos, nos colégios da Ordem ou, mesmo, na corte dos reis lusitanos, lá estaria propagando as idéias da Companhia. O padre havia afirmado que a verdadeira causa do terremoto de Lisboa teria sido a ira de Deus, em consequência das nefastas ações de tão terrível governo. Portanto, o terremoto não teria causas naturais, como vinha sendo divulgado oficialmente. Anos mais tarde, banido de Lisboa, seguiu defendendo seus colegas das acusações contidas nos libelos antijesuíticos espalhados por todos os cantos da Europa por ordem de Pombal. Quanto aos culpados pela infeliz sorte da Companhia de Jesus em Portugal, na ocasião em que os mesmos foram expulsos daquele reino, Malagrida eximiu toda a Família Real da culpa, depositando toda a responsabilidade daquela “desgraça” sobre os ombros de Pombal: “autor de tanta ruína, obcecado pelo esplendor do nome de nossa Companhia (...) esforçou-se por obscurece-lo com os seus livros satíricos, espalhados por toda a parte”.²⁹

Durante toda sua vida, foi atribuída a Gabriel Malagrida a faculdade de escutar e de se comunicar com o Senhor Jesus Cristo, bem como com anjos e santos. Em muitos momentos de sua vida, ele dizia escutar vozes do além, o que reforçava sobremaneira a aura mística daquele missionário.³⁰ Em razão disso, em 1759, o marquês de Pombal, em pessoa, denunciou-o à Inquisição portuguesa, que àquela altura era presidida por seu irmão. Demonstrava-se assim, mais um indício da intenção do poderoso ministro em ter sob a sua tutela todas as esferas da Igreja. Alguns anos depois, em 1761, já velho e, segundo testemunhos de época, também já “meio louco”, Malagrida foi sentenciado ao suplício e morte pelo crime de heresia pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa.³¹ Não deixava de ser irônico o fato de a última vítima fatal da Inquisição portuguesa ter sido um jesuíta. Tanto a Inquisição quanto a Companhia de Jesus figuravam entre as mais poderosas e autônomas instituições da Igreja em Portugal antes do advento de Pombal. Esse quadro ilustrava bem a nova configuração das relações entre Estado e Igreja após a introdução da política reformista ilustrada implementada pelo ministro.

Após o terremoto, Malagrida e seus irmãos de batina espalhavam nos seus sermões e pregações ser a catástrofe um castigo divino contra os “pecados” cometidos pelo “governo de Lisboa”.³² O padre Gabriel Malagrida em seu *Juízo da verdadeira causa do terremoto de Lisboa*,

²⁹ ECKART. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, p. 51.

³⁰ Para mais informações biográficas, bem como mais informações acerca da trajetória do padre Malagrida, ver: TAVARES. *Entre a Cruz e a espada: jesuítas e a América portuguesa*, p. 122-148.

³¹ MAXWELL. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 91.

³² DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 225.

que *padeceu a Corte de Lisboa, no primeiro de novembro de 1755*, não hesitou em definir como causa daquele terrível terremoto os “escândalos” e “desordens” que grassavam em Portugal. É importante salientar que a referida publicação gozava de todas as autorizações que se faziam à época necessárias à publicação, incluindo a do Santo Ofício. Tais críticas vieram à luz no mesmo ínterim em que Pombal cuidava de punir aqueles que tentaram derrubá-lo do poder. Malagrida começava por lamentar o lastimável estado decadente em que se encontrava “uma Corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico Império de um rei pio e fidelíssimo” e dizia manter a esperança de ver novamente aquela Corte sã, para o qual se propõe “descobrir o remédio” para sanar a “moléstia” que pairava sobre o reino.

O célebre jesuíta desmentia com veemência em sua obra aqueles que explicavam aquela tragédia a partir de causas puramente naturais, dando vazão a um unísono sentimento que abarcava quase toda a nação.³³

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que o trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.³⁴

Era clara a interlocução com os postulados reformistas ilustrados, que defendiam a tese de que o terremoto era mero fenômeno físico e natural. Com profunda riqueza de detalhes, o padre Gabriel Malagrida verificava que o terremoto estaria relacionado aos (maus) hábitos da Corte e aos insultos por ela perpetrados. Para ele, a responsabilidade maior era do governo, ainda que tivesse sido poupada a figura do monarca. O velho jesuíta deixava claro seu recado ao poderoso ministro, se não abertamente, de maneira dissimulada e indireta:

Nem digam os que politicamente afirmam, que padecem de causas naturais, que este orador sagrado abrasado no zelo do amor divino faz só uma inventiva contra o pecado, como origem de todo de todas as calamidades que padecem os homens, e que se não deve comprovar com esses espíritos ardentes, que só pretendem aterrar os mesmos homens, e aumentar as suas aflições com ameaças da ira divina desembainhada; **porque é certo, se não fosse censurado dizer o que sinto desses políticos, chamá-los ateus.**³⁵

Malagrida confessava não entender “como se possa atrever um sujeito católico” atribuir a contingências unicamente naturais tamanha calamidade, buscando para corroborar de forma exegética uma série de exemplos oriundos das Santas Escrituras.

Não sabem estes católicos que este mundo não é uma casa sem dono? Não sabem que há providência em Deus? Que há Deus no céu que está vigiando continuamente sobre nossas operações?³⁶

³³ MIRANDA. *Ervas de Ruim Qualidade*, p. 191.

³⁴ MALAGRIDA. *Juizo verdadeiro das causas do terremoto, que padeceu a cidade de Lisboa, e todo Portugal, no primeiro de novembro de 1755*.

³⁵ *Ibidem*, p. 11.

³⁶ *Ibidem*, p. 15.

Dizia ele que era significativo o fato de o terremoto ter afetado de forma mais contundente a capital Lisboa. Parecia tentar alertar o rei sobre a índole daqueles que o cercavam, e sobre os meios para atalhar e remediar a cólera de Deus. O religioso atestava a “piedade desta corte”, declarando que devido a isso não havia sido ainda maior a ira divina, reforçando, porém, quanto aos “monturos cobertos de neve para enganar com aquela fraudulenta superfície, que os faz parecer totalmente diversos do que na realidade são.” Mas, igualmente, alertava que o caminho para a retomada da paz espiritual do reino era a prece, as orações redobradas, penitências de toda ordem que expressassem a Deus o “arrependimento de seus filhos”.³⁷

Malagrida encerrava o pequeno livro lembrando que não faltaram avisos do Divino quanto à iminência da grande catástrofe, enumerando vários exemplos de premonições, dentre as quais aquelas que ele próprio havia feito.

Ora, suposta a verdade inegável de tantos avisos, e profecias precedentes, haverá, não digo católico, mas herege, turco ou judeu, que possa dizer que este tão grande açoite foi puro afeito de causas naturais...³⁸

O religioso alertava, ainda, que se aquela coroa não se emendasse recairia sobre ela de forma mais intensa a ira divina, como se provava nas Escrituras. Novamente D. José I deu mostras de plena confiança em Pombal, endossando todas as atitudes tomadas desfavoravelmente em relação à Companhia de Jesus, até mesmo o degredo de Malagrida de Lisboa. Para Carvalho e Melo, não havia a menor dúvida de que aquele escrito aprovado pelo Santo Ofício era não apenas uma ofensa ao governo como também à boa religião. O teor da obra de Malagrida revelava uma traição, parte do complô que almejava alvejá-lo politicamente. O rei não esboçou qualquer medida em defesa da Companhia e nem seu confessor, o jesuíta José Moreira foi suficientemente persuasivo.³⁹ D. José I estava absolutamente afinado com os preceitos políticos de seu homem de confiança.

A despeito do apoio do monarca, Pombal seguiria encontrando grandes dificuldades para fazer prevalecer seus projetos. Portugal era um país envolto em uma atmosfera religiosa, amplamente influenciado pelos jesuítas. Em decorrência desse aspecto, compreende-se a grande influência dos clérigos exercida nas esferas política e social. O reino contava com um verdadeiro “exército” de duzentos mil clérigos para uma população de aproximadamente três milhões de habitantes em meados do século XVIII.⁴⁰ Charles Boxer se pronunciou a esse respeito afirmando que Portugal era uma: “nação onde a grande maioria das pessoas, do rei ao homem do povo, era mais dominada pelos padres do que em qualquer outro país do mundo, à exceção possível do Tibet”

³⁷ Ibidem, p. 24.

³⁸ Ibidem, p. 17.

³⁹ DEL PREIRE. *O mal sobre a terra*, p. 230-231.

⁴⁰ MAXWELL. *O Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*, p. 17.

[...].⁴¹ Talvez Portugal não fosse “totalmente dominado por padres”, mas, com certeza, os eclesiásticos eram, sim, homens muito influentes. A Companhia de Jesus, em particular, era a mais poderosa dentre as organizações que representavam a Igreja e o sumo pontífice naquele reino. Era exatamente devido à imensa “influência” gozada em todos os campos pelos jesuítas (que aos olhos dos reformistas ilustrados era nefasta), que motivou Pombal a executar uma das mais extraordinárias e audaciosas ações de seu governo: uma sistemática perseguição aos membros daquela Ordem, seguida de sua expulsão, no ano de 1759. Para a execução desse intento, no entanto, não bastava a simples vontade do marquês de Pombal e de seu gabinete. Era imperativo o respaldo da sociedade a tão drástica medida. E foi exatamente neste sentido que Pombal procurou pautar suas manobras a partir do terremoto de Lisboa, momento em que também viu seus poderes se ampliarem de maneira espetacular. Como muito bem salienta Mary Del Priore, o quebra-cabeças que resultaria na execução dos Távoras e na expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses começava a ser montado sobre as ruínas de Lisboa.⁴² No entanto, a montagem desse complexo jogo não se encerraria com a expulsão dos jesuítas de Portugal. A expulsão foi apenas um passo, sem dúvida, fundamental e decisivo, para a consecução dos planos pombalinos. Pombal compreendeu muito astuciosamente que toda aquela calamidade usada politicamente contra ele também poderia lhe render frutos políticos. Não por acaso, no seu *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião de memorável Terremoto de 1º de novembro de 1755*, o marquês de Pombal afirmava:⁴³

A política não é sempre a causa das revoluções de Estado. Fenômenos espantosos mudam freqüentemente a face dos Impérios. Pode dizer-se que esses descartes da natureza são algumas vezes necessários porque eles podem mais do que qualquer outra coisa contribuir a aniquilar certos sistemas que se encaminham a invadir o universal Império. [...] Porém dirão é necessário que sobre a terra se transportem províncias, que se subvertam cidades para dissipar as cegueiras de certas nações, ilustra-las no conhecimento dos seus verdadeiros interesses. Sim, atrevidamente o digo, em um certo sentido assim é necessário.⁴⁴

Pode-se afirmar que emergia em Portugal, sob os escombros do terremoto de 1755, uma nova cultura política, afeita a um profundo pragmatismo político, idealizada pelo próprio Pombal, mas inspirado numa gama de “pensadores” portugueses que haviam vivido no estrangeiro. O novo sistema pretendia nivelar todos os demais estamentos sob o poder do rei, abolindo privilégios e distinções incorporados há muito na herança política e social portuguesa. No campo religioso, o Estado seguia católico, mas se propugnava a constituição de uma Igreja independente de Roma e,

⁴¹ BOXER. *O Império Marítimo português*, p. 189.

⁴² DEL PRIORE. *O mal sobre a terra*, p. 225.

⁴³ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 96.

⁴⁴ DISCURSO político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça por ocasião de memorável Terremoto de 1º de novembro de 1755. Fundação Biblioteca Nacional sessão de manuscritos, I, 12, 1, nº 14, pp. 1-2. apud SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 96.

ao mesmo tempo, submissa aos interesses políticos do Estado.⁴⁵ A implantação dessas medidas foi altamente impactante, promovendo sérias fissuras nas tradicionais bases culturais e políticas do Estado. Portugal caminhava para uma profunda redefinição das fronteiras entre religião e política, tradicionalmente próximas em Portugal. Assim como no terremoto que estremeceu a cidade de Lisboa, estava em curso um grande cisma entre as esferas política e religiosa em Portugal. A partir desses eventos que se seguiram ao terremoto de 1755 ficaria claro para o marquês de Pombal a “face sediciosa” da Companhia de Jesus, instituição que aos olhos dos reformistas ilustrados era um grande limitador dos poderes da Coroa. A neutralização dos filhos de Santo Inácio passaria a ser uma das principais prioridades do governo pombalino.

⁴⁵ SCHWARCZ. *A longa viagem da biblioteca dos reis*, p. 99.

**ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA:
HISTORIOGRAFIA
BRASILEIRA E MODERNIDADE**

HISTÓRIA E MEMÓRIA: LEMBRANÇAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

*Michelle Viviane Godinho Corrêa**

Este trabalho é resultado dos estudos feitos para o desenvolvimento de minha pesquisa de iniciação científica, financiada pelo PROBIC/PUC, intitulada “*História e Memória: A Segunda Guerra Mundial contada pelos ex-combatentes da FEB*”. Há muito para se entender sobre a memória dos ex-combatentes para além do que se pode ver através das crônicas já publicadas. A história oral, enquanto metodologia de pesquisa, pode nos proporcionar algo mais abrangente no campo da memória da guerra. É por ela que podemos ter novos dados acerca da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva do soldado comum que se envolveu na guerra. Portanto, falaremos da história oral através dos tempos, de sua relação com a memória e sua aplicação na área da História do Exército.

A História Oral

A metodologia da história oral pode nos parecer algo recente, mas existem registros de sua utilização desde a Antiguidade, sendo utilizada em narrativas históricas como as de Heródoto. A tradição oral era transmitida por narradores¹, sendo geralmente designada esta função aos mais velhos. Porém com o surgimento da escrita e o letramento das sociedades, o prestígio do narrador se reduziu, não deixando, contudo, de ser utilizado na construção das narrativas históricas. No século XIX, podemos notar sua importância nos estudos de Michelet e outros historiadores.

Com o advento da escola metódica, o valor do depoimento oral decaiu, por não ser considerado como prova de um fato histórico, como era o documento escrito. Somando-se a este critério da nova escola em evidência, a exigência da formação acadêmica aos historiadores a partir do século XIX mudou a forma de seu proceder, sendo o documento escrito mais valorizado academicamente que a evidência oral.

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Esta formação acadêmica teve alguns precursores e dentre eles se destaca o professor alemão Leopold von Ranke, que não se mostrava simpático a tudo que lhe parecesse demasiado subjetivo. Desta forma centrou-se nos documentos escritos por crer que ali havia credibilidade. Desta forma, em seu seminário de pesquisa na Alemanha, Ranke formou

* Michelle Viviane Godinho Corrêa é graduanda do curso de História da Pontifícia universidade Católica de Minas Gerais e bolsista de Iniciação Científica pelo PROBIC/PUC.

¹ Quando digo narrador, me refiro as pessoas que era transmitiam a história através da oralidade.

gerações de historiadores com esta visão da supremacia documental em relação à fonte oral.

A escola metódica enfrentou problemas com a própria conceituação de documento, pois os meios de comunicação já eram outros nas primeiras décadas do século XX. O advento do telefone trás a oralidade de volta e a utilização da escrita perde sua neutralidade. A evidência oral volta a ocupar lugar de destaque na produção historiográfica, reconquistando seu status. Além das novas tecnologias, o declínio do método documental e dos métodos quantitativos a partir da Segunda Guerra Mundial colaborou para que a o espaço acadêmico das pesquisas. Essa queda acontece através das criticas ao método documental e mais ainda pelo interesse em estudar a classe operária e seu modo de, vida².

Com o destaque do gravador na década de 1960 as formas de comunicação na sociedade ocidental e o perfil da história sofreram alterações. O gravador permitia a reprodução e consulta dos relatos, transformando-os em fontes, conseqüentemente em documentos. Desde finais da década de 1960 a vertente da História Oral cresce no meio acadêmico, ganhando espaço em revistas, anuais e congressos por diversos países.

A ressignificação da história oral se iniciou nos EUA com a história de vida. Posteriormente a história oral foi sendo retomada enquanto método na Europa, principalmente em comunidades locais interessadas em preservar sua memória e seu folclore. O impacto político do pós-guerra foi fator determinante para esta volta. O processo de independência da África colonial mostrava a necessidade de formular sua própria história e o impacto do poder do operariado em 1945 despertou nos pesquisadores interesse pela história operária.

De forma bastante animadora, Lozano³ escreve sobre a volta da fonte oral no meio acadêmico:

Percebo-a como uma “reconsideração”, visto que nos primórdios da disciplina o emprego de depoimentos orais era um dos principais recursos para conhecer e escrever história. No início do século XX – sem remontar a épocas anteriores do desenvolvimento da disciplina – a história acadêmica e científica e, por isso mesmo, a oficial faziam-se quase exclusivamente com base nos documentos escritos. Além da palavra escrita, nada havia de confiável ou de certa validade. A evidencia oral era abertamente rejeitada. Essa atitude e mola do fazer histórico predominou até depois de meados deste século, quando certos historiadores,

ansiosos por encontrarem novos temas e fontes de informação, “reconheceram” e iniciaram, de forma entusiástica e não raro romântica, a construção, sistemática ou não, de novas *fontes orais*.

² THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.93.

³ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19.

Na década de 1980 a história oral declina, a partir de cortes estatais aos financiamentos de pesquisas. A história oral havia se desenvolvido onde havia a tradição do trabalho de campo e onde havia financiamento às pesquisas. Com estes cortes estatais nos países da América do Norte e Europa, a história oral sofreu um declínio que dá espaço para que as histórias política e econômica voltassem a se destacar no cenário historiográfico⁴.

No Brasil, inicialmente introduzida nos anos 1970, a história oral só se torna expressiva no meio acadêmico a partir dos anos 1990. Sua expressividade se fez notar a partir do aumento no número de seminários e cursos acerca do assunto, que inicialmente era objeto dos cientistas políticos e progressivamente passou a ser objeto de estudo dos historiadores. Contudo, o alvo das pesquisas brasileiras não foram inicialmente as classes baixas, mas sim as classes altas da sociedade (o que não significa que trabalhos com a classe baixa não fossem realizados). De início, freqüentados por doutores, os seminários de história oral foram abrangendo progressivamente os mestres e graduandos bolsistas de iniciação científica, como nos mostra Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira na apresentação do livro “Usos & Abusos da História Oral”. Ao longo dos anos 1980 o estudo das camadas populares da sociedade passa a ser apresentado de forma mais expressiva nas pesquisas de história oral no Brasil.

Desta forma a história oral continua a ser um importante método de pesquisa, apesar das críticas ferozes. Concordo com Thompson⁵ quando conclui:

Portanto, a descoberta da história oral pelos historiadores agora em andamento, provavelmente não será ignorada. E ela não é apenas uma descoberta, mas também uma reconquista. Oferece à história um futuro livre da significação cultural do documento escrito. E devolve também ao historiador a mais antiga habilidade de seu ofício.

Quando a sua conceituação, diversas são as formas como os historiadores definem a história oral atualmente. Há os que a entendem como uma disciplina, outros como uma

técnica. Entretanto, parece-me que a definição da historia oral enquanto metodologia de pesquisa mais coerente quanto a sua prática. Segundo Amado e Ferreira⁶,

⁴ THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.98.

⁵ THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.137.

⁶ AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes FERREIRA. Apresentação. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p xvi.

a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática.

Existem outras formas mais particulares de definição nas quais não entraremos em questão por serem de uso restrito a quem as criou, como as definições de Lozano em seu artigo “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”.

Quanto ao termo “história oral”, também existem suas discussões. Alguns historiadores preferem não usa-lo, como Danièle Voldman e Philippe Joutard, substituindo-o por “*historia feita com testemunhas*” ou “*fonte oral*”. Entretanto não me parece ambígua a expressão historia oral se entendida como “um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas”⁷.

Frente às críticas a Historia Oral e a utilização da fonte oral, argumento que a subjetividade há em todas as fontes históricas produzidas por homem. É certa de que a qualquer tempo, as produções do homem retratam seu tempo. Melhor e assumir os riscos da subjetividade que há em tudo que o homem produz e continuar avançando na produção do conhecimento. Sobre este aspecto, Portelli⁸ também afirma que:

A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, com imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual, que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente corretas, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quando registros factuais confiáveis.

O que importa na Historia Oral é saber o significado de cada omissão por parte do entrevistado ou o significado de cada seleção de informações fornecidas ao entrevistador. Concordo com Alessandro Portelli⁹ quando afirma que:

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral

⁷ WALLOT *apud* JOUTARD, Philippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.56.

⁸ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14, p. 32.

⁹ PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14, p. 35.

não tenha validade factual. Entrevistas sempre relatam eventos desconhecidos; elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas

A Memória: trazendo o passado ao tempo presente

A memória é a mola mestra deste trabalho. Com propriedade de conservação de informações, através da memória o homem pode rever suas impressões e informações do passado. Desta forma, a memória é uma reelaboração do passado. Este processo de rememorar modifica não só a ordenação psíquica destas lembranças como também provoca uma nova leitura do fato vivido. Porém, a memória não diz respeito somente a um passado distante, ela também nos fala do presente e se projeta no futuro. Como afirma Seixas¹⁰ “A memória não é regressiva (algo que parte do presente fixando-se no passado); ela é prospectiva e, mais do que isso, é projetiva, lançando-se em direção ao futuro”.

A contribuição de Seixas para a compreensão da relação memória/história em seu artigo “*Os Tempos da memória: (dês)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a História?*” nos elucida bastante sobre o assunto. Através da comparação dos estudos de Bergson, Proust e Bachelard, Seixas nos expõe as diversas problemáticas em torno da memória e nos leva a reflexão dos tempos da memória numa dimensão espacial que lhe é intrínseca e não historicizada, devido a interpretação inversa que se tem feito a respeito dos espaços da memória. Através destes estudos, através da enriquecedora discordância entre eles, podemos concluir que nos autores em questão a memória é o que torna possível o emergir do passado no presente, atualizando esse passado e reconstruindo-o. Como afirma Le Goff¹¹, “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”.

Sobre a relação história tempo e memória, Delgado afirma que são “processos interligados”, e ressalta que “o tempo da memória ultrapassada o tempo da vida individual e

encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre de lembranças de família, [...] de tradições, de histórias escutadas e registradas”¹².

⁹ SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, Edusc, 2002, p. 44.

¹⁰ LE GOOF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p 419.

¹¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17.

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.96.

Assim Delgado¹³ define a memória e sua importância para a história:

Memória e transmissão de experiências são faces diferentes de um único cristal que inclui a História. A memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. [...] É matéria prima para o conhecimento histórico. É reflexão do homem sobre sua vida e seu tempo. É tempo de criação, de imaginação e de registro das tradições”.

Além das recordações do passado, a memória também contém suas lacunas, e estes silêncios são importantes para a história, pois se mostram reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (não sendo esta a única possibilidade de se interpretar o silêncio), mesmo que de um determinado grupo, como o que será pesquisado. Segundo Thompson¹⁴, “a lição importante é aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios. Os significados mais simples são provavelmente os mais convincentes”.

Em seu artigo “A memória não é mais o que era”, Henry Rousso¹⁵ assim define a memória e escreve sobre a relação memória/história do tempo presente e memória/identidade:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. Portanto não me admira que tenha interessado aos historiadores do tempo presente, depois de outros, já que essa presença, sobretudo a de acontecimentos relativamente próximos como as revoluções, as guerras mundiais ou as guerras coloniais, acontecimentos que deixam seqüelas e marcas duradouras, tem ressonância em suas preocupações científicas [...] A memória, para prolongar essa definição lapidar, e uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo” que muda, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

A memória trás em si uma característica que é, ao mesmo tempo, notada nos documentos: ela resulta de uma série de escolhas. Todo documento – manuscrito, impresso, oficial ou não, iconográfico, oral – sempre é feito com base em uma escolha advinda da

¹³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.96.

¹⁴ THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.204-205.

¹⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.94-95.

memória entre o que será lembrado e o que será esquecido, mesmo que temporariamente. Entretanto, os documentos possibilitam ao historiador o estudo de acontecimentos passados, enquanto a memória possibilita o conhecimento da reação causada pelos fatos acontecidos naqueles que os vivenciaram¹⁶.

Lembranças da Segunda Guerra Mundial

Os estudos que embasam esta exposição se concretizam com a coleta de relatos orais dos ex-combatentes da FEB. Diferente do adulto, os idosos se alongam mais na descrição de lembranças passadas, sendo elas parte substancial de suas vidas.

O idoso procura problematizar seu passado discutindo suas lembranças com outros idosos que vivenciaram o mesmo período ou fato específico¹⁷. Desta forma, a Associação dos Veteranos da FEB, mantém viva a memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e com sua colaboração este trabalho tem se desenvolvido de forma bastante satisfatória.

Antes de iniciar a coleta de depoimentos orais sobre determinado assunto, faz-se de fundamental importância a revisão historiográfica para avaliar o que já foi produzido sobre o objeto de estudo. Neste caso, pude constatar que a historiografia da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial era restrita a poucos exemplares, mais situados na área das relações internacionais e crônicas produzidas por militares de alta patente do exército e correspondentes de guerra que acompanharam a FEB na Itália.

Nas produções de relações internacionais o foco é a problematização em torno das questões políticas que envolveram a ida do Brasil à guerra e os arranjos políticos entre Vargas e o governo americano. Nas crônicas de guerra, enfatiza-se a questão de honra na declaração

de guerra contra o Eixo, a organização da FEB, o cotidiano da guerra e os grandes feitos da FEB no teatro de operações. Como se pode perceber, diversos pontos se contrapõem entre estas visões da guerra e a pouca produção historiográfica em torno deste objeto de estudo dificulta ainda mais a solução das lacunas existentes. Entretanto, o que mais chamou atenção nos livros lidos foram as generalizações, a massificação da memória de todos em uma só

¹⁶ MONTENEGRO, Antônio. **História oral e memória**: a cultura popular revisada. São Paulo: Contexto, 1992, p.20.

¹⁷ BOSI, Ecléa. Memória-Sonho e Memória-Trabalho. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.60.

visão da guerra. Correspondentes de guerra, militares, falam por si e garantem pelos outros a mesma visão. São crônicas escritas nas décadas de 1960 ao início da década de 1990 que mostram uma visão bastante particular da participação brasileira na guerra.

Tentando entender as lembranças dos ex-combatentes da FEB, entrevistei um grupo de dez senhores, selecionados aleatoriamente nas fichas da Associação dos Veteranos da FEB, em Belo Horizonte. Pude constatar que as generalizações feitas nas crônicas de guerra não

procedem. Cada pracinha tem sua visão sobre o evento e generalizar uma opinião, colocando-a como de todos, foi uma arbitrariedade cometida por seus autores. Além do mais, alguns combatentes falam sobre tudo, enquanto outros preferem falar sobre política e outros sempre deslizam a fala para detalhes do cotidiano no palco da guerra. Cada um é único, uma lembrança particular, memórias que sofreram muito pouco com a subversão da memória pela história¹⁸. Um exemplo elucidativo são as respostas sobre a ida do Brasil na guerra. A maioria dos pracinhas entrevistados acreditam que o Brasil declarou guerra ao Eixo devido o torpedeamento dos navios e a manifestação popular a favor da declaração de guerra. Entretanto Otton Arruda¹⁹, coloca como principal causa da ida do Brasil à guerra os acordos entre Vargas e o governo americano:

Eu acho que Brasil entrou na segunda guerra mundial por uma manobra do governo americano para obter o apoio do Brasil. Eu acho que foi manobra pelo seguinte, Getulio Vargas era um ditador e muito simpático ao Hitler, ao Mussolini, ao aquele argentino, o Perón, e ... o Getulio para aderir a política americana, o americano ... teve que fazer muita oferta. Uma delas foi volta redonda com toda a montagem ... que aquilo para a época, para o Brasil representava um progresso extraordinário que nos tínhamos vontade, mas a condição, era quase impossível. Então veio na hora. E acontece que essa adesão do Getulio Vargas , essa união de Getulio Vargas com a política americana desagradou a Alemanha, que passou a atacar os nossos navios mercantes.

Essa e outras tantas divergências de opinião nos mostram detalhes até então encobertos pela historiografia tradicional e que podem ser trazidos a luz da história pela metodologia da História oral. Com seus avanços apresentados nas últimas décadas, a História Oral está tornando possível a releitura da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e trazendo à evidência personagens até então colocados em segundo plano pela produção

¹⁸ Ver discussão sobre a história subvertendo a memória e a memória subvertendo a história em: ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

¹⁹ Entrevista concedida a Michelle Viviane Godinho Corrêa, em sua casa (Belo Horizonte), no dia 16 de junho de 2007, como parte do projeto “História e Memória: a Segunda Guerra Mundial contada pelos ex-combatentes da FEB”.

historiográfica de meados do século XX e início do século XXI. A utilização desta metodologia de pesquisa histórica proporciona uma releitura do passado fazendo emergir no presente a memória dos militares de baixa patente, pouco utilizada pela historiografia do Exército, proporcionando uma reelaboração da participação brasileira na maior guerra do século XX sobre os olhos do século XXI.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes FERREIRA. Apresentação. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p viii-xxv.

BOSI, Ecléa. Memória-Sonho e Memória-Trabalho. **Memória e sociedade: lembranças de velho**. 12 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.42-70.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

JOUTARD, Philippe. História oral: um balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.43-62.

LE GOOF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p 419-476.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-25.

MONTENEGRO, Antônio. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto, 1992, p.9-33.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. In: **Cultura e Representação**. São Paulo: Educ.1997, no. 14.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: Edusc, 2001, p. 9-36.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.93-101.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história?. In: Projeto História. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, Edusc, 2002, p. 44.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

THOMPSON, Paul. Historiadores e História Oral. In: **A voz do passado: história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p.45-103.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; e HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 65-91.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. In: **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 34-41.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A História das Mulheres de Geoges Duby

Milton Carlos Costa – UNESP/Assis¹

Geoges Duby pode ser considerado um dos mais importantes e brilhantes medievalistas do século XX.

Seus inúmeros trabalhos abarcam todos os aspectos da Idade Média européia: os econômicos, os sociais, as estruturas de parentesco, o universo material e mental da classe dos cavaleiros feudais, o feudalismo como realidade e imaginário, as formas artísticas colocadas no seu contexto histórico, entre outros.

A sua obra não somente contribuiu para alargar, ampliar, aprofundar nosso conhecimento do período medieval no Ocidente como o fez de modo original e criativo, empregando as ferramentas da erudição, o método dos Annales – em especial a história das mentalidades, o Marxismo, as Ciências Sociais, e em particular, no último período de sua obra, a Antropologia.

É deste último momento de sua obra que irei tratar nesta comunicação, no caso, a trilogia que o autor escreveu sobre a história das mulheres. Tratarei apenas do primeiro volume desta trilogia, o relativo a algumas damas do século XII – reais e imaginárias.

Neste primeiro volume de sua trilogia dedicada às mulheres do século XII, às damas, mulheres bem nascidas, pertencentes à aristocracia, Duby tratará seja de mulheres reais – como Heloisa e Elena de Aquitânia – seja de personagens literárias como Isolda e Fenice.

Na introdução de seu livro Duby esclarece qual a sua proposta de trabalho: a de recuperar o sistema de valores da Europa feudal do século XII e procurar esclarecer o papel que o poder masculino reservava nele às mulheres da aristocracia, às damas.

¹ Doutor em História Social pela USP (1992). Professor de Introdução aos Estudos Históricos e de História Cultural desde 1983 na Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis.

Nesta sociedade masculina, onde tudo que é público é masculino, as “imagens exemplares” de mulheres que Duby procurará trazer à luz nos virão de textos igualmente masculinos, escritos por homens, onde o feminino aparece sob o olhar masculino.

No primeiro capítulo dedicado a Alienor de Aquitânia, Duby procura mostrar como foi construída em torno dela uma lenda escandalosa. Estuda as aventuras de Alienor que foi dama, rainha, e que morreu como freira. Destaca como no século XII a Igreja procurou transformar o casamento num sacramento para melhor controlá-lo e o papel político do papa que administra os casamentos reais, como o de Alienor.

O homem da classe dominante feudal, o cavaleiro, se sentia superior à mulher. Esta, para ele, era um simples joguete. Alienor foi manipulada politicamente pelo seu tio.

No segundo capítulo, dedicado a Maria Madalena, Duby estuda a lenda desta Santa, cujo culto em Vezelay atraiu multidões de peregrinos. O autor relata sua presença física e cênica, na Igreja local e a sua permanência insistente no imaginário coletivo da Santa milagreira.

Madalena foi usada como figura emblemática da reforma eclesiástica do século XII, colocada como exemplo pelos monges para a conduta dos membros da Igreja. No caso dela se passou do destaque dado ao seu amor ardente por Cristo ao realce da imagem da prostituta arrependida.

O capítulo terceiro do livro é dedicado a Heloisa. Nele, Duby trata do amor entre ela e Abelardo, do destino feliz e depois infeliz de ambos.

A correspondência entre eles é destacada como reveladora dos comportamentos e representações da época, particularmente do meio intelectual parisiense a que pertenceram os protagonistas. Nela aparece em destaque a figura de Heloisa, sua paixão por Abelardo, seu papel de esposa e amante. A correspondência constitui um tratado moral, edificante, onde o casamento aparece em sua função reguladora.

Isolda é o tema do quarto capítulo. O amor tempestuoso e selvagem entre Tristão e Isolda é abordado no quadro do grande progresso econômico europeu e na busca pelos príncipes e pela Igreja da domesticação da cavalaria.

Toda a luz no romance é jogada sobre a figura de Tristão. Isolda apareça de forma secundária, mas importante. Ambos aparecem em posição de igualdade – pelo menos diante

do desejo e na sua oposição à moral social. Isolda aparece como a encarnação do que a feminilidade tem de maldito e perverso, expressando a tensão entre o desejo e a lei.

Duby mostra no romance a contradição entre a lei do amor e a do casamento. O amor entre Tristão e Isolda – impossível – situa-se acima da lei.

O sexto capítulo é dedicado a Juette. Esta era filha da burguesia que viveu na antiga Bélgica. Essa jovem, cuja vontade não foi levada em conta num casamento arranjado, sofreu calada as brutalidades do casamento, mas quando se tornou viúva, recusou-se a casar novamente e passou a dedicar sua vida a Cristo. Retirada do mundo num lipinário e depois ingressando num grupo de viúvas, ela conseguiu subtrair-se ao poder masculino. Em seus êxtases e visões pretendeu comunicar-se com o Espírito Santo, passando por cima da intermediação da Igreja estabelecida. Exerceu domínio sobre as mulheres com as quais vivia e criticou o comportamento de vários homens. Estabeleceu uma guerra contra a luxúria, uma guerra entre os sexos. Contudo, seu biógrafo não conseguiu torná-la santa, devido à oposição dos adversários de Juette. Ela foi esquecida, o que significou o triunfo masculino – do poder, dos homens.

O último capítulo do livro é dedicado a Doreé d'Amour e a Fênix. Novamente Duby recorre a uma obra literária para estudar o seu tema. No caso, a fonte é o romance de Chretien de Troyes Cligés. Na obra, cujo assunto é o amor, este encontra a sua confirmação no casamento. A imagem da personagem de Cligés se contrapõe à de Isolda. Os personagens são integrantes da classe dominante e as mulheres comandam o curso dos acontecimentos. Estas, temidas pelos homens, aparecem ao mesmo tempo como uma projeção dos temores e desejos dos homens.

Segundo Duby, no século XII houve uma promoção da mulher. Elas passaram da condição de objeto para a de sujeito. Os principais homens da aristocracia se libertaram “dos entraves do poder masculino”.

Enfim, neste primeiro volume da história das damas do século XII, Georges Duby consegue oferecer uma visão esclarecedora e negativa sobre a imagem das mulheres, presente em diversas fontes do século XII. Ele conseguiu ao mesmo tempo iluminar as representações masculinas em relação às mulheres da aristocracia, e as estruturas do mundo feudal do século XII, em particular as relativas ao parentesco.

Bibliografia:

DUBY, Georges. *Heloisa, Isolda e outras damas no século XII*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *A história continua*. Tradução de Clovis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Artigo d'A *Patria Mineira* (1889-1894): Vozes Femininas na
Construção da Nação**

Mirian Cristina dos Santos*

Profa. Dra. Maria Ângela Araújo Resende**

Em abril de 1889, foi editado em São João del-Rei o número programa do periódico *A Patria Mineira, orgam da idéa republicana*, fundado, editado por Sebastião Sette Câmara, jornalista, professor e intelectual. Com duração de cinco anos (1889-1894), esse folhetim disseminou, mediante seus editoriais, artigos de opinião, crônicas, contos históricos, anedotas, fábulas, textos variados e romances da seção Folhetim, o ideário de República em vários locais do país.

Pesquisando os discursos femininos no periódico em estudo, percebemos que o tão aspirado sonho de Nação e República não pertencia somente a uma parcela da sociedade – aos chamados “homens universais”. Lembramos que com esse conceito de Homem Universal (MATOS, 1999) nos referimos ao homem branco pertencente à classe privilegiada. Constatamos que as mulheres letradas, mesmo que de forma tímida e cautelosa, também discursavam em prol da República.

Na tentativa de apresentar e de defender um ideal de Nação “compartilhado”, o editor do periódico publica textos de autoria feminina porque a mulher, além de ser uma figura influente no seio familiar, seria responsável pela educação dos futuros cidadãos da Pátria.

* Acadêmica do Curso de Letras da UFSJ; Bolsista de Iniciação Científica pela FAPEMIG.

** Orientadora; membro docente do departamento de Letras, Artes e Cultura da UFSJ.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

O objetivo deste trabalho – que focaliza o editorial “Ao Governo Provisorio”, escrito por Maria C. Sette, professora e educadora são-joanense – é compreender e analisar os textos de autoria feminina, presentes na seção Folhetim e em outros espaços do periódico, que indicam caminhos para se pensar as formas de participação feminina na construção da Nação.

Os procedimentos metodológicos utilizados constituem-se da análise dos discursos femininos presentes no periódico, e as bases teóricas que sustentam esse primeiro momento da pesquisa são estabelecidas a partir de estudos contemporâneos sobre “Gênero”, Arquivo, Memória e Nação.

Em sua tese de doutorado intitulada *A República em Folhetim: A Pátria Mineira Formando Almas*, Maria Ângela de Araújo Resende (2005), dedica o capítulo “A Pátria escreve as mulheres” à discussão acerca da participação feminina na construção da idéia de República naquele periódico. No desenvolvimento do tratamento do tema, Resende sublinha o apagamento da voz feminina em tal periódico: sob vários aspectos esta última é, na verdade, anteposta pela *voz do outro*, um outro masculino, o editor Sebastião Sette e seus colaboradores. Diante das várias possibilidades de abordagem sobre questões como emancipação feminina, relação entre o mundo público e o privado, formas de participação feminina nos discursos produzidos sobre a Nação, os estudos desenvolvidos por RESENDE (op.cit), sugerem e abrem espaços para novas discussões.

Tomando como objeto o já citado editorial, a voz feminina está explícita na voz de Maria C. Sette. A importância da utilização da dicção feminina se dá a partir do momento em que se considera um dos papéis atribuídos à mulher na sociedade: zelar pela manutenção e pelo equilíbrio dos membros da família. Figura influente no seio da instituição familiar, a opinião da mulher passa a ser relevante, também, quanto às escolhas políticas, por isso sua participação é convocada ao espaço público.

Ricardo Oliveira (2002)¹, em sua análise da esfera de atuação imposta ao sexo feminino no século XIX, acresce à nossa pesquisa os seguintes dizeres:

O discurso masculino no século XIX revela um ideal de atuação das mulheres que estaria definitivamente ligado à vida em família e à maternidade. Mesmo posições mais liberais quanto à presença feminina na esfera pública, quando tinham de estabelecer o local privilegiado das mulheres, aí as enquadravam.

A partir da análise do periódico *A Patria Mineira*, percebemos que as mulheres são tratadas nessa grande narrativa como personagens periféricas, uma vez que sua participação é restrita ao espaço privado, embora, não raras vezes, fossem convocadas a participar no espaço público. O seu habitat natural era o lar, aconchego propício à costura, à educação da prole e, em alguns casos, às práticas religiosas. Ressaltamos que Oliveira (op.cit) analisa os textos masculinos à procura dos modelos femininos vigente. Isso acontece porque, na maioria das vezes, são os homens que escrevem sobre o comportamento próprio às mulheres.

Uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se mulher. Para que isso acontecesse, *ela* deveria submeter-se a um complexo processo, no seio de uma construção histórica cujo espírito determinaria seu papel social e seu comportamento diante do mundo (BEAUVOIR, apud PRIORE, 1998). Em outros termos, ser mulher dependia de um controle e de uma vigilância constante, uma questão de aprendizagem contínua (MATOS, 1999).

A participação feminina na construção da Nação como “Comunidade Imaginada” concedeu-lhes a oportunidade de serem ouvidas juntamente com as várias outras *performances* que ecoavam no final do período imperial e no início da era republicana. De acordo com Benedict Anderson (ANDERSON, 1989) uma Nação é imaginada como comunidade mesmo que prevaleça a desigualdade entre seus membros, seja em termos de classe, etnia ou gênero, diferenças essas que precisam ser silenciadas para que se

¹ OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. A mãe ilustrada. Subjetivação e técnicas de si nos jornais femininos do século XIX. <http://www.simonsen.br/novo/revistadigital/maeilustrada.pdf>. Acesso em 29/10/2006
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

construa uma comunidade de interesses comuns. Essa efervescência de vozes dos vários grupos marginalizados que deram subsídio para a construção da Nação foram, evidentemente, silenciadas, ou, mais precisamente, apagadas nas narrativas históricas.

Quanto ao apagamento da voz feminina, Mary Del Priore (1998) esclarece que essa questão foi recorrente ao longo da história. Ao tratar do silêncio a que as mulheres foram submetidas, Del Priore ressalta que as mulheres “desapareceram” duas vezes: em uma primeira vez foram sobrepujadas pela dominação efetiva do poder masculino e, numa segunda vez, foram escondidas pela memória coletiva e política que as mantinha na sombra da atuação masculina. Desta forma observamos que, no periódico *A Pátria Mineira*, a maioria dos textos é escrito por homens e a mulher aparece neste espaço público, contribuindo para a formação da Nação.

As reflexões de Bhabba (1998) apontam para o entendimento da Nação a partir do que ele denomina “pedagógico” e de performático. O eixo pedagógico sustenta constantemente a noção de unidade à base do “muitos como um”. Em contraposição, o performático representa a minoria que reclama seu lugar no espaço através do “menos como um” – sendo este último composto por uma parcela da população que não confronta o discurso homogeneizador diretamente, mas que resiste a ele por meio de um discurso suplementar. Partindo desse pressuposto, pretendemos observar, além do caráter pedagógico do jornal, as diversas performances presentes nessa grande narrativa que foi a *Patria Mineira*. Apesar da autoria duvidosa de alguns dos textos assinados com nomes de mulheres, a consideração é possível a partir do momento em que se entende que o editor se apropria de textos e discursos direcionados ao público feminino para convocá-las a participar do Sonho de República. Nesse sentido, podemos formular a seguinte indagação: Qual foi a participação das mulheres na construção do imaginário da República e na construção do Sonho da Nação?

Conforme mencionado anteriormente, o *corpus* desse trabalho constitui-se do Editorial “Ao Governo Provisório” de Maria C. Sette (*A Patria Mineira*, nº 30, 05 de dezembro de 1889, p. 3, coluna 3). Nesse editorial, podemos fazer alguns apontamentos no toante à construção textual.

Tendes recebido felicitações e parabens de todas as classes sociaes: não estranhareis, portanto, que uma obscura e humilde professora de primeiras letras levante também sua voz.(...)Professora há oito anos, só hoje sinto verdadeiro jubilo, podendo annunciar a minhas alumnas a libertação e o engrandecimento da pátria...”²

Primeiramente, a autora se apresenta como uma humilde professora das primeiras letras, depois como filha, mulher, mãe e esposa. Destacamos nessa construção a maneira como a mulher é socialmente construída. Através desses diversos papéis em que a mulher se insere, temos uma noção da sua participação na construção da Nação.

Como professora, estará cumprindo o papel educacional de não só oferecer a suas alunas a educação destinada aos afazeres domésticos, mas também a instrução que lhes darão sabedoria para a vida.

Apesar de Maria C. Sette ser alfabetizada e lecionar as primeiras letras para meninas, a questão da necessidade da educação feminina foi muito discutida nos periódicos femininos do século XIX. A maioria deles reivindicava uma melhor instrução para as mais jovens. As mulheres acreditavam que a educação as tornaria capazes de se constituírem em seres sociais plenos, capazes inclusive, de fazer valer os seus direitos sociais (OLIVEIRA, 2002).

Uma das propagandistas dos ideais femininos que movimentou a segunda metade do século XIX foi Francisca Senhorinha da Motta Diniz, editora do Jornal *O Sexo Feminino*, com o subtítulo “Semanário dedicado aos interesses da mulher”. Esse periódico circulou em Campanha, Minas Gerais, em 1873. Em 1875, Francisca Senhorinha da Motta Diniz mudou-se para o Rio de Janeiro e passou a editar o jornal naquela cidade. Nelly

² Optamos por utilizar a ortografia da época.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Novaes Coelho (2006)³ enfatiza a atuação de Senhorinha Diniz em prol dos direitos da mulher. Destaca o manifesto publicado em 1889, às vésperas da proclamação da República, intitulado “Emancipação da Mulher”, em que Francisca Senhorinha defende não só a educação intelectual da mulher, mas também sua emancipação.

Assim como nos artigos da editora-chefe d’*O sexo feminino*, destaca-se também a produção da escritora e jornalista Julia Lopes de Almeida, na qual identificamos sua luta em prol dos direitos das mulheres na sociedade. Julia Lopes⁴ chegou a publicar, no primeiro número da revista *A Mensageira*⁵, um artigo que tematiza o direito à instrução feminina: *Uma mãe instruída, disciplinada, bem conhecedora de seus deveres, marcará, funda, indestrutivelmente, no espírito do seu filho, o sentimento da ordem, do estudo e do trabalho, de que tanto carecemos.*⁶

Percebemos nos textos de Júlia uma reivindicação aos direitos e também à instrução voltada para o lar. Escrevendo em casa, “em um cantinho tepido de jardim”, cercada de seus filhos amorosos, ela colocava a família no centro de seus argumentos (Hahner, 1981). Isso acontecia porque o lugar de atuação das mulheres ainda era o espaço privado. Caso elas quisessem se inserir no espaço público, o ato deveria acontecer de forma cautelosa. Essa cautela é exemplificada no texto de Maria C. Sette.

não estranhareis, portanto, que uma obscura e humilde professora de primeiras letras levante também sua voz, posto que seja esta tão fraca e imperceptível(...)Inclinae por um momento as vozes frontes radiantes de gloria, e recebei de uma pobre filha da terra de Tiradentes a mais humilde e cordial felicitação de quantas até agora tendes recebido

No início do texto há um pedido de desculpas da autora, como que justificando seu atrevimento de escrever, visto que, àquela época, a

³ COELHO, Nelly Novaes A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina (séc. XIX – séc. XX) in: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>. Acesso em 20/10/2006.

⁴ Julia Lopes de Almeida tem textos publicados na revista *A Mensageira*, também um dos objetos de trabalho do nosso grupo de pesquisa e no Periódico a *Patria Mineira*.

⁵ ALMEIDA, Presciana Duarte de. (Diretora). *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira*. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do estado/Secretaria de Estado da cultura, 1987..

⁶ ALMEIDA, J. L. de. “Duas Palavras”. *A Mensageira*. São Paulo: Imoesp/Daes, 1987. Vol. 1. ano 1, nº 1, p. 3.

escrita ainda era um apanágio masculino. Maria C. Sette se identifica como uma obscura e humilde professora, portadora de uma voz fraca e imperceptível. Essa humildade pode ser explicada pelo fato de a “Política” não ser um assunto de mulher em uma sociedade patriarcal oitocentista. Lembramos que, no toante ao termo política, referimo-nos a sua definição mais típica: atividade dirigida para/ou em governos ou outras autoridades poderosas, e que se vale do apelo à identidade coletiva, à mobilização de recursos, à avaliação estratégica e à manobra tática (Scott, 1992).

Assim, para serem “bem aceitas” e autorizadas a participar do espaço público, as mulheres sentem a necessidade de utilizar a humildade como estratégia para que seu discurso não seja considerado audacioso. Apesar de termos, no referido editorial, a expressão de um ponto de vista feminino, ainda que de forma sutil, a respeito de acontecimentos políticos, as mulheres ainda não possuíam, naquele momento, uma liberdade plena para se manifestar publicamente sobre o assunto, o que parece explicar a timidez na escrita como uma estratégia discursiva.

Para a “humilde” professora, o Governo é tão superior que ela pede, como que por clemência, que este incline por um momento suas fronteiras de Glória para receber sua singela saudação. É como que se ela, reconhecendo sua condição de mulher, não fosse digna de participar daquele momento grandioso. Seria essa mais uma estratégia textual ou a marcação do respeito da filha em relação ao *Pai*? Esse questionamento é possível, visto que o ideal de filha na República era “a filha obediente”, que deveria ser instruída para atuar no espaço privado. Mesmo porque o papel familiar da filha, naquele momento histórico e social, era uma espécie de preparação para a função de mãe: *Republicana, como toda mulher brasileira, senti saltar-me no peito o coração de mãe, ao ouvir o primeiro grito de _Viva a Republica Brasileira!*

Maria C. Sette se intitula *mulher republicana como toda mulher brasileira*, no sentido de que as mulheres também participariam do Sonho da República, ainda que como personagens coadjuvantes, juntamente com

os homens da família. Ao inserir no periódico *A Pátria Mineira* uma visão totalizante da Nação, consideramos que, apesar da autora do Editorial *Ao Governo Provisório* representar o lado performático, no sentido de ser uma mulher que atua no espaço público e discursa sobre política, sua fala representa o discurso pedagógico, pois seu falar convida “todas” as mulheres a se inserirem no *todos como um*. Fato não contraditório, pois, a despeito da luta das mulheres contra os discursos vigentes, elas ainda estavam sujeitas a tais discursos. Portanto, nada mais plausível que elas os reproduzissem: *Professora há oito anos, só hoje sinto verdadeiro jubilo, podendo anunciar a minhas alumnas a libertação e o engrandecimento da pátria...*

Como sustentação do discurso de que toda mulher brasileira era republicana, a professora acrescenta que irá anunciar para sua alunas a libertação da Pátria, sugerindo-nos que estas também eram republicanas. Essa inferência nos é possível a partir do momento que se recupera, no início do texto, sua apresentação como professora primária. Ou seja, em seu discurso, Sette atribui a suas alunas o atributo de republicanas, mesmo elas sendo ainda crianças.

A autora também enfatiza o lugar-comum coração de mãe, isto é, a mãe, na República, teria o papel de educar os futuros cidadãos da Pátria. Em um editorial do periódico *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha da Mota Diniz defendia que a tarefa da educação dos filhos constituía o meio mais imediato da mulher poder influenciar o destino da humanidade, e de se transformar em poderoso agente do progresso e da civilização. Como somente as mulheres poderiam fornecer a educação completa que a sociedade moderna exigia dos homens (OLIVEIRA, 2002), a mãe seria, mesmo que indiretamente, responsável pelo futuro da Nação.

O papel de filha na República, assim como o de esposa, seria o de se preparar para a maternidade. A esposa teria, também, a função de compartilhar com o marido de todas as mazelas do cotidiano. Para tanto, deveria ser compreensiva, afetuosa e amável: *Esposa também, vendo meu*

marido cercado de perigos e perseguições por ser republicano, vivia continuamente agitada por tristes presentimentos.

Essa esposa, que vive angustiada com o futuro incerto do marido por ser um republicano, nos remete à questão da construção dicotômica mulher/emoção e homem/razão. Matos (1999) critica a naturalização da construção social de homens e mulheres fundamentada em características biológicas e em idéias e atitudes associadas a tais características. Desta forma, a mulher é concebida como um ser passivo e frágil, enquanto o homem é tido como ativo, forte e dominante.

Mediante a maneira pela qual Maria C. Sette qualifica a mulher, observamos uma supervalorização da tríplice representação feminina (mãe, filha e esposa) na construção da República. Nesse sentido, os papéis femininos adquirem uma nova função: contribuir para o bem-estar da família, não só atuando no espaço doméstico, mas também na esfera pública, como produtora e leitora de textos diversos. Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados, bem como o papel da mãe como educadora de seus próprios filhos.

Através dessa análise, constatamos que algumas mulheres, representantes de uma minoria silenciada, também atuaram – valendo-se de estratégias discursivas para receberem aquiescência social e chance de se pronunciar, e do arrojo ao “invadir” a esfera pública – na construção de um sonho de Nação. Esse ato performático contesta o binarismo público *versus* privado, que relega a mulher apenas ao espaço privado, e também contesta a construção da mulher como naturalmente voltada para o âmbito doméstico.

Através dessas estratégias, as mulheres letradas não reproduziram o discurso dominante, mas o utilizaram como alicerce para a produção de um novo discurso. Embora falassem de um *locus* aparentemente periférico, atuaram no centro da sociedade, contribuindo, com seu discurso, na construção do imaginário da Nação.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

BELLINE, Ana Helena Cizotto. Dossiê Literatura Feminina. Julia Lopes de Almeida e Maria Amália Vaz de Carvalho: Vozes Femininas?

http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via02/via02_04.pdf.

Acesso em 29/10/2006.

BHABHA, Homi K. “DissemiNação”. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. SP: UNESP, 1992, p. 63-95.

COELHO, Nelly Novaes. A Emancipação da Mulher e a Imprensa Feminina (séc. XIX – séc. XX) in: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=119&rv=Literatura>. Acesso em 20/10/2006.

DEL PRIORE, História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: CESAR, Marcos(org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.p.217-135

HÄNER, June Edith. *A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, brasiliense, 1981.

MENDONÇA, Catia Toledo. Julia Lopes de Almeida: A busca da liberação feminina pela palavra. <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewFile/2869/2351>. Acesso em 29/10/2006.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. A mãe ilustrada. Subjetivação e técnicas de si nos jornais femininos do século XIX. <http://www.simonsen.br/novo/revistadigital/maeilustrada.pdf> . Acesso em 29/10/2006

RESENDE, Maria Angela de Araujo. *A Republica em Folhetim: A Patria Mineira Formando Almas*. Tese de doutorado apresentado ao Curso de Pós-graduação em Estudos Literários. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG,2005.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). *Ouro Preto: EDUFOP*, 2007.

MATOS, Sônia Missagia. “Repensando Gênero”. In: AUDA, Sylvia
Mulher- Cinco Séculos de desenvolvimento na América. Belo Horizonte:
CREZ, 1999.p.19-57.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto:
EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo:
a primeira Vila do Ouro e sua população (1723)**

Moacir Rodrigo de Castro Maia¹

A produção de documentação fiscal no passado da América Portuguesa legou importantes fontes para a reconstrução da história populacional do passado colonial. Especiais são as informações encontradas nas listagens produzidas sobre senhores e seus escravos para a cobrança dos Reais Quintos, que ganham papel de destaque, principalmente no período chamado de “pré-censitário”².

A lista dos Reais Quintos foi produzida com a necessidade de um controle maior da arrecadação do direito real sobre o número de escravos de cada senhor, como também da contribuição de cada indivíduo liberto e daqueles que possuíam vendas e lojas estabelecidas nos povoados da Capitania. Cabia ao governador, reunir os representantes das Vilas Mineiras nas chamadas Juntas e através da informação do número dos cativos se fazia a base do cálculo, estipulando o valor da contribuição que os senhores deveriam quitar sob o número dos escravos, homens e mulheres forros e das vendas e lojas abertas. A partir de 1718, o governo e as câmaras delegavam a tarefa de arrecadação e produção das listagens aos principais indivíduos da localidade, que recebiam o título de provedor e escrivão dos quintos. Vila do Carmo possuía o provedor da sede da vila, dos distritos próximos e dos arraiais pertencentes ao Termo³.

Da Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual Mariana), sobreviveram algumas dessas listagens sendo conhecidas aquelas depositadas no Arquivo Público Mineiro - fundo Casa dos Contos -, para os anos de 1718, 1719 e 1720. Nesses períodos a vila marianense contabilizou respectivamente 10.974, 10.937 e 9.812 escravos tributados. No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, encontramos a documentação dos provedores para os anos de 1723 e 1725, sendo que a última listagem apresenta lacunas nas informações da sede da Vila. Dessa forma, a documentação mais completa existente nesse arquivo é a “Relação dos escravos e vendas que se acham nesta Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo e seus arredores” de 1723, pertencente ao códice 166⁴. É pelo estudo dessa importante fonte que iremos traçar o perfil dos moradores, baseados nas informações sobre a posse mancipia.

¹ Mestre em História pela UFF.

² PAIVA, Clotilde Andrade & ARNAUT, Luiz. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre Economia Mineira*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. pp. 22-24. Para os autores o período pré-censitário termina com a produção do Recenseamento Geral do Império de 1872.

³ Coleção abreviada da legislação e das autoridades de Minas Gerais. In: *Códice Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Edição crítica de Luciano R. A. Figueiredo e Maria Verônica Campos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Mineiros, 1999. p. 366. v. 1.

⁴ Reais quintos e lista dos escravos da Vila do Carmo de 1723, AHCM, cód. 166, [fl. 157]. Na presente comunicação constam as seguintes abreviaturas: AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 1 2007.

Vila do Carmo e seus escravos (1723)

A “relação dos escravos e vendas...” arrola a sede do Termo e seus 19 povoados. No total a contribuição para os reais quintos foram baseadas em 15.828 cativos e 462 vendas responsáveis pela arrecadação de 43.893 oitavas e $\frac{3}{4}$ de ouro. Os senhores pagaram 2 oitavas e 14 vinténs por escravo e 11 oitavas e meia de ouro pelas vendas e lojas abertas. Além de possíveis omissões com objetivo de não quitar o imposto, os escravos fugidos, doentes, comprados recentemente, ou que fossem menores e teoricamente não trabalhavam, foram declarados, mas não contabilizados para o pagamento. Assim, na prática o levantamento total dos escravos dizia respeito a aqueles que ativamente estavam exercendo alguma tarefa.

O Termo de Mariana desde os primeiros anos fora a principal fonte arrecadadora de tributos e direitos para a Coroa Portuguesa, fazia parte da sua jurisdição algumas das mais antigas povoações mineradoras da Capitania – sendo muitas dos primeiros anos do desbravamento do território mineiro. Somados os escravos da Vila do Carmo e de seus arraiais foram tributados mais de 15.800 escravos, sendo que os cativos do Termo de Vila Rica representaram 13.672 indivíduos, enquanto o Termo de Sabará registrou 7.649 escravizados⁵. Dessa forma, a Vila do Carmo possuía uma importante participação no cenário da Capitania Mineira, como principal fonte de contribuição para a Fazenda Real (ver Tabela 1).

Embora o termo do Carmo possuísse tão expressiva população cativa, o provedor contabilizou menos de 1.200 escravos nos limites da sede da Vila, no seu núcleo urbano. O que seria de surpreender aos pesquisadores, pois ao somarmos o número de proprietários, que era de 238 senhores e suas famílias, a população total não chegaria a 2.000 moradores na Vila. Mas o número de cativos e também da população livre era maior. Com a necessidade de coletar o imposto foi instituído provedores para o arrabalde do Monsus (que ficava na outra margem do Ribeirão do Carmo) e os senhores do Morro de Matacavalos (ligação da Vila ao distrito de Passagem) e do distrito de Passagem tinham um provedor específico.

Dessa forma, o arrabalde do Monsus possuía 361 escravos tributados e o distrito de Passagem foi calculado o imposto sobre 2.078 cativos. Anos antes, em 1719, o cobrador da Passagem, sargento-mor Jacinto Pinto de Magalhães entregou ao tesoureiro instituído pela Câmara da Vila, o capitão Manuel Cardoso Cruz, o valor arrecadado por 828 escravizados – o que nos dá uma referência da importância do Morro de Matacavalos na contribuição do referido distrito⁶.

Portanto, o conjunto da área urbana e arrabaldes de Vila do Carmo possuía mais de 3.678 escravos. O mesmo acontecia com a vizinha Vila Rica, que em sua sede reunia os arraiais de Antônio Dias, Ouro Preto e Padre Faria, e que, em 1721, teria mais de 3.028 homens e mulheres cativos listados⁷. Assim, no início da década de 1720 as duas principais Vilas da Capitania possuíam em torno de 3 a 4 mil escravizados e que contabilizados com a população livre e liberta chegaria a ter em torno de 5 a 6 mil habitantes na sede e suas proximidades.

AHCMM – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana; AHCSM – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana; AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

⁵ *Apud* CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 63.

⁶ *Resumo das listas escravos vendas e importância do ouro da arrecadação dos Reais quintos de que é tesoureiro Manuel Ferrás*, AHCMM, cód. 166, [fl. 157].

⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *Historia quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. pp. 49, 50.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeí Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007. 2

Tabela 1: População escrava registrada na lista dos Quintos – Termo de Mariana (1723)

Lista	Escravos	%	Número de Vendas e Lojas	%	Ouro (em oitavas)
Vila	1.193	7,53%	84	18,18%	3.873 $\frac{3}{4}$
Monsus	361	2,28%	6	1,29%	948 $\frac{3}{4}$
Passagem	2.078	13,12%	77	16,66%	5.950 $\frac{1}{2}$
Itacolomi	423	2,67%	1	0,21%	1.042 $\frac{1}{2}$
São Sebastião	1.098	6,93%	24	5,19%	2.952 $\frac{1}{4}$
Sumidouro	658	4,15%	22	4,76%	1.856 $\frac{3}{4}$
São Caetano	484	3,05%	13	2,81%	1.329 $\frac{1}{4}$
São Caetano Rio Abaixo	539	3,40%	9	1,94%	1.417 $\frac{1}{4}$
Brumado	558	3,52%	9	1,94%	1.463 $\frac{1}{2}$
Gualaxos do Sul	301	1,90%	2	0,43%	756 $\frac{1}{2}$
Furquim	1.262	7,97%	10	2,16%	3.191
Pinheiro Rocha	375	2,36%	6	1,29%	983
Bacalhao	562	3,55%	11	2,38%	1.496 $\frac{1}{4}$
Guarapiranga	621	3,92%	25	5,41%	1.801
Antônio Pereira	712	4,49%	23	4,97%	2.000
Camargos	542	3,42%	12	2,59%	1.459
Gama	299	1,88%	1	0,21%	740 $\frac{1}{4}$
Bento Rodrigues	355	2,24%	18	3,89%	1.072 $\frac{1}{4}$
Inficionado	1.471	9,29%	41	8,87%	4.057
Catas Altas	1.193	7,53%	68	14,71%	5.501
Total	15.828	100%	462 vendas	100%	43.893 $\frac{3}{4}$

Fonte: Reais quintos e lista dos escravos do Termo da Vila do Carmo de 1723, AHCMM, cód. 166, [fl. 157].

A função do provedor dos quintos era convocar a todos os senhores, livres ou libertos, a declararem o número de escravos em suas propriedades. Dessa maneira, a lista do Carmo de 1723 traz os dados sobre os senhores e em seguida arrola o nome ou alcunha de cada escravo acompanhado da procedência, cor ou mesmo sobrenome. O que a torna uma fonte extremamente interessante e peculiar é que informa também os cativos que estavam fugidos, doentes, supostamente incapacitados pela idade ao trabalho, comprados recentemente e alguns menores (outros também chamados de moleques foram tributados). Eram dados importantes pois, o imposto era cobrado ao senhor pelos escravos que estariam em atividade, não atingindo dessa forma os demais. Além desses, em raros casos foram destacados as atividades profissionais como barbeiro, ferrador, cozinheira, e mesmo o estado civil.

Embora a relação da população cativa conste que foram taxados 1.193 escravizados na sede da Vila (ver Tabela 1), encontramos na lista o número real de 1.182 mancípios. Além dos escravos taxados, 18 cativos fugidos, 16 doentes e/ou velhos, 12 comprados recentemente e 11 eram moleques, foram também registrados. Tendo os senhores do Carmo a posse de 1.239 escravos entre tributados e não pagantes⁸.

Além das populações das Vilas mineiras serem compostas, predominante, por cativos, havia como já destacado pela historiografia um evidente desequilíbrio demográfico entre mulheres e homens⁹. Em 1723, o contingente de 1.239 cativos da Vila do Carmo, era dividido em 946 homens e apenas 293 mulheres, sendo alta a razão de masculinidade, cuja razão era de três por um em favor do sexo masculino. Sendo que 85 senhores não possuíam nenhuma cativa e em 61 propriedades havia apenas uma escrava, naquele ano dos Setecentos.

Os senhores do Carmo

Como dito, os 1.239 mancípios registrados na lista dos escravos da Leal Vila do Carmo, estavam distribuídos entre 238 senhores, sendo 221 livres e 17 libertos e libertas. Dos indivíduos livres proprietários a imensa maioria era masculina 211 eram homens e 10 mulheres. Ao contrário do universo dos livres, as libertas predominavam como detentoras de cativos, sendo 12 mulheres e 5 forros proprietários.

A maior parte dos proprietários do Carmo possuía em média 5,2 escravos. Analisados em categorias de 1 a 4; 5 a 9; 10 a 19; 20 a 49; e 50 ou mais escravos; a maioria dos senhores (165) do núcleo urbano possuía de 1 a 4 cativos seguidos por aqueles que detinham de 5 a 9 mancípios. E apenas um senhor possuía em seu sítio de minerar mais de 50 cativos (Tabela 2).

Tabela 2: Proprietários de escravos – Vila do Carmo (1723)¹⁰

Número de cativos	Número de senhores Livres	%	Número de senhores Forros	%	Total	%
1 a 4	149	67,42%	16	94,11%	165	69,32%
5 a 9	43	19,45%	1	5,88%	44	18,48%
10 a 19	19	8,59%	-	-	19	7,98%
20 a 49	9	4,07%	-	-	9	3,78%
50 +	1	0,45%	-	-	1	0,42%
Total	221	100%	17	100%	238	100%

Fonte: Reais quintos e lista dos escravos da Vila do Carmo de 1723, AHCMM, cód. 166, [fl. 1 a 14].

Em Vila Rica em 1721, nos dados apresentados por Tarcísio Rodrigues Botelho, encontramos praticamente o mesmo padrão da vizinha Vila do Carmo na distribuição da posse escravista (ver Tabela 4). Os dados do autor, para outras vilas, em outras comarcas, também reforçam os números obtidos na Comarca de Vila Rica. Na Vila de Sabará em 1720-1721, seguindo a distribuição dos números de 1-4, 5-9, 10-19, 20-49 e mais de 50 escravos encontramos respectivamente 65,80% (127 senhores), 19,17% (37), 11,39% (22), 3,62% (7), apenas não existindo nenhum senhor com mais de 50 cativos na sede da Comarca do Rio das Velhas. Na Vila de São João del Rei no ano de 1722, os senhores que detinham 1-4 escravos

⁸ A maioria dos “moleques e molecas”, 23 jovens escravos, foram taxados pelo imposto.

⁹ Cf. especialmente: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁰ No total de 221 senhores livres proprietários de escravos, 211 são homens e 10 mulheres. No total de 17 senhores forros proprietários de escravos, 12 são mulheres e cinco homens forros aparecem como senhores. Neste trabalho as categorias de distribuição da posse escravista seguem as utilizadas por (BOTELHO, 2001).

representavam 62,60% (72 senhores), de 5-9 totalizaram 19,13% (22 senhores), de 10-19 cativos 11,30% (13 senhores), 20-49 representavam 5,21% (6 senhores) e aqueles que detinham mais de 50 escravos representavam 1,73% (2 senhores)¹¹. Portanto, os dados das listas dos reais quintos para as principais Vilas das três comarcas mineiras consolidam a visão da pulverização da propriedade escravista nos núcleos urbanos, e a tendência da maioria da população ser formada por pequenos senhores possuidores de 1 a 4 escravos.

Tabela 4: Proprietários de escravos – Vila Rica (1721)

Número de cativos	Escravos	%	Proprietários	%	Média de escravos por cada categoria
1 a 4	831	27,44%	395	65,94%	2,10
5 a 9	822	27,14%	129	21,53%	6,52
10 a 19	726	23,97%	57	9,51%	12,74
20 a 49	516	17,04%	19	3,17%	27,16
50 +	133	4,39%	2	0,33%	66,50
Total	3.028	100%	599	100%	5,5

Fonte: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *Historia quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001. p. 49.

Os forros proprietários

Na lista dos escravos e senhores da Vila do Carmo de 1723, apresentam além dos senhores livres, também homens e mulheres que alcançaram a liberdade. Forros e forras deveriam se apresentar ao Provedor dos Quintos da localidade para poderem contribuir, como fez “Antônia de Bairros”. A liberta Antônia não tinha escravos, pagando apenas pela “sua pessoa”. Constam na condição social de ex-escravos 20 mulheres e 5 homens.

A relação dos proprietários libertos aparece juntamente com os demais senhores livres, mesmo que os forros não tivessem cativos. Em um caso, sabemos que a senhora era forra apenas por constar que foi contada para a quitação, o que aconteceu com Dionízia *crioula* que pagou por si e também por sua escrava Isabel *mina*¹². Diferentemente dela as demais “senhoras do Carmo” foram designadas em sua maioria como forras, sendo que apenas duas tiveram identificação mais detalhada: uma *preta forra* e outra como *parda forra*.

O processo de alforria das 20 mulheres e também dos 5 homens registrados como libertos parece ter ocorrido, preferencialmente, na própria Vila ou em outro local da Capitania, pois 8 mulheres e 4 homens foram dessa maneira declarados, como ocorreu com Manuel Gonçalves “forro nas Minas” e Catarina de Lima “liberta nas Minas”. A maior parte da população escrava de Mariana era de origem africana, embora convivessem com cativos indígenas e também vindos do oriente, como os poucos chineses e indianos encontrados no termo da Vila do Carmo em 1723. Assim, também acreditamos que a maioria dos ex-escravos fossem africanos ou filhos de africanos como Dionízia crioula. Em 1719, encontramos a

¹¹ BOTELHO (2001, pp. 49, 50, 52).

¹² Alguns meses depois de contribuir para os Reais Quintos, Antônia de Bairros aparece como madrinha de batismo da inocente Helena filha natural de Caetano Marques e de Luzia da Silva escrava de Domingos da Silva. No registro paroquial ela é “Antônia de Barros preta forra”, indicação no período que ela fosse africana. Registro de Batismo, AEAM, Livro de Batismo O-3, [fl. 36].

alforria de “Joana da Silva parda do Reino” que adquiriu sua alforria do tenente-general Manuel da Costa Fragoso¹³.

Analisando então as ex-escravas que constam da listagem do Carmo, temos o total de 20 mulheres forras, sendo que dessas, 12 além de suas pessoas declararam também os escravos de suas propriedades. Dividindo as mulheres proprietárias por número de escravizados temos algumas revelações interessantes. Quatro forras tinham apenas um(a) escravo(a), eram elas: Luiza de Jesus, Catarina de Lima, Francisca preta forra e Dionísia da Silva. Luiza de Jesus e Catarina de Lima ao conseguirem a difícil liberdade preferiram ou puderam ter como única escrava uma “moleca” - como foi identificada. Após acumularem o pecúlio para a compra da alforria elas tiveram a oportunidade de comprar uma escrava ainda criança, mas que já trabalhava, pois constam entre as “molecas e moleques” que foram tributados. Seria então uma boa estratégia adquirir as pequenas escravas, que custavam menos no mercado escravista e tornava possível a compra com os recursos adquiridos pelas senhoras. Francisca preta forra, teve apenas um escravo após a alforria e além de pagar por sua pessoa o imposto real, ela quitou também pelo seu “escravo” Antônio *mina*, que era também o seu marido. Assim, esse casal buscava com seu trabalho sobreviver no pequeno núcleo urbano. Joana da Silva, parda forra, tinha mais do que as demais, possuía além de uma moleca o filho pelo qual também quitou o valor. Outra Joana da Silva, *mina* forra, registrou as cativas Teresa *mulata* e Rosa *mina*. Assim, as forras que tinham entre 1 e 2 escravos tinham necessariamente mulheres escravas, jovens, ainda “molecas”, e os únicos homens que “possuíam” eram o filho e o marido.

Já quando alcançavam mais recursos tinham a possibilidade de reforçar suas propriedades como fez Catarina Mendes “forra nas Minas” que registrou as escravas Catarina, Isabel e Maria ao seu serviço. Graça da Silva liberta contava com seu marido José *mina*, Rosa *mina* e Mariana *Benguela*. As 3 forras que detinham a posse de 4 cativos, preferiram ter mulheres em suas escravarias como fez Antonica “forra nas Minas” que listou ao Provedor dos Quintos as cativas Teresa *mina*, Josefa *mina*, Leonor *mina* e ainda “uma negra nova comprada a 16 de março” – que por ter sido adquirida recentemente não necessitaria de pagar o imposto.

Do grupo de proprietárias que no passado vivenciaram o cativo, Ana de São Domingos era a que teve maior êxito financeiro, e possuía sete escravos no ano de 1723. Fazia parte de sua casa as cativas Maria *crioula*, Joana *Cabo Verde*, Catarina, Domingas, Valéria, Luzia e Antônio *mina*, o único homem pertencente a forra Ana de São Domingos.

Além das 12 mulheres libertas que tinham escravarias outras 8 mulheres possuíam apenas a própria liberdade. Do grupo de forras não proprietárias apenas duas apresentaram-se pessoalmente ao provedor da Vila do Carmo. Antônia de Bairros e Maria da Encarnação “forra nas Minas” aparecem sozinhas, sem escravos, mas com autonomia de se declararem livres do escravidão e podendo contribuir com o imposto. A maioria, seis ex-escravas, foi apresentada na lista de outros proprietários, todos homens. Desses proprietários que se encarregaram de relacionar a liberta em suas listagens e contribuir com o pagamento ou entregar o tributo pelas forras estão cinco homens tidos como livres e um indivíduo forro. A intensa relação de contato entre as mulheres forras na Capitania com homens livres foi anteriormente destacada por diversos autores¹⁴.

¹³ Carta de Alforria, AHCSM, Livro de Notas 4, 1º Ofício, [fl. 186]. Os escravizados de modo geral apreenderam a se mover na sociedade colonial. Bons exemplos são os de: Páscoa “bastarda índia” que concede perdão, em 1719, a Manuel Dias dos Santos “que lhe deu uma pancada”; e “Maria Ribeira Cardosa Índia da Terra e forra” que participa, na Matriz da Vila, como madrinha de batismo da filha de Felipe Coelho e Mônica *mina* escrava de Antônio Gonçalves morador na “Roça pequena da freguesia” em 1727. Respectivamente: Escritura de Perdão, AHCSM, Livro de Notas 9, 1º Ofício, [fl. 160]; Registro de Batismo, AEAM, Livro de Batismo O-3, [fl. 23v].

¹⁴ Cf. os trabalhos com diferentes temáticas que abordam a participação das mulheres forras nas Minas: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo* Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 6 2007.

Elas teceram uma ampla rede de relações nas Minas, proporcionalmente foram as mulheres as que mais alçaram a liberdade, mantiveram contatos amorosos, variados negócios, laços de parentesco e convívio com diferentes parcelas da população, principalmente com os grupos dominantes. Assim, não é de se estranhar que as forras poderiam solicitar o registro e pagamento dos quintos reais através de homens livres e forros. Foi dessa forma, que Mariana forra aparece na lista de João Ferreira, Páscoa “liberta nas Minas” na listagem de Manuel Pinheiro de Azevedo, Teresa forra sendo dada e declarada pelo ajudante Estevão Ferreira Velho. Além desses, o reverendo padre Matias Gonçalves Neves, juntamente com seus cinco escravos pagou também por Domingas “forra crioula”. Vicente Jorge aparece na lista apenas para registrar a contribuição do escravo Francisco Moçambique e de “Antonica forra”. É interessante a ligação entre esses atores. Por exemplo, Vicente Jorge e Antônia forra são convidados como casal de padrinhos de batismo do pequeno Antônio, filho de Antônio Correa e Teresa escrava de João Soares, na igreja Matriz do Carmo em novembro de 1720¹⁵. Esses contatos podem indicar também que essas mulheres forras eram ex-escravas desses senhores e/ou viviam após a liberdade conquistada como agregadas nas residências dos antigos senhorios. Ou apenas utilizaram suas redes relacionais para se garantir contra qualquer ato de violência ou de questionamento de suas liberdades.

Alguns indícios reforçam a proximidade entre as libertas e os homens que as registraram em suas contas com o provedor. Na devassa eclesiástica instaurada na Vila do Carmo em janeiro do mesmo ano (1723), o padre Antônio Jácome, português, 40 anos, denunciou o irmão de hábito pe. Matias Gonçalves Neves, porque tinha “de portas a dentro uma crioula forra há anos com que diz o vulgo anda concubinado” – que poderia ser Domingas crioula forra¹⁶. Outro denunciante, o padre Francisco Xavier, pernambucano, 29 anos, denunciou o ajudante Estevão Ferreira Velho, pois tinha “de portas a dentro uma negra forra com que está concubinado e não a deixa sair”¹⁷. Outro sacerdote, padre Manuel Francisco, nascido no Rio de Janeiro, 32 anos, nos informa que o dito ajudante Estevão estava concubinado com a “negra forra Teresa” – a qual consta nos pagamentos do senhor¹⁸.

Sobre os homens forros proprietários, encontramos designados como tais 5 indivíduos, o que nos dá referência da difícil trajetória que puderam trilhar, visto que na população mancípa do Carmo e de outras vilas mineradoras, a presença masculina predominava. Os ex-escravos como as mulheres, vieram para a Capitania quando ainda eram cativos e provavelmente, na localidade onde residiam, muitos alcançaram a tão sonhada liberdade. Tanto Amaro de Carvalho, quanto João Pinto e Miguel casado tiveram a declaração “forro nas Minas” ou “liberto nas Minas”, o que os identificavam e com certeza representava satisfação por conquistarem a alforria e ainda acumular recursos para a compra de cativos – todos acima citados possuíam 2 escravos. Miguel parece ser aquele que adquiriu a liberdade há menos tempo, pois aparece na listagem com Maria Correia, possivelmente sua esposa, e com “uma

cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001; MONTI, Carlo G. *O processo de alforria: Mariana (1750-1779).* Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX).* In: SILVA, Francisco C. T. S. et al. (Org.). *Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.* Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001. pp. 289 a 329; FURTADO, Júnia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Compadrio e liberdade: a escolha de padrinhos entre ex-escravos de Ouro Preto colonial.* Comunicação publicada online nos *Anais da V Jornada Setecentista*, Curitiba, 26 a 28 de novembro de 2003.

¹⁵ Registro de Batismo, AEAM, Livro de Batismo O-3, [fl. 8]. Batismo de 11/11/1720.

¹⁶ Testemunho, AEAM, Livro de Devassas 1722-1723 (1), [fl. 46v].

¹⁷ *Ibidem*, [fl. 50v, 51v].

¹⁸ *Ibidem*, [fl. 44-44v].

moleca comprada há oito dias”, sendo uma escrava muito jovem e não foi taxada pelo provedor. João Pinto era o segundo forro senhor de Domingos *angola* e Graça *mina*. Amaro de Carvalho além de citar a escrava Helena *mina* declarou também Francisca *angola*, que se encontrava fugida. Junto da lista desse preto forro, foi anotado o nome de Teresa de Jesus também “forra nas Minas”, o que pode sugerir que viviam juntos. Amaro “crioulo de Angola” morava na Vila do Carmo e era oficial de sapateiro, tendo alcançado a alforria do senhor Francisco Carvalho em 1721¹⁹.

Além desses senhores, Bernardo Leitão e Francisco Gomes possuía apenas um cativo cada, sendo eles respectivamente João *mina* e Francisco *angola*. O único liberto não senhor era “Manuel Gonçalves forro nas Minas [que deu apenas] a sua pessoa”²⁰.

Os dados apresentados sob a posse dos proprietários ex-escravos reforçam a participação como senhores que detinham entre 1 a 4 cativos. Tanto homens e mulheres forros tinham mais cativas em suas pequenas escravarias. As 12 senhoras libertas tinham 21 mulheres e apenas 4 homens, sendo que dois eram casados com as proprietárias. Os 5 senhores forros detinham a posse de 5 mulheres, sendo uma provável esposa do senhor, e 3 escravos – sugerindo maior equilíbrio entre os sexos dos escravizados.

Além das mulheres forras declaradas na cobrança dos Reais Quintos do ano de 1723, aparecem na referida listagem mais 10 mulheres, que não trazem nenhuma indicação de sua condição: Maria Madalena; Domingas da Silva; Inácia da Silva; Catarina Pereira; Acensa Pereira Dutra; Izidória Dias; Rosa de Jesus; Margarida da Luz; Luzia Gonçalves e Helena Rodrigues; o que nos levaria a pensar que fossem livres.

Essas mulheres possuíam no total 22 escravas e apenas 8 escravos, sendo que a média da posse é de 3 escravizados. Luzia Gonçalves era a senhora que possuía o maior contingente mancipio, sendo 3 cativas e 5 homens. Mesmo por não constar pagamento por “suas pessoas”, como ocorreu com as ex-escravas analisadas acima, é uma tarefa difícil apontar que eram realmente livres e que algumas nunca viveram em cativeiro. Acensa Pereira Dutra, por exemplo, foi denunciada na mesma devassa eclesiástica aberta na Leal Vila do Carmo em 1723, por supostamente andar concubinado com homens livres e em uma das denúncias foi identificada como “Acensa Pereira mulher parda”²¹, no entanto, não existe referência a condição social. Em outra situação, ocorrida dezembro de 1721, no batizado de Cecília, filha de Luzia escrava de Antônio Gonçalves, os padrinhos convidados foram Clemente Correa Toscano e “Maria Madalena parda forra”²². Em outro registro eclesiástico, a mesma liberta aparece registrada pelo escrivão da devassa como Maria Madalena parda forra²³. O mesmo acontece com Inácia da Silva, que consta da devassa também como “parda forra”. Constata-se então, que as mulheres que supostamente aparecem como livres, por não pagarem por suas pessoas e não constar a condição social, fossem em sua maioria ex-escravas ou que tivessem antepassados próximos que viveram à escravidão, como a parda Acensa Pereira Dutra. A pesquisa em outras fontes revelou ainda que Luzia Gonçalves, mulher a possuir o maior número de cativos tributados pelos Reais Quintos, pertencia ao grupo das proprietárias libertas. Luzia aparece na devassa eclesiástica como Luzia Gonçalves forra e mais

¹⁹ Traslado de Carta de Alforria, AHCSM, Livro de Notas 20, 1º Ofício, [fl. 133 a 134]. Amaro Carvalho pagou apenas 52 oitavas de ouro e com a “obrigação de fazer calçar o senhor [Francisco Carvalho] enquanto tiver nestas minas”. *Ibidem*.

²⁰ Reais quintos e lista dos escravos da Vila do Carmo de 1723, AHCM, cód. 166, [fl. 14]

²¹ Testemunho, AEAM, Livro de Devassas 1722-1723 (1), [fl. 47v].

²² Registro de Batismo, AEAM, Livro de Batismo O-3, [fl. 24]. Batismo de 07/12/1721.

²³ O oficial de sapateiro Manuel Gomes Batalha disse “que Clemente Correa Toscano anda amancebado com uma parda forra por nome Maria Madalena de que têm filhos dela e é público o escândalo que dá”. Testemunho, AEAM, Livro de Devassas 1722-1723 (1), [fl. 42v, 43v].

especificamente como Luzia Gonçalves “preta forra”, confirmando assim sua condição social e sua provável origem africana²⁴.

As informações acima sugerem que as 10 mulheres que aparentemente constam da listagem dos Provedores dos Quintos fossem libertas e que por motivos diversos no momento da produção do documento ocorreu a omissão, proposital ou não, do registro da contribuição por serem forras. Para além disso, esse sub-registro da condição social, pode nos indicar que poucos homens e principalmente mulheres que viveram o cativeiro, tinham a possibilidade, em algum momento de suas vidas, de serem identificados como forros ou livres e não apenas enquanto forros e ex-escravos.

Bom exemplo é encontrado na trajetória da parda forra Clara Colaça. Clara, que vivia na outra margem do ribeirão do Carmo, alcançou boa condição financeira e mesmo prestígio entre moradores, principalmente entre escravas, forras e homens livres. Na relação de 1725, dos escravos e vendas do distrito do Monsus, arrabalde da Vila do Carmo, Clara Colaça pagou o imposto por quatro escravas e, além disso, “deu mais a dita por Francisco Ferreira Izidro”. Clara, ao contrário de Maria da Conceição, declarada como “mulher parda e forra”, não teve a condição social declarada, o que sinalizava ser livre²⁵. O mesmo acontece nos registros paroquiais de batismo, quando Clara Colaça levou sete afilhados inocentes à pia batismal. Em três assentos, ela aparece sem designativo, sugerindo também que fosse livre; e em outros quatro o pároco registrou-a como *parda*, sem declarar a condição social. Dois anos antes, Clara foi denunciada por Manuel Gomes Batalha na devassa eclesiástica instaurada na Vila. Manuel Batalha declarou ao reverendo visitador, a respeito de Francisco Ferreira Izidro: “tem de porta a dentro uma parda chamada Clara Colassa haverá dez anos pouco mais”²⁶. Diz o próprio Francisco que ela “lhe assiste com o governo da sua casa com muito cuidado zelo, diligência e fidelidade”²⁷. Embora a cor sinalizasse que Clara tinha ascendência africana, tanto o pároco que registrou o batismo quanto o padre secretário da visita não a identificaram como liberta. Trinta anos depois, já idosa, sem Francisco Ferreira Izidro e “mentecapta”, foi registrada pelo escrivão do registro civil como parda forra²⁸. A trajetória dessa liberta e a relação com os autores dos registros informam que a relação afetiva mantida por longos anos com Francisco, homem livre, senhor de cativos e proprietário de uma venda, poderia trazer distinção a essa mulher forra, que foi identificada como livre no momento de pagar os impostos à Coroa e mesmo nos registros batismais²⁹.

Essas informações indicam que o número de libertas na Vila do Carmo poderia ser maior do que nos informa os dados do provedor dos Quintos ou que elas constassem nos registros de outro distrito próximo da sede.

Na Tabela 5, arrolamos algumas forras que não foram registradas na lista, mas que aparecem nos Livros de Batismo da Matriz de Mariana como senhoras de batizados (2 casos) ou como participantes da celebração na posição de madrinhas (10 libertas), no período de 1721 a 1723. Excluímos os nomes das 20 libertas, que já foram apresentadas na documentação fiscal e que muitas aparecem também nos assentos paroquiais de batismo da Vila do Carmo.

Tabela 5: Mulheres Forras registradas nos Livros de Batismo – Vila do Carmo (1721-1723)

Ano	Nome	Designativo	Ano	Nome	Designativo
1721	Maria da Costa*	preta forra	1722	Maria Carneira	parda forra
1721	Marta	forra	1723	Rosa Maria	parda liberta

²⁴ *Ibidem*, [fl. 51, 53].

²⁵ Lista dos escravos e vendas do distrito dos Monsus de 1725, AHCM, cód. 150, [fl. 102].

²⁶ Testemunho, AEAM, Livro de Devassas 1722-1723 (1) (11 de janeiro de 1723), [fl. 43].

²⁷ Escritura de alforria, AHCSM, Livro de Notas 4, 1º Ofício, 1715-1716, [fl. 323V e 324]. Francisco Ferreira Izidro comprou a liberdade da filha de Clara Colaça, “pelo Benefício e boa assistência da dita Sua Mãe”.

²⁸ Inventário de Clara Colaça, AHCSM, Cx. 109, Auto 2257.

²⁹ Registros de Batismo, AEAM, Livros O-2, [fl. 5], e O-3 [fl. 1, 49v, 71, 72v, 86v, 99v].

1722	Josefa	forra	1723	Maria Ramos	forra
1722	Fabiana*	forra	1723	Bárbara da Luz	parda forra
1722	Suzana Gomes	forra parda	1723	Catarina Bastarda	crioula forra
1722	Joana Pinta	preta forra mina			

Fonte: Registros de Batismo de Escravos Inocentes da Matriz de N. S. da Conceição de Mariana, AEAM, Livro de Batismo O-2, [fl. 16v, 21, 24, 27, 33, 27, 27v, 29, 32, 33, 36, 38, 38v, 39]. * Maria da Costa e Fabiana [Teixeira] eram senhoras de duas escravas que tiveram filhos batizados na Matriz do Carmo. As demais forras aparecem como madrinhas.

Essas informações contidas nos livros eclesiásticos e nos registros com objetivo fiscal podem nos dar a referência aproximada do número de mulheres ex-escravas que viviam na sede da pequena Vila no início da década de 1720. Teríamos mais de 40 alforriadas, jovens e adultas, vivendo nesse povoado minerador – o que é um número expressivo, para o período, de mulheres que conseguiram a liberdade ou estavam em processo de legitimá-la.

Considerações Finais

Esse trabalho buscou desenhar a população da primeira vila do ouro da Capitania de Minas Gerais, nas primeiras décadas de sua formação. Serviu-se fundamentalmente da documentação produzida com objetivo de taxar a parcela da população que possuía escravos, vendas, lojas e aqueles que alcançaram a liberdade. Dessa maneira, a lista dos Reais Quintos possibilitou estimar a população mancípia, os proprietários escravistas, as mulheres e homens forros e os estabelecimentos comerciais instalados na Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo em 1723.

Como já destacado, o território marianense até meados do século XVIII possuía o maior contingente populacional das Minas Gerais e juntamente com a vizinha Vila Rica constituía a Comarca com maior número de indivíduos, principalmente de escravizados.

Tendo tão expressiva parcela de cativos, a Vila do Carmo e seus 19 povoados que integram a documentação fiscal, tinha também número significativo de mulheres ex-escravas. Elas tiveram maiores possibilidades do que os homens para conquistar a alforria e poderem “tratar de si”. Libertos e libertas lutaram para sobreviver, pagar impostos régios, comprar trabalhadores escravos e alguns puderam se estabelecer com suas tavernas ao lado da maioria dos senhores livres, além de dominar as vendas volantes.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A Atuação dos Cooperadores Salesianos na sociedade brasileira no início do século
XX.**

Nadja Santos Bonifácio / Universidade Federal de Sergipe
nad3sb@bol.com.br

O referido artigo trata do desempenho dos Cooperadores Salesianos na sociedade no início do século XX. A partir da criação da revista Boletim Salesiano direcionada para divulgar os feitos das missões Salesianas, levando ao conhecimento de seus leitores e cooperadores as ações e práticas educativas desenvolvidas pelas missões, discutindo assuntos direcionados a educação, voluntariado e conselhos de vida cristã aos seus leitores. A Pia União dos Cooperadores Salesianos foi fundada também por D. Bosco com o objetivo, segundo ele, de “manter o espírito de solidariedade entre os cooperadores, pô-los a par do que vai se realizando na sociedade e animá-los a colaborar oportunamente com ela”. Portanto, esse foi um movimento de leigos que se engajaram nas atividades pastorais das comunidades eclesiais locais. Assim o referido trabalho fundamentado sob uma perspectiva histórico-cultural, direcionado no campo da História Social e História da Educação pretende buscar um entendimento desse movimento na sociedade e na educação. Para isso, será analisado exemplares do Boletim Salesiano de 1908 a 1912.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A PESQUISA E O USO DOS IMPRESSOS E DA LITERATURA.

Nadja Santos Bonifácio / Universidade Federal de Sergipe
nad3sb@bol.com.br

A Revolução da Historiografia Francesa ocorrida no início do século XX possibilitou novos rumos para os pesquisadores analisar e revelar seus objetos de estudo. Fontes diversificadas sugeriram para trazer um melhor entendimento as pesquisas realizadas em diferentes áreas, na Sociologia, Educação, Antropologia, na Psicologia, Lingüística, entre outras. Recursos como a iconografia, os impressos (jornais, revistas, almanaques, etc), assim como, a Literatura Brasileira, começaram a contribuir de forma relevante, seja como fonte ou objetos principais sejam como subsídios na realização das pesquisas, descobrindo práticas da sociedade, comportamentos, costumes, práticas educativas e morais que podem ser percebidas através dessas fontes. Portanto, o trabalho busca analisar o uso dos impressos e da Literatura como fonte ou subsídio nos estudos de pesquisas históricas. Assim o referido trabalho fundamentado sob uma perspectiva histórico-cultural, direcionado no campo da História Social e História da Educação, pretende entender que os impressos e a literatura são importantes fontes ou objetos de pesquisa.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**As fugas internacionais de escravos: o debate diplomático entre o Império do
Brasil e a República da Bolívia (1825-1870).**

Newman di Carlo Caldeira / UFRJ (PPGHIS)
newmancaldeira@yahoo.com.br

Ao longo do século XIX, os países sul-americanos enfrentaram processos de independência política e o Brasil alcançou resultados distintos, no que se refere à abolição do regime de trabalho escravo. O objetivo principal desta comunicação será demonstrar o desenvolvimento dos processos de legitimação e defesa da propriedade escrava no concerto sul-americano, bem como analisar a argumentação desenvolvida pelos representantes do Império brasileiro nas negociações diplomáticas que conjugavam ajustes de fronteira, comércio e navegação fluvial, com as tentativas de repatriar os prófugos escravos, pelo exame da correspondência oficial que trata das fugas ocorridas da província de Mato Grosso para o território da República da Bolívia. Na América do Sul, apesar dos poucos estudos sobre as fugas internacionais de escravos, tais movimentações foram mais comuns do que se pensa e despertaram o interesse dos representantes brasileiros que, em suas tentativas de obter a devolução dos escravos fugidos, esbarravam na falta de convenções ou tratados específicos sobre extradição.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

O conceito “o homem cordial” na obra de Sérgio Buarque de Holanda¹

Oldair Glatson dos Santos

Graduando em História pela Universidade Salgado de Oliveira -
Campus Belo Horizonte

Uma boa parte dos cientistas sociais que se debruçaram sobre a história do Brasil, numa tentativa de contribuir para uma explicação acerca dessa história, era formada em áreas distintas, como Sociologia, Direito, Economia. Apesar de alguns destes intelectuais não possuírem uma formação acadêmica em História, utilizaram-se da mesma – e muitas vezes com maestria – para traçar suas leituras, interpretações, teorias acerca da formação do Brasil. Dentre estes intelectuais, três deles se destacaram no panorama do Brasil na década de 1930, sendo chamados, então, de “intérpretes do Brasil”. São eles: Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Sobre os mesmos e suas respectivas obras – *Formação do Brasil contemporâneo*, *Casa Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* – Antônio Candido esclarece que

“(...) podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo”.²

O historiador Francisco Iglésias reforça o coro ao dizer que os três “se não fundam, são os que mais dão material para a constituição da ciência social do Brasil, notadamente no campo da História”.³

¹ Este trabalho é resultado parcial de minha monografia, que tem como título: “Construções da história: o conceito *o homem cordial* na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. Apresentado no Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade. Universidade Federal de Ouro Preto: 01 a 03 de agosto de 2007.

² CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.9.

³ IGLÉSIAS, Francisco. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: *Sérgio Buarque de Holanda, terceiro colóquio*, UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p.15.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Dentre os três *intérpretes do Brasil*, um se destaca, não somente pela teoria que elaborou acerca do país, mas também pelo estilo de sua escrita. Sérgio Buarque de Holanda, de certa maneira, *recriou* o Brasil ao produzir sua obra mais discutida: *Raízes do Brasil*. Há, entre historiadores, sociólogos, intelectuais que pensam nosso país, um consenso acerca da importância e relevância desta obra. Livro pequeno, de poucas páginas – principalmente se comparado a *Casa Grande & Senzala* – segundo Antônio Candido, “se tornou um clássico de nascença”.⁴

Para o historiador Edgar de Decca, dos três autores citados

“Sérgio Buarque de Holanda desponta como o mais inventivo e instigante. No famoso trio criado por Antonio Candido, todos eles são reconhecidos como redescobridores do Brasil. (...) No entanto, Sérgio Buarque acabou se destacando pela tipologia do ser nacional absolutamente original e controversa.”⁵

Dentre os conceitos desenvolvidos pelo historiador paulista, está o que ele denominou de “homem cordial”. O termo, cunhado pelo escritor e poeta Ribeiro Couto, foi explorado com maestria pelo autor de *Raízes do Brasil*, uma vez que ele,

“(…) para completar a sugestiva idéia de Couto, (...) vai buscar na história de nossa formação social a essência desse ser social que, segundo ele, está desterrado em própria terra. (...) Sérgio reconhece o homem cordial como um ser social e produto de nossa formação histórica.”⁶

Segundo Sérgio Buarque, a contribuição do povo brasileiro para a civilização seria esta cordialidade. Nas palavras do historiador

“A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”.⁷

⁴ CANDIDO. Op.cit., p.9.

⁵ DECCA, Edgar de. Cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: DECCA, Edgar de, SCHULER, F.Luiz (orgs.). *Intérpretes do Brasil: seminário e exposição, homenagem a Sérgio Buarque de Holanda*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.82.

⁶ Idem, p.82.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p.146-7.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Esta cordialidade, da qual trata o autor de *Raízes do Brasil*, não é aleatória, não é fictícia, nem a-histórica. Ela está assentada, segundo José Carlos Reis, num modo de vida rural e colonial brasileiro – modo herdado da colonização portuguesa – que estaria sendo gradualmente superado.⁸

Fica implícito, nas análises de Sérgio Buarque, não somente a necessidade de se reconhecer a existência dessa cordialidade, mas também a importância em associá-la a fatores históricos que a expliquem. Não se trata aqui de saber se a cordialidade buarqueana é passível de se verificar empiricamente na sociedade brasileira, mas sim de apontar como esse conceito está intrinsecamente ligado ao período histórico em que foi defendido, além de perceber como ele retrata uma necessidade da elite intelectual brasileira em *redescobrir* o Brasil; um redescobrimento que leve em consideração, principalmente, as características nacionais.

Esse redescobrir o Brasil, por sua vez, foi um dos motivos que levou alguns artistas e intelectuais brasileiros a promoverem a *Semana de Arte Moderna*, em 1922. Mário de Andrade, Oswald Andrade, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti e mesmo Graça Aranha, posteriormente isolado pelo grupo, como nos informa Silvano Santiago⁹, foram apenas alguns dos nomes representativos dessa nova leva de intelectuais que tentaram pensar o Brasil sob um novo ponto de vista.

Sérgio Buarque também não ficou passivo ante estes acontecimentos; pelo contrário, manteve contato com a *vanguarda* modernista, travou discussões acerca do modernismo “divulgando suas propostas nas revistas *Klaxon* e *Estética*”, visto que já era, à época, um reconhecido crítico literário.¹⁰

Além de citar a participação de Sérgio Buarque nas discussões travadas desde a década de 1920 no Brasil, é lícito também não perder de vista as mudanças políticas e sócio-econômicas que ocorriam no país. O desenvolvimento, ainda incipiente, da indústria, o crescimento das cidades, a mudança de um país agrário para um país em vias de se industrializar gerava uma necessidade de explicações compatíveis com a nova realidade que surgia. Todas estas questões já vinham sendo discutidas pelos intelectuais dos anos 20, especialmente pelos modernistas. No entanto, o historiador parece distinguir-se dos demais em sua análise sobre o Brasil, uma vez que utilizou conceitos até então inéditos para se pensar

⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.135.

⁹ SANTIAGO, Silvano. Mário, Oswald e Carlos, intérpretes do Brasil. In: DECCA, Edgar de, SCHULER, F.Luiz (orgs.). *Intérpretes do Brasil: seminário e exposição, homenagem a Sérgio Buarque de Holanda*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.16.

¹⁰ REIS. Op.cit., p.116-7.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

o país. Sua permanência na Alemanha, onde esteve como correspondente jornalístico, possibilitou-lhe manter contato com a sociologia de Max Weber. Os “tipos ideais” weberianos podem ser depreendidos da obra do historiador paulista; para Francisco Iglésias, e outros tantos intelectuais brasileiros, eles foram utilizados pela primeira vez numa interpretação sobre o Brasil.¹¹

Desta maneira, o momento histórico vivenciado pelo autor, as transformações pelas quais passava o país, a busca de uma explicação para o *atraso* nacional ainda latente, são alguns itens fundamentais para se entender a *construção* do conceito *homem cordial*; um termo que tenta dar respostas aos problemas enfrentados pelo Brasil da década de 1930.

Assim, ao pesquisarmos a *construção* deste conceito, fomos movidos pelo interesse em investigar as razões que condicionam os pesquisadores, intelectuais, cientistas sociais na criação e defesa de termos, conceitos, definições que tentam *representar* a realidade de determinado momento histórico. O tema surgiu como interesse em tratar as construções realizadas pelos cientistas sociais – e pelo historiador paulista em particular – no tocante à percepção que os mesmos têm da realidade e como esta realidade (em um dado momento histórico) reflete a defesa de suas idéias, seus conceitos, suas teorias.

Julgamos também ser possível, através de nosso objeto de pesquisa, contribuir para a discussão que atualmente se trava acerca das *fronteiras* que separam (ou que aproximam) os estudos e pesquisas na área da história e da literatura. Até quando um texto histórico pode ser estudado como algo ficcional? Até quando uma ficção pode ser utilizada como fonte histórica? Para Pesavento

“A questão da veracidade e da ficcionalidade do texto histórico está, mais do que nunca, presente em nossa contemporaneidade, fazendo dialogar a literatura e a história num processo que dilui fronteiras e abre as portas da interdisciplinaridade. O texto histórico comporta a ficção, desde que o tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo.”¹²

Acreditamos que uma pesquisa sobre o tema em questão pode nos ser útil para refletir acerca das fronteiras que perpassam as pesquisas dos cientistas sociais, além de ser possível

¹¹ IGLÉSIAS. Op.cit., p.25.

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: NODARI, Eunice (org.). *História fronteiras*: Simpósio da Associação Nacional de História. V.2. São Paulo: Humanitas, 1999. p.820.
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

avaliar em que medida as escolhas e vivências do pesquisador interferem na construção do conhecimento histórico. Por que o conceito de homem cordial foi pensado e explorado na década de 30 não, por exemplo, na *Semana de 1922*? Por que o mesmo não foi explorado – na dimensão que o foi por Sérgio Buarque – por um outro historiador, pensador ou literato? Qual a necessidade de se construir um conceito que defina ou, em última instância, que represente a sociedade brasileira?

Julgamos que as respostas a estas questões podem ser encontradas não somente nas circunstâncias particulares dos acontecimentos, mas também na formação intelectual de Sérgio Buarque. O fato de ele ter sido um reconhecido crítico literário, a sua vivência como correspondente na Alemanha, toda sua *leitura de mundo*, permitiu-lhe ultrapassar, ou pelo menos contribuiu, para uma interpretação dissociada das demais interpretações feitas pelos intelectuais de sua época.¹³

Sua permanência na Europa, mais especificamente na Alemanha, parece ter-lhe propiciado o contato com intelectuais, historiadores e mais diretamente com a obra de Max Weber, que o influenciou na leitura de viés sociológico que faria em sua obra *Raízes do Brasil*.

Sérgio Buarque é um intelectual que vive seu tempo, que compartilha experiências com outros pensadores brasileiros – como já indicamos aqui – e que tenta, diante das mudanças que começam a marcar a sociedade brasileira, achar respostas para o atraso do país; ele justifica seus conceitos através da história colonial brasileira e através da utilização de termos provenientes da sociologia.

Desta maneira, o conceito explorado pelo historiador paulista é passível não somente de uma interpretação da realidade brasileira, de uma representação dessa realidade, mas também de uma leitura sobre estas representações e como as mesmas definem um olhar sobre a sociedade em determinado momento.

¹³IGLESIAS. Op.cit., p.18-9.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Uma Reflexão Sobre As Possibilidades Do Fazer Histórico
As Pessoas Comuns No Extremo-Norte De Goiás
(1860-1920)**

Olivia Macedo Miranda Cormineiro

Especialista em História Social pela Universidade Federal do Tocantins

RESUMO:

A presente comunicação origina-se de uma investigação em andamento sobre as relações de trabalho dos pobres entre as décadas de 1860-1930 nas regiões mais extremas do norte da Província/Estado de Goiás, e tem como objetivo central levantar questionamentos a respeito dos caminhos percorridos pelo fazer histórico sobre esta e nesta região e, concomitantemente, promover alguma reflexão sobre encontros e desencontros da historiografia relativa ao uso do conceito de ideologia e das relações sociais, ou seja, promover uma discussão sobre a prática historiográfica.

“São os homens que a história quer capturar!”

Investigar as relações de trabalhar das pessoas comuns e pobres do extremo-norte de Goiás não é uma tarefa simples. Nesse sentido referir-se aos Anales, com todas as implicações que suscita, é imprescindível, pois desde Marc Bloch e Lucien Febvre o alargamento das perspectivas históricas tem concorrido para a complexidade das reconstituições, sendo a razão desta complexidade: “os fatos humanos [serem] mais complexos que quaisquer outros²”. Não obstante, apesar da complexidade esta proposta propõe abrir caminhos para uma reflexão acerca da relação entre história política tradicional e alguns pressupostos da Nova História quanto ao problema das ideologias, do conflito social de interesses e de classes e da justificação do presente, apesar de não haver consenso entre os adeptos da Nova História quanto aos pontos centrais desta perspectiva.

Iniciamos esta exposição apresentando os sujeitos históricos desta pesquisa como sujeitos não historicizados até o momento. Ou seja, sua inserção como agentes históricos é inusitada na historiografia sobre o norte e, especialmente, extremo-norte de Goiás. Esta

¹ BLOCH, M. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001 p. 54.

² BLOCH, M. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

região, atual estado de Tocantins, em raríssimas vezes produziu ou foi objeto de produções até a divisão de Goiás em dois Estados. A partir de então, o que ocorreu foi a tentativa de se construir um aporte histórico que garantisse a viabilização de certo modelo social, modelo este pautado na “construção” de uma “história” que privilegiasse as continuidades, os homens e os eventos que respondessem às aspirações ideológicas dos grupos políticos em ascensão.

Assim, desta história política tradicional, mesclada com algumas notas de economicismo, restou às pessoas pobres e comuns do norte de Goiás, e especificamente do extremo-norte, a exclusão ou opacização enquanto sujeitos da história. Nesse sentido é interessante observar que durante parte da década de 1980 e toda a década de 1990 enquanto a historiografia mundial e brasileira já discutia a renovação da história política, nos rincões do planalto central as produções históricas se sustentavam no tripé: história política tradicional; economicismo e invenção. Em relação a este triplo suporte, acredito que seja desnecessário neste momento deter-se na apresentação dos dois primeiros aspectos. No entanto o último aspecto, a invenção, é um elemento essencial nesta discussão.

A invenção, segundo Hobsbawm e Ranger, é o elemento que atribui um caráter inovador às tradições reeditadas e ou que reveste novos projetos e práticas ideológicas de um caráter de costume³. A questão central é: A história tradicional sobre o extremo-norte justifica, com ou sem a anuência dos seus produtores, por meio da invenção histórica um projeto ideológico, mesmo defendendo um discurso de imparcialidade? De fato, acredito que a perspectiva tradicional na historiografia do extremo-norte serve à justificação de um projeto político frente ao presente. Aliás, retornando aos pobres do extremo-norte, considero que a opacização da agência destes homens, mulheres e crianças comuns do extremo-norte foi um meio útil à construção deste projeto político.

Nesse sentido, o que se propõe aqui é deixar de lado a crítica, por si, da perspectiva Rankeana adotada pelos produtores da história política tradicional produzida sobre esta região e passar-se a questionar fundamentalmente sua inserção social nas disputas pelo poder e na construção das identidades. Ou seja, o fazer histórico vinculado à história política tradicional deve ser historicizada a partir de sua função político-cultural atual dentro da sociedade, ou como assevera Michael de Certeau analisando a “oposição que se forma embaixo dos textos – que escondem [...] posicionamentos políticos – por meio de mecanismos próprios aos discursos históricos” e que são, assim o considero, gestados na realidade.

³ HOBBSAWM, E. RANGER T. A invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

De fato, a produção historiográfica sobre o extremo-norte de Goiás foi realizada a partir de um olhar retrospectivo, cujos lugares e interesses de onde emanam os discursos não apenas são, inevitavelmente, parte das reconstruções, como também re-apresentam os pessoas comuns como sombras que somente aparecem à luz em situações específicas. Sobre esta questão é pertinente lembrar a advertência de E. P. Thompson:

“Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos perceber em algumas causas perdidas do povo [...] percepções de males sociais que ainda estão por curar”⁴

Sob este ponto de vista, o fazer histórico assume novas perspectivas, iluminando, inclusive, os caminhos desta pesquisa em reconstruir um processo histórico procurando historicizar as experiências de trabalhar e de viver das pessoas que de fato viveram no recorte temporal em questão, no *tempo específico* de suas próprias necessidades, vivências outras, construídas por motivações outras que não as de justificar as questões do presente. Eric Hobsbawm nos esclarece um aspecto importante da relação passado e presente na história da seguinte forma:

“Os historiadores não ficam e não podem ficar do lado de fora de seu objeto como observadores objetivos [...] Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar [...] Muitos de nós [...] estamos felizes de produzir obra que possa se utilizada por nosso povo ou causa [...] O que não podemos fazer, sem deixar de ser historiadores, é abandonar os critérios de nossa profissão. Não podemos dizer aquilo que podemos demonstrar como inverídico. Nisso inevitavelmente diferimos daqueles cujos discursos não é tão restringido”⁵

Por outro lado, ao afastar a atenção do vir a ser e centrá-la no ser, afastando o olhar de questões que emanam apenas do presente fixando-a no que as fontes dizem sobre as experiências em seus lugares e temporalidades será impossível não observar que se não preenchermos as lacunas da história com as pessoas comuns ela ficará, de fato, vazia. Afinal quem trabalhava nos barcos que transportava o gado dos fazendeiros no extremo-norte de Goiás? Quem pegava em armas para defender os pastos ocupados pelos coronéis? Quem quebrava os cocos babaçus que os comerciantes transportavam para Belém, senão as mulheres e homens pobres? Sem estas pessoas não haveria um presente possível entre 1860 e 1920.

Logo, desde a análise prévia das fontes foi possível levantar a hipótese de que os modos de viver e trabalhar das pessoas pobres e comuns do extremo-norte não havia sido construído apenas em função da exploração e da dominação promovidas pelas elites locais e regionais. Havia na construção da vida destes pobres uma relação de tensão que não excluía

⁴ THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa I. São Paulo: Paz e Terra, 1997 p. 13.

⁵ HOBBSAWM, E. Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 p.291.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

seus próprios interesses, e interesse aqui, como descrito por Thompson, é tudo que interessa ao homem.⁶ Índícios corroboram a idéia de que as relações de trabalho, um dos principais fundamentos da construção do modo de vida destes sujeitos, não foram sempre dominadas pelas relações de mandonismo, e mesmo quando assim o era estas pessoas empreendiam estratégias várias para manter ou transformar aspectos destas relações. Nesse sentido é importante registrar que nas reconstruções da história política tradicional utiliza-se largamente o argumento das relações de mandonismo, onde os pobres são intermitentemente subjugados pelos que detém o poder, para justificar a inércia destes pobres diante da exploração e, conseqüentemente, para justificar sua desnecessariedade nas narrativas históricas.

No entanto, ao contrário da perspectiva da história política tradicional, algumas fontes, que estão sendo analisadas na pesquisa em referência, indicam quão impressionantes são as estratégias utilizadas por estes sujeitos, especialmente por sua capacidade de sofisticar costumes que eram considerados pelos grupos dominantes como característica de sua “inferioridade moral”. Por exemplo: os sertanejos-pobres quando estavam a serviço das embarcações que transportavam couro, gado e algumas outras matérias-primas para o porto de Belém adotaram o costume dos indígenas, primeiros remeiros na navegação comercial dos rios Tocantins e Araguaia, em abandonar os barcos.

Vejamos, os índios abandonavam os barcos durante as viagens por não estarem acostumados à restrição de sua mobilidade, porém, cumpre esclarecer, que os sertanejos-pobres utilizavam este costume como instrumento de reivindicação e barganha: a própria administração da Companhia de Navegação do Araguaia admite que a “indisciplina” dos camaradas⁷ havia se tornado uma prática permanente entre os remeiros, que utilizavam esta estratégia como uma resposta aos hábitos “pouco conciliadores dos comandantes” que costumavam maltratar a tripulação. Assim o costume que por décadas representou uma resistência dos índios à “civilização”, quando apropriado pelos sertanejos pobres e processado em suas experiências se constituía em uma prática renovada: reivindicar e negociar o que consideravam um direito, imbricando-se, desta forma, a tradição e o moderno nas experiências sociais das pessoas comuns.

Estas estratégias esclarecem alguns aspectos da relação entre trabalho autônomo e trabalho sob contrato segundo a visão de mundo dos sertanejos pobres. No entanto é necessário, para entendermos toda a resistência deste sertanejo a se empregar como camarada,

⁶ THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores S/A, 1981 p. 194.

⁷ Pessoas pobres que por meio de um contrato denominado “Contrato de Camaradagem” vendiam sua força de trabalho a quem interessasse e, supostamente, recebiam um ordenado por seus serviços. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

lembrarmos que o que por nós, retrospectivamente, pode ser compreendido como os primeiros passos para a institucionalização, formalização, das relações de trabalho, para os sertanejos-pobres simbolizava um retorno à servidão, sendo de fato uma possibilidade plausível nestes contratos.

Em suma é possível que as experiências destes sujeitos, processadas em suas consciências, conduziram-no a compreender que aderir ao regime de “trabalho livre” significava aderir ao que o pensador Karl Marx denominou concretamente como a separação entre força de trabalho e propriedade dos meios de produção. Assim, como os sertanejos pobres sempre, ou quase sempre, estiveram na condição de expropriados, imagino que lutassem para não serem alienados de seu modo de viver, ou seja, lutavam para não serem expropriados de seu único bem: seu modo de vida.

Desta forma, parece-me, que se dentro das definições conceituais as categorias camaradas, agregados, vaqueiros, coureiros, quebradeiras, pescadores, roceiros, pescadores, jagunços ou cabras estão perfeitamente separadas, nas experiências sociais sua concretude sempre foi um amálgama, onde o sertanejo pobre nunca vestia apenas a pele de camarada ou agricultor ou cabra, mas era um único e um múltiplo. São estas experiências concretas, que fogem das nomenclaturas fechadas, as construtoras dos diversos entendimentos sobre a relação trabalhador/indolente, a exemplo da descrição no Relatório de 1881:

“A lavoura pede braços [...] não ofereçam os fazendeiros aos vagabundos guarida em suas terras e muito teremos conseguido. [pois] por toda parte encontramos [...] miseráveis choupanas – são os agregados. E, em regra, estes querem dizer [...] que alli vivem abrigados à sombra de um poderoso patrão⁸”

Não discutiremos aqui quais as razões que levaram estes pobres a se “abrigarem à sombra de um poderoso patrão”. Entretanto em direção à seguinte afirmação podemos avançar: os “vagabundos” referidos por Moraes eram peças importantes para o desenvolvimento econômico da província/estado de Goiás e, além disso, estes mesmos sertanejos pobres, ao menos relativamente, eram sabedores de sua relevância. Senão por qual razão utilizariam, por exemplo, a questão do abandono dos barcos para barganhar e alcançar seus interesses?

Ora, acredito que a resistência, acomodação ou reação destes pobres, relacionalmente a outros aspectos, tenham tido importância capital na construção da realidade social naquele contexto e nesse sentido não se poderia negligenciar suas histórias a não ser em razão de interesses muito definidos e que, parece-me, vinculam-se às ideologias dos construtores destas

⁸ Goiânia. Arquivo Público Estadual. Relatório da Presidência da Província de Goiás. Ano 1881 p. 54. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

narrativas históricas. Acompanhemos as considerações de Thompson sobre o comprometimento com o presente e o ofício do historiador:

“o que temos que fazer [...] é reexaminar [...] fazer novas perguntas [...] Quando examinamos uma cultura [...] tais perguntas podem, frequentemente referir-se não ao processo e à lógica da mudança e mais à reconstituição de estados passados de consciência e à textura das relações domésticas e sociais [...] Se nos preocuparmos apenas com o tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo [ou um grupo] foi negligenciado pelo historiador, pois as mulheres [também os pobres] são raramente vistas como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômica⁹”.

A argumentação de Thompson enuncia um cuidado necessário e revela uma tendência na historiografia em geral, que especificamente no que se refere ao extremo-norte é observável na produção histórica: as reconstruções históricas que procuram opacizar por meio do discurso da supressão das ideologias os conflitos sociais e as relações de classe. Esta perspectiva denominada por alguns historiadores, a exemplo do Professor Ciro Flamarion Cardoso, de Nova História agrega entre suas principais características a subjetividade do historiador como ponto de partida para a construção da narrativa histórica e a negação das ideologias. Nesse sentido, em relação à historiografia do extremo-norte o que se constata é que, em parte, de uma história política e objetivista salta-se para uma história subjetiva e, pretensamente, não ideológica.

Todavia se aproximarmos o olhar é possível entrever no discurso da objetividade e da supressão da ideologia um elemento comum: o comprometimento com a virtualidade, onde as temporalidades são distribuídas em um continuum vir à ser, atualizando-se velhas fórmulas para novas questões, conforme configurações nas relações de poder, especialmente as vinculações entre poder político e poder intelectual. No entanto, deixando de lado a questão da objetividade na história, assunto onde as principais questões já foram dirimidas, parece-me que a principal dificuldade não se encontra no uso da ideologia, mas na negação da ideologia como atributo social na construção das mentalidades e alavanca para o fazer social, incluindo aí o fazer histórico.

Paul Veyne interpretando o pensamento de Michael Foucault utiliza-se da seguinte argumentação para caracterizar as ideologias e esclarecer sua função na produção histórica:

“Começamos a compreender o que é uma ideologia: um estilo nobre e vago, próprio a idealizar as práticas sob pretexto de descrevê-las; é um amplo drapeado, que dissimula os contornos desconchavados e diferentes das práticas reais que sucedem¹⁰”.

⁹ THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos. São Paulo: Unicamp, 2001 p. 234.

¹⁰ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: UNB, 1998 p.250/251.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

E complementa “Em uma palavra ou em cem, ideologia é coisa que não existe, a despeito dos textos sagrados, e seria necessário que nos decidíssemos a nunca mais empregar esse termo¹¹”, ou seja, para Veyne as ideologias, ou os projetos políticos, não encontram uma correspondência concreta no agir do homem ao examinarmos suas ‘práticas’, tendo a ideologia, especificamente, a função de adequar a história a doutrinas políticas – religiosas, filosóficas, econômicas - e a função do historiador seria justamente desnudar as ‘práticas’ humanas do véu da ideologia, descrevendo o mundo, a cada momento, pelo que ele é, e ele é o que é: o mundo sublunar, ou seja, nas palavras de Veyne, citando Foucault:

“Julgar as pessoas pelos seus atos e eliminar os eternos fantasmas que a linguagem suscita em nós [...] julgar as pessoas pelos seus atos não é julgá-las por suas ideologias; é, também não as julgar a partir de grandes noções eternas – os governado, o Estado, a liberdade [...]”¹².

Veyne ao criticar a utilização dos conceitos faz considerações pertinentes. De fato o uso estrutural de conceitos foi um equívoco historiográfico, no entanto esta já não é uma prática constante e, me parece, há certo consenso sobre isto na historiografia. Por outro lado, sua concepção de que as ideologias não passam de um estilo e que a história que interessa é a história do mundo sublunar e que deve ser narrada a cada momento, em um eterno retorno do presente, tropeçam em aspectos importantes.

Primeiro, à medida que estas noções pretendem desautorizar as diversas manifestações de racionalidades e suas respectivas experiências coletivas, não há um mundo sublunar ou um mundo de subjetividades individuais. Considero haver, isto sim, uma totalidade imbricada de objetividades e subjetividades – sentimentos, valores, ambições, desejos, racionalidades e tudo o mais que interessar às pessoas – nas práticas humanas. Destarte, procurar desautorizar a história vinculada ao paradigma iluminista utilizando como argumento a discussão sobre racionalidades me parece um falso problema, assim como apontar para as ideologias como uma noção falseadora das realidades constitui-se uma aporia que não subsiste à análise de qualquer trabalho vinculado à Nova História.

Nesse sentido, buscar definir a história, nas palavras de Veyne, “como uma atividade cultural [sendo que] a cultura gratuita é uma dimensão antropológica¹³” é como argumenta pertinentemente o professor Flamarion Cardoso “buscar tornar a história politicamente domesticada e inofensiva bem como a proporcionar uma arrogante boa consciência aos

¹¹VEYNE, Paul. Como se escreve a história. Brasília: UNB, 1998 p. 262.

¹² Ibid., p. 248

¹³ Ibid., p. 70.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

historiadores¹⁴”. Como consequência uma reconstrução histórica livre de tensões sociais não comportaria do mesmo modo o conflito social e a classe social, trazendo consigo uma expectativa de despolitização da história.

Aqui, devemos retomar a história das pessoas comuns e pobres do extremo-norte, pois neste ponto da discussão faz-se necessário apresentar, ainda que de forma prévia, uma das consequências práticas da exclusão do conflito de classe das reconstruções históricas: opacizar as tensões sociais obscurece os interesses coletivos divergentes abrindo caminho para apresentar as pessoas homogeneamente, esvaziando, assim, por meio da invenção de uma identidade, a ação das pessoas comuns na realidade social.

Este é um problema importante, pois por não ser a classe uma coisa, não possuindo contornos definidos, sua existência, diga-se inquestionável, é, por alguns historiadores, negada. No entanto, se a classe não é um conjunto homogêneo tampouco as relações sociais são atributos, como propõe Veyne e outros adeptos de um dos vieses da perspectiva antropológica, “estritamente culturais”. Muito menos a história se interessaria apenas pelo que manifestamente fosse curioso ou pitoresco, e não seria “histórico o [...] ‘coletivo’, em uma palavra o ‘social’¹⁵”. A extração do conflito social das reconstruções históricas pode ser percebida na historiografia sobre o norte de Goiás especialmente em função da vinculação de costumes e tradições apenas aos aspectos culturais, entendidos aqui como gosto e folclore. Nesse sentido uma larga faixa das reconstruções apóia-se na proposição de que os costumes dos pobres do norte e extremo-norte de Goiás foram construídos a partir da “fusão” com os costumes e tradições nordestinas.

Por outro lado, a concepção de cultura que está sendo utilizada na pesquisa que subsidia esta comunicação fundamenta-se na argumentação de Thompson de que a cultura deve ser compreendida a partir de relações e conflitos de classes, ademais “não podemos esquecer que [cultura] é um termo emaranhado¹⁶”. Acompanhando esta argumentação Thompson complementa sua posição citando o antropólogo Gerald Sider:

“Os costumes estão claramente associados e arraigados à realidades materiais e sociais da vida e do trabalho [...] podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...] podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo dos interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e do domínio dos que deles participam¹⁷”

¹⁴ CARDOSO, C. F. VAINFAS R. Domínios da História. Rio de Janeiro: Campus, 1997 p. 19

¹⁵ VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Brasília: UNB, 1998 p. 58

¹⁶ THOMPSON, E. Costumes em Comum. Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 p. 23.

¹⁷ Ibid., p. 22.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Para problematizar a noção de cultura, como campo específico de tensão e conflito social, expor-se-á brevemente a questão do plantio da mandioca: primeiro por meio da perspectiva dos discursos oficiais e, posteriormente, a partir da análise de alguns indícios que apresentam aporias nestes mesmos discursos. Nesse sentido, na perspectiva das elites estaduais e frações das elites regionais a alimentação no norte de Goiás se restringia à mandioca porque esta maniva era de “fácil” cultivo exigindo pouco esforço do “preguiçoso” sertanejo pobre¹⁸ e, ademais, fazia parte do costume do nordestino, maioria da população do extremo-norte conforme o historiador Luis G. Palacín¹⁹.

No entanto, estas mesmas fontes oficiais que apresentam a indolência do sertanejo-pobre como razão para a preferência do cultivo desta maniva indiciam a possibilidade de outras razões para a opção pela mandioca. Nos Relatórios Provinciais constam informações de periódicas situações de escassez na província/estado de Goiás. Nestas situações de desabastecimento a administração costumava aplicar, no sul de Goiás e na capital, medidas que impunham “aos lavradores ou importadores a obrigação de permanecerem no mesmo mercado por 24 horas nos tempos normaes e 48 horas no tempo de carestia²⁰”.

Apesar dos resultados destas medidas serem tenazmente questionadas no centro-sul de Goiás pelas elites comerciais, foram práticas costumeiras da administração de Goiás até mais ou menos a década de 1920. No entanto, logo os sertanejos-pobres do extremo-norte compreenderam que seria necessário empreender outros meios para suportar os períodos de escassez, pois as medidas tomadas pela administração no centro-sul de Goiás quase nunca abrangiam o norte e, especialmente, o extremo-norte. Parece-me, que a partir desta compreensão os pobres desta região tornaram o cultivo de mandioca e a fabricação de farinha um padrão estratégico, que conjugava elementos de seu costume alimentar com seus interesses e necessidades mais imediatas. A própria administração da província, já desde o ano de 1835, reconhecia, ainda que não percebesse o alcance de sua admissão, que a “[...] fome [...] fez conhecer a conveniência da plantação de mandioca e [...] trouxe a abundancia dos gêneros mais necessários para a vida nas povoações do Norte [...]”²¹.

Ademais, a prática de cultivo da mandioca significava para estes sujeitos muito mais do que a obtenção de suas necessidades biológicas, integrando-se este *habitus* à construção de padrões de experiência que se relacionavam ao seu modo de vida. Assim, de fato, a mandioca por ser uma cultura que exigia menor cuidado, além da previdência alimentar, liberava algum

¹⁸ Goiânia. Arquivo Público Estadual. Rel. da Presidência de Província de Goiás. Ano de 1881 p. 48.

¹⁹ PALACÍN. L.G. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás. São Paulo: Edições Loyola, 1990 p. 21.

²⁰ Goiânia. Arquivo Público Estadual. Relatório da Presidência da Província de Goiás. Ano 1878 p. 01.

²¹ Goiânia. Arquivo Público Estadual. Relatório da Presidência da Província de Goiás. Ano de 1835 p. 18.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

tempo para realizarem outras atividades que eram significantes sócio-culturalmente para estes sujeitos: como pescar, caçar ou simplesmente manter suas curtas ou longas viagens a pé, atividade intrinsecamente relacionada à noção de liberdade destes sertanejos pobres²². A atividade venatória, por exemplo, apresenta, mais claramente, a relação entre conflito social e cultura.

Nesse sentido, a atividade da pesca e da caça simboliza a importância que o sertanejo-pobre atribuía à integração de suas manifestações de trabalho à totalidade de seu mundo, porque além de ser uma atividade praticada em horários e lugares muito diversos, o que lhe rendia tempo para executar as tarefas da sua roça, relativizando, nesse sentido, a dominação que era inevitável quando estava trabalhando para algum “patrão”, permitia segundo Bernardes “fazer duas coisas num só tempo. Pescar, charquear o peixe, e matar ariranha²³”. Destarte, por um lado a pesca supria os sertanejos pobres de suas necessidades protéicas, contribuindo para sua manutenção biológica, por outro a venda da pele da ariranha, por alcançar um alto valor de mercado exportador, contribuía para seu acesso a outros bens de consumo. E acrescentaríamos outra relação: o lazer, que enfatiza a importância para o sertanejo-pobre da integração das dimensões de sua vida, pois a pescaria, em si, já representava uma atividade de diversão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, foi por meio da exposição do conflito nas relações sociais que se pretendeu demonstrar o ponto de inarticulação das perspectivas que para justificar os processos virtualizadores na relação passado/presente, tornando-as um eterno retorno, negam a existência das ideologias, seja em função de interesses políticos claros, seja em razão de uma concepção ideológica intrínseca às convicções de quem produz a partir desta perspectiva, sem ao menos perceber que esta ou aquela ideologia age sobre sua compreensão de mundo e, conseqüentemente, sobre suas produções históricas.

Por outro lado, ao abrir caminho para reflexões sobre as experiências passadas destes pobres, enquanto sujeitos que agiam, conforme suas condições lhes permitissem, interessadamente sobre suas realidades, pretendeu-se demonstrar que também nós historiadores agimos interessadamente. A questão é: Nossos interesses podem, ou não, ultrapassar questões éticas ou o compromisso do ofício? Negar a existência das ideologias consiste em uma lacuna a ser repensada, pois quando escolhemos este ou aquele caminho

²² AUDRIN, F. J. M.. Os sertanejos que eu conheci. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

²³ BERNARDES, Carmo. Perpetinha “Um drama nos babaçuais”. 1ª ed. Goiânia: UFG, 1991 p. 133

estamos agindo ideologicamente, e admitir que agimos, também, sob a égide das ideologias não significa definir esta constatação como positiva ou negativa, apenas como inevitável²⁴.

²⁴ HOBBSAWM, E. Sobre História. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 p. 150.
Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**O gênero e a história:
a discussão da categoria gênero na historiografia brasileira**

Paola Lili Lucena*¹

Resumo: A partir da década de 1970, o conceito de gênero começou a se destacar enquanto uma categoria de análise histórica privilegiada, na medida em que se mostrou capaz de evidenciar as diferenças, as relações sociais e as construções culturais, que envolvem os dois sexos. Nesse sentido, é preciso apontar como se estabeleceu a relação entre o gênero e a história social das mulheres, observando os principais termos do debate entre as historiadoras Joan Scott e Louise Tilly. Além disso, é necessário destacar como que o gênero ganhou espaço dentro da historiografia brasileira, evidenciando os trabalhos de historiadoras como Rachel Soihet e Margareth Rago, por exemplo, e esclarecendo como as historiadoras brasileiras participam do debate sobre as potencialidades e os limites da categoria gênero.

Palavras-chave: gênero, historiografia brasileira, história das mulheres.

A emergência de demandas oriundas do movimento feminista, bem como o contexto de transformação historiográfico, caracterizado pela quebra dos paradigmas tradicionais da escrita da história, são elementos que propiciaram o desenvolvimento de uma história, cujo objetivo seria dar visibilidade à mulher, considerando-a como sujeito ativo. Esse campo específico de estudos, conhecido como história das mulheres, consistiu em uma força desafiadora, que questionou pressupostos tradicionais da história, tais como a existência de um sujeito universal, representado pelo homem branco, que não atentava para as diferenças provenientes da raça e do sexo. Esse questionamento apontou para o fato da insustentabilidade de um conhecimento histórico que não esteja apoiado na multiplicidade de sujeitos históricos.

A História das Mulheres começa a se desenvolver durante a década de 60, quando as feministas estavam preocupadas em resgatar a história de suas ancestrais, para legitimar seus projetos futuros. Assim, ela nasce atrelada ao projeto político

* Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

feminista, motivo pelo qual alguns historiadores questionaram o profissionalismo e os métodos de pesquisa utilizados por esse novo campo historiográfico.²

A partir desse momento, é perceptível a proliferação crescente de estudos que enfatizam a participação das mulheres na história, em várias partes do mundo ocidental. Na França, nos Estados Unidos³ e no Brasil (neste país, principalmente a partir dos anos 80), as mulheres conquistaram um maior espaço nos meios acadêmicos, o que acarretou em um relativo aumento no número de artigos, monografias, comunicações, teses, dentre outros trabalhos científicos, que envolviam a questão da participação feminina na história. Em suma, se tratava de um novo campo que se abria para resgatar *as vidas e as expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da história e objeto de estudo.*⁴

No entanto, os historiadores ocupados com a História das mulheres se depararam com certos problemas, alguns deles já presentes desde o início da sua trajetória enquanto campo de estudo. Dentre esses problemas, destaca-se isolamento intelectual, ao qual esses profissionais estavam submetidos, uma vez que a história das mulheres permanecia quase exclusivamente, sob a responsabilidade das historiadoras, constituindo em um campo dissociado dos rumos da história geral. Tendo em vista essa segregação, seria preciso aprimorar determinados conceitos, para assim integrar a história das mulheres ao restante da história.

É possível notar uma outra ordem de deficiências, que se referiam às temáticas comumente evocadas para estudar as mulheres. Dentre essas temáticas, pode-se citar o estudo do corpo, da sexualidade, da maternidade, das profissões próximas de uma “natureza” feminina, dentre outras. Esses temas não são irrelevantes, mas eles precisavam ser submetidos a uma maior problematização, para que possam revelar as práticas culturais e sociais que lhes são inerentes. Logo, em alguns casos, esses estudos se distanciavam um pouco do que era produzido pela história política e social.

² Joan Scott contesta a alegada impossibilidade de conciliar profissionalismo e ideologia, através da atuação das historiadoras feministas norte-americanas. SCOTT, Joan. História das Mulheres, In: Burke, Peter (org.), *A Escrita da História - Novas Perspectivas*, S. Paulo, UNESP, 1992.

³Michelle Perrot enfatiza que a história das mulheres se inscreve no campo mais vasto das ciências humanas e que ela não é produto exclusivo da França, mas sim do mundo Ocidental. No entanto, os Estados Unidos foram os pioneiros na discussão da inserção feminina na História. Na década de 1970, a história das mulheres na França estava preocupada em desvendar aspectos do patriarcalismo e da dominação, bem como as questões que envolvem a família e o casamento. Cf. PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p15-16.

⁴MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, P.67.

Diante de vários impasses, a história das mulheres se viu obrigada a lançar mão de instrumentos analíticos mais eficazes. É preciso ressaltar ainda, que na década de 80 a história das mulheres foi levada a questionar a categoria universal do feminino, base sobre a qual se assentava. Insistir em uma condição feminina inalterável no tempo, faria com que as historiadoras reiterassem a idéia de naturalização, contra a qual elas tanto lutaram. O feminino não deveria ser entendido com algo naturalizado, mas sim enquanto uma construção histórica. O momento vivenciado era então, o de mutação no campo do conhecimento, que se distanciava um pouco das problematizações levantadas até então pelo feminismo. Configurava-se um contexto propício para um maior aprofundamento do conceito de gênero, categoria analítica, que transcende os limites do feminismo.

O gênero: uma categoria privilegiada de análise histórica

Gênero é um termo utilizado para teorizar a diferença sexual desde a década de 70. A socióloga Ann Oakley procurou diferenciar sexo e gênero, afirmando o seguinte:

Sexo' é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas [...]. 'Gênero', pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em 'masculino' e 'feminino' [...]. Deve-se admitir a invariância do sexo tanto quanto deve-se admitir a variabilidade do gênero. "⁵

Logo, o gênero pode variar de acordo com as experiências sociais e culturais do indivíduo, não sendo necessariamente, determinado pela configuração biológica sexual que este possa apresentar. Percebendo o gênero como um instrumento de combate contra o determinismo biológico, alguns historiadores pensaram na viabilidade de trazê-lo para o campo histórico. Nesse particular, destaca-se a atuação das historiadoras feministas norte-americanas, pioneiras na utilização e conceituação do gênero.

Durante a década de 80, de acordo com Joan Scott, a categoria gênero ganha força, se distanciando um pouco da política, no sentido da ideologia feminista⁶. Scott entende o gênero enquanto uma categoria de análise útil ao conhecimento histórico. Para essa historiadora norte-americana o gênero aplicado à disciplina histórica, significaria o saber a respeito das diferenças sexuais. Tal saber é produzido pelas culturas e sociedades e se desenvolve a partir das relações humanas, mais

⁵ OAKLEY, Ann: *Sex, Gender, and Society*. New York, Harper Colophon Books. 1972, p. 16.

⁶ SCOTT, Joan. "História das Mulheres". In: Burke, Peter (org.), *A Escrita da História - Novas Perspectiva.*, S. Paulo: UNESP, 1992, p.64.

especificamente, as relações entre homens e mulheres. Para ela, os usos e significados desse saber são frutos de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas.

Assim, o gênero deve contribuir para uma visão mais completa da história, pois consiste em um instrumento analítico para os historiadores, na medida em que *é capaz de gerar um saber novo sobre as mulheres e sobre a diferença sexual e inspirar desafios críticos às políticas da história ou, também, de qualquer outra disciplina.*⁷

Joan Scott, afirma que a opção pela palavra gênero (gender, em inglês) indica a rejeição ao determinismo biológico e aponta para o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo.⁸ Mais especificamente, a introdução do gênero na história promoveu uma nova concepção a respeito das categorias de homem e mulher, estabelecendo o que Lia Zanotta Machado chamou de *desnaturalização biológica das categorias de homem e mulher*, para implementar uma *radicalização da construção simbólica* (entendendo-se aqui a natureza da dimensão social e cultural) *das noções de feminino e masculino.*⁹ Em outras palavras, essa categoria analítica é capaz de perceber que as diferenças sexuais e sociais se estruturam a partir das significações histórica e socialmente construídas por mulheres e homens. Logo, as diferenciações e os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos *não são discursos neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder.*¹⁰ Sendo assim esses papéis sociais confiados aos homens e às mulheres não se constituem em meros desdobramentos de suas respectivas condições biológicas, pois feminino e o masculino não são noções naturais, universais e abstratas, que designam os sexos.

Em suma, incorporação do gênero, como categoria de análise na historiografia, tem o interesse de destacar as diferenças sexuais, a partir do reconhecimento de que a

⁷ SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. IN *Cadernos Pagu desacordos, desamores e diferenças.*(3). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1994, p.25.

⁸ Scott, Joan . Gênero:uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez.1990, p.5. Apud. ARCHANJO, Lea R. *Ser mulher na década de 50, representações sociais veículas em jornais.* In:TRINDADE, Etelvina M.C e MARTINS, Ana Paula V.(org). *Mulheres na história: Paraná- Séculos 19 e 20.* Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de história, 1997.

⁹ MACHADO, Lia Z. Gênero um novo paradigma? : *Cadernos Pagu Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades.*(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, p. 107.

¹⁰ POSSAS, Lúcia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado.In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si e escrita da história.*Rio de Janeiro: FGV, 2004,p.265.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 4
EDUFOP, 2007.

realidade histórica é social e culturalmente constituída.¹¹ O gênero permitiu sexualizar as experiências humanas, esclareceu pontos da dimensão sexual, que constitui a subjetividade e interfere nas práticas cotidianas. Além disso, o que ele trouxe para a história a possibilidade de se perceber o quanto às diferenças sexuais são construções históricas e culturalmente determinadas, o que possibilitou a desnaturalização de representações e conceitos. O estudo da história de gênero abre novas possibilidades de abordagens a partir da introdução e novos conceitos e novas fontes, o que diferencia o da história das mulheres.

Os estudos que priorizam o gênero não substituem a história das mulheres, tal como esclarece Rago, a categoria gênero *atende à necessidade de ampliação de nosso vocabulário para darmos conta da multiplicidade das dimensões constitutivas das práticas sociais e individuais*.¹² Pode-se afirmar que o gênero possui seu espaço dentro da historiografia, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens¹³. Maria Izilda Matos atenta para o fato de que o gênero procura dialogar com outras categorias históricas já existentes, por isso sua inserção na história social, política ocorre com muito mais eficiência, se comparada com a história das mulheres. Nesse sentido Lia Zanotta concluiu que a metodologia da desconstrução de gênero será capaz de superar alguns dos impasses característicos dos “Estudos das Mulheres”:¹⁴

Alguns apontamentos sobre o desacordo Tilly, Varikas e Scott

Pode-se afirmar que Joan Scott é uma das historiadoras pioneiras, no que se refere à iniciativa de revelar a necessidade de se ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas, que possam ser mais eficazes para a produção historiográfica. O uso descritivo faz com que o gênero perca a sua peculiaridade diante do estudo referente às mulheres, pois fica desprovido de força de análise para debater e até mesmo transformar os paradigmas históricos existentes. Assim a produção fruto desse uso descritivo, ainda que possua uma alta qualidade no desvendamento das questões relativas às mulheres, permanece marginal em relação ao

¹¹MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. In: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, p.70.

¹²RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. IN: *Cadernos Pagu Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998,p.93.

¹³ MATOS, Maria Izilda S.,op.cit., p.68.

¹⁴ MACHADO, Lia Z.,op.cit.,p.108

conjunto da disciplina. Assim, Scott evidencia o que considera como sendo os limites das abordagens descritivas, que não são capazes de questionar os conceitos dominantes pertencentes à disciplina histórica, ou pelo menos, não os questionam de modo a contestar seu poder, para assim transformá-los.

Ainda sobre essa questão, Scott destaca que o uso descritivo do gênero, insistindo em temáticas que enfatizam a família e a sexualidade, por exemplo, transmite a idéia de não existe espaço para a aplicação do gênero em temas como a guerra, a política, o trabalho, dentre outros. Na verdade as relações de gêneros permeiam todas as instâncias que são objetos da história.

É justamente dentro dessa questão do uso descritivo do Gênero que ocorre um embate entre Joan Scott, Louise Tilly e Eleni Varikas. Como esclarece Rachel Soihet, esse debate demonstra a pluralidade das concepções acerca das questões de gênero.¹⁵ Ao atentar para a necessidade de se superar o uso descritivo do gênero, Scott acredita que tal fenômeno não possa ocorrer com eficiência no campo da história social. Segundo Scott é preciso utilizar uma “epistemologia mais radical”, que pode ser encontrada no âmbito do pós-estruturalismo, em especial nos trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida. A historiadora verifica a necessidade de se abandonar o caráter fixo a oposição existente entre feminino e masculino, submetendo tais conceitos a uma historicização e "desconstrução" semelhantes às propostas de Jacques Derrida.

As constatações efetivadas por Scott, contrárias a História social e a respeito da marginalização das experiências femininas, bem como a sua avaliação do gênero, em sua forma descritiva, como um subproduto de determinados enfoques históricos, não encontram ressonância nas palavras de Tilly e Varikas. Diferentemente de Scott elas questionam se as epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo possuem o poder de construir tanto uma visão não determinista da história, quanto uma visão das mulheres como sujeitos da história.

Impasses e limitações da Categoria Gênero

A categoria gênero oferece alguns problemas que devem ser apresentados e debatidos. Os historiadores que optam por adotar uma perspectiva de gênero precisam estar cientes a respeito dessas limitações, para contorná-las. Tal como aponta Maria

¹⁵ Sobre essa questão do debate cf. VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly- Scott. In *Cadernos Pagu desacordos, desamores e diferenças*.(3). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1994,pp.63-84.

Izilda Matos, alguns problemas de definição, fontes, método e explicação persistem, e entre eles está a diversidade que envolve a própria categoria gênero.¹⁶

Ao averiguar a produção historiográfica brasileira, pode-se constatar que ainda são grandes os desafios. É notável a predominância dos estudos que enfatizam o feminino em detrimento do masculino. Além disso, ainda são poucos os estudos que se dedicam a discutir questões relativas à homossexualidade e a Transsexualidade.

Ainda sobre essa questão, Claudia de Lima Costa considera que o gênero colocou um problema a mais para a história das mulheres, principalmente para o feminismo. Se antes era preciso somente investigar as experiências femininas, agora é preciso apontar também para a experiência masculina, na medida em que o enfoque de gênero deve se preocupar com a relação estabelecida entre o feminino e o masculino. Para ela, *o gênero ficava, por assim dizer, entre o homem e a mulher, e não nas relações de poder que estruturam sistemas de desigualdade e opressão.*¹⁷

Costa parece especialmente preocupada com os estudos acerca das masculinidades, pois considera que muitos deles fogem ao olhar crítico feminista. Avalia que antes de se preocupar em desenvolver abordagens sobre o masculino, é preciso que os historiadores de gênero aprimorem os estudos a respeito dos aspectos femininos. Ela conclui que no final dos anos 90 o gênero estava se convertendo em masculinidade. Essa é uma afirmação um pouco apressada, na medida em que os estudos sobre os aspectos relativos feminino são muito mais numerosos que aqueles que se dedicam ao masculino.

Vale ressaltar a necessidade de se desenvolver pesquisas que abarcam o masculino, pois os homens ainda não tiveram suas experiências sócio-culturais totalmente contempladas. Assim, cabe enfatizar que o gênero concerne tanto aos homens como às mulheres, ainda que muitos trabalhos utilizem essa categoria erroneamente, para se referir às mulheres.

Além dessa questão, é preciso voltar à outra problemática já enunciada por Scott: o uso descritivo do gênero, que resulta no seu distanciamento das conjunturas políticas, sociais e econômicas. Ainda é muito complicado para alguns historiadores, abandonar o uso descritivo do gênero, adotando uma postura mais analítica, que seja capaz de relacionar os avanços obtidos pela utilização dessa categoria aos

¹⁶ MATOS, Maria Izilda S., op.cit.,p.70.

¹⁷ COSTA, Cláudia de L. O Tráfico do Gênero. In: Cadernos Pagu *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades.*(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998,p.131.

acontecimentos mais conjunturais, estabelecendo articulações mais amplas com o restante da história.

Por fim, deve-se mencionar a questão da semântica enfatizada por Maria Lygia de Moraes. A palavra gênero deriva do termo em inglês “gender”, substantivo que designa a condição física e/ou social do masculino e do feminino. Diferentemente, a palavra gênero, em português, é um substantivo masculino que designa uma classe que se divide em outras, que são chamadas espécies. *Existe, portanto, uma dificuldade semântica que confunde o leitor médio e que obriga, na verdade, a uma constante necessidade em definir o que seja gênero, sempre que utilizamos tal categoria em português.*¹⁸ Uma dificuldade semelhante pode ser verificada quando se traduz “gender” para a língua francesa.

Estudos de Gênero na Historiografia Brasileira

O uso do conceito gênero se tornou uma constante no campo intelectual brasileiro, a partir da década de 80. Sociólogos, antropólogos, psicanalistas, historiadores, dentre outros profissionais, adotaram o uso do gênero em função da nova metodologia da análise que ele fundou, estabelecendo uma ruptura radical entre sexo biológico e gênero social; privilegiando as relações de gênero sob qualquer categoria em especial (homem, mulher, masculino, feminino); proporcionando o entendimento de que a construção do gênero é social e não natural ou intrínseca ao sexo biológico.

Dentro dessa perspectiva de expansão, a categoria gênero começou a penetrar na historiografia brasileira em meados da década de 80. Nesse sentido, uma iniciativa importante se destaca: a criação do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Tudo começou com a construção de um grupo de estudo em gênero que contava com a participação de Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e Margareth Rago. A realização de um seminário intitulado “Uma questão de Gênero” reuniu intelectuais de diversas áreas de conhecimento, todos comprometidos com a questão do gênero. Após a efervescência dos debates, algumas dessas intelectuais decidiram criar na Universidade de Campinas (UNICAMP) o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Tal centro de estudos se caracteriza pela implantação de debates, seminários e publicações, que tem por objetivo discutir a feminilidade e a masculinidade.

¹⁸ MORAES, Maria Lygia Q. Usos e limites da categoria gênero. In: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, p.111.

Nesse contexto, os estudos no campo das mulheres e das relações de gênero se ampliaram na década de 90, não só em São Paulo, mas também em outras regiões do país. Mattos enfatiza que esse crescimento possibilitou a diversificação dos temas e das abordagens. Tais estudos buscaram analisar a questão da violência numa perspectiva histórica, aprofundar *as investigações sobre imaginário feminino, diversificar a documentação, utilizando criativamente a música, a literatura e os cronistas, a imprensa, o cinema e a mídia.*¹⁹

Essa historiadora afirma que a categoria gênero foi bem aceita e empregada pela historiografia brasileira, realizando desnaturalização das identidades sexuais e postulando a dimensão relacional entre o masculino e o feminino. Historiadoras como Margareth Rago e Rachel Soihet, parecem compartilhar dessa mesma impressão a respeito do desenvolvimento da categoria gênero na produção brasileira, destacando os seus próprios trabalhos e os das suas companheiras nessa tentativa de abarcar as relações de gênero sob diferentes enfoques e épocas.

No entanto, alguns apontamentos esboçados por Andréa Lisly revelam como os debates internacionais sobre História das Mulheres e o gênero incidiram na historiografia brasileira, demonstrando uma percepção um pouco diferente da identificada acima. Para ela, o primeiro ponto a ser discutido se refere à adoção de concepções essencialistas sobre a mulher, o que a faz acreditar que talvez uma parte de nossa historiografia sobre as relações de gênero mantenha a idéia de signos atemporais e universais, compartilhados por todas as mulheres. O segundo ponto vincula o tema do gênero e das mulheres à história social. Por último, ela considera que não são muitos os estudos brasileiros que contaram com as contribuições trazidas pela introdução da categoria gênero, concentrando-se mais no campo das mulheres. Embora suas considerações sejam bastante pessimistas em relação à utilização do gênero no Brasil, uma vez que ele está presente em alguns trabalhos bem conceituados, sua análise possui pontos interessantes, tal como a presença quase que constante da história social em trabalhos de gênero.

Lisly não é a única historiadora a apontar as deficiências da introdução da categoria gênero no Brasil. Adriana Piscitelli declarou que a situação atual dos estudos de gênero no Brasil é preocupante e o que mais a perturba é o fato de os estudos de

¹⁹ MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, Coleção Essência, 2000, p.17.

gênero serem pressionados e empobrecidos por fatos que lhe são internos e externos.²⁰ Tais fatores consistem no que ela chama de esvaziamento específico da categoria gênero e na explosão dos estudos sobre masculinidade, que se concentram nas experiências dos homens, dificultado a percepção em termos de gênero.

Diante de todas essas questões, é preciso questionar como a historiografia brasileira vai trabalhar com categoria gênero nos próximos anos. Será que os trabalhos serão capazes de aglutinar as descobertas realizadas através do gênero com as questões sociais, políticas e econômicas, tal como deseja Scott? A feminilidade continuará a se sobrepor sobre a masculinidade no estudo de gênero? Em que medida a historiografia brasileira poderá contribuir para o fortalecimento e do desenvolvimento da aplicação do gênero enquanto uma categoria analítica?

Bibliografia:

ARCHANJO, Lea R. *Ser mulher na década de 50, representações sociais veiculadas em jornais*. In: TRINDADE, Etelvina M.C e MARTINS, Ana Paula V.(org). *Mulheres na história: Paraná- Séculos 19 e 20*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de história, 1997.

COSTA, Cláudia de L. O Tráfico do Gênero. IN: *Cadernos Pagu Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998,pp.127-140.

MACHADO, Lia Z. Gênero um novo paradigma? : *Cadernos Pagu Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.107-125

MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.67-75.

----- *Por uma história da mulher*. Bauru, SP: EDUSC, Coleção Essência, 2000.

MORAES, Maria Lygia Q. Usos e limites da categoria gênero. IN: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.99-105.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP:EDUSC, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. In: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.141-155.

POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si e escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

²⁰ Cf. PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. In: *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*.(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.148-155. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 10 EDUFOP, 2007.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. IN: *Cadernos Pagu Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades.*(11). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1998, pp.89-98

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* (Tradução de).

Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Avila. Recife, SOS Corpo, 1991.

----- SCOTT, Joan W. Prefácio a gender and politics of history. IN *Cadernos Pagu desacordos, desamores e diferenças.*(3). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1994, pp.11-27.

----- "História das Mulheres", IN: Burke, Peter (org.), *A Escrita da História - Novas Perspectivas*, S. Paulo, UNESP, 1992.

SCOTT, Joan, TILLY, Louise e VARIKAS, Eleni. "Debate" IN: *Cadernos Pagu desacordos, desamores e diferenças* (3). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994, pp.11-84.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. IN *Cadernos Pagu desacordos, desamores e diferenças.*(3). Campinas, Núcleo de Estudos de História de Gênero/UNICAMP, 1994,pp.63-84.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**História regional e tempo presente na cidade de Divinópolis: memórias e
representações da Ditadura Militar**

Patricia Ana Costa Silva / Funedi- Fundação Educacional de Divinópolis
patriciaanacostasilva@yahoo.com.br

Considerada categoria de pesquisa “menor” durante muito tempo, sobretudo na tradição brasileira, a história regional era campo de produção historiográfica reduzida, o que gerou uma grande lacuna no conhecimento sobre a história das micro-regiões. Também a chamada história do tempo presente é campo controverso entre os historiadores, em função de discussões que se fundamentam na crença da objetividade científica dada a partir do distanciamento temporal dos fatos. O presente trabalho está ligado ao grupo de pesquisa “Evento e História” e ao projeto “Memórias e representações da Ditadura Militar (1964-1985)”, iniciativas correlatas que partem da identificação desse duplo vazio na produção acadêmica: a ausência de trabalhos sobre a história do Centro-Oeste mineiro, especialmente no que se refere à história recente. Tomando por base as primeiras pesquisas realizadas no âmbito do projeto, com a produção de entrevistas temáticas de história oral e a consulta ao periódico local *A Semana*, o que se pretende é refletir sobre como as atuais representações sociais da Ditadura Militar na cidade de Divinópolis são produzidas a partir das relações existentes entre a memória transmitida pela oralidade e as representações criadas na e pela imprensa da época.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**As redes de sangue e de compadrio que cercam o Barão de Juiz de Fora:
desafios metodológicos em torno da Prosopografia e da Análise de Redes Sociais**

Patrícia Falco Genovez (Coord. Projeto Pesquisa)
Kelly Alves de Souza (bolsista)
Mariana Almeida Pina de Campos (bolsista)

Esse ensaio é o resultado parcial de um projeto de pesquisa intitulado **“Poder e redes mineiras de compadrio no Segundo Reinado: a Ferrovia União Mineira sob a ótica da Prosopografia e da Análise de Redes Sociais”**. A pesquisa busca jogar novas luzes sobre as estratégias de poder na implementação das redes ferroviárias na Zona da Mata mineira, na década de 1870. No caso exemplar do Barão de Juiz de Fora, um dos diretores da Estrada de Ferro União Mineira (EFUM), o uso da prosopografia e dos instrumentos metodológicos da Análise de Redes Sociais, oriundos da sociologia relacional, além do uso de um software, propiciou vislumbrar em melhor estilo as redes de consangüinidade e de compadrio que tangenciavam o conselho diretor da ferrovia. Nesse sentido o esforço proposto tem feito coro com o esforço da historiografia brasileira, principalmente, nas últimas décadas, no sentido de acompanhar a “redescoberta” da História Política, mostrando a eficácia do seu diálogo não só com a História Cultural, mas também para com a Antropologia e Sociologia, ao investigar objetos cuja flexibilidade de interação social supera as dicotomias das teorias sociais clássicas.¹

Traçar as estratégias de relações sociais e de poder de um grupo exige um esforço que suscita algumas questões importantes: primeiro, o sentido de se trabalhar biografias inseridas num grupo seletivo e, segundo, a melhor forma de estruturar e visualizar tais dados. A pertinência do estudo de biografias coletivas (*prosopography*) teve seu início nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda nas décadas de 1920 e 1930 mas, foi o trabalho de Lawrence Stone, em 1971, que situou esse gênero histórico, abrindo novas perspectivas de pesquisa. De acordo com Stone, “prosopografia é a investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento, morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por

¹ CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. “A validade do conceito de cultura política”. In: **Revista de História**. São Paulo, n. 6, p. 77. GONZALEZ, Rosa Luz; MOLINA, José Luis. Introducción: Redes para pensar lo social. In: **REDES. Revista Hispana para el análisis de redes sociales**. Vol. 4, n.1, 2003.

meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.”² Foram esses procedimentos metodológicos que nortearam a coleta de dados relativa ao Conselho Diretor da Estrada de Ferro União Mineira, cujo destaque recai, neste artigo, sobre o Barão de Juiz de Fora. A escolha se deu em função de sua rede familiar e de compadrio congregar atores que ilustram a conexão entre vários núcleos, com diferentes intensidades de relação familiar, como se verá adiante. Em função desses atributos, configurar-se num exemplo rico a ser exposto e debatido no cenário acadêmico.

Dentro desse panorama prosopográfico, um exercício contemporâneo que merece destaque é a obra de Peter Burke *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII*. A obra é proposta como um ensaio de história social comparada e coloca o desafio aos novos historiadores em tentarem combinar a atenção ao detalhe e o interesse por mudanças ao longo do tempo. De qualquer forma, Burke nos fornece elementos importantes que nos auxiliam a pensar as noções básicas sobre elite, poder e riqueza. Partindo de Pareto, Mills e Dahl, Burke inicia seu estudo analisando “a imbricação entre homens de riqueza, homens de status e homens de poder. De Pareto, podem-se tomar emprestado os conceitos de sistema social e função social. O exemplo de Dahl também sugeriu que a pesquisa sobre as elites talvez fosse mais viável, se, em lugar de uma nação, se tomasse uma cidade como o foco da atenção.”³ Outra contribuição de Burke está nas limitações e armadilhas de um estudo envolvendo biografias coletivas. O primeiro deles é a própria identificação das elites, definindo os grupos de status, poder e riqueza, e em que medida pode-se tratar de uma sociedade de estamentos ou de classes. No caso enfocado por Burke, o status era conferido de acordo com a tradição das famílias, o poder era identificado a partir dos cargos ocupados e, neste caso, não se pode perder de vista os líderes latentes, as eminências pardas que detinham mais poder do que aquele garantido pelos seus cargos. A riqueza podia ser atribuída conforme a posse de terras.

Assim, as várias noções tratadas por Burke podem nos ser úteis para o estudo da sociedade mineira oitocentista. Podemos partir da mesma noção de elite, mas teremos que contextualizar os valores e os significados intrínsecos às noções de poder, riqueza e status, especialmente no que se refere à moeda de troca da monarquia (comendas e títulos nobiliárquicos). Daí a importância de se estudar o Conselho Diretor da EFUM e, mais especificamente, expor o exemplo do Barão de Juiz de Fora, uma vez que ele objetiva estabelecer e visualizar as estratégias que permearam as relações sociais e de poder entre um grupo reduzido de homens influentes que fundaram uma estrada de ferro. Contudo, muito embora Burke não tenha se aproximado de uma outra metodologia que permitiria visualizar em melhor estilo as ligações, ramificações e estratégias traçadas entre as elites de Veneza e Amsterdã, consideramos um desafio utilizar, mesmo que de forma introdutória alguns recursos da metodologia de Análise de Redes Sociais.

² STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus*, Winter, 1971.

³ BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 18 e 19.

Pensar no diálogo entre a História e a metodologia de Análise de Redes Sociais exige certa dose de ousadia. A historiografia brasileira ainda se mostra alheia a essa metodologia, embora inúmeros trabalhos tratem da problemática envolvendo o relacionamento de diversos atores sociais numa estrutura bastante semelhante àquela sugerida pela Análise de Redes Sociais. É, portanto, nesse sentido, que vislumbramos uma possibilidade de estudos afins, testando o uso da metodologia em objetos, inicialmente, bastante recortados e que possibilitem uma melhor sistematização e visualização das relações e engrenagens de troca dos atores sociais em questão.

Para esse exercício inicial, partiremos de um autor clássico e que pode nos oferecer noções básicas para alcançar nossos objetivos. De acordo com Hanneman, a Análise de Redes Sociais se distingue da análise sociológica convencional porque esta última se concentra em atores descritos pelo atributo enquanto a primeira se caracteriza pela descrição dos atores a partir de suas relações.⁴ Essas relações que podem ser de poder e de sentido simbólico variado têm se tornado objeto cada vez mais freqüente nos estudos históricos pautados no campo do cultural e do político. Entretanto, nem a História Política e nem mesmo a História Cultural possuem atributos metodológicos capazes de sistematizar e dar uma melhor visualização das complexas redes que se concretizam historicamente em determinados contextos, sejam eles dentro do Estado ou fora dele, como é o caso do objeto em questão, neste artigo. E, podemos completar o raciocínio, dizendo que nem mesmo os estudos prosopográficos fornecem esses elementos, apesar de contribuírem na metodologia de coleta e de sistematização dos dados.

Nesse sentido, o estudo clássico e bastante didático de Hanneman, coloca o analista de redes frente a pessoas imersas em redes de relações diretas com outras pessoas. Do ponto de vista histórico essas redes podem se constituir em redes familiares, de compadrio, políticas, de sociabilidade, de favores, econômicas e outras de acordo com a complexidade social. Em função desta complexidade, Hanneman parte do pressuposto que “qualquer conjunto de atores pode estar conectado com diferentes tipos de laços e relações”⁵, o que facilita um diálogo com as propostas das análises da História Política, da História Cultural e da Prosopografia no que se refere aos seus objetos por excelência: o poder, o rito, a sociabilidade e as relações que envolvam sentido simbólico, cruzando os diversos âmbitos da sociedade e da mentalidade de uma época.

De acordo com os apontamentos de Hanneman, a perspectiva de redes tem contribuído para a compreensão do poder social. A aproximação das redes sociais enfatiza que o poder é inerentemente relacional porque o indivíduo não tem poder abstratamente mas o tem porque pode dominar outros. Portanto, o poder se caracteriza por suas qualidades sistêmicas (macro) e relacional

⁴ HANNEMAN, R. A. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales**. Disponível no site: <http://wizard.ucr.edu/~rhannema/networks/text/textindex.html>, consultado em Março de 2005.

⁵ Idem.

(micro), complementando as noções já postas por Burke.⁶ É exatamente essa propriedade de conciliar as perspectivas macro e micro que pode auxiliar os estudos históricos voltados para o poder e suas relações.

De acordo com Hanneman, as redes sociais podem ser dimensionadas a partir de diferentes estratégias. O método de redes completas pode reproduzir uma fotografia completa das relações de uma determinada população. O método da “bola de neve” focaliza inicialmente um ator ou conjunto de atores com todas as suas relações e segue buscando as relações de cada um dos atores descritos nas relações anteriores. A rede egocêntrica é um enfoque alternativo e inicia-se com uma seleção dos atores focais para, num segundo momento, identificar os demais atores com os quais estão conectados. Em sua modalidade individual, a rede egocêntrica se concentra mais sobre um indivíduo e não na rede como um todo. Por outro lado, além da estratégia adequada, Hanneman ressalta a importância de uma descrição completa e rigorosa da estrutura das relações de uma rede social, definindo escalas de valores que reflitam o grau de intensidade, proporcionando uma espécie de ranking das relações a serem analisadas.⁷

Portanto, a opção pela conciliação entre a Prosopografia e a Análise de Redes Sociais pode trazer um novo alento aos estudos históricos, embora saibamos dos limites que ambas as metodologias possuem, especialmente na dificuldade de obtenção dos dados empíricos e do desafio de visualização do processo histórico de constituição de redes que transmutaram ao longo do tempo. No transcorrer da pesquisa, envolvendo o Barão de Juiz de Fora, inúmeras questões metodológicas surgiram uma vez que o método de Análise de Redes Sociais propõe um enfoque estático, de uma rede constituída e não a dinâmica de sua formação, processo essencial para uma análise histórica. Dentre as questões metodológicas que surgiram destacamos a dificuldade de trabalhar com fontes que não trazem, em muitos casos, a precisão que a sociologia relacional e, mais especificamente, um software como o UCINET exigem. Assim, foram necessárias algumas adequações para iniciar o teste que poderia conciliar as duas áreas de conhecimento: a história e a sociologia relacional. Para um melhor acompanhamento do método adotado na pesquisa, dividiremos em duas etapas: o levantamento prosopográfico e a estruturação da rede que envolveu o Barão de Juiz de Fora.

a) O levantamento prosopográfico do Barão de Juiz de Fora

Traçando um panorama breve sobre o material bibliográfico consultado é possível termos uma idéia dos procedimentos adotados na pesquisa. De um modo geral, a bibliografia utilizada envolveu fontes diversas, tais como: dicionários biográficos, memórias, recortes de jornais, revistas e teses acadêmicas. Além dessa bibliografia, foram utilizados autores que nos permitiram estruturar

⁶ Id. Ibidem. Capítulo VI.

⁷ Id. Ibidem. Capítulo I e II.

de maneira adequada os dados obtidos sobre o Barão de Juiz de Fora. Nesse sentido, foram importantes as obras supracitadas de Peter Burke (Veneza e Amsterdã), Lawrence Stone (Prosopography), além de Jeffrey Needell (Belle Epoque Tropical)⁸. O grande desafio nesta fase da pesquisa, conforme exposto acima, foi adequar o método prosopográfico, utilizado por Peter Burke e Lawrence Stone, à perspectiva de Análise de Redes Sociais e, fundamentalmente, adequá-lo aos procedimentos exigidos pelo software escolhido para tratamento dos dados obtidos.

De um modo geral, a prosopografia exige uma coleta detalhada das informações dos atores em questão. Foram estabelecidos critérios de coleta referente ao nascimento, morte, casamento, família, origem social, posição econômica, residência, formação educacional, origem da fortuna, ocupação, cargos ocupados, titulação (mercês concedidas pela monarquia) e vínculos com outras famílias. A grande dificuldade foi encontrar nas biografias, dicionários, teses acadêmicas, memórias e relatos de época dados precisos. Inúmeras vezes os dados aparecem sem data e as relações estabelecidas por casamento ou compadrio raramente apresentam maior detalhamento. Essas lacunas nos levaram a considerar, nesse primeiro momento, a rede como um todo, e não circunscrita ao período em que o Barão esteve no Conselho Diretor da EFUM haja vista que suas relações anteriores tiveram um papel fundamental na construção do capital social responsável pelo seu status na sociedade monárquica.

Portanto, a partir das informações coletadas para o Barão, estabeleceu-se um leque de relações familiares e de compadrio que, tal como um imenso novelo, deu origem a um círculo composto por 103 pessoas. Para cada uma delas, o método exige o mesmo nível de detalhamento, dificultando consideravelmente a precisão da pesquisa. Contudo, o mais significativo do estudo em questão é que esse universo, composto por 103 pessoas, pode nos fornecer, mesmo que de modo indicativo, um panorama das estratégias e atributos que permeavam a formação de inúmeras redes que perpassaram não só a Zona da Mata mineira e o Conselho Diretor de uma ferrovia, mas pode nos fornecer pistas importante sobre a malha social do período monárquico. Quanto às lacunas, será necessário um novo inventário de fontes para completar o quebra-cabeça que temos em mãos. Tendo em vista que as fontes históricas não foram produzidas intencionalmente para preenchimento de uma matriz eletrônica, será preciso paciência e destreza para contornar as dificuldades e ausências de informação a ser transposta para o UCINET.

Uma vez de posse dos dados, recorreremos, num primeiro momento, à visualização gráfica dos resultados da pesquisa, formando a árvore genealógica do Barão que, infelizmente, por questões de espaço, não poderemos apresentar. Esse procedimento nos propiciou vislumbrar possíveis lacunas e especificar melhor determinadas relações. A árvore genealógica foi importante para a

⁸ NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

definição dos parâmetros de relação familiar que seriam incorporados na matriz do programa UCINET. Assim, a matriz do programa foi concebida com base nas relações previamente estabelecidas na árvore genealógica. Com esse método foi possível determinar as intensidades das mesmas.

A partir da árvore genealógica estruturada traçamos um recorte focado na figura do Barão, iniciando uma rede egocêntrica. Em outras palavras, o levantamento feito e os dados considerados só o foram em função da pessoa do Barão. Contudo, como os dados obtidos nem sempre fazem referência temporal, não foi possível recortá-los no período específico da atuação do nosso ator no Conselho Diretor da EFUM, como já mencionamos. Esse fato não põe em risco nem o método e nem os resultados da pesquisa uma vez que o capital social de uma rede não se encontra circunscrito a uma data específica. Isso porque as relações anteriores deram ao Barão o capital necessário e a visibilidade social para futuros empreendimentos e, se considerarmos essa mesma rede de forma prospectiva, há uma interação de valores sociais que emprestam aos agentes componentes da rede, uma margem de manobra junto a outras famílias na sociedade mineira, e mais especificamente, na Zona da Mata.

Dessa forma estabelecemos as relações familiares compreendendo: laços consangüíneos entre pais e filhos, avós, bisavós e netos; laços colaterais entre irmãos, primos, tios e sobrinhos; laços por afinidade compreendendo famílias agregadas (sogros, cunhados, enteados); laços por compadrio (relações familiares mais distantes); laços estabelecidos entre cônjuges.

Para cada um desses laços foram definidas intensidades específicas, visando a confecção da matriz no UCINET. Assim, os laços consangüíneos ganharam intensidade maior, com valor um (indicando maior proximidade). Os laços colaterais, por afinidade e compadrio, receberam respectivamente os valores: dois, três e quatro. Os laços estabelecidos entre cônjuges, receberam o valor intermediário, um e meio.

b- A rede familiar e de compadrio do Barão de Juiz de Fora

O software UCINET 6.0, disponibilizado na Internet⁹, é considerado atualmente como sendo um programa de ponta para tratar redes desenvolvidas a partir de um foco determinado, isto é, egocêntricas. Além do UCINET, utilizamos outros dois softwares acoplados a ele: SpreadSheet¹⁰ e NetDraw¹¹, também disponíveis na Internet. Seguindo os parâmetros oriundos do procedimento metodológico da prosopografia, o levantamento dos dados sobre o Barão de Juiz de Fora levou em consideração, em primeiro lugar, as informações referentes à sua situação familiar e social,

⁹ Programa disponível no site: <http://www.analytictech.com/downloaduc6.htm>.

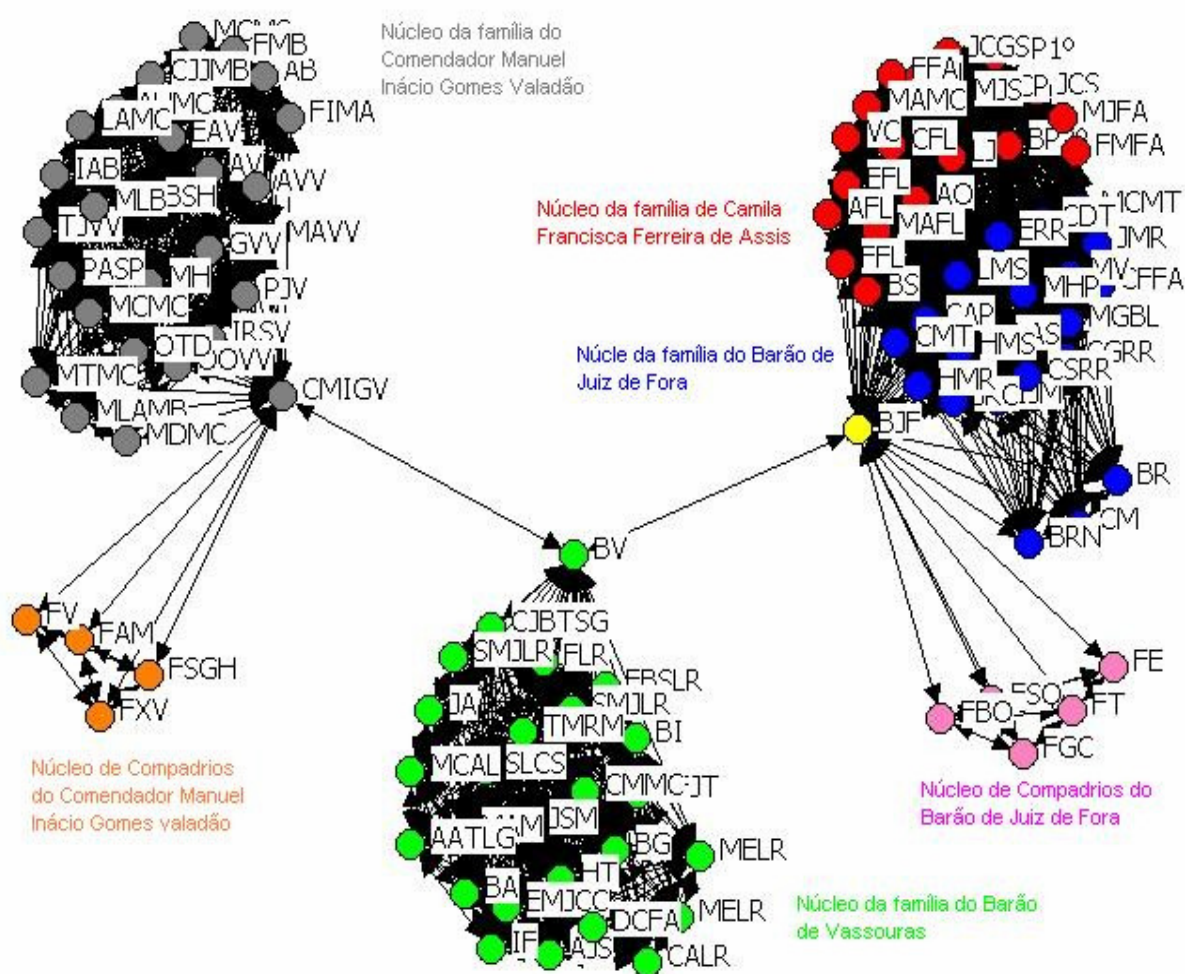
¹⁰ Programa disponível no site: http://www.ds.unifi.it/~stefanin/AGR_2001/SH/sssheets.htm

¹¹ Programa disponível no site: <http://www.analytictech.com/Netdraw/netdraw.htm>

desvendando sua rede familiar e de compadrio. Os demais dados, referentes a situação social, econômica, política, de status, dentre outras, foram coletadas como atributos que caracterizariam os atores envolvidos. A escolha pelas informações referentes às questões familiares ocorreu em virtude da amplitude dos dados. Em outras palavras, traçar redes diversas, compreendendo família, relações sociais, políticas e econômicas, inviabilizaria o projeto inicial. Portanto, o recorte fez-se necessário.

O resultado da matriz do UCINET gerou o diagrama 1, transcrito abaixo, compreendendo a rede familiar e de compadrio do Barão:

Diagrama 1. Rede Familiar e de Compadrio do Barão de Juiz de Fora



Neste diagrama o Barão de Juiz de Fora, identificado em amarelo, possui relações familiares e de compadrio com seis núcleos distintos: núcleo familiar do próprio Barão, núcleo da família de Camila Francisca Ferreira de Assis - com quem foi casado em segundas núpcias -, núcleo da família do Barão de Vassoura - com quem o Barão tem parentesco -, núcleo da família do Comendador Manuel Inácio Gomes Valadão – com quem o Barão tem laços de compadrio -, núcleo de

compadrio relacionado ao Comendador Gomes Valadão – cuja relação com o Barão ocorre de forma indireta -, e núcleo de compadrios – com quem o Barão tem uma relação familiar distante. Cada um desses núcleos possui relações internas cujas intensidades seguiram o padrão acima descrito. Cada um dos atores aparece representado por um círculo colorido seguido da abreviatura de seu nome.

O núcleo familiar do Barão é formado por 21 pessoas identificadas: CFFA – Camila Francisca Ferreira Assis, CM – Carolina de Miranda, BRN – Barão do Rio Novo, BR – Barão do Retiro, CGRR – Coronel Geraldo Ribeiro de Resende, IJM – Ismênia Joaquina de Mendonça, CSRR – Coronel Severino Ribeiro de Resende, JMR – Josefa Maria de Resende, MV – Marquês de Valença, MGBL – Maria Genebra de Barros Leite, LAS – Luiz Antônio de Souza, HMS – Hilídia Mafalda de Souza, CAP – Capitão Antônio Pacheco, MHP – Maria Henriqueta Pacheco, MCMT – Maria Carlota Mendes Tostes, CDT – Custódio Dias Tostes, CMT – Carlota Mendes Tostes, JRC – João Resende Costa, HMR – Helena Maria Resende, LMS – Leonarda Maria Resende, ERR – Estevão Ribeiro Resende.¹² Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas e colaterais. Essa característica indica que este núcleo possui forte caráter familiar e sangüíneo, prevalecendo laços mais próximos entre seus membros. Atrelado a esse núcleo, destacam-se os laços de compadrios vinculados à família do Barão: FT – Família Taunay, FE – Família Escragnolle, FGC – Família Gomes Carvalho, FBO – Família Barbosa de Oliveira, FSQ – Família Souza Queirós.¹³ Dentro deste núcleo prevalecem as relações de compadrio. Essa característica indica que este núcleo apresenta relações de interesses sociais e políticos em cada representante das distintas famílias.

O segundo núcleo, o da família de Camila Francisca Ferreira de Assis possui 20 pessoas: JCS – Josefina Camila de Souza, BPI – Barão de Pitangui I, BPII – Barão de Pitangui II, CP – Conde Prados, JCGS – Josefina Camila Gomes de Souza, MJS – Maria José Sant’ana, LJ – Lino José, AQ – Ana Quitéria, SJ – Simplício José, MJFA – Mariano José Ferreira Armond, BS – Baronesa de Sant’ana, FMFA – Felizarda Maria Francisca de Assis, FFA – Francisco Ferreira de Assis, CFL – Comendador Ferreira Lage, MAFL – Maria Amália Ferreira Lage. MAMC – Maria Amélia Machado Coelho, VC – Visconde de Cavalcanti, EFL – Elisa Ferreira Lage, FFL – Frederico Ferreira Lage, AFL – Alfredo Ferreira Lage.¹⁴ Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas e colaterais.

¹² MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Brasileiro**. Volumes III. São Paulo: s/ed., 1939. p. 109, 326, 302 e 522. MOYA, Salvador de. **Anuário Genealógico Latino**. Volumes IV. São Paulo: s/ed., 1939. p.158; BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991. p.33. Gazeta Comercial de 23/06/1957. Jornal do Brasil (03/1956).

¹³ HORTA, Cid Rabelo. **Famílias Governamentais de Minas Gerais. II Seminário de Estudos Mineiros**. S/ed, Belo Horizonte, 1956.

¹⁴ BASTOS, Wilson de Lima. Op. Cit., p. 111, 146, 186, 187, 209 e 217. MOYA, Salvador de. Op. Cit., p.296.

O terceiro núcleo, o do Barão de Vassouras, compreende 26 pessoas: BV – Barão de Vassouras, BI – Barão de Itambé, FBSLR – Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, AJS – Ana Josefina de Souza, CFJT – Capitão Francisco José Teixeira, BG – Belchir Gonçalves, HT – Helena Teixeira, CMMC – Capitão Manoel Martins de Carvalho, JSM – Josefa de Souza Monteiro, SMJLR – Sargento mor José Leite Ribeiro, EMJC – Escolástica Maria de Jesus Correia, BA – Barão de Ayuruoca, TMRM – Teresa Maria Rosa de Magalhães, SLCS – Sargento Lourenço Correia Sardinha, MAM – Maria de Assunção Morais, FLR – Francisco Leite Ribeiro, IF – Isabel Ferreira, MELR – Maria Esméria Leite Ribeiro, CALR – Comendador Anastácio Leite Ribeiro, AATLG – Ana Alexandrina Teixeira Leite da Silva Guimarães, CJBTSG – Capitão José Bento Teixeira da Silva Guimarães, MCAL – Maria Carlota de Almeida Leite, JA – Jacinta de Almeida, SMJLR – Sargento Mor Joaquim Leite Ribeiro, DCFA – Dr. Caetano Furquim de Almeida.¹⁵ Dentro deste núcleo prevalecem diversas relações familiares, como consanguíneas, colaterais e compadrio.

O núcleo seguinte é o do comendador Gomes Valadão, composto por 27 pessoas: CMIGV – Comendador Manuel Inácio Gomes Valadão, PJV – Padre José Vicente, TJVV – Tenente José Vicente Valadão, IRSV – Isabel Rodrigues Silveira Valadão, MAVV – Maria Amélia Vilhena Valadão, OOVV – Olímpio Oscar Vilhena Valadão, GVV – Gabriel Vilhena Valadão, AV – Augusto Valadão, EAV – Estela de Almeida Vilhena, AVV – Augusto Vilhena Valadão, OTD – Onofrina de Toledo Dias, MH – Maria Helena, FIMA – Francisco Inácio Monteiro de Andrade, AB – Azarias Botelho, MCMS – Maria Conceição Monteiro da Silva, FMB – Francisca Monteiro de Barros, BSH – Barão de Santa Helena, MTMC – Maria Teresa Monteiro de Castro, MCMC – Maria Conceição Monteiro da Silva, CJJMB – Coronel José Joaquim Monteiro de Barros, PASP – Protásio Antônio da Silva Pinto, AHMC – Ana Helena Monteiro de Castro, IAB – Inácio Alves Barroso, MLB – Maria Lopes Barroso, LAMC – Lucas Antônio Monteiro de Castro, MLAMB – Major Lucas Augusto Monteiro de Barros, MDMC – Maria Domiciana Medina Celli.¹⁶ Dentro deste núcleo prevalecem as relações familiares consanguíneas, colaterais e de compadrio. Atrelado a este último núcleo, quatro famílias se destacam: FSGH – Família Soares de Gouveia Horta, FXV – Família Xavier da Veiga, FV – Família Vilhena, FAM – Família Almeida Magalhães.¹⁷ Dentro deste núcleo prevalecem as relações de compadrio.

¹⁵ MOYA, Salvador de. Op. Cit., Vol. III, p. 532, 534 e Vol. VIII, p.49 e p.84.

¹⁶ GENOVEZ, Patrícia Falco. O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e a Corte no Segundo Reinado. Juiz de Fora: CliEdel, 2003. p. 330. GÓES MONTEIRO, Norma. **Dicionário biográfico de Minas Gerais** (período republicano 1889-1991). Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1994.p. 694. BROTERO, Frederico de Barros. **A família Monteiro de Barros**. São Paulo: S/ed., 1951. p. 553, 744, 823 e 841. BROTERO, Frederico de Barros. **Memórias e tradições da família Junqueira**. São Paulo: s/ed., 1957. p. 670. MOYA, Salvador de. Vol. III, p. 347 e 348.

¹⁷ GENOVEZ, Patrícia Falco. Op. C.it, p.330.

Todas as relações expostas acima, levando-se em consideração as informações obtidas sobre os atributos do Barão de Juiz de Fora, nos revelam não só uma intrincada rede familiar e de compadrio mas também as engrenagens que acabava por ligar a localidade ao centro do Império. O Barão de Juiz de Fora, José Ribeiro de Resende, agraciado com o baronato, em 15 de junho de 1881¹⁸, era sobrinho do Marquês de Valença, cuja esposa era Dama de Honra de Imperatriz. O Barão ligou os Resende a outra importante família de Juiz de Fora ao casar-se com uma Tostes, Camila Francisca Ferreira Assis. A família Tostes detinha grandes extensões de terra nas quais veio a tomar forma a cidade de Juiz de Fora. A essa poderosa família, também, uniu-se o engenheiro Comendador Henrique Halfeld, cuja filha se tornou nora de José Ribeiro de Resende. Essas ligações familiares garantiam posições na Câmara Municipal de Juiz de Fora e ligava-o, em seu segundo casamento, ao Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, amigo pessoal do Imperador. O prestígio dos Resende, garantido pelos títulos, somado à cultura de subsistência em larga escala, exportada para a Corte, foram os capitais necessários para angariar outros baronatos: o próprio Ribeiro de Resende (Barão de Juiz de Fora), seus filhos José Augusto de Resende, 3º Barão de Rio Novo, em 20 de agosto de 1889 e Geraldo Augusto, Barão do Retiro, em 11 de agosto de 1887.¹⁹

De forma breve e conclusiva, é perceptível na historiografia mineira, referente ao século XIX, que a Zona da Mata foi uma área privilegiada em termos de investimentos ferroviários em função do potencial cafeeiro que apresentava.²⁰ Elas escoavam a produção cafeeira e serviram para ligar importantes regiões da província, como o Centro e o Sul. A supremacia da Mata na conquista de uma ampla malha ferroviária teve início com a concretização da Estrada de Ferro Leopoldina.²¹ Em meio ao estabelecimento da Leopoldina outra Estrada de Ferro, a União Mineira (EFUM - que ligava a região entre Serraria e Guarani) se estabeleceu de modo bastante singular para o momento vivenciado na região: abarcava apenas capital dos principais fazendeiros da área compreendida entre Juiz de Fora e Cataguases. O estudo sobre as relações familiares do Barão de Juiz de Fora, um de seus diretores, apenas indica um padrão de relacionamento entre o centro e a periferia do Império que pode e deve ser mais pesquisado, levando-se em consideração os outros diretores: José Vieira de Resende e os Barões de Santa Helena (José Joaquim Monteiro da Silva) e São João Nepomuceno (Pedro de Alcântara Cerqueira Leite). Por ora, o caso exemplar do Barão de Juiz de Fora pode contribuir de forma significativa para vislumbrar em melhor estilo as redes não só de ferro, mas, de sangue, que cobriram a Zona da Mata mineira e se estenderam por todo o Império.

¹⁸ VALLADÃO, Alfredo. Op. cit., Volume I, p. 116. SILVEIRA, Victor (org.). op. cit., p. 420. MOYA, Salvador de. Op. cit., Volume III, p. 522. LIMA, Alberto. Marquês de Valença. **Jornal do Brasil**. Seção Nobiliarquia Mineira – fascículo de março de 1956. MONIZ, Heitor. **No tempo da Monarquia**. Rio de Janeiro: Nacional, 1929. p. 195.

¹⁹ GENOVEZ, Patrícia Falco. Op. cit., p. 116 a 122.

²⁰ BLASENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Lócus: Revista de História**. Juiz de Fora, Vol. 2, n. 2, 1996. p. 87 a 90.

²¹ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 317.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**ENTRE TROPAS E CRÉDITOS: AS REDES DE NEGÓCIOS DE GERVÁSIO
PEREIRA ALVIM (1850-1895)**

Paula Chaves Teixeira
Mestranda - UFF

Introdução:

A presente comunicação visa apresentar os primeiros passos da pesquisa em curso no programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense: “Família e Negócios: as estratégias familiares e as redes de negócio de Gervásio Pereira Alvim (1850-1895)”. Esse estudo pretende contribuir para a compreensão da formação das alianças sociais presentes nas relações comerciais como um dos quesitos para a inserção nas redes comerciais inter-provincial, inter-regional e intra-regioional, como também o arranjo familiar para a concretização da formação dessas alianças. Assim, procuramos observar a atuação da família, a partir de seus arranjos matrimoniais e de seus deslocamentos como estratégias para concretização desse projeto.

A partir do estudo do caso do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim, pretendemos compreender o processo de inserção de um membro pertencente à elite local, morador no distrito da Lage, termo da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais, na praça mercantil da Corte do Rio de Janeiro na segunda metade do oitocentos e o papel desempenhado por sua organização familiar que, transformada em uma rede de exercício social e comercial, contribuiu para firmar contatos comerciais entre homens sediados em pontos comerciais geograficamente distantes.

Nessa pesquisa utilizamos o arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim que é formado por uma coleção de cartas, recibos, acordos e contas. Recorremos também aos inventários e testamentos da família, o rol de confessados de 1795 e as listas nominativas de 1831e 1838 na tentativa de observar as relações sociais tecidas por Gervásio Pereira Alvim e sua família. A partir dessas fontes, estamos fazendo o cruzamento dos dados que nos permite reconstruir a origem e as atividades econômicas do fazendeiro. Devido às informações apreendidas, optamos por recorrer à redução da escala de análise, buscando, assim, uma

estratégia de pesquisa que permitisse construir uma história social atenta aos indivíduos, percebidos em relações com outros indivíduos¹.

1. História de Minas Gerais, Mercado Interno e a Historiografia

A historiografia recente tem revisado a noção de decadência de Minas Gerais após o fim da mineração e seu gradual atrofiamento em uma agricultura de subsistência². A partir da década de 1980, estudos sobre demografia, realizados com novas fontes, até então, inexploradas pelos historiadores, demonstraram que, durante o Império, Minas Gerais apresentou elevado índice de mão-de-obra escrava, herdando do período colonial, o apego à escravidão. E, mais ainda, a partir do censo imperial realizado em 1872, constatou-se que a província possuía o maior contingente de escravos do Brasil. Aventou-se a hipótese de reprodução endógena³, porém, a incapacidade de se comprovar a existência de taxas positivas de crescimento vegetativo entre os cativos, impulsionou os historiadores a rever a idéia de ‘involução econômica’ e, mais, a reconhecer certo dinamismo econômico dessa região, uma vez que, a reprodução da mão-de-obra se daria principalmente via importação de escravos.

Segundo Clotilde Paiva⁴, as pesquisas que seguiram a década de 1980, por meio de novas fontes e de desenvolvimento de novas metodologias, mostraram que Minas Gerais, no século dezenove, apresentou um alto índice de crescimento demográfico, tanto de livres quanto de escravos, trabalhando em uma economia bastante diversificada. De acordo com a autora, mesmo divergindo quanto ao início das atividades agro-pastoris, *‘quer se considere as atividades agropecuárias e de transformação tenham coexistido e se desenvolvido lado a lado com a mineração, quer se aceite que elas só se desenvolveram a partir da decadência de mineradora’*, foi a partir do paradoxo (crescimento demográfico e decadência econômica) que muitas pesquisas se desenvolveram. Contudo, todas elas tinham como objetivo comum, *‘refutar as proposições de*

¹ REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; GINSBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; GINSBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991; LEVI, Giovanni. “Sobre micro-história” In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992; BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

² Sobre o processo de revisão que iniciou na década de 1980, ver: MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1982; SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: cadernos do IFCH – UNICAMP, 1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1996.

³ MARTINS, Roberto B. *A economia escravista...*

⁴ PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia...*

que o declínio do ouro e do diamante desarticulou a sociedade e economia mineira, atrofiando ou mesmo eliminando as relações internas e provocando inclusive despopulação’⁵.

Para Paiva, os trabalhos mais recentes corroboram a desmistificação dos ‘terríveis’ efeitos da decadência da mineração e apontam para a importância do setor mercantil mineiro, já nas primeiras décadas do oitocentos, sugerindo que a sociedade mineira teria absorvido os efeitos da crise mantendo relações comerciais com a Corte do Rio de Janeiro, principalmente, após a vinda da corte portuguesa.

Atentos para o dinamismo econômico entre Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro, a idéia de que a colônia, enquanto um apêndice de um sistema internacional mais amplo, seria incapaz de qualquer tipo de acumulação endógena também passaria por revisão⁶. De acordo com as clássicas interpretações⁷, a economia colonial seria marcada pela dependência externa e pela vulnerabilidade às crises internacionais, pela ausência de ritmos próprios e por um mercado interno ausente ou reduzido. Logo, a economia colonial brasileira teria sido montada a partir da acumulação primitiva de capital para fornecer excedentes às economias centrais (as metrópoles). Em função desse caráter, não houve a constituição de um mercado interno abastecido por produções locais, o que inviabilizava a acumulação interna de capitais e, dessa forma, impedia a formação de ciclos econômicos próprios.

No entanto, a nova abordagem sobre o papel da colônia no mercado internacional, apresentou um quadro diferente das interpretações vigentes até então. Estudos recentes têm demonstrado não só a existência de um mercado interno com ciclos econômicos próprios, independentes das variações internacionais, capaz de gerar acumulações endógenas como, também, o tem apresentado como financiador de sistemas agro-exportadores. João Fragoso⁸, ao estudar o processo de formação das *plantations* em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, observou que o capital acumulado para o investimento na construção desse sistema agrário estava relacionado com os negociantes das praças de comércio do Rio de Janeiro e Minas

⁵ Idem, p. 10.

⁶ Sobre a importância do mercado interno para a acumulação de capital em uma sociedade pré-industrial, ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação...*; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, João Luís & FLORENTINO, Manoel. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia - Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Sobre as relações comerciais entre praças distantes, sobretudo, sobre as relações comerciais entre a elite mercantil de São João del Rei e a praça do Rio de Janeiro, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987; _____, *História econômica do Brasil*. 41ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

⁸ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...*

Gerais. Assim, ao observar esses comerciantes e a origem de suas fortunas investidas, o autor constatou que eles estavam ligados tanto com o mercado de abastecimento interno à colônia quanto ao mercado internacional.

Em outro estudo, João Fragoso e Manolo Florentino⁹ apresentaram a importância do mercado interno no processo de aumento da complexidade da praça mercantil do Rio de Janeiro, no setecentos. Tornando-se, lentamente, ponto de encontro de diferentes rotas do mercado interno, constituindo-se em importante entreposto de redistribuição de produtos importados e principal porto de exportação dos produtos coloniais, a praça mercantil carioca abriu espaço para novas formas de acumulação de capital e para outros grupos sociais mais marcadamente mercantis, os negociantes de grosso trato. Segundo os autores, esse movimento permitiu que a elite mercantil carioca ganhasse espaço com a acumulação derivada do mercado interno, com a transformação das formas de acumulação e com a transformação do Rio de Janeiro na principal praça mercantil do Atlântico Sul¹⁰. Assim, a transformação da praça do Rio de Janeiro e o fortalecimento do grupo dos comerciantes de grosso trato implicou na acumulação prévia de capitais que permitiu a formação do sistema agro-exportador do Vale do Paraíba.

Um outro estudo que também ressaltou a importância da acumulação endógena na formação de sistemas exportadores foi o de Mônica Ribeiro de Oliveira¹¹. Ao estudar a ocupação e povoamento da Zona da Mata Sul, Mônica de Oliveira observou que o capital que financiou a montagem da cafeicultura mineira nessa região tinha origem na praça mercantil sanjoanense. De acordo com a autora,

a origem da acumulação prévia de capitais, que propiciaram a montagem do sistema agrário-cafeicultor em questão [Zona da Mata], deu-se a partir de inversões de capitais de comerciantes do próprio interior mineiro, responsáveis pela rede de abastecimento do Centro-Sul, considerando-se que o mercado interno teria promovido acumulações endógenas capazes de serem transferidas para o setor produtivo¹².

Para Oliveira, a ocupação dessa região passou a ser mais interessante após a degradação das lavras de ouro, dos rendimentos e das oportunidades de expansão dos negócios na tradicional região mineradora. A região passou, então, a constituir a alternativa

⁹ FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto...*

¹⁰ Idem, 61-86.

¹¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru, São Paulo: Edusc; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.

¹² Idem, p. 99.

mais viável para montagem de novas empresas agrícolas e para a aplicação de recursos acumulados¹³.

O que se tem tentado demonstrar é que a economia colonial, bem como a economia do Império não seria apenas agro-exportadora escravista dependente do mercado internacional. Havia outras características estruturais que iam além das demarcadas pelos modelos explicativos clássicos. Possuíam outras formas de produção e um mercado interno capaz de gerar acumulação endógena. Da conjugação das diferentes estruturas foi possível a formação de uma dinâmica interna peculiar que não se reduzira às flutuações externas. De acordo com Fragoso, *a economia colonial é um pouco mais complexa que uma plantation escravista, submetida aos sabores das conjunturas internacionais*¹⁴.

A partir desses estudos, foi delineado um novo quadro para o Brasil e, mais especificamente, para Minas Gerais. Existem pesquisas que, portanto, comprovam a existência do mercado interno capaz de gerar acumulação de capital e que ajudam a refutar proposições sobre decadência da província mineira. Compreender a aplicação dos negócios de Gervásio Pereira Alvim, bem como seu comportamento pessoal de inserção social nestas redes, acrescenta um passo nesta corrente historiográfica, pois abre possibilidades de não somente detectar a existência da rede mercantil capaz de criar condições de acumulação endógena no Império, mas também acrescenta uma possibilidade no diálogo empreendido: entrar na esfera de compreensão da dinâmica mercantil posta em execução para travar as redes comerciais.

2. Negócios de mineiros e cariocas: as negociações de Gervásio Pereira Alvim

Nos séculos XVIII e XIX, o mercado interno foi marcado, sobretudo, pelo caráter pré-capitalista das relações mercantis, sendo ainda, um instrumento de reprodução da hierarquia da sociedade brasileira colonial e imperial¹⁵. Conforme Cláudia Chaves, esse mercado foi caracterizado pela existência de práticas especulativas e monopolistas que visavam a interesses pessoais, reforçado pela demanda limitada e por poucas opções de negócios¹⁶. Segundo João Fragoso, a utilização da mão-de-obra escrava como modo de produção, e a produção de caráter rural como abastecedora desse mercado interno, impingiu as características não capitalistas com frágil divisão social do trabalho e pela fraca circulação de

¹³ Idem, p.99-103.

¹⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura...*

¹⁵ CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...*

¹⁶ CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos negociantes...*, pp. 63-66.

mercadorias e de moedas¹⁷. Assim, nas praças mercantis, as transações, como todo mercado pré-capitalista, foram instáveis, com fortes oscilações e coordenadas pelos vínculos pessoais¹⁸.

Pautado por esses vínculos pessoais, a inserção de novos membros nas redes de negócios, principalmente entre praças distantes, demandou a presença de familiares e amigos que intermediassem as relações entre os indivíduos que as constituíam. Afonso de Alencastro Graça Filho, ao trabalhar com os grandes negociantes sanjoanenses, no século XIX, constatou que, além desses negociantes manterem estabelecimentos em São João del Rei, enviavam seus filhos para o Rio de Janeiro para facilitar os arranjos comerciais e evitar os atravessadores¹⁹. E, de acordo com Alcir Lenharo, os laços familiares constituíram um dos recursos utilizados para que o comerciante estruturasse seus negócios “*via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento*”²⁰.

Na sua atuação na praça mercantil carioca, Gervásio Pereira Alvim contou com uma rede de amigos e familiares residentes no Rio de Janeiro que intermediou e facilitou seus contatos. Em estudo anterior²¹, acreditamos que a presença desses familiares em praças comerciais distantes foi o facilitador da inserção de membros que residiam fora dela, desconhecidos, com pouca ou quase nenhuma expressão nacional, como foi o caso de Gervásio Pereira Alvim. Além de facilitar o crédito, os contatos entre os negociadores supriam as dificuldades de circulação nos acertos de negócios. Francisco Eugênio de Azevedo parece ter sido seu principal representante. Ele era tio materno de Gervásio Pereira Alvim, portanto, filho legítimo do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Ana Antônia Umbelina de Paiva. Francisco Eugênio de Azevedo possuía um negócio no Rio de Janeiro: “Francisco Eugênio de Azevedo e sobrinho” que situava-se à Rua Direita, número 147. Não sabemos ao certo o que era esse negócio.

Outro nome bastante presente nos acertos de contas, no Rio de Janeiro, à ordem de Gervásio, foi Antônio Cândido de Resende. As informações sobre ele são limitadas. Sabemos que era primo de Gervásio Pereira Alvim. Em carta enviada por Antônio Cândido, em 13 de

¹⁷ FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura...*

¹⁸ CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos negociantes...*, p.63-66.

¹⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste...*

²⁰ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação...*, p. 47.

²¹ TEIXEIRA, Paula Chaves. *Família e negócios: o caso Gervásio Pereira Alvim*. Monografia de bacharelado. São João del Rei: UFSJ – DECIS, 2005.

março de 1862, informou sobre as finanças do primo na praça carioca, como também a presença de outros tios e primos residentes no Rio de Janeiro²².

A atuação de Gervásio Pereira Alvim ocorreu na segunda metade do século XIX. Esse período foi marcado por grandes transformações na sociedade brasileira. Após o fim do tráfico atlântico de africanos, com a Lei Eusébio de Queirós, o tráfico interno de escravos recrudescceu, o preço do cativo aumentou e houve uma maior concentração da propriedade escrava nas *plantations*. Instaurou-se o período comumente chamado de “crise do escravismo brasileiro”. Nesse momento, muitos fazendeiros pararam ou reduziram a implementação de suas escravarias, num típico movimento de descrédito com a escravidão²³. Segundo João Fragoso e Maria Fernanda Martins, nas últimas décadas da escravidão, a descrença na longevidade da instituição escravista fez com que muitos fazendeiros e proprietários de escravos, detentores de enormes fortunas, mudassem seus investimentos. Houve uma mudança no quadro das riquezas no Rio de Janeiro, na segunda metade do oitocentos. Numa clara evidência de descrédito na escravidão, muitos fazendeiros passaram a investir mais em ações da dívida pública e na participação em diferentes instituições financeiras captadoras da poupança nacional²⁴. Para os autores, isso representou um momento de transformação dessa elite, bem como um momento de transformação da economia e sociedade brasileiras.

São João del Rei, nesse mesmo período, ao que tudo indica, parecia seguir essa tendência de diversificação da fortuna. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, os investimentos em ações e apólices eram quase inexistentes até 1845, porém, tornam-se frequentes nos inventários a partir de 1870. E os investimentos na escravidão, só declinam acentuadamente nos anos de 1881 e 1885. Assim, os efeitos da crise do escravismo pressionaram a elite a diversificar os seus ativos em novos empreendimentos²⁵. De acordo com Graça Filho, as últimas décadas do século não são pessimistas ou desabonadoras da prosperidade da praça de São João del Rei. Há descrições sobre a vivacidade do comércio em fins da década de 1870.

Esses últimos anos da escravidão foram muito difíceis para a família de Gervásio Pereira Alvim, principalmente, a que residiu em Minas Gerais, na comarca do Rio das Mortes. A década de 1860, em especial, foi momento de crise vivenciado pelo fazendeiro. Os

²² Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Antônio Cândido de Resende, em 13 de março de 1862, Rio de Janeiro.

²³ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

²⁴ Idem, pp. 144-153.

²⁵ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste...*, pp.143-149.

negócios de Gervásio Pereira Alvim não estavam muito bem. Em 1862 seu tio Francisco Eugênio escreveu uma carta solicitando o envio do dinheiro, da quantia exata, para saldar as dívidas contraídas na praça do Rio de Janeiro, pois, segundo Francisco Eugênio, os credores estavam insatisfeitos.

“Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor Vigário e seu sogro para acudir e valer no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra.”²⁶

E em 1868, após o falecimento de Manoel Gomes de Castro, seu filho, Custódio de Castro Moreira demandou no Juízo da Comarca do Rio das Mortes uma ação contra Gervásio Pereira Alvim para obrigá-lo a liquidar a dívida que, segundo os autores do processo, era superior a cinco contos de réis. Não sabemos ao certo o que aconteceu na vida financeira do fazendeiro que tenha produzido esse descontrole das finanças, porém, sabemos que ele saldou as dívidas e permaneceu com as atividades mercantis no Rio de Janeiro até, principalmente, 1879. No entanto, seu pai, o capitão Gervásio Pereira do Carmo, não teve a mesma sorte/sucesso. O capitão Gervásio Pereira do Carmo faliu²⁷.

Apesar do descontrole financeiro vivenciado, os negócios de Gervásio Pereira Alvim eram dotados de previsibilidade e racionalidade²⁸. Observou-se uma preocupação com as finanças, com os pagamentos das letras e com o mercado. A carta de José de Resende Monteiro, além de mostrar uma preocupação com o mercado, com as notícias do mercado internacional, mostra a presença familiar nas relações comerciais. José de Resende Monteiro é tio de Gervásio Pereira Alvim e assina a carta como “tio, amigo, obrigado, criado”.

*“Respondendo sua carta vinda pelo Lucas, tenho a dizer-te que tendo eu dado a Joaquim Pinto café para apanhar este ano futuro, o que já há tempos está prometido, não te posso oferecer vantagem; mas querendo mostrar os bons desejos que nutro em seu favor, pode vir com 3 pessoas em princípios de maio. **O mercado de café tem estado desanimador; pouco ou quase nada tem dado este gênero, apesar de excelentes notícias d’ Europa: tudo no país se acha falseado e sem esperanças de tão cedo voltar a seu estado normal. Cheguei a 4 dias da Corte e vi que tudo caminha mal. Joaquim Pinto pouco fez no café***

²⁶ Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

²⁷ Arquivo do Museu Regional de São João del Rei. Testamento: Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99.

²⁸ KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença, 1979.

*quando esperava tirar alguma vantagem e assim nos tem acontecido. Por enquanto se te deliberares poder vir no tempo acima aludido.”*²⁹(grifos meus)

Além das atividades mercantis, Gervásio Pereira Alvim também esteve envolvido em atividades agrárias. Ao analisarmos os inventários de seus familiares, acreditamos que esse somatório de atividades teve origem na geração de seus avós, tanto paternos quanto maternos. Nos inventários do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim e do tenente Francisco Machado de Azevedo³⁰, além da presença de bens que os caracterizam como fazendeiros, como por exemplo, a posse de terras, plantações de roças em geral, benfeitorias nas fazendas e grande número de escravos, observamos um número significativo de bestas de cargas, jumentos, burros e outros animais que serviam para o transporte de cargas. Já seu pai, o capitão Gervásio Pereira do Carmo, em 1831, na lista nominativa, foi descrito como se ocupando de “chácara e venda” e o seu inventário aberto em vida no ano de 1838 era composto somente por escravos.

Na documentação particular de Gervásio Pereira Alvim é constante a presença de acordos de compra de capoeiras, pastos e escravos e há também recibos da renda provincial de Minas Gerais dos exercícios de 1856/57 e de 1882/83 e o da câmara municipal da cidade de São José del Rei do ano de 1888, nos quais o fazendeiro Gervásio Pereira Alvim pagou impostos sobre o rancho de tropas que possuía na freguesia da Lage³¹. Dessa forma, pensamos que Gervásio Pereira Alvim foi um fazendeiro que recorreu ao mundo dos negócios como estratégia de reprodução de riquezas, sem, contudo, abandonar as atividades agrárias.

Bibliografia:

- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998
- _____. & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia - Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 20ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

²⁹ Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por José de Resende Monteiro, em 12 de novembro de 1867, Providência.

³⁰ Arquivo do Museu Regional de São João del Rei. Inventários: capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11; tenente Francisco Machado de Azevedo, 1841, caixa 24.

³¹ Arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim. Renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1856/57; renda provincial de Minas Gerais, exercício de 1882/83; imposto municipal da câmara municipal da cidade de São José del Rei, ano 1888.

- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GINSBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989
- GINSBURG, Carlo. *A micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1991.
- KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Editora Presença, 1979.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. “Sobre micro-história” In: BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988
- MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1982.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*. Bauru, São Paulo: Edusc; Juiz de Fora, Minas Gerais: FUNALFA, 2005.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *História econômica do Brasil*. 41ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: cadernos do IFCH – UNICAMP, 1985.
- TEIXEIRA, Maria L. R. Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.
- TEIXEIRA, Paula Chaves. *Família e negócios: o caso Gervásio Pereira Alvim*. Monografia de bacharelado. São João del Rei: UFSJ – DECIS, 2005.
- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares” IN: MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. HESPANHA, António Manuel (coord.) O antigo regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. SP: Hucitec- Edusp, 2º edição, 1990.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O desenho como documento na concepção de Manuel de Araújo Porto Alegre

Paula Ferrari
Mestranda em História/UFJF
Orientadora: prof. Dr.^a Maraliz Vieira de Castro Christo

A tradução que o viajante faz das impressões que recebe perante a natureza e as obras humanas, a descrição d'essa babel imensa que rodêa o nosso planeta, acha no desenho um complanador de todos os embaraços e lacunas da palavra, porque o desenho é um espelho fiel da natureza e uma lingua que tem o seu elucidario nos olhos de todo o mundo. [Porto-alegre]

O *status* da obra de arte, e da própria arte no tempo e no espaço sofre rupturas, permanências e releituras conforme o caráter institucional da autoridade do discurso que os determinam. A escrita da história, e neste caso da história da arte, também pressupõe a observação do tempo, do espaço e a autoridade que está produzindo o discurso histórico. Dentro do movimento romântico, notadamente, a arte ganha importante função de civilizadora, pelos sentimentos que sua experiência pode despertar e desenvolver como a civilidade, patriotismo, costumes e será aliada ao ideal de história como mestra da vida, neste caso, do Brasil oitocentista.

Para este projeto optamos por Manuel de Araújo Porto-Alegre porque representa um intelectual de ampla formação artística com possibilidade de ação dentro das instituições de saber e grupos políticos ligados ao centro de poder do Império. Nascido em Rio Pardo-RS, em 1806, ele presencia ao longo de sua trajetória biográfica mudanças políticas e estéticas do período. Foi discípulo de Debret e Montigny na Academia Imperial de Belas Artes, em 1831 acompanha Debret de volta a Paris e lá conhece Jean Antoine Gros e boa parte da geração romântica parisiense. Na Itália estuda com o arqueólogo Antonio Nibby. Ainda na França, funda juntamente com Torres Homem e Gonçalves de Magalhães a revista **Nitheroy: Revista brasiliense, sciencias, lettras e artes** (1836) marco do romantismo brasileiro, posteriormente Porto-Alegre funda e dirige os periódicos: **Minerva Brasiliense** (1843), **Lanterna Mágica** (1844) e **Guanabara** (1849). Enquanto diretor da Academia Imperial de Belas Artes propôs

reformas no *curriculum* e na metodologia do ensino do Instituto, ações que fizeram parte da Reforma Pedreira de 1855. Foi pintor, professor de pintura histórica, escritor, dramaturgo, cenógrafo, caricaturista, arquiteto, é considerado primeiro crítico e historiador da arte brasileira. Porto-Alegre, como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escreveu uma série de textos para a revista do instituto refletindo sobre a arte brasileira¹.

A Academia Imperial de Belas Artes

Para compreendermos algumas concepções deste intelectual no manuscrito² analisado consideramos pertinente inserir algumas questões sobre a institucionalização do ensino artístico no Brasil oitocentista. O manuscrito refere-se ao discurso pronunciado por Porto-alegre como diretor da Academia Imperial de Belas Artes logo após a Reforma Pedreira e visa, sobretudo, ao convencimento da importância da arte para a sociedade.

Tadeu³ Chiarelli e Isis Pimentel de Castro⁴ apontam a ligação da Academia Imperial de Belas Artes às idéias do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e ao projeto de modernização do Império devido a Reforma Pedreira de 1855 implementada por Porto-Alegre. *A arte a serviço do Império* discute os vários aspectos dessa reforma e as transformações sociais que ela gerou, como a preocupação em centralizar o ensino para substituir localismos por padrões de comportamentos e valores convenientes a uma nação em construção.

A preocupação com a arte nacional, apesar da Missão francesa em 1816, e posteriormente a criação da Academia Imperial de Belas Artes, surge tardiamente se comparadas com a literatura e a história. Alguns aspectos podem ser apresentados, e inclusive são parte das justificativas para o abandono que a Academia sofreu nos seus primeiros anos. Para Gonzaga-Duque a Missão Francesa havia interrompido uma tradição visual local e seu ensino introduziu uma arte descaracterizadora dos elementos autóctones, produzindo dessa

1 Para saber mais sobre o Manuel de Araújo Porto Alegre ver: Letícia Squeff. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004; Antonio Candido. *A formação a literatura brasileira: momentos decisivos*, vol. 2, 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981; Isis Pimentel de Castro. *A arte a serviço do Império*. Brasília: *Nethistória*, In <http://www.nethistoria.com> acesso em 28/ago./2005; Roberto Pontual. *Dicionário das Belas Artes no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S. A., 1969, p.435-436.

2 Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

3 Tadeu Chiarelli. "Introdução" In Luiz Gonzaga Duque Estrada. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1ª edição: 1888, 1995. – (Col. Arte: Ensaios e Documento).

4 Isis Pimentel de Castro. *A arte a serviço do Império*. Brasília: *Nethistória*, In <http://www.nethistoria.com> acesso em 28/ago./2005.

forma uma arte sem significação para o país, posição que Porto-Alegre parece adotar no seu artigo **Memórias da Escola Fluminense** e outros artigos onde critica severamente os estrangeiros presentes na escola. Outro aspecto, e este mais espinhoso, é apontado por Isis Pimentel de Castro: a nossa tradição jesuítica que prestigiava muito mais as atividades literária que as artes visuais, condição agravada pelo fato dos ofícios mecânicos estarem associados ao trabalho de escravos.

Segundo Chiarelli, além da constituição de uma história ideal do Brasil, a busca da identidade nacional e os elementos típicos da ambiência brasileira foram ampliados no campo cultural e artístico carioca como se observa na Academia Imperial de Belas Artes, cuja particularidade, face aos valores estéticos do período, seria a temática nitidamente pautada na história e nos assuntos literários brasileiros⁵.

O projeto civilizador de Manuel de Araújo Porto-Alegre, de ordem prática e estratégica, mudaria toda a compreensão do status do artista. Suas idéias que tomaram corpo na Reforma Pedreira (1855), dividiram para sempre o artífice de ofício do artista, preocupado ao mesmo tempo com a capacitação de mão de obra para a indústria e com a equiparação do império à civilização da Europa, foi um homem que tomou para si as preocupações com a arte.

A reforma na Academia Imperial de Belas Artes é fruto da concepção de Porto-Alegre, cuja determinação e conhecimento são oriundos de um setor da sociedade e de um contexto histórico. Se por um lado é a arte a serviço do Império, nas palavras de Castro, parto do pressuposto que é também a arte que este intelectual compreende como ideal de um processo civilizador para o Brasil.

Apesar de ter sido inspirada na Académie Royale Peinture et Sculpture da França, a Academia Imperial de Belas Artes, segundo Castro, também teve grande influência de Winckelmann⁶. Para este arqueólogo do século XVIII a arte teria uma dupla função: agradar e instruir, inspirando naqueles que observassem sentimentos e comportamentos civilizados, buscando elevar o espírito para atingir a bela alma⁷.

A pintura de história, os monumentos, o cuidado com a produção de símbolos do século XIX em parte teria sua justificativa pelo seu caráter de narrativa visual com caráter

5 Também importantes referências sobre o assunto são os artigos de Letícia Squeff, Isis Pimentel de Castro e Cybele Vidal Neto Fernandes.

6 “Os estudos de Winckelmann também tiveram grande influência no ensino da AIBA, citado diversas vezes por Taunay em seus discursos, suas obras também faziam parte do acervo bibliográfico da academia.” Isis Pimentel de Castro, *Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS -UFRJ. 2007, p. 14.

7 A idéia do Belo Ideal seria uma síntese sublimada da natureza do objeto retratado, dessa forma o artista buscaria em cada exemplar a parte mais perfeita, mais bela, para depois condensá-las no objeto artístico.

pedagógico da História e da Arte, no caso de Porto-Alegre a questão é um desdobramento da importância da arte: “*Sem arte não há cunho de civilização, não há expressão do bello, não há documento do passado*”.⁸

Nesta citação podemos perceber a importância que Porto-alegre atribui à arte como contribuição ao projeto do IHGB. A arte para ele possui dois pontos de permanência relevantes pela universalidade que sua linguagem das formas pode atingir e pela duração da idéia materializada. Essa importância revela um aspecto de historicização da arte, enquadrando-a em um binômio temporal de experiência-expectativa, ou nas palavras de Koselleck um passado-futuro.

O desenho como documento

O manuscrito pode ser pensado a partir deste binômio temporal passado-futuro para discorrer sobre a relação historicizada da arte e a sociedade Partindo da concepção que todo artefato humano é a expressão de uma idéia materializada ele busca nas experiências louváveis como Grécia, Egito, Europa, a veracidade do que é possível e necessário com o aperfeiçoamento das artes no Brasil. Uma dessas contribuições seria o registro material de sua época para a posteridade.

Sendo o desenho a base essencial da linguagem formal⁹, o pintor o coloca como uma escrita universal que vence a diferença entre o viajante e os lugares, desvela o sudário do tempo que se interpõe entre o homem de hoje e o antigo sacerdote. Nessa orientação a arte se torna um registro que é capaz de vencer o prisma do tempo

“[...] que decompõe a tradição e transluce toda sorte de enganos [...] todas as memorias monumentaes levantadas á divindade, ao homem ou aos fastos nacionaes, são conservadas e transportadas por esta terceira forma do pensamento, sem comentarios, hypotheses, conjecturas, ou o socorro de algum systema engenhoso, que mais abrilhanta a sagacidade do seu inventor do que esclarece a verdade.”¹⁰.

A obra de arte, conservando em sua matéria vários conhecimentos, tecnológico, estético, cultural, que são necessários para a sua confecção, encerra em si um arquivo para se

8 Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB)

9 A materialização das idéias já são consideradas no desenho por Porto-alegre, ele cita ruínas que podem ser conhecidas na totalidade pelos desenhos, e o caso de projetos das invenções de Leonardo da Vinci que só mais tarde foram possíveis.

10 Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB).

compreender o universo onde foi gerado revelando-se um termômetro de sua sociedade. Essa confiabilidade na cultura material pode ser buscada na tradição antiquária:

*Para eles, o passado se revela de modo muito mais seguro pelos seus testemunhos involuntários, por suas inscrições públicas e sobretudo pelo conjunto da produção da civilização material. Não apenas esses objetos não tem como mentir sobre a sua época, como também dão informações originais sobre tudo o que os escritores da Antiguidade deixaram de nos relatar, particularmente sobre usos e costumes*¹¹.

O gênio, a inspiração do artista somado ao conhecimento técnico e erudição¹² possibilitaria o desenvolvimento de uma arte superior, capaz de condensar em si todo o conhecimento acumulado até sua época. Esta educação não se restringiria só ao artista, mas a toda a sociedade, dos que se utilizam deste conhecimento para produzir, domar a natureza bruta, aos que usufruem dessa produção; pois para se apreciar e compreender a profundidade do Belo também são necessários treino e educação do olhar.

O domínio da técnica aliada à erudição tinha como finalidade, nas Academias de Belas Artes, a ampliação de horizontes e possibilidades de criação para o artista, compreende-se então a necessidade dos exercícios de cópias das obras valorizadas, pois o aprendizado através da imitação aumentaria não só o repertório do possível, mas também os parâmetros a serem alcançados e superados. Segundo Winckelmann, o aprendizado dos iniciantes deveria partir da imitação da arte grega e não da natureza, pois a

*a imitação destas obras (...) poderia ensinar mais rapidamente, pois o artista encontra aqui, numa, a soma do que está disperso em toda a natureza, e aprende, através da outra, a que ponto a mais bela natureza pode elevar-se acima de si própria, destemida e sabiamente”. E acrescenta: “Mesmo se a imitação da natureza pudesse tudo dar ao artista, certamente não lhe daria a exatidão do contorno, que só os gregos sabem ensinar*¹³

11 Françoise Choay. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

12 A erudição aqui é utilizada no sentido de educação adquirida para compreender as manifestações do pensamento. A base dessa educação, para Porto Alegre, seria constituída primeiro pela gramática, chave de todas as línguas; a geometria onde se encontra a lógica e o conhecimento dos números e da extensão e por último, o desenho que possibilita a perfeição da vista na apreciação das formas e na compreensão do belo.

13 G Bornheim. "Introdução à leitura de Winckelmann. Escorço do Horizonte Cultural". *Revista Gávea - Revista de História da Arte e Arquitetura*, n.8, 1990, p.65. Este autor aponta para a orientação que em Winckelmann não devemos tratar a imitação como naturalista ou realista, mas sim no sentido platônico. Para compreender mais sobre esta questão ver também M. Modica. "Imitação" trad. Maria Bragança in Ruggiero Romano (Dir.) *Enciclopédia Einaudi, vol25 [criatividade-tonal]*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. Segundo Modica, na p. 17, "Parece que já para os Gregos do período Arcaico a noção de mimesis não indicava a reprodução e o reflexo mais ou menos mecânico do real, mas era concebida em referência a um conjunto de

Preocupado com a formação do artista e, além disso, com as possibilidades de trabalho, ele discorre sobre a importância do desenho como registro útil e prático. Essa necessidade de bons desenhistas que pudessem registrar objetos para o estudo detalhado fez parte da discussão de antiquários e naturalistas. O bom registro em gravuras era defendido por alguns desses estudiosos do século XVIII como uma forma de poder observar, refletir e comparar em sistemas os seus objetos de estudo. Apesar de existir a discussão sobre a necessidade do estudo *in loco*, ou do próprio objeto, é possível pensar que na falta dessa possibilidade, os manuais ilustrados contribuía para a possibilidade de difusão e estudo. Sérour d'Agincourt (1730-1814) afirmava sobre a questão que as imagens devem falar por si. Nesse sentido o contato com Debret¹⁴ e outros viajantes que registraram o Brasil no seu período provavelmente contribuiriam para vislumbrar essas possibilidades do artista como um profissional competente para registrar o mundo a sua volta.

Bibliografia

- BAZIN, Germain. História da História da arte, de Vasari a nossos dias. Trad. Antonio de Pádua. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BORNHEIM, G. "Introdução à leitura de Winckelmann. Escorço do Horizonte Cultural". *Revista Gávea - Revista de História da Arte e Arquitetura*, n.8, 1990.
- CASTRO, Isis Pimentel de. A arte a serviço do Império. Brasília: *Nethistória*, In <http://www.nethistoria.com> acesso em 28/ago./2005.
- _____. Os pintores de história: a relação entre arte e história nas telas de batalhas de Pedro Américo e Victor Meirelles. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS -UFRJ. 2007.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Círculo do Livro, Coleção Primeiros Passos, vol. 7. s/d.

“valores sabidos” e geralmente partilhados, que hoje se poderiam definir como verdadeiros códigos culturais de caráter mais ou menos institucional, no sentido em que a atividade mimética não responde a puros automatismos, mas obedece a uma técnica, a um conjunto de normas e atos cuja funcionalidade em face de um fim é conhecida ou magicamente pressuposta.”

¹⁴ Segundo Letícia Squeff, Quando a história (re)inventa a arte: a escola de pintura fluminense, In *Rotunda*, nº1, Campinas, centro de Pesquisas em história das artes no Brasil. (CEPAB). Instituto de Artes, UNICAMP, 2003, , em uma de suas cartas à Porto-alegre, Debret teria sugerido a Porto alegre que se tornasse um historiógrafo das artes do Brasil. p19.

_____. *Como estudar a arte brasileira do século XIX*. São Paulo: SENAC, 2005.

ESTRADA, Luiz Gonzaga Duque. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1ª edição: 1888, 1995. – (Col. Arte: Ensaio e Documento).

M. Modica. “Imitação” in Ruggiero Romano(Dir.) *Enciclopédia Einaudi, vol25 [criatividade-tonal]*, trad. Maria Bragança, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária” in *As raízes elásticas da historiografia moderna*. Trad. Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.

SQUEFF, Letícia Coelho. *A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista*, *Cadernos Cedex*, nº51.

_____. Quando a história (re)inventa a arte: a escola de pintura fluminense, *Rotunda*, Campinas: Centro de Pesquisas em história das artes no Brasil. (CEPAB), Instituto de Artes, UNICAMP, nº1, 2003, p19-31.

_____. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre*. Campinas: Ed. Unicamp. 2004.

TRIGGER, Bruce T.. *História do Pensamento Arqueológico*. Trad. Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

Fonte

Discurso pronunciado em Sessão solene de junho de 1855 na Academia Imperial de Belas Artes por Manuel de Araújo Porto-Alegre por ocasião do estabelecimento das aulas de mathematica, esthetica, etc, etc. (manuscrito Coleção Araújo Porto-Alegre, Arquivo do IHGB)

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A História escrita por Walter Benjamin

Pedro Demenech

Perguntas como “o que é contar a História?” e “o que é uma história?”, não tem uma resposta única. Essas questões, dentro do debate historiográfico, geram controvérsia por não haver um consenso do que realmente seja a História, considerada como ciência ou disciplina.¹

Há dentro dessa discussão, vários autores que se preocupam em tentar responder e desvendar o estatuto da História². Nesse ciclo, o presente trabalho selecionou o texto de um autor: as teses “Sobre o conceito de história”, de Walter Benjamin (1892-1940).³ Essa escolha, se deu justamente pelo fato de que Benjamin não é um historiador, e de que seu trabalho oferece visão crítica sobre a reflexão histórica em relação ao passado.

Para entendermos o que Benjamin nos propõe em “Sobre o conceito de história”, devemos entender que contar história está ligado diretamente a uma prática: a história é uma forma de experiência com o passado. A idéia de experiência é fundamental na obra de Benjamin; nesse conceito a idéia de narração, de saber transmitir um conhecimento é fundamental. Em textos como “Experiência e Pobreza” e o “O Narrador”⁴, devemos ficar atentos para os problemas que a arte de contar enfrenta com o desenvolvimento técnico da modernidade.

A problemática do desenvolvimento técnico pode ser entendida, em Benjamin, como uma oposição entre a sociedade pré-industrial, que vivia de uma vida artesanal em oposição à sociedade industrial capitalista. Em “Experiência e Pobreza” as pessoas se calam, justamente, porque passaram por uma experiência devastadora: a Primeira Guerra Mundial. E sobre isso Benjamin escreve:

¹ HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1998. p. 193.

² Para uma discussão mais aprofundada: Hayden White, *Trópicos do Discurso*.

³ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas; v.1).

⁴ *Ibid.*, p. 114-199 e 197-221

Uma geração ainda fora à escola de bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano.⁵

Qual são as pessoas que gostariam de passar para futuras gerações esse tipo de experiência? Em um mundo onde os mais velhos passavam para os jovens suas histórias, ensinavam aquilo que haviam aprendido, perde-se espaço para uma nova forma que trás consigo a devastação, e nenhuma pessoa gostaria de lembrar das ridículas e medíocres memórias das guerras de trincheiras.

Os textos de Benjamin, em sua maior parte foram escritos nesse contexto de entre guerras. Nesse período surge dentro das correntes de pensamento a idéia de que o progresso era algo inegável à história. O mundo burguês vê no materialismo sua redenção. O avanço técnico da produção e a exploração do trabalho como forma de dominação geraram, segundo Walter Benjamin, efeitos contrários daqueles que pregavam os políticos da social-democracia, os marxistas vulgares e as promessas de um estado totalitário fascista. Nesse contexto, tivemos a derrocada da Republica de Weimar, o pacto entre Hitler e Stalin, que faz o autor perder toda sua esperança de combate ao totalitarismo, e o *shoah* promovido pelo governo alemão.⁶

O materialismo histórico e “tempo de agora” de Walter Benjamin

Ao escrever “Sobre o conceito de história”, Benjamin se afasta das interpretações sobre a história da sua época, ou seja, se afasta tanto do materialismo histórico proposto pela esquerda da época quanto do historicismo alemão, pregado pela social-democracia. As duas correntes têm em comum a idéia de um progresso infinito, no qual o tempo futuro era o anunciado como um tempo de felicidades, algo natural que viria com o desenvolvimento técnico e econômico.

Para Benjamin, o progresso é visto como um demônio da história. Esse ideal leva à catástrofe: a crença de que o mundo poderia se tornar feliz, através do

⁵ *Ibid.*, p. 115.

⁶ LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Trad. de Wanda Nogueira Calderia Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

desenvolvimento da produção material, fazia com que o discurso do vencedor se tornasse uma verdade. Contra esse discurso, Benjamin instaura um pessimismo que vem acompanhando de algo prático, ao contrário de uma atitude contemplativa.⁷

Essa idéia de um pessimismo ativo surge pelo combate em favor das classes dominadas. As ameaças do sistema capitalista, os desenvolvimentos técnico e econômico somados ao aumento da produção, fizeram pesar sobre essa classe uma série de mudanças na organização social, alienando-a da participação política e excluindo-a da vida ativa dentro da sociedade. É justamente por isso que o autor tenta combater, em seu texto a ascensão fascista, que exclui e engana seu povo, apropriando-se da história de forma a justificar sua superioridade e exaltando os grandes nomes do passado.

O materialismo histórico de Benjamin se liga com a teologia. Esse conceito criado pelo autor tem dois princípios básicos: a idéia de interpretar a história longe da ótica dos opressores e de combater a repressão do totalitarismo. Se não há uma ótica onde os excluídos tenham voz, a censura e outras formas de repressão sempre irão sair como vencedoras da história. E sem uma interpretação crítica da história não há luta eficaz contra a opressão.⁸ Com isso, o materialismo histórico ganha um sentido prático; ao juntar-se com a teologia surge o ideal de redenção, de salvar o passado, mas sem esquecermos do nosso presente, do momento em que se vive.

Segundo Löwy, a teologia em Benjamin, tem a função dupla: de rememorar e da redenção messiânica. Ao lermos a tese I “Sobre o conceito da História”, entendemos que tanto teologia quanto o materialismo histórico servem um ao outro. Pois é justamente a primeira que resgata o sentido revolucionário e redentor do segundo.⁹

A teologia, na teoria de Benjamin, instaura a idéia de redenção e com ela vem o papel messiânico daquele que busca o passado. Nesse caso, é nossa função dar vozes àqueles que foram silenciados no passado. Rememorar para Benjamin significa agir: a volta ao passado só tem sentido quando no presente, as vozes silenciadas do passado tiverem seus objetivos e planos realizados. O “Messias” que concretiza essa redenção somos nós mesmos. A humanidade é quem pode se salvar, é ela quem faz a própria história.¹⁰

⁷ *Ibid.*, p. 23-24.

⁸ *Ibid.*, p. 42.

⁹ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 222.

¹⁰ LÖWY, Michael, *op. cit.*, p. 51-52.

Se no presente a sociedade fizer pouco caso de seu passado, esquecendo-se daqueles que sofreram, não haverá redenção. Sem essa lembrança, a sociedade do tempo presente perde o combate contra aqueles que sempre abusaram do poder. Muito mais do que contemplativa, essa atitude tem que ser ativa para o modo como se deve pensar o passado.

A redenção para Benjamin faz com que o historiador não deixe nenhum sofrimento do passado ser esquecido. Na tese III, ele escreve:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final.¹¹

Essa idéia de que não pode haver distinção entre os conhecimentos é crucial para entender a *redenção* de Walter Benjamin. A humanidade que não se esquece do seu passado, que sabe dar respostas ao que foi silenciado, no tempo presente estará salva. É, justamente, esse fato de não se esquecer de nada, e de buscar na história outro devir para o acontecimento, que quebra com a linha do tempo vazio e homogêneo, instaurado pelo progresso.

A quebra do tempo linear, que Benjamin vê como vazio e homogêneo, instaura o *jetztzeit*, o “tempo de agora”. Esse tempo é uma oposição entre quantitativo e qualitativo; ou seja, a história ganha a possibilidade de abertura, de múltiplas interpretações, ao invés de seguir uma lógica mecânica de escrita que privilegia os heróis do historicismo, cultuados pelo progresso.¹²

Uma história que sempre segue uma linha feliz não vê que há diferenças - fraturas do passado- que ainda não foram curadas. Devemos varrer a história a contrapelo, buscar na corrente dos fatos o que rompeu com o *continuum* da história, e no

¹¹ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p. 223.

¹² LÖWY, Michael, *op. cit.*, 123-127.

tempo presente curar essas fraturas que foram recolhidas ao triste campo do esquecimento. A relação entre o passado e o presente se dá de maneira dialética: o passado transforma o presente, porque pode-se realizar uma promessa esquecida; o presente dá força ao passado, pois este assume uma nova forma.¹³

O “tempo de agora”, junto ao papel que Benjamin atribui ao materialismo histórico, assumem uma posição de intervenção salvadora da história. Tanto a rememoração quanto a redenção, são funções que não podem representar um papel secundário em sua obra. Enquanto o primeiro rompe o tempo vazio e homogêneo, o segundo conceito põe em prática a idéia de uma história que serve ao presente, que faz o homem se tornar um ser de ação, ao invés de se emaranhar no campo de contemplação do passado.¹⁴ O presente ao iluminar o passado deve, no próprio passado, encontrar forças para as questões de sua época.

Todos esses conceitos que Benjamin cria são ligados profundamente a uma relação com a práxis. O materialista histórico deve se engajar, transformar o tempo em que vive. Mas como é que essa idéia se forma? Segundo Benjamin, o materialista se vê o tempo inteiro em oposição com o historiador que se identifica afetivamente com o vencedor, aquele que domina.¹⁵

Quando se “varre” a história a contrapelos, temos dois significados em Benjamin: o histórico e o político. Em primeiro plano, é na busca da versão dos oprimidos, na oposição entre dominantes e dominados que buscamos as sublevações da história. E no plano político, encontra-se o engajamento: a idéia de se lutar contra o curso natural da história impossibilita que novas formas de opressão se realizem.¹⁶

No sentido daquilo que foi exposto acima, Benjamin vê todo documento como uma forma de barbárie. Na tese VII esse termo se concretiza, pois na explicação do autor, os monumentos do passado foram construídos sobre opressão e escravização. A crítica de Benjamin é em favor daqueles que “(...) caíram sob as rodas de carruagens majestosas e magníficas denominadas Civilização, Progresso e Modernidade”¹⁷.

¹³ *Ibid.*, p. 63.

¹⁴ Essa idéia de uma história que serve ao presente, também pode ser encontrada em Nietzsche: NIETZSCHE, Friedrich. Considerações Intempestivas sobre a utilidade e inconvenientes da história para a vida. IN: *Escritos sobre História*. Trad. de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁵ BENJAMIN, Walter, Tese VII. IN: *op. cit.*, p. 225.

¹⁶ LÖWY, Michael, *op. cit.*, p. 74.

¹⁷ *Ibid.*, p. 73.

É importante perceber a influência do pensamento marxista em Benjamin, questionando: como é que se dá essa relação do autor e a corrente de pensamento? Qual o papel que ele assume em sua obra?

Quando o materialismo histórico é interpretado por Benjamin, devemos entender que se trata de reunir uma prática revolucionária, com os acontecimentos passados e a esperança utópica. Aqui, o marxismo deve ser encarado como herdeiro de todos aqueles que lutaram, no passado, pela liberdade e quebra das redes de opressão.¹⁸

Ao entendermos todas as propostas de Benjamin, nos perguntamos o que seu pensamento nos reserva, tentamos entender as possibilidades que podemos encontrar, visto que suas teses foram escritas em um momento de crise (a perseguição dos judeus, a II Grande Guerra, a ascensão do nazismo e o pacto de não agressão entre soviéticos e nazistas, entre Hitler e Stalin). A obra do autor, dá a possibilidade de uma abertura na forma de contar e escrever o passado.

Com a idéia de redenção, passado, presente e futuro tornam-se móveis. Há diversas possibilidades de interpretação: o que se passou não é imutável, torna-se uma resposta a questões do presente. O futuro sempre dá uma nova abertura, pois surge com novas questões. Os esquecidos podem encontrar, no futuro, suas aspirações, que antes eram julgadas, como sendo questões sem importância.

Essa abertura, não é encarada como via de mão-única. Ela dá a história, possibilidade de entender as aspirações revolucionárias e emancipadoras, mas atentando sempre para o perigo que ronda a humanidade: ela rompe com o determinismo histórico. Não há como a história chegar ao seu fim, não é o progresso que leva o homem a sua felicidade. Como vimos, em Benjamin, a cega crença no progresso faz o homem romper com seu mundo natural, gera dominação e tristeza.¹⁹

Assim como em “Experiência e Pobreza” e o “O Narrador”, nas teses “Sobre o conceito de história” temos que entender que deve haver uma nova forma de se contar as histórias, de passar a tradição em frente. O movimento entre passado e presente ,gera

¹⁸ *Ibid.*, p. 57, 83, 110.

¹⁹ A velocidade com que o mundo moderno anda, prejudica o ser humano. O ideal capitalista fez com que o homem se alienasse no seu mundo, tornando-se escravo do trabalho. Em Benjamin, quando vemos o processo de declínio da narração, é interessante notar as diversas formas de como ocorreu esse processo: o desenvolvimento técnico da sociedade industrial fez com que o homem se alienasse no campo de trabalho, a lógica de mercado impõe uma organização social de vida, onde tudo pode ser derrubado em menos de um segundo. As tradições, são substituídas por aquilo que interessa ao mercado, o mundo perde a identidade, não há mais uma força capaz de fazer com que a sociedade tenha um ponto referencial comum. Sobre isso ver: BEY, HAKIM. *T.A.Z.: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad Editora, s/d e BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. 2º ed. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

na fronteira do esquecimento e da lembrança, a rememoração e a redenção daquilo que ocorreu. Todo fim de uma história se torna em Benjamin um novo começo, pois dá a possibilidade de ocorrer de uma nova forma.

Olhar para o passado é uma tarefa crítica. Somos nossos próprios “Messias”, devemos entender que a salvação é nossa responsabilidade. Em Benjamin, nossa tarefa está justificada em favor daquilo que trabalha para que não haja o esgotamento do significado daquilo que passou. O autor se preocupa, para que sempre haja a redenção, ao contrário de um recolhimento infinito daquilo que foi. Ou seja, muito mais do que lembrar, é preciso em meio ao que passou, agir e mudar o tempo presente.²⁰

²⁰ GAGNEBIN, Jean Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 128.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Mário de Andrade: música ocidental e outras perspectivas tendências

Plínio Freitas Salles
Graduado/Universidade Federal de Uberlândia.

A historiografia brasileira é de extrema riqueza se considerarmos o vasto campo de pesquisa existente na dinâmica cultural ao longo do tempo. A música brasileira tornou-se um campo de pesquisa importante para a compreensão da história nos seus muitos sentidos. A música como objeto de pesquisa dentro de uma perspectiva da história cultural ampliou mais ainda os caminhos do historiador, dando a ele uma nova maneira de perceber a história nos seus vários aspectos. Sendo assim, a história não diferente do próprio homem não é uma coisa só, ou seja, não somos somente políticos, como não somos somente econômicos, e nem mesmo somente culturais. A música, portanto, não pode ser considerada apenas como uma ilustração daquilo que é mais importante, mas ela é sim uma abordagem a mais, e depende daquele que a investiga a tornar rica como objeto de pesquisa historiográfico.

A começar pela nossa origem africana que nos deu uma complexa cadência rítmica, que a música europeia, por exemplo, não experimentou com quão intensidade. Além, da ginga africana, o Brasil teve influência também da música ocidental, por meio dos compositores clássicos, do barroco e outros estilos incorporados à mistura brasileira de fazer música. A força de nossas origens musicais vem tanto da África, como do ocidente, com menos intensidade do oriente. Esta mistura porém, deram as canções e peças eruditas (Villa-Lobos, Guerra Peixe, Waldemar Henrique entre outros) brasileiras características únicas e especiais que nos difere musicalmente de todo o resto do mundo.

O Brasil é, sem dúvida, uma das grandes usinas sonoras do planeta e um lugar privilegiado não apenas para ouvir música, mas também para pensar música. Tem

sido a intérprete de dilemas nacionais e veículo de utopias sócias; canta o futebol, o amor, a dor, um cantinho e um violão.¹

Na música brasileira estão desde aspectos técnicos da música africana, da européia e por que não da indígena. Essa mistura é até hoje trabalhada por nossos compositores, pequenos como exemplo, a bossa nova e sua “cadência jazzística americana”, somada ao “samba brasileiro”, mistura essa estudada, hoje, em várias universidades de música no mundo inteiro. Movimentos musicais como a “bossa nova” são só uns de vários estilos que por aqui se desenvolveram. Podemos citar, estilos como: forró, samba, chorinho, xote, partido alto entre outros tantos.

Pensando em toda a trajetória da música brasileira ao longo do tempo, procurei nesta referente pesquisa, buscar entender a música em seus vários períodos históricos, mas com maior ênfase no modernismo e para tanto não poderia deixar de investigar o envolvimento de Mário de Andrade com a música em seus anos de vida e sua relação com o modernismo. Mário foi um importante musicólogo em seu tempo, e desenvolveu um importante estudo sobre música. Foi um dos grandes nomes da semana de arte moderna de 1922, e suas idéias através deste evento influenciaram vários artistas de sua época e também de hoje. Porém, os seus idéias modernistas não são tão conhecidos pelo aspecto musical, o Mário musicólogo, talvez para muitos, não seja reconhecido como o Mário literário e artista. Ele se envolveu em diversas áreas do conhecimento era um homem interessado em tudo, escreveu sobre artes, música, foi poeta, escritor, esteve à frente do departamento de cultura a partir de 1935, além de lecionar história da música no conservatório paulista durante um bom tempo. Este foi o primeiro conservatório do Brasil.

Pela considerável experiência de Mário de Andrade e por viver na época que viveu devemos pelo menos respeitar a suas pesquisas e discuti-las mesmo que não concordamos com o seu ponto de vista. Os seus idéias nacionalistas, por exemplo, são inúmeras vezes contestados, mas, mesmo assim, o seu esforço e a busca incansável pela verdade e pela pesquisa estão estampados em sua história. Em *Macunaíma*, obras de grande significado, estão presentes vastas fontes de pesquisas folclóricas, e isto está relacionado às inúmeras viagens as quais o escritor fez e colheu informações valiosas para suas pesquisas. A sua

¹ NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Contracapa.

curiosidade sobre a cultura brasileira sempre pode ser percebida em suas criações, desde Macunaíma, paulicéia desvairada entre outras o elemento brasileiro estava lá.

Uma de suas buscas era justamente uma maneira de criar brasileira desvinculada dos modelos já estabelecidos vindos da Europa, para Mário, o brasileiro deveria procurar na sua cultura e na sua experiência criativa os recursos para sua emancipação como nação criativa e criadora. O mimetismo foi duramente combatido por ele, que não acreditava que um músico brasileiro podia fazer música européia sem ter convivido com a cultura européia, e que portanto, ele só poderia fazer música brasileira pela sua experiência e pelo seu cotidiano. Para o musicólogo, a arte era um aspecto do artista e suas vivências estão intrinsecamente presentes em sua arte, e fugir disso, era se entregar a uma pura e simples imitação dos padrões dominantes europeus. Assim como os europeus tiveram um caminho longo e difícil para chegar ao nível de complexidade que sua música possuía, basta ouvirmos as operas do bel canto, ou as sinfonias do período clássico, Mário de Andrade acreditava que os brasileiros precisam descobrir também os seus caminhos, sem a facilidade de imitar os ritmos e as músicas já consagradas. Arnaldo Contier, citando Mário de Andrade, mostra de forma mais clara o nacionalismo musical presente neste artista.

O critério atual da Música Brasileira deve ser não filosófico mas social. Deve ser um critério de combate. A força nova que voluntariamente se desperdiça por um motivo que só pode ser indecoroso (comodidade própria, covardia ou pretensão) é uma força antinacional e falsificada. E arara. Porque, imaginemos com senso-comum: se um artista brasileiro sente em si a força de um gênio, que nem Beethoven e Dante sentiram, está claro que deve fazer música nacional.²

Observando as duras palavras vindas do próprio Mario de Andrade, podemos ter noção de como ele era exigente quando falava de música brasileira e o quanto a idéia de uma música nacional era importante para ele. A sua visão crítica é bem nítida, e o que ele chama de “combate” significa uma negação aos artistas brasileiro que buscavam reproduzir uma música baseada na escola européia sem nenhuma ligação social ao meio que ela se constituiu, daí ele dizer ser “falsificada”, e o artista termina seu comentário evocando os artistas brasileiros os quais têm um talento apurado, a fazer música brasileira, porque só aqui serão geniais pela sua experiência social, assim como Beethoven foi importante para sua nação.

² ANDRADE, Mário de. Ensaios sobre a música brasileira. P. 20.

Na obra, verdadeiramente autêntica, existe uma teia de relações as quais estão presentes as relações sociais que viveram o artista, o período histórico que ele fez parte e suas escolhas diante de suas experiências e contatos sociais. Artistas como Mozart e Beethoven, foram primeiramente importantes em seus respectivos países para depois alcançarem notoriedade mundial. Por isso, indagamos se realmente aquilo que consideramos no senso comum como universal não é, talvez, internacionalizado, ou seja, partiu de uma realidade local, para atingir por meio de uma política dominante aspecto universal. Deste modo, fica difícil, dizer que a música ocidental é superior a música africana ou ao contrário.

A arte, portanto, para Mário deveria ser nacional para ser internacionalizada. Pensando esta relação com o tempo, o musicólogo ia avaliando a idéia de genialidade, ou melhor dizendo a questão do “dom”. Será que realmente o “dom” é essa entidade quase divina que imaginamos, ou a capacidade técnica de um músico vem de um longo e grande esforço pessoal de superar suas limitações e de desenvolver seu estilo de tocar ou cantar. Quando ouvimos e vemos um artista no palco não paramos para pensar nas horas de ensaios para estabelecer uma melhor execução possível das peças ou das músicas do repertório. O sociólogo alemão, Nobert Elias, ao estudar a vida de Mozart, define bem a idéia de gênio que se cria no senso comum e como entendê-la melhor:

Com freqüência nos deparamos com a idéia de que a maturação do talento de um “gênio” é um processo autônomo, “interior”, que acontece de modo mais ou menos isolado do destino humano do indivíduo em questão. Esta idéia está associada à outra noção comum, a de que a criação de grandes obras de arte é independente da existência social de seu criador, de seu desenvolvimento e experiência como ser humano no meio de outros seres humanos.³

Na citação acima, a noção de genialidade é colocada em xeque, se levarmos em conta a vida do artista além de sua música, e olharmos para ele como um ser social que divide experiências como outra pessoa qualquer. Para compreender uma obra de arte historicamente precisamos, de acordo com a perspectiva marioandradeana, desconstruir a idéia de genialidade incontestável presente nela. Portanto, se o tempo todo analisarmos a música de Villa-Lobos como genial e incomparável não alcançaremos um nível de

³ ELIAS, Nobert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1995, p. 53.

compreensão coerente, porque sem “crítica” não se constrói nada, segundo Mário. A crítica elaborada era um exercício constante desse modernista, a começar com as críticas da semana de arte moderna em que o próprio sofreu. José Augusto Avancini, conhecendo a personalidade de Mário descreve a relação deste autor com a “crítica” da seguinte maneira:

A atitude cética, o exercício da dúvida e o caráter de pensamento ou teorias provisórios marcaram profundamente o pensamento teórico de Mário de Andrade nesse momento de maioridade intelectual e ficarão para sempre inscritos em seus escritos posteriores.⁴

Desta forma, a crítica para Mário de Andrade, aperfeiçoava a criação artística e o músico que não desenvolvesse seu lado crítico poderia estar fazendo música para se perder no tempo. E o músico que se esforça em desenvolver sua técnica ao Máximo faz música para várias gerações. A complexidade de uma música criada a partir de uma técnica apurada permite ao músico maiores possibilidades de criação e de inovação, já que o conhecimento de várias técnicas o torna mais virtuoso naquilo que ele faz.

Porém, não podemos esquecer que Mário não defendia a técnica pela técnica. Além da técnica, o artista se formava também das suas experiências sociais. As músicas dos artistas são conseqüências de suas relações sociais e nelas estão suas experiências no tempo e nas pessoas.

Se pensarmos a música na história podemos tê-la como um importante documento que permite ao historiador investigar o passado por meio de outras perspectivas e desta maneira criar novas sensibilidades nesse grande horizonte de pesquisa que representa a história nos dias de hoje. A ciência história se tornou interdisciplinar ao longo do tempo e hoje dificilmente um historiador consegue estabelecer uma análise sem relacionar história a outra área de conhecimento, porém, devemos ficar atentos a o que pode ser comum entre os historiadores, aquilo que nos define como historiadores e não músicos, jornalistas, artistas e etc, que se interação pela história. O conhecimento de historiografia, portanto, deve ser o fio condutor que nos dá a autoridade de ser profissional da história, ou historiadores. E só conhecemos historiografia, estudando e relacionando pesquisas. O

⁴ AVANCINI, José Augusto. **Expressão plástica e consciência nacional na crítica de Mário de Andrade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

historiador que trabalha com música precisa conhecer outros da sua profissão os quais pesquisam temas equivalentes. Isso enriquece o desenvolvimento historiográfico nacionalmente e mundialmente.

Um historiador chamado Carl Schorske pensou o caráter interdisciplinar da história e contribuiu muito nos debates historiográficos, abrindo opções para o historiador em um universo interdisciplinar. Ele apontou a necessidade do historiador em buscar nos conceitos formados em outras disciplinas uma compreensão do passado, no entanto não quer dizer que o historiador deva, necessariamente, provar a verdade de outras disciplinas nem mergulhar nas entrelinhas e nas pesquisas de áreas e mais áreas do conhecimento.

Os historiadores não demonstram a verdade dos conceitos que tomam emprestados, mas os utilizam apenas como um meio para dar plausibilidade ou poder de convicção às Gestalten [formas] em expansão nas quais reconstituem um passado.⁵

Na reconstituição do passado, como diz a citação acima, o trabalho do historiador pode encontrar nos conceitos formados em outras disciplinas sustentação, mesmo que não haja a necessidade de defender sua verdade. A História, pode-se dizer, é uma disciplina na qual temos grande abertura para a interdisciplinaridade. Ela é a base de qualquer ciência quando existe a necessidade de se relacionar passado e presente. Como estudar uma fórmula química sem entender quando se originaram os seus princípios básicos ou estudar um estilo literário sem pensar o período histórico no qual ele está inserido. Portanto, a importância de se pensar a História não se resume a “olhar” para o passado, e sim olhar para o presente dentro de uma compreensão do passado e perceber as transformações e continuidades que o tempo histórico revela.

Neste sentido, a História se constitui em uma disciplina que possui uma liberdade de escolha de seu tema. No entanto, Schorske nos chama atenção para uma questão de fundamental importância que é justamente a busca de um método ou sentido comum entre os historiadores, que faz de nosso trabalho uma ciência de cunho social e reflexivo. Lembra-nos também que podem existir perdas no relacionamento da História com outras áreas:

⁵ SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a história**: indagação na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 243.

*Ao relacionar-se com outros sistemas de pensamento, a história pode esquecer um de seus poucos compromissos fundamentais; não registrar apenas a continuidade, mas também a mudança.*⁶

A leitura de Schorske contribuiu muito em minha pesquisa, pois percebi que ao pesquisar sobre música teria que aprender mais sobre ela mesma, porém não poderia também me desfazer da análise de historiador. Desta forma, podemos perceber o quanto é complicado trabalhar com interdisciplinaridade na História. A liberdade do historiador de construir sua narrativa traz juntamente um problema metodológico sério. Os historiadores têm agora a difícil missão de reescrever a história de várias perspectivas. Somos livres, mas como usar da melhor forma esta liberdade?

Pretendo, com estas discussões, justificar a minha pesquisa e também apontar minimamente os meus caminhos metodológicos. A cultura dos anos 1920 e 1930, no Brasil, é peculiar, seja com relação à mentalidade, seja com relação à vida social das pessoas que viveram naquele tempo. Com efeito, as músicas do início do século XX são documentos históricos tão esclarecedores quanto qualquer outro.

Acredito que perceber a historicidade na sonoridade das músicas ao longo dos vários períodos históricos se constitui num trabalho muito árduo, que esta pesquisa com toda certeza não pretende e não tem condição de dar conta. Mas acredito ser possível para os historiadores aprofundarem estas questões no sentido de contribuírem para uma historiografia brasileira voltada para outras sensibilidades.

Deixo aqui uma frase que considero importante para entendermos a história como estudo do homem e do sujeito, o homem é sujeito da sua história e pode através dela pensar e compreender melhor o passado. Ao historiador moderno foi dado novos desafios e dentre eles coloco a música como grande fonte de pesquisa historiográfica a ser pesquisada em suas várias possibilidades. “Por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais deslinguadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar”⁷.

⁶ SCHORSKE, Carl E. *Ibidem*, p. 255.

⁷ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. , 2001, p. 54.

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA SOBRE A CHINA: O VÁCUO
EXISTENTE SOBRE O INÍCIO DO SÉC. 20 E O ANARQUISMO**

RAFAEL BORGES DEMINICIS / UFF
Rafaelous10@yahoo.com.br

A produção historiográfica brasileira sobre a China desde sempre foi ínfima e negligente. Para além do tratamento da “antiguidade” ou do período “medieval”, a historiografia sobre a China Moderna tem carregado inúmeros os problemas. Sobre o século 19, a produção brasileira passou a repetir os mesmos preceitos, ou preconceitos, da europeia e estadunidense, “barbarizando” a enorme mobilização social contra o colonialismo e a centralização imperial, concretizada nos incontáveis levantes e insurgências populares. Sobre o início do século 20, momento de profundas transformações na sociedade chinesa, nada ou quase nada é produzido, a não ser sobre o marco de fundação da 1ª República (1911), que se atém às tramas institucionais de culminação e efeitos. Até o final da década de 30 há um vácuo de informações. A partir da década de 40, período pré e pós República Popular, fato notório e de referência aos movimentos de esquerda mundiais (repletos de desiludidos e desamparados), é que a China surge em termos quantitativos na nossa historiografia. Todavia, o início do século 20 é de presença massiva anarquista. Portanto, além da recuperação do protagonismo dos intelectuais e movimentos anarquistas na China, o silenciamento destes na historiografia (proposital ou incidental?) é motivo de grande interesse.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O “Memorista-Historiador” Joaquim Manuel de Macedo

Rafael de Almeida Daltro Bosisio
Centro de História e Documentação Diplomática/ Fundação Alexandre de Gusmão

I – Introdução

O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar; e toda a terra tem sua história mais ou menos política, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo o coração tem suas saudades¹.

Joaquim Manuel de Macedo, escritor romântico de renome, exerceu, entre outras atividades, a de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele não foi um mero expectador das sessões, sua participação no Instituto Histórico foi ativa e possuía uma linha mestra bem definida: pensar a nação brasileira a partir de uma civilização baseada na moral.

A frase que abre este artigo demonstra a maneira como Macedo percebia e pensava o passado e o papel da história. Ele via na história a função de guardar o passado, porém, não só o passado político de uma nação, mas também suas tradições e recordações, inclusive as sentimentais. Por isso que Macedo se intitulava um “memorista-historiador”².

O trabalho aqui desenvolvido tem como objeto a atuação desse escritor no IHGB e está dividido em três partes: a primeira é uma pequena trajetória da vida de Macedo, com uma análise de sua atuação na sociedade da corte do Rio de Janeiro; a segunda trata do objeto central do trabalho, a análise mesma da atuação de Macedo no instituto, refletindo um pouco sobre o próprio instituto e o tipo de história que lá se produzia; e, por último, uma pequena conclusão, que não esgota o assunto, mas deixa-o em aberto para futuras investigações. Sem a presunção de esgotar o tema, o trabalho tem a intenção de contribuir para a recuperação da figura desse romancista, como um intelectual que também pensou a nação e colaborou para a escrita da história do Brasil no oitocentos.

II – Um homem em seu tempo

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 24 de junho de 1820, em São João de Itaboraí, freguesia da província do Rio de Janeiro. Macedo passou a infância nessa vila, na qual fez os seus estudos primários; partiu para a corte, alguns anos depois, no intuito de realizar os preparatórios para ingressar na Faculdade de Medicina, alcançando com êxito esse objetivo. No decorrer de seus estudos

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p. 20.

² Idem. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UNB, 1988. p. 8.

na capital imperial, Macedo passou a demonstrar interesse pelas letras, sendo atraído principalmente pelo jornalismo e pelas manifestações culturais associadas ao Romantismo. Esse gênero literário, profundamente marcado por uma ânsia de liberdade e uma nova maneira de ver o mundo e a natureza, chegava ao Brasil no mesmo momento em que se pensava a construção de uma identidade nacional brasileira e, neste contexto, influenciou diretamente a produção literária da época, caracterizada pela valorização da nação e de suas tradições. Macedo, assim como os escritores de sua geração, ambicionava a criação de uma literatura autenticamente brasileira; esforço que, segundo Antônio Cândido, era visto como “um ato de brasilidade”³.

Entre 1843 e 1845, passou a colaborar na imprensa periódica, principalmente em Itaboraí e na revista *Minerva Brasiliense*, do Rio de Janeiro. Paralelamente, no ano de 1844, Macedo formou-se em Medicina, com a defesa da tese *Considerações sobre a nostalgia* e, antes mesmo da colação de grau, publicou, no *Jornal do Commercio*, sob a forma de folhetim, seu primeiro romance, intitulado: *A Moreninha*. A repercussão deste primeiro sucesso foi imediata e duradoura, repercutindo ainda na publicação d’*O Moço Loiro*, no ano seguinte. Macedo publicou mais dois romances, *Os Dois Amores* (1848) e *Rosa* (1849), sempre no *Jornal do Commercio*. Em 1849, escreveu também sua primeira peça de teatro, chamada *O Cego*, dando continuidade em 1852 com *Cobé*.

Da carreira médica, restou somente o carinhoso tratamento de “Doutor Macedinho”, o que não significou, por outro lado, dedicação exclusiva ao trabalho de escritor. Para um “homem de letras”, membro do restrito grupo da boa sociedade imperial, eram variadas as atribuições e atividades dentro dessa sociedade, e Macedo não era uma exceção, e sim a própria regra; pois, além de escritor, exerceu variadas atividades, como jornalista, professor, político e membro de associações científicas e culturais.

Ainda em abril de 1849, Macedo foi nomeado professor de História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e, a partir de 1858, de Corografia, cargo que exerceu até a morte. Também neste campo, o escritor produziu obras e gerou discussões. Ele escreveu compêndios⁴ – de forte repercussão didática até meados do século XX – em que divulgava os princípios e os conteúdos trabalhados por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História Geral do Brasil* (1854).

Durante os três próximos anos, investiu seu tempo escrevendo os romances *Vicentina* (1853), *A Carteira de Meu Tio* (1855) e *O Forasteiro* (1856), no jornal *A Marmota*, do tipógrafo e livreiro Francisco de Paula Brito. Também nestes anos, Macedo redigiu, com Gonçalves Magalhães, Fernandes Pinheiro, Manuel Araújo Porto Alegre e Antônio Gonçalves Dias (representantes da primeira geração romântica), a *Revista Guanabara*, que se intitulava artística, científica e literária, na

³ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8. ed. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997. p. 11-12.

⁴ São eles: *Lições de história do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, do 4º ano (1861); *Lições de história do Brasil para o uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, do 7º ano (1863); e *Lições de história do Brasil para o uso das escolas de instrução primária* (1865). Para melhor compreender Macedo nesta atividade: MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil).

qual publicou parte de seu *poema-romance* chamado *A Nebulosa* (publicado inteiramente em 1857). Também participou ativamente do jornalismo político, como membro do Partido Liberal e redator do jornal *A Nação*, função que exerceu de 1852 a 1854. Entre 1856 e 1865, Macedo dedicou-se ao teatro. As peças *O Fantasma Branco* (1856), *O Primo Califórnia* (1858), *O Sacrifício de Isaac* (1859), *Luxo e Vaidade* (1860), *O Novo Otelo*, *Lusbela* e *A Torre em Concurso* (todas em 1863) o tornaram um dos dramaturgos mais aplaudidos do período. Além das peças, produziu também uma série de contos, que publicou sob o título *Os Romances da Semana* (1861), e colaborou na *Revista Popular* (entre 1860 e 1862), publicação mensal do editor de alguns de seus livros, B. L. Garnier. Como cronista, Macedo escreveu o livro *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (1862), no qual descreve os costumes urbanos e o ambiente da cidade no apogeu do império.

Os anos de 1865 a 1870 foram de intensa produção, chegando à marca de oito romances em cinco anos. Foram estes: *O Culto do Dever* (1865), *Memórias de um Sobrinho de Meu Tio* (1868), *O Rio do Quarto*, *A Luneta Mágica*, *As Vítimas-Algozes*, *Nina* (todos os quatro em 1869), *A Namoradeira* e *As Mulheres de Mantilha* (ambos em 1870). Porém, esta atenção dada ao romance não fez Macedo se dispersar das outras áreas em que atuava: produziu, no teatro, *Remissão dos Pecados* (1870), e atuou politicamente, com seu liberalismo de tons conservadores, a partir de maio de 1869, no jornal *A Reforma* (dirigido pelo liberal Francisco Otaviano); foi deputado pelo Partido Liberal na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 1854 e na Assembléia Geral Legislativa, nos anos de 1864/1866, 1867/1868 e 1878/1881.

Na década de 1870, Macedo continuou dividindo-se entre suas diversas atividades. Como romancista escreveu *Um Noivo a Duas Noivas* (1871), *Os Quatro Pontos Cardeais*, *A Misteriosa* (ambos em 1872) e *A Baronesa de Amor* (1876); e como dramaturgo, *Cincinato Quebra-Louça*, *Antonica da Silva* (ambas em 1873) e *Vingança por Vingança* (1877). Ainda em 1873 escreveu sob encomenda do governo imperial a obra *Noções de Corografia do Brasil*, destinada à Exposição Internacional de Viena, realizada no mesmo ano (esta obra possui traduções para inglês, francês e alemão). E, em 1876, *Ano Biográfico Brasileiro* (escrito em quatro volumes, com um suplemento produzido em 1880), também sob encomenda do governo imperial, por ocasião da Exposição Internacional de Filadélfia, nos Estados Unidos da América. Em 1877, Macedo ainda teve tempo para escrever a *Efeméride Histórica do Brasil*, a qual deixou incompleta; e em 1878, como cronista, o livro *Memórias da Rua do Ouvidor*, que o consolidou como um dos primeiros cronistas cariocas.

Nos anos de 1880, uma desconhecida doença que já o consumia há dois anos e que os biógrafos dizem ser de origem mental, se agravou. Esquecido pelo público há alguns anos, em 11 de abril de 1882, Macedo faleceu na mesma cidade em que nasceu.

III – Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

No lar doméstico eram outros epítetos ou nomes familiares dados às meninas pelos pais ou pelas escravas [...] Tenho quase a certeza de que hoje haverá de sobra quem me censure por estas explicações do que todos sabem, visto como ainda atualmente existe o cancro da

escravidão, ainda há população escrava, e portanto, ainda há também nas famílias – *nhanhãs* e *sinhazinhas*, há senhores pais de – *nhonhôs* e *sinhás*, ou senhoras mães de – *sinhazinhas*; mas no século vigésimo os romancistas historiadores, que são os professores da história do povo, não de agradecer este e outros esclarecimentos da vida íntima das famílias do nosso tempo⁵.

Essa pequena explanação sobre a maneira que o escravo tratava o seu senhor e sua família mostra outra atividade de Macedo ainda não explorada neste trabalho: a de historiador. Significativo, o trecho destaca certa consciência histórica de Macedo, que se propunha a escrever não mais um romance repleto de intrigas, mas um romance histórico ambientado no Rio de Janeiro do século XVIII, que informasse sobre a “situação, costumes, prevenções, antipatias e disposições do Rio de Janeiro”⁶ naquela época. A história, a seu ver, deveria ser mestra da vida, com exemplos de moral, de virtudes (que muitas vezes eram biografias), e que o historiador deveria ter a função de professar estes exemplos para instruir o povo com os valores contidos neles.

Macedo não estava só nesta concepção de história, pelo contrário, os “homens de letras” estudiosos da história no império partilhavam dela. Para se intitular um “historiador-memorista” deveria pertencer à instituição reconhecida como produtora de um discurso historiográfico. Assim, para entender como Macedo consegue circular pelas atividades de escritor e “historiógrafo”⁷, é importante retomar um aspecto de sua trajetória – o de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos membros mais ativos do Instituto Histórico, trabalhando quase trinta e sete anos e ocupando vários cargos desde o seu ingresso – em 1845 – até o ano de sua morte. Apresentado por Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Manuel de Araújo Porto-Alegre, Macedo torna-se um dos poucos membros que ingressaram nesta instituição com menos de vinte e cinco anos⁸.

Criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era uma instituição herdeira de uma tradição iluminista, nos moldes das academias ilustradas do século XVIII. Segundo Manoel Guimarães, sua criação foi

parte de um projeto mais vasto das elites políticas, comprometidas em forjar simbolicamente a Nação, e que incluía outras instituições como o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II, inscreve-se num conjunto amplo de instituições que, no mundo ocidental, irão dedicar seus esforços no sentido de recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais⁹.

O surgimento destas diferentes formas institucionais foi viabilizado por um novo projeto historiográfico que se apropriava da tradição e dos métodos de pesquisa erudita e os submetia às exigências de uma cultura histórica modificada, que via o passado “como a lenta e progressiva

⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Coleção Clássicos Brasileiros). p. 50.

⁶ Idem. p. 25.

⁷ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983. p. 184. Macedo teve sua admissão aprovada por unanimidade na sessão de 3 de julho de 1845.

⁸ Cf.: DOYLE, Plínio. Joaquim Manuel de Macedo no IHGB, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 291, 1971.

⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 126, 2000.

caminhada da História em direção à sua cientificação, evidentemente percebida como a forma mais organizada, racional e, portanto, verdadeira de acesso e conhecimento do passado”¹⁰.

Assim, ainda segundo Guimarães, a produção historiográfica do instituto teria um duplo projeto: “dar conta de uma gênese da nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo”¹¹. Caberá ao Instituto Histórico pensar a história do Brasil de acordo com as possibilidades que regiam a escrita da história naquele momento e, também, de acordo com o projeto civilizatório do Estado imperial, tendo em vista a construção da nação brasileira e sua inserção no rol das nações civilizadas da Europa. O projeto político-historiográfico do IHGB, tendo como parâmetros a nação, a nacionalidade e o sentimento patriótico, visava homogeneizar, tanto territorialmente quanto culturalmente, a visão do Brasil dentro de sua própria elite. E, para isto, buscou-se, num primeiro momento, coletar documentos referentes ao passado brasileiro, tanto nas províncias quanto no exterior; e, num segundo momento, foram enfocados estudos históricos e sua divulgação junto à população, através de periódicos, livros e, até mesmo, através do ensino escolar, com a intenção de forjar um laço em comum entre as pessoas, ou seja, um sentimento de pertencimento a uma nação.

É nesta casa, com estas características, que Macedo conseguiu mostrar a sua faceta de historiador com boa desenvoltura, sendo, em 1848, eleito 2º Secretário. De 1845 até 1848 não se tem muitas referências sobre ele nas atas das sessões, porém, é certo que, depois de eleito para seu primeiro cargo, passou a participar assiduamente, tornando-se um dos sócios que mais trabalhou pelo instituto. Nesse mesmo ano, Macedo apresentou seu primeiro trabalho no instituto, o salmo *O Amor da Glória*, lido na presença do imperador D. Pedro II, pela ocasião da inauguração dos bustos dos sócios falecidos, cônego Januário da Cunha Barbosa e José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). No “hino bíblico”, ele fez uma progressão do homem na terra, desde a criação e o amor a Deus, até o louvor à glória dos dois sócios do IHGB recém-falecidos e a D. Pedro II, que chama de “mancebo predestinado”. Num trecho revelador de suas prioridades como homem e sua visão de moral, que permeou tanto a sua obra de escritor quanto a de historiador, está assim escrito: “O Amor da Glória é o desejo ardente de honrar a pátria, aos pais, à esposa, e o de legar um nome ilustre aos filhos, e de ser útil aos outros homens”¹². Apontando que um homem que se enquadra nestas linhas deve ser lembrado pela pátria e tido como exemplo para os demais, Macedo mostra uma das características da produção historiográfica de seu tempo e de sua instituição: a história como exemplo de vida, como “mestra da vida”.

De 1848 até 1851, além de sua presença constante nas sessões do instituto, Macedo participou com pareceres relativos a algumas obras e à admissão de novos sócios; o que resultaria, ainda no ano de 1851, na sua eleição para secretário suplente e membro da comissão de trabalhos históricos (227^a

¹⁰ Idem.

¹¹ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 8, 1988.

¹² *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IV, 1848. p. 280.

sessão, em 23 de maio de 1851). E assim, no ano seguinte, o “memorista-historiador” começou a deixar a sua marca na história do instituto, ocupando o cargo de 1º Secretário interino, com a responsabilidade pelo relatório anual de atividades, lido na sessão magna (15 de dezembro de 1852), na presença do Imperador. Nesse, escreveu assim: “A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um grande acontecimento nacional: pela importância de sua missão ele se prende por um elo ao primeiro dia do nosso passado [...]”¹³. E que missão seria essa? A tarefa de escrever uma história genuinamente brasileira; uma história nacional que se alinhasse às nações civilizadas da Europa, diferenciando-a do caos colonial e da “barbárie” republicana que cercava o império.

Em 1853, Macedo deixou a interinidade e foi eleito 1º Secretário, cargo que ocupou até 1856. Efetivado, tratou, nos relatórios, de diversos assuntos, com destaque para a presença constante de Gonçalves Dias e para a doação feita pelo imperador D. Pedro II da biblioteca de Karl Friedrich Philipp Von Martius. Com relação à presença de Gonçalves Dias, pode-se dizer que seu traço mais marcante está no relatório de 1854, no qual Macedo deu conhecimento da viagem do famoso escritor à Europa, onde deveria copiar, nos arquivos portugueses, documentos referentes à história do Brasil, “que elucidem para todo o sempre a primeira página da história de nossa pátria”¹⁴ – ação esta consoante com os estatutos do IHGB¹⁵, que definiam, como uma das diretrizes, a coleta e a publicação de documentos de interesse para a história do Brasil, de vital importância para o desenvolvimento dos trabalhos históricos. Já sobre o segundo assunto – a doação da biblioteca de Von Martius – Macedo assim escreveu:

O nosso augusto protetor comprou e ofereceu ao instituto a rica biblioteca americana do dr. Martius, constante de cerca de oitocentos volumes de obras relativas ao mundo de Colombo, escritos em vários idiomas, e entre as quais sobressaem muitas raríssimas, de merecimento incontestável, e que hoje mesmo na Europa dificilmente seriam encontradas¹⁶.

Este trecho confirma a sua crença de que “a conveniência das bibliografias para facilitar o estudo de todos os conhecimentos humanos, e tornar menos difíceis e espinhosas as consultas e indagações literárias” estava então “universalmente reconhecida”¹⁷. Esta preocupação estava no bojo da questão levantada no instituto, na sessão de 16 de fevereiro de 1850, sobre a constituição de comissão para organizar uma “Bibliografia Brasílica”, contendo autores nacionais e estrangeiros, que tenham escrito sobre “coisas” do Brasil.

No relatório de 1856, logo no início, também se destaca o seguinte parágrafo:

Escrever ou também preparar a história de um povo é, como pensa com razão Courcelle Seneuil¹⁸, exercer uma verdadeira magistratura política; e o instituto histórico e geográfico do Brasil, coligindo e registrando os acontecimentos do passado e da atualidade, entesourando

¹³ Idem, tomo XV, 1852. p. 480.

¹⁴ Idem, tomo XVII, 1854. p. 42.

¹⁵ Cf.: Idem, tomo I, 1839.

¹⁶ Idem, tomo XIX, 1856. p. 104.

¹⁷ Idem, tomo XV, 1852. p. 505.

¹⁸ Jean Gustave Courcelle-Seneuil (1813-1892). Liberal francês que se destacou na política e na economia como defensor do livre-cambismo, da redução dos impostos aduaneiros, da política bancária etc. No momento que Macedo escreve o relatório, Courcelle-Seneuil tinha sido contratado pelo governo chileno para lecionar economia política na Universidade do Chile e ocupar um posto no Ministério da Fazenda, onde é considerado o mais influente economista liberal do século XIX.

elementos para os livros do futuro, pode dizer-se o preparador de um processo grandioso, no qual serão juízes os historiadores da posteridade¹⁹.

Nesta passagem, Macedo explicitou como pensava as possibilidades do regime historiográfico de seu momento. A historiografia brasileira estava em seu momento fundador, como aponta Manoel Guimarães²⁰, e Macedo participou desse momento (assim como participou, em 1844, do momento fundador do romance) pensando a construção historiográfica como “uma verdadeira magistratura política”, segundo a qual o instituto, como um sábio governo, deveria coligir e registrar documentos e acontecimentos, “entesourando” elementos para futuras pesquisas. Neste sentido, o IHGB comandaria o processo histórico brasileiro na direção de um futuro grandioso, inserindo-o na história universal das civilizações.

Assim, no regime historiográfico do oitocentos, Macedo pensava a escrita da história dentro de um pensamento linear, cronológico, progressivo, teleológico e civilizatório, prevendo sua redenção pelos historiadores da posteridade. Daí a afirmação de Max Fleiuss de que os relatórios do escritor “valem por verdadeiras páginas de História e Bibliografia”²¹.

Na sessão magna de 1856, Joaquim Manuel de Macedo foi eleito 3º vice-presidente e orador; cargo que ocupou até 1881, quando teve que se afastar por doença. As vinte²² orações que proferiu nesse período primam pelo estilo, revelando um rigoroso estudo das figuras dos sócios falecidos nesses anos, recuperando a trajetória pessoal e institucional de cada um. Segundo Fleiuss, “são biografias interessantíssimas e formam documentos indispensáveis a quem pretenda ocupar-se de qualquer dos varões que as mereceram”²³, dentre os quais se destacam as de Alexander Von Humboldt, Gonçalves Dias, Eusébio de Queiroz, Von Martius, Agassiz e Francisco Adolfo de Varnhagen²⁴.

Na oração do ano de 1864, Macedo não poupou elogios ao falecido amigo Gonçalves Dias, dizendo que “não tinha somente um talento maravilhoso, possuía também uma vasta erudição: as línguas latina, italiana, espanhola, francesa, inglesa e alemã lhe eram tão familiares como as respectivas literaturas”²⁵. Esse enfoque na erudição do poeta não é por acaso, visto que, para fazer parte do quadro de membros desse tipo instituição – nos moldes das academias iluministas do século XVIII – exigia-se um grande conhecimento universal. A cultura histórica oitocentista permitia “um conhecimento combinando [...] o prazer estético e a *démarche* racional exigida pelos cânones da

¹⁹ Op. cit. p. 91.

²⁰ GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Op. cit.

²¹ FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 438, 1920.

²² Macedo não proferiu orações nos anos de 1870, 1872, 1876, 1880 e 1881. Quase todas publicadas em seu livro *Ano Biográfico Brasileiro*.

²³ Op. cit. p. 436.

²⁴ Para todos os nomes biografados conferir: FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 436-440, 1920.

²⁵ Idem, tomo XXVII, 1864, p. 437.

cultura iluminista”²⁶. Através do trabalho de pesquisa, o passado podia, então, ser racionalmente apropriado.

Entre os anos de 1858 e 1874, Macedo também ocupou o cargo de 2º Vice-Presidente, tendo sido eleito, em 1875, 1º Vice-Presidente. Essa função possibilitou-lhe ocupar interinamente a presidência de diversas sessões entre 1876 e 1878, inclusive a da sessão magna de 21 de dezembro 1876, na qual proferiu seu discurso na presença da princesa Isabel e do conde D’Eu. Neste, deixou uma memorável descrição do Paço Imperial, realizando um minucioso resumo dos fatos históricos ocorridos ali até aquela data. Cabe, então, destacar alguns trechos interessantes:

Este palácio tem voz, voz que fala precisamente ao Instituto Histórico, a voz da história de mais de cem anos, que em sua passagem foram deixando lembranças memoráveis que os ecos vindos do passado repetem [...] É a última lembrança da memória que se fecha. Em 1839 o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, de poucos meses fundado, teve aqui seu berço da águia nas majestosas alturas da hospedagem imperial. Essa distinção insigne, que faz deste palácio alcançar da história pátria.²⁷

As lembranças deixadas pela passagem dos anos não podiam ser esquecidas e, por isso, eram “salvas do esquecimento” e relatadas no discurso. Ademais, através do IHGB, também inserido nessas lembranças, a “voz da história” do palácio podia alcançar a da pátria, visto que, com a presença do instituto, as histórias do passado ecoam e repetiam-se.

De volta ao cargo de orador em 1878, Macedo descreveu a profissão de historiador ao falar do finado sócio Varnhagen.

Varnhagen fizera do santo ócio do maior número dos diplomatas do império labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. Engolfara-se nas bibliotecas, empoeirara-se nos arquivos, compulsara centenas de livros, achara tesouros e fontes de luz em obras raras, descobrira em arcas antigas manuscritos e documentos importantíssimos, empregara longos anos em profundos estudos e na acumulação de pecúlio imenso de conhecimentos, e finalmente em 1854 e 1857 deu ao prelo a sua *História Geral do Brasil*, diadema literário e científico que cingiu dignamente sua frente de historiador.²⁸

Pode-se perceber que o trabalho do historiador pouco mudou até hoje. Entretanto, destacava-se a valorização do “santo” ócio para a aquisição de conhecimento, sendo impossível não perceber que, no último quarto do século XIX, ainda se construía no Brasil uma história nos moldes iluministas, que valorizava, contudo, a tradição: o “pecúlio” acumulado por Varnhagen foi o seu conhecimento, que lhe rendeu como dividendo o “diadema científico e literário” *História Geral do Brasil*.

Em 1862, escreveu o único livro em que discutiu questões sobre a história do Brasil: *Dúvidas sobre alguns pontos da história da pátria*, que discutia a invasão holandesa no Brasil no século XVII. Macedo buscava, na expulsão dos holandeses, os primeiros indícios de uma nacionalidade e de um sentimento patriótico por parte dos “brasileiros”, pois, segundo ele, foi a participação das três raças brasileiras (português, negro e índio) que possibilitou a expulsão dos “invasores”; e seria a

²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Op. cit., p. 123.

²⁷ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XXXIX, 1876. p. 465-467.

²⁸ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLI, 1878. p. 486.

colaboração dessas três culturas que futuramente possibilitaria a inserção do Brasil no mundo civilizado.

Em 1882, Macedo faleceu. Assim, na sessão magna de 15 de dezembro, ele que fizera tantas biografias, seria então biografado. Franklin Távora – que lhe sucedeu como orador – fez-lhe o seguinte necrológico:

Ilustres consócios, desde o conde de Mole até Humboldt, desde Rodrigo da Fonseca Magalhães até Alexandre Herculano, desde Monte Alverne até Firmino da Fonseca foram biografados com exatidão e crítica histórica. Algumas das biografias tornaram-se notáveis pela eloquência e pela mágoa. As nossas letras e a nossa História, e várias vezes, as letras e a História estrangeiras, refletem-se nos seus discursos, que pertencem ao número das melhores páginas da Revista.²⁹

IV – Conclusão

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos escritores mais lidos de seu tempo, entretanto, sua memória nos chega hoje como autor de um único romance – *A moreninha*. Escritor fecundo, Macedo exerceu diversas atividades, destacando-se nas como escritor e professor. Sua obra está no bojo tanto da construção como da divulgação do projeto civilizatório das elites políticas do Segundo Reinado, que acreditavam poder construir uma nação baseada no ideal civilizatório da corte francesa de Napoleão III. Logo, a questão daquele momento era como implementar esse projeto, que tinha como principal objetivo inserir a nação brasileira no rol dos países civilizados. Nesse sentido, a atividade de Macedo no IHGB, pensando a construção da nação brasileira, inseria-se no âmbito maior da implementação desse projeto dos “homens de letras”, membros da boa sociedade imperial, naquele momento fundador da historiografia brasileira.

Com molde em instituições acadêmicas francesas, o Instituto Histórico estava de acordo com a cultura histórica oitocentista. Na instituição, pensava-se que a história deveria ter uma função de *mestra da vida*, com um caráter mais “filosófico”: um campo que privilegiasse a demonstração do sentido da existência social. Com a busca pelo progresso e pela civilização dos povos e nações, a narrativa histórica apresentava-se como a biografia da nação.

Macedo produzia história de acordo com a cultura historiográfica de seu tempo. Seu enfoque eram as biografias, ora da nação – como sempre ressalta em seus relatórios –, ora dos membros falecidos do instituto – nos discursos como orador. Estas últimas são verdadeiras biografias histórico-pessoais, onde estão descritos tanto o momento histórico em que essas pessoas viveram quanto suas vidas. Em seus relatórios, Macedo preocupava-se com o progresso da nação brasileira, tentando ligá-la às nações civilizadas da Europa; e, para isso, era necessário realizar um inventário de documentos referentes à nação brasileira, buscando nessas fontes a verdadeira história do Brasil, isto é, a autêntica biografia da nação. Já como orador, Macedo priorizava a função da história como *mestra da vida*, destacando exemplos individuais a serem seguidos, admirados e, até mesmo, exaltados como construtores da “rica e grandiosa” nação brasileira.

²⁹ Idem, tomo, XLV, 1882. p. 517.

V – Bibliografia

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1983.
- BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *Entre o escritor e o historiador: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, PPGHIS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).
- CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8 ed. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1997.
- DOYLE, Plínio. Joaquim Manuel de Macedo no IHGB, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 291, 1971.
- FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 141, t. 87, p. 431-442, 1920.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- _____. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da História. *Humanas*. Porto Alegre, vol. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966. (Coleção Clássicos Brasileiros).
- _____. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Editora UNB, 1988.
- _____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991.
- MATTOS, Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000. (Coleção Aprendizado do Brasil).
- Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomos I, IV, XV, XVII, XIX, XXVII, XXXIX, XLI, XLV, 1839, 1848, 1852, 1854, 1856, 1864, 1876, 1878, 1882.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DAS IDÉIAS PSICOLÓGICAS:
SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS PARA UMA COMPREENSÃO DA CRISE DE
SENTIDO DO HOMEM CONTEMPORÂNEO**

Rafael Dias de Castro
Graduando em História – UFOP
Paulo Roberto de Andrada Pacheco
Prof. Adjunto do Departamento de Educação – UFOP

História Cultural e História das Idéias Psicológicas

A Historiografia das Idéias Psicológicas utiliza-se de alguns métodos próprios da História Cultural e da História Social, sendo que esta interdisciplinaridade cria subsídios para que o pesquisador possa dar um enfoque maior aos aspectos psicológicos de seu objeto de estudo. A História Cultural, sob sua vertente francesa (*Escola dos Annales*), foi um dos recursos teórico-metodológicos que mais colaboraram para o surgimento e definição epistemológica da chamada História das Idéias Psicológicas (cf. MASSIMI, 1998 e 2001).

Segundo Roger Chartier (1987), “*a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler*” (pp. 16-17). Este autor procura reatar o projeto que se inicia com Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), de constituir a história enquanto uma ciência social, ou seja, o estudo das utensilagens mentais, que o domínio de uma história dirigida antes demais para o social, tinha em certa medida relegado a segundo plano (cf. ARAÚJO, 1998).

Bloch e Febvre, na tentativa de incorporar as contribuições dos sociólogos para elevar a história ao *status* de uma ciência da totalidade social, condenaram um certo tipo de História das Idéias, alicerçada sob o viés positivista, feita de “idéias desencarnadas”, coisificadas, e de estilo historizante¹. Segundo Francis Falcon (1997), a proposta dos *Annales* era demonstrar

a possibilidade de uma história intelectual comprometida com a análise, ora dos grandes movimentos coletivos, ora de psicologias individuais, mas sempre alicerçados em conceitos inovadores como atitudes mentais, formas de pensamento, além de englobar questões ou tópicos como as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas (p. 109).

¹ A saber, a História tradicional historizante, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, que pensava a História como uma ciência da sucessão, do singular e do individual, política e narrativa, “*exigente quanto ao método e atenta ao imperativo de deixar ‘os fatos falarem por si mesmos’*” (FALCON, 1997, p. 101) Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Retomando o conceito de representação coletiva desenvolvido por Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950), Bloch (1993) foi o primeiro historiador profissional a utilizar este conceito no centro de um estudo de história (em *Os Reis Taumaturgos*, originalmente publicado em 1924). Era uma tentativa de reatar com o projeto da ciência social, em sua vertente sociológica e durkheimiana, de identificar as estruturas e regularidades, formulando leis gerais. Com Fernand Braudel (1902-1985) – na segunda geração dos *Annales* – e a passagem da história narrativa para a história problema, acentua-se o aprofundamento da negação da história política em detrimento da econômica, comprometendo os estudos ligados às mentalidades coletivas. Na terceira geração, com George Duby (1919-1996), as estruturas mentais adquirem proeminência como categoria explicativa, sendo que o estudo das representações imaginárias assume a tarefa de desmistificar ideologias subjacentes aos discursos (Cf. FALCON, 1997 e ARAÚJO, 1998). Em suma, “*ao findarem os anos 60 já existiam condições teórico-metodológicas para uma renovação da História Intelectual e à conseqüente reinserção das idéias no horizonte e preocupações dos historiadores*” (FALCON, 1997, p. 113).

Sendo assim, se desenvolve e se consolida um novo domínio da História, preocupado com “*uma história das representações coletivas, das utensilagens e das categorias intelectuais disponíveis em determinada época*” (CHARTIER, 1987, p. 40), ou seja, preocupada, com a história intelectual, com aspectos psicológicos, com as práticas e representações coletivas, enfim, com as mentalidades.

É dentro deste contexto do desenvolvimento da História Cultural que se insere um novo método de abordagem: a História das Idéias Psicológicas. Esta se ocupa dos aspectos relativos às “visões de mundo” de uma determinada cultura em sua respectiva época. Segundo Chartier (1987),

a noção de visão de mundo permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas, que fazem com que um grupo ou uma classe determinados, num dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente ou não, esse sistema ideológico (p. 49).

Este método de investigação utilizado pelo historiador da Psicologia tem por objeto aqueles considerados na perspectiva da História Cultural, relativos ao meio em que foram construídos. “*A História das Idéias Psicológicas é uma reconstrução dos conhecimentos e das práticas psicológicas próprios de específicos contextos socioculturais do passado*” (MASSIMI, CAMPOS e BROZEK, 1996, p. 31).

A aproximação e o auxílio entre os campos da História e da Psicologia têm-se mostrado sempre constantes, com expressivas inovações metodológicas em seus respectivos domínios, pois têm possibilitado abordagens diferenciadas para a leitura e a interpretação dos documentos. Como afirma Bloch (1999),

nós, historiadores, temos grande necessidade de vocês [Psicólogos]. Constantemente somos levados pelos nossos estudos a fazer psicologia, individual ou coletiva. Muito frequentemente, contentamo-nos em aplicar noções psicológicas do senso comum. Temo que esta psicologia não seja sempre a mais segura, nem a mais refinada (p. 170).

A especificidade do campo da História das Idéias Psicológica é que esta identifica as idéias e atitudes como produtos de uma função social distinta, e a visão de mundo de determinado ator social como sendo representativa do contexto psicológico em que este está inserido².

As características referentes à visão de mundo de uma determinada cultura são relacionadas a conceitos e práticas que, na atualidade, podem ser genericamente entendidas como psicológicas. Consciente de que isso poderia levar a um certo anacronismo conceitual e/ou um conflito de visões de mundo de diferentes épocas, Massimi (1998) salienta que

a definição do que é *psicológico*, nesse caso, deve permanecer necessariamente indeterminada e vaga, quase como denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campo próprias aos específicos universos sócio-culturais estudados. Tratar-se-á, por exemplo, de estudar a “terapêutica moral” do século XIX, ou os “remédios para o ânimo” do século XV, ou as “paixões” do século XVI (p. 12).

Percebe-se, neste método, a influência do pensamento de Michel de Certeau, quando este adverte que toda leitura do passado é dirigida por uma leitura do presente, e que cada historiador deve evidenciar a particularidade do lugar onde fala (Cf. MASSIMI, 2001).

Portanto, reconhecendo a especificidade do método da História das Idéias Psicológicas, percebe-se uma dificuldade de se pensá-la distinta da História Cultural. Sob diversos enfoques, teóricos e metodológicos, estes dois campos estão interessados tanto nas categorias psicológicas quanto nas categorias intelectuais, nas mentalidades, idéias, ideologias. Ambas estão próximas à Psicologia Histórica de Ignace Meyerson, quando afirmam “*o caráter essencial de historicidade da experiência humana, inclusive em sua dimensão psicológica*” (MASSIMI, CAMPOS e BROZEK, 1996, p. 34).

Compreendendo a crise de sentido do homem contemporâneo

² Conferir, por exemplo, o estudo de Penna (1991) sobre a Modernidade e as Idéias Psicológicas, onde este busca analisar, nas reflexões de intelectuais (desde Descartes até Kierkegaard), categorias psicológicas que sejam representativos de suas visões de mundo e dos questionamentos acerca de suas realidades. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

No mundo contemporâneo observamos um avanço de todo tipo de tecnologia: industrial, mecânica, informática. Com esta transformação tecnológica em ritmos alucinantes, criam-se condições para que as relações sociais, econômicas e políticas se acelerem, colocando o mundo em constante mudança. O que é antigo é considerado velho, ultrapassado. Os objetivos últimos, que eram a meta final de todo conhecimento, se transformam em conclusões parciais, em conhecimento atual, momentâneo, relativo, um conhecimento que logo será superado. Com isso, os fins se tornam os meios, que produzem novos fins, que virão a ser os meios em pouco tempo. É o que Hannah Arendt (1972) identificou como “*o tesouro perdido das revoluções*” (p. 30), ou seja, o rompimento com a tradição, e o que Hobsbawm (1995), refletindo sobre o *Breve século XX*, identificou como um “aprisionamento do tempo presente”:

No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representavam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem (HOBBSAWN, 1995, p. 25).

A partir destes avanços tecnológicos incessantes e desta ruptura com um passado que nos fornecia a base e os pressupostos para o presente, o homem contemporâneo se viu cercado por uma infinidade de possibilidades para suas escolhas e ações, que, segundo Eagleton (1998), foi incentivada por uma “*fome de pluralidade dos pós-modernistas*” (p. 57). As causas desta pluralidade contemporânea, segundo um estudo essencial de Berger e Luckmann (1997) intitulado *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido*, são

el crecimiento demográfico, la migración y, como fenómeno asociado, la urbanización; la pluralización, en el sentido físico e demográfico; la economía de mercado y la industrialización que agrupan al azar personas de los tipos más disímiles y las obligan a interrelacionarse en forma razonablemente pacífica; el imperio del derecho y la democracia, que proporcionan garantías institucionales para esta coexistencia pacífica (p 74)³.

Assim, esta pluralidade fez com que a pessoa passasse a experimentar as coisas do mundo de modo superficial, ofuscada por uma realidade não reconhecida pelo observador. Ela também deu relevo a certas situações que até mereceriam atenção, mas um relevo que tornou a pessoa um ser alienado ou cúmplice do acontecido. Esta pluralidade “pós-moderna”, alicerçada sob base relativista,

³ O crescimento demográfico, a imigração e, como fenômeno associado, a urbanização; a pluralização, no sentido físico e demográfico; a economia de mercado e a industrialização que agrupam ao acaso pessoas dos tipos mais diversos e as obrigam a se relacionar de forma razoavelmente pacífica; o império do direito e a democracia, que proporcionam garantias para esta coexistência pacífica (tradução nossa). Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

derrubou bom número de certezas complacentes, escancarou totalidades paranóicas, contaminou purezas protegidas com desvelo, distorceu normas opressoras e abalou bases de aparência frágil. Como conseqüência, desorientou de modo adequado aqueles que sabiam perfeitamente quem eram, e desarmou os que precisavam saber quem eram diante daqueles que queriam demais dizer a eles quem eram. E criou um ceticismo ao mesmo tempo animador e paralisante (EAGLETON, 1998, p. 35).

Em outras palavras, esta pluralidade de possibilidades a que a pessoa é submetida gera nela o que vimos identificando como uma crise de sentido. “*Temos a sensação de estar perdendo progressivamente as fontes de sentido e da significância de nossa própria vida. As fontes do sentido e do significado na vida cultural estão secando*” (RÜSEN, 1997, p. 82). Esta crise de sentido, entendida como uma forma de desorientação da pessoa e de grupos inteiros afeta a vida cotidiana e faz com que se perca o controle da própria existência, ou seja, esta pluralidade de perspectivas conduz a pessoa à relativização dos sistemas de valores e interpretativos. Portanto, conformes a Berger e Luckmann (1997), entendemos que o pluralismo é a causa da crise de sentido em nossa época contemporânea.

Quando se identifica esta crise de sentido, percebemos que há uma incitação à passividade do homem contemporâneo, numa realidade que se apresenta em aparente harmonia entre ele e o mundo. O que está sendo colocado em questão é a experiência de angústia e de falta de sentido devidas à perda de referenciais preconizada pelo discurso relativista das últimas décadas, que oferece um convite à superficialidade do comportamento humano, fazendo com que se percam os referenciais para buscar sentido nas experiências cotidianas.

É necessário, portanto, encontrar um modelo que compreenda este processo e crie um meio que nos ajude a, novamente, ter um referencial ou um caminho a seguir.

Refletindo sobre a trajetória do homem contemporâneo no século XX e os desafios que este já encontra no *limiar do século XXI*, Ciro Flamarion Cardoso (2000) irá propor que

a libertação da alienação, por sua vez, podia ser vista como: a reconstrução revolucionária da vida social e do poder estatal; a criação de uma nova cultura moral não-repressiva; ou o fato de cada um abrir-se às suas experiências e vivências individuais mais autênticas, que estavam sendo ocultadas ou reprimidas pelo conformismo resultante da massificação, por exemplo (p. 267).

Edith Stein e o conceito de pessoa

Entendemos que a origem desta crise de sentido, que buscamos identificar na vida do homem contemporâneo, se situa em um período considerado por Hobsbawn (1995) como uma “Era da Catástrofe”: o período que se inicia em 1914 (com a 1ª Guerra Mundial) e vai até

1945 (com a 2ª Guerra Mundial). A “Grande Guerra”, contemporânea da Revolução Russa, inaugura uma nova era na história da humanidade:

a insegurança do futuro e do emprego, a que estavam sujeitas as classes populares, se apodera da burguesia. Depois de anos “batendo na mesma tecla”, a incredulidade se generalizou. É uma guerra recontada, repisada, ensinada às crianças dentro de casa. Não existem famílias sem viúvas, órfãos, grandes mutilados... (VINCENT, 2001, p 212).

É neste período de calamidade, truculência e genocídios onde ocorre a explosão de um pluralismo de perspectivas baseadas em discursos relativistas, gerando uma onda crescente de comodismo individualista, hedonista e materialista. Cria-se até um certo relativismo moral. Sobre este fato, Eagleton (1998) afirma que “*é dogmático do pós-modernismo universalizar seu exemplo contra universais e concluir que os conceitos de uma natureza humana compartilhada nunca têm importância, nem mesmo, digamos, no caso da prática de tortura*” (p. 55). A 1ª Guerra gerou, portanto, não somente uma época de destruição generalizada, como afetou de modo irreparável a vida de cada pessoa.

Edith Stein (1891-1942), filósofa, religiosa, discípula e secretária particular do “pai da fenomenologia”, Edmund Husserl (1859-1938), pode ser vista como um exemplo dramático da crise deste período em questão. Nasceu em 1891, na cidade antes conhecida como Breslau (que ficava na Alemanha), mas que, após a 1ª Grande Guerra redesenhar o mapa da Europa, se chama Wroclaw, e fica na Polônia. Era prussiana e judia, que, hoje sabemos, são duas identidades sinônimas de perseguição, tragédias e extermínio. Até os 14 anos foi atéia, mas, na contramão da crescente onda de ateísmo de sua época, foi batizada aos 30 anos, se converteu completamente ao catolicismo e, em 1934, recebeu, com o hábito carmelita, o nome de Teresa Benedita da Cruz, fazendo os votos em abril de 1935. Em agosto de 1942, foi morta na câmara de gás, no campo de concentração de Auschwitz. Pelo seu heroísmo cristão, foi beatificada em 1987 pelo Papa João Paulo II, e, em 1998, foi declarada mártir e canonizada pelo mesmo Papa. É, ao lado de Santa Catarina de Sena e Santa Brígida da Suécia, padroeira da Europa (cf. CARVALHO, 2000).

Em sua trajetória intelectual, Edith Stein (assim como vários estudantes de filosofia da época), irá encontrar no método fenomenológico de Edmund Husserl um meio pelo qual, a partir da lógica e da consciência, se pode abrir caminho para uma nova indagação do real. Cansados do idealismo que “*fechava o homem em si mesmo, isolando-o do mundo real e dos outros homens, da noção de verdade objetiva das coisas*” (CARVALHO, 2000, p 4), os estudantes de filosofia entendiam que este método (ou sistema filosófico) rompia com o ceticismo e com o relativismo então dominantes, e poderia ser o ponto de partida para

entender a crise radical pela qual a humanidade europeia passava (cf. CARVALHO, 2000; MASSIMI, PACHECO, GONTIJO e PIMENTA, 2002).

Inserida nesta crise de sentido, Edith Stein percebeu que a possível saída para a crise moral e espiritual do ser humano, era a retomada da vida em comunidade e da tradição, que são compreendidos no seu valor a partir da retomada do conceito de pessoa. Este último conceito, encontrado na tradição judaico-cristã, foi com Edmund Husserl aprofundado até o ponto de reafirmar seu caráter exigencial: busca de sentido e respeito pelo destino do outro. Stein, conforme Ales Bello (2003), definiu o ser humano em três aspectos: aspecto físico, psíquico e espiritual. Os aspectos físico e psíquico estariam ligados às sensações corporais e interiores (como sentir prazer, os impulsos, querer, desejar). O aspecto espiritual seria como uma capacidade que toda pessoa tem de controle, um autodomínio físico e psíquico.

Pessoa é aquela realidade que vivemos em nós mesmos, que é formada pela corporeidade, pela psique e pelo espírito, e nos damos conta de que somos formados assim porque nós vivemos as sensações físicas, psíquicas e nossas escolhas racionais, voluntárias e intelectuais (ALES BELLO, 2003, p. 4).

A idéia de comunidade se assenta no fato de que *“as pessoas vivem uma totalidade, uma vida comum e alimentando-se de motivos comuns, podem também se posicionar comunitariamente agindo e criando uma cultura compartilhada”* (MAHFOUD e COELHO JÚNIOR, 2006, p. 17). É através da experiência de pertença, do reconhecimento de uma experiência de “nós”, que as vivências propriamente comunitárias irão agir

na direção de possibilitar a apreensão de significados e valores compartilhados, suscitar propósitos que motivarão as ações concretas da pessoa e de seu posicionamento diante dos outros, até mesmo criando obras culturais fortalecendo a vida da comunidade que por sua vez influenciará de modo mais efetivo seu processo de formação pessoal (p. 13).

Percebe-se na reflexão de Edith Stein, ao retomar o conceito de pessoa, que sua preocupação essencial é com o destino da humanidade diante de uma crise que se aprofunda cada vez mais, e que carrega a dignidade do ser humano pra mais longe de sua busca ontológica de sentido. Para ela, o que a Guerra havia proporcionado às pessoas, era o fato de que estavam cada vez mais indiferentes ao destino de seus próximos ou a qualquer senso de convívio, de comunidade ou de solidariedade. Representativo do que ela refletiu em sua época, é o que, tempos depois, Hobsbawn (1995) interpretou acerca destes tempos de crise:

A crise moral não dizia respeito apenas aos supostos da civilização moderna, mas também às estruturas históricas das relações humanas que a sociedade moderna herdara de um passado pré-industrial e pré-capitalista e que, agora vemos, haviam possibilitado seu funcionamento. Não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas. Os estranhos apelos em favor de uma “sociedade civil” não especificada, de uma “comunidade”, eram as vozes de gerações perdidas e à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam

tornado frases insípidas. Não restava outra maneira de definir identidade de grupo senão definir os que nele não estavam (p 20-21).

Portanto, segundo Edith Stein, através da retomada viva do conceito de pessoa, podemos chegar a decidir livre e inteligentemente entre querer viver como sujeitos e protagonistas em comunidade ou viver homologados em uma massa. Como já foi dito, ser pessoa é reconhecer a própria vida, o que se quer da vida, mas reconhecer também que os outros devem realizar a própria vida e assumir a responsabilidade reciprocamente. A diferença entre viver em comunidade e viver como uma massa é que a comunidade é caracterizada pelo desenvolvimento espiritual e moral do ser humano, considerando-se também seu aspecto físico e psíquico. Já como massa, o homem vive no nível do impulso: “*a massa é caracterizada por uma vida vivida em um nível prevalentemente de impulsos psíquicos*” (ALES BELLO, 2003, p. 6). Ou seja, a pessoa não é considerada na totalidade de seu ser.

À guisa de conclusão, podemos dizer que o que Edith Stein sugeria para sair da crise de sentido que seu tempo enfrentava, era a tentativa de buscar o sentido das coisas fugindo do discurso relativista que preconizava que tudo era igual, tendo a consciência que todo ser humano deve ser considerado em sua totalidade, e que estes devem estar atentos às experiências cotidianas que vivenciam.

Bibliografia

ALES BELLO, A. **O conceito de pessoa em Edith Stein**. Mimeo. Palestra proferida em Belo Horizonte (UFMG), no dia 3 de setembro de 2003.

ARAÚJO, V.L. **As conseqüências do conceito de representação na historiografia francesa dos *Annales***. Mimeo, 1998.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1972.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidad, pluralidad e crisis de sentido: la orientación del hombre moderno**. Buenos Aires, Editora Paidós, 1997.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, M. As transformações das técnicas como problema de Psicologia Coletiva. IN: **Revista da Abrem: Signum**. Número 1, 1999.

CARDOSO, C.F. No limiar do século XXI. IN: FILHO, D. A R.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, T.M.M. Edith Stein: porquê padroeira da Europa? IN: http://www.jmaq.info/il_tmc__2000_edith_stein.htm, 2000.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1987.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução Elizabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FALCON, F. História das idéias. IN: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. **Domínios da história**. Rio de Janeiro, Campos, 1997.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAHFOUD, M.; COELHO JÚNIOR, A.G. A relação pessoa-comunidade na obra de Edith Stein. IN: **Revista Eletrônica Memorandum**: memória e história em psicologia. <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum>, 2006.

MASSIMI, M. A História das Idéias Psicológicas: uma viagem no tempo rumo aos novos mundos. IN: ROMANELLI, G (org). **Diálogos Metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto, Legis Summa, 1998.

MASSIMI, M. **Percursos metodológicos em História das Idéias Psicológicas**. USP, Ribeirão Preto, Mimeo, 2001.

MASSIMI, M., CAMPOS, R. H. F. e BROZEK, J. Historiografia da Psicologia: Métodos. IN: CAMPOS, R. H. F. **História da Psicologia: ANPEPP**. Volume 1, número 15, setembro, 1996.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

MASSIMI, M. PACHECO, P.R.A., GONTIJO, S.R. e PIMENTA, V.D.S. **Apostila da disciplina de Teorias e Sistemas I: modelos de ciência e pesquisa em psicologia – confronto entre diversas perspectivas.** Ribeirão Preto, USP, Mimeo, 2002.

PENNA, A.G. **História das idéias psicológicas.** Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1991.

RÜSEN, J. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. IN: **História: Questões e Debates.** v. 14, n. 26/27, jan./dez., 1997.

VINCENT,G. Guerras ditas, guerras silenciadas e o enigma identitário. IN: PROUST, A.; VINCENT, G. **História da vida privada 5: da Primeira Guerra a nossos dias.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O processo de emancipação no Brasil a partir do estudo do vocabulário político

Rafael Fani Dias Resende / UFOP
rafaelfani@yahoo.com.br

Análise das mudanças ocorridas no vocabulário político que perpassaram o contexto de construção do Estado e da Nação. Com a crise do Antigo Regime português, sobretudo, após a Revolução do Porto em 1820, abriu-se um novo campo de experiência no qual diferentes identidades coletivas propuseram saídas distintas para o momento de crise. Nesse ínterim, a imprensa adquiriu um papel importante na divulgação e esclarecimento dos princípios constitucionais. O *Reverbero*, periódico fluminense que circulou entre os anos de 1821 e 1822, materializava debates políticos importantes, nos quais projetos e interesses ligados ao futuro da nação portuguesa estavam em jogo. Conceitos como regeneração e recolonização eram recorrentes nas páginas do *Reverbero* e foram fundamentais na estruturação de discursos que procuravam legitimar o processo de emancipação no Brasil. Esse trabalho integra as atividades de pesquisa que venho desenvolvendo como bolsista do Programa de Iniciação à Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, junto ao projeto “A Experiência da história no mundo luso-brasileiro – o conceito de história no REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE (1821-1822)”.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Condorcet e Lima Barreto:
entre os progressos do espírito humano e o triste fim**

Rafael Lima Alves de Souza
Mestrando PUC-RIO

*“Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei”.*
(Gilberto Gil – Tempo Rei)

Sobre os possíveis horizontes

Para Koselleck, a condição para a escrita da história passa por duas categorias fundamentais: *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Pois a partir da tensão e do confronto entre elas surge o “tempo histórico”. Ou seja, ele seria, na verdade, fruto do entrelaçamento entre passado e o futuro.

Espaço de experiência seria o passado que tem lugar no presente, recordações que se acumulam e se transformam a cada instante. São eventos já experimentados mas que norteiam a ação no presente e orientam a projeção para o futuro. Ao passo que horizonte de expectativa é exatamente esse prognóstico com base na experiência, ou seja, é um futuro possível mas ainda não experimentado. Portanto, ambas as categorias encontram-se no presente, é nele que se relacionam.

No entanto, essas categorias não podem ser caracterizadas como simetricamente opostas. Elas têm maneiras distintas de ser. Com efeito, “o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que o que foi experimentado no passado. As expectativas podem ser revistas, as experiências feitas são recolhidas”.¹

¹ KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006. p. 311. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

E exatamente por não serem simétricos opostos é que se torna possível projetar um futuro presente para além do que se poderia imaginar tendo como base somente o passado presente. Embora a expectativa seja baseada na experiência, esta não lhe determina. De tal maneira que “na história sempre ocorre um pouco mais ou um pouco menos do que está contido nas premissas”.²

Assim, como a expectativa é uma espécie de antecipação de um futuro que ainda está para acontecer, a incorporação de novos eventos pela experiência pode fazer com que todos os prognósticos sejam reafirmados ou refeitos, gerando otimismo ou pessimismo.

Tendo em vista essas breves reflexões, a idéia deste breve ensaio é suspender o tempo cronológico para trabalhar apenas no âmbito daquelas categorias pensadas por Koselleck. Minha tentativa é a de aproximar dois autores, um historiador e um literato, que viveram em épocas bem distintas mas que enfrentaram ambos o impacto de bruscas transformações na história que afetaram suas respectivas percepções de passado e presente e, por conseguinte, suas perspectivas de futuro. Escolhi analisar as obras *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, de Condorcet, e *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto.

De fato, se, por um lado, ambos se aproximam por fazer prognósticos orientados por suas experiências, por outro, logo se distanciam na maneira como eles vão encarar e tentar controlar o rumo das mudanças: um de maneira a defender sua aceleração – pensada em termos de aperfeiçoamento – e o outro com uma visão crítica do movimento em direção à experiência ainda desconhecida. Portanto, meu foco de atenção encontra-se na análise dos horizontes de expectativas construídos a partir dos espaços de experiência dos respectivos autores em suas respectivas épocas.

Os progressos do espírito humano

Filósofo iluminista, embora não tenha sido sempre favorável à Revolução Francesa, Condorcet acaba por apóia-la pois entendia que, naquela circunstância, só ela poderia

² Idem, Ibidem. p.312.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

conduzir a razão acima dos limites impostos pelos prejuízos e superstições do Estado francês. Mais interessante do que isso talvez seja o fato de que Condorcet escreve a referida obra em meio a uma espécie “refúgio”, visto que naquele exato momento era perseguido pelo próprio desdobramento do movimento que ele mesmo ajudou a ter êxito. Tendo sido deputado da Convenção Nacional, envolve-se em uma discussão em torno da futura constituição francesa e é preso. Mas antes

*“ficará escondido (...) e é neste período de inquietações e temores que escreve, sem material algum, sem livros, sem anotações, o seu Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano, que, curiosamente, é marcado por um inacreditável otimismo histórico”.*³

Condorcet constrói uma história da Humanidade dividida em dez períodos. As *histories* dos povos, narradas e entendidas de maneira desconexa até então, confluem para uma única História da Humanidade, bem ao espírito iluminista. Nesse sentido, há um esforço de tentar compreender o homem em um movimento temporal cujo futuro é sempre diferente e melhor do que o passado. Ou seja, há aqui uma idéia de progresso que estaria ligada a uma *perfectibilidade* humana, e o “[O] *Quadro* é uma sinopse que permite abranger, de uma só vez, um conjunto de fatos e compreender as aproximações entre um grande número de verdades parciais ou isoladas”.⁴ E a chave explicativa para esse movimento é um eterno conflito entre razão e “superstição”. É a história da razão humana buscando libertar-se dos prejuízos e alcançar, assim, a felicidade.

É interessante observar que Condorcet trabalha com a análise empírica somente a partir do surgimento da escrita alfabética. Antes disso, utiliza-se da meta-história, faz suposições. E procede da mesma forma com relação ao décimo período, intitulado *Dos Futuros Progressos do Espírito Humano*. Portanto, mais do que a compreensão de um passado, a história serve aqui também para a construção de um prognóstico. Isso porque ela “[I]ndicava a vinculação secreta entre o antigo e o futuro, cuja conexão só se pode

³ SOUZA, Maria das Graças de. *Condorcet: entre a história e a revolução*. p.153.

⁴ SCHANDELER, Jean-Pierre. Condorcet et l’Histoire de la Raison: la formation de l’idée de conflit. In: *Sens du Devenir et Pensée de l’Histoire*. p. 212. [tradução minha]. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

reconhecer depois de se haver aprendido a compor a história a partir dos dois modos de ser, o da recordação e o da esperança”.⁵

Quer dizer, mesmo vivendo em um período obscuro para si, Condorcet imagina o futuro da humanidade com o mais puro otimismo:

“(…) nós encontraremos na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências, que a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento de suas faculdades, os motivos os mais fortes de acreditar que a natureza não pôs nenhum termo às nossas esperanças”.⁶

Dessa forma, é na “experiência do passado” que o filósofo busca seu otimismo. E esse passado ainda não é uma experiência de todo completa, é um passado presente. “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”.⁷

De acordo com Schandeler, Condorcet, assim, pensa a história dividida, na verdade, em dois momentos: um em que a superstição triunfa sobre a razão e um outro, posterior, em que a razão vira esse jogo, por assim dizer.⁸ Assim, o nono período de seu *Esboço*, de onde ele mesmo fala, seria o marco decisivo dessa transformação. Para ele, os homens ilustrados de seu tempo tinham a sua frente uma oportunidade singular para acelerar os progressos do espírito humano de maneira a eliminar os “prejuízos” da história.

Isso seria possível porque aquele momento vivido por Condorcet “é marcado por três grandes acontecimentos, que são: a difusão de uma nova filosofia, a Revolução Americana e a Revolução Francesa”.⁹ A Revolução Norte-Americana teria sido o primeiro movimento a colocar as idéias iluministas em prática, seguida de Revolução Francesa, mais completa segundo o filósofo:

⁵ KOSELLECK, Reinhart. op. cit., p. 308.

⁶ CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. São Paulo: Editora Unicamp. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. p. 178.

⁷ KOSELLECK. op. cit., p.309.

⁸ SCHANDELER. op. cit.

⁹ Maria das Graças. op. cit., p. 169.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

“A revolução americana devia portanto estender-se logo à Europa; e se existia ali um povo onde o interesse pela causa dos americanos difundiu mais do que alhures seus escritos e seus princípios, que fosse ao mesmo tempo o mais esclarecido e um dos menos livres, aquele onde os filósofos mais tinham verdadeiras luzes, e o governo uma ignorância mais insolente e mais profunda; (...) este povo não estava destinado, pela própria natureza das coisas, a fazer o primeiro movimento dessa revolução que os amigos da humanidade esperavam com tanta esperança e impaciência? Portanto, ela devia começar pela França”¹⁰.

Em suma, diante de transformações tão radicais no campo das idéias, consubstanciadas em revoluções políticas, o prognóstico de Condorcet só poderia apontar para um futuro melhor do que tudo o que já havia experimentado até aquele momento e caberia então aos homens mais conscientes desse novo curso da história acelerar esse processo de transformações. Esse otimismo é possível porque

“os prognósticos também são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa (...) Assim, um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa”¹¹.

O triste fim

De certa forma, *Major Quaresma*, protagonista da obra de Lima Barreto analisada aqui, age de maneira análoga com relação à criação de prognósticos. De fato o personagem não está preocupado com a história da Humanidade, mas sim do Brasil. Ele é um funcionário público de importância secundária que vive na esteira das transformações ocorridas por conta da transição do Brasil Império para o Brasil Republicano. Mais do que uma simples mudança de regime político, o país vive uma espécie de surto modernizante, aonde transformações de todas as espécies passam a ser o desejo de uma nova elite. É a

¹⁰ CONDORCET. op. cit., p.169.

¹¹ KOSELLECK. op. cit., p. 313.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

entrada do Brasil, tendo como espelho a sua capital – Rio de Janeiro - na *Belle Époque*. Segundo Nicolau Sevcenko, “assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela”.¹² E isso tem desdobramentos com relação à percepção de tempo dessa sociedade.

*“O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca (...) A situação era realmente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX de frontando-se com perspectivas extremamente promissoras”*¹³.

Lima Barreto traça a história de *Policarpo Quaresma* dividida em três partes. Em todas elas, o personagem depara-se com um presente futuro que confronta com seu prognóstico. Com efeito, o personagem sempre busca a atuação no presente para modificar a própria história e, no entanto, percebe que, de certa forma, os novos progressos não acontecem da maneira esperada: ao invés do futuro ir em direção a um eterno aperfeiçoamento do país, assiste-se a uma espécie de reconhecimento da impossibilidade de se obter êxito em certos sonhos.

O otimismo de seu personagem com relação à projeção de um país melhor é encarado ironicamente, como se a todo o momento o pior ainda estivesse por acontecer. O personagem esbarra em obstáculos que antes pensava poder ultrapassar.

Na primeira parte, *Quaresma* iniciava a construção de suas “Reformas Radicais” e

“A convicção que sempre tivera de ser o Brasil o primeiro país do mundo e o seu grande amor à Pátria, eram agora ativos e impeliram-no a grandes cometimentos. Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas idéias. Eram pequenos melhoramentos,

¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 43.

¹³ IDEM, *Ibidem*. p. 38.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

*simples toques, porque em si mesma (era sua opinião), a grande Pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra”.*¹⁴

Contudo, ao exaltar as especificidades de seu país, buscando a *brasilidade* como forma de ação no futuro presente, acaba sendo dado como louco e é internado no hospício depois de ter defendido um projeto para que a língua portuguesa fosse substituída pelo tupi como idioma oficial e de ter escrito um requerimento nesta língua.

O prognóstico de *Quaresma* não se confirma quando o horizonte de expectativa é incorporado pelo espaço de experiência. Esta confrontação entre as duas categorias, segundo Koselleck, é uma característica fundamental da história.

*“Quem acredita poder deduzir suas expectativas apenas da experiência, está errado. Quando as coisas acontecem diferentemente do que se espera, recebe-se uma lição. Mas quem não baseia suas expectativas na experiência também se equivoca. Poderia ter-se informado melhor. Estamos diante de uma aporia que só pode ser resolvida com o passar do tempo”.*¹⁵

Saindo do hospício, *Quaresma* resolve deixar a cidade e morar no campo. Lá acreditava poder ficar mais seguro e, ao mesmo tempo, desenvolver com seu próprio suor a agricultura brasileira, pois “o Brasil é o país mais fértil do mundo, é o mais bem dotado e as terras não precisam *empréstimos* para dar sustento ao homem. Fique certo!”.¹⁶ E assim “planejou a sua vida agrícola com a exatidão e meticulosidade que punha em todos os seus projetos (...) não por ambição de fazer fortuna, mas por haver nisso uma demonstração das excelências do Brasil”.¹⁷

Novamente seu projeto encontra enormes dificuldades para se concretizar, mas o *major* não perde a esperança. Ao saber da eclosão da *Revolta da Armada*, parte novamente para a cidade do Rio de Janeiro para se encontrar com o presidente Floriano Peixoto,

¹⁴ BARRETO, Lima. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: FTD, 1992. p.30.

¹⁵ KOSELLECK. op. cit., p. 312.

¹⁶ BARRETO. op. cit., p. 114.

¹⁷ Idem. Ibidem. p. 81.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

colocando-se a sua disposição para a guerra e apresenta seu plano para melhorar a agricultura do país. Resultado: é tratado como um “visionário”. Frustra-se.

Por fim, na terceira parte da história, *Quaresma*, vendo que suas projeções poderiam estar equivocadas ou que, no mínimo, eram impraticáveis em curto prazo, torna-se um pessimista. “Todo o sistema de idéias que o fizera meter-se na guerra civil se tinha desmoronado (...) Era grande a sua desilusão”.¹⁸ Ao fazer duras críticas ao extermínio arbitrário de prisioneiros da *Revolta*, acaba ele mesmo preso e executado pela república que tanto enaltecia.

Com esse desfecho trágico para seu personagem, Lima Barreto mostra a sua projeção em relação ao futuro que começava a se vislumbrar naquele momento. Ou seja, embora as mudanças fossem bastante perceptíveis, seu horizonte de expectativa apresentava um futuro possivelmente até pior do que os eventos já experimentados pelo país e por ele próprio até aquele momento.

A escolha de fazer dialogar um filósofo iluminista e literato moderno – ou “pré-moderno” - surgiu da idéia de que ambos lidam com projetos, com expectativas que podem ou não se confirmar no futuro.

Lima Barreto narra a saga de uma história que não teve um lugar real, que acabou fracassando em algum momento, mas que poderia ter acontecido. Entretanto, embora como “fracassado”, esse projeto estava lá junto a todos os demais prognósticos e, portanto, também teve a sua importância. Por ser impossível saber, de fato, o que o futuro lhe reservava, era um projeto tão pertinente quanto qualquer outro.

Paralelamente, Condorcet também constrói prognósticos que, hoje podemos ver retrospectivamente, não foram confirmados pela experiência. Em seu otimismo, pensava que a *perfectibilidade* levaria a um tempo em que a Humanidade seria guiada, enfim, somente pela razão, construindo um futuro sempre melhor do que o passado.

Se pudéssemos colocá-los em uma narrativa em que se pudesse ir de um ao outro, Condorcet e Lima Barreto parecem tecer a história dos *Progressos do Espírito Humano* que

¹⁸ Idem. Ibidem. p. 193.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

levam o homem, na verdade, a um *Triste Fim*. O que gera otimismo em um, gera pessimismo em outro. Curiosamente, o filósofo francês e o personagem *Policarpo Quaresma* têm um fim muito semelhante. O primeiro, que tanto defendia a razão humana, acaba perseguido e morto pela própria Revolução que a levaria ao resto do mundo. Policarpo, que tanto fez para o aperfeiçoamento de seu país, acaba acusado de traição e morto pela República.

Bibliografia

BARRETO, Lima. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: FTD, 1992.

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

CONDORCET. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. São Paulo: Editora Unicamp. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura.

KOSELLECK, Reinhart. *Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

SCHANDELER, Jean-Pierre. *Condorcet et l'Histoire de la Raison: la formation de l'idée de conflit*. In: *Sens du Devenir et Pensée de l'Histoire*. Champ Vallon, coll. " Milieux ", 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Maria das Graças de. *Condorcet: entre a história e a revolução*. In: *Ilustração e História: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial/FAPESP, 2001.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A pena, a tinta e o papel: retórica, biografia e história na obra de Januário da
Cunha Barbosa.**

Rafael Pfaltzgraff Ferreira / PUC RIO
rafapfaltz@yahoo.com.br

No século XIX, a afirmação dos estados nacionais em todo o mundo ocidental imputou aos homens de letras a difícil tarefa de construir as narrativas nacionais, perenizando lembranças e esquecimentos, costurando frágeis identidades e criando mitos de origens capazes de garantir a coesão e a continuidade das novas *comunidades imaginadas*. Nesse contexto insere-se a atividade intelectual de Januário da Cunha Barbosa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, marcada não só pela direção exercida na definição dos objetivos e procedimentos do instituto, mas também por sua produção biográfica publicada nas páginas da revista mantida pela instituição. Essa faceta biográfica – pouco explorada pela historiografia – constituía-se em uma engrenagem importante da máquina de representações engendrada pelo instituto, uma vez que cumpria a função de monumentalizar em letras os ilustres brasileiros, heróis ou gênios da pátria, dignos de figurarem no panteão da nação. Dessa forma, esse trabalho analisa como Januário articulou e reelaborou em uma nova conjuntura três elementos garantidos pela tradição e fundamentais em sua obra: a retórica, a biografia e a história.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Leituras e apropriações de *A América Latina: males de origem* de Manoel Bomfim

Raphael Rocha de Almeida¹

Este texto pretende analisar as leituras e apropriações a que o livro *A América Latina: males de origem*², de Manoel Bomfim, foi submetido quando de sua publicação e posteriores reedições. Médico por formação, Bomfim publicou o livro em questão em 1905. Do lançamento aos dias de hoje recebeu a alcunha de “rebelde esquecido³”, “revolucionário ingênuo⁴”, “grande expoente da cultura brasileira⁵”, “antropólogo⁶”, qualificações que, num certo sentido, procuraram recuperar a possível atualidade de seu pensamento, bem como explicar os motivos que teriam relegado sua obra ao ostracismo, em determinados do século XX.

Temos por suposto que o sentido de uma obra é, em parte, resultado da recepção que a mesma teve junto ao público leitor e alinhamo-nos com a proposição de Roger Chartier, segundo a qual o sentido da obra não pertence ao autor, mas aos seus leitores. Não haveria, portanto, um sentido estável para um dado texto, visto que a leitura é uma prática

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista da CAPES. Esse texto corresponde à versão ligeiramente resumida do trabalho final apresentado para conclusão da disciplina *Historiografia, Memória nacional e Culturas políticas* ministrada pela professora Dr^a. Eliana Regina de Freitas Dutra.

² BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

³ AGUIAR, Ronaldo C. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Anpocs: Topbooks, 2000.

⁴ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁵ AMARAL, Azeredo. Prefácio à 2^a edição. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. (Escrito para a edição de 1938)

⁶ RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

histórica e socialmente variável⁷. Posto que a leitura é uma prática historicizada, tentaremos demonstrar, na medida do possível, que parte das leituras desse livro pode ser compreendida quando cotejada com as vicissitudes políticas, econômicas e sociais da época em que ocorreram. Em relação à obra de Bomfim ocorreram maneiras peculiares de apropriação, marcadas tanto pela posição social do leitor quanto pelo suporte pelo qual essas leituras vieram a público.

Recorreremos aos prefácios que acompanharam a obra em algumas edições, bem como a algumas interpretações de cunho acadêmico. Os prefácios podem constituir maneira privilegiada de pensar o que o autor ou o responsável pela publicação esperava que fosse lido no texto: podem ser concebidos como um *protocolo de leitura* que interfere na recepção da obra, uma antecipação do texto do autor que pode dirigir o olhar do leitor⁸. Atentaremos, ainda, para o sentido atribuído a cada uma das edições. Ao longo do século XX, o livro *A América Latina* recebeu edições que se vinculavam a projetos político-editoriais distintos e, por isso, não poderíamos deixar de destacar o sentido dessas publicações.

O livro *A América Latina* conheceu quatro edições. A primeira, já o dissemos, é de 1905. Entre 1905 e 1938 não houve nenhuma edição. A segunda, publicada no primeiro aniversário do Estado Novo, foi prefaciada por Azevedo Amaral⁹. Na terceira e quarta edições, ambas de 1993, foram acrescentados textos de Darcy Ribeiro e Franklin de Oliveira. O texto de Darcy Ribeiro, embora acrescentado à edição de 1993, é de 1984 quando foi publicado na *Revista do Brasil*. Já o de Franklin de Oliveira, salvo informação contrária, foi escrito para compor a 3ª edição. A considerar o número de edições e o intervalo entre uma e outra, pode-se dizer que o livro não foi muito bem recebido pela crítica. Entre a primeira e a segunda edição, passaram-se trinta e três anos; entre a segunda e a terceira nada menos

⁷CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações* (trad. Portuguesa). Lisboa: DIFEL, 1990. ver também “Do livro à leitura”. In: *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

⁸ Deve-se a Roger Chartier a sugestão de investigar “a maneira como os textos e os impressos que lhe servem de suporte organizam a leitura que deles dele ser feita. Ver: CHARTIER, Op. Cit., p. 126-127.

⁹ Consultamos a 2ª edição a fim de confirmar o ano de publicação. Mas a edição prefaciada por Azevedo Amaral não tem data. Ver: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 2.ed. Rio de Janeiro : A. Noite , s.d. 463p. Seu principal biógrafo afirma que a edição prefaciada por Amaral é de 1936. Ver: AGUIAR, 2000, p. 523. Só que no próprio prefácio, Azevedo Amaral argumenta que reedição se deu na passagem do primeiro aniversário do Estado Novo, o que se deu em 1938. Consideramos, aqui, o ano de 1938 como data da 2ª edição do livro.

que cinquenta e cinco anos. Houve, nesse interstício, tentativas de outros autores de publicar coletâneas de textos pré-selecionados de Manoel Bomfim, mas, ainda sim, seu primeiro livro não chamou a atenção do mercado editorial até pelo menos a década de 1990¹⁰.

Segundo Ronaldo Conde Aguiar, biógrafo de Bomfim, *A América Latina: males de origem* foi bem recebido no meio intelectual de inícios do século XX. Para sustentar essa afirmativa, Aguiar baseou-se, principalmente, no livro homônimo de autoria de Sylvio Romero¹¹ que, publicado em 1906, dedicou-se a tecer incisivas críticas negativas ao livro de Bomfim. Romero, o mais feroz crítico da obra de Manoel Bomfim, escreveu, nada menos que vinte e cinco artigos na revista *Os Anais*, contra o livro recém-lançado. Estes artigos foram, posteriormente, reunidos e publicados sob a forma de livro¹². Segundo Aguiar, eram comuns, na época, os ataques impressos. Tratava-se de disputa por posição de destaque no campo intelectual. E Sylvio Romero foi um polemista requintado cujas obras, produzidas dentro do paradigma da hierarquia das raças, garantiram ao autor proeminência entre a intelectualidade do período.¹³

Romero esmiuçou com detalhes a obra de Bomfim. Não se furtou ao debate sobre a desigualdade das raças. Discordou do uso da linguagem do autor. Atacou seu estilo. Bomfim havia sustentado que a superioridade da raça branca assentava sobre um falso fundamento¹⁴. O verdadeiro interesse, implícito na teoria da superioridade racial, segundo Bomfim, seria a dominação intelectual e material, principalmente européia. Romero, por seu turno, acusou Bomfim de ter realizado “leituras mal digeridas”, de ser um “trapalhão”. Sussukind e Ventura, ao analisar este debate, sustentaram que a principal crítica de Romero a Bomfim foi ao fato deste último ter utilizado o conceito de parasitismo como metáfora. A utilização do conceito era a marca do rigor científico; já a metáfora, a falsidade. Ao utilizar

¹⁰ Em 1935, foi organizada, por Carlos Maul, uma antologia de textos do autor. Essa antologia compunha a coleção Brasiliana. Ver: MAUL, Carlos (org.) *O Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

¹¹ ROMERO, Sylvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim* (1906. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão). Não tivemos acesso a este livro. Todas as informações que se seguem foram extraídas do livro de AGUIAR.

¹² AGUIAR, *Op. Cit.* 2000, p. 319.

¹³ Ver ROMERO, Sylvio. *História da literatura brasileira*. 2ª edição. Tomo I. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

¹⁴ AGUIAR, *Op. Cit.* 2000, p. 324-5.

o conceito como metáfora Bomfim, argumentaram os autores, teria corrompido as bases pelas quais suas teses se sustentavam¹⁵.

Certo está, argumenta Aguiar, que a obra de Bomfim contrariou alguns fundamentos centrais da obra de Romero: este seria um dos motivos para o ataque verbal do renomado polemista. Bomfim foi convidado a responder as virulentas críticas de Romero na própria revista *Os Anais*, mas não o fez. O autor de *A América Latina* escreveu uma única carta explicando os motivos pelos quais não polemizou com seu crítico. O biógrafo de Bomfim, aceitando a idéia explícita nessa carta, explicou que o principal motivo do ataque de Romero seria porque este cogitava em escrever - “por outras vias” e por outras doutrinas -, um ensaio sobre o Brasil social e político. Mas Bomfim o havia feito. Restava a Romero refutar o autor¹⁶.

Seja qual for o motivo da polêmica entre os dois autores, o certo é que, ao menos nos entre 1905 e 1906 houve intenso debate sobre o livro *A América Latina*. Mas o mesmo só veio a ser reeditado nos anos 1930.

Azevedo Amaral, ao prefaciá-lo, a segunda edição de *A América Latina*, afirmou ser o livro uma “grande obra literária¹⁷”. Argumentou que naquele momento, o primeiro aniversário do Estado Novo, o livro teria “uma atualidade ainda maior que nos dias do seu aparecimento¹⁸”. As credenciais que o permitiam ter a honra de prefaciá-lo residiam no fato de o primeiro, assim como o segundo, pertencerem “ao grupo de trabalhadores intelectuais” que, “animados pelo espírito de brasilidade”, desempenhavam sua tarefa: pensar o Brasil. Esse filão teria sido aberto por Bomfim, o “pioneiro dos estudos psicológicos entre nós¹⁹”.

Amaral reproduz a opinião de Bomfim direcionando o leitor a concordar com a afirmativa do quão seriam errôneos os conceitos formados sobre nós no continente europeu. Mas passados mais de trinta anos, principalmente após as transformações econômicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial, os juízos europeus sobre a América Latina já não eram os mesmos, embora, naquela época, admitisse que a Europa ainda não tinha

¹⁵ SUSSEKIND & VENTURA, *Op. Cit.*, p. 21.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ AMARAL, Azevedo, *Op. Cit.*

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 29-30

compreendido “as realidades latino-americanas” permanecendo “insensível ao sentido de uma civilização peculiar²⁰” que, nos anos 1930, se desenvolvia rapidamente.

Azeredo Amaral ressaltou laços de continuidade entre o ideal de Bomfim e a política implementada pelo Estado Novo. Motivo pelo qual achava interessante que a obra fosse traduzida para outros idiomas a fim de “tornar conhecida a cultura brasileira no estrangeiro”. Afinal, tratava-se de um estudo objetivo e claro sobre a realidade histórica do nosso continente.

“Conhecendo melhor o que é a América Latina, quais as suas origens e as forças históricas que lhes plasmaram as configurações atuais, os europeus teriam talvez um pouco mais de cautela e dariam menos rédea à sua imaginação, quando sob pressão de fatores econômicos cogitam das nossas terras e das suas riquezas na discussão do premente problema das matérias-primas...²¹”.

Ainda assim, Amaral admitiu possuir pontos de divergência em relação a Bomfim. Embora considerasse o autor de *A América Latina* “pioneiro como introdutor do espírito científico na análise da sociogenia brasileira²²”, sustentou que Bomfim teria formulado conceitos severos e injustos a cerca da colonização brasileira, além de ter sido influenciado por idéias preconcebidas²³. Mas a ocasião vivida pelo Brasil, no Estado Novo, justificava sua publicação. Na visão de Amaral, o Estado Novo teria promovido transformações políticas, econômicas e sociais, “através das quais a nação” teria se encaminhado “para descobrir [su]a própria realidade.²⁴” Transformações que só foram possíveis por uma preparação cultural anterior, capaz de imprimir novas diretrizes ao pensamento das elites. Bomfim teria feito parte destes intelectuais que prepararam o terreno para a atuação da intelectualidade concatenada com o projeto do Estado Novo. Nesse sentido, Manoel Bomfim, segundo Amaral, teria sido um dos primeiros a contribuir para “despertar na consciência brasileira a ânsia de encontrar sua própria realidade”. Esta missão, fruto de um profundo realismo político, havia sido transmitida à nova geração de intelectuais, na qual Azeredo Amaral se incluía.

Percebe-se, portanto, que a reedição do primeiro livro de Manoel Bomfim, para além das possíveis divergências interpretativas da realidade nacional, merecia ser reeditado

²⁰ Ibidem, p. 30.

²¹ Ibidem, p. 31.

²² Ibidem, p. 31.

²³ Ibidem, p. 32.

²⁴ Ibidem.

por ter produzido, no seu tempo, uma obra útil para o conhecimento da nação: missão que, nos anos 1930, foi encampada por intelectuais como o próprio Azevedo Amaral. Amaral que, assim como Bomfim, teve seus livros publicados na *Coleção Brasileira*²⁵, parece assumir – ao reafirmar o interesse pela reedição de *A América Latina* –, o projeto intelectual reformador idealizado pelos responsáveis pela publicação de alguns de seus livros. A *Coleção Brasileira*, criada simultaneamente à criação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1931, foi um empreendimento destinado a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil. O que levou seus idealizadores a reunir e reeditar obras sobre a formação social e histórica brasileira, ancorando-se num modelo cumulativo do saber, cuja ambição era fazer “da coleção a maior obra de cultura nacionalista do país²⁶”. Neste sentido, o prefácio de Amaral sobre o livro de Bomfim pode ser compreendido como a reedição de uma obra, que embora possuísse problemas interpretativos, tinha valor como patrimônio cultural da nação, uma vez que o livro, na concepção dos intelectuais dos anos 1930, era não só depositário de saberes, mas também poderia ser concebido como “formador social e reformador político²⁷”. Poderia, ainda, contribuir para a formação de uma consciência nacional e para a constituição de uma cultura nacional. Não por acaso, Azevedo Amaral ressaltou o sentimento de brasilidade de Bomfim acreditando ser importante o conhecimento de sua obra para além do círculo da intelectualidade. No fundo, tratava-se, de um lado, da criação de “instrumentos necessários para a constituição de uma pedagogia da nacionalidade²⁸”, de outro, da afirmação do Estado-nação brasileiro afinado num padrão cultural cosmopolita, mas sem o prejuízo das peculiaridades da identidade nacional brasileira. Na visão de Amaral, Bomfim teria sido o precursor na construção de uma cultura nacional. Os intelectuais e homens públicos do Estado Novo, incluindo aqui o próprio Amaral, teria dado continuidade e efetivado a missão iniciada pelos intelectuais das primeiras décadas do século XX.

²⁵ A segunda edição de *A América Latina*, pelo que constatamos, não integrou a coleção Brasileira, mas a antologia organizada por Carlos Maul, publicada em 1935, fez parte da mesma que publicou, de Azevedo Amaral, o livro *O Brasil na crise atual*.

²⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas & MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 305.

²⁷ *Ibidem*, p. 304.

²⁸ *Ibidem*, p. 311.

Entre as décadas de 1940 e 1990, o livro de Bomfim não foi reeditado. O livro foi “redescoberto” entre fins dos anos 1970 e inícios de 1980. Em 1984, Flora Sussekind e Roberto Ventura organizaram uma antologia de textos do autor. Nessa coletânea, a segunda parte do *A América Latina*, “Parasitismo e degeneração”, foi republicada. Incluíram um ensaio interpretativo, intitulado “*Uma teoria biológica da mais-valia? (Análise da obra de Manoel Bomfim)*”, que havia sido escrito em 1979. Tratava-se de uma tentativa de recuperar a atualidade da obra do autor, através da publicação de excertos de suas obras.

Na terceira edição de *A América Latina* foi inserido o texto “*Manoel Bomfim, antropólogo*”, do educador, político e antropólogo, Darcy Ribeiro. Nessa edição foi publicado, ainda, o prefácio de Franklin de Oliveira, “*Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação*”. Não há dúvida de que estes prefácios contribuíram não só para conferir importância à obra, como para que o autor fosse relido. Não se pode ignorar, também, a iniciativa de angariar leitores.

Gostaríamos de discutir o texto de Darcy Ribeiro tendo em vista o suporte no qual foi originalmente publicado: a *Revista do Brasil*²⁹. Entre 1984 e 1993, ocorreram mudanças significativas no plano político brasileiro, como a Constituinte de 1988, e por isso, acreditamos ser interessante discutir este texto quando da sua primeira publicação, momento em que a sociedade brasileira discutia o processo de redemocratização do país, após duas décadas de ditadura.

Darcy Ribeiro foi o grande idealizador do relançamento da *Revista do Brasil*. Este periódico, ressurgido entre 1984 e 1990, conheceu, ao longo de século XX, quatro fases. Não detalharemos cada uma destas fases, mas cabe dizer que esteve sob os auspícios de Monteiro Lobato, entre 1914 e 1925. Nesse período, Lobato transformou a revista num instrumento de difusão de valores nacionais. A *Revista do Brasil* foi um periódico de prestígio, tendo sua excelência reconhecida pela elite letrada em todo o país³⁰. Foi em busca dessa tradição que Darcy Ribeiro, então vice-governador do Rio de Janeiro, idealizou o relançamento da revista, cuja missão foi a discussão, mais uma vez, das questões nacionais.

²⁹ A informação de que este texto foi realmente publicado na *Revista do Brasil* é de Roberto Ventura. Ver: VENTURA, Roberto. *A América Latina: males de origem*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Ed. Senac, 2ª ed. 2002, vol. 2. p. 240.

³⁰ LUCA, Tânia Regina de. *Periodismo cultural: a trajetória da Revista do Brasil*. In: ABREU, Márcia, SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercados das Letras, 2005.

Em 1984, a sociedade brasileira vivia a expectativa da Assembléia Constituinte. Como afirmou Tânia de Luca, “a necessidade de refletir sobre o passado e acertar o passo para o futuro convidavam à reflexão³¹”. Darcy Ribeiro foi bastante enfático quando da publicação do primeiro número. Sua intenção era fazer “florescer esta criatura que Monteiro Lobato dignificou com uma voz da consciência nacional”. Acreditava ser fiel à intelectualidade brasileira do passado uma vez que “uma contribuição só tem validade real, se se soma às do passado, na longa construção coletiva da cultura brasileira³²”. Foi imbuído por este espírito de renovação, ancorado na tradição, que o antropólogo autor de “*Os índios e a civilização*”, futuro senador da República³³, e autor de vários projetos ligados à educação, realizou sua leitura da obra de Manoel Bomfim.

Para Darcy Ribeiro, Bomfim podia e devia ser considerado antropólogo, pois teria tratado de temas extremamente complexos. Bomfim teria indagado sobre como nosso povo surgiu e como veio a ser o que é. Teria realizado, assim como Darcy Ribeiro, uma antropologia da civilização. Bomfim bem como Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu deviam ser retomados a fim de que se pudesse compreendê-los e criticá-los a luz dos problemas do presente, na busca das “melhores teorias explicativas sobre nós mesmos³⁴”. Afinal, as justificativas do nosso atraso foram várias: clima, miscigenação, origem portuguesa, tradição católica. Muitas destas justificações cumpriram o papel de encobrir as verdadeiras causas: foram alienantes. Precisávamos, sustentou Ribeiro, de uma antropologia capaz de dar conta da nossa realidade. Por isso era importante reler Manoel Bomfim.

Darcy Ribeiro teria conhecido Manoel Bomfim na sua experiência do exílio, no Uruguai. Ali, quando se preparava para escrever seus “Estudos de antropologia da civilização”, Ribeiro descobriu o autor que o libertou do provincianismo e lhe deu a percepção de que o Brasil fazia parte de um todo: a América Latina. Tínhamos os mesmos problemas, as mesmas vicissitudes. Nossa nação teria se constituído graças às “almas dos

³¹ Ibidem, p. 310.

³² Ibidem, p. 311.

³³ Darcy Ribeiro tornou-se senador em 1990.

³⁴ RIBEIRO, Darcy. *Op. Cit.* p. 10

índios e negros que os brancos caçaram e encurralaram para produzir riquezas³⁵”. Esta constatação foi a marca da originalidade de Manoel Bomfim.

Tal como Bomfim, Darcy Ribeiro denunciava a visão preconceituosa e interesseira que os europeus tinham dos sul-americanos. Denunciava, ainda, a suposta inferioridade racial dos povos mestiços, a inaptidão ao progresso, a espoliação colonial, o trabalho escravo. Essas teorias foram desmascaradas por Bomfim; corresponderiam à ideologia do colonizador. O discurso produzido por Bomfim teria sido tão original e contrastante que a intelectualidade do início do século XX ficou perplexa. Romero, seu principal crítico, teria sido um idiota, que jamais foi capaz de ir além dos pensadores europeus. Bomfim, já em 1905, teria produzido um livro sábio, profundo, pensado e trabalhado, no qual explicava que nossos males não vêm do povo. Nossos males seriam, na verdade, “produto da mediocridade do projeto das classes dominantes que aqui organizaram nossas sociedades em proveito próprio, como o maior descaso pelo povo trabalhador”. Por isso, Bomfim foi “o grande interprete do processo de formação do povo brasileiro³⁶”.

O autor de *A América Latina* estaria à frente de Nina Rodrigues, Sylvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Este último foi o oposto de Manoel Bomfim. Por sua vez, Bomfim, teria sido tão original a ponto de ter antecipado teses que viriam a ser desenvolvidas por Gilberto Freyre e Caio Prado. Freyre, aliás, teria retomado as teses sobre capacidade adaptativa e de assimilação do português de maneira torpe. Muitos outros autores desenvolveram teses que já apareciam em *A América Latina*. Bomfim merecia, portanto, a título de fundador da antropologia brasileira³⁷.

Considerar Manoel Bomfim a fundador da antropologia no Brasil significava, para Darcy Ribeiro, encontrar no médico sergipano pontos de comum com sua própria obra. Disso decorreu que o antropólogo de formação se identificou com Bomfim principalmente pela sua capacidade de indignação e de esperança: “sua certeza de que esse é um país viável; (...) sua convicção de que construiremos aqui uma civilização solidária e bela, assim que retirarmos o poder de decisão das mãos das nossas classes dominantes³⁸”. Identificou-

³⁵ Ibidem, p. 11.

³⁶ Ibidem, p. 13.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem, p. 17.

se, ainda, com o papel da educação popular, como força capaz de promover a auto-superação.

Os anos de experiência do regime ditatorial e a expectativa para com o futuro do Brasil levaram Darcy Ribeiro a enxergar em Bomfim traços de continuidade. Em 1984, constituía-se uma “sabedoria engajada, no mesmo tom da de Manoel Bomfim”. O Brasil vivia um momento de luta. Parte da sociedade sentia-se espoliada pelos ricos e desejavam passar as instituições a limpo. Outra parte ou estavam contentes ou resignados. Não havia inocentes; assim como não era inocente, sua leitura de *A América Latina*.

Entre a leitura e apropriação de *A América Latina* realizada por Darcy Ribeiro, sob os auspícios da ditadura militar, e a de Franklin de Oliveira, escrita para a edição de 1993, existem outros pontos em comum. Bomfim teria percebido, antes de muitos outros intelectuais, que o nascimento da nação brasileira se dera sob a égide da espoliação colonial, da exploração do trabalho escravo, do papel tirânico e espoliador do Estado, do atraso português. Enfim: Manoel Bomfim teria tocado nos vícios de nossa formação. E acrescentou: estes males se prolongaram visto que a libertação dos escravos não os alçou à categoria de cidadãos. O Estado, por sua vez, era, ainda nos anos 1990, antidemocrático, tirânico. Bomfim, segundo Franklin de Oliveira, teria pensado o Brasil democraticamente, denunciando a causa de nossa miséria e fome. Se estivesse vivo certamente lutaria contra o FMI e o imperialismo norte-americano. Foi um historiador combatente, um revolucionário³⁹.

O livro de Bomfim é, nesta leitura, alçado a categoria dos clássicos, pois: “grande livro é aquele que a cada releitura revela problemas que deixam escapar à primeira leitura, por mais atento que seja o leitor⁴⁰”. A leitura de Oliveira parece focalizar os anseios de parte da sociedade brasileira que, desde o governo Collor, assistia a efetivação do projeto de abertura de mercado, taxado por muitos de “neo-liberal”, que proporcionou a entrada de produtos estrangeiros no país, seguida de uma série de empréstimos contraídos junto a instituições internacionais de ajuda econômica a países em desenvolvimento.

Ao longo de quase noventa anos entre a primeira e terceira edição, o livro *A América Latina* foi submetido a leituras diversas. Cada uma delas se apropriou do texto de

³⁹ ³⁹ OLIVEIRA, Franklin de. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 27-8.

modo singular, embora guardando algumas permanências. Esquecido entre nos anos 50 e 60, Bomfim começou a ser recuperado no final de 1970. Sussekind e Ventura, em 1981, já haviam notado, com certa perplexidade, que naquele momento o texto de Bomfim parecia revestir-se de uma súbita atualidade no contexto brasileiro⁴¹. Seja como for – esquecido ou elevado ao panteão dos grandes pensadores brasileiros – o certo é que, ao fim deste texto, parece difícil conceber a obra fora da relação com os leitores.

Leituras plurais, instáveis, históricas; realizamos também aqui a nossa.

⁴¹ SUSSEKIND & VENTURA, *Op. Cit.*, p. 3.

ATIVIDADE MERCANTIL E CREDÍCIA: UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Raphael Freitas Santos / Faculdade ASA de Brumadinho
raphaelfsantos@yahoo.com.br

A proposta dessa comunicação é promover um diálogo com a historiografia brasileira que tratou de temas referente às atividades comerciais nas Minas Gerais setecentistas, especialmente no que tange a utilização de atividades creditícias. A historiografia sobre as Minas muito pouco disse, até agora, sobre esse tipo de atividade. Inicialmente os historiadores que se preocuparam com essa questão, viram a utilização do crédito nas trocas comerciais com certo espanto. De acordo com Mafalda Zemella, “as transações nas Gerais, por incrível que pareça, eram mais comumente feitas a crédito do que mediante pagamento à vista”. O espanto se justificaria, ainda segundo palavras da autora, já que “parece estranho que populações que viviam direta ou indireta da extração do ouro, não tivessem esse metal para saldar suas obrigações”. Além disso, essa prática (que, conforme vem demonstrando as pesquisas recentes, era extremamente comum nas transações comerciais) foi analisada apenas como um mecanismo do sistema colonial, responsável por um outro caminho de transferência da riqueza gerada na Colônia, para fora dela. No entanto, esse é somente um trecho do caminho a ser percorrido na comunicação no sentido de uma melhor compreensão desse aspecto da historiografia sobre as Minas, durante o período colonial.

**Caderno de resumo e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Modernidade urbana: apontamentos acerca de uma história social da cidade

Raquel Simão Victoi / Universidade Federal de Goiás
rachelvictoi@hotmail.com

A história urbana pode ser apresentada, em termos gerais, como o estudo dos usos e formas da cidade, um dos debates teóricos da história urbana lida atualmente com as possibilidades, limites e tensões da leitura da cidade que contemple estas duas dimensões, morfológicas e sociais, do fenômeno urbano. Este trabalho se pauta nestas discussões e tem como objetivo refletir sobre alguns parâmetros da tradição de análise urbana estabelecidos no estatuto da “história-problema”. Esforços críticos que aborde as normatizações homogeneizantes e as causalidades circulares conduzidas pelas idéias de urbanização, urbanidade, modernidade e progresso no tratamento da questão urbana desta tradição de análise.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**Capistrano de Abreu (1853-1927):
história e memória da historiografia brasileira ***

Rebeca Gontijo **

Em artigo de 1951, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) traçou um panorama geral da historiografia brasileira na primeira metade do século XX, apontando seus principais nomes e contribuições.¹ Capistrano de Abreu é apresentado como impulsionador de mudanças no âmbito dos estudos históricos, criador de um tipo de “escola” – para usar o termo proposto pelo próprio Holanda, ainda que entre aspas – fundada na pesquisa empírica, no trato das fontes documentais existentes em arquivos. Outra característica dessa “escola” seria a percepção por parte de seu “fundador” de que essas mesmas fontes não falam por si, exigindo do historiador a formulação de perguntas “precisas e bem pensadas”, a fim de dar direção à pesquisa. Além dessas diretrizes inovadoras, Capistrano também teria contribuído para ampliar o campo de interesses dos historiadores ao trabalhar pela divulgação de documentos e proposição de novos temas, capazes de abrir espaço para estudos de história social e econômica e não somente política-administrativa, bélica e genealógica. Direcionando seu olhar para a formação da nacionalidade, ele se empenhara na investigação do povoamento do interior, em detrimento do estudo sobre os acontecimentos que até então ocupavam eminentes pesquisadores, tais como: as guerras holandesas, a Inconfidência ou qualquer outro fato ligado ao Estado ou à ação individual.

* Uma primeira versão deste texto foi publicada nos *Anais do XVIII Encontro Regional de História da ANPUH de São Paulo* (julho de 2006). A presente versão foi revista e ampliada, recebendo novo título.

** Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde desenvolve pesquisa de pós-doutorado, com apoio da bolsa de fixação de pesquisador, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950)”. *Correio da Manhã*. Caderno especial Cultura Brasileira (comemorativo dos cinquenta anos do jornal), 15/06/1951.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Assim como Capistrano, Sérgio Buarque era um notório estudioso do Brasil colonial, autor de *Raízes do Brasil* (1936) e *Monções* (1945), entre outros trabalhos.² No artigo citado, ele reconhece a existência de uma espécie de dívida da historiografia com Capistrano, apontado como precursor de um tipo de pesquisa histórica com a qual era possível dialogar nos anos cinquenta. Esse exercício que aponta um lugar para Capistrano como o maior entre os maiores de seu tempo, também permite deslocá-lo desse mesmo tempo, para situá-lo em um lugar bem próximo daquele ocupado pelo realizador do exercício. Um tipo de elo parece ser estabelecido entre o historiador de 1951 e o historiador do início do século. Capistrano é apresentado como propositor de um tipo de historiografia distinta daquela produzida por seus antecessores e contemporâneos, e bastante próxima daquela que era produzida e/ou idealizada na década de 1950: uma história aberta para o social e o econômico, pouco afeita a indivíduos, datas e fatos, mais preocupada com as coletividades e os processos históricos.

O artigo de Sérgio Buarque pode ser relacionado a um conjunto de interpretações elaboradas de modo mais sistemático a partir dos anos trinta, que, de modo geral, estabeleceram os marcos dessa história, identificando seus principais autores e contribuições.³ O objetivo desta comunicação é propor uma reflexão sobre o modo como a história da disciplina tem sido contada e buscar identificar o lugar atribuído a Capistrano. Assim, talvez seja possível compreender porque um historiador em atividade entre as décadas de 1870 e 1920 é considerado, se não como um par, certamente como uma referência obrigatória para os historiadores da segunda metade do século XX e início do XXI, sendo continuamente lembrado e atualizado.

A primeira vista é possível supor que, se Capistrano foi lembrado por décadas como um referencial, é porque sua obra possui características que autorizam sua constante atualização ao longo do tempo. O conceito de clássico poderia defini-la, se concordarmos com Ítalo Calvino, para quem “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”.⁴ Sendo sempre atual e exemplar, a obra clássica serve para orientar a

² Apenas os trabalhos de Buarque de Holanda publicados até o momento da divulgação de seu artigo sobre a historiografia, em 1951, estão sendo lembrados. Outros de seus livros mais conhecidos são *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*, publicados em 1957 e 1958, respectivamente.

³ De acordo com a tipologia elaborada por Horst Walter Blanke, o artigo de Sérgio Buarque de Holanda pode ser incluído entre os balanços gerais, um dos dez tipos de história da historiografia identificados pelo autor. Tais balanços contêm “visões panorâmicas do estado das pesquisas com intenção de graduar historiadores ou classificá-los em campos específicos, de tal forma que só em um sentido estrito podem ser considerados história da historiografia”. Segundo Blanke, tais quadros gerais, mesmo não podendo ser considerados como histórias da matéria, são obras preliminares para as mesmas. Ver BLANKE, Horst Walter. “Para uma nova história da historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Contexto, 2006, p. 30.

⁴ CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p.11.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

produção de obras novas, estabelecendo a ligação entre passado, presente e futuro.⁵ Contudo, a atribuição do título de clássico a uma obra é algo que ocorre em um momento distinto daquele em que ela foi produzida. Ou seja, trata-se de uma operação intelectual baseada na distância histórica em relação ao período em que a obra foi elaborada. Por princípio, essa distância autoriza a afirmação de que tal obra atravessou o tempo, mantendo sua atualidade, por ser portadora de uma norma definida como clássica. Sua avaliação baseia-se na identificação dessa norma, que é criada e reafirmada continuamente.⁶ Isso indica que a apresentação de algo como clássico pode dizer muito sobre aqueles que o apresentam, bem como sobre o campo intelectual em que atuam.

Note-se aqui a semelhança entre as operações que rotulam uma obra como clássica e aquelas que comemoram algo ou alguém. Assim como o ato comemorativo almeja extrair um tipo de valor simbólico daquilo que é comemorado, a operação intelectual que atribui o valor de clássico também pretende identificar e valorizar determinadas características, no caso, de uma obra, perpetuando-a e celebrando-a. Ambas as operações, a de comemorar e a de “classicizar”, contribuem para a consolidação dos elos entre os vivos e entre os vivos e os mortos, mobilizando os indivíduos em torno de imperativos e valores coletivos. Nesse sentido, são operações memorialísticas fundamentais para a construção de tradições.⁷

Compreender o processo de construção da memória sobre Capistrano é útil a uma reflexão sobre a história da história, que além de ater-se a problemas teórico-metodológicos, deseja trazer à tona o que foi chamado de “pequeno mundo” dos historiadores, com suas formas de consagração e exclusão.⁸ Mais exatamente, essa comunicação visa contribuir para explicitar aquilo que pode ser definido como a “economia da glória”, desenvolvida a partir de operações memorialísticas em torno de determinados autores e obras. A hipótese é a de que essas operações envolvem, pelo menos, dois tipos de “exercícios de legitimação”. O primeiro é individual, pois corresponde aos investimentos feitos pelo próprio historiador a partir de determinadas circunstâncias (ou de um dado campo de possibilidades), assim como, de um certo domínio das opções, por meio das quais é possível constituir a si mesmo como indivíduo e intelectual. O segundo é coletivo, pois resulta da atuação dos pares, admiradores, discípulos,

⁵ ARGAN apud SALLES, Ricardo. “Uma obra clássica”. In: SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002, p. 205, nota 260.

⁶ SALLES, “Uma obra clássica”, op. cit., p.181-246.

⁷ Para ajudar nessa reflexão, são úteis os trabalhos de: ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro, Rocco-Funarte, 1996; CATROGA, Fernando. “Ritualização da história”. In: ____; TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado. *História da História em Portugal*. S.l., Temas & Debates, [1998], p. 339-348; HEINICH, Nathalie. *La gloire de Van Gogh – essai d’anthropologie de l’admiration*. Paris, Minuit, 1991; e HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

⁸ Ver GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

biógrafos e intérpretes do historiador, no sentido de situá-lo em relação a uma dada tradição intelectual.⁹ Apenas esse segundo exercício é explorado aqui.

Capistrano elaborou discursos sobre si, através de sua expressiva correspondência. Também foi alvo de um considerável volume de estudos e discursos, difundidos por meios diversos: necrológios, artigos, resenhas, biografias, sonetos, retratos, charges, fotografias, dissertações e teses, produzidos e reproduzidos ao longo de décadas. Além disso, há todo um conjunto de comentários, anedotas e pequenos casos que ajudaram a compor a memória sobre o historiador.

Ao analisar essa produção memorialística, cinco realizações principais são consideradas: 1) a produção de necrológios e artigos no momento imediatamente após sua morte, em 13 de agosto de 1927; 2) a criação da Sociedade Capistrano de Abreu, em setembro do mesmo ano; 3) a organização de um rol de historiadores nacionais, nos anos 1940, ou seja, durante o Estado Novo (1937-1945); 4) a comemoração do I Centenário de Nascimento do historiador, em 1953; e 5) a elaboração de biografias, entre as décadas de 1930 e 1960. Supostamente, tais empreendimentos além de contribuir para consolidar o nome e a obra de Capistrano, também favoreceram a construção de uma história da história, na qual o historiador é situado como uma espécie de “pai fundador” ou um “descobridor” da moderna historiografia.

De modo resumido, observa-se que os discursos (necrológios e artigos) produzidos imediatamente após a morte de Capistrano, em 13 de agosto de 1927, procuraram identificá-lo como um intelectual capaz de transitar entre dois universos distintos, mas complementares: a barbárie e a civilização. Recordando sua origem interiorana e afirmando determinadas características físicas e psicológicas do homenageado, visto como um legítimo descendente de tribos ancestrais, constrói-se a imagem de um sertanejo, alguém que possuía as qualidades e defeitos do homem do interior, local onde, supostamente, estaria o cerne do “verdadeiro” Brasil. Ao mesmo tempo, tais discursos corroboraram a imagem de Capistrano como um intelectual erudito, polígrafo e poliglota, cuja vida foi dedicada ao estudo da formação da nacionalidade. Surge, assim, a figura do “historiador sertanejo”, representação de uma intelectualidade que se quer culta e civilizada e, ao mesmo tempo, próxima do sertão não civilizado. Um “homem de letras” cuja coragem, tenacidade e persistência permitira desbravar o passado, abrindo caminho para outros descobridores. Uma figura referencial para a intelectualidade dedicada ao estudo do Brasil, que podia então, através de seu exemplo, exorcizar as críticas que recebia devido aos seus referenciais europeus, sobretudo franceses.

⁹ GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Departamento de História, 2006. Tese de Doutorado em História. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Supostamente, Capistrano materializou – por seu comportamento, suas origens e estudos – um modelo de intelectual capaz de abarcar o sertão e a cidade, que, assim como o “pequeno mundo” dos intelectuais, era associada a um ideal de civilidade. Esse historiador “sertanejo” seria uma espécie de mediador entre os mundos da civilização e da barbárie, por possuir aquilo que então era esperado de um historiador: erudição, cultura geral, informações originais, “habilidade de investigação minuciosa, aliada ao método de comparação, dedução e exposição” e, talvez o principal, o “sentimento da terra e da gente” brasileiras.¹⁰ Identificado como descendente de tribos ancestrais, Capistrano teria sido salvo da “barbárie” pela erudição, sendo transformado em paradigma do historiador, um narrador munido com “flechas” transformadas em instrumentos para a escrita; penas “envenenadas” com as quais deixou suas marcas no mundo das letras. Para Coelho Neto, “o livro o purificou da barbárie fazendo-lhe o nome atingir a glória”.¹¹

Pouco após a morte de Capistrano observa-se, também, um movimento no sentido de institucionalizar seu culto, através da criação de um grêmio: a Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969), cujos objetivos principais eram guardar e conservar sua biblioteca e seu arquivo documental; promover a publicação de seus trabalhos inéditos, incluindo sua correspondência; e reeditar suas obras. Essa “sociedade dos bons amigos” ambicionava trabalhar “para melhor se conhecer o Brasil”. Seus membros possuíam em comum o fato de participar do aparelho de Estado antes e durante o Estado Novo, desempenhando papéis relevantes na produção cultural, através do lançamento de revistas e livros; da organização de projetos editoriais; e da atuação em instituições ligadas à educação e à cultura, inclusive nas universidades criadas a partir de 1934. Sendo assim, procuraram construir uma instituição representativa do “Brasil estudioso”. Sobretudo, parecem ter se empenhado em deixar uma marca no campo editorial, compreendendo que o apoio a publicações correspondia a uma espécie de missão, menos capaz de gerar lucro financeiro do que angariar capital intelectual e político. Além do apoio a publicações, observa-se o investimento do grêmio na construção de um local de culto a Capistrano, que deveria servir como centro de referência para os estudos sobre o Brasil. Uma espécie de mística foi elaborada em torno da casa onde ele viveu e morreu, que nas recordações aparece como “uma cela monástica” ou um “porão escuro” e empoeirado, repleto de livros, jornais e documentos, além da rede cearense, objeto freqüentemente associado ao historiador, que remete a sua origem nordestina e a sua suposta e valorizada ancestralidade indígena. Um “quarto de estudante”, conforme a visão de Paulo Prado, um dos fundadores do grêmio. Imagem adequada à memória de um intelectual a ser lembrado como uma espécie de

¹⁰ ALENCAR, Mário de. Sobre um livro de Capistrano. *Jornal do Comércio*, 25/10/07.

¹¹ COELHO NETO, Henrique. Redimido. *Jornal do Brasil*, 21/08/1927.

mestre que é um eterno aprendiz, devido a sua capacidade de leitura e interesse pela pesquisa. Devido ao fervor com que se dedicavam à memória de Capistrano, os sócios mais eminentes ficaram conhecidos como “viúvas de Capistrano”.¹²

Ao longo dos anos 1930, o culto a Capistrano de Abreu se ampliou através de homenagens, que iam além da Sociedade erigida em seu nome. Por exemplo, em 1937 – dez anos depois de seu falecimento – o historiador francês Henri Hauser publicou um artigo sobre a historiografia brasileira, onde elogiou as qualidades de Capistrano, identificando-o como um “grande historiador” dotado de espírito crítico e escrita elegante.¹³ Era a suprema consagração: ser reconhecido como um par num cenário internacional de historiadores. Pouco tempo depois, o culto a Capistrano teve novo estímulo. Seu nome passou a integrar o rol de historiadores do Brasil, construído durante o Estado Novo (1937-1945), com objetivo de orientar o conhecimento do passado, de modo a criar a expectativa de um futuro glorioso para o país. O Estado Novo pode ser considerado como um marco divisório na organização da cultura nacional. Parte da política cultural desenvolvida no período foi dedicada à construção daquilo que Ângela de Castro Gomes identificou como uma “cultura histórica”, que concedeu um lugar de destaque à história como forma de conhecimento do social.¹⁴

Examinando um dos principais meios de divulgação do ideário estado-novista, o suplemento literário *Autores & Livros*, do jornal *A Manhã*, constata-se que Capistrano de Abreu é tido como uma figura referencial, com a história da história no Brasil se dividindo em antes e depois de seu nome. No período em questão, Capistrano de Abreu foi incluído pela primeira vez em uma espécie de rol oficial dos grandes historiadores nacionais. A possibilidade de existência desse rol deriva das mutações da historiografia ocorridas nas décadas anteriores, de modo que, a partir dos anos 1920, a história já podia ser vista como um “campo de estudos” distinto da prosa de ficção e dos chamados “estudos político-sociais”. Trata-se de “um saber delimitado num campo intelectual maior”, produzido por um tipo específico de especialista, capaz de articular um método científico, um objeto e um tipo particular de escrita. A existência desse “campo de estudos” ainda não permitia configurar uma disciplina ensinável nos moldes que seriam propostos pelas faculdades de filosofia, criadas após a reforma de Francisco Campos, em 1931. No entanto, parece ter sido suficiente

¹² PEIXOTO, Afrânio. Capistrano de Abreu, humorista. *A Manhã*. Suplemento literário *Autores & Livros*, ano 10, vol. VI, n. 5, 06/02/1944, p. 71.

¹³ HAUSER, Henri. Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil. *Revue Historique*, jan./mar. 1937, t. 181, fasc. 1, p. 89. Hauser participou da missão de professores estrangeiros que lecionou na Universidade do Distrito Federal, criada e extinta na década de 1920.

¹⁴ GOMES, op. cit., p. 208.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

para estimular a formação de redes de pesquisadores da história, de modo a consolidar uma tradição distinta daquela que prevalecia desde o século XIX.¹⁵

Seguindo as palavras dos analistas de *Autores & Livros*, Capistrano foi um “arqueólogo da história”¹⁶ dotado de grande erudição, que escolhia novos temas e revisava os antigos. Sua diferença em relação a outros estudiosos da história aparece relacionada a duas dimensões, mencionadas por Humberto de Campos e apontadas por Castro Gomes: “o faro da verdade” e “o processo de convencer”. Capistrano era um pesquisador de arquivos, fato que ajuda a distingui-lo dos ficcionistas e pesquisadores guiados pela imaginação. Considerando os arquivos como uma espécie de selva e a pesquisa histórica como uma atividade semelhante à do rastreador ou, mais exatamente, do índio capaz de embrenhar-se no mato guiando-se pelos rumores da natureza, Campos argumenta que o historiador em questão tinha o “faro da verdade”. Esse “faro” derivaria de qualidades natas – relativas à capacidade intuitiva ou “adivinhatória” do investigador – e, também, da posse de um instrumental adequado à análise dos documentos. O “faro da verdade” de Capistrano também seria fruto da inteligência e de treinamento, revelado através de sua notória capacidade de argumentar e convencer.¹⁷ Capistrano representaria um novo tipo de historiador, que teria emergido a partir das seguintes mutações: 1) a valorização da presença do próprio historiador como testemunha que toma parte nos acontecimentos que narra, ou seja, o historiador passou a ser visto como um ator-ator, não sendo observadas objeções quanto à integração entre memória e história no texto produzido; 2) a defesa do uso de uma grande variedade de documentos, dos escritos oficiais aos documentos “pessoais” (não-oficiais) e visuais; 3) a abertura para uma história social, ainda que a história política ocupe o centro da produção historiográfica; 4) a visão do historiador como um escritor erudito, que deve dominar a língua e ter estilo próprio, de modo a construir narrativas que não sejam simples cronologias ou listas de nomes, datas e acontecimentos; 5) a qualificação dos historiadores como “modernos” (por oposição aos “tradicionais”), em função do interesse pelo sentido processual dos fatos.

Algum tempo depois, um empreendimento de maior vulto teria lugar no processo de consolidação do nome e da obra de Capistrano: a comemoração do I Centenário de Nascimento do historiador, em 1953. Um dos principais eventos organizados em função dessa comemoração foi o Curso Capistrano de Abreu, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ao longo dos trabalhos observa-se o empenho em apresentar o homenageado como alguém sem precedentes e sem par, definindo-se as linhas mestras para a leitura do homem e

¹⁵ *Ibidem*, p. 90.

¹⁶ RIBEIRO, João. O Descobrimento do Brasil. In: _____. *Obras – Crítica*, vol. VI: Historiadores. Organização de Múcio Leão. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961, p. 86. Originalmente publicado no *Jornal do Brasil*, 01/01/1930 e reproduzido no suplemento literário *Autores & Livros*, do jornal *A Manhã*, de 1944.

¹⁷ GOMES, op. cit., p. 92; CAMPOS, op. cit., p. 74.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

da obra, através da construção de um perfil, que engloba tanto o corpo e a personalidade, como os projetos, as idéias, as realizações e os marcos da trajetória tidos como os mais importantes. Ao fim e ao cabo, o evento definiu o legado de Capistrano, que pode ser relacionado a duas dimensões: a da construção da história enquanto campo de conhecimento e a da construção da própria nacionalidade, com seus elementos representativos, entre os quais alguns intelectuais podem estar situados, em função de sua suposta e desejada capacidade de interpretar a nação. Assim, o Curso Capistrano de Abreu pode ser visto como um acontecimento comemorativo que foi capaz de transformar o homenageado em uma espécie de patrimônio da cultura brasileira e da história da história, em particular.

As biografias de Capistrano contribuíram ainda mais para consolidar o consenso em torno de seu nome e obra. A memória biográfica erigida sobre Capistrano pode ser vista como um dos vetores fundamentais da “transformação” do historiador em autêntico símbolo da historiografia e da cultura nacionais. Resumidamente, é possível identificar dois eixos principais, que fundamentam as biografias de Capistrano. O primeiro eixo está relacionado ao homem enquanto ser moral. Assim, as narrativas biográficas procuram caracterizar a modéstia de Capistrano, exemplificando-a através de pequenos casos contados por seus contemporâneos. O biografado é caracterizado por alguns, como um “beneditino das letras”, abnegado, avesso a vaidades e convenções sociais. Completando essa compreensão do homem, está a idéia de alguém que “fez” a si próprio, um autodidata, que pelo exercício da vontade conduziu seu aprendizado, com o auxílio de características natas. Trata-se de um legítimo sertanejo, descendente de tribos indígenas. Essa interpretação sustenta uma narrativa, que, por vezes, adquire tom épico, quando se afirma que o biografado teria superado grandes dificuldades ao longo da vida até conquistar o reconhecimento que, supostamente, lhe era devido. Às vezes, observa-se a conjunção entre dois fatores: a vontade individual e o destino manifesto já na infância.

O segundo eixo diz respeito ao Capistrano intelectual-erudito, apresentado como um leitor apaixonado desde criança, um pesquisador insaciável, que falava várias línguas, do alemão ao caxinauá, e que dominava as principais teorias sociais de seu tempo, assim como, conhecia a historiografia e boa parte das fontes documentais sobre o Brasil. Esse eixo apresenta duas variações freqüentemente associadas. Uma delas mostra o Capistrano estudioso do Brasil, que, devido a suas origens sertanejas e suposta ascendência indígena, estaria mais próximo da realidade nacional, do “verdadeiro” conhecimento do país. Capistrano surge, assim, como um intelectual que é um autêntico símbolo da brasilidade. A outra, diz respeito ao Capistrano enquanto estudioso da história. Ao longo do tempo, a imagem de polígrafo foi dando lugar à de um historiador formado pela prática da pesquisa em

arquivos, habilitado pelo trato com as fontes documentais, culminando com a caracterização de um historiador atento aos métodos de pesquisa e estilos de narrativa da moderna historiografia.¹⁸

A geração posterior a Capistrano, que participou da organização dos primeiros cursos universitários no Brasil, contribuiu para a construção da história-memória da disciplina, elegendo figuras-referenciais a serem lembradas e, também, esquecidas. A partir da década de 1940 é possível identificar certo esforço no sentido de compor uma história da história no Brasil, no mesmo momento em que os primeiros frutos das faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas nos anos 1930, começaram a ser colhidos. Isso, provavelmente, fez surgir a necessidade de estabelecer uma história da disciplina capaz de situar a produção universitária de estudos históricos em relação à anterior. O nome de Capistrano manteve-se vivo para essa geração, apesar de uma progressiva rejeição da produção literária, científica e intelectual anterior à década de 1930. Essa rejeição colocou a produção dos “homens de letras” da virada do século, entre eles, Capistrano, sob suspeita de deficiências ou incompletudes.¹⁹ Na história da história desde então consagrada, a década de 1930 surge como um divisor de águas. A obra de Capistrano é valorizada por estabelecer uma espécie de ponte entre a historiografia das primeiras décadas do século XX (caracterizada pela continuidade em relação à historiografia oitocentista) e a historiografia identificada como “nova”, cujos marcos referenciais seriam as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, publicadas a partir dos anos 1930 e 40.

Cabe destacar o papel fundamental de José Honório Rodrigues (1913-1987), que revisou a historiografia anterior a 1930, apontando suas principais contribuições e estabelecendo as linhas mestras para a leitura da produção de Capistrano.²⁰ Diante de um

¹⁸ As biografias analisadas são: NASCIMENTO, Alba Canizares. *Capistrano de Abreu: o homem e a obra*. Primeiro ensaio crítico-biográfico. Rio de Janeiro, Briguiet, 1931; MATOS, Pedro Gomes de. *Capistrano de Abreu, Vida e Obra do Grande Historiador*. Edição do Centenário. Fortaleza, A. Batista Fontennele Editora, 1953; VIANNA, Hélio. *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*. SI, Ministério da Educação e Cultura, 1953; MENEZES, Raimundo de. *Capistrano de Abreu: Um homem que estudou*. São Paulo, Melhoramentos, 1956; CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Prefácio de Djacir Menezes. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1969.

¹⁹ Sobre a progressiva desvalorização da produção intelectual anterior aos anos 1930, ver, por exemplo: GOMES, Ângela de Castro. “Política: história, ciência, cultura, etc.”. *Estudos Históricos – Dossiê Historiografia*. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 17, 1996, p.59-84; LUCA, Tânia Regina de. “República Velha: temas, interpretações, abordagens”. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia Regina Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba, SP: Unimep, 2003, p. 33-51.

²⁰ Sobre José Honório Rodrigues e seu papel na construção de uma história da história no Brasil, ver: GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 1976; IGLÉSIAS, Francisco. “José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 55-78; MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Rio de Janeiro, PUC – Dep. de História, dissertação de mestrado, 2000; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.)”. Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

exemplo de erudito, que em vida era considerado como o maior historiador do país, mas cuja produção era bastante dispersa – a ponto do historiador carregar a pecha de não ter escrito, efetivamente, uma história do Brasil – José Honório tomou para si a tarefa de organizar-lhe a obra a ser lida e lembrada como um marco da história da história. Sobretudo, é possível dizer que José Honório construiu uma história da história, garantindo a Capistrano o papel de precursor de um tipo de historiografia com a qual as gerações pós-1930 poderiam se identificar. Desse modo, contribuiu para transformar Capistrano em uma figura exemplar de historiador, dotando-o de uma obra historiográfica e afirmando que tal historiador havia iniciado uma “historiografia nova”, tendo sido capaz de inspirar os estudiosos de sua própria época, assim como poderia orientar os historiadores do presente e do futuro.

Ao fim e ao cabo, é possível afirmar que a construção da história da história no Brasil não se manteve imune ao trabalho da memória, que favorece o culto, a mitificação, enfim, a construção de monumentos em honra de autores e obras. Essa afirmação, longe de querer desmerecer a obra de Capistrano ou as interpretações sobre a mesma, deseja dar lugar a uma reflexão sobre a história da história que considere a historiografia (compreendida aqui como escrita da história) enquanto uma operação desenvolvida em meio à análise crítica, à memória, ao esquecimento e às expectativas de diferentes tipos de intérpretes, entre os quais, os historiadores, sendo sempre guiada pelas demandas e circunstâncias de uma dada conjuntura.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A História em Duas Tavernas: Representações do passado em *The Pioneers* (1823) de James Fenimore Cooper e *As Minas de Prata* (1863-5) de José de Alencar

Renata Dal Sasso Freitas*

Em 1823, James Fenimore Cooper publicava seu segundo romance de sucesso nos Estados Unidos, propondo-se a retratar a vida na fronteira norte-americana no final do século XVIII. Cooper, um oficial da marinha americana reformado e proprietário de terras que sofria com dificuldades financeiras, fez de *The Pioneers*¹ a primeira obra literária a tratar da temática da fronteira norte-americana, em um esforço – consciente ou não – para tornar a literatura estadunidense independente da britânica. Ele mesmo havia publicado, em 1820, *Precaution*² - um romance nos moldes dos da romancista inglesa Jane Austen -, que fracassou editorialmente, mas que não desestimulou a nova empreitada de Cooper. Um ano depois, supostamente inspirado em relatos do ex-governador do estado de Nova York, John Jay³, Cooper publicou *The Spy*⁴. Tal obra atingiu algum sucesso literário, de modo que se criou uma expectativa acerca de *The Pioneers*, que teve inclusive um trecho publicado previamente como uma espécie de *teaser*. Ao meio-dia do seu dia de lançamento, o romance de Cooper havia vendido 3.500 cópias⁵.

Embalado com seu novo ofício, Cooper assumiu como missão criar uma literatura autenticamente norte-americana, escrevendo sobre diversas temáticas tanto do passado como do presente do país. No entanto, os romances pelos quais ele é mais lembrado ainda são os da série inaugurada com *The Pioneers*, chamada *The Leatherstocking Tales*⁶, que

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ “Os Pioneiros” (trad. minha)

² “Precaução” (trad. minha)

³ KLIGERMAN, Jack. Notes on Cooper's debt to John Jay. *American Literature: a Journal of Literary History, Criticism and Bibliography*. Vol. 41, nº 3, Nov. 1969, p.415-419.

⁴ “O Espião” (trad. minha)

⁵ RAYLTON, Stephen. **Fenimore Cooper**. A study of his life and imagination. Princeton: Princeton University Press, 1978. p. 34.

⁶ “Os Contos de Leatherstocking”. *Leatherstocking* é uma palavra cuja tradução literal é “meias de couro”, usada para denominar os caçadores de peles típicos do início da ocupação europeia na América do Norte, que Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

publicados entre 1823 e 1841, tratam das aventuras do caçador de peles Nathaniel Bumppo. Não apenas atingindo sucesso nos Estados Unidos, os romances de Cooper foram lançados na Europa – onde ele viveu durante alguns anos que foram definitivos para sua carreira -, e lançaram as bases para uma nova literatura nos Estados Unidos, mais tarde chamada de *western*.

De maneira semelhante, cerca de trinta anos depois, José Martiniano de Alencar, advogado e jornalista, filho de um ex-governador da província do Ceará, começava a publicar em folhetim *O Guarani*, romance ambientado no Rio de Janeiro em 1604, tratando da saga de D. Antônio de Mariz e sua família em meio aos bandeirantes e aos indígenas na região. *O Guarani*, no entanto, não se tratava apenas de um mero folhetim destinado a divertir as moças da elite carioca. Era a resposta de Alencar para uma polêmica que iniciara um ano antes, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em que criticava o poema *A Confederação dos Tamoios*, encomendado pelo imperador D. Pedro II ao poeta e filósofo Domingos José Gonçalves de Magalhães e que envolveu o próprio imperador e o romancista português Alexandre Herculano. Alencar considerava tanto a linguagem como a forma – ou seja, a poesia épica - como inadequados para retratar a gênese do Brasil, propondo que se adotasse a prosa de ficção, assim como outro retrato do indígena, e se inserisse heroínas na saga⁷. Assim como Cooper, Alencar também se propôs a desenvolver uma literatura que fizesse um retrato tanto do passado como do presente do Império Brasileiro e, portanto, original.

Esta comunicação faz parte da minha dissertação de mestrado, atualmente em andamento, que busca comparar estes dois romancistas à luz da historiografia, ou seja, considerando seus romances *representações do passado*, acepção desenvolvida por Stephen Bann. Já que os romances analisados foram escritos e publicados no contexto de formação do Estado-nacional na América, parte-se do pressuposto que além do desenvolvimento de instituições ligadas ao Estado, também se fazia necessário pensar uma História e uma Literatura nacionais - preocupação esta que estando voltada essencialmente para o passado

usavam as ditas meias. Além de *The Pioneers*, os *Leatherstocking Tales* contém *The Last of the Mohicans* (O Último dos Moicanos), *The Prairie* (A Pradaria), *The Pathfinder* (O Batedor) e *The Deerslayer* (O Caçador de Cervos). Todas as traduções são minhas exceto *O Último dos Moicanos* que tem tradução recente para o português.

⁷ CASTELLO, José Aderaldo (org.) **A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”**. São Paulo: Seção de Publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953. pp. 30-47. Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

e representações deste, encontra-se na origem da própria História como disciplina. Isso, de acordo com Bann, justifica o estudo da literatura, dos museus, da arte pictórica, e de outras representações do passado do período, que compreende o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX, sob um ponto de vista historiográfico⁸. No caso, aqui serão analisados os romances *The Pioneers* de Cooper e *As Minas de Prata*, de José de Alencar, obra inicialmente encomendada ao autor por Quintino Bocaiúva, para uma coletânea chamada *Biblioteca Brasileira*. Os primeiros dezenove capítulos foram publicados em 1863, em um primeiro tomo. O restante do romance seria publicado entre 1865 e 1866, em seis volumes ao todo, pela editora Garnier.

Em um primeiro momento, a comparação destes dois romances em especial pode parecer inusitada. A obra de Cooper, cujo subtítulo é “*a descriptive tale*”⁹ trata de narrar os acontecimentos de uma cidadezinha no interior do Estado de Nova York no ano de 1793, quando seu fundador e maior autoridade, o juiz Marmaduke Temple volta da cidade trazendo sua única filha Elizabeth, encontrando ao chegar em suas terras o caçador de setenta anos Nathaniel Bumppo, chamado de Leatherstocking, e um jovem desconhecido chamado Oliver Edwards, a quem o juiz inadvertidamente fere ao tentar matar um veado, e o acolhe em sua casa. Por sua vez, os três volumes escritos por Alencar trazem um retrato da cidade de Salvador no ano de 1609, quando da chegada do governador-geral D. Diogo de Menezes. Estácio Correia, filho de Robério Dias, que teve seus bens tomados pelo Estado e sua família empobrecida ao se dizer descobridor de umas minas de prata, recebe, na mesma ocasião, uma carta de D. Diogo de Mariz dizendo que se apresentasse para receber o roteiro de seu pai, o que lhe daria a possibilidade de reabilitar o nome da família e fazer fortuna.

Apesar de seus enredos não coincidirem, os dois romances trazem amplas descrições de costumes e rituais locais, incluindo controvérsias relacionadas à religião: no caso de Cooper, a questão dos múltiplos protestantismos que tornavam a construção de uma simples igreja na cidade um problema; no de Alencar, a questão dos jesuítas junto à comunidade de proprietários de engenhos que desejavam escravizar indígenas, sem contar uma população de judeus descontentes com sua situação. Além disso, ambos os romances

⁸ BANN, Stephen. **The Clothing of Clio**: A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. pp. 3-5.

⁹ “uma história descritiva” (trad. minha)

Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

contam com uma gama de personagens que claramente visam representar os tipos da sociedade da época. Ademais, a estrutura das obras é semelhante: primeiro há a descrição do contexto em que a ação se passa de forma detalhada, com referências no corpo do texto ou em notas, para depois a narrativa se transformar em um romance de aventura nos moldes do romance romântico do escocês Walter Scott. O que interessa aqui, no entanto, é como há a articulação dessas convenções européias com narrativas produzidas na América para que o passado de ambas as nações possa ser representado e assim determinado.

O historiador norte-americano Richard Slotkin, ao tratar da construção do “mito da fronteira” nos Estados Unidos, o que compreende entender como esse conceito se tornou uma chave explicativa da historiografia norte-americana a partir do final do século XIX, abordou os três primeiros romances da série *The Leatherstocking Tales* de Cooper. Resumidamente, pode-se dizer que Slotkin conclui que Cooper formalizou dois tipos de narrativa essencialmente norte-americanos em romances de convenções européias: as narrativas de cativo, produzidas principalmente por mulheres a partir do século XVII, e os relatos de caçadores, que ganham força com a figura do pioneiro Daniel Boone no final do século XVIII¹⁰. Contudo, apesar de apresentar uma chave de leitura interessante e essencial para os demais romances da série, em primeiro lugar não abordamos aqui os romances de Cooper como formadores de um mito, concordando com a leitura de Jane Tompkins de que eles devem ser vistos pelo que realmente eram: romances de aventura aos moldes da literatura romântica do período, cujos artifícios Cooper inclusive lançava mão para torná-los mais atraentes ao público por motivos estritamente financeiros, como é o caso dos dois últimos romances da série, *The Pathfinder* e *The Deerslayer*. Além disso, o cativo indígena não é um dos temas tratados pelo autor em *The Pioneers*, nos sendo útil somente a questão dos relatos de caçadores, mais especificamente, a chamada *Boone literature*, como tratada por Daniel J. Herman¹¹.

¹⁰ SLOTKIN, Richard. **The Fatal Environment: The Myth of the Frontier in the Age of Industrialization 1800-1890**. Norman: University of Oklahoma Press, 1998. p. 86.

¹¹ HERMAN, Daniel J. The Other Daniel Boone: The Nascence of a Middle-Class Hunter Hero, 1784-1860. *Journal of the Early Republic*, Vol. 18, n° 3, Autumn 1998. pp. 429-457. Daniel Boone era um pioneiro que foi imortalizado em diversos relatos, sendo o primeiro publicado no ano de 1784. Os relatos de caçadores como abordados por Slotkin são considerados essência da construção do “mito do caçador”. Herman, ocupando-se somente do caso de Boone, o considera o primeiro herói de massas proveniente da classe média. Na visão de Herman, muito mais do que ser apelativo e idealizado por aqueles que moravam na fronteira, eram os jovens das cidades, que fizeram parte do que é chamado de *market revolution* (revolução do Flávio Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Além da gama de relatos de caçadores produzidos até o momento em que Cooper escreve, nos valem da leitura de E. Arthur Robinson a respeito da noção de “conservação” em *The Pioneers*, na qual o autor analisa o romance de Cooper contraposto a outros documentos que se mostram passíveis de ter sido usados como fonte, o que pode ser averiguado a partir das semelhanças de descrições contidas nesses relatos e no romance. Entre esses documentos consta um livro publicado pelo próprio pai de Cooper sobre a região que ele povoara: *A Guide in the Wilderness; or the History of the First Settlement in the Western Counties of New York, with Useful Instructions to Future Settlers. In a Series of Letters Addressed by Judge Cooper of Coopers-Town, to William Sampson, Barrister, of New York*¹², volume publicado em 1810, em Dublin¹³. Dele Cooper se vale de uma série de acontecimentos e costumes descritos ao longo do romance, o que será analisado mais adiante.

Para o caso brasileiro, Flora Sussekind, ao se debruçar sobre a formação do narrador de prosa de ficção brasileiro no século XIX, verifica que esse narrador é formado por seus autores a partir de relatos de viajantes naturalistas¹⁴. No caso de Alencar, a autora verifica uma mudança com relação a essa prática, na medida em que se recua no tempo tanto na narrativa quanto nos relatos: enquanto os primeiros romances e contos publicados no Brasil sobre a realidade brasileira precisavam demarcar as diferenças do país com relação aos outros países usando esse tipo de narrativa, Alencar se volta para os relatos dos séculos XVI e XVII. O objetivo do romancista era além de demarcar a natureza brasileira em sua originalidade e também esboçá-la em suas origens¹⁵. Assim sendo, para *As Minas de Prata*, Alencar vale-se dos relatos de Gabriel Soares de Sousa – os quais já tinha referenciado em *O Guarani* –, e Fernão Cardim. Também vale-se da *Historia da America Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta e novamente dos *Anais do Rio de Janeiro* compilados por B. Da Silva Lisboa. O uso dessas referências são verificadas a partir das notas de rodapé que a

mercado), em que se iniciou o fenômeno da especulação financeira dos Estados Unidos e que forjou a idéia do homem auto-suficiente e individualista, o chamado *self-made man*.

¹² “Um Guia para a Natureza; ou a História do Primeiro Povoado dos Condados do Oeste de Nova York, com úteis instruções para futuros povoadores. Em uma série de cartas enviadas pelo Juiz Cooper de Coopers-Town, para William Sampson, Barrister, Nova York.” (trad. minha)

¹³ ROBINSON, E. Arthur. Conservation in Cooper’s *The Pioneers*. PMLA, Vol. 82, nº 7, December 1967. pp. 564-578.

¹⁴ SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 20.

¹⁵ Id., *ibid.*, pp. 190-193.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

primeira edição do romance, de 1863, continha e que foram compiladas por Valéria De Marco como anexo de sua tese de doutorado. Essas notas foram retiradas quando da publicação dos romances pela Garnier, embora algumas referências a Gabriel Soares e Fernão Cardim ainda estejam presentes no corpo do texto¹⁶.

No entanto, ao tratar da questão da história das minas de prata que norteia o romance, o historiador Pedro Calmon verifica que além de Rocha Pitta e dos *Anais*, Alencar tinha à mão um manuscrito publicado na *Revista do Instituto Histórico* (IHGB) achado na Biblioteca Pública por Manuel Ferreira Lages e que por ele foi oferecido a Januário da Cunha Barbosa:

“Êste [Januário da Cunha Barbosa] o fêz preceder do que diz Sebastião da Rocha Pitta sobre Robério Dias, com a observação, de que não duvidava que fôsse o ‘desejado manuscrito’ que lhe esclareceria o episódio [das minas de prata]. Intitulava-se ‘Relação histórica de uma cidade oculta...’, vista por alguém que era ‘mestre de cam...’ (ilegível o documento nalgumas palavras essenciais), que, ‘dêste sertão da Bahia e dos rios Paraguaçu, Una’ o comunicou um a um amigo do Rio de Janeiro, em 1754; há dez anos palmilhava os desertos atrás das ‘decantadas minas de prata do grande descobridor Moribeca’.”¹⁷

É importante considerar, no entanto, que além da história das minas de prata já ter norteado *O Guarani* – em sua primeira edição, o subtítulo de *As Minas de Prata* era “Continuação de *O Guarani*”, sendo também retirado quando de sua publicação pela Garnier –, tanto o manuscrito publicado, quanto a história de Robério Dias só servem de ponto de partida para Alencar. A produção acerca da existência de uma Potosí no Brasil, a presença de Robério Dias como um “personagem histórico”, fornecem o argumento inicial de Alencar para a escrita de um romance histórico brasileiro aos moldes europeus. Não fazemos, no entanto, leituras dessa obra de Alencar para além do que ela objetivava ser: assim como fazemos com os de Cooper: considerando-o um romance histórico pura e simplesmente, e não parte de uma elaboração mítica do Brasil.

Historicizando a noção de *representação do passado* para tratar da historiografia do início do século XIX, Stephen Bann destaca em primeiro lugar a idéia de uma representação que seja “viva”, o que desde o século XVIII passa principalmente pelo quesito da “cor local”. Tal conceito pauta principalmente a historiografia romântica francesa, que em oposição ao classicismo, considerava a história como tendo um valor

¹⁶ DE MARCO, Valéria. **A Perda das Ilusões**: o romance histórico de José de Alencar. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. pp. 245-248.

¹⁷ CALMON, Pedro. A verdade das minas de prata. In: ALENCAR, José de. **As Minas de Prata**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953. pp. 20-21.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

particular: “*It served, in the simplest terms, as a principle of difference, a panacea against the totalitarian oscillation ‘from the same to the same’*”¹⁸. A geração de historiadores estudada por Bann se viu perturbada pela produção romanesca de Walter Scott, em uma ânsia de separar o que era “imaginação” e “invenção”, por um lado, e os “fatos”, por outro. No entanto, a questão que o autor nos coloca é investigar com que tipo de *representação* que o historiador – ou como no nosso caso, o romancista – tem afinidade¹⁹, lembrando, é claro, que apesar de o cenário intelectual europeu influenciar os dois autores aqui estudados, as concepções de história e de literatura variavam em seus contextos, assim como a própria organização daqueles que se ocupavam de pensá-las.

No caso do Estados Unidos da América, o contexto intelectual da primeira metade do século XIX não tinha definições claras do que devia ser a história, nem a literatura da nação. O próprio início da carreira de Cooper aponta para essa indefinição, já que a escolha por um temática norte-americana só aparece em seu segundo romance. Algumas dicas do que o romancista pensava a respeito de uma literatura essencialmente estadunidense aparecem em um artigo de Thomas Philbrick, no qual são citados alguns textos de crítica escritos tanto pelo próprio Cooper, como por outros autores como James Kirke Paulding. Paulding publicou em 1820 um ensaio intitulado *National Literature*²⁰. Além disso, Philbrick cita uma resenha que Cooper publicou em maio de 1822 acerca do conto *A New England Tale*, escrito por uma Catherine Maria Sedgwick. Nela Cooper cita o escritor britânico Henry Fielding, que caracterizava o romancista como um verdadeiro historiador e que portanto, a literatura norte-americana deveria “[...] *study the characters of communities, the local peculiarities of separate regions, the traits marked by grades of station, and the influence of passions and interests, operating at different periods, and under various events of life.*”²¹

É necessário deixar claro, contudo, que o contexto da historiografia norte-americana no início do século XIX. A produção era dispersa, marcada pelo amadorismo, sem

¹⁸ BANN, Op. Cit., p. 21. “Ela [a história] servia, nos termos mais simples, como um princípio de *diferença*, uma panacéia contra a oscilação totalitária ‘do mesmo para o mesmo’.” (trad. minha)

¹⁹ Id., *ibid.*, pp. 23-24.

²⁰ PHILBRICK, Thomas. Cooper’s *The Pioneers*: Origins and Structure. PMLA, Vol. 79, n° 5, December, 1964. p. 581.

²¹ Id., *ibid.*, p. 580. “[...] estudar os caracteres das comunidades, as peculiaridades locais de regiões separadas, os traços marcados por graus de status, e a influência das paixões e interesses, operando em diferentes períodos e sob vários eventos da vida.” (trad. minha.)

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

diretrizes claras²². Muitos historiadores, principalmente aqueles próximos à metade do século, simplesmente compartilhavam um desejo de experimentar o passado, aspecto salientado por Richard Hofstadter, que também encontra uma ausência de um tratamento nacional para temáticas da história norte-americana, entre elas a própria independência.

*“The first writers of American history after national independence were mainly localists. Their animating subject, of course, was the Revolution – its origin, its vindication, its heroes. But for the most part they wrote about South Carolina or New York or Massachusetts, not about the Revolution as a national phenomenon.”*²³

Assim, as empresa de determinar o passado nos Estados Unidos como nação coube muito mais a romancistas do que historiadores propriamente ditos. Por isso, por mais “realista” que o retrato de Cooper da fronteira em 1793 almeje ser, não existe uma demanda de que ele apresente suas fontes ao longo do relato. As notas de Cooper ao longo do texto são meramente explicativas das condições da época, sendo as únicas que trazem algum argumento de “verdade” são a que precede e a que sucede o relato de um período de fome por parte dos habitantes de Templeton; esta última consistindo apenas na frase *“all this was literally true”*²⁴. Essa nota, inserida no texto possivelmente em uma edição posterior, é a primeira menção ao longo do romance de que os acontecimentos ali relatados referem-se a uma cidade e pessoas que realmente existiram.

Alencar, por sua vez, encontrava-se em um contexto praticamente oposto ao de Cooper, onde as diretrizes de uma história nacional já vinham sendo centralizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Não surpreende o fato de um manuscrito acerca do evento escolhido por Alencar como desencadeador dos acontecimentos do romance ter sido publicado na revista do próprio IHGB, em seu terceiro volume, em 1839. No entanto, diferentemente de seu outro romance considerado histórico,

²² Os esforços de transformar a história em uma disciplina, de unificar os arquivos – os National Archives só foram organizados em 1934 – começaram no final do século XIX. A própria fundação de uma instituição que congregasse os historiadores norte-americanos foi fundada apenas em 1884 e já era composta por profissionais formados em universidades. Ver: HIGHAM, John. **History: professional scholarship in America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983. p. 3

²³ HOFSTADTER, Richard. *The Progressive Historians*. New York: HOLST, 1968. p. 8. “Os primeiros escritores de história americana depois da independência nacional eram em sua maioria localistas. Seu tema mais estimulante era, obviamente, a Revolução – suas origens, suas justificações, sua defesa. Mas em sua maioria, eles escreviam sobre a Carolina do Sul, Nova York ou Massachusetts, e não sobre a revolução como um fenômeno nacional.” (trad. minha)

²⁴ COOPER, James Fenimore. **The Pioneers (or The Sources of the Susquehanna)**. New York: Penguin Books, 1964. pp. 222-224. “Tudo isso é literalmente verdade.” (trad. minha)
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

O Guarani e de *Iracema*, que apresenta um “Argumento Histórico” precendendo a narrativa, Alencar também omite algumas de suas fontes ao longo do romance. Não escapa, no entanto, de se apoiar em Gabriel Soares de Sousa, sobretudo nas descrições de Salvador quando do início do romance, no próprio corpo da narrativa, utilizando citações²⁵. O relato é referenciado inclusive para se tratar da personagem do mestre-de-capela Bartolomeu Pires: “*Mestre Bartolomeu era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conheceu vinte e dois anos antes, deixou notícia dêle e de seu engenho.*”²⁶

Situar a Templeton e a interior do Estado de Nova York e a cidade de Salvador no tempo e no espaço, preenchê-las com personagens verídicos ou representativos de sua população, o que vai desde autoridades máximas como o governador-geral D. Diogo de Menezes e o juiz Marmaduke Temple até o caboclo Martim, a mulata Joaquina e o escravo Lucas, assim como o escravo Agammemnon, o negro livre Brom e o lenhador Billy Kirby são preocupações que percorrem ambos os romances analisados. É importante salientar que no caso dos autores estudados, representar o passado implica necessariamente em estabelecer uma relação com o presente: tratar de como duas beatinhas baianas se comportavam em uma missa implica em afirmar se essa conduta diferia ou não em relação ao Rio de Janeiro do século XIX²⁷. O mesmo pode-se dizer em relação ao tamanho da ocupação do interior de Nova York e como a mesma situação se apresentava em 1823²⁸.

Assim sendo, a história como obtendo valor de diferença se estabelece tanto no aspecto de marcar a originalidade ou a “cor local” da nação historicizada e romanceada, assim como também as rupturas e semelhanças entre seu passado e o presente. É desse modo que os leitores para quem Alencar e Cooper escreviam podiam esperar se identificar ou não com os frequentadores da taverna do Brás Judengo ou da taverna Bold Dragoon.

²⁵ “A Bahia não passava então de uma pequena cidade habitada por cerca de mil e quinhentas almas; mas seus vizinhos eram abastados e gostavam do luxo; havia muitos colonos ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalo e alfaias de casa; alguns tinham o melhor de cinco mil cruzados de renda, e diz Gabriel Soares, ‘tratavam suas pessoas mui honradamente com muitos cavalos, criados e escravos.’” ALENCAR, José de. **As Minas de Prata. Vol. 1.** São Paulo: Melhoramentos, 1964. pp. 9-10.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 167.

²⁷ Id., *ibid.*, pp. 15-25.

²⁸ COOPER, Op. Cit., pp. 13-14.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. **As Minas de Prata. (3 Vols.)** São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BANN, Stephen. **The Clothing of Clio: A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

CALMON, Pedro. A verdade das minas de prata. In: ALENCAR, José de. **As Minas de Prata.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1953.

CASTELLO, José Aderaldo (org.) **A Polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”.** São Paulo: Seção de Publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

COOPER, James Fenimore. **The Pioneers (or The Sources of the Susquehanna).** New York: Penguin Books, 1964.

DE MARCO, Valéria. **A Perda das Ilusões: o romance histórico de José de Alencar.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

HERMAN, Daniel J. The Other Daniel Boone: The Nascence of a Middle-Class Hunter Hero, 1784-1860. *Journal of the Early Republic*, Vol. 18, n° 3, Autumn 1998. pp. 429-457

HIGHAM, John. **History: professional scholarship in America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1983.

HOFSTADTER, Richard. *The Progressive Historians.* New York: HOLST, 1968.

KLIGERMAN, Jack. Notes on Cooper's debt to John Jay. *American Literature: a Journal of Literary History, Criticism and Bibliography.* Vol. 41, n° 3, Nov. 1969, p.415-419.

PHILBRICK, Thomas. Cooper's *The Pioneers*: Origins and Structure. *PMLA*, Vol. 79, n° 5, December, 1964. pp. 579-593.

RAYLTON, Stephen. **Fenimore Cooper.** A study of his life and imagination. Princeton: Princeton University Press, 1978.

ROBINSON, E. Arthur. Conservation in Cooper's *The Pioneers*. *PMLA*, Vol. 82, n° 7, December 1967. pp. 564-578.

SLOTKIN, Richard. **The Fatal Environment: The Myth of the Frontier in the Age of Industrialization 1800-1890.** Norman: University of Oklahoma Press, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Jean-Jacques Rousseau e a construção de uma história hipotética

Renata Barreto de Freitas

O *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* e o *Ensaio sobre a origem das línguas*, de Jean-Jacques Rousseau, são obras que não tratam propriamente da história, mas da natureza em contraposição à história. A premissa do estado de natureza, reconstruída por ilustrações hipotéticas que quase nunca se deixam penetrar por um significado verdadeiramente histórico, é mencionada pelo autor como sendo o ponto de partida de uma análise regressiva e negativa do desenvolvimento da humanidade. Tais ilustrações chegam a ser factuais, mas a temporalidade dos fatos se perde em meio às digressões especulativas de Rousseau. E no meio do caminho entre a história e a natureza, ele recria, a partir de uma filosofia histórica em que a suprema providência divina dirige todas as coisas, a trajetória dos diversos níveis de alheamento da natureza que culminou na instituição da alienação humana.

Rousseau portanto é um crítico da história. Suas idéias indicam um caminho que vai do homem natural ao homem histórico, mas a passagem por este caminho não necessariamente deve ser apreendida em um único sentido. Para levar adiante a crítica aos rumos que acidentalmente conduziram a humanidade até o momento presente, é preciso antes entender a véspera do desenvolvimento histórico como um espaço em suspensão no qual os homens viviam sem saber ainda o que era corrupção. O procedimento descritivo e socialmente crítico que Rousseau faz desta passagem não diz respeito a qualquer restauração de acontecimentos datados ou de fatos, mas sim à mensuração de um distanciamento entre a história e a natureza e à negação desta por aquela. E é exatamente no segundo *Discurso* que o genebrino apresenta-nos sua intenção primordial de construir uma crítica à desigualdade social a partir da compreensão da véspera natural dos subseqüentes séculos de história, que continuamente seguiram até o presente distinguindo os ricos dos pobres, os poderosos dos fracos e os senhores dos escravos. Deste modo, o tema da desigualdade, elevado ao nível dos problemas sociais e políticos mais abrangentes, desperta em Jean-Jacques a necessidade de apreender a abrangência do rumo que percorremos até à sociedade com o objetivo de contrapô-la ao estado de natureza, cujo arremate fará nascer a história como o abrigo da degeneração e da perversão humanas.

É somente por meio de uma descrição presumível que Rousseau nos faz conhecer as condições de existência deste estado. Os primeiros tempos são relatados pelo genebrino não como uma época visível, tampouco evidente, porém cognoscível, de modo que é perfeitamente possível admitir racionalmente a celebração de seu começo. O início natural da existência humana é assim apreciado como uma categoria subjetiva e irreal que dispensa qualquer referência empírica, de maneira que não está referido enfaticamente a qualquer período, acontecimento ou sucessão de tempo. Não é necessário que haja qualquer elucidação propriamente histórica para descrever a vida dos primeiros homens. Jean-Jacques afasta todos os fatos, pois eles não se prendem à questão e acredita que “não se devem considerar as pesquisas como verdades históricas, mas somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais apropriados a esclarecer a natureza das coisas do que a mostrar a verdadeira origem”¹. Como o estado de natureza é o alicerce conceitual inalterável de toda sociedade humana, sua existência é muito mais conjectural e fictícia do que real, pois se constitui apenas como um ambiente – “que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá”² – que serve ao historiador como um juízo ético, exemplar e pressuposto, a partir do qual ele poderá desvendar criteriosamente o que há de inato e artificial no homem que adentrou a história. Para tanto, Rousseau exige ser necessário um certo distanciamento das idéias formadas em sociedade a qualquer um que queira compreender apropriadamente a vida no estado de natureza, pois ponderar e recriar racionalmente uma imagem representativa da véspera da inserção do homem na história é transportar-se a ela despido dos juízos cultivados artificialmente em sociedade, é esforçar-se para atingir uma neutralidade judiciosa e é, finalmente, isentar-se de uma análise que esteja baseada unicamente em dados de erudição histórica.

A premissa do estado de natureza, consequência de juízos condicionais, tem a função exclusiva de servir de base de estudo da história como um espaço real de transformação permanente e incessante de vivências alheias à vontade humana. Em decorrência disso, uma análise dos resultados do afastamento deste estado também se faz necessária. Apesar de não utilizar uma linguagem própria do conhecimento historiográfico na realização de seus textos, ele acredita que, ao menos para a exposição em termos mais ou menos históricos das consequências do fim de uma conjuntura que se eleva acima do decurso convencional do tempo, é indispensável um trabalho de imparcialidade e objetividade. Rousseau, desta forma,

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Em: *Os pensadores*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 1º ed. São Paulo Abril, 1973, p. 242.

² *Ibidem*, p.234.

espera que a conveniência do estudo histórico esteja não na exposição culta de seus objetos de estudo, mas na tentativa de relatar tanto de maneira racional e verossímil a vida dos homens do estado de natureza quanto de forma honesta e fidedigna as ações subseqüentes à sua saída dele, pois somente assim se poderá revelar de maneira isenta todos os vícios pelos quais eles tiveram que se submeter quando, sem o desejarem, afastaram-se da natureza em que viviam dispersos para reunirem-se sob os infortúnios de uma história humana comum.

Contudo, é no *Emílio*, sua obra sobre educação, que Rousseau faz uma crítica tanto à aspiração à verdade do conhecimento histórico quanto ao trabalho artificial de narração do historiador convencional. Ele não acredita na história como uma forma de conhecimento fiel aos acontecimentos do exato modo como ocorreram, assim como também não acredita que para a instrução moral de um jovem leitor os historiadores sejam os melhores mestres. Inicialmente, sua análise adverte-nos de maneira muito clara que “os fatos descritos na história estão longe de ser uma pintura exata dos próprios fatos tal como aconteceram; eles mudam de forma na cabeça do historiador, moldam-se aos seus interesses, tomam a cor de seus preconceitos”³. Em seguida, ao afirmar que os piores historiadores são aqueles que julgam, chama a atenção para a perda da autonomia crítica daquele que deixar sua leitura ser conduzida por apreciações que não sejam exclusivamente suas. “Os fatos, os fatos! E que ele julgue por si mesmo, é assim que aprenderá a conhecer os homens. Se o julgamento do autor guiá-lo sem parar, ele apenas verá através dos olhos do outro, e quando esses olhos lhe faltarem, nada mais verá”⁴.

Mas embora Jean-Jacques considere a autoridade do historiador tradicional e o conhecimento pouco representativo dos fatos que ele constrói como sendo insuficientes para a busca da verdadeira história humana, ele nunca deixa de levar em consideração a importância da historiografia como uma área de saber que, justamente por descrever mais os discursos e as ações do que propriamente o coração dos homens, poder vir a revelar as causas fundamentais do desenvolvimento moralmente inaceitável da história humana. “Para conhecer os homens é preciso vê-los agir. No mundo, ouvimo-los falar; eles mostram seus discursos e escondem suas ações; na história, porém, elas são reveladas e julgamo-los pelos fatos. Suas próprias palavras ajudam-nos a apreciá-las, pois comparando o que fazem com o que dizem, vemos ao mesmo tempo o que são e o que querem parecer”⁵. Assim sendo, a história é sim passível de ser interpretada e esta interpretação pode ser aproveitada como instrumento de crítica à

³ ROUSSEAU, J.-J. *Emílio, ou, da educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 313.

⁴ *Ibidem*, p.314.

⁵ *Ibidem*, p. 312.

sociedade. Na medida em que seu estudo estiver preocupado em relatar os acontecimentos manifestos na vida dos homens, ele necessariamente revelará as determinações que essencialmente a constituem. Todavia, este tipo de estudo apresenta alguns equívocos, uma vez que é sempre difícil ao historiador colocar-se numa perspectiva de onde possa aquilatar os outros com probidade, o que leva Rousseau a concluir que uma das grandes distorções da história é mostrar os homens sempre por seu lado perverso. Justamente por isso, é também necessário revelar as determinações latentes que se encontram escondidas sob os fatos sem que a natureza e o gênero humanos sejam difamados. Para tanto, a história não pode ser entendida apenas como coleção de episódios ou mera narrativa, mas como um complexo de processos lentos, progressivos e morais. “A história é defeituosa por só registrar fatos sensíveis e marcados(...); mas as causas lentas e progressivas desses fatos, que não podem ser indicadas da mesma forma, sempre permanecem desconhecidas. Muitas vezes(...)uma guerra pouco mais faz do que manifestar acontecimentos já determinados por causas morais que os historiadores raramente sabem ver”⁶.

Nesse sentido, quando Rousseau abre espaço para entender o estudo da história não como uma mera questão de essência, mas sim como uma questão de determinações morais, o homem passa a ser conseqüentemente compreendido muito mais na dimensão absoluta do seu *ser* do que na dimensão relativa do seu *parecer*. Esta oposição é a base da sua crítica ao fato de os indivíduos agirem sempre como se estivessem atuando e escamoteando o que verdadeiramente são. Assim, antes de fazer qualquer tipo de comparação ou estabelecer qualquer nexos causal entre acontecimentos, é preciso recriar o caminho que interliga os homens autênticos do estado de natureza àqueles impostores que se encontram na história. O estudo dessa trajetória deve então estar referido às relações morais de quem a percorreu, pois baseá-la somente em fatos dissimularia de forma considerável a verdade sobre o seu conhecimento. É por isso que quanto mais intimamente suas minuciosas causas são conhecidas, mais a história pode ser apreciada como uma realidade acidental, e não como um espaço de eventos irreversivelmente determinados pelas características escolhidas pelo historiador para legitimá-la. É claro que Rousseau não critica qualquer tentativa de descrever ações, confrontar testemunhos, buscar concordância entre fontes, reconstituir elos ou diminuir contradições. Tudo isto é necessário para conhecermos os indivíduos que não expõem o que pensam ou sentem, e cujos relacionamentos estão baseados no desejo de se mostrarem como querem ser vistos mas nunca como de fato são. Acontece que é indispensável haver também

⁶ Ibidem, p. 315-6

um outro tipo de história, para além do pragmatismo desta última, que investigue o processo de desenvolvimento dos fatos em questão e não apenas os fatos causados em si mesmos. Dessa forma, o objetivo da investigação histórica de Rousseau é o de compreender como os processos que trouxeram o homem até o presente se formaram, de maneira que a reconstituição de suas características morais possibilite informar, com algum acerto, as razões que levaram à sua degeneração.

Em seu processo descritivo, ele propõe uma transposição irreduzível entre um período e outro. É como se a longa passagem de tempo servisse para não revogar tão rapidamente e com um único golpe a vida do estado de natureza. “Salto multidões de séculos, forçado pelo tempo que decorre, pela abundância das coisas que tenho a dizer e pelo progresso quase insensível desses preliminares, pois, quanto mais lentos são os acontecimentos em sua sucessão, tanto mais prontos para serem descritos”⁷. Uma vez que qualquer exposição erudita do saber histórico levará ao entendimento do homem somente em suas relações factuais, Jean-Jacques atravessa séculos sem que seja necessário descrevê-los por completo. Para ele, a peculiaridade da história não está na organização dos fatos em função de uma idéia de passagem de tempo, pois assim oferece-se muito mais atenção às ações degeneradas do homem público que se arruma para ser visto em seus trajes de gala do que à moral da sua pessoa. Contudo, afirmar que ele desconsidera a história em sua investigação do estado de natureza, não significa dizer que a nega por completo. Dispensar os séculos na descrição da passagem de um estado a outro não denota que ele os queira desprezar de sua análise; identificar um progresso muito longo sem narrá-lo minuciosamente significa apenas desviar o olhar dos feitos históricos para redirecioná-lo aos homens em sua atuação individual.

Como o sentido histórico da vida humana nasce apenas com a sociedade, o homem natural é incapaz de acumular feitos, desfeitos, progressos e sentimentos sociais. Estes avanços são produtos do homem enquanto sujeito social e histórico. Não interessa a Rousseau fazer, deste modo, apenas uma narrativa das ações. Sua intenção é elaborar uma história filosófica do coração humano a partir da leitura das vidas particulares⁸, que serão conhecidas em suas características fundamentais e naturais apenas se o historiador, abstraído as diferenças que observar durante o percurso, estiver disposto a percorrer regressivamente o caminho que conduz ao estado de natureza. “Quando se quer estudar os homens, é preciso olhar em torno de si, mas para estudar o homem, importa que a vista alcance mais longe;

⁷ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a desigualdade*, p. 268.

⁸ ROUSSEAU, J.-J. *Emílio*, p. 316.

impõe-se começar observando as diferenças, para descobrir as propriedades”⁹. Esse processo de conhecimento do homem particular em nada torna imperfeito o estudo do homem em geral, pois é preciso compreendê-lo individualmente para então compreendê-lo como membro da sociedade. Rousseau propõe uma concepção de indivíduo que se afasta consideravelmente da filosofia política hobbesiana, pois rejeita seu pressuposto de que os homens possuem em sua natureza uma inclinação para o mal, assim como também não compartilha da noção que os conceitua a partir de um sentimento egoísta. Na verdade, ele está preocupado em evidenciar o estabelecimento de um alicerce moral – fruto da união entre o instinto de autoconservação e a natureza altruísta do homem primitivo – como modelo para que os homens civilizados do presente a ele se voltem, o tomem de exemplo a ser seguido e realizem, finalmente, uma história humana plena, onde serão capazes de ser fieis a si mesmos e àqueles com os quais terão que conviver.

É assim que na primeira parte do *Discurso* e mesmo no *Ensaio*, a sociedade não é, em nenhum momento, apresentada em seu modo empírico ou em seus hábitos e costumes; a descrição do estado de sociedade não vem somar-se ao relato da época em que os homens viviam dispersos. A sociedade não é tema; a natureza sim é objeto e fundamento do relato; fora dela, dificilmente há bondade ou compaixão, senão corrompidas. É como se ele tratasse deste estado natural sem querer entender os detalhes de suas condições de existência; basta entendê-lo como um ponto a ser encontrado e que merece ser descrito como sendo simultaneamente a medida e a essência fundamental do coração do homem. Desse modo, ao mesmo tempo em que parte de algumas considerações históricas para retratar a realidade do ser humano em sociedade, Rousseau também se ergue contra estes contextos empíricos naquilo que estes possuem de moralmente condenáveis e institui, como alternativa, o estudo de uma natureza exemplar. Além de denunciar que a legitimidade concedida à história presente é convenientemente corrupta, o genebrino conseqüentemente esforça-se para conceber preceitos racionais que a ela servirão de critério ético de juízo. A análise da véspera da sociedade é, desta forma, indispensável para o entendimento de sua história presente, e ao escolher a alternativa da busca das origens, Rousseau não dispensa o uso de uma condição hipotética para designar o homem selvagem e as causas que, alterando sua realidade completamente animal, acabaram por torná-lo sujeito e agente de uma história corrompida.

⁹ ROUSSEAU, J.-J. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Em: *Os pensadores*. Tradução de Lourdes Santos Machado. 1º ed. São Paulo Abril, 1973, p. 180.

O segundo *Discurso* e o *Ensaio* têm portanto a função principal reconstituir o homem primitivo dos primeiros tempos como um modelo de bondade original e natural. Muito embora o termo *véspera* sugira uma situação de começo simples, o próprio fato de o processo descritivo de Rousseau ter em vista apenas mensurar uma distância torna pouco razoável denominar de *simples* aquilo que representa ao mesmo tempo a natureza do homem e a ponta de lança de uma história degradante. É por ser incólume que a *véspera* assegura a bondade natural do homem; intocável, ela não pertence “nem à ordem do evento nem à ordem da estrutura”; escapa à alternativa “da história e da essência”. E se ela não é assim tão simples, a distância até a sociedade também não pode ser. Esta extensão em nenhum momento é subestimada por Rousseau como evolutiva, seqüencial ou linear. Na verdade, a passagem do estado de natureza para a história tem a ver com uma exterioridade, mais precisamente com uma “teleologia externa”¹⁰.

A saída do estado de natureza, a irrupção da sociedade e a origem do tempo histórico não devem ser apreendidas por qualquer análise estrutural, mas por meio de uma apreciação crítica e hipotética, pois a explicação desta passagem advém daquilo que há de irracional em meio a ordem do universo, daquilo que esta perfeitamente *fora* do homem e *fora* do seu ambiente. Longe de este momento estar preso a uma lógica, ele se encontra, ao contrário, no nível do “acaso” e do concurso de “causas estranhas”. A inviabilidade da existência de uma forma de entendimento racional que lide com a espontaneidade e a autonomia de um jogo liderado pela natureza, estranho às ações dos homens, faz da queda destes na história um acontecimento promovido por catástrofes e acidentes sísmicos. Afirma Rousseau que “as associações dos homens são, em grande parte, obra dos acidentes da natureza – os dilúvios particulares, os mares extravasados, as erupções dos vulcões, os grandes terremotos, os incêndios despertados pelo raio e que destroem as florestas, tudo que atemorizou e dispersou os selvagens, depois os reuniu para reparar em conjunto as perdas comuns”¹¹.

Em sendo assim, a história convencional, fundada na concepção cronológica do tempo e na estabilidade do passado, não pode ser responsável pela apreciação de fatos tão naturais como estes. Por conseguinte, a análise mais adequada a desempenhar o papel que a razão histórica não é capaz por si mesma de exercer, passa a ser feita pela razão filosófica, por meio da qual é possível construir, de forma livre, conjecturas capazes de explicar a insuficiente verossimilhança dos acontecimentos e o poderio impressionante de progressivas causas que

¹⁰ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2º ed. SP: Perspectiva, 1999, p. 314.

¹¹ ROUSSEAU, J.-J. *Ensaio*, p. 186.

agem continuamente sobre eles¹². A instauração da sociedade, dessa forma, encontra-se fora do alcance da razão histórica, mas esta pode, aliada à filosofia, contribuir para a compreensão do desenvolvimento da humanidade, desde que ela sirva à explicação de uma *teodicéia*, pois a intervenção no estado de natureza se mostra, segundo Derrida, à maneira de um “*factum* imprevisível”¹³, de um poder infinito, de uma catástrofe natural.

Dessa forma, que proposição explicaria o poder espantoso das causas que reuniram os homens até então espalhados em toda a Terra? O que poderia interagir com todo o ambiente em que os homens viviam senão a natureza, ou, se quisermos um valor metafórico, o próprio Deus? Não é tarefa fácil desvendar como foi a saída dos homens de seu estado primitivo, e se há alguém ou algo que a explique sem que eles se sintam culpados, este só poder ser então a providência que, desculpada por ser o que é, divina, teve fatalmente que agir. Assim, uma vez que a natureza do homem pode ser apreendida independentemente da história humana, a busca das origens se confirma também como uma *teodicéia*. Isentando a todos nós do sentimento de culpa, Rousseau afirma que “aquele que quis que o homem fosse sociável pôs o dedo no eixo do globo e o inclinou sobre o eixo do universo. Com esse leve movimento, vejo a face da terra mudar-se e decidir-se a vocação do gênero humano”¹⁴. A exterioridade que faz surgir a sociedade é certamente Deus, aquele que, alheio à sua própria criação, inclinou seu eixo para capacitar os homens a viverem reunidos com seus semelhantes. E como eles não nasceram para permanecer eternamente na infância da história, necessariamente sua saída deste estágio teria que acontecer por meio de uma revolução catastrófica na terra, por “uma fermentação muda que anunciou a aproximação do perigo”, por um “momento de crise” que, levado ao extremo, conduziu o ser natural a um segundo nascimento em “que nada de humano lhe era alheio”¹⁵. Contudo, embora a passagem de um estado a outro tenha sido deveras fruto de um corte dramático, ela o foi apenas por ter representado o momento significativo de uma ruptura inexorável entre o interior e o exterior da natureza, pois todo o tempo transcorrido

¹² “*Isso (a conjectura) me dispensará de estender minhas reflexões sobre a maneira pela qual o transcurso de tempo compensa a pequena verossimilhança dos acontecimentos; sobre o poderio impressionante de causas minúsculas quando agem sem interrupção; (...) sobre a razão pela qual, sendo dois fatos considerados como bastante reais para ligar uma seqüência de fatos intermediários, desconhecidos ou considerados como tais, cabe à história, quando existe, apresentar os fatos que os ligam e porque, faltando a história, à filosofia cabe determinar os fatos semelhantes que podem ligá-los, e porque, enfim, em matéria de acontecimentos, a semelhança reduz os fatos a um número de classes diferentes muito menor do que se imagina. Basta-me oferecer esses objetos à consideração de meus juizes; basta-me ter agido de modo a não terem os leitores vulgares necessidade de considerá-los*” (ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a desigualdade*, p. 265).

¹³ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*, p. 314.

¹⁴ *Ibidem*, p. 185.

¹⁵ *Ibidem*, p. 272.

historicamente, ou seja, todo o cruzamento dos séculos de história que levou o homem à sociedade foi lento e quase infinito.

Em Rousseau, não é necessário que se confirme se há crença em Deus ou instigação a isso, mesmo porque, em se tratando deste autor, a confirmação é óbvia. Embora óbvia, para nossa interpretação basta que saibamos que há, ao menos, uma crença relativa de que existe a regência de uma onipotência divina que tem, segundo o genebrino, uma extensão natural. A partir dela, Jean-Jacques explica a origem da história por um epítome que, por força imaginativa, concorre para a realidade daquilo que de fato se mostra presente de forma materializada: os acidentes naturais e, conseqüentemente, a história. Segue-se daí a confirmação de que a providência serviu-se de instrumentos capazes de reunir os homens independentemente de suas vontades, pois nada mais que sua força natural inclinou o eixo do globo. Não há, deste modo, uma lógica factual no caminho de um nível ao outro, mas uma coerência subjetiva e crítica, pois a descrição deste percurso é tão verossímil quanto era a imaginação de Rousseau. Todavia, a impossibilidade de nos certificarmos historicamente até onde ele quis chegar com sua alegoria não a torna menos verdadeira. Rousseau simplesmente nos apresenta a origem da história por encadeamentos e distanciamentos imperceptíveis. Ele não quer recriar causas e conseqüências históricas, mas apenas separar racionalmente o natural do social ou, de acordo com uma filosofia mais próxima daquela que confere desígnios a Deus, a providência da história. É por isso que ele não poderia nunca entender o homem do estado de natureza sem abstrair a vida em sociedade, assim como também jamais compreenderia o homem civilizado que vive no presente sem separar objetivamente o que há nele de original e de artificial, “separar o que pertence à sua própria essência daquilo que as circunstâncias e seus progressos acrescentaram a seu estado primitivo”¹⁶, ou seja, para conhecê-lo bem impõe-se isolar tudo o que existe de adquirido até o momento de sua maturidade para que seus traços essenciais, próprios da juventude, destaquem-se como um princípio de verdade.

Contudo, ainda que a catástrofe do mal tenha vindo de *fora* da terra, Deus não é de todo culpado, pois a ação daquele que pôs o dedo no eixo, embora fatalista em si, não predisps irrevogavelmente o acontecimento desses eventos catastróficos. É claro que a ação foi deveras uma fatalidade, pois foi uma ação de Deus, mas os seus eventos conseqüentes, ao contrário, foram fortuitos, no sentido de que aconteceram em função das ações inconseqüentes da história. Embora Rousseau negue-se a medir qualquer passagem temporal de fatos, ele sabe

¹⁶ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a desigualdade*, p. 233.

que as conclusões que deduz de suas proposições nada têm de conjecturais, pois elas são a própria realidade da história humana. “Confesso que os acontecimentos que tenho que descrever podendo sobrevir de inúmeros modos, só por conjecturas posso decidir-me na escolha. Mas, além dessas conjecturas se tornarem verdadeiras razões quando são as mais prováveis que se possam extrair da natureza das coisas e os únicos meios que se possa ter para descobrir a verdade, as conseqüências que eu quero deduzir das minhas conjecturas, por isso não serão conjecturas”¹⁷. Hipoteticamente, portanto, os homens do estado de natureza foram afetados por um deslocamento de sua posição inicial. Sua condição tornou-se outra. Um princípio ativo, um objeto perfeitamente infinito, algo muito funesto, fez misteriosamente com que eles estivessem prontos para serem capturados e conduzidos a viver em uma sociedade real, simultaneamente firmamento moral e espaço de seus destinos coletivos e individuais, o que faz Rousseau concluir que a sociedade e o tempo histórico, fontes de todo o mal, são portanto empíricos.

Os homens, ao mesmo tempo em que se submeteram à história, tornaram-se seus agentes. A inclinação do eixo do globo isentou-o da responsabilidade e da culpa pela transformação moral que sofreram, mas não os dispensou de um primeiro ato de nomeação. Embora tenham se tornado seres transfigurados, não em nome de um estatuto ontológico, mas em nome de um estatuto circunstancial, resistiram como puderam ao flagelo de ter que nomear *histórica* sua nova condição. Assim, se a catástrofe do mal veio de *fora* da ordem do globo, isso também significa que os homens não são responsáveis pelos males presentes na sociedade. O mal se encontra na história, e não na natureza humana. Sua bondade natural não foi extinta, mas apenas velada pela civilização. E apesar de a nova sociabilidade ter nascido de uma catástrofe, os próprios seres foram os responsáveis pela contenção de todas as forças naturais, pois “depois que eles finalmente se estabeleceram, cessaram esses grandes acidentes ou então se tornaram raros” Foi precisamente por meio de suas mãos que por um instante tornou-se possível reter os estragos da natureza e fazer atrasar o progresso deles conseqüentes. Se o homem não tornasse factível o equilíbrio entre a sociedade e a natureza e se ele não conservasse sua bondade natural, tudo aquilo que aconteceu por acidente “teria acontecido mais rapidamente”¹⁸. Este detalhe nos faz perceber que nem só de fatalidades se fez a humanidade, pois não obstante a presença de fatores naturais determinantes, o indivíduo teve, nesse caso, um certo poder, se bem que de forma restrita, eventual e que nem sempre se configurou como um poder de deliberação consciente e contínuo. Todavia, isso não impede

¹⁷ Ibidem, p. 265.

¹⁸ ROUSSEAU, J.-J. *Ensaio*, p. 186.

que este mesmo indivíduo continue contendo sua força, pois o desenvolvimento histórico pode até se justificar, mas como ele é, para Rousseau, moralmente condenável, cabe aos homens promover uma crítica ao seu percurso e um desvio do seu caminho.

Assim sendo, o que compete ressaltar nesta discussão é a acepção crítica da origem da sociedade e da história. Este teísmo, justificado como uma intervenção fundadora, serve tanto como uma metáfora para situar a passagem complexa do estado de natureza à humanidade quanto como uma ferramenta importante de compreensão da história, pois atua como uma contestação a ela enquanto contrária à bondade salvaguardada no coração dos homens. Apesar de Rousseau entender a entrada na história como um momento de corrupção da verdadeira face humana, ainda assim ele encontra algumas noções de bem e princípios de justiça nascidos da própria reunião dos homens em sociedade, pois o que há de melhor na natureza pode ser sinceramente resgatado, bastando, para tanto, que o homem civilizado do presente procure em si mesmo a virtude que achava ter perdido. Nesse sentido, Rousseau quer nos fazer compreender, ao concluir não haver na sociedade degradação absoluta, que existe uma ordem natural em todos os acontecimentos pelos quais os indivíduos passaram até chegar à história. Se o homem é naturalmente bom, torna-se fácil compreender que nada é tão absoluto que não possa ser regenerado por aquilo que há de original no coração humano. É fato incontestável que o rumo tomado, o pior possível, foi fruto de infortúnios que se desenrolaram sem aviso prévio e ao sabor de acasos funestos. Mas se os homens passarem a conduzir estes acontecimentos de uma maneira diferente da que foram conduzidos até agora, de tal forma que possam conservar, sem máscaras, o bem natural que carregam consigo, nada poderá impedi-los de colocar em prática uma vida de acordo com as leis da natureza.

Está evidenciado que a sociedade e a história nasceram para garantir e manter a desigualdade, mas isso não significa que ela pertence à natureza do homem, pois cada indivíduo, de acordo com os sentimentos naturais do *amor de si* e da *piedade*, possui o *direito natural* imediato e espontâneo de autoconservação e de comiseração por outrem. Mais fundamental que uma referência a Deus, Rousseau, ao incluir a perspectiva da alteridade em seu estudo da humanidade, estende o sentimento de empatia que os homens do estado de natureza tinham uns pelos outros ao homem histórico. O *direito* (ou *as leis como devem ser*) e a *natureza*, nesse caso, são idéias que não se contrapõem. Ao contrário, é a noção de *direito* que permite o julgamento dos acontecimentos históricos e a censura àqueles que manifestamente subjugam as leis da natureza. Quando no *Discurso* ele finalmente afirma que é preciso “examinar os *fatos segundo o direito*”, os sentimentos naturais, antes irrefletidos, adquirem um sentido político. O que era instintivo e imediato orienta-se agora pela razão, pela

consciência e pela vontade dos homens de agir contra tudo o que é avesso às leis da natureza, contra o fato de “uma criança mandar num velho, um imbecil conduzir um sábio, ou um punhado de pessoas regurgitar superficialidade enquanto à multidão faminta falta o necessário”¹⁹. E assim, exatamente porque o homem é bom em sua essência, o conjunto do *direito* pode ser erguido exclusivamente sobre uma base natural, o que conferirá, posteriormente, legitimidade ao poder político descrito no *Contrato Social*.

¹⁹ ROUSSEAU. J.-J. *Discurso sobre a desigualdade*, p. 288.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A escrita da História em Diogo de Vasconcelos

Renata Kelly de Almeida Gonçalves¹

A história no Brasil tem passado por um período em que seu estudo tem atingido novas e múltiplas possibilidades. Os cursos nas universidades públicas e faculdades particulares proliferam, uma leva de bons livros está constantemente nas prateleiras das livrarias, inclusive se tornando *best sellers* ou mesmo servindo como base para narrativas fictícias, os periódicos científicos passam a ser editados com frequência e regularidade, revistas especializadas estão todos os meses nas bancas de jornal, historiadores são chamados a dar opinião nos mais diversos meios de comunicação, alguns escrevem regularmente em revistas de grande circulação. Sites na internet são criados e atualizados, o cinema e a TV descobriram o filão e produzem cada vez mais obras “históricas”, dissertações de mestrado e teses de doutorado ganham projeção nas editoras universitárias. A História está na moda.

Mesmo assim, entre um grande público criado por este “boom” da História, pouco se sabe da História do Brasil, e menos ainda da História no Brasil. A historiografia passa por um período de valorização com a reedição de obras de historiadores de vulto como Pero de Magalhães Gândavo e Francisco Adolfo de Varnhagen, trazendo desta forma um interesse em conhecer os historiadores brasileiros e suas obras. Assim, este artigo tem como objetivo fazer um pequeno resgate sobre o intelectual Diogo de Vasconcelos, que em 1904 publicou o livro *História Antiga das Minas Gerais*, obra que tornou-se referência para estudos sobre Minas Colonial. Procuraremos demonstrar quem foi Diogo de Vasconcelos recuperando seu papel histórico enquanto intelectual e político de sua época, bem como a importância de sua obra no momento em que foi editada e seus reflexos na atualidade. Para tanto pretende-se seguir um esquema que constará de um resumo biográfico, algumas considerações sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e apresentação da obra *História Antiga das Minas Gerais* seguida de análise.

¹ Graduanda em História pela PUC Minas.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Resumo biográfico

Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcelos nasceu em Mariana em 1843, e faleceu em Belo Horizonte em 1927. Filho de família mineira com forte tradição política permaneceu grande parte de sua vida em Minas Gerais. Era bisneto de Diogo Pereira de Vasconcelos, vereador influente do período colonial; sobrinho do Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, que ocupou o cargo de presidente da Província de Minas por três vezes (1853, 1854 e 1862) e de São Paulo no ano de 1856, além de Senador do Império; e do vice-presidente da Província, senador e 1º ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Sua história foi marcada pela grande atuação política, seja no Império onde exerceu vários mandatos como Deputado e Senador, seja na República, em que mesmo se declarando monarquista, participou significativamente nas decisões políticas do Estado. Filho de católicos praticantes e ele mesmo um católico fervoroso, fez os primeiros estudos em instituições religiosas, no seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana e, depois, no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Logo após, frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde bacharelou-se em 1867.

As Faculdades de Direito de São Paulo e Recife estavam diretamente vinculadas, desde sua criação em 1828, ao processo de independência política do Brasil, em 1822. Pretendiam formar uma elite culta, capaz de solucionar os problemas da nação, que independente culturalmente de Portugal, fosse capaz de desenvolver um pensamento próprio, responsável pela elaboração de uma nova Constituição, na medida em que era responsabilidades destes intelectuais construir um novo modelo para a nação, com uma trajetória singular e autônoma, distanciando o país do estatuto de colônia².

Ainda no que se refere à Faculdade de Direito de São Paulo e sua influência na formação de seus acadêmicos, José Carlos Rodrigues nos informa que “Os bacharéis formados naquela Academia voltariam para Minas imbuídos do espírito positivista, animava-os um ideal de progresso e desenvolvimento” (RODRIGUES, 1986, p.137).

Na Faculdade de Direito de São Paulo, centro intelectual fortemente influenciado pelo modelo político liberal, Diogo de Vasconcelos era famoso por suas atitudes reacionárias³.

² A este respeito veja SHWARCZ, 1993, p.141.

³ Esta característica foi evidenciada por José Luís de Almeida Nogueira em estudo sobre a Faculdade de Direito Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Declarava-se conservador e ultracatólico e, na política ou no jornalismo, defendeu ferrenhamente a Igreja Católica. Como político, participou ativamente da História de Minas Gerais; exerceu entre os anos de 1868 e 1870 o cargo de Secretário de dois Presidentes da Província mineira⁴ e pouco depois foi deputado à Assembléia Geral por seis anos. Nesse período, participou dos debates sobre a questão religiosa, sempre favorável aos bispos, e, por fim, foi Deputado na Assembléia Provincial de 1878 á 1885. Atuou politicamente também na República ocupando a presidência da Câmara de vereadores de Ouro Preto, e, o posto de Senador Federal pelo estado de Minas Gerais.

Monarquista convicto, Diogo de Vasconcelos combateu o regime republicano antes da sua proclamação, e após o seu estabelecimento. Acusava tal regime de laicizante, e na tentativa de defender a religião, propôs a criação de um Partido Católico que, para sua decepção, não logrou êxito. Outra atitude que revela sua profunda aversão ao novo regime pode ser constatada no boicote que ele, juntamente com outros monarquistas mineiros promoveram durante o Congresso Republicano em Ouro Preto, estes se reuniram para atrapalhar o evento, chegando a conseguir a adesão dos hoteleiros ouropretanos, no sentido de não hospedarem os participantes do Congresso⁵.

Diogo de Vasconcelos também foi membro da Academia Mineira de Letras, instituição, em que foi bastante prestigiado. Entre os poucos escritos sobre sua vida, encontramos o discurso do acadêmico Mário Mattos que, ao ingressar na Academia Mineira, ocupando a cadeira que pertenceu a Vasconcelos, revela algumas peculiaridades do autor enfatizando que,

Era popularíssimo entre os colegas e na cidade. Todos o conheciam e estimavam. Impuzera-se. Corriam por todos os grupos suas pilherias, suas frases, suas caricaturas faladas, em que espirravam no bizarro movimento de traços ligeiros, os defeitos e tics risíveis dos companheiros (MATTOS, 1928, p.187).

Tal fala mostra a popularidade, a simpatia e a imponência de Vasconcelos. Na vida política se destacou com suas posições polêmicas e quando pedia a palavra “já se sabia que era inevitável não só o tumulto dos apartes como o ruído dos aplausos” (MATTOS, 1928, p.192).

Como escritor, mesmo não sendo historiador de formação, ofício desconhecido até

e os estudantes que por lá passaram, citado no prefácio da obra de Diogo, e que de acordo com o autor, “... ele exagerava, no turbilhão liberal da Academia, idéias e sentimentos reacionários” (NOGUEIRA, apud Vasconcelos, 1999, p.30).

⁴ Nos referimos a Domingues de Andrade e Figueira (1868-1869) e a José Maria Correia de Sá e Benevides (1869-1870).

⁵ Para maiores informações veja: Vera Alice Cardoso Silva, (1982).

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

então no Brasil, Diogo de Vasconcelos publicou várias obras sobre a história de Minas. Suas publicações foram: *História Antiga das Minas Gerais* (1904), *O diário de Vera Cruz* (1908), *Administração Colonial. Como se exercia. O Vice-rei, os generais, os governadores, os capitães-mores de Capitânicas e os capitães-mores de Vilas e Cidades* (1914), *História Média das Minas Gerais* (1918). E ainda como publicação póstuma temos: *A arte em Ouro Preto* (1934) e *História da Civilização Mineira: Bispado de Mariana* (1935). Dentre essas, destacam-se *História Antiga* e *História Média* que se tornaram referência para os estudiosos do período colonial mineiro, citadas por inúmeros autores, ainda na atualidade.

Ainda relacionado a sua vida pública, consideramos importante destacar a sua participação em institutos do país. Além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Diogo de Vasconcelos foi um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e do Instituto Histórico de Ouro Preto. Tais institutos eram especializados em uma produção de cunho oficial, responsáveis por “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidade em personagens e eventos até então dispersos” (SHWARCZ, 1993, p.99). Sendo membro destes Institutos, pode-se inferir que ele tivesse afinidades com o modelo de história proposto em âmbito nacional pelo IHGB.

Nesse sentido, faz-se interessante identificar o momento de criação do IHGB, apresentar sua concepção de história, bem como a infiltração e a difusão de seus ideais na historiografia brasileira.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

O século XIX inaugura uma nova etapa em nossa história pois, trouxe consigo não só a independência política brasileira, mas também uma preocupação sobre a escrita da História em um país que precisava se afirmar como nação. A literatura que, com nomes de peso de um Machado de Assis, Castro Alves e José Alencar, se ocupava de dar os contornos de um país que precisava de uma História que, a partir de bases científicas, pudesse realmente dar uma face ao Brasil. Em 1838 cria-se no país, inspirado no modelo francês, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que teria como função principal dar ao país uma história da qual poderia se orgulhar, coletando e publicando documentos relevantes para a construção de uma história nacional. Seus sócios participavam ativamente da sociedade imperial sem, no Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

entanto, pelo menos em sua maioria, ter uma produção historiográfica consistente.

Manoel Luís Salgado Guimarães, em estudo sobre o IHGB, discute a importância do Instituto para a construção de uma história nacional. De acordo com ele o IHGB seguia os parâmetros europeus de História, ou seja, uma história intimamente ligada à discussão da questão nacional. Porém, no Brasil, mesmo seguindo o modelo europeu de se conceber a história, o espaço da produção historiográfica será diferente. Se na Europa este espaço está sujeito à competição acadêmica das universidades, no Brasil o espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir das relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e no século XVIII, será o lugar privilegiado para a produção historiográfica.

Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha como principal objetivo a elaboração de uma História nacional que desse conta da totalidade do país, e que por conseguinte propiciasse a construção de uma identidade distinta e singular para o povo brasileiro.

Dai-me a carta de um paiz, sua configuração seu, clima, suas águas seus ventos e toda a sua geographia física, informa-me de suas produções naturaes, de sua flora e zoologia, e me comprometto a dizer-vos a priori qual será o homem deste paiz (SHWARCZ, apud RIHGB, 1993, p.109).

Tal objetivo, conforme ilustrado na citação acima, ia de encontro ao aspirado pelas elites, políticas e intelectuais do país, que pretendiam, através da criação de uma identidade nacional, preservar a integridade territorial do Brasil e controlar as tensões internas. Pautado pelos modelos intelectuais e políticos europeus do século XIX, que além de ressaltarem os sentimentos patrióticos, concediam à história um lugar privilegiado e, por conseguinte atribuíam ao historiador uma autoridade incontestável. O IHGB elaborou o projeto de construção de uma nação, surgido após a independência brasileira.

Entretanto, e apesar da pretensão de uma história nacional totalizante, os diferentes institutos produziram um discurso caracterizado pelo regionalismo, fator primordial nas disputas entre as diferentes regiões, no início do período republicano⁶. A criação do IHGB, propiciou o surgimento de vários institutos regionais, como o Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; não podemos nos esquecer ainda do Instituto Histórico e Geográfico de Minas, que teve como um dos membros fundadores, Diogo de Vasconcelos.

⁶ Sobre esse assunto ver Maria Yeda Linhares (1990).

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Embora o IHGB delineasse os elementos que os institutos regionais deveriam seguir, seu papel foi o de demarcar espaços e ganhar o respaldo nacional, ao passo que, aos demais institutos, coube a função de resguardar as suas especificidades locais, e definir uma hegemonia cultural.

Vale lembrar ainda, de acordo com Lilia Shwarcz, que boa parte dos membros dos institutos pertencia a “geração romântica (e) carregava consigo o senso do dever patriótico⁷” (SHWARCZ, 1993, p.102). Os historiadores românticos são caracterizados pelo dilema entre a busca pelo método científico, que prioriza a erudição, e o respeito escrupuloso pelas singularidades, pelas particularidades. Essas duas ambições, como lembra François Dosse, “resulta em uma nova sensibilidade histórica marcada pela distância, pela busca da cor local, do detalhe distanciador, do gosto pela narração animada, que pertence de pleno direito a uma estética romântica que supera a simples corporação dos historiadores” (DOSSE, 2001, p.13).

A obra: *História Antiga das Minas Gerais*.

Na última década do século XIX, com a Proclamação da República e a ênfase na autonomia de cada região, o interesse em fazer uma história regional aumentou. Deve se lembrar que já no período Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro considerava este tipo de abordagem relevante para a construção de uma história nacional. Como nos aponta Manoel Luís Lima Salgado Guimarães, “o projeto de história nacional, deveria dar conta da totalidade, construindo a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos” (GUIMARÃES, 1988, p.117). Porém, será no período republicano que a história regional irá se destacar, ganhando proporções únicas. Assim, a obra de Diogo de Vasconcelos surge no momento em que há um grande interesse pelas diversas regiões do Brasil, momento em que também são publicados livros dedicados a outros estados, como Pernambuco e Ceará⁸.

Diogo de Vasconcelos tinha como projeto escrever uma história de Minas Gerais em sua totalidade, no entanto, conseguiu apenas escrever os dois primeiros volumes. História Antiga de Minas Gerais, que ora se torna foco de nossa análise e História Média das Minas Gerais. Sobre as obras, vale ressaltar que o primeiro volume, conforme o próprio autor,

⁷ 7 Ainda, de acordo com a autora, tal geração buscava construir uma vida intelectual voltada para o progresso das luzes e enaltecimento da pátria.

⁸ Veja Vasconcelos (1999), p.13.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

consiste na “narração dos descobrimentos até a instalação da Capitania de Minas, separada de São Paulo” (VASCONCELOS, 1999, p.13), enquanto o segundo vai “até 1785, e não passará, porque daí em diante vem raiando o episódio da Inconfidência, e esta como fato culminante, exige maior tratamento” (VASCONCELOS, 1974, p.11).

Apesar de muito criticada pela ausência de citação das fontes, e apontada como impressionista e romântica, porque dificilmente comprova o que afirma, além de ser precedida por outras obras de maior rigor teórico metodológico, como as de Varnhagen e Capistrano de Abreu. A obra de Diogo de Vasconcelos apresenta inovações significativas em relação à história de Minas Gerais⁹ e, por isso, como aponta Francisco Iglesias (1999), precisa ser entendida como é, no meio, e momento em que foi produzida, por causa das particularidades do autor. Ademais, por ser tentativa pioneira de estudo sistemático dos primeiros anos de Minas, entre outros aspectos, a obra constitui bibliografia básica para todos que se interessam pela história desse Estado.

Assim, destacamos o momento em que Diogo de Vasconcelos publica sua obra por ter sido este bastante significativo para o país, uma vez que, o novo regime concedeu maior autonomia aos Estados, levando-os a desenvolver mecanismos de ajuste à nova política. Minas Gerais, especificamente neste momento da história, passava por inúmeras tensões internas, como a divisão das diferentes áreas econômicas e das elites políticas que culminou na transferência da capital para uma área neutra. Como já demonstrado, a História, neste momento, era para os escritores que desejavam a reconstituição do passado, a manifestação de sentimentos patrióticos.

Diogo de Vasconcelos, político militante do país, de repente vê sua Ouro Preto perder o poderio político do qual era detentora, além da substituição da monarquia por um regime totalmente laico, exercendo também a função de jornalista, com alguma prática na escrita Vasconcelos se propõe ao resgate do passado mineiro. Acredita-se que esses aspectos, entre outros, levaram o autor a buscar na origem de Minas Gerais, no seu descobrimento e primeiros povoadores, os episódios que poderiam legitimar o presente do território mineiro, restaurando a sua importância frente ao país.

Considerada uma das principais obras da historiografia mineira¹⁰ o livro demonstra inovações ao revelar a primazia do autor pelo método científico, e, pelo uso de fontes e dados

⁹ Conforme Francisco Iglésias (1999) a história regional, em sua maioria, se limita à descrição simples e a homenagens afetuosas à terra natal.

¹⁰ Obras contemporâneas, como as de Valdemar de Almeida Barbosa, Silvio de Vasconcelos, Maria Arminda do Nascimento e inúmeras outras, fazem referência a Diogo de Vasconcelos. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

quantitativos, que buscavam dar suporte comprobatório à suas análises. Diogo, elabora sua obra fundamentado em arquivos e fontes e, em estudos, anteriores, que conheceu¹¹. Faz várias referências a cartas, ofícios, memórias, testamentos, bandos, com eventuais transcrições. Conheceu bem o Arquivo público Mineiro, muito lembrado. Cita documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Episcopal de Mariana.

Sua preocupação em comprovar o que afirma pode ser verificada na passagem em que trata da criação das primeiras Vilas, ali transcreve todos os nomes dos que assistiram e assinaram “o auto de nascimento das três primeiras Municipalidades de Minas” (VASCONCELOS, 1999, p.294), enfatizando que:

Convém aqui notar que extraímos dos próprios originais estes nomes e por isso corrigimos a notícia que os escritores têm nos transmitido, seguindo as memórias do Dr. Cláudio Manuel da Costa: memórias que embora defeituosas, foram havidas por certas, visto ter ele asseverado que as escreveu consultando documento. (VASCONCELOS, 1999, p.294).

Outro exemplo de inovação é o espaço que Vasconcelos concede a atores sociais, até então excluídos da história oficial¹². Entretanto, apesar de todas as inovações, sua obra não escapa ao padrão de história então proposto, ou seja, uma história presa à narrativa e de caráter explicitamente aristocratizante. Como já ressaltou Iglésias no prefácio da 4ª edição do livro, “o sentido aristocratizante é comprovado na obsessão com a genealogia, constante em todas as páginas, quando se faz a filiação dos protagonistas, sempre com adjetivos engrandecedores” (VASCONCELOS 1999, p. 25).

O autor propõe a divisão da história de Minas em Antiga e Média. Na História Antiga descreve o descobrimento do território, o achado do ouro, o clero, a organização administrativa, com os atos dos primeiros governos, além de diversos aspectos referentes à história mineira que compreendem o ano de 1553 até 1720. Os mesmos assuntos aparecem na História Média, no período que vai até 1789. Notas, em geral de caráter biográfico ou geográfico, completam os volumes.

Vasconcelos comunga com os pressupostos teóricos/metodológicos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua obra procura demonstrar a importância da História para a formação de uma nação que se orgulhe de sua pátria. Tal fato é evidenciado através da carta

¹¹ O autor cita, entre outros, André Antonil e Cláudio Manoel da Costa.

¹² Nos referimos a seu interesse em colocar em cena o povo, com capítulos dedicados a feitos de escravos, aos índios e à participação feminina. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

de agradecimento a um de seus amigos, o senhor Avelino Fernandes¹³ em que declara que “escrevendo essa História é bem claro que não tive somente em vista instruir alunos, senão também educá-los civicamente, pois convencido sou da influência moral que a História exerce no próprio sentimentalismo dos moços, oferecendo-se-lhes um inventário exato e verdadeiro do passado” (VASCONCELOS, 1999, p.428). Tal declaração nos mostra, na verdade, que para este autor, utilizando a velha expressão latina de Cícero, a “História *magistra vitae*”- História mestra da vida- ou seja, a História teria como função doutrinar.

Desta forma, Vasconcelos escreve sua obra baseado em uma concepção de História, que antes de se fundar no tempo, tal com a conhecemos, se estabelece em um espaço de experiências, onde podem ser reunidos exemplos, histórias excepcionais, extraordinárias, exemplares, em suma, capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos os que dela venham a se aproximar, explicitado na seguinte passagem: “Já não escrevemos, como Heródoto, para as récitas ao ar livre dos jogos e das Panatenéias; pois a história não é mais a encenação emotiva do maravilhoso tendente ao furor patriótico de nossos ouvintes. Desde Tucídides, nosso primeiro mestre, só a verdade dos fatos educa” (VASCONCELOS, 1999, p.380).

Esta concepção supõe uma crença na unidade essencial do gênero humano, único argumento capaz de validar a organização da história como se ela fosse um palco no qual um conjunto aberto, mas altamente selecionado de cenas, sem uma articulação necessária entre si, seria continuamente representado em prol do aperfeiçoamento político e moral dos seus espectadores. Um procedimento como este vai envolver a história com a tradição e com a memória coletiva, numa associação que praticamente desconhece a diferença entre passado e presente e mantém o futuro sob o mais estrito controle. Para Diogo de Vasconcelos a “História é o quadro magistral que nos oferece no proceloso oceano dos tempos o roteiro, pelo qual poderá a mocidade condenar os vícios, fortificar as virtudes, e converter a força de suas próprias paixões em generoso instrumento do progresso” (VASCONCELOS, 1999, p.428).

História Antiga das Minas Gerais é um bom exemplo da concepção histórica proposta pelo IHGB, durante o século XIX. Diogo de Vasconcelos faz uma recuperação do passado mineiro e consegue passar uma visão de conjunto demonstrando o quadro evolutivo durante a formação de Minas Gerais. Esta breve colocação pretendeu demonstrar a importância deste autor para a historiografia mineira, destacando a relevância de sua obra contribuindo e assim, para o entendimento das produções historiográficas ao longo da história de nosso país.

¹³ Tal carta pode ser encontrada ao final do primeiro volume, História Antiga de Minas Gerais (1999). Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Referências

- CARR, Edward H. A sociedade e o indivíduo. In: _____. **Que é História?** Tradução Lúcia M. de Alvarenga. 7. Ed. Rio de Janeiro: Pais e Terra, 1996. p. 67-90.
- CERTEAU, Michael de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: EDUSC, 2002.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: _____. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.
- GUARINELLO, Norberto Luís. **Memória Coletiva e História Científica**. Revista Brasileira de História. Espaço Plural. São Paulo: Marco Zero, 1995. p. 181-193.
- GUIMARÃES, Manuel Lima Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: _____. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1988. p. 12-37.
- JOSÉ, Oiliam. **Historiografia Mineira**. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- LINHARES, Maria Yeda (org). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 302-315.
- MATTOS, Mário. Academia Mineira de Letras: Elogio do Senador Diogo de Vasconcelos. In: _____. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, vol XXII, jul. 1928. p.184-200.
- ORTIGUES, Edmond. Interpretação. In: _____. **Enciclopédia Einaudi: Oral/Escreto - Argumentação**. Lisboa: Casa da Moeda, v11, 1984. p. 218-233.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 7-20.
- RODRIGUES, José Carlos. **Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1969.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo Das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. O Significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República. In: _____. **Centro De Estudos Mineiros, V: A República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 145-163.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
- VASCONCELOS, Diogo de. **História Média de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Estilos do Projeto Historiográfico de João Brígido (1859 – 1919)¹

Renato de Mesquita Rios²

Dentro da escrita (não só ela historiográfica, mas em geral), estilo é uma palavra que traz em si, vários sentidos. Isso pode elucidar menos uma pobreza lingüística do que, na verdade, uma série de relações entre os seus significados.

Para caracterizar este *estilo*, temos que primeiro determiná-lo, dentro da perspectiva da escrita com seus dois elementos fundamentais: forma e conteúdo, no qual atrelados podem elucidar a função dessa escrita com relação ao estilo, não como um mero ornamento ou uma roupagem do pensamento, modo já trabalhado pelos românticos, mas sim, como parte da sua essência do objeto. O historiador é um escritor. Ele pode até se posicionar diferentemente de um autor de ficção perante aos “fatos” e aos documentos, mas ao escrever, o historiador revela como vê o *seu* campo profissional e *seu* lugar social, já que “toda percepção é uma interpretação; a mais simples observação (como disse Goethe há muito tempo atrás) já é uma teoria. Os fatos nunca são neutros; vêm impregnados por juízos de valor”³.

A obra de João Brígido é bastante vasta⁴ e perpassa a segunda metade do século XIX até se encerrar com a publicação de *Ceará – Homens e Fatos*, em 1919, três anos antes de sua morte. Tendo essa obra como ponto de partida e percebendo-a como o corolário de sua produção historiográfica, pode-se se perceber aspectos nela das duas perspectivas levantadas na tentativa de compreensão do *estilo* desse autor: a forma dessa produção está enfaticamente atrelada à *síntese*, enquanto o seu conteúdo está ligado às questões dos temas elegidos por ele na confecção de uma história da província do Ceará e que, dentre eles trabalharei a questão das lutas de famílias, a cidade de fortaleza e alguns pontos sobre a escrita da história a respeito do povoamento e o desenvolvimento da região Cariri, ao sul do Ceará.

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa que está sendo desenvolvida para obtenção do Título de Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

² Mestrando em História Social no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo a pesquisa “Leitura, Escrita, Discurso e Ideologia em João Brígido (1859 – 1919)” sob a orientação do Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira.

³ GAY, Peter. *O estilo da História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia, das Letras, 1990, pg 176.

⁴ Este trabalho tem como marco inicial a publicação no periódico *O Araripe*, em 1859, de um texto a respeito do povoamento da região sul do Ceará, texto no qual se torna mais visível os procedimentos historiográficos de João Brígido, e tem seu recorte encerrado em 1919, com a publicação de *Ceará – Homens e Fatos*.

Para além de uma perspectiva que valoriza muito mais a produção de crônicas de João Brígido, o que tento desenvolver é basicamente uma crítica aos elementos e aos procedimentos adotados por ele ao compor o seu projeto historiográfico, em vários momentos de sua produção: assim como na publicação de textos em jornais de algumas localidades (Recife, Crato e Fortaleza), observando também os escritos que aparecem nas revistas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (do qual ele é nomeado membro em 1862), até chegar à suas publicações, como *Miscellanea Histórica* (1889), *Resumo da História do Ceará para uso das escolas primárias* (1885) ou o próprio *Ceará – Homens e Fatos* (1919).

Nesse momento se faz necessária uma compreensão do campo histórico no qual se insere esse sujeito. Ao percebermos a produção historiográfica atrelada ao próprio desenvolvimento das ciências no século XIX, esbarraremos com a florescência de uma vida intelectual ativa em vários centros urbanos no Brasil. Fortaleza não ficou para trás nesta profusão de idéias que desembarcavam em navios nacionais e internacionais na capital cearense na segunda metade do século XIX e muito se produziria sobre a História, Geografia, Antropologia e Cultura, neste meio intelectual.

As concepções de História desses intelectuais que passam a coletar fontes nos arquivos locais, nacionais e de fora do país na tentativa de uma produção de uma história local eram muito diversas. Havia muitos *Spencerianos* que acreditavam na idéia da repetição de fenômenos para se ter um modelo reduzido da análise de uma sociedade, através de um darwinismo voltado ao meio social. Havia, também, seguidores de Hypolite Taine, que defendiam a idéia de uma lei geral que governa as artes e na qual se desenvolveria a própria moral de uma sociedade. Acrescenta-se a essa concepção o estudo do “momento histórico” no qual o meio social, atrelado à raça e inserido em uma moralidade iria produzir uma estética: a idéia de “progresso” e “civilização”. A leitura de Henry Thomas Buckle também era cativa a esses homens ilustrados que degustavam, digeriam e produziam suas concepções de História em textos arraigados de suas ideologias.

Outro autor bastante lido por esses grupos intelectuais que despontavam em Fortaleza de 1870 foi Auguste Comte. Este pode ser considerado o condensador de todos os discursos anteriores (Spencer, Taine, Buckle) já que trazia em seus textos a idéia de que observado pelo método (elementos de Spencer), estabelecidas leis gerais e juntamente com o naturalismo (de Linnew e Buckle), chegar-se-ia ao estado positivo da sociedade.

Antes do momento abolicionista vivido pela elite do Ceará (que culminaria na libertação dos cativos em 1884), todas essas idéias contemplavam a produção historiográfica cearense, contudo é importante salientar quais ideologias percorriam essa produção. Aqueles que escreveram antes do crescimento do movimento de abolição da escravatura no Ceará e da fundação do Instituto do Ceará eram em boa parte monarquistas que tentavam atrair, a todo custo, capitais para a província cearense. Até a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, a produção tem formas diversas e esta instituição vai concentrar essas produções que se configuram como gêneros historiográficos (história científica), estudos históricos, efemérides e publicação de documentos.⁵

Apesar de não fazer parte do Instituto do Ceará, João Brígido publicaria muitos textos na revista dessa instituição, dos quais alguns fariam parte de seu primeiro trabalho extenso publicado: *Miscellanea Histórica* em 1889, mas apesar disso, essa relação entre os membros desta organização e João Brígido não é das mais amigáveis em todos os momentos, pois era combatido várias vezes por caracterizarem que sua escrita não possuía a marca da imparcialidade, tão cara aos que, naquele momento se dedicavam à escrita da história, além de refutarem, também muitas vezes estudos feitos por Brígido, alegando a inexatidão das datas levantadas por ele⁶.

O que vale salientar é que, dentre seus pares cearenses, João Brígido tem uma posição e é respeitado pela sua produção, mas essa produção encontra diversas “falhas” sobre o ponto de vista da imparcialidade e da exatidão, não deixando, ainda assim de contemplar aspectos que ainda não se havia levantado dentro dessa escrita da história do Ceará que estava se formando, como a questão do negro, sob a perspectiva da libertação desses cativos ou mesmo o estudo das lutas de famílias no interior cearense, juntamente com sua produção a respeito do povoamento e desenvolvimento da região sul do Ceará, conhecida como Cariri.

Forma e Conteúdo.

⁵ A respeito do contexto no qual se funda essa instituição e como se caracterizava a produção dessa elite intelectual em Fortaleza da segunda metade do século XIX, ver: OLIVEIRA, Almir Leal. *O Instituto do Ceará: Memória Representações e Pensamento Social*. São Paulo, 2001. Tese de Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

⁶ Um exemplo disso é a publicação de J. B. Perdigão de Oliveira, na Revista do Instituto, de um longo de texto de refutações e erros a respeito do livro *Resumo Chronológico para a História do Ceará*, de 1887. Perdigão de Oliveira demonstra todo seu respeito para com a figura de Brígido e o coloca este livro como o melhor trabalho de efemérides que a província possuía até então, mas nem por isso, deixa de refuta diversas partes dessa obra. Para maiores esclarecimentos, ver: OLIVEIRA, J. B. Perdigão de. *Resumo Chronológico para a História do Ceará pelo Sr. Major João Brígido dos Santos - Ligeira apreciação por J. B. Perdigão de Oliveira*. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo II, 1888.

Dentro da obra de João Brígido é recorrente uma perspectiva de escrita de uma síntese da história do Ceará. O próprio título de alguns desses textos serve de indício para essa afirmativa: *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, texto que é publicado e divulgado pelo Diário de Pernambuco em 1859 e que renderia ao autor, posteriormente em 1862, o título de membro do IHGB; *Resumo Chronológico da História do Ceará*, que foi confeccionado para ser a 4ª parte do “Ensaio Estatístico” de Thomas Pompeu de Souza Brasil, em 1863; *Resumo da história do Ceará para uso das escolas primárias*, em 1885; novamente *Resumo Chronológico da História do Ceará*, mas agora como publicação pelo IHGB, em 1887.

O livro *Resumo de História do Ceará para uso das escolas primárias* (1885) teria como função, ensinar aos jovens das escolas públicas primárias de Fortaleza, lições formuladas por ele mesmo, após o estudo do que segundo o próprio Brígido “*se encontra compendiado [...] nas diversas chronicas, e ensaios de história especial, desta parte do império*”⁷. Convencido por amigos a elaborar tais lições, João Brígido, que já tentava delinear os caracteres da história do Ceará durante o período monárquico, ainda aponta para o problema da produção de estudos relacionados a essa história. Ele considerava que apesar de tantas crônicas e memórias escritas, a história do Ceará, escrita com algum método e sistematizada, só havia sido feita até então, por alguns intelectuais como Pedro Théberge, Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Tristão de Alencar Araripe. “*Ao último dos quaes se devem as primeiras indagações, como se deve a mim as primeiras divulgações*”⁸, dizia Brígido a respeito desse momento de produção inicial, por volta da década de 1860. A obra é dividida por “lições” escolhidas e desenvolvidas pelo próprio autor, de acordo com suas pesquisas que já eram desenvolvidas ainda na cidade do Crato. A escrita desse livro tem um papel fundamental para se entender a própria posição de Brígido a respeito da escrita da história do Ceará, já que, como foi citado anteriormente, ele se colocava como um dos pioneiros a se propor a escrevê-la, em um período anterior a fundação do Instituto do Ceará, alegando que:

“*O Ceará não tem ainda uma história propriamente dita. Quanto se tem escripto consta de memórias, noticias de jornaes, chronicas, etc., tudo disperso, sem methodo nem systema.*”⁹

Tendo *methodo* e *systema* como palavras-chaves nesse momento, afasto-me por enquanto da perspectiva da *síntese* e faço um ligeiro panorama com relação aos

⁷ BRÍGIDO, João. *Resumo da História do Ceará por J. Brígido para uso das escolas primárias*. Fortaleza: Libertador, 1885, pág. 06.

⁸ Id. Ibidem. Pág 06.

⁹ Id. Ibidem. Pág 06.

procedimentos utilizados por ele e que podem ser compreendidos através da sua própria escrita e para isso, deixo os livros e vou até o periódico O Araripe, de 10 de Fevereiro de 1859. Essa é a data que se iniciará a publicação de um escrito inicialmente denominado de *Apontamentos da história do Cariri*, quando João Brígido era diretor dessa publicação jornalista.

Alegando que “nada tinham começado [...] os raros cultores das letras cearenses” em uma nota explicativa a respeito desse texto, encontrada em 1919, no livro *Ceará – Homens e Fatos*, o autor vai elucidar alguns poucos elementos a respeito do que seria seu *methodo* e seu *systema*: justificando com a ausência de trabalhos do mesmo porte que contemplassem a história do Ceará (salvo a produção de Alencar Araripe e Dr. Théberge) e tentando “coordenar os fatos e alinhar os personagens”, se tem então, o que primeiro caberia como parte integrante desse projeto historiográfico de João Brígido¹⁰.

Jáder de Carvalho, em seu livro *Antologia de João Brígido*, compilou uma série de escritos desse, em diversas categorias e retirados de vários periódicos e de obras publicadas, no qual o acesso hoje se torna bastante difícil. Dentro dos textos encontrados na introdução desse livro, Jáder de Carvalho tenta, ao analisar os diversos aspectos da escrita de João Brígido, defini-lo como alguma categoria, baseado em sua própria escrita¹¹ e é então que essa introdução chega a um ponto interessante: defendendo que João Brígido, por uma inexatidão a respeito das datas que ele trazia à tona em seus estudos e por não conseguir manter um posicionamento imparcial em sua escrita e complementa escrevendo:

Mesmo não se realizando como cientista da história, João Brígido não se limitou a simples narração de acontecimentos [...]. Desse jeito, não apenas conta: investiga as origens, procura causas, compara, tira conclusões. Daí a riqueza das suas crônicas imortais, da sua história claudicante e anti-científica, porém superior à de supostos historiógrafos deste País e deste Estado¹².

Para além das críticas positivas levantadas a respeito da produção de João Brígido, é necessário se perceber bem, como se caracteriza a produção dele tendo em vista o momento que essa começa a se configurar. Ele é um “historiógrafo amador” como supõe Jáder de

¹⁰ BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2001, pag 80.

¹¹ Jáder de Carvalho vai atentar para as categorias “escritor”, “publicista”, “jornalista”, “polígrafo”, “contador de histórias”, “cronista e, inclusive, “historiador”, e desenvolver através dessa introdução elementos que o caracterizariam dentro ou fora dessas categorias. Atenho-me, principalmente a posição negada por Jáder de Carvalho de João Brígido como historiador.

¹² CARVALHO, Jáder. *Antologia de João Brígido*. Fortaleza: Editora Terra de Sol, 1969, pág. 11.

Carvalho, considerando que os seus próprios *methodos* e *systema* começavam a se formar no período que se iniciava essa produção da história do Ceará.

O que se mostra interessante nesse aspecto é que esse estudo a respeito do sul do Ceará passaria então a ser denominado como *Esboço histórico sobre a Província do Ceará* e publicado no periódico Diário de Pernambuco, em partes, em novembro de 1859, para então valer a seu autor, em 1962, o título de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mostrando o reconhecimento entre seus pares, quando as críticas que Jáder de Carvalho chama atenção, ainda não haviam sido formuladas.

Outra perspectiva que gostaria de chamar atenção é com relação às temáticas presentes na escrita historiográfica de João Brígido. Quando se tem pelo menos sessenta anos de produção, como é o caso, se tem a possibilidade de se dialogar com diversas formas e caracterizar diversos pontos temáticos, e mais uma vez partindo do corolário de sua produção, a obra *Ceará - Homens e Fatos*, tentarei apontar algumas das perspectivas características da formatação do que seria esse projeto historiográfico.

Atrelando este corolário com a cronologia de sua produção, tento aqui trazer à tona, primeiramente, os estudos históricos produzidos por este autor. Observando-se quatro textos denominados *Resumo da Historia do Ceará*, *O Ceará Holandês*, *A expansão da colônia* e o *Povoamento do Sul do Ceará e seu desenvolvimento*, publicados nessa obra, tem-se a formatação do que seria a escrita de Brígido quando dialogava com os documentos, apesar de não citá-los e mais ainda, pela utilização de entrevistas e diálogos com filhos e sobreviventes dos *factos* por ele escolhidos para comporem essa perspectiva. Não o ponho como um precursor das idéias da Historia Oral que vêm ganhando força desde a década de 1960 e com o passar dos anos, chega à atualidade, já com um método e com trabalhos teóricos bem balizados e discutidos. O que me utilizo é de uma perspectiva de metodologia utilizada por Brígido para suprir as ausências e lacunas que ele achava encontrar nos documentos.

O que caracteriza essa produção é também a relação “homem e feito”, por isso que sua primeira obra mais extensa, *Miscellanea Histórica*, de 1889, é recheada de biografias a respeito de homens que participaram (e o modo como atuaram) de um circuito político em diversos momentos: desde os primeiros ouvidores da capitania e suas relações com os indígenas ou os jesuítas, até uma série de pontuações a respeito dos participantes da Confederação do Equador no Ceará.

Outro elemento fundamental que desponta em sua produção são as crônicas. Tentei ter o máximo de cuidado metodológico para com elas, para então adentrar a uma crítica

historiográfica desse tipo de produção, principalmente por muitos críticos considerarem os textos nesse formato como o que melhor produziu Brígido. Aqui, chamo a atenção para duas temáticas que aparecem em momentos e textos diferentes dessa categoria: primeiramente, a cidade de Fortaleza e sua configuração nas últimas décadas do século XVIII e no início do século XIX. Essa temática de perceber o urbano, através de suas estruturas, primeiramente, econômicas, políticas e em alguns aspectos sócio-culturais é encontrada em *Antigalhas da Capital*, e principalmente no mais citado escrito de Brígido, *A Fortaleza em 1810*, texto esse que não só foi publicado em forma de livro, separado, como também aparece em suas coletâneas.

Uma outra temática, dentro das crônicas, é com relação à questão da violência no interior da capitania, das relações de poder, de como elas se configuram e de como desembocam no cotidiano. *Lutas de Família*, presente também no livro *Ceará – Homens e Fatos*, vai tratar desses embates.

As efemérides também aparecem como forma e temática dessa produção, mostrando a sua dimensão abrangente de temáticas e a formatação de díspar qualidade (questão enfatizada por muitos críticos, como o Barão de Studart, responsável por refutar muitos textos dessas efemérides publicadas em 1900).

Conclusão.

Para encerrar essas considerações, nas quais tentei perceber de um modo rápido, dentro da vasta gama de textos de João Brígido, a formação e os *estilos* de seu projeto historiográfico, passando pelas temáticas que lhe eram importantes e para alguns aspectos de sua metodologia de trabalho, chamo mais uma vez atenção do que seria o corolário de sua produção, *Ceará – Homens e Fatos*. Para se fazer uma crítica bem postulada dessa obra, é necessário ir a aos textos que surgem anteriormente, em formas embrionárias e retornar a esse livro. Nesse movimento cíclico, pode-se observar como são instituídos esses textos e, principalmente, atentar para os que não compõe este livro. A ausência aqui, pode mostrar muito da idéia de formação desse projeto.

Com a intenção de ser registrado dentro da escrita da história do Ceará como um monumento, no qual as idéias são postas e não discutidas, acredito que a crítica historiográfica dessa obra seja de fundamental importância para se perceber o que é ser um dos primeiros a escrever sobre a história do Ceará e como se processam as relações entre esses intelectuais em vários momentos da sociedade cearense. Por isso, para se

desmonumentalizar essa obra, tem-se que perceber em suas nuances, a sua formatação (como por exemplo, o fato de que não há uma datação nos textos desse livro, levando o leitor desavisado a associar todos os textos a data de publicação da obra: 1919) e dela desconstruir esse projeto na perspectiva de melhor compreender, não só o objeto em si, mas o próprio autor.

Bibliografia:

BANN, Stephen. *As invenções da história. Ensaio sobre as representações do passado*. São Paulo: unesp, 1994.

GAY, Peter. *O estilo da História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia, das Letras, 1990.

GIRÃO, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza, Casa de José de Alencar, Edição especial, 2000.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *Índice anotado da Revista do Instituto do Ceará (do Tomo I ao LXVIII)*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará/UFC, 1959.

SILVA, Ítala Byanca Morais de. *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *Fortaleza: Imagens da Cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

SOUZA, Simone & NEVES, Frederico de Castro (org). *Fortaleza: História e Cotidiano – Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WEHLING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica in *A invenção da história: Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UGF/UFF, 1994, pp 111-136.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica no século XIX*. Trad. José Lourênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Lições de História: a produção historiográfica da primeira geração de sócios do IHGB

Renata William Santos do Vale¹

Em outubro de 1838, vinte e sete homens se reuniram na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para dar início à sessão de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Seus dois principais idealizadores, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo Cunha Mattos, assim legitimavam a sua criação e descreviam a sua importância:

“Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo *esclarecimento de seus membros*, ou pelo *adoçamento dos costumes públicos*, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.”²

De acordo com os primeiros artigos do capítulo I dos Estatutos, sobre “Fim e Objeto do Instituto”, tinha “por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa”. Deveria também “sustentar correspondências com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificará nas províncias do Império para mais fácil desempenho dos fins que se propõe”,³ e publicaria, trimensalmente, uma revista ou jornal, na qual viriam a público as atas e trabalhos do Instituto, as memórias dos sócios, alguns dos documentos recolhidos, e notícias interessantes de história e geografia. O principal objetivo seria, retomando as palavras de Cunha Mattos e Januário Barbosa, “centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império”, não somente reunindo-os, mas submetendo-os a uma crítica, que avaliaria sua autenticidade, pureza e importância, e observando a conveniência de sua divulgação ou publicação.

Muito embora fundado para coligir e metodizar os documentos importantes da história e geografia, o Instituto fora pensado como uma instituição que auxiliaria, por meio da promoção de seus saberes e da ilustração, na consolidação e centralização do Estado Imperial, e na construção da

¹ Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Pesquisadora do Arquivo Nacional.

² MATTOS, R. et BARBOSA, J. “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 3ª ed., Rio de Janeiro, 1908, (1ª ed. 1839), tomo 1, pp: 5-6 (grifo meu).

³ “EXTRATO DOS ESTATUTOS do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In: Op. Cit., p. 18.

identidade nacional, o que se observa no discurso inaugural do primeiro secretário perpétuo. Neste texto, Januário da Cunha Barbosa apresentava algumas razões que o motivaram a propor a criação da casa. A principal delas era retirar a memória da pátria do esquecimento em que se encontrava, dever do mais alto esclarecimento e patriotismo, sendo inaceitável que um Império como o Brasil, que se pretendia mostrar ilustrado, moderno, não tivesse seu passado devidamente registrado. As “letras”, representadas pela história e geografia, eram de uma “indispensável necessidade” para trazer as luzes para um país, servindo para melhorar a administração pública, por meio do esclarecimento da sociedade, e para o “adoçamento dos costumes públicos”, contribuindo para a formação do Estado. O Instituto, no plano simbólico, era uma obra para o auxílio e melhoramento da monarquia constitucional, criado em um momento no qual esta corria o risco de se esfacelar, ameaçada pelas revoltas separatistas provinciais que marcaram o período regencial (durante o qual o IHGB fora fundado), e pela sombra da pulverização que ocorrera na América Espanhola, fragmentada em várias repúblicas. Em um jovem, e ainda frágil, Império como o Brasil, a história (e a memória) representaria um importante papel na criação de vínculos entre as províncias pela construção da identidade nacional, que seria o amálgama necessário para a centralização do Estado.

“Basta atendermos ao que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que dela particularmente se ocupe [...] – *A história* (escreve aquele filósofo romano) *é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida.*”⁴ Era a responsável por “eternizar [...] os fatos memoráveis da pátria”, por guardar os ensinamentos que se deveriam transmitir às gerações futuras. Essa história não poderia estar carregada de erros e imprecisões, mas precisava conter os fatos notáveis do passado, e ‘resgatar’ da obscuridade os grandes homens que contribuíram para a marcha da civilização do país, que serviriam como exemplos a ser seguidos. Era indispensável que se escrevesse uma história correta, verdadeira e ética do Brasil. Combinavam-se na visão de história do primeiro secretário, e de boa parte dos sócios fundadores do Instituto, elementos da noção antiga de história e da concepção moderna, quando afirmava que o Instituto deveria produzir uma história pedagógica, com forte caráter ético e exemplar, mas inscrita numa linha de tempo cronológica, linear e evolucionista, baseada na verdade dos documentos, orientada por um sentido filosófico e pragmático. Para o cônego Januário:

“A história nos pode oferecer importantíssimas lições; ela não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um maquinismo, que concorrem ao desempenho dos fins de seu inventor. A história os deve pintar tais quais foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas ações. [...] as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela história”.⁵

Sendo assim tão importante e destacado o papel da história para um país como o Brasil, como fonte de exemplos e ensinamentos, de onde se retiraria a memória nacional, ela não poderia conter

⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. “Discurso” In: Op. Cit. p. 9.

⁵ Ibidem, p. 13.

imprecisões e inverdades. Isso justifica o destaque dado à crítica documental, método adotado pelos historiadores modernos da Europa, herdeiro da prática dos antiquários, que verificavam se objetos, vestígios e manuscritos eram verdadeiros e legítimos, baseados em princípios como autenticidade, integridade e confiabilidade – também adotados por estes ‘historiadores’. Neste ponto insiste Januário:

“O talento dos historiadores e dos geógrafos é só quem pode oferecer-nos relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antigüidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. A história seria, portanto, incompleta, descoberta e árida, se ocupando-se unicamente de resultados gerais, por uma mal entendida abstração, não colocasse os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembarquem a inteligência dos leitores”.⁶

O trabalho do historiador não seria simplesmente recolher e ajuizar os documentos, verificando se eram autênticos, puros e confiáveis, como faziam os antiquários. O passo seguinte à tarefa de recolher e metodizar os documentos seria reconstruir os acontecimentos aos quais remetiam em uma narrativa. Deste modo, os sócios que pretendiam escrever a história reordenariam o passado a partir de suas preocupações no presente, recortando os “fatos notáveis”, as “glórias”, as “virtudes”, os “brasileiros ilustres”, que evidenciavam a marcha do Brasil rumo ao progresso e a civilização, o ponto de chegada da história (e ao mesmo tempo memória) que os sócios pretendiam escrever. A própria introdução do ‘fazer historiográfico’ no Brasil, serviria para incluir o Império no conjunto das nações cultas e civilizadas. Neste momento, na Europa, o trabalho de pesquisar e escrever a história se profissionalizava e se institucionalizava, ganhando as universidades e deixando as academias e sociedades literárias. Neste movimento moderno florescente na Europa, a história começava a ser pensada segundo uma nova concepção, baseada em uma noção de tempo linear, evolutiva e filosófica. Inserir o Brasil neste movimento moderno de pensar e escrever a história era também dispô-lo entre as nações civilizadas, pelo exercício do fazer historiográfico, mas também porque ao escrever a história do Brasil, inseriam mais um capítulo na história universal das nações, que apontava para um tempo de civilização e de progresso como ponto de chegada.

Ao fundarem o Instituto, pode-se dizer que o “espaço de experiência”⁷ dos sócios do Instituto era a idéia de história como mestra da vida. Este “espaço de experiência” era o passado presente — as experiências comuns passadas que se faziam presentes, que indicavam como os fundadores viviam a história. No entanto, no “horizonte de expectativa” daqueles homens estava a nova e moderna concepção de história, filosófica, pragmática, oficial, apontada para o progresso. Os fundadores construía sua própria idéia de história a partir destas duas concepções que coexistiam e dialogavam, importando elementos de cada uma delas, fortemente vinculados à visão pedagógica

⁶ Ibidem, p. 12.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae: The Dissolution of the Topos into the Perspective of a Modernized Historical Process” et “‘Space of Experience’ and ‘Horizon of Expectation’: Two Historical Categories”. In: *Future Past*. Cambridge/ London: The MIT Press, 1985, pp. 21-38, pp.: 267-288.

e ética da história, como uma “fonte inesgotável de ensinamentos”, embora caminhassem em direção à concepção moderna que estava em seus “horizontes”.

É neste momento de crise, de transformação, no conceito de história, que o IHGB foi fundado e dialogando com essas duas noções que os sócios iniciaram seus trabalhos — escreveram suas memórias, ajuizaram documentos, propuseram questões de trabalho e debates. Partindo do pressuposto que não havia somente uma única concepção de história em trânsito no Instituto, durante as discussões estas diferenças apareceriam, evidenciando as incertezas daqueles homens em relação ao trabalho que pretendiam desenvolver. É possível afirmar que o período que compreende a atuação e liderança dos fundadores à frente dos trabalhos da casa, de 1838 até aproximadamente 1846, foi de experimentação: a Instituição não estava pronta, não havia um único pensamento acerca da história, e embora bastante se tenha produzido neste período, muito mais se propôs e apontou caminhos a serem seguidos pelas próximas gerações. Esta época da primeira geração de sócios pode ser considerada mais propositiva, porque não pretendia ela mesma escrever a história do Brasil, muito embora tenham deixado suas contribuições. A tarefa daqueles sócios seria mais de pesquisar os documentos importantes e resolver as questões norteadoras para criar elementos que possibilitassem esta escrita, como método, periodização, enfoque — pretendiam mais preparar o projeto de escrita da história para as próximas gerações.

Ao percorrer as páginas da *Revista do Instituto Histórico*, vasculhando as memórias e textos dos sócios para analisar os temas que apareciam com mais frequência em seus trabalhos, deparamos, já a princípio, com uma marca deste período de implementação e consolidação do IHGB: não havia muitas memórias e dissertações nos primeiros volumes da *Revista*. Consultando os extratos das atas das sessões da casa, no entanto, apesar de não haver muitas dissertações, percebemos que os sócios estavam em franco movimento de proposição de temas, idéias e programas para serem desenvolvidos. Alguns assuntos apareciam com frequência, dentre eles o problema da periodização da história, as fontes, as relações entre história regional e história geral, a questão da civilização e das raças, entre outros. Ao estudarmos seus objetos, podemos entender melhor a dinâmica cotidiana de trabalho daqueles homens, perceber divergências e diferenças em suas idéias de história, problemas enfrentados, interditos, os caminhos futuros que IHGB viria a trilhar, já em fins da década de 1840, quando a primeira geração vai saindo de cena e começa a ceder espaço para uma segunda geração de sócios que assumiu os destinos da casa.

A questão da periodização foi a primeira a entrar na pauta de debates — não por acaso. Conforme assinala José Honório Rodrigues⁸, desde que se começou a pensar a história, a forma de classificar o material a ser trabalhado era praticamente natural, não orientada por nenhum princípio

⁸ RODRIGUES, José Honório. “A periodização na história do Brasil”. In: *Teoria da História do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, pp.: 112-145.

teórico ou filosófico. A fundação do IHGB marca, no entanto, a preocupação do estabelecimento de um critério e de um sentido orientador para esta classificação. “Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões”⁹ foi o primeiro programa proposto na primeira sessão oficial de trabalhos, ainda em 1838, não por acaso por Januário da Cunha Barbosa, um dos principais incentivadores dos trabalhos históricos, e liderança indiscutível dentro da casa a este tempo. A proposta retornou na segunda sessão como “Ordem do dia”, sendo discutida por Cunha Mattos, e por outros sócios, que apresentaram suas reflexões sobre o assunto. Na terceira sessão, já em 1839, o marechal Cunha Mattos apresentou e leu parte de uma memória que escreveu sobre o assunto, “Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”. Esta memória foi publicada na *Revista do IHGB* em 1863, e nela Cunha Mattos dizia ter recebido sugestões e contribuições de todos os colegas que participaram das discussões:

“[...] abraçarei de boa vontade a opinião do nosso ilustre secretário perpétuo, acerca da divisão das épocas da história do Brasil, por achá-lo conforme ao de diversos escritores antigos e modernos. Sejam três as épocas da nossa história: na 1ª trate-se dos aborígenes ou autóctones; em a 2ª compreendam-se as eras do descobrimento pelos portugueses, e da administração colonial; e a 3ª abranjam-se todos os acontecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo”.¹⁰

Depois de apresentar qual seria sua divisão, Cunha Mattos passava a falar das épocas em que dividiu a história, embora não tenha avançado além da primeira. Esta época, a dos indígenas, seria a mais difícil a ser pesquisada, pela dificuldade de se obter documentos, e por esta razão mesma, deveria ser aquela que merecesse maior atenção e esforços. Percebe-se, ao longo da memória, uma grande preocupação de Cunha Mattos, expressando a inquietação de boa parte dos sócios fundadores, de procurar conhecer as origens do Brasil. Conforme dito anteriormente, os sócios do Instituto faziam parte de uma geração de homens marcada pelo pensamento iluminista, sobretudo na maneira como interpretavam o tempo. A questão dos indígenas sempre se colocou para os sócios como um problema, visto que era imperioso que se definisse como eles seriam inseridos na história do Brasil. Seu lugar seria no início da história, como os antepassados dos brasileiros, que estavam em um tempo primitivo, que influenciariam na formação da história e do povo do Brasil.

O problema da periodização apareceu ainda outras vezes durante esta primeira fase na vida do Instituto, partindo de Januário da Cunha Barbosa. Motivado por suas inquietações com o tema, na 51ª sessão de 14 de novembro de 1840 o primeiro secretário oferecia, de seu próprio bolso, 100\$000 réis “para reforço de um prêmio que o Instituto arbitrar à melhor memória que lhe for oferecida até fins do 4º ano acadêmico, sobre o mais acertado – Plano de se escrever a história

⁹ In: “Extrato das atas das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 2ª sessão em 15 de dezembro de 1838”.Op. Cit. p. 45.

¹⁰ MATTOS, Raimundo José da Cunha. “Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil”. In: *Revista...* Rio de Janeiro, 1863, tomo 26, p. 129.

antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes política, civil, eclesiástica e literária”,¹¹ ao qual o Instituto somou mais cem mil réis. Duas memórias foram inscritas para o concurso: a de Karl Friedrich Phillip von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”, de 10 de janeiro de 1843 (e publicada em 1845, tomo 6(24)), e a de Henrique Júlio de Wallenstein, “Sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, de 30 de setembro de 1843 (publicada no tomo 45 da *Revista*). A memória vencedora foi a de Martius, naturalista bávaro e sócio honorário do Instituto, que estivera no Brasil entre 1817 e 1820 encarregado de uma missão científica juntamente com o zoólogo austríaco Johann Baptist von Spix, que rendeu a obra *Viagem ao Brasil*.

O parecer sobre as obras candidatas ao concurso foi levado a público na *Revista* de 1847. A monografia de Júlio de Wallenstein foi preterida pois parecia “que o autor desta memória não compreendeu bem o pensamento de vosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isto por um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história [no gênero filosófico] como se deve exigir atualmente”.¹² Venceu a memória de Martius, que não propunha, na verdade, uma periodização, e sim um plano e um método para os futuros trabalhos de história, além de propor um sentido filosófico para a história do Império. A comissão julgadora assim se colocava sobre a questão: “Alguns espíritos, ou mais severos ou mais exigentes queriam talvez que o autor se cingisse mais à letra do programa, e entrasse mais detalhadamente na distribuição sistemática das diversas parte da história, na divisão das épocas, no encadeamento dos fatos, etc. Mas, srs., além de que o autor não desprezou de todo essa parte, o valor das considerações filosóficas apresentadas por ele são de tal importância, que não deixam pensar nesses detalhes”.¹³

Martius não propunha uma periodização *stricto sensu*, mas, ao propor a divisão da pesquisa e do estudo da história pelas três raças, acabava propondo uma periodização, em que os índios representariam a pré-história do Brasil; o período dos brancos, colonial, seria a história antiga; e o período imperial, a história moderna. O papel dos negros nesta história antiga e moderna não seria primordial, representado pela escravidão e pelas influências nos costumes. Dentre todas as periodizações oferecidas ao IHGB este talvez possa ter sido o traço comum: a história do Brasil deveria ser dividida em antiga, correspondente ao período anterior à Independência, moderna, do Império do Brasil, e a pré-história seria o período anterior à colonização, dos índios. A comissão de história em seu parecer pretendia encerrar esta discussão para os sócios: “Se alguma coisa se podia dizer contra ele [o plano], é que talvez seja inexecutável na atualidade; o que vem a dizer que ele é

¹¹ Op. Cit. 1840, tomo 2(8), p. 532.

¹² Idem, 1847, tomo 9(2), p. 279.

¹³ Ibidem, p. 287.

bom demais. Porém não se trata aqui de uma questão de tempo; aí está o modelo para quando a coisa for realizável”.¹⁴ A memória de Martius vinha dar aos sócios a direção e o sentido que deveria ter a história do Brasil, para quando estes fossem empreender suas investigações sobre a história, mesmo que isto não fosse possível naquele momento. Para os fundadores do IHGB estava, ao menos parcialmente, resolvida a questão da periodização.

Outra questão de pronto levantada, ainda na primeira sessão, foi relativa aos documentos que deveriam ser recolhidos para serem guardados pelo IHGB. Esse assunto foi freqüente na pauta de discussões; e expressa a preocupação de que fosse cumprida a primeira finalidade do Instituto: recolher objetos, manuscritos, documentos, oficiais ou não, em todas as províncias do Brasil além de outros países, principalmente Portugal e Espanha. O presidente da comissão de história, Rodrigo Silva Pontes, apresentou uma memória para auxiliar as discussões futuras e orientar a escrita de novas memórias. Esta memória é bastante significativa porque não se resume a instruções para a coleta de documentos, sendo uma orientação sobre sua importância, o estabelecimento de um método para pesquisa; sobre os muitos tipos de documentos entre outras questões.

Mais do que pesquisar os documentos e descobri-los, a função do IHGB era conseguir reunir na casa os documentos espalhados em arquivos públicos municipais, provinciais ou paroquiais, cartórios ou em posse de terceiros. E este era o primeiro passo a ser tomado segundo as recomendações de Silva Pontes: conseguir permissão para ter acesso a cofres públicos e aos documentos importantes. O segundo seria nomear uma comissão que faria um inventário e um relatório sobre a importância dos arquivos e dos papéis destes, cuidando principalmente “da autenticidade e da importância dos manuscritos”, e avaliando a melhor forma de obtê-los, por compra ou cópia. Este processo deveria ser adotado pelos sócios em todas as partes do Império e revelava a preocupação com a adoção de um método no trato das fontes. O meio para que este trabalho pudesse ser levado a cabo seria as “viagens científicas” pelo país, conforme lembrava o autor, sobretudo quando fosse o caso de recolher algum documento especialmente raro ou mesmo de confirmar a existência ou veracidade de algum manuscrito ou de algum monumento.

Outro esforço no sentido de orientar o recolhimento dos documentos foi promovido por Januário da Cunha Barbosa; já no primeiro tomo da *Revista* publicou “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”¹⁵, para os sócios e colaboradores que se encarregariam da tarefa de remeter ao Instituto Histórico os documentos encontrados nas províncias. Este texto não versava sobre os métodos para conseguir os documentos, mas estabelecia os assuntos mais importantes a serem pesquisados pelos sócios, e a serem procurados nos documentos para remeter à sociedade central. Era dividido em

¹⁴ *Ibidem*, p. 287.

¹⁵ BARBOSA, J. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro”. In: *Op. Cit.* tomo 1(2), pp.:109-110.

duas partes: histórica, e geográfica. Sugeriu que se procurassem notícias biográficas detalhadas dos “Brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade notável”; “cópias autênticas de documentos interessantíssimos à nossa história”, muito embora não estabelecesse exatamente quais seriam estes ‘documentos interessantíssimos’; que se pesquisassem sobre os índios, sua catequese, seus costumes, sua civilização, e suas atividades; sobre a história e os aspectos econômicos das províncias; e sobre a flora e fauna das províncias.

Entretanto, na premiada dissertação de Martius, considerada pelos próprios sócios o texto definitivo no estabelecimento do que deveria ser pesquisado para escrever a história, os documentos eram tratados não como uma finalidade, mas como meio para escrever a história do Brasil. Seguindo os temas propostos por Martius, as fontes a serem pesquisadas para se fazer uma etnografia das populações indígenas seriam, principalmente, as muitas línguas e os vestígios materiais dos povos. Sobre os portugueses, as fontes seriam todos os documentos oficiais, relativos à expansão de Portugal para a América e a descoberta do Novo Mundo, à administração, comércio e legislação colonial, à administração eclesiástica, à produção agrícola, à educação, aos aspectos da vida cotidiana, às guerras, às expedições, e às lendas e mitos populares. Sobre os negros sugeriu-se pouco: pesquisas sobre o tráfico e sobre as feitorias portuguesas na África, e, sobretudo, os costumes da raça, conhecimentos, crenças, “superstições e defeitos”.¹⁶

Ainda sobre os documentos podemos assinalar que, tanto na “Lembrança...” de Januário como na memória de Martius, havia também os interditos: falavam muito no período colonial, mas a época da Independência, e sobretudo das Regências, ficavam um tanto descuidadas. Propunham uma história, que privilegiava o período colonial, como uma sucessão de acontecimentos amarrados pela cronologia e por um sentido de progresso, que apontasse os avanços em relação à civilização. Neste caso, os tempos de revoltas e revoluções, que representavam distúrbios na ordem, tenderiam a ser esquecidos. Até Martius levantar a questão dos negros, de forma bem acanhada e negativa, os sócios praticamente não se dedicavam a recolher documentos sobre eles – e mesmo depois da advertência do naturalista bávaro, continuaram dedicando-se aos estudos sobre os índios.

A questão da história geral e da história regional estava relacionada ao problema vivido da centralização do Estado, aos conflitos entre a autoridade central e as autoridades provinciais. Essa questão se transpôs para o Instituto e provocou discussões sobre ao que se dedicar: à escrita da história geral do Brasil, ou das províncias. Parte dos sócios acreditava que estudar e escrever as histórias das províncias neste momento seria como reafirmar as identidades coloniais, reavivar as memórias locais, o que poderia incentivar movimentos revoltosos, em detrimento dos sentimentos de pertencimento nacional que deveriam ser incentivados com a escrita da história. Outros sócios

¹⁶ MARTIUS, Karl Friedrich Phillip Von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. In: Op. Cit. tomo 6(24), pp. 397.

defendiam que a história deveria ser geral, pois versava sobre todas as províncias do Império, seguindo o preceito estabelecido pelo primeiro secretário — o “timbre” do Instituto era a “glória nacional”, então a escrita da história geral do Brasil ajudaria a criar identidade e sentimento de pertencimento nacionais, eliminando os particularismos, e ajudaria a afastar o fantasma do separatismo que rondava o território. Januário ainda enfatizava que a história geral do Brasil deveria ser também uma história filosófica, em oposição às histórias regionais que seriam histórias particulares dispersas, sem critério e sem um sentido filosófico.

A memória de Martius dava bastante destaque a esta questão na parte “Sobre a forma que deve ter uma história do Brasil”. As histórias provinciais eram muito importantes para esclarecer fatos e acontecimentos e enriquecer a história do Brasil, mas faltavam os elementos que as transformassem na verdadeira história: não tinham um sentido filosófico, restringindo-se ao aspecto de crônicas – “um número de fatos e circunstâncias insignificantes” numa narrativa que se repetia com “monotonia”, sem a comprovação necessária dos documentos. Alertava ainda para o risco que um país tão vasto e com províncias de características tão diferentes oferecia ao historiador do Brasil: prender-se em excesso às particularidades das províncias e abandonar o conjunto do país. Entretanto, também destacava a importância de não menosprezar algumas destas particularidades, correndo o historiador o risco de não conseguir demonstrar em sua história geral o caráter local das províncias que faziam parte do Brasil. E reforçava nas suas sugestões aos historiadores do Brasil:

“A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores Brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afecto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos Republicanos de todas as cores, Ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexecutabilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos, por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos”.¹⁷

Se a história era mestra do presente, era preciso aprender com os exemplos recentes, como o da América Hispânica, fragmentada após a Independência, e reforçar os laços de unidade do país. E cuidadosamente não colocava a questão da unidade como um problema somente territorial e da esfera do Estado, mas como uma questão cultural e da esfera do simbólico, que envolveria despertar e reforçar o amor à pátria, a fidelidade, a prudência e outras virtudes cívicas nos habitantes do Império. Esta seria a função da história: “adoçar os costumes”, acalmar os ânimos exaltados, e tentar ligar as províncias, desencorajando projetos republicanos, separatistas.

Para concluir, raça e civilização eram dois temas intrinsecamente ligados no pensamento dos sócios do Instituto. O problema de conciliar a civilização com as raças que compunham o Brasil, sobretudo em relação à negra e à escravidão, foi superado pela memória de Martius, ao propor uma

¹⁷ Ibidem, p. 401.

divisão para a história do Brasil que conferia um papel para cada uma das três raças que participaram da formação do homem brasileiro. O tamanho e a importância do lugar de cada uma na história já haviam sido delimitados previamente, e se o caminho estava apontado para a civilização, o papel de negros, índios e mestiços não passaria de um papel suplementar, secundário. Depois da solução de Martius, o Instituto começava a apontar para outro lado. Ao invés da produção desordenada de memórias e a pesquisa desorientada sobre raças que se fazia nos primeiros anos de trabalho da casa, a partir de 1847, o Instituto sofreu uma mudança considerável de orientação e pensamento, ao concentrar grande parte de seus esforços de pesquisa sobre indígenas no Brasil na Seção de Etnografia. Os estudos sobre raça se concentrariam na etnografia dos indígenas, mantendo-se o interdito sobre os negros e escravos.

A morte do cônego, em 1846, e de boa parte da primeira geração de sócios fundadores até fins da década de 1840 e início da de 1850, coincidiu com um momento em que o Instituto começava a mudar de orientação. Em primeiro lugar, Francisco Adolfo de Varnhagem, um historiador moderno, passou a ter uma atuação mais destacada na casa. Em segundo lugar, este momento coincidiu com a publicação do trabalho de Martius, que resolveu algumas questões difíceis e divergentes entre os sócios. Com a publicação da memória “Como se deve escrever a história do Brasil”, aquele primeiro momento de vida do Instituto, de experimentação, de muitas proposições, de muitas memórias sem uma orientação ou um sentido maior parecia encerrado. A memória de Martius veio a solucionar o problema dos sócios de ‘como’ escrever a história, com base em que plano e em qual periodização. Parecia que estava concluído o trabalho do cônego no Instituto, pois, coincidentemente, logo depois da publicação da monografia de Martius na *Revista*, ele faleceu.

Com a morte de Januário da Cunha Barbosa e de boa parte da primeira geração de fundadores, encerrava-se um primeiro ciclo do Instituto, iniciando um novo período em que a associação já era reconhecida e respeitada, no qual já haviam sido definidas as linhas mestras do fazer historiográfico. A nova geração que assumia, desta vez não mais composta de letrados, mas já dos primeiros historiadores, concebia a história de forma moderna, e imprimia esta marca ao Instituto, assim como a primeira geração imprimiu a sua. Mas essa já uma outra história.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade

RESIGNIFICANDO O TEMPO NA HISTÓRIA: A DIALÉTICA DA INTERRUPÇÃO
EM WALTER BENJAMIN

Renato Melo

A cada dia almejam-se novos ambientes de aprendizagem, mais adequados às circunstâncias e exigências do mundo contemporâneo. Exigem-se hoje novos referenciais explicativos para os novos problemas enfrentados nas diferentes áreas do conhecimento humano. Os paradigmas tradicionais sofrem com a rapidez dos acontecimentos e transformações nas sociedades industrializadas. Os novos campos de investigação e também as novas abordagens nas ciências sociais demandam instrumentos práticos e eficientes na compreensão dos objetos. Dessa forma, pretendemos mostrar como o pensamento de Walter Benjamin se propugna como um referencial importante no campo histórico. A maneira deste alemão de focar os objetos, abordando-os como um caleidoscópio, imprime na ciência histórica um olhar centrado em um novo paradigma.¹ Esse paradigma se serve do conceito de “Dialética na Interrupção”.

Acreditamos que o modo como Benjamin utiliza o conceito de “Dialética na Interrupção” estabelece uma premissa importante para consubstanciar um novo paradigma no estudo do passado. Assim como o Paradigma Indiciário, que foi desdobrado por Carlo Ginzburg,² é um instrumento importante para compreender a realidade, pois o mesmo se coloca como um modelo epistemológico que emergiu no final do século XIX e que ainda não tinha sido teorizado explicitamente, o método da interrupção da história benjaminiano ainda não foi suficientemente configurado na

¹ Pelo conceito de paradigma entendemos, seguindo T. Kuhn, a constelação de crenças, de valores e técnicas que são compartilhadas pelos membros de uma determinada comunidade científica, ou seja, é um modelo ou padrão partilhado pelos membros de um grupo que permite explicar a realidade. KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 218-9.

² GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

história. Desta feita, é necessário mostrar a operacionalidade do método de Benjamin para tentar suprir algumas deficiências na apreensão do objeto histórico.

Devemos salientar que a Antropologia, no início do século XX, conseguiu sair das malhas do evolucionismo etnocêntrico ao problematizar a noção de cultura bem como relativizou a própria noção de tempo histórico.³ Franz Boas estabeleceu também um novo paradigma ao iniciar uma reflexão que veio relativizar o conceito de cultura.⁴ Da mesma forma que a exigência de uma temporalidade linear e cronológica não corresponde à realidade de alguns povos tribais, pois o tempo é percebido diferentemente de acordo com a tradição mitológica e/ou tribal,⁵ a noção dominante de tempo homogêneo esconde fragmentos e detritos significativos para a história dos subalternos. A forma como José C. Reis demonstra que o olhar histórico foi redimensionado devido à contribuição dos *Annales* no que se refere à explicitação das várias interseções temporais,⁶ pretendemos mostrar como Walter Benjamin resignificou a história com o método da interrupção temporal. Acreditamos que dessa maneira a ciência e a cultura poderão ser novamente potencializadas na história.

³ Lévi-Strauss no livro *Pensamento Selvagem*, demonstra a existência de uma forma alternativa para conceber o tempo. Assim, existem sociedades em que o tempo e a sua passagem não são uma cadeia similar na qual se entrelaçam os acontecimentos. Cf.: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1970. Para os Apinayé, por exemplo, o tempo não é um fluxo homogêneo, uma continuidade ininterrupta, mas é percebido, sentido, vivido, apreendido e pensado como uma descontinuidade. Houve um tempo da aurora no qual se “fixou a existência e há o tempo do agora onde se pratica aquela forma de existir”. Cf.: ROCHA, Everardo P. Guimarães. *O etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 85.

⁴ BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Organização, apresentação e tradução de Celso Castro. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Num programa em que o evolucionismo tomava a cultura ocidental e do “eu” como absolutas, classificando a cultura do “outro” como refratária e secundária, Boas veio perceber a importância de se estudar as culturas humanas nos seus particulares, estabelecendo o conceito no plural. De fato, cada grupo produz a sua cultura de acordo com as suas condições e apropriações históricas, climáticas, lingüísticas, tradições e práticas societárias. Claro que o resultado não podia ser outro senão a ampliação dos problemas de apreensão do real, mas nem por isso menos gerador de uma nova sensibilidade mais afinada com as transformações sociais. O resultado vai ser uma grande quantidade de estudos levando em conta a pluralidade cultural, sobressaindo nomes como Ruth Benedict e Margaret Mead. No Brasil, como fiel aluno de Boas, Gilberto Freyre será importante por explodir a noção de cultura etnocêntrica centrada num racismo homogeneizante. Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁵ DA MATTA, Roberto. *Um mundo dividido: a estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁶ Segundo José Carlos Reis, a inovação metodológica proporcionada pelos *Annales* foi sustentada por um novo olhar temporal consubstanciado na interdisciplinaridade. Mas “esta interdisciplinaridade seria incompatível com a temporalidade ‘acontecimental’, do único, singular e irrepetível, linear, progressista e teleológica da dita ‘história tradicional’”. Cf.: REIS, José Carlos. “Os *Annales*: a renovação teórico metodológica e ‘utópica’ da história pela reconstrução do tempo histórico”. In: SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luís. (Orgs.) *História e História da Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 1998, p. 30. Para Reis, a grande mudança epistemológica produzida pela Escola dos *Annales* foi a nova representação do tempo. *Idem*, p. 30. Veja também: VOVELLE, Michel. “A história e a longa duração”. In: *A nova história*. (Dirigida por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel.) Coimbra: Almedina, 1990.

Walter Benjamin, comungando com as transformações surgidas na Antropologia, na Psicanálise, na Linguística e nas artes no início do século XX, principalmente nos movimentos expressionista e surrealista, propõe, na latência de seus textos, um novo olhar para o objeto histórico que rompa com a pré-figuração homogênea e estática do tempo. Se Deus está no particular e se o demônio mora nos pequenos detalhes, urge o confronto para que o inesperado venha ajudar a expressar a verdade. Talvez o anjo da história benjaminiano sirva como índice paradigmático desse momento.

A realidade não se apresenta apenas numa linearidade cronológica de acontecimentos, mas principalmente na forma de sobressaltos, desvios e rupturas. A ruptura de um paradigma significa rompimento, suspensão. Trata-se de uma cisão, ou seja, é uma transformação na forma de apreender e compreender os fenômenos e aceitar os fundamentos de uma construção teórica pela parte de uma comunidade científica. A ruptura de um determinado paradigma se explica pela “existência de um conjunto de problemas, cujas soluções já não se encontram no horizonte de determinado campo teórico, dando origem a anomalias ameaçadoras da construção científica”.⁷ Dessa forma, as elucubrações benjaminianas apontam para a emergência de um novo paradigma para se pensar o histórico, embora ainda não tenha sido teorizado ou demarcado metodologicamente.

A história não se torna inteligível apenas pela explicação causalista, mas também pelas veredas interpostas por uma *Dialektik im Stillstand* (Dialética na Interrupção)⁸. O sentido dessa dialética na interrupção propicia ver os fatos e

⁷ MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papyrus, 2005, p. 55.

⁸ Sérgio Paulo Rouanet prefere traduzir *Dialektik im Stillstand* por “dialética em repouso” BENJAMIN, Walter. “Que é o teatro épico? Um estudo sobre Brecht”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 89. (Obras Escolhidas; v. 1). Já Flávio R. Kothe prefere “dialética em paralisia” Cf.: BENJAMIN, Walter. “O que é o teatro épico? Primeira versão – Um estudo sobre Brecht”. In: *Sociologia*. Trad. de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 211. No entanto, SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 228, traduz *Dialektik im Stillstand* por “dialética em suspensão”. Seguindo FERRARI, 1991, p. 86, e GAGNEBIN, 1994, p. 121, preferimos traduzir *Dialektik im Stillstand* por “dialética na interrupção”, pois esse conceito nos remete à crítica à causalidade da história bem como a dois acontecimentos distantes no tempo, mas semelhantes em diferenças reveladoras numa inserção histórica. “A idéia de *interrupção* e, de maneira mais específica, o conceito de *cesura* preenchem assim na reflexão historiográfica de Benjamin uma função dupla: em primeiro lugar, criticam uma concepção trivial da relação histórica, em particular uma relação de causalidade determinista, tão fácil de estabelecer *a posteriori*; a essa causalidade achatada opõe a intensidade de um encontro súbito entre dois (ou mais) acontecimentos que, de repente, são (com)preendidos pela interrupção da narração e se cristalizam numa significação inédita: processo de significação baseado na semelhança repentinamente percebida entre dois episódios, que podem estar distantes na cronologia, e, ao mesmo tempo, baseados em suas diferenças reveladoras de uma inserção histórica distinta.” In: GAGNEBIN, 1994, p. 121.

acontecimentos longe de uma linearidade “homogênea e vazia”. A dialética, em Benjamin, expõe um pequeno resíduo, a menor parte que pode ser isolada do fluxo histórico, que contém as características deste sem, no entanto, se reduzir ao mesmo. Esse método de Benjamin se aplica não somente à história, mas igualmente à crítica literária e artística. É o que ele faz, por exemplo, a respeito da obra de B. Brecht. O teatro épico de Brecht se torna original, na perspectiva de Benjamin, não por reproduzir situações, mas por descobri-las. “A descoberta das situações ocorre por meio da interrupção do ato”.⁹

A dialética enquanto método de interrupção do fluxo contínuo é exemplificado por Benjamin numa outra passagem significativa sobre o teatro: “estancar, no fluxo real da vida, o instante, esse instante em que o seu fluxo se detém, torna-se perceptível como refluxo: a admiração, o espanto, é esse refluxo. A dialética em momentânea paralisia é o seu verdadeiro tema”.¹⁰ O método, enquanto desvio, leva-nos a uma dialética na interrupção para, a partir daí, perceber o objeto histórico nas suas variantes cognitivas e não redutíveis ao parâmetro circunscrito da empatia historicista. Dessa forma, na metodologia benjaminiana, tratado, desvio e dialética na interrupção se interligam para expor os objetos ou acontecimentos históricos na sua infinitude de possibilidades. O tratado renuncia de antemão à intenção, daí a sua riqueza enquanto método, pois elimina o pré-conceito já no seu movimento interno.¹¹ O método de Benjamin afasta-se do cartesiano por se propor digressivo. Impõe um discurso em “curto-circuito” que “interrompe a si mesmo” objetivando restaurar a relação com seus objetos.¹² O método, ao buscar diferentes níveis de significado na unicidade do mesmo objeto, é estimulado a “começar de novo”.¹³ O método, tal como usado por Benjamin, não almeja essencialmente comunicar, pois perderia a nervura principal. “Aquilo que um poema contém para além da comunicação não é universalmente tido como inalcançável, misterioso, poético”.¹⁴ Assim como num poema a mensagem está além da comunicação enunciada pelas palavras ou frases, o método do estudo da história deve proporcionar um

⁹ BENJAMIN, Walter. “O que é o teatro épico? Primeira versão – Um estudo sobre Brecht.” In: *Sociologia*. Trad. de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985, p. 205.

¹⁰ Cf.: *Idem*, p. 211.

¹¹ “Método é caminho indireto, é desvio. A representação como desvio é portanto a característica metodológica do tratado. Sua renúncia à intenção, em seu movimento contínuo: nisso consiste a natureza básica do tratado”. Cf.: BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Apresentação, tradução e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 50.

¹² “Benjamin opõe um discurso em curto-circuito que a meio caminho interrompe a si mesmo a fim de renovar contato com seus objetos”. Cf.: MATOS, Olgária C. F. *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 10.

¹³ “O pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas”. Cf.: BENJAMIN, *Op. cit.*, 1984, p. 50.

¹⁴ BENJAMIN *apud* MATOS, *Op. cit.*, 1993, p. 11.

desenvolvimento análogo à poesia: deve transcender o momento da enunciação para outros contextos. Nesse sentido, o “tônus da verdade” encontra o meio próprio para se manifestar.¹⁵ A descoberta de que em cada momento histórico estão contidas múltiplas possibilidades não manifestas, que só podem vir à tona com a interrupção da história, se caracteriza como a síntese da dialética benjaminiana. Essa dialética faz emergir os sentidos ocultos pelo mito e pela historiografia oficial.¹⁶

O historiador crítico possui a peculiaridade, em relação à historiografia tradicional, de trabalhar a história com um princípio construtivo. Procedese à destruição de sistemas explicativos auto-suficientes alicerçados numa cronologia teleológica, para, em seguida, proceder à construção histórica sem pré-conceitos adiantados pela historiografia dominante. O historiador deve ser sensível ao diferente, ao desigual e às lacunas formadas pela homogeneização dos dados. O processo construtivo se efetiva na problematização dos dados e não na descrição linear. O historiador crítico age de maneira cautelosa, pois sabe que “ao ato de pensar pertence não só o andamento dos pensamentos, mas também a sua fixação”.¹⁷

Em Walter Benjamin, deve-se levar em consideração que os objetos perdem a sua identidade de coisas ou de obras acabadas para fazerem parte de uma “desintegração atômica”:¹⁸ o passado, ao ser atualizado dialeticamente, revela a carga explosiva que estava latente, uma carga explosiva de futuro que estava comprimido.¹⁹ São os fragmentos do passado que se unem numa história em construção, numa história repleta de “agora”.²⁰ Tanto a escritura da Filosofia quanto da Historiografia são concebidas numa construção na medida em que confluem indivíduo e história para romper a concepção tradicional de conhecimento. Esta concepção a ser dilacerada é aquela que se estrutura num conhecimento lógico-linear, tanto na que se assenta numa

¹⁵ “Referindo-se à Teoria das idéias de Platão e à Monadologia de Leibniz, Benjamin considera que seu conteúdo de conhecimento será tanto maior quanto mais o que pretendiam enunciar estiver destruído. Só então o tônus de verdade pode manifestar-se”. Cf.: *Idem*, p. 11.

¹⁶ FERRARI, Sônia Campaner Miguel. *Sobre o conceito de experiência em Walter Benjamin*. S. Paulo: FFLCH-USP, 1991, p. 81. (Dissertação de mestrado)

¹⁷ BENJAMIN, 1990, p. 702-32. (Tese XVII.)

¹⁸ MATOS, Olgária C. F. *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 13.

¹⁹ BODEI, Remo. “L’expérience et les formes”. In: *Walter Benjamin et Paris*. (org.) H. Wismann. Paris: Cerf, 1986, p. 39.

²⁰ BENJAMIN, *Op. cit.*, 1990, p. 701. (Tese XIV.)

linguagem como mera re-presentação e *mimese* de uma realidade estática, quanto na visão linear da história.²¹

Os detritos, as sobras, os fragmentos do cotidiano são potencializados quando colocados numa nova relação. Isto é feito de maneira criativa, segundo Benjamin, por uma criança quando pega os restos de uma oficina e os coloca numa relação original e significativa para ela. Se tal organização não faz sentido para o adulto, esses detritos formam um novo “rosto” do mundo para as crianças.²² São os fragmentos que entram numa justaposição que ajudam a construir a história dos oprimidos. Após justapor os fragmentos significativos e irradiadores, a história a ser construída abarcará o conhecimento em toda a sua espacialidade. O fragmento, na escrita benjaminiana, estimula a total independência da parte que é separada de um todo. O fragmento fica longe do sentido que combina organização total e homogeneidade. No fragmento, tem-se um inacabamento de uma tensão que anseia por unidade significativa. Todavia, esta busca não é atingida de forma conclusiva. No final da escrita sempre fica um resíduo, que, aparentemente incongruente, deixa os rastros para novos significantes. Além das *Teses sobre a filosofia da história* e *Parque central*, o livro *Rua de mão única* fornece-nos exemplos dessa metodologia. A construção do livro *Origem do drama barroco* expõe essa metodologia que rompe com as formas tradicionais de escrita, não se limitando à hierarquia cronológica, muito menos ao autoritarismo da causalidade factual. Há sentido, mas não com a autoridade de um ponto arquimediano de que tudo deriva, tal como “a tradição fundada na identidade estabelece.”²³ Há sentidos, no plural. Se isto dificulta em alguns momentos a leitura, a dialeticidade do exposto propicia uma maior apreensão gnoseológica do enunciado. Tanto a escrita quanto os objetos de estudo que se atem ao fragmento, rompem com as continuidades e expõem novas formas de concatenar o pensamento. Por isso, Benjamin sugere: “não deixe nenhum pensamento passar incógnito e mantenha seu caderno de notas tão rigorosamente quanto a autoridade constituída mantém o registro de estrangeiros.”²⁴ É a partir de uma

²¹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Ler o livro do mundo*. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária. São Paulo: Iluminuras, 1999, p. 234.

²² “Nesses detritos, elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas assume para elas, e só para elas. Com tais detritos, não imitam o mundo dos adultos, mas colocam os restos e resíduos em uma relação nova e original”. Cf: BENJAMIN, Walter. “Livros infantis antigos e esquecidos”. In: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne M. Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 238.

²³ MATOS, *Op. cit.*, 1993, p. 15.

²⁴ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 31.

predisposição para a escrita que os fragmentos se edificam na obra de Benjamin. “A fala conquista o pensamento, mas a escrita o domina”.²⁵

A crítica da arte deve servir-se da interrupção. Para Jeanne M. Gagnebin, a interrupção da narrativa “força a beleza” a se apresentar no seu “vivo estremecer”. Quando se “mortifica” a obra de arte pela crítica da interrupção, amparada pela violência do gesto, não se deixa a aparência se misturar com a verdade. O gesto provoca uma fissura no âmago da obra de arte, quebra a falsa ilusão de totalidade da arte.²⁶ Da mesma forma, a dança é uma leitura dos astros nas suas gesticulações. O gesto e o salto dizem respeito a uma outra leitura na dança que se liga aos astros.²⁷ Como os astros, de tempos em tempos mudam a “lei”, eles mostram as paralisações e rupturas inerentes ao seu movimento. Igualmente a dança, que possui no seu limiar a harmonia primeva, tem como inerente ao seu movimento os sobressaltos. No seu texto, Gagnebin mostra-nos como Benjamin submete à crítica da violência revolucionária a totalidade falsa do discurso.²⁸ Exemplifica como se processa essa crítica da ilusão da beleza mítica em Goethe,²⁹ segundo a análise benjaminiana do ensaio sobre as *Afinidades Eletivas de Goethe*.³⁰ Mostra-nos que o “sem expressão”, o insignificante e o sem importância do texto de Goethe provoca efeitos concomitantemente paralisadores e reveladores. O “sem expressão”, “(e não o inexprimível)”, presente no texto é um certo indício de verdade por romper a falsa totalidade estética e transforma a obra em cacos. Transforma igualmente a obra em fragmento, em estilhaços do mundo verdadeiro. “Este [o sem expressão] quebra em toda bela aparência o que nela sobrevive como a herança do caos: a falsa, enganadora totalidade – a absoluta. Só completa a obra aquilo que a fratura e a torna uma obra em pedaços, o fragmento do mundo verdadeiro.”³¹ O “sem expressão” força o latente a se manifestar. O caos manifesta antes os detalhes que foram ignorados pela totalidade enganadora. Os pedaços e os fragmentos ajudam-nos a perceber a constituição verdadeira da obra de arte.

²⁵ *Idem*, 2000, p. 31.

²⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 117.

²⁷ MATOS, *Op. cit.*, 1993, p. 12.

²⁸ GAGNEBIN, *Op. cit.*, 1994, p. 116.

²⁹ GOETHE, Johann Wolfgang von. *As afinidades eletivas*. Trad. de Erlon José Paschoal; intr. e notas de Kathrin Holzermayr Rosenfiel. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.

³⁰ BENJAMIN, Walter. *Goethes Wahlverwandtschaften*. In: *Gesammelte Schriften*. Editado por Rolf Tiedemann e Hermann Schweppenhäuser. Frankfurt a. M.: Suhrkamp Verlag, 1991. Vol. I.

³¹ BENJAMIN *apud* GAGNEBIN, *Op. cit.*, 1994, p. 117.

É compreensível que a obra de arte, de alguma maneira, se recomponha com o real. Benjamin conhece mais do que rebelião em arte. É por isso que, no ensaio sobre Goethe, as *Afinidades Eletivas*, afirma que a obra de arte não surge do nada, mas do caos mediante a “reminiscência mágica: fórmula”.³² Talvez seja por isso que nos momentos de crise, o intelecto procure, nas asperezas das situações, as formas criativas. Por isso, no teatro, o momento de crise que leva ao agravamento da intriga força a ação dramática a uma catástrofe ou a uma consequência decisiva que exige a superação do estado anterior. Então novas oportunidades de ação criativa surgem. Também as crises sociais forçam a situação grave anterior ou a romper com a tradição, criando novos caminhos, ou a redirecionar a vida social precedente. A “pura beleza” e harmonia que vive na obra de arte inundam o caos. Todavia, na leitura de Merquior, ao fornecer forma ao caos, não necessariamente o anula. O que foi transfigurado sobrevive na forma, assim como um vaso que foi estilhaçado por um acidente, na sua recomposição, sobrevive a lembrança do fragmento. No romance de Goethe, *As afinidades eletivas*, a vida material da aristocracia rural e mundana do final do século XVIII sobrevive num ambiente ordenado e racional. Mas, esta ordenação esconde rompimentos matrimoniais passados e futuros.³³ O que acontece é que o fluir da harmonia sempre corre o risco de apenas tornar-se aparência. É preciso que o inexprimível ouse interromper esse fluxo. “Cortando a palavra a uma mulher que recorre a desculpas, podemos arrancar-lhe a verdade na sua expressão fisionômica subsequente ao ato de interrupção.”³⁴ A partir deste símile, Walter Benjamin evoca a maneira de aparição da verdade na obra de arte, pois a harmonia é uma herança no caos, promove o caos ao suportável na arte. “De modo que o que salva a obra da condição de simples aparência é precisamente o que a rompe.”³⁵ O caos precisa da harmonia para significar, para chamar atenção das incongruências presentes na linearidade. Quando se corta o fluxo épico da narrativa, ou das palavras ditadas em forma linear, o que é puro tende a se revelar na paralisação.

³² “Uma passagem do texto sobre o romance de Goethe afirma que a obra de arte não surge do nada, mas do caos – isso, porém, mediante uma reminiscência mágica: a fórmula”. Cf.: MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969, p. 128.

³³ ROSENFIEL, Kathrin Holzermayr. “Prefácio” In: GOETHE, *Op. cit.* 1992, p. 10-11.

³⁴ MERQUIOR, *Op. cit.*, 1969, p. 128.

³⁵ *Idem*, 1969, p. 128.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

CAMINHOS INTERDISCIPLINARES NA MODERNIDADE:

História, Arte e Cultura em produções musicais de 1968-1969

Renato Marcelo Resgala Júnior (Mestrando)

Prof^a. Dr.^a Maria Ângela de Araújo Resende (Orientadora)

“Quando penso em revolução quero fazer amor”

“É proibido proibir”

(Frases em muros de Paris, durante o movimento de Maio de 1968)

Denota-se que o objetivo desse trabalho é mapear os processos, isto é, as transformações sócio-culturais que formam, modelam e dialogam com as produções musicais a que neles se inserem, com o seu respectivo contexto de produção cultural popular, dentro do cenário social de produção musical brasileiro, nos anos finais da década de 60, tomando como corpus determinadas produções musicais brasileiras que emergem nessa época, corpus esses que proporcionaram a ascensão de um novo gênero de produção cultural, o *tropicalismo*, que buscou um diálogo com outros gêneros nos palcos de produção musical, como *psicodelismo* e o *rock and roll*.

Consideram-se, portanto, as produções culturais dessa época como formas, signos ou símbolos culturais, no sentido que lhe atribuem o filósofo russo Mikhail BAKHTIN (1988). Para o pensador russo, sob um viés marxista operacional, toda e qualquer produção cultural, ou seja, os bens culturais não podem ser dissociados de seus respectivos contextos de produção, de que eles existem em relação, ou melhor, em co-relação com o espaço e o tempo especificamente a que se inserem. Nas palavras de BAKHTIN (1988, p. 32-34):

Os signos são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra (...) Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico (...) Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também, um fragmento material dessa realidade. (...) Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência

só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.

Assim especificado, pode-se afirmar que as produções musicais que serão denotadas proporcionam um diálogo – paradoxal, conflitivo, contrastante, enfim dialógico – com os seus tempos e espaços, ou seja, de que tais produções mantiveram um diálogo crítico com os sistemas e os aparelhos ideológicos de suas respectivas épocas de produção.

No cenário mundial, se de um lado a Guerra Fria parecia cada vez mais esquentar-se com os confrontos na Guerra do Vietnam (1965-1975), mediante o recolhimento e a acomodação econômica de determinados países de primeiro mundo, admirados com o crescimento econômico e a estabilização das taxas de desemprego (1,5% ao ano na Europa Ocidental), por outro lado ascendiam e se promoviam, cada vez mais, certos *outros* ideais políticos divergentes dos que eram promulgados pelas classes hegemônicas; surgiam movimentos de *contracultura* – inflamando os debates sobre o uso de armas nucleares (como o movimento Hippie e as muitas passeatas e produções literárias), por exemplo – buscando uma efetiva abertura nos campos de saber, como, no caso, o movimento de Maio de 1968, na França.

À época, via-se um mundo que ainda recolhia as ruínas do pós-guerra, em que o capitalismo recuperava e aumentada, diariamente, suas forças – unilateralmente, pois os próprios países centrais, o bloco hegemônico europeu e os EUA, retomavam as rédeas e o controle do poder e da dominação – e protelava-se diariamente a luta contra o comunismo – e denota-se aqui o papel da crescente, porém já estrondosa, Indústria Cultural (Indústria Cultural como concebeu Theodor Adorno e Max Horkheimer, isto é, uma Indústria Cultural cujo valor é pautado no mesmo e na repetição, na exclusão ou absorção das imagens, das formas e signos culturais com um único fim, o mercadológico: resultado, para os pensadores da Escola de Frankfurt, atemorizante, chegando, por outro caminho, a conceber os sujeitos como homem genérico, impassível e imóvel, como se todos vivessem num estado de *falsa consciência*) – principalmente utilizando-se de um instrumento que se tornaria poucos anos mais tarde de extrema importância, a Propaganda, a Televisão e o Rádio, e, mais recentemente a Internet, acarretando mudanças sociais que se protocolavam cada vez mais num espaço outro, isto é, no terreno da cultura privada, da família e casa.

Em outras palavras, uma revolução cultural das minorias, pela qual lemas e temas sobre libertação eram promovidos por grupos sociais que se reconheciam como os excluídos pelas classes dominantes. Como afirmou HOBBSAWN (2001, p. 317),

tornavam-se permissíveis coisas até então proibidas, não só pela lei e a religião, mas também pela moral consuetudinária, a convenção e a opinião da vizinhança (...) o que era e é muito mais interessante é que, grandes ou pequenas, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo globo 'modernizante'. Em parte

alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura popular, ou, mais especificamente, jovem.

Eis então o grande desespero de todo e qualquer governo que manipule e controle os ideais populares: a cultura do novo, em outras palavras, uma cultura *jovem*, a cultura da *minoria*, da *abertura*, que fora silenciada, que assistira aos erros sucessivos de seus antecessores, que se vestia não aos moldes padronizados do mercado, mas com calças bocas-de-sino *blues jeans*. Fala-se, portanto, de uma época em que a Indústria cultural consagrava-se nos lares, com a democratização da cultura popular (a detestada e repugnada por Adorno, como produto do mesmo, isto é, como produto comercial) pela televisão e rádio; uma época em que, parafraseando Benjamin, novos mitos, heróis se acotovelavam nas portas da percepção, das relações e produções culturais, uma época em que algo parecia estar diferente do que a elite e a classe dominante ocidental apregoavam: a juventude elegia entre os rebeldes e os revolucionários (Che Guevara, Jim Morrison, Lennon e McCartney), seus heróis, só que agora desmitificados... Apenas heróis, não deuses, apenas heróis, humanos... tocáveis...

É o momento do *boom* da juventude (no caso, tomamos de HOBBSAWN, 2001, p. 321, o termo *boom*, usado para ilustrar o terreno de produção de cultura popular britânico, e ampliamos seu terreno, isto é, seu lócus de enunciação, para além das fronteiras geográficas): das calças jeans; da liberação sexual (o amor livre e sem fronteiras); da difusão e da defesa em prol da legalização do uso de entorpecentes, como LSD, maconha, cocaína, etc.; da guitarra arranhadamente psicodélica de Hendrix; das canções de vanguarda dos Beatles; das evanescentes interpretações de Jim Morrison e de seu grupo The Doors.

Assim apontados determinados acontecimentos sócio-históricos, pode-se começar a enumerar certos acontecimentos *outros* no palco de produção musical internacional e nacional, que se tornaram preponderantes pela sua modificação no cenário nacional de produção musical e importantes para o entendimento e o esclarecimento de um novo gênero dentro da música popular brasileira: o *tropicalismo*, enquanto movimento de produção não somente musical, mas teatral, literária, cultural, instaurado e declarado pela voz e canção de Caetano Veloso, cujo manifesto expresso em letras é encontrado em seu 2º LP, produzido em 1968 – primeiro individual, pois seu primeiro álbum lançado em 1967, havia sido gravado em companhia de uma jovem conhecida como Gal Costa – cujo título da música é *Tropicália*.

Certos acontecimentos outros que, por sua vez, no cenário de produção musical internacional, marcaram a ruptura dentro da música popular: no ano de 1968, Miles Davis, consagrado e demasiado respeitado jazzista – cujo caráter (modo de vestir, de agir e de tocar seu trompete) era, senão, clássico, com seu terno e calça de linha engomados e gravata alinhavada –, casa-se com Betty Davis, mais conhecida como a *Black Panther* e reconhecida no meio suburbano –

o que poderíamos denominar hoje de *Lado B* – de produção musical estadunidenses como uma das difusoras da *Black Music* e da voz feminina no cenário de produção musical; neste mesmo ano, Miles Davis lança um disco de ruptura dentro do cenário de produção jazzista, intitulado *Bitches Brew*, desvencilhando do que Adorno, certa vez, havia apontado como um grande delimitador, ou seja, a música sincopada (Cf.: ADORNO, 2000. p. 35), pois a música *nova* de Miles Davis, usufruindo de um novo aparelho musical – *Fenderholds* – distorce e retira a simetria e o equilíbrio, o tempo e a marcação sonora tão próprios do Jazz; provenientes do gueto londrino, a banda britânica The Beatles, composta por John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Star, lança um dos mais incisivos e políticos álbuns para a época, *The White Album*; vale-se, ainda, denotar a presença dos mais “alucinantes” trabalhos musicais de Jimi Hendrix, intitulados *Experiences*, em que ressoam as guitarras psicodélicas; além desses acontecimentos, há, ainda, o grito de libertação de James Brown e o *rock and roll* frenético de uma jovem, porém promissora, garota chamada Janis Joplin.

No Brasil, por sua vez, os fatos e acontecimentos que permearam a produção musical popular se deram por outros caminhos, mais árduos e espinhosos. Após 1964, com a tomada do poder pelos militares, uma série de atos institucionais foram editados e estabelecidos dentro do sistema judiciário brasileiro, com um único objetivo: controle e vigilância. Resumidamente, os *Atos Institucionais* pontuavam, especificamente, pelo poder de cassação do mandato e suspensão de direitos políticos (sessenta dias após a tomada militar efetiva-se o AI – 1); extinção de partidos políticos, suspensão do direito de *habeas corpus* e cancelamento de seus registros (com a homologação do AI – 2). Mas é com o Ato Institucional número 05 que se institui o silenciamento e a barbárie. Segundo ALENCAR et al (1986, p. 314-315):

O Congresso Nacional foi fechado e, a 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº. 5. Ele dava ao presidente da República praticamente os mesmos poderes do AI-2, acrescentando os de confiscar bens em caso de enriquecimento ilícito e de suspender o direito de habeas corpus nos casos de infração da Lei de Segurança Nacional (...) A coesão dos que se beneficiavam com o crescimento da produção garantia social e politicamente o ‘endurecimento’. Foi uma época de muitas prisões e grande silêncio nos meios estudantis, sindicais, artísticos e intelectuais.

O sistema militar engendrava, diariamente, seus símbolos, ideais e posicionamentos ortodoxamente dominantes através de uma política totalitária, disciplinadora e controladora, ou, em outras palavras, por intermédio de um sistema, caracterizadamente, panóptico. O processo de silenciamento, vigilância e punição, ou seja, o processo do sistema em cujo método há um adestramento dos sujeitos, pela disciplina, e pela repressão é-nos bem apontado pelo historiador e filósofo francês Michel FOUCAULT. Para ele, *O sucesso do poder disciplinador se deve sem*

dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (2004, p. 143)

O poder, no sentido mais político, hoje, vem a ser analisado, também, dentro de outras perspectivas, adentrando os campos sócio-histórico-culturais; no entanto, sobrevivem, às ruínas da história de censuras do período militar brasileiro, certos resquícios, reminiscências outras, recalcadas e que permanecem no discurso dentro do sistema constitucional do Brasil. O que se segue é um trecho sobre a definição de Poder e divisão de poderes do professor aposentado da USP, José Afonso ARINOS (2000, p. 110-111):

O poder quer dizer que é fato da vida social. Pertencer a um grupo social é reconhecer que ele poder exigir certos atos, uma conduta conforme com os fins perseguidos; é admitir que pode nos impor certos esforços custosos, certos sacrifícios; que pode fixar, aos nossos desejos certos limites e prescrever, às nossas atividades certas formas. Tal é o poder inerente ao grupo, que se pode definir como uma energia capaz de coordenar e impor decisões visando à realização de determinados fins. O Estado, como grupo social máximo e total, tem também o seu poder, que é o poder político ou poder estatal. A sociedade estatal, chamada também sociedade civil, compreende uma multiplicidade de grupos sociais diferenciados e indivíduos, aos quais o poder político tem que coordenar e impor regras e limites em função dos fins globais que ao Estado cumpre realizar. O poder político é superior a todos os outros poderes sociais, os quais reconhece, rege e domina visando a ordenar as relações entre esses grupos e os indivíduos entre si e reciprocamente, de maneira a manter um mínimo de ordem e estimular um máximo de progresso à vista do bem comum. Essa superioridade do poder político caracteriza a soberania do Estado (conceituada antes) que implica a um tempo independência em confronto com todos os poderes exteriores à sociedade estatal (soberania externa) e supremacia sobre todos os poderes sociais interiores à mesma sociedade estatal (soberania interna). Disso decorrem as três características fundamentais do poder político: unidade, indivisibilidade, e indelegabilidade, de onde parecer impróprio falar-se em divisão e delegação de poderes. (grifos meus)

Assim, o poder se marca pelo controle, posicionando-se contrariamente a um estado anárquico, pois o Estado, o que controla e rege o poder político tem os arreios e as alavancas do sistema às suas mãos – nos anos de 1968, o estado sitiava-se na égide da repressão, um Estado de Controle.

Para Michel Foucault, da arquitetura ao arranjo tecnocrático dos sistemas de vigilância e punição, ou em outras palavras, do regime ditatorial militar, dos presídios, dos pátios e prédios oficiais ou mesmo pertences às congregações vinculadas à Igreja Católica Apostólica Romana, as construções materiais e ideológicas de um Estado, cujo poder é alicerçado à censura, ao controle e à exclusão, são torneadas e modeladas de modo a possibilitarem uma ampla visão e controle, a todo instante e em quaisquer lugares: todos os movimentos, ações, atitudes, etc., são detectados, premeditados e controlados, (e em caso de falhas, o exame, a avaliação, isto é a correção vem a ser a arma de punição) sem que se haja o reconhecimento de quem, de onde, ou como foi possível

serem percebidas e detectadas tais ações, atitudes, movimentos, etc. Num sistema panóptico, portanto,

A inspeção funciona constantemente. O olhar está alerta em toda parte (...) A visibilidade é uma armadilha (...) O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-se visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca se ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto (...) o Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder (...) o Panóptico é um zoológico rela. O animal é substituído pelo homem, a distribuição individual pelo grupamento específico e o rei pela maquinaria de um poder furtivo. (...) Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar indivíduos. (...) O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (2004, p. 162-166-167-168-169)

Certas lacunas, cicatrizes, ainda continuam abertas, sangram, em gotas pelos espaços em branco dentro da história recente da nação – de outra forma, Bertold Brecht diria *Tantos relatos, tantas perguntas*. (Apud, ALENCAR, 1985 s/p). Como afirmou ARINOS (2000, p. 110), *o poder político é superior a todos os outros poderes sociais, os quais reconhece, rege e domina visando (...) manter um mínimo de ordem e estimular um máximo de progresso à vista do bem comum*.

Um mínimo de ordem...

Para um estudioso da cultura, e, por conseguinte, do estado, da nação, da história das artes e da política contemporânea, certos rastros se abrem com o discurso, ou seja, com a palavra, tornando-se a grande arma, escudo para se defender e questionar os atos, acontecimentos e fatos históricos, políticos, culturais: *um mínimo de ordem...* Em tempos atuais, certos risos sarcásticos e irônicos viriam à mente do mais sagaz pensador. Mas, ao repensar dentro dos anos de 1968-69, poder-se-iam denotar certas produções que se engajaram, isto é, falar de certas produções culturais de música popular brasileira que dialogaram, no sentido que BAKHTIN atribui às formas e produções culturais, contra-posicionando e colocando em conflito, em choque ou em diálogo produções culturais dicotômicas.

De um lado, letras e cifras cantavam utopicamente, homenageando um estado – de sítio – inventado, uma tradição imaginada aos moldes de uma classe hegemônica, exclusivista, segregadora; uma nação em cujos olhos estavam as campinas verdes do exército e das armas e, com a ressonância das vozes de Dom e Ravel, sorrisos modelavam-se nas propagandas e nas rádios tocava-se *Eu te meu Brasil*, seguindo com os barquinhos coloridos, trazendo para os lares brasileiros a bossa nova e os ares de um Rio de Janeiro ainda “puro”, “intocável”. No entanto, de outro lado, as vociferações da diferença fizeram ecoar, sobre as cabeças e as mentes dos militares,

cantos que vieram com o objetivo de não destruir a tradição, mas de alcançar também um posto ao seu lugar; vozes que não eram para cantar no rádio, nos diria *Gilberto Gil com Os Mutantes*, mas vozes que buscavam seu espaço, seu lugar, vozes à margem da Indústria Cultural; vozes estas que buscaram senão o mínimo da ordem, isto é, o mínimo da vigilância e do controle, da punição e do aniquilamento da liberdade.

Assim, denotam-se, a seguir e sem fechar o circuito de produção, certas produções musicais que vieram a constituírem-se como movimentos de contra-cultura, articulados como ações voltadas para um diálogo com a recente e inventada tradição musical e histórica nacional; de destituir os poderes, ou mesmo de trazer o *mínimo* de ordem (afinal, diria-nos Gil, tudo é uma questão de ordem), subverter os valores, não destruindo, mas possibilitando um diálogo ardente e tropical entre as produções vinculadas à tradição e ao controle com produções culturais diferenciadas, que, no entanto, em seu tempo, encontraram-se num estado de silenciamento e apagamento das diferenças culturais.

No ano de 1968, *Gilberto Gil e Os Mutantes* lançam um disco histórico, cuja letra de Marginalia II é bem sugestiva; Caetano Veloso, coincidentemente ou não, lança o Álbum Branco – lembrando que neste mesmo ano, do outro lado do continente The Beatles lançava The White Álbum; Tom Zé, Os Mutantes e Gal Costa lançam seus primeiros álbuns solos, cada, cujo viés da *Psicodelia* seria aplicada em terras brasileiras, suplementando e formando assim a corrente tropicalista iniciada por Caetano Veloso, um ano antes; Ronnie Von lança, por sua vez, o Disco Psicodélico do Ronnie Von; Rogério Duprat lança o álbum A Banda Tropicalista do Duprat; Raul Seixas lança seu álbum junto com os Panteras, cujo nome artístico anterior era Rauzito e os Panteras, em que re-gravara Lucy in the Sky with Diamonds – valendo-se pela ênfase nas maiúsculas, formando assim uma outra palavra: L S D;

No ano de 1969, com a presença de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Os mutantes – ainda em formação original, com a jovem Rita Lee e a guitarra psico(rock)délica de Arnaldo Baptista -, Tom Zé, Gal Costa, sob a orquestração do respeitadíssimo Rogério Duprat, lançam o álbum que homologaria a resistência à repressão e ao descaso; uma produção cujas faixas marcam-se pela resistência em vozes diferentes mas que buscaram divergir e recusar um ponto: a ditadura militar e seu sistema repressivo e controlador, a censura e o aparelho ideológico e repressivo, no sentido que lhe atribuiu o pensador francês, leitor de Marx, Louis ALTHUSSER (1991)

O álbum intitulado *Tropicália ou Panis et Circenses* fechou um ciclo profícuo de produção cultural, em que as vozes dos excluídos, poetas e cantores, músicos e comediantes, artistas marginais, chegaram, não para o deleite das pessoas e de seus concidadãos, mas como muros, colapsos que vêm de dentro e que trouxeram, nas metáforas, símbolos e canções, a emergência de uma nova perspectiva sobre o país, desvencilhando dos grilhões do poder e da corrupção, escoltados

pelas percussões provenientes de ritmos africanos, das guitarras deslocantes e energizantes, primeiramente apresentadas por Jimi Hendrix; pelas vozes de mulheres, que não estavam mais com medo, pois tinham em mãos suas pedras: o saber, a arte e a cultura.

Nas palavras escritas na contra-capas do primeiro LP de Tom Zé, encontra-se um certo prospecto – aos moldes de uma manifestação de ruptura, de um grito pela libertação, colapsos que vêm de fora, um projeto – do grupo emergente e que, hoje, convencionou-se chamar de *Tropicalistas*:

PALAVRAS DA CONTRACAPA:

*Somos um povo infeliz, bombardeado pela felicidade.
O sorriso deve ser muito velho, apenas ganhou novas atribuições.
Hoje, industrializado, procurado, fotografado, caro (às vezes), o sorriso vende. Vende creme dental, passagens, analgésicos, fraldas, etc. E como a realidade sempre se confundiu com os gestos, a televisão prova diariamente, que ninguém mais pode ser infeliz.
Entretanto, quando os sorrisos descuidam, os noticiários mostram muita miséria.
Enfim, somos um povo infeliz, bombardeado pela felicidade. (As vezes por outras coisas também).
É que o cordeiro, de Deus convive com os pecados do mundo. E até já ganhou uma condecoração.
Resta o catecismo, e nós todos perdidos.
Os inocentes ainda não descobriram que se conseguiu apaziguar Cristo com os privilégios. (Naturalmente Cristo não foi consultado).
Adormecemos em berço esplêndido e acordamos cremedentalizados, tergalizados, yêyêlizados, sambatizados e miss-ificados pela nossa própria máquina deteriorada de pensar.
"-Você é compositor de música "jovem" ou de música "Brasileira"?"
A alternativa é falsa para quem não aceita a juventude contraposta à brasilidade.. (Não interessa a conotação que emprestam à primeira palavra).
Eu sou a fúria quatrocentona de uma decadência perfumada com boas maneiras e não quero amarrar minha obra num passado de laço de fita com boemias seresteiras.
Pois é que quando eu abri os olhos e vi, tive muito medo: pensei que todos iriam corar de vergonha, numa danação dilacerante.
Qual nada. A hipocrisia (é com z?) já havia atingido a indiferença divina da anestesia...
E assistindo a tudo da sacada dos palacetes, o espelho mentiroso de mil olhos de múmias embalsamadas, que procurava retratar-me como um delinqüente.
Aqui, nesta sobremesa de preto pastel recheado com versos musicados e venenosos, eu lhes devolvo a imagem.
Providenciem escudos, bandeiras, tranqüilizantes, anti-ácidos, antifiséticos e reguladores intestinais. Amem.*

TOM ZÉ .

P.S

.Nobili, Bernardo, Corisco, João Araújo, Shapiro, Satoru, Gauss, Os Versáteis, Os Brazões, Guilherme Araújo, O Quartetão, Sandino e Cozzela, (todos de avental) fizeram este pastel comigo.

*A sociedade vai ter uma dor de barriga moral
O mesmo*

(ZÉ, 1968)

REFERENCIAS MIDIÁTICOS

www.caetanoveloso.com.br

www.galcosta.com.br

www.gilbertogil.com.br

www.jimihendrix.com

www.milesdavis.com

www.osmutantes.com.br

www.raulseixas.com.br

www.tomze.com.br

<http://www.allaboutjazz.com/php/article.php?id=765>

http://www.gardenal.org/trabalhosujo/2006/05/rogerio_duprat.html

http://cliquemusic.uol.com.br/br/Entrevista/Entrevista.asp?Nu_materia=50

<http://www.musicfanclubs.org/jimihendrix/>

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICOS

- ADORNO, Theodor. HORKHEIMER. The Cultural Industry. Enlightenment as mass deception. In: DURING, S. (ed), *The cultural Studies Reader* . London/New York: Routledge, 2000. p. 31-41
- ALENCAR, Francisco. CARPI, L. RIBEIRO, Marcus V. *História da Sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1985.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Michel Lahud. Yara F. Vieira (trads.). São Paulo: Hucitec, 1988.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica. Arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DINIZ, Maria Helena. Propriedade literária, científica ou artística. In: *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2001. p.267-294. v.4
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Histórias da violência nas prisões. Raquel Ramallete (trad.). 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HOBBSAWN, E. RANGER, T. *The invention of Tradition*. Cambridge/USA: Cambridge University Press, 2005.
- HOBBSAWN, E. *Era dos Extremos*. O breve século XX. 1914-1991. Marcos Santarrita (trad). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAZAARINI, Álvaro. (org.) *Código Penal Militar. Código de Processo Penal militar. Estatuto dos militares. Constituição federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2000.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**História e escrita autobiográfica:
A construção da memória de Antônio Parreiras por ele mesmo**

Renato Vieira Tavares*

1. Introdução:

Quando olhamos para o passado e procuramos resgatar o processo de construção da escrita histórica, o que nossos olhos do presente nos mostrarão é que as narrativas dos eventos humanos caminharam, durante longos séculos, numa intensa relação com escritas biográficas, tornando-se praticamente sinônimos em alguns momentos, e, em outros, campos de investigação enfaticamente distintos, com metodologias próprias e por vezes antagônicas.

A biografia é, por conseguinte, uma das formas mais antigas de abordar e narrar fatos e contextos importantes da história, utilizados desde a antiguidade grega. Da antiguidade ao mundo contemporâneo, a história dos Estados foram contadas, por variadas vezes, pelo olhar de reis, generais, heróis ou políticos que se destacavam frente à massa comum da população.¹

Em particular, é válido destacar que embora esse seja um estilo antigo, são as transformações oriundas da modernidade que vão tornar as escritas biográficas extremamente vivas no imaginário popular. O iluminismo, as revoluções burguesas e principalmente o romantismo (no campo das artes) fizeram o mundo passar por transformações na sua mentalidade de forma a valorizar cada vez mais o conceito do indivíduo.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social / Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Não é o objetivo deste artigo apresentar os debates teóricos entre o gênero histórico e biográfico. Ressalto que este é um embate complexo, e que, mesmo na antiguidade, mas principalmente a partir da modernidade, vários intelectuais e historiadores procuraram valorizar as especificidades e a demarcação de fronteiras entre os dois gêneros.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Dessa forma, o gosto pelo biográfico tornou-se uma característica marcante na virada da modernidade para o mundo contemporâneo. Histórias de vida passaram a ser facilmente encontrada em diferentes publicações: como livros, periódicos e até um outro tipo de escrita que entra em moda no século XIX – a autobiografia.

A elaboração dessas autobiografias, que estavam presentes nas trajetórias individuais de vários homens públicos, seja na Europa ou no Brasil, tornou-se uma importante fonte de investigação para se pensar o processo de afirmação do indivíduo no mundo moderno, assim como analisar o estreito diálogo entre a escrita de si, a produção de memória e a busca pela imortalidade.

É por esse caminho – pelo discurso autobiográfico – que eu busco analisar aspectos da trajetória, e da construção de memória, de Antônio Parreiras, um dos pintores mais conhecidos e consagrados no Brasil entre o final do XIX e início do século XX, e que, por conjunturas políticas e culturais posteriores, acabou caindo em um relativo esquecimento.

2. Apontamentos biográficos.

Antônio Diogo da Silva Parreiras (1860-1937) ocupa um espaço singular na produção artística brasileira. Dedicando quase toda a sua vida as artes, Parreiras consolidou seu nome como um dos maiores pintores da história do país. Os dados sobre sua vasta obra surpreendem: pintou mais de 840 telas² (fato não muito comum entre os pintores brasileiros de sua época), o que lhe proporcionou ganhar todas as medalhas possíveis no Brasil destinadas aos artistas, sendo ainda premiado em importantes exposições nos salões europeus³.

É difícil imaginar um ramo da arte onde Parreiras não tenha se aventurado⁴. Como pintor, sua obra abarcou todos os principais gêneros das academias: paisagem, quadros históricos, nus e animais; conseguindo a difícil tarefa de ser reconhecido, pelos críticos de

² Expostas em 39 exposições no Rio de Janeiro, 9 nos demais Estados e ainda várias exposições em diversos países da Europa. Ver: *Revista da Academia Fluminense de Letras*. Volume VII, 1954, p. 175.

³ No Brasil, ganhou: Pequena Medalha de ouro (1980); Medalha de Ouro e Medalha de Honra (no centenário da Independência, 1918); ganhou a Grande Medalha, em 1922; na Espanha também ganhou Medalha de Ouro em 1929, sem contar a Medalha de Prata enviada por Oscar I, em 1898, da Suécia e Noruega. Ver: *Anais do Museu Antônio Parreiras*. Vol I, Secretária de Educação e Cultura Serviço de Difusão Cultural, 1952-1953, p. 52.

⁴ Com exceção possivelmente da música.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

arte e pela intelectualidade de sua época, nessas múltiplas facetas. Não é a toa que além dos quadros, o pintor preparou a decoração de inúmeras salas de prédios públicos pelo Brasil.

O sucesso como pintor rendeu a Parreiras, em 1890, o cargo de Professor de paisagem na Academia Nacional de Belas-Artes⁵, e, posteriormente, o convite para ser diretor dessa Academia, que simbolizava a maior instituição de arte do país⁶.

Além disso, fundou a sua própria escola de pintura (ao ar livre), na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu e cresceu.

Paralelo aos pincéis, o artista também se enveredou na arte da escrita. Foi Jornalista, poeta e membro da Academia Fluminense de Letras, onde proferiu diversos discursos legitimando seu nome entre os críticos de arte fluminense. Por fim, o pintor e escritor conseguiu – o que também não era comum em sua época – publicar a sua biografia ainda em vida, e escrita por ele mesmo.

Antônio Parreiras ocupou assim, múltiplos campos de ação, o que nos revela um traço peculiar de sua personalidade: a intensa preocupação em consolidar o seu nome no meio artístico nacional e estrangeiro; a necessidade de ser consagrado um *individual* nas artes, como influenciava o pensamento romântico, muito difundido na arte oitocentista. É perseguindo esse objetivo que Parreiras produziu uma intensa memória sobre si.

Pensar como Parreiras construir sua memória, e com quais objetivos, é o que busco nesse artigo. Para tal tarefa, utilizarei, em específico, o seu livro autobiográfico: *História de um pintor contada por Ele mesmo*. Pois considero, como a maior parte dos historiadores da arte, que entender a forma como ele narra a sua vida nos permite refletir sobre o mundo de sua época, sobre sua obra, sobre os embates estéticos e políticos do seu tempo, marcados, entre outros aspectos, pela complexa transição entre o modelo neoclássico e romântico vigente no Império e os vários projetos “modernistas”, ou modernizadores, que surgem nas primeiras décadas da República.

Além disso, analisar o trabalho de Parreiras nos possibilita pensar a relação estabelecida não só entre esse artista e o sistema republicano, como também a forma como diversos líderes políticos buscaram retratar a história do Brasil, a República e o povo

⁵ Onde se retira ainda em 1890 após os diretores extinguirem a cadeira de paisagem.

⁶ Cargo que foi recusado por Parreiras, por se opor à forma como a arte se entrelaçada com a política nesta instituição. Como ele comenta em: *História de um pintor contada por Ele mesmo*. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

brasileiro, já que Antônio Parreiras se tornou o maior pintor de História do novo regime, pintando dezenas de quadros para vários Estados brasileiros.

Sem ter a pretensão de esgotar o assunto, este artigo busca mais apontar caminhos de possibilidades para compreender melhor a história de um pintor.

3. História de um pintor contada por Ele mesmo: Construindo uma memória de si.

Como toda a trajetória de Antônio Parreiras, a elaboração de sua autobiografia, intitulada: *História de um pintor contada por Ele mesmo*, apresenta um aspecto extremamente peculiar: foi escrita e publicada em dois momentos distintos.

A primeira edição foi publicada ainda em vida pelo autor, e relata as principais passagens da vida do pintor entre os anos de 1861 a 1926 (do nascimento até a data em que o livro foi publicado). Contudo, em virtude do sucesso dessa primeira edição, Antônio Parreiras continuou a escrever e compilar⁷ suas memórias até o ano de seu falecimento, em 1936. Esses novos escritos foram anexados ao texto original e publicados em 1943, no contexto de uma série de homenagens póstumas feitas ao artista, como a abertura do Museu Antônio Parreiras, em 1942, que buscavam, mais do que nunca, manter vivo o seu nome frente às novas tendências artísticas que se impunham⁸.

Para tentar reconstituir a imagem que o pintor tece de si, trabalharei com o conjunto de textos publicados para a segunda edição, que abarcam um recorte cronológico maior.

Como o livro não é dividido por capítulos, e sim por memórias fragmentadas. Para dar alguma inteligibilidade aos aspectos diversos de sua biografia, podemos agrupar, resumidamente, esses diversos textos em alguns eixos de análise: a) a narração dos passos do artista até sua consagração como pintor, tecendo a rede de sociabilidades que o auxiliou ao longo de sua carreira; b) as impressões gerais do autor acerca de suas viagens para a Europa e pelo Brasil, assim como suas percepções sobre a arte européia e brasileira de sua época; c) a sua relação com a Academia Imperial de Belas Artes (depois Escola Nacional de Belas Artes), descrevendo a situação do ensino e as condições de trabalho dos artistas

⁷ Compilar porque alguns dos textos que entrariam na segunda edição já tinham sido escritos por ele em outros momentos de sua vida. Inclusive alguns deles já haviam sido publicados em periódicos.

⁸ Principalmente a estética do movimento modernista de 1922, extremamente criticada por Parreiras. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

brasileiros e; d) na última parte do livro, a descrição de suas principais pinturas históricas, assim como a legitimação de seu laço com a natureza e com a paisagem.

Além da narrativa fragmentada, outro ponto que podemos destacar na escrita de *História de um pintor contada por Ele mesmo*, é o fato de que, mesmo sendo um livro que busca tornar público uma história de vida, os aspectos de sua vida privada e familiar quase não foram mencionados. No decorrer de toda a obra apenas o momento do seu segundo casamento é registrado. Dados sobre sua relação com o filho, também pintor – a quem Parreiras dedicou o livro – ou sobre sua esposa não fora sequer explicitada.⁹

Influenciado, como já apontado, por tradições românticas, o texto de Parreiras não fugia, nesse aspecto, das outras biografias de seu tempo. Ao exaltar suas ações públicas, o autor objetivava valorizar a sua trajetória individual no campo das artes, ressaltando seus traços subjetivos, específicos, que os diferenciavam dos demais artistas ao mesmo tempo em que lhe garantia um espaço destacado nas tendências estéticas do seu contexto.

Não podemos esquecer também que, enquanto pintor, o livro de Parreiras foi publicado com várias ilustrações que ajudavam a ressaltar os momentos marcantes narrados pelo autor. Sendo assim, para pensar a forma como Antônio Parreiras construiu sua memória, temos também que analisar o conjunto dessas imagens, reveladoras do seu autorretrato – pelo menos da forma como ele queria se imortalizado – e de como ele via e entendia a atividade artística.

A imagem como Parreiras se representou no livro é extremamente emblemática. Do início ao fim o artista é retratado da mesma forma¹⁰, isto é, o jovem e o velho Parreiras mantiveram os mesmos “exóticos” e inusitados traços: sempre com seus cabelos cheio e emaranhados sobressaindo entre as arestas de seu inseparável chapéu surrado, que combinava com o resto de suas roupas, narrado pelo próprio pintor como uma camisa grosseira coberta pelo paletó já moldado ao corpo, assim como suas calças, que apresentam enormes protuberâncias na forma de joelheiras – em consequência dos longos períodos

⁹ Aliás, esse fato não era incomum nas biografias ou nas autobiografias. Desde o século XIX homens importantes dentro da boa sociedade Imperial deixavam registrados diários ou apontamentos biográficos, onde suas trajetórias públicas eram ressaltadas em detrimento dos relatos da vida privada, principalmente a familiar. Eram nas ações públicas que políticos e personalidades de notoriedade do Império tentavam ligar, em sua narrativa, a trajetória individual com a trajetória da nação, como apontou Letícia Squeff In: *O Brasil nas letras de um pintor*. SP: Editora Unicamp, 2004, p. 42.

¹⁰ A maior parte das ilustrações sobre si se concentram no texto elaborado para a primeira edição do livro, cabendo na segunda edição, a anexação de retratos e de suas pinturas históricas. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

sentando observando e pintando paisagens. Para terminar de compor sua imagem, Parreiras esboça seus sapatos como sendo espessos e deformados¹¹ (após tantas caminhadas em trilhas das mais diversas, na busca incessante do melhor ângulo para se captar a essência das paisagens).¹²

Para entender o sentido dessas ilustrações, devemos antes apreender o conceito de artista defendido por Parreiras. Para isso, as palavras do próprio autor são bem enfáticas: o “ser” artista era, antes de tudo, “ser diferentes dos outros homens”,¹³ diferente porque devem ser “inteiramente despidos de todo o interesse material [...] sem esperança de lucro imediato”¹⁴. É também ter a certeza de enfrentar grandes dificuldades, em todas as esferas da vida: financeiras, solidão (causada pela dedicação a arte)¹⁵, ataques desonrosos contra sua obra, descrédito, ou ainda saber que, pelos cânones pré-estabelecidos pelas academias, uma grande parte dos artistas só conseguirão ser consagrados – quando conseguem – após a morte.

Exemplos para formar tal concepção sobre a atividade artística não faltavam para Parreiras, vários artistas contemporâneos a ele, e por ele admirado, como Pedro Américo e Vítor Meireles, vivenciaram momentos de grande dificuldade no final de suas carreiras, não pela falta de talento, mas principalmente pelos embates políticos e estéticos gerados pela mudança da monarquia para a República¹⁶. Se opondo incondicionalmente aos que colocam ou colocaram interesses políticos (como proteção do governo, por exemplo) no lugar do talento. Não é a toa que, ao se retratar como artista, ele tenha escolhido manter a sua imagem do início de carreira, quando ainda enfrentava sérios problemas financeiros e não tinha nenhum tipo de ligação com instituições e homens públicos da época.

¹¹ Como ele mesmo se descreve após se olhar em um espelho de tamanho natural, na casa de um milionário em Botafogo quando foi vender-lhe alguns quadros. Essa imagem parece ter marcado a sua auto-imagem, pois é assim que ele se retrataria nas suas ilustrações. Ver: Antônio Parreiras. *História de um pintor contada por Ele mesmo*. (3ª ed.) RJ: Niterói Livros, 1999, p. 63.

¹² Podemos ver esse esforço na busca da perfeição em seu relato sobre a pintura de Iguazu, quando ele desce um longo desfiladeiro para captar o melhor ângulo de composição.

¹³ Como ele mesmo conta logo no início de sua autobiografia.

¹⁴ Antônio Parreiras. *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁵ As ilustrações apontam para um artista bem solitário em sua atividade de pintor, principalmente nos períodos de estudo de paisagens. Vários são os momentos onde ele menciona passar dias e semanas em casebres no campo para ficar em contato direto com a natureza. Segundo ele, nada poderia inspirar mais o artista do que o contato com a luz natural, com as florestas e bosques.

¹⁶ Quando os artistas que foram consagrados no Império, além de terem sido afastados de suas instituições de trabalho: como a Academia Imperial de Belas Artes, ainda tiveram muita dificuldade de conseguir novas encomendas.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Essa imagem está diretamente relacionada a sua visão sobre a vida destinada às artes. Qualquer pintor poderia, segundo ele, ganhar muito dinheiro pintando retratos, fazendas ou outras telas encomendadas por particulares, contudo, para ser um verdadeiro artista, a liberdade era algo fundamental. O artista deveria buscar sempre o novo, o aperfeiçoamento contínuo através de estudos e reflexões. Por isso os problemas financeiros são comuns na vida da maior parte dos grandes pintores. Isso era algo necessário e não poderia ser diferente. Afinal, desabafa ou filosofa Parreiras: “o que se ganha com a arte, a ela deve retornar”¹⁷.

As trilhas de um artista eram, portanto, descritas como um caminho penoso, onde o futuro é visto como algo geralmente incerto. Mas ainda assim, Parreiras afirmava ser esse o único caminho que pode levar o homem a verdadeira felicidade, na medida em que, para um artista: “a existência[...] não está limitada aos gozos da vida material, que desaparecem com a mocidade. Vivem em uma eterna primavera porque criam um mundo para nele viverem, onde não há trevas – só luz...”¹⁸. É dessa forma que viver para as artes significava, para ele, uma eterna primavera, que livram os homens do frio do *inverno*, ou pelos menos, os fazem esquecer-lo.¹⁹

Menciono estas palavras porque elas são importantes para entendermos a forma como sua história é narrada. Diferente da maior parte das autobiografias do século XIX – que buscaram demarcar um sentido final dado pelas “mãos” do destino ao indivíduo biografado, como se ele tivesse uma missão a cumprir – o texto de Parreiras segue por um outro viés. Desde as primeiras páginas se percebe a tentativa de narrar uma vida que é conduzida e controlada pelo próprio Parreiras, apesar de todas as dificuldades. Nada lhe foi fácil, tudo teve que ser conquistado. Ele enfatiza o fato de sua carreira ser construída sem a tutela do Estado ou de nenhum outro protetor. Da sua infância até a velhice ele relatou inúmeras lutas para trilhar o caminho da arte: da oposição de sua família aos inúmeros problemas financeiros. Seus próprios estudos foram bancados por ele, que teve que vender

¹⁷ Pelos gastos com tintas, telas, viagens de estudo, que, na visão de Parreiras, não deveriam ser bancadas pelo Estado.

¹⁸ Antônio Parreiras. *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁹ Termo utilizado pelo próprio Parreiras.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

uma casa herdada com a morte de seu pai para começar a estudar pintura de paisagem na Academia Imperial de Belas Artes.²⁰

Além disso, essa é uma geração marcada por uma grande dualidade. Em vários aspectos de seu texto essa característica se torna visível. Parreiras vai passar longas temporadas na Europa, de certa forma ela lhe fascinava, como fascinava a maior parte dos artistas. Contudo, em todos esses momentos ele vai descrever se decepcionar profundamente com os quadros “clássicos” da história da arte. Na concepção de Parreiras, nenhum dos artistas europeus poderiam ser comparados à genialidade de nomes como Pedro Américo e Vítor Meireles. Ao mesmo tempo Parreiras, de certa forma, vai se colocar à frente destes nomes, pois ele vai ressaltar que um verdadeiro artista deve buscar sempre interpretar o que observava, e não apenas copiar, ou se prender demais a estética realista, como era o caso dos artistas citados.

Parreiras construiu sua narrativa criando a imagem para si de um artista moderno frente às mudanças políticas de seu período, ao mesmo tempo que não rompia completamente com a tradição Imperial, como a exemplo da reforma que a Academia de Belas-Artes sofreu após a Proclamação da República, que buscou exonerar todos os “velhos” mestres ligados ao Império, como Pedro Américo e Vítor Meireles, sendo que Parreiras, mesmo sendo representante dos “novos” pintores, que traziam estéticas renovadas, prefere se juntar aos antigos e sair da instituição, para aonde nunca mais volta, mesmo lhe sendo oferecido o cargo de Diretor.

O livro de Parreiras demarca também sua maior paixão – a pintura de paisagem. É nela que o artista começou sua carreira e foi nela que ele a terminou. Outros campos lhes renderam muito prestígio e consagração: como as pinturas de história no Brasil ou os nus na França. Em todos esses gêneros, seja na paisagem, na história ou no nu feminino, um grande sentimento de exaltação da pátria pode ser percebido. Quase todas as paisagens pintadas foram referentes ao Brasil, assim como suas cenas históricas. No nu feminino, as cores verde e amarelo são facilmente encontradas em suas composições, assim como seu principal auto-retrato, onde Parreiras aparece quase que envolto pela bandeira nacional. É um pintor da nação, e que se dedicou a ela, que se sobressai das páginas de *História de um pintor contado por Ele mesmo*.

²⁰ Que só lhe rendeu o financiamento de um ano de estudo, voltando-o depois a completa miséria. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

4. Conclusão

Os textos de Parreiras apresentavam assim um grande traço marcante – o esforço de um homem em enquadrar não mais as suas telas, mas o seu próprio nome entre os grandes pintores da história do país e do mundo.

O seu trabalho representou talvez um dos últimos esforços de uma geração de artista que tem, na busca de se consagrar um “*Individual*”, o fim último da arte, isto é, a arte pela arte. Sempre preocupado em criar um estilo próprio, Parreiras fez de suas memórias sua história. É assim que, mesmo com 73 anos em 1933, o próprio Parreiras realizou exposições, no Rio e em São Paulo, em comemoração ao seu jubileu artístico, e ainda iria continuar pintando até as vésperas de sua morte, em outubro de 1937.

Após a sua morte, seu nome continuou ecoando entre a intelectualidade letrada e artística do Estado, ressaltando-se sempre seu papel na história da arte no Brasil, como um inovador na tradição de pintura feita até então pela Academia de Belas Artes, mas ao mesmo tempo seu nome é sempre lembrando entre os grandes mestres acadêmicos, como Pedro Américo e Victor Meireles.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Regina. *A fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco: Lapa, 1996.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v.2, n.3, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

CASTELNUOVO, Eurico. *Retrato e sociedade na arte Italiana: ensaios de história social da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

FEIST, Peter H. *Renoir*. Paisagem: 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O Museu Imperial como narrativa nacional. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: Ferreira, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *O Grupo Grimm: paisagismo brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, PUC, n.10, dez. 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n°3, 1989.

SALGUEIRO, Valéria e TELLES, Lucas Travassos. Entre a Tradição acadêmica e o modernismo: a crítica de arte de Antônio Parreiras na Academia Fluminense de Letras. In: *Tempo / Universidade Federal Fluminense / departamento de História – Vol. 8, n° 16, Jan. 2004 – Rio de Janeiro: 7 letras/ EdUFF, 2004.*

SALGUEIRO, Valéria. *Antônio Parreira: Notas e críticas, discurso e contos: coletânea de textos de um pintor paisagista*. Niterói: EDUFF, 2000.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU Regina & CHAGAS Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. SP: Editora Unicamp, 2004.

VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. In: _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Historiografia e História do Direito no século

Rhadson Rezende Monteiro

As mudanças metodológicas no âmbito das ciências humanas ocorridas nas últimas décadas, bem como as novas tendências de uma sociedade mais questionadora sobre as origens de seu sistema jurídico, reavivem a necessidade de reexaminar e problematizar a história do direito, marcada por “uma historicidade jurídica estruturada na tradição teórico-empírica construída pela força da autoridade, da continuidade, da acumulação, da previsibilidade e do formalismo¹”.

A história assim como o direito cumpre muitas vezes “um papel legitimador do *status quo*, um papel restaurador e reacionário, ou ainda um papel legitimador no novo regime²”, dentro desse aspecto a tradicional historiografia jurídica tornou-se um mecanismo de legitimação da ordem jurídica moderna ocidental, pautada em um modelo liberal – individualista, no Estado como provedor do direito e no modo de produção capitalista, na medida em que estes espaços institucionalizados passam a ser cobertos por um “universo ideológico apresentado como uma situação natural, independente do devir histórico³”.

O presente artigo propõe examinar as vicissitudes da historiografia durante o século XX no âmbito específico da história do direito, campo de estudo até as últimas décadas fortemente influenciado pelos aspectos positivistas da ciência jurídica.

Desta forma, se faz necessário compreender do que trata a “história do direito”, e para tal passarmos a considerar o Direito e a História propriamente ditos, como áreas de investigação com características e autonomia próprias.

Assim, a história “pode ser visualizada como a sucessão temporal dos atos humanos dinamicamente relacionados com a natureza e a sociedade⁴”, por sua vez utilizando-se da “triplição simplificada” o direito “pode ser visto como ordenamento,

1 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 1

2 LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História: Lições Introdutórias. São Paulo : Editora Max Limonad, 2002 p. 18

3 HESAPANHA, Antonio M. A História do Direito na História Social. Lisboa: Livros Horizontes, s/d p 11

4 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p.

isto é como o conjunto de regras e leis; pode ser visto como uma cultura, um espaço onde se produz um pensamento, um discurso um saber; e pode ser visto como um conjunto de instituições, aquelas praticas sociais reiteradas as organizações que produzem e aplicam o próprio direito⁵”.

A “historia do direito” sendo o estudo histórico do direito, abrange então dentro de seu recorte temático, a historia das instituições jurídicas, a historia das idéias ou do pensamento jurídico e a historia das leis propriamente ditas. Desta maneira “pode se conceituar a historia do direito como a parte da historia geral que examina o direito como fenômeno sócio cultural, inserido num contexto fático, produzido dialeticamente pela interação humana através dos tempos⁶”.

Tendo conceituado e demarcado o campo analítico da dita “historia do direito”, passamos a analisar duas grandes mudanças metodológicas ocorridas na historiografia durante o século XX, e as suas influencias no campo especifico da historia do direito, para tal se faz necessário a titulo comparativo, observamos o contexto historiográfico majoritário, formulado a partir do século XVIII e vigente ate o inicio de século XX.

A historiografia tradicional moderna fundada em grande parte “por princípios e valores liberal – burgueses⁷”, vincula-se a uma historia estritamente política, funcionado como instrumento na produção e consolidação da historia dos Estados Nacionais. Áreas de investigação como a “historia do direito, historia das instituições jurídicas e historia das idéias ou do pensamento jurídico, estão todas identificadas, ora com um saber formalista, abstrato e erudito, ora com uma verdade extraída de grandes textos legislativos, interpretações exegéticas de magistrados, formulações herméticas de jusfilosofos e institutos arcaicos e burocratizados⁸”, esta historiografia teria como objetivo, “relativizar e conseqüentemente, desvalorizar a ordem social e jurídica pire burguesa, apresentando - a como fundada na irracionalidade, no preconceito e na injustiça⁹” na busca de uma valorização da nova ordem jurídica liberal e do Estado – Nação.

O primeiro grande marco teórico historiográfico do século XX e o conjunto de critérios de análise e investigação proposto pela escola dos Annales. Esta “nova historia” desloca seu centro de atenções da historia política, “especialmente do Estado e

5 LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na Historia: Lições Introdutórias. São Paulo : Editora Max Limonad, 2002 p. 22

6 WOLKMER, Antonio Carlos. Historia do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 4

7 WOLKMER, Antonio Carlos. Historia do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 15

8 WOLKMER, Antonio Carlos. Historia do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 15

9 HESPANHA, Antonio M. A Historia do Direito na Historia Social. Lisboa: Livros Horizontes, s/d., p 9

do Estado Nacional¹⁰” privilegiando toda a atividade humana, agora “tudo tem uma História¹¹”. O relato histórico perde espaço uma vez que a “a história das mentalidades a história problema vieram a ocupar o espaço da história relato. O próprio facto histórico – durante muito tempo um valor seguro da ciência positivista – passou a ser um material como qualquer outro¹²”.

A nova história liberta-se do paradigma da historiografia tradicional que tem privilegiado uma perspectiva de cima para baixo, destacando a obra dos “grandes homens, estadistas, gerais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história¹³”, agora se recupera a “experiência das pessoas comuns e das mentalidades coletivas¹⁴”, outro aspecto importante, esta na redefinição do conceito de fonte, que se expandem para além dos registros oficiais, e na interdisciplinaridade, que propiciou a expansão do campo de análise da história.

Com essas medidas a história ultrapassa o positivismo histórico, inclinado para a “pura descrição de fatos isolados (...) através de um esforço no sentido de surpreender as estruturas mais profundas e mais estáveis (estruturas demográficas, econômicas, culturais, lingüísticas, etc.) que explicam a verificação e o encadeamento desses fatos”, também se elimina as barreiras “que se levantam entre os diversos setores especializados da história (...) de modo a estabelecer uma história global restaurando a unidade real da vida, em que os diversos aspectos da atividade humana se inter-relacionam¹⁵”.

“Transpondo esses pressupostos da 'nova história' para o campo das fontes, das idéias e das instituições jurídicas, chega-se a proposta de alinhamento de um modelo metodológico que venha redefinir as funções dos estudos históricos no âmbito do direito. Tal postura implica a adesão a uma estratégia interdisciplinar, não uma interdisciplinaridade meramente formal, mas que tenha presente a crítica e a transformação do conteúdo problematizado¹⁶”.

Estas mudanças permitem a historiografia jurídica analisar as idéias e pensamentos jurídicos não apenas no âmbito dos grandes textos legislativos, mas

10 LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História: Lições Introdutórias. São Paulo : Editora Max Limonad, 2002 p. 18

11 BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo:Unesp, 1993 p 11

12 LE GOFF, Jacques. LE ROY LADURIE, Emmanuel . História e Nova História. Lisboa: Teorema, 1986. p 5

13 BURKE, Peter. A Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo:Unesp, 1993 p 13

14 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 13

15 HESPANHA, Antonio M. A História do Direito na História Social. Lisboa: Livros Horizontes, s/d., p 17

16 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 21

realizar uma crítica com uma análise que partem também de “baixo para cima”, e de questão no âmbito sociológico e filosófico do conceito de direito, e de sua relação com os homens no tempo.

Ao desvincular a história de seu aspecto político, estritamente ligado ao Estado, também abre-se as bases para a desvinculação da história do direito da história do Estado-Nação, e conseqüentemente do direito estritamente visto como direito do Estado.

Passa-se a ter em conta a “história como ciência do passado (...); mas como ciência do presente, na medida em que, em ligação com as ciências humanas, investiga as leis de organização e transformação das sociedades¹⁷”, problematizando questões do presente sobre o passado, e não mais sendo uma história formulada para justificar a ordem vigente no presente.

O segundo marco teórico é a emergência no final da década de 60 de uma historiografia neomarxista, “contribuição importante foi a reação á filosofia analítica por parte do marxismo britânico, representado por teóricos como E. Hobsbawn e E. P. Thompson, no sentido de discutir e fundar uma historiografia social¹⁸”. Tal movimento coincide com a renovação crítica da historiografia jurídica “no âmbito de suas fontes históricas, suas idéias e de suas instituições – que começam a aparecer em fins dos anos 60 e ao longo da década de 70¹⁹” sob a influencia desta “história social”, e de uma “história dos movimentos sociais” reaparece, com uma preocupação com as questões, referentes a temas como a relação - direito (direito posto) *versus* justiça social (direito pressuposto) - conceitos estes, desvinculados desde o advento da juspositivismo do século XIX.

Um terceiro marco opera no campo das ciências jurídicas, trata-se da decadência do paradigma positivista no campo do direito, pautado na compreensão da impossibilidade de codificar todas as leis espontâneas da sociedade capitalista, e das mudanças ocorridas no papel do Estado de principio liberal, e do direito do Estado desde o século XIX.

A concepção positivista do direito “rejeita toda e qualquer dimensão *a priori*. Descarta assim, princípios e valorativos em função de uma suposta neutralidade axiomática.” (WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito. 2.ed. São**

17 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 20

18 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 18

19 WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro : Editora Forense, 2000 p. 19

Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p.59) desta forma cai em descrença sobre a perspectiva social, uma vez que um dos maiores dilemas atuais é o retorno da vinculação do adjetivo “justiça” ao “conceito de direito”, conceitos que necessitam de juízo de valor para serem concebidos. Desta forma a historiografia jurídica, e a cultura jurídica minoritárias, vêm nas últimas décadas buscando novas abordagens metodológicas, de forma a desvincular Estado e direito, e a vincular direito a justiça, aproximando o direito das dimensões e peculiaridades humanas, na busca de novos caminhos fora das análises de cunho juspositivista.

Assim conclua-se que a história do direito tornou-se por intermédio da história o primeiro campo de estudo relacionado ao direito a se desvincular do paradigma jus positivista da ciência jurídica, problematizar essas relações entre direito e história possuem hoje grande importância, pois suas comparações permitem conscientizar e libertar o presente, alertando-a para as mudanças ocorridas no âmbito do Estado e da sociedade em relação a uma ordem vigente incompatível com os novos anseios sociais. Por fim percebesse a importante influência exercida pela metodologia da historiografia, para a revisão dos estudos relacionados a história do direito, como campo independente da ciência jurídica do Estado, e de uma perspectiva de justificação da ordem jurídica atual.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**O Debate Agrarista na Década de 1960:
a perspectiva histórica de Caio Prado Júnior**

Ricardo Oliveira da Silva¹

A questão agrária brasileira no início da década de 1960

Na produção historiográfica brasileira referente ao tema da questão agrária, Caio Prado Júnior (1907-1990) ocupa um espaço de destaque. Segundo Astor Diehl (2004), a preocupação central desse intelectual residiu na tentativa de observar historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira. Nesse sentido, a problemática agrária possuiu relevância como um dos elementos a ser solucionado para a concretização desse projeto revolucionário.

Ao revermos cronologicamente a produção intelectual de Caio Prado Júnior, notamos que a questão agrária foi uma das principais preocupações desse autor entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960. Diante dessa constatação, uma análise desse contexto histórico, que no presente texto realizaremos de modo breve, pode nos fornecer subsídios para compreendermos a preocupação desse autor com a questão agrária nesse período.

Economicamente, no final dos anos 1950, mas principalmente no início da década de 1960, o Brasil vivenciava certos impasses ao desenvolvimento industrial, decorrentes do esgotamento do modelo de desenvolvimento da indústria via substituição de importações. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto (1997), nesse debate, colocou-se a necessidade de profundas alterações no meio rural, visto como um empecilho à industrialização da sociedade brasileira, em face de sua estrutura. Para esse autor, “o argumento central era que a arcaica estrutura agrária, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial: com a produção calcada no monopólio da propriedade da terra, em mãos dos latifundiários, e nas relações de produção antiquadas vigentes, não se

¹ Mestrando em História pela UFRGS, com bolsa do CNPq.

conseguiam ganhos de produtividade que respondessem às necessidades da indústria em expansão” (NETO, 1997: 53).

Diante desse quadro, a agricultura representava um impasse ao desenvolvimento, em primeiro lugar, por não oferecer uma produção compatível com a necessidade da demanda; em segundo lugar, por manter formas arcaicas de produção social no campo, afastando assim a grande população rural do mercado; e, em terceiro lugar, por impedir, em face dessas características, o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a modernização da agricultura.

Segundo Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981), as condições específicas desse período histórico colocaram a transformação do campo como condição *sine qua non* do desenvolvimento capitalista. Na perspectiva de um desenvolvimento industrial via modelo clássico, sendo o subdesenvolvimento um processo, os entraves estariam localizados no setor de circulação, ou seja, na pequenez do mercado interno. Assim, a abertura desse mercado teria como ponto de partida a transformação da agricultura, ou seja, a modernização das forças produtivas e das relações sociais de produção, possibilitando a expansão do capitalismo no Brasil. Por fim, a abertura desse mercado só era concebível mediante um programa de reforma agrária.

Além da estrutura fundiária ser vista como um entrave, segundo esses autores, “estava implícita a convicção de que a *revolução brasileira em curso* (superação do passado colonial em sua aliança com o imperialismo) se fazia sob a hegemonia da aliança burguesia nacional/proletariado urbano, cabendo ao campo, no decorrer do processo, que se previa ser longo, a função de produzir alimentos e matérias-primas, de um lado, e, de outro, consumo de produtos industriais” (LINHARES, SILVA, 1981: 40). Ainda conforme tais autores, essa percepção da realidade nacional tinha por base uma determinada concepção da formação da sociedade brasileira, produto da expansão iniciada no século XVI.

Segundo Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a concepção da formação da sociedade brasileira, para compreender os problemas sociais do país, contribuiu para a História ter adquirido foros de grandeza no Brasil pós-1950, conseguindo penetrar, de forma bastante significativa, no cotidiano de uma intelectualidade voltada para o debate político nos anos 1950/1960, tendo sido Caio Prado Júnior um desses intelectuais.

No início dos anos 1960, Caio Prado Júnior procurou estudar o tema da questão agrária vinculando os problemas do campo a outros impasses da sociedade brasileira. Buscou, assim, entender a questão agrária a partir de uma perspectiva histórica, ou, em outras palavras, a partir de uma interpretação de Brasil. Nesse sentido, o embasamento para muitos de seus argumentos foi buscado em suas obras anteriores, como *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, ou *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942.

Com vistas nisso, tencionamos analisar algumas das idéias de Caio Prado sobre a questão agrária mediante a perspectiva histórica existente em sua produção intelectual do começo da década de 1960, relacionada a algumas propostas para a solução dos problemas agrários.

A interpretação caiopradiana da questão agrária brasileira

Em 1979 Caio Prado Júnior publicou um livro intitulado *A Questão Agrária no Brasil*. Nesse livro, encontrava-se uma coletânea de artigos referentes à temática agrária, publicados originalmente na Revista Brasiliense, entre os anos de 1960 a 1964. Em seu prefácio, Caio Prado justificou a publicação dessa coletânea em face da necessidade de solução, na prática, e em profundidade, da exploração e do baixo nível de vida vivenciado, sob todos os aspectos, pela grande massa da população rural brasileira em comparação com os padrões do mundo moderno.

Para nosso autor, essa situação extrema de exploração vivenciada pela população rural era herança de sua formação histórica, perceptível nas relações e nas condições sociais de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores rurais. Tal situação significava, no conjunto da sociedade brasileira, medíocres padrões de vida da população rural em termos modernos. Para Caio Prado Júnior, a solução desse aspecto representava a resolução do problema agrário no Brasil, a qual, decorridos quase vinte anos da publicação dos primeiros textos desse autor, ainda estava por se realizar.

Para compreendermos a atualidade dada por Caio Prado Júnior à questão agrária no final dos anos 1970, a qual, diga-se de passagem, não está resolvida em nosso tempo presente, selecionamos em primeiro plano dois dos seus textos: 1^a) Contribuição para a Análise da

Questão Agrária no Brasil, publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 28, de março/abril de 1960; 2º) Nova Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil, publicado originalmente na Revista Brasiliense, nº 43, de setembro/outubro de 1962. Em relação ao aspecto metodológico de nosso trabalho, buscamos privilegiar a análise histórica, dividindo em quatro tópicos nosso estudo: a) caráter da colonização; b) características da grande propriedade fundiária; c) relações sociais de produção; d) medidas para a solução da questão agrária.

a) caráter da colonização:

A compreensão do caráter da colonização no Brasil como ponto de partida para o estudo da questão agrária foi expresso por Caio Prado Júnior em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado pela primeira vez em 1942. Na parte inicial do livro, intitulada Sentido da Colonização, Caio Prado afirmou que a colonização portuguesa nos trópicos assumiu o aspecto de uma vasta empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Esse teria sido o verdadeiro sentido da colonização, do qual o Brasil foi parte integrante. Para esse autor, “é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país.” (PRADO JR, 1976: 32).

No início dos anos 1960, ao se debruçar sobre os problemas do campo, Caio Prado Júnior partiu das idéias esboçadas em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*. Nesse sentido, afirmou o autor: “o essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.” (PRADO JR, 1979: 48).

Caio Prado Júnior reconhecia que, do século XVI a meados do século XX, modificações importantes haviam ocorrido na antiga colônia. Houve, por exemplo, a ocupação e integração do território em um todo unificado; um crescimento e adensamento demográfico, com um fluxo imigratório significativo; a diversificação das atividades

econômicas com a inserção de um setor industrial; e uma progressiva urbanização e constituição de um mercado interno, com a formação no Brasil de uma nacionalidade autônoma, com existência e aspirações próprias. Mas, ainda assim, ressaltou o autor que, “essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta.” (PRADO JR, 1979: 49).

Nesse sentido, o caráter da colonização brasileira resultou em um dualismo nas atividades rurais, tendo desenvolvido, por um lado, uma atividade voltada para a obtenção de um produto de alta expressão comercial e, por outro lado, atividades subsidiárias voltadas para a produção de gêneros de subsistência para uma população local.

b) características da grande propriedade fundiária:

Para Caio Prado Júnior, o sucesso comercial da grande propriedade fundiária esteve assentado em dois fatores: 1º) a disponibilidade relativamente abundante de terras para constituírem-se propriedades de grandes extensões; 2º) a disponibilidade de força de trabalho. Essas circunstâncias constituíram-se nos principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população rural, que, sem grandes possibilidades de acesso à terra, precisou se sujeitar ao trabalho nas grandes propriedades, mediante preço determinado pelo grande proprietário de terra, que, de um modo geral, sempre foi um valor baixo.

Além da característica acima citada, a grande propriedade, enquanto exploração comercial em larga escala, foi também responsável segundo Caio Prado tanto pelos obstáculos opostos ao progresso quantitativo da pequena propriedade, por constranger seu crescimento, quanto por desviar para si e em seu benefício as forças propulsoras de que dispunha o organismo econômico do país.

c) relações sociais de produção:

As relações sociais de produção existentes no campo, segundo Caio Prado, deveriam ser vistas dentro de uma lógica de exploração agro-mercantil. Desse modo, seria necessário compreendê-las considerando-se os fatores atuantes na oferta e procura de mão-de-obra. Um primeiro aspecto a ser levado em consideração deveria ser a concentração da

propriedade fundiária que, ao estar depositada nas mãos de um número reduzido de proprietários rurais, forçaria os trabalhadores rurais, sem outra opção, a fornecer sua mão-de-obra dentro das condições impostas pelo grande proprietário de terra.

No que tange à remuneração dos trabalhadores rurais, Caio Prado Júnior afirmou que, “podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado.” (PRADO JR, 1979: 60).

No entanto, apesar de reconhecer a existência de diversas formas de remuneração do trabalho realizado pelo homem do campo, Caio Prado fez questão de acentuar o caráter de locação de serviços que constituiria a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. Desse modo, o principal fator configurado nas relações de trabalho no campo seria o de prestação de serviços. Esse caráter de locação de serviços, segundo o autor, far-se-ia perfeitamente assimilável ao assalariado, distinguindo-se apenas pela natureza da remuneração.

A preocupação em precisar o caráter das relações de trabalho no campo colocava Caio Prado Júnior na linha de frente do combate às posições defendidas por grande parte das esquerdas no início dos anos 1960, principalmente do seu partido, o PCB (SANTOS, 2002). Para o autor, a caracterização das relações de trabalho no campo como “feudais”, ou “semifeudais”, como defendia seu partido, poderia ser usada como carga pejorativa ou emocional para formas extremamente brutais de exploração de trabalho. Seria uma simples questão de conveniência e convenção lingüística. No entanto, para Caio Prado, nessas designações estavam contidas a compreensão de relações de trabalho implantadas no campo, se não no direito positivo e na legislação, no direito consuetudinário e em relações jurídicas institucionais não escritas.

Para Caio Prado Júnior (1979: 66), “certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro – mas sempre

motivo de ordem circunstancial – o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza”.

d) medidas para a solução da questão agrária:

A análise sobre a questão agrária, efetuada por Caio Prado Júnior, teve como um de seus principais objetivos entender a relação existente entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço essencial consistia na acentuada concentração da propriedade fundiária em poder de poucos proprietários. Segundo sua perspectiva histórica, Caio Prado Júnior concluiu que a desigualdade existente na distribuição da propriedade da terra, cujas raízes históricas encontravam-se no processo de colonização iniciada no século XVI, condenava grande parte da população rural a condições de vida miseráveis.

Além dessa característica, a questão agrária deveria também ser pensada levando-se em consideração que os grandes proprietários de terra se constituíam em homens de negócio, sendo a terra para esses acima de tudo uma fonte de lucro, enquanto para os trabalhadores rurais, a terra e as atividades nela exercidas constituíam a única fonte de subsistência acessível.

Assim sendo, para o referido autor, os problemas do campo não findariam se não fosse arrancada da miséria em que vegeta a população rural. Na solução desse aspecto, residiria a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Mas, para isso se realizar, Caio Prado frisou: “não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo e estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária.” (PRADO JR, 1979: 82-83).

Caio Prado Júnior e a questão agrária em uma sociedade marcada pelo passado

No início da década de 1960, a questão agrária adquiriu uma dimensão nacional, sendo parte dessa dimensão atribuída aos impasses vivenciados pela industrialização brasileira.

Para Angela Kageyama (1993: 14), “a alta concentração fundiária, a heterogeneidade do sistema produtivo e das relações de trabalho no campo, com a presença de formas ‘pré-capitalistas’ como os foreiros, moradores, parceiros e agregados, e as baixas condições de vida dos empregados rurais eram os principais componentes que configuravam uma questão agrária naquele momento”.

Caio Prado Júnior participou dos debates envolvendo o tema da questão agrária durante a década de 1960. A partir de uma perspectiva histórica, buscou o autor compreender a realidade agrária do país. Para José Carlos Reis (2002), na análise de Caio Prado, o presente esteve marcado pelo passado, uma vez que, “o Brasil moderno preservou marcas do passado recente e remoto. Toda a complexa história do Brasil colonial está contida no Brasil contemporâneo. O tempo histórico brasileiro tem um ritmo espacial: uma repetição monótona, uma continuidade inquebrável, um presente que sempre revigora o passado.” (REIS, 2002: 199).

Essa percepção sobre a história brasileira levou Caio Prado Júnior a propor limites históricos e teóricos à revolução brasileira, tema corrente na década de 1960. Diante de sua constatação, propor uma ruptura revolucionária para uma realidade social na qual o presente mantinha uma aliança sólida com o passado seria inviável. Entretanto, como ressaltou José Carlos Reis, a percepção de uma continuidade na história brasileira não o levou a ter uma visão pessimista sobre o futuro do país, mas sim a reconhecer os limites impostos por essa realidade à transformação social.

A solução dos problemas agrários brasileiros, dessa maneira, foi vista por Caio Prado como fundamental para a ruptura com o passado. Nesse sentido, a reforma agrária e uma legislação trabalhista seriam um meio de estender a cidadania à população rural. No entanto, a concretização dessas medidas acabaria sendo um processo mais lento do que o desejo de seus defensores. Mas, apesar disso, sua bandeira poderia ser mantida erguida enquanto os trabalhadores da cidade e do campo mantivessem uma postura autônoma na defesa de suas reivindicações.

Bibliografia Consultada:

DIEHL, Astor Antônio. Caio Prado Júnior: as idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter e SCHÜLER, Fernando Luís (orgs.). **Intérpretes do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

KAGEYAMA, Angela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In: **Reforma Agrária**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Vol 23, nº 03, Campinas, SP: p. 05-16, set/dez 1993.

LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira**. Combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica. 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PRADO JR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979,

_____. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “a revolução brasileira”. In: REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SANTOS, Raimundo. **Política e Agrarismo Sindical no PCB**. Raimundo Santos, Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/FAP, 2002.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Prisioneiros de Guerra Alemães no Brasil

Ricardo Passos Lima / Universidade Cândido Mendes
ricardopassos@bol.com.br

O objetivo desta comunicação é analisar o tratamento para com os Prisioneiros de Guerra Alemães no Rio de Janeiro, durante o período da Grande Guerra.

A presente pesquisa tem como objetivo central ajudar a elucidar as Relações Político-Diplomáticas Brasil-Alemanha. Para tal escolhemos trabalhar no período 1917-1919. O conjunto documental utilizado encontra-se disponível no Arquivo do Serviço de Documentação da Marinha - 1º Distrito Naval Rio de Janeiro Ilha das Cobras.

A análise de tais documentos permite observar o tratamento diferenciado para esses prisioneiros alemães. Essa documentação permite ainda constatar que tal tratamento diferenciado era motivado por um grande incremento das Relações Político-econômicas Brasil-Alemanha.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A velhice no papel: a pessoa idosa como tema de pesquisa

Rildo Bento de Souza Universidade Federal de Goiás - UFG
bentorildo@hotmail.com

Nos últimos anos tem-se evidenciado na sociedade brasileira uma relevância no trato a pessoa idosa. Essa preocupação é fruto, sobretudo, de um aumento significativo da população idosa no Brasil. Segundo o IBGE, atualmente esse número ultrapassa os dezesseis milhões, prova disso é a considerável literatura existente sobre o tema. Áreas como a medicina, antropologia, psicologia, sociologia, história e direito descobriram no idoso um amplo campo de pesquisa. Dessa interdisciplinaridade como produtora de conhecimento, o que tem sido produzido historicamente sobre os idosos? Trabalhos relevantes como a história das mulheres, das crianças e da família, têm se proliferado como área de investigação para diversos pesquisadores; porém o idoso pouco serviu de inspiração para os historiadores. Para além disso, faz-se necessário analisar como a historiografia resgata os ecos da pessoa idosa no passado. Nosso objetivo nessa comunicação é a partir de uma vasta literatura existente sobre a pessoa idosa, esquadrihar as possíveis alternativas para valorar a história da pessoa idosa no Brasil.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Relações Diplomáticas Brasil Alemanha: Notas de Pesquisa

Rodrigo Jerônimo da Silva / UCAM RJ
rodrigojege@ig.com.br

A referente comunicação trata das relações diplomáticas Brasil e Alemanha no período de 1937 a 1942. A principal problemática a ser analisada é a política dualista de Vargas, política essa que se caracteriza pela “indefinição”, pois ele hesita ao máximo antes de se decidir entre apoiar os Aliados do qual os Estados Unidos faziam parte e o Eixo do qual os alemães faziam parte e o que esta política acrescentou de vantagens econômicas ao Brasil. Dentro de sua política dualista, Getúlio Vargas mantém relações amistosas com os alemães, enquanto isso lhe é vantajoso; e a partir do momento que estas relações deixam de ser vantajosas, Vargas as rompe e inicia um processo de censura e repressão contra os alemães que até então eram seus parceiros econômicos. Vargas se aproveita das inúmeras tensões internacionais que antecediam a guerra que se anunciava para obter vantagens dos países que estavam envolvidos no conflito, principalmente dos Estados Unidos e da Alemanha. Partindo dessa premissa onde num primeiro momento o Brasil oscila entre alemães e norte-americanos, até a decisão final e já esperada de Vargas de rompimento diplomático brasileiro com a Alemanha e os demais países que compunham o Eixo.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Historicidade da Historiografia e a Nova História Política

Rodrigo Fernandes da Silva
Graduando em História pela Universidade Federal de Goiás

Este texto visa perceber aspectos importantes sobre a historiografia brasileira a partir da análise de alguns historiadores e historiadoras brasileiros em geral, e sobre a ditadura militar em particular. Antes, cabe tecer alguns comentários acerca da importância de uma história da historiografia como um objeto necessário para os historiadores (as) de ofício. Neste contexto as palavras de Jurandir Malerba são esclarecedoras:

Devido a uma característica básica do conhecimento histórico, que é sua historicidade, temos de nos haver com todas as contribuições dos que nos antecederam. Essa propriedade eleva a crítica historiográfica a fundamento do conhecimento histórico.¹

As palavras de Malerba não se encontram em um vazio, antes ecoam num espectro amplo dentro dos textos de vários autores, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Apenas para reforçar esta idéia, pode ser citado um artigo muito interessante de três teóricos alemães no cenário acadêmico atual europeu, Horst Walter Blanke, Dirk Fleischer e Jörn Rüsen. Os três escrevem um texto no periódico *History and Theory*, justamente sobre análise historiográfica, fazendo um recorte entre 1750 até 1900, identificando reflexões teóricas e metodológicas a partir de alguns historiadores. A análise destes acadêmicos se pauta nesta necessidade de reconhecer a historicidade própria produção histórica, de ver nela um objeto em si que auxilia na constante reflexão acerca da essência história acadêmica, a saber, a reflexão sobre o passado como um *corpus* revelador das várias perspectivas teóricas e metodológicas assumidas pelos interpretes científicos do passado.² A preocupação esboçada no artigo é a de perceber como nasce uma teoria da história propriamente dita no calor das discussões sobre o conceito de ciência moderna. Tal

¹MALERBA, Jurandir. *Teoria e História da Historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*, p.15.

²BLANKE, Horst Walter, FLEISCHER, Dirk, RÜSEN, Jörn. *Theory of History in Historical Lectures: The german tradition of Historik, 1750-1900*.

teorização aparece sob o nome de *Historik*, termo comumente associado a J. G. Droysen, por ser ele no século XIX, o sistematizador de elementos teóricos no que apareceria em forma de manual, um texto que assumiu a nomenclatura de *Historik*. No entanto, pelo artigo, percebe-se que o termo cobre um espectro amplo de historiadores, que a partir do século XVIII, começaram a ver a necessidade de dar à sua disciplina um caráter científico. É neste contexto, por exemplo, que Wilhelm Dilthey desenvolve seu trabalho lançando o que ele percebia como as bases epistemológicas das *Geisteswissenschaften*. E o faz em um diálogo acirrado com a filosofia de modo geral e com a *Crítica da Razão Pura*, kantiana em especial, a fim de formular uma crítica da razão histórica.³

O artigo então, a partir do seu recorte, mostra como o corpo de palestras e trabalhos produzidos por esses historiadores, se tornou um objeto em si, revelando as potencialidades teóricas nascentes na Europa. O artigo é finalizado com um desafio a que as gerações de historiadores atuais, olhem para a produção historiográfica e teórica como um campo de reflexão para o ofício de historiador.

Isso não significa submeter-se a uma específica premissa pós-moderna da historiografia que reduz o passado a mero texto. Num sentido em que o passado é conhecido apenas a partir de interpretações narrativas sobre ele mesmo.⁴ Ou para citar um teórico emblemático da pós-modernidade historiográfica:

O historiador modernista seguia uma linha de raciocínio que parte de suas fontes e evidências até a descoberta de uma realidade histórica escondida por trás das fontes. De outra forma, sob o olhar pós-modernista, as evidências não apontam para o passado, mas sim para interpretações do passado, pois é para tanto que de fato usamos essas evidências. Para expressar esta idéia por meio de imagens: para o modernista, a evidência é um azulejo que ele levanta para ver o que está por baixo; para o pós-modernista, ela é um azulejo sobre o qual ele pisa para chegar a outros azulejos; horizontalmente em vez de verticalmente.⁵

A análise da historiografia proposta pelos autores utilizados para a escrita deste texto não se pauta na premissa pós-moderna. Mas antes, busca salientar a importância dos estudos históricos a partir de uma análise cuidadosa dos predecessores vistos a partir de seus textos no sentido das palavras de Malerba.

³ GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método I*. pg.295-325.

⁴ MALERBA, Jurandir. *Teoria e História da Historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*, p.19.

⁵ ANKERSMIT, Frank R. *Historiografia e Pós-modernismo*, p.124.

Como foi dito, o objetivo deste texto é discutir sobre historiografia brasileira e em específico sobre a historiografia acerca da ditadura militar. Mas isto, no intuito apenas de demonstrar na prática de algumas historiadoras a serem mencionadas, a importância do campo de análise historiográfica. Para isso é preciso falar sobre um elemento importante dentro da produção historiográfica brasileira, a saber, a questão da História Política**, pois é dentro dela que a produção sobre ditadura se encontra. O que se dirá a este respeito baseia-se em dois artigos na revista Estudos Históricos. São *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)*, História Política, escritos por Márcia Mansor D'Alessio e Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Maria Helena Rolin Capelato respectivamente, mas com ênfase no primeiro artigo, do qual inclusive parte o segundo artigo.

A discussão sobre História Política remete ao problema de ela ter sido de certa forma lançada em descrédito após a influência da escola dos *Annales* sobre a forma de se pensar o passado no Brasil. As concepções da micro-história, a noção de cotidiano, de inserir os excluídos nas análises sobre o passado, mentalidades etc., abalaram as estruturas das grandes histórias nacionais produzidas na Europa.⁶ Histórias que privilegiavam as elites, as personagens grandiosas, os grandes eventos como as guerras.⁷

Mas como se pode perceber há um movimento contrário de certa forma incentivado pela própria escola do *Annales*. A qual insere as noções acima mencionadas no contexto da *Nova História*, alterando a noção da esfera do político. Outra influência vem da filosofia foucaultiana, que descentraliza a noção de poder do domínio das elites, e a insere nas relações sociais mais amplas. Essas experiências políticas, descentralizadas das instituições, e vistas na coletividade, se tornam o lugar da nova análise política. D'Alessio e Janotti analisando a diferença entre uma vertente tradicional de historiografia (a base das análises da esfera política) e a nova abordagem teórico-metodológica, tomam como central um termo importante dentro da teoria da história, a saber, *explicação*.⁸ Fazem isso ao citar

** Escrita com iniciais maiúsculas por tratar-se tanto do nome de uma disciplina quanto de uma perspectiva teórica.

⁶ Inclusive este é o tipo de produção de história política de historiadores importantes dentro da academicização da história, como Leopold von Ranke, por exemplo.

⁷ D'ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)*, p.2.

⁸ Termo fundamental para compreensão do debate teórico, pois possui em seu interior os conceitos que ligam o historiador e seu objeto à apresentação de sua obra escrita, pois o vincula a uma concepção epistemológica específica, seja de cunho mais empirista ou racionalista. Até mesmo versões que combinam estas duas

Henri Berr, citação da qual pode-se transcrever e analisar. Berr diz: “Uma coleção de fatos não tem mais valor científico que uma coleção de selos ou de conchas. Ao mesmo tempo que a síntese erudita acumula os materiais, reúne os fatos, a síntese científica deve cuidar de os unificar, deve conduzi-los a princípios *explicativo*”.⁹ Berr ao mencionar síntese erudita, parece referir-se aos positivistas metódicos, que se pautavam em uma premissa de certa forma superada (a questão da objetividade entre historiador e fatos) e que no fim apenas organizavam seus textos numa fixidez cronológica, mas pouco interpretativa. Berr objetiva ao contrário a capacidade interpretativa do historiador ou cientista social que finda em uma explicação mais geral dos fatos ou eventos. Para citar D’Alessio e Janotti: “A historiografia estava sendo acusada de restringir-se ao estudo analítico dos fatos a partir de uma detalhada documentação, sem passar da análise à síntese, ou seja, sem chegar às generalizações que permitem a explicação e a compreensão da realidade”.¹⁰

Esta renovação da História Política acontece numa relação importante com a História Cultural, outra perspectiva teórica antiga, mas que passou por redefinições desde sua existência mais remota no século XIX. É esta relação que possibilita novas abordagens por parte da História Política, não só dos acontecimentos oficiais e das instituições estatais, mas de toda a esfera da sociedade, pois esta se configura agora como a esfera do político.

A partir da análise feita por D’Alessio e Janotti dos trabalhos historiográficos entre 1985-1994, tanto dissertações quanto teses, constata-se uma particularidade importante, a saber, os referenciais teóricos dos acadêmicos são em certo sentido reincidentes e abertos a relacionamentos que geram códigos lingüísticos semelhantes na produção dos textos. Dentro disso aponta-se uma diminuição numa linguagem homogeneizada marxista, e se abre para uma pluralidade maior de perspectivas teóricas.¹¹

Um outro elemento importante nesta renovação da História Política é uma mudança na consciência histórica¹² em relação às experiências quanto ao problema democrático.

vertentes principais, ou seja, uma epistemologia que tenta aproximar empirismo e racionalismo, ou que se pode chamar de empirismo conceitual.

⁹ D’ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)*, p.2.

¹⁰ *Idem*, p.2.

¹¹ *Idem*, p.4 e 11.

¹² O termo alemão *Geschichtsbewusstsein*, traduzido literalmente como *consciência histórica* é usado a partir do livro de Jörn Rüsen, *Razão Histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Rüsen trabalha a noção de consciência histórica (tradição fortemente historicista) como *locus* da análise do passado. Ela é fruto da necessidade dos seres humanos de se organizarem no tempo. Especificamente neste texto, usa-se a expressão a partir da premissa de Rüsen de que o historiador, também (obviamente) necessitado de orientar-se no tempo, parte de uma consciência histórica que o localiza política e ideologicamente na

Capelato afirma: “A problemática da democracia se impôs por toda parte nos anos 1980, e suscitou a ampliação do debate sobre as questões de natureza política. A historiografia geral e do Brasil, mais recente, começou a incorporá-las”.¹³

Neste contexto das palavras de Capelato, cabe mencionar Sérgio Paulo Rouanet, que numa espécie de relato pessoal registra o sentimento brasileiro diante das experiências democráticas. Rouanet em um texto intitulado *Reinventando as humanidades*, narra um momento da história brasileira (e de sua própria) em que uma juventude intelectual se cansara de um certo engessamento por parte das estruturas democráticas pré-militares. Um engessamento provocado também por uma espécie de deslumbramento para com o que vinha de fora, principalmente as idéias, não porque elas não fossem necessárias, mas porque não passavam por um crivo crítico mais profundo. Rouanet e sua geração de intelectuais em uma certa ilusão (as palavras são dele) rejeitam parte da cultura intelectual de seu tempo e buscam redefinição para este país que se desenvolve e precisa de investimento tecnológico mais do que das declinações do latim (eis a ilusão mencionada). Rouanet usa uma metáfora instigante para dizer que os sonhos destes intelectuais se realizaram, mas ao mesmo tempo trouxe um efeito colateral indesejado e a utopia se descortinou diante dos mesmos. Segundo ele:

Um anjo torto ouviu as nossas preces. Sem dúvida, queríamos um governo civil e popular; mas, com essa importante diferença, tudo o mais aconteceu conforme imaginávamos. Nossos novos governantes exprimiam nossas idéias e até usavam nossa linguagem: eram a favor do desenvolvimento, falavam grosso com o gringo (apesar do modelo desnacionalizante adotado) e diziam que não podíamos importar mecanicamente idéias não-adaptadas às realidades brasileiras... Em suma, o país se modernizara. Tudo como queríamos: só que nossos sonhos, realizados, viraram pesadelos.... Antes de 1964, tínhamos grandes massas iletradas, e uma oligarquia pelo menos superficialmente culta; desde então, reinou a grande democracia do analfabetismo universal.¹⁴

O texto de Rouanet apresenta uma experiência histórica quanta à democracia brasileira. O interessante é que Rouanet no livro do qual o texto foi extraído *As Razões do Iluminismo*, que é construído para refletir sobre questões filosóficas no debate modernidade x pós-modernidade, o faz por meio de questões pontuais, tal qual a

pesquisa e construção de seu texto historiográfico. Neste caso as experiências democráticas pós-ditadura são um exemplo desta orientação no tempo.

¹³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História Política*, p.2.

¹⁴ ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. P.305-306.

experiência democrática, uma análise feita já na década de 1980, o que coincide com a afirmação de Capelato acerca do retorno do tema político.

Os artigos de D'Alessio, Janotti e Capelato, que discutem a renovação da História Política enfatizam ainda que os discursos historiográficos podem ser vistos a partir de termos que se cristalizaram nas discussões acadêmicas, tais como; *modernidade* (seja ela filosófica ou política), *modernização* (que engloba termos como tecnologia, desenvolvimento), uma verdadeira história dos conceitos à maneira de Reinhart Koselleck.¹⁵ D'Alessio e Janotti dizem: “Os trabalhos voltam-se para o universo da cidade intermediado pela análise dos discursos sobre a modernidade. Essas pesquisas vinculam-se, em sua maioria, à história das representações”.¹⁶ Não por mera coincidência, elas usam os termos “análise do discurso” e “representação”, que coincidem com as visões renovadas quanto ao tipo de abordagem do passado, especificamente a esfera política.

Os artigos usados ainda possuem muitas conclusões importantes sobre a renovação da História Política, mas cabe parar por aqui, pois questões fundamentais foram abordadas para a construção deste texto. Agora, passa-se à questão da historiografia sobre a ditadura militar especificamente, uma vez que o que se disse sobre a História Política em geral serve como moldura do que se segue. Neste ponto usa-se particularmente Carlos Fico e Beatriz Kuschnir. No entanto, será feita apenas referência ao tema da ditadura, pois o objetivo é mais teórico que historiográfico propriamente dito.

Em um texto intitulado *Algumas notas sobre historiografia e história da ditadura militar*, Fico trata de alguns debates acerca da ditadura que se consagraram no tratamento do assunto. Fico intenta inserir tais debates no contexto da renovação da História Política, e ao mesmo tempo inserir seus pressupostos sobre a própria ditadura.

Fico menciona vários elementos que se constituem em motivos por traz do interesse sobre ditadura militar nos departamentos de história atuais. Dentre estes, menciona o fato de que os atuais pesquisadores são em sua maioria indivíduos que no período dela; ou ainda não havia nascido ou eram jovens, portanto buscam compreender o assunto do qual boa parte de seus professores fala. Para reforçar a idéia, Fico cita o movimento de *impeachment* sobre Collor, movimento esse que, segundo ele, conta entre aqueles que

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart, *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. p. 134-146.

¹⁶ D'ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)*, p.20.

marcaram o fim da ditadura e o retorno da democracia.¹⁷ E neste movimento os atuais pesquisadores participaram, sendo, portanto, incentivados à pesquisa.¹⁸

Neste ponto, insere-se uma relação sobre questões abordadas por Fico e Beatriz Kuschnir. Inserir Kuschnir aqui se deve ao fato de que a mesma faz referência explícita a algo que foi extensamente discutido, e que Fico também aborda, a saber, a História Política e sua relação com a noção de memória.

Neste ponto é bom citar a própria Kuschnir:

Nessa perspectiva (ela insere sua discussão dentro de uma história dos intelectuais), a possibilidade de fazer essa narrativa ancora-se na reavaliação e na reabilitação da *historia política*, iniciada nos anos 1970, que a definiu não mais presa a uma descrição do fato em si, mas percebendo a dinâmica em que este se encontra.¹⁹

Outro referencial teórico expresso no texto de Kuschnir é a relação desta História Política com a noção de História do Presente, que encerra questões como *memória* (Kuschnir cita Le Goff que trabalha esse paradigma teórico), abrindo espaço para o uso de fontes orais. Todo esse arcabouço de questões é usado nesta construção historiográfica acerca da ditadura militar. A questão da memória é apontada, por exemplo, por Fico como constituinte desta construção, no uso dos depoimentos seja de militares que viveram no regime, sejam de militantes de esquerda que se opõem ativamente ao regime. E Fico mostra como isso é importante, pois na construção de textos sobre a ditadura, ao se usar fontes orais, portanto, memorialistas, deve-se perceber as disputas ideológicas por traz destes. Citando Fico:

Para o historiador, porém, esse é um autêntico material histórico, base documental importante, fonte de revelações surpreendentes, especialmente se focarmos as memórias dos militares, por vezes muito mais sinceras (algumas chegando ao cinismo) do que se poderia esperar. Tais fontes são especialmente úteis para melhor matizar as diversas correntes, pois os militares, muitas vezes foram equivocadamente identificados como iguais.²⁰

Muitas outras coisas poderiam ser tratadas, discutindo teses que os historiadores mencionados e muitos outros colocam, ora se assemelhando, ora se contrapondo. Contudo, o interesse deste texto foi antes de tudo demonstrar o contexto no qual a historiografia sobre a ditadura militar se insere, que é o contexto amplo da História Política. Percebendo

¹⁷ FICO, Carlos. *Algumas Notas Sobre Historiografia e História da Ditadura Militar*, p.71.

¹⁸ Fico menciona ainda outros elementos, mas são coincidentes com os já mencionados acima por ocasião da análise dos artigos de D'Alessio, Janotti e Capelato, ou seja do contexto de renovação da História Política.

¹⁹ KUSCHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*, p.39.

²⁰ FICO, Carlos. *Algumas Notas Sobre Historiografia e História da Ditadura Militar*, p.77.

(a partir da relação entre Fico e Kuschnir) que tais referenciais teóricos são algumas das bases sobre as quais se fundam discussões sobre a ditadura.

Referência Bibliográfica

- ANKERSMIT, Frank R. *Historiografia e Pós-modernismo*. In: Topoi: Revista de História, Rio de Janeiro, v.2, 2001.
- BLANKE, Horst Walter, FLEISCHER, Dirk, RÜSEN, Jörn. *Theory of History in Historical Lectures: The german tradition of Historik, 1750-1900*. In: History and Theory, v.23, n.3, p.331-356, 1984.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História Política*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.17, 1996.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *A Esfera do Político na Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994)*. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.17, 1996.
- FICO, Carlos. *Algumas Notas Sobre Historiografia e História da Ditadura Militar*. In: Estudos de História, Franca, v.8, n.1, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart, *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 5. n. 10. 1992.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MALERBA, Jurandir. *Teoria e História da Historiografia*. In: MALERBA, Jurandir (org.) *A História Escrita: teoria e história da historiografia*, São Paulo: Contexto, 2006.
- ROUANET, Sergio Paulo. *As Razões do Iluminismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Caminhos e alternativas, o problema da educação nas reformas Francisco Campos e o ensino da história com diretrizes internacionais

Rodrigo Robert Porto¹

Este trabalho tem por objetivo elucidar as principais questões que envolvem o debate em torno da política educacional implementada por Getúlio Vargas. Concentremo-nos em anos de afirmação e direcionamento de um projeto nacionalista, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde pública e das reformas de 1931 denominadas, corriqueiramente, de “reformas Francisco Campos”.

Na época atual do Brasil aonde o discurso neoliberal é convicto e sem passividade de erro, pensar a educação, como instituição, é quase um desafio. O que nos ocorre é que o que “[...] estamos presenciando é um processo amplo de redefinição global da esfera social, política e pessoal, no qual os complexos e eficazes mecanismos de significação e representação são utilizados para criar e recriar um clima favorável à visão social e política liberal.” (SILVA, 1997). Todas essas significações e representações são instruídas principalmente no campo educacional. A educação, além de formar o indivíduo, informá-lo-á dos acontecimentos presentes de entendimento da sociedade que o próprio vive. Resignificar e transformar as idéias outrora bem estabelecidas talvez seja a chave para o esquecimento de um contexto histórico-social passado.

Cabe a nós aqui então, tentar resgatar um pouco do que foi a estratégia singular², presente nos planos de Vargas, pensando a criação de um Ministério da Educação, uma de suas primeiras atitudes³ como chefe da nação e do governo provisório⁴.

¹ Graduando em História (UFRJ) e em ciências sociais (UFF). Estagiário do Ministério das relações exteriores – Arquivo Histórico- Palácio do Itamaraty.

² É essencial não deixar passar aqui em branco à reforma Rivadávia Correia (1911 – 1915) que apesar de ser totalmente o oposto do proposto por Vargas e Campos foi uma Lei orgânica que enunciou a não gerência da União para com os assuntos de ensino, deixando esses a cargo dos estados e municípios.

³ O Ministério da Educação foi criado no dia 14 de novembro de 1930, ou seja, com apenas 11 dias de governo Vargas dava um passo significativo (talvez o mais) para a construção de uma nova sociedade pautada no desenvolvimento econômico e educacional.

⁴ O período denominado de governo provisório foi exercido de 1930 a 1933. Tendo esse nome pois, depois de deflagrada a revolução Vargas governou sobre um estado limítrofe, nem constitucional, nem

É bom elucidar que, como afirma Frigotto, existiam dois projetos para o Brasil: “Um projeto societário balizado pelas forças conservadoras, defensoras de uma democracia formal pelo alto, vinculadas e subordinadas ao grande capital, e um outro representando pelas forças comprometidas com um sistema social de democracia participativa e cidadania ativa.” (FRIGOTTO, 2001).

Há, nesse momento, a tentativa singela de engendrar, ou recapitular forças, nas mãos do executivo federal, o que não vinha acontecendo devido ao caráter federalista da república. É notório que a criação do Ministério serviu como base não só educacional, mas também política, pois assim os estados e municípios eram submetidos ao julgo federal anunciando que os planos Varguistas iriam além da ordem do que se estabeleceu na primeira república. Vale ressaltar que “As políticas públicas, particularmente as de caráter social (...) não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo.”(SHIROMA,2002). Neste momento o Estado torna-se o articulador central da política educacional brasileira.

“As ideologias convertidas em mitos promissores de vida futura, anunciam-se com projeto revolucionário (...)” (CAPALBO, 1978). Foi assim com o ministério da educação e Saúde Pública “(...) que teve sentido revolucionário.” (SCHWARTZMAN, 1982). Pensando junto com Gustavo Capanema⁵ o Ministério foi criado “(...) para o fim de coordenar e impulsionar, em todo o país, os desenvolvimentos dos trabalhos relativos a esses dois importantes problemas: a educação e a saúde, e deram-se ao novo ministério todos os elementos de ação para a realização de uma obra de alcance nacional” (SCHWARTZMAN, 1982). Três proposições são sugeridas a partir dessa afirmativa: 1. O tratamento da educação como problema é uma chave para o entendimento da política educacional Varguista, fazendo-se sentir assim a necessidade de se melhorar esse problema por meio de reformas que, necessariamente devem ser geridas pela União. São problemas nacionais e por isso devem ser tratados e resolvidos

ditatorial. Em 1933 foi convocada a assembléia constituinte e em 1934 foi promulgada a nova constituição.

⁵ Chefiou o Ministério da Educação entre 1934 a 1945. Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Na área educacional, tomou parte do acirrado debate então travado entre o grupo "renovador", que defendia um ensino laico e universalizaste, sob a responsabilidade do Estado, e o grupo "católico", que advogava um ensino livre da interferência estatal, e que acabaram conquistados maiores espaços na política ministerial.

como tal. 2. Foram dados ao ministério todos os elementos de ação para cumprir seu objetivo. Evidentemente que o maior elemento de ação foi a chamada reforma Francisco Campos, e em grande medida a constituição de 1934. 3. O alcance nacional que é dado a esse ministério força-nos a elaborar uma linha que explicita o caráter nacionalista dos governos de Vargas. Tratar a educação como problema nacional era o projeto e a concessão política, ideológica e social do governo provisório.⁶

Podemos então concluir que para o pensamento do poder da época com a criação do ministério “[...] o antigo caos e a anterior dispersão dos serviços educacionais cedem lugar a um sistema nacional harmônica, coeso e funcional, que comunica a todas as instituições e aparelhos do nosso ensino uma mesma dinâmica e um só sentido.” (SCHWARTZMAN, 1982). Era uma época de reorganização, de mudança social, de novas diretrizes para a confecção de um novo país. Ou seja, “Não nasceu o ministério da Educação e Saúde como uma simples agência burocrática. Na mente do seu fundador havia o propósito da criação e da renovação.” (SCHWARTZMAN, 1982).

Para tanto era preciso personificar o Ministério. O escolhido foi o mineiro Francisco Campos, “(...) o que evidenciava a simpatia do governo provisório pelas reformas empreendidas naquele estado [MG], sob a inspiração do escolanovismo⁷.”. (GOMES, 2002). Sua nomeação foi também, uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930.

As medidas de Francisco Campos que deram origem a “sua” reforma, foram uma série de decretos-lei em abril de 1931 que dispunham sobre o ensino comercial, secundário e superior. “Pela primeira vez na História do País, uma mudança atingia vários níveis de ensino e se estendia em todo o território nacional.” (SHIROMA, 2002). Não cabe a nós aqui discutir os decretos, mas não podemos deixar de enumerar algumas façanhas dos mesmos. A criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino superior, e a criação da Universidade do Rio de Janeiro são medidas administrativas que suscitam uma discussão maior do que as travadas nessas linhas. Não

⁶ Em outros momentos isso também é verídico e fatídico, como é o caso das reformas implementadas por Capanema em 1942.

⁷ O Movimento da Escola Nova foi como ficou caracterizado uma nova roupagem dada a educação por três principais educadores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O movimento escolanovista reformulava a prática pedagógica com o lema “aprender a fazer, fazendo”. Este movimento iluminou diversos reformadores estaduais na década de 1920/30. O próprio Francisco Campos aplicou as novas tentativas de aprendizado e de educação em Minas Gerais. Há ainda a representação deste movimento com o manifesto dos pioneiros da Escola Nova, 1932, que tinha “[...]a proposta de um programa de reconstrução educacional em âmbito nacional e o princípio da escola pública, leiga, obrigatória e gratuita e do ensino comum para os dois sexos.” (SHIROMA, 2002).

podemos deixar aqui de lado a reforma do ensino secundário que o dividiu em dois cursos seriados: Fundamental (ginasial) e complementar, passando este a sete anos no total. Instituíram diretrizes ainda para o ensino primário e dispôs o ensino comercial.

Mas do que as medidas em si, o que ficava intrínseco era a instrução da nacionalidade do ensino, fato comprovado no sistema de equiparação de todas as escolas ao nível do colégio Pedro II(Federal) e de um sistema nacional de inspeção da qualidade das escolas, tanto municipais quanto estaduais.

“A reforma, decretada em 1931 pelo Governo Provisório, deu um novo e importante passo. Comunicou ao sistema existente o sentido das exigências modernas [...]” (SCHWARTZMAN, 1982). Acontece que resistências também foram encontradas. Uma delas, senão a maior, foi o debate entre os que defendiam o ensino religioso e os contrários, aliás, debate sempre presente nas políticas educacionais brasileiras. Como forma de resolver esse problema, ficando evidenciada a capacidade de flexibilização de Vargas, o ensino religioso seria de caráter facultativo então. Essa disposição gerou um racha com alguns escolanovistas.

“O objetivo [da reforma] era o de criar um ensino mais adequado à modernização que se almejava para o país e que se constituísse em complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nova nacionalidade a ser construída”. (SHIROMA, 2002). Notório também é perceber que esse novo plano educacional, além das inspirações da escola nova tinha também luzes vindas dos EUA, que preconizava a política da boa vizinhança.

Nesse momento o que se procurou, com as reformas e a criação do ministério, foi o enraizamento do nacionalismo e a concretização da revolução. É um erro não considerar essas idéias como avanço, visto que muitas das concretizações ali presentes eram um fruto de debates em diversas esferas públicas na época. A educação sempre foi um ótimo meio para se fazer vistas a um novo tipo de sociedade e desta um modelo a ser seguido e ensinado na própria escola.

Podemos assim perceber, que a revolução de 1930, transmitiu para a sala de aula todas as percepções políticas da época. Deu, além de uma nova roupagem ao ensino brasileiro, uma forma nova de se pensar a educação e as políticas públicas, que andariam sempre aliadas.

Referências Bibliográficas:

CAPALBO, C. *Ideologia e educação*. São Paulo: Editora Convívio, 1978.

FRIGOTTO, G. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil dos anos 90.

In: LINHARES, C. (org.). *Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha*.

São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, A. de C. A escola republicana entre luzes e sombras. In: GOMES, A. de C.;

PANDOLFI, D.; ALBERTI, V.(orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira, 2002.

SCHWARTZMAN, S. *Estado Novo, um Auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora

Universidade de Brasília, 1983.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. Rio de

Janeiro: DP&A, 2002.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A constituição da família no Brasil: um debate historiográfico na perspectiva da
demográfica histórica**

Romilda Oliveira Alves

O objetivo deste trabalho é abordar a importância dos principais estudos histórico-demográficos realizados a partir de 1980 e que trouxeram inegável contribuição ao entendimento da família e do casamento no Brasil, principalmente para Minas e São Paulo, nos séculos XVIII e XIX.

Ao articular a demografia e a categoria gênero enquanto metodologia de análise, os historiadores posteriores à década de 1980 conseguiram apreender a diversidade de experiências e de grupos sociais, etnias e gênero nas sociedades do passado. O impacto da interdisciplinaridade entre gênero e demografia possibilitou desmistificar a interpretação tradicional que homogeneizava a família patriarcal e extensa como válida para toda a sociedade brasileira. Assim, ao romper com os paradigmas e teorias sociais fixas, a nova produção historiográfica acerca da família no Brasil, vem, em seus estudos, contestando a visão *freyriana* que ignorou todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, que acabou encaixando a história colonial nos limites estreitos do engenho de açúcar.¹

Dentro dessa perspectiva se situam os estudos de Mariza Corrêa. Contestando a visão de uma família extensa e de caráter paternalista como predominante na América portuguesa, a autora defende que a vida familiar colonial era marcada pela diversidade de padrões no que diz respeito à organização familiar. Para Corrêa, Cândido e Freyre ignoraram todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, e acabaram encaixando a nossa história nos limites estreitos do engenho de açúcar ou da fazenda de café. Tais idéias, de certa forma, provocaram uma homogeneização entre a família da elite e as demais composições familiares da colônia.² Embora Freyre tenha reconhecido outras formas de família:

(...) o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante – e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico – romano como outras formas de família: **patriarcais, semipatriarcais e mesmo antipatriarcais**. (...) E do ponto de vista sociológico, temos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de

¹ CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: _____. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

² *Ibidem*, p. 15 *et seq*

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

famílias **extrapatriarcais, extracatólicas** que o sociólogo não tem, entretanto, o direito de confundir com prostituição ou promiscuidade.³ (Grifos nossos)

acaba reconhecendo a “grande família” como a família extensa constituída do casal, da prole, dos parentes, dos agregados e escravos. A família assim estruturada teria proporcionado condições para a organização da sociedade brasileira.⁴

Corrêa coloca num mesmo patamar a importância assumida pela família patriarcal e as demais formas de organização de família. Neste sentido, a autora não nega completamente a existência do modelo patriarcal de família, apenas frisa que não se pode dizer que todos os aspectos relacionados à vida econômica, social e política do Brasil Colônia estejam centralizados na casa grande.⁵

Essa proposta de estudo de Corrêa é reafirmada por Eni Mesquita de Samara que mostra, com relação ao nordeste açucareiro, que a divisão em duas categorias sociais – senhores e escravos - escondia a existência de grupos de indivíduos intermediários que são importantes para compreender a complexidade social do nordeste. Segundo Samara, se havia uma “família patriarcal” que abarcava muito além da unidade doméstica, englobando agregados de diferentes estratos sociais, havia também outras formas de família. Portanto, as autoras percebem claramente que as variáveis “raça e classe”,⁶ bem como as diferenças regionais e “(...) sistemas econômicos distintos”,⁷ são importantes para se compreender a história da família no Brasil.

Outro estudo importante para a compreensão desta nova abordagem historiográfica é o de Maria Beatriz Nizza da Silva, sobre o sistema de casamentos no Brasil colonial. Neste trabalho a autora nos mostra que a valorização social do casamento e as exigências burocráticas e financeiras impostas pela Igreja afastariam a maior parte das pessoas do sacramento do matrimônio.⁸ Esse fator, ao que tudo indica, teria dificultado a generalização de casamentos, criando condições para a predominância de fogos chefiados por mulheres solteiras.

³ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 130.

⁴ COSTA, Dora Izabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo - 1829. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 11, 1998, Caxambu, (MG). *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 49.

⁵ *Ibidem*, p. 25.

⁶ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres, povoamento*: São Paulo, século XVII. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 43.

⁷ *Ibidem*, p. 38.

⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1984. p. 43.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Os entraves burocráticos e canônicos ao casamento, apontados por Nizza da Silva, foram relativizados por Ronaldo Vainfas⁹. O autor relacionou o problema da desclassificação social à formação de concubinatos no Brasil. Segundo ele, as difíceis condições da colonização, somadas à exploração social e sexual de mulheres desclassificadas pela cor ou condição social, teriam favorecido a generalização de concubinato no Brasil.¹⁰ Desta forma, a maior parte dos acusados nas devassas de concubinato era formada por forros e solteiros que, desclassificados pelo próprio escravismo, não podiam arcar com as despesas e com a burocracia do casamento.¹¹

De acordo com Ida Lewkowicz (1993), a população mineira demonstrava ter apreço pelo casamento, embora, houvesse uma altíssima taxa de celibatários nas Minas. Porém, isso se devia a circunstâncias econômicas e sociais, e, talvez, a um padrão cultural que facilitava a uniões esporádicas da população. A autora mostra, por exemplo, que um dos motivos que afastou a maior parte das pessoas do sacramento do matrimônio foi a desigualdade numérica entre os sexos. Segundo ela, tal desigualdade teve início nos primeiros anos da ocupação de Minas Gerais, onde o deslocamento de homens para a região das Minas foi superior ao de mulheres.¹² Por um lado, de acordo a autora, no século XVIII, o sistema escravista ao favorecer o sexo feminino na obtenção da alforria ocasionou um desequilíbrio entre os sexos.

Com isso, a dificuldade para se casar, aspecto comum para toda a sociedade colonial, se tornou maior para os negros. Uma vez que a maioria da população ao procurar se relacionar homogamicamente, diminuía as chances dos negros de encontrarem um parceiro ideal.¹³ Por outro lado, não se deve descartar a hipótese de que, os relacionamentos instáveis podem ser vistos como uma atitude de resistência de alguns escravos e libertos contra a sociedade que os oprimia; cativos e descendentes evitavam seguir as normas estabelecidas pelas autoridades coloniais, vivendo em uniões consensuais e passageiras que foram responsáveis pelo alto índice de ilegitimidade.¹⁴

Desse modo, não devemos desconsiderar outros motivos responsáveis pelo baixo número de casamentos, tais como opção de algumas mulheres escravas e forras a se manterem

⁹VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro:Campus, 1989.

¹⁰ *Ibidem*, p. 76.

¹¹ *Ibidem*, p. 82.

¹² LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais de História e estudos históricos*. São Paulo, Unesp, n. 12, p. 13-28, 1993.

¹³ LEWKOWICZ, Ida. Herança em Relações Familiares / Os Pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo. v. 9 . n. 17. set.1988/fev 1989. p. 114.

¹⁴ *Ibidem*, p. 103.

solteiras. Segundo Sheila de Castro Faria, as tradições e costumes da África, por exemplo, podem ser um dos fatores que contribuíram para que muitas destas mulheres optassem pelo não casamento.¹⁵

No caso específico de São João del Rei, Silvia Brugger (2000), por sua vez, argumenta que não são os impedimentos financeiros, burocráticos ou sociais os responsáveis pelo comportamento conjugal da população, entre os séculos XVIII e XIX, mas projetos de vida diferentes de homens e mulheres que não necessariamente passavam pelo casamento. Isto se explica, pois, não faltariam recursos para a realização do matrimônio, uma vez que a Igreja procurava facilitar o acesso dos mais pobres a uma família legal, dispensando-os dos empecilhos burocráticos e financeiros, desde que apresentassem testemunhas que comprovassem o seu estado livre de solteiro e documentos atestando seu estado de pobreza.¹⁶

Fica claro assim, que a história da família e do casamento no Brasil a partir dos avanços da demografia histórica vêm questionando a organização familiar patriarcal e as estratégias de casamento da elite como modelos únicos para toda a sociedade brasileira. Por fim, no próximo tópico, procuramos expor alguns aspectos das produções de demógrafos historiadores que abordam a chefia feminina de domicílios.

Mulheres chefes de família

Em estudos dedicados à sociedade paulista do século XIX, Eni de Mesquita Samara¹⁷, percebeu uma multiplicidade de organizações familiares nessa região, onde um terço dos chefes de domicílio era do sexo feminino. Segundo ela, “famílias extensas, compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados na forma concebida pela literatura não foram, portanto, o tipo predominante, não chegando a 30% do total de domicílios”.¹⁸ Nestes vários tipos de organização familiar, a autora observa mulheres solitárias, solteiras, viúvas ou mulheres com maridos ausentes, lutando pela sobrevivência e chefiando famílias.

¹⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no período colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 240 - 241.

¹⁶ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730 – 1850). In: *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 2000. p. 58.

¹⁷ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 38.

¹⁸ *Ibidem*, p. 40.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Segundo ela, em 1836, as mulheres chefes de família de São Paulo, “representavam 1/3 dos domicílios, mais precisamente 36,8% do total de fogos registrados no censo”.¹⁹

Dora Isabel da Costa Paiva, percebeu, na região de Campinas, a partir de 1829, um aumento da chefia feminina de domicílios, encontrando uma proporção de 23% do total dos domicílios: as viúvas exerciam a chefia de 59% deles, em seguida, vinham as solteiras, 30%, e aquelas com maridos ausentes, 11%.²⁰ Paulo Eduardo Teixeira ratifica os argumentos de Costa Paiva ao argumentar que, neste período, a chefia feminina em domicílios chegou a compreender quase um quarto do total dos domicílios em Campinas. Segundo ele, neste momento, 1829, o desenvolvimento econômico de Campinas, com base na agricultura de exportação, havia atingido o seu ápice. Vale salientar que isto difere de outros trabalhos, os quais nos mostram que, é em períodos de crises econômicas que aparece um maior número de chefia feminina.²¹

Teixeira e Costa Paiva ao observar o estado conjugal dos chefes de domicílio, conclui que as mulheres tornavam-se chefes principalmente quando ocorria a morte dos maridos. Assim, em Campinas as viúvas predominavam como chefes de família, resultado este diferente daqueles encontrados para outras áreas do Brasil, onde as solteiras eram predominantes.²²

José Luiz de Freitas, ao estudar as estruturas fundiárias de Jundiaí do século XIX, também observou que, dentre os domicílios encabeçados por mulheres, as viúvas predominavam. O autor ainda percebeu que no meio rural havia um pequeno número de domicílios solitários e de mulheres chefes de domicílio se comparado com os do meio urbano. Esta pequena proporção de chefatura feminina no meio rural, de acordo com Freitas, poderia estar no fato de que, muitas mulheres deveriam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes ou mesmo pudessem ter emigrado para as áreas urbanas.²³ Percebemos, assim, que a chefia de unidades domésticas parece ter sido mais comum na área urbana, pois a mulher sozinha com filhos, teria maiores dificuldades para sobreviver em área rural.²⁴

¹⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. A Família e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 175.

²⁰ COSTA, 1998. p. 50 - 61.

²¹ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, (SP): Ed. Unicamp, 2004. p. 253; Ver também: RAMOS (1989) & SAMARA (1989).

²² Ver: TEIXEIRA (2004) & RAMOS (1989) & SAMARA (1989).

²³ FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 218.

²⁴ FARIA, 1998, p. 156.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Complementando esta perspectiva, Sheila de Castro Faria assinala que ter acesso à família era condição fundamental para a sobrevivência nas áreas agrárias.

A atividade agrícola pressupõe uma unidade doméstica mais complexa do que a necessária em áreas urbanas e os laços consangüíneos e rituais têm um papel de destaque na organização econômico-social do mundo agrário, principalmente em relação à criação de filhos.²⁵

Donald Ramos também chama a atenção para o elevado número de domicílios chefiados por mulheres em Vila Rica entre 1754 a 1838, fase da passagem do predomínio da atividade mineradora para a agrícola.²⁶ Segundo Ramos, a emigração da população masculina em busca de melhores oportunidades de trabalho nas zonas de fronteira agrícola, a alta percentagem da população feminina e as exigências burocráticas e financeiras da Igreja para se casar, propiciou a formação de domicílios chefiados por mulheres. “A transição econômica que ocorreu afetou todos os setores da sociedade, desde a elite ao recém-chegado escravo africano, e essa transição representa o contexto para o exame da família sustentada pela mulher”.²⁷

Ainda no que se refere aos domicílios chefiados por mulheres na área urbana, Silvia Brugger observou para a Vila de São João del Rei, nos séculos XVIII e XIX, que na maioria deles predominavam as solteiras (58,57%). Já nos demais distritos desta localidade, “(...) as chefes de domicílio eram principalmente, viúvas (54,71%) e apenas 36,47% eram solteiras”.²⁸ Brugger ratifica as abordagens que mostram que as mulheres solteiras encontravam meios mais propícios para garantir a sua sobrevivência na área urbana.

De modo análogo, por sua vez, Ida Lewkowicz, também observa a presença marcante de famílias encabeçadas por mulheres na região de Mariana para o ano de 1819, percebendo que a tendência prevalente era a formação de domicílios simples ou singulares como padrão dominante.²⁹ Assim, dentro desta estrutura domiciliar encontra um significativo número de solteiros chefes de domicílios e também de viúvas e mulheres solteiras, muitas das quais, não tinham filhos. A autora observou que foram poucas entre estas, as que contaram com a cooperação de algum homem para o seu sustento e de sua família.³⁰

Ilegitimidade: fruto da “fragilidade humana”

²⁵ *Ibidem, loc. cit.*

²⁶ RAMOS, 1989, p. 154 -163.

²⁷ *Ibidem, p. 155.*

²⁸ BRUGGER, 2000. p. 49.

²⁹ LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 140.

³⁰ *Ibidem*

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

A abordagem do tema da família, no âmbito da chefia feminina de domicílios no século XVIII e XIX, é fundamental para se compreender a questão da ilegitimidade. Por isto, abordaremos neste tópico breves considerações sobre a historiografia que enfoca a ilegitimidade nestes séculos.

Como já dito, as normas eclesiásticas e civis enfatizavam a importância do sacramento do matrimônio para a legitimação da prole. No entanto, tais normas tiveram que ser burladas pela maioria da população para a quais, “a falta de pretendentes de condição ideal; o alto custo e a burocracia do processo matrimonial: a extrema pobreza de grande parte da população”,³¹ tornaram-se entraves à generalização do casamento.

Pode-se dizer, seguindo as palavras de Eliane Cristina Lopes, que, devido a esses impedimentos, vários tipos de relacionamentos iam sendo formados fora dos padrões estabelecidos pela Igreja, com isso, os casamentos difundiam-se cada vez menos na colônia.

Qualquer que fosse a natureza – *natural* ou *espúria* -, a prole ilícita aparecia como resultado das várias formas que a população encontrava para burlar as regras e os impedimentos legais, norteadores das relações sociais. Assim, o ilegítimo surgia, na “fragilidade humana” ou na “fraqueza da carne”, como afronta ao sistema matrimonial, cercado por determinações e proibições, que nem sempre podiam ser seguidas pelo desejo carnal ou sentimentos do coração.³²

Silvia Brugger, em estudos dedicados a São João del Rei, entre os anos de 1750 a 1850, assinala o predomínio das relações ilícitas nesta localidade. Entretanto, observa índices de legitimidade entre a população livre relativamente altos, que oscilam entre 50 a 60% dos batizados. Segundo ela, constata-se, portanto, que os nascimentos provenientes das uniões ilícitas em comparação com aqueles gerados dentro do casamento sempre foram minoritários, possivelmente aí se explica o grande percentual de crianças legítimas em São João del Rei.³³ Além disso, também observa que, “os nascimentos de ilegítimos são mais frequentes entre a população cativa e forra, mas os livres, os filhos de uniões sacramentadas pela Igreja aparecem de maneira mais expressiva”.³⁴

No que diz respeito à relação entre a exposição de crianças e o fenômeno da ilegitimidade, Renato Pinto Venâncio³⁵, em seus estudos sobre o abandono de crianças nas Santas Casas de Misericórdia da cidade de Salvador e Rio Janeiro, não observou um

³¹ LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 114.

³² *Ibidem*, p. 73.

³³ BRUGGER, 2000, p. 40- 41.

³⁴ *Ibidem*, p. 44.

³⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999. p. 13.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

paralelismo entre a ilegitimidade e a prática do abandono. Assim, ao buscar reconstituir “o universo das motivações que levavam pais, mães, tios, padrinhos e avós a recorrerem à roda dos expostos”,³⁶ o autor aponta que, a prática do abandono estava vinculada “(...) a situações de ‘crise’ nas unidades domésticas”.³⁷ Venâncio levanta hipóteses de que, tais “crises”, aspecto comum das sociedades coloniais, estavam diretamente relacionadas às variáveis: miséria, eventual morte dos pais das crianças e a condenação social e moral em torno do nascimento de ilegítimos.³⁸ Segundo ele, o abandono resultava mais da miséria e indignidade do que da condenação moral, mesmo porque a “mãe solteira ou concubinada acabou sendo um personagem aceito no meio urbano” (sic)³⁹.

Dessa forma, Venâncio acredita que o gesto de procurar a Roda não pode ser encarado como falta de responsabilidade ou um sinal de desamor das mães, pois as mesmas somente recorriam à Casa da Roda⁴⁰ nos momentos de dificuldades econômicas. Embora considere que a pobreza isoladamente não possa explicar a exposição de crianças, Venâncio, não encontra correspondência nos seus estudos entre bastardia e abandono.

As explicações do autor são reafirmadas por Brugger, que também não observa para São João del Rei, no século XIX, este paralelismo. Segundo ela, parece precipitado considerar os enfeitamentos como apenas indicativos de relações ilícitas, pois observa que, a partir de 1830, depois da criação da Casa de Roda nesta região, o número de expostos declinou de maneira acentuada.⁴¹

Em seus estudos para a sociedade de Campos dos Goitacases, no século XVIII e XIX, Sheila de Castro Faria observa que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e reprodução das unidades agrárias produtivas.⁴² Neste trabalho, a autora estabelece uma relação entre abandono e ilegitimidade ao mostrar que a exposição é um fator importante na alteração dos índices de legitimidade. No entanto, no que se diz respeito às áreas rurais, acha pouco provável que casais pobres, no campo, tenham expostos seus filhos, sendo que tais crianças futuramente poderiam representar mão-de-obra para a lavoura de subsistência.

³⁶ *Ibidem*, p. 13.

³⁷ *Ibidem*, p. 37.

³⁸ *Ibidem*, p. 85.

³⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. In: *Revista História (UNESP)*, v. 14, 1995, p. 164.

⁴⁰ A Casa da Roda funcionou como um orfanato em uma sociedade que não dispunha de orfanatos para os recém-nascidos. Cf. *Ibidem*, p. 168.

⁴¹ BRUGGER, 2000. p. 56.

⁴² *Ibidem*

Com base nos estudos de Venâncio, Faria argumenta que, “o casamento católico era majoritariamente preferido pela população colonial essencialmente agrária e a grande parcela das maternidades era vivida no interior das relações lícitas”.⁴³ De uma maneira geral, a formação de família era uma condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas, principalmente para os mais pobres. Segundo Faria, nos séculos XVIII e XIX, as maiores taxas de filhos naturais estavam nos centros mineradores, urbanos e portuários, locais estes, caracterizados por áreas de passagem e por um fluxo intenso de pessoas.⁴⁴

Por fim, um dos instrumentos utilizados pelas autoridades eclesiásticas e civis para normatizar a população foi a valorização da família cristã através do incentivo ao matrimônio; entretanto, as práticas cotidianas da população foram contrárias às normas ditadas, tanto que viveram uma sexualidade não reconhecida pela Igreja e não regulada pelo Estado.

Bibliografia

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730 – 1850). In: *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 2000.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: _____. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Dora Izabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo - 1829. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 11, 1998, Caxambu, (MG). Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no período colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.

LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais de História e estudos históricos*. São Paulo, Unesp, n. 12, p. 13-28, 1993.

⁴³ *Ibidem*, p. 57.

⁴⁴ *Ibidem*

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

_____. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

_____. Herança em Relações Familiares / Os Pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo. v. 9 . n. 17. set.1988/fev 1989.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 154 -163.

SAMARA, Eni de Mesquita. A Família e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 175.

_____. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v.12, p. 49 – 61, 1993.

_____. A Família e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

_____. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1984.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, (SP): Ed. Unicamp, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *Revista História (UNESP)*, v. 14, 1995.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade

As estratégias de poder das famílias no século XVIII

Rosemary Maria do Amaral

No período colonial as famílias que aqui se constituíram, detinham um poder quase ilimitado. Numa terra que até então era considerada uma terra sem dono e da qual o governo português se considerava completamente dono por ter “descoberto” esse novo mundo, os indivíduos iam adentrando as novas terras e tomando pra si as terras que melhor lhe convinham. A Coroa muito colaborou para que aqui não tivesse se instituído logo de início uma organização, depois de algum tempo os portugueses numa tentativa de organizar a distribuição de terras começaram a distribuir lotes de terra. Os pedaços de terra distribuídos pela Coroa eram denominados “sesmarias”, estas eram concedidas através de uma carta que fixava os limites da propriedade. Em troca, pela cessão deste pedaço de terra, quem estava recebendo uma sesmaria, deveria ali implantar uma cultura e produzir algum gênero alimentício, que fosse para o seu próprio consumo ou da região ou ainda para exportação. O que aconteceu é que certos donatários depois que ganharam suas terras acabaram por não cultivá-las, apenas faziam uma choupana e plantavam alguns pés de mandioca para justificar o que era instituído pela Coroa. Esta ação dos donatários em conjunto com a facilidade de obtenção dos lotes junto à Coroa acarretou um problema, houve com isso uma grande desvalorização fundiária, ou mesmo uma não valorização das terras, já que até então não tinham valor monetário. De acordo com isso a Coroa então não mais cedia às terras, ela passou a vendê-las, na tentativa de dar valor monetário a elas. De certa forma a venda das terras acabou se tornando mais uma fonte de renda para a Coroa Portuguesa.

A cessão de terras através de sesmarias não era feita de forma aleatória, a Coroa não cedia terras a qualquer pessoa. Num país fundado sob o signo do patriarcalismo rural, a quantidade de terras significava poder. Mas não era a quantidade o único critério para mensurar o poder de uma família no período colonial. As famílias no dito período tinham várias formas e manobras para se manter em ascensão e ostentar aos pares seu prestígio e que detinham de certa forma algum poder ou uma voz ativa.

Nossos estudos se firmam nisto, veremos aqui alguns dos expedientes utilizados por estas famílias para demonstrar que detinham algum poder nas mãos. Ter um sobrenome importante ou de certa maneira estar em evidência era algo que os indivíduos deste período valorizavam bastante, para isso utilizavam-se de alguns artifícios que lhes dava o prestígio e destaque desejado.

Das estratégias utilizadas veremos aqui como as famílias procediam com relação aos casamentos, e neste sentido era atribuído às moças casadoiras um importante valor diplomático. Outros elementos simbólicos eram os batismos, a quantidade de escravos e a filiação a certas irmandades religiosas.

Sobre a questão da influência das famílias sobre o público, é fundamental ressaltar que nem sempre o erário era algo relevante. Eram recorrentes os casos de famílias que já não contando mais com um poderio financeiro, faziam valer o sobrenome que evocava sua influência na região em que viviam. Nota-se esta questão a partir do momento em que as famílias iam crescendo e as heranças iam sendo divididas, com isso o poder econômico caía, mas o sobrenome importante ficava o que podemos notar que vem acontecendo até os dias de hoje. Está é uma herança que podemos constatar em *Raízes do Brasil*, quando Sérgio Buarque de Holanda traz à tona a questão referente à vinda dos portugueses para a América em busca de títulos e riqueza fácil¹. Esses títulos tão almejados e alcançados é que acabaram sobrevivendo como herança no imaginário dos indivíduos.

Uma forma bastante usual para se manter o poder econômico eram os casamentos, as famílias escolhiam com quem seus filhos e filhas iriam se casar para manter a riqueza ou tentar reaver a riqueza perdida. Através da fixação por longo tempo em certo território uma família acabava ficando conhecida em toda a região, se tornando assim tradicional o sobrenome daquela família. Essas famílias tradicionais muitas vezes passaram por crises financeiras, que acabou deixando-as em situação financeira bem precária. Ainda detentoras de propriedades rurais, mas sem condições para mantê-las, essas famílias viam em suas filhas uma oportunidade para resolução de seu problema.

Era muito comum que as famílias com terras e sem condições para fazer prosperar os negócios entregassem suas filhas a casamentos, que eram verdadeiros negócios. Através de estudos e análises em testamentos e inventários, mas que aqui não citaremos nenhum especificamente, podemos comprovar que pais até mesmo já a beira da morte estabeleciam em testamento que já haviam prometido suas filhas para casar com essa ou aquela pessoa, que

¹ Mais detalhes a esse respeito devem ser encontrados em Holanda (1995, p. 46). Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

era de seu interesse. Esses casamentos muitas vezes ocorriam entre um homem já bastante velho e uma jovem moça, ocorrendo assim uma grande diferença de idade entre os cônjuges. Outras vezes os casamentos acabavam acontecendo entre família, ou seja, um homem ou mulher que ficava viúvo acabava casando novamente com outra pessoa da mesma família, um primo (a) ou até mesmo um irmão (ã). Dessa forma a fortuna cresceria e não sairia da família, sendo que se pensarmos que os herdeiros continuariam sendo os mesmos.

No que se refere às heranças, quando um dos cônjuges morre e não há filhos no casamento a metade da herança fica para o cônjuge ainda vivo e a outra metade para a família do cônjuge falecido. Neste caso sempre se escolhiam pessoas da mesma família para que se ajuntassem os bens e propriedades, mantendo assim o poder concentrado nas mãos daquela família. Outra questão com relação aos casamentos é o casamento principalmente das mulheres da colônia com os reinóis. Neste caso há um interesse de ambas as partes, já que famílias em decadência casavam suas filhas com portugueses à procura de estabilidade e de nome. Esses portugueses eram em geral comerciantes e com situação considerável, mas que não tinham um sobrenome de tradição, e desejavam se fixar em alguma região. Esses homens portugueses ou não andavam a procura de casamento e costumavam carregar consigo atestado que comprovavam a aptidão para o casamento e que não tinham sido casados anteriormente. Muitos deles andavam por várias regiões e por um bom tempo a procura de um bom casamento, talvez seja este um dos motivos dos casamentos entre homens já mais velhos com mulheres bastante jovens. Então o desejo do pai de fazer um bom casamento para as filhas junto ao desejo destes homens de se casarem bem era a união perfeita.

O casamento era um dos aspectos de manutenção do poder, e, neste sentido a mulher desempenhava papel importante. A mulher era uma peça importante no casamento para se manter o prestígio de sua família. Pois quando se tinham familiares importantes ou ricos, e que se estava na linha de descendentes para conseguir uma parte da herança era também um privilégio. Sheila de Castro Faria em *A Colônia em Movimento* diz o seguinte:

Pobreza e prestígio podiam, em muitos casos, andar juntos. A brancura da pele, a existência de fortuna anterior e parentes próximos ricos podem definir um lugar social melhor do que teriam, caso somente a fortuna individual fosse considerada.
(Faria, 1998,p.207)

Muitos conseguiam favores ou cargos públicos por serem descendentes ou ascendentes de pessoas importantes ou ricas. Isto está bem claro em Sergio Buarque de Holanda, quando

ele diz que o público e o privado não estão separados e o que existe é uma imposição dos interesses particulares sobre o público².

Ainda no sentido da riqueza, a quantidade de escravos que um indivíduo tinha era indicador do grau de seu erário. Para se saber se uma pessoa era realmente rica bastava ver se em seus domínios existiam muitos escravos. Os escravos eram peças de valor bastante elevado. Dado ao alto custo dos escravos, em algumas regiões mais modestas, onde os proprietários de pequenos pedaços de terra não tinham condições para comprar escravos, existiam os agregados, que eram em geral pessoas pardas, e que faziam todo serviço pesado. Mais uma vez Sergio Buarque de Holanda exemplifica bem isto, quando ele fala sobre o ócio dos senhores de terra. Neste sentido até mesmo os proprietários de pequenos pedaços de terra que produziam para seu próprio sustento tinham pelo menos agregados para trabalharem para si na lavoura. No período colonial, os grandes senhores de terra que aqui viviam, valorizavam bastante o ócio, em detrimento do trabalho, para eles só os escravos e que deveriam trabalhar. De acordo com a mentalidade dos senhores, que foi uma herança ibérica, o trabalho que não suja as mãos dignifica. Assim os senhores de engenho e mesmo os que não o eram tinham agregados ou escravos para fazer o trabalho pesado. Por esse motivo entendemos que se um escravo tinha um custo muito alto, quanto mais escravos o senhor tivesse maior seria sua riqueza.

A religião no período colonial é algo de grande importância para todos os indivíduos. Todo comportamento dos indivíduos no período colonial era ditado pela igreja, ou seja, pela crença que as pessoas tinham que para obter a salvação de sua alma era necessário ter uma vida reta. O imaginário religioso e católico deste período estava presente em todas as relações desde as públicas, passando pelas sociais até principalmente nas relações econômicas, estavam bastante fundadas na crença católica. Todos seguiam os passos religiosos com afinco, a religiosidade estava presente na vida dos indivíduos independente do seu poder econômico, se tinham riquezas ou não. Numa sociedade católica os rituais da Igreja como batismo, casamento e morte eram seguidos à risca. As irmandades e ordens terceiras eram as grandes responsáveis na maior parte pelos ritos da Igreja Católica. Em geral ao morrer os indivíduos escolhiam com qual mortalha seriam enterrados, e essas mortalhas estavam sempre ligadas às irmandades. A morte no período colonial era apesar da dor um momento de luxo, já que estes eram os últimos momentos da pessoa na terra, então o ritual *pós-mortem* era cheio de pompas. Com relação aos batismos eles eram em muitos momentos utilizados pelos pais das crianças,

² Mais detalhes a esse respeito devem ser encontrados em Holanda (1995, p. 141-151). Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

como formas de assegurar um futuro melhor para seus filhos, embora para a Igreja Católica o batismo de crianças não devesse ser utilizado dessa forma.

O grau de importância de um senhor também poderia ser avaliado pelos batismos de crianças, quanto mais afilhados ele tivesse mais importante ele era considerado. As famílias costumavam escolher para apadrinhar seus filhos pessoas de situação financeira melhor que a sua própria. Era costume dos padrinhos cuidarem de seus afilhados quando estes perdiam seus pais ou mães, e também lhes deixar uma parte melhor da herança quando morressem, ou então deixar certa quantia em dinheiro para cada afilhado. Sabedores disto e na esperança de que uma parte da herança fosse dada aos seus filhos, os pais tratavam de escolher homens com boa situação financeira. Além de estreitar os laços entre os compadres, ou seja, através do apadrinhamento famílias que não tinham laços de sangue acabavam se ligando pelos laços de compadrio, essa relação de clientelismo resultava numa rede de alianças. Então uma pessoa que não fosse detentora de posses dificilmente seria convidada para ser padrinho de uma criança, e de acordo o imaginário deste período, quanto mais afilhados um indivíduo tivesse mais rico, generoso e bondoso ele era considerado.

Ainda dentro do imaginário católico dos indivíduos no período colonial encontramos o grande medo pela morte e a vontade de se viver corretamente para se obter a salvação. Muitos dos senhores dentro desta perspectiva faziam parte de irmandades. No interior das Minas elas eram bastante difundidas, de acordo com as tabelas organizadas por Caio Boschi existiam em Minas 52 irmandades. Várias eram as irmandades e ordens terceiras que existiram, e cada uma direcionava-se para a adoração de um santo, seus fieis se reuniam em torno da adoração deste santo e construía igrejas e ajudavam-se mutuamente. Os membros das irmandades se reuniam nas igrejas para celebrar rituais religiosos e também para se socializarem devido ao caráter de associação das irmandades. As irmandades eram organizadas de acordo com a condição financeira que cada um tinha, elas revelavam a estratificação da sociedade colonial. Por exemplo, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, era composta por negros forros e escravos. Já as famílias mais ricas geralmente se reuniam nas Igrejas da Irmandade de Misericórdia e do Santíssimo Sacramento. Uma rígida hierarquia existia entre as diversas irmandades que conviviam numa mesma localidade, os mais pobres nunca poderiam fazer parte das irmandades dos mais ricos e vice-versa. Sendo assim elas expressavam o prestígio social e a fortuna de seus membros.

Todas essas estratégias aqui analisadas servem para pensarmos como as famílias exerciam poder no período colonial e abrem precedente para se estudar de forma mais profunda como elas eram utilizadas. As estratégias aqui expostas foram baseadas no uso de Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

poder que as famílias utilizavam no século XVIII, com a ressalva que todas as análises foram efetuadas com base em famílias de brancos e ricos, como por exemplo, os casamentos entre os negros não tinham tanta diferença de idade.

Bibliografia:

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Por meu trabalho, serviço e indústria: histórias de africanos, crioulos e mestiços na Colônia: Testamentos Virtuosos na Capitânia das Minas*, 1999, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

**PALAVRAS CRUZADAS: HISTÓRIA E CULTURA EM GRAMSCI,
THOMPSON E NA ESCOLA DE FRANKFURT**

ROSENILSON DA SILVA SANTOS / UFRN
rosenilsonsanatos@yahoo.com.br

As transformações no modo de se fazer história, de fabricá-la, construir se enredo e as novas formas de 'experiência no tempo' são paisagem privilegiada para se compreender o que se chama modernidade. No mundo europeu, as mudanças de cunho cultural que se desenvolveram entre os séculos XVIII e XIX são em demasia importante para se compreender a escrita da história, em especial o que se herdou da Escola do Annales. Mas esta última não foi a única manifestação no modo de tecer a história, a França não foi o palco único destas metamorfoses. Em outras territorialidades, como na Itália, Inglaterra e a Alemanha, também se pensou em novas forma de pensar a sociedade, escrever o humano e construir a história. Neste sentido, nosso trabalho tem como objetivo, discutir como que pensadores como Antônio Gramsci, Eduard Palmer Thompson e a Escola de Frankfurt se posicionaram no contexto destas transformações, como conceberiam em seu tempo, a história, o historiador e a sociedade.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A recepção de Leopold von Ranke na Escola dos Annales

Sabrina Magalhães Rocha¹
Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq

Uma abordagem que se proponha a discutir a recepção da obra do historiador Leopold von Ranke deve, necessariamente, contemplar um universo de questões mais amplas que sua leitura em sentido estrito. Pretendemos aqui tratar dessa recepção na dita primeira geração dos Annales, especialmente nas figuras de Marc Bloch e Lucien Febvre. Esse é um recorte que se justifica em dois pontos; em primeiro lugar, seria inviável discutir a recepção de Ranke em toda a historiografia dos Annales, tendo em vista sua vasta extensão e a referência a esse autor em seus mais diversos momentos e/ou autores. Sendo assim, optamos por analisar essa primeira geração, principalmente, pelo caráter combativo que ela representa contra a “história tradicional”. Se, tratar da recepção de Ranke é abordar temas que extrapolam a leitura estrita de suas obras, no caso dos Annales a necessidade dessa abordagem se revela ainda mais evidente. O contato de Bloch e Febvre com a historiografia rankeana se faz para muito além da leitura específica. Ele é mediado por diversos fatores, os quais nos parecem marcar efetivamente a apreensão que se faz de Ranke.

Para que se possa elucidar os primeiros aspectos dessa recepção, evidenciar as bases sob as quais ela se constrói, é importante retomar o contexto de fundação da Escola dos Annales. Esse novo “movimento historiográfico” tem como marco de fundação o lançamento da revista *Annales d’Histoire Economique et Sociale*, em 1929. Tratava-se do surgimento de uma nova proposta de escrita da história, de uma revista que se apresentava com uma formatação diferente da historiografia francesa dominante no período, expressa em autores como Langlois e Seignobus, ou nos periódicos *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine* e *Revue Historique*. O lançamento da revista representava, sobretudo, a materialidade de uma série de discussões que vinham se desenvolvendo desde as décadas de 1910 e 1920. Discussões essas que possuíam como cerne o questionamento e a crítica da historiografia.

¹ Orientador: Prof. Dr. José Carlos Reis
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Pode-se dizer que o debate fundador dos Annales é externo à historiografia, ele nasce no âmbito das ciências sociais. Como é sabido, os anos finais do séc XIX e o princípio do séc. XX são marcados pelo advento e pela consolidação das ciências sociais. Elas ocupam nesse momento o lugar de prestígio, de relevância nos meios intelectuais até então ocupado pela filosofia. Por sua vez, as ciências sociais, sobretudo a sociologia durkheimiana, trazem consigo a crítica à historiografia tradicional, aos seus métodos, seus objetivos, suas relações com o conhecimento filosófico. O projeto dos Annales representa um desejo de desenhar uma nova história alinhada às ciências sociais, representa uma opção por essa última em detrimento da filosofia. Trata-se de inserir a história nesse novo movimento das humanidades, reforma-la em vista das novas prerrogativas. (Reis, 2000; Burke, 1997)

O programa dos Annales é, assim, marcado pela influência de autores como Vidal de la Bache, Durkheim, Weber, Simiand, Henri Berr. Como se pode ver, autores de diversas disciplinas, o que corrobora para um ponto central desse movimento, a interdisciplinaridade. Ela se revela fundamental para os Annales, e permeia as trajetórias de Bloch e Febvre desde sua formação. Já o curso de história nas universidades francesas esteve ligado à geografia, mas esse contato interdisciplinar se deu, sobretudo, na Universidade de Estrasburgo, onde Bloch e Febvre lecionaram nos anos 1920. Ali se reuniram pesquisadores das mais diversas áreas, configurando um meio intelectual produtivo e especialmente marcante para o desenvolvimento da Annales d’Histoire. Em uma rápida equação, pode-se dizer que os princípios que se desenhariam para a historiografia a partir desse programa seriam, história-problema, história-total, interdisciplinaridade, alargamento do campo das fontes históricas e fato histórico como construção. (Reis, 2000; Schöttler, 1999)

Contudo, a abordagem de André Burguière (1999) em um ensaio que procura compreender o contexto de nascimento dos Annales traz uma perspectiva extremamente importante para nossa análise. Esse autor ressalta que as orientações dos Annales, especialmente em seus primeiros anos, se faziam mais por exclusão que por proposição. Em outros termos, seus autores deixavam claras as posições que recusavam, mas não explicitavam efetivamente suas propostas. Essa relação pode ser visualizada na própria formatação da revista. Uma parte significativa de sua estrutura era composta por resenhas críticas de tom polêmico, e através dessas se definia a orientação da revista. Em certo sentido, a “doutrina” dos Annales era definida a partir de seu posicionamento frente a textos de outros autores. Burguière ressalta ainda outra importante perspectiva frequentemente negligenciada pelos historiadores da historiografia. Trata-se do entendimento dos Annales a partir de uma perspectiva política.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Burguière atenta para o ponto de que todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o projeto dos *Annales* também como uma luta pelo lugar da nova história que afirmavam vincular. Os historiadores do grupo possuíam interesse de inserção e legitimação em sua época, não se pode negar a existência de vontade de convencimento e de poder em sua trajetória. Entendendo-o como um movimento historiográfico que tem em seu nascimento o ideário de transfiguração dos modelos vigentes, pode-se dizer que os *Annales* mobilizam várias “peças”, várias “estratégias” para sua consolidação. Tratar-se-ia do tom polêmico de seus textos, do cultivo da marginalidade, do antidogmatismo e de uma necessidade de recusas enfáticas. (Burguière, 1999) Essas recusas interessam-nos mais particularmente, em primeiro lugar por sua presença caracterizar o programa dos *Annales*, mas principalmente por suas relações com a obra de Ranke.

O projeto dos *Annales* recusava os aspectos que julgava característicos de uma historiografia tradicional, dos quais podemos citar o evento, a história política, a história acidental, o sujeito consciente de suas ações, a história partidária, as ideologias. (Burguière, 1999; Reis, 2000). O que está expresso nesses pontos é uma recusa da historiografia desenvolvida principalmente no séc. XIX, produzida por “historiadores historicizantes”. (Bloch, 1986) Há uma clara negação das correntes do historicismo e de uma historiografia dita positivista, por mais que se possa elencar a permanência de alguns desses preceitos nos historiadores dos *Annales*². Revela-se dessa discussão a idéia de que o projeto de consolidação dos *Annales* traz consigo uma necessidade de negação, especialmente da escola histórica do séc. XIX.

Assim, nossa primeira vertente de análise da recepção da obra de Leopold von Ranke na Escola dos *Annales* se desenha pela via da recusa expressa. Ao que nos parece, à obra de Ranke incorporam-se todos os pontos a serem recusados; ela é modelo do tipo de historiografia que se deve superar para que se possa erguê-la em novas bases. Na historiografia rankeana estariam presentes os componentes da história política, objetividade histórica, neutralidade do historiador, história de indivíduos, de grandes homens, eventos. Pode-se dizer também que essa postura frente à obra de Ranke está pautada no fato desse historiador ter sido reconhecido pela historiografia como modelo. Sua figura é emblemática e de fundamental importância para os *Annales* por representar o principal nome do “antigo regime historiográfico”.

² Ver, GOMES, Tiago de Melo. A Força da Tradição: a persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 443-459, 2006. Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

Como pode se observar, a recepção que Febvre e Bloch fazem da obra de Ranke é pautada no princípio da recusa, ela é apreendida sob a perspectiva da necessidade de negação/superação. Essa recusa, como tentou se delinear até aqui, parece ter como motivação e como sustentação dois pontos importantes. Primeiramente a influência das ciências sociais, com diretrizes claramente distintas da ciência histórica que se desenvolvera no séc. XIX; e também a necessidade de rompimento efetivo com o cânone da historiografia tradicional para sua afirmação como novo modelo historiográfico. No entanto, a recepção de Ranke não nos parece esgotar-se nessa perspectiva da recusa. Como temos afirmado, a leitura que se faz das obras de Ranke é atravessada, é mediada por diversos fatores. Nesse sentido, pode-se abordar outra perspectiva, as relações de Bloch e Febvre com a Alemanha e com o conhecimento de origem alemã.

O que aparece como mais expressivo dessas relações entre a primeira geração dos *Annales* e a Alemanha é sua duplicidade. Trata-se de questões que nos permitem visualizar aproximações, recepção de influências, e ao mesmo tempo distanciamentos. O contato de Bloch e Febvre com o universo alemão se dá desde sua formação acadêmica. Esses autores teriam vivido um momento que Schöttler (1999) caracteriza como “*crise allemande de la pensée française*”. Ambos fizeram parte de uma geração curiosa das “coisas alemãs”, em que conhecer a realidade alemã fazia parte de uma trajetória universitária séria. Bloch estudou na Alemanha entre 1908 e 1909, estando em Leipzig e em Berlim, e lá teve contato com um meio acadêmico diferente do francês. Frequentou os seminários, criação de Ranke, e ressaltou sua erudição e sua tolerância intelectual. Já Febvre foi à Alemanha somente em 1918, mas seu contato se deu anteriormente, através da Alemanha que penetrara a cultura francesa, na *École géographique*, na *École durkheimienne*, na *Revue de Synthèse*.

Haveria também uma possível filiação entre os *Annales* e Lamprecht, autor alemão que já fazia críticas à dita historiografia tradicional desde 1891. Bloch relacionou-se com Lamprecht em Leipzig, e reconhecia o tom polêmico de suas discussões. No entanto, em seus trabalhos não revela essa filiação, não se remete a Lamprecht como um possível precursor dos *Annales*. Ao contrário, em todas suas referências a Lamprecht a postura de Bloch é de rejeição. No que se refere aos trabalhos de Febvre, pode se traçar uma influência marcante da *antropogeographie* alemã, representada por Friedrich Ratzel, e da cartografia, que se fazia sob um modelo alemão. (Schöttler, 1999) Reis (2000) trata ainda da presença da teoria historicista do *zusammenhang* na obra de Lucien Febvre. Essa seria uma teoria que se baseia na interdependência das partes que totalizam uma época, e no desejo de reconstituição de uma totalidade.

Para tratarmos ainda aproximações teóricas entre os Annales e o pensamento alemão, uma questão que se coloca é sua relação com a hermenêutica. Se a relação dos Annales com a Alemanha é, como apontamos, ambígua, aqui ela se revela ainda mais complexa. A hermenêutica, entendida em sua configuração na filosofia alemã do séc. XIX, está ligada à idéia de trazer à compreensão, trazer à luz, captar o sentido. Nesses termos, a hermenêutica seria um componente estranho aos Annales, na historiografia francesa, ela estaria presente apenas nos trabalhos de Henri-Irenn  Marrou. (Domingues, 2005) Contudo, Bloch (1986), em sua *Introdução à história*, trata da necessidade do historiador conjugar a prerrogativa da análise com a compreensão. Bloch salienta que a compreensão domina e ilumina as ciências humanas, e que o bom historiador possui essa faculdade. Ora, o que nos parece haver aqui é uma aproximação entre o pensamento de Bloch e o trabalho de autores que efetivamente desenvolveram uma filosofia da hermenêutica, como Dilthey e, sobretudo, Droysen.

Para além dos pontos levantados aqui, destacam-se ainda os efeitos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, que certamente abalam ainda mais o contato dos Annales com a Alemanha, contribuindo para um afastamento mais agudo. Sch ttler (1999) faz referência a um enunciado feito por Febvre que parece dar um bom delineamento dessa questão. Em 1939, Febvre retoma Henri Pirrene para afirmar, como “frase de ordem” dos Annales, “*nous devons d sapprendre de l’Allemagne*”. Essa frase corrobora o entendimento de que os Annales reclamam uma “desaprendizagem”, um desligamento, um afastamento da Alemanha. Contudo, a idéia de “desaprender” também revela uma aprendizagem inicial. Sch ttler, afirma então que os Annales foram realmente fascinados pela Alemanha, mas anunciam a necessidade de afastar-se. Afirma ainda que não visualiza um completo desprendimento das questões alemãs. Mesmo nos anos mais sombrios, durante o nazismo e a guerra, a influência da ciência histórica alemã se fez sentir nos Annales, esses nunca conseguiram exclui-la, reprimi-la ou recalc -la.

A rela o dos Annales com a Alemanha  , portanto, um importante mediador para a leitura das obras de Ranke e dos historiadores da escola histórica. Na duplicidade dessa rela o, que compreende aproxima es e distanciamentos, tem-se um reflexo da apreensão que se faz de Ranke. Se até então enlecamos dois pontos que contribuem para um afastamento da obra de Ranke, essa rela o com a Alemanha permite fazer um contraponto, revelando também suas aproxima es. Em uma manifesta o contra uma postura excessivamente francesa de seu aluno, nos anos 1930 Marc Bloch exprime bem seu posicionamento quanto   historiografia alemã. Ele afirma,

Sur l'histoire agraire, sur toute l'histoire économique, les Allemands ont produit une immense littérature où il y a du médiocre, de l'inutile, mais aussi de l'excellent, et sans la connaissance de laquelle il n'est pas de culture historique véritablement complète. (Schöttler, 1999, p. 62-63)

Com as análises de todas essas questões que nos parecem ser significativas para a leitura que se faz das obras de Ranke, mais ainda, que realmente integram essa leitura, gostaríamos de traçar alguns pontos fundamentais da obra de Ranke. Pretende-se apontar como esses pontos estruturantes da historiografia rankeana são lidos pelos Annales, ressaltando também como alguns aspectos fundamentais da obra não são contemplados nessa leitura. É importante ressaltar que essa análise não é sustentada por nenhum texto compacto de Bloch ou Febvre que se dedique a esse tema. Ela é baseada em apontamentos, em fragmentos existentes nos textos em que os autores se dedicam a refletir sobre o fazer historiográfico. Procurou-se resgatar os momentos que fazem referência a Ranke e à escola histórica alemã. Essa análise se faz ainda a partir da confrontação dos “pressupostos” dos Annales com os “pressupostos” rankeanos.

Uma das características essenciais da historiografia para Ranke estava contida no princípio da objetividade, da isenção do historiador, que se expressa na frase “*wie es eigentlich gewesen*”. Trata-se de um princípio de difícil tradução, mas que tem sido tratado como o desejo de abordar a história tal como se passou, ou, como realmente aconteceu. Esse enunciado de Ranke foi fruto de diversas interpretações e de muitas polêmicas. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1979), ele foi constantemente mal interpretado e deturpado. Certamente esse princípio contribuiu para fazer de Ranke um dos autores da historiografia moderna que mais foi fruto de interpretações contraditórias. Esse desejo de imparcialidade do historiador pode ser interpretado como retirada do sujeito da pesquisa histórica para colocar em evidência somente o objeto tratado. Haveria assim um ideal de refletir cientificamente a história, de revelá-la através dos mais diversos meios de conhecimento. (Cassirer, 1993)

A realização dessa objetividade histórica se daria coma a crítica à documentação, ela representaria o desenvolvimento de um método científico de investigação da história. Os métodos e os resultados da prática historiográfica de Ranke estavam voltados para a ciência, com a sistematização da pesquisa, busca de objetividade, sujeição dos resultados a um exame crítico público. Ranke afirma que o conhecimento das fontes, se não é tudo, pelo menos é o pré-requisito indispensável para tudo o mais. A utilização crítica da documentação seria uma forma de reduzir as constantes reescrituras da história, pois os documentos deteriam as chaves para a verdade histórica.

Os Annales, por sua vez, revelam em seu programa a impossibilidade da objetividade histórica. Bloch inicia seu capítulo sobre a análise histórica (Bloch, 1986), em tópico intitulado “Julgar ou compreender?”, retomando a máxima de Ranke “*wie es eigentlich gewesen*”. E observa que esse enunciado pode ser lido como um conselho de probidade ou como conselho de passividade do historiador. Bloch parece-nos salientar que enquanto uma lição de passividade essa frase não guarda valor, e deve ser superada. No entanto, afirma crer que Ranke empregou-a com o primeiro sentido, recomendando aos historiadores probidade e moderação. Nessa interpretação Bloch parece se aproximar da historiografia rankeana, acolhendo seu conselho. Contudo, essa passividade, ou probidade, presta-se, na teoria da história de Ranke a realizar uma história científica, com critérios de objetividade. Nesse tópico a postura dos Annales parece-nos ser de efetiva rejeição.

Bloch (1986) reconhece que a tradição histórica alemã teve o mérito de reconduzir o historiador à banca de trabalho, de reconduzir a história aos arquivos, separando-a das crônicas ou de uma história pautada no romantismo. No entanto, a concepção de método crítico dessa nova história extrapola o ideal rankeano de alcançar a verdade histórica. A crítica à documentação não deveria verificar apenas a veracidade, pois o que interessa ao historiador é o testemunho, o vestígio do passado, e uma mentira seria também um testemunho histórico. O fundador dos Annales defende a postura de um historiador ativo, defende a idéia de que a história se faz com vestígios, com fontes, mas o historiador não deve se calar para deixar que elas falem por si. Não há documento sem o historiador, esse deve ter um espírito ativo, deve interrogar suas fontes, fazer o documento falar. Enquanto no modelo de Ranke o historiador deve se ater ao que as fontes expressam, Bloch afirma ser necessário forçar as testemunhas do passado a falarem. Desenvolve-se uma “psicologia do testemunho”, a história deve investigar nos textos aquilo que eles não dizem explicitamente, pois “sabemos mais do passado do que aquilo que o passado achou por bem nos dar a conhecer”. (Bloch, 1986)

A concepção de história de Ranke é marcada pela idéia de que “toda época está em relação direta com Deus e seu valor reside, não no que resulta dela, mas em sua própria existência, nela mesma”. (Meinecke, 1943, p. 506) Para além de todas as significações que essa idéia possa possuir na teoria da história de Ranke, interessa-nos abordá-la em sua representação da individualidade das épocas. Uma época deve ser estudada em sua peculiaridade, ela não pode ser mero estágio inferior de desenvolvimento. Sua significação deve ser buscada em si mesma, e não nas possíveis conseqüências que gerou. Seu interesse para a história está em si mesma, pois, como se disse, cada época guarda sua própria

significação. Trata-se, portanto, de uma análise do passado pelo passado, em sua singularidade, sem a exigência de explicá-lo a partir de gerações posteriores.

Na perspectiva dos Annales, essa idéia parece-nos se contrapor à sua concepção de uma história feita a partir do presente. Em sua *Introdução à História*, Bloch (1986) recusa essa historicização plena presente em Ranke, recusa o estudo do passado pelo passado e afirma a necessidade de se compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado. Esse enunciado pautar-se-ia na idéia de que as épocas são solidárias entre si, e que os laços de inteligibilidade se fazem, portanto, nos dois sentidos. Assim, é fundamental conhecer o passado, inclusive para agir no presente, e, por sua vez, o conhecimento do presente interessa à inteligibilidade do passado, pois é o presente que direciona as questões que se farão àquele.

Meinecke aponta que a teoria da história de Ranke é marcada por duas idéias principais. Já apontamos a idéia de que toda época é imediata a Deus, mas há ainda a concepção de que “tudo é vida espiritual geral e individual”.(Meinecke, 1943, p. 504) Ranke teria formulado-a para sua *História da Inglaterra*, no entanto, ela parece estar presente em toda sua obra, configurando-se como a principal tese de sua concepção de história. Esse princípio pode ser entendido a partir da noção de que todo espiritual está unido ao real. Em Ranke, os interesses dos indivíduos, por mais que possuam uma fundamentação real, adquirem certa espiritualidade, como se uma força os operasse. O real e o espiritual, portanto, se fundem. Fundem-se também, na corrente do desenvolvimento histórico, o geral e o individual. Esse “geral” pode ser entendido como as supremas individualidades históricas³, que abarcam todas as demais e são perceptíveis em qualquer tempo.

Desse princípio pode-se derivar vários aspectos da historiografia rankeana, os quais são efetivamente combatidos e recusados pela historiografia dos Annales. O apego de Ranke à história política, à história dos grandes estados, associa-se à tarefa que impõe aos historiadores, qual seja, tratar do geral. Ranke entende o Estado como a potência espiritual que opera, que empurra os interesses reais; o Estado é a “idéia de Deus”. Assim, os homens de estado possuem espaço especial em sua obra, pois as ações dos grandes homens derivam das necessidades dos estados, elas dão visibilidade às tendências gerais. Em sua concepção não há diferenciação entre as personalidades criadoras e o espírito comum, o mais grandioso é que um homem tome como sua própria causa a causa geral. Esse apego à história política, aos eventos e ao desenvolvimento de ações relaciona-se à idéia de que as individualidades

³ Meinecke sugere que um exemplo de suprema individualidade histórica na obra de Ranke é a nação romano-germânica. (Meinecke, 1943, p. 505).
Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

possuem um potencial transformador das forças temporais, possuem a capacidade de criar e modificar estruturas.

Se, portanto, a história política é tão marcante na historiografia rankeana, ela aparece nos *Annales* como um dos principais motivos da necessidade de negá-la e superá-la. A exclusão da história política, segundo Burguière (1999), está associada à reflexão dos *Annales* sobre o objeto da história e a função social da ciência; o historiador não deve fornecer argumentos à legitimação de estados e governos. Essa recusa estaria ligada também a uma aversão das ideologias, aversão a uma gestão ideológica da sociedade. Pode se tratar ainda da insistência dos *Annales* em abordar os grupos sociais, as forças coletivas, as longas durações, em oposição ao privilégio que a historiografia rankeana concedeu às individualidades e aos eventos. Enquanto para Ranke as individualidades representam a visibilidade do geral, representam um potencial transformador, no entendimento dos *Annales* as decisões e declarações dos homens contam pouco. A história se faz pelas forças que a dominam, e que só se revelam em um olhar alargado sobre o tempo, privilegia-se assim a abordagem das mentalidades. (Burguière, 1999)

Tem-se, portanto, como alguns dos principais pontos da historiografia rankeana parecem ter sido percebidos pelos *Annales*. No entanto, acreditamos haver outros aspectos relevantes nessa historiografia que não aparecem na leitura dos *Annales*. O olhar sobre o método da crítica histórica não revelou os traços peculiares, individuais de Ranke, que extrapolaram seu desejo de um método universal. Pode-se dizer que sua obra foi construída com um método crítico, mas a todo tempo aliado à intuição. (Meinecke, 1943) Se Ranke, em seus preceitos teóricos, afirma a necessidade da objetividade, da universalidade da história, sua obra revela uma associação entre investigação crítico-empírica e visão artística dos processos.

Pode-se mencionar ainda a forma dos textos de Ranke. Bloch (1986) salientara que a história deve se afirmar como conhecimento, mas não se deve retirar seu caráter de poesia; a história tem prazeres estéticos que lhe são próprios. Essa, por sua vez, é uma característica marcante na obra de Ranke, que não é revelada nas considerações feitas pelos *Annales*. Peter Gay (1990) ressalta que ele conseguiu ser ao mesmo tempo dramaturgo e cientista. Em Ranke, a mão do artista literário não se distanciaria do labor construtivo do historiador, haveria mais espaço para a narrativa que para a explicação.

Por fim, podemos retomar a idéia de que a apreensão que os *Annales* fazem de Ranke é marcada por fatores que extrapolam a leitura específica das obras. A influência das ciências sociais em sua formação, a necessidade de negação dos cânones historiográficos e as relações Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

com a Alemanha parecem-nos ser fatores expressivos, integrantes da abordagem que os Annales fazem de Ranke. Esse autor é resgatado por Bloch e Febvre, não apenas pela leitura de suas obras, mas, sobretudo, por essas mediações externas. Procurou-se destacar aqui como essa recepção se faz sob o princípio da recusa, mas também do reconhecimento de que a obra de Ranke trouxe algumas contribuições. Talvez se possa dizer ainda que essas mediações impediram que os Annales realizassem uma leitura que ressaltasse os aspectos significativos que a obra de Ranke traz para o ofício de historiador. Certamente o que é mais evidente, e fica como legado para a historiografia que se desenvolveu ao longo do séc. XX, é a necessidade de se superar a história rankeana. Essa perspectiva consolida-se, sobretudo, com o avanço do programa dos Annales, com seu domínio na historiografia. Parece-nos, nesse sentido, que se pode associar o abandono da leitura e da discussão das obras de Ranke no séc. XX com a consolidação da historiografia dos Annales.

Referências Bibliográficas

- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1986.
- BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. In: CLARK, Stuart (ed.) *The Annales critical assessments*. v. 1. London: Routledge, 1999.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989) – a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- CASSIRER, Ernst. El romanticismo y los comienzos de la historiografia critica. La “teoria histórica de las ideas”. Niebuhr, Ranke, Humboldt. In: *El problema del conocimiento*. v. 4. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- DOMINGUES, Ivan. Weber, a hermenêutica e as ciências humanas. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, vol. O pensamento de Max Weber e suas interlocuções, p. 12-25, 2005.
- FALCON, Francisco J. Calazans. “Historicismo”: a atualidade de uma questão aparentemente inatual. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 4, p. 5-26, 1997.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- GAY, Peter. Ranke. O crítico respeitoso. In: *O estilo na história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- LÖWY, Michael. Historicismo. In: *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.
- MEINECKE, Friedrich. Apêndice. Leopoldo von Ranke. In: *El historicismo y su genesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.
- RANKE, Leopold von.; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.
- Flávia Florentino Varela, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

_____. *Pueblos y estados en la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales – a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. A escola metódica, dita “positivista”. In: *A história entre a filosofia e a ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SCHÖTTLER, Peter. “Desapprendre de l’Allemagne”: les Annales et l’histoire allemande pende l’entre-deux guerres. In: CLARK, Stuart (ed.) *The Annales critical assessments*. v. 1. London: Routledge, 1999.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

O Retrato do Brasil e a “Revolução de 1930”¹

*Samuel Silva Rodrigues de Oliveira**

“poder instaurado pela vontade (ora reformista, ora científica, revolucionária ou pedagógica) de refazer a história (...) tem (...) por corolário uma intensa troca entre ler e escrever”².

Michel de Certeau, refletindo sobre as sociedades modernas, acentuou a tensa relação entre a escrita da história e a leitura. Numa sociedade que atribui ao escrito a força para organizar o Estado, projetando as estruturas sociais e políticas, o controle sobre a leitura e as várias significações dos textos é parte fundamental para manutenção ou alteração da organização social. A construção e a desconstrução das representações de passado e futuro estão em correlação direta a essas duas práticas.

No entanto, se a leitura e a escrita constituem ações primordiais para refiguração dos processos e do conhecimento histórico, qual a peculiaridade destas atividades na prática do historiador? Capistrano de Abreu, em correspondência dirigida a Paulo Prado, tentou responder a essa questão tratando de como “tirava fogo de pedra”³. Das várias atividades que compunham o ofício de historiador, Capistrano apontava com a metáfora um modo de operar com o documento. Não bastaria, para ele, ler os textos, tomados como fonte, de forma rasa e corriqueira, era preciso aprofundar: realizar uma leitura densa, de renovadas idas e vindas sobre um mesmo trecho, para que, então, fosse

* Mestrando em História na Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Esse trabalho foi fruto de reflexões iniciais realizadas no curso de mestrado na disciplina *Historiografia, Memória Nacional e Cultura Política*, ministrada pela professora Eliana Regina de Freitas Dutra.

² CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano*. 11ªed., Petrópolis: Vozes, 2005, p.263

³ A metáfora é inapreensível para o leitor situado fora das relações travadas entre os dois missivistas. A chave capaz de abrir caminhos para a escrita da história era contada e recontada nas cartas direcionadas a “Paulo amigo”, tendo em vista a iniciação do aluno e, simultaneamente, a conquista de patrocínio para suas empreitadas de trabalho. Daí vê-se o compartilhamento de modos de pensar e de fazer certa forma de produção do conhecimento do passado. Percebendo o valor da comunicação epistolar de Capistrano, José Honório Rodrigues, em 1953, publicou-as pela Biblioteca Nacional.

possível descortinar realidades não vislumbradas – “tirar fogo de pedra”, a fricção dos olhos na fonte era capaz de desencadear a construção do conhecimento.⁴

Nessa prática constituíam-se embates no qual a polifonia dos vocábulos estendidos no papel não era apreendida ao primeiro olhar, que teimavam em realizar conexões “homogêneas” e anacrônicas, sem perceber a “heteronegidade” dos fatos. A leitura densa de algumas fontes erigia-se numa luta contra a “petrificada memória” do historiador.

A resposta de Capistrano de Abreu, diferenciando as práticas de leitura do historiador do resto da sociedade, guarda grande atualidade. Ao nos depararmos com qualquer documento, ainda lutamos para dominar a construção das temporalidades sedimentadas na palavra e no suporte da informação.

Quando elegemos o *Retrato do Brasil*⁵ como fonte, enfrentamos esses problemas, tendo uma especificidade: o livro é um desses textos considerados clássicos, para o pensamento social brasileiro, alimentou a reflexão de vastas gerações de intelectuais. *Retrato do Brasil* é um desses documentos considerados “discursos fundamentais ou criadores”. Definindo a qualidade desse tipo de discurso, Michel de Foucault acentua que

não há sociedades onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; formulas, textos, conjuntos ritualizados de discurso se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza⁶

A dinâmica social produz narrativas que, para além do que problematizam em sua época, aparecem como sempre reatualizáveis, conservando-se ditas e repetidas, como se tivessem ainda algo por dizer sobre o presente de cada geração.

Sendo um discurso tão polifônico por conter essa espécie de “segredo” capaz de marcar um ponto zero para realizar comentários sobre a nação, são vários os protocolos de leitura que se sobrepõe na determinação da memória constituída em torno do livro *Retrato do Brasil*. O historiador ou crítico literário que almeja restaurar seu sentido

⁴ Para compreensão das correspondências mantidas entre Capistrano de Abreu e Paulo Prado e os vários procedimentos de leitura cf. GONTIJO, Rebeca. “Paulo Amigo”: Cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela (org.). *A escrita de si escrita da historiai*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

⁵ Utilizo, nesse estudo, a 8ª edição do livro, com estudo crítico e organização de Carlos Augusto Calil. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil* – Ensaio sobre a tristeza brasileira. 8ª ed., São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1997.

⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 13ªed., São Paulo: ed. Loyola, 2006.p.22.

literal será tentado a repetir protocolos de leitura já consagrados, e, muitas vezes, anacrônicos a obra.

Duas estratégias são vislumbradas para fugir destas emboscadas que o livro nos coloca. A primeira é a procura por um “paradigma do nacional”, buscando, no cotejo da obra com outras contemporâneas, descobrir traços comuns e diferenças presente em vários autores que discutiam o tema da nacionalidade e a história da nação⁷.

Outro procedimento, que seguiremos adiante, é abordar os processos de consagração que alçou o *Retrato do Brasil* a obra fundamental para entender a nação: afinal, como ele se tornou clássico? O problema é complexo e exige grande trabalho e pesquisa. Em função disso, decidimos restringir essa comunicação a um tópico argumentativo: abordaremos o lugar do *Retrato* na auto-imagem de Paulo Prado como intelectual e mostraremos a 4ª edição do livro como uma tentativa de elevá-lo a condição de “discurso fundamental” para a sociedade brasileira após a “Revolução de 1930”.⁸

A publicização do *Retrato do Brasil* e a fama literária de Paulo Prado

Paulo Prado terminava uma carta, enviada após algumas semanas da publicação do *Retrato do Brasil*, com a seguinte fórmula: “Do seu, hoje, celebre, Paulo”⁹. A notoriedade intelectual estava, no seu entender, coroada. Mas como se veio a constituir uma auto-imagem dessa monta? Ainda que se atribua a Paulo Prado uma personalidade “vaidosíssima”, como sugeriu Ronaldo Vainfas¹⁰, há de se observar às vicissitudes que concorreram para que se infundisse, no autor, o senso de fama literária.

Para isso, nada melhor que os dados sobre a venda do livro. “O *Retrato* vai de vento e popal!”, essas eram as palavras de Paulo Prado referindo-se ao sucesso editorial. A primeira edição de *Retrato do Brasil* foi produzida pela gráfica Duprat-Mayensa, em

⁷ Para um exemplo desta estratégia Cf. DURTA, Eliana Regina Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.233, 252

⁸ Um caminho fértil, dentro da perspectiva de abordar o processo de consagração da obra, e que não perseguiremos, é a busca das resenhas e comentários que o autor e a obra receberam, identificando as diferentes entradas do livro em núcleos de intelectuais que tinham critérios distintos para classificação e hierarquização das obras.

⁹ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil* – ensaio sobre a tristeza do Brasil. 8ªed, São Paulo: companhia das Letras, 1997, p.217

¹⁰ “Paulo Prado, *vaidosíssimo*, reiterou várias vezes em sua correspondência sua exceitação ao ver o livro debatido, ainda que dele discordassem vários articulistas” (grifo nosso). Cf. VAINFAS, Ronaldo. Introdução Crítica - *Retrato do Brasil*. In: SANTIAGO, Silviano (coord) *Interpretes do Brasil*. 2ªed., Rio de Janeiro: ed.Nova Aguilar, 2002, vol.II.p.13.

novembro de 1928. Passados menos de dois meses do lançamento, restavam apenas 174 exemplares, tendo o livro atingido um público amplo. Ultrapassou as expectativas de que fosse lido por apenas um grupo reduzido de intelectuais – como tinha ocorrido com *Paulística*, a primeira obra de Paulo Prado, em 1925¹¹. O livro causaria grande impacto; foram tiradas mais duas reedições no ano que seguia, 1929.

O volume de resenhas sobre o livro é de impressionar. O *Retrato do Brasil* recebeu 29 críticas nos dois últimos meses de 1928. No primeiro semestre do ano seguinte, foram publicadas mais 34, chegando a acumular, passado um ano da publicação, cerca de 63 resenhas. A maioria das apreciações foi disseminada no eixo Rio-São Paulo, mas o livro não deixou de ressoar em outros Estados.¹²

O sucesso editorial e de crítica do *Retrato do Brasil* desencadeou a construção de uma memória que atrelou a imagem do autor à obra. Para reforçar essa junção, Paulo Prado tentou dar coesão à representação de si, deslocando o lugar de *Paulística* no interior de sua trajetória intelectual. No prefácio da 2ª edição de seu primeiro livro, em 1934, ele traçava uma coerência entre este e o *Retrato do Brasil*, no qual um complementava o outro. Essa unidade de leitura estava longe de ser óbvia, já que o *Retrato do Brasil* justificava-se numa oposição à coletânea de artigos publicada anteriormente: nas palavras de Paulo Prado, o *Retrato* não era “*regionalista*”, para “*fugir à influencia do bovarismo paulista, talvez desculpável pecado de mocidade*”. Na 2ª edição de *Paulística*, este livro encenava no seu percurso intelectual uma posição diferente. Legitimava-se, então, o “estudo regionalista” por compor um quadro explicativo da “História Nacional”. Assim, argumentava:

Seja qual for o processo da indagação histórica – idealismo ou materialismo – não se pode, entre nós, compreender a História do Brasil sem conhecer a História de São Paulo, assim como a da Bahia, ou de Pernambuco, ou de Minas. Foi diante dessa tarefa gigantesca que recuo a honestidade intelectual de Capistrano; preferiu ser operário minucioso e incansável a erigir em areia incerta uma catedral disforme¹³

Apagar-se-ia, desta maneira, as arestas que opunham as duas obras, retificando o fiasco editorial de *Paulística*, reintegrada, na sua memória, como prefiguração do triunfo futuro. Nesse ínterim, o próprio sentido da história de São Paulo se converteria numa reprodução do diagnóstico da ruína tecido no *Retrato do Brasil*. No prefácio da 1ª

¹¹ PRADO, Paulo, *Op.cit.*, 1997, p.215-216.

¹² Os dados são retirados e contabilizados do estudo crítico organizado por Carlos Augusto Cahil cf. PRADO, Paulo, *Op.cit.*, 1997, p.309-314

¹³ PRADO, Paulo, *Op.cit.*, 1972, p.3

edição de *Paulístia*, o fio que unia a história de São Paulo no tempo era a oscilação de ascensão(descoberta)-clímax(construção da vila de Piratininga)-decadência(bandeirantismo e descoberta do ouro)-regeneração (a última fase, aquela que exemplificaria sua época)¹⁴. No entanto, em 1934, ele afirmava que São Paulo estava vivendo o mesmo tipo de decadência apontado no *Retrato*¹⁵, encontrando-se, como o resto do país, no limbo. Se, no prefácio da primeira edição, São Paulo se salvaria pelo seu passado, na segunda não haveria perspectiva para o paulistano, atolado como o resto do Brasil numa herança mestiça.

Entre o intelectual Paulo Prado e o *Retrato do Brasil* galvanizou-se uma imagem. Essa operação de construção de uma coesão à representação de si logrou grande sucesso, tendo reciprocidade na ambientação social em que o indivíduo estava inserido. Em seu 72º aniversário, por exemplo, familiares e amigos celebraram a data oferecendo-lhe um exemplar do livro, em encadernação de couro, luxuosa¹⁶. O amálgama criado entre Paulo Prado e o *Retrato* era reforçado na posteridade. O seu livro, *Retrato do Brasil*, encontra-se, de longe, como o mais reeditado após a morte. Recebeu republicações nos anos de 1944, 1962, 1972, 1981, 1999, 2000.

O Retrato do Brasil e a Revolução de 1930: transformações do discurso na década de 1930

Na 4ª edição do *Retrato do Brasil*, em 1931, o autor acresceu uma nota que arrogava a si o prenúncio da Revolução de 1930. Assim, ele afirmava:

“Dois anos depois de publicado, o Retrato do Brasil teve como confirmadas pelos fatos algumas das previsões do seu “Post-Scriptum”.

As profecias eram, porém, fáceis. Só não as enxergavam aqueles que os Deuses tinham enlouquecido, para melhor lhes preparar a queda.”¹⁷

O tom premonitório do livro, na interpretação de Paulo Prado, decorria das linhas traçadas no trecho final do “Pos-Scriptum”. Neste, após considerações sobre o

¹⁴ A crença num “patrimônio histórico” paulista que era capaz de regenerar as vísceras corroídas da nacionalidade estava presente no *Retrato do Brasil*, e pode ser percebido nas passagens que viam o valor do bandeirante na História, apontando para o “centro de isolamento” que fora São Vicente, ante a vinda do português decadente, depois da União ibérica, e, finalmente, louvavam o mameluco paulistano como mais sadio e bonito. Pode-se também perceber nos trechos a crença numa decadência paulistana com a descoberta do ouro e o bandeirantismo a região das minas Cf. PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1997, p.112-113, 138, 146,159,192

¹⁵ PRADO, Paulo. *Província e Nação – Paulística e Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1972. (Coleção Documentos Brasileiros, vol.152)p.6

¹⁶ PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1997, p.45.

¹⁷ PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1997, p.49

método, o autor orientava o leitor para o intento que fecharia o livro: “Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje que surge”¹⁸. A partir desse trecho o “Post-scripítum” apresenta a realidade política e social do Brasil numa imagem pujante de ruína¹⁹ e aduzia a necessidade de um novo início para retirar o país do marasmo; sugeria uma “guerra” ou “revolução”. A Revolução de 1930, como sublinhava a nota à 4ª edição, seria a confirmação do seu prognóstico em 1928.

A questão é: haveria originalidade na afirmativa de seu livro em 1928? Segundo Vavy Pacheco Borges, o termo revolução grassava, na década de 1920, como sinal de que era preciso mudar algo. Reforçava-se a noção que se disseminou em vários círculos de discussão na qual se imaginava, nas palavras de Osvaldo Aranha, a “revolução como lança de Aquiles, que fere e cura feridas”. Vários poderiam ser os textos produzidos na década de 1920, e que poderiam ser interpretados com esse tom premonitório; *Retrato do Brasil* não é único por essa indicação.

Entretanto, o gesto de Paulo Prado é extremamente significativo. Reatualizava a obra as polêmicas que tomavam corpo na época em que “todas as falas, seja no debate mais amplo que agitava o meio político nacional, seja nas disputas políticas menores do dia-a-dia, [onde] o conceito de “revolução” colocava-se claramente como central para todas as vozes envolvidas”²⁰. O movimento que culminou com a alteração do regime político, ao se auto-designar uma revolução, atrelou a legitimidade de seu governo à capacidade de comprovar o caráter revolucionário de suas ações. Disso pode-se inferir a intenção de Paulo Prado em 1931, em tornar o *Retrato do Brasil* marco para discussão dos assuntos de seu tempo.

Por outro lado, conferia legitimidade à política anunciada pela “Revolução de 1930”. Afinal, o autor mostrava a “Revolução de 1930” como solução para o problema da nacionalidade indicado em seu livro. Havia no momento da 4ª edição do *Retrato* certa identificação do autor com o projeto político que ora se insinuava. No entanto, paira aqui uma dúvida: afinal, por que o livro não seria reeditado outras vezes ao longo da década de 1930? Segundo Ronaldo Vainfas, o “próprio Paulo Prado (...) desestimulou a reedição do *Retrato* após 1931, frustrado com os rumos do país após a Revolução de 1930”²¹. Porém, se o autor dissuadiu-se da republicação do livro, ele, ao

¹⁸ PRADO, Paulo, *Op.cit.*, 1997, p.199.

¹⁹ DURTA, Eliana Regina Freitas, *Op.cit.*, 2000, p.236, 249

²⁰ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed, São Paulo: Contexto, 2000.p.161-169.

²¹ VAINFAS, Ronaldo, *Op.cit.*, 2001,p.12;

que parece, não abdicaria da obra e da vontade de empunhá-la contra aquilo que lhe desencantou na política.

O prefácio da 2ª edição de *Paulística* é de novo exemplar nesse sentido. Após sincronizar as temporalidades da coletânea de artigos com o *Retrato*, colocando-as como complementares da sua atividade intelectual, desferia acidas críticas a Revolução. Segundo o autor,

A Revolução, nascida numa atmosfera carregadíssima de retórica, gastou as melhores intenções de reforma e depuração nas campanhas do personalismo. Adiou a solução de quase todos os problemas que entravam a vida nacional. Nenhum deles entrou numa fase resolutive, apesar das facilidades da autarquia dominante. Ficam entregues ao futuro duvidoso a grande incógnita que é a elaboração étnica, em que ainda mal se fixaram os resultados das transplantações híbridas e das confusas mestiçagens. Raças de transição, perigosas e incertas, nas quais pouco podemos confiar. Não são dignas do benefício das colheitas – dizia Rathenau –: servem, passam, e em seguida se atiram ao monturo²²

A argumentação do *Retrato* foi recuperada e revista, para servir à desqualificação da Revolução. Nessa operação interpretativa, Paulo Prado mostrou o século XX como a continuação do mal “romântico” que afetava o país desde o século XIX. Segundo ele, o povo brasileiro permanecia apegado à palavra oca e vazia, gerando uma “confusão babélica”. As mutações da vida modernas (“transformações da família, o telégrafo, o telefone, a T.S.F, o cinema”) apenas recrudesciam o desequilíbrio entre “a realidade e a imaginação dos homens”. As conseqüências disso insidiam na vida política do país: na sua compreensão, a Revolução perdia-se em gestos retóricos das “campanhas do personalismo” e das “ideologias obscuras”, esquecendo a verdadeira obra de transformação a ser empreendida.

Na visão do autor, a Revolução não infundia na sociedade um senso de nacionalidade, principal problema a ser solucionado no Brasil; a questão da “unidade nacional” permanecia atual, numa sociedade mestiça, que não havia constituído um espírito nacional. O prefácio de *Paulística* identificava a formação de duas espécies de etnias que se opunham no território Brasileiro: Norte e Sul²³. Segundo Paulo Prado, o “romantismo regional dos sertões ou o africanismo baiano” reforçavam uma nostalgia, conformando, na identidade do Norte, a lenda “do Brasil brasileiro”, símbolo de grandeza no passado. Esse sentimento regionalista encobria “o homem do Norte,

²² PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1972, p.6

²³ PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1972, p.7-9

sufocado pelo clima, desanimado pelo atraso e a pobreza que o cercam”, que com dificuldade resistiria “ao desejo de emigrar” que o caracterizava; “despovoando a terra natal e privando-a dos seus melhores elementos de trabalho e progresso”. Do outro lado, havia o Sul, que, em suas palavras, “no fundo é São Paulo”. Nesse canto do país, a “situação privilegiada” explicava-se pela “dosagem étnica”, pela “luta para existência”, pelo “clima mais rude”, pela “passividade do solo”, e pela “imigração”, que substituiu o braço escravo.

Esses dois blocos moviam-se por paixões regionalistas egoístas e insuflavam uma ânsia separatista frente aos “abusos de poder” do governo federal. Paulo Prado criava uma homologia entre o tempo do Império e o do regime fundado em 1930, aludindo ao exemplo histórico brasileiro no século XIX, quando o regime político, enfrentando revoltas em províncias, mostrou-se incapaz de conciliar os ímpetus regionais. Assim, afirmava que a vontade centralizadora e homogeneizadora, surgidos com a “Revolução de 1930”, ignorava a heterogeneidade das regiões, e concorria para a geração de um clima separatista. Segundo o autor: “Tudo assim parece separar Norte e Sul. Desigualdade da natureza e dos homens, injustiça das condições sociais, recriminações de irmãos que a cegueira e o ciúme envenenam. Será o desmembramento, a desagregação? Competirá à geração atual e as que devem vir decidir a sorte da nacionalidade.”²⁴

O futuro da nação, em sua visão, estava perdido visto que o diagnóstico²⁵ a ser reforçado na interpretação do presente era a presença de uma mestiçagem²⁶, forjada em período colonial, tal qual definida no Retrato do Brasil²⁷. Na sua visão, o homem do renascimento, que se achava livre dos constrangimentos da religião, perdeu-se, ao colonizar o Brasil, na procura pelo enriquecimento fácil, no desapego a terra, e com os sentidos racionais enuviados por uma natureza estonteante e tropical. O comportamento de índias e negras – sensuais, submissas e dadas ao concubinato – servia para exasperar o sensualismo e o desregramento na atividade de domínio da natureza. Era desse

²⁴ PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1972, p.9

²⁵ “A fusão [de raças] foi iniciada desde a descoberta e diariamente continua a evolução em que se prepara a consolidação da raça e da sua estrutura social. Na ordem psicológica, o problema é igualmente complexo. Sugerimos nestas páginas o vinco secular que deixaram na psique nacional os desmandos da luxúria e da cobiça, e em seguida, na sociedade já constituída, os desvarios do mal romântico” cf. PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1997, p.195.

²⁶ Para um melhor equacionamento da questão da mestiçagem na intelectualidade brasileira cf. DUTRA, Eliana. The Fusion Race as Locus o Memory. In: *Diógenes – Brazil, five hundred years of racial integration*, 2000, vol.48, p.28-36 ; SCHNEIDER, Luiz Alberto. *Silvo Romero – Hemeneuta do Brasil*. Rio de Janeiro: ANNABLUME, 2003, p.74-86; 244-245.

²⁷ PRADO, Paulo, *Op.cit*, 1997, p.190-198

contexto que emergia a formação da “célula” matricial da nacionalidade degradada, onde a solidariedade e o espírito de trabalho estavam ausentes.

A decisão de Paulo Prado por não publicar o *Retrato* não significou uma renúncia das teses esposadas no livro. Estas pareciam a ele reatualizáveis com a situação que o país vivia. A questão é que o livro abria uma ambigüidade que ele não desejava viver: a de ter sido a favor e depois contra a Revolução de 1930.

Conclusão

O processo de consagração do *Retrato do Brasil* contou com o processo de construção da memória de Paulo Prado como intelectual, em que se atrelou obra e autor numa imagem unívoca. A ressonância do livro no momento de seu lançamento e a tentativa de Paulo em dar coesão a representação de si ganha grande importância nesse empreendimento de edificação de uma fama literária.

Por outro lado, o gesto de Paulo Prado em tentar resignificar a obra ante o que havia sucedido na década de 1930 foi uma ação altamente significativa para compreensão de como *Retrato do Brasil* tornou-se um clássico. A “Revolução de 1930” marcaria de forma profunda a vida política brasileira ao longo do século XX, o que concorria para a evidência do *Retrato* na posteridade do autor.

Essas, entretanto, são apenas uma das facetas da consagração do livro. A pesquisa de resenhas, estratégias editoriais, e outras tentativas de monumentalizar o *Retrato* poderia desvelar novas relações importantes para a compreensão desse fenômeno.

Bibliografia

- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 3ª ed, São Paulo: Contexto, 2000.p.159-183.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2ªed. São Paulo: Cultrix, 1975, p.4343-429: Pré-modernismo e Modernismo.
- CALIL, Carlos Augusto. Introdução. IN: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª ed., São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1997.p.7-45.
- CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano*. 11ªed., Petrópolis: Vozes, 2005, p.221-270

- COUTO, José Geraldo. O cronista da tristeza brasileira. IN: *Folha de São Paulo*, 23 de março de 1997, caderno *Mais!*.
- DURTA, Eliana Regina Freitas. O não ser e o ser outro: Paulo Prado e seu *Retrato do Brasil*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000, p.233, 252
- _____, _____. The Fusion Race as Locus o Memory. In: *Diógenes – Brazil, five lhundredes yerars of racial integration*, 2000, vol.48, p.28-36
- FERRAZ, Geraldo. Paulo Prado e duas reedições. IN: PRADO, Paulo. *Província e Nação – Paulística e Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1972. (Coleção Documentos Brasileiros, vol.152).p.IX-XX
- FOCAULT, Michel. *A ordem do discurso – Aula inaugural no Collège de France, ronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 13ªed., São Paulo: ed. Loyola, 2006.
- GASPARI, Elio. O “Retrato do Brasil” para quem não gosta dele. IN: *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 1997, Caderno *Brasil!*.
- GONTIJO, Rebeca. “Paulo Amigo”: Cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, Ângela (org.). *A escrita de si escrita da historiai*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.p.163-193
- LEENHARDT, Jacques. Protocolos da escrita: as estratégia de Gilberto Freyre. IN: DIMAS, Aontônio, LENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre a história e a ficção*. São Paulo: edusp, ed.UFRGS, .p.147-154
- LUCA, Tânia Regina. Periodismo Cultural: a trajetória da Revista do Brasil. In: ABREU, Márcia, SHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura Letrada no Brasil: Objetos e Práticas*. São Paulo: FAPESP, 2005.p.293-314.
- MARTINS, Wilson. *O modernismo (1914-1945)*. 3ª ed., São Paulo: ed. Cultrix, 1969.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O cativo de Clio: narrativa entre a memória e a história. IN: DIMAS, Aontônio, LENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre a história e a ficção*. São Paulo: edusp, ed.UFRGS, .p.159-174
- PRADO, Paulo. *Província e Nação – Paulística e Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1972. (Coleção Documentos Brasileiros, vol.152)
- _____, _____. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8ª ed., São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1997.
- REIS, Fábio Wanderley. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: ed.UFMG, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. Um dínamo em movimento. In: *Folha de São Paulo*, 25 de abril de 2004, caderno *Mais!*
- SCHNEIDER, Luiz Alberto. *Silvo Romero – Hemeneuta do Brasil*. Rio de Janeiro: ANNABLUME, 2003.
- VAINFAS, Ronaldo. Introdução Crítica - Retrato do Brasil. In:SANTIAGO, Silviano (coord) *Interpretes do Brasil*. 2ªed., Rio de Janeiro: ed.Nova Aguilar,2002, voII.p.3-23
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. “O que se diz no princípio”: uma leitura dos prefácios. IN: DIMAS, Aontônio, LENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Reinventar o Brasil – Gilberto Freyre entre a história e a ficção*. São Paulo: edusp, ed.UFRGS, .p.175-185

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Modernidade e Modernização: engodos anunciados

Sandro da Silveira Costa / Mestre & Doutorando em História (UFSC)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
sandrocosta31@brturbo.com.br

A presente comunicação objetiva analisar os conceitos de modernidade e modernização na cultura ocidental, salientando abordagens de pensadores e filósofos que se empenharam em tecer críticas aos rumos tomados pelo progresso e civilização ocidentais.¹ Desta forma, objetiva-se constatar que, de fato, não se cumpriram as promessas aventadas pelas filosofias iluminista (século XVIII) e do progresso (século XIX), que consideraram a razão como elemento capaz de conhecer e dominar a natureza, promover o aperfeiçoamento moral e a emancipação social e política. Assim, afirmamos que a pretensa objetividade científica, que forneceu as diretrizes fundamentais das sociedades ocidentais, não promoveu a emancipação humana à técnica e ao trabalho escravizante e explorador e, portanto, não nos conduziu à liberdade e à plena realização do espírito humano. Objetiva-se, portanto, demonstrar que o caminho progressista e linear adotado pela cultura ocidental acusou, no século passado, seu engodo e fracasso históricos.

É importante caracterizarmos, inicialmente, os processos de modernidade e modernização. O primeiro corresponde a uma visão de mundo e pressupõe valores culturais inter-relacionados: secularização política e moral, progressivo aperfeiçoamento cultural e material, fé na razão e na ciência, racionalidade empresarial. O segundo está intimamente relacionado ao conceito de modernidade, mas corresponde, especificadamente, aos processos de evolução e aperfeiçoamento tecnológico. Esses aspectos caracterizam, igualmente, a cultura ocidental. De outro modo, podemos afirmar que a modernidade possui muitas interpretações e significados, mas, de maneira geral, a idéia de modernidade aponta para a ruptura e aceleração do tempo. Dessa forma, quando as palavras moderno, modernização e modernidade aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra modernidade encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, que envolve ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos.²

¹ Especialmente: Walter Benjamin, Hannah Arendt, Sigmund Freud, entre outros.

² Ver, a respeito, LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

Outra leitura coerente com a modernidade corresponde ao fato de que esta se consubstancia em uma atmosfera de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, ou seja, atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna.

As cidades européias no século XIX sofreram profundas alterações no sentido de se modernizarem. Os traçados viários foram remodelados e os serviços básicos de saneamento implementados: sistema de abastecimento de água e esgotos, iluminação pública. A cidade de Paris é o exemplo máximo do esforço do poder público municipal em viabilizar os projetos de modernização apontados acima. Assim, no final da década de 50 do século XIX e ao longo de toda a década seguinte, George Eugène Haussmann, prefeito de Paris, implementou uma vasta rede de bulevares no centro da velha cidade medieval. Haussmann concebeu as novas vias como um sistema circulatório urbano. Os novos bulevares permitiram ao tráfego fluir pelo centro da cidade e mover-se em linha reta, eliminando as habitações miseráveis. Os bulevares representam apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano que incluía mercados centrais, pontes, fornecimento de água, mas criaram novas bases – econômicas, sociais, estéticas – para reunir um enorme contingente de pessoas. Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno, que foi reproduzido, especialmente, nas grandes cidades do mundo.³

Os bulevares parisienses são um dos principais expoentes da cidade moderna, uma resposta prática ao intenso crescimento populacional e de veículos e foram desde o início sobrecarregados de dupla função: oferecer vazão aos fluxos mais intensos do tráfego através da cidade e servir de principais ruas de comércio e negócios. A situação era especialmente desafiadora e ameaçadora para a vasta maioria da população parisiense. O homem moderno assume essencialmente a figura do pedestre lançado no turbilhão do tráfego na cidade, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energia pesadas, velozes e mortíferas.⁴

Um dos maiores críticos dos rumos tomados pela civilização ocidental é, sem dúvida, Sigmund Freud. No texto *O mal-estar na civilização*, o autor tece críticas contundentes ao caráter materialista, extremamente arraigado no ocidente, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Assim, a principal pergunta de Freud, no texto supracitado, é: porque não conseguimos ser felizes com a civilização e com o intenso progresso material que ela nos proporciona?

Sigmund Freud pertence às tradições moral e intelectual vitorianas, que primam pela repressão aos desejos e instintos individuais, como forma de civilizar as condutas e comportamentos humanos.

³ BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 146 e 147.

⁴ *Idem, ibidem*, 153 e 154.

Assim, destacamos que a sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização. Da mesma forma, ficamos “estupefatos ao saber que o *Roi Soleil* emanava um odor insuportável, [e] meneamos a cabeça quando, na *isola Bella*, nos é mostrada a minúscula bacia em que Napoleão se lavava todas as manhãs”.⁵ Na verdade, não nos surpreende a idéia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização, e isso é igualmente verdadeiro quanto às ordens cívica e moral e ao autocontrole das pulsões e instintos naturais humanos.

Freud considera que os indivíduos buscam a felicidade, ou seja, o que decide o propósito da vida é “simplesmente o programa do princípio do prazer. Esse princípio domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início”.⁶ Entretanto, é importante observar que Freud considera que, no mundo atual,⁷ é muito difícil para o homem ser feliz, pois deve-se considerar três fatores essenciais de onde provém nosso sofrimento: a) o poder superior da natureza; b) a fragilidade de nossos corpos, pois, na velhice, enfraquecemos e definhamos progressivamente; e c) a inadequação às regras que objetivam ajustar os relacionamentos dos indivíduos na família e na sociedade.⁸

Por outro lado, é importante destacar que durante as últimas gerações, a humanidade efetuou um progresso extraordinário nas ciências naturais e em sua aplicação técnica, estabelecendo um intenso controle sobre a natureza. Os homens se orgulham de suas realizações e têm todo o direito de se orgulharem. Contudo, parecem ter observado que o poder recentemente adquirido sobre o espaço e o tempo, a subjulgação das forças da natureza não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que poderia esperar da vida e não os tornou mais felizes. Reconhecendo esse fato, devemos contentar-nos em concluir que o poder sobre a natureza não constitui a única pré-condição da felicidade humana, assim como não deve ser o único objetivo do esforço cultural.

Analisando essas idéias, podemos considerar que a pretensa libertação da espécie humana frente às forças da natureza, apregoada pelos progressos científico e tecnológico ocidental, não se efetivou completamente, pois os avanços materiais exigem maior demanda no consumo de recursos naturais o que, em síntese, nos condiciona a dependermos, em escala crescente, das possibilidades e recursos oferecidos pelo meio ambiente sobre o qual vivemos e atuamos. De acordo com Max Horkheimer e Theodor Adorno: “Toda tentativa de romper as imposições da natureza rompendo a natureza, resulta numa submissão ainda mais profunda às imposições da natureza. Tal foi o rumo tomado pela civilização européia”.⁹ Entretanto, é importante esclarecer que não é a razão e a ciência que nos conduziram ao atual estado de decadência moral e material verificado nas sociedades

⁵ FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 46

⁶ *Idem, ibidem*, p. 24.

⁷ Esta expressão refere-se à década de 30, época correspondente à primeira edição da obra *O Mal-estar na Civilização*.

⁸ FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**... *op. cit.*, p. 38.

⁹ HORKEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, pp. 19-52, p. 27.

ocidentais, mas sim as ações e atitudes que se tomaram ao longo da história humana em nome desses preceitos científicos e racionais.

Os avanços e aplicações científicas e tecnológicas oferecem conforto e facilidades para os indivíduos. Todavia, o mau emprego da tecnologia ocasiona conseqüências funestas para uma comunidade ou mesmo para toda a humanidade. Nesse sentido, não é comum haver interesses e ações políticas e financeiras que alertem sobre essas conseqüências, pois as mesmas são efetuadas quando tais conseqüências se tornam evidentes. De outro modo, podemos considerar que, em sentido estrito e teleológico, a modernidade não envelheceu, pela simples razão de que, como foi conduzida, ela nunca se realizou plenamente. Nesse sentido, podemos destacar as palavras de Friedrich Nietzsche ao afirmar que:

Desde Copérnico o homem parece ter caído em um plano inclinado – agora rola cada vez mais depressa, afastando-se do centro – para onde? Para o nada? Para o ‘perfumante sentimento de seu nada’?... Pois bem! Esse justamente seria o caminho reto [...]. Toda ciência [...] tanto a natural quanto a desnaturada [...] tende hoje¹⁰ a dissuadir o homem do apreço que teve até agora por si, como se este nada mais tivesse sido do que uma bizarra vaidade; poder-se-ia até mesmo dizer que ele tem seu próprio orgulho, sua própria forma acre de ataraxia estóica, esse laboriosamente conquistado autodesprezo do homem, como sua última, mas séria pretensão de manter em pé o apreço por si mesmo.¹¹

Outro aspecto importante a considerar é o fato de que, na modernidade, não há a possibilidade de se efetuar algo duradouro, que seja transmitido para as gerações futuras. A moda, os valores culturais, os avanços tecnológicos são elaborados e produzidos para atender interesses imediatos. Os costumes e valores religiosos tradicionais de uma certa comunidade ou sociedade são desprezados, valorizando-se, por exemplo, a ação transformadora e a nova forma de se vestir e de se comportar em público. Ou seja, a modernidade anula a experiência. No poema *O Gosto do Nada*, de autoria de Charles Baudelaire, destaca-se a seguinte frase: “A adorável Primavera já perdeu seu odor!”.¹² Sobre esta passagem podemos destacar que o desmoronamento da experiência que Baudelaire havia compartilhado é confessado na palavra perdeu. O odor é o refúgio inacessível da *mémoire involontaire*.¹³ De outro modo, não há nenhum consolo para quem não pode mais fazer qualquer experiência. Porém, essa incapacidade constitui a essência da ira. O “irado ‘não quer ouvir nada’;

¹⁰ Este texto foi publicado, originalmente, no ano de 1887. A expressão *hoje* refere-se, portanto, ao final do século XIX.

¹¹ NIETZSCHE, Friedrich. **Obras Incompletas (Para a Genealogia da Moral)**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores), p. 322. Está presente, neste trecho, a característica niilista, fortemente impregnada nos escritos de Nietzsche. O trecho a seguir é especialmente elucidativo quanto a esse aspecto: “Que se desconte o ideal ascético: e o homem, o animal homem, não teve, até agora, nenhum sentido. Sua existência sobre a terra não conteve nenhum alvo: ‘para que em geral homem?’ – era uma pergunta sem resposta. Isto justamente significa o ideal ascético: que algo faltava, que uma descomunal lacuna circundava o homem – [e] ele não sabia justificar a si mesmo, explicar-se, afirmar-se, ele sofria do problema de seu sentido”. NIETZSCHE, Friedrich. **Obras Incompletas (Para a Genealogia da Moral)**... *op. cit.*, pp. 324-325. De acordo com os trechos destacados, podemos pensar que Nietzsche desenvolveu uma visão pessimista das naturezas fisiológica e intelectual do homem, pois é evidente, para o autor, que as ações e a própria existência da espécie humana sobre a terra têm pouca ou nenhuma validade. Entretanto, segundo ele: “esse ódio contra o humano [...], essa repulsa aos sentidos, à razão mesma, o medo da felicidade e da beleza [...] tudo isso significa [...] uma vontade de nada, uma má-vontade contra a vida, uma rebelião contra os mais fundamentais pressupostos da vida, mas é e permanece uma vontade!... E [em síntese] o homem prefere ainda o querer o nada, a não querer”. NIETZSCHE, Friedrich. **Obras Incompletas (Para a Genealogia da Moral)**... *op. cit.*, p. 325.

¹² Baudelaire, Charles. O gosto do nada. In: _____. **As flores do mal**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Col. A Obra Prima de Cada Autor, n 52), p. 90.

¹³ BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 104-149, p. 137.

seu protótipo Tímon de Atenas se enfurece contra os homens indistintamente; ele não está mais em condições de discernir entre o amigo comprovado e o inimigo mortal”.¹⁴ Nesse sentido, podemos considerar que Walter Benjamin mantém, igualmente, uma posição caracteristicamente pessimista quanto aos rumos tomados pelas inovações tecnológicas e pelo ritmo e comportamento imprimidos pelos transeuntes ao circular pelas ruas das grandes cidades européias, sobretudo em Paris. Analisando o aspecto urbano da capital francesa no início do século XIX, Walter Benjamin afirma, em uma passagem ilustrativa, que:

Quando a multidão se aglomera, não é porque o trânsito de veículos a retém [...] mas porque é bloqueado por outras multidões.

A Paris de Baudelaire ainda não havia chegado a esse ponto, pois guardava ainda alguns traços dos velhos bons tempos. Ainda havia barcas que atravessavam o rio Sena em lugares que mais tarde passaram a ter pontes. Ainda havia afeição pelas passagens, onde o *flâneur* escapava ao olhar do veículo, que não tolera a concorrência dos pedestres. Havia o transeunte que se perde na multidão; mas também havia ainda o *flâneur*, que precisa de espaço para agir e que não quer privar-se de sua privatização. Ocioso, caminhava como se fosse uma personalidade. Por volta de 1840 fazia parte do bom-tom, por algum tempo, levar tartarugas a passear pelas passagens. O *flâneur* gostava de deixar que o seu ritmo fosse ditado por elas. Se dependesse dele, o progresso teria de aprender esse *pas*. Mas não foi ele quem nisso teve a última palavra: foi Taylor, que transformou em palavra-de ordem o ‘abaixo a *flânerie*’.¹⁵

Reafirmando estes aspectos, Bernd Witte, referenciando Walter Benjamin, observa que “em Benjamin [...] ‘a modernidade tem que estar sob o signo do suicídio’”.¹⁶ Esta frase [...] alude como signo para o fato de que é impossível que o ser humano se torne criativamente ativo na modernidade”.¹⁷ Nesse sentido, as resistências que a modernidade opõe ao *élan* produtivo natural do homem estão em discordância com as suas forças, pois de acordo com Benjamin, a produção da mente ou do espírito, a produção cultural, poder-se-ia dizer, tem como meta a efetividade e, com isso, a durabilidade”.¹⁸ Todavia, “efetividade e durabilidade são impossibilitadas pelo princípio da modernidade. Pois o que acaba de ser criado é imediatamente algo envelhecido e é vítima do desprezo e do esquecimento”.¹⁹ Nesse sentido, podemos estabelecer diferenças entre as visões de modernidade e progresso expressas por Nietzsche e Benjamin, discutidas nesta comunicação, pois a diferença decisiva entre os dois é, precisamente, que a crítica de Nietzsche é feita em nome do indivíduo rebelde, o herói, ao passo que aquela expressa por Benjamin é solidária aos que caíram sob o ímpeto da civilização, do progresso e da modernidade.²⁰ Quanto a este último aspecto, podemos referenciar que, para Benjamin, o progresso não é irreversível, ou inevitável, pois para ele,

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 135.

¹⁵ BENJAMIN, Walter. Paris: capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Col. Grandes Cientistas Sociais, n. 50), pp. 30-43, p. 81.

¹⁶ BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, Flávio R. (org.). **Walter Benjamin: sociologia... op. cit.**, p. 99.

¹⁷ ROUANET, Sérgio Paulo & WITTE, Bernd. Por que o moderno envelhece tão rápido? In: ASCHER, Nelson. (org). Dossiê Walter Benjamin. **Revista USP**. São Paulo: CCS/USP, n. 15, set./nov. 1992, pp. 102-117, p. 105.

¹⁸ *Idem*, p. 105.

¹⁹ *Idem*, p. 105.

²⁰ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 73.

o tempo histórico não pode ser confundido com o tempo linear e ininterrupto dos relógios. Assim, Benjamin opõe o tempo histórico, permeado pela temporalidade messiânica, ao “infinito temporal vazio” das ideologias do progresso.

A concepção de tempo que Benjamin propõe é baseada na tradição messiânica judaica. Para os hebreus, o tempo não é entendido como uma categoria vazia, abstrata e linear, mas inseparável de seu conteúdo. De certa forma, é o conjunto das culturas tradicionais, pré-capitalistas, que guarda em seus calendários e festas, os vestígios da consciência histórica do tempo. Além disso, a revolução é, para Benjamin, a tentativa de interromper o tempo vazio e o curso catastrófico do mundo. Nesse sentido, Benjamin esboça sua concepção qualitativa e descontínua do tempo histórico. É importante salientar que a interrupção messiânica do curso trágico e catastrófico da modernidade constitui uma ruptura da história e não o seu término. Assim, o mundo messiânico corresponde à atualidade total e multifacetada. Essa “história messiânica da humanidade libertada arderá como uma ‘lâmpada eterna’, que inclui a totalidade do passado, em uma imensa *apocatástase*”.²¹ A alternativa que Benjamin propõe centra-se, portanto, na hipótese de que cada momento tem suas potencialidades revolucionárias. Trata-se, pois, de propor uma concepção aberta de história como práxis humana, contraposta à toda doutrina teleológica, confiante nas leis da história.

Observamos, anteriormente, que Freud pertence às tradições moral e intelectual advindas do século XIX, marcadas pela profunda divisão de atitudes e comportamentos praticados por homens e mulheres: estas resguardadas no espaço privado, do lar; aqueles atuando na esfera pública, do trabalho transformador e civilizatório. De outro modo, Freud confere especial atenção aos nossos atos e comportamentos individuais, pois considera que os desvios de conduta apresentados por uma pessoa são atribuídos, especialmente, aos traumas e/ou repressões de seus desejos e instintos efetuadas desde tenra infância. Em sua opinião, se a “civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque é difícil ser feliz nessa civilização”.²² Nesse sentido, e pelos demais aspectos analisados nesta comunicação, podemos considerar que, de acordo com Freud: “Esforcei-me por resguardar-me contra o preconceito entusiástico que sustenta ser a nossa civilização a coisa mais preciosa que possuímos ou poderíamos adquirir, e que seu caminho necessariamente conduzirá a ápices de perfeição inimaginada”.²³ Isto pois, os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o

²¹ Notas preparatórias (GS I, 3, p. 1234, 1239) apud LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**... *op. cit.*, p. 132.

²² FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**... *op. cit.*, p. 72.

²³ *Idem*, p. 110.

último homem; e deste aspecto, “provém grande parte de sua atual inquietude, de sua infelicidade e de sua ansiedade”.²⁴ Podemos perceber, portanto, afinidades entre as interpretações quanto à modernidade e ao progresso material expressas por Nietzsche, Walter Benjamin e Freud, pois, a par de suas especificidades teóricas e metodológicas, esses autores destacam os aspectos sombrios e negativistas embutidos nos estágios evolutivos apresentados pela humanidade durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século passado; notadamente, no caso de Benjamin, até o período da Segunda Guerra Mundial.²⁵

Afirmamos que a idéia e o sentimento de modernidade são um engodo, pois nos fazem crer que sempre estamos atrasados e que podemos e devemos nos esforçar para superar pensamentos e atitudes consideradas arcaicas e antiquadas. O novo é entendido como melhor e salutar às nossas necessidades físicas e psicológicas. Todavia, acaba-se caindo em armadilhas, pois a atmosfera moderna e os avanços científicos e tecnológicos, veiculados por instrumentos de comunicação de massa, apregoam que estamos sempre atrasados e que necessitamos “correr” para termos acesso às maravilhas e facilidades oferecidas pelas melhorias tecnológicas e industriais. De fato, a modernidade se caracteriza pelo aspecto de não mais deixar o envelhecimento e a morte aos cuidados dos processos naturais, mas de coloca-los no seu planejamento e encenação. Este é o processo básico que se impôs durante a industrialização e que também foi transferido para o campo da cultura: as coisas não têm mais tempo suficiente para envelhecer mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas. O mundo moderno está, assim, por um lado, sob o signo do novo. É o novo a serviço do volume de vendas, o novo da mercadoria, da moda, cuja única função é multiplicar o consumo. A temporalidade moderna apregoa o novo, pois se distancia da experiência e da tradição. Entretanto, é preciso esclarecer que Walter Benjamin não tem dificuldades em aceitar a inovação tecnológica, pois “é o capitalismo que aprisiona o homem numa ‘gaiola de aço’, não a técnica em si mesma. Ao contrário, há em Benjamin vestígios de um messianismo técnico, da crença nos efeitos emancipatórios da técnica”.²⁶ Ou seja, “em si mesma, a técnica não tem por que levar a qualquer ‘perda de liberdade’. Ela só é repressiva quando serve de fundamento para o mito do progresso linear e automático, ou quando é usada para fins destrutivos, como na guerra”.²⁷ Além disso, se é evidente que a história não se repete e que nossa época não lembra muito os anos trinta ou quarenta, parece difícil acreditar, à luz das

²⁴ *Idem, ibidem*, pp. 111-112.

²⁵ Walter Benjamin cometeu suicídio no ano de 1940. O documento *Sobre o conceito de história*, discutido nesta comunicação por meio da obra de Michel Löwy, foi redigido no início daquele ano, pouco antes da tentativa de seu autor de escapar da França vichysta, em que os refugiados alemães judeus e/ou marxistas eram entregues às autoridades da Gestapo. Entretanto, essa tentativa fracassou: interceptado pela polícia franquista na fronteira espanhola (Port-Bou), Walter Benjamin optou, em setembro de 1940, pelo suicídio.

²⁶ ROUANET, Sérgio Paulo & WITTE, Bernd. Por que o moderno envelhece tão rápido? In: Dossiê Walter Benjamin. *Revista USP... op. cit.*, p. 114.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 114.

experiências do final do século XX e início do século atual, que as guerras, os conflitos étnicos, os massacres, pertençam a um passado longuíquo. Ou que o racismo, a xenofobia, ou o próprio nazifascismo não representem mais um perigo para a democracia. A essas ameaças de catástrofe, poderíamos acrescentar outras mais recentes: por exemplo, a possibilidade de um desastre ecológico de grandes proporções, colocando em risco a própria sobrevivência da espécie humana, ou seja, uma forma de destruição provocada pela tempestade que se denomina progresso, que Benjamin, apesar de sua reflexão crítica sobre a denominação/exploração da natureza, não podia prever. Assim, ao contrário do que pretende o discurso tranqüilizador da *doxa* atual, o aviso de incêndio de Benjamin encerra uma extraordinária atualidade: a catástrofe é possível – se não provável – *a não ser que...*²⁸

No século XX, podemos destacar os dois conflitos mundiais e os movimentos totalitários do nazifascismo e do stalinismo como claras evidências de que os rumos tomados pela civilização ocidental se mostraram equivocados. De certa forma, os integrantes da Escola de Frankfurt testemunharam, claramente, o caminho equivocado tomado pelas sociedades ocidentais em nome da razão e dos avanços científicos e tecnológicos. Walter Benjamin e Max Horkheimer são importantes expoentes da Escola de Frankfurt.²⁹ A par de suas especificidades filosóficas e conceituais, pode-se considerar que, para os frankfurtianos,³⁰ a razão e a ciência não foram capazes de conduzir a humanidade ao caminho da plena realização moral e política e à libertação frente às forças da natureza. De maneira geral, os integrantes da Escola de Frankfurt objetivam, diante do pessimismo metafísico, redefinir a razão e oferecer novas diretrizes e significados ao mundo despoetizado da técnica. Desta forma, formula-se uma Teoria Crítica, que, sob “as influências das análises de Marx e de sua crítica à economia política burguesa”, revela “a transformação dos conceitos econômicos dominantes em seus opostos: a livre troca passa a ser aumento da desigualdade social; [...] o trabalho produtivo, nas condições que sufocam a produção; a reprodução da vida social, na pauperização de nações inteiras”.³¹ A crítica à razão torna-se, portanto, “a exigência revolucionária para o advento de uma sociedade racional, porque o mundo do homem, até hoje, não é ‘o mundo humano’, mas ‘o mundo do capital’”.³² Conforme Jürgen Habermas:

A teoria crítica começara por ser desenvolvida no círculo em torno de Horkheimer para digerir as desilusões políticas acerca da revolução não acontecida no Ocidente, da evolução stalinista na União Soviética e da vitória do fascismo na Alemanha; era chamada a explicar o fracasso dos prognósticos marxistas, sem no entanto romper com os intentos marxistas. Perante este cenário, torna-se perceptível como só nos anos mais negros da Segunda Grande Guerra se pôde consolidar devidamente a impressão de

²⁸ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**... *op. cit.*, p. 152.

²⁹ Fundada em 1924. Os trágicos acontecimentos dos primeiro e segundo conflitos mundiais e o direcionamento político-institucional aplicado pelos regimes totalitários nazi-facista e stalinista exerceram profunda influência na produção intelectual dos integrantes da Escola de Frankfurt.

³⁰ Inclui-se, neste movimento intelectual, outros autores, notadamente: Theodor Adorno e Herbert Marcuse.

³¹ MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: moderna, 1993, pp. 7-8.

³² *Idem, ibidem*, p. 8.

que a última centelha de razão se havia evadido desta realidade, deixando inexoravelmente atrás de si os escombros de uma civilização em autodesagregação.³³

Corroborando com essas idéias, Theodor Adorno e Max Horkheimer afirmam, ao definir o conceito de esclarecimento, que o que os homens querem aprender da natureza é como emprega-la para dominar completamente a ela e aos homens, pois “sem a menor consideração consigo mesmo, o esclarecimento eliminou com seu cautério o último resto de sua própria autoconsciência”.³⁴

O conceito de modernidade encerra, na verdade, um paradoxo, pois assume caráter utópico e mitológico, de promessa e de infernalidade. Dessa forma, podemos dizer que a modernidade é a síntese conceitual de todos esses fenômenos dos séculos XIX e XX. Nela estão expressos, simultaneamente, o positivo e o negativo. De acordo com Max Horkheimer e Theodor Adorno: “O paradoxo da fé acaba por degenerar no embuste, no mito do século vinte, enquanto sua irracionalidade degenera na cerimônia organizada racionalmente sob o controle dos integralmente esclarecidos e que, no entanto, dirigem a sociedade em direção à barbárie”.³⁵ Referenciando estas idéias, Hannah Arendt considera que pouco “antes da era moderna,³⁶ a humanidade européia sabia menos que Arquimedes no século III antes de Cristo, ao passo que, nos primeiros cinquenta anos de nosso século, o número de descobertas importantes foi maior que o de todos os séculos de história somados”.³⁷ No entanto, atribui-se ao mesmo fenômeno a culpa do não menos comprovado aumento do desespero humano, ou do niilismo moderno que dominou setores cada vez maiores da população.

Bernd Witte, parafrazeando Walter Benjamin, afirma que: “a modernidade é o inferno – esta frase de Benjamin é simultaneamente apocalíptica”.³⁸ Ou seja, por ser considerada de forma tão negativa, “ela é vista por Benjamin como tendo a maior proximidade possível com a salvação. Ela é indício de salvação futura”.³⁹ Entretanto, Walter Benjamin mantém uma posição caracteristicamente pessimista quanto à utilização das inovações tecnológicas para fomentar massacres, conflitos e guerras. Para Benjamin, a quintessência do inferno é a eterna repetição do mesmo. Ou seja, para ele, toda a sociedade moderna, dominada pela mercadoria, é submetida à repetição, ao sempre igual, disfarçado em novidade e moda, pois “no reino mercantil, ‘a humanidade parece condenada às penas

³³ HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, p. 118.

³⁴ HORKEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**... *op. cit.*, p. 20.

³⁵ HORKEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**... *op. cit.*, p. 33. Reafirmando essas idéias, destacamos, do mesmo texto, as seguintes palavras: “a essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação. Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sobre o seu influxo, levado pela mesma dominação”. HORKEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**... *op. cit.*, pp. 43 e 46.

³⁶ De acordo com Hannah Arendt: “a era moderna não coincide com o mundo moderno. Cientificamente, a era moderna começou no século XVII e terminou no limiar do século XX”. ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, pp. 13-14.

³⁷ ARENDT, Hannah. **A condição humana**... *op. cit.*, p. 273.

³⁸ ROUANET, Sérgio Paulo & WITTE, Bernd. Por que o moderno envelhece tão rápido? In: Dossiê Walter Benjamin. **Revista USP**... *op. cit.*, p. 107.

³⁹ *Idem*, p. 107.

do inferno””.⁴⁰ De outro modo, apenas as manifestações revolucionárias do passado – revoltas, combates, movimentos de independência nacional – empreendidas pelos oprimidos pela acumulação capitalista e pelo progresso tecnológico desenfreado e desmedido, podem iluminar o presente e evitar que novas guerras e/ou tragédias humanas – como foi o caso do holocausto judeu durante a Segunda Guerra Mundial – tornem a acontecer. Ou seja, contra a visão evolucionista da história, que envolve a acumulação de conquistas materiais e o ensejo ao progresso, à racionalidade e à civilização, Benjamin a percebe “de baixo”, ao lado dos vencidos, como uma série de vitórias de estratos sociais reinantes. No entanto, cada novo combate dos oprimidos coloca em questão não só a dominação presente, mas também as vitórias do passado; e nesse sentido, o passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que se levanta no céu da história. É importante esclarecer que, neste ponto, Benjamin se opõe, implicitamente, a uma certa concepção evolucionista do marxismo – já presente em alguns escritos de Marx: Manifesto Comunista e nos artigos sobre a Índia dos anos cinquenta do século XIX – que justifica as vitórias da burguesia no passado pelas leis da história, a necessidade de desenvolver as forças produtivas ou a imaturidade das condições para a emancipação social. Nesse sentido, a relação entre hoje e ontem não é unilateral, pois em um processo eminentemente dialético – segundo a ótica de Benjamin –, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente.⁴¹

Neste ponto, é necessário destacar que, na modernidade, os elementos construídos como resultado da transformação das forças naturais se tornam signos alegóricos da caducidade do homem e do mundo, o que, em última instância, fomenta sua necessidade de salvação. A modernidade se apresenta, portanto, como drama no sentido mais verdadeiro. Em outras palavras, Hannah Arendt observa que “a vida individual voltou a ser mortal, tão mortal quanto o fora na antiguidade, e o mundo passou a ser menos estável, menos permanente e menos confiável do que o fora na era cristã”,⁴² pois ao perder a certeza de um mundo futuro, o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo, e não propriamente de encontro ao mundo que o rodeava. Portanto, o homem moderno, ao crer indistintamente numa ciência em contínuo progresso, afastou-se “da terra para um ponto muito mais distante que qualquer alienação mundana cristã jamais o havia levado”.⁴³

Os conceitos de modernidade e modernização são, como visto, um engodo, pois, de fato, jamais se realizaram, se considerarmos que algo novo construído hoje se torna obsoleto amanhã. Ou seja, não se oferece tempo para a tradição e a experiência. O contínuo envelhecimento do moderno

⁴⁰ BENJAMIN, Walter. *Das Passagen-Werk* apud _____. LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**... *op. cit.*, p. 152.

⁴¹ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**... *op. cit.*, p. 61.

⁴² ARENDT, Hannah. **A condição humana**... *op. cit.*, p. 333.

⁴³ *Idem, ibidem*, p. 334.

é, portanto, um aspecto inerente à modernidade. Nesse sentido, é possível pensar que os conceitos de modernidade e modernização demonstram, atualmente, claros sinais de limite e esgotamento. Entretanto, consideramos que apenas os seres humanos são os diretamente responsáveis pelo caminho que desejam trilhar sobre a Terra e, desse modo, podem no futuro – se assim desejarem – estarem libertos da necessidade angustiante de produzir, simultaneamente, o novo e o velho.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A ADESÃO DA CULTURA HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA AO PENSAMENTO
CIVILIZADOR NO SÉCULO XIX**

Sérgio Campos Gonçalves*

O processo de mundialização que aponta para uma cultura moderna globalmente aceita e assimilada é normalmente traduzida pelo termo *globalização*, cuja idéia contém a mensagem que estamos todos no mesmo processo civilizatório – uns atrasados, outros a diante. Ela é civilizante, e o seu molde moderno e civilizador forjou-se na Europa, e, desde a Segunda Guerra, adquiriu forma também norte-americana. A exportação desse processo, na era moderna, iniciou-se com as grandes navegações e intensificou-se com o processo colonizador e à medida que se desenvolveram as tecnologias de transporte e de comunicação¹. A introdução compulsória e voluntária nesse processo civilizador é uma simplificação mental que convém analisar de perto.

Em princípio, o processo civilizador ocidentalizante está assegurado na idéia da superioridade axiomática das nações européias, a qual está profundamente enraizada na auto-imagem das nações que lideraram a industrialização. Conforme mostra Norbert Elias (1994, 229), a partir disso se formulou e fortaleceu a idéia de que a preeminência do branco europeu era manifestação da eterna missão concedida por Deus ou pelo destino histórico. Tal idéia foi difundida desde a colonização e, entretanto, mesmo quando as colônias tornaram-se nações politicamente independentes, a nova elite nacional continuou internamente a configuração de poder representada em uma sociedade de corte que previa a diferenciação hierárquica dos indivíduos através dos mesmos parâmetros de valores que serviram à ideologia colonizadora.

Mesmo em nossos dias, no Brasil, não é raro notar no discurso de certa vertente culta idéias de fundo colonizador. Frequentemente, a cultura erudita interpreta o popular através de um olhar antropológico que lembra os cronistas e catequistas estrangeiros dos séculos de colonização portuguesa. A cultura erudita, que se tornou oficial, ou ignora a cultura popular ou demonstra-se vislumbrada pelo seu exotismo, pelo quanto é diferente da inibição do intelectualismo da rotina

* Mestrando em História na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Franca.
Sob orientação de prof. Dr. Jurandir Malerba.

¹ RIBEIRO, 1972, p. 19-54.

acadêmica. O resultado é que, além de acentuar as barreiras de classe e de cor, essa visão elitista despreza o popular, caracterizando-o como culpado pelo atraso brasileiro. O fundo histórico da assimilação desse pensamento colonizador exige um esforço de compreensão.

Estabelecida por Alfredo Bosi (1992, p. 377), a premissa de que partimos é que a colonização é um processo que se realiza tanto no nível da ocupação da terra quanto no nível da cultura, pois não há condição colonial sem a união de trabalhos, de ideologias e de culturas. Ou seja, a colonização é um processo material e, ao mesmo tempo, simbólico, visto que as práticas econômicas dos seus agentes vinculam-se aos seus meios de sobrevivência, à construção de sua memória, às suas formas de representação, e de suas projeções para o futuro. Assim, o controle sobre os indivíduos para viabilizar o projeto colonizador-civilizador depende tanto do domínio dos modos de sustentação material quanto ideológicos. A idéia de Bosi sobre essas instâncias fundamentais de todo processo de dominação é uma derivação do que o marxismo resumiu nos níveis da infra-estrutura e da superestrutura².

O pioneirismo europeu coloriu de conteúdos ideológicos os processos de difusão da tecnologia da Revolução Industrial. Dessa maneira, tanto o desenvolvimento mercantil e capitalista como o imperialismo industrial revestiram-se de uma aura *européia ocidental e cristã*, como se os atributos da modernidade e do progresso fossem provas do conteúdo fundamental da superioridade inata do homem branco³. Durante o período colonial, a cultura erudita insinua uma visão *de fora para dentro* em que o modelo para o desenvolvimento brasileiro seria o da civilização à européia. Entretanto, mesmo a partir da Independência, quando a cultura erudita muda o tom e tende a exaltar o nativo, usando seus mitos e imagens para introjetar a noção de uma identidade nacional e uma ideologia conservadora, tanto o tipo ideal de comportamento individual quanto o modelo de nação a ser perseguido giram em função do mesmo projeto civilizador-progressista⁴. Ou seja, ainda que o poder político estivesse oficialmente em serviço pelos interesses locais, o ideal civilizatório figurou-se como um projeto interno que continuava em pauta sob o mesmo molde da moderna e progressista cultura ocidental européia. Assim, o processo civilizatório foi dividido em etapas a partir da hierarquização de estágios de progresso das sociedades. Em decorrência disso, a busca pela civilização através do progresso criou uma ânsia por modernização. Então, como destaca José Carlos Reis (2003, p. 15-66), além de *civilização* tornar-se o processo fundamental da história do

² BOSI, 1992, p. 15-17.

³ RIBEIRO, 1972, p. 214-215.

⁴ MALERBA, 2000, p. 331-332.

Ocidente, o conceito esteve ao fundo de diversas teorias e filosofias da história. Desse modo, a ciência desenvolveu e adaptou teorias, como a do evolucionismo das sociedades e dos homens – que Todorov (1993, p. 107-141) nomeou de doutrinas racialistas –, com o intuito de explicar e justificar a hierarquia entre as nações e dentro delas.

A integração do Brasil na cultura científica universal se efetivou nesse contexto em que a ciência se caracterizou pela sua função de disciplinar, executar e materializar as idéias do Iluminismo e da civilização ocidental por meio da produção do saber e do Estado⁵. O nascimento da comunidade científica do Brasil esteve envolvido nesse processo. Aqui, a ciência procurou caminhos que não ameaçassem a ordem que se queria constituir; buscou a nação com identidade própria, a liberdade política e intelectual da sua antiga metrópole, posto que se representasse simultaneamente como sua continuidade⁶. Como observa Bosi (1992, p. 31), a transposição para a América dos padrões de comportamento e da linguagem científica deu resultados variantes. Ora engendrou a repetição, ora a negação, ora a adaptação dos moldes europeizantes – mas sempre se manteve fiel à vontade de progresso e de civilização⁷. O período joanino marca da chegada “oficial” e a aceleração do processo civilizador no Brasil.

Inaugurando o século XIX brasileiro, a idéia de civilização aportou no Brasil notadamente em 1808, quando a família real portuguesa exilou-se no Rio de Janeiro juntamente com sua corte; a abertura imediata dos portos foi um momento ímpar na história da cultura do país. A chegada de dom João VI inaugura a europeização dos costumes da elite colonial, ao mesmo tempo em que os recém-migrados tenderam a se adaptar na nova realidade social local⁸. Ao mesmo tempo em que facilitou o contato com o ideário ilustrado, o contexto de transformações fomentou a produção intelectual e a participação da elite intelectualizada nos assuntos políticos. Como ilustra Isabel Lustosa (2000, p. 16-32), os jornais tiveram importante lugar no debate e no florescimento das idéias que definiram o formato político que a nação brasileira tomaria com a independência – o trabalho da autora mostra como o século XIX consagrou às publicações escritas o título de principal veículo das idéias políticas, as quais desempenharam a função de vetor ideológico para o progresso civilizatório.

⁵ DIEHL, 1998, p. 51.

⁶ NAXARA, 2000, p. 49.

⁷ Cf. SCHWARCZ, 1993.

⁸ MALERBA, op. cit., p. 126.

O sucesso do propósito de civilização incluía vários fatores, mas dependia invariavelmente da conquista do saber, cuja institucionalização se materializou ao longo do século XIX e se tornou cada vez mais nítida com a fundação de academias e instituições científicas e educacionais⁹. Na Europa, enquanto o processo de escrita e de legitimação da disciplina da história se fundamentou nas universidades, no Brasil isso ocorreu dentro dos limites das academias ilustradas, sob critérios fundados nas relações sociais e individuais de seus membros. Durante o império, no caso do saber histórico, isso ficou evidente com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, e de seus núcleos estaduais sectários. O surgimento do IHGB esteve imerso no que Eric Hobsbawm (1996, p. 23) chamou de *drama do progresso*: “maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo inevitável”. O ambiente cientificista era o centro daquela ideologia de civilização; e a idéia de progresso, que antes romperia com tradições do Antigo Regime, tornou-se ela mesma uma espécie de tradição moderna do processo civilizatório¹⁰. E foi sobretudo através das culturas históricas dos Estados modernos ou em modernização, como adverte Astor A. Diehl (2002, p. 22), que a categoria progresso incrustou fundo nas estruturas da *psique* ocidental, atuando na consciência histórico-coletiva. O resultado foi o desenvolvimento de uma *cultura historiográfica* que buscou controlar o passado e a projetar o futuro com vistas à modernização civilizatória. Tal cultura historiográfica, mecanismo do padrão de construção do passado, como compreende Hobsbawm (1998, p. 22), legitima o presente e, ao mesmo tempo, contribui para a sua transformação. Conforme compreende Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 141), os institutos históricos acomodaram um modelo de explicações que concebia a humanidade “enquanto uma em sua origem e desenvolvimento”, mas que não deixou de usar os argumentos do darwinismo social quando se tratava de justificar as hierarquias sociais consolidadas.

Desse modo, o discurso historiográfico do século XIX atuou e se envolveu profundamente com os preconceitos eurocêntricos e as doutrinas de progresso e do evolucionismo social, repercutindo no senso comum como tradições inventadas, como conceituaram Terence Ranger e Eric Hobsbawm (1987). No século XIX, então compreendida como via linear e progressiva que articula passado, presente e futuro, a História foi o meio explícito e indispensável para forjar a nacionalidade e a identidade do brasileiro. Contudo, provavelmente foi também o meio latente de apologia da noção de *civilização*, visto que o discurso historiográfico foi pragmático e teleológico.

⁹ SCHWARCZ, 1993; SEVCENKO, 1999.

¹⁰ HOBBSAWM, 1996, p. 375-377.

Logo, é perfeitamente provável que a historiografia produzida no IHGB tenha articulado e veiculado idéias, ícones e valores em função da realização do projeto idealizado de *civilização*, traduzido em políticas que operaram como e por um processo de colonização interna. Pois a cultura historiográfica brasileira demonstra claramente “uma concepção de história que a aproxima da narrativa e da junção entre os elementos do meio e raça como explicativos da evolução dos povos”¹¹.

Aparentemente, como hipótese heurística, as elites brasileiras no século XIX estiveram à frente de um projeto civilizador cujo desenvolver-se agiu como um processo de colonização interna, pois muito diferente das demais nações latino-americanas, a construção do Estado no Brasil não se assentou na oposição à antiga metrópole. Bem pelo contrário, após a Independência, o Brasil se reconheceu como continuador da tarefa civilizatória iniciada pela colonização dos portugueses; e a Nação, o Estado e a Coroa foram pensados como unidade dentro do discurso historiográfico¹². Exemplo disso é a carta de 14 de julho de 1847, citada por Manuel Luís Salgado Guimarães (1988, p. 6-7), em que Francisco Adolfo Varnhagen explica ao imperador D. Pedro II os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira como herança da colonização européia:

“Em geral busquei a inspiração de patriotismo sem ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com a ilustração; tratei de pôr em dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir declinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade...”.

Construída com base no europeu, notadamente o francês, a imagem da civilização brasileira foi tão evidente no século XIX que teve elogio até na própria Europa¹³. Jean Baptiste Debret, que visitou o Brasil em 1816, escreveu anos depois no *Journal de L’Institut Historique*:

“A moda, este mágico francês, (...) invadiu o Brasil. O império de D. Pedro se tornara um dos seus domínios mais brilhantes: lá (...) tudo é imitação em cima do exemplo de Paris, (...) as pessoas percorreram em três séculos todas as fases da civilização européia...”¹⁴.

¹¹ NAXARA, 2000, p. 50. Cf. SCHWARCZ, 1993.

¹² DIEHL, 1998, p. 25.

¹³ Cf. SCHWARCZ, 1998.

¹⁴ DEBRET, *Journal de L’Institut Historique*. Paris, 1 : 3 (outubro 1834). – Apud DIEHL, 1998, p. 29. Tradução minha.

Debret concentrou seu olhar sob a capital do Império sem observar a constituição mestiça que dava forma ao brasileiro – a qual se tornou inquestionavelmente óbvia ao final do XIX, e que foi, naquela época, a causa do pessimismo sobre o futuro do Brasil¹⁵.

Por conseguinte, a interpretação do nacional em relação ao plano interno definiu a nação brasileira como representante da idéia de civilização no novo mundo. Ao mesmo tempo, definiu quais seriam os sujeitos portadores da noção de civilização (o branco descendente de europeus) e quais ficariam excluídos (negros, índios e mestiços). Daí derivaram os problemas da identidade nacional e do racismo que tiveram eco no pensamento brasileiro até no início do século XX¹⁶.

No Brasil, sem ter a abrangência que o conceito propunha na Europa, a idéia de civilização ficou restrita à minoria; e a nação-civilização brasileira constituiu um campo limitado da elite letrada. Assim, os estudos do IHGB sobre o problema de identidade da nação, que foram os primeiros passos da construção da memória brasileira, carregam a imagem excludente e depreciativa do outro¹⁷. Isso pesou enormemente na formação da cultura historiográfica brasileira. A criação do IHGB, o principal instituto científico do Brasil no século XIX, foi inspirada na cultura iluminista francesa, em especial do *Institut Historique de Paris*. Os objetivos estabelecidos por seus membros, na escrita da história nacional, orbitaram ao redor da idéia do esclarecimento das elites, as quais, em seguida, se encarregariam de esclarecer o restante da sociedade¹⁸; isto é, a preocupação com a sistematização de uma história do Brasil se viabilizou durante a consolidação do Estado Nacional brasileiro, dentro do qual a civilização do Brasil se daria do topo da pirâmide social para a sua base. Desse modo, a nação brasileira deveria surgir como o desdobramento de uma civilização branca e européia nos trópicos¹⁹.

A historiografia brasileira do século XIX, assim, pode ser identificada com as idéias que norteavam as políticas civilizadoras. Com propriedade, Maurice Halbwachs (1990, p. 53-89) confirmou que a construção e a transmissão da memória se tornam possíveis dentro das condições sociais e dos anseios do presente, ou seja, a escrita da história é um processo de rememoração em que a memória é um espaço de lutas e disputas, do qual o próprio historiador faz parte. Assim, entendendo a memória como um dado de historicidade em que o presente comanda seu processo de

¹⁵ SCHWARCZ, 1994.

¹⁶ Idem, 1993; SKIDMORE, 1976.

¹⁷ GUIMARÃES, 1988, p. 5-27.

¹⁸ NAXARA, 2000, p. 50.

¹⁹ DIEHL, 1998, p. 25-29.

lembrança, é necessário procurar compreender como a construção do passado nacional brasileiro, através da historiografia do século XIX, buscou construir a memória oficial em função de um pacto social que colaborasse para o projeto *civilização* no Brasil.

UMA LACUNA, UM NOVO OBJETO

É vasta a bibliografia sobre a historiografia do século XIX que trata da construção da História nacional, em seus vários aspectos, articulando a idéia de progresso e de identidade e o cientificismo em função da legitimação da ordem interna e da construção da Nação e do Estado brasileiros e de sua memória. No entanto, mesmo que o exílio da corte em 1808 marque o fim da administração colonial e a inserção oficial do Brasil rumo ao *progresso* dentro de um processo civilizador de molde europeu, falta o estudo que investigue como o cientificismo da época, e em especial a cultura historiográfica, colaborou para o projeto *civilização* no Brasil como um artifício legitimador da elite letrada.

Para isso é necessário investigar a adesão compulsória e voluntária da história brasileira do século XIX ao pensamento civilizador e como a construção do passado nacional, através da historiografia, procurou desenvolver uma memória coletiva em função do projeto de civilização do Brasil. Além disso, tal objeto é a premissa da verificação de duas hipóteses heurísticas: (a) sendo o sentido da colonização um processo de civilização aos moldes europeus, depois da vinda da corte e, principalmente, da Independência, esse processo teria se ampliado como uma colonização interna regida pelas altas elites letradas? -; e (b), se a história é um forte vetor de direção da consciência e das políticas do século XIX, o discurso historiográfico do período teria servido como arte consumada de estratégia política para viabilizar o projeto colonizador-civilizador? E no caso de resposta afirmativa, em que medida o IHGB atuou como veículo difusor de signos e valores em prol da civilização?

Então, com vista nessa investigação, é preciso estudar atentamente uma seleção de obras dentro da produção historiográfica brasileira entre 1808 até o final do século XIX, com destaque para as publicações do IHGB e de seus desmembramentos estaduais, com vistas a construir uma tipologia que permita a fecunda articulação dos fatores *nação*, *identidade* e *progresso*, relacionados com a noção de *civilização*, pois a independência do Brasil e a construção da idéia da nação e a identidade nacional se deu em consonância com o ideário da civilização ocidental. Ou seja, são obras que refletem, direta ou indiretamente, como a historiografia da época figurava naquele

processo (de civilização, de formação do estado e de constituição da identidade nacional). Trata-se, então, de articular comparativamente as obras que participaram da construção da memória coletiva com seu contexto e com o lugar social de seus autores na sua respectiva configuração social. Em outras palavras, a proposta é perseguir o movimento das idéias na conexão com os horizontes de vida de seus emissores. Pois, ao analisamos o IHGB como veículo de comunicação difusor de valores e signos civilizadores (do *progresso* e da *modernidade*), através do processo de comunicação, observaremos como a posição social dos membros do Instituto se insere na configuração social do Império.

Portanto, sendo a consciência histórica “o modo pelo qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana”, é determinante que a operação mental da historiografia articule, no processo da vida prática do homem, “a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas”²⁰. Desse modo, a constituição do sentido da experiência do tempo é um processo de consciência em que as experiências da vida prática são interpretadas conforme as intenções do agir e, assim, a cultura historiográfica está inserida na determinação de sentido do mundo e na auto-interpretação do homem²¹. Desta maneira, dentro de uma perspectiva temporal, a cognoscibilidade do passado é possível a partir do espaço aberto pelo presente; assim, “as condições políticas, econômicas, religiosas, morais, estéticas, convergem para moldar o passado visível”²².

²⁰ RÜSEN, 2001, p. 58.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 59.

²² MASTROGREGORI, 2006, p. 75.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- _____. *Cultura Historiográfica. Memória, identidade e representação*. Passo Fundo: Ediupf, 2002.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização / Alfredo Bosi*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *O processo civilizador. Uma história dos costumes (vol.1)*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *O processo civilizador. Formação do Estado e da Civilização (vol.2)*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. “Ciências, Religião e Ideologia” In: *A Era do Capital 1848-1875*. 5. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. “Certezas Solapadas: as Ciências”, “Razão e Sociedade” In: *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Sobre História*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823) / Isabel Lustosa*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Os Brancos da Lei: Liberalismo e escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. - Maringá: EDUEM, 1994.
- MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. – São Paulo: Contexto, 2006.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília, Ed. UNB, 2004.
- _____. “Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura”. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.
- RANGER, Terence; HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

- RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da história : fundamentos da ciência histórica*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* / Nicolau Sevcenko. 4. ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TODOROV, Tzevetan. *Nós e os Outros*. Rio de Janeiro: Ed. Zahaar, 1993.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

O Império bizantino e a historiografia européia

Sergio Fernandes Alois Schermann / UNIABEU
aloisschermann@yahoo.com.br

O estabelecimento da história enquanto discurso científico tem lugar exatamente no momento de formação das nacionalidades. A necessidade de ressaltar particularidades e estabelecer uma identidade própria fez com que os olhares se voltassem para o ocaso do Império Romano no Ocidente e o posterior estabelecimento dos reinos germânicos. Desde o século XIX, portanto, a Antiguidade Tardia e o medievo tem sido revisitados como período de formação de uma Europa que foi assumindo desde então identidades variadas como agente civilizador, elemento propulsor de todas as modernidades e defensor da laicidade e dos direitos humanos. A historiografia do pós Segunda Guerra consagrou essa visão, procurando limitar o “pertencimento” à Idade Média, circunscrever o medievo, doravante já encarado de forma positiva, à Europa Ocidental. Fosse esta a região onde nasceria a sociedade feudal, segundo Marc Bloch, ou então a “área cultural” onde se desenvolveria, segundo Georges Duby, a cristandade latina. A exclusão dos mundos eslavo, muçulmano e bizantino continua até hoje um fato. A dicotomia tão ricamente explorada em nossos dias tornam ainda mais marginalizados os estudos sobre o Império Bizantino, sobre o qual seriam válidas muitas das observações de Edward Said sobre o olhar ocidental sobre o Oriente.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:

historiografia

brasileira e modernidade

MEMÓRIAS DE UM CONSTITUCIONALISTA

*Sherloma Starlet Fonseca*¹

A guerra civil de 1932, conhecida como revolução constitucionalista, tem uma peculiaridade na história do Brasil: é o único movimento revolucionário em que a preservação da memória, as comemorações e o culto aos heróis são realizadas pelo grupo dos vencidos. A maioria das obras sobre 1932 são escritas memorialistas feitas por ex-combatentes e participantes do evento (De Paula, 1998). Contudo, a versão desses derrotados não é incorporada pela história nacional distribuída pelos livros didáticos e a busca por essas memórias, mesmo nas academias, ainda é restrita.

As *Memórias* de Paulo Duarte estão inseridas nesse conjunto de obras. Paulo foi um jornalista que participou ativamente no campo de batalha em 1932. Como membro do Partido Democrático (PD), foi um dos oradores nas caravanas revolucionárias a favor de Getúlio em 1930 e incentivadores do golpe de outubro do mesmo ano. Contudo, ao perceber os intuitos varguistas de prorrogar seu governo, que seria provisório, inseriu-se na luta anti-getulista a favor da convocação da constituinte e das eleições. Vencidos na luta armada, foi enviado com os outros participantes ao exílio na Europa, e condenados ao silêncio.

A análise de suas *Memórias* é um esforço de lançar luz à versão obscurecida pela história, que revelam diferentes projetos para nação, os sentimentos, as visões e as

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduada em História pela UFG e em Serviço Social pela Universidade Católica de Goiás (UCG).

estratégias dos propagadores dos acontecimentos de 1932. Esta iniciativa que se desenvolve num momento em que a historiografia avança nos questionamentos em torno da interdisciplinaridade e da retomada do interesse pelo político após anos de negação pela Escola dos *Annales*, em defesa de uma “história total”, pautada pela hegemonia do econômico e do social; mas que, contudo, contribuiu para o questionamento da tradicional história política.

É diante dos avanços historiográficos e metodológicos da história contemporânea que torna-se possível projetar um trabalho em que esta aproxima-se da literatura, tomando-a como fonte; das ciências sociais, com a adaptação de métodos e conceitos; e dos enfoques em história política, mas dando visibilidade aos excluídos da história nacional.

Paulo Duarte, apesar de silenciado pela história, não era um anônimo na sociedade, era um intelectual e sabia da importância de sua escrita. Por isso escreveu sua obra de memórias, o que demonstra a intenção de depor perante a história, de deixar um registro para o presente e o futuro de sua versão sobre tudo o que vivera nas revoluções da década de 1930. Paulo tece com o leitor um compromisso de legitimidade e veracidade dos fatos narrados. Esse procedimento é também encontrado em obras autobiográficas, e é identificado por Philippe Lejeune de pacto autobiográfico, definido como um “pacto tácito de cumplicidade entre quem escreve e quem lê, à medida que o texto avança e que se partilha experiências do mundo privado e íntimo do escritor” (LACERDA, 2003:41). É por isso que há sempre um ritual, onde desculpas, explicações ou declarações de intenção são estabelecidas para se criar uma comunicação direta com o leitor (Feitosa, 2002). Esse ritual é cumprido por Paulo Duarte em “Razões de defesa por ter vivido”, em *Raízes Profundas*:

A jurisprudência da verdade que me ficou, dá-me porém toda a autoridade para falar do meu passado, fala que não é propriamente memórias, melhor diria ‘razões de defesa por ter vivido’, conforme o título inicial dado a essa tentativa (...).

Ora, razões de defesa mais valor têm quando acompanhadas de documentos e provas incontestáveis no maior número possível. Possuo um arquivo de mais de cem mil comprovantes, embora mutilados pelas invasões repetidas mais de uma vez do meu domicílio pela polícia e ainda de papéis desaparecidos pela vida

nômade que me condenaram cerca de dez anos de exílio e alguns anos mais de prisões (DUARTE, 1974:5).

Consciente da importância dos seus registros, Paulo escreve no prefácio de *Palmares pelo Averso*: “Não é o editor quem o ressuscita. São os fatos. Hoje, mais do que nunca, o livro vive, porque os palmares pelo avesso aí estão vivos e ativos, na confusão reinante” (1947:8).

As *Memórias* de Paulo Duarte começaram a ser escritas em 1965 e só publicadas a partir de 1974 até 1980. A opção por escrever e publicar suas memórias, inserido nesse momento histórico, revelam muito sobre a vontade do autor. Nas décadas de 1960 e 70, reforçava-se a versão que mistificava a imagem de Getúlio e instituiu 1930 como um divisor de águas. A produção acadêmica apresentava a tendência de aproximar-se da versão dos que saíram vencedores da revolução, e que estavam em pleno exercício do poder. A dedicação a essa obra nesse contexto demonstra que há em sua escrita um projeto de memória a fim de contrapor a versão hegemônica. Conforme Paulo Duarte (1974:2)

É preciso não esquecer, entretanto, o valor como contribuição cultural das memórias autênticas, sem intuítos exibicionistas [...]. A verdadeira história não é contada pelos documentos oficiais, mas pela correspondência e os diários deixados por grandes figuras, testemunhas exatas de acontecimentos ou nomes notáveis na política e na literatura.

Paulo usou os recursos que provinha para colaborar com a causa de 1932 e depois para não deixar que fosse esquecida: o dom da escrita. A luta nas trincheiras é o momento áureo do conflito contra Vargas. Mas o 9 de Julho de 1932 começou antes, assim também como o envolvimento de Paulo Duarte, que percorreu todo o período de luta, das conspirações e discursos no exílio. Paulo fez dos jornais em que trabalhou, *O Estado de São Paulo* e *Diário Nacional*, arena de luta contra o varguismo, para conscientização do povo paulista. A primeira grande manifestação popular foi o protesto na Praça da República em 23 de maio.

Julinho mandou-me chamar, ali por volta de março ou abril de 1932, por Cesário Coimbra e Pereira Lima, pois só eu conhecia uma tipografia com bastante coragem para imprimir os nossos boletins subversivos. E fora esses boletins subversivos impressos e compostos por mim que fizeram o 23 de Maio (DUARTE, 1974:74).

O Julinho a que Paulo se refere é Júlio Mesquita Filho, jornalista e herdeiro do jornal *O Estado de São Paulo*. Neste jornal, Paulo teve suas honras como jornalista e teve a oportunidade de conhecer e se tornar amigo íntimo da família Mesquita. Julinho, cujo pai foi um dos fundadores do PD, é considerado um dos grandes responsáveis pela organização do movimento de 1932, ao promover a aproximação com o Partido Republicano Paulista (PRP).

O PD entre 1930-34 atravessa um período de luta pela sobrevivência com partido. De forma ambígua, critica o PRP, mas ao projetarem no Governo Provisório Federal o inimigo externo comum, os dois partidos dissidentes da classe dominante paulista apelam para a união partidária formando a Frente Única Paulista (FUP). Depois que a Frente foi fundada, iniciava-se contado com os meios militares.

Para Paulo Duarte (1974:73): “a frente única graças ao Julinho se fez, e a revolução de 1932, cuja eclosão se deve a ele, pôde estruturar-se com a participação militar do coronel Salgado, comandante da Força Pública², do general Isidoro Dias Lopes e do coronel Euclides Figueiredo”.

A revolução constitucionalista uniu facções de classes e classes divergentes. No entanto, essas diferenciações ficam aparentemente ocultas incorporadas ao apelo emocional aos “descendentes dos bandeirantes”, que por causa da sua tenacidade construíram o estado mais rico do país, para que partissem para uma nova bandeira pelo bem do Brasil³.

² A Força Pública adere a Revolução Constitucionalista por posicionar-se contra o governo ditatorial após a dupla humilhação de ter se preparado para a Batalha de Itararé, preparados para vencer, foram vencidos sem combate com a vitória da Revolução em 24 de outubro e por ter de se submeter à ditadura tenentista.

³ A figura do bandeirante é retomada numa visão romântica de heróis paulistas, desbravadores, insinuando que cabia ao paulista liderar a campanha de conscientização política da sociedade. O bandeirante se tornou símbolo dos paulistas, sobretudo na revolução de 1932 (Bezerra, 1998).

Envolvidos nos discursos nostálgicos, os paulistas “não fogem a luta” que vai até a última consequência que é a guerra. Esta era vista mais como inevitável do que aplaudida, era uma escolha preferível, para não serem esmagados pelo arbitrarismo do governo. A posição de Paulo Duarte (1947:13-14), é de que “a guerra é como um retrocesso de uma máquina de escrever. Inventado para corrigir, corrige batendo uma letra sobre a outra porque a gente sempre tem preguiça de usar da borracha. E a letra vira um borrão”. No entanto, Paulo se vê “mergulhado até os cabelos”, porque: “Via diante a guerra vencedora. Via o paulista atravessado mais uma vez, na nova bandeira, as serras em que agora se batia. Via-o entrando pelo Brasil a dentro para, de novo, dar ao Brasil ao Brasil”.

Os paulistas no campo de batalha tiveram que ir além das aptidões pessoais. Várias vezes, Paulo Duarte manifestou seu despreparo para assumir as funções que lhe foram outorgadas: “nas missões difíceis que me foram confiadas, das quais me sai bem por sorte apenas, dada a minha ignorância em tudo quanto se referisse à ciência militar” (DUARTE, 1974:76).

A luta paulista é narrada como uma verdadeira epopéia por Paulo Duarte em *Palmares pelo Avesso*, livro dedicado exclusivamente à descrição das batalhas de julho a outubro de 1932, e nos dois primeiros volumes de *Memórias*. Paulo encorajava a guerra, contudo, não deixa de mencionar e criticar os erros cometidos pelos paulistas. Como Paulo Duarte (1947:41) exclamava: “Que admirável professora a frente! Mas cobrava caro...”. Para Euclides Figueiredo (*apud* De Paula, 1998), a precariedade no adestramento militar das tropas voluntárias – muitas vezes acrescidas de incompetência do comando – acarretou inúmeras situações de pânico geral e debandadas trágicas. O episódio mais conhecido é da carnificina que provocou um Trem Blindado, a grande arma da engenharia paulista, investira contra uma trincheira amiga, achando se tratar de inimigos.

O Trem Blindado semeava mais pavor àquela madrugada do que uma legião de fantasmas, dando uma carga.

- É incrível! Concuu, que uns patetas abrigados, garantidos dentro de um reduto de aço, não tenham calma para distinguir uma linha amiga de uma inimiga. A própria conformação da trincheira mostrava a impossibilidade de ser inimiga, pois de costas para a nossa frente, só faltava uma tabuleta na beirada. Mas despejaram as metralhadoras, com uma volúpia negra!... (DUARTE, 1947:61)

O caso do Trem Blindado estava entre outros “espetáculos deprimentes de todos os dias dado por oficiais!”. Este triste momento da luta constitucionalista, assim como a indigna retiradas de algumas tropas, foi vinculado à inabilidade do comando.

Profissionais de guerra, aproveitadores da desordem, parece que compreendiam que faziam essa guerra como sendo a última guerra para a implantação da paz permanente. Por isso tinham medo de ganhá-la, para não perder os bons empregos da administração, longe das canseiras dos quartéis. Ou então era medo de morrer! Uma incapacidade de adaptação ao ambiente perigoso, que dava nojo!

A constituição, pela qual guerreávamos, tinha soldados. Mas faltavam oficiais (DUARTE, 1947:59).

Paulo criticava os oficiais de carreira que estavam mais presos às suas “ vaidadezinhas, as suas ambiçãoezinhas e as suas mentalidadezinhas!” colocadas acima do dever militar. Desprezavam os civis e não compreendiam que “ali não existiam mais nem esta nem aquela corporação, mas um exército novo, que devera permanecer unido e forte contra um inimigo unido e forte!” (idem: 58). A falta de munição servia como “desculpa eterna de todas as covardias”, quando justificando as retiradas.

A luta mais séria que estávamos tendo era com a falta de munição. Não que faltasse realmente a munição. Era escassa, mas bem dirigido o consumo, em nada prejudicaria essa escassez se não viesse servir de mais uma justificativa à fraqueza de certos oficiais. Depois do caso de Pedreira e do Morro Verde, qualquer estupidez era acobertada com essa desculpa (idem:128).

As dúvidas sobre a vitória começam a aparecer durante as dificuldades nos campos de batalha, quando as reflexões são influenciadas pelo intenso envolvimento nos acontecimentos, pela exaustão física, pelas incertezas e decepções.

Se São Paulo ganhar essa partida (como pensei nitidamente nisso!) eu serei brasileiro para ajudar São Paulo a tornar o Brasil brasileiro. Para lancetar-lhe este quisto do regionalismo pesteadado robustecido pelos negróides da

politicalha profissional. Intriga com a qual sustentou a desunião de um povo ingênuo, a fim de melhor aproveitar-se da seiva boa em benefício dos corrilhos.

Se São Paulo perder (nitidamente começava a pensar também...) então eu serei paulista, só paulista e combaterei contra o Brasil por São Paulo.

É que se São Paulo perder ficará reduzido a uma Alemanha depois do tratado de Versalhes. E São Paulo nunca foi a Prússia do Brasil! Fez muito mal em não se ter tornado a Prússia do Brasil!... (idem:302-303)

Na citação é perceptível a forte expressividade do sentimento de brasilidade, calcado no exercício da paulistanidade. Nas obras de Paulo Duarte, a menção ao movimento como uma causa paulista recebe mais destaque do que a própria divulgação do que são os ideais constitucionalistas. É fácil imaginar como os adversários reverteram a questão em seu benefício, interpretando-a de forma a tornar-se base as acusações de separatismo. A atitude governista serviu como forte arma ideológica contra os constitucionalistas, que criticaram e se defendiam das acusações.

Explorava-se o separatismo que nunca existiu do nosso lado, para arrastar o norte contra o sul. Dizia-se que os nossos intuítos eram bolchevistas, chegou a propalar uma revolta de estrangeiros. Na capital do país, estações emissoras punham no ar, como se proferidas em São Paulo, discursos de industriais italianos, cheios de insultos, os mais sujos, contra outros Estados, no intuito de arrastar, à carnificina da Mantiqueira as ingênuas populações do nordeste que acorriam para dizimar os estrangeiros revoltados, Apoiado o inimigo em bases tão frágeis a nossa vitória era uma questão de tempo. O segrêdo da guerra estava em resistir o mais possível (DUARTE, 1947:244)

Na verdade, a identidade do grupo constitucionalista é (re)formulada em constante interação com as denominações e representações que o opositor (o governo varguista) constrói sobre si e sobre os paulistas. Nesse sentido, defendiam-se das acusações de separatismo; apesar de ser um movimento restrito a São Paulo, afirmavam-se como defensores da causa nacional; e se autodenominavam constitucionalistas, com o orgulho que os sobreviventes ainda o fazem. O movimento foi acusado também de ser contra-revolucionário. Paulo Duarte ao defender-se aponta também para os possíveis interesses dissimulados pela bandeira revolucionária dos opositores governistas e do PRP de que “1932 foi feito não contra 30, mas para repor

1930 em seus princípios violados e conspurcados por Getúlio e pelos tenentes [...] nós não toleraríamos qualquer intuito de volta ao passado” (1975:30).

A revolução de 1930⁴ teve para o PD o signo da traição de Getúlio e seus tenentes. Paulo e seus companheiros de luta procuraram desmistificar a imagem postíça de Vargas de líder revolucionário:

Eu, todas as campanhas revolucionárias do Brasil me viram nas linhas de frente. Todos os períodos mais violentos encontraram-me ou na ação ou na cadeia das velhas oligarquias. Um dia vencemos. Mas os oportunistas vieram na retaguarda das tropas vitoriosas. Encontraram o político recém-caído envolvido na sua capa feita de retalhos de todas as torpedudes de uma mentalidade também carcomida. Puseram o político num navio e o exilaram.

Mas ficaram com a capa! Esta é que devia ter sido atirada ao mar. O político podia ficar. Ou se regeneraria ou acabaria de apodrecer em qualquer canto, inofensivamente (DUARTE, 1947:296).

O fantasma da traição continuava a percorrer os bastidores da política. O jogo de interesses remanejava várias vezes as peças do tabuleiro político, colocando inimigos juntos e distanciando antigos aliados. Paulo Duarte nutria uma severa desconfiança contra o PRP. A aproximação do PD com o PRP não o agradava. O jornalista demonstra várias vezes sua resistência e o receio de que o PRP acabaria aderindo ao Getúlio.

É verdade que eu fora contra a idéia da frente única com o PRP, porque não acreditava que os elementos melhores deste partido pudessem impor-se sobre a maioria perrepista composta de gente sem escrúpulos, falcatureiros, irremediáveis politiqueros à caça de emprego, ladrões de votos, enfim, material

⁴ Segundo Hernani Donato (1982), o acontecimento de 1930 não conduzia um programa cuja execução exprimissem a revolução, com raízes político partidárias. Trazia uma estrutura renascente de outras tentativas, sem amadurecimento revolucionário. Tratava-se de um amontoado de tendências divergentes, não possuindo, inicialmente, princípios orientadores, nem postulados ideológicos definidos e propagados que guiasse a ação reconstrutora. Os democratas paulistas, que eram defensores de uma autonomia maior dos estados, uniram-se aos tenentes que apresentavam como proposta básica a centralização do poder e luta contra a dominação dos estados mais poderosos (Capelato, 1982). Os antagonismos entre os paulistas e o governo central passaram a gerar divergências logo após a posse do Governo Provisório pela questão da estruturação do governo de São Paulo. Apesar da promessa de Vargas (e dos aliancistas) ao PD de que o interventor do estado seria Francisco Morato, é nomeado o tenente João Alberto que nem paulista era. Dessa maneira a revolução já começa para o PD sob o signo da traição. No início de 1931 já era visível a decepção da oposição paulista. Na luta contra o Partido Republicano Paulista (PRP) em 1930, o PD havia apoiado os revolucionários na esperança de ter acesso ao poder. Além de não ter acesso a ele, a revolução caminhava para o fortalecimento do poder central, em detrimento da autonomia dos estados.

que podia misturar-se a nós, mas não combinaria pelo menos com a maioria do Partido Democrático (DUARTE, 1974:60).

O conflito de 1932 que em grande parte foi gerado pelos desdobramentos do amálgama de interesses que fundiram momentaneamente os múltiplos e contraditórios projetos de revolução liberal de outubro de 1930, caía novamente na mesma armadilha: o mito da homogeneidade.

Como toda guerra, a de 1932 também criou seus mitos, que nascidos no calor da luta, dificultaram a compreensão da multiplicidade do processo. Ao decorrer do conflito, pode-se perceber como homogeneidade paulista era algo construído na aparência, como se artistas, industriais, burguesia cafeeira do PRP, facções da classe dominante do PD, classe média e Força Pública anulassem seus interesses particulares pelo bem de São Paulo e do país. Esses grupos estavam claramente divididos em batalhões conforme as condições sociais, são exemplos disso: a Legião Negra; os garotos da elite no Piratininga; o Túnel, sob o comando da Força Pública.

Para Paulo Duarte, não tardou os batalhões começarem a deixarem se vencer pelo desânimo e pela presunção de considerarem se heróis. “Na maior parte, gente que ocorreu, na certeza de uma vitória fácil nos primeiros momentos e, agora, com o prolongamento da luta vinha mostrando o que realmente era” (DUARTE, 1947:238).

A resistência era considerada um importantíssimo fator pra vitória. E no pior das hipóteses, tornaria a derrota digna, honrosa. Contudo, Paulo expõe que os “heróis proclamados”, cobertos pela gratidão paulista, “no último momento, no pior momento, caíam desanimados, dando a história daquela guerra cruel o seu aspecto mais grotesco, mais ridículo, mais vergonhoso” (idem:240).

Em 2 de outubro de 1932 é assinado o armistício que colocou fim ao conflito civil. O termo foi aceito apenas pela Força Pública, pois o coronel Euclides Figueiredo, comandante das tropas paulistas, considerava humilhante demais os termos da rendição propostos pelo general Góis Monteiro, representante de Getúlio.

A luta continuou para poucos homens, fieis companheiros do Cel. Euclides. Paulo Duarte, que fez parte desse grupo, abandonou o trem blindado que estava sobre

seu comando e foi para o sul, onde pudesse haver luta, considerando o apoio de João Neves. Seguiram em uma pequena embarcação, mas foram reconhecidos por uma lancha policial. Apesar de terem sido tratados com cordialidade, a eles foram destinado o mesmo fim dos outros constitucionistas presos: foram enviados a Casa de Correção no Rio de Janeiro, e de lá, para o exílio.

O que se percebe no relato de Paulo Duarte é que a cada luta de oposição política é marcada por momentos preparatórios que implicam conspirações e o traçado de perspectivas novas para o futuro e, em volta a desconfiança e muitas vezes foram sucedidas de desilusão. Aos vencidos militarmente em 1932 só restou “acreditar” que influenciaram na convocação e composição da Constituição de 1934. Esse discurso se opõe a convicção de que a Constituinte já fazia parte do calendário do governo Vargas. Getúlio proclama a Constituição de 1934 e em discurso já promete reformá-la. Como acreditar confiança em uma Constituição recém proclamada a que já se promete reformar?

Em 1937, Getúlio abole a Constituição de 1934 com um golpe e implanta a ditadura. A própria história, o tempo, acaba reforçando visão dos vencedores e a posição dos ex-combatentes de 1932 como vencidos. E para esses, a guerra não foi encerrada na batalha de 1932. Nos outros volumes de *Memórias*, Paulo Duarte dá continuidade a narrativa das situações enfrentadas pelo grupo anti-varguista, marcados por essa identidade sempre em reformulação durante todo o governo de Getúlio.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA, Holien Gonçalves. O jogo do poder: Revolução Paulista de 32. São Paulo: Moderna, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932: a causa paulista*. (Coleção Tudo é História). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- De PAULA, Jeziel. *1932: Imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: UNICAMP/UNIMED. Coleção Tempo e Memória, v.7, 1998.
- DONATO, Hernani. *A Revolução de 1932*. Círculo do Livro, Rio de Janeiro, 1982.
- DUARTE, Paulo. *Memórias: Raízes Profundas*. v. 1, São Paulo, Hucitec, 1974.
- _____ . *Memórias: Inteligência da Fome*. v. 2, São Paulo, Hucitec, 1975.

- _____ . *Palmares pelo Averso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947
- FEITOSA, Charles. *Labirintos: corpo e memória nos textos autobiográficos de Nietzsche*. In: LINS, Daniel e GADELHA, Sylvio (orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Delume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e dos Desportos, 2002. pp. 49-66.
- LACERDA, Lílian. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: UNESP, 2003.
- LIMA, Luiz Costa. *Persona e sujeito ficcional*. In.: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Editora Rocco Ltda., 1991. 40-56.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade

Os conflitos na implementação do projeto de modernização do Estado Nacional, com as ferrovias em Minas Gerais (Zona da Mata) no período de 1870-1889

Sirlaine Paiva Fonseca*

A formação do Estado Nacional Brasileiro, ocorrida até meados do século XIX, segundo a historiografia¹, foi um processo conduzido pelos grupos ligados à agricultura de exportação, uma elite agrária que potencializou seu poder durante o processo de independência. Houve uma longa história de conflitos políticos, interesses de classes, diferenças de opinião, opressão e revoltas. Debates acalorados, acordos, discursos e golpes se confundiram no tenso período da instauração do Estado Nacional Brasileiro. Estes conflitos permaneceram a partir de meados do século XIX, quando houve a ascensão de uma nova elite ligada à expansão cafeeira e interessada nas reformas modernizadoras do Estado.

Esta elite estava em crescimento na Zona da Mata Mineira, região com maior população escrava e enorme vigor na plantação de café. Realização de pesquisas sobre esta região provocou questionamentos quanto, por exemplo, à vinculação entre escravidão e economia de exportação, relação tida como natural por muitos autores e questionada por outros². Todavia, a questão das articulações entre os grupos agro-exportadores e o processo de formação do Estado Nacional, tem sido objeto de pouca reflexão em áreas nas quais sua presença não se deu de forma tão expressiva como no Rio de Janeiro.

Segundo Manuel Salgado Guimarães, a leitura da história empreendida pelo IHGB foi marcada por um projeto que daria conta de uma gênese da Nação Brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso. A Nação, cujo retrato o instituto se propôs traçar, devia surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira. Outra proposta era transformar a capital do Império numa central, que, incentivando a criação de institutos históricos provinciais, canalizasse de volta para o Rio de Janeiro as informações sobre as diferentes regiões do Brasil. Era

*Bacharel e Licenciada em História / UFV. Aluna do curso de Especialização em História Cultural : Imaginário, Poder e Identidades / UFG.

¹ ANDRADE, Martins de. *A Revolução de 1842*. Rio de Janeiro: s/ editoras 1942. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Edusp, São Paulo, 1992. MATTOS, limar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access;1994. SILVA, Lígia OSÓRIO. *Terras Devolutas e Latifúndio- Efeitos da Lei de 1850*. Campinas, Ed. Unicamp, 1996. CARVALHO, José Murilo. "A política de terras: O Veto dos barões" In: *Teatro de sombras: A política Imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1998.

² Alcir Lenharo e Jacob Gorender assinalam a manutenção da estrutura escravista de produção para a economia de subsistência mineira, organizada à base de grandes propriedades escravistas produtoras de gêneros alimentícios consumidos no mercado interno.

do Rio de Janeiro que as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira (GUIMARÃES, 1998, P. 18-22).

No Brasil, que tinha os pés na América e os olhos na Europa, a metáfora do corpo foi empregada, sobretudo, pelo saber técnico para justificar a ênfase nas reformas referentes às questões de transporte, higiene e progresso.

Esta civilização e progresso chegariam às províncias através das ferrovias, as quais foram pensadas como “artérias que levaria a todo o corpo” o progresso gerado pela capital do Império, o centro da nova nação que deveria ser interligado às demais províncias. Este projeto deixa clara a preocupação da elite dirigente do Rio de Janeiro de se projetar sobre outras regiões. As ferrovias eram vistas como uma forma de ligar a capital do Império com as demais regiões. Assim, promoveria a união das províncias em prol do patriotismo que esta centralização geraria, e faria a população se orgulhar da nação e do “monarca amigo”. A princípio, todas as regiões do país são definidas como igualmente importantes, mas as análises das revistas publicadas pelo IHGB revelam uma clara orientação em direção às regiões de fronteira, devido à necessidade de integração dessas mesmas regiões ao poder do Estado Nacional, sediado no Rio de Janeiro.

Para Peter Blasenheim no período anterior a 1870 a Mata foi uma zona fronteira, mas naquela época a população atingiu um quarto de milhão de habitantes, tendo surgido uma identidade regional distinta, baseada na economia cafeeira, promovendo uma evolução social, econômica e política da região. Durante os anos que o café dominou a economia regional houve o aparecimento da nobreza do café; a abolição e a construção das estradas de ferro (BLASENHEIM, 1982. P.4).

Partindo desta perspectiva, analisamos as dificuldades de consolidação do projeto de Reforma do Estado Nacional, a partir de uma perspectiva pouco privilegiada nas análises já realizadas. Ou seja, as representações dos administradores de Minas Gerais acerca do papel das ferrovias no desenvolvimento local.

Fizemos também uma análise do testemunho histórico da literatura como uma prática política na busca pela construção da identidade nacional, no Brasil em fins do século XIX. A partir das idéias de transporte e habitação popular, bem como sua interrelação, para discutir o projeto literário e social proposto por Aluísio Azevedo e expresso em sua obra. Para tanto, trabalhamos com os romances ditos naturalistas³ produzidos pelo autor entre os anos de 1881 e 1895: *O Mulato* (1881), *Casa de Pensão* (1884).

³ A escolha dos romances rotulados como naturalistas é também parte da estratégia deste trabalho: embora a opção pelas obras tenha sido realizada tendo em vista uma classificação feita por parte da crítica literária, não acreditamos que a obra de Azevedo possa ser rigidamente enquadrada em romântica ou naturalista. Participamos de uma perspectiva proposta por Luiz Gonzaga Morando Queiroz, segundo a qual Aluísio Azevedo tinha clareza da dinâmica instituída à sua obra e estabelecia uma intercalação de estéticas como resposta à sua época.

Analisamos, nos relatórios, discussões acerca da construção da Estrada de Ferro Leopoldina, na Zona da Mata mineira. Isto porque, esta ferrovia foi considerada pelos administradores do período, de grande importância no processo pelo qual a Reforma e Modernização do Estado se constituiriam nesta região, considerada rica e de grande potencial pela fonte.

A construção de ferrovias foi apresentada em todo o Império como condição indispensável para a expansão das atividades exportadoras. Mas, Minas Gerais não tinha uma agricultura voltada para a exportação, contudo possuía um grande potencial agrícola, o qual necessitava de meios de transporte para se desenvolver, Por isso, as elites locais em associação com o capital internacional e apoiado pelo Estado, projetaram uma transformação na economia da região, a qual pôde também abastecer a capital.

Dada a grande extensão do território, as estradas de ferro proporcionaram o transporte e a circulação de mercadorias entre as regiões produtoras e os portos, barateando fretes e encurtando as distâncias. Mas, para as províncias que ainda não dispunham de uma agricultura de exportação houve uma dificuldade a vencer: a reunião dos capitais necessários para construí-las. Essa questão colocou irremediavelmente o Estado no papel de grande, senão único, investidor capaz de arcar com os elevados custos de extensão de uma malha ferroviária. Daí porque o processo de Reforma do Estado Nacional e a construção de ferrovias foram fenômenos extremamente imbricados em Minas Gerais. Contudo, o processo de expansão da cafeicultura na Mata mineira foi bem distinto, pois deve ser considerado a pré-existência de uma acumulação endógena na província mineira, proveniente de seu dinâmico mercado interno. (Pires Anderson, 1993).

Discutimos como a construção das ferrovias, em especial a Estrada de Ferro Leopoldina, gerou conflitos entre os agentes do governo e as elites regionais, fato que dificultou a concretização da reforma do Estado Nacional, a qual era proposta com a possibilidade de maior integração de Minas Gerais às outras províncias brasileiras. Porém, não significa que os administradores da província construíram aquelas ferrovias seguindo um plano estabelecido pelo governo central. Houve uma série de conflitos, envolvendo interesses dos mais variados, desde a concepção do traçado até o uso propriamente dito das ferrovias.

Estes conflitos foram percebidos numa análise dos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais publicados entre 1870 e 1889. Período de reforma e unificação do Estado; esta transição da colônia para a Nação estruturada teve início com a independência política e prosseguiu com a supressão do tráfico (1850) e a abolição da escravatura (1888), que integrou a grande massa trabalhadora à sociedade brasileira. A partir de 1870, a imigração, melhorou a qualidade técnica do trabalho e aumentou a produtividade; em 1889, a República constituiu um Estado e direitos burgueses. A separação entre Estado e Igreja, a secularização de cemitérios, a reforma da polícia, do judiciário, do eleitoral e do exército foram acontecimentos que também revelaram a Modernização e

Reforma do Estado Nacional.

Foi no período de Reformas Nacionais (1870-1889), que ocorreu a expansão das principais ferrovias na Zona da Mata, as quais prometiam levar o “progresso e a civilização”. Nos Relatórios dos Presidentes desta Província, os administradores faziam diagnósticos dos problemas e virtudes da província e descreviam as medidas a serem tomadas. Estes Relatórios eram apresentados na Assembléia Legislativa Provincial, para depois serem publicados. Portanto, apesar de seu caráter aparentemente técnico, constitui-se em um documento político, no qual encontramos o discurso do poder, justificando ações e projetos de intervenção no real. A partir dele podemos perceber a teia de relações que o Presidente mantinha com o Governo Central e com as instâncias de poder na própria Província, como as Câmaras Municipais, a Assembléia Provincial e os particulares, ou seja, fazendeiros, comerciantes e outros setores da sociedade. Estas fontes não foram vistas como oficiais, mas como representação do poder.

Para tal análise utilizamos a teoria de Mikael Bakhtin, segundo o qual o discurso forma-se através de um jogo de palavras, cujo falante tende a orientar o seu discurso, com o seu círculo determinante, para o círculo alheio de quem compreende. Dessa forma, o locutor penetra no horizonte alheio e constrói a sua enunciação no território de outrem, sobre o fundo aperceptivo do seu ouvinte (BAKHTIN, 1993. P.88.).

Esta concepção orientou toda a nossa investigação, uma vez que partimos da idéia de que os Relatórios eram escritos pelos Administradores, mas com vistas à leitura perante uma assembléia de deputados e a divulgação por meio impresso. Assim, acreditamos que, na sua confecção, os presidentes da província faziam mais do que simplesmente relatar o ocorrido: antecipava-se a possíveis críticas, justificavam suas ações e exerciam um caráter ao mesmo tempo político e pedagógico de convencimento dos opositores. Além disso, reiteravam interesses e concepções dos grupos que representavam ou com os quais se identificavam.

Com um recorte traçado a partir da construção ferroviária, e das datas de publicação dos romances de Aluísio Azevedo analisamos os conflitos de identidade e a dificuldade de concretização do projeto de Nação no final do império. Na situação de possível ruptura, abriu-se à necessidade de constituição de referências que conferissem coesão ao país, construído através de uma ampla discussão sobre a identidade nacional⁴.

⁴ De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (1990, pp. 13-21, 30-39), pátria e nação são conceitos que compõem o universo simbólico do mundo ocidental desde o século XVIII e têm assumido conteúdos diferentes para diferentes povos e épocas. Cada grupo os utiliza visando um tipo de identidade coletiva e um sentimento de pertencimento e auto-identificação. Para a autora, o nacionalismo é um substituto moderno para o teológico-metafísico na busca pelas origens. Haveria basicamente três tipos de nacionalismo: o que privilegia os aspectos políticos relacionados à formação dos Estados modernos, o que se baseia em traços culturais típicos de cada grupo social e o que abrange aspectos políticos e culturais associando o êxito do Estado à obediência às tendências. Por acreditar que estas possíveis “correntes” de pensamento evidenciam-se e mascaram-se em diferentes momentos da história do país, sobretudo nos de crise, não nos preocupamos em tentar “enquadrar” o projeto de Aluísio Azevedo dentro destas classificações, embora de um modo

Os textos literários foram aqui encarados enquanto “testemunhos históricos”. A literatura, neste trabalho, foi tratada como “arma intelectual” de uma categoria social que, em sua época, se dispôs a identificar e apontar caminhos para a superação das mazelas sociais. As datas de publicação das obras selecionadas permitiu traçar um recorte espacial e temporal que revela um período de intensas transformações políticas e sociais que aguçavam a reflexão dos intelectuais, propiciando o surgimento de núcleos de discussão como o que ficou conhecido como a “geração de 1870”⁵.

A literatura deste período fornece um quadro revelador do imaginário em gestação entre os políticos, governantes e intelectuais nas últimas décadas do século XIX. Há crença na existência de um “caminho para a civilização”, um modelo europeu de “aperfeiçoamento moral e material” e que caberia aos governantes auxiliar o povo sob seu domínio nesta “caminhada”.

Dentro desta perspectiva, a escrita de obras como *O Cortiço* e *Casa de Pensão*, que inicialmente poderia parecer um elogio ou solidariedade ao pobre urbano, constitui-se, na verdade, em uma tentativa de evidenciar, para além das aparentes reformas, estas constituições físicas da cidade e tudo o que elas supostamente cristalizavam – imoralidade, arrivismo, enfim, atraso e incivilidade – no intuito de mostrar a seus concidadãos que, para além das aspirações e modelos europeus, havia uma realidade palpável a ser primeiramente resolvida.

A concepção binária de diferença, fundamentada sobre a construção de uma fronteira de exclusão, depende da construção de um "Outro". Para o brasileiro do final do século XIX, o português era usurpador das riquezas naturais, o explorador da gente pobre da terra; e essa visão mobilizou um sentimento antilusitano na população, enraizando o preconceito contra o colonizador

geral suas idéias estejam em consonância com o grupo dito “geração de 1870”. A “geração de 1870” constituiu-se em críticos do Brasil de sua época: condenavam a sociedade “fossilizada” do Império e pregavam a redenção através da abolição da escravatura e proclamação da República. Queriam “iluminar” o país através da ciência e da cultura – únicos meios de sanar os problemas nacionais, causados pela ignorância. Guiados por uma “filosofia do progresso”, julgavam que o país devia repetir, aceleradamente, a experiência do ocidente, a fim de alcançar a parcela mais avançada da humanidade. Consideremos ainda o que a autora classifica como os dois tipos de doutrina sobre nação, sendo o primeiro baseado em Herder, que privilegia a cultura, negando o progresso e buscando as raízes para reconstruir o passado, e o segundo, baseado em Rousseau, que privilegia o elemento político, valorizando a ação do legislador do Estado como principal fator de constituição da nação. Mais uma vez, não pretendemos classificações rígidas como estas, sobretudo porque as aspas ao termo dizem respeito, exatamente, à presença de opiniões conflitantes dentro do grupo “geração de 1870”, mas estas definições ajudarão a balizar o trabalho de pensar estes intelectuais enquanto “sujeitos e personagens de suas histórias”.

⁵ A geração de 1870 preocupou-se, fundamentalmente, com a formulação de projectos capazes de tornar o Brasil um país moderno. Nesse sentido, a questão da escravatura precisou de ser enfrentada e na medida em que a monarquia estava estreitamente vinculada à escravatura, a forma republicana de governo ganhava mais e mais adeptos entre os intelectuais. Proclamada a república, em 1889, tornava-se premente a resolução da "questão nacional". Colocar o país "ao nível do século", superar o "atraso cultural", eram questões que ocupavam a mente dos nossos intelectuais, sempre preocupados em entender o Brasil e que se pautavam numa filosofia do progresso capaz de fazer frente ao atraso social e cultural existente. De modo geral, atribuía-se ao passado monárquico e à colonização portuguesa as raízes do atraso. Pouco a pouco foi tomando corpo e ganhando mais adeptos uma postura intelectual extremamente crítica ao passado monárquico. É preciso, no entanto, salientar a existência de exceções, donde se destaca a obra do conde de Afonso Celso, *Porque me Ufano de meu País* e de Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*.

e uma identidade nacional. À medida que a lusofobia aumentava, o império foi levado a assumir a promoção e a preservação dos vínculos culturais com a Europa. Cresceu a necessidade de reconstruir a identidade no Brasil.

Constituíram-se, então, dois eixos opostos: de um lado a visão antilusitanista, de outro a postura a favor do luso-brasilianismo. Os que pendiam para a xenofobia nacionalista apoiavam-se no estereótipo internalizado no imaginário do povo e alimentado pela literatura: a imagem negativa, focalizada na ganância enquanto característica moral, na aparência corpulenta como marca física e na rusticidade como dado de comportamento. Os que se manifestavam a favor de um estreitamento de relações entre Brasil e Portugal o faziam com base na afirmação de que a língua e os costumes eram fatores de identificação espontânea que facilitavam a formação de um bloco cultural, impedindo a descaracterização da população brasileira.

A literatura naturalista contribuiu enormemente para o fortalecimento do estereótipo. Em *O mulato* (1881), Aluísio Azevedo, descendente de portugueses e adepto das idéias antilusitanas, projeta na pessoa de Manuel Pescada as características do imigrante trabalhador, ambicioso e persistente que só pode despertar a desconfiança e a inveja nos vizinhos.

Críticos como Sílvio Romero, Afrânio Coutinho e Alfredo Bosi têm apontado o caráter documental da obra de Aluísio de Azevedo, ao retratar a sociedade da época, muito embora, conforme observa Bosi, a influência do darwinismo tenha sido preponderante, pois o universo ficcional de Azevedo está pontilhado de indivíduos em uma luta inglória contra o meio. Em uma outra perspectiva, é digna de particular atenção a análise de Suely Reis Pinheiro, em "Vozes da sedução, do picarismo e da negritude", na qual interpreta a criação romanesca do autor como uma tentativa de desarticular a hegemonia do colonizador. Para tanto, Aluisio de Azevedo confere ao negro uma aura de sedução irresistível e ao português os limites do estereótipo.

Criar estereótipos, alterar e induzir opiniões requer instrumentos de persuasão. A persuasão tem na propaganda sua melhor arma de ação, pois a propaganda pode ser definida como uma técnica que manipula as representações, os estereótipos e influencia as ações humanas, as atitudes das pessoas. A postura antilusitanista teve, portanto, na imprensa e na literatura as suas grandes aliadas.

Aluísio Azevedo, como parte dos intelectuais de fins do século XIX que se julgavam detentores dos códigos de acesso à modernidade e civilização, acreditava que a construção de uma identidade nacional que proporcionasse ao país figurar entre os mais civilizados, passava não apenas por reformas físicas, mas, sobretudo por uma mudança dos costumes. A análise dos costumes na busca por compreender os elementos determinantes da realidade do país, traçar seu projeto de nação e estabelecer um ponto de vista a partir de seus livros e crônicas, é uma preocupação perceptível na obra de Azevedo.

A denúncia das mazelas, vícios e chagas dessa sociedade, em fins do século XIX, pelo autor, visavam à busca e construção da identidade nacional, e à inserção do Brasil entre as nações mais civilizadas. A “questão nacional” foi amplamente discutida pela intelectualidade do período, que, vivendo a indeterminação do presente, intervinha a fim de tornar real o devir que lhes interessava e no qual acreditavam. Unidos de armas intelectuais e utilizando a literatura como espaço de denúncia e pedagogia, os literatos de fins do século XIX, crédulos de serem detentores dos códigos de acesso à civilização, se propuseram a identificar e apontar os meios para a superação das mazelas sociais e o caminho para o progresso. Entendendo que o atraso do país estava ligado à permanência da monarquia e escravidão, estes intelectuais travaram uma verdadeira batalha contra estas instituições.

Apesar das descrições e opiniões estarem “filtradas” pela visão do autor e comprometidas com seus objetivos, sua obra dá vida a um complexo debate e aos interesses em jogo dentro do pretense projeto de modernização da sociedade carioca em questão, e do próprio país, como um todo, dada a corrente idéia do Rio de Janeiro como um pólo irradiador de “cultura e civilização”.

A noção de dialogicidade (BAKHTIN, 1993, p.95) nos mostra como todo o discurso é efetuado, orientado e influenciado para uma resposta antecipada. A resposta compreensível é força essencial que participa da formação do discurso e principalmente da compreensão ativa, percebendo-o como oposição ou reforço, o que o faz enriquecer e se tornar mais completo.

A análise de relatórios de presidente da província de Minas Gerais por esse método nos permitiu perceber os conflitos a cerca da Reforma do Estado na região estudada. Podemos analisar como os políticos que estavam no poder concebiam as ferrovias como elemento reformador do Estado Nacional e capaz de promover a colonização e o reconhecimento de Minas na Europa.

No relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais no dia 15 de janeiro de 1873, o senador Joaquim Floriano de Godoy discorreu:

Nossos governos, infelizmente, não tem cuidado seriamente destas questões, e nossa imprensa está tão eivada do espírito partidário e das pequenas questões de interesse pessoal que a tornam suspeita na Europa.

O meio a empregar-se para sermos conhecidos é facilitar o contacto com os estrangeiros, é cercá-los de garantias, é não sermos avarentos das riquezas que jazem no fundo da terra sem proveito para ninguém, é despendermos grandes quantias, auxiliando as sociedades científicas européias para que venham estudar nossas riquezas naturais, é garantindo companhias que se proponham a construir estradas de ferro e adquirir colonos.

Sem o emprego destes grandes recursos seremos sempre pobres no seio de tantas riquezas e ignorantes no século das luzes⁶.

⁶ *Relatório com que o Senhor senador Joaquim Floriano de Godoy no dia 15 de janeiro de 1873 passou a administração da Província de Minas Gerais ao 2º vice-presidente Exm. Sr. Dr. Francisco Leite da Costa Belém por ocasião de retirar-se para tomar assento na Câmara Vitalícia.* Ouro Preto, 1873, p.26.

Em todo o Brasil políticos e intelectuais aventavam um projeto de nação para o país. Em um momento crucial na história do Brasil: os anos em torno da proclamação da República. Nessa situação de efervescência de idéias e pretensa ruptura, abriu-se à necessidade de elaborar um novo arranjo político, o qual passava também pela constituição de referências que conferissem coesão ao país, construído através de uma ampla discussão sobre unidade nacional. A crítica à imprensa e a governos anteriores, deixa clara a crise do regime imperial e os conflitos com grupos regionais de oposição.

Nas falas do poder relativas à integração e rompimento de fronteiras, verificou-se um nacionalismo que valoriza a província de Minas Gerais, como região rica e próspera que precisava de incentivo e ligação com o progresso e a civilização para exportar a produção.

Na Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, sessão ordinária de 1873, o Presidente da Província, Venancio José de Oliveira ao iniciar a exposição sobre Estradas de ferro, argumentou:

São as estradas de ferro um poderoso elemento de civilização e progresso, e muito contribuem para o desenvolvimento das indústrias, comércio e agricultura; e, por conseguinte, convêm animar as empresas, que se propõem realizá-las, ainda com alguns sacrifícios, que serão largamente compensados no futuro. Mas neste propósito é necessário ter a maior cautela em aplicar devidamente esses sacrifícios, para que as concessões não contrariem legítimos interesses.

(...)A Província de Minas Gerais contém em si elementos notáveis de riqueza pública, porém sua localização interna, sua vasta superfície de 20000 léguas quadradas sua população disseminada sobre tão extenso território, a mantém em um estado de marasmo aniquilado. É urgente, pois arrancá-la desta posição aflitiva. O único meio de salvação é dar saída à sua produção atual (...)⁷.

Através da noção de dialogicidade percebe-se que nesses dois relatos temos a representação de várias vozes no discurso que clamam em favor da construção ferroviária e faz críticas diretas aos governos e à imprensa⁸, os quais não preocupavam com o desenvolvimento de Minas. Ao mesmo tempo, nota-se o extremo nacionalismo na descrição de Minas Gerais como uma região de grande potencial agrícola demonstrando uma acumulação endógena com o mercado interno anterior às ferrovias.

Em sua justificativa para o trajeto da estrada de ferro Leopoldina, o presidente da província assinalou que:

⁷ Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária de 1873 pelo presidente Venâncio José de Oliveira. Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro, 1873, p.25.

⁸ Em onze de novembro de 1885, O jornal *O Liberal Mineiro* publicou um artigo intitulado: Companhia Estrada de Ferro Leopoldina: Diálogo entre dois engenheiros. Este artigo questiona a mudança do traçado, na estrada Leopoldina na região de Ubá, conflito relatado pelo presidente Pedro Vicente de Azevedo na citação acima; este artigo foi assinado por OK34, fazendo referência aos 34 Km de estrada de ferro aprovados pelo Presidente da Província de Minas Gerais. Segundo este anônimo, a mudança de trajeto seria uma jogada política para favorecer amigos.

Se a cidade da Leopoldina é por ventura a prejudicada com o afastamento da estrada, cumpre atender por outro lado que este fato traz lucros á lavoura, á empresa e aos cofres públicos e não estamos ainda em circunstanciais de fazer estradas de ferro, que prefiram o comercio das cidades aos interesses da lavoura; porquanto esta é quase que a nossa única fonte de rendas, e não temos e nem poderemos ter tão cedo cidades que por sua industria possam, já não digo sustentar por si caminhos de ferro, mas obrigar estes a deixar em seu proveito, aliás incerto e falível, os produtos conhecidos de uma agricultura já feita e que se aumentará infalivelmente com as facilidades de transporte e de consumo⁹.

Nesta fala podemos perceber o conflito existente entre os representantes de uma agricultura e os agentes de comércio. Este administrador, ao contrário dos anteriores, não se preocupou com o comércio e indústrias, mas sim em financiar o transporte à agricultura existente. Nesta última fala datada de 1875, fica claro, o conflito político com a cidade de Leopoldina, contudo devemos nos lembrar que se tratava de um período anterior á proclamação da República e o administrador estava representando o imperador e os interesses de grupos monarquistas da região.

Através das análises dos discursos dos Presidentes percebemos que o projeto de construção de uma identidade nacional e a reforma do Estado Nacional em Minas Gerais enfrentou dificuldades, na sua implementação por seus agentes, pois as construções das redes ferroviárias integravam e promoviam a nacionalização e o desenvolvimento de regiões distantes e com dificuldade de comunicação, mas também gerava conflitos entre particulares (fazendeiros, comerciantes e políticos) e agentes do governo devido às propostas de modernização e o local a ser desenvolvido, o qual era motivo de desconfiança e críticas pela imprensa.

Além dos trajetos conflituosos, também houve o grande problema da dívida adquirida pela Província, a necessidade de investimentos na lavoura para prosperar as ferrovias e o favoritismo existente entre o Estado e a elite local, em período de possível ruptura política.

Com a análise destes relatórios podemos perceber que os conflitos evidenciam a dificuldade de concretização desta Reforma no final do Império. Porque, a falta de organização e os diversos acordos políticos, geraram alguns obstáculos que dificultaram essa concretização.

A Estrada de Ferro Leopoldina foi muito importante para a província, pois promoveu a ligação desta com a corte, facilitando assim, a administração provincial. Logo, a elite da Zona da Mata mineira teve grande influência na construção da rede ferroviária desta região, pois era de interesse desta elite que as ferrovias cortassem a região, trazendo o transporte, a modernidade e a “civilização”. Desta forma, os conflitos nos permite compreender as dificuldades enfrentadas pelos agentes históricos no processo de concretização da Reforma do Estado Nacional em Minas Gerais, proposto pela implementação da malha ferroviária.

⁹ *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes, por ocasião de sua installação em 9 de setembro de 1875, pelo ilm. e exm. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da provincia.* Ouro Preto, Typ. De J. F. de Paula Castro, 1875, p. 32.

Logo, os “acordos” e os conflitos entre as elites dominantes, políticos e Estado, no contexto da Reforma do Estado Nacional, buscavam atender a seus interesses individuais, “mascarados” pelo projeto de “Civilização e Progresso” gestado no período de crise e possível ruptura.

Bibliografia:

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. 12ª. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Click, 1998. (Biblioteca Z.H.).

BLASENHEIM, Peter. *Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira (1870 - 1906)*. In V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte.UFMF / PROED, 1982.

CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo, contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mmeira.(séc. XVIII e XIX) Mariana.MG. 1999.

CARVALHO, José Murilo. “A política de terras: O Veto dos barões” In: *Teatro de sombras: A política Imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Edusp, São Paulo, 1992.

GRAHAM, Richard. Brasil-Inglaterra. In: Holanda, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* 2-ed. São Paulo: DIFEL, 1974. Tomo 11, 4º vol, 141-152.

GUIMARÃES, Manuel Salgado Filho. Nação e civilização nos trópicos: O instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional.Estudos históricos. Rio Janeiro, n.1, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais In: Holanda, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ªed. São Paulo: DIFEL, 1978. Tomo II, 2º vol.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora. *Estudos Econômicos*. São Paulo. Vol.13, nº 01, Jan / abril, 1983

MATOS, Odilon Nogueira. Vias de comunicação. In: Holanda, S. B. de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1974. Tomo II, 4 vol

MATTOS, limar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access;1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias, mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)*.EDUSC. 2005

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia das Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em Julho de 1996.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade

Entre a Mídia e a História:

Redes de comunicação e as transformações na produção do acontecimento histórico na sociedade contemporânea

Sônia Maria de Meneses Silva¹
Doutoranda em História - UFF

A “História é a ciência dos homens no tempo”, afirmou Marc Bloch (2002) pouco antes de ser morto como prisioneiro de guerra. Na obra que imortalizou a célebre frase, ele pretendia discutir o dramático ato da construção historiográfica e o ofício do historiador. Uma das maiores contribuições de Bloch, talvez tenha sido assumir que o terreno em que caminham os historiadores, distante de ser um território seguro, como imaginavam os empiricistas, é tortuoso e movediço.

Por mais espantoso que possa parecer, décadas depois, os historiadores ainda se colocam, praticamente, as mesmas preocupações, sobretudo, aquelas que dizem respeito à verdade e ao conceito de fato histórico. Porém, há um elemento a que talvez ainda não tenhamos dado a devida atenção: em que medida o “fato” midiático se torna histórico? Ou, melhor dizendo, até que ponto os meios de comunicação na contemporaneidade interferem nesse fenômeno?

Todo o fazer historiográfico do século XX foi uma luta para demonstrar que a escrita da história é uma prática social na qual está poderosamente envolvida uma série de elementos que influenciam no resultado final de uma obra, como afirmou Certeau (2002). Desvendar a constituição de não-ditos no trabalho historiográfico foi essencial para se compreender como se dá a construção do conhecimento histórico. Fato histórico foi assumido, então, como uma escolha, uma construção ligada, sobretudo, ao lugar social no qual é produzido. O que faz então um evento se tornar histórico é também uma questão de prioridades e interesse de uma sociedade numa dada época, o que veio nos reafirmar a própria historicidade do conhecimento histórico.

Contudo, o século XX trouxe um elemento problematizador a esta discussão: a produção da informação em larga escala. De certa forma, esse evento acabou sendo capital para a mudança de perspectivas que as pessoas tinham e passaram a ter sobre o real. O olhar sobre nossa historicidade se modificou, assim como os significados dos acontecimentos, antes sequer conhecidos por uma

¹ Professora de Teoria da História da Universidade Regional do Cariri-URCA.

coletividade mais ampla. Talvez não seja exagero falarmos que atualmente vivemos sob o signo dos recursos midiáticos. A relevância que os acontecimentos passaram a assumir, sobretudo, vinculados aos mecanismos de comunicação, é bastante diferente daquela que foi vislumbrada pela escola metódica, para a qual o passado estava domado e o acontecimento morto.

Na atualidade, o acontecimento é quase um monstro indomável. Agora, não somente a história se apresenta como a produtora do acontecimento histórico. Aquele monopólio institucional e metucioso exercido pelos historiadores no século XIX, hoje, parece estar repartido com a produção jornalística.

Os meios de comunicação irrompem em nosso cotidiano, apresentando-nos uma procissão tão acelerada de eventos e informações que a percepção espaço-temporal se manifesta fortemente ligada ao presente; ao aqui e agora. O sentido sobre o passado parece ter-se tornado cada vez mais efêmero, deixando-nos a sensação de que a própria consciência contemporânea sobre o tempo foi alterada. A procura pela novidade submeteu o presente e, conseqüentemente, o passado a uma contínua evanescência, a uma busca incessante pelo devir.

Ao falarmos sobre meios de comunicação ou mídia, é preciso considerar, já no primeiro momento, que esses recursos se apresentam sob ampla heterogeneidade de sistemas e formas simbólicas, e que, além disso, a própria maneira como eles foram e são apropriados pelos mais variados grupos e classes sociais se constitui elemento capital nessa abordagem.

O ato de comunicar é uma ação construída a partir de uma grande variedade de possibilidades, desde uma prática ordinária direta, que pode se dar face a face, até um complexo sistema mediado, capaz de envolver milhares ou milhões de receptores e produtores. Nesse caso, é necessário destacarmos que cada sistema de comunicação passa por diferentes ritmos de implantação, não só no que diz respeito à técnica, mas também à sua aceitação social. Todavia, mesmo guardadas tais disparidades, a impressão de livros, jornais e panfletos, na época moderna, trouxe transformações significativas na difusão dos bens culturais, ao implantar, como afirma Bourdieu (1992), formas específicas de sistemas simbólicos.

O surgimento da imprensa no século XVII e sua popularização no século XIX foram fundamentais para o surgimento da chamada esfera pública, processo iniciado ainda no século XVI, a partir de disputas religiosas e políticas. O envolvimento de um número cada vez maior de pessoas nos eventos públicos impulsionou uma acelerada produção de panfletos, jornais e outros tipos de informativos, que trabalhavam para a construção de uma opinião pública cada vez mais presente como referencial para as produções midiáticas.

Esta esfera pública trouxe como consequência a formação de comunidades de consumidores de bens culturais e serviu para construir campos específicos para a produção simbólica, sendo o próprio jornalismo um desses campos (BOURDIEU, 1992). A percepção de que havia um público a ser atingido, tornou-se fundamental na abrangência das mídias modernas, sobretudo, naquilo que Bourdieu define como mercantilização das formas simbólicas. A preocupação com uma opinião pública partia do pressuposto de que era possível estabelecer uma comunicação em larga escala para um grande número de pessoas, informando, mas, sobretudo, formando opiniões.

Esta esfera pública servia à difusão de informações políticas, atitudes e valores compartilhados em determinadas classes ou grupos sociais e, em torno dela, estabelecia-se um constante espaço de disputa, de lutas simbólicas (BOURDIEU: 2003) entre grupos que concorriam pelo controle de informações. “Dessa forma, os governos foram sendo forçados a utilizar o jornalismo e a contribuir tanto para a difusão de uma consciência política popular (...) quanto para o surgimento dos jornalistas (...) como uma nova força nos assuntos políticos, e que mais tarde seriam descritos como quarto poder” (BRIGGS e BURKE, 2004: 99).

No Brasil, o desenvolvimento da Imprensa é um tanto tardio, sobretudo, em virtude das restrições impostas pela condição colonial, que não permitia a impressão de livros, jornais ou qualquer outro impresso até 1808. Em junho desse ano, passou a circular o primeiro jornal: o **Correio Braziliense**, editado em Londres por Hipólito da Costa. Nesse período passa a circular também o **Gazeta do Rio de Janeiro**, jornal oficial da Corte. Todo o cerco da Coroa Portuguesa ao incipiente jornalismo brasileiro temia a propagação dos ideais iluministas e liberais, que fervilhavam na Europa, especialmente na França.

Logo os jornais se tornam importantes mecanismos de discussão e debate e, já no século XIX, passaram a exercer um papel ativo nas acirradas discussões políticas das províncias (cf. SODRÉ, 1999). Suas publicações tinham um forte caráter opinativo, o que fazia da palavra impressa o espaço para disputas e provocações partidárias. Serviam ainda para a difusão de textos de teor literário, humorístico, satírico, sendo o jornal do século XIX um dinâmico canal para divulgação de idéias.

Até meados do século XX, a imprensa permanece o instrumento de comunicação de maior força, uma vez que a rádio e a televisão só se estabelecem em redes depois dos anos 50. A produção de jornais, e posteriormente, a circulação de revistas nacionais — como **O Cruzeiro**, nos anos 20; **Manchete** nos anos 50 e **Veja**, na década de 60, dentre outras — mantinham a imprensa

como um poderoso mecanismo formador de opinião, sendo que, até a década de 60, seus textos ainda se pautavam pelo apelo patriótico. Figueiredo (1998: 34) demonstra, por exemplo, que a publicidade apresentada nas revistas nacionais, nas décadas de 50 e 60, serviu para construir no país uma idéia de modernidade, uma vez que “espelhava a expectativa da modernização, colocada acima de tudo como ideal, cuja concretização dependia do progresso do país”.

A partir da formação dos cursos de jornalismo, o discurso acadêmico passa a interferir e estabelecer regras para elaboração de notícias. Surgem as primeiras orientações de editoração e redação, cuja inspiração, conforme pudemos observar acima, vinha dos EUA. “O abandono de técnicas jornalísticas marcadas pelo gênero opinativo, em face da ascensão de procedimentos que iriam se convencionar com o nome de jornalismo informativo, marcam o discurso da imprensa” (ANTUNES, 2004: 13).

Outro fator importante é a racionalização na administração do processo de produção dos jornais. A mudança de uma mentalidade de produção informal, em que prevalecia o ideal missionário e assumidamente moralista, é, como afirma Ortiz (1991), progressivamente, substituída por uma mentalidade empresarial capitalista, como percebemos na fala do Editor-chefe da **Folha de São Paulo** nos anos 80:

“Temos combatido a idéia de que o jornalismo tem uma missão a cumprir, no sentido mais político-partidário ou romântico, meio místico, que existe em torno disso: a missão da imprensa. A gente procura ver a imprensa como um serviço público prestado por particulares, daí a gente estar sempre procurando saber onde está o interesse do leitor (...) a gente quer vender mais jornal, subir sua circulação” (OTÁVIO FRIAS FILHO, citado por GOLDENSTEIN in ORTIZ, 1991:141).

Destacam-se assim dois aspectos: primeiro, o caráter empresarial e capitalista na estruturação dos conglomerados e das redes pelo país. Assumia-se efetivamente o jornal como um produto de consumo. O outro é que agora a produção de notícias será colocada sob a égide da racionalidade dos cursos de jornalismo e sua elaboração se torna objeto de intensos debates. Implementa-se uma sistematização tão rigorosa sobre o trabalho do jornalista que parece aproximá-lo do ideal cientificista do século XIX. A reflexão sobre o fazer jornalístico passa ao centro das discussões, fazendo emergir uma série de conceitos que buscam compreender e definir o papel do jornalista.: “Não há como contestar que o estudo do Jornalismo constitui um campo do conhecimento (...) que começa nos meados do século XX e prossegue com mais intensidade até os dias de hoje” (VIZEU: 2003).

Várias formulações teóricas e conceitos procuram explicar o dia-a-dia da atividade jornalística, desde aquelas de caráter sociológico até o etnográfico. Teorias como a do espelho, para a qual as notícias são como são por determinação da realidade, ou seja, um dado que se impõe ao

jornalista que, segundo Vizeu, “corresponde ao senso comum das redações e de muitas faculdades e curso de jornalismo no Brasil” até formulações construtivistas que defendem “que as notícias são o resultado de um processo de produção” (Idem), marcam o complexo espaço de discussão na produção jornalista a partir dos anos 50.

Canclini (2002) argumenta que os meios de comunicação agora elaboram uma narrativa própria para o mundo urbano contemporâneo, reconstruindo-o a partir da definição de novos signos e significados. A imprensa desenha com todas as cores acontecimentos, sensações e temporalidades. “Mesmo onde não foram destruídos os centros históricos, as praças, os lugares que manifestavam viva a memória”, as cidades e os espaços agora são vistos e narrados pela imprensa, pelo rádio e pela televisão, naquilo que o autor destaca como sendo “um tumulto heterogêneo e disperso de signos de identificação e referências”, que parece se apresentar como “um espetáculo reconfortante” (Idem: 42) no qual o homem moderno parece ter conformado a construção de sua própria historicidade à produção midiática.

“Na segunda metade do século XX, quando a concentração demográfica e a expansão territorial das megacidades debilitaram a conexão entre suas partes e, ao mesmo tempo, as redes comunicacionais levam a informação e o entretenimento aos domicílios, os usos das cidades são reorganizados (...) a cidades convertem-se em metáfora da sociedade de informação.” (CANCLINI: 2002 41).

A imprensa jornalística foi a primeira mídia a informar diretamente sobre a organização das cidades modernas, ajudando a formar, como dissemos acima, uma esfera pública e, “embora a maioria dos jornais tenha uma relação preferencial com a cidade em que são produzidos, o conjunto de suas informações mostra uma articulação complexa entre o local, o nacional e o internacional” (Idem: 44), contribuindo para criação de imagens que misturam espaços, eventos, temporalidade em uma narrativa dinâmica centrada no evento facilmente assimilado por aqueles que os lêem, “prolongando estereótipos formados historicamente. Os relatos diários mudam, mas permanece uma estrutura discursiva”. (Id. 45).

Além de construir uma narrativa própria sobre os espaços urbanos, a imprensa articula aspectos característicos nessa nova fase de seu desenvolvimento: aquilo que parece ser a sua influência na produção de memória e de uma nova sensibilidade sobre o sentido histórico. O papel na construção de identidades, tão fortemente defendido pela história no século XIX, agora sofre uma forte interferência dos meios de comunicação. O campo jornalístico percebe seu papel não somente como narrador de eventos, uma vez que, “o que se busca é a notícia, o fato comprovado, relevante e novo. Quanto mais um fato puder gerar conseqüências para o mundo, para a sociedade

ou para a maioria dos leitores, mais relevante ele é” (**Manual de Redação da Folha de São Paulo**). Mas também assume, como uma de suas tarefas, a difusão de conhecimento histórico. Vejamos o depoimento do jornalista Samuel Wainer à **Folha de São Paulo**:

“A imprensa no Brasil é uma fonte para a História do País, das mais importantes. Talvez não exista em outros países, ou em poucos outros países existirá uma fonte com essa riqueza. Porque em verdade ao povo brasileiro sempre faltou acesso a outras fontes de informação (...) O jornal é um instrumento de informação e de orientação.” (SAMUEL WAINER in FOLHA DE SÃO PAULO, 14/01/1979).

Nesse contexto, a separação entre opinião e informação se tornará questão central para a produção jornalística. Difunde-se o ideal de um dado real e verdadeiro a ser relatado. O jornalista deve se “limitar” a apresentar os fatos ao leitor:

*“Nunca esqueça de que o jornalista funciona como **intermediário** entre o fato ou fonte de informação e o leitor (...) Faça textos imparciais e objetivos. Não exponha opiniões, mas fatos, para que o leitor tire deles suas próprias conclusões” (Manual de Redação e Estilo do Estado de S. Paulo: 2005).*

A idéia de fato e acontecimento moderno a partir da mídia, foi objeto de reflexão de Pierre Nora (NORA e LE GOFF, 1995). Nora destaca a rapidez das transformações na sociedade contemporânea trazendo como conseqüência a produção acelerada de acontecimentos, bem como uma relativa “democratização da história”. Nesse sentido, “nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuidor de um sentido histórico” (Idem: 180). Para Nora, esse elemento em si já compõe parte da identidade da história contemporânea.

O acontecimento emerge, então, com toda força, amparado por uma grande rede de sistemas de comunicação, que coloca em evidência algo muito parecido com o ideário do fato positivista. Na perspectiva histórica de influência positivista, o acontecimento está dominado pelo historiador, que detinha também o monopólio da história. Mas, segundo o autor, a imprensa trouxe à tona um outro tipo de acontecimento que, de certa forma, se liberta dos domínios do historiador e da história.

Este acontecimento midiático apresenta-se como o evento indomável “porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimento” (idem: 183). Para o autor, o acontecimento, agora, se oferece ao historiador com a força de um “dado”. De certa forma, não é a racionalidade da produção historiográfica que o compõe. Os meios de comunicação acabam por impor à história o vivido, o imediato.

O autor se questiona então se se tratam dos mesmos acontecimentos. Ao tentar responder isso, ele nos apresenta uma primeira diferenciação: a constatação de que o acontecimento moderno se desenvolve imediatamente em uma cena pública. “Todo mundo e ninguém toma parte, pois todos formam a massa à qual ninguém pertence” (185). Tal acontecimento é constantemente alimentado pela fome do novo, “o imediato torna de fato a decifração de um acontecimento ao mesmo tempo fácil e mais difícil. Mais fácil porque choca de imediato, mais difícil porque se manifesta totalmente imediato” (189).

Nesse sentido, a construção desse monstro moderno, indomável e indócil, influenciou na própria maneira como foram representados os espaços e vividas as temporalidades em nosso tempo. Garcia Canclini (2003) destaca que ao tentarmos compreender a organização das cidades no século XX é essencial que percebamos também a organização das várias mídias.

Para Canclini, a formação das grandes periferias nos centros urbanos modernos fez com que seus habitantes perdessem os limites de seu próprio território. A urbanização e a desurbanização de muitos lugares, que deixaram de ser tomados como suportes de memória, colocou em cena a atuação dos meios de comunicação na mediação de novas categorias, agora equilibradas a partir dos relatos midiáticos.

Tais relatos ajudam a imaginar uma sociabilidade que quer se apresentar sob o viés de uma homogeneidade. A mídia acaba criando comunidades que se vinculam a partir de determinada lógica organizativa. Para o autor, essas comunidades acabam por substituir aquelas tradicionais. Nesse processo de construção de comunidades que poderíamos definir como midiáticas, há uma reterritorialização a partir dos meios de comunicação. Novos lugares são elaborados a partir de elementos de subjetividade e intertextualidade. “As cidades da era da vídeo-cultura ou do ciberespaço são situadas em um âmbito incomensurável, em um conjunto de redes e fluxos existentes tanto no mundo físico como no mental” (idem: 44).

Nesse mundo em constante movimento a circulação dessas informações como mercadoria tornou-se uma prática. Sobre esse aspecto, John B. Thompson (2004), afirma que, ao se constituir um público regular consumidor desses produtos, foram também estabelecidos novos padrões de apropriação destes bens. A ampliação do processo trouxe à tona a discussão acerca do desenvolvimento de uma comunicação de massa, como sendo um amplo processo de difusão e distribuição desses recursos tanto em termos de espaços como de receptores.

O autor é bastante crítico em relação a esse conceito, em primeiro lugar porque, segundo ele, nos remete a uma falsa idéia de que os meios de comunicação conseguem estabelecer uma

uniformidade cultural ou uma homogeneidade informativa e formativa — nesse sentido, essa crítica se refere, sobretudo às proposições da Escola de Frankfurt. Em segundo lugar, o termo “massa” nos passa uma idéia de passividade na recepção desses recursos, como se aqueles que os recebessem fossem meros espectadores, não estabelecendo sobre eles um consumo produtivo.

Para Thompson, talvez seja mais apropriado pensarmos os meios de comunicação de massa não somente em termos da quantidade de indivíduos atingidos pelos bens culturais, mas também pela tentativa de se produzir recursos simbólicos suficientes para atingir uma ampla diversidade de destinatários. É necessário ainda considerar que “devemos abandonar a idéia de que os destinatários dos produtos da mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares” (idem: 31)

No século XX, a problematização e a ampliação do campo da pesquisa histórica levou os historiadores a utilizarem as mais diversas mídias como fonte para o estudo de uma gama variada de temáticas e objetos. Jornais e revistas se tornaram registros essenciais para a investigação de temas como a política, cultura, religião, gênero etc. Contudo, um elemento nos chama a atenção: para além do conteúdo evidenciado nessas temáticas, as informações nesses veículos apresentam uma produção de sentido organizada a partir de uma série de conformações.

Talvez, investigando tais elementos, possamos compreender a frenética produção de revistas, jornais, romances históricos, genealogia de famílias, documentários que surgem diariamente tentando alimentar uma sede de história que parece ter tomado conta da sociedade contemporânea. Como afirmou Nora, provavelmente, nenhum outro momento tenha tido um presente tão possuidor de sentido histórico como o nosso.

Assim como os eventos passados podem ser representados de várias maneiras pelos historiadores, os acontecimentos apresentados pela mídia são fruto de uma série de conformações políticas, sociais, econômicas que os fazem ser o que são. Tanto a mídia como a história elaboram narrativas. Mas existem algumas diferenças entre ambas. A história constrói uma narrativa com pretensões a uma validação científica, mesmo com todas as limitações, contradições, e dificuldades com as quais o historiador se depara na produção historiográfica e na constituição do campo epistemológico da história, sua elaboração pretende ser reconhecida como uma forma de conhecimento válido.

Na narrativa midiática, o esforço maior é na construção de uma informação socialmente válida, que tem principalmente uma base de constituição empírica. Compreender uma narrativa histórica é, sobretudo, considerar que o produto elaborado (ou seja, o texto histórico) é bastante

diferente daquilo do que ele fala (ou seja, o passado). Da mesma forma, acontecimento midiático, ou informação sobre a realidade, é diferente dessa realidade em si. Se a história reelabora o passado e faz sobre ele uma representação possível, a mídia cria no presente um acontecimento pressionado pela incessante marcha do devir.

BIBLIOGRAFIA

- BLOCH, Marc. *A Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- BODEI, Remo. *A História tem um Sentido?* Bauru - São Paulo: Edusc, 2001.
- _____. *Livro da Memória e da Esperança*. Bauru - São Paulo: Edusc, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BURKE, Peter & Briggs, Asa. *Uma História Social da Mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Campinas, Revista Opinião Pública, vol VIII, no. 1, 2002. pp. 40-53.
- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *A História Hoje: dúvidas desafios, propostas*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 7, no, 13. 1991, p. 97-113.
- CHAUVEAU. A e TÉTARD. Ph. *Questões para a História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do Tempo Presente: desafios*. Rev. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, No. 3, pp. 111 – 124, maio/junho, 2000.
- _____. *História, tempo presente e história oral*. Rio de Janeiro, Topoi, dezembro de 2002, pp 314-332.
- HABERT, Nadine. *A Década de 70 – apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.
- HELENA, Maria e PAES, Simões. *A década de 60 – rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo: editora Ática, 1993.
- JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Edita Contexto, 2001.
- MALERBA, Jurandir. *A Velha História. Teoria, Método e Historiografia*. Campinas – São Paulo: Editora Papyrus, 1996.
- _____. *A História Escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In MALERBA. A História Escrita. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques *Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

- NORA, Pierre. *O Retorno do Fato* in NORA & LÊ GOFF. Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- _____. *Entre Memória e História – a problemática dos lugares*. São Paulo, Rev. Projeto História/PUC vol. 10, 1993.
- NOVAES, Adauto. (org). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- _____. (org.). *Libertino Libertários*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira – cultura Brasileira e Indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Mídia e História: ambigüidades e paradoxos*. Cap. da Internet no end. <http://www.intercom.org.br/paper/xxi-cilgt23/gt2306.pdf>, em 03/09/05
- RIOUX, J.-P. *Entre o Jornalismo e a História*. in *Questões para a História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 1999.
- RODRIGUES, Marly. *A Década de 50 – Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: editora Ática, 1994
- _____. *A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às ruas*. São Paulo: editora Ática, 1994.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica – Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UNB, 2001.
- _____. *Historiografia Comparativa Intercultural* in MALERBA. *A História Escrita*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- SILVA, Geraldo Nobre da. *Introdução à História do Jornalismo Cearense*. Fortaleza: Gráfica Editorial, 1974.
- SILVA, Sônia Maria de Meneses. *AS Chaves da Cidade: civilização e violência na construção urbana de Fortaleza na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2000.
- SOUSA, Daniel de. *Teoria da História e conhecimento histórico*. Lisboa: Editora Horizonte Universitário, 1982.
- STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da Narrativa - reflexões sobre uma nova velha história*. Tradução do texto original publicado em Past and Present, no. 85 nov 1979, pp 3-24.
- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo. Micro-História. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio Janeiro. Editora Campus, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora UNB, 1998.
- VIZEU, Alfredo. *O jornalismo e as “teorias intermediárias” cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimento organizacionais e as perspectivas da análise do discurso (AD)*. BH/MG: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (anais eletrônicos) 2 a 6 de set de 2003.
- WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da História*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 7, no, 13. 1991, p. 21-48.

WEHLING, Arno. *Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol 5, No. 10. 1992, p. 21-48.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Sobre passado, apologia e “doença”: As crônicas historiográficas de
Sérgio Buarque de Holanda**

Suellen Mayara Péres de Oliveira¹

As crônicas em que Sérgio Buarque de Holanda informa: “abordar trabalhos brasileiros de historiografia” (Holanda, 2004, p.107) destacam-se, em virtude de apresentarem o olhar sempre crítico de Sérgio Buarque de Holanda acerca da história e dos historiadores. Procurou-se denominá-las historiográficas, a fim de criar uma chave de leitura que possibilitasse recortá-las, dentre outros tipos de crônicas escritas por ele, como aquelas de crítica literária.

Sérgio Buarque de Holanda escreveu não só estas, mas muitas outras crônicas veiculadas em jornais, principalmente na década de 1950. Muitas das idéias e temáticas contidas nelas foram desenvolvidas, posteriormente, por Sérgio Buarque de Holanda em seus livros. Essa é a relevância das crônicas junto à vasta bibliografia do autor (Marcos Costa,2004).

Nesta comunicação será apresentada uma parte do trabalho desenvolvido para avaliação da disciplina de Historiografia brasileira². Com objetivo de expor a avaliação historiográfica empreendida por Sérgio na crônica: “Sobre uma doença infantil da historiografia” publicada (1973) no *Estado de São Paulo*, bem como salientar a relevância das crônicas para os estudos da trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

As dimensões da crítica.

¹ Estudante de graduação do curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

² O trabalho de avaliação da disciplina Historiografia brasileira do Curso de História da UFOP em março de 2007, ministrada pela professora Dra. Helena Miranda Mollo, intitulado: Em evidência o *mister* do historiador nas crônicas de Sérgio Buarque de Holanda (1950-1973). O objetivo era evidenciar as reflexões de Sérgio Buarque de Holanda sobre a historiografia brasileira elencadas nas seguintes crônicas: “Apologia da história” (1950) e “Para uma nova história” (1950) publicadas no jornal Folha da manhã; “Tendências filosóficas” (1951) ; “O senso do passado” (1952) publicadas no Diário Carioca e “Sobre uma doença infantil da historiografia” publicada (1973) no Estado de São Paulo.

Um conjunto de perguntas implícitas é identificado nas crônicas historiográficas escritas por Sérgio, e, entre elas, estão: que tendências norteavam os estudos históricos realizados no Brasil? Essas tendências eram singulares (característica dos historiadores brasileiros) ou eram genéricas (comum para todos os historiadores)?

Na década de 1950, os problemas elencados por Sérgio Buarque de Holanda sugerem alguns problemas comuns à comunidade de historiadores. Um dos exemplos citados por ele é a falta de livros que refletissem a “reabilitação dos estudos históricos”, (Holanda, 2004, p.119). Em virtude desse problema, ele considera meritório o livro *Apologia da História* de Marc Bloch, e aplaude a iniciativa de José Honório Rodrigues em publicar *Teoria da História do Brasil* (1978). Considerações como estas indicam que no ponto reflexivo de Sérgio acerca dos trabalhos brasileiros de historiografia no Brasil estavam presentes também as mudanças historiográficas propostas pelos *Annales*.

O reconhecimento dessas reflexões na escrita das crônicas foi evidenciado pelas chaves de leitura expressas em um quadro participativo³, no qual foi possível sistematizar os conceitos, as leituras e as citações de Sérgio Buarque de Holanda. Todavia, conjugou-se uma análise intertextual, visto que tal prática da análise do discurso não permitiria medir outros textos presentes, que eram reconhecíveis em sua escrita⁴.

Entretanto, a intertextualidade não serviu somente para identificar a influência dos autores no pensamento de Sérgio Buarque, mas também para contextualizar suas leituras e interpretação dentro de um substrato comum aos historiadores de sua época. Por isto, adotou-se o mesmo modelo de interpretação biobibliográfica proposto por Francisco Iglésias (1992), no qual trajetória individual tem o mesmo potencial que a conjuntura da época, o que permite interpretar o autor com toda sua genialidade dentro de um contexto propício.

Justamente, a intertextualidade das crônicas de Sérgio Buarque de Holanda aponta problemas próprios da historiografia brasileira, que eram comuns à historiografia como um todo. A crônica: “Sobre uma doença infantil da historiografia” publicada (1973) no *Estado de São*

³O quadro participativo é uma técnica da análise do discurso, que permite analisar as interações verbais de uma situação de comunicação, onde se estudam os participantes, sua qualidade, quantidade e as relações que os unem na troca comunicativa. O quadro participativo refere-se, também, ao contexto em que a comunicação está sendo estabelecida (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p.414).

⁴ Segundo Roland Barthes, a intertextualidade entende que “todo texto é um intertexto, outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis [...] O intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas cuja origem raramente é recuperável, de citações inconscientes automáticas, feitas sem aspas” (apud Charaudeau & Maingueneau, 2004, p.288)

Paulo demonstra a capacidade crítica de Sérgio em observar no singular, uma tendência geral da historiografia naquela época.

A abordagem historiográfica da crônica originou-se da inquietude causada no autor pelas críticas da comunidade acadêmica ao livro *1822-Dimensões*, organizado por Carlos Guilherme Mota. Informa Sérgio que,

Nos comentários críticos da referida bibliografia excomunga-se implacavelmente, por exemplo, o uso de vocábulos como “povo”, “fatal”, “classes”, além de alguns mais. Em certo passo é verberado um autor que fala até em *pecado* da incoerência e que diz outras coisas de “precisão bastante relativa para que (sua linguagem) possa ser considerada científica. (Holanda, 2004; p.125)

Segundo o autor, esses críticos enfileiravam a corrente historiográfica de espécie “purgativa, dado que seu principal traço consiste no querer levar o vocabulário histórico a absorver à força os usos e costumes do que possa parecer a mais rigorosa linguagem científica, e purgá-lo depois de qualquer expressão ambígua ou suspeita de inexatidão.” (Holanda, 2004; p.113).

A essa ‘tendência’ historiográfica “purgativa” ele denomina: *doença infantil*. E cita como exemplo dessa “doença” a discussão em torno do significado da palavra Independência,

Antes de abordar essa tendência, lembrarei que todos que quantos apelaram, por volta de 1822, para a palavra independência pensavam, e pensavam corretamente, que ela significava acima de tudo a ruptura dos vínculos políticos que prendiam ainda a antiga colônia à antiga metrópole. Querer discutir sobre se a quebra desses laços impedia ou não uma dependência econômica em relação a outros países já é outro assunto. Quando se falava em independência era soberania política diante do reino europeu que estava em jogo. (Holanda, 2004; p.113, 114)

A partir dessa contextualização semântica da palavra independência, ele declara que “o grande problema da história não se reduz a um problema de palavras” (Holanda, 2004; p.114).

Assim, ele elucida que críticos ao comentarem sobre os vocábulos imprecisos estavam sugerindo que a linguagem adotada pelos autores não poderia ser considerada científica. Tais críticas demonstravam para Sérgio a existência de uma tendência historiográfica que julgava “descobrir de um jato a historiografia verdadeiramente científica, com o só expelir palavras tidas como imperfeitas ou vagas” (Holanda, 2004;p.114).

Para Sérgio, essa tendência historiográfica perseguia “o ideal científico da perfeição vocabular” (Holanda, 2004;p.114), igualmente, semelhante a velha “superstição do fato puro”. Então ele pergunta “não seria como deixar entrar pela janela o que se expulsou pela porta principal?” (Holanda, 2004;p.115).

Por conseguinte a essa pergunta, Sérgio distancia-se dos “porquês” da crítica ao livro *1822-Dimensões*, à medida que introduz uma reflexão sobre a linguagem no discurso histórico. O autor comenta que:

Na terminologia científica mais rigorosa, a absoluta precisão ou, para usar o nome técnico, a acribia, jamais passou de um ideal, ao menos enquanto não foi dado substituir os vocábulos de uso comum por símbolos espaciais e imperecíveis. Como querer essa precisão no saber histórico, que visa a abarcar uma realidade naturalmente inconstante e movediça? Se fosse dado alcançá-la, o que teríamos, provavelmente, seria, em rigor científico, a rigidez cadavérica. (Holanda, 2004, p.117)

Qual a preocupação de Sérgio em defender nesta crônica que é impossível exigir precisão vocabular na linguagem histórica? Será que essa tendência identificada por Sérgio era restrita a historiografia no Brasil? Independentemente das respostas, as perguntas já expõem a presença de outros textos, bem como da menção inconsciente do panorama crítico no nível epistemológico da história desencadeado, principalmente, pelos trabalhos de Michel Foucault (1969) e Hayden White⁵. Além disso, Sérgio Buarque de Holanda acrescenta uma interpretação sua à teoria da linguagem de Saussure, sugerindo que

até agora não se descobriu modo de evitar, e não só na história, a presença sempre incomoda dessas multivocidades que, com meu natural pedantismo, eu ousaria subdividir em multivocidades sincrônicas e multivocidades diacrônicas. Recorrendo a termos ainda mais complicados, mas termos de Saussure em seu curso de lingüística geral, eu acrescentaria que a linguagem é radicalmente impotente para defender-se dos fatores que deslocam, a todo momento no espaço e no tempo, as relações de significado e significante, em conseqüência das arbitrariedades do signo. Passados hoje mais de 50 anos, desde que foi elaborada, não perdeu esta análise nada do seu valor, ao contrário, apesar de pesquisas novas terem mostrado que a relação mutável não é propriamente entre o significante e o significado, mas entre o significado e o objeto. É em suma, a motivação objetiva da designação, submissa como tal, a ação de diversos fatores históricos. (Holanda, 2004; p.117)

⁵ Conferir **Arqueologia do saber**(1969) de Michel Foucault e **O texto histórico como artefato literário**. In:**Trópicos do discurso**: Ensaio sobre a crítica da cultura de Haiden White.

Com base na argumentação seguida a essa sugestão, pode-se considerar que Sérgio era a favor da idéia que as multivocidades, expressas nas variações semânticas de um discurso podem representar diversos fatores históricos. Não reconhecer essas multivocidades equivaleria, nas reflexões dessa crônica, a um “desleixo do *mister* do historiador” (Holanda, 2004;p.126), e não uma interpretação céptica sobre o estatuto científico da História. Visto que as variações semânticas podem ser convertidas em instrumentos para os historiadores. Entretanto, ele reconhece que convertê-las exigiria o “abandono de um raciocínio pronunciadamente realista” (Holanda, 2004; p.120).

Na historiografia brasileira, Sérgio aponta que esse problema impedia, por exemplo, o reconhecimento de novos atores sociais, como os comerciantes. Haja vista que os historiadores da “perfeição vocabular” acreditavam que sendo “uma sociedade estamental, como se resolveu que era a do Brasil por volta de 1822, seria disparate falar-se na presença de classes dominadas pelo mercado”. Sérgio Buarque de Holanda discorda, porque segundo Albert Soboul a existência das Ordens não excluía a existência das classes (Holanda, 2004; p.121). Com efeito, ele questiona:

Não é indiscutível, por exemplo, a teoria de que o Brasil dos tempos da Independência deixava de comportar classes só porque se deliberou que tínhamos então uma sociedade estamental. Seria querer dar mais força ao antigo mito da avassaladora preeminência, àquela época, dos proprietários rurais, a chamada “nobreza” da terra. Em verdade, verdade que é oportuno frisar, as *élites* do Primeiro Reinado vêm bem mais da classe dos comerciantes urbanos do que da aristocracia rural. (Holanda, 2004; p. 123)

Portanto, Sérgio Buarque de Holanda aponta que o livro *1822-Dimensões* evidencia que “alguns aspectos desse problema, que durante longo tempo quase passou despercebido, já começaram a chamar atenção de uns poucos historiadores.” (Holanda, 2004; p.121).

Em resumo, a estrutura da crônica parte das origens da crítica a esse livro; relaciona essa origem a um debate que não é restrito a historiografia no Brasil. E apresenta uma interpretação para o problema da linguagem no discurso histórico, que vale a pena aqui ser trazida:

De outro lado a idéia de que esse ofício só ganha cunho verdadeiramente científico se fizer uso de uma terminologia simplificadora e um tanto sestrosa, não passa de má caricatura de outra idéia, esta legítima, a saber, que o zelo pela linguagem, e se quiserem até recursos estilísticos adequados, são instrumentos que o historiador que se preze não deve jogar no lixo. Lidando com o concreto e o abstrato, com o único e o múltiplo, com o individual e o genérico, à própria espessura e densidade do material que estuda repugna a locução rala, descolorida, indiferenciadora, inerte ou informe.[...] Naturalmente o bem escrever, no caso, não deve ter um fim em si e não visa apenas a deleitação estética: a

história não é gênero literário. Contribui, entretanto, para se esposar e melhor transmitir a complexidade do real. (Holanda, 2004; p.127)

Essas palavras finais de Sérgio Buarque de Holanda não soam como uma espécie de resposta *avant la lettre* ao questionamento de Hayden White de que a história é um gênero literário? Responder a essa pergunta exigiria uma pesquisa consistente na biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda doada a Universidade de Campinas, confrontada, inclusive, com seus rascunhos e outros textos escritos nesse período. Fica como sugestão de pesquisa.

Conclusão.

Posto a avaliação historiográfica que Sérgio Buarque de Holanda realizou na crônica intitulada “Sobre uma doença infantil da historiografia”, publicada (1973) no *Estado de São Paulo*, procurou-se mostrar que a intertextualidade das crônicas de Sérgio Buarque de Holanda aponta para questionamentos presentes na historiografia brasileira sobre questões da historiografia européia, naquele momento.

Tal afirmação baseou-se no caso da identificação realizada por Sérgio de que as críticas ao Livro *1822-Dimensões* revelava uma tendência da historiografia de querer exigir precisão da linguagem histórica como uma resposta ao panorama crítico feito aos historiadores, sob forma de acusação de que a História poderia ser considerada um gênero literário.

Contrariando essa tendência – particular e geral – Sérgio defendeu na crônica que as variações da linguagem histórica não são capazes de reduzi-la a gênero literário, ao contrário elas são relevantes, visto que indicam diversos fatores históricos. O reconhecimento da diversidade é uma convicção pessoal dele quanto a interpretação, conforme endossa Maria Odila Dias(1996).

Ainda, cabe citar a menção que Alcir Lenharo faz na introdução do livro *As tropas da moderação*(1979) a leitura dessa crônica,

Refiro-me ao intento de levar adiante algumas proposições clássicas de Sérgio Buarque de Holanda, preocupado em recuperar a figura do comerciante. nota: cf especialmente “sobre uma doença infantil da historiografia”(Lenharo, 1979,p.31)

Por todas essas exposições, pretendeu-se salientar a relevância das crônicas para os estudos da trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda, não só para os estudos da historiografia, como também aos próprios temas da História do Brasil.

Fonte:

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da Historiografia. **Estado de São Paulo**, 17 de junho de 1973. *In*: Marcos Costa. **Para uma nova história**. Textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

Bibliografia:

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, Marcos. **Para uma nova história**. Textos de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. Política e Sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *In*: **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972

IGLÉSIAS, Francisco. Sérgio Buarque de Holanda, Historiador. *In*: **Sérgio Buarque de Holanda**: 3º colóquio da UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822-Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: cia editora nacional, 1978.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. *In*: **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 102.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A modernidade afetiva:
contornos da moderna história do teatro no Brasil**

Tania Brandão
PPGT/Escola de Teatro/UNIRIO

A história do teatro no Brasil é uma invenção recente. Ela foi formulada em um primeiro momento, no avançado século XIX, como enumeração e relato de acontecimentos, tributária da história da literatura, marcada pela preocupação com o fato curioso e o excêntrico. Vale observar que, ao lidar com artistas, celebridades, nomes aclamados por sua projeção junto à sensibilidade de seu tempo, a história do teatro enfrenta de saída uma dificuldade bastante específica em sua hipótese de formulação, exatamente o desafio de transpor um fato da sensibilidade para a imortalidade. Mas a empreitada não se encerra nesta ótica ingênua: a complexidade do desafio é razoável, pois, ao lado desta operação primeira, de elevação sublime, há um outro sentido no gesto do historiador de teatro, uma espécie de demolição, o que configura um jogo paradoxal, pois o estudioso deve promover um rebaixamento, no sentido de olhar o gênio de uma época não mais com embevecimento, mas sim com as lentes do juízo crítico. A contradição implícita neste ato é uma percepção recente na área de estudos – é uma das conclusões de pesquisa reunidas nesta comunicação¹. O propósito aqui é a apresentação de um inventário geral das tendências historiográficas na história do teatro brasileiro, indicando o grau de formulação crítica a respeito do ofício, nos diferentes momentos da história deste fazer e em particular no interior do que se pode gerar geração moderna.

A observação é relevante e necessária: parece urgente hoje atuar em história do teatro com atenção para a definição do gesto do historiador. O ato de optar por escrever *história do teatro brasileiro* impõe um outro ato, o de reconhecer práticas instauradas em determinado território, percebendo-se a extensão da realidade histórica destas

¹ Esta comunicação apresenta uma nova abordagem das conclusões de pesquisa do projeto *Historiografia do teatro brasileiro – métodos e técnicas de pesquisa*, realizado com Bolsa Produtividade CNPq (2002-2005).

práticas, mais exatamente a sua situação no teatro ocidental. Enquanto especialização definida pela escolha de seu objeto, a escrita da história do teatro precisa ser formulada em sintonia com a arquitetura deste objeto, sob pena de que não possa dar conta de sua identidade. Quer dizer, é impossível *historiar* o teatro sem partir da percepção clara daquilo que o teatro é e das condições em que acontece na contemporaneidade. E tal ocorre porque o teatro tem uma materialidade de produção de grande envergadura, de dimensão acima do alcance individual e particular, envolvendo o jogo direto com a sociedade, com a arquitetura urbana e com o poder. Além destas coordenadas concretas e objetivas, há ainda o território da arte, do ato de fazer arte.

O teatro do século XX significou uma revolução histórica sem precedentes: ele instaurou em cena um fazer artístico **moderno**, em que se deve reconhecer a condição de crise da arte. É fundamental, então, indagar a respeito da natureza e do sentido deste fazer, para que se possa cogitar pensar a reflexão intelectual a propósito deste teatro. A opção se impõe para que se disponha de ferramentas adequadas à análise do teatro atual. A empresa encerra múltiplos desafios; ela própria necessita ser histórica. Ou seja, não se pode perder de vista a definição de História com que é preciso trabalhar.

Assim, se o **teatro moderno** deve ser vinculado à crise da arte, o conceito de História deve reconhecê-la, deve ter como ponto de partida a dinâmica contemporânea definidora da arte - a crise da *representação* e da *mimesis* - processo que marcou o aparecimento da arte moderna. Tal significa, em seu alcance mais radical, o reconhecimento da perda de um sentido imediato, de uma comunicabilidade mecânica e positiva, por parte da arte, para com a sociedade. A transformação determinou o que se costuma denominar *autonomia das linguagens artísticas*, ou sua *autoconsciência*, já que os pressupostos da arte deixaram de ser universais, metafísicos, como se dera na tradição ocidental anterior. Importa, então, reconhecer que a transformação viu nascer o **teatro moderno** - uma intervenção artística, sobretudo cênica, quer dizer, **encenação**², poética de um diretor em uma determinada relação com um texto (ou pretexto) em que os atores deixaram de ser **monstros sagrados** ou princípios dominantes e determinantes da estrutura poética³.

² Para a definição de **encenação**, ver COPEAU, J. *Appels. Registres I*. Paris: Gallimard, 1974. CORVIN, Michel. *Dictionnaire Encyclopédique du théâtre*. Paris: Bordas, 1991. E PAVIS, Patrice. *Dictionnaire du théâtre*. Paris: Dunod, 1996.

³ Foram consideradas em especial as reflexões de ROUBINE, Jean-Jacques. *Théâtre et mise en scène*. Paris: PUF, 1980.

Neste sentido, mais do que enaltecer trajetórias, burilar biografias ou listar grandes feitos, cabe ao historiador mapear e descrever processos de produção, o seu engedramento e o seu encadeamento, bem como situar as tramas de aproximação, rejeição, fusão e interligação existentes entre a sociedade e estas práticas. Cabe, então, falar em *história do espetáculo*, reconhecer a história do teatro como história do espetáculo, único meio possível para viabilizar a análise das múltiplas formas de intervenção artística que o termo teatro permite, hoje, abranger. *História do Espetáculo*, dissemos: em larga medida o teatro de nosso tempo, posto que moderno, é **espetáculo** e não **dramaturgia**, condição que não desautoriza os estudos dramatúrgicos, mas que exige apenas que o estudo do teatro não se reduza a esta abordagem.

Assim, a História do Teatro, agora sob uma outra ótica, necessita surgir como exegese de projetos poéticos e de poéticas, fazeres que dialogam entre si e que se inscrevem no tempo, mas considerando precisamente que a ordem da arte deixou de ser a ordem dos *universais concretos*, da fundamentação metafísica e teleológica, para ser sobretudo a investigação a respeito de seus modos de operação e de inserção social. Trata-se de uma História que precisa ser também História do Tempo Presente: ela deve abandonar qualquer veleidade a respeito de um interdito acerca do objeto próximo, tal como formulado pelos historiadores *antigos*, que protestavam em defesa de uma pretensa isenção do historiador, possível no seu entender apenas quando havia uma distância temporal em relação ao campo de estudos. É preciso desfazer a mitologia do olhar isento e indicar o sentido e a intenção do olhar do estudioso. Configuram-se aí, portanto, duas intervenções que dialogam entre si – uma que busca identificar a arquitetura do teatro de nosso tempo e outra que se formula deliberadamente como produção intelectual de nossa época.

Em conseqüência, a definição de História adequada ao trabalho em História do Teatro só pode ser aquela proposta em sintonia com o conceito de **moderno**, condição que privilegia o reconhecimento da **encenação** como dinâmica poética fundante do fato teatral e esvazia a possibilidade de uma História cujo centro de gravidade é a análise da dramaturgia, como já se observou acima, na medida em que a **encenação** é o ponto axial do teatro do século XX até mesmo para o debate acerca de seus textos. Tais definições, contudo, estão longe de figurar sem problemas – na medida em que o teatro é por excelência uma arte da presença e exige, portanto, um diálogo efetivo com o *senso comum* contemporâneo para acontecer, em boa parte ele é tributário da sensibilidade coletiva de seu tempo. Vale dizer – o teatro é o território possível para intervenções

radicais até certo ponto; na realidade, a sua materialidade é muito mais a das radicalidades poéticas relativas, posto que elas necessitam ser compartilhadas para existir.

Portanto, se nas artes plásticas e na literatura o tema do **moderno** implica em rupturas consideráveis com formas correntes ou cristalizadas de percepção, no teatro o **moderno** não significa necessariamente o rompimento decidido e absoluto com uma estética do *sentido*, opção que tende a supor a existência de obras de arte de caráter metafísico tradicional, uma *mímesis* sem qualquer tensionamento. A dificuldade para o pesquisador, notadamente no caso do teatro brasileiro, é a possibilidade de convivência de formulações bastante diferenciadas, por vezes antagônicas – do realismo-naturalismo e da apresentação histriônica à *performance* e à instalação.

Outra reflexão importante é a hipótese de estruturação do *mercado* de arte, para configurar até que ponto existe um *mercado teatral* nacional, capaz de viabilizar, indiretamente, a vigência de um *mercado de arte teatral*, que estaria, por sua vez, em atrito com a produção corrente, aproximada com a comunicação de massa, e de certa forma viabilizando ousadias maiores de linguagem – o território da *vanguarda* e da *inovação*. Tudo indica que é conveniente o recurso a uma definição de um “sistema teatral brasileiro”, por mais que este *sistema* possa parecer fraturado com relação à etimologia do termo ou a uma definição mais rígida da palavra. A história deste sistema, **grosso modo**, remontaria ao século XIX, ao menos em parte; seria preciso estabelecer as nuances de sua dinâmica no século XX.

Em uma primeira abordagem, o que se pode afirmar é que o *sistema teatral brasileiro* teria se estruturado a partir de 1813 – isto é, a partir da vinda da família real portuguesa para a colônia, com a inauguração do Real Teatro de S. João que, se não era oficial nem se tornou claramente uma espécie de teatro estável, logo surgiu como centro da vida da corte por ser o teatro, então, uma das poucas diversões coletivas adequadas a uma convivência cortesã. Nestes termos, este *sistema teatral brasileiro* foi, durante boa parte do século XIX e quase durante toda a primeira metade do século XX, portanto ao longo do Império, da Primeira República e da Era Vargas, ele foi, é importante frisar, uma hegemonia teatral carioca.

O Rio de Janeiro se constituiu como corte e como tal arrebatou a atenção do país, instaurando uma modalidade de poder cultural que persiste até hoje, ainda que, no final dos anos quarenta, a cidade de São Paulo tenha se tornado o centro de produção teatral do país. Apesar da capital cultural do país continuar sendo o Rio de Janeiro, o

teatro moderno brasileiro é, em sua densidade maior, paulista; o resto do país, mesmo que conte com alguns centros dinâmicos dedicados ao teatro, ainda se mantém em geral sob um ritmo amador, comandado pelo eixo Rio-São Paulo.

Estas coordenadas mínimas parecem imprescindíveis para que se possa pensar a possibilidade de escritura da História da História do Teatro Brasileiro e em particular para que se possa pensar aqueles que buscaram escrever uma história moderna da nossa cena. A partir daí, é possível iniciar o estudo das obras disponíveis na estante de teatro que se propuseram a oferecer uma visão de conjunto, temporal, estrutural, da cena brasileira – quer dizer, obras que se pretenderam históricas em sua formulação.

Como afirmamos de saída, a História do Teatro Brasileiro é uma especialização recente. Para um autor significativo como Sábato Magaldi, em 1962 era cristalina uma dura constatação: “Ainda está por escrever-se uma História do Teatro Brasileiro.”⁵ O autor prosseguia observando que só quando fosse feito um levantamento completo de textos se poderia realizar um estudo satisfatório dos diversos aspectos da vida cênica e que esta não seria tarefa para um único pesquisador. Destaque-se que este levantamento não foi realizado até o momento, o que bem poderia nos levar a constatar, com pessimismo radical, que a História do Teatro Brasileiro ainda não foi escrita. Mas não se deve ir tão longe, pois muito trabalho foi feito e muita coisa foi escrita.

Afastada a adesão ao diagnóstico mais negativo, é necessário que se estabeleça o alcance dos textos disponíveis. É importante, em particular para a ótica deste texto, dimensionar se aconteceu efetivamente uma revolução moderna nos estudos de história do teatro em nosso país.

Considerando em geral a estante disponível dedicada à história do teatro brasileiro, é justo afirmar a existência de alguns mecanismos operatórios básicos empregados pelos autores. Eles fazem com que tais textos em sua maioria possam ser enquadrados nas categorias de **relato e enumeração cronológica, inventário dramaturgico, vivência pessoal, crônica impressionista ou crônica episódica**, com frequência misturando procedimentos de cada uma⁶. Em especial nos textos mais

⁵ In *Panorama do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: SNT/FUNARTE/MEC, s.d., p. 271.

⁶ A lista dos autores comentados e que formam o *corpo* da História do Teatro Brasileiro a que o texto se refere é: PAIXÃO, Múcio da. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brasília, s.d., SILVA, Lafayette. *Historia do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938., SOUSA, Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1960., MAGALDI, Sábato. *Panorama do teatro brasileiro*. RIO DE JANEIRO: SNT/FUNARTE, 1962., DÓRIA, Gustavo. *Moderno teatro brasileiro*. RIO DE JANEIRO: SNT, 1975., PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. SÃO PAULO: U S P/ Perspectiva, 1988. Deste autor, também foram considerados os volumes: *Peças, pessoas, personagens*. São Paulo: Cia das Letras, 1993 e a obra referente às críticas - *Apresentação do*

recentes e que tratam mais especificamente do **teatro moderno**, não há uma ruptura com um enfoque aristotélico-cartesiano ou hegeliano, embora tais enfoques possam ser inconscientes, nem o reconhecimento do tema da *crise da arte* como fundante para a reflexão sobre as obras artísticas em nosso século. Portanto, não aflorou ainda na historiografia o debate acerca da *crise da historicidade* da arte - há uma elipse da pergunta a respeito da possibilidade de se escrever a história da arte⁷.

Em seu conjunto, estes textos não fogem ao que se poderia designar **padrão tradicional** ou **conservador**, na medida em que apresentam, subjacente às idéias expostas, um conceito de teatro bastante aproximável do paradigma do século XIX. Recorrendo-se às linhas gerais de um estudo feito por Francisco José Calazans Falcon a respeito da identidade do historiador brasileiro, seria necessário situá-los com maior conforto junto à vertente da **tradição**; ao mesmo tempo ter-se-ia que reconhecer a ausência quase absoluta da **inovação** na dinâmica de nossos estudos de história do teatro⁸.

Na verdade, a identidade do nosso historiador do teatro ainda está à sombra da velha história factual ou acontecimental, herdeira da vetusta história política devotada à listagem de feitos nobres e solenes em um encadeamento cronológico progressivo e cumulativo. Empirismo e positivismo não são referências distantes, bem como o classicismo de extração francesa, inclinado a considerar o texto como a forma teatral por excelência que importa considerar. Nenhum dos autores analisados rompe completamente com esta visão mais conservadora do teatro.

Há que fazer, todavia, certas distinções. Ao longo do século XIX existiu no Brasil um entendimento da História do Teatro como um capítulo da História da Literatura; esta foi a matriz intelectual original que gerou os nossos estudos históricos de teatro. Enquanto o teatro atraía a atenção dos professores e especialistas em literatura, cabe destacar que o campo de estudos nunca mobilizou de maneira expressiva os historiadores propriamente ditos. Varnhagen, Vieira Fazenda, Mello Moraes e Moreira de Azevedo, para indicar alguns nomes de maior projeção, fizeram referências

teatro brasileiro moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1955., *Teatro em progresso*. São Paulo: Martins Fontes, 1964. e *Exercício findo*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

⁷ Para ARGAN, Júlio Carlo, In *A arte e a história*, op. cit., p. 79 e seguintes, "... A questão da historicidade dá lugar a três hipóteses: 1) a arte desenvolve-se segundo uma história própria, a história da arte, relativamente à qual só é possível avaliar os factos e a sua sucessão; 2) a arte desenvolve-se segundo a história da sociedade, de que constitui um aspecto ou apenas um reflexo; 3) a arte como puro acto criativo não é redutível à história."

⁸ FALCON, Francisco J.C. *A identidade do historiador*. Estudos Históricos 17, vol. 9. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1996.

ao teatro em suas obras quase sempre com um cálculo de *ilustração*, complemento ornamental do fluxo da dinâmica histórica propriamente dita, esta sim importante, seguindo nestes *apêndices* uma concepção da cena tributária dos estudos literários ou formulada conforme uma abordagem cara à *história heróica*, de enumeração de personalidades e feitos.

Se o historiador Max Fleiuss (1868-1943) assinou um artigo devotado ao palco nacional por volta de 1922, a única contribuição decisiva que pode ser extraída de sua obra, de dimensões singelas, é o esforço permanente do autor para sintonizar o teatro com o processo histórico mais amplo, visto, aliás, como a crônica da sucessão de fatos políticos, coloridos aqui e ali por tons pitorescos da vida cotidiana contemporânea⁹. Seria preciso estabelecer, contudo, a relação entre este texto e o livro de Múcio da Paixão que, pronto desde 1917, circulava sem comover algum possível editor. De toda forma, não há notícia a respeito de outra contribuição relevante de historiadores para a redação da História do Teatro Brasileiro – é curioso que Sérgio Buarque de Holanda, situado por Falcon como um dos artífices do movimento de renovação da História a partir dos anos trinta, tenha constituído, nesta década, a Comissão de Teatro Nacional que deu origem, em 1937, ao Serviço Nacional de Teatro, sem, no entanto, revelar, enquanto historiador, interesse mais decidido pela arte¹⁰.

Um outro texto ainda necessita deve considerado, por traduzir um momento eloqüente da História do Teatro Brasileiro – trata-se do capítulo *Teatro*, de Leo Kirschenbaum¹¹. De saída o autor qualifica a história de nosso teatro como uma espécie de ausência, observando que o drama brasileiro, como forma de literatura, ainda está por ser estudado e que os vários volumes já publicados com o objetivo de apresentar um histórico do teatro brasileiro não passam de “compilações de fatos dispersos, miscelâneas de títulos e de autores, listas de atores e companhias.” Destaque-se que a sua ótica é a de defesa do drama enquanto base para o ofício do historiador. Além da crítica cerrada que faz a todos os textos disponíveis voltados para o assunto, um outro fato relevante indicado pelo autor era a ocorrência em seu tempo de um verdadeiro combate, na classe teatral de sua época, início dos anos 1940, entre os profissionais da

⁹ Max Fleiuss publicou o artigo em 1922, no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*; o texto foi republicado na revista *Dionysos*, n.º 5. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1955.

¹⁰ Uma portaria de 14 de setembro de 1936 do Ministro Gustavo Capanema instituiu a Comissão de Teatro Nacional, integrada por Múcio Leão, Oduvaldo Viana, Francisco Mignone, Sérgio Buarque de Holanda, Olavo de Barros, Benjamin Lima e Celso Kelly.

¹¹ In *Manual bibliográfico de estudos brasileiros I* sob a direção de Rubens Borba de Moraes e William Berrien. Brasília: Senado Federal, 1998.

velha guarda e os amadores e jovens, sobretudo o grupo Os Comediantes, que a seu ver estavam propondo um “novo teatro” e que eram bastante atacados pelos conservadores, inclusive através da revista da SBAT. A situação levou-o a elogiar o Ministério da Educação, leia-se Ministro Capanema, por apoiar os novos, e a sublinhar a necessidade de que se favorecesse uma nova dinâmica de trabalho teatral, para “erguer o nível artístico do palco nacional”.

Existe, portanto, uma compreensão do teatro brasileiro como manifestação artística pouco nobre, um tanto desqualificada, destituída de dignidade intelectual; esta abordagem despontou no final do século XIX, mais ou menos ao mesmo tempo em que triunfava o teatro ligeiro, em especial as *revistas*, e conheceu diferentes formulações nas letras de autores diversos, como José de Alencar, Machado de Assis, Quintino Bocaiúva. O seu peso foi de tal ordem que motivou mesmo o conhecido movimento de pressão contra Artur Azevedo, acusado por alguns contemporâneos de ter provocado a decadência do teatro nacional. A bandeira de luta a favor do soerguimento da cena foi sem dúvida incorporada pelos jovens *modernos*, situação que fez com que preservassem uma visão do palco como missão civilizatória típica do século XIX: era preciso não só derrubar o que existia em cena, mas enobrecê-la intelectualmente, gesto que faria com que o teatro se libertasse de uma espécie de solidão cultural e ultrapassasse o estágio de *inferioridade* que lhe era atribuído. A concepção teve uma conseqüência importante: a adesão afetiva, emocional, dos modernos ao moderno que professavam. A modernidade passava a ser cruzada, missão, gesto submisso a um sentido transcendental.

Homens de letras, intelectuais, a sua dedicação ao teatro ultrapassou o limite do palco; na realidade, esta condição era freqüente desde o século XIX e ampliava a dimensão da luta. O que ocorre de diferente na época moderna, no século XX, é que esta expansão de domínios foi além da cena, dos manuscritos, das redações e das tipografias voltadas para as letras teatrais e chegou à reflexão sobre a atividade: absorveu a história. Na lista de historiadores do teatro brasileiro considerada por esta comunicação, sobressai uma particularidade decisiva: todos, exceto um, são homens de teatro. Olhada com rigor sob este aspecto, ela não revela diferença decisiva entre os nomes *modernos* e os seus antecessores.

Tanto Múcio da Paixão (1870-1926), quanto Lafayette Silva (1878-1939) como Gustavo Dória (1910-1979), Décio de Almeida Prado e Sábato Magaldi foram homens de teatro, na medida em que no mínimo atuaram na imprensa enquanto críticos. Apenas Galante de Sousa (1913-1986) foi pura e simplesmente um intelectual, dedicado em

particular ao estudo da literatura brasileira. Portanto, se no texto singelo de Max Fleiuss o historiador aflora convicto, uma certa distância do palco pode ser percebida e ela tem um preço negativo, pois acarreta em uma espécie de olhar exterior, que sacrifica algo da identidade do objeto de estudo.

O mesmo não pode ser dito dos outros profissionais – nestes outros autores, a questão não é absolutamente desta ordem. Ao contrário – em diferentes momentos os textos foram tecidos como **vivência pessoal**, devido ao engajamento direto dos autores em episódios teatrais específicos de seu tempo; a tônica é a proximidade, algum gênero de cumplicidade ou adesismo. Eles estão falando de realidades vividas e segundo pontos de vista bastante particulares. O fato, aliado em alguns casos a uma densa formação intelectual, viabiliza o aparecimento de *autoridades* no assunto e de versões hegemônicas do processo histórico, sem que se fale também na apresentação de um *modelo* de ação para o historiador. O que esteve próximo ao protagonista desponta como ação principal, sem que se possa ter mesmo certeza se o que ficou “longe” ou “fora” era mesmo trama secundária ou fato sem maior significação.

A situação é importante: se a princípio estas histórias podem ser separadas em dois grupos distintos, compostos por uma *história tradicional* (Paixão, Silva) e uma *história inovadora*, ligada esta a um processo ou a um desejo de renovação (Dória, Sousa, Magaldi, Prado), elas apresentam incômodos pontos de aproximação, redutores do alcance do projeto de mudança, posto que algumas das práticas tradicionais mais discutíveis não são ultrapassadas.

O principal ponto a observar é decisivo: em que pese a importância, a seriedade de propósitos e a densidade que possam apresentar, os textos não se preocupam em delinear o quadro conceitual em que se movimentam, nem desenvolvem uma reflexão alentada a respeito de seus procedimentos metodológicos e técnicos, operações estas quando muito descartadas nas rápidas palavras habituais de apresentação das obras, nos prefácios ou posfácios. O teatro é tratado como se fosse um objeto natural e espontâneo, que prescinde de maiores reflexões, condição que também define a atitude do historiador. A estrutura básica dos textos é a do relato e da enumeração cronológica, mesmo quando obedece a um ritmo um tanto confuso, como o de Lafayette Silva. Não há nunca uma discussão extensa sobre o que é a *fonte* em história do teatro e em geral a peça de teatro é a grande referência de informação dos textos. Quando é abordado o espetáculo, é bastante comum a não indicação ou a indicação truncada das fontes.

A consequência natural é a ausência de uma definição de História, um pouco como se existisse um campo de estudos consolidado ou como se houvesse uma clareza cristalina a respeito do que História do Teatro venha a ser. Há uma naturalização do procedimento intelectual – uma atitude problemática no caso dos autores associados à aventura moderna, uma vez que insinua a sua auto-percepção como continuidade em relação aos autores anteriores.

Outro tema curioso, além da não definição da História, é o tratamento dispensado pelos autores mais recentes àquele que seria o seu território de ação por excelência, o teatro moderno. Em geral, eles recorrem ao procedimento empírico de situar o teatro moderno como episódio cronológico da história; a expressão *teatro moderno* não é sequer definida, em qualquer sentido. O teatro moderno surge antes muito mais como uma supressão, uma negação esquemática de algo anterior mais ou menos nebuloso, do que uma afirmação teórica precisa ou como uma intervenção teatral esteticamente caracterizada.

É importante frisar que os volumes considerados, apesar de certas aproximações e diálogos, apresentam densidades diferenciadas; lidam em geral com abordagens únicas, por vezes irredutíveis, da História do Teatro. Todos, no entanto, tendem a valorizar mais a emergência de *personalidades*, em lugar da consideração de *projetos*, seguindo um modelo a um só tempo tributário da História da Literatura e do registro jornalístico, posto em prática a partir do final do século XIX, como já se observou. A ausência do historiador fez com que o território da História do Teatro se constituísse como proximidade frente à área de estudos literários e ao jornalismo; a migração do crítico para a função de historiador se deu com naturalidade. Consequentemente, este exercício da história se tornou presa fácil de um mundo de afeto, em que o sentimento, mais do que a análise crítica, aparece como princípio ordenador do objeto de estudo.

Assim, a historiografia moderna surgiu e se impôs como *olhar afetivo*, alicerçada a partir de um referencial peculiar, pois os seus autores eram também líderes, participantes ou promotores do novo teatro, arte em que se projetaram como críticos ou mesmo como diretores, produtores, animadores, atores. As reflexões foram construídas, portanto, sob a ótica do compromisso afetivo, mesmo quando existia inegável envergadura intelectual e grandeza de propósito. De certa forma, é possível afirmar que os historiadores modernos da cena moderna foram cabeças de destaque no próprio ato de engendrar o seu objeto de estudo, situação que oferece um campo de trabalho **sui generis** para o historiador da historiografia.

A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL: A LONGA DURAÇÃO

Tatiane Conceição Dos Santos & Leandro Pena Catão
FUNEDI-FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINÓPOLIS/UEMG
tatianehistoriadora@hotmail.com

A Independência do Brasil é um dos eventos mais controversos e complexos da História política do Brasil, contudo, a maior parte dos brasileiros se lembra desse evento imaginando o seguinte: O ano é 1822, dom Pedro empinando seu altivo cavalo branco com espada em punho proferindo a célebre frase: “Independência ou morte”. O fato se passou às margens do rio Ipiranga localizado nas proximidades da cidade de São Paulo. O regente estaria naquela região constatando se de fato as elites paulistas apoiavam a separação entre Brasil e Portugal, a pedido de seu fiel conselheiro e ministro José Bonifácio de Andrada e Silva - este também conhecido como patrono da Independência por ter sido um de seus principais articuladores entre as elites brasileiras... Assim, sem guerras, sem grandes conflitos, pacificamente se delineava a Independência de nosso país. Essas são as informações mais conhecidas pelo povo brasileiro no que se refere à Independência política do Brasil. O que poucos sabem é que partindo desses dados é possível termos apenas uma vaga idéia desse evento político fundador, até porque, para ser compreendida se faz necessário desatar antigos nós. Nesse sentido, tendo como referência o sete de setembro de 1822 se faz necessário, ampliar o marco temporal da Independência, recuando pelo menos até a primeira metade do século XVIII, analisando o processo de “dessacralização” da Coroa portuguesa em Minas Gerais entre 1760-1777 de um lado e caminhando até a década de 1830 de outro. Eis o que pretende-se analisar com a presente pesquisa.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

A resistência escrava na Comarca de Guarapuava (Século XIX)*

Thiago Felipe Hohl Barbosa[†]
UNICENTRO

RESUMO: Um conhecimento está sendo produzido com base na leitura dos processos-crime envolvendo escravos, na Comarca de Guarapuava, no século XIX. A reflexão se direcionará no sentido de repensar os espaços da escravidão, bem como as formas de resistência apresentadas por seus agentes históricos, no referido período devido ao aumento da incidência de possíveis formas de resistência nesses processos-crime.

PALAVRAS-CHAVE: Processos-crime, resistência, escravidão, Guarapuava, século XIX

ABSTRACT: A knowledge is being produced on the basis of the reading of the process-crime involving enslaved, in the Judicial district of Guarapuava, century XIX. The reflection will be directed in the direction to rethink the spaces of the slavery, as well as the forms of resistance presented by its historical agents, in the related period due to the increase of the incidence of possible forms of resistance in this process-crime.

KEY WORDS: Process-crime, resistance, slavery, Guarapuava, century XIX

PERSPECTIVAS INICIAIS: DA LEITURA DE PROCESSOS À BASE DA DISCUSSÃO

O presente trabalho teve início com uma abordagem diferente em relação à temática da resistência escrava no século XIX; a princípio visava-se apenas a leitura e a catalogação de processos-crime da Comarca de Guarapuava, que no século XIX abrangia grande parte do Estado do Paraná. Como se refere a um projeto de extensão, a meta está em criar um software, alimentando um banco de dados com as informações

* Agradecemos o apoio do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), em especial dos professores Fábio Pontarolo, Guilherme Maier, Luciano Schallenberger.

[†] Integrante do Projeto Escravos e Indígenas nos Arquivos da Criminalidade, orientado pelos professores Dr. Oseias de Oliveira, Dr. Helvio Alexandre Mariano e Dr. Ricardo Ferreira.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

necessárias e mais marcantes de todo processo-crime que envolva escravos e indígenas no período referente a 1830 à 1888.

À medida que a leitura e a catalogação começaram, os professores envolvidos no projeto nos disponibilizaram textos para que houvesse um melhor embasamento teórico e nosso conhecimento não se restringisse apenas aos processos, mas também à historiografia que envolve os indivíduos históricos abordados neste trabalho. Com a ampliação das leituras desses processos, realizadas no Arquivo Histórico da Unicentro e das leituras complementares, idéias e percepções vieram a difundir-se, tornando cabível desenvolver uma discussão a respeito de ações criminais de cativos na referente Comarca, tomando como principal perspectiva a idéia de que possa ter havido - mesmo no interior de um Estado subalterno como o Paraná era caracterizado na época, especialmente na Comarca de Guarapuava, que era voltada à produção interna, mesmo com o aumento da comercialização de animais e das migrações(Netto, Fernando Franco, 2006)- a incidência não só de revoltas, mas também de outras características ações por parte dos escravos que acabam por caracterizar e estão englobadas no conceito de resistência.

Apropriando-se de escritos de Sidney Chalhoub, pode-se constatar que não é apenas com a presença de arquivos e documentos que se pode gerar uma discussão, mas também com a sua ausência(CHALHOUB, Sidney; 2006); devido à carência de estudos historiográficos a respeito da resistência escrava no Centro-oeste do Paraná, podemos então tomar como bases teóricas estudos realizados em outras localidades do Brasil, analisando assim as aproximações e distanciamentos existentes no decorrer da escravidão e suas revoltas em todo o país, relacionando, sobretudo, esses enfoques regionais com o que está sendo percebido no corpo de processos-crime da Comarca de Guarapuava. Tornam-se mais passíveis de aceitação essas comparações ao passo que um número consideravelmente grande de escravos envolvidos na criminalidade, eram provindos da própria África em fins da primeira metade do século e na segunda metade eram provindos de diversos Estados diferentes, entre eles Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, entre outros.

APROXIMAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL NACIONAL COM ASPECTOS OBSERVADOS NA COMARCA DE GUARAPUAVA, A PARTIR DOS PROCESSOS-CRIME ANALISADOS.

Para tomarmos clareza desta discussão, devemos primeiramente nos atentar para a questão de que todas as possibilidades de trabalho e os enfoques tomados se iniciam com a leitura dos processos-crime; a partir de então, se nos embasarmos à cerca da discussão gerada por Ricardo Alexandre Ferreira (FERREIRA, Ricardo Alexandre, 2003; p.16), notamos que no processo é constituída uma verdade jurídica, portanto, não se trata de verdade histórica, ou de uma verdade dos fatos; com esse pressuposto e se apoderando de outra discussão gerada por Chalhoub; vem à tona a questão de que os documentos são redigidos pelo escrivão sob a influência contínua de uma parte da sociedade que se legitima dominante.(CHALHOUB, Sidney; 2003)

Creio que não tenha sido diferente na Comarca de Guarapuava, pois até os dias de hoje são as mesmas famílias que “dominam” a cidade. Ao analisarmos esse discurso podemos perceber a primeira questão que se destaca ao nos depararmos com os processos; senhores que antes iam em defesa de seus escravos, conseqüentemente em defesa de sua posse, nos anos de 1880 passam, aos poucos, a não mais intervir nos processos, nota-se que as penas aumentam, junto com a margem de crimes; aí podemos perceber um uma possível característica de revolta e em seu contraponto um mecanismo de defesa e punição por parte dos senhores.

Se tomarmos Maria Helena Machado, podemos notar que não é somente sob a forma de agressão que a resistência escrava se desenvolve, mas também pelas “estratégias de sobrevivência” de que se apoderam os escravos; (MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; 1987. Apud. FERREIRA, Ricardo Alexandre, 2003) por vezes escravos cometiam furtos, apropriavam-se de parte da produção, enfim, utilizavam-se de técnicas para melhor sobreviver no meio da escravidão vigente na época. Na Comarca de Guarapuava, há processos ainda em que senhores dão queixa de escravos para que pudessem castigá-los de acordo com a lei, mostrando aí mais um aspecto da possível resistência, autos relatando fugas também são constatados.

Se levarmos em consideração que existem estudos abordando um aumento da criminalidade, sob o enfoque de resistência nas grandes plantations paulistanas, sobretudo na segunda metade do século XIX, onde o acúmulo de escravos, as relações demográficas entre livres e escravos atingindo praticamente 1/1, e na qual começaram a haver solidariedades por parte de uns escravos com os outros, tendo em conta que muitos eram separados de filhos, famílias em detrimento do tráfico que passou a se dar de maneira interna no país, é possível perceber que, aos poucos as revoltas aumentam e mais tarde, na década de 1880 vão se desenvolvendo períodos em que “movimentos Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

sociais” galgam o fim da escravidão no Império do Brasil. (CHALHOUB, Sidney;2006; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; 1994)

Por outro lado existem estudos também a respeito de que em propriedades menores, nas quais é possível notar que há um menor índice de escravos e de produção, geralmente nos interiores de cada região, com o passar dos anos no período da escravidão, tendem a diminuir significativamente, colocando-se em contraponto a questão da resistência no sentido de totalidade no até então vigente Império. (FERREIRA, Ricardo Alexandre; 2003)

RELACIONANDO CASOS, MOSTRANDO PERSPECTIVAS E ÍNDICES, “EXPONDO A RESISTÊNCIA”

Um dos aspectos mais interessantes abordados nessa discussão gira em torno justamente desse aspectos. Pois na Comarca de Guarapuava, onde até os idos de 1840 existiu uma incidência muito pequena de escravos, girando em torno de 3,6 escravos por proprietário e mesmo mais tarde, que, com o aumento da produção, criação de gado, entre outras práticas, houve anseio por maior número de cativos, porém não chegando a elevados índices, ocorreu um crescimento exacerbado na questão da criminalidade escrava, o que nos fez abordar a questão de resistência por diversos aspectos diferentes que encontramos em textos complementares.

Para tratar de índices concretos, podemos citar levantamento feito no arquivo histórico da Unicentro até então, no qual estão presentes cerca de duzentos e noventa e cinco autuações existentes no período que estamos dispostos a trabalhar. Dessas duzentos e noventa e cinco autuações, cerca de cento e quinze foram feitas até o ano de 1879 e foram encontrados – já catalogados pelo arquivo ou pelos membros do grupo em detrimento da leitura dos processos – a participação de onze escravos, podendo ser estes réus, vítimas ou apenas aparecerem nos processos como testemunhas ou ainda serem apenas citados nos respectivos autos.

Na década de 1860, dos quatro processos que constam escravos, dois deles foram casos de assassinato, no quais os respectivos cativos cometeram homicídio contra seus senhores, os outros dois escravos encontrados, apareceram apenas como testemunhas. Índices altos de crimes contra senhores, que podem ou não ser considerados como forma explícita de resistência, aí dependerá do enfoque que tomamos.

Já na década de 1870 foram encontrados até então sete escravos presentes em autuações, dos quais um deles autuado como réu por dois motivos, sendo o primeiro relacionado à sua fuga e o segundo por agredir seu senhor quando este fora buscar seu cativo no local de seu esconderijo, neste caso podemos abordar a questão de resistência explícita, pois o cativo não só fugiu como resistiu ao seu senhor quando fora encontrado (Cartório do Primeiro Ofício, 1872). Em outro processo (Cartório do Primeiro Ofício, 1872) uma escrava é encontrada morta, as testemunhas relatam que ela havia roubado jóias de sua senhora e que a mesma a mandou matar, neste caso podemos perceber aspecto de resistência por furto, para melhora dos meios de sobrevivência e podemos constatar ainda a influência dos senhores nos julgamentos, pois este processo, de uma hora para outra foi encerrado, conforme foram aumentando testemunhos contra a senhora da escrava, que possivelmente teria mandado matar a cativa. Outros cinco processos encontrados até então dizem respeito a escravos que participaram como testemunhas ou foram apenas citados nos autos.

A década de 1880 surpreende quanto aos resultados até agora obtidos por parte da catalogação dos documentos, dentre aproximadamente cento e oitenta autos, dos quais ainda devem ser desconsiderados os que não se caracterizam como processos-crime, existem até então vinte e dois processos em que os escravos aparecem à margem dessa criminalidade; em oito anos aparece dobro de processos envolvendo escravos em relação a todos os anos anteriores pesquisados dentro do período proposto, desses vinte e dois processos, cerca de quinze deles escravos são réus ou vítimas, réus atentando contra seus senhores ou contra escravos de mais valor para os senhores em sua maioria, e vítimas de abusos e açoites realizados pelos próprios senhores; três deles caracterizados por denúncias a abusos contra os escravos e quatro aparecendo apenas como testemunhas.

Ao tomar esses dados podemos perceber que há um índice relativamente grande de processos envolvendo escravos, embora tenhamos consciência que não somente porque escravos estão nos arquivos da criminalidade quer dizer que sejam concretas as visões sobre resistência, não poderíamos deixar de abordar este tema, pois encontramos em embasamentos teóricos discussões interessantes que poderiam ser correlacionadas com os aspectos percebidos na Comarca de Guarapuava no século XIX, sobretudo na década de 1880, onde quase todos os processos relatam atentados de escravos contra senhores ou, em sentido inverso, de senhores contra escravos; essa perspectiva é interessante pois vai contra aspectos levantados a cerca de que o maior índice de revolta Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

se deu na região de plantations enquanto que nos interiores as revoltas foram diminuindo.

POSSIVEL CONSCIÊNCIA GERADA EM FINS DO PERÍODO DA ESCRAVIDÃO NA REFERENTE COMARCA

Uma questão chave para finalizar essa discussão gira em torno de uma emergente situação criada a partir dos anos de 1880, concebida por João José Reis, a respeito do escravo não ser mais visto como um simples bem material e sim como agente de sua história. A partir do momento que o cativo vai tomando consciência de sua situação e começa agir contra ela, torna-se também capacitado a “mudar seu destino” e assim, com essa “tomada de consciência” tende a se beneficiar, galgando cada vez mais a melhora de seu estado enquanto ser humano; cabe ressaltar que cerca de treze e meio por cento dos processos-crime envolvendo escravos são caracterizados por denúncias providas de terceiros ou de forros, contra senhores que maltratavam seus cativos, essa porcentagem mostra que começou a haver uma complacência para com o ideal escravo de libertação e sua “humanização” não só por parte de libertos, mas também por pessoas livres.

Estes casos um tanto quanto peculiares da referente Comarca ainda têm muitos aspectos a serem analisados a fundo e creio que muitos caminhos ainda podem se desenrolar, talvez até mesmo não mais no sentido de resistência, embora a compreensão e quem sabe, o desenvolvimento dessa discussão possam contribuir de maneira mais considerável para a historiografia regional, carente de estudos abordando esse aspecto, principalmente no referente período analisado aqui.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney; O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

FERREIRA, Ricardo Alexandre; Escravidão, criminalidade e cotidiano: Franca 1830-1888. 2003.

FERREIRA, Ricardo Alexandre; Crimes em comum: escravidão e liberdade no extremo nordeste da Província de São Paulo (Franca 1830-1888). Franca : UNESP, 2006.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. O Plano e o pânico. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994.

NETTO, Fernando Franco. A Propriedade de Escravos em Guarapuava no Século XIX. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. 2007.

Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Guarapuava;

1872 – 872.2.101 – caixa 04

1872 – 872.2.104 – caixa 04

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A DIKÉ COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA NARRATIVA HERODOTIANA

Thiago Eustáquio Araujo Mota

Para os estudiosos de Heródoto, as investigações que resultaram na composição de sua *História* teriam sido motivadas pelo principal evento histórico do século V a.C: as Guerras Médicas. Tal conflito imprimiu profundas marcas na memória helênica, sendo a origem de posteriores e significativas transformações no mundo grego. Foi a partir deste colossal embate que Atenas lançou as bases de seu imperialismo, se tornando a referência artística, cultural e intelectual do Mediterrâneo. Além disso, as Guerras Persas possibilitaram aos gregos uma maior aproximação com o Oriente e a partir daí observar mais claramente os aspectos que os identificavam enquanto gregos e por sua vez, contrastavam com o universo oriental.

Heródoto se embrenhou pelo nebuloso passado grego, justamente para encontrar as causas (*aitiai*) primeiras da discórdia que indispôs gregos e bárbaros. No entanto, o historiador abandonou todas aquelas informações concernentes ao tempo dos deuses e heróis para restringir sua investigação ao ‘passado humano’ e aí encontrar as motivações reais do conflito. Segundo Flávia Lemos Mota de Azevedo:

“Uma vez que é entre as motivações dos atos humanos que Heródoto busca as *aitiai* da guerra, são as relações de reciprocidade – entre gregos e persas, e entre os próprios bárbaros – que organizam e impulsionam a narrativa. A vingança tem papel importante nesse jogo de compensações.”¹

A vingança é uma das faces assumidas pela *diké* (justiça) na narrativa herodotiana. Segundo Catherine Darbo-Peschansky² ela zela pela ordem cósmica, punindo com extremo

¹ Flávia Lemos, *O anel de Polícrates e a loucura de Xérxes: o poder despótico na História de Heródoto*, p. 69.

² Catherine Darbo-Peschansky. *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto*.

rigor qualquer perturbação ou ruptura da mesma. Para a autora, a *diké* é o agente que imprime movimento à narrativa; o tema da justiça, surge assim, como um fio condutor – não linear – que encadeia os diversos *logoi* (relatos) da *História* de Heródoto.

A vingança mostra-se como um primeiro meio de se restabelecer o equilíbrio nas relações e interesses humanos. Uma ofensa é chamada *adike* e por sua vez exige uma reparação; a vingança (*timorie*) é legítima enquanto responde nos mesmos termos. É como se uma ação humana, de imediato desencadeasse uma contra ação. Assim a guerra torna-se lícita ao passo que procura responder uma ofensa gratuita.

Heródoto abre sua obra com o relato dos raptos de mulheres onde é possível, claramente, identificar o esquema da ofensa-reparação: o sequestro de Io foi a primeira agressão cometida contra os gregos pelos *bárbaros*, ultraje este que foi respondido com o rapto de Europe. Daí, segue-se uma sequência de raptos até que os gregos respondem ao roubo de Helena com uma agressão bélica; por sua vez uma retaliação que ultrapassa enormemente o teor da ofensa. Faz-se entender porém, que tais relatos encontram-se num passado muito recuado, lendário e portanto são indiferentes para o narrador. Heródoto procura encontrar uma solução mais claramente “humana”.³ Reforça os limites da investigação quando elege um homem – Cresos, o rei da Lídia, reino bárbaro⁴ da Ásia Menor - o responsável pela discórdia que irá opor bárbaros e gregos. Este foi o primeiro a cometer uma ofensa aos helenos quando subjugou cidades gregas na Ásia Menor.

Em um determinado ponto da narrativa, a lógica do esquema ofensa-reparação conhecida também como “mecânismo judiciário”⁵, não consegue apreender o sentido das ações

³ Catherine Darbo – Peschansky, *O Discurso do Particular*. p. 27.

⁴ De um modo geral, para a maioria das línguas modernas, o conceito de “bárbaro” guarda uma acepção acentuadamente negativa. Serve para qualificar alguma ação ou comportamento que do ponto de vista moral apresenta-se como inaceitável, “agressivo” ou “impiedoso”. Tanto o genocídio em massa organizado pelos nazistas quanto o atentado terrorista de “Onze de Setembro” são, não raras vezes evocados, como expressões da barbárie humana. É bárbaro aquilo que está diametralmente distante de uma postura “civilizada” ou o que é contrário aos “direitos humanos”. A etimologia da palavra “bárbaro” sugere uma origem grega e aparece, pela primeira vez, na *Iliada* de Homero.

Se os helenos utilizaram *barbarói* para designar os povos que não falavam grego e nem partilhavam de seus costumes isto não significa que consideravam-nos brutos, sem o mínimo de sofisticação e compostura. Para o bárbaro seria muito mais o “outro”, o “estrangeiro” do que o “violento” e o “insensível”. Isto fica claro na obra do historiador grego Heródoto de Halicarnasso (séc V a.C) que dedicou, um amplo espaço em sua *História* para a descrição das características e costumes dos povos que habitavam a bacia mediterrânea.

C.f François Hartog. *O Espelho de Heródoto*.

⁵ Idem. p. 58.

humanas, exprimir uma realidade que torna-se cada vez mais complexa. A trama que parecia caminhar à luz deste sistema de interpretação, por vezes, parece contradizê-lo, ultrapassa-lo. Basta tomarmos como exemplo as incursões de Dario ao território cita que, aparentemente, se apoiam num desejo de retaliação. Pode-se perceber, porém, que tal busca por vingança só se aplica a nível secundário e toma a forma de um pretexto descabido. As razões que movem o Grande Rei são mais profundas, apoiadas, antes, nos interesses expansionistas do próprio monarca e nas vantagens materiais daí advindas.

De acordo com Catherine Darbo-Peschansky o motor essencial das ações persas e lídias já não é um zeloso compromisso com a *diké* e sim o próprio impeto imperialista de seus soberanos. “De Cresos a Xérxes todos eles são dominados pela mesma sede de poder.”⁶ Estes dão prova de um comportamento agressivo e arrogante que trasborda os limites da condição humana incorrendo, não raras vezes, em *hybriai*. Neste momento, Heródoto coloca em causa uma dimensão muito mais sombria e enigmática da *diké*, que não hesita em lançar mão de mecanismos ocultos, incompreensíveis ao intelecto humano, para imprimir novamente a ordem ao cósmos.

Os deuses, de forma alguma, estão fora da *História* porém agem de forma oculta e misteriosa, perdem em parte suas características *Homéricas* e por assim dizer humanas para encarnar o ideal de justiça cósmica tão cara à religião délfica⁷. No momento em que a justiça humana torna-se insuficiente e isto ocorre quando a *hybriai* adquire proporções vertiginosas e não encontra nenhuma força humana capaz de purgá-la, põe-se em causa os mecanismos ocultos da *diké* de ordem muito mais inexorável e arrebatadora, que arrastam o transgressor de volta ao seu lugar. A justiça divina entra em cena para substituir a dos homens. De acordo com Darbo Peschansky uma não se opõe à outra, a justiça divina define-se em relação à humana. Não obstante, a segunda encarna as forças misteriosas do cósmos, é indefectível e opera num nível e ritmo cronológico distinto do humano. Tal organização da narrativa coloca Heródoto muito mais próxima dos trágicos, principalmente Ésquilo, do que de Homero.

A ambição imperialista dos monarcas e tiranos de Heródoto é representada na forma de uma loucura arrebatadora que compromete a capacidade de discernimento. Quando

⁶ Catherine – Darbo Peschansky, *O Discurso do Particular*. p. 61.

⁷ C.f. E. R Doods. *Os gregos e o irracional*.

acometidos pela insanidade não conseguem mais prever as consequências de seus atos, muito menos reconhecer os limites de sua condição humana.⁸ Os déspotas se lançam numa busca insensata e gratuita pelo poder que quase sempre termina num fim trágico. Uma vez afogados na loucura, que por sua vez é consequência da cobiça pelo poder, não conseguem mais sair e por fim acabam arrastados à *hybries* e daí ao infortúnio. Neste sentido, é paradigmática a expedição de Cambises ao território etíope. Aquele não consegue mensurar as vicissitudes da longa caminhada pelo deserto e acaba perdendo grande parte de suas tropas.⁹

De acordo com Jean-Marie Ganebin os gregos cultivavam a certeza de que “qualquer excesso, mesmo um excesso de felicidade, deve ser castigado, pois coloca em questão o equilíbrio cósmico”.¹⁰ Podemos traduzir este “excesso” por *hybries* que aparece no âmbito da *História*, uma marca distinta dos soberanos persas. Dependendo do grau e do teor da *hybries* a punição não é imediata, por vezes há uma enorme extensão temporal entre o ato da falta e a reparação, dando margem ao transgressor para acrescentar àquele excesso inicial vários outros. Uma ocorrência comum entre os *despotes* que uma vez embriagados pelo poder não tomam ciência da crescente dimensão da *hybries*. A punição, por sua vez, ocorre na mesma proporção da falta, por vezes implicando em enorme sofrimento como no teatro grego.

Em certos casos o castigo pode ultrapassar a existência do ofensor e recair sobre os descendentes; tal raciocínio coloca Heródoto bem próximo dos trágicos. Podemos dizer que a *hybries* dos soberanos persas se ligou ao trono e na medida em que um novo rei era investido, a culpa de seus antecessores empregava-se nele como uma maldição. Segundo Catherine Darbo-Peschansky,

“Xerxes representa toda uma dinastia culpada, ao fim de um longo acúmulo de excessos que não foram compensados pelas reparações necessárias ao bom equilíbrio da *diké*”.¹¹

⁸ Ver Flávia Lemos, *O anel de Polícrates e a loucura de Xerxes: o poder despótico na História de Heródoto*. p. p 58 – 68.

⁹ C.f. Heródoto. III, 25.

¹⁰ Jean-Marie Ganebin *apud* Flávia Lemos, *O anel de Polícrates e a loucura de Xerxes: o poder despótico na História de Heródoto*. p. 51

¹¹ Catherine Darbo-Peschansky, *O Discurso do Particular*. p. 62.

Segundo François Hartog, a monarquia é por si só uma fonte irrefutável de *hybries*. Existe, segundo o mesmo, uma estreita ligação entre os bárbaros e a realeza; aqueles não conhecem ou reconhecem outra forma de regime senão a da servidão, em outras palavras, são representados como predispostos à monarquia. A realeza encontra na tirania o seu correspondente grego e ambas são representadas como formas injustas e inferiores de poder. O tirano e o rei encontram-se em pé de igualdade, são identificados na obra com uma forma despótica de poder. O *despotes* (rei ou tirano) é um transgressor por excelência, movido pelo desejo (*éros*) incessante e irracional de poder, seu comportamento é marcado pela agressão, tanto à dignidade dos homens quanto às normas e tradições sociais

O *despotes* se impõe pelo uso arbitrário da força; representado como um senhor de escravos, não hesita em fazer uso do açoite para inspirar a obediência. Seus exércitos são conduzidos à guerra sob o “estalar do chicote”, as tropas persas comparam-se, por vezes aos bandos de animais gregários que seguem passivamente seu condutor.¹² O par monarquia-tirania encontra seu inverso na democracia, considerada o símbolo da justiça e do comedimento (*sophrosyne*), reconhece nas leis (*nomoi*) e somente nestas o único soberano incontestado. Questiona Hartog se no lugar do rei não se estaria colocando o *nomos*. “De modo algum” responde ele, pois “instaurar o *nómos* é expulsar o tirano. A lei não mutila, sendo mesmo a negação da transgressão, aquilo que substitui a *hybries* pela medida”¹³.

Na obra, o que move os gregos é o desejo irrestrito de liberdade, o que os faz entrar nas tirremes ou conduzi-los ao campo de batalha não é o constrangimento por parte de um senhor, mas a ansia de livrar a Hélade do jugo indecoroso da Pérsia. Xerxes não compreende isto e subestima a coragem dos gregos; acredita não estarem à altura justamente por não possuírem um rei capaz de conduzi-los (ou coagi-los à vitória). A incompreensão dos gregos foi, justamente, o motivo de sua perdição sendo emaranhado por estes em uma armadilha. A fragorosa derrota infringida à Xérxes por uma força numericamente inferior, possui um valor simbólico, punitivo. A punição de Xérxes representa a purgação de uma soberba que não parou de crescer desde Cresos, arrogância que pretendia ver num poder humano algo ilimitado. Poder que encontrou seu fim na atuação de forças antagônicas (divina e humana) e que na opinião de

¹² Ver também Ésquilo, *Os Persas*, 93 – 94.

¹³ François Harto, *O Espelho de Heródoto*. p. 336.

Flávia Lemos Mota de Azevedo significou o “restabelecimento da ordem sagrada no cósmos.”¹⁴

Neste sentido *A História* de Heródoto, como um ‘tribunal’ onde os tiranos e déspotas orientais são julgados e punidos de acordo com os crimes perpetrados contra a dignidade humana e divina. Quando Heródoto coloca em confronto estas duas formas de governo – o despotismo e a democracia - cada qual representante de um universo mental diverso cede espaço à um debate instaurado por Sólon e que ganhava expressão em sua época. Neste mesmo ‘tribunal’ discute-se qual seria a forma mais justa e legítima de governo aquela que estaria mais de acordo com as regras do equilíbrio cósmico e mais complacente com a liberdade humana.

Referência Bibliográfica

Fontes:

ÉSQUILO. *Os Persas*. Tradução de Mario da Gama Kury, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury, 2ª ed., Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

Geral:

AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de. *O anel de Polícrates e a loucura de Xérxes: o poder despótico na História de Heródoto*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2001.

DARBO-PESCHANSKY, Catherine. *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação e representação de Heródoto*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia arcáica*. Rio de Janeiro: 1988.

DODDS, E.R. *Os gregos e o irracional*. São Paulo: Editora Escuta, 2002.

¹⁴ Flávia Lemos, *O anel de Polícrates e a loucura de Xérxes: o poder despótico na História de Heródoto*. p. 96.

FINLEY, M. I. *Usos e abusos da história*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Os antigos, o passado e o presente. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

KITTO, H.D.F. *A tragédia grega. Estudo Literário*. Coimbra: Arménio Amado Editora, 2ª Reimpressão, 1990.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A Teoria do Branqueamento da população brasileira formulada por Varnhagen
(século XIX), e seus reflexos em intelectuais como Oliveira Viana e Gilberto Freyre
(século XX)**

Thiago Oliveira Martins / UFG
Th_goethe@hotmail.com

O presente estudo tem por objetivo investigar a Teoria do branqueamento de raça, que segundo Nilo Odalia (1997, p.85) foi “melhor formulada” por Varnhagen, no século XIX, e seus reflexos em importantes intelectuais brasileiros do século XX, como Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

Para tanto vejo a necessidade de apresentar uma breve história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já que dois desses autores foram membros deste instituto, e entendo que as práticas ideológicas de tal instituição influenciam o pensamento dos intelectuais que fizeram parte de seu quadro.

O IHGB foi inaugurado no dia 21 de outubro de 1838, e segundo Schwarcz (1993, p.99) tinha como objetivo “Construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. Essa é uma das principais características do Instituto e nos ajuda a entender, a conformação da obra histórica, por exemplo, de Varnhagen, um de seus primeiros membros.

Esta comunicação, portanto pretende uma breve análise de fatos importantes para a formação da Nação Brasileira, a partir do pensamento de intelectuais, tais como os que aqui discuto.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

USOS DA NARRATIVA NA HISTORIOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Thiago Rabelo Sales¹
rabeloufop@yahoo.com.br

A historiografia contemporânea passa, segundo Roger Chartier², por um momento de crise de seu modelo tradicional. Essa crise se dá, basicamente, por motivos como o abandono de recortes clássicos e o questionamento de algumas noções, categorias e modelos explicativos. Todos esses elementos, levaram à uma fragmentação da historiografia tradicional. Mas, o ponto principal, sem dúvida, é o chamado “retorno à narrativa”. Os historiadores tomaram consciência de que as categorias que manejavam tinham, elas próprias, uma história, e que a história social era a história das razões e dos usos destas. Dessa reestruturação surge, por exemplo, a micro-história, caracterizada, principalmente, pela redução da escala de análise, observando o papel social que o indivíduo desempenha numa sociedade. Um belo, e talvez o mais conhecido, exemplo de micro-história é o feito por Carlo Ginzburg, onde o autor parte da análise dos documentos sobre a vida de um moleiro europeu do século XVI, para elaborar uma tese sobre a cultura popular na Europa daqueles tempos.³

Para Chartier, as narrativas sempre foram apresentadas como uma forma de obstáculo ao conhecimento verdadeiro. Por outro lado, história e narrativa sempre caminharam juntas. Historiadores são produtores de narrativas e devem se conscientizar e se preocupar com isso.

As experiências com a narrativa

Desde as décadas de 1970/80 várias experiências têm sido feitas no meio historiográfico sobre o uso da narrativa. A construção de memórias através de

¹ Mestrando em História da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT.

² CAHRTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

³ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

fragmentos, as biografias e autobiografias, passando pela já citada micro-história são exemplos dessas experiências.

Ângela de Castro Gomes em seu texto no livro *“Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo”*⁴ afirma que a produção de trabalhos de caráter biográfico ou autobiográfico no Brasil, cresceu bastante nos últimos dez anos, embora se tenha indícios de que as práticas autobiográficas tenham surgido no século XVII. Estes trabalhos buscam, em sua maioria, reconstruir as memórias de determinados indivíduos, quase sempre grandes personalidades, através de objetos, cartas e bilhetes guardados, geralmente, em acervos particulares.

A escrita de si pode ser entendida através da relação que o indivíduo estabelece com seus documentos. Essa relação pode evidenciar como uma trajetória individual ou um percurso podem se alterar através dos tempos. As práticas de produção de si podem ser entendidas como um diverso conjunto de ações, desde as ligadas a autobiografia, até as ações ligadas à constituição de uma memória de si realizada pelo recolhimento de objetos materiais. Através dessas práticas, o indivíduo constitui para si uma identidade e, até mesmo, uma temporalidade próprias.

Mas, é relevante notar que esses registros de memórias de indivíduos modernos são bastante subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. A busca pela verdade, nessa análise, passa a ter um forte vínculo com as idéias de foro íntimo e de experiências de vida dos indivíduos. A verdade não é mais unitária, mas plural, como são plurais a vida dos indivíduos.

Além disso, devemos ressaltar que, na construção de si mesmo, o indivíduo tende a expressar seus desejos, sonhos e ambições. Isso carrega ainda mais de subjetividade o seu discurso. Ao analisarmos este tipo de discurso devemos buscar, por exemplo, não o que o “um indivíduo viu”, mas sim, o que “um indivíduo diz que viu”, o que sentiu ao ver, etc.

Mas o maior problema enfrentado por essa forma de abordagem é, certamente, o difícil acesso a esse tipo de documentação. Cartas, bilhetes e diários são carregados de assuntos íntimos. E, na maioria das vezes, os detentores desses documentos não querem expô-los à análise de outras pessoas. Trabalhar com acervos particulares é quase sempre um trabalho limitado pelos proprietários desses acervos. Esse problema fez com que os

⁴ GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

historiadores buscassem outras alternativas de documentos que pudessem ser utilizados nesse tipo de análise.

O recurso mais utilizado hoje em dia talvez seja o dos fragmentos orais. Através das narrativas de algumas pessoas sobre suas vidas e experiências é possível que se reconstitua a memória de indivíduos, grupos, comunidades, bairros e municípios, por exemplo. Em algumas experiências como a relatada por Regina Beatriz Guimarães Neto, observamos como podem ser úteis esses relatos na construção de uma memória coletiva de uma cidade do interior⁵. Para Regina Beatriz, podemos encontrar modelos de racionalidade que explicam comportamentos sociais, em comentários, pequenas notícias e histórias anônimas.

Na experiência de pesquisa de Regina Beatriz, através dos relatos dos moradores de Juína, cidade do interior do Mato Grosso, observamos que estes vão tecendo uma memória comum, formada por muitos relatos individuais que se entrelaçam, principalmente, por seus elementos comuns. Na análise dessas palavras e gestos desses atores sociais é que vamos percebendo modos e comportamentos culturais diferentes da memória produzida pelos documentos oficiais. Assim, uma rede coletiva de memória vai sendo tecida tendo suas próprias temporalidades e espacialidades. Essa memória que é construída baseada nas relações entre os atores sociais pode ser reconhecida como uma espécie de “alma das cidades”.

Essa alma é constituída por fragmentos da vida de seus habitantes relatando temporalidades vividas nos espaços das cidades. E essa memória – como indica Deleuze – é um caminho para a aprendizagem remetendo a uma rede de ligações culturais, que produzem signos que vão dar sentido ao mundo⁶. Nessa análise, observa-se a coexistência entre o passado e o presente simultaneamente. Mas, dentro dessa perspectiva, devemos buscar não as semelhanças entre esses dois momentos, mas a coexistência dessas duas temporalidades, passado e presente, se relacionando com algo diferente. Dessa forma, estaremos abrindo espaço para o novo, num mundo onde coexistem o passado e o presente. Observamos assim, que o discurso do historiador não se apodera simplesmente dos eventos passados, mas opera segundo algumas regras ao representar o passado.

⁵ Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e Memórias – Territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUN, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

⁶ Cf. DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

A “operação historiográfica”

Essas mediações do trabalho do historiador, tratadas com clareza por Michel de Certeau, indicam que o discurso historiográfico é o resultado de uma “operação historiográfica”. Essa operação consiste na análise das fontes pesquisadas e na redação dos resultados da pesquisa, levando-se em conta o comprometimento que o historiador deve ter com a instituição de saber a qual pertence e com as “leis do meio” que regem a disciplina histórica⁷.

E para alguns autores como Paul Veyne, os acontecimentos só adquirem valor histórico quando são expostos de forma inteligível através da narrativa⁸. Paul Ricoeur ressalta que mesmo a história mais ligada à análise das estruturas, apoiada em números, mais quantitativa, também é pertencente ao campo da narrativa, pois se utiliza dos modos de composição das narrativas⁹. Para ele, toda narrativa para se tornar inteligível deve estar localizada no tempo, pois é através da narrativa que o tempo se torna tempo humano. Para Ricoeur a escrita encena a representação. A forma de não se esquecer a memória é a inscrição. Percebe-se então, que o historiador deve se preocupar muito com a forma de escrita de seus textos, de modo a torná-los mais inteligíveis aos seus leitores.

Todo esse sistema é retratado por Michel Foucault em *Microfísica do Poder*¹⁰, no que o próprio chama de “história efetiva”. Essa história se difere da tradicional por aceitar que nada no homem é suficientemente fixo que o faça compreender os outros homens e se reconhecer neles. Ela busca as diferenças. Para Foucault, a história só será efetiva quando reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser¹¹. Na história efetiva, o acontecimento ressurgem em seus aspectos mais únicos e agudos, podendo inverter a relação entre o passado e o presente. Ela olha para o mais próximo, para depois se afastar e se apoderar à distância. E ela não tem medo de se reconhecer como um saber perspectivo. Os historiadores sabem que carregam suas análises de elementos que os influenciaram em sua formação, mas tentam se afastar ao máximo dessas subjetividades em suas pesquisas. Foucault acha que é através da história efetiva que encontraremos a

⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

⁸ Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.

⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v.I. Campinas: Papyrus, 1994.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹¹ Cf. Michel Foucault, op. cit., p. 27.

genealogia da história¹². Mas, como Chartier, ressalta os perigos que cercam o trabalho do historiador, no que diz respeito à produção das “verdades históricas”, principalmente com o retorno à narrativa. Deve-se tomar muito cuidado com as “máscaras” por onde se escondem os indivíduos. Os historiadores têm o poder de criar múltiplas identidades para os indivíduos que analisam. É nesse momento que entra em cena outro conceito chave que deve nortear os trabalhos historiográficos: a *apropriação*.

Deve o historiador, ao redigir seu texto, preocupar-se, também, com a forma como os seus leitores irão se apropriar de suas palavras. Para Chartier a apropriação é um ato e se caracteriza pela multiplicidade. A apropriação é variável de acordo com grupos, interesses e situações históricas, mas está diretamente ligada às formas de representação.

Mas é preciso, também, se preocupar com o fato de se dar inteligibilidade ao texto. O historiador deve sempre se preocupar em alcançar uma lógica textual, não se esquecendo de seu maior compromisso, que é a produção de conhecimento. As obras não têm um sentido estável, imóvel. Elas são cheias de significações plurais e móveis, construídas na negociação entre uma proposição e uma recepção. Portanto, é preciso se preocupar com a forma de *representação* do passado utilizada na construção das narrativas. Esse conceito, aliás, tem em Edward Said uma excelente análise.

A representação e o *Orientalismo* de Edward Said

Escrevendo sobre a temática das representações do mundo Oriental, Said apresentou em suas obras uma visão ainda não imaginada pelos orientalistas. Sua primeira obra sobre as representações, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*¹³ lançado em 1979 revolucionou a forma de abordagem sobre a história dos povos colonizados, especialmente os do Oriente Médio e da Ásia.

Já na introdução da obra, Said chama o orientalismo de um modo de resolver o Oriente que está baseado no lugar especial ocupado pelo mesmo na experiência ocidental européia.¹⁴ Isso demonstra que, para o autor, os historiadores do oriente formulam sua forma de representação do mundo oriental baseados em suas experiências ocidentais, o que impede a aproximação com a realidade. Said apresenta três sentidos

¹² Cf. Michel Foucault, op. cit., p. 30.

¹³ SAID, Edward W. *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁴ *Ibidem*.

para a palavra orientalismo. O primeiro define como orientalista todo aquele que dê aulas, escreva ou pesquise sobre o Oriente. Tudo o que estes fazem é orientalismo. A segunda definição apresenta o orientalismo como um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “o Oriente” e (quase sempre) o Ocidente. A terceira e última definição entende como orientalismo um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. Said afirma que esses três sentidos são interdependentes. Mas ressalta que não é pelo fato de o Oriente não ser um tema livre de pensamento e de ação que o orientalismo determine de forma unilateral o que pode ser dito sobre o Oriente. Para Said, o orientalismo é toda a rede de interesses que inevitavelmente faz valer seu prestígio toda vez que a “entidade” Oriente esteja em questão. A forma como isso acontece é o que o *Orientalismo* tenta demonstrar.

Said desenvolve sua teoria começando com a suposição de que o Oriente não é um fato inerte da natureza. O Oriente tem sua própria história, tradições, vocabulário, pensamento etc. que não são levados em conta pelos orientalistas. O Oriente visto por Said é construído por tradições ocidentais, mas por tradições orientais também. Said ressalta a importância de se entender os mecanismos de poder internos para uma boa compreensão do Oriente. Para ele, a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação. Isso nos leva a um conceito essencial: o conceito de hegemonia. É o resultado da hegemonia em ação que confere ao orientalismo a durabilidade e a força como conceito. O principal componente na cultura da Europa é a idéia da identidade européia como sendo superior, em comparação aos povos e culturas não europeus. O orientalismo depende, para sua manutenção, dessa superioridade posicional que o coloca sempre em vantagem em suas relações com o ocidente.

Said menciona, então, três aspectos de sua realidade contemporânea necessários para a compreensão de sua pesquisa. O primeiro é a distinção entre conhecimento puro e conhecimento político. Said afirma que por mais acadêmico que o conhecimento possa ser, é difícil separá-lo das circunstâncias da vida. O autor aplica esse fato à sua análise, pois quando um pesquisador ocidental chega ao oriente, ele chega primeiro como um ocidental, depois como um indivíduo. Não há como negar as circunstâncias da realidade deste pesquisador. A idéia de Said é que o interesse europeu, e depois americano, pelo Oriente era inicialmente político, mas que foi a cultura que criou esse interesse. O orientalismo é portanto um discurso de intercâmbio, porém subordinado, com diversos tipos de poder.

O segundo aspecto proposto por Said diz respeito à questão metodológica. Said ressalta a importância do ato de começar a pesquisa, que implica um ato de delimitação. À partir disso, o autor explica suas dificuldades na formulação do *Orientalismo*, passando pela análise e comparação do orientalismo alemão com o anglo-francês e o americano. Ressalta que os tipos de orientalismo citados tinham em comum uma espécie de autoridade sobre o Oriente no interior da cultura ocidental. Para estudar essa autoridade, Said usou de dois dispositivos: a localização estratégica, que descreve a posição do autor em um texto com relação ao material ocidental; e a formação estratégica, que analisa a relação entre textos e o modo pelo qual grupos de textos, tipos de textos e até gêneros textuais adquirem massa, densidade e poder referencial entre si e depois na cultura mais geral. A preocupação de Said com a autoridade está em observar a relação do que está escrito com a exterioridade. Sua análise dos textos orientalistas enfatiza a evidência das representações como representações, e não como descrições do Oriente. O terceiro, e último, aspecto proposto por Said é a dimensão pessoal de seu trabalho. Said mostra que a idéia de tal trabalho deriva, em grande parte, do fato de ele ser um oriental palestino que vive nos Estados Unidos.

Cinco anos após ter publicado *Orientalismo*, Said começou a reunir algumas idéias sobre a relação entre cultura e império. O autor buscava desenvolver um modelo mais geral de relações entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos. Dessas reflexões é que surge a obra “*Cultura e Imperialismo*”¹⁵.

É interessante notar que neste livro, Said se utiliza de narrativas, o romance por exemplo, como objeto para sua análise. Ele usa metanarrativas de outros, se colocando no pólo oposto para mostrar como essas operam. Além disso, o próprio autor deixa claro que a narrativa é algo crucial para sua argumentação, pois, para ele, as histórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca das regiões estranhas do mundo. Elas também são usadas como forma de afirmação de identidade pelos povos colonizados. Outro motivo de Said ter optado pela análise da cultura, é o fato de que essa possui um elemento de elevação e refinamento que é o de reservar o melhor de cada sociedade. A cultura é uma fonte de identidade e isso pode gerar um problema, que é o de o indivíduo venerar sua própria cultura, achando-a superior às outras.

Said se justifica do fato de escolher romances como objetos de análise primeiramente por considerá-los obras de arte e de conhecimento respeitáveis. Em

segundo lugar, por querer relacioná-las com o processo imperial. O autor destaca que a cultura do imperialismo não era invisível para ninguém, mas nunca lhe foi concedida muita atenção. Ressalta que uma das principais realizações do imperialismo foi aproximar mais o mundo, embora houvesse uma separação entre os europeus e os nativos, mas que deveríamos considerar como uma experiência partilhada em comum. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica.

Mas Said reconhece que não analisou vários impérios. Diz que optou por analisar as experiências inglesa, francesa e americana devido à existência de uma coerência única e uma importância cultural especial. Outras razões são que a idéia de domínio ultramarino possui um estatuto privilegiado nessas três culturas, além do fato de que foi nesses três países em cujas órbitas nasceu, cresceu e vivia à época.

Said afirma, também, que se o imperialismo avançou nos séculos XIX e XX, o mesmo se deu com a resistência a ele. Para Said, as narrativas de emancipação eram também narrativas de integração, não de separação, o que fez com que, pessoas como ele que viveram tanto no ocidente como no oriente, não se sentissem pertencentes totalmente a nenhum dos dois mundos. Por isso os historiadores devem estar atentos ao utilizarem da narrativa como ferramenta na construção de seus textos.

Essas preocupações devem ser uma constante nos trabalhos que vêm se utilizando do chamado “retorno à narrativa”. Dar ao historiador o poder de fazer “os mortos falarem” é uma tarefa arriscada e que exige muitos cuidados. A narrativa é, sem dúvida, o melhor gênero literário que pode ser usado pelo historiador na redação de suas pesquisas. De fácil leitura e compreensão, a narrativa torna acessível a qualquer pessoa o saber histórico. Os historiadores devem se preocupar em escrever bem, dando o máximo de inteligibilidade aos seus textos. Mas devem sempre se preocupar, também, em não deixar seus trabalhos caírem na tentação da literariedade, perdendo, assim, seu caráter historiográfico.

¹⁵ SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BIBLIOGRAFIA

CAHRTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A história entre narrativa e conhecimento*. In: *À Beira da Falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e Memórias – Territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. v.I. Campinas: Papyrus, 1994.

SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo - o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

“Máscaras da Memória”

***A produção biográfica da Coleção Brasileira como expressão
de Culturas Políticas (1930-1940)***

Thiago Lenine Tito Tolentino

Trabalho incessante de tornar presente o que é falta, o que passou, o que é passado, a historiografia, neste seu fazer, envolve escolhas acerca de temas, direções e sentidos que irá seguir e criar. Pesquisar as opções de uma determinada historiografia, a fim de compreender a produção da memória escrita no Brasil dos anos 30-40, é o objetivo da dissertação que vem sendo desenvolvida por mim no Departamento de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Este projeto trabalha com a produção biográfica publicada no que fora o maior empreendimento editorial que buscou produzir conhecimento, nas diversas áreas de saber, acerca do Brasil: A coleção Brasileira.

A coleção da *Brasileira* é uma das cinco sub-séries da Biblioteca Pedagógica Nacional (as outras quatro eram: Literatura Infantil; Livros Didáticos; Atualidades Pedagógicas e Iniciação Científica) editadas pela CEN (Cia. Editora Nacional). Segundo Hallelwel, a Brasileira foi a mais importante dessas sub séries. Este autor parece concordar com a afirmação do jornal O Estado de São Paulo (de 1973), citada em seu livro, de que ‘a coleção Brasileira é até hoje o mais completo repositório de informação sobre o Brasil, suas origens, sua formação sua vida em todos os campos’¹. O autor ressalta o fato de que a coleção era um empreendimento de prestígio para a editora (CEN), pois a inclusão de um trabalho nela sempre foi, na prática, uma garantia de vendas e publicidade².

¹ HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: Edusp, 1985. pg 301.

² *Ibidem*, 301.

A constatação dessa posição privilegiada das publicações da coleção é de fundamental importância para nossa pesquisa na medida em que situa as produções estudadas por nós num contexto amplo de divulgação. Este, por sua vez, permite a sugestão hipotética de que se tratam de obras com algum reconhecimento público, que concorrem para a afirmação das representações identitárias, políticas e históricas do período estudado.

Concorrem com certo privilégio, pois partilhavam de determinados interesses com o Estado – apesar de não ser uma instituição financiada por ele –; era reconhecida publicamente (devido às grandes intelectualidades que nela publicam ou são reeditados); e, portanto, passível de ter sua distribuição irrestrita nos diversos meios de comunicação e reprodução cultural. Dentro do período tratado, esse caráter das publicações é singular, na medida em que desfruta de uma condição produtiva e de liberdade publicitária superior às outras publicações. As produções de (suposto) cunho comunista, por exemplo, sofreram diversas retaliações³.

A relação com o poder estatal poderia sugerir que, na verdade, trata-se de uma coleção de obras a serviço do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Esta sugestão implicaria na possibilidade de se conferir uma identidade/continuidade discursiva a toda coleção, ou, pelo menos, a cada seção de títulos. Estes obedeceriam a algum tipo geral de discurso (que poderia ser totalitário, conservador, propagandístico etc) com o qual estariam comprometidos. Tratando-se de um governo autoritário tal sugestão não é sem fundamento.

Porém, a Coleção Brasileira foi fundada em 1931, por Octales Marcondes Ferreira, sob os auspícios da Cia. Editora Nacional, da qual ele era o diretor e proprietário, e sob a direção do intelectual e educador Fernando de Azevedo. Além disso, a pauta da brasileira constitui um projeto que já estava sendo discutido pelos intelectuais dos anos 10-20. A aspiração era a de constituir a Coleção como uma biblioteca, em seu sentido de busca da universalidade, contemplando, assim, as diversas esferas do saber acerca da ‘nação’ brasileira, dentre elas a história. Trata-se de uma coleção na qual seus membros diretores compunham uma rede de sociabilidade vasta que perpassava os altos escalões do Estado, porém, não se trata de uma instituição do Estado. Sua posição era mais estratégica do que institucional.

³ Sobre censura e perseguição das produções comunistas durante o governo Vargas ver: Cf MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

Como foi dito acima, é a produção biográfica que nos interessa nesta coleção. Sobre este tipo de produção, é interessante notar que dentre a historiografia brasileira, as biografias trabalhadas por nós estão inseridas naquilo que se convencionou chamar, de forma por demais homogênea, velha história político-administrativa. Segundo Ângela de Castro Gomes, trata-se de uma homogeneização da produção historiográfica ocorrida ‘porque houve um obscurecimento das características da produção histórica anterior, sobretudo daquela pertencente às primeiras décadas da República e que, em certo sentido, fundou o campo desse conhecimento no Brasil’⁴.

A produção estudada por nós marcaria, portanto, um momento primordial da constituição do campo de conhecimento histórico no Brasil. Segundo a mesma autora:

‘Essa produção foi globalmente imersa no epíteto de uma história de eventos/homens/datas, carentes de interpretações que levavam em conta a situação sócio-econômica do ‘fato’ que examinava. Estudos recentes sobre esses autores e obras, embora pouco numerosos, têm demonstrado que os nossos ‘historiadores clássicos’ eram bem mais ‘sofisticados’, construía seus textos políticos recorrendo a fontes e metodologias diversificadas (arquivos privados, material iconográfico, etc) e, principalmente, contextualizavam a questão que examinavam na vida sócio-econômica do país, da região e da cidade’⁵.

A revisão da historiografia das primeiras décadas do séc XX promete revelar aspectos, questões e abordagens do conhecimento histórico até então ‘esquecidos’ pela historiografia, influenciada pelo estruturalismo e marxismo, dos anos 40/50 em diante. A história dos intelectuais do Brasil nos séc XIX e XX foi prejudicada por essa ‘postura’ da historiografia. Pensadores dos anos 20, 30 e 40 classificados como racistas e reacionários tinham o valor de sua produção comprometido *a priori*, devendo ser renegados, a despeito de suas óbvias contribuições para a implementação de políticas públicas... no rasto desse desprezo, ignoravam-se também intelectuais do séc XIX, que haviam produzido reflexões sobre a organização político institucional do país, como José de Alencar e Tavares Bastos⁶.

A negligência da historiografia acabou por ‘impedir um trabalho de história intelectual: *análise de obras e sua contextualização social*, análise de trajetórias de

⁴ GOMES, Ângela de Castro. Política: História, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 9, n 17, 1996. 61.

⁵ *Ibidem*. 61.

⁶ *Ibidem*, 61.

autores individualmente ou não, com seus referentes organizacionais (escolas, revistas, academias), *análise da formação de tradições de pensamento político e sua divulgação para um público amplo*⁷. As considerações de Ângela de Castro Gomes são importantes para nossa pesquisa. Com efeito, a autora destaca o fato de as obras historiográficas produzidas no início do séc XX (excetuando os autores clássicos Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr) sofrerem uma certa negligência e intolerância por parte da historiografia dos anos 40/50 em diante, que pretendeu, de certa forma, esquecer-las. Acerca das produções biográficas, especificamente, ‘poucos são os estudos que focalizam a própria trajetória dos livros biográficos, sua distribuição ao longo do tempo e a sua relação com a constituição da historiografia no Brasil’⁸. Porém, as reflexões historiográficas atuais parecem atentar para as possíveis contribuições para o conhecimento histórico que o estudo dessas obras podem oferecer.

Dessa forma, pretendemos trabalhar com obras e autores negligenciados/esquecidos pela historiografia. Nosso estudo se focalizará em dois aspectos: por um lado, as obras trabalhadas estão organizadas enquanto um *corpus* documental que nos permitirá observar a (des) construção da memória histórica política/intelectual nos anos 30-40, a invenção de tradições culturais e políticas; por outro lado, trata-se de um *corpus* documental composto por obras de cunho historiográfico e que, portanto, permitem a verificação e caracterização das teorias e metodologias que sustentavam essas obras.

Concedendo uma ‘espiada’ em nosso *corpus* documental, verificamos, de imediato, a descontinuidade de passados almejados. Vemos sendo erguido no ‘Olimpo’ dos grandes homens da história intelectual/política um Aureliano Tavares Bastos – que, segundo seu biógrafo Carlos Pontes, seria a figura do político criador, homem passional e incoseqüente, gênio precoce e de vida curta, influenciado por W Withman, pensava em um novo mundo e em uma nova poesia⁹; figurando ao lado de um Farias Brito, nome que se tornou expoente do pensamento integralista católico dos anos 30 – assim como Alberto Torres, cuja biografia também será trabalhada por nós –¹⁰. Wilson Martins analisando o biógrafo de Farias Brito, Jonathas Serrano, cita o comentário de

⁷ *Ibidem*, 74.

⁸ RICCI, Magda. *Como se faz um vulto na história do Brasil*. In: GUAZZELLI (org). 148.

⁹ PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*.

¹⁰ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira vol V (1897-1914)*. São Paulo: T A Queiroz, 1996. 274.

Fred Gillete Sturna sobre a biografia então recém lançada: ‘parece a vida de um santo escrita por um monge devoto’¹¹.

Tavares Bastos e Farias Brito, inconseqüente e santo, ambos erguidos como monumentos históricos exemplares para a nação. É sintomática essa diversidade acerca dos personagens que são erguidos no panteão histórico da memória histórica nacional. Ela é expressão das diferentes culturas políticas que afloram nos anos 30. São diferentes valores, regimes e projetos simbólico-nacionais acerca do que é o bem para todos, sobre qual forma de governo é apropriada para o Brasil e, enfim, o que é o Brasil, sua história verdadeira e monumental. Nas biografias produzidas nos anos 30, e publicadas na Coleção Brasileira, figuram, de forma caricatural, as diversas máscaras do teatro político erguido num presente dramático. Pensar um presente a partir de como ele conforma um passado, é verificar que toda visão global da história constitui uma genealogia do presente¹². O presente se traveste de passado para se entender, se reconhecer e validar um discurso que, na verdade, só tem sentido para e no presente. Este discurso é expressão lingüística de um tempo histórico.

Outra observação, agora acerca das concepções teórico-metodológicas das produções biográficas estudadas, revela que tampouco há uma continuidade acerca das concepções epistemológicas dos escritores. De fato, como revelam os prefácios das obras, vemos considerações como as de Octaviano T de Sousa que publica

*‘a vida de Evaristo da Veiga fiel à mesma técnica de biografia, que foge ao panegírico e romanceado, e busca situar o homem no seu meio social e sem afirmar mais do que decorre dos documentos rigorosamente verificados, assimilá-los, não se limitando ao puro arquivismo e tentando, com a prudência necessária, fazer um pouco de introspecção social e de reconstituição psicológica’*¹³; sendo propostas ao lado das concepções de Affonso Schmidt que publica a vida de Paulo Eiró num *‘trabalho que não vai muito além da organização dos documentos, dando-lhes a forma antiquada de uma saborosa narrativa’*¹⁴.

As posições teórico-metodológicas, expostas acima, revelam que havia, pelo menos, duas diferentes perspectivas acerca do fazer biográfico. A primeira afirma a produção biográfica a partir de uma perspectiva teórica que exige, para além do rigor

¹¹ MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira vol VI (1915-1933)*. São Paulo: T A Queiroz, 1996. 139.

¹² FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. pg 9.

¹³ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: CEN...

¹⁴ SCHMIDT, Affonso. *A vida de Paulo Eiró*. São Paulo: CEN, 1940. 9-11.

documental – que não passa de arquivismo -, a observação das determinações sociais que compunham a realidade vivida dos biografados e a necessidade de se fazer um esforço compreensivo do vivido interior dos sujeitos por meio de uma ‘reconstituição psicológica’. Tal preocupação é similar à que surge hoje – quando o gênero biográfico está ‘na moda’¹⁵ - em relação às questões entre biografia e contexto¹⁶.

Apesar das peculiaridades de cada momento reflexivo, o que está em jogo é a constituição da produção biográfica enquanto conhecimento histórico. Este deveria fazer com que as biografias deixassem de ser definidas como gênero histórico-literário. Este último parece encontrar sua correlação epistemológica na segunda concepção exposta acima, a de Affonso Schmidt. Esta marcaria, de fato, um certo ‘descompromisso’ com os rigores metodológicos do fazer científico em prol da produção de uma narrativa que sirva mais ao entretenimento e prazer do que ao conhecimento. Não obstante, mesmo essa relação entre saber histórico e literatura encontra, nos dias de hoje, intenso debate sobre o caráter narrativo de qualquer produção historiográfica¹⁷. Isso nos mostra como algumas questões acerca do fazer biográfico são traduzidas em diferentes épocas que as respondem de diferentes maneiras.

Estas são algumas observações acerca das descontinuidades de sentido da memória histórica construída a partir das produções biográficas da Coleção Brasileira e da própria sustentação teórica dessa construção. As biografias são variadíssimas: essa é a riqueza deste *corpus* documental. Figuras: políticos, filósofos, jornalistas e poetas – o que refuta a concepção historiográfica que relega as biografias do início do séc XX à condição de velha história política-administrativa. Tal riqueza é a própria perspectiva da diferença, do presente histórico em sua fragmentação e indeterminação. A constituição da memória histórica é descontínua, logo a identidade e os valores são descontínuos. Os sentidos possíveis afloram numa multidão de discursos histórico-identitários. Estes serão fundamentais para que possamos estabelecer a forma como estas obras atualizam

¹⁵ Sobre revitalização do gênero biográfico e questões teórico-metodológicas ver: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000. Ver também: *Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História ANPUH-RJ: História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

¹⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. *A biografia histórica: O retorno do gênero e a noção de contexto*. In: GUAZZELLI (org) *op cit.* 121-131.

¹⁷ Ver: WHITE, Hayden. *O texto Histórico como artefato Literário*. In: *Trópicos do Discurso – Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 2001.

seu passado fornecendo, ao mesmo tempo, a perspectiva de futuro que orientava aqueles agentes históricos.

A escolha das fontes fundamenta-se, portanto, no caráter diversificado da amostragem observada. Tal caráter permite-nos refletir acerca das diferentes visões acerca do passado brasileiro que estavam sendo criadas nos anos 30-40 pela intelectualidade brasileira. Visões de passado que não eram monopolizadas pelos historiadores, além destes, concorrem para a produção da memória monumental escritores, jornalistas e juristas.

Pode-se dizer, retomando o debate ocorrido entre Sérgio Miceli e Daniel Pécault acerca da produção intelectual no Brasil do início do século XX, que enquanto o trabalho do primeiro esforça-se por reconstituir a identidade estrutural entre classe dirigente e intelectuais¹⁸; a obra de Pécault trata de verificar a identidade dos intelectuais enquanto vocação, ou seja, como auto representação de indivíduos históricos em relação às suas posições e o poder político¹⁹. Pretendemos estudar a identidade abordando-a como um conjunto de relações de significados entre discursos que ora se aproximam e ora se afastam, na tentativa de reconhecer um presente histórico em sua indeterminação e riqueza de sentido histórico/político/cultural.

A história das edições, assim como a história dos intelectuais, marca um movimento de renovação da história política no Brasil. Assim, a renovação da história política conta com os estudos que se dedicaram ao pensamento social brasileiro, designação que recobre na linguagem acadêmica, um espaço amplo e diversificado que une a história política à história intelectual (das idéias, ideologia, mentalidades) e que tem florescido, não apenas em nosso país²⁰, como também, por exemplo, na França²¹.

A história política, pensada a partir a perspectiva da história dos intelectuais, revela os diversos embates acerca das melhores representações políticas a serem adotadas por uma comunidade. Segundo Maurice Agulhon, 'o meio intelectual é por essência o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais do que do político (as disputas eleitorais, sobretudo)'²². Tal proposição assume um caráter singular na cena política/intelectual brasileira dos anos 30, na medida em que, a relação entre os

¹⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difusel, 1979.

¹⁹ PÉCAULT, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

²⁰ GOMES. *Op cit*, 67.

²¹ Sobre renovação da história política na historiografia francesa ver: RÉMOND, René (ORG). *Por uma História política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

²² AGULHON, Maurice. APUD: SIRINELLI, Jean François. *Os Intelectuais*. In REMOND, René. *Op cit*, 261.

intelectuais e a classe dirigente no Brasil possuía um caráter identitário, como nos lembra Miceli. Dessa forma, os conflitos discursivos – ou ideológicos, como sugere Agulhon – são metapolíticos, pois versam sobre a coisa pública e buscam construir teoricamente a verdade/legitimidade do poder; porém, são também políticos, pois, por detrás destes discursos não estão intelectuais em seus gabinetes refletindo sobre a verdade política, mas atores políticos que se colocam como os mais qualificados para a gestão pública, como nos lembra Pécault. Dessa forma, é importante frisar a estreita relação durante a história política/intelectual do Brasil, compreendida desde o Império até meados do séc XX, entre classe dirigente e intelectuais.

Um importante viés no estudo da história dos intelectuais diz respeito às construções acerca da origem e do passado intelectual. Segundo Sirinelli, ‘no meio intelectual, os processos de transmissão são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita’²³. Essa relação com o passado pode ser descoberta a partir da pesquisa histórica acerca das produções biográficas. Estas, como efeito, vão tratar justamente daqueles que devem ser erguidos no panteão político/intelectual dos anos 30.

Assim, é através da pesquisa das obras biográficas publicadas na Coleção Brasileira, que pensamos ser possível verificar os diferentes passados almejados pelas diversas culturas políticas que emergem nos anos 30. Estas culturas políticas surgem de uma forte discussão intelectual acerca da identidade brasileira, o que lhe é essencial, necessário e próprio e como articula-la com o processo de modernização corrente no período. Neste debate, as heranças intelectuais são fortes dispositivos discursivos que visam à consolidação de um passado que conceda sentido a este presente e seus projetos futuros.

²³ SIRINELLI, Jean François. *Op cit.* Pg 255.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A Historiografia Brasileira e a formação do Brasil, conflitos e interseções.

Túlio César Pêgo Almeida / UFOP
tuliopego@gmail.com

A Historiografia Brasileira se desenvolve paralelamente à formação do Estado Nacional Brasileiro, exercendo papel fundamental na formação da identidade nacional. Este desenvolvimento atendeu a interesses diversos, nem sempre licitos, mas que por si só garantem um tema importante de pesquisa. Este trabalho pretende discutir o papel da Historiografia Brasileira na formação da consciência de um estado nacional no imaginário brasileiro, bem como explicitar algumas de suas ausências. Pretende também entender como a idealização do estado nacional influenciou a sociedade do século XIX e os intelectuais que escreveram a nossa história.

Outro objetivo é entender como a historiografia foi importante na formação do ideário nacional, na medida que coube à disciplina História transmitir esse ideário às futuras gerações, perpetuando assim a noção de um estado nacional soberano e garantido a legitimação do mesmo através dos tempos, sendo este um processo em pleno desenvolvimento. Levando-se em conta que o Brasil é um país relativamente jovem, faz-se necessária uma reflexão sobre o papel da Historiografia Brasileira na continuidade deste processo de formação do ideário nacional, ainda em construção.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**A CONSTRUÇÃO DA *PERSONA* POLÍTICA DE ANTÔNIO LAFETÁ
REBELLO 1974 – 1976 ***

Uelton de Cássio Pereira Sant'Ana **
weltoncassios@bol.com.br

RESUMO

Pretende-se discutir neste trabalho o período político compreendido entre 1974 a 1976, espaço de tempo em que é observado um movimento encabeçado por integrantes das classes ligadas ao comércio (ACI) e Sociedade Rural que anseiam pela volta de Antônio Lafeté Rebello à prefeitura de Montes Claros. Partindo desse princípio, busca-se apontar os elementos que permearam a sua volta ao governo municipal, haja vista que há uma ligação muito forte entre o pré-candidato e a elite local (ACI e Sociedade Rural), pois ele é oriundo de uma família tradicional da cidade. Em suma objetiva-se entender a construção da figura política de Antônio Lafeté Rebello neste período.

PALAVRAS-CHAVE: imaginário, discurso político, representação política.

Tratando-se de estudos sobre História política, que é o objetivo deste, significa valorizar este elemento de tal forma que possa facilitar o entendimento sobre o nosso cotidiano, haja vista que conhecendo o político estaremos conhecendo a nós mesmos.

A História política enfrentou censura, reunindo, portanto, um número infindável de defeitos. Foi elitista, anedótica, individualista, factual subjetiva, que uma nova geração de historiadores desejava liquidar, era chegada a hora de passar de uma História dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades.

Contudo, lentamente este quadro foi alterado e a dimensão dos fatos sociais começou a ganhar novos espaços, num processo chamado por Rémond de

* Este texto faz parte da pesquisa “Mito ou Realidade? A Construção da *Persona* Política de Antônio Lafeté Rebello 1974-1976”, apoiado pelo PROIC – Programa de Iniciação Científica da Funorte – Faculdades Unidas do Norte de Minas – e sob a orientação do Mestre Marcelo Valmor Ferreira.

** Discente do 5º Período de História das Faculdades Unidas do Norte de Minas – Funorte.

¹ Rémond, p.19, 21.

“renascimento da História política”². Segundo o autor, essa tendência deve ser entendida através da ligação de duas ordens de fatores: as transformações sociais mais amplas, que propiciam o retorno do prestígio ao campo político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica.

Essa Nova História começa com a *Escola dos Annales*, quando em 1929 Marc Bloch e Lucien Febvre fundam a *Revue Annales d’histoire économique et sociale*, inaugurando uma fase nova e absolutamente sem precedentes no campo da História e historiografia. O principal alvo de combate dessa escola foi a História política praticada na época, de influência positivista, de caráter “diplomático”, narrativa e factual.

A partir da *Escola dos Annales*, que tem como principal objetivo a busca por uma História totalizante, que compreenda o Homem na plenitude do seu viver, nos faz pensar na substituição da “narrativa histórica” por uma “História Problema”; as Histórias parciais (militar e política) por uma História total, e isso se dá através de uma “colaboração interdisciplinar”, que traz para dentro da História horizontes, conceitos e inflexões de outras disciplinas.

Neste novo e desconhecido contexto Burke³ percebe problemas de explicação e de síntese, e diz que a explicação estrutural, apesar de aumentar a interdisciplinaridade, muitas vezes não toma conta do fluxo do tempo, o qual é uma preocupação do historiador. Além disso, está cada vez mais difícil conseguir uma síntese, em decorrência da profusão de diferentes objetos.

Mesmo assim, para o autor há várias diferenças entre o paradigma tradicional e a Nova História que as diferencia em vários pontos: o paradigma tradicional diz respeito à História Política, a Nova História preocupa-se com a História total, em que tudo é histórico; a História Tradicional pensa na História como a narração dos grandes fatos, a Nova preocupa-se em analisar as estruturas; a Tradicional olha de cima, a Nova olha de baixo e de outros ângulos possíveis; Documentos oficiais são os que interessam ao historiador tradicional, o paradigma da Nova História aceita qualquer espécie de documento; o historiador tradicional explica por meio da vontade do indivíduo histórico, a Nova História preocupa-se com os movimentos sociais, as tendências; e, finalmente, o paradigma tradicional considera a História uma ciência objetiva, o paradigma novo não crê na possibilidade de uma objetividade total.

² Rémond, pp.19, 21.

³ Burke, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 326, 348.

Marc Bloch⁴ defende que a História total ou global é a única que pode reivindicar o estatuto de verdadeira, e, como mencionado, poderá se construir com a colaboração recíproca das Ciências Sociais. Considera-se que a intenção de abordar aspectos relativos à vida dos homens em sociedade, que transcendam a esfera política, exigiria métodos e técnicas de investigação e análise dos quais a História absolutamente não dispunha. Portanto, torna-se fundamental essa “aliança a serviço da História” com o intuito de incorporar metodologias compatíveis para investigar novos temas e objetos.

A década de 1970 é de fundamental importância no que diz respeito aos estudos sobre a História política de Montes Claros, pois é neste período que acontece o “movimento pró-volta” de Antônio Lafeté Rebello à prefeitura da cidade, retorno este que se constitui objeto dessa pesquisa, nos anos de 1974 a 1976.

Neste período, basicamente a cidade faz sua transição demográfica, passando de município rural para um centro urbano, sendo implantado neste período o Distrito Industrial que traz consigo uma diversidade de produção, e também surgindo vários setores de prestação de serviços. Como consequência deste processo há também uma “evolução da renda, ou seja, aumento de salários, aumentando o poder aquisitivo da população, surgimento de empregos, acesso à educação e saneamento básico”⁵.

Verificou-se que muitas dessas empresas fazem parte da industrialização promovida pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste), órgão público que chegou na região norte mineira a partir de 1963, e que consagrou essa região como “Polígono das Secas”⁶, quando foram oferecidas várias vantagens para se instalar indústrias tanto em Montes Claros, como também em Pirapora”⁷.

Depois deste breve parágrafo sobre o desenvolvimento de Montes Claros no período estudado, volta-se ao objeto de estudo desse trabalho. É acerca da temática política de Montes Claros que se dará atenção, em que o principal objeto de estudo será a criação da figura de Antônio Lafeté Rebello.

⁴ Bloch, Marc. *Introdução à História*. Europa-América: Sintra, 1976.

⁵ Ver Oliveira, Marcos Fabio Martins de. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*, p. 19, 20, 2000.

⁶ Constitui-se o “Polígono das Secas” em diferentes zonas geográficas, com distintos índices de aridez. Em algumas zonas o balanço hídrico é acentuadamente negativo, onde somente se desenvolve a caatinga, em outras zonas verifica-se o balanço hídrico ligeiramente negativo desenvolvendo-se a caatinga hipoxerófila. Existem também áreas no Polígono, de balanço positivo e presença de solos bem desenvolvidos. Contudo, na área delimitada pela poligonal, ocorrem, periodicamente, secas irregulares que se traduzem na maioria das vezes em grandes calamidades, ocasionando sérios danos à agropecuária e graves problemas sociais.

⁷ Diário de Montes Claros 26. 04.1976 p. 08.

Nascido aos 21 de abril de 1918, filho de Jaime Rebello e Dolores Lafeté Rebello, casado com Marcolina Athayde Rebello, ocupado com atividades pecuaristas, oriundo de família tradicional da cidade, um político, que teve sua primeira experiência política em 1947, quando se candidatou a vereador pelo PSD (Partido Social Democrático), ano em que não foi eleito. Foi presidente da Cortnorte (Curtume Norte de Minas), empresa beneficiadora de couros e derivados.

Após um período de afastamento da política e assistindo aos interesses particulares, aceitou sair como candidato a prefeito da cidade pelo partido da Arena (Aliança Renovadora Nacional), vale ressaltar que isso se deu através de um “consenso” entre os arenistas, saindo como candidato único no período.

Antônio Lafeté Rebello esteve no comando do executivo no período de 1967 a 1970, neste período colocou sob apreciação da Câmara Municipal o Plano Diretor⁸, um planejamento urbano que modificaria a cidade, principalmente o centro, sendo o principal objetivo desse plano a construção de vias de acesso rápido por toda cidade, no entanto, Antônio Lafeté Rebello foi rebatido com intensidade por outros políticos que não acreditavam em seus intentos, principalmente pela não existência de fundos para a execução do projeto. Essas divergências de idéias são mais expostas ainda em 1970, quando os partidos que colocaram Antônio Lafeté Rebello como candidato único perderam as eleições justamente para Pedro Santos, um dos políticos que mais rebatia o Plano Diretor.

Pedro Santos assumiu a Prefeitura Municipal no período de 1963 à 1966 e de 1971 à 1972, e em seus mandatos inaugurou algumas obras como: o Colégio Dulce Sarmiento (Escola Estadual Dulce Sarmiento), o Colégio Polivalente (Escola Estadual Alcides Carvalho), o Colégio Agrícola Antônio Versiane Ataíde, a BR – 365, inaugurou também as obras do Exército Brasileiro e implantou o Distrito Industrial, dentre outras obras. Nesse período a cidade também recebe os primeiros sinais de televisão.

Moacir Lopes assumiu a Prefeitura de 1973 à 1976, promoveu a primeira reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE em Montes Claros, sendo presidente da Associação dos Municípios da Área da SUDENE.

Essa sua administração foi conturbada de várias formas, denúncias de corrupção, descumprimento de leis, sendo o interesse público deixado em segundo plano. O prefeito perdeu a confiança do povo, que colocou em xeque sua capacidade de

⁸ Sobre o Plano Diretor, se constituía basicamente de leis e diretrizes que fixavam a política de desenvolvimento urbano, sua primeira elaboração foi iniciada em junho de 1969 e concluída em abril de 1970.

continuar a frente da prefeitura após diversos incidentes que envolveram seu nome, sendo manchete em vários jornais do país⁹. O Legislativo acredita que somente a renúncia do prefeito poderia devolver a tranqüilidade à cidade¹⁰, votando o pedido de empichement, mas este é arquivado¹¹.

Esse panorama político foi favorável para o grupo partidário de Antônio Lafeté Rebello programar a sua volta à disputa política, como se houvesse a associação da necessidade do povo a sua vontade de retorno, havendo neste momento em Montes Claros uma ausência do poder público, ocasionando uma necessidade de um político com um discurso que fosse de encontro às necessidades da população local. Esta figura, sem dúvida, segundo seu grupo, é Antonio Lafeté Rebello.

Como fenômeno marcante da política, a dramatização é uma importante referência, a produção de imagens e a manipulação de símbolos são práticas comuns nas sociedades contemporâneas, principalmente no Brasil, onde a justificação racional não encontra forças para se sustentar, recorrendo principalmente ao imaginário coletivo e ao simbolismo. Esse “espetáculo político” serve tanto para reestruturar um poder político quanto para legitimar um poder a ser construído.

Esta construção passa por etapas, considerando-se fatores importantes, nesse estudo, a lisura política, a capacidade de governar de Antônio Lafeté Rebello. Além disso, há um discurso previamente elaborado no sentido de trazer à tona suas qualidades políticas, principalmente para aqueles que no período não conheciam o “mito Antônio Lafeté Rebello”, havendo assim a necessidade de apresentá-lo ao contingente de eleitores recém-chegados ao município, já que nesse período a cidade tornava-se um centro urbano. A cidade recebe também pessoas oriundas de outras cidades e não o conheciam, mas que também precisavam se identificar com algum político naquele momento, haja vistas que estas pessoas são oriundas de cidades circunvizinhas pequenas que estavam acostumadas com o político ali bem próximo a elas, seja no que tange aos favores prestados pelos políticos a esses eleitores, seja pelo próprio tamanho das cidades.

Para seu grupo político (ACI, Sociedade Rural) Antônio Lafeté Rebello era o único capaz de trazer de volta a Idade do Ouro, o tempo de luzes, sendo “o homem

⁹ Diário de Montes Claros 26.09.1974 p.01

¹⁰ Sobre o esboço da administração do Sr. Moacir Lopes, temos a dizer que este trabalho não pauta em dizer qual seria a melhor administração para Montes Claros, neste momento apenas relatamos os fatos acontecidos no período, sem emitir nossa opinião sobre a certa ou a errada administração da coisa publica na cidade.

¹¹ Diário de Montes Claros 12.03.1975 p. 01.

indicado para solucionar os problemas de sua terra, onde Montes Claros clama por uma administração energética”¹², já que a cidade nesse momento encontrava-se em dificuldades sociais dos mais variados tipos. Como propõe Girardet, este momento é muito propício ao aparecimento de um mito, sem dúvida O Salvador:

Em todos os casos, uma das conseqüências mais visíveis das manifestações do imaginário político é essa emergência de formas novas organizações comunitárias... O mito político aparece assim, do ponto de vista da observação sociológica, como tão determinante quanto determinado: saído da realidade social, é igualmente criador de uma realidade social. Surgido ali onde a trama do tecido social se rompe ou se desfaz, ele pode ser considerado como um dos elementos mais eficazes de sua reconstituição.¹³

Sua tarefa era restaurar o tecido social rompido que se encontrava desacreditado, principalmente a máquina pública.

O que se percebe é um comportamento individual voltado para finalidades coletivas, em que o homem sempre buscou mecanismos para explicar os começos. Mas, para o pensamento mítico, entender a gênese de algo não é apenas entender como algo iniciou, é poder interferir positivamente, magicamente, na sua existência presente. É poder fazê-lo ressurgir com o mesmo vigor inaugural, quando o presente se encontrava ameaçado. No mito, essa concordância dos começos está disposta de modo a recompor o passado para a compreensão do presente numa sucessão de causa e efeito, ou seja, este modelo mítico vai buscar nas origens as forças capazes de fazê-lo ressurgir, como propõe Ansart:

Uma urgência essencial da prática que esta se realize numa rede de sentidos que ultrapassa a segmentação dos gestos, dos indivíduos e dos instantes, um conjunto coordenado de representações, um imaginário através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar.¹⁴

O que tanto Ansart e Girardet querem dizer por vias um pouco diferentes é que o fato do tecido social está corrompido dá suporte ao surgimento do mito, como também esse mito vai incorporar as aflições coletivas, trazendo para si a idéia (vontade) de todos, sendo (o ator político) capaz de encarnar a vontade do todo social, fazendo seu grupo uno, estabelecendo uma relação de reconhecimento no sentido em que seus

¹² Diário de Montes Claros 25.01.1976 p. 03.

¹³ Girardet, p. 182, 184, 1987.

¹⁴ Ansart, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*, tradução de Aurea Weissenberg, R.J., Zahar, 1978, p. 21.

concidadãos se reconheçam na figura desse grande homem. Com isso, o discurso político-mítico utiliza-se do passado (origem, ascensão), isto é, busca no passado, nas suas origens, a justificativa para as ações do presente e o recria, projetando-se com mais proeminência para o futuro.

Essa mitologia política como propõe Girardet, estrutura-se a partir da visão “em torno da qual ele (figura a ser apresentada à sociedade) é um passado exemplar, associando-se aos grandes ritmos da natureza, assegurando-lhe as condições de uma vida autêntica, liberta de toda falsa aparência e de todo subterfúgio”¹⁵. Neste sentido, o mito é concebido conhecedor da exata medida do tempo, do qual cada gesto se comporta em uma plenitude de significação, que por instinto pertence ao domínio das realidades essenciais.

O mito é uma linguagem a ser desvendada aqui, no sentido de ser desmascarada, mais do que apenas compreendida, ele busca seu vigor da característica de não se apresentar como símbolo, mas sim como fato, como imagem real, vivida, espontânea, inocente e indiscutível.

Para Mircea Eliade, “o conceito de mito é complexo e imerso em polêmica. Entendido como narrativa explicativa, o mito é o relato de como algo surgiu (animais, plantas, objetos, costumes ou instituições sociais)”.

O mito conta uma história sagrada; relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso, do “princípio”. É sempre, portanto a narrativa de uma “criação”; e relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. O mito fala apenas do que *realmente* ocorreu, do que se manifestou plenamente¹⁶.

Ao propor a alteração ou a permanência de práticas e instituições sociais, o político mítico projeta a imagem da sociedade que advirá, ou seja, o mito político faz um esboço de uma sociedade perfeita para ele e a propõe para a população, julgando ele ser o melhor destino para seus comandados.

Porém, é necessário, ainda, inscrever sobre as ritualidades conforme as perspectivas de análises, em que estas observam o momento em que a sociedade clama por um Salvador. Isso se dá quando a sociedade passa por uma crise marcada pela confusão ou derrota, “daí no discurso do legendário desse tipo, o lugar essencial ocupado pelos princípios de continuidade e estabilidade”¹⁷ proposta pelo mito político.

¹⁵ Girardet, p. 113, 1987.

¹⁶ Eliade, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Perspectiva 1986, p. 11.

¹⁷ Girardet, p. 74, 1987.

Deve-se entender a História como um processo de análise dos acontecimentos, a qual procura observar as transformações pelas quais passaram as sociedades, podendo elas ser lentas ou rápidas. Para tanto, é preciso que se tenham fatos, acontecimentos, fenômenos para tornar possível, compreender a caminhada da humanidade.

Na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma), o mito constituía-se em elemento mobilizador e integrador da comunidade. Entende-se que mito, naquele momento, desempenhava uma função indispensável: exprimia, exaltava e codificava a crença; salvaguardava os princípios morais; garantia a eficácia do ritual e oferecia regras práticas para a orientação do homem.

Nesse trabalho, o mito teria um outro significado, que seria a idéia de elaboração e sustentação a partir de pressupostos políticos previamente orientados, e que teriam como função a construção de uma *persona* política para ser apresentada a toda sociedade, ou seja, através da capacidade do homem de produzir imagens e símbolos, conseguindo determinar e fixar o particular na consciência coletiva, em meio à sucessão de fenômenos que se seguem no tempo.

Em suma, o mito político se diferenciaria do mito da Antiguidade Clássica por não se estruturar a partir da dificuldade de controle e explicação de uma dada situação, mas servindo agora ao projeto de construção de uma personalidade com penetração política em todos os segmentos sociais.

É necessário abordar que a chamada História Política deriva de vários aspectos, dentre eles as sociedades do mundo ocidental, marcadas notadamente pelos seus aspectos eletivos (voto, partidos políticos, associações, etc.), em que trabalham continuamente para eleger seus representantes a partir de um dado sistema político previamente estabelecido.

A importância da discussão sobre a construção de candidaturas ou desconstruções dessas se faz importante para compreender os mecanismos históricos, sociológicos, políticos e religiosos que permeiam tais construções.

Em suma, nota-se que através da “propaganda” política pode-se tanto construir quanto destruir as figuras imaginárias, que se tornam tão fortes a ponto da sociedade enxergar neste determinado imaginário a eficácia em que é necessário naquele determinado momento.

É evidente que esta discussão simplista não é suficiente para embasar todo um conceito de mito político, uma vez que este é indeterminado. Pretendemos valorizar

estes elementos de tal modo que facilite futuras pesquisas e maior aprofundamento no assunto.

FONTES

1. Jornal

Diário de Montes Claros, década de 1960, anos 1966, 1967, 1968, 1969, e de 1970 a 1976.

2. Revistas

Montes Claros em Foco, na década de 1970.

REFERÊNCIAS

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Tradução de Aurea Weissenberg, R.J.: Zahar, 1978.

BALANDIER, Georges. *Mitos Políticos de Colonização e Descolonização, in As Dinâmicas Sociais*. São Paulo: Difel, 1976.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil: 1989.

BERSTEIN, Serge. *La culture Politique. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean François (org). Por une Histoire Culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

BOUDIEU, Pierre. *O poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 3ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Europa-América: Sintra, 1976.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

————— *A Revolução Francesa da Historiografia: A escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução Níle Odália. São Paulo: UNESP, 1991.

DEBRAY, Régis. *O Estado Sedutor*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva: 1986.

————— *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

————— *O Mito do Eterno Retorno*. 70 ed. Lisboa: Perspectivas do Homem, 2000.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

FERREIRA, Marcelo Valmor. *Cidades de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado apresentada à UFMG, Belo Horizonte, 2002.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

MIGUEL, Luís Felipe. *Mito e Discurso Político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

RÉMOND, René.(Org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

GILBERTO FREYRE E A HISTÓRIA CULTURAL

Valdemir Ferreira Lopes¹

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa que resultará em monografia a ser defendida no curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Em linhas gerais, nesta pesquisa que se intitula “História e Cultura: O Brasil pensado por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda”, analisamos em duas das obras destes autores, propostas para uma percepção do Brasil pelo olhar da cultura. Um olhar inovador tanto documental como metodológico para a primeira metade do século xx. Mas, especificamente, este artigo quer tornar público um critério que discutimos nas análises das obras Casa-Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos de Gilberto Freyre, o que propõe pensar o Brasil pelo histórico-cultural. Perspectiva que Freyre esboçou e que atualmente vem se discutindo em análises acerca de experiência de classe, prática e representação e circularidade cultural inseridas, respectivamente, nas obras de Thompson, Chartier e Ginzburg.

Palavras - Chave: História, Cultura, Historiografia, Método, Objeto, Sociedade Patriarcal.

1- Casa Grande & Senzala

O que vem a ser uma análise histórico-cultural como forma de produzir conhecimento? Neste trabalho, chamamos de análise histórico-cultural quando os autores nos

¹ Aluno do curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes, M.G.

dão exemplos de que o foco de seu olhar mira-se nos “métodos de estudo deslocando a atenção dos objetos”. Historiadores desta perspectiva declararam, como afirma Peter Burke,

(...) trabalhar intuitivamente, usando pouco método quantitativo, à procura de significado (...) onde o terreno comum dos historiadores é o simbólico (...) algo como a obra *A Cultura do Renascimento na Itália* de Jacob Burckhardt de 1860 (...) ²

A análise cultural que procuramos encontrar em Freyre é a que possamos hoje traçar um paralelo com as perspectivas de análise cultural de E. P. Thompson, Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Uma análise que poderia ser traduzida, com o risco de sermos arbitrários, por uma equação matemática: a leitura cultural do Brasil é o resultado da soma do ideal de experiência de classe de Thompson, de prática e representação de Chartier e de circularidade cultural de Ginzburg³. Os exemplos, encontrados na obra de Gilberto Freyre que remontam a estas análises, trazem estes conceitos da mesma forma que são apresentados, hoje, pela historiografia, o que parece ser caro à história cultural: a imprecisão ou a elasticidade de conceitos e o intercruzamento deles. Dessa forma, a experiência de classe se dá no “seu fazer e acontecer históricos”. Desse fazer emerge a representação e, por meio desta, “ indivíduos e grupos dão sentidos ao mundo. Sentidos ocultos que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais”⁴

Vejamos um exemplo deste aspecto em *Casa Grande & Senzala*. No capítulo I, quando analisa elementos de quatro séculos da nossa formação escravocrata, Freyre diz existir no nosso meio um sadomasoquismo social. Algo que “excedeu a esfera da vida sexual e doméstica e tem-se feito sentir através da nossa formação em campo mais largo: social e político”. Tomando como referência textos sobre sexualidade, Freyre traça o seguinte prognóstico: “na criança, o primeiro impulso sexual revela-se no sadismo, masoquismo ou fetichismo quando estimulada por influências externas sociais”. Assim, o filho de família escravocrata, cercado de escravos, é induzido ao sadismo. E ao masoquismo, é levado o

²BURKE, 2005, p. 9-16.

³ THOMPSON, 1998; CHARTIER, 1988; GINZBURG, 1987.

⁴ PESAVENTO, 2005, p. 39-41.

escravo seu ‘companheiro de brinquedos’ e seu ‘leva-pancadas’. O sadismo de menino manifesta-se

(...) no senhor de engenho no gosto de mando violento, de mandar dar surra, de mandar brigar capoeiras, galos e canários na sua presença. Gosto manifestado na repressão sexual e social, dentro da sombra do pai ou do marido, da mulher vítima do domínio ou abuso do homem (...) ⁵

Na esfera político-social, o sadismo é surpreendido no mandonismo político que é “exercido com requintes às vezes sádicos, que nos deixa nostalgias transformadas em cultos cívicos, como o do marechal-de-ferro” (lê-se Floriano Peixoto). Para o autor, o que demonstramos de tradição conservadora “se sustentou no sadismo de mando disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da ordem’”. Por outro lado, o que encontramos na nossa tradição revolucionária é um masoquismo que marca

(...) o nosso íntimo por um gosto do povo brasileiro por uma pressão sobre ele de um governo másculo (...) de mística revolucionária, de messianismo, de identificação do redentor com a massa a redimir pelo sacrifício de vida ou de liberdade pessoal (...) menos por uma vontade de reformar ou corrigir vícios de organização político-econômica, do que pelo puro gosto de sofrer, de ser vítima ou de sacrificar-se (...) ⁶

Gilberto Freyre encontrou no uso dos pronomes, uma forma pela qual representamos nossa formação patriarcal. A nossa língua nacional “resulta da interpenetração de duas tendências” a que liga as casas-grandes às senzalas. A expressão culta do “diga-me, faça-me, ouça-me” atendeu a “uma necessidade de mando ou cerimônia”. Ao contrário da coloquial “me diga, me faça, me espere, que revela intimidade, súplica, submissão”. Na primeira quem fala é “o senhor, o patriarca, o marido”. Enquanto, na segunda, “é o escravo, a mulher, a mucama, o filho se dirigindo ao *pater familias*”. Para Freyre “a tentativa de

⁵FREYRE, 2005, p. 113.

⁶FREYRE, 2005, p. 114.

interpretação histórico-cultural do uso dos pronomes” revela “a riqueza dos antagonismos equilibrados”. Porque no Brasil, além do ‘diga-me’, dizemos também ‘me diga’ sem receio do emprego de expressão que encerre a supressão de uma cultura por outra. “Uma naturalidade em empregarmos palavras africanas, a mesma que empregamos nas portuguesas. Sem aspas nem grifo”. Se assim não o fizéssemos “seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, ou até de inteligência, que só encontram expressão justa no ‘me dê’ e no ‘me diga’”.⁷

2- SOBRADOS E MUCAMBOS

O critério adotado na análise de *Casa Grande & Senzala*, também será mantido em *Sobrados e Mucambos*. Mas, enquanto *Casa Grande & Senzala* é, em certo ponto, uma introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, *Sobrados e Mucambos* é o delinear da decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano. Assim, o critério de análise se repetirá, ao passo que os exemplos serão distintos.

Uma outra característica de uma análise histórico-cultural e a que corresponde aos atores históricos. Sobre o Brasil e o que Freyre surpreendeu neste, Damatta nos informa, na apresentação de *Sobrado e Mucambos*, que o que há em Freyre é uma

(...) ausência de referências ao Estado (...) ao universo das leis e da política. Uns constrangimentos legais políticos administrativos que, tanto quanto a família das casas-grandes e dos sobrados, os escravos das senzalas e os pobres dos mucambos, foram também atores críticos desta trama de narrativas que constituem a sociologia, a história e a antropologia de nosso país (...) ⁸

Nesta família, Freyre encontra uma espécie de “teoria” de especialização dos sexos, algo presente em “outros tipos de sociedade ou organização social”, mas bem evidenciada no “nosso tipo patriarcal-agrário”. Vários são os determinantes que, na sociedade patriarcal, farão

⁷RIBEIRO, 1933 apud FREYRE, 2005, P. 417-419.

⁸FREYRE, 2003, p. 12.

da mulher “uma criatura tão diferente do homem quanto possível. Ele o sexo forte e nobre, ela o fraco e belo”. Para Freyre, talvez existam motivos psíquicos, mas o que há, principalmente “é desejo dissimulado, de afastar-se a possível competição da mulher no domínio econômico e político exercido pelo homem”. Em vista disso, emerge um chamado

(...) padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama toda santa noite, conceber, parir, ter filho, criar menino (...) ser serva do homem e a boneca de carne do marido (...) ⁹

Os ideais de “belo sexo” e “sexo frágil” fizeram surgir todo um aparato que os sedimentasse, por exemplo, através das modas de penteado, calçado e de vestido, de artes domésticas. Preocupadas “em tornar o pé pequeno, em estreitar a cintura pelo espartilho”, em “aparecer nas igrejas e nas festas ornamentadas de veludo, babado, de renda, de pluma, de fita”, as mulheres foram condicionadas ao mundo do qual só se libertavam em seus momentos de confissão, o do confessionário, o

(...) de função utilíssima de higiene, ou melhor, de saneamento mental (...) uma limpeza para os nervos e não apenas para suas almas ansiosas do céu (...) por ele se teria escoado, sob a forma de pecado, muita ânsia, muito desejo reprimido, que de outro modo apodreceria dentro da pessoa oprimida ou recalçada (...) ¹⁰

Enquanto ao homem eram dadas “todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos”, a mulher se ‘especializava’

(...) de tipo físico moral em criatura franzina, sensual, religiosa, romântica, caseira (...) qualidades passivas resultantes dos fatores econômicos, ou antes sociais e culturais, que a comprimem, amolecem, alargam-lhe as ancas,

⁹FREYRE, 2003, p. 207-208.

¹⁰FREYRE, 2003, p. 208.

estreitam-lhe a cintura (...) para melhor ajustamento de sua figura aos interesse dos sexo dominante (...) ¹¹

A discussão, em torno da circularidade cultural, vem agora completar os ideais de experiência de classe, de prática e representação anteriormente apresentados. O componente analítico da circularidade vai além desses dois ideais. Agora, o que há é uma interpenetração de valores, representações e práticas. Contra os defensores da existência de uma cultura erudita e de uma cultura popular, e também contra os que dizem ser esta mera deformação da primeira, Ginzburg nos apresenta em *O Queijo e os Vermes*, o moleiro Menochio que, com suas respostas ao interrogatório da inquisição, nos remete

(...) numa tradição oral antiqüíssima (...) evocando uma série de motivos elaborados por grupos heréticos de formação humanista (...) seu desejo de reforma radical da sociedade apresenta um tom original e não parece resultado de influências externas passivamente recebidas (...) ¹²

Gilberto Freyre encara a análise histórica também desta forma, mas com outros objetos e quase meio século antes de Carlo Ginzburg. Freyre também tem o seu Menochio, que também chegou até nós, como o personagem de Ginzburg, de forma indireta. Dentro de uma análise geral, sobre o culto de São Jorge, que segundo Freyre

(...) reuniu, no Brasil dois cultos contraditórios, mas não o que um marxista chamaria ‘luta de classes’ e que a outros tem-se afigurado ‘luta de raças’ (...) quando na realidade parece ter exprimido a interpenetração de vários antagonismos e nunca um só (...) ¹³

O autor nos oferece “o caso do ‘preto Manoel’ a quem se permitiu tratar de doentes de cólera”. Salvou muitos doentes e quando outros vieram a falecer em suas mãos foi ‘advertido pela polícia de que não deveria mais empregar o seu remédio’ “e recolhido à Casa de Detenção do Recife”, como nos informa a “Comissão de Higiene Pública”. Caso

¹¹FREYRE, 2003, p. 208-210.

¹²GINZBURG, 1987, p. 30.

¹³FREYRE, 2003, p. 637.

emblemático da metade século XIX visto como “clara expressão de luta entre classes”, mas, que, com o confronto das fontes o que se percebe ser é um “conflito entre sobrevivências de cultura africana representadas por curandeiros e inovações terapêuticas de que eram portadores médicos de formação européia”. A prisão não foi mantida, e ao

(...) preto Manoel não só recorriam pretos e pardos dos mucambos e das senzalas, mas também brancos finos de sobrado (...) que lhe ofereciam cavalo (...) como se fosse um São Jorge escuro (...) ¹⁴

¹⁴Relatório da Comissão de Hygiene Pública, Pernambuco 1857, apud FREYRE, 2003, p. 639-641.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Pedagogia da terra: educação e modernização agrícola na década de 1930

Valéria Mara da Silva¹

Na década de 1930 o tema da modernização da agricultura agitava os debates nacionais. Várias estratégias eram utilizadas para difundir as novas tecnologias, a chamada “agricultura científica”. Nas falas dos agrônomos tais procedimentos eram os únicos meios eficazes de domínio sobre a natureza, cuja empreitada tinha uma clientela não apenas de adultos, mas também de crianças. O objetivo desse trabalho é analisar essas medidas por meio do combate às pragas agrícolas, em especial o caso das saúvas-praga.

De acordo com Sônia Regina de Mendonça os estudos acerca do ensino agrícola no Brasil tomam como ponto de partida o ano de 1930. Entretanto, a autora considera que desde 1910 o Ministério da Agricultura atuava nesse setor e que houve uma continuidade dessas práticas e diretrizes quanto ao ensino rural até 1961. As características do ensino na Primeira República no tocante à agricultura foram baseadas “num conjunto de práticas de arregimentação de mão-de-obra do campo, mediante os mais variados mecanismos, todos eles marcados pelo autoritarismo inerente à construção do mercado de trabalho no país”.²

As modalidades de ensino agrícola eram duas: os Aprendizados e Patronatos Agrícolas. A autora observa que entre 1911 e 1930 a pasta da agricultura manteve de cinco a oito Aprendizados localizados em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Alagoas, Pará, Maranhão e, posteriormente, Rio Grande do Norte.³

Entretanto, desde 1909 o governo mineiro instituiu a criação do Instituto João Pinheiro (decreto n.2.416, de 09 de fevereiro). Tendo em 1929 cento e oitenta educandos, destinava-se

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFMG

² MENDONÇA, Sônia Regina.de. Estado e Ensino Agrícola no Brasil: Da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950) VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural. In: VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. Anais Eletrônicos do VII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural. Quito: ALASRU-FLACSO, 2006, p. 02.

³ MENDONÇA, Sônia Regina.de. Estado e Ensino Agrícola no Brasil: Da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950). p. 04.

à “internação e educação dos meninos desamparados” a fim de “restituir à sociedade um homem sadio de corpo e de alma, apto para constituir à própria subsistência e de impulsionar a vida econômica nacional”. Nesse sentido o Instituto procurava “voltar às energias do povo mineiro para a vida agrária” já que o estado deveria ser o “empório agrícola do Brasil”.⁴

Além do Instituto João Pinheiro, outros órgãos de incentivo a agricultura foram criados no estado, sendo que o Instituto Barão de Camargos (decreto n. 6.236, de 19 de dezembro de 1922), nas imediações de Ouro Preto, também se destinava ao aprendizado agrícola. Os outros visavam à experimentação de novos cultivos: Campo de Sementes de Carmo da Matta (agosto de 1927), no município de Oliveira; Campo de Sementes de Nova Baden (1927), município de Águas Virtuosas.⁵

Observa-se que a problemática agrícola estendeu-se aos meios educacionais nas décadas de 1920 e 1930. Para Jorge Nagle a “ruralização do ensino” permeou o pensamento sobre a escolarização nesse período e é indissociável de certas orientações nacionalistas ligadas ao fisiocratismo. “Terra e agricultura tornaram-se termos sinônimos” e à escola coube a tarefa de formar uma mentalidade condizente com a idéia de Brasil *essencialmente agrícola*.⁶

A “ruralização do ensino” seria essencialmente uma forma de “transformar a *natureza* da escolarização”, de acordo com as peculiaridades do meio social, procurando, sobretudo, atingir as escolas primárias.⁷

As relações estabelecidas entre o ensino público de Minas Gerais e os clubes agrícolas da Sociedade de Amigos de Alberto Torres (SAAT), fundada no Rio de Janeiro a 10 de novembro de 1932⁸, nos servirão de exemplo desse campo de idéias. Atenção especial será dada a um dos objetivos do grupo, ou seja, o combate às pragas e as atividades referentes às saúvas.

O fluminense Alberto Torres (1865-1917), intelectual que teve vários escritos onde se dedicou à “questão nacional”, teve suas idéias retomadas nos anos 1920 e 30.⁹ A Sociedade erigida para estudar sua obra tinha núcleos em vários locais do país e desenvolveu diversas

⁴ O Ensino Agrícola em Minas (Notas coordenadas para o Anuário do Ministério da Agricultura, 1929), *Boletim de Agricultura Zootecnia e Veterinária*, n. 1, jan., 1929, p.16-17.

⁵ O Ensino Agrícola em Minas (Notas coordenadas para o Anuário do Ministério da Agricultura, 1929), p. 18-28.

⁶ NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976, p. 233-234.

⁷ NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*, p.233.

⁸ Dado obtido em ZUQUIM, J. Alberto Torres e sua obra – A SAAT e suas finalidades. *MG*, 17/dez, 1935, p. 8.

⁹ PINHO, S.O.C. Alberto Torres e *As fontes de vida no Brasil: história, ciência e natureza no Brasil das primeiras décadas do século XX. Anais do XV Congresso de História da Ciência e da Técnica*, UFMG, 2005 (CD-ROM).

atividades voltadas para a agricultura. Uma das principais ações da referida sociedade foi a idealização das semanas ruralistas, para fazendeiros, agricultores e criadores; e dos clubes agrícolas, voltados para as crianças.

Em Minas Gerais, a SAAT teve relevante atuação junto ao ensino público, tanto no interior como na capital. Segundo o assistente técnico regional de ensino do núcleo mineiro, Abel Fagundes, a SAAT exercia sobre o ensino público uma importante influência, pois trazia às “cogitações pedagógicas” o conhecimento da terra. Todas as disciplinas do currículo poderiam incorporar as ciências naturais. Era primordial “percorrer a terra, acompanhando as modificações da flora”. Estabelecia-se assim o vínculo entre as condições do solo e a história humana.

O mesmo Abel Fagundes via no ensino do português uma finalidade pragmática. As preleções sobre agricultura acarretariam o aumento do vocabulário — nomes das plantas, árvores, animais úteis e nocivos, adubos naturais e químicos, etc — e também poderiam difundir entre os alunos os problemas dos pequenos agricultores.¹⁰

O núcleo de Minas tinha reuniões semanais na sede da Sociedade Mineira de Agricultura e, entre seus membros, importantes políticos e educadores do Estado. O presidente da SAAT em exercício em 1935 era Israel Pinheiro, então secretário de agricultura do governo Benedito Valadares.¹¹ O entomólogo e chefe do Serviço de Defesa Agrícola do Estado, Oscar Monte, coordenador das Semanas Ruralistas foi outro membro com posição de destaque.¹²

Várias matérias publicadas no jornal *Minas Gerais* denotam a relevância da atuação do núcleo no Estado entre 1935 e 1936, com ênfase na atividade dos clubes agrícolas.¹³ De 8 de dezembro a 17 de dezembro de 1935, as atividades da Sociedade tornaram-se objeto de

¹⁰ FAGUNDES, A. Valor do club agrícola, *Boletim de Agricultura Zootecnia e Veterinária*, nov.dez/1935, p. 221-222.

¹¹ Segundo Eliza Borges, a indicação do engenheiro Israel Pinheiro para a secretaria de agricultura tinha caráter estratégico de fortalecimento dos laços entre a elite agrária e o Estado, uma vez que satisfaz os anseios da Sociedade Mineira de Agricultura e a melhorou a imagem do interventor Benedito Valadares junto às lideranças estaduais. BORGES, M. E. L. *Elite agrária em tempo de mudança: Minas Gerais, 1928-1946*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Tese de Doutorado em Sociologia), 1997, p. 122-123.

¹² Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (Núcleo de Minas), *MG*, 8 dez/1935, p. 15.

¹³ Encontramos referência dos clubes agrícolas da SAAT nas cidades mineiras de: Belo Horizonte, Tartaria, Itanhandú, Lavras, Eloy Mendes, Brazópolis, Viçosa, Virgínia, Perdões, Bocaiúva, Entre Rios, Itajubá, Alvinópolis, Carrancas (Lavras), Cristina, Campestre, Campanha, Diamantina, Itamonte, Lambari, Lagoa Santa, Muzambinho, Pedra Branca, Passa Quatro, Mato Dentro e Tronqueiras (municípios de Passa Quatro), Palmeiras, Santa Rita do Sapucaí, Santa Cruz do Escalvado (esses três pertencentes à Ponte Nova), Piranguinho, São Sebastião dos Torres (Barbacena), São João Del Rei, Três Corações, Santos Dumont, Juiz de Fora, Piranga,

notícias no jornal. Dava-se especial atenção à concentração dos clubes agrícolas na cidade de Itanhandú, oportunidade na qual seriam apresentadas várias teses.¹⁴

Um dos tópicos mais pontuados nos clubes agrícolas foi o combate às pragas das lavouras. Em 1935, durante a Semana de Educação Rural, em Belo Horizonte, a coordenadora professora Guiomar de Medeiros realizou campanha contra os insetos nocivos das plantações.¹⁵

Na ocasião do lançamento da Campanha Nacional contra a Saúva, em dezembro de 1935, a SAAT enviou à Secretaria da Campanha uma correspondência revelando seus interesses pelo projeto e suas ações práticas no último trimestre daquele ano contra as saúvas:

foram capturadas pelos meninos associados aos clubes agrícolas patrocinados por essa sociedade, 200.000.000 de ‘tanajuras’. Calculando-se que 90 % desse total por quaisquer circunstâncias, mesológicas ou outras, não tivessem vingado, ainda assim evitaríamos a formação de 18.000.000 de formigueiros, que para serem destruídos, seria necessário despende a quantia total de 54 mil contos de réis, dando custo de 3\$000 para cada formigueiro.¹⁶

Há que se considerar, no trecho citado, a atenção dada aos números, calculando-se a quantidade de formigueiros que não se instalariam no solo e a quantia despendida caso a captura não fosse realizada. Esse cálculo pode ser visto como um exercício de entomologia e de suas relações com a economia.

A ênfase dada ao problema da saúva nos clubes agrícolas demonstra como intelectuais, agrônomos e professores procuravam, por meio dessa retórica, o apoio dos mais diversos setores da sociedade. A questão de fundo residia sempre nos estragos que a praga fazia à economia do Estado.

À primeira vista, poderíamos depreender dos exemplos mencionados os sentimentos bélicos contidos nas mensagens dos adultos repassadas às crianças relacionadas às saúvas. Mas, sobretudo, sobressai o fato de que por meio da educação procurava-se dar uma resposta à praga. Podemos traçar um paralelo entre essa resposta dada às saúvas no Brasil e ao *cotton boll weevil*, nos Estados Unidos. Embora não exista qualquer semelhança entre elas, distantes no tempo e no espaço, Buhs observa que a atitude dos norte-americanos relacionado à praga

¹⁴ Entre essas, podemos citar “Os clubes agrícolas escolares e a proteção à natureza”, da professora Carmem de Mello (Belo Horizonte/Escola Normal); “Os clubes agrícolas escolares e a organização dos museus de História Natural”, do agrônomo Manuel Alves de Almeida (Passa Quatro/MG); “Os clubes agrícolas escolares no sertão”, do Dr. Alberto Carvalho (Lavras/MG), “Os clubes agrícolas escolares e as matérias do Programa de Ensino Primário”, do Diretor Escolar Francisco Manoel do Nascimento (Santa Rita do Sapucaí/MG); “Como se deve ensinar a sericultura às crianças”, do professor de agronomia da ESAV Mário Vilhena (Viçosa/MG); entre outras.

¹⁵ FAGUNDES, A. Valor do club agrícola p. 223.

¹⁶ Complemento 25. In: MARQUES, Luiz Augusto de Azevedo. *Campanha Nacional contra a saúva*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1939, p. 83.

do algodão, igualmente forçou a sociedade a se posicionar.¹⁷ No Brasil, embora a saúva fosse um elemento destruidor, ela se revestiu de um significado pedagógico, já que os males causados pelas formigas à agricultura serviam para despertar sentimentos pátrios nas crianças.

Se, as formas de atuação oriundas da educação formal, viriam a produzir frutos de filho para pai, outras estratégias pedagógicas foram propagadas através de meios de comunicação que atingiam o grande público. O caso da *Campanha Nacional contra a saúva* (1935) nos fornece uma série de exemplos acerca desses expedientes educacionais destinados ao público adulto.

Recursos visuais, como o cinema, a fotografia e os cartazes, de acordo com Sevcenko atingiram seu ápice no período do pós-guerra.¹⁸ Tais mecanismos foram incorporados ao esforço de educação na agricultura, as “projeções luminosas” eram realçadas nas propagandas, como uma novidade moderna e eficaz, sobretudo, pelo fato de possibilitar a educação dos agricultores analfabetos.¹⁹

Nas conferências sobre o combate à saúva os recursos cinematográficos seriam utilizados *in loco*. Um cinegrafista foi contratado para realizar um filme no Parque da Quinta da Boa Vista (RJ), local onde era mantido um formigueiro exclusivamente para estudos. O intuito era fazer o filme “correr o interior do Brasil”²⁰ levando os ensinamentos aos agricultores. Iniciativas como a confecção de cartazes e folhetos com “os aspectos da saúva na natureza”, tinham o cuidado de explicar em “linguagem singela e ilustrações” para serem remetidos às prefeituras, hotéis, jornais, propriedades agrícolas e lavradores.

Uma medida disseminada pelos clubes agrícolas era a “caça às iças” pelas crianças. Ela foi alçada pelos membros da *Campanha*, como prática também para os adultos, “dever dos brasileiros de boa vontade”, em razão de seu alcance social econômico. Evitar a formação de um novo formigueiro resolveria questões de trabalho, pois durante a estação chuvosa, “muitas pessoas perambulavam sem trabalho” e poderiam fazer da matança das iças um meio de renda.

¹⁷ Em 1919, os habitantes do Alabama chegaram a construir uma estátua em homenagem ao “Gorgulho do Algodão”, pois o inseto forçou a cidade à diversificar e fortalecer sua economia. BUHS, J.B. *The fire ant wars: nature, science, and public policy in twentieth-century America*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004, p. 39.

¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 163-164.

¹⁹ A rádio foi outro recurso utilizado pela *campanha*. Na *Estação da Radio Club do Brasil*, palestras foram ministradas pelos técnicos da comissão sobre os aspectos biológicos das saúvas. Fundada em 1923 por iniciativa de Roquete Pinto, a fundação radiofônica tinha entre seus locutores o entomólogo Costa Lima. Ver: <http://web.catie.ac.cr/informacion/RMIP/rev63/biografia.htm>

²⁰ Complemento 12. Discurso proferido pelo vereador Dr. Jansen Muller na Sessão de 16 de agosto de 1935 da Câmara Municipal do Distrito Federal. In: MARQUES, Luiz Augusto de Azevedo. *Campanha Nacional contra a Saúva*. p. 55.

Cada iça apresentada ao dono da propriedade equivaleria a 10 contos de réis. O valor era ínfimo comparado à extinção de um formigueiro em atividade que gerava a despesa mínima de 10\$0000 de réis.²¹

A relação entre moral e atividades do campo era corrente nas falas dos agrônomos. Aspectos ligados à moralidade dos indivíduos eram ressaltados a partir da sociologia agrícola. De acordo com o agrônomo Ilse de Souza, da Escola Agrícola de Lavras, os indivíduos absorviam de maneiras distintas as condições sociais, gerando, portanto, graus diferentes de “vitalidade”. Opondo-se as populações urbanas, o autor, dizia estar nas camadas agrícolas os indivíduos de mais “alta vitalidade”, pois essas não estavam completamente corrompidas pelos valores típicos da cidade, capazes de promoverem a cooperação, a assistência mútua e o altruísmo.²²

Segundo Graciela Oliver a temática acima estava presente nas preleções realizadas para os alunos da Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Nelas era forte o apelo à oposição campo e progresso urbano, cabendo ao agrônomo difundir o progresso e, ao mesmo tempo, preservar os valores existentes no interior do país. Segundo a autora os “esavianos” exerciam esse papel, o de “agentes de extensão”, sobretudo, na Semana do Fazendeiro, evento realizado na instituição desde 1929.²³

Diversos entomólogos e agricultores insistiam nos ganhos advindos de uma ampla propaganda de proteção dos inimigos naturais da saúva (aves, lagartos, lagartixas, sapos, rãs, tatus, tamanduás). As propostas de aplicação de métodos biológicos no combate à saúva eram recorrentes em vários números da *Chácaras e Quintaes*²⁴, refletindo uma demanda por informações sobre a espécie por parte dos leitores. Fato que levava os colaboradores da revista a escrever várias vezes sobre *esses terríveis inimigos das plantas*. Pode-se notar uma maior ênfase nos exemplares de 1930 a 1936, o que denota que os métodos biológicos estavam na ordem do dia.

²¹ MARQUES, Luiz Augusto de Azevedo. *Campanha Nacional contra a Saúva*. p. 92. Essa sugestão consta em outro livro de Azevedo Marques “Cruzada contra a formiga saúva” publicado em 1928 e distribuído gratuitamente pelo Ministério da Agricultura.

²² SOUZA, Ilse de. Sociologia Agrícola. *O Agricultor*, ano XII, n. 1-2, jan.fev., 1933, p.12.

²³ OLIVER, Graciela de Souza. O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950. Campinas: Instituto de Geociências, 2005. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra). p.76-77.

²⁴ A *Chácaras e Quintaes* publicou vários artigos referentes aos métodos biológicos e às saúvas nas primeiras décadas do século XX. Seu fundador, o Conde Amadeu Barbiellini (1877-1955) chegou a editar em 1908 uma revista chamada *O Entomologista Brasileiro*. É considerado por vários especialistas em defesa agrícola como um importante difusor da entomologia. Entre eles podemos destacar Edmundo Navarro de Andrade, que ao escrever *Subsídios para a Entomologia Agrícola Brasileira*, ressaltou o papel da revista nos anos de 1910, momento no qual assumiu as lacunas deixadas pela escassez de fontes bibliográficas e coleções entomológicas do país.

A respeito da defesa agrícola e dos modelos de serviço entomológico a serem implantados em terras brasileiras os americanos eram, sem dúvida, o exemplo mais corrente. A influência dos Estados Unidos era corrente nas falas dos agrônomos e em suas tentativas de erigir “a figura do *farmer* como o paradigma da racionalidade produtiva a ser imposto ao homem do campo brasileiro pela via do saber”.²⁵

A referência à idéia de leis naturais era o principal mecanismo utilizado para relacionar as atividades humanas à dispersão das pragas. Os argumentos erigidos para explicar a amálgama entre forças da natureza e do quadro social, eram expostos por meio da idéia de “equilíbrio natural dos seres”. Aos agricultores cabia colocar na balança os prejuízos opostos aos benefícios. A “opinião pública” considerava os insetos como “flagelos indiscutíveis”; não obstante, eram também auxiliares como polinizadores, agiam sobre o mecanismo dos solos, alimentos para aves, e ainda, insetos guerreavam com outros insetos.²⁶

O entomólogo Ruber van der Linden tentava sensibilizar os agricultores ao propor que aqueles que queimavam suas terras tentando espantar insetos não notavam que as pragas e o fogo eram semelhantes, ambos só destruíam. As contradições com que deveríamos contar eram aquelas próprias das leis do equilíbrio natural, ao transpor esse limite os insetos se multiplicavam e de nada valia a “ciência, os gazes e os venenos”. Ao defender a utilização do método biológico, o entomólogo propunha que o homem deveria aprender com os exemplos fornecidos pela natureza, com seus inúmeros exemplos de guerra e de paz entre espécies.²⁷

Embora não se chegasse a nenhum acordo sobre o método biológico, as soluções discutidas possuem vários desdobramentos. Em primeiro lugar, a questão econômica, já que se procurava oferecer ao agricultor meios acessíveis e de baixo custo para combaterem a saúva. Em segundo lugar, a sua dimensão simbólica de tentativa de construir uma agricultura imersa no “ato de mostrar”, ou seja, condizente com aspectos da prática. A construção de uma nova rotina no trabalho agrícola elegia métodos e produtos, onde a demonstração prática era essencial, uma espécie de instrumento para vencer a rotina. Segundo Kuklick & Kohler, as ciências de campo preconizam a relação constante entre amador e profissional, na qual, os eventos são descritos, sob formas visuais e literárias familiares.²⁸

A proposta de aproximação entre a ciência agrônoma e a prática estava contida nas idéias de alguns profissionais da agricultura. Nesse sentido, Oliveira Filho pretendia publicar

²⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1930)*. p. 91.

²⁶ OLIVEIRA FILHO, M.L.de. A luta contra os insetos. O mundo acorda. *O cultivador moderno*, Mococa, 15 de out. de 1931, p. 26.

²⁷ VAN Der LINDEN, Ruber. Poderão os insetos dominar o mundo? *Chácaras e Quintaes*, 1934, p. 468.

²⁸ KUKLICK, H. KOHLER, R. The History of Science Society, *OSIRIS*, 2nd series, 1996, p.1-14.

o *Manual do Matador de Formigas*, em “linguagem caipira com mais figuras que palavras” para atingir os agricultores que conviviam com a saúva.²⁹

No caso dos artigos referentes ao Estado de Minas Gerais, notamos que as saúvas não eram apenas formigas, mas animais contrários à índole do agricultor mineiro, homem de ordem, estabilidade. Deste modo, o combate se revestia em forte elemento de coesão para as classes agrícolas. Segundo Luiz Amaral, em palestra realizada a convite de Belo Lisboa na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, a ausência de organização cooperativa expressava devastação.³⁰ Argumentava que os indivíduos cooperados podiam “lutar contra a natureza” e obter sua produção de forma abundante. O individualismo agrário, para o autor, anulava o lavrador e a agricultura; ao contrário, do cooperativismo “onde tudo se pode”, sobretudo, combater e prevenir-se das pragas.³¹

O papel da conservação era outro aspecto vislumbrado nos concursos promovidos pela *Chácaras e Quintaes*, visto que propunham atividades educativas visando conter o extermínio de espécies animais. Lançado em 1932, o concurso intitulado “Menos passarinhos insetívoros, mais insetos daninhos”, defendia várias medidas para garantir a sobrevivência dos pássaros, que passavam pela educação e por outras estratégias. Para além do papel da escola, a defesa dos passarinhos deveria incluir a utilização de propagandas nos jornais incutindo os leitores sobre a utilidade das aves; construção de jardins públicos com ninhos artificiais e criação de leis de proteção a esses animais. Estas deveriam determinar penas pecuniárias a quem caçasse em épocas impróprias ou destruíssem ninhos inutilmente.³²

A questão do extermínio dos pássaros repercutia em âmbito nacional. Conforme Regina Horta Duarte houve um intenso movimento desde fins do século XIX por parte de alguns cientistas para proteção dos pássaros. Um dos argumentos empregados residia no fato de que, além da matança das aves ser uma prática predatória, tornava-se prejudicial à agricultura. Constatava-se que o desaparecimento da avifauna levava à proliferação de içás.³³

Nesse mesmo contexto começaram a surgir referências à necessidade de inseticidas inócuos ao homem e ao estudo de espécies vegetais nativas com poder inseticida. Para tanto um recurso bastante usual na *Chácaras e Quintaes* consistia em conclamar os leitores e

²⁹ O tatu e as saúvas. *Chácaras e Quintaes*, 15 set/1930, p. 307.

³⁰ Em sentido ampliado, não apenas de devastação dos recursos naturais.

³¹ AMARAL, L. Organização Rural, *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, jul, 1934, p. 17.

³² CARDOSO, J. F. Menos passarinhos insetívoros, mais insetos daninhos, *Chácaras e Quintaes*, 15 mai/1932.

³³ DUARTE, Regina Horta Duarte. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, vol. 41, n.1, p. 3-26, fev. 2006.

técnicos a contribuir para agregar conhecimentos sobre plantas com propriedades inseticidas.³⁴

Ao discorrer sobre a pesquisa de substâncias inseticidas na Europa, o agrônomo Bento Pickel ressaltava que embora o combate aos insetos estivesse passando por reformas devido à substituição dos compostos arsênicos por outros de menor toxicidade; o Brasil deveria observar sua natureza antes de empregá-los. Nosso país tinha condições mesológicas diferentes do continente europeu, motivo pelo qual seria necessário “ensaiar outras drogas”:

Ensaieiros principalmente as drogas de natureza vegetal, de que a nossa flora é tão rica e que já forneceu esplendidos inseticidas como o *pyrethro* (de planta tóxica), a *derris*, a *quassia*, o *fumo*, e as *ervas de rato*, a *espirradeira*, etc. Podemos nutrir a esperança de que a questão dos inseticidas será resolvida no Brasil com produtos vegetais da nossa flora ainda mal explorada e quase desconhecida.³⁵

Educar, nesse contexto, passava, portanto, por uma remodelação das sensibilidades relativas à natureza. Tal processo revela os laços existentes entre as representações acerca do natural e sua convergência com os conflitos vividos pela sociedade em questão. Desse modo eram criticadas as queimadas, o extermínio de espécies vegetais e animais, entre outros. Esses mecanismos de educação, no caso específico que analisamos, buscavam integrar crianças e adultos no fortalecimento da agricultura nacional, em arregimentá-los em torno de um inimigo comum: a saúva. Deste modo os agrônomos desqualificavam antigas práticas agrícolas erigindo aquelas consideradas modernas e racionais recorrendo a argumentos nacionalistas na formas de lidar com a terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMARAL, L. Organização Rural. *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, jul, 1934.
- ANTUNIASSI, M.H.R; MOURA, M.I.G.L. A Revista Chácaras e Quintais e a comunicação rural, p.01. Disponível em <[http:// www.alasru.org/cdaldasru2006](http://www.alasru.org/cdaldasru2006)>. Acesso em: 05 abril 2007.
- BORGES, Maria. Eliza Linhares. *Elite agrária em tempo de mudança: Minas Gerais, 1928-1946*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997(Tese de Doutorado em Sociologia).
- BUHS, J.B. *The fire ant wars: nature, science, and public policy in twentieth-century America*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2004.

³⁴ ANTUNIASSI, M.H.R; MOURA, M.I.G.L. A Revista Chácaras e Quintais e a comunicação rural, p.01. Disponível em <[http:// www.alasru.org/cdaldasru2006](http://www.alasru.org/cdaldasru2006)>. Acesso em: 05 abril 2007.

³⁵ PICKEL, O.S.B.B. Inseticidas novos e inócuos ao homem. *Chácaras e Quintaes*, 15 jul/1931.

- CARDOSO, J. F. Menos passarinhos insetívoros, mais insetos daninhos, *Chácaras e Quintais*, 15 mai/1932.
- DUARTE, R.H. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, vol. 41, n.1, p. 3-26, fev. 2006.
- FAGUNDES, A. Valor do club agrícola, *Boletim de Agricultura, Zootecnia e Veterinária*, nov.dez/1935.
- KUKLICK, H. KOHLER, R. The History of Science Society, *OSIRIS*, 2nd series, 1996.
- MARQUES, Luiz Augusto de Azevedo. *Campanha Nacional contra a saúva*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1939.
- MENDONÇA, S.R.de. Estado e Ensino Agrícola no Brasil: Da dimensão escolar ao extensionismo – assistencialismo (1930-1950) VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. In: VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2006, Quito. Anais Eletrônicos do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Quito: ALASRU-FLACSO, 2006.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- O Ensino Agrícola em Minas (Notas coordenadas para o Anuário do Ministério da Agricultura, 1929), *Boletim de Agricultura Zootecnia e Veterinária*, jan/1929.
- O tatu e as saúvas. *Chácaras e Quintaes*, 15 set/1930.
- OLIVEIRA FILHO, M.L.de. A luta contra os insetos. O mundo acorda. *O cultivador moderno*, Mococa, 15 de out. de 1931.
- OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950*. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra), Instituto de Geociências, Unicamp/São Paulo, 2005.
- PICKEL, O.S.B.B. Inseticidas novos e inócuos ao homem. *Chácaras e Quintaes*, 15 jul/1931.
- PINHO, Silvia Oliveira Campos. Alberto Torres e *As fontes de vida no Brasil: história, ciência e natureza no Brasil das primeiras décadas do século XX*. *Anais do XV Congresso de História da Ciência e da Técnica*, UFMG, 2005 (CD-ROM).
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (Núcleo de Minas), *MG*, 8 dez/1935.
- SOUZA, Ilse de. Sociologia Agrícola. *O Agricultor*, n. 1-2, jan.fev., 1933.
- VAN der LINDEN, Ruber. Poderão os insetos dominar o mundo? *Chácaras e Quintaes*, 1934.

ZUQUIM, J. Alberto Torres e sua obra – A SATT e suas finalidades. *MG*, 17/dez, 1935, p. 8.

Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:

historiografia

brasileira e modernidade

A relação de poder e controle entre a USIMINAS e o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga (SINDIPA), na década de 1980

Vanessa Costa Soares

Resumo A História do trabalho no Brasil no fim dos anos 1970 se destacou por aquilo que denominamos de “novo sindicalismo”. O início da abertura política do país após anos de regime fechado possibilitou ressurgir no cenário nacional diversos movimentos de contestação e de lutas sindicais. No entanto, o modelo paternalista imposta às indústrias estatais deixou cicatrizes profundas em alguns sindicatos importantes, como vamos discutir através do Sindipa (Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga) e de sua relação de subordinação aos interesses da Usiminas.

Palavras chaves:

Sindicato – paternalismo – peleguismo – representação sindical

Durante os anos de 1964 – 1985, caracterizado como um período autoritário e ditatorial, o país sofreu com a repressão e a intervenção militar, o que representou o controle de manifestações sociais e populares. Dentre elas, o movimento sindical foi um dos mais perseguidos. O governo, através do Ministério do Trabalho e seus órgãos executivos, fazia o controle direto, minucioso, e de maneira rígida, de todas as ações sindicais – suas eleições; suas receitas e despesas; além de suas ações reivindicativas. Dessa forma, uma das poucas atividades dos diversos sindicatos oficiais, neste período, consistiu na implantação de serviços assistências.¹

Foi dentro desse contexto que o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, o SINDIPA, se consolidou - foi legalizado entre os anos de 1964 e 1965 e teve sua

¹ BOITO JR, Armando. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. In: BOITO JR, Armando.(Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 1
EDUFOP, 2007.

primeira eleição para presidente no ano de 1969². Pertencente aos funcionários da Usina Intendente Câmara³ – USIMINAS – localizada no leste de Minas Gerais, na área conhecida como Vale do Aço devido o complexo de empresas que completam o local, esse sindicato construiu suas bases dentro do modelo sindical imposto pelo Regime Militar.

Até meados da década de 1980, a base da estrutura do SINDIPA foram os serviços mutualistas⁴, resgatados pelos governos militares como uma eficiente forma de controle, dos movimentos contrários ao Estado e à classe patronal. Portanto, essa prática assistencialista serviu de apoio para a direção do SINDIPA, manter uma relação de subordinação às políticas do governo, e principalmente à Usiminas, uma vez que o clima de insegurança era constante durante esse período, tanto pela política do governo quanto pelo modelo paternalista empregado pela empresa.

A eleição para presidência do sindicato que ocorreu em 1985, na qual foi eleito Luiz Carlos Miranda, caracterizou a permanência de uma concepção de sindicalismo, extremamente atrelada à postura pelega e submissa, em que esteve até à aquele momento. Ou seja, apesar do país viver uma abertura política e os sindicatos ganharem força, a nova direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga manteve sua política subordinada ao paternalismo da usina.

O número acentuado de denúncias de fraudes, tanto na eleição de 1985, quanto em diversas Campanhas Salariais⁵, percorreu toda a segunda metade da década de oitenta, caracterizando um ambiente de rivalidade entre a diretoria, comandada por Miranda – que era filiada à CGT – e o grupo de Oposição Sindical Metalúrgica Ferramenta, pertencente à CUT e liderada por Chico Ferramenta.

Essa diretoria buscou mobilizar os trabalhadores, através de um plano de propaganda, no qual se percebe claras intenções em divulgar uma imagem honesta, sincera e justa, haja vista as diversas críticas sofridas ao longo de suas gestões pelos

² Jorge Noman foi o primeiro presidente eleito do Sindipa. *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992, vol. 2

³ Hoje chamada Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A

⁴ São serviços assistenciais para os associados do sindicato dos quais se destacam: serviços médicos e odontológicos, serviços de vacinação e laboratoriais, assistência jurídica, farmácia e colônias de férias. Informações retiradas dos boletins sindicais do Sindipa: “*Informativo Sindical*” de 1980/81 e “*Panorama Geral*” de 1981/85; e dos Termos de Acordo firmados entre os anos de 1976 a 1983.

⁵ Isso foi confirmado através de um estudo comparativo desenvolvido para conclusão do meu curso de graduação em História – 2004 – partindo da análise dos documentos: “*Boletim da Pastoral Operária*”. Diocese de Itabira, Cel. Fabriciano: Vicariato III – Ano II. N.º 14. Dezembro de 1985; “*Estado de Minas*” 29/30 de novembro de 1985 e “*Diário do Aço*” 27 de novembro de 1985. Termos de Acordos firmados entre os anos de 1985 a 1990.

grupos de oposição⁶ (seu mandato durou de 1985 a 1995, após ser reeleito pela terceira vez consecutiva). A utilização desse método possibilitava aos metalúrgicos o acesso às informações, que os aproximavam da realidade nacional e do contexto econômico em que viviam. Entretanto, essa proximidade não significava a participação e compreensão do mesmo, uma vez que, a intencionalidade que havia embutida nestas notícias divulgadas nos informativos sindicais, não proporcionavam um entendimento da estrutura política à qual pertenciam, tornando a realidade falseada. Em outras palavras, foi através das críticas à política econômica do governo e das acusações do grupo de oposição divulgadas nos boletins, que a nova direção do SINDIPA buscou apresentar um sindicato combativo como uma forma de disfarçar sua postura pelega diante de um contexto de redemocratização.

Ao utilizar de uma imagem combativa, como uma maneira de adaptar o peleguismo tradicional, característico do “*Sindicalismo de Estado*”⁷, ao novo momento político e social, no qual o país estava inserido, o SINDIPA apresenta uma característica particular. Dessa maneira, torna-se um objeto de estudo diferencial, pois supostamente deixa de ser um representante dos interesses dos metalúrgicos, para ser dos interesses da empresa.

Apesar das classes trabalhadoras terem sido alvos de diversos estudos durante a década de 1970 e principalmente início dos anos oitenta, isso não permaneceu durante muito tempo. As produções que dizem respeito à história operária como: industrialização, políticas patronais, políticas urbanas e sanitárias, movimentos e revoltas populares, etc., sofreram uma queda considerável após o final da década de 1980. No entanto, os trabalhos produzidos nos últimos anos têm demonstrado a necessidade de rediscutir/ repensar o tratamento dado à história operária. A partir disso, proponho um debate a respeito do modo como o sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga representava os interesses dos trabalhadores, partindo de suas relações sociais cotidianas, dentro e fora da empresa.

Contudo, é um estudo que se dispõe a trabalhar, além das fontes documentais, uma rica fonte oral, haja vista a contemporaneidade do tema o que possibilita dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Dessa forma, ao enfatizar as relações sindicais e

⁶ Grupo denominado Oposição Sindical Metalúrgica – Ferramenta, esses eram filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e liderados por Francisco Carlos Delfino, conhecido como Chico Ferramenta, que disputou a direção do Sindipa em 1985. Boletim “*Ferramenta – Órgão Informativo da Oposição Sindical Metalúrgica Ferramenta*”, n^os 2 e 3, novembro de 1985.

⁷ Ver *Sindicalismo de Estado* em BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991 Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: 3 EDUFOP, 2007.

trabalhistas, juntamente com a política da Usiminas, pretende-se mostrar que através do conflito entre as versões obtidas desses agentes sociais será possível ao historiador compreender as contradições existentes neste cotidiano⁸, a partir do final do Regime Militar e processo de redemocratização do Brasil – período esse caracterizado pela direção de Luiz Carlos Miranda à presidência do Sindipa e que se estendeu por três mandatos. Portanto, o que proponho é um trabalho voltado para a classe operária, suas ações e idéias a partir de uma análise “*vista de baixo*”⁹, e como isso era representado pelo sindicato.

A política paternalista

“ela [a Usiminas] nunca fala que não pode. Fala que não seria bom, que atrapalharia o bom andamento. Isso aconteceu no final do processo, quando a empresa percebeu que corria riscos, que poderia haver vitória da oposição. Então, houve um trabalho muito grande, intenso, por parte da gerência, no sentido de esclarecer que haveria conseqüências, que iria acabar com o sucesso da usina. Que a CUT estava ligada ao PT e que a turma era muito esquentada.”¹⁰

Este depoimento foi dado por Almir de Paula, engenheiro aposentado da Usiminas, e se reporta à eleição para presidente do Sindipa em 1985, na qual a chapa 1 que era filiada à CUT e representaria a Oposição Sindical Metalúrgica Ferramenta, perdeu o segundo escrutínio para a chapa 2, liderada por Luiz Carlos Miranda.¹¹ A partir dessas declarações foi possível levantar alguns pontos importantes para o desenvolvimento deste projeto.

O primeiro diz respeito a um possível controle dos trabalhadores durante as eleições sindicais, por parte da Usiminas, e o segundo era a sua provável tentativa de conter o avanço dos movimentos de oposição através do controle sindical. Isso também pode ser observado durante as campanhas salariais, desse mesmo período, destaque para a fala de um ex-metalúrgico ao narrar uma assembléia de votação da proposta salarial:

“A chefia tirava todos os peão da empresa em pleno horário de serviço e levava de carro da Usiminas para o Jabaquara. (...) o chefe de seção ia dentro

⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2 edição, 2001. pag. 40/41

⁹ SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

¹⁰ Entrevista realizada em 1991 por Lenira Rueda com Almir de Paula contida em: *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992, vol. 2, pg. 135.

¹¹ Boletim Informativo “Olho Vivo” n.º 1

do ônibus tomando conta. Chegava lá, tinha um campo de futebol (...). Os funcionários eram divididos por departamento, cada um ficava de um lado do campo escalado pra ele. A chefia ficava junto dos funcionários vigiando quem ia votar sim ou não ... Não podia votar individual, em urna, com papel. Você tinha que levantar a mão para a chefia ver no que você estava votando...”¹²

Levando em consideração o período de redemocratização pelo qual o Brasil estava passando e a retomada das ações sindicais no país, percebe-se que o Sindipa ainda estava atrelado ao sistema “*paternalista*” imposto pela empresa. Apesar do termo ser criticado por alguns historiadores, dentre eles E. P. Thompson¹³ – ao considerá-lo inapropriado para caracterizar o período de industrialização na Inglaterra e suas relações sociais, pois o termo está atrelado a implicações normativas, nas quais “*sugere um calor humano*”, ou seja, uma relação de pai “*consciente de seus deveres*” e filho “*submisso ou complacente*”, das quais a nova realidade complexa não se encaixa – ele não o abandona, apenas sugere a sensatez de não caracterizar toda uma sociedade através do termo. Além disso, afirma em outro momento ao discutir a formação da classe operária na Inglaterra, um paternalismo modificado, pois segundo Thompson a necessidade de paz na indústria e de uma força de trabalho estável, exigia a formação de novas formas de paternalismo¹⁴, o que caracterizaria a situação encontrada na Usiminas, principalmente devido à crise econômica nacional e os diversos planos econômicos fracassados¹⁵.

Desse modo, é necessária uma readaptação do paternalismo, haja vista que apesar de viver um sistema capitalista bem estruturado, é necessário lembrar que o país estava saindo de uma ditadura militar extremamente controladora, da qual a relação patrão e empregados saiu abalada. Por mais que as relações do tipo capitalistas tivessem força, o contexto de repressão e dominação quase que total das movimentações sindicais impôs uma relação paternalista dentro das indústrias, na qual o patrão passa a ter as funções do “pai” e consequentemente os operários tornaram-se “filhos”.

Esse sistema também foi discutido por Sidney Chalhoub¹⁶, ao abordar a relação patrão-empregado no Rio de Janeiro. O autor afirma que a tensão estabelecida entre eles teve como causa o paternalismo, característico da República Velha. Segundo Chalhoub

¹² Depoimento do Sr. Namir Soares em julho de 2005

¹³ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁴ THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

¹⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 7ª ed., 1999.

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2ª edição, 2001.

“ O patrão era uma espécie de ‘juiz doméstico’ que procurava guiar e aconselhar o trabalhador, que, em troca, devia realizar suas tarefas com dedicação e respeitar seu patrão.”¹⁷

Se estabelecermos um paralelo entre essa afirmação e às declarações feitas pelo Sr. Almir de Paula, nota-se as semelhanças, tanto em relação à postura do patrão que usa seus argumentos para “aconselhar” os empregados, quanto do operário que logo no início de sua frase tenta proteger a direção da usina mostrando “dedicação e respeito”, o que vem a reforçar a hipótese de um sistema patriarcal dentro da Usiminas.

Desse modo, tendo ainda as palavras de Chalhoub como base, destaco a importância do segundo depoimento como forma de esclarecer o “*objetivo óbvio [do paternalismo] de controle social, procurando esvaziar o potencial de conflito inerente a uma relação baseada fundamentalmente na desigualdade entre os indivíduos que dela participam.*”¹⁸ Mas para que isso possa ser realizado com sucesso é necessário o controle dos operários e do sindicato, uma vez que esse tem como função representá-los, garantindo seus interesses.

Essa idéia de controle social foi discutida por Foucault,¹⁹ que considera evidente a exigência de formas de poder diferentes do Estado e as classificam como “*micro – poderes*”, dentre eles destaca a fábrica como uma das instituições que exercem o “*poder disciplinar*”, como uma maneira de controle e não de repressão: “*A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).*”²⁰ Além disso, tem a vigilância como um dos principais instrumentos de controle.

Dentro da Usiminas, conforme o depoimento ex-metalúrgico Namir Soares, essa vigilância era exercida pela “*chefia*”. Esses geralmente eram os supervisores ou chefes de seção, que possuíam cargos superiores. Para Eric Hobsbawn, em seu estudo sobre o operariado, esse grupo era chamado de “*aristocracia do trabalho*” – “*certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada do que*

¹⁷ Iden, pág. 115

¹⁸ Iden, pág. 115

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 16 ed., 2001.

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 19 ed., 1999.

a massa do proletariado”²¹ – e estabelecia uma relação de “co-exploração” cujo “principal resultado foi o de acentuar a sensação de superioridade qualitativa”²²

No entanto, essa hierarquia possibilitou o surgimento de uma “camada intermediária de funcionários que não é bem vista pelos funcionários inferiores”²³, devido o aumento da distancia entre patrão e empregados. O que conforme Chalhoub enfraquece a eficácia da dominação paternalista e aumenta os conflitos entre as duas ordens.

A partir disso, surge uma questão contraditória: se de um lado a chefia era quem controlava e vigiava os operários, para que o sistema paternalista funcionasse, por outro isso poderia causar desconforto e conflitos internos, uma vez que eles eram mal vistos, o que prejudicaria a produção. Assim é importante destacar de que forma essa questão acontecia dentro da Usiminas e como os metalúrgicos reagiam diante dessa situação. Outro destaque deve ser a participação do Sindipa como principal representante dos interesses dos funcionários mais prejudicados. Para isso a necessidade do uso da história oral é de extrema importância, pois ao estudar a classe operária da Usiminas e seu sindicato como representante, será de grande valia partirmos de um panorama “visto de baixo”, ou seja, dos metalúrgicos e não somente da “chefia” ou dos representantes da presidência do Sindipa, para que haja uma melhor compreensão do cotidiano das pessoas envolvidas.

Na tentativa de oferecer uma abordagem para a história social da cultura voltada em discutir a história dos trabalhadores através de suas experiências, a pesquisa se torna relevante ao resgatar uma historiografia que foi deixada de lado nos últimos anos e que tem sentido a necessidade de ser repensada²⁴, uma dessas formas “é o aprofundamento dos estudos regionais, fugindo do paradigma de São Paulo e do Rio”²⁵. E para que isso possa ser realizada é de grande relevância ter a micro-história como prática de pesquisa, pois reduz a escala de observação a ser analisada e “busca uma descrição mais realista do comportamento humano, [além disso] acentua as vidas e os acontecimentos individuais.”²⁶ A utilização da prática da análise dos documentos orais, assim como dos documentos, somada a uma abordagem da “história vista de baixo” – a qual tem como

²¹ HOBBSBAWN, Eric. *Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 2000. Pg. 350

²² FOUCAULT, idem Op. Cit. 1999.

²³ CHALHOUB, idem Op. Cit. 2001.

²⁴ BATALHA, Cláudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de.(Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 2001

²⁵ Idem pg. 156.

²⁶ LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. Pg.158

base o estudo dos grupos sociais menos favorecidos, proporcionando-lhes um meio de reiterar suas experiências a um contexto mais amplo, do qual provavelmente nem sabiam que faziam parte²⁷ – torna, portanto, este projeto um trabalho diferencial.

Contudo, através da realização deste trabalho, se analisou as mudanças que ocorreram nos sindicatos durante o período de redemocratização do Brasil, tendo como base as características do Sindicalismo de Estado, implantado durante o Regime Militar, o que possibilitou um controle governamental destas associações. A partir disso, procurou-se verificar como o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga reagiu a essas modificações no contexto nacional, e quais foram as influências sofridas, para que fosse possível realizar uma reflexão a respeito da relação existente entre ele, a Usiminas, e os trabalhadores. A partir disso, surgem diversos pontos de questionamento que servirão como base para pesquisas futuras.

Fontes e Bibliografia

Entrevista realizada

Sr. Namir Soares, natural de Manhumirim/MG – 11/07/2005

Bibliografia comentada

- BATALHA, Cláudio H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos Cezar de.(Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 4 ed., 2001.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.
- BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2ª ed., 2001.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 7ª ed., 1999.

²⁷ SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 16ª ed., 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 19ª ed., 1999.
- HOBSBAWN, Eric. *Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 2000.
- *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992, vol. 2
- LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 2002

Boletins

“Boletim da Pastoral Operária”. Diocese Itabira, Cel. Fabriciano: Vicariato III – Ano II. N° 14. Dezembro 1985.

“Ferramenta – Órgão Informativo da Oposição Sindical metalúrgica Ferramenta”. n°s 2,3, 1985.

“Informativo Sindical”. Outubro 1980 – junho 1981.

“Olho Vivo – Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de Ipatinga”, N.º 1, 1985

“Panorama Geral – Boletim dos Metalúrgicos de Ipatinga”. Janeiro 1981- agosto 1985.

Bibliografia Básica

- ANTUNES, Ricardo L. C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, ed. 10, 1985.
- FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: um inventário das diferenças*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes.(Org.). *Entre-vistas abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FORTES, Alexandre. “*Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX*”. In. *Cadernos AEL*, N.º 10/11, 1999, pp. 171-220.
- FORTES, Alexandre, et al. *Na Luta Por Direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- FREITAS, Marcos Cezar de.(Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 4 de, 2001
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. (trad.) São Paulo: Cia das letras, 1987.
- HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- *Homens em Série: a historia de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992, vol. 1 e vol. 2
- HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes. 1989
- MANGABEIRA, Wilma. *Os Dilemas do Novo Sindicalismo: Democracia E Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ANPOCS, 1993.
- NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*.
- THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (orgs.) Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. São Paulo: Editora UNICAMP, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- WEFFORT, Francisco. *Qual Democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**Historiografia Cinematográfica no Brasil: Cinema Novo como
Ferramenta Histórica**

Vichelson Mandu¹

RESUMO

A cinematografia do Cinema Novo foi profundamente marcada pelos temas sociais e políticos, numa perspectiva de denúncia e engajamento em busca de uma identidade e estética que traduzisse a realidade nacional. O objetivo é analisar o cinema enquanto “agente histórico e como documento historiográfico”, e para isso devemos ter uma abordagem interdisciplinar. É importante trazer luz sobre como trabalhar os limites e possibilidades de uma historiografia que adota a cinematografia como fonte documental, além de analisar até que ponto o contexto repressor do período (1964 - 1968) interferiu no movimento e como podemos identificar essas interferências.

PALAVRAS-CHAVE

Cinema Novo; Documento; Ditadura; Metodologia cinematográfica.

ABSTRACT

The cinematography of the New Cinema deeply was marked by the social subjects and politicians, in a perspective of denunciation and enrollment in search of an aesthetic identity and that translated the reality national. The objective is to analyze the cinema while “historical agent and as historiographyc document”, and for this we must have a boarding to interdisciplines. It is important to bring light on as to work the limits and possibilities of a historiography that adopts the documentary cinematography as source, beyond analyzing until point the repressor context of the period (1964 – 1968) intervened with the movement and as we can identify these interferences.

KEY-WORDS

New Cinema; Document; Dictatorship; Metodology Cinematographyc.

Estudar este tema é fundamental para enriquecer, desenvolver e conhecer o período de repressão política da história recente do país. E neste trabalho, através do

¹ Especializando do curso de História Cultural: Imaginário, Poder e Identidades, da Universidade Federal de Goiás.

aparato cinematográfico, buscamos estabelecer uma aproximação entre o cinema e a história, já que o cinema pode e deve ser tratado como documento histórico e memória do seu tempo de produção. Em termos metodológicos, a análise das obras deste trabalho não se dará apenas por aspectos formais ou técnicos, se assim fosse seria um trabalho de comunicação social. Buscaremos compreender o processo histórico que as obras “transmitem”. Tendo em vista que os movimentos artísticos são engrenagens pertinentes à conjuntura histórica da realidade à qual está inserida, não faz sentido buscar meios de tomá-los isoladamente.

Essa pesquisa se fundamenta a partir da nova história cultural, cuja proposta capta nas mais diversas formas culturais os aspectos contundentes das camadas sociais, suas manifestações, tradições, cultura, e, portanto, história. Para que seja um trabalho bem sucedido, os caminhos traçados entre antropologia, sociologia, cinematografia e História devem estar estreitamente ligados. Ou seja, uma proposta interdisciplinar, que se fundamenta sob a ótica da linha cultural. Pode-se entender a área cultural como um aspecto privilegiado para a compreensão do mundo contemporâneo. É essa a nossa meta, produzir novas abordagens históricas a partir de fontes que se encontram no campo da cultura.

Os documentos e os fatos históricos jamais falam por si, são sempre interpretados. Nem mesmo existem fatos consensualmente importantes, um historiador pode selecionar um fato para pesquisa que seja totalmente irrelevante para outro, ou seja, não apenas a análise interpretativa é pessoal, mas a própria escolha dos fatos também. Assim sendo, poderíamos reescrever a história do regime militar através dos relatos dos próprios militares, ou através do ponto de vista do que foi transcrito nos meios de comunicação da época, ou ainda através dos relatos de quem foi perseguido pelo regime. O intuito deste trabalho é, a partir das obras do período, analisar as mudanças sofridas pela sociedade, pela política, pela economia e principalmente pela cultura brasileira, analisando a presença desses aspectos nos filmes.

O ano de 1964 foi um ano de rupturas, quando uma frágil democracia foi atropelada por uma ditadura política, tão dura que se estendeu para uma repressão social e cultural, a fim de censurar e punir toda e qualquer tentativa de manifestação contrária às idéias do então novo regime. Esse cenário estabelecido no dia 31 de março de 1964 estendeu-se por 21 anos, sustentado por uma linha dura que se legitimava através das severas punições. O Cinema Novo teve início antes do estabelecimento do regime

militar, e as cinematografias do período foram marcadas pelos temas sociais e políticos, numa perspectiva de denúncia e engajamento.

Neste trabalho a intenção é, a partir das fontes, verificar quais os elementos de intencionalidade presentes nos filmes, e com isso contestar a idéia do documento como prova. Tendo em vista é claro, que a proposta do trabalho não é um tratado teórico-metodológico. Levando em consideração que se trata de um discurso que trás consigo uma relação de poder, pelo fato de “defender” a idéia de alguma corrente de pensamento do referido recorte temporal. Os filmes problematizados neste trabalho são: “Deus e o Diabo na Terra do Sol” e “O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro”, ambos de Glauber Rocha. Serão discutidas as diferenças existentes entre a estética cinema-novista nestas obras que foram produzidas respectivamente em 1964 e em 1969, portanto imersas ao contexto da Ditadura Militar Brasileira.

Pesquisar o enredo do golpe é fazer história, é desvendar, é colher as migalhas de um “tempo egoísta” que esconde tramas ainda obscuras. É esclarecer nosso próprio passado. São com esses olhos – críticos e atentos – que relacionamos o campo histórico com as representações das obras cinematográficas de Glauber Rocha. Analisar, tratar, ou mesmo comentar sobre este período da história trata-se de algo ainda complexo, muito do que se lê, ou se comenta acerca do período militar ainda é relativamente superficial, devido à dificuldade de acesso as fontes documentais do período e, principalmente, à respeito das leis sobre áudio-visual

Estes documentos se tratam de obras cinematográficas, dramas produzidos no ano de 1969 e dirigido por Glauber Rocha. Glauber estava inserido no contexto intelectual baiano que surgia na década de 1950, esta intelectualidade nascente no país foi possibilitada em grande parte pelo governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Portanto a camada média urbana que adentrava à Universidade pública do período passava a se conscientizar das discrepâncias sociais, políticas e econômicas que sufocava principalmente a região nordeste no Brasil. Esse conhecimento despertou iniciativas diversas no âmbito cultural – música, cinema, teatro, literatura, artes plásticas –, e os filmes selecionados fazem parte desta produção.

O cinema brasileiro, em sua maior parte, era restrito à região sudeste. A esta região a condição do sertanejo não fazia parte de uma “consciência de brasilidade”, ou seja, nos filmes antes do Cinema Novo o que era visto nas telas do cinema era um contexto urbano da “alta sociedade”. A miséria, a fome, a seca, o “coronelismo”, a religiosidade, entre outros elementos presentes em “O dragão da maldade contra o santo

guerreiro” e “Deus e o diabo na terra do sol”, era quase um atentado contra aos costumes do cinema brasileiro. A intenção do diretor era abordar essas perspectivas que estavam invisíveis, e isso foi possível pelo fato do próprio Glauber ter vivenciado muitas destas experiências e ter buscado o contato com as experiências não vivenciadas. Mas, no momento da produção fílmica de Glauber, ele fazia parte da realidade urbana baiana da década de 1950; era um elemento urbano produzindo sobre um elemento rural/sertanejo parco e isolado das transformações que a nação experimentava no período.

O set de filmagens não mais se restringia aos estúdios, se deslocava para o cenário natural, à céu aberto; se aproximando do cotidiano sertanejo para ser mais realista, mais representativo para que aquele povo se identificasse na tela, mesmo que fosse apenas uma amostragem que daquele universo gigantesco. Este documento com essa amostragem não pode ser considerado prova, pois as mesmas situações não aconteciam da mesma forma em lugares distintos e sociedades locais com elementos ímpares. A produção de qualquer documento por um ser vivente passa por uma série de escolhas mediadas pelo próprio autor que inclui ou exclui informações de acordo com sua intenção, por isso se trata de uma relação de poder do autor. Devemos considerar análises de elementos isolados e pensar na inserção deste particular sertanejo do filme à composição do “todo” sertanejo.

Estes documentos têm como alvo a sociedade que não considerava a existência de um sertão, que não tinha conhecimento das aflições e da realidade de uma parcela da sociedade brasileira. Isso também atingia o patamar governamental que com a “divulgação” destes problemas deveria buscar medidas que dessem conta da situação problemática.

Devemos analisar esta obra como fruto do desenvolvimento pelo qual passava o cinema nacional passava. O movimento Cinema Novo surgiu como uma forma de contestar as Chanchadas, que para os cinemanovistas era uma arte que não prezava uma crítica social e não representava uma visão que era incondizente com a representação do Brasil. Somente era possível perceber a imagem da burguesia carioca ou paulistana nas Chanchadas, o nordeste, norte, centro-oeste e o “interior” não se fazia presente. Daí o questionamento sobre, qual representação (identidade) de brasileiro era apreendida por quem assistia os filmes?

As obras de Glauber não são as que inauguram a estética do Cinema Novo e nem as que a finaliza, elas são uma escolha do autor do projeto para que a sua proposta seja

alcançada; depois de suas produções, várias outras obras fazem parte desta estética. No início da década de 1970 surgia outro movimento que revisava e questionava o Cinema Novo, ou seja, esse processo de pensar sobre as obras que estão sendo produzidas é constante e muito importante para que tenhamos novas propostas e “o fazer arte” tenha uma busca por transformações.

No final da década de 1960, o Cinema Novo já havia conquistado um espaço muito grande junto à mídia internacional. Com isso o movimento passara a ser o “Modelo internacional de filmes”. Isso porque teve uma conotação artística pela linguagem dura e bem elaborada; pelo excelente uso das câmeras de filmagens com seus enquadramentos e jogos de luzes sempre peculiares; pela junção de elementos religiosos, políticos, econômicos e sociais que desnudavam a realidade brasileira terceiro-mundista e, por trazer aos países que se enquadravam nessa condição de reagir e se expressar, para que as autoridades tenham consciência que a população conhece e discorda dessa dura realidade.

Aliado à percepção do fenômeno humano e ao domínio da linguagem cinematográfica, o filme agrega a sensibilidade social, política e artística, produzindo um quadro das manifestações humanas mais importantes de determinada época, lugar e classe social. Revelando, paralelamente à reconstrução do ambiente físico e social, a fisionomia mental, emocional e intelectual de uma geração. Para tratar de uma parte da história do cinema brasileiro, da historiografia cinematográfica e da teoria do cinema, elegemos como vetor principal o cineasta Antonio Moreno². Mas não deixaremos de lado os outros ícones da área que entrecruzam cinema e história, tais como Marc Ferro, Jean-Claud Bernardet, Ismail Xavier, Alex Vianny, Massimo Canevacci e Guido Bilharinho.

O que de fato deve ser feito, por ser a proposta do trabalho, é evidenciar o que pode corroborar a hipótese levantada: a de que o regime militar na ditadura que começa a partir de 1964 teve influências na produção “*O dragão da maldade contra o santo guerreiro*”, e no filme “*Deus e o diabo na terra do sol*” também existem sinais de protesto e contestação político-social, contudo diferentes das do protesto contra o golpe. Ao longo dos filmes podemos observar esses aspectos dispostos de forma clara, mas existem também fatores que não aparecem. Na obra de 1969 podemos ver colocada na tela um desfile cívico em alguma data comemorativa que não é especificada, mas isso

² Antonio Moreno é cineasta, pesquisador e professor do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense. Autor de vários livros tratando de cinema e diretor de inúmeros filmes.

faz com que vejamos que o diretor Glauber Rocha agregou à sua obra elementos que fizessem alusão a uma ordem estabelecida e que deveria ser respeitada. Duas cenas do filme: onde, na primeira notamos a intensidade das cores (que não era presente em “*Deus e o diabo na terra do sol*”) e o figurino da personagem que contrasta muito com a realidade local parca de recursos; na segunda podemos observar o combate entre Antônio das Mortes e o Cangaceiro Coirama, em uma paisagem árida, isso pelas locações escolhidas por Glauber para reproduzir com total fidelidade àquela região.

Um personagem, o de um professor da região, afirma que o Brasil não tem solução e que “a única coisa que pode salvar o país são os dólares americanos”. Denotando a crítica sobre a idéia de que a entrada maciça de capitais estrangeiros faria com que o Brasil se desenvolvesse, e isso não era um pressuposto isolado e sim geral. Por todo o filme podemos observar o discurso que era necessário respeitar o governo, ou seja, se isso não acontecesse haveria duras conseqüências.

Não mais recorrendo às descrições das cenas, o que vale entender é que esta obra, muito mais que “*Deus e o diabo na terra do sol*”, tem em seu enredo as marcas de uma política e uma sociedade que estava inserida no contexto do regime militar. E todas as atitudes e manifestações culturais deveriam passar pelo crivo dos censores para que pudessem ser divulgadas ou exibidas. Glauber Rocha, dois anos depois do lançamento desse filme, vai para o exílio onde passa seis anos sem poder retornar ao Brasil, isso por sua produção que poderia ameaçar a ordem nacional.

O estudo de imagens, seja elas de qualquer origem, pode (e até deve) ser tomado como a análise de um discurso, neste caso um discurso imagético. Esse discurso permite que o cinema seja tomado como uma possibilidade documental. O historiador Nicolau Sevecenko aborda essa temática em seu livro “*Literatura como missão*”:

“Falar, nomear, conhecer, transmitir, esse conjunto de atos se formaliza e se reproduz incessantemente por meio da fixação de uma regularidade subjacente a toda ordem social: o discurso. A palavra ou imagem organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas” (SEVECENKO, 1989, p. 19-20).

Existe agora um paralelo da nova onda de produção brasileira com o Cinema Novo da década de 1960, onde os filmes, a partir da década de 1990, ambientam e têm como enredo histórias muito similares às cinemanovistas. Filmes como “*Vidas secas*”, de Nelson Pereira dos Santos, “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, de Glauber Rocha, e “*Macunaíma*”, de Joaquim Pedro de Andrade, marcos do Cinema Novo, são referenciais para filmes como “*Central do Brasil*” e “*Abril despedaçado*” de Walter Salles. Ou seja, o Cinema Novo tem sido visto como referencial em termos de obras cinematográficas nacionais, o que suscita uma pesquisa detalhada desse movimento e seus autores. Essa prerrogativa é de suma relevância, pois possibilita uma história mais democrática e atenta às diferenças do cinema nacional.

As obras selecionadas nos levam ao nordeste brasileiro, mostram um Brasil “feio”, com fome, explorado, pobre, mas rico em sentimentos; e é esse aspecto que tem maior importância para este trabalho. Os vários rostos marcados pela vida que narram as cartas nestes filmes são um retrato vivo de um país que deixa seu povo sofrer - mas que não consegue impedir que este expresse profundamente suas paixões ou que sorria de seus infortúnios. E isso, além de todos os outros aspectos e situações abordadas, é uma maravilhosa mensagem.

Cada pesquisa está repleta de subjetividade e deve-se levar em consideração a temporalidade e as particularidades. Peter Burke, no que tange ao historiador da cultura, engrossa o coro em sintonia com Mikhail Bakhtin e ressalta a pluralidade no campo historiográfico cultural. Em sua obra “*Varietades da História Cultural*”, observa:

[...] deduz-se que uma história cultural centrada em encontros não deve ser escrita segundo um ponto de vista apenas. Nas palavras de Mikhail Bakhtin, essa história tem de ser “polifônica”. Em outras palavras, tem de conter em si mesma várias línguas e pontos de vista, incluindo os dos vitoriosos e vencidos, homens e mulheres, os de dentro e os de fora, de contemporâneos e historiadores. (BURKE, 2000, p. 267)

É importante constatar que qualquer documento histórico traz especificidades, talvez imperceptíveis, mas tudo é, e pode ser entendido como documento. Já afirmou Le Goff em *A “Nova História”* que o documento “não é inocente [...] o documento é

produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado quanto para dizer a verdade”. (LE GOFF, 1990, p. 54) Comungando da proposta de Carlo Ginzburg, em seu livro “*Mitos, emblemas e sinais*”, este trabalho pretende também verificar, através da influência do “paradigma indiciário”, a construção histórica através da busca por sentido nos sinais que serão analisados nos filmes, considerando as relações entre os filmes e o contexto histórico.

As relações existentes entre o cinema e a história trazem muitas dificuldades de definição e análise. A principal delas diz respeito à necessidade de discutir não somente o modo como um determinado filme (documentário ou ficção) foi concebido (o que remeteria para um possível projeto do diretor) ou o que ele pretendeu dizer (mensagem explícita/implícita), mas fundamentalmente como esta obra cinematográfica foi consumida/recebida por seu respectivo público e se atendia às definições da estética da qual se diz fazer parte. Desse ponto de vista apresentam-se as seguintes questões: como verificar historicamente o papel desempenhado por um filme? Quais parâmetros devem ser utilizados para caracterizá-lo historicamente? As análises internas (temáticas e de linguagem) seriam suficientes?

Analisar o papel historicamente desempenhado por um filme tange diretamente na representatividade do momento histórico ao qual está inserido ou ao momento histórico ao qual remete. O parâmetro para inserir uma obra por sua reprodução de uma determinada época requer um estudo abrangente do período remetente, considerando questões de amplas categorias, como cultura, política, economia, sociedade entre outros. Questões internas do filme são de extrema importância na compreensão da obra, mas não podem ser os únicos meios de estudá-la. Faz-se necessário que compreenda qual o motivo de certas escolhas do diretor, que busquemos as relações do diretor no filme em meio às influências (conscientes ou não) que a produção foi feita, ou seja, inseri-la historicamente com muita atenção. Podemos chamar de uma apreciação estético-política de um filme, ou então de uma apreciação estético-histórica, o que em ambos os casos trata-se de uma análise estrutural. É o que deve ser feito no caso deste trabalho: analisar

as duas obras de Glauber Rocha pela sua inserção na proposta do Cinema Novo e inseri-las aos acontecimentos do período das produções.

Assim como a experiência social pode ser traduzida numa certa noção de tempo/processo histórico, as obras podem trazer, internamente, uma interpretação do referente (externo). Com isso, é possível descortinar o foco narrativo, a construção das personagens, a composição das cenas, a relação personagens-espço, figurino, etc. Isso pode ser analisado de forma plena quando entra em contato com o público. Daí a importância desse estudo através do que a crítica de cinema publicou no período, e das publicações de historiadores ou de estudiosos do cinema.

Como não será possível expor de forma convincente todo o “costurar” de abordagens e teorias neste trabalho (por ser apenas um artigo), paremos por aqui. O que foi feito foi muito mais um ensaio que uma conclusão, intencionado neste momento instigar os pensadores sobre as inúmeras possibilidades do trato entre cinema e história. Como todo trabalho deve ser revisado este tem falhas e merece ser questionado e criticado.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: Propostas para uma História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Ed Contexto, 1994.

BILHARINHO, Guido. *O cinema brasileiro nos anos 80*. Uberaba, Brasil: Instituto Triangulino de Cultura, 2000.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. *Cinema e Literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

CANEVACCI, Massimo. *Antropologia do cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 14ª ed. São Paulo: Moderna, 2004.

FARIAS, Cordeiro de. *Antecedentes da Anti-Revolução de 1964*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J., NORA, P. (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada: As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha, esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais. In: Revista Brasileira de História. *O ofício do Historiador*. ANPUH/ Humanitas Publicações, vol, 23, nº45, 2003.

MORENO, Antonio. *Cinema brasileiro: história e relações com o Estado*. Niterói: EDUFF; Goiânia: CEGRAF/UFG, 1994.

ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. *Revolução do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Alhambra/EMBRAFILME, 1981.

SANTOS, Nelson Pereira dos, ROCHA, Glauber & VIANY, Alex. Cinema Novo: origens, ambições e perspectivas. In: *Revista Civilização Brasileira*, Nº 1, março, 1965.

SARACENI, Paulo César. *Por dentro do Cinema Novo: minha viagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANY, Alex. *Introdução ao cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Alhambra/EMBRAFILME, 1987.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Alegorias do subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Panorama crítico da historiografia da crítica literária brasileira

Vilmar Henrique Ananias
Mestrando - PROMEL/UFSJ
Alberto Ferreira da Rocha Jr.
Orientador - DELAC/PROMEL/UFSJ

1 - Introdução

Este tema surgiu a partir de pesquisas referentes à história da crítica literária no Brasil na virada do século XIX para o XX. Nosso objeto de pesquisa no *Programa de Mestrado em Letras* (PROMEL) na área de concentração em *Teoria Literária e Crítica da Cultura* da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), são os artigos de José Veríssimo (1857-1916) presentes em seus seis volumes de *Estudos de literatura brasileira* (1901-07) e *Que é Literatura? E outros escritos* (1907).

A partir do momento que comecei pesquisar a respeito de bibliografia específica sobre a história da crítica literária no Brasil (os nomes precursores, as principais teorias, a cultura relacionada à produção da crítica por exemplo) auxiliado pelo *orientador* Prof. Alberto Ferreira da Rocha Jr., as dificuldades e surpresas foram se apresentando. E é sobre essas dificuldades que abordaremos nesse trabalho para o *Seminário Nacional de História da Historiografia*.

Isso posto, nosso objetivo é traçar um breve panorama crítico da história da historiografia da crítica literária no Brasil, na forma de esquema, apontando os trabalhos pioneiros que lançaram um olhar histórico sobre a produção da crítica literária brasileira e que agora se constitui como um *corpus* próprio de análise. Como está pesquisa está em seus primeiros passos não pretendemos esgotar o assunto, já que são *breves* os apontamos para uma tarefa maior a se realizar. Assim sendo, comecemos imediatamente.

2 - Panorama crítico da historiografia da crítica literária brasileira

Gostaria de começar este trabalho de um modo bastante singular, ou ousado. Pode até ser considerado impróprio para as circunstâncias. No entanto, pedimos apenas algumas linhas de atenção ao leitor acadêmico para que eu conte um pouco a história da trajetória desta pesquisa, embora acabe contando um pouco de minha própria história na universidade. Acredito que esse caminho para introduzir o *breve panorama crítico da historiografia da crítica literária* seja importante para começarmos a refletir sobre essa área de conhecimento que tem uma tarefa – ampla – por se fazer.

A pesquisa relacionada à historiografia da crítica literária começou em meados do ano de 2005, em função do trabalho monográfico para conclusão de minha graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Como sempre estive muito ligado à literatura, não como escritor mas como leitor e um crítico de reflexões pessoais, procurei desenvolver este trabalho relacionando *história e crítica literária* ao invés de *história e literatura*. Lembro-me da reação do Prof. Marcos Rogério Fernandes Cordeiro, na ocasião em que fiz o pedido de orientação sobre este tema: sua expressão foi de um leve *asco*. Na hora não entendi e perguntei a ele o porque daquela expressão, ele respondeu que não havia muitos trabalhos a respeito e que eu encontraria muitas dificuldades para realizar as pesquisas. Lembro uma de suas frases daquela conversa perfeitamente até hoje: *um dos últimos trabalhos na área foi de Roberto Ventura no ano de 1991, isso já faz mais de quatorze anos!*

De certa maneira, isso correspondia a duas questões inicialmente: a primeira era a de que havia a chamada *lacuna* na história cultural a respeito da produção da crítica literária no Brasil, e, a segunda, era de que muito haveria de ser feito para contornar tal situação. Com a orientação e disponibilidade do Prof. Marcos Rogério F. Cordeiro, concluí meu trabalho monográfico a respeito do crítico literário José Veríssimo no ano de 2006 (ANANIAS, 2006). Esse foi o primeiro passo que nos levou a rastrear obras importantes, antes e depois da obra de Ventura¹, que tratavam da história da crítica literária no Brasil.

¹Particularmente essa obra acabou se tornando uma referência, tanto no que se refere ao campo

O segundo passo foi ser aprovado no Programa de Mestrado em Letras na área de concentração em *Teoria Literária e Crítica da Cultura* da Universidade Federal de São João Del-Rei, pois havia o interesse por parte do Prof. Alberto Ferreira da Rocha Jr. em orientar um trabalho de caráter histórico sobre o crítica literária brasileira. Também é válido ressaltar que os cursos oferecidos neste Programa de Mestrado e as atividades relacionadas, proporcionaram e continuam proporcionando o alargamento dessas pesquisas e a abertura para novos olhares sobre a história da crítica.

O objeto de pesquisa que nos debruçamos atualmente continua sendo os escritos de José Veríssimo presentes em sua série de seis volumes de *Estudos de literatura brasileira* (VERÍSSIMO, 1977) e em *Que é Literatura? e outros escritos* (VERÍSSIMO, 2001), buscando relacionar a crítica por ele realizada e a cultura literária do Rio de Janeiro, sob a perspectiva da história cultural e dos *Estudos Culturais*.

De certa maneira, *o começo da continuação* do panorama crítico da historiografia inicia-se aqui, pois quando fomos procurar obras específicas, que traziam no título ou algo parecido no subtítulo com *história da crítica literária*, tal como temos estudos de orientação histórica da literatura (*História da literatura brasileira* (ROMERO, 1943; VERÍSSIMO, 1998) ou *Formação da Literatura Brasileira* (CANDIDO, 1975), constatamos, até esse momento, a existência de apenas uma obra com um caráter panorâmico sugerido pelo título: *A Crítica Literária no Brasil* de Wilson Martins (MARTINS, 1998)².

Nesse sentido, além da obra de Wilson Martins, destacaremos algumas obras que contribuíram para a formação de uma tradição de estudos históricos sobre a crítica literária no Brasil, ou seja, da historiografia da crítica literária. Sem dúvida, as maiores contribuições foram daqueles pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP): Antonio Candido, João Alexandre Barbosa, Roberto Schwarz, Roberto Ventura, Alfredo Bosi entre outros.

Cada um desses pesquisou um dos críticos literários brasileiros, por exemplo: Candido pesquisou e publicou *O Método Crítico de Sílvio Romero* em

profissional bem como do pessoal como já vimos acima.

²Essa obra foi identificada, no entanto, ainda não tivemos a possibilidade de analisá-la devido às dificuldades de transação de material. Mas sabemos que essa edição identificada trata-se uma nova tiragem, portanto, a data de publicação original é anterior. Em breve, num próximo

1945 e um capítulo chamado “A consciência literária” em *Formação da Literatura Brasileira* em 1957 (CANDIDO, 1981); Barbosa deteve-se na vasta obra jornalística e bibliográfica de Veríssimo vindo a publicar *A Tradição do Impasse* em 1974 (BARBOSA, 1974); Roberto Schwarz publica sobre Machado de Assis (SCHWARZ, 1992); Alfredo Bosi reuniu e organizou parte da produção crítica de Araripe Jr. em 1978 (ARARIPE JR, 1978); e, por fim, Roberto Ventura em *Estilo Tropical* (VENTURA, 1991), publicado em 1991, pesquisou as polêmicas travadas nas colunas jornalísticas de crítica literária de Sílvio Romero e seus interlocutores no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.

Todos esses autores acima procuraram realizar suas análises a partir de uma perspectiva sociológica conjugada com as formas estéticas de cada época, redirecionando o estudo da cultura – e da crítica literária – em sua representação. A partir do método dialético proposto por Candido (CANDIDO, 1988; 1981), esses autores esboçaram esquemas que tenderam analisar a nossa posição local em um sistema literário mundial. Fizeram isso porque conceberam a produção cultural – com destaque para a produção literária – a partir dos processos sociais. Assim, a crítica literária brasileira passou a ser vista como veículo de valores; as subjetividades estéticas dos autores foram dimensionadas conjuntamente com a sociologia da cultura, da política, da economia para uma compreensão mais ampla do objeto de estudo: a crítica literária como produto da sociedade.

Outra contribuição importante para a historiografia da crítica literária brasileira são os trabalhos de Afrânio Coutinho. Este autor e pesquisador da literatura, sua principal área de atuação, publicou ao menos três obras que gostaríamos de destacar aqui: o primeiro e mais significativo *Da crítica e da Nova Crítica* (1957); *A Tradição Afortunada: o espírito de nacionalidade na crítica brasileira* (1968); e, por fim, *Caminhos do Pensamento Crítico* em dois volumes (1980). Todos esses trabalhos tem um caráter essencialmente teórico de análise, percorrendo historicamente as principais teorias aplicadas pelos críticos brasileiros. Muitas questões sobre cultura literária foram colocadas à parte, já que seu objetivo era compreender as formas e temas da crítica literária sob o ponto de vista do *New Criticism*.

Um dos últimos trabalhos é o livro de João Paulo Coelho de Souza

trabalho, poderemos abordá-la com mais acuidade do que nessa ocasião.

Rodrigues publicado no ano de 2003, chamado *A Dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, no qual tinha por objetivo, partindo de uma abordagem fundada na história cultural, pesquisar a lógica das disputas de poder arroladas entre os literatos, intelectuais e políticos no âmbito da Academia Brasileira de Letras (ABL) (RODRIGUES, 2003).

O que me impressiona e que pode impressionar o leitor desse trabalho, de certa forma, é a incipiente produção nessa área, sob o viés da história, nas nossas universidades. Obviamente, não temos um levantamento completo de toda a produção do país, apenas um resultado parcial dessa produção. Uma parte das dificuldades que encontramos nas pesquisas históricas sobre crítica literária brasileira foram relatadas, de alguma forma, através da própria história dessa pesquisa; e a outra, breve, através de um esquema apontando algumas obras importantes que contribuíram para a historiografia da crítica literária, que, como vimos, são poucas.

Nesse sentido, não tivemos a intenção de dar a última palavra sobre o assunto, tampouco aprofundar análises entre o conteúdo dessa obra e a historiografia, mas traçar um breve esquema panorâmico crítico da historiografia da crítica literária. Como se trata de uma comunicação de pesquisa, aproveitamos a ocasião e o espaço para divulgá-la, ainda que seja parcial e esteja em andamento.

3 – Considerações finais

Como pudemos acompanhar, todos os trabalhos, com exceção do trabalho de Wilson Martins, foram trabalhos parciais ou temáticos. Esta pesquisa está em andamento, por isso, como já deixamos claro, não buscou esgotar o assunto. Procuramos, acima de tudo, traçar esse *breve panorama crítica da historiografia da crítica literária* na forma de esquema, fazendo apontamentos básicos a respeito delas. Isso significa mais um *diagnóstico* do que uma análise propriamente dita.

Como se trata de considerações finais, gostaria de enfatizar que a crítica literária no Brasil é recente. Sua atividade passou por um processo de formação no início do século XVIII e atingiu presença efetiva na cultura brasileira na virada do século XIX para o XX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, então capital da país. Nomes como de Sílvio Romero, Araripe Jr. e o próprio José Veríssimo foram de especial importância nesse processo. Já numa fase posterior, em meados do século XX, temos as contribuições de Otto Maria Carpeaux, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Brito Broca (crítica jornalística), João Alexandre Barbosa, Roberto Schwarz, Alfredo Bosi, Afrânio Coutinho, Silvano Santiago entre outros (citando apenas os cânones como um modo de evidenciar a carência de estudos de história da crítica praticada em jornais ou livros de pequena circulação no Brasil por exemplo).

Dessa forma, fica evidentemente registrada a voz é de um pesquisador comprometido com seu objeto, profissionalmente e pessoalmente, tentando dar vida às tentativas de construção de uma história da crítica literária, lendo as obras que a compõe buscando retirar-lhes do esquecimento, descaso e incompreensão. Com disse Candido referindo-se à literatura: *se não for amada, não revelará sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós* (CANDIDO, 1981, p. 10). Não interessa o julgamento de valor, se ela é menor que outras ou não, o que importa é buscar como ela, e não outra, exprime a cultura brasileira, que é nossa.

4 – Referências bibliográficas

ANANIAS, Vilmar Henrique. *Da Literatura a outros Impasses: a construção de identidade do crítico literário em José Veríssimo*. 2006. 61f. Monografia (Graduação em História) UFV, Viçosa, 2006.

ARARIPE JR., Tristão de Alencar. *Teoria, crítica e história* (org: Alfredo Bosi). São Paulo: Ed. USP, 1978.

BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do Impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

CANDIDO, Antonio. *O Método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada: espírito de nacionalidade na crítica brasileira*. São Paulo, Ed. USP, 1968.

COUTINHO, Afrânio. *Da Crítica e da Nova Crítica*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.

COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Pallas, 1980. 2v.

MARTINS, Wilson. *A Crítica literária no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial Francisco Alves, 1998.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das Cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: UNICAMP, 2001.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1943.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 6 v.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Top Books, 1998.

VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

Um olhar sobre uma lacuna: o governo João Goulart

Emanuela Antunes Bezerra
Lucília de Almeida Neves
Delgado
Virgílio Coelho de Oliveira
Junior

1 História e memória: campos de disputa

A História é o campo de conhecimento que busca compreender o homem em diferenciadas temporalidades. Nesse sentido, o historiador lança seu olhar para o passado, buscando resgatar as ações de diferentes sujeitos históricos. Nesta procura, a História, como campo de conhecimento, é reconhecida como uma forma de se construir memórias e identidades coletivas. Não é por acaso, que desde os tempos de Heródoto, a História possui como pilares, *Clio* (tempo) e *Minimosy* (memória). Ou seja, o historiador é, por analogia, um detetive que busca resgatar o passado para a construção de uma memória coletiva, que pode ser definida como uma edificação que se origina a partir de demandas e objetivos do tempo presente. Para Delgado (2006), “a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente”.

O fazer História segundo Reis (2005), é uma relação entre “noite de reflexão e dia vivido”, ou seja, um diálogo entre presente e passado. O passado, metaforicamente, seria o dia vivido e o presente uma etapa sucessória, na qual não há como reviver os fatos vividos, mas sim, tentar reconhecê-los e narrá-los, uma vez que findaram como o por do sol.. Essa “reflexão noturna”, sobre um passado vivido (relação presente passado) é preñe de subjetividade, pois o historiador narra o passado a partir de seu lugar social. Portanto, seu olhar lançado para tempos pretéritos é instruído pelas demandas e interesses do presente. Nesse sentido, o conhecimento histórico, e conseqüentemente a memória, são campos que

incorporam real subjetividade, sendo, inclusive permeáveis aos interesses dos contextos e conjunturas em que são edificados.¹

A partir do presente, a visão do passado pode se alterar e as interpretações desse, podem contribuir para a sedimentação da memória coletiva. Como decorrência pode acontecer uma perpetuação de visões e ideais, com real potencialidade para promover transformações e rupturas, ou conservações e permanências de determinada concepção interpretativa. A produção do conhecimento histórico é, de fato, terreno fértil para disputas políticas, sociais e, sobretudo, de poder. Nessa disputa, a História passa a ser, assim como a própria memória, altamente seletiva. Nesse sentido, a produção historiográfica pode em muito contribuir para os procedimentos de rememorar, reedificar, esquecer, desqualificar e apagar registros. Nesse sentido, a prevalência da rememoração e do esquecimento relaciona-se, de forma significativa, ao conteúdo da produção historiográfica, que exerce real influência sobre o conteúdo da memória coletiva.²

Para Delgado (2006), História, tempo e memória são processos interligados e, neste sentido, o tempo da memória ultrapassa o tempo individual e se encontra com a História. Esse encontro explica porque alguns indivíduos se reportam a determinados contextos de forma saudosista mesmo sem os ter vivenciado, e desqualificam outros em igual situação de vivência. Sendo assim, alguns períodos são rememorados e valorizados, enquanto outros são desqualificados e esquecidos. Este trabalho visa analisar a produção historiográfica não no que tange a valorização e registro de processos históricos específicos, bem como da atuação de sujeitos históricos nessas conjunturas. Ao contrário buscaremos interpretar as razões da omissão, desqualificação e incentivo ao esquecimento, sobre determinada conjuntura histórica - o início da década de 1960 - e sobre importante sujeito histórico, que nela atuou., o presidente João Goulart,

A produção historiográfica acerca da História brasileira, durante muito tempo, voltou sua atenção para a história colonial e imperial. Nessas primeiras tendências

¹ Para José Carlos Reis (2005), “ Em cada presente, o que se tem é uma visão parcial, uma articulação original entre passado e futuro. A história é visada segundo perspectivas diversas, e, com o avanço do tempo, as proposições históricas mudam. Todo historiador é marcado por seu lugar social, por sua “data” e por sua pessoa.”

² Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2006), “ A História da humanidade, em sua realização, constitui-se pela inter-relação de fatos, processos e dinâmicas que através de movimentos dialéticos e de ação de sujeitos históricos, individuais ou coletivos, transformam as condições de vida do ser humano ou se empenham em mantê-las como estão.”

historiográficas, formaram-se pelo menos duas correntes. Uma primeira, representada pelas obras de Varnhagem e Gilberto Freyre, que priorizaram análises sobre a conservação e manutenção das estruturas, tomando como referencial a valorização da cultura portuguesa. Já a segunda corrente, representada por autores como, Capistrano de Abreu, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, priorizou abordagens que enfatizam análise sobre a ruptura e a transforma o das estruturas sócio-econômicas.³ Essa segunda corrente, que ganhou maior relevância nos anos de 1960 e 1970, foi caracterizada por uma produ o historiográfica mais estrutural, tendo como base principal, o referencial teórico marxista.

A partir dessa perspectiva de transforma o de ruptura, sobretudo, no final dos anos de 1970 e início da década de 1980, parte da comunidade acadêmica de historiadores passou a se dedicar, de forma efetiva, a estudar e pesquisar a História do Brasil em seu período republicano. Nessa linha, destacam-se, entre outros, os esforços de Edgar Carone, Boris Fausto, Maria Helena Capelato, Ângela de Castro Gomes, Daniel Arão Reis, Lucilia de Almeida Neves Delgado, Jorge Ferreira, e mais recentemente de Carlos Fico e Rodrigo Pato S  Motta. Parte da produ o desses historiadores concentrou-se, inicialmente, no período da república velha. Em um período mais recente, contudo, a produ o de pesquisas referentes ao Brasil Republicano, passou a incorporar temas mais contemporâneos, com destaque para estudos sobre o tempo do nacional desenvolvimentismo e sobre os anos da ditadura militar.

O período do nacional desenvolvimentismo foi contemplado, recentemente, por uma produ o bastante significativa. Estimamos que tal enfoque se relacione ao fato de que este período da História brasileira   marcado por real experiência democrática, na qual aconteceu uma progressiva amplia o da discussão sobre questões sociais e práticas políticas, norteadas pelos ideais nacionalistas, trabalhistas e reformistas, que eram muito expressivos   época. Cabe destacar, que os governos Vargas e Juscelino são recorrentemente abordados pela historiografia. O mesmo não acontece em rela o ao governo João Goulart. Todavia, Jango foi um dos principais líderes trabalhistas do período

³ Segundo José Carlos Reis (2005), a corrente historiográfica da conserva o, acreditava que através do "modelo" português o Brasil poderia alcançar a prosperidade, no passo que a segunda corrente que visava a transforma o, "redescobriu" o Brasil, passando a valorizar a cultura nacional para a edifica o de um progresso e de um maior desenvolvimento.

nacional desenvolvimentista, tendo atuado claramente em prol da ampliação da cidadania social, da defesa dos interesses econômicos nacionais e da consolidação da herança varguista. Mesmo tendo alcançado a presidência da república, Goulart tem sido praticamente esquecido e relegado a um segundo plano pela produção historiográfica e, conseqüentemente, pela memória coletiva nacional.

Ao reconhecermos que a memória e história são campos de disputa de poder, o objetivo central, de nosso texto é o de analisar a produção historiográfica sobre João Goulart, com destaque para o período de seu mandato presidencial.. Para a realização dessa análise, será focada a produção historiográfica sobre o ex-presidente, no ano de 2006, quando se completou 30 anos de sua morte.

Ao contrário do que seria normal se supor, a produção historiografia sobre Goulart, quando da efeméride de seu falecimento, foi bastante acanhada e numericamente inexpressiva. Em 2006, de fato, só duas isoladas publicações dedicaram-se a registrar documentos e análises sobre o mandato governamental do ex-presidente. Trata-se dos seguintes livros: **O Brasil de João Goulart**, organizado por, Oswaldo Montreal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Feixo; e **João Goulart- Entre a memória e a história**, coordenado por Marieta de Moraes Ferreira.

Os objetivos principais deste texto são, primeiramente, os de buscar compreender as razões dessa lacuna historiográfica, traduzida, inclusive, pela restrita produção, no que se refere ao ex-presidente da república, no ano de 2006. Buscaremos também articular, mesmo que de forma introdutória, o conteúdo interpretativo e documental sobre os dois livros lançados em 2006, com parte da produção historiográfica sobre o mesmo tema em anos anteriores. Atentaremos, inclusive, para as razões que tem orientado a desqualificação de João Goulart, não só pelo governo autoritário implantado no Brasil em 1964, mas também por importantes historiadores, cientistas políticos e sociólogos.

2 As lacunas de uma memória esquecida

Desde a edificação do Estado Nacional à Proclamação da República, a prática política hegemônica no Brasil tem se caracterizado tanto por um forte descaso em relação às questões sociais, como por uma dificuldade histórica de implementação de um

projeto político democrático. Os anos de 1945 a 1964, conhecido como período nacional-desenvolvimentista, é um dos poucos na história republicana brasileira, no quais o Brasil, vivenciou uma experiência democrática mais estável. Nesse período, dois projetos políticos e econômicos para o Brasil estavam em confronto: nacionalista/democrático e o entreguista, conforme denominação de Boris Fausto, Dessa forma, buscaremos versar sobre o nacional-desenvolvimentismo janguista comparando-o com os programas governamentais implementados por Getúlio Vargas e por Juscelino Kubistechek⁴.

Como o nacional-desenvolvimentismo é intrínseco ao contexto de redemocratização pós 1945, faz-se pertinente apontar as especificidades de sua aplicabilidade de acordo com cada governante. O nacional-desenvolvimentismo varguista foi marcado por um forte estatismo/nacionalismo, concentrando-se em um modelo de industrialização e desenvolvimento endógeno, que privilegiava o investimento nas indústrias de base com capital estatal ou com capital privado nacional e internacional, ambos sob estrito o controle do Estado. Juntamente com o projeto de industrialização nacionalista, Vargas elabora uma política trabalhista consagrada com a CLT, que visava a efetivação de uma cidadania social-orgânica. Já no modelo juscelinista contemplava uma proposta de crescimento das forças produtivas capitalistas associadas ao capital internacional⁵. A política de JK, diferentemente de Vargas que priorizava um modelo de cidadania social, é marcada por um diálogo com as instituições democráticas em um modelo de cidadania política a partir de uma perspectiva de Estado liberal burguês.

O governo João Goulart foi marcado por continuidades e avanços em relação à democracia política e social. Essa duplicidade se deve ao fato de Jango ser herdeiro da política trabalhista de Vargas, acoplando a ela uma real preocupação com o debate político democrático. Dessa forma, o nacional-desenvolvimentismo janguista assume estratégia reformista, que possibilita crescentes discussões acerca de um projeto de cidadania social

⁴ Segundo Vizontini (2003), o projeto nacionalista foi inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) e catalisado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), buscava certa margem de autonomia frente aos EUA para impulsionar o desenvolvimento industrial, calcado em certa perspectiva de reforma social. O segundo projeto apoiava-se nos preceitos ideológicos definidos pela ESG (Escola Superior de Guerra) e do liberalismo econômico (p. 197).

⁵ Segundo Moreira (2003), o perfil desenvolvimentista de Juscelino configurou-se como um estilo de governo com um projeto social e político, para o Brasil, cujos traços essenciais eram o compromisso com a democracia e com a intensificação do desenvolvimento industrial de tipo capitalista (p. 159).

Portanto, o projeto de Vargas é retomado através de uma maior ampliação dos movimentos sociais e uma crescente organização da sociedade civil.

As manifestações sociais mais autônomas que, até então, eram pouco absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart, passam a ganhar maior projeção. Destacaram-se nesse movimento: as Ligas Camponesas; o movimento estudantil e as organizações sindicais⁶. Esse contexto foi marcado por forte polarização política e ideológica, agravada pela Guerra Fria. A tensão interna agravou-se à medida que a disputa entre o projeto nacionalista do governo Goulart e o internacionalista de seus opositores ganhava conteúdo melhor explicitado.

Podemos, portanto, considerar que João Goulart, embora relegado ao esquecimento pela História e pela memória coletiva, atuou com firmeza na busca de implementação de uma democracia política vinculada a uma democracia social. Tal ação governamental pautada por maior consideração para com as questões sociais foi abortada pelo golpe civil-militar de 1964. João Goulart que era um político trabalhista respeitado por significativo percentual da população brasileira foi, a partir da implantação de um regime político autoritário, relegado ao limbo quando não desqualificado.

Dessa forma, tornou-se recorrente, nas escassas análises historiográficas sobre o governo de João Goulart, a hegemonia de uma tendência que o analisa sob uma ótica de desqualificação. Essa orientação chega, muitas vezes, a atribuir-lhe alguma responsabilidade pela deflagração do golpe civil-militar de 1964. Com objetivo de desmistificar essa construção, que não considera qualquer realização efetiva do ex-presidente da república, nossa análise buscará ressaltar as ações positivas do governo João Goulart, em especial, no que tange as questões sociais.

As realizações políticas e econômicas da gestão governamental de Goulart trazem para o núcleo das discussões políticas conjunturais, propostas de reformas sociais e de desenvolvimento econômico tendo em vista a valorização do social. As reformas estruturais, conhecidas como reformas de base, colocada na ordem do dia, em especial, na segunda fase de seu governo, podem ser consideradas como um dos eixos norteadores de

⁶ Na conjuntura do governo João Goulart, o projeto desenvolvimentista iniciado três décadas antes buscava incorporar de fato os setores populares, dentro de uma perspectiva nacionalista e reformista, ao considerar essa participação popular como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. (FREIXO, MUNTEAL, VENTAPANE. 2006. p. 7)

sua estratégia governamental. As propostas de reformas, levadas adiante pelos movimentos sociais e, em parte adotadas pelo governo federal, eram as seguintes: reforma eleitoral, reforma administrativa, reforma tributária, reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma cambial e reforma universitária⁷.

A proposta janguista não se caracterizava por uma orientação de ruptura plena com capitalismo. No entanto, foram realizadas importantes campanhas, sobretudo IPES e IBAD, de vinculação da imagem de João Goulart ao comunismo. Essa estratégia da oposição reflete, sem dúvida, o conservadorismo estrutural da política brasileira e a dificuldade das elites políticas e empresarias de aceitarem qualquer projeto de reforma social mais efetiva.

Importantes historiadores, conforme já assinalado pelo presente texto, insistem em caracterizar João Goulart, como um político inoperante. Mais do que isso, responsabilizam-no, em parte, pelo rompimento da ordem democrática em 1964. Insistem também em desconhecer, que mesmo limitado pelas tensões de contexto político conturbado, esse governante foi responsável por importantes realizações tais como: aprovação da lei de remessa de lucros, ampliação da legislação trabalhista para o campo, a criação da UNB – Universidade de Brasília. Somente essas realizações, pinçadas em um universo muito mais abrangente, demonstram o quanto ainda são insuficientes e parciais as interpretações desenvolvidas por importantes autores da produção historiográfica brasileira sobre João Goulart

Nossa abordagem, ao contrário, identifica o governo de João Goulart não como um fraco e incipiente, mas sim como um representativo de uma prática política, que buscava combinar políticas públicas sociais com democracia. Partindo desse pressuposto, compararemos interpretações publicadas no ano de 2006, com publicações de anos anteriores sobre o governo de João Goulart, buscando demonstrar, como até os dias presentes, ainda não se disseminaram estudos e análises mais consistentes sobre João Goulart e sua vida de homem público.

3. Duas produções no ecoar de um vazio

⁷ De acordo com Corbisier, as reformas de base podem ser categorizadas em dois tipos, as de caráter processual, tais como a eleitoral, a administrativa e tributária ou de conteúdo, como a reforma agrária, urbana e universitária, que se tornariam possíveis a partir da implementação de condições objetivas para sua efetivação. (2006, p. 171)

Nos anos de 2004 e 2006 segmentos da comunidade acadêmica brasileira dedicaram-se à análise sobre os fatores que levaram a instituição de um regime autoritário no Brasil no ano de 1964.. Sabendo que a interpretação da história e a construção da memória são frutos de demandas do presente passamos a direcionar um olhar reflexivo sobre década de 1960 com objetivo de melhor compreender as razões que levaram à implantação, em 1964, de um longo período de obscuridade e autoritarismo no Brasil.

Em 2004 (quarenta anos após 1954)), relevante produção historiográfica concentrou-se na análise golpe civil-militar de 1964. Em 2006 (trinta anos da morte de João Goulart) esperava-se uma reflexão sobre o nacional-desenvolvimentismo vinculada às propostas de reforma social que antecederam a deflagração do golpe. As produções sobre JK atenderam a essa expectativa, quando da efeméride de seu falecimento, no entanto, em relação a João Goulart manteve-se uma lacuna. Neste sentido, antes de apresentar as duas únicas produções de 2006, que ecoaram no vazio acerca de João Goulart, faz-se oportuno destacar as diferenciadas visões e interpretações sobre os fatores desencadeantes do regime militar no Brasil

Dentre as interpretações acerca da instauração da ditadura militar, podemos destacar quatro linhas de análise que segundo Delgado (2004) podem ser divididas em: interpretações estruturais e funcionais; interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar; análises que privilegiam a versão conspiratória; e, por último, interpretações que destacam as idéias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia.

A primeira linha concentra-se em uma perspectiva analítica-estrutural, que destaca a inevitabilidade do golpe, em razão das “mudanças no padrão de acumulação de capital” que segundo Jorge Ferreira desdobrou-se na “crise do populismo” (FERREIRA, 2003, p.346). Por esse raciocínio, o populismo, incluindo a sua forma janguista, é destacado como um modelo industrializador que acabou por abrir caminho a uma internacionalização inevitável da economia. Como o Brasil ainda era um país com a estrutura organizacional bastante oligárquica, as contradições sociais ganharam forte dimensão naqueles anos. Destacam-se nessa vertente de análise autores como: Otávio Ianni, Alfred Sthepan, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares. No que tange à segunda corrente analítica, o golpe foi deferido como medida preventiva, ou seja, como estratégia

para se evitar a consolidação de um projeto político reformista, de forte alcance social. O governo de Jango, para essa linha de interpretação, foi destituído pela ação convergente de setores conservadores nacionais e de empreendedores ligados às multinacionais. Neste sentido, o golpe civil-militar foi na verdade uma manobra preventiva, com vistas a favorecer a consolidação de um projeto econômico de capitalismo internacionalizado, evitando-se, assim, a proliferação de medidas de conteúdo nacionalista e social. Os autores que defendem essa interpretação são: Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo e Lucília de Almeida Neves Delgado.

A terceira versão enfatiza a ingerência internacional na deflagração do golpe militar. Essa perspectiva destaca o planejamento e investimento dos EUA na política, através da CIA e a preparação da operação *Brother Sam*. Os interesses norte americanos contaram com a colaboração dos setores conservadores, nacionais que difundiam a idéia de que o Brasil estava ameaçado pelo “perigo vermelho”, tolerado pelo governo Jango. Para esse interpretes, o golpe de 1964 foi resultado de uma estratégia articulada pelos EUA e setores conservadores brasileiros. Assinam esta versão, Moníz Bandeira, René Dreifuss e Heloísa Starling. Por fim, cabe destacar a linha interpretativa que considera o golpe civil-militar como consequência de um descaso para com a democracia. Dessa maneira, para Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira o desfecho de 1964 se deve a uma radicalização política e ideológica tanto da esquerda, como da direita. A consequência dessa polarização foi a interrupção da ordem democrática no Brasil.

Com efeito, pode-se inferir, que importante produção historiográfica, que se debruça sobre os anos que antecederam a ditadura militar, enfatizam uma análise estrutural. Essa linha interpretativa considera o golpe de 1964 como decorrente de fatores históricos de longo prazo, que pode ser combinada, segundo alguns de seus autores (em especial Fernandes), com o fato do governo Goulart ser frágil e inoperante.

Considerado esse panorama, não é de se estranhar que em 2006 quando se completaram 30 anos da morte de um dos maiores líderes trabalhistas da história do Brasil apenas dois livros foram publicados, a saber: **João Goulart – um projeto de nação**, organizado por Oswaldo Munteal, Jacqueline Venapane e Andriano de Freixo; e **João Goulart entre a memória e a história**, organizado por Marieta de Moraes Ferreira. O primeiro livro é uma produção que apresenta realizações do governo de João Goulart, em

grande parte, fundamentada em documentos e textos escritos por Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro e pelo próprio João Goulart.

Já a segunda produção, é uma obra que procura resgatar a memória de João Goulart em uma perspectiva de valorização de suas realizações, geralmente, desconsideradas pela historiografia. Destaca-se a participação de: Ângela de Castro Gomes, Alzira Alves de Abreu, Rodrigo Patto Sá Mota, entre outros. Esses autores reforçam o caráter trabalhista de João Goulart e o perfil reformista de seu governo. Já Wanderley Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira, enfatizam as mobilizações anti-comunistas realizadas em sua conjuntura governamental. A partir do exposto, destacamos o mérito das duas publicações supra citadas, pois se contrapõem à pouca consideração da historiografia e da memória política brasileira para com o governo Goulart.

Referências :

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 187p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 317p.

DREIFUSS, René Armand. **1964 : a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5.ed. Petropolis: Vozes, 1987. 814p

FEIXO, Adriano; MONTREAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jaqueline. **O Brasil de João Goulart**, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. 237 p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: volume 3 : o tempo da experiência democrática : da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 432p

FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart- Entre a memória e a história**. São Paulo: FGV, 2006. 175 p

GOULART, João. **Desenvolvimento e independência: discursos**. Guanabara: IBGE, 1962. 2v.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13:** os ultimos dias do Governo João Goulart. 3. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964. 241p

PINHEIRO NETO, João. **Jango : um depoimento pessoal.** Rio de Janeiro: Record, 1993. 206p

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. de Sá. **O golpe e a ditadura militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004. 333p.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil:** de Varnhagen a FHC. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. 278p

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **João Goulart:** golpe e contragolpe 1961-1964. São Paulo: Grupo de Comunicação Tres, 1983. 167p.

TENDLER, Silvio; DIAS, Maurício. **Jango:** um filme. Porto Alegre: L&PM, 1984. 118p.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento:** de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 185p.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia
brasileira e modernidade**

**HISTÓRIA E SUBJETIVIDADE:
INTERFACES À INTERPRETAÇÃO DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA**

Profa. Dra. Virgínia A. Castro Buarque
Departamento de História - UFOP

Introdução

Em 1757, D. Frei Manuel da Cruz, primeiro bispo da recém-criada diocese de Mariana (1745), na impossibilidade de promover visita *ad limina* ao Sumo Pontífice, enviou relatório à Sagrada Congregação do Concílio de Trento, descrevendo os primeiros dez anos de seu episcopado. Em dado trecho deste documento, o prelado afirmou que:

Desde a tomada da posse do Bispado de Mariana, estabeleci aqui minha residência permanente e percorri a maior parte desta Diocese em visita pastoral, tendo enviado Visitadores àqueles lugares onde, por causa da condição precária da idade e da distância alongada, não me foi dado chegar pessoalmente [...] Por ocasião das visitas, fazia a leitura de um texto de meditação apropriado para a Oração mental e a isto me dedicava por tempo determinado; empenhei-me em difundir este exercício, através de cartas encíclicas, expedidas para toda a Diocese.¹

Tal extrato, embora pequeno, é rico em possibilidades interpretativas. Uma delas, de expressiva relevância teórica por instigar um diálogo entre a historiografia religiosa, a filosofia e a antropologia cultural, emerge da referência, feita pelo bispo, à prática de oração mental –exercício de piedade eminentemente subjetivante, o qual deveria conduzir à constituição de uma “interioridade” humana, a ser desdobrada, por sua vez, em condutas virtuosas, o que não deixava de reforçar o discurso evangelizador da Igreja e suas estruturas eclesiais.² Nesta comunicação, visa-se então um duplo objetivo: explicitar as matrizes histórico-antropológicas dessa “interioridade”, bem como historicizar sua apropriação pelo projeto pastoral formulado por D. Frei Manuel da Cruz. Sugere-se, como hipótese, que a concepção do humano delineada em tal projeto, em conformidade à ótica tridentina, apresentava-se como uma produção cultural peculiarmente moderna: através de uma

¹ RODRIGUES, Flávio Carneiro, mons. *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. V. 3. Mariana, 2005. p. 81-82.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 164; 183: “[...] nos séculos XVII e XVIII [...] As santidades esboçam itinerários ‘subjetivos’ e ‘psicológicos’ que não se podem mais traçar no tabuleiro de xadrez de uma organização civil e política [...] o meio eclesialístico [...] se encontra, precisamente, no terreno onde se opera o deslocamento que acaba de ser assinalado. Concentra-se, pois, para se defender salvando-os, através de uma linguagem e de ritos”.

religiosidade introspectiva, o fiel narrativizava suas experiências cotidianas e, neste processo, também as interpretava; todavia, de forma distinta do imanentismo secular, ele constituía-se como um sujeito em busca de transcendência. Ademais, as novas devoções incentivadas pelo episcopado, por mesclarem posturas contemplativas e apostólicas, aproximavam-se da tensão instauradora de uma subjetividade de cunho moderno, resultante “da combinação do sujeito interiorizado, ético, introspectivo da reforma protestante [mas também católica] e o desafio da produção do sujeito universalizado, crítico e *self-loving* do Iluminismo”.³

1. “Ser pessoa”

O conceito de “pessoa”, basilar à cultura ocidental, remonta a uma dupla matriz cultural: o pensamento grego, especialmente o socrático, e a tradição judaico-cristã, sendo em seguida sistematizado pela teologia medieval. Todavia, foi na emergência dos tempos modernos que este conceito adquiriu contornos individuais, pois no mundo antigo, as idiosincrasias, embora reconhecidas, não comportavam maior valor, sendo o espaço da *polis* ou da *civitas* o *locus* de sentido da existência; também o cristianismo medieval vislumbrava na trajetória de uma alma a história típica de todos os cristãos.⁴ Assim, em paralelo ao processo de inserção mercantil e representacional do Novo Mundo na antiga *orbis*, a cultura européia empenhava-se em produzir uma cartografia do “espaço interior” do humano. Em contrapartida, não fora ainda traçada, como viria a ocorrer a partir do final do século XVIII, uma dissociação entre esfera psíquica e espiritual:

Le thème symbolique de Thérèse [d’Ávila] ne dit plus de la structure d’un objet cosmique, mais celle du sujet; il transpose en une anthropologie l’ancienne cosmologie [...] Dans la vision thérésienne, les cercles concentriques de l’ancienne cosmologie subsistent aussi, mais ils jalonnent un devenir intérieur dû au ‘soleil’ que habite le coeur de l’homme [...] C’est là que le fidèle trouve le signe de Dieu, certitude désormais établi sur une conscience de soi.⁵

Tal dinâmica de interiorização, todavia, comportava o risco de descambar em uma desvinculação da instituição religiosa, o qual se mostrava particularmente ameaçador no caso católico, cuja doutrina considera a Igreja como mediação privilegiada entre o humano e o divino. Frente a isto, os cânones do Concílio de Trento, embora reiterassem a validade das práticas introspectivas (como a oração mental, o exame de consciência, a direção espiritual...)

³ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da pessoa ocidental moderna. In: ARAN, Márcia (Org.). *Soberanias*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 186.

⁴ CUNHA, Maurício. Memória da conversão e conversão da memória em Alceu Amoroso Lima. *Cadernos NPEH*, Rio de Janeiro, Departamento de História/UFRJ, v. 1, n. 1, 61-78, 1996. p. 94.

⁵ CERTEAU, Michel de. *La faiblesse de soi*. Paris: Seuil, 1995. p. 35-36.

⁶, cuidaram de também vinculá-las à anuência clerical e à vivência sacramental – o modelo refutado era o das igrejas protestantes. Todavia, na longa duração, a interioridade da alma foi paulatinamente destacada pelo catolicismo como um elemento de resistência à secularização, cujo processo, imbricado ao fortalecimento dos Estados nacionais, tornou-se cada vez mais aprofundado com o deslanchar da modernidade liberal e técnico-cientificista.

1.1- A releitura agostiniana

O movimento de interiorização emergente no alvorecer dos tempos modernos trouxe, como uma de suas implicações, a revalorização da concepção de sujeito delineada pela ótica agostiniana ⁷, muito presente nos países ibéricos a partir de meados do século XVI. Em suas *Confissões*, Santo Agostinho pondera:

Quisera meditassem os homens sobre três coisas que tem dentro de si mesmos [...] aludo à existência, ao conhecimento e à vontade. De fato, existo, conheço e quero. Existo, sabendo e querendo; sei que existo e quero; quero existir e conhecer. Repare, quem puder, como é inseparável a vida nessas três faculdades: uma só vida, uma só inteligência, uma só existência. ⁸

Com base neste trecho da autobiografia agostiniana, o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte explicita que, para o cristianismo, “ser pessoa” consiste na vivência de um embate constante entre uma verdade (uma figuração do divino que a racionalidade, por si só, não consegue apreender) e uma vontade (que, desejante, impede o fechamento do eu), resultando desta tensão uma interioridade. ⁹ A particularidade da reflexão agostiniana situa-se na refutação de uma coexistência isolada dos elementos dessa tríade, atribuindo um imperativo de necessidade à sua inter-relação; a permanência desse imperativo tornou-se a marca da herança cristã para a cultura moderna. ¹⁰

Esta tensão permanente, por sua vez, era decorrente, segundo o bispo de Hipona, da quebra da ordem ontológica pelo pecado original, o qual teria provocado a fragmentação do ser, numa rebelião do corpo contra a alma, daí resultando a concupiscência e a ignorância. Além disso, essa fissura primordial suscitava uma permanente inquietude, até mesmo uma

⁶ KOLAKOWSKI, Leszek. *Chrétien sans Église: la conscience religieuse et le lieu confessionnel au XVIIIe. siècle*. Paris: Gallimard, 1987. p. 375: “L’intériorisation de l’aveu religieuse – l’un des traits les plus importants de l’esprit religieux de la Contre-Réforme [...]”.

⁷ O livro *Confissões*, de Santo Agostinho, foi traduzido para o espanhol e impresso em 1554, sendo lido por Teresa d’Ávila neste mesmo ano, data demarcada por ela como de sua “autêntica conversão”, cf. *Livro da Vida*, 9, 7.

⁸ SANTO AGOSTINHO. *Confissões* XIII, 11.12. São Paulo: Paulus, 2002.

⁹ DUARTE, Luiz Fernando Dias. História e etnografia dos saberes psicológicos. In: *Clio-Psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001. p. 35.

¹⁰ DUARTE, Luiz Fernando Dias e GUIMBELLI, Emerson. As concepções cristã e moderna de pessoa: paradoxos de uma continuidade. *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro, v. 93, p. 77-109, 1995. p. 78-79.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 3 2007.

angústia, perante o ato da existência, o que tornaria a condição humana insaciavelmente desejante.¹¹ E era ao perceber-se como um ser carente que o humano se disporia a um incessante processo de busca/relação com o outro, sobretudo com a Alteridade divina, para a realização de si.

Mas ao postular tal cisão, Santo Agostinho defrontar-se-ia com o que é considerado por muitos como um dos maiores limites a seu pensamento, oriundo, por sua vez, de seu seu enraizamento no neoplatonismo (especialmente nos textos de Plotino) - um dualismo implícito: para Agostinho, o homem seria uma alma que faz uso de um corpo; enquanto os sentidos mostram apenas o imediato e o particular, a alma, ultrapassando os entraves físicos, é capaz de atingir o universal e unir-se ao próprio Deus. É plausível, todavia, proceder-se a uma interpretação distinta acerca da preconizada divisão agostiniana, que se veria superada pela subsequente dimensão relacional por ele atribuída ao humano, a qual reordenaria a ruptura originária (o ser humano separado de Deus e de si) em uma síntese, ainda que conflitiva (uma incorporação do divino ao humano). A falta, portanto, não apresenta facetas exclusivamente desestruturantes, podendo-lhe ser atribuída uma função mediadora, sendo ela o elemento propiciador da passagem de um modo de ser (o que ainda não é) a outro (o que vem a tornar-se).¹² Mais ainda, esse Deus, por cujo encontro o homem tanto almeja, não se revela como transcendência infável, e sim como presença enfronhada no mundo, inclusive na debilidade do ser pessoa. Logo, a relação entre Deus e o humano assumiu contornos históricos – ela deveria processar-se ao longo de cada trajetória biográfica, incorporando, assim, a mutabilidade, a transformação.¹³

A espiritualidade de viés agostiniano desdobrou-se na *devotio moderna* que, difundida principalmente entre os séculos XIV e XV, na Bélgica e nos Países Baixos, acentuadamente a interioridade do indivíduo (espaço sagrado e intocado para os novos Estados laicos). Para isto, ela contrapunha-se ao intelectualismo que então recobria a escolástica, caracterizando-se pelo destaque à introspecção, inflamada por ardente afeição. Seu acento era colocado na prece (o “falar do coração”) e direcionado a um Deus que se humanizara na encarnação do Verbo, suportando o sofrimento e a morte – tratava-se de um cristocentrismo sensível que, transitava

¹¹ “Agustin [...] dirige la mirada a su próprio corazón dividido, descubriendo en él la perturbadora experiencia de lo que significa el ser humano: un proyecto divino aún inacabado, un centro de aspiraciones insatisfechas [...] Es sobre todo um teólogo de la voluntad y del deseo [...]”. DALY, Gabriel, osa. San Agustín y la teología moderna. In: *La espiritualidad agustiniana y el carisma de los agustinos*. Roma: Pubblicazioni Agostiniane, 1995. p. 26-27.

¹² KRISTEVA, Julia. *Poesia e negatividade*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 168-169; 171.

¹³ DUARTE, Luiz Fernando Dias e GUIMBELLI, Emerson A. Op. Cit. p. 85.

entre a exaltação e o lamento, eivado de ternura.¹⁴ A *devotio moderna* foi retomada pela espiritualidade franciscana e resignificada como *recogimiento*, presente sobretudo nos livros quinhentistas de Francisco de Osuna e Bernardino de Laredo, os quais afirmavam a superioridade da *oratio mentalis*, a ser universalidade a todos os fiéis.¹⁵

Tal afetividade não implicava, todavia, em uma complacência moral: a espiritualidade de cunho agostiniana exigia do sujeito um empenho contínuo, voltado à purificação de seus impulsos desejanter, de sua afetividade, naquilo que se diferenciavam da verdade divina. O pensamento agostiniano, portanto, comportava um aparente paradoxo, ao requerer do humano uma atitude de auto-esquecimento ou auto-desposseção (*kenosis*), em paralelo à necessidade aceitação da vontade divina, (fosse ela qual fosse). Mas justamente este ato, ela reafirma o primado do “afeto” (uma docilidade às inspirações do Espírito) sobre o efeito (associado às demandas objetivas das realidades sociais). O desejo, portanto, exerce um papel crucial no processo de interiorização, mas não é absolutizado, preservando seu vínculo dialógico com a verdade que, assim, também não se reduz a um saber dogmático, mas configura-se como um ato de crer.¹⁶ O mútuo processo de esvaziamento de si e afetação pela divindade foi comumente chamado, pela literatura devocional, de “contemplação”, cujo ápice, por sua vez, comportava a “santificação”, entendida um processo de transformação existencial, que partindo de uma dicotomia (humano/incompletude, divino/completude), estabelece um “dialogismo”, com o elemento transcendente projetando-se e fundindo-se com o contingente.

1.2- As premissas escolásticas

Um conceito distinto de ser “pessoa” foi formulado por são Tomás de Aquino, que recusando uma definição maniqueísta, considerava o ser humano uma unidade irreduzível, pois o homem que pensa não é apenas alma, assim como o homem que sente não é apenas corpo. Assim, para o pensamento aristotélico-tomista, a alma humana está dividida em planos ou graus de perfeição: no tocante às funções sensoriais e vegetativas, o homem é semelhante aos animais; já quanto às funções racionais (inteligência e vontade), ele participa, de certa forma, da natureza dos espíritos angélicos. A cada um desses planos, corresponde um determinado número de potências, também chamadas de forças ou faculdades: ao sensorial

¹⁴ GALILEA, Segundo. *As raízes da espiritualidade latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 22-23; 76.

¹⁵ *Dictionnaire de spiritualité, ascétique et mystique*. Verbetes “Contemplation”. Paris: Beauschesne, 1937-1976. p. 2030.

¹⁶ O ato de crer, neste sentido, não se reduz a um repertório de crenças, articuladas em sistemas sócio-históricos, consistindo também em um investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enuncia-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma ‘modalidade’ da afirmação, e não seu conteúdo. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 278.

correspondem o apetite sensível (prazer, dor...) e o conhecimento sensível (senso comum, fantasia, memória, e ação cogitativa, esta responsável por uma primeira intelecção dos elementos sensíveis). Já ao plano racional vinculam-se os apetites intelectuais (vontade, hábitos, costumes) e o conhecimento intelectual (idéias, juízo, raciocínio).¹⁷ Nesta antropologia teológica, portanto, os sentidos não são passivos, na medida em que contribuem para o processo intelectual: o homem, enquanto razão encarnada, necessita dos sentidos, externos e internos, para vir a conhecer.

Desta maneira, ao invés do desejo agostiniano, é a vontade tomista que emerge como categoria central do ser pessoa. É ela quem move os sentidos externos (salvo em casos particulares, como uma doença) e os apetites internos; faculdade afetiva, a vontade se deixa sensibilizar (isto é, “tocar”, sem dissociação entre o material, o mental e o espiritual) pelo tema rememorado e refletido. O exercício da vontade implica na capacidade de se sentir afetado e, em contrapartida, de responder com amor. Tal afetação, por sua vez, fortalece a racionalidade, pois a vontade mostra-se indissociável da ação de decidir, vinculada, por sua vez, à atuação da memória e ao trabalho da inteligência.

A espiritualidade de cunho aristotélico-tomista diferia crucialmente, portanto, de uma outra terceira vertente da espiritualidade católica (além da matriz agostiniana), conhecida por “teologia apofática”, já existente nos primeiros tempos do cristianismo. Sistematizada por uma vertente tributária do neoplatonismo, esta religiosidade afirmava o inefável da divindade; exemplarmente desenvolvida na obra de Pseudo-Dionísio, ela foi também reelaborada, de forma paradigmática, por são João da Cruz. Por tal enfoque, quanto mais a alma se aproximasse de Deus, menos o compreenderia, pois haveria uma dissociação fundamental entre a natureza e Deus – o único que poderia plenificar a alma -, donde a necessidade de desapego a todo o criado, de negação do mundo sensível. Isso exigiria não somente um afastamento das imagens, conceitos e racionalizações (ainda que muito piedosos), mas, inclusive, uma prática de renúncia a si para consumação/união em Deus. Tal discussão não remonta a duas formas distintas de conhecer a Deus, mas remete à contraposição entre o saber especulativo (caro à neo-escolástica, para quem o conhecimento natural ou razão, quando retamente orientado, não entra em contradição com a revelação, havendo uma harmonia de saberes, pautada na superioridade da fé) e a via unitiva¹⁸ e, mais ainda, a duas modalidades de utilização da linguagem religiosa – os postulados conceituais do tomismo e a *coincidatio*

¹⁷ MASSIMI, Marina. *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁸ KOLAKOWSKI, Leszek. Op. Cit. p. 370.

oppositorum dos místicos.¹⁹ É também nessa perspectiva apofática que um saber estético contemporâneo, descontente com a vinculação impositiva entre “linguagem” e “consciência”, reformula o conceito inicialmente religioso de contemplação para, conjuntamente à recusa da representação²⁰ (principalmente em sua dimensão racional), deslocar a significação para a experiência sensível (física e afetiva).²¹

Em decorrência, a espiritualidade pautada em premissas escolásticas enfatiza, mais do que uma perspectiva contemplativa, um ideário de “participação”, pelo qual o indivíduo contribui de forma decisiva para sua união com a divindade, através do bom uso do livre arbítrio e da prática das virtudes. Tais postulados positivavam decisivamente o “eu” cristão (relativizando a negatividade inerente à criação, afirmada pela leitura agostiniana) – ser “pessoa” consistiria então em tornar-se o agente que, pelo exercício da razão e com a ajuda da graça divina, promoveria a construção do Reino de Deus na história.²² Para isto, porém, a vontade do sujeito deveria submeter-se a um ascetismo específico, pautado no acatamento aos ensinamentos do Magistério e na obediência aos ministros ordenados.

Esta atuação humana, por sua vez, converge para uma finalidade – atingir a felicidade, mas não somente a natural (alcançada pelo exercício de virtudes inerentes à condição de criatura), mas abarcando também o bem perfeito ou o significado essencial das coisas, que reside no próprio Deus; por isso, o objeto da felicidade do homem é a contemplação divina, experiência que, todavia, excede a potência humana e exige uma ajuda sobrenatural, explicitada pela noção cristã de graça.²³ Assim, embora de forma distinta, a espiritualidade tomista não deixa de remeter à dimensão contemplativa.

Ademais, a dicotomia entre contemplação e participação, entre agostinianismo e tomismo jamais impôs-se de forma absoluta, tanto em âmbito teológico quanto no bojo de

¹⁹ Michel de Certeau esclarece que esta contraposição foi traçada já no século XVIII pelo carmelita Diego de Jesus, cf. CERTEAU, Michel de. *L’Absent de l’Histoire*. Paris: Mame, 1973. p. 62-63. Ver também p. 189. Entende-se por *coincidatio oppositorum* a articulação discursiva de termos contrários (como nas evocações sanjuanistas “noite luminosa” ou “cruel e fúria quietude”), que rompe a tradicional ontologia articuladora de uma palavra a uma coisa, apontando persistentemente para um vazio de significação, cf. JULIA, Dominique. Une histoire en actes. In: GIARD, Luce (Org.). *Le voyage mystique, Michel de Certeau*. Paris: Recherches de Science Religieuse, 1988. p. 108.

²⁰ A linguagem, assim como a consciência histórica desenvolvida pela modernidade, é transposta da posição de uma “iluminação abençoada” para a de um ônus quase insuportável de culpabilização. SONTAG, Susan. A estética do silêncio. In: *A vontade radical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 12-13.

²¹ “O espectador se aproximaria da arte como o faz de uma paisagem. Uma paisagem não exige sua ‘compreensão’, suas imputações de significado, suas angústias e simpatias; ao contrário, requer sua ausência, solicita que ele não acrescente nada a isso. A contemplação, do ponto de vista estrito, acarreta o auto-esquecimento por parte do espectador: um objeto digno de contemplação é aquele que, com efeito, elimina o sujeito que o percebe”. Ibid. p. 23.

²² DE LUBAC, Henri. *Augustinisme et théologie moderne*. Paris: Aubier, 1965. p. 226.

²³ MASSIMI, Marina. Op. Cit.

algumas espiritualidades, sobretudo a inaciana e a teresiana.²⁴ A espiritualidade inaciana, sistematizada nos *Exercícios Espirituais* de santo Inácio de Loyola, representa um ponto de convergência entre o ideal contemplativo e a dimensão apostólica da religiosidade católica, ao fundamentar-se no discernimento pessoal acerca das “moções do Espírito”, incitadoras do indivíduo a determinadas maneiras de ser e atuar. Assim, para os jesuítas, de decisiva atuação na América Portuguesa, o estado de união mística não é contraposto às práticas sociais e aos afazeres cotidianos mas, pelo contrário, é vivido em imbricação a eles, numa postura de reflexão crítica (busca da verdade) e abertura afetiva (procura da vontade divina).²⁵ A santidade era assim compreendida como “ação virtuosa no mundo”.

2. A constituição de si na Minas setecentista

Que vertentes de espiritualidade orientaram as meditações dos fiéis na Minas setecentista? Infelizmente, a consulta efetuada ao *Relatório à Sagrada Congregação do Concílio de Trento*, bem como aos *Capítulos de Visita* diocesana, *corpus* de fontes selecionados como suporte documental desta comunicação (textos previamente transcritos e impressos pelo Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM)²⁶, não forneceu uma resposta imediata. As únicas pistas associadas às matrizes letradas de espiritualidade nos são fornecidas por via indireta – trata-se das listagens de sacerdotes que auxiliavam os bispos em suas visitas pastorais, a despeito da permanência da interdição metropolitana à presença dos religiosos na região mineradora, emitida logo após a eclosão da Guerra dos Emboabas (1707-1709)²⁷ e endossada pelo *Relatório* do prelado de Mariana.²⁸ Assim, D. Frei Antônio

²⁴ Durante várias décadas do século XX, agostinianismo e tomismo foram apresentadas como perspectivas conflitantes, cf. STEENBERGHEN, Fernand von. La philosophie neo-scholastique. In: *Bilan de la Théologie du XXe. Siècle*. Tournai/Paris: Casterman, 1970. p. 316-317. Somente no pós-II Guerra, as leituras de viés agostiniano presentes no neotomismo foram realçadas, cf. WILLIAMS, Rowan. *El futuro de la espiritualidad agustiniana*. In: *La Espiritualidad Agustiniiana y el Carisma de los Agustinos*. Op. Cit. p. 35.

²⁵ “Por exercícios espirituais se entende qualquer modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente e outras operações espirituais [...] a pessoa que contempla, tomando o verdadeiro fundamento da história, reflete e raciocina [...] Em todos os Exercícios espirituais usamos o entendimento, refletindo, e a vontade, afeiçoando-nos”. Apud: INÁCIO DE LOYOLA, santo. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Loyola, 2006. [2.3]. p. 11.

²⁶ Agradeço a Monsenhor Flávio Carneiro Rodrigues a doação dos quatro volumes dos *Cadernos Históricos da Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*, bem como a Tatiana Mol Gonçalves, graduanda do Curso de História da UFOP, que procedeu à leitura conjunta desta documentação comigo.

²⁷ A despeito da informação do padre Heliodoro Pires de que na capitania de Minas tiveram Casas os capuchinhos e os jesuítas, embora o rei de Portugal houvesse censurar os governadores que tinham dado permissão, não foi encontrada documentação comprobatória a este respeito. PIRES, Heliodoro, padre. *Temas de História Eclesiástica do Brasil*. São Paulo: São Paulo Ed., 1946. p. 256.

²⁸ RODRIGUES, Flávio Carneiro, mons. *Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. V. 3. Mariana, 2005. p. 83-84: “Não havendo nesta Diocese nenhum Mosteiro de Regulares, nenhum destes exerce a função de Pároco, à qual esteja anexo o cuidado de almas. Censurei o demasiado relaxamento dos Regulares em suas andanças fora de seus cenóbios, e dos Clérigos, fora de suas próprias dioceses, mesmo os Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 8 2007.

de Guadalupe, franciscano, primeiro bispo do Rio de Janeiro a visitar a capitania mineira entre 1726-1727, se fez acompanhar por dois missionários capuchinhos, Fr. Jerônimo de Monreale e Fr. Antônio de Perusia ²⁹; já D. Frei João da Cruz, carmelita descalço, bispo da diocese fluminense entre 1741-1745, visitou a capitania de Minas nos anos 1743-1745, sendo acompanhado por seu sobrinho, Fr. Luis, franciscano. ³⁰

Os franciscanos também foram presença junto a D. Frei Manuel da Cruz, cisterciense, primeiro bispo da diocese de Mariana entre os anos de 1748-1764: com ele residia um sobrinho desta Ordem, que cumpria funções de secretário e foi precioso auxiliar na implantação da oração mental na diocese. ³¹ É preciso, contudo, não confundir a ação desse franciscano com a dos frades encarregados de esmolar para a Terra Santa, os quais obtiveram, em função disso, permissão da Coroa para fundar um Hospício em terras mineiras. Tais religiosos mantinham uma tensa relação com o poder episcopal: um deles, frei Francisco Fabiano dos Santos, residente em Sabará, veio a denunciar à Coroa, no ano de 1753, o bispo de Mariana, por considerar-se, como religioso, isento da obediência ao prelado. A presença de um parente franciscano também foi motivo de contenda deste prelado com o Cabido de Mariana, que o acusava de ser dominado pelo sobrinho, com o monarca português chegando a pedir informações a respeito. Aliás, os franciscanos, segunda congregação em tamanho e atuação na América Portuguesa, eram geralmente criticados pelos prelados das dioceses em que residiam, que por vezes lhes interpuseram ações suspensórias e até punitivas. ³²

D. Frei Manuel da Cruz também acolheu jesuítas em seu Palácio Episcopal, no intuito de entregar-lhes a direção do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, por ele fundado em 1750; o prelado adotara esta mesma prática quando fora bispo da diocese do Maranhão. ³³ Não casualmente, no *Relatório* por ele enviado à Congregação do Sagrado Concílio de Trento, D. Frei Manuel da Cruz mencionou que “[...] todos os candidatos às ordens são preparados pelos exercícios espirituais de Santo Inácio, no Seminário, durante oito dias”. ³⁴ Os jesuítas permaneceram na diocese até 1758, quando foram transferidos para São Paulo e Rio de Janeiro, em função da ordem metropolitana determinando seu envio compulsório a

de Portugal que transitam impunemente por estas plagas bastante extensas. Mas eu me apliquei em contê-los nos claustros de suas Ordens e nos limites das Dioceses: remédio mais eficaz, contudo, ao afastamento deles trouxeram as Ordenanças do Rei ameaçador. Assim ficou totalmente livre a diocese de semelhanças pessoas vadias [...] Neste período, nosso Bispado não ficou conhecido por nenhum Mosteiro masculino de Religiosos [...]”.

²⁹ RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*. V. 3. Santa Maria: Pallotti, 1988. p. 44.

³⁰ TRINDADE, Raimundo, cónego. Op. Cit. p. 105-106.

³¹ VASCONCELOS, Diogo de. Op. Cit. p. 62; TRINDADE, Raimundo, cónego. Op. Cit. p. 105-106.

³² RUPERT, Arlindo. Op. Cit. p. 199-200.

³³ TRINDADE, Raimundo, cónego. Op. Cit.

³⁴ RODRIGUES, Flávio Carneiro, mons. Apud. p. 83.

Portugal, efetivada dois anos depois, o que, aliás, causou não pequeno pesar ao primeiro bispo de Mariana ³⁵.

Tais embates concorrenciais entre as ordens religiosas e delas com os poderes episcopal e monárquico evidenciam uma importante faceta da Minas colonial: a de uma sociedade de ordens em que o simbólico era um pólo catalizador das disputas, sobretudo entre os segmentos letrados. Os confrontos cotidianos no campo religioso, por sua vez, eram dimensionados de acordo com o prestígio e o poder (inclusive institucional e econômico) dos integrantes de uma dada Ordem: quanto maior a força política, como no caso dos jesuítas, que até sua expulsão ampliavam sucessivamente sua atuação no campo da formação religiosa (com os colégios e seminários) e da catequese (com as missões e pregações), maior o ataque. ³⁶ Por outro lado, a presença de franciscanos e jesuítas junto ao poder episcopal evidencia o privilégio a um modelo de espiritualidade mais introspectiva, recomendada por essas duas Ordens religiosas, muito embora com importantes distinções entre si, sobretudo no enfoque mais metódico e apostólico da piedade jesuítica.

Em paralelo, embora a historiografia mencione a importância da espiritualidade oratoriana na Minas setecentista, a qual teria inspirado inúmeros ermitões, não há menções a textos ou padres ligados ao Oratório nos documentos pesquisados. Talvez esta ausência possa ser associada à destruição da Casa Geral desta Congregação em Lisboa, com sua rica biblioteca e gabinete de ciências naturais, pelo incêndio que se seguiu ao terremoto que arrasou a capital portuguesa, em 1755. ³⁷ Todavia, também existem pontos em comum entre a espiritualidade jesuítica e a oratoriana, sobretudo o realce à “interioridade”. ³⁸

O que se pode concluir da presença desses religiosos junto à redação dos documentos episcopais em Minas colonial, no tocante à constituição do “ser pessoa”? Verifica-se que as práticas devocionais inspiradas em tais espiritualidades (como a oração mental ou os exercícios espirituais) apresentavam-se como uma produção cultural ambígua, mediante a qual a sujeito tanto esforçava-se por renunciar à vontade própria (ótica agostiniana) quanto, em paralelo, via-se potencializado por uma “participação” na vida divina (premissa tomista) e, subseqüentemente, por sua inserção no “corpo místico de Cristo”, capitaneado pela Igreja, devendo, em contrapartida, contribuir para uma maior atuação apostólica. Resultava desta

³⁵ TRINDADE, Raimundo, cônego. Op. Cit. p. 127-129.

³⁶ RUBERT, Arlindo. Op. Cit. p. 200.

³⁷ ALMEIDA, Fortunato. *História da Igreja em Portugal*. V. 3. Porto/Lisboa: Livraria Civilização, 1930. p. 96.

³⁸ Tal subjetivação foi muitas vezes vista de forma pejorativa pela historiografia religiosa, sendo chamada de “egologia”, cf. HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Op. Cit. p. 357: “Tudo parece fazer parte de um drama interior, entre Deus, o diabo e a alma. Ele distancia-se das condições concretas da vida, da escravidão, do sofrimento dos oprimidos, do trabalho, do sexo, da família”.

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdeci Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 10 2007.

tensão uma particular configuração do sujeito moderno, produto de uma síntese sempre tensional, mas não dicotomizada.³⁹

³⁹ DUARTE, Luiz Fernando Dias. Sujeito, soberano, assujeitado. Op. Cit. p. 186: “O fundo reformado desse modelo consistia sobretudo em uma ênfase no “renascimento do sujeito exposto a uma ‘conversão’. Hegel conferiu um estatuto abstrato revelador a esse processo: a “alienação” ou o “estranhamento” hegelianos compreendem fundamentalmente uma saída de si (negação ou ruptura) e um retorno a (de) si em um patamar superior, “universalizado” (síntese e continuidade) [...]”.

As funções do testemunho de Euclides da Cunha em Os sertões (1902)

Vitor Claret Batalhone Júnior – Graduando UFRGS

Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar

A convite de Júlio de Mesquita, editor do *Estado de São Paulo*, periódico para o qual Euclides colaborava, nosso autor integra uma missão jornalística que acompanhou a quarta expedição militar a Canudos. A primeira viagem por navio ocorre em 4 de agosto de 1897, quando ele embarca a bordo do *Espírito Santo* junto ao Estado-Maior do marechal Bittencourt rumo à Bahia, terra de seu pai (Rabello, 1946, p.90). A partir de então, Euclides passa a vivenciar experiências radicais para um ex-aluno da “mocidade militar”, que até então não havia experimentado de fato uma situação de guerra.

Euclides, assim como seus colegas, pertencia à *postwar generation*, ou seja, ingressou no Exército brasileiro após a Guerra do Paraguai e, por isso, não viveu grandes ações militares até o golpe de 1889. Esta vivência militar direta, as atrocidades da guerra, o sofrimento das vítimas e também dos algozes, se é que podemos distinguí-los com clareza, afetaram com enorme nitidez os relatos de Euclides.

Concomitantemente ao revezes políticos e militares do Brasil, difundiam-se no país a partir de 1850, as chamadas doutrinas “cientificistas”, especificamente o evolucionismo e o positivismo, através de alguns autores como Augusto Comte, Spencer e Huxley (Castro, 1995, p.43). A Escola Militar na qual estudou Euclides, conhecida pelos alunos como o “Tabernáculo da Ciência”, se constituiu em terreno propício para a difusão destas idéias, o que podemos mesmo identificar como um “culto à ciência”. Constante, porém, era a confusão entre cientificismo, evolucionismo e positivismo por parte de tais alunos, culminando na identificação deste ideário cientificista na figura de Comte, considerado como o “pai fundador” do culto à ciência.

O mais importante para os jovens ‘científicos’ não eram filigranas doutrinárias, e sim o espírito geral dessas doutrinas. Se havia diferenças entre os autores, estas eram minimizadas por aquilo que afirmavam em comum: a fé no progresso e na oposição de destaque devida à ciência. (Castro, 1995, p.73)

Este cientificismo possibilitou que tais alunos acometessem “desleitura” dos seus autores preferidos, pois esses eram entendidos sob um núcleo de idéias comuns, e não segundo suas especificidades. Como membro do corpo científico da Escola Militar da Praia Vermelha, Euclides também demonstrou em seu texto, esse turbilhão confuso de idéias, como nos demonstrou Costa Lima em seu *Terra Ignota* (1997).

Essa base cientificista influenciou tanto os referenciais teóricos de Euclides, quanto seu testemunho sobre a Guerra de Canudos. Em *Os sertões* esta relação entre teorias e testemunho se faz flagrante, pois a obra é construída *a posteriori* de sua viagem ao sertão, aliando testemunho a trabalho com fontes, respaldado no referido arcabouço teórico do autor.

Ao retornar de Canudos, Euclides pediu licença de seu emprego para se recuperar do desgaste da viagem, e assim foi para a fazenda Trindade, de seu pai, em Belém do Descalvado, onde ficou entre dois e três meses, e começou a reunir e organizar material para escrever seu livro. Essa idéia surgiu ainda na Bahia, onde chegou a visitar inúmeros arquivos, escrevendo primeiramente o *Diário de uma Expedição*, que reuniu as colaborações para o *Estado de São Paulo*, e que seria uma forma de não perder seu testemunho sobre a Guerra. Mas isso não bastou a Euclides, e em 1902, *Os sertões* foi editado pela Laemmert.

Em “A Terra”, temos a sensação de que a paisagem narrada é amplamente conhecida pelo autor. Entretanto, o primeiro contato de Euclides com o sertão se dá apenas no dia 30 de agosto de 1897, na entrada da cidade de Queimadas (Rabello, 1946, p.106). Tal experimentação do sertão pouco se dilatou além dos limites da região do conflito em Canudos mas, nesse período, o autor recolheu material para seu livro, anotando modismos sertanejos, observando fatos, estudando flora, fauna e solo da região, temperatura, pressão e altitudes de vários pontos, “todas elas, preocupações do correspondente que planejava já o livro que não fosse um simples relato da campanha, mas um amplo estudo sobre a natureza e o homem dos sertões nordestinos” (Rabello, 1946, p.126).

Assim, Euclides teve de apoiar seu testemunho sobre a ampla e diversificada paisagem do sertão brasileiro, a qual não presenciou em sua integralidade, apesar de expô-la em *Os sertões* para além de um testemunho restrito às proximidades de Canudos. O

sertanejo também foi construído em “O homem” segundo este trabalho de fontes orientado por teorias científicas, sobre o qual age o testemunho no sentido de legitimar a relação entre o que foi descrito na narração e o que foi visto por Euclides no sertão. Para tal, recebeu inclusive colaboração de seus amigos Teodoro Sampaio e Francisco Escobar.

Teodoro Sampaio foi um valioso colaborador de Euclides, pois ele lia os esboços, criticava, fornecia materiais e idéias, além de testemunhos próprios que possivelmente devem ter sido mesclados aos de nosso próprio autor (Rabello, 1946, p.147). Francisco Escobar, autodidata em vários assuntos e também político, foi outro colaborador igualmente importante. Amigo e confidente, em São José do Rio Pardo abriu-lhe sua biblioteca, ajudou-o em pesquisas bibliográficas e em traduções do latim que Euclides nunca aprendeu (Rabello, 1946, p.158).

O autor de *Os sertões* presenciou não somente uma paisagem desconhecida, mas também uma realidade sociocultural diversa da que até então conhecia e admirava em função de sua cultura científica. Euclides era essencialmente progressista, e não enxergava com desaprovação a luta contra os sertanejos antes de presenciá-la. A República e a civilização, carregadas de ciência como haveria de ser, deveriam, na sua perspectiva, fosse qual fosse o custo, fazer o progresso adentrar o Brasil e carregá-lo em sua esteira, mesmo que o uso da força se mostrasse necessário, o que de fato ocorreu.

Assim, as impressões de Euclides sobre a Guerra não foram sempre as mesmas, como nos mostra seu biógrafo Sylvio Rabello (1946). No início da Guerra de Canudos, suas aspirações republicanas lhe propiciavam outras concepções do conflito, sendo que a entrada na cena do combate transmutou profundamente a sua percepção. Seu testemunho sofreu, então, esta flexão de sentido, que culminou na ação de escrita de *Os sertões*.

No início de *Os sertões*, sua narrativa demonstra claramente seus posicionamentos “vingadores”, “morais”, em busca de justiça póstuma para os sertanejos aniquilados na contenda, especialmente se levarmos em conta a “Nota preliminar”. Nesta, Euclides explicita sua intenção com seu “Livro Vingador” de preservar uma memória do conflito. Entretanto, a relação do testemunho do autor com seu arcabouço teórico e o trabalho de fontes realizado para a construção de sua obra não resultou em uma equação exata como certamente gostaria Euclides, persistindo contradições em sua argumentação.

A idéia de progresso contida no cientificismo que formou a base epistemológica da Escola Militar propiciava, conseqüentemente, uma visão progressista da história por parte de Euclides. Esse conceito de história, característico do século XIX, é encontrado em *Os sertões*, majoritariamente em “A Terra” e em “O Homem”. Estas partes do livro foram construídas muito mais em função do trabalho de fontes realizado por Euclides e seus colaboradores do que por seu testemunho. Em “A Luta”, parte da história narrada na qual a presença de Euclides foi mais marcante, pois ele participou efetivamente desta luta, e na qual seu testemunho foi mais efetivo, é justamente onde em seu livro o conceito de história progressista cede lugar a um conceito de história constituído na narração de eventos exemplares, ou seja, o antigo *topos* da *historia magistra vitae*. Não foi em vão a referência a Tucídides na “Nota à 2ª Edição”¹, apesar de tal citação estar mais estritamente vinculada à idéia de preservação de uma memória através da narração de uma história.

Assim, em “A Terra” e em “O Homem”, o autor usou seu testemunho para legitimar um trabalho com fontes, construído segundo suas próprias concepções teóricas que, como membro do corpo científico da Escola Militar, foi profundamente marcado pelas doutrinas científicas do final do século XIX. O testemunho de Euclides é potencialmente mais verossímil em “A Luta”, pois ele efetivamente participou do conflito. O instigante é que, justamente nesta parte da obra, seu conceito de história progressista dá margens ao de *magistra vitae*, ao analisar o desenrolar da guerra. Assim, o testemunho de Euclides perante o terror da luta, de certa forma trai seus pressupostos teóricos.

Creio existir entre o que Euclides *viu* e o que ele *disse* (escreveu) um complexo processo de escrita, de narração de uma história, baseado e legitimado no testemunho direto do autor sobre os eventos, mas que se constituiu também através de um trabalho de fontes realizado segundo certas premissas teóricas.

Destarte, creio serem duas as funções do testemunho de Euclides da Cunha em *Os sertões*, a saber: legitimar uma narrativa construída segundo seu próprio arcabouço teórico, assim como sustentada também sobre um trabalho com fontes; efetuar uma mudança de *regime de historicidade* na narrativa de *Os sertões*.

¹ CUNHA, Euclides. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p.784: “E se não temesse envidar-me em paralelo que não mereço, gravaria na primeira página a frase nobremente sincera de Tucídides, ao escrever a história da guerra do Peloponeso – porque eu também embora sem a mesma visão aquilina, escrevi [. . .]”.

Fontes

I. Fontes Primárias

- CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Os sertões: campanha de Canudos*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- _____. *Os sertões: campanha de Canudos*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

II. Fontes Secundárias

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- ANSART, Pierre. *História e memória dos ressentimentos*. In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.15-36.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CEZAR, Temístocles Américo Correa. *A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império: escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista*. Ágora. Santa Cruz

do Sul Vol. 11, n. 1, pp.79-99 (jan./jun. 2005).

- DECCA, Edgar Salvadori de. *Literatura em ruínas ou ruínas na literatura?* In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.149-173.

- DOBRORUKA, Vicente. *História e Milenarismo, Ensaio sobre tempo, história e o milênio*. Brasília: Editora UNB, 2004.

- DULONG, Renaud. *Le Témoin oculaire: Les conditions sociales de l'attestation personnelle*. Paris : Ed.EHESS, 1998.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Memória, história, testemunho* In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.85-94.

- GARCIA, Simone Pereira. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros, 2002.

- GOMES, Gínia Maria. *A perspectiva híbrida de Os sertões* In: *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000, pp.546-561.

- _____ (Org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005.

- _____. *O viajante de Os Sertões* In *Organon*. Vol. 17. nº 34. Porto Alegre: Revista da Faculdade de Filosofia da UFRGS, pp.133-156, 2003.

- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: Pequeno tratado sobre a nota de*

rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

- HARTOG, François. *A testemunha e o historiador* In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: EDUFGRS, 2001.

- _____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

- _____. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2003.

- _____. *O Tempo desorientado, Tempo e História: “Como escrever a história da França?”*. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. Porto Alegre, N. 7, pp.7-28 (julho 1997).

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed.PUCRJ, 2006.

- _____. *historia/Historia*. Madri: Editorial Trotta, 2004.

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed.UNICAMP, 2003.

- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

- _____. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

- PIRES, Francisco Murari. *Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os*

- desvios da memória* In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.95-128.
- POMIAN, Krzysztof. *Sur l'histoire*. Paris: Gallimard, 1999, pp.290-295, 313-321.
- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*. Coleção Grandes Biografias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.
- SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais* In: *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp.37-58.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Iluminismo e pós-modernismo em Nietzsche

Vitor Henriques / USP
dialeticamente@yahoo.com.br

De uma maneira geral, Nietzsche sempre apareceu de forma previsível nos debates historiográficos, nacionais ou não, e decerto que ocupando o mesmo espaço epistêmico. Segundo François Dosse, Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Ciro Flamarion Cardoso, Nietzsche é o grande patrono da teoria pós-moderna da história. É justamente esse espaço, por ele previamente habitado, que se faz pertinente uma intervenção e uma revisão. Esta é, acreditamos, a contribuição original da nossa pesquisa. Existem, como vamos poder ver, passagens contundentes de um Nietzsche que trabalha (positivamente) com conceitos como ciência, verdade e razão, porém, ainda que não uma ciência positivista, tampouco uma verdade metafísica e uma razão socrática. Nietzsche, em vários momentos de sua obra, o que reforça nossas premissas, se dizia herdeiro da tradição iluminista; seu diálogo com Voltaire é revelador para tal. Portanto, vamos demonstrar, nos baseando em filósofos importantes como Luc Ferry e Rüdiger Safranski, que há um culto da razão em Nietzsche, e, a partir disso, pretende-se traçar as implicações que este novo olhar traz para a teoria da história..

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**História, Historiografia e Educação no Brasil:
Uma análise dos movimentos de educação e cultura popular dos anos 1960**

Wagner da Silva Teixeira

Entre 1960 e 1964 existiram no Brasil diversos movimentos de educação e cultura popular, entre outras atividades como teatro e música, se dedicavam à alfabetização de adultos. O Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Pé no Chão se aprende a Ler e os Centros Populares de Cultura da União Nacional de Estudantes foram algumas dessas iniciativas. De forma geral esses movimentos resultaram da ebulição social e política pré-golpe, caracterizada por uma forte radicalização do processo político em torno das Reformas de Base, “Os movimentos sociais pelas reformas radicalizam demandas e formas de luta. As forças conservadoras agrupavam-se. A sociedade começou a polarizar-se em dois grandes blocos”.¹

A historiografia sobre o tema se baseia, de forma praticamente constante, no conceito clássico de populismo, encarando as relações entre os movimentos de educação e cultura popular e as “facções políticas significativas do Estado Populista no Brasil”² de forma maniqueísta, manipulada e autoritária. As abordagens variam de uma condenação total, no caso de Vanilda Paiva e Sílvia Manfredi, ou parcial como preferem Nicanor Palhares de Sá e Afonso Celso Scocuglia.

Manfredi busca compreender aquele processo, partindo do pressuposto de que “o Estado, sob a forma populista, utilizou-se do movimento de cultura popular como um dentre os vários mecanismos de mobilização das classes trabalhadoras do meio rural e urbano”. Esta mobilização deveria “garantir aos líderes populistas a ampliação do eleitorado, aumentando assim as bases de sustentação de seu poder”³. Nesta análise a

¹ Daniel Araújo Reis Filho, *O Colapso do Colapso do Populismo*. In Jorge Ferreira (Org.), *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 339.

² Sílvia Maria MANFREDI, *Política e Educação Popular*. São Paulo: Cortez, 1981. p.13

³ Idem. pp. 23-24.

relação entre o “Estado populista” e os movimentos se resume ao interesse estatal em aumentar o eleitorado dos políticos “populistas”, visto que a Constituição de 1946 proibia o voto ao analfabeto.

Para Paiva, a atuação dos movimentos, via Paulo Freire, é baseada no que chama de “populismo indutivista”, o qual “busca nas massas a interpretação correta da realidade e a orientação para a ação”.⁴ Esse tipo de “populismo” se utilizava dos “princípios indutivistas, não-diretivos” para colocá-los “a serviço de posições fundamentalmente diretivas e autoritárias”. Faz-se um apelo “ao povo mas se sabe para onde conduzi-lo, o que colocar na voz que ele tem o direito de fazer ouvir, como em todo o populismo tradicional”.⁵ Em resumo, para a autora, a proposta pedagógica presente nos movimentos estava em consonância com as práticas manipuladoras do Estado populista.

Há uma outra interpretação, partindo de um pressuposto muito parecido, de que o Estado brasileiro nos anos 1960 era “populista”, chegando, contudo, a outro resultado. Tende a separar “populismo” do que chamam de “popular”. Enquanto o populismo relacionava-se somente com o Estado e os políticos, os movimentos eram a manifestação do popular. Enquanto os primeiros eram demagogos, hipócritas e etc. Os movimentos seriam portadores de uma proposta de libertação popular.

Para Nicanor Palhares de Sá, mesmo que o “populismo tenha sido “demagógico”, ambíguo e seus objetivos tenham sido inclusive outros”, o importante foi que, “graças às contradições inerentes a um maior número de grupos no jogo político, criaram-se as fissuras, as diferenças”, no interior das “quais se insinuou uma educação mais ativa e popular”.⁶ Os movimentos teriam conseguido, apesar da presença do Estado, construir uma experiência educacional “vista como resistência ou liberação das classes subordinadas”.⁷

Afonso Celso Scocuglia avança na interpretação, mesmo partindo das análises tradicionais sobre o populismo, baseando-se, sobretudo, na leitura de Weffort. Questiona se as propostas pedagógicas de Paulo Freire teriam servido mais “como instrumento populista de manipulação dos setores que dirigiam o Estado brasileiro, representados diferentemente por Goulart, Arraes e Brizola etc”, como vimos nas

⁴ Vanilda PAIVA, *Paulo Freire e o Nacional Desenvolvimentismo*, São Paulo, Graal, 2000.

⁵ Idem, p.229

⁶ Nicanor Palhares de Sá, *Política Educacional e Populismo no Brasil*, SP: Cortez&Moraes, 1979, p.102

⁷ Idem, p.102

interpretações anteriores, ou, ao contrário, serviu “como instrumento das forças médias e populares na direção de uma sociedade mais democrática, menos injusta, mais solidária?”. Para ele, “a práxis político-pedagógica freireana serviu mais à mobilização, à organização, à difícil batalha pela representatividade e pela cidadania das camadas populares do que à manipulação, típica dos populismos”.⁸

Nesta interpretação, a grande contribuição do “populismo” teria sido a de possibilitar, em meio as suas contradições, o surgimento de tais movimentos. Estes, por seus próprios méritos, inclusive, que os diferenciavam do populismo é que se tornaram espaços de luta pela emancipação popular. Por sua vez, o “populismo” seria manipulador, demagógico e etc.

Ambas são contraditórias já que se baseiam num raciocínio em que ou se condena, ou se tenta justificar a aproximação dos movimentos com os “populistas”. No primeiro caso, nada resta ao povo, a não ser ficar condenado à manipulação. No segundo caso, diante de um mal maior, a miséria e a exclusão política, o populismo seria um mal menor, já que foi a partir de suas contradições que surgiram os movimentos. Nestes dois casos corre se um grande risco, que é o de não conceber as classes populares “como atores/sujeitos”, mas somente “como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas”, seres manipulados, cooptados, enganados ou “ao menos desviados de uma opção consciente”.⁹

Esta pesquisa busca abordar a questão de uma outra forma, deixando de lado o conceito tradicional de “populismo”. Busca-se interpretar o surgimento, a ação e a extinção dos movimentos não a partir de uma perspectiva de troca ou escala de manipulação, ou mesmo, a partir de brechas de manifestação popular em meio ao predomínio da política “populista”. Deixando de lado o grande “guarda-chuva populista”, as análises se voltam para as diversas culturas políticas presentes no período. De forma mais precisa, o conceito de cultura política permite analisar as diversas formas de se pensar e de se fazer política, presentes na sociedade brasileira naquele período. No caso dos estudos sobre os movimentos de educação e cultura popular, a análise se debruça sobre três culturas políticas diferentes, a trabalhista, a comunista e a cristã progressista.

⁸ SCOCUGLIA, Afonso C. *A Progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire*. pp. 325-326.

⁹ Ângela de Castro GOMES, *O populismo e as ciências sociais no Brasil*. In. FERREIRA, Jorge, Op. Cit. p.35

Cada uma delas teve seu desenvolvimento próprio e independente, entretanto, utilizando as palavras de Serge Berstein havia uma “área de valores partilhados”,¹⁰ que as aproximavam. Em primeiro lugar, havia, mesmo que de forma diferenciada em cada uma delas, uma compreensão de que era necessário modificar a sociedade, revolucionar/reformar as estruturas sociais, políticas e econômicas do país era uma condição para o seu desenvolvimento. Em segundo lugar, uma intervenção prática, uma militância política que os unia, os trabalhistas, no Estado e no sindicalismo; os comunistas nos sindicatos, movimentos sociais urbanos e rurais e nas universidades; os cristãos progressistas na Igreja, nas universidades, e em menor escala no sindicalismo. Em terceiro lugar, o contexto marcado por uma forte polarização, que as colocou de um mesmo lado do espectro político, como na campanha da legalidade em 1961, na luta pelas Reformas de Base e no golpe civil/militar de 1964.

O Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Comunista Brasileiro e a Ação Popular foram as expressões destas culturas políticas. Eram as traduções reais e práticas das formas de se ver, pensar e agir sobre o mundo de grupos sociais organizados. Nesse entendimento, é impossível dissociar os movimentos dos grupos que os sustentaram política e financeiramente. As relações entre esses grupos e os movimentos não serão aqui analisadas a partir de uma perspectiva manipulatória, mas, ao contrário, dentro da formação de uma ampla aliança entre setores progressistas e de esquerda, forjada no interior de um jogo político fortemente polarizado. Isso quer dizer que o objetivo aqui é saber em que medida o contexto político influenciou as relações entre grupos e os movimentos. Compreender, ainda, como se estabeleceu uma aliança de ação conjunta entre os grupos e os movimentos, cujo objetivo maior seria o combate ao analfabetismo e a conseqüente ampliação do eleitorado.

Não eram somente os cristãos progressistas, que passavam por mudanças teóricas que os levavam a reformular sua maneira de entender o mundo, e se inserir nele.¹¹ Os comunistas, desde 1956, haviam deixado de lado uma postura revolucionária imediata e apostavam, primeiro numa revolução burguesa, em aliança com a burguesia nacional, contra o latifúndio e o imperialismo.¹² Por seu lado, o trabalhismo a cada dia se distanciava de sua herança getulista, caminhando paulatinamente, para um

¹⁰ BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 354

¹¹ SOUZA, Luiz Alberto Gomez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 116

¹² José Antonio Segatto, *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, pp. 92-93.

reformismo de esquerda, com forte apelo nacionalista.¹³ Estes movimentos, ocorridos no interior de cada grupo, facilitaram a aproximação entre eles. Isso é claro que não eliminou suas diferenças, mas permitiu que unificassem muitas de suas bandeiras. Entre elas a democratização da educação e a politização da cultura, ambas, presentes nos movimentos de alfabetização de adultos.

Tanto os grupos políticos, quanto os movimentos podem ser incluídos dentro de um espectro político à esquerda, defensores de um projeto nacional-estatista. Projeto este, que se pautava pela defesa do desenvolvimento nacional, incluindo a criação de empresas estatais, a defesa dos direitos trabalhistas, o aumento das políticas sociais, os investimentos em setores estratégicos, além de uma forte presença do Estado em todos os setores da sociedade¹⁴.

Em 1958, Paulo Freire participou do Seminário Preparatório do II Congresso Nacional de Educação de Adultos em Recife. Naquela ocasião Freire escreveu um pequeno relatório, no qual afirmava que era chegada a hora da entrada do “povo na vida pública nacional, como interferente em todo o trabalho de colaboração, participação e decisão responsáveis em todos os momentos da vida pública – como convém à estrutura e funcionamento de uma democracia”.¹⁵ Era a primeira vez que um educador deixava tão claramente o vínculo entre política e educação, e mais do que isso, a necessidade de participação do povo no processo decisório do país. No ambiente democrático do governo Kubitschek começaram a ser gestados os movimentos que dois anos mais tarde, surgiriam em todo o país.

Com a eleição de Miguel Arraes para a prefeitura do Recife, o Movimento de Cultura Popular iniciou suas atividades. Fruto direto da ação conjunta de comunistas e cristãos progressistas, o MCP cumpria o papel de Secretaria Municipal de Educação, cargo inclusive, que não existia. Uma das primeiras publicações do MCP foi o livro de gravuras “Meninos do Recife”, do comunista e artista plástico Abelardo da Hora, diretor da Divisão de Artes Plásticas e Artesanatos do MCP. O livro retratava a realidade dos meninos do Recife, que viviam pelas ruas da cidade. Na introdução ao livro, Germano

¹³ Lucília de Almeida Neves, *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo*. In FERREIRA, op. cit. p.202.

¹⁴ Jorge FERREIRA, **Crises da República**, p. 304. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves, *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Daniel Aarão REIS FILHO, *As esquerdas brasileiras e a tradição nacional-estatista..* (mimeo)s/d.

¹⁵ FREIRE, Paulo. *A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos*. In Relatório Final do Seminário Regional de Educação de Adultos de Pernambuco, preparatório para o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. MEC: Rio de Janeiro, 1958. p. 7. Acervo: CBPE/UF RJ.

Coelho, presidente do movimento, afirmava que o MCP havia sido criado “para a emancipação do povo, através da educação e da cultura” uma união entre “intelectuais, estudantes e populares”, o livro de Abelardo era o manifesto do MCP “contra a miséria, a doença, o desemprego e a fome”.¹⁶

O Movimento de Educação de Base nasceu a partir de um convênio entre o Governo Federal, na presidência de Jânio Quadros, e a Igreja Católica, através do Arcebispo de Aracaju, Dom José Távora. De acordo com documentos de 1963, o objetivo do MEB, a longo prazo, seria “contribuir, de modo decisivo, para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de auto-promoção, que leve a uma transformação decisiva de mentalidades e de estrutura”.¹⁷ O MEB seguiu em grande parte a linha de atuação da AP, a maioria de seus militantes era composta por membros da AP ou da JUC. O documento Cultura Popular, da AP, afirma que “um movimento de cultura popular é um movimento para a libertação do homem e só tem sentido na medida em que promover o homem não só como receptor, mas, principalmente, como criador de expressões culturais”. Deverá também, “promover a elaboração da cultura com o povo, fazendo-o participante da comunidade cultural, e não criar uma cultura para o povo”.¹⁸

A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, realizada em Natal, a partir da eleição, do ex-militante comunista, Djalma Maranhão para a Prefeitura da cidade, foi outra experiência que contou com a participação de comunistas e cristãos progressistas. De acordo com documento de 1962, a Campanha era “um plano de combate ao analfabetismo, atingindo as áreas mais pobres e desassistidas da cidade de Natal”.¹⁹ Os documentos da Campanha fazem uma reflexão sobre a relação entre a cultura popular e sua função libertadora, “assume a cultura popular um caráter de luta, que, ao lado da formação de uma autentica cultura nacional, promove a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político cultural do nosso povo”.²⁰

Os Centros Populares de Cultura, ligados à União Nacional dos Estudantes,

¹⁶ PREFEITURA DO RECIFE, *Memorial do MCP*. Recife, PMR: 1986. s/n.

¹⁷ MEB, *Relatório do MEB para o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular*. p.2. NEDEJA/UFF.

¹⁸ Ação Popular. *Cultura Popular*. Publicação interna do movimento. In FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura Popular Educação Popular: Memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. pp. 23-24

¹⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, *Campanha Pé no chão também se Aprende a Ler*. 1962. Acervo: Arquivo Nacional, Fundo Paulo de Assis Ribeiro, caixa 68.

²⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL, *Cultura Popular: tentativa de conceituação*, 1963, p.3. Acervo: NEDEJA/UFF.

também realizaram uma importante reflexão sobre o papel da cultura popular na transformação da realidade. Os textos de Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar são os melhores exemplos disso. Outros CPC's, como o de Belo Horizonte, por exemplo, percorreram um caminho muito parecido “O movimento de Cultura Popular apresenta-se como um processo de elaboração e formação de uma autêntica e livre cultura nacional”, essa cultura seria um instrumento na “luta constante de integração do Homem brasileiro no nosso processo histórico, em busca de libertação econômica, social, política e cultural do nosso povo”.²¹ Em 1962, a UNE criou uma Comissão de Alfabetização de Adultos, a reflexão dos estudantes começava exatamente pela relação entre as campanhas de alfabetização e a questão eleitoral, questionando de certa forma, sua legitimidade, “em 1960 existiam no Brasil cerca de 33 milhões de analfabetos maiores de 11 anos. Destes cerca de 16 milhões eram maiores de 18 anos. Votaram naquele ano 12,5 milhões de pessoas. Assim o número de eleitores é menor que o número de pessoas impedidas de votar por serem analfabetos”.²²

Os movimentos de alfabetização de adultos nos anos 1960 tinham um objetivo muito maior do que simplesmente ensinar a ler e a escrever. A educação e a cultura ganhavam um caráter popular, não só por se dirigirem às camadas populares, mas por trabalharem a partir de sua realidade. O problema que se coloca agora é o de como se deu a relação desses movimentos com os governos que os financiaram e os sustentaram politicamente. Nas abordagens apresentadas no início do texto, estas relações ou são condenadas ou justificadas, mas em todas elas são colocadas sob a égide da dominação, da manipulação e da demagogia “populista”. Os ideais dos movimentos ou eram ilusões, ou deturpados pelos “populistas”.

Miguel Arraes, ao tomar posse no Governo do Estado de Pernambuco em janeiro de 1963 declarava: “o processo de mudança, de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo”, diante da realidade social brasileira e nordestina, era necessário abandonar os debates teóricos e os “torneios de oratória”, aquele era o momento de “agir, de fazer, de enfrentar a dura realidade, que é a nossa, para compreendê-la e modificá-la”²³. Puro jogo de retórica? Talvez, mas e o MCP? Não seria uma ação concreta, também do político Miguel Arraes?

Em abril do mesmo ano, na cidade potiguar de Angicos, chegavam ao fim as 40

²¹ CPC Belo Horizonte, *Relatório*. 1963, p.3. Acervo: NEDEJA/UFF.

²² UNE, *Campanha de Alfabetização de Adultos*. Setembro de 1962. Acervo NEFEJA/UFF

²³ Miguel ARRAES, *Discurso de Posse*. In. Memorial MCP, Recife: PMR, 1986. p. 148.

horas do método Paulo Freire, o educador pernambucano, colocava em prática, pela primeira vez em grande escala, o seu método de alfabetização. No encerramento das atividades, no dia dois de abril de 1963, além dos alunos e do educador, estavam presentes o Ministro da Educação Paulo de Tarso, o Governador do Rio Grande do Norte Aluísio Alves e o Presidente da República João Goulart.

Em seu discurso, Goulart parabeniza todos os envolvidos no curso pelo trabalho e pela dedicação aos alfabetizandos, coloca a importância da educação e o que para ele seria o objetivo daquela experiência, proporcionar “através dos ensinamentos, melhores condições de vida para o povo que necessita, que pede e que clama por educação,” depois de conhecer as letras, o povo teria a possibilidade de conhecer também as leis do país, integrando-se a ele “na luta extraordinária que todos juntos devemos realizar pela emancipação econômica da nossa Pátria, para que não se assista espetáculos de tanto contraste social e de tanta miséria em tantas regiões da nossa Pátria e para que o povo, enfim, possa sentir que ele também é dono do seu país”.²⁴

Após este episódio, Paulo Freire foi convidado para assumir no Ministério da Educação, o Plano Nacional de Alfabetização. A reação da direita ao PNA pode dar uma idéia de como os movimentos de alfabetização incomodavam os setores mais conservadores. O Jornal Diário de Pernambuco no dia 12 de janeiro de 1964, publicou uma entrevista com o professor Gondim Neto, da Faculdade Nacional de Direito, sob o título “Governo fala em educar, porém comuniza o povo” a reportagem afirmava que “o plano de alfabetização do Governo Federal com todas as inovações e atividades neste setor e em outros tem exclusivamente um fim: servir, por todos os meios à comunização e à cubanização do país.”²⁵

Não há como negar a forte relação existente entre os movimentos e os políticos “populistas”. O Movimento de Cultura Popular só foi possível graças à vitória eleitoral da Frente do Recife, que elegeu Miguel Arraes para a prefeitura da capital pernambucana. O Movimento de Educação de Base foi gestado durante a campanha eleitoral para a presidência da República em 1960, fruto de um acordo entre a Igreja Católica e o Governo Federal. A Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler foi a principal realização política do ex-membro do PCB, Djalma Maranhão, na prefeitura de Natal. Os CPC’s da UNE talvez tenham sido os que menos dependeram do

²⁴ João GOULART, *Sessão de encerramento do curso de alfabetização realizado em Angicos no dia 2 de Abril de 1963: Discurso do Presidente João Goulart*. p.4. Acervo: NEDEJA/UFF

²⁵ Diário de Pernambuco, 12 de janeiro de 1964, p.1. Acervo: FUNDAJ

Estado, mas também contaram com algum tipo de apoio governamental, principalmente, na área de alfabetização de adultos.

Ressaltamos, que a forte relação entre os movimentos e os políticos com uma postura progressista e de esquerda, não deve ser simplificada e condenada, ou querer mascará-las por considerar esses políticos, ou seus partidos, como “populistas”, portanto, manipuladores, demagogos, e etc. No governo Goulart, como foi mostrado, os movimentos e ações na área de alfabetização de adultos ganharam importante destaque. O Ministério da Educação nas gestões de Darci Ribeiro, Paulo de Tarso Santos e Júlio Sambaqui, financiou e apoiou os movimentos de educação e cultura popular.

Não se quer aqui, defender a idéia de que as esquerdas eram unidas e não se enfrentavam. Havia concorrência e discordâncias entre os grupos políticos progressistas que, muitas vezes, se colocavam em conflito direto. Não há exemplo melhor para demonstrar isso, do que o próprio golpe de 1964, a estratégia de confronto adotada pela esquerda isolou o governo Goulart, facilitando o caminho da direita para o poder. “Paulo de Tarso, integrante da FMP, deixou a pasta da Educação. A Ação Popular, organização que o indicou para o ministério, não queria participar de um governo “conciliador”.²⁶ A postura de confronto, adotada pela Frente de Mobilização Popular, conforme análise do professor Jorge Ferreira, contribuiu para o enfraquecimento do governo, deposto meses depois pelos militares.²⁷

Em nosso entendimento, as divisões no interior das esquerdas não invalidam nossa tese de que os movimentos de educação e cultura popular foram resultado da ação conjunta de cristãos, comunistas e trabalhistas. Um esforço que reuniu políticos como João Goulart, Miguel Arraes, Djalma Maranhão e Paulo de Tarso Santos; intelectuais e educadores como Darci Ribeiro, Paulo Freire, Moacyr de Góes e Germano Coelho; militantes dos movimentos como Osmar Fávero, Aída Bezerra, Herbert de Souza, Luiz Eduardo Wanderley e tantos outros que lutaram lado a lado na tentativa de se combater o analfabetismo, que na época alcançava cerca de 50% da população adulta. Com isso esperava-se contribuir com o processo de desenvolvimento do país, bem como, com a realização das reformas estruturais que transformariam a realidade brasileira, marcada por forte exclusão.

Nesse sentido, esta pesquisa, sobre as relações entre os movimentos de educação

²⁶ Jorge FERREIRA, *O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964*. In. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lúcia de Almeida Neves (Org.) Op. Cit. p. 375.

²⁷ Jorge FERREIRA, *A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização Popular*. Revista Brasileira de História, vol. 24, no. 47, jan-jun, 2004.

e cultura popular e os chamados políticos “populistas”, pretende demonstrar:

Que ocorreu, naquele período, a constituição de uma “área de valores partilhados” entre três culturas políticas diferentes, o cristianismo progressista, o trabalhismo e o comunismo. Este encontro teve como um de seus resultados teóricos e práticos os movimentos de educação e cultura popular.

Que os valores partilhados foram o resultado de mudanças de rumo no trabalhismo, no comunismo e no cristianismo progressista. Alterações de linha política, que possibilitaram uma aproximação inicialmente tática, mas que aos poucos foram se tornando estratégica entre as três culturas políticas.

Que entre os valores compartilhados pelas três culturas políticas e que refletiam diretamente sobre os movimentos estavam: a defesa do nacional-estatismo e das reformas de base, da politização da cultura e da educação, do combate ao analfabetismo como fator de desenvolvimento e democratização da sociedade brasileira.

Que estavam presentes, nos movimentos, de forma direta ou indireta, dirigentes, militantes e simpatizantes do trabalhismo, do comunismo e do cristianismo progressista. Que esta participação se deu prioritariamente, mas não exclusivamente, através do PTB, do PCB e da AP.

**Caderno de resumos e programação do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

Um estudo sobre a importância da religião na historiografia de Leopold von Ranke

Walkiria Oliveira Silva / UFOP
Walkiria_ufop@yahoo.com.br

O historiador Leopold von Ranke (1795-1886) é tido como o principal representante do historicismo alemão e um dos grandes expoentes da historiografia do século XIX.

Considerado ainda como maior nome da “história política”, Ranke foi muitas vezes acusado de ter uma visão teológica do processo histórico. Neste sentido, o presente trabalho, limitando-se a um tema específico de seu pensamento histórico, visa analisar o papel desempenhado pela religião na sua produção historiográfica, tomando, sobretudo, por base sua *História dos Papas* editada pela primeira vez entre 1834-1836.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

**DA CASA BRASILEIRA À MODERNIZAÇÃO NACIONAL:
GILBERTO FREYRE, LUCIO COSTA E O SPHAN**

Walter Francisco Figueiredo Lowande

Este artigo propõe uma apresentação sucinta dos resultados que obtivemos em recente monografia apresentada nesta instituição. Na primeira parte, abordaremos os aspectos gerais deste trabalho. Em seguida, analisaremos com mais vagar as conclusões a que se chegou.

Aspectos gerais

Na referida monografia, que podemos enquadrar no campo de uma história das idéias, bem como no de uma história intelectual brasileira, tratou-se do diálogo que se deu entre dois dos mais importantes intelectuais brasileiros, Lucio Costa e Gilberto Freyre, no período que vai do início dos anos 1930 até a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - o SPHAN -, órgão em que ambos atuaram efetivamente. O ponto específico analisado foi o modo como estes autores traçaram uma determinada interpretação acerca da casa de residência brasileira, e de que maneira tal interpretação entrou em contato com o poder público.

Foi proposta nesse trabalho a hipótese de que, em contato com o SPHAN, órgão público responsável pela gestão dos bens históricos e artísticos representativos da cultura nacional, os pensamentos de Gilberto Freyre e de Lucio Costa, especificamente no que diz respeito à casa brasileira, forneceram os elementos teóricos para a construção oficial de uma noção de identidade nacional, permitindo, desta forma, que o Estado implementasse um projeto modernizador amparado numa idéia de unicidade cultural.

Tais foram as pretensões do trabalho que ora apresentamos. Contudo, para testar a validade de tais idéias, fez-se necessário pensar num procedimento que permitisse analisar: 1º - como os dois intelectuais forjaram um campo conceitual que pudesse permitir pensar a casa de residência como *locus* da identidade nacional; 2º - de que maneira confluíram os pensamentos dos dois

intelectuais, ou seja, como se deu o mencionado diálogo entre eles, e em que medida se poderia dizer que ambos comungavam de uma mesma perspectiva; 3º - como e de que forma tal perspectiva entrou em contato com o poder público no intuito de construir uma identidade nacional e de levar a cabo um projeto de modernização para o país.

Para responder ao primeiro quesito, destacou-se das principais obras dos dois autores, escritas no período delimitado e referentes à temática analisada, os trechos que continham alguns elementos passíveis de serem considerados os mais significativos no tocante a abordagem escolhida. Neste ponto, é fundamental que se tenha em mente que uma série de variantes influencia o indivíduo produtor de conceitos, sobretudo quando eles pretendem servir à compreensão de determinada realidade sócio-cultural. Tais conceitos são forjados a partir de um aparato cultural que, por sua vez, é condicionado tanto pelo meio quanto por uma complexa rede de práticas sociais, ou, como preferem alguns estudiosos, por um *habitus*, que, segundo Sônia Regina de Mendonça, podemos definir “como um sistema de esquemas de percepção e apreciação, adquirido através de uma experiência duradoura em certa posição social”.¹ Outro fator que influencia a produção teórica é o meio institucional no qual ele é produzido e veiculado. Desta forma, além das leituras que tal indivíduo efetua até o delineamento de um esquema teórico, sejam elas de autores mais famosos ou marginais, de cunho científico ou literário, devemos levar em conta fatores como posição sócio-econômico-cultural, inserção profissional e acadêmica, relações de amizade e inimizade – sejam elas pessoais, profissionais ou institucionais –, viagens e outras experiências de vida etc.

Em relação ao segundo quesito, procurou-se observar referências mútuas implícitas ou explícitas na obra dos dois intelectuais, bem como as relações institucionais ou acadêmicas guardadas entre eles. Tanto na análise das fontes, que logo enumeraremos, quanto na leitura da bibliografia produzida por autores que se debruçaram sobre temáticas afins, podemos encontrar um rico leque de evidências sobre estes contatos, que nem sempre foram de camaradagem, diga-se de passagem.

Por fim, no que tange ao terceiro quesito, pensou-se na posição ocupada pelo SPHAN dentro do quadro institucional criado pelo Estado Novo, bem como no real alcance da atuação dos dois intelectuais no referido órgão.

¹ MENDONÇA, Sônia Regina de. “Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In CHUVA, Márcia. *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 76.

A respeito das fontes utilizadas, foram trabalhadas apenas as principais obras escritas pelos dois intelectuais entre 1930 e 1937, nas quais se encontram suas principais proposições acerca da casa de residência brasileira. Em relação a Gilberto Freyre, foram analisados os livros *Casa-Grande & Senzala*,² de 1933, *Sobrados & Mucambos*,³ de 1936 e *Mucambos do Nordeste*,⁴ de 1937, este último publicado pelo SPHAN. De Lucio Costa, utilizou-se o texto *Razões da Nova Arquitetura*,⁵ escrito em 1934 como programa do curso que ministraria na recém criada Universidade do Distrito Federal, e “Documentação necessária”,⁶ de 1937, texto que também foi publicado pelo SPHAN, além de pareceres reunidos por José Pessôa, quando da atuação do arquiteto no mesmo órgão.⁷

A respeito dos contatos, amizades, viagens e outros fatos, significativos do ponto de vista de nossa abordagem, relativos à vida de Gilberto Freyre e Lucio Costa, o trabalho baseou-se somente na bibliografia que trata destes aspectos, pois uma pesquisa de tal porte, ancorada em documentação original, podendo se tratar de cartas, documentos oficiais ou não, fotos etc, por certo extrapolaria os objetivos de uma monografia.

Antes que passemos a discutir os resultados desta pesquisa, é importante que esclareçamos porque se trabalhou com a casa de residência, e não com outro tipo qualquer de construção. Em primeiro lugar, tanto Freyre quanto Costa viam na casa em que habitou o brasileiro um objeto privilegiado para a compreensão de algumas das características essenciais deste povo. Enquanto o primeiro buscou no complexo casa-grande e senzala a gênese de uma cultura luso-tropical (cuja formação este tipo habitacional abrigou), o segundo encontrou na casa colonial certas características, construtivas e estéticas, peculiares de uma “raça brasileira” (conceito explicitamente empregado conforme a acepção freyreana), que se tornariam os fundamentos teóricos da “nova arquitetura” que criou.

Em segundo lugar, a qualidade de objeto privilegiado para estudo do ser e da sociedade fez com que, em torno da casa, nascessem algumas das principais discussões acerca da identidade nacional. Mais que confrontos acadêmicos, estas disputas envolveram a afirmação profissional

² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954, 2 V.

³ *Idem*. *Sobrados & Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 6ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

⁴ *Idem*. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937.

⁵ COSTA, Lúcio. *Razões da nova arquitetura*. www.vitruvius.com.br/documentos/arquitetos/lucio02.asp.

⁶ *Idem*. “Documentação necessária”, In *Arquitetura civil II*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

⁷ PESSÔA, José [org.]. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

dos arquitetos modernos e a legitimidade discursiva acerca de um dos principais objetos explicativos da nacionalidade brasileira.

Resultados

Nesta parte, analisaremos como Gilberto Freyre e Lucio Costa interpretaram a casa de residência brasileira, bem como de que forma tal interpretação foi apropriada pelo poder público no período analisado.

Em três de suas principais obras escritas na década de 1930, Gilberto Freyre consolidou a casa como espaço a partir do qual se poderia compreender a “história íntima de um povo”. A nacionalidade brasileira passa então a ser percebida a partir de determinados aspectos sócio-culturais cuja gênese se daria no seio do complexo “casa-grande e senzala”. Este processo de construção teórica específico deve ser compreendido como um fio discursivo que se inicia em *Casa-Grande & Senzala* e se desenrola até *Mucambos do Nordeste*, passando por *Sobrados e Mucambos*, como veremos adiante.

No livro *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre afirma que o sistema homônimo “representa o sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil”.⁸ Podemos compreender tal afirmação ao imaginar que uma das funções fundamentais da habitação é reunir e abrigar todos os meios necessários para a sobrevivência do indivíduo habitante, variando tal função, em forma e em grau, de acordo com a configuração sócio-ecológico-cultural na qual se insere. A casa acaba, portanto, representando esta configuração específica, uma vez que suas características construtivas respondem às necessidades do meio, que, por sua vez, imprime nela seus traços. Conforme foi observado na monografia em questão,

“o português que veio colonizar os trópicos teve à sua disposição todo um sistema econômico, social e cultural que garantisse esse tipo especial de sobrevivência. O complexo *casa-grande & senzala* teve as proporções e moldes necessários para abrigar os meios que garantissem uma sobrevivência ainda mais ambiciosa: a do império português. Vemos, portanto, que tal complexo representa o ‘sistema patriarcal de colonização portuguesa no Brasil’ por ser, a bem da verdade, uma instância constituinte dele, sem o qual sua sobrevivência seria impossível”.

Seguindo este raciocínio, poderíamos, portanto, ler nas feições do complexo casa-grande e senzala os principais aspectos da formação sócio-cultural do brasileiro. Dentro deste sistema interpretativo, duas categorias se destacam: referimo-nos à *plástica contemporização* do português e à original aceção de *raça* proposta por Freyre.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, 1954, p. 23.

A *plástica contemporização* seria uma espécie de predisposição do português a se adaptar e a colonizar diferentes meios, tendo em vista a posição intermediária entre África e Norte europeu, bem como o contato com os mais diversos povos que tal situação geográfica lhe possibilitou. Dois aspectos que demonstrariam essa adaptabilidade, ou *plasticidade*, seriam a sua *miscibilidade*, ou seja, sua propensão ao intercuro sexual com outros povos, sobretudo os de pele predominantemente mais escura, o que se explicaria pelo seu longo contato com os povos africanos, principalmente os mouros, e sua *aclimatabilidade*, que consistiria numa capacidade de adaptar aos mais diversos climas. Ambas características estariam “impressas” no complexo casa-grande e senzala e teriam possibilitado, segundo Freyre, a empresa colonizadora do Império Português nos trópicos.

Percebemos que à “personalidade” do povo português são atribuídas características biológicas e mesológicas. Isto somente é possível pois Gilberto Freyre trabalha com uma acepção *neolamarckiana* de raça.⁹ Assim, o intelectual passa a

“operar uma diferenciação entre *raça* e *cultura*. Uma vez ligada à idéia de uma influência *mesológica*, *raça* diria respeito, portanto, a uma série de caracteres culturais, adquiridos em contato com o meio, que seriam transmitidas às gerações posteriores. Desta forma, em contato com o sangue e a cultura de negros e índios, os netos dos portugueses já teriam adquirido características totalmente adaptadas ao meio tropical, ou seja, já se teria *formado* uma *raça* brasileira. O negro e o índio teriam contribuído, assim, para a *formação* de uma identidade nacional que se expressaria numa nova raça: a do *mestiço*. A esta raça corresponderia um tipo novo de casa, adaptado ao clima e às necessidades culturais e de sobrevivência nos trópicos, criada para dar conta de todo um sistema social, cultural, político, econômico, religioso, familiar, sexual etc: a casa-grande, complementada pela senzala”.¹⁰

Em síntese, a casa que o português construiu no Brasil permitiria a compreensão de como foi possível que suas características “raciais” tivessem entrado em contato com outras e formado, a partir de tal contato, uma raça totalmente nova e perfeitamente adaptada ao meio tropical.

Em *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre se dedicou a analisar como este processo de formação de um ser nacional se fragmentou, cedendo lugar a uma série de valores urbanos e de feições européias.

Com o deslocamento do pólo social do campo para a cidade, as casas aristocráticas são como que transplantadas para os núcleos urbanos. Se no campo a casa-grande imperava soberana, tendo além dos seus limites apenas a mata, na cidade o sua antagonista será a rua. As “alterações modernizantes” de cunho europeu que são introduzidas no país, sobretudo com a vinda da família real para o Brasil, enfraquecem o poder patriarcal em detrimento do poder público. A rua, da qual

⁹ Esta idéia foi formulada em ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Op. cit.*, possivelmente a principal contribuição do autor dentro desta temática.

¹⁰ Citação retirada da referida monografia.

o sobrado tentará a todo custo se resguardar, passou a representar este outro poder, afrontando o orgulho do senhor à porta de sua casa.

Mais do que uma afronta, essas modificações estruturais do espaço social brasileiro teriam fragmentado aquele processo de formação sócio-cultural que tão originalmente se estaria desenvolvendo nos trópicos, e isso em favor de valores modernos e europeus, pouco ou nada ecológicos em sua pretensa cópia tropical. A casa-grande se fecharia na cidade por medo da rua (repleta de ladrões e raptos de mulheres) e se tornaria, desta forma, extremamente insalubre; o outro pólo social, representado por escravos e mestiços pobres, deixaria de conviver com os senhores e passaria a habitar nos mocambos, apinhados nos piores locais das cidades; os saberes tradicionais da geração de senhores teriam dado lugar a um conhecimento técnico e acadêmico, requerido agora pelo aparelho estatal e pela lógica capitalista, o que possibilitaria também a ascensão do elemento médio pelo conhecimento técnico; a família poligâmica da casa-grande seria substituída por uma mais romântica e monogâmica; além dos modismos nada ecológicos tomados emprestados da Europa, alterar-se-iam também outros hábitos originalmente nascidos dos trópicos, em especial o vestuário e a culinária.

Contudo, Gilberto Freyre encontra nos mocambos uma espécie de “elo perdido” com o tempo no qual se formou uma cultura original e ecologicamente adaptada ao meio. Este será o tema do livro *Mocambos do Nordeste*. Para Freyre, o mocambo, que se assemelha ao sobrado apenas pelo tipo monogâmico de família que o habita, é superior à casa nobre tanto pela arquitetura simples, porém sadia e em perfeito equilíbrio com o meio, quanto pelo tipo de vida mais equilibrado.

Este elogio tecido por Freyre às habitações populares foi de fundamental importância para a institucionalização da arquitetura moderna brasileira. O arquiteto Lucio Costa, líder e fundador desta corrente arquitetônica, apropriar-se-ia do grosso das idéias freyreanas relativas à formação de um ser brasileiro e, por conseguinte, a uma arquitetura genuinamente nacional.

Em relação a Lucio Costa, mundialmente reconhecido pelo planejamento de verdadeiros monumentos arquitetônicos e urbanísticos, como o prédio do MESP e o plano piloto de Brasília, podemos dizer que teve um papel igualmente importante, porém menos discutido, nas políticas públicas de preservação do patrimônio arquitetônico nacional. Os pareceres que apresentou, quando solicitado, ao SPHAN foram de suma importância para que se construísse os centros históricos de nossas principais cidades, permitindo a demolição de uns e obrigando a preservação de outros edifícios representativos de uma arquitetura que supunha “verdadeira”, em

contraposição a todas as demais, “falsas”. Antes de responder como isso foi possível, analisemos a construção destes critérios e de que forma eles guardam uma estreita relação com a obra de Gilberto Freyre.

Com o desenvolvimento tecnológico alcançado nas primeiras décadas do século XX, as técnicas construtivas tornaram possível uma expressividade plástica nunca antes vista na arquitetura. Nos anos que se passaram entre o término da graduação na Escola Nacional de Belas Artes e o início das atividades no SPHAN, Lucio Costa construiu, a partir do estudo da arquitetura colonial e do contato com a arquitetura moderna européia, representada principalmente por Le Corbusier e pelos arquitetos da Bauhaus, uma linguagem arquitetônica que lhe garantiria um certo prestígio internacional e a hegemonia discursiva, dentro do seu campo, no Brasil.

Distanciando-se da escola em que se formou, Costa renegaria os preceitos neo-coloniais por entender que o legado da arquitetura colonial era outro que não aquele pregado, principalmente, pelo arquiteto José Mariano Filho. Se este buscava nas casas setecentistas motivos decorativos que pudessem ser aplicados ao modelo europeu de casa, Costa vislumbrou nas habitações nacionais traços essenciais que, trazidos pelo português ao Brasil, ligariam nossa arquitetura a um filão estético universalista nascido na bacia do Mediterrâneo. Tais idéias foram apresentadas no texto *Razões da Nova Arquitetura*, que, como já dissemos, foi escrito como programa para o curso de arquitetura e urbanismo que ministraria na Universidade do Distrito Federal ao lado de outros intelectuais “modernos”. Portanto, a arquitetura popular adquire maior valor que a acadêmica, pois nas

“aldeias [portuguesas], no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de ‘make up’, uma *saúde plástica perfeita* – se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros ‘incultos’ – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à arquitetura portuguesa na Colônia, esse ar despretenso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.

Sem dúvida, neste particular *também se observa o ‘amolecimento’ notado por Gilberto Freyre*” [grifos nossos].¹¹

Percebe-se a partir deste trecho que, baseado numa acepção freyreana de raça, Costa encontra na *saúde plástica* das habitações populares os traços arquitetônicos característicos de uma cultura portuguesa que, em contato com os trópicos, teria se abasileirado, ou “amolecido”, como

¹¹ COSTA, Lucio. *Op. cit.*, 1975, p. 91.

prefere. Por este conceito de saúde plástica podemos entender um equilíbrio entre forma e função, manifesto na justeza das proporções e na simplicidade da arquitetura colonial.

Seria pautado nestes critérios que o arquiteto falaria em arquitetura “verdadeira” ou “falsa”. Desta forma, grande parte da arquitetura do século XIX seria considerada “mentirosa”, uma vez que os parâmetros europeus nos quais se baseava em nada correspondiam às necessidades do meio tropical. Neste ponto podemos tecer um paralelo com o ideário freyreano. Tanto Freyre quanto Costa elegem a casa como o lugar do espaço-tempo brasileiro em que estariam presentes as características definidoras de uma identidade nacional, seja ela sócio-cultural ou especificamente arquitetônica. Ambos também julgam ter sido o século XIX o período no qual o processo de formação destes traços definidores de uma identidade teria se perdido, dando lugar a uma série de valores modernos europeus nada ecológicos, ou seja, em desequilíbrio com o meio tropical. Por fim, os dois intelectuais encontraram na casa popular uma sobrevivência daquela tendência simples, porém ecológica, de adaptação criativa ao meio, embora Freyre atribuísse ao mocambo do mestiço o que Costa defendia na “casa mínima” do “bom portugês”.

Estas afinidades não são mero acaso. Gilberto Freyre conhecia a obra de Lucio Costa antes de 1933, pois o cita no seu “Prefácio à primeira edição” de *Casa-Grande & Senzala*. Esse livro também era conhecido pelo arquiteto, pois, como vimos, ele faz uma alusão ao “amolecimento” que a cultura portuguesa sofreu nos trópicos, citando explicitamente Freyre. Além disso, os dois intelectuais compuseram o quadro inicial de professores da Universidade do Distrito Federal e participaram efetivamente do SPHAN, tanto emitindo pareceres quanto publicando textos. Por fim, é notório o prestígio de que gozava Freyre junto aos arquitetos modernos em geral, tanto pela confluência ideológica quanto pela legitimidade que este intelectual, mundialmente reconhecido, garantia ao discurso arquitetônico que defendiam.¹²

Resta ainda analisarmos como estas idéias acabaram se confundindo com a versão oficial do que fosse uma identidade nacional. Lucio Costa e Gilberto Freyre fazem parte de uma geração de artistas e intelectuais que viram no poder público a possibilidade de implementar suas visões de mundo, desejosos em construir um país novo no qual, no entanto, o grupo dos letrados mantivesse sua posição de prestígio. O que possivelmente melhor defina ideologicamente este grupo é a busca da originalidade na tradição colonial: os artistas buscarão no passado uma

¹² A este respeito, cf. RUBINO, Silvana. “Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre”. In VOLFZON, Ethel et. al. [orgs]. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

originalidade estética, os intelectuais, uma identidade nacional. Em contrapartida, o Estado Novo necessitava deste grupo no intuito de construir uma unidade nacional do ponto de vista cultural, ou seja, para forjar uma identidade.

Talvez seja o SPHAN o órgão público que melhor represente esta junção de interesses. Nascido num contexto de centralização político-administrativa e de hipertrofiamento do Estado, o “Serviço” não só foi criado no intuito de forjar uma memória e uma identidade nacional a partir da preservação e do olvidamento de bens históricos e culturais, como também foi a forma de representação encontrada pelo grupo de intelectuais, sobretudo os arquitetos, para a defesa de seus interesses (e, especificamente, para a institucionalização da arquitetura moderna), num momento em que os partidos políticos haviam sido extintos.

Gilberto Freyre, além de publicar diversos textos pelo SPHAN, atuou efetivamente neste órgão como “assistente técnico” da 4ª Região, no Recife. Desta forma, o governo podia contar em seus quadros com um intelectual de renome já internacional, o que, por certo, acarretaria uma legitimação das ações governamentais do ponto de vista teórico. Também os arquitetos, grupo dominante no SPHAN, comprovavam a validade de seus argumentos arquitetônicos referindo-se aos conceitos freyreanos. Em contrapartida, Freyre galgava uma posição cada vez mais hegemônica no campo acadêmico, pois sua carreira intelectual, amparada no poder público, teve muito mais chances de florescer, haja vista a liberdade de se expressar e a grande divulgação de seu pensamento, principalmente por intermédio de publicações.

Por sua vez, Lucio Costa teve uma atuação ainda mais direta que Freyre no SPHAN. Foi contratado, em 1937, pelo seu diretor geral Rodrigo Melo Franco de Andrade como consultor geral, tendo se tornado, em 1946, diretor de estudos e tombamentos, cargo no qual permaneceu até sua aposentadoria, em 1972. Embora a palavra final fosse do diretor geral, seus pareceres é que atestavam a validade de determinado edifício enquanto representativo da história arquitetônica nacional, e assim se foi construindo nossa memória material e, por conseguinte, nossa identidade. Foi-se construindo também a hegemonia dos arquitetos modernos dentro do campo arquitetônico, uma vez que a grande maioria dos prédios preservados apresentava as mesmas características fundamentais desta arquitetura.

Forjou-se, assim, uma linha evolutiva da verdadeira arquitetura nacional, que se iniciava com as construções coloniais, desviava de boa parte da arquitetura novecentista que era tida como falsa e chegava ao século XX pela mão dos “arquitetos-heróis” modernos, desprezando tudo que

não se enquadrasse nestes critérios, independentemente do valor sociológico ou cultural que porventura apresentassem.

Foi o intuito da monografia acima apresentada lançar luz sobre dois problemas distintos. O primeiro diz respeito às práticas preservacionistas que se tornaram hegemônicas, por um longo período, em nosso país. Muito do alheamento de grande parte da população nacional em relação à memória coletiva de seus grupos se deve à construção de uma memória nacional nada democrática, amparada em valores forjados por um grupo específico da intelectualidade brasileira.

O segundo se refere à pesquisa de uma historiografia da casa brasileira, inexistente até hoje, ao que tudo indica, nos meios historiográficos. A historicização dos conceitos que até pouco tempo atrás influenciou sobremaneira esta produção historiográfica específica (dominada por arquitetos, e não por historiadores, diga-se de passagem), por certo contribuirá para uma sistematização deste campo, tão importante, como vimos, para a construção da memória nacional.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- COSTA, Lucio. “Documentação necessária”, *In Arquitetura civil II*. São Paulo, FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.
- _____. *Razões da nova arquitetura*. www.vitruvius.com.br/documentos/arquitetos/lucio02.asp.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 8ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954.
- _____. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1937.
- _____. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 6ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. “Por uma sócio-história do Estado no Brasil. *In* CHUVA, Márcia. *A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- PESSÔA, José [org.]. *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
- RUBINO, Silvana. “Entre o CIAM e o SPHAN: diálogos entre Lucio Costa e Gilberto Freyre”. *In* VOLFZON, Ethel et. al. [orgs.]. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- SOUZA, Jessé. *A Modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Unb, 2000.
- VIANA, Hermano. “A meta mitológica da democracia racial” (*In* FALCÃO, J. e ARAÚJO, R. M. B. de. [orgs.]. *O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ UniverCidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks, 2001.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

***O Saber Produzido e o Saber Difundido: A produção Acadêmica sobre a autonomia
escrava e sua abordagem no livro didático de História¹***

Weder Ferreira da Silva²

O estudo que denominamos de positivo sobre a escravidão e da importância do negro na história do Brasil goza de grande prestígio no cenário acadêmico nacional desde a publicação de *Casa Grande & Senzala*³ em 1933 e da realização (pelo próprio Gilberto Freyre) do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro na cidade de Recife em 1934. Segundo A.J.R. Russel-Wood desde então os estudos sobre a escravidão revelava não só a diversidade de pontos de vista como também o crescimento, entre os estudiosos, da consciência de um tópico da história brasileira que fora havia muito inteiramente ignorado ou tratado de maneira estereotipada. Assim sendo, começaram a se estabelecer uma nova abordagem nos estudos da escravidão no Brasil, sendo a obra de Freyre “uma marco histórico, cultural, acadêmico e literário não só para o Brasil como para o estudo da contribuição negra nas Américas.”⁴

Desde o segundo quartel do século XX os estudos sobre escravidão, como enfatizamos acima, começaram a ganhar novos tons e cores. Contudo, embora a obra de Freyre merecesse destaque internacional, sendo amplamente traduzida para diversas línguas e países, a abordagem do negro na história nacional não ficaria estancada. No Brasil, a partir da década de 1960 os intelectuais da chamada Escola Sociológica Paulista vão prosseguir

¹ Trabalho apresentado em forma de palestra na Disciplina de Ética & Cidadania do Pré-vestibular Popular DCE/UFV no Encontro Estadual dos Projetos Inovadores de Curso (MEC/UNESCO), Belo Horizonte, Outubro de 2005. Agradeço ao professor Hélio Pereira, coordenador do Pré-vestibular Popular DCE/UFV e ao amigo Marcus Eduardo Cardoso por ter dividido comigo durante o ano de 2005 a coordenação acadêmica da disciplina Ética & Cidadania.

² Mestrando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.

³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. – 50ª Ed. São Paulo: Global, 2005

⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravidão e Libertos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.29.

na abordagem sobre a escravidão munidos de novas técnicas e referenciais analíticos. Desse modo, abriram-se novos caminhos para a investigação do papel e do *status* do indivíduo de ascendência africana no Brasil. Intelectuais do porte de Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, L. A. Costa Pinto e Thales de Azevedo, dentre outros,⁵ foram os principais responsáveis por essa nova etapa dos estudos sobre a história no negro no Brasil. Grosso modo, tais análises refutavam os conceitos de democracia racial estabelecido em *Casa Grande & Senzala* ao salientar a violência contra o escravo empreendida pelo senhor além de focar o conflito de classe existente no interior da instituição escravista “ao insistirem na afirmação da violência, estes estudos lutavam contra uma pretensa democracia ou harmonia racial existente no Brasil.”⁶ Posteriormente, no final dos anos 80 do século XX livros como *Campos da Violência* de Silvia Hunold Lara ganhou destaque na historiografia sobre a escravidão ao relativizar os pressupostos analíticos sobre a relação entre senhor e escravo no tocante à violência. Segundo Silvia Lara,

[...]as noções de humanidade e justiça, crime e violência são históricas: variam no tempo, dependem de ações e representações construídas por agentes históricos em movimento, que se fazem e se refazem cotidianamente em sua vida material, em suas relações determinadas e nas experiências e consciências destas relações.⁷

Assim sendo, desde a década de 1980 até os dias atuais uma vasta e inovadora historiografia tem renovado as análises sobre a violência e escravidão no Brasil ao abordarem também os mecanismos e resistência, de negociação e conflito dentro da ordem escravista, iluminando, dessa forma, novas e reveladoras relações entre o senhor e seu escravo.

⁵ Ver: AZEVEDO, Thales. *Democracia Racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: 1965; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.; COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989; FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976. IANNI, Octávio. *As Metamorfoses dos Escravos*. São Paulo: Difel, 1962.

⁶ Além desse fator há também entre os intelectuais da chamada Escola Sociológica Paulista a “ênfase na violência da escravidão estava também associada à denúncia da coisificação do escravo, transformado em mercadoria, despojado de suas qualidades humanas e submetido a péssimas condições de vida e trabalho. Ver: LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.20. (Coleção Oficinas de História).

⁷ *Idem.*, p.22.

Como podemos verificar, as mudanças no campo historiográfico continuamente tem se modificado, mostrando-se muitas vezes dinâmica, contudo, as novas abordagens em sua grande maioria ficam relegadas apenas ao espaço da academia. Quando se observa os livros didáticos de História, ainda hoje persistem análises há muito superadas pela historiografia da escravidão no Brasil. Desse modo, o presente trabalho constituiu-se em uma explanação acerca da problemática trazida pelos livros didáticos em relação aos processos de autonomia escrava no Brasil. Embora os estudos historiográficos tenham começado elucidar tais questões desde a década de 1980, muito pouco destes esforços foram assimilados para os manuais escolares, o que faz que os alunos tenham uma visão bastante reducionista acerca das múltiplas redes de negociações e conflitos existentes entre senhor e escravo.

Neste sentido, tornou-se bastante fértil o espaço que a disciplina Ética & Cidadania oferece para debater tais questões com os estudantes do Pré-vestibular Popular DCE/UFV.

Assim sendo, buscou-se através de um estudo sobre os manuais didáticos de história no qual se procurou vislumbrar perante aos estudantes do cursinho a desconstrução de alguns estereótipos cristalizados nos livros didáticos acerca da escravidão, assim como a abordagem de elementos que caracterizam a resistência escrava mesmo estes estando em condição de cativos. Procurou-se ter o cuidado de não demonstrar apenas – como frequentemente ocorre no livro didático – que tal resistência não deriva apenas da fuga, do assassinato do senhor ou do suicídio. Neste sentido, focalizamos nosso estudo em dois conceitos bastante caros aos estudos da resistência negra no regime de escravidão no Brasil, a saber, a brecha camponesa e os processos de negociações e conflitos entre senhor e escravo.

Os resultados obtidos com este estudo no projeto do Pré-vestibular Popular DCE/UFV foram bastante profícuos, uma vez que ficou explícita a reação dos estudantes em relação a elementos constitutivos do regime escravocrata que normalmente não aparecem em livros didáticos, o que ocasionou, após ser trabalhado o tema, um intenso e rico debate sobre a resistência negra na história do Brasil não apenas em sua característica histórica em si, mas também se percebeu com maior nitidez os movimentos de ativistas

negros que ainda hoje, em pleno século XXI, buscam mecanismos para diminuir os impactos sociais cujas raízes se localizam na escravidão do negro em nosso país.

O texto que se segue, alude às questões estudadas durante o período que ocupei a coordenação acadêmica da disciplina Ética & Cidadania no projeto de extensão universitária Pré-vestibular Popular do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa.⁸

De todos os instrumentos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, o livro didático possui um dos mais relevantes papéis. Nele está contida a informação que depois de assimilada, transformar-se-á em conhecimento adquirido. O livro didático também é a ponte entre a escola e a casa do aluno, pois na maioria das vezes é este o único recurso pedagógico que o discente e o professor possuem. Desse modo, segundo Kátia Maria Abud o livro didático é um “instrumento de trabalho indispensável, pois não há professor que nele não se apóie, entretanto, o livro didático tem sido um dos mais utilizados canais de transmissão, e, sobretudo, de manutenção dos mitos e estereótipos”.⁹ Como podemos perceber, os livros didáticos de história ao mesmo tempo em que é o mais significativo instrumento de ensino aprendizagem, também se notabiliza por perpetuar visões cristalizadas e estereotipadas sobre o passado. De acordo com Nicholas Davies

[...] os livros didáticos de História procuraram e procuram ainda construir uma memória oficial, onde tem vez os grandes homens das classes dominantes, o nacionalismo, e onde os conflitos sociais são omitidos ou atenuados.¹⁰

De acordo com a concepção de Davies, há persistências nos livros didáticos de história que se configuram em um problema para a sala de aula na medida em que apresentam uma visão monocromática do passado, ainda ligada aos pressupostos historiográficos do século

⁸ A partir de agora o Pré-vestibular Popular do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa será denominado pelo seu nome mais usual, Pré-vestibular Popular DCE/UFV ou, simplesmente, por *cursinho*.

⁹ ABUD, Kátia Maria. “O livro didático e a popularização do saber histórico”. IN: SILVA, Marcos A. da. (org) *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, [sd]. p..81

¹⁰ DAVIES, Nicholas. “Livro Didático: Apoio ao professor ou vilão do ensino e História?”. IN: *Cadernos de História*, Uberlândia, 6 (6). Jan. de 95/Dez. 96. p. 81

XIX, pautados – como no caso da França com principalmente seu Petit Lavisse, e de algum modo no Brasil com os teóricos do IHGB – na cristalização da identidade nacional.¹¹

Embora haja uma nítida evolução na concepção de história contida nos manuais didáticos de história, o mesmo ainda contém problemas de ordem analítica que podem fazer com que ele se transforme em um vilão no processo de ensino aprendizagem, haja vista que ao ser adotado em sala de aula corre-se o risco do mesmo reproduzir noções estereotipadas acerca do nosso passado histórico. Além disso, há também as questões de cunho mercadológicas, posto que o livro é produzido geralmente em grandes centros urbanos que muitas vezes não contemplam as necessidades locais de uma país de proporções continentais. É por conta de tais aspectos que cabe ao professor fazer uma análise crítica do livro que irá adotar caso contrário, segundo Davies, os professores serão meros agentes reprodutores do que se inscreve nas páginas de seu principal material didático.

Neste sentido, o manual escolar deve ser um instrumento facilitador em sala de aula, mas se sabe que muitas vezes isso não acontece devido aos problemas que envolvem o livro em si. De acordo com o professor Nicholas Davies “os livros didáticos de História procuraram e procuram ainda construir uma memória oficial, onde tem vez os grandes homens das classes dominantes, o nacionalismo, e onde os conflitos sociais são omitidos ou atenuados.”¹²

A adoção de um manual escolar de história em sala de aula que não leva em conta tais críticas pode provocar a perda de uma das características mais caras ao ensino da História, que é permitir aos alunos uma formação crítica da realidade histórica do mundo em que vivem, cuja finalidade seria uma compreensão mais nítida dos instrumentos e mecanismos de dominação e exclusão da sociedade da qual fazem parte. Dessa forma, um livro que abarque realidades históricas múltiplas torna-se mister.

Para Carlos Alberto Visentini a produção de um livro didático de história deve levar em consideração o global, mas também o local, caso contrário, as “normas” tendem a generalizar-se, e o manual didático acompanha esta formulação, pois não

¹¹ DOSSE, François. *A História à Prova do Tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p.11

¹² DAVIES, Nicholas. “Livro Didático: Apoio ao professor ou vilão do ensino e História?”. IN: *Cadernos de História*, Uberlândia, 6 (6). Jan. de 95/Dez. 96. p. 81

consegue atender às particularidades, ademais, quando se enquadra a História em categorias pré-estabelecidas, o novo, o não-europeu pode ser excluído facilmente.¹³

Percebe-se que não são poucas as problemáticas que envolvem um livro didático de História, e a superação desses problemas interfere sobremaneira na prática docente. Esta superação é importante para uma formação histórica mais eficiente e eficaz, pois de acordo com Kátia Maria Abud

[...] o livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum. É ele o construtor do conhecimento histórico daqueles cujo saber não vai além do que lhes foi transmitido pela escola de 1º e 2º graus.¹⁴

Assim sendo, as análises contidas nos livros didáticos que tangem a escravidão, limita-se a descrever temas que muitas vezes aparecem para ilustrar apenas como se desenvolveu o sistema escravista e a resistência dos escravos notadamente em dois eventos históricos: o Quilombo dos Palmares e a Revolta dos Malês. Desse modo, a grande parte da população que não tem contato com o conhecimento historiográfico das academias continuam a reproduzir uma visão monolítica sobre a escravidão, pois é esta que se perpetua nos manuais escolares de História.

Este reducionismo de temas reproduz muitas vezes o discurso da chamada historiografia tradicional. Com isso, o professor de História deve atentar-se para a complementação de outras abordagens, uma vez que é bastante comum nos manuais uma leitura minimizante e até mesmo falaciosa sobre o cotidiano dos negos no mundo escravista. A idéia que equivocadamente se coloca é que este passava ou a totalidade do seu tempo nos campos de trabalho, ou sendo castigados pelo seu senhor. Este discurso faz dos negros apenas instrumentos das estruturas de poder dominantes no sistema escravista no Brasil, posto que suas ações – como as revoltas e a fuga para os quilombos – são resultantes

¹³ VISENTINI, Carlos Alberto. “Escola e livro didático de História”. IN: SILVA, Marcos A. da. (org) *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, [sd]. p..81

¹⁴ ABUD, Kátia Maria. “Currículos de História e políticas públicas: Os programas de História do Brasil na Escola Secundária. IN: BITTENCOUT, Circe. (Org.) *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002. p.29 (Coleção Repensando o Ensino).

da opressão dos senhores. Eclipsando, dessa forma, as estratégias e negociações dos cativos ante ao regime escravocrata¹⁵.

É preciso ressaltar que embora estas revoltas e fugas fossem resultantes da resistência negra, não podemos ocultar as outras formas e estratégias adotadas pelos escravos para viver no regime escravista. Segundo Maria Helena Machado desde fins dos anos de 1980,

Novas tendências historiográficas têm redundado num alargamento do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil na medida em que superam modelos cristalizados nos quais a escravidão por explicada de antemão prescindia de estudos localizados e relegava ao escravo o papel de figurante, incapaz de interagir eficazmente no processo histórico.¹⁶

Nota-se que as abordagens historiográficas sobre a escravidão têm expandido seus horizontes analíticos.¹⁷ Neste sentido, cabe ao professor do ensino básico de História ficar atento às essas novas pesquisas, pois elas colocam o escravo como uma figura dotada de vontade e inteligência e que nem sempre recorria a revoltas para conquistar melhoramentos em seu cotidiano. Assim, essas novas análises dotam os escravos de vigor político, uma vez que estes não são agentes cuja única ação contra o regime escravista era o desespero, o suicídio, a revolta ou a fuga. A chamada brecha camponesa e as negociações entre senhor e escravo derivantes desse processo são exemplos claros disso. Realizadas no tempo livre, os escravos produziam para si próprios produtos agrícolas, cujas roças – derivadas das negociações e conflitos – foram de suma importância inclusive para o desenvolvimento do pequeno comércio em torno das fazendas, arraiais, vilas e cidades.

Notadamente a partir do século XIX, segundo Maria Helena Machado, outras atividades que atestam à busca da autonomia escrava devem ser consideradas, como é o caso do artesanato, da pesca e coleta, da prestação de serviços remunerados dentro ou fora das fazendas, do tempo livre disponível pelo escravo, das gratificações e prêmios

¹⁵ São igualmente problemáticas as questões que envolvem a população parda, sabe-se que estes criaram espaços próprios que são reveladores para o estudo no nosso passado. Por fugir ao objetivo desse trabalho, não abordaremos aqui tais questões.

¹⁶ MACHADO, Maria Helena P.T. “Em Torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a História Social da Escravidão” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 Nº 16. mar.88/ago.88. p.144

¹⁷ Para uma instigante leitura sobre o processo de negociação e conflitos entre negros e senhores, ver: REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

embutidos no próprio regime de trabalho das fazendas, finalmente, e porque não, dos furtos e desvios na produção agrícola empreendidos pelos cativos, que atormentavam a vida dos senhores.

Neste sentido, corroboramos com a proposição de Russell-Wood quando este elucida que até certo ponto, pode-se dizer que tanto os escravos vindos da África quanto os nascidos no Brasil tiveram condições de criar seu próprio meio ambiente. Mesmo no contexto de uma sociedade escravocrata, de alguma maneira estes homens e mulheres construíram oportunidades de tomar decisões, negociar e, por seus atos, assumir certo grau de controle sobre sua vida. Dessa forma – nas palavras de Russell-Wood – “*houve um mundo que o africano criou.*”¹⁸

Um outro exemplo a se destacar diz respeito ao depoimento de um certo escravo Gregório, acusado de ter matado seu senhor, Joaquim Guedes de Godoy, fazendeiro da região de Campinas, assassinado no ano de 1871. A justificativa de Gregório em cometer tal crime seria a “ruindade” de seu senhor que não lhe permitia efetuar atividades que lhe garantisse certa autonomia, o que demonstra a necessidade sentida pelo próprio cativo em possuir alguma autonomia. Dessa maneira, conclui autora:

[...] depreende-se do depoimento a manifesta necessidade sentida pelo escravo de manter controle pessoal sobre determinada parcela de seu próprio tempo, criando, assim, as condições necessárias para reter parte de sua força de trabalho em usufruto próprio, estabelecendo a alguma modalidade de economia monetária, sendo a roça independente – plantar e criar – uma das possibilidades aventadas.¹⁹

Os exemplos expostos por Maria Helena P. T. Machado corroboram com as questões relativas a este trabalho, uma vez que se objetiva no mesmo ressaltar a importância das formas de resistência dos cativos frente ao regime escravista no qual estavam submetidos. Esta autonomia também pode ser explorada por parte do docente através da abordagem da construção da religiosidade negra no Brasil. Sabe-se que as irmandades negras possuíam organização própria. Assim, segundo Maria Aparecida Gaeta

¹⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.345 (grifos nossos)

¹⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. *Op. Cit.*, p.148

Essas redes de sociabilidade foram lugares onde se estabeleceu a dominação e se aceitou a servidão; contudo, foram lugares onde também se organizarão as resistências no jogo das representações. Foram ainda locais da elaboração de um *ethos* resistente às desqualificações culturais.²⁰

Destacar outras formas de resistência dos negros no período da escravidão é dotar de vida política a este ator social, ao passo que o mesmo transforma-se em um sujeito histórico, sujeito este capaz de reagir ao sistema ao qual estava submetido. Neste sentido, torna-se de importância *sine qua non* a abordagem desses aspectos nos livros didáticos, assim como a utilização desses métodos por parte do professor. Desta maneira, romper-se-ia com a figura estereotipada da resistência negra apenas contida nas fugas; formação de grupos quilombolas; ou no desespero através do suicídio ou do assassinato do seu senhor. Muitas vezes, a resistência e a conquista da relativa autonomia escrava efetuavam-se através das negociações entre o cativo e o seu próprio senhor, como é o caso do fenômeno econômico – conhecido em nosso passado colonial e imperial como – brecha camponesa.

A busca de elementos construtores de uma nova visão do regime de escravidão no Brasil também se torna mister. Embora os cativos fossem explorados pelo regime escravista, não podemos reduzi-los a meros sujeitos passivos deste processo. Os negros conseguiram construir espaços próprios dentro do regime de escravidão. Devemos lembrar também que nenhum regime duraria mais de três séculos e meio se não fosse possível a criação de espaços de autonomia oriundas da possibilidade de negociação entre os cativos e seus senhores.

A desconstrução, ou melhor, a (*re*)construção de contextos e eventos históricos já cristalizados pelos livros didáticos devem ser empreendidos pelo docente, a fim de que seus alunos possam ter uma visão crítica destes acontecimentos. Desta maneira, segundo Selva Guimarães Fonseca

[...] ensinar e aprender História requer de nós professores de história, a retomada de uma velha questão: o papel formativo do ensino de história. Devemos pensar sobre a possibilidade educativa da história, ou seja, a

²⁰ GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. “Redes de Sociabilidade e de Solidariedade no Brasil Colonial: as irmandades e confrarias religiosas”. IN: *Revista Estudos Históricas*. UNESP, Franca: v. II, nº 2, 1995. p.32.

história como saber disciplinar que tem um papel fundamental na formação da consciência histórica do homem, sujeito de uma sociedade marcada por diferenças e desigualdades múltiplas.²¹

Torna-se patente, portanto, uma revisão da abordagem classicamente encontrada nos livros didáticos de História, pois são estes, na maioria das vezes, os únicos veículos de informação acerca dos eventos históricos que os alunos terão contato. Caso contrário estaríamos reproduzindo o discurso oficial contido nos mesmos, em que quase sempre tendem a omitir e reduzir os conflitos sociais e transformar em personagens silenciosas e invisíveis os escravos que foram sujeitos históricos capazes de construir espaços autônomos dentro de um regime que os oprimiam.

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia Maria. “O livro didático e a popularização do saber histórico”. IN: SILVA, Marcos A. (org) *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, [sd].

“Currículos de História e políticas públicas: Os programas de História do Brasil na Escola Secundária. IN: BITTENCOUT, Circe. (Org.) *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2002. p.29 (Coleção Repensando o Ensino).

DAVIES, Nicholas. “Livro Didático: Apoio ao professor ou vilão do ensino e História?”. IN: *Cadernos de História*, Uberlândia, 6 (6). Jan. de 95/Dez. 96.

DOSSE, François. *A História à Prova do Tempo: Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. – 50ª Ed. São Paulo: Global, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática do Ensino de História*. Campinas: Papyrus,[s.d].

GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. “Redes de Sociabilidade e de Solidariedade no Brasil Colonial: as irmandades e confrarias religiosas”. IN: *Revista Estudos Históricos*. UNESP, Franca: v. II, nº 2, 1995.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Coleção Oficinas de História)

²¹ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática do Ensino de História*. Campinas: Papyrus, [s.d]. p.38-9

MACHADO, Maria Helena P.T. “Em Torno da Autonomia Escrava: Uma nova direção para a História Social da Escravidão” IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 8 N° 16. mar.88/ago.88.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VISENTINI, Carlos Alberto. “Escola e livro didático de História”. IN: SILVA, Marcos A. da. (org) *Repensando a História*. São Paulo: Marco Zero, [sd].

Flávia Florentino Varella, Sérgio Ricardo da Mata & Valdei Lopes de Araujo (org.). Ouro Preto: EDUFOP, 2007.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

A ferrovia sem café - A EFOM em São João del Rei (1877-1897)

Welber Santos
Mestrando ICHS – UFOP¹

O século XIX foi o período em que os meios de transportes fizeram parte de uma grande transformação, dando maior dinâmica às comunicações. Com o avanço dos trilhos sobre o mundo, a própria noção de espacialidade e tempo sofreu grande impacto.

Fernand Braudel², em seu clássico estudo sobre o Mediterrâneo, no século XVI, já citava o espaço como “inimigo número um”. Se ele tenta dar conta do problema do espaço mediterrânico, com as correspondências que levam dias, semanas, meses para alcançar o destinatário, tentemos lembrar que essas barreiras espaciais só se viram reduzidas de fato com o advento da máquina a vapor, quando esta saiu das minas de carvão para ganhar as distâncias entre cidades e, com a rápida expansão, os países mais longínquos. Para Braudel,

“A revolução moderna dos transportes não aumentou apenas as velocidades; suprimiu a incerteza que os elementos antigamente impunham. Hoje, o mau tempo significa apenas um maior ou menor desconforto. Excluindo o acidente, já não influi nos horários”.³

Foi em 1825, na Inglaterra, que a ferrovia inaugurou uma nova forma de comunicação, servindo de modelo para o resto do mundo. A estrada *Stockton & Darlington*, de George Stephenson, estreou a modalidade ferroviária de transporte com sua máquina *Locomotion*, baseada nas já utilizadas nas referidas minas. O frisson foi tamanho que já nos primeiros anos de funcionamento dos caminhos de ferro ingleses, a idéia já chegava ao outro lado do Atlântico. Em 1827 era inaugurada a primeira estrada de ferro norte-americana⁴ e já em 1831 entrava em serviço a *Best Friend Of Charleston*,

¹ Discente do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Ouro Preto (PROPP)

² BRAUDEL, Fernand. “*As economias: a medida do tempo*” IN: idem. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, Vol.I. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora, 1983.

³ Idem, p. 407.

⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1785-1848)*, 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 72.

primeira locomotiva construída na América⁵, exemplo da industrialização dos Estados Unidos. O efeito foi imediato também em outras partes do mundo ocidental, surgindo projetos de construção de caminhos de ferro em variadas localidades.⁶

No Brasil, os esforços para a construção de ferrovias surgiram de maneira contemporânea aos realizados em lugares como a França, a Alemanha e os Estados Unidos, porém a efetivação demorou um pouco mais. A lei nº. 101, de 31 de outubro de 1835, autorizava o governo do Regente Feijó a outorgar concessão a uma ou mais companhias que se dispusessem a construir uma estrada de ferro que ligasse o Rio de Janeiro às capitais das províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia.⁷ Como observado por Sérgio Buarque de Holanda⁸, mesmo cem anos após a criação da tal “lei Feijó” essa ligação ainda não tinha sido efetivada.⁹ As garantias estabelecidas por leis caducaram por várias vezes antes da concretização da primeira estrada de ferro a ser construída no Brasil. Apenas dezenove anos após a “lei Feijó”, tivemos a construção de um caminho de ferro no Rio de Janeiro. Almir Chaiban El-Kareh¹⁰ nos lembra das dificuldades inerentes à realização desse tipo de empreendimento já que demandava grandes somas de capitais. Foi assim que:

“As empresas de então, todas elas de cunho familiar, tiveram que adquirir uma nova estrutura e uma nova forma jurídica para poder encontrar os meios legais de reunir o capital necessário a tão vasto empreendimento. A solução encontrada foi o recurso ao dinheiro disperso na população, que deveria se transformar em poupança. A centralização e concentração dessas pequenas parcelas de dinheiro se fez através da criação das sociedades por ações”.¹¹

Mais do que a necessidade da soma de capitais por via das ações, o novo empreendimento contava com a intervenção do Estado através das garantias de juros, privilégio de zona e subvenção quilométrica. Acreditamos, e as fontes nos levam a crer, que foi justamente a participação do Estado que levou à efetivação dos projetos ferroviários.

⁵ HOLLINGSWORTH, Brian & COOK, Arthur F. *The Great Book of Trains*. New York: Portland House, 1987, p. 30.

⁶ HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções...*, p. 72.

⁷ BAPTISTA, José Luiz. “O surto ferroviário e seu desenvolvimento” IN: Separata dos “Anais” do Terceiro congresso de História Nacional (VI Volume), publicação do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 438.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Vias de comunicação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, 4ª ed. São Paulo, Difel, tomo II, v. 4, 1985.

⁹ Idem, p. 47.

¹⁰ EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

¹¹ Idem, p.15

A ferrovia de Mauá, primeira em território nacional, só viria a se concretizar com a garantia de juros estabelecida pela lei nº. 641, de 26 de junho de 1852¹². O mesmo acontecendo com a Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFDPII). Em 29 de março de 1858 era inaugurado o primeiro trecho dessa estrada.¹³ Em seu projeto de integrar o Império, foi a Dom Pedro II a primeira ferrovia a penetrar em Minas Gerais.¹⁴

Percebemos que na década de 1870 discutia-se em São João del Rei a possibilidade da chegada à cidade de uma via férrea que possibilitasse a ligação entre o município mineiro e a Corte. No jornal “O Arauto de Minas”, periódico do Partido Conservador, encontramos a observação sobre o sentido que deveria ser tomado pela Pedro II, nas palavras do redator Severiano Nunes de Resende:

“Temos visto quanto tem sido prejudicial o desacordo a cerca do traçado que se deva preferir no prolongamento da Estrada de Ferro de D. Pedro II, desacordo que segundo prevemos acabará por fazer adaptar o traçado das taipas, desprezando-se o que por lei designara a Lagoa Dourada como ponto forçado, e que melhores condições econômicas e políticas oferece.”¹⁵

Essa discussão se baseia no relatório imperial sobre as linhas férreas do Sul de Minas Gerais feito em 1875.¹⁶ No tal documento era discutida a melhor opção sobre a ligação da Corte com o Rio Grande, em sua seção navegável. Assim aparece no texto direcionado ao Imperador Dom Pedro II e ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas:

“O primeiro (ramal) sai das cabeceiras do Rio Grande, passa pelo município de S. João d’El-Rei, vai a Lagoa Dourada de onde procura, ou Vale do Pará, ou o Paraopeba para chegar ao seu termo, o S. Francisco, como poderia igualmente com muito menor distância, alcança-la pelo Rio das Velhas, se a celebre estrada do Juiz de Fora o não houvesse tomado para si”.¹⁷

Segundo José Jorge da Silva, uma alternativa apresentada pelo engenheiro da província mineira, ainda em 1863, acrescentava São João del Rei na rota de uma possível via férrea ligando a Corte, o Rio Grande e o Rio São Francisco:

“É do ramal de oeste de onde devem partir as comunicações com os vales do (sic) Rio Grande e Sapucaí. A primeira destas linhas há de bifurcar-se na estrada de ferro em um ponto entre a Barra do Pirai e o arraial dos Remédios, e cortando o vale do Rio Preto, deve atravessar a serra da Mantiqueira, para depois seguir as águas do Rio Grande até o ponto onde este oferece navegabilidade: pode ser ligada esta linha às águas do Rio São Francisco por dois ramais – um passando por São João d’El-Rey, até chegar à bacia do Rio Pará (afluente do São Francisco) e

¹² BAPTISTA, José Luiz. “O surto ferroviário...” p.449

¹³ Idem, p. 463..

¹⁴ IGLESIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1958, p. 160.

¹⁵ Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Jornal: “O Arauto de Minas”. Ano I, n. 01, p. 3, 17/03/1877.

¹⁶ SILVA, José Jorge da. *Linhas – Sobre a Via Ferrea do Sul de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira, Maximino & C., 1875.

¹⁷ Idem, p. 27.

outro que atravessando o chapadão do Piumhy a leste da serra da Canastra, alcançará as cabeceiras do Rio de São Francisco mesmo”.¹⁸

A importância que os caminhos de ferro tomaram, principalmente na segunda metade do século XIX, é indicada pelo historiador Francisco Iglesias¹⁹ quando o mesmo se refere à construção das estradas de rodagem. Segundo o historiador mineiro, mesmo que não se tenha deixado de lado as questões sobre as “estradas comuns”, passou a ser, após a sexta década daquele século, preferível conservar as estradas existentes esperando que viesse a ferrovia para que nela se entonassem as primeiras.²⁰

A EFDPII seguiu o caminho das taipas, chegando a Ouro Preto apenas em julho de 1889.²¹ Dessa maneira, São João del Rei teve que lançar edital para fazer lista de acionistas no intuito de ter em suas terras uma via férrea que a ligasse à Corte e à Barra do Ribeirão Vermelho:

“Estão iniciados os trabalhos da incorporação da Companhia da Estrada de Ferro do Oeste. Tudo promete e augura que essa estrada será em breve uma realidade. A tenacidade e prestígio dos concessionários e dos Diretores assim no-lo asseguram. Congratulamo-nos com a Província de Minas pelo começo de execução da grande estrada que vai seguir a diretriz que melhor consulta à sua viação. **Vem o esforço particular sanar o erro no traçado da Estrada de Ferro de D. Pedro II, erro que profligaremos sempre como Brasileiros** (grifo nosso).”²²

Numa discussão de projeto nacional, a via férrea aparece no discurso com o papel de integrador entre localidades longínquas. Naquele momento histórico ela acaba por representar não só o progresso, mas também demonstra, pela natureza técnica de seu funcionamento, uma nova dimensão na capacidade do homem em se superar, como observa Eric Hobsbawm:

“A estrada de ferro, arrastando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e os aquedutos romanos e até mesmo a Grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia”.²³

De fato, a simples possibilidade de se ter em São João del Rei a chegada de trilhos de uma via férrea já causava euforia no imaginário de então. O número 12 do

¹⁸ Idem, p. 10.

¹⁹ IGLESIAS, Francisco. *Política Econômica*

²⁰ Idem, p. 160.

²¹ Idem, p. 165.

²² Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Jornal: “O Arauto de Minas”. Ano I, n. 05, p. 1, 08/04/1877.

²³ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções ...*, p. 72.

Arauto de Minas, de 26 de maio de 1877²⁴ já trazia uma ode à estrada de ferro, escrita por um tal João de Lemos.

A ferrovia foi um fator de importância e relevância para o crescimento industrial britânico, triplicando as produções de ferro e carvão, e, além disso, propiciando a expansão da indústria inglesa por seu pioneirismo.²⁵ Dessa maneira, a Inglaterra tornou-se não só a referência como também a fonte de tais produtos. Sendo assim, devemos agora tentar imaginar o que poderia significar a construção de um meio de transporte originado num meio industrial capitalista, como o inglês, numa economia exportadora e escravista como era o caso do Brasil oitocentista, em transformação. E mais ainda, o que significaria para a cidade de São João del Rei, no final do século XIX, cuja economia estava voltada para o comércio de abastecimento interno, não estando ligada diretamente com a produção escravista exportadora, a chegada da ferrovia, o impacto social e econômico dessa “novidade” vinda do mundo capitalista.

Ana Lúcia Duarte Lanna²⁶ nos lembra que a garantia de juros é “um dos principais mecanismos de obtenção de lucros no empreendimento ferroviário, no geral mais decisivos do que eventuais dividendos advindos da exploração das linhas férreas”.²⁷ A autora ainda enfatiza o peso fundamental da dimensão política que englobava a definição de leis, traçados, incentivos e incorporações, ou seja, o poder público representando “um parceiro indispensável à existência das ferrovias, mesmo quando construídas e operadas por capitais privados, nacionais ou estrangeiros”.²⁸

A Estrada de Ferro Oeste de Minas teve sua existência devido justamente ao fato de lançar mão desses mecanismos da política pública. A Cia. Estrada de Ferro d’Oeste foi concebida a partir da Lei Provincial nº. 1914 de 19 de julho de 1872, que concedia garantia de 7% de juros ou subvenção quilométrica de nove contos de réis, e da Lei nº 1982, de 11 de novembro de 1873 que concedia privilégio por cinquenta anos para a construção de uma via férrea em bitola estreita²⁹ que, “partindo da Estrada de Ferro D.

²⁴ Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Jornal: “O Arauto de Minas”. Ano I, n. 12, 26/05/1877

²⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções ...*, p. 73.

²⁶ LANNA, Ana Lúcia Duarte. “*Ferrovias no Brasil 1870-1920*”. In: *História econômica & história de empresas*, vol. VIII, n.1, jan. - jun. 2005.

²⁷ *Idem*, p. 9.

²⁸ *Idem*, p.10.

²⁹ Bitola é o termo que designa a distância entre os trilhos da via, fator técnico que define, além de outras questões importantes, os gastos da construção, como economia de dormentes e lastro.

Pedro II, nas vertentes do Rio das Mortes, se dirigisse a um ponto navegável do Rio Grande, e daí, pelo lado Oeste, fosse ter às divisas da Província”.³⁰

Com efeito, personagens importantes da sociedade são-joanenses aparecem na lista de acionistas de 1878³¹. O tenente José Maximiano Carneiro surge com o total de seis ações da companhia no valor de 20 mil réis cada.³² Em 1882, quando houve a abertura de seu inventário, o mesmo revelou que o tenente ampliou o número de ações para dezessete, sendo cada uma avaliada em 150 mil réis, no valor total de 2:550\$000 (dois contos e quinhentos e cinquenta mil réis).³³ Outro exemplo de acionista é Maria Jacinta de Mattos Mourão que, em seu inventário, aberto em 1884, apareceu com cinco ações, adquiridas por 20 mil em 1878, apresentando o valor de 200 mil réis.³⁴ Assim, por meio destes dois exemplos, observamos a valorização das ações da ferrovia que se mostravam como investimento seguro, devido à garantia de juros. Aqui podemos perceber algumas questões importantes: o investimento de tipo novo na economia local, a participação efetiva do Estado e os múltiplos interesses envolvidos. O interesse modernizador e integrador, além da garantia de retorno dos investimentos.

Nos Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais³⁵ podemos perceber a preocupação do poder público com a questão das estradas de ferro, como no trecho:

“Parecerão muitos estes traçados, porém permita V. Ex. lembrar que esta Província contém tantos recursos naturais e possui tantas culturas, climas magníficos, vegetação gigantesca, campos soberbos de criação, e população como nenhuma outra do Império. Se São Paulo, que é menor em extensão, população e riquezas naturais, tem tomado o desenvolvimento espantoso, que se observa com suas estradas de ferro, o que não se deve esperar desta Província, quando suas profusas riquezas forem ligadas aos portos de mar e aos centros comerciais? Posso assegurar a V. Ex. que a Província de Minas será então a estrela mais rutilante do Império de Santa Cruz”.³⁶

O autor do trecho acima talvez não tivesse ciência, ou omitira, das razões que levaram à expansão ferroviária da província vizinha, que tinha no café sua maior fonte de renda. Flávio Saes³⁷ afirma que os estudos sobre ferrovias tiveram sua base oscilando

³⁰ VAZ, Mucio Jansen. *Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho Histórico Descritivo (1880-1922)*. Edição própria, 1922. p.5.

³¹ MOURÃO, Francisco. *Tradições...*

³² MOURÃO, Francisco. *Tradições de São João d’El-Rei*. São João del Rei, MG: Typ. Commercial, 1924, pp.102-117.

³³ Arquivo do Mudeu Regional de São João del Rei, Inventário: Carneiro, José Maximiano (tenente), 1882, cx. 45.

³⁴ Arquivo do Mudeu Regional de São João del Rei, Inventário: Mourão, Maria Jacinta de Mattos, 1884, cx. 171.

³⁵ Esses relatórios estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm>, última visita em 04/02/2007.

³⁶ Relatório de Presidentes de Província, Minas Gerais 1873, anexo A13-8.

³⁷ SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.

em torno das “relações entre café e ferrovias em seu processo conjunto de crescimento” ou “dos reflexos sociais do estabelecimento de ferrovias”, tais como impacto no meio urbano.³⁸

Quando verificamos na historiografia a presença do café na razão de empresas como a Cia, Paulista de Estradas de Ferro ou a Estrada de Ferro Dom Pedro II, tentamos questionar o que leva uma região fora da economia de exportação da segunda metade do XIX a exigir para si a presença de uma estrada de ferro. É nesse ponto que devemos tentar buscar o funcionamento da sociedade no período estudado.

Tendo em vista a economia e a sociedade imperial na segunda metade do oitocentos, percebemos que o fim do tráfico atlântico de escravos e as leis que colocaram fim à escravidão gradualmente, instauraram a crise do sistema escravista e isso implicou numa mudança nos padrões de investimentos de muitos fazendeiros capitalistas.³⁹ Nesse momento, muitos fazendeiros pararam ou reduziram a implementação de suas escravarias, num típico movimento de descrédito com a escravidão⁴⁰. Segundo João Fragoso e Maria Fernanda Martins⁴¹, nas últimas décadas da escravidão, a descrença na longevidade da instituição escravista fez com que muitos fazendeiros e proprietários de escravos, detentores de enormes fortunas, mudassem o destino de seus investimentos. Houve uma mudança no quadro das riquezas no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. Numa clara evidência de descrédito na escravidão, muitos fazendeiros passaram a investir mais em ações da dívida pública e na participação em diferentes instituições financeiras captadoras da poupança nacional. Assim, esses homens passaram a controlar a liquidez do mercado não só da praça carioca como do país⁴². Para os autores, isso representou um momento de transformação dessa elite, bem como um momento de transformação da economia e sociedade brasileiras.

São João del Rei, naquelas últimas décadas da escravidão, ao que tudo indica, parecia seguir essa tendência de diversificação da fortuna. Segundo Afonso de

³⁸ Idem, p.15. Nesse sentido temos Almir Chaiban El-Kareh, op. cit., que faz estudo sobre a Cia. Estrada de Ferro Dom Pedro II e sua relação com o café do Vale do Paraíba e a mão de obra escrava, sendo então uma empresa capitalista que nasce do capital gerado por uma economia escravista.

³⁹ Como fazendeiro capitalista entendemos ser aquele que conjugava as atividades de agricultura e escravidão com atividades mercantis. Ver: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

⁴⁰ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880).” IN: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a escravidão (I)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem, pp. 144-153.

Alencastro Graça Filho⁴³, os investimentos em ações e apólices eram quase inexistentes até 1845, porém, tornam-se freqüentes nos inventários a partir de 1870. E os investimentos na escravidão só declinam acentuadamente nos anos de 1881 e 1885. Assim, para o autor, os efeitos da crise do escravismo pressionaram a elite a diversificar seus ativos em novos empreendimentos⁴⁴. De acordo com Graça Filho, as últimas décadas do oitocentos não são pessimistas ou desabonadoras da prosperidade da praça de São João del Rei. Há descrições sobre a vivacidade do comércio em fins da década de 1870. Na segunda metade do século, a praça vivia um processo de prosperidade econômica, visto que datam do período as primeiras discussões sobre a implantação de uma ferrovia e de fábricas têxteis na cidade. Segundo Bruno Nascimento Campos⁴⁵, o investimento na criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas – EFOM - era alto, chegando mesmo a ser ironizada como ‘estrada de ouro’ por Bernardo Pereira Vasconcelos. Como nos lembrou Campos, os investimentos na construção da EFOM só foram possíveis a partir da liberação de capitais do comércio negreiro⁴⁶.

Sendo assim, a Cia. Estrada de Ferro d’Oeste surgiu num momento de efervescência da ampliação do transporte ferroviário no Brasil e na mudança nos padrões de investimento. Sua construção se deu, ao contrário das outras ferrovias do sudeste do Império, não do capital advindo da cafeicultura. Sua realização a partir da cidade de São João del Rei se deve à riqueza concentrada no comércio de abastecimento interno da região.⁴⁷ Segundo Graça Filho e Douglas Libby, numa comparação com Salvador, São João del Rei apresentava no segundo quarto do XIX, uma considerável fortuna. Enquanto para Salvador foi verificado o valor de 4.534:258\$000 réis em 395 inventários, entre 1801 e 1850, “em São João del Rei 383 inventários de 1831-1855 somaram 3.937:481\$206 réis”.⁴⁸

Deste modo, percebemos uma mudança nos padrões de investimentos em São João del Rei, principalmente na década de 1870, não deixando, no entanto, a economia de estar ligada com o abastecimento interno. A ferrovia seria parte de um plano de

⁴³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

⁴⁴ Idem, 143-149.

⁴⁵ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Marcas de uma ferrovia: a Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del Rei (1877-1915)*. Monografia de bacharelado. São João del Rei: Universidade Federal de São João del Rei, 2005.

⁴⁶ Idem, pp. 6-10.

⁴⁷ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste...*

⁴⁸ GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro e LIBBY, Douglas Cole. *A Economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004, p. 21.

modernização? O que representaria, então, nessas circunstâncias, o advento de uma via férrea nesse tipo de sociedade? E mais, quem eram os homens que idealizaram e financiaram o projeto de construção da ferrovia? Qual seu perfil sócio-econômico? Qual seu papel na praça são-joanense?

Considerando que as estradas de ferro representaram o maior avanço no transporte de mercadorias ou mesmo no transporte de pessoas no século XIX, sendo utilizado algumas vezes o termo “revolução” para se referir a essa mudança tão grande na velocidade das coisas no período em questão, acreditamos ser de grande importância a verificação desse tipo de empreendimento na realidade do Império do Brasil.

Como já dito, a primeira lei que estabelece concessão para a realização de estradas de ferro é de 1835. A concessão implica no estabelecimento de um contrato entre o Estado e o concessionário, organizado nos termos em que ao primeiro é reservado o direito de propriedade da estrada e ao segundo é garantida a exploração do empreendimento. Isso demonstra a presença do Estado nesse tipo de empresa, uma presença que vai da concessão de terrenos para a construção, passando pela garantia de juros, privilégio de zona e subvenção quilométrica até a isenção de impostos de importação do material rodante.

A Estrada de Ferro Oeste de Minas foi considerada a mais mineira das vias de comunicações.⁴⁹ Isso é no mínimo uma boa indicação, por parte de Francisco Iglesias, para aprofundarmos um pouco mais nas questões que envolvem essa ferrovia que ainda se tornaria uma das maiores do Brasil no período republicano, sendo a mais importante para a criação da Rede Mineira de Viação em 1931. Lembrando, ainda, que a Oeste, com dificuldades financeiras e dívidas acumuladas, teve decretada a liquidação forçada da companhia em abril de 1900; vindo a mesma a ser adquirida em hasta pública pelo governo federal em 13 de junho de 1903, depois de estar sob a guarda do banco alemão *Brasilianische Bank für Deutschland* e do próprio governo federal.⁵⁰

Igualmente, acreditamos poder contribuir para a compreensão de uma fase de transição no modo de vida e no funcionamento da sociedade brasileira no fim do segundo reinado, em direção ao regime republicano. Procuraremos entender as implicações da introdução de ferrovias em suas variadas significações.

⁴⁹ IGLESIAS, Francisco. *Política Econômica ...*, p. 166.

⁵⁰ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Marcas de uma Ferrovia...*p. 20.

Como não poderia ser diferente, na fase em que se encontra a pesquisa, existem ainda mais perguntas do que respostas.

Referências bibliográficas:

- BAPTISTA, José Luiz. “O surto ferroviário e seu desenvolvimento” IN: Separata dos “Anais” do Terceiro congresso de História Nacional (VI Volume), publicação do Instituto Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.
- BRASILEIRO, Anísio (et al.) Transporte no Brasil: história e reflexões. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes/GEIPOT; Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. “*As economias: a medida do tempo*” IN: idem. O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico, Vol.I. Lisboa: Livraria Martins Fontes Editora, 1983.
- CAMPOS, Bruno Nascimento. Marcas de uma Ferrovia: A Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del Rei (1877-1915). Monografia de Bacharelado. São João del Rei, Minas Gerais: Universidade Federal de São João del Rei, 2005.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.) Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- COSTA, Maria Lúcia Prado. A Cia. Estrada de Ferro Muzambinho (1887-1910): no contexto do desenvolvimento ferroviário do Sul de Minas (1870-1910) – uma tentativa de correção de uma versão consagrada. Belo Horizonte: Fundamar, 1995.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. Filha Branca de Mãe Preta: A Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1855-1865). Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- FOOT HARDMAN, Francisco. Trem-Fantasma, A ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva, 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.
- FRAGOSO, João Luís. “Economia brasileira no século XIX: mais do que uma ‘plantation’ escravista-exportadora”. Em: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. 9ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____ & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880).” IN: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. “Ensaio sobre a escravidão (I).” BH: Editora da UFMG, 2003.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.
- _____ e LIBBY, Douglas Cole. A Economia do Império Brasileiro. São Paulo: Atual, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, 4ª ed. São Paulo, Difel, tomo II, v. 4, 1985.
- IGLESIAS, Francisco. Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1958
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. “Ferrovias no Brasil 1870-1920”. In: História econômica & história de empresas, vol. VIII, n.1, jan. - jun. 2005, pp. 7-40.
- LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação: abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIMA, Vasco de Castro. A Estrada de Ferro Sul de Minas (1884-1934) – Trabalho histórico-descritivo, organizado pelo Secretário da Estrada. São Paulo: Copas, 1934.

- MARTINS, Roberto Borges. “A economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Texto para discussão N°.10. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.
- PAULA, João Antônio. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história”. Em: História Econômica e História de Empresas, v. 5, nº 1, pp. 7/39. São Paulo: ABPHE, 2002.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira 1850-1930. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, José Jorge da. Linhas sobre a via férrea do Sul de Minas Geraes. Rio de Janeiro: Typ. Moreira. Maximiano & C., 1975.
- VAZ, Mucio Jansen. Estrada de Ferro Oeste de Minas – Trabalho histórico-descriptivo, 1880-1922. São João del Rei: EFOM, 1922.

**Anais do Seminário Nacional de História da Historiografia:
historiografia brasileira e modernidade**

As estruturas da justiça nas Minas: nova fonte, novas possibilidades

Gilson César Xavier Moutinho
graduando em História - UFOP
Wellington Júnio Guimarães da Costa
graduando em História - UFOP

O debate historiográfico sobre a administração e a justiça nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX se dá em torno das seguintes abordagens: a prática da justiça; o alcance e os limites da administração; as Câmaras e a imposição do poder e a dinâmica dos poderes locais. Essas abordagens buscam analisar o grau de eficiência e morosidade do aparato jurídico na sociedade mineira. Autores como Raimundo Faoro, Caio Prado Júnior, Francisco Iglesias, Ivan de Andrade Velasco, dentre outros, são expoentes dessas abordagens, procurando entender as ações do poder jurídico transplantado para a colônia. As principais fontes que dão sustentabilidade a esse debate são **Ordenações**, correspondências, memórias, cartas régias, correições, relatos de viajantes, ações cíveis e processos-crimes como devassas e querelas. Entretanto, pelas suas próprias características, tais documentos tendem a relegar a segundo plano as formas arraigadas de arranjo comunitário. Portanto, a nossa proposta com o presente trabalho é apresentar uma fonte ainda pouco utilizada pelos pesquisadores que se dedicam ao estudo da complexidade da sociedade mineira colonial e imperial: as Notificações. Tal fonte documental consiste num processo judicial que remete a aspectos pouco estudados pela historiografia mineira, principalmente no que diz respeito ao grau de eficácia dos dispositivos jurídicos na mediação dos conflitos vicinais. Essa nova fonte se apresenta como um leque de novas possibilidades que, por um lado, permite uma análise mais aprofundada das relações comunitárias e, por outro, preenche as lacunas existentes.

Não vamos, aqui, nos aprofundar neste debate, pois vários são os autores que já trataram desse assunto¹. Entretanto, é importante, a princípio, ressaltar as abordagens de

¹ Dentre outros, ver: Laura de Mello e SOUZA. “Nas Redes do Poder.” In: **Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Raimundo Faoro e Caio Prado Júnior² e de outros autores. Vamos nos ater apenas ao setor jurídico, um dos pilares da administração metropolitana no Brasil. Para o primeiro, havia uma coerência interna que tornava exequível a prática administrativa e judicial transposta para a colônia, pois a insubordinação das autoridades da administração local tornaria mais enfática e eficaz a presença do Estado. Para o segundo, assim como os outros setores que constituíam o aparato administrativo, o poder jurídico seria ineficiente, desorganizado e em certo momento confuso, pois, além de ser altamente burocrático, seria desprovido de agentes efetivos, qualificados e que agissem de forma organizada. Dessa forma, a administração seria caracterizada por um emaranhado de cargos, funções e jurisdições contraditórios entre si.

Por sua vez, Marcos Magalhães de Aguiar³ faz uma contraposição ao esquema de abordagem proposto por Diogo de Vasconcelos⁴, segundo o qual a imposição do Estado acontece logo nos primeiros anos da década de 1720. Analisando a Comarca de Vila Rica (por sua realidade social e econômica distinta das outras), ele vê uma intensificação de ações judiciais entre 1730 e 1750 devido à solidificação das estruturas de sociabilidade (alianças familiares, matrimônios entre as camadas dominantes) e à significativa presença dos crimes de violência, de vida e de ordem pública. Este seria o período fundamental da estabilidade da vida social e da organização e articulação do Estado nas Minas. De acordo com Aguiar, na segunda metade do século ainda há uma tensão social marcada pela violência, sendo os conflitos, em parte, resolvidos pela estrutura burocrática da coroa e, em

² Raimundo FAORO. **Os donos do Poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000; Caio PRADO JÚNIOR. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 15ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1977.

³ Marcos Magalhães de AGUIAR. “Estado e Justiça na Capitania de Minas Gerais.” In: **Negras minas: uma história da diáspora africana no Brasil colonial.** São Paulo, 1999. Tese de Doutorado em História - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

⁴ De acordo com Aguiar, Diogo de Vasconcelos faz uma análise da presença do Estado e a imposição do poder real na sociedade mineira colonial a partir da seguinte periodização: o período anterior a 1708 seria marcado pela desordem e pela anarquia (que resultaria no conflito conhecido como a “Guerra dos Emboabas”). Isto é, a pouca presença efetiva do Estado fazia com que, nessa época, predominasse a violência coletiva, uma vez que a justiça era exercida pelos potentados locais que, motivados por rixas, disputavam o poder. Na segunda década do setecentos inicia-se a organização da justiça com a construção das primeiras vilas e a divisão do território em comarcas com instâncias jurídicas. O período posterior a 1720 (supressão da “Revolta de Vila Rica”) seria caracterizado por uma melhor organização das instâncias de decisão política e, conseqüentemente, pelo fim do domínio dos potentados. Ibidem, p. 45-48.

parte, resolvidos pelos particulares – com um aumento dos crimes de honra.⁵ Além disso, o autor também enfatiza os conflitos de jurisdição entre ouvidores e juízes ordinários⁶ devido ao despreparo destes últimos para com as suas atribuições. Estes cargos eram ocupados por poderosos locais “... em geral despreparados e que tinham de seguir cuidando de seus interesses – interesses esses que não raro influenciavam suas decisões jurídicas...”⁷. Muitas vezes esses agentes dependiam de assessores para julgar os casos e proferir uma sentença.

No século XIX, com a vinda de D. João VI e sua corte, o sistema judiciário implantado no século XVIII sofrerá significativas inovações, cuja mais importante certamente será a independência administrativa e jurídica do Brasil, com a transformação da Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação do Brasil, em 10 de maio de 1808. A partir de então, essa se torna a última instância de Apelação. Com o advento da Independência, em 1822, há uma expansão da estrutura jurídica com a criação de novos cargos. Isso vai fazer com que o aparelho de justiça se tornasse mais disponível na vida cotidiana das pessoas⁸. Em 1827 é criado o cargo de Juiz de Paz⁹, baseado nas instâncias locais, para todas as Freguesias. Esse novo posto acumula funções administrativas (como, por exemplo, vigiar o cumprimento das posturas municipais), policiais e judiciais, sobretudo no que diz respeito à justiça conciliatória. Por acumular prerrogativas que até então pertenciam a outros agentes do Estado, esse cargo se tornou alvo das disputas políticas¹⁰. Em 1832 é promulgado o Código do Processo Criminal, extinguindo os cargos de Juiz Ordinário, Juiz de Fora e Ouvidor, e criando, em contrapartida, os cargos de Juiz de Direito, Juiz Municipal, Promotor Público e Presidente de Província¹¹.

⁵ Um autor com semelhante ponto de vista é Francisco Iglesias. Para ele “...o século XVIII vai ver a montagem administrativa mais eficaz, não sem lutas. O vitorioso é o Estado, impondo-se aos poucos”. Ver: Francisco IGLESIAS. Minas e a Imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, nº 50, 1974, p. 265.

⁶ “Geralmente, os ouvidores evitavam interferir na condução do processo, mas quando intervinham, as censuras eram sempre duras e procuravam ter efeito pedagógico explícito. (...) Os ouvidores intervinham em falhas graves, como interrupção de processos, demoras ou ausência de pronúncia. (...) Uma das interferências mais profundas dizia respeito à modificação da sentença dada pelos juízes. (...) As interferências mais radicais referiam-se à anulação de processos”. Ibidem, p. 55, 57.

⁷ Ivan de Andrade VELASCO. “Juízes e Magistrados: a Justiça na Comarca.” In: **As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século 19**. São Paulo: Edusc-Anpocs, 2004, p. 96 – 97.

⁸ Ibidem, p. 94.

⁹ Ibidem, p. 100.

¹⁰ Ibidem, p. 101. O autor faz uma análise de uma disputa em torno do cargo de Juiz de Paz na Vila de São João Del Rei em 1832.

¹¹ Ibidem, p. 121.

Até aqui, apresentamos um esboço geral da atuação da justiça nas Minas, de acordo com a ótica de alguns autores¹², com o intuito de situarmos a nossa proposta: o estudo da justiça no território mineiro nos séculos XVIII e XIX através de uma fonte praticamente inédita.

As Notificações¹³

As notificações consistem num procedimento jurídico através do qual um ou mais indivíduos eram citados e/ou convocados a comparecerem em juízo para responder a uma determinada queixa. Assim como outros tipos de processos, essa fonte documental cobre um extenso período que vai desde a criação das primeiras Câmaras mineiras, a partir da instituição das primeiras vilas (1711), até o final do período imperial (1888), tratando de assuntos das mais variadas naturezas, como resolver conflitos de vizinhança, fazer entregas de bens, dar contas de inventários e tutelas, assumir testamentarias, impor termos de bem viver etc. Cada notificação correspondia a um procedimento padronizado em que o autor apresentava ao juiz uma petição na qual expunha a sua demanda. O julgador, após analisar a petição do autor do processo, mandava citar a parte suplicada por meio de um oficial de citação. Este intimava o réu para comparecer a uma audiência para responder à acusação e apresentar a sua defesa. O procedimento de citação era registrado no verso da petição, onde

¹² Vários são os pesquisadores que se dedicam ao estudo da administração e da justiça em Minas Gerais e no Brasil. Além dos autores supracitados, ver: Carla Maria Junho ANASTASIA. **Vassallos Rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998; Álvaro de Araújo ANTUNES. **Espelho de Cem Faces**. São Paulo: Anablume, 2004; Pedro CARDIM. Administração e Governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: Maria Fernanda BICALHO e Vera Lúcia Amaral FERLINI. **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no Império português. São Paulo: Alameda, 2005; Maria de Fátima Silva GOUVÊA. Dos Poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. **Vária História**, nº 31. Belo Horizonte, 2003; Carmem Silva LEMOS. **A Justiça Local**: os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte, 2003. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais; A. J. R RUSSEL WOOD. Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Trad. Maria de Fátima Silva Gouveia. **Revista de História**, v.18, nº 36, 1998, e O Governo Local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História**, São Paulo: LV, nº 109, ano XXXVIII, 1977; Marilda Santana SILVA. O Senado da Câmara de Vila Rica e sua relação política com a Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVIII. **Vária História**, nº 33, Belo Horizonte, 2005; Marco Antônio SILVEIRA. **O Universo do Indistinto**. São Paulo: Hucitec, 1997; Renato Pinto VENÂNCIO. Estrutura do Senado da Câmara. In: **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

¹³ Parte deste texto foi adaptada do projeto de pesquisa “Notificações de Mariana e Ouro Preto (1711-1888): banco de dados e inventário analítico”, apresentado à FAPEMIG, em 2007, pelos professores Dr. Marco Antônio Silveira e Dr. Álvaro de Araújo Antunes, do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto.

constava a data e o local da citação. A partir desse momento iniciava-se o processo propriamente dito, o qual poderia durar alguns dias, meses e até anos. Através das notificações é possível recuperar uma série de informações relevantes sobre o funcionamento do aparato jurídico da Coroa. Não é nosso objetivo desqualificar as outras fontes que, tradicionalmente, são (e continuam sendo) utilizadas pelos historiadores dedicados às pesquisas sobre a sociedade mineira. Entretanto, as notificações remetem a aspectos ainda pouco estudados pela historiografia mineira. Querelas e Devassas, por exemplo, fornecem informações referentes à natureza das tensões sociais e dos atributos da criminalidade. Entretanto, não são suficientes no que diz respeito às variadas formas arraigadas de arranjos comunitários. Por sua vez, testamentos e inventários apresentam limitações que impedem o pesquisador de recuperar parte da dinâmica – e da complexidade – dos laços comunitários, uma vez que retratam momentos específicos de tais relações sociais. Já os libelos cíveis se voltam para uma reconstituição verticalizada das relações comunitárias. Estudos preliminares apontam as camadas inferiores da população (indivíduos pobres ou remediados) como o seguimento social que mais procurava resolver seus conflitos (familiares e vicinais) através de tal procedimento jurídico, o que nos permite afirmar que, de certa forma, a população pobre tinha acesso à justiça de Sua Majestade Real e Imperial. O principal motivo que levava os indivíduos a buscar auxílio judicial era a disputa pela propriedade privada (principalmente no que se refere aos limites de propriedades), fato que se explica pela rusticidade material daquela sociedade. Isso acarretava, de um lado, a formação de uma consciência de privacidade e, de outro, a transmissão vertical de bens. Por outro lado, é possível fazer uma análise da formação de grupos de interesses a partir dos advogados e solicitadores e suas relações com as partes por eles representadas. Da mesma forma, é possível saber como se dava a resolução das contendas, a duração dos processos em relação aos grupos e indivíduos litigantes, a relação da justiça com a população, o papel exercido pelas Câmaras Municipais na negociação dos interesses locais, o desempenho dos magistrados e dos advogados, a incorporação dos poderosos locais nas estruturas do Estado; saber se a justiça funcionava ou não de forma homogênea em todo o território mineiro, as diferenças entre Ouro Preto e Mariana, em quais localidades existiam oficiais de justiça etc. Além disso, a quantificação dos dados permite avaliar com que frequência a população procurava a justiça, assim como o perfil

social daqueles que ocupavam os postos administrativos. No que se refere aos advogados, principalmente os informais (que não eram bacharéis), pouco se sabe sobre eles e suas estratégias de defesa. Portanto, as Notificações parecem preencher uma lacuna analítica na medida em que expressam a variedade dos arranjos comunitários, assim como a dinâmica que permeava os conflitos e sua resolução. Dessa forma, o estudo a partir dessa documentação permite medir o grau de eficiência do funcionamento das estruturas da justiça, assim como da atuação dos agentes do Estado na mediação dos conflitos.